REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

VOLUME III

ANO LXVIII – SUP. "B" AO Nº 212 – QUINTA, 19, SEXTA, 20, SÁBADO, 21, E TERÇA, 24 DE DEZEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (64,67)

.....

Líder do PMDB - 21
Eunício Oliveira (64,67)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (104)
Romero Jucá (40,105)
Vital do Rêgo (107)

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles (69)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,88)

Líder do PSD - 1
Sérgio Petecão (84,87)

Líder do PV - 1
Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 13

Líder
Gim - Bloco (56,58,59)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,63)
Eduardo Amorim (17,47,48,80)
Blairo Maggi (19,51)
Eduardo Lopes (37,45,65,98,109)

.....

Líder do PTB - 7
Gim (56,58,59)

Líder do PR - 4
Alfredo Nascimento (41,63)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (92)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (17,47,48,80)

Líder do PRB - 1
Eduardo Lopes (37,45,65,98,109)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24

Líder
Wellington Dias - Bloco (24,70,91)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,66,100)
Rodrigo Rollemberg (68,99)
Inácio Arruda (89,93)

.....

Líder do PT - 12
Wellington Dias (24,70,91)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,27,103)
Anibal Diniz (25,102)
Paulo Paim (94)
Eduardo Suplicy (101)

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz (49,55,66,100)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (86)

Líder do PSB - 4
Rodrigo Rollemberg (68,99)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (29,38,81)

Líder do PCdoB - 2
Inácio Arruda (89,93)

Vice-Líder do PCdoB
Vanessa Grazziotin (1,90)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (18,78)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (39)

Vice-Líderes
Gim (56,58,59)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,38,81)
Jorge Viana
Vital do Rêgo (107)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Mário Couto - Bloco (34,61)

Vice-Líderes
Wilder Morais (97,112)
Cyro Miranda (31,95)

.....

Líder do PSDB - 11
Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (72)
Alvaro Dias (75)
Paulo Bauer (5,35,73,77)

Líder do DEM - 3
José Agripino (2,10,14,44,46,79)

Vice-Líder do DEM
Wilder Morais (97,112)

SDD - 1

Líder
Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de novembro de 2013..... 8

Ata da 71ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2013..... 33

Ata da 72ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2013..... 61

Ata da 73ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de novembro de 2013..... 77

Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2013..... 87

Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2013..... 111

Ata da 76ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2013..... 114

Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013..... 146

Ata da 78ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2013..... 152

Ata da 79ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2013..... 164

Ata da 80ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2013..... 182

Ata da 81ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de dezembro de 2013 (Realizada em conjunto com a 78ª Reunião da CCJ) **(Publicada no item 1.1.3)**

Ata da 82ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013..... 212

Ata da 83ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de dezembro de 2013 (Realizada em conjunto com a 46ª Reunião da CMA) **(Publicada no item 1.1.5)**

Ata da 84ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de dezembro de 2013..... 216

Ata da 85ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2013..... 237

1.1.1.1 – Subcomissão Permanente – Assuntos Municipais – CAEAM

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de julho de 2013..... 246

Ata da 2ª Reunião, realizada em 1 de outubro de 2013..... 256

Ata da 3ª Reunião, realizada em 15 de outubro de 2013 262

1.1.1.2 – Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira – CAEECON

Ata da 1ª Reunião, realizada em 25 de junho de 2013..... 268

Ata da 2ª Reunião, realizada em 21 de agosto de 2013..... 270

Ata da 3ª Reunião, realizada em 26 de agosto de 2013..... 272

Ata da 4ª Reunião, realizada em 7 de outubro de 2013..... 299

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2013 319

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2013..... 333

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2013..... 347

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2013..... 372

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2013..... 390

Ata da 59ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de novembro de 2013 (Realizada em conjunto com a 63ª reunião da CE) **(Publicada no item 1.1.4)**

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2013..... 400

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 427

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 435

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2013..... 439

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013 456
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013..... 461
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2013..... 467

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 58ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de outubro de 2013 476
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2013 516
Ata da 60ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de outubro de 2013 529
Ata da 61ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de outubro de 2013 567
Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2013 606
Ata da 63ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2013 630
Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2013 662
Ata da 65ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de novembro de 2013..... 671
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2013..... 697
Ata da 67ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de novembro de 2013..... 704
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2013..... 739
Ata da 69ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de novembro de 2013..... 756
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2013..... 773
Ata da 71ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 787
Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 826
Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2013..... 829
Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2013..... 853
Ata da 75 ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013..... 862
Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2013..... 922
Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2013..... 940
Ata da 78 ª Reunião, Conjunta, realizada em 11 de dezembro de 2013..... 957
Ata da 79 ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013..... 968
Ata da 80ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de dezembro de 2013 (Realizada em conjunto com a 46ª reunião da CMA) **(Publicada no item 1.1.5)**
Ata da 81ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2013..... 993
Ata da 82ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de dezembro de 2013..... 1002

VOLUME II

1.1.3.1 – Subcomissão Permanente de Segurança Pública – CCJSSP

Ata da 3ª Reunião realizada em 10 de maio de 2012..... 1046

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2013 1063
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2013 1076
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de outubro de 2013 1110
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2013 1151
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2013 1194
Ata da 55ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de outubro de 2013 1204
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2013 1226
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2013 1258
Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2013 1284
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2013..... 1309
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2013..... 1353
Ata da 61ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2013..... 1378
Ata da 62ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de novembro de 2013..... 1388
Ata da 63ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de novembro de 2013..... 1416
Ata da 64ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de novembro de 2013..... 1435
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 1445
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 1450
Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 1455
Ata da 68ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2013..... 1457

1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2013 1460
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2013 1483

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2013 1508
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de novembro de 2013 1509
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2013 1538
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013 1553
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2013..... 1559
Ata da 46ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de dezembro de 2013..... 1573

1.1.5.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM

Ata da 3ª Reunião, realizada em 13 de agosto de 2013..... 1582

1.1.5.1 – Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos– CMARS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 1 de outubro de 2013..... 1598

1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de outubro de 2013 1602
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2013 1626
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de outubro de 2013 1657
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2013 1695
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2013 1722
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2013 1762
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2013 1787
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de novembro 2013 1812
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2013..... 1844
Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de novembro de 2013..... 1872
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2013 1896
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2013..... 1927
Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2013..... 1929
Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2013..... 1948
Ata da 63ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de novembro de 2013 (Realizada em conjunto com a 63ª Reunião da CE) **(Publicada no item 1.1.4)**
Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2013..... 1980
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2013..... 1996
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2013..... 2015

1.1.6.1 – Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2013..... 2018
Ata da 2ª Reunião, realizada em 8 de maio de 2013..... 2030

1.1.6.2 – Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso – CDHPECAJI

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2013..... 2048

1.1.6.3 – Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMVJ

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2013..... 2060

VOLUME III

Ata da 2ª Reunião, realizada em 26 de agosto de 2013..... 2078
Ata da 3ª Reunião, realizada em 24 de setembro de 2013 2104
Ata da 4ª Reunião, realizada em 6 de novembro de 2013 2122
Ata da 5ª Reunião, realizada em 26 de novembro de 2013..... 2138
Ata da 6ª Reunião, realizada em 17 de dezembro de 2013..... 2151

1.1.6.4 – Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo – CDHTRAF

Ata da 1ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2013..... 2169

1.1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2013..... 2181
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2013..... 2204
Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de novembro de 2013..... 2227
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2013..... 2243

1.1.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de outubro de 2013 2261
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2013 2265

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2013 2313
Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2013 2320
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2013 2360
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2013 2363
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2013 2393
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de novembro de 2013..... 2396
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2013..... 2414
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2013..... 2445
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2013..... 2448
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2013..... 2477
Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2013..... 2480
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2013..... 2508
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2013..... 2511
Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2013..... 2528
Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 2530
Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 2567
Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013..... 2572
Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013..... 2601
Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013..... 2609
Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2013..... 2631
Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013..... 2646
Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013..... 2685
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2013..... 2686

1.1.8.1 – Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID

Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de novembro de 2013 2700

1.1.8.2 – Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – CIPOSECA

Ata da 1ª Reunião, realizada em 2 de outubro de 2013..... 2709
Ata da 2ª Reunião, realizada em 10 de outubro de 2013 2712
Ata da 3ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 2013 2721

1.1.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 26ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de outubro de 2013 (Realizada em conjunto com a 55ª reunião da CE) **(Publicada no item 1.1.4)**
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2013 2728
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2013..... 2732
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2013..... 2745
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 2777
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 2783
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2013..... 2810
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2013 2831
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2013..... 2867

1.1.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2013 2870
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2013 2900
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de outubro de 2013 2917
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2013 2920
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7de novembro de 2013..... 2944
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2013..... 2960
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de novembro de 2013..... 2977
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2013..... 2984
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 3025
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2013..... 3029
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2013..... 3041
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2013..... 3059

1.1.11 – Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2013 3076

Ata da 38ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de outubro de 2013 (Realizada em conjunto com a 55ª reunião da CE) **(Publicada no item 1.1.4)**

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2013..... 3102

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2013..... 3110

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2013..... 3127

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2013..... 3155

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27de novembro de 2013..... 3169

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2013..... 3173

1.1.12 – Comissão Senado do Futuro – CSF

Ata da 4ª Reunião, realizada em 16 de outubro de 2013 3199

Ata da 5ª Reunião, realizada em 19 de novembro de 2013..... 3220

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA – CDHMVJ, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 10 HORAS.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e treze, na sala seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador João Capiberibe, reúne-se a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMVJ, no âmbito da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senadores: João Capíberibe e Randolfe Rodrigues. Registra-se a presença do Senador Pedro Simon. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 42, de 2013, aprovado em 06/06/2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que requer a realização de audiência pública para debater sobre o tema: **"abusos de agentes do Estado durante a ditadura militar".** A Presidência comunica que a presente Audiência Pública, terá caráter interativo com a possibilidade de participação popular por meio do portal e-cidadania e do Alô Senado (0800 61 22 11). O Senhor Presidente apresenta os expositores e os convida a tomarem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra para os convidados, nesta ordem: Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; Claudio Fonteles, Ex-Coordenador da Comissão Nacional da Verdade; Fábio Borges da Silva, Pesquisador-Colaborador da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília; Gilney Viana, Coordenador do Projeto "Direito à Memória e Verdade" da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Maria Eliana de Castro Pinheiro, Irmã de Desaparecido na Guerrilha do Araguaia e Integrante do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do DF. O Senhor Presidente, após a fala dos senhores convidados franqueia a palavra aos Senadores presentes. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente lê e aprova os seguintes encaminhamentos de senadores e convidados: – Transformar o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça em um centro nacional de pesquisa documental aberta ao público, a fim de propiciar uma permanente defesa da democracia; -Investigar como e, se são ministradas as disciplinas de História, Geografia, filosofia, ciência política e sociologia na educação de jovens militares? Qual o foco destas disciplinas, humanista ou militar? Qual a carga horária destas disciplinas? Os professores são militares ou civis? – Transformação de prédios públicos que abrigaram os abusos de agentes do Estado, ou parte destes, em espaços culturais e de memória permanente. A idéia do Dr. Claudio Fonteles é no sentido transformar os espaços que foram palco do vilipendio do ser humano, em museus dinâmicos e centro de pesquisa, propícios à visitação pública, debates, **para que não se esqueça e para que nunca mais aconteça;** – Reconduzir o Dr. Claudio Fonteles como membro da Comissão Nacional da Verdade; – O Senador Randolfe Rodrigues faz encaminhamento, *ad referendum* da CDH, no sentido de fazer uma visita conjunta com os membros da Comissão Nacional da Verdade, os membros do Ministério Público Federal e os membros da Comissão Estadual ao prédio da antiga sede do DOICOD na Rua Barão de Mesquita, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Pedro Simon. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos, lavrando eu, **Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **– Senador João Capiberibe,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 42, de 2003 – CDH, aprovado no dia 6 de junho de 2013, por iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, para tratar dos abusos de agentes do Estado durante a ditadura militar.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por meio do portal e-Cidadania, acessando-se o *link* que podemos ver na tela e mandando perguntas ou comentários que aqui faremos questão de transmitir aos presentes e àqueles que nos acompanham pela TV Senado.

Para iniciar nossa audiência, convido o Sr. Aurélio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria Federal da República; o Sr. Cláudio Fonteles, Procurador Federal e ex-coordenador da Comissão Nacional da Verdade; o Sr. Fábio Borges da Silva, pesquisador, colaborador da Comissão

Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília; a Srª Maria Eliana de Castro Pinheiro, irmã de desaparecido na Guerrilha do Araguaia e integrante do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do Distrito Federal.

Também está convidado para esta audiência o Sr. Gilney Viana, que está a caminho. Assim que chegar, vai compor esta Mesa conosco.

Dando início, concedo a palavra ao Sr. Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão na Procuradoria Federal da República.

O tempo estabelecido é de dez minutos, com prorrogação, se for necessário. Eu sou muito liberal com o tempo, mas, como somos tantos, vamos estabelecer um tempo.

O SR. AURÉLIO VEIGA RIOS – Obrigado, Senador João Capiberibe. Eu não precisarei dos dez minutos, até porque não tenho condições de usá-los em razão de uma gripe que praticamente fez com que minha voz desaparecesse.

Quero aproveitar a analogia de estar praticamente sem voz e falar um pouco daqueles que ficaram sem voz ou cujas vozes foram caladas durante muitos anos. Estamos falando aqui agora sobre os efeitos da Lei da Anistia e o que fazermos num momento em que o Brasil tenta trabalhar a memória, a verdade, sem esquecer outro componente: a justiça. Isso tem sido uma tônica em todos os lugares em que foram estabelecidas Comissões Nacionais da Verdade. Certamente, isso será um assunto do meu querido colega, Cláudio Fonteles, eu não vou aprofundar-me sobre isso, mas também uma relação muito delicada entre as Supremas Cortes e as Comissões Nacionais da Verdade, ou, pensando de outra horizontalidade, das decisões das Cortes Internacionais, especialmente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e do Supremo Tribunal Federal.

Vocês todos sabem que o Brasil foi condenado no caso Gomes Lund não só a fazer a reparação daquelas pessoas que perderam os seus entes queridos na chamada Guerrilha do Araguaia, mas também a uma obrigação de fazer, de investigar as razões pelas quais aquelas pessoas foram mortas e as razões pelas quais os corpos de quase todos ainda estão desaparecidos.

Esse é outro ponto. Nós temos uma dificuldade de compreender a Lei da Anistia e a sua importância histórica à luz do presente. Nenhuma lei, por melhor que seja, sobrevive ao tempo e à necessidade de conformação de outros valores e de outras imposições da sociedade. O que se quer, e aí há uma enorme confluência entre nós, da Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, de que haja uma interpretação conforme. Não é, de modo nenhum, invalidar a importância do que foi feito lá atrás, mas a importância de também pensar no futuro.

Milan Kundera considera que toda a questão da memória sempre significará, como a justiça, a luta contra o esquecimento, e a Lei da Anistia não pode servir para tornar o Brasil uma Nação sem memória, injusto. Ela não é um atestado de amnésia coletiva, ela não pode servir de escudo de impunidade. Não se pode exigir de jovens Procuradores da República que, quando encontrem uma ossada, restos mortais, declarações e depoimentos comprovando a crueldade da tortura, do tratamento cruel, desumano, quando não corpos que foram literalmente dilacerados com partes enterradas em lugares distintos, que, em relação a crimes de extrema gravidade, não façam nada.

Pergunto, meu prezado Presidente João Capiberibe, o que a sociedade esperaria do Ministério Público diante não só de indícios, mas de provas contumazes de ocorrências de delitos gravíssimos? A sociedade deseja que isso seja esquecido? Que isso seja engavetado? Que isso não seja investigado? Que as pessoas que, em nome do Estado, ou sob a sombra dele, praticaram esses atos possam estar eternamente impunes? É isso que é justiça? É para isso que a Justiça serve? De que vai adiantar o relatório mais bonito produzido pela Comissão Nacional da Verdade, se não tivermos a possibilidade efetiva de esclarecer o que aconteceu, quem deu causa a isso e as consequências disso para o futuro? Porque em todo processo de memória e verdade não se cuida apenas do passado, cuida-se exatamente de se preservar a memória para o futuro, para que não mais ocorra, para que nunca mais ocorra.

Obrigado, Senador. Obrigado a todos que nos ouviram.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muitíssimo obrigado, Dr. Aurélio Rios.

Destaco a presença aqui, acompanhando essa audiência pública, do Senador Pedro Simon, que tem uma história e acompanhou a história deste País, ao longo de todos esses anos, exatamente nos anos que estamos abordando aqui, e conhece profundamente o que de fato nos aconteceu.

Dando sequência, convido para usar a palavra o Dr. Cláudio Fonteles, Procurador Federal e ex-coordenador da Comissão Nacional da Verdade. Tenho convicção de que o Dr. Cláudio Fonteles tem muita informação e pode até usar o tempo que sobrou do Dr. Aurélio.

O SR. CLÁUDIO FONTELES – Vamos partilhar.

Senador João Capiberibe, meu querido irmão Pedro Simon, amigas e amigos, a Comissão Nacional da Verdade tem, para mim – e está na lei, mas a gen-

te tem sempre que transcender a lei – dois grandes objetivos. Quais são esses dois objetivos? O primeiro deles significa apresentar para a sociedade brasileira, para as gerações de brasileiras e brasileiros, a grande maioria que não viveu os obscuros anos da ditadura, o que significa o Estado ditatorial militar, que monstro nós vivemos neste País. Esse é um dos grandes vetores, a meu juízo, da CNV. E, de par com isso, numa tarefa pontual, esclarecer o anseio legitimíssimo – "míssimo", "míssimo", com todo o superlativo possível! – de paradeiros, situações de irmãs e irmãos que lutaram por um ideal humanista, de solidariedade humana, de mudança de parâmetros de convivência em nosso País, que morreram e que aqui estão representados pela minha companheira, e aqueles outros que sobreviveram e lutaram, também. Então, são essas as duas grandes vertentes que aí se põem. Para quê? Eu costumo – a frase não é minha, creio que seja das mães da Plaza de Mayo – dizer, e acho que isso é uma síntese de tudo, meu caro Senador: Para que nunca mais se esqueça, para que nunca mais aconteça" em solo brasileiro a vivência do assassino Estado ditatorial militar.

Muito bem, de par com isso e obediente a esses dois objetivos, o que se buscou fazer e o que procurei fazer – e como me foi enriquecedor esse ano que pude privar desse trabalho na Comissão Nacional da Verdade! –mergulhei fortemente no Arquivo Nacional. Semanalmente, para ali fui. Para quê? Para desvendar essa realidade, aproveitando a Lei de Acesso à Informação, a LAI, que abriu tudo, como deve ser numa democracia. E lá deparei com um enorme conjunto de documentação que acho que hoje pouquíssimos brasileiros, todos poderíamos ter acesso, mas por falta de informação, não sabem que lá existe. Um manancial enorme.

Dizem os técnicos do Arquivo Nacional que sobre esse período, de 1964 a 1985, há cerca de 15 milhões de documentos, produzidos, vamos dizer assim, pela "cabeça" do sistema ditatorial militar, que eram os órgãos de informação: O SNI, o Cenimar, Cisa, CIE, Ciex, enfim essa cabeça monstruosa dos órgãos de informação. Isso tudo está lá.

E eu fui, mergulhei, e até aprendi o valor de arquivo nacional. E ano passado eu contava com 65 anos de idade; estou com 66, portanto. Aqui já deixo uma sugestão concreta para a nossa Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça. Para mim e para muitos do mundo jurídico – e conclamo aí os jovens, jornalistas, enfim, pesquisadores todos, escolas públicas e particulares, a quebrarem o preconceito que eu quebrei –, quando se falava em arquivo, talvez pelo viés jurídico, significava cesta do lixo. Arquivou? Lixo. Essa era a imagem. Não é nada disso! Arquivo é fonte inesgotável de produção de conhecimento. E povo que conhece, aí sim, defende os seus ideais; agora povo que não conhece é facilmente manipulado.

E nessas minhas andanças, nesse período de um ano em debates em universidades, enfim, em sindicatos e nas ruas mesmo, pessoas: "Mas olha, professor, isso está muito longe. Isso não foi comigo". Jovens dizem isso a você. E não culpo não. Não estou culpando ninguém aqui não. "Está longe, está distante, não sei... Será que vale a pena?" Entende a enorme, a ingente tarefa nossa, em defesa dessa plantinha tão tênue que se chama democracia, que precisa ser alimentada todos os dias? Então, arquivo, aí a sugestão concreta, não pode ser um órgão menoscabado do Ministério da Justiça, Senador Randolfe, como é hoje, até geograficamente. Se os senhores forem lá, é no Setor de Indústrias Gráficas – eu nem sabia onde era –, atrás da Advocacia-Geral da União. É como se fosse um depositozinho lá atrás. Você vai numa pistazinha paralela e encontra um pequeno local lá: Arquivo Nacional. Quando isso tinha que ser transformado – isso aliás eu já disse para a Presidente da República, numa conversa que tive com ela – em um centro nacional de pesquisa documental permanente da democracia, porque é exatamente isso, para que as pessoas que ali vão, ali mergulhem, ali conheçam a sua história. Só assim não se esquece; só assim que se luta para que nunca mais aconteça, porque você tem a vida dentro de si, o seu conhecimento.

E coerente com isso, eu produzi cerca de 150 páginas escritas, que qualquer pessoa aqui, o telespectador que está a nos ver agora, pode consultar. Este era um ponto que eu tentei colocar, porque a CNV, a Comissão Nacional da Verdade, não é a verdade em si. Pelo amor de Deus! Nós não somos a verdade, nós somos um instrumento de estimular a participação da cidadania brasileira, em contato perene, com os familiares de mortos, desaparecidos, políticos, que fiz aqui em Brasília, em diálogo contínuo e inacabado. Meu Deus do céu! A CNV é mero instrumento de promoção de debate com as comissões estaduais da cidadania ou oficiais dos Estados e dos Municípios. Esse é o ponto. Para mim a comissão é um motor propulsor de cidadania, para que nós todos criemos – e esse é o grande desafio. Há palavras aqui que eu estou dizendo que são bonitas, mas *verba volant* –, uma rede permanente de defesa da democracia. É isso.

Então, vejam, eu produzi 150 páginas, um primeiro mundo. Quem quiser, puder mergulhar lá e olhar, não vai cansar não. São seis capítulos sobre o que nominei, dei o título de: O Estado Ditatorial Militar. Depois, fiz o exame de várias condutas de pessoas, mulheres e homens, jovens massacrados pela sanha do Estado

ditatorial militar, alguns conhecidos do público, outros nada conhecidos do público ali estão. Convido vocês todos a mergulharem devagar no conhecimento desses textos que pus para serem criticados, inclusive pelos próprios familiares, para que digam: "Aqui, Fonteles, está errado; tinha de ser assim, assim, assim". É isso, entendem?

Não é nada de querer ser novidadeiro. O problema não é esse, pelo amor de Deus! Quem busca novidade e deve buscar é a imprensa. Mas CNV não é imprensa. A função da CNV não é ser novidadeira, é fazer esse grande arcabouço.

Aqui o ponto fundamental, me parece, é que todos esses escritos, as afirmações que ali faço, meu caro Senador Pedro Simon, meu caro Senador Capiberibe, meu caro Senador Randolfe, têm por prova – não estão ao vento, não é Fonteles jogando uma frase bonita ou de impacto – o quê? A documentação produzida pelo Estado ditatorial militar e que, até então, era secreta, ou confidencial, ou reservada. Então, o que ali digo esse próprio Estado ditatorial militar escreveu, como demonstrei.

Durante o comando do Coronel Brilhante Ustra, isso coloquei na audiência pública que fizemos, de 1971 a 1974, foram mortos, no DOI-Codi de São Paulo, com prova documental inequívoca, 51 irmãos e irmãs brasileiros que estavam presos. Está lá o título maior: Presos; e com subtítulo. Mensalmente. Mensalmente se mandava para o comando do 2º Exército. O DOI-Codi mandava. Subtítulos: enviados ao DOT, enviados a outros órgãos, liberados, mortos. Mortos como subtítulo de título: Presos nas Dependências do DOI-Codi, segundo o Exército, com prova documental eloquente. Então, ali está. Podem ir, podem ver. É a demonstração documental do que se fez.

Eu dediquei um estudo, em 1972, sobre o que aconteceu no Araguaia em 1972. Eu estava a caminhar para estudar 1973 e 1974. Mas estudei 1972, está lá. E eu me louvei em quê? Em todo um trabalho do Comandante de Operações General Antônio Bandeira. Ali, brasileiras e brasileiros, o Exército brasileiro – militares da época, não o Exército, porque ninguém tem nada contra instituições; Exército, Marinha e Aeronáutica são fundamentais em qualquer democracia –, essas instituições têm que ser preservadas. Agora, o grande papel que se faz aqui, e isso é vital, parece-me vital, é a amplíssima discussão com soluções concretas sobre qual é o papel das Forças Armadas neste País.

Àqueles jovens hoje, meninas e rapazes que querem ser militares, e vamos saudá-los porque é uma carreira importantíssima, que tipo de ensino se lhe está? Outro desafio para a nossa Subcomissão também.

Eu tenho a informação, a confirmar, de que as disciplinas de História e Geografia, meu querido Pedro Simon, nos colégios militares só podem ser dadas por militares; professores civis não lecionam Historia e não lecionam Geografia na formação de quem quer ser militar, por quê? Que inconstitucionalidade é essa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Na atualidade?

O SR. CLÁUDIO FONTELES – Na atualidade. Eu vou checar isso que uma professora que me mandou. E que qual é a carga de disciplinas dadas para um jovem? Está enfatizando o quê? Conhecer manobras militares ou também conhecer filosofia, sociologia, ciência política? Que tipo de formação se dá para aquele que quer ser militar: uma formação estritamente militarizada ou também e fortemente humanista? Esta aí um ponto fundamental sobre o qual todos nós temos de nos debruçar.

Vejam que, de acordo com esse documento geral do Prof. Antônio Bandeira, no PCdoB, no ano de 1972, guerrilheiros e guerrilheiras não se chegavam a 70 pessoas, com armamentos de nada praticamente, e a movimentação militar atingiu 2.346 pessoas. E o tipo dessa movimentação sabe qual foi? Manobras de exercício, monobras. Está escrito no documento oficial do General Antônio Bandeira, manobras de exercício. Em manobras de exercício mataram brasileiras e brasileiros que ousaram viver um ideal.

Entendem isso? Entendem como isso é importantíssimo? Entendem como isso precisa ser disseminado para o país todo, do Amazonas ao Rio Grande do Sul? Entendem a importância da Comissão Anísio Teixeira na Universidade?

Eu fiquei triste – não vou dar nomes; também, eu não quero saber de nomes, não me interessa saber – quando eu debatia no Ibram (Instituto Brasileiro de Museu), Senador...

E também mudei, porque Museu, para mim, era aquele negócio, me via lá visitando e tal, mas era um negócio do passado. E passado é presente, para que não aconteça o futuro; passado é presente para que não aconteça no futuro.

Então, esse presidente me disse que ele ofereceu a UnB – e não vou dar período, não vou dar nada; nem me interessa identificar o reitor – o quê? O que eles chamam de museus vivos. O que seria isso? No ano de 1968 – quando houve aquela invasão e estudantes estiveram no corredor e ali trilharam caminho, apanhando de cassetetes ou empurrões e depois presos, outros soltos, mas presos – o Ibram se prontificou a, na UnB, fazer um museu vivo. Ou seja, nas áreas em que aconteceu isso se faria um corredor ali com fotos da época, Aurélio, preservando-as das intempéries e

tal, de modo que as gerações dos universitários que ali passassem, Senador, veriam, parariam. O menino que via nascer daqui a 50 anos, quando estiver com 18 anos, daqui a 68 anos, ele pararia ali e veria aquilo que aconteceu. E não foi avante. Lamentava-se o Presidente do Ibram para mim: "Olha, apresentamos tudo, faríamos o projeto todo e não foram avante os espaços de memória". Memória não é passado; memória é a celebração do presente, para que não aconteça no futuro.

Por isso que, como coordenador, oficiei vários prefeitos, governadores. Sou carioca e oficiei o Governador do meu Estado, prefeitos do meu Estado, para a transformação de prédios onde aconteceram torturas, vilipêndio à pessoa humana em espaços de presença, com memória viva, com debates, audiências públicas, debates, projeções cinematográficas, convênios, teatros, escolas, jovens, professores levando alunos e falando, centros de pesquisas. Tudo, meu Deus, faz viver isso! Por quê? Escute, por que o governante se faz omisso? Mas por quê? Eu pedi lá no seu Amapá também. Eu pedi lá.

Meu Deus, isso é uma coisa que sei lá... Eu sei, pode haver boas razões, mas isso é algo que tinha de ser feito de imediato.

Procurei, então, aqui dar algumas coisas concretas, porque eu acho que a Subcomissão tem um valor fundamental, casada com a cidadania, casada com a CNV, casada com as comissões da cidadania e as oficiais, para que não se esqueça, para que nunca aconteça.

Minha saudação especial ao meu irmão e a todos de paz e bem.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muitíssimo obrigado, Dr. Cláudio Fonteles, que nos traz aqui a convicção da importância de garantir o nosso futuro, trazendo para o presente a tragédia que aconteceu neste País, que determinou o atraso político gigantesco que vivemos até hoje. Nossas instituições ainda permanecem mutiladas em função dos longos períodos de ditadura que nós vivemos.

Dando sequência, eu concedo a palavra ao pesquisador, colaborador da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília, Prof. Fábio Borges da Silva.

O SR. FÁBIO BORGES DA SILVA – Bom dia**!**

Por força do hábito e pelo tempo que tenho, achei mais fácil escrever um texto e fazer a leitura dele. Ele vai ser projetado ali para quem quiser acompanhá-lo.

Na pessoa do Senador João Capiberibe, Presidente desta Comissão, agradeço o gentil convite para essa audiência pública e aproveito a oportunidade para saudar todos os membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, particularmente, os membros da Subcomissão Permanente da Memória Justiça e Verdade desta Casa, Senado Federal.

Também cumprimento os companheiros que terei nesse debate: o Gilney, que ainda não chegou; o Aurélio Rios; o Cláudio Fonteles; a Maria Eliana Pinheiro. Até hoje de manhã achava que o Mateus Guimarães, sobrinho do Honestino Guimarães também estaria aqui.

Por fim, cumprimento outra pessoa que não está presente, mas é fundamental nessa história, que é Maria de Nazaré Pedroza, a quem dedico este momento e este texto. Na sua pessoa, também saúdo todos os presentes neste recinto.

Por fim, gostaria também de agradecer ao Senador Randolfe e ao Deputado Chico Alencar, porque foi através deles que pude estar aqui com vocês nesta mesa.

Sou estudante universitário, doutorando em Literatura Brasileira pela Universidade de Brasília. Desde 2009, já residindo na Capital Federal, ao tomar conhecimento mais aprofundado da história da Universidade de Brasília, às vésperas de suas bodas de ouro, optei pela militância na luta em torno da Memória, Verdade e Justiça, sobretudo essa última – a justiça –, obviamente defendendo uma concepção de justiça não revanchista, muito inspirado naquela experiência de países como a África do Sul, quando da apuração dos crimes de Estado cometidos durante regimes autoritários.

Esse engajamento me levou a presidir, em 2012, a Associação de Pós-Graduandos da Universidade de Brasília, que naquela ocasião recebeu o nome de Ieda Santos Delgado, estudante do curso de Direito da UnB desaparecida em 1974, numa viagem entre Rio de Janeiro e São Paulo, provavelmente pelas mãos do regime civil militar, ditatorial.

No ano passado, além de integrar o grupo de trabalho que investiga a estrutura de repressão na Universidade de Brasília nos arquivos públicos brasileiros, como parte das atividades gerais da Comissão Anísio Teixeira de Memória, Verdade e Justiça da UnB, organizamos, através de um edital promovido pela UnB na ocasião do seu jubileu, um seminário no emblemático Auditório Dois Candangos da Universidade, quando pudemos, em três dias, colher depoimentos de quase 30 estudantes que viveram e protagonizaram os cinquenta anos da história do movimento estudantis na Universidade, desde 1962.

Ouvimos e debatemos com importantes militantes de lideranças estudantis, como Luís Pontual, Paulo Speller, Nazaré Pedroza, Fabrício Pedros, Betty Almeida, Maria Coeli de Almeida Vasconcelos, Edilberto Campos, Mário Balaban, Zeke Béze, entre outros.

Para encurtar a prosa, foram essas escolhas que me trouxeram, portanto, a essa audiência hoje.

Tenho 35 anos. Nasci em 1978 e cursei a série inicial do fundamental em 1984. Vivi, pois, o período final da distensão. Portanto, é como herdeiro dessa história nacional ou como alguém que vive a herança e o legado deixado ao contemporâneo por ela, que gostaria de lhes falar nessa manhã. E, por essa via, tento evidenciar de que modo, na minha condição de juventude do presente, é possível nos comprometermos com todos vocês que se vincularam a essa bandeira nos últimos 49 anos, portanto me precedendo no tempo e que, certamente, muito mais tem a dizer sobre o tema proposto a essa audiência pública. Espero, mesmo assim, contribuir.

Passemos ao tema. Creio que o debate sobre o financiamento do aparato ditatorial brasileiro, que me foi pedido como tema a ser abordado, particularmente do período entre as décadas de 60 e 70 do século XX, dos seus nexos nacionais e internacionais, exija três frentes distintas, mas complementares, de enfrentamento.

O primeiro seria entender a formação do aparato repressivo no Brasil pré-golpe civil-militar de 1964, que passa pela investigação de um grupo que ficou conhecido como Ipes/Ibad – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática, respectivamente, organizados espacialmente em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Esse segmento da elite empresarial brasileira se articulou ao capital internacional, ao setor empresarial multinacional associado, bem como aos militares. Essa extensa e complexa articulação foi nomeada, portanto, de Ipes/Ibad.

Os interesses da elite empresarial brasileira, em consonância aos interesses do capital internacional, no sentido de articulação capaz de disputar a condução do País via instalação de um governo autoritário, ganharam forma quando se aproximaram dos militares, especialmente da Escola Superior de Guerra. Foi aí que passaram a atuar em bloco, na defesa de um projeto de modernização pela via internacionalista, portanto distinto daquele idealizado por Jango, que tinha como suporte o setor empresarial multinacional associado. Ou seja, defendiam, como projeto de futuro, a retomada de uma fase anterior do desenvolvimento brasileiro, aquela na qual imperou a dependência econômica nacional ao capitalismo internacional.

A Historiadora Heloisa Starling, da UFMG, nos anos 80, dedicou seus estudos de mestrado ao tema do Ipes/Ibad, que foram sistematizados sob o título *Senhores das Gerais, os Novos Inconfidentes do Golpe de 64*, escritos a partir das memórias do General Mourão Filho e dos acervos do Arquivo Público Mineiro e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Sobre esse momento do golpe, há um interessante comentário feito pelo famoso escritor mineiro João Guimarães Rosa, em 3 de abril de 1964, à sua tradutora Harriet de Onís. À época, Guimarães Rosa também era Secretário de Fronteiras do Brasil.

E, como a senhora terá acompanhado pelos jornais, o grande movimento cívico-militar que nos livrou de João Goulart e seus perigosos agitadores se desenrolava aqui, enquanto eu trabalhava nas notas, fazendo justamente como Burrinho Pedrês na travessia do Córrego da Fome cheio.

Minha casa é encostada ao Forte de Copacabana, e eu tinha que comparecer ao Ministério, que é encostado ao Ministério de Guerra. Daí, rogo-lhe desculpar muita coisa, principalmente o tom das notas.

Na mesma carta, ele continua dizendo:

Duas coisas me confortam imensamente no momento. Sua esplêndida performance com nosso "The Little... Donkey". E o fato de a rebelião contra o governo pró-comunista de João Goulart ter partido do nosso Estado de Minas Gerais, e as tropas que se arrojaram, rápidas e disciplinadas, maciçamente contra o Rio de Janeiro foram as de Minas: descendo das montanhas, a nossa gente do sertão, do Grande Sertão, das Backlands.

Passamos agora ao segundo enfrentamento. Ele se refere à outra fase da montagem do aparato impressivo, agora já no contexto pós-68 e do Ato Institucional nº 5, com a criação da Oban e seus nexos com o DOI-Codi. Um dos primeiros documentos publicados pelo Cláudio, intitulado a União Industrial Militar, disponível no *site* oficial da Comissão Nacional da Verdade, deixa inequívoca não só a existência dos referidos aparatos repressores, bem como a participação do General Ustra e do empresário Boilesen, o Diretor da Ultragaz, na orquestração dessa estrutura estatal de produção do terror e do medo. Esse enfrentamento específico, pela notória importância, se comparada ao seu sucesso em relação às outras estruturas de repressão, vem sendo largamente pesquisado pelo grupo da CNV, um grupo de trabalho específico, coordenado pelo José Paulo Cavalcanti Filho, que tem a tarefa de investigar a estrutura da repressão.

Os resultados dessas investigações desejamos que começassem a ser disponibilizados o quanto antes.

O terceiro e último enfrentamento, também contemporâneo do período posterior ao AI-5, refere-se ao trabalho de investigação do que foi a Operação Condor, aquela articulação entre vários Estados ditatoriais da América do Sul, a partir de 1969, denominada Escola das Américas, capitaneada pelos Estados Unidos da

América e por seus aparelhos de inteligência e segurança militar, cujo objetivo era, entre outros, a eliminação de chefes de Estado considerados inconvenientes e perigosos à realização daquela etapa do processo de produção capitalista que se intentava em toda a América Latina. Um dos seus desdobramentos conhecemos no Brasil como o "milagre econômico" do início dos anos 70, quando também se criou a grande maioria dos cursos de pós-graduação brasileiros, conhecidos por defenderem concepções e projetos de nação de base essencialmente populares ou voltados aos interesses do bloco comunista mundial – vivíamos a Guerra Fria.

Foi no primeiro Governo Vargas que assistimos a uma enorme alavancada estatal no sentido de fomentar e articular a integração do mercado interno nacional, capitaneada pela economia urbana e industrial do Sudeste, sobretudo Rio e São Paulo, quando estes protagonizaram a abertura de outro caminho, embora muito determinado pela crise internacional de 1929, no sentido de uma diminuição da dependência nacional da economia externa, ao fomentar a produção, circulação e consumo de mercadorias em Território nacional. Em linhas gerais, essa política econômica permanece no Brasil até o início da década de 50 e começa a ser alterada quando o Brasil, particularmente o empresariado de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, abre a sua economia à participação externa, a empresas de capital privado internacional.

A leitura do livro de Heloísa Starling nos faz crer que serão esses mesmos empresários, que também se associaram aos variados setores conservadores das elites locais e regionais, agrárias, urbanas, financeiras e religiosas e mesmo às nacionais e internacionais, estrangeiras, através do Ipes/Ibad, os responsáveis pelo financiamento e execução do golpe em março de 1964 contra o Brasil de João Goulart e contra a sua utopia de uma nova e outra independência nacional.

Muito do protagonismo contra Jango foi assumido nas ruas de Belo Horizonte nas famosas "marchas da família com Deus pela liberdade e em defesa da tradição, família e propriedade", como era o caso da LIMDE, a Liga da Mulher Democrata, chefiada por Lydia Magon Villar, esposa do advogado e gerente da rede Ipes/Ibad, Aluísio Aragão Villar.

A alegação dada era de que, se tínhamos um Presidente em vias de fazer do Brasil uma república comunista a propor as reformas de base – à época, símbolo da luta por um Brasil popular –, era preciso movimento e ação rápida que lhe impusesse lógica contrária, um governo que construísse um Brasil para as elites, sob a coordenação ideológica, bélica e econômica dos Estados Unidos da América. Portanto, em contraponto à concepção de Brasil e de nação e ao projeto que daí decorre, idealizada pelo grupo que era representado no Brasil por João Goulart, se impôs violentamente outro projeto de naca: aquele que, submetido ao imperialismo industrial estadunidense, era caracterizado, entre outras coisas, pelo estímulo à produção industrial de armas.

O mesmo documento anteriormente citado sobre a relação entre indústria e militarismo na ditadura, do Cláudio Fonteles traz a informação de que, em 31 de março de 1964, em São Paulo, se criou o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), órgão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, que tinha a intenção de organizar nacionalmente uma espécie de indústria bélica brasileira. Tínhamos, portanto, dois projetos de nação em disputa política pela condução e direcionamento dos rumos que dariam ao País.

O livro de Starling traz, em seu final, enorme lista na qual é possível saber, tanto nacional quanto internacionalmente, os nomes das pessoas e instituições que estiveram vinculadas ao Ipes/Ibad em Minas Gerais – portanto, ao financiamento e montagem do aparelho repressor. Cito aqui algumas das entidades mais significativas: Associação dos Bancos de Minas Gerais; Centro das Indústrias da Cidade Industrial; Clube dos Diretores Lojistas; Cooperativa Central de Produtores Rurais de Minas Gerais; Federação da Agricultura de Minas Gerais; Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais; Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais; os sindicatos do Comércio Varejista e de Combustíveis Minerais de Minas Gerais, da Indústria de Carnes, Derivados e do Frio de Belo Horizonte, e das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais; Federação do Comércio do Estado de Minais Gerais; Associação da Indústria de Minas Gerais; Sindicato dos Bancos de Minas Gerais; Indústria Magnesita; Mannesmann Mineração; Companhia Siderúrgica Mannesmann; Siderúrgica Belgo-Mineira; Caixa Econômica Federal de Minas; Usiminas; Acesita; Departamento Nacional do Sesi; Sul América Seguros; Companhia Telefônica de Minas Gerais; Construtora Andrade Gutierrez; Companhia Força e Luz de Minas Gerais; jornal *O Globo;* Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais; dentre outros tantos.

Na p. 365 de seu livro, Starling ainda arrola enorme lista, de 50 nomes, de políticos que receberam recursos financeiros da rede Ibad/Adep/ADP. Cito os mais expressivos: Bonifácio Andrada, da UDN; Cônego Pacheco; Hermelindo Paixão; Arthur Bernardes Filho; e Valdir Melgaço.

Quanto à Oban, o caso de maior relevo é a participação do Grupo Ultra, particularmente do sádico e sombrio dinamarquês Henning Boilesen, que não só dis-

ponibilizou enormes quantias de dinheiro para montar a Operação Bandeirante, dando subsídio à existência material das torturas e mortes no DOI-Codi, criando uma milícia extraoficial e clandestina nacional para o aniquilamento de ativistas, como também introduziu a Pianola Boilesen, inventada nos Estados Unidos, como método de tortura.

Assim, o período que se estende entre o AI-5 e o início da distensão, 1977-1978, é também o de maior violência contra os cidadãos brasileiros. Foi nos anos 70 que morreram Anísio Teixeira e Paulo Dionísio de Vasconcelos e que desaparece a grande maioria dos ativistas contra o regime militar, sobretudo estudantes, a exemplo de Honestino Guimarães, Ieda Santos Delgado e Paulo de Tarso Celestino.

(Soa a campainha.)

O SR. FÁBIO BORGES DA SILVA – Estou encerrando.

Na revista *Caros Amigos*, em maio de 2012, no artigo "Os donos do capital no apoio ao terror de Estado", arrola-se um conjunto amplo de nomes que estariam na base do financiamento da Oban, junto de Boilesen. Aí é uma lista bem grandinha.

A Operação Bandeirante serviu de base à criação de outra: a Operação Condor. Essa tratava de organizar, em toda a América do Sul, aquilo que, no Brasil, ficou circunscrito ao DOI-Codi e à Oban.

A Escola das Américas, unidade das Forças Armadas dos Estados Unidos que funcionou no Panamá, destinada aos altos estudos da tortura, teria capacitado 60 mil militares de 23 países entre 1946 e 1984, sendo a principal referência e orientação quanto às táticas de guerra, repressão e aniquilamento dos movimentos sociais populares, bem como daqueles governos de orientação popular.

O depoimento do ex-presidente argentino Jorge Rafael Videla foi fundamental para adentrar na existência daquela organização continental.

Para finalizar mesmo, eu só gostaria de dizer que, neste debate da Oban, uma coisa que ela permite e que é fundamental é descobrirmos o que aconteceu com João Goulart e com JK.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Fábio, você pode continuar para concluir...

O SR. FÁBIO BORGES DA SILVA – Eu já concluí. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

O SR. FÁBIO BORGES DA SILVA – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Estava tão interessante o que Fábio traz para nós, numa demonstração clara de que os militares brasileiros não agiram por contra própria. Há um conjunto de fatores empresariais e políticos. Então, não houve uma decisão da caserna de implantar a ditadura, mas do conjunto de forças políticas do País. Portanto, não foi uma ditadura militar, mas uma ditadura civil, o que fica bem claro na sua exposição. Muito obrigado.

Já está presente Gilney Viana, que é coordenador do Projeto Direito à Memória e à Verdade, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a quem concedo, neste momento, a palavra.

O SR. GILNEY AMORIM VIANA – Bom dia a todos e a todas.

Sr. Senador João Capiberibe, demais Senadores presentes, particularmente o Senador Randolfe, que é proponente do requerimento para a realização desta audiência, demais companheiros e companheiras de mesa, peço desculpas por ter chegado atrasado. O agente público, às vezes, é atropelado por sindicâncias, pares e outras coisas mais. Então, eu estava *sub judice* até me liberar para chegar aqui.

Eu julgo muito importante que esse tema seja debatido quantas vezes forem necessárias, porque o lapso de tempo dos acontecimentos até a nossa recuperação na memória – ou resgate ou reconstrução, como queiram – é um tempo muito largo. Isso depende não só de pesquisas acadêmicas, como o Fábio aqui citou, mas também de memória das vítimas, dos familiares das vítimas, dos observadores do tempo – não precisa ser vítima para poder ter conhecimento dos fatos – ou de testemunhas. Ainda assim, eu acho que ainda vai faltar muito esclarecimento sobre o fato, porque o tempo da ditadura é um tempo muito largo, é um tempo de 21 anos. Se nós alargarmos, como alarga a Lei nº 9.140, para o período de transição, que é de 1985 a 1988, e que retroage de 1961 a 1964, somente nesse período, já vão quase 30 anos. E se, por acaso, nós formos mais generosos na recuperação, como é a Lei da Anistia e a lei que criou a Comissão Nacional da Verdade, nós teremos um interregno de 1946 a 1988. Existe um tempo muito largo, sobre o qual nós devemos fazer exercício de memória, de pesquisa e tudo.

Sobre o objeto em si.

Eu sou daqueles que, pela idade... E acho que, na Mesa, talvez o Fábio, que é o mais novo, não viveu o golpe militar.

Você viveu, não?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Eu era muito pequena.

O SR. GILNEY AMORIM VIANA – Mas nós vivemos o golpe militar, e vivemos a tentativa de golpe em 1971, quando houve a renúncia do Presidente

eleito democraticamente Jânio Quadros, e os militares – exatamente os militares golpistas, que tinham já um passivo de tentativas anteriores de inviabilizar os processos democráticos – tentaram impedir a posse do Presidente João Goulart, que era o Vice-Presidente eleito. Ele foi eleito em votação separada – é bom que se diga –, com votos próprios não por uma delegação, decorrente de constar numa chapa, mesmo porque as chapas não eram como são hoje, com Presidente e Vice-Presidente juntas. Nós vivemos aquela experiência.

E o genro do Leonel Brizola teve um papel fundamental na resistência civil ao golpe, bem como alguns generais. Inclusive o General Comandante do Terceiro Exército foi importantíssimo, quando ele aceitou apoiar a resistência no Sul contra a tentativa de golpe de 1961.

E já naquela época – eu morava em Minas Gerais, pois sou mineiro e morava em Belo Horizonte –, nós já víamos como foi ampla a participação não só de agentes de Estado civis, mas também de agentes de Estado militares. Quando se consumou o golpe, em 1964, essa configuração de uma aliança civil–militar já estava dada.

Então, essa caracterização da ditadura que pós-golpe se instala como civil-militar é apropriada, embora eu, por economia e por identificar o inimigo principal, prefira "ditadura militar", porque que o combate se deu com quem tinha arma na mão e porque os militares impuseram ao Congresso Nacional alternativas extraconstitucionais.

É bom que se diga que os golpistas civis, liderados no Congresso Nacional, inclusive, neste Senado da República, por Lauro Moura Andrade, e, na Câmara, por Mazzilli, uma vez declarada a vacância do cargo da Presidência da República, do Sr. Presidente da República João Goulart, não obstante ele estar em Território nacional e não ter apresentado renúncia, empossaram o Sr. Mazzilli como Presidente da República.

Na verdade, as conspirações pró-golpe eram múltiplas e alguns achavam que tinham poder, e não tinham poder nenhum.

Quando aqui baixaram os generais golpistas, comandados por Costa e Silva – e é por isso que depois ele vai ser Presidente, por essas e outras razões, o "Presidente", aspas, ditador real –, os Senadores golpistas e inclusive o Mazzilli, foram colocados no seu devido lugar. Apossou-se uma Junta e estabeleceu-se uma nova ordem de sucessão. Na verdade, quebrou-se a sucessão constitucional, quebrou-se a Constituição e estabeleceu-se um "poder", aspas, revolucionário.

Dito isso, desde então, os abusos são: primeiro, o golpe; segundo, a violação da Constituição; terceiro, derrogar toda a vontade popular; e, quarto, estabelecer uma dinâmica de governança que era de cima para baixo e que não aceitava que nem o Congresso Nacional se contrapusesse. É bom que se diga: ainda que tenha preservado o Congresso Nacional, mas, mutilado por cassações, por pressões.

Depois, mais tarde, houve a imposição de uma Constituição. Primeiro, atos institucionais – e há uma sucessão de atos institucionais – , e uma Constituição que era um ato de negociação, de pacto, na transição de Castelo para Costa e Silva, a Constituição de 1967, que não vingou. Não que eles não tivessem contradições entre si – tinham-nas – , mas não vingou porque houve uma rebelião nas massas, porque as ruas foram tomadas por manifestações populares que impediam que o pacto da elite fosse consolidado.

Então, dito isso, essa coisa de abuso começa de cima, de cima. É natural. Disse um conhecido político brasileiro, cujo nome já não me lembro, que o que temia mais da ditadura não era o ditador de plantão no Palácio do Planalto, mas o guardinha da esquina, porque ele se arvorava e assumia, se empoderava, era arbitrário e, começava a cometer todas as arbitrariedades que ele poderia ter acesso ou possibilidade de fazer.

Pois bem, queria fazer algumas observações sobre esse período, que é menos estudado.

O Dr. Cláudio Fonteles sempre esteve nessa trincheira dessa luta democrática. Ele mesmo foi um perseguido político aqui na época da UNB. Esses dias editei um livro, pela Secretaria de Direitos Humanos, e fez questão de citar o Dr. Cláudio, porque ele é testemunha e vítima.

Naquela ocasião – isso é o que eu queria falar, Senadores, companheiros e companheiras que estão aqui –, a onda repressiva de 1964 foi a mais vasta, a mais ampla que aconteceu durante toda a ditadura militar. Ela não foi a mais letal, mas foi a mais ampla. Isso, nós – que trabalhamos com memória, verdade, justiça e com direitos humanos –, às vezes, menosprezamos. Menosprezamos o potencial destrutivo e de abusos e violações a direitos humanos cometidos na época do golpe. É por isso que, às vezes, a legislação de transição, sejam as leis de anistia, sejam as leis de reparação e reconhecimento de mortos e de desaparecidos e, inclusive, a lei que criou a Comissão Nacional da Verdade, não definem exatamente o arco das vítimas, das ditas vítimas. Aí, quando as instituições do Estado e preparam para fazer reconhecimento, memória, estabelecer direitos ou efetivar direitos, como o arco da vítima não é previamente determinado, exclui-se a grande maioria dos perseguidos.

Então, nós precisamos ter clareza disto. A grande maioria dos perseguidos políticos no Brasil não foram incluídos na Lei da Anistia. A grande maioria dos mortos e desaparecidos não foi reconhecida pela Comissão

Especial de Mortos e Desaparecidos. E temos uma polêmica atual: se a Comissão Nacional da Verdade vai reconhecer as responsabilidades do Estado sobre a maioria daqueles que foram perseguidos, torturados, desalojados dos seus empregos, dos seus destinos ou de suas escolas e outorgar-lhes ou lhes reconhecer os direitos da Justiça de transição.

Por que estou me centrando nisso, Senador Capiberibe? Porque literalmente – e vou falar por mim, fazendo uma autocrítica – sou familiar de mortos e desaparecidos. Sou cunhado de Iuri e Alex Xavier e esposo da Iara, que quase todos conhecem. Neste momento, ela está lá em Ribeirão Preto acompanhando a autópsia e o laudo... Não é autópsia, mas a necropsia e os autos jurídicos de Arnaldo Cardoso Rocha, companheiro que militou comigo no PCB e depois na ALN e que foi assassinado em 1973. Quando o laudo estiver pronto, vamos ver como os teatrinhos da memória escrita pela ditadura, pelo DOI-Codi, vão ser desmanchados, como alguns deles já o foram em trabalhos do Dr. Cláudio Fonteles.

Adianto? Meu tempo, como é que está, senhor? (*Pausa.*)

Está? Tudo bem. Porque eu estou vendo que o senhor está me olhando, assim, de um olhar meio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Estamos atentos ao que o senhor está relatando.

O SR. GILNEY AMORIM VIANA – Então, veja bem, em função disso, por que eu falei em autocrítica? Porque eu sou da esquerda anterior ao golpe e eu fiz uma grande autocrítica pós-golpe, que nós, que éramos do Partido e que fomos dissidentes, falamos assim: "Podem até nos golpear normalmente, mas não sem resistência agora". Se vocês olharem todas as motivações das divisões da velha esquerda, em grande parte é o fato de que o golpe não teve uma resistência, você entendeu? E, não obstante, o discurso da esquerda era de que havia resistência, de que havia esquema militar e capacidade de fazer guerrilha. Muitos de nós, ou, senão, quase todos que dividíamos as velhas organizações, é porque elas não foram coerentes com o seu discurso.

É bom que se diga – eu diria – que o mais coerente era o PCB, porque, na verdade, acreditava no esquema de resistência militar do Jango, onde ele tinha influência, é bom que se diga; o PCB não era inocente nisso, não. Ele tinha influência no esquema militar, entendeu? Mas a responsabilidade dele é maior porque ele tinha influência e não se preparou para a resistência.

E por que eu falo isso? Para chegar ao ponto que eu acho que é o objeto principal da minha intervenção. É que nós aqui, que somos da velha guarda, provavelmente nós conhecemos dezenas, centenas, milhares de pessoas que foram expulsas dos seus trabalhos, perderam seus empregos, foram expulsas das escolas pelo 477, como eu próprio fui – expulsos, perseguidos, torturados, presos, processados, indiciados em IPM e as várias formas de perseguição. Pois bem...

(Soa a campainha.)

O SR. GILNEY AMORIM VIANA – É verdade isso que nós conhecemos, e é verdade que nós lutamos para que essas pessoas tivessem direitos reconhecidos na Justiça de transição. E é verdade que nós tivemos vitórias. Porque aqui nós não podemos desconhecer as vitórias.

Mesmo a Lei de Anistia, que não me anistiou... Eu estava preso, continuei preso; depois, eu fui solto por liberdade condicional e, enquanto durou a ditadura, eu fiquei sob o tacão da polícia e da Justiça Militar. Mas não se faz a leitura da História pela leitura da sua participação individual, senão fica uma coisa parecendo que o indivíduo determina a história, e não é bem assim. Muito menos um indivíduo que não estava no comando dos processos.

Então, eu diria o seguinte: todos esses direitos pelos quais nós lutamos, desde a Lei nº 6.683, que a gente estava preso, mas houve um movimento popular pela anistia ampla, geral e irrestrita; a Lei 9.140, já no período do Fernando... e eu já era Deputado Federal nessa época, lutei para que ela fosse ampliada – infelizmente, não deu; depois, agora... E as sucessivas leis que revisaram a 6.683 revisaram a 9.140, sempre no sentido de ampliar o escopo jurídico, com amplitude para abranger novos perseguidos. Pois bem. Assim também, com a Lei nº 12.528, que cria a Comissão Nacional, nós fizemos tentativas aqui no Congresso de ampliá-la. Isso também não foi aceito. Mas a verdade é que também a Comissão Nacional da Verdade tomou algumas diretrizes, assim, de fixar a jurisprudência no sentido de ampliar, ou, pelo menos, para que o entendimento fosse mais amplo.

E aí algumas possibilidades de nós resgatarmos os excluídos das leis de transição estão hoje na Comissão Nacional da Verdade. E eu vou dar números agora: mortos e desaparecidos, reconhecidos pelo Estado, são 361 casos; mortos e desaparecidos que hoje são levantados por nós, por uma Comissão Camponesa da Verdade, só de camponeses, advogados de camponeses e religiosos que trabalhavam no campo, nós trabalhávamos com a soma de 1.200; indígenas, populações indígenas que foram por agentes do Estado e, no caso dos indígenas, com muito maior clareza, sempre foi política de Estado a questão indígena brasileira, inclusive a gestão da política indígena quase

sempre foi militarizada – quase sempre; na maior parte dos tempos, militarizada.

Então, nós estamos trabalhando aí com cerca de 2.500, 3 mil indígenas assassinados pela ditadura. Então, não estou falando de 361 ou 400 mortos ou desaparecidos, porque aqui temos um familiar de morto ou desaparecido, a Eliana de Castro. Tem lá em casa, nós conhecemos todas elas, essas famílias, essas pessoas, e sempre fomos parceiros, sempre sentimos a mesma dor e participamos da mesma luta. E nunca fomos abandonados. Agora, tem uma coisa: nós abandonamos uma porção de companheiros e companheiras no caminho da estrada e estamos voltando para resgatá-los.

E eu diria que pode ser que seja uma paixão, mas é coisa de paixão mesmo. Isso aqui é coisa de paixão; não pode ser só racionalidade nisso, não. Mas, na racionalidade, nós temos argumentos para defendê-lo. A Comissão Nacional da Verdade admitiu que camponeses mortos, desaparecidos, perseguidos e os povos indígenas são objeto da investigação e podem ser incluídos nela.

Qual é o problema que nós temos na Comissão Nacional da Verdade, que nós temos na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos e na Comissão de Anistia?

É que as leis foram feitas, primeiro, para a resistência urbana; segundo, para partidos organizados, ou para militantes de partidos organizados; e, terceiro, com certas conformações sobre coisas do trabalho, como se fosse o mundo do trabalho formal, quando a maioria da população brasileira, em 1960, 1970, era rural, as correlações de trabalho nós sabemos quais eram – não eram formalizadas –, e o poder local era exercido pelo latifúndio, pelo senhor de engenho, pelo senhor de castanhal, pelo senhor da borracha.

Então, esses senhores, no caso de camponeses, foram os agentes que fizeram a política de exclusão histórica e a política de repressão. Então, vejam bem, as Comissões do Estado, as leis do Estado falam assim: "Só se identifica quando é um agente do Estado." Isso é uma farsa. Desde o golpe militar, isso é uma farsa.

Hoje, a Comissão, as pesquisas indicam... Quando foi dar o golpe lá em Governador Valadares, no dia 28 de março de 1964, um bando de fazendeiros aliados a policiais se reuniram no quartel, baixaram para invadir o Sindicato dos Trabalhadores Rurais... – tinha o Chicão, tinha o Olavo, tinha uma esquerda organizada lá. O que aconteceu? O pessoal que estava lá recebeu a bala, matou um dos comandantes da direita. No dia 31, eles foram lá e fizeram como fizeram no prédio da UNE: dizimaram.

Obviamente, quem era ligado ao Partido Comunista vazou, porque ia ser morto, e mataram realmente, mataram dois dos que eram ligados ao Partido Comunista. Então, lá – pode-se olhar toda a imprensa comunista –, em grande parte, não foi o DOPS que foi lá, como foi lá em Mato Grosso do Sul, onde os fazendeiros se reuniram no quartel, baixaram lá e foram perseguir eles próprios.

Assim como lá em Belo Horizonte, o General Bragança criou uma milícia chamada "os amarelinhos", cujo quartel-general era perto da minha casa, porque eu morava ali perto do campo do Atlético – embora eu seja cruzeirense, aí tenho esse problema –, e aí, eles caçavam literalmente os comunistas. Então, tinha uma delegação de quem era militar para os civis. Isso sempre aconteceu na cidade.

Agora, diga-me uma coisa: se nós reconhecemos isso na cidade, por que não reconhecemos no campo? Isso é uma incongruência, e esta Comissão poderia ajudar, politicamente, conceitualmente, para esclarecermos isso. As agências do Estado que trabalham hoje os direitos de instituição, para que nós, sob o propósito de fazer justiça, não façamos injustiça; sob o propósito de acusarmos os abusos, não endossarmos omissões hoje, porque aí vai ser sempre meia-verdade. E é isso que nós não queremos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Sr. Gilney Viana, companheiro de militância. Eu também fui militante da ALN, só que em polos diferentes. Eu acredito que uma das grandes dificuldades que nós vivemos para identificar com clareza a ditadura brasileira é que, além de preservar o Congresso Nacional, havia alternância dos ditadores. Para a opinião pública internacional, isso é um enorme complicador, porque ali há uma alternância. Diferentemente das ditaduras dos países vizinhos, que tinham um nome permanente, um caudilho permanente, um ditador, como é o caso do Pinochet, em que a ditadura termina acabando com o desaparecimento do Pinochet. No nosso caso, não: mudavam os nomes, mas a ditadura era a mesma.

Enfim, muitíssimo obrigado. São informações muito esclarecedoras que estamos recebendo, principalmente para os jovens e para essas gerações que vieram depois do golpe e que estão tendo essa oportunidade de acompanhar, como a geração do Senador Randolfe Rodrigues que cresceu já na democracia ou cresceu nessa construção democrática que ainda está inconclusa, pois ainda temos muito campo e luta pela frente.

Convido, então, e concedo a palavra para ouvir a Srª Maria Eliana de Castro Pinheiro, que é irmã de desaparecido na Guerrilha do Araguaia.

A SRª MARIA ELIANA DE CASTRO PINHEIRO – Bom dia a todos, à Mesa, ao Plenário.

Eu tinha um texto para ler, mas vou abrir mão dele e vou confrontar algumas discordâncias que eu tenho em relação ao que a Mesa tem falado. Vou até abrir mão do textinho aqui.

Bom, sou Maria Eliana de Castro, sou irmã de desaparecido político na Guerrilha do Araguaia, cujo corpo não tivemos o prazer de enterrar e fazer uma solenidade, porque nossa família é católica.

É com grande tristeza que... Eu não sei, no caso da Comissão da Verdade, qual a verdade que realmente ela quer ouvir: se a dos militares, se é a dos familiares, se é a do Brasil, se é a de cada Estado, porque todo mundo conta uma história, e a história verdadeira a gente não consegue substanciar. É minha opinião.

Dr. Cláudio Fonteles falou que realmente mergulhou no Arquivo Nacional. Dr. Cláudio Fonteles, eu mergulho há anos em todos os arquivos, não só no nacional como nos estaduais. Encontro pérolas – isso é verdade –, mas a pérola que a gente realmente quer ainda está na ostra: a localização dos corpos dos desaparecidos e dos mortos que ainda não foram encontrados. Por essa pérola, a gente luta. Minha mãe lutou até 93 e, em 93, passou essa bola para mim. Eu estou firme e forte nessa luta para ver se consigo, pelo menos, uma falange e consigo enterrar e um dia chorar aquela dor que Guimarães Rosa, que foi citado aqui, falou: Onde não se tem um túmulo para chorar, onde não se tem um lugar para se acender uma vela, onde não se tem onde expressar sua dor, eles não morrem, eles se encantam.

Enquanto o Exército não abrir os arquivos – são esses os que nos interessam – para dizer onde estão nossos mortos, nossos executados, nossos dizimados, eles serão encantados e serão falados eternamente. Se eles fossem um pouco mais inteligentes, entregariam isso e acabariam com esse encantamento; cada um se sossegaria na sua dor. Mas, infelizmente, a capacidade de humanidade não chega muito perto. Mas, tudo bem.

Quanto a ter sido um golpe militar, o País não era acéfalo: tinha um comando. Quem tem comando obedece. Tenho ido muito à região do Araguaia, onde o Dr. Aurélio muitas vezes está presente. É uma tristeza você ver toda luta desse pessoal que foi para a zona rural, para a zona camponesa, tentar uma melhoria qualquer, e ver que nada mudou. É com tristeza, também, que vejo jovens, entre 18 e 25 anos, que deixaram suas casas: cama quente, comidinha na hora, roupinha lavada, só estudando, trabalhando meio-expediente, cobrindo tudo isso, irem para uma selva lutar contra um poder ditatorial que dá uma ordem para dizimar.

E, outro dia, numa reunião, o Ministro da Defesa disse que "guerra é guerra". Não! Ali não foi guerra. Guerra tem ética. Guerra dá direito à retirada dos seus mortos. Eles não nos deram esse direito. Os familiares não tiveram esse direito. Até hoje, nós lutamos para adquirir pelo menos uma falange para chorar a nossa dor em um túmulo, e eles não nos deram esse direito. Então, não foi uma guerra; foi um genocídio, um genocídio, uma execução sumária de jovens capacitados que, na época, deram suas vidas.

Outra discordância que eu tenho com a Comissão da Verdade é que ouvi de um dos componentes que o interessante era escrever sobre vultos. Esperem aí: cadê os zés da silva que tombaram para que o vulto tivesse o nome. Cadê eles? Onde estão esses nomes? Por que é tão interessante um nome mais alto porque teve um comando? Ele só teve um comando porque os zés da silva estavam lá para serem comandados. Tive muita raiva na hora, confrontei, fiquei com uma tristeza profunda. Meu irmão não era um zé da silva, como também não o era o irmão da Iara, como também não eram os irmãos e os filhos de todas as famílias. Eles eram lutadores, que tinham ideais fortíssimos, consciência política altíssima e tombaram para que hoje uma comissão que foi imposta – ela só existe porque foi imposta – diga que o interessante é ter o nome dos vultos. É uma discordância pessoal, e acredito que a maioria dos familiares também tem essa opinião, mas estou dando uma opinião exatamente minha.

Como eu estava presa a um texto e terminei falando por conta, deixem-me só dizer o seguinte:

A tortura é comum no nosso País desde sempre. Essa prática nefasta, verdadeira herança maldita, trazida pelos portugueses "educados" no método da dita Sagrada Inquisição, permanece até hoje, passando por Colônia, Império, Independência, República, ditaduras e imperfeitos Estados de direita, com governos de todos os tipos.

Essa é uma citação que eu faço de Maria Victoria Mesquita Benevides Soares, que é professora e socióloga.

Fazendo parte do contexto da ditadura do Cone Sul, o Brasil iniciou seu processo em 1964 e terminou em 1985. Como em todos os regimes de exceção, a prática de tortura, morte, prisões, exílios e violência generalizadas resultam em dolorosas memórias que só rompendo o silêncio, através de publicação e divulgação, dão visibilidade aos absurdos cometidos nos porões de quartéis e outras instituições criadas para alimentar o sistema.

Para controle da sociedade, o Governo criou um sistema de repressão com divisão de tarefas, deixando o cidadão ser visto sempre como suspeito, levantando uma bandeira, como segurança de desenvolvimento, criada por Médici em 30 de outubro de 1969.

Tendo sido construído um dos períodos mais violentos da história do Brasil, para que essa repressão militar atingisse seu objetivo, também foram criados órgãos de repressão e políticas tais como Cenimar, DOI-CODI, CIEE, Cisa e outros mais. A repressão não foi só com militantes subversivos, comunistas, contrários ao regime instalado, mas também contra camponeses, índios, inclusive militares que se opuseram ao golpe. E muitas pessoas desaparecidas não tinham vínculo algum com esses setores; estavam nas manifestações ou nas ruas, ou eram simplesmente suspeitos. Presos às vezes apareciam mortos nas instituições policiais, e o veredito era: "Suicídio".

A população era vítima de abusos do Estado policial repressor. A eliminação de presos políticos a partir de 1971 acontece com intensidade. Aumenta o número de desaparecidos, mortos em atropelamentos fictícios, tiroteios e mil e um outros adjetivos que eles conseguiram nominar.

São criados aparelhos para onde conduziam os prisioneiros, e ali os torturavam e assassinavam. Depois de esquartejados, seus restos mortais eram enterrados em lugares dispersos, impedindo qualquer condição de identificá-los. Médicos-legistas também foram coniventes com o processo político-militar, dando laudos falsos, deixando que cadáveres fossem ocultados e sepultados em lugares ignorados pelos familiares, que até hoje procuram seus mortos.

Eram jovens idealistas que lutavam contra o regime ditatorial na área rural e urbana. E mesmo presos sob a pseudoproteção do Estado brasileiro – porque, se realmente fosse proteção do Estado, eles não estariam mortos – foram executados, caracterizando, assim, um crime de guerra. Porque quanto ao crime de guerra, o trecho 3 da Convenção de Genebra relata o tratado de prisioneiro de guerra de que o Brasil é signatário, que entrou em vigor em 1950. Livros e livros de jornalistas, como *Mata!,* de Leonencio Nossa... o Major Curió, quem eu abomino, de quem não gosto, diz que prendeu – meu irmão estava preso com mais três guerrilheiros –, ele executou, e providência nenhuma é tomada.

Você confessa um assassinato, uma execução sumária e ainda fala: "Dei um tiro no peito de Raul." Está lá, aquilo ali é o diário dele; se ele é psicopata, louco ou doido, não tenho culpa disso, ele disse lá. "Estava preso Simão, Raul e outro. Dei um tiro no peito de Raul." Se ele estava sob a proteção do Estado, isso é um crime de guerra! Mas o Brasil não toma nenhuma providência, o Estado brasileiro.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, da qual o Brasil faz parte, combina com a nossa Constituição de 1988. Em alguns dos seus artigos, como prevê o art. 5º: "ninguém será submetido a tortura e tratamento desumano ou degradante". É previsto também que é livre a manifestação de pensamento, e a casa é asilo inviolável do indivíduo. A nossa foi violada *n* vezes.

Nas práticas de tortura, os instrumentos mais usados eram: pau de arara, choque elétrico, telefone, afogamento na calda da verdade – Gilney deve conhecer todos esses –, mamadeira de subversivo, balé no pedregulho, afogamento com capuz e massagem.

Herança da ditadura de 1964 a 1985, a Polícia contabiliza uma triste estatística de massacres, chacinas, invasões, sequestros e desaparecimentos. Em abril, no Rio de Janeiro, a cidade lembrou os dez anos da chacina do Borel, em que jovens foram mortos no Morro da Tijuca por policiais militares. A chacina de Vigário Geral completa 20 anos agora dia 29 de agosto. Em 93, um grupo de extermínio formado por 36 policiais entrou na comunidade, arrombou casas, deixou 21 mortos. O número de vítimas deixou de ser maior quando em 2005 ocorreu o massacre que ficou conhecido como a chacina da Baixada. Foram 29 pessoas mortas por policiais militares no Município de Queimados, em Nova Iguaçu. Um mês após o episódio, nesse mesmo ano, na Maré, completaram-se 20 anos da chacina da Candelária, ocorrida em 23 de julho. Nesse triste episódio oito sem-teto, seis menores, foram assassinados por policiais militares. O dia 20 de julho de 2013 talvez tenha marcado o auge das manifestações nas ruas que tomaram o País. Foi neste momento que vi o que teria sido o maior episódio recente da repressão policial à manifestação democrática. Viram-se balas de borracha disparadas a esmo, nuvem de gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta que penetravam nas casas e apartamentos. O Bope é famoso pelos seus cânticos de apologia à morte. Em um deles, ele diz: "Homens de preto, qual sua missão? É invadir favela e deixar corpo no chão."

A ditadura militar desestruturou por 21 anos os setores de economia, educação, política, reforma agrária, saúde, etc., deixando um rastro de atraso no desenvolvimento do País que se reflete até hoje, principalmente quando retiraram Filosofia do currículo, e não se reflete mais no que se faz.

A sociedade que contempla com indiferença esse espetáculo está minada pela base.

Em resumo, o direito de impor castigos corporais um sobre outro é uma das pragas da sociedade, um dos

meios mais poderosos para aniquilar nela todo germe de civilização e a base completa para a sua dissolução inevitável e infalível, disse Dostoievski.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Nós temos aqui um ritual: depois da fala dos convidados, nós passamos a palavra aos Senadores, mas eu queria pontuar duas questões que me parecem importantes, dando sequência à fala da Maria Eliana, até porque o autoritarismo da ditadura e a falta de entendimento com a nossa memória, com o nosso passado, fizeram com que chegássemos até o presente com instituições absurdamente autoritárias.

Há dois casos que eu gostaria de compartilhar com os presentes e com quem nos acompanha pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado.

Cito o caso de Antonio Louzada, que ficou preso durante seis anos e, ao sair, denunciou e nominou os seus torturadores. Entre eles, Pedro Seelig, que terminou processando Antonio Louzada, condenado em duas instâncias, só conseguindo se livrar do processo na terceira instância.

Agora, cito outro caso: o do jornalista Antonio Fon, que todos nós conhecemos. Ele declarou que o jornalista Boris Casoy pertencia, na ditadura, ao Comando de Caça aos Comunistas e está sendo processado por ter revelado uma verdade. De fato, o jornalista Boris Casoy pertenceu ao CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

Vou passar um requerimento convidando essas pessoas a virem a esta Comissão para relatar esses acontecimentos.

Eu também gostaria de revelar aqui que o autoritarismo está presente em todas as instituições, inclusive na nossa. Nós estamos vivendo uma situação, Senador Randolfe Rodrigues e eu, que, no meu ponto de vista, caracteriza essa arrogância autoritária. As denúncias infundadas são práticas correntes. O autoritarismo se esconde por trás, e há a intolerância, principalmente, com as diferenças. A diferença política, ideológica continua muito presente.

O Senador Randolfe Rodrigues é vítima de acusações absurdas que fazem com que a gente perca tempo para se defender de coisas absurdas. E ocorre o uso dos meios institucionais, dos meios jurídicos. No meu caso, eu já respondi a mais de 300 processos sobre centenas de denúncias infundadas. Ainda se usam, de forma absurda, esses instrumentos para tentar intimidar. No caso do Senador Randolfe, há uma tentativa de intimidação clara. Ele é Líder de um partido de oposição, um jovem com uma disposição enorme para o debate, para o embate político, e há denúncias absurdas que não se resolvem e que fazem com que um Senador com todo esse potencial precise se ocupar para defender-se de coisas totalmente infundadas, falsas, absurdas. Então, esses instrumentos continuam sendo usados de forma muito arrogante e autoritária.

Enfim, era isso que eu gostaria de compartilhar, porque o autoritarismo e o desentendimento com a nossa memória fizeram com que isso chegasse aos nossos dias.

Outra coisa é a tortura nas prisões. Ainda segue-se torturando em todas as prisões brasileiras, nas delegacias de polícia, porque aqueles que torturaram políticos no nosso País estão impunes; não lhes aconteceu nada. O Gilney Viana acaba de declarar que não foi anistiado, que havia uma dúvida. Então, primeiro se anistiaram os torturadores, para, depois, as suas vítimas. E isso a sociedade brasileira desconhece por completo. Então, por desconhecer, termina fazendo com que isso continue como prática nas prisões brasileiras, infelizmente.

Eu queria registrar aqui a presença da Profª Maria do Nazaré Pedrosa, membro do Comitê Ieda Delgado, da Associação de Pós-Graduação da UnB, militante pela justiça, além da memória e verdade.

Muito obrigado pela presença.

Agora vamos ouvir o Senador Randolfe Rodrigues.

Logo em seguida, depois de ouvir os Senadores, teremos mais uma passagem pela Mesa para manifestação dos nossos convidados.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Muito obrigado, Senador Capiberibe, Presidente desta Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça.

Eu queria, de imediato, destacar que, no meu entender, pelo que ouvi de todos os expositores, do Dr. Cláudio, do Dr. Aurélio, do Gilney, do Fábio, e do emocionante depoimento agora de Eliana, foi mais do que alcançado o objetivo desta audiência. Esta audiência tinha o objetivo de encontrar, confrontar o trabalho, inaugurar o trabalho desta Subcomissão formada, Dr. Cláudio, no âmbito do Senado Federal. E a Subcomissão foi formada ineditamente no Congresso Nacional, porque na Câmara dos Deputados nós não temos comissão com essa característica. Então esta é uma comissão que está no Senado Federal e é uma comissão do Congresso Nacional. A ideia é uma comissão para atuar junto e caminhar junto com a Comissão Nacional da Verdade e fazer correlato às ações no Senado Federal da Comissão Nacional da Verdade.

Em primeiro lugar, destaco que eu torço pela Comissão Nacional da Verdade, Eliana. Eu vejo com muita apreensão o seu depoimento. Eu vejo com apreensão...

Eu estava vendo uma matéria, salvo engano parece-me que é do *Estadão* de hoje – e creio que o Dr. Cláudio pode nos dar maiores notícias, ou o Dr. Aurélio, sobre isso –, que fala de uma eventual crise na Comissão sobre o seu relatório final.

Eu quero dizer que torço pelo relatório final da Comissão da Verdade, porque eu vi, com muita emoção, sua aprovação. Eu acompanhei a aprovação da Comissão Nacional da Verdade, estive na cerimônia de sanção com a Presidente da República no Palácio do Planalto, quando estavam presentes todos os presidentes da República pós-redemocratização, com exceção do Presidente Itamar que já tinha falecido, em uma cerimônia muito bonita.

E torço pela Comissão da Verdade. Embora, Gilney, eu não tenha vivido nem o período anterior ao golpe, nem o golpe, nem tenha vivido os traumas da ditadura, os períodos terríveis dos anos de chumbo, embora eu tenha nascido durante os anos de chumbo e tenha, assim como o Fábio, crescido já no ocaso da ditadura, pela minha formação de historiador e pela minha formação política – dizem que a diferença entre saudade e nostalgia é que nostalgia é saudade daquilo que não se viveu – eu, como historiador, tenho nostalgia de não ter vivido e tenho o sentimento de justiça.

Por isso, eu estava conversando, ainda há pouco, com o Luiz Cláudio, que trabalha com o Senador Simon. Há algumas coisas que me aprazem na vida do Parlamento. A tarefa no Parlamento tem momentos de muita tensão e agruras. O Senador Capiberibe acabou de relatar um momento de tensão e agruras. Eu e o Senador Capiberibe vivemos um momento de pressão, única e exclusivamente, por conta das nossas posições políticas. Não há outra justificativa a não ser as nossas posições políticas.

Mas há momentos de regozijo e de felicidade aqui no Parlamento. Um desses momentos é conversar com Pedro Simon. Ultimamente, eu tenho estudado e muito. Tenho lido e muito sobre a história do velho Ulysses Guimarães. Eu o considero umas das principais lideranças da luta civil contra a ditadura. Eu tenho tido três prazeres. Na literatura, dois, simultâneos: as leituras sobre os discursos de Ulysses, sobre as obras de Ulysses, a leitura do livro do Senador Capiberibe, que também fala sobre a resistência ao arbítrio – livro que eu recomendo. O outro prazer, que não é a leitura, mas é a convivência com Pedro Simon, porque aí não precisa da leitura; basta ouvi-lo.

Para mim, como historiador, é um regozijo completo conversar com Pedro Simon, porque é estar com a história, é ver um capítulo belíssimo da resistência civil a uma das piores coisas que aconteceram na história nacional. Cláudio definiu muito bem. Por isso, eu torço pela Comissão da Verdade, Cláudio. É para que fique claro para a memória da minha geração, para a memória da geração dos meus filhos. A geração dos meus filhos é a geração que, agora, no mês de junho, estava nas ruas com essas belíssimas manifestações. A geração dos meus filhos estava nas ruas, agora em junho, e não tem memória do que aconteceu. Não tem memória de viver em um País como esse que a Eliana relatou ainda há pouco. Não sabe o que é isso e tem de ter referência do que é isso. Tem de ter referência do que significa a luta que teve uma geração inteira, que é a geração do Senador Capiberibe, que é a geração de Pedro Simon, que não teve o direito de viver em seu País, que emprestou a sua vida, como a do irmão de Eliana, a lutar por um País, para que essa geração, hoje, pudesse ir às ruas manifestar-se pelo que quiser.

Houve uma geração, que é a de Pedro Simon, que aqui no Brasil resistiu aos cães da ditadura, a todos os tipos de cães da ditadura, alguns fardados, ditos humanos, e a outros animais mesmo. A todos os tipos de arbítrio da ditadura.

É por isso que é fundamental o trabalho da Comissão da Verdade. Nós nos atrasamos, e é lamentável. É fundamental revermos nossa história. O Brasil constituiu sua Comissão Nacional da Verdade 25 anos após a sua Constituição, 28 anos após a eleição do seu primeiro presidente civil, após o fim da sua ditadura – 28 anos após! Nós somos o último dos países latino-americanos a ter uma Comissão Nacional da Verdade constituída.

Então, a Comissão Nacional da Verdade tem que dar certo, tem que concluir, tem que ter um relatório contundente e tem que dar o próximo passo, que considero fundamental. Eu conversava, há pouco, sobre isso com o Aurélio e com o Cláudio. Eu tenho visto, lido, Cláudio, suas declarações e tenho tido profunda admiração por elas, em relação a vários temas que tem abordado, e acho que um dos temas mais sensíveis é a questão da Lei da Anistia.

Acho que a Anistia foi uma das mais belas lutas – Gilney já destacou –, e a Lei da Anistia aprovada foi a lei possível, é verdade, mas também foi a lei imposta. A Lei da Anistia que foi aprovada foi imposta pelo regime, tanto que foi aprovada com 207 votos da Arena contra 201 do MDB; ou seja, não foi uma lei de conciliação, mas uma lei que o regime tinha de aprovar naquele momento, em especial para anistiar aqueles que cometeram atrocidades durante a ditadura, em especial para aqueles que praticaram os crimes de tortura. Por isso, a OAB já moveu uma ação de descumprimento de preceito fundamental pela revisão da Lei da Anistia. Agora, Aurélio inclusive nos informava, há o julgamento dos embargos da Lei da Anistia.

A Deputada Luiza Erundina apresentou um projeto de lei de revisão da Lei da Anistia na Câmara dos Deputados, que teve parecer desfavorável, se não me engano, na Comissão de Constituição e Justiça.

Nós apresentamos aqui, neste ano, um projeto de lei – não é o mesmo da Deputada Erundina, mas é um projeto similar –, o Projeto de Lei do Senado nº 237, com o mesmo objetivo de rever a Lei da Anistia.

Eu queria ouvir, em especial, dos membros da Mesa, de Cláudio, de Aurélio, de Eliana, sobre essa necessidade de como podemos caminhar e o que pensa a Comissão sobre a necessidade de revisão da Lei da Anistia e como é possível caminharmos nesse sentido. Diante da necessidade da revisão da Lei de Anistia, o que podemos fazer em conjunto, esta Subcomissão, a Comissão Nacional da Verdade, para avançarmos no sentido da Lei da Anistia?

Esse é um tema, uma causa em que temos de envolver a sociedade, porque, cada vez que avançamos aqui, inclusive, Senador Capiberibe, nesta Subcomissão, mais encontramos crimes cometidos em todas as áreas pela ditadura.

Gilney estava aqui quando nós todos ficamos estarrecidos com o que foi relatado aqui sobre o "Relatório Figueiredo", sobre a ignomínia de crimes cometidos contra os povos indígenas durante o período da ditadura, cometidos por agentes públicos do Estado nacional

O Cláudio apontou uma iniciativa que eu considero formidável, que é a de transformar espaços de tortura em museus vivos.

Acompanhei pelos jornais a iniciativa no Rio de Janeiro, no espaço onde funcionaram as instalações do DOI-CODI, se não me engano, e que foi inclusive o último espaço onde foram vistos pela última vez Mário Alves e Rubens Paiva. Não é isso?

Exatamente, na Rua Barão de Mesquita.

A informação que tenho pelo jornal *O Globo* é de que a Comissão Estadual da Verdade foi impedida de ter acesso pelo Exército.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pois é, as notícias que temos são essas. A pergunta que faço: o Exército continua a se opor a essa iniciativa nesse caso específico?

Porque me parece, dentro dessa iniciativa que eu considero maravilhosa por parte da Comissão, esse é um dos principais símbolos: um local que foi o espaço onde se tem notícia das torturas sobre Mário Alves e de um dos mais emblemáticos casos de assassinato da ditadura, que é o do Deputado Rubens Paiva, tema – voltando a Ulysses, Simon, se me permite você, dos mais célebres amigos dele – do célebre discurso de Ulysses na promulgação da Constituinte, que citou Rubens Paiva.

Então, se há um local que deveria ser um dos principais símbolos do roteiro para que nunca mais se esqueça – quero destacar como um roteiro que nunca mais se esqueça – são essas instalações do DOI. E aí eu consideraria um completo absurdo, um acinte ao Estado de Direito, membros da Comissão que sejam da Comissão Estadual da Verdade tentarem ter acesso ao local, e o Exército dizer que não podem ter acesso ao local. "Não, não podem. Não podem ter acesso ao local. Não porque é só do âmbito federal." Que seja! Mas não podem ter acesso ao local. Dizem isso em 2013! Prova de que a transição não se concluiu, meu querido Cláudio, meu querido Aurélio. A transição democrática realmente não se concluiu.

Eu li essa notícia no *Globo*, meu querido Pedro Simon, e olhei a data do *Globo* três vezes para ver se realmente estávamos em 2013, para ver se a data do jornal era, de fato, agosto de 2013, porque a impressão que se tem é de que estávamos nos anos 1970.

Esse é um fato... Se há um espaço que tem de ser símbolo, o espaço em que foi morto Rubens Paiva e Mário Alves é um espaço que tem de ser símbolo; é um espaço que tem de ser museu, é um espaço que tem de ser símbolo da luta contra a ditadura, um espaço que tem de ser símbolo contra tudo de terrível que representou a ditadura civil militar, ou que representou a ditadura militar.

Então, eu queria, ao concluir, perguntar em especial, Cláudio, a você e aos demais da Mesa: como veem a possibilidade de avançarmos sobre a revisão da Lei de Anistia? Considero isso fundamental para darmos o salto na necessidade de justiça e vejo como fundamental para concluirmos a transição. Também gostaria de perguntar o que nós aqui, no âmbito da Subcomissão do Senado, no âmbito do Senado e do Congresso Nacional, podemos fazer para concretizar essa brilhante iniciativa de constituirmos espaços de museus vivos, de fato, contra a tortura, contra o arbítrio e, em especial, espaços como este, em que funcionou o DOI-CODI?

E acredito, em especial depois dessa reação do Exército, que até deveria ser iniciativa da Presidente da República, *in limine*, desapropriá-lo de imediato. Desapropriar de imediato, até pelo tipo de reação que se teve. Até pelo tipo de reação que se teve, deveria ser iniciativa, *in limine*, de desapropriar de imediato e dar a destinação que a Comissão da Verdade está propondo.

Por fim, Cláudio, se for possível, o que pensam e o que há de consenso quanto aos avanços nas conclusões da Comissão da Verdade e no que nós, aqui do Senado Federal e do Congresso, podemos contribuir

e caminharmos em conjunto com as conclusões que vocês estão pensando?

Eram esses os questionamentos, e eu queria saudar a todos. Acho que a ideia desta audiência em comum é esta: traçarmos ações comuns. Esta Comissão – repito, para concluir – tem que dar certo. E temos de ter atos consequentes. Iniciativas como estas de desapropriação de espaços em que funcionavam a tortura e o arbítrio para serem espaços da memória da verdade, para serem espaços da justiça, de restauração da verdade, da memória e da justiça, e de busca da justiça, como a aprovação da revisão da Lei da Anistia, esses são indispensáveis para nós concluirmos a transição democrática.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Antes de passar a palavra ao Senador Pedro Simon, eu gostaria de registrar aqui algumas comunicações que recebemos pela Internet.

José Maria Henry Gomes, do Rio Grande do Norte, fala que o livro *Brasil: Nunca Mais*, de Dom Paulo Evaristo Arns, é um documento importantíssimo de divulgação sobre as atrocidades da ditadura.

Anna Flávia Schimidt, de Santa Catarina, possivelmente Joinville, diz que:

Só quem trabalha ou teve o destino alterado por uma investigação indevida sabe o estrago que ela é capaz de fazer na vida pessoal de uma pessoa.

O Estado deveria pedir perdão por ter investigado indevidamente a vida de pessoas que nada tiveram a ver contra o regime ditatorial.

Também, Severiano Marcos Corrêa Lima pede que se realizem audiências públicas para tratarem de assuntos atuais. Ora, não há nada mais atual do que este assunto que estamos tratando, porque o País se constrói a partir da sua história. Então, nós precisamos conhecer profundamente o nosso passado para que a gente possa projetar um futuro melhor para todos nós.

Eu também teria uma comunicação, Senadores Randolfe, Pedro Simon e todos os convidados aqui presentes: na quarta-feira, às 10 horas, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara Federal... Infelizmente, era para fazer aqui no auditório do Senado, mas estamos com uma limitação. No auditório do Senado, não podemos ultrapassar 250 pessoas. Está havendo uma dificuldade, uma questão de que houve a ocupação de alguns espaços, e acabou sendo limitado o número de pessoas a ocupar o nosso auditório do Senado. A Subcomissão está promovendo esse encontro para receber anistiados políticos para debater exatamente a necessidade de revisão da Lei de Anistia. Então, aproveito para convidar todos os presentes para o Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, às 10 horas de quarta-feira próxima.

E agora, então, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB – RS) – Presidente, prezados colegas de Comissão, não vim falar; eu vim ouvir, de modo especial, o Dr. Fonteles.

Acho que a iniciativa do nosso bravo companheiro foi muito importante, porque, modéstia à parte, a presença nesta Comissão vai fazer com que a gente olhe o destino – me perdoem – da Comissão da Anistia. Eu acho que para a Comissão da Anistia é interessante que surjam elementos. Por exemplo, a Erundina criou lá na Câmara uma comissão para ouvir os fatos que aconteceram pelos Estados afora. São Paulo está fazendo, o Rio está fazendo, e eu acho que é importante esse trabalho.

Nós ficamos durante oito anos – não contando governos do Itamar nem do seu antecessor –, nos oito anos do Fernando Henrique e nos oito do Lula essa questão ficou à margem. Foi-se levando, foi-se levando, e, durante muito tempo, inclusive, só faltou declarar o dia 31 de março feriado nacional, porque o resto...

Eu creio que a Presidente Dilma foi muito competente ao criar a Comissão. Ele foi muito competente na forma de criá-la no sentido de paz, no sentido de entendimento e não no sentido de vindita e teve muita firmeza na escolha dos nomes e na determinação do que deveria ser feito. Eu acho que a reação das forças militares tentou ser um pouco mais exagerada, mas, quando os fatos começaram a aparecer, reparem que há já bastante tempo não há nenhuma reação em sentido contrário; nem o clube militar ou coisa que o valha têm tentado influenciar no sentido de que não se apurem as questões. Lá, na Comissão da Verdade a gente estranha... Primeiro, uma pena a doença do Dipp, que era o coordenador, saiu, e a Comissão funcionou com um membro a menos.

Não vou entrar na análise. O Fonteles fez um trabalho excepcional, mas nem vou nem perguntar as razões que o levaram a se afastar. Acho que a Comissão não conseguia ir naquele ritmo que a gente desejava, que a gente esperava que fosse adiante. Eu acho que o Dr. Fonteles foi muito humilde, foi muito correto em não falar, em não abrir a questão, em não ir para o debate, porque um debate ali seria muito negativo.

Mas, com a sua saída, o problema ficou claro. Uma grande fórmula de cobrar que se resolvesse a questão foi a saída do Fonteles. E a Presidente está levando. Está levando. Eu acho que ela já devia ter resolvido a questão. Eu acho, com toda sinceridade, que deveria ter resolvido a questão. A informação que eu tenho, a conversa é de que o Ministro Dipp se afastou

exclusivamente por razão de doença, doença grave, muito grave – foi por isso que ele saiu –, mas teve uma conversa longa com a Presidente, em que apresentou seu ponto de vista, sua análise, dizendo o que achava deveria ser feito.

Eu estranho, com toda a sinceridade, a atitude da Presidente. Eu acho que a questão tinha de ser equacionada, já deveria ter sido resolvida. A primeira indicação dos membros soa positiva. Eu diria que teve uma boa recepção.

Em primeiro lugar, a Presidente teve a autoridade e a independência de indicar os nomes. Indicou nomes que merecem o respeito e indicou nomes que davam plena confiança de que a coisa andaria. Mas eu não sei por que razão a Comissão levou mais tempo do que a gente imaginava e encontrou mais dificuldades que a gente imaginava para levar seu trabalho adiante.

Eu tenho repetido, insistentemente, que acho o trabalho do Mandela na África um dos capítulos mais bonitos na história da humanidade que eu conheço. A forma como ele fez, o final que ele encontrou... Cada país com suas condições, com seu estilo. Não dá para comparar o povo africano da África do Sul com o povo brasileiro. Nós temos nossa independência, nossa luta, nossa garra, e eles vinham de uma situação humilhante, em que praticamente não eram considerados gente; a situação deles era tremendamente dolorosa. E o Mandela resolveu a questão preferindo e garantindo que a pacificação existisse, e não o retorno da vindita. Acho que a questão de ele determinar apurar o crime – "você é responsável pela sina, reconhece e, depois, é perdoado" – pode não ser a ideal, mas é uma questão...O cara assinou: "Eu sou culpado", "eu fiz", "eu errei", mas, no sentido de não repetir e não continuar o ambiente, essa questão foi feita.

No Brasil, os senhores não devem se dar contra, mas eu estava aqui. Nós, a oposição, apresentamos um projeto de anistia, mas o governo foi muito esperto e apresentou o projeto dele. Em primeiro lugar, deixou de lado a anistia ampla e geral para todo mundo. Não se toca no... Em segundo lugar, fez a anistia com uma rapidez para o Arraes, o Brizola, essa turma toda, e a opinião pública interpretou que o projeto do Figueiredo dava mais garantia e mais rapidez que o nosso projeto. E isso foi usado. Até o Brizola, no exterior, dizia "quem diria que um projeto da ditadura, do Figueiredo, anistia a mim, ao Arraes, ao PMDB". Pelo contrário. É porque não querem que a gente volte, etc. E, com isso, se criou um ambiente em que a gente ficou até com vergonha de defender o projeto. Muita gente votou no projeto nesse sentido. O Marchezan, líder do governo, dizia abertamente, francamente, que quem dava a anistia era o projeto do governo.

Aprovado aquele projeto, as coisas pararam. É verdade que no Brasil tudo mudou, e não falo com nenhum sentimento de crítica, porque acho que o Presidente Sarney fez o que podia fazer. Todos nós sabemos que o Sarney, quando assumiu, assumiu numa situação muito fraca. O Sarney era o presidente da Arena e foi o presidente da Arena até o momento em que renunciou à presidência da Arena para assinar a ficha no MDB para ser candidato a vice-presidente.

Então, no momento em que assumiu a presidência, ele tinha muitas restrições. E houve um fato que marcou a quebra da liderança do Sarney: foi aquela história da duração do mandato. Na verdade, mentiram porque o Sarney concordou desde o início em diminuir o seu mandato de seis para cinco, enquanto o Covas e outros queriam de seis para quatro com parlamentarismo. Então, quando o Sarney defendeu os cinco, a imprensa disse que ele queria mais um, quando, na verdade, estava renunciando a um. Ele até concordava em que, no quinto ano, pudesse ser introduzido o parlamentarismo para começar já no parlamentarismo.

Com aquilo, o Sarney perdeu muita força no Congresso Nacional, e veio o chamado Centrão. Com aquele Centrão, dividiu-se. A Constituinte estava indo muito bem – na comissão de constitucionalidade, a área mais progressista tinha maioria –, estava indo bem, fez um projeto muito bom. Mas quiseram bancar os espertos demais. O projeto aprovado na comissão ia para o plenário. E, para derrubar qualquer item, precisava ter metade mais um. Nós tínhamos maioria ampla na comissão especial, 45 membros, mas não tínhamos maioria no plenário. Aí o Robertão e outros, dizem que, com a influência do Presidente da República, criaram o Centrão. E o Centrão mudou todo o destino da Constituinte, tudo aquilo que estava pronto. Por exemplo, o projeto que saiu da comissão adotava o parlamentarismo. No plenário foi derrotado. Derrotaram o parlamentarismo e deixaram as medidas provisórias, o que era um absurdo.

Eu era governador, não estava na Constituinte, mas ouvia todos dizendo: "as medidas provisórias não precisam nem ir a plenário, a comissão de redação final deve tirar, porque ela é própria do parlamentarismo". Caiu o parlamentarismo e ficou lá. Uma comissão provisória transformou o Presidente da República em rei, quer dizer, dono absoluto de tudo. E as emendas foram levadas, e tudo que era de importante e fundamental mesmo até hoje não foi votado.

Até hoje não há fidelidade partidária, porque a Constituição diz: "de acordo com lei", e a lei nunca saiu. Até hoje não há a reforma agrária, porque a Constituição aprovou a reforma agrária de acordo com lei que vai sair, e a lei nunca saiu. Até agora não há reforma

tributária porque a Constituição dizia: "de acordo com a lei", e a lei não saiu.

E, dentro desse contexto, a Dilma teve a categoria de assumir a comissão. Acho que ela teve muita competência. Na reunião em que a comissão foi instalada lá no Palácio, eu estava presente. Ali, na instalação da comissão, houve uma coisa interessante.

Alguém ia falar, os militares vetaram. Fala, não fala, e atrasou não sei quanto tempo. Depois, resolveu não falar, que era a viúva do Deputado Paiva. De todas as informações que eu tenho, era um discurso muito bonito, muito positivo, muito construtivo. Acho que houve um equívoco ali. Quem coordenou a reunião podia ter falado com o Ministro da Defesa, -dito: "Olha, esse é o cara que vai falar." Quando disseram que ia falar um representante, os militares exigiram: "Então, vai falar um militar nosso." Então, não fala mais. E deu uma confusão, foi a coisa mais engraçada. A reunião levou mais de meia hora. Nós ficamos esperando. Inclusive, houve um momento em que a Presidente estava descendo a escada, parou porque viu outra confusão e ficou ali mais de 20 minutos esperando, até que a coisa se elucidasse.

Mas foi uma sessão bonita, diga-se de passagem. Acho que foi muito positiva. A única coisa que se diz da Comissão é que ela não avança, ela não vai às coisas que devem ser feitas. Eu acho que a nossa Comissão tem que estar de olho muito atento para ver qual é a comissão final que vai sair agora, quais são as modificações. O ideal para nós era que o Fonteles voltasse. Não sei se ele vai querer voltar, ou se não vai querer. Mas, para mim, falo com toda sinceridade, era o ideal que ele voltasse, porque ele demonstrou, em todo esse contexto, o equilíbrio, o respeito que se deve ter; não criou nenhum incidente. E quando as coisas ficaram de uma maneira que ele achou que não, ele fez o melhor que podia ter feito para a normalidade: saiu, "até logo, vou embora". Nem protestou, nem pediu reunião para discutir o porquê a sua saída. Não, ele saiu e foi embora. Em outras palavras, não criou incidente nenhum, não criou indisposição nenhuma com nenhum dos membros da Comissão.

Eu acho muito importante a entrada desses novos membros. E acho que a Presidente não pode deixar que o tempo resolva algumas coisas. Esse é o típico caso em que, a cada dia, a gente vai perdendo, e ela vai perdendo, vai deixando passar. Deixando passar o quê? Esse caso não vai esfriar, não vai cair no esquecimento. O que pode parecer, no final, é que a Presidente se desinteressou da matéria. E isso não fica bem principalmente para ela.

Por isso, acho que a Comissão devia ir falar com a Presidente no sentido de equacionar, de uma vez, a Comissão da Verdade, o que vai ser definitivo: vai ser isso, assim e assim, fulano, fulano e fulano. A Presidente não tem nenhuma possibilidade de deixar esse tempo passar como está passando. Daqui a pouco, o nosso Líder vai pôr lá outra comissão, outra coisa, e, quando formos ver, vamos fazer aquilo que a Comissão da Verdade não faz porque não tratou. Não há espaço vazio nessa questão.

Agora, somos nós, a Câmara, São Paulo, Rio, a cidade do Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais. Em vários lugares essas questões estão surgindo. E é importante, em minha opinião, que elas tenham uma coordenação – não digo uma imposição – para trabalharem, mais ou menos, dentro de um determinado sentido. Ou então, daqui a pouco, em outra comissão, alguém dá um palpite maluco que termina sendo aceito. E uma confusão, realmente, vai atrapalhar todos nós.

Por isso eu digo, nesta hora em que a coisa está tranquila, que a coisa está estabilizada, a Comissão devia ir à Presidente, conversar e sentir esse entrosamento. Primeiro, deveria resolver logo o problema da Comissão da Verdade, fazer as nomeações, firme, e em segundo lugar, fazer a coordenação da ação.

Eu tenho um coração muito mole. Olho para o Fonteles, que tem uma cara de santo, está com um crucifixo no peito e é um procurador que colocou um bolo de gente na cadeia. Eu só defendi. Não é de a minha índole trabalhar na acusação, mas eu creio que a grande verdade é que a Presidente deve tomar posição, dar força para a Comissão e a Comissão ter assessoria.

Desde o início, quando apareceu a Comissão, eu falei lá no Palácio para as pessoas que estavam comigo que, sem uma assessoria de primeira grandeza, sem uma equipe, não iam fazer nada. O que, em sete meses, vamos fazer com um, dois ou três auxiliares? É piada. Quem vai fazer a investigação? Quem vai olhar aqui? Quem vai olhar lá? Acho que isso a Presidente devia fazer de uma vez por todas, porque para ela é muito importante. Se ela é candidata a Presidente da República no ano que vem, essa questão tem de estar resolvida. Ela não pode ser candidata e essa questão ainda estar no ar. Não se fez nada, não aconteceu nada.

Se há uma pessoa que deve ter interesse em deixar essa questão equacionada é a Presidente da República.

Mas eu felicito o querido amigo. Esse rapaz é um gurizinho; não trouxe até agora a certidão de nascimento de que tem 35 anos. Acho que ele meio que falsificou, como aquele nosso amigo que era Diretor-Geral do Senado, na hora falsificou para menos e, agora, quer trocar para mais.

Quero dizer da minha admiração pelo Dr. Fonteles. Acho que o Dr. Fonteles é dessas criaturas que existem ... Tenho visto na ação e na atuação dele qualquer coisa de espetacular. Ele fala no silêncio.

Dr. Fonteles foi o primeiro Procurador-Geral no governo Lula. Antes dele, tivemos 8 anos do nosso querido amigo Fernando Henrique. O Dr. Brindeiro era chamado por todos nós de arquivador geral. Não consigo entender, num regime democrata – participei de todos – presidente mandar arquivar, botar na gaveta alguma coisa. Todos os casos. Tivemos CPIs da maior importância, mas todas ele deixou na gaveta. Não baixou em diligência: Olha, não está boa, está faltando coisa; baixa em diligência. Não arquivou por falta de provas: "não, não há nada; arquive-se.". Não arquivou. E não denunciou; deixou na gaveta. Todas, durante 8 anos.

Aí entrou o Dr. Fonteles. A partir dele, o Ministério Público é outra realidade, outra realidade.

O Procurador-Geral, desde que assumiu, com tranquilidade, com serenidade, apresentou denúncias, uma depois da outra. Ou ele denunciava ou, se era para arquivar, dava o argumento do que era arquivado. Se era para pedir diligência, pedia diligência. Mudou. Ele foi nota dez. O que veio depois dele foi nota dez. Teve a coragem inclusive de fazer a denúncia do mensalão numa hora de grande expectativa. Nosso último foi nota dez, sendo que o último sofreu injustiça, porque, como ele fez as denúncias, aqui no Senado tinha gente que queria transformá-lo em réu. E ele apresentou uma série de coisas provadas, de que o Cachoeira era uma das maiores vergonhas daqui do Senado.

O que é uma CPI? Uma CPI é uma denúncia de um fato grave que teria acontecido, e se cria a CPI para averiguar o que aconteceu. No caso do Cachoeira, não foi isso. No caso do Cachoeira, a Procuradoria e a Polícia Federal encontraram tudo. Encontraram tudo, estava tudo ali, e essa CPI trabalhou o tempo todo para arquivar, para tirar o Governador de Brasília para fora, tirar o Governador de Goiás para fora, tirar o Governador do Rio de Janeiro para fora, tirar os deputados para fora. Agora no Congresso, absolveram um parlamentar que está condenado e era um dos grandes instrumentos do Cachoeira. Foi arquivado na Câmara dos Deputados.

Então, é a Comissão mais vexatória que eu vi, porque não apuraram. Nós tivemos CPIs que não apuraram nada. Houve aqui, cá entre nós, certo entendimento entre PSDB e PT, no qual o PMDB ajudou, mas, na verdade, era o seguinte: o PSDB fez o governo de oito anos; o PT fez uma oposição radical. Como oposição, não queiram o PT como inimigo, pois ele é duro. Mas depois, quando o PT foi para o governo, o PSDB, que, como oposição, é fraquinho, fraquinho, foi indo, querendo fazer algumas denúncias. A primeira denúncia que ele fez foi contra as ONGs. Mostraram os escândalos das ONGs. E apresentaram as denúncias. As duas ONGs que eles apresentaram, as que eles tinham os fatos, eram os fatos cada um mais escandaloso do que o outro. Mas o que é que aconteceu? O PT disse: "Tudo bem, mas tem mais essas duas do tempo do PSDB; então, vamos examinar as quatro." "Não, esquece." Encerraram, é claro, e pararam com tudo.

O caso do Cachoeira foi a mesmíssima coisa. Se arreglaram. "Vamos deixar em paz o Governador de Brasília, e nós deixamos em paz o Governador de Goiás, e fica tudo igual". Nada! Um escândalo, quer dizer, era um açougue em Goiás. O açougue se transformou no maior frigorífico de carne do mundo, com dinheiro do BNDES. E aí o açougue comprou uma empreiteira, uma das maiores empreiteiras, que, nos últimos quatro anos, praticamente tudo o que tinha era dado para ela. E se provaram as coisas mais horríveis que se podia imaginar. Tudo arquivado! Tudo bem, tudo zero, e o Cachoeira está aí.

Então, o Congresso vive um momento ruim agora. Não sei se os senhores se lembram, mas nós fizemos CPIs excepcionais! A começar do *impeachment* do Presidente, a continuar com a CPI do Anões do Orçamento, em que cassamos nove deputados! As coisas eram feitas. Mas hoje, tristemente, nosso Conselho de Ética é uma coisa fantástica. No Conselho de Ética, o PMDB, como membros do Conselho, tem o Presidente do Senado, tem o Jucá, tem o Líder do PMDB, uma vaga nós demos para o Senador do PTB aqui de Brasília, o Gim Argello, e outras vagas deixamos em branco. Essa é a participação do PMDB. E o PT não é diferente. Então, fizemos uma denúncia grave contra o Presidente, grave, pesada, mas o Presidente do Senado impôs pelo Presidente um ilustre Senador, belo passado, etc. e tal, mas cansado, doente, lá do Maranhão. Recebeu a denúncia contra o Presidente Sarney, "arquive-se", e ele ganhou. Recorreu-se para discutir e aquela coisa toda, e ele levou. Depois quer processar o guri aqui. Ameaça: "Ou tu andas assim, ou vou abrir um processo."

Então, eu acho que nós estamos jogando, rezando para que o Supremo dê certo, e confiando na Comissão. E eu acho, com toda a sinceridade, que a nossa Comissão deveria ir à Presidente Dilma – talvez devesse reunir mais gente, nós e alguém lá da Câmara, das várias Comissões – para cobrarmos dela que não pode continuar como está e, fundamentalmente, cobrarmos dela a responsabilidade dos fatos que vão acontecer. Ouvi algumas manifestações de membros – não quero entrar em detalhes – muito infelizes, por-

que não me parece que a Comissão tenha feito algo irresponsável ou algo que não signifique realmente buscar a verdade.

Era isso, Sr. Presidente. O Fonteles largou a Procuradoria, poderia ter posto um bom escritório de advocacia aqui, olha! Recebeu convite para não sei o quê e só aceitou um convite: é professor de religião na Universidade dos franciscanos. Então, lá quase na favela ele vai estudar e dar a aula dele todas as noites. Foi a única coisa que ele aceitou, não faz mais nada. Agora aceitou esse negócio da Comissão. Falo dele porque sou franciscano por causa dele. Ele chega lá em casa... Agora está pequeno, mas ele usava um Tau enorme. Fiquei impressionado: "O que é?" Para que fui perguntar? Levou três horas explicando e, quando fui ver, eu era franciscano. Saí da conversa com ele e fui diretamente...

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

São várias sugestões apresentadas, entre outras, a recondução do Dr. Cláudio Fonteles à Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – A outra é que vamos começar a refletir em nos tornarmos franciscanos também, viu? Ter Cláudio Fonteles e Pedro Simon deve ser algo muito interessante, Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Então, vou pedir à Secretaria da Comissão para elencar as sugestões – o Dr. Cláudio Fonteles também ofereceu algumas sugestões – para termos uma memória delas para podermos, então, dar os encaminhamentos necessários.

Tenho aqui o cartaz do seminário que vai acontecer na quarta-feira, sobre os 34 anos da Lei de Anistia. Nós estamos em agosto, quase no final de agosto, então, vamos ter esse seminário para refletir sobre esses 34 anos de Anistia no nosso País.

Agora nós vamos às considerações finais da Mesa.

Vou fazer o seguinte: vamos começar invertendo aqui a ordem das falas iniciais. Passo a palavra à Maria Eliana de Castro Pinheiro. Agora o tempo é mais reduzido, sai dos dez e cai para os três minutos.

A SRª MARIA ELIANA DE CASTRO PINHEIRO – Senador Randolfe, eu também estava na votação da Comissão da Verdade. Batalhamos muito para que ela se realizasse, mas eu sempre falei que era totalmente a favor, até que ele me provasse o contrário. Eu espero que ela não me prove o contrário e que esse relatório realmente saia com a verdade.

Outro dia, numa reunião – Dr. Cláudio Fonteles até estava –perguntei para um dos componentes que ajudavam se eles... No dia do lançamento da Comissão, entreguei o dossiê do meu irmão, como vários familiares também entregaram, muito bem montados, com a realidade da vida, de tudo, mostrando que não eram vagabundos, trabalhavam e estudavam, e eu perguntei se ela já tinha chegado a ler algum, porque ali há uma história maravilhosa. Houve certa saia justa, e eu terminei não mais cobrando nada. Então, ali tem uma história tão rica, e cheguei a entregar os nomes de torturadores e outros. No livro do Leonêncio Nossa tem um organograma vindo da cabeça até os mais subalternos, de cada um, principalmente da Guerrilha do Araguaia. Entreguei esse organograma. Não sei se chamaram alguns. Pedi audiência pública porque eu queria a presença dos torturadores e do assassino, do executor do meu irmão, e até hoje também ela não fez. Mas eu ainda continuo confiando.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Com a palavra o Fábio Borges da Silva.

O SR. FÁBIO BORGES DA SILVA – A Nazaré chegou. Eu acho que também tinha algumas ideias. (*Falha na gravação)* tempo.

Por exemplo, no debate da mobilização, entendemos que só vai haver uma movimentação na direção da justiça se houver uma mobilização social. A gente tem que disputar a opinião pública, sobretudo da juventude brasileira. A gente tem conversado muito com o Paulo Speller sobre a possibilidade de a gente começar a criar, via Ministério da Educação, algumas articulações para pensar em como colocar isso inclusive na grade curricular, no ensino de geografia, história, filosofia, sociologia. Eu acho que é importante a gente pensar um programa para 40 anos, no sentido de que a juventude de agora tem que saber o que aconteceu, e a escola é um espaço *sine qua non* para isso. Então, a gente tem pensado algumas coisas nesse sentido também, como sugestão.

Na UnB, temos um arquivo de 60 mil documentos feito pelo estudante do CA de História, um arquivo nacional, chamado Promemeu, que precisa de tratamento. E é interessante o arquivo porque é um arquivo que guarda o ponto de vista dos estudantes, é documento produzido por estudantes em relação àquilo que aconteceu sobretudo entre 1964 e 1985 e em que a ditadura não conseguiu botar fogo. Ou seja, trata-se daquilo que os estudantes conseguiram organizar para preservar, traçando um panorama em relação ao próprio ponto de vista acerca do que se passava no Brasil. Acho que isso é muito interessante. Imagino que

em outros lugares do Brasil, em outras universidades, dever haver coisa parecida.

Por outro lado, achamos também que se deve fazer um movimento nas universidades. Como o Paulo Abrão já faz as caravanas, aquele projeto de cinema, a gente acha também que deveriam, pelo menos as federais, até o ano que vem, percorrer todas elas e orientar com cartilhas, com material, para que pudéssemos fazer deles difusores das informações. Assim, quando os relatórios forem entregues ao Governo e ao Judiciário, teremos condições de fazer a luta por justiça, que eu acho que é o que todo mundo está esperando.

A memória é importante, a verdade é importante, mas, sobretudo, que a gente consiga caminhar na direção da justiça. A Nazaré, por exemplo, foi torturada quatro vezes. Numa delas, ela estava grávida durante a tortura. Há uma série de histórias. Viveu no exílio, na clandestinidade, foi reintegrada à UnB na democratização e está até hoje também nessa luta. Então, é mais um exemplo vivo da necessidade de reorganizarmos e pensarmos um Brasil diferente daquilo que a ditadura tentou desenhar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – Muito obrigado, Fábio.

Dando sequência, Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA (PT – MT) – Eu vou fazer um convite, uma sugestão e três comentários bem breves.

O convite é: a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com a Alice, uma ONG do Rio Grande do Sul, e familiares de mortos e desaparecidos, numa criação do fotógrafo argentino Gustavo Germano, promoveram uma amostra chamada Ausências. É uma sequência de fotos em que se pega uma fotografia antiga onde as pessoas hoje mortas ou desaparecidas estavam presentes e depois fotografa os mesmos familiares sem essas pessoas. É algo muito sensitivo, algo muito forte. A inauguração vai ser no dia 29, no Museu Nacional da República, às 19 horas, e vai ficar até o dia 30 de setembro em Brasília.

A segunda questão é uma sugestão. Nós tivemos uma baixa na Câmara com essa iniciativa da Luiza Erundina e outros Deputados e Deputadas na Comissão de Direitos Humanos. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara hoje tem uma direção que, na verdade, não privilegia esse tipo de debate. Vou ficar só nesse comentário, porque não me permitiria avançar assim em outras considerações.

Esse espaço é muito especial, muito importante, porque particularmente nosso trabalho na Comissão, na Secretaria de Direitos Humanos, é ajudar a criar comissões, comitês em todo lugar. E nós o fazemos assim com muita liberdade, não só quando nos é dado pela Secretária Ministra Maria do Rosário, mas também nunca tivemos interferência de nada. Então, esse pessoal precisa de referência, e esta Comissão aqui pode ser referência.

Eu daria duas sugestões de trabalhos futuros, na linha de valorizar os que são invisíveis, aqueles que são anônimos, que foram anonimizados, foram invisibilizados pelo processo. E nós ajudamos a criar duas comissões desse tipo de invisibilidades: uma é a Comissão Camponesa da Verdade.

Nós não estamos muito preocupados aqui em fazer a denúncia, estamos preocupados em fazer uma análise que subsidie a Comissão Nacional da Verdade, porque há muitas dúvidas sobre isso. É a mesma coisa sobre a comissão indígena. Foi criada uma comissão indígena da verdade, até que enfim. Há um ano estamos labutando com isso, porque sabemos que os povos indígenas têm diferenciações, alteridades entre si e de nós para com eles. Então há um grau de dificuldade. Se o Senador Capiberibe permitir, depois podemos formalizar isso de uma forma que contribua realmente para a Comissão Nacional da Verdade.

Agora, três comentários, rapidíssimos. O primeiro é sobre a Comissão Nacional da Verdade. Olha, acompanhamos, desde o início essa Comissão e até antes dela, e vou me permitir falar – eu não ouvi a palavra do Dr. Cláudio – o que sinto e percebo que aconteceu. As primeiras duas concepções de comissão da verdade ali: uma que privilegia o relatório final e outra que privilegia o processo, porque, do processo, se gera um relatório final mais substancioso e se criam ambiente público e opinião pública que sejam mais favoráveis.

Primeiro, as pessoas que estão lá, todas elas são dignas, respeitáveis, então não vai nenhuma crítica dessa ordem aqui. Acho que não é correto isso. Mas a verdade é que os caminhos para a verdade estão diferenciados lá. Não sei se isso foi motivação do Dr. Cláudio, mas é a nossa motivação, dos que estamos de fora, de aumentar a nossa angústia, porque muita gente lá, alguns comissionários acham que vão fazer um relatório muito bom. Isso vai ser muito importante, e nós concordamos com isso. Mas para chegar ao relatório é preciso ter audiência pública; é preciso colocar no tribunal moral aqueles torturadores. Tem que se investigar fundo os arquivos secretos; tem que se definir muita coisa. Então é essa a questão.

A outra é a anistia. E essa iniciativa eu acho muita boa aqui. Mas, aqui para nós, nós não vamos enfrentar a anistia sem enfrentar o problema do STF.

Eu estou aqui como membro da Secretaria de Direitos Humanos, e nós do Poder Executivo respeitamos o outro Poder, mas é fato político, público, que houve

uma opinião que na verdade anistiou os torturadores. Eu diria, hoje, como militante e não como representante da Secretaria: acho que o STF anistiou, mesmo depois quando o Brasil tinha sido denunciado na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Já estava escrita a sentença – não estava votada, logo depois o fez –, e o Brasil foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos, a anistia do Brasil foi considerada nula, a autoanistia. Porque só assim não se puniriam os torturadores, aqueles que são os perpetuadores de violação aos direitos humanos. Agora, é fácil criticar a Comissão da Verdade? Eu sou um dos críticos. E quando o Fonteles estava lá, nós o estávamos criticando também. Mas eu queria dizer que, quando o Fonteles saiu, a coisa ficou feia. Nós sentimos.

Aqueles que criticavam, como eu e muitos outros, falavam assim: "puxa vida, o Fonteles estava certo". O Fonteles fez o relatório, ele se expôs, teve a coragem de falar: "olha eu penso sobre isso e falo isso." Ele peitou e pôs a audiência pública do Ustra, você entendeu?

Então, é isso que queremos da Comissão. Se o Fonteles voltar, vai ser ótimo. Mas, se ele não voltar, que o espírito de Fonteles seja o espírito da Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB -AP) – Muito bem. Obrigado, Gilney.

Agora, vamos ouvir o Dr. Cláudio Fonteles, a quem foram dirigidas algumas questões. Pode tomar o tempo para responder alguns questionamentos.

O SR. CLÁUDIO FONTELES – Está bem, Senador.

Antes de tudo, agradeço o convite. Foi maravilhosa essa grande troca, reflexão plural, que é fundamental.

Senador Randolfe, em relação ao problema do impedimento da comissão estadual, isso traz uma questão maior. A solução para isso é muito simples. Qual foi o argumento do Comando Militar? No sentido de que os membros da Comissão eram de natureza estadual, e ali era um próprio federal. Então, eles não poderiam abrir. Isso é uma tolice. Mas, rapidamente, se resolvia isso com a Comissão Nacional da Verdade indo com a comissão estadual e se fazendo acompanhar, se quisesse, por procuradores da República. E aí, pronto, não podia se embargar a presença dos membros da Comissão Nacional da Verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – O senhor me permite uma sugestão?

Senador Capiberibe, eu queria sugerir uma visita em comum da Subcomissão da Verdade aqui do Senado junto com a Comissão Nacional da Verdade...

O SR. CLÁUDIO FONTELES – Com a Comissão Nacional, com a Comissão Estadual. Perfeitamente. E isso aí nos conduz...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Apresentamos como sugestão.

O SR. CLÁUDIO FONTELES – Esse é um grande tema. Eu estive conversando com comandantes militares – na época, eu estava na Comissão Nacional da Verdade –, e o ponto é este que aflora bem, meu querido irmão Pedro Simon: os militares brasileiros atuais, as lideranças militares brasileiras atuais têm que entender que não está se fazendo nada – eu já falei aqui, mas vou, com ênfase agora, reafirmar – contra Exército, Marinha, Aeronáutica, que são fundamentais à democracia. O que as lideranças militares, hoje, têm que entender é que elas não podem prestar solidariedade, como querem, a agentes públicos que denegriram essas instituições.

O Legislativo foi sábio na edição da Lei 9.140, quando fala que "o Estado Brasileiro, por seus agentes públicos (...)." Então, esse é que é o ponto. E, aí, assoma a liderança da Presidência da República em demonstrar a essas pessoas, e também o Parlamento, as forças sociais, num trabalho coletivo, mostrar isto: olhem, senhores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, hoje na ativa, em sua maioria – até muitos nem nascidos eram na época, quando jovens oficiais –, o ponto não são os senhores nem as suas instituições. O ponto são aqueles que denegriram. E, segundo a lei, a que todos nós devemos obediência e a democracia repôs na obediência a lei – e os senhores têm que obedecer a isso –, a lei, vetada pelo Parlamento e sancionada pelo Presidente da República, diz que agentes públicos conspurcaram violentamente os direitos da pessoa humana.

Esse é o grande desafio. Tem que haver uma liderança do Executivo que dialogue, apresente, mostre, e o próprio Parlamento e as forças sociais todas mostrem isso, evidenciem isso. Talvez esse seja um pequeno passo, concreto, como realmente foi colocado agora pelo Senador Randolfe, que é importante. É mostrar a essas pessoas que não são as instituições a que elas servem, mas são aqueles maus servidores que em todas as instituições existem, como na nossa existe também. E nós não podemos ficar a defender aqueles que conspurcaram e violaram os direitos da pessoa humana. Esse é o grande ponto.

Senador Pedro Simon, realmente, está na hora de a Presidente definir. Porque eu saí há dois meses. A Presidência da República sabe o que aconteceu. Eu não vou falar, nomear, porque eu quero também que a Comissão Nacional da Verdade trilhe o seu caminho e dê as respostas pedidas por familiares e por todos os

brasileiros. Mas ela sabe perfeitamente o que aconteceu, e ela tem chance política de criar agora um caminho coeso. Realmente, aconteceram dois caminhos, mas criar agora tem condições, com as substituições possíveis, de criar um caminho coeso e aí responder rapidamente e trabalhar concretamente por isso.

Essa é minha intervenção, agradecendo a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Dr. Cláudio Fonteles.

Finalmente, com a garganta já melhor (...)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – V. Exª me permita um rápido comentário pelo Dr. Cláudio sobre a revisão da Lei da Anistia. Peço também depois ao Dr. Aurélio.

O SR. CLÁUDIO FONTELES – O meu posicionamento quanto à Lei da

Anistia, pessoal, é de que a decisão da Suprema Corte, que está ainda *sub judice* com embargos de declaração, não foi feliz. Acho que é inconstitucional a Lei da Anistia. Acho que aí, Senador, temos que criar todas as condições políticas para que se possa, na ocasião do julgamento desses embargos, que, evidente, todos nós somos sensíveis, os magistrados hão de ser sensíveis, não se sentirem pressionados, mas serem sensíveis a toda uma argumentação e a todo um envolvimento da sociedade. É a beleza dessa movimentação. Não temos que ter medo das movimentações. É preciso haver uma forma de democracia direta, na medida em que ela possa até existir.

Então, perfeito que aqui se trilhe esse caminho, a sociedade se envolva com isso, e a Comissão Nacional da Verdade, num plano muito importante, que são as recomendações que a lei manda que venham a ser feitas pela Comissão Nacional da Verdade, aí surjam medidas concretas, não teóricas, mas concretas – alinhei até algumas aqui, reformulação de ensino e tal – e o exame, sim, sobre a temática da anistia, que não é dado a ela. Não estamos aí questionando decisão judicial, não estamos aí nos substituindo ao Poder Judiciário, mas a Comissão Nacional da Verdade também se pronuncie sobre a temática anistia, não a decisão da Suprema Corte sobre anistia.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Satisfeito, Senador?

Então, com a palavra o Dr. Aurélio Rios.

O SR. AURÉLIO VEIGA RIOS – Obrigado, Senador João Capiberibe. Novamente peço desculpas. A voz já está prejudicada nesse fim de semana em razão de uma gripe.

Mas quero responder rapidamente às indagações do Senador Randolfe, agradecer a participação do Senador Pedro Simon, que é realmente um ícone, uma pessoa que é referência para todos nós.

Primeiro, vamos ao que está sendo discutido aqui e que será discutido depois de amanhã na Câmara, os 34 anos da Lei da Anistia.

Um seminário chama Momentos de Reflexão. Qual a importância disso? Que nós precisamos hoje adequar essa lei a uma nova realidade. E o Supremo Tribunal Federal teve uma oportunidade de ouro para fazer isso e não fez. Não bastava, meu querido Cláudio, declarar toda ela inconstitucional. Não precisa disso. Bastava dar uma interpretação com forma para reconhecer o valor histórico dela e, ao mesmo tempo, permitir que se investigasse, permitisse que a Lei de Anistia não significasse amnésia, não significasse escudo de impunidade e principalmente não servisse também de argumento para que os juízes pouco corajosos venham a deixar de receber denúncias em casos em que a prova está completamente pronta e acabada, onde há prova da materialidade, da causa, de quem provocou aqueles assassinatos bárbaros. E do Ministério Público não podia a sociedade exigir outra coisa, já que o nosso querido Senador Pedro Simon lembrou um tempo triste em que o Procurador-Geral era chamado de engavetador-geral. É necessário dizer que agora, para um Promotor de Justiça ou para um Procurador da República, a sociedade não exige outra coisa: havendo um fato punível, como um crime, que ele tenha de ser apurado. Não vou nem entrar nas questões processuais, meu prezado Senador, de prescrição, de eventual indulto, perdão. Isso é outra questão. O importante é que não se pode deixar de investigar e não se pode impedir o Ministério Público de pleitear a justiça de encaminhar uma denúncia e os juízes de recebê-la e obviamente de processar esse caso, qualquer que seja o resultado final.

Então, nós achamos que a lei de anistia precisa ser revisitada. E ela precisa ser entendida dentro do seu contexto histórico e dentro da perspectiva do futuro, de uma justiça de transição. Nesse aspecto, é muito importante que o próximo Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, que será sabatinado nesta Casa na quinta-feira... E quero dizer a vocês que é uma pessoa correta. Não é só o fato de ter sido o mais votado da lista, mas é um colega verdadeiramente compromissado com o Estado Democrático de Direito. Então, que se proceda à revisão desse entendimento no Supremo.

Podemos aproveitar inclusive o fato de que aquela DPF proposta pelo Conselho Federal da Ordem não transitou em julgado. Pode ainda haver outro entendimento do Supremo sobre isso. E aproveitando a mudança na composição, tentar outro entendimento. Isso facilitaria tremendamente aquela parte da justiça em que jovens procuradores da República, colegas nossos, que integram dois grupos de trabalho, tanto da memória e verdade quanto da justiça de transição, possam levar adiante esses casos.

É importante também a gente ter outra percepção do que podemos fazer juntos. Acho que a iniciativa do Senador Randolfe de se propor a revisão é absolutamente elogiável, como também a da grande Deputada Luiza Erundina, que é uma grande batalhadora e tem feito esforço que pode para não deixar que esqueçam o que aconteceu neste País.

Mas é importante também que as Comissões da Verdade – e Claudio sabe muito bem disso – não sejam comissão da vaidade, em que a perspectiva das pessoas de produzir o documento inédito, o relatório final, espetacular, impeça, no presente, de se fazerem as investigações.

Eu vejo com alguma preocupação, meu prezado Claudio, Senador João Capiberibe, Gilney, Eliana, Fábio, a pouca disposição que ela tem tido para um trabalho conjunto. Juntamente com alguns desses militares que estão prestando depoimento seria muito bom e importante a participação de procuradores da República, de membros do Ministério Público que pudessem, com o mínimo de conhecimento de técnica de investigação, ajudar não só no esclarecimento da verdade literária ou da verdade histórica, mas também pudessem já aproveitar esses depoimentos como material de prova, um momento de colheita para adiantar isso.

O que tem ocorrido? Na ausência de integrantes do Ministério Público, tem que ser ouvida novamente, duas ou três vezes, em situações diferentes, a mesma pessoa, sobre os mesmos fatos. Isso, evidentemente, é uma perda de tempo e faz com que o processo da Comissão, que já é curto, sofra ainda essa dificuldade, tendo que haver sucessivos depoimentos e coletas de declarações das pessoas que participaram disso.

Então, para terminar, acho que nós devemos sim provocar uma mudança de entendimento por parte do Supremo, para principalmente facilitar que os juízes possam receber as denúncias que já estão sendo feitas. E para que o terceiro processo da memória da verdade seja complementado com justiça.

Outro aspecto importante que o Senador falou, sobre esse caso da Comissão estadual, é que era para estarem dois colegas procuradores da República juntos. O pessoal da Comissão estadual falou antes da hora, deu uma declaração de que ele iria, quando na verdade a combinação era que se chegasse lá e fosse fazer visita. E isso criou uma reação ,e houve a possibilidade de um parecer jurídico de que do ponto de vista formal eles se escusavam na questão da atribuição federal – porque era um prédio federal e não estadual – para negar a Comissão estadual.

Sobre esse mesmo prédio, eu assinei na quarta-feira, junto com todos os colegas do grupo de trabalho memória e verdade, um ofício ao Presidente do Iphan pedindo seu tombamento como um local, um espaço de memória. Isso será feito e tenho certeza de que o Iphan irá fazê-lo, até porque já tem consciência disso. Nós já temos vários espaços de memória, como o Memorial da Resistência, em São Paulo, e outros tantos que estão sendo criados nesses antigos lugares.

Por fim, queria registrar o que para nós também é paradigmático: o processo de recuperação da chamada casa da morte, de Petrópolis, que foi um dos lugares mais tenebrosos da época da ditadura. Naquele local ninguém, a não ser uma mulher chamada Inez Etienne Romeu, sobreviveu. Então, esse é outro aspecto que está sendo também discutido com a Prefeitura de Petrópolis, a fim de que seja criada uma referência como espaço de memória.

Sr. Presidente, são essas as nossas últimas considerações. Obrigado.

A SRª MARIA ELIANA DE CASTRO PINHEIRO – Permite-me só uma... Na Convenção de Genebra, em um crime de guerra eles não permitem anistia. Verdade?

O SR. AURÉLIO VEIGA RIOS – Eu vou convidá-la, Maria Eliane, para a gente ir para o...

A SRª MARIA ELIANA DE CASTRO PINHEIRO – Não é bem um sequestro continuado.

O SR. AURÉLIO VEIGA RIOS – Claro.

A SRª MARIA ELIANA DE CASTRO PINHEIRO – Como a maioria foi presa... a maioria dos nossos revolucionários foram presos e executados pelo Estado, seria crime de guerra em quase todos os casos. E pelo que eu li, ele não aceita anistia.

O SR. AURÉLIO VEIGA RIOS – Na verdade, esse é um tema para o seminário. Eu vou estar também nesse seminário depois de amanhã, onde poderemos discutir mais amiúde esses detalhes.

O que todas as cortes internacionais têm invalidado é a autoanistia. São governos ditatoriais ou autoritários concederem anistia a si mesmos, porque invariavelmente cai nisso: torturam... Exclusivamente, ou às vezes primeiro o torturador é o anistiado, para então depois cuidar do restante.

No caso do Brasil, há uma decisão da Corte Interamericana. E não é que tornou nula, meu amigo Gilney, mas tornou sem efeito a lei de anistia para os

efeitos de impedir um justo e necessário esclarecimento dos fatos. Por quê? Porque, obviamente, em todo processo onde há justiça de transição é necessária uma acomodação daquilo que está posto na lei e que possa servir ao propósito generoso de perdoar e permitir que pessoas perseguidas voltassem. Isso é uma coisa positiva. A volta dos exilados políticos foi absolutamente necessária para o País. Mas passados 34 anos, é importante que essa anistia seja compreendida dentro das suas circunstâncias políticas e históricas. E no caso da anistia, ela não pode servir de anteparo para o pleno esclarecimento dos fatos. E isso é objeto de uma condenação do Brasil, do Estado brasileiro, pela Corte Interamericana.

Isso é o que precisa ser feito, porque há outro problema: a falta de controle de convencionalidade por parte do Judiciário brasileiro, que é o controle que se faz da adequação de determinadas normas à Convenção Interamericana, ao Pacto de San José. Aqui estamos muito acostumados a fazer o controle de condicionalidade, mas além do controle de condicionalidade é preciso também fazer esse controle de convencionalidade. E dentro do controle de convencionalidade, estou seguro, Eliana, de que a nossa lei de anistia não passa por inteiro. Há uma parte dela que terá de ser reacomodada e sofrer uma nova interpretação para que a carga decisória da Corte possa valer muito mais.

A SRª MARIA ELIANA DE CASTRO PINHEIRO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Antes de mais nada, muitíssimo obrigado aos convidados; aos Srs. Aurélio Rios, Claudio Fonteles, Gilney Viana, Fábio Borges e Maria Eliana. Obrigadíssimo por terem comparecido nesta manhã, na Subcomissão de Direitos Humanos para informar principalmente aos mais jovens, àqueles que chegaram depois da ditadura, ou que nasceram e cresceram já na democracia. Eu considero da maior importância esse nosso acerto com o passado.

Nós temos aqui questões de ordem prática. A proposta do Senador Randolfe de uma visita, junto com a comissão nacional e a comissão estadual. E por que não junto com os procuradores federais? Agora, nós temos de ter certa agilidade para tornar possível essa visita.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Eu consulto se não poderíamos deliberar aqui na Subcomissão e submeter *ad referendum* à CDH na quinta-feira? Acho que é possível, não é? Nós poderíamos tomar como deliberação da Subcomissão e submeter à CDH de quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Se todos estiverem de acordo, então está aprovada a proposta do Senador Randolfe Rodrigues de visitar, juntamente com a Comissão Nacional da Verdade, a Comissão Estadual e a Procuradoria da República, o endereço da Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro.

Há também uma sugestão de Gilney Viana de a gente se aproximar e abrir esse espaço para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Isso nós podemos logo depois ter um entendimento, para integrar a nossa ação no sentido de trazer, talvez em outras audiências públicas, seminários, uma discussão sobre os invisíveis. Eu conheço vários casos.

E, finalmente, sou parte dessa história, como Gilney Viana e tantos outros. Nós estivemos nas mãos da ditadura, presos, torturados, e temos toda uma história de resistência. Fazemos parte de uma parte da nossa geração que resistiu, para que pudéssemos hoje conviver num País mais livre. O País dos meus netos e dos meus filhos é outro país, não é o mesmo em que eu vivi.

É difícil. A gente tem ainda um processo em construção, vamos levar... Eu digo que depois de 21 anos de ditadura, a gente precisa no mínimo de o dobro para voltar àquele estágio de democracia que perdemos atrás. É muito difícil a retomada. Nós mesmos sentimos na pele o peso do autoritarismo presente nas nossas instituições. A violência que se pratica contra...

A democracia não chegou à periferia, às áreas periféricas, às populações mais vulneráveis. Nós temos casos permanentes de violência contra as populações indígenas; contra trabalhadores rurais, pequenos agricultores, extrativistas, que sofrem violência permanentemente. Esta Comissão tem recebido essas denúncias e procuramos ouvi-las e encaminhar soluções para os vários casos de violações dos direitos humanos que cheguem aqui. Toda vez que tomamos conhecimento, a gente procura ouvir essas pessoas e solicitar providências às autoridades.

Portanto, nossos agradecimentos. E eu queria também destacar essa iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, pelo fato de ele ser jovem e um militante. Eu o conheço desde os 16 anos; ainda imberbe, já estava na militância do movimento estudantil e viveu intensamente esse processo de reconstrução democrática no nosso País.

Parabéns pela iniciativa de apresentar e aprovar esse requerimento na Comissão. E vamos continuar promovendo, criando essas oportunidades de informar à sociedade brasileira sobre um processo histórico com consequências até o presente.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos e dou por encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 9 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA – CDHMVJ, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 14 HORAS E 30 MINUTOS.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e treze, na sala treze, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador João Capiberibe, reúne-se a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMVJ, no âmbito da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senadores: João Capíberibe e Randolfe Rodrigues. Registra-se a presença da Senadora Ana Rita, Presidenta da CDH. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 68, de 2013, aprovado em 05/09/2013, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer a realização de audiência pública para **"Ouvirmos os familiares de mortos e desaparecidos políticos".** O Senhor Presidente passa a palavra para a Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa Senadora Ana Rita que lê uma nota de repúdio acerca dos fatos ocorridos no dia 23 de setembro, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, em frente ao quartel onde funcionou o Destacamento de Operações e Informações (DOI) do 1º Exército durante a ditadura de 1964-1985, quando o Senador Randolfe Rodrigues foi agredido pelo Deputado Federal Jair Bolsonaro. A Senhora Presidenta da CDH Senadora Ana Rita anuncia que a Comissão apresentará Representação à Mesa da Câmara dos Deputados contra o Deputado Federal Jair Bolsonaro. O Senhor Presidente faz um relato detalhado sobre os fatos supracitados. O Senhor Presidente apresenta os expositores e os convida a tomarem lugar à mesa, e passa a palavra para os convidados, nesta ordem: Marcelo Santa Cruz, Familiar de Desaparecido; Iara Xavier, Representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Mateus Dounis Vinchon Guimarães, Membro do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do Distrito Federal; Paulo Abrão, Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; Gilney Amorim Viana, Coordenador do Projeto "Direito à Memória e Verdade" da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Capiberibe, Ana Rita e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e oito minutos, lavrando eu, **Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio,** a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador João Capiberibe**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 68, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, aprovada no dia 5 de setembro de 2013, por iniciativa nossa, para ouvirmos os familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

Temos a presença da nossa Presidenta da Comissão, Senadora Ana Rita, e aproveito a oportunidade de passar a palavra à Senadora, que tem uma nota, e, logo em seguida, vou fazer um relatório da visita da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça ao quartel da Polícia do Exército situado na Barão de Mesquita, na Tijuca, no Rio de Janeiro, realizada ontem.

A Comissão esteve lá. A Senadora Ana Rita acompanhou, mas...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não consegui chegar a tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Houve uma conspiração contra, não da companhia aérea, foi de São Pedro, que fez o tempo muito ruim e, em vez de aterrissar no Santos Dumont, terminou indo a Campinas. Fez uma longa viagem e, quando conseguiu chegar ao Rio, tínhamos encerrado, infelizmente, a visita, mas o esforço da nossa Presidenta foi muito recompensado. Nós, depois, repassamos para ela os acontecimentos e, agora, tenho o prazer de ouvi-la, nós temos o prazer de ouvi-la.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Boa tarde a todos vocês. Quero cumprimentar o Gilney, que é da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e que, também, tem colaborado com a Comissão Nacional da Verdade. Não é isso, Gilney?

Cumprimento aqui os familiares de vítimas da ditadura que estão aqui presentes; também membros da Comissão Nacional da Verdade do DF, todos vocês que aqui estão e, de uma maneira especial, o Senador João Capiberibe, que é da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos, aqui do Senado Federal.

Conforme ele já adiantou, depois será feito um relato mais sucinto do dia de ontem, que foi uma visita de membros não só da Comissão de Direitos Humanos, mas também da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro e, também, de representantes da Comissão Nacional da Verdade, ao DOI-Codi, no Rio de Janeiro.

Lamentavelmente, lá houve um fato provocado pelo Deputado Federal Jair Bolsonaro, sobre o qual a Comissão de Direitos Humanos do Senado não poderia deixar de se manifestar. Fizemos uma nota de repúdio ao que aconteceu, em razão do desrespeito ao trabalho dos Parlamentares que lá estiveram, não só Senadores, mas também Deputados Federais, que não podem ser tratados da forma como foram tratados, e muito menos o Deputado Federal poderia ter agido daquela maneira, de forma agressiva.

É importante ressaltar que a ida dessa Comissão, composta de dez pessoas, foi construída juntamente com o Ministério da Defesa e os integrantes do Exército Brasileiro sediado no Rio de Janeiro.

Na verdade, a entrada forçada do Deputado Federal Jair Bolsonaro iria causar dificuldades aos trabalhos que esta Comissão se propôs a fazer.

Não podemos deixar passar despercebida a forma com que ele tratou os Senadores e os Deputados, em particular, o Senador Randolfe Rodrigues. Portanto, a Comissão de Direitos Humanos fez uma nota de repúdio que vou ler aqui para que vocês tomem conhecimento.

Venho a público repudiar a atitude do Deputado Federal Jair Bolsonaro, que agrediu o Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá, em frente ao I Batalhão da Polícia do Exército, na Tijuca, no Rio de Janeiro, no momento de visita das Comissões da Verdade e Parlamentares ao prédio do antigo DOI-Codi, nessa segunda-feira, 23. A visita ao local era uma atividade da Subcomissão Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, da Comissão Nacional da Verdade, da Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça, do Rio de Janeiro, e de procuradores federais com representantes do Senado e da Câmara. O ato de desrespeito do Deputado Jair Bolsonaro, que é do PP do Rio de Janeiro, contra o Senador Randolfe em nada contribui para o pleno exercício da democracia, não atende ao adequado decoro parlamentar e ainda fere frontalmente os direitos humanos. O Deputado não agrediu apenas o Senador Randolfe Rodrigues, ele desrespeitou a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e o próprio Senado Federal.

Solidarizo-me com o Senador Randolfe Rodrigues, que vem desempenhando importante papel na Comissão, em especial na Comissão Permanente Memória, Verdade e Justiça. Antecipo que iremos propor aos membros da Comissão de Direitos Humanos uma representação contra o Deputado na Comissão de Ética da Câmara Federal.

Assino essa nota como Presidenta da Comissão, porque, na verdade, não tivemos tempo para fazer uma deliberação conjunta, mas acredito, com certeza, que o Senador João Capiberibe, que é Vice-Presidente desta Comissão, assine-a comigo, e, numa reunião ordinária da nossa Comissão, vamos debater esse assunto e tomar outras providências, se assim for necessário. Mas, em princípio, vamos fazer esse encaminhamento a que nos propusemos aqui de entrar com uma representação contra o Deputado na Comissão de Ética da Câmara Federal.

Eu gostaria de passar essas informações para que seja de conhecimento público, mas também de conhecimento desta Subcomissão que aqui hoje se reúne para realizar essa audiência pública.

É isso, Senador João Capiberibe. Parabenizo V. Exª também pela coragem, pela firmeza, porque, pelas imagens que pude ver, o senhor foi muito corajoso no sentido de garantir a ordem na entrada, e sabemos o quanto V. Exª e o Senador Randolfe Rodrigues trabalharam para construir essa ida ao DOI-Codi da melhor maneira possível, dialogando com o Governo Federal, através do Ministério da Defesa, e também dialogando com os generais do Exército, que fica no Rio de Janeiro.

Foi uma ida construída, pactuada, e não poderíamos correr nenhum risco de que essa visita pudesse ter problemas e que trouxesse dificuldades aqui no trabalho da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça e da Comissão de Direitos Humanos.

Então, é isso. Quero aqui parabenizá-lo e dizer que a Comissão de Direitos Humanos está sempre à disposição para colaborar com esse trabalho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado, Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Eu me faço signatário imediatamente da nota. Certamente, vai haver, na nossa sessão ordinária, um debate mais profundo sobre o que aconteceu, porque ali houve uma tentativa deliberada de obstrução do trabalho de uma comissão do Senado.

Eu acho que isso é grave e que é preciso que se tomem medidas à altura do que nós tivemos que enfrentar ali, algo que não esperávamos que pudesse acontecer, até porque construímos todo esse processo. E eu já faço questão de relatar aqui como se deu todo o processo que nos levou à visita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fora do microfone.*) – Senador, peço licença para sair porque vou para outro compromisso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – À vontade, Senadora.

Numa das reuniões da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos do Senado, o Senador Randolfe Rodrigues apresentou requerimento para que a Comissão, acompanhada de representantes da Comissão da Verdade e de Deputados Federais, pudesse visitar o Batalhão de Polícia do Exército da Tijuca, em função de que, alguns dias antes, a Comissão da Verdade do Rio, acompanhada do Procurador da República, havia sido impedida de adentrar as instalações, sob alegação de que era um prédio federal e de que a Comissão da Verdade estadual não teria jurisdição para entrar nesse prédio. Então, em função desse requerimento, nós organizamos a ida até lá.

Logo depois de aprovado o requerimento, nós recebemos a visita dos assessores do Ministério da Defesa, que nos estenderam um convite para conversar com o Ministro da Defesa e também com o Comandante do Exército, o General Enzo.

Nós aceitamos o convite e lá estivemos conversando sobre essa diligência do Senado. Havia até um mal-entendido em relação à palavra diligência, que para nós tem um significado e para o Exército tem outro. Conversando, o Comandante do Exército nos estendeu um convite. Em vez de cumprirmos aquilo que havíamos deliberado na Comissão, entraríamos no prédio a convite do Comandante do Exército.

Inicialmente, nós aceitamos a ideia do convite, mas não... retiramos o requerimento. Quando nós aceitamos a ideia do convite, eu comecei a sentir que algumas restrições começaram a ser colocadas na mesa. Por exemplo, a não aceitação, na composição, do Procurador da República do Rio. E, daí para frente, outras. Claro, quando você é convidado para ir a casa de alguém, a pessoa vai mostrar o que interessa mostrar. E aí eu viajei. Quando eu voltei, realmente havia uma série de restrições sobre esse convite.

Nós remarcamos. Fizemos uma nova ida ao Ministro da Defesa e ao Comandante do Exército e lá, então, agradecemos o convite. Eu fiz a minha autocrítica porque em nenhum momento nós deveríamos ter abdicado das prerrogativas do Parlamento.

Nós tínhamos aprovado um requerimento e tínhamos apenas que cumprir aquilo que a Constituição nos faculta, que é a função de fiscalizar e de proceder a diligências.

E, com satisfação, anuncio a presença do Senador Randolfe Rodrigues, que ontem teve uma atitude... Talvez, se eu tivesse 40 anos, não teria me comportado daquele jeito. Mas o Senador Randolfe foi mais tranquilo, foi mais calmo. Depois de sofrer uma agressão, sei que é muito difícil não reagir.

Estou aqui fazendo um relatório de todo o encaminhamento que nos levou a visitar ontem o quartel e, logo em seguida, vamos ouvir os familiares dos desaparecidos, atendendo ao requerimento aprovado pela Subcomissão.

Dando sequência, o Senador conhece essa história porque estávamos sempre juntos, trabalhamos os dois nessa diligência, fiz a autocrítica. Disse: "Nós declinamos do convite e, daqui para frente, nós vamos fazer valer o poder do Legislativo. Quem dá condução a todo o processo de visita ao quartel somos nós e vamos convidar quem julgarmos importante participar dessa visita." Outra pessoa que também tinha sido vetada era a Deputada Luiza Erundina. À medida que as pessoas iam manifestando interesse em visitar, nós comunicávamos o Ministério da Defesa. E quando chegou o nome da Deputada Erundina houve uma reação contrária muito grande. A partir daí, então, nós passamos a cumprir aquilo que a Constituição, a prerrogativa que a Constituição nos delega e organizamos essa ida lá, evidentemente, sempre em entendimento com o Comando do Exército e com o Ministro da Defesa. Comunicamos as pessoas e, aí, alguns Deputados Federais passaram a integrar essa comitiva, composta de três Senadores, a Senadora Ana Rita – que, como já expliquei, teve dificuldade de aterrissar no Rio e quando ela conseguiu chegar lá já havia terminado a visita –, o Senador Randolfe e eu, e a Deputada Luiza Erundina. O Deputado Chico Alencar tinha outro compromisso. Estava agendado para sexta e, como não aconteceu na sexta, infelizmente ele não teve como ir na segunda. Em seu lugar, foi a Deputada Jandira Feghali.

Lá encontramos essa... Na verdade, o que deu enorme repercussão foi a presença do Deputado Bolsonaro, e não só a sua presença como o comportamento do Deputado em relação à comissão. Em nenhum momento, eu impedi a entrada dele – quero deixar claro isso. Eu apenas pedi a ele que permitisse a comissão entrar. A entrada dele seria dada pelos oficiais que estavam ali. Ele não fazia parte da comissão. Ele não tinha manifestado, em nenhum momento, a vontade de nos acompanhar nessa diligência. Então, eu con-

versei com o oficial que estava nos recebendo: "Olha, a comissão vai entrar; agora, o Deputado Bolsonaro é um problema que cabe aos senhores resolver." Eu sei que terminou havendo um atrito, mas isso não inviabilizou a nossa visita, embora eu ache que a ideia era tentar impedir a visita.

Nós fomos recebidos de uma forma muito gentil pelos oficiais do Exército, pelos generais ali presentes, que nos facultaram ampla visão das instalações do Batalhão de Polícia do Exército, incluindo lá onde funcionou o DOI-Codi. Nos acompanhava um ex-preso, alguém que esteve naquela dependência, o jornalista Álvaro Caldas, que conhecia os espaços físicos. Ele, então, fez uma apresentação detalhada do lugar. Claro que está muito modificado o espaço físico, mas ainda se reconhece bem o prédio, o corredor com os calabouços, enfim. Finalmente fizemos a visita completa. O que me parece interessante é que essa abertura, o fato de se abrirem as portas de um local onde funcionou um centro de tortura, um dos mais importantes do País, e este centro de tortura estar localizado exatamente num quartel do Exército, nos obriga a buscar novos desdobramentos. Fica muito clara a participação de membros dessa instituição em procedimentos criminosos de tortura, assassinato e desaparecimento forçado de pessoas. Então, a nossa intenção é continuar dialogando com o Exército.

A Comissão da Verdade do Rio tem como objetivo transformar o prédio onde funcionou o DOI-Codi num centro de memória da repressão, e, além disso, também pensamos em dar continuidade ao diálogo estabelecido com o Exército para que este possa, em algum momento, debater essa questão. Membros dessa instituição participaram da repressão, da tortura. Observamos... O Senador Randolfe deve se manifestar, eu também. Uma das observações que trazemos aqui é que um oficial comandante do Batalhão de Polícia do Exército nos recebeu e fez um histórico daquelas instalações, que remonta a 1835, se não me engano, mas, quando chega a partir de 1964, a história desaparece, aí, ela volta a partir de 1990.

A Deputada Luiza Erundina fez ver ao oficial que estávamos ali para ver exatamente o período pós 64, e o oficial teve grande dificuldade e não falou desse período, o que mostra que essa é uma determinação de cima para baixo, o oficial não tinha autorização para falar, e intervi para observar que ali estávamos diante de um tabu, um tabu dentro do Exército de que não se fala no golpe civil militar de 1964, muito menos da participação de integrantes do Exército em atividades repressivas e criminosas contra brasileiros e brasileiras que passaram nos calabouços da ditadura. Um tabu completo. E observei que não podemos aceitar isso, o Exército Brasileiro é o nosso Exército, é um Exército que defende o povo brasileiro. As Forças Armadas nos pertence a todos nós, não podem ser algo isolado, excluído da vida democrática que o Brasil vive. É necessário, sim, que o Exército comece a debater isso e que se desvincule dos que estão na reserva, porque a pressão vem dos que estão na reserva. A oficialidade que, hoje, comanda o Exército Brasileiro, as Forças Armadas brasileiras não têm nenhuma responsabilidade com os crimes praticados lá atrás, mas não podem fazer qualquer referência porque são pressionados pelos que estão na reserva.

Então, quanto a essa questão, vamos procurar o Ministro da Defesa, vamos procurar o Comandante do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e abrir uma discussão sobre esses acontecimentos da história do Brasil. Precisamos recuperar a memória, e eu ousaria até dizer que é fundamental que instituições que tiveram alguns de seus membros envolvidos nesses procedimentos peçam desculpas à sociedade brasileira. O Estado já pediu desculpa e, agora, essas instituições precisam, sim, se manifestar. Não tem sentido viver o que estamos vivendo, parece-me uma incoerência. Reconstruímos uma sociedade democrática e temos umas ilhas de silêncio que não podem se manifestar. Não. Acho que o Exército, as Forças que participaram ativamente na repressão, os indivíduos que participaram, membros dessas Forças, o que é muito diferente... Nós não podemos atribuir à instituição a participação no processo de repressão, mas há elementos que faziam parte dessas instituições.

E, agora, então, eu passo a palavra ao Senador Randolfe para completar e incluir, contar um pouco da sua saga naquele processo de entrada no quartel, que foi atribuído como um momento histórico e sim, me parece que foi um momento histórico.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, nada a acrescentar. O relato de V. Exª é perfeito. A saga, na verdade, Presidente, antecede o dia de ontem. O evento de ontem é um capítulo de uma longa trajetória que tivemos para chegarmos até as dependências da Polícia do Exército, do local onde, no período de 1965 até 1985, funcionou o DOI-Codi, e foi um difícil processo negociado. Não é demais destacar que houve um veto por parte do Comando do Exército a que a Comissão Estadual da Verdade estivesse presente lá.

Eu queria só destacar que foi convidado para estar conosco ontem também a Comissão Nacional da Verdade. Era necessário e seria importante ter algum representante da Comissão Nacional da Verdade porque considero que o evento de ontem foi uma das mais importantes contribuições que se teve a esse pro-

cesso que o Brasil está tendo desde a Constituição da Comissão Nacional da Verdade. Não me parece que desde a Constituição e da constituição da Comissão Nacional da Verdade... Repito aqui o que já disse anteriormente, esse é o papel desta Subcomissão da Memória, da Verdade e da Justiça do Senado Federal que nós constituímos aqui no Senado Federal, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos.

Esta Subcomissão quer que a Comissão Nacional da Verdade dê certo. Esta Comissão trabalha para o sucesso da Comissão Nacional da Verdade e para a dimensão do que é a Comissão Nacional da Verdade. A Comissão Nacional da Verdade não é um processo qualquer. A Comissão Nacional da Verdade é a conclusão da transição democrática que no Brasil é longa, gradualíssima e segura demais. Segura demais!

Nenhum país que passou, dentre, pelo menos, 48 países que tiveram processos traumáticos, que tiveram ditaduras... E aqui não falo só dos nossos irmãos latino-americanos, notadamente Argentina, Chile, Uruguai. Eu falo também da África do Sul e de tantos outros que, em suas transições democráticas, constituíram Comissões Nacionais da Verdade. Nós não tivemos isso. Esta nossa Comissão Nacional da Verdade era para ter sido constituída – e era para ter sido da verdade e da justiça – em 1985, em 1986. Não tivemos essa experiência em 1985. Tivemos primeiro a nossa Constituição, tivemos nosso processo de redemocratização entre 1985 e 1990 e só temos a constituição de uma Comissão Nacional da Verdade agora em 2011, 2012, 27 anos após o fim do primeiro governo militar e 25 anos após a nossa Constituição democrática.

Por isso, esta Subcomissão – e creio que a Deputada Luiza Erundina, aqui chegando, testemunhará o mesmo, creio que tem a mesma opinião –, a Comissão da Verdade da Câmara dos Deputados, essas comissões do Congresso Nacional só têm um sentido: contribuir para que, junto com a Comissão Nacional da Verdade, constituamos uma rede de busca na recuperação da memória histórica, da verdade e da justiça.

Nesse sentido, Presidente, Senador Capiberibe, não à toa a escolha de V. Exª para presidir esta Comissão, pela história de V. Exª e por V. Exª ter sido vítima do que representaram esses terríveis anos para a história nacional.

Eu diria que foi histórico o dia de ontem. Não pelos lamentáveis acontecimentos. É claro que nós tínhamos lá um provocador, que tinha um único objetivo: derrotar aquela missão, derrotar aquela diligência e derrotar a missão da Subcomissão da Verdade em que nós estávamos lá empreendidos. Só que essa Subcomissão tinha um foco: fazer a missão, empreender a missão, realizar a visita. Os obstáculos para essa visita foram muitos. Primeiro, nunca é demais dizer: a Comissão Estadual da Verdade do Rio foi vetada de visitar. Segundo, nós tivemos um requerimento aqui contra o qual houve uma mobilização enorme. Eu e o Senador Capiberibe fomos convidados a negociar esse requerimento. Um procedimento dos mais normalíssimos no âmbito da Comissão de Direitos Humanos que deveria ser a apreciação de requerimentos, e nós fomos convidados a negociar esse requerimento aqui, inclusive sob o argumento de que não se pode ter um constrangimento às Forças Armadas, argumento ao qual, Senador Capiberibe, nós respondemos: nós também não queremos um constrangimento à democracia. E, em nome, inclusive, de não ter nenhum constrangimento, nem às Forças Armadas, nem à democracia, nós negociamos. Suspendemos o requerimento e negociamos quem deveria entrar lá.

Deixa estar que a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, dentre os convidados, convidou alguns que não estavam na primeira leva da negociação, entre eles a Deputada Luiza Erundina. E fomos surpreendidos com a informação de veto ao nome da Deputada Luiza Erundina. E aí nós fizemos a autocrítica, que o Senador Capiberibe já relatou, de que nós deveríamos ter aprovado o requerimento aqui.

Voltamos ao Ministro da Defesa, restabelecemos os termos. Mais uma vez, não utilizamos a prerrogativa que temos enquanto Parlamentares. Insistimos que queremos conversar e negociar com o Ministério da Defesa, queremos dialogar com o Exército Brasileiro, queremos dialogar com as Forças Armadas. Não queremos um enfrentamento, porque compreendemos que realmente enfrentamento é do passado. Queremos um processo negociado. E achamos que a Armada brasileira, que as Forças Armadas não podem ser inimigas de um processo que deve ser a verdadeira reconciliação nacional. A verdadeira reconciliação nacional não se faz colocando para debaixo do tapete o que aconteceu no passado; ou não se faz, como vimos ontem, Senador Capiberibe, fazendo um relato histórico de um espaço que tem concreto, que tem tijolo e, no meio desse relato histórico, pula-se de 1964 para 1986, como se nada tivesse acontecido. E perguntado pela Deputada Luiza Erundina: "Ué, por que 21 anos da história nacional foram pulados?" Recebemos como resposta: "Não queremos aqui detalhar os períodos de confrontação interna." Confrontação interna? Confrontação interna é um ambiente onde pelo menos oitocentas pessoas foram torturadas.

O relato que nos é passado pelo Álvaro Caldas, companheiro e membro da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, é impressionante. Só nós que lá estivemos, eu e o Senador Capiberibe... O relato do

Álvaro é de impressionar e é dramático. O relato, os detalhes de como funcionava o centro de tortura, de como funcionava a máquina de tortura! O detalhe de como funcionavam as antessalas da tortura, a grande sala da tortura que tinha os equipamentos de tortura!

Quem já leu a obra de Hannah Arendt *Banalidade do Mal* vê ali externado o que é a realidade do mal. Isso aconteceu em nosso País. Isso aconteceu em um ambiente.

Tem algo ali que nós presenciamos, e acho que foi uma das vitórias da visita de ontem. Eu presenciei os militares que estavam nos acompanhando durante o relato do Álvaro, durante o período do relato do Álvaro, ficarem constrangidos com seu relato. Senti que eles não queriam ouvir aquilo, mas os vi ficarem constrangidos. Se esse é o constrangimento, isso não é constrangimento, é catarse necessária para a alma nacional, é catarse necessária para o Brasil. Essa geração de militares atuais, as Forças Armadas do Brasil, o Exército Brasileiro, não têm responsabilidade nenhuma com o ocorrido no passado. O Exército Brasileiro, o Ministério da Defesa, as Forças Armadas têm o dever histórico de contribuir conosco para virar essa página da história brasileira, para virar essa página triste da história brasileira. Não pode ser virada essa página triste com cenas como aquelas da entrada do DOI–Codi, da entrada do Batalhão de Polícia do Exército, com alguém, um representante dos setores mais atrasados, tentando tumultuar o episódio da visita. A visita ocorreu – e eu reitero – foi um dos principais momentos para a recuperação da memória histórica. Fomos – repito – muito bem recebidos pelos representantes do Exército. Creio que outras visitas como essa devem ser feitas. Os setores que tentaram tumultuar a visita, claramente, foram derrotados pela força da necessidade da recuperação da memória histórica e da recuperação da verdade.

Esse esforço, eu acho que deve ser um esforço comum, de trabalho comum, Senador Capiberibe, com a Comissão Nacional da Verdade. Nós temos que ter um diálogo.

Estou convencido de que um espaço como aquele não pode... O Estado brasileiro tem recursos o bastante para construir um espaço com toda estrutura para servir à Polícia do Exército em qualquer local do Rio de Janeiro com uma estrutura como aquela. Um espaço histórico como aquele – inclusive, um prédio do século XIX – e um espaço que foi local de tanta infelicidade, de tanta tristeza, não pode mais ser um espaço como outro qualquer, tem que ser um espaço de memória para que o que aconteceu nunca mais aconteça. O período entre 1964 e 1985 não pode ser tratado – inclusive, essa é outra referência, temos que ter um diálogo amplo, claro, franco e aberto com o Exército Brasileiro – como confrontação interna. Que confrontação é essa? Que período é esse? Por que tratar o período em que foram torturados brasileiros, em que morreram brasileiros como confrontação interna? Não pode continuar havendo na cabeça dos novos oficiais, dos militares brasileiros uma formação de que em 1964 houve um golpe, ou melhor, de que em 1964 houve uma revolução montada e armada contra a – abro aspas – "ameaça comunista", que foi uma contrarrevolução contra o que de pior existia no Brasil. Não pode triunfar isso aí. A história verdadeira tem que ser contada, inclusive, para os novos oficiais, para que, inclusive, não se passe o constrangimento – e isso sim é constrangimento às Forças Armadas e à sociedade brasileira – de, ao relatar a história, se omitir um trecho dela.

Eu queria, Senador Capiberibe, cumprimentá-lo. Temos que ter uma memória. O senhor ontem já destacou que todos foram proibidos de registrar, filmar e fotografar a visita, menos o Comando do Exército. O Comando Militar do Leste fotografou, registrou e filmou toda a visita. V. Exª já disse que vai requisitar as imagens. Ainda bem que foi registrado.

Eu queria cumprimentar... Não podemos nos queixar de como fomos recebidos, foi franqueado o acesso a todos os locais. Pela forma como fomos recebidos, temos que ter um diálogo aberto e franco com as Forças Armadas nacionais. Acho que temos muitos passos a dar à frente e acho que cumprimos um papel indispensável para a história nacional e para o Brasil no dia de ontem.

Peço licença a V. Exª. Fui convocado pelo meu Partido, porque o meu Partido vai fazer uma representação neste momento contra o agressor de ontem da Câmara dos Deputados. Fui convocado por eles para estar lá no plenário do Conselho de Ética da Câmara. Vou para lá e voltarei para cá, obviamente, para acompanhar a nossa reunião. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado, Senador.

Bom, vamos dar sequência a esta reunião, que tem como finalidade ouvir familiares de desaparecidos políticos – isso tem muito a ver com o que aconteceu ontem. Lá do quartel da PE do Rio desapareceram dois ilustres e inesquecíveis brasileiros, o jornalista Mário Alves e o Deputado Federal Rubens Paiva, entre outras pessoas que desapareceram dali. Ali entraram e nunca mais se teve notícia deles.

Com toda a permissão, Senador Randolfe, esta Subcomissão foi criada para apoiar a Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça, e nós estamos absolutamente à disposição da comissão para colocar

o Poder Legislativo a serviço dessa causa. Nós estamos aqui abertos e dispostos a contribuir da maneira que a comissão julgar pertinente – as comissões, não só a Comissão Nacional da Verdade, mas todas as comissões que se estão formando pelo País afora.

Mas vamos dar sequência à nossa reunião. Agradeço aos convidados que atenderam à nossa solicitação. Gostaria de convidar para compor esta Mesa o Dr. Paulo Abrão, Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. *(Palmas.)*

Drª Iara Xavier, representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. *(Palmas.)*

Dr. Marcelo Santa Cruz, familiar de desaparecido. *(Palmas.)*

O Dr. Marcelo chegou aqui muito cedo, de manhã, preocupado com o tempo, porque ainda agora caiu uma chuva, e o avião não aterrissaria, com certeza, aqui em Brasília com aquela chuva.

Dr. Mateus Guimarães, membro do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do Distrito Federal. *(Palmas.)*

Muito bem.

O hoje Coordenador do projeto de Direito à Memória e Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Deputado Gilney Amorim Viana. *(Palmas.)*

Eu tenho uma preocupação com o tempo, porque são 15h22. A Ordem do Dia não tem um horário fixado, mas, em geral, começa entre 17h e 17h30, podendo ir até às 18h. Então, quando começa a Ordem do Dia, temos de suspender as reuniões das comissões. Portanto, eu gostaria de estabelecer aqui um tempo. Acho que dez minutos, com uma prorrogação de mais dois a cinco minutos.

Há uma campainha aqui que toca quando faltar um minuto. Isso só significa que vocês têm garantida uma prorrogação.

Gostaria de começar ouvindo os familiares que estão aqui. O Dr. Marcelo Santa Cruz chegou aqui pela manhã. Então, eu gostaria de começar ouvindo o Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO SANTA CRUZ – Boa tarde a todos e a todas. Saúdo o Senador Capiberibe, o Randolfe, a Ana Rita, que esteve aqui até bem pouco tempo e é a Presidente da Comissão, os companheiros aqui da Comissão, da Mesa, o Paulo Abrão, nosso amigo de longas datas nessa luta, o Gilney Amorim, a Iara, o Mateus.

Inicialmente, cabe agradecer o convite para comparecer à Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça e também manifestar a nossa inteira solidariedade à Comissão, que foi agredida ontem pelo Deputado Bolsonaro, e essa agressão que ocorre aos membros da Comissão representa também agressão a todos os familiares de mortos e desaparecidos, e não é a primeira vez.

Há bem pouco tempo, ele expôs um cartaz em seu gabinete que dizia que quem gostava de osso era cachorro; referindo-se aos familiares que estão em busca de localizar os seus entes queridos.

Inicialmente, eu gostaria de dizer quem sou. Eu sou irmão do desaparecido Fernando Augusto de Santa Cruz. Éramos dez irmãos, Fernando era o quinto irmão. Papai era um sanitarista, um humanista, e mamãe, uma grande lutadora, que até hoje continua cobrando do Governo um esclarecimento da prisão e desaparecimento de seu filho.

Inclusive, quem deveria estar hoje, aqui, prestando depoimento, deveria ser ela, mas, face a sua idade avançada – no dia 14 de outubro vai fazer cem anos –, ela mandou um vídeo que fala da história, a cobrança que ela faz, que expressa mais ou menos ou expressa bem o desejo de todos nós em busca dessa verdade.

A nossa família, desde 1964, foi marcada pela perseguição política. Eu fui cassado pelo 477, 4º ano de Direito, da Universidade Federal de Pernambuco, e fui para o exílio. Passei um ano e meio na Europa, depois retornei ao Rio e lá permaneci durante dez anos e só retornei a Pernambuco após a anistia, em 1980.

Posteriormente, Rosalina, minha irmã, foi presa, torturada, teve um aborto na prisão, ficou 45 dias desaparecida.

E, finalmente, veio a questão do desaparecimento de Fernando.

Então, nossa família viu o sofrimento de um jovem de 19, 20 anos, ser expulso da faculdade, viu a irmã ser presa, torturada e ficar 45 dias desaparecida e viu o sofrimento que representa o exílio, mas a questão do desaparecimento é a questão mais perversa do que pode ocorrer na repressão.

Você não materializa a morte, você fica imaginando o que ocorreu com essas pessoas e, com o passar do tempo, você começa a ser chantageado, à época pelos militares responsáveis pela guarda dessas pessoas.

No caso de Fernando, por interferência da Cruz Vermelha brasileira, o Vice-Presidente, o Professor Gastão Jacinto Gomes, disse que estava obtendo informações de Fernando, na época, através de um coronel do Exército que exigiu que o nome dele não fosse revelado, no entanto, pediu uma carta dos familiares para levar para esse coronel com a promessa de recebermos uma carta do Fernando, com próprio punho.

Essa carta foi feita, a resposta nunca veio. Talvez essa carta tenha servido para chantagear mais ainda as torturas que eram praticadas contra Fernando.

E existem outros casos históricos, como o caso da Ana Rosa Kucinski Silva, em que a família terminou entrando num processo de chantagem e foi chantageada em busca de informação; o caso da Ísis Dias de Oliveira, que recebeu uma carta escrita pelo próprio punho; outras famílias que recebiam notícia de que a pessoa não estava presa, que se encontrava na França, que alguém teria visto; e houve o caso da Ísis também, em que a família vendeu tudo que tinha, foi para Londres tentar localizar a filha e nunca a localizou.

No caso de Fernando, surgiu que estaria no Juqueri, em São Paulo, que é um manicômio com não sei quantas mil pessoas. Para lá foram levados os retratos e mostrados aos médicos e enfermeiras para identificação. Depois surgiu uma história, que era provocada pelas próprias forças de repressão, de que Eduardo Collier tinha sido preso junto com Fernando, que era desaparecido político, e estaria na França estudando, etc., para jogar uma família contra a outra. Então, nessas questões dos desaparecidos, além de todo o sofrimento, havia todo esse contexto que servia para agravar ainda mais a aflição, o sofrimento dessas famílias.

Com o passar do tempo, vem todo um processo, que é a justiça de transição. Em 1995, surgiu a Lei nº 9.140, que reconhece as pessoas dadas como desaparecidas como mortes presumidas. Essa questão foi importante porque, a partir daí, algumas famílias, inclusive, responsabilizaram a União pela prisão, sequestro, ocultação de cadáveres dessas pessoas. Entre as famílias, temos o caso de Ruy Frazão, de que inclusive fui advogado; o caso do próprio Fernando, em que o filho ingressou com uma ação responsabilizando a União a partir desse reconhecimento.

E temos que prestar uma homenagem às mulheres que criaram, no início, o Movimento Feminino pela Anistia e, depois, o Comitê Brasileiro pela Anistia. Existiam homens participando, mas as grandes figuras do movimento eram justamente as mulheres, as esposas, as mães dos presos, dos desaparecidos, dos exilados, que faziam a luta pela anistia, uma das lutas mais bonitas que ocorreu aqui no nosso País pela democracia.

A anistia não veio como queríamos: ampla, geral e irrestrita. A anistia foi restrita e estabelecia que beneficiaria todos os crimes políticos e, no seu parágrafo, falava dos crimes conexos e eleitorais. Equivocadamente, com o tempo, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a anistia tinha sido recíproca e tinha beneficiado também os torturadores. Esse é um grande equívoco e, ao mesmo tempo, é a posição do Supremo, é a mesma posição que tinham os órgãos de segurança à época.

Aqui nós temos um relatório do Fernando, baseado num documento do Cisa. O caso de Fernando foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Naquela época, em junho de 1974, a OEA ficou trocando correspondências com o governo brasileiro, cobrando um esclarecimento. Houve, num certo momento da comissão, uma pessoa, que era assessora do Ministério, Mirtô Fraga, que fez várias correspondências e pediu que, por solicitação da Corte americana, investigassem o caso do Fernando Santa Cruz. Ela esclarece inclusive reproduzindo algumas peças dos *habeas corpus* que tinham sido impetrados.

Nessa história, aparece o Newton Cruz, que manda processar e produzir informações pelo SE 19, surgindo ligação com o Coronel Carvalho. Mais adiante, nesses documentos que estão sendo trazidos à luz pela Comissão da Verdade em nível nacional, diz:

Assim agia, fruto do acontecido em grupo informal de trabalho, composto por representantes do Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça sobre a deliberação da Corte Interamericana de Direitos Humanos e de bilhete, manualmente escrito, que, nesses termos, recebera: "Prezado Gen. Newton [Cruz]*, a Doc anexa foi trazida pelo Coronel Moacyr do DPF. Face a urgência já me liguei com Bayma e pedi providências quanto aos representantes do Itamaraty. Face a gravidade do caso, que já é do conhecimento do Gen. Medeiros, estou enviando a Doc para o senhor diretamente (assinatura ilegível)."*

"Foi o que aconteceu com..." Então, há várias trocas de informações entre o Itamaraty, o Ministério da Justiça e a questão. E, no documento principal e no documento do Cisa, diz "neutralizar Jair Ferreira de Sá". Jair Ferreira de Sá era o dirigente maior da Ação Popular Marxista Leninista, que era da direção nacional, e ele diz:

No dia 16 de fevereiro deste ano, Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira – "Carlos" teve um "ponto" com Eduardo Collier – "Duda" ou Manoel e Doralina Rodrigues de Carvalho – Mariana ou Maria da Glória, num restaurante ao lado do Cine Paissandu. Neste "ponto" Carlos [que era Fernando] *se incumbiu de arranjar dinheiro para ele "Dori"* [que era Jair] *e "Mariana" fugirem para a Argentina.*

Quem consegue marcar os pontos de "Carlos" com "Duda" é a Maria do Rosário Collier, irmã de "Duda".

Carlos conheceu Mariana, tal, tal, tal e vai.

Mais adiante, ele diz, num outro informe, que:

Desde a época das quedas em São Paulo (fins do ano de 1973), [quando caíram Umberto Câmara Neto, Marta Machado, Gildo Lacerda, Paulo Wright], que Jair Ferreira de Sá cortou todos os contatos com o que sobrou da APML-B. O elemento que pode dar o "Dori" [que pode entregar o Dori] *– Jair Ferreira de Sá – é o "Carlos" – Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira –*

dos serviços da AP. "Dori" pretende ir para a Argentina, juntamente com Doralina Rodrigues de Carvalho [...].

Levantamento efetuado apurou-se que Eduardo Collier "Duda" está residindo à Rua Prado Junior [...]

Nº tal, etc. e coloca todas as discriminações, fala sobre Fernando Augusto e diz:

Moreno claro, cabelos castanhos escuros, 1,77m a 1,80m de altura, peso médio, sem óculos, sem barba, nortista de Pernambuco, era secundarista até 68 quando ingressou na Faculdade de Direito. Em 73, foi constatado que cursava Direito na Universidade Fluminense, segundo ou terceiro ano. Consta que vai transferir-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde já arranjou emprego. Tem um irmão, de nome Marcelo Santa Cruz, que era do PCB quando estudava em Recife-PE. Seu irmão contribui financeiramente para AP; a mulher de Marcelo, Ana Carolina Valença Santa Cruz Oliveira, sabe que o marido contribui com AP; o casal reside à Rua Correa Dutra, nº 55.504.

Esse mesmo endereço foi quando, em outubro de 1973, Umberto Câmara Neto, que é outro desaparecido, teria saído para encontrar com Marta Machado e desapareceu. E Fernando saiu desse mesmo endereço em fevereiro de 74, para se encontrar com Eduardo Collier Filho.

E, recentemente, para poder ganhar o tempo, foi o documento da Comissão Nacional da Verdade, esse pré-relatório, ele disse que não há dúvida de que Fernando teria sido preso e morto pelo Cisa. Nós achamos que o DOI-Codi do 1º Exército e o Cisa – o Cisa pode ter feito todo o levantamento de inteligência, mas a execução pode ter sido do DOI-Codi do 1º Exército, porque eles trabalhavam muito em conjunto, não há uma questão separada de um ter praticado o outro. E, recentemente, um torturador, o Cláudio Guerra, em seu livro *Memórias de uma Guerra Suja*, ele diz que 12 corpos teria recebido do DOI-Codi do 1º Exército, entre eles Fernando Santa Cruz, Eduardo Collier, o David Capistrano, Ana Rosa Kucinski Silva, Wilson Silva e outros, e que essas pessoas teriam sido levadas para uma usina de Campos que pertencia a Eli Ribeiro, Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro, que estava associado aos órgãos de repressão para fazer o combate à reforma agrária, etc. Recebi, inclusive, armamento em troca de prestar este grande serviço que era fornecer o forno de sua usina para que as pessoas fossem incineradas.

Nós estamos cobrando da Comissão Nacional da Verdade que seja investigada a veracidade dessas informações. Fizemos formalmente essa solicitação, mas não recebemos ainda a resposta de como isso está.

Eu acho que o caso de Fernando está sendo apurado na Comissão Nacional da Verdade, na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, local onde trabalhava – ele foi posto para fora por abandono de emprego, porque não compareceu, mas, agora, foi feita a reintegração simbólica na repartição e anulada essa questão por abandono de emprego, já que ele foi sequestrado, morto e seu cadáver ocultado; por isso, ele não compareceu à repartição no dia seguinte de sua prisão –, e na Comissão da Verdade no Estado de Pernambuco.

Para concluir, ressalto a importância do livro que nós estamos apresentando: *Onde está meu Filho?* A edição desse livro foi feita em 1985, coordenada pela Deputada Cristina Tavares. Nós mantivemos todo o miolo do livro, o conteúdo, e fizemos a atualização até a Comissão Nacional da Verdade, trazendo alguns textos da combativa Deputada Luiza Erundina e a sua visão da Comissão da Verdade naquele momento com a qual nós concordávamos. Há um artigo também do Paulo Abrão, da Maria do Rosário, e outro nosso. Trazemos alguns depoimentos posteriores até à instalação da Comissão da Verdade e uma lei muito importante que inclusive precisa de maior visibilidade: a Lei de Acesso à Informação, a 12.527.

Esse livro traz essa questão e alguns documentos históricos que são importantes. Quando a gente tem acesso à informação e a confronta com o livro, verifica como as famílias merecem qualquer comissão constituída neste País – Comissão da Anistia, Comissão da Verdade –, mas não se pode desprezar o trabalho feito ao longo dos anos pelas comissões dos familiares dos mortos e desaparecidos.

Nesse livro, a gente traz o depoimento da Doralina Rodrigues de Carvalho, que diz essa história que Fernando foi morto para preservar vários companheiros. Traz o depoimento de Dori, Jair Ferreira de Sá, nesse mesmo sentido – Jair veio a falecer meses após ter dado esse depoimento para o livro. Eles dizem justamente o que está sendo comprovado nesses órgãos. Inclusive a Doralina... Fernando foi preso no sábado, 23 de fevereiro, e eu cobri o ponto que Fernando tinha com a Doralina no dia seguinte, quando ela tomou conhecimento da prisão de Fernando. Então, se Fernando tivesse falado sobre esse encontro que ele teria com a Doralina, o Jair Ferreira de Sá também teria sido preso, porque era companheiro da Doralina – Jair Ferreira e Doralina. Então, nesse ponto ele tomou conhecimento da prisão de Fernando. E, no dia seguinte ainda, eu cobri um outro ponto com Fernando Peregrino, do Rio de Janeiro, que também está registrado nesse livro.

Então, o livro tem essa importância. É um documento histórico, que registra, além das cartas de Sobral Pinto, de Juarez Távora, aquilo que as famílias fizeram, as ameaças que recebemos dos órgãos de

repressão pelo Coronel Horus Azambuja, que era o assessor, o porta-voz de Ednardo D'Ávila Mello, comandante do II Exército.

Fora esse livro – para concluir –, eu gostaria de passar rapidamente o vídeo com a prestação de tudo que foi feito e com o depoimento de Elzita Santa Cruz, minha mãe, que deveria hoje estar aqui falando, e não eu.

Muito obrigado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito bem.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito bem.

O SR. MARCELO SANTA CRUZ (*Fora do microfone.*) – Ainda não terminou.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Não terminou, Marcelo?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(*Palmas.*)

O SR. MARCELO SANTA CRUZ – Na compra de um livro, leva um CD. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Marcelo.

O SR. MARCELO SANTA CRUZ – O valor do livro é R$30,00.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Ficaria cada vez mais evidente que, para acelerarmos o processo de recuperação dessa memória, nós precisamos, sim, da colaboração das Forças Armadas. Com certeza, com uma maior disposição deles, nós teríamos um avanço significativo. Eu acho que vale a pena insistirmos nessa direção.

Dando sequência, eu quero convidar Iara Xavier, representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

A SRª IARA XAVIER – Boa tarde. Boa tarde, Senador. Boa tarde a todos e a todas.

Gostaria de agradecer, mais uma vez, a oportunidade de nós, familiares, estarmos aqui nesta Casa, no Senado, fazendo o nosso depoimento.

Vou aproveitar e mudar um pouco aqui o meu roteiro, pegando o gancho aqui na Dona Elzita.

Todos viram como o Presidente Lula ficou emocionado. Infelizmente, não foi suficiente. Infelizmente, vocês viram aí que a Dona Elzita está fazendo 100 anos; minha mãe já tem 88; são poucas as mães vivas. Se elas não conseguiram causar um profundo sentimento de solidariedade, de empenho... Porque nós nunca fomos recebidos por nenhum Presidente da República. Nenhum. Nem na fase democrática, nem o Sr. Lula nem a Srª Dilma se dignaram a receber uma comissão de familiares de mortos e desaparecidos. Nós nunca pudemos sentar e expor a eles nossas demandas.

Quando nós tínhamos as mães, como o Marcelo citou aqui – a mãe de Isis, D. Felícia; D. Serena, tantas mães que eu acompanhei aqui em agosto de 79, que já se foram –, imagina a gente – eu, Marcelo, Mateus, hoje o Ney... Que Presidente nós ainda vamos ter de eleger que tenha sensibilidade e, aí digo, a coragem de receber uma comissão de familiares? Nós nunca conseguimos ser recebidos.

Pedidos não faltam. Nem quando o Deputado Nilmário Miranda foi Secretário de Direitos Humanos; nem quando o Paulo Vannuchi, que ali estava, que é um sobrevivente do regime militar; e nem Maria do Rosário. Não conseguiram intermediar, e, eu digo, sensibilizar e pôr na pauta como uma questão importante para o Brasil, para a democracia do Brasil, para ser mais um passo nessa justiça de transição de que tão bem fala o Dr. Paulo Abrão. Eu não tenho os conhecimentos jurídicos dessa justiça de transição. Eu sou muito pragmática e concreta. Eu quero resultado, eu quero que o Presidente da República do Brasil receba uma comissão de familiares, como recebe os militares, como fez acordos aqui para aprovar uma lei de Comissão Nacional da Verdade que não era a que nós queríamos e pela qual lutávamos.

Então, eu quis aproveitar o gancho, porque, quando a gente vê, diz: "Oh, ficaram tão emocionados".

Mas não foi o suficiente.

Eu falo aqui como irmã de Iuri, de Alex e companheira de Arnaldo Cardoso, todos três assassinados em circunstâncias ainda hoje não esclarecidas. Falo como integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, que há mais de 40 anos luta pelo esclarecimento sobre as mortes, desaparecimentos forçados dos opositores à política da ditadura militar, mas também pela busca e entrega aos seus familiares dos restos mortais e pela justiça, com a devida e necessária punição aos agentes do Estado que cometeram crime de lesa-humanidade, não sujeito à prescrição, nem à anistia. Quanto a Iuri, Alex e Arnaldo, não foi esclarecido. Nós não sabemos realmente como se deu. No tempo em que eles morreram, eles eram militantes da Ação Libertadora Nacional. Alex morre em janeiro de 72, Iuri, em junho de 72. Há informações, algumas testemunhas, de que teriam sido levados, já mortos, ainda na Tutóia. Há inclusive uma ficha de identificação de prisão, com a observação: "Em estado cadavérico".

Eles sequer respeitaram convenções ou tratados de prisioneiros. Essa foi uma guerra em que não houve feridos sobreviventes. Todo confronto que o regime militar anunciou que existiu resultou na morte, porque, quanto aos desaparecidos, eles sequer reconheciam que os tinham capturado. Todos têm lesão com características de execução, todos aqueles cujos documentos conseguimos ter – uma ressalva. Ou tiro de execução, como o Iuri, que fiz a exumação; ou tiro na nuca. Ninguém leva um tiro desses num tiroteio.

E, até hoje, nós queremos e pedimos para que o Estado esclareça e nos dê a autoria desses agentes.

O Iuri e Alex, eu retirei do cemitério Dom Bosco, de Perus, onde estava Rosalina, na esperança de que pudesse achar também os restos mortais. Sobre o Alex, eu aguardo até hoje um DNA para saber se aquele corpo realmente é dele. Em 1996, nós fizemos uma tentativa que não deu resultado. Agora, nós estamos na terceira exumação do Alex, aguardando.

Do Arnaldo, cujo pai foi resgatar o corpo em São Paulo, nós fizemos uma exumação e estamos aguardando também o laudo, mas também, já nessa exumação, constataram-se tiros de execução.

Nós queremos que essa justiça, que essa transição, como o Senador Randolfe falou, que está tão lenta, tão gradual... Veio a Lei de Anistia; depois, tivemos a Lei nº 9.140, que, na época ainda de Fernando Henrique como presidente, reconheceu 136 nomes – era lista nossa, não era lista do Estado, mas uma lista fruto do trabalho dos familiares. E reconheceu que eles estavam mortos sob responsabilidade do Estado.

Essa Comissão, até hoje, analisou 480 processos: aprovou 223, fora os 135 da lista, e indeferiu 114. Nesses indeferimentos, há aproximadamente 59 que nós, familiares, conseguimos identificar, mas não localizamos... Ou não temos provas suficientes para que sejam amparados pela lei, ou não temos familiares que façam o requerimento.

Então, essa lista oficial do Governo, assim como todas, é incompleta.

Houve avanço com a Comissão, nós reconhecemos, mas não houve investigação. A lei não previa investigação para as circunstâncias.

Com a criação da Comissão Nacional da Verdade, nós acreditamos que ela ia avançar, mas, agora, passados 16 meses, nós perguntamos: o que tem feito? O que fará essa Comissão Nacional da Verdade? Não há transparência, não há diálogo com os familiares, nem com a sociedade civil. Expressamos a necessidade e a importância de convocar os agentes do Estado responsáveis pelos crimes de tortura, assassinato e desaparecimento, porque o relógio biológico deles também bate; muitos já estão morrendo.

Não está clara a prioridade dela de investigar os mortos e desaparecidos, o que, para nós, são as mais graves violações de direito humano. É necessário e fundamental a realização de audiências públicas, amplamente divulgadas...

(Soa a campainha.)

A SRª IARA XAVIER – ...pelo sistema público de comunicação, com os testemunhos das vítimas, familiares e sobreviventes.

Sabemos que é difícil obter resultado. Nós conhecemos isso melhor do que eles, porque nós estamos nessa trilha há muitos anos. Mas podemos dizer que eles podem avançar. Eles estão com uma lei, estão capacitados... Como é que se diz? Eles têm a prerrogativa de convocar, coisa que a outra lei não permitia.

Sabemos que a CNV tem de passar do ponto a que nós já chegamos. Nós não vemos esse trabalho. Eles têm que ver os casos de Foz do Iguaçu, a Casa da Morte, em Petrópolis, o cemitério de Vila Formosa, o de Dom Bosco, a Guerrilha do Araguaia. São tantos pontos em que nós já avançamos, que caberia a eles aprofundar.

Restabelecer a verdade histórica é um compromisso com o presente e com as gerações futuras. Cumpre à Comissão Nacional da Verdade desmascarar as versões falsas, reconhecer os desmandos, a arbitrariedade, a crueldade cometida em nome da segurança de um Estado ditatorial. A ilusão de que o esquecimento é suficiente para eliminar do cenário histórico de determinado período sempre foi desmascarada, pois a história não vai poder ser sepultada sob um nome falso, como os mortos do Cemitério de Perus, porque eles vão ressurgir, Senador, seja hoje ou mais tarde, e clamam por justiça.

E é isso que vim fazer aqui, para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Iara Xavier.

Realmente, é uma lentidão cruel. Os avanços são muito lentos. Há muita negociação. Há uma elite, a elite brasileira, que é muito conservadora, e não há nada igual.

Estamos recorrendo... Enquanto alguns países estão abandonando as comissões da OEA, o Brasil não cumpre aquilo que essas comissões de Justiça, de direitos humanos da OEA determinam em relação ao nosso País, o que mostra o nível de atraso político em que vivemos.

Muito obrigado, Iara.

Passo a palavra ao Sr. Mateus Guimarães.

O SR. MATEUS DOUNIS VINCHON GUIMARÃES – Boa tarde, Exmo Senador. Agradeço muito

pelo empenho, pela iniciativa, pelo convite. Boa tarde também ao Paulo Abrão, Presidente da Comissão de Anistia, e a todos os demais que compõem a Mesa, companheiros e companheiras de luta.

Assim como fez o Marcelo, preciso dizer que, na realidade, outras pessoas deveriam estar aqui no meu lugar. Sou já, Senador, a terceira geração da minha família que está nessa luta pelo direito à verdade, à memória e à justiça. Minha avó, Maria Rosa Leite Monteiro, fez sua passagem há pouco mais de um ano. Meu pai, Norton Monteiro Guimarães, que era, inclusive, funcionário, servidor desta Casa, há cinco anos, num acidente, também fez sua passagem, e hoje, então, eu, a Juliana, filha do Honestino Guimarães, meu tio, e o Gabriel estamos assumindo essa luta e não queremos passar para o neto do Honestino, que é o Lucas, essa incumbência também. Esperamos que essa luta tenha, de fato, um fim.

Dia 10 de outubro agora, completar-se-ão 40 anos do desaparecimento do meu tio, Honestino Guimarães. São 40 anos sem resposta alguma. A última informação que a gente tem é de que ele foi preso pelo Cenimar, pelos agentes do Centro de Informações da Marinha, no Rio de Janeiro, não sabemos nem em que local. Desse dia em diante, não temos mais notícia alguma.

Eu gostaria, antes de fazer algumas outras colocações, de pontuar e esclarecer dois termos importantes. Primeiro, desaparecido político. Isso é algo que meu pai fazia e que eu, sempre que tenho oportunidade, tenho continuado a fazer: esclarecer esse termo, que muitas vezes passa batido, mas que oculta uma série de crimes. Desaparecido político é alguém que foi perseguido politicamente, por causa das suas ideias, de seus ideais; é alguém que foi seqüestrado; é alguém que foi mantido em cárcere privado, preso, foi torturado, foi morto, foi ocultado. E isso tudo pelo Estado brasileiro. Então, são seis crimes e ainda, talvez, um sétimo, que é uma espécie de formação de quadrilha no âmbito do Estado.

E outro termo sobre o qual acho importante refletirmos é a questão do revanchismo, que surgiu com muita força quando da criação da Comissão Nacional da Verdade por parte daqueles que não querem revelar a verdade. Revanchismo é um termo absurdo para caracterizar ou tentar caracterizar esse processo e essa nossa luta. Revanche... Se eu piso no pé de alguém, como revanche, esse alguém vai querer pisar no meu pé. Eu não conheço nenhum familiar de mortos e desaparecidos políticos, nenhuma pessoa que foi torturada que tenha vontade de colocar qualquer torturador em pau de arara.

O que queremos é a verdade sobre os fatos; é ter esse direito à memória, tanto para nós como para as gerações futuras, e desencadear processos de justiça, nem que sejam simbólicos. Esse é o nosso objetivo.

Estamos, portanto, longe dessa falsa polêmica que tentaram levantar de que estaríamos em busca de revanche. Isso é um absurdo. É importante que façamos essas ponderações.

No caso do meu tio, há uma série de perguntas para as quais nós realmente esperamos que a Comissão Nacional da Verdade traga as respostas. A Comissão Nacional da Verdade, como a Iara já colocou, já tem 16 meses de atuação. Pelo cenário que temos no momento, tem somente mais oito meses, ou seja, tem dois terços já do seu processo já percorridos. É um processo que não vem apontando para um aprofundamento, para um aumento progressivo dos trabalhos, por uma maior sensibilização social, por mais campanhas, por mais audiências públicas, por mais transparência nas decisões, nos procedimentos, nas metodologias, nas ações da comissão. É um processo que não vem apontando para isso até o presente momento, mas, pelo contrário, infelizmente, vem apontando justamente para o caminho oposto a tudo aquilo que a gente espera de uma Comissão Nacional da Verdade. E, no caso do meu tio, há uma série de perguntas que se replicam para todos os mortos e desaparecidos políticos.

Quais foram as circunstâncias do sequestro? Quais foram as circunstâncias do assassinato? Quem eram os agentes que estavam envolvidos? Quem deu a ordem para que esses crimes fossem cometidos?

Além disso, para a gente, que é familiar, há uma série de outras perguntas que nos são muito preciosas. Tanto eu quanto a Juliana, filha dele, não sabemos como é a voz do meu tio. Para a gente, seria de uma preciosidade, de uma riqueza imensurável, se houver uma gravação ainda em algum lugar da voz dele. Para a gente, seria muito importante um registro audiovisual, alguma foto, algum registro fotográfico que a gente não conhece.

Outras questões: como ele reagiu à tortura? Como ele reagiu à tortura? Para mim, é muito importante saber. O meu tio se preparava; inclusive, ficou muito tempo se preparando, porque ele tinha certeza de qual seria o seu destino se ele fosse pego pelos agentes da ditadura. Ele tinha certeza do que iria acontecer, e ele se preparava para resistir à prisão, para resistir à tortura. Como ele reagiu? Como ele tratou os torturadores? Para mim, são perguntas fundamentais, que compõem não somente a biografia do meu tio, mas que ajudam a compor a minha própria história. Isso faz parte da minha história também.

E muito além disso, lógico, da história de todos nós, do nosso País, do nosso povo. Por isso, esses direitos não são só da gente, que é familiar de um morto

ou desaparecido político. São direitos que estão sendo negligenciados até o presente momento, há tantos anos, a todo o povo brasileiro. Mais do que isso: enquanto a gente não tem esses retornos, essas respostas, enquanto esse processo não é, de fato, levado a cabo, nós estamos correndo o risco cotidianamente de que fatos como esses continuem acontecendo, como, de fato, eles continuam acontecendo.

É importante a gente lembrar que, para muitas populações em todo o Brasil, é como se a ditadura não tivesse acabado. Só a gente ver como são tratados os jovens nas periferias, ver como são tratados os povos indígenas na usurpação total de seus direitos, ou pessoas que lutam pela causa ambiental: crimes como assassinato e ocultação de cadáver continuam acontecendo. Então, a cada dia que passa, nós estamos nos deparando com todas essas incertezas, essas inseguranças. Nós realmente esperamos que haja um fim. Esse fim a gente realmente espera.

(Soa a campainha.)

O SR. MATEUS DOUNIS VINCHON GUIMARÃES – É um passo importante para esse processo: seja realmente efetivado pela Comissão Nacional da Verdade. Temos muitos outros passos a serem dados, depois desse, para a construção de uma nação verdadeiramente democrática, de uma sociedade verdadeiramente justa, em condições plenas de igualdade, e de uma sociedade plena de igualdade e o de uma sociedade sobretudo humana. Enquanto esses processos não se desencadeiam, a própria condição, não só de sociedade, de uma vida em civilidade, mas a própria condição nossa de seres humanos também é fragilizada e é colocada em risco.

Então, a gente realmente espera. É muito importante a atuação do Senado e também da Câmara Federal para realmente buscar essas respostas, junto com a gente, frente à Comissão Nacional da Verdade, e levar todos esses nossos anseios, Senador, todas essas nossas expectativas à frente, fazê-las reverberar aos ouvidos de quem for necessário. Esperamos que realmente nós possamos, num diálogo sem conflitos – porque não é interesse de ninguém entrar em conflitos –, levar à frente todos os nossos anseios e ter respostas. Nós precisamos de respostas efetivas, da verdade, de fato, revelada. É esse o nosso desejo e contamos com o Senado para que isso seja possível. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Mateus.

Dando sequência, vamos ouvir o Dr. Paulo Abrão, Presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

O SR. PAULO ABRÃO – Boa tarde, Senador. Muito obrigado pelo convite. Cumprimento os familiares dos mortos e desaparecidos aqui presentes, do mesmo modo, o nosso colega da Secretaria de Direitos Humanos, Gilney Viana.

A oportunidade que o senhor nos dá, nesta Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, de ouvir os familiares é uma forma pela qual temos a chance de novamente nos inspirar para dar seguimento a uma luta por agenda de uma transição ainda pendente no Brasil. Nós sabemos que esse processo de construção da verdade histórica tem sido feito por organismos oficiais e não oficiais, ao longo do tempo. Ele foi feito pelas lutas sociais dos familiares dos mortos e desaparecidos, dos presos políticos, daqueles que foram atingidos por atos de exceção; foi feito pelo movimento de direitos humanos; foi feito, posteriormente, pelas comissões instituídas ao longo do tempo pelo Estado para enfrentamento da cultura do esquecimento e da cultura da impunidade, tão fortes legados autoritários da ditadura militar até hoje.

Lembremos que foi nesta mesma Casa, no Congresso Nacional, que a primeira dessas comissões foi instituída, na Câmara dos Deputados, e ali se permitiu que, de modo oficial, o País começasse a passar sua história a limpo, segundo aquela ideia de que nenhuma ferida pode ser fechada sem antes ser lavada, devidamente tratada e lavada.

Então, discutir o passado, na verdade, é permitir que nós possamos ter um futuro melhor. Esses passos foram dados posteriormente, com a Comissão de Mortos e Desaparecidos, com a Comissão da Anistia, e agora com a Comissão Nacional da Verdade.

A Comissão Nacional da Verdade, que trabalha ao lado dessas outras comissões já existentes, não inaugura esse processo, mas potencializa, com um protagonismo que lhe é próprio, num conjunto de competências que até hoje nenhum órgão da República havia recebido. Acho que isso é importante, para que as pessoas tenham clareza de que passo, afinal de contas, nós estamos dando. Não há novidade alguma em se reconhecer formalmente um conjunto de violações. A Comissão de Mortos e Desaparecidos já fez isso, a Comissão de Anistia também o fez. O que é novidade da Comissão Nacional da Verdade?É a nossa possibilidade de sairmos de um modelo de responsabilização abstrata do Estado, por generalizadas violações aos direitos humanos, para um modelo de responsabilização individual, no qual, nos termos da lei, aprovada por este Congresso Nacional, é possível e é devida a identificação das autorias individuais de cada uma das graves violações aos direitos humanos.

Então, essa é uma competência nova e diferente, que pode simbolizar um passo novo na nossa Justiça de transição, e temos que manter a nossa expectativa de que essa competência será cumprida.

Estou aqui não para afirmar uma posição de governo, mas para afirmar a posição institucional da Comissão de Anistia, como órgão oficial do Estado, responsável por políticas de reparação e memória. E a posição institucional da Comissão de Anistia, a qual me cabe, como Presidente, representar, é a de que os crimes de lesa-humanidade, ou seja, as graves violações aos direitos humanos, são impassíveis de anistia e são imprescritíveis, de acordo com as principais tratativas e diretivas internacionais nos tratados e convenções de direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário.

Para nós, o Brasil não tem nenhum tipo de desafio de reconciliação. Na nossa democracia, nós não temos grupos à margem da legalidade, grupos paramilitares, grupos que não respeitam a ordem democrática e o Estado de direito nas suas lutas e que precisariam, em tese, ser reconciliados, para que houvesse paz nacional.

O que nós temos é o desafio de reconhecimento de direitos e de aprofundamento democrático de um legado de cultura de violência e de autoritarismo que ainda está arraigado nas nossas relações sociais e nas nossas instituições, nas escolas, no poder, nos governos, na família, nas ruas, e que está expresso pela replicação das atitudes de abuso de poder, por parte das autoridades públicas, mas também nas ações e nas relações sociais, nas mais diferentes formas que elas possam assumir: no machismo; na ausência de reconhecimento de direitos para determinados grupos civis; na tentativa de se eventualmente vetar a participação de qualquer cidadão em entrada em qualquer espaço público, em qualquer órgão público; na imposição autoritária dos professores em sala de aula; na tentativa de se impedirem livres manifestações públicas e sociais. E, assim, nós podemos enumerar um conjunto de práticas autoritárias que estão arraigadas na nossa cultura.

Nós também sabemos que nenhuma ditadura militar se sustenta, por mais de 21 anos no poder, apenas pela força das armas. Ela recebeu adesão social. Ela recebeu apoio das nossas estruturas econômicas, das nossas estruturas de comunicação, das nossas estruturas de poder civil.

Então, o encontro com a verdade histórica envolve uma responsabilidade que transpassa a mera identificação das cadeias de comando e que sequer foram feitas até o presente momento, que estabeleciam as responsabilidades institucionais dos três grandes centros de informação e repressão instalados nas três forças componentes das Forças Armadas.

Então, essas são questões que estão pendentes.

O episódio de ontem, Senador, acho que agrega, nessa jornada, um fator novo, sim. É o fato de um órgão de nossa República – e acho que não há outro mais legitimado para fazer isso do que o nosso Parlamento – visitar, nomear, escancarar um centro de tortura. Talvez essa seja uma prática que esta Subcomissão possa adotar como a sua grande contribuição para essa grande jornada em torno da justiça de transição: a visitação aos antigos centos de tortura, para que se torne público o papel que aquele espaço público cumpriu no passado. Ao mesmo tempo, que se pudesse agregar nessa atividade uma atitude inédita, qual seja, a escuta pública das vítimas dentro desses locais. Elas já ocorrem perante a Comissão de Anistia, já ocorrem nas audiências públicas da Comissão Nacional da Verdade. Essa ideia de visitar os locais, de mapeá-los e de tentar resgatar, lá dentro, uma lembrança que possa ajudar na construção e na busca da verdade histórica, do ponto de vista metodológico, pode ser uma grande contribuição. Aliás, sou convicto de que é uma grande contribuição.

Também penso que esta Subcomissão, ao trabalhar no Senado, ao funcionar dentro desta instituição, poderia sensibilizar esta Casa para modificar o seu parecer, a sua posição institucional, na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153, no Supremo Tribunal Federal. Todos os Poderes da República foram ouvidos e se manifestaram naquela ação da OAB. Lá foi juntado um parecer do Senado, foi juntado um parecer da Câmara, foi juntado um parecer do Ministério da Defesa, foi juntado um parecer da Secretaria de Direitos Humanos, foi juntado um parecer do Ministério da Justiça.

O nosso parecer oficial ao Ministério da Justiça foi afirmando esse princípio de que os crimes de lesa-humanidade são imprescritíveis e não passíveis de anistia. O da Secretaria de Direitos Humanos, também. Os demais órgãos trabalharam sob a ótica do acordo político. A gente precisa tomar consciência de que nenhum acordo político pode sobrepor-se aos direitos das pessoas, sob pena de se instalar novamente não um Estado de direito, mas um Estado onde o que valem não são as leis, mas, sim, as vontades dos homens. Isso seria retroceder em alguns séculos da nossa história.

Então, fico honrado pela oportunidade de estar aqui, de reafirmar as posições públicas da Comissão de Anistia e, ao mesmo tempo, quero colocar a nossa Comissão á disposição do Senado Federal e desta Subcomissão Permanente de Memória, Verdade e Justiça na luta dos movimentos sociais, dos familiares e do Movimento dos Ex-Presos Políticos.

As instituições existem para servir às pessoas. Os órgãos públicos não existem para fundamentarem-se em si mesmos; foram criados para atender à nossa cidadania. Então, que assim o seja. Se foi criada uma Subcomissão de Memória, Verdade e Justiça é porque este Senado compreendeu a responsabilidade de dar vazão e voz a uma demanda da sociedade civil, e que ela, portanto, possa estar a serviço dessa demanda com resultados concretos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – O objetivo da Subcomissão é contribuir para que recuperemos a memória deste País. Esse é o objetivo. E há uma disposição desta Subcomissão de fazer o possível para lograr esses objetivos.

Quanto a essas sugestões, nós temos aqui alguns requerimentos já aprovados, até por interesse específico da Subcomissão em saber quais são as dificuldades que a Comissão Nacional da Verdade está enfrentando. Não conseguimos ainda ouvi-los porque a comissão está incompleta. O Cláudio Fonteles havia renunciado à Comissão, e estão reconstituindo-a. E nós queremos ouvir a Comissão por inteiro para entendermos as dificuldades que a comissão está vivendo e nos colocarmos à disposição para acelerar esse processo.

Isso não quer dizer que o Senado como um todo esteja empenhado, mas há um grupo de Senadores que olham com muita preocupação a lentidão desse processo.

Dando sequência a esta reunião, convido o Deputado Gilney Viana – uma vez Deputado, sempre Deputado; uma vez escolhido pelo povo –, que é coordenador do Projeto Direito à Memória e à Verdade, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. GILNEY VIANA – Boa tarde a todos e a todas. Sr. Senador João Capiberibe, muito obrigado pelo convite.

Eu estou aqui não só como membro, como agente do Estado, como um humilde servidor que ocupa um cargo bem específico que diz respeito à memória e à verdade. Por isso mesmo, nós podemos dialogar sobre esse assunto. Mas, por outro lado, também sou um militante, perseguido político, preso, torturado, condenado, e poderia falar, se me permitir, ao final, sobre a visita que o senhor, a Comissão, procedeu ao centro de tortura do 1º Batalhão da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, 247, na Tijuca, no Rio de Janeiro.

Existe uma certa dificuldade, Senador. Os meus colegas de Mesa aqui, os familiares, e o Paulo, como presidente da anistia, fez uma síntese no nível de uma avaliação histórica.

Mas, diante das pessoas, começando pelo final do que o Paulo Abrão falou, que depõem, existe uma dificuldade de a gente ver o final desse processo. E, às vezes, quando você tem dificuldade de ver o final do processo, a gente tem dificuldade também de ver o progresso do processo.

Nesse sentido, eu concordo com o Paulo Abrão de que existiram vários avanços. Mas, quando você não tem a perspectiva de um final que seja bem-sucedido, os avanços parecem cada vez menores do que eles são. Isso é um drama que a gente vive.

Então, não há jeito de o Marcelo e de a D. Elzita se contentarem com qualquer explicação que não for cabal sobre o desaparecimento do Fernando. Não existe. Não existe. Nem para o Mateus, nem para a Juliana, particularmente para aqueles que são familiares de desaparecidos. Não existe para a Iara, não existe para a Zilda, que é a mãe da Iara, nenhum grau de satisfação sem que saibam exatamente as circunstâncias da morte de Iuri e de Alex.

Senador, não me cabe adiantar expediente de atividades que estão sendo processadas, mas nós estivemos exumando... A Iara já exumou um uma vez, exumou duas vezes, exumou três vezes. Já corremos da polícia com os corpos nas mãos. O que a Iara já fez com os corpos dos irmãos é coisa que, talvez, não possamos falar num órgão público porque podem querer nos processar por isso. Aliás, a polícia já tentou fazer isso, impedir-nos, quando, com suas próprias mãos, ela descobriu, desenterrou e transportou os cadáveres de seus irmãos – com a polícia na cola dela, atrás dela.

Então, depois disso tudo, depois de muitos anos, nada que não seja explicação cabal é satisfatório. Por isso, os avanços ficam pequenos. De certa forma, esse sentimento dos familiares de mortos e desaparecidos é partilhado por muita gente da sociedade.

Esse é o primeiro depoimento que eu queria dar numa análise desse fenômeno do qual também sou parte.

Dado o esquecimento, você também tem um desfecho que não pode ser meramente pessoal, familiar, ou seja, de que se faça justiça, mesmo porque não se faz justiça na dimensão pessoal e familiar; só se faz na dimensão do Estado e da sociedade. E aí você encontra a angústia, a ansiedade do indivíduo que é vítima, com a necessidade de a sociedade fazer sua catarse, como falava o Senador Randolfe.

Bem, a segunda coisa que eu queria dizer é que considero um avanço nós termos uma multiplicidade de iniciativas, tanto da sociedade como do Estado. Isso que nos pareceu no início uma fraqueza, hoje, estamos mostrando que é uma fortaleza: quando a Comissão Nacional da Verdade vacila, ou tartamudeia, ou não

encontra o caminho, ou se perde em contradições internas, as comissões da verdade dos Estados, de uma prefeitura, de um Município, de uma câmara ou do Senado avançam. Isso tem contribuído.

Refiro-me a comissões que já são... Como diz o Paulo Abrão, comissões da verdade – ele começou a usar o plural. Hoje, ele economizou nisso para, talvez, não parecer autoelogio. Mas as comissões da verdade anteriores, como é a própria Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e a Comissão da Anistia... Agora mesmo, há algumas iniciativas tomadas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos que deveriam ter sido tomadas pela Comissão Nacional da Verdade. Essa é a verdade.

Nós temos que dizer isso para os companheiros e as companheiras, os senhores e as senhoras que determinam o rumo da Comissão Nacional da Verdade, haja vista – dialogando aqui agora com a Iara – a iniciativa da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos de fazer novas exumações, novos exames periciais sobre as ossadas de Iuri, de Alex e de Arnaldo Cardoso Rocha. Então, essas coisas às vezes andam; outras, não. Forma-se uma contradição, o que nos angustia, porque deveria haver uma sinergia.

Também isso acontece com a Comissão da Anistia. A Comissão da Anistia, que em vários momentos vai à frente na questão da memória e não só... E ousou estabelecer esse mecanismo do pedido de perdão. Ali que eu vi... Além daquele célebre debate sobre a questão da judicialização... Naquela ocasião estávamos lá, e a Iara e o Paulo estavam na Mesa. Ali, naquela época, estava o Paulo Vannuchi também e outros e outras...

Então, tem coisas assim que avançam. Essa dissonia, essa falta de sincronia, de combinação, fica parecendo que tem um certo patinar. E aí é que – estou terminando os dois outros pontos de que eu queria falar – cada vez mais, sejam organizações do Estado, sejam da sociedade desvendam novas facetas da ditadura, Senador. Novas facetas. Cada dia aparece mais coisa.

Agora mesmo, recentemente, há aquela notícia de que houve um intercâmbio do Brasil com a ditadura chilena, da ditadura brasileira, em que o Brasil foi supridor de armas bacteriológicas. Eu, sinceramente – até um jornalista me perguntou –, falei: estou surpreso. Não que eu não ache, ou não achasse, sempre, que a ditadura tivesse capacidade de fazer barbaridades desse quilate e de outros tantos, mas, sinceramente, eu não imaginava que se precisava de arma bacteriológica para aniquilar os entendidos como inimigos, tanto lá no Chile como no Brasil. Então, todos os dias aparecem novidades para mostrar que a grandeza da ditadura é muito maior.

Se é assim, Senador, e Srs. Senadores e Senadoras que são membros desta Comissão, o espaço para o trabalho desta Comissão é muito vasto. Nós estamos precisando – nós, que somos familiares, nós, ex-presos – de mais gente para tomar iniciativa quando alguém para.

E aí, Senador, V. Exª já viu que o Paulo já deu anunciações. Uma é das que eu daria; eu vou refazê-la para assinar embaixo. Nós estamos também aqui jogando responsabilidade no ombro do senhor e da Comissão. Não é no sentido negativo; é no sentido positivo, de quem acredita que os senhores podem fazer. E isso só engrandece o Senado, engrandece o mandato dos senhores e das senhoras, e o reconhecimento público. Não que eu o faça em função disso, mas porque ele é devido.

Para terminar esse pontinho e chegar ao último mesmo, dessas novidades, eu próprio, lá na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com o apoio da Ministra Maria do Rosário, estou investigando sobre mortes, desaparecimentos, torturas e outros agravos aos direitos humanos dos povos indígenas e dos camponeses.

É um outro mundo da ditadura que ainda não foi reaberto com a grandeza que precisamos fazer. Eu converso muito com a Iara, mesmo porque a Iara é dedicada a esse tema dos mortos e desaparecidos há muitos anos, assim como outros que estão aqui na Mesa. E eu falo que qui está um mundo. Desde que fui preso em 70, nós, presos – não é, Jarbas? –, por dever de ofício, por dever de vida, por compromisso político, por tudo o que nos motivava, nós somos obrigados a escrever as denúncias de tortura e as denúncias dos assassinatos perpetrados pela ditadura.

E dali se originaram as listas que foram hoje... E os familiares tomaram isso a pé, assumiram e levaram essa bandeira até hoje, e acho que ainda vão levar mais alguns tempos.

Então, eu diria que é uma enormidade. Nós temos 480 processos. Não me canso de repetir isso, porque é difícil as pessoas entenderem uma coisa nova, de uma grandeza que não tinha sido pensada antes. Então, nós falamos de 480 processos: 361 mortos e desaparecidos reconhecidos oficialmente, inclusive aqueles e aquelas que os familiares aqui representam pela sua própria natureza.

Pois bem, só de nominata, ou seja, aqueles que estão nominados, de indígenas, já ultrapassam esse número na ordem de 400, que nós temos lá. E não nominados, porque os indígenas, alguns deles, provavelmente alguém sabe... Eu sei que o ex-Governador do Amapá sabe. Em sua época – permita-me o elogio fora do *script* –, como eu soube, o senhor costumava

receber os representantes dos povos indígenas de forma oficial no Palácio do Governo. Eu sempre falei assim: "Se um dia eu fosse prefeito de uma birosca, eu hastearia a bandeira para receber a liderança indígena". Entendeu? Isso é coisa que tem muita importância, muita importância mesmo!

Bem, eu digo isso porque se alargaram as possibilidades de nós incriminarmos a ditadura por uma multiplicidade de crimes muito mais ampla do que nós tínhamos imaginado antes. Falo sobre isso, porque também tenho estudado a questão dos camponeses. Isso é muito mais vasto. Ela foi muito mais terrível para o povo brasileiro do que nós imaginávamos.

Permita-me agora dialogar com o Senador que comandou essa expedição ao DOI-Codi do Primeiro Exército na Barão de Mesquita, nº 247.

(Soa a campainha.)

O SR. GILNEY VIANA – Sr. Senador, assim como o Jarbas, eu também estive lá. Entrei lá no dia 18 de março de 1970. Não vou historiar essa coisa, não, mesmo porque não estou aqui falando da minha história individual. Mas este é um testemunho, para corroborar a ação da Comissão Especial, desta subcomissão da Comissão de Direitos Humanos.

Eu tenho dificuldades em certas coisas, porque a emoção bate, e a razão fica um pouco perdida. Há algum tempo, procurei passar em frente ao DOI-Codi. Você fica com uma sensação de força e de fraqueza quando enfrenta aquela visão do passado. Talvez, o Alvaro, companheiro que também lá esteve no mesmo período em que estivemos presos, também tenha tido essa sensação.

Mas eu queria dizer o seguinte: ali, naquele espaço, Senador, um coronel sem legenda, sem divisa e sem identificação era chamado de doutor. Certo? Ele era um oficial, mas era chamado de doutor. Às vezes, aquele que era bate-pau do DOPS ou da Invernada de Olaria e que foi acoplado à equipe de tortura do DOI-Codi era chamado até de oficial, para disfarçar, mas todo mundo era chamado de doutor.

Então, ali, um cabo da PE, o Cabo Gil... Vocês se lembram do Cabo Gil? O Cabo Gil, inocentemente, andava com a divisa, porque ele era o chefe da Guarda. Ele, para impor o seu comando na Guarda, tinha de seguir certa norma militar. A Guarda era formada por soldados fardados. Então, o Cabo Gil andava fardado por causa disso. Depois, de certa forma, ele andou aparecendo lá sem farda, porque ele viu que a coisa tinha mudado, que havia mudado o seu papel.

Então, o Major Freddie – hoje, ele diz que era Coronel, mas era Capitão – e o Capitão Gomes Carneiro, que foram meus – abro aspas – "torturadores", comandavam ali. Eles comandavam as nossas vidas, as nossas possíveis mortes, as nossas possíveis transferências para centros clandestinos, os possíveis desaparecimentos e, principalmente, o continuado sofrimento que nos impunham. E até aquele que não tinha patente ou que tinha a patente de Cabo começou a achar que também podia fazer isso. Até os "soldados catarina" – desculpem-me a expressão de época; transferiram muitos soldados que não eram do Rio de Janeiro para lá, por razões que não sei explicar, mas suponho que isso tenha sido feito justamente para desbaratar as pessoas ou os próprios recrutas –, vendo aquele ritual, também pegavam o cassetete e o davam na nossa cabeça ou nas pernas, que tínhamos dificuldade de andar ao sair do pau de arara.

Então, aquele lugar está povoado de torturados, de humilhados, inclusive companheiras nossas e pessoas que foram mortas e que por ali passaram.

Então, foi no inferno que o senhor entrou? Entendeu? Ali é um inferno e é por isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GILNEY VIANA – É, e o inferno tinha médico. Esse, no início, também, não tirou a dragona nem tirou a identificação. Foi meu médico também e foi o médico da minha companheira de então, a Efigênia. Você entendeu? Inclusive ele relata um episódio sobre isso, que eu não vou reproduzir aqui, mas já saiu em revistas.

Então, esse é um mundo macabro, que eles não podem ou não aceitam assumir. É por isso que a história, de 1964 a 1986, é tão omissa pelo Comandante do 1º BPE. É por isso. Nós entendemos psicologicamente. Se, para nós, é difícil, para eles também, particularmente aqueles que não são responsáveis mas têm um certo, vamos dizer assim, espírito de corpo – você está entendendo? –, têm dificuldade de assumir.

Então, nós temos de arrebentar com essa lógica.

E aí eu acho que, se nós, familiares, ex-presos, podemos falar com toda veemência que nos autoriza o sofrimento, o Senado pode falar com a autoridade da sua competência constitucional, do seu mandato, que não está sujeito, como já esteve no passado, a cassações arbitrárias, ou até a prisões.

Eu termino dizendo que temos esperança. Estou de acordo com o Senador Randolfe: foi um passo pequeno, mas é aquele passo pequeno que marca, e, talvez, seja um primeiro passo de uma caminhada, que esperamos essa Comissão dê.

Talvez as coisas pareçam simples, entendeu? Mas, lá em Minas, por exemplo, seria bom visitar o DOPS de Minas Gerais; o DOPS onde estive preso e fui torturado em 1964; o DOPS que, em 1973, quan-

do morreu o meu pai, me levaram para o enterro e eu fiquei lá durante algum tempo, entendeu? E, ali, onde vários, centenas, talvez milhares passaram porque ali são histórias decenais – você entendeu – de tortura.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E onde Dan Mitrioni dava aula.

O SR. GILNEY VIANA – E onde Dan Mitrioni dava aula. Exatamente.

Bem, eu não queria falar o PIC aqui... *(Risos.)*

E um dia nós chegaremos no PIC; está no coração do Comando do Exército aqui, está certo?

É, nós devemos chegar. Eu diria assim: "Vamos dar passos firmes, passos sólidos, mas que possam tirar essa sensação de que parece que nós não estamos fazendo progresso", como diz o Mateus. Parece que nós não estamos vislumbrando um dia em que falaremos "a página da ditadura está virada". Esse dia, esse coronel – em batalhão, não precisa ser coronel, é major – que comanda o 1º BPE não vai precisar ter vergonha ou passar vergonha de não contar a história correta das Forças Armadas, particularmente do Exército brasileiro.

Muito obrigado, Senador. Desculpe se excedi o tempo, mas aqui nós estamos falando das nossas vidas. Quando se fala da vida, não se pode economizar tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado, Gilney Viana; agradeço a Marcelo Santa Cruz, a Iara Xavier, Paulo Abrão, Mateus Guimarães; ao Jarbas, que acompanha essa audiência pública.

Aqui nós temos dois que passaram pelo DOI-Codi, o Gilney Viana e o Jarbas, e, dentro desse leque de sugestões, certamente, vamos aproveitar algumas dessas sugestões para desdobrar nossa ação em busca da memória.

Considero do maior interesse, da maior importância, ouvirmos as vítimas nos locais onde, de fato, elas sofreram tortura. Eu tenho um cuidado muito especial na condução desse processo, porque eu também fui preso político; eu também passei por essas circunstâncias que nós, aqui na Comissão, ouvimos quase que diariamente. Mas tenho conversado com alguns militares mais jovens e deles tenho ouvido que a maioria deles não tem problemas com o passado, mas são muito pressionados pelos que estão na reserva. E eu até brinquei com um jovem Brigadeiro muito amigo meu, amigo pessoal, e disse: vocês vão ter que cuidar dos velhos de vocês, porque nós já estamos velhos e não carregamos nenhum tipo de mágoa ou revanchismo, porque queremos viver a plena democracia neste País. É inadmissível uma democracia que nega a sua história, que nega o seu passado. Então, vocês vão cuidar dos velhos de vocês. Não é uma tarefa fácil; o Clube Militar tem uma influência decisiva. Não está nos comandos.

Estou quase convencido de que esses jovens comandantes espalhados pelo Brasil todo, que comandam as nossas Forças Armadas, não teriam nenhuma razão para renunciar à história. Mas há setores que têm interesse em esconder a verdade da sociedade brasileira. Mas tenho impressão de que não será por muito mais tempo. Acho que, cada vez mais, com essa proliferação há uma sede de entender o passado.

Considero que nós cumprimos essa nossa missão... Pois não...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A tortura a céu aberto. O massacre na faculdade de Medicina na Praia Vermelha e, no Campo de Botafogo, a tortura: milhares de jovens olhando para o céu de bruços, sendo pisoteados.

A juventude de hoje precisa saber que o Estádio General Severiano foi um estádio que serviu para os torturadores.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu tenho uma preocupação muito grande com a história por causa do presente. Sexta-feira, já por volta das oito da noite, eu recebo um *e-mail* denunciando uma situação gravíssima no Pantanal do Mato Grosso...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Os retireiros.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – ... envolvendo os retireiros do Pantanal do Mato Grosso. Suas lideranças estavam ameaçadas, cercadas e em grave risco de morte ou de vida.

Ora, essa arrogância autoritária é resultado desse esconde-esconde da história brasileira. As torturas nas delegacias que se praticam até hoje também são consequência... Muitas vezes ficamos tentando mobilizar, telefonar, recorrer a autoridades em busca de apoio. E o que chega a nós são sempre situações de graves conflitos. Temos raras oportunidades de debater agendas positivas aqui na Comissão de Direitos Humanos.

São sempre problemas urgentes, como esses dos retireiros de Mato Grosso, que estão correndo sério risco de serem assassinados por grileiros, por usurpadores de suas terras. Eles se organizaram, estão lá num processo de legalização de uma área para uma reserva de desenvolvimento sustentável, e essas aéreas foram todas invadidas; as áreas que já foram levantadas, estudadas.

A mesma coisa é a negação do direito das populações indígenas, que é outra questão gravíssima em nosso País. E continua sendo. Na semana passada, houve uma tentativa de assassinato de um indí-

gena na quarta-feira. Então, todos os dias recebemos denúncias graves de violação dos direitos dos povos indígenas. Há uma característica aqui de absurdo retrocesso desses direitos, projetos que caminham na direção de retirar, tanto no Senado quanto na Câmara, direitos garantidos pela Constituição de 1988.

Mas, enfim, esta é a parte que nos cabe nessa luta: defender aqueles que não têm voz, que são mais vulneráveis, e correr atrás da memória deste País. Não pode prevalecer a história daqueles que torturaram, mataram, fizeram desaparecer... Temos de buscar verdadeiramente o que aconteceu em nosso País. Vamos continuar: esta Comissão está aberta para trabalhar em conjunto, no sentido de acelerar o processo de recuperação da nossa memória.

Nada tendo mais a tratar, agradeço a todos e dou por encerrada esta reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 08 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA – CDHMVJ, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS E 30 MINUTOS.

Às nove horas e quarenta minutos do dia seis de novembro de dois mil e treze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador João Capiberibe, reúne-se a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMVJ, no âmbito da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador João Capíberibe. Registra-se a presença do Senador Wellington Dias e da Senadora Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 84, de 2013, aprovado em 26/09/2013, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer a realização de audiência pública para debater sobre o tema: **"conflito dos fazendeiros e grileiros de Luciara, em Mato Grosso, com os retireiros do Araguaia".** O Senhor Presidente apresenta os expositores e os convida a tomarem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra para os convidados, nesta ordem: Rubem Taverny Sales, Presidente da Associação dos Retireiros do Mato Verde do Araguaia; Fernando Francisco Xavier, Representante do ICMBio do Mato Grosso; Marcelo de Oliveira Nicolau, Assessor da Ouvidoria Agrária Nacional; Jossiney Evangelista Silva, Retireiro; Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Professor da Universidade de São Paulo – USP; Roberto Ricardo Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. O Senhor Presidente concede a palavra a senhora Lidiani Taverny Sales, retireira. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) Encaminhar ao Ministério da Justiça as notas taquigráficas do depoimento da Senhora Lidiani Taverny Sales, retireira, pedindo providências no sentido de garantir a presença e a proteção da depoente e de sua família em Luciara – MT; 2) providenciar uma audiência pública com o INCRA, para tratar especificamente dos "títulos", com a presença de representantes dos órgãos fundiários do Estado do Mato Grosso; 3) encaminhar "relatório" dessa audiência pública para o Governador do Estado de Mato Grosso, para o Prefeito de Luciara-MT e para o Procurador Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, destacando esses aspectos das ameaças dentro do "relatório" da CDH, "para que eles saibam" que não só nós mas a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Ouvidoria Agrária e diversas autoridades Federais estão acompanhando os acontecimentos no município de Luciara ; 4) Apresentar uma Moção de apoio à criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS em nome da CDH manifestando nossa posição favorável à pretensão dos retireiros de Luciara. Faz uso da palavra o Senhor Senador João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, **Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio,** a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador João Capiberibe, Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Há número regimental. Declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória Verdade e Justiça da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 88, de 2013, da CDH, aprovado em 18 de setembro de 2013, de iniciativa do Senador João Capiberibe, de iniciativa nossa, para debater os conflitos entre fazendeiros e retireiros, no Araguaia, no Município de Luciara, em Mato Grosso.

É esse o objetivo desta nossa audiência pública.

Eu tomei conhecimento, através de comunicação, do conflito que está ocorrendo nessa região. Aliás,

Mato Grosso é um Estado com muitos conflitos em várias áreas. Tomei, então, a iniciativa de apresentar um requerimento, porque o que assusta é que esses conflitos terminam em tragédias. Para evitar a tragédia, é necessário trazer as autoridades públicas federais para que possamos pressionar em busca de solução, em busca da pacificação desses conflitos.

Esta audiência tem a finalidade de discutir a situação das famílias extrativistas, que, segundo informações fornecidas a esta Comissão, estariam ameaçadas de despejo de uma área de cem mil hectares no Município de Luciara, no Estado do Mato Grosso.

Essas supostas ameaças decorrem da intenção do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio), de transformar a área em uma reserva de desenvolvimento sustentável, uma RDS, e destiná-la a pequenos produtores rurais. Esse plano encontra resistência por parte dos atuais moradores, e assim se instalou um conflito.

É claro que agora vamos ter a oportunidade de um esclarecimento completo sobre esta situação, para que possamos, então, dar encaminhamento às autoridades federais com pedidos de providências.

A Comissão de Direitos Humanos foi provocada, mediante a apresentação de denúncia que relata a existência de uma ação da Polícia Federal para desobstruir rodovias que dão acesso ao assentamento, o que gera a nossa responsabilidade de contribuir para a solução do caso.

Recentemente, os moradores da cidade fizeram um protesto pacífico, posicionando-se contra a desapropriação. As manifestações visam impedir a ida de técnicos do ICMBio para fazer inspeção no local. Daí a intervenção da Polícia Federal.

Esta audiência pública visa contribuir para um entendimento, um acordo que possa tranquilizar a população da região. Vamos ouvir os representantes dos moradores, do ICMBio, o prefeito e a ouvidoria agrária para, ao final, fazermos eventuais encaminhamentos que possam contribuir para a solução do conflito.

A informação que tenho é de que o Prefeito Fausto Aquino de Azambuja Filho não está presente, não compareceu. Das pessoas convidadas, apenas o prefeito não está presente.

Portanto, eu queria dar início a esta reunião, convidando, para compor a mesa, o Rubem Taverny Sales. O Rubem é Presidente da Associação dos Retireiros Mato Verde do Araguaia.

A palavra retireiro é uma palavra nova, que define uma atividade que não é tão conhecida para todo o Brasil. Na hora em que usar da palavra, o Rubem vai fazer uma explicação sobre os retireiros. Muito obrigado, Rubem, pela presença e por ter aceitado o nosso convite. Eu queria convidar também Roberto Ricardo Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Também gostaria de convidar Fernando Francisco Xavier, representante do ICMBio no Mato Grosso. Convido também o Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Professor da Universidade de São Paulo. Já tivemos a oportunidade de nos encontrarmos em outras ocasiões. Obrigado, Professor, por ter aceitado o nosso convite. Convido também Jossiney Evangelista Silva, retireiro; e Marcelo de Oliveira Nicolau, assessor da Ouvidoria Agrária Nacional.

Para darmos início a esta audiência pública, eu passo a palavra ao Presidente da Associação dos Retireiros do Mato Verde do Araguaia, Rubem Taverny Sales, que, segundo nos consta, sofre ameaça de morte.

Com a palavra, Rubem.

O SR. RUBEM TAVERNY SALES – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria agradecer, em nome da Mesa, ao Senador João Capiberibe e a todos os presentes. É uma satisfação estar aqui esclarecendo aos senhores e às senhoras que estão presentes neste plenário sobre o retireiro do Araguaia, como o Senador pediu.

A gente chama retireiro porque trabalha lá conforme o movimento das águas do Araguaia. Quando o rio sobe e enche, o retireiro é obrigado a sair com a terra alta. No mês de maio, as águas baixam, e os retireiros voltam com o seu gado. O retireiro do Araguaia cria gado, mas faz plantações de roças para a sustentabilidade. Todos vivem uma vida comum. A gente usa o varjão, a área de várzea – para nós, retireiros, chama varjão, ipuca, mas, para os estudiosos, chama área de transição do Cerrado, área de várzea.

Em 1934, chegaram os primeiros colonizadores lá com essa intenção de criação de gado. O meu avô veio nessa leva de caravana e trabalhava de vaqueiro para o Coronel Lúcio da Luz, que foi o primeiro incentivador e trouxe gente do sul do Pará para o norte do Mato Grosso para criar gado. Ele trabalhava de vaqueiro e ganhava sua porcentagem de 4,1; 3,1. Assim começou a questão dos retireiros do Araguaia.

Eu também quero contar sobre os conflitos que aconteceram agora em Luciara.

Não sei se alguém entendeu. Se tiver alguma pergunta, estou aqui para responder a todos que tiverem alguma dúvida.

A nossa intenção também é de pedir ajuda, porque, no último mês, teve muita conversa, muita mentira, muitas inverdades das pessoas que eram nossos aliados e nossos advogados numa questão. A gente sofreu interdito proibitório da Imobiliária Ytapuã para retirar todo mundo da área.

A gente contratou Daniela Caetano e Fausto Azambuja como advogados para nos defender. Ficou combinado de pagar uma quantia x em bezerro, porque a gente não tinha dinheiro. Cada retireiro que fez parte do processo dava dois bezerros para pagar o advogado. Eu fiquei como responsável por cobrar dos companheiros, receber essa parte, vender e passar o dinheiro para ela. E começou tudo isso.

Com o andar das coisas, logo teve aquele conflito em Posto da Mata. Era para ter a cartografia social com o Prof. Antonio João Castrillon. A própria Daniela me ligou, numa segunda-feira à noite, procurando saber se a gente ia fazer uma audiência pública no mato, escondido. Eu falei: "Não, Daniela. Se a gente for fazer uma audiência pública, vai comunicar a autoridade local, a Câmara de Vereadores, vai comunicar nas rádios locais, até onde eu sei, porque não tenho o poder do conhecimento. Mas, não. A gente está apenas fazendo a cartografia social."

Para isso, vinha um professor de Cornélio Procópio com um ônibus cheio de alunos de final de curso. Eles foram escoltados na divisa, na chegada ao Município, escoltados com a turma das caravanas que não pôde chegar para participar da cartografia. E o nosso cartógrafo, que vinha também, foi mandado embora, sem direito nem... De São Félix do Araguaia até o Posto da Mata. Então, depois de tudo isso, começou esse conflito. Aí incitaram a população dizendo que estavam enganando a gente, e o diácono, a Prelazia estava enganando o povo de Luciara. Isso não é verdade.

A gente sempre fez reunião, botou na mesa. Fernando esteve em Luciara. Quando tinha reunião lá, o pessoal dele falava e tudo bem. Quando a gente ia falar, defendendo, eles badernavam a reunião. Faziam tanta confusão lá que a gente ficava até um pouco constrangido. "Poxa, a gente está tentando trabalhar para ajudar todo mundo, porque retireiro em si mora em uma área alagada." A maior parte dos retireiros que não tem terra alta.... O retireiro é assim: uns têm posse na terra alta, e outros não têm terra alta. A gente está brigando para ter uma terra alta numa fazenda que está desapropriada há mais de 30 anos, desativada há mais de 30 anos.

Quando o Ariovaldo esteve em Luciara fazendo o levantamento fundiário, eles pegaram essas informações mentirosas, dizendo que ia ser o Município todinho. Levaram uma pessoa de 100 anos que está lá, o Sr. Daniel, dizendo que era retireiro. Ele mesmo desmentiu para todo mundo lá e disse que não estava dormindo de noite, porque estava acontecendo isso. E isso não é verdade, gente. Muita mentira.

Então, a gente está assim... Eu fiquei abalado, fiquei acuado na minha casa, com a minha família. Foi queimado o meu retiro e o do Jossiney. Tentaram botar fogo num carro velho que eu tenho na frente da minha casa. Botaram pneu velho da prefeitura na frente da minha casa e tocaram fogo.

Então, a gente se sentiu acuado e teve que gritar para algumas autoridades. A primeira pessoa para quem a gente pediu ajuda foi o Marco Paulo, do Ministério Público Federal. Eu faço parte também da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente (CNPCT), da qual o Marco Paulo sempre participa. Eu passei essas informações pedindo ajuda para ele. Ele fez os seus contatos e chegou até a Polícia Federal para dar suporte para gente ficar em Luciara.

O Dr. Gercino esteve lá, com a sua equipe do Instituto Chico Mendes, para dar uma explicação para o povo. Nessa reunião, eu até fiquei calado, porque eu achei melhor e para o pessoal não ter muita excitação. E aí foi desmentida muita conversa que não é verdade. O Presidente do Instituto Chico Mendes esteve lá, e o Fernando também ficou calado.

Então, eu acho que o que eu tinha para falar era isso. Estou aqui à disposição para quem quiser fazer alguma pergunta e saber mais informação. Estou aqui para ajudar.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Rubem.

Eu queria estabelecer o tempo de dez minutos para cada um. Agora, vamos usar os dez minutos com uma prorrogação, digamos, de mais cinco minutos, se houver necessidade.

Eu acho que a questão mais importante aqui é entendermos o conflito, e a oportunidade é esta.

Eu gostaria de ouvir o Fernando Francisco Xavier, representante do ICMBio lá em Mato Grosso. Acho que aí nós vamos ter uma boa visão desse processo.

Fernando, com a palavra.

O SR. FERNANDO FRANCISCO XAVIER – Bom dia a todos.

Sou Fernando Xavier. Atuo hoje como Coordenador Regional do Instituto Chico Mendes no Estado de Mato Grosso, dentro da nossa estrutura, e em parte de outros Estados, como Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins.

Bom, acho que todos foram surpreendidos, no mês de setembro, com o conflito acontecido em Luciara com a queima de algumas casas – duas residências de retireiros – e a expulsão de um grupo de pesquisadores e professores, uns da UFMT e outros ligados ao projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Esse fato ocorreu em meados de setembro, na segunda quinzena de setembro de 2013.

O Instituto Chico Mendes – vou deixar depois o nosso Presidente falar sobre o papel mais estratégico geral do Instituto Chico Mendes – é uma instituição responsável por fazer os trabalhos de proposição e gestão de criação de unidades de conservação federais no Brasil.

Em Luciara, existe uma proposta de criação de unidade de conservação, em estudo ainda, uma proposta de criação de uma das categorias – talvez, nem essa categoria, mas o debate atual está em torno dessa proposta: a reserva de desenvolvimento sustentável, que é uma categoria de unidade de conservação do grupo das unidades de uso sustentável. Na verdade, ela é uma unidade proposta para, justamente, garantir os meios de vida das comunidades tradicionais residentes naquela área, no caso, os retireiros do Araguaia, que são esse grupo demandante dessa unidade de conservação.

A proposta teve já alguns estudos feitos, mas não há nenhuma decisão no processo. O processo ainda está em análise, com estudos a serem feitos, mas é um processo ainda em debate. Ele iniciou com os retireiros, se não me engano, a partir do ano de 1999, houve um pedido endereçado, à época, à Ministra Marina Silva, que ainda era Senadora nesta Casa. Em 2004, ele foi autuado como processo no próprio Ibama, que, à época, era quem conduzia esses processos.

A partir de 2004, esse processo foi seguindo o seu trâmite normal como qualquer outro dos nossos processos de criação de unidade de conservação, com as fases de estudo necessárias. Houve a contratação de algumas consultorias, foi feito o levantamento fundiário. O Prof. Ariovaldo, que foi o consultor, vai poder falar sobre esse trabalho. Foram feitos os trabalhos diagnósticos, que, ainda, à época, chamávamos de laudo socioeconômico e ambiental da área. Foram feitos e entregues em 2007 por um grupo de pesquisadores que já atuava na região junto à universidade do Estado de Mato Grosso e já desenvolvia trabalhos junto a esses retireiros. Essas informações todas foram consolidadas em um levantamento socioeconômico e fundiário – perdão, biológico – para o processo de criação.

O Rubem é Presidente da Associação dos Retireiros do Araguaia, antigamente chamada de Associação dos Produtores Rurais do Mato Verdinho, que foi a instituição que demandou essa proposta junto ao Ibama à época e conduziu, esteve à frente dos debates em Luciara.

Esse pequeno histórico, na verdade, é para dizer que o processo, apesar de ter sido autuado desde 2004, ainda não teve a sua finalização. Não houve uma decisão sobre qual categoria deve ser necessariamente criada. Há uma indicação de uma reserva de desenvolvimento sustentável, há várias análises no processo, mas não uma definição final da área proposta, que o Senador colocou, em relação a cem mil hectares, ou alguma definição sobre isso do ponto de vista final.

Sobre os conflitos, faço o registro de que acompanhamos o processo, o momento em que aconteceu, agora em setembro. A esposa do Sr. Rubem nos contatou, se não me engano, no dia 18 de setembro, à noite, informando que a casa do seu retiro havia sido queimada.

O Rubem falou, mas é bom também esclarecer: os retireiros têm essa lida com o gado, muito parecida com a lógica a que o Pantanal mato-grossense e a região do Araguaia estão submetidos, ou seja, o regime de enchente e seca. Os retireiros utilizam a passagem nativa do Rio Araguaia, nessas áreas de várzea, na época das secas, como biomassa para a alimentação do gado. Na época das cheias, esse gado é retirado para as áreas mais altas, onde há capim nativo, de Cerrado, mas também capim formado, braquiária ou outra pastagem cultivada.

É um regime bastante interessante porque ele tem uma relação muito próxima com o ciclo de seca e enchente, com o próprio ciclo natural da região do Araguaia. É um modelo, um modo de vida bastante integrado a esse sistema. São os homens que lidam diretamente com o gado. As mulheres têm um papel de cuidado familiar e também auxílio no manejo do gado, mas apenas em momentos de vacinação, de exploração de leite. Há algumas mulheres que, quando o marido está na área do retiro, auxiliam nos trabalhos no retiro.

Como o Rubem também falou, há retireiros que têm essa casa do retiro na área inundável, como é o caso do próprio Rubem, do Jossiney, que está aqui e vai falar, e há retireiros que também têm áreas de posses em áreas altas. Na verdade, é uma questão de identidade. Identificam-se como posseiros, mas têm uma relação muito próxima com esse ciclo de inundação. Ao mesmo tempo em que os retireiros que estão na área baixa, nas várzeas do Araguaia, dependem da área alta, aqueles retireiros que estão nas áreas altas dependem da própria área baixa, da área de várzea. Então, são grupos – não sei dizer se são grupos ou o mesmo grupo de pessoas – de trabalhadores rurais que utilizam a área no regime de convivência tanto do gado quanto das relações familiares.

A cidade de Luciara é um Município de 2,5 mil habitantes, se não me engano, conforme último censo – não me recordo se é menos –, e há uma relação de convivência muito próxima entre eles. Há casais de várias famílias diferentes das famílias que eles chamam de pioneiras. Não utilizam necessariamente esse nome de pioneiras, mas trata-se daqueles que

chegaram nesse período de colonização nas décadas de 30 e de 40, com vários troncos familiares. Hoje até há diferença entre algumas pessoas, mas existe uma convivência histórica na lida do retiro e na própria manutenção da biodiversidade daquela região em função da maneira como é a convivência dos retireiros com as várzeas do Rio Araguaia.

Então, a partir de 18 de setembro, quando houve a queima desse retiro, existia a previsão de visita de alguns pesquisadores no Município de Luciara, mas que não tinham, absolutamente, nenhuma relação com o próprio Instituto Chico Mendes. Não era uma proposta de audiência pública, ou consulta pública do Instituto Chico Mendes para a eventual criação de uma unidade de conservação. Não era um trabalho de complementação de informações do processo de criação. Era um trabalho autônomo dos pesquisadores com as famílias...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO FRANCISCO XAVIER – de retireiros do Araguaia, que, talvez, tenha levado algumas pessoas a, erroneamente, entender que seria um processo – já vou finalizar – de consulta pública para a criação de uma unidade de conservação, que, repito, é uma unidade de uso sustentável, cuja proposta não é tirar os retireiros – o que está em debate – ou os posseiros dessas áreas, mas, justamente, dentro de uma perspectiva de que esses modos de vida estão integrados ao próprio ciclo natural do Rio Araguaia, garantir os meios de vida dessas comunidades e, ao mesmo tempo, a própria biodiversidade da região.

Só quero enfatizar que outras informações podemos discutir no âmbito da audiência mas, a partir daquele dia 18 de setembro, houve outra série de ocorrências que acabaram levando a Polícia Federal a fazer uma autuação. Houve fechamento de rodovias e algumas ameaças a mais contra os trabalhadores. Essa é uma questão policial em cuja seara a gente não vai entrar, porque acho que cabe mais à Polícia Federal e ao próprio Ministério Público Federal, que acompanha.

Acompanhamos, fizemos a mobilização necessária, porque é um grupo que tem uma... Os acontecimentos envolvem um processo de criação, e a gente está acompanhando e esclarecendo todas as autoridades, as instituições e até os próprios interessados contrários à proposta da unidade sobre o debate. Também estamos dando esclarecimento sobre a unidade de conservação e sobre o próprio processo.

É isso. Agradeço. A gente vai estar à disposição para esclarecimentos e durante o decorrer da audiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Agradeço ao representante do ICMBio em Mato Grosso.

Passo a palavra a Marcelo de Oliveira Nicolau, que é assessor da Ouvidoria Agrária Nacional.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA NICOLAU – Bom dia.

Primeiramente, gostaria de lembrar, Excelência, que é sempre uma honra muito grande para a Ouvidoria Agrária Nacional participar das atividades desta Comissão. Quero também parabenizar V. Exª pela iniciativa de realizar uma audiência pública com o tema, discutindo o conflito em Luciara que, assim como tantos outros conflitos agrários que temos em nosso País, realmente pode levar a consequências imprevisíveis e indesejáveis.

Apenas para fazer um breve esclarecimento, a Ouvidoria Agrária Nacional pertence ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. O nosso Ouvidor Agrário Nacional é o Desembargador Justino Filho, que hoje está presidindo a audiência da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, em Anapu, no Pará. Por conta disso, não se pôde fazer presente, e eu o represento.

Tivemos acesso a esse conflito instalado em Luciara, num primeiro momento, devido a um contato da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República, que foi acionada pelos retireiros e que nos convidou para tomar pé da situação e adotar as providências cabíveis.

A Ouvidoria Agrária Nacional tem como missão promover a gestão junto a todos os órgãos responsáveis no sentido de combater a violência no campo e de fazer valer os direitos fundamentais de todos os atores do meio rural. Foi realizado, em Luciara.

A gente trouxe uma apresentação para ficar mais fácil visualizar. É possível colocar na tela, por favor?

Além da Ouvidoria Agrária Nacional existe a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, que é composta por quatro Ministérios: o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Justiça, o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Essa Comissão, sempre que necessário, se desloca até o local onde existe um conflito e faz uma audiência pública no sentido de tentar solucionar a questão ouvindo todos os órgãos envolvidos.

Então, no dia 24 de outubro de 2013, foi realizada uma dessas audiências da CNCVC, como chamamos, que é a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, presidida pelo Ouvidor Agrário Nacional, em Luciara. Com base na ata dessa reunião, que foi numerada como 576, apontamos aqui como instituições

que se colocaram contrárias à criação da reserva: a Prefeitura Municipal; a Câmara de Vereadores e o comércio local. As razões que foram apresentadas por essas instituições para justificar sua contrariedade à criação da reserva, conforme foi discutido e colocado por essas instituições nessa audiência que aconteceu no dia 24, foram que os posseiros e retireiros não seriam indenizados e ficariam impedidos de cultivar as áreas abrangidas pela criação da reserva. Alegaram também que existe falta de critérios da ICMbio para a indenização dos posseiros. Lembramos que essas são as razões que foram apresentadas por essas instituições.

Na sequência, o ICMbio fez os esclarecimentos necessários, que a gente também vai apontar. Levantaram, também, que a população não foi ouvida acerca da possível criação da reserva, que a criação da reserva traria prejuízos ao comércio local e que haveria incertezas com relação ao tamanho da área da reserva.

Na sequência, registramos os esclarecimentos que foram prestados pela ICMbio, nessa audiência pública, para a população local, com relação a esses temas que foram levantados.

Então, a ICMbio esclareceu, naquele momento, que os posseiros não serão indenizados porque receberão a posse da área que ocupam na forma de concessão em direito real de uso emitido pelo órgão fundiário competente. Esclareceu que os proprietários serão indenizados em dinheiro, aqueles que efetivamente têm a propriedade da área, não só a posse. Esclareceu que as atividades tradicionais dos posseiros, no que tange à criação de gado, roça, pesca e caça, não serão impedidas, haja vista que, ao contrário do que estava sendo divulgado, um dos objetos da criação da reserva é garantir essas atividades na área, não diminuindo dessa forma o poder aquisitivo da população local. Um dos argumentos também colocados para justificar a não concordância da criação da reserva e que, como os retireiros seriam retirados dali, não teriam mais poder aquisitivo e isso prejudicaria o comércio local.

O ICMBio esclareceu também que, no pedido de criação da reserva, consta uma área de 35 mil hectares, mas a área definitiva, se for o caso, será fixada somente após audiências públicas com a população local e consulta junto aos órgãos envolvidos e ao Governo do Estado. Se for o caso, por quê? Porque não é nem certeza ainda que essa reserva vai ser efetivamente criada. E esclareceu, finalmente, que o processo de criação da reserva obedece a uma série de procedimentos, sendo iniciado por um pedido formal dos interessados. A instrução do processo tem três etapas básicas: estudos preliminares – como já foi colocado aqui, representando o ICMBio lá do Mato Grosso –, consultas e análises, sendo que o processo de criação se encontra em fase preliminar ainda. A criação definitiva da reserva, se ocorrer, será feita mediante decreto presidencial.

Providências adotadas pela Ouvidoria Agrária Nacional com relação ao conflito agrário instalado lá em Luciara.

É válido registrar, Exª, que o simples fato de ter acontecido essa audiência pública e terem sido prestados esses esclarecimentos para a população local nos deu a sensação de que já acalmaram bastante os ânimos do pessoal, porque essa falta de esclarecimento é que, na verdade, estava motivando boa parte dessas agressões e desse clima de tensão que ficou instalado lá em Luciara. Mas, além disso, surgiram, no decorrer da audiência pública, denúncias de outros crimes que teriam acontecido, inclusive na década de 90, e a Ouvidoria Agrária Nacional tem a obrigação de apurar isso tudo junto aos órgãos competentes.

Então, quanto à queima da casa do Vereador Jossiney, que se faz aqui presente ao meu lado, e às agressões físicas e verbais contra sua pessoa, fatos esses ocorridos no dia 22 de setembro de 2013, cuja ocorrência foi registrada na Delegacia de Polícia Civil Local, a Ouvidoria Agrária Nacional remeteu um *e-mail* ao Delegado de Polícia Civil de Luciara, o Dr. Waner dos Santos Neves, encaminhando ofício, em 29 de outubro de 2013, solicitando informações sobre o andamento de possível procedimento instaurado para apurar os fatos noticiados, o que se deu por meio do Boletim de Ocorrência nº 2013-253-460.

Nós não recebemos ainda resposta do delegado, mas, como o documento ainda é recente, vamos esperar mais alguns dias. Caso não haja resposta, vamos novamente oficiá-lo para que nos informe como está o andamento da apuração desse crime que ocorreu em Luciara, porque a Polícia Judiciária é quem tem competência para essa apuração.

No que se refere à denúncia formulada pelo agente fiscal do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea), o Sr. Tairone Pereira de Sousa, sobre possível registro de estruturas públicas de áreas sobrepostas no cartório da região, a Ouvidoria Agrária Nacional remeteu, em 29 de outubro de 2013, *e-mail* ao mencionado agente fiscal, solicitando que informe pelo menos um fato concreto no que se refere a essa denúncia, para que a Ouvidoria Agrária possa fazer gestão junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, porque com uma denúncia tão genérica, fica complicado acionarmos o Tribunal de Justiça. Podemos estar fadados a não ter nenhum encaminhamento. Então, pedimos pelo menos um fato

concreto, para que possamos fazer um acompanhamento eficaz do que está acontecendo lá no cartório da região, dessas denúncias do que está acontecendo no cartório da região.

Quanto ao assassinato da pessoa conhecida como João Vaqueiro, ocorrida na reserva de Carajás-São Domingos, no Município de Luciara, na década de 90, a Ouvidoria Agrária Nacional remeteu, em 31 de outubro de 2013, *e-mail* ao Delegado de Polícia Civil de Luciara, Dr. Waner, oficiando-o para que preste informações sobre possível procedimento instaurado para apurar as circunstâncias do homicídio em tela. Da mesma forma, ainda não houve resposta, mas se isso não acontecer nos próximos dias, reiteraremos o pedido.

Em 29 de outubro de 2013, a Ouvidoria Agrária Nacional remeteu *e-mail* ao Delegado de Polícia Federal de Barra do Garças, Dr. Fernando Faria de Lara, solicitando informação sobre o andamento do inquérito policial nº 152 de 2013, que foi instaurado para apurar o incêndio ocorrido em 18 de setembro na casa do Presidente da Associação dos Retireiros do Araguaia, o Sr. Rubem, que também se faz presente aqui e usou da palavra antes de mim.

A Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo assumiu o compromisso de tomar providências necessárias no que se refere às 23 lideranças indígenas que supostamente foram assassinadas na região de Luciara no ano de 2003, desde que o Vereador de Luciara, Sr. Wesley Santos Barros, remeta à Ouvidoria Agrária Nacional material com dados concretos, uma vez que, conforme foi ventilado na própria audiência pública, esses supostos homicídios não teriam ocorrido. Então, demandamos que eles nos mandem pelo menos algum material que possa nos dar algum norte para que possamos adotar as providências cabíveis com relação também a esses supostos homicídios.

A Ouvidoria Agrária Nacional remeteu, em 2 de novembro e 2013, *e-mail* ao Presidente do ICMBio, Dr. Roberto Ricardo Vizentin, que também se faz presente à mesa, solicitando providências com relação aos requerimentos que foram formulados pelo Prefeito Municipal de Luciara, Dr. Fausto, mediante uma carta aberta remetida ao ICMBio em 9 de outubro de 2013. Nessa carta aberta, o Prefeito, que é veementemente contra a criação da reserva, faz uma série de requerimentos ao ICMBio. Nós não adentramos o mérito do que é cabível ou não. Só endereçamos o *e-mail* ao Presidente do ICMBio, Dr. Ricardo, para que adote as providências cabíveis, reforçando o pedido do Prefeito.

Em suma, foram essas as providências que foram adotadas até o momento. Relembro, principalmente ao Vereador e ao Rubem, que estão presentes, que, em qualquer situação nova que aconteça, de tensão ou de violência, a Ouvidoria Agrária Nacional pode ser contatada por telefone, por *e-mail* ou pessoalmente. Nós imediatamente adotaremos as providências cabíveis com o fim de garantir a integridade física dos trabalhadores, prevenir e mediar os conflitos ali instalados.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Agradeço as informações ao Sr. Marcelo de Oliveira Nicolau, da Ouvidoria Agrária, que nos trouxe bastantes informações sobre o contexto desse conflito em Luciara, para que possamos nos aprofundar.

E, como foi citado, inclusive, como tendo sido agredido, vamos ouvir o Jossiney Evangelista Silva, que é Vereador, mas também é retireiro, pelo que consta aqui como informação.

O SR. JOSSINEY EVANGELISTA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Eu, como Vereador de Luciara, me sinto envergonhado porque o fato aconteceu no nosso Município, uma cidade pequena, da forma como aconteceu.

Eu ouvi aqui que o pessoal ia impedir a entrada das pessoas que iam fazer um estudo da cartografia social. Eles alegavam que era audiência pública, mas, na realidade, fui impedido de entrar na minha própria cidade. Eu, como Vereador, fiquei decepcionado com algumas pessoas que representam a associação dos produtores, enquanto eu fui barrado em um bloqueio, no dia em que aconteceu a queima do meu retiro, pela pessoa da Noely Paciente Luz, que se apresentava como advogada da Associação. Fui impedido de entrar na cidade. Eu fiquei muito triste com o que aconteceu, e também com o que aconteceu quando houve tiros na casa do Diácono de Luciara, que é a entidade que ajuda, é parceira dos retireiros, sempre vem lutando junto com a gente.

Eles alegam muitas coisas. O Prefeito fala que vai inviabilizar o Município. Eu não sei até que ponto, porque o nosso movimento, da criação da RDS, começou quando nos sentimos ameaçados de sair da área. É a área em que vivemos há muito tempo. Hoje eles falam que vão inviabilizar o Município, mas nós estamos lutando para que a nossa comunidade tenha a garantia de viver da forma como vivemos, usando a área de várzea como nosso sustento, para podermos criar nossos filhos e netos para o futuro. Como foi falado, para estar na área, a gente teve que acionar advogado. Chegou um grupo dizendo que era dono. A gente não sabe se são legítimos os documentos com que eles alegam ser donos da área, e a gente que vive ali há muito tempo fica com medo de perder o que a gente vem vivendo.

Quando queimaram minha casa do retiro, não queimaram só minha casa, queimaram minha vida. Eu

nasci ali, eu nunca tive outra forma de vida, sempre vivi em Luciara, nasci em Luciara, meu pai é retireiro, eu sou retireiro. Minha mãe é professora no Município, hoje é aposentada. Mas eu quero continuar essa vida, por isso eu acredito em estar nessa vida, criando a RDS.

O que tenho para falar para vocês é isso aí. Se tiverem alguma pergunta, estou aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado. Eu agradeço o Vereador.

Temos muitas perguntas, mas, ao final, vamos formular as perguntas, vamos tratar de esclarecer da melhor forma possível, para que possamos, então, dar encaminhamento.

Eu gostaria de passar a palavra ao Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

O SR. ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA – Bom dia a todas, a todos, eu queria parabenizar o Senador Capiberibe por esta convocatória e dizer da importância de estar aqui, no Senado Federal, esclarecendo um pouco a respeito do conflito que lá existe.

Eu escolhi como objeto das minhas pesquisas para elaboração da minha tese de livre docência – que temos ainda na carreira acadêmica na USP – o estudo da ocupação do norte do Mato Grosso. Então, meu contato com o Mato Grosso vai desde 1978, quando, pela primeira vez, lá estive. E o contato com Luciara também vem de longa data, em função desse trabalho que realizei e concluí em 1997.

E, depois, fui convidado, participei de um processo licitatório do ICMBio para elaborar o levantamento da situação fundiária, como uma etapa do processo de criação da unidade de conservação ambiental.

Vou tentar ir rapidamente. Recebi a tarefa de fazer o levantamento da titulação e levantar, nos cartórios, as certidões que envolvem os títulos daqueles que ocupam essa área.

Eu vou passar.

Luciara, vocês podem ver por essa imagem de satélite, tem esse tom meio cor de vinho, tem esse tom na imagem de satélite porque é a área que retém umidade. Ela é a área potencialmente inundável no período de cheia. E essa área aqui mais esbranquiçada, um róseo, é a área que está livre do período de cheia no município de Luciara.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Professor, qual é a área do Município...

O SR. ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA – Essa área aqui toda é inundável.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Qual é a área do Município?

O SR. ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA – Total? Perdoe-me, de memória eu não tenho aqui não. Mas no trabalho feito tem essa informação.

Então, a maior parte do Município está submetida a essa oscilação, como o Fernando esclareceu, entre cheia e vazante da Bacia Hidrográfica do Araguaia, que é esse curso que está aqui a leste do Município; do Rio Tapirapé, que está aqui a oeste do Município; e do rio Xavantinho, que está no centro do Município.

Aquela imagem era de 1990. Podemos ver que, comparando com a imagem de 2012, não há praticamente alteração no desmatamento, porque não há o que desmatar. Trata-se de uma área onde o fenômeno da renovação da passagem se faz naturalmente. E é uma área onde o Cerrado está em processo de formação. Então, o Cerrado está em formação nessa área.

E ela não é exclusiva do Município de Luciara; ela ocorre na própria Ilha do Bananal, que está aqui a leste, e em toda a Bacia do Araguaia nessa porção aí do Estado de Mato Grosso. E também, depois da Ilha do Bananal, no Estado de Tocantins. É uma área chamada Pantanalzinho. Há essa expressão, remetendo ao que ocorre no Pantanal mato-grossense.

Luciara é um município que está relativamente isolado. Ele tem um ramal rodoviário que sai da rodovia que vai de São Félix à BR-158, e esse é o entroncamento a partir do qual se vai à sede do Município. O Município fica às margens do Araguaia. As praias do Araguaia são famosas, há os festivais durante o mês de julho, nessa área de areia, onde há atividade social e de turismo importante para o Município.

Há, no Mato Grosso, em marcha, hoje, na Amazônia Legal, dois processos de grilagem novos, diferentes daquele do inseto grilo. Um, que eu chamei de grilagem legalizada, por quê? Porque a titulação feita pelo Governo de Mato Grosso na área foi uma titulação que não obedeceu aos requisitos legais. Então, no processo de concessão de título, há uma série de vícios que, se demandados na Justiça, levariam à anulação desses títulos. Por isso, denominei grilagem legalizada. É grilagem, porque o ato tem ilegalidade, mas o título é legal, porque assinado por quem de direito.

Na época, na década de 80, comprei, nesse escritório, lá em Cuiabá, o mapa fundiário, assinado pelo oficial do cartório de registro de imóveis de Barra do Garças, que também foi Deputado Federal durante um período, que é o Valdon Varjão.

E, nesses mapas fundiários, vocês podem observar que as propriedades são figuras geométricas: ou quadrados, ou losangos, ou retângulos. Ou seja, na realidade, há poucos pontos de demarcação. E elas foram todas feitas em Cuiabá, em cima da prancheta do agrimensor ou engenheiro que fez o processo de

compra dessas terras por parte do Governo de Mato Grosso.

Então, aqui, por exemplo, uma forma de burlar a lei é colocar os títulos em nome de várias pessoas, e essa cor mais escura mostra que uma pessoa é proprietária, de fato, de todos esses títulos. Cada um tem dez mil hectares, nesse caso aqui, mostrando que áreas enormes foram assim tituladas pelo Governo de Mato Grosso.

E, mais recentemente, da década de 85 para cá, há um segundo tipo, que acaba envolvendo uma parte dos funcionários do próprio Incra, que tem atuado de forma a acobertar processos de grilagem. Esse é um caso que saiu no jornal *Folha de São Paulo*. E esse é outro caso, lá no Pará, que acabou redundando numa operação chamada Faroeste, que levou o Presidente do Incra do Pará, na época, à prisão inclusive.

Então, há esses problemas todos lá. Ou seja, na Amazônia é comum esse tipo de coisa. E é comum vender esses títulos, há comércio desses títulos. Às vezes, a pessoa tem um título, como esse caso aqui, em que diz que tem escritura de quatro mil, e está vendendo 306 mil hectares. Isso é uma prática que ocorre na Amazônia.

Esses são os tipos de propriedade. Vejam, esse aqui é na Cuiabá-Santarém, um frigorífico avícola numa área inclusive desprovida de população, ali na divisa do Mato Grosso com o Pará. Nesse caso, a área é ocupada por pessoas a mando do apresentador de televisão Ratinho. Pelo menos é o que se comenta lá. E há escritórios de contabilidade que fazem propaganda como se fossem os que vão regularizar esses títulos.

De fato, de fato, o que acontece? O Incra tem R$67,8 milhões de hectares de terras públicas registradas, em nome do Incra, na Amazônia Legal. Isso decorreu do decreto-lei de 1971, do Médici, que federalizou terras ao redor das rodovias.

(Soa a campainha.)

Então, é esse o quadro geral que levou, nos últimos anos, a duas operações, uma no cartório de Barra do Garças, chamada Operação Lacraia, em função de títulos falsos. E quanto aos bancos, nesse caso, o Bradesco tinha título dado em garantia, e, quando foi lá encontrar a fazenda, ela não existia.

O que atingiu o cartório de São Félix do Araguaia foi a Operação Pluma, que também levou à prisão várias pessoas. Foram duas operações da Polícia Federal.

A história, o Rubem já a contou, e então vou passar. Só queria esclarecer por que – um pouquinho mais do que o Rubem colocou – existem esses sujeitos sociais diferenciados, comunidades tradicionais nessa região específica.

O primeiro coronel, como o Rubem disse, que fez a primeira ocupação em terras dos índios karajás – é bom deixar claro, a própria sede da fazenda dele foi numa área próxima à aldeia dos índios karajás, por isso há uma terra indígena demarcada no limite da área urbana da cidade – usava o sistema de trabalho que não era nem assalariado. Era um sistema que eles chamam de sorte. A cada três ou quatro crias, uma é do vaqueiro. Então, o vaqueiro recebe um bezerro em pagamento do seu trabalho e, com isso, ele tem possibilidade de ir formando um pequeno rebanho e de virar um criador de pequeno rebanho. Então, esse sistema combinado permitiu que se criassem, na região, esses retireiros, que acabam tendo esse pequeno rebanho e podendo criar seus próprios animais.

Fiz lá o levantamento. Há três terras indígenas dentro do Município de Luciara: karajás, karajá-tapirapé. Usei os títulos, a maioria emitida na década de 60. O gráfico mostra quando os títulos foram emitidos. Esses títulos têm coisas interessantíssimas, porque eles têm quatro marcos. E o Marco, o técnico que fez o levantamento, põe lá as distâncias de um marco ao outro, de 19 mil metros, 36 mil metros, quer dizer, 36 quilômetros. Como é que ele viu, fez a visada para botar o marco e fazer o limite da propriedade? É por isso que eu disse que, se analisada a origem da emissão dos títulos, eles são todos falsos.

O Incra tem terras na região. São oito. Essas terras laranjas são terras registradas em nome do Incra, na região. Essas terras têm problemas. Uma delas, que é essa aqui, que é uma das glebas que o Incra tem, quando você plota as coordenadas que estão no título, cai na Ilha do Bananal.

Eu alertei lá o funcionário do Incra: "É preciso vocês fazerem a correção". Mas é curioso, porque, quando se pegam os dados que estão no cartório, cai no Ilha do Bananal. Mas quando pegamos o documento do Incra, está dentro da área, exatamente.

Ou seja, o Incra tem a informação de quais são as coordenadas corretas dessas glebas. E há, na região, um número grande de títulos de pessoas que nunca foram a Luciara. Então dois tipos de pessoas aparecem lá, de proprietários. Há aqueles comerciantes que utilizam os títulos para fins hipotecários, e, então, essas hipotecas aparecem averbadas nas matrículas. É possível identificar que eles não têm a fazenda lá, mas estão usando o título com finalidade hipotecária. E há um grupo que comprou o título, que, às vezes, redivide parcelas de terras, mas que nunca foi lá abrir fazenda alguma. Em 70% dos títulos dos Municípios, os proprietários nunca lá estiveram.

(Soa a campainha.)

O SR. ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA – Isso cria um problema delicado na área.

Vou passar isso rapidamente, para mostrar como ocorre. Depois, se for preciso, eu voltarei com as provas do levantamento fundiário que fiz. Vou só mostrar os dois mapas.

Tudo que está em branco são títulos de proprietários que nunca abriram uma fazenda em Luciara. Somados aos títulos do Incra, a gente vê que o que sobra no Município, hoje, com título de propriedade de fato, com fazenda aberta, é uma minoria. E o fato de esses proprietários nunca terem se apossado dessas terras permitiu que os retireiros insistissem e usassem em comum essas terras desse varjão.

Então, há uma combinação destes dois fenômenos: o dos proprietários que nunca lá foram e outro desses vaqueiros que formaram seus pequenos rebanhos e que, hoje, formam a maioria dos trabalhadores de Luciara. São eles que fomentam o comércio da cidade. Então, é estranho que o próprio comércio se coloque numa posição contrária.

É preciso separar, porque alguns desses comerciantes são, na realidade, grileiros. Então, lá há uma disputa dessas terras do varjão entre os grileiros, que são fazendeiros que tentam se apossar dessas terras que não lhes pertencem, porque têm títulos e tudo mais, e os retireiros, que as usam em comum e que nunca reivindicaram o direito de propriedade, a não ser o direito de uso comum da terra.

Já excedi meu tempo. Paro por aqui, mas posso voltar e esclarecer mais.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Prof. Ariovaldo. Acho que, agora, temos um panorama mais claro, o que nos deu uma compreensão maior, o que é muito, muito bom. Muitíssimo obrigado.

Então, agora, vamos ouvir o Dr. Ricardo Vizentin, que é o Presidente do ICMBio.

O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN – Obrigado, Senador.

Na verdade, vou apenas complementar aqui algumas informações.

Antes, quero agradecer o convite, reconhecendo a importância desta audiência.

Vejo uma repercussão dos acontecimentos recentes relatados quanto à violência explícita e ao impedimento de acesso à cidade de cidadãos e de pesquisadores, deliberadamente confundidos – todos sabiam que não eram agentes efetivamente do Instituto Chico Mendes que estavam lá –, o que criou todo esse cenário de insegurança.

Denota a importância dessa matéria não só esta audiência, como também a audiência que vai acontecer amanhã, na Câmara dos Deputados. Lá também haverá uma audiência, proposta pelo Deputado Nilson Leitão, do Mato Grosso, que nos solicitou, há questão de 15 dias ou de 20 dias, uma audiência no Instituto. E nós recebemos, como é naturalmente da nossa obrigação, uma comissão de representantes, de cidadãos do Município de Luciara, que, na presença do Prefeito e também do Presidente da Câmara, vieram trazer este documento que foi comentado e que está aqui, Senador. Depois, se for da vontade de V. Exª, podemos deixar aqui uma cópia. Nesse documento, estão alegadas, em síntese, as motivações desse movimento contrário à criação dessa reserva, como já explicou aqui também o nosso colega da Ouvidoria Agrária.

É importante também ter em conta que tudo isso acontece nessa região que o Prof. Ariovaldo nos colocou aqui. Estamos falando, então, do Vale do Araguaia, da Prelazia de São Félix e de Dom Pedro Casaldáliga, historicamente uma região marcada por conflitos, por disputas, por violência. É nesse cenário que nós estamos discutindo, então, a proposta de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Como está bem dito aqui, é uma das 12 categorias de unidades de conservação.

É muito importante esclarecer o seguinte, para que não paire dúvida: quando o Senador Capiberibe leu aqui a ementa da convocatória da audiência, um determinado trecho manifestava a preocupação de que essa ação do Estado brasileiro, via Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, de criar uma unidade de conservação, ameaçasse direitos de trabalhadores e de posseiros. Ocorre que, como foi devidamente esclarecido aqui, esses trabalhadores e posseiros, presentes nessa audiência, são justamente os que estão a demandar a criação dessa reserva. E, como foi dito aqui, ela vem para assegurar esses direitos. E mais do que isto: por ser uma unidade de conservação, ela também está sendo proposta pelo entendimento de que a condição fundamental para conservar os recursos naturais, o meio ambiente e essa situação de equilíbrio ecológico que existe nas margens do Araguaia, nesse local, depende da permanência das pessoas, sob pena de que, na ausência do não reconhecimento dos seus direitos territoriais, essas áreas possam vir a ser ocupadas por outras práticas e formas de transformação dos recursos naturais, numa relação predatória com o que está posto hoje.

Então, é fundamental entender que é uma condição sem a qual o Governo não tem, inclusive, a prerrogativa de criar uma unidade dessa categoria. A condição é que haja uma demanda social. Portanto, não foi uma iniciativa de cima para baixo, a partir de

um órgão público, que chegou lá e falou: "Bem, agora nós vamos criar aqui uma unidade de conservação".

E é muito oportuno que esta audiência seja aqui presidida pelo Senador Capiberibe, porque, provavelmente, entre todos os Parlamentares desta Casa, se tem alguém que entende do significado de áreas protegidas, de áreas de conservação é V. Exª, justamente por ter sido Governador e por ter criado muitas delas. E mais de 80% do seu Estado é constituído por áreas protegidas.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – São 75%.

O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN – Mais precisamente 75%.

Então, é disso que se trata. Nós temos uma proposta de criação de unidade de conservação de uso sustentável, demandada por um grupo social. Naturalmente existe uma preocupação também de parte da população, representada, nesse momento, formalmente, nos documentos que nos foram apresentados pelo Poder Público local, que outrora foi parte dos signatários da solicitação de criação da reserva – é bom deixar claro isso –, e que hoje apresentam uma série de questionamentos, que, diga-se de passagem, são também pertinentes no contexto do processo de criação de uma unidade. Nós não vamos criar uma unidade de conservação simplesmente por ato de um decreto presidencial. Ela terá que ser devidamente justificada do ponto de vista técnico, do seu significado para a conservação da natureza, do meio ambiente e para a manutenção desse modo de vida tradicional dessas populações.

Então, cabe, sim, o debate, os questionamentos e a dúvida também.

É bom considerar ainda, como foi apresentado aqui, que parte do território do Município de Luciara é ocupado por terras indígenas, que, na falta de uma clareza maior dos conceitos, da nomenclatura das áreas protegidas, confundem tudo com parque ou com unidade de conservação. Então, nós temos, sim, uma realidade em que parte do território já está devidamente demarcado como terra indígena. Existe essa proposta de criação de unidade de conservação, e há certa inquietação, digamos assim, da população. É bom também dizer, Senador, que caberia ao Rubens, talvez, esse posicionamento.

Algumas das famílias que, na origem, foram signatárias desse abaixo-assinado, pedindo a criação da unidade de conservação, hoje redefiniram sua posição e nos encaminham, então, documentos igualmente legítimos pedindo que se desconsidere essa posição inicial pró-criação dessa reserva. De tal maneira que, para sintetizar e concluir, nós achamos muito oportuno que esta discussão esteja sendo feita aqui agora e que, amanhã, a gente a faça também na Câmara dos Deputados.

Foi fundamental a participação e o envolvimento não só da Ouvidoria Agrária, mas também da Polícia Federal e dos demais órgãos de Estado que intervieram no conflito. Porque existia sim – e eu creio que ainda exista – um risco de isso ganhar uma proporção realmente indesejável do ponto de vista da condução de um processo que tem base legal, tem procedimento, tem critérios para que seja feito de forma absolutamente transparente, democrática, participativa, trazendo todas as partes para o diálogo, para a discussão. Foi por isso mesmo que nós sugerimos à própria Comissão, quando nos convidou para participar aqui, que seria importante a presença daqueles que são porta-vozes de uma posição crítica ao que está sendo feito lá. E assim foi feito, nós sabemos; o senhor já se referiu aqui que o prefeito foi convidado, mas, infelizmente, por alguma razão, não pôde comparecer.

Mas, em definitivo, nós vamos prosseguir com o processo. Diga-se de passagem, que as consultas que serão feitas na sequência da conclusão dos estudos técnicos serão realizadas em sintonia com o Poder Público local. Aliás, isto já tinha sido pactuado pelo nosso coordenador regional com o prefeito, que toda discussão, todas as oitivas seriam realizadas mediante amplo processo de divulgação e com a participação das partes. O prefeito é sabedor, ele não nega isso. De tal maneira que não há justificativa para a reação que aconteceu lá, frente à presença desses pesquisadores que, como esclarecido aqui, não estão vinculados diretamente ao processo criação da unidade.

A região vive ainda todo um trauma do que foi a operação recente da desintrusão da reserva Marãiwatsédé, que está ali exatamente nos limites do Município de Luciara. Então, existe um clima de conturbação social, diria assim, mas não por falta de esclarecimento.

Aí, Marcelo, permita-me só um contraponto. Quando você se referiu, no relato muito correto, a que essa ação contestatória, de impedimento do livre trânsito de pessoas no Município, se deu por falta de informação, nós não acreditamos que seja por falta de informação. As pessoas estão informadas, sabem. É claramente uma posição contrária, mas que deveria ser expressa, realizada, manifestada por outras vias – vias democráticas, naturalmente.

Por fim, ao agradeço mais uma vez. Quero dizer que tudo isso acontece, Senador, justamente num cenário nacional muito convergente com o que foi a sua manifestação ontem, na abertura da semana dos 25 anos da morte de Chico Mendes, na UnB. Lá eu estava e presenciei a sua fala, que caracterizou muito

concretamente, eu diria, uma conjuntura de inflexão geral dos movimentos sociais e de forte resistência das forças conservadoras que operam, na sociedade e dentro do Congresso Nacional, contrárias à manutenção dos direitos fundamentais de um conjunto muito expressivo da população brasileira, que o senhor sintetizou ontem lá na figura dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, dos quilombolas, e também uma necessidade de nós ampliarmos o nosso sistema de conservação ambiental do País com unidades de conservação, de proteção integral de uso sustentável, sempre que naturalmente justificadas, demandadas e defendidas pela própria sociedade. É o que acontece. Mas é uma correlação de forças desigual e desvantajosa para essas causas legítimas e necessárias, que, eu diria, simbolicamente, estão representadas no conflito que estamos aqui a debater.

Obrigado. Continuamos aqui à disposição para os esclarecimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Obrigado ao Presidente do ICMBio.

Eu acho que estamos bem situados sobre esse conflito. Aliás, além do conflito, nós estamos nas causas, nas origens, e também podemos observar que o Estado brasileiro tem cometido irregularidades, principalmente no que diz respeito à questão fundiária no nosso País.

Não é só em Luciara: no Brasil, em alguns momentos, no período da ditadura civil-militar, abriu-se um escritório de venda de terras em Nova York. De lá, então, plotavam-se e vendiam-se as terras no Brasil. Isso era muito conhecido. E vendiam as terras com as pessoas dentro, diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, em que a ocupação se dava com a presença das pessoas, e não com a presença de um pedaço de papel, vendido e comercializado.

Eu pedi aqui para levantar a área de Luciara, mas eu estou numa dúvida: são 460 mil hectares?

A SRª SECRETÁRIA (*Fora do microfone*.) – São 466 mil hectares, 4.600km^2 – é equivalente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio ao Governo/PSB – AP) – Não, aí dá 46 mil km^2. Não é isso?

Aqui estão me dizendo que são 466 mil hectares, o que daria 46 mil km^2.

A SRª SECRETÁRIA (*Fora do microfone*.) – São 4.600km^2.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio ao Governo/PSB – AP) – São 4.682.087km^2. E a população é de 2.467 habitantes, segundo a estimativa de 2009. Ou seja, realmente é uma população rarefeita que habita essa enorme região. Apesar disso, já temos conflito. Eu queria até comparar, se alguém tem aí, a população e a superfície do Estado de Sergipe, para a gente ter ideia. Se alguém tiver aí... Eu estava aqui procurando no meu celular, mas, no Senado, cortam a nossa conexão. (*Risos*.) E aí eu tenho que me registrar.

Enfim, há algumas questões aqui que... Afinal, no tocante a essas pessoas que se opõem, a gente precisaria saber um pouco mais sobre quem são elas. São grileiros? Eu já ouvi que uma parcela são grileiros. E temos um vereador eleito pelos retireiros. Os retireiros compõem esse cenário social, cultural, econômico, e, afinal, quantos são os retireiros em relação a esses 2.460 habitantes?

O SR. RUBEM TAVERNY SALES – Na época da fundação da associação, nós éramos 97 famílias cadastradas na associação. Também fui vereador, em mandatos passados, pelo seu partido; fiz um trabalho brilhante. Tem vereador que assinou na época, igual está no relatório, que era a favor da criação da reserva. A gente fez um trabalho bonito, conseguimos o Luz para Todos dentro d'água, que muitos achavam que era mentira. A gente "coloquemos" energia dentro d'água lá. É uma coisa interessante. Fiz um trabalho brilhante, a gente trabalhou. Hoje tem pessoas que, na época, eram vereadores mais eu, assinaram a favor, e agora assinaram tudo contra. O Gercino falou uma coisa muito importante, que eu gravei: "Cuidado, companheiros: quem assinou para a criação e agora está assinando para a não criação pode ser prejudicado futuramente." Isso foi importante na fala do Dr. Gercino na época.

E o retireiro, Senador, é a base de Luciara, a vaca que vai para o açougue, onde vende o bezerro para o comerciante de feira. Tudo isso funciona lá no meu Município. Também temos a preocupação de ajudar todo mundo, porque precisamos do apoio do Instituto porque, como o Roberto pediu que a gente assinasse um documento para não criar, eu acho que seria covarde comigo e com algumas pessoas, minhas aliadas, falando da questão da RDS. Eu acho que não cabe, Roberto... Acho que não vai acontecer isso, acho que não tem condições de fazer uma coisa dessas. É um trabalho de mais de dez anos em que a gente vem batalhando. O nosso amigo Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves falou: "Rubem, agora está tudo bem. No fechamento, você vai ver o que vai acontecer". É o que está acontecendo com a gente. É terrível a situação lá. Foi conflituosa.

Então, Senador, se tiver mais alguma coisa, me procure.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Eu estou aqui com um levantamento. Sergipe tem uma área de 21,9 mil e Luciara tem 4,66. A superfície

de Sergipe é cinco vezes maior do que Luciara. No entanto, a população de Sergipe é de dois milhões de habitantes, contra 2,4 mil de Luciara. Uma grande concentração humana em um espaço pequeno. E o que mostra é que aqui tem problemas de origem. Nós temos que mergulhar um pouco mais fundo nessa questão. Eu acho que talvez seja o caso de encaminharmos, de abrirmos um debate com o Incra sobre esses títulos. O Prof. Ariovaldo falou e mostrou que esses títulos têm um problema de origem. Eu acho que poderíamos solicitar, através da Comissão, que o Incra e o cartório...

Esses títulos são registrados em que cartório, professor?

O SR. ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA – Eles estão registrados no Cartório de Registro de Imóveis de São Félix do Araguaia, em nome do Incra. Apenas um deles é que tem aquele fato que mencionei, de que as coordenadas não estão corretas, embora o Incra tivesse a localização correta no mapeamento por computador que eles têm. Então, esses títulos de que o Incra tem a propriedade, o título de propriedade, na realidade, deveriam ser destinados à reforma agrária, que é a finalidade do Incra, e essas terras foram arrecadadas na década de 70 e 80 para reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Foi esse cartório de São Félix do Araguaia que sofreu uma operação da Polícia Federal?

O SR. ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA – Isso, Operação Pluma.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Que a Secretaria da Comissão prepare um documento, uma consulta à Polícia Federal para saber o resultado dessa operação. Eu acho que é importante.

Em que ano foi?

O SR. ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA – Foi em 2009. Foi exatamente no ano em que eu estava fazendo o levantamento.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Foi em 2009. Então, a essa altura já deve ter...

Você tem informação do que aconteceu depois?

O SR. ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA – Ela redundou na prisão de várias pessoas. Algumas delas continuam presas, foram processadas e estão presas.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Então houve consequência?

O SR. ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA – Isso, inclusive porque um dos artífices do processo que redundou nessa operação fazia ameaças de morte ao D. Pedro Casaldáliga. Então, tem todo um problema também envolvendo a prelazia.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu acho que seria importante encaminharmos uma solicitação para que a Polícia Federal... Depois do inquérito ela manda para a Justiça. Vamos saber como foi, as pessoas indiciadas... E depois vamos à Justiça, porque é outra questão.

Também seria importante... Eu vi aqui algumas ocorrências registradas. Uma é a da agressão ao Vereador e a outra é a da queima. O Vereador, na declaração, disse "queimaram a minha casa e queimaram a minha vida". Queimaram toda a história dele. Imaginem tudo que a gente guarda ao longo da vida, o pai dele já era retireiro, ele nasceu nesse lugar que foi destruído. Então, toda memória da vida dele foi destruída naquele momento. É isso que ele quis dizer quando falou que queimaram a vida dele.

A minha dúvida é se essa solicitação parte para o delegado ou parte para o Governador do Estado. Para os dois. Eu acho que temos que acionar o Governador, que é a autoridade que tem que nos responder diretamente. E, claro, talvez seja o caso de encaminharmos também. Vamos consultar o jurídico para ver como procederemos, senão ficam os dois.

O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN (*Fora do microfone*.) – Eu queria lhe repontar um esclarecimento sobre o governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pois não.

O SR. ROBERTO RICARDO VIZENTIN – Apenas para acrescentar que o governo do Estado, mediante a Secretaria de Meio Ambiente, o Secretário José Lacerda, solicitou e nós encaminhamos todo o processo de criação dessa reserva. Então, é do conhecimento. Também, na ocasião desse conflito, houve um envolvimento proativo, articulado desde Brasília com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos ao Estado de Mato Grosso, que correspondeu ao chamado e apoiou as ações da Polícia Federal para evitar que acontecesse qualquer coisa pior. Também foi oferecido – Rubem, você é testemunha – por parte da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, proteção para que houvesse realmente todas as medidas necessárias para se assegurar a integridade física do companheiro Rubem e dos demais ameaçados.

E, permita-me esclarecer ao Rubem: nós não estamos sugerindo que vocês façam qualquer tipo de solicitação para não criação. O que eu disse é que nos foi entregue no dossiê pelo Sr. Prefeito, pelo Presidente da Câmara um conjunto de declarações de autodeclarados retireiros que manifestam a posição contrária à criação. É nosso dever informar ao Senador, à Comissão

e ao Congresso Nacional que muitos deles, inclusive, originalmente, eram signatários do pedido da criação. Então, por razões que não nos cabe aqui exalar, neste momento eles assim se manifestam.

Por fim, do ponto de vista do Instituto Chico Mendes, é evidente que essa questão fundiária está diretamente vinculada ao processo de criação da unidade, mas, a rigor, nós não dependemos disso para criar ou não criar unidade de conservação. O que justifica efetivamente a criação são outros critérios e variáveis naturalmente associados à conservação e, nesse caso, à demanda originária da população. Está certo? Agora, é importante também dizer – talvez o Ariovaldo possa esclarecer melhor – que por serem áreas de várzeas, há provavelmente o domínio dessas terras por parte da Secretaria do Patrimônio da União e, nessa relação com o Incra, independentemente de qualquer outra intervenção e mesmo da criação da reserva, esses trabalhadores retireiros poderão ter de pronto seus direitos possessórios reconhecidos na forma dos instrumentos legais que a própria SPU tem como, por exemplo, as autorizações dos termos de uso sustentável dessas áreas por eles ocupadas.

Então, acho que o senhor está correto ao fazer esse encaminhamento, pois é possível paralelamente avançar na solução da questão fundiária – digamos assim – associada à futura criação ou não dessa unidade de conservação. Uma coisa não depende diretamente da outra.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA NICOLAU (*Fora do microfone*.) – Senador, o senhor me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pois não.

O SR. MARCELO DE OLIVEIRA NICOLAU – Apenas para complementar e talvez tentar tornar mais clara essa questão do motivo do conflito. Foi muito pertinente a correção que o Presidente da ICMBio, Dr. Ricardo, fez aqui. Talvez eu tenha me expressado mal na minha fala. Parece-nos que uma parte da população que comprou os argumentos contrários à reserva foi motivada pela falta de informação, mas não é tão somente isso. Existem pessoas que são muito bem informadas a respeito do processo, mas, por outros motivos – parece-me que estão muito mais relacionados à explanação que o professor pesquisador da USP colocou – são contrários, na verdade, à regularização fundiária na região e estão utilizando outros argumentos escusos para impedir a criação da reserva. Então, eles venderam isso na cidade, e as pessoas menos informadas, menos esclarecidas, acabaram comprando, e isso se tornou uma coisa nesse sentido.

Com relação a essa questão do cartório e da própria regularização fundiária, estamos aguardando dados mais concretos por parte do agente fiscal do Indea, o Sr. Tairone, para que a Ouvidoria, então, oficie ao Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, com relação a essas denúncias de irregularidades do cartório. Na sequência, nós também estaremos adotando as providências com relação ao Incra, para verificar a regularidade fundiária de todos esses títulos, essa cadeia histórica toda, que é bastante complicada, lá de Luciara.

Com relação às ameaças, a Ouvidoria já oficiou ao Delegado de Polícia Civil local de Luciara acerca do incêndio que aconteceu na casa do Vereador Jossiney e à Polícia Federal, com relação ao incêndio que aconteceu na casa do Rubem, porque, no caso dele, o inquérito está tramitando pela Polícia Federal. Tão logo tenhamos resposta, a gente assume o compromisso de encaminhar para o senhor para conhecimento, a título de colaboração.

Também é importante mencionar, como foi bem lembrado pelo Dr. Ricardo, a Polícia Federal teve uma atuação fundamental nessa questão, porque, quando nos chegou a denúncia das violências que estavam acontecendo, prontamente houve um contato com a Polícia Federal, que passou a monitorar a situação até que acontecesse a audiência pública que foi marcada na sequência.

Então, houve desde logo um acompanhamento, um monitoramento por parte da Polícia Federal, que teve um trabalho bastante intenso, no sentido de evitar que acontecesse alguma coisa pior, por conta dessa tensão social que ficou instalada lá em Luciara.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Eu queria registrar a presença de duas servidoras da Secretaria de Recursos Humanos da Presidência da República que estão aqui acompanhando essa audiência pública e, sobretudo, acompanhando as ameaças que pesam em relação aos retireiros.

Vamos ouvir o Professor Ariovaldo.

O SR. ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA – Em primeiro lugar, respondendo o que o Vizentin indicou, nessa região, pela legislação de terras no Brasil, as áreas que ocorrem às margens dos rios, até onde ocorrem as cheias, mais uma faixa seca, dependendo da largura do rio, são consideradas áreas de jurisdição federal. Então, a rigor, os Estados não poderiam titular essas terras devolutas. Elas só poderiam ser tituladas pelo órgão federal – SPU e/ou Incra. Aí, depende sempre de qual está atuando na área.

Então, por conta disso, e por conta de os retireiros terem, nos períodos de cheias, que tirar o gado...

Eles não gostam que eu use essa expressão "tirar o gado". Eles dizem que o gado sai sozinho; não precisa ir lá tirar. E eles estão corretos, é verdade: o gado sai sozinho. Mas eles têm que levar esse gado para terras que eles têm que arrendar dos fazendeiros que estão na área seca, que arrendam esses pastos para manter o gado nesse período de seca.

Então, a minha proposta é que essa unidade de conservação não possa ficar só na área do varjão. Ela tem que ter uma área de seca para eles poderem fazer esse manejo do rebanho durante o período de cheia e o período de seca.

Então, foi feito pelo geólogo que me ajudou no trabalho um modelo matemático de relevo. Você pega o relevo da área e se pode ver que são pouquíssimas áreas altas. Aqui é uma delas. Aqui tem algumas. São pouquíssimas áreas mais altas. O resto é tudo de área baixa.

Essa é a drenagem. Aí, aparecem melhor as pouquíssimas áreas altas que existem nesse varjão. Esse é o aspecto de vegetação, gramínea predominantemente, e os murunduns, que são essas pequenas elevações, que são uma forma de construção biológica do relevo, ou seja, são os insetos e os animais que vão contribuindo para ir formando esse tipo de vegetação.

Com as cotas levantadas pela ANA, da cheia do rio, o computador faz a área de inundação da maior cheia. Então tudo que está em azul é área que fica inundada durante o período da cheia. Isso significa dizer que, do ponto de vista legal, o Estado do Mato Grosso não poderia ter emitido os títulos nessa área, mas essa é uma disputa entre os dois poderes – os Estados e a União – em fazer valer perante a Justiça as suas jurisdições de terras.

Esse é outro aspecto. Aqui, o verde mais escuro é a primeira proposta da RDS, a área inundada e as poucas que sobram sem inundação.

Aqui é o mapa daquela imagem de satélite, com a área que está em amarelo, que são as áreas livres de cheias. Então, a RDS precisa ter uma parte de área que não é atingida pela cheia.

São algumas fotos da região, para se ter uma ideia de como se deslocam os rios. Esse é o Rio Tapirapé, e o anterior é o Xavantinho. As práticas de acampamento que há na área, a pescaria. De fato, estão super em uso.

Os murunduns, a que me referi, onde vai se formando a área de Cerrado. É uma área onde o meio ambiente está em processo de formação. Portanto, é uma área que precisa ser preservada, do ponto de vista ambiental.

Então, a atitude do ICMBio é corretíssima, do ponto de vista da preservação desses exemplos fantásticos e do uso equilibrado, porque muitos achavam que a criação de gado poderia destruir essa possibilidade. E é o contrário: as fezes do gado que ficam na área de gramínea, durante a cheia, como a água se desloca por um movimento turbilhonar, essas fezes são encostadas nos murunduns, e vão formando o Cerrado.

Então, é uma área fantástica, do ponto de vista natural, e que precisa ser de fato preservada. E uma preservação que não impede o uso. Quer dizer, o uso está plenamente compatível com a preservação.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Isso é muito interessante, porque uma pecuária que preserva é algo raríssimo.

O SR. ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA – É raríssimo, mas é só no Pantanal e aí que isso acontece.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – É muito raro. Nós temos na pecuária brasileira o maior emissor de gases na atmosfera. Por isso, nós temos um caso raro.

Eu queria conceder a palavra à Srª Lidiane Taverni Sales, que acompanha aqui a nossa audiência pública.

A SRª LIDIANE – Bom dia a todos. Sou Lidiane, filha de retireiro, irmã de retireiro. Eu pedi palavra, e quero agradecer a todos a presença. Fico feliz, na fala de todos, principalmente do Professor Ariovaldo, que para mim foi uma aula de história e geografia, complementando a preocupação que vivemos nesses últimos dias em Luciara.

Como o Vizentin disse, todos sabem a verdade. Eles sabem da verdade. Então, por saber essa verdade, eles causaram esse conflito. Então, o que é preocupante para a nossa vida, para a vida da minha família, do meu irmão, do Jossiney, é que esses personagens estão lá no Município. E a gente fica preocupada, sim. Eu não sabia que a Polícia Federal já tinha esse monitoramento antes.

Então, a nossa preocupação é essa questão de estar vendo a polícia lá, porque a polícia local não está com fatos concretos, ela não está do nosso lado. Então, a nossa preocupação é essa. O outro lado tem fôlego na questão de ser contrário e de manipular a mente da população cearense. É visível hoje, para quem chegar ao Município de Luciara, que a grande maioria das casas não tem reserva, é contra a reserva.

Então, me preocupa o fato de, numa consulta pública, onde essa população vai dar o seu veredito: "nós não queremos". Então, como fica essa pequena parcela que quer? Como vai ficar esse retireiro, no momento da saída, para permanecer no local? Para permanecer o retireiro verdadeiro no local?

Eu fico preocupada se o Incra puder emitir esses títulos para garantir o retireiro. As outras áreas vão ficar

desprotegidas, e está chegando ao Município. Então, a minha preocupação é a questão do modo de vida tradicional, manter esse modo de vida tradicional, e a questão da conservação ambiental, porque já vai se configurar um novo personagem naquele ambiente alagado. Agora, antes de virmos para cá, ficamos sabendo que há uma especulação de plantadores de arroz na área alagada. Então, esse é um novo personagem que virá para a nossa área.

A preocupação é essa. Caso não se efetive a criação da RDS, como vai fazer a minoria? Porque agora ficamos sós. Só a família está a favor da reserva, e duas ou três pessoas que não são da família. Esse, então, é um fato preocupante. É uma forma de clamar, de pedir ajuda, porque o que nós vivemos nos últimos dias foi uma excitação de um pequeno grupo colocando a população cearense contra a nossa família. Então, a gente fica preocupado, porque, caso não haja uma solução para o que está acontecendo, a nossa família vai ter que sair do Município.

É uma família que ajudou a fundar o Município de Luciara; uma família que feio junto com o Coronel Lúcio da Luz. O meu avô era vaqueiro do Sr. Coronel Lúcio da Luz. Numa forma de caçar uma solução para sobreviver com a sua família, adentrou nessas áreas de várzea.

Então, fica uma preocupação. Eu clamo aqui, e busco, e luto pela preservação da população tradicional e pela preservação ambiental também, porque nós temos lagos muito bonitos, praias, e o turismo está desordenado, predatório. Então, a preocupação também é quanto a isso. A população cearense – aqui eu estou fazendo uma...

Por que a população pode estar contrária à criação da reserva? Porque foi pregado lá no Município que não se vai poder fazer mais áreas recreativas, áreas de lazer. Então, isso também é da população, para ir à beira do lago, com a sua família, acampar, brincar, e voltar para o Município, até porque o Município não oferece outra opção de lazer. Então, a preocupação é essa. Há um grupo, sim, por trás disso. Houve esses conflitos, e eu temo, sim, por nossas vidas, porque eles têm muito fôlego. E há provas de que a polícia está do nosso lado. A polícia municipal está do nosso lado.

Então, aqui a preocupação é essa. A gente pode provar com fatos que a polícia está... Essa é a preocupação. Eu pergunto: caso não saia a RDS, a gente pode ser garantido pela Taos, só que essa Taos, mesmo sendo boa e legal, a gente fica preocupado com essas outras áreas em que a gente vai sofrer uma pressão muito grande. Já estão vindo para a região a plantação de soja, e agora esse novo personagem para plantar arroz na área alagada. Então, chega um momento em que há uma pressão, e nós seremos obrigados a sair do local, um local em que a gente sempre viveu, sempre morou. Essa é a preocupação maior.

Ainda, no momento, não vejo outra solução, no caso de uma RDS, porque nós estaremos conciliando e aliando as duas questões – a tradicional e a ambiental.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Srª Lidiane.

Eu queria fazer alguns encaminhamentos da secretaria da nossa Comissão, mas antes eu gostaria de registrar a presença de representantes do Programa Vida e Juventude, que é um programa de proteção e defesa de direitos humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Aqui estão presentes a Srª Lígia Fagundes e a Srª Jaqueline Diniz. Obrigado pela presença.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Então, me preocupou o último depoimento de Lidiane. Eu gostaria que tivéssemos o depoimento específico dela e encaminhássemos ao Ministério da Justiça, pedindo providência no sentido de garantir a presença e a proteção da sua família, lá no Município de Luciara.

Além disso, seria importante uma audiência pública com o Incra para tratar especificamente dos títulos, com a presença evidentemente de representantes dos órgãos fundiários do Mato Grosso. Nós daremos encaminhamento a isso aqui na Comissão. E também encaminhar o relatório desta audiência pública para o Governador do Estado do Mato Grosso, para o Prefeito de Luciara e para o Procurador-Geral de Justiça, destacando esses aspectos das ameaças dentro do relatório, para que saibam que não só nós, mas a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República está fazendo o acompanhamento, a Ouvidoria Agrária, enfim, todos os órgãos federais estão acompanhando o que está acontecendo lá no Município de Luciara.

Por último, eu queria apresentar uma moção de apoio à criação da RDS, em nome da Comissão de Direitos Humanos. Nós vamos fazer uma manifestação que vai constar no nosso relatório, para que saibam da nossa posição favorável à pretensão dos retireiros lá de Luciara.

Nós vamos levar para a Comissão um debate sobre a possibilidade de um... Porque esse é um primeiro passo – tomar conhecimento de tudo que está acontecendo. Acho que agora nós vamos produzir um relatório consistente, capaz de esclarecer e, inclusive, personalizar quem são, qual é o embate que está acontecendo, que está ocorrendo lá. Nós temos algumas

questões que serão acrescidas; nós temos duas operações da Polícia Federal; nós temos aqui uma clara demonstração de que esses títulos sobre as terras de Luciara têm vício de origem, não são ocupadas; 75% desses títulos não correspondem a nada. Então, tudo isso nós temos que acrescentar, e vamos acompanhar.

Eu peço a liderança desse movimento nos mantenha informados e, possivelmente, na próxima reunião da Comissão, nós devemos encaminhar uma diligência da Comissão de Direitos Humanos lá no Município de Luciara. Talvez, não seja possível fazer até o final deste ano, em função da agenda já muito apertada, mas nós vamos já estabelecer, digamos, um momento para que a gente possa fazer essa diligência local, acompanhar os acontecimentos lá no Município, e evitar, claro, prevenir, para que depois não lamentemos a falta de acompanhamento nosso e também de previsão do que possa vir a acontecer.

Enfim, eu pergunto se alguém mais gostaria de se manifestar. *(Pausa.)*

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA – CDHMVJ, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 14 HORAS E 30 MINUTOS.

Às quatorze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e treze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador João Capiberibe, reúne-se a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMVJ, no âmbito da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 32, de 2013, aprovado em 09/05/2013, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues, que requer a realização de audiência pública para **"ouvir os membros da Comissão Nacional da Verdade, que tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988".** O Senhor Presidente apresenta os expositores e os convida a tomarem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra para os convidados, nesta ordem: Rosa Maria Cardoso da Cunha, membro da Comissão Nacional da Verdade; José Carlos Dias, membro da Comissão Nacional da Verdade; Pedro Dallari, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade. O Senhor Presidente lê perguntas do público presente e concede a palavra ao Professor Paulo Cunha para esclarecimentos. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: que o reconhecimento, no relatório da Comissão Nacional da Verdade, da condição de torturador de Filinto Muller sirva como base para a retirada do seu nome de uma das alas do Senado Federal, por ser inadmissível a permanência de tal homenagem. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quinze minutos, lavrando eu, **Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador João Capiberibe, Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 32, de 2013, da Comissão de Direitos Humanos, aprovado no dia 9 de maio de 2013, por iniciativa nossa, para ouvir os membros da Comissão Nacional da Verdade, que tem por finalidade apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

Muito boa tarde a todos e a todas. Sejam bem-vindos.

Obrigado aos membros da Comissão que estão aqui conosco.

Antes de iniciarmos esta reunião, queria dizer que o objetivo da criação da Subcomissão da Verdade e Memória aqui no Senado foi no sentido de apoiar a Comissão Nacional da Verdade – apoiar do ponto de vista político e também de encaminhamentos; esta Comissão está inteiramente aberta a ajudar naquilo que for possível, para que a gente possa, definitivamente, abrir essa página da história do nosso País, revelá-la para as gerações atuais, que nasceram ou que cresceram depois, quando o Brasil retomou o processo democrático. Essa geração precisa tomar conhecimen-

to. O que nós somos é resultado daquilo que o Brasil viveu, que a sociedade viveu.

Portanto, é muito importante para nós a presença dos membros da Comissão Nacional da Verdade aqui conosco, para prestar informações e também para debatermos alternativas para as dificuldades que estejam encontrando, se por acaso existem, para que a gente possa tocar, com celeridade, esse processo e abrir novas portas.

Portanto, eu gostaria de convidar e, ao mesmo tempo, agradecer imensamente... Na verdade, esta reunião era para ter acontecido antes. Nós estávamos ansiosos porque, como o objetivo principal é o apoio à Comissão Nacional da Verdade, nós gostaríamos de ter realizado esta audiência pública antes. No entanto, este é o momento.

Houve uma mudança na Coordenação, e a nossa Secretaria ainda não atualizou aqui no nosso documento. Mas eu gostaria de convidar o Coordenador, o Dr. Pedro Dallari, para compor nossa Mesa. *(Palmas.)*

Convido também para compor a nossa Mesa a Drª Rosa Maria Cardoso da Cunha, membro da Comissão Nacional da Verdade. *(Palmas.)*

E gostaria de convidar também o terceiro membro que acatou o nosso convite, Dr. José Carlos Dias, que foi Coordenador da Comissão até ontem, e que conheço, assim como conheço Pedro, de algum tempo. O Dr. José Carlos foi Ministro quando eu era Governador do Estado, e tivemos excelente relação naquele momento. *(Palmas.)*

Uma vez composta a Mesa, nós vamos atribuir um tempo para cada expositor, para cada convidado. Normalmente, à tarde, nós temos uma limitação de tempo aqui, porque a Ordem do Dia do plenário começa em torno das 17 horas, e hoje nós temos um projeto muito importante, que é a decisão final, em segundo turno, do voto aberto, ou do voto secreto. Na verdade, o que nós queremos, uma boa parcela de Senadores, é acabar com o voto secreto em todas as decisões do Congresso. A Câmara já fez isso, e a nossa intenção, daqui a pouco, é aprovar o projeto tal qual veio da Câmara. Pelo menos há um grupo muito importante de Senadores que trabalha com essa ideia. Então, temos essa limitação. Portanto, vamos estabelecer um tempo para cada apresentação, de quinze minutos, prorrogável por cinco minutos, claro que com alguma flexibilidade. Não há uma rigidez aqui. Nós temos esse problema de tempo, mas não seremos tão rígidos.

Eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra o Dr. José Carlos Dias, que acaba de deixar a coordenação e nos vai informar de toda a condução dos trabalhos até aqui.

Com a palavra S. Sª.

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS – Eu pediria, Sr. Senador, que fosse dada a palavra à Drª Rosa, que foi coordenadora também e a quem delegamos essa função de fazer um balanço das atividades.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sem nenhuma dificuldade, sem nenhum problema.

Então, acatando a solicitação do Dr. José Carlos, com o maior prazer passamos a palavra à Drª Rosa Maria Cardoso da Cunha. Aqui estamos diante de dois coordenadores e mais um terceiro, que assumiu hoje a coordenação.

Com a palavra a Drª Rosa Maria.

A SRª ROSA MARIA CARDOSO DA CUNHA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares que aqui estão, não sei se há Deputados e Senadores, mas já vi que há pessoas da imprensa, companheiros da Comissão da Verdade, comissários que estão comigo na mesa, assessores que estão aí nos escutando, eu gostaria de começar essa breve exposição dizendo que não vou fazer uma contextualização do surgimento da Comissão da Verdade no País, não vou remeter a antecedentes, a motivos, ao jogo de forças que permitiu essa criação da Comissão da Verdade, mas vou tratar a questão a partir da própria instalação da Comissão da Verdade em maio de 2012, quando nós fomos convidados já para a cerimônia de posse, sucedendo um convite individual feito a cada um, e quando nem todos ainda nos conhecíamos, apesar de ter referências de nome, nós nos conhecíamos mas não nos conhecíamos muito bem. Eu, por exemplo, não conhecia a comissária Maria Rita, que é uma psicanalista famosa, notável em São Paulo.

Digo isso porque nós não tivemos, como outras comissões da verdade tiveram, a possibilidade anterior à instalação da comissão de um nivelamento, a possibilidade de discutir uma assessoria, a possibilidade de discutir o significado da lei, o conteúdo do mandato que nós recebemos, o significado daquelas palavras da lei que nos constituiu. Tivemos que fazer isso imediatamente após termos tomado posse, o que nos levou seis meses de trabalho, e de necessário trabalho. Por quê? Porque nós tínhamos que constituir essa assessoria com a qual nós iríamos trabalhar. Nós temos uma assessoria pequena ainda hoje, mas que foi adequada naquele momento. Digo pequena porque comissões da verdade no mundo inteiro, mesmo de países pequenos, trabalham com assessorias de cem, cento e cinquenta, duzentas pessoas, porque têm um mandato provisório e curto e nesse mandato devem desempenhar um conjunto de funções. Mas nós tivemos, então, naquele momento, de constituir nossa assessoria, tivemos de discutir e criar uma compreensão mínima comum a

respeito da lei que nos constituiu e, a partir dali, fazer um Regimento, e tivemos de discutir também nosso plano de trabalho.

Esse plano de trabalho que discutimos ali imediatamente nos levou a criar três subcomissões dentro da comissão. A primeira dessas subcomissões foi uma subcomissão de pesquisa e de redação de textos. Esta foi a primeira subcomissão que criamos, de pesquisa e de investigação, de geração e de redação de textos. Nós criamos uma segunda subcomissão, de relações com a sociedade civil, que é a Comissão que tratou da questão das audiências públicas, e uma terceira comissão, que era uma comissão de comunicação com o público. Dentro dessa comunicação com o público, não só teríamos, como temos, uma assessoria de comunicação e uma ouvidoria. Criamos redes, também, sociais. Temos Facebook, Twitter, Youtube. Já constituímos tudo isso dentro dessa comissão de comunicação com o público.

Na primeira comissão, que é a comissão de investigação e de pesquisa e que, desde o começo, encaminhava o seu trabalho para a produção do relatório, que é uma atividade importantíssima da comissão, criamos treze grupos de trabalho, e não vou nominar, provavelmente, todos. Criamos um primeiro pensando na contextualização, nas razões, nas motivações do golpe civil e militar implantado em 1964 e outro, sobre mortos e desaparecidos. Aliás, a questão dos mortos e dos desaparecidos atravessa um conjunto de grupos de trabalho que nós temos, porque temos, também, um grupo de trabalho sobre o Araguaia e um sobre a operação Condor, que são grupos que pesquisam mortes, desaparecimentos, extermínios, assassinatos, ou seja, as questões que constituem graves violações. Temos grupo de trabalho sobre militares que foram perseguidos, sobre sindicalistas que foram perseguidos, reprimidos e punidos. Temos grupos de trabalho de natureza mais conceitual, em que discutimos o próprio caráter dessa ditadura civil e militar que nós tivemos. Temos grupos sobre a questão da Justiça, sobre o comportamento do Poder Judiciário, dos operadores do Direito, naquele momento. Temos grupo sobre os exilados, sobre o que aconteceu, no exílio, com os brasileiros que foram para lá, em diferentes condições. Temos grupo de trabalho sobre trabalhadores no campo, sobre mortes no campo e sobre a questão indígena.

Para muitos, pareceu um excesso da Comissão da Verdade se preocupar com essa questão da perseguição e da morte das populações indígenas, mas, hoje, nas pesquisas que temos sobre a avaliação de o que seria importante a Comissão da Verdade pesquisar e trabalhar... O Iser, por exemplo, é uma instituição que vem acompanhando o nosso trabalho, uma ONG que acompanha o nosso trabalho, a partir de um financiamento da Fundação Ford, e que tem levantando os temas que interessam mais à população. A questão das populações indígenas, do tratamento que as populações indígenas receberam a partir, sobretudo, da ditadura, é um tema importante para a opinião pública.

No curso do nosso mandato, entendemos que uma atividade fundamental, além das reuniões que nós tínhamos e fizemos com vítimas e familiares para compreender melhor a sua problemática, era tomar depoimentos das vítimas e dos violadores, mas também fazer audiências públicas, e audiências públicas com o sentido especial de ouvir esses depoimentos. Fizemos um número de 50, mais ou menos, dessas audiências, na própria Comissão da Verdade e, numa atividade compartilhada, mais ou menos 30 audiências. Tomamos até agora, aproximadamente, 500 depoimentos, dominantemente tomados em sessões públicas.

Tivemos, também, outro tipo de atividade: encontros com as próprias Comissões da Verdade e com os Comitês da Verdade. Ainda recentemente, no dia 30 de setembro, tivemos um encontro com as Comissões da Verdade de todos os Estados do País. Convocamos todos os Estados do País, mas nem todos vieram. Eram comissões não só dos Estados, mas também dos Municípios. Vieram aproximadamente representantes de 26 Estados, 26 Comissões. Precisamos continuar nesse trabalho de encontros com as comissões, porque nós não temos somente comissões estaduais e comissões municipais. Várias entidades criaram comissões, como as centrais sindicais, os sindicatos, as universidades. Há ainda comissões temáticas. Os jornalistas, por exemplo, têm uma comissão. Então, seria muito importante que nós fizéssemos, e vamos fazer, e pretendemos fazer, uma reunião juntando todas essas comissões para que possamos trocar informações sobre o que temos feito e sobre questões para o nosso relatório conclusivo.

Nós também queremos, e já estamos combinando... Fizemos um grande encontro anteriormente – uma primeira etapa em Cajamar e outra, num hotel em São Paulo – com os comitês de memória, verdade e Justiça, que são instituições diferentes das comissões de verdade, mas que são instituições muito importantes na amplificação, na divulgação do nosso trabalho. Vamos ter agora, no dia 16, também uma grande reunião em São Paulo com esses comitês.

Eu não quero me alongar muito. Estou aqui disponível para responder a todas as questões que forem colocadas.

Queria dizer que nós estamos chegando ao momento de elaboração do nosso relatório, e o nosso coordenador nessa elaboração é o atual coordenador da Comissão da Verdade, e vemos pela frente alguns

desafios importantes e de todos os tipos – operacionais, de gestão, de eficiência até –, mas eu queria salientar três desafios maiores, de natureza mais conceitual até, que a Comissão da Verdade tem que enfrentar.

O primeiro desafio é um ajustamento à visão de verdade, à moderna visão de verdade, e o desafio da comissão brasileira é maior, porque somos uma comissão de 2012 trabalhando em 2013, e, portanto, temos que ter uma visão muito atual do que seja democracia. As comissões da verdade são comissões que devem levar à construção de um sistema mais democrático, mais amplamente democrático. É para isso que elas foram criadas. Apesar de ser uma instituição de Justiça de transição, de um ponto de vista mais agudo, mais profundo, certamente são comissões para trazer um país de um sistema autoritário ou ditatorial ou de uma guerra civil a um sistema democrático.

Nossa comissão trabalha em 2012 e 2013, num momento em que se discute manifestações, em que a população vai às ruas fazer manifestações que em princípio são justas, embora haja problemas, obstáculos a que essas manifestações ocorram da forma mais ordenada e mais propulsora inclusive de mais democracia. Uma comissão da verdade hoje tem que ter concepções muito democráticas para entender o que está acontecendo no País, para acontecer todas as primaveras que houve aqui e para se inserir e promover também uma primavera no País. Essa é uma primeira questão.

A segunda questão é que as comissões da verdade são comissões designadas para dar voz às vítimas. Nós precisamos dar voz às vítimas, mas precisamos também saber ouvir e interpretar essa voz das vítimas.

A terceira questão talvez seja a questão de que, de forma contemporânea, num mundo em que se exige cada vez mais transparência, nossa comissão tem que ter um papel pedagógico em relação a essa questão. Deve saber mostrar da melhor forma, trazer para a população e viver com a população a produção dos seus resultados.

Por ora, era isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Drª Rosa, pela síntese de funcionamento da comissão. Aliás, alguns advogados falam em apertada síntese, uma coisa meio estranha, mas foi muito esclarecedor.

Então, passamos, conforme a Comissão se organizou, ao Dr. Pedro Dallari.

O SR. PEDRO DALLARI – O senhor pode passar para o Dr. José Carlos Dias e eu finalizo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Então, considerando o ordenamento que vocês se deram, passo a palavra ao Dr. José Carlos.

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS – Antes de mais nada, eu quero prestar uma homenagem a esta Casa, na pessoa da grande figura que é o Senador João Capiberibe, a quem aprendi a respeitar e a admirar quando eu era Ministro da Justiça e ele, Governador do seu Estado.

Nós ouvimos a exposição que a Drª Rosa fez, e me parece que pouco há a acrescentar sobre aquilo que nós estamos tentando construir. Acho que a grande responsabilidade que nós temos é recontar a história deste País. Esse é um compromisso perante os jovens, perante aqueles que ouviram falar que houve um golpe, que sofrem as conseqüências desse golpe, mas que não viveram a intensidade do que representou a violência dessa ditadura no País. A história vai adquirindo uma dimensão tal que, no fim, é muito difícil contar hoje aos jovens o que aconteceu em 1964 ou o que aconteceu em outra revolução, como a revolução de 1932, porque tudo vai se perdendo na história. É fundamental que contemos aos jovens exatamente, com uma responsabilidade muito grande, e que deixemos consignado num livro aquilo que nós vimos, como nós vimos e o que aconteceu neste País entre 1946 e 1988, principalmente a partir do golpe de 1964. É uma responsabilidade grande e um dever pedagógico que nós temos, para que se possa dizer que nunca mais, efetivamente, nunca mais neste País nós permitiremos que se abata sobre nós um golpe como este. É um compromisso nosso com a democracia.

Quando cada um de nós aceitou integrar esta Comissão, que é uma comissão de Estado, que não é uma comissão de Governo, aprovada pelo Congresso Nacional, assumimos, na realidade, cada um de nós, isoladamente, um dever perante esta Nação e perante a humanidade. Não é só perante o Brasil que nós temos que contar o que aconteceu. Nós fazemos parte de um continente, fazemos parte de um mundo e temos que dar, portanto, contas daquilo que aconteceu para que não aconteça mais. Nós sabemos os trabalhos extraordinários que foram feitos em outras comissões de verdade em vários países e que chegam a nós. Temos conhecimento daquilo que aconteceu na África do Sul, no Peru, no Uruguai, na Argentina, por aquilo que os jornais contaram, mas é fundamental que a voz das vítimas seja ouvida novamente, seja ouvida agora, e que nós possamos não apurar as responsabilidades, mas apontar a autoria, aqueles que praticaram as graves violações aos direitos humanos. É um dever que nós temos. É um dever que nós temos "botar o dedo na ferida" e dizer que isso aconteceu e que não podemos permitir que aconteça outra vez. Nós temos que indicar

aqueles que fizeram com que todo este processo de violência se desencadeasse a partir dos civis, dos empresários, das determinações dos militares e dos civis que se envolveram como cúmplices e autores dessa ditadura. Nós temos os mortos e os desaparecidos que clamam pelo direito de serem respeitados perante a história. Este é o grande compromisso que nós temos.

Quando a Comissão reuniu todas as comissões estaduais e municipais num evento recente, em 30 de setembro, o que nós procuramos demonstrar foi justamente que esse é um problema nacional para o qual todos devem dar as mãos. Nós estamos pedindo que todas as comissões encaminhem suas conclusões para que se juntem às nossas para a redação do relatório final.

Eu acho que um grande trabalho que a comissão já fez foi incentivar a criação, a proliferação das comissões estaduais, municipais, temáticas, universitárias, corporativas, sindicais. Essas comissões foram nascendo num trabalho extraordinário de multiplicação. É claro que não se vai conseguir encontrar o ideal em todos os trabalhos que foram realizados, mas indiscutivelmente esse fato concreto da criação de tantas comissões demonstra o despertar de consciência em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Dr. José Carlos.

Eu queria registrar aqui a presença de um jovem que está ajudando a contar a história do Brasil para a sua própria geração. Aqui, conosco, o Senador Randolfe Rodrigues, que é autor do requerimento do projeto de resolução que anulou a declaração de vacância de Auro de Moura Andrade, ajudando o golpe militar a se instalar em 1964. Os Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Simon assinaram esse projeto de resolução e foram apoiados pela maioria dos Senadores. Então, logramos restabelecer o Estado de Direito naquele momento.

O Senador Randolfe tem tido um papel fundamental para descortinar essa história muito mal contada para a sociedade brasileira. Fico imaginando que, se nós não tivéssemos tido o golpe militar, quantas lideranças como Randolfe Rodrigues nós teríamos aqui no Senado, e este País seria infinitamente outro país. Ainda hoje nós enfrentamos grandes dificuldades na construção da democracia do nosso País. O Brasil é, de fato, um país conservador, um país que se aferra às estruturas mais injustas, e nós temos enormes dificuldades de avançar. Foi o último país a libertar os escravos. É o único país da América Latina a não fazer reforma agrária. É o país que ainda protege os que assassinaram e torturaram durante a Ditadura. Ainda temos muitos caminhos a percorrer.

Senador Randolfe, eu lhe pergunto se quer usar da palavra, porque nós já ouvimos a Drª Rosa Maria e o Dr. José Carlos. Agora, então, seria a vez do Dr. Pedro Dallari.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Senador Capiberibe, Presidente desta Comissão.

Ouviremos o Dr. Dallari e depois passaremos ao debate.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Para a sessão de perguntas.

Passo a palavra ao Dr. Pedro Dallari.

O SR. PEDRO DALLARI – Ilustre Senador João Capiberibe, ilustre Senador Randolfe Rodrigues, é um privilégio para mim estar nesta reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos do Senado, nesta data, até por várias razões.

Trata-se do primeiro ato oficial de que, na qualidade de coordenador da Comissão Nacional da Verdade, tendo sido indicado pelos meus pares na data de ontem, participo. Ter o privilégio de protagonizar este ato numa reunião presidida por V. Exª, a quem não só eu, mas toda a minha família dedicamos uma admiração incalculável pelo trabalho que vem fazendo ao longo de toda a vida, também com sua família, em prol da democracia, em prol do desenvolvimento, é, para mim, realmente motivo de muita satisfação.

Eu não vou me alongar.

A Drª Rosa Maria Cardoso da Cunha fez uma exposição sobre as atividades conduzidas pela Comissão Nacional da Verdade. O Dr. José Carlos Dias também dirigiu a Comissão. Fez uma exposição muito clara de qual é o propósito maior da Comissão do ponto de vista da sua responsabilidade para com o País. Portanto, a mim restam só dois ou três aspectos que gostaria de sublinhar, tendo em vista o honroso convite que faz o Senado da República para que a Comissão venha aqui apresentar um relato sobre o seu trabalho, mas também as perspectivas de sua continuidade.

Nós, Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos hoje claramente dois grandes objetivos que guardam relação com a Lei Federal nº 12.528, de novembro de 2011, que instituiu a Comissão, aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada pela Srª Presidenta da República e, portanto, que nos serve de guia, já que a Comissão se constitui, como bem sublinhou o Dr. José Carlos Dias, num órgão de Estado.

Um desses objetivos é justamente atender o que está no art. 11, que é apresentar um relatório circuns-

tanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações. A Comissão tem muita clareza da expectativa, não só do Senado da República, mas de toda a sociedade brasileira, de que se consiga efetuar um amplo trabalho de sistematização do quadro de graves violações aos direitos humanos que prevaleceu no País, ao longo das últimas décadas, em especial no período da ditadura militar. A Comissão está trabalhando arduamente para atender esse propósito.

Ao longo de mais de um ano de atividade, quase dois anos, ela procedeu, como bem descreveu a Drª Rosa Maria Cardoso da Cunha, a um extenso rol de atividades para apurar fatos, para colher depoimentos, para investigar situações as mais diversas, para obter documentos. Agora estamos numa fase, Sr. Presidente, de sistematização dessas informações, de maneira que a Comissão possa entregar à sociedade brasileira um relatório que reflita esse trabalho e que procure estar à altura da expectativa da sociedade brasileira de um documento oficial do Estado sobre o quadro de graves violações aos direitos humanos.

Estamos atentos à demanda que nos foi feita, mediante a lei, de que devemos não só apresentar um conjunto de fatos, mas também oferecer conclusões e recomendações. Nesse sentido, o diálogo com o Senado Federal, em particular com a comissão presidida por V. Exª e com esta Subcomissão, é, para nós, de extrema valia, porque a ideia é de que possamos, inclusive, fornecer a V. Exªs um conjunto de elementos que possam fazer, como bem observou o Dr. José Carlos Dias, com que situações como a que nós presenciamos no Brasil e vivemos no Brasil não voltem a ocorrer.

Um segundo objetivo, como também mencionaram meus dois colegas, é colaborar para que o trabalho de mobilização da sociedade brasileira se prolongue para além do período de duração da Comissão. Nesse sentido, o apoio que a Comissão Nacional da Verdade tem dado à constituição de comissões e de comitês sobre graves violações aos direitos humanos e de investigação dessas graves violações atende a dois propósitos.

O primeiro deles é a obtenção de subsídios para a elaboração do relatório. Nós temos clareza de que, os seis membros da Comissão, mesmo com a ajuda inestimável que vem prestando um quadro extremamente valioso de dedicados assessores, por mais que tenhamos esse empenho, dependemos da colaboração que vêm de pessoas que, em todo o Brasil, articuladas nessas Comissões, comungam dos mesmos objetivos e que vem nos auxiliando nesse trabalho. Mas mais do que essa função, vamos dizer, instrumental, o que a Comissão Nacional da Verdade pretende é que essas comissões persistam, que elas se prolonguem para além da vida da Comissão Nacional da Verdade e, portanto, que o trabalho tenha continuidade.

Sabemos que a Comissão Nacional da Verdade é uma comissão de extrema importância. Ela cumprirá um papel muito relevante, estou certo, na história do País, mas ela é um ponto dentro da história. Ela não é o principio do trabalho de apuração das graves violações dos direitos humanos, porque, antes de nós, muitas entidades, a Ordem dos Advogados do Brasil, as comissões de direitos humanos, as entidades de classe, vêm promovendo investigações dessa natureza, e também esse trabalho não se encerrará com a Comissão Nacional da Verdade. Portanto, esse investimento – vamos colocar nesses termos – que a Comissão Nacional da Verdade faz, para que entes possam sobreviver a ela e dar continuidade ao trabalho, nos parece algo que está em sintonia com o propósito da lei aprovada pelo Senado e pelo Congresso Nacional, que é justamente consagrar, por meio do direito à memória e à verdade, as condições para que o País não volte a viver situações como a que se viveu.

O último aspecto que nos parece relevante informar aos Senadores, nesta audiência, diz respeito ao prazo de funcionamento da Comissão.

Pelo próprio art. 11 da Lei, o prazo estabelecido foi de 2 anos, a contar da instalação da Comissão. Isso significa que esse prazo se findará no próximo mês de maio, já agora de 2014. Mas, tendo em vista todo o material coligido, todo o trabalho que vem sendo feito, a comissão, por meio dos coordenadores que me antecederam, manteve contato com Sua Excelência a Presidenta da República justamente para solicitar o apoio para que pudesse haver uma prorrogação do prazo da Comissão, pelo menos até o final de 2014, para que este trabalho de sistematização das informações, que vai se consubstanciar no relatório final, não se dê de afogadilho, não se dê de tal sorte que fique aquém de tudo que se produziu. A Srª Presidenta da República manifestou aquiescência, anuência com esse pleito, mas essa matéria obviamente terá de ter a apreciação do Senado da República e da Câmara dos Deputados, já que se trata de alteração a dispositivo de lei.

Esta é uma colaboração importante que o Senado, que esta Comissão – que reúne justamente Senadores que têm identidade e, mais do que isso, Senadores que têm autoridade nesta luta – e que os Senadores podem nos dar: que não haja qualquer tipo de percalço na tramitação de um eventual pedido de prorrogação que venha ou do Poder Executivo ou que venha do próprio Congresso Nacional. Nós estamos imaginando que a prorrogação não deva se dar por um prazo muito extenso, porque há uma expectativa

da sociedade brasileira em relação ao relatório, e mesmo porque os trabalhos estão muito adiantado, e nós entendemos que, a partir de agora, é mais importante nós convergirmos para um relatório do que ficarmos indefinidamente coligindo novas informações, porque isto será inesgotável. Então, o prazo que nós estamos imaginando como ideal é a prorrogação da Comissão até o final do ano que vem – o mês de novembro seria o mês adequado –, para que nós pudéssemos, então, ter a utilização desse prazo quase que especificamente para a produção do relatório e para obtenção daquelas informações que são relevantes para a conclusão do relatório.

Da nossa parte, dessa informação me parece importante que V. Exªs tenham ciência.

Registro, então, reiterando a manifestação dos meus colegas, meus melhores agradecimentos, Senador. Ficamos honrados com esta preocupação do Senado da República e, aqui, viemos, com muita satisfação, para manter esse diálogo sobre as atividades da Comissão Nacional da Verdade.

Assim como meus colegas, coloco-me à disposição para, agora, responder as questões que nos forem formuladas.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Dr. Pedro. Eu agradeço a exposição dos membros – também, todos três, coordenadores já da Comissão da Verdade.

E, agora, então, passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PEDRO DALLARI – Só uma observação, Presidente, até para explicar, porque pode ficar parecendo esquisito que uma Comissão tão pequena tenha tantos coordenadores. É porque se estabeleceu que os coordenadores exerceriam essa função, os membros da Comissão, em caráter de rodízio, com períodos de três meses de coordenação, e isso vem sendo feito. Por essa razão, todos os membros da Comissão têm exercido essa atribuição.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Obrigado, Presidente Senador João Capiberibe.

Não se preocupe, Dr. Pedro Dallari, de tamanho de Comissão pequena nós entendemos: a nossa Subcomissão também não é das maiores.

Drª Rosa Maria Cardoso, Dr. José Carlos Dias, membros desta Comissão Nacional da Verdade, Dr. Pedro Dallari, coordenador desta Comissão Nacional da Verdade, exulto V. Exªs e digo que nós, da Subcomissão da Verdade da Memória e da Justiça deste Senado, aguardávamos esta reunião com V. Exªs – permitam-me parodiar Ulysses – "como vigia esperava a aurora", embora esta nossa Subcomissão já tivesse sido constituída há três meses – é isso? – e já tivesse desenvolvido algumas atividades – não é, Senador Capiberibe?

Estou nesta Comissão como membro, e nós, por unanimidade, na Comissão de Direitos Humanos, não poderíamos, justamente, designar com melhor propriedade alguém para assumir a Presidência desta Comissão que não o Senador Capiberibe, não só pelo conjunto de qualidades, atributos que ele tem da vida, como também pelo destino. O Senador Capiberibe foi diretamente envolvido no período triste da história do qual nós queremos restaurar a verdade. É um dos poucos dentre os membros do Senado Federal. Por isso, por unanimidade, na Comissão de Direitos Humanos, nós o escolhemos e o designamos como Presidente para nos conduzir neste trabalho na Comissão da Verdade.

Esta Comissão já teve algumas atividades que as senhoras e os senhores já devem ter acompanhado, e faço questão de destacar que pensamos esta Comissão em função da Comissão de V. Exªs. Eu considero a Comissão em que V. Exªs estão a conclusão da nossa longuíssima transição democrática – longuíssima, porque nós temos um conjunto de processos inacabados.

O golpe de 1964 foi anunciado pelos apoiadores do golpe, inclusive pelos apoiadores externos.

Eu tenho aqui alguns documentos da Central de Inteligência norte-americana, do governo norte-americano, e declarações do Lincoln Gordon, em que ele dizia o seguinte, abre aspas:

Nessas circunstâncias, nosso objetivo deveria ser ajudar a frustrar as tendências autoritárias de João Goulart [Lincoln Gordon dizia isso], e sustentar as perspectivas de uma eleição autêntica em 1965, mantendo a imagem mais favorável possível aos Estados Unidos da América e das relações brasileiro-americanas.

Palavras do embaixador americano, em 1965, em entrevista que ele concedeu um pouco depois do Golpe de Estado de 64.

Então, vejam, os apoiadores externos do golpe e os apoiadores civis do golpe imaginavam um golpe de Estado e uma retomada da vida civil pouco depois. E ocorre que, para parte deles, fugiu do planejamento, a ditadura se prolongou durante 20 anos. E ocorre que a própria transição da ditadura se organizou como lenta, gradual e segura, e a própria transição foi gradual e segura demais, tanto gradual e segura que nós constituímos uma Comissão Nacional da Verdade

somente 25 anos após a nossa Constituição, de restabelecimento do Estado democrático de direito. Ou seja, 27 anos após a eleição do primeiro governo civil, 20 anos após a eleição do primeiro Presidente eleito após a ditadura é que nós estabelecemos a Comissão Nacional da Verdade.

O nosso processo é totalmente atípico em comparação com todos os outros processos latino-americanos, e é totalmente atípico em relação a todos os processos similares acontecidos em todos os países que passaram por processos traumáticos iguais aos nossos.

Por isso, a verdadeira transição para a democracia se consolida com a constituição da Comissão em que V. Exªs estão. O sentido da nossa Comissão termina com a conclusão do trabalho de V. Exª. Por isso, de antemão, eu manifesto apoio ao reclame de V. Exª, à reivindicação de V. Exªs à Presidente da República, que considero mais do que adequado, e acredito que deve ser a posição também do nosso Presidente, e, por conseguinte, será a posição desta Comissão, de que os trabalhos da Comissão de V. Exªs devam ser prorrogados. Não se pode concluir esse trabalho em maio de 2014, porque tem muito ainda a ser feito, e tem muito a ser investigado.

Ainda mais porque, Drª Rosa Cardoso, Dr. Pedro, Dr. José Carlos Dias, o ano que vem é o 50º do golpe, é o trigésimo aniversário da heróica campanha pelas eleições diretas para presidente. Não se pode, no meio do cinquentenário do golpe, acabar o trabalho da Comissão de vocês. O trabalho da comissão de vocês tem que concluir quando acabar o cinquentenário do golpe, com as conclusões da comissão de vocês e com o que nós pudermos ajudar. Quero reiterar. Nós queremos contribuir, trabalhar em comum, com conclusões em comum. Trazer nossas conclusões para ser em comum, para avançar. Repito, as conclusões da comissão de vocês, o sentido das comissões do Parlamento, a nossa e a da Câmara, é que se consubstanciem, se subsidiem as conclusões de V. Exªs, para que essa comissão seja, de fato, o passo decisivo para a transição democrática.

O nosso processo é o mais lento dos processos de transição democrática. Nós avançamos muito no processo argentino. Até no processo chileno houve o processo de punição ao ditador Pinochet. É emblemático o processo argentino, é emblemático e sintomático para a democracia o julgamento dos presidentes da ditadura militar argentina. É emblemática a conclusão do julgamento dos responsáveis pelas mortes na Argentina, quando, na sentença final, o juiz da suprema corte argentina conclui a sua sentença somente com uma frase, que é a frase que estava na boca do povo argentino: “Nunca mais; nunca mais”. É esse o significado que inclusive o Dr. José Carlos Dias disse aqui.

O que nós queremos com isso aqui é, primeiro – e eu acho que nós estamos conseguindo avançar com a Comissão principal da verdade, que é de V. Exª, e avançar com o trabalho das nossas comissões –, que fique claro na memória da atual geração e para as gerações que virão que seja pronunciado isso: nunca mais; nunca mais.

Segundo, e isso é importante ser dito, porque nós, além de termos aprovado a Comissão da Verdade, aprovamos a Lei de Acesso à Informação, que são, de fato, leis democratizantes, e temos conseguido passos importantes na restauração da verdade; tanto temos conseguido que algumas verdades vêm à tona, tanto é que meios de comunicação hoje fazem autocrítica de posições políticas que assumiram no passado. E isso só é possível devido a avanços legislativos, dentre esses avanços legislativos a constituição da Comissão da Verdade.

Alguns talvez nos critiquem dizendo que não cabe, dizem muito isso para mim e para o Senador Capiberibe, que não temos que ficar remexendo no passado e que devemos, sim, olhar para frente, mas, para olhar para frente, temos que ver o que foi feito no passado. Não se pode simplesmente passar uma borracha como se nada tivesse acontecido. A nossa história tem que ser contada, porque o que aconteceu na nossa história foram casos gravíssimos de violência contra direitos humanos. É preciso levantar; apreciar esses casos; saber o que ocorreu; trazer a fundo a nossa história. Fundamentalmente, quando se perde a memória, quando se oculta a história, quando se perde a memória histórica, qualquer povo volta a cometer os erros que ocorreram no passado.

Por isso, primeiro, para a memória histórica, isso é fundamental; segundo, para também podermos pronunciar o “nunca mais”; e, terceiro, porque crimes cometidos contra os direitos humanos e crimes que estão consagrados no Direito Humanitário, como a tortura – no Direito Humanitário, no direito dos povos, no nosso entender já está consagrado, e V. Exªs são do Direito e sabem muito bem disso –, são crimes imprescritíveis.

Por conta disso e para fazer essas considerações, quero perguntar a V. Exªs sobre alguns temas.

No mais leal interesse de avançarmos juntos e no entender de que esta Comissão é, de fato, subsidiária no sentido dos trabalhos que já estamos fazendo e dos trabalhos que pretendemos fazer de agora em diante, como o Senador Capiberibe já destacou esta semana, nós tivemos passos importantíssimos este mês, e um deles foi a reabilitação do Presidente João Belchior Marques Goulart.

O Presidente João Goulart foi o único presidente brasileiro que morreu no exílio. O sofrimento que o Presidente João Goulart padeceu, tanto ele e a sua família, é inominável, primeiro, por ter falecido no exílio e, segundo, por não ter sido assegurado a ele sequer o direito de, depois de morto, entrar no Brasil. Foi necessária uma enorme mobilização para ele ser sepultado no Brasil. O único presidente que faleceu e não teve assegurados os direitos às honras de chefe de Estado, após ter sido deposto do cargo – deposto, inclusive, arbitrariamente. Toda a sua família passou anos sendo perseguida, mesmo no exterior. Além disso, a sua morte ocorreu sob circunstâncias misteriosíssimas, assim como a morte de Juscelino Kubitschek e a de Carlos Lacerda, inclusive todas no mesmo período de tempo. Carlos Lacerda é assassinado – perdão, ato falho, ou não –, mas Carlos Lacerda morre em maio de 1977. João Goulart morre em dezembro de 1976. Todas as circunstâncias misteriosíssimas, como é de conhecimento dos senhores.

Pergunto se os fatos relacionados à chamada Operação Condor tem sido objeto de análise por parte da Comissão da Verdade e, se dentro dessa análise, está a possibilidade de ouvir o Sr. Michael Townley – salvo engano, um dos personagens envolvidos na morte do chanceler Orlando Letelier, Chanceler do Governo de Salvador Allende –, principal responsável pela morte do Chanceler Orlando Letelier, em 1975, em Washington, e que teria prestado depoimentos importantíssimos sobre a ocorrência, a realização da Operação Condor?

O Sr. Michael Townley encontra-se preso – não tenho notícia se já teria sido libertado nos Estados Unidos – e teria prestado depoimentos importantíssimos sobre a realização da Operação Condor. Pergunto se esse tema já chegou a ser tratado, tem sido tema da Comissão da Verdade? E, nesse aspecto, o que nós, da Subcomissão da Verdade, poderíamos também tratar e colaborar com esse tema?

Trago esse tema por que foi tratado. Estive, na semana passada, com os familiares de João Goulart. Houve, inclusive, a exibição do filme Dossiê Jango, onde esse tema é tratado e também tem sido tratado pelo Instituto João Goulart. Parece-me ser um tema que merece de todos nós uma atenção especial.

É um tema envolvendo a Operação Condor, não somente devido ao que ocorreu com João Goulart, mas o que pode vir, não só pela exumação de João Goulart. Há as decorrências disso, porque não é só com João Goulart. É o que ocorreu com dois ex-Presidentes da República, João Goulart e Juscelino Kubitschek; com três lideranças políticas, João Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, os três grandes líderes da Frente Ampla, que pode ter ocorrido no âmbito da América Latina. São elementos, parece-me, que foram analisados pela Comissão da Verdade da Argentina e pelas outras comissões da verdade similares à nossa Comissão da Verdade brasileira. Esse é um aspecto aqui a abordar.

Outro aspecto é sobre a revisão da Lei da Anistia. Não sei se é de conhecimento de V. Exªs, tem um projeto de lei de nossa autoria, que está aqui na Comissão de Direitos Humanos, o Projeto de Lei 237, de 2013. De revisão da Lei da Anistia existe outro na Câmara dos Deputados, de autoria da Deputada Luiza Erundina, além de ter a manifesta e bem-vinda nova manifestação do Procurador-Geral da República Dr. Rodrigo Janot sobre a Lei da Anistia. No meu entender, muito bem-vinda a manifestação.

Queria ouvir um pouco a opinião de V. Exª nesse tema da Lei da Anistia: quais as opiniões, se é possível opiniões em relação a isso e em que poderíamos avançar em relação a esse tema? Parece-me que seria um tema decorrente, diria até, um próximo passo que poderíamos avançar após as conclusões por parte da Comissão da Verdade.

Por último, é um trabalho que estamos fazendo, que o Senador Capiberibe, inclusive, inaugurou. É um trabalho que já iniciamos na Subcomissão da Verdade. Iniciamos, vamos denominar assim, Senador Capiberibe, um circuito da verdade. Fizemos uma visita ao Batalhão da Polícia do Exército no Rio de Janeiro, no mês de setembro. Recentemente, visitamos as dependências do DOI-Codi e da Operação Bandeirantes, em São Paulo. E tem um circuito de visitas programado por parte dessa Subcomissão da Verdade. A ideia é transformar esse espaço em espaços de memória e, logicamente, após esse circuito de visitas, inclusive dialogamos com a Secretária Nacional de Direitos Humanos, teremos um relatório a apresentar à Comissão da Verdade. Obviamente, solicitamos a opinião de V. Exª sobre isso no sentido de corroborarmos e de pensarmos esses espaços em conjunto.

Veja que estamos falando só de três temas, mas temos muita coisa a fazer, e é só mais uma razão, porque exulto que realmente maio é impossível. Acho que o mais adequado historicamente é fecharmos o ano do cinquentenário do golpe, fecharmos dezembro de 2014 com as conclusões da nossa Comissão, Senador Capiberibe, entregues a sua Comissão, que é a Comissão principal, e com a conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. É mais do que adequado.

Com certeza, contarão V. Exªs com o nosso apoio à prorrogação do trabalho da Comissão Nacional da Verdade.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Tenho mais algumas questões, mas vamos ouvir imediatamente os membros da Comissão e poderemos escolher quem pode responder essas primeiras questões.

Drª Rosa Maria vai então...

A SRª ROSA MARIA CARDOSO DA CUNHA – A primeira questão se relaciona com a operação Condor ou Condôr, como chamamos aqui. Tenho sido a coordenadora desse grupo de trabalho. Temos aqui o nosso secretário executivo, que, antes de ser secretário, é de fato uma pessoa que conhece muito bem essa questão e pode nos ajudar a complementar essa resposta, já que o que queremos aqui são as informações mais factuais, mais próximas possível da verdade e mais consistentes.

Com relação ao Michael Townley, realmente essa pessoa foi um agente da CIA que foi importante não só no desfecho, no acompanhamento, na vigilância e até, acredito eu, particularmente, sem ter uma conclusão da comissão neste sentido... A comissão não tem, mas acredito no depoimento do Neiva Barreiro, que é um agente uruguaio que se encontra no Rio Grande do Sul e que reiteradamente tem mantido seu depoimento no sentido de que ele foi um cúmplice de um assassinato promovido contra o Jango.

Há os que não acreditam. O historiador fantástico, de uma importância suprema na historiografia brasileira, que é o Muniz Bandeira não acredita nele, porque diz que é uma pessoa desqualificada, para que se tome a palavra dele como verdadeira. Eu, como criminalista, creio que muitas vezes uma verdade vem exatamente de pessoas desqualificadas, e os operadores do Direito acreditam também, trabalham assim. Tomam a palavra, tomam o depoimento, tomam a confissão de pessoas desqualificadas, podendo até, legalmente, ser diminuída a pena dessas pessoas.

Há o reiterado depoimento dele que considera que esse Townley está envolvido.

Procuramos ver como poderíamos alcançar essa pessoa, mas a informação que obtive de diferentes meios é que ele estaria hoje vivendo na Flórida. Esteve em um programa de assistência às testemunhas, porque fez delação premiada nos Estados Unidos. Foi protegido por um programa desses que dá auxílio a testemunhas e está inalcançável, a não ser que se faça uma rogatória, que é um procedimento demorado, mas a Comissão da Verdade entendeu, quer dizer, o nosso grupo de trabalho entendeu que não deveria fazer, porque é procedimento que excede completamente o nosso mandato. Temos de explicar ao governo americano, porque temos certeza de que ele pode nos dar uma informação em relação a esse caso. É um procedimento demorado, mas há um inquérito civil, da família Goulart, em que esse depoimento é solicitado. Então, nós entendemos que deveria haver uma divisão de trabalho em relação a isso e que esse depoimento, via rogatória, deveria ser pedido lá onde existe um inquérito civil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Permita-me? O Parlamento poderia fazer alguma coisa junto ao governo americano?

A SRª ROSA MARIA CARDOSO DA CUNHA – Acredito que sim, que pode.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Poderia esta Subcomissão ir até os Estados Unidos, sob autorização do governo americano, e colher o depoimento do Townley?

A SRª ROSA MARIA CARDOSO DA CUNHA – Temos aqui, na mesa, um professor de Direito Internacional que talvez possa lhe dar melhores subsídios do que eu. Não saberia lhe dizer, neste momento, se o Parlamento brasileiro tem poderes para se substituir a uma rogatória, que é um procedimento que teria de ser judicializado, e se o Parlamento pode fazer algum tipo de negociação para ouvir esse Townley. O primeiro procedimento seria buscar junto ao processo na Argentina, onde há um juiz argentino que já foi aos Estados Unidos e colheu o depoimento dele, lá. Um procedimento que nós vamos adotar brevemente é ir buscar esse depoimento que foi prestado no Chile. (*Pausa.*)

Na Argentina, desculpem-me.

Agora, ir aos Estados Unidos, nós não pensamos nisso, porque acreditamos que seja um procedimento mais longo, mas é o caso de investigar se o Parlamento tem condições de fazer isso.

Eu, particularmente, acredito que esse procedimento, que toda essa investigação que estamos fazendo a respeito da morte do Jango excederá o tempo do nosso mandato. Por quê? Por que é uma exumação, e chamamos de exumação todo processo, mas, na verdade, a exumação foi o procedimento de tirar de lá o corpo, mas, agora, os restos mortais estão sendo analisados e vão para laboratórios no exterior, e esse é um processo demorado. Acredito que talvez não se consiga, antes do final do nosso mandato, ter uma resposta a respeito dessa diligência que está sendo feita em relação a essa questão e que não é conclusiva. Como têm nos ensinado os peritos de outros países, esse procedimento, mesmo que dê o resultado de que não tenha sido encontrado vestígios de, como tem sido chamado, um envenenamento, mas que não é bem um envenenamento, pode ser duvidoso, já que

a tecnologia disponível hoje pode ainda não permitir que se identifique esse tipo de resultado.

De qualquer forma, nós temos o maior interesse. Estamos investigando também o caso de Juscelino. O caso de Lacerda não estamos investigando, mas o caso de Juscelino sim. Fomos buscar um material muito especial no Rio de Janeiro, que está sendo submetido, na comissão, na nossa sede, a um procedimento para que possamos dar uma resposta da Comissão da Verdade a essa questão do Juscelino. Com relação à questão do Jango, não sabemos. Pode exceder, pelo tempo que outros exames laboratoriais têm demorado.

Com relação à questão da Lei da Anistia, a nossa Comissão, do ponto de vista da opinião da maioria, remeteu essa discussão ao momento da discussão das recomendações. Há, particularmente, posições diferenciadas dentro da Comissão. Eu tenho a mesma posição que tive nos primeiros dias em que assumi. Fiz uma grande matéria para o jornal *Valor,* dizendo que os tratados devem ser cumpridos. Temos a nossa posição e outros comissários têm outra posição, mas, do ponto de vista do que foi discutido até agora, o que se decidiu é que, no momento em que a Comissão se sentar para discutir recomendações... Já que há uma posição diferenciada hoje, a Comissão não pode se expressar numa voz comum neste momento. Essa questão, então, seria remetida ao momento da discussão das recomendações, que está próximo. Nós vamos começar a discutir recomendações ao tempo ainda em que estivermos tratando de escrever o relatório.

Com relação à terceira questão das visitas programadas, das visitas articuladas, eu acho que é muito importante, sim, que seria um ganho para nós, podermos fazer essas visitas juntos. Só que nós, da Comissão da Verdade, podemos fazer essas visitas como diligências. E queremos fazê-las também como diligências, porque queremos fazê-las com auto de reconhecimento do local, levando perito, levando vítimas que sofreram, para dar maior consistência, inclusive, a esta afirmação de que ali foi um local de tortura e de extermínio e que não só a Argentina e o Chile – para citar dois – tiveram campos de concentração e de extermínio, mas que o Brasil também teve. Porque há uma parte da população que acha que algumas pessoas levaram umas pancadas e disseram que sabiam ou que não sabiam. Mas, em relação aos lugares de extermínio, para nós é importante fazer isso, pelo menos quanto aos locais de maior visibilidade, inclusive para as vítimas e familiares, como diligências.

Então, eu gostaria de ouvir a opinião dos meus colegas, mas acho que é muito importante e muito interessante nós fazermos juntos, articulando isso na forma das diligências que nós estamos pensando em fazer.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muitíssimo obrigado, Drª Rosa.

As visitas que nós estamos realizando temos tratado diretamente com o Ministro da Defesa e com o Comando das nossas Forças Armadas. O nosso objetivo também é que essa discussão da memória aconteça nas instituições de defesa do nosso País. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica devem também debater e discutir internamente a memória. Não dá mais para continuarmos a nos enganar, imaginando que, aqui, houve uma revolução. Na verdade, houve um golpe que destituiu um presidente eleito, que fechou o Congresso, e isso precisa ser reconhecido, ponto de partida de reconhecimento, depois, de tudo o que aconteceu.

Há um esforço no sentido de uma aproximação em levar esse debate diz respeito a nós. É nosso papel político buscar esse entendimento dentro das nossas instituições armadas. Os que estão no comando, hoje, não têm nenhuma relação com o que aconteceu no passado. Portanto, não há por que proteger aqueles que cometeram crimes, que torturaram e que assassinaram.

Então, essa é uma ideia que nos move. E tanto eu como o Senador Randolfe e a Senadora Ana Rita estamos trabalhando no sentido de buscar a introdução desse debate nas nossas instituições.

Senador Randolfe, V. Exª está satisfeito com as questões?

Mas eu vou passar, aqui – é claro –, a palavra para complementação ao Dr. José Carlos e ao Dr. Pedro Dallari.

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS – Nada. Não tenho nada a acrescentar ao que disse a Drª Rosa, apenas um fato que me parece importante.

Nós, na quarta-feira que vem, amanhã, iremos às dependências do DOI-Codi, em São Paulo. Estarão presentes alguns membros da Comissão, convidamos o Governador, que deve estar presente, o Secretário da Segurança, o Secretário da Cultura, quando, então, será formalizado, ou melhor, reiterado o pedido para o tombamento para que aquele prédio passe para a Secretaria da Cultura para realmente tornar-se um local de memória. Acompanharão essa diligência vários ex-presos políticos que lá foram presos e torturados. Também comparecerão peritos para fazer o levantamento local. Definiremos com o levantamento circunstanciado do local em que o DOI-Codi funcionou, local que conheci muito, não só porque por lá permaneci preso por algumas horas, mas principalmente por minha condição de advogado de ex-presos políticos. Foi aí que conheci a Drª Rosa, que era uma exímia advogada de perseguidos políticos.

O SR. PEDRO DALLARI – Me sinto integralmente contemplado pelas respostas dos meus colegas, apenas, já que a Drª Rosa pediu a minha opinião em relação ao aspecto da cooperação internacional, o que me parece é que, neste caso, até porque não consta que aquele depoente que se encontra nos Estados Unidos optaria por fazer o depoimento por livre e espontânea vontade, teria que se dar na forma de cooperação judiciária. Nesse caso, realmente, o caminho é a carta rogatória, que tramita por via de autoridade judiciária. Embora seja o Ministério da Justiça que encaminhe, se trata de um procedimento de cooperação judiciária, em que terá que haver anuência da autoridade judiciária nos Estados Unidos para que, então, se promova a oitiva, se entender cabível, do Sr. Michael Townley.

A cooperação política que pode ser propiciada pelo Senado seria no sentido de ajudar talvez na sensibilização das autoridades judiciárias nos Estados Unidos para a relevância desse depoimento, mas, salvo melhor juízo, não me parece que haveria a competência, vamos dizer assim, do Senado brasileiro para praticar atos formais em território norte-americano, assim como o Estado brasileiro não aceitaria também que o Senado norte-americano encaminhasse os seus representantes para praticar atos formais, processuais, em relação a um cidadão brasileiro no território brasileiro.

Realmente, a decisão que tem que ser feita é a do uso do recurso judiciário. Trata-se realmente de um quadro de bastante complexidade.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Temos aqui algumas perguntas que vieram do Twitter, outras de quem nos acompanha aqui, nesta sala da Comissão.

Tenho aqui uma pergunta do Sr. José Bezerra da Silva, representante da Associação de Militares Cassados pelo golpe de 1964. Ele parabeniza a Comissão e os expositores e pergunta:

Muitos militares foram presos, torturados e até mortos logo nas primeiras horas após o golpe. Assim, pergunto como podemos saber quanto são os militares cassados?

Já tem essa resposta.

A segunda pergunta:

O Ministério da Defesa poderia ser oficiado para informar quem ou quais eram os militares que atuaram no serviço secreto da Aeronáutica, da Marinha e do Exército?

Com base na lei de acesso à informação, parece que não há nenhuma dificuldade nisso.

A Aeronáutica tem os livros e os registros dos presos que estiveram confinados no presídio localizado no interior da base aérea do Galeão. Então, o que falta para ela informar quais foram os dias em que os Sr. Stuart Edgar Angel esteve lá confinado?

É possível obter essa informação.

Há ainda outras várias perguntas, mas algumas fogem do tema.

"Tendo o Presidente Kennedy planejado o golpe contra a soberania brasileira, seu nome poderia ser retirado dos nossos monumentos?"

Essas são questões. Uma última questão que nos chegou pela rede social, pelo Twitter: "Quero ver quando irá um torturador, assassino, no período da ditadura, para a cadeia no Brasil?"

Essas são as perguntas que eu os coloco.

A SRª ROSA MARIA CARDOSO DA CUNHA – Os militares... Eu tenho coordenado, também, esta comissão, na falta de um outro comissário, que era o coordenador anterior. Nós temos aqui um assessor nosso, militar, que, talvez, possa nos ajudar, respondendo mais precisamente.

Você lembra as duas primeiras questões? Ele é o Prof. Paulo Cunha, especialista em questões militares.

O SR. PAULO CUNHA – Boa tarde a todos.

Os dados ainda são inconclusivos. Aparentemente, temos, hoje, 7,5 mil militares das Forças Armadas. Todavia, acredito que, quando forem contabilizados militares das demais polícias, como também bombeiros, incorporando nesse conceito de militares perseguidos, algo que é novo nos depoimentos da CNV, nos anos 80, esse número deve subir substancialmente. De qualquer forma, só a título de registro, os militares, enquanto categoria social, foram o grupo mais atingido pelo golpe de 1964.

Há outro dado que também se insere nos trabalhos da Comissão e que virá à tona: nos anos 50, mais de mil praças foram expulsos das Forças Armadas atuando nas grandes causas nacionais, como "O Petróleo é Nosso", em defesa da Petrobras.

Então, do ponto de vista de 1964, nós podemos trabalhar, inicialmente, com esse marco de 7,5 mil, com posteriores acréscimos, a partir do momento em que os trabalhos da Comissão chegarem a seu termo.

A SRª ROSA MARIA CARDOSO DA CUNHA – Havia outra pergunta ainda sobre a questão.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sobre os que trabalharam no serviço secreto da Marinha, Exército e Aeronáutica no período da...

O SR. PAULO CUNHA – Acredito que esse seja um procedimento que vai ser encaminhado, em algum momento, pela Comissão Nacional, a partir de um levantamento preliminar, com uma visita ao local, mas me parece que ainda não foi agendada. Há, no entanto, subsídios, inclusive do Sr. Bezerra, quanto a

alguns locais, entre outros militares, que será objeto de investigação, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – A informação sobre Stuart Angel, que permaneceu...

O SR. PAULO CUNHA – Sim, essa é uma informação prestada pelo próprio, em depoimento à CNV, no Rio de Janeiro, juntamente com a comissão estadual, e que será objeto de investigação daqui a algum tempo, na medida em que há procedimentos institucionais, burocráticos a serem encaminhados. Mas, seguramente, será objeto de visita ao local, inclusive com a presença dele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu pergunto se, entre os convidados, alguém deseja se manifestar.

O SR. PEDRO DALLARI – Em relação às perguntas afetas à área militar, acho que foram adequadamente respondidas. Eu só saliento que a Comissão tem bastante clareza de que a perseguição aos militares e as graves violações a direitos humanos contra os militares nos permitem identificar claramente um grupo, um segmento em relação ao qual essa prática de violência se constituiu em uma política deliberada. A Comissão, portanto, está tratando isso com a especificidade que a situação merece. É evidente que todo o quadro de violações, graves violações aos direitos humanos, está sendo equacionado, mas nós temos a preocupação de procurar identificar, através de alguns critérios de segmentação, as particularidades de situações de determinados grupos, como, por exemplo, a repressão no campo ou ao movimento sindical. Claramente, há uma atenção específica à situação dos militares.

Passando, então, às outras duas questões: a renomeação de monumentos e logradouros públicos e, aproveitando, a criminalização de torturadores.

A forma como a Comissão pode realmente contribuir é apresentar um quadro muito consistente e rigoroso de fatos que envolveram o associado a graves violações de direitos humanos, com a identificação das condutas, a identificação das vítimas, a identificação de autores, a identificação de locais onde ocorreram essas graves violações de direitos humanos. Na medida em que a Comissão, atendendo inclusive ao que está aqui na legislação, propicie um vigoroso quadro fático, isto inevitavelmente conduzirá a sociedade a adotar medidas que vão lidar com formas de responsabilizar aqueles que têm autoria ou que têm essas condutas.

A renomeação de logradouros públicos é uma decisão que compete à sociedade diretamente, através de seus representantes eleitos. Portanto, o que a Comissão pode e deve fazer é apresentar justamente um quadro fático que mostre que a sociedade deve refletir seriamente sobre o que houve e daí tirar conclusões que vão envolver inclusive uma conduta que se volte a renomear logradouros públicos.

Seria inadequado que isso fosse feito de maneira também não diria antidemocrática, mas sem que a sociedade estivesse envolvida na tomada dessas decisões. À própria responsabilização de autores, seja de que maneira for, a contribuição efetiva que a Comissão pode dar é produzir um quadro fático vigoroso. Esta é a nossa missão. Não caberia à Comissão substituir órgãos do Estado brasileiro que têm essas atribuições por dever de ofício – o Ministério Público, o Judiciário, o Parlamento. Ou seja, o nosso papel, que deve ser realizado de maneira mais eficaz, é justamente oferecer esses subsídios.

E nós temos muita convicção de que, se o relatório – e nós estamos muito empenhados que ele seja um relatório muito consistente – apresentar esse quadro fático, inevitavelmente, consequências advirão, porque a sociedade, esclarecida diante de um trabalho robusto, evidentemente, extrairá conclusões, e aí a história terá seguimento.

Mas nos parece que concentrar nessa missão seja, talvez, aquilo que esteja mais em sintonia com o mandato que nos foi outorgado pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado.

Eu pergunto se o Senador Randolfe está satisfeito. *(Pausa.)*

Eu queria, antes de encerrar, destacar aqui esta informação de que os militares são o segmento social de maior quantidade dos punidos pelos atos da ditadura. E também são os mais esquecidos. A sociedade tem pouco conhecimento, assim como tem pouco conhecimento de mais de 1.200 militares socialistas e anarquistas confinados em Clevelândia do Norte, na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa, em 1924, resultado da Revolução de 22. Então, foram confinadas mais de 1.200 pessoas. A maioria morreu por lá de doenças. Eu até conheço alguns descendentes de pessoas que foram para lá, conheço pelo menos uma pessoa.

O problema da memória em nosso País é tão grave, que esse descendente faz questão de esconder a origem dele. Faz questão de esconder que o avô foi degredado por Artur Bernardes, em 1924.

Um dos traumas causados por esta falta de informação é que os nossos filhos eram tratados nas escolas como filhos de comunista, terrorista, até bem pouco tempo atrás. Os filhos daqueles que foram perseguidos, presos, na ditadura, também sofreram uma brutal discriminação nas escolas que frequentaram

muitos anos depois por falta exatamente das informações. O que me preocupa é, uma vez o relatório pronto, como esse relatório vai chegar aos mais distantes rincões deste país, porque é muito importante que a sociedade brasileira tome conhecimento do que aconteceu. Dificilmente vamos evitar isso no futuro se não tivermos a exata consciência do que nos aconteceu no passado. A preocupação desta Subcomissão, e o Senador Randolfe colocou com muita propriedade, é colaborar, cooperar, com a Comissão Nacional da Verdade e também suscitar o debate dos acontecimentos da história do nosso país.

As visitas que nós estamos realizando vão continuar, sempre num contato muito próximo com o Ministro da Defesa e os Comandantes das Forças Militares. Queremos que esses Comandantes do presente entendam que eles não são responsáveis pelo passado, mas eles são responsáveis, sim, por introduzir o debate sobre a memória dentro das Forças Armadas. Isso, para nós, é muito importante. Eles não têm mais de responder para aqueles que estão na reserva, os do clube militar, eles têm de responder para a sociedade. A resposta que queremos dos Comandantes atuais das nossas Forças Armadas é para a sociedade, é para todos nós, para o Congresso, para o povo brasileiro, para que a gente, definitivamente, dobre essa página e passe a ter um respeito ainda maior pelas Forças Militares do nosso país, que são responsáveis pela nossa soberania, são responsáveis, inclusive, pela nossa segurança.

Enfim, encerrando esta reunião, eu gostaria de agradecer. Para nós foi uma honra recebê-los, pois sabemos da importância do trabalho que os Senhores e as Senhoras desenvolvem no sentido de recuperação da memória do país. Sabemos também das dificuldades que enfrentam, porque não é uma tarefa muito simples. Nós mesmos, aqui no Senado, e eu, particularmente. Eu trabalho na Ala Nilo Coelho. Para acessar o meu gabinete – e eu o faço pelas escadas, nunca pelo elevador – eu tenho de passar por uma Ala que presta homenagem a um torturador, a Ala Filinto Müller. A minha expectativa é de que a Comissão da Verdade contemple, no seu relatório, a atuação de Filinto Müller como torturador, no Estado Novo, para que a gente possa convencer os nossos Pares de que nós não podemos continuar homenageando aqueles que infelicitaram, que mancharam a memória do povo brasileiro.

Portanto, não havendo mais nada a tratar, com os nossos agradecimentos, dou por encerrada esta reunião.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 15 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA – CDHMVJ, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS.

Às nove horas e dezessete minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e treze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador João Capiberibe, reúne-se a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMVJ, no âmbito da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador João Capiberibe. Registra-se a presença das Senhoras Senadoras Ana Rita, Presidenta da CDH e Vanessa Grazziotin e do Senador Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. É registrada a presença da Deputada Federal Jô Moraes (PCdoB/MG). O Senhor Presidente declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 120, de 2013, aprovado em 04/11/2013, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer a realização de audiência pública para **"discutir a descoberta de ossadas que podem pertencer a desaparecidos políticos e integrantes da Guerrilha do Araguaia"**. O Senhor Presidente apresenta os expositores e os convida a tomarem lugar à mesa. O Senhor Presidente passa a palavra para os convidados, nesta ordem: Maria Rita Kehl, Membro da Comissão Nacional da Verdade e Paulo Fontelles Filho, Membro do Comitê Paraense pela Memória, Verdade e Justiça. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) pedido de informações à Agência Brasileira de Informações – ABIN, acerca dos motivos da ausência de representante à 6ª Reunião da Subcomissão; 2) propor audiência pública para ouvir as mães de maio; 3) oficiar o Gabinete Institucional da Presidência da República, o Ministério da Justiça, e a Agência Brasileira de Informações – ABIN, sobre os fatos narrados na audiência; 4) oficiar o Ministério da Justiça acerca da denuncia trazida pela Convidada Maria Rita Kehl, Membro da Comissão Nacional da Verdade, sobre a montagem de uma milícia armada no Mato Grosso do Sul contra os Índios Guarani-Kaiowá; 5) visita ao local de guarda e armazenamento do material recolhido como prova de abusos cometidos no período da ditadura militar, tais como ossadas, para conhecer

seu estado de conservação e armazenamento, bem como a evolução da perícia neste material; 6) provocar o Ministério Público Federal a exigir a constituição de uma equipe multidisciplinar social para tomar as providências imediatas para atendimento do povo indígena Guarani-Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul; 7) requerimento de informações, nos termos da lei de informação, acerca das investigações sobre as ameaças sofridas pelo Senhor Jonatas Andrade, Juiz do Trabalho em Marabá – PA. O Senhor Presidente concede a palavra ao Juiz Auditor José Barroso Filho da AMB, e em seguida concede a palavra à Deputada Federal Jô Moraes. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores João Capiberibe e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos, lavrando eu, **Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador João Capiberibe, Presidente.**

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 120, de 2013, CDH, aprovado no dia 4 de novembro de 2013, de minha iniciativa, para discutir a descoberta de ossadas que podem pertencer a desaparecidos políticos e integrantes da Guerrilha do Araguaia.

Para informar sobre o aparecimento dessas ossadas, fizemos alguns convites, incluindo a Agência Brasileira de Informação, que não teve a delicadeza de nos dar uma resposta até agora. Não compareceu. Vou pedir à Secretaria que façamos um pedido de informação, um requerimento de informação, para que eles expliquem a ausência, aqui, na Subcomissão.

No entanto, temos a felicidade de contar com duas presenças importantes, que foram convidadas e estão aqui, mesmo com muito sacrifício. Sabemos que este é um momento em que as pessoas têm atividade intensa. Estão fechando o ano. Ainda assim, temos aqui a presença do Paulo Fontelles Filho, membro do Comitê Paraense pela Memória, Verdade e Justiça, que vem de uma família com uma história de luta, de resistência e também de grandes sacrifícios pelo País, pelo Brasil. Também está presente a Maria Rita Kehl, membro da Comissão Nacional da Verdade, que, também, com muito sacrifício, com uma agenda apertada, compareceu a esta Subcomissão.

Temos a honra de contar com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, do médio Amazonas, entre nós e o Acre.

Vamos, então, cumprir o objetivo desta reunião.

Gostaria de passar a palavra, inicialmente, para a Drª Maria Rita Kehl.

A SRª MARIA RITA KEHL – Bom dia a todos.

Muito obrigada, Senador João Capiberibe, pelo convite. Só quero esclarecer que não foi um sacrifício tão grande assim, porque eu estava aqui em Brasília para a reunião da Comissão Nacional da Verdade. O único sacrifício que vou ter de fazer é sair mais cedo desta reunião, o que lamento muito. Meu voo é às 11h40min. Tenho que sair daqui às 10h30min. É o único sacrifício. Estar aqui não é sacrifício.

Vou ser breve, porque acho que temos de escutar mais o Paulo Fontelles Filho, pela seguinte razão. Na Comissão Nacional da Verdade, o meu campo de trabalho – escolhi trabalhar nisso – são as graves violações de direitos humanos entre camponeses e populações indígenas. Fui duas vezes ao Araguaia, mas fui para entrevistar os camponeses e conhecer os índios suruí. Não fui... Claro, estando lá, participei. Assisti às escavações em alguns lugares. Sobrevoei a Serra das Andorinhas. Mas acho que isso a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos do Araguaia já faz há muito tempo. Então, não posso dizer que eu tenha algo a acrescentar a esse respeito.

Então, gostaria de chamar a atenção para o fato de que nessa região onde houve... Não se pode nem dizer que houve uma guerrilha, não é? Houve uma primeira organização de jovens, conclamados pelo PCdoB para, eventualmente, se fosse possível, conseguir apoio para uma guerrilha. Não houve uma guerrilha; eles ficaram se organizando, tentando conseguir apoio da população, dos camponeses – o Paulo me corrija se eu estiver errada –, e foram assassinados... Não estavam em guerra, não era um confronto. Porque, até hoje, se fala nos mortos da Guerrilha do Araguaia, e, para as pessoas que têm pouco conhecimento, pode dar a impressão de que foram combatentes mortos em combate, porque quem vai a uma guerrilha se arrisca a isso.

Não era isso. Eles ainda estavam se organizando e, na terceira expedição, o Exército finalmente conseguiu encontrá-los – e conseguiu encontrá-los porque torturou índios e camponeses, até que alguns acabaram dando algumas pistas. Foi essa a decisão, e os camponeses ficaram numa situação muito complicada, como vítimas e, por alguns familiares com a sua dor, tendo seus parentes assassinados e alguns corpos

até hoje desaparecidos, podem ser também, não digo inimigos, mas traidores.

Então, fui conversar com essas populações, os camponeses remanescentes do período da guerrilha, e os suruí, que foram muito vitimados de duas maneiras. Primeiro, porque eles também foram obrigados a ajudar o Exército a encontrar guerrilheiros. Evidente que, se hoje os indígenas têm celulares, acesso à informação, etc, vocês podem imaginar que, na década de 70, sabiam pouco do que estava acontecendo. Os guerrilheiros eram os paulistas que estavam por ali, eram gente boa, gente que ajudava os camponeses, que fazia escola, que dava assistência médica, etc, eles não sabiam e, de fato, não eram terroristas, essa designação terrível que o Exército lhes deu. O terrorista, a gente sabe, é alguém que joga uma bomba em lugar público; é alguém que, para chamar atenção para sua causa, arrisca matar a população civil. Esses jovens estavam se organizando para uma guerrilha. Eles não eram terroristas. Mas essa palavra foi insistentemente utilizada pelo Exército para colocar a população, se não contra os guerrilheiros, pelo menos com medo do que os guerrilheiros poderiam vir a fazer com eles.

Uma coisa que eu ouvi lá e achei muito tocante é que a maioria dos camponeses – provavelmente isso correu de boca em boca, e eles acabaram padronizando uma resposta –, mesmo sob tortura, quando lhes perguntavam onde estavam os terroristas, diziam: "A gente não conhece não conhece aqui nenhum terrorista, conhece umas pessoas que eram legais com a gente, que faziam coisas boas. E quem está fazendo terror aqui são vocês". E com aquela bravura característica do camponês tradicional, que está acostumado a enfrentar uma série de dificuldades e que tem muita coragem. E a gente percebeu, no relato deles, como muitos deles têm coragem. E eles apanhavam ainda mais ao dizer aos agentes do Exército que o estavam torturando que eles que eram os verdadeiros terroristas.

Alguns desses camponeses estão desaparecidos... Paulo, ajude-me a lembrar o nome do menino que, quando foi pegar uma granada... Lauro é o que perdeu o braço, mas levaram o corpo do sobrinho dele, não foi isso? O menino que morreu em um acidente – não teria nem por que... Ele achou uma granada, pegou a granada e a granada explodiu; o tio, Sr. Lauro, perdeu o braço, e o corpo desse menino o Exército imediatamente levou sabe-se lá para onde. Até hoje, é um desaparecido também, embora não participasse da guerrilha; era uma criança, uma vítima absolutamente descomprometida com qualquer outra coisa.

É importante também saber que os suruí, que não sabiam nada, não entendiam – eles eram muito mais isolados do que são hoje –, e foram obrigados a cortar e carregar cabeças de guerrilheiros. Isso, que pode parecer demonstrar para algumas pessoas como eles são maus, índios selvagens, sanguinários, na verdade, foi traumatizante para eles. Não é tão simples. Mesmo sendo de uma outra cultura, de uma cultura que é obrigada, às vezes, a guerrear e a matar outros índios eventualmente em situações de conflito, cortar uma cabeça humana e levar essa cabeça nas costas... Alguns índios disseram, durante muito tempo, que sonhavam e tinha a sensação horrível do sangue quente escorrendo nas costas deles.

Então, os camponeses foram torturadíssimos. O relato das torturas vai estar no relatório da Comissão Nacional da Verdade. Eu nem acho que deva já antecipar isso aqui, a não ser que haja alguma pergunta. Então, eles são igualmente vítimas. Mesmo que, eventualmente, algum, sob tortura, tenha – eu acho que não deram pistas; pelo menos, esse que a gente conheceu e entrevistou, não é Paulo? – falado alguma coisa, não se pode considerar traição alguma coisa dita sob intenso sofrimento físico e intensa pressão psicológica.

Bom, estou disponível para responder outras perguntas, mas acho que quem deve falar mais mesmo é o Paulo Fontelles, que está trabalhando com a busca dos corpos até hoje. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Quero aproveitar a oportunidade, já que estamos diante de um membro da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça, para fazer um comentário.

Há pouco, em julho, tivemos o desaparecimento do pedreiro Amarildo numa área em que a segurança pública chegou para proteger a comunidade, e essa pessoa, certamente, depois de torturada, teve seu corpo desaparecido. Isso me leva a crer que a impunidade e a proteção dada aos que agiram, praticando tortura, assassinato e desaparecimento de corpos de adversários políticos da ditadura, que permaneceram impunes, terminou fazendo com que esse comportamento se institucionalizasse no nosso País. A falta de punição para os torturadores, os que cometeram crime, e aqui há uma questão que estou colocando em discussão... As nossas instituições armadas não podem trazer para si a responsabilidade daqueles que tiveram desvio de conduta, daqueles que praticaram crimes contra a humanidade. É preciso separar... Hoje, estou tentando conversar e levar essa discussão para o Ministério da Defesa, para que a gente possa separar, definitivamente, os que cometeram crimes das instituições armadas. São duas coisas muito diferentes.

Em alguns momentos, houve crise interna em função de desobediência da hierarquia militar por esses criminosos que, fardados, mancharam a farda

do Exército, da Aeronáutica e da Marinha brasileira. Então, são duas coisas muito diferentes. Hoje, os comandantes que estão conduzindo as nossas forças são profissionais distanciados da política e não podem mais continuar ouvindo os que estão no clube militar, aqueles que estão na reserva, esses que passaram e deixaram uma mancha terrível.

As nossas forças militares e os nossos comandantes precisam ouvir a sociedade, que clama pela reposição da verdade. No Brasil, aconteceu um golpe de Estado, a destituição de um presidente democraticamente eleito, e isso precisa definitivamente ser reconhecido.

Aproveito...

A SRª. MARIA RITA KEHL – Eu gostaria de falar mais alguma coisa, então...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Pois não.

A SRª. MARIA RITA KEHL – Aproveitando, já que vamos entrar no presente, acho superimportante lembrar... Concordo 100% com o que o senhor disse, e, entre as recomendações, a revisão da Lei da Anistia é controversa, ainda, dentro da Comissão. Uma das recomendações – digo isso abertamente, de público – é que pudesse ser revista essa lei que anistiou igualmente torturadores e torturados. Ela, evidentemente, foi uma lei aprovada entre quem tinha armas nas mãos e quem estava sob a mira das armas. Então, não foi uma negociação exatamente igualitária.

Entre as heranças tremendas que temos da ditadura militar, está a permanência das polícias como polícias militares. Isso é gravíssimo. As polícias militares nos Estados têm conduta – parece-me que muito mais do que o Exército até, eu creio, não posso afirmar 100% – semelhante à que tinham durante a ditadura, evidentemente não com as populações que têm acesso à Justiça. Dificilmente, um menino de classe média vai ser morto por um policial. E, se ele for, isso será um escândalo, será apurado, vai ter consequências. Mas os jovens negros, pobres, das periferias das grandes cidades, são tratados pela polícia como os militantes do tempo da ditadura.

Para terem uma ideia – acho que muitos dos senhores devem saber –, em maio de 2006, na região da Grande São Paulo e Santos, quando o PCC praticou aqueles atos criminosos contra agentes públicos – policiais, bombeiros, guardas de patrimônio público, etc, matando alguns deles; evidentemente, isso foi um gesto bárbaro também e tinha de ser punido – as polícias não reagiram apurando. Enfim, não sei qual era o trato com as lideranças do PCC dentro da cadeia, mas reagiram num espírito de revanche e, durante dez, quinze dias, na Grande São Paulo, foram mortos pela Polícia Militar mais jovens do que todos os militantes de esquerda que morreram durante a ditadura. Foram mortos mais de 500 jovens. Desses, muitos corpos estão desaparecidos.

Eu sei disso por causa de uma audiência pública que houve na Faculdade São Francisco, em 2008, onde compareceram as mães e pais desses jovens. Eles não conseguem encontrar os corpos dos seus filhos, porque, como são pessoas que moram em bairros muito desprotegidos e longe da presença da lei e de uma segurança para o cidadão, ao buscar os corpos dos seus filhos, eles também são ameaçados. Então, não só há um número enorme de jovens assassinados pela polícia, como de desaparecidos. Não são desaparecidos políticos propriamente ditos, mas são desaparecidos como vítimas de uma revanche das forças policiais contra uma facção criminosa. Como eles não podem renegociar e estão um pouco na mão dessa facção criminosa, eles se vingaram na população civil.

Esse dado é tão bárbaro que, quando eu conto, as pessoas até me olham como quem diz: “Eu prefiro acreditar que é mentira; ela está exagerando”. Porque é muito desconfortável saber disso. Mas esse é o relato. E, nessa audiência pública, as fotos e os nomes desses jovens todos estavam nas paredes da sala. Então, eles existiram e foram mortos em dez dias, por uma polícia militarizada, em plena democracia.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Drª Maria.

É possível ter um material dessa audiência pública ou informações?

A SRª. MARIA RITA KEHL – Dessa audiência, eu não tenho certeza. Ela foi feita em 2008. Talvez na... Na verdade, ela foi um júri simulado – foi muito bonito – dos crimes do Estado, onde estavam presentes todos os representantes de direitos humanos e de movimentos sociais. Alguns advogados fizeram papel de advogados dos familiares, e outros advogados fizeram papel de advogados do Estado, mas era uma encenação. Evidentemente, os jurados, dos quais eu fazia parte, condenaram o Estado por esse crime. Isso foi filmado. Foi na Faculdade São Francisco.

Eu posso tentar encontrar... Seria importante principalmente... Mas eu posso lhe enviar um livro das Mães de Maio, que são essas mães... Gostaria muito. Mando para cá ou para onde o senhor achar que convém. E posso pedir para enviarem mais exemplares, para outros Senadores que tiverem interesse, da Comissão de Direitos Humanos.

As Mães de Maio já publicaram a história da sua busca. Faz sete anos que elas buscam. E correm permanente perigo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Na próxima reunião deliberativa, nós vamos propor uma audiência pública com as Mães de Maio.

A SRª. MARIA RITA KEHL – (*Fora do microfone*.) – Nossa! É muito importante.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Vamos ouvi-las inicialmente.

Eu queria registrar a presença do Dr. José Benedito de Oliveira, que é do gabinete da Deputada Erika Kokay. E também do Dr. José Barroso Filho, que é Juiz-Auditor e Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça Militar da União.

Obrigado pela presença.

E agora, então, eu passo a palavra ao Dr. Paulo Fontelles Filho.

O SR. PAULO FONTELLES FILHO – Meu caro Senador João Capiberibe, Presidente desta Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal; minha cara amiga Maria Rita Kehl, que, junto aos camponeses do Araguaia e aos indígenas, tem buscado reescrever uma página importante da história brasileira. Mas, Senador Capiberibe, em seu nome, saúdo todas e todos que estão aqui presentes.

Eu começo a minha manifestação com base na deixa da Maria Rita Kehl, quando trata dessas estruturas que permaneceram no tempo, no nosso País, e que revelam toda herança inaudita do regime militar brasileiro. E ela naturalmente fala com propriedade quando cita as questões relacionadas às polícias militares País afora. Penso que uma importante indicação para o futuro do Brasil e com importante dimensão democrática é, de fato, revisitar esse período da vida nacional brasileira.

O nosso tema aqui, nesta reunião, é exatamente sobre o problema das ossadas do Araguaia. É o que faz com que eu tenha sido convidado pelo Senado Federal para tratar dessa questão; e tratar também, sobretudo, de aspectos do Estado clandestino e criminoso que ainda opera na sociedade brasileira.

Falo isso, meu caro Senador Capiberibe, indicando-me e fazendo indicações com relação à questão da Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Pará e de um evento que a sociedade brasileira não poderá desconhecer, que é a questão dos mortos políticos desaparecidos no nosso País; e do que aconteceu com uma parcela de uma geração de brasileiros e de brasileiras que enfrentou toda tirania do regime militar. Infelizmente, os seus corpos continuam desaparecidos, apesar do esforço que tem havido no Brasil, nos últimos anos, sem falar também do importante esforço dos familiares desses mortos desaparecidos, ao longo de mais de 30 anos.

Falo aqui, inclusive, indicando a importância que foi, por exemplo, para o nosso País e para essa memória toda, a primeira caravana de familiares do Araguaia, que, em 1980, percorreu aquela região toda do sul do Pará, região violentíssima. Só naquele ano de 80, mais de 40 pessoas foram assassinadas naquela região, em função do conflito, da disputa pela terra. E, particularmente, sob a égide da penetração econômica na Amazônia, facilitada pelo próprio regime dos generais, dos militares, que a promoveu. Quer dizer, é toda uma herança que faz com que até hoje o Estado do Pará seja o campeão da violência no campo, do trabalho escravo e do desmatamento.

Essas heranças não são à toa e se projetaram no tempo fundamentalmente com base nessa expressão da própria ação do Estado brasileiro, naquela imensa região do País, naquela região de fronteira, da ocupação humana na própria Amazônia. Então, a questão que temos para tratar aqui hoje junto ao Senado e a esta Subcomissão é exatamente uma parte desse Estado clandestino que continua, que permanece no tempo.

Falo isso, Senador Capiberibe, referindo-me e reportando-me às ações da Agência Brasileira de Inteligência no Estado do Pará. Mas vamos aos fatos.

Entre 2001 e 2002, tivemos a informação de que ossadas supostamente de guerrilheiros foram encontradas no Forte do Castelo, em Belém do Pará. O que é o Forte do Castelo? É a região onde nasceu a cidade de Belém. E, ali, até meados da década de 2000, funcionava a antiga 5ª Companhia de Guardas. Penso, inclusive, que V. Exª ficou preso na própria 5ª Companhia de Guardas, em Belém do Pará.

Nas obras de requalificação dessa imensa região histórica de Belém, no berço da cidade de Belém, os operários da construção civil que estavam trabalhando na obra encontraram, Maria Rita, ossadas humanas. Tais ossadas poderiam ser do período colonial brasileiro, porque ali é um espaço de muitos acontecimentos históricos da cidade de Belém, mas uma questão nos chamou atenção: que esse material encontrado no Forte do Castelo, entre 2001 e 2002, foi recolhido por agentes da Agência Brasileira de Inteligência. Isso nos causou extrema surpresa.

Na época, eu era vereador em Belém e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belém, recebi essa informação, e nós passamos, então, a fazer o levantamento das questões todas. Primeiro, consultamos os operários da construção civil. Todos eles trabalhavam com uma empreiteira de São Paulo chamada Paulitec e, de fato, confirmaram o achamento dessas ossadas todas. Quem fala

isso, inclusive, é o ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém, nosso companheiro Moacir Martins.

E tivemos essa primeira informação de que os operários haviam encontrado esse material, que teria sido recolhido por um suposto Léo, que trabalharia na Secretaria de Estado de Cultura do Pará. Depois, nós soubemos que esse suposto Léo era um policial militar aqui do DF lotado, recrutado para a Abin do Pará.

Digo a vocês que grande parte dos recrutamentos da Abin aconteceram ou nas polícias militares ou no corpo de bombeiros. E esse policial militar foi recrutado aqui para trabalhar para a Abin. E os organizadores dessa ação foram os Srs. Magno José Borges e Armando Souza Dias. Ambos, tanto Magno José Borges como Armando Souza Dias foram do Doi-Codi (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna), no período da repressão política no nosso País, estiveram no Araguaia, foram agentes do Serviço Nacional de Informações e estão na Abin do Pará. E nós tivemos a informação de que esse material foi recolhido a mando desses dois dirigentes da Abin.

Inclusive, na época, entre 1980 e 2011, Magno José Borges, que é capitão da reserva do Exército brasileiro, foi chefe de operações do SNI no Pará e da própria Abin no Pará. E Armando Souza Dias, que também ingressou na Abin em 1980, já teria sido do Doi-Codi e ficou, até 2011, como coordenador. Quer dizer, eles passaram por vários postos de chefia, seja no Serviço Nacional de Informações, seja na Agência Brasileira de Inteligência.

Diante dessa informação toda, nós começamos a apurar a questão. Apuramos, por exemplo, através de um ex-sargento preso naquele período por ligações com a esquerda armada brasileira, Amado Tupiassu, que, de fato, confirmou. Preso na 5ª Companhia de Guardas, confirmou que ali teve contato visual com três militantes do Araguaia: dois homens e uma mulher. Ele, naquele episódio, não saberia precisar o nome desses desaparecidos políticos. E, na caravana de 1980, o primeiro camponês preso foi Eduardo dos Santos, pai do Lauro, que perdeu o braço, e do Sabino, seu irmão, que perdeu a vida. E até hoje a família não sabe onde está o corpo do Sabino. E o Eduardo, preso na 5ª Companhia de Guardas, fez um relato, na caravana de 80, para os familiares do Araguaia e também para o meu pai, que era o advogado da caravana, de que ele teria visto um guerrilheiro ser morto dentro da 5ª Companhia de Guardas.

Então, esse processo todo nos chamou atenção, Senador Capiberibe. Quando dessa descoberta das ossadas, entre 2001 e 2002, à época a coordenação geral da Abin no Estado do Pará estava a cargo do Sr. Arlindo Colombelli. E foi produzida uma extensa documentação, um memorial que trata exatamente dessa questão. Inquérito na Polícia Federal. Ocorreram nesse processo dois processos administrativos disciplinares, um em 2004, e outro em 2011, e, no processo administrativo disciplinar de 2004, há documentação de que esse material teria sido de fato encontrado no Forte do Castelo.

O fato é o seguinte: dois funcionários da Abin, por supostamente terem denunciado esse processo, foram demitidos a bem do serviço público, sem nenhuma defesa, inclusive de terem falado sobre essa questão relacionada às ossadas encontradas no Forte do Castelo.

O fato é que foi produzida uma extensa documentação por parte da Agência brasileira, e até hoje nós não temos acesso a isso; nem aos documentos, que foram produzidos, o primeiro em 2004 e o segundo em 2011, como também o acesso que nós possamos ter a esse tipo de documentação.

Digo a vocês inclusive o seguinte: ontem, Senador Capiberibe, – falei à Maria Rita, antes de iniciarmos essa nossa audiência –, um ex-soldado, que prestou serviço, lá, em 1994, nos relatou que, de fato, havia sepultamentos de desaparecidos políticos na 5ª Companhia de Guardas. Que, em 1992, os soldados, fazendo um banheiro no espaço dos oficiais, houve a quebra de um porão, e os soldados e um cabo teriam visto de cinco a sete ossadas, todas com perfuração no crânio. E que o coronel, em 1992, mandou fechar esse material todo. Fechou toda a obra. E esse mesmo material, que pode ter sido descoberto em 2001/2002.

O fato é que nós temos denunciado isso há 10 anos. Há muitas pressões com relação a esse problema das ossadas do Araguaia – essa é apenas uma delas. Inclusive intimidação, funcionários da agência em Belém do Pará fazendo campana com relação a minha pessoa, e também daqueles ex-funcionários da própria Agência Brasileira de Inteligência, bem como assassinatos.

Por exemplo, nesse período todo, na região do Araguaia, depois das decisões, primeiro, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da condenação brasileira na Corte; da decisão da Juíza Solange Salgado, que exigiu que o Estado brasileiro faça todo o esforço no sentido de localizar, identificar e contar os roteiros desses desaparecimentos, muitas pressões têm havido. Falo isso, reportando-me, por exemplo, ao assassinato de Raimundo Cacaúba.

Quem foi Raimundo Cacaúba, Senador Capiberibe? Foi um dos mais importantes aliados do Curió na Serra Pelada. E, no processo do Araguaia, foi re-

crutado, sob tortura, para servir como rastejador ao esquema da repressão política. Esse homem nunca havia aberto a sua boca e, em maio de 2011, começa a falar. Há pouco mais de dois anos. Em maio de 2011 ele começa a falar e a contar o *modus operandi* da coisa toda. O que aconteceu com esse homem? Este homem, no final de junho de 2011, um mês e meio depois, ele é assassinado. Ele começa a falar em maio de 2011 e, em final de junho de 2011, ele é assassinado em Serra Pelada, depois que o Curió esteve em Serra Pelada fazendo uma reunião com àqueles que ainda lhes são fiéis.

A SRª. MARIA RITA KEHL – Paulo, e ele tinha dito que estava com medo. Não é isso?

O SR. PAULO FONTELLES FILHO – E ele disse que estava com medo.

Inclusive, ele não foi chamado para essa reunião com o Major Curió. E ele relata para um outro ex-mateiro, com o qual nós temos muita relação, muita ligação, que a cabeça dele estava a prêmio. E, de fato, estava mesmo, porque ele foi assassinado.

Para vocês terem uma ideia, não há inquérito feito, produzido pela Polícia Civil do Estado do Pará. O único inquérito que existe é o da Polícia Federal de Marabá com relação a isso, por conta das provocações que nós fizemos.

A SRª. MARIA RITA KEHL – Não foi apontada como sendo a motivação latrocínio?

O SR. PAULO FONTELLES FILHO – Houve, a princípio, isso, de que ele teria sido morto por latrocínio. Só que ele vivia em Serra Pelada.

O Senador Capiberibe, que é paraense, sabe o que é Serra Pelada. É uma das regiões mais pobres do nosso País. Este homem, Raimundo Clarindo, Raimundo Cacaúba vendia banana na feira do distrito de Serra Pelada. E foi morto dizendo que poderia ter sido latrocínio. Mas não há inquérito na Polícia Civil do Estado do Pará sobre isso. O único inquérito que existe aberto é por conta das pressões, inclusive da Juíza Solange Salgado, para que se apurem essas questões.

O fato é o seguinte: desde 2010, nós temos tido pressões nesse sentido. Por exemplo, pressões em cima de camponeses amigos nossos, que fornecem informações, como é o caso do Euclides Pereira, o Beca.

Sobre 2010, há a informação – falo isso porque eu estava lá; era membro do grupo de trabalho de Tocantins e do grupo de trabalho do Araguaia – de pressões em cima desse pessoal. Antigos doutores começavam a circular a região no sentido de intimidar camponeses, ex–mateiros e também ex-militares, ex-soldados, que começaram também a abrir a boca com relação a isso.

O depoimento, por exemplo, dos ex-soldados, Senador Capiberibe, é impressionante, porque eles inclusive falam do *modus operandi*. Eles dizem, por exemplo, da primeira operação limpeza que ocorreu naquela região, em 1976, coordenada pelo Euclides Figueiredo, irmão daquele que, algum tempo depois, seria presidente da República, o João Batista Figueiredo.

Em que consistem essas operações de limpeza? Consiste na retirada das ossadas de um determinado local e levá-las para outros locais.

E, pela primeira vez, com base nos relatos dos ex-soldados e ex-sargentos, há militares que dizem: "Não, eu participei, eu vi". Inclusive é o caso do Valdim Pereira de Souza, que foi, durante seis anos, motorista do Major Curió, rompeu com o Major Curió e começou a colaborar com o grupo. Esse homem, por exemplo, mora em Macapá, e, logo depois de colaborar com esse grupo de trabalho, começou a ser ameaçado, começou a sofrer pressões. Inclusive foi espancado em Macapá, e os seus espancadores – a Comissão da Verdade do Amapá sabe disso, porque eu passei essa informação para eles – falavam para o Curió.

Quando a gente trata do problema da Abin, no Pará, da questão relacionada às ossadas que foram encontradas...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Valdim...

O SR. PAULO FONTELLES FILHO – Valdim Pereira de Souza. Valdim, com eme: Valdim.

Os depoimentos desses ex-soldados, de ex-agentes da Abin, exatamente aqueles que foram demitidos a bem do serviço público pela direção da Abin no Pará, já foram feitos inclusive na própria Secretária Nacional de Direitos Humanos, na Comissão de Mortos e Desaparecidos, isso em 2011.

O fato é o seguinte: que essa história da Abin recrudesceu. É a ponta do *iceberg* para uma questão que é absolutamente séria, inclusive ligada ao problema do Serviço Nacional de Informações e da liquidação física de um conjunto de lideranças políticas do Pará no curso das décadas de 80 e 90.

Se nós pegarmos, por exemplo, desde o assassinato do Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, em 1980, até o assassinato do Expedito Ribeiro de Souza, em 1981, passando pela Irmã Adelaide Molinari, pelo Padre Josimo, por Paulo Fontelles, meu pai, pelo João Canuto de Oliveira, pelo Deputado João Batista, todos eles tiveram, seguramente, a presença dessa Inteligência que foi testada no período repressivo brasileiro e que até hoje permanece à frente do serviço público. Quer dizer, nós estamos falando de um Estado clandestino que existe no País. De uma agência que tem, Senador Capiberibe, aquela visão do Conselho de Segurança Nacional, de lei de segurança nacional, segundo a

qual camponês é inimigo da segurança nacional, assim como o MST, indígenas, lideranças políticas...

Sei que inclusive há essa questão recente com relação à espionagem da Vale. Quem foi que forjou, por exemplo, a Vale do Rio Doce? Ela foi dirigida por militares até a sua privatização. Quer dizer, grande parte do serviço minerário brasileiro.

Então, a denúncia que trazemos aqui não ilações; existem processos sobre isso. Há relatórios feitos sobre as ossadas em 2002; feitos pelo Gladston Vilela de Andrade, que era Coordenador-Geral da Abin entre 2002 e 2004, com as assinaturas do Magno José Borges e do Armando Souza Dias. Quer dizer, os caras foram do Doi-Codi, foram da repressão política. Um, por exemplo, dos mateiros do Araguaia diz que este Magno, era o Dr. Magno, que era o mais perverso dos torturadores – era o cortador de mãos e cabeças do Araguaia. Estão à frente do serviço público do Estado do Pará, da Agência Brasileira de Inteligência, até hoje. Até hoje. E tiveram posições de chefia até 2011, Senador Capiberibe, até 2011. E eles coordenaram a exumação desse material, dessas ossadas que foram encontradas no Forte do Castelo.

Por que eles não estão aqui hoje? Por que, em vez de estarem aqui, eles ficam fazendo pressão em cima da gente no Pará? Perseguindo, seja o Marco Antonio Antas Moreira, que, na defesa, digamos – porque entrou na Abin pelo serviço público, em 1999 –, do seu trabalho, do seu empenho, do seu esforço, começou a nos ajudar nesse processo, depois de ter sido escorraçado da Abin.

Quer dizer, foi produzida uma importante documentação, inclusive na Polícia Federal, na Superintendência do Pará. E está lá nesse memorial, que, inclusive, passo às mãos tanto da Subcomissão de Memória e Verdade, como também da Comissão Nacional da Verdade. Quer dizer, as coisas são muito claras, e até hoje eles nos negam informação sobre isso! Sejam as informações sobre o encontro desse material todo, mas também com relação ao histórico militar e aos assentamentos funcionais do Magno e do Armando.

Por exemplo, Maria Rita, quando, em 2001, o Ministério Público Federal fez aquela batida nas dependências do Exército e encontraram, inclusive, em Marabá, uma agência, a P2 do Exército, o cara que foi destinado para a Abin para cuidar de Marabá foi Armando Souza Dias. Quer dizer, essa turma continua atuando no sentido do esquecimento da sociedade brasileira, inclusive fazendo provocações. Eu vou contar um episódio que foi muito flagrante com relação às pressões que a Abin faz no Para.

No dia 5 de maio de 2011, eu fiz um depoimento ao PAD (Processo de Articulação e Diálogo) de 2011, o segundo – o primeiro foi em 2004. Dia 5 de maio de 2011, comecei a falar às 9 horas da manhã e terminei às 3 horas da tarde. Quando deu 21h, 22h, eu tenho filhas novas, as meninas foram dormir para ir para a escola de manhã, eu também fui dormir com a minha esposa. Uma hora da manhã, os meus irmãos quebram a porta de casa, porque estava circulando em rede social que nos haviam assassinado em Belém. No mesmo dia em que nós fizemos o depoimento na Abin!

Agora, no início do mês de novembro, o *Estado de Minas* fez uma matéria sobre a Abin, no Pará, falando, por exemplo, e pegando depoimento do Moacir Martins, do presidente do sindicato dos trabalhadores da construção civil: “Não, de fato foram encontradas essas ossadas aqui”. Inclusive falando do esquema de terror que foi criado com os peões lá, para que os peões não falassem nada. Quer dizer, quanto mais mandar o peão não falar nada, aí é que ele fala mesmo! Isso é um aspecto bastante generoso entre os nossos operários trabalhadores. E, depois dessa matéria do *Estado de Minas,* houve o recrudescimento desse processo todo.

Para você ter uma ideia, Maria Rita, nós temos mais de 15 gravações dos carros da Abin correndo atrás da gente, nos seguindo, seja a mim, seja ao Marco Antonio pelas ruas de Belém.

Você vai a um restaurante... Há duas semanas fui com a minha esposa a um restaurante, e estavam lá os caras da Abin. Eu tive inclusive a ousadia de pegar uma câmera fotográfica, fotografar o carro e fazer a denúncia disso na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, denúncias feitas pelos Deputados Carlos Bordalo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Partido dos Trabalhadores, e pelo Deputado Edmilson Rodrigues, do PSOL. Eles denunciaram essa questão toda.

O fato é o seguinte: nós estamos diante dessa situação. Esse material foi recolhido, existem documentos que tratam disso no âmbito da própria Abin, nesse processo administrativo disciplinar, e nós não temos acesso a isso. Não temos acesso a isso. E as pressões continuam. As pressões continuam no sentido de nos intimidar, no sentido de fazerem campana... E nós sabemos o que representa uma ameaça dessa turma e dessa gente contra a integridade física das pessoas! Por exemplo, Senador Capiberibe, o cara que organizou o assassinato do meu pai, no Pará, foi James Sylvio de Vita Lopes, o cara da Operação Bandeirantes, que foi do Serviço Nacional de Informações. Dias antes de ele ser morto, ele se reúne em Belém com o ex-Senador Romeu Tuma, que era conhecido como Dr. Silva do Araguaia, que é visto pelos camponeses e pelos presos, que depois se tornaram mateiros, desde setembro de 1972. Quer dizer, essa turma que foi do

SNI – e uma parte dela continua à frente da Agência Brasileira – foi gente que serviu à repressão política e não tem interesse em abrir essa questão toda.

Então, esse memorial traz todas essas informações. Um fato novo desse processo todo é que ex-soldados que estavam prestando guarda na década de 90 confirmam de fato o encontro desse material, e nós queremos saber onde foram parar essas ossadas. O que aconteceu com elas? E por que o Gabinete de Segurança Institucional ou mesmo a Agência Brasileira de Inteligência se negam a entregar esse material.

Penso que só com a força do Senado, desta Casa, que é a mais importante Casa legislativa do País, nós podemos esclarecer definitivamente essa questão. Porque a tática da Abin, Senador Capiberibe, é se manter calada. Eles não respondem nada. Quer dizer, eles não propõem nem uma ação para nos inquirir. É provar o que estamos falando... Nem isso eles fazem, o que é absolutamente estranho, como é absolutamente estranho, por exemplo, não dar nenhum retorno à convocatória desta Subcomissão para vir aqui explicar o porquê dessa atitude tão ligada àquele período ditatorial da vida brasileira.

A princípio seria isso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Dr. Paulo Fontelles Filho.

Registro aqui a presença da nossa Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Ana Rita, a quem pergunto se gostaria de intervir de imediato. Na verdade, a Drª Maria Rita mais ouviu do que falou, porque essas informações são muito importantes para a Comissão Nacional da Verdade. E, pelo que a gente pôde observar, vai exigir um posicionamento da Comissão de Direitos Humanos em relação ao universo de informações que acabamos de receber.

Eu passo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe, que é Presidente da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos.

Quero cumprimentar a Maria Rita, que é da Comissão Nacional da Verdade, e cumprimentar também o Paulo Fontelles, que é membro do Comitê Paraense pela Memória Verdade e Justiça do Estado do Pará.

Não pude ouvir a Srª Maria Rita; pude ouvir parte da fala do Paulo. Eu estava na reunião da Comissão de Meio Ambiente, não pude estar aqui no início, mas eu até comentava aqui com nosso amigo que está ao lado, o Dr. André Saboia, da Comissão Nacional da Verdade, como o Estado do Pará é complicado... Todas as vezes em que fazemos aqui alguma audiência pública que envolva o Estado do Pará, há notícias sempre muito difíceis.

Eu estive lá por ocasião da CPMI da Violência contra as Mulheres e pude perceber quantas denúncias aquele Estado faz no que se refere a tráfico de pessoas, no que se refere à violência contra as mulheres, no que se refere à violência contra indígenas, camponeses... É um Estado altamente violento, complicado, infelizmente. Não só o Estado do Pará, mas esse, na minha opinião, tem-se destacado, pelo menos na Comissão de Direitos Humanos, em relação a diversas denúncias.

Dr. Paulo, não pude ouvir sua fala toda, mas acho que traz aqui informações importantes, que deverão, com certeza, ser acolhidas pela Subcomissão. É claro que a Comissão de Direitos Humanos vai manifestar-se conforme a análise, a orientação que a Subcomissão passar.

Então, podem contar comigo, como Presidenta dessa Comissão; com certeza, podem contar com os demais membros da Comissão de Direitos Humanos. Temos buscado realmente contribuir com a Comissão Nacional da Verdade. Na medida do possível, a Subcomissão tem visitado alguns Estados. Já esteve no Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo, visitando alguns órgãos que cumpriram o papel no período da ditadura, não muito adequado, não muito bom. Mas é preciso que essa realidade, que as verdades sejam colocadas. A Subcomissão tem prestado um bom trabalho, ajudando neste sentido de levantar as informações, colher os dados necessários e municiar a Comissão de Direitos Humanos com esses dados vindo dos Estados.

Então, coloco-me inteiramente à disposição do Senador João Capiberibe, que é o nosso Vice-Presidente também, para fazer os devidos encaminhamentos.

Agradeço a presença da Maria Rita e a presença do Paulo Fontelles. Podem contar conosco.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Eu gostaria de passar a palavra à Drª Maria Rita. Hoje é o dia das Ritas na nossa Comissão.

A SRª. MARIA RITA KEHL – Querida Senadora xará, muito prazer em conhecê-la. Querido João Capiberibe, quero só acrescentar alguma coisa, não a respeito... Acho que quem pode falar realmente com muita propriedade da questão das ossadas é o Paulo Fontelles Filho mesmo.

Mas eu gostaria de acrescentar alguma coisa em termos do que podemos chamar de *O que Resta da Ditadura*. Aliás, esse é um livro editado pela Editora Boitempo, organizado pelo Edson Telles e Vladimir

Safatle, que vale a pena ser lido: *O que Resta da Ditadura*. São vários ensaios analisando o modo como a ditadura brasileira praticamente expirou – ela não foi derrotada, ela expirou – e todas as práticas e todas as instituições do Estado que permanecem comprometidas, como o Paulo Fontelles estava agora mesmo lembrando, com o autoritarismo da ditadura.

Eu acho que é importante, é uma relação que vou fazer agora com uma diferença de 30 anos. Entre o apagar das luzes da ditadura, formou-se entre os Estados de Goiás, Maranhão e Pará – os Estados mais violentos na disputa por terra, como vocês sabem –, de maneira absolutamente consentida pelo Poder Público, a famigerada UDR (União Democrática Ruralista), grandes proprietários de terras – e certamente grileiros, porque ninguém tem tanta terra assim sem ter tirado de alguém – formaram um grupo, uma milícia armada consentida – nunca ninguém dessa milícia armada foi preso – para matar camponeses, posseiros, ou pessoas que resistiam à tomada da sua terra. Isso se deu em resposta ao recém-formado MST, que tinha uma estratégia pacífica de ocupação de terras, tanto que quem tentou uma estratégia armada – que foi o José Rainha – se afastou do MST. O MST tem uma estratégia pacífica. Dessa milícia armada, um dos seus representantes é Senador da República, Ronaldo Caiado. Enfim, nunca foi punido e é responsável certamente... Desculpem-me, Deputado Federal, um pouco menos mal.

Restos dessa milícia ainda devem estar por aí, mas o importante é que a redemocratização se faz com essa imensa nódoa, ao mesmo tempo, concomitantemente. A luta pela terra, em vez de então legalizar-se, dar-se através das instituições de Justiça, cria um braço armado ilegal.

Hoje, nós assistimos à questão da impunidade. Como isso repercute no País? Hoje, num outro Estado... A Senadora Ana Rita estava falando do Pará como o Estado mais violento. O Caetano Veloso fez uma música que começa assim: "O império da lei há de chegar no coração do Pará". No ano passado, ele fez essa música; é extremamente atual.

Mas em outro Estado no qual a violência – não contra camponeses, mas contra indígenas – é alarmante, que é o Mato Grosso do Sul, há 15 dias, me parece, proprietários de terra ali fizeram um leilão de gado para arrecadar dinheiro para formar milícias privadas, para pagar milícias privadas. Ontem, recebi a notícia de um colaborador nosso na área indígena de que estão cercando os guaranis-kaiowás que estão ali tentando retomar pequenos pedaços de terra. Não é que eles queiram retomar toda soja do Mato Grosso do Sul. Eu estive lá, vi a quantidade de soja que há e os pequenos pedaços que os guaranis-kaiowás tentam retomar as suas terras que foram invadidas. Eles estão cercados por uma milícia privada, e o Estado brasileiro, aparentemente, não intervém. Então, "do que resta da ditadura" nós teríamos muito que dizer. Poderíamos ficar aqui três dias inteiros falando sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Pergunto se alguém mais gostaria de intervir.

Nós temos que fazer alguns encaminhamentos. Eu gostaria de transformar essas informações em pedido de informação à Abin. Requerer as informações das notícias que acabamos de receber, para que a Abin nos encaminhe toda a documentação relativa a essas ossadas. Investigações inclusive com o nome das pessoas aqui citadas. E também vamos mandar um documento, um ofício, à Abin, responsabilizando-a pelas pressões contra o Dr. Paulo Fontelles Filho e Marco Antonio Antas Moreira.

Vocês estão sendo seguidos, assediados...

O SR. PAULO FONTELLES FILHO – ...assediados, com campana, isso tudo inclusive gravado. Nós fizemos gravações e fotografias disso tudo. Podemos passar isso imediatamente a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Você nos encaminha, e nós, daqui, encaminhamos à Polícia Federal. Nós vamos notificar a Polícia Federal para que investigue. E vamos também responsabilizar a Abin caso ocorra qualquer constrangimento físico, qualquer novo assédio. Peço que você nos comunique para que possamos tomar uma iniciativa.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Permita-me, Senador João Capiberibe. Acho que é importante receber toda a documentação do Dr. Paulo Fontelles, mas acho que podemos encaminhar para o Ministro da Justiça, também para a Polícia Federal, porque a Polícia Federal é vinculada ao Ministério da Justiça, mas é importante também oficiar o Ministro José Eduardo Cardozo. Isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Talvez seja o caso de oficiar o Ministro e que ele, então, encaminhe à Polícia Federal.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Oficiar o Ministro, solicitando que ele encaminhe à Polícia Federal para fazer as devidas investigações.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Talvez seja o caso de nós comunicarmos à Presidência da República, porque a Abin é diretamente ligada à Presidência, ao Gabinete de Segurança Institucional. Então, acho que devemos

encaminhar um documento relatando o que acabamos de ouvir para a Presidência da República.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – E eu imagino que, apesar de a Comissão Nacional da Verdade estar presente aqui hoje, talvez fosse bom formalizar esses encaminhamentos para a Comissão Nacional da Verdade.

Não é isso, Drª Maria Rita?

A SRª. MARIA RITA KEHL – Certamente.

Se for possível encaminhar, formalizados... Apesar de que o que acontece hoje não é objeto de investigação da Comissão Nacional da Verdade, mas pode estar nas nossas recomendações. É fundamental.

Então, eu pediria também que oficiasse ao Ministro da Justiça a situação do Mato Grosso do Sul, porque o Estado não pode ser omisso em relação a essa milícia armada.

Se fosse possível encaminhar pelos Senadores, eu agradeceria muito. Também poderia marcar uma audiência com ele.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero aqui ratificar o que a Maria Rita está dizendo. Acho que a questão indígena no País e do Mato Grosso do Sul já foi debatida algumas vezes aqui. Nós fizemos alguns encaminhamentos e não obtivemos resposta.

Essa última situação da formação dessa milícia não foi ainda debatida aqui, porque é mais recente essa informação. Então, nós precisamos realmente tornar isso público, de uma forma mais incisiva por parte da Comissão de Direitos Humanos.

Poderemos já fazer o encaminhamento para o Ministro da Justiça, mas podemos aqui assumir o compromisso de que esse debate deverá acontecer. Infelizmente agora vamos entrar no recesso, vamos ficar um tempo sem reuniões da Comissão de Direitos Humanos, mas nada impede que encaminhemos agora um requerimento para o Ministro da Justiça para que tome as devidas providências. Poderemos fazer isso imediatamente, mas isso não invalida trazer esse assunto para um debate aqui na Comissão de Direitos Humanos assim que retomarmos os trabalhos no próximo ano. E é necessário tomar uma atitude emergencial. Até porque os kaiowás estiveram presentes na 1ª Conferência Mundial de Direitos Humanos, e eles estavam extremamente ansiosos, eu diria, fizeram uma manifestação, estavam em um número bastante elevado de lideranças indígenas, e o assunto realmente é muito sério e muito grave.

É preciso, sim, tomar uma providência imediata no sentido de solicitar ao Ministério da Justiça que tome as devidas providências antes que aconteça algo pior. E, assim que retomarmos os trabalhos em 2014, esse assunto deverá ser pautado logo no início do ano aqui na Comissão de Direitos Humanos, dando continuidade a um debate que esta Comissão tem feito. Infelizmente, a gente não tem tido muito resultado.

O debate é feito, os índios vêm aqui, eles se manifestam, não só os de Mato Grosso do Sul, mas também de outras etnias, de outras localidades, e o retorno tem sido muito pequeno.

A Funai já esteve aqui, prontamente atendeu os nossos convites. Enfim, o debate, que é o foco do nosso trabalho aqui, no sentido de tornar públicas as questões, nós temos feito, mas são necessárias realmente respostas efetivas por parte do Poder Executivo também.

Acho que poderemos fazer esses dois encaminhamentos: oficiar o Ministro da Justiça e, no ano que vem, retomarmos publicamente o debate sobre essa questão indígena.

A SRª. MARIA RITA KEHL – Muito obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu acrescentaria algo, Senadora Ana Rita. Acho que a ideia em relação a esse leilão que foi fartamente noticiado pela imprensa colocou os guaranis-kaiowás numa situação de emboscada. Eles estão ameaçando suicídio coletivo. Se bem que o suicídio é uma prática muito comum nos guaranis-kaiowás lá do Mato Grosso do Sul em função de eles não terem terra. São mais de 60 mil vivendo em uma pequena área. Então, eles vivem numa situação desesperadora.

Esse problema seria solucionado se o Poder Executivo tomasse a decisão de indenizar as áreas. Os fazendeiros foram colocados ali pela mão do Estado. Eles não deixam de ter razão também. O Estado franqueou a entrada deles. Então, essa é uma questão que precisa ser considerada, e o Estado tem de ser responsável por isso. E ninguém pode se omitir. O Governo Federal não pode continuar se omitindo diante de uma possível tragédia anunciada. Nós temos de pedir ao Ministério da Justiça que investigue esse leilão. Está noticiado. Basta levantar as informações da imprensa e encaminhar ao Ministro.

Dr. José Barroso, a Drª Maria Rita tem que se despedir porque vai pegar o voo.

A SRª. MARIA RITA KEHL – Eu vou me despedir já, para não ter que interromper ninguém.

Agradeço muito o convite. Agradeço muito que essa questão dos índios tenha sido acolhida. Como estou investigando, é claro que fico mais sensível a isso. Agradeço a audiência. É sempre bom ouvir o Paulo Fontelles Filho. Bom dia para todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado peça participação. Desejo bom trabalho à Comissão e um relatório que nos permita dar um passo adiante na recuperação da memória deste País.

Passo a palavra ao Dr. José Barroso Filho.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Sr. Presidente, falo na condição de cidadão, mas sobretudo como magistrado, presidente de uma associação de magistrados. Tive a oportunidade de acompanhar os trabalhos do Grupo de Trabalho Araguaia. Faço parte de algumas expedições daquele grupo móvel de combate ao trabalho escravo. Sou rondonista desde sempre, algo que se incorpora à gente. Então conheço o Estado do Pará. Já estive em Marabá, já estive em Santarém, e realmente há espaços preocupantes.

Eu cito só um exemplo, que é o que ocorreu este ano, de uma ameaça de morte a um juiz do trabalho, Jônatas Andrade, lá de Marabá. Foi comunicado ao Ministério da Justiça, e hoje ele se encontra sem proteção, apesar de todos os esforços de comunicação. Por quê? Pela sua luta tenaz contra o trabalho escravo.

Ele, inclusive, mereceu da Presidência da República o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, que foi entregue no ano passado, por essa luta tenaz contra o trabalho escravo. Ele é uma pessoa que tem a vida totalmente controlada, tem família para se preocupar, e o Estado a não protegê-lo. Então, fica esse registro.

Em relação à questão do GTA – acompanhei alguns trabalhos –, nós já temos alguns achados, alguns restos mortais colhidos na região já acautelados junto à Polícia Federal, junto a todo aquele aparato que foi montado graças ao GTA, porque é uma sequência – desde as caravanas, o GTT e o GTA.

Então, a proposição que eu faço a V. Exª é de que a força política desta Comissão faça acontecer as perícias. Nós temos um número grande de achados, e, quanto mais tempo passa, mais difícil é você identificar os filamentos de DNA. Eu já estive lá em São Geraldo, em Xambioá, naquela região, andando pelos matos. Em alguns achados, você até encontra, por exemplo, um fêmur, um osso longo, e lhe dá a esperança de que você possa fazer uma pesquisa de DNA, mas, quando você coloca na máquina, no espectrômetro, e em outras de pesquisa, está tão degradado que você não consegue mais. Então, quanto mais tempo passa, mais inviável fica a reconstrução.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Esse material está onde?

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Aqui em Brasília.

Então, parece-me, pelo que eu ouvi de peritos da Polícia Federal nessa incursões lá no Pará, em Tocantins, que, para alguns achados, nós não temos a tecnologia suficiente. Talvez, o Estado brasileiro tenha que pagar para que esses achados sejam periciados, possivelmente nos Estados Unidos.

Então, fica esta proposição – trabalhar com o que nós já temos. Essa preocupação em relação ao Dr. Paulo, dessas ameaças; que isso realmente se traduza em ações efetivas.

Em relação aos guaranis – são vários assuntos aqui –, eu trago uma experiência, porque antes de ser juiz da área federal, eu fui juiz estadual. Eu já lidei com conflitos de terra. Eu trago só um exemplo de Pernambuco. Nós tínhamos uma questão de terras envolvendo posseiros, envolvendo vários atores. Essa questão de terra se prolongou por anos, com ameaças, todo aquele caldo de violência que nós já estamos acostumados a ver.

Fizemos uma audiência de conciliação. Todos os atores participando, e nós estabelecemos, em comum acordo, espaços de convivência. Existia a questão do recurso hídrico que precisava ser compartilhado por todos os atores. Existiam questões religiosas, de cemitérios, servidões de passagem. Então, dentro da área em conflito, nós estabelecemos espaços de convivência para diminuir a tensão, de uma maneira que a ação possessória em si, depois desse acerto, perdeu um pouco o sentido. Eles aprenderam a conviver.

Então, nessa questão dos guaranis – não só dos guaranis, mas essa questão de terras, essa questão indígena –, está me parecendo que nós, até que possamos indenizar...

Há o outro lado, de que o senhor falou muito bem: alguns fazendeiros, fora a questão da grilagem, estão lá titulados. Eu tive a oportunidade de falar com um fazendeiro em Dourados que já tem uns 80 e poucos anos. E ele, visivelmente emocionado, falou: "Dr. Barroso, eu não sou marginal, não. Eu estou aqui, porque o Governo incentivou que eu viesse. Eu tenho o meu título".

Ao mesmo tempo, a questão indígena tem de ser considerada. Nós temos que atacar de frente isso e, até que se tenha a indenização – eu acho que poderia haver um fundo para se indenizar –, precisamos estabelecer esses espaços de convivência. Os guaranis – eu tenho fotos, posso passá-las para a Comissão – estão abandonados. Nem o Estado de Mato Grosso toma conta, nem a União toma conta. Eles têm essa prática do suicídio, do alcoolismo. E vou lhe ser bem franco: várias e várias comissões visitam os kaiowás. Eles não aguentam mais comissões; eles querem soluções.

Então, fica essa proposição, para que possamos nos reunir. Resolver a questão é um pouco difícil. Conduzir é o desafio. Eu acho que precisamos estabelecer

espaços de convivência e atender a esses grupos, não só os guaranis, mas toda a questão do trabalho escravo. Nós precisamos tomar atitudes mais efetivas em relação a esses conflitos, porque nós estamos lidando com o nosso futuro. Que possamos nós construí-lo, e não deixar que figuras espúrias tomem conta disso.

Então, a minha proposta é de construção. A minha proposta é de que nós possamos ser mais efetivos, e a função desta Comissão me parece politicamente fundamental no encaminhamento de propostas efetivas, seja em relação aos kaiowás, seja em relação ao trabalho escravo, seja em relação a tudo o que nós precisamos resolver e passar a limpo. O nosso grande presente é construir o futuro, e esta Comissão tem um papel muito importante nisso.

Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado.

Eu registro a presença do Senador Eduardo Suplicy. Obrigado pela presença aqui na nossa Subcomissão.

Nós estamos debatendo aqui, discutindo um achado das ossadas que possivelmente pertenceriam a militantes assassinados no Araguaia, e nós convidamos Paulo Fontelles Filho, que tem um conhecimento profundo sobre essa situação. Nós estamos aqui fazendo alguns encaminhamentos. No caso, o Dr. José Barroso Filho é juiz-auditor e é membro da Associação de Magistrados do Brasil.

Sobre o material já recolhido, eu vou propor que nós identifiquemos onde está guardado esse material para que a Subcomissão visite e faça um contato direto com os guardiões desse material. Se a gente ainda pudesse fazer isso antes do recesso, seria interessante, para que se possa ver as condições em que esse material está sendo guardado e também tomar conhecimento das providências sobre perícia, que é o que V. Exª está nos colocando. Nós precisamos periciar esse material, porque vamos acumulando material, acumulando material e, se nós não conseguirmos usá-lo, não vai nos servir de nada.

Então, eu acho importante uma visita nossa, da Subcomissão, da Comissão de Direitos Humanos, pedindo que nos façam um relatório de todo o material que hoje está guardado aguardando perícia. Essa é uma questão.

A outra questão que o Dr. Barroso colocou com muita propriedade é com relação aos guaranis. A minha visão também é propositiva. Só que quem tem poder de decisão é o Poder Executivo, é o Governo, que tem o Orçamento, e o Estado de Mato Grosso do Sul, mas há ali uma indisposição em relação aos indígenas, como se eles fossem um obstáculo ao desenvolvimento. São tratados de uma forma muito discriminatória. Então, eu acho que a União tem de agir.

Eu vi uma notícia de duas semanas atrás, de que o Governo está disponibilizando recursos para as indenizações. Isso tem de ser feito com rapidez. Ali, são vários problemas, várias pendências, inclusive no Judiciário. Há judicialização de vários processos de demarcação e homologação de terras indígenas que foram parar na Justiça, e ali também há outro entrave para que a gente trate de reduzir os conflitos. Enfim...

Pois não.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Eu só insistiria num ponto que eu acho que é político. Estou falando de uma experiência que eu tive como juiz, nessa área de conflitos, da possibilidade, porque os serviços públicos não estão chegando aos kaiowás; eles estão abandonados. Ninguém toca. “Ali é índio. Vou passar do outro lado da rua.”

Então, saúde, educação, esses espaços de convivência podem ser criados e “destensionarão” essa relação. O que está acontecendo? Volta e meia existe o tensionamento, ameaça de suicídio, pressões outras. São marcadas reuniões, todos os atores participam, vem promotor, vem CNJ, vêm militantes da área social, e o máximo que nós conseguimos fazer é adiar. Olha, não vamos invadir, não vamos desocupar a terra. Confiem que nós vamos resolver. Resolver é a questão dos fundos; indenizar, porque muita gente lá tem um justo título. Agora, o dinheiro não sai assim de uma hora para outra. Nós temos questões orçamentárias.

Esses espaços de convivência com serviços públicos dando cidadania a essas populações que estão marginalizadas, eu acho que não custa tão caro não. Acho que é um dever do Estado, porque eles estão... As fotos que eu tinha eu vou encaminhar a V. Exª. Não só kaoiwás, mas o pessoal lá do sul do Pará, em relação a trabalho escravo... Nós temos de aperfeiçoar essa nossa relação com quem está em situação de risco. E a primeira coisa é dotar essas comunidades de serviços mínimos, dizer que nós nos importamos com eles. Acho que, em relação a essa dívida o Estado, tem de caminhar.

A resolução é um pouco mais difícil. É muito dinheiro, é questão orçamentária. Estou falando em atenção ao cidadão, a esses espaços de convivência que podem ser estabelecidos.

Essa é a minha ponderação.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu estive visitando lá, em Dourados, com uma comissão de Senadores e Deputados Federais, e nós vimos lá que eles estão cercados; inclusive, para que eles saiam de sua comunidade, eles não podem passar por dentro da área

do fazendeiro. Acho que o Estado poderia criar um grupo de conciliação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eles atravessam um rio, numa balsa improvisada. É uma coisa dramática. Cada travessia ali é um drama; pode ocorrer uma tragédia, inclusive.

Agora, a instância numa comissão dessas que fosse tratar especificamente de atender essas demandas reprimidas – de saúde, assistência e educação – seria uma instância federal, porque o Estado não se vai envolver. A impressão que dá é que os índios são inimigos lá, são tratados como inimigos. Então, a União teria de assumir isso, junto com os Municípios, talvez, onde vivem essas comunidades.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Se me permite, uma sugestão. Estão falando de política pública que não está sendo ativada. Então, me parece que, nesse caso, se V. Exª assim o entender, uma reunião com o Dr. Janot, com o Procurador-Geral da República, para que nós tivéssemos uma equipe do Ministério Público, exigindo essa equipe multidisciplinar de atenção a essas populações em situação de risco, eu acho que é uma medida efetiva.

"Ah, qual é a resolução?" A resolução é indenização. Não podemos fazer agora, mas esses espaços de convivência podem ser estabelecidos. No entanto, não há boa vontade. Mas existe uma Constituição que exige respeito ao cidadão, e o Ministério Público pode ser o fator de indução disso aí. No mínimo, temos que ter médicos. Que não seja um posto fixo, mas seja um posto móvel, tudo o que possamos passar para as lideranças desses movimentos, de que há espaço para o diálogo. Nós só vamos construir numa posição de "destensionamento" e de sinergia. Essa é a proposição. Acionar o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Concordo plenamente. E nós vamos solicitar uma audiência da Comissão com o Procurador-Geral, para tratar especificamente do caso de assistência aos guaranis-kaiowás e o papel do Ministério Público para que isso se cumpra. Nós vamos conversar para ver como é que a gente encaminha.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Inclusive, desculpe-me, a questão do Dr. Paulo, esses documentos, essa proposição que V. Exª está fazendo, e é um encaminhamento muito oportuno, poderia também adicionar o Ministério Público, em relação ao costurar desses fatos aparentemente desconexos, mas totalmente conectados. Então, me parece que o Ministério Público, a Procuradoria da República...

O SR. PAULO FONTELLES FILHO – O Ministério Público foi provocado em 2008, com relação ao achamento dessas ossadas no Forte do Castelo. Desde 2008, eles têm conhecimento dessa questão.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – Mas aí eu volto ao cidadão agora. O que o cidadão quer é efetividade. Acionou, qual foi a resposta? O que está faltando para que realmente isso seja concretizado?

O que me inquieta é isto: foi acionado, tivemos reunião, todo mundo está sabendo? Mas o que estamos fazendo? O que nós, na condição de Estado, estamos fazendo?

Por isso a importância de comissões como esTa do Senado para, politicamente, exigir. Em 2008, foi comunicado. Qual foi a providência? Por que o senhor está sem proteção? Para esse tipo de coisa, nós queremos respostas.

Perdoe-me por esse posicionamento, mas temos De partir para pragmatismo, efetividade, para tomarmos as rédeas do nosso futuro.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Há o caso do juiz do Trabalho, Dr. Jônatas Andrade. Nós vamos pedir ao Ministério da Justiça e ao Ministério Público para encaminhar ofício requerendo informação sobre a situação dele, e, em todos os nossos requerimentos de informação, nós vamos usar a Lei de Acesso à Informação.

O que não dá para tolerar é que o Senado requeira uma informação, e o Executivo não nos dê essa informação. Então, nós vamos acionar a Justiça. Há prazo, a lei é clara, estabeleceu o prazo, para que, uma vez acionado, o ente público responda. E nós vamos tratar de cumprir aqui dentro e, junto com a minha assessoria, acompanhar esses prazos. Na hora em que vencer o prazo, não deu a informação, nós vamos entrar na Justiça para que se faça valer a lei. O que não é possível é fazermos um pedido de informação e não recebermos resposta.

Se não respondem ao Senado, vão responder a quem? Ao cidadão comum?

Essa é uma coisa que precisa ser colocada com precisão. Ou seja, nós temos de fazer valer a lei, e, para fazer valer a lei, nós temos que usar os mecanismos que a lei prevê.

A Lei de Acesso à Informação é muito clara, e prevê punições. No caso da Abin, nós vamos solicitar as informações. E eles terão 20 dias para nos entregar essas informações. E nós vamos citar, no requerimento da Abin, a Lei de Acesso à Informação. Acho que é muito importante lembrá-los de que eles vivem num País que tem leis, e que as leis devem ser cumpridas. Não respondeu, nós vamos encaminhar à assessoria jurídica do Senado para as providências, porque aí

é uma questão que diz respeito ao Senado. Nós não vamos fazer como cidadão comum. Vamos fazer como Comissão de Direitos Humanos, para que possamos tomar todas as medidas jurídicas possíveis.

Pergunto ao Dr. Paulo Fontelles Filho se ele gostaria de fazer algum encaminhamento e se está satisfeito com os encaminhamentos que estamos tomando.

O SR. PAULO FONTELLES FILHO – Eu gostaria, Senador Capiberibe, de retomar algumas questões que considero importantes. Primeiro, fazendo referência a essa questão dos guaranis-kaiowás. Quer dizer, no processo recente dos últimos 20 anos do ponto de vista da Amazônia, quem organizou as milícias da grande propriedade rural foram os antigos agentes da repressão política. Disso eu não tenho dúvida. Falo isso inclusive me referindo ao processo do assassinato do meu pai, o advogado de posseiros no sul do Pará, Paulo Fontelles. Quem encomendou o assassinato e organizou esse assassinato foi exatamente gente que foi parida dos cárceres da repressão política, como é o caso do James Sylvio de Vita Lopes, que foi da Operação Bandeirantes em São Paulo, foi para o Serviço Nacional de Informações, ligadíssimo ao Romeu Tuma, que, na época da Guerrilha do Araguaia, era conhecido como Dr. Silva. Todos eles eram doutores, e o Tuma era o Dr. Silva. Inclusive, próximo ao assassinato do meu pai, no dia 11 de junho de 87, Romeu Tuma se estava amesendando com o James Vita Lopes no principal hotel da cidade de Belém.

Falo isso me referindo ao fato seguinte: houve, no final do regime militar brasileiro, uma diáspora desses agentes da repressão política no sentido de formar as milícias do grande latifúndio. Também foi o período, do ponto de vista da Amazônia, da penetração econômica na própria região, com a formação de grandes propriedades rurais, como é o caso da Volkswagen, McLaren, Bradesco, Camargo Corrêa, Severo Gomes, Nixdorf. Você tem exatamente, nesse processo ligado à Amazônia, as forças de segurança do Estado ligadíssimas, em altíssimo nível, aos interesses da grande propriedade rural.

E não é á toa que, dos assassinatos que percorrem a década de 80 e a década de 90, iniciando pelo Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, candidato pela oposição à presidência dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, há exatamente as digitais daqueles que atuaram na repressão política. Quer dizer, o episódio que liga esse processo todo à Abin é absolutamente claro. Há a descoberta das ossadas, Senador Capiberibe, em 2001/2002. Temos, inclusive, quem era o coordenador-geral da Abin no Pará, o Sr. Colombelli, Magno e Armando, que estavam envolvidos, ligados à descoberta dessas ossadas.

Em 2002, existe um relatório feito sobre o achamento dessas ossadas, feito pelo Vilela, pelo Armando e pelo Magno. Esse material veio à tona, em 2004, nesse processo administrativo disciplinar e que é confirmado, inclusive, pelo próprio coordenador-geral da Abin do Pará entre 2002 e 2004, que era o Sr. Gladston Gonçalves Vilela. Ele confirma, Senador Capiberibe, que esse material foi encontrado, que essas ossadas foram encontradas...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – E estão desaparecidas.

O SR. PAULO FONTELLES FILHO – ...e estão desaparecidas. O Sr. Magno José Borges e o Sr. Armando Souza Dias foram pessoas que participaram do Doi-Codi, que estiveram no Araguaia, que, provavelmente, participaram desse esquema de assassinatos coordenados, dirigidos, encomendados, ao longo da década de 80 e ao longo da década de 90.

E o pior, Senador Capiberibe, é que toda essa documentação é negada por parte da Abin. Até hoje eles negam inclusive o encontro desse material todo em Belém do Pará, como também o histórico militar e os assentamentos funcionais, particularmente do Sr. Magno e do Sr.Armando, que foram da repressão política e que, até 2011, ocupavam postos de comando na Abin do Pará. Isso nos remete a um debate que o Dr. Barroso Filho levanta aqui sobre o problema dessas ossadas todas.

Eu, particularmente, tenho participado desse esforço desde 2009. Nós só fomos encontrar a primeira ossada em 2011, Senador Capiberibe, depois de dois anos de trabalho naquela região. Por que tivemos imensas dificuldades? Por conta das operações de limpeza que houve no processo todo. Hoje, há militares, particularmente ex-soldados, que dizem que participaram, que já fizeram, inclusive, depoimento na Comissão sobre Mortos e Desaparecidos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. De militares? Não, de gente que foi motorista do Curió, como é o caso do Valdim Pereira de Souza, durante seis anos, motorista do Curió. Ele disse: “Não, de fato, eu participei de operação limpeza, como soldado, como motorista, no processo todo”.

E o que aconteceu no Araguaia, seguramente, é um traço do que aconteceu no País inteiro, porque grande parte dos mortos e desaparecidos políticos no Araguaia foram depositados em cemitérios. Não é à toa, por exemplo, que o grosso daquilo que foi encontrado na região, nos últimos anos, foi nos cemitérios de Xambioá e no antigo cemitério de São Geraldo do Araguaia.

E há, inclusive, essa imensa dificuldade da identificação. Por exemplo. Você encontra nos índios suruís

ossadas que estavam besuntadas com cal, no sentido de destruir o material genético todo dessas ossadas.

Os técnicos, os médicos legistas e a antropologia forense, quando se destacam para o Araguaia, dizem o seguinte: que talvez não tenhamos tecnologia hoje, no Brasil, para fazer esse reconhecimento, tal o estado desse material encontrado; quer dizer, da destruição desse material, porque também esta sempre foi uma preocupação por parte daqueles agentes da repressão política: acabar com tudo, estabelecer a política do esquecimento. Quando eles fazem pressão para cima de camponês, como é o caso de Euclides Pereira Filho, do Beca, quando eles mandam assassinar o Raimundo Cacaúba, o Raimundo Clarindo, em 2011, é no sentido de apagar os vestígios, com gente que pode estar contribuindo.

Não nos enganemos. Quem pensa que esse pessoal que participou da repressão política está em casa, de pijama, está errado. Muitos deles continuam a atuar na vida pública brasileira, na vida do aparelho estatal brasileiro. E falo isso me referindo a esse processo da Abin. Nós temos toda a documentação. A Polícia Federal do Pará fez um relatório a respeito. E eles não dão um pio sobre isso.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – O senhor teve acesso ao relatório?

O SR. PAULO FONTELLES FILHO – Sim, inclusive o relatório está nesse memorial que eu lhe passei. Há a documentação feita pela Superintendência da Polícia Federal do Estado Pará. Enquanto isso, nós temos esse processo todo das pressões. É o que acontece ao Juiz Jônatas, lá de Marabá.

Eu, particularmente, Dr. Barroso Filho, já há dois anos participo desse Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, que é uma ficção. Em setembro de 2011, nós conseguimos informações de ex-soldados, de ex-militares, sobre o *modus operandi* no Araguaia, denunciando as operações limpeza, denunciando morte de guerrilheiros por injeção letal, ministrada por um médico que até hoje está em Belém, Walter da Silva Monteiro, capitão médico do Exército. Eles levantam isso. E vários deles...

Há o caso do Cacaúba, que é assassinato, depois de nos ajudar, depois de percorrer aqueles sertões do Araguaia por mais de 15 dias, com familiares de desaparecidos políticos e com integrantes do grupo de trabalho do Tocantins. E há essas pressões.

O que eu estou repetindo aqui, hoje, nesta audiência no Senado, nós já fizemos em 2011, no âmbito da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. E quais foram, concretamente, as medidas tomadas no sentido de nós apurarmos isso? Nenhuma, Senador Capiberibe. Nenhuma!

Essas histórias não são relativamente recentes. Esse material foi encontrado em 2001, 2002. Desde esse período, nós temos denunciado isso. Em 2011, isso foi recepcionado na Secretaria Nacional, e não foi feito absolutamente nada para desmontar esse tipo de coisa. Como nós fazemos referência, foi produzida uma extensa documentação sobre isso, a que não temos acesso.

Espero que, com essa provocação do Senado, possamos ter um retorno desse processo e saber o que aconteceu com essas ossadas. Nós temos, inclusive, Dr. Barroso Filho, o policial militar do DF que foi recrutado pela Abin do Pará, e esse policial militar é que pegou essa ossada – nós temos o nome –, a mando de Magno José Borges e Armando Souza Dias. Quando esse policial militar retornou para Brasília, ele, imediatamente, entrou na reserva. Estranhamente, entrou na reserva. E, finalizando, com o fato de que isso vai sendo reforçado a partir da informação de ex-soldados que estavam na década de 90 e que, de fato, descobriram nesse local onde V. Exª esteve preso, naqueles terríveis anos de chumbo, e foram encontradas ossadas. Um militar falou conosco, ontem, sobre isso, com a disposição de fazer uma provocação ao Ministério Público Federal a esse respeito, inclusive, levantando, na época, quem era o oficial militar que coordenava a 5ª Companhia de Guardas, um coronel – ele ficou de fazer esse levantamento –, que mandou fechar o buraco. E, segundo relato desse ex-soldado, ele faz o relato de que poderia haver ali entre cinco a sete ossadas, no Araguaia, todas com perfurações no crânio, próprio daquele período todo.

Então, quer dizer, as questões são absolutamente graves, e elas têm se colocado na medida em que nós precisamos cumprir essa tarefa histórica de saber o que aconteceu nesse período todo da vida brasileira – das prisões, da tortura, dos desaparecimentos forçados – e, principalmente, de saber quem foram os responsáveis por isso, para enfrentar, em alto nível, inclusive, a necessidade de se fazer uma revisão da Lei da Anistia, e fazer com que esses senhores conheçam os rigores da lei e, sobretudo, fazer enfrentamento a esse Estado brasileiro clandestino, que existe ainda no País, que se manifestam nas polícias militares, nas torturas das seccionais das delegacias nas nossas imensas periferias Brasil afora e também com esse tipo de prática de funcionários públicos de terem recolhido esse material e até hoje... Quer dizer, na minha opinião, isso é um Estado clandestino, um Estado marginal que ainda insiste em permanecer na vida brasileira.

Mas eu tenho, para concluir, Senador Capiberibe, a imensa esperança, com essas experiências de Comissão da Verdade – não apenas da Comissão

Nacional da Verdade, mas também das estaduais e das municipais, aquelas que têm ocorrido Brasil afora, dentro das universidades inclusive –, de que nós possamos passar o Brasil a limpo e de que possamos desenvolver essa nossa dimensão democrática, para que isso nunca mais retorne à vida pública brasileira.

Então, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Acho que não haveria melhor local para podermos levantar essas questões, porque uma coisa é um pleito de uma pessoa comum, do povo, e outra coisa é o Senado da República.

Esperamos que o Senado consiga fazer isso e que possa nos ajudar e ajudar a sociedade brasileira, sobretudo, a descobrir o que aconteceu com essas ossadas, que, na minha opinião, estão ligadas ao Araguaia e que foram encontradas em Belém do Pará, entre os anos de 2001 e 2002.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu vou encaminhar o memorial aqui para a Secretaria da Comissão – é claro que eu quero uma cópia, porque eu vou ler atentamente para poder acompanhar todas as diligências e as providências que nós vamos tomar. E nós vamos traduzir essas informações que nos estão sendo apresentadas aqui em requerimentos de informação às instituições...

O SR. PAULO FONTELLES FILHO – Inclusive tem os números dos processos aqui e onde eles estão...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Isso aqui podemos ficar...

O SR. PAULO FONTELLES FILHO – Claro, também. Tudo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Então, aqui nos facilita, porque está resumido.

Eu acho que é chegado o momento de iniciarmos uma ação para desmontar o Estado repressivo clandestino.

Eu mesmo, quando recebi meu *habeas data*, fiquei muito surpreso com o que eu vi ali. Eu fui seguido até 1992, quando eu estava terminando o meu mandato de prefeito em Macapá. Todas as informações a meu respeito eram recolhidas, catalogadas e encaminhadas à Abin. E não só...

Srª Deputada, seja muito bem-vinda, Deputada Jô, que comparece à nossa Subcomissão da Memória Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigado pela presença. Nós estamos aqui na fase de encaminhamento e encerramento, mas, se V. Exª quiser usar da palavra, vou-lhe passar imediatamente.

Eu gostaria de acrescentar que, de fato, eu estive preso na 5ª Companhia de Guardas e me surpreende sua informação de que o comando estava na mão de um coronel, até porque o comando de uma companhia, pela hierarquia do Exército, parece-me que cabe a um capitão. E, na minha época, era um capitão, e esse capitão chegou a me convidar para um diálogo sobre política. Eu até relato no meu livro – eu acabei de editar um livro chamado *Florestas do meu Exílio* – esse diálogo com o capitão. Ele queria discutir política. Na verdade, na 5ª Companhia de Guardas, eles eram responsáveis pela minha guarda; então, eu era preso, e eles só respondiam para que eu fosse mantido ali, e toda a fase de tortura e interrogatório era fora dali. E até me surpreende que, hoje, um coronel tenha assumido o comando da 5ª Companhia. Então, realmente, deve ter mudado muito o objetivo daquele quartel ali do Exército, enfim.

Vamos ouvir a Deputada Jô, que é também uma defensora dos direitos humanos.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB – MG) – Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exª, Senador João Capiberibe, por essa iniciativa. Eu queria também dar um abraço especial ao Paulo Fontelles, sobretudo pela resistência que a própria família e ele enfrentaram durante todo esse período. Por que eu digo isso?

Eu queria também agradecer a gentileza da ruptura regimental para que eu pudesse usar da palavra. Falo aqui em nome do PCdoB, partido que esteve no coração daquele processo, e falo também em nome das pessoas, como V. Exª, que vivenciaram a perseguição naquele período.

São 41 anos, Senador, e a busca para que se encontre... Lamento não ter estado aqui com antecedência para escutar o relato das possibilidades de que se possam encontrar alguns dos nossos heróis que tombaram naquele período. Mastrata-se não apenas da busca da satisfação das famílias daqueles que sofreram tanta perda, mas a busca da convicção da democracia, da convicção de que, só com a memória consolidada, lembrando que o Brasil não pode esquecer-se dos seus difíceis momentos, é que nós podemos prevenir outras ações.

Nós tivemos agora um tempo novo, um ciclo novo, onde também a discussão sobre a democracia, sobre os direitos do povo, está na ordem do dia. Como é que se coloca isso? Como é que se enfrentam os movimentos de junho? Como é que a gente se reposiciona diante da estrutura da democracia brasileira? Nós tivemos uma situação em que o Estado de São Paulo aventou a Lei de Segurança Nacional para responder àqueles conflitos urbanos.

Por isso, acredito que a iniciativa de V. Exª não é só um resgate histórico, não é só uma homenagem aos que tombaram para que a gente pudesse estar aqui – V. Exª, sobretudo, que também viveu difíceis

momentos e tem, hoje, a satisfação do povo do seu Estado, de poder estar aqui trazendo aquilo que é a luta deles, a memória deles.

Nós gostaríamos de ter, para informar à Líder do meu Partido, os próximos andamentos que a Subcomissão está tomando, e dizer que, com toda certeza, nós estaremos presentes nas próximas reuniões, avisados antecipadamente. As duas Casas têm uma dinâmica muito própria, e nós temos dificuldade de acompanhar processos importantes como este que está se dando aqui.

Por isso, mais uma vez, cumprimento V. Exª pela iniciativa, cumprimento o Paulo por se fazer presente, continuando a bandeira, e quero colocar-me à disposição, como membro da direção do meu Partido, para ajudar a reforçar o conhecimento do que V. Exª está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Deputada Jô Moraes.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Dr. Barroso, com o maior prazer.

O SR. JOSÉ BARROSO FILHO – É um registro que eu tenho de fazer. É justamente essa sua condução institucional.

Nós não estamos procurando fazer caça às bruxas. Nós estamos buscando verdade. Verdade e justiça.

Eu sou juiz. Já fui juiz estadual, parte eleitoral, mas eu sou juiz da Justiça Militar há alguns anos. E tenho trabalhos junto às comunidades em que o meu maior parceiro é o Exército.

Já se falou, em outra reunião na OAB, sobre a Lei de Anistia: "Ah, mas o Exército agora é outro".

O Exército sempre foi o Exército. Desde 1648, todos os segmentos da população se unindo para defender este País. Então, se há pontos a ser esclarecidos, que o sejam. Nós temos instrumentos legais: Lei de Transparência, requisição de informações, temos o Ministério Público, temos o Poder Judiciário, temos o Parlamento. Nós temos mecanismos institucionais para construir o nosso futuro. Ninguém pode decidir por nós.

Então, essa sua condução institucional é um caminho seguro, para que nós possamos construir efetivamente essa nova realidade e perceber que só chegaremos lá com esse conceito de trabalho conjunto e de sinergia.

Meus parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Obrigado. Inclusive informo que nós estamos na dependência de uma agenda com o Ministro da Defesa e os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Vamos até lembrar ao Ministro da Defesa que é uma agenda pedida por esta Subcomissão para introduzir essa discussão dentro das nossas Forças Armadas, que não podem omitir-se de debater isso e não podem omitir-se de responder à sociedade.

Então, eu vou lembrar ao Ministro da Defesa, Celso Amorim, a nossa agenda de discussão interna, porque será uma reunião conjunta com os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, junto com o Ministro da Defesa, para começarmos o debate interno e, é claro, trazer esse posicionamento para a sociedade.

Ninguém pode fechar-se na sua casca e esquecer o passado. Não. Todas as instituições são obrigadas a render contas à sociedade. Na democracia, esse é o procedimento.

Eu gostaria de agradecer enormemente a presença do Dr. Paulo Fontelles Filho pelas informações trazidas. Nós vamos sistematizar essas informações. Eu acho que o grande problema nosso é a dificuldade em sistematizar e encaminhar as informações com precisão.

Instituições como o Ministério Público e o Ministério da Justiça precisam ser acionadas. E, no caso específico da Abin, qualquer novo acontecimento que o constranja, eu gostaria de ser comunicado imediatamente, porque nós vamos responsabilizar a Abin por documento. Nós vamos responsabilizar imediatamente a Abin pelos constrangimentos por que V. Sª tem passado nesses últimos tempos e também por qualquer coisa que aconteça no futuro.

Uma das informações que me deixaram muito preocupado, das quais o Dr. Paulo Fontelles nos trouxe aqui, foi a da existência desse Estado repressivo clandestino no País. Eu acho que esse é... Parece-me que nós temos de nos preocupar e buscar desmontar esse Estado clandestino, para que não se repita o que nós vimos estarrecidos: o desaparecimento, na frente das câmeras, do pedreiro Amarildo. Essa é uma prova concreta da existência de um Estado clandestino que não tem nenhuma obediência à lei. A lei não foi feita para essa gente.

Então, como é que nós vamos encaminhar?

Estou refletindo sobre os encaminhamentos, para que nós possamos chegar a desatar esse nó, que existe, continua. A Lei de Anistia, quando anistiou as vítimas e também os torturadores, permitiu que isso se perpetuasse e chegasse aos nossos dias. Se tivesse havido uma ação do Estado, e as leis protegessem de fato o cidadão, isso não estaria acontecendo.

Enfim, eu agradeço à Drª Maria Rita, que teve de se ausentar, da Comissão Nacional da Verdade.

Esteve aqui conosco e teve a oportunidade de ouvir o Deputado... o Sr. Paulo Fontelles. Eu falei Deputado, porque o pai do Paulo Fontelles era Deputado, e foi assassinado no exercício do mandato. Esse é um caso raro no nosso País.

Também o Deputado João Batista, que era do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, e foi assassinado no exercício do mandato, o que mostra que esse grupo armado, clandestino, não tem limites. Não há limites para essa gente.

Então, nós temos que tratar de desmontar, pelo menos insistir nessa direção. E que o Poder Executivo, que tem maior volume de informação, aja com mais precisão, com mais decisão. Não podemos, daqui a dez anos, repetir nesta Comissão os mesmos problemas que estamos vivendo hoje, e que se repetem há muitos anos. Essa é a grande verdade. Não só aqueles que tombam em defesa dos direitos humanos.

Agora mesmo, vai fazer 25 anos do assassinato de Chico Mendes. E um projeto da Deputada Janete Capiberibe, proposto e acatado pela Câmara e pelo Senado, e promulgado, na segunda-feira, pela Presidente Dilma, tornou-o patrono do meio ambiente brasileiro, para que não se esqueça que ele se imolou por uma causa: a defesa dos seringueiros, da floresta e do patrimônio ambiental de todos os brasileiros.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 9 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS SUBCOMISSÕES NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, SENDO 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER, 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA, 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO E 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE ABRIL DE 2013, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS.

Às onze horas e trinta minutos do dia nove de abril de dois mil e treze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúnem-se a SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER; SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA; SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO E A SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, com a presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras João Capiberibe, Ângela Portela, Lídice da Mata, Paulo Paim, Paulo Davim, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão. Registra-se a presença da Senadora Ana Rita, Presidenta da CDH e do Senador Magno Malta. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente Reunião tem por escopo a INSTALAÇÃO DAS SUBCOMISSÕES NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E ELEIÇÃO DOS RESPECTIVOS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES. O Senhor Presidente eventual Sérgio Petecão lê a composição da SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER e convida a Senadora Ana Rita a ocupar a mesa e lhe passa a palavra. A Senadora Ana Rita faz suas considerações acerca da instalação das subcomissões, desejando bom êxito aos trabalhos das subcomissões. O Senhor Presidente eventual, Senador Sérgio Petecão, faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. O Senhor Presidente consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. O Senhor Presidente comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. O Senhor Presidente coloca em votação, por aclamação, a eleição da Senadora Lídice da Mata para Presidenta e da Senadora Ângela Portela, para Vice-Presidenta da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. As candidatas são eleitas por unanimidade. Às onze horas e quarenta e três minutos o Senhor Presidente, eventual, Senador Sérgio Petecão passa a Presidência para a Senadora Ana Rita. A Senhora Presidenta, Senadora Ana Rita, lê a composição da SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA. A Senhora Presidenta faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. A Senhora Presidenta consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. A Presidência comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. A Senhora Presidenta coloca em votação, por aclamação, a eleição do Senador João Capiberibe e Randolfe Rodrigues para Presidente e para Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça. Os candidatos são eleitos por unanimidade.

A Senhora Presidenta, Ana Rita, lê a composição da SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO. A Senhora Presidenta faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. A Senhora presidenta consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. A Presidência comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. A Senhora Presidenta coloca em votação, por aclamação, a eleição do Senador Paulo Paim e Eduardo Suplicy para Presidente e para Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção aos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso. Os candidatos são eleitos por unanimidade. A Senhora Presidenta, Ana Rita, lê a composição da SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO. A Senhora Presidenta faz encaminhamento para que as eleições ocorram por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, CAE, CAS, CE e CDH. A Senhora Presidenta consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. A Presidência comunica que as eleições ocorrerão por aclamação. A Senhora Presidenta coloca em votação, por aclamação, a eleição do Senador Paulo Davim e Lídice da Mata para Presidente e para Vice-Presidenta, respectivamente, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Proteção aos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso. Os candidatos são eleitos por unanimidade. Em seguida, a Senhora Presidenta concede a palavra aos Presidentes eleitos. Às doze horas e trinta e cinco minutos a Senhora Presidenta passa a palavra para o Governador do Amapá Camilo Capiberibe. O Senhor Governador faz suas considerações. Fazem o uso da palavra as seguintes Senhoras Senadoras e Senadores Sérgio Petecão, Ana Rita, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Paulo Paim, Paulo Davim e Ângela Portela. Conclusa a instalação da Subcomissão, encerra-se a Reunião, às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, **Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio,** a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senadora Ana Rita, Presidenta.**

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB/PSOL, titular Senadora Angela Portela e suplente Senador Paulo Paim e titular Senadora Lídice da Mata, PSB, e suplente Senador João Capiberibe, PSB do Amapá; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, PMDB/PP/PSD/PV, titular Senador Sergio Petecão, PSD, e a suplência ainda encontra-se vaga e titular Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte, e a suplência encontra-se vaga; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, PSDB/DEM, ainda estão vagos tanto o titular como suplente.

Antes de passar propriamente à eleição para a Presidência e para a Vice-Presidência desta Subcomissão, convido a Presidente da Comissão, Senadora Ana Rita, para compor a Mesa.

Por favor, Presidente. *(Pausa.)*

De imediato, concedo a palavra à nobre Senadora para que ela possa fazer aqui uma breve consideração a respeito das Comissões.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero aqui agradecer o Senador Petecão por abrir os trabalhos da Subcomissão da Mulher.

Quero também cumprimentar o Senador João Capiberibe e o Senador Paulo Davim pela iniciativa de propor a criação das Subcomissões que instalaremos logo a seguir.

Hoje, pela manhã, vamos instalar quatro subcomissões de trabalho e esta que estamos instalando agora é a Subcomissão da Mulher, sendo presidida neste momento pelo Senador Petecão.

Cumprimento também a Senadora Lídice da Mata e o Senador Paulo Paim, que trabalharam durante todo o ano passado e este ano pela continuidade dos trabalhos das subcomissões já existentes.

Também quero aqui lembrar e reconhecer o esforço da Senadora Angela Portela, que esteve à frente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, que cumpriu também um papel importante, e nos ajudou também durante os trabalhos da CPMI. Então, a Senadora Angela Portela foi uma Senadora bastante presente, empenhada. Graças a ela, a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher pôde realizar os seus trabalhos durante todo o ano passado.

Hoje serão instaladas as subcomissões, conforme já foi dito, e eleitos, respectivamente, os presidentes e vice-presidentes de cada subcomissão. Os temas que constituem o objeto de cada subcomissão

têm importância fundamental para o nosso País. O trabalho de cada colegiado parlamentar vai contribuir, com certeza, para coibir a violência contra a mulher e também a pedofilia, para promover os direitos das crianças, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas com deficiências. O tráfico de seres humanos e o trabalho escravo também serão combatidos com, com certeza, com muito vigor. O Senador Paulo Davim está empenhadíssimo nessa tarefa, e daqui a pouco essa subcomissão será instalada. Por fim, a Comissão Nacional da Verdade terá uma significativa contribuição do Parlamento brasileiro na busca da verdade acerca dos crimes de lesa-humanidade praticados durante o regime militar. O Senador João Capiberibe terá a missão, a tarefa, juntamente com os demais Senadores, de conduzir esse trabalho.

Para que possamos organizar bem o trabalho das subcomissões, sugiro, enquanto Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, que cada subcomissão realmente tenha o seu plano de trabalho e o seu cronograma de reuniões e divulgue o plano de trabalho e o cronograma das reuniões para que possamos ter uma participação efetiva também da sociedade nos trabalhos das subcomissões.

Quero aqui fazer um registro. Os Senadores João Capiberibe, Paulo Paim e Paulo Davim já enviaram as propostas para a Comissão de Direitos Humanos. Contamos também com as propostas da Subcomissão da Mulher. Com certeza, essas subcomissões terão todo apoio necessário desta Presidenta e do colegiado da Comissão de Direitos Humanos, que terá uma enorme tarefa pela frente, uma tarefa que, com certeza, vai corresponder às expectativas da nossa sociedade. A nossa Comissão de Direitos Humanos terá o seu trabalho respaldado e fortalecido pelas subcomissões.

Então, quero aqui desejar a todos os nossos colegas, Senadores e Senadoras, que vão compor essas subcomissões um bom trabalho, um trabalho efetivo, um trabalho que realmente corresponda aos anseios de nossa sociedade.

Parabenizo a todos os companheiros e companheiras por colocar seus nomes à disposição das subcomissões.

Desejo um bom trabalho.

Dessa forma, encerro a minha fala passando novamente a palavra para o Senador Petecão.

Gostaria muito que essas minhas palavras ficassem registradas, fossem transcritas, para que pudessem constar das notas taquigráficas da Comissão de Direitos Humanos, enfim, que todo trabalho que for registrado aqui hoje possa constar das notas taquigráficas da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, da Subcomissão Permanente de Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo e da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Que todo trabalho que vai ser produzido aqui hoje, a eleição dos presidentes, vice-presidentes, possa constar das notas taquigráficas.

Era isso, Senador Petecão. Devolvo a palavra a V. Exª para continuar conduzindo os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Obrigado, Senadora, e parabéns pelo belíssimo trabalho que a senhor faz nesta Comissão.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa, Senador Magno Malta: Presidente, Senadora Lídice da Mata, sua colega que está aqui ao seu lado, e Vice-Presidente, Senadora Ângela Portela.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e, aqui, na nossa Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente Petecão, tinha que estar aqui para votar na Senadora Lídice porque minha mãe sempre votou nela. Minha mãe não está mais viva, mas sempre votou nela. Se eu não viesse para cá votar, iria me sentir mal. Então, não aceito essa aclamação. Quero que registrem o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Em votação o encaminhamento para que seja realizada eleição por aclamação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Chegou o nosso eterno Senador Paim desta Comissão. *(Pausa.)*

A eleição para presidente e vice-presidente para a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher para o biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com os nomes da Senadora Lídice da Mata e da Senadora Angela Portela para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleita para Presidente a Senadora Lídice da Mata e para Vice-Presidente a Senadora Angela Portela.

Convido as eleitas para ocuparem seus lugares à mesa. *(Pausa.)*

Passo a Presidência para a Senadora Lídice da Mata. *(Palmas.)*

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem, uma sugestão. Não poderíamos instalar todas as subcomissões. Tenho outras comissões. Tenho dificuldade. Se não for instalada agora, vou ter que me retirar. *(Pausa.)*

Até porque o Senador Petecão, que é o mais antigo da Comissão... *(Pausa.)*

Não é que o senhor tem tempo na Comissão, mas de idade o senhor é o mais antigo... *(Risos.)*

O senhor tem também outras Comissões, não tem? *(Pausa.)*

Ele é o ancião da Comissão. Ancião, o senhor tem outras Comissões, não tem?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Até por ser o Senador mais jovem da Comissão, agora vou passar a Presidência para a nossa Presidente aqui. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Petecão.

Já instalamos, então, a Subcomissão da Mulher, e, mediante solicitação dos colegas, Senadores e Senadoras, eu mesma vou presidir para que possamos dar agilidade aos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senadores Randolfe Rodrigues, PSOL, e João Capiberibe, PSB, e suplentes Senadores Paulo Paim, do PT, e Eduardo Suplicy, PT; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, não houve nenhuma indicação. *(Pausa.)*

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senadores Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul, e João Capiberibe, PSB do Amapá, e suplentes Senadores Randolfe Rodrigues, PSOL do Amapá, e Aníbal Diniz, PT do Acre; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Ataídes Oliveira, PSDB do Tocantins. *(Pausa.)*

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senador Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul, e Senadora Lídice da Mata, PSB da Bahia, e suplente Senador Randolfe Rodrigues, PSOL do Amapá; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Ataídes Oliveira, PSDB do Tocantins. *(Pausa.)*

Vamos, agora, fazer os procedimentos para a eleição da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: Presidente Senador João Capiberibe e Vice-Presidente Senador Randolfe Rodrigues.

É uma chapa única e de consenso.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Em votação o encaminhamento para que seja realizada a eleição por aclamação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça para o Biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes do Senador João Capiberibe e Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito para Presidente o Senador João Capiberibe e para Vice-Presidente o Senador Randolfe Rodrigues.

Pergunto ao Sr. Presidente João Capiberibe se gostaria de fazer uso da palavra e convido-o para compor a nossa Mesa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem. É possível aprovar todas, senão não vou ter como ficar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Vou convidá-los para fazer parte da Mesa e vamos proceder aos demais. Depois, em seguida, ao final, todos falam. Pode ser assim?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Já que o Presidente está sendo eleito por aclamação na ausência, consigne meu voto também na minha ausência. Tenho outra Comissão. Não posso mais ficar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Vou convidar o Presidente eleito e a Senadora Lídice da Mata, que é a Presidente eleita, para com por a Mesa, e o Senador João Capiberibe. Vou proceder à eleição das demais duas subcomissões. Em seguida, ao final, todos poderão utilizar a palavra. *(Pausa.)*

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa para a Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, da Comissão de Direitos Humanos: Presidente Senador Paulo Paim e Vice-Presidente Senador Eduardo Suplicy.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Em votação o encaminhamento para que seja realizada a eleição por aclamação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso para o Biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes do Senador Paulo Paim e Senador Eduardo Suplicy para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito para Presidente o Senador Paulo Paim e para Vice-Presidente o Senador Eduardo Suplicy.

Convido o Senador Paulo Paim para compor a Mesa como Presidente eleito da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente, para uma questão de ordem.

O Senador Magno Malta só não está nesta Comissão porque o nome dele não foi indicado. O nome dele, sendo indicado, será incorporado a esta Comissão e vamos discutir inclusive a posição em que ele gostaria de ficar.

Senador Magno Malta está assegurado isso. Tentei colocar seu nome e foi impossível, porque não é permitido porque não há indicação do seu nome pelo Bloco. Uma vez indicado, faço questão que V. Exª fique nesta Comissão, como vou ficar na sua, as outras duas que V. Exª propôs, inclusive uma delas é uma CPI.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Srª Presidente, me permita.

Para mim é até uma coisa nova. Nunca tinha vista a indicação para uma Subcomissão sendo tratada na proporcionalidade, inclusive, quando presidi a Comissão de Participação Legislativa, as subcomissões eram indicadas pelo Presidente. Propus a criação dessa subcomissão quando V. Exª era o Presidente. Sou proponente da criação, mas foi tratada com base na proporcionalidade, e o Bloco a que pertence o meu Partido não tem assento, na proporcionalidade, em subcomissão. Por isso, vamos negociar ou com o Bloco de Apoio ao Governo ou o Bloco da Maioria para que possa ceder e eu possa participar, até porque não é o fato tão somente de ser proponente, mas é uma matéria que me diz respeito, que é a questão de abuso e de pedofilia no País, e gostaria muito de poder cooperar com V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador Randolfe, que acabou de chegar, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Temos a honra de ter a presença aqui do Governador Camilo Capiberibe, Governador do meu Estado. Queria pedir a V. Exª que convidasse o Governador a acompanhar nossa reunião e a integrar a Mesa da CDH.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador, por favor.

Esteja, então... Seja muito bem-vindo a nossa Comissão. É irmão do Senador João Capiberibe... *(Pausa.)*

É filho! Que alegria! Seja bem-vindo!

Então, Governador, esteja aqui à frente, compondo a Mesa conosco. É um prazer muito grande recebê-lo aqui. *(Pausa.)*

É um prazer conhecê-lo pessoalmente.

Do meu lado direito, o pai; do meu lado esquerdo, o filho.

Seja bem-vindo, Governador! *(Pausa.)*

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o Biênio 2013/2014, a qual possui a seguinte composição: pelo Bloco de Apoio ao Governo, titulares Senador Paulo Paim, PT do Rio Grande do Sul, e Senadora Lídice da Mata, PSB da Bahia, e suplente Senador Randolfe Rodrigues, PSOL do Amapá; pelo Bloco Parlamentar da Maioria, Senador Paulo Davim, PV do Rio Grande do Norte; e pelo Bloco Parlamentar da Minoria, Senador Ataídes Oliveira, PSDB do Tocantins.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: Presidente Senador Paulo Davim e Vice-Presidente Senadora Lídice da Mata.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, nos moldes como se realizou na CCJ, na CAE, na CAS, na Comissão de Educação e aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Em votação o encaminhamento para que seja realizada a eleição por aclamação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo para o Biênio 2013/2014 ocorrerá por aclamação.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os nomes do Senador Paulo Davim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleito para Presidente o Senador Paulo Davim e para Vice-Presidente a Senadora Lídice da Mata.

Convido o Senador Paulo Davim a ocupar o seu lugar à mesa. Dessa forma, passo a palavra para os Senadores eleitos Presidentes e Presidenta das subcomissões temporárias da Comissão de Direitos Humanos.

Vou passar a palavra para a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, quero agradecer a confiança de todos que me colocaram na Presidência da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher e à companheira Angela Portela.

Na verdade, houve uma inversão de lugares, de papeis em relação ao ano passado. Srª Presidenta, embora eu esteja bastante sobrecarregada nas outras Comissões, não pude deixar de atender o apelo da Senadora Angela Portela para que pudéssemos dar continuidade a esse trabalho tão bem desenvolvido por ela no período imediatamente passado desta Comissão. No entanto, quero ter o compromisso dela para que possamos dar continuidade a esse trabalho.

Quero agradecer também ao Senador Paulo Davim, que me pediu para compor também a subcomissão que trata do tráfico de pessoas e do trabalho escravo, tema que tratamos no ano passado inteiro na CPI do Tráfico de Pessoas, que tive a honra de ser a relatora.

Portanto, quero agradecer e parabenizar os outros Presidentes das subcomissões. Se pudesse, participaria de todas elas, porque todas trazem temas que são do nosso interesse e que consubstanciam uma agenda de direitos humanos no Brasil, e já faz parte da minha história política participar.

Quero saudar, em particular também, a iniciativa do Senador João Capiberibe, que trouxe a esta Comissão a temática da memória, da verdade e da justiça, podendo acompanhar esse trabalho fundamental que se inicia no nosso País e que é de recuperação da memória política do nosso povo.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Parabenizo a Senadora Lídice da Mata e todos os Senadores que compõem esta Comissão. Desejo que façam um bom trabalho.

Passo agora a palavra para o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Srª Presidenta, Srª Senadora Lídice da Mata, Srs. Presidentes de Subcomissão, Paulo Davim e Paulo Paim, quero dizer algumas palavras.

Sr. Governador do Amapá, é uma honra a presença de V. Exª. É uma satisfação pessoal contar aqui com a sua presença nesta reunião. Para mim, é muito importante, assim como a presença do Senador Randolfe Rodrigues, que é meu Vice na Subcomissão.

Senador Randolfe, certamente a diferença que nos separa é muito pequenas, inclusive de tempo vivi-

do. Randolfe é historiador. Como professor de história, conhece com profundidade os acontecimentos desse País dos últimos 49 anos.

Senadora Angela Portela, V. Exª, com certeza, vai participar ativamente desta Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça.

Particularmente, tenho interesse muito grande porque convivo com muitos jovens. Na política, nossos Partidos têm as suas organizações juvenis. Essas gerações que sucederam a 1964 desconhecem o que aconteceu.

Ultimamente, tivemos oportunidade de acessar os arquivos da ditadura divulgados pelo Governo de São Paulo. O Governo de São Paulo colocou um portal muito interessante. É muito impressionante o que a gente pode conhecer, mesmo para mim. Sou ex-preso político. Fui preso, torturado e exilado. Fico surpreso quando a gente se depara com a ficha do Roberto Carlos, do Pelé. A ditadura tinha um controle enorme sobre as pessoas. A Presidenta Dilma teve uma participação muito efetiva na luta contra a ditadura.

Tive com a Senadora Lídice da Mata quando da declaração de anistia de Carlos Marighella. Carlos Marighella, para mim, é um dos heróis do séc. XX do nosso País e precisa ser reconhecido como militante aguerrido, um homem que dedicou sua vida. Passou quase dois terços de sua vida clandestinamente, como tantos outros brasileiros.

O Brasil é um país com dificuldade para conviver com as diferenças. Hoje temos um espaço de liberdade política mais amplo, mas, ainda assim, temos grande dificuldade na convivência com segmentos da sociedade, com os indígenas, com as populações negras. É ainda uma sociedade muito discriminatória, que discrimina setores importantes da sociedade brasileira. Então, mais do que nunca é preciso trazer essas informações para que possamos compartilhar com as gerações do presente para que não tenhamos nunca mais que conviver com a intolerância, com a violência do Estado – porque a violência foi patrocinada pelo Estado brasileiro; imaginem que o cidadão paga o imposto e o Estado responde com violência –, sobretudo com absoluta intolerância com a divergência. Essa é uma questão que vamos observar.

Já tenho uma sugestão do Senador Randolfe de convidar, e minha, vamos assinar juntos esse requerimento, a Comissão Nacional da Verdade, da Memória e da Justiça para que possam vir aqui à Comissão de Direitos Humanos e falar um pouco do trabalho que vem desenvolvendo e, sobretudo, das dificuldades, porque ainda hoje algumas portas lhes estão fechadas para a busca de revelar para a sociedade, por exemplo, o caso dos desaparecidos políticos. Isso é uma coisa absolutamente grave. Até hoje não se sabe o que aconteceu com essas pessoas, e existem informações e essas informações continuam sendo negadas à Comissão da Verdade. A gente precisa dar o suporte, apoiar.

A ideia dessa subcomissão é que a gente possa envolver o conjunto da Comissão para apoiar a ação da Comissão Nacional da Verdade, da Memória e da Justiça. Acho que podemos dar uma grande contribuição. Podemos também evidentemente ouvir. Há um segmento que gostaria particularmente de convidar futuramente para vir aqui, para que a gente possa entender de fato o que aconteceu, que são os militares. Houve um expurgo nas Forças Armadas, em 1964, enorme. Inúmeros oficiais, praças foram expulsos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e a sociedade brasileira não sabe. Só conhecemos os militares dos clubes militares, que esses anos todos faziam manifestação a cada comemoração do golpe. Eles comemoravam, a cada ano, no dia 1º de abril, 31 de março, o golpe. Ultimamente, só comemoram entre eles, pelo menos a sociedade brasileira conseguir dar um passo adiante e reconhecer... Aqui mesmo, no Senado, tenho o desprazer, ao subir as escadas, de passar por uma ala que é uma homenagem a um dos torturadores do Estado novo. Eu me sinto muito mal. Fui torturado lá. Todo dia que passo ali, me lembro do que eu passei. Não dá para esquecer. São coisas que a gente não fala. É muito difícil a gente... *(Palmas.)*

Falar dessas coisas é muito complicado, mas, enfim, sou obrigado a me lembrar disso a cada dia, e, para mim, isso é muito desagradável, Srª Presidente.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador João Capiberibe, com certeza, V. Exª fará um brilhante trabalho à frente dessa Subcomissão. Quero dizer que a Comissão de Direitos Humanos estará inteiramente a sua disposição e à disposição de todos os membros que compõem esta Subcomissão. É mais do que necessário que o País realmente faça valer a verdade dos fatos.

Quero aqui aproveitar a oportunidade e dizer que, no Estado do Espírito Santo, já foram criadas quatro comissões no Estado para justamente trabalhar esse assunto e subsidiar a Comissão Nacional da Verdade: uma comissão na Universidade Federal; outra, na Assembleia Legislativa; uma, no Governo do Estado; e outra, no sindicato dos jornalistas. O povo brasileiro tem sede de justiça. Fazer apuração do que aconteceu no período da ditadura militar é extremamente necessário. Temos certeza absoluta de que V. Exª, pela experiência, pela vivência e pela dor que já sofreu durante sua vida, fará um brilhante trabalho à frente dessa Subcomissão.

Nossos parabéns por essa iniciativa e, ao mesmo tempo, toda nossa solidariedade e apoio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Peço a palavra, Srª Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Me permita, Srª Presidente, só fazer um registro. O Governador Camilo está nomeando a Comissão da Verdade no Amapá. Nos lugares mais isolados, os absurdos que vão vir à tona vão surpreender muita gente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Acho importante, antes de passar a palavra ao Senador Randolfe, lembrar, Senador João Capiberibe, e até já conversamos sobre isso, que, no Senado Federal, o meu gabinete, o nosso gabinete fica também na Ala Filinto Müller, o que nos traz um constrangimento quando informamos às pessoas de fora onde fica o gabinete, porque as pessoas se assustam: "Ala Filinto Müller?"

Então, tomei iniciativa de propor um projeto de lei mudando o nome da Ala. Infelizmente esse projeto ainda não foi aprovado no Senado Federal, porque, lamentavelmente, há resistência aqui em retirar o nome do ex-Senador Filinto Müller da ala. Há resistência interna. Dentro da nossa própria Casa, encontramos resistência.

Sabemos o quanto isso é difícil para quem passou por aquele período e para os familiares das vítimas. Então, todo nosso apoio e nossa solidariedade.

Senador Randolfe. Em seguida, vou passar a palavra para o Senador Paulo Paim e Senador Paulo Davim, para que possam se manifestar também como Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Srª Presidente, veja que contraditório: a Ala Filinto Müller fica abaixo da Ala Teotônio Vilela. É antagônico e inadequado conviver no mesmo prédio Teotônio Vilela e Filinto Müller. É antagônico e acintoso às conquistas do povo brasileiro e à principal e mais importante conquista dos últimos 30 anos da história brasileira, Senador Paim, que é a conquista pela democracia.

Tem um trecho de Nando Reis, uma bela música dele, que diz que tudo que acontece na vida tem o seu momento e o seu destino. Quis o momento e o destino atual que o Governador Camilo estivesse aqui, em um dia importante para o Amapá. O Governador está aqui para acompanhar a votação do Fundo de Participação dos Estados, a nova fórmula de partilha do FPE, fundamental e indispensável em nosso Estado. Coincidiu esse momento com a eleição da nossa Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, na qual tenho a honra de figurar, da qual tenho a honra de ter sido escolhido Vice-Presidente e de ser dirigido, nesta Comissão, por uma figura que representa toda a síntese da luta do povo brasileiro por democracia, que é o Senador João Capiberibe, que representou o antônimo e a luta contra a ditadura. Quis o momento e o destino que o Governador Camilo viesse aqui, que nos encontrássemos aqui na Comissão, no momento em que seu pai está sendo eleito Presidente da Subcomissão da Verdade.

A Subcomissão terá o papel de contribuir com a Comissão Nacional da Verdade, com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, para que restauremos a verdade e a memória brasileira – e, por isso, tenho a honra de integrar esta Subcomissão –, restauremos até para que não possamos, Senador Capiberibe, ouvir até aqui no Senado alguns impropérios, ouvir alguns colegas Senadores cometerem o equívoco de chamar o Golpe de 1964 de revolução. Como assim? Isso é um desatino a democracia afirmar isso.

Então, quis o destino que o Governador Camilo estivesse aqui, na CDH, no momento em que seu pai é eleito Presidente da Subcomissão, reunindo um conjunto de memórias para a história brasileira. O pai do Governador padeceu de todas as angúrrias da ditadura. O Governador teve sequestrado um direito que pertence a todos nós, brasileiros, que foi o direito de nascer na sua pátria. O Governador teve sequestrado esse direito. Devido ao exílio que foi imposto a seu pai e a sua mãe, foi obrigado a nascer em um país estrangeiro, em um momento bonito de uma nação estrangeira, que foi o momento do governo de Salvador Allende, no Chile. Mas teve esse direito de nascer em seu País sequestrado, para percebermos a violência desse período. Não podemos nos calar e não podemos deixar de lembrar o que foi esse período para que nunca mais aconteça na história nacional.

Não vivi esse período. Eu e Camilo somos os frutos da restauração democrática. Somos resultado de um período de abertura política e convivemos com Capi esse resultado da abertura política. Aprendemos com Capi e com tantos outros o que representou o período anterior para a história nacional. Como historiador, fará muito para a minha vida integrar essa Comissão e contribuir, nesse momento seguinte da história nacional, para que a verdade venha de fato à tona para o esclarecimento disso, para que as gerações seguintes não tenham que ouvir Parlamentares seus chamando a inauguração do pior período da história nacional de "revolução". Não foi e significou, reiteramos, um período triste absurdo da história nacional.

Quis o momento e o destino que tivéssemos essa síntese na Comissão de Direitos Humanos do Senado, no dia de hoje. Que a Comissão de Direitos Humanos do Senado esteja caminhando, e é lamentável dizer, no contraponto dos descaminhos que está caminhando a Comissão de Direitos Humanos na Câ-

mara. A Comissão de Direitos Humanos do Senado, dirigida pelo Senador Paulo Paim e dirigida, hoje, pela Senadora Ana Rita, institui sua comissão de acompanhamento da Comissão Nacional da Verdade, reitero, quis o momento e o destino, construindo uma síntese nesse momento. Juntou representantes de gerações diferentes e elegeu um exilado político, que sofreu com a ditadura, para dirigir sua subcomissão.

Não sabemos a dimensão desse momento, que eu diria histórico, que estamos vivendo aqui. Quis o destino e a força divina que esse momento tivesse tantas coincidências: a presença do Governador do meu Estado para cá para presenciar a emoção do seu pai e a instituição dos trabalhos desta Comissão.

Para mim, será uma honra fazer parte desta Subcomissão.

Por fim, também cumprimentar o Governador por ter instaurado, e falo com muito orgulho disso, no meu Estado, a Comissão Estadual da Verdade. Falo isso com muito orgulho. É uma necessidade para o Brasil fazer esse encontro, fazer os ajustes necessários para com a sua história. É, para todos nós, um momento de profunda emoção. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Randolfe Rodrigues.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar aqui a presença do José Maria de Almeida, Presidente Nacional do PSTU e dirigente da Central Sindical Popular (Conlutas).

Obrigada pela presença, Sr. José Maria.

Passo em seguida a palavra para o Senador Paulo Paim, Presidente da Subcomissão de Combate à Pedofilia, Proteção dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, primeiro quero dizer que a minha fala aqui vai na linha de uma homenagem a nossa Presidenta, Senadora Ana Rita.

Senadora Ana Rita, estou aqui, no Congresso, há muito tempo e tem uma bobagem que alguns criaram: achar que uma subcomissão pode ser maior que a comissão principal. Isso é pura bobagem e ignorância de quem não tem o que fazer. Tenho certeza absoluta, Senadora Ana Rita, que, ao contrário do que alguns dizem, vou ter orgulho, no final dos trabalhos, de dizer que a minha Vice superou o Presidente. Ela vai ser a melhor Presidente que esta Comissão já teve aqui no Senador da República. *(Palmas.)*

Vamos nós, todos, trabalhar para isso. Alguns tentam fazer umas bobagenzinhas, mas é política tão pequena que a gente não se preocupa com isso.

Esta comissão ampla, como está aqui, e estou na Presidência por decisão de V. Exª, acolheu todos esses setores porque não tínhamos como montar mais uma comissão. O Senador Magno Malta, que já foi Presidente, não poderia ser presidente porque tem que mudar de dois em dois anos.

Quero dizer algo de público a V. Exª, pelo carinho que tenho por V. Exª. Eu estava saindo da Comissão de Assuntos Sociais e estava do meu lado o Jayme Campos, que foi um grande Presidente. Eu disse: "Senador Jayme Campos, sou obrigado a dizer que o Waldemir Moka está melhor do que encomenda. Olha, já está empatado com o senhor e, se bobear, vai estar além." Ele só deu risada.

Esta Subcomissão e todas as subcomissões vão seguir a sua orientação. Para todas as matérias mais importantes não será audiência desta Subcomissão. Será, sim, audiência da Comissão principal, porque estamos aqui para isso. Então, a minha fala com todos os membros que estão aqui é na linha de dizer que vamos ser parceiros, como aqui foi dito por todos, mas principalmente por V. Exª quando abriu os trabalhos e, depois, repetimos. Seguiremos a sua orientação. No momento em que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara está de fato em uma situação que ninguém gosta, a sua responsabilidade e a nossa aumentaram.

Por isso, Senadora Ana Rita, do fundo do meu coração e da minha alma, dizer que sou o seu discípulo. Se alguém disse que fui um grande Presidente... Vi uma frase antiga, não que eu ache que eu seja um mestre, que dizia que o bom mestre é aquele que o discípulo o supera – ele vira discípulo e aquele que era aluno vira mestre. Você é a minha mestra. Estarei aqui sob sua orientação.

Parabéns, Senadora Ana Rita!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Paim, que nunca economizou palavras para nos elogiar, para reconhecer nosso trabalho. Quero aqui também agradecer o companheirismo, a parceria. Além de ser um companheiro de Partido, é um companheiro na Comissão de Direitos Humanos. Juntos, com certeza, faremos um belíssimo trabalho.

Passo, agora, a palavra para o nosso grande amigo, companheiro, Senador Paulo Davim, Presidente eleito, agora, da Subcomissão Permanente para o Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Quero antes, Senador Paulo Davim, dizer que tenho um profundo apreço por V. Exª. Me permita interrompê-lo até para dizer isso. Quando o senhor propôs a Subcomissão Permanente de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, o senhor disse, com tanta disposição, assim como o Senador João Capiberibe – e são duas subcomissões criadas recentemente; a do trabalho escravo já existia, mas agrega agora também o tráfico

de pessoas –, naquele momento, que a CPI da qual o senhor participou fez um trabalho tão intenso e tão importante que o senhor se sentiu compromissado com essa demanda, com essa problemática do tráfico de pessoas, que é uma questão extremamente séria no nosso País e que infelizmente envolve outros países do mundo, e que o senhor criaria esta subcomissão justamente para dar continuidade ao trabalho desenvolvido durante a CPI. Então, tenho certeza absoluta que V. Exª e o Senador João Capiberibe, que propuseram a criação destas duas subcomissões, farão um belíssimo trabalho.

Passo, então, a palavra a V. Exª. *(Palmas.)*

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado.

Quero saudar a todos, Senadores e Senadoras; quero saudar a nossa Presidente, Senadora Ana Rita, e dizer da minha alegria de mais uma vez estar nesta Comissão de Direitos Humanos, uma comissão muito viva, uma comissão plural. Vejam as propostas de subcomissões, vejam as pessoas que estão aqui empenhadas, comprometidas com os temas propostos nas subcomissões.

Tenho absoluta certeza, Senadora, que mais uma vez a Comissão de Direitos Humanos dará uma grande contribuição ao Parlamento brasileiro. Não tenho dúvidas disso.

Quero agradecer aos colegas, como o Senador Paulo Paim, como o Senador Randolfe, como a Senadora Lídice da Mata, como o Senador Ataídes, que compõem esta Subcomissão Permanente para o Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Como a senhora bem falou, passamos dois anos participando dos trabalhos da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, cuja relatora foi a Senadora Lídice da Mata, que fez um belíssimo relatório, que ofereceu e propôs instrumentos novos para enfrentar esse grave problema que não é só do Brasil, mas do mundo, e cuja Presidente foi a Senadora Vanessa Grazzotin. Viajamos pelo Brasil. Quantos casos, quantas vítimas, quantas oitivas foram realizadas, quantos dramas testemunhamos, tomamos conhecimento pelo Brasil afora! Dá para perceber e deu para perceber que foi apenas a ponta do *iceberg*. Muita coisa ainda tem para ser trabalhada nesse sentido. Por onde passamos, deixamos os casos sendo acompanhados pela Polícia Federal, pela Polícia Civil.

A CPI deixou a sua marca e plantou sementes, e não poderia ser diferente. Precisamos acompanhar o que foi plantado. Precisamos acompanhar vigilantemente tudo que foi proposto por esta CPI: o projeto de lei, as medidas sugeridas. Inclusive foi entregue o relatório em todos os Ministérios. Todos agiram, mas grande parte dos Ministérios...

Acho que esta Subcomissão, e essa é a proposta, vai dar continuidade ao que foi iniciado há dois anos, pela CPI do Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Trabalho Escravo. Essa é a nossa proposta.

Estou extremamente motivado, disposto, porque é um tema que precisamos encarar com seriedade. É um crime que passa desapercebido na sociedade. Foge ao alcance dos olhos das autoridades e do povo em geral, porque é um crime de difícil diagnóstico, como todos já sabem. Ele se traveste de legalidade. Esse é perigoso e difícil diagnosticar e enfrentar. É um trabalho nosso e precisamos dar cabo dessa responsabilidade que temos e que assumimos. Não só assumimos o mandato, mas também assumimos a CPI, a participação na CPI.

Esta é a nossa proposta: dar continuidade a essa luta, que tem que ser incansável, para coibirmos crimes como esse aqui no Brasil.

Ademais, quero parabenizar todos colegas Senadores que assumem as presidências das Subcomissões e, sobretudo, a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que tem demonstrado capacidade de aglutinação, que tem demonstrado organizado, que tem demonstrado criatividade e comprometimento com as questões relativas ao tema. Parabéns! *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Paulo Davim. Tenho certeza de que V. Exª fará um brilhante trabalho.

Passo a palavra agora para a Senadora Angela Portela, nossa companheira, que foi eleita Vice-Presidente da Comissão da Mulher, juntamente com a Senadora Lídice da Mata, que é a Presidenta da Subcomissão.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senadora Ana Rita, nossa Presidenta, queria aqui enfatizar as palavras do Senador Paim. Sem dúvida nenhuma, essa parceria vai ser significativa para o andamento dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos.

Senadora Ana Rita, Senador Paim, não temos dúvidas. Esta aqui é uma iniciativa concreta do êxito desta Comissão, dos trabalhos desta Comissão: a criação de mais duas Subcomissões permanentes tratando de temas de extrema relevância para o nosso País. Foi instalada a Comissão da Verdade, da Justiça e da Memória, com o nosso Senador João Capiberibe, um homem sério, trabalhador.

Acho que hoje o Estado do Amapá, Senador Randolfe, está em um momento muito bom, um momento em que o processo democrático está nas ações de Governo do Camilo Capiberibe, seu Governador, filho do

João Capiberibe, nosso Senador, filho da nossa amiga Deputada Federal Janete Capiberibe. Particularmente, sinto-me muito feliz em ver uma leva de políticos deste nível administrando o Amapá. Quem dera, Senador Capiberibe, que tivéssemos, nos demais Estados do nosso País, em Estados da Região Norte, poderia aqui dizer o meu Estado de Roraima, pessoas no Governo, no Senado, na Câmara de Deputados com esse grau de compromisso com o povo do seu Estado que vocês têm, Randolfe, João Capiberibe, Janete e Camilo!

Então, queria deixar aqui esse meu reconhecimento desta família no Amapá.

Tenho absoluta certeza de que esta Subcomissão vai contribuir imensamente para os trabalhos da Comissão da Verdade, que é uma prioridade da Presidenta Dilma. Ela tem inclusive se manifestado inúmeras vezes pedindo resultados concretos desta Comissão da Verdade. Esta Subcomissão vai, sem dúvida nenhuma, dar uma contribuição muito forte, porque vai ampliar o debate no que diz respeito ao esclarecimento do que ocorreu nesse período negro da história do nosso Brasil. Então, queria parabenizar a equipe, o grupo de Senadores que compõe esta Comissão.

Também a Comissão do Senador Paim, a Comissão dos Direitos do Idoso, da Criança e do Adolescente.

Senador Paim, queremos trazer ao debate desta Comissão o combate ao trabalho infantil. Temos observado o foro nacional de combate ao trabalho infantil se mobilizando nos Estados, porque já existem sinais claros de ampliação do trabalho das nossas crianças. Então, é preciso também que a gente traga essa discussão para a Subcomissão, para que a gente contribua com o Poder Público, ajude...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Me permite um aparte?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o tipo da proposta, pela grandeza dela, que vamos puxar para a Comissão principal. Quero dar meus cumprimentos a V. Exª. *(Palmas.)*

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeira proposta de integração...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sem dúvida nenhuma, vamos contribuir com os Estados e os Municípios no debate com relação ao combate do trabalho infantil.

O Senador Davim também fez um excelente trabalho, junto com a Senadora Lídice da Mata, na CPMI que investigou o tráfico de pessoas. Hoje, é um tema nacional. Felizmente, temos a novela que está dando visibilidade muito grande ao tráfico de pessoas em nosso País. Isso ajuda, sem dúvida nenhuma, para que cada cidadão brasileiro tome consciência e fique atento a essa questão do tráfico humano, que é tão séria e, como disse V. Exª, fica na surdina. É difícil levar à tona para que a gente possa, o Poder Público, o Congresso Nacional também, contribuir para amenizar essa situação que é tão grave no mundo e no nosso País.

Senadora Lídice da Mata, minha companheira, Presidente da Subcomissão dos Direitos da Mulher, certamente, vamos juntas realizar nosso trabalho, dando continuidade às ações, às audiências públicas, às articulações para que a nossa Subcomissão dos Direitos da Mulher possa andar a passos largos, para que a gente possa, em articulação com a sociedade civil organizada, com Estados e Municípios, contribuir para avançar principalmente na ampliação da rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica em nosso País. Temos temas muito importantes a serem colocados nessa Subcomissão – a questão da saúde da mulher, a questão da formação e capacitação da mulher, a presença da mulher no mercado de trabalho –, mas acredito que a discussão do combate à violência contra a mulher deve ser priorizada.

A Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, a nossa Ministra Eleonora Menicucci, tem sido uma parceira desta Subcomissão. Queremos certamente contribuir com o Governo Federal, com o Governo da Presidenta Dilma para esse combate.

Vimos recentemente o lançamento de um programa, há pouco mais de 15 dias, pela Presidente Dilma, em todas as capitais do Brasil. É a Casa da Mulher. Na Casa da Mulher, vai haver uma rede de atendimento para que a mulher vítima de violência possa chegar a esta casa e ter o atendimento, a proteção jurídica e social, o abrigo, o acolhimento inicial. Considero um passo relevante do Governo Federal quando a Presidenta Dilma tem a preocupação de construir essa estrutura de atendimento à mulher em todas as capitais brasileiras.

Isso é importante, Senadora, porque entre os 5.565 Municípios brasileiros temos apenas pouco mais de 400 delegacias especializadas no atendimento da mulher vítima de violência. É preciso haver um investimento do Governo Federal, de Estados e Municípios, na formação e na capacitação desses agentes, desses profissionais que atuam nessas delegacias.

Enfim, são muitos os temas, muitos os questionamentos e essas Subcomissões estarão preparadas para trazer esse debate, que vai, sem dúvida nenhuma, atender a essas demandas do povo brasileiro: a proteção à criança, ao adolescente, ao jovem e à mulher vítima de violência, o combate ao tráfico humano, e

à busca, que é a questão da democracia, da verdade sobre o período nebuloso da ditadura em nosso País.

Queria parabenizar a Presidenta da Comissão, parabenizar todos os Presidentes. Todos eles têm o perfil ideal, conhecimento sobre as causas para as defenderem aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Senadora Angela Portela.

Quero aqui agradecer à Senadora Lídice da Mata, ao Senador João Capiberibe, ao Senador Paulo Paim, ao Senador Paulo Davim, que estão assumindo a Presidência dessas Subcomissões. Quero desejar a todos e a todas um bom trabalho! Quero desejar um trabalho com muito êxito! Tenho certeza de que estaremos conjugando esforços para o fortalecimento da democracia, para o fortalecimento dos direitos humanos no nosso País.

Quero, antes de encerrar esta reunião, passar a palavra para o Governador do Amapá, o Governador Camilo Capiberibe. É uma alegria e uma honra poder recebê-lo aqui hoje, em um momento histórico e tão importante da Comissão de Direitos Humanos, particularmente considerando aqui o nosso Senador João Capiberibe. *(Pausa.)*

Com a palavra, Governador Camilo.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE – Muito obrigado, Srª Presidenta.

Quero cumprimentar e parabenizar V. Exª pela eleição para Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República; também o Senador Paulo Davim, que assume uma importante Subcomissão; o Senador Paulo Paim; a Senadora Lídice da Mata, nossa grande companheira da Bahia, de tantos anos de parceria e de trabalho conjunto; meu pai, o Senador João Alberto Capiberibe, pela Presidência da Subcomissão da Verdade e da Memória.

Quero dizer da importância do trabalho que vai ser feito. Tenho certeza de que o Senado da República vai contribuir muito para os trabalhos que já estão sendo realizados pelo Governo Federal, pela Comissão da Verdade. É importante que tenhamos esses trabalhos acontecendo em várias frentes, até para ter esse elemento de pressão necessário para que questões delicadas possam ser discutidas em maior profundidade.

Mas queria nesse momento também fazer um reconhecimento da importância desta Comissão para os direitos humanos no País.

Fui Deputado Estadual, antes de ser Governador. Durante quatro anos, presidi a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e tive o apoio do Senado da República em duas oportunidades muito importantes. Uma delas foi neste plenário, quando tivemos um conflito sério na fronteira com nosso país vizinho que é a França, a Guiana Francesa. Foi chamado, aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos, o Embaixador da França a dar explicações. O povo do Amapá tinha dificuldade em conseguir uma explicação razoável para o que estava acontecendo. A Comissão de Direitos Humanos, então, promoveu esse momento tão importante de resposta aos anseios daquele povo. Não tínhamos condições de fazer isso no Amapá e viemos para cá. Tivemos apoio na época. O Presidente Senadora Paulo Paim nos recebeu...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós dois juntos...

O SR. CAMILO CAPIBERIBE – Muito bem. Que bom!

Na época, realizamos essa audiência pública e foi importante.

Em um segundo momento, tivemos um apoio fundamental não desta Comissão, mas da CPI da Pedofilia, quando não conseguíamos avançar com a nossa CPI no Amapá, pois havíamos esbarrado em forças poderosas. Viemos buscar o apoio, aqui, da CPI. O Senador Magno Malta nos apoiou convocando todos aqueles que lá, no Amapá, não conseguíamos convocar, colocando-os no assento da CPI para dar respostas para o Brasil, para a sociedade e, em particular, para nós, do Amapá.

Isso mostra a importância desta Comissão, da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, e da importância que isso tem para nós. Lá, muitas vezes, na província, temos dificuldades para vencer certas barreiras. O Senado nos ajuda a fazer isso.

Então, fazendo esse reconhecimento, gostaria de concluir cumprimentando o Senador Randolfe Rodrigues, que tem sido um grande parceiro dos interesses do Estado do Amapá. Estamos juntos aqui hoje... Vim motivado pela votação do FPE, que pode acontecer hoje, à tarde, no plenário, pela nossa preocupação com a situação em que vivemos e em que podemos passar a viver, se o projeto for aprovado nas condições em que está sendo discutido hoje. A Bancada do Amapá está reunida. Temos o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador João Capiberibe e uma expectativa muito grande de ter a Bancada unida, hoje à tarde, no Senado, para defender os nossos interesses, os interesses do Estado do Amapá, os interesses do futuro do nosso Estado. Então, queria fazer esse reconhecimento da importância do Senador Randolfe, aqui, defendendo o Amapá.

Temos uma retaguarda boa tendo dois Senadores da importância do Senador Randolfe e do Senador João Alberto Capiberibe, que voltou ao Senado e voltou a ser uma voz importante para a Amazônia, para discutir

as questões da Amazônia também. É fundamental. A Amazônia passou a ter uma voz poderosa aqui com o Senador João Alberto Capiberibe em tantas frentes.

Então, Senadora Ana Rita, quero cumprimentar e desejar boa sorte. Tenho certeza de que a profecia aqui do Senador Paulo Paim, que lhe passou a tarefa de ampliar os trabalhos da CDH, vai se realizar e esta Comissão vai poder, então, suprir as lacunas que estão sendo impostas hoje para os direitos humanos no nosso País.

Parabéns! Sucesso! Grande condução aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Governador. Obrigada pela sua presença. Que Deus o abençoe e que V. Exª continue fazendo um bom trabalho no Estado Amapá!

Quero, antes de encerrar esta reunião, fazer um agradecimento a todas as pessoas, aqui, presentes, representando diversas entidades.

Quero também lembrar que amanhã teremos reunião ordinária da Comissão de Direitos Humanos, às 11h, e contamos com a presença de todos os colegas, Senadores e Senadoras.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 1ª Reunião de instalação da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, da Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e de Proteção dos Direitos da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça e da Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Muito obrigada!

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência do Senhor Senador **Ricardo Ferraço**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Paulo Bauer, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena e Eduardo Amorim.** Justifica a ausência o Senador **Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais Senadores. É aberta a Reunião. Em seguida, passa-se à **PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA,** que é parte do Ciclo de Debates sobre as Perspectivas da Integração Elétrica na América Latina com o apoio do GESEL– Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O objetivo deste Ciclo é analisar as possibilidades e especificidades da integração elétrica como um vetor da integração econômico do Brasil com os países da América Latina, dado que o setor elétrico nacional é um marco e exemplo de competência e eficiência. Pretende-se como resultado do Ciclo propor ações concretas a partir da participação dos segmentos político, diplomático, empresarial e científico-acadêmico do Brasil e dos países envolvidos naquele processo. Em atendimento ao Requerimento nº 100, de 2013-CRE, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. Participam como convidados: **Nelson José Hubner Moreira,** ex-Presidente da ANEEL; **Ricardo Raineri,** Diretor do Banco Mundial; **Prof. Nivalde J. de Castro,** Integrante do Grupo de Estudos do Setor Elétrico – GESEL; **Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; Altino Ventura Filho,** Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; **Pedro Luiz de Oliveira Jatobá,** Gerente do Departamento de Prospecção de Novos Negócios no Exterior da Eletrobras; e **Luiz Eduardo Melin de C. e Silva,** Diretor Internacional e de Comércio Exterior do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O Presidente convida os expositores a comporem a Mesa. O Presidente faz pronunciamento sobre o tema da reunião. Em seguida, o Presidente concede a palavra a cada um dos expositores na seguinte ordem: Prof. Altino Ventura Filho, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Luiz Eduardo Melin de C. e Silva, Nelson José Hubner Moreira, Ricardo Raineri, Pedro Luiz de Oliveira Jatobá e Prof. Nivalde J. de Castro. Feita cada apresentação, o Presidente apresenta seus questionamentos aos expositores, que os respondem. O Presidente tece comentários sobre o assunto debatido e apresenta seus cumprimentos aos expositores. Às onze horas e cinquenta e sete minutos assume a presidência o Senador Mozarildo Cavalcanti. O Presidente registra e agradece a presença do Embaixador do Suriname no Brasil Marlon Faisal Mohamed-Houesein. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e treze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Ta-

quigráficas, no Diário do Senado Federal. – **Senador RICARDO FERRAÇO, Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito bom dia a todas as senhoras e a todos os senhores, Srªs Senadoras, Srs. Senadores. Há número regimental. Declaro aberta a reunião.

Para darmos início ao nosso ciclo de debates sobre Perspectivas da Integração Elétrica no Arco Norte, convido, para que tomem assento à mesa, o Prof. Nivalde de Castro, integrante do Grupo de Estudos do Setor Elétrico do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; de igual forma, convido o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; Dr. Altino Ventura Filho, Secretário do Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; o Dr. Nelson José Hubner Moreira, ex-diretor-geral da Aneel; e o Diretor do Banco Mundial e ex-ministro de Minas e Energia ou de Energia do Chile, o Dr. Ricardo Ranieri.

Sem todos muito bem-vindos.

Eu agradeço, em nome da Comissão, pela presença, pelo interesse, pela motivação de todos os senhores em compartilhar conosco o esforço que a Comissão de Relações Exteriores faz, uma vez que vem acompanhando o desenvolvimento dos esforços que podem, que devem ser feitos, e até mesmo intensificados, na direção de ampliarmos a integração dos países da América do Sul, dada a dimensão do nosso País. Trata-se de um país com 200 milhões de habitantes, que ostenta o maior produto interno bruto da região e conta com amplo potencial de crescimento, graças a uma base produtiva diversificada e competitiva. Cabe ao País, ao nosso País, ao Brasil, na condição de líder, tomar a frente da temática da integração energética do continente como já fez em experiências anteriores, ou seja, tendo a integração energética como um ponto de convergência para a ampliação e a integração na região.

No que se refere à energia, podemos destacar nosso enorme potencial, o potencial brasileiro na produção de energia. No campo do petróleo, em 2035, tudo indica, se as nossas metas forem alcançadas, seremos o 6º maior produtor do mundo, segundo dados da Agência Internacional de Energia.

No campo da energia elétrica, no qual o Brasil detém uma das matrizes elétricas mais renováveis do mundo, verifica-se que o País conseguiu estruturar modelo energético que comporta o ajuste dinâmico e competitivo entre a demanda por energia elétrica e a oferta de usinas e até mesmo parques eólicos.

No que se refere à integração da economia regional, defendemos que o Brasil considere os empreendimentos do setor de infraestrutura como estratégicos do ponto de vista da desejável e necessária integração física entre as economias da região.

Como sabemos, o setor elétrico brasileiro produziu paradigmático exemplo de sucesso no campo da integração energética, que é a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu. Esse empreendimento binacional, que durante muitos anos foi a maior unidade hidroelétrica do mundo em capacidade instalada e hoje é a maior central produtora de eletricidade do mundo, contribuiu para, entre outras coisas, dinamizar a economia paraguaia graças a receitas certas e seguras que aquele país aufere com Itaipu; consolidar um complexo de produção de plataformas energéticas mediante articulação entre a construção civil e uma indústria nacional de bens de capital eficiente e competitiva, servindo inclusive como base para a internacionalização de nossas empresas que operam no setor da construção pesada; suprimir a demanda de energia elétrica do Brasil com cerca de 20% do seu consumo total, com uma energia limpa, renovável e a preços bastante compatíveis.

Com base nessa exitosa experiência em Itaipu, devemos nos perguntar por que o Brasil não tenta reproduzir esse modelo em outras regiões, em outras fronteiras, considerado o potencial existente instalado.

Como o Brasil pode ampliar o horizonte de integração elétrica com seus vizinhos usando toda sua competência, *know-how* técnico, financiamento e capacidade produtiva? Por que o Brasil não avança de forma concreta na integração elétrica com países como Peru, Uruguai, Argentina, Bolívia e Venezuela?

Em uma primeira busca por respostas, há vozes que sugerem que falta ao Brasil uma política estratégica de integração elétrica para o nosso continente, há vozes que sinalizam nessa direção. Nesse sentido, indago: não estaria faltando também uma decisão política para colocar a integração energética como uma prioridade estratégica, econômica e política do Estado brasileiro?

O objetivo, portanto, desse ciclo de debates que estamos abrindo na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é reunir informações, consolidar conhecimentos, com vistas a chamar a atenção da sociedade brasileira, de nossas autoridades, para o enorme potencial que o campo da integração energética regional oferece em termos de sinergia econômica, prosperidade e maior competitividade de tudo o que produz no Brasil e nos países nossos vizinhos.

A escolha do tema Projeto Arco Norte para abrirmos esse primeiro ciclo deve-se ao enorme potencial de produção de energia elétrica que a Região Norte tem a oferecer. A integração elétrica do Brasil com a Venezuela, com as Guianas e o Suriname, países que

têm problemas de suprimento e qualidade elétrica, pode trazer enorme prosperidade para a Região Norte, pois todos os nossos vizinhos do Norte têm grande potencial hidroelétrico, que não se viabiliza economicamente do ponto de vista dos respectivos mercados internos

A integração regional, portanto, poderia proporcionar escala econômica para a construção e comercialização de energia para o Brasil e para as nações vizinhas. Naturalmente, cabe ao nosso País, cabe ao Brasil liderar essa iniciativa e prover as condições econômico-financeiras para que, de forma conjunta, em espírito de cooperação, possamos trabalhar no sentido de dotar o continente dos instrumentos capazes de aproveitar o enorme potencial energético que o nosso continente possui, gerando riqueza, desenvolvimento e prosperidade mútua para os países que estiverem se esforçando nessa cooperação.

Nesse sentido, acreditamos que a política de integração energética do continente sul-americano deveria constar inclusive do projeto do livro branco de política externa que o Itamaraty está construindo. Sem dúvida, a temática energética tem o potencial de fortalecer nossos laços políticos, econômicos, culturais e sociais com as nações vizinhas em nome da segurança energética da região, e deve ser encarada, a meu juízo, como meta estratégica pelo Estado brasileiro, com metas e diretrizes de curto, médio e longo prazo.

Nesses termos e a título de conclusão, reafirmamos que o objetivo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado é realizar esse ciclo de debates e contribuir para que o Brasil use sua experiência e competência no campo do setor elétrico para fomentar a integração energética entre países vizinhos e formar uma infraestrutura energética da dimensão que precisamos para desenvolver nosso continente, tornando nossos produtos mais competitivos para competir no exterior graças à energia renovável e limpa e a preços compatíveis .

Portanto, esses são os propósitos desse ciclo de debates que estamos iniciando na Comissão de Relações Exteriores, considerando esse potencial adormecido para o qual julgamos estar mais do que na hora de o País despertar, além de buscar intensificar os esforços com os países com os quais mantemos relações de vizinhança, de fronteira, na busca do melhor ambiente jurídico, da melhor condição diplomática e da identificação desses potenciais e da produção de resultados que possam produzir prosperidade e desenvolvimento econômico e social para a nossa região.

Para que possamos dar início aos nossos trabalhos, gostaríamos de convidar o Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia para a sua manifestação, ao tempo em que agradecemos a presença de V. Exª nesse esforço coletivo que estamos empreendendo aqui na Comissão de Relações Exteriores.

A palavra é de V. Exª.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Bom, primeiramente, cumprimento o Senador Presidente da Comissão. Vimos aqui, com essa introdução, a importância desse tema – eu entendo aqui que tenho 20 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O tempo é de 20 minutos, mas o tempo é aliado. Se V. Exª desejar um pouco mais, não terá problemas.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Está bom. Então, eu o cumprimento e aos companheiros aqui de mesa, todos eles conhecidos, já que tivemos a oportunidade de fazer vários trabalhos juntos. Quero dizer da satisfação do Ministério de Minas e Energia por estar aqui – e a minha, em particular – para fazer algumas reflexões sobre este tema importantíssimo como vimos aqui na apresentação do assunto pelo nosso presidente da Comissão.

Eu vou apresentar aqui um conjunto de transparências, mas vou passar um pouco rapidamente em algumas delas, porque há uma quantidade de números que poderão ser examinados depois por aqueles que tenham maior interesse. A ideia é tentar mostrar qual é a política do Ministério de Minas e Energia em relação à integração energética e elétrica sul-americana que temos implantado através de alguns projetos com países vizinhos. Além disso, pretendemos, de alguma maneira, ressaltar que, provavelmente, o campo da energia é o campo nobre onde a região sul-americana poderá ter uma integração econômica. Aliás, já temos alguns passos importantes, e tudo indica que isso vá crescer.

Bom, eu vou seguir mais ou menos o tema da integração do Arco Norte e vou falar rapidamente destes três itens: energia no mundo e na América do Sul; interligação elétrica na América do Sul e, finalmente, a questão lá do Arco Norte.

Pode passar a seguinte, por favor.

Essa é uma transparência que mostra uma informação interessante comparando o mundo com a América do Sul. Eu não vou entrar em todos os detalhes, mas aqui é a matriz de energia elétrica. Observamos que a parte de cima é o mundo, com a oferta de mil terawatts/hora no ano de 2012, sendo que o mundo, fundamentalmente, usa muitos combustíveis fósseis para produzir energia elétrica. Então, vemos aí o carvão, o gás natural, a hidrelétrica e a participação dessas fontes nucleares.

E, mais embaixo, temos a América do Sul também em 2012. Observamos que há uma diferença bem ex-

pressiva. Se olharmos a energia nuclear, por exemplo, vemos que, na América do Sul, 64% da energia vem da nuclear; no mundo, 16%.

Quando olhamos o carvão, que é um combustível grande emissor de gases do efeito estufa, vemos que na América do Sul é 4% e, no mundo, 42%. O carvão é a fonte mais importante para a produção de energia elétrica no mundo.

Eu queria apenas destacar aqueles dados ali, em relação às chamadas fontes renováveis e combustíveis fósseis. Quando olhamos esses dados, no mundo, vemos que se usam 21% de fontes renováveis para produzir energia elétrica. A América do Sul usa 70%. Então, é uma situação extremamente vantajosa a do nosso continente sul-americano. Quando olhamos combustíveis fósseis, o mundo usa 68% para produzir energia elétrica oriunda dos combustíveis fósseis, e a América do Sul somente 28%. Então, já se percebe que temos uma matriz energética limpa. Podemos dizer que o continente sul-americano já tem, em relação ao mundo, uma economia, digamos, de baixo carbono, com emissões de gases de efeito estufa muito baixos em relação às médias mundiais, que vamos ver logo em seguida.

Pode passar para a seguinte, por favor.

Aqui é um dado geral, mostrando os dados macroeconômicos da América do Sul. Eu não vou entrar em todos os detalhes, pois não caberia, mas chamo a atenção para uma população de 400 milhões, próxima à da Comunidade Europeia, mais ou menos. É interessante olhar os dados *per capita*, comparando com o mundo. Quando se olha a oferta de energia, o consumo *per capita* de energia elétrica, que é aquele último, com aqueles três asteriscos, nós temos, no continente sul-americano, um consumo *per capita* inferior à média mundial. Isso mostra que temos amplas possibilidades de crescer. Aliás, precisamos crescer a nossa energia para desenvolver o nosso continente, o desenvolvimento econômico, e assim por diante.

Aquela informação, ao final, mostra algo interessante: temos uma emissão de gases do efeito estufa na América do Sul de 1,82 toneladas equivalentes de CO_2 por tep de energia (1.82 tCO2/tep) – a unidade não é importante, o número é 1,2 – quando no mundo é 2,40 (2.40 tCO2/tep).

Então, temos uma situação vantajosa no que diz respeito a esse aspecto de mudanças climáticas. Os outros parâmetros são os que caracterizam o nosso continente sul-americano. É interessante dizer que estamos com o PIB *per capita* mais ou menos na média mundial. Portanto, essa é outra área em que certamente o nosso continente vai se desenvolver. Temos de caminhar para ter um valor maior do que a média mundial.

Pode passar.

Esse é outro aspecto, também não vou entrar em detalhes, mas é para dizer que o continente sul-americano é muito rico em recursos energéticos. Se existe uma região no mundo onde há excedente de fontes energéticas, quando se compara com as demandas, é a região sul-americana. Nós temos todas as condições de sermos, no conjunto dos países sul-americanos, autossuficientes, inclusive em longo prazo. Quando olhamos, por exemplo, as reservas de gás natural, temos mais de 40 anos se produzirmos no nível atual. Se olharmos as reservas de carvão mineral, mais de 90 anos. As reservas de petróleo, temos mais de cem anos se mantivermos a produção atual.

Quando se compara esse potencial com os recursos energéticos, com as demandas energéticas, temos uma situação extremamente favorável. Isso mostra que o continente sul-americano tinha de caminhar com integração energética. Ou seja, podemos ser autossuficientes durante longos períodos e, portanto, ter uma segurança no nosso continente muito forte, já que temos as nossas condições. Essa integração energética se faz fundamentalmente através do gás e através da energia hidrelétrica e sistemas de transmissão. O carvão e o petróleo são *commodities* internacionais em que não necessariamente poderíamos ter o comércio interno, mas a questão da hidroeletricidade e do gás natural são dois segmentos pelos quais certamente devíamos começar a integração. De fato, já estamos fazendo isso.

Pode passar, por favor.

Aqui é um dado para chamar a atenção. No continente sul-americano, nos últimos 12, 15 anos, instalamos mais ou menos sete mil megawatts por ano – ritmo de instalação de usinas – e vamos precisar, nos próximos dez anos, de cerca de oito mil megawatts por ano. Ou seja: é significativa a expansão do sistema elétrico sul-americano nos próximos anos.

Aqui é um dado no qual não vou entrar em muitos detalhes, é só para chamar a atenção. Trata-se da participação, pelos diferentes países sul-americanos, da hidroeletricidade na matriz de energia elétrica de cada um dos países. A gente observa que a hidroeletricidade é bastante utilizada em todos os países. No caso do Paraguai é 100%, por causa de Itaipu. Os países que usam menos estão na faixa de 27%, 28%. Alguns atingem 64%. Portanto, a hidreletricidade é uma presença muito grande, o que faz com que a nossa matriz seja renovável e limpa.

Quando olhamos a participação do potencial aproveitado para cada país, a gente vê que há amplo espaço para continuarmos desenvolvendo a hidreletricidade do nosso continente.

Aqui é o potencial hidrelétrico sul-americano. Temos cerca de 580 gWh, que é o potencial que pode ser aproveitado na América do Sul, e temos ali um aproveitamento de somente 28%, que são os 143. Portanto, algo em torno de 70% do nosso potencial hidrelétrico poderá ser desenvolvido ao longo dos próximos anos, em função de a hidreletricidade ser uma solução extremamente adequada.

Esse dado aqui mostra algo interessante, que é a distribuição desse potencial hidrelétrico pelos países. Isso é importante porque a integração elétrica se faz em cima da hidreletricidade, aproveitando as complementariedades que ocorrem entre as diferentes bacias hidrográficas.

A gente observa que o Brasil tem, mais ou menos, metade do potencial hidrelétrico, aliás, o Brasil, em termos de América do Sul, representa aproximadamente metade da área, metade da população, metade do PIB sul-americano, metade das demandas energéticas e dos recursos energéticos também. Portanto, se o País não tem uma postura voltada para a integração sul-americana, é difícil que ela se concretize. O Brasil, certamente, vai ter uma liderança e a postura política do Ministério de Minas e Energia é de buscar essa integração, como vou falar em seguida, mostrando alguns projetos que estamos desenvolvendo.

A gente observa que o Peru é um país que tem grandes recursos hidrelétricos, região de montanhas com água em alguns rios. Então, veja que a integração Brasil-Peru via hidreletricidade é algo muito interessante de ser promovida, porque são os dois países que dispõem da maior parcela de potencial hidrelétrico. E temos estudos e intenção de levar à frente esse processo de integração.

Aqui tenho uns dados sobre a hidreletricidade na América do Sul. Não vou entrar em todos esses detalhes, porque não cabe, em função do tempo, mas observamos que o continente sul-americano tem um potencial hidrelétrico, porque tem rios com grandes quantidades de água, vazões muito elevadas. Por exemplo, atualmente a maior usina do mundo é a Usina de Três Gargantas, na China. Mas, antes de Três Gargantas, as duas maiores usinas do mundo eram a da Venezuela, a usina do Rio Caroni, e a Usina de Itaipu. Eram as duas maiores usinas do mundo. A gente vê que em vários projetos, principalmente no Brasil, temos grandes possibilidades, em função das quedas existentes nas nossas bacias hidrográficas, em função do volume de água que temos para dispor.

Existem alguns aspectos muito interessantes que justificam essa integração, e vou falar quando tocar no projeto da Guiana, projeto muito interessante, que aproveita exatamente esta característica: a chamada diversidade hidrológica. O que é a diversidade hidrológica? Quando temos dois rios que têm regimes hidrológicos distintos, e eles têm usinas hidrelétricas, fazendo uma linha de transmissão entre essas usinas, aumento a produção de energia, aproveito os períodos secos e os períodos cheios daqueles dois rios.

No Brasil, nós fizemos isso. Como o Brasil é um País continental, e temos usinas e rios na Região Sul, na Região Nordeste, na Bacia do Paraná, Sudeste, fizemos uma malha de interligação entre essas usinas, de tal maneira que é possível aumentar a produção hidrelétrica do conjunto em cerca de 20%, através de linhas de transmissão. Ou seja, quando estou com muita água no Sul, em Itaipu, no Rio Iguaçu, no Uruguai, transfiro essa energia para o Nordeste, para o Sudeste. E o inverso também: quando tenho muita água em Tucuruí, no Norte, forneço energia para o Sudeste, fazendo uma complementariedade.

Então, o Brasil fez isso. Vou fazer uma reflexão aqui para dizer como isso poderia se aplicar à América do Sul. Suponha que a América do Sul fosse um único país. Não é; somos 12 países e mais a Guiana Francesa, que seria o 13º.

Se fôssemos um único país, essa integração hidrelétrica através de transmissão já teria ocorrido, como ocorreu no Brasil, porque fizemos entre as nossas regiões. Por que não ocorreu? Porque somos países distintos, e isso tem o seu ritmo de integração, ou seja, esses países têm regimes e constituições diferentes, modelos do setor elétrico diferente. É preciso que esses projetos sejam identificados com clareza, os benefícios e os custos, e divididos entre os países que participam desses projetos, como tivemos em Itaipu, como tivemos no gás da Bolívia e assim por diante.

Então, esse aspecto da hidreletricidade, essa diversidade hidrológica que ocorre nos rios da região da América do Sul existe e, a exemplo do que acontece no Brasil, é um indicador de que vamos caminhar inevitavelmente para essa integração, porque os benefícios energéticos são muito significativos.

Bom, aqui há algumas reflexões sobre projetos que vamos desenvolver nos próximos anos. Temos aqui novamente a questão da hidrelétrica e sinaliza aí os benefícios desses projetos. Quer dizer, quando temos uma integração de usinas hidrelétricas através de sistema de transmissão, temos como resultado um aumento de confiabilidade do sistema, quer dizer, o sistema passa a ter maior condição de atender às demandas dos consumidores, e isso é algo que tem um valor muito significativo. Paralelamente à segurança energética, temos redução de custos na energia produzida, porque é possível transferir alguns excedentes de energia de usinas que estão com muita água para

outras regiões que têm menos água, portanto, temos uma redução de custos.

Esses dois aspectos são muito relevantes, porque aumento a confiabilidade do suprimento e reduzo o custo da energia entregue aos consumidores, e isso é possível através dessas características da hidreletricidade.

Seria interessante destacar os projetos binacionais, que estão em operação já no sistema do continente sul-americano. Veja, antes da criação do Mercosul, que promoveu a integração dos quatro países: Uruguai, Paraguai, Brasil e Argentina, foram desenvolvidos projetos binacionais de fronteira: Itaipu, Yacyretá e Salto Grande. É Brasil/Paraguai com Itaipu; a Yacyretá com Paraguai e Argentina; e Salto Grande com Uruguai e Argentina.

Vejam que, espontaneamente, os países caminharam para desenvolver esses projetos porque eram extremamente benéficos para os dois países. Estão faltando as usinas binacionais entre Brasil e Argentina, que estamos concluindo. Estamos desenvolvendo projeto, estudo de viabilidade e o projeto básico. Além disso, vamos construir, juntamente com os argentinos, duas usinas hidrelétricas, Garabi e Panambi, que somam pouco mais de 2 mil megawatts que vai promover uma forte integração elétrica e energética entre o Brasil e a Argentina.

Já temos o sistema de transmissão, vêm agora as usinas. Os dois sistemas Brasil/Argentina vão passar a operar de forma muito integrada, com redução de custos para o suprimento aos consumidores. É interessante destacar que o Brasil é um sistema predominantemente hidrelétrico, e a Argentina tem uma parcela grande de geração térmica. Então, a integração desses dois sistemas com usinas hidrelétricas na fronteira é algo que vai ter um benefício muito grande para os dois países.

Outros projetos citados ali, o Garabi/Panambi, e alguns que se referem a essas interconexões Brasil/Venezuela, Brasil/Uruguai. O Brasil/Uruguai no próximo ano, em maio, vai entrar com um sistema de transmissão de 500Kv, que permitirá ligar o sistema brasileiro da Região Sul, na região do Rio Grande do Sul, até Montevidéu, o que permitirá a transferência de 500 megawatts entre o Brasil e o Uruguai e vice-versa, do Uruguai para o Brasil. A demanda do Uruguai é cerca de 1.500 megawatts. Vejam que é um sistema que vai representar algo como 30% da demanda uruguaia.

E existem projetos conjuntos que estão sendo desenvolvidos, eólicos, no Uruguai, que vai otimizar, vamos supor, a utilização dessa interligação entre Brasil e Uruguai.

Temos também os estudos da integração Brasil/Peru, aproveitando aquela complementariedade hidrelétrica e o potencial que os dois países têm. E temos a interligação entre Brasil/Venezuela. Inicialmente havia a intenção de levar um sistema de grande porte, com 500Kv, mas os primeiros resultados, em função das características energéticas dos dois sistemas não mostrou uma viabilidade imediata, mas temos hoje uma interligação com a Argentina, o suprimento com a Venezuela, o suprimento a Boa Vista e é possível com a chegada de 500Kv em Boa Vista, a última capital do Brasil que entra no sistema interligado. Vamos ter a possibilidade de suprir parcelas de energia para o sistema venezuelano em função de necessidades de negociação.

Aqui está mostrando as diversas interligações. Eu também não vou entrar em detalhes. Aparecem ali, na fronteira brasileira, as interligações com os países vizinhos, algumas de porte maior, outras de porte menor. É interessante destacar que na fronteira da região amazônica, em função da pouca população que vive naquela área e, em função da existência da floresta, essa integração elétrica se torna um pouco mais complicada de ser efetivada, mas pode ter alguns suprimentos de fronteira e estamos analisando, agora, com a Colômbia, a possibilidade de levar alguns suprimentos para lá, mas sempre haverá uma dificuldade em função do ecossistema. Isso aqui mostra quanto temos de potencial para aproveitar.

Só vou falar agora, para encerrar, do último tema, que é o projeto da região Norte brasileira junto com a Guiana, Suriname e o projeto do Arco Norte. Eu não vou entrar em muitos detalhes, mas aqui estão as duas usinas na Guiana que estamos estudando. São usinas que têm um potencial grande de capacidade instalada. Não há mercado na Guiana para esse aproveitamento, e eles têm o maior interesse de que essas usinas sejam desenvolvidas em conjunto com o Brasil para suprimento do sistema elétrico brasileiro. Então, isso se prevê.

Este é um ponto que queria destacar: aquela diversidade hidrológica, que é fácil de visualizar aqui. Vemos aí o ciclo de hidrologia dos rios brasileiros na Região Nordeste, na Região Sudeste e na Região Norte e um ciclo de vazões das usinas da Guiana. A gente observa que o período de cheia na Guiana é deslocado do período de cheia do nosso sistema. Então, esse tipo de complementariedade, porque são rios que estão no Hemisfério Norte, é extremamente vantajoso. Já temos um sistema de transmissão feito, que é o sistema de transmissão de Belo Monte, saindo de Tucuruí até Manaus. Essa complementariedade vai ser muito importante.

Aqui, estão sinalizando a forma de integração dessas usinas. Esse é um projeto que estamos levando com muito empenho, estamos achando que há possibilidade de concretizá-lo em curto prazo, já que é um projeto de interesse dos dois países, da Guiana e do Brasil, com justificativas energéticas e econômicas muito interessantes.

Aqui aparecem as linhas de transmissão, mostrando essa integração. Esses estudos estão sendo desenvolvidos, e estamos caminhando, futuramente, para a elaboração de um tratado energético.

Para concluir, diria o seguinte, fazendo um resumo – já passei do meu tempo – em termos de postura do Ministério de Minas e Energia e da política para o continente sul-americano. Nós queremos promover a integração sul-americana. Temos feito isso por vários projetos. Fiz referência ao Uruguai; fiz referência às usinas com a Argentina; o Paraguai com a Itaipu é uma realidade; o gás da Bolívia é outra realidade bem objetiva. Temos os estudos com o Peru, que pode avançar; temos a interligação com a Venezuela, e, agora, com a Guiana. Portanto, todos esses projetos sinalizam a postura brasileira em busca dessa integração. É claro que isso tem um ritmo, porque somos países distintos e temos que deixar todas as regras muito bem estabelecidas para projetos de integração energética.

O último comentário: o Ministério de Minas e Energia, para esses grandes projetos de integração elétrica/energética, defende que devemos ter sempre tratados entre os dois países, tratados que definam com clareza quais são os benefícios e os custos e como dividir isso entre os países que participam dessa integração.

A nossa experiência mostrou que, dos quatro grandes projetos que tivemos na área energética de integração com os países vizinhos, dois tinham tratados e dois não tinham. Somente os dois que tinham tratados foram mantidos ao longo do tempo, e os benefícios e os custos foram permanentemente respeitados. Claro que tivemos modificações, mas modificações dentro de uma mesa de negociação em que os dois parceiros se entendem e fazem as modificações que são consideradas razoáveis.

Eu estou fazendo referência ao tratado de Itaipu com o Paraguai, o do gás natural com a Bolívia. Todos os benefícios e os custos foram preservados, e as modificações foram devidamente negociadas. E os outros dois projetos que tivemos foram acordos comerciais envolvendo empresas privadas: foi a Térmica de Uruguaiana com o gás argentino e a interligação Brasil-Argentina, da Cien. Esses dois projetos não conseguiram manter seus benefícios ao longo do tempo, e a inexistência do tratado, em parte, explica isso. Então, o Ministério defende essa integração sempre baseado em tratados entre os dois países, porque são projetos de alta capitalização num horizonte de trinta anos e passam vários governos. Então é preciso ter, realmente, uma base jurídica muito bem estabelecida para que o projeto seja exitoso e traga benefícios para os países que participam deles.

Eu passei um pouquinho do meu tempo, mas eu queria deixar esse recado do Ministério de Minas e Energia.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós é que agradecemos, Dr. Altino, as exposições de V. Exª.

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Pode ser V. Exª agora, mas pode ser mais adiante, até por que o Dr. Altino fez aqui algumas provocações, como a ausência de tratados que pudessem dar determinada estabilidade e uma determinação na construção desses potenciais.

V. Exª tem sido um militante importante nos esforços de integração na região.

Qual é a visão de V. Exª? Qual é a visão do Itamaraty? Como os senhores enxergam a possibilidade e o potencial instalado e até mesmo, de certa forma, a necessidade de acelerarmos os esforços para que nós possamos, efetivamente, ocupar esse potencial instalado, que interessa ao Brasil e interessa aos países vizinhos? Quais são os gargalos que nós podemos observar, do ponto de vista da política externa, que não estão colaborando na velocidade de que todos nós precisamos?

Com a palavra V. Exª.

O SR. EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Bom, em primeiro lugar, queria agradecer ao Senador Ferraço e à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o convite para participar desse debate sobre integração energética na América do Sul.

Eu queria começar fazendo algumas ponderações de caráter mais geral para depois entrar no tema mais específico da integração e da integração energética, que, às vezes, não é bem percebido, digamos.

Vou começar de forma bastante geral, mas de forma também rápida.

Em primeiro lugar, eu queria dizer o seguinte: o objetivo de qualquer sociedade é o desenvolvimento econômico, político e social. Muito bem, podem divergir as estratégias, mas esse é o objetivo de uma sociedade e de um Estado.

Em segundo lugar, o desenvolvimento econômico depende do desenvolvimento político e o social depende, de forma muito forte, do desenvolvimento econômico; dificilmente pode haver desenvolvimento social

em longo prazo sem o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento político também, de certa forma.

Em terceiro lugar, o desenvolvimento econômico depende do desenvolvimento industrial. Eu queria dizer isso porque hoje em dia, no Brasil, há certa visão de que o País pode ser uma grande nação agrícola, um grande celeiro do mundo e assim por diante.

Há pequenos problemas numa visão desse tipo. O primeiro deles é que o Brasil é uma sociedade urbana e numa sociedade urbana, na região urbana, não existe emprego agrícola. É extremamente difícil, apesar das experiências que foram tentadas, plantar soja na Esplanada dos Ministérios, por exemplo – é extremamente difícil –, ou, então, minerar dentro das cidades.

Então, o desenvolvimento industrial e o dos serviços são o centro, são o dínamo do desenvolvimento econômico. Os serviços dependem do desenvolvimento industrial. Não há desenvolvimento do setor de serviços sem desenvolvimento industrial, aliás, o desenvolvimento agrícola também, porque não há nada na agricultura moderna, característica da agricultura moderna, que não seja produzido no setor industrial. Por exemplo, a colheitadeira, os fertilizantes, tudo isso é resultado de um processo industrial. Muito bem. O processo industrial depende da energia, isso é realmente vital, assim como o próprio desenvolvimento agrícola. Depende da energia, da geração de energia.

Então, devo fazer uma observação que me preocupa um pouco, mas eu não tenho muita certeza, que é a seguinte: os planos de desenvolvimento, e, como já foi dito aqui, o grande recurso energético brasileiro – hoje em dia é o pré-sal também, mas isso é uma questão que levará um tempo ainda razoável para atingir níveis de exploração significativos – é a eletricidade. Na eletricidade desafortunadamente, no passado, num passado recente, se deu ênfase a termoelétricas, um grave erro ambiental, um grave erro do ponto de vista de divisas e assim por diante, mas contratou-se uma consultora inglesa na época para fazer o plano de desenvolvimento energético do Brasil. Imagina uma consultora inglesa que veio aqui fazer o plano de desenvolvimento energético do Brasil. É algo extraordinário, mas, naturalmente, foi feito.

Então, muito bem. Então, a grande, digamos, perspectiva brasileira na área de energia é na área de energia elétrica. O que me preocupa um pouco é que, pelo menos num passado recente, os planos de desenvolvimento, as necessidades de investimentos eram feitos com base numa projeção de crescimento de 4%. Eu queria dizer aos senhores que 4% de crescimento econômico fará com que o Brasil permaneça subdesenvolvido durante décadas, décadas. Não é suficiente. Como o desenvolvimento não é o que vai gerar energia elétrica e, sim, a energia elétrica que permite gerar o desenvolvimento – o contrário – se parte de uma estimativa, não sei baseada em que, baseada num passado de baixas taxas de crescimento, de 4%, faz com que o investimento do setor elétrico seja pautado, digamos, numa hipótese de crescimento de 4%. Quatro por cento é insuficiente para promover o desenvolvimento econômico brasileiro, simplesmente, ou seja, é insuficiente para reduzir a distância que nos separa dos países desenvolvidos, porque o desenvolvimento naturalmente é uma questão comparativa. Ninguém é desenvolvido ou subdesenvolvido sozinho, assim como ninguém é alto ou baixo sozinho. Você é alto comparando com outras pessoas, é baixo comparando com outras pessoas, é desenvolvido comparando com outros países, não isoladamente. Então, essa é uma questão muito importante.

Naturalmente – e eu quero dizer aqui, porque é importante – que há um esforço grande no passado e no presente também para criar obstáculos à construção de grandes usinas hidrelétricas no País, um esforço consistente de ONGs internacionais, de organismos internacionais que obstaculizaram, durante muitos anos, a construção, por exemplo, das usinas do Jarí. Ali, Santo Antonio, tudo foi obstaculizado por organismos internacionais, naturalmente de países estrangeiros, terceiros países, não é verdade? Então, isso cria uma dificuldade enorme para o Brasil, já que uma parcela não grande, mas muito midiatizada, digamos, segue essa visão equivocada. Isso, aliás, aumentou muito os custos. E acho eu que cria problemas com as usinas a fio d'água por causa de todas as dificuldades de regularidade do rio, da vazão do rio. O Dr. Altino conhece isso de sobra, e sabe que isso cria uma dificuldade muito grande. A dificuldade em construir reservatórios por causa da oposição de ONGs internacionais, que de brasileiras não têm nada, financiadas por terceiros países. Nós ficamos aqui no mundo da fantasia. Essa é que é a realidade, a realidade é essa. Então, nós temos grande dificuldade de construir as grandes usinas.

Muito bem. O ponto de vista da integração propriamente.

Naturalmente, no que diz respeito à integração, como o Dr. Altino já mencionou, o Brasil é 50% de qualquer coisa: 50% da pobreza no continente, 50% das desigualdades, mas é também 50% dos recursos energéticos e, hoje em dia, com o pré-sal, terá uma participação muito grande na área do petróleo também. As vantagens que ele enumerou são todas corretas, e o Brasil deve também liderar esse processo. E esse processo – só para atender aqui o comentário do Presidente da Comissão – depende em grande medida da celebração de tratados, mesmo onde o potencial

energético está na fronteira, mesmo aí. Quando está dentro de outro país, mais ainda, como é o caso do Peru, porque as usinas estariam dentro do território peruano. Então, a necessidade de uma sólida base jurídica seria extremamente... E da Guiana também, estão dentro. Então, é necessário isso.

Por outro lado – um comentário de natureza mais geral –, a questão é que os países do continente, muitos deles, não têm recursos necessários para a realização de obras de grande envergadura. Certamente Itaipu não teria sido construída se o Paraguai tivesse que arcar com 50% dos recursos necessários na época, não teria sido possível. E muitos países têm uma carga tributária muito baixa, muitos países na América do Sul têm carga tributária baixa, isto é, o Estado dispõe de poucos recursos para investir em grandes obras de infraestrutura. Além disso, muitos desses países também têm dificuldade de acesso ao mercado internacional de capitais – apesar de haver grande abundância de capitais, certos países têm dificuldade. Um país que tem dificuldade de acessar o mercado internacional de capitais certamente é a Argentina, é um país que tem dificuldade de acessar o mercado internacional de capitais. Mas o mesmo acontece com outros países também, por razões distintas, entre elas a baixa carga tributária, o que torna mais difícil depois o pagamento dos empréstimos. Com isso tudo, o Brasil se torna o grande motor da integração. Vai haver integração da América do Sul ou não dependendo do Brasil, esse é o resumo – como, aliás, disse o Senador também. Vai depender do Brasil.

E, no Brasil tudo depende – como dizia um amigo meu que trabalhava na Líbia, na Líbia costuma chover de cima para baixo, isto é, as decisões têm que ser tomadas, no mais é eufemismo para que as coisas aconteçam. No Brasil é a mesma coisa. É necessário que haja uma decisão muito forte – vamos colocar em pratos limpos – da Presidenta da República. Vamos deixar claro: da Presidenta da República, que comanda o Executivo, para que haja uma ênfase grande da parte dos diferentes ministérios para que os projetos de integração e os tratados sejam negociados, porque naturalmente quem dá o tom da administração, quem dá o tom da política é o Presidente da República, não são os ministros. Por razões óbvias, no regime presidencialista, é assim: se o Presidente ou a Presidenta aponta determinada prioridade, aquela prioridade será cumprida. Se não apontar, dificilmente isso acontecerá, porque serão outras as prioridades – boas ou más, não importa, o fato é esse.

Na minha opinião, a questão da integração é uma questão central para o Brasil e assim é por várias razões: razões políticas, razões econômicas, sociais e assim por diante, algumas delas bastante sabidas, mas é bom repetir. E o Brasil não poderá ser um país desenvolvido, estável, cercado por vizinhos subdesenvolvidos e, portanto, instáveis não poderá. Então, é do interesse do Brasil promover o desenvolvimento dos países vizinhos por essa razão, até por uma razão egoísta. Solidariedade, generosidade, tudo isso é importante, mas há uma razão egoísta. Não é verdade? Então, essa razão é muito importante. O Brasil não poderá ser um país desenvolvido sem isso e será um país mais desenvolvido se ele estiver numa região desenvolvida economicamente.

Para esses países todos, o que ocorre na região, de uma forma geral, é uma pequena demanda doméstica. A demanda é pequena, e, às vezes, o potencial de geração de energia é grande. E onde pode haver uma demanda maior é no Brasil e um pouco na Argentina também. Por exemplo, o Chile é um país de pequenos recursos energéticos, com alguma demanda, uma demanda pequena. Os países são, em geral, de mercado relativamente pequeno. O Chile, talvez, tenha 15 milhões de habitantes – não sei se já chega a isso. Enfim, são mercados limitados pela sua dimensão, não só pelo número de habitantes como até pelo nível de renda. Então, a demanda efetiva é pequena.

Eu queria comentar também que há uma questão interessante. O Dr. Altino havia mencionado – e eu não vou contradizer de forma alguma, e é verdade – que grande parte da integração se faz na área de energia elétrica e do gás. Fisicamente. Mas, na área do petróleo, poderia haver uma integração muito maior. E vou dar o exemplo simples. Creio que o Brasil não importa petróleo nem do Equador, nem da Venezuela, porque a Petrobras tem uma política externa própria, que ela desenvolve. Talvez a integração da América do Sul para a Petrobras não seja um objetivo estratégico, porque, se fosse, ela importaria petróleo da Venezuela e do Equador, países com os quais nós temos grandes superávits comerciais e cuja oferta exportável é muito reduzida. O principal produto de exportação do Equador é o petróleo, e talvez haja alguma coisa na área de frutas, como banana etc, que também não importamos, enquanto a Venezuela também, pois o seu grande produto de exportação é o petróleo. Então, é o seguinte: é preciso compatibilizar a política externa da Petrobras com a política externa do Brasil. Há certa diferença entre a política externa brasileira e a da Petrobras. Por outro lado, há outras entidades que também, às vezes, não estão muito sintonizadas com a política externa brasileira. Isso é algo grave, porque retira unidade e coerência da política. Estamos aqui, neste seminário, preocupados com a integração energética, dizendo que a integração energética é o futuro, que a

integração sul-americana é o futuro etc. No entanto, nós não importamos petróleo nem do Equador, nem da Venezuela. Então, há alguma coisa errada. Alguma coisa está errada.

Isso pode parecer um pouco heterodoxo, mas eu sou – aliás, como sempre fui e como continuarei sendo – uma pessoa heterodoxa. De modo que não posso me furtar à heterodoxia.

Enfim, para resumir... *(Falha na gravação.)*

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ...sempre foi assim ou somente recentemente?

O SR. EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Não, não. Nunca foi assim a vida inteira, não. Não, não era assim não. Não é verdade?

Por exemplo, há enormes dificuldades na questão – o Dr. Altino conhece isto melhor que eu, assim também como o Nelson – da construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Enormes dificuldades, todo tipo de dificuldades. Há grande preocupação da Petrobras com que a PDVSA participe do mercado interno brasileiro. Não está preocupada com a Texaco; com essas outras empresas estrangeiras, ela não se preocupa, curiosamente.

Mas, enfim, é algo curioso. Com a PDVSA ela está preocupada, mas não está com a Texaco e com várias outras empresas estrangeiras que atuam no setor de distribuição, no Brasil, e também no setor de exploração. Então, é difícil compreender isso. São grandes empresas.

O BNDES tem contribuído, de forma muito significativa, para o processo de integração da infraestrutura da América do Sul, porque a construção da infraestrutura, da qual a energia é uma parte, enfrenta dificuldades que mencionei: dificuldade de recursos dos países, dificuldade de acesso a empréstimos internacionais, por falta de garantias, muitas vezes, ou por outras razões.

E o BNDES, isto é, o Brasil e o BNDES têm contribuído de uma forma muito significativa para fornecer capital à realização desses investimentos, inclusive, na área de energia, como foram os gasodutos, de forma geral, na Argentina, e o financiamento de obras de hidroeletricidade, como foi o caso do Equador...

(Soa a campainha.)

O SR. EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – ...e assim por diante.

De modo que tem havido uma contribuição muito importante do Brasil, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, justamente suprindo este capital que falta.

É preciso dizer, vamos deixar claro, que não há nenhuma generosidade nisso. Estamos financiando obras que são feitas, em geral, por empresas brasileiras, por grandes empresas de construção brasileiras, o que está correto. Evidentemente, não poderíamos fornecer recursos para que empresas de outros países fossem realizar as obras. Seria um pouco, digamos, exótico, um pouco raro. Enfim, é natural. Mas isso traz também benefícios para o Brasil, porque, na realização dessas obras, aumentam as exportações brasileiras de bens e de serviços, e assim por diante. De modo que tem havido uma contribuição importante.

Então, são esses os comentários.

Com relação ao Arco Norte – mas disso o Dr. Hubner ainda vai falar e o Altino já falou –, há grandes vantagens gerais da integração, como já mencionou o Dr. Altino, em termos de confiabilidade do sistema, de redução de custos, da questão das diferenças nos regimes hidrológicos, etc.

Acerca do Arco Norte, há pouca demanda, no Brasil, por energia. Mas o importante é que isso vai permitir a interligação com o conjunto do sistema elétrico. Isso é importante. Mas o fato é que a demanda local é pequena, assim como a demanda local, no Peru e na Guiana, são demandas muito pequenas, e o mercado que existe é o mercado brasileiro.

Enfim, estou vendo aqui meus amigos do BNDES esperando para saber se eu vou dizer alguma coisa.... Fiquem tranquilos, fiquem tranquilos. (*Risos*.)

Muito bem, mas eu queria, então, agradecer o convite.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – O senhor está nos deixando curiosos, Embaixador.

O SR. EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Por quê? Quer que eu continue? O senhor quer me dar mais tempo? Não tem problema, não.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – V. Exª afirma que os amigos do BNDES estão preocupados com aquilo que V. Exª vai dizer. Diga.

O SR. EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Não, não, não. Estou dizendo que eles ficam preocupados, pois não sabem o que pode vir, não é?

Não, pelo contrário, eu tenho elogios importantes à atuação do BNDES em prol da integração sul-americana. Vou mencionar o Dr. Melin, aqui presente, que é Diretor Internacional do BNDES e que, durante todo o período da gestão atual e das gestões anteriores, fez com que o BNDES desse uma grande contribuição a esse esforço. Naturalmente, eu tenho opinião, por exemplo, do ponto de vista integração, já que o senhor me tentou, que é a seguinte: seria de grande importância

que o Brasil acertasse a possibilidade de acesso a linhas de crédito específicas do BNDES a empresas dos países, pelo menos, do Mercosul.

Se nós estamos num esforço de integração econômica com esses países que pretendem, no futuro, criar uma economia só, com toda a retórica que existe em torno disso, não seria nada equivocado – pelo contrário, seria muito importante – que o BNDES pudesse ter linhas especiais de crédito para que empresas de outros países, satisfeitas as garantias normalmente exigidas por empresas brasileiras, tivessem acesso a empréstimos do BNDES – uma empresa, digamos, de qualquer país do Mercosul. Além disso, o BNDES dá empréstimos a empresas multinacionais instaladas no Brasil. É verdade, Dr. Melin? É verdade. O Dr. Melin concorda comigo.

Portanto, não seria nada demais – pelo contrário, muito positivo – que uma empresa uruguaia, argentina, paraguaia pudesse pedir ao BNDES um empréstimo, satisfeitas as condições normais pelas quais o BNDES concede empréstimos a empresas brasileiras e multinacionais instaladas no Brasil.

Durante muito tempo, procurei descobrir na legislação o que impediria o BNDES de fazer isso, mas nunca consegui uma resposta que me dissesse: "Está aqui o artigo que proíbe." Pelo menos eu não conheço, mas pode ser que exista. Não tenho conhecimento porque eu não sou do BNDES. Mas essa informação seria de grande importância.

Tudo isso, como eu disse antes, depende de chover de cima para baixo. Se não chover de cima para baixo, isto é, se não houver uma determinação ao Conselho de Administração do BNDES para que tome essa iniciativa, por exemplo, essa situação não vai acontecer por causa da mecânica normal da instituição, das demandas. Mas isso seria de grande importância, acho eu, mas posso estar equivocado. Seria tão bom dar um empréstimo desses como dar um empréstimo para a Ford – para dar nome aos bois – ou para qualquer outra empresa multinacional que tenha acesso a mercados internacionais que não precisam do dinheiro do BNDES para fazer investimentos no Brasil. Não precisam, porque têm acesso e têm recursos próprios para isso e não necessitam dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... Samuel Pinheiro Guimarães.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... Dr. Luiz Eduardo Melin de Carvalho, Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que foi muito citado pelo Embaixador Samuel.

O SR. EMBAIXADOR SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES – Positivamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Positivamente, à luz, inclusive, de algumas correções e retificações na direção de olhar mais para a nossa região.

Mas um fato objetivo é que o Dr. Altino apresentou aqui dados que sinalizam a viabilidade técnica em relação a esses empreendimentos.

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães apresenta, como um dos mais importantes gargalos, a ausência de capacidade fiscal dos países nacionais que fazem fronteira com o Brasil e compõem a nossa região, a incapacidade de financiar. Não existe aí uma excepcional oportunidade para que o BNDES possa participar ativamente desse esforço de integração nacional a partir do financiamento de infraestrutura, até para que nós possamos sair dessa dicotomia e dessa armadilha?

Precisamos crescer para superar desenvolvimentos econômicos e sociais e não podemos crescer porque não temos geração de energia suficiente para sustentar esse crescimento, mas temos um potencial instalado nessa direção. Que papel o BNDES poderia exercer nesse contexto para que esses esforços pudessem produzir resultados de modo mais efetivo e num prazo melhor? Eu passo a palavra a V. Exª, que pode fazer uso da palavra da bancada, mesmo não sendo Senador. Mas pode fazer um bom exercício para que, quem sabe, além da diretoria internacional do BNDES, possa nos ajudar na construção do ambiente do debate aqui em nossa Comissão de Relações Exteriores.

Antes, saúdo a presença de S. Exª o Embaixador do Suriname, o Embaixador Marlon Faisal, que nos honra aqui com a sua presença.

Muito obrigado, Embaixador, pela presença de V. Exª.

A palavra, então, é o Dr. Luiz Eduardo Melin, Diretor Internacional do BNDES, para que possa trazer a visão e a percepção que o banco tem desses aspectos que estamos discutindo e qual o seu papel na possibilidade de financiamento dessa infraestrutura que pode, inclusive, beneficiar empreendedores brasileiros, a indústria pesada brasileira nesses objetivos e nesses esforços.

A palavra é de V. Exª, agradecendo a presença e a contribuição nesse esforço.

O SR. LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA – Muito obrigado, Senador Presidente Ferraço, aqui agradecemos, o BNDES agradece, a possibilidade de estarmos aqui participando deste debate.

Eu acho que tem sido um esforço nosso nos fazer presentes para prestar esclarecimentos, para mostrar com detalhe, com objetividade qual tem sido a atuação do banco e quais as diretrizes do nosso Governo que norteiam. O BNDES é um banco de Governo, do Governo para a execução das prioridades estabelecidas pelo Governo brasileiro. Nesse sentido, temos tido uma presença no financiamento em infraestrutura no Brasil, que é absolutamente notória. Eu diria para os senhores que, grosso modo, ao longo da última década, que foi uma década de particular investimento em infraestrutura neste País, tanto no âmbito dos Programas de Aceleração do Crescimento, mas como fora do PAC houve, ao longo dessa década, o que é reconhecido por todos, uma aceleração importante, um crescimento importante de investimento de infraestrutura no Brasil.

Eu diria que, grosso modo, o BNDES financiou metade de tudo o que foi feito. Ou seja, é um balanço interessante, saudável no sentido de que o crédito oficial, o crédito direcionado pelo Governo para o desenvolvimento e a criação de infraestrutura no País está tendo atuação de peso inegável ao mesmo tempo em que os capitais privados estão sendo, também, chamados a contribuírem e a se incluírem em uma medida áurea. Meio a meio está sendo feito, e isso possibilitou, olhando para o passado, para os dez anos, possibilitou esse enorme aumento do investimento de infraestrutura, que, aliás era um déficit que o País já trazia de décadas pregressas. Precisávamos e continuamos precisando de investimento em infraestrutura, em particular infraestrutura energética, mas infraestrutura em geral, no País.

Então, o banco tem essa dimensão, tem essa missão, e a atuação tem tido essa dimensão importante, eu diria, em termos, realmente, muito expressivos, maciços, que acabei de quantificar. No caso da integração sul-americana, isso tem sido também uma ênfase que, ao longo dos anos, ao longo da última década, se tornou absolutamente clara não apenas dentro do Brasil, mas muito importantemente para os países da região. Hoje em dia, todos os países conhecem o mandato que foi dado ao BNDES pelo Governo brasileiro, de promover a integração econômica através dos seus financiamentos e, muito particularmente, de promover a integração energética.

Eu diria para os senhores que na minha passagem pela diretoria do BNDES, nos anos 2003/2004, tínhamos a nossa carteira de projetos sul-americanos, que, contava exatamente com um item. Nós tínhamos um projeto. Hoje, passados dez anos de sucessivas gestões, como foi enfatizado aqui, de sucessivos governos, passados dez anos, temos uma carteira bastante importante em todos os países da região.

Nós estamos falando de desembolsos, ao longo de dez anos, da ordem de US$9 bilhões, para financiar exportações brasileiras na região, sendo que desse total um terço, ou seja, mais ou menos, grosso modo, cerca de US$3 bilhões para projetos de integração energética, para projetos na área de geração, de transmissão e de distribuição de energia na região.

Naturalmente, a nossa perspectiva – e foi citado aqui pelo nosso querido mestre, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães –, é a de que há razões egoístas, muitas vezes, para que persigamos a integração. O Governo brasileiro tem uma visão estratégica mais ampla. Nós, como apenas uma agência do Governo brasileiro, e uma agência bancária, temos uma visão forçosamente mais estreita. Nós temos de cumprir a nossa missão, mas temos de gerar dois tipos de ganhos, temos de gerar dois tipos de lucros. Temos de gerar lucro financeiro, com nossas operações. São operações de cunho comercial. Não são operações que envolvam um componente de doação. Portanto, cada operação que fazemos tem de dar lucro financeiro para a instituição. A instituição, então, se repaga e gera dividendos para o seu proprietário, para o seu acionista único, que é o Tesouro Nacional. E nós temos de gerar um segundo tipo de lucro em cada operação e no conjunto das nossas operações. Temos de gerar externalidades, ganhos para o País. Nós temos de gerar os resultados que a política do Governo Federal prevê e persegue.

Então, no Brasil, se o Governo Federal persegue uma política de ampliação da malha viária, das concessões rodoviárias, no BNDES, cada financiamento que concede tem de ser lucrativo, tem de gerar um retorno para o banco, tem de gerar um lucro contábil e financeiro que, depois, será repassado ao Tesouro Nacional, mas tem também de se certificar de que aquele recurso vá, de fato, produzir o resultado que a política pública pede, que vai resultar numa expansão da malha viária, numa expansão da conectividade dentro do Brasil.

Não é diferente com os investimentos feitos por países vizinhos na área energética. Temos de nos certificar de que sejam projetos de boa qualidade, sejam projetos que, de fato, além de garantirmos que serão repagos, gerarão lucros para o banco, promoverão efetivamente o desenvolvimento energético dos países da região.

Não preciso me alongar nem um minuto para falar do grande potencial que temos na região. O Secretário Altino disse e o Professor já explorou isso de maneira muito percuciente. Só acrescento que, entre as externalidades que a nossa política externa e a nossa política comercial buscam com essas ações de financiamento

de projetos de energia nos países da região, eu listaria o fato de que, primeiro, abrimos caminhos para exportações brasileiras. Ou seja, a primeira exportação que vai é a exportação de serviços que firmam um padrão de qualidade da nossa engenharia.

Exatamente por termos, ao longo desses dez anos, feito esse grande número de projetos na região, hoje, ninguém no mundo, nenhum país no mundo tem dúvida da capacidade das empresas brasileiras, privadas e públicas. A nossa Eletrobrás não deve ser esquecida pelo seu pioneirismo e por sua excelência técnica. Mas, ao realizarmos esse projeto, difundimos essa capacidade, que fica comprovada, *in loco*, através da realização dos investimentos bem-sucedidos, o que gera nova demanda por serviços de engenharia brasileiros.

Estive, recentemente, numa conferência na Cidade do Cabo, na África do Sul, com empresas e agências governamentais de todo o continente em que se falava, justamente, da expansão da matriz hidroelétrica daquele continente. Imediatamente o Brasil é tomado como referência. É um País que tem 75% da sua eletricidade gerada pelas usinas hidrelétricas, tem uma experiência que remonta à década de 50, às grandes empreendimentos, Paulo Afonso, Furnas, Itaipu. Então, temos de comprovar a tecnologia, capacidade de execução e capacidade de execução comprovada também no estrangeiro, porque agora, ao longo da última década, fizemos todos esses projetos na América do Sul – volto a repetir – com desembolso na ordem de R$3 bilhões para o setor.

Então, eu gostaria de salientar que, obviamente, o BNDES tem uma participação que foi, sem dúvida, importante nesses últimos anos, na medida em que deu acesso ao crédito. Mas foi dado acesso ao crédito para que os países pudessem realizar, de seu lado, sua política energética. E, do lado do Brasil, pelo lado da política externa, era auxiliar o desenvolvimento econômico por intermédio da capacitação energética, mas era também abrir mercado. O componente egoístico está presente. Nós estamos abrindo mercado para as exportações brasileiras. Eu falei exportações de serviço, mas é óbvio que, associadas às exportações de serviços, vão todos os bens e bens brasileiros, máquinas e equipamentos de toda sorte e toda ordem, com valor agregado e unitário elevado, com conteúdo tecnológico, sendo a economia brasileira testada em máquinas para construção, eletromecânicos e turbinas para usinas hidrelétricas que produzimos e exportamos a partir do Brasil.

Então, eu gostaria de dizer que, do ponto de vista empresarial, do ponto de vista de abertura de mercado, tem sido uma política – agora já temos dez anos para fazer um inventário e um balanço – que gerou lucros bastante expressivos financeiros para o BNDES, gerou...

(Falha na gravação.)

O SR. LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA –...a capacitação dos países de poderem produzir a energia em seus territórios e gerou para as empresas brasileiras uma possibilidade de penetração e de divulgação de suas marcas e de sua capacidade de entrega que hoje tem valia para os mercados globais.

Gostaria de dizer que, com relação ao padrão de financiamento, que o BNDES tem tido exigência que, às vezes, é considerada demasiada por nossos parceiros da região, mas sempre pedimos sua compreensão, no sentido de o marco legal e o marco regulatório dos países nos quais os projetos serão realizados devem ser cumpridos de maneira estrita, devem ser aderidos à risca. Para isso, nós, então, nos colocamos sempre no papel de fazer uma minuciosa verificação. Não basta apenas uma carta que venha de uma agência pública de outro país que diz que está tudo bem, que ambientalmente está perfeito, que do ponto de vista das licitações está ótimo e que já se pode dar o empréstimo. Nós fazemos auditorias, realizamos pareceres externos para que seja verificado que a legislação do país no qual o projeto vai ser realizado esteja sendo cumprida, a legislação ambiental, a legislação de compras públicas e licitações, a legislação trabalhista, a legislação comercial. Ou seja, nesse sentido, diferentemente de outros países, não procuramos – e nunca foi a tradição brasileira e não é a política do atual Governo – impor a legislação ou o marco jurídico brasileiro para ter efeito e para serem impostos a países soberanos vizinhos. Isso não fazemos. Há outros países que seguem esta linha: acreditam na extraterritorialidade de suas leis. É uma visão que...

Como já tivemos em nossa história e já nos foi imposto, durante muitas décadas, esse tipo de visão de que a regulação de outrem e o marco que foi votado pelo parlamento de outrem tenha de valer aqui, somos avessos a isso, mas somos absolutamente estritos e severos na observação da legislação e do marco regulatório de cada um dos países.

De outra forma, temos tido uma mobilização que é sempre feita em um campo específico da integração energética. Sempre temos tido uma mobilização que é referida pelos pleitos dos países.

O Brasil tem interesse de externalidade econômica e energética, como foi patentemente já dito pelos expositores anteriores. A ideia de rede que montamos no Brasil, de compartilhamento de excedentes energéticos entre regiões, é uma ideia inteligente, uma ideia que economicamente...

Eu chamo atenção a um dado que o secretário Altino falou e que as pessoas costumam não observar: a economia que acontece quando há uma interligação em rede é da ordem de 20%. Tem-se que instalar 20% a menos de capacidade quando se interliga a geração, a transmissão e a distribuição toda em rede do que quando trabalhamos apenas com unidades isoladas, que suprem apenas redes locais não integradas.

O mesmo raciocínio se aplica para a América do Sul, na medida em que consigamos promover a interligação das redes entre os países. E eu chamo atenção para o fato de que o marco desse relacionamento entre os países bilateralmente tem evoluído. Todas essas participações que o BNDES tem tido são participações feitas a pedido dos países, são pleitos que os países trazem ao Brasil, aos quais, uma vez que asseguremos a compatibilidade com os objetivos brasileiros, podemos então dar apoio. Mas a verdade é que o potencial, o que ainda temos por atingir, o que ainda temos por ganhar em promover a interligação dessa capacidade de geração crescente que vai se instalando nos países, com o nosso auxílio e com o nosso lucro, ainda não foi devidamente mapeado. Nós temos ganhos muito grandes a obter, ao longo dos próximos anos, pelo fato de integrarmos, conectarmos em uma só rede as capacidades de geração de toda a região, que tem um potencial enorme, como foi demonstrado na apresentação do secretário Altino, por diversas matrizes, sobretudo com a matriz hidrelétrica, mas por diversas matrizes.

Então, o BNDES, como faz análise econômica do ponto de vista do funcionamento da economia brasileira, da matriz produtiva do País, identifica para além do ganho financeiro das operações que faz, do ganho de penetração das empresas, das marcas, das máquinas e equipamentos brasileiros nos países vizinhos. O BNDES identifica, ainda, esse ganho possível, que hoje já vai ocorrendo, paulatinamente, crescentemente, mas que ainda tem um potencial, repito, não mapeado plenamente pela frente, que é o ganho que nós teremos em termos todo o continente integrado numa só rede, o que nos permitirá acesso à energia de uma maneira mais eficiente, mais barata, e com menos risco de suprimento energético, porque nós teremos todas as bacias, toda a hidrologia, toda a pluviometria do continente se alternando, para que não falte o abastecimento para todos.

Então, esta é a possibilidade que nós enxergamos. E, neste sentido, tem sido das iniciativas mais constantes e mais bem avaliadas que o banco tem feito.

Era a contribuição que eu queria dar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Dr. Melin, no caso específico desses projetos do Arco Norte, há algum projeto, há algum desenho em carteira que o BNDES esteja estudando?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva) – Os projetos mencionados pelo secretário Altino, de fato, têm sido objeto de consulta, mas ainda estão em um estágio inicial de desenvolvimento. Até porque há duas dificuldades. Uma já foi mencionada, que é o fato de que as regiões são de mais difícil acesso, portanto, tornam o custo dos projetos mais elevado. E, de fato, os países do Arco Norte, com algumas exceções, têm particularmente uma dificuldade maior de mobilização da sua contraparte de recursos. O BNDES tem financiamento sempre o componente brasileiro, as exportações brasileiras de bens e serviços. E é claro que tudo aquilo que é o gasto local, que são os custos locais da obra, são arcados pelos países.

Nos países do Arco Norte, isso muitas vezes representa um obstáculo considerável, Senador, porque, de fato, quanto maior é o projeto, maior percentagem do gasto local se torna em valores absolutos. Mas, no momento, há, sim, projetos sendo analisados em busca de soluções que envolvem a mobilização dos capitais necessários para as obras.

Em particular, há esforços em andamento de envolvimento de investidores privados que se interessem em bancar e não apenas executar a construção, como nós fazemos, exportando os serviços de engenharia. E mais que isso, serem operadores investidores para trazerem o capital privado para explorar como negócio essa geração que os projetos poderão produzir.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Sª pelas contribuições nesse nosso debate aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Passo a palavra ao Dr. Nelson José Hubner Moreira, ex-Diretor-Geral da Aneel para suas percepções em relação a esses potenciais que estamos aqui debatendo.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA – Muito obrigado, Senador Ferraço, pelo honroso convite para estar participando deste debate e discutindo um tema que, de fato, é muito importante ao País.

O Dr. Altino já colocou todas as bases da questão energética do nosso País em relação ao mundo. E ficamos discutindo assim: se esse negócio é tão bom para todo mundo, por que não acontece?

Esse é um pouco do tema que eu gostaria de abordar. E ficamos assim: estamos começando agora essa história?

Não, em 1964, foi criada uma criação de integração energética regional, que hoje tem comitês em cada país da América do Sul, comitês de integração

do Caribe e região da América Central. De lá para cá, foram feitas diversas ações, mas isso não acontece. O ideal realmente é que tudo isso seja feito em cima de tratados, como o Dr. Altino já colocou, que é onde se dá realmente a efetividade e a sustentabilidade desses projetos. Agora, basta isso? Poderíamos fazer um grande esforço de ter um grande tratado latino-americano de integração, e aí poderiam dizer: bom, aí estaria resolvido o problema.

Também acho que não é bem assim. A coisa não aconteceria. A gente vê um exemplo do esforço de integração na Comunidade Europeia. A Comunidade Europeia tem as suas diretivas que são definidas por todos os países, aprovadas num parlamento comum dos países, criam toda a cobertura para isso. Pelas diretivas da Comunidade Europeia, desde 2007, já era para cada consumidor da Comunidade Europeia estar podendo escolher de onde ele vai receber energia; pode comprar energia de qualquer país da Comunidade Europeia.

E aconteceu a integração? Não. E por que não aconteceu? Aí há diversos aspectos para analisar. Ah, porque não tem a integração em termos de linhas de transmissão entre os países. Ou seja, se você for olhar a integração entre, por exemplo, Espanha e Portugal com a França, ela é bem menor, deve ser um terço do que a gente tem de linha interligando o Brasil com a Argentina. E o mercado lá é muito maior.

E por que não fazem? Há tanta dificuldade assim? Eu me lembro de que já participei de um debate na Comunidade Europeia e disse assim: se o problema é de técnica ou de capacidade de planejamento, a gente pode ajudar a fazer, porque já conseguimos interligar o Brasil aqui em termos de transmissão. Mas não é esse o problema. Há todos os interesses de cada um dos países e, sobretudo no caso da Comunidade Europeia, interesse de proteção das grandes empresas nacionais, porque aí acaba impedindo de se fazer isso.

Ou seja, enquanto não tiver um domínio absoluto de algumas empresas sobre outras grandes empresas de países vizinhos isso não acontece. Quer dizer, o grande esforço – eu participei de um debate lá – de fazer a integração é entre Portugal e Espanha, que dentro da Comunidade Europeia representa praticamente nada disso aí.

Então, acho que realmente não é simples. Há muitas maneiras de fazer. Mas eu acho que essas coisas a gente tem que ser bem pragmáticos, elas acontecem a partir das necessidades dos países e que eles consigam enxergar de fato esses grandes ganhos que podemos ter.

Por trás disso, acho que cabe um pouco ao Senado, aos Poderes Legislativos de cada um dos países criarem a legislação básica que permita acontecer essas relações, que vão ser depois calcadas especificamente em tratados bilaterais. Porque acho que é muito difícil se conseguir fazer um grande tratado multilateral que envolva todos os países e permita fazer acontecer isso.

E a gente vê isso ao longo do tempo. Ou seja, embora tenha todas aquelas definições de integração, nada aconteceu de fato em termos de integração energética entre os países. Aconteceram projetos isolados, como o Dr. Altino mesmo citou, os casos de Itaipu, lá no Sul, de Yacyretá entre Argentina e Paraguai, entre Argentina e Uruguai, ou seja, interligação de alguns países. Para o Brasil, significativamente foi Itaipu, que foi a usina construída, como o Embaixador Samuel colocou, com recursos do Governo brasileiro, bancado pelo Tesouro Nacional, e a interligação de gás Brasil-Bolívia, a partir de uma necessidade que o País tinha da importação de gás e a necessidade da Bolívia de ter um mercado onde ela pudesse alocar o seu gás. E com o interesse dos dois países aconteceu.

E esses tratados, esses acordos passaram por todos os regimes políticos desses países. Nós tivemos, na Bolívia, antes do último presidente, era quase um presidente por ano, tinha uma alternância muito grande, e, no entanto, nunca foi afetado esse contrato de fornecimento de gás para o Brasil. A mesma coisa com o Paraguai e idem com o Brasil, que passou por período de ditadura militar, mudamos para um regime democrático, os países estão mudando os governos, mas esses acordos, esses tratados permanecem muito fortes. Esses tratados e acordos entre os países foram realmente baseados a partir dos seus interesses.

Agora, tivemos outros que não funcionaram muito bem. A partir da necessidade do Brasil no final da década de 90, onde já se avizinhava um problema de falta de energia elétrica no País, e acabou acontecendo um racionamento em 2001, o Brasil começou buscar alternativas. E uma delas foi efetuar contratos entre empresas. O modelo brasileiro naquele momento permitia fazer acordos diretamente entre empresas, em que se definiu a construção num sistema de transmissão da Argentina para o Brasil e foram celebrados contratos comerciais de compra e venda de energia num valor de 2 mil *megawatts*, que não resistiu à primeira crise energética na Argentina. Porque eles não estavam realmente calcados nesses tratados internacionais.

Isso aconteceu e o Brasil ficou sem estes 2 mil *megawatts*, teve que cancelar todos esses contratos, foi um esforço grande para o País substituir toda essa energia que deveria vir da importação desses contratos que foram celebrados.

Agora, quando existe a necessidade, ou seja, quando a crise aperta, a gente arranja a solução. Por exemplo, em 2007, a Argentina passou por uma grande crise energética. E até contribuindo um pouco da colocação do Dr. Altino, além do problema da hidrologia, do aproveitamento da diversidade hidrológica, nós tivemos que aproveitar também a diversidade de mercado. Com a Argentina e o Uruguai nós temos feito muito isso. A ponta do sistema deles é no período em que o Brasil está mais baixo. A ponta do nosso sistema, ao contrário, é no período em que esses países estão com o seu mercado mais baixo. Quer dizer, o inverno argentino, que é a ponta deles, se dá num período de um consumo mais baixo no Brasil, o que tem permitido o fornecimento de energia tanto para a Argentina como para o Uruguai ao longo desses últimos anos.

Agora, como se fez isso? Em 2007, quando aconteceu realmente a crise, ia faltar energia na Argentina, houve uma decisão do Presidente da República e simplesmente nós colocamos todo mundo dentro de um avião aqui no Brasil, formos para Buenos Aires. E durante um dia todo, num final de semana, sábado, com as presenças de representantes da agência reguladora, do operador nacional coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, e, com todos os representantes do governo argentino, saímos de lá com uma solução.

Na semana seguinte, o Brasil estava mandando energia para a Argentina, utilizando desde o gás que vem da Bolívia, substituindo gás por eletricidade, fazendo toda uma série de artifícios para permitir que chegasse energia na Argentina. E, ao mesmo tempo, que pudesse inclusive alimentar o Chile, poque a crise energética na Argentina gerou uma crise energética no Chile, com o corte de fornecimento do gás da Argentina para o Chile, e gerou uma crise energética no Uruguai, com o corte também do fornecimento tanto de gás como de energia elétrica da Argentina para o Uruguai.

Desde essa época, nós continuamos operando isso de uma forma precária. Ou seja, esse fornecimento se dá com o excedente de energia do Brasil. Esse excedente pode se dar simplesmente com o vertimento de água, ou seja, essa energia que é vertida é vendida a preço muito barato, tanto para Uruguai quanto para Argentina. Agora, se não há vertimento, se não está sobrando água que estou jogando fora podendo gerar energia mais barata, esses países recebem uma parcela de energia. Quer dizer, a primeira energia não despachada do Brasil. A primeira térmica não despachada fornece energia e tem toda uma definição desses custos de transporte.

Esse contrato que acabou entre Brasil e Argentina gerou para nós um problema grande. E só com o tempo teve uma emenda numa lei brasileira que permitiu criar o que a gente chama de interligação internacional, criar uma forma de remuneração desse ativo de transmissão, que não estava nem sendo remunerado, para permitir que continuasse esse sistema de transmissão. Por que a gente não cria condições para soluções definitivas? Acho que o modelo que a gente tem no Brasil hoje facilita muito isso. Um dos problemas que você tem na integração europeia é que, em grande parte dos países, as fontes energéticas são quase todas térmicas e se tem muita política de definição de custo de energia para o dia seguinte. Quer dizer, o mercado de energia funciona assim, você compra pela oportunidade. É definido o mercado de energia a cada dia; a cada hora se dá o preço de energia nos mercados e eles fornecem a energia que está ali, que você compra pelo preço que está ofertado ali. Isso cria uma dificuldade maior de fazer, por exemplo, uma expansão desses parques hídricos, como nós temos aqui na América Latina.

Se você tem um modelo como o brasileiro, em que compramos uma energia, celebramos contratos de longo prazo, em que há a garantia da compra de energia e pagamento pelas empresas que vão vender essa energia para os consumidores, e que vão dar garantia para um nosso BNDES ou para qualquer agente financiador, ou seja, absolutamente reais para financiamento disso, não precisamos de garantia de Tesouro, não precisamos de garantia de nada, o próprio setor resolve o problema da financiabilidade desses projetos. E isso facilita muito.

E por que não podemos fazer, por exemplo, com que projetos binacionais? Com certeza hoje deveriam ser feitos de uma forma diferente do que foi feito em Itaipu, em que toda a garantia foi dada pelo Tesouro Nacional, tanto que até hoje nós estamos lidando com os créditos de Itaipu. O Tesouro lida com isso, muitas MPs foram feitas aí agora usando esses recursos, porque o Tesouro está recebendo o pagamento pelo financiamento de Itaipu. Hoje nós não precisamos mais desse modelo. O modelo brasileiro hoje já pode responder por isso. Agora, precisamos ter alguma coisa desses marcos legais nos países vizinhos que permitam fazer isso.

Poderíamos fazer uma binacional, por exemplo, Brasil-Bolívia – e temos uma oportunidade grande de fazer. Temos o projeto de usinas entre os dois países que poderiam inclusive agregar muita energia, por exemplo, em Santo Antônio e Jirau, pela otimização desses reservatórios que temos, simplesmente criando um tratado entre os países em que pudesse ser definido, primeiro, que a parte da energia que é voltada para o Brasil, o Brasil vai gerir da forma como... Ele

poderia entrar de forma competitiva hoje, da mesma forma que nós contratamos energia de qualquer usina hidrelétrica no País. Agora, como essa usina é binacional, poderíamos também prever que, ao final dessa concessão, como temos no Brasil, isso retornaria para os dois países, cada um tem a sua quantidade de energia necessária.

Os contratos poderiam ser celebrados, e é óbvio que se você fizer uma grande usina hoje não teria mercado na Bolívia para absorver toda essa energia de uma vez, mas ela poderia jogar isso para o mercado brasileiro. E poderíamos ter acordos, tratados nesses países que permitiriam, sempre, com uma devida antecipação, ela definir. Por exemplo, dessa usina que fosse construída, a Bolívia poderia definir que nos primeiros dez anos ela quer um percentual da energia. Então essa energia não estaria vendida para o mercado brasileiro. A partir do décimo ano decai. Se eu vou precisar de um volume maior de energia na Bolívia, então ela vai ser alocada na Bolívia. Essa operação passaria a ser integrada entre os países.

Acho que nós temos a oportunidade de testar um modelo desses a partir da necessidade dos países. Isso daria uma segurança muito grande a um país como a Bolívia, que já teria construída uma usina de grande porte, e poderia já definir uma escada, na medida de uma análise do seu mercado, de como vai evoluir a necessidade de energia no país e alocar qual volume de energia que seria direcionada para aquele país e qual seria direcionada ao mercado brasileiro. E ela entraria, de forma competitiva, adquirida por todas as distribuidoras brasileiras, como diz o nosso modelo hoje, e daria a garantia de financiamento desses projetos.

Vemos, agora, a necessidade por parte do Uruguai, há um grande debate, uma grande discussão. Isso avança, mas no fundo a gente vê que parece que há sempre um temor – isso existe, é fato, é real – dos países em termos de o Brasil se impor como um país muito maior e não oferecer as condições adequadas. Ou seja: nós vamos sucumbir porque o mercado do Uruguai é muito pequeno em relação ao do Brasil. Lembro que participei de debates com os uruguaios e a preocupação era sempre a seguinte: "E na hora em que tiver uma crise energética no Brasil, vão me cortar o fornecimento de energia?"

Acho que já temos exemplos na América do Sul de que se criamos cenários adequados, legislações adequadas e tratados internacionais de forma a garantir e repartir ônus e bônus, todo mundo poderia ganhar com a situação. Por que não planejarmos também a expansão do próprio Uruguai junto com a expansão do mercado brasileiro? Por que não operar conjuntamente esses sistemas? Por que não ter efetivamente esse ganho?

Assim, se existe uma necessidade de racionar energia, se vier uma crise energética monstruosa, como tivemos em 2001, com falta d'água, vai ser repartido. Ou seja, você tem um corte de 10% no Brasil e um corte de 10% no Uruguai. Por outro lado, quando temos excesso de água e está sobrando energia, temos energia barata e abundante, também o bônus é repartido entre os dois países.

Acho que se pudéssemos começar a exercitar, e é mais fácil fazer isso com acordos bilaterais, ou seja, com esses países calcados em legislações nacionais, do Brasil e Uruguai, e em tratados que facilitassem e criassem as condições objetivas para exercitarmos esses modelos, poderíamos, sim, de fato, partir para uma integração energética real. E isso não é complicado de fazer, ou seja, construir infraestrutura – como questionei nesse debate na Comunidade Europeia – de linhas de transmissão e de planejar essa integração, acho que isso não é problema para ninguém.

Acredito que falta, talvez, tirarmos essas preocupações que temos em termos da soberania dos países, garantirmos isso através das legislações específicas e tratados específicos de como defendemos isso e procurarmos ter o ganho real de integração disso, seja de projetos de gás, de petróleo ou de energia elétrica. Assim teremos um grande ganho para todos os países, como o Dr. Altino colocou aí, usando efetivamente essa variação tão grande que temos em climas, em capacidade instalada e características. Nós temos gás barato mais abundante num determinado país; temos, por outro lado, grande potencial hídrico em outros países. Acho que o grande esforço que deveríamos fazer é como criarmos as condições objetivas, ou seja, marcos legais em cada um dos países e as condições legais e tratados internacionais entre os nossos países que permitam, de fato, uma integração, inclusive operação integrada dos sistemas elétricos entre os países.

Esse é o grande esforço que poderia começar com iniciativas aqui do Senado, como esse debate que está sendo patrocinado aqui pela Comissão de Relações Exteriores.

Por isso, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui discutindo e me colocar à disposição para aprofundar esse debate.

Muito obrigado, Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós é que agradecemos a disponibilidade de V. Sª em contribuir conosco nesse debate. Até porque, quando se fala nesses grandes arranjos, me chama a atenção a reflexão feita pelo Embaixador Samuel dessa questão com a Venezuela.

Ou seja, nós não importamos petróleo da Venezuela, mas temos arranjos, por exemplo, com a Nigéria ou até mesmo com Angola, de onde importamos petróleo e, nesse caso específico, há uma mediação do BNDES. De alguma forma o BNDES tem financiado um encontro de contas entre o Brasil e Angola. Há linhas de crédito abertas nesse sentido.

Quer dizer, para os países da América do Sul não poderia ser desenvolvido o mesmo nível de esforço?

Fico com a impressão de que, adequadamente, para o continente africano nós conseguimos desenvolver esses modelos. Para a América do Sul não há a mesma viabilidade, objetivamente falando?

O SR. LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA – Presidente, de fato, trata-se de duas questões distintas: uma, a questão que o Embaixador Samuel mencionou, da compra de petróleo. Isso daí é uma questão...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA –... que, obviamente, como o Embaixador bem salientou, está dentro, aí, da política nacional do Ministério de Minas e Energia e da autonomia da Petrobras na sua carteira de compras.

O que o BNDES fez foi, de fato, se valer de um memorando de entendimento que existe entre Brasil e Angola e que possibilita que... E isso não está – eu esclareço, Senador – ligado a compras pelo Brasil de petróleo angolano, está ligado à existência. Como Angola é um país exportador de petróleo e tem, portanto, recursos líquidos em dólar no exterior, que ela recebe pelo petróleo que ela vende para todos os seus países importadores, uma parcela desse recurso foi constituída, foi dada em garantia para financiamentos para exportações brasileiras. Ou seja, dado que Angola, do ponto de vista creditício, tinha outras dificuldades, lá na época em que foi feito o memorando de entendimento Brasil-Angola, imaginou-se esse mecanismo de dizer: "Bom, mas já que vamos apartar algo dessas receitas..." Não são receitas de venda para o Brasil, são receitas...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sim, sim.

O SR. LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA –... da Sonangol, e aí isso serve de lastro para garantir financiamentos, para que O Brasil financie suas exportações, e é feito. Na América do Sul, nós...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – No caso específico da Venezuela,...

O SR. LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA – Da Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) –... que é grande exportadora de petróleo...

O SR. LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA – De petróleo. Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) –... não caberia um mecanismo dessa mesma dimensão...

O SR. LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA – Raciocínio perfeitamente legítimo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) –... para sustentar esses esforços que estamos aqui debatendo?

O SR. LUIZ EDUARDO MELIN DE CARVALHO E SILVA – Sem dúvida. Isso foi objeto, inclusive, de uma negociação ampla com o Governo venezuelano, no ano de 2003, se estendendo até o ano de 2004. Naquela ocasião o governo venezuelano queria, inclusive, fazer o que se chama um acordo-quadro, um acordo guarda-chuva, financeiro, para ter possibilidade de importar bens e serviços brasileiros em até US$1 bilhão, e a proposta que foi feita pelo Governo brasileiro foi justamente no sentido de se replicar esse mecanismo.

Houve concordância do governo venezuelano na ocasião e, ao longo dos meses que se seguiram, foi uma negociação que durou oito meses, se constatou, internamente, na Venezuela, que o marco constitucional venezuelano não permitia que esses recursos fossem dados em garantia. E eu especifico: o governo venezuelano não pôde replicar com a sua empresa o mesmo que a empresa angolana, a Sonangol, pôde fazer. A PDVSA não fazia, não estava em seu mandato fazê-lo. E a ideia surgida da parte do governo venezuelano foi que os *royalties,* que são pagos ao governo central, ao governo venezuelano, pela empresa PDVSA, esses *royalties*, então, seriam usado. E foi, então, ao longo dos meses de negociação, constatou-se que houve pareceres, no próprio parlamento venezuelano, de que isso feriria um ditame constitucional daquele país. Então, nós não pudemos fazer.

No entanto, a nossa região dispõe de um mecanismo que, do nosso ponto de vista, do ponto de vista técnico-financeiro, é ainda mais eficaz em facilitar, e por isso que nós temos podido financiar muitas exportações brasileiras para a Venezuela, somos hoje um fornecedor de bens e serviços, máquinas e equipamentos muito importante para aquele País, porque dispomos de um mecanismo que, também, como já falava o Dr. Nelson dos esforços de integração energética, que remonta aos anos 60, que é o Convênio de Créditos Recíprocos e Pagamentos, da Aladi, o CCR. Esse convênio, que é um convênio de encontro de contas, justamente entre os bancos centrais da região, que se processa três

vezes por ano, esse convênio faz com que os títulos que sejam cursados nesse convênio, sob a égide do convênio, títulos de crédito, eles são endossados pelos bancos centrais. E como nós sabemos que os bancos centrais, como autoridades monetárias, têm todo um manejo das reservas internacionais de cada um dos países, uma vez que o banco central assegura para Brasil – o banco central, por exemplo, da Venezuela, que ele disponibilizará moeda conversível na quantidade suficiente para realizar os pagamentos dos financiamentos brasileiros, isso daí nos dá um grau de mitigação de risco muito grande.

Aliás, eu tenho de dizer, Senador, que esse é um mecanismo que já tem 60 anos e é um mecanismo exitoso da nossa região. Os africanos estão, inclusive, em discussões em como eles poderiam emular essa experiência que nós temos na região e alguns países de fora da nossa região têm certa restrição, porque eles reclamam que a existência deste convênio dá uma vantagem para os países da região que países de fora não têm.

Então, para a Argentina exportar para a Colômbia, para o Brasil exportar para a Venezuela, temos um mecanismo que praticamente garante tudo e, na hora em que, então, portanto, o Canadá ou a Dinamarca queiram fazer a mesma exportação, competindo com fornecedor local, eles não têm o uso desse mecanismo, que é barato, que é praticamente gratuito, na geração de uma grande mitigação de risco. Então, não fizemos.

Para resumir, foi tentado com a Venezuela. Encontraram-se problemas do ponto de vista do regulamento interno da PDVSA e de ditames constitucional quanto aos *royalties* para fazer um mecanismo paralelo àquele similar ao de Angola.

Mas encontramos a solução na reativação do uso desse mecanismo do CCR, que – eu devo lhe dizer – àquela altura, no ano de 2003, tinha caído em abandono. Durante uma década, nós aqui, na região, não o utilizávamos. Os bancos centrais dos diversos países diziam que isso era um mecanismo antigo, que ele não era útil, que imputava riscos desnecessários aos bancos centrais, apesar de termos uma história de esse mecanismo estar sendo usado há 60 anos, sem haver *default*, sem haver inadimplemento de pagamentos entre os países da região.

Então, foi o caminho encontrado e um caminho que nos permitiu expandir muito as exportações para a Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado pelos esclarecimentos.

Passo a palavra ao Dr. Ricardo Raineri, Diretor do Banco Mundial, para que nós possamos ouvir as impressões do Banco Mundial em relação a esses esforços comuns.

O SR. RICARDO RAINERI BERNAIN – (*Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.*)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado pela exposição, Dr. Ricardo Raineri, Diretor do Banco Mundial.

Passo a palavra ao Dr. Pedro Luiz de Oliveira Jatobá, Gerente do Departamento de Prospecção de Novos Negócios no Exterior da Eletrobrás.

O SR. PEDRO LUIZ DE OLIVEIRA JATOBÁ – Bem, inicialmente, eu gostaria de agradecer ao convite, em nome da Eletrobrás, ao Senador Ricardo Ferraço. Trouxe uma breve apresentação, para suportar a minha participação. Peço que seja colocada. *(Pausa.)*

Inicialmente, é importante ressaltar o envolvimento da Eletrobrás no tema da integração energética e, conforme citado aqui pelo Diretor Melin, a Eletrobrás é uma empresa mista, que tem acionistas públicos e privados e a sua atuação tem que combinar as exigências de rentabilidade de seus acionistas com as diretrizes governamentais.

O mandato para que a Eletrobrás passasse também a prospectar negócios no exterior se deu através da Lei nº 1.651, de 17 de abril de 2008, quando o objeto da Eletrobrás foi estendido para atuação no Brasil e no exterior. Isso através de sociedades, consórcios, de certa forma reproduzindo o que já ocorre dentro do próprio setor elétrico brasileiro, que a Eletrobrás, na expansão, participa através de associação com entidades privadas.

Esse fato, que para a Eletrobrás foi bastante relevante na estruturação, se refletiu imediatamente no próprio planejamento estratégico da empresa, em cujo documento se identificou oportunidades de expansão, através da inserção do Brasil na economia mundial e já nesse ponto se cita a própria integração latino-americana como sendo um mercado ou uma oportunidade a ser analisada, dentro do contexto dos negócios da Eletrobrás.

Do ponto de vista de internacionalização, as nossas diretrizes trazem aí a nossa ação prioritária em cima de geração hidroelétrica e transmissão de energia, que são, realmente, *expertises* desenvolvido da Eletrobrás ao longo dos seus mais de 50 anos de existência, entendendo que essa atuação também traz externalidades através da abertura de novos mercados para a cadeia produtiva do setor elétrico brasileiro.

Esses são os nossos vetores de diretrizes de atuação.

Com relação à posição do Brasil em relação à integração elétrica regional, esse quadro – acho – que

resume muito bem o que já foi dito aqui pelos palestrantes anteriores.

A nossa situação geográfica com relação à quantidade de fronteira, ao nosso volume de aproveitamentos hídricos ou a dimensão do nosso mercado consumidor de eletricidade e também da nossa economia, associados ao desenvolvido *know how* que desenvolvemos ao longo dos últimos 60 anos na construção de hidroelétricas e durante o sistema de transmissão, trazem para o Brasil uma singular aptidão para a integração regional.

Acho que isso, de certa forma, corrobora a posição do Embaixador Samuel Guimarães ao dizer que, na verdade, a integração regional passa muito pela vontade política brasileira de participar desse processo.

Com relação à integração, a Eletrobrás, quando iniciou o seu processo de prospecção, se baseou em estudos que já tinham sido feitos, já estavam sendo desenvolvidos com relação a esse tema. Um dos principais estudos que nós usamos como referência é exatamente da Comissão de Integração Elétrica Regional, citada pelo Dr. Nelson Hubner, foi um estudo que ficou concluído em 2010 e englobou 15 países sul-americanos, procurando estudar, analisar a factibilidade da sua integração do ponto de vista de quantificar os benefícios e custos em relação à integração energética deste País.

O que vou apresentar nos próximos dois eslaides são as principais conclusões desse estudo.

Alguns exemplos de quanto é que esse benefício, como esse benefício se concretiza. O grande potencial de geração que temos associada à diversidade de nossos mercados, ele permite trazer benefícios. Aí é só um exemplo, não é a extensão de todo o estudo, mas só para dar uma ideia de como economicamente essas coisas podem ser quantificadas. Por exemplo, foi o resultado do estudo da elevação, por exemplo, entre a capacidade de integração entre Brasil e Argentina para 4 mil *megawatts* poderia trazer um benefício na faixa de US$653 milhões/ano em redução dos custos energéticos nos dois mercados.

Por aí vai. O estudo mostra uma série de oportunidades econômicas associadas à integração desses mercados elétricos e energéticos.

O estudo terminou concluindo que os vetores de expansão da capacidade de geração elétrica na região deverão ser basicamente a hidroeletricidade e o gás natural.

Que as novas fontes renováveis, aí representadas pela biomassa eólica, deverão ter importância crescente. Existem ainda reservas abundantes de carvão de boa qualidade na região que podem ser exploradas, e que as plantas nucleares podem vir a ter um papel importante no futuro, em especial com as novas gerações de reatores mais seguros.

Bom, esses números eu vou passar porque já foram mostrados, apenas demonstram o grande potencial inexplorado de geração tanto de energia hidroelétrica quanto de energia eólica nos países da América Latina.

Este eslaide, eu gostaria de chamar um pouco a atenção, porque ele retorna ao tema que foi discutido aqui nas apresentações anteriores, por que essa integração não ocorreu ou não ocorre às vezes na velocidade que parece tão lógica ou tão desejada quando olhamos para o balanço de benefícios? É porque, na verdade, existe uma diversidade de países que obviamente têm mercados, marcos regulatórios, marcos constitucionais diferentes e que precisam ser harmonizados e trabalhados conjuntamente para permitir que essa interligação ocorra.

O estudo da CIER (Comissão de Integração Elétrica Regional) foi muito feliz onde ele separou efetivamente blocos de temas que deveriam ou deverão ser tratados no futuro para possibilitar que essas integrações efetivamente ocorram na prática.

Então, do ponto de vista de ferramentas legais institucionais, estão citados vários elementos que destacamos e concordamos plenamente com a posição do Ministério de Minas e Energia de que a existência de tratados tem se mostrado como sendo fundamental para a operacionalização desse tipo de interligação.

É importante também falar um pouco na questão dos mercados. A integração de mercados através da possibilidade de contratação de longo prazo, principalmente quando se fala de hidroelétricas, que precisa de uma estruturação financeira de longo prazo, isso não é uma coisa que seja comum em todos os países, é bem característico do Brasil, porque desenvolvemos essa capacidade de construir hidroelétrica, mas certamente é um modelo, é um conhecimento que precisará ser transferido para os outros países, para que efetivamente esse potencial possa ser realmente explorado.

Um terceiro ponto, não menos importante em termos de ferramentas operativas, foi citado pelo Dr. Nelson Hubner, o planejamento nacional e regional, do ponto de vista da Eletrobrás, que olha também para outros continentes não só o da América do Sul e da América Latina, nós ainda estamos atrasados na questão do planejamento regional. Existem outros continentes em que os mecanismos de planejamento são efetivamente mais integrados, do ponto de vista de visão regional do que a América Latina em si.

Outro estudo existente também sobre integração, aí mais focado na região do Arco Norte, foi desenvolvido pela IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), esse é um estudo do

início da década de 2000, e foi o primeiro estudo que tentou abranger estes três países que nós estamos discutindo aqui, exatamente as três Guianas. Ele trazia, por ser um estudo inicial, vários aspectos de infraestrutura, não só a parte elétrica, porém, já citava aqui o desenvolvimento dos potenciais desses três países.

Um ponto importante que eu queria ressaltar é que o estudo da CIER não analisou exatamente estas três Guianas, porque as Guianas não fazem parte da CIER e isso é um retrato de como esses países estão isolados do continente ao qual eles pertencem, nem a própria Comissão de Integração Elétrica Regional, que abrange países de todo o Continente da América Central, não tinha representação desses países. E foi exatamente essa ausência que levou a Eletrobrás a buscar suprir essa lacuna, através de um estudo específico, que chamamos Estudo do Arco Norte. Essa ideia surgiu e, de certa forma, foi iniciativa nossa, em que procuramos os países, as três Guianas, empresas das três Guianas, porque o estudo da CIER é feito entre empresas, então, buscamos a empresa na Guiana, empresa do Suriname e a EDF, que é empresa que cuida, que é responsável pela geração da Guiana Francesa, e sugerimos fazer um acordo de cooperação, para que pudéssemos fazer uma análise prévia dos benefícios da integração nos mesmos moldes que foram feitos pela CIER para os demais países do Continente. Esse estudo foi aceito inicialmente, essa negociação deu sucesso. Apresentamos a proposta ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, que aprovou o projeto e, inclusive, levou esse estudo para um patamar de importância, porque ele foi apresentado nas Nações Unidas como parte dessa iniciativa da *Sustainable Energy for all*, como sendo um dos projetos que viria a contribuir para a energia sustentável no Planeta.

Esse desenvolvimento do estudo está associado às iniciativas já desenvolvidas pela Eletrobrás, objetivando a realização de negócios na região da Guiana.

Esse quadro, eu vou passar muito rápido, ele é apenas uma outra forma de refletir aquilo que o secretário Altino mostrou, que é a complementariedade da hidrologia da América do Sul. É um quadro um pouco denso, mas apenas destacaria que esse retângulo com números negativos, na verdade, se traduz dizendo que existe uma complementariedade do ponto de vista hidrológico – que foi exatamente aquele gráfico que o Dr. Altino trouxe – bem melhor do que esse –, mostrando que as altas vazões nos rios do Hemisfério Norte correspondem exatamente às regiões de seca no Hemisfério Sul e vice-versa.

Bom, do ponto de vista do sistema elétrico brasileiro a própria expansão do nosso sistema está naturalmente nos aproximando, aproximando o sistema integrado, da Região Norte, através das linhas que agora estão já em fase de construção e chegam à Boa Vista e Macapá. O próprio planejamento de longo prazo – essa ilustração foi tirada do planejamento da EPE – já previa, num futuro, a integração, a interligação com a Guiana.

O que nós identificamos dentro das exposições de motivos que foram feitas em conjunto com o BID etc.? Quais são os potenciais benefícios para o Brasil? Aumento de volume de energia firme para o atendimento a Roraima e ao Amapá. Aquelas regiões são pontas do sistema. Certamente, essa integração aumentaria a oferta de energia para eles; a redução de dependência do fornecimento só da Venezuela, que é hoje a única interligação que existe naquela região; uma flexibilidade no atendimento e na maior confiabilidade e estabilidade com relação à existência de ocorrência de perturbações; a possibilidade da venda de energia; a possibilidade de corredores de acesso a portos no Oceano Pacífico, permitindo a exportação. Isso faz parte do processo de integração já previsto na IIRSA, e futuramente, se construídas realmente as linhas de transmissão elas também poderão ser utilizadas para a integração de cabos óticos, como já existe, no Brasil, através das linhas de transmissão brasileiras.

Para a Guiana, isso representa, também, um aumento da sua confiabilidade, do suprimento de energia; uma indução do crescimento econômico a partir do desenvolvimento dessa enorme infraestrutura, o que serviria comumente para os mercados, tanto da Guiana quanto para o brasileiro; o incremento e a expansão dos sistemas viários; o incremento do comércio regional. Certamente, esses projetos vão ser acoplados a um grande vetor de exportação de bens e serviços brasileiros para a região. Um aumento na arrecadação de impostos; a possibilidade de obtenção de incentivos e de uma possível aliança com países em reciprocidade multilateral.

O estudo do Arco Norte foi idealizado, como disse, através de uma iniciativa da Eletrobrás, que buscou as empresas de energia elétrica desses países.

A primeira vez que esse tema foi tratado formalmente foi durante a Rio + 20, no ano passado, onde houve uma reunião efetiva das empresas com o BID. Dessa reunião surgiu um memorando de entendimentos, que foi assinado em 15 de março deste ano entre a Eletrobrás e a EBS, que é a empresa de energia do Suriname, e a GEA, que é a agência da Guiana, a EDF, que é a empresa de eletricidade da Guiana Francesa e a AFD, que é a Agência de Desenvolvimento da França e o próprio BID. Esse estudo está orçado em US$1.9 milhões, e estamos finalizando a fase de contratação das consultorias.

Essas são as entidades participantes, que eu já citei. A ideia seria se estudar a viabilidade dessa integração. Esse é um desenho teórico. Quer dizer, o real traçado das linhas vai ser definido pelo estudo, mas é só para dar uma ideia do que ele estaria integrando em termos de mercado, em termos de países.

O cronograma está atualizado, nós estamos em curso. Esses estudos de pré-viabilidade vão se iniciar, realmente, no ano que vem. E a nossa expectativa é a de que esse estudo esteja terminado no primeiro trimestre de 2015, quando se iniciará a fase de divulgação dos resultados através dos *workshops.*

Os países que nós estamos trabalhando, nesse estudo, estão aí citados. Não vou ler isso tudo, até porque já se passou o tempo. Mas é importante falar, aqui na última linha, do potencial hidrelétrico de cada um deles. Segundo a estimativa da Olade, nós temos 7.600 *megawatts* de potencial na Guiana. Esse potencial já é fruto de uma interação específica que o Secretário Altino citou. Já existe um grupo bilateral Brasil/Guiana trabalhando na análise da viabilidade da exploração desse potencial.

No Suriname, nós temos um potencial de 2.500, que é ainda uma estimativa preliminar, pode ser que o estudo demonstre que existe mais. E no caso da Guiana Francesa, que é um território francês, na verdade, o desenvolvimento lá depende da própria legislação francesa, e é um trabalho que tem que ser feito de forma um pouco mais diferente, já que esse país tem as suas diretrizes e que vai, obviamente, contribuir na discussão.

Um aspecto importante da Guiana Francesa, também, é que ela opera numa frequência diferente da brasileira, o que tecnicamente também representa um desafio para promover essa integração.

Esses eram os dados que gostaria de apresentar. Mais uma vez, agradeço a oportunidade de participar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Prof. Nivalde José de Castro, integrante do Grupo de Estudos do Setor Elétrico – Gesel e do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. NIVALDE JOSÉ DE CASTRO – Sr. Senador, muito obrigado.

Fico muito contente de estar aqui presente.

Particularmente, destaco aqui, na plateia, a presença do Embaixador Marcel Biato, que esteve à frente da nossa Embaixada na Bolívia, com quem aprendemos muito sobre os desafios da integração. Destaco, em especial, os alunos do Instituto Rio Branco, aqui presentes, já mirando o seu futuro nesta Casa, nesta Comissão. É muito gratificante ver as novas gerações da nossa diplomacia atentas a uma questão tão importante que é a questão energética, que é a questão da integração energética, da integração elétrica.

Tinha uma apresentação de setenta e cinco eslaides. Mas acho que tendo em vista o adiantado da hora... Brincadeira, eram só quinze.

Na medida em que tive hoje aqui uma aula de integração energética, com essa banca toda, concluindo agora com um dado concreto que é de uma empresa que atua pela integração desde 2008, que seria um instrumento de política de integração energética do Estado brasileiro, então, não vou trabalhar ali, mas vou tentar, de alguma maneira, dar uma sintetizada em função de todos os aspectos que foram apresentados aqui, começando um pouco com aquela pergunta que o Dr. Hubner fez.

A gente fala tão bem da integração e a integração é tão lenta. Acho que é uma questão que tem de ser colocada.

Particularmente, se você olha o modelo brasileiro, o que o Brasil tem no setor elétrico, é realmente algo... Por que nós não aproveitamos essa vantagem competitiva e comparativa que o Brasil tem de ter feito para uma integração no seu continente, no seu espaço continental? Os últimos eslaides apresentados aqui pelo Jatobá demonstram claramente. É o avanço da fronteira elétrica nesse esforço de buscar fontes renováveis, baratas, limpas, para você integrar na nossa matriz, no nosso mercado. Por que a gente não consegue avançar?

Não é para passar não. Quem está passando aí? Fico só aí no primeiro que vou tentar dar uma outra linha de argumentação em função do que foi falado aqui.

Eu concordo com vários expositores aqui no sentido de que falta uma decisão política com relação à questão da integração elétrica. Falta uma decisão política. A partir dessa decisão política poderia ser estruturada uma estratégia de Estado para a integração elétrica. Essa decisão política e essa estratégia já podem se basear nos efeitos positivos que nós já obtivemos com esses poucos exemplos de integração. Foram listados aqui pelo Dr. Altino dois exemplos de tratados que nos dão uma integração elétrica, energética: com a Bolívia e com o Paraguai. Do ponto de vista econômico, se a gente for analisar os benefícios políticos que esses projetos permitiram para esses países e para o Brasil... Hoje mesmo, na revista *Valor*, está lá o Presidente Evo Morales anunciando o 14º salário para os funcionários públicos, porque a economia da Bolívia cresceu 5,5%. Então, ele fez um decreto, se o PIB crescer 4,5%, salário dos funcionários vai ter um 14º salário. E por que cresceu isso? Por causa

do gasoduto Brasil/Bolívia. Sem esse gasoduto, nós já teríamos tido mais uns três presidentes na Bolívia, mais muitos bolivianos em São Paulo, em condições de trabalho escravo. Por isso.

Então a gente pergunta: por que o Brasil, o Estado brasileiro não define uma estratégia de integração elétrica/energética com todas essas vantagens que foram apresentadas aqui? Todo mundo tem potencial hidrelétrico, mas quem tem mercado é o Brasil. A Guiana, o Suriname, a Venezuela, o Peru, a Bolívia, quem tem potencial hidrelétrico não pode construir grandes usinas se o Brasil não estiver envolvido. Por quê? Porque o Brasil é que tem mercado.

Nós precisamos de cerca de 6 mil *megawatts* de capacidade instalada por ano; são quatro Bolívia, mais de um Peru e não sei quantos Surinames, Guianas. Isso, nós precisamos por ano. Então, você vai ao Peru, em Inambari, 2 mil *megawatts*, mas não vai fazer essa usina tão cedo, porque você não consegue colocar 2 mil *megawatts* em dois, três anos dentro de um mercado, porque o mercado não tem tamanho para isso.

Eu até avalio que essa decisão estratégica tem que ser tomada numa perspectiva multidisciplinar. Nós não podemos pensar essa questão só do ponto de vista energético. Eu até avalio – posso até estar equivocado, Dr. Altino –, mas hoje nós não iríamos construir Itaipu se a decisão fosse só em nível do setor elétrico. Por quê? Porque você olha o potencial hidrelétrico que o Brasil tem e dizer: "Mas por que eu vou construir uma usina com o Paraguai?" "Para que eu vou construir uma usina com o Paraguai, a maior do mundo?" "Para quê?" E essa decisão foi tomada lá nos anos 70, por uma decisão de Estado, não foi o setor elétrico que tomou, foi uma decisão de Estado.

Então, a questão da integração energética não pode ficar restrita ao setor elétrico, porque o setor elétrico, por si, não tomará essa decisão porque o Brasil não precisa de integração energética, já que nós temos usinas hidrelétricas para serem construídas, potencial eólico de uns 400 gigas para um tamanho hoje de 135 do mercado. Temos 15 mil *megawatts* de biomassa para explorar. Quando a energia solar ficar barata, basta ir ali fora para ver o que é o sol brasileiro. Ou seja, o gás, em breve, vai entrar na matriz, porque o Governo está tomando medidas muito propositivas no sentido de, certa maneira, diminuir a influência da Petrobras sobre o mercado de gás.

Então, se nós do setor elétrico formos analisar, vamos falar: "Não, não precisa fazer isso". Mas nós temos que ter outra dimensão para essa questão e eu acho que é uma dimensão de Estado, uma dimensão mais política, no sentido que todas essas vantagens que foram colocadas aqui, mas que a gente não monta uma estratégia.

Essa que é a nossa posição, ou seja, ter uma discussão mais interdisciplinar, mais de Estado e menos uma discussão de setor elétrico. Nesse sentido, nós consideramos muito importante o início desse debate aqui através da Comissão de Relações Exteriores, que eu acho que, de certa maneira, representa um pouco a interdisciplinaridade dessa discussão.

Como o Senador Ferraço bem colocou no início da sua exposição bastante consistente, porque ele fez um levantamento dessa visão estratégica, que a questão de integração passa, apoiada nesses exemplos de sucesso – que eu acho que isso que é interessante –, é essa questão do Livro Branco, que o Ministério das Relações Exteriores está pretendendo desenvolver, e a minha sugestão ao Presidente de Comissão de Relações Exteriores era que desses debates que nós estamos iniciando hoje e que iremos prosseguir em março, abril, possivelmente em junho também, nós elaboremos subsídios como se fossem, sim, um livro sobre a integração energética de subsídio para o Livro Branco do Ministério das Relações Exteriores.

Essa que seria a minha sugestão no sentido de que, em função do conteúdo das discussões que nós tivermos aqui e dos desdobramentos que nós teremos nos próximos seminários desse ciclo de debate vinculado aqui à Comissão de Relações Exteriores, nós pudéssemos sistematizar e dar uma contribuição nessa perspectiva interdisciplinar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Eu pergunto aos outros componentes da Mesa se querem fazer suas considerações finais. Caso alguém queira, eu darei a palavra. *(Pausa.)*

Como não há ninguém para se manifestar e não havendo Senadores para questionar, eu quero apenas dizer o seguinte, cheguei atrasado, mas se tem um Estado que tem muito interesse nessa questão é o meu Estado de Roraima, que já está justamente ali colado na Venezuela e na Guiana, então, o interesse é muito grande, tanto que pedir à Secretária que me desse depois todos os subsídios, porque acho muito importante esse debate provocado pelo Senador Ferraço, que, no meu entender, essas questões deveriam ser tratadas com mais frequência nesta Comissão e V. Exª tem conduzido muito bem a Comissão de Relações Exteriores.

Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu quero, ao fim deste nosso primeiro ciclo de debates em relação à integração energética

como ponto de convergência para uma efetividade da nossa integração regional, agradecer os nossos convidados pelas contribuições que cada um deu, pelas experiências que trouxeram, por suas visões.

Eu saio, Senador Mozarildo Cavalcanti, absolutamente convencido, e dizia isso ao Secretário Altino: o nosso País tem padecido meio que de uma doença crônica. Uma doença crônica, que parece não ter solução, e a solução, talvez o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães tenha apontado, seja a determinação política, fazer chover realmente de baixo para cima, como deve ser, para que projetos e estudos como esses possam alcançar as vias de fato.

Há viabilidade técnica, há viabilidade econômica, há necessidade do nosso País e dos países que com o Brasil fazem fronteira para a construção de um ambiente mútuo em torno dessa cooperação. Por que não fazermos então? Então a doença crônica está exatamente entre o desejo e o tempo de efetividade dessas coisas e o tempo que estamos perdendo em relação à construção de ambientes que possam favorecer.

Finalmente as linhas de transmissão estão acontecendo, que é um fato importante, quer dizer, em algum momento, se nós avançássemos ou se nós avançarmos na idealização desse projeto que não é novo, as linhas serão fundamentais, as linhas estão evoluindo.

Então, saio desta primeira reunião absolutamente convencido da necessidade de colocarmos pilha, colocarmos energia nesses esforços.

Nós vamos transformar este seminário aqui, em função dos relatos, em um pronunciamento, em um comunicado ao conjunto dos Senadores que compõe a Comissão de Relações Exteriores e vamos também levar esse assunto para o plenário do Senado.

Mesmo não sendo do Estado do Amapá ou não sendo do Estado de Roraima, eu sou brasileiro, e, como brasileiro, eu preciso me preocupar com aquilo que está acontecendo não apenas em meu Estado, mas eu preciso me preocupar, sobretudo, com o que está acontecendo no chamado Brasil profundo, que são essas regiões que fazem fronteira, que são brasileiros como são brasileiros os da Região Sudeste e outras Regiões e o potencial que temos a ser desenvolvido em relação a tudo isso que foi discutido aqui .

Agradeço a S. Exª, o Senador Mozarildo, agradeço a cada um dos senhores que trouxeram aqui as suas contribuições para que a nossa Comissão continue tratando de temas relevantes e estratégicos como o tema da viabilização e consolidação do potencial energético no Arco Norte.

Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Encerrado o debate, a Presidência agradece a presença dos expositores e também do Senador Ferraço que presidiu toda a reunião e praticamente fez as observações que considero muito importantes.

Se todos os Parlamentares que não estão no Arco Norte tivessem a mesma postura de V. Exª, talvez houvesse mais, digamos assim, ação no sentido de realmente integrar.

A única linha, por exemplo, que conheço, que tem no Arco Norte, é uma linha que vem da Venezuela para Roraima, e assim mesmo não há nenhuma produção de energia para vendermos para os vizinhos, e temos condições.

Então, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2013, SEXTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e treze, no plenário sete, sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora **Ana Amélia**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador **Cristovam Buarque**. É aberta a Reunião. Em seguida, passa-se à **PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA** para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2013, que altera o art. 57 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para dispor sobre direitos dos Auxiliares Locais do Serviço Exterior Brasileiro. Em atendimento ao Requerimento nº 84, de 2013-CRE, de autoria da Senadora Ana Amélia. Participantes: **Embaixador José Borges dos Santos Júnior,** Subsecretário Geral do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores – MRE; **Sérgio Melo Guimarães,** Coordenador de Direito Administrativo da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores – Ministério das Relações Exteriores; **Alexey Van Der Broocke,** Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores – SINDITAMARATY; **Claudia Regina Siano Rajecki,** Presidenta da Associação Internacional dos Funcionários Locais do Ministério das Relações Exteriores no Mundo – AFLEX; **Raul Capparelli Vital Brasil,** Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego

– TEM; **Rogério Nagamine,** Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social – MPAS; **Soraya Castilho,** Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro; e **Lilian Beatriz Maya**, Assessora Jurídica da Associação Internacional dos Funcionários Locais do Ministério das Relações Exteriores no Mundo – AFLEX. Usa, também, a palavra o senhor **Ricardo Pasiani**, Chefe Interino do Setor de Contratados Locais do Itamaraty. A Presidente convida os expositores a comporem a Mesa. A Presidente registra a presença do **Embaixador Pedro Bório**, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores – MRE; e **Embaixador Reinaldo Storani**, Chefe do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores – MRE. A Presidente tece comentários sobre o tema da reunião e agradece o Consultor Antonio Ostrowski, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, pela participação neste trabalho. Em seguida, a Presidente concede a palavra a cada um dos expositores, que fazem suas exposições. Então a Presidente apresenta questionamentos, de sua autoria e de cidadãos brasileiros, recebidos via serviço *e cidadania* desta Casa, aos expositores, que os respondem. A Presidente tece novos comentários sobre o assunto debatido e concede a palavra aos expositores para apresentação de suas considerações finais. A Presidente apresenta agradecimentos aos expositores e demais participantes e conclui sua fala tratando sobre o funcionamento desta Casa. Nada havendo mais a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e um minuto, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente Eventual e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – **Senadora ANA AMÉLIA, Presidente Eventual.**

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A presente reunião destina-se a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2013, que altera o art. 57 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para dispor sobre direitos dos auxiliares locais do serviço exterior brasileiro, em atendimento ao Requerimento nº 84, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores, de minha autoria.

Convido para que tome assento à mesa o Embaixador José Borges dos Santos Júnior, que é Subsecretário Geral do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores. Convido também Raul Capparelli Vital Brasil, Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); também o Dr. Rogério Nagamine Costanzi, Diretor do Departamento de Regime Geral da Previdência Social, do Ministério da Previdência (MPS); Dr. Alexey van der Broocke, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores – Sinditamaraty; a Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro, Soraya Castilho; e a Presidente da Associação Internacional dos Funcionários Locais do Ministério das Relações Exteriores no Mundo – Aflex, Cláudia Regina Siano Rajecki.

Registro a presença no plenário do Embaixador Pedro Borio, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; de Sérgio Melo Guimarães, Coordenador de Direito Administrativo da Consultoria Jurídica do Ministério de Relações Exteriores; da Assessora Jurídica da Aflex, Lilian Beatriz Maya; do Embaixador Reinaldo Storani, Chefe do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores.

Como o mais importante é o debate, vou conceder a palavra aos expositores e aos convidados por dez minutos, agradecendo já a presença de todos.

E queria, antes de passar a palavra ao Embaixador José Borges dos Santos Júnior, informar que só o meu gabinete, por conta desta audiência, recebeu o total de 114 cartas de funcionários locais e no exterior citando o limbo jurídico em que se encontram e aproximadamente dez ligações do exterior solicitando apoio ao projeto – 55 dessas mensagens vieram de Nova York; 21 de Londres; uma do Canadá; 26 de Atlanta; quatro de Haia, dos Países Baixos; quatro de Montreal, no Canadá também; uma de Bruxelas; e duas de Nassau, nas Bahamas.

O projeto estende aos auxiliares locais os seguintes direitos constitucionais: décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; remuneração do serviço extraordinário superior no mínimo em 50% à do normal; gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o salário normal; licença gestante sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias;

licença paternidade nos termos fixados em lei; adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas na forma da lei; proibição de diferença de salários do exercício de função e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Garante ainda aos auxiliares locais e aos auxiliares civis, que são aqueles que prestam serviços aos órgãos de representação das Forças Armadas Brasileiras no exterior, remuneração nunca inferior ao salário mínimo vigente no país em que estiver sediada a repartição, assegurada a sua revisão anual.

Eu queria agradecer ao Antonio Ostrowski, que é da Consultoria Legislativa do Senado Federal, por acompanhar, porque terá um papel relevante no processo de acolher as ponderações que serão feitas aqui para o trabalho de relatoria do Relator, que é o Senador Ricardo Ferraço, o nosso Presidente.

Queria dizer também que foi aberto pelo Portal Cidadania, do Senado Federal, o e-cidadania@senado.gov.br para a participação das pessoas interessadas.

Até este momento há 48 questões levantadas e, na medida em que se desenrolar audiência, nós faremos, é claro, os questionamentos que já estão preparados.

Então passo a palavra ao Embaixador José Borges dos Santos Júnior pelo tempo de dez minutos.

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Muito obrigado, Srª Senadora.

Exma Srª Senadora Ana Amélia, Dr. Raul Capparelli Vital Brasil, por intermédio de quem saúdo todos os demais membros da Mesa, meus caros colegas, senhoras e senhores, eu gostaria de inicialmente agradecer a oportunidade que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado está nos dando ao discutir esse tema, que é de grande importância não apenas para o Itamaraty, mas para todos os órgãos da Esplanada que têm (*Ininteligível*.) no exterior.

Como vocês sabem, estou aqui como representante do Ministério das Relações Exteriores para tentar contribuir com esse debate, especificamente para discutir o Projeto de Lei nº 246, de autoria do Senador José Sarney.

Em primeiro lugar, Senadora, eu gostaria de me permitir um comentário sobre o título desta audiência, que se dispõe a discutir os direitos dos auxiliares locais do serviço exterior brasileiro. Eu gostaria de esclarecer que há uma incongruência nessa referência, uma vez que os auxiliares locais, contratados pelas nossas repartições no exterior, não constituem carreira em si e tampouco integram o serviço exterior brasileiro.

A Lei nº 11.440, que regulamenta o serviço exterior brasileiro estabelece claramente que são três as carreiras que integram o serviço exterior brasileiro: a carreira de diplomata, a carreira de oficial de chancelaria e a carreira de assistente de chancelaria. Os diplomatas, oficiais de chancelaria e assistentes de chancelaria, como sabem os senhores, são recrutados por meio de concurso público realizado em Território nacional e ao longo da sua vida funcional são movimentados pelos postos da rede de postos no exterior do Brasil.

Em segundo lugar, é importante ressaltar que, na opinião do Itamaraty, existe ampla cobertura jurídica consolidada no Decreto nº 1.570, de 1995, que regulamenta muito claramente a contratação dos auxiliares locais nos diversos países em que o Brasil possui representação.

Gostaria de registrar também – e é meu dever tranquilizá-la nesse sentido – que não há que se falar em limbo jurídico ou de qualquer situação de desigualdade que os auxiliares locais podem alegar encontrar se a legislação trabalhista e previdenciária dos locais onde eles são contratados é rigorosamente obedecida por todas as repartições diplomáticas consulares e comerciais do Brasil no exterior.

Cabe ainda sublinhar o esforço constante que o Itamaraty tem desenvolvido no sentido não só de aperfeiçoar as práticas administrativas voltadas à gestão desses contratados locais, mas ao cumprimento estrito da legislação e aplicação de recomendações das autoridades de controle interno e externo.

Por último, caberia salientar que o Itamaraty e ainda mais especificamente a administração, aqui representada por mim, têm-se pautado sempre na sua ação pelo diálogo aberto e constante não só com a associação de servidores locais, do Ministério das Relações Exteriores, a Aflex, mas também com todos os numerosos funcionários que optaram por não se filiar a essa associação.

Para concluir, eu pediria vênia a V. Exª para que me assessorasse nesse debate o Dr. Sérgio Guimarães, que está aqui, à minha frente, Advogado da União e lotado na Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, que hoje exerce a função de Coordenador Geral de Direito Administrativo, e também meu colega em algumas situações técnicas. Eu pediria que ele me assessorasse, assim como o Secretário Ricardo Pasiani, que é o chefe da unidade responsável pela gestão e pelos contratados locais pelo mundo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Embaixador.

Com a palavra o Dr. Sérgio Melo Guimarães.

O SR. SÉRGIO MELO GUIMARÃES – Bom dia, Exmos Senadores, bom dia demais senhoras e senhores aqui presentes.

Gostaria de tecer alguns comentários sobre o projeto de lei apresentado e sobre os auxiliares locais.

De forma preliminar, com o respeito à justificativa apresentada no projeto de lei, vislumbro um visto de iniciativa na sua proposição. Isso porque o art. 61, §1º, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal estabelece que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre "criação de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração".

Pode-se dizer que os auxiliares locais, embora não sejam servidores públicos, exercem funções pública em serviço amplo, na medida em prestam serviços à Administração Pública. Então, é clara a tentativa de aumento de remuneração dos auxiliares locais, na medida em que estão sendo previstos diversos direitos como 13º salário, horas extras, diárias, adicionais etc. Tudo isto compõe a remuneração. Logo, está configurado o vício de iniciativa.

Ultrapassada essa preliminar cumpre esclarecer que as Embaixadas e Consulados no Brasil não são territórios brasileiros, assim como as embaixadas e consulados aqui no Brasil não são territórios estrangeiros. Então, os auxiliares locais não prestam o seu trabalho em solo brasileiro. A teoria da extraterritorialidade, segundo a qual, por uma ficção, as representações diplomáticas fazem parte do território do estado de que são nacionais foi concebidas no século XVII, para justificar os privilégios e imunidades de que gozam os agentes diplomáticos. No entanto, essa teoria foi sendo rejeitada pela jurisprudência e seu abandono ocorreu ainda no Século XIX.

Atualmente a teoria amplamente aceita pela doutrina e que foi consagrada pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, é a teoria do interesse da função, que prescreve que os privilégios e imunidades existem não para beneficiar indivíduos, mas para garantir o eficaz desempenho das funções das missões diplomáticas em seu caráter de representantes do Estado. Assim, não há que se falar que as representações diplomáticas e consulares são territórios estrangeiros. Na verdade eles gozam de inviolabilidade e outros privilégios e imunidades previstos na Convenção de Viena, cujo objetivo é garantir o eficaz desempenho de suas funções.

À luz de uma teoria geral do Estado fere a soberania de um país admitir que dentro do seu território existissem territórios estrangeiros. É importante registrar que as embaixadas e consulados celebram contrato de aluguel de imóvel seguindo as regras da legislação local, o que comprova não serem territórios estrangeiros e retira o caráter de extraterritorialidade das representações.

Sobre o regime jurídico dos auxiliares locais, é importante destacar que está completamente equivocada a ideia de que eles vivem em um limbo jurídico, de que estão desamparados, de que vivem uma grave situação, de que não se garante a esses trabalhadores quase nenhuma proteção legal, de que trabalham sem nenhuma proteção normativa, de que são tratados desigualmente, de que a eles não tem sido assegurado um patamar mínimo de direitos, isso porque a Lei nº 11.440, de 2006, o Decreto 1.570, de 1995 e o Guia de Administração dos Postos de MRE tratam da matéria. Então, existem três diplomas normativos sobre o assunto.

Só vou citar a Lei nº 11.440, de 2006, que define:

Art. 56 Auxiliar Local é o brasileiro ou o estrangeiro admitido para prestar serviços ou desempenhar atividades de apoio que exijam familiaridade com as condições de vida, os usos e os costumes do país onde esteja sediado o posto.

Art. 57. As relações trabalhistas e previdenciárias concernentes aos Auxiliares Locais serão regidas pela legislação vigente no país em que estiver sediada a repartição. *§1 Serão segurados da previdência social brasileira os Auxiliares Locais de nacionalidade brasileira que, em razão de proibição legal, não possam filiar-se ao sistema previdenciário do país de domicílio.*

Observa-se que existe uma legislação expressa e clara sobre os auxiliares locais e o seu regime jurídico. Não há qualquer dúvida. Eles são regidos pela legislação trabalhista e previdenciária local, ou seja, eles têm a proteção de uma legislação local e aí estão amparados. E não poderia ser diferente.

Os contratos firmados têm de ser regidos pela legislação do local onde foram celebrados. É a conhecida regra do *locus regit actum*.

Trata-se de uma conhecida regra de Direito Internacional e que está consagrada no art. 9º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro que diz: "Para qualificar e reger as obrigações aplicar-se à lei do pais em que se constituírem." Nenhum país pode impor ao outro as suas próprias regras, sob pena de violação da soberania, por isso não é juridicamente viável ou factível assegurar aos auxiliares locais esse ou aquele direito se a legislação local dispuser de maneira diferente, pois essa legislação local é que deverá ser respeitável. Se na Suécia a licença à maternidade é de mais de um ano, a auxiliar local terá o direito garantido; se a quantidade de dias de férias na França é de 30 dias úteis, o auxiliar local tem esse direito; se na Itália o auxiliar local não pode ser dispensado sem justa causa, isso deve ser respeitado; mas se na China o trabalhador tem direito a sete dias de férias, o auxiliar local também será submetido a essa legislação.

A propósito, existem ações judiciais de auxiliares locais contra as embaixadas e contra consulados ajuizados na justiça local e alguns obtêm ganho de causa,o que demonstra que eles estão protegidos legalmente.

É importante ressaltar que o Estado brasileiro não tem invocado imunidade de jurisdição quando se trata de relações trabalhistas e previdenciárias, ou seja, as decisões judiciais têm sido cumpridas.

De nada adianta a tentativa de estabelecer determinados direitos ou benefícios para os auxiliares locais diferentes da legislação local, pois eles são trabalhadores locais e necessariamente estão submetidos à legislação local.

É justamente por isso que os trabalhadores locais de embaixadas e consulados aqui no Brasil estão submetidos à legislação brasileira e não à de seu país. Do contrário haveria ofensa à soberania do Brasil.

Inclusive a própria Constituição Federal estabelece em seu art. 114, §1º, que:

Art. 114 Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I – as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Verifica-se que os auxiliares locais não são servidores públicos, pois não ocupam cargos públicos e não se submetem ao regime estatutário; não são empregados públicos porque não são celetistas, isto é submetidos aos regimes trabalhistas da Consolidação das leis do trabalho. E também não são servidores temporários; porque não são contratados para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.O auxiliar local não se assemelha qualquer uma dessas categorias. A rigor o auxiliar local faz parte de uma categoria, a dos auxiliares locais, que possuem também legislação própria, como já visto. Logo não há que se falar em qualquer discriminação quanto aos auxiliares locais. Eles não podem ser tratados como os demais agentes públicos, pois exercem atividades próprias e estão submetidos a regras próprias.

Ressalta-se que a igualdade material está em tratar desigualmente os desiguais na medida da sua desigualdade para que se igualem. A pretendida equiparação de direitos é que geraria a desigualdade em segurança jurídica na medida em que os auxiliares locais brasileiros seriam tratados de forma diferente dos auxiliares locais estrangeiros, o que certamente acarretaria demanda judiciais com o prejuízo ao estado brasileiro.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO MELO GUIMARÃES – Estou concluindo.

A verdade é que os auxiliares locais sempre pretendem os melhores do mundo, querem ser servidores públicos, sem concurso público, querem permanecer no exterior para sempre, a licença-maternidade da Suécia, as férias da França, o 13º do Brasil, a aposentadoria do serviço público, do INSS, da previdência oficial local e uma privada, custeada pelo Estado, além de outros.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É pelo jeito a seleção é esta, com o advogado de defesa dos interesses do Itamaraty, do interesse público. A dissertação feita pelo Dr. Sérgio realmente temos de considerar, mas vamos ao debate das questões relevantes.

Por isso que a maior parte das indagações e das cobranças vêm de países onde a legislação trabalhista não confere os mesmos direitos: EUA, Inglaterra, Canadá, Países baixos e Bruxelas, no caso a Suíça.

Passo a palavra ao Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores, Dr. Alexey.

O SR. ALEXEY VAN DER BROOCKE – Em primeiro lugar, cumprimento e parabenizo a Senadora Ana Amélia pela oportunidade oferecida ao Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty) de participar de audiência que envolve, inclusive, interesses de servidores do quadro permanente e do MRE.

Cumprimento os demais participantes, bem como todos os presentes.

Senhoras e senhores, preliminarmente, é preciso deixar claro que o Sinditamaraty respeita e apoia todos os movimentos legítimos em favor dos trabalhadores e do trabalho.

Sem embargo do apreço que merece cada auxiliar local, o Sinditamaraty considera que o PLS 246, ora em debate, que pretende alterar o art. 57 da Lei 11.440, passa ao largo da via principal e envereda por direção secundária.

Cabe, em primeiro lugar, definir o auxiliar local, brasileiro ou estrangeiro, admitido para prestar serviços ou atividade de apoio que exijam familiaridade com as condições devidas, os usos e os costumes do país onde esteja sediado o posto. É o que define a Lei 11.440 em seu art. 57.

Trata-se, portanto, de colaboradores importantes para a vida dos nossos postos no exterior. Os serviços que prestam devem, porém, se restringir exatamente às atividades distantes das metas da política externa, mas que visam a facilitar o desempenho profissional dos servidores, cujas funções precípuas consistem,

principalmente, em executar a política externa. Todas as chancelarias recorrem a esses colaboradores, tanto assim é que são contemplados na Convenção de Viena.

Esses colaboradores têm atribuições muito específicas, não podendo representar reforço de lotação dos servidores do quadro do MRE no exterior. Não integram o serviço exterior brasileiro. Não pertencem à Administração Pública brasileira, direta ou indireta. Não são investidos em cargos, empregos ou funções públicas por meio de concurso público, nem contratados por tempo determinado, mediante lei específica, conforme preveem os incisos II e IX do art. 37 da Constituição Federal. Em suma, não devem exercer atividades próprias do serviço público.

Observa-se, porém, que os auxiliares locais nos postos no exterior, que buscam a proteção da legislação brasileira como se servidores públicos fossem, pretendem a criação da carreira de auxiliar local na qualidade de servidores do serviço exterior brasileiro por via transversa.

A discussão acerca do papel desses colaboradores nos postos no exterior tem de ser acompanhada por ampla análise sobre a gestão dos recursos humanos no MRE, com a participação do Sinditamaraty e das demais entidades representativas dos trabalhadores, sob pena de a matéria ser transferida para a esfera do Supremo Tribunal Federal.

O MRE tem de reconhecer que carece de um plano estratégico de gestão de pessoas, que atenda às necessidades do órgão. Esse plano tem de incluir, de modo prioritário, a promoção de concurso público para todas as carreiras do serviço exterior brasileiro, o incremento de treinamentos específicos, bem como a definição do perfil do servidor, de acordo com as necessidades da instituição, notadamente, no exterior.

O PLS 246 peca na escolha do caminho que propõe trilhar na proteção dos direitos e deveres dos auxiliares locais, das repartições do Brasil no exterior, desconhecendo o principal. O legislador se dedica ao acessório, invocando a necessidade de buscar remediar o que considera lacunas na legislação trabalhista de certos países. Peca por vício de iniciativa ao pretender atribuir a esses colaboradores a aplicação de direitos trabalhistas brasileiros, na forma da Lei 8.112.

É preciso enfrentar o verdadeiro problema. Inexiste texto legal que trate, especificamente, dessa força de trabalho. Então, vejamos.

A Lei 11.440, Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, prevê, nos dois artigos de seu capítulo V, a presença desses colaboradores nos postos no exterior; anuncia que os requisitos de admissão serão especificamente definidos em regulamento, o que não chegou a se consubstanciar; define que as relações trabalhistas e previdenciárias serão regidas pela legislação do país onde estiver sediada a repartição, reforçando o princípio trabalhista de aplicação da lei local onde for contratada a mão de obra.

Em razão do que se precede, o Sinditamaraty considera que a Lei nº 11.440 não é o lugar desses trabalhadores, que carecem de legislação própria.

Outro. No trato das questões afetas aos auxiliares locais, o MRE recorre igualmente ao Decreto nº 1.570, de 1995, que regulamenta aspectos da Lei nº 7.501, de 1986, revogada em 2006. O decreto previa a admissão por tempo determinado, o que o regime jurídico do SEB não acompanhou ao mencionar os auxiliares locais.

Tendo em vista a complexidade da proposta do PLS nº 246, além da diversidade de situações trabalhistas, o projeto é temerário porque se destina a garantir a trabalhadores brasileiros e estrangeiros admitidos nos postos no exterior direitos regulados na forma da lei do serviço público federal, traindo vício de iniciativa. Cada auxiliar local precisa manter-se inserido em sua legislação pátria, em seu foro trabalhista. Neste caso, fazer justiça significa concentrar esforços no sentido de oferecer as melhores condições ao trabalhador, independentemente da nacionalidade. Importa lembrar que as autoridades brasileiras não parecem manifestar preocupações com os auxiliares locais contratados pelas missões diplomáticas estrangeiras no Brasil, que permanecem ao desamparo. A esse propósito, chamo atenção para as adversidades enfrentadas pelo Sindnações, que não tem encontrado interlocução junto às autoridades diplomáticas consulares estrangeiras no Brasil.

Sobre a matéria, passarei a V. Exª, Srª Senadora, carta do Sindnações, que representa os auxiliares locais no Brasil.

Por gentileza. Obrigado à senhora, Senadora.

A título ilustrativo, permitimo-nos apresentar situação hipotética em que um colaborador palestino admitido em nosso escritório na representação em Ramallah, na Palestina, deixa de receber, por exemplo, o adicional de férias previsto no inciso XVII do art. 7º da Constituição de 88, na forma como regulamentado pelo art. 61 da Lei nº 8.112. O trabalhador palestino busca, então, justiça local, onde reivindica seu direito trabalhista, ao amparo da legislação brasileira. Por um lado, é de se perguntar como a justiça palestina lidará com o caso. Como determinará a execução da garantia trabalhista brasileira? Por outro lado, também, qual seria a justiça competente no Brasil para julgar esse dissídio trabalhista, que envolve aplicação da Lei nº 8.112 a um trabalhador que não é servidor público e é regido igualmente pela legislação de seu país? A

questão é como contemplar dois ordenamentos jurídicos de países distintos para reger uma relação trabalhista contratual.

Sim, cabe questionar como poderia o legislador acolher, ao abrigo da Constituição Federal Brasileira, esses colaboradores regidos por legislações do local onde prestam serviços, acrescido do regime jurídico dos servidores públicos e civis brasileiros. Como?

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXEY VAN DER BROOCKE – Como conseguiriam os administradores de cada posto no exterior gerenciar essas relações trabalhistas ao amparo de legislações locais acrescidas, no mínimo, de garantias da Constituição de 1988, em detrimento de milhões de funcionários públicos brasileiros que não contam com uma relação trabalhista tão universalmente generosa? Qual seria o impacto no orçamento da Previdência Social brasileira? Como a sociedade brasileira aceitaria esse leque de privilégios? Vínculo com o Brasil em geral é sua relação de trabalho com o posto, quando o vínculo desse trabalhador com o Brasil resume-se à relação trabalhista com o povo.

Gente, em resumo, é imperativo encontrar respostas razoáveis para essas perguntas. É preciso ter humildade para perceber que o caminho é inadequado e a pretensa solução acarretaria novos problemas, além de representar tratamento injusto em relação aos funcionários públicos brasileiros.

Permitam-me observar, finalmente, que a solução pode residir na sindicalização desses colaboradores em países onde a legislação local possa requerer o estabelecimento de acordos coletivos para garantir direitos trabalhistas.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada, Alexey, pela exposição e argumentação.

Concedo a palavra à Srª Claudia Regina Siano Rajecki, que é Presidente da Associação Internacional dos Funcionários Servidores Locais do Ministério das Relações Exteriores no Mundo (Aflex).

O SR. CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – Primeiramente, bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar a Presidente da Comissão, Senadora Ana Amélia, e agradecer-lhe pelo convite, pela oportunidade de sermos recebidos aqui para falarmos da importância da aprovação do Projeto de Lei nº 246, de autoria do Senador José Sarney.

Gostaria de cumprimentar os meus colegas que estão no exterior, assistindo pela internet, já soubemos que são milhares, e também os seus familiares que estão no Brasil.

Já informaram quem são esses trabalhadores, os auxiliares locais. Os auxiliares locais são brasileiros ou estrangeiros contratados por meio de processo seletivo pelos postos de representação do Governo brasileiro no exterior. Não são funcionários públicos nem pleiteiam ser. Os contratados locais têm a função de auxiliar os servidores do quadro permanente removidos do Brasil para o exterior, uma vez que estão familiarizados com os costumes, os hábitos e o idioma local. Esses trabalhadores são a memória do posto, pois, apesar de serem considerados contratados temporários, muitos permanecem por mais de 40 anos no mesmo local, enquanto os servidores de carreira removidos do Brasil alternam-se a cada três ou cinco anos.

A matéria é vista pela categoria como uma medida emergencial. O Projeto nº 246 não pretende absolutamente impor a legislação brasileira aos auxiliares locais, pois estabelece que a esses trabalhadores seja aplicada a lei local. Assegura-lhes, todavia, caso a legislação local não o fizer, direitos mínimos garantidos aos trabalhadores aqui no Brasil.

A proposição não fere a isonomia entre auxiliares locais de nacionalidades diferentes. Ao contrário, procura dar um tratamento justo e isonômico a todos esses trabalhadores que prestam serviço ao Brasil no exterior. Tanto é verdade que a redação proposta ao art. 57 da Lei nº 11.440 não faz qualquer distinção de nacionalidade. O novo tratamento que se pretende dispensar aos auxiliares locais não os privilegia e tampouco fere a isonomia entre eles e os servidores regidos pelo Regime Jurídico Único em serviço no estrangeiro, devidamente amparados pela Lei nº 8.112. As duas categorias exercem funções diferentes e, portanto, não há o que se falar em isonomia.

A aprovação desse projeto é extremamente necessária e, como afirmou o Presidente Sarney, o Brasil, como Estado democrático de direito, tem, entre os seus fundamentos, a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho.

Toda pessoa que presta seu trabalho em solo brasileiro está protegida por garantias que a Nação entende ser o patamar mínimo civilizatório para que o trabalhador possa garantir sua subsistência e de sua família com dignidade.

O que é inaceitável é tomarmos conhecimento de que auxiliares locais dos Estados Unidos solicitam Food Stamp, que seria a mesma coisa comparável ao Bolsa Família, para conseguirem sobreviver, pois os salários estão no nível de pobreza do país. Ou, ainda, após intensa pesquisa feita pela Aflex, tomarmos conhecimento de que o menor salário de um auxiliar local no Nepal é de US$153, bruto, e o do chefe do

posto é de mais de US$18 mil, líquido, uma diferença de quase 12.000%.

A demonstração comparativa das tabelas salariais pesquisadas pela Aflex, que já foi disponibilizada para todos os Senadores, é chocante, principalmente as do Nepal e da Colômbia. Elas comprovam o descompasso entre o que o Governo afirma e o que é realmente aplicado aos trabalhadores em solo brasileiro, pois, se a dignidade da pessoa humana é um dos pilares da República Federativa do Brasil, o País não pode compactuar com regimes de semiescravidão ou de exploração do trabalho humano. Continuar com esse tipo de ação afronta não somente a Carta Magna brasileira, como também os vários tratados internacionais assinados pelo Brasil e já ratificados por esta Casa, como o Tratado de Bustamante, a Convenção de Viena e, principalmente, a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Continuando a afirmação do Senador Sarney, ele diz: "Não se pode, portanto, admitir que o nosso País não garanta aos trabalhadores que para ele prestam serviços, ainda que em postos no exterior, o mesmo patamar mínimo de direitos. Essa é uma situação que cumpre ao Legislativo equacionar."

Bom, fui encarregada também recentemente pelo setor de assistência a brasileiros do Consulado de Atlanta, onde permaneci por cinco anos; visitei inúmeras prisões e centenas de brasileiros que necessitavam de apoio e assistência; representei o Governo brasileiro em inúmeras audiências envolvendo brasileiros; estive em simpósios e reuniões com autoridades americanas; fui responsável pelo telefone de emergência do Consulado 24 horas, por 18 meses ininterruptos, sem qualquer compensação financeira. Poderia, talvez, chegar 20 minutos além do horário dos meus colegas.

Enfim, anos trabalhando para o Governo brasileiro, representando o Governo brasileiro, falando em nome do Governo brasileiro, sem obter direitos básicos de proteção ao trabalho ou amparo do meu governo.

Eu trouxe um vídeo. Eu gostaria que iniciássemos a apresentação. O vídeo tem o principal objetivo de trazer a esta audiência os funcionários que estão no exterior e os seus depoimentos, porque hoje nós temos milhares deles nos assistindo, e eu me sinto honrada de ser a voz deles aqui nesta audiência.

Prezada Presidente, eu gostaria de pedir autorização.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Depende do tempo do vídeo, para dar equilíbrio aos expositores de dez minutos. A senhora tem três minutos para falar.

O SR. CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – Poderíamos iniciar a apresentação?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Então, com três minutos para a conclusão. Três, quatro minutos, para ficar igual, porque ultrapassou o Alexey. Então, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Não estava previsto, mas, por questão democrática, pela sustentação de V. Exª, concedi. Se houver condição de tempo, na continuidade, será concluída a exposição.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Raul Capparelli Vital Brasil, que é Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O SR. RAUL CAPPARELLI VITAL BRASIL – Bom dia a todos. Cumprimentando a Senadora Ana Amélia e agradecendo, em nome do Ministério do Trabalho e Emprego, pelo convite; cumprimentando os presentes e os que acompanham pelo canal Senado e também pela internet.

Senadora, gostaria de dizer que vou ser muito breve, até porque entendemos, no Ministério, que esse tema é muito mais relacionado ao Ministério das Relações Exteriores.

No nosso entendimento, o projeto encontra-se prejudicado por dois motivos: o primeiro, em relação à própria inspeção no trabalho. Como auditor, posso falar um pouco sobre a inspeção no trabalho. São unidades no exterior e, inclusive, como o Dr. Sérgio Guimarães já comentou, o conceito de territorialidade não compreenderia a nossa inspeção no exterior. Além disso, esses trabalhadores, em que pese o respeito pela demanda que eles apresentam, possuem um regime próprio que não seria relacionada com à Consolidação das Leis Trabalhistas. Mas o tema principal que prejudica o projeto seria em relação à legislação, inclusive à lei nº 11.440, e as convenções vigentes que já consolidaram a ideia de que para as relações de emprego surgidas localmente aplica-se a norma do País em que o trabalhador se encontra.

E, se nós, como Ministério, temos esse entendimento em relação às embaixadas, consulados e organizações internacionais que estão no Brasil, é esse entendimento que temos também em relação às unidades no exterior. Em que pese, mais uma vez, o respeito pela demanda e compreensão das condições que eles colocaram em vídeo e já externaram aqui, o Ministério do Trabalho é contra o entendimento desse projeto de lei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigado, Dr. Raul Capparelli.

Concedo a palavra ao Dr. Rogério Nagamine Costanzi, Diretor do Departamento de Regime Geral da Previdência Social (MPAS).

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE – Bom dia, Senadora, senhores e senhoras da Mesa, todos e todas.

Em primeiro lugar, havia preparado uma apresentação, mas vou até abrir mão da apresentação, dado o prazo de dez minutos – são 20 eslaides, acho que é inviável usar a apresentação nesse prazo. Sem problema! Primeiro, pela questão do prazo, e, segundo, que, na verdade, alguns pontos que estão colocados na apresentação já foram objeto de exposições anteriores. Então, realmente, acho que não é necessário usar mais a exposição.

Em primeiro lugar, se formos analisar o histórico da legislação em relação à questão do auxiliar local, acho que é até didático, porque a legislação, em relação ao auxiliar local, vai exatamente no sentido do que já foi colocado, de que ele é regido pela legislação local. Se fizermos um histórico desde 1986, a Lei nº 7.501 falava que "o auxiliar local será regido pela legislação brasileira que lhe for aplicável", e isso já foi alterado com a Lei nº 8.028, de 1990, que tirou o termo "brasileira" e, ao invés de "será regido pela legislação brasileira que lhe for aplicável", o texto passou a ser "será regido pela legislação que lhe for aplicável". Houve outra alteração com a Lei nº 8.745, que já colocava que "as relações trabalhistas e previdenciárias, concernentes aos auxiliares locais serão regidas pela legislação vigente no país em que estiver sediada a repartição"; e, posteriormente, chegando até a Lei nº 11.440.

Então, toda essa evolução foi exatamente no sentido de que são regidos pela legislação local. Como já foi até colocado em exposições anteriores, claramente existe uma contradição no sentido de que certamente existe uma contradição no cerne do PLS nº 246, na medida em que são regidos pela legislação local e se pretende impor elementos da legislação brasileira. Esse é um primeiro ponto. Esse ponto já foi exposto, colocado por em várias exposições anteriores.

Do ponto de vista dos direitos que foram colocados pelo PLS, a maioria é trabalhista; o único que realmente vinculado à questão da Previdência é a questão a licença gestante, que obviamente é vinculada à questão do salário-maternidade. E existe também outra contradição, porque, na verdade, os auxiliares locais não são servidores públicos, ou seja, existem circunstâncias em que eles podem se filiar à Previdência Social brasileira, mas como segurados do Regime Geral de Previdência Social; e, na verdade, a Lei nº 8.112 é outro regime previdenciário. Essa também é outra contradição presente na proposta legislativa em tela.

Posto isso, queria chamar a atenção, a um ponto muito importante. Como já foi colocado, efetivamente, não existe a desproteção, ou seja, na medida em que estão protegidos pela legislação local, mas, mais do que isso, queria chamar a atenção a alguns pontos em relação à questão da proteção previdenciária de trabalhadores brasileiros no exterior.

O Ministério da Previdência Social vem tomando medidas para aperfeiçoar a proteção previdenciária de trabalhadores brasileiros no exterior e uma medida para a qual eu queria chamar muito a atenção é a questão da intensificação e ampliação dos acordos internacionais de previdência social. Hoje já temos acordos internacionais de previdência com Portugal, Espanha, Itália; esse ano entrou em vigor o acordo com Alemanha; ano passado, em março de 2012, entrou o acordo do Brasil com o Japão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Ontem votamos o acordo com o Canadá.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – Exatamente. Existem vários em tramitação: Bélgica, Canadá – Quebec –, França. Existem vários outros acordos que estão em fase de negociação ou aguardando assinatura. Por exemplo, não sei se vocês sabem, mas, na verdade, existe um texto, iniciamos um processo de negociação com os Estados Unidos. É claro que acordo internacional de previdência não depende exclusivamente do Governo brasileiro, depende também da outra parte. Mas, chamo atenção para o fato de que a gente já vem tomando medidas para aperfeiçoar a proteção previdenciária de trabalhadores brasileiros no exterior, obviamente incluindo não só os auxiliares locais, mas os brasileiros como um todo.

Por exemplo, só citar, esse acordo ibero-americano entrou em vigor em 2011 e engloba, atualmente, nove países, mas, num prazo curto de tempo, podemos chegar a 22 países. Essa é a meta desse acordo ibero-americano. Outro exemplo que vou colocar é que este ano foi iniciada a negociação com Israel, estamos fazendo uma negociação com os países de língua portuguesa e, também, iniciamos uma negociação com a Suíça. Só para citar um exemplo, de 2 a 6 de dezembro, a delegação suíça estará aqui para conseguir fechar um texto com a Suíça. Então, repito, o Ministério da Previdência Social já vem trabalhando no sentido de aperfeiçoar a proteção previdenciária dos trabalhadores brasileiros no exterior por meio dos acordos internacionais.

Na apresentação que eu trouxe, há várias informações em relação a esses acordos internacionais, mas no próprio *site* do Ministério da Previdência Social existem informações em relação a esses acordos, inclusive seus textos.

Há um ponto para o qual queria chamar a atenção em relação à legislação. Já foi colocado que é regido pela legislação local, mas, se houver alguma vedação legal para filiação na previdência local, ele pode se filiar ao Regime Geral da Previdência Social aqui no Brasil. Isso garante uma proteção.

Inclusive é o art. 9º do Decreto nº 3.048/1999, que é o Regulamento da Previdência Social, que diz:

Art. 9º São segurados obrigatórios da previdência social as seguintes pessoas físicas:

I – como empregado

.....g) o brasileiro civil que presta serviços à União no exterior, em repartições governamentais brasileiras, lá domiciliado e contratado, inclusive o auxiliar local de que tratam os arts. 56 e 57 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, este desde que, em razão de proibição legal, não possa filiar-se ao sistema previdenciário local.

É claro que esse artigo do decreto, obviamente, está vinculado à própria previsão na Lei nº 11.440.

Mas outro ponto para o qual eu queria chamar a atenção, talvez muitas pessoas não saibam, é que também nesse decreto, no art. 11 desse Decreto nº 3.048, está garantida a possibilidade de, em países com os quais o Brasil não mantém acordo internacional de previdência social, que eles possam se filiar ao Regime Geral de Previdência Social aqui no Brasil como segurado facultativo. O art. 11 traz as possibilidades de filiação como segurado facultativo e, em seu inciso X, diz que uma das possibilidades como segurado facultativo é o brasileiro residente ou domiciliado no exterior, salvo se filiado a regime previdenciário de país com o qual o Brasil mantém acordo internacional.

Então, repito, a gente tem alguns acordos internacionais, mas se for um país com o qual a gente não tem acordo internacional, ele tem a possibilidade de se filiar como segurado facultativo. Assim, claramente, pela nossa atual legislação existe essa proteção previdenciária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Dr. Rogério, só para não perder a questão da previdência.

Nesse caso, a contribuição é feita pelo empregador? É uma contribuição autônoma, espontânea do trabalhador lá que faz diretamente como um empregado autônomo? Qual é o tipo? Qual é a natureza? Porque, se ele tem um regime jurídico diferenciado, no caso da contribuição previdenciária, como é que funciona quando for no país, onde, claro, como o senhor explicou bem, não haja acordo bilateral?

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – Bom, sua duas situações. Obviamente, se for aquela situação em que ele não pode se filiar à previdência local por alguma vedação, ele é segurado empregado, ou seja, em sendo segurado empregado existe uma contribuição patronal e existe uma contribuição do segurado. Agora, se for o outro caso, em que não haja acordo e ele se filia como segurado facultativo, a contribuição é só do segurado; não existe contribuição patronal, porque é segurado facultativo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Para não criar... Exatamente, facultativo. E os limites são os mesmos, dentro do Regime Geral da Previdência Social?

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE – São os mesmos. E, como segurado facultativo, existem duas possibilidades: ele pode contribuir com 20% do seu rendimento, que pode ser considerada talvez uma alíquota alta, mas existe uma opção; o segurado facultativo tem ao seu dispor o que a gente chama de plano simplificado, que é uma opção em que ele contribui com 11% do salário mínimo, pela qual, claramente, ele vai ter direito à aposentadoria por idade, mas no valor do salário mínimo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Dr. Rogério, muito obrigada pela exposição.

Agora, antes das perguntas, vamos ter a Presidente Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro, Soraya Castilho, que tem a palavra.

O SR. SORAYA CASTILHO – Senadora Ana Amélia, muito obrigada por esta oportunidade de a gente estar aqui nesta Casa e trazer luzes aos parlamentares sobre a inexistência desse limbo jurídico alegado.

Como a senhora acabou de ler, eu represento a associação dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro. Reforço aqui uma observação do embaixador Borges do que é o serviço exterior brasileiro para que os parlamentares tenham uma noção clara sobre o que aqui está sendo pleiteado. O que está sendo aqui pleiteado é que haja uma equivalência dos direitos de pessoas que optaram por morar no exterior, como viver em Nova York.

A gente viu muita gente aqui, e a senhora até comentou sobre a fragilidade das leis trabalhistas, sobretudo nos Estados Unidos. E essas pessoas optaram por morar nos Estados Unidos e agora requerem os direitos do servidor público brasileiro.

Preocupa-me muito, Senadora, porque há outro PLS aqui, o PLS nº 143, é necessário dizer, que cria a carreira de contratado local, que entraria para o serviço exterior brasileiro. Seria o melhor dos mundos: ganhar como se servidor público fosse, entrar para o Ministério das Relações Exteriores sem concurso e morar em Nova York. Eu também gostaria. Acho que todos aqui têm ideia do que é a vida cigana que nos é imposta, como aqui já foi até falado. A cada três ou qua-

tro anos temos que ir para o exterior; os nossos filhos ora estão estudando, por exemplo, em Barcelona, em catalão, e depois têm que ir para o inglês ou francês, e isso tem um preço familiar. É bom, mas também tem um preço familiar.

O que eu acho que há aqui, e é uma pena que o vídeo tenha sido pouco, porque os poucos minutos do vídeo já me deixaram muito claro como a questão é tratada de forma equivocada.

Falou-se aqui também e aquele funcionário de Nova York falou em limbo jurídico, mas ele não cita o limbo jurídico. E eles falam que nos Estados Unidos há vários direitos que eles não têm, e depois eles falam dos direitos que eles querem no Brasil, mas, por exemplo, ele não fala que ele está em Manhattan, e ele não fala, por exemplo, que o Brasil é paternalista ao ponto de pagar para eles, porque os Estados Unidos não possuem um sistema de saúde, assim como nós temos – isso ele deveria ter falado também –, um seguro saúde caríssimo para eles que optaram por viver nos Estados Unidos, onde, todos sabemos, já foi falado aqui, a situação trabalhista não é igual.

Mas os funcionários locais, os auxiliares locais dos países nórdicos, onde a legislação trabalhista é muito forte, eles não têm interesse nisso. Então, o que me parece é que há um foco nesses brasileiros que optaram por morar nos Estados Unidos e talvez no Reino Unido e que agora querem os benefícios nossos aqui; o melhor dos mundos.

Eu queria só fazer um comentário que me preocupa realmente. Aqui foi colocado que eles não querem ser servidores públicos; então, não entendo por que o outro PL tramita nesta Casa criando a carreira de contratado local, com todos os benefícios e entrando para o serviço exterior brasileiro. Acho que há realmente outro equívoco, mas para ser aclarado em outro momento.

Agora, quanto à questão do Nepal, Senadora, eu acho que estão querendo colocar mais uma vez na conta do povo brasileiro, que paga imposto aqui, que paga imposto de renda aqui, estão querendo colocar na conta de nós que estamos no Brasil a decisão de eles irem morar no exterior. Quanto à questão do Nepal, eu pergunto: se a gente está em um País em que, na relação trabalhista, uma pessoa recebe, vamos supor, hipoteticamente falando, US$100,00 para ser um secretário, um auxiliar local, pagar US$3 mil é lesar o povo brasileiro, porque isso sai do nosso bolso.

Por que deveria a embaixada brasileira pagar salários estratosféricos? Isso se dá, Srª Senadora, na iniciativa privada, onde se visa ao lucro. Nós estamos falando aqui do povo brasileiro pagando os salários. Se a pessoa vive no Nepal, por circunstâncias ou por opção, se ela não está satisfeita com o salário que o Brasil pode lhe oferecer, se ela quer um salário de US$4 mil, e não o que ela recebe, que são os padrões normais, ela deve procurar a iniciativa privada. E todos eles podem fazer concurso.

A senhora aqui falou que ela já ficou muito tempo com plantão diplomático. Eu já fui Vice-Cônsul em, fiz por seis meses consecutivos o plantão diplomático. Não tem problema. Não recebo hora extra, por que deveriam receber? O que acho é que essa oportunidade que nos é dada aqui, e realmente foi louvável a iniciativa desta audiência pública, é para mostrar realmente que o Itamaraty precisa se repensar, precisa valorizar o serviço exterior brasileiro.

Nós temos aqui, lamentavelmente, não tenho milhares de pessoas, porque os oficiais de chancelaria não chegam a mil. Nós temos um decreto nas mãos da Srª Presidenta para ser assinado criando mais vagas. E a gente tem a preocupação dessas pessoas que têm, sim, a intenção em entrar para o serviço exterior brasileiro, até por conta do PLS 143, a gente a preocupação de que isso venha a criar um inchaço dentro do Ministério de forma desnecessária, porque nós já existimos lá dentro.

Ainda tenho mais um tempinho?

O que acho também , Srª Senadora, é que, quando a gente fala em limbo jurídico mais uma vez, eu me sinto até muito confortável em ter a última palavra, porque nós já tivemos aqui as manifestações do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência. Inclusive, nós estivemos reunidos com o Senador José Pimentel, que expressou – são palavras dele: “Entendo perfeitamente a situação, a rombo que isso criaria”.

Eu acho realmente que a oportunidade é para se repensar, sobretudo para nós internamente fazermos esse exercício de nos repensarmos como serviço exterior brasileiro. E os auxiliares locais que optaram viver nos Estados Unidos ou no Reino Unido podem também repensar a sua situação trabalhista. Não jogar na conta do povo brasileiro, que paga Imposto de Renda o ônus de agora eles quererem ter os benefícios que nós temos morando no exterior. Façam concurso, essa é a sugestão que dou. Façam concurso.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Essa é a Drª Soraya Castilho, Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro, uma audiência pública tem que zelar por um relativo equilíbrio das posições.

Então, em função dessa condição queria pedir à Cláudia Regina, que concluísse a exposição do vídeo. E eu darei cinco minutos à Drª Lilian Beatriz Maya, já que o Embaixador José Borges teve a assessoria

do Dr. Sérgio. Então, a senhora terá uma consultoria. Pode concluir.

Quanto tempo falta para finalizar o vídeo?

Vamos fazer metade do tempo que a senhora tem, porque há nove minutos no total. Então, a senhora tem cinco. Se a senhora preferir trocar os depoimentos por dez minutos a ela, então, faremos esse entendimento.

Então, cinco minutos para eles e cinco minutos para a Drª Lilian.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu peço, agora, que a Drª Lilian use da palavra por cinco minutos, por gentileza.

O SR. LILIAN BEATRIZ FIDELIS MAYA – Obrigada, Excelência.

Primeiramente, eu gostaria de agradecê-la por ter liberado a palavra.

Eu gostaria, Excelência, de dizer que o que o nobre colega disse, infelizmente, não é realmente o que o PLS 246 traz. Primeiramente, o PLS 246 não tem qualquer vício de iniciativa. Por quê? Porque nele não há qualquer aumento, qualquer criação de cargos e tampouco aumento de remuneração.

Os direitos pleiteados, como 13º salário, hora extra e os outros mais já falados aqui na audiência pública, não são considerados remuneração e, nesse sentido, não pode existir, não se pode dizer que estão pleiteando aumento de remuneração. Esses direitos pleiteados não são levados em consideração quanto ao pagamento de qualquer indenização, justamente porque não são remuneração. Esse é o primeiro ponto. Logo, ele não é inconstitucional. O nosso PLS, o PLS do Senador Sarney, é constitucional.

A lei do local da contratação está sendo estritamente respeitada, tanto que começa dizendo que será aplicada aos contratados locais a lei do local da contratação, quando não houver será aplicado tais e tais e tais direitos, garantidos no art. 7º da Constituição Federal, aplicado a todos os empregados – não servidores públicos, empregados – que prestam serviço no território nacional.

O próximo ponto: o PLS 246 não busca a inserção dessas pessoas como parte do serviço exterior ou como servidor público. Veja bem que o que se pede é a aplicação de alguns incisos do art. 7º que seriam garantidos a todos os empregados – não aos servidores. Os dos servidores são garantidos pelo art. 37, art. 40 da Constituição. Nós nem chegamos lá.

O único ponto é com a interpretação da Lei nº 8.112, mas não está sendo aplicado a eles, de maneira alguma, a Lei nº 8.112, até porque eles não prestaram concurso público, não vão prestar concurso público e não querem ser servidores públicos. Eles querem continuar sendo contratados locais respeitados pelo serviço que prestam, que é de assessoria – ou não vamos falar nem assessoria – de base para que o serviço exterior brasileiro seja bem feito lá no exterior.

Equivalência de direitos. Nunca se pode dizer que eles estão pleiteando equivalência de direitos.

Eu gostaria que se apresentasse a planilha. Por favor, olhem ali – isso já está disponibilizado para todos os Senadores. O chefe do posto recebe líquido US$18.135,00. O menor salário bruto de um contratado local é US$153,49. Ora, não vamos falar lá do chefe do posto, que realmente é um embaixador. Vamos comparar com os oficiais de chancelaria. Um oficial de chancelaria ganha US$7.970,00, líquido; essa é a média. A média do outro é US$285,85. Ora, falar que garantir a essas pessoas esses incisos é dizer que vai ter equivalência de direito?

É um absurdo, Excelência!

Outra coisa: fala-se de ter medo desse projeto que garante o mínimo a eles por conta de outro projeto que já não existe mais, que já foi abortado justamente porque era inconstitucional! Depois, em análise, em conversas aqui, vimos que não teria condição de ele ir para frente. Portanto, ele não existe mais.

Agora, resta a pergunta que eu gostaria de deixar para o MRE e para o Senado – desculpe-me, fiquei emocionada: será que o questionamento que a Srª Soraya Castilho deixou para que os servidores – servidores não –, para que os contratados locais, para eles repensarem se eles querem viver no exterior e, se eles estão insatisfeitos, que saiam da embaixada, é o tratamento que o Governo brasileiro dá aos empregados que prestam serviços para ele lá no exterior?

Desculpe-me, Excelência, só isso.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Não, obrigada pela sua manifestação. É legítima a demanda, e, aqui, todos, em um ambiente democrático, tem a sua manifestação. Então, respeitamos a sua emoção.

Nós, agora, vamos para o debate. Pelo Regimento, se tivesse havido uma citação, a senhora teria direito de fazer um comentário. Depois, quando chegar sua vez, a senhora faz o comentário.

Nós recebemos, pelo serviço do e-Cidadania 151 mensagens. Talvez seja a audiência pública com maior volume de participação. É evidente que não será possível atender a todas as perguntas, até porque, como autora e requerente, tenho alguns questionamentos à luz do que foi dito aqui, e eu começaria agora a fazer os questionamentos.

Eu queria perguntar ao Embaixador José Borges dos Santos Júnior: Uma lei que estenda, suplementarmente, aos auxiliares locais os direitos trabalhistas que estão sendo requeridos legitimamente poderia de algum modo ferir algum tratado internacional do qual o Brasil é signatário? Essa é a primeira pergunta.

A Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, estabelece que os contratados locais, as missões do Itamaraty e outros órgãos do Governo sejam regidos pelas leis trabalhistas vigentes nos países onde estiverem sediadas as repartições respectivas. Chegou ao nosso conhecimento que, na prática, o que ocorre é a aplicação da lei da conveniência, ou seja, vale o princípio segundo o qual o empregador decide o que é melhor para ele. Assim, embora os auxiliares locais trabalhem em solo brasileiro no exterior, eles – contradiz aqui o que disse o doutor, mas foi a Consultoria do Senado que me apresentou – não contam nem com a proteção das leis trabalhistas brasileiras nem com as estrangeiras, pois, quando esses auxiliares recorrem aos órgãos especializados para satisfazerem seus direitos trabalhistas, as missões de postos oficiais do Governo brasileiro no exterior escondem-se atrás da imunidade diplomática, dificultando a ação daquelas instâncias especializadas. É o que a Consultoria Jurídica está apresentando. E a pergunta, então, a propósito dessa, digamos, desse *caput* aqui, doutor: O PLS 246 pode efetivamente equacionar essa situação e, com isso, proporcionar melhoria das relações de trabalho?

Essa é a primeira questão. Como ela está muito objetivamente situada no campo da consultoria jurídica, eu passo a palavra ao Embaixador ou ao Dr. Sérgio, que é o especialista.

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Ele é o nosso especialista.

Se a senhora me permitir, vou passar então a palavra ao Dr. Sérgio.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pois não.

Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO MELO GUIMARÃES – É claro que nenhum tratado, nenhuma convenção pode ser descumprida.

Com relação ao ponto de que o Estado brasileiro tenha alegado imunidade de jurisdição, isso não é verdade. Enfim, os Embaixadores podem confirmar, se não me engano, existe uma circular postal, que é um expediente utilizado pelo MRE para instruir os postos a justamente não alegar a imunidade de jurisdição. A gente tem cumprido decisões judiciais no estrangeiro. Existe o cumprimento. Não tem sido alegada imunidade de jurisdição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agora, do ponto de vista da primeira pergunta, sobre a questão de isso poder ferir de algum modo tratado internacional do qual o Brasil seja signatário.

O SR. SÉRGIO MELO GUIMARÃES – Não, não pode de maneira alguma. Nenhum comportamento, seja aqui no Brasil, seja no exterior, pode ferir qualquer tratado. Mas isso não está sendo ferido, não está sendo descumprido.

O SR. EDGAR ROCHA (*Fora do microfone*.) – Só uma questão de ordem, Senadora.

Eu creio que a pergunta seja em relação a se a aprovação do projeto implica violação a algum tratado.

O SR. SÉRGIO MELO GUIMARÃES – Se a aprovação do projeto implicaria violação? Ora, eu diria que implicaria violação de soberania, porque a gente estaria impondo regras próprias do Brasil para outros países.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO MELO GUIMARÃES – Seria a Convenção de Viena. Exato. Estaria sendo violada a soberania.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu lerei algumas questões que o meu gabinete recebeu. Depois, as que a TV Senado tem.

Cláudia Carneiro, que é funcionária do Ministério das Relações Exteriores, fala em nome de outros funcionários.

Gostaríamos de saber por que o Itamaraty não paga os benefícios locais que são concedidos a todos os trabalhadores deste País. A título de ilustração, é sabido que todos os empregados no Reino Unido que trabalham na região central de Londres recebem mensalmente o que aqui é chamado de London Weighting ou London Allowance, ajuda paga pelos empregadores de empresas particulares e governamentais tendo em vista que o custo de trabalhar em Londres é superior ao de qualquer região do País.

Encaminhamos em anexo cópia dos holerites de empregados e funcionários das companhias particulares como Deloitte, Vodafone, assim como de companhias estatais como Royal Mail, NHS e Network Rail, confirmando o pagamento desses benefícios aos seus funcionários.

Por ser o Reino Unido regido por leis consuetudinárias, incluindo as leis trabalhistas, vimo-nos incapazes de provar ao Itamaraty, que não reconhece a lei consuetudinária, que tal benefício é de fato devido, razão pela encaminhamos as provas acima mencionadas.

Passo a palavra ao Embaixador.

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Acho que esse caso é muito específico. Nós teríamos

de examiná-lo. Realmente não temos nem conhecimento de pleito nesse sentido. Então...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Vou passar-lhe então...

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – ... a posição da Sílvia de Abreu, que fala pelos funcionários locais do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Obviamente nós teríamos de ter algum elemento que comprovasse que isso é um costume ou que está consagrado na lei consuetudinária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Também estão em anexo as informações que vieram dela.

A Srª Ana Paula pergunta para o Dr. Raul Capparelli e também para o Sr. Rogério Nagamine:

Somos aproximadamente quatro mil funcionários locais em embaixadas, consulados, missões, escritórios comerciais do Ministério das Relações Exteriores ao redor do mundo. Acreditamos ser maioria brasileiros, muitos com dupla nacionalidade [como foi visto aqui, há os casos de um boliviano e um português]. Nos Estados Unidos, o MRE informa aos recém-contratos locais e reafirma em contratos anualmente a inscrição no INSS. Nos dá o direito de usufruir apenas da aposentadoria. Está escrito nos contratos de trabalho.

Tive dois filhos e, mesmo sendo inscrita no INSS, fui impedida de tirar licença-maternidade pelo INSS. Não consegui na época nenhuma maneira de contactar esse órgão para pedir diretamente a minha licença; não recebi o meu salário enquanto estive afastada por dois meses apenas, sendo um deles de férias remuneradas e outro de licença de um mês oferecida pelo MRE.

Existe da parte do INSS alguma intenção de implementar um sistema de acesso fácil, on-line, pelo qual os brasileiros residentes no exterior e inscritos na Previdência brasileira possa acessar facilmente o órgão para saber sobre seus benefícios e acessar sua conta?

Temos sido lesados durante anos pelo MRE. Além do INSS, criar uma política de acesso fácil para os residentes no exterior. Existe de parte do Ministério do Trabalho alguma linha direta para reclamação? Como nós, brasileiros moradores no exterior, muitos contribuintes do INSS e servindo ao Governo brasileiro, poderemos ser ouvidos e protegidos pelo nosso País e ter o mesmo de utilizar um serviço pela qual pagamos – e pagamos o teto máximo?

Essa é pergunta da Ana Paula Chingas, funcionária local do escritório financeiro em Nova York, desde janeiro de 2005.

Então são duas questões para o Dr. Rogério e o Dr. Raul.

Antes de terminar, há um relato da funcionária Sandra Zampieri Grohmann, que aliás tive oportunidade de encontrar em um voo em uma viagem que fiz aos Estados Unidos.

Em 2010, quando engravidei, solicitei durante cinco meses diariamente à administração do posto [ela é funcionária local no Consulado Geral do Brasil em Atlanta] definição em relação à minha licença e ao salário maternidade. Por contribuir com o INSS, não me parecia justo abdicar dos benefícios de direito, pois, por exemplo, enquanto em países europeus a licença é remunerada para gestantes pode chegar a um ano, nos Estados Unidos, como previsto em nosso contrato, esse período é de apenas 30 dias. Depois de muita insistência, consultas à Previdência, advogados no Brasil e por graça do então chefe do posto, e em reconhecimento ao trabalho prestado, consegui, por fim, afastar-me por 120 dias, sem prejuízo financeiro. Infelizmente, igual tratamento não foi dispensado a uma colega do Consulado de Atlanta, sob a mesma chefia, que pôde gozar somente um mês de licença-maternidade.

Então, apenas como começo, queria a respostas dos senhores.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – Seria bom se a Senadora depois puder passar as cartas para analisar os casos, mas, como a gente já colocou, obviamente o padrão, a regra geral está vinculada à legislação local no que diz respeito à legislação trabalhista e previdenciária.

Como eu coloquei, existem, sim, países com os quais o Brasil não tem acordo internacional de previdência. Há a contribuição ao INSS como segurado facultativo. Obviamente se essa pessoa, se essa mulher contribuiu como segurada facultativa para cá, cumpriu as condições do ponto de vista de critério de elegibilidade e de carência do benefício – para o segurado facultativo existem alguns critérios de carência em relação aos benefícios –, não haveria nenhum problema. Tem-se de ver o caso dela. Pode ter sido um problema, por exemplo, de carência. Então, é difícil, sem maiores informações em relação ao caso, dar uma resposta, mas me comprometo a fazer uma análise com a carta.

Em relação à questão da existência de possibilidade de informação para ver o histórico de contribuição, sim, existe. No próprio *site* do Ministério da Previdência Social existe um serviço em que ele acessa o extrato previdenciário, ou seja, ele pode ver o extrato de contribuições dele junto ao INSS.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Está em uma conta, em um número? Como é o acesso, Dr. Rogério?

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – Ele vai ter de saber o NIT dele e vai precisar de uma senha para fazer o acesso a esse extrato de contribuições previdenciárias pela internet. Além disso, existem em alguns bancos – é o caso do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – um serviço chamado Extrato Previdenciário. Então, por exemplo, no Banco do Brasil, se procurar as opções, existe uma opção chamada Extrato Previdenciário. Nessa opção, ele vai ter o histórico de contribuição que está registrado na Previdência, o Cadastro Nacional de Informações Sociais. Então, certamente existem essas possibilidades para ver como está o histórico de contribuição, que está registrado nesse sistema de que falei, o Cadastro Nacional de Informações Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Doutor, a grande parte dos questionamentos está relacionada à Previdência, há questões sobre licença-maternidade, previdência, aposentadoria e, claro os demais benefícios que a Previdência oferece.

Também a Fernanda Martinez pergunta sobre essas questões que o senhor já mencionou.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – Eu só queria reforçar mais uma coisa que acho muito importante: a questão dos acordos de previdência. Hoje, com o processo de globalização, cada vez é mais comum que haja um trabalhador com contribuições em vários países. Então, é fundamental essa ampliação dos acordos internacionais para que ele possa totalizar os períodos de contribuições feitas em vários países. Isso é fundamental para a aposentadoria, para o que, normalmente, há carências maiores. Então, a possibilidade dos acordos e a totalização desses acordos via acordos internacionais de previdência são fundamentais para ampliar a proteção. Exatamente por isso a gente tem feito tantos esforços para ampliar os acordos.

Repito: em relação a esse caso específico, vamos analisar qual foi o problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço-o, Dr. Rogério.

Imagino que o Embaixador José Borges...

A questão é de um grupo de trabalho do Distrito Federal:

Os servidores do Consulado do Brasil em Ciudad Del Este são servidores públicos federais. Na verdade, o Ministério das Relações Exteriores deveria tê-los incluído na carreira específica, exatamente como fizeram os outros órgãos, inclusive o TCU. A lei permite que cargos extintos façam parte da nova carreira.

Dá para explicar essa situação?

O SR. EMBAIXADOR JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Eu tenho a impressão de que aí a pessoa misturou uma série de questões. Entre outras, está falando de servidores do Itamaraty, que fazem parte de outro quadro, o PCC/PGPE, e que não foram incluídos no serviço exterior brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Bom, então, está explicado esse questionamento.

O SR. EMBAIXADOR JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Na verdade, são carreiras que estão em extinção no Ministério das Relações Exteriores e para os quais não obtivemos mais autorização do MPOG para fazer novos concursos. Então, à medida que eles forem se aposentando, esses cargos serão extintos, mas eles mantiveram os mesmos direitos que os membros do Serviço Exterior Brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Bem, aqui também um *e-mail* que chegou por meio do Portal e-Cidadania, de João Melo, do Distrito Federal:

Sempre há também decisões que garantem que os contratos temporários sucessivos se transformem em contratos permanentes. Conheço casos de locais que, depois de três anos como temporários, pediram na Justiça local, e, ao ganhar, foram transformados em empregados permanentes.

Isso tem acontecido, ou confirma-se essa situação?

O SR. EMBAIXADOR JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Dr. Sérgio, talvez, possa nos auxiliar nisso, porque ele conhece as decisões.

O SR. SÉRGIO MELO GUIMARÃES – O que tem acontecido, enfim, é uma disputa jurídica. No mês de setembro, a AGU, nós conseguimos reverter um entendimento do egrégio Superior Tribunal de Justiça de reenquadramento de auxiliares locais que foram admitidos antes da Constituição de 1988. Então, inúmeros estão pleiteando enquadramento, mas agora, em setembro, conseguimos reverter um posicionamento – a propósito, por unanimidade. O STJ acolheu a nossa argumentação no sentido de que os auxiliares locais, por serem contratados precariamente, não preenchem os requisitos do ADCT do art. 19 da Constituição, de maneira que não teriam direito a esse enquadramento. Agora, como essa é uma disputa judicial, encontram-se inúmeras decisões judiciais para todos os sentidos. Então, eventualmente, encontramos esse tipo de situação, mas estamos recorrendo nas instâncias.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu lhe agradeço.

Quando fiz a pergunta ao Dr. Rogério sobre a questão da Previdência, porque ele falou da contribui-

ção facultativa, eu queria exatamente que ele tivesse explicado fazendo esta contribuição: se são garantidos a essas pessoas direitos previdenciários, todos, ou só a aposentadoria.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – É garantido o direito de todos os benefícios previdenciários dados ao segurado facultativo. Então, aposentadoria, certamente, sim; pensão, também, sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – E licença-maternidade?

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – Também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Também daria para o facultativo?

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – Também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Essa é uma informação importante.

A Soraya agora terá oportunidade de responder também ao questionamento da Drª Lilian.

Essa pergunta vem de Luiz Henrique Aroeira Neves, do Distrito Federal. A propósito do que disse a Soraya, ele diz:

Soraya, apenas os que vivem em países mais desenvolvidos têm a coragem de mostrar a cara. Os outros têm medo, ou em alguns países ganham tão mal que nem podem ter internet banda larga para acompanhar esta audiência.

Essa resposta eu li para aproveitar para contestar o que a Drª Lilian falou.

Por favor, tem a palavra.

O SR. SORAYA CASTILHO – Primeiro, eu queria só esclarecer, Drª Lilian, e aqui aos presentes, que não falo em nome do Ministério das Relações Exteriores. Eu falo como cidadã brasileira. Não falo nem como Presidente da Associação dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro. Falo como cidadã brasileira, que mora e paga imposto no Brasil.

Eu acho que seria muito injusto – porque foi esse o exemplo que eu dei do Nepal – obrigar o Governo a pagar mais, se as relações trabalhistas estão naquele nível. Parece discrepante, salta aos olhos de todos os Parlamentares? Sim, mas estamos falando da realidade do Nepal. Estamos falando, repito, de uma empresa, que visa ao lucro e que pode pagar salários estratosféricos. Se assim é, se as pessoas querem um salário melhor, eu, como cidadã brasileira, acho que elas deveriam procurar outro emprego. Se elas reclamam tanto do Brasil, porque, vejam, há muita reclamação de salários. Salário alto ou salário baixo não significa limbo jurídico. É a questão do salário. Limbo jurídico é outra coisa, que aqui não foi aprovada, lamentavelmente.

Eu até agradeço, mais uma vez, esta audiência pública, porque quem falou aqui foi um representante da AGU; quem falou aqui foi um representante do Ministério do Trabalho e outro do Ministério da Previdência. Todos foram unânimes em falar do vício de iniciativa, da questão de inexistir o limbo jurídico.

Então, em que pesem os pleitos dos contratados locais, inclusive até de hora extra, por fazer o plantão diplomático, que a gente faz como servidor público brasileiro sem cobrar; em que pesem essas considerações, acho que, sim, precisam repensar, mas preciso deixar claro: falei como cidadã brasileira, porque acho inadmissível jogar na conta do Brasil um aumento salarial porque o nosso é maior. A gente tem que praticar o que está no país, assim como o que se pratica em Cuba, o que se pratica em vários países.

Eu acho que há realmente que se repensar o Itamaraty, sobretudo o Serviço Exterior Brasileiro. São pessoas que estão aí há mais de 40 anos. O outro senhor aqui tem 76. Aqui, com 72, já estamos na "expulsória".

Realmente, acho que essa é uma oportunidade de se mudar o Itamaraty, e essas pessoas também vão ter a oportunidade de mudar, os mais novos, sobretudo.

Agradeço a oportunidade de esclarecer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Talvez, pela forma de a Soraya se apresentar, grande parte das mensagens são...

Aqui vem uma que faz um comentário. De Cristiana Lemos, mas não é minha parente. É Lemos, mas não é minha parente. Há uma repórter da TV Record, Cristina Lemos, que brinco que é minha parente. Mas não se trata da repórter Cristina Lemos. É Cristiana Lemos, do Distrito Federal.

Ela fez um comentário: "Duvido que no Nepal tenha algum funcionário local brasileiro. Duvido", diz Cristiana Lemos.

O SR. SORAYA CASTILHO – Eu desconheço essa informação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Para a Soraya, de Luiz Henrique Aroeira Neves, daqui, dos direitos trabalhistas locais do Serviço Exterior Brasileiro:

A senhora disse que queremos o melhor dos mundos, por exemplo, o caso do funcionário em Londres, que teve INSS descontado a vida toda, e depois o Ministério das Relações Exteriores não depositou o que devia.

A senhora que falou aqui disse que ela não teve direito.

O SR. SORAYA CASTILHO – Isso aí é erro trabalhista, e não limbo jurídico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – "A senhora só fala em Manhattan, mas temos também Haiti e Moçambique", diz ela aqui.

O SR. SORAYA CASTILHO – Conheço muito bem Maputo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Também vem aqui a questão do plantão, sobre o que ela diz: "Isso mesmo".

Comentário de Aline de Souza, de Brasília: "Isso mesmo. Os servidores do Serviço Exterior Brasileiro fazem plantão por 24 horas e não recebem extra por isso. Por que os locais deveriam?" Isso é Serviço...

O SR. SORAYA CASTILHO – Exterior Brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Que é o da diplomacia?

O SR. SORAYA CASTILHO – Isso, que é grupo diplomacia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Da área da diplomacia. Então, "por que os locais deveriam seguir, fazer..." É da mesma pessoa.

Vamos ver outra questão.

Aqui vem, de Suzane Coque: "Os salários dos auxiliares locais são reajustados a cada cinco, seis anos. Como explicar isso? E nunca há reposição de perdas. Aumentos reais nunca existiram".

Como ela fez duas perguntas, vou fazer uma segunda pergunta. De Viviane Santana: "Por que os funcionários locais não podem ter o adicional de férias e décimo terceiro"?

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Se a senhora me permitir, vou pedir auxílio ao chefe do Departamento de Administração, que cuida desse tema e que, talvez, possa explicar a questão dos reajustes salariais.

Mas eu até, talvez, possa me antecipar. Nós cumprimos sempre o que está previsto na legislação local. Se existe um índice de reajuste oficial, divulgado dentro de certa periodicidade, basta que isso nos seja informado, e nós damos o aumento correspondente. Isso não se põe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Embaixador.

Eu queria fazer uma pergunta à Claudia Regina. Aqui a gente está vendo uma diferença de funcionários locais de algumas regiões do mundo, de países em relação a outros. Quantos funcionários locais brasileiros existem no mundo inteiro? A senhora tem esse dado?

O SR. CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – Nós temos uma ideia de que chega a quase 4 mil funcionários.

Nós pedimos essa informação ao ministério. Já há dois anos nós vimos pedindo essa informação e nunca nos foi dada, mas estimamos em 4 mil funcionários locais no exterior.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Desses 4 mil, quantos estão filiados à Aflex?

O SR. CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – Mais da metade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Mais da metade.

Nesses outros países onde a legislação previdenciária e trabalhista é, digamos, muito mais ampla do que a concedida no Brasil, essa demanda...

O meu questionamento é o seguinte: vamos admitir que o projeto do Senador José Sarney seja aprovado. Vamos admitir que aconteça isso. Aquelas pessoas que estão servindo na Suécia ou na França vão passar a receber o tratamento igual ao que é servido nos Estados Unidos?

O SR. CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – Não. O projeto, na realidade, mantém o que é dado pela lei local. Ele só oferece, subsidiariamente, o mínimo da lei trabalhista brasileira. É o mínimo, é em países onde não existe...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Então, nós teremos duas categorias de servidores: aqueles que recebem um benefício maior, do ponto de vista de direitos trabalhistas; e outros que recebem um tratamento menor do ponto de vista dos direitos trabalhistas.

O SR. CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – Não, porque, no caso, por exemplo, da Suécia, eu acredito que o que é oferecido aos funcionários locais lá é melhor do que esse mínimo que estamos querendo estipular. Então, esse mínimo seria oferecido em países onde o direito é consuetudinário, onde existe a *common law*, que são os países em que afirmamos que há um limbo jurídico, porque como o hábito do lugar não é cumprido pelo ministério, que entende que o cumprimento daquilo ali não é obrigatório, ele não faz. E, com isso, esse cidadão, esse trabalhador fica à mercê do limbo. Não existe...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Então, ele não recebe o benefício da lei local.

O SR. CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – Não recebe. E o exemplo disso é o que a Soraya comentou, que eu gostaria de responder, que é interessante. Nós temos de falar de ônus e bônus.

Eles nos afirmam que nós queremos ser funcionários públicos, o que não é verdade. Mas, ao mesmo tempo, querem nos dar o tratamento do funcionário público, quando nós temos de atender o plantão telefônico 24 horas. Ora, se nós não somos funcionários públicos, e o funcionário público está a serviço do Governo brasileiro no exterior e não pode receber hora extra,

nós como contratados locais devemos receber a hora extra do país como o país estipula, e isso não é feito.

Inclusive, eu queria citar aqui o caso de itinerantes, que é quando o consulado vai para cidades menores para servir aquela comunidade, o funcionário local é arregimentado para ir e não recebe pelas horas trabalhadas. Ele só recebe uma diária que paga hotel e alimentação.

E agora bem recentemente eu soube que é dado um documento que o funcionário local tem de assinar, como voluntário, de que ele está indo para aquele local. E sabemos que isso não é um trabalho voluntário; a pessoa está indo porque ela está a trabalho daquele consulado e daquele posto.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço e passo a palavra...

Em relação à pergunta do número desses funcionários locais ao embaixador.

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Se eu pudesse passar a palavra ao meu colega Ricardo Pasiani, que é quem gere essa unidade de recursos humanos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – De recursos humanos.

Eu já faço então...

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Especificamente nessa área de contratados locais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agora eu já pergunto sobre essa questão. É uma área trabalhista.

A pergunta vem de Viviane Jones, do Rio de Janeiro.

Por que o Consulado-Geral do Brasil, em Sidney, na Austrália, não possui departamento de recursos humanos?

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – A Viviane Jones, na verdade, é uma contratada local em Sidney.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Em Sidney. (*Risos.*)

Então, ela diz que não possui departamento de recursos humanos.

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – E está disfarçada de moradora do Rio de Janeiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Está bom, então. Ela colocou como Unidade da Federação, Rio de Janeiro.

O SR. CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – Ela é do Rio de Janeiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Ela é do Rio de Janeiro.

Então, vamos à pergunta, ao questionamento.

O SR. RICARDO FAGAN PASIANI – Bom dia, Senadora.

Meu nome é Ricardo, eu sou Chefe Interino do Setor de Contratados Locais do Ministério das Relações Exteriores, sob a chefia do Embaixador Storani.

Primeiramente, sobre essa questão de percentual, 35% da força de trabalho de auxiliares locais no mundo seriam preenchidos por brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Quanto?

O SR. RICARDO FAGAN PASIANI – Trinta e cinco por cento.

Então, de brasileiros, no mundo, 35%; nos Estados Unidos, em contrapartida, 90%. Então, são 90% de brasileiros contratados locais nos Estados Unidos, enquanto, no mundo, são 35% da força total de trabalho.

E o foco da Aflex é nos Estados Unidos. É uma realidade. Parece-me que a Aflex tem um *modus operandi*, uma finalidade que é bastante restrita ao contexto norte-americano. Existem mil – mil, não. Perdão. Força de expressão –, mas muitos outros países com muitas outras legislações de direitos trabalhistas e previdenciários que, falando em termos administrativos, que é o que fazemos no setor, fica muito difícil de operacionalizar tantas legislações em tantos países no mundo.

Reitero, por exemplo, na verdade, um ponto que é o nosso pressuposto, o nosso princípio: vige a legislação do local em que é celebrado o contrato. Esse é o nosso pressuposto.

Existe uma exceção, que é a exceção previdenciária. Essa exceção previdenciária nos causa um transtorno tão grande para operacionalizar. É tão difícil operacionalizar isso aí que nós nos desdobramos absurdamente.

O Embaixador Storani, ano passado, em 2012, conseguiu 50 milhões para que nós regularizássemos grande parte desses passivos previdenciários com INSS no mundo. E, aí, é uma coordenação extremamente difícil de MRE, INSS, Receita Federal.

Então, operacionalizar essa exceção já nos causa um transtorno, e nós nos desdobramos. Agora, eu não consigo imaginar como seria, por exemplo, um 13º. Lá na Coreia, existe o equivalente ao 13º, que é o ano lunar de alguma coisa; em Ramalá, há um benefício de Ramadã. São equivalentes ao 13º, equivalentes.

Como aferir isso? Na verdade, é difícil aferir. Então, partiríamos do pressuposto de que vigeria o 13º ou outro. Tudo bem. É um ou outro. Isso aí teria de ser aferido. Agora, e se essa pessoa que tem direito a entrar na justiça, em razão do que o Dr. Sérgio disse, entra na justiça pedindo os dois? Ela provavelmente ganhe, porque são equivalentes apenas. Então, eu só

quero explicar que isso operacionalmente é uma situação que eu não consigo imaginar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agora, uma informação.

O senhor falou dos percentuais: 95% nos Estados Unidos dos locais e 35% do resto nos demais países em que há o serviço nos consulados ou onde temos embaixada. Mas e o número absoluto?

O SR. RICARDO FAGAN PASIANI – Em torno de 4 mil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Quatro mil servidores.

Aqui, vem de Luiz Botero, de Minas Gerais.

Não trabalha na embaixada. (*Risos.*)

Teria alguma justificativa não garantir os direitos mínimos trabalhistas consagrados nas leis brasileiras aos funcionários locais contratados pelo Governo brasileiro nas embaixadas e consulados?

Pergunto para o Raul Capparelli, que é do Ministério do Trabalho.

O SR. RAUL CAPPARELLI VITAL BRASIL – É justamente pelo fato de eles terem sido contratados pelas embaixadas localmente que, no nosso entendimento, seria pela lei local.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço.

Felipe Mota, do Rio Grande do Sul, meu Estado.

Sabendo-se que a Comissão de Relações Exteriores é responsável pela aprovação de embaixadores que representam o Brasil no exterior, eu gostaria de saber se, durante a sabatina, é enfatizada a importância das boas práticas de relacionamento profissional no ambiente de trabalho?

Acho que é um comentário que ele está fazendo para o qual não cabe pergunta.

Se o senhor quiser dar uma resposta ao Felipe Mota, meu conterrâneo gaúcho, por favor.

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – O respeito mútuo e a boa convivência é uma das coisas enfatizadas pelo nosso Ministro de Estado no relacionamento dentro de qualquer repartição do Ministério das Relações Exteriores no mundo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Embaixador, o Felipe também fez uma pergunta aqui: "Por que a Embaixada do Brasil em Londres não observa, com a exceção do Sete de Setembro, os demais feriados nacionais na República Federativa do Brasil? (*Risos.*)

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Na verdade, as nossas repartições respeitam não só os feriados locais como também aqueles feriados oficiais brasileiros. Todos eles são...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Iara Spinelli Cruzal, do Rio de Janeiro:

Gostaria de saber por que eu trabalho oito horas por dia e alguns de meus colegas podem trabalhar seis horas por dia. Por que existe essa diferença entre contratados locais aqui no Consulado em Londres?

O SR. EMBAIXADOR JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Nós teríamos que verificar os contratos. Eu não tenho como responder sem ver o que está estabelecido no contrato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Cláudia Carneiro, de São Paulo:

Por que o Ministério das Relações Exteriores não paga aos contratados locais da Embaixada e Consulado Brasileiros em Londres os benefícios que todo trabalhador ganha no Reino Unido? Exemplo: London Weighting, ajuda-transporte, vale-alimentação, bônus, contribuição para o fundo de pensão, etc.?

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Essa foi aquela pergunta específica que a senhora já me passou, e nós vamos verificar se há fundamento legal para examinar isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Rafael Neto, de São Paulo:

Os contratados locais nos Estados Unidos muitas vezes trabalham lado a lado com os funcionários públicos, executando as mesmas funções (ou até funções mais elaboradas), mas recebem uma fração ínfima do salário do pessoal do quadro, e nenhum benefício. Nada justifica este abismo!

Queria saber qual o comentário do Embaixador.

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – O salário dos contratados locais são estabelecidos pelas práticas do mercado local. E no caso dos membros do Serviço Exterior Brasileiro, eles recebem salários estabelecidos pelas leis brasileiras. Quer dizer, as pessoas que se acham injustiçadas podem fazer concurso e passar a receber os salários do Serviço Exterior Brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Sônia Regina, de Santa Catarina:

O Ministério das Relações Exteriores alega que segue as leis trabalhistas locais, mas, nos Estados Unidos, país de common law, a mesma é utilizada para que nada seja oferecido aos contratados locais – e o que se vê são baixíssimos salários, ausência de bônus, nenhuma negociação contratual etc. Chega de injustiça!

É o que ela diz.

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Acho que é mais um comentário, um desabafo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É, um comentário.

Elaine Aparecida, de Santa Catarina, de onde é o Relator do projeto aprovado lá na Comissão de Assuntos Sociais, Senador Paulo Bauer, que está acompanhando a audiência, hoje aqui, com atenção. Disse a Elaine Aparecida:

Nos Estados Unidos, as leis trabalhistas são pouquíssimas e o Ministério das Relações Exteriores se aproveita deste fato para oferecer o pior aos contratados locais, destoando das práticas comumente adotadas por empregadores naquele país. Este Projeto de Lei é uma necessidade urgente e questão de dignidade!

O SR JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Senadora, se a senhora me permite este comentário, nossos contratados locais, de forma geral, são excelentes funcionários, contribuem muito para o trabalho das nossas embaixadas no exterior. Agora, a questão de que eles não recebem o mínimo estabelecido pela legislação local intriga-me muito porque os nossos processos seletivos são muito concorridos e as pessoas permanecem nesse emprego por muito tempo em mercados onde há uma diversidade de oferta de emprego. Quer dizer, as pessoas optam por permanecer nos seus empregos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Sabrina Schmaedecke, de Santa Catarina, pergunta: "Quando o Projeto de Lei do Senado 246 será votado?".

Isso depende agora de passar na Comissão de Relações Exteriores, que é a última instância aqui no Senado Federal.

Como ela já fez várias perguntas, vou passar para outra, casualmente um conterrâneo meu.

Leonardo Seger: "No exterior, o Brasil começa com a gente. Exmos Senadores, contamos com seu apoio para recuperar um pouco da nossa dignidade!"

Ele é trabalhador também.

Viviane Diniz, de São Paulo: "Trabalhamos em território brasileiro...

Isso já contestado aqui pelo Dr. Sérgio.

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Eu acho que isso foi contestado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Exatamente.

Continuando: "Trabalhamos em território brasileiro, representamos o Brasil no exterior. Funcionários locais precisam gozar dos devidos direitos trabalhistas."

A Marilyn Bibiane Gatica, de São Paulo também: "As empregadas domésticas têm os direitos trabalhistas garantidos pela CLT [obviamente correto]. Por que os funcionários locais brasileiros, trabalhando para o governo brasileiro, não têm?"

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Não, eles têm garantidos os direitos estabelecidos na legislação local.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Embaixador, veja só como é incrível: há brasileiros espalhados pelo mundo todo.

Do Acre, Estado do nosso colega Jorge Viana, Senador Petecão e Senador Anibal Diniz, diz o Valter Carvalho Leão:

Lamentável que brasileiros que prestam serviços nas embaixadas e consulados no exterior, dedicando, muitos deles, 20 ou 30 anos de dedicados empenhos em suas tarefas, não recebam de seu País os direitos que a nossa Constituição assegura.

E aí vem, também pedindo apoio ao projeto, Silvia Helena do Amaral Engler, de São Paulo:

Qual o interesse do Sinditamaraty e da ASOF de estarem presentes na audiência pública uma vez que, como funcionários públicos, eles já possuem os seus direitos trabalhistas assegurados, enquanto os auxiliares locais nada têm?

Passo para o Alexey.

O SR. ALEXEY VAN DER BROOCKE – Simplesmente porque fomos chamados a opinar. Este é um assunto que trata dos interesses também dos servidores do Ministério das Relações Exteriores e aqui estamos para colaborar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – (*Fora do microfone.*) – Gostaria de falar mais uma vez.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu já lhe passarei a palavra.

Você foi citada?

O SR. SORAYA CASTILHO – Isso.

Realmente pode parecer que não há nada a ver, mas há sim. Como eu falei, havia outra iniciativa dos contratados locais de entrarem sem concurso público – era outro projeto, o PL 143 –, como servidores, criando a carreira de contratados locais. Isso vai de encontro aos interesses dos oficiais de chancelaria. Por isso estamos aqui. Fizemos esse trabalho anterior.

Eu acho que o penúltimo orçamento da Esplanada é o do Ministério das Relações Exteriores, Senadora, e olha que a gente tem esse pessoal todo no exterior. Se já é difícil a gente ter aumento, imagine o rombo que criaria agora, entrando essas pessoas para o serviço exterior brasileiro, morando no exterior! E a nossa função aqui era mostrar que inexiste limbo jurídico. O que eu vejo aqui são questões trabalhistas e não limbo jurídico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu lhe agradeço.

Passo a palavra à Claudia Regina para fazer sua manifestação. Depois, cada um falará por dois minutos para o encerramento, porque penso que as questões estão se repetindo, as questões são muito vinculadas à Previdência. Foi falado muito sobre Previdência, a questão do contrato de trabalho e do direito assegurado.

O projeto estabelece as regras para isso. Então, caberá ao Senador Ricardo Ferraço, que é o Relator da matéria aqui na CRE, a responsabilidade de elaborar o seu relatório.

Como eu disse no começo desta audiência, acompanha a audiência o técnico legislativo Antonio Ostrowski, que já fez também o acompanhamento na tramitação da matéria na Comissão de Assuntos Sociais.

Então, passo a palavra à Claudia Regina. Como é a primeira agora, depois seguimos pela ordem dos demais.

O SR. CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – Obrigada, Senadora.

Bom, eu vou afirmar mais uma vez que os contratados locais não querem ser servidores públicos e nunca pleitearam isso. E gostaria também de informar que eu discordo do que o Embaixador Borges comentou, que as leis locais são cumpridas. Tanto não são cumpridas que nós mostramos no vídeo um motorista de Atlanta falando das horas extras.

Nos Estados Unidos, por exemplo, é obrigatório o empregador pagar as horas extras. O MRE só paga, eu acredito, 20% do total das horas extras trabalhadas no mês, mas exige que aquele funcionário cumpra, fora do horário comercial, outras tarefas. E essas horas não são pagas, são trocadas por hora de folga, quando acontece. Então, significa que um funcionário pode trabalhar de 3h da manhã às 5h e vai receber, num dia normal, a folga. Isso não é correto e prova que não é cumprido no exterior.

Outra coisa que eu quero dizer, principalmente para os meus colegas Alexey e Soraya, é o seguinte: nós trabalhamos ombro a ombro no exterior como uma equipe, e uma das coisas que eu tenho conversado – e estou falando agora com os contratados locais que estão no exterior – é que a gente não tem que criar clima de animosidade, porque o que nós estamos fazendo no exterior é servindo ao Governo brasileiro e, principalmente, servindo ao brasileiro que vai lá bater à porta e pedir ajuda. Eu sei disso porque eu sou testemunha, fui a várias prisões. Então, falar que nós queremos o melhor dos mundos não é verdade. Nós não temos mundo e, por isso, tantas perguntas e tanto envolvimento dos funcionários locais, porque é assim que nós nos sentimos.

Pedimos o apoio dos Senadores desta Comissão, do Relator Ricardo Ferraço, porque isso que estamos pedindo é o mínimo. Estamos pedindo dignidade, porque representamos o Governo brasileiro no exterior e precisamos pelo menos de dignidade. Quem tem a ganhar com isso tudo é o Brasil, é o país, porque nós estamos ali servindo.

A pessoa que chega ou uma autoridade, a princípio, não sabe quem é o diplomata, quem é o contratado local. Nós todos estamos ali falando a mesma língua. Sou a favor de um trabalho de equipe, que seja coordenado para que a imagem do Brasil no exterior seja a melhor possível. E o Brasil hoje, no cenário mundial, está muito valorizado e temos que trabalhar em conjunto para que essa imagem do Brasil fique cada vez melhor.

Gostaria de agradecer ao Senador Paulo Bauer, que tem se empenhado, que foi Relator do projeto do José Sarney na Comissão de Assuntos Sociais. E quero dizer que a nossa causa é justa, o projeto é objetivo e supre emergencialmente as necessidades da classe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada Claudia Regina.

Agora, pela ordem das exposições, vou fazer o inverso, começando pela minha esquerda. Para fazer a conclusão, dois minutos, para cada um dos expositores, começando pelo Sr. Raul Capparelli Vital Brasil, que é auditor fiscal do Ministério do Trabalho.

O SR. RAUL CAPPARELLI VITAL BRASIL – Senadora, só mais uma vez agradecendo o convite e dizer do nosso respeito pela demanda da associação. Acho que muitas das perguntas são reclamações quanto a direito trabalhistas locais, que não recebem direito e, como já tinham feito aquela pergunta, só vou deixar o meu *e-mail* de contato, caso alguém queira fazer algum tipo de sugestão ou comentário, que darei encaminhamento no Ministério do Trabalho: raul.brasil@mte.gov.br.

Obrigado Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada. Passo a palavra ao Dr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – Para terminar, realmente concordo com o que foi dito aqui que realmente inexiste essa questão de língua jurídica, na medida em que os austeros locais são regidos pela legislação local e também há, no caso de vedação de filiação à previdência local, existe realmente a possibilidade que ele se filie ao regime geral de previdência social.

Então, de certa forma, já foi colocada a contradição de tentar impor a legislação brasileira, se eles são regidos pela legislação local, essa é uma contradição, bem como a contradição de fazer a regulamentação

pela 8.112 quando, na verdade, se trata de um regime previdenciário diferenciado do regime geral.

Quero também reforçar realmente a nossa preocupação.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI – Temos uma preocupação muito grande com a questão da proteção social e, para isso, estamos investindo tanto na questão dos acordos internacionais naqueles países em que não há possibilidade de totalização dos períodos de contribuição; e, naqueles onde não há acordo, como coloquei, há a possibilidade de contribuição como segurado facultativo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada.

Com a palavra Soraya.

O SR. SORAYA CASTILHO – Só queria falar sobre essa questão de dignidade e lembrar que o Ministério das Relações Exteriores, nos Estados Unidos, paga o seguro– saúde caríssimo.

Então, acho que a questão da dignidade é outro pleito, outro questionamento. O que valeu aqui é que ficou provada a inexistência do limbo jurídico. Espero que os Srs. Senadores usem das explanações do Ministério da Previdência, do Ministério do Trabalho e do representante da AGU, inclusive sobre a questão do solo, se é brasileiro ou não.

Acho que foi muito profícua essa oportunidade que a Senadora trouxe ao Brasil para resolvermos essa situação de uma vez por todas.

(Soa a campainha.)

O SR. SORAYA CASTILHO – Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço à Srª Soraya Castilho, que é Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria, do Serviço Exterior brasileiro.

Passo a palavra agora ao Embaixador José Borges dos Santos Júnior, que é Subsecretário-Geral do Serviço Exterior.

O SR. EMBAIXADOR JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – Muito obrigado Senadora. Gostaria só de enfatizar dois pontos que considero importantes. Primeiro, da determinação do Itamaraty de trabalhar sempre no sentido de aperfeiçoar as práticas as administrativas voltadas à gestão dos nossos contratados locais, que são bons funcionários, que nos prestam serviços relevantes e a quem somos muito reconhecidos.

Agora, é óbvio e espero que tenha ficado claro, que temos que agir nos limites estabelecidos pela legislação local. Isso para gente é muito claro.

A outra coisa é enfatizar que as nossas portas estão abertas. Em nenhum momento a gente se negou a dialogar com Aflex ou com os demais funcionários que compõem o nosso quadro de oficiais locais no mundo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada Embaixador José Borges dos Santos Júnior.

Passo a palavra ao Alexey van der Broocke.

O SR. ALEXEY VAN DER BROOCKE – Reitero o agradecimento pela participação do Sinditamaraty nesta discussão, mas quero que as pessoas entendam que essa situação deveria estar, neste momento, sendo discutida no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e, daí, partindo do entendimento comum, trazermos então ao Legislativo. E não querer impor uma situação que pela forma que considero bastante questionável – aspas –: “imposta”.

Então, agradeceria que os Senadores repensassem e que a própria Aflex repensasse. Acho sim, por experiência própria, que a Aflex deveria, nos Estados Unidos, formar um sindicato entre os contratados locais e aí então levar seus pleitos para junto do Estado...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXEY VAN DER BROOCKE – ...americano pudesse impor os seus questionamentos.

Agora, uma coisa que me impressiona sobremaneira é que citamos o Sindnações, para nós um exemplo de como se deve fazer, trazer as suas questões, criar um sindicato e procurar junto às embaixadas. Só que esse Sindnações ainda não encontrou um interlocutor. Hoje tive o prazer de o representante da Previdência Social chegar e me dizer; “Avise-os para que venham me procurar para regularizar a situação”. Simplesmente não ouvi uma pergunta quanto à existência das necessidades do Sindnações.

A exemplo do que a nossa querida Presidente da Aflex fez com relação ao fato de que neste País, e isso está na exposição de motivos do PLS nº 246, é inadmissível, é odiosa a situação, ninguém relevou a existência do Sindnações, que são os contratados locais no Brasil; são os contratados locais que estão trabalhando pelas embaixadas estrangeiras no Brasil, que são pessimamente tratados. Não é geral, mas há casos absurdos que deveriam ser vistos sim. Essa discussão deveria ser ampliada, deveria ser discutida mas, num primeiro momento, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

Gostaria que isso fosse relevado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada Alexey.

Passo a palavra à Claudia Regina.

O SR. CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – Obrigada Senadora.

Gostaria de dizer esse projeto, a ideia da Aflex não foi impor nada.

Estivemos no Ministério das Relações Exteriores e fui recebida pelo Embaixador Storani, neste ano, mas tentamos, antes disso, por várias vezes, sermos recebidos para conseguir expor a nossa situação.

A princípio, a Aflex não foi recebida, porque não era uma associação e, sim, um movimento que gostaria de conversar; e não nos receberam. Agradeço ao Ministério, porque a Aflex foi criada pelo Ministério das Relações Exteriores, que não aceitava receber uma representação que não fosse oficializada e nos deu a ideia de criar a associação.

Gostaria de responder a resposta da Soraya sobre o seguro-saúde, que é um caso interessante, porque nos Estados Unidos os hospitais são caros...

(Soa a campainha.)

O SR. CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – ...e não tem medicina socializada. Por isso temos direito ao seguro saúde.

Gostaria só de mencionar esse edital da Embaixada do Brasil em Washington, lançado esta semana onde um auxiliar local inicial ganha o salário base de US$2.400, só que se esqueceram que existem cinco funcionários auxiliares locais, da mesma categoria, trabalhando um deles há 35 anos, cujo salário básico continua sendo US$2.200.00. E eles lançam o edital começando com US$2.400,00.

Então, há essas discrepâncias e essa falta de critério. Eu recebi isso ontem, por isso que eu estou com esse impresso na mão. Por que começa um salário base se há funcionário que está há 35 anos e não tem aumento? Há outros estão há cinco e não têm aumento? Então, essa insegurança nos deixa no que a gente chama de limbo, porque não há um critério a ser seguido.

Eu gostaria de perguntar ao Embaixador Borges sobre isso, porque isso me chegou ontem por contratados locais da Embaixada em Washington.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu passo a palavra ao Embaixador para responder o questionamento da Claúdia Regina.

O SR. JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR – O cerne da questão ai, Senadora, é que os nossos auxiliares locais desempenham uma serie de funções diferentes. Tem o pessoal de apoio que trabalham como arrumadeiras nas residências, cozinheiras, assistentes técnicos.

Então, é impossível se estabelecer um teto, um peso mínimo para todas essas categorias; eles não são uma carreira em si, quer dizer, eles prestam uma série de serviços e é impossível você estabelecer o mesmos teto para todas essas categorias. Agora no caso específico de Washington, houve a preocupação do Embaixador em Washington de nos pedir a equiparação dos que estavam abaixo desse piso para que não houvesse essa discrepância. Isso foi feito e foi autorizado.

O SR. CLAUDIA REGINA SIANO RAJECKI – Excelente saber.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço a todos.

Antes eu quero fazer uma referência pela forma com que Alexey falou da ...

Eu não entro no mérito do projeto do Senador José Sarney. Como Senadora, eu tenho a obrigação de dizer Alexey que, em um regime democrático, a função do legislador, como diz a palavra, é legislar, fazer leis que podem ser boas para uns e não tão boas para outros. E a Casa tem a obrigação de estabelecer o equilíbrio nas legislações propostas; por isso que os projetos passam, não só por uma, mas por várias comissões, para ver a questão da constitucionalidade, para ver os seus aspectos de impacto econômico, na Comissão de Assuntos Econômicos, e assim sucessivamente Alexey.

Então, projetos podem aparecer e todos, de qualquer natureza, serão sempre democráticos, independentemente de você questionar o mérito da proposição.

Então, como estamos em uma democracia e esta é uma Casa democrática – o Congresso Nacional existe porque existe democracia –, quero dizer que a iniciativa do Presidente José Sarney, a despeito de discordâncias, têm de ser respeitado, assim como o trabalho feito pelo demais Senadores.

A minha missão aqui, como eu esclareci no requerimento, era trazer à luz um tema polêmico que envolve questões de legalidade, questões do Direito Internacionais, questões do relacionamento diplomático. No caso muito citado aqui da previdência social, há várias situações onde existem, como disse o Dr. Rogério, acordos bilaterais. Eu cito isso, porque eu pedi e fui relatora do acordo Canadá, Brasil/Canadá na Previdência. E já existem vários com outros países para se estabelecer o equilíbrio. E o caminho para se dirimir todas as dúvidas em qualquer matéria é sempre, primeiro, uma audiência pública, e depois o entendimento e o diálogo. É esse que eu, como Senadora no primeiro mandato, acredito ser o caminho mais efetivo e mais adequado no nosso sistema brasileiro.

Então, defendo o direito de o Senador apresentar a proposição, de que não discuto o mérito, mas apenas a circunstância da autoridade do regime democrático.

Ao fazer isso quero dizer que todas as 114 cartas que o meu gabinete recebeu foram todas respondidas, informando que haveria hoje essa audiência pública.

Para todos aqueles que enviaram as 151 perguntas, informo que eu vou tomar a liberdade de entregá-las ao Embaixador, para que se possa dar uma resposta, em conjunto, para cada uma delas. Isso seria, penso, um serviço de extrema valia do ponto do diálogo democrático. Não tenho dúvida de que o Itamaraty fará isso, porque tem uma excelente assessoria para prestar esses serviços e oferecerá uma resposta à altura.

Já entreguei ao Dr. Rogério um questionamento que se referia à Previdência. Ele vai prestar a informação. Se tiver dúvida quanto à identificação, como o gabinete recebeu, a gente pode encaminhar à pessoa interessada e também ao Dr. Raul Capparelli.

Então, renovo aqui o agradecimento, em nome do Presidente desta Comissão, o Senador Ricardo Ferraço, ao Embaixador José Borges dos Santos Júnior, Subsecretário-Geral do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores; também ao Raul Capparelli Vital Brasil, Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; ao Rogério Nagamine Costanzi, Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social; ao Alexey van der Broocke, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty); à Soraya Castilho, Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro; e também à Claudia Regina Siano Rajecki, Presidente da Associação Internacional dos Funcionários Servidores Locais do Ministério das Relações Exteriores no Mundo (Aflex).

Quero também agradecer à Lilian Beatriz Maya, que é advogada da Aflex; ao Ricardo Pasiani, que também fez a manifestação; ao Dr. Sérgio Melo Guimarães, que também subsidiou, por pertencer à área jurídica do Ministério.

Agradeço a todos os 151 internautas, que estão no Rio de Janeiro ou em Sidney, aos que estão em Santa Catarina ou em Nova Iorque. Todos eles deram uma contribuição muito importante e relevante, assim como os que enviaram perguntas e comentários ao meu gabinete.

Encerrada a exposição dos convidados e também os questionamentos todos. Estamos aqui há 3 horas, debatendo um tema da maior relevância. Penso que cumprimos a nossa missão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião, desejando a todos um bom final de semana e dizendo para os nossos telespectadores que o Senado trabalha, sim, numa sexta-feira. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)

ATA DA 54ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO 7.

Às dez horas e catorze minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Eduardo Suplicy, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Vanessa Grazziotin, Paulo Bauer, José Agripino, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Osvaldo Sobrinho, Cícero Lucena e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas de reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a deliberação das matérias constantes da PAUTA – 1ª PARTE: o Presidente submete a apreciação e deliberação as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 09, de 2013, "que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014" (PLOA-2014). Relator: Senador Ricardo Ferraço. Resultado: Aprovadas as seguintes Emendas de apropriação à despesa: Emenda (1) U.O. 52.121 – Comando do Exército, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) – Nacional, valor R$ 622.200.000,00; Emenda (2) U.O. 52.131 – Comando da Marinha, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 13DE – Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) – Nacional, valor R$ 80.000.000,00; e Emenda (3) U.O. 52.121 – Comando do Exército, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 14T6 – Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER) – Nacional, valor R$ 723.999.970,00. Aprovada a seguinte Emenda (4) de Remanejamento à despesa: U.O. 52.911 – Fundo Aeronáutico, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 14VX – Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica – CIAAR em Lagoa Santa – MG – No Estado de Minas Gerais, fonte 280, valor R$ 6.255.043,00 (Proposta de emenda nos 38 pela aprovação parcial e 39 pela aprovação). Cancelamento correspondente: U.O. 52.911 – Fundo Aeronáutico, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 20VX – Sistema de Controle do

Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB, fonte 280, valor R$ 6.255.043,00 (Propostas de emenda nos 38 e 39). Aprovadas as seguintes Emendas de Texto: Emenda (5) Corpo da Lei – Artigo 4, Inciso XVI – Ementa: Dar nova redação ao inciso XVI do artigo 4 do texto da Lei – Modificativa – Texto Proposto: com pagamento dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar e auxílio-transporte, ou similares, a militares, servidores, empregados, e seus dependentes, mediante a anulação de dotações relativas a esses benefícios; e Emenda (6) Corpo da Lei – Artigo 4, Inciso XXIV – Ementa: Inseri o inciso XXIX no artigo 4 no Texto da Lei – Aditiva – Texto Proposto – XXIX – com fardamento e movimentação de militares das Forças Armadas, mediante a utilização de recursos provenientes de: 1. reserva de contingência; 2. excesso de arrecadação de receitas do Tesouro Nacional; e 3. superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013. Faz uso da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia que solicita inversão de pauta para deliberação do item 4, solicitação aprovada, passa-se à deliberação dos itens, na seguinte ordem, da PAUTA – 2ª PARTE: ITEM 4 – MENSAGEM (SF) Nº 104, de 2013, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)." O Presidente concede a palavra a relatora, Senadora Ana Amélia, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 101, de 2013, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar." O Presidente concede a palavra a relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 103, de 2013, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala." Designado relator ad hoc, o Senador Flexa Ribeiro profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. ITEM 5 – MENSAGEM (SF) Nº 105, de 2013, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 102, de 2013, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba." Designado relator ad hoc, o Senador Eduardo Suplicy profere o Relatório. Lido o Relatório, é concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF. EXTRAPAUTA: ITEM 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 112, DE 2013, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer voto de louvor ao governo do Brasil e ao governo da Alemanha por consenso na 3ª reunião da ONU quanto ao Projeto de Resolução sobre o direito à privacidade na era digital. Aprovado, com voto contrário dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro; e abstenção do Senador Eunício Oliveira. São lidos comunicados da Presidência. Usam a palavra o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Vanessa Grazziotin. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: Às dez horas e vinte e nove minutos assume a presidência o Senador Ricardo Ferraço. É aprovada a presente Ata. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão

Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **RICARDO FERRAÇO,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Havendo número regimental, na presença do nosso Presidente, Senador Ricardo Ferraço, que, como será o Relator, instou-me a presidir, por ser a pessoa mais velha, ou mais madura, declaro aberta a 54ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Temos a deliberação sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Projeto de Lei nº 09/2013-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.

É Relator o Senador Ricardo Ferraço, a quem concedo a palavra para proferir seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, conforme disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1/ 2006-CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 09/2013-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014 (Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2014).

De acordo com o art. 43, combinado com o Anexo I da Resolução nº 1/2006-CN, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem competência para propor emenda coletiva à despesa para o exercício de 2014.

Encontram-se em análise, por esta Comissão, 74 (setenta e quatro) propostas de emendas, relacionadas nos Anexo I e II a este parecer.

Inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas de emendas apresentadas pelos Exmºs Srs. Senadores e Senadoras, haja vista que esta Comissão está sujeita ao limite de até seis emendas de despesa para o projeto de lei orçamentária de 2014, sendo três de apropriação e três de remanejamento.

Portanto, na prática, a nossa Comissão pode apresentar até três emendas, três iniciativas.

Com base nos diversos debates que fizemos aqui na Comissão ao longo de 2013, com base numa perfeita sinergia com as nossas Forças Armadas e com o Ministério da Defesa, estamos propondo ao conjunto das senhoras e dos senhores Senadores três emendas, focadas em três dos mais importantes e dos mais relevantes programas desenvolvidos pelas nossas forças.

O primeiro deles é o Sisfron (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras). Esse programa não traz apenas benefícios diretos nas estratégias de defesa, mas estabelece ações, diretrizes, estratégias, estruturação de recursos humanos, recursos materiais, para que possamos ter uma atuação firme nas fronteiras brasileiras, de cuja vulnerabilidade e fragilização temos absoluta consciência. Pelas fronteiras, no dia a dia, crimes transnacionais são cometidos à luz do dia.

Em bom tempo, o Exército brasileiro desenvolveu esse programa, que é uma referência, e estamos, portanto, priorizando, no direcionamento para o Exército brasileiro, recursos da ordem de R$622 milhões, para que esse programa não sofra solução de continuidade. Esse programa, Sr. Presidente, é da ordem de R$10 bilhões, com uma meta a ser construída em dez anos, e necessita, portanto, desse reforço, para que possa produzir os efeitos e as consequências, em lugar de continuarmos enxugando gelo e combatendo o tráfico de drogas, por exemplo, nas cidades brasileiras. Todos sabemos o quanto o tráfico de drogas está no núcleo, no centro da criminalidade em nosso País, inclusive das elevadas taxas de homicídio. Precisamos combater o tráfico de drogas nas fronteiras.

Todos sabemos que essas drogas que infernizam e desorganizam as famílias brasileiras não são produzidas em nosso País. Elas são importadas, pelas fronteiras brasileiras, dos países vizinhos do Brasil, sobretudo Bolívia, Peru e Colômbia. Portanto, o Sisfron é um programa que, a meu juízo, mereceu de minha parte, na condição de Relator, e quero crer que da parte também dos Srs. Senadores, todo apoio para que não sofra solução de continuidade.

De igual forma, Sr. Presidente, no caso da Marinha, estamos priorizando o Projeto de Arquitetura e Gerenciamento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul. É de conhecimento de todos nós a expansão da fronteira petrolífera na camada pós-sal, na camada pré-sal, exigindo da Marinha estratégias, diretrizes, recursos, projetos, programas que possam intensificar a presença da Marinha naquilo que estamos chamando de Amazônia Azul. E estamos destinando, dentro dos nossos limites, R$80 milhões para que esse programa possa ser iniciado.

De igual forma, estamos também priorizando outro programa muito importante, da competência e prerrogativa do Exército brasileiro, que é o Sistema de Estruturas Estratégicas Terrestres, o Sistema Proteger,

que tem por objetivo desenvolver toda uma estratégia de proteção das nossas estruturas sensíveis.

A emenda, portanto, direcionada ao Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras é de grande relevância, uma vez que tem como objetivos monitorar as áreas de fronteira, assegurar o fluxo contínuo e seguro de dados entre organizações, produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como atuar prontamente em ações de defesa e contra delitos transfonteiriços e ambientais em operações isoladas. Portanto, tem uma forte sinergia com defesa assim como com segurança pública.

Da mesma forma, a emenda ao Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) visa modernizar a estrutura de informações a fim de apoiar o processo decisório para a aplicação militar. Trata-se do monitoramento da área marítima jurisdicional brasileira, que tem importância estratégica e econômica, tendo em vista as enormes riquezas naturais, como aqui abordamos.

E também, quanto ao Sistema de Estruturas Estratégicas Terrestres, vale mencionar que o projeto destina-se à integração de capacidades de defesa do Estado Brasileiro em proteger estruturas como: instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, provoca sério impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado brasileiro, como é o caso de nossas usinas hidrelétricas, por exemplo.

Com relação às propostas de emendas de remanejamento, elas sugerem a apresentação de emenda às seguintes programações orçamentárias:

a) Acréscimo: – Fundo Aeronáutico, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação – Implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica.

Portanto, por sugestão da própria Aeronáutica, estamos cancelando rubricas e incorporando outras dentro da emenda de remanejamento.

Da mesma forma, o cancelamento correspondente da Unidade Orçamentária U.O. 52.911 – Fundo Aeronáutico, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa para o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)

A proposta de emenda de remanejamento acima é admissível, nos termos dos arts. 38 e 48 da Resolução do CN nº 1/2006. Nesse contexto, a emenda aponta os acréscimos e cancelamentos em dotações de caráter institucional e de interesse nacional, no âmbito da mesma subárea temática e mesmo grupo de natureza de despesa, ademais, observa a compatibilidade das fontes de recursos.

As duas propostas de emendas ao texto pretendem inserir ou alterar dispositivos do art. 4º do PLOA 2014, a fim de incluir, no rol de permissões do Poder Executivo para abertura de créditos suplementar, ações com a finalidade de:

1) Pagamento de benefícios de auxílio-alimentação, assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar e aos auxílios transporte e natalidade, a militares, servidores, empregados e seus dependentes, mediante a anulação de dotações relativas a esses benefícios; e

2) Despesas com fardamento e movimentação de militares das Forças Armadas.

Portanto, são duas rubricas de fundamental importância para a manutenção do custeio do dia a dia das nossas Forças.

Tendo em vista o exposto, votamos pela apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014 nas seguintes ações abaixo relacionadas com as respectivas propostas de emendas:

1. Emendas de apropriação à despesa:

1.1. U.O. 52.121 – Comando do Exército, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, valor R$ 622.200.000,00 (Propostas de emenda nos 1, 5, 13, 31, 42, 47, 48 e 56);

1.2. U.O. 52.131 – Comando da Marinha, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 13DE – Elaboração do Projeto de Arquitetura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz, valor R$ 80.000.000,00 (Proposta do Relator); e

1.3. U.O. 52.121 – Comando do Exército, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 14T6 – Sistema de Estruturas Estratégicas Terrestres (Projeto Proteger), valor R$ 723.999.970,00

Emendas de remanejamento, conforme lidas anteriormente.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o relatório que submetemos á apreciação das Srªs e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em discussão o relatório. (*Pausa*.).

Eu gostaria de assinalar a V. Exª, Senador Ricardo Ferraço, e a todos os Srs. Senadores que percebo que V. Exª considerou as diversas sugestões de emendas dos Srs. Senadores, que, no diálogo havido nos encontros com os representantes das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), foram levadas em consideração.

Então, quero cumprimentá-lo pela forma como promoveu esse diálogo muito construtivo entre a Comissão, o Ministério da Defesa e as três áreas das Forças Armadas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu peço retificação para a incorporação ao nosso relatório das emendas de texto, derivadas das propostas de Emendas nºs 73 e 74. Peço retificação para incorporar essas emendas de texto que, por acaso, são de autoria de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito bem.

Eu percebo que V. Exª considerou emendas de todos nós. Então, um trabalho benfeito.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata aprovada desta reunião para as devidas providências.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Senadora Ana Amélia, pela ordem

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente, eu raramente faço a solicitação que farei agora, mas há um motivo imperioso. Eu sou requerente de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, que é a primeira audiência pública advinda de uma sugestão popular que o Senado instaurou a partir da orientação e da política do Presidente Renan Calheiros. Eu gostaria, então, de propor aos Colegas e às Colegas, se possível, a inversão de pauta para que a minha relatoria de indicação da Embaixadora Eliana Zugaib passasse a ter preferência para a votação. Eu ficaria muito grata a todos os colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se todos estiverem de acordo, então – vou passar a Presidência ao Presidente titular Ricardo Ferraço –, passaremos ao item 4.

Queria informar que diversos colegas desta Comissão estarão presentes na reunião do Mercosul segunda-feira próxima, dia 2. Alguns ficarão lá até o dia 3. Eu, portanto, como membro desta Comissão, serei um daqueles que estarão presentes à reunião do Mercosul, em Montevidéu. Certamente ali ouviremos questões de grande relevância para a nossa Comissão. A Senadora Ana Amélia também vai? *(Pausa.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*.) – Estarei lá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim. Alguém mais? *(Pausa.)* O Senador Flexa dessa vez não vai.

Então, passo a Presidência ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy pela condução dos trabalhos.

Atendendo a requerimento da Senadora Ana Amélia, vamos proceder à inversão da pauta com deliberação e apoio do conjunto de Senadores.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 104, de 2013
– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Concedo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, quero agradecer a sua gentileza e a do Senador Eduardo Suplicy, assim como a dos Senadores dos itens anteriores ao meu.

Gostaria de fazer uma referência especial, como gaúcha que sou, ao primeiro relatório de indicação do Embaixador Alcides Prates, conterrâneo do Rio Grande do Sul, que será apreciado pela relatoria competente da Senadora Vanessa Grazziotin.

Também registrar a presença, acompanhando os trabalhos desta Comissão, do Prefeito da cidade de Nova Petrópolis, considerada o “jardim da Serra Gaúcha”, Regis Luiz Hahn, e também do Secretário Municipal de Planejamento, Luiz Candido Kehl.

Dito isso e feitas essas referências, afirmo que eu fico muito honrada em ter a relatoria da indicação da Embaixadora Eliana Zugaib, primeiro pela condição de Senadora mulher – e a questão de gênero hoje tem uma relevância grande para todos nós, especialmente para a Senadora, nossa Procuradora da Mulher, Senadora Vanessa Grazziotin, empenhada nas questões de gênero nesta Casa.

A Embaixadora Eliana Zugaib graduou-se em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1973 e ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1981 e no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas no mesmo instituto em 1992. Em 1995 defendeu a tese, aprovada com louvor, junto ao Curso de Altos Estudos da mesma instituição, "A hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil."

Dentre as funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores em Brasília, destacam-se a assistência da Divisão de Energia e Recursos Minerais; a assessoria do Gabinete do Ministro de Estado (1986 e 2002); a assessoria do Departamento da Europa (1995); a assessoria do Departamento de Temas Especiais (1996); a subchefia da Assessoria de Comunicação Social (2001); a chefia de Coordenação e Divulgação (2006); a chefia da Divisão de Promoção Audiovisual (2006); o Departamento Cultural (2008); e a chefia de Gabinete da Subsecretaria-Geral (2011).

No exterior, integrou os quadros diplomáticos permanentes brasileiros na Embaixada do Brasil em Paris (1988), em Praga (1991 e 1993), em Londres (1998) e em Buenos Aires (2003).

Em razão de sua excelência no desempenho de suas funções, foi laureada com as seguintes comendas: Medalha Mérito Santos Dumont, aqui no Brasil (1988); Ordem do Mérito Aeronáutico, grau de Cavaleiro (1988); e Ordem do Rio Branco, no grau de Grande Oficial (2008).

A Embaixadora Eliana Zugaib é convocada a chefiar a missão diplomática brasileira junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com sede em Paris, composta por 195 Estados membros (incluindo a Palestina), da qual o País é membro fundador, portanto desde 1945.

A Unesco é um órgão do sistema das Nações Unidas criado no pós-guerra como mecanismo de reconstrução dos sistemas educacionais, esgarçados após o conflito. Naturalmente, foi fundada com o propósito de promover a "cultura da paz", de forma a abrandar, talvez eliminar, os fundamentos culturais da guerra. Durante a Guerra Fria, ficou, tal e qual os demais órgãos do sistema da Organização das Nações Unidas e organismos internacionais, marcada pelas clivagens ideológicas peculiares naquele momento e naquela oportunidade.

Suas áreas de atuação são, conforme assinalado, a promoção da cultura da paz, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável, o diálogo intercultural, por meio das áreas temáticas da educação, ciências naturais, ciências sociais e humanas, comunicação e informação e cultura, atuando para tanto junto aos seus Estados membros por meio da geração de projetos de cooperação.

O Brasil integra o Conselho Executivo da Organização, com mandato até 2015, e configurou-se neste ano no décimo maior contribuinte para o orçamento da Unesco. De acordo com o relatório encaminhado a esta Casa, o Brasil desempenha relevante papel no processo de reestruturação por que passa a Unesco, em razão da atuação dos Centros de Categoria 2 em Frutal, Minas Gerais – Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas (Hidroex), para ensino, capacitação e pesquisa aplicada sobre recursos hídricos – e no Rio de Janeiro – Centro Lúcio Costa, para a formação em gestão do patrimônio cultural. O Brasil tem, igualmente, participado ativamente das discussões sobre a Estratégia de Médio Prazo da Unesco para 2014-2021 e do Programa e Orçamento para 2014-2017.

Em vista da natureza da matéria, que está sendo apreciada agora, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório, a não ser desejar e aprovar a indicação feita pela Presidente Dilma Rousseff e desejar à nossa Embaixadora Eliana Zugaib grande sucesso neste novo desafio profissional, e que ela continue orgulhando o Brasil com a sua dedicação e o seu compromisso.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, nos termos regimentais, nós vamos conceder, de ofício, vista coletiva da matéria.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 101, de 2013
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do Regimento Interno e da Constituição Federal, o nome do Senhor ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Ex-

teriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Vanessa Grazziotin
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 – SF.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, quero registrar a presença entre nós, nesta Comissão, do Embaixador que está sendo indicado para ser o representante do Brasil, nosso País, na República da União de Myanmar.

Então, quero cumprimentá-lo.

Passo ao relatório.

A Constituição, Sr. Presidente, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República faz do Senhor Alcides Gastão Rostand Prates, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da União de Myanmar.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Mário Conceição Prates e Almia Rostand Prates, tendo nascido a 8 de agosto de 1947 em São Gabriel (RS).

Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos em 1974. Em 1976, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Titulou-se como Terceiro-Secretário em 1977. Tornou-se Segundo-Secretário em 1979 e Primeiro-Secretário em 1987. Foi a Conselheiro em 1993. Ascendeu a Ministro de Segunda Classe em 1999, a Ministro de Primeira Classe em 2007 e a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2012.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores destacam-se a de Chefe da Divisão do Mercado Comum do Sul (1994) e Chefe da Divisão da Ásia e Oceania-I (1994-1996). No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário e Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra (1990-1994); Conselheiro na Embaixada de Moscou (1997-1999); Chefe da Divisão de Política Comercial (1999-2002); Embaixador em Hanói (2002-2008); e Embaixador em Manila (2008-2012). Além disso, o indicado chefiou importantes delegações brasileiras no exterior.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre Myanmar, cumprindo o disposto no parágrafo único do art. 1° do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão.

As relações diplomáticas foram formalmente estabelecidas com Myanmar em 1982, e o relacionamento bilateral tem-se fortalecido muito nos últimos anos, com a instalação da Embaixada de Myanmar em Brasília em 1996 e da Embaixada do Brasil em Yangon em 2010.

Atualmente, embora sob persistente influência militar, vigora república presidencialista em Myanmar. Registre-se que, ainda durante a ditadura, de 2000 a 2008, foi o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro relator das Nações Unidas sobre a situação de violação de direitos humanos naquele País.

No ponto, há certa evolução interna, com a libertação de presos políticos e a criação em 2011 da Comissão de Direitos Humanos, o que se deve a certa pressão internacional, mas sobretudo à luta do povo pela democratização do País, tendo à frente do movimento a Nobel da Paz de 1991, Aung San Suu Kyi.

Do ponto de vista do comércio bilateral, há muito que evoluir, tendo alcançado o fluxo em 2012 de US$18,2 milhões. O Brasil é superavitário nessa relação comercial.

Diante do exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, nós vamos, de ofício, conceder vista coletiva, nos termos da Resolução nº 41, do Senado Federal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, V. Exª marcará a sessão de sabatina já para a próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Nós estamos em contato com o Itamaraty, para sabermos se os Embaixadores cujos pareceres estão sendo lidos hoje estarão em Brasília na próxima semana. Se aqui eles estiverem, a ideia é a de que possamos agilizar a sabatina dos Srs. Embaixadores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O Embaixador estará, sim, na

semana que vem em Brasília. Aliás, já está aqui conosco. Seria muito importante que estivesse aqui, assim como a indicada para a Embaixada junto à Unesco, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se for da concordância de V. Exª, nós o faremos na semana que vem.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O que V. Exª decidir, como Presidente, tenho certeza, será muito bem decidido e será aplaudido por todos nós. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigada, querida Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 103, DE 2013
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 – SF.

A matéria foi designada ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que, por motivo de força maior, justificou sua ausência aqui.

Solicito, por gentileza, ao Senador Flexa que seja o Relator *ad hoc* dessa matéria.

Informo ainda que os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para a deliberação da matéria, considerando que o parecer emitido pelo Senador Mozarildo Cavalcanti já está publicado.

Portanto, consulto V. Exª, Senador Flexa, sobre a possibilidade de V. Exª ser o Relator *ad hoc*.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com muita honra, Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, farei, como Relator *ad hoc*, a leitura do parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – A palavra é de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço; Srªs Senadoras; Srs. Senadores, a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Sr. João Luiz de Barros Pereira Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guatemala.

A Constituição Federal, em seu art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este relatório as seguintes informações.

Nascido em Londres, na Inglaterra, filho de Carlos Alberto Pereira Pinto e de Lilia de Barros Pereira Pinto, o diplomata em questão, após concluir o Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1982, sendo, subsequentemente, promovido a Segundo Secretário, em 1987; a Primeiro Secretário, em 1993; a Conselheiro, em 1999; a Ministro de Segunda Classe, em 2005; e a Ministro de Primeira Classe, em 2012.

Entre as funções que desempenhou na Secretaria de Estado, cumpre destacar as seguintes: Chefe Substituto da Divisão de Comunicações (1985 a 1987); Chefe do Serviço de Arquitetura e Engenharia (1990); Chefe da Divisão de Informática (1997 a 2000); Chefe da Divisão da América Meridional I (2005 a 2007); Chefe do Departamento da América do Sul-I (de 2007 até a presente data). De 1991 a 1994, trabalhou na Presidência da República, onde chefiou o Departamento de Informática (1993 a 1994).

Entre os postos no exterior onde serviu, cabe mencionar a Embaixada em Washington (1987 a 1990), o Escritório Financeiro em Nova York (2000 a 2003) e a Embaixada em Buenos Aires (2003 a 2005), entre outros. Em 1994, chefiou a delegação do Brasil à XII Reunião de Peritos da Olade.

O Embaixador possui uma série de condecorações, dentre as quais se destacam a Medalha do Pacificador, a Cruz Mérito Mauá e a Ordem do Rio Branco.

O posto para o qual o Embaixador é atualmente indicado é de grande relevância na política externa brasileira, visto que as relações bilaterais ganharam densidade na última década, com a aproximação do Brasil com a América Central e o Caribe. Ademais, nossa embaixada na Guatemala tem trabalhado no sentido do aumento das relações comerciais, que vêm apresentando notável crescimento recente. Em 2012,

as exportações brasileiras para a Guatemala totalizaram US$238 milhões e foram 110% superiores às registradas em 2002. O aumento ao final da década foi de 246% em relação ao decênio anterior, sendo que as exportações brasileiras constituem 95% do comércio bilateral, caracterizando acentuada assimetria na balança entre os dois países. As exportações brasileiras concentram-se nos bens manufaturados (75,9%), ressaltando-se as máquinas mecânicas e elétricas, automóveis, papel, plásticos e químicos orgânicos.

Segundo documento informativo preparado pelo Itamaraty e anexado à presente Mensagem, o Brasil tem interesse em aprofundar as relações econômico-comerciais com os países centro-americanos. Nesse sentido foi acordada, na última reunião do Mercosul, a realização de nova reunião entre o bloco sul-americano e o Sistema de Integração Centro-Americana (Sica), do qual faz parte a Guatemala.

Com indicadores de desenvolvimento social bastante discretos, a Guatemala, que possui pouco mais de 108.000 quilômetros quadrados para uma população de cerca de 15 milhões de habitantes, busca parcerias e investimentos internacionais em prol da melhoria de condições para seu povo. O Brasil tem participado desse esforço, mercê de projetos de cooperação técnica e de assistência humanitária, tendo feito substancial doação para o programa alimentar solicitado pelo governo guatemalteco. O Senai participa de programa de formação profissional e o BNDES financia as obras de renovação e duplicação de 140km do trecho ocidental da estrada CA-2/Rodovia Centro-Americana, que atravessa a Guatemala desde a fronteira com o México até a divisa com El Salvador. O Brasil enfrenta dificuldades, entretanto, no que diz respeito a contrato comercial para a aquisição, pela Guatemala, de seis aviões Super Tucanos da Embraer, firmado em dezembro de 2010. Da mesma forma, havia projeto de exportação de 3.150 ônibus de fabricação brasileira para a Guatemala, com previsão de financiamento pelo BNDES de parte da compra. A operação, entretanto, tem enfrentado dificuldades, e os embarques foram suspensos após o envio de 455 veículos, uma vez que as empresas brasileiras enfrentam dificuldades de receber o pagamento pelos ônibus exportados.

Ademais, resta aduzir que as relações bilaterais, caracterizadas por atmosfera de cordialidade e crescente interesse mútuo, têm atingido, nos últimos anos, dinâmica inédita na história dos dois países. A Guatemala, que ocupa assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2012-2013, apoia a expansão do Conselho e a candidatura brasileira a um assento permanente. Nesse contexto, a Guatemala vem promovendo proposta de criação de uma nova categoria de membros: permanentes, sem poder de veto, em número de até 17, os quais se incorporariam ao Conselho de Segurança de forma progressiva até 2045, quando então seria alcançado o número de 22 membros permanentes. Os países do G4 e a África do Sul deveriam ser admitidos na nova categoria até 2025. Até 2045, seriam incorporadas as 10 economias do G20 que ainda não tivessem sido admitidas, além de mais dois países africanos.

Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, submeto a escolha do Senhor João Luiz de Barros Pereira Pinto a esta Comissão, certo de que seus integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Senador Flexa.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos conceder vista coletiva de ofício para que possamos, numa outra oportunidade, determinar a sabatina.

ITEM 5
MENSAGEM (SF) Nº 105, de 2013
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Albânia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 – SF.

Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a matéria, considerando a publicação, em *Diário do Senado*, do relatório do eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Concedo a palavra a V. Exª para que possa proferir o seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Esta Casa do Congresso Nacional, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é chamada a se mani-

festar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Jorge José Frantz Ramos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Nascido em União da Vitória, Paraná, filho de Mário Manoel Schlemm Ramos e Lygia Emília Frantz Ramos, graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília em 1980. No ano seguinte, concluiu, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e, em 2007, o Curso de Altos Estudos.

Nomeado Terceiro Secretário em 1982, o diplomata em apreço foi promovido a Segundo Secretário em 1987; a Primeiro Secretário em 1995; e a Conselheiro em 2000.

Entre os cargos exercidos, cumpre destacar os seguintes: Assistente e Chefe, substituto, da Divisão de Passaportes, Assessor do Departamento Consular e da Divisão da Europa I e Assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos. Entre outros postos no exterior, serviu no Consulado-Geral em Milão, na Embaixada em Estocolmo e na Embaixada em Bamako, como Embaixador.

Recebeu as seguintes condecorações: Ordem do Mérito Aeronáutico (Oficial); Medalha Mérito Tamandaré; Ordem da Estrela Polar; Ordem de Rio Branco (Grã-Cruz).

Consta, ainda, do processado, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a República da Albânia. Há perfis biográficos das principais autoridades do país, dados sobre política interna e externa, economia, bem como informações sobre as relações bilaterais com o Brasil.

A República da Albânia tem um território com área de 28.748km² e sua população alcança pouco mais de 3 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto nominal foi de cerca de US$12,69 bilhões (dólares americanos) em 2012. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2013, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,749 naquele ano, ocupando a 69ª posição – melhor que a do Brasil – entre 185 países – esse "melhor que a do Brasil" é de minha interpolação, de minha autoria. A comunidade brasileira estimada no país é pouco expressiva: 60 pessoas.

Na política externa, as relações da Albânia se desenvolvem em torno de alguns eixos principais, como a integração à União Europeia; a aliança com os Estados Unidos da América; a parceria com o Kossovo e as relações com a Itália e a Grécia. Com efeito, a aspiração a tornar-se membro da União Europeia pauta grande parte das decisões do governo albanês, tanto no plano interno quanto no externo.

Entretanto, o Parlamento da Albânia deixou de adotar muitas das reformas necessárias para o ingresso do país na União Europeia, cuja aprovação exige maioria qualificada. Em consequência, o Conselho Europeu não deverá considerar o país apto a tornar-se formalmente candidato à adesão, permanecendo na categoria de "candidato potencial".

No campo econômico, pode-se dizer que a transição da Albânia de uma economia dirigida para uma economia de mercado tomou mais tempo do que em outros países do Leste europeu. Concluída a etapa do regime socialista, durante o qual a Albânia foi dirigida por um tirano megalomaníaco chamado Enver Hoxha – esta também é uma observação minha; não consta do documento do Itamaraty –, concluída essa etapa, o país enfrentou grave crise em 1997, provocada por esquema de "pirâmides financeiras", o que retardou a consolidação dos arcabouços institucionais do país.

As relações diplomáticas entre Brasil e Albânia se estabeleceram em 1961, no espírito da Política Externa Independente do governo Jânio Quadros. A Albânia isolou-se sobremaneira ao longo da década de 70, embora tenha, em 1971, proposto a abertura de missões permanentes em Brasília e Tirana, projeto rejeitado pelo governo militar. Finalmente, em julho de 1985, foi solicitado *agrément* para o primeiro Embaixador da Albânia no Brasil. Em retribuição, foi instalada, em setembro de 2010, a Embaixada do Brasil em Tirana.

As relações econômico-comerciais entre o Brasil e a Albânia são limitadas. Em 2012, a corrente de comércio entre os dois países alcançou US$41,2 milhões, dos quais US$39,5 milhões correspondem às exportações brasileiras. O Brasil exporta para a Albânia principalmente produtos básicos, destacando-se carnes e açúcar. E importa daquele país o alumínio e peças de vestuário, bem como especiarias e plantas medicinais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, nós vamos, de ofício, conceder vista coletiva da matéria para sabatina em data a ser marcada, agradecendo ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Solicito ao Senador Eduardo Suplicy a gentileza de relatar, de forma *ad hoc*, a indicação, nos termos

da Constituição Federal e do Regimento Interno, do nome do Sr. Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Cuba.

De autoria da Presidência da República, esta matéria foi designada ao Senador Cristovam Buarque, que nos justifica a impossibilidade de comparecer por motivo de força maior, por estar participando de uma agenda da Comissão constituída pelo Senado intitulada Senado do Futuro.

Portanto, eu consulto o Senador Eduardo Suplicy se ele poderia fazer a relatoria *ad hoc* da indicação do nosso embaixador para a República de Cuba.

Informo, ainda, às Srªs e aos Srs. Senadores que os membros da Comissão dispõem dos elementos suficientes para deliberar sobre a matéria, considerando que o relatório do Senador Cristovam Buarque está publicado em *Diário do Senado.*

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, na condição de Relator *ad hoc*, para que possa proferir o relatório emitido pelo Senador Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, em cumprimento ao art. 52, inciso IV, da Constituição, a Presidente submete à prévia apreciação do Senado a indicação do Sr. Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba, por meio da mensagem em epígrafe.

A Mensagem presidencial se faz acompanhar da Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores e do *Curriculum Vitae*.

Do informe preparado por aquele Ministério recolhemos os dados abaixo.

O Sr. Cesário Melantonio Neto é brasileiro, nascido em São Paulo, em 31 de outubro de 1949, filho do Oswaldo Melantonio e Margot Elfried Melantonio. Bacharel em Direito pela Universidade do Distrito Federal, concluiu os Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas e de Altos Estudos, do Instituto Rio Branco. Ingressou no quadro do Ministério das Relações Exteriores, como Terceiro Secretário, em 1972. Ascendeu a Conselheiro em 1986; a Ministro de Segunda Classe em 1992; e alcançou o posto de Ministro de Primeira Classe em 2000, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se a de Secretário-Especial da Secretaria de Relações com o Congresso, de 1985 a 1987; Professor de Prática Consular no Instituto Rio Branco, em 1990; Chefe da Divisão Consular, entre 1990 e 1993; Chefe da Assessoria de Relações Federativas do Gabinete do Ministro de Estado, de 1997 a 2001; e a de Assessor Especial da Secretaria-Geral, que exerce atualmente.

No exterior, ressaltam-se os postos de Chefe do Setor de Ciência e Tecnologia, em Paris, em 1977; Chefe do Setor Cultural, na Cidade do México, em 1978; Chefe do Secom, em Madri, em 1982; Conselheiro em Roma, de 1987 a 1990; Cônsul-Geral em Frankfurt, de 1993 a 1997; Embaixador em Teerã, entre 2001 e 2004; Embaixador em Ancara, de 2004 a 2008; e o de Embaixador no Cairo, de 2008 a 2011.

O Embaixador Cesário Melantonio Neto participou ainda de diversas missões temporárias representando o Governo brasileiro, destacando-se entre elas as de Comissário-Geral para a Exposição Universal de Hannover sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 2000, e a de chefe de delegação em conferências internacionais do regime do ozônio e governança da internet.

No desempenho de suas funções, o ilustre diplomata fez jus às seguintes condecorações: pelo Brasil, recebeu a Medalha Mérito Santos Dumont, a Medalha do Mérito Tamandaré, a Ordem do Pinheiro (Paraná) e a Ordem do Rio Branco; no Paraguai, recebeu a Ordem do Mérito do Paraguai; na Venezuela, a Ordem de Francisco de Miranda; na França, a Ordem Nacional do Mérito; no México, a Ordem da Águia Azteca; comendador da Ordem Soberana Militar de Malta; na Espanha, foi agraciado com a Ordem de Isabel, a Católica; na Itália, com a Ordem Nacional do Mérito; e, finalmente, da Alemanha, recebeu a Ordem Nacional do Mérito e a Ordem do Mérito, pelo Estado da Baixa Saxônia.

Vale a pena ressaltar que as condecorações recebidas no exterior são reflexo da imensa capacidade do Embaixador Melantonio de se inserir com os agentes e líderes políticos e intelectuais nos países onde serviu.

Sobre o país para o qual se pretende a nomeação como Embaixador do referido diplomata, a República de Cuba, aduzimos aqui algumas considerações.

A República de Cuba possui regime de partido único – o Partido Comunista Cubano –, com um órgão de representação supremo, unicameral, que é a Assembleia Nacional do Poder Popular, compreendida atualmente por 612 Deputados. A Constituição atual foi aprovada por referendo em 1976 e emendada em 1992.

Cuba tem área de 110,8 mil quilômetros quadrados, onde vive uma população de 11,16 milhões de habitantes. Seu PIB baseado no poder de compra *per capita* (PPP), em 2012, foi de US$126,7 bilhões, o que lhe confere uma renda *per capita* de US$11.313, similar à do Brasil. A expectativa de vida de sua população atualmente é de 78,05 anos. Sua taxa de desempre-

go é da ordem de 3,8% e o índice de alfabetização alcança 99,8%.

As reformas econômicas em curso resultam de circunstâncias externas e internas. A economia cubana, que, desde o colapso da União Soviética em 1991, sofre consequências da retirada de subsídios e acordos preferenciais com a Rússia, tem sido pressionada pela conjuntura mundial dos últimos anos. As dificuldades do setor sucroalcooleiro, o aumento do preço do petróleo e dos alimentos no mercado internacional (Cuba importa de 60 a 70% dos alimentos consumidos), a baixa produtividade interna e o impacto da recente crise econômico-financeira no turismo e nos investimentos contribuíram para que Cuba buscasse alternativas para atualizar o modelo econômico do país. O país trabalha na aprovação de novas políticas macroeconômicas, que incluem novas metodologias de preços atacadistas e varejistas, bem como estudos voltados para a eliminação da dualidade monetária.

A presença em Havana de um dos mais experientes de nossos diplomatas vai permitir ao Brasil ter um canal direto de observação dessas transformações em marcha.

As relações bilaterais entre Brasil e Cuba remontam ao início do século XX, quando foi criado um Consulado em Havana, em 1908. Em 1943, foi criada a Embaixada do Brasil em Havana. Rompidas em 1964, as relações diplomáticas foram restabelecidas durante o governo de José Sarney, em junho de 1986.

O momento do relacionamento bilateral é particularmente positivo. No plano político, Brasil e Cuba convergem quanto à importância da integração regional e defendem posições comuns nos principais foros internacionais. Esta cooperação reflete-se não apenas no plano bilateral, mas também benefícios a terceiros países, como o Haiti.

De acordo com o Ministério do Comércio Exterior de Cuba, em 2012, o Brasil foi o quarto maior importador de produtos cubanos e o terceiro maior exportador para o país. Dentre os principais produtos brasileiros exportados, destacam-se produtos agrícolas e derivados (arroz, óleo de soja, milho e aves) e pré-fabricados de ferro e aço. As importações brasileiras se concentram em cimento e insumos farmacêuticos cubanos. O comércio bilateral bateu recordes sucessivos em 2011 e 2012, quando foram registrados, respectivamente, US$641,9 milhões e US$661,1 milhões. No período de janeiro a julho de 2013, o intercâmbio comercial apresentou queda de 16,9% em relação ao mesmo período do ano-recorde de 2012.

O saldo comercial é amplamente favorável ao Brasil. Nos últimos anos, as exportações cubanas, em média, responderam por pouco mais de 10% do total de bens e serviços comercializados entre os dois países. Diante desse quadro, esforços vêm sendo desenvolvidos para identificar bens e serviços cubanos que possam vir a ser exportados para o Brasil.

O Governo brasileiro apoia o desenvolvimento de Cuba por meio da concessão de empréstimos oficiais a projetos em diversas áreas, como infraestrutura, agricultura, saúde e alimentos. Dentre os financiamentos brasileiros, tem importância central o projeto de financiamento do Porto de Mariel. Uma vez concluído, Mariel será o principal porto de Cuba e elemento fundamental para a inserção de Cuba na economia global. Terá capacidade para atracar embarcações de até 15 metros de calado e com capacidade para oito mil contêineres. O projeto prevê ainda a construção de 12,4km de novas linhas ferroviárias e 18km de vias rodoviárias, além de dragagem da Baía de Mariel e construção de Zona de Atividades Logísticas. O Porto de Mariel deverá entrar em operação parcial já em 2014.

Outros pontos importantes no relacionamento bilateral são o programa Mais Médicos, que prevê a inclusão de médicos de diferentes nacionalidades no atendimento à saúde básica no Brasil, e Cuba tem sido o país com maiores índices de participação no programa, além de muitos outros programas de cooperação técnica, nas áreas de agricultura, desenvolvimento social, geologia, saúde, indústria e comércio, justiça e finanças públicas.

Importante aspecto da cooperação entre os dois países é a característica de “mão-dupla” de vários projetos, nos quais o Brasil, além de transferir boas práticas e conhecimentos para a formação de recursos humanos em Cuba, beneficia-se das pesquisas e das técnicas adotadas nas instituições cubanas. Um dos exemplos está na intensa cooperação de órgãos cubanos com o Instituto Oswaldo Cruz.

Por sua vasta experiência o Embaixador Melantonio está perfeitamente preparado para implementar todas estas formas de cooperação.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Este é o parecer do Senador Cristovam Buarque, que tive a honra de ler, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, pela colaboração, suprindo a ausência justificada do Senador Cristovam Buarque, Relator desta matéria.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir nós vamos conceder vista coletiva, nos termos da Resolução 41,

para a definição e marcação da sabatina da indicação do Embaixador Cesário Melantonio Neto, para a Missão Diplomática em Cuba.

(É o seguinte o item ao qual se concedeu vista:

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 102, de 2013
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Cristovam Buarque

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1) Leitura do Relatório conforme a Resolução nº 41, de 2013 – SF.)

Há ainda requerimento de autoria de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, nos temos do Regimento e da Constituição Federal:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 112, de 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de louvor ao governo da República Federativa do Brasil e ao governo da República Federal da Alemanha pela aprovação, por consenso, na III Comissão da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, do projeto de Resolução "O direito à privacidade na era digital".

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Observações:

Registram-se os votos contrários dos Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, assim como a abstenção do Senhor Senador Eunício de Oliveira.

Trata-se de uma grande vitória de nossa diplomacia, justifica o Senador Eduardo Suplicy.

Entre outras coisas, a Resolução aprovada conclama os países a respeitar e proteger o direito à privacidade, no contexto da comunicação digital, e a tomar medidas para pôr fim às violações desse direito, inclusive, assegurando que a legislação nacional pertinente seja condizente com as obrigações assumidas pelos Estados nacionais, no âmbito do Direito Internacional relativo aos direitos humanos.

É um recado direto aos Estados Unidos da América, cuja legislação interna permite a violação sistemática do direito à privacidade, principalmente quando se tratam de empresas, governos e cidadãos estrangeiros. Com efeito, o *Patriot Act*, de 2001, e, principalmente, o Ato de Proteção da América, de 2007, tornaram possível vigiar livremente "alvos", caso fosse "comprovável" que eles eram "ameaças externas".

No caso de alvos norte-americanos, é necessária a autorização de um juiz, que as fornece por atacado. No caso de alvos estrangeiros, a coisa é bem mais fácil: basta o livre arbítrio dos espiões. Dessa forma, a NSA e outras agências passam a atuar mais intensamente nas telecomunicações internacionais e nos fluxos mundiais de dados que passam por servidores ou satélites norte-americanos. A legislação foi renovada pelo Presidente Barack Obama, em dezembro de 2012.

Acontece que tal legislação colide com as convenções e tratados internacionais relativos aos direitos humanos, principalmente aqueles firmados no âmbito das Nações Unidas.

Em discussão o requerimento do Eminente Senador Eduardo Suplicy.

Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Eu queria cumprimentar o Senador Suplicy pela iniciativa. De fato, acho que foi a III Câmara que aprovou, preliminarmente, essa moção apresentada em conjunto pelo Brasil e Alemanha.

Essa moção deverá ser posta em votação na Assembleia Geral das Nações Unidas ainda no início do mês de dezembro, Senador Ferraço.

Portanto, acho que a moção é muito importante. Ela colabora e contribui com esse grande esforço internacional para determinar normas – não interferência na internet, mas determinar normas – internacionais mais claras para que outras convenções possam ser aplicadas na sua plenitude também no que diz respeito a esse importantíssimo meio de comunicação que tem sido a internet.

Então, eu quero aqui aplaudir o Senador Suplicy pela iniciativa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, a palavra é de V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Presidente, eu me afasto deste entendimento. Vou votar contra essa iniciativa do Se-

nador Suplicy. Em primeiro lugar, porque não sou muito de ficar mandando voto de louvor para governo. Em segundo lugar, eu acho que não cabe ao Senado, a pretexto de louvar uma iniciativa no campo diplomático, desferir um ataque à legislação norte-americana, como se nós pudéssemos dar lições de democracia aos Estados Unidos. Então, eu não me associo a essa iniciativa.

Votarei contra.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Continua em discussão.

Com a palavra, o autor do Requerimento, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – É importante ressaltar, Sr. Presidente, que a própria Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, adotada pela Assembleia da ONU, firmada pelo Brasil e pelos Estados Unidos, no seu art. XII, diz que: "Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques."

E o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, adotado, em 1966, pela Assembleia Geral da ONU, ratificado pelos Estados Unidos, também consagra, em seu art. 17, o direito à privacidade e à inviolabilidade das correspondências.

Ora, a resolução que foi aprovada nesta Comissão prevê desdobramentos concretos para o caso. Solicita ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que apresente um relatório sobre a proteção e a promoção do direito à privacidade no contexto da vigilância e interceptação de comunicações digitais ao Conselho de Direitos Humanos e à própria Assembleia Geral, que deverão tomar providências adicionais sobre o tema. Ela esclarece que foi decidido que a Assembleia Geral tratará do tema em sua próxima sessão. A Resolução, portanto, é o primeiro passo de outros que passarão a seguir.

Bom, respeito a opinião do Senador Aloysio Nunes Ferreira. É fato que a legislação norte-americana, de um lado, protege os seus cidadãos, mas confere a possibilidade de se verificarem as comunicações da nossa Presidenta da República, de seus Ministros e até do Papa.

É claro que todos nós avaliamos como importante que os Estados Unidos possam proteger os seus cidadãos de atos de terrorismo, mas daí a averiguar até o que o Papa Francisco está eventualmente colocando... Será que isso é algo para conter o terrorismo? Ou verificar aquilo que a Senhora Presidenta Dilma Rousseff está dialogando com os Ministros em preparo de uma reunião de caráter internacional?

Acho que é importante que possamos, respeitosamente, formular aqui algumas observações sobre a legislação norte-americana para saber se ela hoje está possibilitando o acesso às comunicações de cidadãos de outros países.

É uma crítica construtiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O Senador José Agripino deseja se manifestar em relação ao requerimento? *(Pausa.)*

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu quero só registrar a minha abstenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Com a abstenção, nós temos dois votos a favor e dois votos contrários, é isso?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Esta Presidência defere favoravelmente ao requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Em atendimento às normas regimentais, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião, para que seja encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com as emendas aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta Comissão, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vem acompanhando atentamente o fenômeno da imigração de haitianos para o Brasil, sobretudo desde abril deste ano, quando o represamento desses fluxos – compostos, aliás, não apenas por haitianos, mas também por senegaleses, nigerianos, dominicanos, entre outros – gerou preocupante crise humanitária nos Municípios de Brasileia e Epitaciolândia, ambos no Estado do Acre, com graves prejuízos também para os cidadãos brasileiros ali residentes.

Esses imigrantes ingressam em Território nacional pela fronteira acriana com o Peru e a Bolívia, em números que têm crescido exponencialmente desde 2010, ano em que o Haiti sofreu o duplo flagelo do terremoto e da epidemia de cólera.

Relatório da Secretaria de Direitos Humanos do Acre revela que, de janeiro de 2010 até novembro deste ano, 13 mil nacionais haitianos entraram no Brasil por Brasileia. Apenas em 2013, mais de 9 mil haitianos passaram pelo Abrigo de Imigrantes de Brasileira, o que representa quase três vezes o total registrado entre 2010 e 2012. Segundo o último levantamento realizado pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre, em 20 de novembro, havia 507 haitianos, 41 senegaleses e 20 dominicanos, num total de 569 pessoas abrigadas em Brasileia.

O perfil dos imigrantes também se modificou ao longo dos últimos anos. Hoje, verifica-se a consolidação da presença de mulheres, crianças e gestantes, o que pressiona nossos serviços públicos locais de saúde e, naturalmente, impacta, entre outras questões, o mercado de trabalho e emprego na região. Há muitos menores que chegam ao Brasil desacompanhados de seus genitores e sem a devida autorização dos pais, o que leva a Vara de Infância e Juventude de Brasiléia a reter esses jovens no Município.

Em que pese o natural e determinado esforço do Governo brasileiro para regularizar a situação desses imigrantes com a agilidade desejável e para discutir o assunto com as autoridades competentes nos países que servem de rota para essa imigração – Haiti, República Dominicana, Peru e Equador –, o fato é que persistem deficiências nessas duas frentes de atuação governamental e diplomática, que precisam ser rapidamente superadas. Por um lado, fica-se com a impressão de que o Estado brasileiro carece de uma política de efetiva integração desses contingentes da sociedade brasileira, eis que muitos haitianos continuam vivendo em situação de extrema pobreza no Brasil após a concessão do visto para que eles possam acessar o nosso País.

Por outro lado, com relação à rota imigratória estabelecida a partir de Porto Príncipe, urge conscientizar, por exemplo, o governo equatoriano sobre a implementação de exigência de visto para ingresso de nacionais haitianos naquele país, que serve de elo de passagem preferencial àqueles contingentes. Ou, ainda, priorizar gestões para que a política de exigência de vistos adotada pelo governo peruano, em janeiro de 2012, tenha a indispensável efetividade, pois os peruanos estariam alegando dificuldades para alegar sua porosa fronteira terrestre com o Equador.

O Brasil sempre, sempre, como está conhecido e consolidado, é um País aberto e receptivo aos demais povos, impondo poucas ou quase nenhuma restrição as suas fronteiras. Medidas de grande endurecimento contra a entrada de estrangeiros no Brasil contrariam nossa tradição de hospitalidade e contrastam com a política externa brasileira, caracterizada pelo respeito aos direitos humanos e às questões humanitárias. Contudo, essa nova realidade parece impor, com frequência, que essa importante questão seja revisitada, ainda que de maneira transitória para mitigar a presente situação.

Ademais, precisamos encarar a realidade de que Estados brasileiros, principalmente na Região Norte, não dispõem de estrutura de apoio capaz de receber esses fluxos populacionais, em sua maioria ilegais, e cuja inesperada chegada implica demandas novas e não planejadas sobre serviços públicos que, no mais da vezes, já são insuficientes até mesmo para a população local.

A política de nação acolhedora que o Brasil tradicionalmente pratica não pode acabar gerando uma crise social e humanitária, quando a realidade evidencia que os brasileiros daquelas regiões ficam prejudicados, ao mesmo tempo em que os imigrantes recém-chegados continuam desassistidos.

Além de tudo, sabe-se que uma verdadeira e terrível indústria nova, em que se destaca a torpeza dos chamados “coiotes”, que exploram o desespero e a fragilidade dos imigrantes, não apenas lucra com a tragédia humanitária dos haitianos, como também dela se vale para “propagandear” para outros potenciais imigrantes que há portas escancaradas no Acre e no Brasil. Pesquisas no Haiti dão conta de que metade da população local desejaria emigrar do país, sendo o Brasil o destino óbvio por ser o único aberto a essa imigração.

Ora, temos que dar um basta a essa grave situação, que continua frequentando a nossa agenda, que pode se agravar se não for prontamente estancada. Para tanto, o Governo brasileiro precisa, a nosso juízo, aperfeiçoar seus mecanismos de inteligência, de articulação diplomática e de coordenação com Estados e Municípios, com vistas a estruturar política apta a enfrentar uma crise que não dá sinais de melhorar; muito pelo contrário. É fato que, nos anos de 2013 e 2012, esse fluxo alcançou números jamais registrados.

Diante dessa complicada questão humanitária – que não diz respeito exclusivamente ao bem-estar dos imigrantes que sonham com melhores condições de vida no Brasil, mas também com a qualidade de vida de nossos concidadãos que vivem nas cidades fronteiriças, que sofrem as consequências naturais e diretas dessa problemática –, decidimos formar uma comissão externa de Parlamentares que irá ao Acre, na próxima segunda-feira, a fim de visitar *in loco* os Municípios mais afetados, o que nos habilitará a recomendar as providências cabíveis que possam minorar o sofrimento de todos os envolvidos.

A crise envolvendo os haitianos e outros imigrantes no Acre mostrou a necessidade de o Brasil voltar a discutir políticas de imigração, assim como sua própria capacidade de resposta diante desses fenômenos, para evitar impactos negativos sobre a economia e a sociedade de Estados que, na verdade, simplesmente não estão preparados para uma repentina imigração.

Frequentemente a imprensa noticia tragédias humanitárias que resultam de tentativas desesperadas de famílias famintas que se lançam ao mar em embarcações precárias e ilegais, buscando incerto refúgio em países cuja prosperidade se torna para elas atrativo irresistível. É o sacrifício provocado pela desesperança e pela falta de perspectiva em seus países. Há poucos dias, navio sobrecarregado de refugiados haitianos naufragou na costa daquele país, o que resultou na morte de pelo menos 163 pessoas. E todos os indicativos e evidências são os de que essas pessoas tinham como destino o Brasil.

O Brasil não pode permitir que os crescentes fluxos migratórios haitianos para o Acre se transformem em uma versão amazônica de tragédias lamentáveis como a ocorrida esta semana. Se nada mais drástico for feito, esse é o risco que, no momento, corremos, ou seja, a repetição desses fatos absolutamente lamentáveis. E esta Comissão, seguramente, não pode se omitir diante de fatos como esses, assim como não se tem omitido com relação a tantos outros fatos.

Portanto, com base nesses fundamentos, nós estaremos, na segunda-feira, em uma viagem ao Estado do Acre, visitando Municípios, cidades e fronteiras.

Agradecemos muito o apoio da Aeronáutica, que possibilitou que pudéssemos sair de Brasília, na segunda-feira, muito cedo, e que pudéssemos voltar ainda na segunda-feira à noite, para uma visita a esses Municípios e às estruturas que estão acolhendo esses haitianos, em função das repetidas denúncias que temos recebido aqui nesta Comissão, Senador Eduardo Suplicy, da condição subumana em que esses haitianos estão sendo acolhidos, mantidos em verdadeiros campos de concentração, como me afirmou, um dia desses, os Senadores do Estado do Acre com assento nesta Casa e nesta Comissão, Senador Jorge Viana, Senador Petecão e Senador Anibal.

Portanto, na segunda-feira, nós estaremos, pessoalmente, fazendo uma visita e inspeção para que possamos trazer este assunto, de maneira definitiva, para esta Comissão, para que o Governo possa adotar uma política adequada, permanente e estruturante, considerando que nosso País, em função da elevada prosperidade que vive em relação a nossos vizinhos, continuará sendo destino definitivo dessas pessoas que buscam dias melhores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Presidente, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra a S. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo pela análise, preocupação e iniciativa de, inclusive, estar atendendo às observações dos Senadores do Estado do Acre: Jorge Viana, Anibal Diniz e Sérgio Petecão, porque se trata de um assunto que, do ponto de vista humanitário, é muito importante.

É muito importante que nós Senadores tenhamos preocupação com os haitianos que, diante da difícil situação da economia haitiana e diante das consequências do terremoto, muitas vezes, saíram de seu país para encontrar oportunidades em outros países, inclusive no Brasil, particularmente no Estado do Acre. Então, é importante, acredito, que o nosso ex-colega Senador Tião Viana, hoje Governador, tenha a mesma preocupação do Senador Jorge Viana, a de acolhê-los com toda a dignidade, com o devido respeito, sobretudo facilitando a sua documentação, para que eles possam, no Brasil, ter a oportunidade de se inserir em alguma atividade produtiva, de estudar e de regularizar a sua situação.

Quero cumprimentá-lo.

Na segunda-feira, já tenho a missão de acompanhar os Senadores da Comissão do Mercosul, o Senador Roberto Requião, o Deputado Newton Lima, a Senadora Ana Amélia e outros. Estaremos em Montevidéu para participar de uma reunião do Mercosul.

Quero cumprimentá-lo por essa iniciativa. Desejo que possam ser atendidos inteiramente os objetivos colocados por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Os Senadores que compõem a Bancada do Acre nesta Casa, o Senador Sérgio Petecão, o Senador Anibal Diniz e o Senador Jorge Viana, vão nos acompanhar nessa missão, até porque, frequentemente, os Senadores do Acre estão trazendo esse tema para a nossa Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Que bom que V. Exª vai acompanhá-los, representando-nos como Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – E, naturalmente, no retorno, nós vamos prestar contas à Comissão daquilo que observamos lá.

Agradeço a manifestação de V. Exª.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Da mesma forma, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, cumprimentá-lo.

Na reunião anterior, não na última, mas na penúltima reunião, V. Exª havia feito um pronunciamento sobre o assunto, e eu me referi ao Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas, que também recebeu um contingente grande de haitianos. Conversei com o Prefeito daquele Município, e, de fato, não há mais esse problema de forma significativa. Alguns haitianos ainda entram no País pelo Estado do Amazonas. Entretanto, é um número pequeno, e o Município tem condições de abrigá-los com total segurança e com dignidade.

Parece, pelo que tudo indica, que o Estado do Acre tem se transformado, sem dúvida alguma, na porta de entrada mais significativa, mesmo que não seja a única e exclusiva.

Senador, quando do início dessa migração forte, eu tive condições de realizar uma audiência em Manaus com a participação de muitos haitianos. Seria importante que V. Exª pudesse também, já que para lá vai com a Bancada do Acre, conversar com eles, porque existem indícios muito fortes da atuação de pessoas que providenciam essa vinda e que os mantêm, inclusive, sob exploração, o que pode até ser qualificado como tráfico de pessoas, Sr. Presidente. Há relatos – pessoalmente, eu os ouvi – de que famílias que ficaram no Haiti estavam sob a mira dessas pessoas e de que, se o dinheiro não fosse remetido mensalmente, em dia, pessoas da família poderiam sofrer represálias.

Então, seria importante que V. Exª também levantasse essas questões.

Quero cumprimentá-lo por tão nobre ação que será realizada na próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar a presente reunião, agradecendo a presença das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 55ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO 7.

Às dez horas cinco minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Jarbas Vasconcelos, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, José Agripino, Mozarildo Cavalcanti, Delcídio do Amaral, João Capiberibe, Vital do Rêgo, Ana Amélia, Flexa Ribeiro e Osvaldo Sobrinho. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores Jorge Viana e Ricardo Ferraço. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. O Presidente convida os Embaixadores Alcides Gastão Rostand Prates, Cesário Melantonio Neto e Eliana Zugaib a comporem a Mesa e fazerem suas exposições. Tem início a deliberação, em conjunto, das matérias constantes da PAUTA: ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 101, de 2013, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar." Sabatina Realizada. ITEM 2 – MENSAGEM (SF) Nº 102, de 2013, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do senhor CESÁRIO MELANTONIO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba." Sabatina Realizada. ITEM 3 – MENSAGEM (SF) Nº 104, de 2013, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)." Sabatina Realizada. É aberto o processo de votação. Os indicados fazem suas exposições. Usa a palavra a Senadora Ana Amé-

lia e os Senadores Luiz Henrique, Cristovam Buarque e Mozarildo Cavalcanti. Os Embaixadores respondem os questionamentos apresentados. A reunião é tornada secreta às doze horas e três minutos e reaberta às doze horas e nove minutos. Atua como secretário o Senador Mozarildo Cavalcanti e como escrutinadores os Senadores Luiz Henrique e Mozarildo Cavalcanti. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e treze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **JARBAS VASCONCELOS**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A presente reunião destina-se à arguição de chefes de missão diplomática.

Antes de passarmos à leitura dos itens da pauta, convido para que tomem assento à mesa o Embaixador Alcides Gastão Rostand Prates, o Embaixador Cesário Melantonio Neto e a Embaixadora Eliana Zugaib. *(Pausa.)*

A pauta consta de três itens que, como já me referi, dizem respeito à arguição dos três embaixadores.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 101, DE 2013
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Alcides Gastão Rostand Prates, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: *1 – Em 28/11/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.*

2 – A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 102, DE 2013
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: *1 – Em 28/11/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.*

2 – A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

A Relatoria *ad hoc* pertenceu ao Senador Eduardo Suplicy.

Por fim, leio o item 3.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 104, DE 2013
– Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Srª Eliana Zugaib, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações: *1 – Em 28/11/2013, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme a Resolução nº 41, de 2013-SF.*

2 – A arguição da indicada à Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Quero inverter a ordem. Esta ordem que está aqui deve ser hierárquica, mas vou pela ordem cronológica.

Vamos começar pela arguição da Srª Eliana Zugaib, que foi indicada para o cargo junto à Unesco.

O prazo para falar é de dez minutos, mas nenhum dos três deve preocupar-se com o horário. Se tiver a necessidade de se estender, a Presidência e o Plenário terão toda a atenção ao ouvi-los.

Submeto à apreciação uma proposta que quero fazer: a de que, durante a sabatina, possamos abrir o processo de votação. O nosso quórum está muito baixo. Seria importante, se o Plenário concordasse – geralmente, alguém do Plenário faz a proposta, mas quero, como Presidente, aqui propor –, que pudéssemos abrir o processo de votação, em face do quórum baixíssimo nesta quinta-feira, o que é normal, pois estamos no final do ano, e muita gente está voltando para seus Estados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu, então, seguindo a sua sugestão, faço o requerimento de, logo no início, após a exposição dos Srs. Embaixadores, iniciar-se o processo de votação, para facilitar, porque há outra comissão em trabalho aqui, tratando de questões urbanísticas de Brasília, com membros desta Comissão. Aqui no Senado, temos de ajustar a agenda, que é muito complicada, muito complexa.

Então, não tenho dúvida de que o procedimento é o adequado e vem sendo feito como alternativa a atender as duas demandas tão relevantes, tanto a escolha dos nossos embaixadores quanto as questões relacionadas ao urbanismo da nossa Capital.

Essa é a minha proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Pronto. Eu quero apenas complementar, como Presidente da reunião, que o importante seria, Senadora Ana Amélia, abrir agora, durante, inclusive, a exposição, porque o quórum está muito baixo, excessivamente baixo; é visível, e são ministros de primeira classe, todos conhecidos pelas suas atuações no Itamaraty.

Dessa forma, eu vou declarar em discussão a proposta da Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovada a proposta dela, com essa complementação minha, de que o processo de votação deve ser aberto com o início da apresentação da Drª Eliana Zugaib.

Concedo a palavra à Srª Eliana.

A SRª ELIANA ZUGAIB – Muito obrigada, Exmo Sr. Presidente desta Comissão, Senador Jarbas Vasconcelos; Exma Srª Relatora, Senadora Ana Amélia Lemos, a quem agradeço a gentileza da relatoria; Srs. Senadores, senhoras e senhores. Eu gostaria de, inicialmente, agradecer a acolhida e a oportunidade de estar aqui hoje para submeter à apreciação de V. Exªs minha indicação como representante permanente do Brasil junto à Unesco pela Senhora Presidenta da República.

Eu procurarei centrar a minha exposição em três pontos que eu considero fundamentais, neste momento, para uma reflexão sobre o espaço político-diplomático que se abre para o Brasil no âmbito da organização. São eles: a relevância e a atualidade da missão da Unesco; em segundo lugar, abordarei a crise financeira e a reforma por que passa a organização; e, em terceiro lugar, as oportunidades que surgem para a atuação do Brasil.

Com relação ao primeiro ponto, eu gostaria de, inicialmente, dizer que, como é do conhecimento de V. Exªs, a origem da Unesco remonta a 1945. O Brasil é membro fundador, com uma atuação, desde o início, bastante proeminente. A organização foi fundada com o intuito de instaurar uma cultura de paz, que pudesse evitar novos conflitos globais.

Apesar das transformações ocorridas no sistema internacional e dos novos desafios que surgiram, a missão de aproximar os povos pelo entendimento e pelo diálogo manteve-se absolutamente atual e mesmo essencial. Hoje, no entanto, os conflitos que afligem o mundo encontram causas nas tensões culturais, étnicas ou religiosas e são alimentados pela deficiências em matéria de inserção social, de aumento da pobreza, da desigualdade do acesso aos bens comuns, o que resulta no desgaste de laços de cidadania e na exacerbação das identidades.

São esses, portanto, os desafios que a Unesco deverá enfrentar no século XXI. Deverá atentar, então, para questões como o crescimento populacional e a urbanização, a revolução científico-tecnológica e das comunicações e o processo de evolução da governança internacional.

Todas essas questões ultrapassam as fronteiras geográficas e disciplinares. Portanto, o encaminhamento adequado deverá passar necessariamente pelo reconhecimento da importância central da cooperação internacional, e, certamente, não há solução para essas questões que não passem pelo incentivo à educação, pela valorização dos referenciais de cultura e pelo diálogo intercultural. E os programas da Unesco são coerentes com esses desafios na medida em que se pautam pela crescente importância dos temas sociais e da era da informação e do conhecimento.

Nesse sentido, eles são absolutamente coincidentes com as prioridades das políticas públicas nacionais. E, para implementar esses programas, a Unesco tem desenvolvido junto aos Estados-membros

funções como as de laboratório de ideias e conceitos inovadores – o que é muito importante –, de treinamento, capacitação institucional e de plataforma da cooperação internacional.

Dito isso, eu passaria para o segundo item, que diz respeito à reforma e à crise financeira por que passa a organização.

Da mesma maneira, a Unesco procurou posicionar-se diante desses desafios e, em 2009, lançou o que se chamou Avaliação Externa Independente, cujas recomendações passaram a pautar as atividades e os programas da Unesco, com ênfase na redução dos custos administrativos, com ênfase nas atividades-fim da organização e também na busca de melhores respostas às expectativas dos Estados-membros.

Instaurava-se, assim, o início de uma ampla e profunda reforma na organização. Porém, em outubro de 2011, sobreveio a decisão dos Estados Unidos de interromperem o pagamento das contribuições regulares e voluntárias, em reação à admissão da Palestina – em 2011, a Palestina foi admitida como Estado-membro da organização. Com isso, a organização perdeu 22% do total de seus recursos orçamentários, o que teve um impacto bastante forte no desenvolvimento das atividades e dos programas.

A diretora-geral viu, nessa crise que se instaurava, uma oportunidade de acelerar a reforma e, então, procurou preservar as duas prioridades globais da organização, que são África e igualdade de gênero, dois assuntos que nos interessam particularmente, e promoveu também uma abertura para a participação dos atores não governamentais, tanto no orçamento quanto na elaboração dos programas. Isso fez com que a Unesco tivesse maior visibilidade, e, ao mesmo tempo, o orçamento e a agenda passaram a ter mais transparência e a incorporar as contribuições tanto da sociedade civil organizada quanto do setor privado. Isso é uma modificação dentro da organização que vai requerer do Brasil uma maior atenção ainda na preservação dos nossos interesses, que são múltiplos, na agenda da organização.

Isso nos leva ao terceiro ponto, que seriam as oportunidades que surgem dessa situação.

A confluência entre a crise e a reforma da organização ensejou oportunidades de atuação reforçada do Brasil junto à organização. E esse momento estratégico da maior aproximação está ligado à desconcentração do poder mundial ao rearranjo do multilateralismo, ao reconhecimento do Brasil como um interlocutor de elevado peso específico e, portanto, de crescente importância para a Unesco.

Nesse ponto, seria importante enfatizar que o Brasil já é o décimo maior contribuinte regular da organização. Desde 2010, somos a principal fonte estatal de recursos extraorçamentários, que são investidos em programas de execução no Brasil, também afinados com as prioridades nacionais.

Além disso, as fundações e as empresas brasileiras ocupam um lugar de destaque no que diz respeito a contribuições extraorçamentárias, tendo contribuído com US$6,2 milhões nesse período de 2010 para cá, o que corresponde a 20% do total das fontes da arrecadação pela Unesco, das fontes extraorçamentárias.

Nós abrigamos aqui o maior escritório nacional da Unesco, abrigamos o Fórum da Ciência, recentemente, e deveremos abrigar também a Conferência sobre Governança da Internet em abril do ano que vem.

Então, dessa situação da crise, as oportunidades que surgem incluem a possibilidade de uma mudança gradual do paradigma mesmo de relacionamento do Brasil com a Unesco, através da cooperação técnica trilateral com os nossos parceiros da América Latina, da África e de outras regiões prioritárias para a política externa.

Além disso, há possibilidade de influirmos em dois importantes debates que se inauguram agora, a respeito da ética e da privacidade no espaço cibernético e na elaboração da agenda para o desenvolvimento pós-2015 da ONU.

Na realidade, para fazermos frente a essas novidades do contexto da reforma, será preciso que o Brasil priorize o restabelecimento da comissão nacional, para que haja maior articulação dos atores e dos interesses relacionados aos temas da Unesco. Devemos reforçar as estruturas que subsidiariam a reflexão e as posições do Brasil na organização, que são centros instalados no Brasil sob os auspícios da Unesco, com respeito aos recursos hídricos, ao patrimônio, gestão do patrimônio mundial, e à construção da sociedade do conhecimento – esse ainda em fase de instalação, além das cátedras.

Além disso, eu pretendo priorizar algumas áreas, como a qualidade da educação, que é o nosso grande desafio no momento, o ensino técnico e profissional, a alfabetização de adultos e as tecnologias da informação para uso na educação. É também interessante prestar atenção na necessidade de uma maior integração entre a pesquisa científica e a inovação tecnológica.

São importantes também os temas relativos aos recursos hídricos e aos oceanos, a Convenção Antidoping – tendo em conta os próximos megaeventos no Brasil –, a promoção do setor de economias criativas e a construção das sociedades do conhecimento mais integradoras e inclusivas, além da importância da cultura como um vetor do desenvolvimento sustentável.

Creio, portanto, que, por essas razões, seria imprescindível reforçarmos a nossa relação, o engajamento do Brasil com a Unesco para podermos garantir a nossa participação na agenda multilateral e priorizarmos áreas decisivas para definir o bem-estar da sociedade brasileira e o lugar do País no mundo.

Eu ficaria muito honrada se pudesse contar com a confiança e com a orientação de V. Exªs para levar adiante essas propostas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Obrigado, Embaixadora Eliana Zugaib.

Concedo a palavra ao Embaixador Cesário Melantonio Neto, que vai exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Eu vou procurar concentrar esta curta apresentação sobretudo no relacionamento do Brasil com Cuba, no que se tem feito ultimamente e em quais são as perspectivas para o futuro.

As relações bilaterais entre Brasil e Cuba são muito antigas. Nós estabelecemos relações diplomáticas com Cuba em 1906, e, em 1910, o primeiro representante do Brasil em Cuba, Embaixador Fontoura Xavier, chegou em Havana. Foi nossa primeira missão diplomática no Caribe e na América Central. O Embaixador Fontoura era embaixador cumulativamente para os países do Caribe e todos os países da América Central. Portanto, nosso relacionamento é mais do que centenário.

Essas relações atravessam hoje, em 2013, um momento particularmente positivo. Isso se verifica – sempre falando deste ano – pelo elevado número de visitas bilaterais. Para começar, tivemos uma visita da Comissão, Presidente, de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado neste ano em Cuba, com o Senador Anibal Diniz, o Senador Luiz Henrique, aqui presente, e o Senador Inácio Arruda.

Dentre as prioridades que eu gostaria, se os senhores me aprovarem, de dar na relação do Brasil com Cuba nos próximos anos seria uma delas a cooperação parlamentar, que já existe, é muito forte. Eu gostaria de incrementar a ida de parlamentares brasileiros a Cuba e de parlamentares cubanos ao Brasil.

Nós tivemos três Ministros de Estado do Brasil neste ano em Cuba: o Ministro Fernando Pimentel, do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio Exterior; o Ministro Gastão Vieira, do Turismo; e o Ministro Aldo Rebelo, dos Esportes.

Também tivemos, do lado cubano, a vinda do Vice-Presidente do Conselho de Ministros, Marino Murillo, que veio mais ou menos – foi a outros países também – estudar o modelo econômico brasileiro para o processo de modernização da economia cubana. Ele foi também ao Vietnã, à França e à China – foram quatro países.

Tivemos também o Chanceler Bruno Rodríguez aqui em Brasília, em maio, e, recentemente, o Ministro do Turismo, também em julho, para inaugurar a linha aérea da Cubana de Aviação, de São Paulo a Havana, em 10 de julho; e, finalmente, mês passado, o Ministro de Comércio Exterior e Investimentos Estrangeiros, Rodrigo Malmierca. Isso, resumindo, mostra a dinâmica da relação muito importante entre Brasil e Cuba.

No segundo semestre deste ano, a relação se adensou ainda mais com o início da participação de profissionais cubanos no Programa Mais Médicos.

Sobre o Programa Mais Médicos, eu gostaria de dizer algo muito preciso: a tarefa do nosso Ministério das Relações Exteriores no Programa Mais Médicos se resume à concessão de vistos. Mas, dado o número muito elevado de vistos, nós tivemos de reforçar este ano e vamos continuar a reforçar, no ano que vem, o setor consular da Embaixada em Havana para que não haja problemas – até agora não houve nenhum – na concessão de vistos.

Um segundo ponto: o Programa Mais Médicos, com a vinda de um grande número, milhares, de médicos cubanos este ano e no ano que vem ao Brasil, vai servir para diminuir um déficit que é fundamental em qualquer relação bilateral, que é o déficit da informação, o *gap* da informação, porque, naturalmente, com a atuação desses profissionais no Brasil e o contato com a nossa população, isso vai diminuir o déficit de conhecimento entre os dois países.

Já me referi também à inauguração do voo direto entre São Paulo e Havana em 10 de julho.

Outro setor prioritário é a área de intercâmbio científico e tecnológico, sobretudo a área de produtos farmacêuticos e de biomedicina.

E não poderia concluir esta primeira parte sem fazer referência aos importantes financiamentos do Brasil para Cuba, que já chegam a US$1,6 bilhão, destinados a obras estruturantes que contribuirão para a modernização da economia cubana. Passam pelo novo Porto de Havana, o Porto de Mariel, à modernização do aeroporto de Havana, talvez futuramente no segundo aeroporto de Cuba, Santiago de Cuba, além da área álcool-açucareira. Empresas brasileiras estão entrando agora com o arrendamento de usinas álcool-açucareiras, na modernização da agricultura cubana, na área de aumento da produtividade por hectare e na matriz energética cubana com o uso, como bem conhecemos no Brasil, do bagaço de cana para produzir biomassa.

Depois, temos outro programa muito importante com Cuba, com vários ministérios envolvidos, que é o Programa Mais Alimentos. Cuba importa 50% a 60% dos alimentos que consome, e vários Estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins, Pernambuco e Distrito Federal, têm colaborado, portanto, na área da diplomacia federativa – a cooperação não se resume ao Governo Federal –, com o programa de cooperação científica, técnica e tecnológica com Cuba, particularmente na área da agricultura e na área biomédica.

O Brasil tem contribuído também para os programas de rizicultura, não só com exportações de arroz para Cuba, como também temos contribuído com a vinda de técnicos cubanos ao Brasil, na área de rizicultura, na área da produção de soja, na área de produção de trigo, já que o maior percentual de exportações do Brasil para Cuba é no setor de cereais.

O Porto de Mariel vai ser, na região do Caribe e da América Central, extremamente importante. A primeira fase, que deve ser inaugurada no final de janeiro próximo, possivelmente com a presença da Senhora Presidenta da República, tem um cais de 700 metros, com calado de 21 metros, e uma segunda fase com mais 700 metros, totalizando 1.400 metros no final da obra de cais.

Esse projeto conta também com uma zona que, no Brasil, seria de processamento de exportação – lá é chamada de Zona Especial de Desenvolvimento em Mariel –, onde empresas terão uma série de facilidades, como incentivos fiscais, podendo utilizar *drawback* sem limites para a remessa de dividendos. E uma das tarefas nessa nova gestão, se os senhores me aprovarem, na nossa Embaixada em Cuba, será procurar fazer com que empresas brasileiras tenham interesse em se estabelecer na Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel.

O Ministro dos Investimentos Estrangeiros e Comércio Exterior de Cuba, Rodrigo Malmierca, no mês passado, esteve aqui em Brasília, em Porto Alegre, no Rio de Janeiro e em São Paulo. E, posteriormente, haverá missões cubanas a outros Estados da Federação para apresentar esse projeto e interessar empresas brasileiras.

Saindo da área econômica para outras áreas de cooperação, nós temos uma cooperação esportiva importante com Cuba, até porque as Olimpíadas de 2016 serão no Brasil. Cuba tem muita tradição em esportes olímpicos, uma das razões pelas quais o Ministro Aldo Rebelo esteve este ano em Cuba. Mas nós temos outras áreas de cooperação – futebol, voleibol, basquetebol e ginástica – com Cuba.

A cooperação cultural é tradicional, vai muito além do trabalho da nossa Embaixada. Já há uma dinâmica antiga, há décadas, muito intensa, da ida de músicos brasileiros, cineastas, escritores, jornalistas para Cuba, e da vinda também de um grande número de representantes da cultura cubana ao Brasil.

Na questão da política externa, já multilateral, eu gostaria de lembrar que a Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), composta por 33 países, cuja presidência *pro tempore*, no momento,...

(Soa a campainha.)

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – ...pertence à Cuba, e por essa razão a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo será também, na última semana de janeiro, em Cuba, onde prevemos também a presença da nossa Presidenta da República.

Não posso, já indo para a conclusão, falar sobre Cuba sem tocar na relação entre Cuba e os Estados Unidos.

O Brasil tem uma posição tradicional de condenar o embargo norte-americano, mas de procurar contribuir, na medida do possível, nas relações bilaterais e multilaterais, para melhoria das relações de Cuba com os Estados Unidos.

Voltando aos financiamentos, eu gostaria de dizer que, embora o montante de financiamentos do Brasil a Cuba seja bastante alto, e o Brasil tenha intenção de continuar concedendo outros financiamentos a Cuba, nós melhoramos muito a questão das garantias de risco no pagamento. Primeiro, não tem havido até agora atraso algum, por parte de Cuba, no pagamento dos financiamentos brasileiros. Em segundo lugar, nós, nas negociações com Cuba, estamos aumentando as formas de garantias, que inicialmente eram só em peso cubano, depois passaram para CUC (peso cubano convertível) e agora já passam, por exemplo, no setor álcool-açucareiro, pela própria produção de açúcar. E, nos aeroportos, pela própria garantia de taxas aeroportuárias em moeda forte.

Vou concluir por aqui e fico à disposição de V. Exªs para qualquer outra pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Obrigado ao Embaixador Cesário Melantonio Neto, que vai exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba, e passo a palavra ao Embaixador Alcides Gastão Rostand Prates, indicado pela Presidência da República para o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

O SR. ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Per-

mita-me, Sr. Presidente, saudar em especial a Senadora Ana Amélia, do meu Estado do Rio Grande do Sul.

É, para mim, motivo de grande honra comparecer pela terceira vez, perante a Comissão, no cumprimento do preceito constitucional. A eventual aprovação do Senado dá sólido respaldo aos chefes de missão brasileiros, sendo este, portanto, um momento no processo de designação de particular significado.

Essas notas que preparei para esta apresentação estão divididas em cinco partes: primeiro, a importância de Myanmar, a situação geográfica e outros fatores; segundo, o passado, uma história milenar; terceiro, o presente e as perspectivas dos sinais convincentes de nova e amigável orientação; quarto, a importância para o Brasil; e, quinto, os problemas.

Primeiro, a importância de Myanmar.

Conforme é cada vez mais evidente, a Ásia é a região mais dinâmica do mundo no momento, e Myanmar está no coração dessa região. Está localizada entre a China e a Índia, com as quais tem, respectivamente, mais de 2,1 mil quilômetros e mais 1,4 mil quilômetros de fronteiras terrestres. E também tem 1,8 mil quilômetros de fronteira com a Tailândia, além de fronteiras com outros países da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), o Laos, bem como a oeste, com Bangladesh.

A costa marítima é de quase dois mil quilômetros, e é uma opção à longa e complexa, ainda que mais usada e tradicional rota pelo Estreito de Malaca. É, sobretudo,uma opção para a China.

Myanmar tem uma população de mais de 60 milhões de habitantes, um público consumidor potencial dos mais significativos do mundo. As empresas de telecomunicações têm no país o mais promissor novo mercado no mundo no momento, por exemplo. É perto dos mercados da China e da Índia e de mais de dois bilhões e meio de pessoas e mais de um terço da população do Planeta. Na ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), que tem 500 milhões de pessoas, a classe média é ainda mais aquinhoada.

Outros fatores são recursos naturais. Myanmar tem petróleo, tem gás natural – é o décimo maior produtor mundial –, estanho, zinco, cobre, chumbo, tungstênio, carvão, terras-raras, juntamente com o Brasil e a China, pedras preciosas, como rubi, safira, jade – 90% da produção mundial – e, tradicionalmente, é importante fornecedor de madeira de lei. E tem potencial hidroelétrico. É o sexto produtor mundial de arroz e também importante produtor de pescado. Tem uma terra arável considerável, na 25ª posição entre os cerca de 200 países do mundo, e clima favorável para atividades agrícolas todo o ano. Tem dez vezes mais água aproveitável *per capita* do que a China ou a Índia, por exemplo. Essa é a importância de Myanmar.

Segundo: passado milenar. O país tem uma história milenar interessantíssima. O território é berço de diferentes civilizações entre China e Índia, com as quais interagiram ao longo dos milênios. A situação colonial, iniciada em etapas no século XIX, só terminou depois da Segunda Guerra Mundial. Depois da sua independência, houve um breve período democrático. Desde 1962 até 2011, o país esteve sob o regime militar autoritário, e as políticas insensíveis do regime levaram a sanções por parte de países do Ocidente, mormente os Estados Unidos e a União Europeia, sanções de efeitos discutíveis.

Terceiro ponto, dos cinco pontos. Presente e Perspectivas. Houve notável acelerada transição desde 2011. O governo atual dá evidências de ter presentes as transformações vividas pela Ásia, nas últimas décadas, com grandes avanços econômicos. Demonstra estar consciente de ser este o momento de seu país passar pelo mesmo processo. Reconhece a inter-relação entre liberdade e estabilidade política e desenvolvimento econômico.

Um ponto a sublinhar é que Myanmar assume a presidência rotativa da Associação das Nações do Sudeste Asiático em 1º de janeiro de 2014, ano que vem, pela primeira vez, o que revela a confiança das outras partes da associação. É acelerado o processo de eliminação das sanções a que o país está sujeito. Multinacionais acorrem ao país aproveitando a abertura: Alcatel, Coca-Cola, Dupont, Exxonmobil, Heineken, Hyundai, Marubeni, Microsoft, Mitsubishi, Mitsue, Nestlé, Pricewaterhouse, Standard Chartered, Sumitomo, Total e Unilever estão todas acorrendo ao país, o que faz que com que a concorrência por imóveis seja terrível. O preço dos imóveis está subindo.

Há um amplo consenso entre os observadores mais assíduos de que Myanmar mudou mais nos últimos três anos do que desde as manifestações pró-democracia, em 1988, ou mesmo desde o início da ditadura militar, a mais duradoura do mundo contemporâneo, em 1962.

A Prêmio Nobel, Srª Aung San Suu Kyi, depois de muitos anos de prisão domiciliar, libertada em 2010, é hoje parlamentar e aspira à presidência da república em 2015, o que dependerá de reforma constitucional pela qual ela se bate no momento.

Quarto dos cinco pontos: a importância para o Brasil. A embaixada em Yangon é relevante tanto pelas relações bilaterais – aliás, foi aberta num momento muito oportuno, antes da abertura, o que é muito apreciado pelo governo do país – quanto pela presença,

nossa presença brasileira, no sudeste asiático e na Ásia do leste como um todo.

Há muitos itens de interesse para as relações bilaterais, tanto no plano prático quanto no mais amplo e político. No plano prático, os recursos naturais e a produção agrícola de Myanmar são importantes, mas, salvo pela exploração do gás natural, que exporta efetivamente para a China desde outubro último, e produção de arroz, quase tudo é subexplorado.

E aí reside o motivo de interesse para o Brasil, e não só para o Brasil. Há possibilidade de participar do desenvolvimento do País, que se prevê cada vez mais rápida, dada a abertura política de uma base atrasada. Por exemplo, na agricultura, podemos participar não só com colaboração, mas com fornecimento de equipamentos de tecnologia.

Participação no desenvolvimento da infraestrutura. Os setores que recebem a maior fatia de investimento estrangeiro direto em Myanmar, mineração e energia, são, como se sabe, áreas nas quais o Brasil tem amplo conhecimento, tecnologia e presença internacional.

A participação no desenvolvimento da indústria. Só recentemente, Myanmar atraiu investimentos na área automotiva, mas as autoridades já suscitaram a possibilidade de atuação da Marcopolo, por exemplo, brasileira. A Embraer fez um *roadshow* em Myanmar em junho deste ano, e seus representantes lá retornaram recentemente. Aliás, duas aeronaves fabricadas pela Embraer já são utilizadas pela Myanmar Airways no país, esses aviões E-190.

Fornecimento de bens de consumo. Por enquanto, a nossa pauta exportadora se resume a café, açúcar, calçados e alguns tratores, mas têm estado lá representantes, por exemplo, da Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne), da Ubabef (União Brasileira de Avicultura). Outras áreas também já expressamente identificadas são *softwares,* finanças e têxteis.

No plano mais amplo e político, a título de exemplo, pode-se apontar interesse na cooperação interparlamentar, já expressa pelo governo de Myanmar.

(Soa a campainha.)

O SR. ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES – E cabe aos senhores, então, dar atendimento ou não.

Cooperação judiciária. O Ministro Hermann Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, esteve em Myanmar e discutiu a possibilidade de cooperação no tocante à elaboração legislativa e qualificação de magistrados. E o diálogo político, por exemplo. Dois aspectos da realidade político-institucional brasileira em que as autoridades de Myanmar têm demonstrado particular interesse: a transição de um regime autoritário para um regime plenamente democrático e o federalismo.

No que toca ao sudeste asiático, a embaixada se junta aos esforços das demais embaixadas nos países da Associação das Nações do Leste Asiático, no acompanhamento da realidade regional e na articulação de ações regionais nos planos político-diplomáticos, entre eles as agendas multilaterais, econômico-comercial, cultural e demais. Isso também vale para o leste da Ásia como um todo.

Tem-se também provado importante tal coordenação no apoio às comunidades brasileiras residentes nesses países. Tendo sido embaixador no Vietnã e em Manila, eu tive ocasião de atuar com os colegas no apoio a missionários, futebolistas, capoeiristas, modelos, que vivem nesses países e, às vezes, enfrentam problemas.

Por fim, último ponto, quinto. Os problemas. Não vou me estender nos problemas daquele país, mas a verdade é que os problemas de Myanmar são sérios. O caminho da democratização no país está sujeito a muitos obstáculos e mesmo a alguns riscos de retrocesso – há que se admitir. Ninguém ousa apostar cabalmente no que está por vir no horizonte político a médio prazo do país, motivo, aliás, a mais para admirar a liderança atual daquele país em sua determinação de desenvolver Myanmar num ambiente cada vez mais aberto e democrático. Exemplo claro das dificuldades são os conflitos de origem étnica e religiosa que a imprensa às vezes noticia.

Sr. Presidente, muito obrigado. Srs. Senadores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Senhores Embaixadores, há uma lista de inscrição de Senadores para a arguição dos senhores. Eu peço que os senhores anotem, porque as respostas serão dadas em bloco.

Já há quatro Senadores inscritos: a Senadora Ana Amélia, o Senador Luiz Henrique, o Senador Cristovam e o Senador Mozarildo.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, que é a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente Jarbas Vasconcelos, caros Embaixadores que se submeterão agora a esta sabatina, eu queria cumprimentá-los pela exposição muito clara e objetiva a respeito da realidade que vão enfrentar nas suas respectivas missões diplomáticas.

Começo com a Embaixadora Eliana Zugaib, cuja indicação tive a honra de relatar nesta Casa e que vai para uma missão relevante e também desafiadora por conta da situação em que a organização se encontra neste momento.

Um dos dados relevantes que me pareceu muito interessante é que V. Exª está preocupada com a questão da qualidade de ensino. Esse é um foco relevante. E também com a questão do ensino profissionalizante. Um país que está crescendo não pode abrir mão da oferta de mão de obra necessária em quantidade e qualidade suficientes para enfrentar o desafio. A alfabetização de adultos, a questão do uso da tecnologia da informação na educação, a Convenção Antidoping, a promoção da economia criativa. Nós até examinamos isso no âmbito de algumas comissões aqui no Senado. É um tema novo para o Brasil, mas não é um tema novo para o resto do mundo. A Alemanha é um grande exemplo nessa área. E a cultura como um vetor de desenvolvimento sustentável.

Então, a sua agenda, Embaixadora Eliana, é realmente estimuladora de acreditar realmente, sobretudo no primeiro item, qualidade da educação. Então, estamos vendo e vivendo no Brasil uma situação preocupante em relação a essas questões.

Queria um esclarecimento quanto ao que a senhora falou da governança da internet, tema que vai ser discutido em 2014. O que a Unesco está trabalhando sobre isso?

E uma outra questão, que foi examinada no âmbito desta Comissão, por requerimento meu: o Brasil, pela informação que tenho, não aderiu à Convenção da Unesco que se destinou a proteger o patrimônio cultural subaquático. Ele é signatário, no entanto, da Convenção das Nações Unidas sobre direito do mar, do acordo que foi concluído em Montego Bay.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Então, nós discutimos aqui como isso se opera, como vai ser feito, e gostaria de alguma informação dessa natureza, já aproveitando para desejar a V. Exª muito sucesso nesse novo desafio.

E, sobre o valor da participação brasileira, a senhora disse que o Brasil é o décimo maior contribuinte. Em valores, em dólares, quanto é essa contribuição?

Ao Embaixador Cesário desejo que seja muito bem-vindo ao Rio Grande quando lá estiver visitando. O senhor até me respondeu uma pergunta que eu ia lhe fazer, quando falou das garantias dos empréstimos, que tinham sido ampliadas, e que o retorno estava garantido. O total do financiamento citado por V. Exª é de US$1,6 bilhão. Esse financiamento, Embaixador, é do BNDES? Ele é para obras de infraestrutura? São empresas brasileiras que estão executando essas obras? V. Exª, como explicou, não me cabe, então, fazer o retorno.

V. Exª falou que há um reforço na área consular para não haver nenhum problema na concessão dos vistos; que essa é a responsabilidade que cabe ao Ministério das Relações Exteriores em relação à vinda dos médicos no Programa Mais Médicos. Se está sendo ampliado, significa dizer que pode haver um aumento do número de médicos cubanos nesse contrato, para o Brasil? Então, é a pergunta que lhe faço.

E queria fazer um pedido a V. Exª, em relação à questão que também interessa ao meu Estado, da importação de trocas comerciais. Interessa muito a questão de arroz e os produtos agrícolas em que, eventualmente, a colaboração possa ser feita.

Mas há uma questão que nunca é abordada no Brasil, que diz respeito ao sistema prisional cubano. Eu gostaria que V. Exª, quando chegar lá, tenha o interesse de receber informações. Quando visitei esse país em 1985, na companhia do então Ministro da Justiça Paulo Brossard, que foi ministro do Supremo Tribunal Federal, visitamos uma penitenciária em Havana, e o sistema lá adotado pareceu-me extremamente importante e significativo, não só na ressocialização dos apenados, mas, sobretudo, na forma como o custeio da penitenciária é feito pelo trabalho dos apenados. Então, uma informação sobre isso, sobre a legislação dessa matéria.

E, ao Embaixador Alcides Prates, agradeço a sua referência, meu conterrâneo do Rio Grande do Sul. Em mais uma missão que está desempenhando, o senhor falou que Myanmar tem uma posição estratégica muito importante para o Brasil, especialmente citando o caso de uma empresa gaúcha que hoje eu digo que é multinacional. Primeiro, nós dizíamos que era multicolonial – para quem não é gaúcho, colônia é a zona italiana –, pois ali é a primeira colônia, Bento Gonçalves é a segunda colônia, tem Garibaldi, e a quarta colônia é ali perto de Santa Maria. Então, está lá a Marcopolo, e a Embraer, já com um pé também em Myanmar.

O senhor fala que há uma expectativa de exportação. Mas, tão perto da China, não é mais barato para eles importarem da China, que é a fábrica do mundo, do que... no caso de máquinas agrícolas ou outros? Como nós podemos aproveitar essa posição estratégica nesses setores?

E me agrada muito, embora não possa entrar no mérito, não sei qual é a posição, que uma mulher que tenha a distinção de Nobel esteja pleiteando ser uma parlamentar. E já que a Embaixadora Eliana citou que uma das prioridades de interesse do Brasil é a questão de gênero, na Unesco, isso também conta nesse concerto internacional. Então, eu queria agradecer V. Exª.

Há outra questão. Eles, na verdade, são concorrentes, como grandes produtores de arroz. Nós tínhamos arroz para exportar para lá, mas devem ser muito protecionistas. E, na questão consular, nós temos vistos para ir até lá? E se há legislação. Porque, quando a gente recebe um visto para a Tailândia, por exemplo, para a Indonésia, vem uma inscrição como esta, por exemplo: "Neste país a pena de morte é estabelecida para a questão de tráfico de drogas". Eu queria saber se também Myanmar adota essa legislação e se isso vem também quando é concedido o visto?

Muito obrigada, Srs. Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores que participam desta sabatina, senhoras e senhores, eu queria destacar, em relação à Unesco, uma questão que nós percebemos, a Senadora Ana Amélia e eu, recentemente, na reunião da União Interparlamentar, que foi realizada na ONU, em Nova Iorque: para nós é absolutamente degradante – e foi naquela ocasião – o fato de termos que fazer intervenções em espanhol, enquanto coreanos e árabes faziam intervenções na sua língua. Por que na Unesco não se adota o português, que, aliás, é mais falado no mundo do que o próprio francês, que é língua oficial. E se há um caminho, se há um movimento, se há uma tendência a que esse tabu seja quebrado na ONU, especialmente na Unesco?

Outra indagação que eu queria fazer a V. Exª, Ministra Eliana Zugaib, é relativamente a uma ligação direta entre a Unesco e os nossos Estados. O Brasil é um país continental, diverso. Há dezenas de brasis diferenciados integrando o nosso Brasil. E, muito recentemente, os Estados passaram a criar secretarias de relações internacionais. Nós mesmos o fizemos e contamos, durante quatro anos, com a presença, naquela secretaria do hoje Embaixador em Pyongyang, Roberto Colin, colega de V, Exªs, e logramos um resultado fantástico da instituição daquela secretaria, desde a negociação com a Rússia, para a instituição, em Joinville, da Escola de Teatro Bolshoi – por sinal, a única fora daquele país –, que contou, na época, inclusive, com uma ação muito efetiva da Embaixadora Thereza Quintella, fato do qual não nos esqueceremos jamais.

Mas, a experiência da Escola Bolshoi hoje é exemplo para todo nosso continente sul-americano e acaba de receber a primeira bailarina do Joffrey Ballet de Chicago para lá especializar-se. A escola estará recebendo, durante dois meses, o diretor do Ballet de Salzburgo, que está ensaiando o Lago dos Cisnes para levar o corpo de baile da escola, porque, em Salzburgo, eles não têm um corpo de baile à altura do que se produziu em Joinville.

Então, essa é uma experiência. Como experiências ricas como esta, que há em todo nosso País, podem ter uma aproximação maior com a Unesco? Qual é o canal, o caminho para se chegar a isso?

Eu vou me concentrar, em relação ao Embaixador Cesário Melantonio, em uma questão relativamente ao Porto de Mariel. Eu acho que, com o Porto de Mariel, o Brasil criou uma condição excepcional para fazer valer seu tamanho e o tamanho de sua economia, em continuar realizando uma política de solidariedade aos países vizinhos das Américas. O modelo do Porto de Mariel, inclusive, está sendo cogitado pelo Presidente Mujica, do Uruguai, para reproduzi-lo naquele país na construção de um megaporto.

É um modelo em que o BNDES financia, e a empresa brasileira realiza a obra com equipamentos brasileiros, ou seja, demandando a indústria nacional para fazer aquela obra. Como é uma obra magnífica e que representa, na verdade, um novo complexo logístico para a região da América Central, eu acredito que o Porto de Mariel vai exercer essa condição de rabo marítimo daquela região. Isso, efetivamente, deve ter, Ministro Melantonio – e eu constatei isso quando estive em rápida viagem a Cuba –, uma repercussão muito positiva no governo cubano e no povo cubano em relação ao Brasil.

O Brasil, diferentemente de outras potências, não é opressor; é solidário. Isso é importante nessa modelagem que, eu vejo, no Porto de Mariel. O BNDES – acho que o telespectador não o sabe – tem uma carteira quase dez vezes maior que a do Banco Mundial. O BNDES é muito mais forte que o BID e o Banco Mundial. Oxalá o BNDES possa repetir essa experiência do Porto de Mariel em solidariedade a nossos irmãos da América espanhola.

Então, eu gostaria, até para que os telespectadores possam conhecer melhor, que V. Exª pudesse dar mais detalhes a respeito dessa obra magnífica, que, como V. Exª disse, não se vai esgotar na construção do porto, da ferrovia, da modernização da ferrovia, da rodovia de acesso, quer dizer, do corredor de exportação propriamente dito. Mas vai ter continuidade com investimentos na área remota do porto: investimentos de logística naquela obra, que é, na verdade, o conceito mais moderno de terminal portuário, que é um terminal-indústria.

Então, eu gostaria que V. Exª desse mais detalhes a respeito.

Quanto à antiga Birmânia inglesa, eu pediria ao Embaixador Alcides Rostand que desse mais detalhes

desse processo de abertura política que lá se realiza, porque Myanmar tem sido palco de grandes atos de opressão de governo ditatorial, de supressão das liberdades, de censura, de prisões ilegais, uma violência muito maior, muito mais forte do que a que vivemos aqui no Brasil durante o regime autoritário.

Eu gostaria de pedir a V. Exª que detalhasse como está a evolução desse processo de abertura naquele país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Obrigado ao Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, Srª Embaixadora, eu quero fazer uma pergunta a cada um dos senhores e à senhora.

Primeiro, em relação à Unesco – nem tanto só uma pergunta, mas quero fazer comentários.

A Unesco tem hoje uma excelente diretora, uma pessoa que, a meu ver, tem todas as condições morais, intelectuais e administrativas para levar adiante esse organismo; mas a Unesco está passando por um momento muito difícil, sobretudo financeiro. Minha pergunta é: o que nós podemos fazer para ajudar a Unesco a superar essa grande dificuldade que atravessa?

Segunda pergunta: como fazer para transformar a Unesco num instrumento do grande debate que o mundo precisa fazer hoje para encontrar um novo rumo no seu projeto civilizatório? Ninguém vai conseguir que a OMC traga uma nova proposta para a humanidade. A OMC está preocupada com o comércio. Ninguém vai conseguir que o FMI, o Banco Mundial, o Banco Interamericano, UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development)*, nenhum dos órgãos da família das Nações Unidas vai conseguir ser um centro de pensamento de alternativas de um novo projeto civilizatório. A Unesco é o único desses institutos que poderá fazer isso.

Eu quero sugerir que o papel do Brasil seja no sentido de orientar, impor, influir, atrair a Unesco para esse papel, que ela não está desempenhando ainda, que a própria diretora chama de um novo humanismo, ou um neo-humanismo, se assim o quiserem. Essa é uma expressão da Diretora Irina Bokova.

Então, como é que nós podemos ajudar a diretora a sair da crise que atravessa a instituição, e como é que, ao mesmo tempo, podemos orientar a vocação dela?

Eu acho que a Unesco perdeu muito ao ficar prisioneira de vocações tradicionais: definir os monumentos históricos do Patrimônio Histórico da Humanidade; o trabalho na linha do ensino superior. Tudo isso muito restrito a uma visão tradicional. Seria necessário pensar como vai ser a universidade daqui a 50 anos, se é que vai existir; ou se não será outro tipo de instituição que vai preencher a necessidade de formulação de ensino superior.

É isso que eu gostaria de colocar.

Finalmente, gostaria de pedir o máximo de apoio para uma instituição que faz parte indiretamente da Unesco, que é a Universidade das Nações Unidas, e que precisa ser inserida nesse grande debate mundial.

Quanto ao Embaixador Alcides, eu tenho uma curiosidade: Myanmar está sob influência de pensamento de que blocos do pensamento político mundial? Nós temos os países que dependem da Rússia – e vejam aí essa crise com a Ucrânia, que é a simples tentativa de mudar de uma influência para outra, que é sair da influência russa, para a influência europeia; e não está conseguindo sem um custo muito alto, e ninguém sabe o que é que vai acontecer, até porque acho uma temeridade dar esse salto, saindo da aliança prioritária com a Rússia, para uma aliança prioritária com a Europa; pode ser extremamente arriscado, no médio e no longo prazo; ao mesmo tempo, é o que o povo quer, inclusive pela ilusão do euro; fazer parte do euro exerce uma atração imediata muito grande, que se sobrepõe a uma visão estratégica de médio e de longo prazo.

Quanto a Myanmar, eu me pergunto: é a China, é o Japão, é a Rússia? Myanmar está sob que influências? Esteve sob a da Inglaterra – lembrou bem aqui o Senador Luiz Henrique –, mas e hoje? Ou é totalmente independente, não sofrendo influência de nenhum país?

Quanto ao Embaixador Melantonio, cuja indicação tive a honra de relatar, eu queria ver se dá para sabermos aqui – e até me pergunto se não deveria ser uma parte secreta – se o que está acontecendo hoje em Cuba, na reforma que estão fazendo, vai levar esse país a se parecer mais com o que aconteceu na antiga União Soviética, com o que está acontecendo na China, ou uma coisa diferente, que vai permitir as reformas liberalizantes na economia e, ao mesmo tempo, algumas reformas liberalizantes na política, que a China não fez ainda? Ou ninguém sabe como vai ser?

Essa é uma curiosidade que eu tenho, e gostaria de ter o seu sentimento, pelo que tem lido, pelo que tem acompanhado desse país.

Outra coisa: nós temos feito financiamentos em Cuba e temos recebido médicos de Cuba; eu me pergunto se nós não temos condições de fazer também, no sentido contrário, daqui para lá, outro tipo de colaboração que não seja só financiamento de construção

de aeroportos e portos. Não temos áreas de cooperação intelectual que possam fazer com que a gente leve para Cuba, se não mais médicos, mais artistas, mais desportistas? Qual é "o mais" que pode ser feito no sentido Brasil para Cuba? Digo isso para que não fiquemos apenas como os que recebem, e sejamos também os que oferecem – não para beneficiar Cuba, mas para dar uma dignidade maior ao Brasil.

São as duas preocupações que eu lhe trago.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Com a palavra, o Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, eu queria apenas perguntar e fazer algumas observações ao Embaixador que vai para Cuba.

Eu fui o Relator revisor da medida provisória do Mais Médicos. Eu sou médico, tenho 44 anos de formado, e eu sempre disse, na questão desse Mais Médicos, que essa era uma medida que deveria ter sido tomada há 44 anos. Quando me formei, há 44 anos, já existia esse fenômeno da falta de médicos nas periferias das cidades e no interior.

Eu sou nascido em Roraima, voltei...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Mozarildo, poderia me dar um aparte depois?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É o seguinte: Santa Catarina tem cidades todas pavimentadas, floridas, com 52 *campi* universitários espalhados pelo Estado, em 13 universidades comunitárias. Portanto, morar no interior é como morar no litoral.

Pois bem, não havia médicos para as UTIs que nós criamos, para os hospitais que construímos no interior. E aí fizemos um programa: o médico que fosse para lá – o mesmo valia para o engenheiro, para o veterinário e para o agrônomo – teria, em dez anos, incorporado o dobro do seu salário. Ele incorporaria 10% do seu salário em cada ano e já passaria a ganhar o dobro do que ele ganhava no litoral. Não foi um médico para lá. Não foi um médico para lá! Aí, para ativar as UTIs, publicamos anúncios nos principais jornais do País, oferecendo um salário de R$12 mil, mas não foi um médico, nem do Rio, nem de São Paulo, de lugar nenhum, para lá.

Então, essa experiência do Mais Médicos é a única solução, porque os que estão no litoral não querem ir para o interior. Essa é a realidade.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – O aparte de V. Exª só corrobora o que estou dizendo e vou dizer.

Como eu disse, eu sou filho do Estado de Roraima, o Estado mais ao norte do Brasil e, portanto, mais próximo de Cuba. Roraima foi o pioneiro em fazer convênios, junto com Tocantins, logo depois, para trazer médicos cubanos para atenderem no interior do Estado. E, realmente, foi uma experiência muito boa. Vários deles ficaram depois em Roraima, estão trabalhando lá. Realmente, mudamos o perfil, mas, de novo, estamos com uma carência grande de médicos, e isso se repete em todo o Brasil.

Então, quando fui o Relator revisor desse programa, as entidades médicas me procuraram com muitos argumentos, alguns muito válidos. Mas eu disse para eles: "Não é possível continuarmos assim." As entidades médicas nunca apresentaram uma proposta para solucionar isso. Eu apresentei um projeto para que o formando em Medicina, o graduado em Medicina, tivesse de passar dois anos em um Município em que não houvesse a correlação recomendada pela Organização Mundial de Saúde, que é a de um médico para mil habitantes. E, depois desses dois anos, ele teria o registro definitivo do CRM. Isso não andou aqui, muito por causa de forças ocultas que não queriam que isso acontecesse.

Então, fui o Relator, com muita consciência pessoal da realidade que conheço, até porque, quando eu me formei, a minha faculdade estava fazendo 50 anos de existência e, portanto, já tinha formado 44 turmas. Em Belém, onde me formei, não havia médicos para trabalhar nem nos distritos mais distantes nem nos Municípios vizinhos. Muitos paraenses, inclusive, saíram de lá para trabalhar em São Paulo, no Rio, enfim nos Estados desenvolvidos.

Preocupam-me alguns pontos. Nós fizemos algumas melhorias, de comum acordo com o Ministro da Saúde, de comum acordo com a Presidência da República, colocando lá uma coisa amarrada de que o Governo, em cinco anos, investiria para reformar, construir e equipar as unidades de saúde no interior, fazendo também regras basilares para que a formação do médico no Brasil, devido ao aumento de vagas – isto, inclusive, já vai valer para o ano que vem –, não caísse, não deteriorasse.

Foi muito debatido – e não tivemos uma resposta adequada – esse convênio que o Brasil fez com a Opas. O que sabemos é que o dinheiro vai para a Opas, a Opas o repassa para o governo cubano, que repassa apenas um percentual mínimo para o médico que aqui está trabalhando, afrontando, portanto, a nossa Consolidação das Leis do Trabalho e até mesmo as recomendações da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Esse é o único ponto que ainda ficou obscuro na questão do Mais Médicos.

Como eu disse, é uma medida que o Governo resolveu tomar em caráter emergencial, repito. Vários Presidentes da República passaram do ano que me formei, em 1969, para cá, e nenhum tomou uma medida concreta para resolver o problema.

O Senador Luiz Henrique foi Governador de Santa Catarina e está relatando a experiência, quer dizer, apesar de haver local adequado de trabalho, o médico prefere ficar em São Paulo, no Rio, em Minas e até no Rio Grande do Sul, porque há não só possibilidade de mais emprego como mais qualidade para se trabalhar adequadamente.

Então, eu queria justamente que V. Exª se debruçasse sobre essa questão da Opas e dos direitos trabalhistas. Isso tem sido muito explorado, e não temos tido esclarecimento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Encerrada a fase de arguição dos Srs. Senadores, lembro, inclusive, que dos Senadores presentes apenas o Senador Luiz Henrique votou. O processo de votação está em aberto. Os Senadores Cristovam, Ana Amélia, Mozarildo, Osvaldo ainda não votaram. O Senador José Agripino chegou e vai votar.

Vamos começar pela Embaixadora Eliana Zugaib.

V. Exª fique à vontade para responder.

A SRª ELIANA ZUGAIB – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Começarei, então, pelas perguntas formuladas pela Senadora Ana Amélia. A primeira delas é sobre a governança da internet, qual o envolvimento da Unesco nesse tema.

Eu diria que o envolvimento da Unesco na questão da sociedade da informação é bastante reforçado ao longo do tempo, inclusive a Unesco tem recebido do Secretário-Geral da ONU a função de coordenação de uma série de programas importantes de caráter global. Inclusive, a Cúpula de acompanhamento dos dez anos da Sociedade da Informação foi sediada pela Unesco, e a Unesco ficou a cargo também de várias funções dentro dessa área. Uma delas foi a questão da universalização do acesso à internet; aí não só da universalização, mas também do conteúdo da internet, que é a fase em que se inaugura agora a preocupação com o conteúdo e com o multilinguismo. Há uma preocupação de que a informação tem que ser processada e tem que gerar conhecimento aplicável.

Então, eu diria que o Brasil, dentro desse processo coordenado pela Unesco, tem muito a aportar, porque o nosso sistema de governança da internet é um dos únicos do mundo que é multissetorial, ou seja, que engloba o Governo, a sociedade civil organizada, o setor privado. É um modelo que inclusive inspirou outros países, como a Turquia, por exemplo.

Então, há um campo muito grande dentro da Unesco para que o Brasil possa ter uma possibilidade de influenciar também nesse tema.

A segunda pergunta diz respeito à questão da Convenção Subaquática. Realmente, essa é a única das convenções que ainda não cumpriu o processo parlamentar completo. Eu poderei me aprofundar mais futuramente e mandar uma informação para a senhora, mas acontece que se estagnou esse processo por uma questão de incompatibilidade com a nossa legislação local e com os preceitos da própria Convenção sobre o Direito do Mar. Houve uma série de debates a esse respeito. A Marinha tinha restrições com respeito à consulta prévia ao navio de bandeira. Há uma outra questão delicada também, que me parece que não se coaduna com a Convenção do Mar, que é a questão do tratamento arqueológico e da conservação *in situ* dos objetos e do patrimônio que se encontram dentro do navio submergido.

Esses são meus conhecimentos, por enquanto, mas poderei futuramente aprofundá-los.

Quanto à questão da contribuição regular do Brasil, a nossa contribuição, em 2013, chegou a US$4,516 milhões e €4,745 milhões. Isso significa quase 3% do orçamento total da organização. Mas não é a contribuição recorde. Em 2003, nós tivemos uma contribuição que ultrapassou um pouco os 3%.

Quanto à pergunta do Senador Luiz Henrique, a respeito da introdução do português como língua de trabalho na Unesco, há uma diferença entre a língua oficial e a língua de trabalho. A Unesco tem como línguas oficiais as seis línguas da ONU, que são: inglês, francês, espanhol, russo, chinês e árabe. Além dessas, como língua oficial, o português, o italiano e o hindi. O que significa língua oficial? Significa que apenas os documentos afetos à constituição e ao *status* legal da Unesco é que são traduzidos para as línguas oficiais. A língua de trabalho seria a interpretação simultânea durante as reuniões, que é o que preocupa o senhor. Não há um impedimento a que o português seja uma língua de trabalho. A questão é financeira. Para se introduzir o português como língua de trabalho haverá custos altos e adicionais. Neste momento de crise financeira da organização, só se encontrássemos maneiras de o Brasil financiar. Eventualmente, poderia ser discutida, no âmbito da organização, a introdução também como língua de trabalho, mas não há resistências e objeções.

Quanto à ligação entre a Unesco e os Estados brasileiros, eu diria que esse é um ponto realmente importante e tem muito a ver com a própria reforma da organização, que passou a atribuir uma importância muito grande, como eu disse ao senhor, aos atores

não governamentais. Ou seja, os Estados, obviamente, fazem parte dessa rede Unesco no Brasil, que é de suma importância para subsidiar nossa participação tanto nos projetos como nas reflexões da organização. O caminho é via Itamaraty, via delegação na Unesco, e será muito bem-vinda. Inclusive, eu queria dizer que uma das partes centrais da reforma da Unesco é justamente a formação de parcerias, e a parceria pode ser com os Estados – deve ser com os Estados, eu entendo –, e espero poder receber o aporte de V. Exª, no caso do Estado de Santa Catarina, para que possamos trabalhar juntos.

E, já que eu toquei na questão das parcerias da Unesco, é muito importante que está prevista também a parceria com Parlamentares, que avalio importante, porque, na realidade, os Parlamentares são os agentes para que cheguem até nós os anseios da sociedade que possam ser traduzidos em ações e projetos em cooperação com a Unesco.

Eram essas as perguntas, não é?

O Senador Cristovam me pergunta o que poderia ser feito pelo Brasil para que possamos ajudar a diretora da Unesco a vencer ou ultrapassar essa crise financeira.

Na ocasião em que a crise se deflagrou, realmente, a Diretora-Geral fez um apelo aos Estados-membros e criou um fundo de emergência. É interessante notar que esse fundo arrecadou US$75 milhões, sobretudo de contribuições de países em desenvolvimento, uma das razões pelas quais a Unesco, em si, procura canalizar esse pedido de recursos extraorçamentários justamente para os países que eu digo em desenvolvimento e, sobretudo, os emergentes. O Brasil, na ocasião, lamentavelmente, não pôde aportar recursos para esse fundo, mas pôde atender outro apelo, que foi adiantar nossa contribuição orçamentária regular, para que pudesse, naquele momento, fazer frente às dificuldades.

Do ponto de vista financeiro, levando-se em conta o aporte através da contribuição que o Brasil vem dando nos últimos anos, o Brasil contribuiu com aproximadamente US$600 milhões de recursos extraorçamentários. Obviamente que esses recursos foram empregados em projetos de execução no Brasil, em benefício da nossa população, mas isso quer dizer que supre, de qualquer maneira, grande parte da atividade da Unesco. Então, eu acho que o Brasil está fazendo todos os esforços para poder, naquilo que nos é possível, ajudar a Diretora-Geral. E a própria Presidenta da República, quando esteve com ela, disse que faria os esforços para ajudar no que fosse possível por parte do Brasil.

Quanto à questão sobre de que maneira a Unesco pode colaborar para refletir a respeito de um novo marco civilizatório, eu diria que uma das funções primordiais da Unesco é a função de laboratório de ideias, de conceitos inovadores, e a Unesco já contribuiu muito, ao longo de sua existência, com conceitos como desenvolvimento sustentável e vários outros conceitos inovadores, como a sociedade do conhecimento, que, inicialmente, se tratava da sociedade da informação e a Unesco deu um passo adiante. Quer dizer, não basta a informação; é preciso processá-la.

Então, o que eu diria é que houve, realmente, uma forte pressão no marco da reforma para que a Unesco enxugasse as suas diversas funções em algumas que excluíam justamente essa função de reflexão. E o Brasil foi absolutamente decisivo na sua posição de preservar essa função reflexiva da Unesco, que eu acredito ser o local onde se pode, efetivamente, trabalhar esse conceito.

Por último, a Universidade das Nações Unidas... Se eu me recordo era sobre como a Universidade das Nações Unidas poderia ser inserida...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Não, foi apenas um apelo...

A SRª ELIANA ZUGAIB – Um apelo. Está bem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – ... porque eu sou muito envolvido com ela. Apenas um apelo para que esteja atenta a isso.

A SRª ELIANA ZUGAIB – Está bem. Eu agradeço muito. Inclusive, depois, se houver oportunidade, eu gostaria de conversar com o senhor para obter a orientação sobre como trabalhar essa questão, que será prioritária, seguramente.

Muito obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria me escusar exatamente com o Embaixador Alcides. Eu vou ficar até a resposta do Embaixador porque eu tinha uma agenda, às 12 horas, que não posso adiar. Então, eu queria me escusar com o Embaixador Alcides, mas ficarei até isso. Mas votarei.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Com a palavra o Embaixador Alcides Prates. *(Pausa.)*

Desculpe-me.

Eu vou fazer a permuta.

Eu faço a permuta, Senadora Ana Amélia.

Eu não entendi.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, a primeira foi a Embaixadora, o Embaixador Cesário...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Não tem problema nenhum. A gente faz isso.

Com a palavra, o Embaixador Cesário Melantonio Neto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Presidente Jarbas Vasconcelos.

O SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO – Obrigado, Sr. Presidente.

Respondendo à Senadora Ana Amélia sobre a questão, em primeiro lugar, dos empréstimos. Realmente, esses empréstimos, muito importantes, que o Brasil concede e, como eu disse, vai continuar concedendo, com garantias importantes da parte do governo de Cuba, têm um reflexo, como todos sabem, estruturante na economia cubana. Depois, responderei ao Senador Luiz Henrique, que esteve em Cuba, assim como a senhora, e podem imaginar como esse processo de modernização ou atualização do modelo econômico, como dizem em Cuba, é importante para a evolução do país e como o Brasil pode contribuir e não só na área de infraestrutura – posteriormente, responderei à questão do Senador Cristovam Buarque –, mas também em outras áreas. Por exemplo, na área de agricultura, como eu me referi especificamente ao Estado da Senadora Ana Amélia, tem um programa muito grande com Cuba através da Fepagro, da Federação Estadual de Pesquisa Agropecuária, tem um programa com o Instituto Rio-Grandense do Arroz, com o Instituto Rio-Grandense da Soja, já há vários anos, com o Instituto Rio-Grandense do Trigo. Há cubanos que vêm com frequência ao seu Estado. Este ano, por exemplo, vieram dez e ficaram 53 dias para estudar o processamento agroindustrial familiar. É um programa de um ano no Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul, também na área biofarmacêutica, biofábrica, tem contato com laboratórios e institutos biofarmacêuticos em Cuba; já doou um laboratório para a análise de sementes e também trabalha na área leiteira e, em breve – vou me informar ainda este mês, pois eu não sei qual o Estado –, na área de frangos. Portanto, é um dos Estados que têm maior cooperação, sobretudo na área de desenvolvimento agrícola com Cuba.

A questão dos direitos humanos e das prisões.

O espectro de cooperação do Governo brasileiro, tanto em nível federal, como estadual e municipal, é tão grande que, infelizmente, eu não pude me referir a todos os setores, mas nós temos um setor de cooperação também judiciária com Cuba muito importante, que abrange a área das prisões, a questão do custeio das penitenciárias e da melhoria das condições de vida dos presos. Mas não é só na área especificamente das prisões; também temos cooperação judiciária em geral, inclusive na luta contra a corrupção. E o Tribunal de Contas da União tem um programa de cooperação com o Tribunal de Contas de Cuba. Então, toda essa área judiciária tem um arcabouço já antigo com Cuba, e eu acho que é no interesse dos dois países. Nós continuaremos a aperfeiçoar esse processo, que, espero, seja do interesse de Cuba e do Brasil, na área judiciária.

Ao Senador Luiz Henrique eu agradeço muito a oportunidade, sem tomar muito o tempo, de dizer algo mais sobre Mariel. Realmente, o projeto do Porto de Mariel, como o senhor bem disse, Senador, terá uma função muito importante, não só para Cuba, na relação de Cuba com o Brasil, mas para todo o Caribe e América Central. Talvez uma das funções principais de um novo Embaixador do Brasil em Cuba seja justamente, como o senhor já explicou, interessar as empresas brasileiras para que se desloquem para essa zona industrial de Mariel, que tem 485km², ou seja, é muito grande. E as empresas brasileiras que lá trabalham, como o senhor já disse, não atuam apenas na construção do porto, mas também de uma ferrovia, nessa chamada "retroárea". Só para dar um exemplo, essa retroárea vai abrigar negócios de biotecnologia e produção de medicamentos, embalagem, energias renováveis, agricultura, indústria agroalimentar, indústria leve, mobiliário, turismo, telecomunicações e informática e uma área de energia.

Então, nós já temos um número grande de empresas brasileiras. A Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), do nosso Ministério do Desenvolvimento, tem oito escritórios no exterior, um deles em Cuba. Nós trabalhamos, na nossa Embaixada em Havana, muito com a Apex, com o Diretor da Apex em Havana. Na recente, há poucos dias realizada, Feira Industrial de Havana, compareceram 28 empresas brasileiras, que participaram e se informaram, sobretudo, do Porto de Mariel, que também visitaram.

Realmente, o Porto de Marial será um *hub* marítimo extremamente relevante para toda a região, e o Brasil procurará, por intermédio do governo e das federações das indústrias... Como disse, o governo cubano tem contatado diretamente as federações das indústrias – já contatou algumas, mas vai contatar todas as federações das indústrias de todos os Estados brasileiros e do Distrito Federal – para que haja um interesse maior de parte das indústrias brasileiras em irem para Cuba, em geral, e para Mariel, em particular.

Respondendo ao Senador Cristovam Buarque a questão da atualização, da modernização da economia

cubana, como eu mencionei rapidamente nas minhas primeiras palavras, um dos vice-presidentes do Conselho de Estado em Cuba está responsável por esse processo, como se chama em Cuba, de atualização da economia. E ele veio com uma grande equipe ao Brasil, tendo passado aqui duas semanas, e, como me referi, foi também estudar o modelo francês, como foi à China e ao Vietnã. Então, é um processo em evolução. Nós não podemos saber exatamente para onde vai. O que eu acho importante ressaltar é o papel do Brasil. De que maneira o Brasil pode se inserir nesse processo para a modernização da economia cubana. O que podemos dizer é que o Brasil já tem uma presença muito grande, através de diversas empresas que estão em Cuba, e terá certamente uma presença maior nos próximos anos com outras empresas, não só de grande porte, como as que estão atualmente em Cuba, mas também pequenas e médias empresas.

A questão dos financiamentos. Realmente, não se concentram apenas na área de infraestrutura. Por exemplo, na área de alimentos e café, através do Proex (Programa de Financiamento às Exportações), o Brasil já concedeu para essa área que chamamos de Mais Alimentos US$350 milhões. Já estão concedidos para importação de alimentos do Brasil. Também, como me referi, Cuba importa mais da metade dos alimentos que consome. Então, o Brasil nessa área Mais Alimentos – não é só Mais Médicos –, tem tido uma contribuição muito importante.

Anotei também a reflexão do Senador Cristovam Buarque sobre a contribuição do Brasil na área financeira a outros programas de cooperação. Naturalmente, temos programas de cooperação na área educacional, na área de ciência e tecnologia – o Senador Aloizio foi Ministro de Ciência e Tecnologia, e o Senador Cristovam Buarque, da Educação. Então, eu não esquecerei, depois da aprovação de V. Exªs, na Comissão e no plenário, dessas áreas extremamente importantes a que me referi rapidamente, que são ciência e tecnologia e cooperação educacional.

Respondendo ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que foi o Relator, como já nos disse, do projeto Mais Médicos, gostaria de começar pela questão da Opas (Organização Pan-Americana da Saúde). O Ministério da Saúde do Brasil e a Opas firmaram um acordo para determinar as responsabilidades entre as duas partes. É um texto muito longo. Vou, só assim, passar rapidamente por cima dele. É um termo de ajuste, como se diz, de cooperação técnica.

Acho que esse termo de ajuste muito longo responde a algumas das questões de V. Exª. Primeiro, ele define as responsabilidades do Ministério da Saúde do Brasil. Mas eu vou sublinhar as responsabilidades da Opas nesse processo. Além da questão financeira – os recursos são R$510.957.307 –, os recursos são repassados à Opas, que implementa o processo entre o Governo brasileiro e o governo de Cuba. Mas ela tem obrigações, até porque é remunerada nesse processo, e o ajuste também diz qual é o valor da remuneração – R$24 milhões para a Opas –, porque ela tem não só de intermediar a questão financeira, mas tem de elaborar uma estratégia de comunicação para o programa, sempre com o Ministério da Saúde; tem de estabelecer a equipe de gestão, coordenação e implementação, claro que com a participação do Ministério da Saúde; tem de acompanhar e apoiar o avanço dos resultados esperados; tem de elaborar a sistematização e a disseminação do conhecimento e compartilhar as experiências no Brasil; tem de elaborar cursos e seminários com o Ministério da Saúde. Temos de comprovar também, junto com a Opas, o recolhimento referente à cobertura securitária e seguridade social dos médicos participantes, contratar o seguro de vida para os médicos participantes.

E, finalmente, para não me estender muito, há aqui um artigo relevante, que diz que as partes, a Opas e o Ministério da Saúde brasileiro, concordam que os médicos participantes no programa estão submetidos à legislação brasileira no que se refere às suas responsabilidades civis e penais. Portanto, a responsabilidade do Brasil está aqui no texto jurídico. É muito grande.

Para concluir, recolhi aqui as referências de V. Exª ao Pará, a Roraima, a Tocantins; do Senador Luiz Henrique – muito obrigado – a Santa Catarina. Eu acho que a própria explicação dos Srs. Senadores demonstra como esse programa é importante para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

Concedo a palavra ao Embaixador Alcides Prates.

O SR. ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou começar com a pergunta do Senador Luiz Henrique, com mais dados sobre o processo de abertura que está ocorrendo naquele país. Há uma frase de um professor tailandês, Prof. Pongsudhirak, do Instituto de Segurança e Estudos Internacionais da Tailândia, recente, que diz que nenhum país se parece mais do que Myanmar a um laboratório de desenvolvimento político e econômico no momento, porque, de fato, a situação política tem evoluído de uma maneira surpreendente. Depois da constituição desse atual regime, com uma nova Constituição, e o Presidente Thein Sein, que assumiu no início de 2011, o ceticismo era generalizado, mas houve uma série de passos que ajudaram a consolidar a confiança. Um, importantíssi-

mo, foi que o Presidente Obama, na sua primeira visita ao exterior depois de reeleito, foi a Myanmar. Isso foi um desdobramento extraordinário de confiança de um país que vem mantendo sanções contra Myanmar há muito tempo. A União Europeia tem tido a mesma atitude. A atitude da ASEAN, de que Myanmar faz parte, também tem sido muito importante na continuação da confiança no país, de modo a dar garantias e apoio ao atual presidente, de que o processo continuará. É um processo gradual. Por exemplo, o que está agora mais claramente na mira é que, até o final deste ano, portanto até o final deste mês, o governo prometeu que não haverá nenhum prisioneiro político no país e, de fato, levas de prisioneiros políticos têm sido liberados nesses últimos tempos.

Uma data importante é 2015, quando haverá uma eleição para presidente. A Srª Aung San Suu Kyi, que é emblemática e icônica, no sentido de oposição ao regime – esteve em prisão domiciliar durante muitos anos –, já anunciou que quer candidatar-se. Para isso, terá de haver uma mudança na Constituição. Se ela for eleita, seria a culminação de um processo, mas não é indispensável que isso ocorra, para que o país se normalize. Não será uma mudança radical, total e imediata, mas todos os passos que têm sido dados pelo governo têm despertado a confiança. O Presidente Thein Sein foi aos Estados Unidos e foi recebido na Casa Branca, por exemplo. E o fato de que o país terá a presidência rotativa da ASEAN durante 2014 também é uma indicação de confiança.

Os problemas do país são enormes, porque o governo reconhece 135 etnias diferentes. As principais etnias têm tido movimentos armados ao longo de toda a ditadura militar, e continuam armados. Há um processo de paz que, aparentemente, está sendo exitoso, mas que pode ser revertido a qualquer momento. Então, como eu disse na minha apresentação inicial, nada poderá garantir cabalmente que não haverá retrocesso. Mas os indícios são muito claros de que o governo está consciente de que, sem uma abertura, não poderá participar do processo de desenvolvimento asiático e está determinado a que isso ocorra.

Não sei se terei respondido à sua pergunta.

As perguntas da Senadora Ana Amélia, que questionou como poderemos, por exemplo, concorrer com a China, que está ali ao lado. A verdade é que o Brasil já concorre com a China. Dos itens de exportação brasileiros para Myanmar em 2012, um deles é o item da NCM-87019090, que são tratores. Quer dizer, o Brasil já exporta tratores para Myanmar. Então, a nossa concorrência já está efetivamente lá.

Um outro fator que se associa também à pergunta do Senador Cristovam é se a China realmente manda em Myanmar. Obviamente, não, e justamente todo o processo de independentização do país foi evitar ser dominado pela China, o que estava ocorrendo em virtude das sanções do Ocidente. O governo, por exemplo, interrompeu a construção de uma hidrelétrica de interesse chinês, o que causou um grande abalo nas relações bilaterais.

Enfim, o governo de Myanmar não é um títere do governo chinês. Então, imagino que haja interesse inclusive na diversificação de fornecedores e de investidores no país.

Quanto à questão que ela perguntou sobre vistos, sim, precisamos de visto. Aliás, é um dos poucos países do mundo em que inclusive os diplomatas precisam de visto. Aquele alerta no passaporte, no visto, para que as pessoas que vão à Tailândia e outros países saibam que lá o comércio de drogas é punido com pena de morte, é um alerta para o turista ficar atento e não vacilar em relação a essa possibilidade. De modo que não há nada errado no procedimento em si de avisar.

Pelo fato de o país ter permanecido durante tantos anos numa ditadura militar, os cuidados com os direitos humanos, com o cumprimento da lei, com o Estado de direito, foram precários – inclusive é um país onde se origina o comércio de drogas; tem-se originado. E há um esforço então do país... E grande parte do consumo e produção de drogas está ligado a esses grupos armados, étnicos, que dão combate ao governo central.

Então, é uma preocupação do governo de Myanmar e que faz parte desse quadro a que o senhor se referiu.

Por fim, a pergunta do Senador Buarque é muito interessante, porque se trata disso toda a evolução do país nos últimos anos. A ditadura militar de Myanmar tentou ter um caminho independente, o que conseguiu, mal, durante 50 anos. Mas, hoje em dia, viu que esse procedimento está esgotado. Há um cuidado muito grande em não ser dominado por nenhum grupo, justamente, nem pelos Estados Unidos, nem pela Europa, nem pela China, e vão continuar a fazer isso.

Agora, eu disse por fim, mas o Senador, Sr. Presidente, o senhor me consulta sobre respostas...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – É uma correspondência de uma entidade que sempre encaminha, faz indagações a embaixadores que passam por aqui.

O SR. ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES – Há três perguntas da Conectas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Exatamente.

O SR. ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES – A primeira pergunta é:

Como o senhor pretende assegurar que as empresas brasileiras não estarão envolvidas em violações dos direitos humanos, ou violarão as normas internacionais, através de suas atividades, especialmente no contexto de confisco de terras e zonas frágeis e pós-conflito?

Infelizmente, o poder de um embaixador, embora plenipotenciário, é limitado. O embaixador não poderá assegurar que essas empresas não incorrerão em crime, em delito. O que o embaixador deverá fazer, se o Senador aprovar minha indicação, e a Presidente efetivamente me designar, será atuar no sentido de que, evidentemente, empresas brasileiras não estejam associadas a isso. Então, será o quê? Dialogar com as empresas, mostrar a realidade, insistir na gravidade de agirem mal no país que os hospeda.

A segunda pergunta é:

Como o senhor pretende abordar a promoção da resolução da Assembleia Geral da ONU sobre Myanmar, que foi aprovada por consenso, com especial destaque para a responsabilização de crimes e plenos direitos de cidadania para a comunidade rohingya?

A comunidade rohingya é o principal problema de Myanmar na área de direitos humanos e um dos principais problemas políticos. Até a Srª Aung San Suu Kyi, que é Prêmio Nobel, tem sido muito criticada por não se manifestar sobre esse assunto. É um assunto secular, é uma comunidade muçulmana que vive no território de Myanmar, que é um país budista, com forte oposição de setores budistas da população, que não consegue... Uma parte da comunidade está em Bangladesh, a outra parte está na Tailândia. É uma situação gravíssima. E essas decisões... O Brasil e os embaixadores brasileiros, se há uma decisão da Assembleia Geral da ONU, a nossa função é defendê-la. O embaixador não poderá subir num caixote no centro da cidade de Nyaung-U e fazer um discurso contra o regime, porque será expulso como *persona non grata* nas próximas horas.

Mas a gente fará todo o possível para que o espírito e a lógica dessa resolução sejam cumpridos estritamente. E se não o fizer, o Itamaraty em Brasília me censurará acerbamente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Embaixador, essa comunidade muçulmana representa uma população mais ou menos de quanto?

O SR. ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES – É relativamente pequena, um ou dois milhões de pessoas mais ou menos – se eu não me engano, Senador. Eu posso estar enganado, mas acho que é no máximo isso. Não é grande parte percentual da população do país, está localizada geograficamente – antes nós tínhamos um mapa ali – a oeste sobre o mar...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – Pode voltar o mapa? (*Pausa.*)

O SR. ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES – Está ali, bem a oeste, onde está aquela marca mais amarela ali. É por aí. Estão localizados ali. Daí saem embarcações que vão para a Tailândia. A Tailândia devolve. É um drama. É um dos principais dramas humanos do momento em todo o mundo.

E o regime, que tem problemas com várias outras comunidades étnicas, não está conseguindo resolver esse, inclusive porque há o complicador religioso. Mas é um assunto sobre o qual, obviamente, nenhum embaixador, nenhum diplomata – e sobretudo nenhum diplomata brasileiro – que estiver no país poderá deixar de dar uma atenção cotidiana, acompanhando de modo a apoiar decisões que levem a uma solução.

Aparentemente, é insolúvel, mas deverá haver soluções e terá que haver soluções.

A terceira e última pergunta é:

Como o senhor pretende lidar com a pressão por investir em zonas que foram desmatadas em nome do desenvolvimento por meio de atrocidades em massa contra a comunidade rohingya e outros muçulmanos no Estado de Arakan?

Não há pressão. Os embaixadores brasileiros não recebem pressão desse tipo. Não existe a pressão. Haverá de estar atento para que a pressão exercida a outrem, que não o Embaixador do Brasil, seja computada, seja avaliada e seja objeto de acompanhamento, de modo que, sobretudo, os interesses brasileiros não sejam misturados com nada ilegítimo.

Não sei se respondi às perguntas, mas estou aberto a qualquer outra discussão sobre o assunto, se o Senado me aprovar e me designar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

De acordo com a Constituição Federal e o Regimento Interno do Senado Federal, a sessão está sendo transformada em sessão secreta.

(Iniciada às 10 horas e 5 minutos, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 3 minutos e é reaberta às 12 horas e 9 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – A reunião volta a ser pública.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Embaixador, se for possível, em dois minutos, eu gostaria de ouvir sua resposta, uma vez que os outros já responderam.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – Pois não.

O SR. ALCIDES GASTÃO ROSTAND PRATES – Eu dei a resposta na sua ausência, mas acho que valeria mencionar.

Essa é a questão chave que justificou o regime militar durante meio século: a tentativa de manter a linha independente. A única maneira de se manter uma linha independente no mundo pós-guerra foi se manter isolado. Ficaram cada vez mais isolados, num regime cada vez mais duro. E, com as sanções do Ocidente, começou a ocorrer o perigo de se verem dominados pelo grande vizinho, quer era a China.

O movimento atual de abertura visa, na opinião de muitos observadores, justamente prevenir que continuasse esse processo de "sinização" de Myanmar. Por exemplo, o atual Presidente, Thein Sein, suspendeu os trabalhos de construção de uma hidrelétrica, que beneficiaria sobretudo a China, o que causou grandes problemas com a China, mas que revela a determinação do governo de não estar dominado por nenhum grupo.

É um regime que se pensa... Muitas das medidas duras do regime não foram gratuitas; elas foram exageradas talvez, foram desproporcionais, mas foram reação a ações, como dos vários grupos armados de diferentes etnias associados a drogas, por exemplo. Toda vez que houve tentativa de abertura, houve uma reação muito forte da sociedade, e violenta.

Em relação ao conteúdo da sua pergunta, ao cerne da sua pergunta: sim. Não há, aparentemente, o risco de o país ser satelizado por nenhum grupo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Vasconcelos. Bloco Maioria/PMDB – PE) – O.k.

A reunião, como já foi dito pela Presidência, foi reaberta.

E comunico a aprovação do Embaixador Alcides Gastão Rostand Prates, indicado para a República da União de Myanmar; do Embaixador Cesário Melantonio Neto, indicado para a República de Cuba; e da Srª Eliana Zugaib, indicada para Delegada Permanente do Brasil junto a Unesco.

Cumprimentando os Embaixadores Alcides Gastão e Cesário Neto e a Srª Eliana Zugaib, Delegada da Unesco, desejo a todos o melhor êxito em suas missões. (*Palmas*.)

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 45ª REUNIÃO, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia nove de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente os Senhores Senador **Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Blairo Maggi, Alfredo Nascimento, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza** e **Osvaldo Sobrinho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da 45ª reunião, que é dada como lida e aprovada. Usa a palavra o Senador **Valdir Raupp** para solicitar a inclusão extrapauta da Mensagem nº 90, de 2013. Aprovada a inclusão extrapauta. **Item Extrapauta – Mensagem nº 90, de 2013**, de autoria da **Presidenta da República**, que "*submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor JOSÉ JURHOSA JUNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL*". Relatoria: Senador **Valdir Raupp**. Resultado: lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI). **Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2012**, de autoria do Senador **Sérgio Souza**, que *"altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência*". Relatoria *Ad Hoc*: Senador **Flexa Ribeiro**. Resultado: vista ao Senador **Wilder Morais**. **Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2013**, de autoria do Senador **Wilder Morais**, que *"reduz alíquotas de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares*". Relatoria: Senador **Blairo Maggi**. Resultado: retirado de pauta a pedido do relator. **Item 3 – REQUERIMENTO DA CI Nº 50, de 2013**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que *"requer, em razão do disposto no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para conhecer e debater as atribuições e atuações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), na apuração e gerenciamento das informações que ordenarão os processos em que serão realizadas*

as explorações petrolíferas no nosso País, com os seguintes convidados: Magda Maria de Regina Chambriard – Diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP); Marco Antônio Martins Almeida – Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia; e Manoel Barretto da Rocha Neto – Diretor-presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais – CPRM". Resultado: aprovado. **Item 4 – REQUERIMENTO DA CI Nº 51, de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que *"requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II, III, V e VI, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II, III, V, VI e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada para participar de audiência pública nesta Comissão a Ministra– Chefe da Casa Civil da Presidência da República Gleisi Hoffmann, com o objetivo de discorrer e debater as questões referentes aos processos de contratação e concessão de obras rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias".* Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e quarenta e nove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – **Senador FERNANDO COLLOR, Presidente da Comissão.**

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 45ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de iniciarmos a pauta estabelecida para o dia de hoje...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem S. Exª o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado.

Sr. Presidente, a Aneel está desfalcada na sua diretoria e há duas indicações do Governo que já chegaram a esta Comissão. V. Exª já me designou como Relator de um desses indicados. Pergunto-lhe se poderia fazer o relatório hoje para adiantar e, na semana que vem, fazermos a sabatina. Se for possível, estou pronto já para fazer a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – S. Exª o Senador Valdir Raupp, solicita a inclusão de item extraordinário na pauta desta reunião.

Considerando as normas e os procedimentos adotados por esta Comissão, consulto as Srªs e os Srs. Senadores quanto à possibilidade de inclusão, na pauta de hoje, da leitura do relatório do Senador Valdir Raupp, a Mensagem nº 90, de 2013, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Jurhosa Junior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Feita a leitura por S. Exª o Senador Valdir Raupp, será concedida vista coletiva da matéria, e a sabatina do indicado poderá ser realizada já na nossa próxima reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão deste item extraordinário na pauta do dia de hoje permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo imediatamente a palavra a S. Exª o Senador Valdir Raupp para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Senhora Presidente da República, por meio da Mensagem nº 90, de 2013, (Mensagem nº 415, de 26 de setembro de 2013, na origem), submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. José Jurhosa Junior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Criada pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Aneel é entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Carta Magna atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente, por maioria absoluta e voto secreto, após arguição em reunião pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

Desse modo, a iniciativa da Chefe do Poder Executivo atende ao disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

O art. 104, do Regimento Interno do Senado Federal atribui a esta Comissão a competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito previsto no art. 383, também do Regimento Interno.

Anexo a presente Mensagem, consta o *curriculum vitae* do indicado, em atendimento à prescrição regimental do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Sr. José Jurhosa Junior é cidadão brasileiro, nasceu em 27 de novembro de 1959, na cidade de Londrina – Paraná. Sua formação acadêmica inclui o curso de graduação em Engenharia Elétrica, pela Universidade Federal de Mato Grosso.

O indicado especializou-se em Gerência de Operações, pela Fundação de Apoio Celso Suckow da Fonseca. O seu trabalho de conclusão de curso teve como tema *Manual de Fiscalização de Instalações de Transmissão de Energia Elétrica*. Ressalto que o trabalho foi objeto de publicação, na Funcefet.

No currículo do indicado constam diversos cursos de aperfeiçoamento profissional entre 2002 e 2013, os quais destacamos: Congresso Latino Americano, e vários outros cursos aqui e em outras universidades.

No corrente ano, participou de visita técnica sobre *Net Metering*, na Cidade do México.

Seu currículo registra publicações de sua autoria, às quais ressaltamos: *Leilões de Energia no Brasil*; *Setor Elétrico Brasileiro*; e *Matriz Energética Brasileira na Virada do Milênio*.

A experiência profissional do indicado compreende atividades no setor público. Indica experiência nas Centrais Elétricas Matogrossenses S.A., tendo desempenhado a função de Chefe de Distrito; Gerente; Engenheiro; Assistente de Diretor; e Gerente de Departamento. De junho de 1998 ao corrente ano de 2013, tem desenvolvido intensa atuação profissional, na Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Naquela Agência, inicialmente, foi contratado como engenheiro, para atuar junto à Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição, ocasião em que liderou processo de autorizações de cooperativas de eletrificação rural, executou as análises e as inspeções técnicas nas empresas do setor elétrico, visando o reagrupamento das concessões, bem como as análises e a instrução dos processos visando às prorrogações de concessão das empresas de distribuição de energia elétrica.

Posteriormente, de 1999 a 2006, passou a trabalhar na Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade, onde exerceu a fiscalização de empresas do setor elétrico e da aplicação dos procedimentos de rede, entre outras funções. Atualmente, é comissionado na Diretoria da Agência, cargo que ocupa desde dezembro de 2006.

Entre as atividades desempenhadas pelo indicado, destacamos: assessoramento técnico ao colegiado de diretores; elaboração de notas técnicas, pareceres e consultas; instrução de processos administrativos; e coordenação e articulação de assuntos relacionados aos processos de regulação, fiscalização, mediação, outorga e gestão administrativa.

O indicado atua ainda como Vice-Presidente da Comissão Especial de Licitação da Aneel, desde 2007, e tem como atribuições a coordenação de processos relativos às contratações de energia proveniente de novos empreendimentos para o Sistema Interligado Nacional (SNI), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), de energia reserva, proveniente de Fontes Alternativas, de Geração, energia elétrica nos sistemas isolados e de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

A análise do *Curriculum Vitae* anexado à Mensagem nº 90, de 2013, mostra que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam plenamente para o desempenho das atividades inerentes ao cargo de Diretor da Aneel, para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidente da República.

O indicado, ademais, apresentou as declarações e as informações exigidas pelo Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, que "disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura" do Senado Federal.

Em vista do exposto, entendemos que esta Comissão está em condições de deliberar sobre a indicação do nome do Sr. José Jurhosa Junior para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Este é o voto, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Valdir Raupp, pela leitura de seu relatório.

Em discussão a matéria oriunda da Mensagem nº 90, de 2013, que submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1999, o nome do Sr. José Jurhosa Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão.

Próximo item, não terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2012

– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Sérgio Souza.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda Substitutiva.

Designo como Relator *ad hoc* desta matéria S. Exª o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Presidente.

Com relação a essa matéria, há uma emenda substitutiva de minha autoria, e o parecer é para rejeitá-la. Só que eu gostaria de discutir essa emenda, porque, pelo que diz o texto, as cooperativas com mais de 20 táxis teriam que adaptar 5% de sua frota. Ocorre que nenhuma cooperativa será constituída com mais de 20 veículos, elas chegariam somente a 19. Esse argumento só vale para as empresas, porque as cooperativas vão fugir automaticamente.

Então, eu gostaria que debatêssemos esses assuntos, até porque, como Relator *ad hoc,* estarei indo contra uma emenda que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente.

Eu lembro bem, Senador Wilder Morais, que V. Exª, há algumas reuniões, discutiu esse assunto e tratou dessa questão exatamente utilizando a argumentação que ora nos apresenta.

Tendo em vista a colocação de V. Exª, eu entendo que V. Exª está pedindo que se retire de pauta para lhe seja concedida vista dessa mensagem. É isso?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Então, concedida vista. Retirado de pauta o item nº 1, Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012, e concedida vista a S. Exª o Senador Wilder Morais. O autor do Projeto de Lei do Senado nº 12 que é S. Exª, o Senador Sérgio Souza.

Concedida vista, portanto, a S. Exª, o Senador Wilder Morais.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2013
– Não Terminativo -

Reduz alíquotas de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares.

Autoria: Senador Wilder Morais

Relatoria: Senador Blairo Maggi

A Presidência comunica a retirada de pauta do item 2, Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2013, a pedido do Relator da matéria, S. Exª o Senador Blairo Maggi, enquanto ele aguarda uma resposta de S. Exª o Ministro da Fazenda para melhor instruir a matéria.

Próximo item.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 50, DE 2013

Requer, em razão do disposto no inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para conhecer e debater as atribuições e atuações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), na apuração e gerenciamento das informações que ordenarão os processos em que serão realizadas as explorações petrolíferas no nosso País, com os seguintes convidados: Magda Maria de Regina Chambriard – Diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP); Marco Antônio Martins Almeida – Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia; e Manoel Barretto da Rocha Neto – Diretor-presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais – CPRM.

Autoria: Ricardo Ferraço.

Observações: Lido em 02/10/2013.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Próximo item.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 00051, DE 2013

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, III, V e VI, da Constituição Federal,combinados com o art. 90, incisos II, III, V, VI e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada para participar de audiência pública nesta Comissão a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República Gleisi Hoffmann, com o objetivo de discorrer e debater as questões

referentes aos processos de contratação e concessão de obras rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias.

Autoria: Fernando Collor.

Observações: O requerimento foi lido na 45ª Reunião.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo mais uma vez a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores, convoco para a próxima reunião a realizar-se no dia 14 de outubro de 2013, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade à agenda 2013/2014 – Investimento e gestão: Desatando o Nó Logístico do País.

A audiência pública que integra o ciclo sobre telecomunicações terá como tema Os Desafios Operacionais: Satélite Brasileiro e Seu Planejamento, Lançamento e Logística de Operação, e contará com os seguintes convidados: Dr. Artur Coimbra, Diretor de Banda Larga do Ministério das Comunicações e o Dr. Caio Cezar Bonilha Rodrigues, Presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. –Telebrás.

Por fim, comunico as Srªs e aos Srs. Senadores que amanhã, quinta-feira, haverá reunião deliberativa da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – Ciposeca –, presidida por S. Exª o Senador Ministro José Pimentel.

Solicito a presença dos integrantes desta Subcomissão permanente, portanto, às 9h30min da manhã, entendo que neste plenário da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Dito isso, agradecendo mais uma vez a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Fernando Collor** e **Sérgio Petecão**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro**, **Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Wilder Morais, Blairo Maggi, Alfredo Nascimento, Wellington Dias, Pedro Taques, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Osvaldo Sobrinho** e **Antonio Carlos Rodrigues**. Registra presença como não-membro o Senhor Senador **Aníbal Diniz.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 36, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**; ao **Requerimento nº 39, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Vital do Rêgo**; e ao **Requerimento nº 43, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Excelentíssimo Ministro **César Borges**, Ministro de Estado do Ministério dos Transportes. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Vital do Rêgo, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Walter Pinheiro** e **Alfredo Nascimento.** Assume a Presidência o Senador **Sérgio Petecão**. Os expositores respondem questionamentos. Reassume a Presidência o Senador **Fernando Collor.** Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Wilder Morais, Vanessa Graziottin, Sérgio Petecão, Jorge Viana, Aníbal Diniz, Delcídio do Amaral, Lúcia Vânia, Ricardo Ferraço** e **Osvaldo Sobrinho**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

1º COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

5º Ciclo de Audiências: Relato do 2º Painel

Em continuidade ao ciclo de audiências públicas denominado “Investimento e Gestão: desatando o nó

logístico do País", esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na quarta-feira, dia 9 de outubro, o 2º painel do tema "Telecomunicações – Governança, Desafios Operacionais, Segurança e Visão de Futuro", com a participação do Dr. João Batista de Rezende, Presidente da Anatel, Agência Nacional de Telecomunicações; do Dr. Igor Vilas Boas de Freitas, Consultor Legislativo do Senado Federal; e da Drª Flávia Lefèvre Guimarães, advogada da Proteste – Associação de Consumidores.

Discorrendo sobre a evolução das telecomunicações, o Dr. João Rezende ressaltou que, enquanto em 1997 o País só dispunha de internet discada e contava com 4 milhões de usuários na telefonia móvel, 17 milhões na telefonia fixa e 2 milhões na TV por assinatura, hoje são 270 milhões de usuários na telefonia móvel, 44 milhões na telefonia fixa, 17 milhões na TV por assinatura e 92 milhões de usuários de internet banda larga, dos quais 71 milhões na banda larga móvel e 21 milhões na banda larga fixa.

O palestrante destacou, ainda, que 91,2% dos 62.849 milhões de domicílios brasileiros dispõem de telefone, sendo que 88,3% dispõem de celular e 39,9% dispõem de telefone fixo, com 36,9% dispondo de ambos – fixo e móvel. Segundo ele, a telefonia fixa atende todas as localidades com mais de 300 habitantes, mas ainda é preciso levar a telefonia móvel a cerca de 33 mil distritos e pequenas localidades.

A telefonia móvel tem sido o principal veículo de inclusão de acessos de telecomunicações, disse o Dr. João Rezende. Enquanto a telefonia móvel cresce continuamente, desde 2002, o percentual de domicílios com telefonia fixa vem caindo e as concessionárias vêm perdendo mercado para as autorizadas, que têm mantido o crescimento do segmento, completou ele.

O custo da assinatura do telefone fixo, que é público e tem sua tarifa definida pela Anatel, teve uma queda de 25% a partir de 2005. As receitas dos Telefones de Uso Público, desde 2007, vêm caindo significativamente e, atualmente, 49% desses telefones registram menos de duas chamadas diárias. A impossibilidade de uso do cartão de crédito talvez seja, segundo ele, uma das razões dessa queda.

Antes, as infraestruturas eram dedicadas, ou seja, exclusivas para determinados serviços, enquanto, hoje, as redes são convergentes, podendo oferecer os diversos produtos existentes, como telefone, internet e TV a cabo, tudo em um mesmo pacote de assinatura. Por isso, é importante investir em redes de fibra ótica, afirmou.

A banda larga móvel concentra o maior número de acessos e apresenta crescimento acelerado, embora atenda, hoje, somente 2.930 Municípios, representando 60% da população. Contudo, ela não substitui a banda larga fixa, que continua crescendo, especialmente por seu uso na área corporativa, disse ele.

Hoje, em redes convergentes, todo o serviço caminha para o mundo IP (Protocolo de Internet), que é o mundo da rede mundial de computadores, explicou o palestrante. O desenvolvimento da banda larga propicia uma série de vantagens, como o acesso à democratização e informação com possibilidade de desenvolvimento econômico. A própria ONU já divulgou um estudo de que, a cada 10% de investimento em internet, o PIB cresce 1%.

Esse processo da convergência também traz outras questões, a exemplo do marco civil para a internet, tema importantíssimo para o Parlamento brasileiro discutir, porque, entre outras, traz também a questão da espionagem, envolvendo a própria segurança do Estado, lembrou o Dr. João Rezende.

Privacidade e segurança na internet, acesso à infraestrutura, neutralidade de rede, direito autoral, tudo isso passa pelo marco civil da internet. Do mesmo jeito que o serviço de convergência traz produtividade para a economia, também traz essas dificuldades a serem superadas na legislação brasileira, pois, realmente, são fatores que têm interface com os debates que afetam a questão da governança da internet.

Na atual topologia da internet, tudo o que circula no mundo passa por três países apenas: Alemanha, Japão e Estados Unidos. Além de controlar os dados e serviços, principalmente na troca de tráfego, gera essa tentação de espionagem, que é um problema muito sério porque envolve a segurança estratégica do País. Além disso, e por isso mesmo, temos que atacar a governança na internet, exigir uma democratização dessa governança, que outros países participem dessas decisões, e, principalmente, que haja mais pontos de troca de tráfego da internet e *datacenters* dentro do Brasil, concluiu o palestrante.

Do ponto de vista da Anatel, os desafios regulatórios que temos pela frente são garantir um serviço de qualidade para o consumidor e focar no compartilhamento de redes convergentes, porque a infraestrutura é cara e é fundamental que haja esse compartilhamento para melhorar o serviço prestado. Precisamos criar incentivos para atravessar todo o Brasil de fibra ótica, com uma boa estrutura de banda larga, tanto fixa como móvel, para que haja capacidade de transmissão de dados, de informações de qualidade e rápidas, afirmou o Dr. João Rezende.

A segunda palestrante, Drª Flávia Guimarães, argumentou que, pela Constituição Federal, o serviço de banda larga é público e que documento editado em 1995 pelo próprio Ministério das Comunicações

já indicava a necessidade de fortes investimentos em infraestrutura de comunicação de dados de alta capacidade, capaz de suportar as novas demandas da "Sociedade da Informação", não se justificando, portanto, a falta de investimentos públicos nessa área.

A Lei Geral de Telecomunicações, em seu art. 18, estabelece que o Executivo deve incluir no serviço público os novos instrumentos de telecomunicações de interesse público. A banda larga, serviço estratégico que atende inclusive ao Estado, há muito demonstrou essa essencialidade, justificando plenamente a necessidade de sua inclusão e o uso dos recursos do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) em sua universalização, asseverou a Drª. Flávia.

Segundo ela, o atendimento à população através dos Terminais de Uso Público (TUP) é insuficiente e decorre de decisões governamentais, pois a densidade mínima de oito TUPs por 1.000 habitantes, prevista na Lei Geral de Telecomunicações, foi reduzida para seis pelo Decreto 4.769, de 2003. Além disso, teve suas metas substituídas por *backhaul* (conexão em banda larga) pelo Decreto 6.424, de 2008, e reduzida para quatro TUPs por 1.000 habitantes pelo Decreto 7.512, de 2011.

A palestrante criticou a falta de atuação regulatória do Ministério das Comunicações e da Anatel para estimular investimentos que atendam a demanda crescente por redes de alta capacidade. Citou como exemplos a ausência de modelo de custos e a ausência de tarifas e preços de atacado e varejo fixados pelo custo, conforme estabelece o Decreto 4.733, de 2003, o que torna elevada a tarifa de interconexão vigente.

O uso do termo intensificação, ou massificação, em vez de universalização, foi questionado pela Drª Flávia, que também criticou o descumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Banda Larga – PNBL (Decreto nº 7.775/2010) para a Telebras, cujo investimento desde então não chega a R$500 milhões, quando havia sido prometido investimento mensal de R$1 bilhão. O PNBL prevê e a Lei Geral de Telecomunicações (LGT) oferece os instrumentos para a universalização, mas, por falta de atuação do Estado, as empresas decidem os investimentos unicamente por interesse econômico, afirmou ela.

As áreas rurais, assim como regiões mais pobres e periferias dos grandes centros, hoje estão atendidas de forma insuficiente. Não há apoio aos telecentros e outros programas de inclusão digital, como Banda Larga nas Escolas, Floresta Digital, NavegaPará, entre outros. A rede privativa de comunicação para a Administração Pública Federal, prevista no art. 4º do Decreto nº 7.775/2010, e que talvez pudesse diminuir a possibilidade de invasão das redes do Governo, também nunca foi criada, enumerou a Drª Flávia.

O próprio Ministro Paulo Bernardo reconheceu a carência de infraestrutura, lembrou ela. O caminho é se cumprir o art. 65, § 1º da Lei Geral de Telecomunicações (LGT), que determina que "não serão deixadas à exploração apenas em regime privado as modalidades de serviço de interesse coletivo que, sendo essenciais, estejam sujeitas a deveres de universalização". É o que diz o art. 65, § 1º da LGT. Existem recursos enormes do FUST que poderiam ser utilizados, caso se incluísse a infraestrutura de banda larga no regime público.

Cremos que hoje – continua a Drª Flávia – o serviço e a infraestrutura devem ser regulados em camadas distintas. Entendemos que, ainda que o serviço possa ser prestado em regime privado, a infraestrutura implantada, o dinheiro do FUST e os recursos dos bens reversíveis, estimados pela Anatel em R$108 bilhões, poderiam ser investidos em infraestrutura pública, pois é preciso reconhecer que o serviço de comunicação de dados se expandiu com apoio na infraestrutura do Sistema de Telefonia Fixa Concedida, disseminada por todo o País graças, justamente, à imposição de metas de universalização típicas do regime público, explicou a palestrante.

O número de ligações dos telefones públicos caiu porque os telefones públicos não funcionam, afirmou ela. Pesquisa da Anatel mostra que o nível de satisfação dos usuários de TUP é 0,2%, e o nível de satisfação de quem tem telefone fixo em casa também vem sendo reduzido. Esperamos que, nessa revisão dos contratos de concessão, se adotem medidas que favoreçam a competição e que seja revista a estrutura tarifária, com uma tarifa *flat* para assinatura básica. Além disso, que se aproveite a infraestrutura da telefonia fixa, construída com o esforço da sociedade por meio de tarifas altíssimas, para que se façam novos investimentos e se atenda a demanda por redes de fibra ótica de alta capacidade, concluiu a Drª Flávia.

Em resposta aos questionamentos, a palestrante explicou que existe a rede de fibra ótica das empresas elétricas, com capacidade ociosa que poderia ser utilizada pela Telebras para cumprir as finalidades do projeto Floresta Digital. Esse é outro aspecto que deveria estar no foco de atuação do Ministério das Comunicações e da Anatel, disse ela, porque são redes com alta capacidade e que estão subutilizadas, apesar de terem sido construídas com recursos públicos e com o esforço da sociedade.

O Dr. Igor Vilas Boas, último palestrante, centrando suas observações em aspectos de interesse do Legislativo, ressaltou que o funcionamento do setor de telecomunicações depende da infraestrutura insta-

lada, e que a reversibilidade foi calcada em uma visão patrimonial de organização da infraestrutura. Com a convergência de serviços, essa forma de gerir o problema se tornou bastante complexa para a Anatel, pois os contratos de concessão envolvem também a oferta de toda a infraestrutura de suporte para todos os demais serviços de telecomunicações.

A Lei Geral de Telecomunicações não permite, pelo menos no texto atual, que esses contratos sejam postergados, o que gera sério problema, caso tenha que se decidir pela reversão de bens para outras empresas ao término dos contratos de concessão. Passaremos agora pela penúltima revisão dos contratos de concessão, alertou ele. Ou reformulamos a legislação ou, então, teremos um problema sério para a continuidade dos serviços.

As pessoas estão substituindo o serviço de telefonia fixa pelo serviço móvel, e, a cada dia que passa, o valor patrimonial dos bens passíveis de reversão cai. Quem perde com a falta de solução para esse problema é a sociedade, é o Estado que perde a possibilidade de negociar, de forma sensata e razoável, uma troca do uso do instrumento de reversibilidade – como meio de garantir a continuidade dos serviços ao final do contrato – por um conjunto de obrigações que possa dar à própria sociedade um serviço de maior qualidade, argumentou o Dr. Igor.

O cumprimento dos editais de 3G e 4G vai fazer com que o serviço chegue a boa parte dos Municípios não atendidos, passando dos atuais 2.930 Municípios para algo próximo ou superior a quatro mil, avaliou o palestrante. A questão é que, a partir daí, para atender aos 10% ou 20% restantes da população, com qualidade de serviços, com cobertura decente, nós estamos falando de bilhões, explicou ele.

Existem centros importantes que precisam de desenvolvimento, que precisam de acesso à banda larga com qualidade e que não o têm. O setor vive um dilema, que ele chama de dilema de bilhões. “Vamos concentrar os esforços para cobrir 100% da população com todos os serviços ou para garantir qualidade nos centros produtivos, substituindo as redes de acesso de telefonia por redes de fibra ótica, o que também custa bilhões de reais?” – indagou o Dr. Igor. E respondeu ele: “Não dá para fazer as duas coisas simultaneamente”.

O Fust e o Fistel (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações) têm um estoque contábil enorme e não são utilizados. Esse estoque poderia ser direcionado de forma a atender parte desse dilema, mas isso não é feito. Dispersam-se recursos, usando-os em programas com demonstrada baixa eficácia no atendimento à população, como, por exemplo, do GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão).

É preciso planejar novamente, pois, a partir de 2002, 2003, o setor passou a ser gerido por janelas de oportunidade, esquecendo-se o movimento ocorrido de 1995 a 1998 e, depois, de 1998 a 2001, quando as metas foram antecipadas e houve clara definição do que fazer, de quem fazer e com quais recursos, o que possibilitou o enorme crescimento verificado.

O investimento em fibra ótica não está sendo feito em boa medida, porque as empresas, obviamente, têm a preocupação de que aquela rede de acesso seja considerada reversível ao final do contrato de concessão. Quem vai colocar bilhões de dólares, faltando dez anos para finalizar o contrato, se tiver um risco razoável de perder esse investimento no final? – indagou o Dr. Igor.

É imperioso que o Congresso se debruce sobre essa importante questão que está sendo um entrave para um conjunto de investimentos que precisam ser feitos nos próximos dez anos, até o final do contrato. Não dá para esperar 2025 para resolver esta questão, e o Senado tem projetos já apresentados sobre isso. A LGT (Lei Geral de Telecomunicações), marco regulatório do setor, não fala sobre obrigatoriedade de reversibilidade de bens. O que a lei dispõe é que os contratos de concessão têm que mencionar os bens reversíveis, caso haja.

A internet já está concentrando boa parte dos serviços que interessam ao consumidor, mas, no Brasil, a internet, ao mesmo tempo, é e não é um problema da Anatel. Os endereços IP (Protocolo de Internet) são a numeração telefônica do mundo de dados, e o mundo de dados hoje é tudo. A gestão dos recursos de endereço é importante e crítica, já que o estoque de IP na versão 4, que é o que funciona hoje, já acabou no mundo em várias regiões e vai acabar no Brasil ano que vem.

A Anatel não tem gestão sobre os recursos, a qual é feita hoje pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. O fim do estoque dos endereços IP versão 4 representa, se não for bem gerenciado, a paralisação na comercialização dos acessos em banda larga, principalmente em banda larga móvel. A Anatel precisa ter um papel mais ativo na gestão desses recursos para evitar que, no ano que vem, tenhamos um problema mais sério, pois a versão 6 ainda não funciona em grande parte.

Respondendo a questionamentos o Dr. Igor afirmou que não usar os recursos do Fust é decisão política do governo, pois eles podem ser usados, e que os bens reversíveis devem ser contabilizados. Contudo, esses bens podem ser substituídos por outros instrumentos para viabilizar os investimentos necessários ao aumento da cobertura e da capacidade das redes, finalizou o Dr. Igor.

2º COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Panorama econômico:

Dívida dos Estados Unidos e o cenário econômico mundial.

O cenário econômico mundial está em um equilíbrio precário, com conjunção de fatores que indicam a incerteza e a insegurança como características dominantes.

As economias emergentes esfriaram e passam por fase difícil e de baixo crescimento. Sofreram com os efeitos da possibilidade de que se terminasse de forma abrupta o *quantitative easing* americano, que foi adiado pelo Federal Reserve – a autoridade monetária dos Estados Unidos.

A China, embora crescendo acima de 7%, enfrenta os problemas de fazer uma transição bem sucedida do foco em investimentos e exportações para concentrar-se mais no consumo interno. Registre-se que essa iniciativa afeta os emergentes de forma negativa. Duas economias grandes do bloco emergente, a Rússia e a Índia, também continuam com ritmo lento.

No campo dos países ricos, o Japão recupera-se do longo período de deflação utilizando-se também da flexibilização monetária, mas está em fase delicada, na qual qualquer aperto de liquidez pode prejudicar a retomada econômica. A Europa está em fase de recuperação, e países como a Irlanda, a Espanha e a Grécia já dão indícios de que suas economias readquirem vigor, embora lentamente. Um grande problema europeu, que persistirá por bastante tempo, é o desemprego, que atinge principalmente a população mais jovem. Trata-se de situação de difícil solução por causa da rigidez da legislação trabalhista que desestimula a contratação pelas empresas. Ademais, o problema do aperto creditício tampouco foi solucionado e o sistema bancário ainda tem fragilidades importantes.

Continuam bem a economia da Alemanha e as do norte da Europa. A Alemanha tem novo fôlego com a vitória de Angela Merkel e o Reino Unido mostra vitalidade. O êxito maciço da colocação em Bolsa das ações do Royal Mail, a estatal de correios britânica, mostra que o programa de estímulos do governo conservador tem funcionado. A construção civil progride, assim como as exportações.

Esse quadro, com indicadores que mesclam elementos alvissareiros e também negativos, é muito turvado pela situação fiscal dos Estados Unidos. O governo americano continua parcialmente paralisado, com vários setores da Administração Pública sem funcionar, o chamado *shutdown*. Trata-se evidentemente de uma situação humilhante para a maior potência mundial. No entanto, ainda pior é a perspectiva que se avizinha, da possibilidade de um *default*. O não pagamento de seus compromissos seria causado pela falta de liquidez do governo, que tampouco poderia, ou poderá emitir títulos da dívida pública, pois seu limite legal de endividamento deverá ser atingido ainda neste mês de outubro.

O possível *default* teria duas consequências gravíssimas. De um lado, ocorrerá um estrangulamento financeiro dos Estados Unidos, que se refletirá na economia real e prejudicará e muito a sua recuperação, ainda incipiente. De outro lado, afetará o comércio mundial, aumentará a volatilidade dos mercados e incrementará as taxas de juros. Registre-se que as taxas dos títulos públicos dos Estados Unidos, que já sobem, são os parâmetros para todo o mercado internacional.

Os Estados Unidos, ao contrário do que tradicionalmente acontece, paga mais para financiar sua dívida. Além disso, os *treasuries* funcionam como uma espécie de centro de gravidade das finanças internacionais. São considerados os papéis mais seguros e de maior liquidez das finanças mundiais. Os títulos dos Estados Unidos são um lastro financeiro global, e uma perda de confiança do mercado terá efeitos desastrosos. Os dirigentes dos principais bancos mundiais como o Deutsh Bank, JP Morgan e o BNP Paribas são unânimes em classificar a possibilidade de *default*, na qual preferem não acreditar, como catastrófica.

As negociações sobre a questão orçamentária dos Estados Unidos são intensas, mas continuam desaguando em impasse. O Presidente americano tem se recusado a contemplar as soluções parciais oferecidas pelos republicanos, no sentido de elevar provisoriamente o teto de endividamento.

Infelizmente o Brasil enfrentará cenário difícil, mesmo que se chegue a uma solução rápida para as dificuldades orçamentárias dos Estados Unidos, e rápida significa dizer até o final deste mês. Ainda que se resolva o obstáculo da dívida, em futuro próximo começará o processo de finalização da flexibilização monetária, que valorizará o dólar e aumentará os juros internacionais. Com suas contas externas deteriorando-se, e tendo-se descurado dos vitais investimentos em infraestrutura, nosso País se encontrará em posição pouco cômoda no cenário econômico mundial que se avizinha.

Panorama da infraestrutura, terceiro comunicado, na palavra de especialistas.

Na próxima segunda-feira, terá lugar o leilão do Campo de Libra, no pré-sal da bacia de Santos, com um volume de reservas estimado em 8 a 12 bilhões de barris. Segundo os especialistas do setor, o que está em jogo não é só Libra, mas o desenvolvimento de todo o pré-sal.

Estudo elaborado pela empresa de consultoria global “EY” (a antiga *Ernst & Young*), intitulado “Pers-

pectivas sobre a Rodada de Licitações de Libra", revela que gigantes do petróleo como a Exxon, Chevron, BP e BG – que não participarão do leilão de Libra – demonstram grande preocupação referente ao novo marco regulatório brasileiro. Segundo Carlos Assis, do Centro de Energia e Recursos naturais da consultora, "a questão não é o modelo de partilha, mas, sim, a forte intervenção do governo na gestão no consórcio vencedor que desenvolverá Libra".

Ele acredita que, entre outras questões que afugentaram as grandes companhias petrolíferas do leilão, está a falta de autonomia na gestão operacional do negócio. Isso porque a Petrobras será, obrigatoriamente, a operadora em todos os campos, com uma participação mínima de 30%. Outra preocupação, segundo avalia, deve-se à forte participação do Estado, por meio da Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA), a estatal que será a gestora e fiscalizadora de todas as operações. Segundo Carlos Assis, as grandes companhias ficaram preocupadas com o fato de que a PP S.A. a estatal que será a gestora e fiscalizadora de todas as operações. Segundo Carlos Assis, as grandes companhias ficaram preocupadas com o fato de que a PP S.A participará do comitê operacional encarregado de gerir os negócios, com direito a voto e a veto.

"As companhias avaliaram que, apesar de serem as investidoras, não terão nenhuma ingerência na operação que será comandada pela Petrobras, que apesar de sua competência reconhecida, ficará sobrecarregada. Além disso, haverá outra estatal, a PP S.A, dentro de sua gestão", afirmou o especialista. Outro fator de preocupação, na sua avaliação, são os percentuais exigidos de conteúdo local para equipamentos e serviços. Segundo o consultor, as companhias temem que a indústria nacional não tenha condições de atender às demandas e, com isso, atrase o ritmo de entrada em operação de Libra – o que representaria um adiamento do início da obtenção de lucro no negócio. Ele revelou que, para um executivo de uma grande petrolífera, o marco regulatório do regime de partilha brasileiro está destinado ao investimento de um banco e não de uma operadora.

Além disso, o estudo da EY mostra que as gigantes do petróleo visam o retorno dos seus investimentos de modo mais rápido, enquanto as companhias nacionais de petróleo, tais como as estatais chinesas e a Petrobras, têm como principal estratégia o acesso a novas reservas de petróleo. Acredita Carlos Assis que as grandes empresas petrolíferas poderiam interessar-se pelos próximos leilões, caso o governo brasileiro optasse por flexibilizar as regras atuais, especialmente em dois pontos: retirar da Petrobras a obrigatoriedade de participar de todos os blocos com no mínimo 30% e flexibilizar os índices de conteúdo local.

O especialista da EY recorda que Libra compete com grandes projetos em águas profundas, como os do Golfo do México, da África Ocidental ou da Margem Equatorial Atlântica, ou mesmo com os megaempreendimentos emergentes envolvendo gás da África Oriental.

Com respeito aos modelos de concessões e de parcerias público-privadas elaborados até o momento pelo Governo Federal na área de infraestrutura, o economista Edmar Bacha afirmou, em recente Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos, promovido pelo ex-Ministro João Paulo dos Reis Velloso, que estes modelos "são inadequados e inibem a competitividade". Como exemplo, Bacha referiu-se ao setor de petróleo, no qual "a adoção do regime de partilha para a exploração do petróleo do pré-sal na Bacia de Santos promove o encarecimento da exploração do pré-sal, com requisitos excessivos de intervenção estatal e de conteúdo nacional".

Ao inibir a competitividade nas áreas de infraestrutura e de petróleo, o Governo, segundo Edmar Bacha, não estimula a concorrência e a presença de multinacionais. Diz ele que "a presença das multinacionais é um ativo importante para o país integrar-se às cadeias mundiais de valor", considerando que isso facilitaria a integração da economia brasileira à economia mundial.

Por sua vez, o brasilianista e professor emérito da Universidade de Columbia, Albert Fishlow, que veio ao Brasil para participar da conferência "Metamorfoses do Brasil Contemporâneo", promovida pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), manifestou-se contra a presença estatal nas concessões de infraestrutura, inclusive no pré-sal. Segundo o Professor Fishlow, "falta poupança interna para a União fazer frente aos investimentos em parceria com o setor privado". Ele destacou também o desafio da qualificação da mão de obra no país.

Referindo-se à posição dos investidores norte-americanos em relação ao Brasil, o Professor Fishlow falou das suas preocupações, demonstradas quando de sua ausência na habilitação para o leilão do pré-sal: "o governo queria a participação de até 40 companhias e apenas 11 demonstraram interesse em participar da concorrência. Nenhuma delas é norte-americana e poucas são europeias. Isso significa que eles estão preocupados com as características da licitação. No modelo de concessão, a empresa poderia aplicar tecnologia mais moderna, poderia investir e conseguir um lucro maior como consequência. Com a partilha (modelo adotado para o pré-sal), a ideia é de que a empresa continue fazendo todo o investimento, utili-

zando a tecnologia mais moderna, mas sem ganhar em consequência disso."

O professor indagou "por que uma empresa deve decidir investir aqui, enquanto, simultaneamente, a Argentina está procurando parceiros oferecendo modelos de negócio mais tradicionais? Mesmo a Venezuela, segundo ele, está procurando investimento no Vale de Orinoco, permitindo às empresas ganhar mais. De certa maneira, o importante para o País é realizar o investimento e, como todo mundo sabe, se há muito lucro em um projeto, as empresas têm que pagar tributos maiores".

Por outro lado, pesquisa realizada pelo Instituto Ilos de Logística e Supply Chain, que a cada dois anos realiza estudo sobre os custos logísticos no Brasil, revela que, pela primeira vez, desde 2004, houve aumento desses custos em relação ao PIB, passando de 10,6% para 11,5% de 2010 a 2012. A pesquisa refere-se aos gastos das empresas com transportes, armazenamento, administração e estoques, e o aumento maior deu-se no setor de transportes. Em números absolutos, os gastos com logística passaram de R$391 bilhões, em 2010, para R$507 bilhões no ano passado.

Segundo a pesquisa, as rodovias continuam a ser o modal de transporte mais utilizado para cargas no País, registrando-se um aumento da opção por esse tipo de transporte. Ao mesmo tempo, o estudo revelou que houve decréscimo do uso do modal ferroviário, apesar de seu custo representar cinco vezes menos que o rodoviário. Segundo o presidente da Associação de Transportes Ferroviários, Rodrigo Vilaça, o Brasil deveria ter 52 mil quilômetros de ferrovia para atender à sua demanda. A malha ferroviária brasileira atualmente é de 30.379 quilômetros.

Iniciando a nossa pauta do dia de hoje, gostaria de, mais uma vez, comunicar a todos os nossos ouvintes e telespectadores que poderão participar por telefone, ligação gratuita 0800-612211, ou enviar suas perguntas, suas colaborações, suas indagações pela internet no endereço www.senado.gov.br/alosenado ou ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook ou pelo Twitter@AloSenado.

Hoje, teremos a presença de S. Exª Ministro dos Transportes, Senador César Borges, e é exatamente esse o motivo da nossa presente reunião, que realizará a audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 36, 39 e 43, de 2013 da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Fernando Collor, Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço respectivamente.

Convido para que tome assento à mesa S. Exª o Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Senador César Borges, a quem damos as nossas melhores boas-vindas. *(Pausa.)*

Gostaria também de registrar a presença no nosso plenário hoje do Sr. Miguel Mário Bianco Masella, Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes; Sr. José Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT); Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Sr. Hélio Mauro França, Diretor da Empresa de Planejamento e Logística S/A; e Sr Josias Sampaio Cavalcante Júnior, Presidente da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.

Sr. Ministro, seja muito bem-vindo, mais uma vez, à nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura. Passo imediatamente a palavra a V. Exª. O tempo estimado é de vinte minutos para a sua exposição, e, em sequência, daremos início às perguntas dos Srs. e Srªs Senadores.

O SR. CÉSAR BORGES – Muito bom dia a todos.

Quero saudar o Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, o Senador Fernando Collor, os Srs. Senadores, e, em especial, em nome do ex-Ministro dos Transportes, Senador Alfredo Nascimento, cumprimentar todos os demais Senadores desta Comissão, cumprimentar meus companheiros de trabalho que me acompanham neste momento, toda a Imprensa aqui presente e aqueles que nos ouvem.

Sr. Presidente, estou aqui atendendo um convite desta Comissão, em especial com relação a três requerimentos que me foram dirigidos especialmente: um, de V. Exª, de nº 36, pedindo explicações com relação às melhorias nas estruturas física e pessoal do DNIT; o Requerimento nº 39, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que solicita explicações e informações sobre a construção da Ferrovia Transnordestina, e o Requerimento nº 43, de 2013, do Senador Ricardo Ferraço, que solicita explicação sobre a modelagem adotada na concessão das Rodovias 262 e 050, recentemente colocadas em licitação no Programa de Investimento de Logística (PIL).

Portanto, vou iniciar esta apresentação tentando responder diretamente esses três requerimentos. Depois, havendo disponibilidade, vamos dar uma visão mais geral dos trabalhos que são encetados pelo Ministério dos Transportes e pelo Governo Federal com relação às nossas rodovias, ferrovias e hidrovias, com o programa chamado PAC (Programa de Aceleração de Crescimento), que todos conhecem, e com o recente Programa de Investimento de Logística, que estamos tentando construir para continuar ampliando a nossa rede de estradas federais duplicadas e concessionadas, e, por outro lado, também, voltar a investir de forma bastante incisiva no modal ferroviário para o País.

Então, eu começaria com relação ao Requerimento de V. Exª sobre as melhorias no DNIT, que é o nosso Departamento de Infraestrutura e Transportes Terrestres. Nós começamos, na verdade, mostrando que há um esforço no Ministério dos Transportes, esforço esse que já encontrei quando cheguei ao Ministério, em abril deste ano, iniciado pelo meu antecessor, Paulo Sérgio Passos, em colaboração com o Movimento Brasil Competitivo e com a Câmara de Política, Gestão e Desempenho, na tentativa de dar uma gestão estratégica ao Ministério, um planejamento de médio e longo prazo para que possamos não só atingir os nossos objetivos, mas ter uma máquina mais ágil e mais rápida na consecução de suas tarefas.

Iniciaram-se o planejamento estratégico e funcional do Ministério dos Transportes e todas as suas atividades, utilizando-se o que há de mais moderno em termos de administração pública e privada, que é o *balance scorecard*, uma tecnologia desenvolvida na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Para isso, temos contado com o apoio do Movimento Brasil Competitivo, dirigido pelo empresário Jorge Gerdau, que tem contratado também assessoria e consultoria externa para auxiliar o Ministério.

A estratégia funcional do Ministério dos Transportes foca quatro objetivos principais: fortalecer a capacidade de formulação de planos, programas e estudos para o setor de transportes; elevar os padrões de desempenho do setor; aprimorar os instrumentos de gestão e controle; e otimizar a participação da iniciativa privada. Essa ação institucional leva em consideração o conjunto de iniciativas para garantir que a estrutura organizacional seja alinhada à estratégia, a partir da identificação dos macroprocessos no setor. Nesse sentido, a implantação de gestão orientada a processos já é considerada uma realidade, e já contamos com a instalação de escritórios de processos implantados no Ministério de Transporte e em todos os seus órgãos vinculados.

Com relação ao DNIT, de forma específica, nós temos a implantação de duas assessorias diretamente vinculadas à Diretoria-Geral. Uma delas é a Assessoria de Gestão Estratégica, que é e será responsável pela implantação do BSC, em conjunto com o Movimento Brasil Competitivo, que inclui a elaboração de um mapa estratégico, monitoramento de indicadores de desempenho e acompanhamento de iniciativas, tais como Escritório de Gerenciamento de Iniciativas e o Programa BR Legal, que é um programa destinado a dar melhores condições de segurança a todas as estradas brasileiras, com sinalização vertical, horizontal e demais apoios aos usuários das nossas rodovias.

O escritório de gerenciamento de processo é responsável pelo mapeamento e aperfeiçoamento dos principais processos do DNIT, por intermédio da contratação de empresas especializadas.

Esse é o mapa estratégico, que foi delineado para o DNIT.

Definida a visão, que é ser reconhecido pela qualidade na gestão e a oferta de uma infraestrutura de transporte com padrões internacionais de excelência, essa visão leva você a conseguir implantar a missão, que é uma política de infraestrutura de transporte contribuindo para o desenvolvimento sustentável do País. O apoio vem de todos os setores de governança, olhando de baixo para cima, para alinhar a estrutura organizacional à estratégia, integrar os sistemas de informações, implantar gestão por resultados, assegurar a transparência da gestão, implantar a gestão por competência, desenvolver o capital humano e aprimorar o ambiente organizacional.

Na verdade, esse é o desejo, o objetivo de qualquer organização, em especial do DNIT, que tenta se modernizar e enfrentar este grande desafio de dotar o nosso País de uma infraestrutura logística compatível com um país desenvolvido de qualquer parte do mundo.

É claro que é um desafio muito grande, por conta até de que, no passado, tínhamos o DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem). Ele foi extinto e foi criado o DNIT, com outras atribuições. Se o DNER cuidava apenas de rodovia, o DNIT passou a ser, no passado, também responsabilizado por conduzir a política ferroviária e a política hidroviária. Isso deu essas novas atribuições ao DNIT. No entanto, não se deu a ele corpo organizacional e pessoal compatível para esse desafio.

A partir do Programa de Aceleração do Crescimento, o DNIT passou, com o Ministério dos Transportes, a ter um orçamento muito mais robusto. Nós saímos de aproximadamente R$2 bilhões de investimento para um investimento previsto, só no PAC, este ano, de R$15 bilhões. Isso exige uma máquina azeitada, moderna e capaz de, inclusive, com indicadores, avaliar o seu desempenho. Para isso, instituiu-se um planejamento, que está delineado aí, com contratação, execução e fiscalização. O objetivo é ampliar a malha viária federal o mais rápido possível, elevar o nível de serviços das vias, assegurar a manutenção da malha viária e contribuir para a segurança do usuário.

De forma mais específica ainda, Sr. Presidente, o DNIT publicou edital para promover 1.200 vagas, entre analistas de infraestrutura, 179; analista administrativo, 110; técnico de suporte à infraestrutura de transporte, 767; e técnico administrativo, 144, distribuídas nas áreas de engenharia, geoprocessamento ambiental,

contábil, tecnologia da informação, laboratório, topografia, estradas e também na área administrativa. O concurso cuja posse dos candidatos aprovados ocorreu no último dia 14 de outubro tem como objetivo preencher a lotação de recursos humanos, conforme as necessidades administrativas nos Estados, além de promover a substituição dos terceirizados. Não é ainda tudo de que o DNIT necessita, mas já é um grande avanço, Sr. Presidente.

Houve também a criação de 12 cargos em comissão do grupo de direção e assessoramento superiores para o DNIT. Esse é um projeto de reestruturação das unidades regionais, contemplando a criação da superintendência dos Estados do Acre, Amapá, Roraima e Distrito Federal. O que se procura é a descentralização das atividades do DNIT, saindo da sede e possibilitando uma resposta mais rápida, dando autonomia às superintendências regionais de todos os Estados. Não adianta centralizar em excesso. Isso traz prejuízo para a gestão e para a agilidade do DNIT.

Tramita hoje, no Congresso Nacional, a proposta que extingue funções comissionadas técnicas, cargos comissionados DAS e funções gratificadas, e cria funções comissionadas no DNIT. Essas funções comissionadas têm em vista fortalecer a estrutura organizacional e contribuir para o bom desempenho do PAC em todos os seus aspectos. Também essas funções comissionadas do DNIT serão de exercício privativo de servidores ativos, em exercício, procurando, de certa forma, prestigiar e enaltecer o trabalho dos próprios funcionários efetivos do DNIT, e destinam-se ao exercício de funções de direção, chefia e assessoramento na administração central e nas unidades descentralizadas.

Com essas explicações, Sr. Presidente, eu espero que tenhamos dado uma resposta, pelo menos dentro da nossa visão, à solicitação do requerimento de V. Exª.

Passaremos para o segundo requerimento, de nº 39, de autoria do Senador Vital do Rêgo, da construção da Ferrovia Transnordestina.

Essa ferrovia tem um histórico de início em 2006, com obras iniciadas no trecho Missão Velha-Salgueiro. Ela está sendo executada mediante uma concessão que foi feita à empresa Transnordestina S.A., e esse trecho é o que tinha os licenciamentos ambientais necessários para o início do trabalho em 2006. Em 2008 e 2009, houve o início das obras nos demais trechos. Houve uma defasagem no tempo, em função da elaboração do projeto básico, licenciamento ambiental e definição das regras do financiamento da obra. Até 2011, havia 27% de execução das obras da Transnordestina. Do ano de 2012 até agora, 2013, houve necessidade de novo aporte de financiamentos pela Transnordestina Logística S.A., o que demandou um longo processo de negociação para um novo acordo de acionistas e também de investidores. Esse acordo passa por bancos financiadores, como o Banco Nordeste, e pelo BNDES. Passa também pela Sudene e pelo próprio Ministério dos Transportes.

Nós conseguimos agora o aditivo contratual, que foi assinado em 20 de setembro. Esse aditivo permite estabelecer novos investimentos, prazos e responsabilidades, e a retomada da obra no ritmo adequado. Então, em 2013, a partir deste ano, nós teremos o reinício das obras. Também houve o distrato de uma aliança existente entre a TLSA e a construtora Norberto Odebrecht. Então, a Norberto Odebrecht sai do trecho e a TLSA está na fase de seleção de novas empresas, para dar continuidade a essa importante obra do Nordeste brasileiro. Os novos prazos para conclusão são esses prazos. Esses são os trechos, na sua totalidade: Salgueiro-Trindade, Trindade-Eliseu Martins, Salgueiro-Suape, Pecém-Missão Velha. O novo prazo é de três anos: 30 de setembro de 2016 seria o prazo final para a construção da Transnordestina.

Os valores envolvidos estão aí listados: o valor de R$4,5 bilhões foi a estimativa inicial; e o valor atualizado está em R$7,5 bilhões.

A elaboração do projeto executivo durante a execução da obra, o atraso nas desapropriações e o aumento dos custos da mão de obra e insumos repercutiram e refletiram nesse aumento do custo do empreendimento.

Esse é um projeto importante para todo o Nordeste brasileiro. Passa por 35 Municípios em Pernambuco, 19 Municípios no Piauí, 29 Municípios no Ceará, ligando Eliseu Martins, no Piauí, aos Portos de Suape e de Pecém, em Fortaleza.

Essa ferrovia foi projetada para transportar até 30 milhões de toneladas por ano na maturidade do projeto. E, futuramente, como os senhores verão, ela deverá ligar Eliseu Martins até a Norte-Sul, que será transformada na coluna vertebral do sistema ferroviário brasileiro.

Na concepção da logística integrada do País, a Norte-Sul sairá de Barcarena, no Estado do Pará, na foz do Rio Amazonas, atravessando todo o País, de norte a sul, até a cidade de Rio Grande, no Porto de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. Essa ferrovia, sem sombra de dúvida, será indutora do desenvolvimento do Nordeste e vai permitir o escoamento, de forma mais competitiva, de ferro, de grãos, de gipsita, inclusive com a exploração de novos recursos minerais existentes tanto no Estado de Pernambuco como no Estado do Piauí.

Esse é o desenho e a situação atual da Transnordestina: de Eliseu Martins, no Piauí, até Suape, com o

ramal que sai de Salgueiro e vai até Pecém. Essa é a situação do estágio atual da obra da Transnordestina.

Vamos para o terceiro requerimento: Requerimento nº 43, do Senador Ricardo Ferraço, que pediu explicações com relação à modelagem adotada na concessão das rodovias 262 e 050.

Algumas diretrizes são de aspectos gerais. Não houve nenhuma diretriz específica para essas duas rodovias. Procura-se uma modelagem que atenda a esses princípios gerais: não cobrar pedágio de usuários em descolocamentos urbanos, garantir a ampliação tempestiva da infraestrutura com duplicações concluídas em cinco anos.

Há, na verdade, uma posição do setor privado de que cinco anos é um prazo muito curto para a duplicação dessas rodovias. No entanto, essa é uma posição determinada pela própria Presidenta da República, porque, se tivermos que cobrar pedágio, nós teremos que executar também o serviço da duplicação de forma mais rápida, o que seria admitido em cinco anos.

É claro que um serviço de concessão não se restringe à duplicação. É preciso ver a concessão de forma mais ampla. Muitos outros serviços são colocados à disposição do usuário, como guinchos, ambulâncias, telefones, assistência e manutenção da rodovia em tempo integral. Mas a população tende a achar que realmente a coisa só acontece quando há a duplicação. Então, por conta disso, a Presidenta fixou este parâmetro: a duplicação, é claro, após as licenças ambientais, no prazo de cinco anos. E o pedágio somente será cobrado quando o concessionário duplicar 10% dos trechos sob sua responsabilidade.

Os investimentos em 30 anos, considerando as nove rodovias que estão no Programa de Investimento em Logística, são de R$52 bilhões, sendo R$26,8 bilhões nos primeiros cinco anos. Inclusive é um desafio para a engenharia nacional duplicar 5,5 mil quilômetros em cinco anos.

A extensão total de rodovias que serão concessionadas é de sete mil quilômetros, e duplicadas, 5.167 quilômetros. O restante é feito pelo PAC/DNIT, e não há – é bom também dar esta explicação – nenhuma indução de que o Governo Federal será sócio da concessão ou se há um "risco DNIT". O DNIT está trabalhando ali porque já estava com o projeto pronto, já estava em curso a licitação, já há os recursos disponibilizados no PAC. Portanto, não assistimos a razões para se afastar o DNIT daquele empreendimento. Foi colocado o DNIT, como estava, que continua executando, como é o caso da BR-262, no Estado do Espírito Santo.

A modelagem do programa, também desde que para todas, é uma taxa interna de retorno do projeto de 7,2% ao ano e uma taxa interna de retorno do acionista acima de 15% ao ano, já descontada a inflação, o imposto de renda, por conta da alavancagem de até 70% disponibilizados pelos bancos públicos e privados. Na verdade, vão trabalhar em conjunto os bancos públicos e privados.

Foi um projeto idealizado dentro de um sistema em que o Brasil precisa avançar, o Project Finance, que não compromete os bens da empresa, não exige garantias reais na tomada do empréstimo. A garantia é o próprio projeto. Esse é o sistema adotado mundialmente, e aqui, no Brasil, estamos demorando em adotar.

O prazo adequado é de cinco anos de carência, mais vinte anos de amortização. As taxas são TJLP mais 2% para os bancos privados e 1,5% para os bancos públicos. A alavancagem, como eu já disse, é de 70%. E o Equity, que é o capital próprio da empresa, poderá ser reduzido em 50%, pela participação de fundos até 49% do capital próprio.

Houve também portarias interministeriais do Ministério dos Transportes com o Ministério do Meio Ambiente facilitando e simplificando o licenciamento ambiental.

Nós tivemos êxito na primeira rodada, nas primeiras duas rodovias.

Na concessão da BR-050, que é uma rodovia de aproximadamente 440Km, que já tinha uma parte duplicada e outra parte não duplicada e que atravessa o Estado de Minas Gerais e o de Goiás – 436,6Km, mais precisamente, duplicados –, alcançamos um deságio de 42,38% no preço da tarifa básica de pedágio. Tivemos oito concorrentes: aproximadamente cinco deles ficaram em torno de 37% de deságio e o vencedor em 43%. Estamos em fase para a contratação da concessão da BR-050.

Normalmente, as pessoas realçam aquilo que não foi sucesso e deixam de realçar o sucesso, mas o sucesso da BR-050 foi um sucesso absoluto. Houve essa participação e esse deságio muito interessante.

Na BR-262, no Espírito Santo e em Minas Gerais – ela sai de Vitória e vai até João Monlevade, no Estado de Minas Gerais –, já tivemos deserto, um resultado totalmente oposto. Claro que nós fomos pesquisar as razões. Nos interessa saber porque o que nós queremos é que o processo tenha sucesso na sua inteireza. Verificamos que seria necessário revisar algo com relação à BR-262 e também ao programa, de modo geral:

– Garantia do benefício da duplicação, no Espírito Santo, no prazo máximo. O Espírito Santo dizia: "Não, o DNIT não vai concluir nos cinco anos a duplicação no Espírito Santo". E a duplicação no Espírito Santo, como eu já disse, estava a cargo do DNIT;

– Reestudo da melhor localização para a praça de pedágio, também para minimizar o pedagiamento próximo à capital Vitória;

– Alocação ao Poder Concedente dos impactos relativos à inexecução, caso haja, do DNIT;

– Exclusão da cláusula pela qual, na parte mais acidentada da estrada, o canteiro central poderia, em lugar de 9m, ser uma barreira New Jersey;

– E revisão das premissas de tráfego.

Então, algo aconteceu, e o que nós estamos tentando é criar exatamente as condições para que ela possa novamente voltar a ser licitada com sucesso, porque essa região tem um tráfego elevado, entretanto não ainda elevado o suficiente para demonstrar o interesse do setor privado. É uma região que tem uma topografia também acidentada, o que fez com que todos os participantes do mercado brasileiro no setor de concessão ficassem temerosos pela execução no prazo exigido de cinco anos. Isso porque se trata de uma região difícil efetivamente topograficamente.

Por fim, os trechos que estão previstos para concessão no Pio. Esses são os trechos, são todas as rodovias. Estamos voltando o processo das concessões ainda esta semana. Esperamos que, amanhã e na sexta-feira, possamos publicar os editais da concessão da BR-060, que compõe com a 153, a 262, uma ligação daqui do Distrito Federal, passando pelo Estado de Goiás, até a região metropolitana de Belo Horizonte, na cidade de Betim. São 1.176 quilômetros.

E também a licitação da BR-163, no Estado do Mato Grosso, 850 quilômetros, da cidade de Sinop à divisa de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Estamos prevendo, no dia 27 de novembro, a abertura do primeiro leilão e, no dia 4 de dezembro deste ano, do segundo leilão. Mas à medida em que o Tribunal de Contas for fazendo acórdão liberando essas licitações, também pretendemos, ainda este ano, lançar os editais da BR-163, Mato Grosso do Sul, e da...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mesma licitação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul?

O SR. CÉSAR BORGES – Não, são licitações separadas. No dia 27 de novembro, é a previsão de abertura de leilão da 163, Mato Grosso. Provavelmente no dia 17 de dezembro, se o tribunal, liberar como esperamos, até o dia 30 deste mês, teremos uma licitação da 163, Mato Grosso do Sul.

Depois, a 040, que é a ligação de Juiz de Fora até o Distrito Federal.

E aí estão ainda as outras licitações. O que está em vermelho é o Pio Rodovias e o que está em verde é aquilo que já está concessionado.

Então, Sr. Presidente, essa é a resposta que poderíamos dar aqui aos três requerimentos.

Temos aqui outra apresentação, que é de modo geral para todo o País. Pergunto a V. Exª se temos tempo ou se V. Exª quer que suspenda. Podemos terminar nossa exposição para ouvir as perguntas dos Srs. Senadores, mas tenho outra exposição que demora mais outros vinte minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Ministro César Borges, pela sua explanação em resposta aos requerimentos formulados pelos Senadores já citados. Naturalmente, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras estão ansiosos para trazer a V. Exª algumas de suas inquietações em relação a obras realizadas no âmbito do seu Ministério por todo o Brasil. Então, vamos dar início às perguntas dos Srs. Senadores. Com a permissão de todos, iniciaria fazendo algumas colocações, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores.

O Ministério de V. Exª é um dos que mais capilaridade tem no Brasil em relação a obras que dizem respeito diretamente à melhoria da qualidade de vida da população no que tange à mobilidade urbana. Nesse campo estamos extremamente atrasados. Por isso que o Presidente Lula e, depois, a Presidenta Dilma, um lançou e o outro continuou com o Programa de Aceleração do Crescimento exatamente para investir pesadamente em infraestrutura e logística, para daí também reduzir o chamado custo Brasil. Temos inúmeras razões para apontar o porquê do atraso de algumas obras ou de várias dessas obras. Falta de recursos, inicialmente, não é. Recursos estão sempre disponíveis, porque há uma prioridade para que obras constantes desses Programas 1, 2 e 3 do Programa de Aceleração do Crescimento sejam tocadas. Mas há o que se convencionou chamar de excesso de fiscalização, uma exorbitância na fiscalização. Parece que há um concurso entre os órgãos que estão aptos ou determinados à fiscalização de obras; há uma concorrência para saber quem paralisa mais obras, começando pelo vetusto Tribunal de Contas da União. Com todo respeito, as matérias são divulgadas, mas não contam o outro lado. Sempre dizem: o Tribunal de Contas da União paralisou uma obra e, com isso, evitou um gasto de R$500 milhões. E o que se passa para a população, de imediato, é que se evitou jogar R$500 milhões fora, no ralo da corrupção, do desvio, do mau uso desses recursos, quando nem sempre é assim. Nem sempre é assim! Ao contrário, quando se paralisam essas obras, ao serem retomadas, o custo delas é multiplicado por cinco, seis, sete vezes. E, em vários desses casos, as obras são paralisadas, apontando-se motivos tais e quais, e, quatro, cinco anos depois, quando se verifica

mais aprofundadamente se essas razões procediam à época, a ponto de paralisar a obra, chega-se à conclusão de que não, de que aqueles pontos não eram suficientes para se fazer a paralisação.

Portanto, isso é um exagero que está acontecendo, e os fiscais estão exorbitando das suas funções. Uma pergunta que sempre faço é: quem fiscaliza os fiscais? Uma segunda pergunta: e o fiscal que paralisa, que tem o poder de paralisar uma obra, caso a obra que ele paralisou em função de um motivo que, posteriormente, foi visto não ter sido suficiente para paralisar aquela obra? Muitas vezes, essa obra, quando retomada, vai ter um custo multiplicado por três, quatro vezes. Quem vai pagar esse prejuízo? Quem é que paga esse prejuízo? É a União. E aquele que paralisou a obra não tem nenhuma imputação a se lhe fazer posteriormente, nem cível, nem criminal, nem pecuniária.

Então, é necessário também que a população tenha consciência de que os órgãos de fiscalização que hoje existem para fiscalizar as obras devem fazê-lo de forma correta. Tem de haver, ninguém é contra a fiscalização. Tem de haver fiscalização de obras, sim, mas não pode, definitivamente, haver exageros nessa fiscalização, como acontece quando um órgão de fiscalização começa a competir com outro para ver quem paralisa mais obras neste País. Nisso temos que dar um basta, de uma vez por todas. E, para dar um basta nisso, é preciso estabelecer penalidades para aquelas obras que são paralisadas pelo fiscal A, B ou C, caso, como já disse anteriormente, não fique comprovado, no futuro, que aquele motivo foi suficientemente forte para que uma obra daquele porte, do porte que seja, tenha sido paralisada.

Um exemplo típico, um caso de que participei diretamente, é o trecho da BR-101, no Estado de Alagoas, que foi paralisado por um técnico do Tribunal de Contas da União, que quis discutir se a pedreira, que eles chamam de jazida mineral, para dar um ar um pouco mais importante – por jazida mineral pode-se depreender diversos minérios, mas a jazida mineral nada mais é do que uma pedreira –, de que estava se valendo o construtor para retirar a brita para a construção da BR-101, obra de crucial importância para todo o Brasil, e, sobretudo, para aquela região no Nordeste, para a interligação norte-sul do Brasil por esta BR, era de propriedade da União ou não. E, em função disso, se paralisou uma obra. Depois de muita luta, conseguimos que as obras fossem retomadas. Baixou-se a multa que seria aplicada em razão dos cálculos que eles fazem. Baixou a multa vertiginosamente: de R$20 milhões – números aproximados – para R$2 milhões.

Acontece que depois de seis, sete, oito meses de cálculos para lá e cálculos para cá, foi levado novamente esse montante de R$2 milhões a menos no custo da obra, já licitada com o custo da pedreira e dessa brita incluídos. Aí o construtor se negou a continuar porque com aquele aumento de R$2 milhões no custo final da obra que ele havia ganhado com licitação, com processo licitatório absolutamente normal e dentro das regras, ele não conseguiria concluir a obra porque seria um custo adicional.

E aí o que acontece? Rescinde-se o contrato; promove-se nova licitação, e a BR-101 ainda está lá paralisada. As chuvas já levaram o trabalho de terraplanagem que foi feito. E aí vem uma primeira pergunta a V. Exª: quando é que as obras da BR-101, no trecho de Alagoas, serão reiniciadas? Quando serão concluídas? Qual foi o custo inicial licitado para essa obra? E qual será o custo estimado para a conclusão dessa obra, com a nova licitação, que, se já não foi feita, deve estar sendo feito por esses dias?

Mencionei isso para vermos o custo adicional que a paralisação de uma obra como essa acarreta, em função da discussão de uma pedreira, se é da União ou se não é. Desde que D. João VI chegou ao Brasil, em 1808, quebravam-se as pedras, pedra lascão, para se colocar na pavimentação das ruas por onde passavam as carruagens, os carros, e nunca ninguém discutiu se a pedreira, se a jazida mineral era da União, se era isso ou aquilo. Mas 500 anos depois, o Tribunal de Contas da União vem discutir esse problema – problema, não, essa questão.

Então, fundamentalmente, o que temos que fazer é um alerta à população de que as matérias que são divulgadas por esses meios, dizendo que o Tribunal de Contas da União, que a Procuradoria-Geral da União, que a Consultoria-Geral da União, que não sei mais o quê da União, todos eles pararam uma obra de R$700 milhões, evitando, assim, o desperdício de R$700 milhões podem traduzir uma mentira. É mentira! Isso é mentira porque é somente um lado da história; tem que se mostrar o outro lado. Paralisou-se a obra, muito bem. Agora, quanto vai custar se retomar essa obra? E quais são as provas cabais que levaram à paralisação daquela obra?

A segunda pergunta que eu deixaria com V. Exª, Sr. Ministro, é em relação às obras da BR-316, ligando Carié a Inajá, obra essa que a Presidenta Dilma Rousseff determinou fosse incluída no PAC 2, porque é uma obra de extrema importância. Toda a Bancada alagoada no Congresso Nacional se mobilizou para que, afinal, fosse determinada a inclusão no PAC e sua imediata licitação. A pergunta é: a licitação já foi feita? Quando será feita e o prazo para a conclusão dessa obra, que é de extrema importância para o Semiárido nordestino, especificamente, o alagoano?

Não podemos esquecer também, Sr. Ministro, de repetir aqui o que já foi dito no comunicado há pouco lido, ou seja, que, no levantamento feito pelo Instituto ILOS de Logística e Supply Chain, que calcula os custos logísticos do Brasil, pela primeira vez, desde 2004, houve aumento desses custos em relação ao PIB. Esses custos passaram de 10,6 para 11,5% de 2010 a 2012. Em termos de dispêndios, houve um aumento de gastos com logística, aqui no Brasil, de R$391 bilhões, em 2010, para R$507 bilhões no ano passado. E esses custos de logística têm absolutamente a ver com o Ministério de V. Exª, pelo volume de obras que investe exatamente nessa área para diminuir os nossos custos, fazendo com que a nossa produção seja escoada com mais facilidade a um custo menor, juntamente com a questão dos portos.

Enfim, aí há toda a cadeia logística para atender à cadeia de exportação produtiva do nosso Brasil.

Então, foram essas considerações que gostaria de fazer inicialmente e essas duas perguntas. As perguntas serão feitas sucessivamente, Sr. Ministro, para depois V. Exª respondê-las em conjunto.

Passo a palavra, agora, ao autor do 2º Requerimento de convite para que V. Exª comparecesse a esta Comissão, S. Exª o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu caro Ministro César Borges, é uma alegria muito grande ter o retorno de V. Exª à sua Casa, em que granjeou tantos amigos e companheiros. V. Exª tem uma passagem muito bonita pelo Senado Federal e abraça um desafio de tão grande monta como Ministério dos Transportes. Quero saudar os companheiros do DNIT e da ANTT, que acompanham V. Exª.

Sr. Presidente, inicialmente, parabenizando o calendário de audiências públicas que V. Exª otimizou em função dos vários requerimentos, mesmo de situações específicas, diferentes, mas de um corpo só, que é efetivamente a infraestrutura logística do País, que, como V. Exª colocou na sua indagação inicial, está tão atrasada.

Eu me permitirei – e peço já antecipadamente desculpas aos companheiros que estão aqui – a partir das 9h, presidir uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, que irá sabatinar uma das autoridades ao CNJ. No entanto, não poderia deixar de indagar a V. Exª, naquilo que me tange, sobre o que o senhor falou com relação à Transnordestina, ou seja, que a principal causa para a elevação dos custos na execução da obra foi a necessidade de revisão dos seus projetos executivos.

Alguém, Sr. Ministro, será responsabilizado pela evidente má qualidade dos projetos iniciais que levaram ao atraso da obra? Afinal de contas, temos um prejuízo aí em torno de R$3 bilhões.

Recentemente, recebi em nosso Estado a Diretoria da ANTT – Dr. Jorge está aqui para a nossa alegria – e falava da necessidade de implementação do PAC, definido com a Transnordestina e o Governo Federal, a respeito de recuperação da malha ferroviária já existente. Em alguns Estados, ela está obsoleta há mais de 20 anos, como é o caso da Paraíba. Quando é que os efeitos desse PAC irão acontecer no meu Estado e no Nordeste?

Vi o programa de investimentos em logística e fiquei pensando: será mesmo que o Governo imagina a Paraíba e Alagoas como Estados federados? Por que somos tratados – e eu estava falando aqui, agora há pouco, com meu Ministro dos Transportes, nosso queridíssimo Alfredo Nascimento, que conhece como ninguém, foi ele quem fez toda a gestação desses grandes projetos, e hoje nos honra com sua companhia na nossa bancada – Alagoas e Paraíba, tão diferentemente quando se fala em infraestrutura logística, quer do ponto de vista ferroviário, quer do ponto de vista rodoviário?

Nos mapas que V. Exª mostrou, não encontro a minha Paraíba em canto nenhum senão nesse grande mapa que está atrás de V. Exª, incluindo-a no território brasileiro. Eu imagino que o processo de inclusão dos estudos para o PIL Ferroviário esqueceu a Paraíba, esqueceu a inclusão de Alagoas dentro do eixo da Norte-Sul, na Transnordestina. E gostaria de saber por que esses estudos não incluem esses Estados. Quais são os critérios? O que pode ser feito para incluí-los e nacionalizar os paraibanos e alagoenses?

Qual é a viabilidade econômica, Ministro, dessa obra?

Muito se fala da Transnordestina como uma obra extraordinária. Ouvi a resposta da ANTT aqui, é a mesma resposta que nos foi dada na reunião da Paraíba. A Presidenta anunciou que terminaria a obra em 2014, mas já não é mais em 2014, passou para 2015, aqui, segundo o documento que recebi a ANTT, e V. Exª agora já fala em 2016. Aí fica uma pergunta: por que não somos esclarecidos sobre a viabilidade econômica dessa obra?

Durante um ano, segundo informações da transparência que V. Exª mostrou, houve um processo de negociação e recomposição de preços. Mas há ainda informações de técnicos e da própria imprensa de que essa obra não tem ainda a viabilidade econômica no setor de cargas, para a sua efetiva conclusão. E como – e, aí, a última pergunta – poderíamos avançar no uso dessa integração ferroviária no transporte de carga para o transporte de passageiros?

Agradecendo a presença de V. Exª, faço apenas um registro, Sr. Presidente.

Na primeira manifestação do Ministro César Borges a respeito do DNIT – e aqui estão os técnicos e o Diretor-Geral do DNIT – vimos a necessidade de, no Congresso Nacional, aprovar um projeto que estratifica cargos do DNIT.

E eu comunico à Comissão e a V. Exª que o Senador Antonio Carlos Rodrigues está com a tarefa de relatar, na Comissão de Constituição e Justiça. E, como faz sempre, já o fez. Estamos esperando a conclusão do relatório de S. Exª para pautar, com a necessidade e a pressa que o DNIT exige.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Vital do Rêgo.

Passo a palavra a S. Exª, o Senador Valdir Raupp.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Fernando Collor; Sr. Ministro dos Transportes, César Borges, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, eu queria apenas fazer uma indagação ao Sr. Ministro.

Nós tivemos recentemente um seminário de logística de transportes no Estado de Rondônia que foi muito produtivo. Lá esteve presente o Diretor Executivo do DNIT, representando o Diretor-Geral, o General Fraxe, e também o Ministro, é claro, e o Presidente da Valec, o Dr. Josias, além de outras autoridades da área de transporte hidroviário, ferroviário, aeroviário e rodoviário.

Nós temos algumas demandas ainda. Avançamos muito na licitação BR-364, já há três lotes em obras. Falta apenas o quarto lote. Começa do primeiro e vai até o quarto, e o terceiro lote ainda está sem contratação. Avançamos muito também nas pontes. A ponte que liga Porto Velho a Manaus, na BR-319, no Rio Madeira, está praticamente pronta, faltando encabeçar um dos lados, esperando algumas desapropriações e construções de casas para retirar as famílias.

A ponte do Abunã, que é a ponte que os Senadores Acir Gurgacz, Senador Ivo Cassol, que não está presente, Senador Petecão, do Estado do Acre, e outros Senadores – por que não as Bancadas na Câmara? – também têm cobrado muito. Essa ponte já foi licitada, acho, pela terceira vez. Agora, parece que está tudo certo, falta apenas a finalização das propostas da defesa do contrato. Acho que agora vai. É uma ponte importantíssima, faz parte da Rodovia Bioceânica, que vai para o Peru, que é a BR-364, que vai de Mato Grosso, Rondônia, Acre, interligando o Peru aos portos do Pacífico. Essa ponte era a única que faltava. Até a ponte do Rio Madre de Deus, se não me falha a memória, que é um rio maior que o Madeira, já foi construída, já está pronta, inaugurada. Falta apenas essa ponte que é chamada ponte do Abunã, sobre o Rio Madeira. Chama ponte do Abunã, porque é uma vila, um vilarejo que chama Abunã, ali quase na divisa de Rondônia com o Acre. Agora acho que vamos ter sucesso.

Acerca da terceira ponte, Sr. Ministro, queria aqui fazer uma pergunta. O Dr. Tarcísio nos disse lá que há a possibilidade de licitá-la ainda este ano. É a ponte binacional, prometida pelo Presidente Lula. Foi reiterada a promessa – o compromisso, porque compromisso é mais forte – pela Presidente Dilma, que ligou para o Ministro Paulo Sérgio Passos, que estará daqui a pouco nesta Comissão, sendo sabatinado para a ANTT, pedindo que acelerasse o projeto, na época em que ele estava no Ministério, porque ela queria cumprir esse compromisso do Presidente Lula com o Presidente Evo Morales, de construir essa ponte binacional Brasil-Bolívia. Afinal de contas, é um compromisso do Brasil há 111 anos. Esse tratado é de 1902, em que o Brasil se comprometia a dar uma saída à Bolívia para o Atlântico, tendo em vista que ela tinha bloqueio para sair para o Pacífico pelo Chile e pelo Peru. Essa obra é muito esperada também pela Bolívia e por Rondônia e vai tirar do isolamento uma cidade histórica, importante, que é Guajará-Mirim, e, por consequência, todo o Estado de Rondônia. Pergunto se essa ponte realmente será licitada este ano.

Segundo: a duplicação da BR-364, de Mato Grosso a Rondônia, e quem sabe, no futuro, até Rio Branco, no Acre. A BR-364 é uma rodovia que já está estrangulada, devido ao grande volume de carga de soja do Mato Grosso. Há três terminais graneleiros em Porto Velho: da Bungee, da Maggi. Está aqui o Senador Blairo Maggi, que foi um dos pioneiros nas PPPs no Brasil. Lá, quando fui Governador, construímos, em parceria com o Grupo Maggi e o Governo Federal, um porto graneleiro, um porto moderno, muito importante, que transporta milhões de toneladas de soja todos os anos. Depois vieram essas empresas também grandiosas – a Cargill e a Bungee – exportando soja pelo Rio Madeira. Então, é um grande canal, um grande corredor. E a hidrovia é aquela estrada que, de vez em quando precisa fazer uma dragagem, mas ela não estraga, é uma estrada que está pronta o ano todo, o tempo todo.

A duplicação dessa rodovia já se faz necessária, devido ao grande volume de tráfego entre o Mato Grosso e Rondônia. Sei que já houve uma contagem de tráfego. Pergunto se a assessoria do Ministro teria para passar ou se o Ministro já tem essa informação, se ela já comporta, se já se viabiliza uma duplicação

desse trecho de Mato Grosso a Rondônia. Sei que o certo seria duplicar da divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul até Cuiabá, Cuiabá a Porto Velho, e, futuramente, estendendo até o Acre.

Terceiro: a ferrovia que vai de Mato Grosso a Rondônia. O trecho mais falado é de Lucas do Rio Verde a Porto Velho, futuramente também estendendo até o Peru como a rodovia. Mas esse trecho é o mais importante no momento devido ao grande volume de cargas, e a tendência é aumentar cada vez mais devido à demanda mundial, que exige alimentos e produtos do Brasil.

Pergunto sobre a ferrovia no trecho de Vilhena a Porto Velho, que para nós, para Rondônia, é o trecho mais importante. Temos aqui de Lucas do Rio Verde a Vilhena vai demorar muito, passa próximo a reservas indígenas, tem que fazer um desvio, é uma obra um pouco mais complicada, mas de Vilhena a Porto Velho e Porto Velho a Vilhena é um trecho de 700km, que já viabilizaria o escoamento de soja do Mato Grosso e sul de Rondônia para o porto de Porto Velho. Acho que já tiveram início os estudos e o projeto. Havia uma pendência no Tribunal de Contas porque, na fase de licitação, o Tribunal pediu a paralisação do processo. Quero saber se ela já foi desenrolada para seguir o processo de licitação e contratação?

Era isso, Sr. Presidente, e para parabenizar o Ministro pelo trabalho. Eu sei que experiência não lhe falta, competência, seriedade para desenvolver um trabalho nessa grande malha de transporte não só de rodovia, mas de ferrovias e tudo no Brasil.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Valdir Raupp.

Passo a palavra agora ao S. Exª, o Ministro César Borges para as respostas às três primeiras indagações formuladas.

O SR. CÉSAR BORGES – Sr. Presidente, em primeiro lugar queria agradecer aqui as palavras carinhosas de alguns Senadores e dizer que realmente na minha vida pública, já um pouco longa, foi uma experiência muito importante e inesquecível a passagem aqui por esta Casa durante oito anos, como Senador, representando o meu Estado natal, a Bahia. Aprendi muito aqui com todos os companheiros.

Vejo muitos Senadores novos e outros, como o Senador que acaba de usar a palavra, o Senador Valdir Raupp, e o Senador Alfredo – foi Ministro dos Transportes – que passaram com os colegas aqui durante o período de mandato. O Senador Flexa Ribeiro e V. Exª estavam aqui também quando eu estava e outros Senadores que chegaram após 2010. Então, foi uma passagem muito importante nesta Casa em que transitam todos os grandes assuntos nacionais. Aqui, no Congresso Nacional, participo com V. Exª das suas preocupações externadas aqui com relação às questões nacionais que dizem respeito à rapidez de que o País necessita na entrega da melhoria da sua infraestrutura, de tantos outros empreendimentos necessários ao desenvolvimento do País que essencialmente passam pelo Congresso Nacional.

Eu acho que os órgãos públicos existem, mas sempre estão subordinados à vontade maior da população, representada pelo Senadores e Deputados Federais. Então, Presidente, começaria, para lhe responder, lhe dizendo que hoje vivemos no Governo Federal, diria, um momento bom com relação à disponibilidade de recursos. Nós, no Ministério dos Transportes, temos nesse ano, por exemplo, uma previsão de PAC de investimento de R$15,5 bilhões. Desses R$15,5 bilhões, R$13,5 bilhões aproximadamente, em grossos números, estão com o DNIT, mas até agora nós só conseguimos executar efetivamente R$7 bilhões.

É claro que tivemos dois meses de greve, mas temos hoje, no País, o que chamo de cipoal de dificuldades entre a vontade política de governante – V. Exª foi um governante e sabe o que é governar seja um Município, seja o Estado, seja a Nação – entre se ter a vontade política da realização que se está traduzindo na demanda que veio da população que reclama dos dirigentes, principalmente dos executivos que realizam aquela obra, até a real execução. E, muitas vezes, o débito pelo atraso sempre é colocado no Executivo, mas não depende o Executivo. O Executivo é executivo, mas vivemos em uma democracia e temos que respeitar a legislação exigente.

O processo entre a vontade política e a realização é longo e penoso. Para hoje efetivamente eu poder executar R$15 bilhões, tenho que vencer uma série de obstáculos colocados. Começa em fazer um projeto. Aqui foi dito: “Um projeto malfeito leva a custos maiores”, mas um projeto bem-feito não significa custos menores essencialmente. Teoricamente, sim. Mas dependerá do projeto. Há projeto executivo que, às vezes, não vê determinadas questões. É claro que a probabilidade é maior quando o projeto é malfeito, mas também para executar um projeto bem-feito se demora muito tempo. E, em 100%, nunca haverá um projeto onde não haja possibilidade de modificações, por exemplo, de aditivos porque, no País, costumou-se olhar e ver “aditivos” – vou colocar entre aspas – como algo criminoso, mas aditivo existe porque existe a realidade. E quem é engenheiro civil e quem já trabalhou em estradas ou em qualquer outro setor sabe que na execução de uma obra, qualquer que seja obra de en-

genharia, há percalços. Se o projeto executivo demora cinco anos para ser executado, a sua margem de erro será menor, mas podemos esperar, às vezes, cinco anos para a execução do projeto?

Então, a tentativa inclusive de atender à população de forma mais rápida leva você a utilizar projeto básico ou anteprojeto, inclusive porque é permitido através do RDC. E muitas vezes isso modifica o valor. E por ai vai para as licenças, por exemplo. E, daí, vamos para a etapa das licenças ambientais. Precisamos de uma licença prévia. Depois da licença prévia, uma licença de implantação. Se durante a licença prévia for constatado que a aquele empreendimento, seja rodovia, seja ferrovia, atravessa área indígena, vamos cair na questão indígena. E, nesse caso, a Funai vai tentar – a própria Funai acha que está dentro dos ditames constitucionais o fato de estar imbuída dessa obrigação – fazer a defesa das áreas indígenas, vai tentar fazer um resgate do passado através da travessia de uma estrada em proximidade de área indígena. E ai ficamos, às vezes, meses ou anos sem conseguir atender.

Há uma questão no Estado do Pará, da BR-230, que o Senador Flexa conhece muito bem. Temos questão em Santa Catarina com a área indígena, a travessia do Morro dos Cavalos, um túnel. Tudo isso poderia ser feito mais rapidamente, mas temos esses entraves.

O Ibama tem, por sua vez, para dar com a sua licença, uma série de condicionantes. E, segundo cada um desses órgãos, eles estão calcados em legislação que foram feitas dentro do Congresso Nacional e que devem ser cumpridas, porque, se não forem cumpridas, o Ministério Público irá contra o funcionário do Meio Ambiente ou da Funai. Então, temos também o Ministério Público.

Vencidas todas essas etapas das licenças, vamos à licitação, que é outro projeto complexo dentro da legislação, a Lei nº 8.666. Não é à toa que o Senado Federal está hoje discutindo a Lei nº 8.666 e a sua revisão. E houve a implantação do RDC, que também se transformou em lei para se tentar agilizar a execução das obras. Mas tudo isso retarda a execução. Vai para o processo licitatório, que, muitas vezes, não se conclui, ou vai para demanda judicial. O Judiciário está ai para qualquer um recorrer a ele.

O sistema legal, judicial, brasileiro, na democracia do Estado de direito, tem que dar realmente acesso ao Judiciário a qualquer um que acha que foi prejudicado durante o processo licitatório. Isso pode demorar anos. E assim as coisas vão se acumulando.

Temos o Patrimônio Histórico Nacional, temos problemas com recursos naturais – a zona de caverna, arqueologia –, temos problemas também com os quilombolas, cuja área, muitas vezes, temos que atravessar. São problemas inúmeros.

E, quando se faz a concorrência e se assina o contrato, quando esse contrato é juridicamente perfeito e acabado, o Tribunal de Contas vai analisar o custo unitário de cada preço. E, se dentro da sua visão, que pode ser subjetiva, porque não há nada ditando que é daquela forma, o TCU analisar, porque está imbuído da missão constitucional que, segundo ele, foi dado pelo Congresso Nacional, ele achar que há um sobrepreço, ele indica um sobrepreço que poderá levar ou não à paralisação da obra. E o que diz a empresa? Ora, hoje todo o setor de construção diz que está sem segurança jurídica. “Nós não temos segurança jurídica nos nossos contratos”. Por quê? O Tribunal, também imbuído da sua missão constitucional, diz que aqui há um sobrepreço.

Então temos que fazer oitivas.

A empresa, inclusive calcada na legislação, diz: “eu não tenho obrigação de diminuir o meu preço. Nada me obriga. A lei me dá essa garantia. Então, DNIT, Valec, tomem aqui o seu contrato. Eu não vou executar a obra diante dessa determinação.” E aí começamos todo o processo licitatório novamente e, quem sabe, até as licenças, porque elas vencem, elas têm prazo e têm condicionantes.

Então, esse é um processo penoso. E digo aos senhores: não é falha do Executivo. Temos falhas internas, claro, quem que não as tem? Todos temos. Eu já comecei aqui a exposição dizendo que o DNIT tem uma tarefa muito grande, hoje, que é executar um orçamento de R$13,5 bilhões, quando, no passado, em 2006, antes do PAC, esse gasto não chegava a R$2 bilhões por ano. Hoje se gastam R$15,5 bilhões, e, às vezes, o órgão não é maior do que aquele que existia em 2003, 2004.

Então, já respondendo a V. Exª, essas são dificuldades que realmente enfrentamos, mas costumo dizer sempre, Senador Collor, que acho que a solução está aqui dentro, desta Casa, do Congresso Nacional. O Congresso Nacional é que pode efetivamente – fez a legislação – dedicar-se à legislação e, se for o caso, procurar caminhos que possam levar a uma entrega mais rápida à sociedade, porque a sociedade nos cobra. Cobra a todos: cobra do Legislativo, cobra do Executivo e cobra do Judiciário, e cada um se acha imbuído da sua missão constitucional. Então, temos que resumir este dilema nacional: vamos executar as obras, ou não vamos executar as obras, ou vamos demorar dez anos para executar, 20 anos para executar um projeto?

Muito bem. Com relação à BR-101, no Estado de Alagoas, V. Exª conhece bem a questão. Mandamos aqui a V. Exª. Foi indicado um sobrepreço elevado, em

torno de R$40 milhões. Depois o Tribunal de Contas revisou esse sobrepreço de R$40 milhões para R$20 milhões, mandando fazer uma retenção de R$2 milhões, mas que as oitivas seriam feitas, para se verificar se havia ou não o sobrepreço de R$20 milhões. E a empresa se recusou a continuar a obra, entregou o contrato. Esse contrato retornou ao DNIT. O DNIT, aí, o que é que faz? Refaz todo o levantamento do remanescente para depois não ser acusado de que vai licitar a mais. Ele tem que levantar todo o remanescente. Esse trabalho já foi concluído. E agora está licitando. E há a informação de que, em mais 25 dias, a licitação estará sendo feita para o reinício dos trabalhos da BR-101, naquele trecho de Alagoas. E a previsão de conclusão é de dois verões. A previsão foi me dada aqui pelo Diretor-Geral, o General Jorge Fraxe. A previsão é isso mesmo, General, confirma?

O SR JOSÉ ERNESTO PINTO FRAXE (*Fora do microfone*.) – Dois verões.

O SR. CÉSAR BORGES – Dois verões para conclusão, e a licitação da BR-101?

O SR JOSÉ ERNESTO PINTO FRAXE (*Fora do microfone*.) – Trinta dias.

O SR. CÉSAR BORGES – Trinta dias. Vinte e cinco é Carié e Inajá, também a conclusão em dois verões, no sentido de que é preciso duas janelas climáticas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Dá para você repetir Carié e Inajá, então?

O SR. CÉSAR BORGES – Carié e Inajá, 25 dias para licitação.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Então, seriam 25 dias?

O SR. CÉSAR BORGES – Melhor que chova, não é? Vamos fazer o bom agouro. Carié e Inajá. A BR-101, Alagoas, licitação em 30 dias dos dois lotes, com a remanescente, e também dois verões para conclusão.

O custo original eram R$478 milhões, e o custo atual está em R$630 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Aqui, 25 dias.

O SR. CÉSAR BORGES – Para licitação, e dois anos para conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Para Carié e Inajá.

O SR. CÉSAR BORGES – Isso.

Bom, o Senador Vital do Rêgo falou algumas coisas com relação à Transnordestina que nessa minha explanação já foram respondidas, questão de projetos. Acerca da malha ferroviária, é claro que, de forma nenhuma, a União desprezará nenhuma unidade da Federação; muito pelo contrário, queremos atender a todas as unidades da Federação. Entretanto, há aquelas que demandam, pela viabilidade técnico-econômica, investimentos mais urgentes, outras menos.

Com relação à malha ferroviária, quero dizer aqui, com muita clareza, que há 17 anos foi licitada uma concessão ferroviária em que três concessionárias assumiram praticamente tudo o que seria o patrimônio da Rede Ferroviária Federal, a Ferrovia Centro-Atlântica, a América Latina Logística (ALL) e a MRS.

Mas nesses contratos, naquela época, a União queria apenas tirar o custo de manter em operação e passou aquele patrimônio sem obrigações de novos investimentos. E deixou ao talante da concessionária que ela pudesse manter em funcionamento ou não, a depender da economicidade e do retorno. E o que houve é que o Brasil, que tinha uma malha de aproximadamente 30 mil quilômetros, reduziu essa malha hoje a 12 mil quilômetros, economicamente ativa. Ainda assim, metade dela é ligada diretamente ao escoamento do minério de ferro. E a outra parte, de forma mais incipiente e crescendo, a parte de escoamento dos grãos, principalmente do Centro-Oeste.

Então, nesse processo de reativar sobre o qual o Governo Federal está agora debruçado, empenhado, determinado a fazer uma nova malha ferroviária nacional de 11 mil quilômetros, temos que procurar aqueles trechos que têm maior demanda, que têm maior carga, que possam desafogar o escoamento da safra brasileira. Então, não há, de forma nenhuma, nada contra, muito pelo contrário. Queremos ver a Paraíba com a sua malha ferroviária e rodoviária atuando e servindo bem à população, assim como o Estado de Alagoas.

Acredito que a Transnordestina beneficiará todo o Nordeste. Apesar de não passar de forma específica no Estado, como, por exemplo, não passa na Bahia, vai, sem sombra de dúvida, também trazer repercussões positivas para a Bahia.

O Senador Valdir Raupp teceu comentários aqui sobre vários assuntos. E vejam bem: só o Estado de Rondônia demanda uma série de investimentos do Governo Federal. Eu diria que hoje o que temos procurado na malha rodoviária é, na Região Centro-Oeste e na Região Norte, expandir a malha rodoviária pavimentada e conservar. Na minha explanação, eu mostraria, se fosse disponibilizado tempo, que hoje se dá uma prioridade absoluta à manutenção através dos contratos de recuperação e manutenção, mais conhecidos como Crema – Crema 1 e Crema 2.

Nós temos hoje aproximadamente mais de 90% da malha rodoviária federal em situação de boa a regular. Deixamos no passado aquele período em que as reportagens colocavam geralmente estradas federais esburacadas, sem condições, e, diga-se de passagem,

o ano em que o Ministério mais investiu foi o ano de 2010. Lá estava o Ministro Alfredo Nascimento, que deu início a esse programa. A partir do período em que esse programa foi implementado, temos, podemos dizer, a pretensão – e esse foi o desafio que fiz ao DNIT – de chegar ao final do ano, e, se não for possível no final do ano, até meados do ano que vem, a 0% de rodovias federais em mau estado. Temos tudo coberto por Crema 1 ou por Crema 2 em situação regular ou boa, pelo menos dentro dos critérios de análise que temos no DNIT.

Essa situação é essencial para manter a malha rodoviária federal brasileira em bom estado. Mas queremos pavimentar as rodovias federais que não estão ainda pavimentadas. Há muitas rodovias federais que não estão sequer implementadas. Estão traçadas no Sistema Nacional de Viação, mas não estão implementadas.

Queremos pavimentar – temos desafios enormes – a BR-163 no Estado do Pará. E lá na Amazônia, Presidente, nós só trabalhamos numa janela hídrica de quatro meses. E aí nos cobram o atraso. Sim, mas eu não posso mudar a natureza. Enfrentamos as dificuldades de uma obra como a BR-163, como sabe o Senador Flexa Ribeiro, mas ela já está toda pavimentada no Estado do Mato Grosso e está sendo concluída em 400km até Santarém, no Estado do Pará. A BR-230, queremos também pavimentar, mas temos dificuldades.

Voltando à Rondônia, estamos cuidando de todas essas questões. O Senador Raupp conhece muito bem. O DNIT está aí à disposição. São vários assuntos. Poderemos, depois, dar a V. Exª um por um deles, em detalhes, como estão em andamento a Ponte do Abunã, a BR-364, a Ponte Binacional.

E, com relação à duplicação, é claro que trabalhamos também para duplicar a malha rodoviária federal, mas não podemos sair duplicando todas as estradas federais. Não temos recursos nem atratividade no setor privado para participar de novas concessões. Na verdade, a duplicação só é viável a partir de seis mil veículos médios diários. É, pelo menos, o número que se adota. Se nós não tivermos isso, não é viável a duplicação. O que se pode fazer é adequação, é melhoria, é terceira pista, é alargamento. Isso pode e deve ser feito. E isso está previsto nos programas também do DNIT.

Então, eu espero com isso ter respondido. O Senador Raupp colocou várias questões. Nós poderemos dar uma a uma posteriormente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª. Pela ordem, me parece que o Senador Valdir Raupp pediu. Senador Valdir Raupp, com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – É para perguntar sobre a BR-242, que foi projetada na Ilha do Bananal. Exatamente. O Dr. Alfredo conhece essa rodovia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Valdir Raupp. Pergunto a S. Exª o Sr. Ministro se deseja responder imediatamente ou se passa um pouco mais adiante, depois das perguntas de outros Senadores.

Vamos passar, então, agora pela ordem de inscrição. S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, o senhor poderia me inscrever? Senador Sérgio Petecão, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Sérgio Petecão. Senador Wilder já está inscrito. S. Exª o Senador Clésio Andrade.

Eu gostaria, antes de passar a palavra à S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, apenas relembrar o que disse aqui S. Exª o Ministro César Borges sobre as duas obras. Carié e Inajá, que estão incluídas no PAC 2. A licitação será feita dentro de 25 dias. Dentro de 25 dias, a licitação estará sendo lançada. O prazo para conclusão da obra é de dois verões, dois verões do Semiárido.

Então, essa já é uma grande notícia. Foi uma decisão, uma determinação da Presidenta Dilma Rousseff a inclusão dessa obra no PAC 2, por solicitação da Bancada alagoana no Congresso Nacional.

Em relação à BR-101, o prazo para a licitação será de 30 dias. Em 30 dias, será lançada a nova licitação, tendo em vista que a empresa que havia ganhado a licitação não aceitou a tese do sobrepreço lançada pelo vetusto TCU e, enfim, desistiu da obra. Teve que ser feita uma nova licitação. Essa obra foi paralisada em função de um suposto sobrepreço de R$20 milhões. Por isso, foi paralisada. Primeiro, foi de R$40 milhões, foi o que levantaram; reduziu-se para R$20 milhões. Com a retenção de R$2 milhões, a empresa não se viu em condições de continuar a obra.

Essa obra, orçada em números redondos em R$450 milhões, inicialmente, com a desistência dessa empresa e com a nova licitação, está estimada em mais de R$600 milhões. Então, por aí vemos que essa é uma conta esquisita, porque teoricamente se economizou R$20 milhões de um lado, mas, do ponto de vista prático, houve um aumento de mais de R$200 milhões nessa obra, que é a BR 101, no trecho de Alagoas, que foi paralisada pelo – sempre gosto de repetir – vetusto TCU, em função de uma pedreira para saber se quem deveria receber os *royalties* da pedreira seria a União

ou seria o Estado ou seria o próprio detentor do direito de exploração daquela jazida mineral.

Portanto, quero agradecer as explicações aqui formuladas e as informações dadas por S. Exª o Sr. Ministro César Borges.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura; amigo Senador e Ministro César Borges, é uma alegria tê-lo de volta ao Senado; Srs. Senadores.

Ministro César Borges, há mais ou menos 20 dias, estivemos no Ministério dos Transportes com o Governador do Pará, Simão Jatene, e a Bancada do Estado, de forma suprapartidária, para reivindicar as obras de importância para a infraestrutura do nosso Estado.

V. Exª já respondeu duas dos meus questionamentos com relação à Transamazônica 230, que foi motivo de reportagem do Fantástico deste final de semana, de uma pessoa que percorreu toda a Transamazônica, desde o Nordeste até o Amazonas, de tipo ultraleve, o parapente. Foi mostrando trecho a trecho como ela se encontra, e sabemos que há muita coisa ainda para ser feita. Mas V. Exª já colocou as dificuldades que tem nas áreas que transitam por reservas indígenas.

Com relação à 163, Santarém-Cuiabá, cuja conclusão todos nós aguardamos, eu quero aqui saudar o Diretor-Geral do DNIT e os seus companheiros da ANTT, porque o General Fraxe tem sido um batalhador na tentativa de concluir pelo menos a 163 e a previsão é de que isso ocorra ainda em 2014, porque por lá vai fluir toda a produção de grãos ou grande parte dessa produção de grãos do Centro-Oeste. O Senador Blairo é um dos que irá, com certeza absoluta, utilizar bastante. Além da hidrovia do Madeira, que já é utilizada para tirar os grãos, há também a Santarém-Cuiabá.

Mas pergunto a V. Exª, Sr. Ministro César Borges, outro ponto que produz grande angústia no Estado do Pará, que é o tão sonhado derrocamento do Pedral do Lourenço. Nós temos tido datas sendo revistas a cada vez e é lamentável que o Governo brasileiro tenha colocado R$1,5 bilhão na Eclusa de Tucuruí e essa hidrovia não seja utilizada. A Eclusa de Tucuruí está lá como uma peça de museu para ser admirada, mas não tem nenhum fundamento com relação à navegação da hidrovia. É preciso que seja feito, imediatamente, o derrocamento do Pedral do Lourenço.

A última informação que tivemos naquela vez foi a de que a Marinha tinha colocado as condicionantes para a navegabilidade e que a Universidade do Paraná, parece-me, estava para fazer a revisão do projeto. Em 30 dias, que já se vão, o projeto estaria pronto para ser licitado.

Então, pergunto a V. Exª se podemos ter a certeza de que ainda neste ano, ou seja, em 2013, haverá licitação para o derrocamento do Pedral do Lourenço, que vai efetivamente trazer a navegabilidade para aquele trecho da hidrovia de Tocantins, de Marabá até Porto de Vila do Conde.

Também pergunto a V. Exª, que nos preocupa, porque a hidrovia do Tocantins, apenas esse trecho que está sendo estudado, mas ela é maior. Então, nós temos problema com as eclusas, tanto de Lajeado como de Estreito e, agora, na barragem de Marabá, que está sendo objeto de estudo para licitação, e também a eclusa não está incluída.

Então, por que, de uma vez por todas, quando o Ministério de Minas e Energia constrói as barragens para geração hídrica, o Ministério dos Transportes, ao mesmo tempo, não faz as eclusas para que possa ter a hidrovia feita ao lado da hidrovia, da barragem, melhor dizendo? Quer dizer, fazer ao mesmo tempo, concomitantemente, as duas obras.

Então, quero perguntar isso a V. Exª. Eu tenho projeto, há vários Senadores com projeto tramitando no Congresso, em que não permite mais a construção de barragem e que não sejam feitas as eclusas concomitantemente, para evitar essa dificuldade que estamos tendo em Tucuruí, vamos ter em Lajeado, vamos ter em Estreito e vamos ter, de novo, na barragem de Marabá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, primeiramente quero saudar V. Exª, Presidente Collor, e dizer que um pouco da minha agonia, Ministro César Borges, refere-se à questão da audiência. Eu até estava esperando aqui V. Exª, Presidente Collor, fazer a segunda parte, que foi anunciada aqui pelo Ministro, porque acho que o objetivo dessas rodadas que temos feito aqui é exatamente tentar encontrar o que há de planos e projetos e como podemos ajudar. Acho que esse é que é o objetivo central. É óbvio que cada um vai tentar tratar aqui, como diria a história de Getúlio Vargas, do seu São Borja, é natural, não acho nenhum absurdo. Mas acho que seria importante que tivéssemos um panorama dessas questões, porque todas elas vão encontrar gargalo em todos os Estados, sejam problemas de licença, sejam problemas com o Tribunal de Contas, sejam problemas, inclusive, com as concessões.

Então, o que eu pretendo, Ministro, é que o Ministério possa até nos dizer aqui concretamente, não

só a partir dos bilhões que temos, mas, efetivamente, sobre o Plano Nacional. Obviamente, volto a insistir, a estrada tem que estar em algum lugar, portanto passando em algum Município, mas, quero saber, do ponto de vista do Plano Nacional, quais são os gargalos que a gente tem.

Eu até conversava com o Senador Vital do Rêgo, discutíamos uma proposta aqui – viu, Senador Collor? – de apresentar um projeto, para que pelo menos um quinto de cada estrada fosse executado pelo TCU. Sério, estamos discutindo isso, a viabilidade. Então, se uma estrada tem uma extensão como essa, o TCU ficaria responsável por um quinto. Nesse um quinto, ele faria exatamente a experiência. Ele não bota o preço, ele acha que tem que ter o preço para o inteiro? Então, está bom. "Então, você vai ter um quinto aqui para executar nesse preço que você faz; enquanto isso, o DNIT toca os outros quatro quintos." E aí nós vamos ver se esse preço do todo ele consegue aplicar no um quinto dele. Aí a gente vê a realidade. AÍ nós teríamos a responsabilização.

Porque o problema central dessa questão... Por exemplo, vou dar o exemplo vivenciado até no início na gestão do Senador Alfredo lá no Ministério dos Transportes: a Ferrovia Oeste-Leste. Alguém foi lá, autorizou tudo, o TCU passou a régua, está beleza, mas, depois, quando começou, o cara foi lá e levantou um problema nos trilhos. Precisava botar, inclusive, segundo o TCU, a Valec nos trilhos. E houve uma série de história e, depois, chega ao final, muda a história e diz: "não, o problema é nos dormentes." Aí, agora, já não tem mais ninguém dormindo, está todo mundo acordado. Está beleza, e tal e tal. Está bom. E isso tudo que aconteceu de lá para cá, como a desmobilização da obra, todas essas coisas e tal? Aí volta tudo para o caixa da viúva. E se aumenta o custo da obra, porque você vai remobilizar. Aí o sujeito que foi lá e disse que isso estava irregular? Ele diz: "fui lá, fiz a constatação, mas está tudo resolvido." Ou seja: nada consta. E aí quem paga a conta? E não é só uma conta do ponto de vista de recursos financeiros; é a conta da não entrega da obra.

O Senador Alfredo falava aqui da Transnordestina. Todos nós concordávamos. A Transnordestina está se arrastando.

Eu me lembro, Ministro, de que discuti a Transnordestina – na época eu era Secretário do Planejamento do Estado da Bahia – num encontro, em abril, em Montes Claros, no encontro da Sudene. Na oportunidade, houve até uma homenagem ao Vice-Presidente José Alencar pelo seu aniversário. E nós fizemos um grupo de trabalho nacional só para discutir as ferrovias. Os Estados envolvidos foram chamados. Ali havia a Oeste-Leste, que era o trecho que nos interessava. E, no caso específico, os conflitos entre a Transnordestina e a Oeste-Leste: quem roubava carga de quem, as disputas, quando eram alegadas as supostas inviabilidades daquele trecho. E havia exatamente aquele trecho que o senhor citou aqui: uma questão de Missão Velha com Salgueiro, a saída de Petrolina. Era mais perto Petrolina/Aratu ou Petrolina/Suape? Pelas contas de todo mundo, se não me falha a memória, Petrolina/Suape, 700 quilômetros; Petrolina/Aratu, 500. Portanto, em termos de logística, o correto era pegar aquele trecho da FCA e dotar de condições para operação de carga.

Então, se é isso, precisaríamos discutir essa questão sob esse prisma, entendeu, Ministro?

Eu queria levantar uma questão a partir do que o próprio Ministério trabalhou.

Do ponto de vista dos trechos ferroviários, doze trechos foram apresentados numa proposta de programa do Ministério. Doze trechos que começavam com Palmas e iam até Rio Verde. E o último trecho desce no segundo, São Paulo a Rio Grande. Obviamente, tem um trecho que nos interessa, que é Belo Horizonte/Recife. É um trecho que, de certa maneira, reclamado pelo meu companheiro Vital do Rêgo, não se estende de Recife para a Paraíba, mas passa por Alagoas, de V. Exª, Senador Collor.

Então, havia ainda esses investimentos. Pelo próprio documento do Ministério, era algo em torno de dez mil quilômetros nessas questões das concessões, no caso das ferrovias.

No que diz respeito às rodovias, Ministro, eu quero chamar a atenção, porque tinham sido levantados nove trechos, sendo que o sétimo trecho na realidade compreende... Aliás o quinto lote e o sétimo compreendem mais de uma rodovia, que começa com a BR-101, que tem inclusive o nosso caso, agora já modificado, projetado para outro período, e vai até a 040, DF, Goiás, Minas, já citado.

Esses investimentos, esses nove lotes compreendem mais ou menos 7.500 quilômetros em trechos de concessões.

O que eu perguntaria ao Ministro é se nesse contexto, tanto ferrovia quanto ferrovia... A modelagem está ali e tal. E lamentavelmente a gente vai responsabilizando esse ou aquele, mas é o Ministério do Transporte que tem a prerrogativa da gestão, principalmente desses dois grandes investimentos, tanto da área rodoviária, quanto ferroviária.

Então, quais são os problemas que nós temos para isso? Como podemos entrar nessa questão? E outra, Ministro, é a questão dessas concessões. Estamos falando em modelagem nova, em alterar preço de pedágio, nessa questão de 10%. Por exemplo, mantemos algumas concessões já rodando no Brasil,

ou melhor, algumas inclusive não rodam. Na Bahia, por exemplo, poderíamos chamar de via-crúcis e não de via Bahia. Então, por exemplo, Santa Catarina. Nós tivemos até oportunidade de conversar com o senhor sobre esse negócio, inclusive junto com a Presidenta. Depois tive oportunidade de conversar sobre isso com Esperidião Amin, para darmos um trato nacional, para não dizer que eu estava tratando só ali da Bahia. E discutimos exatamente isto: com essas concessões, que atitude poder-se-ia aplicar para resolver um dos graves problemas ou de cumprimento de contrato ou, na maioria das vezes, de gestão dessas rodovias por parte dessas concessionárias.

Então, há uma querela em relação a isso e uma expectativa frustrante, porque, se nós vamos abrir novas concessões e vamos ter concessionários que prestam serviços muito ruins no Brasil, seria importante que o Ministério pudesse nos responder o seguinte: do ponto de vista dessas concessões, a ANTT atesta que os concessionários estão cumprindo rigidamente o contrato? Porque todas as vezes que temos essa demanda, a ANTT chega lá e diz: "Não, não, os caras estão cumprindo rigidamente". O que é cumprir rigidamente esse contrato? Na minha opinião, é prestar serviço. Pode ser até que ainda não esteja na fase de duplicação, mas o serviço tem de ser prestado.

Por exemplo, do caso nosso da via Bahia o senhor é conhecedor. Até para fazer um pequeno reparo num buraco no principal trecho na saída de Salvador a concessionária está enrolada até hoje. Ela entrou no buraco e não conseguiu sair. E não é uma concessão qualquer, Ministro César Borges. O senhor até conhece isso mais do que eu, porque, inclusive, é do ramo, é engenheiro civil e conhece essas questões de estrada, portanto, pode falar com muito mais propriedade.

Do ponto de vista do Ministério, pergunto: o Ministério, Alfredo, tem condição de falar dessa rodovia, da concessão? Ouvi agora há pouco o senhor se referir ao trecho em que se vai adentrando João Monlevade, que é um trecho que ainda não apresenta uma carga atrativa, vamos dizer assim, para uma concessão. A BR-324 é melhor do que pescar de bomba num aquário, porque ali é injeção direta na veia. É a única entrada e saída de Salvador. Então, a concessionária que ganhou essa licitação, Senador Alfredo, de um trecho em que não há como haver dúvida do ponto de vista de sua movimentação, já encontrou duplicada. Alguns firmam que há até problema de solo numa parte ali, principalmente naquele trecho onde chove muito, o trecho do canavial, como a gente costuma falar. Alguns alegam que ali é massapê ou não sei o quê, mas quem foi disputar não foi menino, Ministro César Borges. Quem foi disputar ali deve ter mandado, no mínimo, algum engenheiro que entendia alguma coisa. "Ah, não deu tempo de fazer sondagem, isso e aquilo". Pelo menos, quem tem experiência sabe que ninguém entra numa barca furada dessa sem mandar alguém para olhar. E se o cara deu o preço lá embaixo, problema dele. Ele fez a conta dele. Ele foi lá e fez a conta. Olhou uma rodovia, viu que ela tinha um fluxo enorme e foi lá e fez as contas. Volto a dizer: não há nenhum parceiro nesses consórcios que, pelo menos, não seja dessas áreas e que também não tenha experiência do ponto de vista da construção civil.

Então, há uma certa ansiedade de nossa parte. Eu não costumo tratar, Ministro César Borges, as coisas com adjetivos – adjetivo é um negócio extremamente perigoso para chegar e sacar –, mas eu queria ir no substantivo: o que efetivamente o Ministério pensa acerca desses problemas que podemos enfrentar nas concessões? Nesses casos, é possível o Ministério adotar uma postura inclusive de denúncia em relação a esses concessionários para uma possível ruptura desses contratos?

Eu, inclusive, já fiz isso uma vez, Ministro, até por ser maltratado, por faltarem com o respeito, pela atitude da ANTT. Reclamamos da ANTT uma época, chamamos até para audiência pública aqui. Inclusive, o dirigente da ANTT nessa época era o Sr. Bernardo Figueiredo. Toda vez respondiam assim: "Com as concessionárias, vocês estão de mal, de má vontade". Eu fui lá, tive que ir à Justiça e a Justiça nos deu ganho de causa.

Então, eu estou tratando isso de uma forma muito tranquila, mas acho que o Governo, eu sei que tem tarefa, eu sei separar exatamente quais são as funções de Agência e quais são as funções de Ministério, mas a política de concessão, em minha opinião, não deve ser tarefa de Agência. Eu continuo convencido de que Agência tem que ser fiscalizadora e reguladora. Agência não é local para proposição de projeto. Essa é uma batalha velha que eu disputo em todas as áreas, não estou falando só no caso da ANTT, não. Até para a gente poder ter inclusive autonomia. Eu não consigo perceber que quem planeja seja o mesmo que fiscaliza. Não dá certo. Não foi esse o conceito de Agência.

Então, no caso dessas concessões, nós estamos vendo problema para frente, pois nós vamos ter mais concessões. A Bahia vai ter a 101, um trecho agora razoável, são setecentos e tantos quilômetros em uma rodovia importantíssima para a gente. E aí os baianos perguntam assim: "Será que vai ser igual a 116, a 324, aquele parto nosso ali?" O povo da terra do Ministro sabe exatamente o que é pegar aquela 116. E lá em Salvador, Ministro, o senhor sabe, todo mundo quando fazia o cálculo Salvador-Feira dizia assim: "Não,

Salvador-Feira se faz em uma hora." Os baianos falavam assim. Quando perguntavam: "Daqui para Feira quanto é?" Dizia-se: "É uma hora." Ninguém dizia 110 quilômetros. Agora, daqui para Feira, em Salvador, a gente fala: agora é um parto, porque você sai, primeiro, já pega o engarrafamento no principal trecho dela, que é ainda no trecho de Salvador e região metropolitana, para depois enfrentar a dificuldade. Não fizeram duplicação daquele trecho ainda do Paraguaçu até Feira, que é um gargalo de carga no País. Ali é o cruzamento norte-sul. É a principal rota do Nordeste para o Sul, é aquele trecho da 116.

Então, a minha preocupação, Ministro é esta: a gente tentar ver, do ponto de vista da ação do Ministério, o que se poderia fazer para, primeiro, retomar – quero voltar a isto – essa questão das ferrovias. Eu acho que tínhamos que ter uma postura mais dura em relação à FCA, essa é a minha opinião. A FCA fez um desserviço nessa questão da ferrovia. Naquele trecho nosso lá, Ministro, inclusive sumiram dez quilômetros de trilho. Todo dia eu até provoco a FCA: venha cá, roubaram os trilhos? Foi por cima de fusca? Porque ninguém viu como é que dez quilômetros... Não liga Mapele a Paripe, Ministro. A gente não chega a Salvador por isso. Dez quilômetros de trilho sumiram. O trecho Mapele-Paripe não existe. E aquilo ali, diferentemente do senhor que conhece, mas... Aquele trecho eu conheço de andar. Meu pai trabalhava na ferrovia ali. Eu nasci no subúrbio ferroviário inclusive. Eu nasci ali em Escada, morei muitos anos em Paripe e fiz várias vezes esse trecho. Então, estão lá: dez quilômetros roubados. Roubados. Roubados. A FCA disse que não foi ela quem tirou. Por isso que outro dia, conversando com um dos dirigentes da FCA, eu disse: roubaram de fusca e devem ter tirado ali, dos dormentes, os parafusos com alicate de unha, porque ninguém viu! Então, nós devíamos apertar um pouco mais.

A ideia dessa retomada de Belo Horizonte animou todos nós, de Belo Horizonte a Recife, modificando o trecho, buscando fazer até a passagem por Feira de Santana, o que daria uma estrutura de logística bem melhor para o Porto de Aratu, resolveria um dos graves problemas da rodovia inclusive! Imaginou o que é poder desaguar ali toda aquela carga que vem do oeste por trem para chegar a Aratu, Ministro? O Moinho Dias Branco processa por dia, por dia, em média, 500 caminhões; um terminal. Quinhentos caminhões que vêm do oeste, Senador Blairo – 500 –, são processados em um terminal pequeno, mas muito eficiente. Só que esses 500 caminhões transitam na BR-324, o principal eixo de Salvador. Se alguém quiser ver a confusão, é só chegar ao Posto de São Gonçalo ali. Tanto é que o menino do Posto de São Gonçalo já deu logo uma solução: abriu um baita estacionamento e fez uma logística para atender Dias Branco. Então, se a gente tivesse a ferrovia, já resolveria um dos graves problemas de gargalo ali, que ofende a nossa principal via de ligação, principal entrada e saída da cidade de Salvador.

Portanto, essa minha cobrança aqui, Ministro, é do ponto de vista desses projetos em relação a esses 12 trechos ferroviários, os nove lotes das rodovias e essa relação com as concessionárias, tanto as que estão, quanto as que – espero, meu companheiro Alfredo – venham mesmo com 10% de exigência de duplicação no início.

Era isso, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

Passo a palavra, agora, a S. Exª o Senador Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Sr. Presidente, meus caros companheiros Senadores, meu companheiro e amigo César Borges, do meu Partido, o Partido da República, que assumiu há alguns meses o Ministério dos Transportes. Pela sua competência, pelo seu conhecimento, certamente o Ministério dos Transportes vai voltar a ter uma execução que teve há alguns anos.

Presidente Collor, quando eu fui convidado pelo Presidente Lula, ainda em 2003, para assumir o Ministério dos Transportes, àquela época a infraestrutura do País vivia, certamente, a sua maior crise. Eu pedi ao Presidente Lula um prazo de 30 dias para que eu pudesse conhecer e ter um diagnóstico dos problemas do Ministério dos Transportes. Só para que se tenha uma ideia, 70% das rodovias federais, sob a responsabilidade do Governo Federal, estavam totalmente intransitáveis.

Eu assumi o Ministério dos Transportes no início de 2004, tendo o DNIT, um órgão recém-criado, atribuições novas. Antes, esse órgão, que tinha pouco mais de 3 mil funcionários, cuidava exclusivamente das rodovias do Brasil e recebeu a incumbência de cuidar de rodovias e de ferrovias, com um número menor de funcionários. Era um órgão inteiramente desestruturado.

Eu conversava com o Presidente Lula, à época, e dizia o seguinte: "Presidente, existem coisas que não têm solução. Se você tem uma casa velha e tem que fazer tantos consertos, é melhor implodi-la e reconstruí-la". E era o que carecia, à época, à estrutura do DNIT e à reorganização do Ministério dos Transportes. Mas nós não tínhamos tempo para isso porque o Ministério dos Transportes era pauta dos principais jornais e das principais empresas de televisão do País. Era pauta

pela incompetência, pela ineficiência e pela incapacidade de executar obras. O Ministério dos Transportes não tinha dinheiro também para executar essas obras. E como eu havia sido convidado pelo Presidente e não tinha a intenção de renunciar ao meu mandato de Prefeito – eu era então Prefeito da cidade de Manaus, lá no meu Amazonas –, eu fiz uma série de exigências. Dentre essas exigências, autonomia para fazer as modificações que eu precisava fazer e dinheiro, recurso. Não se faz infraestrutura com saliva, com conversa. Tem que ter dinheiro e planejamento.

E nós saímos com muito boa vontade fazendo um planejamento meio atabalhoado para tirar o País daquela condição em que se encontrava a infraestrutura do País. Eu lembro que, por alguns dias, eu fui notícia no Jornal Nacional, quase que seguidamente, visitando rodovias do País e operação tapa-buraco, para que se desse trafegabilidade às nossas rodovias.

Tive o prazer, junto com o DNIT e com as pessoas que me assessoravam no Ministério dos Transportes, de criar dois programas – que vejo na exposição do meu companheiro César Borges, e ele está sendo cuidadoso – de recuperação de rodovias: o Crema 1 e o Crema 2. Isso fez com que nós alcançássemos níveis bastante satisfatórios. Nós tiramos o Ministério dos Transportes da situação em que se encontrava; a infraestrutura do País melhorou; os recursos aumentaram de 2 bilhões para 10 bilhões já no segundo ano. Esses investimentos foram crescendo.

Eu tenho a certeza de que o Ministério dos Transportes, que passou por uma dificuldade muito grande em função de denúncias que ocorreram em relação a minha pessoa, especificamente denúncias infundadas, inverídicas e maldosas, passados dois anos de ostracismo, de isolamento da minha parte, felizmente o Ministério Público, passado esse período, chega à conclusão de que não existe nada absolutamente contra mim e que eu não pratiquei nenhum ato do qual eu tenha que me envergonhar a frente do Ministério dos Transportes. Aliás, eu tenho mais de 30 anos de vida pública e nunca pratiquei um ato do qual eu tenha que me envergonhar, graças a Deus!

Mas, infelizmente, isso causou um prejuízo muito grande ao País, porque o Ministério, neste período, ficou praticamente parado. Ele viveu um período de inexistência, sem faturamento, sem execução de obras. E, agora, V. Exª retoma esses investimentos. E, pela competência que tem, tenho a convicção de que nós vamos retomar os investimentos e a condição que nós tínhamos há algum tempo no Ministério dos Transportes.

Mas não posso perder a oportunidade de fazer um pedido a V. Exª e uma pergunta.

O pedido é em relação ao Porto de Manaus. Eu sei que o General Fraxe tem envidado esforços no sentido de resolver um problema, mas o Porto de Manaus, que consta do PAC, das obras da Copa, já deveria ter iniciado as suas obras. Foi licitado pelo órgão, é verdade, mas, infelizmente, entraram na Justiça para suspender a execução dessas obras. Eu queria pedir o seu empenho pessoal, o empenho do Governo da Presidenta Dilma para que imediatamente se resolva esse problema na Justiça, porque é uma bobagem é uma maldade muito grande com a minha cidade, para que essa obra fosse retomada e executada a tempo, para que a Copa do Mundo, realizada em Manaus, lá no meu Amazonas, possa receber os turistas pelo Porto de Manaus. Não temos outra forma de chegar a Manaus a não ser pelos rios ou por aviões.

E, se este Porto não ficar pronto, certamente os jogos que se realizarão na cidade de Manaus serão seriamente comprometidos.

E gostaria de fazer uma pergunta, a única que quero fazer. Quando fui Ministro a primeira vez, o Presidente Lula assumiu o compromisso comigo e com a população do Amazonas de que nós juntos recuperaríamos a BR-319. Nós executamos essa rodovia num trecho, o que liga Humaitá a Porto Velho. Foi inteiramente concluído quando da minha segunda vez no Ministério dos Transportes. Mas, infelizmente o trecho central da rodovia, de aproximadamente 400 quilômetros, que tiraria Manaus do isolamento, ligaria Manaus ao resto do País, daria maior viabilidade aos produtos da Zona Franca de Manaus, faria com que as pessoas pudessem sair de carro de Manaus e chegassem ao resto do País, faria uma ligação direta com Porto Velho e com Rio Branco, além de Mato Grosso – o que facilitaria, e muito, o escoamento da produção, para estabelecer uma concorrência com o Senador Blairo Maggi, que faz o seu transporte de soja via Rio Madeira; projeto bonito, maravilhoso executado pela empresa que ele preside com tanta competência.

A Presidenta Dilma também assumiu o compromisso comigo, com o povo do Amazonas, de que executaria a obra da BR-319. O entrave é de meio ambiente, o entrave é burocrático. Eu gostaria de saber de V. Exª se já existe alguma providência em relação a essa obra, em relação ao licenciamento desse trecho central.

E gostaria também de pedir o seu empenho como meu companheiro, como meu parceiro de partido, no sentido de que essa obra fosse executada, porque é fundamental para todos nós lá do Estado do Amazonas.

E em relação a impedimentos de obras, Ministro, o Presidente Collor perguntava agora sobre a BR-101, da paralisação e da desistência da empresa de execução da obra 101 no trecho de Alagoas, e nós saímos

de uma obra de pouco mais de 400 milhões para mais de 600 milhões. Foi colocado na imprensa que o TCU havia paralisado uma obra, dando, portanto, um benefício ao País de mais de 400 milhões. Ao contrário, por causa de 20 milhões, nós estamos pagando 200 milhões a mais, além do prejuízo causado às pessoas.

Este tipo de entrave V. Exª vai encontrar sempre. Isso atrapalha a execução das obras. Mas V. Exª certamente vai conduzir isso com a competência que lhe é peculiar para resolver esses problemas.

Portanto, Ministro, boa sorte! Tenho a certeza de que V. Exª tem competência suficiente para fazer com que o Ministério dos Transportes volte aos áureos tempos em que eu fui Ministro dos Transportes. Havia dinheiro, havia obra, havia execução, e eu me orgulhava muito de andar pelo País, nas estradas do País, com essas estradas praticamente sem problemas, depois de quatro anos de atuação. Infelizmente, V. Exª está tendo que começar tudo de novo, porque essa paralisação ocorrida no Ministério dos Transportes causou um prejuízo que é imensurável para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – O nosso Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor, teve que se ausentar por alguns minutos. Assim sendo, estamos incumbidos de dirigir os trabalhos. S. Exª adotou a seguinte metodologia: três Senadores perguntam e, em seguida, o Ministro responde às perguntas feitas pelos Senadores.

Então, vamos passar a palavra agora ao ...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Sérgio Petecão, eu peço desculpa ao Ministro, aos Srs. Senadores, mas eu deixei de fazer uma pergunta da maior importância, Ministro César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Fique à vontade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Refiro-me à ferrovia Açailândia-Vila do Conde, assunto tratado em reunião juntamente com a bancada. V. Exª poderia adiantar se já foi resolvida a questão levantada pelo TCU para que possa ser feita a licitação da concessão e se aquele ramal que liga Paragominas à ferrovia – V. Exª ficou de conversar com a EPL –, cujo projeto já foi inclusive feito, se foi incluído no processo licitatório?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – O. k.

Com a palavra o Ministro César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES – Pela ordem, Sr. Presidente, eu vou, então, responder ao Senador Flexa nesse momento dizendo a ele que o Estado do Pará tem um potencial enorme de desenvolvimento e nós estamos preocupados exatamente em avançar com a pavimentação dessas rodovias importantes para o Pará e para o Brasil, que é a Rodovia 163, que nós queremos concluí-la o quanto antes, acho que até o final de 2014, início de 2015, dependendo da janela hídrica, nós queremos estar com ela concluída até Santarém; e o Porto de Miritituba, no Rio Tapajós, já está em funcionamento, já recebe escoamento de soja; e também que o Porto de Santarém possa ser acessado de forma rápida, pavimentado. Imagine que hoje a safra do Centro-Oeste, que escoa por aí é feita por estradas que ainda não estão pavimentadas. Mas as grandes *tradings* internacionais já estão com áreas e com portos lá em Miritituba e também em Santarém. Então, com certeza a vocação do Pará para portos exportadores de grãos é muito grande, e de minérios também.

Com relação ao Pedral do Lourenço realmente é um tabu, um tabu antigo. Aliás, eu diria até que hidrovias no Brasil ainda são tabus. Nós temos que dar importância e temos de focada nas hidrovias. Hoje as hidrovias são de responsabilidade do DNIT. Mas diante da amplitude e da exigência do modal rodoviário e de toda a equipe do DNIT, é difícil você dar ao setor hidroviário a importância que ele tem. Aí estão as hidrovias brasileiras e, com certeza, entre elas a Hidrovia do Tocantins tem uma importância muito grande. Então, nós temos a hidrovia natural do Amazonas; nós temos as do Rio Madeira, onde já há escoamento de grãos a partir do Porto de Porto Velho até Itacoatiara; nós temos a Hidrovia do São Francisco, que precisa de investimentos também elevados e que não estão havendo, porque praticamente está morrendo a hidronavegação no Rio São Francisco; nós temos o Tietê/Paraná, e já foi assinado entre o Governo do Estado de São Paulo e a União um convênio de R$1,5 bilhão. Nós agora estamos viabilizando cinco projetos. O Governo Federal vai investir R$133 milhões para dar melhor condições à Hidrovia do Tietê/Paraná. Temos a Hidrovia do Mercosul também, que atende Rio Grande, o Rio Taquari e o Rio Jataí que caem no Rio Guaíba, e Lagoa dos Patos, e ainda há a Lagoa Mirim, que vai até o País vizinho, o Uruguai, e temos ainda a Hidrovia do Paraguai, que desce de Corumbá em direção a Assunção, podendo sair, inclusive, pelo Rio da Prata. Então, são hidrovias importantes para o Brasil. Temos que dar um foco.

Lançamos recentemente um plano hidroviário estratégico para o País. Foram estudadas todas essas

hidrovias, com uma assessoria internacional, foi um trabalho de consultoria internacional. Estamos conscientes de tudo o que tem que ser feito, vamos hierarquizar os projetos de investimentos em todas essas hidrovias. A previsão é de que um investimento de 17 bilhões, que possa ser feito ao longo de 11 anos, permitirá uma navegação completa nesses rios. Então, nós vamos continuar, não só aqueles que já são navegados com balizamento, com batimetria...

O Senador Alfredo acabou de sair, mas há um programa no Amazonas, por exemplo, em que o Governo Federal está investindo nos portos pequenos, na Hidrovia do Amazonas e seus afluentes. São mais de 15 portos que já estão sendo entregues às comunidades, portos que funcionam com qualquer tipo de água, água alta ou baixa, ou seja, nas cheias ou nas vazantes você tem esses portos em funcionamento por todo o Brasil.

A Hidrovia do Tocantins, sem sombra de dúvida, tem uma grande vocação para escoamento da safra do Centro-Oeste. Esta Região será servida pelos três modais: pelo modal rodoviário, através da 153, que queremos ver duplicada; pelo modal ferroviário, através da Norte-Sul, e vamos falar de Açailândia a Barcarena; e pelo modal hidroviário, através da Hidrovia do Tocantins. É fundamental agora fazer o derrocamento do Pedral do Lourenço, que já tem seus estudos concluídos: são 43km de derrocamento, onde fica a montante da Barragem de Tucuruí. A situação atual é a revisão que foi feita do projeto, o projeto já está concluído, a conclusão é prevista para o dia 28/11. Tenho, aqui, a afirmação do DNIT de que o edital de licitação será feito ainda este ano, no dia – tenho aqui em mãos –, no RDC integrado, no dia 20/12. O edital de licitação para o derrocamento do Pedral do Lourenço, fazendo com que o Rio Tocantins seja navegável de Marabá até Belém. É claro que temos que pensar nesta hidrovia chegando praticamente até Palmas. Para isso é necessário que se faça ainda as reclusas de Estreito. É um grande desafio.

Acho que temos que trabalhar, principalmente, dentro de uma visão de que para fazer a hidroelétrica é necessário fazer, quando da sua execução, a eclusa; porque, depois, a eclusa é muito mais cara. Lamentavelmente, isso depende de uma resolução não do Ministério dos Transportes, mas da Agência Nacional de Águas. Para essa outorga para construção de hidroelétricas é necessário ser uma condicionante e apresentar estudos para que haja essa transposição pela eclusa da barragem.

Então, iremos analisar as alternativas possíveis, trabalhar junto com o Ministério das Minas e Energia, para que essas outorgas permitam, durante a construção da hidroelétrica, a construção também da eclusa.

Mas, sem sombra de dúvida, a Hidrovia do Tocantins é prioridade nacional e o primeiro trabalho será o derrocamento do Pedral do Lourenço, que é quase um tabu nacional, por conta de que há muitos anos se fala nessa obra e os recursos já estão disponíveis no SAC.

Essas são as respostas que eu queria dar a V. Exª, dizendo, por fim, que Açailândia-Barcarena está na nossa programação de concessões ferroviárias. Foi o primeiro projeto apresentado ao Tribunal de Contas da União, e o Tribunal está debruçado ainda, não houve uma decisão final para aprovação da concessão desse trecho. Logo que isso seja feito, estaremos colocando também para licitação e para apreciação do setor privado nacional, no sistema de concessão que se quer fazer, no chamado Sistema de Concessão *open access*, que é um sistema horizontalizado, em que todo direito de passagem e de uso será adquirido pela Valec, ou seja, adquirido pelo Governo Federal. Será uma concessão aberta.

Aí, Senador Walter Pinheiro, não teremos como criticar a concessionária, porque, na verdade, não é bem uma crítica à concessionária Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), ALL ou MRE, elas trabalham dentro do contrato. E o contrato que foi feito à época deu a ela essa liberdade. Se não há um interesse econômico na operação do trecho, ela simplesmente deixa o trecho ir se desativando.

Recentemente, nós inauguramos um trecho da ALL indo para Rondonópolis. Por quê? Porque o Governo Federal exigiu da concessionária essa participação, colocou o BNDES para financiar a obra. A obra foi feita e está servindo muito bem o Estado do Mato Grosso. Mas não é assim que acontece de modo geral, pelo próprio contrato que foi feito há 17 anos, em que simplesmente se passou, se entregou à concessionária e não se exigiu nada. Por isso que as nossas ferrovias, por exemplo, Belo Horizonte e Salvador, não tiveram melhorias praticamente pela FCA.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – E o trecho operava de Montes Claros a Salvador.

O SR. CÉSAR BORGES – Pois é, são trechos operacionais que, inclusive, ela deve isso hoje ao Governo Federal, porque eles eram operacionais quando foram entregues e deixaram praticamente de ser operacionais em muitos outros trechos.

Muito bem. Então, agora o sistema é diferente. O sistema concessão vai fazer a infraestrutura e depois vai operar. Mas o direito de passagem será utilizado pela Valec. É um modelo novo. Não é uma coisa fácil de colocar no mercado. O modelo é esse que está aí,

o funcionamento do novo modelo ferroviário que nós queremos pôr em prática.

O Governo Federal, por intermédio da Presidenta da República, da Casa Civil, do Ministério do Planejamento, da AGU, está debruçado parra atender as necessidades exigidas pelo Tribunal, para que tenha a compreensão de que esse é um modelo importante para o Brasil, ou seja, retomar o modal ferroviário.

Nós estamos, realmente, empenhados inteiramente para solução dessa retomada do modal ferroviário do Brasil, mediante desse sistema, que me parece o sistema melhor, adotado na Alemanha, na Espanha, onde não há uma concessionária que seja monopolista do trecho. O trecho será aberto a qualquer operador logístico. Aí aparece a figura do operador ferroviário independente, e a concessionária será gestora da estrutura ferroviária.

O trecho inicialmente escolhido foi exatamente o de Açailândia-Barcarena. Por quê? Porque está dentro daquele pensamento de transformar a Norte-Sul na estrutura coluna vertebral ferroviária do País.

Eu gostaria de colocar uma transparência em que nós mostramos que a Norte-Sul, hoje, já funciona de Açailândia até Palmas. O Governo Federal está concluindo de Palmas até Anápolis, falta muito pouco. A expectativa é de que, até fevereiro/abril do próximo ano, nós tenhamos operando de Palmas até Ouro Verde, no Estado de Goiás, e com um ramal até Anápolis, e até o próximo ano também, em meados do ano que vem ao final do ano que vem, operando até Estrela d'Oeste, no Estado do Pará. Essa é uma obra pública, e nós podemos, por intermédio dela, antever a conclusão da Norte-Sul, que foi iniciada há 26 anos e que será concluída inteiramente no atual Governo, até o próximo ano.

Agora, falta o quê? Falta exatamente fazer a ligação a Açailândia-Barcarena, para que se possa acessar os grãos do Centro-Oeste para o Porto de Vila do Conde, que tem um grande futuro como porto, e também para que possa ser acessada a Ferrovia do Carajás com a utilização do Porto de Itaqui, que já funciona como exportador também de soja, além de minério.

Então, isso é o que está projetado.

O que o Senador Walter Pinheiro falou das nove rodovias e das onze ferrovias, compõem o chamado PIL, Programa de Investimento Logístico, lançado pela Presidente da República no ano passado. O Ministério, assim como todo o Governo, está empenhado em transformá-lo em realidade. Nós estamos trabalhando para que os nove trechos rodoviários que perfazem 7 mil quilômetros, com duplicação de 5,5 mil quilômetros, estejam de pé. Estamos vencendo dificuldades. Estamos tentando, a cada dia, nesse processo de aprimoramento, fazer com que esse processo seja de êxito.

Esse é o nosso papel. Não renunciamos de absolutamente nenhuma rodovia. Todas elas serão ou através de mera concessão, ou, se o pedágio estiver fora da modicidade tarifária, que é outra questão que a Presidenta faz questão que seja mantida, que possa haver, então, uma PPP, com a participação de recursos públicos para que a concessão tenha uma modicidade tarifária. Nisso, inclusive, está a BR-101, na Bahia, Senador Walter Pinheiro.

Então, acho que respondi ao Senador Flexa.

O Senador Walter Pinheiro falou da sua angústia com relação ao PIL, que também é nossa, Senador Walter. Para que esse programa se ponha de pé, precisamos da ajuda de todos: da participação do Congresso Nacional, da sociedade, do Tribunal de Contas da União e da compreensão de que o PIL significa estradas melhores, com maior fluxo de tráfego, com menos mortes nas nossas estradas e, no caso das ferrovias, a retomada do que o Brasil já foi em ferrovias, para que nós possamos fazer do modal ferroviário um modal com 30% a menos do custo do modal rodoviário hoje, tudo isso trazendo benefícios para a produção brasileira.

O ferroviário, Presidente Collor, só se põe de pé, realmente, se ele tiver, pelo menos, 30% a menos do que o rodoviário, porque, hoje, em muitas ferrovias nacionais, você tem uma tarifa quase próxima à do rodoviário, o que não faz com que haja atração do uso do modal rodoviário e as nossas estradas fiquem entulhadas de caminhões, no chamado trem sobre rodas.

Então, nós estamos trabalhando arduamente para colocar esse programa de pé. E o Governo, de forma determinada, vai fazer o que for necessário para a retomada do modal ferroviário. Pretendem-se construir, realmente, 11 mil quilômetros de ferrovias, inclusive as ferrovias que dão acesso ao Nordeste brasileiro: a ferrovia Belo Horizonte-Feira de Santana, com um ramal Feira de Santana-Porto de Aratu-Candeias, chegando a Salvador; um ramal também de Feira de Santana acessando a Transnordestina, através de Juazeiro e Petrolina, chegando até Parnamirim, uma cidade no Estado de Pernambuco, onde passa a Transnordestina; e também um trecho de Feira de Santana-Alagoinhas, chegando a Recife.

Esse é o projeto. Isso é o que está colocado no Programa de Investimentos em Logística e que cabe a todos nós, baianos, políticos, que temos responsabilidade com os nossos Estados de transformar isso em uma realidade, porque aí o País poderá pensar, realmente, em uma logística melhor.

Com relação às concessões, eu quero dizer ao Senador Walter Pinheiro e aos Senadores e Parlamentares que se preocupam com essas questões – eu tinha uma explanação a respeito: na verdade, o País passou por três fases de concessão. Houve uma primeira fase de concessão. Eu gostaria até que passasse rapidamente. Foram essas as concessões feitas, praticamente em estradas já duplicadas: Rio de Janeiro-Niterói, que é a ponte Rio-Niterói; Rio de Janeiro-São Paulo; Rio de Janeiro-Teresópolis-Além Paraíba; Rio de Janeiro-Juiz de Fora; Porto Alegre-Osório; e esse Polo Pelotas, que aí está, no Rio Grande do Sul.

Os pedágios dessa primeira fase são pedágios elevados, onde não vejo grandes problemas. Os pedágios foram mais elevados e estão funcionando relativamente bem. É claro que pode haver uma reclamação, como há no Polo de Pelotas, que estamos tentando resolver.

Na segunda etapa de concessões, os valores de pedágio foram bem menores. Veja aqui a comparação: sai de, aproximadamente, R$9,00, R$10 para três reais e pouco, chegando até a R$1,40.

Então, nessas concessões, nesses trechos, nós tivemos, efetivamente, falta de cumprimento de contrato. Ao chegar ao Ministério, constatando essa realidade até como usuário, no caso da Via Bahia, eu, como usuário e como Senador, sempre reclamei dos serviços da Via Bahia – sempre reclamei! Não o transformei em bandeira política, mas em bandeira de responsabilidade, porque a Via Bahia tinha que fazer a entrega do que está no contrato. Então, ao chegar ao Ministério, a Presidenta Dilma disse a mim e a V. Exª que estava comigo a responsabilidade de tomar uma providência. E a tomamos imediatamente. Exigimos da ANTT que abrisse um processo de caducidade, como exige a lei, porque estamos também sob o regime da lei. Não poderemos simplesmente declarar, unilateralmente, o cancelamento de um contrato. A própria Presidente acaba de dizer, em Nova York, que o País é sério e que mantém contrato. E nós não vamos declarar unilateralmente o cancelamento do contrato. Mas abrimos um processo que pode levar à caducidade. E agora esse processo passa por um período de um Termo de Ajuste de Conduta em que a Via Bahia, com todas as concessionárias que foram admoestadas, sete concessionárias, estão assinando um Termo de Ajuste de Conduta para que elas, nesse período, possam ajustar o contrato de execução, como aliás é dado o direito a elas dentro do contrato. Se elas não o fizerem, aí sim, estarão já aptas para que seja aberto um processo final de caducidade. Vai ser avaliado trimestralmente. Caso elas não estejam cumprindo o que está no TAC, haverá uma redução proporcional e periódica da tarifa também.

O art. 38, § 2º, da Lei nº 8.987, prevê a necessidade de processo administrativo para avaliar a ocorrência de falta contratual, assegurar a ampla defesa e o contraditório. Isso nós já fizemos. Foi a primeira notificação para que ela se explicasse dos seus atrasos. Não só a Via Bahia. Isso gera discussões administrativas e a concessionária foi previamente comunicada sobre o descumprimento, com a necessária concessão de prazos para a correção. Essa é a fase da assinatura do Termo de Ajuste de Conduta. A relação das empresas aí estão. Todas elas. São sete rodovias, cujo termo de assinatura do TAC aí está: a data, o início da vigência.

O que prevê o TAC? Busca a resolução das pendências e a correção das irregularidades, garantindo a adequada prestação do serviço público, maior severidade no controle e no acompanhamento, com previsão de instrumento de reação imediata, quando verificada a inexecução, inclusive com compensações tarifárias, que é a redução. Substituirá o procedimento prévio para a declaração de caducidade. Ou seja, se ela não cumprir o TAC, você pode, aí sim, declarar a caducidade de imediato, mas ela tem um período que a lei concede para se adaptar.

No caso da Via Bahia, eu, como baiano, tenho tanto interesse quanto V. Exª, que eu sei que é grande, e como outros baianos. Inclusive, recentemente, o Vice-Governador se pronunciou a respeito e acho que é a preocupação do Governador Wagner também, que ela assine o TAC no trecho inicial de 90km de duplicação, de Feira de Santana até o Rio Paraguaçu, ela deve entregar em fevereiro de 2014, no ano que vem. Ela está atrasada no trecho do contorno de Feira de Santana, pela fato de desapropriação de áreas do Exército. Tem também o problema de remanejamento de adutoras. Ela deve iniciar, já agora, a duplicação de mais 90km, porque está no contrato. Tem de iniciar agora, no mês de outubro, mais 90km. Assim, a cada ano mais 90km, desde que haja o gatilho dos 6 mil veículos médios diários, que é um gatilho que já disparou. Portanto, ela tem de executar 90km. E vai fazer uma recuperação estrutural também, a partir de agora – já está fazendo e tem que fazer –, da BR-324.

Então, quero dizer a V. Exª, com toda a tranquilidade, que ao chegar ao Ministério o compromisso é exigir o cumprimento do contrato. Fizemos isso também na Autopista Litoral Sul, lá em Santa Catarina, reunidos com toda a bancada de Deputados Federais e Senadores de Santa Catarina para resolver o problema do contorno da entrada de Florianópolis.

Nossa posição é essa porque sentimos que a ANTT multava, mas não tinha resultados. Por quê?

Dos R$20 milhões de multa foram pagos R$2 milhões, porque elas recorrem. Pagos, efetivamente, em multas foram R$2.255,00 milhões. Então os processos são judicializados e terminam recorrendo em várias instâncias. Então, o que nós fizemos foi abrir um processo administrativo para a caducidade. Ou ela reage rapidamente, mas estritamente dentro do contrato, para que ninguém diga que nós estamos rompendo unilateralmente contratos.

A resposta que eu poderia dar a V. Exª é dizer que no nosso planejamento a Bahia está muito bem contemplada porque vários lotes serão licitados na BR-235, que liga Aracaju até Juazeiro. Nós temos também licitação na BR-101, porque a Bahia se ressente de que a BR-101 está sendo duplicada em todo o Nordeste brasileiro, e não há ainda nenhum trecho duplicado no Estado da Bahia. Será duplicado da divisa Sergipe-Bahia até a BR-324. E a BR-101 sul será processo da concessão. E outras estradas também, como a BR-135, que terá licitação ainda este ano, a BR-030, nós recepcionamos uma parte dela, que era de responsabilidade do Estado.

Não vou falar muito sobre projetos na Bahia, senão aí vão talvez pensar que eu estou sendo... Não é, Senador Blairo? Daqui a pouco tenho que responder ao Mato Grosso. Mas são projetos que já vinham em curso.

Senador Alfredo, eu, na minha posse, em abril, acho que fiz justiça e fiz uma premonição quando dizia que V. Exª foi injustiçado no Ministério dos Transportes e nada se tinha comprovado contra V. Exª. Hoje V. Exª diz isso com muito mais ênfase e tranquilidade e orgulho, porque isso foi comprovado através do próprio Ministério Público Federal, que não viu nenhum dolo na sua atuação no Ministério. Isso na parte relativa a esse processo por que passou o Ministério dos Transportes.

Na parte da execução, eu parabenizo V. Exª pelo trabalho que fez à frente do Ministério, porque me recordo como, ainda Senador, reivindicava V. Exª melhorias no Estado da Bahia, que me cabia naquele momento fazer a representação, e tudo que nós recebemos foram milhões de obras que foram executadas, mais de 3 mil quilômetros de rodovias federais no Estado da Bahia, que tem a segunda malha rodoviária federal – só é superado por Minas Gerais – e que V. Exª atuou. Hoje nossas estradas federais estão em excelentes situações, a ponto de alguns dizerem que as estradas federais da Bahia estão melhores do que as concessionadas. Não sei se realmente bate, mas a verdade é que elas estão muito boas.

E eu desafio que quando haja qualquer problema em uma estrada federal, não só na Bahia, mas em qualquer lugar do País, que nos indique, Senador Collor, para que nós possamos imediatamente deflagrar um processo de contratação de um Crema para a recuperação daquela estrada.

Como eu já disse aqui, a nossa meta é termos estradas em má situação zero; não termos nenhuma no Brasil. Ou em situação regular de recuperação, ou em boa situação de tráfego.

No mais, quero dizer ao Senador Alfredo que ele sabe a luta que teve com a BR-319, quando Ministro. Não faltou empenho do Senador Alfredo Nascimento na conclusão da BR-319 e não vai faltar empenho meu. Agora, não consigo, lamentavelmente, tudo já foi feito, recursos disponibilizados pelo DNIT, mas vencer a questão ambiental da BR-319. A BR-319 tem 800km de extensão, vai de Porto Velho até o Rio Amazonas, para ter acesso a Manaus, e ela está sendo abandonada em 400km, V. Exª sabe disso. Nós vamos recuperar os outros 400km, que estão nas pontas, de Porto Velho até Humaitá, e a recuperação também no trecho do Amazonas. A ponte de Porto Velho está pronta, deverá ser inaugurada no final do ano, a ponte de Porto Velho. Mas vamos perder 400km de estrada, porque não temos licenciamento ambiental para fazer a recuperação. Não é a implantação. A implantação já foi feita, a pavimentação já foi feita, e está se perdendo o que lá estava. É uma questão...

O SR. Walter Pinheiro (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone*.) –... de polícia.

O SR. CÉSAR BORGES – Não. É uma questão ambiental, não é? É uma questão ambiental. Eu acho que é importante para o País, é importante para o Amazonas, mas temos a questão ambiental que tem que ser vencida. E a questão ambiental diz: "Estou respaldada em legislação existente e não posso ir adiante."

E com relação ao Porto de Manaus, nós já tivemos uma medida judicial contrária, por interesses outros, mas que todos têm o direito de ir ao Judiciário. Nós vamos recorrer ao Superior Tribunal de Justiça para resolver a questão do Porto de Manaus o quanto antes. No que depender do Ministério dos Transportes e do DNIT, nós estaremos juntos para resolver essa questão do Porto de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Ministro César Borges

Passo a palavra a S. Exª o Senador Blairo Maggi e, ...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) –... em seguida, ao Senador Acir Gurgacz.

Pela ordem, antes de passar a palavra, portanto, a S. Exª o Senador Blairo Maggi, concederei a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Ministro César Borges, sobre a questão do ramal que vai ligar a cidade de Paragominas à estrada de ferro de Açailândia/Barcarena. V. Exª ficou de ver junto à EPL, com o Dr. Bernardo, se colocaria já nessa licitação.

O SR. CÉSAR BORGES – Senador Flexa, o trecho que foi encaminhado e a modelagem que foi feita não inclui o ramal. Nós fizemos, na verdade, uma mudança de traçado para passar pela cidade de Rondon, para aproveitarmos o minério de bauxita que lá se encontra e ele poder escoar por lá. Não houve ainda o ramal. Eu assumi compromisso com V. Exª de estudarmos essa possibilidade durante até a própria concessão, mas, no momento atual, em que os estudos já seguiram para o Tribunal de Contas, não consta ainda lá o ramal de Paragominas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Ministro César Borges.

S. Exª o Senador Blairo Maggi com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o nosso Ministro César Borges, Ministro do nosso Partido, o PR, meu e do Senador Alfredo, mas que serve à Nação brasileira, que está retomando as rédeas do Ministério dos Transportes.

Sr. Presidente, queria deixar uma sugestão para V. Exª: premiar quem chega primeiro à Comissão. Eu cheguei às 07h30min, fiquei ouvindo V. Exª, fiquei ouvindo o Ministro César Borges, e me esqueci de inscrever. Estou aqui há três horas e meia esperando para falar. Então, eu gostaria que V. Exª seguisse a regra que sigo na minha Comissão, de ordem de chegada. Chegou, está inscrito. Não quer falar, abre mão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Vou aproveitar a sugestão de V. Exª e implementá-la aqui. Muito obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Quem quiser falar mais e primeiro, que chegue mais cedo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador e Ministro César Borges, tenho duas perguntas ou comentários a fazer a V. Exª. Primeiro, com respeito à BR-163. Foi dito aqui que ela será colocada agora em concessão, no dia 27 ou 29 de novembro, não me lembro. Ela estará indo à praça. A pergunta é: nós estamos interessados? As empresas têm procurado, têm conversado? Gostaria de entender o que são essas duas coisas, a taxa de retorno colocada, de 15%, a TIL, para o empreendedor, e a taxa de 7,2% para o projeto. O que é do projeto e o que é do empreendedor? Seriam essas duas perguntas, porque eu tenho ouvido o mercado falar que a taxa de retorno é muito baixa em função do risco que você corre na implantação do projeto. Já que é um projeto básico, não é um projeto executivo, a empresa terá de fazer tudo e terá de entrar num campo em que ela não tem muitas informações de solo, de subsolo e outras coisas mais. Na questão desta BR-163, quem conhece a região acha que esses riscos são minimizados porque o terreno é muito firme, nós não temos grandes pântanos ou serras para passar por esse local. Portanto, não deveremos ter muitas surpresas no terreno, mas fica essa pergunta para que eu entenda o processo corretamente.

O segundo ponto é com respeito à Ferrovia Fico, a Ferrovia de Integração Centro-Oeste, a ligação de Uruaçu ou Campinorte até Lucas do Rio Verde, porque sei que é uma das primeiras a serem colocadas em concessão também no novo modelo. Queria discordar um pouco da política que o Governo adotou para escolher essa ferrovia ou a prioridade da ferrovia. O Senador Flexa, muito bem defendeu o Estado do Pará, mas acho que o Governo errou nessa situação, quando coloca como prioridade número um a ferrovia de Açailândia até o Porto de Barcarena, e vou explicar o porquê. Não que eu seja contra a ferrovia, quanto mais ferrovia tiver melhor, quanto mais rodovia tiver melhor, quanto mais hidrovia melhor, porque os modais competem entre si, diminuindo os preços e aumentando a eficiência. Esta é a regra. Mas, quando o Governo dá prioridade para fazer para Barcarena esse primeiro tramo, ele está competindo com outra ferrovia já implantada, que é a que chega ao Porto de Itaqui, quer dizer, a Norte-Sul, uma ferrovia implantada com alta velocidade, com grande carga.

E o Governo do Maranhão, a Emap (Empresa Maranhense de Administração Portuária), dois anos atrás, abriu uma licitação no Porto de Itaqui e colocou quatro terrenos à venda e um píer em concessão, para dez milhões de toneladas de grãos. Chamou as empresas para lá, colocou em licitação, vendeu isso, *take your pay*, quer dizer, faça chuva ou faça sol, dez milhões de toneladas de grãos terão que ser levados para aquele terminal.

E aí vem o Governo e, no seu planejamento, cria uma ferrovia para outro porto, o de Barcarena, que não tem um armazém. Aliás, tem um que a Bunge começou a construir agora e que vai atender à hidrovia. Então, o porto de Belém, o Porto de Barcarena é um porto de hidrovia, para o qual pode ir soja de Itaquatiara, de Rondônia, de Mato Grosso, via Rio Tapajós, pode descer de Santarém, pode ir aqui do Araguaia e Tocantins. É um porto de hidrovia.

Nós vamos dar prioridade para fazer uma ferrovia, quando, na realidade, a ferrovia prioritária para todo esse conjunto é a Fico (Ferrovia de Integração Centro-Oeste), que vai dentro do Estado de Mato Grosso, que tem 43 ou 44 milhões de toneladas de grãos saindo em cima de rodas de caminhões.

Então, eu não consigo entender os técnicos, quem faz todos esses projetos e planejamentos do Governo, que, quando se movem, na minha avaliação, ainda se movem errado, porque vai competir trem com trem, enquanto, na principal ferrovia com a maior carga disponível no País, vai deixar de competir trem com rodas de caminhão. Eu não consigo entender isso.

Estou dizendo isso ao Ministro e já disse pessoalmente ao Ministro. Estou aqui externando publicamente a minha preocupação com respeito a esse assunto. Eu acho que Belém precisa, merece, mas quando estamos falando em desafogar o que está afogado, o que não tem mais solução, temos que ir aonde está a carga. E a carga está no Estado de Mato Grosso.

É claro que vai ser aliviada agora com a BR-163, que vai levar a soja para Miritituba e que vai levar a soja para Santarém. Não vai ficar nem em Belém. Vai descer de barcaça, vai lá para o Porto de Barcarena, para embarcar e ir embora para o resto do País. Mas, nessa questão da ferrovia, Ministro César Borges, eu gostaria de, mais uma vez, dizer: o Governo está errado no seu planejamento. O tempo não é esse que está sendo feito. Prioridade: Fico. Em segundo ou terceiro lugar, pode ser a ferrovia de Belém. Nada contra ela, mas nós não temos investidores, acredito eu, neste momento, para lançar as duas ferrovias e fazer as duas ao mesmo tempo.

Então, eu gostaria de ouvir de V. Exª como é que está esse projeto. Realmente ficou Barcarena em primeiro lugar, ou o Estado de Mato Grosso ainda tem chance de ter a Fico como prioritária?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Blairo Maggi.

Em seguida, tem a palavra S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – É só para ajudar o Senador Blairo Maggi, que defende, com propriedade, a ferrovia para o Estado de Mato Grosso. Eu acredito que ela seja tão importante quanto à do Estado do Pará. Mas só para dar uma informação ao Senador Blairo Maggi – e ele deve saber disso –, a ferrovia da Vale, que liga Marabá a Açailândia e Açailândia a Itaqui, está com a sua capacidade de transporte esgotada. Inclusive, a Vale já está estudando duplicar a ferrovia, porque ela está duplicando a sua capacidade de extração de minério para 200 milhões de toneladas. Então, ela não tem nenhuma capacidade mais de suportar carga. Daí a importância da ferrovia ligando Açailândia a Vila do Conde, que vai escoar não só minério, como escoar a soja, também, que vai vir lá de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro pela sua explicação em relação à ferrovia.

Passo agora a palavra a S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Saudação, Sr. Presidente, Fernando Collor e ao nosso Ministro e Senador César Borges.

Ministro, nós temos várias obras em andamento em Rondônia, enfim, BR-364, a 429, a 425, a dragagem do Madeira, as travessias de Porto Velho, eu quero fazer só duas colocações para V. Exª.

O projeto da ferrovia, que nós estamos tentando inverter, não Vilhena a Porto Velho, mas de Porto Velho a Vilhena, esse projeto está em processo de licitação. Só queria saber se já foi concluído esse processo ou não, é o processo de projeto. Nós sabemos que é uma obra importante, evidente, mas que temos muitas coisas pela frente ainda e inicialmente, é claro, o projeto.

Com relação à BR-364, que é a obra mais importante de todas as obras que acontecem em Rondônia. Depois de muitas discussões, muitas reuniões iniciadas lá com o Ministro Alfredo Nascimento que deu prioridade e nos ajudou muito para a restauração desta BR, nos chega a informação de que nós estamos sem a empresa fiscalizadora dessa obra.

Depois de 30 anos, Sr. Presidente, nós conseguimos a restauração da BR-364, mas, segundo informação, a empresa fiscalizadora teve o seu projeto, o seu contrato cancelado em função de disputas judiciais e estamos sem a fiscalização, o que eu entendo que é importante, a fiscalização. E, também, sabemos que o quadro do DNIT não tem, nós não temos quadro do DNIT para fazer o acompanhamento diário da fiscalização.

Então, são essas duas colocações que eu gostaria de fazer para V. Exª, e pedir, realmente, para que haja, se nós estivermos sem a empresa fiscalizadora, para que achemos uma solução urgente para esse caso.

E, também, há informações de que a empresa não estaria seguindo à risca o projeto, que, para nós,

é um problema sério, depois de 30 anos nós conseguirmos esta restauração, e sabemos que estão sendo investidos ali vários milhões de reais e têm que ser bem aplicados para que a gente possa, depois, discutir, debater a duplicação na BR-364. Já estamos discutindo isso na LDO, estamos discutindo um novo PAC 3, entendo que é uma obra importantíssima para o nosso Estado.

No mais, cumprimentar, também, o General Fraxe, que aqui está presente, esteve conosco em Rondônia. O DNIT tem dado uma atenção especial ao nosso Estado, mas essa questão da empresa fiscalizadora eu entendo que é de fundamental importância para o bom andamento da restauração da BR-364.

Eram essas colocações, Sr. Ministro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Acir Gurgacz, e, em seguida, passo a palavra a S. Exª o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Presidente. Cumprimento o Ministro dos Transportes, César Borges, todos os colegas Senadores.

Ministro, a gente sabe que o custo para projetos, tanto de execução quanto ambiental, tem porcentagem muito pequena em relação à implantação de uma obra. Qual o planejamento do Ministério dos Transportes em relação a projetos de duplicação de rodovias já existentes para o futuro, tendo em vista que só os licenciamentos, sejam eles ambientais, aliás, como já foi dito aqui para todas as licenças talvez a gente gaste um mandato de presidente e isso não saia do papel, então, essas concessões que estão sendo feitas, a responsabilidade da licença é do concessionário ou é do Governo?

E uma segunda colocação: por que o Governo também não adota uma medida para desoneração dos impostos com relação aos agregados aplicados nessas duplicações, tendo em vista que esses materiais de jazida – brita, areia, cimento – já citados pelo próprio Presidente Fernando Collor, tem influência da União? Por que não desonerar esses impostos, tanto estaduais e federais, tendo em vista que – eu acho – nem estão desonerando uma coisa que não existe, porque é novo? Então, acho que o Governo não está fazendo nada mais do que incentivando o desenvolvimento do nosso País com relação à infraestrutura, como foi feita essa desoneração em outros Ministérios a exemplo do Ministério das Comunicações que teve algo similar em sua Pasta.

A segunda é com relação ao meu Estado. Refiro-me à questão do desvio da BR-153. Hoje, a rodovia passa dentro de Goiânia e tem, praticamente, como função a mobilidade urbana. Existe projeto do antigo anel viário, que já existe há muitos anos, está em discussão também se vai se aproveitar a licitação antiga ou não, para que possamos fazer esse desvio, que é tão importante e que afeta muito a região metropolitana.

Com relação à hidrovia, existe estudo feito pela ANTAQ para a construção da hidrovia Tietê-Paraná-Paranaíba, com a construção de três eclusas. No estudo anterior, parece que só está contemplada a hidrovia de São Simão, não colocando em estudo a de Cachoeira Dourada, de Itumbiara e de Embarcação. Qual o planejamento também do Ministério para essas duas eclusas, tendo em vista que vai haver 300km a mais de hidrovia, adentrando no nosso Estado de Goiás?

Com relação à Ferrovia Norte-Sul, no trecho de Anapólis até Palmas não existe nenhum pátio modal. Assim, o percurso poderá ser utilizado simplesmente por uma composição, porque não haverá como fazer a interligação de dois trens ao mesmo tempo. Também, se a ferrovia ficar pronta no ano que vem, quem vai operar essa ferrovia? Não deveria ter se feito já o processo da concessão, tendo em vista que as obras vão terminar e, depois, vai haver uma licitação para quem operar? Então, possivelmente, poderemos ter algo pronto e não haver operador.

Eram essas as perguntas, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Wilder Morais.

Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro, eu gostaria de registrar aqui a presença da ex-Presidente desta Comissão, a Senadora Lúcia Vânia, que nos dá muita satisfação com a sua vinda hoje aqui, à Comissão de Infraestrutura, e também de cumprimentá-la em nome de todos os integrantes desta Comissão pelo seu aniversário transcorrido no dia de ontem. Felicidades para a senhora, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem S. Exª Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – V. Exª vai passar a palavra ao Ministro, e eu pergunto a V. Exª se existem muitos Parlamentares inscritos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – O próximo orador inscrito é S. Exª o Senador Sérgio Petecão e, depois, há o Senador Clésio, o Senador Jorge Viana, o Senador Delcídio, a Senadora Vanessa, a Senadora Lúcia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Cinco estão presentes. Não seria bom fazermos todos nós fazermos as perguntas e depois e o Ministro responder?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Fazer como?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Todos falam, e, depois, o Ministro, numa única intervenção, responder.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – As perguntas têm sido muito complexas. Acho que, devido ao tema...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não, sem problema, sem problema. Vejo que o pensamento da maioria é o de que continue dessa forma como V. Exª encaminha.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

E a sugestão que foi aceita, Senadora, que foi oferecida por S. Exª o Senador Blairo Maggi, foi a de que a ordem de inscrição fosse feita, a partir de agora, na Comissão de Infraestrutura, a partir da chegada do Sr. Senador, da Srª Senadora.

A senhora sempre chega cedo aqui. Hoje, é que, realmente, teve outra reunião de comissão e não pôde estar presente mais cedo.

Com a palavra S. Exª o Ministro Senador César Borges, para dar as respostas aos Senadores.

O SR. CÉSAR BORGES – Eu queria também saudar a Senadora Lúcia Vânia e dizer da minha satisfação em estar aqui no dia posterior à comemoração de mais uma data natalícia, e V. Exª cada vez mais jovem e simpática. É isso que é muito bom!

Nós tivemos uma convivência muito boa aqui no Senado e sei da sua atuação sempre muito correta, principalmente lutando pelas questões do Estado de Goiás.

Mas, respondendo ao Senador Blairo, eu queria dizer, primeiro, com relação à BR-163, em Mato Grosso, que nós temos tido o cuidado de consultar o mercado. Então, quando se lança uma concessão, rodoviária ou ferroviária, há a preocupação, claro, de ouvir o mercado. O Governo não procura impor uma posição ao mercado. Nós temos tido diversos encontros, reuniões com os sindicatos da construção, com o sindicato da construção pesada, representado, inclusive, pelo ex-Senador e ex-Ministro Rodolpho Tourinho, que tem sido muito colaborativo, trazendo a visão do mercado em relação a essas rodovias, e nós temos procurado ouvir as empresas individualmente também. Então, eu acredito que nós estamos, agora, caminhando para ter a certeza de que tanto para a 163, como para a 060, a 153 e a 262, que são as próximas, e, depois, para a 163, em Mato Grosso do Sul, e a 040, nós vamos ter, efetivamente, a participação das empresas nacionais. Nós estamos com o firme propósito de dar as condições.

TIR é a Taxa Interna de Retorno. Quando se fala em 7,2, é uma taxa para o sócio, para o acionista, para o seu *equity*. Aí é quando você aí faz a alavancada, por conta de que o *equity* é bem menor. Se ele tem um empreendimento, às vezes, de 3 bilhões, mas quanto é que se vai botar de *equity*, de capital próprio? Você só vai colocar em torno de 300 ou 400, a depender do projeto, porque você tem 70% que é empréstimo. Então, a condição de financiamento é algo que foi elaborado pelo Governo Federal com os bancos públicos e privados para que se dê conforto ao empreendedor. Então, o projeto não tem que dar garantia real nenhuma sobre aquilo. Quem vai garantir é o próprio projeto. Quer dizer, o banco, de certa forma, vai analisar o projeto e entrar naquele projeto. Foi um trabalho demorado, feito com muita ajuda do Ministério da Fazenda. O Ministro Mantega esteve participando *pari passu* desse processo.

Então, a diferença de TIR, quando se fala em alavancada, porque é quando se considera que houve uma alavancagem no empreendimento de 70%. Então, sua participação de *equity* é bem menor. Então, aí o rendimento sobre seu *equity* é maior, passa a ser de 15%. E tem a taxa interna do projeto.

Mas o fundamental mesmo para o setor, o que ele mais considera é a TIR pura e simples, que, no caso desse projeto, é de 7,2.

Com relação a essa questão da prioridade, eu quero também dizer ao Mato Grosso e dizer ao Senador Blairo que não houve uma priorização em detrimento de outrem. O que houve, na verdade, quando saiu a Açailândia-Barcarena, é que, ouvindo o próprio mercado, sendo um Capex, que é o capital necessário do investimento para a implantação da rodovia, menor, porque esse trecho de Açailândia a Barcarena é um trecho menor, um trecho de 430 quilômetros, contra um trecho, de Lucas do Rio Verde a Campinorte e Uruaçu, de aproximadamente 1.100km. Então, o capital necessário à execução é um capital muito maior. Então, como nós estávamos iniciando o processo, colocou-se um trecho menor, mais curto. Não foi uma questão de eleger prioridade, efetivamente, mas foi ouvindo o próprio setor. Mas nós sabemos da importância da Ferrovia Lucas do Rio Verde a Uruaçu, e nós já estamos – posso dizer ao Senador Blairo – preparando já, ultimando os dados da modelagem de Lucas do Rio Verde para mandar para o Tribunal de Contas da União. A ordem

de como vai ser colocado para o mercado pode variar, mas, se variar de um mês para outro, de uma semana para outra, isso não significa que é falta de prioridade de um trecho ou de outro. O que nós estamos tendo é o cuidado de ouvir o mercado com muita atenção para ter a certeza de que o processo será vitorioso, que nós vamos ter concorrentes e que vai ser vitorioso. Ninguém deseja fazer editais para dar deserto. Pode acontecer, faz parte do jogo, mas não é isso. Nós trabalharemos no sentido de não existir de forma alguma essa situação. Quero dizer, Senador Blairo, que não há falta de priorização do trecho Lucas do Rio Verde. Se pudermos fazer as duas concomitantes, vamos fazer. São 15 lotes, 11 mil quilômetros que nós queremos fazer.

E já respondendo ao Senador Wilder, quero dizer a ele que com relação à Norte-Sul a modelagem, como está prevista, tudo isso pode sofrer alteração diante do que venha do mercado. Mas a princípio o que estamos pretendendo é pegar o trecho da Norte-Sul que está sendo concluído como obra pública... O primeiro trecho viria de Palmas até aproximadamente Ouro Verde ou Uruaçu. E, então, seria colocar esse trecho dentro do trecho Lucas do Rio Verde/Uruaçu.

Então, já vai esse trecho pronto dentro da concessão. Você já estaria entregando a um concessionário, comprando todo o direito de uso e colocando a todo operador logístico independente a possibilidade de utilizar esse trecho quando ele estiver pronto no próximo ano.

Seria fazer a mesma coisa para o trecho Sul. Nós chamamos da ponta Sul, que sai de Ouro Verde, Estrela do Oeste, colocando em um trecho no qual estamos avançando os estudos e queremos mandar para o Tribunal de Contas da União, que é o trecho de Estrela do Oeste/Panorama a Dourados, no Mato Grosso do Sul.

Já estaria também em uma licitação, que esperamos seja feita neste ou no início do próximo ano, antes da conclusão da obra pública. Então, estaria resolvido o problema da operação da Norte-Sul. Seria feito dessa forma. É o que está previsto.

O Senador Wilder está...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – S. Exª Senador Wilder Moraes pela ordem.

Por favor.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Ministro, houve uma previsão no Orçamento para este ano de uma readequação e reforma de Palmas a Uruaçu de 126 ou 136 milhões. Essas obras estão sendo feitas?

Faço a pergunta, porque, de repente, também se terminando isso, vai recuperar trechos já executados.

O SR. CÉSAR BORGES – Essas obras estão sendo feitas e montam mais do que isso. Pelas informações que eu tenho, são quatro empresas que já foram contratadas e já estão trabalhando no trecho de Palmas até Ouro Verde, com ramal para Anápolis.

É isso o que se quer concluído para o início do próximo ano. Um investimento de R$400 milhões e esses investimentos estão alocados no PAC, está certo? O que se trabalha também é a conclusão de Ouro Verde até Estrela do Oeste. São cinco lotes que estão a pleno vapor com a ponte sobre o Rio Grande e sobre o Rio Paranaíba, também lá perto de São Simão, em Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Está satisfeito, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES – Com relação à solicitação do Senador Acir, a informação com relação ao projeto de Vilhena a Porto Velho é de que a licitação estava em curso, mas o TCU avistou sobrepreço nas sondagens. Agora, a Valec está prestando esclarecimentos. Talvez o termo mais adequado seja "vislumbrou". Esperamos prestar os esclarecimentos para dar continuidade, no máximo, 30 dias. Essa é a pretensão da Valec.

Com relação à BR-364, entre Vilhena e Porto Velho, que está sendo restaurado em quatro lotes, três já estão em obra e um, entre Vilhena e Cacoal, já está para receber ordem de serviço. Os serviços já estão sendo supervisionados pela empresa Maia Melo e está sendo finalizada por engenheiros do DNIT. Ou seja, não tendo a empresa supervisora, o DNIT compõe uma comissão de três engenheiros e a obra pode ter início e andamento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. *Fora do microfone*.) – Está com acompanhamento?

O SR. CÉSAR BORGES – Está com acompanhamento do DNIT.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Obrigado.

Só para termos noção, esse trecho para o qual falta a ordem de serviço, tem previsão, Ministro? Refiro-me ao trecho entre Vilhena e Cacoal. Já há algum tempo foi feita licitação, foi feita a homologação e só faltava...

O SR. CÉSAR BORGES – O Diretor de Engenharia me informa que dentro desse mês será dada a ordem de serviço.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Tudo bem. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES – Dentro do mês de outubro ainda.

E o Senador Wilder perguntou sobre responsabilidade da licença ambiental com relação aos trechos.

Nós editamos uma portaria interministerial entre Ministério dos Transportes e Ministério do Meio Ambiente, facilitando muito a liberação da parte ambiental.

Com relação às ferrovias, o empreendedor perante o Ibama é a Valec. Desculpe-me, é a EPL; não é a Valec. É a EPL (Empresa de Planejamento e Logística). É a EPL, presidida pelo Dr. Bernardo Figueiredo, que está cuidando do licenciamento ambiental.

Com relação às rodovias, a empresa, claro, terá seus prazos contados após a licença ambiental. Mas já foi feito todo um arcabouço através dessas medidas tomadas pelo Ministério dos Transportes e pelo Ministério do Meio Ambiente que elas podem iniciar já, imediatamente, trechos de 25km com a licença de implantação. Então você vai compactar a licença ambiental – a licença prévia – com a licença de implantação, para podermos trabalhar em lotes de 25km, permitindo que aqueles 10% exigidos inicialmente sejam alcançados com rapidez.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ministro, o senhor respondeu o negócio da BR-163 para mim?

O SR. CÉSAR BORGES – Sobre a BR-163, respondi. Eu lhe respondi dizendo o seguinte: estamos consultando empresa por empresa, consultando o mercado como um todo, através dos sindicatos e das empresas. E o que nós temos de notícia é que temos, realmente, concorrentes em número razoável, interessados em participar da licitação. E já tiveram tempo de estudo e já se debruçaram sobre os estudos da 163.

E, também com relação à TIR, a alavancada é uma TIR quando você só considera o *equity* sem considerar a alavancagem que vem do empréstimo dado pelos bancos, que é de 70%. Então se fala em uma TIR alavancada; vai para 15%. Não considerando o empréstimo, ela é de 7,2% sobre o projeto em si.

Mas acredito, Senador Blairo, que teremos sucesso. Foi o que eu disse aqui: estamos empenhados, conversando individualmente com todos os interessados possíveis para que estejam presentes nas licitações vindouras – seja da 163, seja da 163 Mato Grosso do Sul, seja da 050, com 153 e 262, em Minas Gerais, Goiás e, aqui, o Distrito Federal, e seja também com a 040. E temos as outras quatro também – a BR-101, a 153, em Tocantins, que estão no radar. Apenas estamos fazendo adaptações para ver de que forma elas podem ir para o mercado com êxito completo. É isso que nós desejamos.

O Senador Wilder Morais ainda perguntou sobre as eclusas. Acho que vou dar uma resposta parecida com as eclusas da Hidrovia do Tocantins. As eclusas não cabem exatamente ao Ministério dos Transportes, mas, com certeza, como temos interesse na Hidrovia... Eu sei que a Hidrovia do Parnaíba opera até São Simão. Eu estive lá pessoalmente vendo o início da construção da ponte sobre o rio, que é da Ferrovia Norte-Sul. E vi, inclusive, barcaças. Há ali uma empresa que opera em São Simão, em Goiás.

E claro que nós estamos verificando o que for possível. Faremos em conjunto com a ANA, em conjunto com o Ministério de Minas e Energia, para que seja possível fazer essas eclusas, que, lamentavelmente, inibem ou impedem inteiramente a navegação nos nossos rios. Mas é algo que eu não sei exatamente, no momento atual, porque não depende unicamente do Ministério dos Transportes.

E com relação a pátio modal na Norte-Sul, efetivamente eu acho que a Valec tem que se dedicar – está aqui o Presidente da Valec – imediatamente. Sabemos dessa deficiência no projeto e temos que fazer os pátios intermodais e os pátios Porto Nacional, pátio Gurupi, pátio Uruaçu e pátio de Anápolis, que está já em obras, inclusive. A Fico mais a Norte-Sul já estão no primeiro lote de concessão – aquilo que eu acabei de lhe explicar. E há pátio de cruzamento para não restringir a capacidade também da via. A Vale pode operar, a partir de maio de 2014, a Norte-Sul.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Ministro.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Ministro, tenho uma pergunta que ficou faltando, sobre o desvio da BR-153, que era o antigo anel viário de Goiânia.

Existe uma licitação, e vi o estudo no DNIT, para ver se se aproveitava essa licitação, fazendo um pacto com o TCU, para retirar essa rodovia, que passa dentro de Goiânia, hoje, e de Aparecida, o que gera um transtorno muito grande. Hoje, na verdade, ela não tem função mais de rodovia, e sim de avenida que faz a mobilidade urbana da nossa capital e das cidades da região metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Ministro César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES – Senador, sou informado aqui pela ANTT sobre o projeto de concessão da Rodovia 153, no trecho que é exatamente a 060, a 153 e a 262, no Estado de Minas Gerais. Serão mil e cem quilômetros concessionados, que vão de Betim, da região metropolitana de Belo Horizonte, até o Distrito Federal. Está contemplado então o contorno de Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Presidente, eu gostaria então que se colocasse no edital a prioridade, senão, V. Exª imagine, como existe o trecho e a maioria já está duplicada, as concessionárias vão dar prioridade à implantação não só do serviço de manutenção, de conservação, mas a ambulância, a telefone. Prioridade para que se venha a fazer a implantação desse trecho, que não é um trecho tão grande, que seria de em torno de 30 quilômetros, de 32 quilômetros. Que se colocasse isso como prioridade para que a concessionária fizesse a implantação logo que houvesse a licitação e fosse homologada.

O SR. CÉSAR BORGES – Se não for possível colocar no edital, nós colocaremos na ordem de prioridades da ANTT, para solicitar ao vitorioso do edital de licitação que efetive esse trecho o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Wilder Morais.

Passo agora a palavra a S. Exª o Senador Vice-Presidente desta Comissão, Sérgio Petecão, em seguida, a S. Exª o Senador Clésio Andrade, e, logo após, a S. Exª o Senador Jorge Viana.

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Quero agradecer ao Presidente desta Comissão, Presidente Collor, saudar o Ministro César Borges, dos Transportes, agradecê-lo também pela sua presença aqui na nossa Comissão, agradecer o General Fraxe e, na pessoa dele, saudar todos os técnicos do DNIT e do Ministério dos Transportes que acompanham o Ministro.

Eu sou do Acre, Ministro, sou Senador pelo Acre. Encontrar o Ministro dos Transportes e o General Fraxe e não tratar da BR-364, que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul, e não tratar da ponte sobre o Rio Madeira é o mesmo que ir a Roma e não ver o Papa. Esses são dois temas que são de fundamental importância para o nosso Estado.

Na verdade, Ministro César Borges, o Senador Raupp já abordou o assunto da minha primeira pergunta na abertura dos trabalhos desta Comissão. Fomos informados que aconteceu a licitação da ponte do Rio Madeira. Mais uma licitação. Essa é mais uma licitação de várias que já aconteceram.

Na conversa que tive cedo com o Senador Raupp, ele me dizia que a empresa que venceu essa licitação teria vencido com o montante de R$130 milhões. Algo em torno de R$130, cento e trinta e poucos milhões de reais. E haveria uma empresa que teria dado um lance de R$260 milhões. Então existe aí uma diferença muito grande em milhões.

A minha pergunta é se, dessa vez, dessa licitação nós vamos realmente ter o início das obras dessa ponte, que é de fundamental importância tanto para o Estado de Rondônia como principalmente para nós, do Acre, porque é a entrada do nosso Estado. Se posicionado do Pacífico, é a entrada do Pacífico para o nosso País. Então, é uma ponte estratégica e entendemos que ela é de fundamental importância para o Brasil. A minha pergunta era essa.

E, segundo, Ministro, é a respeito da BR-364. Eu, inclusive, fui taxado pelo Vice-Governador do meu Estado como uma das pessoas que criava todos os obstáculos para que essa estrada não fosse concluída. Mas, graças a Deus, encaminhei um expediente ao Ministério e o senhor me respondeu que não constam nos arquivos ou nos anais lá do Ministério qualquer ação nem minha, nem do meu gabinete, de nenhum Parlamentar no sentido de prejudicar o andamento daquela rodovia. O que nos preocupa é que – esses são os números inclusive revelados pelo Governo – já foi gasto mais de R$1,6 bilhão naquela estrada e até hoje nós não a temos concluída.

Mas o que nos preocupa mesmo é porque se fala muito sobre o impasse que existe entre o DNIT e o governo do Estado. O governo quer entregar a obra ao DNIT, e o DNIT não estaria recebendo alguns trechos da obra por esses trechos não estarem concluídos e não estarem dentro das especificações que o Ministério exige. Assim, eu gostaria que o senhor fizesse um relato dessa situação e também sobre quais as iniciativas que estão sendo tomadas pelo Ministério para que nós possamos, de uma vez por todas, encerrar essa novela. O que o Governo Federal tem de concreto.

Quando nós começávamos aqui os trabalhos desta Comissão, eu recebi uma ligação, só para você ter uma ideia, do Município de Cruzeiro do Sul, que é o Município mais beneficiado por essa estrada e é o segundo Município do nosso Estado. Ligava para mim um comerciante que dizia que hoje só estão autorizados a trafegar nessa rodovia caminhões com a capacidade de 22 toneladas bruta. Eu conversava aqui com o nosso Prof. Blairo Maggi, que é da área e conhece, e ele me dizia que um caminhão, uma carreta, pesa, em média,

de 10 a 12 toneladas, o peso do caminhão. O que significa dizer que se está transportando de mercadoria – e eu estou falando *grosso modo*, não sou nem um especialista da área –, *grosso modo*, esses caminhões estariam trafegando aí com apenas dez toneladas de mercadorias. Foi feito um investimento tão alto nessa estrada. Então, como é que é? Essa estrada vai funcionar como todas as estradas normais ou vai haver algumas situações diferentes das estradas brasileiras? Eu gostaria que o senhor falasse sobre a situação.

Agora a parte boa. Eu queria já parabenizar o DNIT e o Ministério dos Transportes porque, depois dessa mudança que tirou do Estado – porque, na verdade, a manutenção dessas estradas é sub-rogada ao Deracre, o departamento lá do nosso Estado – e depois que o DNIT assumiu essa manutenção da nossa estrada, eu queria aqui lhe agradecer e dizer de público que melhorou muito, pelo menos esse trecho da BR-364, que liga Porto Velho, ali da divisa de Rondônia até o nosso Estado, melhorou muito. Eu tenho andado muito nessa região; a BR-317, que liga Rio Branco até Brasileia e a Epitaciolândia, também há obras lá nessa região, e na BR-364, no sentido de Rio Branco a Sena Madureira, as obras também melhoraram.

Portanto, eu gostaria, Ministro, que o senhor me falasse sobre a ponte e me fizesse um relato geral de como está a situação da nossa BR-364.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Clésio Andrade. *(Pausa.)*

Passo a palavra a S. Exª o Senador Jorge Viana e, em seguida, a S. Exª o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Cumprimento o Sr. Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor.

Sr. Ministro César Borges, eu queria cumprimentar V. Exª e toda a equipe que trabalha na área de transporte no nosso País que está aqui presente, através de um cumprimento ao Diretor do DNIT, General Fraxe.

Coincidentemente, estou fazendo uma intervenção logo após o colega do Acre Senador Sérgio Petecão. Está aqui também o Senador Anibal. E é óbvio que nós estamos aqui para discutir o nosso País e para discutir também a situação vinculada diretamente ao Ministério e a cada Região e a cada Estado de que somos representamos aqui.

Antes de tudo, eu queria cumprimentar o Presidente Collor, por nos dar esta oportunidade nesta Comissão.

Está aqui a Senadora Lúcia Vânia, que também fez um trabalho dedicado na Comissão, que é um espaço importante que nós temos para dialogar e discutir sobre o Brasil.

Vários colegas fizeram intervenções. Inclusive, uma delas foi feita pelo ex-Ministro Alfredo Nascimento, hoje nosso colega. Outra intervenção importantíssima foi feita pelo quase Ministro Blairo Maggi. Esta Comissão está cheia de quase Ministros. Hoje, há a Ministra da bola, que está com a bola toda, a Senadora Vanessa Grazziotin. Todo dia, há novidades aqui. E quem não o foi quer sê-lo. É assim que nós somos.

Mas, de certa forma, numa reunião como esta, temos a oportunidade de discutir seriamente o nosso País. Eu vi aqui preocupações – e eu queria me prender às do Senador Blairo, em primeiro lugar – que são muito pertinentes. Quando olho alguns mapas, eu me apavoro, às vezes, porque são mapas – nem todos, nem todas as propostas – que deixam de levar em conta, primeiro, a realidade, o que pensam os que vivem nas regiões do País. E, segundo, acho que há um desencontro quanto à ideia de que País nós queremos ter.

Nunca vi um debate em que se pensasse que a infraestrutura na Amazônia – estou pegando como exemplo a maior área do País – seria feita em função do desenvolvimento que queremos para a Amazônia. Se se pensar assim, vamos ter de entender, primeiro, que há leis que não permitem – e são leis interessantes e boas – o uso pleno dos recursos naturais, como se fazia tradicionalmente de maneira absolutamente equivocada, em que se usavam os recursos naturais destruindo-os, sem manejá-los. Se for feito dessa maneira, quando formos pensar o sistema de transporte, que prioridade será colocada? Certamente, as hidrovias, em primeiro lugar, acompanhadas de ferrovias, e, em último lugar, virão as rodovias. E como é que o nosso País tem feito há décadas? Faz exatamente o contrário: rodovias, primeiro, e o resto não existe; hidrovias e ferrovias não estão colocadas no horizonte.

Quando olhamos a infraestrutura do nosso País, vemos que, lamentavelmente, ela está absolutamente concentrada no Sul e no Sudeste e começa a dar alguns passos rumo ao Centro-Oeste, mas que, nas Regiões Norte e Nordeste, há uma precária situação. E, como Senador da Amazônia e do Acre, eu me sinto na obrigação de também opinar, aproveitando esta plateia de funcionários dedicados, de profissionais que querem, de alguma maneira, construir o melhor ambiente e executar o melhor plano para o nosso País.

Então, eu queria aqui diretamente agradecer um trabalho que nós começamos a fazer. E, talvez, não seja a minha intenção responder, porque os questionamentos do colega Senador Sérgio Petecão foram feitos para V. Exª. Mas eu também sou do Acre; por acaso, fui Governador por oito anos; por acaso, acompanhei o

trabalho fundamental do Governador Binho e também estou aqui em pleno apoio ao trabalho dedicado do Governador Tião Viana. Não é a minha intenção responder, porque V. Exª, certamente, responderá, mas, ao mesmo tempo em que vou falar do Acre, vou fazer um contraponto ao colega Sérgio Petecão. Eu acho que o meu colega vai, inclusive, usar o art. 14, mas o Petecão é uma pessoa muito sabida. Ele, às vezes, faz de conta que não entende daquele negócio, que não sabe. Aí ele vai dizendo: "Não sei. Queria entender".

Mas ele sabe que no Acre não há pedra. V. Exª sabe. De onde vêm as pedras para serem usadas na BR-364 no Acre? Eu consegui pedra um pouco mais barata lá na divisa com a Colômbia. Nós compramos cimento no Nordeste para pôr no chão, no Acre, porque, em relação à região da qual os caminhoneiros estão reclamando, com razão, você não tem nem barro vermelho, muito menos piçarra, laterita ou qualquer outra coisa.

Eu faço uma pergunta: por que a BR-319 desapareceu do mapa? A BR-319 começava em Porto Velho e terminava em Manaus. Por que ela desapareceu do mapa? Porque nós estamos falando de Amazônia, e, em algumas regiões da Amazônia, não há a menor possibilidade de se fazer uma estrada regular – não digo nem boa, em algumas regiões da Amazônia –, pelo tipo de solo, pelo clima. E o que se está fazendo no Acre é uma verdadeira epopeia. Não haveria nenhuma possibilidade de essa obra ter sido executada se não fosse a confiança do Governo Federal. O Ministro Alfredo ajudou muito, assim como tantos outros. O Presidente Fernando Henrique foi primeiro, depois o Presidente Lula e agora a Presidenta Dilma. Se não fosse obra delegada, nós não teríamos, talvez, nem 100 quilômetros de pavimentação asfáltica naquela BR-364. Eu estou falando de 600 quilômetros, de Rio Branco até Cruzeiro do Sul, onde não há piçarra, que é uma coisa muito conhecida pelos acrianos. É uma laterita.

Então, eu mesmo comecei a obras de trás para frente. Aí, falaram: "Por que fez?" Primeiro, pelo ponto de vista do desenvolvimento, para se criar condição para que, em Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó fosse criado um ambiente de desenvolvimento, de sinergia entre os Municípios, mas também por necessidade.

Quando se olha o mapa, os rios são todos paralelos. Nove. Um paralelo ao outro. Para que eu possa sair de Rio Branco com uma carga para ir para Cruzeiro do Sul, eu tenho que ir a Manaus, pegar o Amazonas por outro braço, descer, pegar o Juruá e ir lá. São 40 dias de viagem. Que tal?! Quarenta dias para levar uma carga! Por isso que Cruzeiro do Sul sempre teve relação com Manaus e não tinha com Rio Branco. Seiscentos quilômetros de distância. Mais perto ir para Manaus de barco do que tentar chegar a Rio Branco.

Eu queria só, Ministro, aproveitando a sua audiência, dizer que essa estrada é fundamental. O Senador Sérgio Petecão fez um questionamento importante – do ponto de vista dele, foram todos importantes –, mas eu queria ressaltar, me somando a ele, que é muito importante que haja agora o aceite do DNIT dos trechos que estão executados. Sabe por quê? Porque essa BR, quando pegar um governador ruim – e nós já tivemos governadores péssimos no Acre e poderemos ter péssimos para frente também, isso é parte do jogo democrático –, não vai durar dois anos, porque se for parada a manutenção dela por dois anos, ela fecha. Por isso que o Governador Tião Viana vai toda semana, aproveitando os dias de sol, no canteiro de obras, conversar com os funcionários, conversar com as empreiteiras. Acho que é o Governador que mais procura o DNIT e que mais procura V. Exª – o Governador Tião Viana, certamente, entre os do Brasil inteiro. Por quê? Porque é autorrisco. Nós ainda somos acusados de desvio de dinheiro, acusados de corrupção. Qual é o custo de fazer uma estrada em que se coloca toneladas de cimento no chão para ter alguma rigidez no solo? Qual é o custo? Onde é que há, no mundo inteiro, uma estrada feita assim? Lá no Acre é feita assim. É a única possibilidade de haver alguma rigidez. Então, não há essa história de tonelagem de carreta, não. É uma situação de pura necessidade.

Por que se interdita e se limita o tráfego lá? Porque ocorrem chuvas torrenciais, de 80mm, numa pancada só – Pum! –, em um só lugar, que levam tudo que está na frente. Então, a lógica de fazer de trás para frente é para tentar levar material e insumos pelo rio. Porque se nós fôssemos fazendo de Sena Madureira para lá, nos faríamos e a obra seria destruída todos os dias. Passariam carretas com milhões de toneladas de cimento e de pedra, cimento, pedra e depois asfalto, para fazer. Então, é muito complicado.

Para concluir, quero parabenizar V. Exª e dizer que tudo depende do ponto de vista. Com outro olhar diferente do meu colega, com todo o respeito a ele, Senador Sérgio Petecão. Está falando... Agora que passou para o DNIT, estamos fazendo a boa manutenção, já falei para o General.

Eu queria agradecer a V. Exª, que esteve no Acre, ao DNIT e a toda a equipe do Ministério do DNIT, porque estão fazendo um extraordinário trabalho de recapeamento. Inclusive há um Crema na BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco, que está ficando espetacular. Fotografei e tenho divulgado.

Agradeço também aos colegas, à Presidenta Dilma, a V. Exª e a toda a sua equipe, especialmente ao

DNIT, que é o operador. Com muito sacrifício, temos agora uma boa execução lá, assim como no trecho da BR-317 e no trecho Rio Branco-Sena Madureira. A situação é precária. A empresa estava com dificuldade de execução – V. Exª sabe – porque não recebia recursos em razão dos questionamentos todos, do TCU e tudo mais. Estava sem receber e não executava no ritmo adequado a obra para Sena Madureira.

E peço a V. Exª: cuide para que o ritmo seja... Porque a estrada, do jeito que está, está causando mortes e acidentes. E não é porque o DNIT assumiu agora. Meus colegas de Rondônia conhecem o sofrimento. Quantas vidas nós perdemos entre Cuiabá e Porto Velho, na BR-364! E lá não era obra delegada, acabada, destruída. Mas o Ministro Alfredo tentou, ajudou, e agora nós temos duplicação e Crema acontecendo na BR-364, pois as condições são diferentes, estão melhores.

Eu fui governador. Sabe quem fazia a manutenção da BR-364? Não era porque o Estado recebia dinheiro e não fazia bem feito. Fazia com recursos próprios do Estado. Imagine o que é um governo pobre tendo que cuidar de uma BR! Nós cuidávamos, nós fazíamos. Até manutenção na pista de pouso de Rio Branco nós fazíamos com recurso próprio. E fazemos ainda. O Governador Tião faz.

Então, eu só queria colocar as coisas um pouco no lugar e falar sobre uma coisa extraordinária – me somando ao Senador Sérgio Petecão, e é o desejo do Senador Anibal, certamente –, que é a ponte do Madeira. Fomos ao local, com a Bancada de Rondônia – S. Exª coordena a Bancada –, e essa novela não acaba. A ponte do Madeira era a única que estava a cargo do Ministério dos Transportes que tinha influência no Acre. As outras nove nós executamos. Nove pontes importantes, todas elas feitas. E aí ocorre exatamente o contrário. A única que estava no Ministério dos Transportes, por um esquema montado na balsa, que proíbe as licitações chegarem ao fim... E mais uma vez estamos esperando mais dez dias – não é, General? – para que o tempo recursal se esgote. Eu acho que toda a nossa Bancada, os três Senadores do Acre, os de Rondônia, os Deputados Federais, fará uma visita de agradecimento. E esperamos que, obviamente, em menos de dois anos a ponte esteja pronta.

Eu queria, agradecendo ao Presidente Collor pela tolerância, e a V. Exª, cumprimentá-lo por estas ações, pela ponte e pela recuperação, e dizer que o apoio que V. Exª tem dado ao Governador Tião Viana é fundamental. Se for rompida a relação Ministério dos Transportes e DNIT com o Governo do Estado será um desastre para o nosso povo. Então, que isso se mantenha, que a parceria aconteça e, obviamente, que possa o DNIT assumir os trechos executados, porque a manutenção da BR é tão cara quanto fazê-la.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – ... o Senador Jorge Viana.

Pela ordem, S. Exª o Senador Anibal Diniz.

Em seguida, a palavra será dada a S. Exª o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito rapidamente, Sr. Presidente, pois estou sendo chamado a presidir a CCJ porque o Presidente, Senador Vital do Rêgo, terá que se ausentar, eu gostaria de aproveitar este momento para fazer um cumprimento especial ao Sr. Presidente Collor pela riqueza deste debate, pela oportunidade desta audiência pública, e, ao mesmo tempo, dar um testemunho em defesa da postura ética, corajosa e ousada do Ministro César Borges, que, poucos meses depois de ter assumido o cargo, já fez essa viagem ao Acre, esteve pessoalmente lá, conhecendo a realidade da BR-364, andando por trechos, parte de carro, outra parte de helicóptero, mas pôde ver o quanto é complexa aquela obra e o quanto precisa da união de todos para a gente poder lograr sucesso na sua execução.

O testemunho dado pelo Senador Jorge Viana diz tudo em relação àquela estrada, e eu só queria reafirmar que essa viagem semanal que o Governador Tião Viana está fazendo pela estrada não é uma viagem de passeio; é uma viagem executiva mesmo, de inspeção. Eu tenho estado em muitas delas com ele e tenho visto o quanto ele tem se angustiado para resolver cada problema: carreta de asfalto que não chega, pedra que está faltando, brita, os insumos todos, que estão sendo monitorados com muita rigidez por conta exatamente, primeiro, desse apagão nacional por falta de insumos que estamos vivendo; são tantas obras do PAC acontecendo que não está fácil conseguir os insumos, inclusive, neste momento, eles estão levando asfalto até do Rio Grande do Sul para poder executar trecho dessa obra.

E a intenção é exatamente a mesma que foi construída durante a sua viagem àquele trecho, Ministro César Borges, que é fazer todo o esforço para concluir os trechos que estão faltando, para que o Governo Federal, o DNIT, o Ministério dos Transportes possa assumir essa rodovia, que é uma rodovia federal e é de responsabilidade do Governo Federal. O nosso esforço vai continuar o mesmo, para garantir trafegabilidade, segurança dos transportadores e das

pessoas que dependem daquela estrada. Se a gente tem hoje uma limitação de tonelagem, é melhor ter uma limitação de tonelagem e ter a garantia da estrada funcionando e dando trafegabilidade de inverno a verão do que a gente abrir uma tonelagem que vai danificar a estrada e possibilitar, mais adiante, ter uma interrupção de algum trecho.

Mas isso, eu tenho certeza, vai ser superado. E tão logo a gente tenha todo o trecho concluído e recuperados os trechos que estão precisando de manutenção, com certeza, esse problema da tonelagem vai ser resolvido e a gente vai poder oferecer também na BR-364 – digamos assim – a mesma pesagem que é permitida nas demais rodovias federais do País.

No mais, agradeço imensamente o empenho de V. Exª, Sr. Ministro César Borges, e reafirmo que nós estamos realmente ansiosos pelo início da obra da ponte sobre o Rio Madeira. Tenho certeza de que, quando essa obra for concluída, a gente vai ter dado uma resposta de grande impacto para o povo de Rondônia e para o povo do Acre, que precisam dessa ponte para fazer uma locomoção mais eficiente.

Muito obrigado e parabéns pelo trabalho que V. Exª está desenvolvendo à frente do Ministério dos Transportes, juntamente com o General Jorge Fraxe no DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Queria cumprimentar o Presidente Collor, cumprimentá-lo pela iniciativa, uma iniciativa importante, discutindo talvez o tema que hoje mais preocupa o Brasil e a logística, que é a infraestrutura, através do convite ao nosso querido Ministro César Borges. Ministro que sempre honrou o seu Estado, a Bahia, que tem uma folha de serviços prestados não só ao Estado da Bahia, mas também ao Brasil. Grande amigo, pessoa que eu respeito muito, além de ser uma criatura muito elegante no trato com as pessoas e um grande velejador também. Grande velejador do litoral baiano.

É uma honra tê-lo aqui, Ministro César Borges, grande amigo. Tive a honra de aqui trabalhar no Senado com V. Exª, quando foi Senador, e não tenho dúvida nenhuma de que a Presidenta Dilma escolheu um grande gestor, um bom executivo e um homem de bem, digno, para comandar uma Pasta tão importante como o Ministério dos Transportes, dando continuação ao trabalho que se iniciou com o Ministro Alfredo Nascimento, e que conta com toda essa equipe que o acompanha.

Quero cumprimentar o General Fraxe, também Diretor-Geral do DNIT, e, em nome dele, cumprimentar toda a equipe técnica do Ministério dos Transportes.

Mas, meu caro Ministro, vou ser bastante objetivo, para perguntar sobre três assuntos importantes.

Primeiro, agora nesta semana, na segunda-feira, foi publicada no *Diário Oficial* uma resolução já definindo os pontos principais do edital de licitação da ferrovia que entra pelo bolsão do Mato Grosso do Sul, pelo Vale do Ivinhema, e chega até Dourados – a famosa EF-267. Essa ferrovia é fundamental para o nosso Estado, para o escoamento da nossa produção, pois passa por uma região riquíssima na produção de grãos.

E também já nos chama a atenção o outro trecho, meu caro Ministro César Borges, que é o trecho que entra pelo Paraná, pelo sul do Estado, por Mundo Novo, chegando a Maracaju, e Dourados se transformando num grande *cluster*, vamos dizer assim, ferroviário em Mato Grosso do Sul. E pega uma das regiões mais ricas do nosso Estado, Presidente Collor – V. Exª conhece bem o Mato Grosso do Sul.

Gostaria de saber, meu caro Ministro César Borges, quando é que serão publicados os editais e os leilões dessas duas ferrovias que, para Mato Grosso do Sul, vão mudar, em absoluto, a economia do nosso Estado, pelo poder alavancador que essas ferrovias, inevitavelmente, trarão, além dos investimentos em rodovias.

E eu queria também aproveitar para perguntar sobre a BR-163, não no Mato Grosso; a 163 no Mato Grosso do Sul. Falam muito da 163 no Mato Grosso, mas a 163, no Mato Grosso do Sul, é absolutamente fundamental, porque são filas intermináveis de carretas para jogar a soja lá no Porto de Paranaguá. Portanto, qual é a notícia que V. Exª dá com relação à BR-163?

Eu sei que V. Exª tem um carinho especialíssimo com o meu Estado e tem procurado trabalhar, resolver os gargalos da logística da infraestrutura do Mato Grosso do Sul.

Quero também saber, Ministro – e V. Exª citou aqui –, sobre a Hidrovia do Paraguai. A Hidrovia do Paraguai tem grandes dificuldades, problemas de assoreamento, não funciona ao longo do ano. Portanto, o transporte de cargas, especialmente de minérios, é intermitente, e isso acaba intimidando a Vale do Rio Doce e reduzindo as condições para se produzir e se escoar não só minério de ferro, mas também soja, inclusive da Bolívia, tornando efetivamente essa hidrovia fundamental para o desenvolvimento do Centro Oeste, também por sua capacidade de integração com o Paraguai, com a Argentina.

A minha cidade, Presidente Collor – V. Exª já esteve lá –, é Corumbá. Nós recebíamos artigos importados que vinham por Buenos Aires e subiam o Rio Paraguai, chegando a Corumbá. Corumbá era um entreposto comercial tão relevante que a agência do Banco do Brasil da minha cidade é número 14. Digo isso para se ter ideia do que representava aquela região e do papel da hidrovia.

Por último, mas não menos importante, meu caro Ministro César Borges, é o meu prato predileto de críticas: a ALL (América Latina Logística) em Mato Grosso do Sul. Falam da ALL – inclusive V. Exª citou aqui –, a ALL que era a antiga Ferronorte, do empresário dono do Grupo Itamarati, Olacyr de Moraes. V. Exª citou a ALL maravilha, bitola larga, lá do Estado do Senador Blairo, uma beleza. Mas e a ALL que não vai nem para frente nem para trás? A ALL do Mato Grosso do Sul começa lá em Corumbá, é integrada a Puerto Suárez, através também de uma ferrovia, e cruza o meu Estado, passando por vários Municípios, por Campo Grande, e depois chegando a Três Lagoas e tendo uma última perna que alcança o Município de Bauru, no Estado de São Paulo. Essa ferrovia é um vexame!

Nós já recebemos informações várias sobre essa ferrovia: investimentos, resgate do trem do Pantanal, transporte de cargas, assinatura de vários Termos de Ajustamento de Conduta. Agora falaram um fato relevante: que vão turbinar a produção de minério de ferro em Corumbá, vão reduzir minério de ferro, vão transportar as cargas da famosa Vétria, que eles chamam, por essa ferrovia. Mas a verdade é a seguinte: a ferrovia continua matando cachorro a grito. A ferrovia continua exibindo médias de velocidade ridículas, 30km/h dependendo do trecho, fora o risco de acidentes.

Então, meu caro Ministro César Borges, sei que V. Exª não é responsável por esse quadro devastador. É importante registrar que o trecho de Campo Grande a Ponta Porã voltou para a União agora, meu caro Senador Ivo Cassol, porque simplesmente canibalizaram a ferrovia inteira, não tem trilho, não tem dormente, não tem nada. Aí voltou para a União. Diga-se de passagem, essa licitação é um dos piores exemplos, Presidente Collor, de privatização no Brasil, é um arrendamento. Portanto, estão canibalizando uma propriedade da União.

Acho que o Ministério dos Transportes e a ANTT, aqui representada também, precisam dar um fim a essa novela, ou cassar a concessão e fazer outro leilão. Essa ferrovia já existe, Presidente, não vai precisar de grandes licenciamentos. Dar a oportunidade para um terceiro trilho, para aumentar a bitola, porque ela é bitola métrica. Mas vemos o tempo passar, e ninguém resolve. Isso, para nós, é uma frustração. Isso decepciona todo o nosso Estado.

Então, eu gostaria de ouvir também como o Ministério dos Transportes está olhando isso, porque essa novela já foi longe demais. A ALL é uma beleza lá para Mato Grosso e talvez até para outros lugares, que eu desconheço a operação da ALL, mas a ALL não existe em Mato Grosso do Sul. E não adianta ficar tapando o sol com a peneira, porque é frustrante a atuação da América Latina Logística no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, e com consequências também em São Paulo, especialmente no trecho que vai até Bauru.

Muito obrigado.

Quero parabenizar, Presidente Collor, a iniciativa de V. Exª e o meu competente, digno e amigo Ministro César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Delcídio do Amaral.

Passo agora a palavra a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Ministro César Borges que aqui está. Cumprimento todos os membros do Ministério, o DNIT, cumprimentando o General Fraxe.

Não vou me alongar, Sr. Presidente, porque me inscrevi apenas para reforçar o que já disse o Senador Alfredo Nascimento e os questionamentos feitos pelo Senador.

Cada Parlamentar, Senador ou Senadora que se pronuncia aqui, levanta um conjunto de rodovias, um conjunto de problemas. Aliás, a própria Comissão, pela iniciativa do Presidente Collor, tem procurado acompanhar esse trabalho pelo Brasil, não só através de debate, mas de ações concretas e efetivas da Comissão. É assim que tem agido o Presidente Collor.

A gente vê que o Brasil e muitas das regiões e muitas rodovias, ferrovias, hidrovias apresentam problemas, problemas de difícil resolução. Então, eu acho que o que nós precisamos fazer, Ministro, é trabalhar dentro do ambiente da máxima sinceridade.

Eu sou lá do Estado do Amazonas, assim como o Senador Alfredo Nascimento, que foi Ministro dos Transportes, cargo que V. Exª ocupa, salvo engano, por mais de cinco anos. E, sendo lá do Amazonas, não conseguiu resolver o problema. O Diretor-Geral do DNIT hoje é o General Fraxe, que, por acaso, também é do Estado do Amazonas, e não conseguimos resolver.

Miguel, ex-Deputado Federal, meu companheiro que aqui está, é ali do vizinho Estado de Rondônia, que é um Estado vizinho, que interessa também à rodovia que todos nós levantamos, que é a BR-319. E a

BR-319, na minha opinião, Sr. Ministro, não tem precedentes de comparação, por uma única razão. Não quero dizer que ela seja mais ou menos importante do que outras. Talvez, do ponto de vista econômico, existam outras rodovias que têm uma importância maior. Entretanto, quando nós falamos de Brasil, de integração, de ligação, eu não vejo outra rodovia que seja mais importante que essa, hoje, porque é essa rodovia que vai ligar toda a Amazônia Ocidental, pelo menos parte do Amazonas e de Roraima, ao território nacional. Nós não temos rodovias, nós somos ligados apenas por hidrovias.

E o que aconteceu? Uma BR que, lá na década de 70, existia totalmente asfaltada, as pessoas viajavam, e que hoje não pode ser recuperada. Salvo engano, os 200km iniciais e finais estão recuperados, e os 400km ou 600km do meio estão parados, por uma questão ambiental.

Sr. Ministro, aqui faço uma proposta. O Senador Alfredo Nascimento já falou sobre isso, mas eu quero fazer uma proposta: ou nós determinamos um limite para que a decisão aconteça ou então dizemos que é impossível recuperar essa BR. É impossível recuperar essa BR.

É disto que nós precisamos: sinceridade. Foi a palavra do Senador Alfredo que, quando era Ministro, foi dada no Estado do Amazonas e que não está sendo cumprida. É a palavra do Senador Eduardo Braga, que é Líder da Presidenta Dilma, é a palavra do Governador do Estado, é a palavra da Senadora. É a nossa palavra, que ouvimos. Ela vai sair, ela vai sair, ela vai sair! O tempo passa, e ela não sai nunca, Ministro.

Então, eu proponho que, a partir desta audiência pública, a gente faça uma reunião de V. Exª com toda a Bancada Federal do Amazonas, para que a gente possa debater este assunto exclusivo – BR-319 – e chegar a um bom termo: ou ela será asfaltada, ou ela não será asfaltada.

Porque do jeito que está, não pode continuar, Ministro. Não pode! Nós estamos há 20 anos lutando por isso. É impossível! A palavra do Presidente Lula, agora a palavra da Presidenta Dilma. Quantos mais Presidentes virão e a BR não terá nenhuma conclusão efetiva? Não do ponto de vista da declaração de intenção, mas do ponto de vista da realidade prática.

No mais, eu quero cumprimentar V. Exª e toda a sua equipe pela dedicação e pelo trabalho que vêm realizando. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra à S. Exª a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, quero cumprimentá-lo, Presidente, pela condução dos trabalhos aqui na Comissão de Infraestrutura. V. Exª tem colocado a sua experiência a serviço desta Comissão. São exemplos no Congresso Nacional a sua aplicação, a sua determinação, a disciplina que nos faz a todos também seguir esse caminho. Portanto, parabéns. Quero também agradecer a generosidade das palavras de V. Exª e do Ministro em relação à minha presença.

Ministro César Borges, nós, depois de muita luta, e V. Exª acompanhou aqui muito de perto, recriamos a Sudeco. Hoje, na Sudeco, nós, os Senadores do Centro-Oeste, estamos numa cruzada, no sentido de sensibilizar o Governo para a necessidade de integração, em primeiro lugar, entre os nossos Estados, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal. Posteriormente, obviamente, essa região ao resto do País. No entanto, nós precisaríamos – não sei se V. Exª poderia nos conceder esta oportunidade – estar juntos com o grupo de trabalho que elabora o Plano Nacional Viário. Eu não sei se já está muito adiantado, se ainda tem condições de abrigar algumas sugestões ou prioridades da nossa região.

A segunda colocação que eu gostaria de fazer é em relação aos projetos cujas obras não estão no PAC e que não estão submetidas ao regime diferencial de licitação, de contratação. Se existem recursos para projetos fora do RDC, para as obras fora do RDC.

E, terceiro, é apenas uma informação a respeito da solicitação que foi feita pelo Governador do Estado juntamente com a Bancada em relação à duplicação Jataí-Mineiros – é mais projeto do que qualquer outra coisa – e Mineiros-Santa Rita do Araguaia. São trechos extremamente importantes. Nós estamos concluindo a BR-060, que deverá ser inaugurada no próximo ano e não temos outra grande obra para reivindicar, em função da falta de projetos.

Esses trechos citados são extremamente importantes para o Estado e já foram objeto de audiência do governador com V. Exª, no sentido de viabilizar ou de buscar uma forma, em primeiro lugar, de podermos ter o recurso para o projeto.

No mais, agradeço a V. Exª e o cumprimento pelo trabalho à frente do Ministério, dizendo da nossa satisfação em vê-lo neste posto porque sabemos da sua competência, da sua eficiência.

Cumprimento o General Fraxe e toda a diretoria do DNIT, todos aqueles que são responsáveis pelo transporte em nosso País.

Portanto, os meus agradecimentos. Aguardo a resposta. Não posso aguardar aqui, mas estarei em

meu gabinete para ouvi-lo, uma vez que estou com visita lá, de onde não posso me ausentar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Srª Senadora Lúcia Vânia.

Passo agora a palavra à S. Exª o Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Eu não vou falar pelo art. 14. O Senador Jorge Viana achou que eu iria fazê-lo, não vou fazer. Fui citado, mas não vou fazer.

Mas eu gostaria de fazer mais uma pergunta, depois do Senador. V. Exª permite que eu faça só mais uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Sem dúvida, Senador Sérgio Petecão. V. Exª tem todo o direito de fazê-lo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – É que esqueci, vou fazer na presença do Ministro. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado.

Com a palavra, portanto, S. Exª o Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acredito que para nós, que representamos a Amazônia brasileira, e nós, do Centro-Oeste, principalmente, esta é uma reunião histórica e quero cumprimentar V. Exª por isso. V. Exª, que é o principal responsável pela modernização do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – V. Exª, a quem a história um dia há de fazer muita justiça, porque encaro que o Brasil moderno não existe sem a presença do Senador Collor e me orgulha ser do mesmo Partido de V. Exª.

Quando o vejo todos os dias aqui presidindo a reunião, fico feliz de ver que estamos resgatando o seu trabalho, a sua luta, a sua devoção ao Brasil, apesar de todas as incompreensões que V. Exª sofreu. Mas é uma honra para nós tê-lo na Presidência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Quero também cumprimentar o nosso...

(Soa a campainha.)

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – ...Ministro César Borges, que tem feito um grande trabalho nesta Comissão, foi nosso colega aqui, Senador da República, e também uma das pessoas que está fazendo o dever de casa. Mas, como ex-servidor do DNIT, eu quero cumprimentar também aqui o Ministro Alfredo Nascimento, o companheiro Miguel de Sousa, que foi meu colega de trabalho no DNIT – eu fui assessor parlamentar lá e ele foi um grande companheiro de todas as horas –; e todos os funcionários do DNIT que aqui estão presentes, quero cumprimentá-los, porque são pessoas que, na verdade, torcem por um Brasil diferente.

Ouvi, há pouco, o Senador falando da Amazônia. E eu fico pensando que, realmente, é uma região diferente deste Brasil, uma região que indaga a todos nós, todos os dias, o que é feito dela, o que podemos fazer por ela. Basta ver a história um pouquinho e vamos sentir que aqueles brasileiros de mil oitocentos e noventa e poucos até 1915 eram os brasileiros que sonhavam pela integração nacional, aqueles brasileiros que sonhavam com a integração da Amazônia ao resto do Brasil; aqueles brasileiros que sonharam com aquela Ferrovia Madeira-Mamoré, que a cada trilho que se botava ali era uma vida ceifada. Era o Brasil que queriam conquistar, integrar.

Depois, no período da revolução, vieram também os sonhadores do Brasil que sonharam com a Transamazônica, que sonharam também com a BR-163 e com todas aqueles meios de comunicação que podiam integrar a Amazônia.

Vejo tantas pessoas que já passaram por lá, todas bem-intencionadas. Mas o desafio é grande. Lembro-me bem de um pronunciamento do nosso ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, quando ele foi à Sinop: “Ao terminar meu governo, inaugurarei essa obra.” Houve dois governos, não conseguiu fazê-lo. Por má vontade? Não, porque, na verdade, as condições são difíceis.

Trabalhar na Amazônia, realmente, é muito difícil. Veja hoje a Transamazônica. Em alguns lugares, onde havia trilho bonito, estrada bonita, hoje é floresta. Ela se recupera muito rápido e as condições do tempo fazem com que qualquer tipo de investimento se inviabilize rápido, se não houver manutenção.

Portanto, é um desafio para todos nós. E nós de Mato Grosso, que estamos equidistantes de tudo – de Paranaguá, de Santos, do Rio Amazonas, estamos distante de tudo –, para nós é muito mais difícil trabalhar. Nós sonhamos sempre de ainda ver concluída essa 163; de ainda ver as estradas de ferro chegando

à minha região de Sinop, principalmente, onde, desde 1974, investimos ali e acreditamos na região.

Essa ferrovia, a Fico, que é a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, é um sonho de todos nós. A chegada da Ferronorte a Sinop também um sonho de todos nós. Aliás, o Brasil deveria ter, ao longo de sua história, pensado que é um país de dimensões continentais; um Brasil que tem uma via de comunicação, que é o mar, com mais de 8 mil quilômetros de costa marítima. No entanto, tem um território muito alargado e precisaria ter continuado investindo, lutando pelas ferrovias neste País. A nossa vocação é ferrovia. Respeito tremendamente a história do Juscelino Kubitschek, mas, dali para cá, mudou um pouco a história do Brasil com as rodovias. Portanto, nós não temos condição de continuar por aí.

Mas é necessária, agora, a integração da BR-163 e tentar buscar todos os ministros que por ali passaram. Eu sei que o Ministro César Borges também pretende, ao terminar o seu trabalho ali, entregar a Mato Grosso, ao norte do Brasil, essa rodovia, que para nós é vital. Tudo que nós produzimos em Mato Grosso, Excelência, há dificuldade de entregar e buscar as condições para trabalhar. Trazer os insumos para fazer a agricultura nossa é mais caro do que em qualquer parte do Brasil. E o que nós produzimos é muito mais difícil de vender porque nós estamos, logisticamente, numa situação muito difícil, longe de tudo. Perto de Deus e longe do mundo. É complicado.

Mas eu acredito que a Presidenta Dilma haverá de concluir isso para todos nós, trazendo condições para que possamos trabalhar.

Agora, eu perguntaria a V. Exª: há condições, em médio ou curto prazo, de concluirmos a BR-163?

Eu perguntaria também a V. Exª: a duplicação da 163, de Rondonópolis até Sinop, principalmente, que é o principal corredor de transporte nosso e o mais importante, talvez, de Mato Grosso, há previsão para conclusão?

Eu ando nessa rodovia quase uma vez por mês porque eu tenho propriedade naquela região. Nesses dias, eu vinha de Sinop, Sr. Ministro, e somente num período mais ou menos de 150km, de Mutum até a Serra da Caixa Furada, quatro acidentes. Rapaz, um negócio assim que machuca a gente. Eu sei que não é culpa de V. Exª que chegou agora há pouco. Mas eu tenho certeza de que, com a duplicação daquela rodovia, nós teremos condições de viver com mais tranquilidade.

Eu acredito que o senhor, que é um entusiasta, um homem do Estado dos poetas, dos cantores, dos artistas, um homem que se encanta com a vida, haverá de se encantar com a nossa vida também. Eu acredito que, ao sair, o senhor há de nos deixar um legado positivo para que a gente, da Amazônia, possa se sentir mais feliz.

Parabenizo-o e tenho certeza de que, com sua luta, com seu trabalho, nós haveremos de ter dias melhores para a Amazônia.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Osvaldo Sobrinho. Particularmente, agradeço a generosidade de suas palavras em relação à minha pessoa.

E, acrescentando ao que foi aqui colocado por S. Exª o Senador Osvaldo Sobrinho, há várias perguntas de internautas e por telefone. Mas a nossa reunião, hoje, será encerrada, impreterivelmente, às 12h20. Portanto, há duas aqui que eu farei o registro.

Na primeira delas, o cidadão afirma estar acompanhando a audiência pública da Comissão de Infraestrutura, na quarta-feira e tal. Diante disso, perguntou quais as ações e as providências que serão tomadas pelo Ministério dos Transportes juntamente com o Governo Federal para estruturar e tornar atrativa a carreira do DNIT, visto que a greve dos servidores foi encerrada sem que houvesse qualquer avanço nas negociações. É do Sr. Paulo Moreira Neto, mora no setor Sudoeste, no Cruzeiro, cidade-satélite de Brasília.

A outra: "Como está a situação da Ferrovia Leste-Oeste em relação à construção do Porto de Ilhéus, o trecho ligando Ilhéus a Figueirópolis, Município do Tocantins e o traçado ligando o Porto de Ilhéus ao Pacífico? O senhor conhece bem esse projeto, Sr. Ministro [diz aqui o signatário], da Ferrovia Transul-americana, pois o seu ex-professor Vasco Neto o idealizou." Assina o Sr. Paulo Azevedo. Essa foi uma mensagem por e-mail.

Como havia pedido antes a palavra, vou conceder a palavra a S. Exª o Senador Sérgio Petecão, para uma rapidíssima consideração, e, em seguida, finalizando nossa audiência pública de hoje, será dada a palavra a S. Exª o Senador Ricardo Ferraço, um dos autores do requerimento que trouxe hoje aqui o Senador e Ministro César Borges à nossa Comissão.

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Pode passar para o Senador Ferraço, até porque já fiz uso da palavra e sei que o tempo aí está curto. Pode deixar o Senador participar. Se for possível, no final... É uma pergunta. Não tem nada a ver com o art. 14.

Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra, para encerrar esta nossa audiência pública, S. Exª o Senador Ricardo Ferraço, um dos autores do requerimento, como aqui já foi dito, que solicitou a presença do Ministro César Borges aqui na Comissão.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento V. Exª por mais essa iniciativa, iniciativa que se associa a um conjunto de outras que, ao longo desses meses que V. Exª nos lidera, nos coordena aqui na Comissão de Infraestrutura, tem dado a esta Comissão um protagonismo muito importante na discussão, no debate e no encaminhamento nesse e desse que é um dos maiores gargalos do nosso desenvolvimento, que é o nosso campo de infraestrutura, não apenas a infraestrutura física, mas a infraestrutura nos nossos recursos humanos também, que têm sido tratados aqui em nossa Comissão.

Cumprimento o estimado Ministro César Borges, Ministro, Senador, Governador, homem de provada experiência na vida pública, Governador do querido Estado da Bahia, Estado vizinho do meu, do Espírito Santo, que gosto muito e admiro muito.

Sr. Ministro, assim como o Senador Jorge Viana defendeu aqui o seu Acre, assim como o Senador Delcídio defendeu o seu Mato Grosso do Sul, a Senadora Vanessa defendeu o seu Amazonas, o Senador Alfredo Nascimento defendeu o seu Amazonas, o Senador Osvaldo Sobrinho defendeu o Mato Grosso, o Senador Petecão defendeu o seu Acre, a Senadora Lúcia Vânia defendeu o seu Goiás, comigo não pode ser diferente.

Entendendo os extraordinários desafios que V. Exª tem à frente deste que é um dos mais importantes Ministérios do nosso País, quero indagar a V. Exª, até por conta da importância estratégica que tem esse tema para o meu Estado...

O meu Estado não tem as dificuldades que tem o Estado do Acre, é verdade, mas o meu Estado está incrustado na Região Sudeste. É um Estado com dimensões territoriais não tão grandes que faz divisa com três Estados amigos: Bahia, Minas e Rio de Janeiro.

Não é fácil se postar numa região como a nossa tendo que competir, porque essa é uma competição saudável que os Estados fazem entre si a competição com a Bahia, com Minas, com o Rio; sem considerar a nossa realidade de estar na Região Sudeste com São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, três Estados muito importantes que dão extraordinária contribuição ao nosso País, para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Então cada Estado tem a sua característica, o seu desafio, a sua dificuldade. E não é diferente com o meu Estado, o Espírito Santo, que tem na logística uma das suas mais importantes vocações. É a logística que, ao longo da nossa história, tem permitido, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, superar a monocultura do café, que até os anos 70 foi a atividade econômica hegemônica em meu Estado.

Até os anos 70, praticamente 80% de nossas receitas vinham da monocultura do café. E a monocultura do café, como de resto qualquer outra monocultura, está sujeita às oscilações. E o Estado de V. Exª, a Bahia, tem também na Região Sul a monocultura do cacau, que passou também por extraordinárias oscilações ao longo da sua história importantíssima.

Com base nas oportunidades que a logística abriu para o nosso Estado, nós diversificamos a nossa economia. Isso se deve muito à nossa localização geográfica, mas também aos investimentos que ao longo da história aconteceram e possibilitaram que, por exemplo, o Porto de Vitória pudesse exportar hoje algo em torno de 120 milhões de toneladas do minério de ferro que é produzido no Estado vizinho, irmão de Minas Gerais, através de uma ferrovia que foi construída por um dos melhores e maiores engenheiros deste País, o Dr. Eliezer Batista, um homem que todos devemos homenagear por sua capacidade, por sua visão estratégica, por ter feito da Vale do Rio Doce não apenas a grande companhia de mineração em classe global que é, mas uma companhia que ao longo dos anos revelou uma extraordinária *expertise* na logística.

E não é possível pensar a nossa logística, Sr. Ministro, sem considerar algumas coisas muito importantes: a BR-101, que é uma rodovia federal cuja concessão em bom tempo foi estabelecida pelo Governo Federal. Ela está caminhando e caminhando bem depois de um processo em que nós tivemos um litígio entre as empresas concorrentes por mais de um ano. A empresa vencedora está caminhando bem, postando-se bem. Temos enormes expectativas e estamos otimistas em relação à duplicação da BR-101, que corta desde a divisa do Estado do Rio até a divisa com o Estado da Bahia, do Município de Mimoso do Sul até o Município de Pedro Canário.

E nós temos, Sr. Ministro, uma enorme expectativa com relação à BR-262, uma rodovia que é fruto do esforço coletivo da Bancada capixaba, da sensibilidade do Presidente Lula. Nós conseguimos incluí-la, ainda em 2009, no PAC, para que essa rodovia fosse duplicada por ser uma rodovia que corta o nosso Estado no sentido leste-oeste nos ligando ao Estado de Mato Grosso do Sul.

É uma rodovia importantíssima que serve como escoamento de uma enorme interlândia. É fundamental porque atravessa um conjunto de Municípios capixabas que são pequenos e médios Municípios de uma

região de montanha, Municípios que são liderados por descendentes de comunidades alemãs, comunidades italianas, pequenas propriedades de base rural, propriedades que vivem do agroturismo, do pequeno agronegócio. Uma região de que temos muito orgulho porque é de extraordinária beleza natural.

A nossa BR-262 está no PAC desde 2009 e tem havido esforços na direção de que essa meta se transforme em realidade, porque quando o Governo Federal inclui, incorpora no PAC, faz entendendo a importância e essa obra passa a ter uma espécie de gestão diferenciada, uma espécie de *fast-tracking* na condução de suas ações.

O próximo passo, a partir da inclusão no PAC, foi a contratação da engenharia do primeiro trecho, ligando o Município de Cariacica a Viana até o Município de Marechal Floriano, com 52 quilômetros, uma rodovia com 190 quilômetros. Desses 52, há projeto contratado, licitação feita e aguardando a sua conclusão para que a obra possa ser iniciada.

As informações dão conta de que entre o final de 2013 e o início de 2014, nós, finalmente, poderemos comemorar – essa é a verdade, Sr. Ministro – o início dessas obras que aguardamos há muito anos, pela importância da BR-262, pelo esforço coletivo que o Espírito Santo tem feito ao longo dos últimos anos, pela sensibilidade que teve o ex-Presidente Lula em incorporar essa obra ao PAC ainda em 2009.

Então, gostaria de merecer de V. Exª um registro em relação à condução, ao início efetivo dessa obra, considerando que a concorrência foi feita e considerando que a nossa expectativa é de que ela seja iniciada o mais rápido possível, não apenas com relação ao primeiro trecho, mas também aos demais trechos que nos levam até a divisa com Minas Gerais. E as informações dão conta de que os projetos de engenharia desses outros trechos estariam em fase de elaboração.

Então, eu gostaria de receber de V. Exª um sinal daquilo que o Governo está pensando em relação à condução da BR-262, pela importância estratégica que tem para o nosso Estado.

Além disso, Sr. Ministro, há uma enorme expectativa no Espírito Santo com relação à Ferrovia F-118, ferrovia que liga o Município de Linhares, onde nós trabalhamos pela implantação de um importante polo da Petrobras, uma região que já produz, Sr. Presidente, hoje, alguma coisa em torno de 12 a 13 milhões de metros cúbicos de gás por dia, com investimentos muito importantes, ao norte do nosso Estado, com fábrica de fertilizantes, que é uma espécie de um embrião de um polo petroquímico que estamos trabalhando e construindo com a Petrobras. A Ferrovia 118 ligando a cidade de Linhares até a grande Vitória, até o sul do Estado, interligando-se com o sistema do Rio de Janeiro. Na realidade, a F-118 liga o Espírito Santo ao Município de Nova Iguaçu, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Essas notícias foram dadas no nosso Estado pelo Dr. Bernardo Figueiredo e nós estamos buscando informações a respeito do estado da arte desses que são projetos muito importantes para o Espírito Santo.

É a consideração, Sr. Presidente, Sr. Ministro, que nós gostaríamos de receber, para que pudéssemos atualizar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Ricardo Ferraço, que é Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Indago se S. Exª, o Senador Sérgio Petecão, ...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Menos de 30 segundos, para perguntar ao Ministro.

Ministro, nós sabemos que está em andamento a criação de uma superintendência do DNIT no meu Estado. Hoje, o nosso Estado é subordinado ao Estado de Rondônia. Eu gostaria que o senhor falasse sobre isso.

E, quanto às palavras do Senador Jorge Viana, lembro que o General Fraxe, na oportunidade em que esteve nesta Comissão, já falava da dificuldade que temos na Amazônia, mas dizia que, hoje, temos tecnologia para realizar obras em qualquer parte deste País.

Fico muito feliz de ele ter tido a humildade de reconhecer que a conservação das estradas, depois que ele passou pela gestão do DNIT, melhorou. Isso, para mim, já me deixa muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Passo a palavra a S. Exª o Sr. Ministro César Borges, para que, com seu poder habitual de concisão e de objetividade, responda às indagações que aqui foram formuladas a S. Exª.

O SR. CÉSAR BORGES – São 86 perguntas em cinco minutos, um novo recorde. Vou tentar atender, Sr. Presidente. Darei o melhor de mim.

Eu queria, inicialmente, responder ao Senador Sérgio Petecão e, ao mesmo tempo, vou responder ao Senador Jorge Viana. Acho que ambos lutam pelo Acre. O que eles querem é o Acre bem servido com uma rodovia permanente durante os 365 dias do ano.

Eu fui ao Acre e vi que, realmente, a construção da BR-364 no Acre é uma epopeia. Eu me orgulhei como brasileiro, porque vi que, talvez, algumas dezenas, senão centenas, de brasileiros perderam até

suas vidas na construção da BR-364. No Acre, há uma particularidade de solo. É um solo siltoso, com muito pouca argila, que, então, se desfaz muito facilmente na presença de água. E o que há mais na Amazônia é água. Então, realmente, é uma situação muito difícil. Acho que todos os acrianos têm uma história de heroísmo. E conseguiram construir, entre outras coisas, essa estrada.

O que eu vi foi o seguinte: para o Estado cuidar dessa estrada, fica um peso muito grande para o Estado. Vendo a situação lá e sabendo que aquela é uma estrada essencial, fundamental para a vida do Estado, determinei que, independentemente de qualquer coisa que tenha acontecido no passado e que não nos compete, mesmo que haja alguma indagação que deve ser respondida no foro competente, nós do Ministério dos Transportes nos colocaremos, através do DNIT, inteiramente à disposição do Estado, para assumir isso. É uma estrada federal, é uma BR. Ela foi feita por delegação, mas, de qualquer maneira, houve um esforço do Estado do Acre. E, agora, seria mais do que normal e natural que também o Governo Federal viesse a assumi-la, para fazê-la diretamente. Isso teve início. Acho que estamos no começo do trabalho, mas queremos que ela fique transitável para qualquer carga que esteja dentro dos limites do DNIT durante todo o ano. É disso que o Acre precisa. E acho que o Brasil também precisa disso, porque o Acre é importante para o Brasil. E nós vamos trabalhar nesse sentido, independentemente de qualquer outra questão. Isso foi o que nós determinamos ao DNIT.

É claro que a ponte de Abunã também é algo muito importante. A informação que recolho do DNIT é a de que o preço da ponte conseguido é um preço satisfatório e de que vai ser executada a ponte. Nós temos de quebrar esses paradigmas. Eu diria até que precisamos quebrar esses tabus. Não são paradigmas, mas são tabus que se põem quanto a determinadas obras públicas, Sr. Presidente.

A Ferrovia Norte-Sul precisa ser concluída. A Fiol, na Bahia, tem de ser concluída, bem como a Transnordestina, no Nordeste. É preciso fazer a transposição do Rio São Francisco e a ponte de Abunã. Acho que temos também esse desafio. Há percalços, há dificuldades, mas o que não nos falta é vontade para executar. Os recursos existem.

Veja que problema bom, Sr. Presidente! V. Exª foi Governador e Presidente da República. A nossa dificuldade era realizar por não haver recursos para isso. No caso de hoje, a nossa dificuldade é conseguir executar o orçamento, o que está hoje colocado dentro do PAC, do orçamento deste ano e dos Restos a Pagar do ano passado. Nós não temos essa capacidade! Por quê? É claro que há dificuldades internas no próprio DNIT. O DNIT tem um trabalho que herdou do DNER, que implantou toda essa malha rodoviária. E o Brasil, hoje, deve se orgulhar dessa malha.

Se nós tomamos uma direção para o rodoviarismo, paciência! Talvez, esse tenha sido o modal que, naquele momento, na segunda metade do século XX, atendeu melhor ao País. Por quê? Porque o modal rodoviário gera grande facilidade. A carga chega à casa da pessoa rapidamente. A infraestrutura logística, ou seja, os armazéns, o carregamento e o descarregamento não têm nada a ver com ninguém. Cada um faz o seu. Cada um tem o seu automóvel, tem o seu caminhão; cada um transporta, enquanto a ferrovia e a hidrovia precisam de uma estrutura complexa. E, talvez, naquele momento de crescimento, de expansão do País, fosse a saída. O que nós queremos agora é reduzir a importância do modal rodoviário sem esquecê-lo jamais, mas continuar dando importância e cuidando das nossas rodovias e, ao mesmo tempo, avançar pelos outros modais, seja o ferroviário, seja o hidroviário.

Então, acho que fazer a ponte de Abunã está aqui nas nossas premissas. Vamos dar realmente prioridade para que essa licitação tenha êxito, finalmente, porque havia um problema até, que acontece muitas vezes, de se ter um interesse contrariado das barcaças do rio, dos transportadores. Isso sempre acontece. Aconteceu na ponte, no Rio São Francisco, de Ibó. Demoramos quase um ano para botar a ponte em funcionamento – ela, pronta –, por conta dos impedimentos, que, inclusive, às vezes, eram judiciais.

Então, vamos fazer esse trabalho em conjunto com o Governo do Acre.

Portanto, acho que, com isso, respondo ao Senador Sérgio Petecão e ao Senador Jorge Viana.

Com relação ao DNIT, do Acre, estamos imbuídos para implantá-lo, assim como o de Roraima, o do Amapá e o do Distrito Federal. Já temos todas as autorizações. Agora, apenas faltam as medidas mais burocráticas.

Ao Senador Delcídio, que efetivamente me honra muito com sua amizade – conheço o Senador Delcídio como um grande defensor do Mato Grosso do Sul, especialmente de Corumbá –, quero dizer que já há um trabalho para o setor privado para a recuperação da estrada de ferro que vem de Corumbá entroncar-se com o sistema ferroviário de São Paulo. Acho que dificilmente poderá ser feita alguma coisa para alargamento. Por exemplo, sai da bitola métrica, que é hoje, para a bitola de 1,60, por conta de que há uma série de empecilhos ambientais, mas empresas interessadas na exploração daqueles recursos minerais, que

existem ali, do ferro, já estão empenhadas em fazer a recuperação. Apresentaram-me um projeto bastante consistente, e acredito que, no futuro, haverá melhoria dessa ferrovia.

Sem sombra de dúvida, está no nosso radar, para ser feita imediatamente, a curto prazo, a ferrovia que sai de Estrela D'Oeste, Panorama até Dourados e, logo em seguida também, a que sai de Dourados e vai a Maracaju, no Estado do Paraná, chegando a Paranaguá. Tudo isso está na nossa previsão.

E, em Mato Grosso do Sul, sobre a BR-163, a previsão do leilão é para o dia 17 de dezembro. Nós estamos dependendo apenas de que haja um acórdão do Tribunal de Contas ainda este mês, até o final do mês, para que, aprovada que seja a concessão, nós possamos fazer o lançamento do edital.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÉSAR BORGES – Senadora Vanessa Grazziotin, eu já havia falado – talvez a senhora não estivesse na hora presente –, com toda a sinceridade, que não depende do Ministério dos Transportes. Eu acho que a ação dos Senadores do Norte, mas do Amazonas, em particular, é uma combinação que temos que fazer com o Ministério do Meio Ambiente, que tem, sem sombra de dúvida, empecilhos. Ele não vê com bons olhos essa estrada, como vê a 319 como via de penetração para desmatamento da Amazônia. Eu já conversei esse assunto com a Ministra Izabella Teixeira, e temos que discutir isso profundamente. A proposta é: vamos fazer, vamos recuperar a rodovia e dar toda a segurança ao meio ambiente. O que tem que ser feito? O Governo Federal quer fazer porque é uma estrada já existente. É só recuperar. E qual é a segurança que temos que dar à Floresta Amazônica?

Então, não é possível que não tenhamos aí um ponto de encontro, que não haja essa convergência para se encontrar esse meio termo.

Isto que eu posso dizer com a maior sinceridade: o Ministério dos Transportes deseja há muito tempo. Eu vi a luta do Senador Alfredo, quando Ministro, para realizar. Não conseguiu, porque há uma legislação ambiental que impõe que só possamos trabalhar se houver essa aprovação. Então, continuamos nesse mesmo ponto. Conversei com a Ministra Izabella e acho que algo pode ser consensuado para que toquemos essa roda-viva importante para a Amazônia.

Senadora Lúcia Vânia, eu tenho informações de que o Sistema Nacional de Viação ainda se encontra em aberto, mas não se encontra mais no âmbito do Ministério dos Transportes. Qualquer alteração, tem que ser procurada a Casa Civil para, eventualmente, alguma inclusão que possa ser feita no Plano Nacional de Viação.

Nós estamos trabalhando na 060. Este ano, teremos inauguração de trecho, outros trechos estão sendo duplicados, e vamos trabalhar para estender essa duplicação até o Mato Grosso Sul, dando continuidade à duplicação da 060.

Senador Osvaldo Sobrinho, eu agradeço pelas palavras. Mato Grosso está sendo contemplado. No caso, a 163 está sendo duplicada. Hoje, o DNIT está com obras em 350 quilômetros. Se não em obras, mas com obras já licitadas e com ordens de serviço sendo dadas na 163, na duplicação, praticamente de Rondonópolis até Posto Gil. O que estamos fazendo agora é uma concessão para a duplicação na sua inteireza, de Sinop até a divisa com Mato Grosso do Sul.

Houve uma pergunta que veio por um internauta, em relação à Fiol, em que temos o máximo interesse. Hoje, a Fiol tem três lotes em andamento e uma performance de mais de 120 milhões por mês. Estamos, junto com o Tribunal de Contas da União, liberando outros trechos, o Lote 5 foi liberado, e queremos que seja toda concluída, do trecho de Ilhéus até Barreiras, até o final do ano de 2015. Depois, então, será a conclusão, de Barreiras até Figueirópolis, quando haverá o encontro com a Norte-Sul. E aí poderemos prosseguir com a própria Fico, para fazer a ligação, a chamada Bioceânica, que é um sonho da América do Sul, a ligação ferroviária entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico, ou pelos portos do Peru, através dos próprios Estados de Rondônia e do Acre, ou mais ao sul, que seria de Paranaguá ou de São Paulo até os portos do Pacífico, do Chile. Isso também está em estudo. Estamos com os projetos, e estamos andando. É claro que tudo isso requer muito tempo para a sua efetiva execução.

Senador Ricardo Ferraço, quero dizer a V. Exª que em breve a Presidenta Dilma Rousseff estará em seu Estado inaugurando o Contorno de Vitória e fazendo o rapasse para o Estado fazer o Variante de Mestre Álvaro.

A BR-101 felizmente foi resolvida. Eu tive a sorte de chegar ao Ministério e já poder assinar o contrato, depois de um ano de demanda judicial.

Com relação à 262, eu posso lhe assegurar que a Presidenta, quando for ao Espírito Santo, vai dar a ordem de serviço para a execução dos primeiros 50 quilômetros de Vitória a Vitor Hugo. Um investimento de R$400 milhões. Então, independentemente da concessão e do edital, que não teve sucesso, o Governo Federal está comprometido com o Espírito Santo para a realização dessa importante obra.

Com relação à concessão, ainda estamos avaliando o que faremos daqui para diante e de que melhor maneira poderá ser servido o Espírito Santo, assim

como Minas Gerais, porque o trecho liga, na verdade, João Monlevade a Vitória.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Enquanto o Governo vai avaliando a questão da concessão, vai tocando a obra.

O SR. CÉSAR BORGES – Vai tocando a obra. Esse sempre foi o compromisso. O DNIT tem toda capacidade de efetivar a duplicação da 262.

Com relação à Ferrovia 118, na verdade, ela seria o ramal de um trecho de concessão que faria a ligação do Rio de Janeiro a Vitória. Haveria um ramal para Linhares, fazendo a interligação de Linhares até o Rio de Janeiro. Isso também está em estudo, está no PIL, está sendo discutido dentro desse processo de concessão e de investimento em logística no País.

Sr. Presidente, espero ter cumprido a minha missão. Talvez tenha passado um pouco mais...

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Sr. Presidente, V. Exª me concede a palavra, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Eu queria dizer ao meu parceiro, meu amigo e meu companheiro César Borges que, em relação à BR-319, eu vivi a mesma esperança que V. Exª está vivendo, a não recuperação. Porque nós estamos falando de uma rodovia que foi liberada, fizeram o desmatamento necessário, e ela foi asfaltada inteiramente ao longo dos seus mais de 850km na década de 70. Eu tive a oportunidade de transitar nessa rodovia asfaltada. E o que está se proibindo no Amazonas é a recuperação dessa rodovia já existente. É uma vergonha nacional, é uma vergonha para o Governo. E, infelizmente, é, para nós do Amazonas, um atraso.

Esse não é um problema só do meio ambiente, é um problema do Governo, é um problema da Presidenta Dilma. Ela assumiu comigo, com o Senador Eduardo Braga, com a sociedade do Amazonas a responsabilidade da recuperação dessa rodovia. Nós não vamos desmatar absolutamente nada. Nenhuma árvore será derrubada. O leito da rodovia existe. A rodovia, em alguns trechos, ainda está totalmente asfaltada. É recuperação. E a Presidenta Dilma, há pouco tempo, disse que essa era uma responsabilidade dela. E eu acredito nisso, eu estou apostando nisso, para não me revoltar inteiramente contra o Governo Federal, porque essa é uma obra que tira o Amazonas do isolamento. Essa é uma obra que vai dar um novo padrão de economia para o meu Estado. E, como já falei, a Presidenta Dilma disse a mim e ao Senador Eduardo Braga que essa era uma responsabilidade dela. Ela assumiu um compromisso político com a sociedade do Amazonas para construir essa obra. Aliás, ela mandou que nós fôssemos a uma audiência com a Ministra Izabella, e ligou para a Ministra. Lá, nós conversamos, mas já há quatro meses e nada foi feito.

Presidente, eu contratei como Ministro quatro estudos de impacto ambiental exigido pelo Ibama. O primeiro deles não serviu, o segundo também não. Eu contratei tudo que se possa imaginar para se fazer esse estudo a fim de que não houvesse mais problemas. Mas toda hora em que se apresenta um novo estudo, o Ibama diz que tem que fazer um novo levantamento de fauna e flora. Daqui a pouco, não existe mais fauna naquela região – próximo à BR-319 –, de tantos macaquinhos que se tem matado lá para se estudar. Até macaco novo se descobriu lá nesses muitos estudos de impacto ambiental que nós fizemos.

Então, eu quero registrar, meu querido Ministro, que eu também passei por essa experiência e por essa esperança ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – ...de que a nossa BR-319 seria construída.

E, finalmente, desde a época do Presidente Lula, uma das exigências que eu fiz para assumir o Ministério pela primeira vez foi de nós construíssemos ou recuperássemos a BR-319. Infelizmente, está tudo do mesmo jeito. É verdade, não é responsabilidade do Ministério dos Transportes, mas também não é do meio ambiente; é responsabilidade do Governo. O Governo tem que querer e a Presidenta me disse que quer. E eu estou esperando que, ainda no mandato dela, a gente tenha o início da recuperação dessa rodovia, que é vital para o meu Estado, o Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Ministro Alfredo Nascimento pela sua participação.

Antes de encerrarmos a nossa presente audiência pública, eu gostaria de agradecer a presença dos Srs. Miguel Mário Bianco Masella, Secretário Executivo do Ministério dos Transportes; Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; José Luiz Macedo Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Josias Sampaio Cavalcante Júnior, Presidente da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

E agradeço, muito especialmente, a S. Exª o Ministro dos Transportes, César Borges, pela presença em nossa Comissão, pelas informações que aqui foram dadas e oferecidas a todas as indagações formuladas

pelas Srªs Senadoras e pelos Srs. Senadores. Foi uma audiência pública extremamente produtiva, graças ao conhecimento, ao discernimento e ao espírito público que tem S. Exª o Ministro César Borges.

Mais uma vez, obrigado pela presença de V. Exª, Ministro, que honra esta Comissão.

Aproveito para convocar as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada imediatamente após o encerramento desta, neste plenário, com pauta deliberativa. Nós precisamos ter votação nominal e solicito a presença em plenário das Srªs e dos Srs. Senadores.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 47ª REUNIÃO, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às doze horas e quarenta minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente os Senhores Senador **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Wilder Morais, Blairo Maggi, Alfredo Nascimento, Wellington Dias, Pedro Taques, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Osvaldo Sobrinho** e **Antonio Carlos Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 46ª e 47ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. **Item 1 – MENSAGEM Nº 90, de 2013,** de autoria da **Presidenta da República**, que "*submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor JOSÉ JURHOSA JUNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.*" Relatoria: Senador **Valdir Raupp**. O Senador **Ricardo Ferraço** solicita abertura do processo de votação; submetida ao Plenário, a solicitação é aprovada. O Senhor **José Jurhosa Junior** faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Osvaldo Sobrinho**, **Blairo Maggi**, **Delcídio do Amaral**, **Lobão Filho**, **Ivo Cassol, Wellington Dias** e **Pedro Taques**. É encerrado o processo de votação. Atuam como escrutinadores os Senadores **Alfredo Nascimento** e **Wellington Dias**. Aprovado o indicado com 15 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Resultado: sabatina realizada com indicação aprovada. **Item 2 – MENSAGEM nº 22, de 2013**, de autoria da **Presidenta da República**, que "*Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes – ANTT*". Relatoria: Senador **Alfredo Nascimento**. Resultado: lido o Relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI). Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e dezoito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 46ª e 47ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 90, de 2013
– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor José Jurhosa Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Reunião destinada à sabatina do indicado. Em 09/10/2013 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº1, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº4, de 2013-CI).

Convido, para que tome assento à mesa, o Sr. José Jurhosa Junior, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Informo ao indicado que o tempo destinado à exposição será de 15 minutos, com a habitual tolerância de 5 minutos. No final da exposição, será concedida a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores para sabatinar o indicado, mediante e conforme a lista de inscrição, que se encontra sobre a mesa.

Concedo a palavra ao Sr. José Jurhosa Junior, para fazer a sua exposição.

Antes, pela ordem, S. Exª o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, o relatório já é conhecido, já proferi meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – V. Exª havia solicitado a abertura do processo de votação?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Não, vamos ouvir, primeiro, a explanação. Fica a critério de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – É que eu tive a impressão de que ouvi do senhor...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Ele disse que vai falar por três minutos só.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – S. Exª o Senador Ricardo Ferraço, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu queria requerer a V. Exª, enquanto o nosso candidato faz a sua apresentação, que, à medida que os Srs. Senadores forem se convencendo, até porque o relatório é de domínio público, já está publicado, nós possamos abrir o processo de votação para, simultaneamente, irmos fazendo as duas coisas, se não houver quem se oponha à diligência dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente.

Coloco, então, em deliberação a proposta feita por S. Exª o Senador Ricardo Ferraço, para declarar aberto o processo de votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Declaro, então, aberto o processo de votação para a Mensagem nº 90, de 2013, do Senado Federal.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que as cédulas de votação encontram-se aqui à mesa, devidamente rubricadas, e as Srªs e os Srs. Senadores, à medida que for feita a explanação do Sr. José Jurhosa Júnior e desejarem votar,poderão pegar aqui a cédula de votação.

Tem V. Sª, Sr. José Jurhosa Júnior, a palavra para sua exposição.

O SR. JOSÉ JURHOSA JUNIOR – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, Exmº Sr. Vice-Presidente, Senador Sérgio Petecão, Exmº Sr. Relator da matéria, Senador Valdir Raupp, Srªs e Srs. Senadores e todos os demais presentes, boa tarde.

Antes de tudo, quero registrar a honra que sinto por estar aqui no Senado da República do meu País para cumprir este dever relevante do rito do processo legislativo de colocar-me à disposição de V. Exªs para esclarecer, em sabatina, eventuais dúvidas e questionamentos tanto sobre a minha pessoa como também acerca da área na qual interajo, o setor elétrico.

Eu me sinto lisonjeado pela minha indicação para o cargo de Diretor da Aneel e irei, caso venha a receber de V. Exªs a confiança por meio de aprovação para exercer tão relevante cargo, dedicar-me diuturnamente às causas de interesse do nosso País e de sua população.

Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, quero saudar, em especial, a presença dos nossos diretores André Pepitone da Nóbrega e Edvaldo Alves de Santana e gostaria, também, na mesma linha, com a autorização de V. Exª, Sr. Presidente, de cumprimentar os representantes de associações setoriais e das agências setoriais que se fazem aqui presentes, os colegas da Aneel, os colegas do setor elétrico e a Imprensa. Agradeço a presença de cada um dos senhores.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores,...

(*Soa a campainha*.)

O SR. JOSÉ JURHOSA JUNIOR – ...a liturgia deste momento recomenda que eu faça um relato das minhas aptidões técnico-científicas. Assim, tomo a liberdade de apresentar-me ao julgamento de V. Exªs.

Sou do quadro de funcionários da Agência Nacional de Energia Elétrica desde o ano de 1998. Fui admitido mediante processo seletivo público para ocupar função naquele órgão recém-criado.

Sou engenheiro eletricista, graduado desde 1982, pela Universidade Federal de Mato Grosso. Também concluí o curso de pós-graduação *lato sensu* MBA em Gerência de Operações em 2003 pela Funcefet Celso Suckow da Fonseca.

No período de abril de 1982 a abril de 1988, desempenhei minhas atribuições nas Centrais Elétricas Matogrossenses – Cemat, onde pude atuar em várias áreas da Companhia e desempenhar diversos cargos

gerenciais, tais como de assistente da Diretoria de Distribuição, de assistente da Diretoria de Operação e gerente do Departamento de Distribuição, entre outros.

Em maio de 1998, já na Aneel, desempenhei minhas atribuições na Superintendência de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição. Ali fiquei até 1999. À época, seguindo as políticas de diretrizes do Governo Federal, a Aneel implementava o levantamento nas áreas de atuação das cooperativas de eletrificação rural nos diversos Estados do Paí com vistas às regularizações desses importantes agentes que atuam nos rincões do Brasil.

Naquela ocasião, também atuei intensamente nos processos de agrupamento das concessões das distribuidoras de energia elétrica.

Senhoras e senhores, desde aquele momento, passei a viver intensamente a filosofia e os compromissos da Aneel com o interesse público e também com o interesse do cidadão consumidor de energia elétrica.

De 1999 a 2006, trabalhei na Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade, onde tive a oportunidade de vivenciar o início das fiscalizações da distribuição de energia, e, a partir de 2001, até 2006, atuei intensamente na fiscalização das transmissoras de energia elétrica.

Tenho plena consciência dos objetivos que, na minha ótica, espelham a ação da Aneel sintetizada pela tríplice vertente regulação, fiscalização e mediação do setor elétrico, sem esquecer, todavia, a presença do Governo nesse setor, centrado em políticas públicas que visam, entre outros, garantir a segurança e o suprimento de energia elétrica ao País, promover a modicidade tarifária e realizar a inserção social no setor elétrico, em particular pelos programas de universalização de atendimento aos cidadãos.

Por fim, nos últimos 7 anos, atuei junto ao colegiado da Aneel na condição de assessor da Diretoria, vivenciando a todo instante o desafio do dia a dia de uma instituição que tem como missão propiciar as condições favoráveis para que o desenvolvimento do mercado de energia elétrica ocorra com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

Além disso, atuo, desde 2007, como Vice-Presidente da Comissão Especial de Licitação, com o objetivo de conduzir a execução dos leilões de geração tais como Santo Antônio, Jirau, Belo Monte, e condições de distribuição e também uso de linhas de transmissão com vistas a garantir o suprimento de energia em todos os consumidores do País.

Cito como desafios constantes para o regulador a estabilidade regulatória e a transparência no exercício das suas funções, para preservar a autonomia administrativa, orçamentária e financeira e de pessoal da agência e também preservar a independência da agência em relação aos interesses dos setores regulados, promover a manutenção do equilíbrio entre Governo, agentes do setor elétrico e usuários, para que o interesse público seja preservado, bem como conquistar o reconhecimento como instituição de Estado que atende ao interesse público.

Estarão no centro de minhas preocupações à frente da Cemat – perdão, da Aneel –, caso V. Exªs me aprovem, a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade e a satisfação do consumidor de energia.

Srªs e Srs. Senadores, diante da minha formação acadêmica e experiência profissional ao longo desses 32 anos, sinto-me estimulado e preparado para ocupar essa nova função, para a qual estou me submetendo à sabatina e esperando por último o julgamento do Plenário desta Alta Câmara do Congresso Nacional.

Quero, finalmente, agradecer a V. Exªs pela atenção. Coloco-me à disposição para os questionamentos que julgarem pertinentes.

Era o que eu tinha a dizer, inicialmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. José Jurhosa Junior pela sua explanação concisa, breve, e passo a palavra a S. Exª, o Sr. Senador Osvaldo Sobrinho, para fazer a sua primeira pergunta ao sabatinado.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Presidente Collor, Sr. José Jurhosa Junior, quero dizer que na verdade seriam dispensadas até perguntas, porque nós conhecemos o Sr. José Junior. Trabalhou em Mato Grosso à época em que eu era vice-governador do Estado e secretário de Educação, e sempre tive por ele respeito, admiração pelo seu trabalho, pela sua luta, pela sua competência. E se nada disso valesse, ele tem um mérito muito maior, porque é casado com uma mato-grossense também, lá de Poconé, gente da mais alta qualidade, de história e raízes mato-grossenses. Portanto eu tenho certeza de que ele não será representante só da Aneel, ele será representante de Mato Grosso lá também.

E todos nós, mato-grossenses, que conhecemos o seu trabalho, a sua persistência, a sua honradez, a sua luta, a sua persistência naquilo que ele acredita e faz, não temos dúvida nenhuma. Portanto, fazer pergunta agora eu acredito que seja desnecessário, até porque eu sei que em tudo aquilo que for possível defender Mato Grosso – antes defenderá o Brasil, mas depois Mato Grosso – ele o fará.

Portanto, eu só quero dizer que me sinto muito honrado de aqui votar neste momento em uma pessoa que eu conheço, que tenho certeza de que fará o melhor

e tenho certeza de que tem competência para o que vai fazer. Parabéns! E quero que o resultado seja positivo para que o Brasil possa ganhar com isso também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Osvaldo Sobrinho.

Passo a palavra a S. Exª, o Senador Blairo Maggi, em seguida ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Só para registrar também, Presidente, aqui na sabatina do Juhrosa, José Juhrosa Junior, que ele é um profissional que tem a vida inteira dentro desse setor elétrico.

Desde que saiu da universidade, passou pela empresa lá do Estado de Mato Grosso, da rede Cemat, e está desde 1998 aqui junto na Aneel. Quer dizer, é uma pessoa que conhece profundamente todo o sistema elétrico e as coisas que acontecem dentro desse sistema.

Então, Juhrosa, eu não tenho nenhuma pergunta a fazer, seu currículo é um currículo muito bom, merecedor desse posto, poucas vezes a gente vê indicados para esses postos, ou esse posto, nas agências reguladoras com o conhecimento que você tem para desempenhar esse papel. Eu não tenho dúvida nenhuma de que será um grande diretor, junto com aqueles que já estão lá.

A Aneel foi merecedora de muitas críticas nossas aqui, e eu mesmo fui bastante crítico e continuarei sendo naquilo que achar que vocês se excederem lá no seu papel. Eu sempre defendi que as agências reguladoras devem, como diz o nome, regular o setor, e não querer, de certa forma, atrapalhar o setor, com novas regras e com coisas que não dizem muito respeito, às vezes, à questão da geração de energia, pois nós tanto sofremos nas hidrelétricas que são feitas no Brasil afora.

Mas sei que o momento é de mudança na Aneel. São novas pessoas, com novo pensamento que está chegando. E você vai chegar com todo apoio desta Comissão, com o apoio da Presidente da República, com o apoio do Ministro Lobão também. E terá a independência – como sempre teve – de realizar um bom trabalho.

Então, parabéns. Tenho certeza da sua aprovação. E que faça um bom trabalho dentro da Aneel, porque se for bom o trabalho ali, será bom para os empresários e para os consumidores brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Blairo Maggi.

Passo a palavra a S. Exª, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente Collor; sabatinado José Jurhosa, eu não vou fazer pergunta nenhuma, Presidente. Já votei, inclusive. E votei "sim".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas votei "sim", até porque conheço a carreira do Jurhosa. Experimentado, conhece bem o setor de energia. Passou por vários desafios importantes, não só quando foi da Cemat, mas também na própria Aneel, ocupando funções relevantes na área de distribuição, de transmissão, de comercialização da energia.

Sem nenhum demérito às demais agências reguladoras, a Aneel talvez seja a agência mais madura, a que mais avançou ao longo do tempo, com práticas absolutamente transparentes. Suas reuniões de diretoria são acompanhadas ao vivo.

Ao mesmo tempo a Aneel, ao longo da sua história, foi aprimorando seus quadros. Não só formando quadros, mas também indicando gente de carreira para dirigir a Agência Nacional de Energia Elétrica.

Eu acho que independentemente das dificuldades e problemas que principalmente uma agência com a responsabilidade da Aneel tem, efetivamente ela é um ponto fora da curva. E dentro de uma leitura do que o Senador Blairo e também o Senador Osvaldo Sobrinho disseram, a agência vai cuidar da regulação, mas ela precisa ser de Estado. Agência não é de governo, agência é de Estado.

Essa iniciativa da indicação do Jurhosa vem ao encontro disso, porque é gente que conhece o setor. Portanto, tem altivez, conhecimento e qualidade para debater com o mercado. E as agências reguladoras precisam ter quadros assim, principalmente seus quadros dirigentes.

Está aqui o André Pepitone também, que tem feito um trabalho exemplar como dirigente da Aneel. O próprio Romeu, Diretor-Geral, que é meu contemporâneo de Eletronorte. O próprio Edvaldo, que é meu contemporâneo de Eletrosul também. Então, é um bom time, que foi se consolidando ao longo dos anos.

Eu desejo a você, Jurhosa, todo o sucesso do mundo. Competência você tem, qualidade, dignidade. É um homem decente, de bem. E nós seremos seus parceiros aqui, porque sabemos que a sua indicação é importante para a Agência Nacional de Energia Elétrica, uma agência que cuida de um setor vital para o desenvolvimento econômico e social do nosso País, a área de energia elétrica, que sem dúvida nenhuma tem grandes desafios e obstáculos. E a Agência Na-

cional de Energia Elétrica é talvez o principal protagonista desse grande esforço desenvolvido no sentido de trazer energia de qualidade a preços competitivos e com confiabilidade, afastando de uma vez por todas os riscos de racionamento que é talvez o maior carrasco para o crescimento de um país.

Quero parabenizá-lo e desejar muita sorte, saúde e sucesso para você.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Delcídio do Amaral.

Passo a palavra a S. Exª Senador Lobão Filho e em seguida o Senador Ivo Cassol.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente? Apenas para fazer também um registro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Wellington Dias, posteriormente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente. Em sendo possível, gostaria de me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a palavra S. Exª, o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, muito obrigado. Eu não iria fazer uso da palavra, mas, depois de ouvir o pronunciamento do Senador Blairo Maggi, eu resolvi também fazer o meu pronunciamento. Gostaria de corroborar, de forma enfática e contundente, tudo aquilo que foi dito pelo Senador Blairo Maggi.

Eu percebo uma mudança de postura hoje da Aneel. Eu entendi o discurso do Senador Blairo Maggi como um discurso não apenas de um Senador, mas de um dos maiores empreendedores deste País. E a Agência não pode ser impeditiva do crescimento do País. A Agência não pode criar dificuldades para os próprios sistemas que compõem o Ministério das Minas e Energia, mormente o Sistema Eletrobras.

Eu percebo uma mudança dentro da Aneel num momento em que estamos deixando de ter uma visão mais politizada dos itens que devem ser abordados pela Aneel para termos um posicionamento mais técnico, o que acho que deve ser característica mais presente dentro das agências reguladoras: a tecnicidade dos seus elementos, os pareceres técnicos com experiência comprovada.

O Dr. Jurhosa foi, durante muitos anos, superintendente da própria Aneel, já está há 13 anos dentro da Aneel. Então, não só pela formação acadêmica que ele traz consigo, mas também pela experiência do dia a dia, da rotina da Agência, que hoje se traduz no importante cargo a que agora ele é submetido, de diretor da Aneel.

Quero dar os parabéns a V. Sª e dizer que espero que, caso aprovado nesta votação, tenha sucesso em defesa do País, em defesa do sistema elétrico e colaborando, trabalhando juntamente com o Ministério das Minas e Energia na defesa do sistema como um todo. Parabéns a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Lobão Filho.

Com a palavra S. Exª, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

É com alegria que também quero aqui reforçar tanto as palavras do Lobão, do Senador, Colega, do Senador Blairo Maggi, do Senador Delcídio e também do relator, Senador Raupp, e dizer que com a sua indicação e a sua aprovação nesta Comissão para Diretor, José Jurhosa Júnior, com certeza a Aneel ganha, especialmente com essa nova maneira que precisamos que a Aneel aprimore, para que a gente possa dar condições ao Brasil de ter essa energia suficiente para atender a essa demanda reprimida que, infelizmente, nasceu no Brasil.

Nós temos praticamente quase sete mil megawatts de pequenas centrais hidroelétricas, muitas emperradas. Não quero aqui culpar *a, b ou c*, mas, infelizmente, nós precisamos de uma simplificação dentro da Aneel para que ela seja o fio condutor da viabilidade desses empreendimentos, facilitando isso.

A nossa Presidente Dilma indica o senhor para assumir como Diretor da Agência Nacional com certeza pelo conhecimento que ela tem da necessidade de que o Brasil tenha mais oferta de energia. É fundamental que a gente aproveite essa energia limpa, essas riquezas naturais que temos nos quatro cantos. E pelo seu conhecimento, Jurhosa, nessas áreas avalizadas pelos nossos Colegas Senadores, com certeza vai sair daqui com o voto vencedor.

Depois eu pediria ao Sr. Presidente que colocasse a indicação em regime de urgência, após a votação aqui, para que o plenário da Casa possa votar e seja completado o quadro de Diretores da Aneel, uma vez que está deficitário.

Precisamos aprovar matérias relevantes, pois devemos alavancar muitos projetos que não estão paralisados, mas não estão andando na velocidade

que todos gostaríamos. Somos da base do Governo Federal e o que desejamos é isso.

Pode contar com os Colegas, comigo também, naquilo que for preciso para que a gente otimize mais ainda e ajude a facilitar, a ter energia de sobra para quem consome, com custo menor, porque, caso contrário, esse custo...

Outra situação, Sr. Presidente, e já dei uma ideia aqui, é que precisamos criar um mecanismo para todos os projetos de interesse nacional, não só em termos de energia elétrica, mas de infraestrutura, rodovias. Infelizmente, o IPHAN, meio ambiente, por causa às vezes de um calango, trava tudo. Com exemplo, se formos daqui para o aeroporto, na baixada não pode ampliar a galeria, não pode fazer a terceira pista, tem o eixinho, tem o eixão e, chega lá e estrangula todo o movimento que tem de Brasília para o aeroporto ou para uma cidade-satélite vizinha aqui. Então, quer dizer, por causa de um interesse ou de alguém defendendo alguma área – não tenho nada contra –, um projeto nacional, de interesse nacional, fica parado. Um exemplo é a BR-319.

Eu fui motorista. Eu tinha caminhão, levava banana, em 1977 e 1978. Saía de manhã e à noite estava em Manaus. Hoje, no Novo Milênio, 40 anos depois, infelizmente, a rodovia está interditada, parada. Então, não dá para aceitar isso. Nós precisamos facilitar que as coisas andem e que o Brasil cresça. E nós ganhamos com isso, porque, acima de tudo, está o ser humano. Obrigado. Sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Ivo Cassol.

Passo, agora, a palavra a S. Exª o Senador Washington Dias. Em seguida, S. Exª o Senador Pedro Taques. (*Pausa.*)

Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É um prazer, Presidente. Primeiro... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – S. Exª o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Eu fiquei feliz porque ele lembrou do meu irmão que é Washington. Lá no Piauí, tudo é complicado – Wellington, Washington. (*Risos.*)

Mas, Sr. Presidente, quero saudá-lo aqui por este momento e pela importante agenda que foi feita aqui mais cedo com o Ministro dos Transportes.

Eu queria aqui, também, apenas me somar à essa tese da qualidade do trabalho da Aneel e da importância da aprovação aqui do nome do Dr. José Rosa Júnior.

Faço minhas aqui as palavras do Delcídio, que, com certeza, o acompanha bem mais de perto. Não só em meu nome, mas em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, do bloco, que eu represento aqui, quero dizer que é uma satisfação não só aprová-lo aqui, mas também pedirmos urgência para que possamos, o mais rapidamente possível, apreciar a matéria no Plenário.

Era isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Wellington Dias.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente; Srªs e Srs. Senadores; José Rosa Júnior.

Eu fiz questão, Sr. Presidente, de vir aqui para hipotecar o apoio a este técnico, a este profissional habilitado para o cargo.

As Agências são por demais importantes neste momento que o Brasil vive de dificuldades na infraestrutura, em todos os sentidos de produção. É o caso desta Agência. E o aparelhamento da Agência por profissionais que sejam técnicos, como é o caso, só engrandece a razão da criação dessas Agências há certo tempo. Nós não podemos aparelhar partidariamente as Agências. Mas o aparelhamento tem que ser técnico, por profissionais que conhecem, como é o caso do profissional que está aqui sendo sabatinado.

Eu não tive condições de estar aqui por ocasião de sua fala, eu estava na CCJ, mas fiz questão de correr aqui, para que eu possa dar esse testemunho da sua competência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Pedro Taques.

A solicitação feita por S. Exªs os Senadores Ivo Cassol e Wellington Dias – pedido de urgência para a matéria, caso aprovado o sabatinado – será deferido, na forma do nosso Regimento.

Pergunto se algum Senador ou Senadora deixou de votar. Ainda falta alguém votar? Todos já votaram?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu apenas gostaria de subscrever também o pedido de urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Também subscrito por S. Exª o Senador Lobão Filho.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT – MT) – Eu sou suplente nesta Comissão. Se tiver oportunidade de votar, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – É claro, por favor. (*Pausa.*)

Assim que vote S. Exª o Senador Pedro Taques, declararei encerrado o processo de votação e convidarei o nosso querido Ministro S. Exª o Senador Alfredo Nascimento e S. Exª o Senador Wellington Dias para atuarem como escrutinadores.

Senadores Alfredo Nascimento e Wellington Dias. (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração*.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Resultado da apuração oferecida pelos escrutinadores, S. Exªs os Senadores Alfredo Nascimento e Wellington Dias: foi aprovada a indicação do Sr. José Jurhosa Júnior para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por unanimidade dos 15 votos. Portanto, não houve nenhum voto contrário e nenhuma opção.

Aprovado pela unanimidade dos 15 Senadores que participaram da eleição.

V. Exª está de parabéns.

Eu gostaria de agradecer a presença de V. Sª, Sr José Jurhosa Júnior na nossa Comissão. Agradeço-o pela exposição feita. Aqui, ouvimos declarações de Senadores tanto por sua qualificação como por seu conhecimento na área de energia elétrica, o que demonstra claramente a absoluta capacidade e competência de que V. Sª está investido para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Parabéns!

Ao mesmo tempo em que o parabenizo, gostaria de agradecer a presença dos representantes da Aneel: o Sr. André Pepitone da Nóbrega, Diretor-Geral Substituto da Aneel, e o Sr. Edvaldo Alves de Santana, Diretor da Aneel, além de superintendentes, assessores da diretora e servidores da agência.

Meus cumprimentos a V. Sª. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Item 2 da pauta, não terminativo.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 22, de 2013
– Não Terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Paulo Sérgio Oliveira Passos, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Pendente de relatório

Observações:

Leitura do Relatório, conforme art. 2º, inciso II, do Ato nº 1, de 2009-CI. (Redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI).

Concedo a palavra a S. Exª o Sr. Senador Ministro Alfredo Nascimento para proferir o seu relatório.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com base no art. 53, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal e em conformidade com os termos do art. 53 da Lei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – ...Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Senhora Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Paulo Sérgio de Oliveira Passos, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes.

Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 22, de 2013 (Mensagem nº 118, de 2013, na origem), à qual se encontra anexado o *curriculum vitae* do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Paulo Sérgio de Oliveira Passos nasceu na cidade de Muritiba, na Bahia, em 1950. É Economista graduado pela Universidade Federal da Bahia e Técnico em Planejamento pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.

Do histórico profissional do indicado extrai-se que entre 1973 e o presente ano ocupou diversos cargos no Ministério dos Transportes, como o de Secretário de Programação Financeira e Orçamento, Secretário de Desenvolvimento, Secretário de Gestão dos Programas de Transportes, Secretário Executivo e Ministro de Estado. Atuou também como Assessor do Gabinete do Secretário Nacional dos Transportes e Coordenador-Geral de Transportes Rodoviários na Secretaria Nacional de Transportes do Ministério da Infraestrutura.

Além dos cargos citados, o indicado participou de diversos conselhos em órgãos colegiados vinculados à área dos transportes. Ocupou, ainda, os cargos de Secretário-Adjunto de Orçamento Federal no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de Secretário de Administração Geral do Ministério do Bem-Estar Social e de Assessor Parlamentar na Câmara dos Deputados, e integrou o Conselho Nacional de Seguridade Social.

A análise da documentação encaminhada denota o credenciamento do indicado para o exercício do cargo na ANTT, nos termos da manifestação encaminhada

ao Senado Federal pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Paulo Sérgio de Oliveira Passos, constante da Mensagem nº 22, de 2013 (nº 118, de 2013, na origem), para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea f, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2005, e nos termos do Ato nº 01, de 2009-CI (com redação dada pelo Ato nº 04, de 2013-CI).

É o meu voto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª pela leitura de seu relatório, Senador Ministro Alfredo Nascimento.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º, do art. 2º, do Ato nº 1, de 2009; redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores e demais convidados, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 23 de outubro de 2013, quarta-feira, às 7h30 da manhã, neste plenário, com pauta deliberativa e audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 51, de 2013, desta Comissão, com a presença de S. Exª a Srª Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, com o objetivo de debater e discorrer as questões referentes aos processos de contratação e concessão de obras rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 18 minutos.)

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 7 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro**, **Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Blairo Maggi, Alfredo Nascimento, José Pimentel, Wellington Dias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Waldemir Moka,** e **Osvaldo Sobrinho**. Registram presença como não-membros os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy** e **Cassildo Maldaner.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência. Faz uso da palavra o Senhor Senador **Acir Gurgacz**. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 51, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 09 de outubro de 2013, que, "*Requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II, III, V e VI, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos II, III, V, VI e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada para participar de audiência pública nesta Comissão a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República Gleisi Hoffmann, com o objetivo de discorrer e debater as questões referentes aos processos de contratação e concessão de obras rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições a Senhora Ministra **Gleisi Hoffman**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. O Presidente convida a compor a Mesa o Senhor **Luís Inácio Adams**, Advogado-Geral da União. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Acir Gurgacz, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Wellington Dias, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Alfredo Nascimento, Flexa Ribeiro, Lobão Filho, Cícero Lucena, José Pimentel** e **Delcídio do Amaral.** Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Leitura de comunicados.

Relato da audiência pública com o Ministro dos Transportes, César Borges.

Esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, em atenção aos Requerimentos nºs 36, 39 e 43 de 2013, respectivamente de iniciativa dos Senadores Fernando Collor, Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço, realizou, no dia 16 de outubro, audiência pública com a presença do Exmo Sr. César Borges, Ministro de Estado dos Transportes, para tratar da estrutura física e de pessoal do DNIT; da construção da Ferrovia Transnordestina e do modelo adotado na concessão das Rodovias BR-262 e BR-050.

Iniciando sua exposição pela resposta aos Requerimentos, o Ministro César Borges enfatizou que o Ministério dos Transportes realiza, em colaboração com o Movimento Brasil Competitivo e com a Câmara de Políticas, de Gestão e Desempenho e Competividade, um esforço na tentativa de adotar uma gestão estratégica, um planejamento de médio e longo prazos, para, não só atingir seus objetivos, mas ter uma máquina mais ágil e mais rápida na consecução das tarefas que lhe são afetas.

A estratégia funcional do Ministério dos Transportes foca quatro objetivos principais, disse ele: fortalecer a capacidade de formulação de planos, programas e estudos para o setor de transportes; elevar os padrões de desempenho do setor; aprimorar os instrumentos de gestão e controle; e otimizar a participação da iniciativa privada.

No DNIT, temos a implantação de duas assessorias diretamente vinculadas à Diretoria-Geral, afirmou o Ministro. A Assessoria de Gestão Estratégica, responsável, em conjunto com o Movimento Brasil Competitivo, pela implantação do *Balance Scorecard*, que inclui a elaboração de um mapa estratégico, monitoramento de indicadores de desempenho e acompanhamento das iniciativas do departamento, e o Escritório de Gerenciamento de Processos, responsável pelo mapeamento e aperfeiçoamento dos principais processos do DNIT, por intermédio da contratação de empresas especializadas.

O desafio de dotar o nosso País de uma infraestrutura logística compatível com um país desenvolvido é muito grande, argumentou o Ministro. O DNER, que cuidava apenas de rodovias, foi extinto e foi criado o DNIT, com a atribuição de conduzir, também, as políticas ferroviária e hidroviária. O DNIT recebeu novas atribuições, mas não se deu a ele um corpo organizacional e de pessoal compatíveis com a missão, concluiu ele.

Ele falou sobre as diversas medidas que vêm sendo tomadas para o aperfeiçoamento do corpo funcional do DNIT.

Com relação à Ferrovia Transnordestina, concedida à empresa Transnordestina Logística S.A. (TLSA), disse o Ministro que as obras tiveram início em 2006 no trecho Missão Velha-Salgueiro, único trecho com licenciamento ambiental à época, e nos demais trechos em 2008 e 2009. Até 2011, haviam sido executados 27% das obras. Em janeiro de 2012, a TLSA solicitou novo aporte ao financiamento existente, o que demandou longo processo de negociação junto aos órgãos e bancos financiadores, e culminou em um aditivo contratual assinado em 20/09/2013.

A elaboração de projeto executivo durante a execução da obra, o atraso nas desapropriações e o aumento dos custos da mão de obra e insumos repercutiram em aumento dos custos do empreendimento. O valor inicial – estimado em R$ 4,5 bilhões em 2004 e atualizado em 2008, com o projeto básico, para R$ 5,4 bilhões – passou para R$ 7,5 bilhões em 2012.

Ligando Eliseu Martins, no Piauí, aos Portos de Pecém, no Ceará, e Suape, em Pernambuco, com uma extensão total de 1.728 Km e capacidade para transportar até 30 milhões de toneladas/ano, a Transnordestina passará por 83 Municípios e deverá transportar principalmente minério de ferro, grãos e gipsita, informou o palestrante. Futuramente, ela será ligada à Norte-Sul, coluna vertebral do sistema ferroviário brasileiro, que irá de Barcarena no Pará, na foz do Rio Amazonas, até a cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

No que diz respeito à modelagem adotada na concessão das rodovias BR-262 e BR-050, as diretrizes são gerais, ou seja, não houve nenhuma diretriz específica para essas duas rodovias. Procura-se uma modelagem que atenda aos princípios gerais de não cobrar pedágio de usuários em deslocamentos urbanos, só permitir a cobrança após duplicados no mínimo 10% do trecho e garantir a ampliação tempestiva da infraestrutura com duplicações concluídas em cinco anos, explicou o Ministro.

Considerando as nove rodovias que estão no Programa de Investimento em Logística, são R$52 bilhões de investimentos em 30 anos, sendo R$26,8 bilhões nos primeiros cinco anos. Serão concessionados 7 mil quilômetros de rodovias, com duplicação de 5.167 quilômetros em cinco anos, o que é um desafio para a engenharia nacional, avaliou o Ministro. O setor privado acha curto o prazo de cinco anos para a duplicação, complementou..

O restante – 683km – é feito pelo PAC-DNIT, sem nenhuma implicação de risco ou participação na concessão. Como no caso da BR-262 no Estado do Espírito Santo, o DNIT está trabalhando ali porque já estava com o projeto pronto, já há recursos disponibilizados no PAC e licitação em curso. Portanto, não assistem razões para se afastar o DNIT desses empreendimentos, motivo pelo qual continua executando essas obras, argumentou o palestrante.

Na primeira rodada de licitações tivemos êxito absoluto na BR-050, já em fase de contratação da concessão, com oito concorrentes, deságio de 42,38% na tarifa básica de pedágio e previsão de investimento de R$3,03 bilhões. Já na BR-262, o resultado foi oposto. Pesquisamos, disse o Ministro, as razões do insucesso e verificamos a necessidade de revisar alguns parâmetros por se tratar de uma região de topografia difícil. Além disso, houve o receio por parte das empresas de que o DNIT não concluísse a duplicação a seu cargo no prazo.

Retomando o processo das concessões previstas no Programa de Investimento em Logística, esperamos, disse o Ministro, na sexta-feira (dia 18) –sexta-feira passada, e o que ele afirma realmente ocorreu – publicar os editais da concessão da BR-060, que compõe com a BR-153 e a BR-262 um trecho de 1.176km. Estamos prevendo também, no dia 27 de novembro, a licitação de 850km da BR-163, da cidade de Sinop, no Mato Grosso à divisa do Mato Grosso do Sul, e, em 17 de dezembro a licitação da BR-163 no Mato Grosso do Sul.

Respondendo a questionamentos, o palestrante afirmou que, com relação à disponibilidade de recursos, o momento é muito bom, pois há no Ministério dos Transportes, neste ano, uma previsão no PAC de investimentos de R$15,5 bilhões. Desse total, aproximadamente R$13,5 bilhões estão com o DNIT, mas, até agora, só R$7 bilhões foram efetivamente executados.

Para executar R$15 bilhões, temos que vencer, segundo o Ministro, uma série de obstáculos que são colocados, iniciando pela elaboração de projetos. Qualquer que seja a obra de engenharia, há percalços de diversas ordens durante a execução. Além disso, a premência de tempo leva a utilizar projeto básico ou anteprojeto, o que é permitido no RDC – Regime Diferenciado de Contratação, e muitas vezes isso modifica o valor, argumentou o Ministro. A necessidade de modificações leva a aditivos, mas no País isso é visto como algo criminoso, disse ele.

Superado isso, vem a licitação, outro evento complexo dentro da Lei nº 8.666, disse ele. Muitas vezes a licitação vai para demanda judicial, o que pode demorar anos. Assinado o contrato, o Tribunal de Contas vai analisar o custo unitário de cada preço, e, se dentro de sua visão, muitas vezes subjetiva, ele achar que há um sobrepreço, poderá ou não paralisar a obra. A solução para esse problema passa pelo Congresso Nacional, concluiu o Ministro.

Há 17 anos foi licitada uma concessão ferroviária em que três concessionárias assumiram praticamente todo o patrimônio da Rede Ferroviária Federal. A União, visando livrar-se do custo de manter a operação, passou aquele patrimônio sem obrigações de novos investimentos, deixando ao talante das concessionárias manter a rede em funcionamento ou não. Em consequência, a malha de aproximadamente 30 mil quilômetros foi reduzida a 12 mil quilômetros hoje economicamente ativos, afirmou o palestrante.

Hoje, mais de 90% da malha rodoviária federal estão em situação de boa a regular e temos a pretensão de chegar ao final do ano, ou meados do ano que vem, a 0% de rodovias federais em mau estado, asseverou o Ministro. Queremos pavimentar as rodovias federais que ainda não estão pavimentadas e trabalhamos para duplicar a malha rodoviária federal, mas não temos recursos para tudo. Na verdade, não há atratividade no setor privado para participar de novas concessões, pois a duplicação só é viável a partir de um tráfego médio de 6 mil veículos diários, explicou ele.

O Ministro informou, ainda, que os remanescentes da obra da BR-101 em Alagoas, cujo custo com a paralisação por parte do TCU passou de R$ 478 milhões para R$ 630 milhões. Em função da discussão da tal jazida mineral aqui tantas vezes referida. Pela discussão de quem caberia receber os *royalties* pela exploração de uma pedreira, essa obra passou de R$478 milhões para R$630 milhões, e pergunta remanesce: quem paga esse prejuízo? Quem responde por isso? Quem fiscaliza o fiscal? Quem pune a eventual paralisação de uma obra cujo motivo da paralisação seja visto posteriormente como não subsistente? Então, repetindo, o Ministro informou, ainda, que os remanescentes da obra da BR-101 em Alagoas, cujo custo com a paralisação passou de R$ 478 milhões para R$ 630 milhões serão licitados num prazo de 30 dias, a contar da data em ele aqui esteve, enquanto o trecho Inajá-Cariés da BR-316 será licitado em 25 dias, a partir da data em que ele aqui esteve, e que ambas as obras deverão ser concluídas em dois verões.

Sobre hidrovias, o Ministro lembrou o lançamento recente de um plano hidroviário estratégico para o País, elaborado com consultoria internacional, e previsão de investimento de R$17 bilhões ao longo de 11 anos. Segundo ele, os estudos estão concluídos e o edital de licitação para o derrocamento do Pedral do Lourenço, tornando o Rio Tocantins navegável de Marabá até Belém, será lançado em 20 de dezembro.

Sobre ferrovias, o Ministro afirmou que elas só são viáveis se oferecerem custos pelo menos 30% menores que as rodovias, e que os licenciamentos ambientais serão encargo da Empresa de Planejamento e Logística – EPL. Afirmou, ainda, que a modelagem para a concessão da Ferrovia Norte-Sul pode sofrer alterações e que o início do programa pelo trecho Açailândia-Barcarena não é questão de prioridade,

mas decorre da menor extensão deste, e que o ramal até Paragominas não está incluído no projeto.

Segundo comunicado: notícias da infraestrutura.

O Conselho Nacional de Desestatização aprovou as condições gerais para a licitação de mais duas concessões de ferrovias. Os trechos a serem concedidos fazem parte dos traçados das Ferrovias Norte-Sul, do Pantanal e Transcontinental, em um total de 3.260km.

O primeiro trecho, de 1.340km, liga as cidades de Ouro Verde, Goiás, a Estrela D'Oeste, em São Paulo, e Dourados, no Mato Grosso do Sul. O segundo lote abrange as rotas Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, a Campinorte, em Goiás, e Palmas, Tocantins, a Anápolis, em Goiás, que somam mais 1.920km.

Os trechos serão concedidos por até 35 anos, com possibilidade de prorrogação. Poderão entrar na disputa empresas nacionais e estrangeiras, isoladamente ou em consórcio. Podem também participar da licitação instituições financeiras, entidades de previdência complementar e fundos de investimento.

Para dar celeridade ao processo licitatório, o Governo optou pela inversão de fases, deixando para depois da definição de cada vencedor o exame dos documentos de habilitação; ou seja, não perderá tempo com a análise da documentação de empresas que não serão contratadas. Os projetos de execução das ferrovias serão apresentados pelos vencedores à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para fins de autorização e início das atividades de implementação.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres divulgou no último dia 18 de outubro os editais de concessão das rodovias BR-163, em Mato Grosso, e o conjunto de trechos das BRs 060-153-262, que passam pelo Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais.

O leilão para a rodovia de Mato Grosso, BR-163, ocorrerá no dia 27 de novembro e, de acordo com previsão do Governo, terá um contrato de R$14,75 bilhões e investimentos totais de R$6,26 bilhões. O preço-teto da tarifa de pedágio será de R$5,50 a cada 100 quilômetros.

Já o leilão para os trechos das BRs 060-153-262 será no dia 4 de dezembro, e terá contrato com valor de R$22,96 bilhões e investimentos de R$8,93 bilhões. Neste caso, a tarifa máxima de pedágio será de R$5,94 por trecho de 10 quilômetros. Ganhará a concessão o consórcio que oferecer menor tarifa ao usuário. Essas duas rodovias são as de valor de investimentos e contratos mais elevados entre todas as que serão concedidas pelo Programa de Investimentos em Logística, o chamado PIL.

Após o leilão do campo de Libra, na camada pré-sal da Bacia de Santos, realizado na última 2ª feira, dia 21 de outubro, o Governo pretende licitar outra área sob o modelo de partilha de produção somente em 2015 ou 2016.

Uma das próximas áreas que pode ir a leilão é o prospecto de Pau-Brasil, localizado ao sul do campo de Libra e distante 10km do campo de Júpiter, uma das áreas do pré-sal descoberta pela Petrobras no hoje chamado *cluste*r de Tupi, na Bacia de Santos. Qualquer que seja a área escolhida, será menor do que o campo de Libra – que tem, como todos nós já fomos informados, entre 8 e 12 bilhões de barris recuperáveis de petróleo – e com risco maior, já que não existe nenhum poço perfurado.

Quarto comunicado. Leitura de artigo.

Gostaria de trazer ao conhecimento das Srªs e Srs. Senadores artigo publicado ontem, dia 22 de outubro, do economista, professor e ex-ministro Delfim Netto, que vem ao encontro de muito do entendimento que temos debatido e defendido aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O artigo intitula-se "É o bem-estar...". Diz o ministro Delfim Netto:

Estudos internacionais mostram que, no Brasil, a relação entre o valor do estoque dos investimentos em infraestrutura (energia, portos, rodovias, ferrovias, telecomunicações etc.) e o fluxo do valor adicionado por seu uso pela mão de obra empregada, o Produto Interno Bruto, é muito pequena, quando comparada com o de outras economias.

Há pelo menos 30 anos, o Estado brasileiro vem perdendo capacidade de planejamento logístico. O processo iniciou-se com a prática destruição do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (Geipot) e acelerou-se com a dissolução do Imposto Único Sobre Combustíveis e Lubrificantes (IUCL). O primeiro produzia projetos logisticamente integrados de boa qualidade e o segundo garantia a continuidade do seu financiamento.

Hoje, em matéria de infraestrutura, o governo funciona mal. Não há projetos bem feitos e tudo conspira contra sua execução [o que conspira contra sua execução?] *1) a interferência exagerada do Tribunal de Contas da União (TCU), que, aos poucos, conquistou poderes que transcendem de muito à sua tarefa fundamental de "órgão auxiliar do Legislativo" para verificar a qualidade e o rigor financeiro da execução orçamentária, que foi esquecida, porque ninguém a levava a sério; 2) a intromissão extravagante do Ministério Público. Combinada com a ação do TCU e a ligeireza com que levantam suspeitas que, mesmo quando não confirmadas, destroem em 15 segundos de oportunismo e exibicionismo televisivo a vida de gente honesta sem que sejam minimamente responsabilizados. O "terror" eliminou a capacidade de decisão dos funcionários*

sérios e competentes e produziu uma "paralisia" funcional. Ninguém assina um papel. Todas as decisões devem ser coletivas... para que possam ser deixadas para amanhã; e 3) a ausência de mecanismos de financiamento seguro (como o IUCL, o Imposto Único Sobre Combustíveis e Lubrificantes) introduziu enorme incerteza na regularidade do suprimento de recursos, que, juntamente com os argumentos anteriores, levam à procrastinação na execução de praticamente todos os projetos. Os bem-sucedidos, em não menos de três ou quatro anos! É preciso deixar claro que ninguém pode ser contra o papel fiscalizador e protetor dos direitos do cidadão do Ministério Público e do TCU. O que se pede é que seja exercido com mais cuidado e menos fúria midiática. E, principalmente, que tenham sempre presente nas decisões a visão mais larga da relação custo/benefício para a sociedade, ponderada pelos interesses das minorias que corretamente defendem.

É claro que esses problemas não nasceram no governo Dilma. São produtos quase naturais de uma sociedade que deseja consolidar o regime republicano, onde todos são sujeitos à mesma lei, apoiados numa crescente participação democrática inclusiva e no avanço persistente da igualdade de oportunidades. Esses são os valores prescritos na Constituição de 1988.

Não há nada que possa condená-los do ponto de vista "científico", mas é preciso compreender que eles têm consequências práticas: podem tornar mais lento e ineficiente o crescimento material da economia quando medido pelo precário indicador que é o PIB per capita. Ele, obviamente, não mede, o "nível de bem-estar".

Que nossos problemas com a gestão pública são antigos e não têm melhorado vê-se no recentíssimo "Doing Business – 2013", do Banco Mundial, onde o Brasil dá o maior vexame. O governo tem consciência que nosso problema é de gestão, tanto que "fazer um pouco mais com um pouco menos" foi o lema do primeiro dia do governo Dilma. Ele foi infelizmente, desfocado no meio de tantos ativismos na direção certa no longo prazo, mas complicados no curto prazo pelas dificuldades de cooptar a confiança do setor privado.

Por fim, nota sobre o pré-Sal e o campo de Libra, nota esta do Ministério das Minas e Energia, que julgo importante passar ao conhecimento de V. Exªs e daqueles que nos assistem e nos ouvem.

O Pré-sal brasileiro foi descoberto pela Petrobras em 2007, abrindo enormes perspectivas para o segmento de petróleo e gás no Brasil. Com a evolução das avaliações, evidenciou-se que a região denominada Pré-sal se configurava em uma das maiores províncias petrolíferas mundiais.

Nessa província encontram-se as maiores descobertas realizadas no mundo nos últimos dez anos. As áreas de Libra, de Franco e o Campo de Lula, todas com volumes superiores a 8 bilhões de barris de óleo recuperáveis, não encontram concorrentes em termos de tamanho, entre as descobertas mundiais recentes. E o Pré-sal não se restringe a essas três grandes descobertas. O Campo de Sapinhoá, e as áreas Carcará, Peroba, Pau Brasil, Florim, Iara, entre outras, todas caracterizadas como descobertas gigantes, contribuem para caracterizar a região do Pré-sal como a maior província petrolífera descoberta nos últimos anos, no mundo.

A área de Libra, licitada nesta segunda-feira, é uma das maiores descobertas do Pré-sal. E é a certeza da existência de volumes recuperáveis de petróleo de grande monta que explicam o modelo de partilha e sua atratividade.

No campo de Libra, devem ser produzidos entre 8 e 12 bilhões [já conhecido de todos] de barris de petróleo nos próximos 35 anos. Trata-se de óleo de excelente qualidade, com 27 graus API e baixo teor de enxofre.

Além do óleo, um volume estimado em 120 bilhões de metros cúbicos de gás natural deverá ser produzido na vigência do contrato, com parte desse volume sendo re-injetado, parte sendo consumido na geração de energia da plataforma e o restante sendo ofertado ao mercado.

A produção de Libra, ao atingir seu pico, alcançará 1,4 milhão de barris por dia e 40 milhões de metros cúbicos de gás natural, com 25 milhões de metros cúbicos diários sendo ofertados ao mercado. Apenas como referência, a produção total do País em 2013 deverá situar-se próxima a 2,1 milhões de barris diários de petróleo, de maneira que Libra representará, no seu pico, 67% de toda a produção atual do Brasil.

Além do volume de óleo a ser produzido, que contribuirá para elevar nossas exportações de petróleo e aumentar o saldo de nossa balança comercial, a política de conteúdo local irá assegurar que as plataformas a serem utilizadas para a produção desse petróleo, estimadas entre 12 e 18, serão confeccionadas no País, gerando emprego e renda localmente e contribuindo para o desenvolvimento tecnológico de nosso parque naval e de nossa indústria fornecedora de bens e serviços.

E não serão apenas as plataformas, mas todos os demais equipamentos associados à produção, como equipamentos submarinos, linhas de produção, gasodutos, barcos de apoio, etc., todos sendo produzidos com conteúdo local.

A área de Libra não deverá produzir apenas esses benefícios diretos, como elevação do saldo de nossa balança comercial, aumento das demandas direciona-

das à nossa indústria e elevação do Brasil à condição de grande exportador mundial de petróleo.

Os royalties a serem pagos na produção de Libra, cuja destinação será de 75% para a educação e de 25 % para a saúde, deverão totalizar, ao longo dos 35 anos do contrato, algo como R$ 270 bilhões, contribuindo para transformar o País em algo muito melhor do que é hoje.

E não é apenas isso.

A parcela do excedente em óleo que ficará com a União, deverá propiciar investimento de R$ 368 bilhões em saúde e educação.

Igual montante deverá ser destinado ao Fundo Social, cujos rendimentos deverão ser aplicados no combate à pobreza, na ciência e na tecnologia, no meio ambiente, no esporte, na cultura e na mitigação das mudanças climáticas.

Como se observa, Libra produzirá uma pequena revolução, para o bem, em nosso País. E repito, Libra é apenas a primeira área do Pré-sal a ser licitada sob o modelo de partilha.

Muitos têm falado que a licitação de Libra vai contra o interesse nacional. Que licitar Libra é privatizar o Pré-sal brasileiro, beneficiando as empresa multinacionais. Nesse sentido, é importante destacar que o Governo brasileiro não tem nada contra empresas brasileiras ou estrangeiras que queiram investir no Brasil, gerando empregos e renda localmente. Mas o Pré-sal, e em especial Libra, não está sendo privatizado.

O excedente em óleo de 41,65% obtido no leilão vai propiciar 75% da renda a ser produzida pelo campo de Libra para o Estado Brasileiro.

Esse percentual – 75% – corresponde:

1. à soma do Bônus de assinatura, que deverá ser de R$ 15 bilhões, pagos na assinatura do contrato;

2. aos royalties a serem pagos pelas empresas por conta da produção de óleo e de gás, que, conforme já mencionado deverão totalizar R$ 270 bilhões;

3. ao excedente em óleo devido à União, que será de 41,65%, ou seja, aproximadamente R$ 736 bilhões, e

4. ao imposto de renda a ser pago pelas empresas petroleiras, correspondente a 34% do lucro que auferirem com essa produção.

Mas a renda destinada ao Brasil não irá se restringir a esses 75%. Isso porque a Petrobras, empresa brasileira da qual muito nos orgulhamos, será a operadora do campo de Libra e deterá 40% do consórcio a ser estabelecido. Assim o Estado Brasileiro e suas empresas deterão 85% de toda a renda a ser produzida pelo campo de Libra (75% diretamente pelo estado Brasileiro + 40% de 25% destinado às empresas).

Em resumo, o leilão de Libra representa um marco na história do Brasil. Os benefícios trazidos ao País pela produção dessa, que será apenas a primeira grande jazida a ser colocada em produção sob o regime de partilha, certamente, contribuirão para que tenhamos condições de transformar nossa sociedade, construindo um País com mais justiça social e melhor distribuição de renda, por meio de uma educação mais eficiente e igualitária.

A maior parte da riqueza a ser produzida por Libra ficará com o Brasil.

Mas, as empresas que forem parceiras do Brasil nessa empreitada também irão se beneficiar, ao produzir riqueza e, com isso, obter lucros compatíveis com os riscos e com os investimentos que estarão realizando no País.

Não vemos as empresas petroleiras como agentes que busquem se locupletar de nossas riquezas minerais, mas como parceiras que pretendem investir no País, gerar empregos e renda e, naturalmente, obter lucros com esses investimentos.

Caminhamos em direção a um futuro no qual a riqueza finita do petróleo será transformada na infinita riqueza da educação de qualidade para a população brasileira.

Encerra, assim, a nota da lavra do Ministério das Minas e Energia.

Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, mais uma vez, gostaria de informar a todos os nossos telespectadores e ouvintes da TV e Rádio Senado que poderão participar, enviando suas perguntas, trazendo as suas considerações, aos nossos participantes ou à nossa participante, no caso de hoje.

Para participar, basta ligar para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviar a sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou no Twitter @AloSenado. Quaisquer daqueles que estejam nos assistindo ou ouvindo, podem participar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/ PTB – AL) – Antes de iniciarmos a nossa pauta e dar a palavra pela ordem, com a permissão de S. Exª o Senador Acir Gurgacz, eu gostaria de também informar às Srªs e aos Srs. Senadores que – muitos já devem ter visto –, na edição de hoje do *Correio Braziliense*, jornal diário editado aqui em Brasília, está encartado um farto documentário sobre o Projeto Brasil: Um Novo País, que trata da infraestrutura no País.

Então, há diversos cadernos, tratando de infraestrutura, rodovias, ferrovias, portos. É um levantamento extremamente interessante, um trabalho que

julgo fundamental termos sempre à mão, porque tem informações importantes para o nosso conhecimento.

Pela ordem, passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Enquanto a nossa convidada não se assenta à mesa, quero colocar, pontuar novamente a questão da BR-364.

Na última audiência pública com o Ministro dos Transportes, coloquei a preocupação com a falta de fiscalização. Não havia contrato para a fiscalização da restauração da BR-364. Ele nos disse que estava havendo a fiscalização. No último domingo, fui vistoriar a obra e encontrei, depois de um mês de feita a restauração, a estrada que foi restaurada com vários buracos e com afundamento no asfalto já colocado há 45 dias. Fotografei tudo e trouxe para cá. Entreguei as fotos ontem ao DNIT. O General Fraxe não estava lá, mas conversei com o Dr. Tarcísio e disse para ele da nossa preocupação.

Realmente, a estrada está sendo feita de maneira não bem qualificada. E não há fiscalização na obra, Sr. Presidente. A empresa que fazia a fiscalização ganhou a licitação por meio de um edital eletrônico – houve uma licitação eletrônica – e perdeu o contrato em função de uma ação promovida pelo sindicato das empresas. Ou seja, a Justiça cancelou a fiscalização. Não há fiscalização. E a empresa está fazendo um serviço desqualificado na BR. Depois de tantos anos e de tanta luta para conseguirmos a restauração da BR-364, o serviço está malfeito.

Eu queria fazer este registro: ontem, conversei com o Tarcísio, que se comprometeu a ir a Rondônia na semana que vem para fiscalizar a obra pessoalmente. Vou acompanhá-lo, para que essas coisas não se repitam e para que sejam feitas as devidas correções na BR, no asfalto que está sendo feito.

Eu queria pontuar e registrar isso, Sr. Presidente, porque, para nós, essa é uma preocupação grande. Depois de tantos anos, um investimento de grande monta está sendo feito, e a obra está malfeita. Não podemos deixar que isso venha a acontecer. Essa é uma preocupação grande.

Como eu lhe disse em outras oportunidades, vou continuar acompanhando semanalmente essa obra, que é importantíssima para todos nós. Aliás, todas as obras são importantes, mas essa o é, em especial, porque é a única BR que corta o nosso Estado de Rondônia. É por ali que é feito o escoamento da produção agrícola e que trafegam os passageiros. Enfim, é a única BR que liga Rondônia aos demais Estados brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu gostaria de cumprimentar V. Exª, Senador Acir Gurgacz, mais uma vez, pela demonstração eloquente da sua diligência, do seu esforço e do seu trabalho de fiscalizar pessoalmente, como Senador da República, não somente aquelas obras que estão sendo realizadas no seu Estado, mas as que estão sendo feitas no restante do Brasil.

A questão da BR-364, realmente, é de suma importância para a Região Norte. Na última audiência pública, contamos com a presença de S. Exª o Ministro César Borges, Ministro dos Transportes, que nos garantiu exatamente o bom encaminhamento da execução dessa rodovia.

O fato que V. Exª aqui nos traz é de extrema seriedade e gravidade, mas V. Exª já nos traz também a notícia de que encaminhou ao DNIT, ainda ontem, essa reclamação, essa justa verificação *in loco* feita por V. Exª. E, do DNIT, obteve a resposta de que, ainda nesta semana ou na próxima semana, o DNIT irá até o local para resolver essa questão.

Eu pediria a V. Exª que mantivesse a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal informada a respeito disso, para que pudéssemos acompanhar isso em conjunto e para que, eventualmente, pudéssemos tomar atitudes em conjunto no sentido de fazer com que a BR-364 avance com a qualidade e com a rapidez exigidas.

Agradeço a V. Exª.

Iniciando a pauta do dia de hoje, quero dizer que a presente reunião dedica-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 51, de 2013, desta Comissão, aprovado no dia 9 de outubro de 2013, que requer seja convidada para participar de audiência pública nesta Comissão a Srª Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, com o objetivo de discorrer e debater as questões referentes aos processos de contratação e concessão de obras rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias.

Convido para que tome assento à mesa S. Exª a Srª Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senadora Gleisi Hoffmann, a quem damos as melhoras boas-vindas em nome de todos os integrantes desta Comissão.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a presença da Srª Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senadora Gleisi Hoffmann, por ter aceitado o convite que lhe foi feito por esta Comissão, mediante o requerimento aprovado no último dia 9 de outubro, para que ela, hoje, pudesse, conosco, discutir e debater sobre os processos de contratação

e concessão de obras rodoviárias, aeroportuárias, ferroviárias e portuárias.

Seja muito bem-vinda, mais uma vez lhe desejo, Srª Ministra.

Com satisfação, passo-lhe a palavra para a sua exposição inicial.

A SRª GLEISI HELENA HOFFMANN – Bom dia, Presidente! É um prazer enorme estar aqui. Bom dia, Senadores! É muito bom rever os colegas e também estar no Senado da República, a minha Casa. Bom dia a todos os assessores, à imprensa!

Eu trouxe uma apresentação. Não pretendo fazer nenhuma narrativa sobre cada obra, a situação técnica, mas, sim, uma narrativa sobre o programa de concessões como um todo: o que nos levou a lançar o PIL, o que ele significa para o País, quais são os desafios que temos e a fase do processo em que estamos. Um pouquinho para situar a Casa, situar a Comissão sobre a importância que tem esse processo e sobre a importância que tem também o Congresso Nacional, o Senado da República em acompanhar e colaborar como tem colaborado com o nosso programa de concessões.

Nós temos aqui quatro eixos: as concessões na área de ferrovias, rodovias, portos e aeroportos. Pretendo falar rapidamente sobre cada um desses eixos.

Pode passar.

O Programa de Investimento em Logística (PIL) é a integração de duas ações de planejamento do Governo, feito nos últimos anos: o Plano Nacional de Logística e Transportes, do qual tivemos três versões, com as atualizações decorrentes dessas versões – 2006, 2009, 2012 –, e o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), de 2009, 2010 e 2012, com o *master plan.*

Esses dois planos deram base, fundamentaram o Programa de Investimento em Logística e a primeira fase dos investimentos que apresentamos no ano passado. Uma parte, em agosto; e outra parte, em dezembro. Em agosto, nós lançamos rodovias e ferrovias e, em dezembro, portos e aeroportos.

O PIL, como nós chamamos, é complementar ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007. O PAC tinha um foco muito grande em desenvolver as obras públicas. Claro que nós tínhamos – e temos ainda – no PAC processo de parceria privada, principalmente na área de energia, petróleo e gás, mas, na área de logística de transporte, o foco foram as obras públicas, assim como também na infraestrutura social – saneamento, habitação, enfim.

Com o PIL e a integração desses dois planos, o cruzamento do Plano Nacional de Logística e Transportes e o de Logística Portuária, nós pretendemos um estímulo ao investimento privado. Avaliamos que seria necessário trazer a iniciativa a iniciativa privada, os investidores, as empresas, para participar dos investimentos em infraestrutura. Mais pela *expertise* de gestão, pela experiência, do que necessariamente pelos recursos. Hoje, temos recursos para serem executados em nosso Programa de Aceleração do Crescimento, mas, muitas vezes, temos dificuldades em fazer essa execução. E acreditamos que com o Plano de Investimento em Logística complementar ao PAC teremos uma elevação do nível de investimentos também na nossa economia.

Pode mudar.

Como eu dizia, o PIL foi lançado com o planejamento integrado do sistema de transportes e com a articulação com as cadeias produtivas. O que nos levou a definir os primeiros eixos a serem objeto de intervenção, tanto de rodovias como de ferrovias, foi exatamente o mapa produtivo do País, tanto a produção agrícola como a produção mineral e a produção industrial. O foco é investimento privado, qualidade dos serviços e diminuição do custo logístico. Os investimentos privados estão estimados em R$213 bilhões; rodovias, R$52 bilhões; ferrovias, R$99 bilhões; portos, R$54 bilhões; e aeroportos, R$8,7 bilhões. Essas são estimativas dos investimentos que nós temos, por meio de projetos conceituais que são apresentados para licitação.

Os efeitos que esperamos desse programa: construir uma logística integrada de transportes, complementares inclusive; reduzir o custo de escoamento e aumentar a competitividade da produção nacional; atrair, portanto, mais investimentos para a produção. Nós avaliamos que se houver infraestrutura de transporte e uma logística integrada, nós estimulamos a produção.

Um caso emblemático é a produção agrícola no nosso Centro-Oeste. Muitas vezes, os produtores seguram a produção por falta de condições de escoamento. Consideramos importante aumentar a participação do investimento privado em infraestrutura, pois, dessa forma, aumentará a participação dos investimentos no Produto Interno Bruto.

Então, vamos para rodovias.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a permissão da Srª Ministra, sabendo da presença aqui na Comissão de S. Exª o Sr. Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams, eu o convidaria para que fizesse parte da Mesa. Seja bem-vindo.

Por favor, Srª Ministra.

O SR. GLEISI HELENA HOFFMANN – Não precisava trazer advogado, não é? (*Risos.*)

Eu quero agradecer a presença do Ministro Adams, que tem sido um grande companheiro e parceiro no Governo, na condução do programa de investimento em infraestrutura e de concessões.

Aqui, só para se ter ideia dos trechos de que estamos falando do PIL. Os trechos em preto são as concessões da primeira etapa de rodovias. Houve uma primeira etapa de concessões, que foram as concessões federais e estaduais, que foi no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Depois, houve uma segunda etapa de concessões, que foi no governo do Presidente Lula. E depois, as intervenções do PAC, que são as duplicações e pavimentações que estão em andamento. E agora nós estamos fazendo esses trechos em verde, que são as concessões do PIL. Seria a terceira etapa de concessões. São 7 mil quilômetros, e todos preveem a duplicação.

Esses em vermelho são os eixos que nós chamamos estruturantes, alguns trechos têm duplicação, outros não, e estão sendo objeto de análise pela EPL exatamente para uma segunda fase do nosso Programa de Investimento em Logística.

Pode passar.

Aqui são as extensões dos trechos do PIL – os trechos em verde –, que foram lançados no ano passado e foram escolhidos para iniciar o Programa.

Qual é o desafio desse modelo de concessão de rodovias? O desafio maior é conciliar investimentos urgentes para melhorar a logística. Portanto, nós focamos em duplicação nos primeiros cinco anos. Acho que vale a pena falar um pouquinho desse item, já que foi bastante criticado por que o Governo pediu os investimentos em cinco anos. Na realidade, nós já estamos com a capacidade das nossas rodovias bastante comprometida. Eu sempre brinco que, se é para deixar para fazer em dez anos, nós temos *expertise.* Nós fazemos em dez anos a obra, mas nós queremos exatamente a *expertise* da gestão e da experiência do privado para antecipar essas obras e fazê-las.

Nós temos aí a tarifa socialmente aceita, ou seja, que a sociedade ache justa o pagamento e que ela só seja cobrada depois de 10% das duplicações e uma rentabilidade que seja atrativa para investidor e seja equilibrada. Então, a nossa taxa interna de retorno do projeto é de 7,2%.

Vale a pena falar aqui um pouquinho das experiências que nós tivemos com os dois modelos anteriores de concessão.

O primeiro modelo, que foi realizado no governo do Presidente Fernando Henrique, foi por outorga. Ou seja, nós concedíamos a rodovia àquele que tivesse o maior pagamento de outorga. As motivações àquela época para concessão de rodovias eram reduzir as obrigações de investimento do Governo Federal e transferir a gestão da infraestrutura para o setor privado.

Quais foram os maiores problemas que nós constatamos nesse modelo? Tarifas elevadas, contratos que não previam a obrigação de ampliar a capacidade da rodovia, contratos que não previam um índice de qualidade na manutenção, risco de quantitativo da obra do poder concedente e reequilíbrios necessários para evitar a deterioração das rodovias.

No governo do presidente Lula, na segunda fase, qual era o principal objetivo? Buscar a modicidade tarifária em uma contraposição ao modelo anterior e uma exigência adequada, independente da verba prevista no contrato de concessão.

E quais foram os problemas que nós constatamos? Uma baixa exigência de investimentos em ampliação da capacidade. Embora exista previsão de duplicação, essa previsão de investimento ficou diluída no tempo. Portanto, hoje nós temos rodovias que, embora estejam sendo conservadas, não tiveram a sua capacidade aumentada.

E nós buscamos, com esse modelo, tentar responder aos problemas que nós vimos no passado. Então, fazer um equilíbrio, ter os investimentos num prazo mais curto e aumentar a capacidade, ter uma tarifa socialmente aceita e ter uma remuneração justa ao investidor. É um equilíbrio. Não é uma equação simples ou fácil, mas foi a que nós buscamos para um modelo de rodovias.

Pode passar.

Nós tivemos uma interação grande com a sociedade. Aqui é importante também deixar claro que os processos de consultas públicas, consultas ao mercado e os aprimoramentos sugeridos pelo Tribunal de Contas da União fizeram com que nós colocássemos adequações ao processo.

Muitas vezes há críticas de que nós mudamos, que estamos alterando o modelo, que isso dá insegurança. Não há nada disso. Nós não estamos alterando o modelo, nós não estamos alterando regras jurídicas. Nós estamos fazendo adequações em decorrência, inclusive, daquilo que a legislação nos coloca em relação às etapas da concessão. Nós temos que fazer consultas públicas, que geralmente são de 30 dias; há uma audiência pública no meio desse processo; fazemos bastantes conversas; recebemos muitas impressões e sugestões do mercado, e o processo ainda passa pelo Tribunal de Contas da União, para que nós possamos efetivamente publicar os editais e fazer o leilão das concessões.

As alterações feitas para aprimorar o modelo. Desde que ele foi lançado, no ano passado, através dessa interação intensa, houve uma discussão sobre

os valores do Capex, ou seja, dos investimentos, e também de operação; a elevação da taxa de retorno de 5,5% para 7,2%; uma previsão expressa de reequilíbrio econômico-financeiro em casos de atrasos do DNIT; e uma previsão de garantias de propostas adequadas.

Acho que os senhores acompanharam. Desde que nós lançamos o Programa, principalmente no segundo semestre de 2012, nós tivemos uma longa discussão sobre a modelagem econômico-financeira. A pedido do mercado e dos agentes que tinham interesse em investimento, nós acabamos retardando a publicação dos estudos exatamente para fazer uma discussão mais aprofundada dessa modelagem.

Pode passar.

Quais são os resultados? A BR-050 foi licitada em 18/09, teve um deságio de 42,38% em relação à tarifa de pedágio e oito grupos participaram do leilão. Os próximos leilões já estão marcados para a BR-163, Mato Grosso, que vai ser no dia 27/11. A tarifa teto por 100km é de 5,5, essa tarifa para o BID. A BR-060, cujo leilão é no dia 4/12, a tarifa teto é de 5,94 por 100km. Os leilões que temos em perspectiva são da BR-163, de cujo processo o Tribunal de contas está fazendo ainda a análise e deve liberá-lo no início de dezembro, e a BR-040, que a programação é fazer a licitação em janeiro de 2013.

Dos demais trechos que tínhamos lançado estamos avaliando os estudos para constatar a aderência a um modelo clássico de concessão. Se nós verificarmos que ele tem dificuldade de sustentação porque a tarifa ficaria elevada – já são trechos com tarifas mais elevadas – com os ajustes que fizemos nesses trechos que estão indo à licitação, se os aplicarmos e a tarifa for muito elevada vamos avaliar para migrar para um outro modelo: ou uma concessão patrocinada, que seria uma PPP ou então uma obra pública complementar.

Ferrovias. A infraestrutura ferroviária que nós temos hoje moderna é muito restrita a poucos corredores do transporte, principalmente de minério de ferro. Dois terços da malha ferroviária não são explorados, 19 dos 30 mil quilômetros existentes. São trechos construídos há mais de 100 anos, não passaram por nenhum processo de modernização. Os serviços de transporte ferroviário, exceto de minério de ferro, que são esses trechos que têm uma operação mais moderna, têm defasagem tecnológica, equipamentos envelhecidos e baixo padrão de produtividade. Os preços são formados num ambiente monopolista, porque o modelo de concessão foi verticalizado, e com pressão sobre a demanda e oferta limitada. Então, ele é um modelo que não responde ao desenvolvimento que nós queremos e nem ao estímulo para ampliação da produção.

Pode passar.

Esses trechos em preto são a malha ferroviária explorada atualmente. Então, os senhores podem verificar que é muito pouco pelo tanto de ferrovias que nós tínhamos no País. O que de fato tem exploração e funciona hoje com bases mais modernas são esses trechos.

Pode passar.

Essa malha pontilhada é a que já foi lançada pelo PAC e está em execução. Portanto, é intervenção de obra pública já na Norte-Sul com um modelo de concessão de uso depois da obra.

Pode passar.

E essa em verde é a malha que nós lançamos do Programa de Investimento em Logística. São mais de 11 mil quilômetros divididos em 14 trechos para o processo de concessão. São corredores importantes para o escoamento da produção, que fazem ligação, interseção com trechos que estão sendo construídos pelo PAC ou que já estavam operando no modelo de concessão antigo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Ministra, só para colaborar com V. Exª. Aquele trecho até Rondonópolis está pronto. A Presidente foi inaugurar há poucos dias lá.

O SR. GLEISI HELENA HOFFMANN – É verdade.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – São 250km.

O SR. GLEISI HELENA HOFFMANN – É verdade. Inclusive com parte lá de...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Da mais alta qualidade.

O SR. GLEISI HELENA HOFFMANN – Da mais alta qualidade. Ela ficou muito impressionada, muito impressionada.

Vamos.

E aqui em estudo.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. GLEISI HELENA HOFFMANN – Mato Grosso do Sul tem ali... Mato Grosso do Sul tem Maracaju, tem Dourados. Esses trechos pontilhados estão em estudo já pela EPL, para uma segunda fase, um segundo lançamento do Programa de Investimento em Logística.

Pode passar.

O novo modelo de concessão é o que nós chamamos de Ferrovia Aberta (*Open Access*). É a separação entre quem gere a infraestrutura ferroviária e quem faz a operação de transporte ferroviário. O concessionário constrói e mantém a infraestrutura, e o operador compra a capacidade e opera o transporte. É diferente do modelo que nós temos hoje, em que a operação é verticalizada. A Valec compra do concessionário a

capacidade de transporte da ferrovia e revende aos diversos operadores.

Pode passar.

Ele proporciona a integração nacional da malha e estimula maior concorrência, utilização das ferrovias. Qualquer operador pode atuar em qualquer ferrovia e a concorrência entre os operadores deve reduzir também, a nosso ver, os preços praticados de tarifa.

Antes de falar dos investimentos, eu queria falar um pouquinho da experiência que nós tivemos de concessão de ferrovia e por que optamos por esse modelo.

Então, nós fizemos as concessões de ferrovia entre 1996 e 1998, no Programa Nacional de Desestatização da malha ferroviária, foram quase 30 mil quilômetros de ferrovias que tínhamos construído no País e a principal motivação daquelas concessões foi eliminar o déficit da rede ferroviária, um déficit grande, reduzir as obrigações de investimento do Governo Federal, criar uma fonte de arrecadação para o Tesouro – na época o arrendamento era por outorga, ou seja, levava a malha quem oferecesse mais por aquela malha – e transferir a gestão da infraestrutura para o setor privado.

Quais foram os principais problemas que nós constatamos nesse modelo? Tarifas elevadas, próximas ao frete rodoviário; portanto, hoje o frete ferroviário é muito parecido com o de rodovias, o que não é correto, porque a ferrovia tem como proposta reduzir o custo do frete e isso impede que o usuário se aproprie dos ganhos proporcionados por um modal como esse. Outro problema é que parte da malha foi concedida para empresas dependentes do transporte ferroviário, introduzindo um viés de competição setorial, como é o caso dos minérios. A concessão não previa a expansão da capacidade de transporte, nem a resolução das interferências urbanas. Hoje nós temos grandes e graves problemas nas travessias urbanas das nossas ferrovias, isso retirou a competitividade do sistema – nós temos trechos de ferrovia em que o trem passa a 20km/h 25km/h. A ausência de obrigação de manutenção e prestação de serviços, que induziu ao abandono de trecho com baixa rentabilidade, excluindo do sistema parte dos interessados. Ou seja, quem participou da concessão, ganhou a concessão dessa ferrovia, explorou apenas os trechos que tinham uma grande rentabilidade econômica. Os demais trechos, ainda que fossem interessantes e necessários para o desenvolvimento do País, não foram objeto de exploração. Então, hoje temos uma malha bastante sucateada.

O modelo verticalizado criou monopólios na ferrovia, limitando o uso desse modal. Portanto, quem opera decide para quem vende a capacidade, se tiver capacidade sobrando. E o Governo Federal não aplicou recursos para construção de novas ferrovias, o que nós começamos a fazer novamente a partir de 2007 com o PAC.

Então, no PAC nós tivemos a retomada dos investimentos em ferrovias pela Valec, Ferrovia Norte-Sul e Fiol e operação por concessionário privado no modelo verticalizado com subconcessão feita pela Valec, mas com cobrança de outorga utilizada para financiar parte do investimento feito pela Valec. Precisamos fazer os ajustes da regulação para viabilizar a ampliação do transporte ferroviário e estamos agora apresentando esse novo modelo, que é bastante utilizado na Europa e que nós avaliamos ser adequado para darmos conta da demanda que temos atualmente de movimentação da produção, mas principalmente para que a gente induza a produção em algumas regiões do País ou induza o transporte por ferrovias.

O investimento total estimado é de R$99 bilhões; a construção desses trechos é para ser concluída nos primeiros cinco anos; o prazo de concessão é de 35 anos; e uma taxa interna de retorno do projeto de 8,5% ao ano.

Esse é um modelo bastante seguro de investimento, dado que a Valec compra a capacidade da malha, portanto, não tem solução de continuidade na remuneração do construtor.

Podemos continuar. Vamos para os portos.

Pode passar.

Em relação aos portos, os senhores acompanharam a discussão, aqui, do novo marco regulatório. A MP dos Portos foi bastante polêmica, mas o foco principal que nós tivemos na reformulação do modelo – nós lançamos o programa de portos em dezembro, junto com aeroportos, e, imediatamente, mandamos ao Congresso Nacional a MP. Ela foi aprovada em maio pelo Congresso Nacional e sancionada no início de junho. – foi liberar as barreiras de entrada, ou seja, eliminar as barreiras de entrada no sistema portuário.

Nós avaliamos que há pouca concorrência, portanto ainda há preços altos no transporte portuário, e tinha restrição a portos privados. Nós somos um País com dimensão continental, com muitas peculiaridades e avaliávamos que seria importante ter um investimento privado ao longo da nossa costa, com terminais de uso privado, e o fechamento de mercado nos portos públicos. Nós tínhamos licitações descentralizadas.

Acho que esse resultado é muito significativo e foi muito impactante para nós, quando nós começamos a analisar e a fazer estudos dos portos.

Nós fizemos apenas 11 licitações de terminais portuários, de arrendamentos portuários nos portos organizados em 10 anos. Tínhamos, e temos, vários questionamentos judiciais de portos arrendados e também tínhamos questionamentos judiciais aos terminais

de uso privado, e os nossos portos com dificuldades e pouca eficiência.

É verdade que, com o PAC, nós fizemos uma intervenção grande, também, nos portos, principalmente na área de dragagem. Melhoramos a acessibilidade, aprofundamento de canal, melhoramos condições de berços em vários portos. Fizemos essa intervenção, principalmente em Santos e em portos da Região Nordeste, mas nós avaliávamos, e avaliamos, que não seria suficiente, que nós precisávamos ter um modelo que pudesse fazer de forma mais célere essa intervenção, dando capacidade, nos portos, para movimentação da nossa produção cada vez mais crescente, principalmente produção agrícola e produção mineral.

Pode passar.

Então, nós aproveitamos a oportunidade para reorganizar os portos.

Temos 117 arrendamentos vencidos ou a vencer até 2017. Por que nós fizemos o corte de 2017? Bom, a Lei dos Portos, a nossa MP dos Portos, deu 180 dias para que a gente pudesse fazer estudos para fazer as licitações dos terminais que estivessem com as licitações vencidas na data de publicação da MP ou a vencer até um ano e seis meses após. Nós resolvemos fazer um corte até 17 porque nós estávamos contando, de 12, cinco anos, que é o foco do programa dessa primeira fase do Programa de Investimento em Logística, ou seja, a gente ter a maioria dos investimentos dessa primeira fase do plano concretizados em cinco anos.

Então, nós ampliamos um pouco aquilo que a lei dizia, que era de um ano e seis meses, e fomos até 2017, buscando quais seriam os terminais que estariam vencidos ou a vencer nessa data de 2017. Constatamos que nós temos, nada mais, nada menos que 117 terminais portuários nessa situação.

Então, o novo marco tem foco nisto: fazer a licitação desses arrendamentos; eliminar a restrição aos terminais privados – uma das primeiras consequências da aprovação e depois sanção da Lei dos Portos foi a publicação do anúncio público de 50 terminais de uso privado e, na sequência mais 12. Esses terminais já estão com o processo em andamento na Antaq para terem suas autorizações. Muitos deles devem começar os investimentos no início de 2014. São investimentos de ampliação ou de construção de novas plantas; e eliminar também as barreiras à entrada nos portos públicos.

Pode passar.

Aqui é só um modelo, um exemplo de como nós buscamos fazer a reordenação dos portos. Primeiro, é importante dizer aos senhores por que nós centralizamos. Não há a pretensão da União de fazer centralizado e tirar a autonomia das docas federais ou dos Estados que têm delegação da Administração Portuária, mas nós precisávamos de um momento na gestão do novo modelo para que a gente pudesse estabelecer regras e parâmetros mais universalizados. Inclusive, havia uma cobrança muito forte do Tribunal de Contas da União, quando ia qualquer processo de arrendamento de portos, quanto à diferença de critérios que eram usados para fazer a concessão e também para fazer a modelagem, a organização e obter os resultados. Então, quando nós centralizamos foi exatamente para que nós pudéssemos universalizar alguns procedimentos que são importantes.

Uma das coisas fundamentais ao novo modelo é dar escala aos terminais portuários. Hoje temos cada vez mais demanda para atracação de grandes navios. Vamos começar a operar com navios de 366m, então precisamos de berços maiores, precisamos de áreas maiores. Os portos que são referência no mundo são portos com grande escala para haver grande movimentação. Infelizmente, nos portos brasileiros ainda temos terminais pequenos, temos berços menores. Então, precisávamos reordenar.

Aqui há apenas um exemplo que eu trouxe, de Santos – acho que o Ministro Leônidas já esteve aqui na Comissão fazendo uma exposição do modelo –, sobre a reorganização da armazenagem na área de grãos, na Ponta da Praia. Esse terminal maior é um terminal operado pela ADM, ele é um terminal que vence em 2017, mas tem possibilidade de prorrogação. Então, ele deve ser prorrogado. Do lado da ADM temos três terminais. Aí, mais ao lado, aquele branquinho, o Terminal da Caramuru e, na frente, nós temos contêiner e um berço. Bom, nós temos que reorganizar essa área. O que nós fizemos? Como nós podemos prorrogar o contrato da ADM, avaliamos prorrogar esse contrato da ADM, que é um terminal que tem um bom funcionamento, e discutir a concessão juntando esses três terminais que estavam separados, portanto, fazendo um segundo grande terminal de grãos, dando maior escala a essa movimentação de grãos. Então, ficaria dessa forma. E um dos berços que hoje serve ao terminal de contêineres – já que não há necessidade de mais um berço, mas sim de mais retroárea – vamos licitar junto para ser modernizado e servir aos terminais de grãos.

Esse é apenas um exemplo do que fizemos. Fizemos outros arranjos em outras áreas do porto e procuramos organizá-lo com foco num tipo de carga, separando, tentando tirar um pouco da mistura. É claro que isso não será feito com o primeiro arrendamento. Mas não misturar, por exemplo, grãos com a parte de contêiner. Enfim, não dá ainda para fazer isso na primeira rodada, mas já conseguimos separar bastante

o tipo de carga. A ideia é especializar dentro do porto as áreas para cada tipo de carga.

Pode passar.

Aqui é muito interessante, é uma experiência na Docas do Pará, que é com a transferência da operação de combustíveis do Porto de Belém, Miramar, para a Vila do Conde. Hoje nós temos aquela situação lá em que está escrito antes, que são os terminais de combustível. Inclusive, são perigosos, porque estão muito próximos da cidade; já há dificuldade de movimentação, são antigos e precisavam ter investimentos. Se nós fôssemos licitar no mesmo lugar, nós continuaríamos com o mesmo problema. Qual foi o arranjo que fizemos? Transferir esses terminais para Vila do Conde. Então, vamos fazer a licitação das áreas novas no Porto de Vila do Conde junto com as áreas antigas, ou seja, os terminais vão permanecer onde estão até construírem as novas áreas. Mas vai contar prazo: se ele ficar cinco anos no terminal antigo, vai descontar do prazo total da concessão quando ele for para o terminal novo. Fizemos uma licitação casada de transferência diária, que podemos utilizar em outros portos, inclusive em Santos, cujo porto tem bastante saturação e onde, talvez, precisemos fazer algumas adequações de área para não prejudicarmos a cidade, o entorno, enfim, os moradores.

Pode passar.

A previsão de investimento total no programa é de R$54 bilhões. Os primeiros resultados do programa são os TUPs em processo de autorização; são 64 das duas primeiras rodadas e têm uma previsão de investimentos de até 10 bilhões. Muitos deles começam com esses investimentos em início de 2014. Os editais e estudos dos arrendamentos de Santos e do Pará, que foram objeto de consulta pública, audiência pública, discussão, adequação, já foram entregues ao Tribunal de Contas no dia 11 de outubro. Os investimentos previstos são de R$5,7 bilhões naqueles terminais serão arrendados e, tão logo o Tribunal de Contas analise, teremos condições de ir colocando os terminais para licitação. Estamos com editais, estudos dos arrendamentos de Paranaguá, Bahia e São Sebastião em processo de consulta pública; já foram realizadas as duas audiências públicas e agora estamos recebendo todas as contribuições. E os investimentos para esses portos dos dois Estados, que é de R$4,7 bilhões. Temos ainda mais duas fases de estudos: portos do Nordeste e alguns portos do Sudeste, que também têm terminais para serem arrendados.

Aeroportos. Também acredito que o Ministro Moreira Franco já esteve aqui na Comissão para fazer uma exposição. Fizemos a primeira rodada de concessão dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília, no ano passado. Não lançamos em seguida concessão dos outros dois aeroportos, porque queríamos avaliar qual era o resultado dessa concessão. Avaliamos como positiva para todo sistema, inclusive para os três aeroportos em questão, e aí lançamos a concessão destes dois aeroportos: Galeão e Confins.

Pode passar.

Esses aeroportos têm o crescimento médio anual de passageiros de 12% ao ano. O total de passageiros transportados, em 2011, foi de 99,941 milhões.

Pode passar.

Há necessidade de investimento não só por conta da Copa do Mundo, pois são aeroportos de referência, mas principalmente porque são aeroportos de referência, são *hubs* para o País, têm importância no transporte de carga e, juntos correspondem a cerca de 68% dos investimentos necessários a todo o sistema aeroportuário nacional até 2030.

Pode passar.

As principais características regulatórias do modelo: leilão simultâneo em duas etapas, proposta fechada, envelopes; depois, o leilão é aberto entre os proponentes. Estão ali os três primeiros proponentes do leilão passado. O critério de seleção aqui é por maior outorga, porque ele é sustentador do sistema aeroportuário, ou seja, estamos fazendo a concessão de cinco aeroportos – três já foram, estamos fazendo de dois –, mas temos uma renda de aeroportos da Infraero com mais de 30 aeroportos. Nem todos são viáveis ou sustentáveis para fazer uma concessão, mas todos absolutamente necessários para o deslocamento de pessoas, bens, mercadorias no País e, portanto, precisam de investimento e de gestão. A Infraero e o Governo darão essa sustentação. Além da outorga fixa, há uma contribuição variável. É isto que falei: os subsídios são cruzados, os valores vão para o Fundo Nacional de Aviação Civil. E somente outorga fixa anual de Brasília, Viracopos e Guarulhos gerará em torno de R$1,1 bilhão para serem utilizados em investimentos no sistema.

Pode passar.

Quanto às premissas, esse é um modelo societário. A Infraero participa com 49%. É uma concessionária. Quando eu cheguei, o pessoal da imprensa me perguntou se isso era impactante para o Tesouro, porque houve uma colocação do Ministro Moreira Franco, que disse que isso geraria impacto para o Tesouro, que isso geraria prejuízo. Foi uma opção que nós fizemos para a sustentabilidade da Infraero, porque nem todos os aeroportos são passíveis de concessão, são sustentáveis. Nós precisamos de uma empresa para fazer a gestão dos demais aeroportos, e a Infraero é essa empresa. A participação dela junto dos aeropor-

tos concedidos serve justamente para que ela busque uma *expertise*, melhore sua capacidade de gestão e conviva com grandes operadores, para poder transferir esse ganho para todo o sistema aeroportuário.

Então, essas são as premissas e os resultados. O prazo de concessão do Galeão é de 25 anos, e o de Confins é de 30 anos. A contribuição variável é de 5% da receita. Esses são os fatores que falam da contribuição. Esses são os investimentos. E o retorno é de 6,46%; essa é a TIR do projeto. O valor mínimo de outorga é de R$4,8 bilhões no Galeão e, em Confins, é de R$1,1 bilhão, com um investimento exigido de R$5,7 bilhões no Galeão e de R$3,5 bilhões em Confins.

É isso. Rapidamente fiz esse panorama das concessões, dos quatro eixos. É óbvio que há outras áreas que também estão em processo de investimento, onde também há concessão. Agora, nesta semana, houve o leilão de Libra, com um resultado de muito sucesso. É a nossa primeira concessão do pré-sal, do bloco do pré-sal. Há outras concessões em andamento. Já fizemos a 11ª Rodada de Petróleo e Gás. E também estamos fazendo concessões na área de energia, em linhas de transmissão e de geração de energia. Mas, hoje, aqui, demos foco aos eixos de transporte, para melhorar a logística.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª a Srª Ministra Gleisi Hoffmann.

Passaremos agora às perguntas dos Srs. Senadores, dos internautas e dos telespectadores e ouvintes da TV Senado e da Rádio Senado.

Eu deixaria a primeira pergunta, Srª Ministra. Vou passá-la às mãos de V. Exª, para posterior oferecimento de resposta. A pergunta é feita pelo Sr. Eduardo Ferraz Ventura, de Belo Horizonte:

O Governo que investir em educação e em ferrovias entrará para a história com louvores. O modal rodoviário já está saturado, com perdas enormes para a nossa economia. Uma composição férrea transporta o mesmo que 300 caminhões. Há falta de educação e de profissionalismo dos caminhoneiros e perdas ainda maiores com acidentes e mortes, responsáveis por 80% nas estatísticas.

Temos de revitalizar nossas ferrovias, modal básico de todo país desenvolvido. Temos de incentivar a indústria ferroviária.

Aeroportos. Qual o balanço que o Governo Federal faz das licitações de aeroportos já executadas? Em que medida essa avaliação impacta a modelagem das licitações futuras? Que mudanças são vislumbradas em função das experiências adquiridas?

Portos. Quando poderemos observar resultados práticos na nova Lei dos Portos? Em outras palavras, qual o cronograma com que o Governo Federal tem trabalhado para lançar editais de autorização de portos, já com o novo marco legal do setor?

Projetos. O Tribunal de Contas da União alega que muitas obras nem sempre são embargadas por indícios reais de corrupção, mas pela má qualidade dos projetos que as embasam, o que impede uma execução mais precisa, com maior eficiência, dos recursos públicos. Essa afirmação procede? Em caso afirmativo, o que o Governo Federal tem feito para solucionar esse problema?

Rodovias. No modelo atual, existe a possibilidade de que os usuários paguem pedágio mesmo antes de os trechos em que trafegam terem sido duplicados? O Governo Federal contempla a possibilidade de utilização de subsídio cruzado nas próximas concessões, isto é, conceder dois ou mais trechos por lote, sendo um em uma região rica, combinado com outro em uma região mais pobre, de forma a melhorar a infraestrutura de regiões como aquelas no interior do Nordeste?

Ferrovias. Como V. Exª avalia a determinação do Tribunal de Contas da União no sentido de proceder a alterações nos editais das ferrovias, para que as regras sejam adaptadas às novas atribuições da Valec? Quais seriam exatamente essas novas atribuições da empresa?

Por fim, o que essa determinação do TCU implica em termos de atrasos nas obras ferroviárias principalmente, se forem necessárias alterações na legislação, que sempre demandam tempo?

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Blairo Maggi, primeiro inscrito na ordem.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento a nossa Ministra Gleisi, Ministra-Chefe da Casa Civil.

Seja bem-vinda à sua Casa, já que a senhora é Senadora, junto conosco. Está emprestada à Presidência da República.

Também o Dr. Luís Inácio Adams, que é Advogado-Geral da União. Seja bem-vindo!

Ministra, em primeiro lugar, quero dar um testemunho e cumprimentá-la pelo esforço que vem sendo feito na Casa Civil. Muitas das áreas não são diretamente ligadas à Casa Civil, mas V. Exª têm feito um trabalho muito grande para tentar desemperrar muitas coisas que estão aí colocadas e que foram aqui apresentada na sua explanação.

Os problemas que nós temos no Brasil não são simples, não são fáceis de resolver. Se o fossem, nós já os teríamos resolvido. O Estado brasileiro faz ou

manda fazer, e faz, e está feito, mas a coisa não é bem assim. Há todo um aparato de complicação. Nós, aqui, na Comissão, falamos muito disso, da guerra do papel, das grandes dificuldades, da fiscalização, de como as coisas são feitas e de como elas retardam e atrapalham o andamento do dia a dia do Governo e das obras que são feitas.

Muitas vezes ou na grande maioria das vezes não é a falta de recursos que faz com que as obras não andem. É a burocracia mesmo e todos os empecilhos, os órgãos auxiliares, o próprio Governo criando confusão para o próprio Governo, haja vista posicionamentos na área de meio ambiente, posicionamentos na área indígena.

A Funai praticamente joga contra o Governo o tempo inteiro, com suas posições nem sempre muito republicanas, e o Dr. Luís Inácio tem que estar o tempo inteiro trabalhando, apagando incêndio para cá, para lá. Essa questão indígena tem, de fato, atrapalhado muito o andamento de obras importantes.

Enfim, essas são as preocupações que V. Exª tem na Casa Civil, mas demonstrou aqui, na apresentação, quando puxou uma foto do Porto de Santos, que sabe exatamente quem são os operadores: "Aquele porto é da ADM, aquele é da Bunge, aquele é da Caramuru". Isso significa que está realmente por dentro do assunto que está sendo tratado.

Esta é a questão sobre a qual eu gostaria de deixar uma pergunta e entender por que nós estamos fazendo isto: por que o Tribunal de Contas da União tem que dar o aval antecipado para essas questões? É comodidade, é segurança, é para não complicar mais tarde ou ele tem por obrigação fazer isso? Parece-me que é quase o rabo abanando o cachorro! Ele é um órgão auxiliar, mas, a cada dia, eles se arvoram de novos direitos, de novas coisas, e veem nos pressionando. O Presidente Collor tem sido muito crítico aqui na Comissão de Infraestrutura sobre esse assunto.

Então, essa questão do Tribunal de Contas é algo que preocupa. Devemos nos perguntar se não é hora de o Congresso e o próprio Executivo reenquadrarem isso, dar uma direção, dizer exatamente qual é o papel de cada um dentro dessa organização de Estado que nós temos. Hoje, todos se sentem no direito de atrapalhar as nossas obras e coisa parecida.

Outra coisa que eu gostaria de perguntar – a senhora já colocou aqui por último, mas quero insistir: por que, na questão dos aeroportos, nós temos que ter a Infraero como participante, com 49%. Aeroporto para mim é igual a rodoviária, é igual a linha de transmissão, é igual a rodovias, é igual a portos. Em todas essas áreas, linhas de transmissão, o Governo faz as concessões. Ele não participa. Ele não tem participação de 30%, de 20%, de 50%.

Por que exatamente nessa questão de aeroportos precisa? Há aeroportos grandes, médios e pequenos. Há rodoviárias grandes, médias e pequenas. Eu não conheço nenhum Estado dono de rodoviária que opere a rodoviária. Por lá, transitam milhares de pessoas por dia. Então, eu penso que, nos aeroportos, deveria ser a mesma situação.

No aeroporto de Cuiabá, por exemplo, se fizermos a concessão daquele aeroporto com as regras que estão aí colocadas, não haverá quem o opere. Mas, se as regras forem mais flexíveis, mais adaptadas para o empresariado local, eu tenho certeza absoluta de que algum empresário de lá ou de qualquer uma das cidades brasileiras vai apresentar-se e vai gerir aquele negócio melhor do que a Infraero o faz. Ao chegarmos a qualquer aeroporto do Brasil, não conseguimos nem ir ao banheiro, por exemplo. Imaginem uma estatal cuidar de banheiro, é um negócio meio louco.

Então, eu queria provocar o assunto novamente e sugerir ao Governo que pense aeroporto como pensamos outras coisas. A operação do avião no chão é outro departamento, ou no ar, é outra coisa, que não é privada e tem que ser feita. Existe toda uma estrutura que deve ser conduzida. Essa era uma das questões.

Para finalizar, Ministra, agradeço a V. Exª pela atenção que tem dado ao Estado de Mato Grosso. O Senador Moka ficou reclamando de que o Mato Grosso do Sul fica para trás, mas eles também têm suas coisas. A ferrovia até Rondonópolis é uma realidade. O maior terminal da América Latina já está operando lá. Nesta semana, eu estava sobrevoando, chegando ao aeroporto de Rondonópolis, e bem no final desse aeroporto vi dois trens com mais de 100 vagões chegando ao terminal. É algo realmente emocionante. Para quem esperava por aquilo há mais de 35 anos, é uma coisa muito bacana.

As rodovias também estão sendo duplicadas entre Rondonópolis, Cuiabá e Posto Gil. As obras estão em andamento muito acelerado. É importante o atendimento que temos recebido por parte do Governo, e a senhora tem participado muito para desentravar essas questões. Então, basicamente, são essas...

Faltou um detalhe. Em relação aos trens, ou às ferrovias que serão privatizadas, um dia desses, a senhora disse: "Não, vocês têm que nos ajudar". Eu tenho participado de algumas conversas com empresários, com construtores, entusiasmando-os mais na questão da FICO, por exemplo, que é uma ferrovia que chega a Mato Grosso, e eu acho que é prioridade e é a mais economicamente viável no momento. Mas existe a preocupação, por parte de possíveis empreendedores,

em relação às informações que estão hoje disponíveis, como de geologia, de fundações, se o traçado está definido. Eles estão bastante preocupados com a falta de informação. E não é que elas estão escondidas; elas não foram feitas. Não existe um projeto básico do básico. E isso pode alterar e muito o custo da ferrovia. Se você errar na parte da engenharia, isso pode ir para cima ou pode vir para baixo. Quer dizer, se estourar, e o empreendedor não conseguir pagar suas contas no futuro, é um problema para todo mundo.

Eu gostaria de saber de V. Exª como está essa preocupação com respeito à FICO e às outras ferrovias que também serão colocadas em concessão.

Parabéns e muito obrigado, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Blairo Maggi.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, prezado Dr. Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União; querida Ministra Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, quero cumprimentá-la pela visão tão abrangente e significativa e pela maneira como assimilou, ao longo desses anos em que, além de Senadora, V. Exª se tornou Ministra e uma das principais colaboradoras da Presidenta Dilma Rousseff na coordenação de tantas atividades tão significativas.

V. Exª mencionou a retomada dos investimentos citando R$213 bilhões como investimento privado. Eu gostaria de compreender. Se nós fôssemos considerar os investimentos privados e públicos, esse dado seria de que ordem, de que natureza?

Noto que esse dado de investimentos em transportes coloca para ferrovias R$99 bilhões, bem mais do que os R$52 bilhões para rodovias, os R$54 bilhões para portos e os R$8,7 bilhões para aeroportos. Isso significa uma reversão, conforme V. Exª enfatizou ao mostrar o quadro, sobretudo de ferrovias. E, ao olhar uma proporção da importância das ferrovias, se fôssemos, por exemplo, comparar a década presente *versus* a década passada, poderia nos dar uma ideia do quão mais importantes as ferrovias se tornarão no Brasil em relação aos demais meios de transportes?

V. Exª não mencionou, não fez qualquer referência ao chamado trem-bala. O Governo havia anunciado que haveria uma licitação com respeito ao trem-bala, especialmente no eixo Rio-São Paulo, Rio de Janeiro-Campinas-São Paulo e outra região de São Paulo, possivelmente com expansão para outras áreas do Sul, Paraná e outras. Mas houve o adiamento. Poderia nos dar uma informação sobre o estágio em que se encontra o plano a respeito?

Notei também, aqui nos dados que V. Exª mostrou relativamente à utilização de aeroportos e de passageiros, um dado efetivamente impressionante: de 2003 para 2011, nós tivemos praticamente uma triplicação, de 37 milhões para praticamente 100 milhões de passageiros transportados. Isso é um sinal evidente... E todos os anos tem havido acréscimos significativos. Não estão aqui os dados de 2012 e 2013, mas acho que isso representa um crescimento significativo de quão mais brasileiros estão viajando – quase três vezes de acréscimo é bem mais do que o crescimento da população nesse período.

Então, eu queria sublinhar esse aspecto importante. Daí por que ganha grande relevância a melhoria de todos os aeroportos no Brasil, ainda mais com os eventos da Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Meus parabéns a V. Exª!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Dr. Luís Adams, nossa colega Ministra Gleisi Hoffmann – seja sempre bem-vinda aqui à sua Casa, Ministra. Eu quero cumprimentar V. Exª, e, por seu intermédio, cumprimentar a nossa Presidenta Dilma pelo planejamento que está sendo feito agora, com investimentos em rodovias, ferrovias, hidrovias, coisa que não acontecia há muito tempo. O Brasil cresceu principalmente com relação à produção de grãos, produção agrícola, pecuária, etc., e não houve investimento proporcional nos últimos anos.

Então, quando encontramos esse planejamento, isso nos dá uma tranqüilidade de que, num futuro muito próximo, possamos ter um crescimento na infraestrutura, que é muito importante para todos nós.

Mas quero trazer a questão para o momento, agora. Faço duas colocações apenas: a nossa BR-319, que entendo tratar-se de uma questão política. Se não houver uma vontade política de Governo, essa questão ambiental nunca vai ser resolvida. Se já foi desmatado na época, há mais de 30 anos, não há problema de desmatamento, e, se a preocupação é o desmatamento, sem a possibilidade de acesso para a fiscalização, aí, sim, o desmatamento pode continuar, porque o escoamento das madeiras que porventura estejam sendo cortadas indevidamente é feito pelos rios. Os rios são enormes, e a quantidade de rios na Amazônia é muito grande.

Entendo que a construção da BR-319 vem ajudar na fiscalização do desmatamento ilegal. Então, é uma questão lógica, mas há uma pressão ambiental que não nos deixa construí-la, que pode, inclusive, ajudar a fiscalizar o desmatamento ilegal, Presidente.

E na hidrovia do Madeira, Porto Velho a Manaus, a contratação da dragagem aconteceu, mas a obra, não. Há uma maquiagem para a dragagem do Madeira, o que é muito importante para todos nós. A época das águas já está começando, e é quando não se precisa mais de dragagem. E, de repente, a empresa vai querer fazer a dragagem agora. Isso aconteceu no passado. E aí há uma maquiagem do trabalho, um recebimento, e não o trabalho feito.

Era somente para destacar esses dois pontos, Ministra, dentre todos, pois são muito importantes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pois é. Agora não precisa fazer. Não pode fazer. Se fizer, vai acontecer como no passado em outros governos, Ministra. Faz-se o contrato, há uma imagem de que se fez o trabalho nessa época: o trabalho não é feito, mas é feito o pagamento.

Se for para fazer agora, é melhor não fazer. Não precisa ser feito agora, pois as águas dos rios estão subindo. Tem que se programar para fazer isso na época da seca. Começou a seca, vamos fazer a dragagem do Rio Madeira.

Com relação aos aeroportos, somente para colaborar com o Blairo, ressalto dois aspectos: estação de passageiro é uma coisa; pista de pouso e pátio é outra coisa. Se pudéssemos separar isso para fins de terceirização, seria importante. São coisas bem distintas e bem diferentes.

No mais, Ministra, mais uma vez quero parabenizar o seu trabalho à frente da Casa Civil, que tem feito realmente a diferença no Governo da nossa Presidenta Dilma, principalmente ao preparar o Brasil para o futuro, um futuro que já chegou em termos de produção, mas que, em termos de infraestrutura, ainda vai chegar. E V. Exª tem um trabalho excepcional à frente desse planejamento do novo Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

Passo a palavra à S. Exª a Srª Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. GLEISI HOFFMANN – Agradeço as perguntas, as contribuições dos Senadores, agradeço a deferência.

Com relação à questão da burocracia e das exigências. Essa questão, eu diria, é o nosso maior entrave hoje para fazer com que as coisas aconteçam.

Nós já tivemos um momento no País em que não tínhamos recursos. Nós tínhamos um orçamento fiscal muito ajustado, muito apertado, tínhamos um problema de economia no País, de macroeconomia e não tínhamos dinheiro para investir em obras que fossem importantes.

Quando começou o PAC, em 2007, o Governo começou a olhar para os investimentos como uma necessidade e a colocar recursos fiscais, recursos do orçamento dirigidos aos investimentos. Então, a partir daí, nós tivemos um crescente de recursos para investimento, e o Estado brasileiro começou a dar respostas. Então, hoje nós temos recursos para executar em várias áreas e temos dificuldades em muitas outras. Uma delas é exatamente em projetos.

Nós não tínhamos a cultura de ter projetos para iniciar obras, porque, como nós não íamos ter obras, pois tínhamos pouco dinheiro, para que fazer projeto? Isso porque um projeto de obra também custa. Não é barato fazer um projeto. Se você vai fazer um projeto de uma ferrovia, um projeto básico, um projeto para fazer uma boa licitação ou mesmo o investidor privado, o empreendedor vai fazer um projeto, é um projeto de R$15 milhões, R$20 milhões. Então, nós estamos falando de grande monta de recursos que têm de ser investidos para a realização de projetos. Então, o Brasil não tinha isso. Quando nós iniciamos o PAC, nós iniciamos um programa para fazer investimentos e, ao mesmo tempo, para fazer projetos. Então, olha o desafio que foi isso.

Hoje, nós já temos um encaminhamento melhor em relação a essa questão de projeto. Inclusive, abrimos no PAC espaço para financiamento dos projetos, para que nós possamos ter projetos para execução imediata, mas também projetos para execução de médio e longo prazo.

A questão da burocracia é inerente à nossa legislação, e os senhores estão com uma comissão especial aqui discutindo a Lei nº 8.666. É importante haver uma reforma nessa lei. Ela cumpriu um papel importante na nossa história administrativa, mas ela precisa ser modernizada. Nós conseguimos um avanço importante com o RDC; ou seja, nós fizemos um Regime Diferenciado de Contratação para as obras da Copa e também das Olimpíadas. E, agora, o próprio Congresso, numa interlocução com o Executivo, está entendendo importante estendê-lo a outras ações, a outras obras. Já estendemos isso às obras do PAC, bem como a obras das áreas de educação e saúde. Estamos tendo economia de tempo e de procedimen-

tos em relação ao RDC. Ele também está passando por uma revisão, por ajustes. É importante, mas sozinho ele não dá conta disso. Nós precisamos avançar e fazer, de fato, a discussão da Lei nº 8.666.

As exigências tanto ambientais como de controle são inerentes à nossa realidade. Nós precisamos ter um equilíbrio entre as obras de infraestrutura, o desenvolvimento e a preservação ambiental. Uma das riquezas do País é exatamente a diversidade que nós temos no nosso sistema ecológico, ambiental. Mas, obviamente, temos de fazer isso com responsabilidade e muito equilíbrio. Para isso, precisamos ter claro quais são os processos, os procedimentos de licenciamento, ter prazos estabelecidos. A Ministra Izabella tem trabalhado muito nisso, e nós temos avançado. É claro que ainda há dificuldades, mas nós temos avançado. Hoje, os órgãos ambientais de licenciamento já têm referências de como construir o seu processo, têm prazos, têm uma centralidade. O Ibama tem uma coordenação sobre o que a gente chama de órgãos envolvidos, que são a Funai, o IPHAN, a Fundação Palmares, que, muitas vezes, têm de opinar nesse processo. É importante dizer que também isso é uma demanda do Ministério Público; ou seja, muitas vezes é para que esses órgãos se manifestem; se têm que pedir mitigação em relação a uma determinada obra ou pedir que essa obra seja desviada daquele curso em que ela está – uma obra de rodovia ou de ferrovia –, daquele traçado; ou quais são os equilíbrios, as mitigações que nós vamos oferecer.

Então, nós convivemos com essa determinação e com essa legislação. Estamos fazendo tudo para deixar isso de forma mais organizada, clara e para que haja prazos para não atrasarem tanto os empreendimentos e para que a gente possa dar uma resposta à questão da conservação e preservação do meio ambiente.

É importante dizer que, para as concessões, o Governo entregará. Há um esforço conjunto da EPL, Ministério dos Transportes, Ministério do Meio Ambiente, Casa Civil para o licenciamento das obras. Nós entregaremos a licença prévia de todas essas obras e, em alguns casos, licença de instalação.

Então, o conjunto de rodovias que está para receber a concessão já está com a solução encaminhada em termos de licenciamento. Quanto às ferrovias, nós já estamos com um grupo atuando e também fazendo todas as interações dos órgãos envolvidos para que isso aconteça.

Um dos trechos de que o Senador Blairo falou, da FICO, que é de Lucas do Rio Verde a Uruaçu, nós também julgamos que é um dos principais trechos e estamos finalizando o estudo para entregar ao Tribunal de Contas da União. É um estudo que já está bastante avançado em termos de processo de licenciamento. Então, nós queremos já entregar a licença de início de obras para que não haja atraso. Esse é um compromisso do Governo. Nesse processo de concessões, nós vamos entregar o licenciamento.

Os órgãos de controle, uma exigência que nós temos – quer falar, Senador?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Permita-me, Ministra. Quando eu falo desse trecho, até não é com respeito às licenças ambientais, mas em relação à questão de informação de solo, mesmo, de prospecção, de sondagem, para que a obra que vai ser construída esteja dentro do preço previsto, e que não haja surpresas nesse tipo de situação.

A SRª GLEISI HELENA HOFFMANN – Nos projetos de concessão, nós fazemos estudos conceituais. Nós não fazemos projeto básico nem projeto executivo. Nós teríamos que contratar isso para fazer e depois licitar a concessão. Então, nós não fazemos isso para nenhuma modalidade de concessão. Não fazemos para rodovia, não fazemos para o setor elétrico. Nós colocamos à disposição do mercado projetos conceituais.

Obviamente, há risco de engenharia, e esse risco é assumido pelo empreendedor. O que nós estamos procurando fazer é que esses estudos sejam da melhor qualidade possível, para que os riscos sejam os menores possíveis.

No caso da Lucas de Rio Verde a Uruaçu, nós temos um projeto básico que foi encomendado pela Valec. Na consulta pública em que foi apresentado apenas o projeto conceitual, a EPL sugeriu que esse projeto básico fosse considerado. Por isso, demorou o envio do estudo ao tribunal. Nós reconsideramos aquele projeto inicial que era só conceitual para mandar ao tribunal um projeto básico. Então, ele está em finalização, vai ser apresentado ao tribunal e também ao mercado. Eu diria, então, que esse trecho vai ter um projeto com mais informação. Mas, nos demais trechos, nós vamos procurar dar uma quantidade de informações suficientes para que a obra seja licitada.

É importante dizer que, no caso de ferrovias, o risco em termos de assegurar os investimentos é muito pequeno, dado o fato de que a Valec compra capacidade; ou seja, essa compra de capacidade é basicamente o valor oferecido da obra, dos investimentos e também da operação no momento da licitação. É diferente de rodovia, em que a remuneração do construtor, do investidor se dá pelo pagamento do pedágio. Não há uma garantia efetiva da União de ressarcimento. Nesse caso, você compra capacidade.

Em relação ao Tribunal de Contas da União, eu vou me utilizar aqui da presença do nosso Advogado-Geral da União. O Tribunal de Contas tem uma legis-

lação, tem uma lei, que é a lei do tribunal, que dá a ele poderes para baixar instruções normativas, para requerer informações e, no caso de concessões, o que a gente chama de desestatização, de requerer essas informações e passar antes pelo tribunal.

Eu acho que na sequência o Adams poderia fazer uma exposição da necessidade e também de quais são as regras a que estamos submetidos do ponto de vista legal.

Na questão da Infraero, é importante dizer que nós não temos, diferentemente de outras modalidades, *expertise* de empresas aqui no Brasil de administração aeroportuária. Temos a Infraero, mas não temos nenhuma outra. É diferente, por exemplo, de concessão de rodovia, de ferrovia, em que já há consórcio, há empresas, ou mesmo de geração de energia e empresas locais com *expertise* e experiência.

Então, quando nós fizemos o modelo, nós queríamos também que a empresa nacional ou outras empresas pudessem conviver com grandes operadoras e, a partir daí também, obterem experiência para poder fazer a administração dos nossos aeroportos. É importante dizer que a maioria das operadoras do mundo são operadoras com participação expressiva de recursos públicos, ou seja, de governos. Há algumas, inclusive, que são totalmente estatais.

Então, quando nós analisamos o sistema no mundo, nós vimos que não poderíamos abrir mão de uma empresa pública aqui, principalmente porque nós temos aeroportos que jamais vão ser aeroportos com capacidade de ser objeto de concessão com sustentabilidade. Então, ao colocar a Infraero junto no sistema, é exatamente para que ela possa ter essa experiência e transferi-la aos demais aeroportos do sistema.

Nós tivemos focos nos grandes aeroportos, ainda não trabalhamos com médios e pequenos aeroportos. Na realidade, nos pequenos aeroportos, nós estamos fazendo como obra pública as melhorias, que é aquela rede de aeroportos regionais, 270, que a Presidenta lançou no final do ano. Então, melhorias de pátio, de terminais de passageiros. E aí, sim, nós já temos uma previsão de que esses aeroportos podem ser delegados a Estados e Municípios, e a gestão desses aeroportos ser feita através de uma parceria público-privada. Então, nós vamos ter vários aeroportos regionais em que vamos ter uma modelagem diferente de gestão. Pode ser diretamente pública, no caso de Infraero, mas a Infraero ficará com poucos desses aeroportos. E, no caso de delegação a Estados e Municípios, de uma parceria administrativa com o privado, que eu acredito que vá ter bons resultados para esses aeroportos.

A questão de ferrovia: bom, as ferrovias, eu já falei essa de Lucas do Rio Verde a Uruaçu e Campinorte, que é uma das nossas prioridades.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E ela chegará a Porto Velho também, Ministra, essa Ferrovia de Lucas. Está em fase de licitação o projeto de Porto Velho a... Eu não sei se é de Porto Velho a Vilhena ou de Porto Velho a Lucas.

A SRª GLEISI HELENA HOFFMANN – A EPL está com esse estudo da segunda fase. Eu não tenho todas as informações aqui, Senador, mas depois eu posso pedir para o pessoal passar. Mas tem o trecho da segunda fase, sim.

Quanto à questão dos investimentos públicos e privados, eu não tenho aqui, Senador Suplicy, o quanto de investimento público já foi executado. Eu não tenho os dados do PAC aqui, mas depois eu posso lhe mandar. Não me lembro de cabeça, porque eu não faço acompanhamento cotidiano. A Ministra Miriam, junto com os ministérios envolvidos, é que faz.

Mas esse número que nós trazemos, de R$213 bilhões, são investimentos privados. Nós previmos esses investimentos pela necessidade que eles têm, de infraestrutura, de melhoria de logística. Eles podem variar. Podem ser, inclusive, mais do que nós previmos aqui.

Não tenho dúvida de que ferrovia é um grande desafio nosso. Há muito tempo, a gente não tem nenhum investimento dessa monta em ferrovia. Reiniciamos com o PAC, mas colocar 11 mil quilômetros de ferrovia para conceder... 14 trechos é um grande desafio. Não é algo simples nem fácil, mas nós entendemos que temos de fazer. O País precisa disso. Nós não vamos sustentar uma logística de qualidade, com eficiência, que dê competitividade à nossa produção só através do sistema rodoviário. Não sustenta. Por mais que nós façamos esses investimentos.

O trem-bala foi adiada a licitação da tecnologia, foi mantido o cronograma. O projeto está sendo coordenado pelo Ministério dos Transportes e pela EPL e, tão logo se tenha as datas, aí, dos novos marcos de concessão, tanto de infraestrutura como tecnologia e operação, serão divulgados.

Senador Acir Gurgacz, em relação à BR-319, ela está sendo estudada. É um desafio, é uma rodovia que não está no PIL, então... Mas eu sei que é um desafio. Quanto à questão das hidrovias, principalmente a hidrovia que foi mencionada por V. Exª está no PAC. Então, portanto, as obras também estão sendo acompanhadas e monitoradas pelo Programa de Aceleração do Crescimento.

Em relação às perguntas que o Presidente Collor passou aqui, acredito que é de quem nos acompanha na TV Senado, a quem também quero fazer uma sauda-

ção. Sobre os investimentos em ferrovias e educação, não tenho dúvidas de que isso é fundamental para o desenvolvimento.

Em educação, inclusive, tivemos um avanço importante. Esta Casa contribuiu muito quando votou e aprovou o projeto de destinação dos *royalties* do pré-sal para a educação. Os números estão aí para comprovarem a importância que isso vai ter para a área. São US$270 bilhões de *royalties* estimados com o pré-sal, nos próximos 35 anos, sendo 75% para a educação e 25% para a saúde. Não tenho dúvidas de que vamos mudar, de forma considerável, a realidade educacional brasileira.

A avaliação que fazemos dos aeroportos concedidos até agora é uma avaliação positiva. Tínhamos uma preocupação grande com a qualidade das operadoras que entraram no processo, porque eram operadoras com uma experiência de operação em aeroportos com menos passageiros do que a Infraero operava. Tivemos uma intensa interlocução com os novos operadores e também com as sociedades que se formaram para fazer a gestão em administração desses aeroportos. Eles agregaram consultorias e operadoras com referência internacional e grandes experiências. Hoje, avaliamos que eles conseguiram superar bastante as dificuldades iniciais. As obras estão acontecendo. Tivemos melhorias de gestão. Foi exatamente essa avaliação, nesse espaço de tempo, que nos levou à decisão de colocar para licitação os dois novos aeroportos, que serão licitados agora no dia 22 de novembro.

Os resultados práticos de portos. Já tivemos as rodadas dos terminais de uso privado. São 62 pedidos de instalação de terminais. A Antaq já está recebendo individualmente os pedidos. Eles são publicados, e as audiências públicas, os anúncios públicos são feitos de forma individualizada. Quem quiser questionar, quem quiser se oferecer aproveita esse processo, para que não tenhamos problemas de continuidade nas autorizações.

Todos os terminais que participaram do anúncio público estão apresentando a documentação devida e requerida no processo para liberação. Muitos já estão avançados, e acreditamos que, em dezembro, já teremos um número final dessa primeira rodada, de quantos aeroportos estão habilitados para iniciar a construção ou ampliação de terminais de uso privado.

Em relação aos portos públicos, já estamos com os estudos de Santos e Pará no Tribunal de Contas; Paranaguá e Bahia, em fase de consulta pública. Os outros dois lotes são portos no Nordeste e do Sudeste, e devemos ter a fase de consulta pública no início do ano, entre janeiro e fevereiro.

Acreditamos que os leilões de concessões dos arrendamentos portuários vão ocorrer no início de 2014. Pretendemos, se tudo correr bem na avaliação com o Tribunal de Contas da União, colocar ainda um lote de arrendamentos em dezembro. Se isso não for possível, vamos colocar a partir de janeiro. E, no primeiro semestre de 2014, é nossa meta fazer os arrendamentos de todos os portos envolvidos no estudo.

Em relação aos questionamentos de projetos, o tribunal tem feito questionamentos, mas também tem feito elogios. Tem dito que melhoramos muito o nível de projetos que têm sido enviados ao tribunal. Isso, claro, é por conta da dedicação que estamos tendo com essa área; ou seja, estamos destinando recursos para fazer projetos. E mesmo os projetos de concessão, principalmente de rodovias, que é uma área onde estamos acumulando experiências, temos conseguido enviar ao tribunal projetos com maior consistência e qualidade.

Em relação a subsídio cruzado, temos de avaliar a sustentabilidade: se, de fato, o pedágio de uma rodovia é capaz de sustentar uma segunda rodovia. Temos uma preocupação muito grande com a tarifa de pedágio. Ela tem que ser socialmente aceita, tanto para aquele que passa, pessoa física, quanto para aquele que passa com a sua carga, com a sua produção. Não podemos ter uma tarifa que onere essa produção e onere o País. Ela tem que ser equilibrada. Então, nós temos muita cautela em analisar a colocação de subsídio cruzado, para saber se há sustentabilidade ou não. Às vezes, é melhor você fazer uma obra pública ou fazer uma parceria público-privada com uma concessão patrocinada, não é?

Em relação às ferrovias, nós estamos fazendo as adequações e os ajustes com o Tribunal de Contas da União, uma série de questionamentos sobre o modelo. Fizemos já algumas mudanças. Quando nós enviamos o modelo de portos, nós fizemos já a adequação na Lei nº 10233, dando à Valec a autorização de fazer compra e venda e fazer gestão de capacidade de ferrovias, e agora nós estamos preparando um decreto para fazer a regulamentação da lei da Valec, deixando claro quais são os deveres, quais são as obrigações da Valec, como ela pode atuar nesse novo modelo de concessões.

Eu acho que eram esses os questionamentos. Eu não sei se o Adams pode complementar na questão do tribunal...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado à Srª Ministra Gleisi Hoffmann.

Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União, eu gostaria

de, atendendo à demanda dos telespectadores, passar à Srª Ministra mais algumas perguntas.

O Sr. Rogério Guedes diz:

Chamo a atenção sobre as tarifas de embarque nos aeroportos, que são pesadas para boa parte da sociedade. Um casal com dois filhos, a partir de dois anos, paga em torno de R$170,00, ida e volta, R$21,00 vezes quatro, por trecho. Tal valor pode representar mais que o preço de uma passagem Rio-Brasília. Assim deveria ser previsto algum desconto por família. Agradeço.

Da Srª Maria de Fátima Anselmo, Jardim dos Pinheiros, Atibaia. Afirma estar acompanhando a audiência pública da Comissão de Infraestrutura. Diante disso, pergunta por qual motivo não há redução dos pedágios.

Outra, do Sr. Ivair Radaeli, de Curitiba:

A Senadora Gleisi Hoffmann, morando em Curitiba, conhece bem estas situações: 1) pedágio para descer de Curitiba para o litoral paranaense, R$13,00; 2) pedágio para descer de Curitiba para o litoral de Santa Catarina é igual a dois pedágios de R$1,50. Observação: a rodovia do Paraná não foi duplicada pela concessionária. Estudar os dois modelos e ver o que é necessário para adotar valores menores nos pedágios. Sugestão: nas concessões de rodovia, o Governo fazer a duplicação para reduzir o custo do pedágio.

Literalmente, é o que está aqui, está escrito.

E mais uma, do Sr. Antônio Córdova, de Três Pinheiros, Gramado, Rio Grande do Sul:

Pergunto a V. Exª a possibilidade de construção de um novo aeroporto na região de Porto Alegre, pois o atual não comportaria obras de ampliação, e de algum aeroporto no Município de Vila Seca."

Segundo ele, recentes pesquisas apontaram o Município de Vila Seca como o melhor local para a construção de um aeroporto na região. Afirma que isso promoveria o turismo em toda a região.

Passo agora a palavra a S. Exª, o Sr. Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Presidente desta Comissão, Presidente Collor, Ministra Gleisi, agradeço o elogio e retribuo, porque V. Exª tem atuado com muita dedicação na condução dessas questões tão importantes para a sociedade brasileira, particularmente considerando o papel de coordenação que a Casa Civil exerce no conjunto da atuação dos ministérios do Governo Federal.

Só para esclarecer o ponto específico do TCU. O que estabelece a obrigação de o TCU examinar os processos de desestatização é a própria Lei nº 9.941, que é a Lei de Desestatização, que estabelece a obrigatoriedade de encaminhamento ao TCU de todos os estudos e trabalhos que são realizados para efeito dos processos de desestatização. E aqui nós falamos também de concessões e permissões licitadas. Isso está previsto expressamente na lei. Com base nisso e com base na disposição do art. 3º da Lei 8.843, que é a Lei Orgânica do TCU, ele disciplina isso e estabelece cada etapa dessa submissão, que é a Instrução Normativa nº 27. Essa Instrução se torna compulsória para a Administração Pública como um todo, exatamente porque a própria Lei nº 8.843 assim determina. Todos os procedimentos de submissão ao Tribunal de Contas, de matérias sujeitas à fiscalização ou prestação de contas, são submetidos a essa sistemática regulada pelo próprio Tribunal de Contas. Portanto, é uma obrigação legal. Nós estamos, de fato, cumprindo uma obrigação legal.

Agora, é importante registrar que temos um trabalho de intercâmbio e de colaboração com o Tribunal de Contas. Independentemente de questões críticas que se possam estabelecer em relação aos processos de controle e de intervenção que têm ocorrido, o fato é que, nessa relação do processo de concessão, esse trabalho da administração com o Tribunal de Contas também tem produzido, no nosso ponto de vista, um bom nível de segurança jurídica no resultado final dos processos de licitação, o que nos dá segurança no processo final. Agora, de fato, todo o procedimento é regulado a partir dessa legislação e torna-se, portanto, uma obrigação legal que temos de cumprir para efeito de dar efetividade ao resultado final, que é a licitação em si.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Ministro Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União, pelas suas explicações a respeito da questão TCU, relacionadas a essa lei, feita para a questão específica da desestatização, conforme muito bem frisou o Sr. Ministro.

Passo agora a palavra a S. Exª o Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

O Senador Walter Pinheiro não está presente.

Em seguida, passo a palavra a S. Exª o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Ministra Gleisi Hoffmann, da Chefia da Casa Civil, Ministro Adams, Senadoras e Senadores, todos aqueles que nos acompanham. Ministra, vi que os eixos colocados sobre os investimentos em infraestrutura no Brasil, nos modais, são principalmente aqueles ligados às concessões.

Mas tenho visto que há muita obra pública e muitos aeroportos, por exemplo. V. Exª colocou aqui três

aeroportos já concedidos e outros dois que estão em processo de concessão. Por exemplo, o aeroporto de Curitiba é um dos que estão recebendo investimentos de grande monta do Governo Federal, que ultrapassam a casa dos R$300 milhões. Não só Curitiba, como Londrina, que tem uma previsão próxima a R$100 milhões em investimentos. Isso não acontece somente no Paraná. Estive recentemente com o Senador Blairo Maggi e com demais Senadores acompanhando as obras da Copa em Cuiabá e vi que o aeroporto de Cuiabá recebe também investimentos próximos a R$100 milhões. Tenho passado por vários aeroportos do País e visto obras substanciais. Então, pelo tema, inclusive, da nossa audiência pública, não nos restringimos às concessões, mas, também, à necessidade de colocar os demais investimentos, principalmente os investimentos de obras públicas. Procuro entender por que o Governo busca fazer em alguns aeroportos obras públicas, até já respondido por V. Exª que não há viabilidade imediata de concessões; por isso esses investimentos. Mas, também, isso acontece em rodovias.

Olhando o mapa rodoviário apresentado por V. Exª, nós temos aqui cinco cores diferentes colocadas, que são as concessões da primeira etapa, aquelas do governo anterior, do Presidente Fernando Henrique. Até já foi indagada por um internauta a diferença entre o trecho Curitiba/litoral do Paraná e Curitiba/litoral de Santa Catarina. Foi colocada também a segunda etapa de concessões, já no governo do Presidente Lula.

Mas aí vem, por exemplo, um Estado como o Paraná. E é esta a preocupação que um Senador da República tem que ter: a defesa dos interesses do seu Estado. E ouvi aqui que vários dos Srs. Senadores que questionaram antes de mim fizeram deferências específicas aos seus Estados. Mas vejo que o Paraná, quando olhamos a malha de concessões antigas, é um dos Estados que mais foram "pedagiados" num modelo caro das rodovias brasileiras. Olhando ali, Paraná e São Paulo são os Estados onde houve os primeiros lotes ou os grandes lotes de concessões na década de 90. E não há, neste exato momento, concessões novas para rodovias, mas há investimentos do Governo Federal em várias rodovias que estão sendo otimizadas e, inclusive, construídas no Paraná. E, salvo engano, são obras públicas, são recursos diretos do Tesouro. Então, são essas duas diferenças, colocando, em rodovias e em aeroportos, grandes investimentos do Governo como obras públicas, ou seja, com recursos próprios.

Com relação aos investimentos em ferrovia, a Valec vai comprar toda a capacidade. Então, dinheiro do Tesouro. O Tesouro vai comprar; ou seja, o Tesouro vai licitar, alguém vai construir, e o Governo compra, através da Valec, toda a infraestrutura construída. Quero entender um pouco isso. E, depois, a Valec vai licitar ao setor privado a capacidade das ferrovias? Queria entender um pouco isso e também para que os cidadãos que assistem a esta reunião entendam.

Há uma discussão muito grande, que nós acompanhamos, agora, com relação à licitação do Campo de Libra, mas também em relação a rodovias, aeroportos e portos quando são investimentos de capital estrangeiro. Nós percebemos que o Governo tem feito algumas incursões fora do País – reuniões em Nova Iorque, também visita de V. Exª à China –, tratando com investidores que queiram investir no Brasil. Mas vejo que há críticas com relação a isso. No entanto, se retirarmos os investidores estrangeiros, os grandes fundos, em especial, o Brasil teria, sozinho, condição de fazer os investimentos necessários para alavancarmos a infraestrutura de que o País precisa para acompanhar o desenvolvimento, em especial da produção agrícola e pecuária? Essa é outra questão.

Quero dizer, Ministra, que tenho a honra de substituí-la aqui, no Senado Federal – e espero fazer isso com a grandiosidade que tem o cargo de Senador –, e parabenizar V. Exª pela condução do Governo na chefia da Casa Civil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Sérgio Souza.

Passo a palavra, imediatamente, a S. Exª o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Presidente, Fernando Collor. Cumprimento o Ministro Luís Inácio Adams e a Srª Ministra Gleisi Hoffmann.

Em primeiro lugar, é um prazer tê-la aqui, na Comissão de Infraestrutura, V. Exª que conviveu conosco aqui no início do seu mandato. Se eu fosse o Senador Sérgio Souza, diria: V. Exª está muito bem no Governo; fica mais quatro anos e larga mão desse negócio de disputar eleição. O Senador Sérgio Souza é uma grata revelação, Ministra. Tenho certeza de que os colegas acham que o Sérgio Souza tem sido um grande Parlamentar – atento, atencioso, preocupado. Enfim, é um depoimento. Eu sou suspeito, porque ele é do meu Partido, mas eu queria dar esse depoimento. E tenho certeza de que falo em nome de vários Senadores aqui presentes.

Senadora, eu vou ser objetivo. V. Exª sabe que nós levamos muito tempo para nos libertar do Mato Grosso. Aliás, dia 11 de outubro próximo passado, nós nos libertamos desse Mato Grosso. Mas, agora, esse comportamento... Eu falo para o Blairo que é igual a um "sucurizão", que engole tudo, vai pegando tudo. Nós

ficamos pequenininhos ali na ponta, quase que não sobra nada para Mato Grosso do Sul. Impressionante.

É claro que isso é uma brincadeira. Eu tenho um carinho muito grande. O Senador Blairo Maggi, lamentavelmente, nos recebeu, Senadora, infelizmente para prestar uma última homenagem ao Homero, um grande companheiro nosso do Mato Grosso. Eu, particularmente, tenho uma relação muito próxima a Mato Grosso. Eu ajudei aos padres salesianos a implantarem o Objetivo lá em São Gonçalo. Eu tinha uma experiência em Campo Grande e ajudei a levar o curso Objetivo para lá e convivi... Tenho, inclusive, vários ex-alunos em Mato Grosso.

Senadora, objetivamente, 163. Já licitaram a parte do Mato Grosso. Ali não tem problema, novembro. Aí apareceu ali: "nós temos uma expectativa para Mato Grosso do Sul, início de dezembro, a depender do TCU." Nós corremos o risco de o TCU... Evidentemente, tecnicamente, eu tenho o maior respeito pelo TCU, mas, às vezes, pode... Essa é uma informação muito importante para Mato Grosso do Sul. Eu queria que V. Exª pudesse, se possível detalhar mais.

Na mesma forma, a 262 – fica fácil falar com V. Exª porque V. Exª foi Secretária de Estado do Mato Grosso do Sul – liga Campo Grande a Três Lagoas. V. Exª sabe que, de São Paulo, vem tudo duplicado até Três Lagoas, e de Três Lagoas a Campo Grande não é duplicado. Se duplicar ali, essa 163, que vai vir do Mato Grosso, quando chegar ao trecho de Campo Grande, se estiver duplicada, vai ser mais uma alternativa. Então, eu acho que essa 262 não está ali – pelo menos, eu não vi, salvo melhor juízo – como uma das concessões. Pelo menos, deve ter alguma notícia.

Da mesma forma, a 263, que pega o entroncamento Nova Alvorada do Sul...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/Minoria/PSDB – AL. *Fora do microfone.*) 267.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – 267, né? Pega Nova Alvorada até Bataguassu, que aí pega toda aquela região produtiva da grande Dourados. É claro que nós temos aí uma ferrovia – eu vi a ligação –, que é a coisa mais importante para essa região da grande Maracaju, toda aquela região produtiva, porque ela vai passar por Dourados e chegar a Cascavel. É a ligação de que precisamos.

Eu queria que V. Exª pudesse comentar a respeito. E, em relação a essa questão da ferrovia, sei que há estudos de levar um ramal, vamos dizer assim, ligando Maracaju a Porto Murtinho, em uma outra rota que chamamos de Bioceânica. É uma alternativa para uma saída por Mato Grosso do Sul. E até os produtores, o pessoal ligado ao Sindicato dos Transportes, fizeram, recentemente, uma viagem para mostrar, exatamente, que isso é possível, com alguns investimentos, saindo uma rota pelo Pacífico.

Não quero me alongar, mas eu deixaria esses questionamentos. Cumprimento V. Exª pelo belo trabalho que faz hoje na chefia da Casa Civil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Waldemir Moka.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente, também digo da alegria de recebermos aqui a nossa querida Senadora e Ministra Gleisi – temos a honra de atuar juntos na Bancada. Tive o privilégio de conhecê-la já há bastante tempo e ver a sua competência, dedicação e, agora, com esse desafio do Brasil. Primeiro, eu dizia há pouco para o Senador Alfredo que eu tenho refletido muito sobre algumas coisas que criamos no Brasil e a forma como se desenrolaram.

Hoje, é quase impossível fazer uma obra no Brasil. Primeiro, pela dificuldade de bons elaboradores de projetos. Eu acho que o internauta que escreveu tem toda razão. O TCU, com o qual tenho divergência em alguns pontos, tem toda razão. Depois, porque órgãos que são de fiscalização, cada vez mais, vão caminhando para ser substituidores do executor de obras, gestores de obras. Querem dizer como vai ser, qual é o material a ser utilizado.

Bom, então, eu considero importante este debate, Sr. Presidente, porque avalio que é um dos pontos que temos de trabalhar. Acho que já há um esforço em relação ao processo de concorrência. Aliás, essas mudanças feitas aqui vão na direção de se encontrar uma modelagem mais adequada. Agora, estamos experimentando, por exemplo, nessa área de armazenagem um modelo que me anima muito, e o Blairo, que atua mais diretamente na área, sabe o quanto é complexo para o Brasil nós termos uma política de segurança de armazenagem. Trata-se de segurança ao produtor, até para efeito de ele não ficar refém dos preços do mercado. Para que possamos ter uma política mais agressiva na área da industrialização, de agregação de valor, nós precisamos crescer e muito nessa área de armazenagem.

Eu gostei desse modelo em que se compra, na verdade, o valor de toneladas armazenadas. Agora, na área das ferrovias, também me alegra muito, Ministra e meu querido Luís Inácio Adams, esse formato em que é possível se trabalharem as condições de segurança para o investidor e, ao mesmo tempo, um modelo em que, dando segurança para o investidor, se tenha

maior agilidade na realização da obra, com um pagamento daquilo que é uma perspectiva que o Governo tem segurança de que vai acontecer.

Cito o exemplo, eu acompanhei e vi – e aqui cito uma palavra nordestina – a agonia do Presidente Lula e da própria Presidenta Dilma, à época como Ministra da Ferrovia Transnordestina. A gente começou a ter problema no projeto e, a partir daí, no modelo. É um modelo difícil. Era para ter sido concluída em 2010, foi criada uma expectativa de conclusão em 2010. Nós estamos paralisados, porque não conseguimos resolver problemas de desapropriação.

Então, o que eu gostaria de examinar com a Ministra são situações de ferrovias como a Transnordestina; o Porto de Luís Correia em que se deu um nó, terminando por judicializar a primeira etapa da obra. Eu acho que nesse modelo tradicional teremos grandes dificuldades. Vejo lá com o Governador Wilson a dificuldade que S. Exª tem para fazer a obra andar.

É possível que situações como essa possam mudar para esse novo modelo? Ou seja, é possível, em uma situação como essa da Transnordestina, se permutar para um modelo novo como esse, principalmente em trechos onde nada foi feito? No caso da Transnordetina, temos obras no Recife em direção a Salgueiro. Agora, começando de Salgueiro, em direção à cidade de Trindade e Paulistana. Mas no trecho – e o Senador Cyro sabe disso – de Paulistana em direção a Conceição do Canindé, Simplício Mendes até Itaueira ainda não há nada.

Então, é possível se trabalhar um modelo como esse em uma situação já em andamento? Essa é uma pergunta.

No nosso caso do Piauí, especificamente, Ministra, vamos ser o único Estado brasileiro em que a ferrovia não vem na capital. Então, o que estamos pedindo?

Há um estudo já feito de viabilidade que coloca a viabilidade técnica e econômica, que aponta a necessidade de se fazer uma ligação da Transnordestina a Teresina. Então, eu gostaria de examinar se há a possibilidade de, numa próxima etapa, nós termos, pelo menos, a condição de fazer o projeto desse trecho. Lá, nós – toda Bancada e o Governo do Estado – já temos uma... Trata-se da revitalização do trecho de Altos em direção ao Porto de Luís Correia. O porto só terá viabilidade se tivermos as condições da rodovia.

E, por último, eu quero aqui fazer um apelo, em que eu tenho sempre insistido aqui – já tivemos outras autoridades nesta mesma Comissão: hidrovia. Eu fico muito feliz em ver todo o entusiasmo para que nós tenhamos esse intermodal de transportes – aeroportos, portos, ferrovia, rodovia. E acho que a gente não pode desprezar essa área de portos. Na área de portos sempre vamos ter o problema das eclusas. Mas eu acho que o Brasil tem de entrar nesse século de forma moderna. Cito o exemplo da Bacia do Parnaíba.

Nós estamos com dificuldade de viabilizar as hidrelétricas, porque nós, lá do Estado, queremos as hidrelétricas, mas queremos que haja ali as condições da eclusa, exatamente pela importância da hidrovia. Ou seja, é um rio que vem do Matopiba, como é conhecida essa região do Estado do Maranhão, Tocantins, Bahia, Piauí. Uma região, meu Presidente, que cresce a uma média de 27% ao ano. Desde o ano de 2003, cresce a uma média de 27% ao ano. Estive lá recentemente. Aliás, recebemos lá paranaenses, gaúchos, paulistas, mato-grossenses, goianos, enfim, pessoas de vários lugares do Brasil e do mundo. É uma região extraordinária.

E o rio exatamente nasce aí na divisa desses quatro Estados. O Rio Parnaíba nasce ali na Chapada das Mangabeiras, entre Bahia, Tocantins, Maranhão e Piauí. Ou seja, uma condição de ter uma hidrovia exatamente nesse miolo. A ideia é poder ter a ferrovia – esse trecho de ferrovia que nós queremos é um pouco mais na parte da mineração – e a hidrovia nessa área do agronegócio – soja, milho, madeira, enfim.

Então, eu queria, aqui, examinar como o Governo está pensando. É possível uma modelagem como essa, em que se possa calcular qual é o transporte previsto e, a partir daí, consociar com o setor privado?

E queria parabenizar pela coragem da política dos aeroportos regionais. Eu acho que o Brasil pensava muito nos grandes centros. E eu acho que essa nova política dos aeroportos regionais dá um passo diferente em direção a outras áreas de grande potencial – potencial para o turismo, potencial para o comércio, para o agronegócio, para a mineração, para outras áreas.

Mas eu queria aqui parabenizá-la. Nesse período que V. Exª esteve à frente do Ministério, que o nosso também Advogado-Geral da União... Nós tivemos um marco regulatório que o Brasil só vai compreender ao longo do tempo. Nós temos que fazer andar aqui o marco regulatório da mineração. Eu acho que com ele a gente tem um passo muito grande. E conte com o nosso apoio aqui para aprovação, assim como dos portos, dessa nova modelagem relacionada às ferrovias. Eu espero ver, repito, para as hidrovias também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Wellington Dias.

E passo, agora, a palavra a S. Exª o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Presidente Collor. Cumprimento

a Ministra Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e o Advogado-Geral da União, Adams.

Gostaria de fazer três perguntas à Ministra.

O modelo da concessão rodoviária com baixas tarifas provou-se, na prática, insustentável. Não seria interessante, Ministra, em vez de fazermos uma somatória de todos os investimentos..., os valores para manutenção dessas rodovias, o lucro desejado das empresas que se interessavam em participar da concorrência em relação ao prazo que elas acham necessário para recuperação do valor investido, em vez de definirmos porcentagem de rentabilidade das empresas...? Acho que, nas concessões, o modelo deveria ter a somatória de todos os investimentos, o custo para a manutenção delas e o prazo que essas empresas deveriam e gostariam que fosse o investimento realizado, em vez de determinar qual é a rentabilidade das empresas – em vez de 5%, 5,5%, 7%. Isso não faz com que, a baixas tarifas, as empresas não tenham investimentos necessários para que as rodovias possam ser feitas, inclusive com tarifas até abaixo, com rodovias simples, em vez de duplicadas...? Essa seria uma pergunta.

Isso me faz notar que essas concessões são feitas com certo dó. Então, acho que a iniciativa privada tem que ter o direito de colocar os seus preços e os investimentos para ampliar essas rodovias nas condições, como é feito em outros países. Exemplo disso é como são feitas as concessões no Chile.

A segunda pergunta é com relação aos aeroportos. O Senador Blairo Maggi foi muito feliz em dizer, e também o Senador Acir Gurgacz, com relação à separação da estação de passageiros e a operação de pista. Hoje, com certeza, 90% ou talvez 100% dos aeroportos no Brasil têm condições de serem privatizados se isso for separado. O grande objetivo não é o passageiro?

Hoje, há um exemplo muito bacana disso em Goiás. Com certeza, a rodoviária de Goiânia é o melhor aeroporto do Brasil. Foi feita uma concessão, em que a operação continua sendo do Estado, mas foi feita a concessão da rodoviária. Por quê? Por estar localizada em um grande ponto imobiliário, transformou-se em um grande *shopping center*. Então, com certeza, a iniciativa privada tem muito mais controle de fazer investimento e cuidar do usuário que o Poder Público.

E a terceira pergunta é com relação às concessões de rodovias da fase III – a BR-060, a 153 e a 262, que ligam Goiânia a Anápolis, Brasília e Belo Horizonte. Por ser uma concessão que dá quase 1,2 mil quilômetros, isso não é uma extensão muito grande para um único trecho? Não seria interessante dividir essa concessão, até porque, se houver um problema com um concessionário, o tamanho é muito grande? Essa é a pergunta, Ministra.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Wilder Martins.

Passo agora a palavra a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Desculpe: Senador Wilder Morais.

Desculpe-me, Senador.

Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Antes de a Senadora utilizar da palavra, pela ordem, S. Exª o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – O senhor poderia declinar os próximos Senadores inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Depois de S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin, S. Exªs os Senadores Flexa Ribeiro e Cícero Lucena.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Poderia inscrever-me, então?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pois não.

Com a palavra S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – O Senador Blairo Maggi disse que era por ordem de chegada, e eu imaginei que fosse mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – E é.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É por ordem de chegada? Então...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Mas até o décimo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E depois é por ordem de inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agora, é por ordem de inscrição. Porque, por exemplo, S. Exª o Senador Blairo Maggi é testemunha: assim que ele chegou, lá estava a lista, ele foi o primeiro a assinar, e os subsequentes também, como o Senador Suplicy, o Senador Gurgacz,

o Senador Sérgio Souza, o Senador Waldemir Moka, o Senador Wellington Dias, Wilder, enfim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Então, fica, depois de S. Exª, a Senadora Vanessa, S. Exªs os Senadores Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Edison Lobão Filho, Senador Ministro José Pimentel.

Senadora Vanessa, tem V. Exª a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Ministra querida, nossa companheira Senadora, e, muito mais do que isso, Ministra Gleisi, dizer da nossa alegria, e sei que de todos os Senadores...

Senador Moka, deixe-me acabar – acho que o estou atrapalhando um pouco.

Mas dizer da nossa alegria, Ministra, e de todos os seus colegas e, principalmente, de nós mulheres. Acho que alguns tabus a Presidenta Dilma está nos ajudando a quebrar: que mulher não só tem capacidade técnica, mas também de articulação política. Às vezes, a figura feminina não é ligada muito a essa questão. E cumprimentar o Dr. Adams.

Ministra, primeiro, eu perguntava aqui do Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não quer deixar você falar, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – É, está difícil aqui. (*Pausa.)*

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Por favor, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Eu perguntava, Ministra Gleisi, ao Ministro Alfredo Nascimento que, por mais de cinco anos foi Ministro dos Transportes do Brasil, por que somente existem os pedágios nas estradas, nas rodovias que são objeto de concessão; aquelas em que o Poder Público detém o controle não têm.

O que impede que isso aconteça? Da mesma forma, quando repassado para a administração privada, quando ela está na Administração Pública, seria uma forma de garantir também melhorias. Ou há algum impedimento legal? Acho que o Dr. Adams poderia falar a respeito do assunto.

Segundo, em relação aos aeroportos aqui citados. Acho que é uma medida muito importante e vejo essa decisão da Presidenta, de construir, de recuperar uma série de aeroportos regionais, como primeiro passo.

Nós, da Bancada do Amazonas – Senadores, Senadoras, Deputados –, temos tido reuniões constantes com o Ministro da Aviação, por conta dos inúmeros problemas que temos na aviação regional da Amazônia e do Amazonas. Quando falamos em aviação regional, precisamos separar a Amazônia das outras regiões do País, porque, na Amazônia, viajar de avião não é uma opção; é, muitas vezes, a única possibilidade de transferir um doente ou de promover uma locomoção – estão aqui o Senador Petecão, o Senador Flexa e todos da região, que sabem perfeitamente disso.

O que nós acertamos com o Ministro? Primeiro, resolvemos alguns problemas imediatos e, segundo, que teremos em breve uma política específica de aviação regional para a Amazônia.

Ontem mesmo, conversei com o Ministro e perguntei a ele, Senador Alfredo, sobre o andamento dos trabalhos das comissão técnica. Ele disse: "Já está funcionando a comissão técnica, e já houve duas reuniões". E, obviamente, concluindo os trabalhos da comissão técnica, da Secretaria da Aviação, essa demanda chegará à Casa Civil. Chegará a V. Exª.

Então, quero aproveitar, Ministra, a oportunidade para dizer que, se isso se transformar numa realidade para a Amazônia, a Presidenta Dilma e V. Exª ficarão marcadas na nossa história – não há dúvida alguma. É óbvio que todos entendemos a máxima de que desiguais têm de ser tratados desigualmente, porque, se desiguais são tratados de forma igual, estaremos promovendo uma discriminação. E, infelizmente, a Amazônia ainda vive esse problema hoje.

Então, creio que teremos – o próprio Governo, a Presidenta Dilma, V. Exª – a oportunidade de dar um grande salto, promovendo uma política diferenciada para a região.

E, segundo e último, em relação à BR-319. A BR-319, se olharmos o mapa – até havia solicitado para colocá-lo, mas era de ferrovia; se bem que de rodovias não muda muito –, o que está marcado, imagino, são rodovias que ainda falta construir. Essa rodovia, que é a BR-319, não permite que haja a ligação de toda a Amazônia Ocidental com as demais regiões do País. E, ali, temos Roraima, Amazonas – que abriga o maior polo industrial de eletroeletrônico do continente sul-americano, e nós não temos ligação.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Senadora Vanessa, V. Exª me concede um aparte?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Presidente, com suas desculpas, naturalmente, falar da BR-319 mexe muito comigo, porque fui convidado pelo Presidente Lula a primeira vez para ser Ministro dos Transportes e renunciei ao

meu mandato de prefeito – eu era então prefeito da cidade de Manaus – com o compromisso dele comigo, de que nós, juntos, executaríamos a recuperação da BR-319. E estamos falando de 2003.

A BR-319 foi construída na década de 70 e tem exatamente 850km. Foi inteiramente asfaltada, e eu transitei por essa rodovia, como muitos amazonenses, como muitos amazônidas trafegaram por essa rodovia.

E o Presidente Lula, que havia feito essa promessa, me fez também prometer ao povo do Amazonas que nós iríamos concluir a BR-319.

É um caso que não existe igual no País: uma rodovia asfaltada, para a qual seria dada autorização para ser recuperada; totalmente asfaltada e seria recuperada. Ela tem 200km na saída de Manaus asfaltados e concluídos, em condições de trafegabilidade, e nós recuperamos e reconstruímos, no período em que estive como ministro, o trecho entre Humaitá-Porto Velho, que são mais 200km com a construção de uma grande ponte de mais de 1km sobre o Rio Madeira, que deve ser inaugurado no final do ano.

Quando eu voltei ao governo com a Presidenta Dilma, ela prometeu – e o Presidente Lula prometeu em campanha – que executaria a BR-319. Eu confio ainda que a Presidenta Dilma inicie, nesse seu mandato, a obra da BR-319, porque bem recentemente ela me prometeu essa recuperação – prometeu a mim e ao povo do Amazonas. E confio que o Amazonas seja retirado do isolamento. O Amazonas é isolado do resto do País – e Roraima também, mas quero aqui defender principalmente o Amazonas –, e só tem acesso ao Amazonas por água ou por avião. Nenhuma ligação por estrada.

Espero que essa obra seja executada. Bem recentemente, voltei a falar desse assunto com a Presidenta, estive aqui nesta Comissão reclamando da não execução desta obra, mas confio que esse assunto será resolvido.

Eu contratei quatro estudos de impacto ambiental quando ministro. Com empresas privadas, com universidades, com tudo o que se possa imaginar, e sempre há um problema: tem que fazer um estudo mais apurado de fauna e flora, tem que fazer isso ou aquilo, e isso impede. É uma decisão política.

Se o Governo não recuperar a rodovia – eu vi, Ministra, que a senhora, com muita elegância, falou de forma muito sutil sobre a BR-319, disse que não está no PIL, no Plano de Investimento de Logística –, então, que se diga ao povo do Amazonas que a obra não vai ser concluída, que a obra não vai ser executada. Infelizmente, às vezes é melhor a gente dizer a verdade e passar para todos que, por esse ou por aquele motivo, a obra não pôde ser concluída.

Eu queria, depois da BR-319, fazer um pedido a V. Exª. Eu falei ainda ontem com o Ministro dos Transportes, e ele me disse que iria tratar desse assunto com o Dr. Adams junto ao Superior Tribunal de Justiça. Em resumo, é o seguinte: nós só temos acesso por água ou por avião, e a recuperação do Porto de Manaus – nós teremos jogos da Copa do Mundo em Manaus – está incluída, a fim de receber os turistas. A recuperação já foi dividida em duas etapas. A primeira etapa será construída para atender à Copa do Mundo, e a conclusão dessa recuperação, só depois.

A empresa que tinha a concessão entrou na Justiça, numa briga com o Governo. Teve problema na licitação, e o Governo recuperou. A licitação está pronta. Quando iam iniciar a obra, essa concessionária – não sei se ela fez isso –, mas uma empresa de pequeno porte entrou na Justiça, na 1ª Região... Eu queria pedir que o Governo interferisse nisso, sob pena de nós passarmos vergonha durante a realização da Copa do Mundo ao recebermos turistas que chegarão de navio à cidade de Manaus.

Parece que há uma audiência, Dr. Adams, marcada para amanhã, do senhor com o Ministro indo ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça para resolver esse assunto.

Então, eu quero pedir o empenho do Governo no sentido de que essa obra seja executada.

Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Obrigado, Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Temos que agradecer ao Presidente Collor, que foi... Enfim, mas eu concluirei rapidamente.

Ministra, eu acho que, em relação à BR-319, o que nós poderíamos fazer... E aqui fica uma sugestão, porque o Senador Collor de Mello sabe que, em todos os debates que fazemos com o DNIT, com o Ministério dos Transportes, com qualquer segmento do Governo, a Bancada do Amazonas vem cá só para falar de BR-319. Ministra, nós sabemos que é um problema ambiental.

Então, vamos criar um grupo de trabalho, no âmbito da Casa Civil. São tantos.

E olhe – eu aqui dou um testemunho: não há vez que a gente procure a Casa Civil e que, de lá, não saia uma solução, um encaminhamento para que o problema seja resolvido.

Acho que, quanto à BR-319, chegou a hora de fazermos a mesma coisa: sentarmos à mesma mesa o Ministério do Meio Ambiente, a Bancada do Amazonas, o Ministério dos Transportes, a Casa Civil, para ver se chegamos a um denominador comum, porque o vazio está ali no mapa – o mapa.

E aí eu quero dizer o seguinte: nesses últimos dez anos, nós avançamos o que não avançamos em todo um século. O mapa energético era da mesma forma, era pior ainda. Hoje, a nossa região está interligada ao sistema elétrico brasileiro. Então, boa vontade do Governo Federal, compromisso com a Amazônia, eu não tenho dúvida nenhuma, este Governo principalmente tem.

Então, a sugestão que faço, Ministra, é que sentemos, no âmbito da Casa Civil, coordenados por V. Exª, para que possamos chegar a uma conclusão.

E, por fim, o aeroporto de Manaus. Eu acho que é mais bonito ouvir aqui o Senador Sérgio falar obra de R$100 mil, R$100 milhões, R$200 milhões. A nossa é quase R$600 milhões. Vai ser o aeroporto mais bonito do Brasil, Ministra, mais bonito. Mas não vamos privatizar esse não, não vamos conceder. Até podemos conceder, mas sabe de que forma? A empresa que pegar a concessão fica com todos os 61 aeroportos do interior, que estão sob a responsabilidade das prefeituras, que não têm dinheiro para pagar servidor, quanto mais para manter um aeroporto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra a S. Exª a Srª Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senadora Gleisi Hoffmann, para oferecer as respostas.

O SR. GLEISI HELENA HOFFMANN – Estou me organizando aqui nas anotações.

Acho que o Senador Sérgio Souza saiu. Queria fazer uma saudação muito especial a ele. Ele está exercendo o mandato aqui, meu suplente, e tem orgulhado muito o povo paranaense, ouviu, Moka? E tem levado muitos resultados ao Paraná. É muito orgulho para mim tê-lo tido como companheiro de chapa, e ele estar hoje aqui no Senado com um desempenho tão significativo. Pena que ele tenha saído.

Mas ele falou de obras lá do Paraná. Eu vou deixar para depois e vou responder à sua fala, Moka, quanto à questão dos investimentos lá em Mato Grosso do Sul.

Primeiro, quero fazer uma saudação muito especial. Morei em Mato Grosso do Sul por dois anos, onde fui secretária e tivemos a oportunidade de conviver. É um Estado por que eu tenho muito carinho, muito apreço; é um Estado lindo da nossa Federação, e um Estado que muito se tem desenvolvido.

Em relação à BR-163, em Mato Grosso do Sul, a nossa expectativa é de que seja feito o leilão este ano. O tribunal nos informou que tem como meta liberar esse estudo na sessão do dia 6 de novembro. Eu tenho um pouco de cautela em dar data, porque, como não é uma data da minha governabilidade, pode ser que o tribunal não consiga. Mas a meta do tribunal, avisada pelo Ministro Relator, o Ministro Walton, é de que liberaria no dia 6 de novembro.

Se isso acontecer, nós temos condições de colocar a BR-163 no leilão em dezembro. Essa também é a nossa meta. Teríamos a BR-163, em Mato Grosso no dia 27; a BR-060 no dia 6, e poderíamos até o dia 15, mais tardar, entre 15 e 20, colocar a BR-163, Mato Grosso do Sul.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM. *Fora do microfone.*) – De dezembro?

O SR. GLEISI HELENA HOFFMANN – De dezembro. Não acredito que haja problemas, não. A gente tem acompanhado. há alguns ajustes só que nós fizemos para essas duas que vão a leilão agora, que nós apresentamos ao tribunal. Por isso, eles pediram mais um tempo para fazer a avaliação. Mas ela está com um estudo bem consistente, não é?

Em relação ao trecho da BR-262 e BR-267, nós deixamos para uma segunda etapa do plano de investimentos. Se nós fizéssemos a concessão com essas duas BRs em conjunto com a BR-163, não seria sustentável a concessão. Então, para que não houvesse problema na 163, que é uma rodovia importante e que queremos que seja duplicada o mais rápido possível, resolvemos tirá-la. E ela vai entrar de novo na avaliação da segunda fase do Plano de Investimento e Logística.

É a ferrovia de Maracaju, que passa por Guaíra, vai até o Porto de Paranaguá ou, então, Engenheiro Bley, para ir para os portos de Santa Catarina. Deve ser o quarto ou quinto trecho que vamos oferecer em audiência pública. Ela é muito importante, fundamental.

Há um outro trecho importante para vocês, que é Dourados a Estrela d'Oeste. Esse é o terceiro estudo; está no nosso cronograma como terceiro estudo. Tenho certeza de que também vai fazer muita diferença lá no Mato Grosso do Sul.

A Bioceânica está sendo encaminhada e discutida pela EPL, e quero dizer que esses trechos que apresentamos aqui e de que falamos não são exaustivos do plano. Eles são a primeira fase do Plano de Investimento e Logística. Há uma carência grande nesses trechos, e a segunda fase já está sendo estudada e discutida na EPL, que deve nos apresentar, assim que fique pronta. Nós queremos fechar esse ciclo, para iniciar um novo ciclo.

O Senador Wellington também deu uma saída, mas falou de uma questão que acho que é importante e que complementa esses investimentos em infraestrutura, que é o nosso plano de armazenagem.

A Presidenta Dilma lançou, no último Plano Safra, um programa ousado para a infraestrutura de arma-

zenagem, porque nós precisamos de rodovias, ferrovias, mas também de bons armazéns para a nossa produção agrícola.

Então, temos dois focos na armazenagem, e um deles é um programa para crédito. O Banco do Brasil tem uma linha de crédito; o sistema tem uma linha de crédito com juros muito baixos, de 3% ao ano, com carência de três anos para iniciar o pagamento e 15 anos de pagamento.

Isso está fazendo... Isso é para pequenos, médios e grandes produtores, para cooperativas. E tive a informação, pelo Osmar Dias, que é o Vice-Presidente do Banco e que cuida dessa área, de que há muitas solicitações já, pedidos de operação de crédito para fazer armazéns, principalmente na Região Centro-Oeste, que é onde há as maiores deficiências, e na Região Sul também.

E outro foco é a rede pública de armazenagem. Nós também vamos construir armazéns maiores em regiões em que hoje há dificuldades, reforçando-os e com sistemas melhores. O Banco do Brasil está coordenando esse programa.

Em relação à Transnordestina, depois falo com o Ministro Wellington o que ele perguntou.

Hidrovia. Só queria dizer que hidrovia nós não focamos ainda, não no PIL (Programa de Investimentos e Logística). Os investimentos que há em hidrovias ainda estão no âmbito do PAC, mas, com certeza, a EPL também já está fazendo estudos de hidrovia no âmbito dessa integração de logística.

Então, numa segunda fase, teremos um anúncio de hidrovias diferenciado, assim como queremos também fazer a discussão da cabotagem, da política de cabotagem, que não fizemos na primeira discussão em relação aos portos. E sabemos da importância que isso tem, Senador Blairo, que também tem cobrado.

Em relação à questão das tarifas e da taxa interna de retorno, a taxa interna de retorno é uma variável do leilão; é decorrência da composição entre o custo do investimento, o prazo do investimento e o que é cobrado de pedágio do usuário. Então, há uma taxa de retorno, que é uma variável do leilão.

Inclusive, ela, ao longo da concessão, pode comportar-se para menos ou para mais, dependendo da eficiência de gestão daquela concessão. Tenho de ter, em qualquer leilão, uma taxa de retorno referencial. Não há como fazer um leilão sem se ter isso. Isso é assim nas concessões elétricas, nas concessões de petróleo e gás, de rodovias, de ferrovias. Ela é uma variável do leilão.

Nós ajustamos as premissas desse modelo, a fim de que todos os componentes fossem equilibrados, ou seja, para que nós pudéssemos ter uma tarifa justa e aceitável, investimentos concentrados no tempo e um retorno equilibrado.

A iniciativa privada, claro, tem de colocar seus preços. Não queremos fazer restrição de lucratividade, muito pelo contrário. Os investidores, as empresas são essenciais para esse modelo, por isso fomos buscar parceria, porque acreditamos ser fundamental ter as empresas, os investidores junto conosco, porque isso, além de trazer melhorias na gestão do processo, também é geração de empregos, aposta no desenvolvimento. Mas, obviamente, cabe ao Estado o papel de equilíbrio; nós temos que equilibrar as partes. Caso haja uma tarifa que não seja aceita e que seja necessária para remunerar o investidor, não fecha a equação. Então, temos que buscar um modelo que feche a equação e que possa garantir que a sociedade se beneficie como um todo, porque tem que haver equilíbrio entre o setor produtivo, o setor que investe, o setor que usa a infraestrutura.

Quanto à questão de separação de terminal de pista e de pátio nos aeroportos, é claro que queremos bons terminais, mas eles estão ligados à capacidade de pista e de pátio. Para que haja crescimento e melhoria do aeroporto, por exemplo, em Confins estamos exigindo a segunda pista do aeroporto. Então, ele tem que estar previsto nos investimentos. Não pode ser um investimento – como eu vou conceder – só público. Então, ele vai estar previsto nos investimentos do aeroporto, assim como a ampliação de pátio, que é fundamental para a carga. É uma equação que tem de ser equilibrada, entre terminal, pista e pátio, porque estão ligados. O meu terminal tem que responder à capacidade de recebimento de aeronaves, de recebimento de pessoas. Então, nesses aeroportos maiores, essa é uma equação que tem que estar equilibrada, ligada.

Em relação ao tamanho da rodovia, ela não é um problema, desde que seja sustentável no modelo que estamos apresentando, ou seja, desde que remunere o investidor e tenha uma tarifa socialmente justa. Ela não é problema para esse investidor, até porque estamos acostumados a ver, nas licitações de rodovias, a composição de várias empresas para atuarem juntas. Fazem sociedades com propósitos específicos e atuam em conjunto, dividem os trechos. É uma equação que o privado resolve, não precisamos arbitrar nesse sentido.

Quanto à questão da Senadora Vanessa, sobre pedágio na concessão e na administração, o Ministro Adams está aqui, a questão foi dirigida a ele, então vou deixar os aeroportos regionais.

A SAC já nos informou que está terminando o trabalho. Então, tão logo eles concluam, vamos avaliar. Pode ter certeza de que vamos ter todo o empenho. A Presidenta conhece a realidade da região, sabe da

necessidade de haver uma boa rede de aeroportos regionais e sabe também da importância de dar sustentabilidade a esses aeroportos. Então, temos um foco e uma preocupação muito grande.

Em relação à BR-319, não é uma despreocupação. Há, sim, o compromisso do Governo com essa rodovia. Ela está nessa segunda fase de estudo do PIL, por isso eu disse que ela não integrava esta fase. Ela depende de que possamos vencer uma restrição ambiental. Não é uma solução simples.

Parece-me que esta sugestão da Senadora Vanessa de fazermos um grupo com foco mais nessa rodovia, embora eu saiba que o Planejamento já está trabalhando junto com o Ministério dos Transportes, mas podemos avaliar, assim como estamos fazendo a discussão da BR-080, que foi uma solicitação da Região Centro-Oeste.

Então, vou conversar com a Ministra Miriam, com todos os órgãos envolvidos, para ver de que forma poderíamos fazer esse acompanhamento e ver se há soluções mais rápidas a serem tomadas, para que tenhamos a evolução.

Não tenho dúvidas de que é necessário não só para a Região Norte, para o Amazonas, mas também para o País. A logística integrada de transportes é necessária para o País, não só para determinadas regiões.

O Senador Sérgio voltou aqui. Senador, eu estava dizendo que V. Exª orgulha muito o Paraná, com seu mandato. Fico também muito orgulhosa de tê-lo tido como meu companheiro de chapa e pelo seu desempenho.

Na questão abordada por V. Exª sobre as obras nos aeroportos, há uma rede de aeroportos administrados pela Infraero, e os investimentos continuam, inclusive os investimentos que havíamos previsto, nos aeroportos que vão ser licitados, porque são importantes. Não podemos ter solução de continuidade. Depois do leilão, a iniciativa privada vai assumir, mas algumas obras nós vamos terminar.

Então, nós estamos investindo nos aeroportos de Curitiba, de Londrina, de Foz do Iguaçu. A Presidenta deve ir lá fazer a inauguração, em novembro, de uma fase das obras. Está-se investindo no aeroporto de Manaus. Há um conjunto de investimentos que nós estamos fazendo nos aeroportos. São investimentos públicos, investimentos do PAC e continuarão. Alguns outros aeroportos em que fizemos a concessão, passaremos para a iniciativa privada. Nos aeroportos regionais, também faremos investimentos. Vamos conversar com os Estados e os Municípios para fazer um modelo de sustentabilidade de gestão desses aeroportos, pois, como a Senadora falou, sei das dificuldades que também têm os órgãos municipais, estaduais para fazerem essa gestão.

A questão dos pedágios no Paraná já é uma luta antiga dos paranaenses com relação ao custo, ao preço. São pedágios altos, fazem parte daquela primeira fase das concessões. Há uma discussão no Tribunal de Contas da União sobre a taxa de retorno, investimentos previstos. O Governo do Estado tem feito essa discussão, que já havia se iniciado com o Governador e agora Senador Roberto Requião, e nós estamos acompanhando.

Há contratos em relação a isso, mas não tenho dúvida de que servem como referência de um modelo que não é sustentável do ponto de vista do usuário e da nossa produção, e que nós temos que rever. Por isso propusemos um modelo que pudesse ter todas as variáveis equilibradas.

Sobre a questão das ferrovias, compra e venda de capacidade, o *open access*, o acesso aberto, qual foi a nossa opção? Optamos para termos mais operadores utilizando aquela ferrovia e não apenas aquele que ganhou a concessão para fazer a obra.

Como o Governo vai fazer? Ele vai licitar a infraestrutura e, nessa infraestrutura, o custo da capacidade, que será o que o construtor oferecerá em termos de investimento e de operação. Quem oferecer o menor valor para fazer a ferrovia e também de operação é o que vai ganhar a concessão. A Valec vai pagar isso e depois vai oferecer, em oferta pública, no mercado para quem quiser utilizar aquela ferrovia.

Óbvio que isso tem todo um mecanismo de utilização, de tempo, de espaço. É um modelo mais complexo, mas que é baseado nas experiências que existem em alguns países da Europa e que têm dado certo para democratizar essa utilização.

Então, a Valec está discutindo esse modelo. Nós estamos finalizando para que possamos depois apresentar ao mercado. Mas a Valec vai ser a grande administradora de toda essa malha gestora, de toda a capacidade dessa malha para oferecimento no mercado.

Os investimentos estrangeiros são muito bem vistos, nós queremos. O IED, no Brasil, tem-se mostrado estável, tem também aumentado. Isso mostra a estabilidade do País e a importância que tem para a captação de investidores estrangeiros, Eu acredito que, com esse volume que estamos apresentando de concessões, vamos ter bastantes interessados. O campo de Libra já demonstrou isso. A concessão de Libra demonstrou a presença forte de investimentos estrangeiros. Não temos nada em contrário aos investimentos estrangeiros. Queremos sim ter investimentos estrangeiros em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado à S. Exª a Ministra Gleisi Hoffmann.

Antes de passar a palavra à S. Exª o Ministro Adams, há uma pergunta que gostaria de deixar com a Srª Ministra do Sr. Valdir Cavalcanti Albuquerque, de São Paulo. Ele pergunta (leio literalmente):

Qual a razão de o Brasil não ter aeroportos do tamanho de países como Holanda, França, Estados Unidos, Inglaterra? Os aeroportos desses países são verdadeiras cidades e os nossos, uma lata de sardinha em comparação a esses países. Por que não fazer megaobras em todas as capitais do País? Veja o exemplo de São de Paulo: o aeroporto de Guarulhos comparado ao aeroporto Charles de Gaulle é insignificante em tamanho".

É a pergunta do internauta Valdir Cavalcanti de Albuquerque.

Passo a palavra à S. Exª o Ministro Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Sr. Presidente, Ministro, Senadores, respondendo à questão que foi levantada, é claro que o pedágio como está previsto na Constituição Federal, no art. 150, ele é admissível de ser cobrado tanto pelo Poder Público como pelo privado mediante a concessão, que é o caso que tem sido adotado. Agora, de fato é uma espécie de taxa e é preciso sempre que se avaliar a pertinência e a conveniência de se instituir, já que ela é uma oneração a mais que se dá em cima dos usuários daquela rodovia ou daquela extensão e trecho específico. No caso do Governo Federal, há também financiamento da infraestrutura via Cide, que é uma fonte de financiamento para essas finalidades também. Então, sempre é um juízo de conveniência ou não. Agora, constitucionalmente, sim, é possível, mas é um juízo que tem que ser feito basicamente nas situações específicas. Eu acredito que basicamente no modelo de concessão é uma forma típica de remuneração do empreendedor que está investindo naquela área e vai ter aquela área amortizada durante um tempo.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª, o Senador Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Faltou o porto de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a palavra o Ministro Luís Adams.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Eu vou acompanhar essa questão sim. De fato eu não tinha notícia da audiência. A assessoria não havia me passado isso. Mas eu vou dar uma acompanhada especial nessa questão para ver se nós conseguimos destravar esse tema, que é um tema, sem sombra de dúvida, antigo e relevante, que exige evidentemente o máximo de acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado a S. Exª o Ministro Luís Inácio Adams.

Com a palavra S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente e Senador Fernando Collor, Ministra Gleisi Hoffmann, Senadora, nossa companheira aqui do Senado Federal, Ministro Luís Inacio Adams, Srs. Senadores.

Ministra, pelos questionamentos anteriores, praticamente já foi respondido o que eu iria indagar. Mas eu vou me fixar num ponto que para mim é preocupante. A ferrovia que liga Açailândia ao Porto de Vila do Conde, lá no meu Estado, está num processo agora em que há uma separação entre o operador de serviço e o responsável pela infraestrutura. A Bancada do Pará esteve ontem à noite com o Ministro Cedraz, no TCU, porque a imprensa tem noticiado que há uma dificuldade de entendimento do TCU em liberar o edital da concessão. Aí também fica o questionamento para o Ministro Adams, porque o próprio Ministro Cedraz, ontem, com seus assessores, disse que há necessidade de se fazer ou uma PPP ou uma concessão. Isso porque o processo da forma como está, ele está meio nebuloso. E o TCU vai sugerir que se for mantido como está, que é a Valec que vai ficar com o poder de redistribuir a carga, terá que haver uma adequação na legislação, na legislação. E isso nos preocupa porque estávamos todos e estamos ainda esperando que essa licitação ocorra este ano ainda, para não perdermos o exercício. É uma obra da maior importância não só para o Pará, mas também para o Brasil inteiro, porque ela desobstruir os Portos de Paranaguá e o de Santos com relação à carga da agroindústria.

Então, eu gostaria de saber como a Casa Civil e a AGU estão vendo essa questão que está ainda por conta do TCU.

Um outro questionamento – e V. Exª já se referiu sobre isso quando questionado pelo Senador Wellington Dias – diz respeito ao processo das hidrovias. Em uma audiência em seu gabinete juntamente com o Dr. Bernardo Figueiredo, ele fez uma exposição para vários Senadores – o Senador Blairo estava nessa reunião – sobre os investimentos em rodovias, ferrovias, portos e foi lá falado, e V. Exª acabou de repetir aí que o Governo estava preparando um PAC das hidrovias. Parece-me que esse PAC das hidrovias ainda

não chegou a um entendimento. É lamentável,porque o modal hidroviário é o modal que vem complementar o ferroviário e o rodoviário. Eles não são concorrentes entre si, são complementares.

Na Amazônia, as nossas estradas, Senador Fernando Collor, são os rios. Lá a navegação é o nosso meio de transporte. Então, é preciso que haja um entendimento do Governo para que implante, efetivamente, o sistema hidroviário.

Nessa linha, eu queria perguntar a V. Exª se há alguma novidade com relação ao derrocamento do Pedral do Lourenço. Essa parece ser uma obra em que há uma caveira de burro enterrada. Nós estamos esperando isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Vamos lá visitar porque é muito bonito lá, mas é preciso que haja o derrocamento para que o trecho da Hidrovia do Tocantins de Marabá até Belém seja efetivamente navegável.

É uma pena, Ministra, que se veja aquela obra fabulosa, que nós esperamos 30 anos para ver completa, que foi da eclusa de Tucuruí, e que ela sirva só para enfeite. Lá foi alocado R$1,5 bilhão. E, por R$400 milhões, R$500 milhões, que são para fazer o derrocamento, não é feito.

Já há projeto da Universidade Federal do Pará, da Vale, agora está a Universidade, me parece, de Santa Catarina ou do Paraná fazendo revisão. Então, eu queria uma posição, saber como é que o Gabinete Civil está vendo e se vai sair ainda este ano. Ainda há pouco o Ministro dos Transportes esteve aqui e deu uma data. Eu tenho dito ao General Fraxe e ao Ministro que essas reuniões são gravadas. Elas são, então, repassadas no Pará. Então, os compromissos aqui assumidos a população paraense guarda bastante. Ele deu uma data. Dia 20 de dezembro a concorrência do Pedral do Lourenço vai estar lançada. No dia 20 de dezembro. Está guardada essa data.

O Senador Collor tem um controle dos compromissos assumidos aqui pelos que participam das audiências. Se o Senador Collor for olhar a questão do Pedral de Lourenço, já ficou para trás há muito tempo. Mas o importante é que ele efetivamente aconteça.

Por último, a questão de uma outra obra vital para o Brasil, que é a Transamazônica, a BR-230. Santarém/Cuiabá, a BR-163, com todos os percalços – não é, Senador Blairo? – está saindo. Dificuldade maior aqui, dificuldade menor aqui, acho que, até o final de 2014, início de 2015, a gente esteja com ela completada. Isso vai facilitar também bastante o escoamento. Mas a BR-230 está parada, Ministro Adams. E está parada por uma questão bastante complexa, que é o trecho da rodovia que passa em áreas indígenas. Não há licença para a execução das obras. Elas estão licitadas, mas eles estão ameaçando as empresas – inclusive a BR-230, a Transamazônica – a desativarem os seus equipamentos porque elas não podem trabalhar. Então, eu também gostaria de saber se há alguma posição nova em relação à BR-230.

Era isso, Ministra e Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S.Exª o Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Preliminarmente, eu gostaria de cumprimentar o Ministro LuÍs Adams e de parabenizar a Ministra Gleisi Hoffmann duplamente. Em primeiro lugar, pela condução firme e decidida da Casa Civil e, em segundo, porque, apesar de não ter a sua beleza e a sua simpatia, o nosso companheiro Sérgio Souza, conhecido como um grande companheiro. Então, parabenizo também pelo suplente.

Ministro, eu só tenho uma pergunta. Minha pergunta é referente à fiscalização do TCU que vai ser realizada no programa de investimentos em logística do Governo Federal.

Eu recebi agora, recentemente, na Comissão Mista de Orçamento um pedido do TCU de paralisação da BR-116, que atravessa de norte a sul o Rio Grande do Sul, Estado vizinho de V. Exª. É obra que já está mais de 50% concluída, e, ainda assim, o TCU pede a paralisação imediata da obra. Nós estamos discutindo, no âmbito da Comissão, se vamos levar adiante o pedido do TCU ou não. Mas isso já tem sido um assunto recorrente desta Comissão, inclusive, o TCU tem tido posições muito radicais em relação à paralisação de obras e, por discussão dessa própria Comissão, isso tem trazido grandes prejuízos para o Governo Federal e para o País como um todo.

Eu queria de V. Exª um posicionamento, uma ideia sobre esse assunto por parte do Governo. Como o Governo entende que deve ser esta relação TCU/obras/Governo?

Esta é a pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Edison Lobão Filho, com minhas escusas ao Senador Cícero Lucena porque ele estava inscrito anteriormente à fala do Senador Lobão Filho.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sem problemas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Passo a palavra a S. Exª o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Presidente, Srª Ministra, Sr. Ministro, eu, na verdade, se não fosse a minha fé, eu iria sair daqui bastante deprimido como representante do Estado da Paraíba. Mas eu sou um homem de fé e de esperança, Ministra Gleisi Hoffmann.

A Paraíba, e não quero aqui fazer a injustiça de debitar apenas a um governo, mas historicamente a Nação tem uma dívida a ser resgatada com o meu Estado.

Para V. Exª ter ideia, uma das primeiras ferrovias deste País foi exatamente no Estado da Paraíba, ligando o Porto de Cabedelo ao Ceará, cortando o Estado da Paraíba, que tem um formato retangular, basicamente, com algumas derivações laterais; no Porto de Cabelo nós tínhamos transporte de passageiros já nos idos de 50 e 60 como infraestrutura do nosso Estado. E, simplesmente, a Paraíba ficou fora da Transnordestina. Com todo esse traçado, obviamente que o traçado deve passar por novo estudo, por questão tecnológica de diminuir as curvas, de diminuir os acidentes, mas tudo isso de fácil solução tecnológica. E, coincidentemente, Cabelo também, que é origem da BR-230, a famosa Transamazônica, que também nasce em Cabedelo, no nosso Estado da Paraíba.

Pois bem. Esta Comissão deu um passo que eu considero muito importante e sou grato a todos os Senadores, como já agradeci ao Senador Dornelles, que foi o Relator de uma emenda de Comissão de minha autoria para o Orçamento incluindo o eixo da Paraíba na Transnordestina. Então, nós temos uma demanda, uma necessidade urgente desse projeto.

Por questão de justiça, eu devo registrar que estivemos com o Dr. Jorge Luiz Macedo Bastos, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, bem como com outro diretor, numa reunião promovida pelo Senador Vital do Rêgo, com a minha presença e a do Senador Cássio, na Paraíba, em que o representante também da empresa da Transnordestina disse que já iniciaram os estudos, Ministro, para que a Paraíba seja incluída na Transnordestina. Então, eu estou mais fazendo um registro histórico junto com o apelo, para que o Governo entenda dessa dívida histórica para com o Estado da Paraíba. Sem dúvida, essa ferrovia irá nos ajudar no escoamento de minério de ferro que nós temos na Paraíba e de outros minerais que nós temos na Paraíba e em alguns trechos, até a autorização de transporte, já que hoje essa ferrovia serve, basicamente, para transportar pessoas de Cabedelo, passando pela cidade de João Pessoa, pelo Município de Bayeux e também de Santa Rita. Então, integrando a essa questão de transporte e mobilidade urbana, tem esse papel a ser cumprido.

Então, nós estamos fazendo esse registro e pedindo para que, o mais rápido possível, o Governo possa definir os valores dos investimentos, bem como um cronograma, para que a gente possa anunciar, na Paraíba, que ela foi incluída no planejamento da infraestrutura desse Estado, já que hoje, infelizmente, nós não somos incluídos, até porque o nosso porto não faz a dragagem que é necessária em Cabedelo e um porto que tinha um potencial operacional bastante rápido e econômico, infelizmente, não estamos cumprindo o nosso papel também na infraestrutura portuária.

Da mesma forma, Ministra, quando a ouço falar do programa de Governo dos aeroportos regionais, eu me pergunto sobre o de João Pessoa, o da capital. Não vou dar a minha opinião, vou dar a opinião do Presidente Lula. Quando foi visitar as obras de duplicação entre Recife e a cidade de Natal, desceu no aeroporto, que estava pronto para ser inaugurado. Lula, com a sua forma de ser, disse: "Eu não vou inaugurar, porque está parecendo mais uma rodoviária do que um aeroporto" – opinião do Presidente Lula naquela oportunidade. Até então, nós não vimos nenhum planejamento de efetivamente tornar o aeroporto digno de uma capital, com o potencial turístico que temos.

Além disso, nós apresentamos também emenda, dois anos atrás, incluímos no PPA a possibilidade, já que a Paraíba está fora desses investimentos, de termos um aeroporto de carga. Oferecíamos, como alternativa técnica, o platô da fronteira da Paraíba com Pernambuco, que tem Caaporã, do lado da Paraíba, e tem Goiânia, do lado de Pernambuco. Principalmente, logo em seguida ao anúncio da instalação do pólo automotivo puxado e priorizado pela Fiat, nós iríamos precisar muito desse transporte aéreo. Seria uma compensação, já que a Paraíba não tem chance, não tem oportunidade, não tem decisão em favor de termos uma montadora lá, para que a gente usufruísse pelo menos um pouco dos investimentos que lá foram feitos, dos incentivos que lá foram dados. Infelizmente, esse aeroporto de cargas, no Estado da Paraíba, em momento algum, saiu, não tenho nem notícia se saiu em papel, a não ser no PPA, que conseguimos aprovar.

Então, Ministro, renovo a minha fé e a minha esperança de que o Governo coloque na sua meta, nos seus objetivos, esse resgate histórico na dívida para com o povo paraibano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cícero Lucena.

Passo a palavra a S. Exª o Sr. Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor, nosso Ministro-Chefe da AGU, Luís Inácio Adams Lucena, a nossa companheira e colega de bancada, Ministra Gleisi Hoffmann.

Quero começar registrando, Ministra, a celeridade que foi dada ao conjunto de obras que estavam travadas no Brasil, seja por conta de questões ambientais, Tribunal de Contas, projetos inconclusos e que, na gestão de V. Exª esses projetos foram pautados e estão muito adiantados.

Quero também, nosso Presidente Collor, me somar a V. Exª nas preocupações sobre a atuação do TCU, que é comum a esta Comissão. V. Exª tem registrado aqui casos concretos em que o Tribunal de Contas da União determina a paralisação de uma obra, argumentando sobre preço. Ao término de todo o processo, o preço duplica, triplica, além dos danos que isso traz à economia brasileira. Evidentemente que o papel do Tribunal de Contas é assessorar o Congresso Nacional, através da Comissão Mista do Orçamento, como muito bem aqui deixou claro o Senador Edison Lobão Filho. No entanto, ele se sobrepõe ao nosso papel e determina a paralisação, inova. Eu acho, nosso Presidente, que, na evolução, na sua gestão, nós deveríamos pensar na atualização dessa legislação de maneira que ficasse claro o papel da Controladoria-Geral da União, da CGU, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público, dos vários órgãos, para evitar essa superposição de atividades que atrasam e emperram muito as nossas atividades.

Queria, nossa Ministra, aqui, fazer referência a nossa ferrovia Transnordestina. Para o Nordeste setentrional, ela é fundamental. Eu sei do desenho que foi feito, eu sei do arranjo financeiro, que não é por falta de recursos, no entanto, por conta das desapropriações de áreas que passam dentro de antigas cidades, e é bom registrar que, no Nordeste setentrional, que não é diferente de Alagoas, de Sergipe e de outros Estados, grande parte das nossas cidades surgiu a partir da ferrovia. Portanto, a ferrovia passa dentro dessas cidades. E como, naquele desenho, é preciso que tenha a retirada de dentro das cidades para evitar acidentes, esse processo tem atrasado muito. Estamos com essa ferrovia há certo tempo na agenda, com esse desdobramento aqui na Paraíba e também no Rio Grande do Norte, porque a Bancada do Rio Grande do Norte também reclama a sua integração. Sem fazer o eixo principal, Suape, em Pernambuco, com Pecém, no Ceará, passando pelos Cerrados do Piauí, nós não temos condições de evoluir para as outras regiões.

O segundo item que queríamos tratar, Srª Ministra, é sobre a interligação das águas do São Francisco. Temos vários trechos sendo feitos. Sei de um trecho específico que não integra a isso aqui lá em Alagoas, que está muito adiantado, mas os nossos dois eixos, norte e leste, que pega, como a senhora sabe, a leste, Pernambuco e Paraíba, e ao norte, Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Essa obra, para nós, é de fundamental importância.

Aqui, o Senador Cícero Lucena me lembrava de que o emperramento é de tal ordem que, num desses trechos, foi encontrada lá uma arcada dentária de um animal. Aí o Ibama, como os seus órgãos, os seus técnicos, mandou parar o trecho por mais de 30 dias. Quando terminaram a avaliação, era de um jumento, um animal da nossa região. Portanto, a que ponto chegam essas dificuldades... Só que isso traz gravíssimos problemas para a nossa região. O que podemos fazer para ajudar a destravar essas obras?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Senador, Ministro José Pimentel.

Para encerrar, passo a palavra a S. Exª o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Collor, mais uma vez pela iniciativa de audiências públicas extremamente importantes. Na semana passada com o Ministro César Borges, hoje com a Ministra Gleisi e com o Ministro Adams. Portanto, a Comissão de Infraestrutura trazendo, efetivamente, para o debate aqueles temas que o Brasil todo tem acompanhado atentamente.

Cumprimento a nossa Ministra Gleisi, que nos deu a honra, dignificou o nosso Estado quando foi Secretária de Estado no Mato Grosso do Sul, e dizer da alegria de Mato Grosso do Sul ter um representante no Ministério e na Casa Civil da Presidência da República.

Cumprimento o Ministro Adams. Eu não podia deixar de registrar aqui, Sr. Presidente, que o Ministro Adams está completando o quarto ano à frente da AGU. Mais de R$2,2 trilhões economizados e arrecadados para os cofres públicos durante a gestão do Ministro Adams. A atuação do Ministro Adams dispensa comentários. Eu listei alguns itens, como Belo Monte, o Programa Mais Médicos, o Enem, o Pré-Sal, especialmente garantindo o leilão de Libra, e sei como é complicado para a Advocacia-Geral da União administrar essas ações, a defesa no STF do mandato parlamentar pertencendo à coligação, enfim, uma série de assuntos em que o Ministro Adams tem sido um grande protagonista na República brasileira. Eu não podia deixar de destacar, porque sou uma pessoa que

admira o trabalho do Ministro Adams e não é de hoje. Não é porque ele é Ministro que estou falando isso, pois acompanho o Ministro Adams há muito tempo. Ele é um homem digno, de um grande valor, competente, com uma bela equipe também. Então, eu não poderia deixar de fazer esse registrar hoje.

Portanto, aproveitando a presença do nosso Ministro Adams, eu vou fazer-lhe uma pergunta, já que estou na Comissão de Infraestrutura, mas não eventualmente tocando num assunto específico de infraestrutura. Separei aqui uma pergunta para ele e para a Ministra Gleisi. Rapidamente, eu já me sinto, e falo aqui também em nome do Senador Figueiró, que teve de ir para a CCJ, mas nós, da Bancada de Mato Grosso do Sul, com as perguntas feitas pelo Senador Moka, já nos sentimos perfeitamente atendidos, porque uma preocupação nossa, Ministra Gleisi, é a BR-163. Acho que a resposta de V. Exª a uma ansiedade, a uma angústia do povo sul-mato-grossense para resolver, definitivamente, essa questão da BR-163. A BR-163, V. Exª sabe muito bem, é estratégica para Mato Grosso do Sul. Portanto, as informações hoje prestadas com relação ao Tribunal de Contas da União, com relação à publicação do edital, em dezembro, são de absoluta relevância para nós.

Ha outra questão também: as duas ferrovias. A Ferrovia 267, que é uma espécie de braço da Norte-Sul e que pega a região do Bolsão, Três Lagoas, Bataguassu – Três Lagoas, talvez, com um ramal –, depois entrando no Vale de Ivinhema, pegando Nova Andradina, Ivinhema, Deodápolis, chegando até Dourados, que seria uma espécie de um *hub* ferroviário, seria um grande entroncamento ferroviário, interligando com a ferrovia que V. Exª, aqui, disse que sai do Paraná, pelo oeste do Paraná, sobe por Mundo Novo, chegando até Maracaju, e Maracaju-Dourados. Esses projetos são de extrema importância para nós, porque, no Mato Grosso do Sul – V. Exª conhece muito bem; o Ministro Adams idem –, nós temos um grande potencial. Temos uma produção eficiente, trabalhadores competentes, mas estamos sofrendo muito com a logística. A logística está encarecendo a nossa produção. Portanto, esses projetos são extremamente importantes para o nosso Estado. E nos sentimos muito bem atendidos com as respostas que deram aqui V. Exª e o Ministro Adams.

Como isso já foi muito bem abordado, eu queria fazer três perguntas, Ministra Gleisi e Ministro Adams, que também despertam uma atenção grande lá no Estado. A primeira, novamente – eu repito isso como se fosse um mantra, porque, quando as pessoas começarem a repetir, é sinal de que virá alguma solução – nós falamos de novas ferrovias em Mato Grosso do Sul. Nós temos uma ferrovia, que V. Exª conhece, que é operada pela América Latina Logística, a antiga Noroeste do Brasil, que é, talvez, o pior exemplo de privatização do Brasil e do mundo. O Ministro Alfredo Nascimento também conhece bem. Nós estamos fazendo duas ferrovias novas. E essa ferrovia? Vemos anúncio em jornal de que vão fazer uma grande empresa, com a ALL, com a MMX, agora, na mão da Vetorial, que isso vai mudar por completo a história dessa ferrovia, que teve um passado importante para o nosso Estado e para a Região Centro-Oeste. Resumo da ópera: não acontece nada. Vamos à ANTT questionar os Termos de Ajustamento de Conduta, enfim, zero. Fazem TAC, e não há nenhuma ação real para que essa ferrovia volte a ocupar um espaço importante na nossa economia.

Quero aqui registrar que a desculpa é sempre a seguinte: é bitola métrica. Nós sabemos que é bitola métrica. E sabemos que há possibilidade de um terceiro trilho, mas, mesmo com bitola métrica, existem soluções tecnológicas para bem aproveitar essa ferrovia no transporte de carga. Essa ferrovia não é só em Mato Grosso. Ela chega até Bauru, em São Paulo. E ninguém aguenta essa lenga-lenga mais.

Quando essa ferrovia foi privatizada ou arrendada, o que é pior, porque, inclusive, ela foi canibalizada em vários trechos. Para se ter uma ideia, o trecho de Campo Grande a Ponta Porã não existe mais. Roubaram dormente, roubaram trilho, tiraram tudo. E a sucata voltou, agora, para a União. Então, ou a União toma isso aí ou relicita, porque isso é uma vergonha... Não temos mais explicação a dar, porque a população não acredita.

Uma ferrovia que não tem as restrições ambientais que foram aqui citadas durante essa audiência pública, porque ela já está feita, já tem o leito. Portanto, uma série de vantagens. Essa ferrovia viabilizaria, inclusive, a exploração do minério de ferro e de manganês e o escoamento da produção de Mato Grosso do Sul, através dessa ferrovia, chegando ao Porto de Santos, aos portos do Rio de Janeiro, enfim, com várias alternativas também.

Mas estamos cansados. São as mesmas respostas. O General Fraxe esteve aqui, outro dia, o Ministro César Borges. Aí passaram uma colinha, como estão passando agora para a Ministra Gleisi. A resposta deve ser a mesma. É a mesma a resposta, é aquele nhe-nhe-nhem, que ninguém aguenta mais.

Então, ou se cassa essa concessão, ou vamos encontrar uma saída, porque ela tem um traçado excepcional para a logística do Estado, para carregar madeira, celulose...

Então, essa é a primeira.

Segundo, vi o Senador Flexa falar rapidamente, aqui – mas quero insistir –, sobre a Hidrovia do Para-

guai. Hoje, por exemplo, a produção na região da minha cidade, Corumbá – o Presidente Collor conhece bem –, quem produz ali, especialmente as mineradoras, não pode escoar durante todo o ano a produção. Então, não consegue aumentar a produção, porque não consegue escoar, porque não há ferrovia. E não dá para carregar minério em caminhão. Alguns fazem isso, mas imaginem o custo.

A Hidrovia do Paraguai é a única hidrovia que tem licença ambiental por quatro anos, inclusive com possibilidade de dragagem. E não ouvimos absolutamente nada, nenhum movimento. Esta hidrovia foi estratégica para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Eu citei aqui, e, como todo mundo responde sempre do mesmo jeito para mim, também uso os mesmos argumentos.

Na minha cidade, Corumbá, a agência do Banco do Brasil é a nº 14. V. Exªs imaginem o que é, em uma cidade lá no Centro-Oeste, à beira do Rio Paraguai, uma agência do Banco do Brasil de nº 14. Por que isso? Porque a hidrovia tinha um papel preponderante ali, na região.

E, simplesmente, hoje não há hidrovia, não há ferrovia, e a rodovia, com as limitações inclusive de custos, que enfrentamos, é a famosa BR-262, que muitos aqui conhecem, porque a 262 atravessa o Brasil inteiro.

Essas são as duas primeiras, a ferrovia e a hidrovia.

E eu, pegando carona, aproveitando que dois Ministros ilustres estão aqui presentes, não poderia deixar de fazer mais duas perguntas. A primeira, à minha querida Ministra Gleisi.

Um projeto que é um dos maiores desastres ambientais do Brasil. Refiro-me ao do Rio Taquari, que não tem solução. O Rio Taquari está perdendo completamente todas as oportunidades de desenvolvimento econômico da região.

Foi criado e coordenado por V. Exª um grupo que vai estruturar ações coordenadas, no sentido de revitalizar o Rio Taquari ambientalmente, economicamente e, principalmente, socialmente. O Rio Taquari tem também uma história importante dentro do nosso Estado, sob o ponto de vista ambiental, da integração do Estado e do desenvolvimento econômico e social.

E a última pergunta, mas não menos importante: a questão indígena no Mato Grosso do Sul. Nós fizemos um acordo, o Ministro Adams esteve lá presente, com o Ministro Gilberto Carvalho, e a Ministra Gleisi acompanha muito de perto isso. O tempo está passando. Nós não encontramos... A proposta apresentada foi de indenização de terra nua, sem se mexer no art. 231, que é uma grande conquista das etnias indígenas e da nossa Constituição de 1988, a Constituição Cidadã.

Mas o tempo está passando e nós não encontramos uma saída. E vamos ter complicações novamente em Mato Grosso do Sul, tanto com as etnias quanto com os produtores rurais. E Mato Grosso do Sul merece uma atenção especial por que isso está trazendo aqui, como alguns disseram, insegurança jurídica. Inclusive, isso está intimidando investimentos, criando dificuldades até na implementação de projetos de infraestrutura.

Então, eu gostaria de, aproveitando a presença dos dois Ministros que acompanham isso muito de perto, aproveitar a oportunidade para saber como as coisas caminham, porque estamos entrando em uma zona cinzenta e nós sabemos que as consequências são extremamente dolorosas para o nosso Estado e para o nosso País.

Era o que eu gostaria de falar, Presidente.

Agradeço a oportunidade e a paciência de V. Exª, dos meus colegas Senadores e Senadoras e a dos dois Ministros em função da minha fala um pouco mais alongada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – É com alegria que todos nós ouvimos V. Exª, Senador Delcídio do Amaral, que vem sempre com o seu brilhantismo e com o seu conhecimento, dando consistência ainda maior à Comissão dos Serviços de Infraestrutura e ao Senado Federal.

Muito obrigado a V. Exª.

Passo a palavra a S. Exª o Ministro Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União, para responder às indagações aqui formuladas.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria, Eu gostaria, antes de qualquer coisa, de agradecer à homenagem. De fato, eu completo hoje quatro anos à frente da Advocacia-Geral da União. É um tempo de muito trabalho. O Sr. Senador elencou aqui alguns desafios, entre os vários que enfrentamos, mas também é um trabalho gratificante. Eu tive a oportunidade de ter não só uma forte atuação, mas um forte intercâmbio inclusive com esta Casa, com a qual tivermos oportunidade de defender e atuar em várias oportunidades.

Foi muito importante para a instituição que eu dirijo se afirmar como também responsável pela permanência da nossa legitimidade democrática, nossa institucionalidade democrática. Ela é fundamental para o País.

Eu agradeço as bonitas palavras.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Merecidas.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Obrigado.

Aproveitando, vou lhe responder primeiro, Senador Delcídio.

Os temas específicos de investimento eu vou deixar de lado, mas eu queria tocar na questão indígena.

Como o senhor sabe, a questão indígena é um tema hoje cada vez mais importante, até porque o processo de demarcação está avançando para áreas já ocupadas. Ele se iniciou em áreas mais vazias, em termos de ocupação territorial, no Norte do País. Agora, estamos avançando para áreas que já tem uma forte ocupação humana e nós temos procurado resolver as questões pontualmente, criando espaços de diálogo.

De fato, hoje, o senhor tem razão, Senador, a nossa legislação, a nossa Constituição nos limita, nesse espaço, o diálogo, porque cria alguns impedimentos.

Eu acho, e tenho dito isso, que a própria Constituição, no art. 231 admite alguma flexibilidade, que é provida pelo Congresso Nacional, na forma de lei complementar que venha regular o § 6º do art. 231. Este dispositivo vem estabelecer quais são as situações de interesse público relevante da União que justifica a validação de títulos de ocupação sobre áreas indígenas, áreas demarcadas.

Como não existe essa lei complementar – e existem vários projetos em tramitação, inclusive, há um na Comissão Mista, cujo Relator é o Senador Jucá, mas como não existe projeto de lei, de fato, a Administração Pública fica limitada no exercício dessa atividade. Eu não acho que a solução, por exemplo, seja a PEC nº 215, que transfere... O ato de concessão de reconhecimento é um ato declaratório, não é um ato constitutivo. Sendo meramente declaratório ele simplesmente transfere o problema para o Congresso e continuaria o mesmo problema.

Além disso, há um elemento de inconstitucionalidade, porque, em suma, nós estamos aqui retirando a competência de um poder para outro. E isso passa pela necessária manifestação do poder que está perdendo, como elemento de iniciativa.

Agora, no caso específico do Mato Grosso do Sul, o processo não foi paralisado. Mantém-se ainda o processo de indenização. Estão sendo feitas avaliações das fazendas. Segundo eu pude verificar – eu tive uma reunião ontem com o Ministro Cardozo, a Ministra Miriam e o Ministro Gilberto Carvalho –, essas avaliações deverão terminar agora no início de novembro. E, nesse tempo, nós estamos buscando formas de indenização a essas áreas.

Por que nesse caso é possível a indenização e não o é em outros? Porque, nesse caso em particular, o nosso Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede em São Paulo, entendeu que a área não é indígena. Então, a única forma de atribuir essa área àquela comunidade indígena é na forma indenizatória. Com indenização plena. E é esse processo de negociação que está em curso.

Inclusive até registro que hoje mesmo o Supremo deve tomar uma posição mais definitiva nesse tema, porque hoje são julgados no Supremo os embargos declaratórios na questão de Raposa Serra do Sol. E eu acredito que, uma vez confirmando – como deve confirmar – a orientação que ele adotou no primeiro julgamento ao estabelecer 19 condicionantes, essas condicionantes venham a fortalecer, inclusive na questão de infraestrutura, porque várias daquelas condicionantes estabelecem a primazia do interesse público.

Eu acho, inclusive, que aquelas condicionantes são uma forma de regulação do § 6º, porque vêm estabelecer o que é interesse relevante da União – infraestrutura, estrada, exploração de mineral, exploração estratégica, ocupação militar e assim por diante, que são altamente relevantes para a União e o Poder Público.

Eu acredito que essa confirmação vem ajudar, inclusive, a fixar formas mais adequadas de compor essas soluções que têm sido pontos de enfrentamento e não pontos de solução, de convivência.

Em suma, o caso do Mato Grosso continua e há uma decisão. E se confirma, aqui, inclusive, o compromisso que foi assumido pelo Ministro Gilberto Carvalho e por mim naquela reunião lá em Mato Grosso, no sentido de fazer o processo de indenização daquelas fazendas.

O nosso problema é o instrumental. A solução inicial não se mostrou viável, então nós estamos avançando para outras soluções que vão ser efetivadas no momento em que forem confirmados os valores das áreas de indenização. Imagino que seja nesse ano ainda. Pelo menos esse é o programa de avaliação que está em curso.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Presidente, pela ordem.

Hoje o STF julga os condicionantes de Raposa Serra do Sol?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Confirma. É. Ele julga os embargos de declaração relativos à questão dos condicionantes.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Que afeta as condicionantes?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Isso. É o primeiro processo da pauta, inclusive.

Só para comentar. Foram feitas várias referências ao TCU. Eu só queria registrar, Senadores e Presidente, o seguinte: de fato, o TCU é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Essa é uma diretriz clara no art. 70, no art. 71 da Constituição Federal. Agora, nessa função, ele também tem atribuições próprias. Ele tem

a competência, por exemplo, de suspender o ato da Administração. A Constituição lhe dá essa competência específica.

Agora, no que se refere a contrato, é necessário que o Congresso Nacional se manifeste e se posicione. Sendo que, na hipótese de não fazê-lo em 90 dias, o Tribunal tem a prerrogativa de fazê-lo. Mas eu acho que essa premissa é importante, porque o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Congresso.

Quem faz o controle externo, e não só do Executivo – se fala muito em Executivo, mas não é só do Executivo –, também do Judiciário e também do Ministério Público Federal é o Congresso Nacional. Isso está muito claro na Constituição, e é uma competência que eu acho que valoriza o papel que o Congresso tem, como representação popular, de fazer o controle da atividade pública como um todo.

Agora, eu também tenho testemunho. Pelo trabalho – eu a Ministra Gleisi temos convivido muito com o Tribunal de Contas –, eu também posso testemunhar o esforço que os Ministros do Tribunal de Contas têm feito para colaborar no processo de viabilização desses projetos. Isso tem trazido também resultados positivos. Foi citado que, no leilão do pré-sal, tivemos uma avalanche de 27 ações, em apenas três dias, disseminadas pelo País todo, e nenhuma liminar concedida. Em aeroportos, a mesma coisa; em rodovias, a mesma coisa. Quer dizer, temos tido bons resultados. Eu devo, com a lealdade em relação à verdade, dizer que isso também tem uma participação do Tribunal de Contas, e acho importante valorizar.

Agora, acho que todo modelo de regulação e todo modelo de controle, o que é importante para a administração, pode ser aperfeiçoado, inclusive para permitir que o processo de decisão seja executado, porque é tão caro, talvez mais caro a um processo de investimento a não realização dele, porque desmobiliza equipamentos, desmobiliza pessoal e paralisa, muitas vezes, por muito tempo, seis meses, um ano, dois anos, três anos, criando custos adicionais que não precisariam existir caso a decisão não tivesse existido. Então, sempre é uma ponderação que tem de ser efetivamente avaliada, e avaliada por este Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Ministro Luís Inácio Adams.

Passo agora a palavra a S. Exª a Ministra Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HELENA HOFFMANN – Vamos lá, para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Ministra Gleisi, o Ministro Luís Inácio tem algo a acrescentar.

A SRª GLEISI HELENA HOFFMANN – Pode falar.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Esqueci algo que foi referido aqui, sobre a questão do modelo de aderência jurídica das ferrovias. Esqueci-me de fazer referência.

O modelo que foi levantado, o modelo de concessão, é economicamente viável, do ponto de vista da concessão. Por quê? Porque a Valec assume o papel de centralizadora da aquisição da capacidade de exploração. O modelo de concessão gerado pela União para a exploração ferroviária da malha é um modelo que, juridicamente é viável. O que estamos trabalhando, no TCU, de fato, é um aperfeiçoamento, como disse a Exma Ministra também, na aquisição dessa, digamos assim, capacidade de exploração ferroviária pela própria Valec, de forma a que a Valec dê conta dessa realidade com segurança, seja para quem investe na malha, seja para a própria Valec do ponto de vista de poder financiar e sustentar essa compra e difundir no mercado, até que as ferrovias tenham um ganho no tempo. Elas são lucrativas no tempo. Evidentemente, no início do investimento, ela sempre trabalha com um nível de déficit. E por isso, o Governo – e já foi aprovado por esta Casa – aprovou aqueles 15 bilhões, que são destinados a essa finalidade de garantir a aquisição dessa capacidade de exploração que está prevista em um modelo de aquisição.

Agora, o que se faz, de fato, no TCU, são alguns ajustes de aperfeiçoamento, porque todo modelo nós entendemos absolutamente aderente à nossa legislação jurídica, mas me refiro a algumas regulações específicas que explicitem, de maneira objetiva, essas competências, que já estão presentes na lei, mas que podem ser mais bem explicitadas na regulamentação, na estrutura da própria Valec para viabilizar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agora, sim, com a palavra S. Exª a Ministra Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HELENA HOFFMANN – Obrigada, Presidente.

Começando aqui pelo Senador Flexa Ribeiro, a quem saúdo, em relação à ferrovia Açailândia-Vila do Conde, foi o primeiro estudo que nós mandamos para o Tribunal de Contas da União. É um trecho novo, portanto. São cerca de 400km de ferrovia. O traçado foi definido para dar sustentabilidade, inclusive, na questão do minério. Como resultado das audiências públicas, ele foi adequado.

O Tribunal espera apenas essas definições nossas de regulamentação das Leis nos 11.772 e 10.233, que dispõem sobre as atribuições da Valec. Então, um pouco na linha que o Ministro Adams acabou de colocar, tão logo ultimemos essa regulamentação, vamos

publicar o decreto, e acredito que, com isso, o Tribunal já tenha condições de fazer a liberação. Talvez ainda solicite algumas informações em relação às questões de engenharia, de obras, e aí a Valec e o DNIT estão acompanhando, bem como o Ministério dos Transportes.

Em relação às hidrovias, já falei e aproveito aqui para responder também ao Senador Delcídio, que veio com toda a pauta do Mato Grosso do Sul, legítima por sinal, mas aproveito para dizer que elas não estão nessa fase do PIL, portanto não estou fazendo acompanhamento do processo das hidrovias. Temos uma parte de hidrovias no PAC, mas elas são uma preocupação e já estão sendo estudadas pela EPL e há uma determinação da Presidenta que tenhamos um programa de hidrovias, assim como estamos tendo para ferrovias, rodovias, enfim, sistematizado. Então, teremos e, com certeza, a Hidrovia do Paraguai, também Pedral do Lourenço, serão considerados. Não quero fazer aqui comentários além do que o Ministro dos Transportes já fez e se comprometeu aqui na anotação da relação do Presidente Collor, é ele quem coordena. *(Risos.)*

Está certo ele. Vou avisar ao César Borges. Vocês avisaram a ele?

Em relação à questão da fiscalização do Tribunal, o Ministro Adams também falou, a relação do Tribunal é com este Congresso Nacional, pertence ao Poder Legislativo, portanto, a Casa tem se esmerado para fazer essa interlocução com o Tribunal e ter as orientações.

O Senador Lobão Filho falou das discussões na Comissão Mista de Orçamento. Quero dizer que houve avanços importantes, embora ainda haja essa situação de paralisação de obras, diminuiu muito já, tínhamos inúmeras obras paralisadas. Acho que a interlocução do Congresso com o Tribunal, o método e as discussões conduzidas pela Comissão Mista de Orçamento foram muito importantes. É óbvio que existem problemas, às vezes não é problema relacionado à questão de desvio de verbas, é problema técnico da obra. Você não tem que parar uma obra pra resolver isso, se podemos resolver com a obra em curso, temos que tentar fazer isso, porque o custo para o País, para a comunidade, para todo mundo, é muito maior quando você para uma obra.

Queria até parabenizar o esforço que o Congresso tem feito nesse sentido e dizer que temos buscado uma interação com o Tribunal. Quando lançamos os planos de concessão, apresentamos todos esses planos para o Tribunal e muitos dos estudos o Tribunal acompanhou e está acompanhando. Claro que ele tem uma responsabilidade constitucional, ele é cioso com suas responsabilidades e acaba solicitando, sim, esclarecimentos, modificações. Temos procurado atender. Quando temos divergências, também sentamos, conversamos, para que possamos avançar e não ficar no embate; acho que não interessa ao País o embate, ainda que tenhamos divergências até sobre o papel, a forma de desempenhar, não interessa pararmos o processo para ficar debatendo quem tem razão. Temos que continuar fazendo com que as coisas aconteçam. Mas acho louváveis as iniciativas que o Congresso teve, em especial a Comissão Mista de Orçamento, no sentido de resolver e acredito que pode avançar bastante.

Em relação às colocações do Senador Cícero Lucena, vou buscar todas as informações, passar ao senhor as informações sobre a Transnordestina, as datas, vou buscar com a Ministra Miriam e remeto ao seu gabinete, assim também como ao gabinete do Ministro Pimentel. Essas obras são acompanhadas pelo PAC.

Em relação à ferrovia, não quero...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Ministra, como estou na mesma ala do Senador Pimentel, que é a Ala Filinto Muller, um carrasco do período terrível que vivemos.

A SRª GLEISI HELENA HOFFMANN – Você quer que lhe mande também.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mande-me também. O mesmo portador, apenas lhe diga: "Mais três portas adiante, entregue também ao Senador Inácio Arruda."

A SRª GLEISI HELENA HOFFMANN – Pode deixar. Vou pôr também para mandar para o Inácio todas essas informações; fazemos uma nota, não as tenho aqui.

Em relação à ferrovia operada, esse trecho não integra o programa de logística. Então, também quero me limitar a não dar informações e nem considerações para não agregrar as que já foram dadas, mas, obviamente, que temos um foco em resolver toda a malha. É impossível resolver tudo ao mesmo tempo. Temos que ir fazendo as coisas pela capacidade que temos de solução e também pela capacidade que o mercado responde às soluções que estamos pedindo e também os órgãos de controle, enfim, todos que são envolvidos; portanto, quero me abster aqui de fazer...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ministra, melhor, porque as outras respostas são sempre evasivas, pelo menos a senhora não quis responder, porque as outras são todas evasivas.

Agora, o que é incrível é que faz ferrovia nova, uma ferrovia, que já não tem problema ambiental, não tem nada, não caminha, só está na base do "*enrolation",* e a ANTT não toma nenhuma providência. Tudo como dantes no quartel de Abrantes. Esse é o problema.

A SRª GLEISI HELENA HOFFMANN – Eu espero que V. Exª tenha feito suas considerações ao Ministro

dos Transportes quando ele aqui esteve, que tenha registrado e pedido à ANTT para tomar providência.

É importante dizer que nós trabalhamos num Estado de direito. Nós temos contratos que devem ser observados. Nós não rasgamos contratos. Observamos os contratos e temos que resolver os problemas dentro da legalidade.

Então, só para deixar registrado...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ministra, só que...

A SRª GLEISI HELENA HOFFMANN – Eu não quero fazer um embate com V. Exª aqui.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Ministra, só que esse contrato ninguém aguenta mais, e eles não cumpriram o Termo de Ajustamento de Conduta. Portanto, esse contrato nem vale mais.

A SRª GLEISI HELENA HOFFMANN – Bom, isso é no âmbito da ANTT. Depois a nossa AGU também pode falar sobre a avaliação dos contratos.

Eu só quero agradecer aos Srs. Senadores essa oportunidade de estar aqui, para falar desse plano, do esforço que o Governo está fazendo, uma oportunidade também de agradecer ao Congresso Nacional, ao Senado da República pelo apoio que tem dado. Todas as vezes que demandamos esta Casa, seja para aprovar um marco regulatório, para aprovar uma medida provisória, para fazer uma alteração na legislação que nos desse sustentação para levar à frente esse programa, encontramos respaldo aqui na Casa. Isso é fundamental, porque, sem esse respaldo, nós não poderíamos seguir adiante.

Nós somos muito realistas com a situação que nós temos para transformar. Sabemos dos nossos limites e das nossas dificuldades, mas nós também temos sonhos e ambições. Por isso, lançamos um programa dessa magnitude, que procura fazer intervenção em obras de infraestrutura para resolver gargalos logísticos. É óbvio que não vamos resolver todos os problemas com essa fase do programa. Ainda há problemas para os quais temos que buscar as soluções, e não temos, muitas vezes, capacidade não só do ponto de vista do Estado, mas também da iniciativa privada, de responder aos desafios que nós fazemos. Então, muitas vezes ouvi, durante as discussões desse programa, que nós estávamos com um cardápio de concessões muito grande, muito diversificado, e que havia dificuldade até para todos os atores que têm interesse apresentarem projetos, para participar. Por isso que nós também tivemos um foco muito grande em divulgar isso no mundo, em divulgar isso para investidores estrangeiros, para que nós possamos ter a companhia desses investidores e de empreendedores internacionais aqui com os nossos para poder dar resultados, dar vazão a esse programa.

Mas eu queria agradecer muitíssimo a cada um dos Senadores pela colaboração que os senhores nos deram. Vou levar as contribuições e também as críticas, as considerações feitas, que servem muito para aperfeiçoar o processo, e nós temos buscado aperfeiçoar esse processo cotidianamente.

Quero agradecer também ao Ministro Adams por ter me acompanhado aqui. A Advocacia-Geral da União tem sido fundamental na sustentação e estruturação desses projetos, como em todos aqui já citados pelo Senador Delcídio, mas especialmente nesse processo de concessões, e quero agradecer muitíssimo ao Presidente Fernando Collor, Presidente desta Comissão, que tem feito um trabalho na Comissão, e eu pude acompanhá-lo quando estava Senadora aqui também na Comissão de Relações Exteriores, pela sua dedicação, seriedade, firmeza e interlocução que tem mantido com o Poder Executivo para que a gente possa prestar esclarecimentos e tentar resolver os problemas.

Então, agradeço muito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª a Srª Ministra Gleisi Hoffmann.

Pergunto aos Srs. Senadores se têm alguma indagação, mais alguma dúvida que queiram...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu quero fazer uma consideração, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Blairo Maggi com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado.

Ministra, a senhora passou pelo assunto – vários colegas aqui se referiram a ele – da armazenagem dentro do programa que o Governo lançou e também foram feitas algumas considerações sobre as dificuldades que há para você começar esse processo, as construções.

Eu gostaria de informar aos colegas, como sugestão, que nós lá no Estado de Mato Grosso, eu procurei o Governador Silval Barbosa – primeiro procurei a Ministra Izabella – para propor um rito mais rápido, um *fast track* para os armazéns. O Estado de Mato Grosso fez...

A SRª GLEISI HELENA HOFFMANN – Mandou para nós.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mandou para vocês; ótimo. Está funcionando. Então, é uma contribuição para os demais colegas dos outros Estados, porque, mais uma vez, a gente tem di-

nheiro, tem disponibilidade de recurso, mas não é fácil, principalmente na Bahia, no Piauí e no Maranhão. A minha empresa tem atividades lá e é uma complicação enorme para se lidar com isso. Então, fica a sugestão aí para que eles também possam trabalhar um pouco esse assunto.

E para não falar só dos espinhos, a exemplo do que disse aqui o Ministro Adams, quando as coisas são bem planejadas, bem programadas, elas até acontecem com rapidez. Eu tenho um exemplo do Estado de Mato Grosso de dois aeroportos: um em que demorou três anos para a Anac dar a licença para operação e voo noturno, e outro em que em 30 dias saiu. O de 30 dias saiu por quê? Porque estava com o projeto em dia, com todas as condicionantes colocadas, tudo certinho; e em 30 dias saiu o aeroporto. O outro era uma guerra de papel, vem para cá e volta para lá, três anos para se conseguir fazer as coisas. Então, acho que o exemplo que a gente tira disso é que se bem planejado, bem projetado e se seguir as regras, a gente também consegue avançar um pouco.

Muito obrigado.

A SRª GLEISI HELENA HOFFMANN – Se me permite só, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Por favor, Ministra Gleisi.

A SRª GLEISI HELENA HOFFMANN –... trazer uma informação. O Senador falou e nós recebemos essa contribuição do Governo do Mato Grosso. A Ministra Izabella está acompanhando isso. Os licenciamentos são estaduais, são locais, não é? Já repassamos ao Vice-Presidente Osmar Dias, do Banco do Brasil, ele já está com esse material e já está instruindo toda a rede do Banco para fazer as orientações na questão dos licenciamentos. Colaborou muito, quero dizer-lhe.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a palavra S. Exª o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Nós teremos agora a oitiva do diretor da ANTT, após a sabatina?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Sim. Imediatamente após o encerramento desta reunião, teremos uma outra reunião em que está prevista a oitiva, a sabatina do ex-Ministro Passos, e a leitura também para o indicado para a ANTT, cuja relatoria está a cargo de S. Exª o Senador Ciro Nogueira.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – O Ministro Adams para as considerações finais.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Presidente, eu queria só registrar o prazer de estar nesta Comissão. Pelo alto nível e pelas questões levantadas, mostrou que, de fato, cumpre a função que a Constituição lhe atribui, o Congresso, e pela significativa importância que isso representa para a qualificação dessa relação entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Então, eu agradeço enormemente a esta Comissão pelo trabalho.

E eu queria só retribuir à Ministra Gleisi, que tanto me elogiou, e registrar também aos Senadores que, na convivência que eu tive com ela, como Advogado-Geral, eu tive o enorme prazer de conhecer uma pessoa que é profundamente dedicada, trabalhadora e que enfrenta todos os temas e desafios com muito denodo. Orgulha-me ter esse trabalho com ela. Com certeza, se ela estivesse aqui, não no Executivo, mas no Senado, mostraria com muito mais presença essas qualidade que ela tem mostrado no Executivo.

Mas, de resto, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradeço mais uma vez a S. Exª o Sr. Ministro Adams, Advogado-Geral da União; um agradecimento muito especial à Srª Ministra Gleisi Hoffmann pela sua presença, atendendo ao convite formulado por esta Comissão, com base em requerimento aqui apresentado e aprovado pelo Plenário. Cumprimentos também ao Ministro Adams pelos quatro anos que completa hoje à frente da Advocacia-Geral da União; e à Ministra Gleisi Hoffmann, Senadora, integrante desta Casa e que está temporariamente cedida ao Executivo para dar uma demonstração de que o Legislativo possui qualidade, possui pessoas que são devotas à causa pública e que são muito bem representadas pela Ministra Gleisi Hoffmann, Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, declaro encerrada esta reunião, convocando a próxima reunião imediatamente após este encerramento.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 7horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 49ª REUNIÃO, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Blairo Maggi, Alfredo Nascimento, José Pimentel, Wellington Dias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Waldemir Moka** e **Osvaldo Sobrinho**. Registram presença como não-membros os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy** e **Ruben Figueiró**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 48ª e 49ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta: **Item 1 – MENSAGEM Nº 22, de 2013,** de autoria da **Presidenta da República**, que "*submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes – ANTT.*" Relatoria: Senador **Alfredo Nascimento**. Resultado: retirado de pauta. **Item 2 – MENSAGEM nº 114, de 2012**, de autoria da **Presidenta da República**, que "*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT*". Relatoria: Senador **Ciro Nogueira**. Resultado: lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI). Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das 48ª e 49ª reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Comunicado.

Os trabalhadores responsáveis pela distribuição de água em Municípios afetados pela estiagem em Alagoas, conhecidos como pipeiros, estão sem receber, pela atividade, há quatro meses.

A informação é do Prefeito de Pariconha, Sr. Fábio Ribeiro. Segundo ele, em virtude desse passivo trabalhista, os pipeiros decidiram suspender a distribuição.

Nas palavras do Prefeito, o Município de Pariconha foi um dos que já decretaram situação de emergência por conta da estiagem. Recurso do Governo Federal foi liberado para o combate aos efeitos da seca, que segue a castigar o sertanejo.

O serviço executado pelos homens do Exército, por meio da Operação Carro-Pipa, ocorre na mais perfeita condição com nossa cidade – a cidade do Prefeito – dispondo de três carros-pipa.

Porém, segundo ele, há uma deficiência por parte da Defesa Civil Estadual. Por isso, diz ele, estamos tentando manter contato com o Governo para que tenhamos uma reunião nesse sentido. Ele fez questão de destacar o apoio dispensado pelo Governo Federal por meio do Ministério da Integração.

Peço à Secretaria da Comissão que providencie o encaminhamento desse comunicado,na íntegra, ao Presidente da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca, S. Exª, o Senador Ministro José Pimentel.

Pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 22, de 2013
– Não Terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Paulo Sérgio Oliveira Passos, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes – ANTT.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observação: Em 16/10/2013 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 1, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI).

Em relação a esta Mensagem, esta Presidência recebeu do indicado o seguinte ofício, endereçado à Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal:

Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito a V. Exª que, por motivo de força maior, não seja realizada amanhã, dia 23/10, minha sabatina para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional

de Transportes Terrestres, conforme previsão da pauta desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, bem como dos atos e normas regimentais que a disciplinam.

Respeitosamente,

Paulo Sérgio Oliveira Passos.

Tendo em vista o ofício recebido por esta Comissão, assinado pelo indicado, o item 1 da Mensagem do Senado nº 22, de 2013, fica adiado *sine die*.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 114, de 2012
– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Carlos Fernando do Nascimento para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Autoria: Presidente da República

Relatório: Pronto para deliberação

Observação: Será concedida, automaticamente, vista coletiva após a apresentação e discussão do relatório, nos termos do Ato nº 1, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI).

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Ciro Nogueira para a leitura do seu relatório.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Senhora Presidenta da República, por meio da Mensagem nº 114, de 2012 (Mensagem nº 544, de 6 de dezembro de 2012, na origem), submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Carlos Fernando do Nascimento para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), na vaga do Sr. Wagner de Carvalho Garcia.

Criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a ANTT é entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, vinculada ao Ministério dos Transportes.

De acordo com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, os membros da Diretoria da ANTT deverão ser brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos. O art. 54 da mesma Lei estabelece que os membros da diretoria cumprirão mandato de quatro anos, não coincidentes, admitida uma recondução.

Carlos Fernando do Nascimento é cidadão brasileiro, advogado graduado pela Universidade Cândido Mendes (RJ, 2004), especialista em Regulação de Transportes Terrestres pela Escola Politécnica da UFRJ (RJ, 2006).

Ele ocupa atualmente o cargo de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres e é Diretor Interino da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em Brasília.

Sua formação acadêmica registra, além do curso de graduação e da especialização, já mencionados, o curso de especialização em Direito Administrativo e Processo Administrativo na Universidade Cândido Mendes (UCAM, RJ), entre 2007 e 2008. Ele é também, desde 2011, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Regulação e Gestão de Negócios da Universidade de Brasília.

O candidato cita, como formação complementar, 16 cursos de curta duração e de extensão, realizados entre 2006 e 2012. Os cursos envolvem matérias de Direito, Economia, Administração e Matemática.

O Sr. Carlos Fernando do Nascimento lista quatro áreas de atuação profissional:

1. Regulação de Transportes Terrestres;
2. Análise Econômica do Direito;
3. Regulação de Mercados;
4. Direito Administrativo.

Quanto à atuação profissional, ele é vinculado institucionalmente à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) desde 2006, onde é servidor estatutário e trabalha em regime de dedicação integral, com carga horária de 40 horas por semana. Ele ocupa, na ANTT, o cargo de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres.

Entre 2006 e 2012, ele foi membro nomeado do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), onde trabalhou em tempo parcial.

Em 2011, ele foi nomeado, pela Portaria Interministerial nº 1, de 15 de julho de 2011, que trata do Sistema Nacional de Viação, para participar de grupo de trabalho incumbido de analisar, avaliar e propor aprimoramento e regulamentação a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, no âmbito do Ministério dos Transportes do Distrito Federal.

Entre 2009 e 2010, ele foi pesquisador discente do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), como aluno especial do mestrado em Direito, em regime parcial.

Ele trabalhou, também, em regime parcial, na Associação Nacional dos Especialistas em Regulação (Aner), onde foi Diretor, entre 2009 e 2010.

O currículo lista dois trabalhos como estagiário: um no Governo do Estado do Rio de Janeiro, entre 2002 e 2004; o outro no Programa de Proteção ao Consumidor (Procon/RJ), entre 2000 e 2001.

Ele trabalhou também como Agente Vistoriador do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RJ), entre 1996 e 1999, em regime de dedicação integral.

O indicado tem domínio de duas línguas estrangeiras: inglês e espanhol.

Ele participou, por duas vezes, em bancas de comissões julgadoras de concursos públicos.

Por último, devemos mencionar sua produção bibliográfica. Ele lista, em seu currículo, três artigos completos, publicados em periódicos, além de quatro textos de sua autoria redigidos como material didático para cursos de curta duração.

A análise do *curriculum vitae* anexado à Mensagem nº 114, de 2012, mostra que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam plenamente para o desempenho das atividades do cargo de Diretor da ANTT, para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

O indicado, ademais, apresentou as declarações e as informações exigidas pelo Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que "disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura" do Senado Federal.

Em vista do exposto, e em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, III, alínea "f", combinado com os arts. 53 e 54 da Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001, submetemos à apreciação e julgamento desta Comissão a indicação do Sr. Carlos Fernando do Nascimento, constante da mensagem presidencial referida.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Ciro Nogueira, pela leitura de seu relatório, que coloco agora em discussão.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, desta Comissão.

Antes de encerrarmos a presente reunião, já agradecendo a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião a realizar-se no dia 30 de outubro de 2013, quarta-feira, às 07 horas e 30 minutos, neste plenário, com pauta deliberativa e audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2013, dando continuidade à agenda 2013/2014, Investimento e Gestão: Desatando o Nó Logístico do País.

A mencionada audiência pública que integra o ciclo sobre Telecomunicação terá como tema o painel Visão de Futuro e contará com os seguintes convidados: Sr. Jarbas Valente, Conselheiro da Anatel; Sr. Antônio Carlos Valente da Silva, Presidente da Telefônica Vivo; Sr. Wilson Cardoso, Diretor de Tecnologia para a América Latina da NSN – Nokia Solutions and Networks.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 07 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta e cinco minutos do dia trinta de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Sérgio Petecão**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Ruben Figueiró** e **Osvaldo Sobrinho.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência**.** Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições os senhores **Antonio Carlos Valente da Silva**, Presidente da Telefônica Vivo; **Jarbas Valente**, Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; e **Wilson Cardoso**, Diretor de Tecnologia para a América Latina da Nokia Solutions and Networks – NSN. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Walter Pinheiro, Valdir Raupp** e **Delcídio do Amaral**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e trinta e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no

Diário do Senado Federal. – Senador **SÉRGIO PETECÃO,** Vice-Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Bom dia.

Declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Passamos à leitura dos documentos.

OFÍCIO nº 175/2013.

Sr. Presidente, nos termos regimentais, indico o Senador Ruben Figueiró para integrar, como suplente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e de distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador Aloysio Nunes Ferreira, Líder do PSDB.

Dou boas-vindas, a esta Comissão, ao Senador Ruben Figueiró.

Comunicado desta Presidência.

Designação de membros da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento.

A Presidência, nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno, por meio do Ofício nº 160/2013, designou para comporem a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, como membros titulares, os seguintes Senadores: Inácio Arruda, PCdoB; Walter Pinheiro, PT; Eduardo Lopes, PRB; Clésio Andrade, PMDB; Valdir Raupp, PMDB; Cícero Lucena, PSDB; e Antonio Carlos Rodrigues, PR. Como membros suplentes, os Senadores: Lindbergh Farias, PT; Lídice da Mata, PSB; Vanessa Grazziotin, PCdoB; Flexa Ribeiro, PSDB; e Alfredo Nascimento, PR.

Com essa designação, a Subcomissão deverá realizar sua reunião de instalação e eleição do presidente e vice, levando adiante o seu importante trabalho.

Comunicado da Presidência.

Audiência pública com a Ministra-Chefe da Casa Civil.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decorrência do Requerimento nº 51/2013, desta Comissão, realizou, no dia 23 de outubro, audiência pública com a presença da Exma Senadora Gleisi Helena Hoffmann, Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e do Dr. Luis Inácio Adams, Advogado-Geral da União, para tratar dos processos de contratação e concessão de obras rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias.

Iniciando sua exposição, a Ministra Gleisi explicou que o PIL – Programa de Investimento em Logística – é complementar ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento –, ressaltando que, enquanto o PAC está mais centrado em obras públicas, o PIL pretende incentivar o investimento privado.

O PIL, disse ela, nasceu da integração do Plano Nacional de Logística e Transporte com o Plano Nacional de Logística Portuária e busca integrar o sistema de transportes e articulá-lo com as cadeias produtivas do País. Estão previstos investimentos da ordem de R$213 bilhões com o objetivo de: construir uma logística integrada de transportes; reduzir custos de escoamento e aumentar a competitividade da produção nacional; atrair mais investimentos para a produção; aumentar a participação do investimento privado em infraestrutura e; aumentar a participação dos investimentos no PIB, explicou a Ministra.

No que respeita a rodovias, nossa capacidade está bastante comprometida, por isso focamos em duplicação nos primeiros cinco anos e buscamos a *expertise* privada para acelerar a melhora da logística. O desafio maior, afirmou ela, é conciliar investimentos urgentes com uma tarifa socialmente aceita e que só seja cobrada depois de efetivados 10% das duplicações e com uma rentabilidade equilibrada que seja atrativa para o investidor.

Enquanto as concessões da primeira fase apresentaram como problemas tarifas elevadas e falta de exigência contratual de índice de qualidade da manutenção e ampliação da capacidade da rodovia, na segunda fase, embora prevista, a exigência de duplicação foi diluída no tempo e não se concretizou, afirmou a Ministra. Com esse modelo, disse ela, buscamos evitar os problemas do passado, equilibrando investimentos, prazo mais curto, tarifa aceitável e remuneração justa ao investidor.

As críticas de que estamos alterando o modelo, gerando insegurança, não procedem, afirmou a Ministra. Consultas públicas, consultas ao mercado e sugestões do Tribunal de Contas da União atendem à legislação e levam ao aprimoramento do modelo, a exemplo da elevação da taxa de retorno de 5,5% para 7,2%, da previsão expressa de reequilíbrio econômico-financeiro em casos de atrasos do DNIT e da previsão de garantias de propostas adequadas, argumentou ela.

Quanto às ferrovias, 19 dos 30 mil quilômetros existentes são trechos construídos há mais de cem anos, que não passaram por nenhum processo de modernização, têm defasagem tecnológica, equipamentos envelhecidos e baixo padrão de produtividade, disse a Ministra. Exceto nos trechos dedicados ao transporte de minério de ferro, que têm uma operação mais moderna, o modelo não responde ao desenvolvimento e nem ao estímulo para ampliação da produção, asseverou ela, porque foi verticalizado e os preços são

formados num ambiente monopolista e com pressão sobre a demanda e oferta limitada.

O novo modelo de concessão – Open Access – separa a gestão da infraestrutura da operação, explicou a Ministra. O concessionário constrói a infraestrutura nos primeiros cinco anos e é responsável pela manutenção pelo prazo de 35 anos da concessão. A Valec adquire toda a capacidade instalada e revende aos diversos operadores. Esse modelo proporciona a integração nacional da malha e estimula maior concorrência e utilização das ferrovias, pois qualquer operador pode operar em todas as ferrovias, argumentou a Ministra.

Em relação aos portos, nosso foco foi eliminar as barreiras de entrada no sistema portuário, afirmou a Ministra. O marco regulatório anterior, com exigência de carga própria nos Terminais de Uso Privado e licitações descentralizadas nos portos públicos, dificultava a entrada e restringia a concorrência, originando ineficiência e questionamentos judiciais, o que redundou em apenas 11 licitações num período de 10 anos, disse a Ministra.

Os investimentos totais do programa vão a R$54,6 bilhões, e a ideia é ter a maioria dos investimentos dessa primeira fase do plano concretizados em cinco anos, explicou a Ministra. Assim, para agilizar o processo de melhoria, focamos a relicitação dos 117 arrendamentos vencidos ou a vencer até 2017.

Editais e estudos dos arrendamentos de Santos e do Pará, contemplando investimentos de R$5,7 bilhões, foram entregues ao Tribunal de Contas da União em 11 de outubro e serão licitados assim que liberados. Editais e estudos dos arrendamentos de Paranaguá, Bahia e São Sebastião, prevendo investimentos de R$4,7 bilhões, estão na fase de consulta pública e deverão seguir ao Tribunal de Contas da União para análise em breve, complementou a Ministra.

Uma das primeiras consequências da aprovação da Lei dos Portos foi a publicação do anúncio público de 62 terminais de uso privado, envolvendo investimentos da ordem de R$10 bilhões, que já estão com o processo para receber autorização em andamento na Antaq, informou a Ministra.

Não há a pretensão da União de tirar a autonomia das docas federais ou dos Estados que têm delegação de administração portuária. Precisávamos de um momento na gestão do novo modelo para estabelecer regras e parâmetros mais universalizados e aproveitamos para reorganizar os portos, disse ela. Hoje, temos cada vez mais demanda para atracação de grandes navios, exigindo maiores áreas, maiores berços. Fizemos arranjos em outras áreas do porto e procuramos organizá-lo com foco num tipo de carga, tentando especializar áreas dentro do porto para cada tipo de carga e com isso ganhar escala, afirmou a Ministra.

No que concerne à aviação civil, a palestrante explicou que a escolha recaiu sobre esses cinco aeroportos porque apresentam alto crescimento da demanda e concentram 68% da necessidade de investimentos no setor até 2030. Fizemos, no ano passado, a concessão dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília; avaliamos o resultado, que foi muito positivo para todo o sistema, e aí lançamos a concessão dos aeroportos do Galeão e de Confins, disse a Ministra.

O critério de seleção é por maior outorga, porque ele é sustentador do sistema aeroportuário, pois temos mais de 30 aeroportos, nem todos viáveis ou sustentáveis para fazer uma concessão, mas todos absolutamente necessários para o deslocamento de pessoas, bens e mercadorias no nosso País e, portanto, precisam de investimento e de gestão, afirmou a Ministra.

A Infraero e o Governo darão essa sustentação, pois além da outorga fixa, há uma contribuição variável, cujos valores vão para o Fundo Nacional de Aviação Civil com essa finalidade. Somente a outorga fixa anual de Brasília, Viracopos e Guarulhos gerará em torno de R$1,1 bilhão para serem investidos no sistema, afirmou ela. A participação da Infraero (49%) nas concessões visa sua sustentabilidade, melhoria de sua *expertise* e capacidade de gestão para poder transferir esse ganho para todo o sistema aeroportuário, argumentou a Ministra.

Respondendo a questionamentos, a palestrante admitiu que a burocracia e as exigências de diversas ordens entravam o andamento dos empreendimentos. Não havia projetos e estes são caros, o que também era um grande problema, mas que está sendo superado, pois no PAC abrimos espaço para financiamento de projetos, tanto de execução imediata como de médio e longo prazos, disse a Ministra.

As exigências tanto ambientais como de controle são inerentes à nossa realidade e precisamos ter um equilíbrio entre as obras de infraestrutura, o desenvolvimento e a preservação ambiental, disse ela. Com o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) conseguimos um avanço importante em economia de tempo e de procedimentos, mas precisamos avançar e fazer a discussão da Lei 8.666/93, que cumpriu um papel importante na nossa história administrativa e que, no entanto, precisa ser modernizada, afirmou a Ministra.

Hoje, os órgãos ambientais de licenciamento já têm referências de como construir o seu processo, têm prazos, têm uma centralidade, disse ela. Essa também é uma demanda do Ministério Público e precisamos deixar isso de forma mais organizada e clara para que haja prazos para a manifestação dos diversos atores,

de forma a dar uma resposta na questão da conservação e preservação do meio ambiente, sem atrasar tanto os empreendimentos, concluiu a palestrante.

Nos projetos de concessão, de todos os setores, nós fazemos e colocamos à disposição do mercado apenas estudos conceituais. Não fazemos projeto básico nem projeto executivo, explicou a Ministra. O risco de engenharia existe e é assumido pelo empreendedor. O que nós estamos procurando fazer é que esses estudos sejam da melhor qualidade possível para que os riscos sejam os menores possíveis, disse a Ministra.

No caso da Ferrovia Lucas do Rio Verde/Uruaçu, nós temos um projeto básico, encomendado pela Valec, que está em finalização e vai ser apresentado ao Tribunal de Contas e também ao mercado, informou a Ministra. Diferentemente das rodovias, em que não há garantia efetiva de ressarcimento, pois a remuneração do investidor se dá pelo pedágio, no caso das ferrovias o risco de assegurar os investimentos é muito pequeno, dado o fato de que a Valec compra a capacidade, explicou ela.

As empresas são essenciais para o modelo de concessão, porque isso, além de trazer melhorias na gestão do processo, também é aposta no desenvolvimento e geração de empregos, asseverou a Ministra. Cabe ao Estado o papel de equilíbrio entre as partes. Se houver uma tarifa que não seja aceita e que seja necessária para remunerar o investidor, temos de buscar um modelo que feche a equação e que possa garantir que a sociedade se beneficie como um todo, concluiu ela.

A Ministra informou que a BR-319 é um compromisso do Governo que está na segunda fase de estudos do PIL. “Vou avaliar esta sugestão de fazermos um grupo de trabalho com foco nessa rodovia, vou conversar com a Ministra Miriam, com todos os órgãos envolvidos, para ver de que forma poderíamos fazer esse acompanhamento e ver se há soluções mais rápidas a serem tomadas”, prometeu ela.

Questionada sobre a participação da Infraero, a Ministra lembrou que a maioria das grandes operadoras mundiais são ou têm participação estatal, e que a Infraero permanecerá com a administração de muitos aeroportos médios e pequenos. Afirmou, também, que, dos 270 aeroportos regionais que receberão investimentos, muitos poderão ter sua gestão delegada a Estados e Municípios, provavelmente em forma de PPP.

O Dr. Luis Inácio Adams, Advogado-Geral da União, esclareceu que a submissão ao TCU de todos os processos de concessões e permissões licitadas é uma obrigação legal, estabelecida pela Lei de Desestatização (Lei 9.491/97) e disciplinada pela Instrução Normativa nº 27 do próprio Tribunal. Independentemente de questões críticas que se possa estabelecer em relação aos processos de controle e de intervenção, esse trabalho da Administração com o Tribunal de Contas também tem produzido um bom nível de segurança jurídica no resultado final dos processos de licitação, o que nos dá segurança no processo final, afirmou o Dr. Adams.

Quem faz o controle externo, tanto do Executivo como do Judiciário e também do Ministério Público Federal é o Congresso Nacional. Diretriz clara do art. 71 da Constituição Federal diz que o TCU é um órgão auxiliar do Congresso Nacional, mas que tem também atribuições e competências próprias, por exemplo, de suspender o ato da Administração. No que se refere a contrato, é necessário que o Congresso Nacional se manifeste e se posicione, pois não o fazendo em 90 dias, o Tribunal tem a prerrogativa de fazê-lo, lembrou o Sr. Adams.

De acordo com o art. 150 da Constituição Federal, é admissível a cobrança de pedágio tanto pelo Poder Público como pelo concessionário privado. É uma espécie de taxa que onera os usuários, cuja pertinência e conveniência de se instituir deve ser avaliada. O Governo Federal dispõe da Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – como fonte de financiamento da infraestrutura e, embora constitucionalmente viável, instituir pedágio é um juízo de conveniência nas situações específicas, concluiu o Advogado-Geral.

O processo de demarcação de áreas indígenas está avançando para áreas com forte ocupação humana e a legislação cria alguns impedimentos, limitando o espaço de diálogo para resolver as questões, disse ele. Faz-se necessária lei complementar que venha a regular o §6º do art. 231 da Constituição Federal, estabelecendo as situações de interesse público relevante da União que justifica a validação de títulos de ocupação sobre áreas indígenas, sem a qual a Administração Pública fica limitada no exercício da atividade de demarcação, afirmou o Dr. Adams.

No caso específico do Mato Grosso do Sul, disse ele, estão sendo feitas avaliações das fazendas, que deverão terminar no início de novembro, para fins de indenização.

Nesse caso, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região entendeu que a área não é indígena. Assim, a única forma de atribuir essa área àquela comunidade indígena é na forma indenizatória, como indenização plena, processo de indenização que está em curso, afirmou o Advogado-Geral.

Vamos à nossa pauta.

Comunicado desta Presidência.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública, gostaria de informar que a população poderá participar do nosso debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados.

Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviar sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook, ou pelo Twitter, @AloSenado.

Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador, pode, desde já, enviar suas perguntas ou seus comentários aos nossos ilustres convidados.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema "Visão de futuro", 3º Painel do 5º Ciclo "Telecomunicações", parte integrante da Agenda CI2013/2014 – Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem já aproveito para convidar a tomarem posse e assento aqui na mesa.

Pela ordem, vamos ter aqui o Sr. Wilson Cardoso, Diretor de Tecnologia para a América Latina da Nokia; o Sr. Antonio Carlos Valente da Silva, Presidente da Telefônica Vivo; e o Sr. Jarbas Valente, Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Eu pediria à nossa assessoria que já desse aqui assento aos nossos convidados.

Dando início à nossa audiência, já passo a palavra ao Sr. Wilson Cardoso, que, como já disse, é Diretor de Tecnologia para a América Latina da Nokia.

Fique à vontade, Sr. Wilson Cardoso.

O SR. WILSON CARDOSO – Bom dia, senhoras e senhores. Obrigado pelo convite para estar aqui nesta Casa.

Dentro desse Ciclo de Telecomunicações, vamos passar alguns eslaides, uma apresentação sobre a visão de futuro da Nokia Solutions and Networks.

Só uma breve introdução para dizer quem nós somos.

A Nokia Solutions and Networks foi fundada em 2007, originária da Nokia e da Siemens, em termos de infraestrutura; em 2001, nós fizemos a aquisição da parte de redes da Motorola; e agora, no ano de 2013, nós consolidamos a empresa totalmente embaixo da Nokia, na Finlândia.

Nós temos 50 mil empregados mundialmente; no Brasil, nós temos 5 mil empregados, uma fábrica, dois centros de integração e três centros de desenvolvimento distribuídos pelo País, hoje.

Dentro do tema de telecomunicações, um dos fatores fundamentais que temos visto nos últimos anos é o crescimento da banda larga, tanto da banda larga fixa, que está representada na linha azul embaixo, quanto da banda larga móvel. Claramente, a partir do ano de 2009, podemos ver o grande crescimento da banda larga móvel com a introdução da tecnologia de terceira geração, chamada 3G.

Eu gostaria de chamar a atenção de todos a dois fatores de um trabalho conjunto desenvolvido pela Columbia University e pela International Telecommunication Union, a União Internacional de Telecomunicações. No caso, quanto ao Brasil se mostram duas grandes conclusões desse estudo. A primeira conclusão é que o aumento de 10% na taxa de crescimento de banda larga contribui em 0,8% no crescimento do PIB. E o segundo grande fator é que o aumento de 10% na taxa de crescimento de banda larga implica redução na taxa de desemprego em 0,6%. Então, claramente a banda larga hoje funciona como uma ferramenta de melhoria da produtividade e aumento da economia do País em termos de transações e comunicação.

Se nós olharmos o perfil dos acessos de internet no Brasil, vamos ver a importância dessa banda larga móvel, principalmente no ambiente rural, que é o motor da economia nacional hoje. Mais ou menos 25% dos acessos feitos hoje na zona rural do País são feitos através de banda larga móvel. Claro que temos outras tecnologias como satélite e até o acesso discado em alguns rincões do País, mas, fundamentalmente, também há grande perfil de utilização nas classes sociais. A gente vê que a classe A utiliza muito a banda larga móvel como acesso, mas também as classes D e E e a classe emergente, a classe C. Então, a banda larga móvel serve para todas as classes sociais, principalmente para inclusão social.

Um fato que a gente vê no Brasil, diferentemente dos países da Europa, Estados Unidos e Ásia, é que a primeira experiência de banda larga das pessoas em muitos casos acontece com a banda larga móvel, diferentemente de outros países, que têm sua primeira experiência em banda larga fixa. Essa é a grande diferença do nosso País em relação ao resto do mundo em termos de utilização.

Um fator determinante também – isso vem do estudo feito por nós em conjunto com a União Internacional de Telecomunicações e outros fabricantes – é a velocidade média da banda larga móvel no Brasil. Ou seja, nossa velocidade média hoje está em torno de 2,4Mb/s, a média mundial é de 3,3, e temos a Coreia do Sul e o Japão liderando isso com 12Mb/s, no caso, o Japão, e a Coreia do Sul com 13,3. Essa velocidade média no País de 2,4Mb/s nos coloca no *ranking,* em 240 países, na posição de número 80. Ou seja, temos muito que fazer em termos de velocidade, mas se considerarmos a dimensão do País e a distribuição geográfica em relação a outros países do mundo, ve-

mos que a nossa situação é extremamente boa e tem melhorado nos últimos anos.

Quatro fatores aceleram esse crescimento da banda larga móvel no Brasil. O primeiro fator foi a mudança da demografia no País. Nós mudamos de 2005 para 2010, com uma classe C maior, que já é o centro da nossa distribuição demográfica. O brasileiro por natureza tem um contato maior, que são as redes sociais. Segundo nossas experiências e medições, no caso do Brasil a rede social é utilizada 70% mais do que a média mundial. Parafraseando um pouco o Roberto Carlos: o brasileiro gosta de ter um milhão de amigos e aqui está a prova disso.

Os dispositivos conectados são fundamentais e isso começa muito a partir do ano de 2007 com a introdução dos *smartphones*. Nesta curva podemos ver o caso do Brasil, nesta curva embaixo. Aqui temos a densidade de *smartphones* em relação ao número total de telefones. Então, podemos ver que temos números comparáveis à Índia e à Rússia. Ou seja, hoje, se analisarmos a banda larga móvel, o 3G cobre 90% da população em termos de cobertura, mas somente 30% desses usuários, das pessoas cobertas, utilizam o 3G.

O que a gente vê de mudança nesse sentido? A partir do ano passado, praticamente com os benefícios fiscais introduzidos no País, começamos a ver *smartphones* com telas de 4 polegadas, ou seja, *smartphones* que possibilitam uma navegação dos usuários sendo vendidos em prestações, até já comentei isso, em 10 prestações de R$80,00, o que possibilita que a grande parte da classe C comece a ter esse tipo de dispositivo.

E fundamentais são os programas de incentivos governamentais à adoção da banda larga. Temos diversos países na América Latina criando esses programas nos últimos anos, e o ponto central é incentivar cobertura das zonas rurais, reduzir taxas e impostos e aumentar o compartilhamento de infraestrutura, principalmente nos lugares onde não existe uma quantidade razoável de usuários para permitir que cada operadora faça a sua infraestrutura.

Olhando um pouco mais o Plano Nacional de Banda Larga, que foi instituído pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010. A ideia era oferecer banda larga para 40 milhões de domicílios brasileiros até 2014, com velocidade de 1Mb/s. Como consequência do Plano Nacional de Banda Larga, nós tivemos outorga do espectro de banda larga na faixa de 2,5GHz e 450MHz, que possibilitou ao Brasil entrar na quarta geração.

Em paralelo, tivemos a retomada da Telebrás, a partir de 2011, e temos os investimentos realizados pela Telebrás, principalmente para levar essa conectividade de banda larga aos pontos remotos do País.

Fundamental também foi a instituição, no ano passado, do regime especial do Plano Nacional de Banda Larga, com todo o seu regime especial de taxação, que possibilita a construção de infraestruturas com custos menores, possibilitando a maior penetração de banda larga. Nós tivemos também, em complemento a isso, a ampliação do acesso de banda larga de terminais de serviços. Então hoje nós começamos a ver os primeiros terminais de quarta geração, já passando da barreira de R$1.500, que é considerada pelo mercado uma barreira em que mais pessoas começam adotar. E hoje nós temos a revisão do marco legal de implantação da infraestrutura de telecomunicações com, além das antenas, o que chamamos de *small cells*, ou pequenas células, que são as estações de rádio base que a gente vê na rua hoje, compactadas, possibilitando que sejam instaladas em ambientes internos, para cobrir eventuais buracos de penetração que a gente tenha da banda larga.

Fazendo um contraponto do Plano Nacional de Banda Larga, no caso do Brasil e da agenda digital européia, a agenda digital europeia prevê que, para o ano de 2020, 100% das residências na Europa tenham acesso a 30Mb/s. O investimento previsto na Europa é de €270 bilhões nesse período, dos quais €50 bilhões vêm do setor privado e €220 bilhões, do setor público. Ou seja, mesmo na Europa, o setor privado não consegue levar banda larga a todas as partes remotas do país. Se consideramos que a área da Europa ocidental é muito similar à área geográfica do Brasil, então a gente vê o contraponto dos investimentos feitos pela Telebrás nos últimos anos em relação ao que a comunidade europeia se propõe a fazer até 2020.

Estamos falando de investimento da Telebrás da ordem de R$100 milhões nos últimos três anos contra investimentos na União Europeia de mais ou menos de €10 a €20 bilhões feitos pelo setor público.

Outro fator fundamental é o apoio financeiro do setor privado. Existe um grande problema em telecomunicações hoje, que é aumento expressivo do consumo de banda sem o aumento do que nós pagamos nas nossas contas. E esse gráfico mostra a rentabilidade das empresas ao redor do mundo em três períodos: 2007, 2009 e 2011. E claramente a gente vê que a receita de todas as operadoras que estão no mercado hoje tem se deteriorado nos últimos anos.

A média no Brasil, hoje, é de 4% de investimento. Ou seja, o empresário que decide investir em telecomunicações tem uma rentabilidade pior que qualquer aplicação financeira média no mercado.

No caso específico do Brasil, o que nós podemos verificar desse gráfico? O primeiro ponto, do lado esquerdo, é que a receita e investimento, incluindo ban-

da larga das operadoras, têm crescido ano a ano. Ou seja, saímos de um investimento em 2008 de mais ou menos de R$19,6 bilhões para R$25,8 bilhões.

Os investimentos em banda larga têm crescido substancialmente. Então aqui nós temos a divisão desse investimento entre banda larga fixa e banda larga móvel. A receita bruta tem crescido, mas verificamos que a receita média por usuário na rede tem decaído, o que comprova o que a gente apresentou no gráfico anterior.

E o grande desafio no Brasil, não diferente do resto do mundo, é que nós todos somos usuários de telecomunicações e cada dia demandamos mais e mais conectividade. Temos hoje no mercado é um desafio de crescimento de mil vezes a capacidade das redes. Ou seja, entre 2010 e 2020 as redes de telecomunicações têm que crescer mil vezes; esse tráfego que utilizamos deve crescer mil vezes.

A previsão de algumas empresas no mercado hoje é de que o Brasil deve crescer a 137% ao ano. A previsão da Nokia Solutions and Networks – a nossa com base nas medições de rede – é de que estamos crescendo 56% ao ano, que existe um grande crescimento do número de usuários, mas o crescimento médio da receita das operadoras é de 4% ao ano.

Bom, analisando esse gráfico a gente começa a ver que, se o investimento tiver que crescer de acordo com essa curva para atender o crescimento de tráfego, vamos ter um grande problema de rentabilidade em todas as empresas que operam no País e, com isso, podemos ter grande risco para a sustentabilidade do sistema.

Como vemos, esse desafio de mil vezes mais capacidade é composto de três grandes fatores. O primeiro fator é que precisamos de dez vezes o desempenho técnico das nossas redes e para isso nós fabricantes temos trabalhado exaustivamente nos últimos anos.

O segundo fator, um grande trabalho desempenhado pela Anatel, é disponibilizar mais espectro. Então, entre 2010 e 2020, vamos precisar de dez vezes mais espectro de frequência nas redes. Assim como foi feita a licitação, por exemplo, para o espectro de 450MHz e 2,5GHz, temos agora novas estações de espectro para frente e novas necessidades de espectro sendo apresentadas ano a ano para atender esse crescimento de dez vezes. Fundamentais também são essas dez vezes mais estações de rádio base de que vamos precisar nos próximos anos. Aí, vem um grande fator nosso da indústria também de compactar essas estações de rádio base, não ter essas infraestruturas que temos nas ruas hoje com essas antenas que nós vemos, mas estações de rádio base mais compactas e mais fáceis de instalar.

Bom, o grande desafio que a gente tem no espectro ainda pela frente é deveremos ter alocado até o final de 2015 – Valente, me corrija depois, por favor, se houver algum erro na alocação, mas essa é a previsão da indústria – mais ou menos 640MHz de espectro total.

Se nós analisarmos o que vem da União Internacional de Telecomunicações, a recomendação de 2015 é ter 1,3GHz, ou 1.300MHz. Ou seja, estamos na metade do caminho. A grande pergunta é: se eu preciso desse espectro para atender àquele crescimento de mil vezes, como vamos atender a essa diferença de espectro no País? Esse não é um problema só do Brasil, é um problema mundial no qual vimos trabalhando tremendamente nos últimos anos.

As recomendações finais nossas são de que os reguladores que desejam aumentar a inovação em investimentos devem dar ao setor mais flexibilidade, promover a competição – e isso vem sendo feito no Brasil –, mas pedimos e vemos a necessidade, por exemplo, de abertura de novas frequências para atendimento das metas de cobertura e mais flexibilidade nessa utilização.

Os fundos públicos são fundamentais no complemento aos investimentos das operadoras, principalmente no que a gente chama de conexão das estações de rádio base que estão, por exemplo, na Amazônia, no interior do País, que nós chamamos de *backhaul* regionais e nacionais para dar fluidez a esse crescimento de mil vezes no tráfego.

Nós precisamos de um ambiente regulatório previsível para ter os investimentos, não somente nas operadoras, mas quando temos que investir no Brasil numa nova fábrica, precisamos antever esse investimento com 9 ou 10 anos de antecedência, porque isso envolve toda uma cadeia logística de construção de uma nova fábrica ou de adaptação de novas fábricas.

Nós devemos ter um conjunto de tecnologias que devem ser suportadas. A banda larga fixa é importante no acesso e necessária no que chamamos de *backhaul* na conectividade da rede móvel, mas a banda larga móvel é precondição e em muitas aplicações e muitas situações é a única opção economicamente viável, principalmente quando saímos das grandes manchas urbanas.

A alocação de espectro apropriada. Ou seja, não é somente ter o espectro, mas precisamos imaginar que hoje, como falamos de globo, é necessário que o ecossistema que chamamos de espectro de frequências e terminais tenha mais ou menos 200 milhões de usuários para ele ser viável tecnicamente, para que tenhamos um aparelho de custo eficiente. E quando nós falamos, por exemplo, de faixas que estão fora do alcance global da visibilidade mundial, começa a ficar

muito difícil criar esse ecossistema e vai acabar criando um custo, principalmente nos equipamentos terminais.

No ponto final, são as leis que devem facilitar a instalação dos equipamentos. É conhecido no setor hoje que a instalação de torre e antenas em algumas cidades é praticamente impossível devido à legislação municipal, que impede uma fácil alocação de áreas onde a gente possa instalar os equipamentos para dar mais capacidade às redes.

Essa é nossa apresentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Agradecemos ao Sr. Wilson Cardoso, que é Diretor de tecnologia para a América Latina da Nokia, pela sua palestra.

Passo a palavra ao Sr. Antonio Carlos Valente da Silva, Presidente da Telefônica Vivo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALENTE DA SILVA – Senador, muito obrigado pelo convite.

Vamos trazer algumas informações a respeito do setor de telecomunicações. Infelizmente talvez a gente não possa evitar alguma coincidência de dados.

Eu queria, inicialmente, dizer que o grupo Telefônica, que é detentor da marca Vivo no Brasil, é uma das maiores empresas de telecomunicações do mundo. Nós sempre usamos uma parametrização que é o valor de mercado da empresa.

Enquanto escutava a exposição do colega da antiga Nokia Siemens, agora Nokia Solutions and Networks, ontem, segundo o valor das ações do dia de ontem, a Telefônica era a sexta empresa do mundo, com valor de mercado de US$81,1 bilhões. E se a gente pensar em Telefônica Brasil é a vigésima empresa do mundo, com o valor de US$24,4 bilhões. Se formos transformar isso em usuários, temos cerca de 300 milhões de usuários no mundo; no Brasil, cerca de 90. E a Telefônica Brasil é a maior base de clientes da Telefônica no mundo.

Falando um pouco sobre o setor de telecomunicações, é importante a gente caracterizar que um bom marco legal regulatório é uma base fundamental para que você tenha investimentos e atendimento à sociedade.

Esse gráfico, que conclui com o número de usuários que nós temos de todos os serviços de telecomunicações em 2013, no final do segundo semestre de 2013, de 350 milhões, foi construído de uma forma bastante coerente. Em 1995, depois que na Constituição de 1988 tinha sido incluído que o serviço de telecomunicações era monopólio do Estado, a Emenda Constitucional nº 8, de 1995, flexibiliza esse monopólio. Em 1996, a Lei Mínima, a Lei 9.295 permite que sejam escolhidos os primeiros operadores de serviço móvel no Brasil para concorrer com as empresas móveis do sistema Telebrás. Em 1997, é feita a aprovação da Lei Geral de Telecomunicações, em julho de 1997 e ocorre a criação da Anatel, em novembro de 1997, primeiro órgão, primeira agência reguladora brasileira. Em 1998, a privatização do sistema.

E em 2001, como já foi referido aqui, o Brasil faz história escolhendo o padrão GSM, utilizando frequências universais de 1,8GHz. Decisão essa que fez com que o Brasil se alinhasse com o restante do mundo em relação à utilização de frequências e tecnologia, o que permitiu essa explosão de usuários celulares que são a grande base atrás dos 350 milhões de clientes; há cerca de 260 milhões de usuários móveis nesses 350 milhões.

Todo esse crescimento que aconteceu nesse período, com base na definição do marco legal e regulatório coerente e previsível que gerou todo esse crescimento, proporcionou um investimento de quase R$300 bilhões entre 1998 e 2013.

Já foi mencionado aqui, no ano de 2012, enquanto o Brasil tinha uma retração do investimento como um todo no País, o investimento do setor de telecomunicações cresceu quase 20% em relação a 2011.

E um ponto bastante relevante: se nós compararmos com outros setores de infraestrutura, a participação do investimento público é praticamente nula. Foi colocado ali pelo colega o valor de cerca de R$200 milhões, investidos pela Telebrás nos anos anteriores a 2013, o que significa dizer que, dos R$297 bilhões, uma parcela muito pequena foi feita pela Telebrás. Isso significa quase 100% de investimentos privados, diferentemente do que aconteceu em outros setores de infraestrutura, com destaque muito grande, por exemplo, para saneamento, onde cerca de 6% apenas foram investidos com recursos privados e o restante com investimento público. Ou seja, um bom marco legal regulatório, gerando crescimento da base, gerando atendimento à sociedade, um investimento vigoroso e feito com recursos privados.

Esse investimento foi feito ao longo de todos esses anos e, como eu já tinha dito anteriormente, especialmente num ano difícil como o foi o ano de 2012, o setor demonstrou grande vigor, chegando aí a valores próximos de R$26 bilhões. Nesse primeiro semestre de 2013, com base nos relatórios que foram já divulgados pelas empresas – em muitos poucos dias mais nós teremos os relatórios do terceiro trimestre –, nós já tivemos um investimento de R$11,2 bilhões, o que significa, comparando com o mesmo período do ano de 2012, um crescimento de aproximadamente 9%. Isso sinaliza, pelo menos, uma manutenção do nível de investimento, o que acho que é muito positivo para

o Brasil, até porque esses investimentos são preferencialmente feitos na construção de redes, na expansão de redes, na modernização de redes e na ampliação de serviços.

E isso faz com que o setor de telecomunicações distinga o Brasil. Se comparado com outros itens, em termos de comparações internacionais, é muito significativo. Quer dizer, nós temos, tanto para telefonia fixa, como para a telefonia móvel, o Brasil ocupando uma posição de quinta potência no mundo, seja em termos de acessos fixos e acessos móveis – sempre aí nesse caso a China se destaca, os números são comparados –, e, se compararmos com outros itens igualmente importantes, mesmo a questão do PIB, que, possivelmente, no ano de 2013, poderá ter alguma retração, em função da taxa de câmbio, nós vemos aí o destaque que o setor de telecomunicações conseguiu obter como uma rede poderosa, potente, extensa, considerando o número de acessos.

Então, acho que é um privilégio para todos os brasileiros saberem que todo esse processo estruturado, adequadamente desenvolvido, levou o Brasil à situação em que se encontra de quinta rede do mundo, seja em telefonia fixa, seja em telefonia móvel, e, nunca é demais dizer, com base em investimentos privados.

Com uma participação importante do PIB, o setor gera uma receita bruta de mais de R$200 milhões, 5% do PIB, o que também confere a essa indústria uma relevância muito grande na economia brasileira.

Os números que estão colocados aí já foram apresentados. Somente destacam – e aí há uma comparação por diversos serviços para o mundo desenvolvido e para o mundo em desenvolvimento – que aumentar a penetração de serviços de telecomunicações gera aquilo que os economistas chamam de externalidades positivas. Você não tem só o impacto direto de melhores serviços, mas esse impacto acaba gerando um efeito positivo em toda a cadeia. E aí o número que foi apresentado anteriormente, num país em desenvolvimento, com base nas projeções do Banco Mundial, crescendo a penetração de banda larga, por exemplo, em 10%, isso poderia gerar um aumento até de 1.3, um pouquinho mais de 1.3, no PIB desses países considerados em desenvolvimento.

Trouxe alguns exemplos, passando um pouquinho para o nosso mundo de Vivo Telefônica. São três casos interessantes – obviamente a vida não é feita de casos, é feita de grande volume de ações –, mas só para que a gente possa ter uma ideia. Nós temos três projetos que julgamos emblemáticos, que são os projetos de Belterra, lá no Pará, próximo a Santarém; o projeto de Santa Cruz de Cabrália, na Bahia, onde nós fizemos um projeto junto com a Qualcomm, para melhorar as condições de vida de pescadores, de comunidades indígenas; e o último projeto, que está ali no meio, que é um dos projetos mais queridos que temos na companhia, que é o Projeto Escolas Rurais Conectadas. Todos esses projetos demonstram que, quando você coloca o serviço de telecomunicações em áreas não atendidas, há uma mudança muito grande na vida dessas pessoas devido ao crescimento dos pequenos negócios, à redução da evasão escolar, aumento do interesse dos alunos em obter informações adicionais.

E, no caso específico do Escolas Rurais Conectadas, esse foi um projeto desenvolvido em cem escolas rurais. Nós sabemos que o Brasil tem todas as escolas urbanas conectadas desde 2010, envolvendo cerca de 55 milhões de alunos, mas nos resta cumprir uma meta importante, que é atendimento de mais de cem mil escolas rurais. Então, nós, da Vivo Telefônica, começamos a trabalhar nesse projeto no ano passado, fizemos um projeto piloto de cem escolas, que envolvem 11 mil alunos, e procuramos ter uma solução fim a fim. Nós não só colocamos a conectividade – que é o que vamos ter responsabilidade de fazer, como um conjunto de obrigações da compra de espectro de 4G, vamos ter que colocar conectividade em cerca de 26 mil escolas espalhadas pelo Brasil –, mas fizemos uma solução completa nesse projeto, que é a conectividade, fornecimento de dispositivos terminais, produção de conteúdos e capacitação de professores. E esse é um projeto em que procuramos ver como era a situação da escola antes e como ficou a situação da escola depois que se conectou ao mundo. E, realmente, os resultados são espetaculares. E aí temos a possibilidade de mudar muito fortemente a sociedade brasileira, especialmente no campo, através de projetos como esse.

Amanhã, especificamente, estaremos em Viamão, fazendo – esperamos – a criação de um novo verbo na língua portuguesa. Vamos ter essa escola de Viamão ligada com fibras óticas no meio rural e estaremos "tabletando" essa escola inteira. Ou seja, todos os alunos e professores estarão com *tablets* fornecidos por nós. Vamos tentar ver o impacto de uma medida como essa na vida dessa comunidade, esperando que possamos projetar isso para as 26 mil escolas e, de certa forma, contribuir para que essas externalidades estejam avançando muito além das questões de caráter econômico e possam mudar, efetivamente, a vida dessas crianças, desses professores, dessas comunidades.

E, para ampliar esses serviços, é preciso garantir que aquele ciclo virtuoso que foi criado por uma regulação eficiente, por uma legislação bem pensada e que foi tão benéfico ao longo de todos esses últimos anos, seja, de certa forma, mantido. E aí o setor de

telecomunicações tem os problemas do Brasil e os problemas específicos do setor de telecomunicações.

Os problemas do Brasil, acho que aqui a gente tem conhecimento, mas não vale a pena deixar de fazer a menção: é a questão da carga tributária e, mais além da carga tributária, a questão da complexidade fiscal. Uma empresa como a nossa, só para vocês terem uma ideia, tem 150 pessoas tratando de gestão de tributos – 150 pessoas! Não é uma questão só de carga; é uma questão de complexidade. Uma empresa que atua nacionalmente vive essa questão de ter uma complexidade extrema para operar.

Também há a questão da legislação trabalhista, o Congresso Nacional hoje discute a questão da especialização – prefiro chamar especialização à terceirização. Acho que esse é um tema que precisa ser também enfrentado pelo País; a questão da dificuldade para o cumprimento de contratos, com todo tipo de disputas judiciais; a burocracia e morosidade para obtenção de documentos, de licenciamentos; foi mencionada a questão das antenas, e nós vamos um pouco mais detalhadamente sobre isso; e também dificuldades de acesso e informação sobre crédito às pessoas. Isso tudo produz o quadro que está colocado aí à direita.

Esse é o relatório *Doing Business,* do Banco Mundial, em que o Brasil, entre 185 países, aparece na 130ª posição, como sendo um país extremamente complicado para fazer negócio. Esse é o cenário que a gente vive. É a situação geral do País e, obviamente, nós, do setor de telecomunicações, não estamos imunes a toda essa questão do País.

E, no setor, aí sim agora a questão específica do setor, nós temos a nossa agenda de grandes questões a enfrentar. Sobre a questão das taxas e impostos, vamos falar especificamente do problema geral, como se repercute em nosso setor; também sobre a utilização dos fundos setoriais; a questão da legislação federal de antenas e que tipo de impacto isso pode gerar; o marco civil da internet, que também está sendo discutido no Congresso Nacional; a questão da modernização do serviço e obsolescência; e a questão do marco regulatório, exatamente para enfrentar essas questões.

Se a gente pensar em termos de impostos, este é o valor que foi arrecadado pelas empresas de telecomunicações nessa série histórica: R$485 bilhões. Eu costumo dizer que uma empresa de telecomunicações tem duas grandes atividades: uma prestação de serviço de telecomunicações e a outra, funcionamento como coletoria pública. Não necessariamente a atividade número um é a mais importante. Hoje, as empresas de telecomunicações são grandes arrecadadoras para os Estados, especialmente naquilo que se refere ao ICMS.

Ali vocês estão vendo, na série, em 2012, ano concluído, foram R$33 bilhões arrecadados pelo setor de telecomunicações, pagos pelos consumidores e recolhidos junto às Fazendas estaduais. Isso tudo gerou um volume de impostos e taxas, no ano de 2012, de cerca de um pouco mais de 60 bilhões, o que significou 47% da receita líquida.

Então, quando a gente fala em comparações internacionais, é importante que a se diga que o Brasil está entre os países que mais tributa serviços que são fundamentais para o desenvolvimento econômico. Nenhuma atividade no País vai se desenvolver sem energia elétrica, sem transporte e sem telecomunicações. E, obviamente, todos esses impostos são aqueles que vão afetar a vida de outros setores.

Esse é o número que a gente tem no Brasil. Houve um crescimento muito grande ao longo do tempo, como vocês veem ali. De 2000, nós saímos do valor de R$14 bilhões para R$60 bilhões. Claro que uma parte é devido ao crescimento do sistema, mas também devido ao crescimento das alíquotas e à dependência, cada vez maior, que existe das receitas, principalmente as receitas estaduais, em relação a serviços de telecomunicações.

Quando a gente fala de fundos setoriais, o problema é um pouquinho mais complexo, porque a Lei Geral de Telecomunicações estabeleceu dois fundos: o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e já existia um Fundo de Fiscalização, que é o Fistel.

Bom, só para vocês terem uma ideia, no ano de 2012 foram arrecadados com, relação a todos esses fundos, R$7,4 bilhões. Nesse período, entre 2011 e 2012, foram arrecadados R$62 bilhões. Desses R$62 bilhões, apenas R$13,5 bilhões foram gastos com itens que têm a ver com a arrecadação desses fundos. Os restantes, quase R$60 bilhões, R$59 bilhões, foram utilizados para compor o déficit público. E eles foram fundos criados com previsão de serem utilizados para expansão das redes, para universalização dos serviços. No final, esses valores acabam sendo destinados para outras finalidades diferentes das quais eles foram criados originalmente por lei.

Com relação à questão das antenas, esse é um problema muito complicado que a gente vive, especialmente porque nós não paramos de ter crescimento de base de clientes – e é bom que isso aconteça. Hoje, o brasileiro quer ter acesso ao *smartphone*. Eu soube, pelas pesquisas, o sonho de consumo é um *smartphone* e quem sabe, um dia, um *tablet*.

O volume de dados não para de crescer, não só no Brasil como em todas as partes do mundo. Isso faz

com que as redes tenham que crescer, redes que tenham conectividade para dados 3G e 4G. As frequências que nós utilizamos são altas. Isso exige cada vez mais *sites*. Infelizmente, a gente tem uma dificuldade enorme, seja porque as leis municipais são muito restritivas – há cerca de 250 leis municipais –, seja porque nós também temos um processo, nas prefeituras, muito lento, e isso leva, inevitavelmente, a situações de prestação de serviços que não é aquela desejada pelas operadoras. Mas temos aí uma limitação que está fora do nosso alcance.

O Senado federal cumpriu a sua obrigação, aprovou uma lei federal de antenas no ano passado, que continua tramitando na Câmara Federal. Nós estamos nos aproximando do final do ano e, infelizmente, essa lei não foi aprovada. Ora, não foi aprovada no Congresso Nacional e não foi aprovada nenhuma lei municipal – nenhuma! – no ano de 2013 que pudesse permitir uma aceleração do processo de instalação nas diversas cidades brasileiras.

Bom, o marco civil da internet é uma discussão que está sendo tomada dentro do Congresso Nacional. Existem as questões relacionadas à neutralidade de rede, ao uso de armazenamento de dados, definição de propriedades e de conteúdos. Mas o fato é que, sendo uma questão muito complexa, o que a gente acha é que esse tema tem que considerar que, em teoria, o marco civil tem duas partes: uma parte de garantias de direitos e uma parte de regulação econômica. Quando a gente analisa a parte de regulação econômica, não há uma preocupação muito grande com o desenvolvimento das redes. Tanto é que a palavra "investimento" não aparece no texto do marco civil nenhuma vez. Consequentemente, isso gera algum tipo de preocupação, porque todos esses direitos serão garantidos desde que exista a possibilidade de atendê-los, principalmente naquilo que se relacionar com o desenvolvimento das redes.

Obviamente, algumas questões são fundamentais. Existe toda uma tradição do setor, e achamos que precisamos ter um tratamento isonômico com outros setores, de forma que não exista prejuízo para a sociedade com a adoção de um texto que garanta direitos, mas não se preocupe com o crescimento das redes.

A modernização do serviço é outro problema muito sério que afeta o mundo. Esse gráfico é mundial, em que observamos claramente um processo de redução da importância relativa da telefonia fixa e o crescimento explosivo da telefonia móvel, do acesso à banda larga. O fato é que, no Brasil, a telefonia fixa é prestada sob o regime de concessão e os outros serviços, sob regime de autorização. Esses contratos vigorarão até 2025 e, certamente, é necessário que se rediscuta essa questão da modernização dos serviços, para que a sociedade brasileira também tenha esses direitos preservados – especialmente nesse contexto universal de que existe uma perda de valor relativo de alguns serviços em relação a outros.

Com tudo isso, voltamos à questão do marco regulatório, e isso é quase como se fosse um alerta. Temos necessidade de um equilíbrio entre as exigências regulatórias e o crescimento do mercado, de forma que existe essa flexibilidade que gera a inovação, gera o investimento, gera o crescimento. É preciso que exista uma aderência maior entre as leis federais e o regulamento. Um tema fundamental é a questão da reversibilidade, em que, no nosso entendimento, as leis comentam um determinado ponto ou estabelecem determinada regra, e não necessariamente os regulamentos são aderentes a esse conceito legal; e a questão dos pagamentos de licença, porque precisamos ter presente que, independentemente de se dirigir ao espectro ou à rede, no final, todos esses valores acabam montando e fazendo parte de um *business plan* e vão compor o preço final do produto.

Uma empresa como a nossa, e isso é uma característica de todo mercado, está saindo da conectividade e está passando para o mundo das aplicações, e essa é outra vertente de investimentos que temos de desenvolver ao longo dos próximos anos. Esse é um desafio, em que novas opções estarão sendo criadas para o mercado financeiro, para a saúde, para a educação, para soluções de conectividade, envolvendo diversas empresas, inclusive *utilities.* E, para isso, estamos nos preparando para fazer um investimento da ordem de R$24 bilhões – parte desses investimentos já foram realizados; era o nosso programa de investimento até 2014 –, e, só para vocês terem uma ideia, em relação ao período anterior, o segundo mandato do Presidente Lula, significaria um crescimento de 50% em relação a esses valores que foram investidos pelo grupo Telefônica, no Brasil, nesse período 2007-2010.

O que temos previsto é um crescimento muito grande das redes de 4G, continuarem crescendo as redes de 3G, crescimento de base de tráfego, aumento do *backhaul* – como já foi comentado aqui, basicamente para fazer frente a todo esse tráfego – e um crescimento muito vigoroso do *backbone* e o *backhaul*; ou seja, hoje, com o volume de clientes que temos e com o crescimento da rede de dados, o acesso a dados, cada vez mais é importante que esse crescimento aconteça.

E um registro importante é exatamente o fechamento do anel. Finalmente conseguimos chegar a Manaus, Senador. Manaus é um lugar tão difícil de chegar, e nós conseguimos chegar lá no iniciozinho do terceiro trimestre deste ano, num projeto conjunto

e, usando o linhão da Eletronorte, finalmente conseguimos conectar Manaus à rede nacional. Então, acho que passamos por um grande processo de integração e, exceto no caso da Amazônia Ocidental...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – O Acre está?

O SR. ANTONIO CARLOS VALENTE DA SILVA – O Acre, sim; o Acre já está integrado lá no pontinho da rede que aparece aqui à esquerda, e o que vamos deixar aí, como dívida, é a questão da Amazônia Ocidental; ali, a coisa é complicada, ali ninguém chega, e nós também teremos dificuldade, como estamos tendo, em chegar.

Esses são alguns números da companhia. Queria destacar primeiro que o nosso compromisso com o Governo brasileiro é de atender a seis cidades – o Conselheiro Jarbas vai falar provavelmente sobre isso e de 4G – e estamos chegando já, agora no final do mês de outubro, a 70 cidades com quarta geração, inclusive cidades que já começam – as cidades médias... Estamos presentes em 3.100 cidades com 3G e, além disso, já temos quase 1,5 milhão de domicílios com fibras óticas na rede de acesso, o que dá uma ideia muito grande de todo o esforço que a gente está desenvolvendo para ser efetivamente a solução para a rede de dados.

E aí tem todo esse conjunto de atividades para 2014. Eu só queria destacar dois projetos que são muito queridos nossos, além de todos os outros que já comentei.

Primeiro, nós estamos desenvolvendo uma solução de bancarização, Senador – a gente sabe que 50% da população brasileira não são bancarizadas. Nós estamos desenvolvendo, junto com a Mastercard Internacional, esse produto Zoom, que vai contribuir fortemente para que essa bancarização aconteça. E vamos lançar, nacionalmente – 2013 foi um ano de preparação –, o Zoom em 2014. E, como o sonho de consumo dos brasileiros é ter um *smartphone*, e o *smartphone* ainda é muito caro, nós desenvolvemos, há dois anos, uma parceria com a Mozilla para utilização do sistema Firefox OS, que é um sistema aberto, que vai gerar a possibilidade de compra de *smartphones* mais baratos e, com isso, contribuir para que o sonho de consumo dos brasileiros com relação à obtenção do *smartphone* seja alcançado, atendido.

Agradeço pelo tempo e me coloco à disposição, depois, para posteriores perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Nós agradecemos a participação nesta audiência pública do Sr. Antonio Valente da Silva, Presidente da Telefônica Vivo.

Estamos ao vivo, através da nossa Rádio Senado e também da nossa TV Senado, a audiência está muito grande, e vários espectadores estão dizendo que estão ligados, e recebo aqui elogios ao nível do debate, aos nossos palestrantes.

Esta nossa reunião destina-se à realização desta audiência pública sobre o tema Visão de Futuro. Este é o terceiro painel do Ciclo de Debates sobre Telecomunicações, parte integrante da Agenda 2013/2014, Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País, desta Comissão.

Eu queria fazer aqui um registro especial: já temos aqui, na nossa Comissão, a presença do ilustre Senador Walter Pinheiro, Senador Valdir Raupp e do nobre Senador Alfredo Nascimento. Como a nossa audiência começou às 7h30min, daqui, no meu Estado, como são duas horas de diferença de fuso, começou às 5h30min da manhã, e já havia alguns telespectadores. Eu queria mandar um abraço especial ao Sr. Eder Johnson Taveira, que diz que está ligado na TV Senado.

Então, agradecer aos ouvintes da Rádio Senado como também aos nossos telespectadores da TV Senado.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Jarbas Valente, Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Só para reforçar, Sr. Jarbas – por favor, permita-me –, eu queria mais uma vez dizer aos nossos telespectadores que queiram participar que basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800612211, ou enviar sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook, ou pelo Twitter:@AloSenado.

Concedo a palavra ao Sr. Jarbas Valente, da Anatel.

O SR. JARBAS VALENTE – Obrigado, Senador Sérgio Petecão, Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado. Quero cumprimentar os colegas da Mesa, o Antonio Carlos Valente e o Wilson Cardoso, cumprimentar S. Exª o Senador Walter Pinheiro, que está aqui presente. Senhoras e senhores, bom dia.

Esta é uma oportunidade ímpar para que possamos, pelo menos, dar o pontapé inicial na discussão de temas tão importantes. Eu preparei minha apresentação, buscando aqui, Senador, ter uma visão de futuro. Para isso, preparamos um estudo de caso, dentre muitos outros que poderíamos ter, para olharmos o quanto de investimentos precisamos e o que devemos fazer para conseguir mudar o paradigma, hoje, de voz para dados, e dados de alta velocidade.

Como algumas das informações que eu aqui trouxe muitos dos colegas já apresentaram, eu as passarei muito rapidamente.

Como foi dito, pelo atual marco legal, que é a governança no setor de telecomunicações, nós temos basicamente dois regimes: o público e o privado.

O regime público já foi aqui colocado: só há o STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado). E, aí, há as obrigações da concessão: o caráter de essencialidade, a reversibilidade dos bens, a continuidade, a universalização, a fixação das obrigações, a garantia do equilíbrio econômico-financeiro e a fixação e reajuste das tarifas.

O regime privado é diferente. Só serve por autorização, sob os princípios constitucionais da atividade econômica, e a liberdade é a regra.

Os condicionamentos são vinculados ao proveito coletivo, e o acompanhamento de preços nós vamos ver, nesta figurinha seguinte, como isso, de uma forma ou de outra, desequilibrou um pouco o setor.

Do lado esquerdo, estão todos os serviços prestados no regime privado.

O STFC é prestado nos dois regimes, público e privado.

Aqui, do lado esquerdo, no privado, está o serviço móvel pessoal, que é o celular; o serviço de comunicação multimídia com banda larga fixa; os SeAC (Serviços de TV por Assinatura); os serviços móveis especializados, dentre outros tantos. Todos eles no regime privado.

Como é mais flexível, do lado de cá da balança, podemos ver que a balança é muito maior em termos de receita, quantidade, excesso e de menos obrigações do que do outro lado.

O STFC, que foi o mais importante no passado, colocado como concessão, no regime público, ao longo do tempo, está diminuindo em função até do marco legal, que precisa ser discutido, olhando-se para o futuro, para que possamos voltar a equilibrar essas questões.

Aqui, marcos importantes, alguns dos quais o Valente já colocou.

Eu queria destacar que um dos pontos importantes que há aqui, além de tudo o que foi feito, foram as licitações da terceira geração, permitindo levar o celular, não só de banda larga, como também o celular voz, para todos os Municípios brasileiros; os PGMUs, que aconteceram ao longo do tempo, permitindo universalizar o serviço de voz fixa; os editais recentes do 4G, que nos vai permitir levar mais velocidade para atender a esses mercados, inclusive nas áreas rurais do Brasil; e basicamente a PGMC, que mudou muito. Criamos um sistema na Anatel, chamado SNOA, que foi bancado pelas operadoras, que facilita, então, a compra, no atacado, entre todas as operadoras do Brasil. Até a pequenininha que está lá no interior do Amazonas vai ter acesso, vai poder comprar, saber os preços e os prazos de entrega nessas cidades.

E a regulamentação dos 700MHz, que devemos concluir agora, ainda em outubro.

Em termos de evolução, aqui já foi colocado, aqui estão os números: hoje, o Brasil tem na ordem de quase 45 milhões de STFC; vai se meter com 268 milhões de SMP; SMP banda larga, 93 milhões; o SCM, que é o banda larga, com quase 22 milhões; e o SeAC, chegando a 17 milhões.

A evolução futura, a previsibilidade é muito grande. Nós precisamos e temos projetos desenvolvidos na Anatel que sinalizam para 2018. Por exemplo, no SMP, vamos chegar a 1 bilhão de acessos. Então, o volume é significativo, e logicamente os investimentos também deverão acompanhar.

Já foi colocada a questão do ICMS, da ordem de quase R$400 bilhões. O Fistel, só o Fistel, da ordem de R$54 bilhões, arrecadados nesse período. E, de uma forma ou de outra, são recursos importantes para também o desenvolvimento na área social do País.

Então, muita dessa arrecadação seria contribuição do setor de telecomunicações, na minha forma de ver. Ou seja, precisamos equilibrar esses valores arrecadados para que consigamos não só criar condições diretas da inclusão social e digital por meio de serviços de telecomunicação, como também indireta na forma de arrecadação desses tributos.

As concessionárias de telefonia, às quais o Valente já fez uma referência, têm perdido cada vez mais clientes para a competição. Ou seja, os autorizados, como mostra no gráfico, que estão ali, dos 45 milhões de usuários, hoje, em 2013, já estão chegando a quase 40% desse mercado. Aí, a tendência é de que a telefonia fixa, pelas condições que tem hoje do regime público, tenha mais dificuldade no seu investimento. Precisamos realmente discutir essa questão, para voltarmos a equilibrar e tirar talvez o valor disso para investimento na banda larga do Brasil.

Aí, a tendência é de que, em 2017 – pode ser até que aconteça antes –, tenhamos muito mais autorizadas, que é o serviço de voz, hoje, utilizando tecnologias do tipo VoIP, com muito mais facilidade e muito menos obrigações do que a telefonia convencional. E também, logicamente, os outros serviços, que trazem no seu bojo a banda larga, naturalmente, trazem outros serviços de VoIP, de valor agregado, como mensagem etc., tal como o SMP, a própria banda larga e a TV por assinatura também, que compete com esse serviço universal.

Sobre os investimentos. Isso aqui já foi mostrado, e eu trouxe apenas os investimentos nos últimos dez anos, para fazer uma comparação com um estudo de

caso que trouxemos aqui para os próximos dez anos. Então, o investimento total foi da ordem de R$171 bilhões, ou seja, em torno de R$17 bilhões/ano, desde 2003 até 2012. Investimentos tanto na rede fixa... Na rede fixa, só na banda larga fixa, que é o SCM e também o que foi investido na rede móvel.

Como conclusão dessa evolução desses primeiros 15, 16 anos de marco legal, conseguimos universalizar o STFC, que está presente hoje em todo o Território Nacional, em todas as localidades, em torno de 64 mil localidades em que temos o STFC presente. É presente também no acesso direto, na casa do cidadão, em todos os locais acima de 100 habitantes. Contudo, essas regras, no regime público, decorrem do contexto da privatização.

Na época, nós tínhamos algo em torno de 11 milhões de acessos, ou seja, o Brasil não era atendido. E não se vislumbravam os efeitos dessa convergência tecnológica e da busca e da evolução natural do setor das tecnologias que utilizam o IP e o acesso à internet. Isso vem trazer, de alguma forma, o desestímulo ao investimento no serviço básico, no serviço universal, e nós temos agora uma oportunidade ímpar. Nós estamos discutindo um novo contrato de concessão, que é a renovação para 2014/2015. Então, estamos no momento correto de debater e vermos o que fazer com esse serviço para o futuro.

Os recursos do Fust praticamente não foram aplicados; foi muito pouco o que aplicamos. Hoje em dia, o Fust tem algo da ordem de R$12 bilhões. Conseguimos massificar o serviço de voz, que está presente, hoje, em todos os 5.565 Municípios – foram criados mais seis –, e também vamos chegar com o SMP em várias áreas rurais. A tendência é chegarmos a todas as áreas rurais a 30km de todas as áreas urbanas dos atuais Municípios até 2017. E a forte expansão do serviço SMP banda larga, como já foi demonstrado aqui pelos palestrantes que me antecederam, mostra que o brasileiro está usando, primeiro, um SMP banda larga para, depois, chegar a usar a banda larga fixa em casa. Isso mostra a importância desse serviço, que também pode ser um serviço que possa levar a banda larga, de fato, para as regiões mais distantes do País, dependendo do modelo de negócios que viremos a fazer com a licitação, por exemplo, dos 700MHz, assim como fizemos com a licitação do 2,5Giga/450MHz.

Definimos os conceitos de mercado, o que foi muito importante o PMS para criar esse Plano Geral de Metas e Competição, mas a banda larga fixa cresceu. Entretanto, ainda está muito restrita à população de maior poder aquisitivo e localizada em áreas de maior concentração urbana.

O que precisamos fazer para esse futuro? E este é o desafio para o Brasil. Não temos dúvidas de que é massificar a infraestrutura de banda larga. O que significa massificar a infraestrutura de banda larga? Como podemos exemplificar e qual é essa necessidade?

Essa infraestrutura é composta de dois segmentos muito importantes: ao primeiro nós chamamos de redes de acesso. Trata-se da extensão da transmissão de banda larga até o usuário final ou até o domicílio, a empresa, ou às pessoas por meio do Serviço Móvel Pessoal banda larga de alta velocidade. O segundo é a rede de transporte, que é o núcleo disso. Trata-se da infraestrutura de transmissão de longa distância, que inclui o *backbone*, que é o núcleo de alta capacidade de transmissão da rede, e o *backhaul*, que é uma infraestrutura de conexão até esse *backbone* e aos pontos de concentração da rede de acesso.

O Brasil está conseguindo desenvolver e ter, hoje, algo da ordem de 4 mil operadores de serviços de comunicação multimídia. Contudo, a grande dificuldade de todos esses operadores é ter acesso a essa rede de transporte, não só pela sua capacidade, que hoje não é suficiente para atender, como também por estarem distantes do *backhaul* esses pequenos provedores e pequenos prestadores de serviços de comunicação multimídia, que são prestadores dos serviços de banda larga nesses pequenos Municípios e também do próprio SMP quando se necessita interiorizar e levar a banda larga móvel. Então, como resolver essa questão?

Dá para você clicar lá naquela setinha do lado? (*Pausa*.)

Aqui é só uma forma de exemplificar. Ali está o *backbone* nacional, que é esse de altíssima velocidade, algo da ordem de pentabits por segundo, até muito mais. Nós precisamos do *backhaul* para interligar todas essas cidades que ainda não estão interligadas a esse *backbone*. E ele tem que estar interligado ao *backbone* internacional. Ou seja, basicamente, tanto pelo Atlântico quanto pelo Pacífico, nós estamos concentrados, visto que todo esse tráfego vai para os Estados Unidos, uma vez que, hoje, a governança da internet é assim e tem centralizado todo o tráfego, que é de forma centralizada, não distribuída. É a mesma coisa também para chegar aos acessos móveis.

Então, temos os acessos móveis nas cidades e temos os acessos fixos também que compõem essa estrutura. Então, nós precisamos de rede de acesso e de rede de *backbone e backhaul.*

Pode clicar de volta? (*Pausa*.)

Nessa sequência, os desafios. Evoluiu o arcabouço regulatório, ou seja, o que devemos fazer para minimizar, neutralizar a expansão do STFC hoje, no regime público; como fazer, como criar novas condi-

ções para ampliar também a capilaridade do *backhaul*, para estender para todos os Municípios brasileiros, e também ampliar a capacidade desse *backbone* para atender a essa demanda.

Temos que acelerar a velocidade média, que hoje está na ordem de 2,2 ou 2,4Mb/s. Precisamos chegar à velocidade que o mundo usa hoje, que é uma média muito maior. Não estou falando do mundo em geral, mas do mundo desenvolvido, que é da ordem de 10Mb/s por segundo. Precisamos massificar as conexões de alta capacidade, principalmente nas empresas que dependem disso, garantir essa interatividade plena e transparência à natureza da informação, qualidade plena e entrada das velocidades que foram contratadas.

Desenvolvemos sistemas na Anatel, para que isso possa ser medido pelo usuário na sua residência, com características para ele saber, nas pesquisas que nós estamos desenvolvendo, se a velocidade que ele contratou realmente é a velocidade que está recebendo. Foi criada uma estrutura, uma estrutura muito grande, quase inédita no mundo, para que a gente possa medir tanto a qualidade da banda larga móvel quanto da banda larga fixa.

Os ganhos econômicos são muitos, como já foi mostrado, ou seja, 10% do acesso, indo de 0,1 a 1,4% de aumento no PIB no ano. Se você dobra a velocidade de conexão inicialmente em 0,3% do PIB, as consequências sociais também são enormes, como aumento da taxa de emprego, como foi demonstrado aqui, inclusão digital, acesso aos serviços da sociedade da informação. Na educação, nem se fala. Hoje, com o Plano Nacional da Educação, acho que conseguimos levar uma velocidade de 2Mb/s, gratuita, para 64 mil escolas urbanas no Brasil todo, mas precisamos melhorar cada vez mais os indicadores sobre a educação com os novos *tablets* que estão sendo comprados para atender esse programa.

Pesquisa e desenvolvimento. É fundamental, para você crescer, você também ter, no Brasil, como fizemos em todas as nossas licitações, um crescimento da nossa indústria com tecnologia nacional.

Bom, como está a situação dessas redes de acesso de banda larga para a gente chegar ao exemplo, ao modelo, ao estudo de caso que eu aqui trago para debate?

O acesso residencial e comercial. No fixo, nós temos hoje esses 22 milhões de acessos, que pode ser com fio ou sem fio. A velocidade média está em torno de 2,2 ou 2,4Mb/s; está disponível em todos os Municípios brasileiros e cobertura urbana da localidade sede, o que ainda é muito pouco.

O acesso pessoal com serviço móvel está em torno de 94 milhões de acessos. O acesso é móvel, sem fio. A velocidade média é de em torno de 600Kb/s, ainda baixa; está disponível em 3.124 Municípios brasileiros, e a cobertura é da localidade sede.

Em termos de *backbone e backhaul,* a situação do Brasil está aí. Nós temos 5.565 Municípios. Está aí para o Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Vou falar do total. Dos Municípios que têm fibra chegando a eles para dar vazão às suas comunicações, nós temos 2.631, 47%. Mas ainda temos 2.934 Municípios, 53%, sem fibra. Desses, muitos não vão ter fibra, talvez uns 200, mas vão ter a possibilidade de acesso *backbone* via satélite, com novas tecnologias do tipo 3B, que atende como verdadeiras fibras óticas. Isso está sendo hoje implantado no Brasil, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste. Então, a gente tem visão de que é possível chegarmos e atendermos com *backbone*, em pleno *backbone*, ampliando também a capilaridade do *backhaul* para esses 2.934 Municípios.

Bom, a estratégia para massificar essa infraestrutura, que eu trago como já um estudo de caso, que aqui a gente poderia estar pensando, e estamos discutindo na Anatel também no Governo e aqui trazemos ao Senado para discutir: primeiro, é acelerar a oferta de redes de transporte *backbone* e *backhaul* em todos os Municípios; acelerar a oferta de redes de acesso fixa e banda larga em Municípios de maior população, porque levar hoje o fixo para Municípios pequenos, para todas as empresas, seria um investimento muito alto – para levar uma velocidade de até, por exemplo, 100Mb/s, com tecnologias híbridas de fibra ótica e também par metálico. Se fizermos um corte para a população acima de 30 mil habitantes, podemos levar o fixo; se para baixo de 30 mil habitantes, podemos já levar o móvel. Com o móvel, com a nova licitação dos 700MHz, podemos chegar a uma velocidade de até 25Mb/s. A velocidade de 25Mb/s já é uma velocidade razoavelmente boa para se atender à demanda dessas cidades.

Se viabilizarmos o *backbone* e o *backhaul*, haverá muitos prestadores de serviço de comunicação multimídia nesses Municípios. Fibrando-se esses Municípios, é preciso ter acesso a essa estrada, a essa infraestrutura, para que os POPs fiquem mais próximos cada vez mais desses pontos remotos no Brasil e para se viabilizar também o investimento em todas essas cidades.

Por último, é preciso acelerar a oferta da banda larga nas áreas rurais, em localidades remotas, como fizemos agora na licitação de 2,5GHz e de 450MHz.

O que o mundo tem feito, como foi aqui colocado? Quais são as experiências internacionais que podemos olhar, para ver o que foi feito por eles? Todos eles tiveram planos nacionais. Estou dando o exemplo só das

redes de acesso. Todos o fizeram não só nas redes de acesso, como também em *backbones* e em *backhauls*.

Os Estados Unidos, em *backbone* e em *backhaul*, investiram um montante da ordem de US$250 bilhões, para que isso pudesse acontecer, para que se pudessem fibrar todos os Municípios, para que fossem interligados todos os Municípios americanos.

A Austrália, por exemplo, no período de 2009 a 2017, propõe levar fibra para a última milha, com velocidade de até 100Mb/s, em 90% dos domicílios. O Estado bancou um investimento de US$38 bilhões, criou uma estatal e disse que, depois de cinco anos, essa estatal seria privatizada.

Na Alemanha, num período menor, de 2009 a 2014, propõe-se a banda larga universal, que seria fixa e móvel, com uma velocidade de até 50Mb/s, em 75% dos domicílios, com um investimento de US$49 bilhões, como financiamento público, para que, num leilão reverso, numa licitação reversa, aquela empresa que oferecer a melhor proposta possa ter acesso ao empréstimo, para, com isso, viabilizar o atendimento dessa banda larga.

A Coreia do Sul é mais arrojada. Com a velocidade de 1Gb/s, ela está muito além dos outros países e é também um país menor. Com isso, chega-se a 100% dos domicílios, com um investimento de US$25 bilhões.

Na Nova Zelândia, a velocidade é menor, é de até 100Mb/s, mas se chega a 75% dos domicílios, com investimento de US$1,35 bilhão mais o da parceria público-privada.

O Reino Unido, no período de 2009 a 2017, também terá uma velocidade de até 100Mb/s, já utilizando a tecnologia mista de fibra com par trançado ou de cabo coaxial, atingindo 75% dos domicílios, com um investimento de US$50 bilhões, que foi o financiamento feito.

Então, é mais ou menos aquele número que, aqui, o Wilson mostrou para a União Européia, da ordem de US$250 bilhões, para todos aqueles países. Isso aconteceu também em Portugal. Entre os outros, nós trouxemos esses.

E o Brasil? Quanto ao Brasil, estamos trazendo um estudo de caso para debatermos aqui, para debatermos com a sociedade, principalmente agora, neste ano, em que há uma discussão em torno da renovação dos contratos de concessão – para esse horizonte, é de quase dez anos.

Como na Alemanha, também estamos pensando em banda larga universal. Como o Brasil é grande, não se pode pensar somente em banda larga fixa, para chegarmos somente a 100Mb/s via banda larga fixa. Podemos chegar também a 25Mb/s, utilizando a tecnologia móvel da SMP na tecnologia LTE, tanto em 2,5GHz quanto em 700MHz, faixa que fará parte da próxima licitação. A ideia é chegar a 90% de domicílios e negócios.

De quantos bilhões nós vamos precisar? Esse é o trabalho que a gente fez, para trazer aqui, para o Congresso, para o Congresso ver quantos bilhões seriam esses e quais seriam as formas e as fontes de financiamento para atingirmos esses bilhões.

Logicamente, nesse estudo de caso, temos de analisar a rede de acesso, a cobertura de que vamos precisar e o investimento com que vamos trabalhar. É preciso analisar as redes de transporte, a cobertura e o nível de investimento para o *backbone* e o *backhaul* nacional.

Se olharmos a estrutura brasileira hoje, veremos que há 1.073 Municípios com mais de 30 mil habitantes, o que representa 75,7% da população urbana brasileira. Todos eles dispõem de rede de transporte de fibra ótica. Nos centros urbanos, há redes de acesso fixas de maior velocidade, mas, na periferia, as velocidades já são bem menores.

Redes de acesso móvel LTE e 4G, até 10Mb/s nos grandes centros serão implantadas até 2017 em regime de competição. Hoje – por isso, é importante a discussão em torno dos Municípios que têm acima de 30 mil habitantes –, mil Municípios somente terão acesso à tecnologia LTE e 4G, em 700MHz, depois do desligamento do analógico. Ou seja, somente depois de se encerrar o processo de transição do analógico para o digital, vamos poder pensar em que esses Municípios tenham tecnologia LTE em 700MHz.

Por isso, achamos importante esse corte aí, para haver acesso à banda larga fixa nos Municípios que têm acima de 30 mil habitantes, que é o estudo de caso que trazemos aqui.

No caso do móvel, pensamos em levar o móvel, primeiro, para as cidades menores, em função daqueles mil Municípios onde não vai ser possível usar os 700 MHz nesse período – vai demorar um pouco –, mas nós temos 4.492 Municípios com menos de 30 mil habitantes. Isso representa 24% da população brasileira.

Dois mil e quinhentos desses Municípios não dispõem da rede de transporte óptico. Precisamos, então, construí-la.

Ofertas de rede de acesso fixas em muito menor velocidade, porque aquela era um megabit por segundo ou um pouquinho mais.

Nós temos 2.393 Municípios hoje ainda sem 3G, e o prazo para se levar o 3G para esses Municípios – por isso é preciso também o *backbone* e o *backhaul* – é 2019.

A licitação da faixa de 700 MHz pode permitir rápida cobertura e oferta de acesso de alta capacidade até 25Mb/s. Como? Para esses Municípios abaixo

de 30 mil habitantes, nós podemos deixar uma única operadora utilizando os 40 mais 40 MHz que vão estar em licitação. Então, haveria uma única operadora com esse volume de capacidade em megahertz.. Ela pode, então, chegar a 25Mb/s, sozinha. Logicamente em RAN *sharing,* carregando as demais.

Então, nos Municípios menores, nós não podemos chegar – hoje só há um megabit por segundo ou um pouco mais fixo – já com o móvel com uma velocidade muito maior, com velocidades mais altas. Depois, já com um trabalho nos acima de 30 mil, levando também o móvel, no 2,5GB, também em velocidade de 10Mb/s, mas também levando o fixo.

No caso da população rural, hoje são 29,5 milhões, ou seja, 15% da população – na época do Pnad, 195 milhões. A oferta é restrita a acesso de menor capacidade nas áreas rurais. É só via satélite ou rádio, e nós temos uma demanda enorme na Anatel para cobrir todas as áreas rurais do Brasil, com serviço móvel, porque a população quer móvel, seja ele via satélite ou via rádio.

Local rural com menor de 30 quilômetros da localidade sede terá redes de acesso banda larga com a frequência de 450MHz ou qualquer outra que a operadora venha a querer utilizar. Talvez os próprios 700MHz na nova licitação, uma outra que ela tem hoje.

Nós estamos levando já para essas áreas rurais, agora, para 2015, velocidade de 256Kb/s com mobilidade; e velocidades de um megabit por segundo para 2017.

A licitação, então, da faixa de 700MHz pode melhorar a velocidade de acesso também da rede de acesso para essas áreas mais carentes. E já surgiram também novas tecnologias de rede de transporte, acesso, via satélite. Como dei exemplo, no transporte, com o sistema O3B, que está sendo lançado no Brasil, nas Regiões Norte e Nordeste – difícil acesso para se construírem fibras óticas naqueles locais –, haverá verdadeiras fibras via satélite de um gigabit por segundo, interligando aqueles Municípios que hoje não podem com o *backhaul* até o *backbone* da cidade, porque ali há um PoP.

Também já vai haver, a partir de 2015, acesso pela banda Ka, que é uma velocidade de 20Mb/s. Isso em todo Território nacional com preços bastante competitivos também. É uma alternativa para as áreas rurais.

Aí, como exemplo do estudo de caso, nas redes de acesso, imaginando que a gente comece com essa cobertura, em 2013, já há em torno de 20%, mas chegando lá, em 2021, a 90% dos domicílios, mesclando o FTTH, ou seja, fibra em casa com a fibra próxima da casa, que é o FTTC, no armário, saindo de 1% da fibra em casa para chegar a 70%, em 2021, e a outra saindo de 99% a 30%.

No vários cenários, de que investimentos precisaríamos? Se for 100% de FTTC, para os Municípios que nós estamos imaginando acima de 30 mil habitantes, seria da ordem de R$47 bilhões de investimento. Se for um mix, que é o mais tradicional, o mais utilizado no mundo, nós precisaríamos de R$91 bilhões para atendermos com banda larga fixa exclusivamente no acesso, nesses percentuais que demonstramos.

Se quisermos levar na banda larga móvel, nesses percentuais de cobertura, porque hoje nós chegamos a praticamente 3.200 Municípios com 3G, e chegaremos até o final do ano ao 4G, com 100 Municípios, com essa penetração, para chegar em 2019 – aí o período é um pouco menor – nos 5.565 Municípios com 3G e pelo menos 3.200 com 4G naquela velocidade de que falamos, de até 25Mb/s.

Os investimentos são da ordem de R$40 bilhões e vêm de onde? Vêm das licitações: das que já ocorreram, do 1.9, 2.1 GHz da licitação do 4G do 2,5GHz/450MHz, mais a nova licitação que virá dos 700 MHz.

Então, daí nós tiramos de onde ter a possibilidade desse atendimento do móvel, que é uma grande alternativa. Por isso, nós imaginamos muito bem, até que a gente limpe a faixa completamente nos centros daqueles mil Municípios, podemos ter o 4G nessas cidades menores, já com velocidade significativamente boa.

Em termos de *backbone*, vamos imaginar que já alcançamos uma cobertura de 90% daqueles Municípios com fibra ótica. Levaremos, então, fibra ótica, no *backhaul*, para 2.478 novos Municípios, ampliando também a capacidade das fibras nos *backbones*. A quantidade de Municípios para ampliar a fibra no *backbone* é de 2.530. Precisaríamos de cerca de R$13 bilhões. E sem fibra, mais R$26 bilhões. Então, para completar, para ter o *backhaul* e o *backbone*, o Brasil precisaria de aproximadamente mais R$39 bilhões.

De onde podem vir essas fontes de financiamento? Primeiro, de recursos das próprias prestadoras, de obrigações que todas elas têm. A outra, na atualização regulatória.

Precisamos discutir, realmente, a revisão das metas do PGMU – e discutir agora –; precisamos instalar mais terminais de uso público no Brasil; precisamos ampliar a capacidade do *backhaul*; precisamos de mais telefonia fixa, ou podemos pensar em substituí-la? É possível também rever o regime de prestação, sair do público para o privado? Imaginem, por exemplo, se saímos do regime público no STFC local? E isso tem um valor, hoje, ainda significativo, da ordem de R$50 bilhões, que poderiam ser trocados para fazermos, por exemplo, o *backbone* em regime público, que é da

ordem de R$40 bilhões. Ainda seria possível, mesmo mantendo o *backbone* público, utilizar recursos do Fust, por exemplo, da ordem de R$12 bilhões.

Então, de repente, precisamos discutir essas questões – e este Congresso é uma caixa de ressonância importante para debater a questão – e mostrar que temos de ter uma visão de futuro.

A outra virá, então, das licitações, das RFs, aqueles R$40 bilhões.

E, também, por que não falarmos de alguns pontos do próprio financiamento público? Esse financiamento público é feito de várias formas. Uma, por meio da própria licitação, nas contrapartidas: em vez de o Estado receber dinheiro em pagamento pela autorização da radiofrequência, esse pagamento seria convertido em obrigações e contrapartidas.

Para finalizar, então, a conclusão: se fizermos um estudo de caso, para se ter uma ideia, nós vamos precisar de um investimento na rede de transporte de R$39 bilhões; na rede de acesso fixo, R$91 bilhões; e na rede de acesso móvel, R$40 bilhões. Basicamente, os mesmos R$170 bilhões investidos nos últimos dez anos para o Brasil ter a infraestrutura que tem hoje, de voz e de dados. É importante, tem viabilidade, e acho que temos de nos debruçar sobre isso, porque isso resultará em um acréscimo estimado de pelo menos 1% ao ano no PIB. Precisamos crescer e ter desenvolvimento. Isso promoverá a inclusão digital, o acesso de todos os brasileiros, em suas casas e de forma pessoal, a essa tecnologia; ao desenvolvimento pessoal de cada um, não só nessa área, mas na área de educação, etc.; também à inclusão social, em decorrência disso, com a criação de empregos, etc.; e, o mais importante, ao desenvolvimento da indústria de tecnologia nacional.

Eu trouxe esses números para o debate para que tenham ideia dos números. Temos de nos debruçar e discutir, nesta Casa e em todos os fóruns, como viabilizar uma alternativa para termos *backbone* e *backhaul* e a massificação da banda larga fixa e móvel no Brasil.

Era isso. Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Agradecemos a participação do Sr. Jarbas Valente, que é Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em nossa audiência.

Queremos registrar a presença do nobre Senador Osvaldo Sobrinho, que é do PTB do Mato Grosso.

Já temos algumas perguntas, e vamos aproveitar para fazê-las. Em seguida, passaremos a palavra aos nobres Senadores, a fim de que também façam suas perguntas aos palestrantes.

Esta pergunta é para o representante da Telefônica Vivo, Sr. Antonio Carlos Valente. Há algumas perguntas aqui que chegaram pelo nosso Alô Senado.

Em relação aos projetos de conectividade em meio rural patrocinados pela Telefônica, de que forma a empresa acompanha e avalia a mudança de realidade da escola, alunos e professores? Que variáveis e indicadores são utilizados para representar o impacto do projeto na escola e na comunidade, como foi citado pelo senhor?

A outra pergunta seria:

Quantos Estados da Federação consentiram em reduzir o ICMS na oferta do acesso à internet a R$29,90, no âmbito do Plano Nacional de Banda Larga?

Para finalizar – há outras perguntas que farei no momento oportuno.

O senhor poderia comparar o desempenho das operações da Telefônica no Brasil e na Espanha, considerando a receita média por usuário, rentabilidade do capital investido, crescimento de assinantes, de receita e de custos operacionais, entre outros indicadores financeiros?

Há outras perguntas aqui, mas vou passar a palavra ao nobre Senador Walter Pinheiro, para que possa fazer seus questionamentos e, em seguida, eu gostaria de voltar, porque há outras perguntas aqui aos outros palestrantes, tanto da Anatel, quanto da Nokia.

Fique à vontade, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero dizer que acho importante a Comissão assumir essa dianteira no que diz respeito a discutir os problemas de logística, gargalos e investimentos no Brasil. Esse é o primeiro ponto para o qual eu quero chamar a atenção.

Estou até aqui olhando, desesperado, para um dos gargalos, o relógio – é um dos maiores erros, porque tudo é ao mesmo tempo agora. Então, um dos grandes defeitos, e até como não há ninguém aí do Governo... Apesar de muita gente considerar a Anatel do Governo, eu continuo entendendo que a Anatel não é Governo. Portanto, se a gente conseguisse, cada vez mais, cravar essa separação, seria o mais correto... Há um seminário ali agora sobre cidades digitais. Lamentavelmente, as pessoas marcam para uma quarta-feira, entendendo até... Não sei se é para aproveitar o público de quarta-feira em Brasília, ou se é para disputar com o horário de maior movimento, o HMM, aqui do Congresso Nacional. Não sei qual é a intenção.

Mas esse é o principal ponto, Sr. Presidente. Esse é o grande drama nosso em relação a esse setor. Nossa esfera de governo não percebeu... E estou falando hoje de algo que vem, meu caro Valente, o Antonio Carlos, desde o período do próprio processo de 1995. A gente

entender a sinergia, a necessidade de externalidade, a complexidade que foi aportada ao setor.

E eu chamaria esses quatros pontos que foram levantados aqui, que são os pontos objeto dessa questão. Ou seja, imaginar o que é preciso investir; o que é preciso tratar do ponto de vista de gestão, não só desses investimentos, mas também do que existe; o que é preciso apontar do ponto de vista de regulação; e o que é preciso apontar – aí é o outro Valente, o Jarbas – do ponto de vista dos projetos para frente.

Acho que esses são os pontos para os quais eu queria chamar a atenção, meu caro Petecão, nesse cenário que a gente está tratando.

É vero que a gente fez uma transformação profunda de 2001 para cá. A disputa começou em 1999, mas, efetivamente, em 2001, é que tivemos a primeira necessidade de mexer em nossa estrutura de rede, digamos assim, para atender ao novo padrão, para tentar ir ao aspecto da chamada cobertura. Mas também, por outro lado, a gente terminou criando diversos problemas na forma como isso se processou no Brasil. Então, quando falo dessa falta de sinergia, estou falando aqui, Antonio Carlos Valente, de uma estrutura que movimentou até aqui R$300 bilhões e por ano arrecada R$200 bilhões. Isso sem contar outros setores que eu poderia agregar a isso aí; ou seja, incluir radiodifusão, área de TI.

Se há uma coisa que se potencializou ao extremo no Brasil com as telecomunicações foi exatamente a área de TI. Nós entramos hoje, inclusive, talvez não no quinto mercado no mundo, mas estamos disputando entre os oito mercados. A área de TI do Brasil entrou nessa rede, porque é exatamente esse o novo cenário. Então, seria importante que tivéssemos um pouco dessa compreensão.

Se é um setor que movimenta 200 bilhões, que teve uma capacidade de atrair para si algo extremamente vigoroso do ponto de vista de sinergia nesse segmento, em compensação, começamos a ter diversas posições.

Esse debate que vamos fazer hoje sobre cidades digitais, na minha opinião é um debate completamente atravessado ao longo dos anos no País. Nós tivemos, desde o Ministério do Desenvolvimento Agrário até a Casa Civil, que está mais próxima... Aliás, até o gabinete da Presidência, a Secretaria-Geral, todo mundo fazia infocentro e telecentro, sem contar Petrobras, Caixa Econômica, Banco do Brasil, etc. Então, virou uma política de achar que essa seria a forma de a gente incluir, cada um fazendo essa questão sem olhar o eixo principal, sem olhar a espinha dorsal.

Então, se for nessa mesma linha, poderíamos dizer que, no debate de hoje, teríamos de enxergar o que é essa receita bruta e o que é a questão dos serviços – como eles cresceram, como isso se processou. O impacto e a própria questão do nosso PIB. Se é vero que com 10% consigo impactar 1% no crescimento do meu PIB, isso não pode ser tratado como algo qualquer! Não pode ser imaginado como algo que você vai agregando por geração espontânea – o vento trará. É difícil. O vento até sopra, o vento até leva, mas é preciso que uma máquina ou outra coisa impulsione isso ao vento.

Quanto à própria estruturação disso no que diz respeito às mudanças, os aplicativos e os programas, queria chamar atenção para quatro pontos importantes nesse cenário. O que aconteceu do ponto de vista de demanda para os serviços. A Vivo apresentou as suas coisas na área de educação, saúde. Há o que precisamos na área de segurança, o que experimentamos na Copa das Confederações de forma muito embrionária.

Eu posso falar isso aqui, Antonio Carlos Valente, porque eu talvez seja um dos caras no Brasil que mais perturbou com esse negócio. Portanto, estamos falando de uma experiência que não é nenhuma novidade no mundo. Assim como esse setor chegou aqui no mesmo tempo do que acontece no mundo, nós poderíamos ter também experimentado essas coisas desse setor ao mesmo tempo. Chegamos juntos.

O segundo aspecto para o que quero chamar atenção é o que se convencionou agora como o grande debate no mundo: é sobre o Smart City, ou seja, as soluções para as cidades, a utilização dessa estrutura.

O terceiro ponto é a questão da economia. Aí, o Jarbas Valente nesse instante tocava numa coisa importante. Se eu consigo levar banda larga, se eu consigo melhorar, consigo inclusive interferir na economia dos pequenos Municípios, com prestação de serviço.

E o quarto aspecto para o que quero chamar atenção é de pesquisa e desenvolvimento. Eu diria que nós involuímos nessa área, do ponto de vista da capacidade de extrair desse segmento esse tipo de virtude para essa área. E isso não pode ser feito, Wilson... Acho que isso não é... Eu posso até cobrar da iniciativa privada fazer a pesquisa em investimento, posso até condicionar, posso até colocar os aspectos de contrapartida obrigatória nessa área, mas a iniciativa, o tocar isso é do Poder Público. Essa é uma área decisiva.

Nós tivemos o crescimento de vários parques tecnológicos no Brasil mas não vinculamos esses parques, por exemplo, à principal área onde você tem um volume expressivo de resultado nessas questões. Eu não tenho como tratar de externalidade sem tratar com pesquisa em desenvolvimento. Então, é algo que não funciona e, depois, fica numa espécie de disputa individual: o que cada um faz, o que vai ali, e tal.

É óbvio que nós corremos atrás da experiência em Cabrália para tentar trabalhar com índios e pescadores. Mas a terceira etapa mais importante daquele projeto, na minha opinião, foi exatamente a escolinha para os meninos produzirem aplicativo; mais importante do que pescador controlar cardume via celular, porque estou tratando de algo que é o para frente: o como eu vou fazer; o que dá para desenvolver.

Esse é o jogo em que a gente entra no conjunto dos ofensores dessa área, que é um negócio contraditório miserável. Estou falando de algo de extrema força, mas cheio de ofensores. Há essa complexidade introduzida, ou seja, a ausência de sinergia, a dificuldade de dialogar, como interagir, a interoperabilidade, a própria intersetorialidade, a discussão da ligação.

Nós fizemos aqui um grande debate, outro dia, Valente, com as Forças Armadas. Todo mundo botando para quebrar em desenvolvimento e pesquisa. E nós não temos nenhuma ligação disso com a principal fonte, que é essa aqui. Não há como fazer.

Nós estamos fazendo um projeto enorme com a Aeronáutica lá em Salvador, Petecão, do ponto de vista de segurança, monitoração, etc. Não tem nenhuma relação com o centro de emergência que está sendo construído na mesma cidade. Então, é um negócio de doido essa falta de sinergia entre a gente.

Nós criamos um sistema de complexidade a partir da incapacidade de enxergarmos a forma de se relacionar. Aí vêm as questões tributárias, trabalhistas, burocracia, legislação, que seriam os ofensores maiores.

Eu acho que há um grande esforço que se deve empreender agora. Aqui cabe pegarmos esses cinco pontos – carga, infrarregulação, investimentos... Todo dia falamos de Fust, Fust, Fust. Eu não tenho mais ilusão, entendeu? E todo dia digo aqui que não é preciso mudar legislação coisa nenhuma. É necessário mudar, sim, a cabeça de governante, porque meu amigo lá da Secretaria do Tesouro, Arno Augustin, é doido por dinheiro. É para fazer superávit. Então, ele não vai abrir mão daquele Fust nem a pau. Então, se a gente não quebrar...

Não é mudança de legislação; é mudança de concepção. O cara está contando com R$12 bilhões para colocar no superávit dele e não vai colocar para o lado de cá.

Portanto, não é a Secretaria do Tesouro Nacional que tem de conduzir projeto dessa natureza. Quem tem que fazer isso é o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; quem tem que fazer isso é Ministério do Planejamento. A cabeça do cara da Fazenda é isso aí, eu não tenho nenhuma dúvida. O problema é qual a cabeça que comanda do lado de cá. Esse é o jogo que tem de ser travado de forma muito clara nesse aspecto, para termos a oportunidade.

Nós estamos num debate aqui, meu caro Petecão, no Congresso Nacional e nesta Comissão particularmente. E, na minha opinião, nós discutimos três pontos aqui nos últimos quase três anos: logística, desoneração e a questão tributária. Nós aprovamos 26 medidas provisórias no ano passado. Foram 26 medidas provisórias! Dessas 26, tinha Brasil Maior, Brasil Menor, Brasil com isso, Brasil com aquilo; um bocado de coisa. Aí, quando tratamos dessa coisa do setor, vemos agora, aqui, por exemplo: telecomunicações é logística ou não é? Está no eixo central desse gargalo ou não está? É o quê? É a ponta ou a parte inicial? É a parte principal, é o insumo decisivo? Então, essa é uma grande mudança que precisamos introduzir.

Quando fomos discutir desoneração nesse setor, era um parto. Diziam para deixar pra depois, que tinham de resolver só os problemas de estrada, de ferrovia, de rodovia, de transporte e tal. Mas esse é o principal insumo!

Fizemos aqui a discussão dos portos e aeroportos como principal elemento para a economia. E tratamos até de forma muito acalorada a questão do setor energético. O que nós estamos falando aqui para 2022 e para 2015, no nosso setor, por exemplo, nós antecipamos também para o setor de energia. Então, tem que pegar o setor de telecomunicações e fazer isso, promover essa antecipação. Ou seja, entender que esse é um segmento hoje decisivo. Não há como tratar essa coisa de economia em qualquer lugar, em qualquer pequena cidade, em que você não coloque telecomunicações.

Então, eu queria encerrar, pegando exatamente, a partir do que foi colocado aqui, três fases importantes. Coincidentemente elas têm até uma diferença aqui de sete anos. O que aconteceu em 1999, que, na realidade, a gente estava com o móvel rodando – e rodava desde a história da banda A e por aí afora –, mas o grosso ainda era como você fazia esse atendimento de voz fixo e móvel. O que se processa em 2013; portanto, quero dar esse salto para cá, e daí faz a diferença no meio.

Em 2006, você tem o debate sobre a questão de chegar com cobertura por meio das escolas. Escolheram as escolas como porta de entrada, tanto que o grande debate de *backhaul* começou ali. Entretanto, terminou... Todo dia eu faço gozação com isso: na cabeça da gente, *backhaul* é o quarto zagueiro chamado Haul, entendeu? Então, até hoje esse negócio não funcionou a partir das escolas, porque ficou uma coisa muito de responsabilidade: "Vamos discutir isso a partir do Ministério da Educação". Aí é um computador por

aluno. "Vou entregar um *tablet*, um computador – hoje a moda é *tablet* – a cada aluno numa sala de aula". Para quê, se eu não resolvi a parte inicial?

Nesse período de 2006, exatamente no meio – 1999, 2006 e 2013 –, nós tivemos, no final de 2006 para a virada de 2007, o leilão de 3G. Então, nós entramos numa era em que não estamos mais nem discutindo o passado; agora, é só ver como a gente caminha para o futuro, e não chegamos nem a experimentar 3G na sua plenitude. Quantos Municípios brasileiros chegaram a experimentar 3G? E já estamos falando em LTE, que já é, inclusive, um passo um pouquinho acima até do famoso 4G, e não conseguimos sequer chegar a 50% dos Municípios brasileiros com uma estrutura de fibra ou com uma estrutura capaz de resolver essa problemática nossa de interligação, esse *backbone*.

Então, acho que esse é o desafio, entendeu, Jarbas? Como a gente vai tratar isso? Na minha opinião, esse setor tem que entrar na ordem do dia como da principalidade da vida, das questões sociais, da economia e como preponderante para o desenvolvimento. Então, é a utilização. Não dá mais para a gente ficar discutindo agora, da mesma forma que em 1999, como é que a gente fazia cobertura de voz. Tampouco em 2006, como é que a gente chegava às escolas todas.

Agora é o seguinte: eu preciso de conteúdo, eu preciso ter *tablet*, mas preciso do essencial; preciso ter os meios para prover essas coisas todas. As coisas não estão desgarradas, as coisas não estão separadas. Quando a gente fala de desonerar, a briga que vamos começar daqui a pouco na Comissão de Assuntos Econômicos para tentar votar o ICMS, é inadmissível que, com uma complexidade de 27 ICMS no Brasil, a gente consiga tratar, por exemplo, o Acre da mesma forma que trata São Paulo. Não vai tratar, Petecão! Não tem jeito. Ou a gente pega esse negócio e bota na ordem do dia, ou o Acre vai ficar a vida inteira sofrendo, tendo que aumentar o seu ICMS, para superar um dos graves problemas. Continuam os investimentos na Paulista, ou na Tancredo Neves, em Salvador, e o Acre a ver navios – aliás, nem navio dá para ver ali, porque o bicho nem lá vai.

Então, essa história é que acho que a gente tem de pegar e entender o que foi colocado aqui. Estamos falando de algo que revolucionou, que abriu um novo mercado, que movimentou R$300 bi. Quanto é que vamos assegurar do tal do pré-sal, que é a galinha dos ovos de ouro mais famosa desse Brasil? R$300 bilhões daqui a dez anos! R$200 bilhões movimentam todo ano nesse setor. Portanto, tenho quase um pré-sal por ano se processando, e tem muita gente que não consegue enxergar. Há uma diferença: para o tal desgraçado pré-sal, eu preciso chegar ali embaixo, 7 mil metros abaixo da lâmina d´água. Essa "zorreta" aqui não está nos olhos, porque a frequência, você não bota os olhos nela, mas sente pelo menos pelos ouvidos. E agora até com muitas coisas nos olhos, vendo as imagens. Ninguém usa mais isso aqui, mesmo o mais simples dos simples, dos equipamentos utilizados hoje, ninguém mais usa isso só para voz, pelo contrário. O que representa ali o crescimento de receita foi isso.

Agora, isso anda de mão dada ali: para aumentar receita, eu preciso aumentar o meu caminho, alargar a minha banda, preciso aumentar a estrada, preciso criar as condições. Então, assim, esse é o debate que nós precisamos fazer aqui.

Por isso, a gente cobrou muito desta Comissão, que esse tema entrasse como tema da principalidade neste momento no Congresso Nacional, desses três aspectos que nós estamos discutindo no Congresso: os gargalos de logística; a questão tributária, que aí é importante; e a questão inclusive dos investimentos. Então, ou a gente vai botar a mão nesse setor... Ele é tão importante, tão importante quanto discutir aqui a questão do ICMS – que nós estamos aqui emparedados, enrolados e cheios de problemas, na mão de um Confaz ou coisa do gênero e tal.

E, depois, não há como se chegar e dizer para um Estado daquele lá: "Abre mão da receita de comunicação". Não há como, entendeu? Essa é a discussão, entendeu, Valente? Porque, por exemplo, em vários Estados brasileiros, comunicação e energia respondem por 25% da receita. Aí o cara diz: "Ou vai alterar essa regra do ICMS, ou eu não vou baixar o meu ICMS em relação a esses dois setores. Não vou baixar." Porque aí você tem problema sério.

Agora, quando foi possível, o Governo meteu a mão no setor de energia, alterou a questão da tarifa e jogou lá para baixo. Então, está na hora de a gente fazer a mesma coisa aqui, entendendo isso como uma questão principal.

Então, acho que esse é o ponto em que, na minha opinião, a Anatel poderia dar uma grande contribuição. Eu separei essa coisa de governo aqui, Jarbas Valente, no que diz respeito a isso. É a definição dessa nossa disponibilidade para frente, quer dizer, no espectro de frequência, porque é isso aí; essa é a nossa galinha dos ovos de ouro. Ou como no passado, no setor, todo mundo dizia assim: "aqui é onde está o ouro da Babilônia". O que é que eu vou botar aí depende; se é 3G, 4G ou LTE, vai depender exatamente disso. Esse é o ouro da Babilônia.

Então, assim, nós precisamos botar a mão nesse negócio. Acho que é importante termos uma postura muito mais firme por parte da Anatel, para que possamos inclusive comprar essa briga e cada vez mais

antecipar essa questão dos 700MHz, porque você vai criando as condições para tal, para ampliar. Nós só vamos aumentar a arrecadação se tivermos também um volume de oferta. Resolver um dos graves problemas, o da reclamação, ou seja, que é ainda um setor que abriga um volume expressivo na qualidade de serviço, oriundos exatamente dessa infraestrutura, para tentarmos aí criar as condições para resolver isso.

Então, de nossa parte aqui, Petecão, eu acho que na própria Comissão a gente deve tentar ver exatamente, dessas coisas que foram votadas, como a gente pode interferir. A pressão sobre a Câmara dos Deputados. Por exemplo, nós aguardamos o marco civil aqui, de lá para cá, muito tempo. Daqui para lá nós mandamos o projeto de antenas. Não andou. E, na minha opinião, não vai andar, não vai. Eu não tenho nenhuma expectativa de que, daqui até o dia 17 de dezembro, que efetivamente se encerra o período este ano, o projeto de antenas ande na Câmara dos Deputados. Assim como também hoje não estou com nenhuma expectativa de que, na semana que vem, o Marco Civil da Internet chegue de lá para cá. Essa é a minha leitura de ontem para cá, assim muito clara.

E também acho que não é o marco civil que vai resolver esse problema da espionagem no mundo. Toda vez eu estou dizendo isso. Senão, elegemos aí uns marcos, na realidade, muito mais para salvador de pátria do que para Marco Civil da Internet. Então é preciso termos cuidado com essas coisas.

Então, acho que o esforço que temos de fazer agora é embarcar nessa agenda em que estamos trabalhando aqui: incluir isso nesse contexto de pacote de gargalo e logística que adentrou aqui o Senado Federal; incluir essa questão como prioritária no contexto da questão tributária – esse debate do ICMS. Eu espero que a gente consiga essa queda de braço aí com o Confaz e tal. Defendo, inclusive, que levemos a voto. Que se leve a voto! Todas as questões nas quais encontramos dificuldades aqui, como o FPE, foi na porrada! Paciência, há momentos em que você tem que fazer esse debate. Não adianta você ficar atrás do texto de consenso. Se não fosse a voto, não teríamos aprovado.

Então, essa é uma área que temos de colocar em Plenário para votar. Não há jeito. Temos que pegar isso e dizer: agora temos de votar a questão do ICMS, porque ela interfere diretamente nesse contexto. Ele alivia para os serviços, ele resolve um problema de caixa, ele abre a compreensão dos Estados para esse investimento e, por último, ele cria, na minha opinião, algo que precisamos discutir mais com os Estados.

A gente fala em segurança, saúde, não sei o quê. Um aspecto, Jarbas, que eu acho importante a União trabalhar, na questão do investimento, é chamar cada Estado e dizer o seguinte: "interessa ou não interessa?" É mais do que colocar esse negócio de "cidade digital", fica todo mundo com a cabeça... Eu vou colocar *wi-fi* na praça pública.

Isso vai funcionar 24 horas! Volto a dizer: isso é a história dos infocentros. Na Bahia mesmo, colocaram lá 900 CDCs, os Centros Digitais de Cidadania. Outro dia, era tudo canibalismo, retira-se um pedaço de um e coloca-se no outro. Não havia sinergia com nada, não se utilizava para nada.

Então, tem-se que trabalhar esse negócio. Se um Estado entra com uma parcela para educação, saúde, segurança e serviços de cidadania, você já começa com um patamar razoável. Você garante uma quantidade de receita, o restante você expande, até para colocar *Wi-Fi* em praça pública.

Agora, se eu não entrar com essa camada, se eu não entrar com essa demanda na qual os Estados digam: "está bom, vamos trabalhar", fica difícil. Qual é o Estado que não tem uma delegacia em uma grande cidade e que não quer criar as condições para que essa delegacia funcione? Qual é o Estado que não tem escolas em Municípios? Que não tem postos de saúde? Que não tem serviços, inclusive como um modo de geração de renda? Temos até que aproveitar a própria bancarização. Temos mais de 40 milhões de brasileiros que podem se movimentar nessa área. E é por aqui.

Outra coisa: desde 2006 que eu "encho o saco" com esse negócio de bancarização. Nem eu aguentava mais cobrar do Governo isso. Chega! Não vai para lugar algum. Além da inclusão, cria-se outra banda e criam-se as condições para um serviço chegar a qualquer pequena cidade, aliviando a vida do agricultor que não tem que andar mais 300 quilômetros para ir ao Banco do Nordeste. Resolveu o problema do Banco do Nordeste tornando-o um banco virtual e resolveu o problema da economia local.

Com isso, dou mais uma linha de serviços para a área de telecomunicações. Consequentemente, soma a saúde, educação, segurança. E você diz: "o patamar inicial eu tenho garantido", o restante agrega-se. Então, portanto, é importante um plano para se trabalhar nesse sentido.

Por exemplo: essa carga inicial União e Estados assumem. Aí, vamos chegar com fibra ótica em tudo que é lugar, porque haverá a necessidade da chegada ao serviço. Acho que esse é o passo importante para combinarmos a ação de governo e a ação de agentes, para operarmos e dizer: as condições são essas. Vamos lá: mais espectro, obrigações de serviços e, consequentemente, você chama os operadores e diz: está aqui!

Aliás, foi essa a lógica aplicada no final dos anos 70, nos anos 80, com a velha Telebrás. Era essa a lógica. Foi isso o que impulsionou a nossa indústria, foi isso o que impulsionou o nosso nível de desenvolvimento e foi isso o que impulsionou fazer chegar serviço naquela época.

Tudo bem, só chegava a voz. Mas chegava a voz naquele tempo. Agora, o tempo é outro, não é mais o tempo da voz. É o tempo dos aplicativos, é o tempo de externalizar tudo isso que a gente acumulou. Então, portanto, se não criarmos esse mecanismo de envolvimento... Pode ser até, Valente, que o Poder Público não coloque um mil-réis de mel curado nesta história.

Mas se não se fizer essa sinergia, se, pelo menos, não se botar a mão para esse tipo de coisa funcionar, não vai funcionar. É chamar e dizer "está aqui, a nossa parte nós estamos fazendo. Bote lá a rede, que o Estado vai se responsabilizar por saúde, educação, segurança e serviços de cidadania. Pronto, somos os primeiros compradores disso". O restante, depois, a gente agrega.

Portanto, essa é uma forma de você colocar o dinheiro indiretamente. Ele não coloca o dinheiro na expansão, mas coloca o dinheiro comprando o serviço. Então, essa é uma das formas. Essa é uma das formas importantes para a gente resolver o problema de imagem. Aliás, um dos projetos você não citou, Valente. Nós estamos discutindo com diversos operadores a utilização, na área da saúde, das experiências que há no mundo inteiro, via celular. Ou seja, a transmissão de imagens, a utilização para diálise, utilização para identificação de epidemias, com 300 mil agentes comunitários no Brasil. Agora estamos fazendo junto com a Fiocruz. Vamos precisar das operadoras de telecomunicações para esse negócio.

Então, há um volume expressivo de áreas que você pode estartar para, depois, chegar na ponta e dizer... Com isso, chega-se em qualquer cidade do Acre com serviço e o Estado terá que dizer: "tá bom, temos que garantir pelo menos esses quatro serviços". Chegou isso? Então, a porta que leva à saúde, à educação, levará ao entretenimento, levará a outras coisas. Poderá levar o serviço para iniciativa privada e leva uma coisa fundamental, suscitada pelo Jarbas, que é a questão da Coreia.

Uma das coisas que aconteceu foi exatamente o fato de permitiram a operação por diversos outros atores. Aliás, é o que os pequenos provedores de internet têm defendido o tempo inteiro: criar outro mundo de negócio, um negócio local nessa área. Portanto, criar oportunidade.

Então, acho que é esse o desafio que temos pela frente. Acho que, a partir dessas constatações, a gente deve começar a fazer pressão aqui para que verdadeiramente as coisas sejam cumpridas.

Por isso, quero insistir: não precisamos votar tanta coisa mais não. Vamos pegar, entre essas 26 medidas provisórias que foram votadas, o que é possível funcionar, vamos ver o que é possível lincar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Agradecemos a participação do Senador Walter Pinheiro, que, com todo o respeito aos colegas Senadores, para mim é uma das maiores autoridades no tema de comunicação. Tem dado verdadeiras aulas aqui nesta Comissão.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Petecão, Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados, realmente, Petecão, depois que o Walter fala, não sobra mais nada. Não é a primeira vez. O Walter domina essa área como ninguém.

Eu queria apenas fazer uma pergunta para a Anatel e Vivo sobre a instalação de telefonia móvel celular nas pequenas localidades, sobretudo no Norte. No meu Estado, Rondônia, há muitas vilas, distritos sem a cobertura da telefonia e há distritos com três, quatro mil pessoas na área urbana. Nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, há Municípios com menos de mil habitantes e que contam certamente com cobertura, como também há no Nordeste e até no Sul.

Então, o Norte ainda está um pouco abandonado nessa área de comunicação, mas já avançou bastante. É bem verdade que são regiões novas, já houve avanços significativos, mas ainda há muitas localidades sem cobertura de telefonia móvel. E o telefone fixo está caindo um pouco em desuso. Então, sem a telefonia móvel, a grita é realmente muito grande.

Então, essa era uma pergunta que queria fazer a Anatel e a Vivo.

Aproveitando a Anatel, soube que o Ministério das Comunicações está lançando edital para abertura de rádios comunitárias e RTVs, mas vou falar mais sobre rádios comunitárias.

Em pequenas cidades, a cobertura de uma rádio comunitária, Presidente, em algumas regiões, chega até a trinta, quarenta quilômetros. Na capital, vou citar Porto Velho, acho que há duas ou três rádios comunitárias e que já têm problema de interferência , porque o canal é o mesmo, a frequência é a mesma, Então, lá já há uma briga, porque tem que jogar uma antena para um lado da cidade, a outra, para outro.

Agora, estão saindo em cidades pequenas, de oito, dez mil habitantes, ou menos até, duas, três rádios comunitárias. A confusão que isso vai virar...

Então, acho que a Anatel tinha que dar uma olhada nessa situação porque está havendo muita confusão nesse sinais de rádios comunitárias.

Sou plenamente a favor da instalação de rádios comunitárias, Já ajudei muito as pequenas localidades do meu Estado e do Brasil todo, e tenho relatado projetos importantes. Mas essa quantidade excessiva de rádios comunitárias está começando a dar problemas até de brigas com as pessoas que comandam essas rádios.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Dando continuidade às perguntas que aqui chegaram, gostaria de dirigir uma pergunta e, depois, passo a palavra aos senhores para que possam responder às perguntas que foram feitas.

Esta vai para a Anatel. Esta pergunta aqui é minha. Lá no Acre, no meu Estado, temos um programa do Governo que se chama Floresta Digital, e eu vejo muitas reclamações para este programa. Eu gostaria que a Anatel pudesse falar qual é a posição que ela tem a esse respeito.

A outra pergunta também vai para a Anatel: o que há de concreto, qual o plano de ação que a Anatel tem para atender às comunidades indígenas? Porque se fala muito do serviço chegando a essas comunidades, mas, lá na minha região, no meu Estado, eu não vejo isso. Tenho recebido muitas reclamações, muitos pedidos nesse sentido, por conta das lideranças indígenas. Eu queria saber o que realmente há de concreto.

Então, essas seriam as perguntas que foram feitas por enquanto. Depois, ainda tenho algumas perguntas aqui que eu gostaria de fazer.

Vou dar a palavra pela ordem aqui. Primeiro foi questionado aqui o Antonio Carlos Valente, da Vivo; em seguida, o nosso amigo Jarbas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALENTE DA SILVA – Obrigado, Senador. Vou tentar endereçar algumas questões que foram colocadas aqui pelo Senador Walter Pinheiro, depois pelo também Senador Valdir Raupp e, depois, as perguntas que foram colocadas pelos nossos telespectadores.

Primeiro, acho que precisamos ter presente que, aqui no Brasil, se falarmos de infraestrutura – e acho que estamos vivendo isso muito especialmente com relação à questão da Copa do Mundo e determinadas obras que estão sendo feitas, acho que o aeroporto de Brasília é uma prova bem marcante disso –, nós não estamos falando da mesma coisa. Nós estamos falando de coisas completamente diferentes. Quer dizer, acho que muitos setores de infraestrutura no Brasil têm grandes desafios. No caso do setor de telecomunicações, nós estamos falando de outra coisa, estamos falando de um País que está, como falei aqui, com a quinta rede de telecomunicações no mundo, endereçando as questões do futuro. Estamos falando de coisas completamente diferentes. Quer dizer, quando a gente fala de outros itens de infraestrutura, de duplicação de rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, estamos falando de fundamentos. Não é disso que estamos falando, no caso de telecomunicações. Então, acho que essa é a primeira coisa que a gente tem que deixar aqui bem clara, para que fique presente que uma coisa não tem nada a ver com a outra.

Em termos de investimento, que é a primeira colocação que o Senador Walter Pinheiro fez, eu estava aqui, enquanto o Conselheiro Jarbas estava fazendo a apresentação dele, analisando os programas de banda larga. E há algumas constatações interessantes que a gente pode fazer.

Primeiro, nós estamos aqui com um elenco de países de primeira linha. Estamos falando de Nova Zelândia, de Austrália, de Alemanha, de Reino Unido, de Coréia. E esses países, que são países super, hiperdesenvolvidos, que estão jogando outro tipo de jogo no cenário internacional, também estavam, nesse mesmo momento, desenvolvendo os seus planos de banda larga, o que faz com que a gente esteja na mesma página.

Mas quando a gente vai observar esses países, à exceção da Austrália, são países que geograficamente têm desafios muito diferentes do Brasil. Eu acho que a gente não pode comparar a Coréia, a Nova Zelândia, a Alemanha, o Reino Unido, com todo o respeito, com o Brasil, que a gente sabe que tem desafios continentais. Um país que tem, sim, desafios semelhantes ao nosso é a Austrália.

Enquanto o Dr. Jarbas falava, eu fui ao Google, *on-line,* e escrevi "quantos habitantes deverão existir na Austrália". A informação do ano de 2012 é que existem menos de 23 milhões de habitantes na Austrália. Então se observa que para um programa nacional de banda larga na Austrália, um país de 23 milhões de habitantes, 7,5 milhões de quilômetros quadrados, foram reservados pelo Estado australiano US$38 bilhões. Se nós fôssemos aqui usar a primeira regra da engenharia, arquitetura e matemática, que é a regra de três, estaríamos falando de criar um programa no Brasil de R$720 bilhões, se usássemos o programa australiano. Como nós somos muito bons – os australianos não têm a nossa Lei de Licitações, nós fazemos compras muito melhor –, vamos imaginar que consigamos fazer pela metade. Mas, mesmo assim, estamos falando de valores significativos, se nós estivermos tendo o objetivo de chegar a um projeto como o projeto australiano.

Aonde estou querendo chegar? Estou querendo chegar a que, na realidade, o desafio brasileiro, pela sua complexidade, pela sua geografia, é um desafio que não é menor mesmo considerando que não temos as situações de carência, eu diria, de outros setores de infraestrutura. E, para que consigamos alavancar esses projetos, é absolutamente necessário que construamos uma agenda positiva. E essa agenda positiva – e aí já vou para a pergunta do Senador Valdir Raupp, fazendo um misto aqui de pontos do Senador Walter Pinheiro com a pergunta do Senador Valdir Raupp – tem a ver com identificação de algumas demandas, Senador.

Este ano foi muito movimentado em todos os Estados. Muitos Estados abriram comissões parlamentares sob a ideia de que havia uma questão pendente de qualidade com relação ao serviço móvel. Algumas dessas comissões já se encerraram. Na realidade, o que vemos é que a principal demanda colocada pela população tem a ver com o que o senhor falava, a questão da cobertura de novas áreas, cobertura rural, principalmente, distritos rurais, e rodovias. Essa, efetivamente, é uma agenda pendente. Então, ainda não estamos falando, por enquanto, num programa nacional de banda larga, que acho que temos que falar um pouquinho daqui a pouco, mas é a questão de que a população, efetivamente, precisa de serviço móvel nessas localidades – e precisa para questões de educação, precisa para questões de mobilidade, precisa, talvez, até mais do que outros itens de infraestrutura.

E o nosso desafio é que temos uma série de obrigações estabelecidas pela Anatel. No edital de 4G, a Anatel estabeleceu um conjunto de obrigações, como o Dr. Jarbas colocou, e estabeleceu obrigações que têm a ver com telefonia fixa nesses distritos rurais. Então, não temos, ainda, um conjunto de obrigações de telefonia móvel.

Como esse problema está sendo endereçado? O Governador do Espírito Santo tem uma situação, de certa forma, um pouco diferente da de outros Estados brasileiros. Ele tem todos os Municípios – 78 – cobertos com terceira geração e está, obviamente, preocupado com esse ponto que o senhor levantou, até porque existem distritos com milhares de habitantes. O que ele fez? Ele criou um processo de exoneração tributária para cobertura de distritos, um processo superinteligente, porque ele só dá essa exoneração a futuro. Como não há serviço nesses distritos, não há receita de ICMS nesses distritos. Então, ele induz o crescimento dessas redes, o desenvolvimento dessas redes; elas começam a gerar ICMS; e, futuramente, esse ICMS, de alguma maneira, é exonerado. Então, ele já fez um processo envolvendo dez distritos – eles já foram ativados – e está lançando uma quantidade de cerca de 80 distritos adicionais. Esse é um bom exemplo de como se consegue encontrar uma solução para esse problema dos distritos rurais, já que, como eu colocava anteriormente, ainda não foi estabelecida pela Anatel uma obrigação com relação a essa questão dos distritos. Essa solução que o Governo do Espírito Santo utilizou possa, talvez, servir como um exemplo positivo, como um exemplo de uma agenda construtiva para que esse processo todo seja devidamente encaminhado.

Eu volto a insistir: esse é um dos principais pontos que saem em todas essas comissões que são feitas pelo Brasil afora. Às vezes, não conseguem endereçar muito bem essa questão da qualidade, ainda que possam existir problemas de qualidade, mas o que, realmente, a população deseja é a cobertura móvel nos distritos e em algumas rodovias.

Voltando para a agenda do Senador Walter Pinheiro, ele falava na questão desses novos serviços. Falamos rapidamente aqui sobre as aplicações de saúde, as aplicações de educação, as aplicações que começam a ser adicionadas à conectividade e que mudam, significativamente, a vida das pessoas. Por uma questão de modéstia, Senador, ele nem falou, mas, quando era secretário de planejamento do Governo da Bahia, ele tinha um problema relacionado ao Programa Saúde da Família e pediu que as empresas desenvolvessem uma solução para esse programa. Isso foi feito. Sabemos que o Programa Saúde da Família tem um determinado nível de fraude. Às vezes, os formulários são preenchidos fora dos locais das visitas, são todos preenchidos em papel. E esse simples movimento de levar o papel para um equipamento desse tipo aumenta, barbaramente, a produtividade dos agentes comunitários de saúde e faz com que a população perceba que alguma coisa mudou para melhor. Então, essa proposta foi levantada até pelo próprio Governo da Bahia. Essas soluções estão em andamento: Podem ser aplicadas no Programa Saúde da Família, gestão de demandas, como é que se marca uma consulta, como é que se marca um exame, como fazer para que as pessoas não percam esses exames e essas consultas, tudo isso para que o tempo dos médicos e o tempo dos postos de saúde não sejam perdidos. Tudo isso tem um encaminhamento dentro do mundo de tecnologia de informação e comunicação.

E aí, dentro desse conceito de criar uma agenda construtiva, uma agenda positiva, eu queria só dar um destaque para algo que, no meu entendimento, é um dos principais projetos, mas não tem sido tocado adequadamente, que é a questão dos documentos nacionais de identidade. Hoje, o Brasil continua emitindo documento nacional de identidade em papel, coisa que

já deixou de existir há muito tempo em muitos países do mundo, e esse talvez seja o ponto mais central de mudança na vida das pessoas, exatamente pela utilização de novas tecnologias e novos serviços.

Agora, como eu acho que ele colocou muito bem, não é uma questão de falta de recursos. Há os recursos que são arrecadados pelo Fust, que são arrecadados pelo Funtel, que são arrecadados pelo Fistel – os números mostram isso. Não é uma questão de recursos, é questão de prioridade, é uma questão de definir que aquela área de atuação vai ser prioritária e vai, consequentemente, utilizar recursos. Ou você pode dirigi-los à questão dos fundos globais. Foram gerados para isto: para levar os serviços aos distritos, para melhorar a vida das pessoas através de novos serviços. Esta é a questão para a qual esta Comissão pode contribuir muito: a questão de se criar essa agenda positiva, de alguma maneira fazer com que esses recursos sejam cada vez mais canalizados para os projetos que têm relação com a criação desses fundos.

Senador, não sei se o senhor me permite responder as perguntas dos telespectadores.Posso seguir na sequência?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALENTE DA SILVA – Bom, com relação à primeira pergunta que foi feita, a questão das escolas rurais. Nós procuramos evitar que acontecesse o mesmo problema que de certa forma nós já tínhamos identificado quando as escolas começaram a ser conectadas. É muito importante conectar uma escola. Agora, conectar uma escola, colocar um computador na escola e não dar formação para o professor e não gerar conteúdo para que o aluno possa desfrutar desse avanço não vai resolver o problema da educação, especialmente nas áreas rurais, e foi exatamente isso que nós fizemos.

Nós contratamos um centro de estudos em Florianópolis, o Certi, que fez essa avaliação prévia e posterior. Ele produziu um relatório de 400 páginas que tem uma quantidade muito grande de conclusões – obviamente nós o colocamos à disposição da Comissão e de quem tiver interesse de conhecer toda a densidade desse relatório. Esse relatório vai ser melhorado, vai ser ainda desenvolvido com essas etapas posteriores do trabalho que nós estamos fazendo, como eu comentei, que vai ser, de certa forma, ampliado amanhã em Viamão. Acho que o importante – não há nenhuma dúvida quanto a isso – é que essa solução tem que ser uma solução fim a fim, não é uma solução que envolve somente conectividade. Você tem que ter conectividade, você tem que ter os equipamentos terminais adequados, você tem que ter formação de professores e você tem que gerar os conteúdos correspondentes.

Outra pergunta que foi também apresentada pelos telespectadores é: quais são os Estados que têm um programa a R$29,90? Nós sabemos, o Estado de São Paulo tem a banda larga popular, outros Estados do Brasil também acabaram oferecendo esse mesmo tipo de possibilidade – se não me engano, são 8; o Dr. Jarbas certamente terá uma informação mais atualizada. Agora, independentemente disso, nós, como Vivo, temos planos de acesso a dados com uma determinada capacidade, que é uma capacidade que tem as suas limitações, também com preços muito semelhantes independentemente de ter a redução do ICMS em diversas partes do Brasil. Agora, em São Paulo, existe... Nós somos os concessionários de telefonia fixa em São Paulo e, consequentemente, temos essa informação bem precisa – o Dr. Jarbas certamente pode complementar com os outros Estados.

Por último, a informação pedida pelo telespectador com relação às comparações que existem entre Brasil e Espanha.

Eu falava aqui que o Brasil é a maior base de clientes da Telefônica no mundo: nós somos 91 milhões de clientes. Na Espanha, talvez estejamos rodando em torno de uns 45 milhões. O número de clientes da Espanha tem sido muito afetado pela crise econômica em termos de resultado, em termos de receita. Primeiro em termos de receita, depois em termos de resultado, representamos mais ou menos em torno de 1/4, sempre sujeito à questão da variação no câmbio. Sabemos que, nos últimos meses, tivemos uma depreciação do câmbio e certamente vamos ter uma variação ao longo do ano de 2013, mas é algo em torno de 25% de receita, e, em termos de resultado, um pouquinho menos do que 25%. Essa é a amostra em grandes números, é a avaliação comparativa entre a Telefônica Brasil e a Telefônica Espanha.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Vamos passar a palavra ao nosso palestrante Jarbas Valente, representante da Anatel.

O SR. JARBAS VALENTE – Obrigado, Senador. Começando então pelas colocações feitas pelo Senador Walter Pinheiro, as quais também endosso.

Achei interessante a questão que ele traz da sinergia. Isso é fundamental. Sem isso, não chegamos a nenhum ponto.

Eu acho que a sinergia mais importante que ele trouxe – e que viabilizará investimentos também – é criarmos condições de desenvolvimento das aplicações, tanto na área de segurança, de educação, de serviço de cidadania, bancarização, como ele diz, e saúde. Num processo de discussão com os Estados e Municípios sobre essas formas de investimentos nos vários tributos que são envolvidos, de ICMS e outros,

quem sabe poderemos ter condições de viabilizar e ampliar esses investimentos.

Concordo com ele, tem que ter o investimento da forma como colocamos, e esses investimentos podem muito bem ser complementados, e trazerem essa sinergia. Talvez haja alguma dificuldade, mas, são novos aplicativos e aumentam mais a capacidade do Estado e do Município...

Queria só fazer esse comentário acerca do que ele colocou

Com relação à manifestação do Senador Valdir Raupp em relação à instalação do serviço móvel pessoal, que é o celular, nas pequenas vilas e distritos.

Antigamente, Senador, a maior demanda que havia na Anatel, há dois anos, antes de levarmos o serviço móvel para todos os Municípios, era levar o serviço de telefone fixo comutado para todo o distrito, tanto que hoje todos as localidades acima de 100 habitantes têm a telefonia fixa. Mas, com a mudança e com essa inversão da ordem que aconteceu com a telefonia fixa – percebemos isso no último edital de licitação, edital de 2,5 GH/450MHz – criamos obrigações para que até 30 quilômetros das localidades-sedes de cada Município, ou seja, cerca de 90% de todos os distritos do Brasil, de levar a telecomunicação. Pode ser fixa ou móvel, nada implica a operadora levar móvel.

Mas, por segurança – estamos desenvolvendo agora um novo edital de licitação dos 700 – vamos criar condições regulatórias para que a operadora leve exatamente o móvel. E o móvel em banda larga. Se quiser levar também o fixo, leva o fixo. Isso até 2015, com velocidades já razoáveis e não apenas a velocidade que saiu no edital de licitação 256 Kb/s e, em 2017, 1Mb. Queremos rever isso nesse processo da licitação do 4G para 700, que é uma frequência muito boa. Há tecnologia muito mais barata do que a de 450, e podemos criar uma solução. E a nossa ideia é resolvamos também a questão do acesso a todos esses distritos dentro da periferia dos 30 quilômetros.

Sabemos que ficará em torno de 10%, porque, às vezes, há muitos distritos que estão fora. Temos procurado, na Anatel, alguns Estados que têm isso, alguns governadores, para buscarmos uma licitação reversa que possa facilitar. Isso porque, como o Valente colocou e alguns Estados já fizeram (Espírito Santo e outros), haverá a "possibilidade de utilização dos recursos do ICMS", entre aspas, que não estão sendo usados. A Anatel tem monitorado essas licitações e tem ajudado os Estados a calcular valores para obter valores médios de investimentos a fim de que o Estado não tenha nenhum prejuízo.

Então, esses ficam mais distantes. Acho que essa é uma solução inteligente, até para chegarmos, a partir de 2015, com soluções via satélite. Vamos ter soluções via satélite com alta capacidade. E lá, principalmente, no norte do País, o Ministério das Comunicações está desenvolvendo um projeto, juntamente com a Telebrás, nesses distritos que, muitas vezes, vão ser transformados em cidades e que não têm outra forma de chegar com *backhaul* a não ser via satélite. Infelizmente, está sendo lançado um conjunto de satélites, são oito satélites, para cobrir o Norte e o Nordeste do País, a fim de ter essas vias. São verdadeiras fibras óticas que vão interligar esses distritos ao *backbone* mais próximo. Por exemplo, um distrito próximo de Santarém, está lá no interior, mas eu vou ligar esse distrito a Santarém, que tem um POP.

Esse é um trabalho que está sendo desenvolvido pelo Ministério com a Telebrás, para que ela faça essa conexão e leve a esse distrito. Aí é mais fácil a Anatel obrigar a empresa, depois, a chegar com um serviço móvel pessoal nessa mesma data. Então, esse é um trabalho que está sendo antecipado antes da licitação do 4G e do 700, para que possamos cobrir todas essas áreas rurais do Brasil.

Com relação à questão da rádio comunitária, como o senhor muito bem colocou, praticamente há um único canal para todas as rádios comunitárias, e a cobertura delas é de 1,5km. A outra tem que ficar a certa distância, para depois, também, ter a cobertura de 1,5km. Eu acho que realmente precisa haver uma visão muito importante com relação a essa questão.

E o que eu posso dizer para o Senador é que, com essa mudança da digitalização da televisão no Brasil, assim que digitalizarmos – em muitos desses locais não precisará ser nem digitalizado –, teremos condições de utilizar outra faixa, que hoje é utilizada para a televisão, que é a faixa do canal 6, que vem logo depois da do FM. E aí teremos condições de ampliar o número de novos operadores de FM. E, quem sabe, vamos ter a possibilidade de ter as ondas médias, que hoje estão em desuso, transformadas, por exemplo, em FM.

Esse é um projeto em que o Ministério das Comunicações e o Governo Federal vêm trabalhando – eu acho muito interessante –, que pode ampliar o número de canais disponíveis para esses locais. Eu acho que é um ponto bom para o senhor ficar atento e participar. Com certeza, o Ministério das Comunicações e o Governo Federal devem lançar isso assim que tivermos a digitalização da televisão. Mas, para essas áreas em que não há nenhum problema, que não usam muito a televisão, esses canais vão ter a possibilidade de ser utilizados. Eu acho que esse é um ponto importante que vem minimizar esses casos.

Com relação à pergunta do Senador Sérgio Petecão acerca de um projeto de floresta digital, qual seria a alternativa tecnológica para um projeto do Governo do Acre para levar tecnologia via sistemas *Wi-Fi* às comunidades carentes, no interior e na floresta? Para hoje, a melhor solução que vamos ter é interligar via serviço do sistema do O3b, assim que a Telebrás conseguir desenvolver uma parceria com esse operador, para que essas pequenas áreas possam ser interligadas. E, aí, chegaremos com o *bakcbone* para facilitar, então, que o *Wi-Fi* funcione lá na velocidade que ele possa atender.

E há, também, a outra tecnologia que virá também a partir de 2015: vamos ter satélites cobrindo todo o interior da Região Norte com banda KA, que pode chegar até a 20 Mb/s. Então ela vai ser, também, um ponto bom para *backhaul* e, aí, facilitará a comunicação nesses pontos.

A alternativa – não tem como não ocorrer, se não estiver muito distante – são as rádios com repetição. Talvez seja mais caro e mais difícil chegar. E eu acho que, para adentrar a floresta, temos que esperar mesmo o lançamento desse satélite, dessa constelação O3b e também do satélite de banda KA. Aí, sim, vai haver infraestrutura para atender o Norte e o Nordeste do País nas áreas que em que não há como chegar por outros meios.

Com relação ao plano de ação nas comunidades indígenas, hoje é uma obrigação contratual para as concessionárias do serviço de telefonia fixa comutado. Toda comunidade indígena tem que ter, todas elas, acima de cem habitantes, telefonia fixa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Acima de quantos habitantes?

O SR. JARBAS VALENTE – Acima de cem habitantes. Então, se não têm, por favor, o senhor indique para a gente quais são essas porque a Anatel tomará as providências devidas.

Com relação à pergunta que o Valente considera que posso complementar sobre quais são os Estados que têm interesse e têm feito a redução do ICMS além de São Paulo, digo que acho que é o Pará, que também tinha um projeto nessa linha e acho que já avançou. O outro foi o Espírito Santo – como você acabou de colocar aqui – que também pretendia interiorizar o serviço e fez um projeto bastante inteligente. São os que chegaram ao nosso conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Senador Inácio, gostaria de fazer uso da palavra?

Não havendo aqui mais questionamentos, já encaminhamos aqui para finalizar a nossa audiência.

Antes de encerrar a nossa audiência, eu passo a palavra para que nossos palestrantes possam fazer as suas considerações finais.

Vamos, pela ordem, passar ao Wilson Cardoso, que é diretor de tecnologia, na América Latina, da Nokia.

O SR. WILSON CARDOSO – Como consideração final, acho que é bem claro que a telefonia móvel, que a banda larga móvel, hoje, é o centro da nossa conectividade com o mundo.

Nós temos aplicações, como foi colocado pelo Valente, da Vivo, do ponto de vista da agricultura, da saúde, da educação, da mobilidade urbana. Quando começamos a ver a possibilidade de controle da mobilidade urbana, de quanto podemos economizar em mobilidade urbana com o auxílio da tecnologia móvel e da banda larga móvel, é impressionante.

Um mês atrás a Comunidade Européia trouxe para o Ministério da Indústria e Comércio, para a Agência Brasileira de Logística, a possibilidade de adoção do sistema europeu de controle ferroviário, que possibilita uma utilização 40% a 50% melhor dos leitos ferroviários.

Então, esse é o exemplo de como a tecnologia pode suportar essa evolução.

Do ponto de vista da indústria, a previsibilidade de investimentos, de regulação e de tecnologia é fundamental para que atraiamos investimentos para o País, para que se possibilite a criação de um ecossistema que vá desde a fabricação de aplicativos, terminais, até as estações de rádio base que fazem parte dessa grande rede.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Muito bem.

Em seguida já passo aqui a palavra ao Sr. Antonio Carlos Valente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALENTE DA SILVA – Senador, minha mensagem final é, primeiro, de agradecimento, a essa Comissão, ao Senado Federal, por termos oportunidade de estar aqui discutindo esses temas, que são fundamentais para o Brasil, e uma mensagem de otimismo.

Ontem participei, em São Paulo, de um seminário da Abecs, Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviço, e discutíamos a possibilidade de bancarizar 50% da população brasileira com dispositivos móveis.

São soluções que hoje são viáveis, são soluções que certamente vão mudar a vida de milhões de brasileiros, e uma das coisas que discutíamos nesse evento são as características dessa população.

Primeiro, e quero compartilhar isso com vocês, porque achei muito interessante, nós falamos sobre isso ontem, é uma população que tem uma caracte-

rística que é o estabelecimento de redes. São pessoas que vivem em comunidade, são pessoas de baixa renda, que não têm emprego formal e que criam um sistema de financiamento entre elas. Uma delas recebe um determinado valor por um serviço prestado, ajuda essas pessoas da rede e faz todas as operações em dinheiro. Essa é uma característica muito interessante dessa população.

Segundo, são pessoas que têm um problema muito grande com relação à disponibilidade do seu tempo. Pagar um conta, qualquer que seja, para esse grupo de pessoas, estamos falando da metade da população brasileira quase, é um trabalho de perseverança, porque elas têm que se deslocar, têm que fazer pagamento em dinheiro, num local, consumindo grande tempo da sua vida que poderia ser utilizado para gerar algum tipo de renda.

E, terceiro, a questão da segurança. São pessoas que vivem em áreas que, infelizmente, são áreas vulneráveis, e que, muitas vezes, trabalham e têm um problema qualquer com esses valores que são obrigadas a carregar.

Então, o senhor veja o impacto social de uma medida dessas, que vocês, aqui no Congresso Nacional aprovaram, que foi a transformação da Medida Provisória 615 na Lei 12.865, permitindo que os meios de pagamento utilizem dispositivos móveis.

Acho que devem estar orgulhosos disso, vocês estão mudando a vida das pessoas. Nós estaremos contribuindo para isso. E é dentro desse cenário de otimismo que vejo a possibilidade de, no ano 2014, continuarmos com esse processo de expansão das redes de terceira geração, para que tenhamos mais municipalidades conectadas.

Nossa empresa já está chegando a quase 3,200 mil Municípios. E sobre essas redes de quarta geração, a Anatel estabeleceu uma meta, para essa data, de seis Municípios, e nós estamos em 70 Municípios, o que deu uma prova muito concreta do comprometimento que temos de, cada vez mais, ser uma solução para o Brasil, não um problema.

E é por isso que eu acho que estamos muito otimistas em relação a tudo. Obviamente, podemos discutir a questão da aceleração. E o Congresso Nacional, como já fez no passado, pode contribuir com uma lei federal de antenas, contribuir para a aprovação, destinando os fundos que foram legalmente estabelecidos para o desenvolvimento do setor, trabalhando as questões tributárias de forma que tenhamos elementos para acelerar cada vez mais e transformar esse item infraestrutura em um efetivo alavancador do crescimento do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Muito bem. Passamos a palavra ao Sr. Jarbas Valente, que é Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O SR. JARBAS VALENTE – Obrigado Senador. Primeiramente, eu gostaria de agradecer pelo convite e, ao mesmo tempo, parabenizar a Comissão por ter escolhido este tema, o debate da questão da logística, dos gargalos e daquela que é a nossa visão de futuro para o setor de comunicações.

E eu quero fazer coro aqui, mais uma vez, ao que disseram todos os Senadores, e, principalmente, o Senador Walter Pinheiro, porque não podemos abandonar esta causa. E eu acho que um dos pontos importantes, comparando com os países que criaram essa estrutura, países de todos os portes, como disse o Valente – também já há países como os Estados Unidos que não são tão pequenos quanto os outros; são grandes – que criaram as estruturas para que pudéssemos chegar.

E, como eu coloquei, acho que é fundamental, de imediato, discutirmos a ampliação da capacidade dos *backbones* nacionais. Os *backbones* nacionais de hoje não suportarão o tráfego que virá em função do uso de toda essa parafernália tecnológica que há à disposição da população. Além disso, precisamos ampliar, do ponto de vista físico, levando agora o *backhaul*, que é o ponto de conexão de todos os Municípios brasileiros com fibra ótica a esse *backbone* nacional.

Assim, sem isso, vai ser difícil termos as telecomunicações de acessos locais, porque não adianta ter local no acesso se você não tiver como dar saída porque não há estradas digitais. Então, não pode levar o 3G, não pode levar o 4G, não pode levar nenhuma outra facilidade às cidades menores do País.

E nós, preocupados com isso, com essa nova licitação dos 700 MHz, vamos fazer os ajustes em todas as outras licitações que já ocorreram para viabilizar o atendimento aos distritos que hoje não têm a telefonia móvel para que venham a tê-la. Também vamos viabilizar a banda larga nesses menores Municípios porque ser difícil se esperar apenas pelos investimentos naturais das operadoras. Então, em todos os Municípios abaixo de 30 mil, quando é que uma operadora teria interesse em viabilizar a tecnologia por cabo, de ter da ordem de 20, 30 Mb/s por segundo pela quantidade de investimento?

Assim, a nossa possibilidade, no processo de troca com a nova licitação, é levar, primeiro para essas cidades, a tecnologia de quarta geração, de alta velocidade. Para isso, precisamos dos *backhauls*, dos *backbones,* que darão vazão a essas cidades. Além disso, nesse trabalho que temos desenvolvido, queremos

aproveitar a mesma licitação para garantir a digitalização da televisão no Brasil. Garantindo a digitalização, chegamos também a todos os grandes centros.

Estamos sempre à disposição, lá da Anatel, para aquilo que os Srs. Senadores desejarem em termos de debates e gostaríamos de continuar nesse debate. Que a Comissão não desista de perseguir esse debate, que é importante, porque urge o tempo, e, se esperarmos, quando é que as empresas vão fazer os investimentos naqueles montantes que aqui dei como exemplo num pequeno estudo de caso?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Encerrando a nossa audiência pública, a nossa bela audiência pública que começou às 7h30 da manhã, queremos, mais uma vez, agradecer ao Sr. Antonio Carlos Valente da Silva; ao Sr. Jarbas Valente e ao Sr. Wilson Cardoso pela contribuição que deram aqui à nossa Comissão, a essa audiência que foi transmitida ao vivo pela Rádio Senado, na maioria da sua parte pela Rádio Senado. Nós encerramos a nossa audiência...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, só um pela ordem.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Desculpe-me Senador. Com a palavra o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Eu, primeiro, não posso falar muito porque cheguei tarde. A regra aqui é quanto mais cedo, mais fala; então, quanto mais tarde, menos fala. Assim, eu não tive a oportunidade de participar dessa audiência pública, mas, de qualquer maneira, quero cumprimentar o Antonio Valente, o Jarbas e também o Wilson.

Esse é um tema de extrema relevância para o País, e, sem dúvida nenhuma, as telecomunicações no Brasil se desenvolveram, responderam a muitas demandas. Temos outros desafios, como foi muito bem aqui explicitado, como os *backbones,* que o próprio Jarbas Valente aqui citou, a telefonia de quarta geração, enfim

Acho que telecomunicações, logística de transporte e energia fazem parte do trinômio que o Brasil precisa perseguir ao longo dos anos. Isso parece uma coisa óbvia, mas não o é, até em função das dificuldades que, lamentavelmente, nós enfrentamos.

Eu, pessoalmente, quero aqui registrar especialmente o trabalho da Anatel. Quero insistir na tese de que agência reguladora não é agência reguladora de governo, mas é agência reguladora de Estado, é uma instituição de Estado.

Ressalto a importância de nós buscarmos a simplificação da regulação, o bom entendimento, a segurança jurídica, porque acho que nós pecamos muito – não estou dizendo do caso da Anatel – quando criamos legislações complexas, subjetivas, de difícil entendimento. Então, os agentes reguladores acabam complicando o que nós já complicamos aqui, no Congresso, ou mesmo através de medidas do próprio Poder Executivo e das próprias agências. Então, acho que precisamos, acima de tudo, buscar essa simplificação e criar as condições para investimentos importantes, especialmente na área de telecomunicações.

Eu não poderia deixar de registrar, aproveitando a presença aqui de Antônio Carlos Valente, o trabalho que a Vivo vem fazendo no meu Estado, o Mato Grosso do Sul. De todas as operadoras, é a que tem tido mais sensibilidade para as demandas da nossa gente, para aquilo que a nossa população exige. Tivemos dificuldades com outras operadoras. A Vivo se prontificou, como já foi dito aqui... Já peguei no final e, portanto, não tenho o direito de levantar muitas questões.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – V. Exª tem todo o direito!

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Mas não quero cansar as pessoas que estão aqui desde as 7h30.

Há exatamente essa preocupação de levar a telefonia para os distritos, para os assentamentos. Parece inacreditável, mas há um assentamento com mais de 20 mil pessoas, no qual não havia comunicação. Ali há 20 pessoas! Há distritos em que 12 mil, 13 mil pessoas vivem.

Eu não poderia deixar de registrar, Valente, até para fazer justiça à equipe da Vivo que nos tem atendido muito bem, que todo um programa de trabalho está sendo implantado em vários assentamentos. Nós começamos a fazê-lo nos assentamentos Itamarati e Itaum, perto de Dourados. Agora, vem o de Casa Verde e o de Nova Andradina, e assim por diante. Mas é um programa vigoroso, um programa que traz uma série de benefícios para a nossa população que vive afastada dos grandes centros.

Ao mesmo tempo, quero vender o meu peixe aqui. Espero que a Vivo tenha o mesmo carinho com a minha região, com o Pantanal. As dificuldades continuam. No Pantanal, nós falamos por meio de rádio ainda. A telefonia celular pega uma franja do Pantanal, mas, naqueles locais mais distantes, nós temos ainda muitas dificuldades.

Então, aproveitando a presença aqui de Jarbas Valente, da Anatel, é importante dizer que precisamos de um programa vigoroso para atender, como vocês disseram aqui, não só os distritos, os assentamentos, mas também a região do Pantanal. O Pantanal, aparentemente, não faz parte do Luz para Todos. Entendo que,

se é para todos, esse programa vale para o Pantanal também. E, no caso da telefonia celular, os serviços estão muito aquém do que efetivamente representa a economia da região do Pantanal, onde está a maioria do nosso rebanho bovino. Consequentemente, quem produz precisa ter as facilidades que a telefonia traz. Eu não poderia deixar de destacar isso.

Eu teria uma série de questões a tratar, até aproveitando a presença aqui de gente tão competente e qualificada, mas passo a minha vez. A audiência pública começou às 7h30. Eu cheguei tarde aqui e ainda quero tomar meia hora da audiência, não dá! Mas quero parabenizá-los.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – O.k., Senador Delcídio. Agradecemos a sua participação também.

Então, finalizo, convocando as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada imediatamente após o encerramento desta, no plenário desta Comissão, com uma reunião deliberativa.

Está encerrada a nossa audiência.

Mais uma vez, muito obrigado aos nossos participantes.

(Iniciada às 7 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.)

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 51ª REUNIÃO, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia trinta de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Sérgio Petecão**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente os Senhores Senador **Delcídio do Amaral, Water Pinheiro, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Blairo Maggi, Alfredo Nascimento, Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Ruben Figueiró** e **Osvaldo Sobrinho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e propõe a dispensa de leitura das atas da 50ª e 51ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. **Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2012**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que *"dispõe sobre vigência e forma de financiamento de subsídios, descontos, isenções e encargos setoriais incidentes sobre o preço da energia elétrica, objetivando reduzir o custo da energia elétrica e ampliar a competitividade do produto nacional*". Relatoria *Ad Hoc*: Senador **Inácio Arruda**. Resultado: aprovado. **Item 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2013**, de autoria do Senador **Alfredo Nascimento**, que *"altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para acrescentar como diretriz de política tarifária do serviço de transporte público coletivo a concessão de desconto para pagamento realizado por meio eletrônico*". Relatoria: Senador **Acir Gurgacz**. Resultado: retirado de pauta. **Item 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2013**, de autoria do Senador **Wilder Morais**, que *"dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos*". Relatoria: Senador **Inácio Arruda**. Resultado: retirado de pauta. **Item 4 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2013**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que *"dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal*". Relatoria: Senador **Inácio Arruda**. Resultado: aprovado com emendas. Faz uso da palavra o Senador **Inácio Arruda.** Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e quarenta e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **SÉRGIO PETECÃO**, Vice-Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da 50ª e da 51ª reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço inversão de pauta para iniciarmos pelo Item 4.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Senador Inácio Arruda, como o autor, o Senador Ricardo Ferraço, não está presente, nós vamos lhe nomear como Relator *ad hoc* do Item 1. Em seguida, já iremos ao Item 4.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a ordem não ia alterar muito. Estou pedindo para votar o Item 4, porque eu sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Mas aí, como eu não posso perder a viagem, a leitura de V. Exª, eu gostaria de ver o senhor lendo duas vezes aqui.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O Item 1, Sr. Presidente, o Relator, pelo menos o último Relator do Item 1 é o Senador Eduardo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Desculpe-me, eu li foi o autor.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O Ricardo Ferraço é o autor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Desculpe-me, Senador.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, de 2012
– Não Terminativo -

Dispõe sobre vigência e forma de financiamento de subsídios, descontos, isenções e encargos setoriais incidentes sobre o preço da energia elétrica, objetivando reduzir o custo da energia elétrica e ampliar a competitividade do produto nacional.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela rejeição
Relatoria: Senador Eduardo Lopes (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Inácio Arruda

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O Relator, muito preocupado com a proposição do nosso nobre autor – e eu tenho que dar sequência à sua posição, independentemente da análise que ele realiza aqui e a iniciativa meritória –, é pela rejeição da proposição. Eu tenho que dar sequência e sigo o Relator. Nosso voto é pela rejeição, Sr. Presidente.

E peço para retirar de pauta o Item 3, para uma discussão com o autor, por sua solicitação...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Em discussão o relatório que acaba de ser lido. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu pediria para retirar o item 3 Sr. Presidente. Eu sou o Relator e o autor pediu para...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Comunico aos Srs. Senadores que a matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos para seguimento da tramitação.

O relatório foi... *(Pausa.)*

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013
– Não Terminativo -

Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação com emenda
Relatoria: Senador Inácio Arruda

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o Projeto de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço é autoexplicativo, ou seja, não precisa de nenhuma análise profunda, de discussão profunda. Nós temos debatido intensamente este tema aqui na Comissão de Infraestrutura, na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Educação, última Comissão a tratar do mérito, da questão central, que é a destinação de recursos para a educação.

Nós estamos votando o PNE, que está na Comissão de Educação, que solicita 10% do PIB para a educação. Nós estamos buscando encontrar os meios, por toda sorte, de onde virão os recursos para que a gente dê qualidade para a nossa educação e responda a pergunta da reunião anterior, de audiência pública: gargalos. O gargalo é a capacitação do povo brasileiro, e isso se faz investindo fortemente na educação.

Por isso, nosso voto em relação à questão dos bônus de assinatura de leilões que acontecem no Brasil é que esses recursos também sejam destinados para a educação.

Houve um debate muito intenso na mídia brasileira dizendo que esse dinheiro seria para sustentar o superávit primário. Seria uma indecência se fizéssemos bônus de assinatura de leilão só para sustentar superávit primário.

Então, por essa questão e pela natureza da proposição, que eu considero autoexplicativa, minha posição é de aprovação do projeto. Meu voto é pela aprovação. Eu acho que é um projeto bom, positivo, a que devemos dar sequência. Mais ainda: eu pediria a aprovação da nossa Comissão porque temos duas Comissões em que esse tema será debatido com mais intensidade, digamos assim, do que mesmo na nossa. Ele será debatido na Comissão de Assuntos Econômicos, onde o

debate vai ser, digamos assim, mais aceso em torno dessa questão, porque vai mexer com Receita, Fazenda e o próprio Ministério de Minas e Energia, e também na principal Comissão de mérito, que é a Comissão de Educação, com certeza.

Portanto, meu voto é pela aprovação, Sr. Presidente, louvando a iniciativa do autor, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório com a Emenda nº 1 desta Comissão vai à Comissão de Educação e Cultura, como já foi dito pelo nobre Senador, para a seguinte tramitação.

Item 2. O Senador Acir Gurgacz pediu para que fosse retirado da nossa pauta de votação. Quanto ao item 3, houve também o pedido de V. Exª, Senador Inácio Arruda, para que fosse retirado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Por solicitação do autor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – O item 3 está, assim, retirado da nossa pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, de 2013
– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para acrescentar como diretriz de política tarifária do serviço de transporte público coletivo a concessão de desconto para pagamento realizado por meio eletrônico.
Autoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Acir Gurgacz

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, de 2013
– Não Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos.
Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Inácio Arruda)

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 4 de novembro, segunda-feira, às 18h, neste plenário, quando teremos uma audiência pública a fim de discutir o tema "O Satélite Brasileiro: planejamento, lançamento e logística de operação" – 4º Painel do Ciclo Telecomunicações (Agenda 2013/2014. Investimento em gestão: desatando o nó logístico do País).

A referida audiência pública contará com a presença dos Srs. Artur Coimbra, Diretor da Banda Larga, do Ministério das Comunicações, e Caio Bonilha, Presidente da Telebrás.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que o evento será realizado na segunda-feira às 18h, e não às 7h da manhã.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu solicito a V. Exª que segunda-feira, às 18h... Eu comunico a V. Exª que já estive presente nas duas últimas segundas-feiras em que as audiência públicas estavam marcadas; entretanto, infelizmente, elas foram adiadas. Agora, na próxima, eu não poderei comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Os trabalhos desta Comissão, hoje, começaram exatamente às 6h45min, quando eu cheguei. No meu Estado, isso significa dizer que eu cheguei aqui faltando 15 minutos para as cinco da manhã.

Está encerrada a...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Um momento, Sr. Presidente.

É que eu gostaria de solicitar a V. Exª, que acaba de dizer aqui que vamos discutir a questão do satélite... E nós vamos lançar um satélite agora; está previsto para o mês de novembro. Assim, eu pediria à Comissão que buscasse informações junto ao Ministério das Comunicações... É um satélite sino-brasileiro que deve ser lançado, agora, no mês de novembro. Então, já que nós vamos discutir e debater satélites, eu pediria que a Comissão que requeresse essas informações do Ministério das Comunicações, a fim de que nós pudéssemos ter nas mãos esses dados antes da realização da audiência, pois são informações muito importantes.

O Brasil vai lançar mais um satélite em cooperação com a China, e nós precisamos ter essa informação de como é que ele foi desenvolvido, qual foi o procedimento, porque nós já tivemos... Havia a previsão de, um dia, lançarmos um satélite desses aqui do Brasil, mas, infelizmente, o Brasil ainda não tem condições de fazer esse tipo de lançamento, até porque, como V. Exª bem sabe, o nosso lançador foi completamente destruído em um acidente logo no início do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Por isso, acho

que é muito importante que possamos receber essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Muito bem. É pertinente a sua preocupação. A nossa assessoria já nos comunicou que o Sr. Artur Coimbra, Diretor da Banda Larga, já antecipou inclusive que estaria tratando desse assunto. Mas acho que, com certeza, a nossa assessoria entrará em contato para que ele possa nos trazer informações antecipadas, até para que nós possamos participar dos debates com o palestrante.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.)

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas do dia quatro de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência e requerimento do Senador **José Pimentel**. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições os senhores **Artur Coimbra**, Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações; **Caio Cezar Bonilha Rodrigues**, Presidente da Telebras; e o Capitão-de-Mar-e-Guerra **Fabio Martins Raymundo da Silva**, Chefe da Seção de Comando e Controle da Chefia de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezenove horas e quarenta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requerimentos.

REQUERIMENTO Nº 52, de 2013.

Requeiro, com fundamento no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal c/c art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar das recentes medidas legislativas de renegociação de dívidas de produtores rurais do Nordeste.

Para participar da referida audiência, requeiro sejam convidados o Exmo Sr. Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, e o Sr. Diretor-Presidente da ANA (Agência Nacional de Águas), Vicente Andreu Guillo.

Requeiro, ainda, que a audiência seja realizada com a participação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca (CIPOSECA).

Justificação

Nos últimos anos, foram aprovadas diversas leis que buscaram aliviar a situação econômica e financeira dos produtores rurais, sobretudo os situados no Nordeste e no Semiárido.

O objetivo da audiência é ouvir as autoridades relacionadas sobre o assunto.

Assina o requerimento S. Exª o Sr. Senador Ministro José Pimentel.

Será colocado na pauta da nossa próxima reunião para deliberação de S. Exªs integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Comunicado: 5º Ciclo de Audiências, relato do 3º Painel.

Em continuidade ao Ciclo de Audiências Públicas denominado Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na última quarta-feira, dia 30 de outubro, o 3º Painel do tema "Telecomunicações, Go-

vernanças, Desafios Operacionais, Segurança e Visão de Futuro", com a participação do Sr. Wilson Cardoso, Diretor de Tecnologia para a América Latina da NSN (Nokia Solutions and Networks); do Sr. Antonio Carlos Valente da Silva, Presidente da Companhia Telefônica Vivo; e do Sr. Jarbas José Valente, Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A banda larga móvel é, hoje, o centro da conectividade, usada por todas as classes sociais, com forte impacto na inclusão social, afirmou o Sr. Wilson Cardoso. O trabalho conjunto desenvolvido pela Universidade de Colúmbia e pela União Internacional de Telecomunicações concluiu, quanto ao Brasil, que o aumento de 10% na taxa de crescimento de banda larga contribui com 0,8% no crescimento do PIB e implica a redução na taxa de desemprego em 0,6%.

Enquanto a média mundial de velocidade é de 3,3MB/s, a Coreia do Sul com 13,3MB/s e o Japão com 12MB/s lideram o *ranking*. O Brasil, com velocidade média de 2,4MB/s, ocupa a posição nº 80, entre 240 países.

Embora consideradas as dimensões do País e a distribuição geográfica em relação a outros países e a nossa situação seja boa e venha melhorando em termos de velocidade, temos muito o que fazer.

A cobertura da banda larga móvel 3G já atinge 90% da população, mas somente 30% das pessoas cobertas utilizam o 3G.

Alguns fatores aceleram o crescimento da banda larga móvel no Brasil: uma classe média emergente tem acesso aos dispositivos e aos custos dos serviços de conexão de banda larga móvel; o uso interno de redes sociais, onde os brasileiros ficam 75% mais tempo conectados do que a média mundial; e o Plano Nacional de Banda Larga conectado com programas de incentivos governamentais, também citou o palestrante.

A Europa Ocidental, com área muito similar à área geográfica do Brasil, para dar acesso a 100% das residências com 30MB/s, prevê investimento de €270 bilhões até 2020, dos quais, €50 bilhões do setor privado e €220 bilhões do setor público.

Nos últimos três anos, a Telebras investiu por volta de R$100 milhões contra investimentos no setor público europeu da ordem de €10 bilhões a €20 bilhões, pois, mesmo na Europa, o setor privado não consegue levar banda larga a todos os lugares, argumentou o Dr. Wilson.

A receita de todas as operadoras que estão no mercado hoje tem se deteriorado nos últimos anos, pois existe um grande problema mundial em telecomunicações, que é o aumento expressivo do consumo de banda sem o aumento do pagamento.

Hoje, no Brasil, a média de retorno do investimento é de 4%, rentabilidade pior que qualquer aplicação financeira média no mercado, avaliou ele.

Continuando, disse ele, temos um desafio de crescimento indicando que, entre 2010 e 2020, as redes de telecomunicações têm que crescer mil vezes em capacidade. O número de usuários aumenta e o tráfego cresce 56% ao ano.

O crescimento médio da receita das operadoras é de 4% ao ano, mas a receita média por usuário na rede tem decaído. Saímos de um investimento de R$19,6 bilhões, em 2008, para R$25,8 bilhões, em 2012. Mas, se o investimento para atender ao crescimento de tráfego tiver que crescer de acordo com essa curva, teremos um grande problema de rentabilidade em todas as empresas que operam no País e, com isso, grande risco para sustentabilidade do sistema.

O desafio de mil vezes mais capacidade é composto de três grandes fatores, explicou ele: precisamos de dez vezes o desempenho técnico das nossas redes – trabalho para os fabricantes; vamos precisar de dez vezes mais espectro de frequência nas redes – trabalho da Anatel; e dez vezes mais estações de radiobase, cabendo à indústria compactar essas estações para não termos nas ruas essas infraestruturas e antenas que vemos hoje.

Concluindo, o Dr. Wilson ofereceu as seguinte sugestões: para aumentar inovação e investimentos, os reguladores devem dar ao setor mais flexibilidade e promover a competição; complementar os investimentos das operadoras, principalmente em *backhaul* regionais e nacionais com recursos dos fundos públicos; prover ambiente regulatório previsível e que considere toda a cadeia de valor de banda larga; e a rede deve suportar um conjunto de tecnologias, pois a banda larga fixa é importante no acesso e necessária no *backhaul*, mas a banda larga móvel é precondição para algumas aplicações – em muitas situações, a única opção economicamente viável; acelerar pela alocação apropriada de espectro com custos razoáveis e com políticas de fomento à banda larga móvel a quantidade de pessoas atendidas; e prover legislação para facilitar a instalação dos equipamentos, especialmente torres e antenas.

Um bom marco legal regulatório é base fundamental para que se tenha investimentos e atendimento à sociedade, afirmou o segundo palestrante, o Sr. Antônio Carlos Valente da Silva.

No final do segundo semestre de 2013, o número de usuários em todos os serviços de telecomunicações chegou a 350 milhões. O crescimento verificado no período de 1995 até hoje se deu com base na definição do marco legal e regulatório coerente e previsível, disse ele.

O investimento no setor entre 1998 e 2013 foi de quase R$300 bilhões, praticamente todo ele privado, ressaltou o palestrante.

Em 2012, enquanto o investimento como um todo sofria retração no País, o investimento no setor de telecomunicações cresceu quase 20% em relação a 2011. No primeiro semestre de 2013, tivemos um investimento de R$11,2 bilhões, com crescimento de aproximadamente 9% em relação ao mesmo período de 2012.

O Brasil ocupa a quinta posição no mundo, tanto em acessos fixos quanto em acessos móveis. O setor gera uma receita bruta anual de mais de R$200 milhões, 5% do nosso Produto Interno Bruto, o que confere a essa indústria uma relevância muito grande na economia brasileira, lembrando que o aumento da penetração de serviços de telecomunicações gera aquilo que os economistas chamam de externalidades positivas, com impacto positivo em toda a cadeia produtiva, disse ele.

De acordo com o Banco Mundial, o Brasil é um dos países mais difíceis de se fazer negócio, ocupando a posição 130ª num *ranking* de 185 países avaliados. Entre os motivos para isso estão a alta carga tributária e a complexidade fiscal, fazendo com que a telefônica Vivo tenha a absurda quantidade de 150 pessoas tratando exclusivamente de gestão de tributos – 150 pessoas tratando da gestão de tributos!

Complexidade da legislação trabalhista, dificuldades para o cumprimento de contratos, burocracia e morosidade para obtenção de documentos e licenciamentos, especialmente para colocação de antenas, são questões que precisam ser enfrentadas, afirmou o Sr. Antônio Carlos.

Telecomunicações tem o mesmo nível de impostos que bebidas, tendo recolhido, entre 2000 e 2012, R$485 bilhões em tributos, correspondendo, em 2012, a 47% da receita líquida do setor, ou seja, da receita líquida do setor de telecomunicações, 47% foram pagos em tributos.

A agenda específica do setor, afirmou o palestrante, inclui: redução das taxas e impostos sobre serviços, utilização dos fundos setoriais, legislação federal de antenas, marco civil da internet, modernização dos serviços e marco regulatório. Os fundos foram criados para serem utilizados na expansão das redes e universalização dos serviços, mas acabam sendo usados em finalidades diferentes das previstas na lei. Só em 2012 foram arrecadados com os fundos setoriais (Fust, Funtel e Fistel) R$7,4 bilhões, valor equivalente ao lucro líquido das empresas.

Entre 2001 e 2012, foram arrecadados, no total, R$62 bilhões, dos quais apenas R$3,5 bilhões foram gastos em itens que têm a ver com arrecadação desses fundos, enquanto R$59 bilhões foram utilizados para compor o déficit público, completou ele.

A questão das antenas é um problema demasiadamente complicado, pois a base de usuários e o volume de dados não param de crescer e as leis municipais são muito restritivas. O Senado Federal aprovou uma lei federal de antenas, que continua tramitando na Câmara e, no nível municipal, no ano de 2013, não foi aprovada nenhuma lei que pudesse permitir uma aceleração do processo de instalação nas diversas cidades brasileiras.

O marco regulatório precisa prover um equilíbrio entre as exigências regulatórias e o crescimento do mercado, de forma que exista flexibilidade que incentive investimento em inovação, gerando crescimento, explicou ele. Também é preciso que exista uma aderência maior entre as lei federais e o regulamento, especialmente na questão da reversibilidade. Valores pagos por licença de espectro e imposição de obrigações dificultam o plano de negócios das empresas, pois, necessariamente, vão compor o preço final do produto.

O último palestrante, Sr. Jarbas José Valente, lembrou que temos hoje dois regimes: o público, caracterizado pelo caráter da especialidade, reversibilidade dos bens, continuidade, universalização, fixação das obrigações, garantia do equilíbrio econômico e financeiro e fixação e reajuste de tarifas, aplicado ao serviço telefônico fixo comutado. Segundo, o privado, autorizado sob os princípios constitucionais da atividade econômica e da liberdade, cujos condicionamentos são vinculados ao proveito coletivo, com acompanhamento de preços aplicados aos demais serviços, inclusive ao STFC, que é o Serviço Telefônico Fixo Comutado.

O Brasil tem hoje na ordem de 45 milhões de acessos nesse Sistema Telefônico Fixo Comutado e 268 milhões de acessos no sistema móvel pessoal, dos quais, desses 268 milhões, 93 milhões em banda larga. No serviço de comunicação multimídia, que é a banda larga fixa, são quase 22 milhões e, no serviço de acesso condicionado, no caso da TV por assinatura, chega a 17 milhões de acessos.

A previsão é chegar ao significativo volume de um bilhão de acessos no Sistema Móvel Pessoal em 2018, e, logicamente, os investimentos deverão acompanhar esse crescimento.

A telefonia fixa tem perdido relevância econômica para os outros serviços e as concessionárias (regime público) têm perdido cada vez mais clientes para os autorizados (regime privado), que já estão chegando a quase 40% desse mercado. Pelas condições atuais do regime público, a tendência é de que a telefonia fixa tenha mais dificuldade no seu investimento.

Desde 1997, o setor de telecomunicações arrecadou na ordem de quase R$400 bilhões em ICMS e R$54 bilhões para o Fistel (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações), recursos que precisam ser equilibrados para criar condições de inclusão social e digital via serviços de telecomunicação, argumentou ele. Nos últimos dez anos, foram investidos R$83 bilhões em redes fixas, dos quais R$44 bilhões em banda larga, e R$88 bilhões em redes móveis, totalizando R$171 bilhões, informou o palestrante.

Nesses 15 ou 16 anos de marco legal, praticamente sem usar recursos do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), que somam por volta de R$12 bilhões, conseguimos universalizar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, presente hoje em todas as cerca de 64 mil localidades do território nacional, com acesso direto em todos os locais com mais de 100 mil habitantes. A banda larga fixa também cresceu. Entretanto, ainda está muito restrita à população de maior poder aquisitivo e localizada em áreas de maior concentração urbana.

O desafio para o futuro é massificar a infraestrutura de banda larga e mudar o paradigma, hoje de voz, para dados, e dados de alta velocidade. Essa infraestrutura é composta de dois segmentos: as redes de acesso, que chegam até o usuário final (empresas ou pessoas), e a rede de transporte, que é a infraestrutura de transmissão de longa distância, incluindo o *backbone* (núcleo de alta capacidade de transmissão da rede) e o *backhaul* (infraestrutura de conexão entre o *backbone* e os pontos de concentração das redes de acesso), explicou ele.

Precisamos, então, evoluir o arcabouço regulatório, ampliar a capilaridade de *backhaul* e a capacidade de *backbone*, acelerar a velocidade média de conexão à internet, massificar conexões de alta capacidade, garantir interatividade plena e transparência à natureza da informação, e assegurar qualidade plena e entrega das velocidades contratadas, asseverou o Sr. Jarbas Valente.

O palestrante apresentou dados comparativos de investimentos em banda larga realizados e planejados em diversos países e propôs um estudo de caso para o Brasil, em que até 90% dos Municípios seriam alcançados com fibra óptica, levando banda larga fixa para aqueles com mais de 30 mil habitantes, que constitui um total de 1.073 Municípios no Brasil, e banda larga móvel para aqueles abaixo disso, que, no Brasil, são 4.492 Municípios.

Significa levar a fibra, que hoje chega a 2.631 Municípios, 47% do total dos Municípios brasileiros, a mais 2.478 dos 2.934 Municípios, que constituem 53% ainda não atingidos. Áreas remotas e comunidades rurais poderão ser atendidas por outras tecnologias, a exemplo de satélites e da banda Ka, o que está sendo implantado na região norte pela Telebrás.

Vamos precisar de investimento de R$39 bilhões na rede de transporte; R$91 bilhões na rede de acesso fixo e R$40 bilhões na rede de acesso móvel, ou seja, basicamente os mesmos R$170 bilhões investidos nos últimos dez anos para o Brasil ter a infraestrutura que tem hoje, de voz e de dados. Temos que nos debruçar e discutir, nesta Casa e em todos os fóruns, como viabilizar uma alternativa para termos *backbone* e *backhaul* e a massificação da banda larga fixa e móvel no Brasil.

Os recursos para esses investimentos podem vir de várias fontes, como exemplos, enumerou ele: de financiamento público; das obrigações das próprias prestadoras; da licitação, substituindo o pagamento em dinheiro pela autorização da radiofrequência por obrigações e contrapartidas; e da atualização regulatória, pela revisão das metas da universalização, possível revisão do regime de prestação e utilização do Fust.

É importante, tem viabilidade, e resultará em um acréscimo estimado de pelo menos 1% ao ano no PIB. Precisamos crescer e ter desenvolvimento. Isso promoverá a inclusão social e digital, o acesso de todos os brasileiros a essa tecnologia, o desenvolvimento pessoal de cada um, não só nessa área, mas na área de educação, etc., e, em decorrência disso, haverá criação de empregos e o desenvolvimento da indústria de tecnologia nacional, concluiu o Sr. Jarbas Valente.

Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, como sempre fazemos, informamos a todos nossos ouvintes, telespectadores da Rádio e da TV Senado, que poderão participar dos nossos debates com as suas contribuições, perguntas dirigidas aos nossos palestrantes, utilizando para isso, gratuitamente, o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou a internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda os perfis do Alô Senado no Facebook ou o Twitter @AloSenado. Portanto, qualquer um dos que estão nos ouvindo ou assistindo poderá participar por esses meios, por esses instrumentos, da nossa audiência pública da noite de hoje.

A presente reunião destina-se, portanto, à realização de audiência pública sobre o tema Satélite Brasileiro: planejamento, lançamento e logística, que é o 4º Painel do ciclo sobre telecomunicações, parte integrante da Agenda CI 2013/2014 – Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País. Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para que tomem assento à mesa: Dr. Artur Coimbra, Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações; Dr. Caio Cezar Bonilha Rodrigues, Presidente da Tele-

brás; Comandante Fábio Martins Raymundo da Silva, Chefe da Seção de Comando e Controle da Chefia de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa.

Recebam os senhores palestrantes as nossas melhores boas-vindas e os nossos cumprimentos. *(Pausa.)*

Iniciando a nossa audiência propriamente dita, passo a palavra ao Dr. Artur Coimbra, Diretor do Departamento de Banda Larga dos Ministério das Comunicações, para sua exposição.

O SR. ARTUR COIMBRA – Obrigado, Presidente.

Saúdo a Mesa e esta Casa, bem como todos que estão nos assistindo, presencial ou remotamente.

Pediria que fosse para a primeira lâmina. *(Pausa.)*

O meu objetivo aqui é traçar a importância, muito genericamente, do satélite para o Programa Nacional de Banda Larga.

O Programa Nacional de Banda Larga foi lançado em 2010, com ações em diversas dimensões, ações de infraestrutura, ações regulatórias, ações de incentivos fiscais. Uma das ações mais relevantes do programa, sem dúvida, foi a reativação da Telebras, que vem atuar como uma rede neutra, um *backbone* nacional, uma grande rede neutra, para expandir a competição e a banda larga no Brasil, além de prestar serviço para governo por meio dessa rede estratégica.

Outra ação relevante do Programa se refere à cobertura rural. Foi feita uma licitação pela Agência Nacional de Telecomunicações, em 2012, e, por meio dessa licitação, as empresas que ganharam terão que cobrir um raio de 30Km a partir de cada sede municipal brasileira com banda larga e telefonia sem fios.

Pelo mapa que está exposto, a gente consegue ver que isso vai levar uma cobertura significativa para o Brasil. Vamos conseguir cobrir 96% de todos os domicílios e 96% das escolas. Só uma coisa é importante lembrar: uma parte significativa do território ainda não vai estar coberta. Essa parte significativa do território, que é a mancha esbranquiçada, só tem uma forma de atendimento viável a curto prazo, que é por meio de satélites. Nesse contexto, a gente observa a importância do satélite geoestacionário de defesa e comunicação estratégicas dentro do PNBL, justamente para atingir regiões de difícil acesso, vastas extensões e lugares sem infraestrutura disponível. A vantagem do satélite é que uma fácil e rápida implementação, a partir do momento que se lança; ampla cobertura; e, nesses lugares, o menor custo do que as outras opções, o que significa que o cidadão vai pagar menos, o governo vai pagar menos por uma comunicação nesses lugares.

Como está o setor de satélites hoje no Brasil? Hoje, o setor de satélites no Brasil é o retrato da escassez.. Observam-se preços elevados e baixa velocidade. Contratar um serviço de banda larga é muito difícil pelos preços e pela falta de capacidade disponível, de forma que hoje predominantemente há clientes corporativos nesse segmento. Os usuários de satélites são basicamente governo, comunicações de voz, alguma coisa de dados, redes corporativas de empresas, correspondentes e loterias, 4% de rede de telecomunicações para, por exemplo, uma antena de um celular em um município que precisa escoar o tráfego pelo satélite. É desprezível a quantidade de usuários que utiliza efetivamente o satélite para a banda larga. Isso por uma série de razões: a alta carga tributária, que a gente já está trabalhando para reduzir; os altos custos com transporte e instalação de equipamentos; e a escassez de banda, como já falei.

Nesse ponto há também uma questão interessante, que é o predomínio das Bandas Ku e C. São duas bandas de frequência tradicionalmente utilizadas para tecnologia satelital que oferecem uma capacidade relativamente baixa quando comparada com as novas tecnologias. Uma tecnologia nova é a tecnologia da Banda Ka. Hoje, no Brasil, praticamente não existem satélites em Banda Ka que cubram o País. Existe um satélite que foi lançado, mas com uma cobertura muito restrita, no sudeste. O satélite da Telebras é o primeiro projeto que efetivamente vai cobrir todo o Brasil com a Banda Ka.

O que tem a ver essa Banda Ka? Ela tem uma série de vantagens em relação às Bandas Ku e C. Primeiro, tem uma antena menor e mais fácil de instalar. Isso facilita a logística na hora de se implantar uma rede de banda larga em Banda Ka. A antena também é mais barata e tem mais capacidade – chega a ser 8 vezes mais que a Banda Ku e 24 vezes mais que a Banda C, e ainda tem um ganho de oito vezes na banda pela tecnologia. Para se ter uma ideia, um satélite, hoje, que cobre o Brasil com Banda Ku disponibiliza algo entre 1 gigabite e 1,5 gigabite por segundo. Esse satélite da Telebras vai ser capaz de entregar entre 50 e 60 gigabytes por segundo para o Brasil inteiro. Então, o incremento de capacidade é muito grande em relação ao que se tem hoje em dia. E mais, como vai se ter mais capacidade, naturalmente, vai haver uma redução do preço.

Esses são exemplos dos preços cobrados de um lado pela Banda Ka e, por outro, pela Banda Ku. São empresas de mercado, são ofertas comerciais que foram obtidas. Então, as três primeiras, as empresas A, B e C, são ofertas de mercado americano. A empresa D é uma empresa já no mercado brasileiro, que oferta naqueles pequenos pontos do Sudeste. Então, hoje, entre 2 megabits por segundo e 18 megabits por segundo, cobra-se um preço que varia de US$30

a US$300, isso em banda Ka. Muitas pessoas podem achar caro. E, de fato, quando se compara com uma conexão terrestre, muitas vezes, a conexão terrestre é mais cara, mas, hoje, temos, no interior do País, conexões terrestres tradicionais – por linha telefônica, por cabo – que são mais caras que esses valores.

Quando olhamos para a tabela da direita, vemos o retrato do que é, hoje, o Brasil e muitos países no mundo. Temos uma capacidade de 512kbps ou 256kbps, sendo vendidos, na melhor das hipóteses, por R$500 por mês, R$1.600,00. Temos notícias de Municípios do Estado do Amazonas que, há poucos meses, precisaram contratar capacidade satelital – 1 mbps dedicado – e tiveram que pagar R$11 mil por mês. Então, os valores são realmente impeditivos, proibitivos da expansão do serviço. E isso reforça a importância de um satélite de Banda Ka e desse projeto que está sendo capitaneado pela Telebras, em conjunto com o Ministério da Defesa e o Ministério da Ciência e da Tecnologia.

Enfim, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas tem três grandes objetivos. O primeiro seria massificar o acesso à internet no âmbito do PNBL; o segundo, prover a comunicação entre órgãos e entidades de Administração Pública Federal. Muita dessa comunicação, hoje, é estratégica e passa por redes de terceiros, estando sujeita a todo tipo de interceptação oculta. Então, esse satélite vai trazer mais segurança para as comunicações governamentais e também garantir a soberania do País nas suas comunicações satelitais militares.

A governança do projeto. Esse projeto foi estruturado no âmbito de um decreto da Presidente Dilma. E a governança traz instâncias deliberativas e técnicas em diversos níveis: no âmbito interministerial, no âmbito autárquico e de empresa estatal e também no âmbito mais empresarial, com a participação de uma empresa mista entre Governo e iniciativa privada – no caso, a Embraer –, a Visiona, uma empresa criada para absorver tecnologia. Então, esse não vai ser apenas uma aquisição de um produto, mas também um instrumento da política aeroespacial do País na absorção de tecnologia relacionada à integração do satélite.

Esse é um rápido cronograma. Acredito que o Dr. Caio e o Comandante Fabio vão entrar em mais detalhes sobre todo o processo e o projeto. Esse cronograma iniciou-se em fevereiro de 2013, quando a Visiona lançou, digamos assim, o edital para comprar esse satélite. Foram apresentadas várias propostas – se não me engano, mais de dez. No final das contas, foram três propostas finalistas. E, em agosto de 2013, foram escolhidas, pelo Comitê Diretor do projeto, a Thales Alenia Space, para fabricação do artefato, e a Arianespace, para o lançamento do satélite. E, agora, estamos exatamente no rumo de assinar o contrato e, efetivamente, dar início ao processo. O lançamento está previsto para ocorrer em 2016.

Dessa forma, eu concluo minha apresentação, que foi genérica, mas que busca contextualizar a importância do projeto no Programa Nacional de Banda Larga.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Artur Coimbra, Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Caio Cezar Bonilha Rodrigues, Presidente da Telebras, para a sua exposição.

O SR. CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES – Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer o convite que recebi do Senado Federal, da Comissão de infraestrutura, do Presidente Fernando Collor. Gostaria de cumprimentar também os meus companheiros de Mesa, os demais presentes aqui e os que estão nos assistindo pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio Senado.

Antes de entrar especificamente na apresentação sobre o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, eu gostaria de falar um pouco, como é a primeira vez que venho à Comissão de Infraestrutura, sobre o que a Telebras tem feito desde que foi reativada para tocar o Programa Nacional de Banda Larga.

A Telebras foi reativada em 2010, a partir do diagnóstico do Governo Federal de que, por não haver nenhuma regulamentação específica de universalização da banda larga, na gestão do Presidente Lula, achou-se por bem intervir diretamente no mercado e, por meio de um decreto-lei, a Telebras foi reativada.

Então, para que a Telebras foi reativada? A Telebras foi reativada com o objetivo geral de massificar o acesso à internet banda larga no Brasil, mas com três objetivos específicos: aumentar a cobertura, aumentar a velocidade ou a qualidade, já que as demandas sempre são cada vez maiores, e diminuir o preço.

Vou mostrar, posteriormente, quais foram os resultados que nós obtivemos até então.

Também é importante, nesse segmento, a participação da Telebras na questão de inovação tecnológica e política produtiva e tecnológica. Desde o começo, nós apostamos na tecnologia nacional por duas razões: uma, por uma questão de Estado, de usar o poder de compra da Telebras para incentivar as indústrias nacionais com a alta tecnologia que temos hoje no País; por outro lado, nós, já em 2010, sabíamos que equipamentos fabricados em países estrangeiros se submetem às leis desses países e essas leis os obrigam a deixar o que hoje é popularmente conhecido como

backdoor. Então, da maneira que nós planejamos e estamos implementando rede da Telebras, já prevíamos essas questões.

Quanto ao nosso modelo de rede, a Telebras não atua na última milha, como dizemos, ela não atende ao usuário final. E por que ela não atende ao usuário final? Porque nós não queremos matar, mas incentivar uma gama de pequenos e médios provedores, que hoje são mais de 4 mil. Quando a Telebras foi reativada, em 2010, eram pouco mais de 1,5 mil; hoje são mais de 4 mil por esse Brasil afora. Então, são geradores de riqueza local, e nós queremos e estamos incentivando essas empresas.

E o que estamos fazendo? Estamos incentivando o *backbone* óptico, que cobre todo o Brasil – vou mostrar depois o que está planejado e o que já executamos. Nós também implantamos o que chamamos, em nível regional, de *backhaul,* que é a ligação dos Municípios ao *backbone.* Isso nós fazemos preferencialmente pela Telebras ou através de um parceiro, e usamos tecnologia de rádio, fibra e satélite. Aqui se insere então por que, no caso do PNBL, estamos lançando esse satélite juntamente com o Ministério da Defesa.

Em nível local, em acesso, nós, preferencialmente, trabalhamos com os nossos parceiros. Essa massa que vocês estão vendo aí corresponde aos mais de 1,2 mil provedores cadastrados em nosso sistema, os quais demandam 1,3 terabits. Normalmente, quando chegamos a determinada cidade, a determinada região, essa demanda dobra, no mínimo, porque a demanda vem crescendo exponencialmente, principalmente pela influência das redes sociais e do vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL. *Fora do microfone*.) – Um terabit são quantos gigabits?

O SR. CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES – Um terabit, na verdade, são mil gigabits, só para esclarecer.

Quais são os produtos que a Telebras produz? Nós temos hoje uma rede IP internet, que é a que dá acesso à internet e com que nós atendemos provedores de acesso e soluções corporativas; e temos uma rede privativa, totalmente isolada da internet em que nós podemos disponibilizar o que chamamos de rede privada virtual. Com ela, hoje nós atendemos, por exemplo, o Ministério da Defesa. E somente equipamentos nacionais estão envolvidos nessa rede, de modo que, além de estar isolada, ela utiliza equipamentos dos quais temos pleno domínio e conhecimento. Esse também foi um cuidado que tivemos quando do desenvolvimento da rede da Telebras.

Os nossos projetos estratégicos. Evidentemente que o carro-chefe dos nossos projetos estratégicos é a nossa rede terrestre, pela qual nos temos a previsão de atender... Embora com toda essa cobertura da rede, o que está planejado é o atendimento de pouco mais de 2,6 mil Municípios. Isso significa que o satélite vai nos permitir atender a uma demanda de praticamente 3 mil Municípios, que temos condições de atender com a nossa rede terrestre, alcançando uma população de aproximadamente 150 milhões, que é boa parte da população brasileira.

Aqui também está demonstrado que nós temos já um projeto de interligação com os nossos países vizinhos, um deles o Uruguai, o que já é uma realidade. Nós, hoje, já nos interligamos com a Antel, no Uruguai. Nós também temos um projeto estratégico de cabos submarinos internacionais, com o que já vínhamos trabalhando com vários parceiros, um dos quais europeu. Na verdade, o cabo para os Estados Unidos, que nós estamos trabalhando, até em função de preço, mas nós continuamos trabalhando, não mais em bases mercadológicas, mas em bases estratégicas. E estamos trabalhando em outros segmentos, como, por exemplo, Brasil-Angola e um cabo para o Mercosul, para os nossos parceiros (Uruguai e Argentina). Então, esse é outro projeto estratégico da Telebrás.

O outro projeto é, sem dúvida alguma, o satélite geoestacionário de comunicações estratégicas e defesa, numa parceria com o Ministério da Defesa, mas que envolve, como já disse o meu colega, o Dr. Artur, toda uma governança sobre a qual eu vou falar em seguida, reforçando o que ele já comentou.

Os resultados que nós alcançamos até então... Essa é a situação da nossa rede. Nós já atendemos, hoje, aproximadamente 2 mil Municípios, chegando a uma população de, potencialmente, 125 milhões, ou seja, isso aqui é potencial, mas nós já estamos atendendo, na medida em que nós vamos estendendo o que nós chamamos de *backhaul*, que é o atendimento nas cidades. Nós vamos, então, ampliando essa cobertura.

Aqui, Senador, se V. Exª me permite, nós temos uma grande dificuldade, que não é só das operadoras, mas também da Telebrás: as dificuldades de implantação de redes no interior do Brasil. E é um problema conhecido de infraestrutura. Quer dizer: embora também tenhamos essa dificuldade, mesmo assim, em dois anos de atuação, nós já praticamente implantamos mais de 15 mil quilômetros de rede e vamos chegar, até o final de 2013, a 25 mil quilômetros de rede em operação.

Preço no atacado. Esse é um trabalho que nós fazemos lá. Existem vários trabalhos, mas este é um trabalho de amostragem que nós fazemos lá, na nossa Diretoria Comercial, que mostra a queda de preços em alguns Estados brasileiros. Houve uma queda substancial dos preços no atacado, porque, como não havia

competição em vários Estados, as operadoras, praticamente monopolísticas, praticavam o preço que elas achavam justo, e os usuários e os provedores locais pagavam o preço indicado. Com a entrada da Telebrás, esses preços no atacado, então, em alguns lugares, caíram substancialmente – e não está mostrado aqui –, mas caíram mais de 80% no Pará, por exemplo.

Outra questão importante que já, desde a nossa entrada, melhorou bastante foi o aumento da velocidade. Eu ainda a considero baixa pelos padrões internacionais, mas aqui cabe uma observação: nós já migramos, em um ano, praticamente uma massa de usuários, que estava em até 512kbps, para acima de 2Mbits. Aqui nos parece que existe, quando nós comparamos com países desenvolvidos, uma comparação, às vezes, complicada, porque esses países já têm uma massa grande de assinantes, que somente vão migrando de velocidade. Enquanto isso, no Brasil, além de nós termos aumento da massa de assinantes, também esses assinantes estão migrando de velocidade. Portanto, é um crescimento nos dois sentidos.

Agora, vamos falar especificamente do satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas. A motivação, como o Dr. Artur já colocou, é a questão das comunicações estratégicas do governo, das comunicações do Ministério da Defesa, mas também há, aí, uma questão importante e muito cara à Presidente Dilma: a absorção e a transferência de tecnologia para o setor aeroespacial brasileiro, porque o governo identificou que é uma janela de oportunidades para transferirmos tecnologia para um *cluster* aeroespacial que existe em São José dos Campos. E, portanto, nós não estamos apenas contratando um satélite, mas também fazendo um programa de absorção e transferência de tecnologia.

A governança do projeto o Dr. Artur já comentou, mas cabe aqui uma observação. A importância do projeto é a seguinte: é que o projeto está gestado no âmbito de três Ministérios – Ministério das Comunicações, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Defesa –, que formam o comitê diretor do projeto; existe um grupo executivo, de *experts*, que dão suporte ao comitê diretor do projeto – esse grupo executivo é formado pela Telebras, pelo Ministério das Comunicações, pelo Inpe, pela AEB e pelo próprio Ministério da Defesa; e existe uma empresa nacional, que foi formada pela Telebras e pela Embraer, a chamada Visiona, e essa empresa, então, vai adquirir e integrar o sistema.

A ideia aqui é que a Visiona seja a Embraer dos satélites, ou seja, uma empresa que, no longo prazo, atue no segmento industrial de integração e fabricação de satélites, até porque muitas vezes se confunde, achando que a Visiona é a operadora do satélite; mas não: o satélite será operado pela Telebras e pelo Ministério da Defesa. A empresa está sediada em São José dos Campos.

Aqui está um histórico do projeto, um pouco mais longo, mas, na verdade, ele começou em maio de 2011, com a criação de um grupo de trabalho interministerial, quando, então, o projeto foi classificado como prioritário pelo Governo. Nós começamos, no âmbito da Telebras, as primeiras reuniões e contato com os fornecedores; apresentamos em outubro para a Presidenta Dilma; e iniciamos, então, com a aprovação da Presidenta, as conversas com a Embraer para formatação da Visiona.

Nós, então, aprovamos a criação da empresa em novembro, começamos a discussão sobre o acordo de acionistas, e submetemos a ela, em março, o decreto que institui o sistema de gestão do satélite; ela foi aprovada com a Banda Ka – e aqui cabe uma observação: a Banda Ka é uma novidade no Brasil, e existiam ainda dúvidas sobre se realmente a Banda Ka era a mais indicada; nós, juntamente com vários especialistas do Ministério da Defesa, da PUC e da própria Telebras, apresentamos um estudo, mostrando as vantagens da Banda Ka. Assinamos o acordo em maio de 2012 com a Embraer, criando a Visiona; a publicação do satélite se deu em junho; a publicação da portaria do comitê diretor do projeto, em julho; quer dizer, houve uma série de eventos, e, como disse o Dr. Artur, a primeira assinatura de contrato com a Visiona, o que a gente chama de *Procurement*, foi em fevereiro de 2013. E, através desse contrato, foi feito um pedido de propostas aos vários fabricantes internacionais, escolhemos em agosto o fornecedor, e estamos em negociação do contrato com a Visiona, que deve ser assinado agora em novembro.

Rapidamente, eis o cronograma em seus marcos principais: a emissão do pedido de pró-peça, em fevereiro; o recebimento da proposta, em abril; a pré-seleção, em maio; a entrega do relatório final, em julho; a assinatura, então, prevista para agora, e, como o senhor perguntou, a entrada em operação comercial é em junho de 2016, porque, como eu disse, a decisão do Governo era aproveitar esse satélite para catalisar o desenvolvimento da indústria espacial no País, e achamos que a Embraer era a empresa mais capacitada para isso, até pelo seu longo histórico na área espacial e na área de defesa também. Então, essa proposição nossa de ser a Embraer o nosso parceiro foi plenamente aceita pelo Governo, e nós, então, formamos a Visiona com a Embraer.

A Visiona tem a maioria da Embraer, 51%; 49% são da Telebras, e ela está no âmbito da política espacial do Governo. Aqui há uma ressalva: o Governo tem, na Visiona, uma *golden share*, que impede que

a empresa seja transferida para controle estrangeiro. Qualquer movimento nesse sentido, a Visiona permanece dentro do sistema da política espacial do Governo. Essa *golden share* não permite que a empresa seja transferida, em nenhuma hipótese.

Nós utilizamos, para aquisição do satélite, o art. 24, inciso IX, da Lei 8.666, acoplado ao Decreto 2.295, de 1997, que regulamenta esse inciso. Foi considerado que o satélite faz parte do sistema de defesa nacional. Ele foi submetido, então, ao Conselho de Defesa Nacional, que respondeu favoravelmente. Assim, dentro de todo esse arcabouço jurídico, a Telebras está adquirindo o satélite diretamente da Visiona, embora seguindo todo o ritual da Lei 8.666, do menor preço, as melhores condições, como manda a governança de qualquer projeto.

Na composição do sistema, a Visiona é o que a gente chama de *prime contractor*, vai fazer a integração. Nós temos também um programa de capacitação e transferência de conhecimentos e de tecnologia, que ficou a cargo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que está previsto no contrato.

Então, dentro da integração do sistema, nós temos o satélite, o lançador, que estamos contratando nesse primeiro contrato. Nós temos também um sistema de terra. Nós teremos o sistema que chamamos de *gateways,* para interface com a rede terrestre da Telebras, e também o controle operação, que é um trabalho conjunto que estamos desenvolvendo com o Ministério da Defesa.

Os requisitos da Banda Ka mostram uma ideia da cobertura em Banda Ka do satélite. Ele está previsto então para atender não só ao território brasileiro, mas também o projeto Sisgaaz, incluindo a Amazônia Azul. Não vou me estender muito na questão militar, que vou deixar para o comandante.

Então, esse é o projeto previsto. Nós vamos ter feixe de 350 a 700km de diâmetro. E aqui cabe uma observação: o projeto, o satélite está previsto para cobrir todo o Território nacional. Como eu falei anteriormente, existe uma dificuldade, principalmente na Região Amazônica e em várias partes do interior do próprio Nordeste e Centro-Oeste e também na Região Norte, nós vamos utilizar o satélite; diferentemente dos satélites comerciais, que concentram os seus feixes nas regiões de maior demanda. É onde eles têm maior expectativa de demanda e, com isso, maior expectativa de retorno. Como esse é um satélite estratégico, nós estamos trabalhando em todo o Território nacional, pela importância que nós julgamos que ele tem de cobrir áreas que hoje não são cobertas ou não serão cobertas pela nossa rede terrestre.

É importante destacar a soberania na operação e no controle do satélite, que será feita no Centro de Gerenciamento de Satélites juntamente com o Ministério da Defesa. Nós vamos ter um centro principal e um centro de reserva. Também vamos ter os nossos *gateways* onde vamos trafegar a internet e fazer a comunicação com os nossos clientes.

Não vou me estender na questão da Banda X, porque acredito que o Comandante Fábio Silva vá falar.

E a questão do Centro de Gerenciamento de Comunicações, onde nós temos todo um complexo sistema de comunicação do satélite. O satélite é, na verdade, um espelho. Ele recebe e transmite comunicação e toda a sua inteligência e segurança está na parte terrestre.

O modelo de transferência de tecnologia é composto... A Visiona selecionou, juntamente com esse *clu*ster de empresas, as tecnologias críticas que interessavam ao Governo ser transferidas. Através de um contrato específico da AEB com a empresa vencedora, no caso a Thales Alenia Space, essa tecnologia será transferida para a base industrial espacial brasileira e para institutos de ciência e tecnologia.

Atualmente nós nos encontramos também na fase de negociação de contratos e dos acordos de transferência de tecnologia entre a Thales Alenia Space, que é a vencedora da licitação, com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

A questão de segurança, que sempre é sensível e estratégica, só a Telebras e o Ministério da Defesa serão responsáveis pela operação no Centro de Controle de Satélites. As estações de controle estão instaladas dentro do Ministério da Defesa, assegurando níveis de segurança militar às operações de telemetria e controle. E nós temos três níveis de segurança. Quer dizer, todo o controle de satélite por espalhamento espectral está com o sistema de criptografia seguro, com códigos de segurança estabelecidos conjuntamente pela Telebras e o Ministério da Defesa e a comunicação de controle em Banda Ka com arquitetura multiface. São termos técnicos que mostram, desde o projeto do satélite, a preocupação que nós tivemos, juntamente com o Ministério da Defesa, com a questão da segurança.

Eu não vou falar muito sobre a Banda X, vou deixar para o meu colega do Ministério da Defesa.

No caso da Banda Ka, nós vamos então autenticar os terminais, quer dizer, todo o controle e registro vão ser identificados, serão controlados pela Telebras, num mecanismo de segurança criptográfica com chaves próprias e atualização periódica.

Ou seja, nós estamos desenhando um sistema totalmente seguro, por quê? Porque, na Banda Ka, nós vamos transmitir às redes estratégicas de governo.

E as redes estratégicas de governo têm que ter total cobertura, total segurança nas suas comunicações.

E essa, então, com esses projetos que estão em gestação na Telebras, é a rede completa da Telebras que nós esperamos que, em mais dois ou três anos, esteja completa.

Então, era isso que eu gostaria de apresentar.

Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Grato ao Dr. Caio Cezar Bonilha Rodrigues, Presidente da Telebras, pela sua explanação a respeito das atividades da Telebras.

Passo a palavra, agora, ao Comandante Fábio Martins Raymundo da Silva, Chefe da Seção de Comando e Controle da Chefia de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, do Ministério da Defesa.

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa noite a todos.

Eu vou apresentar uma visão da parte de comunicações militares em relação ao satélite e como o Ministério da Defesa vai utilizá-los para as suas comunicações militares.

Meu propósito é apresentar os aspectos importantes do SGDC, o seu uso nas comunicações militares e como isso vai ampliar a nossa capacidade nessas comunicações.

Um pequeno histórico no qual vou procurar mostrar que a parte de uso em Banda X já vem sendo feito há algum tempo pelo Ministério da Defesa, o relacionamento do projeto estratégico com a comunicação militar e uma pequena conclusão.

O uso da Banda X já vem sendo feito desde 1998. Houve a decisão de utilizar a Banda X quando foi criado o sistema de comunicações militares por satélite. Na época, era o satélite da Embratel ainda, o B1B2. Foram colocados *transponder* de Banda X no satélite. E, a partir de 2000, com a construção de uma estação terrena e dos oito primeiros terminais satelitais, a Banda X foi efetivamente utilizada para as comunicações militares, principalmente em operações conjuntas, que envolviam a Marinha, o Exército e a Aeronáutica.

Entre 2000 e 2006, esse conceito foi bem estudado, houve uma amadurecimento de como se utilizarem os terminais satelitais. E, a partir de 2006, já tínhamos bastante conhecimento dessa utilização e passou a haver uma ampliação do seu emprego. Houve a aquisição de novos terminais satelitais cuja quantidade hoje está em torno de 80, que nós empregamos nas operações conjuntas e nas operações de segurança que envolvam as Forças Armadas.

Já foi comentado pelo Sr. Caio Bonilha que em 6 de maio foi criado o grupo de trabalho interministerial para o estudo e o lançamento do satélite e em agosto foi concluído pelo uso do satélite em Banda X e em Banda Ka. A Banda X, porque já vinha sendo utilizada pelo Ministério da Defesa, era uma oportunidade de ampliação dessa capacidade satelital do Siscomis, que precisa ser ampliada em função do seu emprego, e adotando a Banda Ka como solução para as comunicações estratégicas do Governo e o Plano Nacional de Banda Larga, como já foi comentado.

Foi criada a empresa Visiona, como já foi dito. O fornecedor do satélite é a Thales Alenia Space, o lançador é a Arianespace, está ocorrendo a assinatura dos contratos e, em 2016, efetivamente há previsão de entrada em operação do novo satélite.

Essa transparência já foi mostrada, mas é importante frisar a participação do Ministério da Defesa no comitê diretor do projeto, até para que as características da Banda X fossem preservadas da forma como nós utilizamos. Do grupo executivo o Ministério da Defesa também participa e vai participar da operação, até porque vou comentar que os centros de operação ficarão em organizações militares onde já existe o sistema de comunicações militares por satélite. São locais já utilizados para as comunicações satelitais.

É importante comentar o controle de satélite exclusivamente em território brasileiro. Isso é importante, porque hoje muitos satélites são controlados de outros países, mesmo com cobertura no Brasil. Com o controle em território nacional, há uma melhor segurança, melhor segurança, melhor controle do que está sendo feito ali em termos de comunicações.

O controle das comunicações. Uma coisa é o controle do satélite, que é a posição dele. O controle das comunicações é o controle do *payload* do satélite, da carga útil, que são os *transponders.*

Nesse satélite de uso dual, teremos *transponders* da Banda Ka, de uso civil, e *transponders* de uso militar, na Banda X. E as estações de controle de satélite ficarão, a principal, aqui em Brasília, onde já existe a estação central, onde já é a estação central do Siscomis, e no Rio de Janeiro a estação secundária, onde já funciona a estação secundária do Siscomis, dentro de organizações militares, portanto com segurança orgânica, com todas as condições de segurança necessárias.

Dentro do propósito, a parte da Banda X, na área civil, já foi comentada pelo Dr. Caio, a ampliação da capacidade satelitalial do Siscomis.

Hoje o Siscomis utiliza os satélites da Star One, o C1 e o C2, que têm *transponders* em Banda X, e nós utilizamos bastante nas operações militares, tanto singulares das forças, como conjuntas, montando uma

rede, a chamada Rede Operacional de Defesa, que é uma rede segregada, separada, pela qual as comunicações fluem com total segurança.

Além disso, com o advento do Sisgaaz, do Sisfron e do Sisdabra, que são os três sistemas de monitoramento de fronteiras utilizados pelas três forças, havia necessidade, para atender a esses sistemas, de que houvesse um aumento da capacidade. O atual satélite que nós utilizamos, Star One, que tem controle no Brasil, em Pedra de Guaratiba – o controle do satélite é no Brasil –, mas a capacidade dos *transponders* não é adequada para atender a toda a gama de atividades que os três sistemas vão nos proporcionar, havendo então a necessidade de ampliar essa capacidade.

O SGDC em Banda X tem cinco *transponders* distribuídos da seguinte forma: *transponder* especificamente para o Território nacional, onde será atendido o pré-sal, será totalmente atendido com uma capacidade de potência maior do que é atendido hoje, dando uma capacidade maior de transmissão de dados aos nossos navios que estão no pré-sal – vou comentar como isso é feito nos navios –, aumentando principalmente a capacidade de utilização de terminais satelitais ao mesmo tempo e de elevação da quantidade de dados, megabites, que cada terminal pode utilizar.

Teremos uma cobertura regional que abrange toda essa região para atender as nossas demandas estratégicas. A Marinha do Brasil atua em todo o Atlântico Sul. Nós temos hoje uma base na Antártica que é atendida hoje pelo nosso satélite e vai ser atendida pelo SGDC; ele também atende no Haiti – as nossas tropas estão atendidas pela comunicação satelital –; e teremos o ganho de um *spot* móvel, que vai poder trafegar por toda essa área do globo. Onde for necessária uma ampliação da potência ou colocar comunicações, esse *spot* poderá ser apontado para essa região, e aquele navio, aquela tropa que estiver atendida ali poderá fazer as comunicações estratégicas.

Esse é o ganho do SGDC em termos militares, que seria o nosso crescimento em capacidade satelital, que já está chegando ao seu limite com o uso dos atuais satélites.

Nas comunicações militares, é importante ressaltar que esse satélite vem para melhorar o que já possuímos, que é o nosso sistema militar de comando e controle, um conjunto de instalações, equipamentos, sistemas de informação, comunicações, doutrinas, procedimentos e principalmente pessoal, que são essenciais para executarmos o comando e o controle nas operações conjuntas e singulares de cada força para a preparação e o emprego das Forças Armadas. Então, o satélite vai complementar essa capacidade das nossas comunicações e permitir a sua ampliação, o que é mais importante.

Hoje, o Sistema Militar de Comando e Controle abrange tanto os sistemas das forças como... através do Siscomis, nós fazemos a interligação dos centros de comando e controle do nível estratégico e do nível operacional. Os comandantes de forças, os comandantes das tropas no exterior, no Haiti, inclusive no Líbano, onde, através do sistema, nós conseguimos atender também. E há a possibilidade, a flexibilidade de interligar até a unidade no terreno, atender à unidade do terreno com essa nossa capacidade satelital.

Para isso, o sistema de comunicação de unidade de satélite e a rede operacional de defesa, que são partes integrantes do Siscomis, permitem essa intercomunicabilidade da cadeia de comando na estrutura militar de defesa, até porque a nossa estratégia nacional de defesa prevê que as Forças Armadas devem operar em rede. Para nós operarmos em rede, precisamos ter os canais adequados para que todos estejam integrados e possam garantir o constante fluxo de informações, até em tempo real se for necessário. Um exemplo que eu posso dar é o caso de um Vant na Amazônia ou no pré-sal e ele mandar essas imagens para dentro do Ministério da Defesa ou de outro local que seja atendido pelas comunicações em tempo real. Já aconteceu isso nas operações Ágata, que são operações de fronteira, de o Vant estar voando lá na Amazônia, na Cabeça do Cachorro, lá na pontinha, e nós, no Ministério da Defesa, vermos as imagens geradas pelo Vant, acompanhando toda a operação por lá. Isso só é possível através dessa capacidade satelital e da rede das forças, que eu vou comentar, para as quais o satélite é importante, porque é um canal por onde passa uma rede.

Vou mostrar como funciona hoje.

Hoje nós temos os satélites C1 e C2 em Banda X da Star One e o satélite C3 em Banda Ku, que nós utilizamos porque os terminais de Banda Ku são menores, podem ser colocados em navios menores, que são muito utilizados. E, da Banda X, nos navios e nos terminais terrestres.

Então, hoje, nós temos a estação central de Brasília, onde temos um teleporto do Siscomis com três antenas grandes, de nove metros, onde será construído o centro de operação do SGDC, aproveitando e ampliando o que já existe do Siscomis. Então nós temos essa capacidade na estação central de Brasília, que fica nas instalações do Cindacta 1, e na estação do Rio de Janeiro, que fica na estação de rádio da Marinha, onde será instalado o *copy* secundário, portanto dentro de organizações militares.

E vão atender aos nossos terminais satelitais de vários tipos. Temos terminais de antena de 3,8 metros e 3,5 toneladas, que atendem a comunicações de grande capacidade, terminais transportáveis, em torno de 500kg, que podem ser transportados por viaturas, mas têm uma mobilidade muito grande, terminais leves, que podem ser transportados por helicópteros, e os terminais móveis navais, que atendem aos nossos navios tanto em Banda X como em Banda Ku, para que possamos fazer a conexão via satélite.

O que permite essa conexão é a rede Siscomis, que utiliza esse duto, esse canal que é o satélite. E os serviços que nós fornecemos. Nós temos correio operacional, telefonia VoIP, telefonia fixa, toda segregada, separada, de uso exclusivo militar para comunicações. Com o aumento da capacidade que o satélite vai proporcionar, isso vai nos permitir ampliar a nossa capacidade de operar conjuntamente com as nossas tropas, principalmente na nossa fronteira, que tem mais de cinco mil quilômetros. E quando fazemos as operações Ágata há necessidade, dependendo do local, de que seja por terminal satelital, que permite flexibilidade.

Essa é uma foto maior dos nossos terminais. Esse terminal é da Antártica, foi empregado na Antártica. Cada terminal desse realmente é utilizado dentro da sua característica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL. *Fora do microfone*.) – Na Antártica está assim agora ou isso foi antes do incêndio?

O SR. FÁBIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Foi após o incêndio, porque perdemos as comunicações lá em função do incêndio, e o Siscomis foi auxiliar e manter as comunicações. Ele ficou até que fossem reinstauradas as comunicações normais da estação. Então, ele tem a flexibilidade de operar tanto no Haiti quanto lá na Antártica. E, através do sistema Siscomis, nós atendemos aos navios que estão lá no Mediterrâneo, não com essa cobertura de satélite, mas com outra cobertura de satélite, com a móvel naval, que nos permite manter as comunicações com as nossas tropas em qualquer lugar estrategicamente importante para o Brasil.

E o que eu acho mais importante de ser comentado é que, no caso das comunicações militares, nós temos uma comunicação dentro de uma rede proprietária do Ministério da Defesa e das Forças, que é conectada à rede da Marinha, à rede do Exército e à rede da Aeronáutica, formando a Rede de Operação de Defesa. Aqui nós temos um CTI (Centro de Tecnologia da Informação) com serviços. Então, o nosso *e-mail* é segregado, nossa criptografia é segregada. Mesmo sendo uma rede segregada, ela usa criptografia. Temos o nosso sistema de telefonia própria, que roda dentro dessa rede, que permite que as nossas comunicações sejam feitas nas organizações militares de qualquer posição do Brasil. Com o uso dos terminais satelitais, há flexibilidade de ser colocado em qualquer ponto onde não haja a parte física, a parte terrestre, dando flexibilidade ao deslocamento das tropas para qualquer atividade que for colocada para elas.

Temos uma conectividade com a internet, que é bem controlada. Isso aqui é bem controlado. Isso aqui é fechado em determinadas situações, fazendo com que nós fiquemos dentro da nossa própria rede, com total segurança. E a internet é usada como um canal, principalmente utilizamos muito a Telebras. Temos contrato com a Telebras, tanto de rede terrestre quanto de internet, que nós utilizamos como um canal para fazer, como já foi dito, por VPN, para dar mais flexibilidade ainda às nossas comunicações.

É importante que o SISMC2 e o SGDC, nessa configuração de Siscomis em rede de operações de defesa, é um fator de inteira prioridade das Forças Armadas. Então, através desse sistema, a Marinha, o Exército e a Aeronáutica se falam a qualquer tempo e a qualquer hora. Foi uma capacidade que foi adquirida com o tempo, foi um aprendizado muito grande e, com o SGDC, essa capacidade vai ampliar bastante em termos de números de terminais satelitais que podemos ter, em valores de conexão. Podemos chegar a oito, dez megabits em cada conexão, permitindo, então, aquelas imagens em tempo real. É muito difícil transmitir imagens, mas que as imagens sejam com mais qualidade e cheguem a tempo e a hora das decisões. Isso é que é importante, o que consideramos importante com o advento desse satélite, além de ele estar totalmente controlado por brasileiros, em território brasileiro, com pessoal brasileiro, rede separada, segregada e tecnologia brasileira.

Eu encerro e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Comandante Fábio Martins Raymundo da Silva, Chefe da Seção de Comando e Controle da Chefia de Operações Conjuntas do Estado Maior das Forças Armadas do Ministério da Defesa.

Chegou aqui uma pergunta, mas, antes dela, se pudesse voltar, na apresentação feita pelo Sr. Comandante, àquele globo, onde aparece o globo terrestre, cobertura satelital. Ali naquele segundo círculo maior... Esse aí. Ele naturalmente cobra toda a América do Sul, não é?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Toda a América do Sul, toda essa parte do Atlântico Sul, essa parte do Pacífico...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Até a Antártida, não é?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA –... um pouquinho do Atlântico Norte e aqui o oeste da África.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Certo. Algum outro país limítrofe com o Brasil, que faça fronteira com o Brasil, dispõe de um satélite como esse?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Eu tenho informação de que a Argentina já tem alguma parte de satélite, já tem trabalhado um satélite geoestacionário, fabricado por eles mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Já está em órbita?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Está em órbita já. Nós não conhecemos qual é a capacidade de comunicações, mas acredito que tenha uma capacidade de comunicações.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Há quantos anos eles têm esse satélite lançado?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Dois ou três anos, no máximo. Isso aconteceu, porque a Argentina já começou justamente com a mesma coisa que está sendo feita aqui, uma *joint venture*, juntaram empresas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A tecnologia deles é própria?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Não. É da mesma forma que nós estamos fazendo, adquirindo a capacidade. Juntaram empresas para construir esse satélite e fazer o lançamento, da mesma forma que nós estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – E eles têm a mesma cobertura que o nosso?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Esses dados são reservados, secretos, confidenciais, por parte da Argentina ou estão disponíveis?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Eu não sei. Realmente, não é a área em que eu trabalho. A minha área não envolve a parte de inteligência, e eu realmente não tenho a informação. Posso verificar e depois passar ao senhor, se houver alguma informação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A área de inteligência está também envolvida no nosso satélite, não está?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Sim, Excelência, passando pela parte da rede, ou seja, a partir do momento em que nós temos uma rede conectada, então todas as nossas comunicações podem ser interconectadas.

Então, no caso do Ministério da Defesa, nós temos sistemas próprios de inteligência, que podem ser compartilhados por dentro dessa rede. Então, com a Rede Operacional de Defesa, quem acessa a Rede Operacional de Defesa, que está, por exemplo, em todas as organizações militares, tem acesso às informações de inteligência, que podem ser compartilhadas.

Então, é uma grande forma de compartilhamento de dados. Obviamente com diversos requisitos de segurança e de acesso, dependo do nível da...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – E de utilização.

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – E de utilização.

Então, com essa capacidade de redes, que vai crescer, essas informações podem ser compartilhadas por mais pontos. Isso é que é importante.

Mas, hoje, já existe, dentro do Ministério da Defesa, dentro do processo do Ministério da Defesa, uma inteligência que utiliza essa rede como canal para transmitir. Até por isso é que há uma preocupação de isso aqui ser bem bloqueado, porque aí o tráfego de informações vai ficar dentro da minha rede, independente de internet. Eu não dependo de internet, as comunicações militares não dependem da internet para nada, usam a internet apenas como canal, quando necessário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Há alguma possibilidade de interferência nessas imagens ou nesses dados que são enviados pelo nosso satélite, por parte de outras potências que também tenham satélites geoestacionários?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Isso é importante, Excelência. A comunicação satelital é um pouco diferente das demais comunicações. Ela exige uma conectividade ponto a ponto, ou seja, um terminal tem que se conectar com outro terminal. Qualquer tentativa de fazer interceptação provoca algum tipo de interferência, que pode ser detectada.

E como já foi comentado aqui, já está sendo previsto que esse satélite venha com características de *antijamming*, como já foi colocado, que o próprio *transponder*, detectando o que pode ser considerado uma tentativa de interceptação ou de bloqueio, consegue, por característica dele, bloquear aquela areazinha ali, ou seja, isola-se aquela área ali, e aquela área isolada não mais atinge as demais áreas. Isso permite que eu

tenha flexibilidade para trocar a forma de comunicações e preservar as minhas próprias comunicações.

E a interceptação também é muito complicada de ser feita. Por quê? Existe sincronismo. O sincronismo não é tão fácil de ser feito. Então, a comunicação em si já é mais difícil de ser interceptada. E obviamente todas as comunicações sensíveis são criptografadas. Então, ela sendo criptografada, fica mais difícil.

Obviamente, potências com mais capacidade podem tentar quebrar a criptografia, mas aí é o problema de tempo e hora. Se eu levar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Mas é detectável? Se isso acontecer, é detectável por esse...

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – É detectável, completamente, é bem detectável, é facilmente detectável.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – E sabe-se a origem, de onde vem essa interceptação?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Isso é mais difícil, porque, como o satélite está muito longe, ele pode ser num raio muito grande. Então, o senhor pode saber a área, mas não vai saber exatamente de onde vem.

Mas a gente pode bloquear que aquilo ali se torne um problema para as demais comunicações. Nós podemos, através da flexibilidade da rede, passar para outros canais, e essa é a grande vantagem de uma rede conectada, que é o caso aqui da rede das Forças. Eu posso utilizar então a rede das Forças. Eu deixo de utilizar o satélite para usar a rede das Forças e continuar com a mesma comunicação. Essa é a redundância. O fato de nós estarmos trabalhando numa rede separada é a grande vantagem do satélite.

O satélite tem que ser entendido como um grande canal. Ele é um canal de uma rede que está passando por trás. No caso da comunicação da Telebras, está usando, como já foi explicado pelo Sr. Caio, para a VPN específica dela e para internet. No caso das comunicações militares, é na Rede Operacional de Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Certo.

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Estou dentro dessa rede e posso segregá-la o máximo que eu consigo, para que as minhas informações fiquem dentro dessa rede. E quem estiver dentro dessa rede compartilha todas as informações que estiverem disponíveis para isso. O que é importante é ter a informação a tempo e a hora, em tempo real, a tempo e a hora de ser tomada a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A quantos quilômetros da órbita estará esse satélite estacionário?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Em torno de 36.000km.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – E nessa órbita de 36.000km, existem quantos satélites? Vocês têm uma ideia?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Hoje, como funciona isso? Existe um organismo internacional que coordena a chamada posição orbital do satélite. Esse satélite vai estar na posição de 75 graus oeste.

Então, o que significa ser geoestacionário? Ele vai estar girando ao contrário da rotação da terra, então ele vai ter uma posição aparente, fixa em relação a um ponto da terra que seria esses 75 graus a oeste. E a UIT faz essa coordenação, tem várias posições orbitais de vários satélites. Os geoestacionários eles ficam mais ou menos na posição do Equador, que é onde ele tem melhor cobertura e atuação. E eles ficam mais altos.

Porque existem os satélites geoestacionários e os satélites de órbita baixa, que são aqueles de sensoriamento, que ficam rodando e têm várias outras órbitas.

No nosso caso, esse é de comunicações, ele vai ficar numa órbita mais alta, por cima, numa posição coordenada com os demais países até para não haver interferência nas comunicações entre um satélite e outro e, com isso, essa quantidade, essa divisão vai depender da tecnologia.

Hoje existem bastantes satélites que são utilizados nas várias posições. Em torno de 5 a 7 graus de defasagem de um para o outro. Mas, na nossa região, de Banda X, não temos muitos satélites que atendem não. É o da empresa Star One, que era da Embratel e foi privatizada. Os satélites quando foram lançados, os primeiros, foram lançados pela Embratel, com um transponder de Banda X. Depois ele foi privatizado, os satélites continuaram sendo construídos com *transponders* de Banda X. E as suas posições são coordenadas para atender a nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – E no Ministério da Defesa existe ou vai existir um departamento ou uma seção especializada na análise das informações que possam vir a ser coletadas com base no que enviaram os satélites?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Especificamente esse satélite é só de comunicações. Ele não é de sensoriamento remoto. Mas, hoje, nas Forças Armadas, existe a CCISE, a Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais, que

já dentro da estratégia nacional de defesa, que dividiu três setores, três setores principais e estratégicos: o nuclear, que ficou com a Marinha; o cibernético, que ficou com o Exército; e o espacial, que ficou com a FAB.

Então, a FAB criou a CCISE, que é essa comissão, que já fez um plano, o Plano Estratégico de Sistemas Espaciais, no qual estão inseridos os satélites de comunicações. Não é só um, é uma constelação de satélites. Nós temos que continuar lançando satélites, porque o satélite tem uma vida útil de dez, quinze anos. Então, tem que ser mantido o lançamento para manter essa capacidade. Além disso, também está previsto esse satélite de sensoriamento remoto que V. Exª está comentando.

Essas informações, sim. Hoje, na própria estrutura do Ministério da Defesa, já existem os órgãos responsáveis de inteligência para fazer o processamento, o colhimento e o processamento. E as Forças Armadas já têm uma doutrina específica dessa parte de coleta de informações. E justamente são essas informações que tramitam por meio desse canal de comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Criptografado?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Criptografado.

Então, o banco de dados é formado e, a partir do momento em que eu tenho um satélite e uma capacidade de comunicações como eu estou apresentando, permite que essas informações sejam disseminadas para quem tem o direito, a *clearance*, a permissão para acessar aquelas informações.

Então existem ferramentas digitais que fazem isso. Nós temos ferramentas digitais que são do âmbito do MD, que fazem esse compartilhamento de informações dentro dos pedidos de necessidades de cada um. E isso tudo exige toda uma gama de equipamentos que estejam conectados para que essas informações cheguem aonde...

Um exemplo que eu posso dar é: numa operação conjunta, tipo da Ágata, que tem bastante cobertura da mídia, em que nós fechamos as nossas fronteiras, em pontos estratégicos são colocados, são formados os comandos conjuntos.... Esses comandos conjuntos são atendidos por terminais satelitais para que eles se conectem à Rede Operacional de Defesa e tenham acesso às informações que são colhidas nas operações conjuntas.

Nós temos *softwares* de apoio à decisão, nos quais essas informações são coletadas e processadas dentro desses *softwares* e estão disponíveis para serem utilizadas pelo comandante para saber o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeito.

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Onde está uma tropa, onde está o inimigo, onde está o amigo ou qualquer outra situação que seja importante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – De onde vai ser lançado esse satélite?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – O Alenia Space é da Guiana Francesa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Da Guiana Francesa. Em Kourou, não é?

Muito obrigado.

Há algum tempo, integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional à época, convidados pelo Ministro da Defesa, estivemos numa sala de situação, no Ministério da Defesa, em que nos foi possível dialogar com os comandantes das Forças Brasileiras no Haiti.

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Sistemas de videoconferência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Sistemas de videoconferência.

Isso foi feito via o quê?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Via Siscomis, via esse sistema.

Então, um dos serviços que está disponível aqui no MD, além de correio eletrônico, que hoje é uma grande ferramenta de coordenação, é a videoconferência.

Então, é possível fazer por meio da Rede Operacional de Defesa videoconferências fechadas, ou seja, nós fechamos aqui e qualquer um que se conecta no Siscomis, pode, com os equipamentos adequados, que os comandos têm, faze parte do nosso pacote do Centro de Comando e Controle ter a videoconferência, é feita toda a coordenação por videoconferência, inclusive com passagem de imagem, com passagem de eslaides, com apresentação de imagens *on-line* do que está ocorrendo, não só do Vant, mas por exemplo do Olho de Águia do Exército, que seria o mesmo helicóptero que a *Globo* tem. O Exército tem um que transmite as imagens também através do sistema de câmeras que ele possui e ele manda essas imagens e essas imagens podem chegar diretamente em qualquer centro de comando e controle que esteja integrado nessa rede.

E com isso nós temos capacidade de saber o que está acontecendo.

V. Exª deve ter visitado o Centro de Operações Conjuntas, lá no Ministério da Defesa, o nosso centro,

que acessa e que todas as informações fluem para lá, dentro do nosso centro.

Todas as informações das forças fluem para esse centro que permite ter uma coordenação com todas as forças numa rede segregada, flexível, separada, com segurança; todas as informações que estão ali não estão na internet, elas estão fora da internet.

A rede operacional de defesa toca a internet apenas como canal, não usa nenhum serviço da internet.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Qual a parte que coube à Marinha coordenar dentro desse sistema, porque V. Sª falou da estratégia nacional de defesa?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Na estratégia nacional de defesa definiu três setores estratégicos, o nuclear, o cibernético...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A Marinha está com o nuclear?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – A Marinha está com o nuclear; o Exército com o cibernético; e a Força Aérea com o espacial e cada um criando os seus projetos dentro dessa área e conduzindo os seus projetos dentro dessa área. É claro que os projetos se tocam...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – E se comunicando entre si.

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – E se comunicando entre si. Porque os projetos se tocam. A tecnologia de um é utilizada... A cibernética com a espacial usa muito. A cibernética com a nuclear também usa muito em função de controle. Então, esses projetos, no final, trocam informações.

E a Rede Operacional de Defesa tem esse viés de ser o grande coordenador das três redes, ou seja, permitindo que as três forças troquem informações, principalmente na parte de comunicações militares mesmo, comunicações operacionais. Operacionais, táticas, mesmo no nível tático de tropa, uma tropa no terreno, um carro de combate pode também se integrar a essa rede e acessar as informações que estão ali.

Esse é o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Em relação à área do pré-sal, o satélite estando em órbita ele terá comunicação com as plataformas que estão operando no pré-sal ou somente com os navios que estão na área?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – O satélite, como eles têm os dois *transponders* Banda X, o Banda X vai atender exclusivamente às comunicações militares. Já é prevista pela Anatel que a Banda X no Brasil é exclusiva de militares. Mas nada impede que, como o Sr. Caio já falou, que a Banda Ka atenda às plataformas, o que inclusive está dentro da capacidade da Banda Ka.

Então, nada impede de ser colocado um terminal de Banda Ka numa plataforma e ela estar integrada dentro da rede usando o satélite, que é a grande flexibilidade que o satélite dá. É colocar um terminal em qualquer ponto, dentro da cobertura e, com aquele terminal, faz-se a comunicação dentro dessa rede segura.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Esse satélite terá condições de verificar, por exemplo, sobre a Floresta Amazônica, terá condições de enxergar o que está por baixo das copas das árvores, no solo?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Não, Excelência. Esse satélite é só de comunicações. Esse primeiro satélite está previsto apenas para comunicações. Então, a carga útil do satélite são *transponders*, são repetidores para comunicações. Agora, no Pese, dentro do Plano Estratégico de Sistemas Espaciais, que a FAB está promovendo, está previsto satélite de sensoriamento remoto, tanto óptico como radar e SAR, a parte de salvamento. Então, está prevista toda uma constelação de satélites para atender a essas outras atividades de sensoriamento, importantes para nós.

Hoje o Sivam já faz muito isso. O Sivam adquire imagens, faz o gerenciamento dessas imagens, e a análise das imagens pode, por exemplo, informar produtos do tipo desmatamento, informar uma série de produtos com imagens compradas. O que se quer hoje é adquirir a capacidade... O Pese, que a Força Aérea está fazendo, quer adquirir a capacidade de não comprarmos mais imagens, a capacidade de o Brasil gerar suas próprias imagens.

E o local para onde essas imagens vão descer são esses centros. Então, este é o legado do primeiro satélite: os centros de operação, os COP, aqui em Brasília e lá no Rio de Janeiro, que serão também os centros de operação que operarão esses satélites de órbita baixa, para lá é que serão descarregadas as informações.

Então, é um projeto que se interliga a outros projetos e dará ao Brasil capacidades que hoje ele não tem. Uma delas é a parte de comunicações estratégicas, na Banda KA, parte civil, e Banda X, militar, e na parte de sensoriamento remoto, já que hoje todos os nossos produtos de imagens são comprados, todas as necessidades de imagens são compradas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – O GSI e a Abin têm alguma participação nas informações que são coletadas, nas comunicações que são transmitidas?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Existe um sistema... O Ministério da Defesa faz parte

do Sisbin, o sistema da Abin de troca de informações. Então, há uma grande interação entre todas essas agências para a coleta de informações e o compartilhamento de informações. Obviamente não é a mesma rede, a Rede Operacional de Defesa está apenas no âmbito do Ministério da Defesa...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Há uma outra rede que eles compartilham?

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Existem outras redes que permitem o compartilhamento e a troca de informações entre essas agências, e há uma grande troca de informações entre essas agências, inclusive o GSI.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito bem.

Muito obrigado, Sr. Comandante.

Há uma pergunta dirigida aos nossos três ilustres participantes da audiência pública de hoje. Acho que é algo um pouco redundante, mas, de qualquer maneira, vamos apresentá-la em atenção ao internauta:

"Considerando que um satélite é uma ferramenta das mais sofisticadas e que exige um elevado nível de conhecimento, que hoje é um nicho restrito às grandes potências, qual a expectativa do Governo para que um país em desenvolvimento possua uma infraestrutura capaz de desenvolver, ampliar e operar a sua própria tecnologia nessa área?"

Quem poderia responder primeiro... Passo a palavra ao Dr. Artur Coimbra, que é o Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações. Em seguida, falará o Sr. Presidente da Telebras, Dr. Caio Cezar Bonilha Rodrigues, e depois o Comandante Fabio Martins Raymundo da Silva, que é o Chefe da Seção de Comando e Controle da Chefia do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Dr. Artur.

O SR. ARTUR COIMBRA – Obrigado, Excelência.

É importante, antes de dar uma resposta mais aprofundada, destacar que hoje o Brasil já possui certa capacidade de desenvolvimento de satélites.

No âmbito do INPE, como o Dr. Caio já falou, em São José dos Campos, existe uma indústria que orbita em torno desse segmento aeroespacial. Então, uma série de equipamentos que podem ser utilizados como partes e peças de um satélite já são desenvolvidos.

Hoje, o Brasil tem um dos melhores, se não o melhor, laboratório de integração e testes da América Latina – satélites desenvolvidos em alguns países da América do Sul são testados lá no Laboratório de Integração e Testes do INPE, em São José dos Campos. De forma que não somos totalmente neófitos no assunto.

Mas, a partir daí, é importante destacar que a aquisição de capacidade e de tecnologia para desenvolver satélites mais complexos, de órbitas geoestacionárias, satélites maiores e mais sofisticados, se dá paulatinamente. Então, esse primeiro satélite vai permitir que o Brasil adquira uma capacidade muito boa na área de integração dos sistemas dos satélites e também uma transferência de tecnologias específicas, que são tecnologias fundamentais para o desenvolvimento dos satélites.

A partir do segundo satélite – é uma sequência –, nós já vamos ser capazes de produzir algumas partes e peças, uma parte do sistema. E a ideia é que, paulatinamente, agreguemos condições para que possamos produzir completamente o terceiro ou o quarto satélite da sequência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Artur Coimbra.

Passo a palavra ao Dr. Caio Cezar Bonilha Rodrigues, Presidente da Telebras.

O SR. CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES – Sr. Presidente, na verdade, só complementando o que o Dr. Artur falou, nós realmente já temos um programa satelital em desenvolvimento no País há quase dez anos, talvez mais. O que existe hoje é um *cluster* na área de São José dos Campos capitaneado pelo INPE e pelo ITA e várias empresas que estão lá desenvolvendo produtos bastante segmentados. Algumas dessas empresas, inclusive, exportam partes e peças para satélites para o segmento aeroespacial em outros países.

Então, o que se quer desse primeiro satélite geoestacionário, que é, digamos, o satélite mais complexo da cadeia de satélites... Existem satélites de baixa órbita, em que já estamos fazendo algum desenvolvimento; existem satélites de média órbita; e os satélites geoestacionários, que, sem dúvida alguma, são os satélites mais complexos. Quanto a esse primeiro satélite, como reforçou o Artur, a Visiona vai ser a integradora do satélite no sentido de que vai ser o primeiro contratante. Então, ela vai gerenciar todo o projeto com os dois fornecedores, com a Thales Alenia Space principalmente.

E o que se quer com isso, além de se ganhar a transferência de tecnologia para esse parque industrial que nós temos no País? Quer-se ganhar experiência em integração satelital. Esse é o grande objetivo desse primeiro satélite, para que, nos próximos, nós já tenhamos condições de fazer com que algumas partes e peças sejam desenvolvidas aqui no Brasil.

É evidente que seria muita pretensão, já que ninguém faz isso no mundo, querer fabricar inteiramente

um satélite geoestacionário no Brasil. Nenhum país, nem mesmo os mais desenvolvidos, fazem isso; eles compram de terceiros.

Então, este é o nosso objetivo maior. O que queremos? Queremos que a Visiona se posicione no nicho de mercado satelital e seja, se possível, como a Embraer é hoje, líder em seu nicho em nível mundial. Quer dizer, nós temos capacitação, nós temos condições e nós temos tecnologia. O que nós queremos ao longo do tempo é que a Visiona trilhe o mesmo caminho da Embraer e que, com isso, carregue junto o parque espacial brasileiro.

Uma questão importante, além da questão de infraestrutura física, é a questão de recursos humanos. Precisamos desenvolver recursos humanos na área aeroespacial. É extremamente importante que possamos acompanhar *pari passu* o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento de recursos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu perguntaria: mesmo os países desenvolvidos dependem somente de si próprios para a construção dos satélites? Eles também precisam dessa tecnologia de outros países ou de componentes elaborados, feitos ou fabricados em outros países para a confecção de seu próprio satélite?

O SR. CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES – Eu não sou um *expert* no assunto, Sr. Presidente, mas o que eu posso dizer é o seguinte: há partes e peças no satélite em relação às quais o domínio tecnológico não é o mais importante. Então, existem dois ou três fornecedores no mundo que fabricam para todas as indústrias de satélite. Porém, há outras partes que são consideradas estratégicas e, nesse caso, cada país vai desenvolver as suas. E nós, nesse contrato de transferência de tecnologia, uma das coisas que estamos buscando é a independência exatamente nessa parte estratégica do satélite.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente.

Comandante Fabio Martins Raymundo da Silva, por favor.

O SR. FABIO MARTINS RAYMUNDO DA SILVA – Só gostaria de acrescentar algo relativamente à parte militar.

Não é diferente, há necessidade realmente de promover o desenvolvimento, nós não temos essa capacidade. Todos os terminais satelitais que nós temos hoje são importados, mas é importante frisar que, realmente, como foi dito pelo Sr. Caio, mesmo os terminais importados são uma colcha de retalhos, eles são uma integração de vários componentes de vários países. Há componente americano, componente espanhol, componente alemão. O que é mais importante é adquirir essa capacidade de integração. Isso nós temos que aprender como fazer para, depois, com o tempo, a indústria nacional ir realmente se capacitando a construir cada parte do satélite e principalmente a parte de redes que há por trás do satélite.

Há desenvolvimento, já se fala muito hoje em *backdoor*, porque os ativos de rede, os equipamentos utilizados são todos importados. Mas, a partir do momento em que a indústria nacional começar a entrar nessa área, poderemos então começar efetivamente a utilizar esses equipamentos.

É importante, ainda mais no setor estratégico, no setor militar, de comunicações militares, que nós tenhamos total controle desses equipamentos. Mas, efetivamente, há aí um *gap* que precisa ser retirado, e esse projeto tem a capacidade de fazer que aprendamos a integrar o satélite, aprendamos as tecnologias mais críticas para construção, e que essas tecnologias mais críticas sejam passadas para os setores da indústria que passarão a desenvolver esses equipamentos. A partir daí poderemos ter equipamentos totalmente nacionais utilizados.

Até lá, nós precisamos tomar cuidado. São cuidados: separar rede, segregar rede, utilizar as informações usando... Por exemplo, o que acontece muito na parte de comunicações militares é que os serviços que utilizamos, os *softwares* que nós utilizamos são *softwares* desenvolvidos dentro das Forças Armadas. Então, o nosso *software* de consciência situacional, que recebe todas as informações nossas, é de produção nacional, no caso dos nossos centros de desenvolvimento de *softwares*.

Os *softwares* de correio eletrônico são *softwares* livres, que nós podemos colocar do jeito que nós queremos e dos quais podemos tirar a vulnerabilidade. Procura-se adaptar a tecnologia de forma que ela seja segura para nós. Mas, efetivamente, a integração, o conhecimento que esse projeto vai nos dar vai nos permitir dar um grande passo nessa parte de desenvolvimento e capacitação da indústria nacional e ter, no futuro, nossos próprios equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito bem.

Antes de encerrarmos a nossa reunião da noite de hoje, eu gostaria de agradecer a presença de todos, em especial dos nossos convidados, o Dr. Artur Coimbra, Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações; o Dr. Caio Cezar Bonilha Rodrigues, Presidente da Telebras; e o Comandante Fábio Martins Raymundo da Silva, Chefe da Seção de Comando e Controle da Chefia de Operações Conjuntas do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa.

Comunico a V. Exªs que realizaremos amanhã, terça-feira, às 10 horas, reunião de instalação dos trabalhos e eleição de presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para nossa próxima reunião, a ser realizada quarta-feira, dia 6 de novembro, às 7h30 da manhã, neste plenário, com pauta deliberativa. E para a realização da última audiência do ciclo sobre telecomunicações, parte integrante da agenda Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País, para abordar o tema Segurança Cibernética.

Ouviremos as seguintes autoridades e especialistas: General José Carlos dos Santos, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército; Dr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; Dr. Raphael Mandarino Júnior, Diretor do Departamento de Segurança de Informação e Comunicação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 19 horas e 44 minutos.)

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 07 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia seis de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor** e **Wilder Morais**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Alfredo Nascimento, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Ruben Figueiró** e **Osvaldo Sobrinho.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos o Requerimento de autoria do Senador **Acir Gurgacz** e os Comunicados da Presidência da Comissão**.** Tem início a apreciação da pauta. **PRIMEIRA PARTE**: **Lançamento da Revista "Em Discussão!"**, com o tema "Mobilidade urbana – hora de mudar os rumos". O Presidente convida a compor a Mesa o Senhor **Davi Emerich**, Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal; e o Senhor **Flávio Faria**, Diretor do Jornal do Senado. Dá-se início à **SEGUNDA PARTE**: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições os senhores **General José Carlos dos Santos**, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército; **Maximiliano Martinhão**, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; e **Raphael Mandarino Júnior**, Diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Às oito horas e trinta e cinco minutos o Senador **Fernando Collor** passa a presidência ao Senador **Wilder Morais,** e a reassume às nove horas e vinte e quatro minutos. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Walter Pinheiro, Waldemir Moka, Sérgio Souza, Osvaldo Sobrinho, Inácio Arruda** e **Vanessa Grazziotin**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e quarenta e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 54ª Reunião, Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requerimentos.

Requeiro, nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre o licenciamento ambiental do "trecho do meio" (km 250 ao

655,7) da rodovia BR-319 – que liga Porto Velho/RO a Manaus/AM.

1 – A empresa Engespro – Engenharia Ltda. venceu, em março de 2013, licitação aberta pelo DNIT em janeiro do mesmo ano, para elaborar estudos ambientais complementares para o licenciamento da BR-319, em atendimento às solicitações contidas na Nota Técnica 10/2009 do Ibama, no valor total de R$8.100.000,00. (Extrato de Contrato nº 213/2013 publicado no *DOU* de 8/03/2013.) Qual o montante já liberado pelo DNIT? Os trabalhos executados até o momento estão dentro do cronograma previsto no edital?

2 – O DNIT já teria investido, segundo o próprio órgão, R$90 milhões em requisitos ambientais para o licenciamento da BR-319. Quais foram as ações realizadas, discriminando cada uma delas e os respectivos valores alocados?

3 – Durante audiência pública realizada no dia 13/06/2013, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, foi discutida a atual situação da BR-319, na qual foi firmado um acordo para que o DNIT e Ibama se integrem para garantir celeridade ao processo de licenciamento ambiental. Será possível antecipar o cronograma para a licença ambiental de reconstrução da BR-319?

4 – Em julho de 2012, o IPAAM – Instituto Ambiental do Amazonas, expediu a Licença Ambiental Única para os serviços de recuperação de trechos da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho (RO), dentro do Estado do Amazonas ao longo da BR 319. A licença foi concedida pelo IPAAM, com a anuência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a quem cabe o licenciamento da rodovia federal, e para a execução de serviços de manutenção do trecho que começa no Km 432, entre o Rio Tupanã, até o Km 514 no Rio Igapó-Açu, compreendendo uma extensão de 82,2km do chamado trecho do "MEIÃO". Já foi solicitada a licença do trecho restante, (405km intermediários)? Se foi, qual previsão da emissão da licença ?

Assina o requerimento S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

Esse requerimento, lido na reunião de hoje, será colocado para deliberação na nossa próxima reunião.

Comunicados da Presidência

Eleição e Instalação Cispid. Esta Presidência comunica que ontem, dia 05 de novembro, foi instalada a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – Cispid, que elegeu como Presidente o Senador Inácio Arruda, e como Vice-Presidente o Senador Clésio Andrade.

Após a instalação e eleição, a Subcomissão iniciou os seus trabalhos aprovando cinco requerimentos visando à realização de audiências públicas, convidando autoridades públicas (Ministro das Cidades, Prefeitos) para tratar dos diversos temas de ligados ao desenvolvimento urbano, mobilidade urbana e acessibilidade urbana entre outros.

Desejamos que, sob a batuta de S. Exª o Senador Inácio Arruda, a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – Cispid, realize um profícuo e exitoso trabalho sobre tão importante tema, que toca a tantos cidadãos, especialmente aqueles que habitam nossas cidades.

Comunicados. 5º Ciclo de Audiências: Relato do 4º Painel

Em continuidade ao ciclo de audiências públicas, denominado "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País", esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na segunda-feira, dia 4 de novembro, o 4º painel do tema *"Telecomunicações – Governança, Desafios Operacionais, Segurança e Visão de Futuro"*, com a participação do Sr. Artur Coimbra, Diretor do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações; do Sr. Caio Cezar Bonilha Rodrigues, Presidente da Telebrás; e do Capitão de Mar e Guerra Fábio Martins Raymundo da Silva, Chefe da Seção de Comando e Controle da Chefia de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Discorrendo sobre a contribuição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), para o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), o Sr. Artur Coimbra destacou a importância da Telebrás como uma rede neutra, oferecendo *backbone* e *backhaul*, cuja infraestrutura terrestre atinge hoje 1.938 Municípios e que, com o desenvolvimento de seu plano de expansão, pretende chegar a 96% dos domicílios e escolas brasileiras.

Graças às suas características de ampla cobertura, fácil implementação e menor custo em relação a alternativas, o SGDC deverá ser usado para prover o acesso à internet em regiões de baixa densidade de acesso à banda larga, seja por sua extensão, dificuldade de acesso ou falta de infraestrutura.

Segundo o Sr Artur, o uso de satélites no Brasil atualmente é muito limitado, restringindo-se praticamente ao governo e a redes corporativas, em função dos preços elevados e da baixa velocidade. Contribuem para isso os altos custos logísticos, a tributação elevada e o predomínio das bandas C e Ku de baixa capacidade.

Com o uso da banda Ka no SGDC, o ganho tecnológico e a significativa redução dos custos – ocasionada pela maior capacidade da banda, tamanho e custo reduzidos e maior facilidade de instalação das antenas –, viabilizarão a internet banda larga via satélite, afirmou o Sr. Artur. Onde hoje empresas pagam

entre R$1.600,00 e R$3.500,00 mensais por uma velocidade entre 512Kb por segundo e 3Mb/s na banda Ku, estima-se que o custo na banda Ka cairá para R$80,00 a R$100,00 mensais por uma velocidade entre 10 e 15Mb/s.

O projeto do SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas) objetiva massificar o acesso à internet no âmbito do PNBL, em complementaridade à rede terrestre da Telebrás, prover comunicação entre os órgãos e entidades da administração pública federal e garantir soberania ao País em suas comunicações satelitais militares. Com o SGDC – sempre que falar SGDC, entendam, por favor, satélite geoestacionário –, as comunicações da administração federal deixarão de passar por terceiros, aumentando o nível de segurança.

A aquisição e integração do satélite estão a cargo da Visiona, empresa nacional integrada pela Telebrás (49%) e pela Embraer (51%), e sua operação ficará com a Telebrás. Em agosto de 2013, o Comitê Diretor do Projeto escolheu a Thales Alenia para a fabricação e a Arianespace para o lançamento do artefato, que deverá ocorrer em 2016 na Base Espacial de Kourou, na Guiana Francesa, concluiu ele.

O segundo palestrante, Sr. Caio Bonilha, explicou que o PNBL, fundado no tripé máxima cobertura, maior velocidade e preço compatível, busca a massificação do acesso à banda larga visando à redução das desigualdades social e regional, a geração de emprego e renda, a qualificação dos serviços de governo, o aumento da competitividade e a inserção do Brasil no cenário internacional.

O palestrante alertou que a Telebrás não atende diretamente o usuário final, pois o modelo da rede tem o núcleo principal (*backbone* óptico) da Telebrás, a ligação dos Municípios ao *backbone* (*backhaul* óptico/rádio/satélite), também da Telebrás ou de parceiros privados, mas a infraestrutura de conexão ao usuário final (acesso *wireless*/óptico) provém somente de parceiros.

A rede terrestre da Embratel, disse ele, com potencial de atendimento aos Municípios situados até 40km do POP (*point of presence*), atualmente cobre 1.938 Municípios (34,79%), o que corresponde a uma população de quase 125 milhões de habitantes (62,14%). A previsão é de atingir 2.367 Municípios, correspondentes a uma população de mais de 147 milhões de habitantes.

O SGDC, na banda X, vai atender as comunicações do Ministério da Defesa e, na banda Ka, vai atender as comunicações estratégicas do Governo Federal e aumentar o alcance do PNBL, com cobertura em todo Território nacional, incluindo Fernando de Noronha, a Amazônia Azul e o pré-sal. Teremos redes seguras, isoladas e com equipamentos nacionais, sem os *backdoors* instalados nos equipamentos estrangeiros, o que aumentará a capacidade e diminuirá a vulnerabilidade das comunicações estratégicas brasileiras.

As estações de controle, operadas pelo Ministério da Defesa e pela Telebrás, estarão instaladas dentro de área do ministério, assegurando níveis de segurança militar às operações de telemetria e controle do satélite. Toda comunicação de controle, realizada em banda Ka, cuja arquitetura multifeixes restringe o acesso a regiões bem definidas, será feita por espalhamento espectral com códigos estabelecidos pela Telebrás/Ministério da Defesa, que também estabelecerá os códigos de segurança do sistema de criptografia.

Visando a absorção e transferência de tecnologia para a capacitação e domínio das tecnologias críticas no setor de telecomunicações, além do maior envolvimento e participação da indústria nacional, foi criada a Visiona Tecnologia Espacial S.A. – uma *joint-venture* entre a Telebrás e a Embraer, encarregada da seleção, contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação de satélites, estações de terra e outros sistemas aeroespaciais.

Em resposta a questionamento, afirmou que o Brasil já possui alguma capacidade tecnológica, a exemplo do Laboratório de Integração e Testes do Inpe (Instituto de Pesquisas Espaciais), e que todo satélite é construído integrando partes produzidas em diferentes países. Explicou, ainda, que a capacitação é paulatina e que, com este primeiro satélite, têm-se em vista basicamente a aquisição de experiência em integração, a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de recursos humanos.

O Comandante Fábio Martins, último palestrante, observou que o projeto do SGDC se submete a três condicionantes: controle do satélite exclusivamente em Território brasileiro, em parceria da Telebrás e Ministério da Defesa; segundo, uso dual com controle das comunicações militares pelo Ministério da Defesa e das comunicações civis pela Telebrás, e; terceiro, estações de controle principal (Brasília) e secundária (no Rio de Janeiro) do satélite, situadas em organizações militares.

O lançamento do SGDC atende aos seguintes propósitos: ampliação da capacidade satelital do Siscomis (Sistema de Comunicações Militares por Satélite) para comunicações militares em banda X e para atendimento do segmento espacial dos demais sistemas militares; atendimento das comunicações estratégicas do Governo Federal e ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), em banda Ka, e; absorção e transferência de tecnologia para o Setor Aeroespacial Brasileiro.

O sistema, explicou o Comandante Fábio, oferecerá três níveis de cobertura em banda X: cobertura nacional, compreendendo todo Território brasileiro, inclusive o pré-sal; cobertura regional, contemplando a América do Sul e parte da América Central e Antártida, atendendo inclusive as tropas no Haiti; e cobertura móvel, possível de ser direcionada para qualquer local, a exemplo do contingente hoje em operação no Líbano.

Respondendo a questionamentos, o palestrante afirmou que o SGDC tem vida útil estimada de 10 a 15 anos; ficará a 36.000km da Terra e poderá ser usado pelas redes de inteligência brasileiras. Segundo ele, qualquer tentativa de interferência no nosso satélite pode ser detectada e isolada, pois o sistema é de conexão ponto a ponto, exigindo grande sincronismo. Além disso, será dotado de *antijamming*, trabalhará com *softwares* próprios e criptografia das comunicações sensíveis, operando, desta forma, com grande segurança, concluiu o comandante.

Panorama da infraestrutura na palavra de especialistas

O leilão do Campo de Libra, no pré-sal da bacia de Santos, continua a repercutir entre os analistas do setor. Em artigo recente, o advogado e professor Sacha Calmon, presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF), no Rio de Janeiro, alerta para o fato de que as reservas mundiais de petróleo estão aumentando, enquanto os preços tendem para baixo. Referindo-se à exigência obrigatória de conteúdo nacional de 60%, ele é de opinião que essa exigência mostrará a carência de empresas brasileiras e induzirá a que empresas estrangeiras aqui se instalem para produzir os bens e serviços necessários (no caso, para a exploração do campo de Libra). Esse fato, na sua avaliação, pode atrasar o processo. Ele acredita que "para a jovem Libra crescer, é preciso que haja liberdade à sua volta, ou não terá irmãos".

Numa crítica ao modelo de partilha adotado pelo Governo Federal, entende o advogado que a política correta deve ser a de aumentar a participação das petroleiras, se possível todas, privadas e estatais, com o objetivo de ganhar velocidade no processo, sob outro modelo concessivo. Nas palavras do especialista, "o governo teve de fazer intenso empenho para que a Shell e a Total participassem do leilão (de Libra)".

O advogado Calmon cita o professor Edmar de Almeida, membro do Grupo de Economia de Energia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para quem a falta de outros consórcios no leilão de Libra "foi um sinal de que o modelo [adotado pelo governo] não deu certo". Para o presidente da ABDF, as incongruências do modelo afastaram muitas petroleiras, que se retraíram, "dificultando a velocidade que devemos ter em retirar o petróleo e o gás do fundo do oceano".

Para Sacha Calmon, o fato de a Petrobras ser parte de um consórcio, com ônus de 10% ou mais – porém sendo sempre sócia do consórcio que vencer, com ônus de 30% -– cria incongruências e incertezas. Para além disso – recorda o advogado –. haverá outra estatal acima da Petrobras (a Pré-Sal S/A), com poder de decisão e veto sobre a exploração.

Por outro lado, mais um setor de obras de infraestrutura mereceu a atenção do Governo Federal nos últimos dias. A forma de contratação das obras em 270 aeroportos que fazem parte do programa de aviação regional lançado pela Presidente Dilma Rousseff, no final do ano passado, sofrerá ajustes em seu programa, de acordo com decisão tomada pela Presidenta. Segundo o Ministro da Secretaria de Aviação Civil, Sr. Moreira Franco, os ajustes darão "mais consistência ao programa", ao eliminar o risco de estruturas pequenas para Municípios com muita demanda, ou terminais grandes para aeroportos com outros tipos de restrições em sua infraestrutura como um todo. Os ajustes permitirão, com base no que for apontado pelos projetos, que o Governo contrate para cada aeroporto, de uma só vez, todas as intervenções necessárias, como terminais de passageiros, reformas de pistas, ampliações de pátios de aviões e acessos viários.

O Ministro Moreira Franco afirma que as primeiras licitações de obras, já em formato mais amplo, deverão sair até o fim de dezembro e assegura que "o programa estará a todo o vapor em 2014". Na sua avaliação, o investimento nos aeroportos regionais é fundamental para permitir o crescimento da aviação no interior do País, uma vez que as projeções oficiais indicam que o número de passageiros nos 270 aeroportos deverá saltar dos atuais 15,8 milhões de usuários por ano, para 65,5 milhões em 2025 e 113 milhões em 2035.

Notícias da infraestrutura. 4º comunicado. Notícias da Infraestrutura.

Foi lançado agora no mês de outubro, em São Paulo, o livro *Parcerias Público Privadas – Experiências, Desafios e Propostas*. Esse livro foi organizado pelos economistas Gesner Oliveira e Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho. Trata-se de uma coletânea de artigos de profundo conteúdo e variada temática, que buscam o debate e a reflexão sobre o que poderia ser uma equação de equilíbrio entre os pesos do Estado e da iniciativa privada aplicável a políticas de investimentos eficazes em infraestrutura.

Em outras palavras, é um estudo de defasagem, ainda difícil de ser superada, entre o tempo econômico e o tempo burocrático na elaboração e aprovação das PPPs. Em um dos artigos contemplados pelo livro, os

autores apresentam um levantamento com dez propostas bem definidas para superar os gargalos que travam as parcerias público-privadas e as concessões e que aqui, acredito, valha a pena repetir.

Primeiro gargalo. A falta de capacidade de oferecer garantias adequadas de pagamento por Estados e Municípios. Eles apresentam a solução: especificar melhor as regras de contribuição e contragarantia de Estados e Municípios.

Segundo gargalo. As agências reguladoras têm deficiência de recursos para regular e fiscalizar adequadamente os contratos de concessão e PPPs. Neste caso, a legislação não permite. Solução apontada: retomar o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras, para alterar a gestão e aprovar o art. 7º, do Projeto de Lei nº 2.892, de 2011, que altera o parágrafo único da Lei nº 11.079, de 2004, atribuindo às agências reguladoras a responsabilidade pela regulação e fiscalização das concessões patrocinadas e administrativas do setor que regulam.

O PL nº 3.337, de 2004, do Executivo, foi retirado pelo Governo, em março deste ano, e o PL nº 2.892, de 2011, ainda tramita na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Terceiro gargalo. A impossibilidade de parte de empreendimento de PPP ser financiada com recursos públicos. Solução apresentada: já contemplado pela Lei nº 12.766, de 2012.

Quarto gargalo. Impossibilidade de Estados e Municípios contratarem PPPs cuja contraprestação ultrapasse 3% da receita corrente líquida. Solução apresentada: a presença de um limite para a contraprestação de projetos contratados via PPP pode continuar desestimulando a contratação desses projetos. Por isso, a eliminação do limite deve ser buscada.

Quinto gargalo. Concorrência entre recursos do PAC e para PPPs. Solução apontada: buscar a criação de uma linha de recursos específica para PPPs.

Sexto gargalo. Tributação sobre o faturamento de concessionárias de serviços públicos e parceiros privados. Solução: permitir que investimentos em ativos permanente imobilizados, necessários à prestação de serviços públicos ou vinculados a projetos de PPP com alto retorno social, sejam utilizados como crédito no PIS, Pasep e Cofins.

Sétimo gargalo. Dificuldade de contratação de consultores e especialistas para modelagem de projetos. Solução apresentada: adição do regime especial de licitação aplicável às unidades de PPP por meio de inclusão de artigo específico na Lei nº 1.279, de 2004, que permita a Estados e Municípios editarem regulamentos próprios de licitação para as unidades de PPP.

Oitavo gargalo. Dificuldade para o gestor público justificar a escolha pela modalidade de PPP ou concessão em determinado empreendimento. Solução apresentada: desenvolver e disseminar metodologias que permitam maior segurança para avaliar projetos e acelerar a tomada de decisão quanto à aprovação de projetos.

Nono gargalo. O modelo federal referência de manifestação de interesse é pouco ágil. Solução: inclusão de diretrizes gerais para o procedimento de manifestação de interesse com certo nível de padronização.

Finalizando, décimo gargalo. Falta de conhecimento na sociedade sobre possíveis benefícios de concessões e PPPs. Solução: treinamento de gestores públicos no tema de PPP, inclusão da discussão sobre parcerias nas universidades e inserção do tema das PPPs e concessões como tópicos obrigatórios em concursos públicos.

Conforme anunciado na nossa última reunião, faremos agora, nesta reunião, o lançamento da 18ª edição da revista *Em Discussão!* Neste momento, daremos, portanto, início à cerimônia de lançamento da revista referida, editada pela Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal, com temas definidos a partir dos debates realizados nesta Casa.

Convido para que tomem assento à Mesa o Sr. Secretário de Comunicação Social do Senado Federal, Davi Emerich, e o Diretor do *Jornal do Senado*, Flávio Faria.

O tema da 18ª edição da revista é a respeito da mobilidade urbana.

Eu fico aqui aguardando a presença... (*Pausa.*)

Aqui ao meu lado direito o Sr. Davi Emerich, que é o Secretário de Comunicação Social do Senado Federal.

O Diretor do *Jornal do Senado*, Sr. Flávio Faria, ainda não chegou. Por favor, eu peço que retire a placa com o nome dele aqui à minha esquerda.

Faremos, então, o lançamento da revista com a presença do Sr. Secretário de Comunicação Social do Senado Federal, conforme avisei, Sr. Davi Emerich.

O tema da 18ª edição da revista, conforme também já comunicado a V. Exªs é a respeito da mobilidade urbana, assunto abordado por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em reunião realizada no dia 19 de junho, que contou com os seguintes convidados: o Dr. Moacyr Duarte, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias; e o Dr. Orlando Strambi, Professor Titular de Transporte Urbano da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Esta edição da revista abrange exatamente as ideias desses especialistas e expõe os projetos que estão em análise na Casa.

De acordo com o Senador Alfredo Nascimento, ex-Ministro dos Transportes, devem-se repensar as cidades. Segundo ele, a crise que estamos vivendo é uma crise das principais cidades do País, porque não existe mais mobilidade; não existe mais facilidade para o cidadão.

Uma das soluções apresentadas na publicação abrange planejamento e altos investimentos públicos, e a lista de opções alternativas de transporte público é extensa. No entanto, a eficácia de cada sistema variará com o tamanho da região em que será implantado e o orçamento disponível.

Essa aqui é a revista que está sendo lançada hoje, com conteúdo de muito boa qualidade, além do aspecto gráfico bastante cuidadoso.

Desde o início das manifestações de junho, o Congresso Nacional vem respondendo à demanda pela melhoria no serviço de transporte público, batizado de Agenda da Sociedade pelo Presidente do Senado Federal, S. Exª o Senador Renan Calheiros. O Senado ainda debate projetos para reduzir os custos do transporte para a população, incluindo a desoneração da cadeia produtiva do setor e a gratuidade para estudantes.

Parabenizo, portanto, pelo apropriado e importante tema que se propõem a abordar na revista Em Discussão!, todos os profissionais envolvidos nesse trabalho, na pessoa do Diretor da Secretaria de Comunicação Social, Dr. Davi Emerich, a quem agradeço e a quem tenho a satisfação de conceder a palavra.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente Collor, demais presentes, a Secretaria de Comunicação Social do Senado agradece este momento, que não é bem de lançamento da revista, mas que, na verdade, é de lançamento do número temático que apresentamos, neste momento, à sociedade brasileira. Presidente, já é o 18º número de edições temáticas.

Essa proposta de lançar uma revista temática nasceu do ex-Secretário Fernando Mesquita após uma constatação, Sr. Presidente, de que existia grande volume de trabalho e discussão realizado dentro do Senado, particularmente nas comissões, a que as nossas mídias mais convencionais – o jornal, a TV e a Rádio – não conseguiam dar vazão. Então, muitas ideias, muitos temas, muitos debates importantes, que nem sempre se transformavam em projetos de lei, ficavam mortos pelos caminhos, pelos arquivos, pelo *Diário do Senado Federal*, e a sociedade praticamente não tomava parte efetivamente do resultado desse debate.

Eu acho que um grande exemplo disso são as comissões por onde o senhor passa. Uma de suas características, como Senador e também como homem público altamente experiente, que já passou pela Presidência da República, é, por onde passa, ter por hábito e compromisso como homem público realizar grandes sessões de debates, grandes audiências públicas, que, ao final de uma gestão, praticamente conformam todo um conjunto de temas que marcariam os grandes problemas nacionais.

A revista se propõe, exatamente, a resgatar esses debates agendados pelas comissões – e a Comissão de Infraestrutura tem sido uma grande fonte de informação para as nossas edições –, que, juntamente com as contribuições dos Senadores e dos senhores que vêm às audiências públicas e com os estudos que são realizados principalmente por órgãos de pesquisa brasileiros respeitados, acabamos apresentando à sociedade brasileira uma parte do trabalho realizado pelo Senado Federal.

Muitas vezes também, imagina-se que Senador só trabalha quando está em plenário votando, quando, na verdade – temos aqui a experiência do senhor que é "indesmentível" –, antes das 8h da manhã, já há um conjunto grande de Senadores da Casa debruçados sobre temas nacionais. E a sociedade precisa saber disso.

Uma das propostas da revista *Em Discussão!* é exatamente esta: resgatar esse debate que se faz dentro das comissões e plasmá-lo em torno de uma revista bem editada, como o senhor bem citou, para dar uma dimensão do que se conversa aqui.

Outro fato importante, Sr. Presidente, na revista *Em Discussão!*, é que um dos problemas do produto impresso é a sua distribuição. Há um hábito antigo de, muitas vezes, se editar material gráfico, e esse material não ter nenhum plano de distribuição. Isso praticamente acaba se convertendo em desperdício de recursos, tanto recursos materiais como recursos humanos.

Então, nessa revista, mudamos um pouco essa abordagem. Sendo uma revista temática, ela tem uma distribuição básica aos Parlamentares, aos órgãos públicos, mas tem uma distribuição dirigida principalmente às entidades, aos movimentos e às personalidades que estão afetas à própria discussão. Então, ela ganha em eficiência naquilo a que ela se propõe, ou seja, atingir o público específico que debate aquela temática. Por exemplo, esse tema, essa revista vai alcançar sindicatos, entidades civis, ONGs, estudiosos da área de mobilidade urbana no Brasil que, como todo mundo sabe, é um grande problema.

O Brasil, hoje, como a revista aponta, vai para perto de 800 mil veículos circulando pelas ruas brasileiras, desde carro pequeno, moto, até caminhões e ônibus. Ou seja, já temos um veículo para cada 2,5 brasileiros. Então, percebe-se a dimensão do que é a questão da mobilidade urbana no Brasil. É um país, Sr. Presidente, onde muitas vezes as pessoas podem

dizer que o índice de carros ainda não chegou aos patamares de países como França, Inglaterra, Estados Unidos. Só que, no Brasil, até por ter perdido algumas revoluções tecnológicas históricas, nós conseguimos preservar um grande patrimônio ambiental neste país. E o paradigma da mobilidade urbana no Brasil – a revista coloca isso muito claramente – não necessariamente precisa copiar os modelos dos países desenvolvidos, que já destruíram todo o seu parque natural, o seu parque ecológico. Ou seja, a mobilidade urbana no Brasil tem de ser vista numa perspectiva – e o senhor sempre coloca essa questão muito clara aqui – numa perspectiva também de preservação ambiental e de qualidade de vida.

Então, acho que esse é um marco que nós temos. O ex-Senador Darcy Ribeiro dizia que o Brasil, pela sua formação histórica, talvez, fosse o único país do mundo a ter condições de dar ao mundo um novo padrão civilizatório. Acho que, na própria questão da mobilidade urbana, o Brasil tem muitas condições de inovar, de criar, que é uma característica do brasileiro, em relação a esse tema também. Então, a revista vem nesse sentido, de incorporar ideias novas, e de resolver um problema concreto para a Nação brasileira.

Eu queria agradecer aos meus companheiros de jornal, que estão ali, como o Joãozinho, que é o editor; ao Flávio, que é o nosso diretor do jornal; ao Leão, que é o diretor do jornalismo. Agradeço, como sempre, aos companheiros da gráfica, Sr. Presidente, porque, se esse trabalho é bonito, deve-se muito à concepção, mas se deve muito à competência industrial da gráfica, e aos companheiros e outras diretorias que estão aqui, que muito colaboram com a realização desse trabalho.

Obrigado (P*almas.*).

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Davi Emerich, pelas suas palavras e, sobretudo, porque nos brinda com uma edição primorosa sobre um tema que é absolutamente atual, que é o da mobilidade urbana.

É tão atual que a Comissão de Serviços de Infraestrutura acaba de implantar, de instalar a Subcomissão Permanente de Mobilidade Urbana, presidida por S. Exª o Senador Inácio Arruda. O título escolhido para a capa, e o reforço do título, é *Hora de Mobilidade Urbana, Hora de Mudar os Rumos – Excesso de Carros, Má Qualidade do Transporte Público Coletivo e Falta de Investimento em Infraestrutura.* De infraestrutura eu depreendo, do que está aqui colocado, o desafio ao futuro das grandes cidades brasileiras. Depois, na matéria de abertura, *Para Manter o Brasil em Movimento*.

Para que nós possamos manter o Brasil em movimento, temos de diminuir o movimento dos veículos nas nossas ruas. Realmente, todas as fotos que se podem tirar de alguma rua no Brasil, nas capitais brasileiras, é de absoluto engarrafamento. Isso, enfim, em função de um crescimento que temos de festejar, do Brasil; em função do aumento do número de pessoas que ingressaram na classe média – cerca de 40 milhões de pessoas, o que também temos de festejar. Mas isso ocorre e vem ocorrendo no momento em que a infraestrutura brasileira não estava ainda preparada para esse aumento nos padrões de consumo do brasileiro, que foi voltado especificamente para a aquisição de bens, como automóvel – um legítimo direito e aspiração de cada um ter o seu automóvel – e também porque faz parte da nossa cultura a não utilização de transportes urbanos, até porque a má qualidade dos serviços de transportes oferecidos à população faz com que esta evite esse tipo de transporte. Porém, algo necessita ser feito.

Não adianta o Brasil, que é um país em construção, importe métodos de países que já estão estratificados, prontos, com a sua construção realizada. As medidas que eles lá tomam não podem ser importadas para um país que está em construção, sob pena de atravancarmos o processo de desenvolvimento da nossa infraestrutura.

E sempre aqui digo, repito, repiso, sublinho: a questão da competição, e o termo é esse, a competição que existe entre os órgãos fiscalizadores para saber quem é que paralisa mais obras, quem é que emite mais multas, quem é que se mostra mais eficiente...

Naturalmente, setores da mídia compram com muita facilidade, porque certos setores gostam de comprar com facilidade essas informações que são passadas sem buscar apurar a verdade do que está acontecendo por trás. Então, eles colocam a meia-verdade e, portanto, mentem – os meios de comunicação mentem – quando dizem que tal obra foi paralisada e houve uma economia, pelo fato de a obra estar paralisada, de milhões de reais. Isso é uma meia-verdade. Portanto, é uma mentira. E é uma meia-verdade por quê? Porque diz que parou a obra, dando a entender que houve alguma falcatrua, algum manuseio indevido dos recursos públicos ali colocados. Nem sempre quando da aferição, quando da averiguação para saber se o motivo apontado para a paralisação de determinada obra procede e persiste, verifica-se que nem procedia e nem persistia. E aí, quando a obra é retomada, ela é retomada por um preço bem superior. E essa diferença, esse preço, é custeado por quem? Pela sociedade, que além de custear isso, fica impossibilitada de usar um equipamento urbano da maior importância, qual seja o transporte que o leva de sua casa ao seu local de trabalho, que leva os seus filhos até a escola, e assim

por diante, com perda de duas horas e meia, três horas, às vezes, até de quatro horas num transporte urbano para realizar aquilo que é de seu direito e também de seu dever, de buscar um trabalho que possa permitir o sustento de si próprio e de sua família.

Portanto, é importante que, nesta questão da mobilidade urbana, em que a infraestrutura está diretamente envolvida, continuemos a discutir. E a edição desta revista, Dr. Davi Emerich, é um estímulo para que esta Comissão continue a debater esses assuntos, sempre dizendo que todos nós somos favoráveis à fiscalização. Onde existe aplicação de recursos públicos, há que haver a fiscalização na correta aplicação desses recursos públicos. O que não pode haver é uma competição entre esses diversos organismos que tratam dessa fiscalização para saber quem vende à mídia a impressão de que está defendendo o Erário, quando na realidade o que está fazendo é depauperando o Erário – e os exemplos são vários –, pelos preços que são cobrados quando uma obra é paralisada, quando o contrato é rescindido, quando é feita uma nova licitação. O preço mais do que dobra em vários e vários casos.

Portanto, eu quero cumprimentar mais uma vez a equipe do departamento de jornalismo do Senado à frente da Secretaria de Comunicação Social, lembrando sempre o nome do jornalista Fernando César Mesquita, muito bem trazido aqui pelo Dr. Davi Emerich, que foi quem iniciou, quem teve a ideia de lançar essa revista *Em Discussão!,* para exatamente mostrar o trabalho que vem sendo realizado pelo Poder Legislativo, que, como também disse o Dr. Davi, fica mais fácil para a mídia, pois a mídia acordar às 7h da manhã para acompanhar uma comissão é impensável. Nos meios de comunicação, os seus integrantes estão acostumados a acordar meio-dia, 11 horas. Acho que cada um faz o seu horário. E as sessões plenárias são realizadas na parte da tarde. Então, é muito mais fácil cobrir no final da tarde, quando existem aqueles bate-bocas intermináveis que não levam a canto nenhum, salvo honrosas exceções de sessões, mas o trabalho das comissões não é mostrado. E é exatamente no campo do trabalho realizado pelas comissões temáticas do Senado Federal que as várias questões de extrema importância são discutidas e debatidas, passando por uma peneira e, depois, chegando ao plenário.

Por isso, é muito importante esta iniciativa de mostrar o que nas comissões temáticas vem sendo realizado.

Meu agradecimento, portanto, mais uma vez ao Dr. Davi por ter vindo aqui à nossa Comissão para fazer o lançamento da revista *Em Discussão!*, cuja essa edição trata especificamente da questão mobilidade urbana, extremamente atual, ainda mais com os eventos que estão por acontecer, como a Copa do Mundo, como as Olimpíadas.

Quero agradecer também por extensão o Diretor de Jornalismo da Secretaria de Comunicação Social, Sr. Eduardo Leão; o Coordenador do Jornal do Senado, Sr. Flávio Faria; o Editor-Chefe da revista *Em Discussão!*, Sr. João Carlos Teixeira; ao Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, Sr. Florian Augusto Coutinho Madruga.

E eu entendo que aqui a Editoração e Publicações é a gráfica? (*Pausa.*) É um nome meio sofisticado para dizer do trabalho que todos nós exaltamos bastante, que é o trabalho da gráfica do Senado, que, aliás, orgulha a cada um de nós, Senadores, pela extrema qualificação do seu quadro funcional. Se não fossem os senhores, e incluo aí os nossos consultores legislativos, todo o corpo funcional do Senado da República, os nossos trabalhos não se estariam desenvolvendo com a eficiência que estamos acostumados a presenciar e com que estamos acostumados a conviver.

A todos os senhores, em nome de todos os integrantes desta Comissão...

O SR. DAVI EMERICH – Poderia fazer só um pequeno comentário?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pois não.

O SR. DAVI EMERICH – Primeiro, corrigindo o número que tinha falado, da relação de um carro para 2,5 brasileiros. Na verdade, a nossa frota é de 80 milhões de veículos, incluindo desde veículos leves até caminhões, para uma população de 200 milhões. Portanto, a relação é um pouco mais alta. É um número grande, 80 milhões de veículos para 200 milhões de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Qual a fórmula matemática? A média?

O SR. DAVI EMERICH – Nós temos uma frota de 80 milhões de veículos no Brasil: automóveis, motos, motonetas, ônibus e até caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Há Municípios em que existem mais motos que carros.

O SR. DAVI EMERICH – Exatamente. É uma proporção muito alta, muito veículo. Praticamente, já estamos com todas as montadoras do mundo instaladas no Brasil. E há uma expectativa de que, até 2016, todas as montadoras do mundo estarão aqui. É um número significativo.

E a outra coisa, Presidente, é sobre o que o senhor falou, a respeito da mídia que chega às 11h. Isso ressalta a importância da Comunicação do Senado,

pois, antes das 8h da manhã, já temos um exército aqui dentro do Senado, exatamente para dar informação para uma mídia que muitas vezes chega mais tarde, e o nosso pessoal já está cumprindo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Exatamente, com exceção do Sr. Flávio Faria,que chegou 10 minutos atrasado, mas está dentro do previsto. (*Risos.*) O trânsito, né? A mobilidade urbana. Isso é verdade: às 6h30min, quando venho para o Senado, já há um tráfego intenso, é uma coisa; algo impressionante. Não impede que se chegue aqui na hora, mas esse trânsito vem... Às 18h, no horário de pico; no horário do almoço, também, porque aqui, em Brasília, ainda existe o hábito saudável de nós almoçarmos... Não nós, aqui no Senado, porque eu não costumo almoçar em casa em função dos afazeres, mas é normal que as pessoas saiam de seu trabalho para almoçar, às vezes em casa, enfim. Então, esse trânsito nesses horários de pico é, realmente, impressionante.

O Dr. Flávio tem razão, porque, nesse horário, o trânsito também atrapalha bastante a locomoção.

Agradeço, portanto, mais uma vez, a todos os senhores, enaltecendo o trabalho que todos vêm realizando. Graças aos senhores é que nós podemos divulgar e difundir o nosso trabalho, não somente por intermédio da TV e Rádio Senado, mas pela Agência Senado, pelo Alô Senado nas audiências públicas que nós aqui realizamos.

Nós temos, sempre, o apoio técnico do Alô Senado – 0800612211, usamos o Twitter do Senado, a internet, enfim, para haver uma maior participação da população nas audiências públicas aqui realizadas.

Enfim, quero agradecer, portanto, pelo lançamento de mais essa edição de *Em Discussão!*, desta feita sobre Mobilidade Urbana – hora de mudar os rumos.

Parabéns a todos e aceitem, no meu cumprimento, no meu abraço ao Dr. Davi Emerich, os meus cumprimentos e o meu abraço a todos que fazem o corpo editorial da Secretaria de Comunicação Social e, também, da Gráfica do Senado da República.

Muito obrigado aos senhores. (*Palmas.*)

Informamos, também, que a revista *Em Discussão! – Mobilidade Urbana* pode ser acessada na internet no endereço www.senado.leg.br/emdiscussao.

Passando à pauta do dia de hoje, voltamos a informar que é uma audiência pública, e todos aqueles que desejarem poderão fazê-lo por intermédio do Alô Senado – a chamada é gratuita e o telefone é 0800612211, ou enviando sua contribuição pela internet, pelo Facebook ou pelo Twitter@AloSenado.

Qualquer pessoa que esteja nos acompanhando pela TV ou ouvindo pela rádio ou pela internet pode participar, dirigindo perguntas e fazendo as suas considerações aos participantes da audiência pública que, hoje, tem como tema Segurança Cibernética, quinto e último painel do ciclo sobre Telecomunicações, parte integrante da Agenda 2013/2014, "Investimento e Gestão – Desatando o Nó Logístico do País", da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para debater o tema, ouviremos as seguintes autoridades e especialistas, a quem aproveito e convido para que tomem assento à mesa: Sr. General José Carlos dos Santos, chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército; Sr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; Sr. Raphael Mandarino Júnior, diretor do Departamento de Segurança de Informação e Comunicação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Desejo a todos os senhores palestrantes da manhã de hoje, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, as melhores boas-vindas e os nossos cumprimentos. (*Pausa.*)

Iniciando a nossa audiência pública, passo a palavra ao Sr. General José Carlos dos Santos, chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército brasileiro.

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS – Sr. Presidente Fernando Collor, em nome de quem cumprimento meus companheiros de mesa, todas as autoridades, senhoras e senhores, o tema do meu pronunciamento é segurança cibernética e suas implicações na soberania nacional.

A vertiginosa evolução tecnológica experimentada pela sociedade nos últimos 20 anos permitiu o ingresso das tecnologias da informação e comunicações em todos os domínios da atividade humana, proporcionando grandes benefícios à Humanidade, facilitando o trânsito de informações, a interação e a aproximação entre indivíduos, grupos sociais, políticos e econômicos, e entre nações.

Por outro lado, entretanto, temos testemunhado o uso crescente de tais tecnologias como novo instrumento de dominação entre nações, onde o espaço cibernético é utilizado para se manter o *status quo* ou se alcançar maior influência na relação de poder entre as nações

Desse modo, surgem verdadeiros artefatos cibernéticos, alguns desenvolvidos com propósitos nitidamente militares, a exemplo do vírus Stuxnet, ao qual me tenho referido em algumas apresentações como a primeira bomba cibernética, em analogia ao artefato nuclear lançado pelos Estados Unidos em Hiroshima, ao final da Segunda Guerra Mundial.

Nos dias atuais, os ataques cibernéticos constituem ameaças significativas à estabilidade e à segu-

rança da sociedade e à soberania dos Estados, sejam eles classificados como "hacktivismo", crime cibernético, espionagem, terrorismo ou mesmo ato de guerra perpetrado no espaço cibernético.

A diferença em relação às ameaças cinéticas é o seu baixo custo, estando acessíveis a grupos de *hackers*, criminosos, terroristas ou de organizações e países sem grandes recursos tecnológicos ou financeiros.

Assim, a adaptação e a modernização das instituições e estruturas de Estados para enfrentá-los devem ser abordadas com grande responsabilidade e visão estratégica, como é o caso desta reunião no Senado.

O espaço cibernético tornou-se essencial para a defesa e a segurança nacionais.

A Estratégia Nacional de Defesa, formulada, inicialmente, ao final de 2008, estabeleceu diretrizes para o preparo e o emprego das Forças Armadas e definiu três setores estratégicos para a defesa nacional: o espacial, o cibernético e o nuclear. Enfatiza que todas as instâncias do Estado devem contribuir para o incremento do nível de segurança nacional, com particular ênfase nas medidas para a segurança das infraestruturas críticas nacionais e para o aperfeiçoamento dos dispositivos e procedimentos de segurança que reduzam as vulnerabilidades dos sistemas críticos contra ataques cibernéticos.

Atualmente, o Centro de Defesa Cibernética, CDCiber, criado oficialmente pelo Decreto nº 7.809, de 20 de setembro de 2012, coordena e integra, de forma matricial, os trabalhos de diversas instituições governamentais, empresariais e acadêmicas, conforme prescrito na estratégia nacional de defesa.

Recentemente, em 12 de setembro último, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Decreto Legislativo nº 818/13, que contém os textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional.

A atualização da END estabelece, entre outras medidas, ações no sentido de fortalecer o Centro de Defesa Cibernética, com capacidade de evoluir para Comando de Defesa Cibernética das Forças Armadas; de aprimorar a Segurança da Informação e Comunicações (SIC), particularmente, no tocante à cerificação digital no contexto da Infraestrutura de Chaves-Públicas da Defesa (ICP-Defesa), integrando essas estruturas no âmbito das três Forças; fomentar a pesquisa científica voltada para o setor cibernético, envolvendo a comunidade acadêmica nacional e internacional; desenvolver sistemas computacionais de defesa baseados em computação de alto desempenho para emprego no setor cibernético e com possibilidade de uso dual; desenvolver a capacitação, o emprego e o preparo dos poderes cibernéticos operacional e estratégico, em prol das operações militares conjuntas e da proteção das infraestruturas estratégicas do País; incrementar medidas de apoio tecnológico por meio de laboratórios específicos voltados para as ações cibernéticas; estruturar a produção de conhecimento oriundo da fonte cibernética, essencial para a segurança e defesa cibernética proativa.

Além disso, destaco, no Livro Branco de Defesa Nacional, as seguintes premissas sobre o setor: sua implantação tem como propósito conferir confidencialidade, disponibilidade, integridade, autenticidade e não repúdio dos dados que trafegam em suas redes. Esse projeto representa um esforço de longo prazo, que influenciará positivamente as áreas de ciência e tecnologia do Brasil.

Sob a coordenação do Ministério da Defesa, significativos avanços têm-se concretizado na capacitação do pessoal especializado e no desenvolvimento de soluções de elevado nível tecnológico, contemplando a multidisciplinaridade e dualidade das aplicações, induzindo a indústria nacional a produzir sistemas inovadores.

As vulnerabilidades existentes no espaço cibernético brasileiro advêm de causas diversas. A principal delas é decorrente da dependência tecnológica em relação a países com alto grau de desenvolvimento na área de tecnologia da informação e comunicações, e dificilmente será superada em curto prazo.

Outra causa, de natureza mais complexa, advém da falta de consciência a respeito da necessidade de proteção de informações sensíveis, sejam de natureza institucional ou individual. Desta, decorrem todas as demais vulnerabilidades, tais como a falta de investimentos no setor, a insuficiência de especialistas de segurança da informação e o não cumprimento de normas de proteção já estabelecidas por agências responsáveis pela segurança cibernética do País.

Agrega-se às vulnerabilidades já citadas o escasso arcabouço legal nacional e internacional, o que motivou o regime de urgência na tramitação do Marco Civil da internet e tem marcado a posição do nosso País na necessidade de discutir o estabelecimento de um marco regulatório também no plano internacional, principalmente após o caso Snowden.

A criação do CDCiber tem servido para incrementar o grau de segurança cibernética no âmbito da defesa, assim como na integração e coordenação de esforços mais amplos com outros setores do Governo e da sociedade, com resultados expressivos, como ficou demonstrado nos grandes eventos.

O contexto atual no setor mostra, entretanto, que, além da atual ação político-diplomática do Governo brasileiro junto à Organização das Nações Uni-

das, tais esforços devem ser acelerados por meio de ações concretas no médio e curto prazo, não restritas ao âmbito da defesa.

A coordenação dos trabalhos e a integração de todos os vetores vocacionados para as atividades do setor cibernético devem ocorrer de forma colaborativa entre os setores público, privado, acadêmico e a base industrial brasileira, com foco na eficácia das ações de defesa cibernética.

O CDCiber tem atuado de forma colaborativa e em parceria com diversas agências governamentais, como o Serpro, o GSI, principalmente por meio do DSIC, aqui representado por seu chefe, Dr. Raphael Mandarino; com o Ministério das Relações Exteriores, com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, com os Centros de Tratamento de Incidentes de Rede do Governo (CTIR Gov e CTIR.Br), com a Anatel, com a Aneel, com a Polícia Federal, entre outras instituições. Dessa forma, realizou, durante a Rio+20, Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude, a coordenação e integração das ações de proteção ao ambiente cibernético brasileiro, por meio de um centro de monitoramento cibernético integrado por especialistas da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, daqueles órgãos governamentais que acabei de citar e empresas nacionais de *software*, parceiras indispensáveis no sucesso daqueles eventos.

Ainda dentro dessa forma colaborativa de atuação, o CDCiber organizou, em julho e setembro de 2011, duas jornadas de trabalho em conjunto com a Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, onde foram elaborados quatro programas a serem fomentados por aquele ministério: Escola Nacional de Defesa Cibernética, Supercomputação Nacional de Defesa, Desenvolvimento de Soluções para Segurança de Ambientes Computacionais e Sistema Modular de Defesa Cibernética. Mais de 50 instituições, públicas e privadas, participaram das duas jornadas.

O Brasil não dispõe de uma indústria de equipamentos eletrônicos e de telecomunicações que possam substituir a grande parte de componentes importados para suas redes internas, tais como equipamentos de comutação, roteadores, centrais de voz e outros ativos críticos para assegurar a disponibilidade, confidencialidade, autenticidade e integridade das suas comunicações internas.

Além disso, existe a dependência em relação às operadoras não nacionais de grande parte da nossa infraestrutura de telecomunicações. Nesse contexto, vale mencionar o fato de que a lei norte-americana, conhecida como Calea (Communications Assistence for Law Enforcement Act), obriga os fabricantes americanos a tornar possível a coleta de dados de interesse para a segurança daquela superpotência. As recentes revelações do Sr. Edward Snowden fazem-nos inferir que tal lei tem sido cumprida à risca.

Existe, portanto, a necessidade de uma estratégia de amplo alcance no sentido de buscar o desenvolvimento autóctone para a produção de componentes críticos no setor, por meio da intensificação da pesquisa tecnológica e inovação, ação esta já iniciada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de uma série de programas, a exemplo do Inova Aerodefesa.

O Brasil ainda não dispõe de um órgão nacional, com estrutura tecnológica capacitada, para certificar e homologar produtos utilizados pelas empresas de tecnologia da informação e comunicações em seu território. Em recente audiência pública na Câmara dos Deputados, levantei a questão sobre a necessidade de se atribuir tal tarefa a uma agência governamental já existente ou, se necessário, criar-se uma nova estrutura com tal atribuição, uma espécie de Agência Nacional de Segurança Cibernética.

No âmbito do Ministério da Defesa, o modelo de desenvolvimento baseado no tripé governo, instituições acadêmicas e indústria nacional tem alcançado resultados promissores. Em menos de dois anos de implantação do setor de defesa cibernética, já existem produtos, tais como o próprio Centro de Defesa Cibernética, um simulador nacional, o primeiro antivírus brasileiro e ferramentas de gestão de risco e de inteligência, que se têm mostrado muito eficazes na proteção dos ativos de informação relacionados aos últimos grandes eventos (Rio+20, Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude).

Mais do que simples produtos, a forma cooperativa e integradora de atuação entre as diversas agências envolvidas naqueles eventos, sob a coordenação do Ministério da Defesa, pode servir como modelo para o País na busca de segurança e defesa cibernética mais abrangentes. Paralelamente, a ofensiva político-diplomática do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, no sentido de se discutir um ordenamento no espaço cibernético, parece ter sido a postura mais adequada e possível na presente conjuntura. Nações de peso no cenário mundial começam a demonstrar apoio à proposta brasileira, a exemplo da Alemanha. No entanto, não sejamos ingênuos, como nação, a ponto de acreditar que tal ofensiva será suficiente na defesa dos interesses nacionais.

O Brasil deve fazer um esforço no sentido de dotar sua Defesa de condições mínimas para dissuadir ações no espaço cibernético que ameacem seu patrimônio, e buscar independência tecnológica, se não

total, pois que tal objetivo é cada vez mais inalcançável num mundo de economia globalizada, pelo menos que garanta a segurança de seus ativos de toda ordem, em especial no ambiente cibernético, ajudando a preservar sua soberania no concerto das nações.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Muito obrigado, General José Carlos Santos, Chefe da Defesa Cibernética do Exército.

Convido nosso segundo palestrante, Maximiliano Martinhão, Secretário das Telecomunicações do Ministério das Comunicações.

Com a palavra.

O SR. MAXIMILIANO MARTINHÃO – Bom dia, Senador Wilder Morais. É uma satisfação estar aqui nesta importante audiência pública sobre segurança em telecomunicações.

Farei uma pequena apresentação, Senador. Primeiramente, menciono que procurei organizar essa apresentação do ponto de vista de infraestrutura de telecomunicações, das vulnerabilidades que identificamos, da prestação de serviços de telecomunicações, e alguns aspectos regulatórios legais. Além disso, algumas medidas em curso que temos desenvolvido.

Primeiramente, apresento o setor de telecomunicações.

O setor de telecomunicações brasileiro encontra-se entre um dos maiores do mundo. Temos mais de 260 milhões de acessos em telefonia móvel, mais de 16 milhões de acesso em televisão por assinatura, mais de 20 milhões de banda larga fixa, mais de 85 milhões de banda larga móvel. Isso nos coloca como um dos maiores setores de comunicação do mundo, como receitas superiores a R$215 bilhões em 2012 e investimentos superiores a R$25 bilhões em 2012.

Do ponto de vista de governança do setor, a Lei Geral das Telecomunicações estabelece que o Poder Executivo, por meio do Ministério das Comunicações, cuida de elaborar as políticas públicas setoriais, e a Anatel é responsável pela implementação dessas políticas públicas.

É importante destacar que, do ponto de vista da regulação, o setor de telecomunicações, serviços e infraestrutura de telecomunicações, são um setor regulado, e, de certa forma, trata-se de uma regulação bem detalhada, estabelecendo condicionamentos para prestação de serviços e implantação de infraestrutura. Por outro lado, quando olhamos o serviço de internet, produção e veiculação de conteúdos, aplicações e serviços de internet, vemos que esses serviços são levemente regulados no País, e talvez até no mundo seja essa a condição que prevaleça. Os serviços baseados em internet são levemente regulados.

Na questão da segurança de redes e de informação, alguns aspectos merecem ser destacados – quatro principalmente: a confidencialidade da rede da informação, a integridade da informação, a disponibilidade, a autenticidade dos dados.

Quando falamos de confidencialidade, se é um dado sigiloso, pergunta-se que medidas são tomadas para proteger esse dado. Normalmente, usa-se a criptografia. Acerca da disponibilidade do serviço de informação, o que se busca, o que se procura fazer para tornar a informação acessível? Criar redundância da informação, melhorar a topologia da rede para assegurar a disponibilidade do serviço, da informação.

Na questão da integridade, a transmissão da informação de um ponto até outro ponto, houve alguma modificação da informação? Como você garante que a informação não foi modificada? São necessários mecanismos de identificação dessa informação.

E, quanto à autenticidade, principalmente a questão da assinatura digital.

Isso colocado, colocados esses principais pontos necessários para garantir a segurança das redes da informação – confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade –, passamos às vulnerabilidades.

Primeiro, no que tange à estrutura da comunicação no meio cibernético hoje, as nossas rotas de comunicação com o mundo são principalmente através dos Estados Unidos. Existe uma concentração de tráfego do Brasil em direção aos Estados Unidos e, mais do que isso, no que tange à prestação dos serviços desenvolvidos por meio da internet, há também uma concentração das receitas desse setor nos Estados Unidos. Esse desequilíbrio de tráfego, no momento em que há um caminho único para o desenvolvimento do serviço da internet, gera uma vulnerabilidade das comunicações brasileiras, porque é o único caminho que temos. Passa pelos Estados Unidos, que têm uma legislação, chamada Fisa (Corte de Vigilância de Inteligência Externa), que trata da interceptação de informações para coleta de informações de inteligência. No momento em que há uma única rota, passando por esse caminho, é uma vulnerabilidade às nossas comunicações. Lembro que o tráfego segue até os Estados Unidos e volta até o Brasil, no caso dos serviços de internet.

E, também, outra informação relevante é que essa estrutura gera um custo para o País, anual, de US$650 milhões, apenas com o trânsito IP.

Outra vulnerabilidade dessa estrutura é a questão da prestação dos serviços. Os principais serviços de internet hoje estão baseados nos Estados Unidos e, portanto, estando lá, sujeitam-se à jurisdição e à legislação americana, como mencionei. Estão sujeitos às legislações de inteligência dos Estados Unidos.

Mais do que isso, do ponto de vista de prestação de serviços, os termos de uso são extensos, são de difícil interpretação pelos usuários brasileiros, e normalmente fazem referência a fóruns jurisdicionais fora do Brasil.

Os modelos de negócio da internet dependem da coleta de informação dos usuários e, por estarem nos Estados Unidos, há um armazenamento de dados de brasileiros em *data centers* que estão fora do País.

Outra vulnerabilidade, já mencionada pelo General José Carlos, é a Calea (Communications Assistence for Law Enforcement Act). Aqui, um primeiro aspecto importante, como já mencionado, é que, quanto ao desenvolvimento tecnológico do setor de telecomunicações, o Brasil é carente desse desenvolvimento, e a maior parte dele está acontecendo no exterior, sujeitando-se à legislação, como é a Calea, que prevê a criação de vulnerabilidade de *softwares* e *hardwares*, que permitem o monitoramento eletrônico remoto. Isso certamente traz uma vulnerabilidade importante para o setor.

Outro aspecto da internet relevante é a questão da governança dos recursos críticos da internet. Existe uma instituição chamada ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers), empresa privada que (*Inaudível*.) Lei da Califórnia, vinculada, por meio de contrato, ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Essa instituição é responsável pela administração dos recursos críticos da internet – nomes e números da internet. Além disso, essa instituição também é responsável pelos servidores-raiz da internet – existem treze servidores-raiz no mundo, dez nos Estados Unidos, dois na Europa, um na Ásia. Não existe nenhum no Hemisfério Sul, todos concentrados no Hemisfério Norte.

No Brasil, o que temos para tentar trabalhar com essa vulnerabilidade é que, aqui no País, temos servidores-espelhos do conteúdo brasileiro, dos nomes e números brasileiros, dentro de uma política implementada pelo Comitê Gestor da Internet.

O que temos feito diante disso? Temos iniciado algumas atividades mesmo antes das recentes revelações de monitoramento de comunicações. Há uma série de iniciativas em curso. Primeiro, com a edição do Plano Nacional de Banda Larga em 2010, havia um aspecto importante, que era a construção de uma rede, por meio da Telebrás, que permitisse uma estrutura controlada pelo Governo brasileiro.

Essa estrutura hoje tem 21 mil km de extensão, de redes de fibras óticas, controlados pela Telebrás, com potencial de cobrir mais de 21 mil Municípios brasileiros; tem como meta chegar a mais de 4 mil Municípios brasileiros, em 2014, e é uma infraestrutura controlada pelo Governo brasileiro. O Governo brasileiro é o principal acionista da Telebrás e, sendo o principal acionista, tem todo um cuidado por parte do Governo.

Recentemente, na Telebrás, a gente concluiu um processo para a aquisição de um satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas. Então, a rede de fibra ótica da Telebrás chega rapidamente a 2 mil Municípios. O satélite, quando estiver em operação, cobrirá todos os Municípios brasileiros, todas a cidades brasileiras, todo o Território brasileiro, e é um satélite voltado para comunicações de defesa, com a banda X, e comunicações de banda larga, estratégicas para o Governo, em banda KA.

A contratação da construção de satélites deve ser concluída ainda neste ano – como mencionei, vai cobrir todo o Território nacional – e complementa a rede terrestre da Telebrás. O que é importante é que a construção dessa infraestrutura, controlada pelo Governo Federal, evitará que o tráfego de comunicações governamentais saia da esfera do Governo.

Outra medida que nós temos é a construção de um anel ótico continental aqui na América do Sul voltado para fazer a interligação do nosso País com os nossos vizinhos diretamente, sem passar por terceiros países.

Essa é uma situação que ocorre hoje, e pretendemos com esse projeto evitar que comunicações entre países vizinhos passem por países terceiros. E isso traz como benefícios a redução do custo do tráfego IP internacional, como mencionei. Gastamos por ano US$150 milhões com esse tráfego, redução da demanda de saída transoceânicas e diminuição da necessidade de troca de tráfego com os Estados Unidos.

A Telebrás está concluindo os estudos para a implementação de cabos submarinos em direção a outras regiões do mundo. Então, a nossa principal saída hoje é com os Estados Unidos, a Telebrás está concluindo estudos para fazer ligações com a Europa, e com África, criando uma diversidade de canais de ligações de saída do tráfego internacional brasileiro, e isso é exatamente mais uma medida que evita a necessidade de trocar tráfego nos Estados Unidos. Portanto, diminui a vulnerabilidade que temos pelo fato de as nossas comunicações internacionais estarem nos Estados Unidos.

Outra medida que temos defendido é a construção de *data center*s locais e a troca de tráfego em nosso País. Como mencionei, os principais serviços de internet estão nos Estados Unidos, e estamos com um esforço para que esses *data centers* que atendem ao público brasileiro sejam construídos aqui no País.

Por que isso? Porque isso trará como resultado a observância da lei geração brasileira, quanto à privacidade, defesa do consumidor, padrões da indústria.

Recentemente, há questão de 15 dias, o representante de um grande portal de serviços da internet mencionou assim: "Olha, eu presto serviços no Brasil, mas eu sou uma empresa constituída em solo americano". Eu vou obedecer à lei do país onde eu fui constituído.

Isso é uma coisa inaceitável. A gente tem de forçar a atração desses *data centers,* para que a legislação brasileira seja atendida. Utilizando desse argumento, essa empresa já negou acesso à Justiça brasileira a decisões que foram tomadas aqui no Brasil: eles se negaram a atender a Justiça brasileira dizendo que as informações estavam nos Estados Unidos, o que é inaceitável.

A construção desse *data center* reduz os custos de comunicação internacional e melhora também a qualidade de serviços perseguida por usuários de serviços aqui no Brasil além de garantir a nossa jurisdição.

Um aspecto muito importante é a necessidade de estimular a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia nacional voltada aos serviços de telecomunicações.

No País, nós temos uma política de tecnologia nacional, chamada Portaria nº 950, do Ministério de Ciência e Tecnologia. No Ministério das Comunicações, a gente já tem utilizado essa política como fundamento para a promoção de incentivos fiscais que o Ministério das Comunicações tem para o desenvolvimento de infraestrutura de banda larga. A gente tem também incentivado o uso de equipamentos e de *softwares* auditáveis, e isso é fundamental, porque você precisa conhecer o que o equipamento está fazendo, precisa conhecer o software que administra o equipamento, para verificar se não existem aqueles *backdoors* que eu mencionei, por exemplo, no caso da lei da Calea.

Do ponto de vista do Funttel, que é o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, recentemente, o Conselho do Funttel incluiu como linha estratégica o investimento em comunicações estratégicas como área prioritária. O objetivo disso é trabalhar junto com o Ministério da Defesa e com o Ministério da Ciência e Tecnologia, criando linhas de ação para o desenvolvimento de *startups* voltadas a atividades de segurança e também para a criação de laboratórios que possam fazer a verificação dos equipamentos e identificar se esses equipamentos possuem ou não *backdoor*.

Ontem, foi publicado o Decreto nº 8.135, que cria uma política relacionada à proteção do serviço de comunicação e do serviço de tecnologia de informação dentro do Governo Federal. Esse decreto diz que as comunicações de dados da Administração Pública Federal deverão ser feitas por redes e serviços fornecidos pela própria Administração Pública Federal. Cria uma política para o uso do serviço de correio eletrônico desenvolvido dentro do Governo Federal. Estabelece que programas e equipamentos deverão ser auditáveis, para fins de segurança da informação, e que o armazenamento e o processamento de dados da Administração Pública Federal deverão ser realizados por instituições do Governo. Cria um cronograma de implantação, que vai ser estabelecido pelo Ministério da Defesa, pelo Ministério do Planejamento e pelo Ministério das Comunicações, e regulamenta a dispensa de licitação prevista na Lei nº 8.666 para serviços de rede e de TI providos pela Administração Pública Federal, com fins de proteger a segurança nacional.

Na esfera legislativa e regulatória, estamos apoiando a aprovação do Marco Civil da Internet, que preenche aquela lacuna que mencionei no início, a falta de regulamentação de serviços da internet. O Marco Civil da Internet começa a trazer uma regulamentação para o serviço baseado na internet. Há alguns princípios, como o de sujeitar as empresas à legislação brasileira, o de buscar o armazenamento dos dados no Território nacional, o de garantir o direito à privacidade e à liberdade de expressão nas comunicações, que é outro item importante dentro do Marco Civil.

Estamos apoiando também a edição do projeto de lei referente à proteção de dados pessoais. Isso também é outro aspecto importante nesse contexto. E, por fim, na questão da infraestrutura de rede, desde 2007, quando houve o Pan, a Anatel tem ações de mapeamento da rede crítica de telecomunicações. Isso vem sendo feito desde 2007, e, com os próximos eventos, a Anatel tem atualizado essas informações.

Para fechar a minha apresentação, agradeço a oportunidade e quero dizer que acredito que esse tema é muito relevante. É importante a gente dar uma atenção contínua e cuidadosa a esse tema. As primeiras iniciativas que mencionei fazem parte de outras que virão à medida que todos os órgãos do Governo trabalharem e se debruçarem sobre esse problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Agradeço ao nosso segundo palestrante, Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações.

Convido o nosso terceiro palestrante, Raphael Mandarino Júnior, Diretor do Departamento de Segurança de Informação e Comunicações do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República.

Concedo a palavra ao Sr. Raphael.

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR – Senador Wilder Morais, cumprimento o senhor e os meus colegas de Mesa.

Agradeço a honra de estar aqui representando o GSI.

Aqui, foram feitas duas apresentações completas, a do José Carlos e a do Maximiliano. E, então, se o senhor me der licença, vou pontuar algumas coisas que acho muito importantes.

Primeiro, talvez brincando, dou um recado sério: tenho vontade de fazer uma coleta para fazer uma estátua para o Snowden. Faz seis anos que a gente fala sobre isso. O departamento existe há sete anos, e ele chamou a atenção para esse tema. Este tema de segurança e defesa cibernética foi para a mídia – segurança da informação, proteção das infraestruturas críticas de informação, ou o nome que se queira dar, porque não existe uma taxonomia resolvida no mundo. Ele passou a ser um tema da moda. Claro que, não elogiando o lado traidor dele, da pátria dele, se é que ele foi traidor, se é que não foi uma manobra diversionista, se é que não foi o trabalho da inteligência russa. Eu não sei. Ninguém sabe. Talvez a gente nunca saiba. O fato é que me chamou a atenção para esse ponto.

Eu gostaria de lembrar: eu trabalho no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O Departamento de Segurança da Informação e Comunicações foi criado em 8 de maio de 2006. De lá para cá, nossa atividade tem-se concentrado em escrever normas, que é um dos coordenadores que tenho, sobre segurança da informação. Essa normas – já há 18 publicadas – estão no *site*, à disposição, e há três instruções normativas, que tratam desde a política de segurança da informação até a criptografia a ser usada.

Um outro setor que está dentro do departamento é o Centro de Tratamento de Incidentes de Redes. O Brasil tem 320 grandes redes. Só para explicar, eu considero o Banco do Brasil, que está no Brasil inteiro e tem várias agências em Municípios, como uma rede. Os Correios, que estão em todos os Municípios, uma segunda rede.

Essas redes de Governo – são 320, desse tamanho – sofrem, em média, nós estimamos, de 2.000 a 2.500 ataques por hora. E só estou falando dos ataques sérios. Eu não estou falando em vírus, não estou falando em tentativas de amadores ou de *hackers* amadores para obter informações. Estou falando de coisas sérias.

Desse Centro de Tratamento de Incidentes de Redes, de 2006 para cá, foram implantados 180 na Administração Pública Federal. Esses 180, nós nos falamos todos os dias: por *e-mail*, por mensagem, por telefone, sinal de fumaça, o que for necessário, e trocamos informação todos os dias. Então, existem algumas centenas de profissionais dedicados à segurança das redes de Governo.

O Centro de Tratamento de Incidentes de Redes que trabalha no GSI faz a última linha de defesa. Eu recebo 60 comunicações de incidentes por dia. Desses, 2.500, sérios, são resolvidos na ponta, e 60 deles não são resolvidos. Chegam ao CTIR, na Presidência da República.

A cada dia, nós temos de resolver esses 60, porque, se eu deixar para o dia seguinte, vai acumulando. Incidentes são do tipo sistemas estruturantes de governo, que são atacados, cujo acesso é desviado, até roubo de identidade, de páginas, ou coisas mais sérias que acontecem; roubo de informação mesmo dentro da estrutura de Governo.

A terceira área que nós temos é o Núcleo de Segurança e Credenciamento, aquele que faz acordos internacionais para troca de informação sigilosa e credencia as pessoas para acesso a informações classificadas. Esse núcleo foi criado pela Lei de Acesso, recentemente criado, há menos de um ano, e é responsável por credenciar todas as empresas e pessoas físicas no trato de informação de uso dual, que vai tratar disso dentro da Administração Pública.

Eu estou chamando a atenção para isso porque, no arcabouço jurídico nacional, a expressão "segurança da informação" só aparece em um lugar dentro do Executivo: na competência do GSI. Na linha está lá: segurança da informação e inteligência federal. Na mesma linha, o legislador, à época, entendeu que essas duas missões tinham que trabalhar muito juntas.

O GSI, como todos sabem, congrega vários órgãos, entre eles a Abin. Acontece que as 18 normas, as três instruções normativas, as palavras que apareceram ali – disponibilidade, integridade, confidencidade e autenticidade –, desde 2006, que o Max levantou para a gente, estão na página do GSI.

Nós já formamos parceria com a UnB. Foram cerca de 500 especialistas, de servidores públicos estáveis e de carreira de Estado, que estão espalhados por este Brasil afora. Não é nada perto do que a gente precisa. Mas existe todo um trabalho que já vem sendo feito.

Hoje, eu vejo que esse assunto toma certa importância, uma relevância maior do que vinha tendo. Boa parte da nossa imprensa e, por que não dizer, dos nossos administradores percebeu que esse assunto é muito sério. E estou me lembrando de que, a primeira vez em que esse assunto foi tocado, no âmbito da Administração Pública Federal, foi na Câmara de Relações Exteriores e Defesa, em 2006.

A Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) do Executivo, não daqui da Casa, congrega os principais ministérios, os ministérios mais ligados à Presidência da República e ao setor de defesa como um todo.

Lembro que fiz essa apresentação, e foi o silêncio mais constrangedor da minha vida ao terminar. Eu falei em segurança cibernética, falei em defesa cibernética, o que, em 2006. era uma coisa praticamente desconhecida. Mas, desse trabalho, resultou uma coisa que também está publicada na página, que é o *Livro Verde,* de segurança cibernética, que foi construído por um grupo de trabalho composto pelo Ministério da Defesa, representantes das três Forças, Ministério da Justiça, Polícia Federal, Ministério das Relações Exteriores e o próprio GSI.

Ali está o arcabouço do que se pensava – foi publicado em 2008 –, em termos de segurança cibernética. De lá para cá, esse assunto não evoluiu. Ele veio evoluir agora.

Quando eu vejo a apresentação de que não estamos tomando medidas, estamos sim! A gente vem tomando medidas concretas. O decreto de ontem é um passo importante, a criação de redes é uma coisa muito importante. Mas eu digo: essa rede trafega por roteadores, por servidores, por equipamentos que não são nossos. Os equipamentos que existem seguem aquela lei americana, seguem interesses de outros países, e não são só os americanos fazem isso. Eles fazem explicitamente, mas outros também o fazem.

Quer dizer, falta alguma coisa nesse meio. Esse é o primeiro passo, é importante, mas está faltando alguma coisa. E essa coisa, nos meus 37 anos de profissional da área, eu não conheço outra que não seja a criptografia. E criptografia com algoritmo de Estado. Eu costumo brincar que "só cripto salva", mais nada. Não adianta ter fibra, não adianta ter *software*, não adianta ter... Só com a criptografia vai ser possível a gente evitar que qualquer organização, seja ela criminosa, seja ela um país estrangeiro, tenha acesso às informações que vão trafegar pela rede; por mais protegidas que sejam, se não tiver uma criptografia de Estado... E criptografia de Estado é aquela que só o Estado conhece. Não adianta usar uma criptografia que está no mercado, não adianta fazer isso com empresas que dizem que fazem criptografia e não contam para ninguém. Eu não conheço nenhuma criptografia que não esteja depositada na NSA. Se tem que vender no Estado americano, tem que depositar na NSA. E se não tem que vender no Estado americano, vende no seu país, e o seu país conhece essa criptografia, porque eu duvido muito que a área de inteligência dos países não tenha acesso a esse tipo de informação.

Então, hoje só existe um órgão no Governo Federal com capacidade de construir algoritmos com curvas elípticas – o último nível que há hoje na ponta da tecnologia –, que é o Cepesc (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações), um órgão da Abin. E essa criptografia existe; ela está pronta e vem sendo usada.

Uma informação que talvez valha a pena é que um pouco mais do que 1,4 mil telefones seguros desenvolvidos pela Abin espalhados na Esplanada; em uso, menos de 100. Nós temos *tokens* que estão com todos os adidos militares em todos os países. *Tokens* em que está embarcada uma criptografia de Estado; um sistema que, entre outras coisas – sem entrar em muitos detalhes –, havendo uma tentativa de invasão, se mata; ele desaparece com todos os dados e não deixa ninguém roubá-los. Isso está implantado para todos os adidos militares e está pronto para ser implantado na Administração Pública Federal.

Nós temos uma criptografia de proteger túneis, de criar redes segregadas, logicamente dentro de uma rede física, que já está em funcionamento. É uma placa, um *hardware* – criptografia por *software* é facilmente quebrável –, e, dentro do *hardware*, um *software*, todos eles de conhecimento apenas de uma organização do Estado brasileiro.

Então, eu chamo a atenção para o fato de que já temos todas essas coisas, mas buscamos outras soluções. As soluções estão aí. Não é nenhuma crítica que estou fazendo, mas eu acho que o Governo é tão grande que o próprio Governo não conhece o Governo.

Eu percebo que o Decreto nº 3505, que criou a Política de Segurança da Informação, é de 13 de junho de 2000. Há três anos, o TCU fez um levantamento: 68% dos órgãos públicos, cerca de 6 mil, não tinham controle de acesso, não tinham senha – esse relatório é público. Quer dizer, decreto é ordem presidencial, e, em 13 de junho de 2000, o Presidente à época deu esse ordem. E, alguns anos depois, a gente percebe que 68% não tinham nem senha de acesso, quer dizer, qualquer um podia entrar na sua rede. E essa coisa vem melhorando. Claro que vem! Eu tenho algumas evidências de que a gente está muito mais protegido hoje do que estava antes. Mas, se a gente não pensar em criptografia e não pensar numa coisa muito importante, que é coordenar os esforços, eu acho que a gente não vai muito longe com as nossas iniciativas. É preciso fazer isso junto.

Por coordenação de esforços, eu digo o seguinte: hoje a Estratégia Nacional de Defesa – como assentado pelo aqui General José Carlos – criou três áreas: a área espacial, a nuclear e a cibernética. Essas duas áreas – área espacial e nuclear, que já existiam no arcabouço anterior, a gente já conhecia mais de perto –, todas elas, têm reflexo na administração civil, na área civil; a cibernética não tem ainda. E é preciso ter. Ninguém pode prescindir ou pode colocar em cima

das Forças Armadas a responsabilidade de defender o País como um todo, olhando para dentro.

Eu separo essa questão em duas questões: segurança cibernética e defesa cibernética. Segurança, *grosso modo*, é olhar a vulnerabilidade. Defesa é olhar as ameaças externas. Olhar uma ameaça externa é se preparar para um ataque, é ter uma resposta ativa em caso de ataque. Isso eu acho que é missão das Forças Armadas – aliás, isso é constitucional. Olhar para dentro do Brasil, olhar para crime não é missão das Forças Armadas.

Hoje há um tripé que cuida disso, que vem funcionando há muito tempo: o GSI faz as normas e as regras; a Defesa se prepara para atuar na ameaça e está atuando na segurança cibernética; e nós temos a Polícia Federal, que não pode ser esquecida, porque, crimes federais, só ela tem competência para investigar. E essas três organizações trabalham juntas. Não há nada institucionalizado, nenhuma regra feita, mas eu conheço o General José Carlos, ele me conhece; eu conheço o Delegado Sobral, que não está aqui, que é o chefe de crimes eletrônicos, há algum tempo, na Polícia Federal, e a gente troca informações, a gente fala o tempo todo, trocando o que está acontecendo. E eu sinto que falta uma institucionalização nessa área.

Hoje eu posso me recordar de 10 ou 15 instituições que trabalham com a área de segurança da informação e com a área da segurança cibernética, cada uma recomeçando do zero as suas atividades. É claro que cada um tem sua própria versão do que seria segurança, do que seria defesa. Mas é preciso que a gente faça um trabalho coordenado.

E, dentro desse Decreto a que me referi, o 3.505, foi criado o Comitê Gestor de Segurança da Informação. Desde 2000, ele se reúne frequentemente; nos últimos seis anos, uma vez por mês, sempre na segunda quarta-feira do mês, de 15h às 17h. E, de lá, saíram essas 18 normas e as instruções normativas a que estou me referindo. Há mais seis no forno, seis para saírem. Quando eu coloco essas normas, elas não são normas criadas na minha cabeça ou na cabeça da minha equipe; são normas que passam pelo crivo de 16 ministérios que fazem parte desse Comitê e 62 órgãos que o frequentam, desde o ministério mais recentemente criado, até, por exemplo, Petrobras, Banco Central e Banco do Brasil, que têm uma estrutura de segurança da informação muito desenvolvida e com muito investimento nessa área.

Então, Senador, a minha contribuição seria esta: dizer que a gente hoje tem de olhar para dois aspectos, basicamente. Não importa que a gente faça imediatamente, mas a gente tem que cuidar da criptografia – e a criptografia de Estado. O segundo é uma coordenação dos esforços nessa área, porque há muitos esforços, mas cada um está indo para um lado, e a coordenação não está... São todos muito bem-intencionados, mas acho que a gente está empreendendo muito esforço, quando poderia estar concentrado.

Essa é a minha contribuição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado ao nosso terceiro palestrante, o Sr. Raphael Mandarino Júnior, Diretor do Departamento de Segurança de Informação e Comunicação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Chegou à nossa Mesa uma pergunta, através do Alô Senado, do Carlos Gean Pereira Gonzaga, de São Gonçalo do Piauí (PI). Ele concorda com a divulgação das mensagens na mídia do Senado Federal e questiona qual a possibilidade de o Brasil se tornar um líder mundial em seguranças cibernéticas, como, por exemplo, atitudes e planos de desenvolvimento da Abin, órgão de inteligência do sistema brasileiro. Pergunta se o Exército Brasileiro possui competência suficiente para treinar seus oficiais.

Passo essa pergunta, então, ao General Carlos dos Santos, para que possa responder ao nosso ouvinte.

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS – Permitam-me responder a segunda parte da pergunta, no que concerne à capacidade do Exército de capacitar seus oficiais – aí incluo também nossos praças – para a defesa cibernética.

É um setor novo para a maioria dos países. E nas poucas oportunidades que temos tido de fazer uma avaliação da nossa capacidade de formar os nossos especialistas, eu acredito que temos tido bons indicadores.

Anualmente, é feito, por uma organização norte-americana, um conteste internacional chamado Cyberlympics, de que participam os melhores *hackers* do mundo, as melhores organizações. Esse evento é recente, tem poucos anos, e o Brasil começou a participar dele no ano passado. E nas duas ocasiões, no ano passado e no corrente ano, as equipes brasileiras, compostas, na sua maioria, por oficiais do Exército Brasileiro, foram as únicas equipes classificadas para a parte final do certame, que reúne as melhores dez equipes do mundo. Então, em 2012, como única equipe sul-americana, na final, nós ficamos em quarto lugar. No corrente ano, nessa mesma competição, que é a única de que eu tenho conhecimento que pode comparar as nossas capacidades, dos nossos especialistas, nós também fomos o único país sul-americano a classificar duas equipes para a final desse certame, e as duas equipes basicamente compostas por especia-

listas do nosso Ministério da Defesa. Então, é o único parâmetro que nós temos em termos de capacidade.

Paralelamente, desde a implantação do setor cibernético, que começamos a, efetivamente, implementar em 2010, com a ativação de um núcleo do atual CDCiber, a preparação, a capacitação dos nossos especialistas tem sido um dos principais projetos entre os dez que compõem o programa de implantação do setor cibernético no Exército Brasileiro. Hoje, nós já estamos com a segunda versão do único curso – acredito que seja o único curso –, pelo menos no continente sul-americano, destinado especificamente a preparar especialistas para a defesa cibernética. No ano passado, foi realizado o primeiro curso de guerra cibernética, termo que utilizamos, porque ele visa a formar militares para defender as nossas redes em uma situação de combate, em uma situação de emprego operacional. Já estamos na nossa segunda versão do curso, este ano.

E o objetivo desses cursos é formar uma massa crítica de especialistas que permitam, numa situação de emprego militar em combate, que esses especialistas estejam preparados para defender as nossas redes de comando e controle. É importante citar que, hoje em dia, o comando, o controle de operações militares passa por redes de computadores – inclusive, nós chamamos essa nova figura de operações centradas em redes – e temos que ter a capacidade, então, não só de defender essas nossas redes de comando e controle na eventualidade de um emprego militar, como também de neutralizar redes adversárias. O Dr. Raphael Mandarino referiu-se a uma defesa ativa, mas o objetivo é claro: neutralizar uma eventual rede de comando e controle adversário. Estou falando aqui dos aspectos operacionais. E esta é a nossa missão principal: defender o País no caso de um conflito declarado.

É lógico que a pergunta também diz respeito à segurança cibernética. Isso é uma constante nas nossas redes corporativas; ela não começou agora. As medidas de segurança das redes corporativas sofreram, sim, um incremento muito significativo a partir do momento em que a Estratégia Nacional de Defesa, muito corretamente, colocou o setor cibernético como uma das nossas prioridades para a defesa nacional. Então, a segurança cibernética já era uma medida corriqueira nas nossas redes corporativas e, a partir de 2010, passaram a ter um incremento.

Esclareço que o primeiro ano orçamentário para a implantação do setor cibernético foi 2012. Estamos vivendo, agora, o segundo ano orçamentário e temos tido a oportunidade de verificar que as medidas para o incremento da segurança cibernética têm se revelado muito adequadas. Não temos tido, desde 2011, nenhum incidente que tenha envolvido seriamente as nossas redes corporativas. Que tipo de incidentes? Extração de dados, negação de serviço, desfiguração de página – os mais comuns.

É lógico que, quando se fala de grandes potências ou de organizações poderosas, as medidas atuais são insuficientes, pois dependem de recursos. Acredito que o momento atual tem favorecido o aporte desses novos recursos. Nesse sentido, destaco o que o Dr. Raphael Mandarino já disse: é fundamental que protejamos os nossos ativos críticos por meio da criptografia. Por mais independência que o Brasil venha a conseguir na área tecnológica, como o Dr. Maximiliano Martinhão citou, uma série de medidas estão sendo tomadas para que tenhamos redes mais seguras no Brasil, não tão dependentes de fornecedores de serviços externos. Mesmo assim, é fundamental a proteção da informação por meio da criptografia, como disse o Dr. Raphael Mandarino; uma criptografia de Estado, que não seja um produto de prateleira. Nada nos garante que os melhores produtos oferecidos por firmas comerciais tenham as suas *backdoors*, seja nos equipamentos, nos *hardwares*, seja nas linhas de programação dessas ferramentas ditas seguras.

Objetivamente falando, então, temos, sim, indícios de que a preparação dos nossos especialistas está sendo bem sucedida, e as medias nesse sentido estão sendo tomadas.

Para finalizar a resposta, desde 2012, as matérias Tecnologia da Informação e Comunicações e Segurança da Informação e Comunicações já são obrigatórias nos currículos de formação de todos os oficiais do Exército Brasileiro, e as demais Forças também têm desenvolvido ações nesse sentido. Além dos oficiais, nos seus cursos de formação, não importa o segmento que eles venham a mobiliar como oficiais já formados, seja nas Armas ditas combatentes, como Cavalaria, Infantaria, Artilharia, ou nas ditas técnicas, como Comunicações ou Engenharia, todos estão tendo, nos seus currículos, o mínimo possível de informações sobre essas duas matérias: Tecnologia da Informação e Comunicações e Segurança de Informações e Comunicações. São matérias obrigatórias, como disse, em nossos currículos desde 2012, e passarão também a ser matérias dos cursos de formação de nossos sargentos, na Escola de Formação de Sargentos do Exército.

Outras medidas que extrapolam o Exército Brasileiro têm sido tomadas. O Ministério da Defesa tem colocado a Escola Nacional de Segurança Cibernética como um dos seus objetivos prioritários, de modo a oferecer ao País um instituto, uma escola onde esse assunto seja tratado com a máxima prioridade, formando não técnicos, mas principalmente gestores, a

exemplo do que faz a Enap (Escola Nacional de Administração Pública) na sua área de administração. Então, visualiza-se uma escola nacional que venha a atender não somente o segmento de defesa, mas também os demais órgãos da Administração Pública Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o General José Carlos dos Santos, que respondeu a indagação feita por um internauta.

Com a palavra S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, a intenção de V. Exª, dando sequência a essa novidade, que eu não sei se é tão nova assim, e me reporto até ao Sr. Raphael Mandarino que fala em seis anos, mas na realidade quanto a essa falta de integração nossa o que me preocupa não é o problema dessa notícia, dessa coisa que ganhou hoje e tal. O que me preocupa é que parece que a gente tinha as respostas todas prontas. Isso é o que me preocupa, porque, na realidade, não as temos. Essa é a minha preocupação. Esse não é um setor que dá para a gente tratar dessa forma, entendeu, Senador Fernando Collor? O debate que temos feito aqui na Casa revela isto: a gente ainda tem problema de falta de sinergia, ou seja, de estrutura. Eu até, Senador Collor, olhava aqui para ver se o Ministério da Defesa estava participando desta audiência também como uma espécie de catalisador. O próprio Maximiliano sabe exatamente a que a gente está se referindo.

Isso é tratado pelos outros países inclusive como uma estrutura de defesa. Portanto, é tratado pela sua mais importante estrutura de defesa porque é uma questão que envolve nação, envolve soberania, envolve inclusive essa disputa que foi nos mostrada aqui. Desde que o mundo começou a discutir esta história da eliminação das distâncias, que nós começamos a ter uma concentração de infraestrutura em alguns lugares do mundo. Quando nós falamos dos 13 principais pontos de concentração, verificamos que 10 estão nos Estados Unidos. Na realidade, esse é um debate que vai para além do aspecto exclusivo de estrutura de defesa ou de segurança cibernética, que é, eu diria, a essência, a partir daquilo que estamos vivenciando hoje. Mas vai inclusive pelo nosso interesse econômico, pelos nossos interesses comerciais.

Então, falar de seis anos é pouco. A primeira vez que se falou isso no Congresso Nacional foi em 1997; fevereiro de 1997. Depois se retoma isso no dia 16 de julho de 1997. A data não dá para esquecer porque 16 de julho é a data do meu casamento, portanto, não esqueço nem a pau. Se eu esquecer isso, dentro de casa, a minha mulher me pega. Mas com um detalhe: 16 de julho de 1997 foi o dia da sanção da lei que trata das telecomunicações no Brasil. Depois, em 29 de julho de 1998, a gente faz a operação de entrega dos nossos quatros satélites. Portanto, esse debate foi travado sob esse aspecto aqui no Congresso Nacional principalmente naquele momento. E o grande debate que se fazia àquela época, General, era a ausência da Defesa nessa discussão. Isso foi tratado exclusivamente pelo Ministério das Comunicações sob a ótica exclusiva de privatização no setor. Portanto, não foi tratado o aspecto de telecomunicações, da sua estruturação, quanto aos interesses da Nação.

Depois voltamos a discutir isso de outra forma, Sr. Raphael. Em 1999, mais precisamente em março de 1999, nós protocolamos um requerimento na Casa para discutirmos a espionagem. Com essa mesma denúncia de hoje, o Congresso discutiu isso aqui em 1999. Fizemos isso depois em 2000. Fizemos em 2004, quando a Embratel, meu caro Presidente Collor – isto aconteceu a partir, inclusive, de uma decisão, nos Estados Unidos, que decretou a falência da MCI World, que tinha comprado a Embratel –, teve seu controle, em razão da falência da MCI, transferido para a Telmex. E nós assistimos a isso como se nada estivesse acontecendo. E antes disso ainda houve o caso Sivam, a questão de Alcântara...

O Exército tem um contrato com uma grande empresa brasileira que trata de segurança cibernética. Aliás, é uma das grandes empresas no Brasil. É uma empresa renomada, que tem uma experiência enorme, que conta com um pessoal que, inclusive, trata, para o Exército, dessa área de serviços e segurança cibernética. E há diversos fóruns, que acontecem pelo mundo afora desde 1999, fazendo esse debate, tentando identificar como é que nós vamos nos mover nesse cenário de dificuldades.

E volto a dizer, Presidente Fernando Collor, que acho que o resultado disso aqui é a gente tentar dialogar. Eu vou começar aqui dentro, Moka, na Casa. Nós estamos fazendo esse debate na CPI da Espionagem; nós estamos fazendo esse debate na Comissão de Relações Exteriores; nós estamos fazendo esse debate na CI.

Ontem, eu conversava com o Ricardo Ferraço, com quem tenho dialogado nesse último período, até produzimos um documento tentando contribuir com a CPI, e eu disse lá que a nossa CPI não vai prender Barack Obama, que nós não vamos pedir a prisão de Barack Obama. Então, nós precisamos integrar as diversas forças aqui dentro e ver, efetivamente, o que nós vamos fazer. Qual é a solução? Qual é o encaminhamento? É óbvio que nós estamos apontando hoje...

O marco civil da internet virou o marco salvador desse momento. Eu tenho muito cuidado, porque, ama-

nhã, quando a gente aprovar o marco civil e sancionar a lei, todos os nossos problemas estarão resolvidos? Não estarão! Para a gente não ficar batendo no marco de coisa como se a gente fosse resolver... Esse é um processo extremamente dinâmico e que necessita também de um envolvimento cada vez maior para se assegurar tanto do ponto de vista individual quanto do ponto de vista de nação, o que a gente... Nós não vamos nos isolar. Eu estava brincando aqui com o Moka dizendo que nós não vamos nos fechar em ilha. Gaiola de Faraday. Firma aqui para a gente resolver o nosso problema. Não vamos fazer isso, porque, senão, cada um vai ter que fazer a sua própria gaiola. Tem a gaiola Brasil e depois a gaiola de cada um, para a gente tentar andar nessa natureza.

Então, sim, eu estou colocando isso até muito mais, Presidente, como uma aflição do que, efetivamente, como reflexão para a gente tentar identificar como a gente pode contribuir aqui no Senado. Eu acho que esse é o aspecto fundamental. É óbvio que é fundamental para a gente, hoje, ter a consagração desse marco civil da internet. É importante. Mas mais do que aqui para dentro, para a gente dialogar para fora, para a gente dizer que o Brasil tomou uma posição e quer dialogar. Espanha e Alemanha, esta semana, saíram com duas iniciativas. No dia 21, Max, quando eu saí lá do Futurecom, eu procurei o Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e naquele mesmo dia, uma segunda-feira, eu conversei com uma Comunidade Europeia e fui convidado pela Espanha e pela Alemanha para a gente conversar. Eu procurei o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e disse: rapaz, vamos chamar o pessoal aqui para discutir. Sabe por quê? Porque, em 2012, na Feira Brasil, de que a Presidenta Dilma participou – sei que vai haver outra edição em março de 2014, porque houve em março de 2013 –, a Presidenta Dilma me disse, Presidente Fernando Collor, que uma das coisas que mais a Angela Merkel falava com ela era sobre criptografia. Então, por isso que veio essa conversa do dia 21, agora, para a gente tentar se somar à Espanha e à Alemanha, à Comunidade Europeia, e ter uma discussão de nação. Esse é o debate que é importante. E não é só Alemanha e Espanha. O Brasil está fazendo uma parceria e apresentando, na ONU, junto com outras nações, um posicionamento.

Então, é importante que a gente desenvolva, essa é a nossa tarefa aqui, que a gente chame o Parlamento europeu, que está discutindo esse tema... Desde 1999, que há uma comissão no Parlamento europeu, desde que foi criada a União Europeia, que foi montada uma estrutura que trata exclusivamente desse tema. A Comissão de Telecomunicações da Comunidade Europeia trata deste tema exclusivamente, a questão de segurança. Portanto, nós devemos chamar o Parlamento e conversar. É nossa tarefa chamar o Parlamento americano, meu caro Serginho, que está debatendo esse tema.

Então, vamos ver como a gente pode contribuir para interferir naquilo que foi apresentado aqui pelo Max. Esse é o debate. E daí ir para diversos setores, meu Presidente Collor: da segurança, do nosso comércio eletrônico, da nossa economia, das comunicações. Como vamos botar o dedo nessa ferida?

Este é um debate de que eu nunca me esqueço, Fernando Collor. Eu fui para a rodada de Miami, para aquelas discussões da OMC. Estávamos lá eu e um cara do Ministério das Relações Exteriores. Havia umas dez plenárias. E a gente tinha dois caras lá falando. A plenária estava acontecendo, a plenária final. E o cara disse: "Olha, meu amigo, a plenária final é o resultado das dez plenárias. Se o Brasil só estava em uma, problema dele; nas outras nove, dançou." E o tema central, desde aquela época, era exatamente esse. Aqui é onde hoje trafega a economia, é onde, inclusive, você tem a própria questão da vida de cada cidadão.

Então, o que eu gostaria de deixar como provocação aos que estão na mesa é exatamente neste sentido: nós precisamos ter uma postura de Governo em que se junte determinados órgãos para pegarmos *expertise* e, inclusive, a própria capacidade de acumulação, por exemplo, que as nossas Forças Armadas vivenciaram ao longo desses anos, Marinha, Aeronáutica, Exército, Ministério da Defesa. Como a gente junta isso, trazendo para aí não só o Ministério de Relações Exteriores, Ministério da Justiça, para ter sob o comando, obviamente, da estrutura de inteligência que está associada à Presidência da República? Como vamos tratar isso como Defesa para termos os passos seguintes?

Nós vamos continuar nos relacionando. Nós precisamos nos relacionar agora de maneira que permanentemente não fiquemos nus para o resto do mundo, tenhamos pelo menos a oportunidade de nos vestirmos.

Este é o debate, meu caro Presidente, que eu queria devolver como provocação: qual é a possibilidade efetiva de a gente pegar dois ou três pontos disso? Porque medidas pontuais...

Nós vimos aqui o debate com a Petrobras. Pronto. O que provocou o debate com a Petrobras? Havia o leilão, uma suspeita e não sei o que de que, no leilão, que alguém invadiu a base da Petrobras, pegou dados. O leilão já estava viciado. Aliás, aquele leilão de que eu falei aqui, de 29 de julho de 1998, já havia uma discussão inclusive de vício, o velho esquema de arapongagem no BNDES. Portanto, no nascedouro do leilão

do setor de comunicações, um dos pontos centrais foi exatamente espionagem, a mesma espionagem que muita gente denunciava em 2013.

Então, na realidade, eu queria encerrar aqui, dizendo que é importante, sim, ver como vamos fazer para juntar essas diversas pontas, como nós vamos trabalhar para que a nossa parte a gente possa fazer, a parte nossa aqui, juntar os órgãos no Brasil, ter uma forma de dialogar. Aí já há decreto lançado, há não sei o quê, há aqui, há ali, uma série de coisas acontecendo e estamos aqui fazendo outras.

Ontem à tarde, houve reunião da CPI, já há proposta de fazer missão não sei onde, missão aqui, missão acolá. E eu estou dizendo: vamos fazer nosso dever de casa e ver como dialogar com esses parlamentos, como dialogar com essas instituições, como vamos chegar na ONU não isoladamente mas com parceiros, chamando esses parceiros do mundo inteiro e dizer: meu amigo, não é o problema de ataque a uma nação, não, entendeu, Sérgio? Mas, sim, na ONU, que posição nós vamos tomar do ponto de vista desse tema ser tratado mundialmente? Como nós vamos tocar isso como prioridade das relações? Isso é mais importante do que qualquer outro tipo de debate que a ONU possa fazer nesse momento. Aliás, a ONU se especializou em discutir questão de segurança de guerra. E essa é a maior guerra, porque a gente não vê a arma, não sabe quem está atirando, não tem ideia de quem está do outro lado, só sabe que os caras estão nos matando.

Portanto, esse não é um debate qualquer que está sendo tratado a partir daqui. O que a gente tratar aqui podemos até resolver aqui dentro, mas, volto a dizer, não estamos em ilha, tampouco vamos continuar isolados do resto do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Walter Pinheiro, sempre colaborando de modo consistente com os nossos debates.

Antes de passar a palavra a S. Exª o Senador Waldemir Moka, eu gostaria que os senhores palestrantes anotassem algumas indagações enviadas pelos nossos internautas.

Pergunta para o Sr. Raphael Mandarino: "V. Sª teria conhecimento de que medidas têm sido tomadas por outros países para garantia da segurança de suas redes, sistema de dados e infraestruturas críticas no âmbito cibernético? Por exemplo, como os russos e chineses lidam com esse tema?"

Ao General José Carlos: "Poderia o senhor nos informar sobre os recursos destinados à defesa cibernética brasileira? Qual o orçamento para 2013, e a previsão para 2014? Teria algum comparativo com os investimentos de outros países do porte do Brasil?"

E uma segunda pergunta: "O senhor poderia discorrer um pouco mais sobre a cooperação entre o CDCiber entre os órgãos da Administração Pública, por exemplo, a Abin e a Polícia Federal?"

Com a palavra S. Exª o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente Fernando Collor quero cumprimento o Sr. Raphael Mandarino Júnior, o General Rafael José Carlos Santos e o Dr. Maximiliano Martinhão, eu quero ser muito objetivo mas a minha pergunta é, na verdade, de um leigo no assunto, mas que tem acompanhado isso de uma forma... Sr. Presidente, eu acho um pouco ingenuidade achar que nós vamos conversar e fazer um tratado: não pode isso, não pode isso, não pode isso. Isso não vai existir. Desde que eu me entendo por gente, essas coisas de espionagem nunca são respeitadas, Sr. Presidente. Quer dizer, eu acho que isso vai continuar acontecendo.

Recentemente, nós também não espionamos aqui? Estou dizendo isso porque a imprensa falou. "Ah, não, mas nós estamos nos protegendo." Mas este vai ser sempre o argumento de todo mundo: que estamos fazendo em defesa e para proteger os interesses do nosso País.

Agora o que me parece, aí sim, é que nós não estamos preparados, que nós estamos muito vulneráveis. Essa é uma outra história. Agora, essa organização que o Senador Walter Pinheiro, que tem muito mais propriedade do que eu para falar sobre o assunto, mencionou, essa organização, essa interface que tem que existir, veja a dificuldade. Mesmo dentro do nosso País, um Poder tem dificuldade de dizer o que está fazendo para o outro. Isso não é por acaso, faz parte de quem está exatamente lidando com isso, porque se tornar público, aí acabou. Que tipo de informação um órgão da inteligência poderá dar a outros Poderes ou tornar público a forma como isso é feito? Eu acho que esse é o principal motivo.

A nossa discussão tem que ser no sentido, na minha avaliação, de darmos muito mais importância para a nossa segurança, de criamos sistemas que tornem os nossos menos vulneráveis possíveis. Invulnerável, na minha avaliação, nunca vai existir, mas hoje me parece que nós estamos muito fragilizados, a ponto de a nossa Presidenta ter sido grampeada. Mas a da Alemanha também foi. Às vezes, a gente se surpreende porque tende a achar que lá fora as coisas são melhores do que aqui, mas muitas vezes, pelo depoimento dos que estão aqui, falta interesse, focar no interesse. Isso é relativamente novo, eu acho que o País vai... Uma audiência pública como esta servirá

exatamente para demonstrar que esse é um assunto que precisa ter uma preocupação muito maior, que precisa de mais investimento, de mais gente qualificada, se é que a gente quer ter algum tipo de segurança e que o nosso País se torne menos vulnerável.

Mas, objetivamente, eu gostaria de uma resposta dos três aqui, se eles acreditam em alguma coisa, em nível de ONU, em algum projeto do tipo "não pode fazer isso, não pode fazer aquilo" a ser seguido. Eu estou falando do mundo da espionagem. A impressão que eu tenho é que é ingenuidade acreditar que isso vai parar. Essa sempre será uma ação contínua e cada vez mais sofisticada. Os países que não estiverem suficientemente preparados terão, sim, as suas informações vazadas, que serão sempre usadas, seja com fins políticos como comerciais, o que, na minha avaliação é o interesse maior. É muito mais interesse comercial do que a gente possa imaginar.

É a minha intervenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Waldemir Moka. O que V. Exª fala é absolutamente pertinente porque isso é um nunca acabar, não é? Não acredito que nenhum país hoje sinta-se seguramente resguardado quanto ao escrutínio de outros países em relação as suas comunicações internas, enfim. E há também em vários países, aqui no Brasil inclusive, embaixadas que têm licença da Anatel para instalar as suas próprias antenas de comunicação, que podem eventualmente servir para isso.

Nós também agora estamos agora às vésperas de lançar o nosso satélite geoestacionário, o Brasil vai lançar em 2016. Ficaria uma pergunta...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Domingo, dia 10, o Ministro vai à China.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agora no dia 10, não é? Será que o Brasil, com esse satélite, eventualmente não estará captando alguma comunicação de países vizinhos aos nossos?

Então, é exatamente isto que diz o Senador Waldemir Moka: realmente é um tema extremamente sensível. É difícil de encontramos uma normatização, porque não é com tratados nem com acordos que isso vai ser revolvido, mas, enfim, de alguma forma, nós temos que fazer o nosso dever de casa. Nós temos que estar preparados, tentar que as nossas comunicações sejam criptografadas, tenham um grau de segurança elevada, enfim, para mantermos as nossas comunicações eventualmente a salvo desse escrutínio por parte de nações mais desenvolvidas tecnológicas e ciberneticamente.

Passo a palavra ao S. Exª o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente; senhores participantes desta audiência pública, Maximiliano, representante do Ministério das Comunicações; General José Carlos dos Santos; Raphael Mandarino Júnior, que vem aqui representar a Presidência da República através do Departamento de Segurança de Informação e Comunicação; nós todos estamos acostumados a assistir a isso em filmes. Parece que é algo virtual, algo imaginário, do ponto de vista da literatura, da televisão, da ação. Desde criança estamos vendo isso. As crianças já nascem assistindo aos desenhos animados, ali no dia a dia, e há situações de espionagem. Mas nós sempre vimos isso como algo distante do Brasil. Nós sabíamos e sempre soubemos que alguns países que querem ter maior controle sobre o Planeta fazem espionagem. Mas também achávamos, General José Carlos, que isso estava muito ligado ao ponto de vista militar, que era questão do passado do Brasil, inclusive da época dos governos militares ou da época do controle diferenciado, da época dos grandes poderios bélicos mundiais, União Soviética, EUA, relacionado às ações para não expandir o comunismo no mundo. Nós todos achávamos que a espionagem estava muito voltada a isso.

Nós sabemos que isso é folclore. Pode até ter sido realidade, mas, na verdade, por trás disso – como disse o Senador Moka –, tem uma ação econômica, inclusive de saber quais são os planos econômicos estratégicos que nós estamos pensando para o Brasil e se isso vai ter um reflexo no mercado mundial, se vai prejudicar A ou B no cenário.

Vejam só, o Brasil, nós olhamos aqui este mapa enorme atrás de V. Exªs e vemos a dimensão do nosso País. Territorialmente, acho que somos o quarto no Planeta; economicamente, somos o sexto, segundo dados, mas temos um potencial de crescimento que nenhum outro país do mundo tem, levando-se em consideração as nossas riquezas da selva amazônica, 72% do território nacional em mata nativa, além de regiões como aquelas que, essa semana trouxe aí a revista *Veja* informações, de tribos indígenas sendo descobertas ainda na Amazônia – é uma coisa que não entra na nossa concepção –, e muitas vezes por estrangeiros, por informações que eles têm e que nós não temos. Mais as riquezas minerais e as riquezas agrícolas.

Nosso País tem essa dimensão toda, esse potencial de produção, e a hora em que nós colocarmos nossa competitividade igual aos norte-americanos ou alguns outros países, ninguém compete com a gente. Porque, da porteira para dentro, é muito caro produzir no Brasil. Uma tonelada de soja dentro de um navio

no Porto de Paranaguá, no Porto de New Orleans ou Buenos Aires é US$400. Agora, para produzir isso, que é caro, a hora em que diminuirmos isso – e nós estamos promovendo aqui uma série de reuniões nesta Comissão para tratar da infraestrutura –, ninguém concorre com a gente.

Agora, concorre como? Concorre espionando, colocando determinadas ONGs em determinados lugares para fomentar a desordem, para fomentar a instabilidade local, direcionando um país para um rumo diferente do que levaria ao seu barateamento, à redução do seu custo, ao seu desenvolvimento. Isso traz um prejuízo enorme para o Brasil.

Nós temos que tratar essa questão da espionagem do ponto de vista de que isso faz mal para o nosso povo, faz mal para o cidadão brasileiro, porque está levando embora as nossos riquezas de forma direta e indireta. Nós estamos perdendo enormemente o nosso tempo.

Veja, General José Carlos, recentemente, eu fiz uma indagação ao Ibama, perguntando por que eles estão demorando tanto a fazer os licenciamentos para a instalação do Sisfron, que é o controle de fronteira – nós temos uma fronteira enorme. E eles disseram: "Está na nossa relação, na lista aqui de espera para quando chegar a vez, para nós fazermos os licenciamentos ambientais." Gente, nós estamos falando de controle de fronteiras! Nós estamos falando da nossa soberania! Tem que ter prioridade questões como esta.

Então, Sr. Presidente, para finalizar, eu gostaria de perguntar aos representantes aqui do Governo: quais são as ações voltadas a esses controles? O que o Brasil está fazendo?

Eu vi o Ministério das Comunicações dizer que vai promover um controle de dados internos, exigir que os dados fiquem no Brasil, que não sejam arquivados nos Estados Unidos, onde estão os grandes operadores da internet; que vai fazer uns *e-mails* próprios de brasileiros. Agora, isso tem prazo? Vai acontecer? E o que mais estamos fazendo para, realmente, nós termos um controle do Brasil, da nossa soberania?

Acho que isso está muito mais hoje do ponto de vista do eletrônico, do cibernético, das telecomunicações do que... Hoje, para espionar, não precisam mais os espiões americanos ou de qualquer outro país pegarem seus aviões, se esconderem, se infiltrarem. Não. Eles entram no sistema eletrônico e estão na casa de todos nós. Estão espionando – como disse aqui e lembrou bem o Senador Moka – não só a Presidenta do Brasil, é a Presidenta da Alemanha, o da França, e diretamente, como se isso fosse tudo normal. Para eles, isso é o controle da sua própria soberania – aqui falando dos Estados Unidos da América – ou da segurança do seu povo. Mas nós somos gente como eles são gente. E como é que nós vamos tratar isso? E a nossa soberania?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Sérgio Souza.

E agora passo a palavra a S. Exª o General José Carlos dos Santos, para oferecer respostas às perguntas de S. Exªs os Srs. Senadores.

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS – Em relação ao pronunciamento do Senador Waldemir Moka, acredito que seja interessante comentar que a situação de vulnerabilidade do Brasil não é exclusiva. Tirando alguns poucos países tecnologicamente mais avançados e mesmo entre eles temos tido notícia de intrusão nos seus sistemas, nos seus ativos de informação – é o caso específico da Alemanha, da própria França –, a questão da espionagem é histórica. Quanto a isso, não há dúvida nenhuma e me permitam até relembrar o que eu citei ao final do meu pronunciamento, ou seja, que não devemos ser ingênuos, como nação, a ponto de acreditar que a ofensiva, ora em curso, político-diplomática junto à Organização das Nações Unidas, feita pelo Governo brasileiro, será suficiente na defesa dos nossos interesses nacionais. Não sejamos ingênuos a esse ponto.

O Brasil deve, sim, fazer um esforço no sentido de dotar a sua defesa de condições mínimas para dissuadir ações que ameacem seu patrimônio, por meio de uma busca constante de independência tecnológica, se não total, como eu já citei, porque hoje é impossível termos um produto exclusivamente nacional, com a globalização da economia, pelo menos que tenhamos agências, órgãos capazes de homologar, auditar sistemas que não sejam produzidos no País.

Em especial no ambiente cibernético, todas as medidas possíveis para a proteção dos nossos ativos devem ser empreendidas, em especial a questão da proteção da informação por meio de ferramentas criptográficas controladas pelo Estado. Não há como. Podemos ter produtos excelentes. Temos recebido inúmeras empresas, de vários países, garantindo que não têm nenhum compromisso com essa ou aquela potência, que, por meio de uma política de independência, asseguram que seu produto não tem *backdoors,* não tem nenhuma porta de saída para coleta de dados.

É lógico que o assunto nos preocupa. Desde a década de 1990, como o senhor bem mencionou, a questão do Parlamento Europeu, relendo até o relatório específico sobre o sistema Echelon, que era também um programa de espionagem sobre uma outra base tecnológica, que era a Rede Mundial de Satélites, ve-

rificamos que a mesma ação continua hoje numa outra plataforma tecnológica, que é o espaço cibernético.

Então, a única forma de o Brasil se proteger é fazendo, como o senhor mencionou, o seu dever de casa. Nós temos tentado fazer isso, especialmente a partir da emissão da Estratégia Nacional de Defesa, quando o setor cibernético foi colocado no mesmo patamar de importância dos setores nuclear e espacial. No entanto, nós temos limitações de toda ordem. Eu citei algumas dessas limitações, vulnerabilidades, que começam a ser questionadas e até, acredito, diminuídas com a maior consciência da população, das nossas Casas legislativas, executivas sobre o assunto.

O Dr. Raphael Mandarino fez aqui uma brincadeira e disse que deveríamos conceder uma honraria ao Sr. Edward Snowden, porque ele colocou um assunto já de nosso conhecimento, de décadas passadas, na consciência coletiva. E, ao colocar o assunto nessa consciência coletiva, eu acredito que nós teremos melhores condições de implementarmos os programas que visam a dar ao País uma maior segurança no setor. Senão, vejamos. Com a emissão da Estratégia Nacional da Defesa, restringindo-me ao momento atual de 2008, em 2010, no mesmo tempo em que as maiores potências estavam organizando os seus setores de defesa cibernética, o Brasil, em especial o Ministério da Defesa, por meio do Exército, em 2010, organizou o núcleo, o atual Centro de Defesa Cibernética, que foi criado oficialmente em setembro do ano passado. As atividades do núcleo permitiram a elaboração de dez projetos, que estão em execução, graças a um orçamento próprio para o setor desde 2012; hoje vivemos um segundo ano orçamentário.

É lógico que devo esclarecer que quando eu estou falando desse orçamento, estamos fazendo, vamos dizer, o nosso dever de casa interno do Exército, que foi designado como a força coordenadora e integradora no âmbito do Ministério da Defesa. E, até respondendo à pergunta do internauta, nós tivemos um primeiro ano orçamentário em 2012 com recursos da ordem de R$61 milhões. Não foi exatamente o que tinha sido planejado. O planejamento inicial daquele grupo, daquele núcleo que hoje constitui o Centro de Defesa Cibernética, era uma previsão de R$100 milhões, em média, por ano em quatro anos para, vamos dizer, estruturarmos o setor cibernético dentro do Exército. Em 2012, da previsão inicial dessa média de R$200 milhões, tivemos R$61 milhões. Para o corrente orçamento, havia uma previsão de R$110 milhões; na LOA, baixou-se para R$90 milhões e nós tivemos efetivamente descentralizados R$75 milhões. Inclusive, uma das questões mais abordadas pela mídia nacional se refere a essa execução orçamentária.

No primeiro ano orçamentário, nós atingimos um dos maiores índices na Administração Pública Federal, da ordem de 99,78% de empenhos de recurso. Não significam liquidações, porque muitas liquidações só vão ser feitas ao longo de contratos que às vezes se estendem por mais de um ou dois anos em relação ao ano orçamentário.

Há uma previsão para o ano que vem, também faz parte da pergunta do nosso internauta, da ordem de R$90 milhões novamente. A expectativa é que pelo menos o que estava previsto inicialmente seja executado, o que não tem acontecido até o presente momento. Da média de R$100 milhões, nós tivemos R$61,5 milhões em 2012 e, até o presente momento, R$75 milhões. Então já estamos com um déficit. Lançando isso para os quatro anos, deveremos ter uma execução menor do que os R$400 milhões previstos inicialmente para a implantação da infraestrutura crítica mínima necessária para o Exército brasileiro.

Não estou aqui mencionando valores nem da nossa Marinha nem da Força Aérea. São ações que certamente eles também estão executando. O único sem a defesa cibernética existente é o nosso, mas temos órgãos na Marinha, como a Diretoria de Telecomunicações e Comunicações da Marinha, a DTI na Força Aérea que provém a segurança de suas redes corporativas. Eu não tenho conhecimento do valor dos seus orçamentos dedicados ao setor.

O internauta também sugere que façamos uma comparação com outros países. O orçamento é aquele possível. O Brasil se destinou, até o presente momento, esses orçamentos já citados. Acreditamos que esse é o orçamento possível, não é o que necessitamos. Toda essa mecânica de aprovação de orçamento os senhores conhecem melhor do que eu. Então nós estamos trabalhando com o que nos parece ser o orçamento possível. Fizemos, recentemente, um diagnóstico ao Sr. Ministro da Defesa: daquela previsão inicial de R$400 milhões, nós necessitaríamos, no mínimo, de mais R$400 milhões no sentido de acelerar os nossos programas de implantação da defesa cibernética. No mínimo, dobrar.

Temos tido alguns eventos alvissareiros no setor. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação está aí com o seu programa de Inova Aerodefesa, com recursos da ordem, se não me engano, de quase R$3 bilhões para fomentar a indústria brasileira nessa área. Até o presente momento, nós temos acompanhado os planos de negócio apresentados pelo Ministério, e há uma previsão de que pelo menos 10% desse total de R$2,9 bilhões, cerca de R$290 milhões sejam destinados a projetos que visem aumentar a segurança de nossas redes. Esses recursos não seriam destinados

às Forças Armadas. Eles seriam destinados ao parque tecnológico brasileiro para o desenvolvimento de soluções brasileiras.

Estamos aguardando. O Ministério deve, até o final do ano, divulgar quais serão os programas beneficiados por esses recursos do Inova Aerodefesa. Então, muitas coisas estão acontecendo, mas nós não podemos dar passos mais largos que as nossas pernas. Hoje nós temos um efetivo ainda pequeno, de cerca de um terço do efetivo total previsto para o Centro e temos sido convocados a participar de inúmeras atividades além daquelas inicialmente previstas para o nosso Centro, onde tratamos de capacitação, gerenciamento de recursos humanos, incluindo a formação do nosso pessoal, pesquisa. Então, por meio de um laboratório de segurança cibernética, ou de defesa cibernética, o Instituto Militar de Engenharia está se capacitando a aperfeiçoar a formação dos nossos especialistas, nossos engenheiros militares, que há muitos anos já fazem cursos voltados, especificamente, para a segurança.

Criptologia é uma das matérias dos nossos cursos no IME; a computação de alto desempenho vai ser pesquisada, isso em conjunto com outras agências nacionais. Na formulação desse laboratório que eu citei, para incentivar a pesquisa na área cibernética, tivemos a colaboração do Centro Tecnológico da Aeronáutica. O Prof. Jairo Panetta, que é um dos maiores especialistas brasileiros na computação de alto desempenho, nos auxiliou. O Laboratório Nacional de Computação Científica foi consultado, a UFRJ, enfim, o modelo que estamos implantando – isso também acredito que responda à pergunta de V. Exª – é de plena integração entre as agências diretamente envolvidas com o setor.

Senão vejamos: na Copa das Confederações, mesmo anteriormente, na Jornada Mundial da Juventude, conseguimos mobilizar uma quantidade de profissionais talvez dez vezes maior do que temos no Centro, por meio de conversas, associações, parcerias que tem sido procuradas desde 2010, quando o núcleo foi constituído. Então, a nossa relação com aquelas agências que eu já citei anteriormente – incluo aqui o Ministério das Comunicações, por meio da Anatel, o GSI, o centro brasileiro de estudos de incidentes em rede, o Cert.br. O próprio Comitê Gestor da Internet tem sido nosso interlocutor.

O senhor citou nominalmente o Ministério da Justiça. A Polícia Federal é uma parceira indispensável nas nossas ações de segurança durante os grandes eventos, porque se nós damos as informações, cabe à Polícia Federal tomar as medidas legais contra aquilo que se considera hoje crime cibernético, como o caso da lei conhecida como Lei Carolina Dieckmann.

Acredito, também, que o marco civil da internet vá contribuir para que o Brasil estabeleça suas regras internas para defendê-las no plano internacional. Então, várias iniciativas, no meu ponto de vista, estão sendo tomadas.

E eu citei a situação da maioria dos países. É lógico que isso não é uma desculpa, mas é uma constatação de que, tirando talvez Estados Unidos, Rússia, China, Israel, França, Canadá, os "cinco olhos", como conhecidos aí na mídia, são poucos os países que estão dando passos, talvez em termos de envolvimento de recursos, mais vultosos do que o País. Na América do Sul, certamente estamos alguns passos à frente. Nós temos sido visitados por delegações de diversos países sul-americanos, oferecendo a colaboração aos nossos parceiros do nosso subcontinente. Então, recentemente recebemos e vamos receber delegações da Argentina, Peru, Chile, Colômbia, Venezuela, enfim, dentro da política de integração regional, o Brasil tem sido muito procurado por nossos parceiros.

Então, em termos de comparação com outros países, é difícil se fazer uma aferição exata em termos de valores. Eu tenho alguns exemplos concretos. O investimento do órgão britânico responsável pela segurança do país – o órgão civil, não o militar – conta com recursos da ordem de £600 milhões para ações, também num período semelhante ao nosso, de quatro anos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS – Não, é o... Fazendo a tradução livre, é o Quartel General das Comunicações do Governo Britânico, classificado até, ultimamente na mídia, como a NSA britânica. Esse é um órgão civil do governo britânico, que conta então com recursos da ordem de £600 milhões nos próximos quatro anos. Talvez dê aí umas dez vezes o nosso orçamento. Nem se compara com o orçamento da NSA, que tem um efetivo humano de 32 mil pessoas, orçamento aí na faixa de bilhões de dólares. Então, não há como se comparar. O que nós podemos dizer é o seguinte: os recursos atualmente destinados são insuficientes se considerarmos as necessidades do País.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – General, me permita. Recursos, gente? Como é que pode exigir, Presidente, um desempenho, se não há recursos, não há investimento, não há gente suficiente?

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT. *Fora do microfone.*) – O tamanho da festa é o tamanho do patrocínio.

O SR. JOSÉ CARLOS DOS SANTOS – Mas eu sou otimista. Ao citar todas essas iniciativas, e passa certamente pelas ações que os senhores têm feito aqui no Senado, a Câmara tem feito, no sentido de aumen-

tar essa consciência da Nação sobre a importância do assunto. E a aprovação de um orçamento passa por essa consciência. A partir do momento em que os nossos Poderes Legislativo e Executivo passam a ter a consciência dessa necessidade, a possibilidade de que os recursos aumentem no futuro aumentam. Então, essa iniciativa feita pela Casa, acredito que deva ser objeto da nossa admiração e esperança, no sentido de que essa situação orçamentária desfavorável se reverta futuramente.

Eu volto a repetir: não sejamos ingênuos a ponto de acreditar que as iniciativas no campo político ou diplomático serão suficientes. Os interesses é que movem as nações. As nações não têm amigos, têm interesses. Isso, infelizmente, é a realidade, e o Brasil, então, deve buscar independência tecnológica para cuidar das suas informações, dos seus ativos e das suas infraestruturas críticas.

Acredito que, com essa abordagem, eu tenha respondido pelo menos parcialmente aos nossos internautas e aos nossos Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. General José Carlos, muito obrigado aos Srs. Senadores.

Passo agora a palavra ao Sr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações.

O SR. MAXIMILIANO MARTINHÃO – Muito obrigado, Presidente.

Só umas considerações a respeito dos comentários que foram feitos pelos Srs. Senadores, desde que eu não recebi nenhuma pergunta direta por parte dos internautas, não é?

Acredito que essa coordenação proposta pelo Senador Walter Pinheiro, entre as atividades do Poder Legislativo e do Executivo, eu acho que é de boa natureza e a gente tem que se esforçar para fazê-la.

Do ponto de vista do que estamos fazendo, eu queria esclarecer duas coisas. Eu mostrei um conjunto de iniciativas que têm sido feitas do ponto de vista de infraestrutura de telecomunicações e, particularmente, a infraestrutura que está sendo construída, controlada pelo Governo Federal, nas ações da Telebras, a rede de fibra ótica, o satélite. Eu queria comentar que a Telebras tem, por princípio, adquirir tecnologia desenvolvida no País, e isso foi criado desde o início do Programa Nacional de Banda Larga, de forma a evitar a incidência de legislações anteriores que tragam equipamentos que tenham portas, tenham as famosas *backdoors*.

Então, a Telebras adquiriu seu equipamento de fabricantes brasileiros, os roteadores vêm de uma empresa que está sediada no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, chama-se Datacom, é uma empresa que se desenvolveu aqui no País, tem diversas tecnologias com certificados de tecnologia nacional, e a gente garante, com esses fabricantes, com todo o apoio que tem sido dado dos fabricantes, a incidência da legislação brasileira.

Também na perspectiva da política que foi apresentada ontem no decreto sobre dados, serviços de tecnologia e informação e de comunicação dentro do Governo Federal – o decreto foi sancionado ontem, foi publicado ontem –, a gente criou uma política voltada para os serviços de correio eletrônico do Governo Federal e, aí, nesse caso, a perspectiva é a utilização do serviço de correios, que foi desenvolvido dentro do Serpro, e esse serviço de correio faz uso da chave pública, e uma das características da chave pública é a utilização dos requisitos de criptografia, que são coordenados aí, junto com o GSI.

Na questão do satélite, também tivemos a preocupação de desenvolver e criar capacitação para a construção de um satélite aqui no Brasil, foi uma iniciativa entre a Embraer, uma empresa reconhecidamente brasileira, e a Telebras, criando a Visiona, que é uma empresa que está fazendo a integração dos satélites, que vai servir para as comunicações de defesa e estratégicas do Governo Federal.

Acho que há um ponto importante dessa discussão. A gente tem que entender que a internet nasceu como um recurso acadêmico, um recurso quase viral, só que, hoje, ela deixou de ter esse contexto. A internet, hoje, é uma estrutura que tem diversas dimensões, e uma das dimensões é a econômica.

O que acontece é que essas recentes revelações, na maneira que eu compreendo, elas acabaram com a confiança que havia em torno da internet, em torno dos serviços que eram prestados na internet, em torno da quebra de barreiras – barreiras territoriais entre os países. Isso se quebrou, essa confiança que havia na internet foi quebrada com essas revelações. E longe de querer isolar o Brasil – não é esse o objetivo –, é importante que a gente tome as medidas necessárias, como falou bem o Senador Walter Pinheiro, para que a gente consiga resgatar a confiança da internet.

A internet, antes de tudo, é um recurso que serve para democratizar uma infinidade de serviços, a informação, facilitar a vida do cidadão. Mas, antes de tudo, a gente precisa democratizar a governança dessa internet. A governança da internet hoje é centralizada. A gente precisa fazer um trabalho; um tratado internacional nesse sentido, Senador Moka, seria muito importante, não para tentar controlar a espionagem, porque isso é uma atividade que existe desde a época dos gregos e, talvez, até antes, bem antes, não é,

Presidente? Não com esse objetivo, mas para criar um marco internacional que resgate essa confiança que havia na internet e permita às pessoas, aos governos fazer uso desse recurso com segurança, com garantia da privacidade do cidadão, que tenha um contorno mínimo necessário para que os serviços que são prestados na internet continuem a ser feitos, mas de maneira a trazer o resgate, a segurança.

Então, nessa perspectiva, um tratado de natureza internacional...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas me permita. Isso não tem nada a ver com a questão da espionagem. Esse é um marco legal no sentido da sociedade. A discussão aqui não é essa.

O SR. MAXIMILIANO MARTINHÃO – O senhor tem razão. O senhor tem razão. Estou dizendo de uma perspectiva, estou falando no tratado de uma perspectiva, porque a governança da internet é essencial. A gente tem uma governança internacionalizada, *multi-stakeholder*, para que a gente ter a participação de todos os setores, para construir uma internet que continue trazendo benefícios para todos.

Na questão da espionagem, em particular, a gente tem de tomar medidas, como mencionei, coordenadas entre as atividades do Legislativo e do Executivo e construir as medidas necessárias.

Aí, nessa questão da coordenação e, em particular, da atividade que é feita pelo Gabinete de Segurança Institucional, desde 2007, como mencionei, a gente tem um trabalho dentro do setor de telecomunicações, de mapear a rede crítica de telecomunicações.

Existe um conjunto de infraestruturas críticas no País: telecomunicações, serviços bancários, energia, abastecimento de água, etc. No caso de telecomunicações, desde 2007, a gente vem mapeando as infraestruturas críticas de telecomunicações, para tomar as ações de proteção.

Para concluir, Presidente, acredito, sim, que o marco civil e a lei de proteção de dados pessoais são um passo nesta direção de trazer um marco regulatório hoje inexistente no País para a regulação dos serviços da internet e de resgatar um pouco desta questão da segurança e da confiança em torno dos serviços de internet.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações.

Passo a palavra ao Dr. Raphael Mandarino Júnior, Diretor do Departamento de Segurança de Informação e Comunicação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR – Obrigado, Senador Collor.

Senador Walter Pinheiro, primeiro a resposta ao senhor. Talvez eu não me tenha feito entender. Eu disse que o Departamento tem seis anos, não necessariamente as ações.

Eu estava aqui, em 1997 e 1998, lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, com o senhor. Eu era Presidente da SUCESU Nacional e lá estava já brigando por essa lei de comunicações. E, para o bem ou para o mal, fui o presidente da sindicância do Sivam na Presidência da República. Então, a gente acompanha isso há muito tempo.

O que percebo – o senhor perguntou o que temos de fazer em sinergia – é que temos de fazer não é a sinergia só entre os Poderes; temos de fazer dentro de cada Poder.

Percebemos que há muitas iniciativas, todas elas muito bem-intencionadas, mas acaba que perdemos em sinergia. Há ações para tudo quanto é lado, de alguma forma nos coordenamos, e, às vezes, não institucionalmente, como falei aqui, no caso, com a Defesa, a Polícia Federal e o GSI.

Acho que nessa coordenação quem tem o poder de decidir tem de decidir. Precisamos fazer isso e envolver também a sociedade, porque qualquer menino na escola, hoje, com um celular 3G na mão é uma janela de entrada para atacar a rede de Governo. Então, essa coisa tem de ser tratada como um todo.

Acho que é o caso de capacitação – e estou falando no sentido amplo, não só dos técnicos, mas também da população, para ela saber se proteger –; de parcerias, porque temos muito a aprender com outros países e com as próprias empresas; e de investimento.

O José Carlos aqui falou nos investimentos dele, e eu vou dizer ao senhor que o DSIC, nos seus seis anos, não chegou a 5 milhões de orçamento, somados todos os anos.

E, assim mesmo, como lhe falei, existem duas coisas prontas: as normas e a criptografia. Mas não temos poder de polícia para isso acontecer. Nós só recomendamos que as normas sejam usadas.

Agora, o TCU reconheceu, no ano passado, alguma coisa chamada como os órgãos gestores superiores, aqueles que só têm... São os únicos, na estrutura federal, que têm o poder sobre... Eles têm uma capacitação que só eles têm no serviço público. E, nesse caso, reconheceu o GSI na questão da segurança da informação.

Como disse aqui, no nosso ordenamento jurídico, a expressão “segurança da informação” no Executivo só aparece na competência do GSI.

E o TCU vai nos ajudar bastante, porque agora colocou a coisa na medida certa. Diz que a responsabilidade é do principal gestor do órgão, e não do setor de tecnologia, não do departamento. É o principal gestor o responsável pela segurança da informação dentro daquele órgão.

Como essa argumentação do TCU... Sabemos que no TCU a recomendação é quase que uma determinação, no bom sentido, teremos um incremento, e tenho visto muitos órgãos fabricarem a sua política de segurança da informação, procurando criptografar os seus dados.

O Senador Moka fez uma pergunta: se esse tratado da ONU vai resolver a espionagem. A resposta é curta e grossa: não. Isso não existe. Não é assim que vai funcionar. Agora, é claro que é preciso tratado, é preciso acordo, é preciso sabermos como nos movimentar neste mundo globalizado, mas, do ponto de vista da espionagem, eu não acredito.

O Senador Sérgio Souza perguntou o que o Brasil está fazendo. Isso foi apresentado aqui pelo Max e pelo General José Carlos. Temos normas, temos regras, temos maneiras de trabalhar. O que é preciso é termos um comando único. Imagino que, se tivermos um comando único, dentro de cada Poder, vamos ter uma visão um pouco mais holística desse assunto e poder trabalhar em um sentido só. Hoje, não temos essa visão única, essa visão sistematizada.

Recebi uma pergunta aqui de um internauta, perguntando se conhecemos o que outros países, como China e Rússia, que foram citados, estão fazendo. Vou colocar aqui a minha experiência pessoal. Tenho visitado e estou sendo visitado por delegações, em locais de meus parceiros, meus contrapartes, China, Rússia, Israel, Estados Unidos, Espanha, e por aí vai. A primeira coisa que eu constato é que essa área, como o senhor falou aqui, está debaixo da defesa e da inteligência em todo o mundo. São as duas áreas que coordenam essas atividades no mundo todo. Estou falando de criptografia, estou falando de defesa da infraestrutura crítica; todo mundo está debaixo dessas duas áreas.

Outra coisa que vejo são quatro visões sobre a internet no mundo. A primeira é a americana e de seus parceiros: a internet é livre, não tem fronteira; a informação é livre, pode transitar à vontade; e interesses americanos contrariados, em qualquer lugar do mundo, posso usar até a força cinética para defendê-las. Isso está dito; o próprio Pentágono já disse algumas vezes.

A segunda visão é a europeia: vivem em uma comunidade em que o problema não é a informação em si; apesar de eles acreditarem que a internet é livre, que a informação tem que circular livremente, mas, em caso de problemas, vamos nos defender em conjunto. Foi daí que surgiu a grande inspiração para a Convenção de Budapeste, que não atende aos interesses brasileiros, que não aceitamos e estamos tentando reformar, também na ONU, essa condição.

A terceira visão é a russa: a internet é livre, não tem fronteira; a informação depende do interesse do Estado; e qualquer problema que houver na internet, vocês falem comigo se for aqui, e eu falo com vocês se for aí. E nós temos um acordo assinado com a Rússia. Esse acordo já tem três anos e vem funcionando. Já treinamos pessoas, eles treinaram pessoas aqui, porque, nesse aspecto de segurança cibernética, de defesa cibernética, nós não devemos nada a ninguém, em termos de conhecimento. Em termos de recursos, com certeza, mas, em termos de conhecimento, não há ninguém que possa dizer que sabe mais que nós, até porque esse é um assunto muito novo, e não existe uma metodologia firmada.

Então, temos esse acordo com os russos e, infelizmente, eles nos atendem mais do que nós conseguimos atendê-los. Eles sempre nos pedem uma coisa muito difícil, que é tirar determinado *site* do ar, e nossa legislação não permite. O que nós podemos fazer é identificar quem é e passar a informação para eles. Uma ou duas semanas depois, o *site* sai do ar, mas não é um problema nosso; é ação que eles tomam de lá.

E a quarta visão é a chinesa, que não tem internet, tem uma grande intranet. Eles têm o que chamam de Firewall, um grande departamento, que tive a oportunidade, fui talvez um dos poucos ocidentais a entrar nesse local. Há cerca de 3 a 6 mil, não conseguimos saber quantas pessoas trabalham lá, mas eles ficam 24 horas por dia filtrando todas as informações que entram e todas as informações que saem da China – o que também não é garantia, porque sabemos que os dissidentes lá conseguem fazer outras coisas.

Tenho uma experiência pessoal. Na semana em que o Google saiu da China, eu estava lá em uma visita oficial, em uma casa de hóspedes chinesa, e resolvi fazer um teste: eu entrei na internet e botei "Dalai Lama" – a internet fornecida por eles. Imediatamente, o Google, que não estava mais presente no território chinês, foi para Hong Kong, desviou para Hong Kong e me deu todas as informações do Dalai Lama. Aí, fui fazer no Bing, que é o correspondente da Microsoft – o pessoal da Microsoft não gosta quando eu conto isso. Quando entrei no Bing, a resposta foi "este país não permite acesso a *site* pornográfico", quando coloquei "Dalai Lama".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR – *Site* pornográfico, material pornográfico.

Estava comigo lá o General Félix, que era o coordenador do GSI...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O que é uma mensagem do Google.

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR – É.

E aí eu chamei todo mundo para ver e não consegui mais acessar, nem acessar meu computador, tive que formatar para voltar no Brasil. Então, são quatro visões...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Só para ter ideia sobre esse tipo de informação, aqui, no Senado, não se tinha acesso ao *site* da União Nacional dos Estudantes. Quando cheguei aqui, em 2007. E a informação, quando se entrava, era a de que esse *site* não era permitido por ser pornográfico.

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR – Bom, essas são as visões. E a gente tem conhecimento sim. E eu volto a afirmar que há duas coisas que a gente precisa fazer: estabelecer a GERS de quem vai coordenar essa atividade e criptografar a informação, porque não conheço nenhuma outra forma de a gente se proteger agora, no curto prazo, estar pronto para fazer agora, a não ser a criptografia, e criptografia de Estado, que está aí disponível já.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Mandarino.

Eu gostaria apenas que V. Sª me repetisse, não sei se entendi corretamente. O Tribunal de Contas da União determinou que...

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR – Um recente acórdão, em junho do ano passado, diz que o GSI, junto com outros órgãos, na questão de segurança da informação, é órgão gestor superior e que as normas emitidas para o GSI são de caráter obrigatório e a responsabilidade de fazer essas normas dentro de cada ministério é do principal dirigente de cada órgão ou ministério.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Mas o TCU, quer dizer, estabelecendo a ordem hierárquica no setor de informação.

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR – É uma recomendação, como eu disse, para o bem ou para o mal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Mas V. Sª disse: e como toda recomendação, é uma determinação do TCU.

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Quer dizer, mais uma vez, nós estamos vendo que está-se criando debaixo das asas do Congresso Nacional um monstrengo, que é o Tribunal de Contas da União, que está se avocando poderes que ele realmente, atribuições que ele realmente não tem. Vejam a que ponto chegou: estabelecendo a ordem hierárquica no setor de informações, quem deve prestar contas a quem. TCU!

Acho que é o momento, não sei, talvez levar ao Presidente do Congresso Nacional esses fatos que estão se repetindo e se alastrando. Um órgão assessor do Congresso Nacional se avocar esses direitos é algo que nos preocupa. Porque, daqui a pouco...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Na hora em que a gente escolhe aqui o povo que vai para o TCU, que era o caso que a gente fazia lá na Câmara... Aliás, como eu digo a todo sabatinado aqui, Presidente Collor, eu até faço questão, todo sabatinado eu gosto de olhar nos olhos e dizer: "Antes da sabatina, você é um anjo. Vem aqui, procura a gente no corredor e tal, conversa..." Por isso estou com um projeto, uma PEC, em cuja ementa está que os sabatinados têm que voltar aqui ao Senado para prestar contas. Aí, quando a gente elege o povo do TCU, a pessoa diz: "Ah, estou saindo daqui da Casa, vou para o TCU, porque levo a memória daqui..." Aí o sujeito leva não só a memória, como também leva esse sentimento. Ele foi para lá agora e ele agora é o poder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – É verdade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Ele vai para lá e vira isso.

Então, precisamos botar o dedo nessa ferida!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – É verdade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Esse é o debate que compete à gente. Em vez de ficarmos reclamando, chegou a hora de enfrentarmos isso.

Nós não votamos diversas matérias aqui tratando de como é que cada um ia se posicionar? Por que a gente não enfrenta esse negócio do TCU?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Exatamente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Para chegar e dizer: cada qual no seu cada qual.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – É, cada macaco no seu galho.

E tem uma outra questão também, que é importante ressaltar, é que S. Exªs os Srs. Ministros do Tribunal de Contas da União são submetidos a uma espécie de ditadura do corpo técnico. Eles não podem solicitar, por exemplo, ao corpo técnico uma preferência pelo

fato de tal obra, tendo sido embargada, ser uma obra de importância e, portanto, merecer uma certa prioridade em sua análise, o Ministro não pode solicitar ao corpo técnico essa prioridade. É algo impressionante! É uma distorção muito grave que, enfim, em algum momento, teremos de enfrentar.

Mais uma pergunta chega. É dirigida ao Sr. Raphael Mandarino: "Em 16 de maio de 2012, entrou em vigor a nova Lei de Acesso à Informação, nº 12.527. Esse documento não diferencia com clareza conhecimento relacionado à inteligência de outros conhecimentos protegidos sob a guarda do Estado brasileiro, inteligência como produto mereceria uma legislação própria de salvaguarda de informações. Não teria essa nova lei de acesso gerando vulnerabilidade no que diz respeito ao conhecimento sensível e protegido no Estado brasileiro?"

O SR. RAPHAEL MANDARINO JÚNIOR – Olhe, essa lei foi regulamentada por dois decretos. Um deles, o decreto da transparência; o outro, o decreto que diz como essas informações devem ser protegidas.

Essa lei só trata de informação classificada. Tudo que é classificado tem uma regra própria e deve ser criptografado. Eu não vejo por que criou vulnerabilidade no Sistema Brasileiro de Inteligência, até porque as informações são tratadas, aquelas que são classificadas são tratadas de forma bastante clara de proteção.

Do ponto de vista de informações que não são classificadas, existe uma abertura no decreto que diz que as informações são de interesse de segurança e elas não são publicadas. Por exemplo, um manual de uma arma, um plano de defesa brasileira, esse tipo de documento não é classificado, até porque ele tem temporalidade e também é protegido e não tem a necessidade de ser publicado, só o extrato dele. O decreto regulamentou isso muito bem.

Então, eu não vejo por que criaria vulnerabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Raphael Mandarino pela sua resposta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, com a palavra, S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Quero, Sr. Presidente, cumprimentá-lo por esse tema da audiência pública e dizer que teria sido muito importante que eu aqui estivesse desde o início. Mas o Senador Walter Pinheiro, que aqui está, acompanhou a audiência desde o início e eu estava em outra reunião tratando do mesmo assunto, no Serpro. Conversei com o general há poucos instantes e ele me dizia do diálogo que o Centro de Defesa Cibernética, assim como o GSI, tem tido com o Serpro. E eu considero muito importante. Acho que, de tudo o que está acontecendo no mundo e que envolve o Brasil de forma efetiva, forte, isso até não tem sido ruim, porque tem propiciado uma mobilização de forças locais muito importantes, desde o debate da questão da necessidade de satélite até termos desenvolvimento em ciência e tecnologia, formação de pessoal.

Enfim, eu acho que, de tudo o que está acontecendo, o Brasil, depois disso, será outro país, que se preocupa mais não só com a segurança do Estado brasileiro, mas com a segurança das pessoas, com a segurança da empresa.

Então, Presidente Collor, cumprimento-o pelo importante debate que traz a esta Comissão de Infraestrutura.

Obrigada.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores, daqueles que nos acompanharam pela TV e pela Rádio Senado, em especial os nossos convidados, S. Exª o Sr. General José Carlos dos Santos, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército; o Dr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, e o Dr. Raphael Mandarino Júnior, Diretor do Departamento de Segurança de Informação e Comunicação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Agradeço a todos pela valiosa contribuição que trouxeram aos nossos trabalhos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Pela ordem também, brevemente.

O início da nossa manhã se deu com outra audiência pública, parte da atividade da nossa Comissão, tratando da questão da mobilidade, que era o setor de um movimento nacional em torno da desoneração tributária para a área de bicicletas no Brasil. Então, desde cedo que nós estamos na Câmara Federal.

Eu tenho que tratar com muita delicadeza este tema, especialmente porque, como V. Exª sabe, metade da minha Bancada é do Estado do Amazonas, que é protegida pela Zona Franca de Manaus e os seus incentivos. Portanto, é matéria delicada, e eu não po-

dia me ausentar daquele debate, mesmo porque eu preciso informar à minha Bancada a respeito das deliberações que acontecem naquela região.

Por sorte, a Câmara Federal deverá votar brevemente o alargamento dos incentivos para a Zona Franca.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – O alongamento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Alongamento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Alargamento e alongamento, eu acho que são as duas coisas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Alargamento não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) –Então, esse alongamento, com certeza, terá o nosso apoio irrestrito. Evidentemente que vamos ter que negociar com a Zona Franca outras questões, mas, de pronto, nós já vamos apoiar 100% no Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul, de que a Zona Franca de Manaus tenha um período ainda maior de existência para benefício do nosso País. E V. Exª é um defensor intransigente dessa matéria.

Então, eu queria fazer esse registro, porque a nossa Comissão tem essa particularidade, ela tem uma quantidade gigantesca de atividades, e essa era uma das atividades de que não poderíamos nos ausentar de maneira nenhuma.

Lamentavelmente – lamentavelmente –, tivemos que perder essa importante audiência pública que V. Exª realiza sobre a questão da segurança do nosso País, que é o setor mais estratégico. Quer dizer, sem informação e sem domínio da informação e a capacidade de se defender nessa área, evidentemente que o Brasil fica um país vulnerável, e o esforço que nós estamos fazendo precisa... Mandarino nos reafirmou aqui, nós temos a capacidade, nós temos inteligência, mas nós precisamos garantir os meios, os meios materiais, recursos garantidos para não só o Gabinete de Segurança Institucional, mas para que as nossas Forças Armadas estejam bem equipadas, bem preparadas, um investimento na área de tecnologia, e V. Exª tem trazido esse debate aqui com muita ênfase.

Eu vi a notícia agora de que Marte será explorado também pela Índia. Então, imagina que...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Acho que eu vou lhe mandar para Marte, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... a Índia, que é um país mais do que respeitável...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Vou mandar o Inácio para Marte.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... por todos nós, mas um país que ficou independente há poucos anos...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Quarenta e nove.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Quarenta e nove anos de independência.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Não, em 1949.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Em 1949. Quer dizer, são...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Sessenta e quatro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sessenta e quatro anos de independência. Imagina, nós estamos independentes desde 1822.

Então, nós temos que correr para poder garantir que o nosso País tenha segurança, seja protegido, e que tenha tecnologia capaz não só de nos defender, mas para oferecer ao mundo. Eu acho que é isso que nós temos que... Esse é um investimento e uma exigência grande que temos que fazer.

Há poucos anos, Walter Pinheiro lembra bem disso, nós conseguimos um apoio, ainda no final do Governo Fernando Henrique, de tornar os investimentos na área de Ciência e Tecnologia obrigatórios, não é isso, Walter?

Foi uma conquista grande, e isso perdurou acho que quase todo o período do Governo do Presidente Lula e o primeiro ano da Presidente Dilma, mas a LDO de 2011 para 2012 alterou essa conquista e tinha muita importância para o setor de segurança, esses investimentos na área de Ciência e Tecnologia.

Acho que uma das coisas... Nós estamos votando aqui o Orçamento Impositivo para emendas parlamentares, e eu acho que, talvez, nós tivéssemos que retornar à obrigatoriedade, também, de cumprimento das metas da área de ciência e tecnologia.

Tem muito a ver com a área de Defesa do nosso País.

Então, cumprimento V. Exª, peço as minhas escusas por conta das atividades que são também da nossa Comissão, mas estamos, digamos assim, atentos na defesa dos nossos interesses, guiados aqui pelo nosso Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Inácio Arruda.

Agradeço a presença dos nossos palestrantes no dia de hoje.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada imediatamente após o encerramento desta, com pauta deliberativa.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.)

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 54ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia seis de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Alfredo Nascimento, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Ruben Figueiró** e **Osvaldo Sobrinho.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 52ª, 53ª e 54ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 114, de 2012**, de autoria da **Presidenta da República**, que "*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT*". Relatoria: Senador **Ciro Nogueira**. Resultado: retirado de pauta. **Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 52, de 2013**, de autoria do Senador **José Pimentel**, que "*requer, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – CIPOSECA, para tratar das recentes medidas legislativas de renegociação de dívidas de produtores rurais do Nordeste, com os seguintes convidados: Exmo. Sr. Ministro da Integração Nacional Francisco José Coelho Teixeira e Sr. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, Vicente Andreu Guilho*". Resultado: aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores **Walter Pinheiro** e **Inácio Arruda**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e cinquenta e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 52ª, 53ª e 54ª Reuniões.

As Srªs Senadores e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de entrar na nossa pauta do dia de hoje, eu gostaria apenas de fazer uma correção à S. Exª o Senador Inácio Arruda em relação à data da libertação da Índia do jugo britânico: foi em 1947, em vez de 1949. Peço desculpas pela informação equivocada que trouxe a este Plenário.

Antes de iniciarmos a pauta, um comunicado para que eu solicitaria a atenção das Srªs e dos Srs. Senadores.

Antes de iniciarmos os trabalhos de nossa segunda reunião...

Vou pedir um pouco de atenção das Srªs e dos Srs. Senadores. (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Antes de iniciarmos os trabalhos de nossa segunda reunião, eu gostaria de prestar os seguintes esclarecimentos às Srªs e aos Srs. Senadores: como é do conhecimento de V. Exªs, todas as pautas das reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura são rigorosamente divulgadas com mais de 48 horas de antecedência, como preveem as normas regimentais e os atos da Comissão.

Ontem, dia 5 de novembro, portanto, depois de as pautas de hoje estarem devidamente divulgadas, fomos surpreendidos com a publicação, no *Diário Oficial da União*, de quatro mensagens, as de nºs 486, 487, 488 e 489, da Presidência da República, retirando as indicações dos nomes de diretores da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que tramitam exatamente aqui, na Comissão de Serviços de Infraestrutura. Um deles, o Sr. Carlos Fernando do Nascimento, refere-se à Mensagem nº 114, de 2012, que é o item primeiro da pauta dessa segunda reunião de hoje, destinada à sabatina do indicado.

Registre-se que o parecer do Relator, S. Exª o Senador Ciro Nogueira, Presidente Nacional do Partido Progressista, foi lido na reunião do último dia 23 de outubro, oportunidade em que concedemos vista coletiva às Srªs e aos Srs. Senadores, tudo conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal e, especialmente, o Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, com redação dada pelo Ato nº 2, de 2013, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

As demais mensagens de retirada de indicações referem-se aos nomes do Sr. Paulo Sérgio Oliveira Passos, cuja Relatoria coube a S. Exª o Senador Ministro Alfredo Nascimento, Presidente do Partido da República; do Sr. Daniel Sigelmann, cujo Relator é S. Exª o Senador Acir Gurgacz, Líder do Partido Democrático Trabalhista; e da Srª Natalia Marcassa de Souza, com Relatoria de S. Exª o Senador Romero Jucá, ex-Líder dos governos Lula e Dilma no Senado Federal. Enfim, todos eles relatores políticos de reconhecida influência nos trabalhos desta Casa.

Diante desse fato e sob o risco de tomarmos uma decisão que, futuramente, tornar-se-ia inócua, ou seja, sem qualquer efeito prático, retiro de pauta o item 1, Mensagem nº 114, de 2012, bem como solicito a devolução, pelos Srs. Líderes Relatores, dos respectivos processos das demais indicações.

Assim, gostaríamos de nos desculpar pelo imprevisto junto aos quatro Srs. Senadores Relatores dessas mensagens, assim como os próprios indicados pela Presidência da República, especialmente o Sr. Carlos Fernando do Nascimento, que se preparou para ser sabatinado hoje, aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Aos demais integrantes da Comissão, também solicitamos a compreensão pelo ocorrido, lembrando mais uma vez que fomos pegos de surpresa com as retiradas das indicações publicadas no *Diário Oficial* de ontem, dia 5 de novembro, pela própria Presidência da República. Solicito, inclusive, a entrega das cópias da publicação no *Diário Oficial* a S. Exªs integrantes desta Comissão.

De nossa parte, esta Presidência esclarece que, em todos os casos, tão somente cumpriu na integralidade os prazos, as regras e os demais procedimentos regimentais que as matérias em tela demandam.

Não houve, portanto, nenhum falha ou imprevidência cometida na direção dos trabalhos da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Lamentando o ocorrido, agradeço a atenção de todos.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 114, de 2012
– Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ciro Nogueira.

Retirado de pauta, pelo fato que agora acabo de relatar a V. Exªs.

Senador Sérgio Petecão, o que eu acabei de ler aqui foi um pedido de desculpas aos senhores integrantes pelo ocorrido, pela retirada dos indicados para a ANTT.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 52, de 2013

Requer, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – CIPOSECA, para tratar das recentes medidas legislativas de renegociação de dívidas de produtores rurais do Nordeste, com os seguintes convidados: Exmo. Sr. Ministro da Integração Nacional Francisco José Coelho Teixeira e Sr. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, Vicente Andreu Guilho.

Autoria: Senador José Pimentel.

Observação: O requerimento foi lido na reunião do dia 04/11/2013.

Coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Gostaria também de dizer às Srªs e aos Srs. Senadores integrantes desta Comissão, mais uma vez – já foi lido isso no início da nossa reunião de hoje, aliás, da reunião que antecedeu a esta na manhã de hoje –, que ontem foi instalada, no âmbito desta comissão, a Subcomissão Permanente de Mobilidade Urbana, presidida – foi eleito ontem – por S. Exª o Senador Inácio Arruda, a quem gostaria de cumprimentar pela Presidência. O Vice-Presidente eleito foi S. Exª o Senador Clésio Andrade.

Desejamos todos nós, integrantes da Comissão, êxito e sucesso à gestão de S. Exª, que iniciou a reunião já muito bem, com cinco requerimentos que foram aprovados para iniciarmos os trabalhos...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Já iniciou com mobilidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com mobilidade. Exatamente.

Então, eu gostaria de cumprimentar V. Exª, Senador, e desejar-lhe êxito nessa sua nova missão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pois não, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Antes que V. Exª encerre os trabalhos, eu queria informar primeiro que foi uma reunião bastante bem-sucedida, com a presença, entre outros, dos Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, que também parece que é adepto da bicicleta; está só esperando a licença da Vanessa para poder pedalar lá em Rondônia.

Essa subcomissão tem grandes responsabilidades e ela só consegue se instalar pelo apoio que V. Exª tem dado ao trabalho das subcomissões. E esta é uma das Comissões muito importantes.

Agora mesmo, isso está sendo discutido, na Câmara, através da liderança de um companheiro nosso, que também foi vereador da cidade de Salvador, o arquiteto Zezéu Ribeiro, Deputado Federal, que tem trabalhado conosco intensamente nessa questão da mobilidade urbana, na questão do planejamento urbano, presidiu a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara e quer fazer um trabalho em conjunto. Acho que é assim que devemos agir, porque muitas matérias ligadas a essa área saem daqui para a Câmara e muitas coisas que estão sendo discutidas na Câmara também vêm para cá.

Então, se V. Exª permitir, vamos fazer um trabalho conjugado com a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... onde temos uma pessoa dessa qualidade, o Zezéu, que já trabalha conosco há muitos anos, dando opiniões, sugestões e, inclusive, participando de audiências públicas aqui, no Senado. Então, é uma tarefa boa.

Eu agradeço a V. Exª a oportunidade de formarmos essa comissão. Há um grande apoio da assessoria e da consultoria. É mais trabalho. Não sei se eles vão ter direito a hora extra, mas, com certeza, é mais atividade e mais trabalho que V. Exª está propiciando à Comissão. E, evidentemente, alguns vão ficar sobrecarregados, mas faz parte das nossas atribuições.

Então, queria agradecer a V. Exª.

Também começamos bem porque acabou de ser lançada a revista que trata da mobilidade urbana. E vamos aproveitar bastante o que já está posto na rua por V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Inácio Arruda. Foi muito bem lembrado por V. Exª também o lançamento, ocorrido hoje, na reunião que antecedeu a esta, da revista *Em Discussão!* que trata especificamente do tema Mobilidade Urbana, sinal de que está havendo uma perfeita concatenação, coordenação dos interesses da sociedade com os trabalhos que vêm sendo realizados por esta Casa e divulgados pela competente Secretaria de Imprensa do Senado da República.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores e convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 13 de novembro, quarta-feira, às 7h30, neste plenário, com pauta deliberativa e audiência pública, na qual discutiremos a Política Nacional de Recursos Hídricos, primeiro painel do ciclo sobre água da agenda "Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País".

A audiência pública contará com a presença do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Sr. Vicente Andreu Guillo. Sempre que iniciamos um ciclo sobre um aspecto da nossa infraestrutura, fazemos uma primeira audiência pública com o ministro chefe da área ou, no caso de uma agência reguladora, com o seu diretor-presidente. É o que estaremos fazendo nessa audiência que dará início à discussão sobre a questão da água e as questões correlatas a ela, com a presença do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Sr. Vicente Andreu Guillo.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.)

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 07 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia treze de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fer-**

nando Collor, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Acir Gurgacz, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Alfredo Nascimento, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Ruben Figueiró e Osvaldo Sobrinho.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência e o requerimento da Senadora **Lúcia Vânia** e Senadores **Wilder Morais, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Osvaldo Sobrinho, Cyro Miranda, Cristovam Buarque, Gim Argello, Ruben Figueiró, Blairo Maggi e Pedro Taques.** Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01 de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*", e ao **Requerimento nº 52 de 2013-CI**, de autoria do Senador **José Pimentel**, aprovado em 06 de novembro de 2013, que "*requer, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – CIPOSECA, para tratar das recentes medidas legislativas de renegociação de dívidas de produtores rurais do Nordeste, com os seguintes convidados: Exmo. Sr. Ministro da Integração Nacional Francisco José Coelho Teixeira e Sr. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, Vicente Andreu Guilho.*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Vicente Andreu Guillo**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; e o Senador **José Pimentel**, Presidente da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **José Pimentel**, **Sérgio Souza**, **Ruben Figueiró, Alfredo Nascimento**, **Flexa Ribeiro** e **Acir Gurgacz**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e quarenta minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Leitura de requerimento.

REQUERIMENTO Nº 54, DE 2013

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado um representante da Confederação Nacional da Indústria para uma apresentação sobre o Código Centro-Oeste Competitivo.

Assinam o requerimento S. Exª a Senadora Lúcia Vânia e S. Exªs os Senadores Cyro Miranda, Wilder Morais, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Gim Argello, Delcídio do Amaral, Ruben Figueiró, Waldemir Moka, Blairo Maggi, Osvaldo Sobrinho e Pedro Taques.

Será incluído para deliberação na nossa próxima reunião o requerimento que acabo de ler.

Comunicados.

Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 837/2013, de S. Exª o Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, que encaminha à Comissão um exemplar da publicação *Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás*, projeto desenvolvido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com apoio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e coordenado pelo Ministério de Minas e Energia.

Destaca o Ministro Edison Lobão que o *Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás* será de grande utilidade para o setor de petróleo e gás, especialmente nas discussões de políticas públicas relativas ao aproveitamento desses recursos e ao planejamento energético.

O material encaminhado pelo Ministério encontra-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Segundo comunicado.

Quinto ciclo de audiências: relato do quinto painel.

Dando sequência ao ciclo de audiências públicas denominado "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País", esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na quarta-feira, dia 6 de novembro, o quinto e último painel do tema "Telecomunicações

– Governança, Desafios Operacionais, Segurança e Visão de Futuro".Participaram o Exmo Sr. General de Divisão José Carlos dos Santos, Chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército; o Sr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, e o Sr. Raphael Mandarino Júnior, Diretor do Departamento de Segurança de Informação e Comunicação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Temos testemunhado o uso crescente de tecnologias da informação como novo instrumento de dominação entre nações, onde o espaço cibernético é utilizado para manter o *status quo* ou alcançar maior influência na relação de poder entre elas. Desse modo, surgem verdadeiros artefatos cibernéticos, alguns desenvolvidos com propósitos nitidamente militares, a exemplo do vírus Stuxnet, afirmou o General José Carlos, que foi nosso primeiro palestrante.

Continuando, disse ele que, sejam eles classificados como "hacktivismo", crime cibernético, espionagem, terrorismo ou ato de guerra, os ataques cibernéticos constituem ameaças significativas à estabilidade e segurança da sociedade e à soberania dos Estados. A diferença em relação às ameaças cinéticas, considerou o General, é o seu baixo custo e fácil acesso, exigindo visão estratégica e abordagem responsável dos Estados em seu enfrentamento.

O Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) coordena e integra, de forma matricial, os trabalhos de diversas instituições governamentais, empresariais e acadêmicas, conforme prescrito na Estratégia Nacional de Defesa (END). Entre outras medidas, a END estabelece ações no sentido de fortalecer o Centro e capacitá-lo a evoluir para o Comando de Defesa Cibernética das Forças Armadas, assim como de aprimorar a Segurança da Informação e Comunicações, particularmente, no tocante à cerificação digital.

As vulnerabilidades existentes no espaço cibernético brasileiro advêm, principalmente, da dependência tecnológica e dificilmente serão superadas em curto prazo. Da falta de consciência a respeito da necessidade de proteger informações sensíveis, sejam de natureza institucional ou individual, decorre a falta de investimento no setor, a insuficiência de especialistas de segurança da informação e o não cumprimento das normas de proteção estabelecidas, considerou o General.

A lei norte-americana, conhecida como Calea (Communications Assistance for Law Enforcement Act), obriga os fabricantes americanos a tornar possível a coleta de dados de interesse para a segurança daquela superpotência. O Brasil não dispõe de uma indústria de equipamentos eletrônicos e de telecomunicações que possa substituir grande parte dos componentes importados, considerados críticos para a segurança das suas comunicações, em suas redes internas.

A coordenação dos trabalhos e a integração de todos os valores vocacionados para as atividades do setor cibernético devem ocorrer de forma colaborativa entre os setores públicos, privado, acadêmico e a base industrial brasileira. O CDCiber, em conjunto com a Secretaria de Política de Informática, organizou duas Jornadas de Trabalho, com participação de mais de 50 instituições públicas e privadas, onde foram elaborados quatro Programas a serem fomentados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O modelo de desenvolvimento baseado no tripé – governo, instituições acadêmicas e indústria nacional – tem alcançado resultados promissores. Em menos de dois anos de implantação do setor de defesa cibernética, já gerou produtos tais como o próprio CDCiber, o simulador de defesa cibernética, o primeiro antivírus brasileiro e ferramentas de gestão de risco e de inteligência que se mostraram muito eficazes na proteção dos ativos de informação relacionados aos últimos Grandes Eventos (Rio+20, Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude).

No entanto, segundo o palestrante, não podemos ser ingênuos a ponto de acreditar que a ofensiva político-diplomática do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, no sentido de se discutir um ordenamento no espaço cibernético, será suficiente para a defesa dos interesses nacionais.

Respondendo a questionamentos, o General explicou que a defesa cibernética é um setor novo para a maioria dos países, mas nas duas oportunidades em que a capacidade de formar os nossos especialistas foi testada, os resultados foram promissores. No conteste internacional chamado CyberOlympics, de que participam as melhores organizações, os melhores *hackers* do mundo, a representação brasileira, integrada majoritariamente por oficiais do Exército, no ano passado conseguiu o quarto lugar e no corrente ano, classificou duas equipes entre as dez melhores.

O planejamento inicial previa o montante na ordem de R$100 milhões por ano para, em quatro anos, estruturar o setor cibernético dentro do Exército. Em 2012, segundo o palestrante, receberam R$61 milhões, em 2013 R$75 milhões e, para 2014, há previsão de receberem R$90 milhões. Acreditamos, disse o General, que é o orçamento possível, não é do que necessitamos. Fizemos, diz ele, recentemente, um diagnóstico ao Sr. Ministro da Defesa informando que necessitaríamos de, no mínimo, mais R$400 milhões para acelerar os nossos programas de implantação da defesa cibernética.

O Brasil deve fazer um esforço para dotar sua defesa de condições mínimas para dissuadir ações que ameacem seu patrimônio, por meio da busca constante de independência tecnológica, se não total, pelo menos na criação de órgãos capazes de auditar e homologar os sistemas não produzidos no País. No ambiente cibernético devem ser adotadas todas as medidas possíveis para a proteção dos nossos ativos, especialmente a proteção da informação por meio de ferramentas criptográficas controladas pelo Estado, concluiu o General José Carlos.

O segundo palestrante, Sr. Maximiliano Martinhão, observou que o setor de telecomunicações possui regulação bem detalhada, estabelecendo condicionamentos para prestação de serviços e implantação de infraestrutura. Já a produção e veiculação de conteúdos, aplicações e serviços de internet é levemente regulada no País, condição que prevalece no mundo, disse ele.

As principais vulnerabilidades decorrem da estrutura e da forma de prestação dos serviços de internet, com a concentração do tráfego e das receitas nos EUA, os dados armazenados em *data centers* no exterior e as empresas submetidas à legislação e jurisdição estrangeira, disse ele. Também os *software*s e *hardwares* fabricados em outros países, que podem contar com recursos que permitam monitoramento eletrônico remoto (*backdoor*), representam grande vulnerabilidade, acrescentou o Sr. Martinhão.

Como medidas em curso para diminuir essas vulnerabilidades, o palestrante citou a ampliação da rede terrestre da Telebras, hoje contando com 21.000km de extensão e cobrindo mais de 2.000 Municípios e a contratação do Satélite Geoestacionário Brasileiro, que deverá proporcionar cobertura em todo território nacional. Citou, ainda, o projeto do anel ótico continental que diminuirá a necessidade de trocar tráfego com os Estados Unidos para acessar conteúdos localizados na América Latina.

Assim também, com a construção de cabos submarinos para a Europa e África, será possível o acesso a conteúdos localizados nesses continentes sem trocar tráfego com os Estados Unidos. Já a construção de *data centers* locais, além de melhorar a qualidade da navegação, vai diminuir custos e obrigar a observância da legislação brasileira, afirmou o Sr. Martinhão.

O Decreto nº 8.135/2013 cria uma política relacionada à proteção do serviço de comunicação e do serviço de Tecnologia de Informação dentro do Governo Federal. Estabelece que as comunicações de dados da Administração Pública Federal deverão ser feitas por redes e serviços próprios, regula o uso do serviço de correio eletrônico desenvolvido dentro do Governo Federal, exige auditabilidade dos programas e equipamentos e determina que o armazenamento e o processamento de dados da Administração Pública Federal deverão ser realizados por instituições do Governo, enumerou o palestrante.

O Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSI) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) foi criado em 8 de maio de 2006 e, de lá para cá, tem se concentrado em escrever normas sobre segurança da informação, já havendo 18 normas publicadas, afirmou o Sr. Raphael Mandarino, último palestrante.

Outro órgão do GSI ligado ao tema é o Cetir (Centro de Tratamento de Incidentes de Redes), que faz a última linha de defesa das redes de Governo. Existem cerca de 320 redes de Governo que sofrem, segundo estimativa, de 2.000 a 2.500 ataques por hora. Algumas centenas de profissionais dedicados à segurança trabalham nos 180 Centros de Tratamento de Incidentes existentes na Administração Pública Federal resolvendo esses problemas, dos quais, diariamente, cerca de 60 não são resolvidos e chegam ao nosso Cetir, afirmou o palestrante.

Em parceria com a UnB (Universidade de Brasília), já foram formados cerca de 500 especialistas, servidores públicos estáveis e de carreira de Estado, que estão espalhados pelo Brasil afora, o que não é nada perto do necessário, considerou ele. Outra iniciativa importante é o *Livro Verde: Segurança Cibernética no Brasil*. Elaborado por um grupo de trabalho composto pelo Ministério da Defesa, representantes das três Forças, Ministério da Justiça, Polícia Federal, Ministério das Relações Exteriores e o próprio GSI, e publicado em 2008, o livro contém o arcabouço do que se pensava sobre o assunto, informou o Sr Raphael.

Não adianta ter fibra, não adianta ter *software*, só com a criptografia vai ser possível evitar que qualquer organização, seja ela criminosa, seja ela um país estrangeiro, tenha acesso às informações que vão trafegar pelas redes, por mais protegidas que sejam. Essa rede trafega por roteadores, por servidores, por equipamentos que não são nossos, que seguem a lei americana, seguem interesses de outros países. Os americanos fazem isso explicitamente, mas outros também fazem, e só criptografia com algoritmo de Estado salva, e mais nada, completou o palestrante.

Essa criptografia existe, está pronta e vem sendo usada. Foi desenvolvida pelo CEPESC (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações), órgão da Abin, e hoje é o que há na ponta da tecnologia. Segundo ele, nós temos uma criptografia de proteger túneis, de criar redes segregadas dentro de uma rede física, que já está em funcionamento. Ou seja, é uma placa, um *hardware*, pois se

a criptografia se desse apenas por um *software* seria facilmente quebrável. Assim, dentro desse *hardware* há um software, todos eles de conhecimento apenas do Estado brasileiro, assegurou o Sr Raphael.

Eu separo segurança cibernética de defesa cibernética, explicou o palestrante. Segurança é olhar a vulnerabilidade, enquanto defesa é olhar as ameaças externas. Olhar uma ameaça externa é se preparar para um ataque, é ter uma resposta ativa em caso de ataque, o que é missão constitucional das Forças Armadas. Olhar para dentro do Brasil, olhar para crime não é missão das Forças Armadas, concluiu ele.

Sinto que falta uma institucionalização nessa área, pois vejo 10 ou 15 instituições que trabalham com a área de segurança da informação e com a área da segurança cibernética, cada uma recomeçando do zero as suas atividades. É claro que cada um tem sua própria versão do que seria segurança, do que seria defesa, mas é preciso que se faça um trabalho coordenado, argumentou o palestrante.

Em resposta a questionamento, o Sr Raphael afirmou que o orçamento do DSI, somados seus seis anos, não chegou a R$5 milhões. Assim mesmo, existem duas coisas prontas: as normas e a criptografia. Temos normas, temos regras e temos maneiras de trabalhar. O que é preciso agora é um comando único, pois essa área, em todo o mundo, está debaixo da defesa e da inteligência, concluiu ele.

Terceiro comunicado: Panorama econômico internacional América do Sul e Brasil.

O panorama econômico internacional registrou, no dia 7 de novembro, diminuição (para 0,25%) da taxa básica de juros na Europa, pelo Banco Central Europeu (BCE). Trata-se de iniciativa que reage ao baixíssimo crescimento do bloco e à ameaça de deflação, que poderia levar a economia europeia a uma volta à recessão, desta feita mais duradoura. Ademais, a União Europeia vê-se às voltas com persistente desemprego, principalmente na Espanha, Grécia, Itália e Portugal. O corte dos juros pretende contrabalançar a estagnação, e mesmo recessão, que tem atingido parte da Europa por seis semestres consecutivos.

Inesperada, a decisão do BCE surpreendeu o mercado financeiro internacional e levou a uma imediata desvalorização do euro, que vinha subindo por causa da descrença dos mercados no início próximo da desaceleração dos estímulos financeiros nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a agência de classificação de riscos Standard and Poors rebaixou a posição francesa.

Simultaneamente, divulgaram-se dados sobre o crescimento americano e sobre os níveis de emprego. Positivos, os números mostram que há sinais claros de retomada nos Estados Unidos, embora ainda não se espere um comportamento brilhante da economia norte-americana no futuro próximo, pois a incerteza permanece. Os dados positivos levaram os mercados a crerem que não deve tardar o começo do *tapering* (afunilamento), ou seja, a desaceleração da injeção de liquidez na economia dos Estados Unidos. Essa iniciativa do Federal Reserve, esperada para o primeiro trimestre do próximo ano, e mesmo, dependendo de novos dados favoráveis, para dezembro, terá, como consequência imediata, menos liquidez e maiores juros internacionais com efeitos, claro, também sobre a nossa economia.

Em outra vertente, a liderança do partido comunista chinês está reunida desde o dia 9, para discutir o aprofundamento das mudanças econômicas já iniciadas, que visam à passagem do atual modelo exportador para uma economia com ênfase no consumo interno. Essas discussões realizam-se sigilosamente, mas as decisões devem ser no sentido de modificações importantes, pois o atual modelo está esgotado. As pressões sociais chinesas por melhor padrão de vida são fortes e devem ser atendidas pela nova liderança da China, apesar da resistência de setores da alta burocracia das empresas estatais, que perderão poder com as mudanças.

No que diz respeito à América do Sul, registre-se a visita presidencial brasileira ao Peru que teve lugar no dia 11 de setembro. O Peru tem crescido a taxas anuais acima de 6% e fez clara opção por acordos de livre comércio, como os que negociou com o Japão, o Canadá, os Estados Unidos, Cingapura, a China, a Coreia e o México. Ademais, o Peru faz parte da chamada Aliança do Pacífico, tratado comercial que contempla o Chile, a Colômbia e o México e que tem dado impulso à economia dos países participantes. São países que têm buscado criar um ambiente de liberdade e segurança favorável aos empreendimentos nacionais e aos investimentos externos.

O modelo de crescimento escolhido pelos países da Aliança do Pacífico tem dado bons resultados, que se refletem em taxas de crescimento médias acima de 4%, mesmo com as dificuldades da crise de 2008, e deve ser objeto de reflexão por parte do Brasil.

O foco mais importante da visita presidencial são os projetos de infraestrutura, principalmente os que tratam da integração física entre os dois países. Trata-se de integração que transcende a área bilateral, e se direciona para a incorporação da economia brasileira aos fluxos de comércio internacionais com a Ásia.

A interconexão ferroviária dos portos de Paita e Bayovar no Peru e das nossas malhas ferroviárias Centro-Oeste e Norte-Sul será essencial para o direcionamento de correntes de comércio para o Pacífico,

assim como a conexão hidroviária Yurimaguas-Manaus. Está situada em território peruano parte importante da chamada Estrada do Pacífico, ligação do Brasil com o Oceano Pacífico, que está em funcionamento desde 2011 e representa um marco de integração na América do Sul.

Registre-se que a integração tem sido planejada para ter características intermodais, conjugando meios de transporte rodoviário, ferroviário, fluvial e marítimo, de maneira a se adaptar às características regionais e responder aos desafios econômicos, tecnológicos e ambientais.

Trata-se de exemplos de obras de infraestrutura importantes tanto do ponto de vista econômico quanto político. De uma parte, se afirmarão como corredores de exportação para área do mundo que seguramente continuará como vanguarda do dinamismo econômico global. De outra, representam fator de afirmação do perfil do Brasil no subcontinente.

Próximo comunicado: Notícias da Infraestrutura e o Panorama na Palavra de Especialistas.

A preocupação com os efeitos das paralisações de obras públicas sugeridas pelo Tribunal de Contas da União ao Congresso Nacional voltou ao noticiário no último fim de semana. Dessa vez, foi a própria Presidente da República quem criticou as recomendações daquela Corte, que apontou irregularidades em sete obras nas quais verificou indícios de superfaturamento.

A Presidente classificou como "um absurdo" a paralisação de obras, alegando ser possível a utilização de vários outros métodos para a correção de problemas, além de afirmar que "é muito perigoso paralisar uma obra, pois não há como reparar os custos decorrentes de tal medida e nem como ressarci-los, de acordo com a lei".

A crítica da Presidente Dilma Rousseff foi endossada pelo Ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, para quem "problemas como sobrepreço e erros de traçado não justificam interrupções de obras". Em sua opinião, multas e penalidades poderiam ser aplicadas a empresas envolvidas, em vez de se punir o Estado brasileiro com uma paralisação dessa natureza.

Ainda com relação a obras públicas, a extensão do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) para projetos do Programa de Aceleração do Crescimento – cujo primeiro resultado foi o de acelerar os prazos de licitação – teve também o efeito inesperado de as construtoras abandonarem as concorrências. As reclamações das empresas dizem respeito à eliminação da possibilidade de aditivos aos contratos, uma vez que os projetos conceituais dos órgãos públicos levam a valores baixos, aumentando os riscos de prejuízo.

Segundo o diretor-geral do DNIT, General Jorge Fraxe, o problema está sendo resolvido com a implantação de um sistema no qual, quanto maior o risco da obra, mais alto será o orçamento inicial. Fraxe informou que pretende dialogar com os órgãos de controle, em especial o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União para que passem a auxiliar o DNIT a formar um preço adequado, evitando a paralisação de obras ou a abertura de licitações sem concorrentes. Pretende o diretor que os órgãos de controle também aprimorem sua atuação, auxiliando o DNIT na fase de projeto e na verificação da qualidade da obra pronta.

No que diz respeito à logística, um levantamento feito pela empresa de consultoria Macrologística, especializada em transporte, revela que o Brasil gasta quase três vezes mais que os Estados Unidos no transporte de sua produção agrícola. E, mesmo assim, somos competitivos; é incrível! Imaginem se pudéssemos – imagino que poderemos – reduzir esse custo.

Segundo o Presidente da empresa, Roberto Pavan, "as diferenças na logística entre os dois países são enormes e criam custos que afetam diretamente o ganho dos produtores e o preço final dos alimentos produzidos no Brasil".

De acordo com o estudo, de cada dólar gasto por um brasileiro, cerca de US$0,08 serão gastos com o transporte dos alimentos da fazenda para as indústrias, portos e supermercados. Já nos Estados Unidos, esse custo, segundo a Associação dos Produtores de milho do estado de Iowa, equivale a quase um terço do brasileiro, pois, de cada dólar desembolsado por um norte-americano para pagar uma refeição, apenas US$0,03 terão sido gastos com o traslado dos produtos, enquanto no Brasil, gastam-se US$0,08.

De acordo com Roberto Pavan, os norte-americanos investem o equivalente a 4% do PIB em transporte, enquanto o Brasil investe apenas 0,5% de seu produto bruto no setor. A diferença se faz também presente no tipo de investimento: enquanto o Brasil concentrou-se no setor rodoviário, os Estados Unidos investiram maciçamente em ferrovias e hidrovias, sem deixar de abrir rodovias, ao mesmo tempo.

Outro comunicado, e último:

Gostaria de trazer ao conhecimento das Srªs e Srs. Senadores, recente artigo do Dr. Ivan Dutra Farias, especialista em avaliação de impactos ambientais de barragens, doutor em política, planejamento e gestão ambiental, e consultor legislativo do Senado Federal, sobre a questão das hidrelétricas com grandes reservatórios.

Diz ele que no momento em que temos mais uma paralisação da construção da Usina de Belo Monte, e ao mesmo tempo em que esta Comissão inicia hoje –

digo eu, agora – o 6º ciclo de debates de nossa agenda, exatamente com o tema Recursos Hídricos, creio ser imperiosa a reflexão sobre o que nos fala o Dr. Ivan acerca deste assunto. O artigo, publicado no último dia 11 de novembro, tem como título: *Hidrelétricas no Brasil e a vitória do obscurantismo*.

Diz o autor:

O anedotário da caserna nos conta que, ao assumir o comando de um quartel, um coronel indagou de seu oficial imediato acerca de um posto de sentinela permanente em frente a um banco de praça. Percorreu-se, sem sucesso, toda a cadeia hierárquica atrás da resposta, até que o soldado mais antigo do quartel acabou com mistério: há muitos anos [disse ele], o banco fora pintado e, por isso, providenciou-se uma sentinela para evitar que alguém, inadvertidamente, sentasse sobre a tinta fresca. Desde então, o posto nunca mais ficou sem vigilância.

É inevitável a lembrança da sentinela do banco quando se assiste a alguém do governo federal, compungida e conformadamente, informar à plateia que "a sociedade decidiu que não se pode mais construir hidrelétricas com grandes reservatórios.

Pergunta ele: "Que sociedade?"

[...] Isso nunca foi discutido adequadamente no Brasil e, menos ainda, definido por meio de mecanismos da democracia representativa. Nem quem vota nem quem foi votado escolheu coisa alguma. Essa decisão é de responsabilidade exclusiva de gente amedrontada por meia dúzia de bumbeiros tonitruantes. Gente que, passivamente, ouve os parlapatões midiáticos dizerem que a energia eólica substitui, com vantagens, a hidreletricidade. Gente que afirma que Belo Monte vai afetar o Parque Nacional do Xingu, aquela maravilha situada rio acima – a "apenas" 1.300km, aproximadamente.

A Comissão Internacional de Grandes Barragens, uma entidade de reconhecida qualificação técnica que realiza levantamentos sistemáticos em diversos países, periodicamente publica uma lista dos países com mais de duzentas grandes barragens em operação. Trata-se aqui de estruturas com altura igual ou superior a 15 metros e, também, as que possuem altura variável entre 10 e 15 metros, desde que tenham capacidade de armazenar mais de 3 milhões m^3 de água em seus respectivos reservatórios.

Como esperado, a China, os Estados Unidos e a Índia ocupam as primeiras posições na lista. O Japão e a Coreia do Sul, surpreendentemente, ocupam a quarta e a quinta posições, respectivamente, superando, sucessivamente, o Canadá, a África do Sul e o Brasil.

Quando nos lembramos das condições climáticas adversas do enorme território canadense, ficamos nos perguntando sobre certo país privilegiado, em cujos corpos d'água se encontram 12% da água doce superficial do Planeta – muito mal distribuídos, diga-se de passagem. Chega-se à conclusão de que a razão entre a quantidade de barragens e a extensão do nosso território é bem modesta, nomeadamente quando comparada com os dois países asiáticos que, obviamente, não se destacam no panorama internacional pela extensão territorial e, tampouco, pela geração hidrelétrica.

Há atualmente cerca de 50 mil grandes barragens em operação mundo afora. O Brasil mal ultrapassa o milhar, enquanto a Coreia do Sul, um país menor do que o Estado de São Paulo, tem um terço a mais, e o Japão, o triplo. Isso nos leva a pensar que essas sociedades priorizaram a regularização das vazões de seus rios, como forma de controlar os seus múltiplos usos, tais como o controle de inundações, a mitigação dos efeitos das secas, a irrigação de lavouras, o suprimento de água potável, a navegação e o controle de doenças de origem hídrica.

É interessante notar que, no Brasil, quanto mais sectários são os opositores aos empreendimentos hidrelétricos, mais eles se utilizam da palavra "barragem", em vez de "usina" ou de "hidrelétrica", sugerindo que os barramentos ao curso natural dos rios não podem ser feitos, em nenhuma hipótese. Eles falam em impactos "irreversíveis". Não usariam esse termo se tivessem prestado atenção às aulas de química nos cursos de ensino médio – especialmente às que tratam de equilíbrios e seus deslocamentos. Lembrariam que há uma quantidade fixa de água no planeta e que os reservatórios são uma forma milenar de gestão desse recurso.

Distinguiriam os argumentos coerentes daqueles contaminados por avaliações subjetivas, desprovidas de consistência técnica ou científica.

Aqui, os conflitos vêm sendo criados, predominantemente, por crenças e convicções preestabelecidas, colidentes com os fundamentos das abordagens científicas dos impactos ambientais. Em vez de ciência, o licenciamento ambiental é uma notável coleção de opiniões. Neste país paradoxal, ao tempo em que se dá espaço na mídia a palpiteiros que combatem as hidrelétricas e seus reservatórios, não se toma conhecimento das diversas manifestações da Agência Nacional de Águas (ANA), onde gente que estuda seriamente o assunto defende o armazenamento de água como essencial para o desenvolvimento sustentável.

Não se trata de construir barragens apenas para que o setor elétrico utilize a energia hidráulica dos nossos rios. Trata-se de contar com "registros no encanamento", controlando a disponibilidade hídrica, guardando e usando com moderação e responsabilidade, de

acordo com o atávico conhecimento dos usos múltiplos de reservatórios. É fazer o maior número possível de barragens permitido pelo conhecimento científico atual. Isso não é para "achistas" que, deturpando o Princípio da Precaução, pretendem estancar a marcha do conhecimento humano. Houvessem prestado atenção às aulas de matemática e de biologia, saberiam por que "risco zero" pode significar "custo infinito" e por que a energia mais poluente é a que não se tem.

Na versão 2012 do Programme for International Student Assessment (PISA), uma medida da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para avaliar a qualidade da educação no mundo em 65 países, o Brasil aparece em 53ª posição, entre os 15 com pior desempenho. A China lidera o ranking, seguida de Coreia do Sul, Finlândia, Hong Kong e Cingapura.

Entre os países que pertencem à OCDE, há seis que apresentam um elevado nível de proficiência em ciências ambientais na escala do Pisa. Isso quer dizer que os alunos conseguem aplicar o conhecimento científico na busca do entendimento das questões ambientais. Entre esses países, estão o Japão, a Coreia do Sul e o Canadá – nações que apresentam proporções particularmente altas nessa avaliação e que – ora vejam – utilizam intensivamente o armazenamento de água em barragens.

O Brasil possui seis engenheiros – isso já foi visto aqui num ciclo de debates que aqui realizamos sobre a falta de mão de obra especializada, em 2007/2009, para atender às taxas de crescimento alcançadas pelo Brasil à época – para cada grupo de 100 mil pessoas. O Japão possui cinco vezes mais – ou seja, possui 30 engenheiros para cada grupo de 100 mil. Em 2012, o Brasil formou menos de 40 mil engenheiros, e a Coreia do Sul, com menos de um quarto da nossa população, formou o triplo. Tudo isso deve ser coincidência.

Esses foram os tópicos do artigo escrito pelo Dr. Ivan Dutra Farias.

Iniciando a pauta do dia de hoje, dedicada à realização de audiência sobre o tema: "A Política Nacional de Recursos Hídricos", 1º Painel do Ciclo – "Água: Gerenciamento e Utilização", parte integrante da Agenda 2013/2014 – "Investimento e Gestão: Desatando o Nó Logístico do País", desta Comissão de Serviços de infraestrutura.

Esta Comissão convidou para debater o tema o Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA). Aproveito para convidá-lo para que tome assento à Mesa, desejando-lhe as melhores boas-vindas, observando antes que, em atendimento ao Requerimento nº 52, de 2013, desta Comissão, de autoria de S. Exª o Senador Ministro José Pimentel, a presente audiência será realizada com a participação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca.

Pediria e convidaria S. Exª o Senador Ministro José Pimentel para que fizesse parte da Mesa dos trabalhos da audiência pública de hoje, pedindo que o secretário da Comissão faça ingressar no recinto o Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas.

Como já disse, observo que a audiência de hoje é realizada também em obediência ao Requerimento nº 52, de 2013, de autoria de S. Exª o Senador Ministro José Pimentel.

Com satisfação, passo a palavra ao Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, para sua exposição.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Bom dia, senhoras e senhores.

Sr. Presidente Fernando Collor de Melo, Senador José Pimentel, muito obrigado pelo convite. Eu queria agradecer esta oportunidade de estar falando aqui com o Senado e também com todos os brasileiros, porque, diante do que quero apresentar, considero um dos problemas fundamentais em relação à questão da água o fato de o tema da água não ocupar um papel central no processo de decisão política. A agenda da água no Brasil, muito embora relevante e de alta sensibilidade do ponto de vista da população, acaba não sendo uma agenda que é tomada como prioritária pelos tomadores de decisão deste País. Então, numa oportunidade como esta, devo não só agradecer o convite, mas também tentar aproveitar para buscar fazer com que a agenda alcance um pequeno degrau a mais e tenha a relevância que nós acreditamos que esse tema efetivamente tem.

Eu havia preparado uma apresentação, Sr. Presidente, mas ouvindo atentamente os seus informes, primeiro, sobre a questão da segurança cibernética, que é muito, muito interessante, e, na sequência, V. Exª fazer menção à questão dos reservatórios hidrelétricos, me permiti fazer, vou tentar, a apresentação de uma forma diferente.

Penso que é importante passar, em linhas gerais, para o Senado alguns avanços, principalmente gargalos que a nossa legislação apresenta. E eu vou tentar colocá-los também em linhas bem gerais. E gostaria de, ao final, aproveitar, no bom sentido, esta provocação que o senhor fez a respeito da questão dos reservatórios, ligá-la fundamentalmente à questão da segurança hídrica e, junto com isso, tratar não só dos reservatórios, mas da necessidade de uma segurança para o fornecimento em quantidade e qualidade da água em nosso Território.

Inicialmente, é impossível, quando nós tratamos do Brasil, não perceber que é muito difícil, ainda mais no tema da água, tratar de generalidades. Um País com 8,5 milhões de quilômetros quadrados tem tamanha diversidade que, quando se elogia ou se faz menção a um fato positivo que ocorra sobre nosso Território, não é difícil encontrar outro paradigma onde esse mesmo benefício se manifeste de outra forma.

Então, essa diversidade que o Brasil tem, seja nos seus aspectos culturais, sociais ou históricos, mas principalmente sobre seus recursos naturais – e aí não pode ser diferente em relação à água – estará sempre presente. Então, é muito difícil, diferentemente se nós tivéssemos num país com 100, 200, 500 mil quilômetros quadrados, mas num país com 8,5 milhões de quilômetros quadrados é muito difícil sempre tratar de uma generalidade.

Para citar alguns números que são bastante interessantes, eu sempre digo: o Brasil tem 1,6 milhão de quilômetros lineares de rio; o Brasil possui cerca de 12% a 18% da água doce superficial do mundo; temos uma bacia, a Bacia Amazônica, com quase 4 milhões de quilômetros quadrados em território brasileiro, que entrega... O Rio Amazonas entrega ao Oceano Atlântico, em média, 220 mil metros cúbicos por segundo, e já chegou a entregar, já foram medidas vazões da ordem de 600 mil metros cúbicos por segundo. Para se ter uma referência do que isso significa: praticamente, naquela época em que a medição foi feita, significa cerca de 50% da água doce que chegava aos oceanos de todo o planeta. Embora tenhamos precipitações da ordem de 600mm a 800mm, que são precipitações até significativas para regiões de Semiárido, temos um Semiárido com quase 50 milhões de pessoas, considerado um dos Semiáridos mais populosos.

O Brasil tem hoje 85% da sua população vivendo em cidades, 60% delas em regiões metropolitanas, e hoje o Brasil é um dos países com maior nível de urbanização de todo o planeta, o que reflete diretamente, inclusive, sobre a qualidade e a quantidade de água. Não é de se estranhar que uma região como São Paulo, para citar mais um dado, que, muito embora esteja no planalto e não seja uma região onde a quantidade de água seja pequena, comparada com a sua população, apresente uma das piores disponibilidades hídricas, em termos técnicos, de todos o planeta.

Então, o Brasil é, por excelência, um país de contrastes. Imaginem, por exemplo, que nós enfrentamos, na Região Sul, na região oeste da Região Sul do País, problemas de secas que já começam a se assemelhar até às condições que se apresentam no Semiárido.

Portanto, eu queria fazer essa primeira menção porque, quando formos tratar de qualquer medida, seja de avanço, seja de dificuldades ou necessidades de novas ações nessa direção, é preciso ter sempre em conta o local onde ela se aplica, sob pena de que esse nosso argumento possa perder alguma consistência. Como eu falei, quando se trata de países com uma geografia mais unitária, você fala de um problema nacional de maneira geral. No Brasil, isso sempre tem que ser olhado diante da sua diversidade.

Em relação a nossa legislação – eu queria começar por aí –, temos uma legislação de águas relativamente nova, de 1997, e ela é reconhecida, no Brasil e internacionalmente, como uma legislação muito avançada. Ela inspirou os Estados brasileiros, os 27 Estados brasileiros, todos têm políticas estaduais de recursos hídricos. Inspirou a criação de diversos comitês no âmbito nacional e possibilitou, inclusive – depois vou falar um pouco sobre isso –, a solução ou pelo menos acordos sobre problemas federativos de intensa gravidade. Essa legislação possibilitou buscar alguns acordos. Falo, por exemplo, em particular, da questão envolvendo, hoje, a seca entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte. A possibilidade de um marco regulatório estabelecido no âmbito dos comitês de bacia hidrográfica ali existente, Piranhas-Açu, tem permitido uma convivência numa região que está enfrentando, talvez, a pior seca dos últimos cem anos.

Então, a nossa legislação, sem dúvida nenhuma, tem o grande mérito de estabelecer a sua gestão de forma descentralizada e participativa, buscando sempre o fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas. No entanto, não é difícil perceber que a nossa legislação é, ao mesmo tempo, complexa e apresenta uma característica: foi indutora de um sistema. Então, é uma legislação que concebeu e apresentou um sistema para o Brasil. Não é uma legislação que fosse fruto de uma cultura e de procedimentos que já existissem rotineiramente na história brasileira. Ela é uma legislação idealista, sem dúvida moderna, sem dúvida com grandes avanços em termos da legislação, mas uma legislação que idealizou um modelo. E, assim, ela sofre as dificuldades da sua implementação e sofre dificuldades acerca da questão que mencionei no início, da regionalização.

Ela se aplica muito e perfeitamente bem a algumas regiões brasileiras, como a Região Sudeste, onde é possível se constituir comitês de bacias hidrográficas, com áreas e problemas, densidade, com recursos capazes de transformar os comitês em organismos vivos. No entanto, é muito difícil imaginar, por exemplo, comitês de bacias hidrográficas que atendam a toda Região Amazônica com os quatro milhões de quilômetros quadrados. Estaríamos fazendo um comitê que provavelmente seria maior do que toda a Europa,

e em região com baixíssima densidade demográfica e com todas as suas dificuldades de articulação. Então, a legislação reflete, em um primeiro momento uma visão espacial de onde pode ser aplicada e de onde terá grandes limitações.

A legislação brasileira, por exemplo, fala em comitês de bacias hidrográficas, mas, se olharmos para a região semiárida, os rios do Semiárido, exceto aqueles que são perenizados por barramentos, são intermitentes. Então, como falar em comitês de bacias hidrográficas de rios que, durante boa parte do ano, não existem? Precisaríamos fazer com que a legislação pudesse refletir melhor essa questão territorial, pensando em mecanismos mais apropriados de que a população pudesse participar.

Temos um problema também, Senadores, com o que inclusive tenho tentado trabalhar na esfera legal, que é a definição, pela nossa Constituição, do duplo domínio das águas. Como todos sabem, a Constituição define como águas federais as águas superficiais que fazem fronteira ou atravessam um ou mais Estados brasileiros ou países do nosso continente, da América do Sul. Então, quando a água atravessa de um Estado para o outro ou faz fronteira com entre Estados ou países, essas águas superficiais são chamadas águas federais. A responsabilidade de sua gestão é do órgão central, que é a Agência Nacional de Águas, para sua regulação.

As águas subterrâneas são todas dos Estados, independentemente da natureza do aquífero. No entanto, as águas superficiais que conceitualmente têm nascente e foz no seu território são chamadas também de águas estaduais. Então, imaginemos um rio que nasce em um determinado Estado e corre diretamente ao mar. Esse rio, como percorre exclusivamente o território de um Estado, tem águas que são chamadas águas estaduais.

Porém, também são estaduais as águas de rios que correm em direção a outros rios – são afluentes de outros rios – e que acabam conformando rios de natureza federal. Vou usar um exemplo mais simples, um rio muito conhecido, o Rio Tietê. Ele nasce no Planalto Paulista e corre em direção ao Rio Paraná, que é um rio federal. Então, o Rio Tietê, por essa nossa legislação, é um rio estadual.

Pois bem, muito embora o pacto federativo na Constituição seja bastante fortalecido com essas responsabilidades para os Estados brasileiros, ele, sem dúvida nenhuma, a menos de um equacionamento no âmbito infralegal dentro da legislação de recursos hídricos, com entendimento de duplo domínio para esse Rio Tietê, como acabei de mencionar, ou de alguma participação direta entre Estados e Federação no âmbito da legislação, ele pode suscitar – e tem começado a suscitar, Sr. Presidente – problemas, porque há sempre um interesse do Estado de aproveitar o máximo possível das águas desses rios em seu território fazendo a entrega daquilo que seja uma condição que atenda plenamente e dê maior segurança a si. Além disso, muitas vezes essa entrega não é feita na qualidade desejada, ou seja, é entregue sem tratamento adequado, e, depois, rio abaixo é que se resolvam esses problemas. Pois bem, hoje não temos, na nossa legislação, uma solução infralegal, no âmbito de recursos hídricos, que possa solucionar um conflito dessa natureza.

Então, temo que, se não avançarmos na legislação, os conflitos federativos no que tange à temática da água serão resolvidos pelo Judiciário brasileiro, o que seria um atestado de incompetência da nossa parte na formulação desses problemas.

A nossa legislação tem instrumentos poderosos, mas que não foram aplicados integralmente, como, por exemplo, os planos de recursos hídricos. Os planos de recursos hídricos são instrumentos fantásticos, Srs. Senadores, de planejamento no Brasil. Nós, através dos planos, recolhemos os diversos planejamentos setoriais, seja da irrigação, seja da navegação, seja da hidroeletricidade, sejam os consumos humanos, inclusive turismo, contemplação para determinadas regiões do Brasil. Conformamos esses planos sob a ótica dos recursos hídricos.

Então, os recursos hídricos pegam os diversos planejamentos, que vou chamar aqui de setoriais verticais, e integram esses planejamentos sobre demografia, sobre impactos ambientais no espaço do território sob a ótica dos recursos hídricos. E ele normalmente traduz uma série de recomendações e ações concretas efetivas sobre territórios que precisam ser implantadas. O que tem acontecido é que, muitas vezes, o próprio planejamento vertical, o próprio planejamento setorial que dá origem a uma parte do plano de recursos hídricos, não reconhece o plano de recursos hídricos.

Segundo, os investimentos, principalmente os investimentos públicos, não seguem aquele conjunto de prioridades definidas nos planos. Os planos, então, acabam se transformando em uma grande expectativa, na sua elaboração, e, depois, em uma grande frustração, na sua implementação, porque o orçamento público, seja estadual, seja federal – em particular, o federal – não enxerga o plano como indutor da ação governamental.

Depois, por exemplo, as ações de saneamento vão acontecer no território, e alguém vai dizer: “essa ação está no plano”. Ela está no plano, mas não guar-

da sinergia com o plano e, muitas vezes, nem é a obra prioritária a ser indicada no âmbito de recursos hídricos.

Então, no nosso ponto de vista, os planos deveriam receber novo impulso no sentido de que pudessem ter algum tipo de vinculação e de indução ao orçamento público. Assim, aquilo que a legislação permite que a sociedade discuta e faça seus planos deve guardar, depois, alguma correspondência na sua implementação.

Existe na nossa legislação também um instrumento importantíssimo que se chama cobrança pelo uso da água. Acho o nome horroroso, porque ninguém gosta do termo "cobrança", de partida. Falou em cobrança, e já se cria uma animosidade entre você e a pessoa com que você está conversando.

A cobrança pelo uso da água é um instrumento tributário espetacular. Por quê? Porque seu valor é definido no âmbito da bacia. São os usuários da bacia que definem seu valor e são os usuários da bacia que recebem integralmente esse valor e o aplicam na sua própria bacia hidrográfica. Então, o valor é definido na bacia, é cobrado na bacia e fica integralmente na bacia.

Quem de nós não gostaria de, como cidadão, ter opinião sobre os nossos impostos, de onde aplicar nossos impostos. Pagamos, e, depois, eles seguem para as prioridades que o orçamento público determina, que, às vezes, não são as nossas prioridades. No caso da cobrança, não; tudo o que se cobra fica no comitê de bacia hidrográfica. No entanto, a sua implementação é dificílima no território nacional. Há uma indisposição a esse instrumento, e não é raro, cuja cobrança hoje, historicamente, representa valores da ordem de R$150 milhões/ano nos comitês que têm essa cobrança – são quatro comitês federais –, mas que representam valores muito pequenos, individualmente ainda, que nem sequer dão o sinal real do valor econômico da água.

No entanto, nós enfrentamos discussões do tipo, pela indústria, muitas vezes, de que isso vai elevar o custo da implementação de uma indústria numa determinada região e que vai fazer com que ela saia de uma região que tem infraestrutura, mão de obra, todos os requisitos para a sua implementação, e vai deixar o local por conta da cobrança pelo uso da água. Ou então muitas vezes no setor da agricultura, esse sim com argumentos, principalmente para os pequenos e para os médios agricultores talvez com mais peso, mas de que a cobrança pelo uso da água possa inviabilizar a agricultura irrigada em nosso País. Então, nós precisaríamos também de algum mecanismo que pudesse estabelecer a cobrança como um procedimento muito mais generalizado, com esse espírito, mantendo esse espírito, e que ele seja voltado para a própria região onde ele for arrecadado.

Ele enfrenta, no entanto, e aqui eu queria falar sobre isso, um problema, porque a cobrança foi inspirada não só para ser um elemento didático, visando ao uso racional da água, mas também ele dando um valor econômico da sua escassez. Isso está colocado na legislação, com o que eu concordo, em princípio, mas trazendo para o território nacional. Isso vale muito para a Região Sudeste. Vale para o Sul, Sudeste, talvez um pouco para o Centro-Oeste. Na Amazônia é impossível pensar em cobrança pelo uso da água tamanha é a oferta de água naquela região, muito embora os problemas de poluição estejam acontecendo. Mas se formos pensar que a cobrança deve ser também um elemento que reflita o valor da escassez, nós produziríamos um paradoxo, porque a região de maior escassez no Brasil é o Semiárido, que, por sua vez, é a região mais pobre do Brasil. Então, nós estaríamos estabelecendo, por natureza, que a água a ser cobrada de maneira mais cara seria a água cobrada dos mais pobres no nosso País. Então, precisaríamos também de um arranjo que possibilitasse que esse instrumento tão virtuoso, que eu defendo e como disse, é ímpar na legislação brasileira, gostaríamos que muitos fossem dessa mesma maneira, ele, no entanto, tem limitações da sua aplicação, seja pela abundância em determinadas regiões, seja pela extrema escassez e pobreza em outras regiões brasileiras.

Nós teríamos ainda algumas questões importantes a mencionar, mas eu queria passar por elas muito rapidamente para depois entrar no tema que, penso, seja o mais preponderante, inclusive para esta Comissão de Infraestrutura, falar sobre ofertas e as infraestruturas disponíveis para a água.

Eu não poderia passar por esse tema sem mencionar antes a fragilidade, Senadores, Sr. Presidente, dos Estados do ponto de vista da legislação, da regulação efetiva dos seus recursos hídricos. Em geral, os recursos hídricos são tomados apenas como um instrumento complementar da legislação ambiental. Isso não é verdade, porque a legislação de recursos hídricos pressupõe o uso múltiplo e sustentável, diferentemente da legislação ambiental em que muitas vezes há predominância da preservação e conservação e, muitas vezes, gera um conflito difícil de ser aplicado.

Vou dar um exemplo: Belo Monte. Todos nós reconhecemos, como cidadãos, que Belo Monte tem os seus impactos. Cabe à sociedade decidir sobre os seus impactos, sejam ambientais, sejam sociais. Porém, do ponto de vista de oferta hídrica, aquela é uma usina absolutamente viável. Nós até imaginávamos que ela poderia ser feita até numa conformação com um pouco mais de capacidade energética, o que poderia gerar até um pouco mais de inundação naquela região. Mas

essa foi a opção do Governo. Do ponto de vista ambiental, ela enfrenta problemas; do ponto de vista de água, ela é absolutamente viável. Mas muitas vezes há um conflito imaginando que o setor de água deve seguir a mesma racionalidade em todos os momentos que a legislação ambiental e, em nosso entendimento, não é isso que acontece, em particular com as usinas hidrelétricas que eu vou mencionar em seguida. O que tem acontecido é que os Estados que têm a responsabilidade, como eu mencionei, sobre a legislação da sua água em seu território, têm uma fragilidade sobre recursos hídricos muito grande e, na quase maioria das vezes, subordinada à lógica ambiental. Então, a água é apenas um instrumento da legislação ambiental, quando eu tentei passar aqui em que guardamos diferenças distintas.

Então, encontramos Estados importantes da Federação que têm, acreditem, um ou dois servidores trabalhando com a regulação de recursos hídricos.

Na verdade, hoje, em função de não termos apresentado ainda conflitos tão significativos em recursos hídricos, nós estamos, na nossa opinião, por essa fragilidade, comprometendo a qualidade da nossa decisão ao futuro em relação à situação de hoje. Existem Estados que nunca ofereceram uma única outorga. Evidentemente que a água lá é retirada, é consumida, mas não há um cadastro sequer dos usos dos recursos hídricos nessas regiões.

Então, antes de entrar na questão da segurança hídrica, eu queria fazer essa menção. Nós temos que ter, e estamos muito focado nisso através de um programa maravilhoso, se tivesse oportunidade eu o apresentaria ao gabinete dos Senadores aqui presentes, nós o chamamos de Pacto Nacional pela Gestão de Águas que, mediante regras e compromissos estabelecidos com cada Estado, nós fazemos, por meta, o repasse de até R$750 mil para gestão de recursos hídricos. E, acreditem, esse valor pode ser pouco significante para os Estados mais importantes da Federação, mas para a grande maioria dos Estados brasileiros representa mais do que o orçamento que a Secretaria Estadual tem para tratar de recursos hídricos no Brasil. Então, tudo isso só será possível não só com o fortalecimento dos comitês, mas, na nossa opinião, o próximo período precisa de um grande impulso e fortalecimentos dos órgãos gestores de recursos hídricos.

O reflexo dessa legislação sobre as questões fundamentais, que são as questões mais diretas vividas pela população, é a oferta da água em qualidade e quantidade. Então, essa oferta pode ser natural: as pessoas irem lá e pegar diretamente no rio, o que se aplica cada vez menos e apenas por alguns setores, e as pessoas terem acesso a essa água através de grandes infraestruturas hídricas. E, aí, nos chegamos a uma questão central que, inclusive, é uma conceituação em nível internacional, que é conceito da segurança hídrica: a capacidade de oferecer água em quantidade e qualidade com vistas aos seus usos múltiplos, principalmente os usos de alimentação, os usos de abastecimento – alimentação e agricultura – e os usos energéticos.

Sem dúvida nenhuma, essa é a questão mais relevante, ainda mais quando nós passamos a trabalhar com um grande nível de incerteza em relação a disponibilidades futura de água, porque a água é sempre renovável através do ciclo hidrológico, o que nos dá a impressão de que o recurso é infinito, ele não é infinito, ele é apenas renovável, porém, as mudanças climáticas têm feito com que essa disponibilidade seja cada vez mais incerta.

Em primeiro lugar, essa incerteza nos levaria a uma conclusão absolutamente óbvia, e que – acreditem – até poucos anos atrás isso não era tão óbvio assim, de que a população precisa criar infraestruturas que sejam capazes de, nos períodos de chuva, criar condições de armazenar as grandes ondas de cheias no sentido de minimizar os seus impactos e, nos períodos de seca, garantam a oferta de água para atravessar os períodos de seca como os que nós estamos atravessando hoje no País.

Adicionalmente a essas infraestruturas, é possível agregar a elas uma série de usos importantes. Mas, em primeiro lugar, pensar na garantia. Ou seja, evitar que a água seja produto de grandes catástrofes por cheia ou de grandes catástrofes – inclusive econômicas também – por conta da sua seca. Depois, podemos agregar a essas infraestruturas questões como, por exemplo, da geração de energia elétrica. No caso brasileiro, quando se fala em reservatório, se pensa direto em energia elétrica, o que não é verdade. Os reservatórios do Semiárido, por exemplo, o Castanhão, que é um reservatório muito grande, da ordem de 6 bilhões de metros cúbicos de acumulação, é voltado exclusivamente para o abastecimento. Quase todos, no Semiárido, são voltados para o abastecimento e irrigação. Então, quando a gente fala em reservatório, há uma tendência do movimento ambiental de dizer o seguinte: “Não, a finalidade é apenas geração de energia elétrica e isso poderia ser feito de outras formas.” Não. Nós temos defendido a segurança hídrica e, portanto, os reservatórios no sentido de prevenir acidentes climáticos e garantir oferta de água. É natural, seria irracional não aproveitá-los também para geração de energia elétrica, também para navegação e usos de turismo. Mas a questão central que apresentamos é da segurança hídrica.

O Brasil tem ou não grande segurança hídrica do ponto de vista dos seus reservatórios? Qualquer questão que apresentássemos nessa direção diria "sim", mas a resposta é incerta. O Brasil tem um volume de água reservado em grandes reservatórios de energia elétrica que é relativamente significativo, porém, muito menos do que países desenvolvidos. Então, para não ficar citando quantidades, porque esses números são nossos e eles pouco traduzem para a população, o Brasil tem hoje, em média, água reservada para 43 dias de deflúvio. O que é deflúvio? Deflúvio é precipitação menos evaporação. Então, se você tirar precipitação e evaporação, o que nós temos no nosso território é alguma coisa da ordem de 43 dias de segurança hídrica se nós tivéssemos uma situação crítica. Esse número é maior do que em muitos países africanos, mas ainda é um número que fica distante, por exemplo, de países como os Estados Unidos, que têm mais de mil dias de reservação, ou mesmo de países como a Austrália.

Se nós tirarmos os reservatórios de energia elétrica, porque a grande maioria deles está distante dos centros urbanos, muitas vezes cumprem apenas uma disputa, pelo menos dos grandes, com o setor de irrigação – esse conflito não se apresenta, ou se apresenta para os médios reservatórios que estão mais próximos das cidades, mas para os grandes o conflito com apenas a irrigação –, se nós retirarmos os reservatórios voltados para a geração de energia elétrica no Brasil, nós temos alguma coisa de menos de uma semana de garantia de água no nosso País em termos médios. No Brasil, como eu falei no início, é sempre uma dificuldade tratar em termos médios por conta dessa diversidade, mas estou usando um paradigma em termos médios. Então, no nosso ponto de vista, a grande política com o objetivo de dotar o País de segurança hídrica é retomar a construção de reservatórios, como eu mencionei, que também estejam voltados aos usos múltiplos, evidentemente, porque, senão, seria uma irracionalidade econômica, mas com o foco na oferta e na garantia de água em suprimento para o nosso País.

A construção desses reservatórios envolvem dificuldades de toda ordem, seja de natureza ambiental, seja de natureza social, seus impactos sobre diversas comunidades, comunidades tradicionais, comunidades indígenas, e, para isso, há necessidade evidentemente de um amplo acordo nacional de como fazê-los. Não é possível mais pensar na construção de usinas como foi, por exemplo, a construção de Balbina, na Amazônia, que, para meros 250MW, que, com o linhão Tucuruí-Macapá-Manaus, perde a importância estratégica que tinha no passado, que, para 250MW, inundou cerca de 2.000km^2 de Floresta Amazônica. Então, evidentemente, isso não é possível. Só para se ter um parâmetro de comparação, a área inundada de Belo Monte é da ordem de 500km^2.

Recentemente, inclusive, nós apresentamos, nós já fizemos esse estudo, Srs. Senadores – se os senhores tiverem interesse, gostaríamos de prosseguir, porque acreditamos que é bom para o País –, com a chegada do linhão Tucuruí-Macapá-Manaus, é possível fazer com que a usina de Balbina, que opera por regularização – ou seja, ela enche, esvazia, enche, esvazia –, pudesse operar a fio d'água, ou seja, em volume constante, água que chega e sai, o que poderia propiciar um retorno para a Floresta Amazônica da ordem de 750km^2. Seria o maior programa de recuperação de florestas do mundo. Setecentos e cinquenta quilômetros quadrados, na Região Amazônica, é uma vez e meia a área inundada de Belo Monte, que é de 500km^2.

Então, evidentemente, não podemos falar na construção desses reservatórios com estes modelos, como foi o de Balbina ou mesmo de Samuel, na Região Amazônica, mas é preciso pensar na retomada desses reservatórios, inclusive porque os reservatórios atuais, como não estão sendo construídos novos reservatórios para o setor hidrelétrico, eles estão sendo, no nosso linguajar técnico, estressados, ou seja, eles têm que operar para atender a uma quantidade de usinas na cascata do rio para cujo volume eles não estavam definidos anteriormente. Então, não é à toa, não é só mudança climática que faz com que Sobradinho esteja em um dos piores indicadores da sua história, porque eles têm, Três Marias e Sobradinho, que funcionar garantindo principalmente a usina de Xingó. A mesma coisa com a usina de Furnas, que, em cabeceira em relação à Bacia do Paraná, já foi chamada recentemente a fazer um grande despacho de água, que tinha como finalidade atender a geração das usinas que estavam abaixo, inclusive Itaipu, por conta da ausência de água e de reservação de água nessas usinas. Portanto, a retomada de uma política de reservatórios no Brasil é crucial.

Normalmente, o que se apresenta é o seguinte: como é que isso desce para a geografia? Onde esses reservatórios serão feitos? Hoje só temos como território a Amazônia, e a Amazônia é uma grande planície – e é verdade! Se imaginarmos que a cota de Jirau e Santo Antônio é uma cota 70 e está a mais de 250km da costa, pelo rio, estamos dizendo que, entre Jirau e Santo Antônio, no Estado de Rondônia, e a costa brasileira e Belém do Pará, nós temos 70m apenas de declive. Isso é real. Então, fazer novas usinas, novos reservatórios poderia demandar uma ação muito grande com baixa capacidade. Porém, existem outras,

como no Rio Tapajós, que também é Amazônia, tecnicamente, onde esses reservatórios poderão ser construídos além do estudo de reservatórios menores. Nós defendemos sempre a possibilidade de reservatórios maiores, mas há possibilidade de se construir reservatórios menores também com esta finalidade de garantir maior segurança hídrica nos eventos climáticos e, junto com isso, associar garantia para a seca, garantia para produção de alimento, garantia para energia, garantia para navegação que os reservatórios propiciem.

Por último, em relação a esse tema, nos fóruns internacionais – o Senador Sérgio Souza nos acompanhava em Marselha e presenciou isso –, houve uma política do Banco Mundial para os países em desenvolvimento nas décadas de 70, final de 70, 80 e 90, mas 80 e 90 em particular, em que, por questões ambientais, no geral, esses reservatórios não eram financiados. Então, não havia dinheiro para a construção de reservatórios e hoje a gente se encontra na situação de que, diante dos países desenvolvidos, nós temos uma quantidade de água menor do que a quantidade de água dos países desenvolvidos, o que também envolve um paradoxo.

Por último, as outras infraestruturas que estejam ligadas também à questão da garantia e da segurança hídrica. Evidentemente que as principais infraestruturas para essa oferta são as adutoras – depois vou falar sobre canais e particularmente sobre os canais do São Francisco. O Brasil tem uma rede, principalmente no Semiárido, razoável de adutoras, mas essas adutores, no nosso ponto de vista, podem ser ampliadas, seja na espacialidade, no espaço territorial, seja também na capacidade de oferta de água.

Muitas vezes – estamos vivendo isso agora nesta seca – a capacidade de oferta pelas adutoras existentes no Território brasileiro é insuficiente diante das demandas. Foram projetadas para uma situação, o Brasil felizmente cresceu e cresceu significativamente nos últimos anos, e a demanda por água... Essa é outra... As pessoas imaginam que a demanda por água pode ter um curso decrescente.

Eu quero aqui... É evidente, é uma afirmação, corro o risco de ser desmentido pela história, mas não acredito: se nós tínhamos uma inflexão do crescimento da água assim, nós devemos e faremos todos os esforços para que ela tenha uma curva menos acentuada, mas a demanda por água será crescente. Do ponto de vista da racionalidade, não existe alternativa que não seja a demanda crescente, seja para uso humano, abastecimento, para a agricultura... Então, é evidente que nós podemos melhorar a eficiência, a produtividade, baixando essa curvatura, essa inclinação, porém essa inclinação, na nossa opinião, será sempre crescente. É ideal que ela seja pouco inclinada, mas é inevitável que ela seja crescente. Portanto, essa água terá que ser ofertada através de infraestruturas e, como eu mencionava, infraestruturas de adutoras.

Nós estamos percebendo também durante as secas, Senadores, que muitas vezes essas infraestruturas são insuficientes. Por quê? Porque uma parte dos Municípios no Semiárido brasileiro passou a captar diretamente no rio perenizado. Então, você tem um reservatório e aí, na sequência desse reservatório, um rio.

Como esse reservatório regulariza uma quantidade de água, o que aconteceu? Muitos Municípios começaram a pegar água diretamente no rio regularizado. Porém, esta seca está mostrando que não há água para regularização do rio. Então, nós começamos a enfrentar problemas em Municípios que estão até perto de reservatórios, mas cujos sistemas de abastecimento estão pendurados – esse é o nosso linguajar: estão pendurados – no rio e não estão pendurados no reservatório. Portanto, nós precisaríamos também de uma política – e isso sem dúvida nenhuma é complexo, porque pode gerar que o nosso País terá que ter redundâncias, e na minha opinião terá que ter redundâncias para o abastecimento público – onde o Município possa captar no rio regularizado – é evidente, não tem como jogar fora esse investimento –, mas que ele tenha também sistemas que possam permitir que ele capte diretamente nos reservatórios brasileiros.

E agora, na seca que nós estamos atravessando, nós estamos percebendo a fragilidade de uma grande quantidade de Municípios que, muito embora a uma distância de dez, doze quilômetros de um reservatório em boas condições, não tem nenhum sistema a não ser captar do rio. Exemplo: Jucurutu, no Rio Grande do Norte, que capta no Rio Piranhas e fica a 15km a montante do reservatório Armando Ribeiro Gonçalves, no Rio Grande do Norte.

O que acontece? Para essa água chegar em Jucurutu, ela sai de um outro reservatório que fica a 175km de distância, que são os reservatórios de Coremas e Mãe D'água, no Estado da Paraíba. Acreditem: para chegarem 20 litros por segundo aqui, para abastecer a cidade de Jucurutu, teria que ser liberado algo entre 4,5 e 6 metros cúbicos; 4.500 litros ou 6.000 litros no reservatório de Coremas para chegarem 20 litros na cidade de Jucurutu.

Isso não tem nenhuma racionalidade, tanto é que nós estamos numa decisão recente do próprio Ministério da Integração de construir essa adutora, vindo do reservatório que está rio abaixo. Mas nós precisamos pensar numa infraestrutura de adutoras que tenha resiliência, que seja capaz de enfrentar esses períodos

de alternância que, infelizmente, nos parece, serão cada vez mais frequentes.

Por último, o canal do São Francisco, os canais de transposição do São Francisco.

Eu queria dizer aqui, porque a gente tem feito visita às obras, visita às regiões, em primeiro lugar, sobre a percepção, por grande parte da sociedade brasileira, da importância dessa obra. Se no início ela tinha e sofria questionamentos, legítimos sempre, de vários aspectos, seja por questões até religiosas, sociais e até por eventuais prejuízos ao Rio São Francisco, hoje cada vez mais se percebe a importância estratégica dessas obras, oferecendo segurança hídrica a regiões importantes do Brasil. Não significa necessariamente volume; você não está passando uma quantidade de água o tempo todo no canal. O que você está oferecendo é uma capacidade de, em situações críticas, ter essa oferta de água.

Então, é oferecida segurança hídrica, que também, em alguns casos, é volume, mas que nem sempre é volume. Cada vez mais, percebe-se, em números, que os impactos que o Rio São Francisco sofre não são significativamente agravados pela transposição. Ao contrário, a transposição tem... Hoje, por exemplo, numa situação crítica, em função do setor elétrico, Sobradinho está vertendo 1.100... mais, mas, tecnicamente, deveria verter 1.100m^3/s, quando cerca de 200km a jusante do rio tem o primeiro ponto de captação, e o segundo está muito próximo, e da ordem de 26 m^3/s seria a capacidade de retirada.

Então, em 1.100, mínimo, porque o normal é 1.300, no mínimo. Agora, numa condição excepcional, ele está em 1.100, mas falamos em 1.300, nós estamos tirando 26. Assim, não dá para dizer que 26 em 1.300 tenha um impacto significativo. Mesmo os 127, ao final desse processo, com os canais construídos a pleno vapor, precisaríamos ter condições, em Sobradinho altamente favoráveis, onde a proporção, inclusive, seria até menor em termos de impacto.

Então, primeiro, a obra é necessária; segundo, a obra não produz impactos tão relevantes. É claro que qualquer obra, qualquer coisa que se faça, tem impacto, mas ela não produz impactos dessa magnitude. O que falta é fazer com que essa obra chegue rapidamente às regiões necessárias.

É importante também lembrar que a simples construção do canal e a sua operação não resolverão os problemas se os Estados não tomarem as medidas necessárias para que essa água chegue efetivamente onde ela precisa chegar. Ou seja, as adutoras do sertão pernambucano precisam ser feitas, assim como o reforço e a construção, porque, às vezes, você tem água, mas, como eu mencionei, a adutora é pequena. Então, vamos ter que fazer, inclusive, uma revisão das próprias adutoras, da oferta de água, em termos da garantia que o Rio São Francisco vai dar.

Agora, que fique cada vez mais presente também, embora tenhamos essa consciência de que o Brasil não tem conflitos: o Brasil começa – e é inevitável – a apresentar conflitos significativos pelo uso da água. Então, o canal do São Francisco é um conflito, muito embora, do nosso ponto de vista, necessário. Também se nós imaginarmos que a região metropolitana de São Paulo e a região da Bacia do Piracicaba, de onde eu venho, enfrentam um conflito seriíssimo no Sistema Cantareira, que está em processo de renovação de outorga. Então, lá, são transpostos 33 m^3/s.

O Rio Paraíba do Sul tem um potencial de conflito também, se ele for mais intensamente utilizado, principalmente na parte paulista, com o Estado do Rio de Janeiro.

Em regiões aqui do Centro-Oeste já começam a aparecer conflitos significativos entre o uso para a agricultura e o uso para a energia. Na medida em que estimulamos o avanço na agricultura irrigada pela produtividade, porque a agricultura irrigada não necessita de novas áreas, aumentando em até quatro vezes a sua produtividade – assim, todos nós defendemos a agricultura irrigada no Brasil –, isso já começa a gerar um conflito, como é o caso da usina de Batalha, com o setor elétrico.

É importante – e, com isso, eu encerro – que a gestão de águas no Brasil seja cada vez mais eficiente. Nós estamos buscando e capacitando-nos junto aos Estados para isso, mas muito precisa ser feito. É fundamental também que a água assuma um papel – com isso, encerro, assim como comecei – preponderante na definição das políticas públicas no Brasil, porque se isso não for feito...

Todo mundo fala: “Não! Água é vida! A próxima guerra vai ser pela água. Água é mais importante que petróleo!” Mas, depois, os problemas acabam sendo os de... os que são necessários serem tratados: da economia, segurança, habitação, transporte, todos eles, sem dúvida alguma. Mas a água precisa estar em nível equivalente a esses problemas na hora da tomada de decisão, para que não tenhamos que lidar, no futuro, com situações muito mais difíceis. É sempre mais difícil remediar do que tomar atitudes, hoje, no presente, que garantam essa segurança no futuro.

Muito obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), pela sua exposição a respeito das atividades da agência que preside.

Antes de passar a palavra a S. Exª o Senador Ministro José Pimentel e aos Senadores que estão inscritos para fazerem as perguntas ao Dr. Vicente Guillo, eu gostaria de me dirigir a alguns dos nossos internautas, lembrando que todos podem participar das nossas audiências, e desta audiência especificamente, ligando gratuitamente pelo Alô Senado, telefone 0800-612211, ou encaminhando pela internet, pelo endereço www.senado.gov.br/alosenado, ainda nos perfis do Alô Senado, no Facebook ou no Twitter @alosenado.

As perguntas, Dr. Guillo, são as seguintes.

A primeira delas: "O senhor concorda com a afirmação 'a energia mais poluente é aquela que não se tem'?"

Em segundo lugar... São várias indagações, e o senhor poderia responder ao final delas. Inclusive, as que serão feitas pelos Srs. Senadores.

A segunda pergunta: "Quando o senhor afirma que o Brasil tem 43 dias de segurança hídrica, o senhor está computando nesse cálculo o reservatório do Aquífero Guarani? E por que essa diferença tão grande entre a segurança hídrica do Brasil, de 43 dias, para a segurança hídrica dos Estados Unidos, que tem mil dias de segurança hídrica?"

"Nós sempre estivemos falando aqui, durante a sua explanação, em termos de água de reservatórios e, implicitamente, de água limpa, de água potável, mas não estamos falando de água servida. Aí entra a recuperação dessa água servida e transformada novamente em água potável para a utilização humana. Dentre as atribuições da Agência Nacional de Água, o trato do fornecimento de água limpa e potável à população, passando pela questão do saneamento?"

Outros questionamentos: "De acordo com estudos publicados recentemente, o aquecimento global provocará o aumento de chuvas torrenciais no Sul e no Sudeste, a redução de chuvas do Norte e a ocorrência de secas mais prolongadas no Nordeste em decorrência. Que medidas a ANA está tomando para lidar com essas situações?"

"Em 2007, ocorreu a ruptura de uma barragem de rejeitos de mineração na Bacia do Rio Parnaíba do Sul, o que obrigou a interrupção da captação de água nas cidades a jusante do foco poluidor. Quais programas e projetos a ANA realiza para evitar que ocorrências como essas se repitam?" E essa é uma questão que vai chegar rapidamente a ser muito atual.

"No final deste ano, ANP realizará leilão para concessão de exploração de gás natural em áreas terrestres. Há previsão, inclusive, da possibilidade da exploração de gás de folhelho, o geogás. A principal restrição que se faz à extração de gás de folhelho é a contaminação das águas subterrâneas." Há controvérsias a esse respeito, mas, enfim, que causará um nível de poluição maior, sem dúvida, causará. "De que forma a ANA se posiciona diante da extração de gás de folhelho?" Apenas para lembrar que, no início do governo Obama, nos seis anos do governo Obama, os Estados Unidos reduziram o número de barris importados, para o seu consumo interno, para hoje, 6 milhões de barris. Ou seja, do início do governo Obama até agora, houve uma redução, por parte dos Estados Unidos, de importação de petróleo, de óleo, de 20 milhões para 6 milhões de barris, pela exploração que eles lá fazem do folhelho, ou alguns falam, de forma equivocada, da questão do xisto, mas é como é normalmente conhecido, e vão adquirir autossuficiência dentro de mais alguns anos. Será que esse seria também o processo que o Brasil enfrentaria daqui por diante?

E agora, com muita satisfação, passo a palavra a S. Exª o Sr. Ministro José Pimentel, autor do Requerimento nº 52, desta Comissão de Infraestrutura, que solicitou a realização desta audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente Fernando Collor, nosso Presidente desta Comissão; Dr. Vicente, Presidente da ANA; Senador Sérgio Souza, representando nosso Estado do Paraná e contribuindo muito com os debates das várias políticas para o Brasil; Senador Ruben Figueiró, representando o nosso Mato Grosso do Sul, queria começar registrando que as políticas de recursos hídricos, a segurança hídrica para o nosso País é um tema que precisa vir mais para a agenda política e para o debate do Congresso Nacional.

Por isso, nosso Presidente Fernando Collor, quando V. Exª anuiu, concordou com a realização desta audiência pública, para nós, para V. Exª, que é da nossa Alagoas, para mim, que sou do nosso Ceará, do nosso Nordeste, foi fundamental, porque a seca, para nós, é uma realidade. Ela sempre existirá. Nós é que precisamos conviver com os efeitos da seca.

É verdade que temos um órgão público chamado DNOCS, que deveria ser departamento nacional de convivência com a seca, mas a nossa visão do século XIX, início do século XX, era outra, e é Departamento Nacional de Obras Contras as Secas. Era a visão do Brasil de ontem e das tecnologias que tínhamos naquela época. Mas não podemos esquecer de que este departamento é o verdadeiro instrumento de fazer água para o Nordeste.

Ali, nós o conhecemos como a indústria das águas. O Castanhão, a que Dr. Vicente fazia referência, foi uma das últimas grandes obras daquele histórico nosso departamento, o DNOCS.

Portanto, se a água é uma preocupação para o Brasil, para nós, do Nordeste, é a razão de nós existirmos. A água está para nós, Dr. Vicente, como o ar está para respirar no resto do Brasil. Ou seja, se o ar faz falta em algumas regiões do Brasil, para nós, a água tem a mesma dimensão.

E é por isso que os primeiros comitês de bacias vêm dali, mesmo antes da legislação da ANA, que ajudei a aprovar. Eu era Deputado Federal na época da política de recursos hídricos. Nós já tínhamos ali o Comitê de Bacias, e não por opção ou inovação, mas por necessidade.

Para nós, no Nordeste setentrional, onde há 12 milhões de brasileiros, num período de dez anos, temos quatro anos de seca, dois anos de pouca chuva – quase seca – e temos quatro anos de chuva. Isso vem desde 1930, quando começamos a fazer esse diagnóstico, esse levantamento de dados.

Ao lado disso, o Brasil tem uma característica, a que V. Sª aqui já fazia referência, bem diferenciada de outros países, por ser um país continental. Se observarmos o período da chuva, no Nordeste setentrional, que vai de março a maio, é exatamente o período de menos chuvas no nascedouro do São Francisco, que, na nossa Alagoas, vai de junho a setembro, outubro, normalmente. E esse processo de interligação de bacias permite o racionamento e o melhor aproveitamento dessa água, porque, quando, no Nordeste setentrional, houver inverno, não vamos precisar de recarga para as nossas barragens e teremos água suficiente para o abastecimento humano, para os perímetros irrigados existentes e também para o abastecimento animal. Já, quando não tivermos chuva e tivermos seca nos nascedouros do São Francisco, em Minas Gerais e na própria Bahia... Na nossa Alagoas, como beneficiária dessa água, e em Sergipe, o inverno é num período diferenciado. Se houver inverno, não vamos precisar trazer racionamento dessas regiões. Portanto, esse sistema que está se construindo é um sistema de melhor racionamento da água, de melhor aproveitamento.

Eu lembro aqui que nós precisamos acelerar o canal dos sertões de Alagoas que está sendo feito para dar uma segurança hídrica àquelas comunidades que reivindicam abastecimento de água corretíssimo e também perímetros irrigados e abastecimento animal, porque eles sofrem tanto quanto nós quando não há inverno naquela região, como acontece neste momento.

Outra questão gravíssima para nós é um bem tão importante como a água. Por conta da falta de energia nos anos 30, nos anos 40, nos anos 50, nós resolvemos direcionar as águas do São Francisco para a geração de energia. É por isso que foi construída a Barragem de Sobradinho, com graves consequências ambientais em Alagoas e Sergipe. O melhor exemplo disso é a chamada cunha salina, que avança em direção ao sertão desses dois Estados, trazendo gravíssimos problemas. E era o estuário do São Francisco a região de maior produtividade de Alagoas e Sergipe antes da Barragem de Sobradinho, mas ela foi feita para dar segurança hídrica às hidrelétricas que ficam abaixo da barragem, tanto que, hoje, todos dizemos que temos dois rios São Francisco: temos um acima da barragem, que é o rio que Graciliano Ramos registra, a que os nossos poetas e nossos cantadores populares fazem referência; e temos o outro rio, que é perene, que é permanente, com essa vazão a que V. Sª aqui fazia referência – mais de dois mil metros cúbicos por segundo – para garantir o funcionamento das barragens.

Ora, com o sistema de integração energético, os linhões, que vai de Tucuruí a outras barragens brasileiras, onde geram energia, nós podemos dar outro direcionamento a essa água, um melhor aproveitamento. Não estou dizendo que vamos desativar nenhuma barragem, nenhuma hidrelétrica do São Francisco. O que estamos dizendo é que as águas da Barragem de Sobradinho podem ter outras funcionalidades para perenizar tanto o canal dos sertões de Alagoas. Precisamos de outros canais na Bahia, porque o Sergipe ainda não foi contemplado por nenhum. E, no nosso chamado Nordeste setentrional, temos o canal leste, que beneficia Pernambuco e Paraíba, com essas preocupações a que V. Sª aqui fez referência; e temos também o canal norte, que vai beneficiar Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e os sertões da Paraíba. Fica faltando, ainda, outro trecho para o Piauí, que também tem regiões muito sofridas em direção a Picos, São Raimundo Nonato e outras regiões por ali existentes.

Agora, a nossa grande preocupação, Dr. Vicente, é qual o órgão que vai gerenciar essas águas, como podemos nos antecipar para estruturá-lo para evitar conflitos futuros entre os Estados doadores de água e os Estados receptores de água.

V. Sª aqui fazia referência à preocupação com os conflitos. Esse é um tema presente para nós. Eu pergunto a V. Sª: que desenho de gestão a nossa ANA já está pensando e o que podemos agilizar? As águas já deveriam, neste 2013/2014, ter chegado. Tivemos problemas de execução nos canais, tivemos uma paralisação nos anos de 2011/2012/2013, o que nos obrigou a voltar com o carro-pipa em várias cidades do Nordeste setentrional. Essas águas já poderiam ter diminuído a utilização do carro-pipa; não iriam resolver em definitivo, temos clareza disso, mas diminuiriam esse sofrimento.

Além disso, sobre a cobrança das águas, o que a ANA está pensando, dentro desse desenho?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Ministro José Pimentel.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Sérgio Souza; em seguida, a S. Exª o Senador Ruben Figueiró, a S. Exª o Senador Alfredo Nascimento e a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor; Exmo Sr. Ministro José Pimentel, que preside aqui a Subcomissão Permanente de Preparação para a Seca; meu caro amigo Vicente Andreu, eu tenho o prazer de tê-lo aqui no Senado novamente, V. Sª que participou de várias audiências públicas na Subcomissão de Águas, que presidi no ano passado.

Falar de águas no Brasil parece sempre algo redundante, porque o Brasil é um país continental e detém boa parte da água potável do Planeta; das águas de superfície, 12%; dos lençóis freáticos também, temos os maiores do mundo. Mas, por sermos um país continental, temos essa diversidade em algumas regiões.

Ainda ontem, eu fui à tribuna do Senado fazer referência à produtividade, ao tamanho da produção agropecuária brasileira e o quanto aumentou. Mas os números do Sul davam conta de que, no ano passado, tivemos uma queda em relação ao ano anterior, por conta da seca. Este ano, não. Este ano teremos uma supersafra, já fechando 2011/2012, e agora, em 2012/2013, também teremos a maior safra da história do Brasil.

O PIB é fantástico. Nosso crescimento ultrapassa a casa dos 14% do PIB agropecuário, e ele responde por cerca de 23% ou 24% do PIB nacional. Então, se nós tirarmos o PIB agropecuário do PIB nacional, seria negativo. A balança comercial nem se fala. Ela está negativa hoje em quase US$2 bilhões neste ano, até outubro, mas o superávit da balança comercial do agronegócio chega a quase US$80 bilhões. Esses dados dão-nos uma noção da importância da agropecuária nacional.

E não dá para falar em agricultura, em pecuária sem falar em água. Nós vemos o Nordeste... Nas primeiras imagens que retratam a seca do Nordeste, vê-se uma caveira de um animal morto num terreno, um lago com um bebedouro seco, com um fundo rachado. É essa a imagem que vemos. E estamos falando de subsistência, estamos falando de algo que é realmente essencial para a vida.

Então, cuidar das águas é um privilégio. Deus abençoou este País como um todo e nos deu também pessoas como V. Sª e sua equipe, que fazem isso muito bem na Agência Nacional de Águas. Nós temos muito orgulho da nossa agência e das pessoas que a integram.

Além de termos participado do Fórum Mundial em Marselha, em março de 2012, nós temos aqui cuidado constantemente do tema. Sou Relator de alguns projetos relativos a esses assuntos, como o PLC 315, que trata da questão do redimensionamento dos *royalties* entre Municípios e Estados – é bastante polêmico; estamos aguardando uma provável audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça.

Nem todos os Estados fazem aquilo que é seu dever, como, por exemplo, pegar os *royalties* dos recursos hídricos e redirecioná-los para investimento em pesquisas, inovação, em difundir tecnologias para recursos hídricos. Aí usam para outras finalidades. No meu Estado, por exemplo, parte dos *royalties* de Itaipu, que competem ao Estado do Paraná, ao Governo do Estado, ao Estado como ente da Federação, é destinada ao Fundo de Previdência, para recompor as perdas do Fundo de Previdência – algo que vai ainda por alguns anos. Os demais reservatórios não, esses são divididos e têm outra destinação.

Aqui eu ouvi atentamente vários pontos. Por exemplo, o Brasil hoje é um grande importador de peixes – grande, gigante. Nós trazemos grande parte do nosso pescado da Ásia. Além de termos esse mar gigante, nós temos um potencial interno para produção da piscicultura enorme, especialmente em reservatórios. Dados dão conta de que – nós temos até um Ministério da Pesca para essa finalidade, está lá o nosso colega aqui do Senado, o Ministro Crivella, na condução daquela Pasta – um tanque rede em reservatório produz cerca de dez vezes mais que um tanque escavado. A quantidade de peixe por metro cúbico de água que você coloca em reservatório é dez vezes mais do que em tanque escavado. Por quê? Profundidade, água corrente constante. E não polui como polui um tanque escavado, porque há uma grande concentração de hormônio porque não circula água e assim por diante.

Mas vejo que há uma inutilização. Nós temos aí um potencial enorme para isso e é pouquíssimo utilizado. No Paraná, agora que está se começando em algumas localidades, inclusive o peixe tem uma qualidade muito melhor num lago, num reservatório desse do que num tanque escavado. E o Paraná é o maior produtor hoje de peixe de tanque, especialmente a tilápia.

E esse é um ponto – e não se restringe à ANA, mas o Ibama também tem todo um controle, porque a tilápia é um peixe exótico, ele nem é do nosso continente, ele veio da África, do Egito, tanto que chama tilápia do Nilo, a maior parte dela, então há toda uma

cultura de cuidado para não haver infestação. Mas é uma questão de subsistência.

Pergunto o que a ANA entende com relação à utilização dos reservatórios para piscicultura.

Outra questão é que reservatório – e vi que o Presidente Vicente Andreu defende a questão dos reservatórios – é a única bateria de energia que nós temos. Não há outra forma de você armazenar energia. É lógico, há o petróleo, há o carvão, mas energia limpa não há. Não tem como você armazenar o vento. Agora, o reservatório sim. Se olharmos a Bacia do Paraná, há uma inteligência, são quase duas dezenas de hidrelétricas que há na Bacia do Paraná, e todas elas, todos esses reservatórios são fornecedores de água para Itaipu. Itaipu tem um lago que muitos acham que é uma usina de reservatório, mas não é, é uma usina de fio d'água. O reservatório que tem funciona como uma esponja absorvendo a água das demais usinas, enchendo o reservatório, e depois vai soltando com o tempo, e isso faz com que ela seja a maior usina do mundo em geração de energia. E a meta é chegar a 100 mil megawatts neste ano, algo que seria bater todos os recordes. Inclusive estive lá recentemente com a Presidente Dilma e com o Ministro Lobão, inaugurando o Linhão que vai até Assunção, o novo Linhão construído pelo Governo brasileiro.

Com relação à irrigação dentro da segurança alimentar. Eu vi, nas colocações de V. Exª, a necessidade de construir adutoras porque a perda que há no curso natural da água que sai e anda uma centena de quilômetros no Nordeste faz com que não tenhamos uma segurança hídrica quilômetros abaixo, por conta da evaporação.

Por outro lado, tenho a convicção de que existe no Planeta uma mesma quantidade de água, sempre. Ou ela está no subsolo ou ela está no ar ou ela está na superfície da Terra. Ela evapora e para algum lugar ela vai. Alguns críticos diziam que nós estávamos exportando água brasileira através da soja brasileira. Quando você manda milhões de toneladas de soja, você manda água. Lógico, tem água junto. E que isso estava deixando o Brasil com menos. Não, isso não, porque há ciclos de água inclusive vindo em ventos da África e de outros. Isso não há a mínima possibilidade. Mas temos, no Planeta, sempre uma mesma quantidade de água. É a minha concepção. Não vai aumentar, porque são ali elementos químicos que estão sempre em constância. Transformação em sólido, líquido, gasoso, e assim por diante. Mas, é lógico, temos que ter o cuidado da gestão.

No entanto, nós temos outros pontos de que cuidamos, para não haver avanço da agricultura sobre florestas, e assim por diante. É lógico, estamos aí com o plano ABC, para transformação de áreas de pastagem em áreas agricultáveis, e assim por diante, mas a irrigação é a melhor solução, especialmente para regiões como o Nordeste, que não tem problema de frio, como tem o Sul, de geadas e assim por diante; tem um solo rico, e, lógico, o solo também é um substrato que depende da colocação de alguns minerais para alimentar a planta, e água. A insolação é maravilhosa, a altitude é muito boa, e a água. Agora, temos grande dificuldade de difundir a irrigação no Brasil, por conta, de repente, até de limitações de utilização de reservatórios. É lógico, com a responsabilidade de que precisamos.

Então eu gostaria também de ouvir V. Sª nesse sentido.

E reservatórios – eu vejo pelo meu Estado, o Paraná – trazem riqueza para uma região. Onde há um reservatório, uma usina hidrelétrica, não tenhamos dúvida, a população daqueles Municípios lindeiros se tornará mais rica, naturalmente, pelos *royalties*, pelo aumento do ICMS e pelo turismo. Há uma cultura, no Paraná, de ocupação das margens dos lagos. E aquilo, no final de semana, é turismo de veranista, é turismo de pesca. Isso traz um dividendo muito bom para toda aquela região.

Jorge Samek, que é o presidente da Itaipu Binacional, diz com muita tranquilidade: aqueles que são contra hidrelétricas... É lógico, existe a segurança ambiental necessária, temos que fazer todos os estudos, mas reservatórios e hidrelétricas só trazem riqueza para a região.

E uma realidade é o Oeste do Paraná. Os Municípios lindeiros, como os chamamos, são 16, no Paraná, são os Municípios mais ricos, de maior PIB do Paraná, e talvez os mais ricos do Brasil, porque têm uma arrecadação substancial e isso se transfere em serviços para a população.

Nós temos Municípios ali, Presidente Collor, cujas vias rurais são todas asfaltadas. As estradas vicinais rurais são asfaltadas para o produtor rural. Lá no Paraná, uma série de Municípios tem isso. Parece fora da realidade. É lógico que aí vem, também, o desenvolvimento regional.

E, para encerrar, hidrovias. Eu sei que é responsabilidade do DNIT, mas o que a ANA pensa sobre as hidrovias? Nós ouvimos, recentemente, uma reportagem, em rede nacional. Não concordo, porque acho que muito está sendo feito. Ela mostrou uma realidade certa, mas também não mostrou outro lado, em que alguns investimentos estão sendo feitos. Também acho que poderíamos fazer mais, porque, para reduzir o custo Brasil, hidrovias são necessárias.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Sérgio Souza. Passo a palavra a S. Exª o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor; Sr. Ministro e Senador José Pimentel; meus caros Senadores; Senadora Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Alfredo Nascimento e Acir Gurgacz, e quero me referir ao Sr. Vicente Andreu Guillo, que tive o prazer de conhecer e de ouvir com muita atenção.

Eu sou de Mato Grosso do Sul, um Estado que, até o presente momento, não reclama na questão da água, mas que tem uma preocupação para o futuro: é a questão do Aquífero Guarani, que, aliás, já foi muito bem referenciado pelo nosso ilustre Presidente, Senador Fernando Collor. É com essa segurança hídrica que nós nos preocupamos. Qual é o potencial, realmente, do Aquífero Guarani, e o que ele poderá representar para o Brasil no futuro?

Outra questão. Não sei se V. Sª sabe, mas nós temos um problema sério no Pantanal Mato-Grossense, que é a erosão no Rio Taquari. Nós, aqui, no Senado, através da Comissão de Desenvolvimento Regional, tratamos do assunto, inclusive foi através da manifestação da Comissão que a Presidência da República resolveu ativar o programa de recuperação da Bacia do Rio Taquari.

Gostaria de saber se a ANA tem alguma manifestação a respeito, se há algumas ações no sentido de contribuir com o Governo Federal na solução desse angustiante problema para o Pantanal sul-mato-grossense.

Gostaria também de dizer, Sr. Presidente, e o faço com muito orgulho, que a emenda constitucional à Constituição de 88 dos *royalties* teve a minha efetiva contribuição. Não foi somente eu, mas talvez tenha sido eu o primeiro a apresentar a emenda. E pergunto a V. Sª se realmente os *royalties* decorrentes estão bem aplicados pelos Municípios e pela própria União, na parte que lhe compete.

Também tenho algumas perguntas que vieram da minha assessoria, as quais endosso, e gostaria de explaná-las a V. Sª e aos meus ilustres pares.

A primeira é a seguinte. Sabe-se que o Brasil tem nada menos do que 63 mil quilômetros de rios, lagoas, represas, canais, que podem ser usados para a navegação. No entanto, menos do que um quarto desses percursos navegáveis é aproveitado. Do ponto de vista das competências da ANA, quais são as razões para esse desperdício?

Segunda pergunta. Embora sejam reconhecidamente o modo de transporte mais barato, as hidrovias são usadas, segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT), para transporte de apenas 7% das cargas no Brasil. Estima-se que as hidrovias poderiam transportar pelo menos metade da produção brasileira. O que, na opinião de V. Sª, precisa ser feito para aproveitamento desse potencial?

Terceira pergunta. O programa Fantástico, da Rede Globo, exibiu extensa reportagem no último domingo, de notável atualidade, sobre erros em projetos, atrasos de obras, desperdício de recursos relacionados com o transporte hidroviário. São exemplos dessas denúncias, todas de maior relevância...

Algumas dessas perguntas, subperguntas que eu faria a V. Sª, naturalmente, serão levantadas pelo Senador Alfredo e a Senadora Vanessa porque referem-se aos Estados que eles tão bem representam nesta Casa.

A minha seria apenas esta. A necessidade de atualização da Hidrovia Tietê-Paraná, que é de nosso particular interesse, Dr. Vicente, que, embora seja considerada ainda a melhor hidrovia brasileira, cujas eclusas foram construídas juntamente com a barragem das hidroelétricas, enfrenta problemas graves, relacionados com o assoreamento do Rio Tietê, e o dimensionamento das eclusas, que, projetadas há sete décadas, se tornaram estreitas para as embarcações de hoje.

São essas as indagações que me permito fazer a V. Sª, prestando-lhe minhas justas homenagens pela exposição que fez.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Ruben Figueiró.

Agora, para responder a primeira bateira de perguntas, passo a palavra ao Dr. Vicente Andreu, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA).

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Muito obrigado.

Qual é a coletivo de baterias? Porque, na verdade, é uma bateria de perguntas... (*Risos.*) Acho que é uma escola de samba, seja pela quantidade, seja pela qualidade das exposições.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – É melhor dizer, em vez de escola de samba, é o interesse que todos nós, Senadores, temos a respeito do assunto.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Claro! Sem dúvida, seja pela qualidade...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Não é exatamente uma escola de samba, mas uma...

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Perdão. Perdão, se fui indelicado com a brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Aceito, aceito. Obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Eu quis fazer menção a sua quantidade e qualidade e fui infeliz. Peço desculpas.

Eu queria, inicialmente, responder, tentar respondê-las pontualmente. Na primeira pergunta, o senhor mencionou se a energia, se eu concordo que a energia é poluente, a energia que não se tem. A minha resposta seria: a energia que não se tem pode ser a mais poluente, assim como ela pode ser a mais perigosa. Não necessariamente ela será a mais poluente, porque você pode ter energias como a fotovoltaica, a própria energia eólica, mas ela pode ser a mais poluente, se se fizer a opção pela energia mais disponível, como, por exemplo, o petróleo e o carvão – então, eu concordo plenamente com o senhor. Eu acrescentaria que ela pode ser a mais poluente e a mais perigosa, mas, sem dúvida nenhuma, a energia que não se tem é a energia mais cara. Essa é a afirmação. Por quê? Porque, quando se vai buscar essa energia que não se tem, o preço que a sociedade paga por ela é muito grande.

A segunda pergunta foi sobre se nós computamos nesse dado os reservatórios, o Aquífero Guarani.

Na verdade, esse é um dado sempre estatístico e, no caso, sempre as estatísticas nos Estados Unidos são mais confiáveis do que as estatísticas, ainda, no caso, brasileiras. Mas nós tratamos de reservatórios artificiais, nós não tratamos da reservação de água em aquíferos. Então, eu estava tratando de precipitação, evaporação e o que sobra dessa água, se ela é armazenada ou não em reservatório.

Então, a resposta é não, ela não está considerada, o Aquífero Guarani não está considerado do ponto de vista do reservatório.

Segurança hídrica entre o Brasil e os Estados Unidos.

A história do desenvolvimento e do aproveitamento da energia, da segurança hídrica, nos Estados Unidos é muito mais acentuada do que no Brasil, seja por conta do desenvolvimento econômico, seja também porque os Estados Unidos enfrentaram, enfrentam constantemente secas que afetam significativamente a sua agricultura.

Segundo, porque os Estados Unidos também fizeram uma opção – e depois eu vou falar sobre isso – pelo uso hidroviário e então, com isso, também aumentando significativamente as suas infraestruturas.

Portanto, é decorrente de um processo de ocupação de todo o território, enxergando a necessidade da segurança hídrica, enquanto que, no Brasil, ela fundamentalmente foi ou com pequenos reservatórios para a agricultura, quase sempre particulares, ou grandes reservatórios para energia elétrica. Além do quê, o Brasil tem a felicidade de ter uma quantidade de rios, como eu mencionei no início, de 1,6 milhão quilômetros, mas essa confiança de que o Brasil sempre vai ter água superficial em quantidade cada vez vai se mostrando menos verdadeira. Mas se faz ainda a opção de se captar diretamente do curso d'água, confiando no ciclo hidrológico como sendo aquele que vai dar respostas à nossa necessidade.

Então, evidentemente, investiu-se muito mais nos Estados Unidos do que se investiu no Brasil em termos de reservação.

O senhor mencionou também a questão do reúso.

Penso que essa é uma questão chave, porque o reúso é, em ultima instância, uma nova disposição de água, porque uma água poluída é uma água que não existe, porque ela não está apropriada para nenhum tipo de uso; então não adianta você ter uma água poluída, porque essa água é uma água que, além de não só não existir, muitas vezes ela consome água boa para que ela venha a ficar em quantidades mínimas de qualidade.

Então, a questão do reúso da água é fundamental. Existem várias alternativas, como em alguns países em que sua utilização se dá diretamente na agricultura, levando junto com ela, principalmente dos esgotos domésticos, nutrientes – então, há experiências expositivas –, como também a necessidade de oferta dessa água com pré-tratamento para a indústria, porque muitas vezes a indústria precisa de uma qualidade de água muito diferenciada daquela servida nos sistemas públicos. Então, para ela, mesmo que seja uma água de torneira – vamos chamar assim –, ela tem que fazer um tratamento. Portanto, se ela for uma água de reúso, ela vai fazer um tratamento. E essa água de reúso é uma água que, sendo utilizada pela indústria, a quantidade que não é retirada é disponível para a população.

Então, penso que o senhor menciona uma das questões mais relevantes, que é investir maciçamente nessa direção. As experiências no Brasil são pequenas. São Paulo, agora, inaugurou, através da Sabesp, uma experiência positiva de água de reúso, mas ainda é muito incipiente e, sem dúvida nenhuma, temos aqui uma possibilidade. Quando mencionei sobre a redução daquela curva, o reúso, sem dúvida nenhuma, é uma ação que faz baixar a curva de consumo, assim como as perdas na distribuição dos sistemas brasileiros, que, em alguns casos, são vexatórias. Há Estados onde os sistemas têm mais de 50% de perda de água. Então, você trata a água, coloca-a no sistema, e 50% dessa água desaparecem. Você trata dois copos e perde um; de cada dez, perde cinco. Então, são indicadores muito ruins: 1 – a não utilização de água de reúso; 2 – a quantidade de água perdida no Brasil.

O senhor mencionou também a questão do aquecimento global. Sem dúvida nenhuma, isso é uma questão crítica. O senhor fez menção aos impactos na Amazônia e no Semiárido.

Nós estamos trabalhando no sentido de trazer os modelos globais para a escala de bacias. Porque o que acontece? Os modelos que são utilizados no IPC de previsão climática são modelos que fazem uma previsão geral do globo terrestre. Então, há expectativas de que isso aconteça em uma e em outra região, mas, quando você desce ao território, quando você traz para a escala de uma bacia hidrográfica, esses modelos não se aplicam, porque é possível prever um certo tipo de comportamento – ainda é uma previsão; eu, particularmente, acredito nos impactos do homem sobre o aquecimento global –, mas não existe ainda, no âmbito global, nenhum modelo aplicado a escalas menores.

Então, nós temos um convênio com a Universidade do Ceará, onde estamos tentando aplicar esses modelos numa escala de bacia hidrográfica, que, no caso brasileiro, ainda são grandes, de tal maneira que possamos trazer essa previsão do comportamento geral do clima efetivamente para o solo. Por exemplo, há previsões, no modelo, de que o Rio São Francisco poderia perder 40% da sua vazão nos próximos dez anos. Evidentemente, ninguém pode descartar – não temos capacidade de prever o futuro –, mas esse é um modelo que geraria muito mais insegurança do que possibilidades efetivas de ações concretas no sentido de minimizar os seus impactos.

Portanto, o principal, no momento, eu diria, é aprofundar o conhecimento de tal maneira que as medidas possam ser feitas com o princípio do não regresso, quer dizer, sem a necessidade de que você tome uma medida e, de repente, tenha um arrependimento, uma vez que estaremos falando sempre de investimentos muito vultosos.

O senhor mencionou também o rejeito no Rio Pomba. Eu só me permitiria mencionar um pouco a complexidade da legislação brasileira sobre a questão de água e sobre a questão ambiental. Por exemplo, a água que sai do subsolo e faz uma irrigação é água do Estado. Depois, eu vou aprofundar. Porém, se ali essa água é engarrafada, essa água vai para o Ministério de Minas e Energia, já passa a ser considerada uma água mineral. Quando estamos falando de um reservatório, é um reservatório que está voltado para a Agência Nacional de Águas. Quando falamos de um reservatório de rejeito, nós estamos falando da legislação ambiental e também da legislação eventualmente vinculada ao Ministério de Minas e Energia, dependendo da natureza do rejeito. Então, o reservatório de rejeito não é, em essência, um reservatório de gestão da água. Porém, o seu rompimento vai para um rio, e aí os impactos acabam sendo também administrados pela ANA. Fizemos uma atuação conjunta entre o Estado do Rio de Janeiro e o Estado de Minas Gerais para poder acompanhar aqueles impactos, quer dizer, na articulação entre os Estados, além de estarmos trabalhando muito, trabalhando muito forte no aprimoramento da nossa rede nacional hidrometeorológica também com a vertente de qualidade.

Então, o nosso papel tem sido o de criar mecanismos de monitoramento de tal maneira que, verificado o incidente, cujo responsável de gestão não somos nós diretamente, e ele repercutindo sobre o corpo hídrico, possamos ter essa informação no menor tempo possível e tomar as medidas. Por exemplo, suspensão de captação em alguns casos dos abastecimentos humanos, porque aquela poluição pode chegar para um sistema de tratamento e acabar criando problemas adicionais.

Por último, o senhor mencionou a questão da utilização popular do fracionamento, através do gás chamado gás de xisto. Nós estamos tentando ter um contato, inclusive muito próximo, com a ANP, com a sua Presidenta, com a Magda, até para recolher mais informações. Agora, vejam, essa é uma questão que, até do ponto de vista da gestão, também é muito delicada, porque as águas subterrâneas são, em essência, águas dos Estados, e o licenciamento desses poços, dada a sua amplitude e as competências que hoje tem o instituto federal, o Ibama, será feito Estado por Estado. Então, nós teremos uma política nacional, que está em audiência pública, sobre a utilização desse potencial energético. Portanto, você tem uma política nacional na energia, mas você vai ter políticas Estaduais para se medir e constatar os impactos dessa política em nível local.

Aqui cabe, na nossa opinião... Nós estamos tentando, como eu mencionei, nos capacitar, mas nós não podemos legislar nada a respeito de um Estado que deseje fazê-lo. Por isso, em última instância, o fortalecimento dos órgãos gestores de recursos hídricos é peça chave, de tal forma que cada um dos Estados que têm a gestão de água subterrânea possa fazer adequadamente a regulação sobre esse tipo de utilização, o que pode causar não só problemas de contaminação do lençol, como o senhor também muito bem mencionou, mas como pode ter problemas ambientais sérios, porque o aproveitamento desse potencial energético é chamado de intensivo em poços, os poços têm curta duração, e eles têm um raio, aproximadamente, de 200 metros, que é o raio de aproveitamento desses poços. Então, como eles duram pouco, o que acaba acontecendo? É uma tecnologia – eu particularmente

não sabia, soube disso mais recentemente – que exige uma quantidade contínua e grande de perfuração de poços para que se mantenha o potencial energético.

Então ele não só tem um potencial de poluição muito grande, como também ele tem um potencial de impacto ambiental também muito grande.

Pela natureza, fica no âmbito dos Estados. E aí o nosso papel é de subsidiar e fortalecer os Estados para que eles tomem as melhores decisões possíveis.

Em relação às questões que foram aqui apresentadas pelo Senador Ruben Figueiró...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – José Pimentel.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Perfeito, primeiro foi o Senador José Pimentel, está aqui anotado, muito bem, agradeço.

Bem, primeiro o senhor citou questões fundamentais, inicialmente sobre a complementaridade do nosso ciclo hidrológico, de tal maneira que você tenha períodos de chuva e períodos de seca que são complementares. Então, a maneira de você gerar uma uniformidade, sem dúvida nenhuma, é possibilitada pelos reservatórios. É uma observação importante, estratégica. E depois o senhor faz menção à questão dos linhões.

Na verdade, os linhões, eu tenho usado isso também como um argumento. O que acontece? O setor elétrico, hidroelétrico, enxerga o Brasil através dos linhões como se fosse uma única bacia. Por quê? Porque ele integra as bacias através dos linhões. Então o Brasil acaba tendo uma condição, por conta dessa integração, que, de um lado, é uma grande segurança do ponto de vista energético, porém, ele pode fazer – e tem feito infelizmente – com que, às vezes, você tenha uma política de pulverização dos empreendimentos, em particular no setor, na Amazônia, e isso tem levado, às vezes, a uma rejeição da construção de novos reservatórios.

Na nossa opinião, essa possibilidade de integração através dos linhões poderia propiciar não só a segurança energética que o senhor tão bem mencionou, mas ela poderia propiciar também um pacto no País no sentido de quais bacias seriam aproveitadas e esgotadas na sua utilização antes que o setor elétrico entrasse fazendo empreendimentos em bacias que ainda poderiam ser destinadas para que as gerações futuras dissessem se elas deveriam ser aproveitadas ou não.

Então, por exemplo, se for feito um empreendimento na Bacia do Rio Juruá, na hora em que se fez esse empreendimento, você concretamente já fez uma intervenção sobre essa bacia e o linhão, e os linhões brasileiros poderiam propiciar essa segurança.

O senhor falou também sobre o Canal do Sertão, em Alagoas, e sobre as possibilidades de aproveitamento das águas do São Francisco para outros canais também de integração. Nós somos absolutamente favoráveis.

O senhor também fez menção, por exemplo, ao chamado Canal Sul, que seria um eventual aproveitamento para a Bahia, e um eventual Canal Oeste, que seria o aproveitamento para o Piauí. Do ponto de vista de disponibilidade de água, ela existe, sem dúvida nenhuma; porém, evidentemente, os impactos provocados pelo barramento teriam que ser adequadamente analisados, porque há um conflito entre a disposição dessas águas transpostas para uso como segurança para alimentação e para abastecimento e o seu eventual conflito com a redução da capacidade energética nas bacias onde os canais são implementadas. Então a nossa posição é muito favorável a esses estudos. A princípio se apresenta uma possibilidade de disponibilidade de água, mas evidentemente ela teria que ser confrontada com o impacto que ela teria com a produção energética.

O senhor também mencionou a questão das cunhas salinas. Esse é um problema ambiental grave, não só nos grandes rios. O senhor mencionou o Rio São Francisco, mas o próprio Paraíba do Sul e outros rios enfrentam esse problema. Internacionalmente esse também é um problema grave, como acontece nos próprios Estados Unidos, no Rio Mississipi, e também na China. É preciso buscar um olhar para que soluções adequadas possam minimizar esses impactos. Às vezes barramentos que pudessem ser construídos mais próximos à foz e que tivessem uma operação voltada não para geração de energia elétrica, mas para a minimização desses impactos. Essas seriam alternativas muito importantes.

O Senador Sérgio Souza...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com licença, Dr. Vicente Andreu. Desculpe-me.

Em relação... Por favor...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Há também a questão da gestão das águas do São Francisco entre Estados doadores e Estados receptores. Que entidades fariam essa gestão?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Formalmente, cada empreendimento dessa natureza, como, por exemplo, o Canal do São Francisco, que necessita, além das obras físicas – sejam federais, que é o canal, sejam as estaduais, que são a sua distribuição –, de um órgão chamado órgão gestor, que é aquele que vai operar e manter o canal adequadamente.

Infelizmente não há, até o momento, uma decisão formal sobre a constituição desse órgão gestor de recursos hídricos.

O Governo Federal sinalizou positivamente para que esse órgão gestor pudesse estar composto hoje dentro da Codevasf, mas os senhores, muito bem acompanhados, sabem que já que houve diversas propostas, desde uma nova empresa que fosse um consórcio envolvendo a Chesf e a Codevasf, como outra que estivesse só dentro da Chesf esse órgão gestor. Infelizmente nós atravessamos esse período todo sem ter esse órgão gestor.

Concretamente, esse prejuízo não é tão sentido em função de que o canal não foi ainda concluído. Mas, se ele estivesse concluído e nós não tivéssemos o gestor, teríamos um problema grave.

A segunda questão é a definição da tarifa que será envolvida. Também é esse órgão gestor que vai oferecer essa tarifa para a operação do canal, porque o modelo que foi construído pelo Governo Federal é de que os investimentos são atribuídos à União, e as tarifas seriam compartilhadas pela operação, portanto pelos Estados.

Alguns Estados já avançaram historicamente, como é o caso do Rio Grande do Norte. Outros Estados têm avançado também nessa direção... Perdão, eu falei Rio Grande do Norte como o Ceará. Outros Estados estão avançando, como a Paraíba e o Rio Grande do Norte, mas eu penso que, se o Governo Federal definir concretamente qual será a operadora, a partir daí nós podemos atuar.

Qual é o nosso papel? Nós vamos regular o acesso à água e verificar se as condições de operação daquele reservatório estão de acordo com a outorga seja na quantidade, no tempo. Inclusive, no nosso caso, depois de definir a tarifa. Esta é até mesmo uma atribuição nova que a agência recebeu: nós trabalharmos também o equilíbrio econômico-financeiro desses contratos no sentido do suprimento de água. Então, o grande gargalo é a ausência da definição do órgão gestor das águas nesse canal.

O Senador Sérgio Souza também é nosso parceiro. À frente da Subcomissão de Permanente da Água, da Comissão de Meio Ambiente, fez uma série de afirmações também extremamente relevantes, particularmente sobre a política de piscicultura.

Eu queria aqui fazer uma menção que para mim é histórica. Quanto ao problema de piscicultura, ainda trabalhamos com modelos importados que dão a capacidade de suporte de um reservatório. Como funciona? Você tem o reservatório, tem o impacto daquele tanque rede ou do parque aquícola sobre o reservatório e usa os parâmetros de capacidade de suporte de nitrogênio e fósforo que estão na alimentação dos peixes.

Muitas vezes esses parques aquícolas não estão em áreas de grande movimentação do reservatório, porque lá também, que é uma área mais profunda, há tráfego de barcos e tudo o mais. Eles acabam ficando num braço do reservatório onde o ciclo da água é muito longo. Como a água se movimenta pouco, eles acabam provocando impacto sobre esses braços dos reservatórios.

Nós precisaríamos de modelos – e disso nós estamos tratando diretamente com o Ministro Crivella – técnicos brasileiros e precisamos de uma equação, porque todos nós defendemos a piscicultura. Eu cito uma situação que eu vivi pessoalmente na Agência Nacional de Águas e que me gerou um desconforto sobre os limites. O senhor sabe que, no mesmo dia em que nós aprovamos a outorga de Belo Monte, na reunião de diretoria em que nós aprovamos essa outorga, nós negamos, pela capacidade de suporte sobre esse critério, a instalação de dois tanques-redes em reservatórios brasileiros. Isso é um paradoxo. Precisa ser analisada adequadamente essa capacidade de suporte.

Quanto à menção também da questão da irrigação, eu queria dizer o seguinte: não nos grandes reservatórios brasileiros, mas nos médios e pequenos reservatórios, o que tem acontecido? Historicamente esses reservatórios foram construídos para dar suporte a perímetros públicos de irrigação. E vários deles são bons exemplos de sucesso. Só que, com a melhoria da produção agrícola, os Municípios começaram a se adensar e a utilizar também a água do reservatório. Então, o que tem acontecido hoje com uma grande tônica, particularmente no Semiárido brasileiro, é que reservatórios que historicamente foram construídos para atender à irrigação passaram a atender também ao abastecimento urbano. Como a legislação diz que, em situação de crise, o abastecimento prioritário é o abastecimento humano e a dessedentação, hoje há uma situação em que os reservatórios que eram destinados à irrigação têm que ser priorizados para o abastecimento urbano. Isso tem criado um conflito muito grande em diversos reservatórios.

Como nós temos atuado nos reservatórios chamados federais? Nós temos atuado no sentido de criar mecanismos de regulação de tal maneira que possamos prever a vida útil do reservatório, garantir, como a legislação prevê, a maior segurança para o abastecimento humano e, ao mesmo tempo, criar condições favoráveis para que a agricultura seja, mesmo em condições de restrição, mantida o maior tempo possível. Por quê? Por causa, na nossa avaliação, não só dos impactos econômicos e sociais, mas porque, se não houver um acordo entre os usuários daquela bacia, se os produtores rurais não se sentirem respeitados, nós poderemos ter medidas que causem prejuízo.

Por exemplo, recentemente, no reservatório de Engenheiro Ávidos, na Paraíba, os proprietários rurais, os produtores rurais, insatisfeitos porque nós estávamos restringindo uma operação, até porque o reservatório não tinha condições técnicas de fazer essa operação na sua eclusinha, o que aconteceu? Eles foram lá e vandalizaram a estação de tratamento de água.

Vejam que isso é muito delicado. Se não houver um acordo, não adianta fixar regra no papel dizendo que a agricultura tem tanto e que a cidade tem tanto, porque o produtor que está ali, ao lado do reservatório, ao lado do rio, ou ele tem também o seu interesse razoavelmente atendido ou nós corremos riscos de haver vandalizações.

Por último, a questão das hidrovias, que, em certa medida, foi o destaque que o senhor mencionou e que será tratado também, com certeza, pelo Ministro, Senador Alfredo Nascimento.

A minha opinião é a seguinte: nós somos completamente favoráveis à construção de hidrovias; é um desperdício o Brasil, entre 70 ou 40 mil quilômetros de rios navegáveis, ter alguma coisa em torno de 10% desse valor.

Eu utilizo, inclusive, uma menção que eu vivi. Foi o seguinte: eu não conhecia, até dois anos atrás, Três Gargantas, lá na China, e aí fui olhar no Google. Três Gargantas. Eu faço esse convite ao senhores também. No Google, entre várias fotos sobre Três Gargantas, há os navios que passam em Três Gargantas. São duas câmaras de eclusa, cinco eclusas para fazer aquela transposição. Numa das fotos, além de se mostrar um navio de três andares, a quantidade de automóveis que estava no último andar no navio, que estava fazendo a transposição na eclusa, era impossível de contar. Provavelmente algo em torno de 200 automóveis sendo transportados em três andares.

Aí, eu fui ver no Google alguns reservatórios brasileiros que têm eclusa. Olhei na eclusa e o que havia na eclusa era um cidadão de caiaque, encostado na eclusa, em cima do caiaque dele, esperando o momento da eclusagem.

Então, o grande problema é a oferta de carga, porque não adianta construir uma grande eclusa, que todos nós defendemos, se não houver uma oferta de carga que torne essa operação economicamente viável. Tucuruí tem um nível de eclusagem hoje antieconômico. O senhor conhece bem esses dados. Todos nós defendemos, como um mecanismo racional de aproveitamento. Agora, faz-se necessária uma política conjunta de construção dessas eclusas – todos nós defendemos que, tecnicamente, a melhor opção é sempre junto com os barramentos –, mas, junto com isso, é preciso que haja uma política de transporte de cargas através dessas hidrovias, senão nós podemos tomar uma decisão de construção da eclusa, e ela vir, na minha opinião, em prejuízo às vezes da própria sociedade brasileira, porque se faz um investimento vultoso, sem que ele tenha um retorno adequado.

Então, nós defendemos as hidrovias, temos um papel na regulação – inclusive, sempre que há um barramento, nós consultamos o Ministério dos Transportes a respeito da necessidade...

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – O senhor me concede um aparte? É só para fazer uma fazer uma observação.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Claro, claro.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) –Quem deveria falar é o Senador Flexa, mas o senhor falou de Tucuruí. A eclusa é antieconômica realmente, porque existe o entrave que o Governo Federal não resolve, chamado Pedral do Lourenço, que daria trafegabilidade e viabilidade econômica a essa eclusa.

Muito obrigado.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – O senhor tem razão. Ou seja, não basta pensar o empreendimento no âmbito do barramento, porque ele, em si só, é apenas uma obra física, mas tem de se pensar na hidrovia ao longo de todo o trecho.

Então, muito obrigado. A contribuição é exata. Portanto, o problema hidroviário não se restringe necessariamente ao problema da construção dessas eclusas, mas, sim, a uma política que envolva não só política para transporte de carga, mas também à política de construção de portos.

Por último, a questão do Taquari, que o senhor também mencionou. Temos acompanhado...

Uma vez, encontrei uma senhora... Ia ser feito um plano de gestão para o Rio Taquari, que está tremendamente assoreado. Então, naturalmente, ele tem problemas de curso, e aquela senhora dizia o seguinte: "O Rio Taquari está assoreado de plano. O que precisa é de intervenção concreta em torno do Rio Taquari".

Nós temos uma intervenção junto ao Governo Federal, que retomou esse grupo através da coordenação da Casa Civil. Havíamos disponibilizado, e cumprimos todas as nossas obrigações junto a esse plano de recuperação do Rio Taquari, que abrange a capacitação, recursos. Vejam, a Agência Nacional de Águas não tem função executiva. Então, muitas vezes, se solicita ou se pretende ter a expectativa de que possamos ter uma ação de intervenção efetiva, física, mas essa não é uma competência da agência. No entanto, temos cumprido todas as nossas obrigações, inclusive de disponibilização de recursos para que as intervenções físicas possam efetivamente acontecer.

Há um grande conflito também com relação à utilização dessas águas, mas acredito que, da maneira como um rio muda seu curso naturalmente, esse é um exemplo. O Rio Taquari é um exemplo, no Brasil, de algo que precisa ser respondido adequadamente no sentido de uma gestão eficiente de águas.2

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Eu gostaria de ouvir o Dr. Vicente Guillo sobre a última pergunta que lhe fiz, ou seja, sobre a atualização da Hidrovia Tietê-Paraná.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Perfeito.

Na Hidrovia Tietê-Paraná, atuamos recentemente. A Hidrovia Tietê-Paraná enfrenta dois problemas: um, que o senhor mencionou, é o fato de que as eclusas foram construídas para uma perspectiva, ou seja, o avanço econômico permitiria o transporte de comboios maiores através dessas eclusas. Então, a sua adaptação é um problema técnico relevante. Não tenho capacidade para responder, mas esse é um problema. O segundo é o assoreamento existente nos reservatórios. Em função desses assoreamentos...

O assoreamento provoca dois impactos: o primeiro é a necessidade de redefinir os trechos navegáveis em cada um desses reservatórios. O segundo impacto que provoca tem natureza energética, que é efetivamente a água disponível para geração de energia elétrica. Então, o que acontece? O setor elétrico, que tem gestão prioritária das águas em todo o Território brasileiro, não só na gestão da Bacia Tietê-Paraná, acaba demandando mais água em alguns momentos, "depressionando" os reservatórios, provocando um problema de navegabilidade à montante no reservatório ou ainda, às vezes, não coloca a quantidade de água suficiente de tal forma que, à jusante do reservatório, se impeça a navegação adequada. Então, essa operação dos reservatórios é crítica para garantir a navegabilidade à jusante e garantir a navegabilidade à montante dentro do reservatório, em função do assoreamento.

Fizemos duas reuniões, que tiveram grande sucesso, para uma operação emergencial, agora nesse período, até um mês atrás, em relação à Hidrovia Tietê-Paraná, com a participação da ONS. Sugerimos uma regra operativa para o barramento de Barra Bonita, e esse barramento propiciou a superação também de um pedral que estava à jusante do reservatório, de forma a garantir a navegação.

Existem ações articuladas para a solução de alguns desses problemas, porém, precisaríamos de soluções estruturantes. Essas soluções estruturantes passariam, no meu ponto de vista, por uma readequação dos reservatórios em termos de disponibilidade hídrica, o que seria muito intenso em capital.

A segunda ação – foi anunciada ontem ou anteontem –é a construção de uma nova barragem cujo nome não me recordo e que seria a primeira na calha do rio com essa finalidade, para ampliar inclusive a Hidrovia Tietê-Paraná. É uma medida positiva, que elevaria a capacidade dos barcos, que chegariam até próximo à cidade de Piracicaba, à cidade de São Pedro, para que a navegação possa ser feita nesse trecho.

Então, a Tietê-Paraná é uma boa experiência de hidrovia no nosso País. É economicamente viável, ambientalmente viável, tecnicamente foi feita de maneira adequada, como se mencionou nesse momento. No entanto, precisa de uma readequação das usinas e também de uma redefinição da operação energética desses reservatórios, além da sua recuperação, para que possa ter plenamente, na minha opinião, as condições para a sua operação adequada.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Sr. Presidente, posso dar uma contribuição?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Ministro, V. Ex... É o senador Flexa Ribeiro...

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – É sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Então, por favor, com a palavra S. Exª o Senador Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Apenas para dar uma informação que eu acho que vai contribuir de alguma forma.

Antes de sair do Ministério dos Transportes eu firmei um convênio com o Governo do Estado de São Paulo da ordem de mais de R$1 bilhão de contribuição do Governo Federal para a recuperação da navegabilidade no Tietê– Paraná, no trecho até Piracicaba e com alargamento e/ou substituição das eclusas e desassoreamento de todo o trecho navegável do Tietê-Paraná.

Então, essa obra ao que consta está execução pelo Governo do Estado de São Paulo com boa parte dos recursos, mais da metade dos recursos, do Governo Federal, por convênio firmado na época em que eu estive lá no Ministério dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, a V. Exª, Sr. Senador e Ministro Alfredo Nascimento, pela informação trazida a esse debate.

Eu indagaria, antes de passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, se o Sr. Senador Ruben Figueiró está satisfeito com o resposta oferecida.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Passo a palavra a S. Exª. o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Dr. Vicente Guillo, Presidente da ANA, estou muito preocupado. Dr. Vicente, fiquei preocupado com as respostas que V. Sª deu as perguntas que lhe foram formuladas.

Sendo a ANA a agência que tem entre os seus objetivos a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, inclusive da navegação com relação ao transporte aquaviário, preocupou-me quando o Senhor comentou a construção das eclusas, dizendo que era um investimento muito alto se não tivesse a resposta econômica. E me preocupa porque nós tivemos e vamos continuar tendo – e a minha pergunta a V. Sª nessa linha – um problema sério que demorou 30 anos para ser resolvido com relação ao barramento de Tucuruí, à eclusagem de Tucuruí, que V. Exª se referiu como uma eclusa que está subaproveitada. É verdade. É verdade!

Mas ela é subaproveitada,apesar de chamarmos a atenção do Governo à época em que estavam concluindo as eclusas. Fizemos vários pronunciamentos nessa linha de que não adiantava fazer eclusas se não fizessem o derrocamento do Pedral de Lourenço, porque o rio só é navegável por oito meses; durante quatro meses ou oito meses o rio se trona improdutivo para a navegação e, com isso, não há como manter uma economia que só funciona durante parte do ano.

Então, é por isso que a eclusa – eu digo que é um bibelô – não tem nenhum efeito. Na eclusa de Tucuruí foram gastos R$1,6 milhões. Era uma solicitação da sociedade paraense, uma obra de estado que demorou 30 anos para ser feita, porque não fizeram as eclusas quando foi feito o barramento.

Então, como a ANA tem a questão de fazer a regulamentação do transporte aquaviário, o Presidente da ANA não pode ser contra as barragens, por mais que elas sejam onerosas, em princípio, porque, se o rio é navegável... E eu pergunto também a V. Exª se não é contrário à lei barrar um rio navegável. O Rio Tocantins era navegável de Marabá a Belém, antes da Barragem de Tucuruí. Na hora em que fizeram a barragem, ele deixou de ser navegável. Nós estamos contrariando a lei. Então, a ANA deveria estar atenta a estas questões.

Agora uma hidrovia de integração nacional seria a Hidrovia Araguaia-Tocantins, que viria aqui próximo de Brasília até a foz do Rio Amazonas. Fizeram Tucuruí e estão fazendo Lajeado e Estreito sem a eclusa; quer dizer, vai haver o mesmo problema, Presidente Fernando Collor, de se passarem décadas para que possam ser construídas as eclusas. E está em planejamento, para se iniciar a execução, a Barragem de Marabá, sem eclusa.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – O que é uma irresponsabilidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – O que é uma irresponsabilidade, o Ministro tem razão. Quer dizer, não dá para entender que o Governo continue errando, porque errar uma vez, tudo bem, mas errar permanentemente!

E há vários projetos tramitando no Congresso – de minha autoria há um deles, mas são vários – que exigem que, ao fazer o barramento, a eclusa seja feita concomitantemente. Ou seja, será proibido por lei, se aprovados os projetos, fazer uma barragem em um rio navegável que não seja feita com eclusa.

E aí fica aquele jogo, Presidente Fernando Collor, de que a eclusa é do Ministério do Transporte e a barragem, a geração de energia, é do Ministério de Minas e Energia. Então, os dois Ministérios não se entendem.

A Barragem de Tucuruí só foi viabilizada quando foi transferida do Ministério dos Transportes para a Eletronorte, para o Ministério de Minas e Energia. Fizeram lá um acordo de pagar energia antecipada, alguma coisa que gerou recursos para a construção das eclusas.

Então, eu gostaria de saber de V. Sª qual a ação que a ANA tem para impedir efetivamente esse crime que é a construção de barragens em rios navegáveis sem que se construam as eclusas, permitindo a navegação.

O Senador Ruben Figueiró fez referência ao programa Fantástico, da Rede Globo, de domingo passado, que fez uma excelente matéria sobre o sistema hidroviário nacional. Inclusive mostrou o Pedral do Lourenço. Já é a segunda que faz em relação ao tema, já é continuidade, tentando denunciar aquilo que o Brasil inteiro viu. Quer dizer, ele mostrou lá a eclusa sem nenhuma utilização e o Pedral do Lourenço, que não permite a navegabilidade. E carga há demais. Na hora em que se tornar navegável aquele rio, não vai ter condições de não ter carga, porque, além de minério para escoar por lá, há a safra de grãos de parte do Centro-Oeste, que vai escoar por lá, e outros produtos que vão escoar.

E a hidrovia, pelo seu custo... Eu cobro sempre que, algum tempo atrás, numa reunião com a Ministra Gleisi, ela fez uma referência de que o Governo estaria elaborando o PAC das Hidrovias. Eu fiquei bastante entusiasmado com a ideia. Mas acho que esse PAC empacou, não chegou nem a sair do papel. Porque, normalmente, Senador Collor – e nós não instalamos ainda a Subcomissão de Acompanhamento das Obras do PAC –, o PAC empaca na execução. Então, ele tem

problema de não andar. Esse das hidrovias empacou antes de ser lançado midiaticamente, porque aí teria que haver uma solenidade, Senador Ministro Nascimento. Teria que haver uma solenidade, e o Senador Pimentel, com certeza, estaria lá festejando o PAC.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – E V. Exª será bem-vindo também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Mas eu não vou, com certeza absoluta. Eu iria à inauguração das eclusas, para facilitar e ajudar o Brasil no seu desenvolvimento. Mas em ações midiáticas eu prefiro ficar de fora, até, porque, no futuro, quando fotografarem e mostrarem a fotografia para os nossos netos e bisnetos, eles vão dizer: "O meu avô esteve lá e não resolveu nada; estava lá na fotografia, o meu bisavô". Então, é melhor a gente não estar presente a essas ações que efetivamente não levam a nada a não ser à parte de pirotecnia.

Mas, continuando com relação à nossa questão da hidrovia, então, a pergunta é esta. O próprio programa Fantástico denunciou a Hidrovia Teles Pires-Tapajós. Está sendo feita a geração de energia lá na barragem, e também não tem oclusa. E a Teles Pires-Tapajós é para escoar a produção de grãos do noroeste de Mato Grosso. Quer dizer, cada hidrovia tem a sua finalidade, e elas todas convergem no sentido de ajudar o Brasil no seu desenvolvimento.

Então, eu gostaria de ter do Presidente da ANA, a posição com relação a isso, por que a ANA não toma uma posição em relação à questão da navegabilidade dos rios brasileiros.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Flexa Ribeiro. Pela ordem, S. Exª, o Senador Ministro Alfredo Nascimento. Em seguida, a palavra será concedida a S. Exª, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Para contribuir com o meu companheiro amazônido, Flexa Ribeiro.

Essa discussão da responsabilidade de se saber se a construção das reclusas é de responsabilidade do Ministério dos Transportes ou do Ministério das Minas e Energia, independentemente do Governo que aí está, é uma estratégia do Governo para não executar as reclusas, porque essa é uma decisão de Governo. É um absurdo que se comete com a navegação em hidrovias no país! A eclusa de Tucuruí – que deve ter sido o cenário dessa foto em que o Senhor viu um cara sentado num caiaque– realmente não tem carga por conta do Pedral do Lourenço. É falta de planejamento. Ela foi executada em mais de trinta anos. Não foi o fato de ela ter voltado para o Ministério das Minas e Energia que fez com que ela fosse concluída. Ela foi concluída porque houve a decisão do Presidente Lula de concluir a obra, e ele a concluiu.

Agora, o que impede a trafegabilidade, a navegação nessa área, para que ela se torne viável economicamente? É um planejamento adequado, e o Governo tomar a decisão de que, para se construir novas hidroelétricas, nós teremos de colocar, no projeto da construção, a eclusa. O Governo alega que isso vai encarecer a energia. Que o Governo pague a parte dele, sendo feita pelo Ministério das Minas e Energia.

Então, estamos discutindo isso há anos. Passei três períodos no Ministério dos Transportes e sempre batendo nessa tecla de que temos de fazer as eclusas, pois estamos inviabilizando os nossos rios, estamos acabando com o nosso meio de transporte mais barato que temos, porque estamos errando. É uma questão de princípios, de decisão, que é do Governo. Infelizmente, a ANA não vai poder fazer nada, porque na hora em que você tiver de fazer alguma coisa... Desculpe-me, que o Senhor tiver de tomar alguma decisão, vai ter de ter a decisão do Governo de fazer investimentos. Ninguém faz infraestrutura com saliva, com conversa; infraestrutura tem de ter dinheiro e decisão política. E, para resolver esse problema, tem de ter decisão política do Governo.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Senador Alfredo Nascimento...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – S. Exª Senador Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Um pequeno registro.

Terminado esse projeto do Tucuruí, acho que seria importante fazermos o museu das fotografias dos anos 70, 80, 90 e do Governo Lula, quando ela foi concluída.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a palavra S. Exª, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Vicente, o assunto que gostaria de ouvir do Senhor é com relação à Hidrovia do Madeira, que tem uma importância muito grande para o país no transporte da produção de grãos, tanto grãos que são produzidos no Estado de Rondônia quanto em Mato Grosso, e também a produção da Zona Franca de Manaus, no sentido inverso.

Só que na seca a nossa Hidrovia do Madeira sofre muito. De cinco dias, passa a quinze, vinte dias o transporte das balsas de Porto Velho a Manaus e

vice-versa. A dragagem do Madeira todo ano vem na pauta do Ministério dos Transportes, da ANA; enfim, é para acontecer, mas não acontece na seca. Este ano começaram a dragagem do Madeira agora, no início das chuvas. Ou seja, nesta época não precisa fazer a dragagem do Madeira. Fazer dragagem neste momento é um desperdício muito grande de recursos, é jogar dinheiro fora. Comentamos esse assunto em outras audiências públicas aqui nesta Comissão, com o nosso Presidente Fernando Collor.

O Senhor tem alguma informação sobre essa dragagem do Madeira, para que ela seja feita na hora certa, no momento em que realmente precisa ser feita?

Essa é a minha colocação. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Acir Gurgacz. Passo a palavra ao Dr. Vicente Andreu, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, para oferecer as respostas às perguntas formuladas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Vou tentar tratar, no que diz respeito às competências da Agência Nacional de Águas e das nossas informações, questões que os senhores levantaram.

Só queria fazer um pedido, se me permitem: a generosidade de que a Agência Nacional de Águas não trata, não tem a responsabilidade direta – vou falar sobre nossas responsabilidades – sobre algumas operações no sentido de viabilizar o transporte hidroviário, que, para tanto, conta no Brasil com uma agência específica que tem essa responsabilidade. É a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a Antaq. Essa agência específica tem essas responsabilidades do ponto de vista de responder a várias questões práticas e concretas que foram apresentadas aqui, das quais não vou me furtar; vou tentar respondê-las.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Dr. Vicente, no art. 2º, inciso II, estão os objetivos da ANA – abre aspas: "a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável".

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador, é o art. 2º, inciso II de...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Da lei que criou a agência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Da lei que cria e regulamenta as atribuições da Agência Nacional de Águas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Perfeitamente.

No sentido da regulação relativamente ao aproveitamento hídrico, o senhor tem toda razão, assim como o é no aproveitamento energético. É sobre isso que eu pretendo falar. Nós temos, por exemplo, a responsabilidade sobre uma intervenção direta a ser feita em uma hidrovia, seja na construção de portos, definição de portos, sobre a dragagem; não temos atuação direta na regulação do transporte aquaviário. Essa não é uma competência da Agência Nacional de Águas.

A nossa competência é de garantir, inclusive para o setor hidroviário, os usos múltiplos da água, que envolvem a necessidade de que, quando da construção de empreendimentos que alterem as condições de navegabilidade desse rio, solicitar para os atores que tenham essa responsabilidade qual a sua posição. Então, concretamente: se vai ser construída uma usina hidrelétrica e essa usina hidrelétrica tem impacto sobre a navegabilidade... É importante dizer também, para se fazer justiça, que a maioria dos rios – é claro que existem exceções – não é navegável, exceto pela construção de barramento. Quer dizer, quando se constrói um barramento hidroelétrico, evidentemente há um desnível natural que é aproveitado para geração de hidroeletricidade. Então é importante dizer que, na maioria dos casos, o que ocorre é que a construção de barramentos permite a navegabilidade. Pois bem, o que nós fazemos na construção de uma hidrelétrica que tenha impacto sobre a navegabilidade é consultar o setor elétrico sobre o projeto da hidrelétrica assim como o Ministério dos Transportes sobre a necessidade de eclusas. E qual tem sido a reposta até hoje, Senador? E falo isso com o profundo respeito que tenho por esta Casa: o Ministério dos Transportes apresenta quais são as condições de calado para aquele curso de água. Então, ele apresenta a natureza do calado, a sua dimensão, o que exigiria uma eclusa com determinada perspectiva. Confrontando essa proposta do setor de transportes, o setor elétrico apresenta uma alternativa ao projeto de energia elétrica, que, via de regra, não passa pela construção dessas condições junto ao barramento e, sim, de alternativa, no projeto do barramento, da construção da eclusa, normalmente através de uma via secundária, como projeto meramente básico a ser executado em algum tempo no futuro. Há concordância do Ministério dos e, a partir daí, nós concedemos a outorga. Então, é assim que funciona. O nosso papel é nesse sentido. É de garantir o uso múltiplo da água, inclusive para a navegabi-

lidade, muito embora as questões de navegabilidade, como eu mencionei – dragagem, portos, localização, tudo isso –, seja uma definição de uma outra instituição que não a Agência Nacional de Águas. E somos cobrados nessa dimensão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Dr. Vicente, não seria, então, razoável que a ANA, quando concedesse a outorga para o empreendimento, exigisse, não solicitasse, mas exigisse a construção das eclusas? Ela é quem está dando a outorga, é quem está autorizando aquela ação no leito do rio; então, ao mesmo tempo...

O senhor tem razão: a Antaq é a agência que faz a regulamentação das hidrovias. Mas não estamos falando na regulamentação; estamos falando na construção, ou seja, durante a outorga do empreendimento é que deveria ser exigida a construção, por parte da ANA, da eclusa, já que ela também tem a questão das hidrovias como seu objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Dr. Vicente Andreu.

O SR. VICENTE ANDREU DE GUILLO – Bem, a exigência da construção é uma competência que hoje nós não temos. Eu sou favorável às hidrovias e depois eu gostaria de responder, porque acho que eu me coloquei mal sobre Tucuruí. Eu defendo as hidrovias, evidentemente. Agora, eu tenho que ficar como regulador. No âmbito das minhas competências, eu não posso extrapolar, nem tem a Agência Nacional de Águas a obrigação de determinar a construção. Eu não tenho nem a obrigação de determinar a construção do barramento; Eu autorizo ou não o barramento.

O setor elétrico, por exemplo, pediu-nos a outorga de diversos empreendimentos no Rio Paranaíba, no Maranhão, e nenhum deles foi construído até o momento – e a outorga foi dada.

Então, a Agência não tem a competência de determinar a sua execução, mas, sim, de autorizar a sua execução. A execução ou não depende do órgão que detém essa competência, senão nós estaríamos, vamos dizer assim, num patamar diferenciado.

É claro que nós, que defendemos as hidrovias, gostaríamos que as hidrovias fossem construídas concomitantemente com as hidrelétricas; o que ocorre é que tem sido feito um projeto que garanta, num futuro, a construção dessa eclusa, porém esse futuro não depende do setor elétrico, e, às vezes, o projeto de construção dessa eclusa é mais caro do que a própria construção do barramento da energia elétrica. Mas essa é uma questão que foge às nossas competências, como também, com toda a justiça – e também com o reconhecimento de uma ausência de planejamento –, o Brasil não dispõe – acho que está em vias de conclusão, ou, se foi concluído, é uma conclusão recente – do Plano Nacional de Transporte Aquaviário. Então, ficava muito difícil, fica muito difícil para nós, da Agência Nacional de Águas, exigir e dizer: "O senhor vai construir determinado empreendimento, então, o senhor tem que fazer este barramento aqui". Não, a exigência é: sobre qual é a necessidade de transporte, quem fornece esse dado é o Ministério dos Transportes; o projeto do setor elétrico tem que contemplar essa exigência do setor de transportes, e o setor de transportes tem que dar aval a essa exigência. E, infelizmente, o que tem acontecido é que o setor hidrelétrico, em todas as questões, acaba sendo preponderante do ponto de vista da tomada de decisão, e aí eu faço coro com os senhores, mas eu queria que os senhores entendessem – eu peço essa compreensão – as limitações da capacidade de gestão da Agência Nacional de Águas.

Não sei se complementei.

Com relação às questões de Tucuruí...

Primeiro eu queria dizer aos senhores também que, como cidadão brasileiro, eu acho uma grande perda de oportunidade para o Brasil a não construção de uma hidrovia que utilize todo o potencial do Brasil, que provavelmente é um dos maiores potenciais do mundo. Como o senhor mencionou, são 73 mil km; o meu dado era de um potencial de 40 mil km de vias navegáveis no Brasil, com um aproveitamento em torno de 4 mil km, o que é, sem dúvida alguma, ridículo, não só pelas questões econômicas, mas, permitam-me dizer, até pelas questões ambientais, uma vez que o transporte pela via aquaviária emite muito menos e tem um prejuízo ambiental infinitamente menor que outras vias, principalmente do transporte rodoviário.

Com relação a Tucuruí, quero reforçar que, na nossa opinião, um planejamento do setor elétrico deveria chegar com o mesmo nível de intensidade – e isso nós solicitamos –, de um lado, ao órgão responsável por transporte, para um planejamento adequado para essa construção – porque normalmente chega uma solicitação vaga; agora com o Brasil tendo um plano aquaviário isso será consolidado, mas chega uma solicitação muito genérica – e, ao mesmo tempo, uma oferta real de carga a ser transportada que viabilize economicamente, o que não há.

O senhor pode me dizer o seguinte: "O senhor ultrapassou a sua competência ao falar sobre a questão econômica". É verdade. Eu poderia dizer que não. A mim, como regulador, não cabe avaliar a questão

econômica. Agora, como regulador, que também tem a competência de olhar para as condições de atendimento das demandas públicas, não tem racionalidade econômica a construção de um trecho da hidrovia, porque, volto a dizer, nós estamos nos concentrando ao trecho do barramento – e ele, como foi demonstrado aqui, nem sempre é o trecho determinante para a construção do barramento – como sendo uma responsabilidade da Agência Nacional de Águas. Então nós tratamos do barramento; as questões envolvendo a hidrovia não contam.

Tucuruí, hoje, tem um aproveitamento infinitamente pequeno em função do que foi mencionado sobre a oferta de condições de navegabilidade. Mas isso não pode ser uma exigência imputada à Agência Nacional de Águas. A nossa competência está em solicitar dos usuários que as condições sejam aceitas e todos os empreendimentos hidrelétricos brasileiros foram feitos com o aceite dos diversos setores usuários, particularmente o setor de transporte.

Com relação à Hidrovia do Madeira, eu conheci o Madeira pelo lado das suas duas hidrelétricas, Santo Antônio e Jirau. Já fui ao local duas vezes, conheço as obras e nossa preocupação central, Senador, foi no sentido de garantir não só as condições operacionais do reservatório e a regularização da sua vazão – isso é detalhe –, mas a de ofertar uma solução a montante no conflito com a Bolívia. Foram todos critérios técnicos para que nós pudéssemos apresentar ao Governo brasileiro a sustentação para demonstrar ao povo boliviano que aquelas usinas hidrelétricas não provocavam e não provocam impacto em território boliviano.

O restante, com relação à hidrovia, eu vou pedir escusas, porque não tenho conhecimento para poder suportar esse debate. Mas, sem dúvida nenhuma, acredito que com as questões que o senhor apresenta e também com a possibilidade de transportes, seja do transporte de grãos do Centro-Oeste brasileiro seja de minérios, nós, como cidadãos, também somos absolutamente favoráveis de que essa via natural seja intensamente aproveitada. A nossa posição é de aproveitamento. Não temos uma posição por alguma razão contrária às hidrovias no Brasil; nós somos apoiadores não só das hidrovias – aqui é uma questão de infraestrutura, mas eu quero mencionar – como também defendemos a utilização da irrigação no Brasil, a ampliação da agricultura no Brasil através da irrigação, desde que, obviamente, essa ampliação seja feita onde a oferta de água seja suficiente para manter adequadamente a agricultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu indagaria a S. Exªs os Srs. Senadores se gostariam de fazer alguma consideração final, se estão satisfeitos com as respostas. (*Pausa.*)

Portanto, antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a participação de todos os telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado pela presença que tiveram, por intermédio das perguntas formuladas, e agradecer em especial o nosso convidado, Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, pela contribuição que trouxe ao debate extremamente frutífero realizado na manhã de hoje na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada imediatamente após o encerramento desta, com pauta deliberativa.

Agradeço também a S. Exª o Senador Ministro José Pimentel, Presidente da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca, autor do requerimento que solicitou o convite endereçado ao Sr. Dr. Vicente Andreu para aqui estar conosco na manhã de hoje.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.)

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 56ª REUNIÃO, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia treze de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Alfredo Nascimento, Humberto Costa, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Ruben Figueiró e Osvaldo Sobrinho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e propõe a dispensa de leitura das atas das 55ª e 56ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. **Item 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2012**, de autoria do Senador **Sérgio Souza**, que *"altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada*

para o acesso de pessoas com deficiência". Relatoria *Ad Hoc*: Senador **Flexa Ribeiro**. Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CI, pela rejeição da emenda substitutiva e pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CI. **Item 2 – REQUERIMENTO DA CI Nº 53 de 2013**, de autoria do Senador **Acir Gurgacz**, que requer *"nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre o licenciamento ambiental do "trecho do meio" (km 250 ao 655,7) da rodovia BR-319 – que liga Porto Velho/RO a Manaus/AM".* Fazem uso da palavra os Senadores Acir Gurgacz e Alfredo Nascimento. Resultado: aprovada a apresentação do requerimento pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza,

Secretário da Comissão, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 57ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 55ª e 56ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, de 2012
– Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as empresas que operem frotas de táxis com vinte ou mais veículos tenham ao menos cinco por cento da frota adaptada para o acesso de pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Relatoria: Senador José Pimentel (substituído por *ad hoc*)

Relatoria *ad hoc***:** Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela rejeição da Emenda Substitutiva e pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. Matéria constou das pautas das reuniões de 03/04, 10/04, 17/04 e 09/10/2013;

2. Em 27/03 o Senador José Pimentel apresentou relatório pela aprovação da matéria, com emendas;

3. Em 03/04, após a leitura do relatório pelo relator *ad hoc*, Senador Flexa Ribeiro, foi concedida vista coletiva da matéria;

4. Em 16/04 o Senador Wilder Morais apresentou Emenda Substitutiva;

5. Em 22/08 o Senador Flexa Ribeiro apresentou novo relatório, pela rejeição da Emenda Substitutiva e pela aprovação do projeto, com duas emendas;

6. Em 09/10 foi concedida vista da matéria ao Senador Wilder Morais.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, para proferir o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, o relatório já foi lido e está bem explicado aos Srs. Senadores que o projeto é importante, mas teria que teriam de ser aprovadas as emendas, porque ele determina sobre a frota de táxi, mas não fala em relação às cooperativas, para estender também às cooperativas.

A emenda que o Senador Wilder Morais apresentou não foi acatada, porque o Senador José Pimentel, no seu relatório original, já tinha uma ação mais abrangente.

Então, o parecer é pela rejeição da emenda substitutiva e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2012, com as emendas que estão no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 53, de 2013

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre o licenciamento ambiental do "trecho do meio" (km 250 ao 655,7)

da rodovia BR-319 – que liga Porto Velho/RO a Manaus/AM.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Observações:

Lido na reunião de 06/11/2013.

Coloco em discussão o requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Para discutir, S. Exª o Senador Acir Gurgacz, autor do requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a intenção e objetivo deste requerimento é informarmos à população brasileira qual é o andamento desses procedimentos que estão acontecendo – que, pelo menos, deveriam estar acontecendo – com relação à liberação e à autorização para que nós possamos ver acontecer a obra da restauração da BR-319, ligando Porto Velho a Manaus. É uma obra importante para todos nós e que já está paralisada há mais de dez anos. O DNIT já investiu, vamos dizer que gastou, aproximadamente R$90 milhões para o licenciamento desta obra e, até agora, ainda não temos o licenciamento.

Portanto, este pedido é para informar à população brasileira onde foi gasto esse valor e como anda o trabalho de licenciamento desta obra que é tão importante para o País, mas, principalmente, para nós do Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

Pela ordem, com a palavra S. Exª o Senador Ministro Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Presidente, o requerimento do Senador Acir vem ao encontro da expectativa que tem os amazonenses do cumprimento de promessa feita pelo Presidente Lula e pela Presidenta Dilma de conclusão da recuperação da BR-319. É uma rodovia que liga Manaus a Porto Velho e, portanto, liga Manaus ao resto do País e integra o nosso País de Norte a Sul; liga o Pacífico ao Atlântico, a construção ou a recuperação desses 400 quilômetros de rodovia.

Como Ministro dos Transportes, eu tive a oportunidade de contratar, ao longo dos três períodos em que lá estive, três estudos de impacto ambiental. Contratei o primeiro estudo com a Capes no Rio de Janeiro; depois, contratei uma empresa privada para a realização dos estudos; depois, contratei a Universidade do Amazonas e a Universidade Federal do Rio de Janeiro para, em conjunto, apresentarem o Rima. E, ao final, o Ibama disse que o estudo precisaria de novos levantamentos de fauna e flora. Já devem ter feito aproximadamente uns vinte estudos de fauna e flora lá nesse trecho da região, alegando que a recuperação dessa rodovia, que foi construída na década de 70 – graças aos militares, que tomaram a decisão de proteger e de interligar a Amazônia –, que esses estudos precisariam de novos complementos.

Eu estive, recentemente, com a Presidenta, há alguns meses, e ela prometeu – porque prometeu ao povo do Amazonas – que concluiria esta obra. E, pasme, Presidente, não será derrubada nenhuma nova árvore! A estrada existe, ela foi totalmente asfaltada ao longo dos seus 850 quilômetros. Ela está concluída nos seus extremos: há mais de 400 quilômetros de rodovia construída nos extremos – do km 0 ao km 250, saindo de Manaus – e uma etapa em Porto Velho, inclusive com a construção de uma grande ponte sobre o Rio Madeira, de mais de um quilômetro de extensão.

Então essa é uma decisão política. Essa história de que vão devastar a Amazônia ou de que ela vai ser ocupada ao ser recuperada essa rodovia, esse argumento é de pessoas que não conhecem a região, que nunca estiveram lá. Eu conheço a região, moro lá, transitei nessa rodovia. O Acir a conhece bem, já transitou na rodovia, já fez esse percurso todo. E, diferentemente do que esses ecologistas de plantão pensam, essa rodovia jamais será ocupada nas suas laterais, porque nesse trecho central, exatamente nesse trecho ao lado da rodovia, durante quatro meses, nós só temos água. A madeira que lá está não tem viabilidade econômica, porque sobrevive dentro d'água. É uma rodovia de charco que foi construída elevando o *grade* do terreno para que tivesse viabilidade e trafegabilidade ao longo do tempo.

É má vontade dos órgãos ambientais. E falta decisão política do governo para fazer a obra. Infelizmente é isso que está acontecendo.

Estive recentemente com a Presidenta Dilma, que se mostrou preocupada e interessada em encontrar uma solução. Espero em Deus, para que eu tenha paz e o povo do Amazonas se ligue ao resto do País, que a gente ganhe viabilidade econômica para transporte de produtos e de passageiros através dessa única ligação que nós temos com o resto do País. Eu pago uma conta muito alta lá no meu Estado por ter sido Ministro dos Transportes e não ter construído essa rodovia, porque o Presidente Lula lá esteve comigo e disse: "Está autorizada a rodovia. Agora depende do Alfredo, que é o Ministro dos Transportes". Eu saí de lá e não consegui o licenciamento ambiental.

Mas esse licenciamento ambiental tem que sair, ele tem que acontecer. Esse requerimento é fundamental para que se tenham essas informações. E esta Comissão de Infraestrutura tem que mostrar para o Governo, mostrar para o País que não é o que estão dizendo. Nós não vamos promover nenhum desmatamento, não teremos problemas lá em relação ao meio ambiente. Há proteção.

As exigências foram feitas com a implantação de unidades de conservação. Esse dinheiro gasto, de cerca de R$90 milhões, foi com a implantação de unidades de conservação que representam, em área territorial, a área territorial do segundo Município do Estado do Amazonas, que é o Município de Itaquatiara. Então é uma área quase do tamanho do Estado do Acre que está sendo preservada ao longo dessa rodovia. Foi proposto o cuidado dela pelo Exército brasileiro como área de segurança nacional. E o Exército administraria e controlaria essa rodovia, que teria os moldes das chamadas rodovias-parque. Então ela seria controlada, preservada, sem nenhuma possibilidade de invasão e de devastação da Amazônia.

Então, parabéns pelo requerimento. Contem comigo para isso e vamos brigar juntos. Com base nessas informações, Presidente, nós vamos buscar autorização para que essa rodovia seja finalmente recuperada. Não estamos falando em construir nada novo. Nós vamos recuperar uma rodovia que sofreu ao longo do tempo. Ela terá os seus extremos recuperados, sem o que a parte central da rodovia não tem trafegabilidade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado. Mais uma vez a S. Exª o Senador Ministro Alfredo Nascimento traz explicações para o esclarecimento de questões como essas, referentes ao Requerimento nº 53, apresentado por S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

Observação: o requerimento foi lido na reunião do dia 6 de novembro de 2013.

Coloco agora em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 53, desta Comissão, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença, mais uma vez, de todas as Srªs e Srs. Senadores e convoco nossa próxima reunião a ser realizada no dia 20 de novembro, quarta-feira, às 7h30 da manhã, neste plenário, com pauta deliberativa e audiência pública com o Ministro de Estado da Integração Nacional.

Será uma audiência pública, portanto, de muita importância para todos os integrantes desta Comissão, já que é um Ministério de muita capilaridade, com a presença do Sr. Ministro de Estado da Integração, Dr. Francisco José Coelho Teixeira, para tratar das recentes medidas legislativas de renegociação de dívidas de produtores rurais do Nordeste.

Mais uma vez agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 55 minutos.)

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 07 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia vinte de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Humberto Costa, José Pimentel, Ivo Cassol, Ruben Figueiró e Eduardo Suplicy.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Requerimentos nºs 55 e 56 de 2013-CI, de autoria do Senador Ruben Figueiró, e os Comunicados da Presidência**.** Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01 de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*", e ao **Requerimento nº 52 de**

2013-CI, de autoria do Senador **José Pimentel**, aprovado em 06 de novembro de 2013, que "*requer, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – CIPOSECA, para tratar das recentes medidas legislativas de renegociação de dívidas de produtores rurais do Nordeste, com os seguintes convidados: Exmo. Sr. Ministro da Integração Nacional Francisco José Coelho Teixeira e Sr. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, Vicente Andreu Guilho*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Francisco José Coelho Teixeira,** Ministro de Estado da Integração Nacional; e o Senador **José Pimentel**, Presidente da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **José Pimentel**, **Walter Pinheiro**, **Ruben Figueiró, Delcídio do Amaral** e **Eduardo Suplicy**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e vinte e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 58ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Leitura de requerimentos.

O primeiro deles:

Os episódios – lamentáveis diga-se – decorrentes de uma irracional política de transporte em nosso País, de origens conhecidas e muito debatidas nesta Comissão, tem causado enormes prejuízos à economia do agronegócio, principalmente no Centro-Oeste Brasileiro, região hoje indiscutivelmente o celeiro de grãos que, de modo absoluto, tem sustentado positivo o PIB nacional.

Para tentar esclarecer as dificuldades do escoamento de grãos ou seu aproveitamento "in loco", talvez fosse viável a implantação de usinas de aproveitamento energético no caso do milho (o produto mais prejudicado da atual safra) na sua transformação em etanol.

Para debater a questão no âmbito desta Comissão, requeiro, com fulcro no art. 58 § 2º da Constituição Federal, a realização de Audiência Pública conjunta das Comissões de Serviço de Infraestrutura (CI), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com as presenças de representantes do Ministério da Agricultura, Minas e Energia e das Confederações Nacional da Agricultura e da Indústria.

Autoria: Senador Ruben Figueiró.

Lido nesta reunião, o requerimento irá à deliberação do Plenário na próxima reunião.

O segundo requerimento, também de autoria de S. Exª, o Senador Ruben Figueiró, vazado nos seguintes termos:

Por certo, um dos gargalos que impedem o desenvolvimento da economia nacional está justamente na ausência de uma racional logística do sistema de transporte no sentido de implantação de vias fluviais e terrestres, assunto tão focalizado por esta Comissão.

Por este instrumento regimental, estamentado no art. 58, § 2º da Constituição Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, com convite para a Comissão de Relações Exteriores – CRE, Audiência Pública para debater a viabilidade da implantação definitiva da chamada Rota Bi-Oceânica, que interligaria o oceano Atlântico ao Pacífico, com a cooperação estratégica dos governos da República do Paraguai, da Argentina e do Chile.

De início me permito sugerir as pessoas do Governador de Mato Grosso do Sul, Sr. André Puccinelli; do ex-governador do Estado Mato Grosso do Sul, Sr. José Orcírio Miranda dos Santos; do Prefeito de Porto Murtinho-MS, Dr. Heitor Miranda dos Santos; que, pelo trato que têm no estudo da Bi-Oceânica, muito contribuiriam para o esclarecimento do assunto para esta Comissão.

Também, seria importante convite a representações do Ministério dos Transportes e Ministério das Relações Exteriores, que marcariam a posição do Governo em relação ao tema.

Autoria: Senador Ruben Figueiró.

Como disse, também é de autoria este requerimento de S. Exª, o Senador Ruben Figueiró.

Lido o requerimento, será colocado à deliberação deste Plenário na nossa próxima reunião.

Comunicados.

Conselho Nacional de Secretários de Transportes.

A Presidência comunica o recebimento de convite formulado pelo Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Transportes (Consetrans), e Secretário de Transportes do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Júlio Lopes, para participação de um representante da Comissão de Serviços de Infraestrutura na 13ª reunião do Conselho, a ser realizada hoje, 20 de novembro, a partir das 9 horas e 30 minutos, no Salão Nobre do Ministério das Comunicações e Transportes, localizado no subsolo do Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios.

Observamos que o Conselho Nacional de Secretários de Transportes é um colegiado integrado pelos titulares das Secretarias de Transportes, ou equivalentes, dos Estados e do Distrito Federal, e que, de acordo com o estatuto do Conselho, a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal tem o direito de indicar àquele Colegiado um membro honorário.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que fica designado S. Exª o Senador Acir Gurgacz como representante desta Comissão de Serviços de Infraestrutura na referida reunião.

Cópia do convite e maiores detalhes sobre a reunião podem ser obtidos pelas Srªs e Srs. Senadores junto à Secretaria desta Comissão.

O segundo comunicado é sobre a Conferência Nacional das Cidades.

Comunico o recebimento de convite, formulado pelo Sr. Ministro de Estado das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, e dirigido a todas as Senhoras e Senhores Senadores membros desta Comissão, para participação na Cerimônia de Abertura da 5ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada hoje, dia 20 de novembro, às 19 horas, no Auditório Master do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, nesta Capital.

Cópia do convite e detalhes sobre os procedimentos de confirmação de presença podem ser obtidos junto à Secretaria da Comissão.

O terceiro comunicado é um aviso do Tribunal de Contas da União.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1738-GP-TCU, de autoria do Ministro Aroldo Cedraz, Vice-Presidente no Exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de acórdão proferido nos autos do processo nº TC 033.616/2011-6, que trata de relatório de consolidação das auditorias para aferição de qualidade de obras públicas recém-concluídas (acompanhamento Fiscobras/2012). Acompanham o acórdão cópias do relatório e do voto que o fundamentam.

Na forma do Ato nº3-CI, de 2012, o aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição das Senhoras e Senhores Senadores na Secretaria da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O quarto comunicado é sobre o 6º Ciclo de Audiências, relato do 1º Painel.

Em continuidade ao ciclo de audiências públicas, demos continuidade, na quarta-feira, dia 13 de novembro, ao 1º painel do tema "Água: Gerenciamento e Utilização", com a participação do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas, Sr. Vicente Andreu Guillo.

A agenda da água, muito embora relevante e de alta sensibilidade para a população, não é priorizada pelos tomadores de decisões deste País, afirmou o Sr. Guillo.

Com 1,6 milhão de quilômetros lineares de rios, o Brasil possui cerca de 18% da água doce superficial do mundo, e somente o Rio Amazonas é responsável por quase 50% da água que chega aos oceanos. Em contrapartida, com quase 50 milhões de pessoas, temos um dos semiáridos mais populosos e, com 85% da população vivendo em cidades, sendo 60% delas em regiões metropolitanas. Sendo assim, o Brasil é um dos países com maior nível de urbanização de todo o Planeta. Embora esteja no planalto, em uma região onde a quantidade de água não é pequena, em termos técnicos, São Paulo apresenta uma das piores disponibilidades hídricas mundiais, disse o Sr. Guillo.

Nossa legislação de águas é relativamente nova e reconhecidamente avançada e, embora ostente o mérito de estabelecer a sua gestão de forma descentralizada e participativa, buscando sempre o fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas, é, ao mesmo tempo, complexa e indutora de um sistema, afirmou ele. Por não ser fruto de uma cultura e de procedimentos já existentes, é uma legislação idealista, que tem dificuldades de implementação e de regionalização.

Ela se aplica perfeitamente bem a algumas regiões brasileiras, como a Região Sudeste, onde é possível se constituir comitês de bacias hidrográficas, mas tem grandes limitações para aplicação na Região Amazônica, com seus quatro milhões de quilômetros quadrados, ou no Semiárido, onde os rios são intermitentes.

Existe na legislação um instrumento importantíssimo, segundo o Sr. Guillo, que se chama "cobrança pelo uso da água". São os próprios usuários da bacia que definem seu valor, que recebem integralmente esse valor e o aplicam na sua bacia hidrográfica. No entanto, a sua implementação no território nacional é dificílima, pois há uma indisposição a esse instrumento, sob alegação de aumento do custo da implementação de indústrias ou até mesmo de inviabilizar a agricultura irrigada no País.

Essa cobrança foi inspirada não só para ser um elemento didático, visando ao uso racional da água, mas também para dar valor econômico à sua escassez. Sua aplicação, no entanto, tem limitações, seja pela abundância em determinadas regiões como a Amazônia, seja pela extrema escassez e pobreza em outras regiões, a exemplo do Nordeste brasileiro, onde, paradoxalmente, os mais pobres deveriam pagar mais, considerou ele.

Há grande fragilidade na regulação dos recursos hídricos dos Estados, pois esta é tomada apenas como

instrumento complementar da legislação ambiental, o que não é verdade, asseverou o palestrante. Estados importantes da Federação têm apenas um ou dois servidores trabalhando com a regulação de recursos hídricos.

E a legislação de recursos hídricos pressupõe o uso múltiplo e sustentável, diferentemente da legislação ambiental, em que muitas vezes há predominância da preservação e conservação, gerando, muitas vezes, um conflito difícil de ser superado. Exemplo disso é a Usina de Belo Monte que, do ponto de vista de oferta hídrica, é absolutamente viável, inclusive com mais capacidade energética e mais reserva de água, mas a opção teve limitações subordinadas à lógica ambiental, disse o Sr. Guillo.

A questão central, ainda mais quando passamos a trabalhar com um grande nível de incerteza em relação à disponibilidade futura de água, é o conceito de segurança hídrica: capacidade de oferecer água em quantidade e qualidade com vistas aos seus usos múltiplos: alimentação, abastecimento, agricultura, energia etc.

Essa incerteza nos leva à conclusão absolutamente óbvia, segundo ele, de que a população precisa criar infraestruturas capazes de, nos períodos de chuva, criar condições de armazenar as grandes ondas de cheias no sentido de minimizar os seus impactos, e, nos períodos de seca, garantir a oferta de água para atravessá-los.

Em primeiro lugar, disse ele, pensar na garantia, evitar catástrofes, inclusive econômicas. Depois, podemos agregar a essas infraestruturas outras questões, como geração de energia elétrica, navegação, o que é natural e seria irracional não fazê-lo. No Brasil, quando se fala em reservatório, há uma tendência do movimento ambiental de pensar em energia elétrica, o que não é verdade. Os reservatórios do Semiárido são voltados, basicamente, para abastecimento e irrigação.

O Brasil tem um volume de água relativamente significativo, disse o Sr. Guillo, em grandes reservatórios de hidrelétricas, porém é muito menor do que têm alguns países desenvolvidos. Enquanto os Estados Unidos têm mais de mil dias de reservação, no Brasil são apenas 43 dias de deflúvio, caindo para menos de uma semana se tirarmos os reservatórios de energia elétrica, que, em sua maioria, estão distantes dos centros urbanos, o que é algo extremamente sensível.

A grande política com o objetivo de dotar o País de segurança hídrica é retomar a construção de reservatórios, com foco na oferta e na garantia de suprimento de água, mas voltados, também, aos usos múltiplos. O Brasil tem, principalmente no Semiárido, uma rede razoável de adutoras, que também precisam ser ampliadas tanto na capacidade como na espacialidade de oferta de água.

Nesse contexto, é de importância estratégica a Transposição do São Francisco, oferecendo segurança hídrica a regiões importantes do Brasil. A obra é necessária e os impactos que o Rio São Francisco sofre não são significativamente agravados por ela, afirmou o palestrante. A simples construção do canal e a sua operação, contudo, não resolverão os problemas, se os Estados não tomarem as medidas necessárias para que a água chegue efetivamente onde precisa chegar, ou seja, as adutoras do sertão pernambucano precisam ser feitas, asseverou ele.

Conflitos significativos pelo uso da água, como o que envolve a região metropolitana de São Paulo e a região da Bacia do Piracicaba, e mesmo o canal do Rio São Francisco, começam a surgir no País. É importante que a gestão de águas seja cada vez mais eficiente e que a água assuma um papel preponderante na definição das políticas públicas no Brasil, concluiu o Sr. Guillo.

Respondendo a questionamentos, o palestrante considerou que, embora as experiências no Brasil sejam pequenas, a questão do reuso da água é fundamental, devendo-se investir maciçamente nessa direção. Água poluída é uma água que não existe, disse ele, e sua utilização, seja diretamente na agricultura – levando consigo nutrientes de esgotos –, seja na indústria, representa quantidade não retirada de reservatórios e disponibilizada para a população.

A questão do *shale gas* – gás de xisto ou de folhelho, que é o termo correto – é muito delicada, disse ele, porque as águas subterrâneas são dos Estados e o licenciamento, dada a sua amplitude e as competências que hoje tem o Ibama, será feito Estado por Estado. A política de energia é nacional, mas políticas estaduais é que vão medir e constatar os impactos locais. Para que os Estados possam fazer adequadamente a regulação dessa exploração, é fundamental o fortalecimento dos órgãos gestores de recursos hídricos, pois, além de problemas de contaminação do lençol, há grande potencial de impacto ambiental por ser uma tecnologia intensiva em poços, complementou o palestrante.

Cada empreendimento, como o Canal do São Francisco, necessita, além das obras físicas, de um órgão gestor, que vai operar e manter o canal adequadamente. À ANA – Agência Nacional de Águas – cabe regular o acesso à água e verificar se as condições de operação do reservatório estão de acordo com a outorga, seja na quantidade, seja no tempo. Infelizmente não há, até o momento, uma decisão formal sobre a

constituição desse órgão gestor de recursos hídricos, informou o Sr. Guillo.

Somos completamente favoráveis à construção de hidrovias e consideramos um desperdício o Brasil, podendo ter mais de 40 mil quilômetros de rios navegáveis, dispor efetivamente de apenas 10% disso, afirmou ele. Faz-se necessária uma política conjunta de construção de eclusas, pois não basta pensar o empreendimento apenas no âmbito do barramento, mas tem de se pensar na hidrovia como um todo, inclusive com política de cargas e construção de portos, argumentou o palestrante.

A ANA autoriza, mas não tem a competência de determinar a execução de eclusas, explicou ele. Sempre que há um barramento, nós consultamos o Ministério dos Transportes a respeito da necessidade de transporte e o projeto do setor elétrico tem que contemplar essa exigência. Infelizmente, o que tem acontecido é que o setor hidrelétrico, que tem gestão prioritária das águas em todo o território brasileiro em todas as questões, acaba sendo preponderante na tomada de decisão, atestou o Sr. Guillo.

O que ocorre é que tem sido feito um projeto que garanta, num futuro, a construção dessa eclusa, porém esse futuro não depende do setor elétrico, e, às vezes, o projeto de construção dessa eclusa é mais caro do que a própria construção do barramento. O Brasil não dispunha de um Plano Nacional de Transporte Aquaviário, dificultando, por parte da ANA, exigir qualquer tipo de intervenção nesse sentido, lamentou ele.

Quanto à hidrovia Tietê-Paraná, ocorrem dois problemas, afirmou ele: as eclusas foram construídas com a perspectiva de que o avanço econômico permitiria o transporte de comboios maiores através dessas eclusas, mas essa adaptação é um problema técnico relevante.

O segundo problema é o assoreamento existente nos reservatórios, impactando a água disponível para geração de energia elétrica e criando a necessidade de redefinir os trechos navegáveis.

Duas soluções estruturantes são visualizadas: a readequação dos reservatórios em termos de disponibilidade hídrica, o que seria muito intenso em capital, ou a construção de uma nova barragem, que seria a primeira na calha do rio com essa finalidade, ampliando, inclusive, a hidrovia Tietê-Paraná, concluiu o Sr. Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas.

Quinto comunicado: panorama econômico internacional.

A América do Sul vive dois acontecimentos marcantes. De um lado, a eleição presidencial no Chile e, de outro, a deterioração da situação da Venezuela, com falta de produtos de consumo, com alta inflação e com a prisão de empresários pelo governo.

No Chile, ao contrário do que previam os institutos de pesquisa, não foi vitoriosa a ex-Presidente Michelle Bachelet, de tendência socialista, que já havia governado no período de 2006 a 2010. A decisão fica para o segundo turno, em disputa de Bachelet contra Evelyn Matthei, candidata situada à direita no espectro político chileno. No pleito, presidencial e parlamentar, do dia 17 de novembro último, no qual o voto foi facultativo, registrou-se grande abstenção. Apesar de os meios de comunicação terem dado ênfase ao fato de as duas principais candidatas serem filhas de generais que, no governo Pinochet, estavam em campos ideológicos opostos, a eleição tem significado que transcende a diferença doutrinária.

Qualquer que seja o resultado final no próximo turno ficará evidente o alto nível de consolidação democrática chilena e a cristalização de um modelo econômico que tem tido êxito. O Chile adotou política econômica sólida, com muita responsabilidade fiscal e ênfase no comércio exterior, responsável por um terço do Produto Interno Bruto. No período que vai de 2003 ao ano passado, a economia chilena cresceu a taxas de aproximadamente 5%, e o PIB deste ano deve ser superior a 4%. A renda *per capita* está no alto dos índices sul-americanos, atingindo mais de US$17.500.

Deve-se registrar que o Chile fez opção por abertura internacional da economia por meio de acordos de livre comércio. Desde 2004, tem tratado comercial com os Estados Unidos e atualmente participa das negociações da Trans-Pacific Partnership. Ademais, é membro da Aliança do Pacífico, criada em 2012, com a Colômbia, o México e o Peru. Esse espaço de comércio rivaliza com as dimensões do Mercosul. O país também tem acordos de comércio com a União Europeia e o próprio Mercosul. Os tratados do Chile na área do comércio exterior englobam mais de 60 países, incluindo a China, a Índia e a Coreia do Sul.

A orientação de livre mercado e a diversificação da produção do país têm dado contribuição importante para o dinamismo e a solidez de sua economia, que conseguiu ultrapassar bem a crise de 2008. Para combater a crise, o governo chileno utilizou-se de estímulos financeiros e recorreu a seus fundos soberanos. Além do bom senso na condução da economia, o governo tem incentivado os investimentos em infraestrutura, inclusive de transporte de cargas e urbano, adotando o sistema de concessões.

Na Venezuela, que tem 95% de dependência de exportação de um único produto, o petróleo, assiste-se a uma deterioração econômica radical. O governo tem aumentado o controle estatal da economia e as nacio-

nalizações de empresas. No espírito do "socialismo do século 21" inaugurado no período Chávez, procura combater a inflação com o controle de preços, inclusive *manu militari*, por meio da ocupação de empresas e centros comerciais, conforme é noticiado diariamente. Há falta de bens de consumo, a que se tem reagido com importações emergenciais. A inflação, em dados não oficiais, estaria acima de 50%. Além do controle de preços, o governo venezuelano determinou, na semana passada, a prisão de mais de cem empresários, acusados de manipulação de preços.

O Presidente Maduro luta para obter poderes mais abrangentes por meio da chamada Lei Habilitante, já aprovada em primeira fase pelo Congresso, e, ontem, foi aprovada em segundo turno. Portanto, aprovada em caráter definitivo pelo período de um ano, a Lei Habilitante dará direito ao Sr. Presidente de governar por meio de decretos. A aproximação das eleições municipais, em 8 de dezembro, incentiva a adoção de medidas de repercussão popular.

Acresce a este quadro a existência de problemas graves de fornecimento de energia elétrica, resultado do descaso nos investimentos em infraestrutura. Por outro lado, o controle de divisas aumentou para mais de dez vezes a diferença entre o dólar oficial e o vendido no mercado paralelo. Esse controle tem sido objeto de reclamação por parte de empresas multinacionais e por empresas brasileiras. Embora não se possa falar em falência do país, que tem uma das maiores reservas mundiais de petróleo, é inegável a gravidade da crise econômica.

Em termos mais abrangentes, a situação internacional registra dois acontecimentos significativos, cujas consequências alcançarão a América do Sul. Realizou-se a reunião plenária do Partido Comunista Chinês sobre reformas, e a audiência no Senado dos Estados Unidos para a indicação da nova presidente do FED, o banco central americano.

A reunião do plenum do Comitê Central do Partido Comunista chancelou o processo de mudanças econômicas empreendido pelo governo chinês. Como é tradicional, o encontro deu-se a portas fechadas, mas desta feita, os resultados foram objeto de comunicação pública imediata. A China dará ênfase aos mecanismos de mercado; reformará, liberalizando, o regime de uso da terra; diminuirá as restrições à natalidade; eliminará o programa de reeducação por trabalhos forçados, e dará continuidade à criação de zonas econômicas especiais. O destaque para a liberdade de mercado provocará resistência dos dirigentes das empresas estatais e a classe média resistirá a benefícios para as novas levas de migrantes rurais.

A melhoria das condições de vida da população chinesa, que advirá dos estímulos ao consumo interno em detrimento das exportações e dos investimentos em infraestrutura, terá reflexos na economia internacional. As importações chinesas passarão a estar em consonância com a passagem da ênfase exportadora para o modelo de privilegiar o consumo interno. Ou seja, a China importará mais produtos de consumo, bem como as commodities adequadas à fabricação desses produtos. Uma importante questão diz respeito à capacidade de o Partido Comunista Chinês conseguir manter seu domínio político, ao mesmo tempo em que estimula maior liberdade econômica.

No seu depoimento no Senado americano, Janet Yellen, indicada para a presidência do Federal Reserve, manifestou-se favorável a esperar dados mais fortes sobre a economia dos Estados Unidos para iniciar o processo de tapering, a diminuição dos estímulos financeiros. Os mercados bursáteis internacionais, os mercados das bolsas de valores, reagiram positivamente, com fortes altas, às declarações da futura titular da autoridade monetária dos Estados Unidos. No entanto, a diminuição dos estímulos poderá vir já no primeiro trimestre do próximo ano, acarretando menor liquidez internacional e maiores juros. Países com melhor situação fiscal e cambial, com melhor infraestrutura e competitividade no comércio internacional, a exemplo do Chile, estarão em posição muito mais confortável do que países como a Venezuela e mesmo o Brasil.

O último comunicado:

Notícias e Panorama da infraestrutura na palavra de especialistas

Lançado em 2004 como solução para viabilizar grandes investimentos em infraestrutura no país, o modelo de Parcerias Público-Privadas (PPP) não conseguiu atender às expectativas e vingou em poucas unidades da Federação. O modelo prevê que empresas privadas realizem obras ou prestem serviços e sejam remuneradas pelo Poder Público.

Estudo realizado pelo Centro de Pesquisa do Insper (Instituto de Pesquisa e Ensino) revela que das 177 iniciativas desse tipo de parceria surgidas desde o início da lei, apenas 19 tiveram contratos assinados e 11 estavam em operação até fevereiro deste ano. Desses 19 contratos, cinco são para estádios da Copa do Mundo e, dos 11 projetos em operação, três também são de estádios.

Segundo Rogério Thamer, um dos autores do estudo junto com o Professor do Insper, Sérgio Lazzarini, "o número de contratos assinados é baixo devido aos entraves da burocracia governamental, pois o modelo PPP é complexo e exige um tempo de maturação."

Na avaliação do Prof. Lazzarini, esses entraves institucionais causam uma percepção de incerteza por parte do investidor. Nos projetos de PPP, é maior a divisão de riscos, pois o Governo também banca o risco da demanda pelo serviço e há uma limitação dos recursos dos governos nas diversas esferas. O modelo de concessões, por outro lado, prevê algum tipo de cobrança de tarifa do usuário que ajuda no pagamento da iniciativa privada.

Entre as áreas contempladas nas 177 iniciativas de PPP, o setor de transportes e logística recebeu 67 projetos, seguido por 47 de infraestrutura social, 36 de infraestrutura básica e 27 de equipamentos públicos. Apesar de vários estados e prefeituras terem se manifestado a favor do mecanismo, quando de seu lançamento, as iniciativas dos projetos de PPP se concentram em poucos estados.

O levantamento do Centro de Pesquisa do Insper mostra que São Paulo, com 45 projetos, Minas Gerais, com 18, e Pernambuco, com 17, lideram a lista de projetos desde 2004 até o início deste ano. Esses estados têm uma agência governamental especializada no modelo PPP, além de boa saúde financeira, e por isso são considerados mais seguros pela iniciativa privada.

O Presidente da Inter.B – Consultoria Internacional de Negócios, Claudio Frischtak, afirma que a relação entre o investimento em infraestrutura e o PIB, no Brasil, deveria ser de 4 a 4,5%, mas deverá ficar em apenas 2,45% – é interessante a precisão com que eles prognosticam – neste ano.

Na sua opinião, um dos fatores que explicam o baixo investimento em infraestrutura e em PPP é a falta de tradição do País em produzir bons projetos executivos. Para ele, não há como estruturar uma parceria público-privada sem um projeto de qualidade. Às vezes, segundo o consultor, não se sabe quanto custará o projeto nem quais serão os riscos e como eles serão divididos.

Para Claudio Frischtak, "temos um país que fez progresso na área fiscal, mas está desfazendo esse progresso. E a lei das PPP exige uma disciplina fiscal que nem todos os estados e municípios são capazes de implementar." – se isso é verdade.

O Estado de São Paulo tem alta receita corrente líquida e forte capacidade de investimento. Já Minas Gerais e Pernambuco são Estados que passaram por reformas administrativas recentes, e Minas já realizou plano de ajuste fiscal.

Quanto aos leilões programados pelo Governo, no terceiro leilão de linhas de transmissão realizado neste ano pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as estatais do setor elétrico arremataram seis dos dez lotes licitados, que exigirão investimentos de cerca de R$3,6 bilhões. Ao todo, 13 lotes compostos de linhas e subestações foram ofertados, mas três deles não tiveram lances.

Esse leilão caracterizou-se por deságios considerados baixos – de 7,55% na média – mas, segundo o diretor da Aneel, Edvaldo Santana, "essa é uma tendência natural que deverá ocorrer daqui em diante, pois as novas linhas de transmissão são mais difíceis de serem erguidas, o que aumenta o risco e eleva o custo dos investimentos."

Quanto aos trechos de transmissão que não tiveram ofertas, o diretor da Aneel informou que a Agência fará ajustes para nova licitação desses lotes no próximo ano, como elevar a receita para os investidores e os prazos para desenvolvimento do projeto, dentre outras medidas a serem anunciadas.

No setor da energia eólica e solar, o 17º Leilão A-3, realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, viabilizou 39 projetos que somam 876,6 megawatts em potência instalada. Esse foi o primeiro certame aberto para usinas de geração solar, mas predominaram os projetos de energia eólica.

Os projetos contratados estão distribuídos pelos Estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Piauí e Rio Grande do Sul e segundo previsão do Governo deverão ficar prontos até janeiro de 2016.

No setor aeroportuário, cinco consórcios inscreveram-se, nessa segunda-feira, para disputar os leilões de concessão dos aeroportos do Galeão, no Rio, e de Confins, em Belo Horizonte, Minas Gerais, a realizar-se na próxima sexta-feira, dia 22.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) deve divulgar amanhã os nomes dos consórcios classificados. Segundo o edital, o Galeão terá lance mínimo de R$4,8 bilhões e Confins de R$1,09 bilhão. Os investimentos contratados para o período de concessão de até 30 anos serão de R$5,7 bilhões no terminal fluminense e de R$3,5 bilhões no terminal mineiro.

A Ministra-Chefe da Casa Civil, Srª Gleisi Hoffmann, afirmou que as privatizações dos aeroportos devem atrair mais investidores que as de rodovias. Ela destacou que os leilões de estradas foram marcados para depois da segunda rodada de terminais aéreos justamente para que os mesmos grupos possam atuar nos dois processos. Os ganhadores vão avaliar se têm condições de participar dos leilões de rodovias. Quem perder, certamente vai continuar na disputa pelas estradas, disse a Ministra.

Por outro lado, o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro ajuizou ação civil pública para suspender o leilão do Galeão. Os procuradores querem que a Anac detalhe, no edital, todas as intervenções necessárias à garantia da segurança. A Advocacia-Geral da União

informou que vai defender a posição do Governo contra qualquer ação movida na justiça.

O Governo também definiu mais uma licitação do pacote de concessões rodoviárias referente ao trecho da BR-163, em Mato Grosso do Sul, que deverá ser leiloado em 17 de dezembro deste ano e prevê a execução de serviços de duplicação, recuperação, manutenção, conservação, operação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de 847,2 quilômetros da estrada.

O Governo pretende também realizar mais quatro leilões de concessão de rodovias federais até o final deste ano. No próximo dia 27, está prevista a licitação do treco da BR-163, que corta o Estado do Mato Grosso. Em 4 de dezembro, será licitado o lote de trechos das BR-060, BR-153 e BR-262, que passam pelo Distrito Federal e pelos Estados de Goiás e Minas Gerais.

Devido aos resultados frustrantes na disputa pela BR-262, em setembro último, quando não houve interessados, o Palácio do Planalto promoveu revisões no cronograma de privatização de estradas.

Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, gostaria, como sempre, de informar aos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado que todos poderão participar dos nossos debates, das nossas audiências públicas, com seus comentários, com as suas perguntas. Para isso, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800 61 22 11, ou enviar sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook, ou pelo twitter@alosenado. E gostaria também, aproveitando este momento, de agradecer a participação de todos os internautas e todos aqueles que durante as nossas audiências têm participado com tanto interesse desses debates.

A presente reunião, portanto, destina-se à realização de audiência pública sobre as políticas, programas e ações do Ministério da Integração, em especial os destinados à preparação para as secas, 2º Painel do Ciclo sobre Água, parte integrante da Agenda 2013/2014, investimento e gestão, Desatando o Nó Logístico do País, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para falar sobre tão importante tema, convido S. Exª, o Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Dr. Francisco José Coelho Teixeira, para que tome assento à mesa, desejando-lhe as melhores boas-vindas por parte dos integrantes desta Comissão. (*Pausa.*)

Observo que em atendimento ao Requerimento nº 52, de 2013, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, de autoria de S. Exª, o Senador Ministro José Pimentel, a presente audiência será realizada com a participação da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – Ciposeca.

Sr. Ministro, seja, mais uma vez, muito bem-vindo.

É com satisfação que o recebemos, na manhã de hoje, nesta Comissão.

Passo a V. Exª a palavra, para a sua exposição.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Quero cumprimentar o Senador Fernando Collor, agradecer a oportunidade de estar aqui presente para expor algumas ações que o Ministério da Integração Nacional vem desenvolvendo, não só no Nordeste brasileiro, no Semiárido, que sofre uma das maiores secas da sua história, mas também outras ações que nós desenvolvemos em todo território brasileiro no que se refere à ampliação da infraestrutura hídrica. É um prazer estar presente nesta Casa e dou um bom dia a todos os presentes.

Senador e demais Senadores que assistem a esta reunião, eu vou iniciar a palestra, a apresentação, falando um pouco das ações que o Ministério da Integração desenvolve quanto ao tema água.

O Ministério tem passado por uma grande transformação, nos últimos três anos, porque tem trabalhado não só na parte da ampliação da chamada grande infraestrutura hídrica do Brasil, especialmente do Nordeste brasileiro, que atende os múltiplos usos da nossa população, usos para atividade de irrigação, atividade industrial, atendimento das populações dos centros urbanos, mas também no atendimento da população rural difusa.

Então, nós temos desde o Programa Água para Todos, que atende à população rural difusa, especialmente no Nordeste brasileiro, mas também expandido para outras regiões do Brasil, como a Amazônia e o próprio Centro-Oeste, com a construção de cisternas, de poços, sistemas simplificados de abastecimento de água, mas também trabalhamos com a implantação de adutoras, para atendimento de sedes municipais, distritos, construção de barragens que servem de fonte hídrica dessas adutoras e também grandes eixos de transferência de água.

Com o advento do projeto de integração do São Francisco com as bacias Nordeste setentrional, nós entramos numa fase de trabalhar grandes eixos de transferência de água, ampliando a infraestrutura hídrica, especialmente do Nordeste, para múltiplos usos da água.

Como vou mostrar aqui, nós temos grandes obras sendo construídas nessa área.

Agora, eu começo a apresentação falando, também, de uma inovação, que é a nossa Secretaria de Infraestrutura Hídrica, que é uma das cinco Secretarias do Ministério da Integração – e é a responsável –, é a que tem, como eu diria, diretriz básica e seu objetivo maior é ampliar a infraestrutura hídrica do Brasil.

Como secretário que ainda sou – e estou respondendo, interinamente, pelo Ministério da Integração –, não consigo enxergar-nos trabalhando distantes da Agência Nacional de Águas, porque nós temos duas formas de garantir água para os diversos usos, para qualquer população em qualquer parte do mundo.

Senador Pimentel, é um prazer.

As duas formas, portanto, de garantir água seriam a ampliação da infraestrutura hídrica e uma boa gestão dessas águas, transferidas e armazenadas por essa infraestrutura hídrica. Com isso, nós, em discussão com a Agência Nacional de Águas, criamos o Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica, aquele que, para se ter uma visão mais abrangente e dentro de uma parceria de financiamento do Banco Mundial, estamos chamando de Plano Nacional de Segurança Hídrica.

Esse é um trabalho que deveremos contratar até dezembro. Uma equipe de planejadores da Agência Nacional de Águas, integrada com a equipe da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração, trabalhou esse termo de referência e, em breve, vamos contratar esse plano, que já está em processo de licitação.

Qual é a nossa intenção? Que, no futuro – e o futuro a que me refiro é para o ano, quando nós formos trabalhar, em nível do Governo Federal, o PAC 3 –, a gente não fique só esperando que os Estados e Municípios tragam as suas demandas de infraestruturas hídricas de maior parte e que a gente vá colocando-as, no âmbito do PAC, de forma pontual. A nossa intenção é que, já no PAC 3, tenhamos um elenco de ações discutidas com os Governos estaduais.

Vamos visitar, com a equipe da Agência Nacional de Águas e essa equipe da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, os 27 Estados brasileiros para discutir com os Governos estaduais, com a equipe de técnicos que representa a inteligência em recursos hídricos dos Governos estaduais, quais são as ações estruturantes em que aqueles Governos pretendem, intencionam o apoio do Governo Federal para poder resolver o problema de água para seus mais diversos usos.

Claro que simplesmente grandes infraestruturas não resolvem todo o problema da água, porque a questão da água, especialmente no Semiárido, só se resolve trabalhando diversas ações em diversos níveis e dentro do caráter de complementariedade. Por isso digo que o Ministério trabalha desde apoiando a construção de cisternas, de barragens subterrâneas e de poços até um eixo de transferência hídrica, com o projeto de integração do São Francisco.

Mas esse plano é fundamental para a gente ter o estado da arte da necessidade de infraestrutura hídrica no Brasil. Temos plano no setor de energia, já há o Plano Nacional de Saneamento Básico, a ANA, com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), tem um plano de recursos hídricos dentro da visão de gestão, e nós precisamos desse Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica para trabalhar a ampliação da infraestrutura hídrica.

Qual é objetivo desse plano? Como eu já falei, buscar segurança hídrica. Todo mundo sabe que hoje praticamente de 80% a 85% da população brasileira são urbana e, quando o País se urbaniza – e o Nordeste brasileiro hoje também é urbano; não é rural –, é preciso uma infraestrutura hídrica mais complexa para atender a esses centros urbanos.

A seca que estamos vivenciando hoje, se perdurar para o ano... E as previsões não são muito boas. Na última reunião que tivemos na semana passada com os órgãos de metereologia, com os especialistas em metereologia, fomos informados de que a temperatura do Pacífico está subindo. Ou seja, o Pacífico, em outubro, estava neutro, nem frio, nem quente, mas, em novembro, começou a aquecer. Quando isso acontece, a inércia é muito grande, e ele não volta a ficar frio ou neutro da noite para o dia, havendo uma tendência a ocorrer o El Niño. Não se caracteriza ainda o El Niño, que, se for estabelecido, provoca a ocorrência de chuvas na costa do Peru e no Sul e no Sudeste brasileiros e seca no Nordeste. Isso não é definitivo.

Dependemos também das condições do Atlântico: o Atlântico sul estar quente, aquecido e o Atlântico norte estar frio para termos o dipolo do Atlântico favorável. Temos de ter essas duas condições para ter chuva especialmente no sertão nordestino. Essas condições não são muito favoráveis, embora a gente só vá ter uma referência melhor, uma tendência melhor em janeiro.

Nós temos dois períodos de chuvas no Nordeste, especialmente no sertão: a pré-estação, que se iniciará agora, já está para se iniciar, no final de novembro, dezembro, janeiro, vai até 15 de fevereiro; e as chuvas mais intensas em março, abril e maio. Então, precisamos dessas condições para ter chuvas mais intensas na chamada quadra principal

A pré-estação é de difícil previsibilidade. Podemos ter chuvas, podemos ter alguns reservatórios que, de repente, recebam alguma recarga, mas nós estamos preocupados e trabalhando intensamente com todas essas ações, desde atendimento à população rural difusa, mas já preocupados com centros urbanos, porque para o ano poderemos ter cidades que venham a ter colapso de água, coisa que não temos ainda.

Temos algumas cidades, distritos com população rural atendida por carro-pipa, mas, nas cidades, de forma parcial, os reservatórios ainda têm alguma água. O Presidente da ANA esteve aqui e deve ter falado

do nível dos principais reservatórios federais que são monitorados pela ANA com o apoio dos Estados. Nós estamos com reservas de pouco mais de 30%, 35%. Essa água, quando a reserva vai caindo, se concentra em reservatórios maiores. E esses reservatórios maiores ficam distantes de boa parte dos centros urbanos.

Então, nós estamos com essa preocupação também de criar um plano de contingência com adutoras, possivelmente adutoras de engate rápido, o que o Estado do Ceará já está fazendo, o Rio Grande do Norte está começando e a Paraíba também. Estamos trabalhando esse plano, eu diria, emergencial com a ANA.

Agora, esse plano é de médio e longo prazo. E a ideia é a gente detectar essas grandes ações com o objetivo de garantir o abastecimento humano para atividades, não só para abastecimento de centros urbanos, mas, claro, para a população rural que por acaso esteja na direção, no encaminhamento desses grandes sistemas, e também para atividade econômica, porque, embora o plano seja geral, no caso especial do Nordeste, nós temos que pensar em água também para atividade econômica, porque, além da dificuldade de água para consumo humano, temos uma dificuldade também de água para atividade econômica. Temos de pensar no Nordeste hoje como tendo mais de 28% da população brasileira e 14% do PIB. Nós queremos um Nordeste que, pelo menos no futuro, dobre seu PIB. Então, precisamos pensar em água não só para o consumo humano, mas para atividade econômica.

Outra vertente do nosso plano é também a construção de uma infraestrutura para redução dos riscos associados às inundações. Nós temos vivido experiências não só nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, com grandes enxurradas, mas vivemos aquele momento de inundações nos Estados de Pernambuco e Alagoas. Inclusive, várias pessoas foram vitimadas. Então, nós estamos trabalhando também com essa parte de obras de controle de inundações.

O foco é o abastecimento humano e também a oferta hídrica para produção.

Pode passar.

Quais seriam essas infraestruturas? Barragens de múltiplos usos da água, barragens para regularizar oferta hídrica, como eu falei, barragens que, no momento de cheia, controlam as inundações e, no momento de seca, regularizam os rios para que esses rios não sequem.

O Nordeste quase não tem rio perene. Os grandes rios perenes do Nordeste são o Rio São Francisco e o Rio Parnaíba e tem pequenos rios ali na Zona da Mata que são semiperenes e já estão virando intermitentes. Então, essas barragens se prestam a esses múltiplos usos, de regularização de rios, de controle de cheias e também para servir de fonte hídrica para captação de sistemas adutores para atendimento de centros urbanos.

Então, nós temos uma infraestrutura ainda a ser ampliada, de condução e distribuição de água para abastecimento urbano e usos múltiplos, sistemas adutores, canais e eixos de integração e sistema de controle de cheias.

A ideia é termos um elenco de ações estruturantes para cada Estado brasileiros – não só o Nordeste – e ter a garantia de ampliação de uma infraestrutura hídrica para o futuro de forma planejada e racional.

Pode passar.

Discutindo com o órgão gestor de águas, o que é importante, trabalhando dentro de uma visão da bacia hidrográfica e não em uma visão pontual do Município de forma isolada. Temos que pensar que aquele Município está inserido no âmbito de uma bacia hidrográfica. E que às vezes uma solução para um Município, seja para atendimento humano, seja para controle de cheias, pode atrapalhar uma outra intervenção na bacia. Às vezes, uma intervenção pode atender um elenco de Municípios e não um Município de forma isolada.

Nós temos demandas que são apresentadas para resolver problema de inundação que o Município enxerga – e não poderia ser diferente – , às vezes, como uma forma de resolver o seu problema. Por exemplo, um rio que inunda sempre uma cidade; às vezes a proposta é desviar o rio ali na cidade, canalizar o rio, quando a solução podia ser em outro Município e, às vezes, em outro Estado: fazer uma barragem de controle de cheias.

Aí são as áreas críticas para a seca já detectadas no Brasil. Vocês podem perceber que a seca, hoje, não é só um problema do Nordeste brasileiro, mas ela se expande também ao Semiárido mineiro – o norte de Minas já é uma região característica também do Semiárido. Já temos também seca, ou estiagens, em períodos mais prolongados em que alguns pequenos e médios rios chegam praticamente a secar no oeste de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Então, hoje, aquela política de construção de barragens e de açudes, que começou no Nordeste há praticamente cem anos, ou mais de cem anos, com a construção do Cedro no Ceará em 1906, é demandada também por Estados como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina – construção de barragens também para regularização de rios e garantia de oferta hídrica no período de estiagem.

Aí são as regiões detectadas com um diagnóstico feito com o Ministério da Integração, através da sua Secretaria Nacional de Defesa Civil e com ajuda da

própria ANA, em que devemos atuar mais em termos de ampliar a infraestrutura hídrica para convivência com a seca.

Pode passar, por favor.

Aí é um exemplo da necessidade de se planejar de uma forma integrada, olhando a bacia hidrográfica e olhando os diversos usos. Aí há um problema na bacia do Verde Grande em que há várias soluções sendo apresentadas. Nós temos que escolher a melhor. Há soluções desde construção de 14 barragens, transposição do Projeto Jaíba, para atender a uma parte da região, construção da barragem de Congonhas e transposição.

A gente vai buscar, através desse estudo, otimizar as soluções. Aí há mais eficiência no gasto do dinheiro público e um resultado melhor nas intervenções a serem feitas. Dá mais eficiência técnica e econômica.

Pode passar, por favor.

Aí são regiões já diagnosticadas e detectadas pela nossa Secretaria Nacional de Defesa Civil e pela Agência Nacional de Águas e também pela CPRM, que faz a medição das vazões nos rios, dando apoio à ANA. São regiões suscetíveis a cheias. Nós estamos identificando as regiões suscetíveis à seca e regiões suscetíveis à cheia, que também serão trabalhadas... já estão, em alguns casos, sendo desenvolvidas obras pelos Estados, com apoio do Ministério. Mas queremos organizar essa atuação atual e, principalmente, a futura.

Em várias dessas áreas são construídas infraestrutura para controle de cheias. Diminuir o impacto das cheias no que se refere à parte hídrica, mas há também no Ministério das Cidades ações de estabilização de encostas. Foram detectados mais de 800 Municípios suscetíveis a desastres naturais, ou cheias ou secas.

Pode passar.

Mas especialmente com cheias.

Aí é um exemplo da necessidade de ter esse planejamento mais abrangente não somente para a gestão de recursos hídricos, como a ANA já vem atuando desde a sua criação, como também para a ampliação da infraestrutura hídrica.

Às vezes, você tem que fazer intervenção em um Estado que vai beneficiar outro. Esse é um exemplo, Presidente, de bacias na região da divisa de Pernambuco com Alagoas, em que houve problema com as cheias, se não me engano foi em 2009, em que aconteceram aquelas cheias grandes, ali na Zona da Mata e o Agreste alagoano e pernambucano. Você tem os rios nascendo em território pernambucano, atravessam a divisa do Estado de Alagoas e vão causar problemas mais sérios em Alagoas do que propriamente em Pernambuco. Mas para resolver o problema nós temos que construir barragem no Estado de Pernambuco para favorecer o controle de cheias no Estado de Alagoas.

São pequenos rios, mas são rios federais. Então, cabe à União em parceria com o Estado de Alagoas e o Estado de Pernambuco buscar resolver esse problema construindo. As barragens podem ser feitas até no Estado de Pernambuco pelo governo de Pernambuco com apoio do Governo Federal, ou seja, a União intervindo em parceria com os dois Estados e com a Agência Nacional de Água para buscarem a melhor solução para resolver o problema de cheias na região, que é o caso, por exemplo, do Rio Una.

Pode passar.

Então, esse plano vai avaliar essas questões também e colocar nesse elenco de ações as melhores intervenções para esses problemas.

Outra questão, outro tipo de problema hídrico que temos no Brasil é o chamado déficit hídrico não só em função da seca. Nós não temos o déficit hídrico só pela falta natural da água, em função das secas, nós temos déficit hídrico pelo excesso de densidade demográfica. São Paulo é um exemplo, que vive com rodízio, tem problema com atendimento de água. É uma região metropolitana que cresceu tanto e várias intervenções foram feitas e muitas estão previstas. Isso passa a ter um caráter não só do Município, do Estado, mas também um caráter Federal.

Assim como São Paulo, outras regiões metropolitanas estão começando a apresentar esses problemas. Nós sabemos que Brasil tem uma densidade populacional forte na costa litorânea. Temos São Paulo, Rio de Janeiro; no Nordeste, temos Fortaleza, em que hoje, para se ter uma ideia, a sua grande região metropolitana está sendo atendida com água vindo de 200 quilômetros de distância, da Barragem Castanhão, que através do Eixão das Águas leva água para garantir Fortaleza desde maio do ano passado. Portanto, vai fazer dois anos em maio do próximo ano, se não chover.

Um tipo de solução é que, às vezes, você tem que levar água de longe e, no futuro, não tenha dúvidas, nós vamos ter que trabalhar com dessalinização de água do mar para algumas regiões, teremos que trabalhar com reuso das águas, como outros países já estão trabalhando. Ou seja, você tem que ampliar o leque de alternativas para garantir o suprimento hídrico dessas grandes regiões.

Recife, todo mundo sabe, tem apresentado problemas de suprimento hídrico, são mananciais da Zona da Mata; e a seca do ano passado, 2012, teve também uma característica peculiar porque não atingiu só o Sertão e o Agreste nordestino, choveu muito pouco na Zona da Mata. Então, muitos Municípios da Zona da Mata alagoana, pernambucana, paraibana tiveram

problemas de suprimento hídrico, porque é uma região que chove bem, mas, se não chover, os rios são pequenos, consequentemente os mananciais são pequenos, e aí precisa ter a sua infraestrutura hídrica ampliada, às vezes trazendo água até de outras fontes.

Então, temos também uma preocupação com as grandes regiões metropolitanas do Brasil. Esse plano vai focar também uma solução estruturante. A gente sabe que as soluções existem, mas é mais no sentido de organizar, ajudar os Estados, Municípios a terem soluções estruturantes de longo prazo para resolverem sua questão hídrica para os diversos usos.

Pode passar, por favor.

Aí é onde nós queremos chegar. Queremos, para cada Estado brasileiro, ter um mapa desse tipo, um mapa das soluções estruturantes em termos de água. Claro, eu volto a dizer, são as soluções de médio e grande porte.

Isso somente não resolve o problema de abastecimento, mas resolve, eu diria, os de 80% a 90% da população, porque resolve o problema da população urbana e, vamos dizer, no caminho dos eixos daquela população rural, de comunidades rurais mais adensadas ou mesmo difusas que estão no caminho dos eixos. Por onde uma adutora, que caminha cem quilômetros, vai passando, vai distribuindo água para essa comunidade.

Agora, claro que temos que complementar as grandes ações estruturantes com aquilo que já estamos fazendo no Água para Todos: construção de cisternas, construção de poços com dessalinizador de sistemas simplificados para atender principalmente a população rural, barragens subterrâneas, mas temos que nos preocupar com as soluções estruturantes e organizá-las.

A gente enxerga, na Bahia, por exemplo, que, cada vez mais, ela necessita de um reforço hídrico a partir do Rio São Francisco, ou seja, a característica peculiar na Bahia é que você tinha cidades, que são atendidas por reservatórios ou rios semiperenes com barragens de nível e pequenos reservatórios, poços, atendendo as cidades. As cidades foram crescendo com o processo de urbanização, que foi muito intensivo no Nordeste nos últimos anos. O Nordeste passa, eu diria, pelo princípio da sua revolução industrial, e isso o vai urbanizando mais ainda. Essas cidades, nessa última seca, foram entrando em colapso e houve a necessidade de se planejar vários sistemas adutores vindos do Rio São Francisco.

Aí nós temos a Adutora do Algodão, a Adutora do Feijão, e outros sistemas que estão sendo feitos a partir do Rio São Francisco, que é a grande fonte hídrica do Nordeste, ao lado do Rio Parnaíba.

Pode passar.

Aí é um exemplo do Ceará, que tem trabalhado, há muitos anos, na ampliação de sua infraestrutura hídrica e na gestão dos recursos hídricos. Aí é um outro exemplo de ação estruturante. O Ceará quer aproveitar a chegada das águas do Rio São Francisco através do eixo norte do projeto de integração e não só garantir a água para Fortaleza – porque a água do Açude de Castanhão já chega em Fortaleza –, mas também tentar distribuir a água do São Francisco por boa parte do território cearense, dando uma capilaridade maior à segurança hídrica proporcionada por esse projeto.

Pode passar. São ações.

Aqui, falando um pouco do que já estamos fazendo. Aí, só para vocês terem uma noção da distribuição espacial das ações que a gente vem desenvolvendo no Nordeste de forma mais pontual. Conjunto de barragens, de adutoras que vem sendo feito pelo interior do Nordeste.

Clique na Adutora do Algodão, Cícero, por favor, do lado esquerdo.

São obras – essa adutora já foi concluída – que foram feitas, adutoras de grande comprimento, para atender à população do Nordeste; construção de barragens. É um elenco de ações.

Pode passar, Cícero.

Aí é para exemplificar que essa expansão da infraestrutura hídrica vem também sendo feita em outros Estados brasileiros. Você vê, no Rio Grande do Sul, a previsão de construção de barragens; Santa Catarina, com foco mais no controle de cheias; temos também no Centro-Oeste e no interior de Minas.

Pode passar, por favor.

E aí é para mostrar a tendência que vamos ver daqui para frente. São os grandes eixos de infraestrutura hídrica já feitos ou em construção no nordeste brasileiro. Você pode perceber aí não só os eixos do projeto de integração do São Francisco como os eixos associados a esse projeto.

Pode passar, Cícero.

Aí, eu quero exemplificar, por exemplo, como se comporta, hoje, a infraestrutura hídrica desses Estados associados ao Rio São Francisco, que é a grande fonte hídrica da região, e como se está dando a expansão dessa infraestrutura hídrica. Eu mostro, começando aqui pelo Estado de Alagoas, em homenagem ao nosso Presidente, a grande obra hídrica que está sendo feita lá, que eu acho que vai causar uma verdadeira revolução nesse Estado.

Aí é o canal do sertão alagoano, onde vocês podem perceber o Rio São Francisco, descendo, dividindo o Estado de Alagoas de Sergipe, nascendo na barragem de Moxotó, no complexo ali da Chesf, de geração

de energia da Chesf, com pequeno bombeamento, quase por gravidade, o canal do sertão alagoano que corta boa parte do Estado de Alagoas, especialmente o sertão e parte do agreste, ao meio.

Qual é o objetivo e o benefício desse canal? É um canal de 30 metros cúbicos por segundo que está sendo construído pelo Governo de Alagoas com o apoio do Governo Federal. O canal já está com mais de 60 quilômetros com água dentro dele. Recursos federais são aportados para a obra. Eles começaram no governo do Presidente Lula e agora, no Governo da Presidente Dilma, mais aportes de recursos foram feitos.

O canal vai propiciar a maior garantia de água para o sertão, todos esses Municípios que os senhores estão vendo aí do sertão de Alagoas e parte do agreste, porque no futuro chegará em Arapiraca, uma importante cidade do interior de Alagoas. E vai garantir o abastecimento para múltiplos usos, diminuindo inclusive o bombeamento daquelas adutoras que hoje já existem.

Ali na região de Delmiro Gouveia, Presidente, há uma adutora que capta água do cânion do São Francisco com grande custo de bombeamento, mesmo o nível de água tendo subido com a construção da barragem de Xingó. Mesmo assim, é um grande bombeamento. Com a construção desse canal, foram iniciadas as obras, com apoio do Governo Federal, de ampliação da adutora do chamado sertão, da região de Delmiro Gouveia. Essa adutora está sendo ampliada e vai captar agora nesse canal, na parte que já está pronto e com água, diminuindo o custo de bombeamento para algo em torno de um terço, ou seja, vai poder até baratear o custo da água fornecida pela Casal; vai criar uma economia para a companhia de saneamento, que vai captar água em quotas mais altas, permitindo que os Municípios abaixo do canal, ao sul do canal, sejam atendidos quase por gravidade, e os Municípios que ficam acima do canal terão reduzido seu bombeamento. Assim já é a adutora do alto sertão, que está sendo integrada a esse canal e, no futuro, quando ele caminhar mais 26 quilômetros, a adutora da bacia leiteira, que está prevista no PAC Seca, também com aporte de recursos do Governo Federal, vai ser integrada a esse canal, ou seja, é como se Alagoas fosse ter no futuro um grande açude, só que longitudinal, um açude com a distribuição espacial da água privilegiada. Então, é uma importante obra hídrica para o Estado de Alagoas.

Temos também para Sergipe, que está em fase de projeto, acho que o canal de Xingó não está aí, não é Cícero? O canal de Xingó é embaixo; Sergipe é embaixo. Sergipe está abaixo de Alagoas. O canal de Xingó não está aí, mas tem um traçado parecido com o de Alagoas, só que cortando o Estado de Sergipe, ou seja, ao sul do Rio São Francisco.

Esse é o grande plano de infraestrutura hídrica a partir do São Francisco. Não só os eixos norte e leste que vão para os Estados setentrionais. Há o canal do sertão alagoano, o canal de Xingó para Sergipe. O Canal de Xingó nasce na barragem de Xingó, perto de Canindé e São Francisco, e faz um traçado parecido com o do canal do sertão alagoano, só que cortando o Estado de Sergipe ao meio.

Também temos o eixo sul da Bahia, que já está em processo de contratação, captando do lago de Sobradinho. O traçado dele não está aí, mas ele está em contratação do estudo de viabilidade com anteprojeto, para tirar também uma porção de água do lago de Sobradinho e levar água para o semiárido mais seco do Estado da Bahia, integrando o Rio São Francisco às bacias do Rio Itapicuru, Várzea Barris, principalmente, pode levar até parte de alguns tributários do Paraguaçu, ou seja, é água para aquela região de Senhor do Bonfim, que é muito seca, na Bahia. O eixo sul está em processo de licitação, devendo ser contratado o estudo de viabilidade ainda este ano.

Temos uma proposta também que está em licitação na Codevasf do eixo oeste que capta também Sobradinho e vai para o chamado Semiárido, ali no sudeste piauiense. Para quem não sabe, o Piauí é um Estado rico em água subterrânea, mas exatamente aquela porção na divisa com a Bahia é uma região semiárida de embasamento cristalino e que também é atendida por açudes que no período de chuvas mais regular têm dificuldade de atender os diversos usos. Então, há essa proposta de um pequeno eixo saindo do Lago Sobradinho, na Bahia, cruzando a divisa com o Piauí, para atender a Bacia do Rio Piauí. Isso está em processo de licitação para estudos.

E temos o que está em obra hoje, esses dois eixos que estão em verde que vocês estão vendo, o eixo norte e o eixo leste, que vão atender bacias hidrográficas do Semiárido de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. E aí eu daria um exemplo a vocês da importância desses eixos, principalmente quando se trabalha com ampliação da infraestrutura hídrica de forma planejada.

Vocês podem perceber que no caso do Ceará, quando esse eixo norte atingir a divisa do Ceará com Pernambuco, você tem condições – clica aí no k –, por exemplo, aí é o eixo norte cruzando o sul do Ceará nessa linha verde e aí é o canal do primeiro trecho do Cinturão das Águas, cujas obras estão sendo também executadas com o apoio do Governo Federal, que vai levar água para a segunda região mais densamente povoada do Estado do Ceará.

O Ceará hoje tem duas regiões metropolitanas: região metropolitana de Fortaleza e a do Cariri, que é um polo que em termos de população urbana tem algo em torno de 500, 600 mil habitantes. Esse eixo norte chegando ao Estado do Ceará pode derivar parte da água para poder atender os diversos usos nessa região.

Outro exemplo de benefício desse eixo no Ceará é que a água chegando ao Rio Salgado vai em direção ao Açude Castanhão. E o Açude Castanhão já está atendendo Fortaleza. Quando a água do eixo norte chegar ao Ceará no final de 2014, cairá no Castanhão e vai aumentar a garantia hídrica do Açude Castanhão em relação a Fortaleza.

Clique aí no eixão das águas, Cícero, por favor.

Ali é o Açude Castanhão que hoje, através desse eixo que já está construído também com o apoio do Governo Federal, já está levando água para atender a região metropolitana de Fortaleza. Desde maio do ano passado, Fortaleza só não está em colapso por conta desse canal que está levando água do Açude Castanhão para a região metropolitana de Fortaleza. E até o fim do ano ou então em janeiro a Presidenta deve ir lá para inaugurar o último trecho desse eixo que é a ponta, Fortaleza para o Pecém, chegando uma parte da água ao complexo portuário industrial do Pecém.

Então, é a água para o atendimento humano, urbano especialmente, atendimento da população difusa ao longo dos canais, e garantia de água para o suprimento do desenvolvimento econômico da região. Essa é a visão de todos esses eixos.

Volta Cícero, por favor.

E aí eu daria um exemplo também no caso do eixo leste. Esse canal vai beneficiar em Pernambuco também a segunda região mais densamente povoada de Pernambuco. Pernambuco tem a Grande Recife, mas tem o Agreste Pernambucano. E esse eixo leste tem a previsão de garantir água para dois milhões de habitantes em 2025. É uma região que está passando por grandes transformações urbanas devido ao aumento do desenvolvimento econômico com a expansão da economia em Recife e aquilo está se expandindo para o Agreste.

Clica aí no ramal do Agreste, Cícero, por favor.

O eixo leste passa ali em azul e esse eixo em vermelho é o ramal do Agreste – volta lá, por favor – que por sua vez, chegando ali a um divisor de águas que tem entre o Agreste Pernambucano e o Sertão na Bacia do Moxotó vai... Está ali o eixo leste passando em direção à Paraíba ali em cima, o ramal do Agreste que vai ser licitado ainda este ano, levando água para a adutora do Agreste que já está sendo construída e que é uma adutora de mais de mil quilômetros, também sendo construída com o apoio do Governo Federal para atender uma infinidade de Municípios do Agreste Pernambucano. Isso também já está sendo concluído.

Volta, Cícero.

E esse eixo leste, atingindo o Estado da Paraíba, a divisa ali, cai no Rio Paraíba e a água chega, por exemplo, lá no Açude Boqueirão em Campina Grande, que é outro grande centro importante da região da Paraíba.

Pode clicar em qualquer adutora...

Então, você pode perceber que na Paraíba... a água chegando no Rio Paraíba já tem uma infinidade de adutoras, hoje, feitas, tirando de mananciais que vão ser fortalecidos pelo projeto de integração do São Francisco.

Volta, Cícero, por favor.

Então, qual é a ideia ? Lá no Rio Grande do Norte, por exemplo, a água vai cair ali, na Paraíba, no Rio Piranhas. O Rio Piranhas banha a Paraíba e vai levando a água até o Armando Ribeiro, que é o principal manancial do Rio Grande do Norte.

Clica lá, por favor.

Do açude Armando Ribeiro, você tem, já, um conjunto de adutoras que levam a água para diversos Municípios do Rio Grande do Norte.

O que esse projeto vai permitir é o seguinte: aumentar a segurança hídrica na região desses Estados, ou seja, hoje, como é o atendimento da água, como a água é ofertada nesses quatro Estados? A partir de reservatórios que, hoje, como a Ana já disse aqui, anteriormente, em outra reunião, estão com menos de 35% da sua reserva. São reservatórios que, consequentemente, quando a chuva é irregular, a sua oferta hídrica se comporta de forma irregular, e o Projeto São Francisco vai, mais que transferir água em quantidade, porque a quantidade não é tão grande, transferir segurança, garantia.

O Projeto São Francisco está para o fornecimento de água nessas regiões do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e Pernambuco, como está o seguro de um carro para um cidadão. Você faz um seguro do carro... Você não quer bater o carro, mas você faz um seguro para, se tiver algum problema, acionar o seguro.

O Projeto São Francisco é isso. Se há uma seca como essa que nós estamos tendo agora, eu preciso acionar o meu seguro, eu preciso fazer com que a água do São Francisco chegue aos mananciais e aos centros urbanos para poder aumentar a garantia de água, porque a tendência... Hoje, já estamos com várias cidades entrando em colapso e se, para o ano, essa seca continuar, grandes centros urbanos poderão entrar em colapso.

Então, este é o princípio do Projeto São Francisco: aumentar a garantia de água para 390 Municípios,

beneficiando cerca de 12 milhões de habitantes, e, como para qualquer outra obra de intervenção hídrica com esse formato – o próprio canal do sertão alagoano vai aumentar a garantia para o sertão e o agreste de Alagoas, o Canal de Xingó, o eixo sul da Bahia -, essa é a razão desses grandes empreendimentos hídricos.

Passa, Cícero.

Aí, são fotos da obra. Todo mundo sabe, nós tivemos alguns problemas na obra, em termos de continuidade desse empreendimento, mas, hoje, a notícia boa é que o Projeto São Francisco se encontra com sete mil pessoas trabalhando, dando sete mil empregos. Há sete mil pessoas trabalhando nesses dois canais e deveremos atravessar o ano, passar de 2013 para 2014 com 7,5 mil pessoas e poderemos chegar a mais de oito mil pessoas ainda em março do próximo ano.

A obra foi... Aquilo que faltava contratar foi contratado, o que precisou recontratar foi recontratado e a obra está aí caminhando a pleno vapor.

Eu acho que, com isso, encerro a minha apresentação, agradecendo, na pessoa do nosso Presidente, mais esta oportunidade. Fico, aqui, à disposição para esclarecer qualquer dúvida que, porventura, os Srs. Senadores tenham sobre esse projeto de ampliação da infraestrutura hídrica do Brasil, empreendido pelo Ministério da Integração Nacional.

Tenham um bom dia todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Sr. Ministro da Integração Nacional, Francisco Coelho Teixeira, pela sua exposição.

Antes de passar a palavra a S. Exª, o Senador Ministro José Pimentel, autor do Requerimento nº 52, de 2013, que solicita a presença de V. Exª aqui, na manhã de hoje, para esta audiência pública, eu gostaria de passar as perguntas que nos chegam e, em seguida, as perguntas formuladas por S. Exª, o Senador Ministro José Pimentel. V. Exª poderá respondê-las.

A primeira pergunta é: quando será concluída a obra de transposição do Rio São Francisco? O que está sendo feito para levar a água dos canais até a população urbana e rural da região?". E aí eu acrescentaria: quando será concluído o Canal do Sertão, em Alagoas?

A segunda pergunta: "Há estudos para a transposição das águas do Rio Tocantins para o Rio São Francisco? Essa transposição é viável?"

A outra pergunta: "O que está sendo feito para proteger os mananciais que abastecem as represas Billings e Guarapiranga, em São Paulo, diante da expansão urbana sobre essas áreas?"

Por fim, "quais são os projetos para a mitigação dos efeitos das estiagens no Rio Grande do Sul?"

Passo a palavra a S. Exª o Senador Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor; Sr. Francisco Teixeira, nosso conterrâneo do Estado do Ceará; Senador Ruben Figueiró – da vez anterior, eu o chamei de Rubens –, nosso Senador pelo Estado de Minas Gerais, um dos Estados doadores da água, sobre o qual precisamos ter um olhar todo especial, eu queria começar registrando a importância desta audiência pública no momento muito crítico que nós estamos vivendo, particularmente, em todos os Estados da Região Nordeste, em face de uma seca que é a maior seca dos últimos 50 anos.

O nosso Ministro Francisco Teixeira é um grande estudioso desta matéria. Mesmo antes de chegar ao Ministério da Integração Regional, já se dedicava a esse tema, particularmente, no nosso Estado, o Ceará.

Os registros demonstram que, após a grande seca, de 57 a 59, esta está ultrapassando aquela seca. E um dos problemas gravíssimos nossos com a insegurança hídrica, a falta de recursos hídricos, é exatamente o abastecimento humano. Já temos uma série de cidades sendo abastecidas por carro-pipa, a parte urbana, a exemplo de Parambu, e tivemos de recorrer ao Estado do Piauí para nos doar água, que está vindo de mais de 70 quilômetros de distância para abastecer a cidade. O nosso Ministro Teixeira participou desses entendimentos e o Estado do Piauí está cedendo água para nós, lá no Estado do Ceará.

Na sessão passada, a ANA, nossa Agência Nacional de Águas, apresentava uma série de dados sobre as reservas hídricas do Brasil, em especial da Região Nordeste, e no caso específico do Estado do Ceará, onde não temos nenhum rio perene. Por conta da nossa realidade, nós temos muitos açudes de até 200 milhões de metros cúbicos. Com o uso da água, com a evaporação, com o desperdício, estão quase todos na casa de 18%, 20% do seu reservatório, quando chega a 25%. Nós consideramos que o reservatório, neste 2013, está muito bom.

É verdade que nós temos uma grande barragem, a Barragem do Castanhão, feita nos anos 90 e inaugurada já neste século 21, e ela tem sido a grande solução para a região metropolitana de Fortaleza.

Eu lembro aqui que, numa seca bem menor, nos anos 90, nós tivemos que construir rapidamente um canal,o chamado Canal do Trabalhador. Se não fosse aquilo, teríamos que levar água, de navio, para Fortaleza.

O nosso Ministro Francisco Teixeira, nessa época, estava num órgão importante do Estado do Ceará e

foi parceiro na construção desse canal, num processo muito rápido.

É evidente que a seca do início dos anos 90, comparada com esta – não é, nosso Ministro Francisco Teixeira? –, Poderíamos chamar de uma pequena estiagem, comparada com a seca que nós temos agora. E nós estamos chegando à conclusão de que a única garantia que nós vamos ter de recursos hídricos naquela região é a interligação com a grande bacia, que é a Bacia do São Francisco.

Eu lembrava, na reunião passada,que a Barragem de Sobradinho, na verdade, constrói o segundo Rio São Francisco. Nós temos o Rio São Francisco, acima da Barragem de Sobradinho, que é aquele rio que nossos escritores, poetas, contadores da nossa história e da nossa cultura registram e que se mantém basicamente até hoje. E temos um segundo rio após a Barragem de Sobradinho, com suas vantagens e desvantagens.

A gente lembrava, na reunião passada, a resistência do Estado de Alagoas e do Estado de Sergipe na fase primeira da doação das águas por conta da cunha salina, que é o processo de empobrecimento dos solos nesses Estados, sobre o qual precisamos, depois, nos debruçar a fim de recuperar aquela foz do rio, que era a região mais rica e produtora que tínhamos nos Estados de Alagoas e de Sergipe. Mas a construção da Barragem de Sobradinho trouxe graves problemas que precisamos, depois, por meio de novas tecnologias, recuperar. É verdade que o Canal do Sertão de Alagoas vai começar a devolver parte desses danos ambientais que nós causamos àqueles dois Estados a partir da Barragem de Sobradinho, mas, para o sistema elétrico, sem a Barragem de Sobradinho, não teríamos aquele conjunto de hidrelétricas no Rio São Francisco.

E, agora, com o canal Leste, que é o canal de Pernambuco e da Paraíba, e o canal Norte, que vai beneficiar Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, se não fosse a Barragem de Sobradinho, também não teríamos segurança no abastecimento de água que é previsto com a vazão daqueles dois canais.

Nossa primeira pergunta, Ministro Francisco Teixeira: no canal Norte e no canal Leste, que sabemos que são canais muito longos, é possível que seja entregue parte desses canais para que, nessas regiões onde a água for passando, possamos começar a usá-la? Um exemplo concreto: no canal Norte, sabemos que os trechos 1, 2, 3 e 4, que vão basicamente na divisa de Pernambuco com o Ceará, estão bem adiantados. Nosso problema é o lote 5. Além das suas dificuldades, sei que se teve que cancelar o contrato com a empresa primeira, foi feita nova licitação e, por conta disso, tivemos um atraso naquela região. Mas as águas chegando naquele trecho ali, até o canal 4, já teríamos ali uma série de comunidades sendo atendidas e, com isso, diminuiria esse sofrimento que estamos tendo. Nesse cronograma, como o Ministério está trabalhando, como está prevendo as entregas desses trechos, já que assim estão planejadas?

A segunda questão é sobre o gerenciamento dessa água entre os Estados doadores e os Estados receptores para dar segurança a esse conjunto de Estados que estão envoltos, que são direta ou indiretamente atingidos e beneficiados com esse sistema. Fizemos a mesma pergunta à ANA, e ela dizia que ainda não tem esse desenho pronto. Eu perguntaria a V. Sª em que estágio já se encontra esse desenho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sobre a gestão.

A terceira pergunta é sobre o custo da água, se já temos algum estudo preliminar do custo dessa água. Nós, no Estado do Ceará, temos uma série de experiências sobre isso. V. Sª ajudou nesse desenho do custo da água, dos comitês de bacias em que se discute tudo isso e se chega ao preço justo, mas nada igual a um projeto dessa magnitude, em que vamos ter períodos em que precisaremos muito da água e outros períodos em que não precisaremos dessa água por conta das nossas barragens, dos nossos mananciais ali existentes.

Outra preocupação nossa é com o reúso da água, ou seja, na nossa região, em que esse bem líquido é tão importante, o que nós poderíamos fazer para acelerar o processo de reúso da água, particularmente porque temos muitos perímetros irrigados, que, nesse período de escassez de chuva – a prioridade da água é o abastecimento humano – trazem uma insegurança muito grande para aqueles empreendedores que cultivam, que têm seus cultivares, que plantam e que têm as suas fruticulturas ao lado desses canais, dos perímetros irrigados. Eles não têm segurança hídrica.

Não sei se será possível pensar no sistema de reuso da água, de maneira que essa água volte para os perímetros irrigados e, com isso, garanta a segurança dos nossos investidores, dos nossos empreendedores os projetos de fruticultura. Eles têm uma insegurança muito grande, o que dificulta seus investimentos, seus aportes, porque podem chegar a um determinado momento em que não tenham água, e tudo o que investiram fica perdido, caso não haja o seguro para lhes ressarcir. E o seguro é muito alto.

Por último, o nosso DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), a sua reestruturação, a sua transformação em órgão nacional – e há um debate muito forte sobre isso. Sei que o Ministério

tem feito uma série de estudos para que possa levar sua tecnologia a outras regiões do Brasil. Em que estágio se encontra esse projeto? Para finalizar, como vamos utilizar muito mais água do Rio São Francisco, e temos períodos de dificuldade de chuvas, outros rios que hoje não fazem parte da sua Bacia Hidrográfica podem ser utilizados?

Aqui, o nosso Presidente, Senador Fernando Collor, já fez uma indagação que veio da opinião pública, que é a parte do Rio Tocantins para lá. Mas temos com muito mais simplicidade a questão do Rio dos Sonhos, aqui, no Estado de Tocantins, em que, na época da abordagem do Canal da Integração, pensou-se em integrá-lo à Bacia do São Francisco. Esses estudos estão mais adiantados? Qual é a visão de V. Sª sobre essas interligações de outras bacias?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, S. Exª Senador Ministro José Pimentel,Presidente da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca, vincula a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Passo agora a palavra a S. Exª o Sr. Ministro da Integração Nacional, Dr. Francisco José Coelho Teixeira, para as respostas.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Bem, vou tentar fazer um resumo. Ouvi todas as indagações.

Antes de tudo, cumprimento os Senadores Walter Pinheiro, Clésio Andrade, Ruben Figueiró, presentes a esta sessão.

A primeira pergunta foi: quando os eixos norte e leste do projeto São Francisco ficam prontos? Nós estamos trabalhando com a data de final do segundo semestre de 2015 para concluir esses dois eixos. Todo o replanejamento foi feito com base em metas para serem atingidas.

Já aproveito para responder uma das perguntas do Senador José Pimentel. Ele pergunta se é possível entregar água do PISF ao longo do caminho daquilo que for ficando pronto. A implantação dos dois eixos foi replanejada em seis metas. O eixo norte, especialmente, tem uma meta 1-Norte, entre Cabrobó (PE) e Jati, no Ceará. Ou seja: é fazer com que a água saia da sua captação, da Meta 1-Norte. Vocês podem ver na imagem que a Meta 1-Norte é esse percurso dentro do território pernambucano. É fazer a água sair ali do Rio São Francisco, no Município de Cabrobó, ali embaixo, e chegar em Jati, no Ceará.

Mesmo sem a construção daquele conjunto de barragens, Senador, poderemos chegar a levar água inclusive ao Açude Castanhão. A Barragem Jati, que já está muito avançada, ficará pronta ainda no próximo ano. Estamos trabalhando com a ideia de, ao final de 2014, já conseguirmos ter a Meta 1-Norte pronta, fazendo a água atravessar a divisa de Pernambuco com o Ceará.

Com isso, uma infinidade de comunidades que estão distribuídas a até 5km para cada lado do canal, em território pernambucano e parte do território cearense, inclusive a grande região metropolitana de Fortaleza, como também comunidades ao longo do Rio Salgado, do Vale do Jaguaribe já poderiam ser beneficiadas, caso a seca perdure. Então, poderemos ter esse atendimento. Estamos já contratando projetos de pequenos sistemas simplificados de adutoras para tirar água do canal e atender às comunidades lindeiras ao canal.

Portanto, o projeto foi trabalhado no sentido de que, mesmo não estando 100% pronto, metas sejam atingidas com o objetivo de atender às populações.

Depois a Meta 2 Norte faz com que a água siga o caminho em direção à Paraíba e, por fim, a Meta 3 Norte, que é a água chegar à Paraíba. Essa Meta 3 Norte vai avançar bem, porque recontratamos o trecho que era da Delta e saiu, o lote 6, e a Queiroz Galvão já iniciou as obras, já está lá com cerca de 200 pessoas mobilizadas. Dentro de um mês, vai avançar bastante. Acreditamos que vamos evoluir bem, até porque a obra crítica dessa Meta 3 Norte é o túnel Cuncas, um túnel de dois trechos que totalizam quase 20km, o maior túnel de água da América Latina, que está caminhando para ser concluído até maio ou junho do próximo ano. As escavações vão terminar no início do próximo ano, e estamos iniciando a parte de revestimento só do piso do túnel, porque ele é em rocha. Podemos, sim, ter água até o fim do próximo ano, atendendo a alguém.

No leste, a mesma coisa, temos uma primeira meta pequeninha, simbólica, para fazer o ensaio da operação do canal. E a Meta 2L faz com que a água chegue até o reservatório Barro Branco, em ponto de o ramal do agreste, estando concluído, derivar água para o agreste pernambucano. Depois a Meta 3L, que já estamos de processo de início da construção do túnel Monteiro. É bom que se diga que, pela primeira vez, esse trecho está sendo trabalhado, o túnel Monteiro e a galeria de Monteiro, para água chegar finalmente ao Rio Paraíba e até em Campina Grande – a barragem Acauã está próxima a João Pessoa.

Então, em cada meta dessa, procuramos jogar água no canal para oferecer algum tipo de atendimento.

Foi perguntado pelo Senador Fernando Collor sobre o Canal do Sertão. Não tenho, para ser bem objetivo, Senador, a data em que o canal ficará pronto, porque é uma obra muito grande, que está avaliada hoje em cerca de R$5 bilhões. Hoje, o Governo Fede-

ral já tem acordos firmados com o governo do Estado de Alagoas em torno de R$2 bilhões. Já passaram dos R$2 bilhões. Estamos em negociação, depende de uma decisão da própria Presidenta da República de agregar mais um trecho desse canal, que poderia ofertar água para a adutora da bacia leiteira, já entrando na zona da região da bacia leiteira.

Temos hoje R$2 bilhões em termos de cooperação firmado com o Estado de Alagoas. Como é uma obra muito longa, cada passo que vai sendo executado e tende a ser concluído, o Governo Federal vai agregando mais um trecho. É uma obra que, acredito, com a intensidade de aporte de recursos que o Governo Federal está colocando e a velocidade com que se está construindo a obra, continuando esse processo, acho que podemos, com mais um ano e meio, dois anos, quem sabe, concluir a obra. Mas vai depender obviamente do aporte de recursos do Governo Federal. Como bem disse o Senador, depende totalmente do aporte de recursos do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a permissão de V. Exª, essa foi uma pergunta que aditei àquelas já formuladas, porque o Canal do Sertão é uma obra de importância fundamental para o Estado de Alagoas e que tive o privilégio de poder iniciá-la quando exerci a Presidência da República. Depois de meu afastamento, essa obra ficou hibernando. Não foi totalmente deteriorada a parte já realizada, em função de emendas de Parlamentares alagoanos que foram alocadas no orçamento para que não se destruísse o que já havia sido iniciado. E a partir do governo Lula, com o PAC, e por solicitação feita por mim e também por outros integrantes da bancada alagoana, essas obras foram retomadas com muito vigor. E todos nós alagoanos somos muito agradecidos ao Presidente Lula, como também à Presidenta Dilma que deu continuidade a essas obras, inclusive já determinando que fosse dada ordem de serviço para o trecho 4.

Pelo andar da carruagem, pelo caminhar das obras, nós imaginamos, como disse o Ministro, que esteja o Canal do Sertão alagoano concluído no segundo semestre de 2015. Essa obra vai ser a redenção de toda essa região do alto sertão, passando pela bacia leiteira e chegando até a imediação do agreste, à cidade de Arapiraca, que é o segundo maior Município do Estado e Alagoas e mais populoso, com maior densidade demográfica, maior economia. Essa região do agreste de Arapiraca é uma região que hoje tem aí... Dependem de Arapiraca cerca de 700 mil pessoas. Elas dependem do seu comércio, da sua infraestrutura de saúde, de educação, enfim. Daí a importância desse canal.

Também a nossa preocupação não somente em relação ao Canal do Sertão, mas em relação à transposição do Rio São Francisco é quanto àquilo que foi colocado também por S. Exª o Senador e Ministro José Pimentel quanto ao gerenciamento. Isso nos preocupa muito. Foi colocada também essa questão pelo Diretor-Presidente da ANA, de como vamos gerenciar essas duas grandes obras de acesso hídrico à população daquelas regiões? Como levar água para a zona urbana e a zona rural? A questão dos pontos de irrigação que serão necessários para aquelas populações lindeiras tirarem proveito da chegada da água.

Enfim, se já existe algum projeto no sentido de se criar uma estrutura, talvez dentro do que já existe, para gerenciar a utilização das águas tanto do Canal do Sertão, em Alagoas, quanto das águas do Rio São Francisco no que comumente se chama transposição? Nas obras de transposição das águas do São Francisco, por onde ela irá passar?

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Eu aproveito essa indagação do Senador Fernando Collor e também já respondo a essa sua indagação e a do Senador José Pimentel. No Projeto São Francisco foi trabalhado, desde 2006, e instituído através de decreto o formato do sistema de gestão do projeto de integração do São Francisco. Na realidade, nós já temos hoje funcionando um conselho gestor. Todo esse sistema está sendo hoje adequado, fortalecido pelo novo decreto que já está no ponto de a Presidenta da República assinar. É um conselho gestor presidido pelo Ministério da Integração Nacional, mas que tem a presença do Ministério de Minas e Energia, porque temos a Chesf presente aí nesse sistema e tem todo o interesse em relação à água, porque gera energia a partir da água do São Francisco; o Ministério do Meio Ambiente, que tem lá sua Secretaria de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos e a parte ambiental também nós temos que levar em conta; a Casa Civil da Presidência da República; e agora, nesse novo decreto, vai entrar também o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda.

Tem representante dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco e devemos ter também, nesse novo decreto, representante do Comitê da Bacia do São Francisco e um representante do Comitê das Bacias Receptoras. Então, esse Conselho vai crescer, mas será mais representativo e mais interessante. Esse conselho gestor é a instância consultiva e, em certos pontos, deliberativa. Deliberativa até para aprovar o plano de gestão anual. O que é esse plano de gestão? Eu diria que o tema principal abordado no plano de gestão, que todo ano terá que ser feito, é a repartição da água entre os Estados.

Essa água está sendo disponibilizada em condições estabelecidas na outorga da ANA. Se segundo a outorga da ANA, Sobradinho estiver em cotas que não sejam de investimento, há lá uma vazão contínua, limite, que pode ser tirada – cerca de 26,4 m³/seg, que é a água para uso estrito do abastecimento humano.

Quando Sobradinho estiver em cota de espera de cheia ou vertendo, pode-se tirar a capacidade total dos canais, até porque a água já está indo para o mar mesmo. Sobradinho estará vertendo aí 4 mil m³/seg, 3 mil m³/seg. É água que, inclusive, a Chesf está soltando porque não dá para gerar energia; não precisa dessa água para gerar energia. Nessa situação, os canais captam mais água.

Então, esse plano de gestão é feito em função da disponibilidade da oferta e da demanda para os Estados. Os Estados sentam à mesa, apresentam, através de seus representantes, a demanda em cada ano. Dependendo, como o Senador José Pimentel falou, da situação dos reservatórios que ofertam água para os Estados, cada Estado vai pedir uma parcela de água e essa negociação é arbitrada pelo órgão regulador, que é a ANA. É similar ao setor elétrico. A ANA seria a Aneel. A ANA seria o órgão que, de certa forma, acompanharia também o estabelecimento desse plano de gestão e faria a regulação principalmente da fixação do custo da água. O que se pretende é que esse projeto tenha uma sustentabilidade pelo menos operacional. É um investimento grande que a sociedade brasileira está fazendo, a fundo perdido, para esses Estados. E o acordado é que os Estados vão pagar um valor para permitir pelo menos a operação e manutenção de forma adequada.

Esses valores foram calculados lá atrás, recalculados agora, são valores que dão uma diretriz para negociação. Isso não é absoluta verdade, isso vai ser negociado no âmbito desse Conselho. Hoje, o valor da água está dividido através de uma cota fixa e uma cota variável. Naquele momento em que não estiver praticamente não bombeando água porque não precisa, porque caiu um dilúvio nesses Estados e todos os reservatórios encheram, vai-se bombear alguma água para poder atender àquela população diretamente pelos canais. É uma quantidade pequena, mas, mesmo assim, mesmo que bombeie zero, os Estados vão pagar uma cota fixa para garantir aquela manutenção. Porque manutenção é necessário que seja dada quer esteja passando água pelo canal, quer não. Há o pagamento da equipe de manutenção dos canais e o pagamento daquela demanda de energia. A energia está lá na porta, mas não se está usando; quando se está bombeando água, aí fica acrescida a essa parte fixa uma parte variável, que vai ser em função da vazão que está sendo bombeada. Quanto maior o bombeamento, maior o custo acumulado da operação; menor o custo distribuído por metro cúbico. Se se bombeia próximo à capacidade máxima dos canais, esse custo unitário, em tese, é menor porque se está diluindo o custo de operação e manutenção em uma massa hídrica numa vazão maior.

Mas o fato é que se tem hoje recalculada, com apoio da Fundação Getúlio Vargas, cerca de R$0,20/m³ de cota fixa. E mais algo em torno de R$0,15 a R$0,17 a parte variável em média – como estou dizendo, vai variar. Isso, dividido, daria, hoje – para ser bem sucinto e objetivo –, um custo acumulado anual em torno de R$200 milhões por ano para ser dividido entre os quatro Estados. Cada Estado pagaria de acordo com a cota da água que lhe couber.

Essa cota hoje está teoricamente dividida em relação ao contingente populacional que vai ser beneficiado em cada Estado. Mas isso também não é cláusula pétrea, vai ser discutido ano a ano nesse conselho gestor.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Não, porque o Canal do Sertão... a tendência dele é que possa também entrar nessa forma de regulação. Vai ser um entendimento com o Estado, porque Senador...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – É o seguinte...

Eu procuro agora esclarecer o seu questionamento sobre o Canal do Sertão. Ele tem um tratamento diferente porque esse Projeto São Francisco é um projeto de caráter mais federal, tanto que quem está implantando é o próprio Ministério da Integração e o operador, no caso, já está definido, só falta... Através de decreto a Presidenta também instituiu o operador, que é a Codevasf através de uma diretoria especial. E a Codevasf vai estar também passando por um processo de reestruturação para ter uma diretoria especial a fim de cuidar de projetos especiais. E o Canal do Sertão, de repente, pode entrar. Depende da negociação com o Governo de Alagoas, porque aquele governo está implantando o Canal do Sertão com o apoio financeiro total do Governo Federal, mas é um canal de Alagoas, porque atende só ao território de Alagoas. Esses dois canais do Projeto São Francisco são canais federais: um começa em Pernambuco e termina na Paraíba, o outro passa pelo Ceará e chega até a Paraíba.

Então, tem que ser um órgão federal, uma entidade federal para operar e manter esse canal.

No caso do canal alagoano, como o Canal de Xingó, e o eixo sul da Bahia, que está também previsto, o Estado que é o agente principal e está apoiando

e ele pode ser o gestor. Caso ele queira que o órgão federal o apoie na gestão, aí é um acordo que pode ser feito. O caso do Canal do Sertão, já conversamos com o Governo do Estado de Alagoas, inclusive levei o Governador Teotônio Vilela com vários dos seus Secretários e fomos recebidos pelo Governador Cid Gomes, acho que no ano passado, para ver a experiência do Ceará, de como é que opera o eixão das águas, que é esse canal de 200km, que leva água do Castanhão para Fortaleza e como opera o Canal do Trabalhador.

Então, o Ceará tem essa experiência de ter um órgão gestor estadual que é autossustentável. Ele cobra a água do setor de uso do saneamento, da irrigação e do setor industrial e, com isso, consegue dar uma manutenção bastante razoável na infraestrutura hídrica estadual. Levei para conhecer essa experiência do Ceará, que pode ser adotada em Alagoas no Canal do Sertão alagoano. E lá há várias opções. A Casal, através de suas adutoras, que estão sendo implantadas e as que já existem sendo integradas, captar água do canal e levar para os usuários, para as cidades, e vai cobrar por essa água. E algum ente estadual poderá operar o Canal do Sertão alagoano ou a própria Casal, depende do governo do Estado definir qual é a melhor forma.

Mas temos chamado atenção do Governo de Alagoas para a necessidade de se ter uma estrutura dessa e de ter uma gestão adequada, que poderá ser um modelo similar ao nosso, ou, quem sabe, negociando com a Codevasf, ela incorporar a operação e manutenção, dentro desse espírito que está aí.

A água chegando a cada Estado – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco – há uma entidade operadora estadual, que recebe essa água, faz uma gestão adequada e faz essa água chegar aos diversos usuários, principalmente para atendimento de cidades.

O Projeto São Francisco é eminentemente para garantir água para atendimento da população que mora nas cidades desses Estados e também da população rural que esteja no caminho desse canal; mas é, eminentemente, um projeto para atendimento de caráter urbano, para fazer a água local sobrar para outros usos, porque o grande conflito que se estabelece hoje no Nordeste com essa grande seca, e isso vale para o Ceará, para a Bahia, para Paraíba, Pernambuco, Alagoas, é o conflito entre o uso da água para atividade econômica e o uso da água para abastecimento humano.

A ANA, a lei federal e as leis estaduais permitem isto: quando uma barragem está na iminência do colapso, o órgão de gestão chega lá e diz: "Fecha a tomada d'água para irrigação, fecha a tomada d'água para o atendimento de granjas, de pecuária, de avicultura; a água, agora, será destinada só ao abastecimento humano". Primeiro, salva-se o abastecimento humano, mas, com isso, se prejudica toda a economia do Município e da região. Imaginem um investimento, como agora em que nós estamos nos deparando com um problema desse: em Várzeas de Sousa, ali na Paraíba, há o Projeto São Gonçalo, onde temos a cultura do coco, que abastece boa parte do Brasil, e onde há um perímetro irrigado para essa cultura de coco, uma cultura permanente. Lá eles têm que decidir entre a água para atender ao plantio de coco, que é permanente, e a água para garantir o abastecimento da cidade de Sousa. Ou seja, é um conflito em que se fica entre a cruz e a espada. E, com as águas do São Francisco, em chegando lá – e vão chegar a esse reservatório de São Gonçalo –, esse conflito não existiria, pois se garantiria a água para o atendimento da cidade e a água do reservatório, a chamada "água local", atenderia à agricultura irrigada.

Então, o órgão gestor estadual terá de exercer esse papel. E há órgãos gestores nesses quatro Estados que, claro, precisam ser mais bem estruturados, para fazer uma gestão mais profissional, mais eficiente e mais eficaz. Contudo, o formato está feito, só falta a Presidenta atualizar esse decreto, por meio de um novo decreto, para nós termos esse operador estabelecido.

Eu vou, agora, terminar de responder às questões.

Uma questão colocada foi sobre o Tocantins. Para o Tocantins, foi feito um estudo de viabilidade no passado, em torno de 2002 até 2004, pelo Ministério da Integração Nacional, que aponta uma possibilidade. Há duas alternativas de se trazer água do Tocantins para esses Estados, mas a alternativa mais adequada seria integrar o Tocantins com o Rio São Francisco, ou através do próprio Rio Tocantins, o principal, ou dos seus tributários. Acontece que, se pegarmos ali o oeste da Bahia, os tributários do Rio Grande, do Rio Preto, que receberiam a água de tributários do Tocantins, veremos que, ali, há um divisor de águas – no oeste da Bahia, entre os tributários da margem esquerda do São Francisco e os tributários da margem direita do Tocantins. Com o passar do tempo, já foram estabelecidas ali mais de uma dezena de unidades de conservação. Então, essas unidades de conservação, estabelecidas na região, quase que impedem, eu diria, essa possível integração entre a Bacia do Tocantins e a Bacia do São Francisco, pois seria muito difícil se encontrar uma alternativa que não mexesse com essas unidades de conservação. E a gente tem que respeitar, até porque há um problema ambiental, pois se estaria interligando tributários, numa região de nascentes desses tributários, com os outros tributários do São

Francisco, em uma região de nascentes, que seria a região do Cerrado baiano.

Então, essa alternativa tem que ser muito bem pensada. Ainda uma alternativa seria tirar água do Tocantins já lá embaixo, ali na divisa do Tocantins com o Maranhão, na barragem de Estreito, e levar a água para o Rio Balsas; deste, cair ali no Parnaíba; e, deste, vir para o interior do Ceará. Entretanto, isso não seria tão interessante, embora eu seja cearense, porque não levaria água para o Rio São Francisco, já que o ideal seria a integração com o São Francisco, que, hoje, é a grande fonte hídrica de praticamente todos os Estados do Nordeste que têm Semiárido. Então, estamos aí buscando otimizar essas alternativas.

Todavia, hoje, há um tendência, no mundo – e aí eu entro num assunto levantado pelo Senador Pimentel –, de não se apelar apenas para alternativas de buscar água em grandes distâncias, mas procurar também – e isso vai depender do desenvolvimento econômico da sociedade – alternativas, tais como a própria dessalinização de água do mar, um processo que está barateando no mundo. A água dessalinizada já foi algo em torno de US$2 no passado; e, hoje, estão conseguindo, com tecnologias mais adequadas, produzir água a US$1 o metro cúbico. Ou seja, já caiu pela metade o custo, de alguns anos para cá, com toda a tecnologia desenvolvida por Israel. Os Estados Unidos também já entraram nessa área. Cidades como San Diego, na Califórnia, que pertence à Grande Los Angeles. O sul da Califórnia, hoje, está estabelecendo um plano para, em 30 anos, depender o mínimo possível de água transposta da Bacia do Colorado, baseada na dessalinização da água do mar, uma grande planta, a maior planta do mundo foi construída agora em San Diego, na costa oeste dos Estados Unidos. E também uma planta de reúso, ainda em nível piloto, coletando o esgoto, fazendo tratamento em diversas fases, e jogando de volta a água na torneira, inclusive. Essa é uma tendência no mundo.

Agora, a água de reúso custa o dobro da água dessalinizada. Seria algo em torno de US$1 a água dessalinizada, e US$2 a água de reúso. Isso porque para a água de reúso ficar no ponto do consumo humano, há a etapa do tratamento convencional de esgoto e mais a osmose reversa, que se faz na dessalinização. Essa é uma possibilidade.

Outra alternativa que eles estão adotando é o uso intensivo de fontes locais: a água subterrânea de uma forma cada vez mais racional, construindo barragens mais próximas e melhorando a gestão. Impressiona a evolução que os Estados Unidos tiveram. Em estive, em 1999, nessa região oeste dos Estados Unidos, e estive agora, 14 anos depois. A cultura da conservação da água está estabelecida nessa sociedade americana, principalmente na região do médio oeste e oeste, que a gente sabe que é uma sociedade que não olha muito a questão econômica, é uma sociedade da abundância, mas, em relação à água, desde a autoridade municipal, que trabalha com saneamento, até o Board, o Conselho Gestor da Bacia do Colorado, estão todos integrados e com a visão de conservar mais a água, a ponto de, numa república que é tão federativa, tão descentralizada, como a americana, o Obama criar uma assessoria especial para a questão da água.

Então, eles estão muito preocupados com isso. A cultura da economia já chegou à indústria. Hoje, há na indústria a produção de dispositivos reguladores, limitadores de vazão, e eles trabalham com planos de longo prazo, de 30 anos, 40 anos, até 50 anos, no seguinte sentido: hoje, em Los Angeles, 70% da nossa água vem da Bacia do Colorado. Nós queremos, daqui a 30 anos, depender só de 40%. Então, a gente precisa também ver esse lado de melhorar cada vez mais a gestão e não pensar só em transferência de água. Nós temos que ter o aumento da oferta ainda, o aumento da infraestrutura, mas temos que... E aí é uma consciência que nós temos que ter... A República tem aí a Agência Nacional de Águas que trabalha mais com essa pedagogia, mas os Estados precisam avançar muito também no sentido de estruturar e formatar os seus organismos de gestão da água, criar uma institucionalidade forte para a questão da água. Isso porque as secas – e isso aí já está comprovado, não é mais novidade – vão ser cada vez mais severas e cada vez mais recorrentes. A água que a gente tinha no passado não vamos ter no futuro. Isso é uma verdade.

(*Intervenção fora do microfone.)*

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Com relação à estiagem no Rio Grande do Sul, também estamos apoiando o Rio Grande do Sul na construção de algumas barragens lá. Esse é um Estado que está entrando também nessa fase de necessidade de construção de barragens para regularização de rios. Há na proposta do DNOCS, inclusive a possibilidade de o DNOCS ser expandido para atuar naquela região, levando a sua cultura de barragem... É claro, um DNOCS reestruturado é o que a gente quer.

E aí, Senador Pimentel, nós estamos dependendo do aval do Ministério do Planejamento para se fazer essa reestruturação do DNOCS nessa proposta de lei que foi elaborada com apoio do Ministério da Integração, mas também com um grande trabalho feito pelo Congresso Nacional, para que seja aprovado pelo Ministério do Planejamento. Estamos aguardando isso. O Ministério da Integração contribuiu para isso. E a ideia é que o DNOCS realmente contribua não só para o

Nordeste, mas que um DNOCS reestruturado leve sua cultura para outras regiões do Brasil, inclusive para o Rio Grande do Sul, que ainda tem uma institucionalidade frágil no Estado para trabalhar com essa questão da infraestrutura hídrica, principalmente de barragens.

A questão de São Paulo, no que se refere a Guarapiranga e Billings, estas são barragens que pertencem ao Estado. Mas ali eu diria que a Represa de Bilings é uma lição que nós temos para a questão de haver um controle da pressão urbana sobre os mananciais que atendem a uma grande região metropolitana.

No Ceará, nós temos uns reservatórios também quase dentro de Fortaleza, e há sempre uma tendência de ocupar essas áreas que se precisa ter de proteção. Nós vivemos com o conflito de a população querer ocupar essa área de proteção dos mananciais.

Eu acho que tem havido um trabalho do Governo de São Paulo, dos órgãos de São Paulo, da própria Sabesp e do DAE no sentido de tentar mitigar o efeito disso, mas chegou a um ponto em que se precisa de um amplo projeto de realocação de população.

Eu diria que fica como lição para a gente que é melhor prevenir do que remediar. Quando há a pressão urbana em direção aos reservatórios, precisa-se evitar logo e cortar o mal pela raiz.

Outras questões. Atendimento à comunidade, gerenciamento, custo da água, dos quais já falei. Não sei se faltou algum ponto aqui para abordar. Eu tenho para mim que abordei aqui todos os pontos. Segurança da irrigação também abordei.

Para dirimir esses conflitos, nós temos que ter uma melhor gestão e uma maior oferta hídrica.

Acho que era isso que eu tinha que responder a vocês. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Ministro Francisco José Coelho Teixeira.

Agora, passamos a palavra a S. Exª o Senador Walter Pinheiro, o primeiro inscrito para as perguntas. Depois, S. Exª o Senador Ruben Figueiró, S. Exª o Senador Alfredo Nascimento e S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu acho que boa parte dessas coisas colocadas como programa, perspectiva e até o nosso drama – não é, Senador José Pimentel? –, na realidade, acho que há uma coisa na fala do Ministro que é importante a gente salientar, que é quando ele cita, por exemplo, a experiência americana de tratar da água com a mesma força com que os americanos tratam da defesa: colocando-a não abaixo, tampouco como uma subdivisão de um ministério qualquer. Algo está vinculado à estrutura direta do gabinete. Portanto, essa é uma demonstração.

E outra é na linha daquilo que o senhor coloca, Ministro, no que diz respeito a prevenir. Essa é uma das coisas importantes, mas aí a gente fica muito com a lição. Eu sei que boa parte das coisas não foram ainda consolidadas, mas, pelo menos, vamos pegar de 2011 para cá, quando, principalmente na questão da seca, nós tivemos vários processos em que a gente foi quase que o tempo inteiro repetindo a mesma coisa e não dando passos significativos.

No caso nosso da Bahia, acho que nós avançamos. As adutoras chegaram bem, em que pese até discutir a questão de sistemas simplificados de 1.200, que o Ministro anunciou na Bahia. Não sei se a gente conseguiu receber 200. Então, é um problema porque isso gera, inclusive, não só uma desconfiança, como também alimenta o discurso daqueles que querem tramar contra os programas.

Há duas coisas para as quais eu quero chamar a atenção de V. Exª, Presidente Collor, que tem feito, inclusive, um acompanhamento sistemático a partir desses gargalos, que é para a gente acompanhar no Ministério.

Uma delas é exatamente essa política de reservação de água. O Ceará, no passado, fez isso muito bem. Talvez essa seja uma política que tem uma eficácia ou pelo menos uma capacidade de execução mais rápida do que grandes eixos. Portanto, tem uma capacidade de resposta. Porque, quando pegamos um período como esse de chuva, de repente, vai até nevar no Ceará. Daqui a pouco vai até nevar. É por isso que eu estou dizendo. Só que isso vem, bate, vem água que não acaba mais, e a gente tem uma baixa capacidade, até porque o velho ditado diz que "tudo corre para o mar". E como a gente não está dessalinizando, vamos ver se, então, a gente consegue segurar antes de ela chegar no mar.

Então eu acho que essa é uma das coisas. Eu estou falando muito isso, porque estava vendo ali o mapa da Bahia que Ministro mostra, vamos ver ali vários sistemas e tal e, como a Bahia é muito grande, aquilo termina ficando diminuto. Vamos pegar os oito anos para cá, não vou nem falar anterior a isso, os oito anos para cá, nós fizemos muito pouco nessa área de reservação. Muito pouco. Então, é uma necessidade, Presidente Collor, de atuar principalmente para os nossos Estados, porque aí conseguimos ir fazendo os atendimentos e a cobertura, ou melhor: no momento mais crítico se tem como atuar.

Eu me lembro que a ANA, Ministro, até no plenário aqui desta Comissão, trouxe um trabalho naquele período mais crítico da seca, fez um levantamento em

como é que estava a nossa reservação no período mais duro. A Bahia estava com 30% da sua capacidade, e mesmo assim com uma grande concentração na nossa área lá, que é a Pedra do Cavalo, portanto, que é muito mais próximo de Salvador do que do sertão. Era no Recôncavo, o grosso de Pedra do Cavalo é no Recôncavo. E no Recôncavo chove muito. Alguém pode perguntar se está errado. Não, é porque ali é, inclusive, um lugar de captação de água até para aproveitar boa parte dessa captação. Mas, se ela foi o lugar de reservação em que a gente conseguiu preservar a maior quantidade de água, por outro lado a gente tem dificuldade de fazer essa água chegar.

Então, essa estrutura que eu vou chamar de capilarização da reservação eu acho que deveria ser uma das coisas centrais. Ainda que se diga que demora para fazer uma barragem. Mas demora menos que uma adutora, como nós fizemos aqui o algodão, caso de Guanambi, como encerramos agora lá no caso da região de Irecê, mais de 100km. E mesmo assim ainda temos que resolver o problema de Mirorós.

Então, essa é uma área a que eu queria chamar a atenção, associando à questão da obtenção de água de subsolo. Nós estamos lá com o projeto no aquífero em Tucano, o Projeto Nordeste, que acho uma experiência importante, mas, também do ponto de vista da perfuração desse subsolo, a gente também encontrou diversos erros, que a gente bate ou não encontra ou tem que ser extremamente...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Ou está salinizado, a água está completamente imprópria, então há um processo; ou, por exemplo, no caso do aquífero Tucano, o Projeto Nordeste, um dos poços tem profundidade de 400m, em Banzaê. Aí o senhor falava: "Por onde a adutora passa a gente vai atendendo." O povo de Banzaê reclama muito: "O primeiro poço é feito em Banzaê, mas o atendimento é só lá na ponta." O povo de Banzaê está na realidade está vendo a banda passar. Óbvio que vai chegar lá. Mas a primeira etapa... Mas há essa agonia.

Então, eu acho que era importante esta questão: a intervenção do Ministério nessas duas áreas, porque isso é algo em que se vão perenizando as condições para o enfrentamento da situação mais aguda, para consumo humano.

A outra questão é também a gente imaginar como é que nós vamos tratar essa questão dos perímetros de irrigação? O senhor falou, por exemplo, eu vi aqui muitas imagens do oeste, a região do Rio Preto, Rio Grande, tanto a direta quanto a esquerda do São Francisco, há uma dezena. Eu até estive com o Presidente da Codevasf recentemente, ele esteve aqui em meu gabinete, falamos sobre a possibilidade da gente aproveitar ali a parte de Xique-Xique no São Francisco, tentar ver alguma coisa de aquicultura, piscicultura, enfim. Mas e o funcionamento desses perímetros de irrigação? Porque, na realidade, a gente faz um investimento enorme, cria uma expectativa brutal, abre-se uma frente e a gente passa anos e anos a fio com problemas sérios da sobrevivência dessas pessoas. Então, são dois pontos que eu acho que encaixariam bem nessa questão para a gente atuar.

A outra parte que o senhor tocou, sobre como é que o Ministério atua principalmente nessa área mais de desastre, plano de defesa civil, que eu acho que é importante que a gente dê uma acentuada nisso. O Brasil, pelo menos, ganhou um plano agora. Nós precisamos, cada vez mais, aprimorar a nossa capacidade.

Aliás, o senhor falou de San Diego, da dessalinização. Eu estive em San Diego, fui visitar essa unidade até por conta da parte da tecnologia, que é a parte que tem a ver mais com a minha profissão. San Diego, na realidade, não está só se destacando nessa parte. Para quem não sabe, San Diego, hoje, é a sétima cidade americana. Foi uma das últimas cidades americanas do ponto de vista da economia e, hoje, é a sétima cidade americana. San Diego, durante muito tempo, foi tratada como a cidade da prostituição e dos veteranos de guerra. Hoje, é a sétima cidade americana, inclusive em outras áreas fundamentais: na área de tecnologia e na área de fármacos. Inclusive, um brasileiro, um dos 50 maiores pesquisadores do mundo hoje, vive em San Diego – coincidentemente um baiano: Cláudio Juazeiro. Essa situação de San Diego foi importante para definir exatamente como se pode agregar, reduzir esse custo da dessalinização a partir exatamente dessa tecnologia. Essa é a experiência.

Guardadas as devidas proporções dos Emirados – Dubai e Abu Dhabi –, San Diego fez exatamente um plano: como vou depender menos do Colorado, para reduzir custos. Porque a conta que eles fizeram em San Diego foi exatamente essa: fica mais barato usar essa tecnologia que a gente desenvolveu aqui, Presidente Collor – isso eles nos diziam lá –, que trazer água do Colorado para cá.

Então, eu posso fazer essa mediação. Acho que é importante a gente ter essa cultura e usar, Ministro, essa tecnologia toda em que se avançou para essa área de defesa civil; começar a trabalhar na prevenção, começar a utilizar isso cada vez mais de forma acentuada, lincar isso como prioridade, porque, senão, o Ministério da Integração Nacional vai terminar o tempo inteiro... E como vai chegar neve ao Ceará, vão acabar enxugando gelo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Walter, neve nem tanto, mas vinho já estamos fabricando.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Fora do microfone.) – E agora, vamos produzir azeite.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente Fernando Collor, Sr. Senador José Pimentel, eminente Sr. Ministro Francisco José Coelho Teixeira, eu sou de uma região que não sofre os impactos da seca como acontece no nosso Nordeste, mas sou integralmente solidário com as políticas que o Governo, no curso do tempo, vem aplicando para minorar o sofrimento das populações daquela região.

Mas quero dizer a V. Exª que, no meu Estado de Mato Grosso do Sul, também há episódios de seca – claro que não são tão severos quanto nos Estados do Nordeste. Daí por que eu ouvi, com a maior atenção, o maior respeito, a exposição que V. Exª fez a respeito das providências que o Ministério tem feito em favor daquelas populações.

Mas gostaria, com essas breves considerações, fazer-lhe apenas duas perguntas, que dizem respeito, evidentemente, a anseios do meu Estado.

Indago a V. Exª quais são as políticas, programas e ações do Ministério da Integração Nacional que têm sido ou poderiam ser aplicados para mitigar os efeitos da seca na Região Centro-Oeste, em especial, por incrível que pareça, no Pantanal sul-mato-grossense. Parece incrível fazer uma pergunta dessa ordem. E testemunha maior desse problema está aqui, o Senador Delcídio do Amaral. Estou falando sobre o Pantanal sul-mato-grossense. S. Exª poderá avalizar as minhas perguntas, que são breves.

A segunda é a seguinte: os períodos prolongados de seca evidenciam sério problema de assoreamento que tem ocorrido em importantes rios da Região Centro-Oeste, como os Rios Taquari e Paraguai, justamente no Pantanal sul-mato-grossense.

Esse é um problema cuja solução depende da coordenação de esforços de diferentes entidades governamentais. De que maneira o Ministério da Integração Nacional pode atuar para contribuir na solução da questão do assoreamento dos rios na região, que é extremamente grave?

Eu sei, tenho convicção, como o Senador Delcídio do Amaral, de que providências estão sendo estudadas no âmbito do seu Ministério, principalmente com relação ao assoreamento do Rio Taquari.

Gostaria de ouvir de V. Exª algumas explanações a respeito, reiterando minha admiração e respeito pelas providências que o Ministério da Integração Nacional tem tomado com relação ao nosso querido Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Ruben Figueiró.

Pela ordem, S. Exª o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Só para fazer o registro e reiterar as falas do Senador Figueiró sobre o nosso Mato Grosso do Sul e a importância que o Ministério da Integração Nacional tem para a nossa região, especialmente uma região de fronteira, uma região que faz divisa com o Paraguai e com a Bolívia, dois países importantes sob o ponto de vista da integração não só da nossa região, mas também do Brasil, olhando-se especialmente a Ásia e o Oceano Pacífico...

Quero aqui registrar também o apoio que o Ministério da Integração sempre tem dado a Mato Grosso do Sul, principalmente através da Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), e dos companheiros aqui presentes – o que não poderia deixar de registrar –, sempre muito atentos e sempre muito sensíveis às demandas da nossa região e especificamente às do Mato Grosso do Sul.

Também quero fazer coro ao Senador Figueiró, quando fala das bacias hidrográficas do nosso Estado, a do Paraná e a do Paraguai, mas, aqui relembrando Taquari, nós temos uma audiência marcada com a Casa Civil da Presidência da República, para discutir exatamente o Rio Taquari, um dos maiores acidentes ambientais do Brasil, se não o maior.

O Rio Taquari foi assoreado em função de programas governamentais anteriores, e, naquela região, em função das chuvas intensas que efetivamente acontecem sazonalmente, muito material foi carreado para o leito desse rio, especificamente para o Rio Taquari. Com isso, a fauna e a flora foram muito prejudicadas, sem falar nas atividades econômicas e na vida, no dia a dia dos ribeirinhos também, além dos produtores, enfim, todos aqueles que foram diretamente impactados e que tiveram suas terras, inclusive, alagadas em função desse assoreamento intenso.

Estamos agora retomando um projeto importantíssimo, que é a revitalização do Rio Taquari. Espero que o Governo tenha a sensibilidade necessária para compreender a importância desse projeto não só para Mato Grosso do Sul, mas também para toda a Região Centro-Oeste e para o Brasil.

Então, gostaria de fazer coro aqui às palavras do querido Senador Figueiró, um homem que sempre batalhou pelas grandes causas, pelas nobres causas do Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Delcídio do Amaral.

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente Fernando Collor e prezado Ministro de Estado da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, pude ouvir uma boa parte da sua exposição pela Rádio Senado e agradeço. Acho muito importante que aqui tenha comparecido, para explicar sobretudo como seu Ministério e o Governo da Presidenta Dilma vêm agindo, inclusive no que diz respeito ao melhor aproveitamento das águas e, sobretudo, do Rio São Francisco, para resolver o problema, ainda mais diante, da persistência da seca.

A seca, na verdade, é algo que é inerente à natureza do Nordeste brasileiro, mas felizmente ali há o Rio São Francisco. Eu agradeceria se o senhor puder aqui responder a algumas questões relativas a um dos mais veementes críticos da transposição do Rio São Francisco e que batalhou para que houvesse outra diretriz.

Acho que por volta de 2005 tivemos uma audiência pública no plenário do Senado com diversos especialistas e interessados no tema, dentre os quais compareceu Dom Luiz Cappio, bispo da margem do Rio São Francisco, que há 33 anos está naquela diocese no médio São Francisco. Ele, inclusive, fez um curso de Teologia do Brasil, em Petrópolis, e foi aluno do Leonardo Boff e outros teólogos da Teologia da Libertação. Muitas vezes ele se refere ao Rio São Francisco como a mãe e o pai de todo o povo, de onde tiram o peixe para comer, a água para beber e molhar suas plantações, principalmente em suas ilhas e áreas de vazantes, pois, mesmo não sendo o maior rio brasileiro em volume de água, talvez seja o mais importante do País, porque dá condição de vida à população. Ele sempre dizia: "Rio São Francisco vivo, povo vivo. São Francisco doente, morto; população doente e morta."

Acho que V. Exª conhece as críticas que muitas vezes ele fez. Eu procurei levantar aqui entrevistas recentes, em que ele diz que tem tido dificuldade de diálogo com o Governo. Em algumas ocasiões, ele chegou a conversar com o Presidente Lula, quando debateu o plano de transposição das águas. Mas, depois, passou a mencionar, em entrevistas de 2012 e 2013, que não tem tido diálogo, mas continua a fazer as peregrinações. Ainda recentemente, fez uma peregrinação à origem... Enfim, acho que o senhor conhece melhor do que eu. E eu que não sou do Nordeste e não conheço tão bem a região, mas obviamente como brasileiro me preocupo. Conheci o Rio São Francisco uma vez saindo de Minas Gerais, de Pirapora, e peguei aquele vapor – acho que não existe mais –, que ia de Pirapora a Juazeiro. Foi uma viagem de pouco mais do que uma semana. Foi extremamente interessante. Para mim foi uma descoberta de coisas bonitas do Brasil. O Senador Walter Pinheiro deve ter viajado diversas vezes por ali, não é?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Hoje há transporte de Ibotirama até Juazeiro. De Propiá até lá ainda estão com vários problemas, mas de Ibotirama a Juazeiro, mesmo com ausência de dragagem ainda dá... Há uma empresa cearense, inclusive, que pega o algodão na Bahia e leva até Juazeiro para, de lá, levar até o Ceará, pelo São Francisco. De Ibotirama...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Em 1974 eu tinha 33 anos, mas tenho vontade de voltar lá e ver. Mas agradeceria muito se o senhor pudesse... Como o senhor deve conhecer bem as entrevistas dele e as críticas: em que medida o Governo tem levado em consideração críticas como, por exemplo, o que ele tem dito às vezes e ressaltado que as populações ribeirinhas nem sempre têm sido consultadas, levadas em consideração. Em que medida isso tem sido observado, tem sido eventualmente corrigido?

Eu gostaria que V. Exª também fizesse alguma observação sobre o seguinte exemplo: ainda em recente horário eleitoral, o Senador Aécio Neves apareceu num lugar onde está sendo realizada a transposição das águas do Rio São Francisco para informar: "Aqui as obras estão paradas". Algo assim que ele falou. Agradeço se o senhor puder nos dizer em que medida essas críticas fazem sentido, sejam a do Luiz Cappio, sejam a dos Senadores da Oposição, porque obviamente isso é de grande interesse da população brasileira e, sobretudo, de todo o Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra ao Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Dr. Francisco José Coelho Teixeira.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Bem, tentando responder ao Senador Figueiró e ao Senador Delcídio do Amaral.

Com relação ao Mato Grosso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Mato Grosso do Sul, claro! Quanto ao tratamento da questão da água, embora possa haver algum período de escassez – e, como bem o Senador falou, não é como a seca que ocorre no Nordeste –, obviamente existe problema de falta de água até na Amazônia. E é um problema sério. Em várias comunidades da Amazônia, a margem do rio, há problemas de água, que podem se dar não só pela escassez quantitativa, mas pela falta de qualidade da água.

Diferentemente do Nordeste – embora tenha hoje, também, cada vez mais acentuadamente, problemas com relação à qualidade, pois, se há menos água, há menos qualidade –, o que chama a atenção no Centro-Oeste, e o senhor colocou bem o exemplo do Pantanal, é a questão da água associada ao meio ambiente, ou seja, da interface ao que a gente chama em recursos hídricos, vamos dizer, de área hidroambiental, que é a área que está na fronteira entre os recursos hídricos e o meio ambiente. Há esse tipo de problema, por exemplo, de assoreamento no Rio Taquari. Esse é um problema ambiental. São Francisco também tem esse sério problema. Isso vem da degradação ambiental. É o preço que a sociedade paga pela exploração dos recursos naturais às vezes de uma forma mais intensiva, e que poderia ser feita de uma forma mais racional. Isso foi bastante discutido no Congresso nos debates do Código Florestal.

Eu volto àquela questão: é melhor prevenir do que remediar. Quando não se faz uma prevenção e não tenta desenvolver de uma forma mais sustentável a região, vai se pagar um preço alto para recuperar um recurso natural.

Já estamos pagando na Bacia do São Francisco. Há um projeto de revitalização para a Bacia do São Francisco, em que está sendo trabalhado principalmente a coleta e o tratamento dos esgotos, mas há problemas de assoreamento também que, de certa forma, se procura trabalhar.

As experiências que a gente tem no mundo de recuperação, de revitalização de rios envolve cifras absurdas. Quanto é que a Alemanha gastou para recuperar o Rio Ruhr? Quanto é que a Inglaterra gastou para recuperar o Rio Tâmisa? Quanto é que a França gastou para recuperar o Rio Sena? É um alto custo.

Eu não vejo outra forma de conseguir intervir num processo desse sem procurar, vamos dizer, estancar hoje o processo erosivo e estabelecer um projeto, um programa de revitalização para tentar recuperar aquilo que foi degradado. É uma tendência no mundo hoje. Países ricos e com muito mais dinheiro do que o Brasil trabalham com a questão de revitalização e recuperação dos seus rios.

Então, o Ministério da Integração, com esse plano que eu abordei aqui e, como eu bem falei, a gente quer visitar cada Estado. Claro que nós vamos trabalhar com a questão da infraestrutura hídrica. Eu não imagino lá no Pantanal a gente – me pode nem deve – fazer barragens, fazer obras que interfira naquele ambiente que está lá. Mas algum outro tipo de ação estrutural a gente poderá lá detectar e fazer no sentido de tentar recuperar esse ambiente e estancar o processo de degradação. Como eu falei, a gente pretende fazer junto e é por isso que estamos trabalhando com a Agência Nacional de Águas. Eu sou humilde aqui em dizer que o Ministério da Integração tem um histórico que está mudando agora, principalmente no Governo da Presidente Dilma – e quero aqui reconhecer o mérito do Ministro Fernando Bezerra, que conseguiu montar uma boa equipe e conseguiu mudar alguns paradigmas no Ministério. E essa área de se planejar melhor é uma na Secretaria de Infraestrutura Hídrica.

Então com esse plano e em parceria com a Agência Nacional de Água, que tem uma boa *expertise* na área de planejamento e nessa questão não só da água, mas ambiental, e ANA, como vocês sabem, é ligada também ao Ministério do Meio Ambiente, a gente busca através do Interáguas, que é um projeto financiado pelo Banco Mundial, estabelecer esse plano Nacional de Infraestrutura hídrica. E, naquilo que for ação estrutural o Ministério da Integração vai junto com o Estado de Mato Grosso do Sul fazer alguma prevenção para entrar no PAC 3, intervenções que possam contribuir com a melhoria do meio ambiente dos rios no Centro-Oeste.

E algumas ações não estruturais têm que ser feitas: educação ambiental, ações e uma fiscalização melhor que caberia ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ibama e a própria Agência Nacional de Águas. Essa é a ideia que gente pretende trabalhar.

O Senador Walter Pinheiro abordou a questão da Bahia, e aí Senador eu considero realmente que em relação ao Ceará especialmente, que teve o privilégio de ter o DNOCS lá como sede e ser o Estado mais emblemático, mais simbólico em relação as secas, criou uma infraestrutura hídrica no seu Semiárido bastante ampla. E hoje tem mais atenuados os efeitos da seca do que o sertão da Bahia. A Bahia é um território extenso, tem diversos ecossistemas, tem essa região do Recôncavo, uma região mais úmida próxima ao litoral, tem uma região de agreste também, tem o sertão, tem a Chapada Diamantina, tem lá o sertão do São Francisco e tem o Cerrado. Então, o que eu acho é que historicamente a Bahia se atrasou em relação a Estados como Ceará, o próprio Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, até porque são Estados aon-

de o Semiárido ocupa a maior parte do território, em montar uma infraestrutura hídrica que numa seca como essa conseguisse atravessar de forma mais atenuada.

Realmente eu acho que a Bahia, diferentemente do Ceará, tem ainda possibilidades de fazer um amplo programa de barramentos. Ou seja, a Bahia tem uma drenagem superficial muito rica, uma rede de tributários muito ampla e pode fazer amplo plano de barramentos. E não é à toa o seguinte: no Plano Nacional de Segurança Hídrica, o primeiro Estado que a gente quer visitar junto com a ANA é a Bahia, para poder exatamente sentar com o governo do Estado da Bahia, os representantes do setor de recursos hídricos e saneamento da Bahia para poder colocar as grandes intervenções não só de adutoras, como tem se intensificado muito e com a preocupação de trazer sempre do Rio São Francisco, mas também de barragens. Eu considero que há muitas barragens, pelo menos umas 14 grandes barragens que já foram demandadas em DNOCS e Codevasf e no próprio Ministério. Então, a gente quer assim iniciar esse plano estabelecendo as grandes diretrizes para o Estado da Bahia.

E o eixo sul, como eu falei aqui, está em processo já de final de licitação e contratação, que funciona para a parte mais seca da Bahia, assim como o São Francisco funciona para os Estados do Nordeste. Mesmo havendo as barragens, podem ocorrer secas extremas como essa, em que algumas barragens venham a colapsar. E o eixo aumenta a garantia, certo? Mas concordo com sua observação.

Sobre os comentários do Senador Suplicy em relação às ideias e à posição de Dom Luiz Cappio, respeito a posição do bispo, acho que ele demonstrou ali, em 2005 e 2006, as preocupações que tem com o Rio São Francisco. Acho que o Projeto de Integração do São Francisco foi muito benéfico, não só porque resultou na obra que estamos fazendo hoje – que já está com 50% praticamente prontos – mas a sua necessidade está mais do que demonstrada com a seca atual.

Se o Projeto São Francisco estivesse pronto na sua plenitude, estaríamos mitigando os efeitos da seca em mais de 300 Municípios. Então, se havia uma dúvida sobre a necessidade ou não do Projeto de Integração do São Francisco, ela pode ser tirada agora, com a seca atual. Então, para aqueles que achavam que o projeto era uma coisa faraônica, um elefante branco, desnecessário, a seca atual está demonstrando que todos os reservatórios de pequeno e médio porte já estão praticamente secos. E se ela perdurar para o próximo ano, vai começar a haver reservatórios de grande porte secando também.

Eu vi o Orós, um açude de 2 bilhões de metros cúbicos, com 8% de sua capacidade praticamente na lama; o Banabuiú, lá no Ceará, com 1,7 bilhão, também com 6%. Hoje, o maior reservatório da Paraíba já se encontra beirando os 20%, o Coremas-Mãe D'água.

O Rio Grande do Norte ainda tem alguma água, ali na Armando Ribeiro Gonçalves, mas, a perdurar essa seca, não tenho dúvida de que, mesmo naquelas regiões onde se concentram esses grandes reservatórios, vamos ter de optar entre a água para a atividade econômica e a água para o abastecimento humano. E isso não é bom. Tudo bem, a sociedade tem de ter água para beber, mas como se vai desenvolver o PIB de uma região que está hoje na metade do PIB brasileiro? São 28% da população e 14% do PIB.

A água pode não ser um fator determinante do desenvolvimento, mas para o Nordeste é o fator condicionante mais importante. Está entendendo? Não gosto de dizer que, com a água, vamos transformar o Nordeste em Israel, no médio oeste americano, porque, se água fosse a solução de todos os problemas, a Amazônia já seria a região mais rica do mundo. Mas ela é fundamental.

Acho que o bispo colocou suas preocupações pertinentes, muito realistas, sobre as questões ambientais do Rio São Francisco. Agora, o que se precisava entender não só em relação ao bispo, mas também aos outros opositores do Projeto São Francisco naquele momento é que o Projeto São Francisco, sem estar feito, nem iniciado naquela época, não era o fator que prejudicava as questões, causava os impactos ambientais no Rio São Francisco.

Com todo o respeito, os próprios Estados que têm territórios inseridos na Bacia do São Francisco é que contribuíram para a sua degradação. Minas Gerais, por exemplo, desmatou muito a Bacia do Rio São Francisco: 70% da água do Rio São Francisco vêm de Minas Gerais, com o seu desenvolvimento industrial. Todo mundo sabe que a indústria do aço, a indústria-base de Minas, no passado, usava, inclusive, carvão vegetal.

A agricultura também contribuiu, e temos de ter alguma preocupação aí, Senador Walter Pinheiro, porque, se 70% da água vêm de Minas Gerais, da parte úmida e subúmida de Minas, do Rio São Francisco, 20% vêm do Cerrado baiano.

E lá a fronteira da soja, que é uma *commodity* importante para o Brasil, para a nossa balança comercial, dá a sua contribuição. Se não for explorada de uma forma mais racional, para grandes tributários do São Francisco, como o rio Grande, um grande afluente do São Francisco, haveria problemas. Mas o fato é que o Projeto de Integração do São Francisco, eu diria que ele teve o mérito de trazer para o debate questões relacionadas, problemas de meio ambiente, na bacia do São Francisco, que não tinham ainda um fórum para

se discutir. E não é à toa que, junto com o Projeto São Francisco, o Governo Federal, o então presidente Lula, criou o projeto de revitalização. Aí, pergunto: qual é o outro rio... Sei que o rio São Francisco é um dos rios mais importantes do Brasil, é o rio da unidade nacional, mas o Paraíba do Sul, que banha o seu Estado, representa 14% do PIB brasileiro ali com toda a atividade econômica que tem. O rio Paraíba do Sul não tem um programa de revitalização criado pelo Governo Federal, e o rio São Francisco tem, criado no governo do presidente Lula. Então, esse foi um fator importante também que surgiu no âmbito da discussão do Projeto de Integração do São Francisco.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – O senhor permite uma sugestão, Presidente Fernando Collor?

Agradeço sua resposta e, inclusive, o respeito com que V. Exª se referiu a Dom Luiz Cappio.

Eu queria deixar uma sugestão aqui: quem sabe o senhor poderá averiguar qual o melhor dia e hora, mas quem sabe possa V. Exª e, inclusive, a Presidenta Dilma um dia convidar, em alguma ocasião ali, pelas margens do rio São Francisco, em um dos lugares – não sei se na Barra ou em outro lugar, porque o rio São Francisco tem tantos lugares-chaves importantes –, quem sabe em uma dessas visitas que a Presidenta faça, convidá-lo para um diálogo. Porque ele aqui, em entrevistas que li, recentes, em algumas ocasiões ele se queixa de não ter esse diálogo. Como o senhor demonstrou esse respeito, e o senhor tem o conhecimento em profundidade hoje daquilo que está sendo feito, acho que esse diálogo poderia ser útil para todos que se interessam e estão debatendo o assunto.

É a sugestão que eu deixo.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Claro, não tenha dúvida. E eu diria que muitas das ideias do bispo estão sendo transformadas em ações que vêm sendo desenvolvidas não só pelo Ministério da Integração Nacional, no âmbito do Governo da Presidente Dilma, mas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, com o amplo programa de implantação de cisternas, cisternas de placas. Por exemplo, um grande parceiro do Governo Federal hoje é a ASA (Articulação no Semiárido), que tem toda uma integração...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Aliás, esse projeto ele elogia, nas entrevistas. Diz que o projeto Cisternas é muito positivo. Ele só tem uma preocupação com o uso político que está sendo feito, mas ele considera muito positivo.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Porque se dizia muito, naquela época, que, em vez de aplicar recursos para fazer a obra de integração do São Francisco, se fizesse o programa de cisternas.

Como técnico, defendo os dois. Eles não são excludentes; são complementares. A cisterna é uma alternativa para mitigar os efeitos da falta d'água na população rural difusa. E o projeto São Francisco é um projeto para garantir água para boa parte da população urbana do Nordeste, que já representa cerca de 75% a 80%. Então, os projetos são complementares. Nós não vamos resolver o problema de água do Semiárido com a visão de excluir uma alternativa em detrimento de outra; elas são complementares.

Só para encerrar, sobre a visita do Senador Aécio às obras do São Francisco, o Senador Aécio foi a um trecho, chegou à obra quando havia 6,5 mil operários trabalhando. Aí, ele vai a um trecho que já está pronto ou então que ainda não havia sido recontratado e diz: "a obra está parada". Mas podia ter ido a um trecho que havia lá, entre, por exemplo, Cabrobó, em Pernambuco, e Jati, no Ceará, que tinha 3,5 mil pessoas trabalhando. Agora, se for lá novamente, todos os trechos estão sendo trabalhados. Só não estão sendo trabalhados os trechos que já estão prontos.

Essa é uma obra que envolve quase 500km de eixos de canais. Você vai pegar trechos que ainda não foram totalmente atacados, trechos que já estão prontos e trechos que estão sendo trabalhados. E hoje nós temos 7 mil pessoas trabalhando no Projeto de Integração do São Francisco. Então, não podemos dizer que uma obra dessas está parada.

Era isso que eu tinha para colocar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Seria importante ele estar aqui para ouvir essa resposta. Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Senador Suplicy, eu gostaria que V. Exª aguardasse aqui, porque eu quero me referir justamente à interpelação de V. Exª. É sobre a visita do Senador Aécio lá nessa região.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – S. Exª o Senador Ruben Figueiró com a palavra.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – A nossa missão é provocar decisões. O que o Senador Aécio Neves fez foi justamente isso e graças, inclusive, à presença dele foi possível ao Governo Federal tomar as providências que tomou.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Ruben Figueiró.

Eu indagaria se algum Senador teria algo a perguntar ao Sr. Ministro da Integração Nacional. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Não havendo mais Senadores que queiram fazer uso da palavra, antes de encerrar a presente reunião, eu gostaria de agradecer a presença de todos, em especial do Sr. Ministro da Integração Nacional, Dr. Francisco José Coelho Teixeira, pelas importantes informações trazidas ao conhecimento desta Comissão.

Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Agradeço a S. Exª o Senador Ministro José Pimentel, que é o Presidente da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca (Ciposeca). Todos nós integrantes desta Comissão esperamos que esse período de estiagem não seja tão danoso quanto foi o período passado. Esta Comissão estará trabalhando de forma muito próxima com o Ministério da Integração Nacional para encetar iniciativas e obras de minimização dos efeitos desta estiagem que se prenuncia também rigorosa. Esperamos que não tão rigorosa quanto do ano passado.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada imediatamente após o encerramento desta, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 07 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 58ª REUNIÃO, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Humberto Costa, José Pimentel, Ivo Cassol** e **Ruben Figueiró**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e propõe a dispensa de leitura das atas da 57ª e 58ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. **Item 1 – MENSAGEM nº 91, de 2013**, de autoria da **Presidenta da República**, que "*submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor REIVE BARROS DOS SANTOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL*". Relatoria: Senador **Humberto Costa**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI). **Item 2 – REQUERIMENTO DA CI Nº 54 de 2013**, de autoria da Senadora **Lúcia Vânia** e outros, que *"requer, nos termos do inciso II do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado um representante da Confederação Nacional da Indústria, para uma apresentação sobre o Projeto Centro-Oeste Competitivo".* Resultado: aprovado. Faz uso da palavra o Senador **Walter Pinheiro**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e quarenta e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas, no *Diário do Senado Federal.*

Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 57ª e 58ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 91, DE 2013
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor REIVE BARROS

DOS SANTOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *Leitura do relatório, conforme art. 2º, inciso II, do Ato nº 1, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI)*

Será concedida, automaticamente, vista coletiva após a apresentação e discussão do relatório, nos termos do Ato nº 1, de 2009, conforme já aqui citado, também com a redação já colocada.

Concedo a palavra a S. Exª o Sr. Senador Humberto Costa para proferir o seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Senhora Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Reive Barros dos Santos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, o assunto cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Reive Barros dos Santos nasceu em 19 de setembro de 1951, na cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco, onde reside. Tem, portanto, 62 anos, é casado e engenheiro eletricista graduado pela Escola Politécnica de Pernambuco em 1974. Concluiu o mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2003, com linha de pesquisa em Gestão de Empreendimentos de Transmissão de Energia Elétrica, o que lhe possibilitou aprofundar o conhecimento do atual modelo do setor elétrico brasileiro e, principalmente, a compreensão das questões setoriais de natureza regulatória.

O engenheiro Reive é especialista em Administração Estratégica, tendo atuado em grandes empresas do setor elétrico na área de distribuição e transmissão de energia elétrica, tendo acumulando trinta e oito anos de experiência profissional, com atuação em nível regional e nacional. Sua trajetória é multidisciplinar, com passagens tanto por projetos de usinas hidrelétricas quanto por trabalhos voltados para a regulação dos serviços de energia elétrica.

Professor Adjunto, ele ministra as disciplinas Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica na Escola Politécnica de Pernambuco, da Universidade de Pernambuco (UPE), desde 1977. É o Coordenador dos MBAs em Engenharia de Distribuição de Energia Elétrica e em Comercialização de Energia Elétrica da Instituição, tendo a oportunidade de debater os principais objetivos do atual modelo do setor elétrico, tais como a garantia da segurança do suprimento, a modicidade tarifária, a estabilidade do marco regulatório e o planejamento energético integrado.

Nessa universidade ocupou os cargos de Chefe do Departamento de Energia Elétrica, de Coordenador Geral da Equipe de Elaboração do Planejamento Estratégico e de Coordenador de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

Foi Coordenador Geral do Programa de Conservação de Energia (Procel) da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) e Professor Convidado para ministrar a disciplina de "Estruturas Emergenciais para Linhas de Transmissão" na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Também foi Orientador e Membro de Banca Examinadora de monografia de cursos de pós-graduação e pesquisador sobre Geração de Energia Solar para a implantação de Sistema Termossolar.

É funcionário de carreira da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), onde ocupou os cargos de Superintendente de Projetos de Transmissão, Chefe do Departamento de Projeto e Construção de Subestações e Chefe da Divisão de Projeto de Linhas de Transmissão. Trabalhou, ainda, na manutenção de linhas de transmissão da empresa.

Na Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) ocupou o cargo de Diretor de Gestão do Sistema Elétrico e na Eletrobras foi Assistente da Presidência, responsável pela concepção e implantação de um Centro de Excelência de Energia Elétrica.

Atualmente, é o Presidente do Centro de Excelência em Energia do Acre e Assessor da Superintendência de Comercialização de Energia Elétrica, na Presidência da Chesf. Suas atividades profissionais compreendem o assessoramento técnico à Superintendência nos estudos de regulação do setor elétrico e a coordenação no planejamento estratégico da unidade organizacional. Publicou, também, diversos trabalhos em seminários e congressos nacionais e internacionais.

É sócio-fundador e membro do Conselho Técnico da Associação Politécnica de Consultoria (Policonsult), membro do Conselho Universitário da Universidade de Pernambuco e representante dos Professores Adjuntos daquela universidade.

Foi diretor da Associação Brasileira de Manutenção da XII Regional (Abramam), membro do Comitê de Integração Regional (Bracier) e membro do Comitê Coordenador de Operação do Nordeste (CCON).

Procurando conciliar a teoria e a prática, exercendo as atividades profissionais em paralelo com as atividades acadêmicas, teve oportunidade de conhecer o papel e as atribuições dos principais agentes e organizações do Setor, com destaque para a Aneel, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Operador Nacional do Sistema (ONS), todos eles fundamentais para o setor elétrico brasileiro.

Nesse contexto, o engenheiro Reive considera que a missão da Aneel é proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em beneficio da sociedade. Entende ser um grande desafio a possibilidade de fazer parte de uma organização altamente qualificada e de extrema importância para o desenvolvimento do Brasil. Espera poder trabalhar com essa perspectiva, caso tenha a oportunidade de colaborar em uma instituição responsável para a criação e manutenção de um marco regulatório estável. Além disso, manifesta a intenção de continuar pautando a sua atuação pelos princípios técnicos, éticos e morais, aliados ao compromisso com a busca pela excelência dos resultados.

Por fim, deve-se ressaltar que, caso seu nome seja aprovado nesta Casa, terá que se desincompatibilizar do emprego que ocupa atualmente na Chesf, em atendimento ao art. 6º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que impede o exercício em cargo de direção na Aneel de pessoa que mantiver vínculo desse tipo "com qualquer empresa concessionária, permissionária, autorizada, produtor independente, autoprodutor ou prestador de serviço contratado dessas empresas sob regulamentação ou fiscalização da autarquia".

A partir dos elementos apresentados, que atestam a capacidade técnica e gerencial do indicado, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Reive Barros dos Santos para ocupar o cargo de Diretor da Aneel.

Este, o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradeço a S. Exª o Senador Humberto Costa pela apresentação do seu relatório, que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 54, DE 2013

Requer, nos termos do inciso II do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado um representante da Confederação Nacional da Indústria, para uma apresentação sobre o Projeto Centro-Oeste Competitivo.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia e os Senadores Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Gim Argello, Osvaldo Sobrinho, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Ruben Figueiró, Waldemir Moka e Wilder Morais.

Observação: O requerimento foi lido na reunião do dia 13/11/2013.

Coloco o requerimento em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 54, de 2013, desta Comissão.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo, mais uma vez a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 25 de novembro, segunda-feira, às 18h, neste plenário, dando continuidade à agenda 2013/2014, "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País."

A audiência terá como tema o painel "Saneamento básico" e contará com os seguintes convidados: Sr. José Galizia Tundisi, Presidente do Instituto Internacional de Ecologia de São Carlos e o Sr. Paulo Lopes Varella Neto, Diretor de Gestão da Agência Nacional de Águas (ANA).

Pela ordem, antes de encerrarmos a reunião, S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Só para indagar V. Exª sobre a sabatina dos membros já indicados para a Anatel. Se V. Exª já designou os respectivos relatores para os casos da indicação do João Resende e Igor Freitas. Se há um calendário para leitura, e, consequentemente, calendário para a sabatina desses Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador. Como V. Exª já afirmou, foram distribuídos os processos para os relatores, respectivamente, para o Dr.

Resende, o Relator é o Senador Vital do Rêgo e para o Dr. Igor, o Relator é S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

A Comissão aguarda apenas a devolução dos relatórios para que possamos, então, marcar a data. No ato normativo dos trabalhos desta Comissão, há um prazo definido de duas reuniões a partir da entrega do relatório para que eles sejam apresentados pelos Senadores Relatores. Então, deveremos estar recebendo, no decorrer da próxima semana, e marcaremos imediatamente a sabatina dos senhores indicados para a direção da Anatel.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos e agradecendo a presença de S. Exª o Senador Jorge Viana, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.)

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas e dois minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Paulo Lopes Varella Neto**, Diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas – ANA; e o Senhor **José Galizia Tundisi**, Presidente do Instituto Internacional de Ecologia de São Carlos. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezenove horas e cinquenta e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 60ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados.

5º Ciclo de Audiências. Relato do 2º Painel.

Em continuidade ao Ciclo de Audiências Públicas, intitulado "Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País", esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou na quarta-feira, dia 13 de novembro, o 1º Painel do tema Água: gerenciamento e utilização, com a participação do Exmº Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Dr. Francisco José Coelho Teixeira.

Discorrendo sobre ações que o Ministério da Integração desenvolve quanto ao tema Água, o Ministro afirmou que as únicas formas de garantir água para os diversos usos são a ampliação da infraestrutura hídrica e a boa gestão das águas transferidas e armazenadas por essa infraestrutura.

Nesse sentido, disse ele, foi criado no Ministério da Integração a Secretaria de Infraestrutura Hídrica, cujo objetivo maior é ampliar a infraestrutura hídrica no Brasil.

Em conjunto com a Agência Nacional de Águas, disse ele, foram estabelecidas referências para orientar um Plano Nacional de Segurança Hídrica, cuja elaboração será contratada até o final do ano. A intenção é que, já no PAC 3, tenhamos, após discussão com os governos estaduais, um elenco das ações estruturantes destinadas a resolver o problema de água para os seus mais diversos usos, para as quais os Estados almejam apoio do Governo Federal.

O plano fundado na segurança hídrica prioriza a infraestrutura com foco na garantia do abastecimento urbano e uso da água para atividades produtivas e na redução de riscos associados a inundações. Contempla especialmente barragens para regularização da oferta de água para usos múltiplos, infraestrutura de condução e derivação de água para abastecimento urbano ou usos múltiplos e sistemas de controle de cheias.

Grandes infraestruturas, afirmou o Ministro, não resolvem todo o problema da água porque, especialmente no Semiárido, só se resolve essa questão tra-

balhando ações em diversos níveis e dentro do caráter de complementariedade. Por isso, o Ministério trabalha apoiando desde a construção de cisternas, de barragens subterrâneas e de poços até um grande eixo de transferência hídrica como o Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Às vezes, a exemplo do que ocorre na região da divisa de Pernambuco com Alagoas, rios federais nascendo em território de um Estado atravessam a divisa e vão causar problemas mais sérios em outros Estados, explica o palestrante. Cabe à União, em parceria com a Agência Nacional de Águas, e os Estados, buscar a melhor solução, talvez construindo barragens num Estado para favorecer o controle de cheias no Estado vizinho.

O Plano Nacional de Segurança Hídrica vai avaliar essas questões e colocar nesse elenco de ações as melhores intervenções para esses problemas. O déficit hídrico não ocorre só pela falta natural de água em função das secas, mas também pelo excesso de densidade demográfica. Hoje, de 80% a 85% da população brasileira é urbana e, quando o País se urbaniza, é preciso uma infraestrutura hídrica mais complexa para atender a esses centros urbanos.

Assim como São Paulo, Fortaleza está sendo atendida com água da Barragem Castanhão, trazida de 200km de distância, e outras regiões metropolitanas já apresentam problemas. No futuro, disse ele, vamos ter que ampliar o leque de alternativas para garantir o suprimento hídrico dessas grandes regiões, trabalhar como outros países já fazem com dessalinização de água do mar, com reuso de águas, dentre outros.

Queremos ter para cada Estado brasileiro um mapa das soluções estruturantes, que são as soluções de médio e grande porte, em termos de água, explicou o Ministro. Isso atende de 80% a 90% da população porque resolve o problema da população urbana e no caminho dos eixos das comunidades rurais mais adensadas ou mesmo difusas. Essas grandes ações estruturantes são complementadas com ações do Água para Todos, como construção de cisternas, construção de poços com dessalinizador, sistemas simplificados, entre outros, mas temos que nos preocupar com as soluções estruturantes e organizá-las, asseverou o Ministro.

São obras como construção de barragens e adutoras de grande comprimento que foram ou estão sendo feitas para atender especialmente a população do Nordeste. Essa expansão da infraestrutura hídrica em outros Estados brasileiros vem também sendo feita, mas com foco maior no controle de cheias, a exemplo da previsão de construção de barragens no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e também no Centro-Oeste e interior de Minas Gerais, citou o Ministro.

No Projeto de Transposição do Rio São Francisco, temos em execução o eixo norte e o eixo leste, ampliação planejada da infraestrutura hídrica, que vai atender bacias hidrográficas do Semiárido de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. É água para o atendimento humano, especialmente urbano, atendimento de população difusa ao longo dos canais. É garantia de água para o suprimento do desenvolvimento econômico da região.

A visão do projeto é aumentar a garantia de água para 390 Municípios, beneficiando cerca de 12 milhões de habitantes. Também, segundo ele, temos o eixo sul captando água do Lago de Sobradinho e levando para o Semiárido mais seco do Estado da Bahia, integrando o Rio São Francisco às bacias dos Rios Itapicuru e Vaza-Barris, podendo atingir até alguns tributários do Paraguaçu, ou seja, água para a região do Senhor do Bonfim, que é muito seca. O eixo sul está em processo de licitação, devendo ser contratado o estudo de viabilidade ainda este ano, disse o Ministro.

Outra obra importante, que nasce na Barragem de Moxotó, no complexo de geração de energia da Chesf, é o Canal do Sertão alagoano. É um canal de 30m³/s, uma vazão de 30m³/s, que está sendo construído pelo Governo Federal, com recursos totalmente do Governo Federal, e já tem água em mais de 60km. Com um pequeno bombeamento, quase por gravidade, corta boa parte do Estado de Alagoas, especialmente o Sertão e parte do Agreste alagoano, e vai propiciar maior garantia de abastecimento de água para múltiplos usos, para todos esses Municípios, chegando no futuro até Arapiraca, o Município mais importante do Estado, depois da capital.

Na região de Delmiro Gouveia, afirmou o palestrante, há uma adutora que capta água do cânion do Rio São Francisco com grande custo de bombeamento. Com o apoio do Governo Federal, foram iniciadas obras de ampliação dessa adutora, que vai captar agora, na parte que já está pronta e com água do canal, diminuindo o custo de bombeamento para algo em torno de um terço, barateando, assim, o custo da água fornecida pela Casal, que é a companhia de águas e saneamento do Estado de Alagoas.

No futuro, continua o Ministro, quando o Canal do Sertão caminhar mais 26km, também a adutora da bacia leiteira, que está prevista no PAC, seca, vai ser integrada a este canal. Ou seja, é como se Alagoas fosse ter um grande açude, só que longitudinal, com distribuição espacial privilegiada dessa água, considerou ele.

Tivemos alguns problemas de continuidade na obra do Projeto São Francisco, disse o Ministro, mas hoje existem 7 mil pessoas trabalhando nesses dois canais – o sul e o leste da transposição do Rio São Francisco. E deveremos, segundo ele, atravessar o ano, passar de 2013 para 2014, com 7,5 mil pessoas trabalhando no local, podendo chegar a mais de 8 mil pessoas ainda em março de 2014. Aquilo que faltava contratar foi contratado. O que precisou recontratar foi recontratado, e a obra está aí, caminhando a pleno vapor.

Em resposta a questionamentos, o palestrante explicou que a implantação dos dois eixos da transposição do São Francisco foi replanejada em seis metas e que, à medida que cada meta for atingida, as populações locais já passarão a ser atendidas. Esperamos concluir esses dois eixos até o final do segundo semestre de 2015, mas já estamos contratando projetos de pequenos sistemas simplificados de adutoras para tirar água do canal e atender as comunidades lindeiras ao Canal.

O sistema de gestão do Projeto de Integração do São Francisco, instituído pelo Decreto nº 5.995, de 2006, é um conselho presidido pelo Ministério da Integração Nacional, com a presença do Ministro das Minas e Energia, ou do Ministério das Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, Casa Civil da Presidência da República e representantes dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

O novo decreto que está para ser assinado, além de incluir os Ministérios do Planejamento, da Fazenda, representantes do Comitê da Bacia do São Francisco e do Comitê das Bacias Receptoras, vai instituir o operador, que é a Codevasf, através de uma diretoria especial.

É um investimento grande que a sociedade brasileira está fazendo, e se pretende que esse projeto tenha uma sustentabilidade pelo menos operacional. O acordado é que, para permitir pelo menos a operação e a manutenção de forma adequada, os Estados vão pagar um valor dividido em uma cota fixa e uma cota variável, calculada hoje, com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, em cerca de R$0,20/m³ de cota fixa e de R$0,15/m³ a R$0,17/m³ a parte variável. Segundo ele, o valor anual a ser dividido entre os quatro Estados será da ordem de R$300 milhões.

O Canal do Sertão de Alagoas, afirmou o Ministro, é uma obra muito grande, avaliada hoje em R$5 bilhões, com acordos já firmados entre o Governo Federal e o Governo do Estado da ordem de R$2 bilhões. Sua conclusão, talvez num prazo de dois anos, vai depender obviamente do aporte de recursos do Governo Federal.

O Estado é o agente dessa obra, e dele depende o modelo de gestão do Canal do Sertão, disse o Ministro. Caso ele queira que o órgão federal o apoie na gestão, um acordo pode ser feito para incluí-lo no modelo adotado para o São Francisco. Também a experiência do Ceará, que criou com muito sucesso um órgão gestor estadual, que é autossustentável, pode ser adotada, observou o Ministro.

Segundo ele, duas alternativas para trazer água do Tocantins para o Semiárido nordestino foram avaliadas. A mais adequada seria integrar o Rio Tocantins com o Rio São Francisco, ligando os seus tributários. Mas, com o passar do tempo, foram estabelecidas na região mais de uma dezena de unidades de conservação que praticamente inviabilizam essa possível integração.

Outra alternativa seria tirar água do Tocantins mais abaixo, na Barragem de Estreito, levá-la para o Rio Balsas, e deste para o Parnaíba, e finalmente chegar ao interior do Ceará. Essa alternativa é pouco interessante, avaliou o Ministro, porque não levaria água para o São Francisco, grande fonte hídrica de praticamente todos os Estados do Nordeste que têm o Semiárido.

Concluindo, o Ministro afirmou que também o Rio Grande do Sul ainda tem uma institucionalidade frágil para trabalhar com a questão da infraestrutura hídrica, principalmente de barragens, e está sendo apoiado para que tenha essas condições. Segundo ele, há uma proposta de reestruturação e expansão do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), o qual passaria a atuar e a levar a sua cultura para outras regiões do Brasil, incluindo aí o Rio Grande do Sul.

Antes de iniciarmos a audiência pública da noite de hoje, mais uma vez gostaria de agradecer a participação dos internautas, dos que usam o telefone para se comunicar com o Senado Federal e com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, participando ativamente dos debates que aqui são realizados, voltando também a lembrar que aqueles que queiram participar dos debates na noite de hoje podem fazê-lo pelo Alô Senado, telefone 0800-612211, enviar a sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.leg.br/AloSenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook, ou pelo Twitter@AloSenado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema “Saneamento básico: principais gargalos e soluções”, fazendo parte do 3º Painel do ciclo sobre água, parte integrante da Agenda 2013/2014, “Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País.”

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem convido para que to-

mem assento à mesa, desejando-lhes boas-vindas em nome de todos os integrantes desta Comissão: Dr. Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas (ANA) e o Dr. José Galizia Tundisi, Presidente do Instituto Internacional de Ecologia de São Carlos.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da área de gestão da Agência Nacional de Águas (ANA).

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO – Boa tarde a todos.

Antes de mais nada, quero expressar a honra e a satisfação de estar aqui nesta Casa e saudar o Presidente Collor, o amigo Tundisi.

Vamos iniciar fazendo uma reflexão com os senhores a respeito do assunto que nos foi pedido, que seria o uso múltiplo das águas, mas com foco, nesta tarde, na área de saneamento.

Queria iniciar realmente fazendo uma reflexão que acho que é muito importante quando tratamos do tema da gestão das águas. Parece-me fundamental que se entenda a natureza dupla que a água carrega em si, ou seja, de um lado, uma água vida, uma água natureza, água que está na biosfera, absolutamente fundamental à manutenção das florestas, da fauna e da flora, mas isso está intrinsecamente ligado – e acho que é importante – a outra dimensão da água, que é a dimensão dos recursos hídricos; e aí entra a presença do homem e entra a necessidade desse insumo para que possamos se desenvolver.

Aqui também gostaria de refletir que água e desenvolvimento estão absoluta e intrinsecamente relacionados: qualquer dimensão que imaginarmos do desenvolvimento vai precisar de água. E não há outra forma, não há outro substituto, ou é água ou é água, seja para agricultura, seja para a indústria, seja para o lazer, seja para, enfim, qualquer situação. Mas o que é importante disso é que, na hora que usamos essa água para o desenvolvimento, estamos afetando aquela qualidade daquela água natureza. E a gestão de recursos hídricos – me parece o grande desafio – está exatamente balizado nessa questão.

Na busca desse equilíbrio – manter a água no seu estado natural –, usá-la como um grande vetor de desenvolvimento ou como vetor básico do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, evidentemente que haverá algum tipo de impacto, mas que ele possa ser minimizado, que ele possa ser gerenciado. Então, queria, a princípio, fazer essa pequena reflexão que me parece importante para que possamos caminhar nessa digressão em direção aos usos múltiplos.

A ANA está mandatada a pensar nessa questão, porque a Lei nº 9.433, ou a Lei das Águas, no seu art. 1º, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, determina que a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, porque é outra questão que salta quando imaginamos o desenvolvimento.

Evidentemente que existe uma hierarquia, nesse processo, quando se trata de abastecimento humano e coisas assim, mas todos os usos são importantes. Portanto, a gestão deve exatamente caminhar na direção de garantir esses usos múltiplos, seja na área de saneamento – palco maior da nossa reflexão dessa tarde –, seja em qualquer um dos outros que pontos aqui que estamos pondo na tela.

Esses usos, vistos de outra forma, ou a garantia desses usos múltiplos, nos permitirão, parece-me, enfrentar os grandes problemas. E aqui, no caso brasileiro – claro que aqui está em grandes proporções, em grandes números, em grandes dimensões–, seja na expansão da geração da hidrelétrica na área do norte, da fronteira agrícola e no Centro-Oeste, a questão do déficit hídrico no Nordeste, a questão do déficit também no Sul por razões diferentes, e a poluição, os problemas de poluição que acompanham aí ao longo dessas grandes cidades.

Antigamente, pensávamos no Nordeste somente como um problema de quantidade, mas agora essa questão da qualidade parece também se colocar como uma questão fundamental. Para fazer isso ou para acompanhar isso, a ANA, em resposta inclusive à determinação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, emite, a cada ano, um relatório que chamamos de Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos, e, a cada quatro anos, faz um apanhado maior disso, exatamente procurando avaliar, analisar e acompanhar como estão evoluindo os indicadores da situação desses recursos e da gestão.

Então, vou trazer aqui para os senhores alguns destaques do Relatório de Conjuntura – agora já de 2013 –, que ainda não está pronto, do ponto de vista físico, assim que estiver, Presidente, encaminharemos aqui para vocês, mas já é possível de ser visto na internet – colocaremos o *site* –, todos os dados que vamos levar aqui e todos os outros que não trouxemos porque, a princípio, imaginávamos de falar 15 minutos e mais focado no saneamento, mas esses dados estarão lá e vocês já podem ter acesso direto na internet.

A situação de disponibilidade hídrica superficial no País – muito rapidamente –, como um todo, é muito boa. O Brasil é o País que mais dispõe de água doce no mundo, aqui em território nacional é gerado 12% dessa disponibilidade, cerca de 180 mil metros cúbicos por segundo, embora esteja muito localizado, como pode ser visto naquela pizza ali na Região Amazônica.

Na verdade, esse é o número que mais se comenta e trazemos, mas é menor do que a realidade. Se considerarmos a água que entra vindo de montante na Bacia Amazônica, passaremos de 180 mil para 260 mil metros cúbicos por segundo, o que, como média, aparentemente, é um recurso muito grande. Evidentemente que a distribuição disso, se vocês olharem para o mapa ali embaixo, já verão que lá no Nordeste, de onde somos egressos, as questões são distintas. Passaremos de medir milhares de metros cúbicos por segundo e as unidades serão outras, serão copo, serão cabaça, serão muitas vezes até gotas, enfim, mas essa é uma distribuição mais pontual. De uma forma geral, o Brasil, graças a Deus, está muito bem no que diz respeito à disponibilidade.

Também de água subterrânea, temos uma reserva explorável considerável, ainda estamos aprofundando esse conhecimento. Nesse momento, a ANA está fazendo estudos em vários aquíferos – inclusive na Amazônia –, no Urucuia, no Guarani, implementando o resultado daquele estudo que foi feito entre quatro países. Mas, no momento, já podemos trabalhar com coisa dessa natureza.

E a qualidade? A qualidade também, de uma forma geral, é boa, se analisarmos aí dois mil pontos e olharmos aquela pizza que está posta lá, vamos ver que 76% da água é de qualidade boa; 6%, ótima, então temos quase 80% de água variando entre ótima e boa.

Entretanto, se mudarmos um pouco o olhar e focarmos agora nas áreas urbanas, essa questão já muda bastante. Vejam que, se esse for o foco, 62% já está entre regular e ruim; com 12% de péssimo. E aqui já quero fazer um *link* com que vamos comentar com um pouco mais de foco na questão do saneamento: é fundamental que isso seja feito para que essa situação melhore. Quer dizer, é na melhoria, a presença de saneamento, mas basicamente na sua falta, que a gente encontra, então, essa situação já nas áreas urbanas.

Esse trabalho do Conjuntura, eu o acho muito interessante porque, além de fazer essa análise pontual, ele também faz análise de tendências ao longo do tempo. Então, se nós olharmos ali na parte inferior direita, na tendência do que há de 2001 a 2011, e agora voltarmos à pizza, a gente vai ver que em 87% ela se manteve estável; em 7% melhorou – e isso foi graças, seguramente a saneamento –, mas em 6% piorou, quer dizer, quase que a gente trocou uma coisa pela outra. Evidentemente que desses 87% que ficaram constantes, o saneamento também atuou, mas eu chamo a atenção da importância desse trabalho que está sendo feito porque nos permite acompanhar a tendência de como é que estão evoluindo as nossas águas.

Se formos agora em relação aos usos, aos consumos, mais uma vez nós nos deparamos com uma situação global muito boa. A gente falava que nós tínhamos ali 180 mil metros cúbicos por segundo gerados em território nacional, mas que poderíamos contar até com 260, e a vazão de retirada é, em média, de 2.373. Isso não é tudo consumido; realmente consumidos nós temos 1.161 metros cúbicos por segundo. Daquele montante geral, certamente cerca de 90 a 91 mil metros cúbicos por segundo poderiam ser usados absolutamente de forma sustentável, de forma que, também, de uma maneira geral, a gente vê que o quadro é bom.

Ali se fala um pouco dos usos; a gente está vendo que a agricultura é realmente o maior usuário. Se a gente olhar na pizza de baixo, que é a de uso efetivamente consumido, nós estamos em 72%, mas chama a atenção que também o uso urbano já esteja ali com 9% e de retirada com 22%; portanto, já é também um número interessante.

Bom, eu vou passar muito rapidamente em alguns usos que nós achamos interessante para depois focar no saneamento.

A questão da agricultura, nosso maior demandante, vamos dizer assim, de água, tem evoluído no País; nós estamos neste momento com cerca de quase 6 milhões de hectares irrigados. A gente pode ver pelo gráfico que isso tem crescido, mas ainda longe do potencial que poderá chegar a cerca de 30 milhões de hectares. Portanto, a área de recursos hídricos tem que estar preparada para dar a resposta que, certamente, será demandada, porque com a irrigação nós vamos ter esse uso bastante aumentado e é preciso orientar, no espaço, enfim a melhor forma para que a gente possa ter essa agricultura irrigada aumentada, mas distribuída no espaço e no tempo de forma adequada.

O uso industrial é o terceiro em quantidade; ele é mais intenso no Paraná, no Atlântico Sudeste e no São Francisco, e seus maiores usuários são o uso para celulose, papel e produtos para metalurgia básica. Evidentemente, como os senhores podem ver, ele está mais concentrado na parte mais desenvolvida do País.

Energia elétrica também não é um uso "consumitivo", mas é um uso importante. Nós temos no Brasil um sistema interligado; 72% da nossa matriz é hidrelétrica, e nos parece que nós temos que continuar trabalhando nessa direção, embora haja outras fontes que devem ser usadas, mas essa é uma fonte característica aqui do Brasil que nos parece uma fonte limpa interessante. Nós temos um potencial grande de 260GW, e estão instalados cerca de 82, assim, ainda temos bastante para instalar, mas a grande maioria dessa energia é no Norte, e é preciso que façamos uma discussão so-

bre o tipo – não vai ser o ponto de hoje, mas talvez em um outra oportunidade – do que a sociedade brasileira quer fazer, se vamos ficar realmente com usinas a fio d'água; se podemos fazer um *trade off* maior, preservando grandes áreas e liberando outras. Enfim, eu acho que isso é uma coisa que cabe e certamente esta Casa terá todo o interesse em discutir.

Navegação também. Nós temos um País com tantos rios e, naturalmente, com uma vocação para isso; uma quantidade grande de rios que podem ser navegáveis. É claro que também aqui nós não vamos entrar neste momento na discussão, mas há um conflito e uma necessidade de uma gestão efetiva para que a navegação e a hidroeletricidade possam caminhar sem maiores conflitos, ou sem perdas, mas, ao contrário, desenvolvendo sinergia.

Bem, isso posto, vamos entrar agora mais no tema que nos foi pedido, mais um pouco na questão do saneamento. A gestão de recursos hídricos, o trabalho que nós fazemos como reguladores tem uma ligação com o saneamento basicamente em dois pontos. Se os senhores olharem na tela, nós temos ali a captação, onde nós outorgamos, e essa água depois vai ser tratada através de adutoras, vai ser reservada, vai ser distribuída, usada pela população; depois ela vai ser tratada outra vez e ela retorna. E eu lembro aquela figura, a primeira daquela reflexão inicial que nós fazíamos, da importância de que, nesse ciclo, é claro, algo se perde, mas que, o que volte, volte em uma qualidade que não venha a deteriorar esse bem.

Nesse aspecto, a ANA, depois de ser confrontada muitas vezes, em muitos momentos, sobre qual era, realmente, o déficit; quanto tinha que se implementar para se resolver o problema de abastecimento urbano nas cidades brasileiras, e a gente trabalha nisso de muito tempo, e muitas vezes tinha que inferir, etc., resolveu tomar a cabo um trabalho que nos parece muito interessante, que está disponível também na internet, os senhores podem acessar, que foi o Atlas de Abastecimento Urbano de Água. Nós procuramos ir a todos os Municípios brasileiros, todas as sedes de Municípios, e fazer uma análise efetiva de como é que estava o abastecimento, se havia problemas e onde é que estavam esses problemas; se eram de manancial ou se eram de distribuição, e, fosse um ou fosse outro, qual seria a solução. E aí a interface entre recursos hídricos e saneamento estaria por aqui, nós começamos, efetivamente, a trabalhar nessa tarefa.

É claro que isso não é uma coisa sequencial, começou-se ali em 2004 com o Atlas lá no Piauí; depois fizemos o Atlas de todo o Nordeste na primeira versão; depois o Atlas completo no Nordeste, depois Sul, depois regiões metropolitanas e, finalmente, compusemos o Atlas Brasil. Hoje, todas as 5.665 sedes de Municípios foram estudadas e isso está disponível na internet. Em cada um desses Municípios se sabe qual é o horizonte dele para 2025; onde está o problema; quanto custa fazer; o que é preciso ser feito. Então isso me parece ser uma contribuição que foi dada ao planejamento do País para que o setor de saneamento possa trabalhar com um planejamento mais efetivo.

O resultado disso é que, para o cenário de 2025, a expectativa é de que 45% dos abastecimentos de água sejam satisfatórios, entretanto, 55% do total das sedes dos Municípios, o que significa 3.059, requerem investimentos para garantir a oferta d'água até 2025. Evidentemente que isso é muito interessante esclarecer, porque, às vezes, a gente coloca e é entendido como se, em 2025, 55% dos Municípios terão problemas. O que nós estamos querendo aqui é justamente o contrário; o que nós estamos apontando é que, se não forem feitos os investimentos devidos e tomadas as providências cabíveis, isso poderá acontecer. Desses 55%, 46% são por ampliação do sistema e 9% requerem novo manancial.

Os investimentos não são pequenos – também foram levantados esses investimentos –; são da ordem de R$22 bilhões, e se os senhores notarem regionalmente ali, R$9,1 bilhão para o Nordeste; R$7,4 bilhões no Sudeste; R$2 bilhões no Sul; R$2 bilhões no Nordeste e R$1,7 bilhão no Centro-Oeste. Então, todas essas sedes urbanas, volto a insistir, os senhores podem procurar qualquer uma delas que vai ver.

E aqui eu gostaria de dizer, inclusive, que isso não foi um trabalho da ANA sozinha; ela capitaneou esse processo. Isso foi feito a duas mãos com cada um dos Estados, junto com as companhias de saneamento, levantando tudo o que existia e qual era a perspectiva realista que os Estados tinham para o futuro.

É interessante também observar, daqueles 3.059 Municípios, que para sistemas integrados e sistemas maiores os investimentos são da ordem de R$16 bilhões, e isso beneficiaria cerca de 107 milhões de habitantes; e para sedes de até 50 mil habitantes são necessários R$5,3 bilhões para aí 31,3 milhões de habitantes. Mas chamo a atenção dos senhores, pois, se invertemos a lógica e olhamos pela quantidade de sedes de Municípios, a coisa se inverte: 790 são os maiores contra 2.269, que são os Municípios menores e que merecem uma atenção especial porque realmente também nos trouxe à reflexão, o próprio Atlas, que eles têm uma fragilidade institucional muito maior, com muito mais dificuldade de se resolver por si próprio; 43% dessas sedes são atendidas diretamente pelas prefeituras, que nem sempre têm as ferramentas ne-

cessárias. Percebe-se também a ausência de serviço de saneamento estruturado.

O Atlas procurou trabalhar apresentando projetos com racionalização maior, identificando a economia de escala, desenvolvendo modelos institucionais que possam garantir depois também a operacionalidade financeira dessa obra, sustentabilidade, porque também não adianta fazer investimentos e depois não puder ter continuidade.

Seis bilhões e quatrocentos mil estariam na área do Semiárido, naqueles 22. O Atlas propõe principalmente ali onde há açudes como reservas principais de águas porque os rios são intermitentes e às vezes distantes, com sistemas integrados, 54% nas sedes dos Municípios. Então, propõe aí um pouco mais de racionalidade.

Isso aí não fui eu que pedi para botar, não; foi o pessoal quando preparou o material. Aí é Rio Grande do Norte, mostrando a quantidade de adutoras feitas. E se repete ou está começando a se repetir nos Estados do Nordeste realmente fazendo a água se transportar de onde tem uma certa disponibilidade para onde efetivamente falta.

Para esses sistemas mais complexos, esses sistemas de grandes centros urbanos, também o Atlas trabalhou. E aí são soluções muito mais complexas. Evidentemente que analisando coisas como a macrometrópole de São Paulo, o próprio Rio de Janeiro, etc., evidente que aí não estamos dizendo que este é o retrato pronto e acabado, mas fazendo uma análise mais holística dessas questões que realmente são complexas.

Bom, além disso, o Atlas também trabalhou no seguinte: quanto seria necessário para que nós fizéssemos saneamento especificamente para proteger aquelas fontes, aqueles mananciais de abastecimento. Aqui nós não estamos tratando de universalização da questão de saneamento, mas, a partir daquelas fontes que foram propostas, o que seria necessário que fizéssemos para protegê-las. E para isso seria necessário mais R$48 bilhões, chegando a de mais de R$60 bilhões.

Nesse caso, nós não fomos tão a fundo. Mas também quero anunciar para os senhores que, neste momento, nós estamos com um termo de referência já aprovado, trabalhando junto com o Ministério das Cidades, que evidentemente é o grande usuário dessas informações, através do Programa Interáguas, que deverá dar o mesmo foco de profundidade que foi dado. E nós, do Atlas, estamos chamando de esgotamento sanitário para o País.

Então, creio que com o que conseguimos aportar com o Atlas de abastecimento urbano, mais esse que será contratado para aprofundar essa imagem, nós vamos ter uma condição de planejamento bem melhor.

Tudo isso que nós estamos mostrando para os senhores pode ser acessado na página da ANA – www.ana.governo.br –, está tudo lá tanto o Conjuntura quanto o próprio Atlas. E se os senhores clicarem em cada um desses Estados, vão abrir também todos os Municípios e, nos Municípios, será aberta cada uma daquelas soluções. E os senhores verão que há minimamente um anteprojeto propondo o tipo de solução que se imagina e dizendo o quanto se imagina que isso vai custar.

Então, parece-nos que é um trabalho que ajudará muito no planejamento desse bem no futuro.

Então, em princípio, era isso que a gente queria trazer para os senhores, colocando-nos, quando oportuno, para responder às perguntas feitas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas (ANA)

Passo a palavra agora ao Dr. José Galizia Tundisi, Presidente do Instituto Internacional de Ecologia de São Carlos.

O SR. JOSÉ GALIZIA TUNDISI – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, queria agradecer o honroso convite do Presidente Senador Fernando Collor para esta reunião muito importante.

Quero cumprimentar o Dr. Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da ANA, pela sua exposição e pelo trabalho que vem realizando.

Fiz uma palestra em que procurei mostrar a situação atual dos recursos hídricos do Brasil sob o ponto de vista acadêmico, mas que permita também a integração do processo de saneamento básico e saúde pública com a economia. Essa é uma questão fundamental. Como salientou o Dr. Paulo Lopes, água é um insumo estratégico para o Brasil, porque mantém os sistemas ecológicos em funcionamento, mantém os ciclos biogeoquímicos, a biodiversidade, mas também mantém a economia, é o motor do desenvolvimento. Sem água, há pouco desenvolvimento. E a economia depende muito não só da quantidade da disponibilidade de água *per capita* como também da qualidade da água.

Eu vou focar alguns aspectos da qualidade da água que me parecem cruciais nessa discussão e vamos ver como os problemas se acumularam ao longo do tempo e de que forma se pode encontrar soluções para resolvê-los.

Quando olhamos esse eslaide, vemos os principais desafios para o desenvolvimento, que são a redu-

ção da pobreza, a duplicação da produção de alimentos sem uso excessivo de substâncias químicas sintéticas ou degradação dos ecossistemas, proporcionar energia sem degradação ambiental e proporcionar acesso à água de excelente qualidade com saneamento básico universal e desenvolver ambientes urbanos saudáveis, nós vamos ver que grande parte desses problemas repousa sobre os recursos hídricos, a disponibilidade de água, a demanda de água e qualidade de água.

Nosso Planeta, em 2025, vai ter 33 megacidades com mais de oito milhões de habitantes e 500 megacidades com mais de um milhão de habitantes. E há uma permanente contaminação do ar, água e solo como consequência, primeiro, de um crescimento populacional que, por volta de 2050, poderá chegar, com uma constante de fertilidade, a 12 bilhões e, numa constante mais conservadora, a 9 bilhões. Mas a par desse processo, temos que pensar que grande parte da população mundial hoje encontra-se em áreas urbanas. A urbanização do Planeta é um fato que deve ser lidado de todas as formas possíveis do ponto de vista ecológico, econômico e social. As grandes massas estão concentradas em Municípios, seja em megacidades, metrópoles ou pequenas cidades ou médias, como a minha São Carlos, que tem 230 mil habitantes.

Bom, esse é o ciclo hidrológico conhecido, e o Dr. Paulo mostrou claramente como as atividades humanas interferem no ciclo hidrológico e se apropriam do ciclo hidrológico, ou seja, as águas superficiais, águas subterrâneas.

Um aspecto importante é que há uma relação entre acesso à água e o Produto Nacional Bruto, ou seja, os países mais desenvolvidos têm mais mecanismos de acesso à água para a população. E se nós olharmos a população mundial, vamos ver que a população urbana já ultrapassou a população rural e, no caso do Brasil, a população urbana ultrapassou muito a população rural. Hoje temos 30 milhões de habitantes na zona rural. Portanto, o grande problema do Brasil é a urbanização. As cidades exigem cada vez mais água, elas procuram água nos mananciais, e o volume de resíduos produzidos por essas cidades é muito grande, o que coloca em risco o problema do abastecimento e outros aspectos, como a biodiversidade e o funcionamento dos sistemas. Um exemplo só desse grau de urbanização.

Aqui um exemplo mundial, que é muito importante citar: em vermelho, as bacias hidrográficas do mundo todo que foram impactadas pelas ações humanas. Nós vemos que grande parte de todas as bacias hidrográficas do mundo todo foram impactadas pelas ações humanas, inclusive aqui na América do Sul – tanto no Sudeste, no Nordeste como na própria Amazônia, nós temos impactos nessas bacias hidrográficas. A cor amarela é um impacto menor; a cor vermelha é um impacto mais acentuado, mostrando que há realmente um impacto mundial em todas as bacias hidrográficas.

Mas há um aspecto que eu queria chamar a atenção e que é muito importante: uma sequência de contaminação pela qual todos os países do mundo passaram. Nós vemos aqui que, a partir da segunda metade do século XIX, nós tivemos a poluição fecal, a poluição orgânica, depois salinização, poluição de metais, depois poluentes orgânicos, chuva ácida, mais aqui para o final do século XX, e agora uma nova categoria de poluentes, que são os poluentes orgânicos persistentes, que são os remédios, os cosméticos, os pesticidas, que se acumulam.

Os países desenvolvidos passaram por essa sequência em um tempo relativamente de 100 a 150 anos. Em países emergentes, como o Brasil, Índia e China, todo esse processo acumulou-se em um espaço de tempo pequeno, com temperaturas diferentes, com climas diferentes, e, portanto, nós estamos lidando com problemas de alta complexidade técnica. Vejam que aumenta muito a complexidade analítica quando se observa esse conjunto de problemas, especialmente chuva ácida, poluentes orgânicos, etc. Portanto, temos que nos preparar, a preparação técnica para enfrentar esses problemas é extremamente séria.

Ainda nós não temos no País nenhum laboratório de tratamento de água que trata dos poluentes orgânicos persistentes, que são exatamente esses poluentes, remédios, que contaminam a qualidade das águas superficiais e, ainda mais, a qualidade das águas subterrâneas.

Aqui um exemplo também: contaminação fecal, próximo das grandes cidades. Essa também é uma visão mundial.

E aqui contaminação, nas Américas, na Europa, na Ásia, de arsênico. As cores estão relacionadas principalmente – ali tem uma média de arsênico e o que ultrapassa são contaminações de águas subterrâneas nesses continentes –, cores mais escuras maior contaminação.

Então, esse é um quadro mundial. São dados das Nações Unidas recentes que mostram que há um conjunto de contaminações que afeta o Planeta, afeta regiões e, no Brasil, evidentemente, encontra-se distribuído em função das atividades industriais, de um acúmulo de atividades agrícolas e da população, de modo que nós temos que considerar esses problemas como problemas fundamentais na questão da gestão das águas.

E aqui uma lista de diferentes pesticidas, dos pesticidas que também deveriam ser eliminados e que

ainda, em muitos casos, têm sido usados e que, evidentemente, causam contaminação de águas superficiais, subterrâneas. Por exemplo, no Rio São Francisco, encontrei pesticidas em cérebro de peixes, em fígados de peixes, que são contaminados por pesticidas usados nas culturas nas bacias próximas ao rio.

Em uma reunião que foi realizada em Paris, em 24 e 25 de março de 2011 – treze Academias de Ciências, e eu representei nessa reunião a Academia de Ciências do Brasil –, foi feito um programa para ser apresentado aos Ministros e aos Presidentes do G8. E nós fizermos um resumo da situação mundial:

– 2,6 bilhões de pessoas não têm acesso a saneamento básico;

– 300 milhões de toneladas, por ano, de excrementos não tratados estão poluindo as águas superficiais e subterrâneas do Planeta;

– 5 mil crianças morrem por diarreia diariamente;

– 50% dos leitos hospitalares nos países em desenvolvimento são ocupados por pacientes com doenças de veiculação hídrica;

– 443 milhões de dias escolares são perdidos, por ano, devido a doenças de veiculação hídrica em todo o mundo.

E as metas de desenvolvimento do milênio, que deveriam estar cumpridas em 2015, especialmente no que se refere a saneamento básico e uso adequado da água, levariam 60 anos para completar. Isso foi uma conclusão. O investimento necessário para acelerar esse processo é de US$12 bilhões por ano, durante dez anos.

Portanto, há uma necessidade de mobilização total em educação em massa para resolver o problema e melhorar a percepção da população sobre a questão da água, porque esse é um problema mundial, especialmente no Brasil. Eu tenho insistido muito. Nós temos que aumentar e ampliar a capacidade de educação sanitária da população. É muito mais prático do que educação ambiental.

Bom, vou passar.

As nossas bacias hidrográficas – o Dr. Paulo já falou –, as duas grandes bacias, a Amazônia e a Bacia do Prata, e a Bacia São Francisco, que tem uma importância regional extremamente importante. A disponibilidade de água, já foi dito – o Brasil é um dos países que tem cerca de 12% a 16% das águas do Planeta.

A distribuição dos nossos Municípios: nós temos mais de cinco mil Municípios distribuídos em diferentes números de população. Grande número de Municípios com menos de 20 mil habitantes, mas também fenômenos de crescimento, como São Paulo. Esse é o crescimento da região metropolitana de São Paulo em direção aos mananciais, em 1930, com uma população de 900 mil, e, em 1993, uma população de 16 milhões, avançando em direção aos mananciais, com enormes problemas de contaminação e abastecimento.

É um exemplo do crescimento dos nossos Municípios e das regiões metropolitanas do Brasil e um exemplo do nosso problema das regiões periurbanas. As regiões periurbanas das grandes metrópoles brasileiras são o grande problema de saneamento básico no Brasil. Nós temos milhões de pessoas sem acesso à água ou com acesso precário à água e com acesso muito deficiente em saneamento básico e tratamento.

Aqui, a população urbana atendida pela distribuição de água – já mostrou o Dr. Paulo. O atendimento é bastante expressivo num país da dimensão do Brasil, com água de boa qualidade sendo distribuída em grande parte dos Municípios.

De usos múltiplos, já falamos.

Quando nós vemos agora a questão da poluição e da saúde humana, nós vemos o quadro. Esta é da conjuntura da ANA em 2009 – o vermelho é a população urbana –, menos de 10% atendida com tratamento de esgotos. O grande gargalo do saneamento no Brasil é a falta de tratamento de esgotos no País, ainda. É claro que o quadro tem melhorado de ano para ano e de década para década, mas é lento em função dos problemas que nós temos que resolver da mortalidade infantil e dos problemas de saneamento básico, que precisam ser resolvidos para as grandes massas da população.

Aqui é outro problema que é conectado, que é a distribuição do lixo no Brasil, do tratamento do lixo. Vejam que, em grande parte do País, nós temos ainda lixões, nós temos lixo disposto em situações precárias que afetam a qualidade da água superficial e a qualidade da água subterrânea.

A Lei de Resíduos Sólidos, de 2010, veio normalizar esse problema. Os Municípios são obrigados a desenvolver planos de gestão de resíduos sólidos, mas estamos longe de sanear esse problema do lixo, que tem uma conexão direta com a qualidade das águas superficiais e subterrâneas. Mesmo em aterros sanitários, o chorume que sai deles é um líquido impactante a rios de superfície e também a sistemas subterrâneos.

Há um grande número de alterações na paisagem produzido pelas ações humanas. Nas bacias hidrográficas, sempre que elas forem desmatadas e com grandes volumes de atividades humanas, há uma tendência de deterioração da qualidade da água dos rios superficiais e das águas subterrâneas.

Os problemas biológicos que resultam dessa contaminação são as doenças causadas pela ingestão de agentes biológicos, vírus, bactérias, protozoários, germes.

Na universidade em que trabalho, nós temos detectado vírus de hepatite, por exemplo, em águas de recreação, o que é algo extremamente sério.

Sobre águas de recreação no Brasil é preciso dizer que as águas interiores são usadas intensivamente para recreação. Quem mora em São Paulo ou em São José do Rio Preto não vai para a praia porque é muito longe; vai para a represa de Água Vermelha, que fica a 30km de São José do Rio Preto e, portanto, usa essa água para recreação. E são milhões de pessoas.

Então, há uma contaminação dessas águas que estão sendo usadas para recreação com problemas de saúde pública; agentes biológicos transmitidos através de outros contatos com água que não a ingestão; doenças transmitidas por vetores-insetos que crescem na água; outros organismos que causam doenças; e doenças produzidas por poluição química e poluição radioativa, metais, pesticidas, herbicidas, etc. Além do que não se conhece ainda, que são as potenciais doenças desses poluentes orgânicos persistentes.

Todos os remédios que a população toma vão para a água, eles se dissolvem na água. Os remédios descartados pela população, remédios que não são usados, remédios vencidos vão para o solo e acabam indo para as águas superficiais ou subterrâneas.

Os líquidos que são usados, por exemplo, para fazer revelação de radiografias, em muitos Municípios são jogados nas pias e esses líquidos são potencialmente extremamente danosos à saúde pública e deterioram a qualidade das águas.

Aqui é um lago em que trabalhei na China só para mostrar a que ponto chega a poluição. Eu trabalhei neste lago que fica até na província do Mao Tsé-Tung, na província de Yunnan, na cidade de Kunming. Esse é o máximo de poluição que se pode encontrar. Mas nós temos casos, por exemplo, como o reservatório de Foz do Areia, ali no Paraná, em que o Rio Iguaçu está completamente tomado por algas resultantes de uma contaminação enorme da bacia e pela descarga dos esgotos não tratados da cidade de Curitiba.

Aqui é o Rio Pinheiros. É localizado onde há o maior PIB do Brasil, e temos esse quadro de poluição. O gerente do Sheraton me relatou que ele cobra US$500.00 por uma suíte do hotel, e o hóspede tem essa vista quando abre a janela do hotel. Isso é recente.

Enchentes e córregos urbanos, ocupações irregulares, esgotos e lixo são extremamente comuns nas zonas periurbanas de todas as cidades brasileiras, de grande número das regiões metropolitanas. E eu posso lhes dizer que conheço essas regiões. Eu trabalhei em Nova Deli, trabalhei em Calcutá, trabalhei na Cidade do México e é bastante semelhante o sistema.

Aqui são córregos recuperados. A Sabesp tem um projeto importante em São Paulo, que consiste em cem córregos limpos, córregos urbanos recuperados. Evidentemente, esse é um projeto extremamente importante e que tem de ser apoiado. Mas não é só, nesse caso, as regiões periurbanas. Muitas cidades brasileiras têm rios, quase todas as cidades têm rios urbanos e muitos desses rios urbanos poluídos são usados para irrigar hortas urbanas; e essa poluição está indo na alimentação, que está contaminada. É um processo muito simples, mas que tem causado muitos problemas de saúde pública.

Para mostrar esse quadro, há uma *Science* recente que mostra esse quadro, mostrando que os contaminantes podem afetar o feto desde antes do nascimento em função dessas contaminações.

Há também os problemas globais. Há um conjunto de problemas globais que podem também atingir o País. O Brasil tem procurado se preparar do ponto de vista prático e teórico, fazendo análises sobre os impactos dos problemas globais. O Prof. Marengo, que trabalha no Inpe, tem dado contribuições extremamente importantes sobre as relações entre o ciclo da água na Amazônia e o ciclo da água no centro do Brasil, em função das mudanças globais. É importante salientar que esse é outro aspecto que deve ser salientado. Se houver extremos hidrológicos por causa dessas mudanças globais, a tendência é que as doenças de veiculação hídrica aumentem.

Essa figura mostra três bacias críticas: o Nordeste; o Rio Tietê, em São Paulo, onde usos competitivos da água já são extremamente severos – abastecimento público, irrigação, hidrovias, eletricidade –; e a região do Rio Grande do Sul, onde há uma competição extremamente importante entre uso da água e o trabalho no Rio dos Sinos. Há uma competição entre usos da águas para abastecimento público nos 32 Municípios e irrigação para produção de arroz, além da contaminação que ocorreu em toda a bacia. São três bacias críticas.

O gerenciamento dos recursos hídricos no século XX sempre foi local, setorial e de resposta a crises. Local era o lago, a represa, o manancial; setorial, a hidroeletricidade, a pesca e a navegação; e resposta a crises diz respeito à resposta a um estímulo produzido por uma crise, como mortalidade de peixes ou contaminações. Hoje o gerenciamento está migrando para uma visão de ecossistema da bacia hidrográfica; é integrado – como bem salientou o Dr. Paulo, devem-se integrar os usos múltiplos e haver o gerenciamento desses usos múltiplos, isto é, agricultura, abastecimento público, navegação e hidroeletricidade; e, principalmente, é preditivo. Temos de ter cenários preditivos, que é o que ANA tem feito e o que outros cientistas no Brasil

têm feito, mas temos de intensificar inclusive em nível de Governo. Com esse crescimento populacional, com essas demandas de água e com a urbanização, quais serão os cenários que teremos de enfrentar daqui a 20, 30 ou 50, que as novas gerações terão de enfrentar? Então, temos de modelos matemáticos, modelos preditivos que possam nos dar condições de enfrentar e de preparar o Brasil para esses problemas.

Então, a visão da gestão da bacia hidrográfica é importante. Isso é bastante atual no Brasil, já se faz aqui uma visão dos comitês de bacias estaduais e interestaduais. Esse quadro está um pouco desatualizado. O Dr. Paulo acabou de me informar que hoje há mais de 200 comitês. É uma visão extremamente importante do ponto de vista estratégico a bacia hidrográfica como unidade de gestão.

O mesmo Estado, São Paulo, tem 22 unidades de gestão de recursos hídricos, que substituíram os antigos consórcios. É uma biogeofisiográfica muito mais sistêmica e, portanto, tem condições de uma atuação mais firme, do ponto de vista de gerenciamento dos recursos hídricos, mas é preciso instrumentar essa bacia com informações técnicas, e o Comitê de Bacias precisa dessas informações técnicas para que ele possa funcionar adequadamente e ter uma visão estratégica de cada bacia.

Bom, deixe-me passar um pouco.

Há algo que é preciso também lembrar: nós ainda temos 30 milhões de pessoas na zona rural, e a zona rural supre água, tem os mananciais que são importantes para muitos Municípios; é uma zona de maior biodiversidade, tem um efeito tampão, supre alimentos, e a qualidade de água de muitas regiões da zona urbana depende das condições da zona rural. E mais ainda: o custo do tratamento da água depende da situação dos mananciais na zona rural. Se o manancial está bem preservado, eu tenho dados que mostram que custa de R$2,00 a R$3,00 tratar 1.000 metros cúbicos de água, porque você só põe cloro na água, enquanto que se o manancial estiver mal preservado, é preciso uma série de anticoagulantes e outros produtos químicos para fazê-lo potável, e, consequentemente, o custo do tratamento da água depende muito da qualidade da água do manancial.

Então, é preciso ter uma visão estratégica também para essa zona rural e para proteção dos mananciais. Existem alguns exemplos muito importantes no Brasil de remuneração por serviços ambientais produzidos pelos agricultores, para que eles possam manter a vegetação natural nos mananciais e, com isso, produzir água de boa qualidade para a zona urbana.

A Embrapa tem uma fossa séptica biodigestora. Já existem 6 mil dessas fossas. Ela custa R$1,5 mil e pode ser usada muito bem na zona rural. Ela trata esgoto do vaso sanitário, é uma fossa muito eficiente, e, além disso, ela tem um jardim filtrante que trata o esgoto que não vem do vaso sanitário, porque a água é cinza. Também custa entre R$1 mil e R$1,5 mil e pode ser um sistema de tratamento extremamente eficiente. Eu fiz questão de mostrar nesta palestra porque ela foi desenvolvida pela Embrapa, com apoio do Banco do Brasil, e é uma solução importantíssima para a zona rural e para pequenas comunidades.

Bom, nós temos que pensar na legislação: a outorga de direito do uso da água, o sistema de informações, a cobrança pelo uso da água, o enquadramento dos corpos de água. Esse conjunto de legislações, de projetos e de processos está sendo tratado pela ANA. Esse conjunto é extremamente importante para a gestão, juntamente com os Comitês de Bacias.

Também é importante lembrar esse capital natural. A valoração dos serviços ambientais dos ecossistemas é extremamente importante: investimentos na restauração, sustentabilidade dos estoques e aumento da eficiência no uso da energia e reciclagem. Quanto valem as matas galeria que preservam os mananciais, do ponto de vista econômico? Então, é preciso fazer essa avaliação e ter uma visão econômica também que possa auxiliar na gestão das águas.

Os três grandes problemas que afetam a gestão de recursos hídricos no Brasil e que necessitam de fortes suportes acadêmicos são: melhor compreensão das interações entre os sistemas terrestres – uso e ocupação do solo – e os sistemas aquáticos; constante e crescente desequilíbrio entre a disponibilidade de água e a demanda; crescente contaminação e eutroficação, tornando indisponíveis volumes expressivos de água, especialmente nas Regiões Sudeste e Sul.

Água pode faltar não só porque é escassa, mas porque está tão poluída que não permite tratamento. Isso já acontece em algumas regiões do interior de São Paulo. Águas subterrâneas, por exemplo; águas superficiais, cujo acesso... Estão tão contaminadas que as prefeituras tiveram que recorrer à água subterrânea, porque o custo do tratamento era muito maior do que o bombeamento de água subterrânea.

Bom, conclusão: água, saúde pública e economia são componentes indissociáveis. O sistema de saúde do Brasil, em grande parte, fica ocupado por doenças de veiculação hídrica, doenças que poderiam muito bem ser curadas se os sistemas de saneamento fossem mais eficientes. Coleta e tratamento de esgotos no Brasil são componentes fundamentais do desenvolvimento econômico e social.

Quero recordar aqui que existe uma diferença entre desenvolvimento e modernização. Portanto, o

tratamento de esgotos e os problemas de contaminação e descontaminação são a raiz do desenvolvimento.

A gestão das águas deve incorporar os princípios de gestão por bacias hidrográficas, base de dados, tecnologias e participação comunitária. A ANA está fazendo. O Brasil precisa ter um grande projeto de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas que, com um banco de dados, permita uma avaliação imediata da situação e a intervenção durante desastres.

Educação sanitária da população é fundamental e necessita de mobilização permanente. É preciso mobilizar a população com educação sanitária nas escolas, nas favelas, nas regiões periurbanas, na zona rural. É preciso ter uma visão missionária para realmente mobilizar a população nessa direção.

A proteção dos mananciais é fundamental para se obter água de excelente qualidade; baixar os custos do tratamento e proteger a saúde da população, como também aprofundar pesquisas voltadas para detecção, classificação e efeitos dos poluentes orgânicos persistentes, que são extremamente importantes para o processo de desenvolvimento científico e tecnológico do País.

A gestão participativa das bacias hidrográficas é importante. Temos que avançar nas tecnologias de gestão, incentivos fiscais, remuneração dos serviços ambientais e incentivo para a proteção de mananciais.

Temos que ampliar a distribuição e tratar esgotos; desenvolver tecnologias para dessalinização, monitoramento, modelagem e previsão, incorporação de avanços tecnológicos nos processos de decisão, e os resultados esperados: melhoria da saúde humana, redução da vulnerabilidade das populações humanas e desenvolvimento econômico sustentável.

Eu queria terminar, Senador, se me permite, dizendo que há um processo fundamental, que não coloquei aí, mas que é extremamente importante para o Brasil: capacitação, capacitação, capacitação; capacitação de técnicos, capacitação de gestores.

O problema mundial de água é muito mais um problema de gestão do que de crise. Há uma crise de gestão, que nós temos que avançar. No Brasil também. No São Francisco, na futura transposição, o problema principal não é a quantidade de água que vai ser transportada. É a qualidade e a gestão.

Acho que o Dr. Paulo concorda comigo no sentido de que um dos problemas fundamentais deste País é gestão. E não é formar só Ph.D. e mestre. Eu sou da academia, mas é preciso reconhecer que a mola mestra do funcionamento do País é o técnico, o tecnólogo, que é aquele que vai fazer a medida hidrométrica na represa, no sistema hídrico. Enfim, temos que avançar, decisivamente, em capacitação de recursos humanos em vários planos.

Eu queria só dizer: esta figura me deixa muito triste. Esta é uma fotografia tirada em Patos, na Paraíba, em 1923. Foi-me dada por um aluno de doutorado, que fez o doutorado comigo e me mandou esta fotografia.

Patos, Paraíba, 1923.

Patos, Paraíba, em 2001.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradeço ao Dr. José Galizia Tundisi, Presidente do Instituto Internacional de Ecologia de São.

São realmente impressionantes os dados que nos foram trazidos na noite de hoje, tanto pelo Dr. Paulo Lopes Varella Neto quanto pelo Dr. José Galizia Tundisi, a respeito da água, e não somente no nosso País, onde a situação já atinge um nível de gravidade extremamente preocupante, mas como no resto do mundo.

Eu me lembro de que, em 1996, convidado que fui para participar de um debate na Academia Real de Ciências da Suécia, em Estocolmo, o que me impressionou na semana em que lá estive foi o número de seminários e simpósios que estavam sendo realizados na cidade sobre a questão da água. Isso em 1996, em Estocolmo, na Suécia.

Os países nórdicos, como nós sabemos, acredito que sejam o pelotão avançado para detectar problemas que estão por advir no plano internacional, no plano mundial. Foi lá que nasceu o Movimento Verde; foi lá que, em 1972, se realizou a primeira conferência mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento, alertando-se para os perigos que o mundo corria, tendo em vista a não capacidade do ser humano de manusear a natureza que o cerca, de tratá-la, de se encontrar com ela.

Mas o problema, hoje, da água é extremamente sério, não somente da água disponível, mas do uso que é feito dessa água, da poluição causada pela falta de tratamento de esgoto, que aqui foi amplamente abordada pelos dois palestrantes na noite de hoje.

Como Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, pela segunda vez, e tendo participado de várias audiências públicas sobre a questão do desenvolvimento e da infraestrutura de que o País necessita – e continua necessitando cada vez mais – para adequar o crescimento econômico à necessidade da infraestrutura disponível para atender a esse desenvolvimento, vejo dois pontos fundamentais: o primeiro, tratado também pelo Dr. Tundisi, é a questão da falta de mão de obra qualificada, sobretudo no nível médio. Isso foi detectado com muita clareza; o segundo é a falta de investimentos no saneamento básico. E agora, de

2007/2008 para cá, com essas iniciativas do governo Lula e depois do Governo Dilma, no investimento em infraestrutura, o ponto "investimento em saneamento básico" foi colocado e vem sendo colocado com muita clareza.

A grande dificuldade que ocorreu para que esse processo de obras de saneamento básico pudesse avançar foi a falta de qualificação de mão de obra para esta área especificamente e a falta também de experiência de empresas que, por falta de investimento, anos e anos anteriores, na área de saneamento básico, desistiram de se preocupar com esse tipo de obra, dedicando-se a outros tipos de iniciativas no campo da infraestrutura, como rodovias – sobretudo rodovias –, ferrovias, portos e que tais.

De modo que, hoje, é esse problema com o qual nos defrontamos. É uma realidade, nas nossas cidades – refiro-me ao perímetro urbano –, temos os córregos, temos os riachos, temos as lagoas, temos os lagos e estamos vendo como eles se deterioram em função da falta de saneamento básico e de, sobretudo, conscientização da população para os problemas que eles próprios causam, talvez por não haver políticas públicas mais eficientes no campo da educação ambiental, mas problemas que são causados pelo próprio ser humano com impacto extremamente negativo. E não sabemos onde isso vai parar. Temos exemplos do Rio Tietê e do Rio Pinheiros, em São Paulo, decorrentes de problemas do aumento do avanço da urbanização das grandes cidades.

Ainda na semana passada, tratávamos, aqui, das represas de Guaratinguetá e também da Billings, porque a cidade já está praticamente dentro. O Dr. Tundisi também se referiu a uma represa perto de São José do Rio Preto, que é muito utilizada pelos habitantes da região: são milhões de pessoas que utilizam a represa e, às vezes, estão ali sem saber. Um dos pontos diz que a contaminação se dá não somente pela ingestão da água contaminada, mas o simples contato com a água contaminada gera doenças, pelos vírus. E isso pressiona o serviço de saúde pública.

Enfim, é uma reação em cadeia que gera um enorme custo, difícil de ser contabilizado, o que impede as pessoas de dizerem: "bom, esse custo poderia ser reduzido a um décimo se nós utilizássemos metade desses recursos em investimentos no campo do fornecimento de água potável e de saneamento básico".

Por isso, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a participação do Dr. Paulo Lopes Varella Neto e do Dr. Tundisi.

Passo agora às perguntas que nos chegam.

Perguntas para o Dr. Paulo Lopes Varella, Diretor de Gestão da Agência Nacional de Águas.

"Qual fonte de poluição V. Sª considera mais danosa para a qualidade da água no Brasil: esgoto doméstico, resíduos industriais ou agroquímicos?"

"Dentro das atribuições da ANA, como órgão regulador, o que está sendo feito para garantir a qualidade da água no Brasil?"

"No entendimento de V. Sª, o que poderia ser feito para incentivar o reuso e a captação da água da chuva nos centros urbanos?"

Passo a palavra ao Dr. Paulo Lopes Varella Neto.

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO – Em relação à questão de fontes de poluição, é evidente que qualquer fonte de poluição traz seus problemas. Mas eu não teria nenhum medo de dizer – ou de errar – que, se fôssemos olhar do ponto de vista mais global, certamente a questão do saneamento, da falta de saneamento, do tratamento de esgoto seria, de longe, a fonte de poluição mais danosa para a qualidade da água no Brasil; aquela que, se pudéssemos realmente enfrentar, resolveria mais rapidamente essas questões.

É claro que, localizadamente, as outras fontes também precisam ser enfrentadas.

O Presidente Collor já aqui levantou o esforço que estamos fazendo, que o País tem feito, principalmente nos últimos anos, com esses programas de infraestrutura. Estamos avançando, mas, num primeiro momento, ainda há fragilidades de certas prefeituras em relação à falta de projetos; às vezes nem de recursos – atrasou um pouco isso. E estamos agora começando a ir um pouco mais rápido nesse sentido.

E eu queria já encadear aqui com essa primeira pergunta. O que a ANA está fazendo? O que poderia ser feito para melhorar a qualidade da água?

Foi muito bom, Prof. Tundisi, ouvir aí as suas colocações, até porque, se formos cruzar, vamos ver que uma série de questões são colocadas e têm a resposta nas questões que você traz aí agora. E você levantou algumas questões, por exemplo: a forma, me parece, mais fácil de a gente garantir a qualidade das águas é trabalhar nelas antes que elas estejam poluídas.

O senhor levantava aí a questão de que muito da poluição que chega às cidades vai se produzindo na bacia, na zona rural.

Então, nessa linha de perguntas sobre as coisas que a ANA está fazendo, nós temos um programa que eu acho de um conceito fantástico, que se chama Produtor de Água. Ele trata exatamente de tentar preservar a água enquanto ela ainda está na bacia, no seu caminho de montante para jusante, mas levando em consideração também um outro conceito que aqui foi colocado, que é a remuneração pelos serviços ambientais prestados.

Estamos trabalhando com sucesso – é um programa, Presidente, que, em outra oportunidade, nós poderemos apresentar a esta Casa, prestar conta desse trabalho –, procurando trazer o produtor rural – e aí, mais uma vez pegando um outro conceito, que é a questão da capacitação em todos os níveis, mas da conscientização; eu acho que a gente tem falhado um pouco em levar à sociedade a necessidade e a importância da água... Mas, enfim, trazendo o produtor rural, pagando para ele por serviços ambientais que não seriam da sua responsabilidade direta, mas que ele possa preservar as margens, que ele até deixe de usar certas áreas que são mais suscetíveis. E isso depois é remunerado por quem está tendo esse benefício – esses arranjos variam muito –, como as companhias de saneamento, enfim.

Parece-me ser um dever nosso, que estamos na cidade, pagar um pouco para que essas pessoas possam prestar esses serviços ambientais. Então, esse conceito do produtor de água, que seria fazer com que a água fosse protegida na própria bacia para que chegue muito melhor às cidades, portanto, muito mais barata, de melhor qualidade etc. é um programa que nós estamos desenvolvendo e já está atingindo mais de 30 milhões de pessoas no Brasil, muitas sedes de Municípios também. É um programa que a gente gostaria de apresentá-lo. Mas também convido os senhores a ter informação a respeito dele na página da ANA.

Uma outra questão que a ANA está fazendo e lançou há pouco tempo, há menos de um ano, é o Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA).

Nós trabalhamos com todos os Estados brasileiros de maneira a determinarmos, a muitas mãos, primeiro, qual seria a distribuição espacial razoável para uma rede de monitoramento de águas; que parâmetros mínimos nós deveríamos monitorar; a forma de coleta, de amostragem e, por fim, que espaço de tempo a gente deveria mostrar para poder fazer essas comparações a partir já do próximo ano. Neste momento, nós estamos distribuindo para os Estados que fizeram acordo de cooperação os equipamentos, de maneira que eles vão usar esses equipamentos para fazer essas medidas, e a ANA vai receber todos esses dados e vai tratar. E vai pagar, inclusive, pela recepção desses dados, para que esses Estados possam ter como realizar isso.

Eu queria trazer aqui para os senhores o PNQA (Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas) que eu acho que vai nos dar, realmente, muito mais ferramentas para que a gente possa acompanhar definitivamente a evolução dessas águas no nosso País e que são diferentes.

E aqui a gente tocou na questão do Nordeste, das açudagens, da poluição, enfim. Então, são conceitos dessa natureza que eu acho que vão melhorar.

Um outro assunto, só para terminar este tema, respondendo a pergunta que nos foi feita, é que nós também temos um outro programa chamado Prodes, que é um programa de despoluição, em que o pagamento é feito por serviço já realizado. Quer dizer, é um outro conceito; em vez de dar o recurso, a gente paga pelo esgoto já tratado. Antes de uma estação ser feita, há um concurso nacional – é em bacias críticas –, e a ANA põe na Caixa Econômica uma quantidade de recurso correspondente a um valor de tabela que há para isso e, à medida que aquela estação vai tratando com eficiência, nós medimos isso a cada trimestre, com eficiência e eficácia. Então, eles também recebem, vamos dizer assim, uma recuperação dos custos investidos por ele. É um conceito um pouco diferente porque é de pagamento do tratamento, buscando a eficiência.

E para falar de três questões, uma outra coisa fundamental é a participação – e aqui também foi colocado – do Município, quando a gente leva em consideração a questão do uso e ocupação do solo. Fica difícil agora, no espaço mais urbano, a gente garantir essa qualidade se nós não tivermos aí um disciplinamento. Se as casas terminam dentro dos rios, as indústrias, enfim, se as áreas de recarga dos aquíferos não são respeitadas, coisas dessa forma, fica difícil que depois a gente venha a recuperar. E vamos gastar muitos recursos.

A gente teve aqui uma visão das coisas no mundo, que o Prof. Tundisi nos trouxe. Existem países que estão recuperando os seus rios, o tietês de lá. Mas a que preço, a que custo? Então, trabalhar um pouco nisso antes seria interessante, nessa questão do uso de ocupação do solo, trazendo o Município, embora ele não tenha dominialidade da água, mas tem uma articulação absolutamente necessária para o que a gente possa fazer com ele nessa linha de gestão.

Por fim, a questão do lixo. E aí eu coloco isso junto com a ideia da capacitação e da conscientização da população como um todo.

Eu diria que nós temos conseguido muitas coisas, e hoje aqui nós tivemos a felicidade de prestar contas ao Senado e a todos que nos assistem do que nós estamos procurando produzir. Mas uma coisa em que nós realmente temos falhado é conseguir levar à população como um todo a importância, a necessidade da gestão desses recursos hídricos. Então, eu acho que aí nós temos que avançar mais.

E finalizando, havia uma terceira pergunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A terceira pergunta: "No entendimento de V. Sª, o que poderia ser feito para incentivar o reuso e a captação da água da chuva nos centros urbanos?"

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO – Essa questão do reuso e do uso eficiente, inclusive com captação de água de chuva, nós também estamos trabalhando. Nós temos um programa chamado de apoio, digamos assim, a essa área, de uso racional da água. Então, estamos com alguns trabalhos sendo feitos na área de prédios, de como isso pode ser captado; como projeto-piloto, evidentemente. A ANA é uma agência de Estado, mas nós estamos tentando trabalhar isso como projeto-piloto, para que, depois, possa ser replicado. Mas também temos esse projeto lá conosco.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas, Dr. Paulo Lopes Varella Neto.

E agora as perguntas para o Prof. José Galizia Tundisi.

A primeira delas: "Os governos tendem a privilegiar grandes obras de saneamento. A estação de tratamento de esgotos de Alegria, na cidade do Rio de Janeiro, é um exemplo. Não seria vantajoso buscar soluções de menor porte e adequadamente distribuídas?"

A segunda pergunta: "A agricultura, via irrigação, torna-se grande consumidora de água. As universidades brasileiras realizam trabalho de pesquisa e desenvolvimento para aumentar a eficiência da irrigação, reduzindo o consumo de água por tonelada de produto agrícola?"

A terceira pergunta: "Quais soluções tecnológicas seriam apropriadas para o tratamento de água e esgoto em pequenas comunidades rurais?"

Com a palavra, o Prof. Tundisi.

O SR. JOSÉ GALIZIA TUNDISI – Muito obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, a questão dessas estações de tratamento de grande porte.

Há uma tendência mundial hoje de descentralizar o tratamento de esgotos, ou seja, de procurar evitar grandes estações de tratamento e tratar esgotos de uma forma mais localizada. Isso, no Japão, tem sido comum já há uns 20 anos e tem melhorado a eficiência do sistema, porque uma estação muito grande de tratamento de esgoto tem um problema muito sério – não é, Dr. Paulo? –, ela tem um lodo que sai do tratamento, e depois é preciso ter uma finalidade para esse lodo. Então, os volumes tratados em grande quantidade são muito mais difíceis depois de ter um tratamento subsequente.

Na minha cidade, São Carlos, nós estamos fazendo experiências para queimar esse lodo e produzir energia a partir desse lodo, juntamente com o lixo urbano. Mas é uma experiência ainda. Então, a tendência é realmente se estabelecer um sistema de tratamento de esgotos descentralizados, com pequenas estações que possam tratar 20 mil habitantes, 10 mil habitantes.

Há um outro problema no Brasil: agora existe uma grande expansão dos condomínios. No interior de São Paulo e em muitas cidades do interior do Brasil, há grandes condomínios que se desenvolvem. A tendência era que esses condomínios fizessem seu próprio tratamento de esgoto. Porque, o que acontece? Gostaria de deixar clara minha posição com relação a isso. Se um condomínio gasta R$250 milhões para se estabelecer numa determinada localidade, ele poderia muito bem fazer uma estação de tratamento de esgoto por R$10 milhões, ele poderia fazer uma escola e um ambulatório. O que acontece hoje é que o condomínio é feito e depois a prefeitura tem que pagar a conta, ou seja, a prefeitura tem que construir a estação de tratamento de esgoto para o condomínio ou ele tem que bombear a água, e isso sobrecarrega a estação.

Então, essa pergunta tem muito a ver com o que estamos vendo aqui, que é a questão da economia também. Megaestações de tratamento de esgoto não têm sido a tendência mundial. Descentralização. Tratamento de esgoto em distritos, em bairros, que são muito mais eficientes.

Depois, tem outra coisa que nos preocupa muito, Dr. Paulo, e que precisaria ter um programa também da ANA, que é o seguinte: qual é a eficiência do tratamento de esgoto? O senhor sabe que, dependendo do tipo de tratamento, o senhor pode tirar 20% de fósforo, 50%, 100% de fósforo e nitrogênio. O custo vai aumentando. Então, precisamos saber qual é a eficiência do tratamento de esgoto, se essas estações estão operando ou não. Eu já medi. Existem casos em que estações de tratamento de esgoto estão lá, mas estão inoperantes, e o prefeito não sabe que estão inoperantes. Esse também é outro problema com o qual temos que lidar.

Para encerrar essa pergunta, acho que realmente a descentralização dos sistemas de tratamento de esgoto é uma tendência que deveria ser considerada. Claro que, para Municípios de 20 mil habitantes, 10 mil habitantes não é preciso ter esse tipo de abordagem. Mas, para Municípios de porte maior, 250 mil habitantes, já se pode prever uma descentralização desse tratamento a custo menor, com eficiência maior. E há uma grande variedade de sistemas de tratamento hoje, inclusive no Brasil. Muitas tecnologias foram desenvolvidas e estão à disposição: tratamento aeró-

bico, tratamento anaeróbico. Há muitas tecnologias que podem ser usadas.

Com relação à agricultura, realmente a questão da irrigação, como o Dr. Paulo acentuou, o Brasil despende 70% dos seus recursos hídricos na agricultura. E a nossa irrigação é ineficiente, nós sabemos disso. A Embrapa tem trabalhado muito nessa questão da irrigação, procurando produzir sistemas de irrigação mais eficientes. Sabemos muito bem que o sistema mais eficiente do mundo, um dos sistemas mais eficientes do mundo é aquele que se usa em Israel, onde há uma irrigação por gotejamento, mas, essa irrigação por gotejamento é calibrada com um computador que fica medindo a capacidade de respiração e transpiração da planta. E a irrigação é feita em função disso, controlada automaticamente.

Estamos caminhando para isso. Há experiências limitadas. Mas esse é um grande gargalo. Não são muitas as universidades que estão trabalhando nesse assunto, mas, seguramente, as unidades da Embrapa, inclusive a unidade de São Carlos de instrumentação, tem se envolvido com esse problema e tem desenvolvido tecnologias para resolver esse problema.

Respondendo à terceira pergunta, existem muitas soluções tecnológicas para o tratamento de água e esgoto em pequenas comunidades rurais. Não tive oportunidade de mostrar aqui, mas nós trouxemos para o Brasil uma tecnologia desenvolvida por um associado meu, Prof. Jorgensen, que é professor da Universidade de Copenhague e assessor das Nações Unidas para recursos hídricos. O Prof. Jorgensen assim desenvolveu uma área alagada artificial, modelada, em que se pode plantar plantas de áreas alagadas, brejos e, com isso, tratar a água e o esgoto de pequenas comunidades rurais.

A experiência da Embrapa tem um êxito muito grande, que eu mostrei aqui. Essa fossa biodigestora, como eu disse, já foi aplicada em 6 mil localidades no Brasil. Ela é extremamente eficiente, muito barata, é uma inovação muito grande para o tratamento de esgoto doméstico, mas também pode ser dimensionada para tratamento de esgoto de pequenas localidades, 100 habitantes, 50 habitantes, vilas.

E também há um outro componente. Há uma produção de biogás para esses pequenos Municípios e pequenas aldeias e vilas que pode ser também aproveitada.

Então, essas áreas alagadas, *wetlands*, combinadas com sistemas de tratamento de esgoto de pequeno porte, como, por exemplo, o sistema Embrapa, esses jardins filtrantes, são soluções tecnológicas viáveis, baratas e quase que imediatamente podem ser colocados à disposição dessas comunidades. O acesso é muito fácil através das diferentes unidades da Embrapa. E eu acho que a ANA teria aí um papel importantíssimo também de conexão com essa tecnologia que está muito bem testada já.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Tundisi.

Eu faria uma indagação ao professor.

No seu entendimento, o que está faltando mais ao Governo Federal no campo do saneamento básico e do fornecimento de água potável para a população? Faltam projetos? Faltam mais projetos? Falta mais qualificação de mão de obra? Ou faltam recursos?

O SR. JOSÉ GALIZIA TUNDISI – Sr. Presidente, eu acho que projetos não faltam, porque, além dos projetos da ANA, existem outros.

A ANA tem uma conexão muito importante com as universidades. Os diretores da ANA, os atuais e os ex-diretores, têm origem acadêmica. Então, não faltam projetos. Não é esse o problema que existe. São projetos que existem tanto em nível do Governo Federal como experiências e projetos em andamento já em determinadas regiões do País. A cidade de Extrema, em Minas Gerais, que faz fronteira com o Estado de São Paulo, é um exemplo de que é possível esse sistema de produtor de água ser desenvolvido. A Itaipu binacional tem um projeto muito importante que se chama Cultivando Água Boa, que também tem tido uma repercussão extremamente grande na Região Sul do País, no Paraná e em outras regiões. Então, projetos não faltam.

Também acho que não faltam recursos, não. Recursos existem. O problema se encontra na relação – permita-me, mas esse é um problema do Brasil – de tempo entre a concepção estratégica, o desenvolvimento e a execução, esse é o nó que temos neste País.

Grande parte desse nó diz respeito à capacitação e à falta de executores capacitados, que não entendem, que não conseguem entender o plano estratégico. Então, quando você tem um processo estratégico cuja concepção é muito bem feita, mas o executor, na cadeia, não entende, provavelmente por não ter uma capacitação adequada, o processo é lento.

Então, nós temos projetos, nós temos recursos, o Governo Federal tem colocado recursos, temos legislação. A Lei das Águas. de 1997, é uma lei extremamente avançada para o país. É importante. A gestão por bacias hidrográficas que está sendo agora muito bem aceita, desenvolvida e está sendo implantada, é outro avanço importante.

Mas voltemos a essa questão exatamente. Eu pertenço ao Comitê da Bacia do Tietê-Jacaré, que é uma das 13 bacias do Estado de São Paulo de gestão de recursos hídricos. Entre a reunião do Comitê da

Bacia,os planos estratégicos da bacia e o plantio de árvores na bacia, demora dois anos; na bacia hidrográfica. Ou seja, o problema é execução. Não sei se o Dr. Paulo concorda comigo, mas a cadeia de execução precisa ser muito mais rápida, nós precisamos crescer mais rapidamente, nós precisamos resolver os problemas mais rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – É a falta de qualificação.

O SR. JOSÉ GALIZIA TUNDISI – Qualificação e a capacidade de que a gestão estratégica do País seja passada mesmo àqueles que tenham a execução de uma parte do processo. Mas eles precisam ter essa visão sistêmica do processo. Então, na minha visão esse é o grande gargalo que nós temos no País, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Tundisi.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Lopes Varella Neto, para as suas considerações finais.

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO – Antes de levar a minha palavra final, que só fazer aqui uma pequena reflexão não em discordância, mas numa linha de concordar que realmente a capacitação é o maior problema. Concordo também que esse mecanismo, enfim, a forma dos projetos passarem pelos comitês tem de ser acelerada. Você tem absoluta razão.

Só gostaria de fazer a seguinte reflexão, projetos em termos de conceito, você tem razão. Agora os projetos, talvez por falta de capacitação, nas prefeituras etc., é que têm empacado, efetivamente, programas como o PAC. Acho que você vai concordar.

Entendi perfeitamente o que você falava, mas é só para que quem nos assiste possa entender melhor o que está significando o projeto neste caso.

Enfim, essa seria a minha colocação final.

Apenas, Sr. Presidente, quero agradecer, expressar a honra que temos de a Agência Nacional de Águas estar aqui, enfim, prestando contas a esta Casa e à população brasileira.

Mais uma vez, quero convidá-los, a quem se interessar pelos assuntos que trouxemos, a acessar a página da ANA. Todos esses projetos, todas essas questões que nós trouxemos estão disponíveis e nós também estamos absolutamente à disposição de qualquer um dos senhores que tenham qualquer dúvida ou que queiram conosco conversar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Para as suas considerações finais, passo a palavra ao Prof. Tundisi.

O SR. JOSÉ GALIZIA TUNDISI – Quero agradecer ao Presidente o convite para participar deste debate, desta apresentação, que muito me honrou e espero ter contribuído com ideias, com recomendações e com a experiência acumulada, para que o debate possa ser frutífero.

Estarei sempre à disposição para novas discussões sobre temas tão importantes. O tema água é um tema fundamental para o País.

Então, gostaria de agradecer em nome do meu Instituto Internacional de Ecologia esse honroso convite para participar desse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Antes de encerrarmos a presente reunião, gostaria de agradecer a presença de todos, muito em especial dos nossos convidados, Dr. Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas (ANA) e Prof. José Galizia Tundisi, Presidente do Instituto Internacional de Ecologia de São Carlos, além de agradecer a participação dos nossos internautas no debate travado na noite de hoje, sobre a questão de saneamento básico.

Convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a reunião realizaremos amanhã, terça-feira, às 9h45 da manhã, para discutir e votar as emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei Orçamentária para 2014, PL nº 09/2013, do Congresso Nacional, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Comunico ainda, às Srªs e aos Srs. Senadores, a realização, na quarta-feira, dia 27 de novembro, às 7h30, neste plenário, da reunião com pauta deliberativa e a realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 57, de 2011, desta Comissão, para debater o PLS nº 405, de 2011, que suspende, pelo prazo de 30 anos, a construção de novas usinas termonucleares em território nacional, oportunidade em que ouviremos as seguintes autoridades especialistas: Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear; Dr. Francisco Whitaker Ferreira, Diretor Executivo da F.G. Whitaker.

Mais uma vez, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 53 minutos.)

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2013, ÀS 09 HORAS E 45 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e treze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senadoras e dos Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Alfredo Nascimento, José Pimentel, Wellington Dias, Lídice da Mata, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Ruben Figueiró** e **Osvaldo Sobrinho.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião. Em seguida, dá-se início à deliberação das Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 09, de 2013**, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014". O Relator das Emendas na Comissão, Senador **Francisco Dornelles**, faz a leitura do relatório. É aprovada a apresentação das seguintes emendas: **Emendas de Apropriação de Despesa: 1-CI –** 32101 – Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional – Nacional – **Valor:** R$ 111.210.560; **2-CI –** 39207 – CONSTRUÇÃO DA FERROVIA TRANSCONTINENTAL – EF – 354 – Construção de Trecho Ferroviário – Lucas do Rio Verde/MT, Vilhena/RO, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC, Cruzeiro do Sul/AC – Na Região Centro Oeste – **Valor:** R$ 500.000.000; **3-CI –** 41101 – Fomento a Conteúdos Digitais Criativos – Nacional – **Valor:** R$ 203.200.000; **4-CI –** 39252 – Ação Atípica – MELHORAMENTOS NO CANAL DE NAVEGAÇÂO DA HIDROVIA DO RIO AMAZONAS – Nacional – **Valor:** R$ 10.000.000; **Emenda de Remanejamento de Despesa: 5-CI –** 39252 – Construção da Ferroeste – EF 484 – CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO – Trecho Cascavel (PR) – Chapecó (SC) – Nacional ((Dourados – Mundo Novo – Maracaju – Guarapuava – Paranaguá – Foz do Iguaçu – Laranjeiras)) – **Valor:** R$ 500.000.000. Resultado: aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às nove horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 61ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 9, de 2013, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2014.

Relatoria: S. Exª o Senador Ministro Francisco Dornelles.

Concedo a palavra a S. Exª o Sr. Ministro Senador Francisco Dornelles, para proferir o seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP – RJ) – Sr. Presidente Fernando Collor, fico extremamente honrado com a designação feita por V. Exª, ao me confiar a relatoria dessa importante matéria. Fiz um trabalho junto com a Consultoria do Senado, e é com base neste trabalho que eu apresento este relatório que lerei agora.

Com base nos arts. 43 e 45 da Resolução nº 1, de 2006, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura está reunida para deliberar sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2014. Foram 56 emendas, sendo 55 de apropriação e uma de remanejamento.

Este Relator entende, Sr. Presidente, que previamente à análise das emendas quanto ao mérito deve fazer considerações quanto à admissibilidade das propostas de emendas apresentadas, de modo a maximizar a atuação desta Comissão na discussão da proposta de Lei Orçamentária.

São dois os principais critérios que devem nortear a análise da admissibilidade das emendas: o seu "caráter institucional" e o seu "caráter nacional", ambos previstos no art. 44, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006.

Quanto ao primeiro critério, o último relatório disponível do CAE (Comitê de Admissibilidade de Emendas) dispõe que a emenda tem "caráter institucional" quando a ação proposta é compatível com as competências regionais da comissão. Essas competências estão relacionadas com a programação dos órgãos de que tratam as subáreas do anexo à Resolução nº 1, quais sejam: Ministério das Comunicações, Ministério das Minas e Energia, Ministério dos Transportes.

Quanto ao segundo critério, esse mesmo relatório dispõe que o "interesse nacional" se refere ao alcance dos benefícios decorrentes da ação proposta, devidamente demonstrados na justificação. Não há, portanto, critérios objetivos para essa avaliação, o que a torna, de certa forma, discricionária, complexa e polêmica.

Emendas ao texto. Não foram apresentadas emendas de texto e cancelamento.

Emendas de apropriação.

Sobre essas emendas, incide o limite máximo de quatro emendas. Devo esclarecer que, em virtude do critério institucional exposto, afastei de pronto as Emendas nºs 40, 41 e 56, tendo em vista que os órgãos responsáveis pelas ações alcançadas não estão incluídos entre aqueles passíveis de receberem emendas desta Comissão.

Em seguida, pela elevada probabilidade de inadmissão do relator setorial e tendo em vista as dificuldades apontadas no item 2.1 quanto à aferição do critério de interesse nacional, afastei as Emendas nºs 1, 2, 3, 14, 15, 16, 54 e 55. Essas emendas destinavam recursos a ações de transporte em um único Estado da Federação. Além disso, descarto as Emendas nºs 18, 19, 34, 35 e 37, tendo em vista o art. 47, inciso II, da resolução.

O quadro seguinte sintetiza a distribuição das emendas apresentadas e consideradas admissíveis em função das áreas de concentração da Comissão, quais sejam: transporte, minas e energia e comunicação.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	Nº EMENDAS APRESENTADAS	Nº EMENDAS PROPOSTAS
Transportes (rodovias, ferrovias, hidrovias e portos)	8	2
Minas e Energia	10	1
Comunicações	15	1
Outros (Gestão)	7	0

A leitura desse quadro mostra uma distribuição equilibrada entre as áreas de concentração da Comissão. Assim, proponho a aprovação de duas emendas destinadas a transporte, uma de comunicação e uma na área de minas e energia.

Portanto, proponho, em função do mérito, aprovação das seguintes emendas:

– na área de transporte, a Emenda nº 12, de autoria do Senador Valdir Raupp, e a Emenda nº 26, de autoria do Senador Eduardo Braga;

– na área de minas e energia, foi aprovada a Emenda nº 10 e, ao atender à Emenda nº 10, ficam também atendidas as Emendas nº 11, da Senadora Lídice da Mata, nº 38, da Senadora Vanessa Grazziotin, nº 39, do Senador Flexa Ribeiro, e nº 47, da Senadora Lúcia Vânia;

– na área de comunicações, proponho o acolhimento da Emenda nº 24, da Senadora Lídice da Mata, e, em consequência, ficam também acolhidas as Emendas nº 25, do Senador Wilder Morais, nº 36, do Senador Romero Jucá, nº 47, do Senador Inácio Arruda, nº 49, da Senadora Lúcia Vânia.

Propomos a aprovação parcial da emenda de remanejamento no valor de R$403 milhões, tendo em vista que, no sequencial, o cancelamento máximo é de R$9,8 milhões. Essa é uma emenda de autoria do Senador Waldemir Moka.

Em razão de todo o exposto, voto:

– pela não apreciação quanto ao mérito das Emendas nºs 1, 2, 3, 14, 15, 16, 18, 19, 34, 35, 40, 41, 52, 54, 55, 56;

– pelo acolhimento integral, no mérito, das Emendas de apropriação nºs 10, 12, 24 e 26, e, em consequência, também ficam acolhidas as Emendas nºs 11, 38, 39, 47, 25, 36, 44 e 49;

– pelo acolhimento parcial da Emenda nº 22, no valor de R$403 milhões;

– pelo não acolhimento, no mérito, pelas considerações expostas neste relatório, das Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 17, 20, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 42, 43, 45, 46, 48, 50, 51 e 53.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Ministro Francisco Dornelles pela apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

As emendas serão enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo mais uma vez a S. Exª o Senador Ministro Francisco Dornelles pela apresentação de seu relatório, agradeço a presença de todos e convoco nossa próxima reunião a ser realizada amanhã, dia 27 de novembro, quarta-feira, às 7h30, neste plenário, com pauta deliberativa e realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 57, de 2011, desta Comissão, para debater o PLS nº 405, de 2011, que suspende pelo prazo de 30 anos a construção de novas usinas termonucleares em Território nacional, oportunidade em que ouviremos as seguintes autoridades e convidados: Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletrobras Termonuclear; Dr. Francisco Whitaker Ferreira, Diretor Executivo da F.G. Whitaker, criador do Fórum Social Mundial.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 57 minutos.)

ATA DA 62ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 07 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Ruben Figueiró e Osvaldo Sobrinho.** Registra presença como não-membro os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy** e **Cristovam Buarque**. Justifica a ausência o Senador **Humberto Costa.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 57, de 2011 – CI**, de autoria do Senador **Demóstenes Torres**, aprovado em 07 de agosto de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, combinado com art. 93, I, do RISF, requeiro que sejam CONVIDADOS para debater o PLS nº 405, de 2011, perante a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, em audiência pública, as autoridades abaixo relacionadas: Ruy Alberto Corrêa Altafim, Professor Titular da Escola de Engenharia de São Carlos (USP) com Pós-Doutorado pelo National Institute of Standards and Technology, US; Antônio Muller, Presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento das Atividades Nucleares (Abdan); Samuel Fayad Filho, Diretor de Produção de Combustível Nuclear das Indústrias Nucleares do Brasil (INB); Othon Luiz Pinheiro da Silva, Presidente da Eletronuclear; Edson Kuramoto, Presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben); Carlos Frederico Figueiredo, Diretor Comercial da Nuclep (Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A); Jaime Wallwitz Cardoso, Presidente da Nuclep; Ildo Wilson Grüdtner, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; Maurício Tiommo Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia; Angelo Fernando Padilha, Presidente da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear – vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia); Representante do Ministério do Meio Ambiente*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Altino Ventura Filho**, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; o Senhor **Othon Luiz Pinheiro da Silva**, Diretor Presidente da Eletrobras Termonuclear S/A – Eletronuclear; e o Senhor **Francisco Whitaker Ferreira**, Diretor Executivo da F. G. Whitaker. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Wilder Morais, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Clésio Andrade** e **Walter Pinheiro**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e doze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Leitura de comunicados.

6º Ciclo de Audiências: Relato do 3º Painel.

Em continuidade ao ciclo de audiências públicas denominado "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País", esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na segunda-feira, dia 25 de novembro, o 3º painel do tema "Água: Gerenciamento e Utilização", com a participação do Sr. Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas, e do Professor José Galizia Tundisi, Presidente do Instituto Internacional de Ecologia em São Carlos.

Discorrendo sobre os múltiplos usos da água, o Sr. Varella observou sua dupla identidade – a identidade da água –: como elemento da natureza essencial à vida e como recurso essencial ao desenvolvimento. Água e desenvolvimento estão intrinsecamente relacionados, disse ele, e seu uso no desenvolvimento afeta qualitativa e quantitativamente a natureza, exigindo a busca constante de um equilíbrio entre esses dois aspectos.

O palestrante enfatizou que a lei que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos estabelece que a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas. Dispondo de 12% a 16% dos recursos hídricos do planeta, a situação global do

Brasil é muito boa, mas há desequilíbrio na distribuição, pois 81% dessa disponibilidade estão na Amazônia, que abriga apenas 5% da população.

Segundo o Sr. Varella, em 2011, o índice de qualidade das águas mostrava 82% dos pontos monitorados no País com qualidade ótima ou boa e apenas 7% com qualidade ruim ou péssima. No entanto, considerando apenas as áreas urbanas, o índice de ótimo ou bom era de 26% e o índice de ruim ou péssimo chegava a 44%. Isso nas áreas urbanas do País.

Ainda segundo o palestrante, entre 2001 e 2011, enquanto 6% dos pontos monitorados apresentaram tendência de piora dos índices, 7% apresentaram tendência de melhora, concentrados estes em áreas que receberam investimentos significativos em saneamento básico.

Entre 2006 e 2010, enquanto a vazão de retirada de água dos mananciais cresceu 29%, atingindo 2.733 metros cúbicos por segundo, a vazão de consumo cresceu 18%, chegando a 1.161 metros cúbicos por segundo. Os principais demandantes são agricultura (72%), consumo animal (11%), consumo urbano (9%) e consumo industrial (7%).

Elaborado a cada quatro anos pela Agência Nacional de Águas, com participação dos órgãos gestores estaduais e federais, o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos apresenta a análise da evolução dos indicadores da situação e da gestão dos recursos hídricos no Brasil. O Relatório de Conjuntura 2013, com informações disponíveis até dezembro de 2012, contempla a situação de todas as bacias hidrográficas brasileiras.

Coordenado pela Agência Nacional de Águas, o Atlas Brasil, disse ele, consolida um amplo trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das sedes urbanas em todo o País. Com essa ferramenta, disponível na internet, todos os 5.565 Municípios brasileiros sabem de sua situação, conhecem os problemas, sabem o que fazer e a que custo, para garantir o atendimento de suas necessidades até 2025.

Nesse cenário, 45% dos Municípios terão abastecimento de água satisfatório com a estrutura atual, e 55% (3.059 Municípios) requerem investimentos para garantia da oferta de água até 2025. Desses 55%, disse ele, 46% demandam ampliação do sistema e 9% precisam de novo manancial. O total de investimentos previstos é de R$22,5 bilhões, concentrados principalmente no Nordeste (R$9,1 bilhões) e no Sudeste (R$7,4 bilhões).

Dos 3.059 Municípios contemplados, com uma população em 2025 estimada em 139 milhões de pessoas, 790 desses Municípios, ou 26% deles, são sedes com mais de 50 mil habitantes e demandam R$16,9 bilhões (76%), enquanto 2.269 (74%) são sedes com menos de 50 mil habitantes e demandam R$ 5,3 bilhões, explicou ele.

Entretanto, afirmou o Sr. Varella, 43% desses pequenos Municípios não dispõem de serviço de saneamento estruturado, e, por sua fragilidade institucional, precisam ser priorizados para garantir a racionalização de projetos, a identificação de economias de escala e o desenvolvimento de modelos institucionais que garantam a sua sustentabilidade operacional e financeira.

No que tange a tratamento de esgotos, com foco na proteção dos mananciais, especialmente em áreas com indicativos de poluição hídrica localizadas a montante das captações, são previstos, para 2.926 Municípios, investimentos totais da ordem de R$47,8 bilhões em coleta e tratamento de esgotos.

Em resposta a questionamentos, o Sr. Varella considerou que a falta de saneamento é o principal fator que prejudica a qualidade da água e que a falta de infraestrutura de saneamento, embora haja projetos conceituais disponíveis, decorre da falta de projetos executivos nas prefeituras.

Como ações da Agência Nacional de Águas para enfrentar os problemas, o palestrante citou o programa "O Produtor de Água", que contempla o caminho da água e remunera por serviços ambientais prestados, tais como preservação de margens e renúncia ao uso de certas áreas, e que já atinge cerca de 30 milhões de pessoas, segundo ele. Citou, ainda, o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – Prodes, e o Programa de Avaliação da Qualidade da Água, desenvolvido em parceria com os Estados.

O segundo palestrante, Professor José Galizia Tundisi, afirmou que o desenvolvimento econômico depende da quantidade e qualidade da água, e observou que, enquanto os países desenvolvidos realizaram esse processo em 150 anos, os países emergentes estão sofrendo esses processos poluentes em um espaço de tempo muito curto.

Segundo ele, os países mais desenvolvidos e com maior renda *per capita* são justamente aqueles que apresentam mecanismos e sistemas mais eficazes de acesso à água. Desenvolvimento é diferente de modernização, ressalvou o Prof. Tundisi.

O palestrante asseverou que a questão do lixo tem conexão direta com a qualidade da água, alertando que mesmo os aterros sanitários são problemáticos, em função do chorume produzido. O Brasil não dispõe de nenhum laboratório que trate dos poluentes persistentes, que são constituídos pelos medicamentos, cos-

méticos, líquidos de revelação e outros, que em muitas cidades são jogados diretamente nas pias, afirmou ele.

Citando dados mundiais apresentados em conferência sobre água realizada em 2011, em Paris, o Prof. Tundisi ressaltou que 2,6 bilhões de pessoas não têm acesso a saneamento básico no Planeta. Doenças de veiculação hídrica são responsáveis pela perda anual de 443 milhões de dias escolares e pela ocupação de 50% dos leitos hospitalares nos países em desenvolvimento, e que cinco mil crianças morrem diariamente, no mundo, por diarreia.

Segundo ele, no que se refere a saneamento básico e uso adequado da água, as metas de desenvolvimento do milênio, que deveriam estar cumpridas em 2015, levariam 60 anos para ser cumpridas, exigindo, para acelerar o processo, investimentos de U$12 bilhões por ano, durante dez anos. Há necessidade de mobilização total e educação em massa para resolver o problema e melhorar a percepção da população sobre a questão da água.

Citando dados de 2009, o Prof. Tundisi observou que no Brasil, enquanto 90% da população urbana é servida por rede de água e coleta de lixo sólido, apenas 47% é atendida por rede coletora de esgotos. Além da ingestão e do simples contato com agentes biológicos conduzidos por águas contaminadas, também insetos que se desenvolvem nessas águas são vetores de transmissão de doenças.

O processo fundamental para a área de saneamento básico é a capacitação de recursos humanos, técnicos e gestores, afirmou o palestrante. Não faltam projetos, a exemplo do Município de Extrema, em Minas Gerais, e do Projeto Cultivando Água Boa, de Itaipu, nem mesmo faltam recursos financeiros, além de não faltarem projetos, segundo ele. O problema, ele continua, é a falta de recursos humanos capacitados e a relação de tempo, sempre muito grande, entre a concepção e a execução dos projetos.

O Prof. Tundisi recomendou investimento na preservação dos mananciais em áreas rurais e a remuneração dos agricultores por serviços ambientais e de proteção a mananciais. A qualidade de vida da zona urbana e o custo do tratamento da água dependem das condições da zona rural, que, além do suprimento de alimentos, funciona como tampão e mantém a biodiversidade, disse ele.

Respondendo a questionamentos, o palestrante afirmou que a tendência mundial é a descentralização do tratamento de esgotos, pois unidades menores são mais eficientes e facilitam a destinação do resíduo (lodo) gerado. A eficiência desses tratamentos precisa ser medida, lembrou ele. A Fossa Séptica Digestora, desenvolvida pela Embrapa, é muito eficiente para o tratamento do esgoto do vaso sanitário, asseverou o Prof. Tundisi, adequando-se ao uso em residências e pequenas comunidades, podendo até produzir biogás. Já para o tratamento do esgoto que não vem do vaso sanitário, a chamada água cinza, a Embrapa desenvolveu o Jardim Filtrante, com uso de plantas aquáticas, também eficiente, segundo ele, e com bom efeito paisagístico.

Segundo comunicado.

Panorama econômico internacional.

Argentina.

Apesar de seu grande potencial agrícola e industrial, a situação econômica da Argentina passa por um período de deterioração. Ao lado do baixo crescimento, aumenta a inflação e agravam-se as dificuldades cambiais.

Ao reassumir suas atividades depois de mais de um mês afastada por razões de saúde, a Presidente da Argentina reafirmou a continuidade da política econômica. Trata-se de orientação intervencionista que tem trazido várias dificuldades para o país e erodido ainda mais a escassa confiança internacional no país. Além das interferências na área do comércio exterior e no câmbio, o governo argentino tem reestatizado várias empresas.

Recorde-se que em 2012 o governo reestatizou a empresa Yacimientos Petroliferos Fiscales, pertencente à multinacional espanhola Repsol desde que foi privatizada em 1993. A Repsol luta, na justiça, para obter reparação pelas ações expropriadas, e só esta semana, no último dia 25 de novembro, o Governo argentino anunciou um “principio de acordo” para indenizar a empresa espanhola. Anteriormente, passaram por processos de nacionalização os fundos de pensão privados, em 2008, e a companhia aérea Aerolineas Argentinas, privatizada em 1990, mas que voltou ao controle do Estado também em 2008.

A Argentina tem tido comportamento econômico instável. No período de 2003 a 2007 cresceu a taxas em torno de 9%, na esteira de uma economia global extremamente favorável, com a demanda de *commodities* impulsionando as exportações. Contribuíram também para a fase de crescimento o peso desvalorizado e as boas condições financeiras internacionais.

O País reagiu à crise de 2008/2009 com o estímulo de políticas fiscais e monetárias expansionistas. Obteve bons resultados, com a volta do crescimento do Produto Interno Bruto a níveis pré-crise, de aproximadamente 9%, por exemplo, nos anos de 2010 e 2011.

No entanto, a persistência da política expansionista teve como consequência a elevação dos índices de inflação que estariam, atualmente, em termos reais, acima de 25%, mais do que o dobro dos números

oficiais, que se situam em torno de 10%. Setores da dividida oposição têm acusado o governo de manipulação das taxas de inflação – o que também foi objeto de observação por parte do Fundo Monetário Internacional. Registrem-se, ademais, os subsídios dados aos setores de eletricidade, gás e transporte público. As tentativas de controle de preços não têm funcionado.

No que diz respeito à área externa, observe-se que o governo tem adotado medidas, tanto formais quanto informais, de controle cambial e também de restrições às importações. Exemplo dessas medidas são as DJAI (Declarações Juradas Antecipadas de Importação), controle que retarda os trâmites de comércio exterior e que tem prejudicado empresas brasileiras. Destaque-se que o Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina. Entretanto, mesmo com a utilização de vários artifícios, as reservas argentinas têm diminuído rapidamente e, atualmente, estariam pouco acima de US$30 bilhões.

Deve-se recordar que, em 2001, a Argentina chegou à situação de *default*, repudiando o pagamento de sua dívida externa. Ao não honrar – desculpem, são coisas tão antigas – seus compromissos financeiros, a Argentina minou a credibilidade do país, o que ainda hoje tem repercussões graves, apesar das reestruturações da dívida de 2005 e 2010. Uma parte pequena dos investidores não concordou com os termos das renegociações e optou pela via judicial para obter o ressarcimento de seus investimentos. Alguns setores do governo argentino e da imprensa chamam esses investidores de *fondos buitres*, ou seja, fundos abutres. O *default* deixou a Argentina em situação extremamente desfavorável nos mercados financeiros internacionais, com acesso limitado a financiamentos.

Na reunião de cúpula do G-20, em setembro deste ano, na Rússia, a Argentina tentou politizar a disputa com os fundos de investimentos e colocar o tema em pauta, sem êxito. As agências de classificação de risco consideram a situação financeira internacional argentina como precária.

O atual cenário global destaca a construção de grandes espaços de livre comércio, com as negociações entre os Estados Unidos e a União Europeia, e a Iniciativa TransPacífico, liderada pelos americanos. Nesse cenário, países isolados e com fundamentos econômicos frágeis, é claro, terão enormes dificuldades de competir e sobreviver.

Assim, aumenta a necessidade de integração regional como forma de melhorar a competitividade, e cresce a importância, para o Brasil e para a Argentina de, além de adotarem políticas econômicas sólidas, voltarem seus olhos para a importância da integração e da infraestrutura.

Um caminho já delineado e que deve ser seguido é a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional (IIRSA). Criada em 2002, na pioneira Reunião de Chefes de Estado da América do Sul, a IIRSA dá ênfase à interconexão regional nas áreas de transporte, energia e comunicações.

Terceiro comunicado: Notícias e Panorama da Infraestrutura na palavra de especialistas.

Numa semana marcada pelos leilões da bem-sucedida privatização dos aeroportos do Galeão e de Confins, sete grupos disputam, daqui a pouco, hoje, às 10 horas da manhã, na BM&F-Bovespa, em São Paulo, o leilão da BR-163. Trata-se de trecho de 850,9km, desde a divisa de Mato Grosso com o Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop, no centro-norte de Mato Grosso, percorrendo um total de 19 Municípios. Essa é uma das principais vias de escoamento agrícola, sobretudo da soja.

O Governo introduziu mudanças no edital, como a redução na estimativa do crescimento do PIB embutida na concessão e o aumento do teto do pedágio. A previsão é de uma disputa acirrada no leilão de hoje. Vencerá o consórcio ou empresa que oferecer o maior desconto sobre a tarifa teto dos pedágios, de R$5,50 para cada 100 quilômetros. O concessionário vencedor deverá investir R$4,6 bilhões na estrada. O edital prevê a duplicação de 453 quilômetros em cinco anos, o que é considerado uma obra complexa pelas empresas, uma vez que fica na região Amazônica. A concessão da BR-163 será por 30 anos.

Segundo o Ministro dos Transportes, César Borges, o Governo quer licitar, até o fim do ano, outras três rodovias, que, somadas à BR-050, em Goiás, já leiloada, deverão resultar em investimentos de R$27,8 bilhões ao longo das concessões.

Esse pacote deve incluir a BR-060, a BR-153 e a BR-262, no Distrito Federal, em Goiás e em Minas Gerais, outro lote considerado atrativo. Em seguida, será a vez da BR-163 em Mato Grosso do Sul, sobre a qual ainda pairam dúvidas dos empreendedores por se tratar de um trecho que envolve investimentos elevados. A expectativa é a de leiloar também a BR-040 em Minas Gerais, o que ainda depende da aprovação dos estudos pelo TCU, o que se prevê possa ser feito ainda esta semana.

O Ministro dos Transportes informou também que as ferrovias só serão oferecidas em leilão no próximo ano. A primeira a ser licitada deverá ser o trecho entre Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, e Campinorte, em Goiás – a chamada Ferrovia de Integração Centro-Oeste. Há também a possibilidade de o Governo oferecer dois trechos da Ferrovia Norte-Sul, que hoje estão em construção pela Valec – o trecho que vai de

Palmas, no Tocantins, a Estrela d'Oeste, em São Paulo –, além do trecho entre Ouro Verde e o ramal para Anápolis, ambos em Goiás, e Palmas, Tocantins. Também poderão ser oferecidos os trechos entre Açailândia, no Maranhão, e Barcarena, no Pará, e o trecho entre Estrela d'Oeste e Dourados, no Mato Grosso do Sul.

Por outro lado, o Plano Hidroviário Estratégico, lançado pelo Ministério dos Transportes no mês passado, foi criticado, em artigo recente, pelo Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos vegetais, Carlo Lovatelli. Para ele, especialistas das maiores empresas e entidades de classe de vários setores, entre os quais o do agronegócio, esperavam ouvir do Governo o que será feito para acabar com os gargalos logísticos do País no modal hidroviário. Porém, os técnicos do Ministério, segundo ele, apenas ressaltaram a importância do planejamento e sinalizaram que as expectativas deveriam ser moderadas, pois o trabalho era só o início de um processo de melhorias em logística.

Para Carlo Lovatelli, a solução para o gargalo logístico no País não pode mais ser adiada, porque já limita investimentos na área produtiva e tolhe a competitividade internacional do Brasil. Segundo ele, o maior questionamento dos empresários presentes ao lançamento do programa foi sobre a capacidade do Governo de executar medidas emergenciais e de longo prazo. Concluindo, ele afirma que "não há mais tempo a perder: ou o governo executa as obras de logística ou deve dar as condições institucionais, legais e econômicas para que o setor privado as realize".

Quanto ao leilão dos aeroportos do Galeão e de Confins, vencidos na última sexta-feira por alguns dos melhores operadores do Planeta – Consórcio Odebrecht e Changi, de Cingapura, no Galeão; e o Grupo CCR, em associação com os administradores dos aeroportos de Munique e Zurique, em Confins –, especialistas do setor acreditam que a modernização e melhorias esperadas nesses aeroportos privatizados deverão aumentar a pressão por novas privatizações e também por mudanças na Infraero, considerada uma das estatais mais fechadas do País.

Segundo o Prof. Paulo Resende, Coordenador do Núcleo de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral, os brasileiros viverão, na prática, o abismo que deve separar a qualidade dos serviços dos aeroportos privados da dos terminais estatais. Para ele, ficarão mais evidentes os problemas da Infraero, pois "em um único voo, o passageiro poderá" – segundo palavras dele – "sair de um terminal com qualidade de primeiro mundo e pousar em um aeroporto que não é pensado para o conforto".

Para o especialista André Castellini, sócio da consultoria Brain & Company, a Infraero terá de repensar sua atividade após o leilão do Galeão e de Confins. Segundo ele, a comparação entre os aeroportos privatizados e os terminais da Infraero pode melhorar o foco da estatal.

Na opinião de Armando Castelar, economista da Fundação Getúlio Vargas, a Infraero – que terá 49% de participação nos aeroportos privatizados – sofrerá maior pressão não só dos passageiros, mas também dos órgãos reguladores, o que deve melhorar, segundo ele – é o que esperamos todos nós –, todo o sistema aeroportuário.

Por sua vez, o economista Cleveland Prates Teixeira, também da Fundação Getúlio Vargas, apesar de reconhecer como positiva a privatização dos aeroportos, manifestou preocupação quanto à permanência da Infraero junto às operadoras e criticou o modelo definido pelo Governo que, ao mesmo tempo em que prega a concorrência, permite que a Infraero continue a participar de todos os aeroportos, inclusive com direito a veto. Parece uma contradição.

No seu entender, a Infraero vai querer mais receitas das concessionárias para investir em outros aeroportos sob sua administração. Por isso, diz o especialista, não interessaria à estatal uma redução das tarifas aeroportuárias. Ele acredita que a Infraero também poderá interferir até mesmo nas decisões de ampliação de aeroportos.

Já o diretor no Brasil da IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos), Carlos Ebner, entende que não basta privatizar aeroportos, é preciso investir em obras de infraestrutura nos seus arredores: "Muita cosmética foi feita até agora; o que fará a diferença na qualidade dos aeroportos são as mudanças na infraestrutura". Para ele, isso depende de políticas de Estado e das administrações regionais. Como exemplo, ele citou o incentivo à abertura de fábricas nos arredores, investimentos na infraestrutura, hotéis e centros de convenções, além de um movimento de carga.

Acho que isso está previsto nessas licitações.

Segundo afirmou Ebner, a IATA defende que o retorno sobre o investimento das concessionárias seja oriundo da exploração comercial dos aeroportos. Segundo ele, não se pode encarecer os aeroportos do Brasil, pois isso tiraria a competitividade da aviação, impedindo o seu crescimento".

É Interessante notar que, até o momento, só se ouve falar em aumento do número de vagas de estacionamento, mais carrinhos para o transporte de bagagens, banheiros, lojas, restaurantes e conforto, hotéis, spas, nos terminais aeroportuários privatizados. Popularmente, são as chamadas mudanças cosméticas.

E como fica a questão fundamental do controle dos voos, dos investimentos em equipamentos modernos e ,sobretudo, em pessoal qualificado, capaz de garantir a segurança dos voos e também dos passageiros?

As Srªs e os Srs. Senadores estão recebendo, como toda a semana fazemos, um relatório com o acompanhamento dos compromissos assumidos pelo DNIT em relação a diversas obras que estão sendo realizadas por todo o Brasil.

E mais uma vez solicito que as Srªs e Srs. Senadores, por favor, na análise que façam da obra, da sua localização, do compromisso assumido, da data estabelecida e da situação atual, observem se há alguma discrepância entre aquilo que as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores eventualmente vejam acontecer nos seus Estados e o que está aqui colocado.

Posteriormente, voltarei a esse tema.

Antes de iniciarmos a pauta do dia de hoje, gostaria de mais uma vez agradecer a participação sempre constante dos internautas, daqueles que se utilizam do telefone Alô Senado, números gratuitos: 0800612211, e também que se utilizam do Facebook ou Twitter, na participação que vêm tendo nas nossas audiências públicas.

Hoje, da mesma maneira, aqueles que desejarem participar poderão se utilizar desses instrumentos para fazerem os seus comentários e as suas perguntas aos nossos palestrantes.

A presente reunião destina-se a debater o PLS 405, de 2011, que suspende, pelo prazo de 30 anos, a construção de novas usinas termonucleares em território nacional, em atendimento ao Requerimento nº 57, de 2011, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialista, a quem convido, desejando-lhes boas-vindas, para que tomem assento à mesa: Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME); Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletrobras Termonuclear S/A (Eletronuclear); Dr. Francisco Whitaker Ferreira, Diretor Executivo da F. G. V. Whitaker S/A.

Gostaria também de esclarecer que S. Exª o Senador Cristovam Buarque vem manifestando preocupação sobre a expansão de construção de usinas termonucleares no Brasil, sendo um dos maiores incentivadores para que essa audiência pública hoje se realizasse. Gostaria de agradecer, portanto, à S. Exª por essa iniciativa e por essa participação.

Sejam muito bem-vindos senhores palestrantes! (*Pausa.*)

Iniciando, portanto, a audiência pública da manhã de hoje, passo a palavra ao Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME).

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Inicialmente, cumprimento o Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura; cumprimento o Senador Cristovam Buarque, meu colega de faculdade de Engenharia – é uma alegria revê-lo aqui –; demais autoridades; todos os presentes, meus companheiros de mesa. Atendendo solicitação feita ao Ministério de Minas e Energia, o Ministro me indicou para trazer-lhes algumas reflexões sobre a questão, como está dito no título, da "Opção Nuclear no Sistema Gerador Brasileiro a Longo Prazo."

Eu organizei uma apresentação. Então, seguindo aqui uma sequência, inicialmente, vou falar sobre a questão da energia no Brasil e plano decenal de expansão até 2022, que é uma espécie, assim, de pano de fundo para podermos dar o primeiro passo, digamos assim, para entender o papel da energia nuclear. Ela, na realidade, se torna mais importante depois desse horizonte. E tem-se que entender que a opção nuclear, como outras que o Brasil tem também, traz uma perspectiva de utilização mais a médio e longo prazos. Não é uma necessidade imediata, digamos, mas a médio e longo prazos o Brasil, como vamos aí indicar, tem um espaço para a geração nuclear.

Depois eu vou falar sobre o aproveitamento do potencial hidroelétrico brasileiro, que é também algo relevante; é a nossa principal fonte e ela é finita. Em algum momento nós vamos concluir o aproveitamento daquela parcela do potencial que pode ser aproveitado.

E, finalmente, a parte mais interessante, que é a opção nuclear no sistema de geração brasileiro a longo prazo.

Esta primeira transparência traz uma comparação da matriz de eletricidade entre o Brasil e o mundo. Quer dizer, como estamos aqui falando da questão nuclear, então, é interessante olhar essa matriz de eletricidade, de energia elétrica, porque nós temos a matriz de oferta de energia, com todos os energéticos, mas aqui seria voltado para o atendimento da densidade de energia elétrica.

No ano de 2012 aparece o total de energia de oferta mundial. E aqui a parcela brasileira. Neste ano de 2012 o Brasil representa um pouco menos de 3% da energia elétrica do mundo.

Eu queria destacar aqui o aspecto das fontes renováveis no mundo. Digamos que 21% são de fontes renováveis na matriz de eletricidade mundial, enquanto que no Brasil são 88%, por razões a que eu vou, em seguida, me referir. E da parte de combustíveis fósseis o mundo usa quase 70% para a produção de energia, com destaque para o carvão mineral, com

42% da energia elétrica do mundo, depois o gás natural e assim por diante. E o Brasil usa apenas 8% de combustíveis fósseis.

Portanto, a nossa situação é muito favorável em relação ao mundo e isso se explica pela grande parcela das fontes de hidroeletricidade. Aqui nós estamos com quase 82%, enquanto que o mundo usa apenas 16%. E temos as demais fontes que complementam a nossa matriz. Eu faria o destaque para a questão dos derivados da cana-de-açúcar, que é o bagaço de cana-de-açúcar. Depois da produção do etanol e do açúcar, então, temos o bagaço, que queimamos para produzir calor na própria indústria do álcool e do açúcar, produzindo, assim, geração de energia elétrica a partir desse bagaço, em cogeração com autoeficiência, com o excedente para a rede.

Destacaria também o gás natural, que está tendo um crescimento significativo e que é algo que tem um potencial bem razoável.

Aqui, na questão de outras fontes, aparece a eólica, que está tendo um crescimento grande nos anos recentes e que vai se desenvolver de forma bem acentuada. Então, observamos que o Brasil tem uma situação favorável.

Olhando a nuclear, o mundo utiliza 11% da produção de energia de origem nuclear e o Brasil apenas 2,8%, com as usinas de Angra I e Angra II.

Prosseguindo, essa transparência procura mostrar a perspectiva de crescimento do setor energético brasileiro. O nosso País é um País que cresce: cresce a economia e cresce a população em um ritmo talvez não muito acentuado, quer dizer, menos de 1%, mas é um crescimento razoável, são cerca de 1,2 milhão de novos brasileiros por ano, e o setor energético tem um papel importantíssimo para permitir que esse desenvolvimento econômico e social também se desenvolva ao longo do tempo.

Aqui está o cenário que nós imaginamos, digamos, de oferta de energia. Aqui é para todos os energéticos e aqui somente a parcela de energia elétrica. A unidade, aqui, não é importante, porque são em milhões de TEP (Tonelada Equivalente de Petróleo) e Terawatt-hora. O importante é a variação nesses dez anos.

A taxa que nós adotamos no Planejamento é de 4,9%; aqui 4,7%, portanto, muito próximas as duas taxas de crescimento.

Isso aqui é um crescimento um pouco acima do crescimento estrutural da economia brasileira. É interessante destacar que esse crescimento energético se desenvolve independentemente, até certo ponto, do crescimento da economia. Há uma espécie de inércia. Quando a economia cresce pouco, o mercado de energia se mantém com taxas de crescimento; a elasticidade sobe. Então, por exemplo, aqui no caso, no ano de 2012, o PIB brasileiro cresceu 0,9%, está se revendo isso e vai dar um pouco mais de 1%, e a energia cresceu 4%. Então, há uma dinâmica de crescimento do setor energético e, de alguma forma, nós entendemos que essa taxa é algo estrutural e vai prosseguir nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL. *Fora do microfone*.) – Isso é só no Brasil ou em todo o mundo?

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Em geral, isso é um fenômeno mais brasileiro. E tem algumas explicações. Uma delas é a questão do que o Brasil vem fazendo em seu programa de distribuição de renda, um programa que tem tido resultados bastante significativos, já que essa população está podendo ter acesso a aparelhos eletrodomésticos e, portanto, ao uso da energia, fazendo com que cresça o consumo de energia.

Então, vejam: com esse crescimento aqui, esses números são um desafio muito grande. Se nós colocarmos aqui mais cinco anos e completarmos 15 anos, ou seja, mais cinco anos além do horizonte do plano decenal, nós teríamos que dobrar o nosso sistema energético. Ou seja, uma taxa de crescimento dessa ordem aqui está entre 4% e 5%, mais próximo de 5%, leva-nos a dobrar o sistema energético brasileiro nos próximos 15 anos. Então, esse é um grande desafio. Logo em seguida vou voltar a essa questão para comentá-la melhor.

Esta transparência pode parecer um pouco confusa, mas ela procura mostrar o resultado das políticas energéticas adotadas pelo Ministério de Minas e Energia com vista à matriz de energia elétrica. E aqui se apresenta para todas essas fontes a participação da fonte no atendimento da energia elétrica em 2012 e em 2022.

Então, nós vemos aqui que a hidroeletricidade vai ter uma redução na sua participação. Em termos absolutos, isso aqui vai aumentar, porque tenho 77% de 2012 e aqui tenho 70% de 2022, a base é maior, claro. Então, em termos absolutos, tenho um aumento da participação da hidrelétrica, mas em termos percentuais da parcela do mercado atendido, realmente há uma diminuição e isso está dentro da política de diversificar a matriz de energia elétrica brasileira. O Brasil até mais ou menos 2000 só fazia hidrelétrica, o sistema era plenamente hidrelétrico. A partir de 2000, por várias razões, não cabe aqui detalhar, estamos fazendo essa diversificação da matriz de energia elétrica brasileira.

Quando reduzimos aqui essa participação, as outras fontes começam a crescer sua participação,

a ter a sua importância. Todas essas fontes têm um papel complementar. É importante dizer que no Brasil as fontes energéticas não são excludentes, elas têm papel complementar, ou seja, há espaço para todas elas no nosso sistema energético. Então, não estamos fazendo eólica porque é melhor do que biomassa, não estamos fazendo hidrelétrica porque é melhor do que o gás. Todas elas entram comprando um *mix* da matriz energética, cada uma com a sua justificativa, inclusive respeitando as aspectos regionais do Brasil. Por exemplo, a Região Nordeste hoje tem uma vocação maior para eólica, pelo potencial que possui. A região de São Paulo, com a biomassa da cana-de-açúcar; o Sul tem uma vocação para o carvão mineral, também com a questão da eólica. A Região Norte brasileira hoje é a fronteira da hidroeletricidade. Então, essa composição da matriz diversificada permite termos um resultado nessa direção.

Queria destacar o seguinte: aqui aparece o gás natural em função da oferta de gás – quando falo oferta é quantidade e preço, que está havendo um desenvolvimento bem razoável, uma solução muito interessante junto a alguns centros de carga. A biomassa continua em função do programa de açúcar, de etanol, tendo também uma participação grande, e as demais têm um papel complementar, onde aparece a nuclear, com pouco menos de 3%. Isso é em termos de energia ofertada. A nuclear participa com pouco menos de 3%, quando olhamos a capacidade instalada – que vamos ver em seguida – a participação da nuclear cai para um pouquinho abaixo de 2% da participação, portanto, uma participação pequena. Aparece aqui a eólica, que é a grande fonte que está multiplicando significativamente a sua participação nesse horizonte de dez anos. O Brasil se mantém como uma matriz limpa, como se diz quando a gente compara com o mundo. Por exemplo, no que diz respeito a combustíveis fósseis, praticamente se mantém a mesma parcela, e a fontes renováveis, também se mantém uma situação vantajosa em relação ao mundo.

Como resultado disso, esse comportamento significa mais uma tendência, porque fruto das políticas energéticas nós fazemos os leilões, introduzimos as diretrizes nos leilões de energia e com essas diretrizes que refletem as políticas energéticas a sociedade caminha nessa direção da matriz, aquela considerada mais adequada para o atendimento do sistema brasileiro.

Bom, isso permite fazermos uma reflexão um pouquinho mais detalhada, sem perder muito tempo, em função do período que tenho para falar. É uma que mostra nos próximos dez anos como o Brasil vai atender à expansão do seu sistema elétrico. Temos que o Brasil, hoje, com a capacidade instalada no final de 2012 de 121 gigawatts, 70% de hidrelétrica, vai para 200 mil, em números redondos, com 121 de hidrelétricas, 71%. Observamos que há uma redução da participação da hidroeletricidade no que diz respeito à capacidade instalada. Esses 80 mil megawatts, que temos que instalar nos próximos dez anos, quase 8 mil megawatts por ano, incluem a autoprodução na indústria. A autoprodução na indústria representa cerca de 15 mil megawatts nesses próximos dez anos. Algumas indústrias, por características próprias, desenvolvem suas instalações de geração. Por exemplo, papel e celulose é autossuficiente. A própria indústria do etanol e do açúcar também desenvolve sua história.

Então, quando olhamos essa separação pelas diferentes fontes, observamos 81% da expansão nesses próximos dez anos – que é um número muito elevado – baseados em três fontes: a hidráulica, a eólica e a biomassa.

Veja: por que essa prioridade tão grande nessas fontes? São cinco razões que levam a essa prioridade, que são a política do Ministério de Minas e Energia nesse horizonte. Nós temos grande quantidade de opções hidrelétricas; temos grande quantidade de opções eólicas e de biomassa para expandir o nosso sistema nesses dez anos. Então, existe a disponibilidade da fonte para nós construirmos projetos.

Segundo: essas três fontes são renováveis, o que é uma vantagem para manter a nossa matriz limpa e com competitividade, em função de serem fontes renováveis. Terceiro: elas são as mais competitivas, ou seja, pode-se obter a energia com menor custo unitário a partir dessas três fontes.

Quarta razão: tecnologia nacional. Nós temos o domínio da tecnologia nessas três fontes, precisando ainda alguma coisa na questão da eólica, principalmente levar a tecnologia da eólica para os nossos centros de pesquisa, universidades e assim por diante.

Bom, na questão da transmissão, o Brasil é um País continental e que necessita de um sistema de transmissão – eu diria – de grande porte, ao contrário dos sistemas que têm geração térmica. Por exemplo, nos Estados Unidos, que tem um sistema térmico – e na Europa também –, ninguém leva energia de Miami para Los Angeles, 4.000km distante. Mas, no Brasil, em função da hidroeletricidade – nós temos um potencial hidrelétrico espalhado por todo o País, com diversidade hidrológica, ou seja, em alguns momentos eu tenho períodos de cheia no Sul e seca no Nordeste, e vice-versa –, então, nós fazemos transferência dessas energias que estão sobrando numa região, por razões hidrológicas, para outras regiões que têm carência.

Essa operação integrada faz com que a produção hidrelétrica do País aumente em cerca de 20%, com

esse sistema de transmissão. Então, o Brasil fez esse sistema de transmissão, que tem uma operação coordenada pela ONS e com um resultado muito positivo. Quando eu aumento a produção de energia, eu reduzo os custos e aumento a confiabilidade de suprimento.

Nós temos tido algumas dificuldades de transmissão na questão da eólica, que é uma experiência nova. Alguns parques eólicos entraram com responsabilidade do agente de geração, e no agente de transmissão, que era independente, por razões diversas que não cabe aqui discutir, houve algum atraso, mas que está sendo resolvido.

O armazenamento do sistema é importantíssimo. A questão da hidroeletricidade, com os nossos reservatórios que estocam energia elétrica na forma de água, ao contrário dos sistemas térmicos que têm de ser através de bateria, permite incorporar a energia eólica, que é uma energia intermitente, que pode ter ou não ter, depende dos ventos, e também a biomassa, que está com a safra. Então, esse conjunto de aspectos faz com que essas três fontes tenham prioridade. Inclusive, a eólica e a biomassa são complementares em relação à hidrelétrica.

Nas demais fontes tem o gás natural, que é não renovável, mas tem uma parcela importante. Aqui, nós estamos prevendo a existência de gás natural. A nuclear, com Angra 3, 2%. E essa aqui tem um papel complementar. Então, esse é o resultado da expansão do sistema brasileiro nesses próximos dez anos, em que a nuclear aparece apenas com a usina de Angra 3, que complementa lá.

Bom, aqui são os valores de investimento. Eu queria chamar a atenção para esses valores de investimento, para esses 80.000MW hidrelétricos e mais os investimentos do pré-sal. O Brasil vai ter que investir nos próximos dez anos uma quantidade imensa de investimentos, mas é interessante destacar como a gente pode avaliar se isso é muito ou pouco. É comparando esse investimento com o porte da nossa economia, a capacidade de ela investir. Então, veja: nos próximos dez anos, o Brasil terá o maior investimento proporcional à nossa economia de toda a sua história.

Na década de 70, quando começamos os grandes empreendimentos hidrelétricos – Itaipu, Tucuruí, etc. –, o esforço de buscar petróleo no mar e a fazer a transmissão do sistema elétrico brasileiro, nós tivemos realmente um desafio muito grande. Nos próximos dez anos, ele é maior, porque nós vamos ter que alocar cerca de 2,3% do PIB no setor energético, e isso representa um pouquinho mais de 10% da formação bruta de capital fixo.

Quer dizer, num País que tem que colocar 10% da sua poupança, no sentido macroeconômico, na expansão do seu setor energético, os 90% que sobram pode ser que não sejam suficientes para as demais necessidades que o País tem de infraestrutura, de resgate da dívida social, de investimentos em educação, saúde e assim por diante.

É evidente que este investimento aqui provavelmente será viabilizado com alguma poupança externa, investimentos diretos e virão de internos e externos. Então, esse é um desafio muito grande para os próximos anos. O petróleo tem a maior parcela, 72%, a energia elétrica, 22%, e os biocombustíveis, 4,9%, nesses próximos dez anos.

Eu queria mostrar esse dado para que a gente consiga visualizar esse desafio que o Brasil tem pela frente. Depois, vou fazer algumas conclusões sobre a questão das diferentes fontes energéticas, inclusive a nuclear, nesse horizonte de médio prazo.

Desde 1970 até 2000, que foram três décadas, nós instalamos 2 mil megawatts por ano nesses 30 anos. O curioso é que esse número de 2 mil se manteve mais ou menos nas três décadas. Na década de 70, um pouquinho menos de 2 mil; na década de 80, a chamada década perdida, ficamos nesse nível; e na década de 90 até o ano 2000, também tivemos esse montante de 2 mil. Portanto, durante 30 anos, o Brasil vinha com sua capacidade de expandir o seu sistema elétrico nesse nível.

Nessa primeira década do século atual, nós elevamos esse número para 3,9 mil, 4 mil redondo. Então, tivemos de dobrar esse valor. Nos próximos dois anos, no PDI, nós vamos de novo esse valor, passar de 4 mil megawatts para 8 mil megawatts. Isso para o País crescer a sua economia em torno de 4%, entre 4% e 5%, que é o potencial estrutural que temos de crescer a nossa economia. Não é para crescer em ritmo chinês, não. É um ritmo razoavelmente dentro do que seria possível ser feito, mas um ritmo que tenha uma certa realidade.

Vejam, esse nível de 8 mil é para permitir esse crescimento da nossa economia. Pode-se perguntar se vamos conseguir fazer isso. Eu acho que sim, porque, se há algo que o Brasil precisa é crescer a sua economia, para poder resgatar a dívida social, criar emprego para os nossos jovens. E, sem a energia, não se tem nenhum desenvolvimento. Só ela não resolve, é preciso ter ela e mais alguma outra coisa, mas, se faltar a energia, não surge a indústria, não surge o emprego e a economia não cresce. Isso é fundamental.

Apenas para citar um dado curioso, é o seguinte. No ano de 2013, atual, nós estamos entrando com 8,1 mil megawatts neste ano, que é o recorde de toda a história brasileira em termos de capacidade instalada.

Avançando aqui, já vou entrar na questão do potencial hidroelétrico brasileiro. Nisso aqui cabe fazermos uma reflexão muito profunda e talvez deveríamos ter até um debate mais amplo sobre essa questão. O Brasil tem um potencial hidroelétrico de 260 mil megawatts. O que é que significa isso? Significa que nós teríamos possibilidade de instalar 260 mil megawatts se aproveitássemos todos os locais onde se podem fazer usinas hidroelétricas. Isso não é um valor teórico, é um valor cuja grande parte está identificada em estudos e inventários e tecnicamente nós podemos chegar a esse montante de 260 mil.

Esse potencial é o terceiro ou quarto potencial hidroelétrico do mundo. O primeiro é o chinês, com 350 mil; o da Rússia, com 280 ou 290; e o terceiro ou quarto, Brasil e Estados Unidos, que têm valores na faixa de 260 mil. Ora, isso é um patrimônio imenso que os brasileiros têm, porque a hidroeletricidade é uma fonte extremamente vantajosa para gerar energia elétrica, permite, com a construção da barragem, outros usos do recurso hídrico – a questão da navegação, irrigação e assim por diante.

Então, vejam, desses 260 mil, uma parcela não é competitiva. Por quê? Porque custa mais caro do que outras opções. Há usinas hidrelétricas que são caras, têm uma queda baixa, pouca vazão. Então, essa parcela que é mais cara, em geral, a gente não deve considerar. E um fator adicional é que, no Brasil, vários desses locais onde essas usinas se encontram estão em áreas de preservação, são comunidades indígenas, terras indígenas demarcadas, são parques nacionais, são reservas florestais, de conservação permanente. Em alguns locais, o técnico não pode entrar para fazer o estudo do recurso hidrelétrico.

Então, juntando todos esses parâmetros, com toda a dificuldade de quantificar essa questão, o Brasil só pode aproveitar, em nível de planejamento, destes 260, 180 mil megawatts. Quanto aos 80 mil, há dificuldades ambientais. Não é que seja impossível aproveitar. Em algum momento, no futuro, talvez a gente reconsidere isso aí, dentro de outro contexto – por exemplo, talvez até fazer as usinas com as comunidades indígenas. É preciso regulamentar o artigo da Constituição que prevê o aproveitamento dos recursos naturais, inclusive hidrelétricos, em terras indígenas demarcadas. Isso ainda não foi regulamentado. Há dificuldades para isso, porque é um problema que tem uma certa complexidade.

Mas o fato é que o Brasil, veja bem, como ordem de grandeza, está abrindo mão de uma parcela importante de seu potencial hidrelétrico. Nenhum país do mundo faria isso. O recurso hidrelétrico é extremamente nobre. Cabe, no futuro, uma discussão, uma reavaliação dessa questão.

Atualmente, a questão ambiental tem se agravado. Novas exigências, legítimas, preservaram o nosso meio ambiente. Manter os nossos ecossistemas é um dever, uma necessidade e uma obrigação da sociedade brasileira. Nós é que somos os maiores interessados em preservar o nosso meio ambiente, respeitar as comunidades indígenas, preservar a Amazônia, preservar os rios que compõem a margem direita do Rio Amazonas, que atravessam áreas que temos interesse de preservar. Isso tudo é algo que nós temos que fazer, mas temos que achar um ponto de equilíbrio de aproveitamento desses recursos hídricos.

Esse número aqui é um número muito redondo. Hoje, talvez, dos 180, não devemos ultrapassar os 150. Claro que isso depende do cenário energético e ambiental futuro, porque novas exigências estão acontecendo para viabilizarmos isso aí.

De qualquer maneira, se eu adotar esse número como referência, eu tenho que a expansão da capacidade instalada do Brasil, a partir do quinquênio 2025/2030, que é quando teremos instaladas esses 150 mil hidrelétricos, mais ou menos, a partir desse momento, 15 anos mais, no horizonte, do ponto de vista energético, do curto prazo – não é nem longo prazo –, é um horizonte em que já temos que programar as obras.

O Brasil terá que fazer outra opção para expandir o seu sistema, que hoje é baseado, predominantemente, na hidreletricidade. Quase 50% da nossa expansão é hidrelétrica. Quando essa fonte estiver plenamente desenvolvida, aproveitada aquela parcela, nós vamos ter que fazer com que seja um misto de carvão natural e gás natural ou carvão mineral e nuclear. Essa composição dessas três fontes tem geração de base, custo do combustível baixo, cada uma delas tendo a sua característica, vantagem de uma, desvantagem de outra. Por exemplo, o carvão mineral tem a emissão do CO2, a nuclear tem toda a questão da segurança, opinião pública; o gás natural precisa ter a oferta de gás com preços competitivos; o gás tem outros usos nobres. Então, todas essas questões precisariam ser equacionadas nesse horizonte, digamos, a partir de 15 anos, como nós vamos expandir o nosso sistema.

Para concluir, aqui temos algumas considerações sobre o Programa Nuclear Brasileiro, que eu faço depois. Talvez eu pudesse dizer aqui rapidamente. O Brasil iniciou o programa nuclear com a Alemanha, em 1975. Previa oito nucleares de 1245 até 1990. Nesse ponto, o Brasil foi muito ousado. Quando assinou o tratado com a Alemanha, não existia nenhuma unidade de 1245 em operação no mundo. Noventa dias

depois, entrou na Alemanha. Esse programa previa oito nucleares até 1990, e foi um programa exagerado. Tanto que, até 2030, 40 anos depois, nós não vamos ter essas oito nucleares.

Na ocasião, era o governo Geisel, se imaginava o Brasil potência. As projeções de mercado eram muito exageradas, o crescimento do mercado era muito alto. Desconhecia-se o potencial hidrelétrico brasileiro. Dizia-se que não havia transmissão a longa distância para trazer essa energia da Amazônia. E houve uma decisão política, no sentido de contemplar a nuclear como uma opção que, certamente, a realidade veio e mostrou que estava exagerado.

Isso terminou sendo a construção de Angra I, a operação de Angra II, em 2000, e agora a operação de Angra III, com um horizonte previsto de operar em 2018.

Nós temos aqui as conclusões no nosso estudo no longo prazo, onde se situa a opção nuclear dentro desse conceito de longo prazo de que o Brasil vai precisar e, finalmente, tem o conjunto de estudos que nós devemos desenvolver nos próximos anos para ter disponível uma usina nuclear cuja construção será decidida. Há uma série de etapas que têm de ser contempladas: a questão de tecnologia, a comercialização da energia, o licenciamento ambiental, a questão da participação privada nos investimentos.

Como conclusão, ao longo da apresentação eu falei destas conclusões: o crescimento do mercado, a necessidade de energia no País, como estamos contemplando o plano 2001/2022, a questão do esgotamento do potencial hidrelétrico, a necessidade de geração de base.

Um último comentário é que estamos fazendo a nossa revisão do planejamento estratégico de longo prazo, que era o nosso plano 2030, e agora estamos estendendo, como o mundo todo está trabalhando, o horizonte para 2050.

E eu encerraria dizendo o seguinte: o Brasil é um País em que cresce o seu setor energético. Felizmente nós temos todas as fontes primárias para atender às nossas necessidades e seremos exportadores de energia com o pré-sal, tendo papel relevante na comunidade internacional.

O Brasil, provavelmente, é um dos maiores laboratórios do mundo no setor energético, porque nós utilizamos todas as fontes; e a nossa posição geográfica e o nosso clima nos permitem ter fontes renováveis, como biomassa, eólica e assim por diante. Se existe um país que não deve fechar as portas para nenhuma opção energética é o Brasil. A política correta é diversificar a matriz energética brasileira, onde cada fonte entra sem competir com as demais, com papel complementar. Nesse sentido, o Brasil tem espaço para a hidrelétrica, tem espaço para a eólica, tem espaço para a biomassa, vai ter para a energia solar no futuro imediato, quando os custos forem menores, vai ter para carvão mineral, para o gás e para a nuclear.

Então, a posição do Ministério de Minas e Energia é de que nós não devemos fechar as portas para alguma das opções, porque o Brasil vai precisar de todas elas no seu crescimento econômico e social e, como consequência, no setor energético nacional.

Peço desculpas porque acho que passei do tempo, mas queria fazer esse resumo como uma contribuição para a Comissão de Infraestrutura sobre um tema tão importante como este da nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

Eu gostaria apenas de deixar uma lembrança aos nossos palestrantes: o objeto da audiência pública que hoje estamos realizando é o debate do Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2011, que trata especificamente da suspensão, pelo prazo de 30 anos, de construção de novas usinas termonucleares em território nacional, em atendimento ao Requerimento nº 557, de 2011, feito a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Então eu pediria aos nossos palestrantes que focassem neste ponto, ou seja, é possível ao Brasil, do ponto de vista de expansão da sua capacidade de fornecimento energético, suspender a construção de novas usinas termonucleares pelo prazo de 30 anos? Sim ou não? As usinas termonucleares são uma opção importante da nossa matriz energética? Sim ou não? Podemos prescindir da energia termelétrica? Sim ou não? Fazendo um balanço dos seus impactos ambientais e dos seus impactos em relação à própria população do País, contrapondo-se à eventual necessidade ou imprescindibilidade da utilização de energia termonuclear para sustentar o nosso desenvolvimento.

Então, eu pediria aos nossos palestrantes que focassem suas apresentações dentro do tema que nós sugerimos para a audiência pública de hoje.

Passo a palavra ao Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletrobras Termonuclear Sociedade Anônima.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Sr. Presidente, Senadores, meus senhores, em primeiro lugar, o Brasil é um País carente de energia. Essa carência a gente vê até nas ruas.

Nós somos um País em que o que mais mata é a falta de saneamento. Para saneamento, para chegar água limpa a nossa casa e para tratar o esgoto, precisamos de eletricidade, muita eletricidade. O sa-

neamento é uma atividade intensiva em termos de consumo de eletricidade.

O clamor recente das ruas pede transporte coletivo organizado, e transporte coletivo organizado consome muita energia. Na Europa, nenhuma cidade com mais de cem mil habitantes vive sem transporte coletivo organizado. O metrô de São Paulo, se tivesse seguido o planejamento dele, precisaria de o equivalente a uma Angra 1, ou seja, mais de 600MW para alimentar.

Nós somos carentes em saneamento, carentes em transporte coletivo – o trabalhador passa quatro horas por dia num ônibus – e carentes de industrialização. A Alemanha não planta um pé de café e fatura mais em café que o Brasil. Isso significa que ela aportou tecnologia e industrializou. A industrialização é carente em termos de consumo. Nós consumimos menos da metade *per capita* da energia elétrica que Portugal consome. Então, é um País altamente carente de energia.

E energia não é time de futebol em que cada um torce pelo seu. O desafio do planejador é como compor a cesta de energéticos de forma a: primeiro, garantir o fornecimento – isso é fundamental, pois, quando falta, falta para os hospitais, para tudo –; segundo, ao menor custo médio e ao menor impacto ambiental. Isso significa fazer uma cesta de energéticos que procure... E é um desafio para o planejador.

Até a virada do século, o País praticamente podia funcionar com hidrelétricas. O nosso sistema hidrelétrico foi concentrado nesta região: do sul de Pernambuco ao sul do Paraná. Por quê? Porque essa região é uma dádiva da natureza, é o meio da placa tectônica. Nós construímos um sistema hidrelétrica com boa tecnologia e zero acidentes. É uma região que permite construção de hidrelétricas com reservatórios. Esse parque hidrelétrico que disparou da década de 50 até agora, praticamente usou essa região toda. Na década de 50, havia só 1.800 megawatts instalados nessa região e hoje há mais de 90 mil megawatts. Então, essa região que tão bem foi aproveitada instintivamente pelos brasileiros terminou, ou seja, poderemos construir hidrelétricas, mas com características diferentes das atuais.

Essa é uma região estável. A região que nós caminhamos é uma região sedimentar, mais plana e coberta. Nessa região que os brasileiros aproveitaram tão bem, houve o seguinte problema: nós tivemos um ciclo agrícola antes, cana no Nordeste, café, diversos ciclos agrícolas que desflorestaram a região. Então, foi um aproveitamento muito bem feito e com muito pouco do aspecto ambiental, mas, infelizmente, essa região acabou. E foi construído um sistema integrado que é de orgulhar os brasileiros. A distância do sistema integrado do Sul ao Norte é maior que a distância de Lisboa a Moscou, o que é uma coisa invejável.

O que ocorreu com esse sistema? A capacidade instalada cresceu e o estoque de água vem permanecendo constante por essa razão que eu expliquei, desde a década de 80. O sistema elétrico funciona como uma caderneta de poupança da classe média, ou seja, no início do ano, o camarada tem os impostos para pagar, matrícula de filhos no colégio etc e, então, pega da poupança e compensa. O sistema nosso é como se fosse uma família de classe média em que os filhos aumentaram, e ela manteve o mesmo valor na poupança, ou seja, a poupança, que é o estoque de água no reservatório, não mais atende a anos consecutivos.

Até os meados da década de 90, havia uma reserva de água que regulava o sistema, que mantinha a produção por vários anos. Hoje, é pouco mais de um ano. Nos dois últimos anos, a complementação térmica tem oscilado entre 8 e 10 mil megawatts por mês, e a nossa empresa lá só consegue fornecer, em média, 1.750.

Então, ou seja, a diferença é que aquilo que a gente fornece, a gente fornece a R$135,69 e a empresa está dando lucro. É a segunda empresa considerada pela Agência Internacional, em desempenho, do mundo. Disso, também, os brasileiros podem se orgulhar.

Então, nós vendemos a R$135,69 por megawatt. A térmica, ou seja, o sistema exige a complementação térmica para estabilizar e a térmica convencional mais barata é R$270,00 por megawatt/hora.

Por contas muito simples, a gente vê que tem espaço para o sistema nuclear.

Este gráfico, eu não gosto de mostrar muito, mas vamos sofrer um pouco com este. Isto aqui é a produção de energia elétrica ao longo dos anos.

Esta curva, aqui... Todos os rios que atendem às hidrelétricas, como é que eles se comportam? Se a gente, matematicamente, convertesse esse rio num rio só, tem uma parte do ano que tem mais água do que as turbinas podem engolir. Aí, joga-se para o estoque – é esta curva verde.

Esta parte de baixo é uma parte do ano em que os rios têm menos água do que o que as turbinas podem engolir. Então, ela saca do estoque. É um problema exatamente como a compensação de uma caderneta de poupança.

Em 2001, nós observamos aqui, o estoque estava baixo e no sistema hidrelétrico, embora aumente um pouco a utilização exportando energia para um outro, é muito pouca essa contribuição, por uma razão muito simples. Nós só temos três regimes hidrológicos no País: um acima do Equador, outro no Rio Grande do Sul e o restante do País tem mais ou menos o siste-

ma hidrelétrico. Então, os ganhos de exportação só de energia elétrica são pequenos. Isso é muito importante que, em planejamento, se leve em consideração.

Então, o cenário nosso é esse. Nós caminhamos nessa direção e as hidrelétricas são desse formato. Nós não temos estoque acima. Ou seja, a gente carece de regulação e a única forma de prover essa regulação é com blocos de energia provenientes das térmicas em geral, convencionais e nucleares.

Isso irrita alguns, mas o sistema funciona, pictoricamente, desta maneira: tem o São Pedro, que controla a maior parte das renováveis, ou seja, eólica e solar, e tem o homem, que controla as térmicas. É dessa maneira que a gente consegue equilibrar os caprichos da natureza.

Da eólica e da solar, as flutuações são muito bem atendidas com a hidrelétrica, porque a hidrelétrica atende rápido, mas, para isso, a gente precisa ter água naquele grande tanque que é esse reservatório no meio dessa região que nós temos.

Então, a nuclear opera, as térmicas operam como se nós elevássemos essa curva, diminuíssemos os kW, aqui. Você disponibiliza mais água para atender às flutuações das outras renováveis.

Então, respondendo a pergunta, Excelência, o Brasil pode prescindir de nucleares, mas vai pagar mais, vai pagar bem mais, vai produzir mais rejeitos, ou seja, contribuir mais para o aquecimento global.

Podemos. Sem dúvida, podemos prescindir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL. *Fora do microfone*.) – Com a utilização das termelétricas.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – É, é. Exatamente, porque é impossível não deixar de fazer a compensação, ou seja, regular com as térmicas. E a nuclear, para a base, tem um preço menor e, se construída adequadamente, é segura; se construída adequadamente, é absolutamente limpa. Então, essa é a opção.

Nós vamos precisar de contribuição térmica. A opção nossa é ir para uma contribuição menos poluente ou mais poluente.

A nuclear é menos poluente por uma razão muito simples: o rejeito é muito mais agressivo, mas o volume é pequeno.

Nós estamos desenvolvendo e estamos patenteando um sistema de armazenamento de rejeitos que vai ser um exemplo para o mundo. Podemos, digamos, postergar, ou seja, por 500 anos, tranquilamente, com muita segurança, o estoque de rejeitos.

Eu convido os senhores para uma visita à central, quando os senhores verão que o lixo de 30 anos está lá. A gente vê, chega perto.

Teve uma semana em que houve uma greve na Prefeitura de Angra dos Reis e o lixo doméstico não foi retirado. Foi muito maior o problema, naquela semana, da retirada do lixo doméstico do que trabalhar com o lixo nuclear.

Quem tiver dúvidas, eu convido para que vá à central e vamos chegar perto juntos. Eu chego na frente.

Outro problema é que o Brasil é rico em todos os minerais e rico também em urânio. Uma vez prospectado, nós seremos a primeira ou segunda reserva do mundo. Então, é um minério abundante no Brasil e que não tem outra utilização que não a geração de energia, de eletricidade. Então, nós somos ricos em urânio.

Podemos ficar 30 anos? Podemos. Vamos pagar muito por isso; é uma questão de opção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – E quanto à questão de risco de acidentes em usinas nucleares?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Essa é uma grande pergunta! Nós tivemos três grandes acidentes na humanidade: um, o de Three Mile Island, nos Estados Unidos, que usa o mesmo tipo de reator que nós usamos, ou seja, o reator a água pressurizada. Eu perguntaria ao senhor: quantas pessoas morreram nesse acidente? A resposta é zero. Eu perguntaria ainda: quantas pessoas foram contaminadas nesse acidente? A resposta é zero. Qual a área de terreno que foi contaminado nesse acidente? A resposta é zero.

Tivemos um segundo acidente num reator em Chernobyl. Este era um reator que nunca deveria ter existido, da mesma forma que há modelos de avião que sofreram muitos acidentes e que nunca deveriam ter existido. O reator de Chernobyl jamais deveria ter existido, pois é um reator que tem grafite no núcleo e que tem uma característica: quando cai uma linha de transmissão, ele sobe a potência.

Houve ainda um acidente, que, nesse caso, foi térmico e não nuclear; porém, as partículas do núcleo saíram. Como era de grafite, de muito baixa densidade, trafegou por muito tempo. Foi um primeiro sinal, mas era um regime fechado. Foi a Suécia. Então, é um reator completamente diferente.

Recentemente, tivemos o acidente de Fukushima, com um reator a água fervente. Uma boa lição que nós aprendemos com ele foi que a pluma, no caso de reatores resfriados a água, fica na região prevista e é pequena. Mas foi um acidente decorrente, primeiro, de uma má escolha de local. E eu digo isso porque estive lá. Fui um dos primeiros a ir depois do acidente. Foi uma má escolha de local, com uma má escolha de tecnologia e um mau projeto de sistema.

No mesmo sítio havia seis usinas: quatro se acidentaram, duas não. Por quê? Porque, nas duas que

não se acidentaram... Nos reatores nucleares atuais, quando desligados, a gente precisa de uma quantidade de energia pequena para tirar o calor residual do núcleo. Nas quatro que se acidentaram... E de onde vem essa energia? Primeiro, das linhas de transmissão, que, lá, em face do terremoto, foram interrompidas. Depois, toda usina nuclear tem quatro motores geradores a *diesel.* Um só é suficiente para tirar o calor residual do núcleo, mas toda usina é obrigada a ter quatro, porque a redundância de um a quatro faz com que literalmente seja impossível falharem os quatro. E, lá, em Fukushima, por mau projeto de sistema, essas quatro estavam localizadas baixo demais. É um erro elementar! Todo estudante de energia nuclear, no primeiro ano, aprende que o calor residual é um problema. Então, foi um erro elementar.

Eu ouvi gente falando: "Não, o Japão é um país de primeiro mundo!" Sim; mas ali se verificaram três erros consecutivos. Assim, se nós não cometermos... Agora, mesmo assim, quantas pessoas morreram em Fukushima? No acidente, apenas duas. Numa reserva de petróleo e gás que havia lá, morreram 1,2 mil. Dentro de casa, morreram 10,8 mil. Mesmo em Fukushima, com todo o desastre que houve, uma vez feito o rescaldo, viu-se que o diabo não é tão feio assim. E foi uma sequência de erros. Se nós escolhermos os locais adequados... E nós fizemos o estudo mais profundo que a humanidade já fez para a localização de centrais e selecionamos 40. Se selecionarmos a tecnologia adequada, a probabilidade é baixíssima, ou seja, menor do que aconteceu em Three Mile Island, de alguém ser atingido por um acidente desse.

Como disse, em termos de reserva, tal como medido, nós somos a sexta maior do mundo, mas só procuramos a leste do Tratado de Tordesilhas, ou seja, procuramos... Mas sabemos que existem reservas por sensoreamento remoto. E também dominamos o ciclo do combustível, o que nos dá uma vantagem diferencial grande. Só três países no mundo dominam o ciclo do combustível e têm reservas: Estados Unidos, Rússia e Brasil. Os demais ou têm reservas, ou dominam a tecnologia do ciclo. No caso, Inglaterra, França, Alemanha etc. dominam o ciclo, mas não têm reservas. A China tem pequenas reservas de urânio. O Brasil tem uma vantagem diferencial grande. E eu responderia para o V. Exª: podemos prescindir? Podemos prescindir, mas vamos abrir mão de uma grande vantagem diferencial que o povo brasileiro tem.

Eu mencionei a parte de estocagem do rejeito de alta. Esse é um ponto que, quando os senhores forem lá, eu explicarei. Nós estamos fazendo um piloto e estamos patenteando. Acreditamos que é uma forma muito lógica. Quando eu fui aos Estados Unidos, no departamento de energia apresentei isso. Várias pessoas lá, no meio da exposição, chamaram mais pessoas para ver. Chamaram até um colega meu de turma do MIT. E acharam a nossa solução muito pragmática. Então, nós vamos nos orgulhar da maneira que nós estocamos rejeito.

De uma forma muito curta, a resposta para o que o V. Exª perguntava é: suspender por 30 anos é possível; sem dúvida é possível. Caminharemos pagando mais, sacrificando mais o povo nosso. Isso será o resultado dessa decisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – O senhor poderia concluir apenas, Dr. Othon, a questão do armazenamento de que o senhor estava falando? A segurança que nós temos do armazenamento em relação a outros tipos de resíduos que não nuclear?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Quanto ao resíduo nuclear, uma central do porte de Angra 2 produz 27 metros cúbicos de combustível de alto rejeito... Não é bem rejeito; combustível queimado. Ele não é considerado rejeito, porque mais tarde nós podemos fazer uma reciclagem e reusar. Mas, aqui no Brasil, a curto prazo, nós não necessitamos de fazer reciclagem, porque nós temos pouca usina e muito urânio. Reciclagem é economicamente atrativo para países que têm muita usina e pouco urânio, como o Japão, França etc. Então, nós podemos simplesmente estocar para no futuro aproveitar quando for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – E essa estocagem...

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Essa estocagem, primeiro, nós começamos diferentemente dos outros: nós encapsulamos cada elemento combustível. Essa é uma grande diferença. Isolamos e enchemos aquilo de hélio. Hélio tem duas vantagens: verificar se realmente é vazamento zero... E o transporte é feito como todos os outros países do mundo. Mas, em vez de colocar o combustível nu dentro dos *casks,* dentro dos vasilhames reforçados, nós já o colocamos encapsulados. Isso dá uma ordem de magnitude acima em termos de segurança.

E o armazenamento de longo prazo será uma caverna, tipo um metrô, que dentro nós colocamos como se fosse um pombal de concreto, e esses elementos ficam cá dentro. Os Estados Unidos estocam no deserto o combustível do programa militar deles em *casks*, ou seja, em reservatórios de concreto. Nós optaremos por colocar numa caverna para não haver o caso de um avião batendo em cima. Mas o armazenamento estático em recipientes de concreto tem se demonstrado muito eficiente. E nós armazenaremos

encapsulado, ou seja, com probabilidade literalmente zero de contaminação.

Nós estamos trabalhando também nisso. Ou seja, temos o início, que é a preparação do combustível; temos a tecnologia de ter o próprio combustível; operamos bem reator, somos a segunda central do mundo de desempenho; e estamos estudando como trabalhar com o problema do rejeito. Então, nós temos todos os elementos para não precisar parar por tempo nenhum.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletrobras Termonuclear.

Passo a palavra ao Dr. Francisco Whitaker Ferreira, que é Diretor Executivo da F. G. Whitaker.

O SR. FRANCISCO WHITAKER FERREIRA – Muito obrigado, Sr. Senador. Srs. Senadores aqui presentes. Senador Cristovam Buarque, autor do projeto de lei criando essa moratória de 30 anos para os nucleares.

A minha abordagem, Sr. Senador, é totalmente diferente das abordagens precedentes. Quer dizer, é uma abordagem do lado de fora. Quem está dentro do sistema, que está trabalhando para que ele funcione, cuidando para que ele não crie os problemas que pode criar, naturalmente tem milhares de argumentos para apresentar. Eu trago aqui um pouco a opinião dos leigos no assunto, dos que não entendem de energia nuclear, que são a sociedade.

O que caracteriza nitidamente no Brasil o problema é a desinformação total da sociedade sobre essa realidade. Total. Porque o problema, esse tipo de opção é, digamos, muito técnica, e começou sob a égide, digamos, de objetivos militares. Foi nesse quadro que ela se iniciou.

Aliás, eu queria aproveitar a ocasião para dizer que sempre nos lembramos da sua atitude corajosa, quando Presidente, mandando fechar os poços de testes nucleares na Serra do Cachimbo. Quer dizer, parou aquela aventura nuclear da bomba, no Brasil. Embora nunca se saiba o que está por detrás acontecendo agora.

Em qualquer hipótese, para nós, leigos, o nuclear é exatamente o contrário do que o caro Dr. Altino falou. Ele dizia aqui, ele disse que nós temos que abrir a porta para tudo. A sociedade, na medida em que está desinformada, tenta se informar e começa a se informar, assusta-se enormemente. E ela diz: devemos abrir a porta para tudo, menos para o nuclear. Exatamente. E o Dr. Othon diz: podemos fechar a porta para o nuclear, mas temos que pagar muito. Pagar? O problema das vidas das pessoas é pagar?

Aí vem um problema que nos preocupa muito a todos na sociedade, e Fukushima está nos trazendo dados impressionantes. Porque o tema nuclear, no Brasil, é um tema de meias verdades, tudo se diz e tudo se fala pela metade. Por exemplo, o custo. É mais barato? Mas se considera, no custo da energia nuclear, também o custo dos acidentes? Se considera o custo daquelas construções para guardar o lixo atômico?

Eu acho que é maravilhosa essa proposta que se faz aqui no Brasil, mas na França estão construindo túneis a 500 metros de profundidade; 350 quilômetros de túneis para guardar lixo atômico. Por que na França, tão tecnologicamente avançada, há um processo tão difícil, tão complicado? Então, na verdade, é um problema que não está resolvido no mundo. Está tão não resolvido no mundo que... E especialmente para o caso dos acidentes, também há meias verdades sobre os acidentes, sobre as vítimas dos acidentes. Dizer que em Three Mile Island houve dois mortos! Dizer que, em Chernobil... ignorar em Chernobil... Saiu um estudo agora. O estudo vem para a sociedade, começamos a saber e ficamos assustados.

Sobre Chernobil saiu um estudo recente, o ano passado, de uma entidade que se supõe seja séria. A Academia de Ciências de Nova York publicou um estudo sobre as vítimas de Chernobil em que calcula que em torno de um milhão de pessoas foram atingidas, foram vitimadas por esse acidente. Com base em quê? Com base em dados difíceis.

Por exemplo, um grande problema que constatamos na análise dos acidentes é o da OMS (Organização Mundial da Saúde) e da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica). A OMS está sob as ordens da Agência Internacional. A OMS não pode fazer nenhum relatório que não seja verificado pela AIEA. Por quê? Porque a AIEA é um organismo estranho. Foi criado não para controlar a energia nuclear, mas para promover a energia nuclear. E, na medida em que começaram a acontecer acidentes, ele assumiu, naturalmente, também a tarefa de precauções.

Agora, para as precauções, é muito difícil fazer, atualmente, no plano médico, a relação de causa e efeito entre a contaminação, o acidente e a morte, que se deu 30 anos depois, de uma pessoa com câncer. Por quê? Porque mil razões podem ter determinado a doença. Mas nesses estudos que fizeram na Academia de Ciências de Nova York, especialistas da Ucrânia, da Rússia constatam que o problema é... Se não se pode ligar causa e efeito imediato, é lógica absoluta que se pode... Por exemplo, o número de crianças nas quais está aumentando, no Japão, atualmente, por causa de Fukushima, câncer de tireóide. Está aumentando

enormemente. Não tem causa, não está ligado? Há mil meias verdades.

Outra meia verdade muito impressionante, que inclusive me surpreendeu. Um dia eu li um artigo do nosso caro Ministro Delfim Netto, que se posicionava claramente contra a energia nuclear no Brasil. Por quê? Ele se baseou num estudo da *The Economist* inglesa que calculou que a descontaminação do Japão vai custar US$630 bilhões. Ele diz: Mas isso é uma loucura. Ele faz uma comparação com o nosso PIB, etc. Como é que nós vamos gastar para descontaminar?

Agora, então, vem um problema que é uma meia verdade; como é que é o negócio? Vamos fazer constar nos custos da energia esse custo? O custo da construção dessas coisas para guardar um lixo que dura? Um lixo, Sr. Senador, impressionante, porque o plutônio, que é um dos elementos artificiais radioativos criados pelo homem, pela nossa capacidade inventiva humana, tem uma vida, meia vida radioativa de 24,1 mil anos! É isso que precisa ser guardado. E o plutônio vem de onde? Vem desse combustível usado e que está guardadinho numas piscinas em Angra, e que está guardado em toneladas lá em Fukushima e que está criando agora um drama para retirarem do reator que fundiu, do prédio que caiu e está sujeito a cair mais ainda se houver outro terremoto ali. Ou seja, dramas que estão acontecendo e que no Brasil não se noticia.

Nós temos que ler *Financial Times*, temos que ler *Le Monde*, da França, para saber, por exemplo, que o primeiro-ministro japonês anterior ao atual era absolutamente pró-nuclear e chegou, inclusive, a autorizar a construção de mais usinas em Fukushima, que não foram realizadas porque houve o acidente. Esse primeiro-ministro está se lançando no Japão atualmente em uma cruzada antinuclear, colocando o seu pupilo, que é o atual ministro, numa situação muito incomôda. Por quê? Porque 80% da população japonesa está se dando conta de que aquilo é uma loucura! O que está acontecendo? Não é coisa imediata, porque é um acidente nuclear. Esse é o drama dos acidentes.

Um acidente nuclear não é como um acidente de avião, de trem, de prédio que cai e há luto, tristeza, choro e continua a vida. Não. No acidente nuclear, não. O acidente nuclear expande radioatividade. Por quanto tempo? Ninguém sabe. Todos nós acompanhamos aqui. Quando ouve o acidente de Chernobil, aquela nuvem radioativa cobriu a Europa toda e, durante muito tempo aqui no Brasil, tivemos problemas com leite contaminado da Irlanda, que chegou aqui e era o quê? Contaminado.

Então, o que está acontecendo em Fukushima agora? Não conseguem segurar a radioatividade. Assim, o problema não é propriamente haver acidente; obviamente. Em Fukushima dizem que houve cinco erros, e aqui no Brasil eu diria que houve um erro inicial: primeiro, puseram a usina em uma praia que os indígenas chamam de terra podre. Chama-se itaorna, que, na linguagem guarani local, quer dizer terra podre. Então, se lá no Japão puseram embaixo de um lugar com grande probabilidade sísmica, aqui no Brasil puseram em um lugar em que pode descer a terra, porque ela é podre. Foi um erro. Vão, depois, dizer, daqui a não sei quantos anos, que foi um erro cometido. Mas foi um erro; está cometido.

Portanto, nós estamos aqui vivendo no Brasil sob a ameaça de erros humanos, porque isso acontece não por falhas técnicas; erros humanos, coisas da natureza que determinam que, de repente, essa bomba atômica dormente, que é uma usina nuclear, essa bomba atômica tenha uma explosão. E na explosão...

O que fizeram nos Estados Unidos depois de Three Mile Island? Qual foi a conclusão que eles tiraram? Realmente, em Three Mile Island não houve tantas vítimas. Por quê? Porque não chegou a explodir; não chegou a fundir o reator; o coração do reator. E o que eles fizeram? A partir daí o governo americano determinou que todas as usinas americanas redrobassem os seus edifícios de contenção, porque eles disseram: não dá para segurar acidentes; há acidentes; podem acontecer. E, se acontecer, o que nós temos que segurar? A expansão da radioatividade. Então um muro de contenção. Fizeram aqui no Brasil isso?

Nós temos denúncias muito trágicas, porque o projeto de Angra é de 1970 e não foi revisto. Antes de se dizer: mas é verdade isso? Eu não sei. Meias verdades; meias verdades que correm, mas não há comprovação dessas coisas.

Assim, o que acontece é o seguinte: na verdade, nós temos de 2% a 3% de energia nuclear no Brasil. Nós vimos, pelas exposições feitas anteriormente, que vai ajudar, vai ajudar alguma coisa, mas será que vale a pena no Brasil corrermos esses riscos todos para sermos ajudados? Qual é o preço que nós vamos pagar? É o preço de uma energia mais cara? Eu não calculo com esse preço de energia mais cara, eu calculo com o preço de vidas humanas; de milhões de pessoas em uma usina que está situada entre São Paulo e Rio de Janeiro. As duas maiores cidades do Brasil estão a 250 quilômetros dessas usinas. Se acontecer alguma coisa por infelicidade – que Deus nos guarde! –, alguma coisa em Angra, vai ser um desastre terrível! E podemos antecipar isso? Não podemos antecipar. Impossível! Então, vale a pena esse risco? Vale a pena?

Problema. Desinformação total.

Detalhe, Sr. Senador: o que nos impressiona muito, a nós leigos no assunto, pessoas da sociedade

que estamos tentando entender o que é isso, tentando saber, tentando levantar mais dados, é o que recentemente aconteceu no Brasil com a Caixa econômica Federal.

O que aconteceu? Angra estava precisando de dinheiro para terminar; obviamente, financiamentos. A Eletronuclear vai à Europa e propõe empréstimos de bancos europeus. Garantia: Hermes, alemã, que garante os investimentos que se façam aqui. Tudo isso, perfeito. Propõem os bancos, por força de pressão social na Europa sobre a dupla moral que consiste em os alemães fecharem as suas usinas e financiarem usinas fora, por causa disso, o governo se viu na obrigação de demonstrar para o Brasil quais são as condições de segurança. Deram um *stress testing*, fornecido pela Agência Internacional de Energia Atômica. Esse *stress testing* foi colocado, e a resposta não vinha, não vinha, não vinha. Passou um ano sem que viesse, até que a Eletronuclear concluiu que desse lugar não vem dinheiro. Conclusão: vamos buscar dinheiro aqui. O que nós fizemos, a sociedade civil? Perguntamos ao Sr. Presidente da Caixa: "Sr Presidente da Caixa, o senhor sabe que a Alemanha e a França, que, com a garantia da Hermes, iriam fornecer financiamento, perguntaram e não tiveram uma resposta adequada e o financiamento nunca foi concedido porque não foram fornecida a eles a prova de que havia condições de segurança, com coisas absolutamente loucas que acontecem em Angra, como raio de evacuação de cinco quilômetros. Isso são coisas inacreditáveis. Que a sociedade tome consciência disso! Nós não estamos trabalhando com esses números; estamos trabalhando com a realidade dos fatos. O que acontece? A gente pergunta para a Caixa Econômica: "Sr. Presidente, o senhor levou em conta isso? Ou a Caixa acha que a segurança não tem problema nenhum e que nós podemos, perfeitamente, no Brasil, continuar o financiamento de Angra II, de Angra III, sem nos perguntarmos se as condições de segurança são aquelas exigíveis atualmente depois de Three Mile Island, depois de Chernobyl e depois de Fukushima?" Ou seja, Sr. Presidente, indo direto à questão. A pergunta a se fazer não é se podemos ou não podemos prescindir da energia atômica no Brasil, mas, sim, se devemos ou não prescindir. Nesse sentido, nós temos de colocar a corrente mundial.

Há pouco tempo saiu um artigo, aliás, artigo ao qual o Ministro Delfim Netto se referiu – foi no ano passado que saiu isso aí –, depois de Fukushima, uma bruta matéria no *The Economist, de* várias páginas, que não é um jornal de brincadeira, cujo título é "Energia nuclear; o sonho que falhou".

O que acontece? No resto do mundo todo, a consciência disso está aumentando. Começou pela Alemanha, vários países como a Suíça, Bélgica, Holanda estão na mesma tendência. No Japão, que é outro dependente absoluto de energia nuclear, está acontecendo isso. O Primeiro-Ministro lançou uma campanha antinuclear. Então, está havendo uma certa – digamos – emergência de consciência. O mundo está acordando de que essa é uma brincadeira de aprendiz de feiticeiro. O homem começou com esse aprendiz de feiticeiro, há certo tempo, a manipular bomba. O Pierre Curie, quando recebeu o Prêmio Nobel, em 1901, já levantou a lebre, disse; "Será que a humanidade está preparada para entrar nesse segredo da natureza?" Bem, de lá para cá, a filha dele, inventou uma maneira de produzir elementos radioativos artificialmente. De lá para cá o que aconteceu? A bomba. Feita a bomba, o homem percebeu que aquilo era uma loucura. O que aconteceu? Imediatamente, ninguém mais faz bomba. Entrou a guerra fria. Começou a guerra fria, e todo mundo começa... Porque se percebeu que em um conflito armado, com a bomba atômica, os dois perdem, os dois saem perdendo. É impossível um conflito armado com bomba atômica atualmente.

Então, o que aconteceu? Entraram e fabricaram. Para quê? Para transformar a bomba não numa arma de ataque, mas numa arma de dissuasão: "Eu tenho; não mexe comigo, porque eu jogo em cima de você uma bomba."

Mas, para isso, fizeram no mundo – uma loucura – dois mil testes nucleares no mundo durante os anos da guerra fria.

O que houve? Tratado Mundial para interditar testes. Muitos países saem disso. A Coreia saiu recentemente, ignorou isso, mas é um risco que estamos correndo.

Qual é o terceiro e grande risco, que a humanidade está acordando para ele, depois dos testes? É a usina nuclear. Estamos começando a perceber. Estamos começando. O Brasil, lindamente, entra por essa via como se nada acontecesse. E levando em conta dados insuficientes da realidade do que ocorre pelo mundo.

Concluindo, eu diria que não devemos colocar perguntas se podemos ou não podemos; isso é técnico. Podemos verificar. Discutiremos o custo, a limpeza, falar em limpeza, esse lixo é uma limpezinha meio brava. Limpeza e barato; barato é totalmente louco falar em custo barato se considerarmos todos esses custos. Não é só a usina que interessa, mas, sim, o conjunto de coisas, sem falar no combustível nuclear, além de outros problemas. Essa é outra história. Estamos falamos das usinas propriamente ditas.

O que temos que colocar é se devemos continuar; não é se podemos, mas se devemos. Levemos em conta o que está acontecendo no mundo.

Eu acho que a alternativa proposta pelo Senador, 30 anos de moratória, é muito inteligente. Trinta anos paramos com essa história. Não sei o que vamos fazer com os funcionários da Eletronuclear, esse mundo de gente que gira em torno disso, não sei o que vamos fazer durante esses 30 anos, mas digamos, não vamos construir nada em 30 anos. Daqui até lá, o mundo vai provar ou não que deve ou não continuar com essa loucura.

Mas eu acho que é melhor ser mais radical. É a nossa proposta de sociedade. Nós estamos querendo que o Congresso mude a Constituição e proíba usinas nucleares no Brasil para sempre, mais do que isso, que parem Angra I, Angra II e Angra III, porque não devemos, não temos o direito, Sr. Senador, não temos – como responsáveis políticos – o direito de pôr a população do Brasil para correr um risco, que está comprovado no mundo todo, e que o mundo todo, cada vez mais, está tomando consciência dele.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Francisco Whitaker Ferreira, Diretor Executivo da FG Whitaker, a quem passamos imediatamente as perguntas dos Srs. Senadores, começando por S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me, Presidente, não sou membro...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo, também cumprimento os Srs. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Altino Ventura Filho e Francisco Whitaker pela qualidade da exposição, em que demonstraram conhecimento, aliás, eu assisti parte da exposição do Dr. Altino pela televisão.

Mas, eu gostaria, Sr. Presidente, de, aqui, dar um testemunho. Fiz questão de ouvir um pouco do que disse Whitaker, aliás, eu o conheço há tantos anos, inclusive fomos colegas na Câmara Municipal de São Paulo, ambos éramos Vereadores, na gestão 1989 – eu fui até 1990 e depois cheguei aqui. Mas o Sr. Francisco Whitaker tem, ao longo desses anos, mesmo depois de haver sido Vereador, se engajado numa luta em defesa da cidadania, da democracia, além de ser um dos proponentes da Ficha Limpa. Sempre engajado, mantém diálogos com a CNBB, portanto, ele é um exemplo de como melhorar, elevar o grau de consciência do povo sobre problemas que nos afligem.

Como sou relator na Comissão de Assuntos Sociais, tenho que me ausentar, mas não sem antes cumprimentar a Comissão, o Presidente Fernando Collor, pela qualidade da audiência pública. Talvez eu consiga voltar depois do compromisso de fazer a leitura de parecer na Comissão de Assuntos Sociais, por isso peço licença.

Então, meus cumprimentos a todos, inclusive ao Senador Cristovam pela iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy pelas suas considerações.

Agora sim passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores que vêm aqui nos instruir, quero retomar a frase do Senador Suplicy de elogio ao bom nível das três falas.

Quero ir direto às considerações. Primeiro, nós partimos aqui de que o paradigma de bem-estar igual a PIB e PIB igual à energia, como se esse paradigma fosse algo doutrinário. A minha pergunta – e vai para todos – é: será que não está na hora de pensarmos que é possível melhorar o bem-estar sem precisar aumentar tanto o Produto Interno Bruto? Essa é a primeira pergunta. A segunda: será que não é possível aumentar o Produto Interno Bruto sem aumentar tanto a energia?

Vou dar só um só exemplo: se desligar a luz nesta sala, vai ficar um pouquinho menos claro, mas vai dar para a gente se enxergar uns aos outros. É menos energia. Se aumentar a temperatura dois ou três graus aqui, não só dá para a gente sobreviver como eu acho que a gente vai ficar mais confortável, sem esse frio que a gente enfrenta, sobretudo, nós nordestinos, nesse prédio do Senado.

Então, é possível mudar tanto a relação técnica PIB/bem-estar como a relação técnica energia/PIB. E o Brasil provou isso quando veio o famoso apagão, nós conseguimos reduzir, se não me engano, 20% do consumo de energia e não se piorou 20% no bem-estar. Deu para sobreviver com pequenos ajustes de redução do consumo. Essas são duas coisas.

Não é possível a gente pensar em uma sociedade mais eficiente, confortável, satisfatória, que aumente o bem-estar, mesmo com uma taxa de crescimento que não seja a chinesa nem a de outros países. E o segundo ponto é esse da relação energia/Produto Interno Bruto. Não é possível a gente conseguir mais eficiência nisso.

Terceiro ponto, ainda nesse sentido, são as novas fontes.

O Prof. Altino – engenheiro e presidente – lembrou que nós precisamos esperar que a energia solar

seja mais barata. Será que não estamos adiando muito as pesquisas de como fazer com que a energia solar funcione a um custo menor? Eu converso muito com o pessoal da área da energia, vamos chamá-los de barragistas, os de energia hidrelétrica, que têm uma visão de que não adianta nem pensar nisso porque é muito caro. Mas tudo que se começa é mais caro do que o tradicional, até ser desenvolvido. Talvez se justificasse até mesmo pagar um custo maior pela energia solar, obviamente vai substituir muito pouco da matriz, não tenho a menor ilusão, mas pode ser mais do que os 3% do nuclear possivelmente, sobretudo em um país que tem essa fonte.

Nós falamos aqui que temos um potencial imenso hidrelétrico, mas também temos um potencial imenso solar, desde que descubramos como transformar o sol em quilowatt a um preço satisfatório.

Então, são as três pontes, digamos, das premissas de discussão entre nós. Agora, a pergunta concreta, que me interessa para saber se o projeto de lei que eu apresentei está correto ou não, pois pode ser que eu esteja enganado. Segundo, é fundamental ter reator funcionando para desenvolver a tecnologia nuclear? Porque o que eu estou propondo é investir em pesquisas, tanto na engenharia civil, para ter sistemas invioláveis, quaisquer que sejam as tragédias que aconteçam ao redor, como também a garantia dos resíduos, tanto a garantia de proteção como de reutilização, onde tem havido grandes avanços. Então é a minha pesquisa, porque ouço alguns dizerem que não é possível 30 anos de pesquisa sem ter reatores sendo implantados. Essa é a pergunta.

De fato, é impossível pesquisar sem fazer ou é possível pesquisar fora dos reatores em institutos de pesquisa, como o ITA, a Coppe e outras entidades?

A outra é: como andam essas pesquisas no mundo? Volto a insistir, nos dois lados: no da engenharia civil, que registra todos os fenômenos desde a queda de avião até terremoto e maremoto, como também as pesquisas com os resíduos, ou seja, fazer com que as pesquisas com resíduos não precisarem de 500 anos. Há possibilidade de a gente descobrir uma maneira de diluir o potencial radioativo dos resíduos?

Eu queria dizer que eu gostei muito, Dr. Othon, daquele desenho que tem São Pedro cuidando da água, mas faltou um outro elemento ali. Faltou um diabo. Faltou um diabo mexendo em terremoto, maremoto, engenheiro irresponsável, como no caso de Chernobyl. O meu medo não é de São Pedro. O meu medo é do diabo, que possa provocar fatos que levem a consequências trágicas.

Veja bem: queira ou não, o Japão é um país extremamente cuidadoso, extremamente eficiente, e mesmo assim aconteceu. É outra pergunta: por que é que mesmo em um país como o Japão aconteceu? No caso de Chernobyl, dá para a gente explicar. Havia uma irresponsabilidade geral no sistema soviético. Havia uma pressa monumental dos soviéticos de quererem mostrar que estavam produzindo, fazendo, criando, e aí levaram àquele tipo de ações. Além disso, é um país onde não havia controle social. O partido mandava de tal maneira que a imprensa não fiscalizava. Aqui, se qualquer coisa acontecer em Angra que não esteja de acordo com as normas, a imprensa vai na mesma hora falar. Ali não havia nada disso. Mesmo assim, a gente se pergunta como é que deixaram acontecer. Mas se explica. Mas no Japão, para mim, é que fica quase inexplicável.

Eu, por coincidência, tanto estive, faz alguns anos, em Chernobyl, quanto em Fukushima. Em viagem para perto, eu decidi ir lá, Senador Collor. E, de fato, quando você vai lá, se assusta, quando vê cidades vazias, fantasmas, quando você vê as montanhas de resíduos, quando você vê a terra abandonada completamente, quando vê abrigo para centenas, aliás, milhares de pessoas, em casas provisórias, tanto em um lugar quanto no outro, quando você vê as árvores crescendo dentro das casas, em Chernobyl, porque as casas foram abandonadas de um dia para o outro, prédios imensos. Até parecia Brasília, uma Brasília pequena, onde moravam os engenheiros. Aquilo tudo, de repente, abandonado. Imagine Brasília abandonada por 30 anos, sendo que lá as árvores são mais fortes do que aqui, no nosso Cerrado. Então, essa é a pergunta.

E a outra pergunta é: quem no Brasil está em condições de fazer pesquisas relacionadas à proteção da energia nuclear, tanto da engenharia civil quanto do tratamento dos resíduos? É o ITA? É a Coppe? Quem está pronto para isso? A própria Eletrobras Termonuclear? Quem está pronto para isso? E custariam caro demais as pesquisas, sem ao mesmo tempo estarmos com reatores funcionando?

Essas são as perguntas. Eu insisto, lembrando o que falou o Dr. Whitaker: a ideia do meu projeto não é abandonar a energia nuclear. Não. Acho que a gente não tem como abandonar a energia nuclear. Primeiro, porque temos que acreditar no potencial criativo da tecnologia, para ter de fato energia nuclear segura, que é a mais limpa de todas, mais limpa até do que a hidrelétrica, porque a hidrelétrica ocupa lagos, lagos e lagos. A termonuclear não ocupa, não cria problemas, não obriga deslocar indígenas, não ocupa lagos, destruindo biodiversidade. Então, quem é que está pronto, no Brasil hoje, para fazer pesquisas? Essa é a minha ideia: 30 anos de pesquisas, e sem fechar as atuais, apesar de que Alemanha está fechando, Japão está

fechando, Itália está fechando. Mas eu nem estou chegando a esse ponto de propor fechar, o que não traria nenhum prejuízo à matriz, porque para 3% a gente sobreviveria facilmente com as próprias fontes que nós já temos. Mas não cheguei a esse ponto. Eu só coloquei uma moratória na construção de novas por 30 anos, período durante o qual a gente pesquisaria, se interligaria com as pesquisas no mundo inteiro para ter esses temas, que, além de limpos, como é a energia nuclear, seja também seguro, o que a energia nuclear não é quando a gente vê os fatos que aconteceram nestes últimos 30 anos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Antes de passar a palavra ao Senador Wilder Morais, eu gostaria que os senhores palestrantes anotassem as perguntam que nos chegam.

Para o Dr. Altino Ventura Filho:

"V. Sª informou que o consumo de energia elétrica, e de energia em geral, cresce mais que o PIB no Brasil. Isso não significaria perda de eficiência energética no sistema produtivo brasileiro? O Brasil abandonou os programas de eficiência energética?

Segunda pergunta:

V. Sª considera necessário rever a posição do Governo de não construir hidrelétricas em reservatórios plurianuais, principalmente quando se leva em conta a complementariedade entre hidrelétricas, usinas eólicas e térmicas à biomassa?

Terceira pergunta:

Existe relação entre o consumo de energia elétrica, o bem-estar social e a qualidade de vida. O consumo per capita de energia elétrica no Brasil ainda é muito baixo, por exemplo, menos da metade do consumo da Espanha. O que fazer para aumentar a geração de energia elétrica no Brasil, com tarifas razoáveis, que caibam no orçamento da população?

Para o Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva:

Logo após o acidente de Fukushima, a Alemanha decidiu fechar imediatamente as suas usinas nucleares mais antigas, o que resultou no aumento de 12% no custo de energia elétrica e 10% nas emissões de carbono daquele país, e vai fechar todas até 2022.

Na expansão do sistema elétrico brasileiro, está prevista a construção de quatro a oito usinas nucleares. Em caso da aprovação da moratória nuclear brasileira, prevista no PLS nº 405, de 2011, quais seriam as opções para substituir as futuras usinas nucleares? Qual seria o custo econômico e ambiental dessas alternativas?

Segunda pergunta, também para o Dr. Othon:

Desde a década de 1970, o Brasil realizou investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento, em energia nuclear, em treinamento e capacitação de engenheiros e especialistas em tecnologia nuclear, e em instalações industriais e máquinas para a fabricação e montagem de equipamentos para usinas nucleares.

V. Sª saberia estimar o montante desses investimentos? No caso da moratória nuclear, prevista no PLS nº 405, de 2011, esses investimentos terão sido em vão?

Para o Dr. Francisco Whitaker:

Depois do acidente na usina de Fukushima, vários países, como o Japão, a Itália, Alemanha e Suíça, fecharam usinas nucleares ou abandonaram os planos de construir novas plantas. Contudo, outros países, como os Estados Unidos, Inglaterra, Finlândia, China, Índia e Coreia do Sul estão construindo ou planejam construir novas usinas nucleares. Afinal, as usinas nucleares são seguras ou não?

Também para o Dr. Whitaker:

Diz-se que o acidente de Chernobyl matou mais de um milhão de pessoas e que se levarão séculos para limpar a região. Será crível que o acidente de Chernobyl, um vazamento de elementos radioativos, tenha matado mais do que as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki? Diga-se de passagem, essas cidades continuaram habitadas e florescentes, embora não tenham decorridos "séculos" desde o ataque nuclear.

Passo agora a palavra ao Senador Wilder Morais e, em seguida, aos palestrantes, para oferecer respostas à primeira bateria de perguntas.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Faço a pergunta ao Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Sr. Altino Ventura Filho.

Hoje, temos uma demanda muito grande de crescente aumento de carga de energia elétrica no Brasil. Há estudos dizendo que é quase uma Itaipu por ano. Por isso, abrir mão da possibilidade de geração de energia nuclear não significa um maior esforço na construção de hidrelétricas e termoelétricas, tendo em vista as licenças cada vez mais difíceis e, principalmente, com a discussão que já tivemos nesta Comissão, a questão até de fazer das hidrelétricas reservatório.

Hoje, já existe uma disposição, uma demanda muito grande, ambientalista, para ser feito fio d'água. Isso também coloca mais em risco ainda a geração de energia, tendo em vista que não temos reservatório, estamos sujeitos aí, como vi nos eslaides, a São Pedro, que está regulando a nossa capacidade.

O Brasil precisará, numa próxima década, da opção nuclear para garantir a segurança energética em relação ao seu sistema elétrico e ao fornecimento de

combustível. Precisará também dessa fonte de energia, para garantir a modicidade tarifária. A energia nuclear, nesse momento, em seu maior potencial energético, deixaria o País dependente de fontes fósseis mais caras, mais poluentes e finita.

Abrir mão dessa capacidade que temos hoje, Sr. Altino, principalmente num período de 30 anos, isso não colocaria o Brasil, cada vez mais, numa dependência maior por termoelétrica, que seria um custo muito mais elevado? Na minha opinião, penso que não podemos deixar de estudar, de avançar, nesse sentido, enquanto muito países, de acordo com este gráfico, como a França, em que praticamente 77% da sua energia é termonuclear. Então, apesar de haver estudo para reduzir isso, mas um país que avançou muito, nas últimas centenas de anos, está aí usando a termoelétrica. Essa é a minha pergunta ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Wilder Morais.

Passo a palavra ao Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, para resposta às perguntas formuladas.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Foi um conjunto aqui de colocações, perguntas e que algumas têm relação com outras, então, vou procurar responder no conjunto inicialmente às perguntas do meu colega da Escola de Engenharia. Recordo-me dos nossos bons tempos na Rua do Hospício, lá em Recife.

É o seguinte: o nível de desenvolvimento que o Brasil tem, em termos de PIB, ou seja, a produção de bens e serviços que o Brasil tem para uma população já de 200 milhões de habitantes e que continua crescendo, não é suficiente para dar uma qualidade de vida satisfatória para grande parte da população brasileira.

Se não crescermos economicamente, não teremos condições de resgatar a dívida social, o nível de pobreza em que os brasileiros ainda vivem. Quando olhamos o PIB *per capita* e o consumo de energia *per capita*, que é outro indicador, e os comparamos com os valores médios mundiais, o Brasil está abaixo da média mundial.

Então, se há algo que precisamos ampliar é a oferta de bens e serviços para os brasileiros e distribuí-lo de uma forma muito mais justa do que estamos fazendo.

Quando olhamos o consumo *per capita* de energia brasileira, estamos hoje com um número na faixa de 2.500, qualquer coisa dessa ordem, abaixo da média mundial, e, neste Programa Decenal, vamos chegar em 2022, com valores de 3.700 quilowatt-hora. Mesmo este nível de 3.700 quilowatts-hora por habitante, não dá ao Brasil uma situação de grande parte da população viver numa classe média que tenha um mínimo de conforto em nossas residências.

O consumo industrial nos Estados Unidos de energia elétrica é semelhante ao residencial. O consumo residencial é o uso social da energia; é dentro de nossas casas, onde temos o lazer e, muitas vezes, o trabalho também. No Brasil, cerca de 40%, 45% do consumo é industrial; e o residencial, apenas 25%.

Então, veja: penso que imaginarmos que não vamos fazer com que cresça a nossa economia, o nosso consumo *per capita* é algo está longe de aceitarmos em uma sociedade que tem um nível de consumo e de qualidade de vida satisfatórios.

Qual seria o número de referência que poderíamos imaginar de consumo *per capita?* Se eu tivesse de dizer um número, talvez alguma coisa como 7.000 quilowatt-hora por habitante/ano. Provavelmente um pouco menos, porque temos o nosso clima. Não precisamos usar energia para aquecimento. Temos algumas vantagens. Temos de tirar proveito da nossa situação. Quanto à iluminação, temos de usar a natural. Temos de mudar toda a nossa arquitetura nessa direção. A questão do aquecimento é outra em que poderemos ter ganhos.

Um ponto importante – veja bem, essa discussão mereceria um debate muito amplo – é qual o modelo de desenvolvimento que vamos querer fazer, daqui para frente para haver relação entre PIB e consumo de energia? Por exemplo, países de Primeiro Mundo... O Japão em particular, abriu mão das indústrias eletrointensivas e fechou todas as indústrias de alumínio que havia naquele país e compra o alumínio de outros países, inclusive do Brasil, onde há um subsídio associado; eles continuam consumindo alumínio lá, e buscou um desenvolvimento mais baseado em tecnologia, produz mais equipamentos eletrônicos, *chips* e coisas assim, que têm um consumo pequeno de energia. Então, a relação entre a energia e o PIB, quer dizer, o conteúdo energético do PIB depende do processo de desenvolvimento que um país tem.

O Brasil talvez tenha dificuldade em seguir um caminho deste, em que a sociedade se desenvolve tecnologicamente e tem uma relação com os demais países do mundo extremamente vantajosa. Não sei se devemos seguir esse caminho, porque a nossa energia ainda tem um custo baixo. Então, podemos tirar proveito disso. Como é o caso do Noruega, que tem uma energia bastante econômica, e nós podemos ter essa energia.

Tínhamos que investir mais em eficiência energética. A experiência do racionamento, lembrado pelo Senador, foi muito interessante. Reduzimos a carga do Brasil em 20%. Os técnicos que trabalhavam no setor

energético – eu, inclusive, fazia parte dele – ficamos extremamente assustados de como a sociedade iria conviver com 20% a menos de energia. O impacto disso ia ser enorme. Havia desperdício. E, com esse desperdício, para termos uma ideia, reduzimos 20% e, quando acabou o racionamento, só voltaram 5% da carga. Quinze por cento não retornaram. Por quê? Porque nós trocamos nossas lâmpadas por outras mais eficientes, mudamos os nossos hábitos. Temos *freezers* em nossas cozinhas sem necessidade. O Brasil sem inflação não precisa estocar alimento numa temperatura tão baixa. Tive colegas que deram depoimento de que, depois do racionamento, o *freezer* virou um armário de cozinha, ou seja, deixamos de usá-lo.

Então, ganhos nós temos; e temos feito muito menos do que deveríamos. Nós temos um Programa Nacional de Eficiência Energética em Edificações (Procel), cuja meta, no ano de 2030, é reduzir o consumo de energia elétrica no Brasil em 10%. Hoje, talvez, o Procel deve estar na faixa de 2%, 3%, com os demais programas, devemos estar na faixa dos 4% mais ou menos. Este Programa tem que ser feito e ampliado. Isso nos leva, necessariamente, a termos um crescimento da demanda menor. Mas isso não elimina a necessidade de expandirmos o nosso sistema energético e elétrico em valores muitos semelhantes àquele ali. Mas é uma discussão que devemos fazer. E eu sou favorável, inclusive à área de eficiência energética é na minha Secretaria, de o País investir e dar mais atenção a isso aí, que é a forma mais econômica de atender ao mercado futuro. OU seja, é não construir usinas para atender mercados em que podemos economizar com eficiência energética.

Outro item colocado aqui é a questão dos recursos hidrelétricos – já entrando nas perguntas feitas por aqueles que estão nos assistindo –, a questão dos reservatórios. Essa é uma questão que também precisa ter uma avaliação técnica um pouco mais cuidadosa. Veja: um rio qualquer tem o seu regime natural de cheia e o de seca. Quando se faz um reservatório de regularização, há uma ação do homem, para fazer com que aquele excesso de água, no período de chuva, seja transferido para o período seco do rio. Ou seja, temos uma uniformidade das vazões ao longo do ano. Essa é a melhor forma de aproveitar o recurso hídrico de um rio, porque não é só a produção de energia, é a questão da navegação, é a questão do controle de cheia. Então, por exemplo, o Rio Tapajós é um rio que tem uma vocação para a navegação.

Seguramente, tem uma produção de grãos já, no Mato Grosso, muito grande que se tem que exportar sem ser por caminhões queimando óleo diesel. Nós não estamos fazendo reservatórios de regularização. Isso significa que os brasileiros que precisam navegar pelo Rio Tapajós, sem ter esse reservatório, que tem um controle da água, chamado vazão sanitária, veja, o rio vai continuar com o período cheio do jeito que está e com o período seco do jeito que está. Navegar num rio desses é muito complicado, porque não é eficiente isso aí.

Os brasileiros que vão morar próximos ao Tapajós vão ter de conviver – porque, hoje, mora pouca gente, mas, no futuro, vai morar muita gente – com inundações todos os anos, porque sem reservatório não tem controle de cheia.

Por que não estamos fazendo um reservatório de regularização dos rios da Amazônia, como fizemos nas outras bacias? No São Francisco, fizemos Sobradinho, que tinha um local adequado; na bacia do Paraná, vários locais adequados; nas usinas do sul, no Rio Uruguai/Iguaçu, não fizemos reservatório de regulação na década de 80, quando se iniciou o aproveitamento desse rio, porque lá não tinha local adequado para fazer reservatório. Tem que ter exigências técnicas de topografia, de posição do reservatório para permitir que tenha um reservatório de estoque satisfatório de água.

Os rios da Amazônia são rios de planície. Rios de planície não têm locais adequados para fazer reservatórios de regularização, a menos que se inundem áreas enormes, com implicações ambientais grandes. O Xingu, que é um rio que tem uma grande variação – nós estamos fazendo Belo Monte agora –, a montante, tem um reservatório que regularizaria o Xingu para um nível razoável.

O maior reservatório do Brasil, hoje, é Sobradinho, com 4,2 mil quilômetros de área inundada.

Esse reservatório para regularizar o Xingu precisaria ter 6 mil quilômetros de área inundada, com profundidade média pequena. Nós iríamos realizar, lá, esse projeto. Tecnicamente, é possível, mas é um projeto que seria de várias Balbinas juntas inundando uma área enorme de um ecossistema que nós queremos preservar. Impossível não é, mas temos que fazer uma ampla discussão sobre as implicações ambientais de um reservatório desses.

Então, quando o Brasil não faz reservatórios, em parte é porque não pode por razões ambientais e por falta de locais adequados nessas novas usinas na Amazônia. Nós estamos abrindo mão de produzir mais energia elétrica, produzindo menos a um custo maior. Não estamos dando eficiência na navegação dos nossos rios e nem temos possibilidade de controle de cheia.

Então, essa é uma discussão que deve haver e o Ministério está com dificuldade de encontrar locais para fazer esses reservatórios. Existem campanhas

que têm sido feitas, inclusive pela Fiesp: "Vamos fazer os reservatórios". Digam onde e quais são as características deles para a gente ver se tem, porque o Ministério não está identificando esses reservatórios.

Uma outra questão é a de a tarifa ser baixa.

Vejam, a modicidade tarifária é um dos objetivos. Queremos ter energia competitiva no Brasil e o esforço é muito grande, e ela não é competitiva. A energia, no Brasil, é cara em parte pelos impostos. Quando se olha o nível de renda da população, ela é mais cara ainda, e o Brasil precisa ter competitividade, usar a energia socialmente e na indústria. Vejam, então, a modicidade tarifária é uma busca que nós temos. Queremos obter isso com as melhores usinas e os melhores sistemas de transmissão.

Temos de buscar as soluções mais econômicas, então, quando o Brasil tem opções de fazer usinas que custam R$100,00, R$120,00 por megawatt-hora e aparecem algumas propostas, que são legítimas, como usar o lixo urbano para reproduzir energia elétrica custa R$300,00 por megawatt-hora. Então, se o Brasil adotar essa solução sem ter um subsídio fora da tarifa, nós não teremos condições de atender a esses objetivos da modicidade tarifária. A fotovoltaica custa R$250,00 a R$300,00 – e já custou mil. Vai continuar baixando, mas se nós perguntarmos aos consumidores: "Vocês querem ter a energia fotovoltaica, por todas as vantagens que ela tem?" Ela vai custar R$300,00 por megawatt-hora, mas tem opções que o Brasil tem a 120 – hidrelétrica, eólica e assim por diante.

Então, esse é um ponto sobre o qual temos que refletir bastante, com o objetivo de atender a essa questão da modicidade tarifária.

Eu acho que já fiz os comentários principais. Há mais algumas coisas sobre as quais, oportunamente, se for julgado necessário, posso fazer os comentários.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Altino Ventura Filho, que é Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

Passo a palavra agora ao Dr. Othon Luiz Pinheiro, Diretor-Presidente da Eletrobras Termonuclear, para responder às indagações formuladas pelos Srs. Senadores.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Começarei com o Senador Buarque, sobre Chernobyl e Fukushima. As duas têm traços em comum: agência reguladora.

Na União Soviética não havia agência reguladora. O sistema era estatizado demais e não havia agência reguladora. Com os padrões ocidentais, jamais aquele reator de Chernobyl seria licenciado para operar, porque ele tem um coeficiente de reatividade positivo, ou seja, se cair uma linha de transmissão, ele tem de aumentar a potência, tem uma série de inseguranças, pelas quais ele dificilmente seria licenciado em um país ocidental. Então, faltou agência reguladora e o sistema era estatizado demais.

No Japão, Fukushima é estatizada de menos. Era é empreendimento privado. Vejamos, por exemplo, a localização dela. É um local absolutamente não apropriado. Um estudo nacional a levaria a ser instalada na outra costa, longe da falha. Está a 90 milhas do encontro de três placas geológicas. Então, houve falha da agência reguladora, que não é independente lá, é no mesmo ministério, na mesma cadeia, e é estatizada demais; tentaram minimizar custos. Também o reator selecionado por eles tinha um valor de investimento inicial menor.

Então, no DNA dos dois entra o fato de precisarem de uma agência reguladora mais eficiente, um por ser estatizado demais, e o outro por ser estatizado de menos. Eu defendo 51%, do mínimo, aqui no Brasil, de participação do Estado, porque a gente otimiza menos um pouco, ou seja, a preocupação com segurança pode ser um pouco maior. Então, o sistema é muito importante, a escolha da tecnologia é fundamental. Nós acreditamos que, para as próximas, é a tecnologia mais segura que existe. É difícil o homem conseguir uma tecnologia mais do que essa.

Ano passado eu conversei com, talvez, o maior cientista russo, que, na época do mundo bilateral, era líder. Havia dois grupos que se juntavam: americanos e soviéticos, para propor soluções para o futuro. Tive oportunidade de ser aluno do gerente americano lá e conversei com esse senhor da Rússia. Na opinião dele, a otimização dos reatores pressurizados a água é o melhor caminho que a humanidade tem para gerar energia de forma segura, energia nuclear, e que o uso dos outros reatores, os de alto fluxo, são apenas para otimizar o ciclo, para a gente diminuir a vida dos rejeitos. Então, acho que estamos no caminho certo, optando pela tecnologia segura.

Senhores, é possível pesquisar. Sempre é possível e se deve pesquisar. Aqui, no Brasil, um exemplo disso é o ciclo do combustível, que foi viabilizado com pesquisa nacional; não foi com o acordo Brasil-Alemanha. Então, é sempre possível pesquisar, é sempre importante pesquisa. O país que abre mão da pesquisa abre mão do futuro. Mas a operação de centrais é um elemento de avaliação, permite-nos uma avaliação real. E é muito importante que funcionem. É importante sob o ponto de vista das térmicas, que têm o menor preço por megawatt-hora, sem dúvida. E já vimos que precisamos de energia térmica para equalizar a nossa

matriz, para dar garantia de funcionamento. Então, sem dúvida, nelas o preço por megawatt é mais do que o das hidrelétricas. Na empresa até me acusam de ser um espião hidrelétrico no meio nuclear, porque a empresa que a minha filha toca é de pequenas hidrelétricas. Mas é necessária a complementação térmica do nosso sistema e, das complementações térmicas, a de menor preço por megawatt é a nuclear. Então, para complementação térmica na base, elas são fundamentais, e nós vamos precisar – vamos precisar não; nós já estamos precisando. Há dez anos a complementação térmica mínima para o sistema integrado é de 2.015 megawatt em média, mais do que a empresa consegue fornecer. Então, essa complementação térmica na base tem sido necessária; não é para o futuro, mas já no presente.

Não sei se respondi adequadamente.

Senador Wilder, logo após Fukushima, a Alemanha parou. Mas vimos hoje nesta sala que há uma confusão grande: tudo que é nuclear é nuclear, seja a central, seja a bomba. Quer dizer, há uma confusão, porque a humanidade acordou com dois holocaustos. Existe essa confusão. E quando o mundo era bilateral, se houvesse essa confusão, seria mais na Europa. Então, o europeu é muito mais traumatizado. Existe essa confusão. Há pessoas ilustres, como o Dr. Whitaker, que fazem essa confusão. Até ele citou que o setor nuclear é cheio de meias verdades; é cheio de meias mentiras também. É igual o copo, que pode estar meio cheio e meio vazio. E há muito essa confusão. Então, na Europa existe essa confusão e havia aquele medo de que, se houver um conflito bilateral, seria lá. Então, a Alemanha, sobretudo, é mais sensível a isso.

À época, o que ocorreu lá? A Madame Merkel havia mandado uma mensagem para o parlamento alemão adiando, em dez anos, a parada das centrais. Depois que ela mandou essa mensagem, menos de dois meses depois, ocorreu Fukushima. E ela fez o que faz um avião: ela arremeteu um pouco bruscamente demais, porque naquele momento, hoje ela está muito forte, mas, na época, ela não estava tão bem politicamente como está hoje. De modo que a diferença entre o Adenauer e ela: o estadista procura melhorar o povo, mas ele encara o povo, e o surfista navega na opinião pública. A Madame Merkel é mais surfista do que estadista. Se fosse Adenauer não pararia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – As outras perguntas ficariam para um momento posterior.

Nós ouvimos as respostas iniciais oferecidas pelo Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, que é o Diretor-Presidente da Eletrobras Termonuclear.

Passo a palavra agora ao Dr. Francisco Whitaker Ferreira, Diretor-Executivo da F.G. Whitaker.

O SR. FRANCISCO WHITAKER FERREIRA – Muito obrigado, Senador...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Presidente, antes do Dr. Whitaker poder falar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Eu indagaria V. Exª se ainda existem alguns Senadores inscritos para fazer indagações aos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Existem, depois do Senador Wilder, Senador Sérgio Souza, Senador Osvaldo Sobrinho, Senador Edison Lobão, Senador Flexa Ribeiro e Senador Clésio Andrade.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Então, já estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Já está inscrito.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Dr. Whitaker tem a palavra.

O SR. FRANCISCO WHITAKER FERREIRA – Muito obrigado, Sr. Senador.

Pegando rapidamente as questões levantadas pelo Senador Cristovam, a discussão sobre PIB e modelo é muito ampla e realmente está na base dessas decisões sobre energia nuclear, mas, junto com ela, a questão da distribuição da renda. Quer dizer, a noção de que o crescimento econômico automaticamente melhora as condições de vida da população é falaciosa. Obviamente, ele tem de estar combinado com a distribuição da renda gerada, dessa renda que se concentra.

Problema do mundo hoje: está aumentando a desigualdade social, não somente aqui, mas no mundo todo, entre países e dentro de países ricos, inclusive. Ou seja, há alguma coisa na lógica econômica prevalecente que precisaria ser revista.

A segunda questão levantada é a questão de que poderíamos mudar os padrões. A França é um país terrivelmente prejudicado, eu diria, pela opção que fizeram, logo depois da guerra, de construir bomba, porque era um problema de dissuasão, e, depois, de passar para a energia nuclear. Agora, eles estão com 75%; a matriz deles depende da energia nuclear. Então, isso é um drama que se vive na França. Como eu, pessoalmente, tenho oportunidade de muito contato, sinto essa coisa muito claramente. Esse é um drama que, inclusive, torna o tema meio tabu, porque é tão

difícil resolver que as pessoas preferem nem discuti-lo. Mas, dentro desse drama, a sociedade vai agindo. E uma dessas ações – é interessantíssimo o movimento que existe lá na França – é o movimento que se chama não megawatt, mas sim NégaWatt, que estuda exatamente todas as alternativas que existiriam para diminuir e racionalizar o consumo de energia. E é impressionante como existem possibilidades que mudariam essa equação de necessidade absoluta de aumento de energia para haver desenvolvimento no país.

Em relação à questão específica de que se é tão ruim assim, por que tantos países continuam? Eu diria, eu agregaria um advérbio: por que tantos países ainda continuam? Ou seja, o problema do nuclear no mundo atualmente é um problema de processo, de tomada de consciência dos riscos que incorrem. E, quando o Dr. Othon fala que bomba é uma coisa e que usina nuclear é outra... Devagar! Obviamente a destruição de uma bomba atômica é complemente diferente da destruição provocada por uma usina, pela explosão, pelo derretimento de um reator nuclear. É complemente diferente, mas são etapas, e são etapas que a humanidade foi seguindo.

Quando aconteceu a bomba de Hiroshima e Nagasaki, qual foram as maiores equipes médicas que foram para o local? Equipes médicas americanas. Imediatamente o exército americano mandou muitas equipes médicas para lá. Para cuidar dos doentes? Também, mas principalmente para estudar os efeitos. Por quê? Porque desde a primeira bomba testada nos Estados Unidos, foi uma surpresa para os próximos cientistas. Os próprios cientistas – quando hoje vemos a história disso – não imaginavam que aquilo poderia ter aquela dimensão. E, quando aconteceu a primeira bomba, objetivamente, dentro de uma cidade habitada, precisaria verificar os efeitos. Efeitos sobre o quê? Especialmente da radioatividade, que não é uma coisa que imediatamente se coloca. É o problema que aconteceu em Goiânia, onde há gente morrendo de câncer por causa daquilo que aconteceu há 30 anos. Ou seja, não é uma coisa assim tão simples.

Então, a usina obviamente não usa urânio enriquecido no mesmo nível do que se usa na bomba, mas é muito mais do que o urânio natural que tiramos da terra. Ou seja: tem de ser enriquecido. Aliás, todo o drama que está havendo agora com o Irã, o que é? É o problema de até onde estão indo eles no enriquecimento do urânio e com que objetivo.

Mas a usina, objetivamente, enriquece o urânio. E, depois, há o fato do funcionamento da usina. Além do fato de ela ser uma chaleira muito sofisticada para esquentar água e girar uma turbina – o que é uma coisa completamente estapafúrdia, é uma caríssima chaleira –, objetivamente produz rejeitos nucleares. Então, o mundo está pouco a pouco constatando isso.

O que acontece, por exemplo, são também coisas que fazem parte da loucura humana. A Coreia do Norte ignora esse tratado feito há muito tempo, quando se descobriu que teste nuclear é uma coisa perigosíssima. Por que eles fazem? Porque eles têm problemas geopolíticos de poder de dissuasão na região deles. Mas fazem. Isso significa que está bom? Não. Significa simplesmente que eles torcendo as coisas com outros objetivos.

Outro problema que foi colocado é o problema da continuidade aqui. Temos um acordo com a Alemanha que expira o ano que vem, em 2015. O acordo Brasil-Alemanha que permitiu que se construíssem as usinas. Agora é a Areva que está assumindo toda a tecnologia, mas a Alemanha entra no processo de enriquecimento do urânio. O que está acontecendo agora? Direi isto na audiência do Senado como uma informação: há mais uma iniciativa da sociedade civil. Está sendo organizado um grande grupo de entidades para que, no parlamento, se denuncie esse acordo. Por quê? Se a Alemanha parou com a energia nuclear, não tem sentido fazer o acordo nuclear Brasil-Alemanha; tem-se de parar esse acordo. E fazer o quê? Substituí-lo – coisa que já foi proposta há três anos – por um acordo em torno da energia solar e da energia eólica, nas quais a Alemanha agora está dando grandes e rápidos passos.

Ou seja, na verdade, se a gente for pensar na necessidade ou não de manter as usinas abertas, constata-se o que está acontecendo no Japão: lá pararam todas para verificação, reabriram duas e existe uma grande mobilização lá para que essas duas sejam fechadas novamente. E o país parou? Um país com aquela produção! O senhor vai dizer que não usam tanta energia porque não fazem alumínio. Tudo bem. Mas o país não parou. Então, há uma combinação disso tudo. Na verdade, é um problema de racionalidade social nas decisões políticas.

Eu diria que os grandes passos agora no Brasil deveriam ser para aplicar muitos recursos nas alternativas que não têm esses riscos que têm a energia nuclear. Eu acho que é um dever nosso, de cidadãos, e eu aqui falo para as gerações futuras – filhos, netos, tataranetos – que temos que pensar nessa perspectiva. Não podemos examinar o problema com olhos de muita curta visão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado, Dr. Francisco Whitaker Ferreira, Diretor Executivo da F.G. Whitaker.

Agora, passo a palavra a S. Exª o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu tive a oportunidade de ouvir, atentamente, as palavras do Dr. Altino pela Rádio Senado. Para informação dos presentes, nossa audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela Rádio Senado e, imagino, com grande audiência. Confesso que fiquei preocupado com tudo o que ouvi. Corrijam-me se estiver errado: nós temos, basicamente, no Brasil três fontes de energias renováveis, vamos dizer, fontes naturais: energia hídrica – com hidrelétricas, nossas pequenas centrais hidrelétricas – que, pelo que eu percebo, estamos atingindo o limite máximo de capacidade de fornecimento de energia em nosso País, até nos utilizando muito mal dessas reservas que ainda estão para ser exploradas com regras ambientais muito rígidas, com desperdício de capacidade de nossos rios, construindo hidrelétricas sem preocupação com a navegação e com os reservatórios que possam equilibrar os níveis de água, e sempre, Sr. Presidente, sujeitos às condições naturais: em um ano há muita água, em outro, pouca água. Muita água não quer dizer muita energia, porque água em excesso não é aproveitada; mas água em falta acaba com nosso fornecimento de energia. Então, estamos sempre sujeitos ao desejo de São Pedro de termos energia ou não.

Do ponto de vista solar, eficiência medíocre de 20%, 15%, 17%, vinte e poucos por cento, com dificuldades sérias em relação à tecnologia. Eu acredito – e já tive profundas discussões com Dr. Altino – que a energia solar será tão competitiva quanto à eólica. Nós sairemos do patamar de 300 para 120, 110, 100, 90 – o Dr. Altino pensa diferente. Mas, ainda assim, eu tenho a maturidade suficiente para saber que energia solar tem um limite e que não vai compor grande percentual de participação nossa matriz energética. Eu diria que, no máximo, 20%, 15%, 25%, 30%, não mais que isso. A eólica será algo semelhante a isso, até por questões espaciais e geográficas, de espaço mesmo.

Então, nós temos três tipos de energias: a hídrica, que já falei; a solar – que também temos uma dependência das condições naturais, pois ninguém controla o clima, se há ou não sol. No caso, não é nem o calor, mas a luz da energia solar; e à eólica, se temos vento ou não. Então, três fontes importantes de nossa matriz e que não controlamos a fonte delas.

Por outro lado, temos usinas termoelétricas que, não preciso nem falar a posição dos ambientalistas em relação a usinas termoelétricas, por mais filtros que se construam são sempre poluidoras e sempre elevando a tarifa de energia elétrica do brasileiro. Nós sabemos que a economia de um país é basilar o fornecimento de energia. Sem energia não há economia, não há indústria, não há emprego, não há nada! Então, não vamos nos esquecer – jamais – que o motor da economia é a energia.

E aí eu vejo uma proposta como essa aqui: impedir o País de construir usinas termonucleares por 30 anos, no calor de acontecimentos recentes em relação a esse assunto.

Desde criança, eu escuto do meu pai uma regra básica que eu busquei aplicar sempre em minha vida: "Nunca reaja no calor de uma emoção. Nunca reaja no calor de uma emoção!" Bateu o carro? Não vá brigar com o sujeito. Primeiro se acalme e vá pensar em casa, depois vai discutir com o sujeito. Levou um tapa? Não revide. Primeiro pense na vida, depois veja o que fazer. Nunca reaja no calor da emoção. E é isso que nós estamos fazendo aqui: discutindo um assunto no calor da emoção.

Eu tenho convicção de que a Alemanha, por exemplo, que tem problemas culturais em relação ao assunto, vai chegar um momento em que vai ter que rever a decisão a Primeira-Ministra alemã, porque o que se fala para o público no calor da emoção de repente não é a solução técnica mais interessante para o seu país. Mas essa é uma opinião pessoal.

Pensando de forma empresarial, eu não posso abrir mão de uma alternativa, e uma alternativa que se configura, pelo que eu vi, a mais inteligente de todas. As usinas termonucleares modernas, não as de mil novecentos e pedrinha, como a de Chernobyl, que foi construída há 60 anos, 70 anos sem preocupação alguma com a segurança, em outra filosofia, outro momento da humanidade. Aquele momento não pode ser parâmetro para se determinar o que vai ser construído hoje nos países de uma forma geral. Então ela não é exemplo para nada. A usina no Japão teve um componente de irresponsabilidade ambiental. O local onde ela foi instalada é sujeito a enchentes, a coisas que o homem não controla, mas serviu de lição para todos os países, todas as pessoas do mundo.

Então, eu acho que é assim que nós vamos progredindo: aprendendo com os erros de terceiros e fazendo com que esses erros não se repitam, mas não simplesmente impedindo, através de uma decisão desta Casa, que o Brasil tenha como alternativa a energia nuclear.

Essas coisas me assustam muito, porque, daqui a pouco, como alternativa para isso, nós vamos dizer aos brasileiros que eles não podem mais ter ar-condicionado em casa, porque não teremos energia suficiente, começar a regrar, para as indústrias, horário de funcionamento, o famoso racionamento, porque não há condições de fornecer energia. Nós vamos agora ficar delirando com fontes alternativas de biomassa? Isso não tem escala alguma para atender a um País

do tamanho do Brasil, que hoje tem uma matriz de 120 mil mega, que é insuficiente, porque a gente acha que deveria ter 200 mil mega aqui, 80 mil mega a mais. Esses 80 mil vão aparecer de onde? Com que fonte? E antes de se discutir seriamente esse assunto, vamos tratar de retirar uma das alternativas do País, que é a de energia nuclear?

Eu confesso que escuto, mas não acredito que estou escutando isso. O Brasil agora impedir o estudo de implantação de energia nuclear no nosso País por 30 anos. Por 30 anos, Senador Flexa Ribeiro, aqui no País não se poderá mais implantar energia nuclear como alternativa! Eu não estou dizendo que devemos implantar; estou dizendo o seguinte: se o Governo, se os técnicos do Governo, aquelas pessoas que entendem do assunto – porque eu não entendo nada; o Senador Wilder não entende nada; o Senador Collor provavelmente não entende nada –, se os nossos técnicos como o Prof. Othon, por exemplo, que estudou isso a vida inteira, se esses técnicos não podem apresentar ao País uma alternativa, dizer: "Não, estudamos... Passamos aqui dez anos estudando e a melhor alternativa para o Brasil é uma usina nuclear". Se eles forem impedidos de fazer isso, quem sai ganhando? É o Brasil? É o povo brasileiro? Não acredito que seja, porque eu acho que, a acontecer algo como isso aqui, o próximo passo seria, sim, controlar o número de ar-condicionado no nosso País, dizer agora qual é o brasileiro que pode ter ar-condicionado em casa e qual não pode; dizer quais... *(falha na gravação)* instalados no meu Estado do Maranhão e quais não podem, porque certamente nós teremos problemas de fornecimento de energia.

Nós já tomamos as primeiras decisões nesse sentido, Sr. Presidente. Foi no momento em que nós permitimos que discussões ambientais pudessem jogar no lixo várias capacidades hidrelétricas nossas, diminuindo usinas que teriam capacidade de 15 mil, 20 mil para cinco mil, seis mil, em fio d'água, diminuindo a capacidade de fornecimento de energia de rios que, daqui a pouco, não poderão mais fornecer projetos de exploração hídrica. Isso nós já estamos vivendo, abrindo mão conscientemente, depois de discussão dentro da nossa sociedade.

Então, se a sociedade assim determinou e assim decidiu, havemos nós de respeitar a decisão do povo brasileiro. Foi assim? É regra? É. Abrir mão da capacidade dos nossos rios em favor de preservação ambiental? Que seja. Agora nós vamos abrir mão de implantar indústrias nucleares. Se for esse o caso, se for essa a decisão técnica estudada, se essa alternativa for a melhor alternativa discutida por quem entende, nós que não entendemos vamos estabelecer uma regra como essa?

Sr. Presidente, eu acho que é impressionante. Eu nem gostaria de fazer perguntas porque eu acho que este assunto está sendo discutido de forma muito madura aqui nesta Comissão. Estou ouvindo, desde que saí de casa, as discussões, as perguntas. Escutei a colocação do Senador Wilder aqui. E eu acho que está muito claro para todos os brasileiros que nos escutam agora pela Rádio Senado, que nos assistem pela TV Senado que este é um momento de grande responsabilidade dos políticos.

A nossa energia é uma das mais caras, mas não é porque a geração dela é cara, não; é porque nós temos uma carga tributária gigantesca em cima da energia. Nossa energia é uma energia barata; na sua fonte, é barata, mas que fica cara para o consumidor. Uma decisão de governo. Eu entendo isso. Mas nós transformarmos essa energia numa energia inviável é outra coisa totalmente diferente.

E essa é a minha posição que eu gostaria de registrar aqui, neste momento, nesta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Edison Lobão Filho.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, senhores convidados, eu não tive a oportunidade de ouvir as exposições, mas o tema é instigante.

Eu tive a oportunidade, por ocasião do acidente de Fukushima, de levantar esta questão aqui no Senado Federal. Inclusive, o Senador Lobão Filho, na sua exposição, foi bastante didático em dizer que não se devem tomar decisões em cima das emoções, e também não se deve fazer o contrário. Quando houve o acidente, todos os países – por precaução, acredito eu – pretenderam suspender as implantações e rever a geração termonuclear, e o Brasil foi numa linha contrária. Exatamente nesse momento, ele estimula a implantação de Angra III.

Quer dizer, eu não sou também como o Senador Lobão, eu acredito que não devemos tomar decisões de sermos a favor ou contra, Presidente Fernando Collor, por "achismo", mas sim pela ciência. Se há condições de fazer com segurança, que se faça.

Naquela altura – e aí eu perguntaria ao Dr. Othon –, foi discutido também que Angra I e Angra II não tinham planos de fuga que pudessem atender – Deus nos livre – em caso de um acidente. E acredito que continuam não tendo, porque, se não tinham àquela altura e nada foi feito – pelo menos não temos conhecimento, Senador Lobão Filho –, acredito que não tenham. Então, já que se vai fazer, que se faça de forma

correta, prevendo, assim como o seguro de vida, que a gente faz, mas pretende nunca usá-lo. Não há necessidade de usar, como seguro de acidente de carro, que também não quero usar, mas tenho que fazer. É esse o caso.

Com relação ao Dr. Altino, já tive oportunidade de ouvi-lo aqui algumas vezes, na questão do aproveitamento hídrico para a nossa energia.

O Senador Lobão Filho trouxe um dado de que, parece-me, não tenho informação. E gostaria que V. Sª pudesse confirmar, de que nós não temos mais potencial levantado suficiente para geração hídrica para atender à demanda do Brasil.

Pelo que eu sei, nós temos hoje instalados mais ou menos 120 mil mega no País e, só nos rios do Estado do Pará, Senador Lobão Filho, nós temos levantados pela Eletronorte/Eletrobrás mais de 70 mil megas a serem aproveitados. Agora, é preciso que também a sociedade brasileira faça uma opção pelo aproveitamento dessa energia hídrica, pela eficiência.

Nós temos um consultor legislativo, o Dr. Ivan Dutra Faria, que é especialista em impactos ambientais nas hidrelétricas, que escreveu um artigo no *Valor Econômico* intitulado "Hidrelétricas no Brasil e a vitória do obscurantismo", exatamente nesta linha, Dr. Altino. Ou seja, que a decisão que o Governo brasileiro tomou de construir geração hídrica por hidrelétricas a fio d'água, nós já fizemos inclusive aqui – e acho que nessa altura o senhor esteve como convidado – uma discussão sobre isto: por que a fio d'água? Qual a motivação de o Governo ter tomado essa decisão? É apenas a questão ambientalista? Os ambientalistas são contra os reservatórios?

Nós fizemos uma visita – lamentavelmente, não há aqui nenhum Senador que esteve conosco, mas seria interessante; estamos programando uma segunda visita, Presidente Collor –, em que convidei para que fôssemos novamente a Belo Monte. Naquela altura, os técnicos da Eletronorte e do consórcio construtor nos deram uma informação até hoje não esclarecida, no sentido de que, se houvesse afastamento dos diques previstos em Belo Monte para um espaço que não atingisse a área de reserva indígena, se colocassem os diques apenas no limite da reserva indígena, ou seja, não atingindo a reserva indígena, só por isso haveria a possibilidade de geração de mais de 3.000 megas em Belo Monte. Aí questionei, Senador Lobão Filho, por que isso não foi feito. Quer dizer, se temos um potencial que pode ser mais bem aproveitado e não o é por uma questão apenas de, aspas, "ambientalismo"... Esse artigo do Dr. Ivan é exatamente nesta linha: quem decidiu pela geração a fio d'água? Que é o que se está fazendo a partir de uma tomada de posição do Governo Federal.

Eu não sei se o Dr. Altino pode nos esclarecer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Questiono quem decidiu isso, se foi apenas o clamor dos ambientalistas, que decidiram não usar mais os grandes reservatórios. E aí concordo com o senhor. Ninguém vai reproduzir Balbina. Aquilo ali é um absurdo que não se deve fazer nunca mais. Mas, dentro do limite da responsabilidade, nós devemos, sim, utilizar, até porque o reservatório é para você poder administrar o processo de geração, inclusive de utilização da água para outros meios, para outros fins. E, se é a fio d'água, não há como fazer essa utilização. Não há como represar para, no momento da diminuição de vazão, haver água acumulada para gerar energia. Então, temos uma perda.

Eram essas as questões, Presidente Collor.

Quero parabenizá-lo pela audiência. Acho que ela é muito proveitosa, inclusive para esclarecer a sociedade brasileira, que nos ouve pela Rádio Senado e nos vê pela TV Senado. Essa é uma questão que atinge diretamente a sociedade. Quer dizer, vamos fazer usinas nucleares? Mas qual é a segurança que isso dá à sociedade brasileira?

Eu não sou contra usinas nucleares. Acho que nós não temos nem que tolher pesquisa, nem ter medo do avanço científico. Nós temos que fazê-lo com segurança.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, só se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Só para fazer um esclarecimento ao Senador Flexa Ribeiro.

Eu não havia dito que nós atingimos o nosso limite máximo de utilização de energia hídrica. Eu disse que nós estamos caminhando para o esgotamento do nosso potencial hídrico. Ele é finito. Ele não é infinito, e certamente o Ministério deve ter levantado qual é o potencial brasileiro. Vamos dizer que estamos com 80 mil, 90 mil megas em hídrico. Vamos dizer que haja mais 70. Isso é um absurdo!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Pois é, mas vamos dizer que haja mais 70 ou mais 100. Isso quer dizer que há um limite. Esse limite está sendo alcançado. E com pouca eficiência, diga-

-se de passagem, corroborando o que V. Exª acabou de falar. Estamos com pouca eficiência, alcançando esse limite. E quando esse limite acabar, o Brasil para?

É isso tudo que coloquei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Lobão Filho.

Antes de passar a palavra a S. Exª o Senador Clésio Andrade, comentários de internautas que gostaria de passar aos senhores.

Do Sr. Antonio Carvalho Barbosa, de Vila Romero, em São Paulo:

Se fosse para desativar tudo o que é perigoso, viveríamos na Idade da Pedra. Se não temos competência técnica e financeira para mantermos o programa, é um outro problema. O uso do átomo como energia é o futuro, e quem estiver fora deste meio sofrerá com a falta de conhecimento e terá de pagar rios de dinheiro para países que detêm a tecnologia, como já é feito hoje. Precisamos investir cada vez mais no desenvolvimento de novas tecnologias, e a energia atômica é uma delas e talvez a mais importante.

Um segundo comentário, da Srtª Angelicque Heisler da Costa e Silva, de Petrópolis, no Rio de Janeiro:

No nosso País, onde não existe pensamento do poder político, executivo, na sociedade/coletividade, é melhor não gastarmos com usinas, que nem faremos com decência, nem fiscalizaremos de forma eficiente. Se no Japão deu errado, aqui já vai sair do papel de forma deturpada! Gastem dinheiro na eólica!!!. Vai ser melhor para todos [literalmente].

Um outro, do Sr. Cláudio da Cunha e Silva Filho, de Sobradinho, Brasília. Ele comenta que, hoje, estava assistindo à audiência pública e discorda da suspensão de 30 anos para a construção de novas usinas termonucleares em Território nacional. Segundo ele, não podemos nos dar ao luxo, dada à dimensão do Brasil e à necessidade presente e futura para crescimento, de abrir mão de qualquer tipo de matriz energética. Pergunta, então, se não é hora também de repensarmos em construir matrizes energéticas em terras indígenas e reservas florestais.

Bom, comentários dos nossos internautas.

Com a palavra S. Exª o Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Sr. Presidente, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores, vou tentar dar uma visão do que tenho desse processo, que conheço muito pouco. Gostaria, depois, de fazer algum questionamento.

Na verdade, tenho acompanhado o desenvolvimento solar da Alemanha, de acordo com alguns estudos do meu filho, que é, inclusive, empresário de pequena central elétrica. Ele tem me falado que o potencial é extremamente alto em relação ao que já se avançou na Alemanha e em que o Brasil pode avançar.

O Brasil é um país privilegiado não só de sol, pela proximidade do Equador; é privilegiado em águas, pela quantidade de rios. Se o Brasil não tem condições de resolver sua energia através da hídrica, solar e eólica – privilegiado também em ventos no Nordeste –, quais países vão ter condição de fazer isso?

Então, entendo que o Brasil, primeiro, deve concentrar-se nesses três potenciais, que são o hídrico, o solar e o eólico. Num cenário de 100 anos, com certeza, precisamos eliminar a ineficiência que existe no aproveitamento desses três tipos de energia, Senador, e dentro desse conceito de aproveitamento, analisando até as dificuldades que o nosso Governo tem na gestão da coisa pública, principalmente quando vai construir diretamente. Nós sabemos das dificuldades em relação às obras: as obras não andam, as obras paralisam.

Então, emergia nuclear, por exemplo, com certeza, é só investimento estatal que aguenta, não é, Senador Lobão Filho? Portanto, dificilmente o Brasil tem competência para prosseguir nesses processos, porque nós sabemos que não conseguimos fazer nem rodovias! Não conseguimos duplicar rodovias, não conseguimos resolver toda essa questão.

A área de energia ainda é a que sobrevive, exatamente porque houve uma participação muito boa da iniciativa privada nas pequenas centrais, na Proinfa 1, na Proinfa 2, nas outras usinas de médio e grande porte, com exceção de algumas estatais.

Então, nós temos um potencial muito grande ainda de água, hídrico, potencial solar. Nós não estamos explorando praticamente nada. O avanço na Alemanha, hoje, está mostrando claramente isso.

Um dia desses, vendo um documentário, eu vi um cara com a bicicleta carregando o celular com o carregador nas costas. A energia solar deu condições para ele fazer uma viagem de não sei quantos quilômetros carregando o celular dele com energia solar captada por um equipamento que ele pendurou nas costas.

Então, o meu questionamento seria este: nós não devemos, no cenário de 100 anos, trabalhar projetos voltados para esses três situações, no caso do Brasil, que é um privilegiado, e não trabalhar muito essa questão nuclear? Porque o País está com dificuldades seriíssimas de recursos financeiros. O País não tem como investir. E, quando investe, ele não tem como gerenciar. Todas as nossas obras apresentam dificuldades, mesmo as usinas nucleares. Nós sabemos quantos e quantos anos elas demoraram, porque paralisavam, reiniciavam e reiniciavam...

Então, não nos deveríamos – e aí eu gostaria de provocar nossos especialistas neste sentido – concen-

trar, nos próximos seis anos, nessas três alternativas, procurando ter mais eficiência com as usinas, procurando ser mais eficientes na forma, nos projetos, no envolvimento da iniciativa privada, que é a grande solução do País, e não, propriamente, caminharmos na direção contrária, de colocar o nosso País, o nosso Estado, o nosso Governo fazendo aquilo que ele não tem competência para fazer, que é gerenciar, construir e fazer as coisas direto?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Clésio Andrade, último Senador inscrito para as perguntas.

Agora, oferecendo as respostas, passo a palavra ao Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Eu vou ser bem objetivo por causa do tempo.

Eu diria que, no momento, o Brasil tinha cerca de 121 mil megawatts instalados no final de 2012, e a hidrelétrica participava com 85 mil megawatts. Todos sabemos que a nossa predominância é hidrelétrica. Essa capacidade instalada é suficiente para atender às demandas energéticas do Brasil no campo da energia elétrica. Nós temos uma segurança energética muito grande com essa matriz que é a hidrelétrica, térmica e eólica. Nós temos condições de atender nossas demandas sem nenhum risco ou com um risco muito baixo, que pode ser desprezado, de ter algum problema de falta de energia no Brasil.

A capacidade instalada para 2022 evolui para 198 mil megawatts, dos 121 mil, e a hidrelétrica passa dos 85 mil para 130 mil megawatts, aproximadamente, porque a prioridade é em cima da hidreletricidade – 50% da expansão são em cima da eletricidade. Nós estamos, de fato, usando a eólica e a hidrelétrica como prioridade e estamos usando também a biomassa do bagaço de cana. A solar vai ter o seu espaço. Nós entendemos que, ao longo desta década, nós vamos ter competitividade na solar, que, certamente, vai completar a nossa matriz energética, ter um papel bem mais relevante do que tem hoje, porque o País quase não usa a solar.

Eu queria dizer que, quando se olha a matriz brasileira, a energia hidrelétrica é a parcela mais importante da nossa matriz. As demais fontes hoje têm um papel complementar. Ninguém pode imaginar que vamos atender o mercado brasileiro com a eólica. Ela é uma energia que pode ser interrompida, você não consegue operar o sistema nas perturbações elétricas. A eólica não tem o que a gente chama de reserva mecânica, girante, para prever os eventos que acontecem. A operação do sistema ficaria muito complexa com a questão da eólica apenas. A biomassa tem, também, a questão da safra. A solar é uma energia que também pode ser interrompida – não tem sol à noite, etc. Mas nós conseguimos administrar isso. Mas elas têm um papel complementar. Pensar que nós vamos atender o sistema brasileiro só com a eólica não tem fundamentação técnica alguma, não é possível. É por isso que eu digo que todas as fontes têm o seu papel no Brasil.

Com esse nível da hidrelétrica – o Senador Lobão Filho falou aqui com muita propriedade e eu, inclusive, coloquei na minha exposição –, o nosso potencial hidrelétrico é finito. Em algum momento, eu vou aproveitar ele todo. Qual é essa parcela que eu posso aproveitar? No plano 2030, a gente falava em 180 mil; hoje, imagina-se que nós dificilmente vamos atingir esse nível. Sei lá, alguma coisa como 150 mil seria uma referência razoável, pelas exigências ambientais. Isso nós vamos concluir antes de 2030. Quando nós tivermos concluído o aproveitamento do potencial hidrelétrico brasileiro, nós vamos precisar de geração térmica, e geração térmica de usinas de base, que têm um custo de combustível baixo, e essas usinas são de gás natural, de carvão mineral e a nuclear, cada uma tendo o seu espaço.

Na questão dos reservatórios, para encerrar o ponto que foi colocado aqui, nós estamos planejando usinas a fio d'água porque os locais onde essas usinas estão sendo instaladas a fio d'água são adequados para usina a fio d'água. As usinas finais de um rio são, em geral, a fio d'água – é o que acontece com Xingó e com Itaipu –, porque o final do rio não é local de se colocar o grande reservatório. Dependendo da topografia do local, não existe a possibilidade de se colocar um grande reservatório. São poucos os lugares que podem ter grandes reservatórios de regularização plurianual. Toda hidrelétrica tem reservatório. As de fio d'água também têm. As de regularização plurianual precisam ter condições adequadas para serem feitas. Por exemplo, em Tocantins nós não conseguimos regularizar. Em Serra da Mesa, à montante, não se consegue. No Uruguai e no Iguaçu também não foi possível, porque as usinas estão todas encaixadas nos rios. Os rios da Amazônia são de planície, e nós teremos dificuldade de construir esses reservatórios. Então, estamos fazendo usinas a fio d'água, porque essa é a solução técnica, econômica e ambiental mais adequada nos lugares onde nós estamos fazendo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone*.) – É a melhor solução.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Não é a melhor solução. Se fosse possível fazer reservatório... Inclusive, na minha intervenção anterior, eu disse... O

melhor aproveitamento de um rio é quando eu tenho um reservatório de regularização plurianual. Por quê? Porque é a ação do homem no sentido de controlar as vazões ao longo do ano. Então, eu tenho condições de ter o melhor uso do recurso hídrico, seja para produzir energia elétrica, seja para permitir a navegação, para permitir o controle de cheia, suprimento de água e outros usos que o recurso hídrico tem. Não é só produção de energia elétrica. Mas, para que tenha reservatório, é preciso que haja locais adequados. Para se fazer um reservatório de regularização do Xingu na Amazônia é preciso de uns 6 mil quilômetros quadrados de área inundada, o que é algo impressionante. Com uma profundidade média pequena, nós reproduziríamos várias hidrelétricas de Balbina naquela região lá. Impossível não é. Agora, nós temos que avaliar as consequências.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com licença, Dr. Altino.

Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Eu só queria, nas explicações do Dr. Altino, questionar se o reservatório não pode ser construído a montante da barragem também. Ao invés de se construir no local, você pode fazer represas que armazenem a água ao longo do rio, a montante, de tal forma que você possa ter energia, como disse o Senador Walter Pinheiro, guardada para utilizar no momento necessário, como V. Sª bem colocou aí. Você não tem como... O grande problema da energia eólica e da energia solar é que não tem como armazená-las. É preciso jogá-las direto no sistema. Já o sistema hídrico permite que se armazene energia na forma de água.

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Perfeito.

Mas, independentemente de ser a montante ou a jusante, o rio tem que ter condições topográficas para ter... Porque um reservatório de regularização plurianual... Por exemplo, o reservatório de regularização plurianual de Sobradinho tem 29 bilhões de metros cúbicos de volume útil. É um reservatório gigante, que regulariza plenamente o Rio São Francisco. Para dar uma ideia, as pessoas que moram na margem do lago quando ele está cheio, na cota 392,5, quando se esvazia o reservatório, a água vai para 20 ou 30 quilômetros de distância, porque ali é uma caixa d'água que foi possível fazer. Não existe, nos rios da Amazônia, essa possibilidade, a não ser que se construam reservatórios enormes, inundando áreas muito grandes, com diques e coisas desse tipo, mas temos de avaliar a viabilidade técnica, econômica e ambiental disso aí. Volto a dizer que não é impossível, mas é bastante complicado.

Outra coisa: muito a montante do rio não é o local adequado para guardar água. Por quê? Porque a chuva que cai no rio é pouca a montante lá em cima. Então, eu não tenho o que se chama de uma grande área de drenagem do rio para guardar a chuva que chega ao rio. O reservatório de Sobradinho talvez seja o melhor exemplo de um reservatório bem localizado. Ele pega grande parte da área de drenagem chamada de chuva no São Francisco. E tem uma regularização... O São Francisco é o rio mais bem regularizado do Brasil.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone*.) – O rio das águas aqui inclusive termina... *(Inaudível.)*

O SR. ALTINO VENTURA FILHO – Chegando lá, que chove aqui...

Por exemplo, o Tocantins tem um imenso reservatório que é Serra da Mesa. Ele é tão grande que nunca vai encher. Foi feito lá a montante, na década de 70, decidido. Ele não consegue regularizar o Tocantins, porque o que cai de chuva lá – ele é muito a montante – é uma percentagem do que cai de chuva em toda Bacia do Tocantins. E não há nenhum outro local onde fazer reservatório de regularização, exceto Tucuruí, que é um grande reservatório, cujas condições topográficas foram favoráveis, mas que não consegue regularizar o Tocantins lá, porque deveria haver outros reservatórios. É um rio que tem uma variação hidrológica muito grande. Todo ano Tucuruí verte, enche e verte – todo ano, sem exceção.

Bom, são essas as reflexões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Altino, mais uma vez pelas respostas de V. Exª.

Passo a palavra ao Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, que é o Diretor-Presidente da Eletrobras Termonuclear.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Respondendo ao Senador Flexa Ribeiro a pergunta de que por que depois de Fukushima continua a construção de Angra 3. Na verdade, Angra 3 tinha sido iniciada dois anos antes de Fukushima.

A primeira coisa, o ministério nos cobrou esse tipo de explicação, e nós demonstramos isso para o ministério. Logo depois houve uma audiência pública neste Senado. Nós tínhamos tomado decisões dois anos antes de Fukushima, que, se Fukushima as tivesse tomado, não teria havido Fukushima. Isso foi muito importante. É uma complementaridade para o sistema de geração elétrica para atender à retirada do calor residual.

Demonstramos que os motores.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone*.) – ...os reatores... (*Inaudível*.)

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Não, mas já estava dois anos antes. A nossa barba foi colocada dois anos antes de molho.

A principal falha em Fukushima foi o alagamento dos *diesel* geradores elétricos de quatro das seis usinas. Nas duas que estavam na posição certa, não houve nada. E os *diesel* geradores de todas as nossas usinas estavam acima da cota em que aquelas que não deram defeito no Japão estavam. Ou seja, se a nossa central estivesse no Japão, do ponto de vista do *tsunami,* nós estávamos tranquilos. E, do ponto de vista do terremoto, se o epicentro fosse a 280 milhas e não a 90, como foi, também estaríamos bem.

Então, é isso que demonstramos ao ministério em audiência pública dez dias depois de Fukushima; foi exatamente isso que falamos.

Então, Angra 3 continua. Por prudência do Governo – não tenho procuração para defender o ministério –, mas o que estava em construção seria economicamente absurdo, e nós provamos que era seguro – e é seguro. Angra 3 está sendo construída com as normas atuais mais modernas que existem no mundo do ponto de vista de segurança. E, nas próximas, houve uma defasagem no tempo para análise. Foi feita... Uma coisa que eu gostaria de registrar para o senhor é que talvez tenhamos sido a primeira empresa no mundo a iniciar um plano de resposta a Fukushima, ou seja, um estudo profundo. Estamos investindo R$300 milhões em correções de pequenos problemas auxiliares que a experiência de Fukushima nos mostrou como interessantes.

O senhor pensou no plano de fuga. Fui a Fukushima logo depois do acidente. Se é uma coisa que temos a elogiar em Fukushima é o plano de fuga. Foram 140 mil pessoas evacuadas sem um acidente, e o que me impressionou é que as estradas de Fukushima estão muito piores que as nossas; não havia estradas. Então, o que fizemos? Oficiamos ao Gabinete de Segurança Institucional e sugerimos que adotassem a mesma metodologia de Fukushima para evacuação, e foi feito depois de um ano de estudo.

Então, temos em Angra dos Reis um plano muito parecido com o plano de evacuação que Fukushima tem, com algumas vantagens em relação a Fukushima que permitem como auxiliar... Quer dizer, vai ser a mesma metodologia a pé, que foi perfeita. Ninguém ficou irradiado ou ferido em decorrência disso. Mas temos vantagem de ter evacuação marítima. Lá é uma zona tão agitada como Fukushima e há uma série de outros sistemas auxiliares que não há lá.

E temos um detalhe, Senador, que ninguém tem, Qualquer garoto na região na zona afetada vai poder entrar na internet com a senha dele, mostrar para a namoradinha onde ele está e o que ele tem de fazer se houver um acidente. Então, estamos caprichando bastante no plano de segurança e acho que poderemos nos orgulhar dele.

Com relação ao Senador Clésio Andrade, realmente, solar e hídrico são fascinantes e têm que ser, mas quanto a energia – o senhor não estava aqui – nós mostramos o seguinte: para atender à necessidade de ter sempre energia, a gente tem que ter uma cesta de energéticos, que, evidentemente, têm prioridade os renováveis, mas temos que ter uma...

(Soa a campainha.)

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – ...parte térmica para garantir que sempre haja. Aí que entra a nuclear. Quer dizer, energia não é time de futebol para o qual torcemos. Precisamos ter uma cesta que melhor atenda às necessidades da sociedade. E, dentro dessa cesta, no caso do Brasil, dificilmente poderemos abrir mão da nuclear.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Permite-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, claro, Senador Clésio.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Há quanto tempo está-se construindo Angra, desde a primeira fase de Angra até hoje? Algumas fases atrasaram. Quanto tempo demorou? Essa é a questão, quer dizer, é a questão da capacidade do nosso Governo. Questiono isso. No momento em que temos outros tipos de energia que podem ser mais bem exploradas, com mais eficiência, vamos caminhar na direção... O Governo tem dificuldade gerencial, dificuldade financeira, tem uma dificuldade de tocar as obras, e a parte de estrada está mostrando isso.

Nesse contexto, acho que vocês, que são especialistas, deveriam trabalhar projetos para que pudéssemos, num cenário de 100 anos, trabalhar com essas energias, que são as energias mais fáceis e abundantes no País. É mais essa questão. Não questiono a necessidade ou não de existir essa energia no futuro; eu questiono a nossa capacidade, neste momento, com o que deveríamos queimar mais nossa pestana, a nossa cabeça mais com o quê? É mais esse conceito, tentando avançar um pouco na questão estrutural de Governo.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Angra 3 não está sendo construída com um centavo do Orçamento direto. Como qualquer empreendimento, a gente vende a energia que vai ser produzida, aquilo é um recebível e se levanta dinheiro com isso. É um

empreendimento como qualquer outro. Tem princípio, meio e fim e tem que dar lucro, de modo que não existe essa preocupação... Ou sena, está dentro do contexto de um empreendimento empresarial normal.

E, Senador, permita-me não participar do pessimismo que o senhor infere. Se sentíssemos que não somos capazes de fazer obra grande, nós nos consideraríamos uma sociedade de segunda classe. Eu não consigo compartilhar desse pessimismo que o senhor infere nessa sua citação.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, aproveitando... Permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Aproveitando o *speech* do Dr. Othon, eu queria fazer uma pergunta que o Dr. Whitaker levantou e fiquei realmente curioso.

Com essa decisão da Alemanha, de temporariamente achar que vai sair da energia nuclear, isso afetou? Já que eu sei que a nossa usina é Siemens, é alemã, como ficou seu fornecimento de tecnologia e equipamentos? Continua com os alemães? Está migrando para os franceses? O que deu disso aí? Qual a consequência da decisão alemã?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Não afetou muito. Eu pediria para fazer só uma voltinha; é que eu comecei... A diferença entre Adenauer e a Mrs. Merkel, é que o Adenauer não tinha o suprimento de energia da Rússia, da União Soviética. Então, até contrariando um pouco as forças políticas da época, ele achou que era importante para a Alemanha ter energia nuclear. A Madame Merkel está surfando na onda, achou que no primeiro momento era melhor seguir o instinto.

Mas as consequências vão ser, primeiro, uma dependência de energia externa, tanto da parte de combustíveis fósseis da União Soviética, como da energia elétrica da vizinha França, que produz energia nuclear.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone*.) – Não só quanto à Alemanha, mas em relação à nossa Angra e em relação ao fornecedor.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Quanto ao fornecedor, o principal elemento que faltava na época era instrumentação e controle, que é a Areva. Na verdade é européia; não é francesa. É a mesma instrumentação que está sendo utilizada em Olkiluoto, na Finlândia, a mesma instrumentação e controle de Flamanville; quer dizer, é automatizada e bastante moderna.

Então, não fomos muito sacrificados, porque estamos usando a instrumentação que a Europa está usando.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone*.) – Estamos saindo da Siemens, alemã, e indo para a Areva, europeia.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Não é bem saindo, porque a parte do secundário, na instrumentação clássica, a Siemens fornece para Flamanville, fornece para Olkiluoto e fornece para a gente também. O que ela não fornece é a instrumentação nuclear de segurança. Isso os franceses é que fazem. Então, não nos afetou.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Duas coisas muito rápidas. Uma é essa que o Senador Lobão levantou agora. Acho que é uma preocupação para a gente ter, apesar de a Siemens ter mantido o que eles chamam de sua divisão de energia sem abalos, independentemente da própria questão da decisão do Governo alemão. Portanto, até porque ela também tem coisas no mundo. Mas é de certa forma preocupante, porque há uma migração. A chamada Siemens Energia hoje não é tão prioritária quanto Healthcare, meu caro Edison. Há uma diminuição consubstancial. São duas áreas que terminaram discutindo, tanto o governo quanto a empresa, no sentido de reduzir sua capacidade de atendimento – a área de telecom e a área energia – até porque eles têm priorizado lá, do ponto de vista da sua visão de negócios, a área de *healthcare*, imagem, enfim...

Agora, há outra questão que acho que é importante... Aí peguei um pouco da fala, estava comentando com o Senador Flexa. Minha maior preocupação com energia nuclear não é o domínio da tecnologia; é a nossa incapacidade, ou melhor – até para aliviar aqui na classificação disso – é a falta de cultura de defesa civil nossa, Presidente Collor. Nós não temos uma cultura de defesa civil. E aí o senhor fez um comparação com Fukushima. Por isso, fiz uma brincadeira de que, quando o reator dos outros arde, o nosso deveria ir para o molho.

Na realidade, não temos e aprovamos nesta Legislatura principalmente essas questões de centro de emergência e centro de monitoramento. A nossa cultura de defesa civil. Por exemplo, com uma popu-

lação em volta. Quando houve o evento, e o senhor inclusive esteve aqui debatendo, coincidentemente, houve em Angra uma chuva muito forte, e Angra ficou ilhada. Não se entrava em Angra, e nem quem estava lá dentro saía, com a chuva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A Rio-Santos ficou interditada.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Então, imaginem um processo um pouquinho mais ajustado. As nossas rotas de fuga, o próprio envolvimento na comunidade local, o uso de ferramentas. O senhor falou: "Acesse aqui, pegue o celular..." Eu não tenho um centro de emergência. Quanto ao Centro de Emergência do Rio de Janeiro – que foi feito exclusivamente para a capital, agora que o Rio de Janeiro está fazendo para o Estado –, aquela região, por exemplo, não é coberta pelo Centro de Emergência. Para alguém se dirigir a um número único, fazer uma chamada, como faço um verdadeiro alerta para todo mundo?

Vou dar um exemplo para o senhor: o acidente de Atocha, ali em Madri. No momento do acidente, o Centro de Emergência de Madri, o 112 europeu disparou para todos os celulares de Madri. Todo mundo recebeu um SMS, dizendo que havia um acidente na Estação Atocha, inclusive com orientações: "Não se vá, desvie rota", enfim. Então, num processo instantâneo de comunicação. "Ah, houve uma invasão de base de dados?" Não, era uma emergência. Dispara-se para as centrais telefônicas, e aí se faz isso no piloto automático.

Então, isso não é uma coisa qualquer! Nós não temos essa cultura, Presidente Collor, de defesa civil. Nós não temos nem nas 12 sedes da Copa do Mundo, ainda, os centros de emergência funcionando. Por exemplo, no caso de Salvador, nós funcionamos na Copa das Confederações num improviso. Hoje ou amanhã, a Bahia está lançando já o equipamento para a Copa de 2014, o prédio não está pronto.

Essa é a preocupação, Dr. Othon, que a gente levanta. O senhor fala de investimento de R$300 milhões... Essa é uma área delicada. Eu acho que é até mais preocupante, Lobão, do que o aspecto inclusive de equipamento, porque equipamento há gente que domina, mas como eu faço esse plano de manejo? Essa é, Presidente Collor, a preocupação central.

Olhem que, com todo respeito do pessoal do setor elétrico, tivemos aquela história da queimada no Piauí, que superaqueceu e derrubou... – o que eu continuo contestando. Se fosse assim, já imaginaram? Com todas aquelas queimadas nos canaviais ali de Alagoas, a gente teria queda de energia todo dia, porque todo dia o pessoal queima ali, todo dia há queimada da cana do canavial. Iria cair a energia todo dia.

Esse sistema de proteção, o sistema de defesa, o sistema inclusive de emergência e a capacidade de envolvimento da comunidade local no sentido inclusive de como ela se proteger, como ela sair, como ela se envolver, como ela fugir... Porque esse plano de... O senhor falou de 140 mil pessoas.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Em Fukushima.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Isso, já imaginou? Eu fico imaginando 140 mil pessoas para planejarmos uma rota de fuga. E aí eu vou fazer igual à história do Ministro da China. Quando eu fui conversar com ele, fiz-lhe uma provocação em uma reunião que tive lá. Eu disse: Rapaz, você bota os chineses para trabalhar de domingo a domingo! E aí ele virou para mim e disse assim: "Arranja uma praia no Brasil para eu botar um bilhão de chineses no final de semana". (*Risos*.) Então, me arranja um plano de fuga para eu tentar botar 140 mil pessoas.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Mas, Senador, talvez pela peculiaridade do assunto, paradoxalmente, para a área nuclear, temos um plano. Quem coordena isso é o Gabinete de Segurança Institucional, e todo ano é feito um treinamento. Talvez seja a única coisa aqui no Brasil em que há um treinamento para uma emergência.

Existe a participação das Forças Armadas, existe todo um sistema. Há cerca de dois meses, nós tivemos um treinamento. Foi até engraçado, porque eu havia feito uma tomografia com contraste, passei perto do pórtico da Marinha e acusou que eu estava contaminado. Realmente, estava, eu havia feito a tomografia.

Talvez, pelo desafio e pela peculiaridade, nós temos um plano. O que houve, neste ano, foi uma modificação do plano para adotar aquilo que deu certo em Fukushima. Foram construídas trilhas. Pode ser que não tenha, deveria ter, mas, no que diz respeito à parte nuclear, talvez, pela peculiaridade, pelo medo que aquilo provoca, a gente tem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletrobras Termonuclear, pela sua participação.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Francisco Whitaker Ferreira, Diretor Executivo da FG Whitaker.

O SR. FRANCISCO WHITAKER FERREIRA – Quanto às questões levantadas, praticamente, eu não teria nenhuma coisa específica para responder, mas pegaria o conjunto de questões levantadas.

Em primeiro lugar, acho que esta audiência foi muito interessante, muito importante. Eu, que não

frequento aqui o Senado, tomo conhecimento de que, muitas vezes, já houve discussões, aqui no Senado, inclusive com a presença do Dr. Altino, sobre todos esses problemas.

Eu senti um pouco de pena, embora tenha sido excelente a exposição do Dr. Altino, que nós tenhamos tomado tanto tempo para o problema da matriz como um todo e depois, especificamente, para o problema da hidroelétrica. Porque era, que eu soubesse, uma audiência sobre a questão nuclear. Teria sido mais interessante se, realmente, como o Sr. Presidente solicitou, que nós nos tivéssemos concentrado nessa questão e aprofundado, realmente, as questões.

Eu fico muito contente de ver um Senador tão jovem e tão fogosamente defensor do nuclear, pela sua confiança na ciência. Mas eu já estou no outro lado da vida, e, do outro lado da vida, a gente não reage necessariamente com tanta emoção, diante das emoções somente. A gente sempre reage com um pouco mais de calma. Na reação, observamos o que acontece no mundo, não somente o que acontece nessa ou naquela usina, mas o conjunto, o processo de tomada de consciência da problemática nuclear, que não é uma questão somente da energia. É toda a questão da ciência, de tratamento da questão do átomo. Esse é um problema que está começando a preocupar mais o mundo todo. Já houve preocupações, já disse aqui em várias ocasiões, com as várias etapas – bomba, teste; agora está preocupando a nuclear.

Eu me pergunto, por exemplo, por que, afinal de contas, na Europa, se falam frases, se publicam matérias em revistas de tanto peso, como a *The Economist*, que põe este título: "O sonho que Falhou." Quer dizer, há algo por aí. Temos que verificar. Se eles dizem que é um sonho que falhou... Porque eles começam a matéria dizendo: "Quando surgiu essa questão, dissemos: pronto, o problema está resolvido." E agora estão dizendo que não está resolvido; pelo contrário, está criando problemas.

Nós dissemos, no início, que é um assunto que tem meias verdades e meias mentiras. Eu me referi a meias verdades, a meias mentiras. De onde vêm as mentiras? Não é a população que fala do assunto. Ela não tem que inventar mentiras. Ela ouve. Ouve o quê? Meias verdades e meias mentiras.

Então, eu aconselho o senhor, por exemplo, a ler um livro de uma ex-ministra do meio ambiente da França, Corinne Lepage, que escreveu um livro muito significativo, chamado *A Verdade sobre o Nuclear*. Ela conta a quantidade de coisas que foram ditas que não eram verdadeiras e que levaram e levam os franceses a prosseguir na sua política. Ela denuncia. É uma ex-ministra, não fala assim gratuitamente. Ela fala com dados e inclusive prova todas as coisas que ela fala.

O plano de fuga, que o senhor colocou, o plano de emergência, nós todos sabemos da precariedade disso. Obviamente, Senador, se formos analisar as declarações, os folhetos, tudo que é dito, o celular, chama a namorada e diz "olha que bonito, eu sei o que fazer", é tudo muito relativo, haja vista a chuva. Sabemos que aquela região é tendente a deslizamentos de terra. O local é um erro. Quem escolheu esse local? Foi numa época do Brasil em que nós não opinávamos nada. Foram os militares que escolheram. Quem eles consultaram para colocar nessa praia da terra podre? Por que colocar ali? Quer dizer, é um problema objetivo isso que acontece.

Quanto a esse negócio de rota de fuga, falamos de 140 mil pessoas, mas em Angra há 170 mil pessoas, mais do que há em Fukushima.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – São 40 mil pessoas.

O SR. FRANCISCO WHITAKER FERREIRA – A cidade de Angra? A cidade de Angra está a 15km. Há 40 mil pessoas a 5km. É quase um acinte fazer uma área de evacuação de 5km, quando lá em Fukushima é de 30km. O governo americano pediu aos seus funcionários, que estavam a 90km de Fukushima, que saíssem que saíssem de lá. Ou seja, a coisa não é assim tão simples.

Vemos dados e informações que nos chegam, problemas, por exemplo, sobre a defesa civil – não sei qual Senador falou da questão da defesa civil, quer dizer, não tem a cultura...

É quase anedótico o que acontece lá com o negócio. Houve um acidente; quer dizer, não foi um acidente, mas um raio derrubou um alarme, e foi uma confusão generalizada. É muito séria a questão.

Eu me pergunto se as perguntas que fizeram os bancos europeus, para depois empurrar com a barriga a concessão de financiamento e não dar nunca, não se referiam também ao plano de fuga. Porque não há consistência, em Angra, fazer um plano de fuga de 5km. Temos documentos, filmes feitos. O pessoal filma, entrevista, pergunta à defesa civil o que se deve fazer no caso de acidente. E não é só a população que está despreparada. A defesa civil não está assim tão preparada. Não está. Então, nós estamos aí com um risco sobre nossas cabeças.

Adianta ir muito longe? Eu diria que o Senado deveria exigir muita resposta do Poder Executivo, da Eletronuclear. Se o raciocínio da Eletronuclear é o raciocínio de uma empresa que tem de dar lucro, nós estamos perdidos! Esse é o tipo de assunto que não pode ser pensado em termos de lucro. É uma neces-

sidade social, é uma necessidade da sociedade. Isso tem de ser pensado em termos de necessidade. Tem que ser deficitário, se a segurança exigir que seja deficitário, e virão recursos de outras fontes. Ou seja, mudar um pouco o paradigma.

Se pensar em lucro, é o que aconteceu em Fukushima. Por que fizeram um muro de contenção menor do que deveriam ter feito? Obviamente, um muro de contenção maior seria muito caro. Por que decidiram? Porque é uma empresa chamada TEPCO, cuja capacidade técnica de retirar o combustível usado do reator que explodiu, aliás, está sendo posta em questão no mundo todo. Ou seja, estão alertando para esse problema. Há matérias e matérias no mundo dizendo: e se o pior estivesse ainda por vir em Fukushima? Porque se teme. Houve uma petição mundial para as Nações Unidas mandarem uma equipe internacional acompanhar a operação de retirada das varetas de combustível usados, da piscina de Fukushima, porque está um perigo lá.

Detalhe: no Japão, não são somente 80% da população que estão contra o nuclear; é o ambiente geral japonês que está se deteriorando. Ou seja, uma usina está tendo o poder de criar, no Japão, uma atitude de desconfiança e de mal-estar generalizado, pois já não se sabe mais nada.

Não sei se os senhores sabem, mas um professor de uma universidade do Japão mandou uma carta agora, para o mundo todo, aos atletas que querem ir aos Jogos Olímpicos de 2020, dizendo o seguinte – vejam bem: "Vocês vêm para cá? E ele mil tem dados na matéria que ele mandou, dados do que está acontecendo em Tóquio, e ele diz que o Primeiro-Ministro do Japão, Abe, quando foi ao comitê olímpico para dizer que não havia riscos de radioatividade em 2020 – ele fala literalmente –, ele mentiu, ou seja, não está provado que não há riscos. E ele diz aos jovens atletas – termina a sua carta – que continuem firmes na sua vontade de participar, mas que vejam bem se é o caso, realmente, de ir para o Japão e passar os riscos que ele aponta – um, dois, três, quatro, cinco – de problema de contaminação lá. Ou seja, os Jogos Olímpicos do Japão estão sob ameaça enorme. Por quê? Por causa de problema de informação.

Eu acho que o problema da desinformação da população e da desinformação objetiva nossa, que não somos técnicos do assunto, sobre realmente o que está acontecendo, é um drama. E esse drama, por mais que o jovem Senador esteja tão vigorosamente defendendo a energia nuclear, nós estamos mexendo com uma coisa que é extremamente perigosa. Não a usina, mas toda a tecnologia de manipulação do átomo, com todas as suas consequências. É uma aventura em que o mundo entrou, no começo do século passado, e que prosseguiu, em várias etapas, mas que, talvez, comece a ser questionada.

Como utilizar o átomo? O próprio Eisenhower lançou o programa Átomos para a Paz porque ele viu que, na parte da guerra, o negócio iria ser muito complicado. Então, vamos sair. Do programa Átomos para a Paz, saíram muitas aplicações medicinais com problemas. Os senhores que estão aqui no Congresso sabem que houve, há quatro, cinco anos, um grupo parlamentar na Câmara para estudar o problema das fontes radioativas de vários usos. O relatório, que está publicado, é estarrecedor. Fala dos riscos que nós, sem saber, estamos correndo com acidentes tipo Goiânia, ao se reproduzirem, como já se reproduziram em outros lugares do mundo. São acidentes objetivos.

O nuclear é um tema muito perigoso. Então, temos que ver com atenção. E o detalhe: esse relatório conta uma coisa que me deixa impressionado. Tempos atrás, os para-raios usavam um determinado elemento radioativo para lhes dar maior potência. Lá pelas tantas, dados os riscos disso, foram proibidos. Para-raios não podem mais ter esse elemento radioativo. Sobraram para-raios no Brasil que não estão localizados, estão jogados por aí Brasil afora. Que número? Calcula-se que 40 mil para-raios existam pelo Brasil afora, passíveis de contaminar crianças, contaminar quem seja, quem puser o dedo, porque só de pôr o dedo naquele material já se contamina.

Temos, no Brasil, riscos grandes. Eu acho que temos de tomar muito cuidado, em vez de entrar com tanto vigor na defesa de uma coisa que é muito perigosa.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Gostaria de agradecer, mais uma vez, a...

Pela ordem, S. Exª o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Bastantes interessantes as colocações do Prof. Whitaker. Mas eu queria registrar aqui que a minha preocupação é no cerceamento da discussão, no impedimento de colocarmos a usina nuclear como alternativa, e impedimento de colocarmos pelos técnicos, não por nós, através de uma decisão política, de uma emenda, de um projeto de lei, nós dizermos aos brasileiros que essa não é mais uma alternativa.

Então, a minha preocupação não é na defesa da energia eletronuclear; é no impedimento de que ela possa se discutida, de que, depois de muito estudo, muita análise, se chegue à conclusão de que a energia nuclear é uma alternativa viável e que, por força de um projeto de lei, ela não o seja.

Eu continuo na minha firme convicção de que esta Casa não pode impedir essa discussão, não pode impedir estudos, não pode impedir que o Dr. Whitaker discuta com o Dr. Othon e que, possivelmente, se chegue à conclusão de que a energia nuclear é viável; dentro dos parâmetros de segurança tais e tais, ela é viável economicamente para o País, para os brasileiros, para diminuir a tarifa, para aumentar a segurança energética, para que a gente não precise de linha de transmissão, porque ela é construída perto do centro de consumidores de energia.

E, se eu puder sugerir, Sr. Presidente – o Dr. Whitaker colocou coisas importantes do ponto de vista de segurança –, eu acho que nós deveríamos, para encerrar esta audiência pública, permitir alguns poucos minutos para que o Dr. Othon pudesse esclarecer – porque até eu fiquei em dúvida – essa questão de amplitude do raio de ação, que precisa haver a preocupação de defesa civil; essa questão de se vocês estão preparados para ocorrência de um acidente nuclear; se não estão... Do contrário, fica a última impressão, que é de completa ineficiência por parte da empresa Eletronuclear. E até eu agora estou em dúvida; quero ouvir o Dr. Othon para finalizar, mesmo que seja por poucos minutos, para que a gente possa fazer uma análise final sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão Filho. Vamos atender a solicitação de V. Exª e pedir ao Dr. Othon que, em dois minutos, faça a complementação das respostas que ofereceu em relação à questão da evacuação na área de Angra dos Reis.

Devo informar que recebo um recado, um bilhete manuscrito do Senador Cristovam Buarque, dizendo: "Precisei ir ao lado, à Comissão de Educação; sou o único presente em uma audiência que eu próprio convoquei. Assim que terminar, voltarei para aí." Leio esse bilhete enviado por S. Exª o Senador Cristovam Buarque, porque ele é um dos interessados no tema e, inclusive, iniciou esta audiência pública fazendo as diversas indagações.

E pediu-me ele também para informar que, quando ele sugere a moratória dos 30 anos, em nenhum momento ele sugere – aqui ele disse – que todo ciclo nuclear seja suspenso, tudo que diga respeito à evolução do ciclo nuclear seja suspenso. Não. Ele defende que, nesses 30 anos, pesquisas sejam realizadas para tentar aprimorar o processo de como lidar com o átomo, mas sugere que, nesses 30 anos, não se instale nenhuma usina termonuclear enquanto não houver a certeza de que há segurança para a população e para o meio ambiente.

A pedido de S. Exª o Senador Edison Lobão Filho, passo a palavra ao Presidente da Eletrobras Termonuclear, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Foi muito citada nesta sala hoje *The Economist*. Acredito que os ingleses leiam *The Economist*, e a Inglaterra está expandindo o seu número de centrais. Na verdade, foi negado financiamento para nós. Apenas, naquele momento, não era conveniente pegar mais recursos em moeda forte. Foi a decisão do Ministério do Planejamento.

Com relação à evacuação, se uma coisa Fukushima provou, é que, nos reatores que são resfriados a água, aquilo que se previa teoricamente ocorreu. Aquilo foi um grande experimento que a humanidade teve – horrível experimento, mas foi um experimento. A gente tem que apresentar como experimento e aprender as lições. E a coisa básica é que os *debris* estavam dentro da área prevista.

A área prevista é de 15km. Os japoneses, como eram quatro centrais, numa decisão de momento, adotaram 20km. E foi bastante seguro. Eu estive lá nesse raio de 20km, almocei tranquilamente lá. Quer dizer, então não existe nada... Eu não estou contaminado. Então, esse raio de 20km é real.

E, em Angra, nós não temos que evacuar toda cidade de Angra. São 15km em volta. E nós construímos essas trilhas, esses treinamentos anuais são muito importantes.

E é o que eu disse: talvez pela peculiaridade nuclear, o Gabinete de Segurança Institucional prevê que, a cada ano, seja feito um treinamento. Um treinamento mais intenso, com mobilização, e outro treinamento com partes. E é muito importante que haja. Eu não me lembro de outra coisa aqui no País que seja treinada dessa forma.

O importante é que a gente nunca acha que está suficientemente seguro; manter a humildade, e isso nós mantemos na empresa. Sempre nos questionamos. No momento em que há soberba, achamos que está tudo certo, não está certo. No plano, sempre fazemos isso e em tudo nós fazemos isso. Existe uma participação... É a única coisa... qualquer funcionário, a qualquer momento, pode pôr numa caixa de correio ou na internet; qualquer questionamento de segurança pode ser feito por qualquer um. E é muito importante saber que a família deles mora em volta da usina. Isso nos dá uma certa segurança. Como cada um mora com a família... Por exemplo, ele trabalha na plataforma, mas a família fica em terra. Lá, não, a família está ao lado. E todos eles têm a qualquer momento... Nós temos uma auditoria sobre esse ponto de segurança, qualquer tipo de acidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Sª, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva.

Antes de encerramos a presente reunião, gostaria de agradecer em nome de todos os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, aos internautas que participaram ativamente dos debates da manhã de hoje e de agradecer de forma muito especial aos nossos convidados: Dr. Altino Ventura Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia; ao Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletrobras Termonuclear; e ao Dr. Francisco Whitaker Ferreira, Diretor-Executivo da FG Whitaker

Muito obrigado a V. Sªs pela participação nesta nossa audiência pública, que se repetirá quando da terceira e última deste ciclo de audiências públicas. O nome é um pouco fora do comum, mas é a denominação que encontraram para melhor definir. São as audiências transversais, que são os diversos temas relacionados à infraestrutura, inter-relacionados. Daí chegarmos a conclusões sobre os gargalos da nossa infraestrutura e também temas como este, que não fazem parte do ciclo de audiências públicas. A audiência pública de hoje não faz parte daquele ciclo "Desatando o Nó Logístico do País".

Mas é um assunto que merece muita atenção de toda a sociedade brasileira, de todos nós, Senadores e Deputados Federais, Congressistas, enfim, para estarmos atentos à legislação vigente, que trata da questão do átomo no País.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada imediatamente após o encerramento desta com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião e convocada em um minuto a próxima reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)

ATA DA 63ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 62ª REUNIÃO, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Ruben Figueiró e Osvaldo Sobrinho.** Registram presença como não-membros os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy** e **Cristovam Buarque**. Justifica a ausência o Senador **Humberto Costa.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 59ª, 60ª, 61ª e 62ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente procede à leitura dos comunicados da presidência da Comissão. O Senador **Vital do Rego** solicita a inclusão, como item extrapauta, da Mensagem (SF) nº 99/2013, de autoria da Presidenta da República. A solicitação é aprovada pelo Plenário da Comissão. **Item Extrapauta – MENSAGEM (SF) Nº 99, de 2013**, de autoria da **Presidenta da República**, que *"submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor JOÃO BATISTA DE REZENDE para ser reconduzido ao cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL".* Relatoria: Senador **Vital do Rêgo**. Resultado: lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI). **Item 1 – MENSAGEM Nº 100, de 2013,** de autoria da Presidenta da República, que "s*ubmete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor IGOR VILAS BOAS DE FREITAS para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL na vaga da Senhora Emilia Maria Silva Ribeiro*" Relatoria: Senador **Flexa Ribeiro**. Resultado: lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI). Faz uso da palavra o Senador **Lobão Filho**. **Item 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 55, de 2013**, de autoria do Senador **Ruben Figueiró**, que diz *"Por certo, um dos gargalos que impedem o desenvolvimento da economia nacional, está justamente na ausência de uma racional logística do sistema de transporte, no sentido de implantação de vias fluviais e terrestres, assunto tão focalizado por esta comissão. Por este instrumento regimental, estamentado no art. 58, § 2º da Constituição Federal, requeiro seja realizada no âmbito desta comissão, com convite para a Comissão de Relações Exteriores – CRE, Audiência*

Pública para debater a viabilidade da implantação definitiva da chamada Rota Bi-Oceânica, que interligaria o oceano Atlântico ao Pacífico, com a cooperação estratégica dos governos do República do Paraguai, da Argentina e do Chile. De inicio, me permito sugerir as pessoas do Governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, do ex-governador do Estado Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, do Prefeito de Porto Murtinho-MS, Dr. Heitor Miranda dos Santos que, pelo trato que tem no estudo da Bi-Oceânica, muito contribuíram para o esclarecimento do assunto para esta Comissão. Também, seria importante convite a representações do Ministério dos Transportes e Ministério das Relações Exteriores, que marcariam a posição do Governo em relação ao tema". Resultado: aprovado. **Item 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 56, de 2013**, de autoria do Senador **Ruben Figueiró**, que *"Os episódios – lamentáveis diga-se – decorrentes de uma irracional política de transporte em nosso País, de origens conhecidas e muito debatidas nesta Comissão, tem causado enormes prejuízos à economia do agronegócio, principalmente no Centro-Oeste Brasileiro, região hoje indiscutivelmente o celeiro de grãos que, de modo absoluto, tem sustentado positivo o PIB nacional. Para tentar esclarecer as dificuldades do escoamento de grãos ou seu aproveitamento "in loco", talvez fosse viável a implantação de usinas de aproveitamento energético no caso do milho (o produto mais prejudicado da atual safra) na sua transformação em etanol. Para debater a questão no âmbito desta Comissão, requeiro com fulcro no art. 58 § 2º da Constituição Federal, a realização de realização de Audiência Pública conjunta das Comissões de Serviço de Infraestrutura (CI), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com as presenças de representantes do Ministério da Agricultura, Minas e Energia e das Confederações Nacional da Agricultura e da Indústria".* Resultado: aprovado. Faz uso da palavra o Senador **Lobão Filho**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e trinta e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 63ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 59ª, 60ª, 61ª e 62ª reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, agradecendo a compreensão de V. Exª e a dos demais pares, Senadores presentes, peço a inclusão extrapauta e a imediata leitura, haja vista a necessidade da nossa presença na condução da Comissão Constituição e Justiça, que nesta hora tem a sua reunião ordinária deliberativa. Mas eu tive a honra, por designação de V. Exª, e já de antemão agradeço tamanha generosidade, de poder relatar a indicação do Sr. João Batista de Rezende para a recondução ao cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

E, tendo em vista essa honrosa designação, eu peço a inclusão extrapauta e a leitura do relatório para as providências necessárias que esta Comissão haverá de tomar para a sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Vital do Rego.

Antes de apreciarmos a solicitação feita por S. Exª o Senador Vital do Rêgo, de inversão da pauta para o dia de hoje, eu gostaria de informar aos integrantes desta Comissão o porquê da inclusão do item extraordinário:

Com base nos atos e procedimentos desta Comissão de Serviços de Infraestrutura e considerando que o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que é Integrado por cinco senhores conselheiros, encontra-se desfalcado de 40% de sua composição (2 diretores), aliado ao volume de processos a serem relatados e o reduzido número de possíveis relatores (2 possíveis, uma vez que o Presidente não relata processos referentes ao tema telecomunicações), consulto as Srªs e os Srs. Senadores quanto à possibilidade de incluirmos na pauta de hoje a leitura do relatório oferecido à Mensagem nº 99, de 2013, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. João Batista de Rezende para ser reconduzido ao cargo de membro do Conselho Diretor

da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da lavra de S. Exª o Senador Vital do Rêgo.

S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a inclusão, estejam de acordo com a inclusão do item extraordinário na pauta do dia de hoje, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada a inclusão do item extraordinário a que acabo de me referir na pauta da reunião do dia de hoje.

Coloco agora à deliberação de S. Exªs a solicitação feita por S. Exª o Senador Vital do Rego, de inverter a pauta e colocar esse item que trata da indicação do Dr. João Batista de Rezende, para ser reconduzido ao Conselho Diretor da Anatel, para ser o primeiro item da pauta.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam, que estejam de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Passo a palavra, portanto, ao Relator da indicação do Dr. João Batista de Rezende, S. Exª o Senador Vital do Rêgo, para proferir o seu relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Agradeço, Sr. Presidente, agradeço aos nossos pares pela compreensão da inclusão extra-pauta e da inversão de pauta. Tenho a honra, como já pude afirmar, de apreciar na condição de relator a indicação do Sr. João Batista de Rezende para recondução ao cargo na Agência Nacional de Telecomunicações, na condição de seu diretor.

A instrução do processo foi toda dentro dos limites da constitucionalidade, da regimentalidade. O Sr. João Batista de Rezende é cidadão brasileiro, graduado em Economia pela Universidade Estadual de Londrina; pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) é mestre, tendo obtido grau em 1994. Foi premiado por diversas instituições com prêmios de mérito na área de Economia. Iniciou sua vida profissional como economista do Sindicato dos Bancários de Londrina, exerceu a função de economista no Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), foi Diretor Diretor Financeiro da Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-Londrina), ocupando o cargo de Secretário de Fazenda, também do Município de Londrina. Foi assessor parlamentar da Câmara dos Deputados, diretor de consultorias, sócio, e exerceu o cargo de Diretor Financeiro da Fundação Paulista de Educação em Tecnologia. Também presidiu a Companhia de Desenvolvimento de Londrina, companhias de *call center*. Foi chefe de gabinete do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, quando assumiu o cargo de Diretor da Anatel, para a qual está sendo indicada a sua recondução à presidência no período de 2011 a 2013.

A análise do *curriculum* enviado a esta relatoria evidencia formação acadêmica e histórico profissional brilhante do indicado para continuar presidindo aquela agência.

Constam todas as certidões cumpridas, Sr. Presidente.

Esse é o nosso voto, esperando que, na sabatina promovida por V. Exª, o Sr. João Batista possa ser merecedor do apoio de todos à sua recondução.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Vital do Rêgo pela apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, redação dada pelo Ato nº 04, de 2013.

Item seguinte da pauta:

ITEM 1
MENSAGEM (SF)
Nº 100, de 2013
- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor IGOR VILAS BOAS DE FREITAS para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL na vaga da Senhora Emilia Maria Silva Ribeiro.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observação: Leitura do relatório conforme o art. 2º, inciso II, do Ato nº 01, de 2009, desta Comissão. Redação dada pelo Ato nº 04, de 2013.

Será concedida automaticamente vista coletiva após a apresentação e discussão do relatório, nos termos do art. º 01, de 2009, de 2009, desta Comissão de Infraestrutura, novamente redação dada pelo Ato nº 04, de 2013-CI.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro para apresentação de seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, primeiro quero agradecer a V. Exª por ter feito a indicação de meu nome para ter a honra de relatar a indicação do Sr. Igor Vilas Boas de Freitas, do Quadro de Consultoria do Senado Federal, para a vaga da Anatel.

Srs. Senadores, por meio da Mensagem nº 100, de 2013, a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Igor Vilas Boas de Freitas para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Instituída pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT), como autarquia especial, a Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações, integra a administração federal indireta. O regime autárquico especial conferido à agência caracteriza-se pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, autonomia financeira, estabilidade e mandato fixo de seus dirigentes. Nos termos dos arts. 20 e 23 de sua lei de criação, o Conselho Diretor da Anatel será composto por cinco conselheiros, todos brasileiros, de reputação ilibada, com formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos. Sua nomeação, ademais, será precedida de aprovação pelo Senado Federal.

Igor Vilas Boas de Freitas é cidadão brasileiro: nasceu na cidade de Brasília, em 3 de julho de 1972. Graduou-se em Engenharia Elétrica, pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em 1994. Especializou-se em Administração de Negócios em Telecomunicações, pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 2001, e em Direito Legislativo, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, em cooperação com a Universidade do Legislativo Brasileiro, em 2005. É mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), em 2013.

Na vida profissional, exerceu, no setor privado, os seguintes cargos: Engenheiro Projetista da Equitel Sistemas de Telecomunicações, subsidiária integral no Brasil da empresa Siemens, de 1995 a 1997; Gerente Regional da empresa 3Com Corp., entre 1997 e 2000; Gerente de Desenvolvimento de Negócios das empresas Nortel Networks e Damovo, de 2000 a 2002; e Analista de *Marketing* da Brasil Telecom, de 2003 a março de 2004.

No setor público, ocupa, desde abril de 2004, o cargo do Consultor Legislativo do Senado Federal para as áreas de Comunicações e Informática. Entre agosto de 2005 e setembro de 2008, foi cedido ao Ministério das Comunicações, onde exerceu o cargo de Diretor de Indústria, Ciência e Tecnologia. Entre outubro de 2008 e março de 2009, foi cedido à Anatel, para exercer o cargo de assessor de seu Conselho Diretor. No período entre 2007 e 2008, foi representante do Poder Executivo no Conselho Consultivo da referida agência.

Na academia, foi professor voluntário da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, entre 2004 e 2005, e membro de banca de defesa de monografia, no Curso de Especialização em Regulação em Telecomunicações, oferecido por aquela instituição. Publicou uma série de artigos relativos ao setor de telecomunicações.

A análise do *curriculum vitae* anexado evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel, para o qual foi escolhido pela Presidente.

Constata-se, ainda, que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas.

O candidato declarou formalmente:

a) não possuir parentes que sejam ou tenham sido empregados em prestadoras de serviços de telecomunicações;

b) possuir dois parentes conhecidos que exercem ou exerceram atividades vinculadas às telecomunicações, especificamente em empresas fornecedoras de equipamentos e sistemas utilizados pelo setor;

c) ter participado como sócio e administrador, entre 2002 e 2003, de empresa de consultoria, cujas atividades foram encerradas antes de seu ingresso no serviço público;

d) ser quotista e exercer, eventualmente, atividade docente em instituto que atua nas áreas de treinamento e assistência pericial em métodos quantitativos, informação que consta em sua declaração anual do Imposto de Renda;

e) que se encontra em situação regular perante o fisco federal, estadual e municipal;

f) que inexistem ações judiciais nas quais figure na condição de réu ou de autor; e

g) que nunca atuou em conselhos de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras.

Foram anexadas ao processado certidões negativas de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União e de débitos relativos aos tributos e à dívida ativa do Distrito Federal. Anexaram-se ainda certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade e certidão negativa de ações e execuções cíveis e criminais.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Senhor Igor Vilas Boas de Freitas para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª,

Senador Flexa Ribeiro, pela leitura de seu relatório, que coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 2, de 2009, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – ... com a redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão.

Pela ordem, S. Exª Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Não prestei atenção se, no item anterior, de relatoria do Senador Vital do Rêgo, foi também concedida vista coletiva. Se não o foi, eu gostaria de pedir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Sim, foi concedida vista coletiva.

ITEM Nº 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 55, de 2013
- Não terminativo -

Por certo, um dos gargalos que impedem o desenvolvimento da economia nacional está justamente na ausência de uma racional logística do sistema de transporte, no sentido de implantação de vias fluviais e terrestres, assunto tão focalizado por esta Comissão. Por este instrumento regimental, estamentado no art. 58, §2º da Constituição Federal, requeiro seja realizada no âmbito desta Comissão, com convite à Comissão de Relações Exteriores – CRE, Audiência Pública para debater a viabilidade da implantação definitiva da chamada Rota Bi-Oceânica, que interligaria o Oceano Atlântico ao Pacífico, com a cooperação estratégica dos governos do República do Paraguai, da Argentina e do Chile. De inicio, me permito sugerir as pessoas do Governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli; do ex-governador do Estado Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santo; do Prefeito de Porto Murtinho-MS, Dr. Heitor Miranda dos Santos que, pelo trato que tem no estudo da Bi-Oceânica, muito contribuíram para o esclarecimento do assunto para esta Comissão. Também, seria importante convite a representações do Ministério dos Transportes e Ministério das Relações Exteriores, que marcariam a posição do Governo em relação ao tema.

Autoria: S. Exª o Senador Ruben Figueiró

Observações: O requerimento foi lido na reunião do dia 20 de novembro de 2013**.**

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado:

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 56, de 2013

Os episódios – lamentáveis diga-se – decorrentes de uma irracional política de transporte em nosso País, de origens conhecidas e muito debatidas nesta Comissão, tem causado enormes prejuízos à economia do agronegócio, principalmente no Centro-Oeste Brasileiro, região hoje indiscutivelmente o celeiro de grãos que, de modo absoluto, tem sustentado positivo o PIB nacional. Para tentar esclarecer as dificuldades do escoamento de grãos ou seu aproveitamento "in loco", talvez fosse viável a implantação de usinas de aproveitamento energético no caso do milho (o produto mais prejudicado da atual safra) na sua transformação em etanol. Para debater a questão no âmbito desta Comissão, requeiro, com fulcro no art. 58 § 2º da Constituição Federal, a realização de realização de Audiência Pública conjunta das Comissões de Serviço de Infraestrutura (CI), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com as presenças de representantes do Ministério da Agricultura, Minas e Energia e das Confederações Nacional da Agricultura e da Indústria.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Observação: o requerimento foi lido na nossa reunião do dia 20 de novembro de 2013.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 56, de 2013, desta Comissão.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores e convoco a nossa próxima reunião a ser realizada no dia 4 de dezembro, quarta-feira, às 7h30 da manhã, neste plenário, dando continuidade à Agenda CI 2013/2014 – "Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País".

A audiência terá como tema o painel "Portos – marco regulatório; gargalos operacionais e melhoria da gestão portuária/investimentos".

Contará com a presença dos seguintes convidados: Dr. Pedro Brito, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq; Dr. Silvio dos Santos, Engenheiro do Laboratório de Transportes e Logística LabTrans, da Universidade Federal de Santa Catarina; Dr. Ricardo Lins Portella Nunes, Diretor da Construtora Sultepa S/A, e também da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Antes de encerrarmos a reunião, gostaria de agradecer a presença entre nós do jornalista, Dr. Fernando César Mesquita, ex-Secretário de Comunicação Social do Senado Federal, que nos prestigia hoje com sua presença em nossa reunião.

Está encerrada a presente...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, antes de encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Antes de encerrar, com a palavra S. Exª o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Permite-me uma sugestão? Nós teremos importantes sabatinas na próxima reunião da quarta-feira. Eu pediria a V. Exª que pedisse à estrutura desta Secretaria que entrasse em contato com os Senadores, inclusive porque tem uma da Aneel aqui, a pedido do Ministro, que tem preocupações em relação à posição do ano, final de ano, em relação a quórum. Que nós façamos uma pressão individual para que cada Senador esteja presente, porque será muito importante a reunião da próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – V. Exª será atendido, Senador Edison Lobão. Esta Comissão terá todo o interesse em cumprir rigorosamente a sua pauta, como, aliás, vem fazendo todos os anos. Tudo correrá de acordo com as suas expectativas.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)

ATA DA 64ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 07 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente os Senhores Senador **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Alfredo Nascimento, Humberto Costa, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Ruben Figueiró e Osvaldo Sobrinho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência e requerimento do Senador **Inácio Arruda**. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Pedro Brito**, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq; a Senhora **Priscila Santiago**, Economista da Confederação Nacional do Transporte – CNT; o Senhor **Ricardo Lins Portella Nunes**, Diretor da Construtora Sultepa S/A; e o Senhor **Silvio dos Santos**, Engenheiro do Laboratório de Transportes e Logística LabTrans. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **José Pimentel, Osvaldo Sobrinho, Sérgio Souza** e **Valdir Raupp.** Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 64ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Leitura de documentos.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 57, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, sendo convidado o Ministro das Cidades, Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, para apresentação dos projetos de infraestrutura urbana desenvolvidos pelo referido Ministério referentes às obras para a realização da Copa do Mundo de 2014. (Senador Inácio Arruda.)

Autoria: Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano (CISPID).

Comunicados.

O primeiro deles trata do relato da audiência pública sobre a suspensão da construção de usinas nucleares, realizada no último dia 27 de novembro, quarta-feira.

Peço à Secretaria desta Comissão que dê como lido o documento para constar dos Anais da Comissão.

Segundo comunicado: Panorama Econômico Internacional – Organização Mundial do Comércio, Reunião de Bali.

Realiza-se, no período de 3 a 6 de dezembro, em Bali, na Indonésia, reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), com a participação de 159 países. Trata-se de encontro que definirá a própria continuidade da Rodada Doha de negociações comerciais.

A Rodada Doha, lançada em 2001, encontra-se em um enorme impasse, e, se não for destravada em Bali, representará grande fracasso da liberalização comercial e mesmo uma obsolescência da Organização Mundial do Comércio. A OMC corre o risco de deixar de ser foro de negociações e passar a ser apenas um "tribunal" de disputas comerciais específicas. A reunião de Bali deve ser a última oportunidade para o processo de Doha e não se deve esperar, infelizmente, mais do que um êxito parcial, quando muito.

Em Bali, encontram-se na mesa de negociações três vertentes: a chamada facilitação de comércio, a agricultura e a liberalização comercial para os países mais pobres. A facilitação de comércio compreende medidas de caráter aduaneiro, harmonização de regras alfandegárias e melhoria de infraestrutura. A burocracia e a deficiência de infraestrutura aduaneira representam ônus importantes para o comércio externo – situação de que é exemplo o Brasil.

No caso da agricultura, discute-se a segurança alimentar e o desejo de países em desenvolvimento de estabelecerem estoques subsidiados de alimentos. A formação dessas reservas, segundo a Índia, deveria estar fora das regras da OMC sobre subsídios. Os países desenvolvidos temem que os subsídios afetem o mercado internacional de *commodities* agrícolas. A Índia quer que a concessão seja indefinida, ao passo que os desenvolvidos, como os Estados Unidos, grande produtor agrícola, aceitam um período de graça de três a quatro anos.

Quanto aos países mais pobres, a liberalização comercial diz respeito à possibilidade de exportar sem tarifas ou cotas, e sem se obrigarem a oferecer reciprocidade. Discute-se, ademais, a administração das cotas, no sentido de que cotas não utilizadas possam ser remanejadas para outros países.

A delegação brasileira para Bali é chefiada pelo chanceler, que declarou inaceitável uma solução parcial, ou seja, que deve haver resultados para os três temas. No entanto, não se deve esperar mais do que resultados modestos, pois as negociações prévias em Genebra terminaram em impasse, e apenas fortíssima manifestação de vontade política na reunião ministerial poderá levar à conclusão construtiva.

Apesar de ser positiva a liderança do Itamaraty na delegação brasileira, pelo profissionalismo que empresta às nossas posições, a situação do Brasil, em termos amplos, é bastante frágil. Nosso País deu prioridade às da Rodada Doha, desde 2003, e descurou-se de negociar acordos comerciais, como o fizeram países próximos como o Chile, a Colômbia e o Peru, que hoje têm uma *performance* acima do esperado no contexto das nações latino-americanas. As negociações entre o Mercosul e a União Europeia estão em ritmo lento e prejudicadas por atitude pouco ativa da nossa querida Argentina.

Ademais, têm caminhado as tratativas entre os Estados Unidos e a União Europeia. As exportações agrícolas americanas para a Europa tornar-se-ão mais fáceis, bem como as exportações de manufaturas europeias para os Estados Unidos. Nessas duas situações, as exportações brasileiras serão prejudicadas.

A Parceria Trans-Pacífico liderada pelos Estados Unidos também avança, e conta com a participação do Japão. O governo americano deseja obter autorização do congresso para negociar de forma autônoma esses acordos comerciais, sem o risco de emendas parlamentares posteriores, em processo conhecido como *fast track*. A busca de autorização congressual reflete a importância que o governo dos Estados Unidos dá a esses tratados. O destaque às tratativas referentes à dinâmica área do Pacific Rim faz parte de uma iniciativa

estratégica mais ampla, de contrabalançar o avanço chinês. A China preocupa-se com a nova orientação americana, que deve funcionar como uma espécie de *containment*, a exemplo da política de contenção do período da guerra fria.

Nesse cenário de consolidação de grandes espaços econômicos, o Brasil pagará o preço de ter adotado diretriz equivocada ao se dedicar à Rodada Doha, em detrimento de acordos de comércio. Acresce que está com baixo crescimento, problemas de balança comercial, situação fiscal agravando-se e infraestrutura deficiente. Só a correção das políticas cambiais e fiscais e os investimentos em infraestrutura nos permitirão ultrapassar os tempos difíceis que se avizinham.

Terceiro comunicado. Notícias e panorama da infraestrutura na palavra de especialistas.

Após o exitoso leilão da semana passada para a concessão da BR-163 no Estado de Mato Grosso – uma rodovia de 850km, considerada fundamental para o escoamento da soja produzida no Centro-Oeste –, serão realizados hoje, a partir das 10 horas, os leilões da BR-060, no Distrito Federal, da BR-153, em Goiás, e da BR-262, em Minas Gerais.

No próximo dia 17, está previsto o leilão da BR-163, desta feita no trecho em Mato Grosso do Sul. A rodada de concessões de rodovias este ano encerra-se no dia 27 deste mês de dezembro, com o leilão para a concessão da BR-040, entre Brasília e Juiz de Fora, em Minas Gerais. Trata-se de trecho de 940km, com tarifa teto do pedágio definida pelo Governo em R$8,29 para cada 100km. A rodovia deverá ser concedida dentro do Programa de Investimento em Logística (PIL) do Governo Federal, que já licitou a BR-050, entre Goiás e Minas Gerais, em setembro, e concedeu o trecho da BR-163 em Mato Grosso.

Por outro lado, o Tribunal de Contas da União definiu não antecipar a liberação dos estudos de viabilidade econômica e financeira das concessões de dois trechos de ferrovias – entre Açailândia, no Maranhão, e Barcarena, no Pará, e entre Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, e Campinorte, em Goiás. A aprovação dos estudos pelo TCU é necessária para que o Governo possa publicar o edital de concessão das ferrovias. Com a decisão, os leilões dessas ferrovias deverão ser realizados em 2014. Portanto, mais um atraso, e a nossa infraestrutura pagando um alto preço por isso. O órgão fez uma série de questionamentos ao Governo sobre o modelo escolhido, principalmente em relação à Valec, estatal responsável pela compra e venda de capacidade de carga.

O TCU fará reunião extraordinária no próximo dia 10 para liberar a publicação dos editais dos portos de Santos e do Pará. A decisão do TCU foi anunciada depois que e a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República fez visita àquele Tribunal para verificar o andamento da análise de demandas, não só essas como outras, extremamente importantes para o Governo.

O Tribunal de Contas da União, só em 2014, eles precisarão estudar bastante. Eles se dedicam bastante, atuam de forma muito dedicada. São extremamente dedicados na análise desses processos.

Quarto comunicado. Fórum Brasileiro de Infraestrutura ao Desenvolvimento Nacional.

Pediria uma especial atenção das senhoras e dos senhores integrantes desta Comissão para este comunicado.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores que a Comissão de Serviços de Infraestrutura promoverá, em março de 2014, a primeira edição do Fórum Brasileiro de Infraestrutura ao Desenvolvimento Nacional, de acordo com o seguinte informativo, que passo a ler.

O Fórum Brasileiro de Infraestrutura foi idealizado a partir dos ciclos de audiências públicas realizados por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura no biênio 2009-2010 e no ano de 2013.

Durante esses eventos uma série de temas foram tratados e desenvolvidos por renomados especialistas setoriais, com o objetivo de destacar os principais desafios dos setores, como também de abordá-los a partir de pontos de vista transversais, como as necessidades de recursos humanos e as interações entre as políticas públicas e os gargalos da infraestrutura nacional.

A partir da elaboração dessas reflexões, a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal vem a público anunciar a criação de um fórum de estudos e debates permanentes que, além de agregar os estudos já realizados e mobilizá-los no sentido de sua inserção nas agendas das políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento, objetiva também a criação de um novo espaço de mobilização periódica das principais competências sobre o assunto.

Assim, além de manter atualizados os estudos acerca dos diversos temas e setores envolventes, o fórum pretende reforçar o suporte de qualificação ao planejamento das ações governamentais.

O fórum deverá se realizar anualmente, sempre no início dos trabalhos da Comissão, e se dará sob a forma de dois dias de debates e seminários em torno de temas previamente agendados por um comitê organizador, a ser integrado por especialistas e parlamentares, a partir da própria Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Dessa forma, será possível associar a temática de cada ano às questões mais relacionadas à conjuntura nacional, especialmente no que diz respeito

às prioridades e às questões estruturantes do desenvolvimento do País.

As sessões ocorrerão no próprio ambiente do Senado Federal, com ampla participação de especialistas, dirigentes públicos e privados, e demais interessados. A cada edição do fórum, haverá uma publicação contendo as principais análises, estudos e, especialmente, recomendações e propostas.

Esse será um espaço criado pelo Senado Federal e destinado ao conjunto da sociedade, aos consumidores, aos empresários e usuários, ao Governo e aos especialistas.

A agenda inicial da primeira edição do fórum levará em consideração os debates já realizados neste ano, 2013, bem como os especialistas que dele participaram, direta ou indiretamente. Nesse sentido serão considerados os principais aspectos e gargalos apontados, inclusive de gestão, bem como as recomendações realizadas. Servirão também como material de suporte e subsídios aos especialistas e participantes os dados, as conclusões e as propostas originárias do primeiro ciclo de audiências realizado por esta Comissão no biênio 2009-2010.

Serão considerados como fatores de repercussão desses trabalhos questões que possam contribuir com o trabalho da Comissão de Serviços de Infraestrutura, inclusive relativas às suas tarefas regimentais de análises e perfis de futuros gestores.

Problema crônico do País, os gargalos da infraestrutura colocam em evidência um dos desafios do Governo: aumentar a competitividade e a capacidade de crescimento da economia nacional e do bem-estar dos brasileiros.

Para muitos analistas e empresários, investimento e gestão são as chaves para desatar o nó logístico do País, que inclui estradas sem condições de tráfego, aeroportos saturados, malha de ferrovias e hidrovias insuficiente e portos sem dragagem. Trata-se de tarefa ainda mais urgente em um cenário de moeda nacional valorizada, que aumenta o preço dos produtos brasileiros no exterior e reduz, assim, a competitividade de nossa indústria.

Segundo a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), na comparação com 2009-2010, o País registrou alta no consumo de energia (7,5%), gás natural (13,4%), passageiros em aeroportos (24,4%), estradas pedagiadas (6,1%), cargas em aeroportos (13,5%) e em portos (14,2%).

As carências em infraestrutura impactam o cotidiano dos brasileiros. Apenas 41% de rodovias estão em estado considerado ótimo ou bom, segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT). Isso em um país dependente do modal rodoviário: 60% do transporte de cargas se dá nas estradas, índice que atinge, para efeito de comparação, 26% nos Estados Unidos e apenas 8% na China.

A estatística sobre a má conservação viária alimenta números como os das 397 mortes registradas entre 2007 e 2009, somente nos 315km da BR-381, entre Belo Horizonte e Governador Valadares (MG).

Estudo do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, o Coppead da UFRJ, cita os acidentes de trânsito como o segundo problema de saúde pública do País, atrás apenas da desnutrição. Ou seja, o primeiro problema de saúde pública no País é o da desnutrição e o segundo é o dos acidentes de trânsito que causam mortes no nosso País.

O Brasil deve especial atenção aos aeroportos, outra necessidade urgente diante do aumento da demanda interna e da realização, no País, dos maiores eventos esportivos do planeta: a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016.

Segundo relatório da McKinsey & Company, 13 dos 20 principais aeroportos nacionais apresentam gargalos nos terminais de passageiros, com prejuízo aos usuários. O caso mais crítico é o de São Paulo (aeroportos de Congonhas e Guarulhos), responsável por 25% do tráfego aéreo nacional. Comuns no passado recente do País, cenas de atrasos e filas em terminais continuam se repetindo, notadamente nos períodos de fim de ano.

Para acompanhar o ritmo da demanda (a aviação civil brasileira cresceu 10% ao ano de 2003 a 2008), prevê-se a necessidade de o País aumentar a capacidade atual dos aeroportos em 2,4 vezes (de 130 milhões para 310 milhões de passageiros/ano) até 2030, o que consumiria até R$34 bilhões em investimentos.

Como medida para acelerar esse processo, o Governo abriu a participação privada na construção e operação de terminais, prometendo a criação de sistemas de gestão de desempenho para os atuais aeroportos.

Um caminho para ampliar a participação do capital privado em obras de infraestrutura no País é aprimorar a atuação do Estado em planejamento, com estudos prévios que ajudem a mostrar o potencial dos empreendimentos.

No caso das usinas do Madeira [Jirau e Santo Antônio], em Rondônia, e de Belo Monte, no Pará, por exemplo, foi o setor privado que tomou a iniciativa de fazer esses estudos. As futuras mega-hidrelétricas preveem R$28 bilhões em investimentos até este ano de 2013.

Com uma das contas de luz mais caras do mundo, por fatores como carga tributária e características do modelo adotado no País, o sistema elétrico brasileiro

enfrenta o desafio de expandir a geração e as redes de transmissão e distribuição.

A construção das usinas do Madeira e de Belo Monte mostra também o aumento da dependência dos centros de consumo do eixo Sul-Sudeste da energia da Amazônia, situação que motiva forte resistência dos defensores do meio ambiente.

O atraso brasileiro em relação aos países desenvolvidos aparece ainda, por exemplo, nas condições de escoamento da safra de grãos.

Em 2009, por exemplo, custou R$127 reais a mais, por tonelada, exportar soja de Sorriso (MT) a Xangai, na China, do que de Davenport, nos Estados Unidos. Lá, a soja chega ao porto de Nova Orleans por hidrovia, enquanto no Brasil o percurso até o porto de Santos é feito, como sabemos, por caminhões.

Portanto, a continuidade de um ciclo de crescimento, como o que ocorreu entre 2004 e 2008, precisaria do reforço de instrumentos de política fiscal e monetária de apoio à atividade produtiva, muito mais robustos que os presentemente utilizados no quadro atual da economia brasileira.

Alguns desses elementos estão postos na mesa, uns mais adiantados que outros. Em particular, destaca-se a fronteira de investimentos, representada pela oportunidade do pré-sal na costa marítima brasileira, na qual o Governo vem dando elevada atenção para que a Petrobras leve adiante o maior plano de investimentos que qualquer empresa brasileira jamais fez.

Em outra frente, o Governo Federal vem operando a ampliação de gastos em infraestrutura de transportes (rodoviário, aeroportuário e ferroviário) e de energia (hidrelétricas), de maneira a recuperar déficits do setor e aumentar a competitividade da economia nacional.

Segundo mapeamento do BNDES, para os investimentos a realizarem-se no território nacional até 2014, está planejada pelas empresas brasileiras a inversão do montante de R$1,6 trilhão, sendo que R$602 bilhões destinam-se à indústria (petróleo e gás, mineração, siderurgia, química, automotivo, eletroeletrônica, papel e celulose), outros R$380 bilhões para a infraestrutura (energia elétrica, telecomunicações, saneamento, ferrovias, transporte rodoviário e portos) e, finalmente, R$607 bilhões para edificações.

Eis que o debate recente, em função até mesmo dessas enormes oportunidades para investimentos no País, orienta-se para a discussão das necessidades atuais e futuras de recursos para financiamento do desenvolvimento brasileiro.

É fundamental que esses recursos para financiamento apareçam.

Identificados alguns dos importantes desafios postos ao Brasil, estruturar uma visão prospectiva para a atuação consequente do Governo brasileiro nos próximos anos, é tarefa crucial para esta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

De um lado, busca-se a consolidação democrática com as necessidades de atendimento de demandas sociais crescentes, principalmente para questões ainda não inteiramente resolvidas, como a universalização e a melhoria da qualidade dos sistemas nacionais de educação e saúde, apenas para citar estes dois mais urgentes; e de outro, os recursos necessários para continuar operando a expansão produtiva e a do mercado interno.

A democracia brasileira, nesse atual cenário da vida nacional, exige das políticas de Estado muito mais que o caráter simplesmente representativo, no sentido de uma democracia procedimental fundada em eleições multipartidárias. Ela está mais em favor de uma democracia substantiva, que produza redistribuição econômica e atenda às demandas por mais participação política. Enfim, uma democracia que entregue à população brasileira benefícios reais em prol da garantia de acesso a bens e serviços públicos geradores de maior igualdade econômica e social.

É sobre essa relevante agenda, premente no recente debate sobre políticas públicas, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal resolveu focar, qual seja, as atuais necessidades do desenvolvimento brasileiro e as correspondentes estruturas capazes de lhes prover de financiamento.

A formatação e a programação definitivas desse primeiro Fórum Brasileiro de Infraestrutura ao Desenvolvimento Nacional, bem como a relação bem como a relação completa dos especialistas participantes, serão divulgadas no início dos trabalhos da Comissão, em fevereiro do próximo ano.

Desde já, esta Presidência tem a certeza de poder contar com o apoio e a efetiva participação das Srªs e Srs. Senadores integrantes desta Comissão.

Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, gostaria, mais uma vez, de informar a todos os telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado de que podem continuar participando, como vêm participando ao longo desses últimos meses, dessas nossas audiências públicas, fazendo as suas considerações e as perguntas que julgarem pertinentes aos nossos palestrantes por intermédio do Alô Senado, pelo telefone, chamada gratuita, 0800-612211, ou enviar a sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.leg.br/alosenado, ou ainda pelos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter:@AloSenado.

Esta Comissão agradece a participação dos internautas, ouvintes e telespectadores que, de um modo geral, nessas nossas audiências públicas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema Saneamento Básico: principais gargalos e soluções, do quarto painel do ciclo sobre água, parte integrante da Agenda 2013/2014 – Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas, a quem peço para que tomem assento à Mesa: Dr. Pedro Brito, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Srª Priscila Santiago, economista da Confederação Nacional do Transporte (CNT); Dr. Ricardo Lins Portella Nunes, Diretor da Construtora Sultepa S/A e da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul; e o Dr. Silvio dos Santos, engenheiro do Laboratório de Transportes e Logística LabTrans, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Desejo a todos os senhores e à senhora, participantes da audiência pública de hoje, as nossas melhores boas-vindas e os nossos cumprimentos em nome dos integrantes desta Comissão.

Registramos, com muita satisfação, a presença em nosso plenário do ex-Ministro das Cidades e ex-Presidente da Autoridade Pública Olímpica, Ministro Márcio Fortes de Almeida, Seja bem-vindo, Ministro Márcio Fortes.

Com a permissão dos senhores palestrantes, eu gostaria apenas de lembrar que o tempo destinado a cada apresentação será de 15 minutos.

Pedindo a compreensão e a capacidade de síntese dos senhores palestrantes, eu tenho a satisfação de passar a palavra ao Ministro Pedro Brito, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), para a sua exposição.

O SR. PEDRO BRITO – Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura; cumprimento meus companheiros aqui da Mesa, Drª Priscila Santiago, economista da CNT; Dr. Ricardo Lins Portella Nunes e o Dr. Silvio dos Santos.

Presidente, conforme sugestão da pauta de hoje, vou tentar fazer em 15 minutos um resumo breve do novo marco regulatório do sistema portuário brasileiro.

Em primeiro lugar, nós temos que ver um pouquinho da perspectiva histórica dos portos brasileiros, começando, talvez, em 1993, em que houve a maior e mais importante mudança recente no sistema portuário brasileiro, com a criação da Lei nº 8.630 e a abertura dos portos à iniciativa privada.

Até esse ano de 1993, os portos brasileiros eram todos públicos, eram todos administrados por empresas do Governo e a sua operação também toda era pública. Isso tinha se transformado em um grave problema para a logística brasileira, uma vez que esse sistema não dava conta do crescimento da economia brasileira.

Portanto, com a Lei nº 8.630, que permitiu, digamos assim, a privatização da operação portuária brasileira – aqui, é bom separar entre a gestão, o planejamento, que continuou público, com as suas empresas estatais – passou a ser totalmente privada.

Hoje, os portos brasileiros, todos eles, portos públicos, inclusive, são operados pela iniciativa privada. Não há nenhuma operação, hoje, portuária, no Brasil, que seja pública.

Esse é um modelo – é, também, importante realçar – que tem paralelo no mundo inteiro. Com exceção apenas do Reino Unido, todos os portos, no mundo, são portos públicos com operação privada. Esse é o modelo que nós temos, no Brasil, a partir da Lei nº 8.630 e que, recentemente, com o novo marco regulatório, sofreu alterações importantes, permitindo que, além dos portos públicos com operação privada, passássemos a ter, também, a operação livre de portos privados, fora das áreas dos portos organizados.

Então, é dentro desse contexto, Presidente Collor, que eu farei essa minha breve análise acerca do novo marco regulatório do sistema portuário brasileiro e como se pretende, com esse novo marco regulatório, suprimir os gargalos que existem na logística brasileira.

É importante, também, definirmos, tecnicamente, esse termo “gargalo”, porque, em logística, gargalo é sempre algo que aflige mais um determinado processo, uma determinada cadeia logística e, uma vez removido esse gargalo, já tem outro, ali na fila, pronto, também, para ser atacado, porque gargalo, pelo próprio conceito, é algo que é restritivo em relação à eficiência, em relação à demora ou não dos procedimentos na logística.

Então, por exemplo, quando foi criada a Secretaria de Portos, em 2007, pelo Presidente Lula, o maior gargalo da logística portuária brasileira era a profundidade dos portos, muito pouca para o tamanho crescente dos navios.

Então, uma primeira providência foi se criar o Plano Nacional de Dragagem, que fez com que todos os portos brasileiros passassem a ter, hoje, uma profundidade muito mais adequada em relação aos tamanhos dos navios, que são crescentes no mundo.

É claro que, removido esse gargalo, outros, imediatamente, aparecem na fila, como é caso, por exemplo, hoje, na minha avaliação, de um dos principais gargalos da logística portuária brasileira, que são os acessos aos portos.

Tomamos como exemplo o Porto de Santos, que é o maior porto do Brasil, o maior porto da América Latina, responsável por cerca de 30% da movimentação de todo o comércio internacional brasileiro, que tem

terminais privados que são comparáveis, do ponto de vista da sua eficiência, da sua rapidez, aos melhores terminais, por exemplo, de contêineres, encontrados em qualquer parte do mundo. No entanto, nós temos um problema de acesso ao Porto de Santos que merece uma atenção, assim, muito especializada e muito rápida, porque, como nós sabemos, a Baixada Santista tem que vencer a serra até chegar a São Paulo, tanto nas mercadorias que saem do porto, quanto nas mercadorias que são exportadas pelo Porto de Santos. Precisamos substituir, com rapidez, o modal rodoviário, que, hoje, atende em cerca de 80% o Porto de Santos, pelas ferrovias e pelas hidrovias.

Então, este é um exemplo de acesso terrestre que precisa ser rapidamente vencido, no caso, o Porto de Santos. Esse é um exemplo que podemos enxergar, de maneira geral, em todos os portos brasileiros. É assim no Porto do Rio de Janeiro, no do Rio Grande do Sul, no de Salvador. Todos os portos brasileiros sofrem hoje com essa questão dos acessos terrestres, que precisam ser melhorados – acessos terrestres e acessos aquaviários, principalmente no caso da navegação interior, no que se refere aos portos do norte do Brasil: o Porto de Vila do Conde no Pará, o Porto de Santarém, o Porto de São Luís, no Maranhão, são portos que precisam ter seus acessos ferroviários e hidroviários com mais investimentos.

Portanto, eu queria, Sr. Presidente, passar rapidamente nossa agenda que vai tratar desse novo marco regulatório, da concessão e dos arrendamentos – bom dia, Senador! – dentro dos novos critérios de escolha, modificados pela nova lei.

O novo marco regulatório está dentro dessa perspectiva histórica que já citei, que está demonstrada nesse gráfico, onde se destaca, em 1993, como eu já disse, a Lei nº 8.630, que mudou definitivamente, para melhor, o sistema logístico brasileiro em termos portuários, permitindo a operação privada dos portos.

Outra data importante é 2001, com a criação das agências reguladoras, inclusive com a criação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, hoje responsável pelas licitações, pela fiscalização e pela regulação de todo o setor e de todos os portos, sejam portos marítimos ou portos fluviais.

Outra data importante é 2007, quando foi criada, pelo Presidente Lula, a Secretaria de Portos, que passou, recebendo do Ministério dos Transportes, a fazer a gestão e o planejamento de todo o sistema portuário brasileiro, com foco específico no elo da cadeia logística brasileira, talvez a mais fundamental de todas do ponto de vista da exigência que é imposta pelo mercado. Só para se ter uma ideia de números, nos anos de 1990 até 1993, nosso fluxo de comércio internacional estava estagnado na casa dos US$100 bilhões. Isso cresceu rapidamente: hoje estamos na casa dos US$500 bilhões, um crescimento que multiplicou por quase nove vezes, num curto espaço de tempo, a corrente de comércio do Brasil, considerando que cerca de 90% disso, em média, passam pelos nossos portos. Isso é uma demonstração eloquente da importância desse elo da cadeia logística para as exportações brasileiras.

Esse é um breve resumo da história do setor portuário brasileiro em termos das suas normas.

A Lei nº 8.630, como já expliquei, foi uma lei modernizadora importante para o setor portuário brasileiro, que permitiu, como hoje nós temos, todas as operações privadas. Todo o setor portuário brasileiro é operado por empresas privadas, assim como acontece no mundo inteiro, sendo que a gestão do porto é pública, como também acontece no mundo inteiro. O porto de Roterdã, por exemplo, que é um ícone da logística no mundo, é um porto que pertence à municipalidade de Roterdã, 65% das ações são da municipalidade de Roterdã, e o restante pertence ao governo central da Holanda. Mas, apesar dessa estrutura societária 100% pública, o porto tem uma gestão privada, com executivos contratados no mercado, e toda a sua operação é privada, toda a competição dentro do porto e entre os portos da região é baseada no sistema privado portuário.

Hoje estamos, portanto, com a Lei nº 12.815, que é o novo marco regulatório do setor portuário brasileiro. Essa lei trouxe importantes mudanças no sistema, que era regido pela Lei nº 8.630.

Uma das mudanças mais importantes foi a referente aos portos privados, aos terminais privados que, antes, só podiam movimentar carga própria ou preponderantemente carga própria e que hoje, pela nova lei, podem movimentar qualquer carga. Então, qualquer investidor, seja brasileiro, seja estrangeiro, pode apresentar à Antaq, à SEP a sua proposta de porto. Nós vamos colocar essa proposta em audiência pública, para que o mercado tome conhecimento dessa possibilidade de investimento e, no máximo em 90 dias, esse porto estará autorizado para operar como um terminal privado, fora dos portos públicos – esse é um detalhe importante da lei –, sejam terminais de contêineres, terminais de granéis.

A Antaq hoje tem uma carteira de 130 propostas novas de terminais privados. Hoje, o Brasil tem 38 portos públicos e 129 portos privados. Então, nós estamos praticamente dobrando essa quantidade de portos privados, considerando essa carteira que está em análise na Antaq para os novos portos privados.

Os princípios, os fundamentos da nova lei são basicamente eliminar os gargalos na oferta portuária brasileira e reduzir custos. O próprio processo de licitação dos terminais dentro dos portos públicos é um processo que não exige pagamento de outorga, exatamente com o objetivo de reduzir custos. E é mudar, portanto, os critérios de licitação em relação aos arrendamentos dentro dos portos públicos, porque, dentro desse novo marco regulatório, o setor portuário pode investir em portos públicos, como, por exemplo, no Porto de Santos, no Porto do Rio de Janeiro, nos portos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Maceió. Esses portos públicos recebem novos investimentos que são arrendamentos licitados para a iniciativa privada.

Então, para essas novas licitações, a lei mudou os critérios. Ao invés de exigir outorga, exige, em alguns casos, a menor tarifa; em outros casos, o maior investimento ou a maior capacidade de movimentação. São os novos critérios. Isso no caso dos arrendamentos dentro de portos públicos. Para os terminais privados, como eu estava descrevendo, o critério é a capacidade de investimento e o interesse do investidor num determinado porto, que naturalmente fica a critério do investidor, dentro do planejamento feito pela Secretaria de Portos. Existe um planejamento que preside os investimentos em tipos de portos e nos locais em que esses investimentos podem acontecer ao longo da nossa costa.

As inovações da lei, como eu estava dizendo, envolvem o planejamento do setor – nós temos aqui hoje na Mesa um representante do Laboratório de Logística da Universidade Federal de Santa Catarina, que é uma universidade que trabalha com a Secretaria de Portos e com a Antaq nesse planejamento do setor portuário brasileiro –, alterações institucionais importantes com relação ao papel da Secretaria de Portos, como poder concedente, e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, que hoje é responsável por todas as licitações dentro dos portos públicos e por todo processo de autorização dos terminais privados.

Como falei é sempre importante fazer essa diferenciação entre a Lei nº 8.630 e a nova lei no que respeita à exigência de carga própria, que antes existia para os portos privados e que hoje não existe mais; o porto privado pode se estabelecer para atender qualquer tipo de carga, diferentemente do que acontecia no passado.

Isso aí, dentro do novo marco regulatório, é a configuração do sistema de gestão da logística como um todo. Há três Ministérios que cuidam da logística: a SEP, que cuida dos portos marítimos e fluviais; o Ministério dos Transportes, dos modais terrestres – ferrovias, e também das hidrovias, o transporte hidroviário –, e a Secretaria de Aviação Civil, que cuida do modal aeroviário, e com os órgãos complementares, o Conit, que é o órgão que faz a integração entre todas as áreas, e a empresa de planejamento logístico. Naturalmente que, quando se fala, por exemplo, em um porto, este só poderá ser eficiente se for integrado a uma cadeia logística com os acessos que permitam essa eficiência portuária.

Temos aí um resumo das divisões e responsabilidades em termos da área portuária. A SEP é responsável pelo planejamento, pela política portuária, pela definição da locação dos portos e dos tipos de portos na costa brasileira. A Antaq é responsável pela regulação, fiscalização e por todo o processo licitatório dentro dos portos públicos, e as autoridades portuárias pela gestão local de cada porto.

As formas de exploração de instalações portuárias podem ser resumidas nessas quatro modalidades: a concessão do porto, que pode ser feita de forma total ou parcial. Temos um exemplo concreto de porto concedido, que foi o porto em Santa Catarina, Imbituba, um porto que foi concedido e que atualmente o Governo está examinando se revê ou não essa concessão. Nós estamos para lançar em Manaus a concessão completa de um terminal de conteinêres, que vai fazer todo o investimento e toda a operação de conteinêres. Outra forma é a delegação. Existem vários portos que são delegados para Estados ou Municípios. O porto, por exemplo, de Rio Grande, no Rio Grande do Sul é delegado para o Estado. O Porto de Paranaguá é delegado para o Município de Paranaguá. O porto de Itajaí, em Santa Catarina, é delegado para o Município de Itajaí. Então, essa é uma forma. O porto de Itaqui, no Maranhão, é delegado para o Estado do Maranhão. Então, existem alguns portos delegados. O arrendamento, como já falei, são terminais dentro dos portos públicos que são arrendados pelo poder concedente para operação privada nas suas diversas modalidades. E a autorização que se refere aos portos privados.

Então, essas, em resumo, são as formas de exploração de instalações portuárias.

Diante do tempo, vou passar rapidamente pelos processos de arrendamento e concessões, sobre as quais já falei. A concessão pode ser cheia para administrar integralmente o porto, ou pode ser parcial somente para gestão, por exemplo, fazendo arrendamentos para diversos terminais que vão operar dentro do porto.

Na concessão de portos organizados, a licitação obedece ao marco legal da 12.815, do Decreto nº 8.033, que regulamenta essa lei e nas três formas previstas. O prazo é de 25 anos, podendo ser prorrogado por mais 25 anos. Esse prazo vale tanto para as concessões quanto para os arrendamentos. Esse é o

prazo estabelecido na lei. E é um prazo que a gente encontra mais ou menos no mundo inteiro em termos de concessões portuárias.

Como eu disse, os critérios hoje não são mais os critérios de outorga. São critérios de menor tarifa, maior movimentação ou menor tempo de movimentação, que implica mais eficiência para os portos.

Para concluir, Presidente Collor, hoje nós temos, em processos de arrendamento, quatro blocos de licitação. O Bloco 1, nos portos de Santos e do Pará, que já está no Tribunal de Contas da União e que possivelmente na próxima semana esse Bloco será liberado e colocado na praça para a licitação de cerca de 15 terminais nesses dois portos. O Bloco 2 já está pronto: Paranaguá, Aratu, Salvador e São Sebastião, e, na sequência, será encaminhado ao Tribunal de Contas. Os Blocos 3 e 4 também estão todos prontos para serem encaminhados ao TCU.

Isso somado representa quase 150 novos arrendamentos portuários que serão licitados ao longo do próximo ano.

Já falamos também no aspecto das autorizações, que agora são mais simples, menos burocratizadas, andam mais rapidamente. A lei fixa prazo para todas as entidades envolvidas (Antaq, SEP) de forma que todos temos compromissos com prazos agora. Como eu já disse, a Antaq tem 135 requerimentos para novos portos privados, o que significa dobrar a quantidade de portos existentes hoje, que são 129. Já fizemos um primeiro anuncio público, com 57 participantes, dos quais 20 já foram habilitados, o que representa investimentos de R$6 bilhões nos próximos cinco anos.

As perspectivas do setor portuário brasileiro são muito importantes. Este gráfico, Presidente, finalizando, mostra a grande importância da logística para o Brasil e como a corrente de comércio brasileira responde em relação ao crescimento do PIB. Nos últimos 20 anos, como demonstrado por este mapa, o PIB do Brasil cresceu 4,6 vezes, e a nossa corrente de comércio, que estava estagnada perto dos US$500 bilhões, cresceu quase nove vezes. Isso significa que a corrente de comércio dobra em relação ao crescimento do PIB, implicando uma demanda para a nossa logística.

Mais ainda: a perspectiva de crescimento é muito grande porque também, ao longo desses 20 anos, analisando a abertura da economia brasileira, que era de 11% e hoje é de 20%, ainda é muito pequena quando comparada a outros países. A abertura da economia na Alemanha, por exemplo, é de 75%. Mesmo a China, que é um país que começou agora esse processo, já conta com uma abertura de sua economia de 45%. Então, o Brasil tem uma perspectiva enorme de crescimento de sua fonte de comércio. E aí sua Comissão, Presidente, tem importância fundamental na questão da necessidade dos investimentos rápidos na nossa logística para que o nosso País possa dar conta desse recado.

Presidente Collor, eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui hoje; agradeço a todos e me coloco à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Ministro Pedro Brito, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) pela sua explanação.

Registramos também a presença em nosso plenário do Dr. Fernando Fonseca, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) – seja V. Sª muito bem-vindo –, bem como do Ministro Márcio Fortes, de quem já anunciamos a presença.

Passo a palavra à Drª Priscila Santiago, economista da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

A SRª PRISCILA SANTIAGO – Bom dia!

Eu gostaria de agradecer, em nome da Confederação e do nosso Presidente, Senador Clésio, pelo convite e parabenizá-lo pela postura e pela preocupação com o tema, que é muito importante para o País.

O setor de transporte no Brasil, como um todo – não só no Brasil, na verdade – funciona como agente indutor do desenvolvimento de integração. Só que, no País, ele tem um histórico de baixo investimento em infraestrutura. A dificuldade de planejamento desses investimentos é muito latente, e temos a existência de diversos gargalos burocráticos, principalmente quando falamos do modal aquaviário.

Trabalhamos, segundo pesquisa de transporte marítimo, divulgada no ano passado, com 34 portos públicos marítimos e 130 terminais privados.

Por que defendemos tanto assim a navegação e por que defendemos tanto a cabotagem? Porque elas têm algumas características, principalmente devido à escala, que ela nos conferem, que representam ganhos, redução de custos. Então, por quê? Tenho menor custo por tonelada/quilômetro transportado. O custo por seguro é muito menor. Por quê? Porque a incidência de acidentes é muito menor. A emissão de poluentes é reduzida porque, para cada tonelada transportada, a minha necessidade de diesel ou *bunker* no longo curso é muito menor. Tudo isso ocorre por causa dessa capacidade de carga, que é significante e é onde temos, de fato, ganho de escala. Temos uma situação em que uma embarcação de 5 mil toneladas consegue tirar cerca de 140 carretas das estradas. Não é tirar 140 carretas das estradas, que têm de estar lá; é tirar 140 carretas que não deveriam estar nas estradas, que deveriam estar fazendo ponta, mas, na verdade, estão

fazendo o transporte norte-sul do País. Então, temos de aproveitar essas vantagens de escala, redução de custos para conseguir reduzir o custo logístico do País e, com isso, permitir maior competitividade para os nossos bens.

No caso do longo curso, 96% das nossas exportações, em termos de peso/volume/tonelada, são realizadas pelo longo curso. A importação, um pouco menos: 89%. Em 2012, tivemos 903 milhões de toneladas movimentadas nos terminais brasileiros.

No caso da cabotagem, que é a navegação realizada entre portos no mesmo país, registramos, em 2012 – os dados são da Antaq –, 201 milhões de toneladas. É um crescimento de 23% em relação a 2006. Granel líquido foi o tipo de carga mais movimentada, com 139 milhões de toneladas.

Apesar disso, é interessante considerar uma coisa: pelos dados do último ano para o PIB, o Brasil é o 7º país em ordem de grandeza. Em tese, somos o 7º país mais rico do mundo, agregado.

A tabela está muito ruim, mas é um levantamento dos maiores portos do mundo: o Porto de Santos, que é o nosso melhor porto, nosso maior porto, aparece em 42º lugar. Somos o 7º país em PIB, mas o nosso maior porto é apenas o 42º. Isso nos dá uma indicação de que há alguma coisa errada, estamos perdendo alguma coisa com essa ineficiência na infraestrutura. Isso não é identificado só pelo índice CNT, isso é identificado por todo mundo que realiza negócios.

O Fórum Econômico Mundial já há alguns bons anos vem fazendo uma pergunta para 144, 148 países, dependendo do ano. "Qual é o problema? O que dificulta a realização de negócios no seu país?" Por muitos anos, eram os tributos. O custo dos tributos e a quantidade de tributos foram o maior empecilho para o caso brasileiro. Este ano, no Brasil, no relatório de 2013/2014, é a infraestrutura, com destaque para a infraestrutura de transporte, que é o que, de fato, pesa hoje nos dados do Fórum Econômico Mundial no que se refere à realização de negócios. "O que me atrapalha na comercialização com outros países?"

Aeroportos, de 2008 para cá: caímos da posição 101ª para a 123ª rodovias, da 110ª para a 120ª; ferrovias, da 86ª para a 103ª; e, em portos, caímos da 123ª para 131ª este ano. Deveríamos estar melhorando, porém, isso não acontece. Um dos motivos é o fato de que o investimento é muito baixo. Em 2008, tivemos, considerando União e Cia Docas, R$837 milhões; estávamos na posição 123ª. Não elevamos os investimentos, e, quando não elevamos o investimento e não solucionamos os nossos gargalos, caímos para a posição 131ª. Por quê? Em 2013, temos o mesmo montante, ou seja, temos os mesmos R$837 milhões a serem investidos em portos, considerando União e Cia Docas, o que é muito pouco. Não dá para ter um porto adequado com investimento tão baixo.

Sei que temos investimentos privados, mas é necessário investir, de forma geral, no porto. Acreditamos, sim, que a nova lei vai trazer um benefício, mas ainda precisamos ter um pouco mais de cuidado. Por quê? Qual é o nosso histórico? Em dez anos, de 2002 a 2012, investimos R$5 bilhões em portos. Isso é muito pouco. Estou falando em todos os portos, tanto portos que trabalham apenas com navegação marítima, longo curso e cabotagem, como portos que atendem também a navegação interior, excluídos aqui os portos que são só para navegação.

Quando consideramos esses dez anos, olhamos a estratificação dessas obras no orçamento, tanto das estatais quanto no orçamento fiscal, nós temos: obras de infraestrutura – R$1,5 bilhão; abertura e aprofundamento de canal – R$1,2 bilhão; e construção e implementação de portos e terminais – somente R$361 milhões. Existem algumas obras que a gente não consegue identificar, porque não é informado. Mas, de qualquer forma, pegando só a União, foram R$3 bilhões. É pouco? É muito pouco.

Este ano, a situação está um pouco mais complicada. Para transporte, nós temos – refiro-me a transporte aéreo, ferroviário, rodoviário e aquaviário, no aquaviário, tanto portos como navegação interior –, nós temos R$19 bilhões autorizados, considerando União mais todas as estatais. Pagos até o mês passado, não estou com o fechamento deste mês ainda, foram R$8 bilhões. Em aquaviários, nós temos R$2,6 milhões para serem investidos este ano em portos. Até agora, R$314 milhões pagos, considerando o fechamento do mês passado. Quando nós olhamos os projetos para este ano, o principal projeto, o de maior volume de recursos destina-se à dragagem e à adequação de navegabilidade em Suape, que são R$99 milhões. É grande, é o maior, mas, concordam comigo que são só R$99 milhões? Nós precisamos de um pouco mais para adequar à capacidade. Essa é a nossa principal obra considerando investimento público.

Isso traz resultados para a gente. E quando falo para gente, refiro-me a nós que operamos o transporte, nós EBNs, nós empresas que operamos no Brasil, e nós brasileiros também. Por quê? Isso, de uma forma ou de outra, mesmo que não seja integralmente passado, acaba caindo no nosso custo. Tudo o que nós consumimos tem transporte como parte do seu custo. Toda vez que eu tenho elevação do meu custo de transporte eu tenho elevação do custo do bem final.

A pesquisa de transporte marítimo foi realizada em 2012. Nós trabalhamos com embarcadores e

transportadores e o objetivo foi identificar quais são os principais entraves.

No longo curso, nós temos excesso de tributação, excesso de tarifação e elevação do custo tarifário. Operar no porto é muito caro. É difícil e é muito caro. O acesso terrestre é deficiente. Esse acesso terrestre tanto é rodoviário quanto ferroviário. O ferroviário nós temos muito pouco, e aquelas filas de caminhões nos portos não são assim: "Ah, o motorista ou o setor está querendo fazer bonito. Houve uma pressão." Não, todo minuto que um caminhão nosso está parado ali é custo. Nós temos caminhões que ficam cinco, seis, dez dias parados no porto. Isso é custo. Esse custo é repassado. Eu fico com um pedaço do prejuízo? Fico. Mas ele é repassado, eu não consigo absorver tudo isso. Isso é custo para o País.

O elevado custo de mão de obra portuária é um peso significativo para a gente assim como o excesso de burocracia. A burocracia para a operação é muito grande. A quantidade de documentos que eu preciso ter, a quantidade de licenças que eu preciso ter é muito grande. Eu concordo que é um tipo específico de transporte e a segurança é muito importante. Tanto é que ocorrem menos acidentes, por que eu garanto a segurança. Mas os processos devem ser mais ágeis. E hoje eles não são.

No caso da cabotagem, a infraestrutura portuária é o que mais pesa. É bem interessante porque a cabotagem é um transporte de porto a porto de um mesmo país, só que é um transporte interno. Apesar disso, ele é tratado como transporte internacional. Ele entra na fila como qualquer outro de longo curso e, em algumas situações, ele tem prioridade menor do que o longo curso, até por uma questão de escala.

Acesso terrestre deficiente também impacta sobremaneira a cabotagem. Ausência de manutenção nos canais de dragagem tem melhorado, mas ainda assim não atende a nossa necessidade, a gente acaba tendo de operar com navio de menor calado ou com navio com uma menor lotação. Eu tenho navio saindo com 50%, 70% em algumas situações, porque, como eu não tenho profundidade, o navio encalha.

A baixa oferta de navios – vamos falar disso daqui a pouquinho – e o excesso de burocracia. Regra: mínimo, mínimo, mínimo 44 documentos embarcados no navio para que ele consiga operar no Brasil. Quarenta e quatro, no mínimo. Dependendo da carga pode chegar a 52. É muito. E a política de combustíveis, por quê? No longo curso, o *bunker* e o diesel que são usados no começo da navegação é isento de ICMS. Mas, na cabotagem e na navegação navegação interior, não. Segundo alguns estudos da Petrobras, o custo chega a aumentar 37% no combustível. E ele é o nosso principal insumo.

Então, uma remodelação não é um gargalo de investimento direto, no caso do combustível, no caso do número de documentos. É institucional. Dá para ser feito sem investimentos absurdos.

A proposta, então, do Governo para solução é o PIL e a nova lei dos portos. Sendo bastante correta, eu deveria considerar que a nova lei é uma parte do PIL, mas, para facilitar a nossa análise, o que a gente vai fazer? Chamar de PIL investimento e a nova lei, a parte de gestão e atração desses investimentos. Tudo bem?

No lançamento do PIL o que nós tínhamos: R$54 bilhões para investimentos em portos, mais R$6,4 bilhões em acessos portuários; R$3,8 bilhões em acessos aquaviários; e R$2,6 bilhões em terrestres. Lembrando que o PIL prevê, até 2015 – previsão é 2014/15 –, R$54 bilhões. Em 10 anos, nós investimos R$5 bilhões. Eu peço muito para que isso seja feito. O problema é que fazer em dois anos o que nós fizemos em dez é um pouco complicado; não sei se temos estrutura para tanto.

Até o momento, ontem na verdade, nós tínhamos 11 audiências públicas abertas no *site* da Antaq; só que, até agora, nenhuma licitação foi, de fato, finalizada. E um exemplo que chama bastante atenção para a CNT é o seguinte: a licitação para o novo terminal de contêiner de Paranaguá foi cancelada por haver inviabilidade econômica e técnica na proposta.

A nossa pergunta é: por que isso não é feito antes? Por que o estudo não foi feito antes? Por que não foi visto antes que eu precisava aterrar a área para conseguir fazer um terminal? Isso é muito caro. Isso é inviável! Por que eu saio, então, com o projeto, lanço esse projeto e, quando eu lanço o projeto, eu crio expectativas no mercado. A partir do momento em que eu crio expectativas no mercado, eu acabo distorcendo ele. Por que eu faço isso?

A gente precisa de um planejamento maior, de um cuidado maior com os projetos. Os projetos são muito malfeitos. De forma que, quando eu tenho um edital na rua, muitas vezes, ele tem tão poucas informações que a iniciativa privada não consegue tomar a decisão correta. Eu posso acabar selecionando uma pessoa – ou uma empresa, no caso – que não tem recurso suficiente e ganha porque oferece um preço muito baixo, ou eu posso contratar uma completamente incapaz. As boas não vão entrar porque acham que não conseguem descobrir se de fato é um investimento relativamente seguro.

Esse tipo de investimento tem um risco, lógico. Qualquer investimento tem. A questão é que precisamos dar pelo menos uma certa segurança, tanto institucional quanto de informações.

(Soa a campainha.)

A SRª PRISCILA SANTIAGO – Eu tenho necessidade de planejamento. A gente está com muito problema em planejamento.

O Ministro me desculpe um pouquinho, mas, se eu tenho um planejamento e se faço um investimento correto, eu não tenho uma situação de resolver um gargalo e aparecer outro, porque eu já me planejei para isso. Então, eu consigo organizar e ter um fluxo correto de investimento e de ações. A gente precisa fazer isso.

E precisa planejar não só portos. Eu preciso planejar o porto, a rodovia, a ferrovia, a navegação. Nós temos um sistema de transporte. Se ele não funciona como um sistema, ele não funciona. E, se ele não funciona, isso é custo. Os prazos de implementação são muito longos porque há essa falha de planejamento e isso acaba provocando que todas as obras tenham atrasos.

Sobre a nova lei dos portos, no meio do ano, nós fizemos uma tomada com os transportadores. Na época, 61% afirmavam que conheciam a lei; 84% desses aprovavam. E o que foi bastante interessante para a gente é que, quando a lei estava sendo discutida, o maior ponto positivo que quase todo mundo apontava era o fim da distinção entre carga própria e de terceiros. Para o nosso transportador, isso é o quarto. A principal coisa é participação da iniciativa privada. Simples assim: viabilizem que a iniciativa privada faça o que ela sabe fazer. Com isso, 78% deles esperam que a gente tenha uma melhora na qualidade dos serviços portuários.

Só que a lei tem vários desafios. Um deles é incentivar esse investimento. Como ela vai fazer isso? Facilitando, trazendo a iniciativa privada para mais perto. Eu preciso dar subsídio, eu preciso dar capacidade de avaliação para a iniciativa privada colocar o dinheiro dela.

Ninguém aqui é santo, ninguém aqui é bobo, ninguém vai colocar seu dinheiro onde não tem o mínimo de segurança. Não existe altruísta santo. Então, a gente precisa dar substrato para que o investidor consiga fazer isso com um planejamento adequado.

Promover redução de burocracia nos portos brasileiros. Por que é preciso 44 documentos para operar uma cabotagem? Eu não faço a menor ideia. Concordo que as licenças de segurança são fundamentais, mas não entendo muito bem por que na cabotagem tem-se de atender a mesma regra que o navio de longo curso faz? Realmente, eu não consigo entender.

Aumentar a eficiência operacional. A gente acredita que com a redução de burocracia e os investimentos necessários isso flui bastante. Essa indução de redução de custos vem proveniente da implantação das outras fases.

Outra coisa que tem de ser feita – falei que falaria no final e vou tentar ser bem rápida – é estimular a renovação de frota. A nossa frota de navios é muito antiga, principalmente aqueles que operam navegação de cabotagem. Por que é tão antiga? É difícil comprar navio. Já tentaram? É caro, o tempo para entrega nos estaleiros brasileiros é longo e está muito pior para a gente depois do pré-sal. Por quê? O mesmo estaleiro que constrói o navio para nós, constrói uma plataforma que vai operar no pré-sal. Então, é uma concorrência muito grande e não houve uma expansão significativa dos estaleiros e da capacidade deles de produzir. A gente sabe que tem falta de mão de obra para eles, mas isso é complicado para a gente também.

E uma simplificação dos processos para acessar o Fundo da Marinha Mercante. O que é isso? É um fundo contábil que é abastecido com um adicional do frete que nós pagamos. Inclusive, a aviação também paga isso. Quem opera isso? BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste.

O que ele tem de tão bom? Taxa. A taxa é muito boa. Só que apesar da taxa ser muito boa, nós não conseguimos acessar. Nem 7% do que é financiado pelo Fundo da Marinha Mercante até este ano é para navegação. Está indo tudo para pré-sal. Então, isso é complicado. Por quê? O meu chefe fala que esse fluxograma parece jogo de videogame, porque você vai jogando as fases e vai morrendo. E é bem isso o que acontece no Fundo da Marinha Mercante.

Quando você entra com um processo – Eu não sei fazer a luzinha disso. Aqui! Obrigada. –, é um processo de solicitação de prioridade. O que é isso? Eu só consigo financiamento com o Fundo da Marinha Mercante se eu tiver prioridade. Eu tenho de comprovar número de empregados, um contrato com o estaleiro, fluxograma para realização, cronograma de tudo. Passa por vários entes dentro do fundo. Eu posso ter minha prioridade negada. Morri na praia. Ah, não! Consegui! Ótimo. Então, agora estou com dinheiro na mão? Não. Vou para o órgão financiador, o qual me demanda vários dos mesmos documentos que eu já apresentei. Posso morrer na praia? Posso, ali da 13 para a 14. Ele não me libera crédito. Depois. Ótimo. Estou com dinheiro na mão? Também não. No final, na hora de assinar o contrato, o banco ainda pode me negar. Por quê? O dinheiro só é liberado conforme a execução, a construção ou a (*ininteligível*) da embarcação. Se o estaleiro não tem condição de fazer, o dinheiro não é liberado. Se o dinheiro não é liberado, eu não consigo pagar. Então, muitas vezes, no final das contas o

dinheiro está lá, o processo está aprovado, mas não dá para assinar porque o estaleiro não vai conseguir cumprir. Por quê? Em média são 25 meses para isso aqui acontecer. Quem é que consegue fazer isso?

Bem, então é isso. Desculpe. Passei bastante do tempo. Eu tinha me preparado para vinte minutos. A Confederação acredita que os novos instrumentos para incentivar a navegação e o sistema portuário, o sistema de transportes como um todo são muito válidos e interessantes. O problema é que a palavra com que nós mais nos preocupamos hoje é planejamento. Nós precisamos planejar. Sem planejamento não tem investimento, não tem redução de burocracia e não tem redução de custos. E nós precisamos disso para nós, transportadores; nós precisamos para competitividade da indústria, nós precisamos para a agricultura, nós precisamos para o comércio de forma geral. Se não tiver isso, infelizmente, nós não vamos conseguir avançar essa barreira.

Muito obrigada. E muito obrigada pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Grato à Drª Priscila Santiago. Ela que é Economista da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Passo a palavra ao Dr. Ricardo Lins Portella Nunes, Diretor da Construtora Sultepa S. A. e da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

O SR. RICARDO LINS PORTELLA NUNES – Bom dia a todos!

Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Dr. Pedro Brito e demais palestrantes.

Eu estou aqui na condição de Coordenador do Conselho de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) e membro do Coinfra Nacional da CNI. Talvez muita coisa do que eu vá falar seja repetitivo, mas é bom enfatizar o que está acontecendo no setor como um todo.

A primeira questão, eu gostaria de tirar um mito que é dizer que o "Brasil é um País rodoviário". Na realidade, se analisarmos a infraestrutura do brasileiro como um todo, nós não somos nada. Nós não temos rodovias, nós não temos ferrovias, nós não temos portos, nós não temos hidrovias, nós não temos dutovias. Em todos os itens nós estamos extremamente carentes.

Então, vou pegar um pequeno exemplo, que é a questão rodoviária: nós temos 212 mil quilômetros de estradas pavimentadas. O Canadá, que tem uma área muito maior, mas nós sabemos que uma área economicamente ativa muito menor, tem 516 mil quilômetros; a Rússia, 655 mil quilômetros; a Índia, 1,5 milhão; a China, 1,5 milhão; os Estados Unidos, 4,2 milhões de quilômetros de estradas pavimentadas. E assim, em qualquer um dos exemplos que pegarmos, vemos que nós estamos carentes em qualquer ramo de infraestrutura. E hoje, cerca de 10 economistas – eu não sou economista, sou engenheiro – dizem que a questão infraestrutura e logística é básico para o desenvolvimento do País.

Eu gostaria de colocar um outro dado importante. O Brasil criou, ao longo do tempo, o que eu chamo de entraves democráticos. Nós estamos com algumas questões demorando demais para serem decidas, porque alguns órgãos, que não são órgãos executivos, têm interferência muito forte na decisão de fazer ou não investimento. Esse custo está sendo carregado pela sociedade; não é pelo transportador. Quem paga a conta é a sociedade por ter um transporte mais caro, consequentemente um produto mais caro, porque o nosso consumidor ou o consumidor mundial não quer saber o preço FOB, ele quer saber o preço, de preferência, na prateleira do supermercado ou até mesmo dentro da despensa da casa dele. Então, não adianta ter alta produtividade dentro se nós não conseguimos colocar no mercado esse produto.

Então, hoje, nós temos órgãos que estão atravancando, e isso cresceu demais nos últimos tempos, quais sejam: CGU, Ministério Público – desculpe-me –, que inventou de ser gestor, inclusive, diz um procurador que se quer ser gestor que se candidate! Nós temos os Tribunais de Contas dos Estados, o do Rio Grande do Sul especificamente, temos o Tribunal de Contas da União, que resolveu ser gestor, resolveu ser o quarto poder. Ele está interferindo. Nós tivemos casos no Rio Grande do Sul em que um enfermeiro deu parecer sobre a espessura do pavimento de uma estrada; e tem um técnico em informática dizendo que 5 centímetros de asfalto era muito e 4 centímetros, pouco. Felizmente os Creas e Confeas, que não servem para nada, em algumas vezes estão entrando nessa questão e estão exigindo que tenha RT. Pelo menos tu assinas a RT e vem responder isso aqui. Ibama e Fepam – Fepam, no caso do Rio Grande do Sul, mas em outros Estados tem outro nome – também estão com interferência, porque o objetivo deles, em muito casos, é não fazer. Além do que nós temos outros órgãos que estão interferindo fortemente agora, a exemplo da questão da Funai, que é uma questão muito forte. Eu costumo dizer que somos todos brasileiros e uma das primeiras coisas que o Brasil tem é a globalização das raças. Todos nós, aqui, temos uma mistura grande de raças. Eu, por exemplo, tenho sangue índio, apenar de ter uma pela bem branca, mas dizem que os Dolabelas/Portellas são frutos do cruzamento de um bispo com índia. E a Funai entra nesses assuntos de maneira tão forte que inviabiliza completamente o

andamento das obras. Temos um caso trancado há anos. No Morro dos Cavalos, em Santa Catarina, nós importamos índios paraguaios e os colocamos lá, o que está atravancando até hoje a duplicação da BR-101, entre Porto Alegre e Florianópolis.

O IPAAM é a última novidade que temos, porque o Ibama agora tem dado as licenças ambientais desde que o IPAAM libere. E o IPAAM tem poucas pessoas. Nós temos um caso, no Rio Grande do Sul. Nós estamos duplicando a BR-116 e o IPAAM... Aquilo ali é tudo zona de granito, e para quem não sabe, granito é a rocha mais antiga existente na terra, formado desde a formação da Terra, por esfriamento da Terra. E o IPAAM foi pesquisar pedreiras abertas talvez para encontrar algum marciano lá, alguma coisa, e demorou dois anos a liberação de algumas jazidas de áreas para se poder trabalhar. Dois anos!

Esses dois anos pagaram o custo inteiro da obra para a sociedade. Custou à sociedade o que vai custar a obra esses dois anos de atraso entre o IPAAM e o Tribunal de Contas da União.

Então, os entraves burocratas têm de ser mais trabalhados. O Executivo é Executivo? Sim. O Tribunal de Contas fiscaliza? Sim. O Congresso fiscaliza? Aliás, o Tribunal de Contas é o órgão assessor do Congresso. Fiscaliza. Mas nós não podemos ter tanta interferência. A balança mudou muito forte para o lado da interferência.

Na realidade, temos de dizer sempre o que eu disse no início: que a nossa questão é que a eficiência não basta estar dentro, tem que ser em todo o circuito. Não basta ter a soja mais barata do mundo – e nós temos, pois a soja produzida em Mato Grosso é a soja mais barata do mundo, e o Rio Grande do Sul tem também uma soja muito barata – se ela não consegue chegar ao consumidor final com o preço mais barato do mundo.

Hoje, no caso típico da soja, temos a soja americana chegando ao porto de Roterdã, dito aqui pelo Dr. Pedro Brito. E a soja americana chega a preços mais competitivos que a nossa por causa da nossa logística.

Uma realidade é o PAC. O PAC elevou esses investimentos. Não podemos negar, houve um aumento de investimentos, mas, como disse a nossa colega da CNT, ainda insuficientes, e os gargalos são todos. Essas não são fotos tão antigas, mas são gargalos, é importante isso.

E aí está o quadro mostrando que, apesar de os investimentos terem aumentado, nós ainda estamos lá atrás, e estamos baixando, pior que estamos baixando. Os investimentos da China, 7,3 do PIB; do Chile, 6,2; da Índia, 5,6; e nós aqui estamos com meros 2,1. Então, estamos gerando um déficit anual, o ideal seria investir 5% do PIB. E já investimos isso na década de 60 e 70. E estamos com déficit anual de 128 bilhões em investimentos em infraestrutura.

Estou falando sobre a questão do PAC, então, com o PAC houve realmente um crescimento. Em 2007 começou o PAC, a média foi em torno de 40 bilhões. Ele é uma realidade. Melhorou bastante comparado com que tínhamos. Nós estávamos andando a 10 quilômetros por hora, a 5, passamos a andar a 40, a 60, mas ainda é insuficiente. Precisamos avançar ainda muito mais.

Estoque de capital sobre PIB, que é uma medida que os economistas fazem. Nós também temos uma média muito baixa.

Uma pesquisa feita pelo Fórum Nacional da Indústria mostra sobre o que a indústria reclama, o sentimento da indústria, porque a indústria é usuária do serviço prestado pelo setor logístico como um todo. E portos batem em primeiro lugar na questão de reclamação. Vamos ver depois que energia também tem reclamação, mas muito mais em função do preço, porque nós temos hoje a primeira ou a segunda energia mais cara do mundo, apesar de termos um sistema mais barato de todos, que é o sistema hidrelétrico, energia da água, mas temos energia muito cara. Temos transporte ferroviário. E aí há uma série de coisas. Mas vemos que portos, já que o assunto principal hoje é portos – para portos temos sempre que analisar uma cadeia logística – é o ponto que tem maior reclamação por parte da indústria.

Como as áreas das indústrias veem o nível de desenvolvimento e competitividade? E volto a falar que portos é a área menos desenvolvida, a pior de todas. Saneamento é outro problema sério, porque a indústria está sentido dificuldade de saneamento hoje como um todo, não só as populações. Dr. Márcio Fortes lidou bastante com essa área, sabe muito bem do que estamos falando, a questão do saneamento. Também já melhorou bastante o nível de investimentos em saneamento, em função do PAC, mas falta.

Ferrovias e aeroportos. A energia, apesar do preço, ainda hoje é um setor confiável. Telecom, também, apesar do preço e totalmente privatizada, é a área de infraestrutura mais percebida pelo PAC da indústria.

Competitividade geral da indústria, no *ranking* do Fórum Mundial, nós estamos lá atrás. Em relação a outros países, nós somos bem atrás nesse assunto.

Aqui, um quadro que mostra o *ranking* do Fórum Econômico Mundial da posição do Brasil na questão dos itens principais da infraestrutura logística.

Aeroportos: nós estamos estamos na posição 123. E vemos os outros país do BRICS: África do Sul, 11; Índia, 61; China, 105; Rússia, 102, Brasil, 123.

Em portos: África do Sul, 51; China, 59; Índia 70; Rússia, 88; Brasil, 131. E assim vai. Em comparação com todos eles, nós estamos lá atrás.

Aquilo que eu disse em relação às ferrovias, se somos um país rodoviário, como é que somos um país rodoviário se nós estamos na 120ª posição no mundo e só ganhamos aqui, no caso dos BRICS, da Rússia? Nós estamos muito atrás em tudo.

Performance logística também, estamos um pouco acima da média da América Latina. Mas também não é uma grande comparação para o Brasil comparar com com Bolívia, Peru, Venezuela, mas nós temos ainda atrás o Chile, que é um grande país que está se desenvolvendo muito bem na América Latina.

E aqui nós vemos o quadro, de 1975 para cá, que mostra os investimentos do Ministério dos Transportes em relação ao PIB. Se nós tentássemos voltar para trás, eu tentei e não consegui esses dados, infelizmente, vamos ver que isso chegou a 3,5%, 4%, até quase perto de 5%.

Na época, havia o Fundo Rodoviário Nacional, que era uma parcela do Imposto Único sobre Combustíveis. Quem é um pouquinho mais velho lembra disso. Ele chegou a investimentos expressivos, e aí é que foi feita a grande parte da malha rodoviária nacional e os portos também. Hoje, estamos com 0,31% do PIB em investimentos, quando a carga tributária está em 36%, 37%, dependendo da análise do economista. Naquela época nós tínhamos uma carga tributária na faixa de 25%, 26%, 23%. Nós chegamos a ter 25% de carga tributária, com 5% de investimento. Hoje, nós temos 36%, 37% e estamos com 0,31% de investimento. Nós estamos gastando em atividade meio e não estamos gastando em atividade fim. Nós estamos parecendo aquele *hamster* que fica correndo naquela rodinha e consumindo energia sem sair do mesmo lugar, quando devíamos estar gastando em investimento.

Novamente, a questão do PAC, volumes autorizados para investimento do PAC. Realmente, o PAC é uma realidade. Foram feitos investimentos. Houve um crescimento dos investimentos, houve uma mudança de patamar importante, significativa, mas ainda falta coisa para ser feita.

Total executado pelo Ministério: a média era R$5 bilhões, de 2001 a 2006, passou para R$11 bilhões, um crescimento de mais de 100% de investimento. Volto a frisar, importante, significativo, mas insuficiente.

E, nesse ponto, eu volto a falar o que a Drª Priscila falou. A questão de projetos é uma deficiência básica que nós temos hoje. O Brasil investe pouco em projetos, pouco em VTEs, e é um dos gargalos muito grandes que nós temos. Isso na área municipal, na área estadual e na área federal. Se pegar na área municipal, então, é um verdadeiro desastre a falta de projetos. Basta ver o problema da Copa do Mundo. Basicamente, era a falta de projetos nos Municípios. Os Municípios não sabiam, não tinham projetos, não tinham nem ideia do que queriam com a possibilidade da Copa do Mundo no Brasil. Os projetos foram criados com uma rapidez muito grande e com deficiências enormes em função disso.

Movimentação de contêineres nos portos. E frisando o que foi dito pela economista, nós vimos que houve um enorme crescimento, no Brasil, de 179%, no movimento de contêineres, uma média de 10% ao ano. Muito importante, mas,, se compararmos com o resto do mundo, vemos que só o porto de Xangai movimenta quase quatro vezes mais que movimenta todo o Brasil em contêineres. Cingapura, idem; só o porto de Roterdã movimenta mais do que todo o Brasil movimenta em contêineres.

Então, vejam o quanto nós estamos atrás. Apesar do crescimento de 10% ao ano, nós estamos muito atrás nisso aqui. Somos 43º de acordo com dados que pegamos na CNI, com quase 3 milhões.

Total de cargas, de movimentação de cargas em geral. E aí entra minério de ferro, soja, milho, trigo, todas as *commodities* que exportamos. Estamos a 5.904 milhões de toneladas, crescimento médio de 5,5%, crescimento nos últimos dez anos de 79%. Crescimento forte e importante, mas, novamente, comparando com o resto do mundo, vemos que a China e Xangai movimentam praticamente mais da metade do que o Brasil movimenta. Se somarmos, alguns portos chineses já ultrapassam o que o Brasil movimenta no total de toneladas. Nossos principais portos de movimentação, Itaqui, no Maranhão, que é o porto da Vale, movimenta 128 milhões de toneladas, muito menor do que movimenta Xangai e os outros portos chineses e outros portos do Oriente.

O programa de investimentos feito é muito importante, interessante, mas faltaram projetos. Tem que passar necessariamente por projetos. A economista Priscila, da CNT, falou bem claramente que empresário não é santo. Acho que não é santo, não é pecador, é um investidor. Como investidor, procura retorno de seu investimento. E toda vez que há riscos, significa preço. Quanto maior o risco, maior é o preço que se coloca.

Se vão comprar um papel de uma empresa quebrada no mercado secundário, colocam um preço bem baixo, porque o risco é muito alto. E assim vale também para projetos. Então, se o Governo quiser atrair o setor privado para as grandes obras que exijam, que tenham grandes recordes, sinto que claramente é questão de ferrovias, principal gargalo nesse ponto. Rodovias não tanto porque normalmente são dupli-

cações que o Governo está licitando ou ferrovias já existentes, para fazer a conserva e restauração delas, os aeroportos já são existentes, já têm dados locais, dados de projetos, dados da sondagem, então é mais fácil. Mas no caso ferroviário, o Governo deve investir em projetos consistentes e projetos de sondagem, para saber exatamente o que o empresário vai encontrar ali para ele poder orçar.

O modelo considero extremamente adequado, porque o *capex* desses investimentos ferroviários é muito elevado. Essa garantia que o Governo está fazendo via Valec, com aporte de recursos públicos de letras públicas, com garantias, fundo garantidor, é adequado, está bem feito, o modelo não é ruim, o modelo é bom. O que está faltando para decolar? Projetos. Não é à toa que o Governo virou o vetor da ferrovia de Açailândia à Vila do Conde para ferrovia do Fico, porque o Fico já tinha um projeto praticamente pronto. Então, é importante a questão de projetos.

Sempre lembrando que a nova NPP é uma lei importante, debêntures de infraestrutura é uma lei importante, e a lei dos portos, na visão da indústria, é uma lei extremamente moderna, com algumas deficiências, mas é extremamente moderna e reorganiza e atualiza todo o marco legal da questão da área portuária.

Na lei anterior, basicamente seguimos a questão daquele Decreto nº 6.620, que causa uma enorme indefinição sobre cargas de terceiros e terminais privativos. Isso foi resolvido, um grande passo que se deu para frente nesse ponto. Então, a lei modernizou nesse ponto.

Investimentos foram muito limitados. Aqui o Dr. Pedro falou com muita propriedade, não tenho nada a acrescentar.

Gostaria de fazer um pequeno acréscimo sobre algo que não falamos e que não está na minha apresentação. Fizemos um estudo no Rio Grande do Sul sobre o transporte hidroviário e cabotagem, mas principalmente hidroviário. Qual é o grande gargalo que tem o transporte hidroviário? Lembrando sempre que o Rio Grande do Sul é o único Estado, à exceção da região amazônica, que tem uma malha hidroviária extremamente importante, melhor que São Paulo. Por que a hidrovia não é usada, já que é mais barata, menos poluente, alivia as estradas e tudo mais? Por gargalos legais de burocracia e principalmente porque nós, ao longo do tempo, afastamos as indústrias da beira dos rios. Diferentemente da Europa, que transporta sobre navios qualquer carga a 100 quilômetros de distância, já coloca em charter e leva aos portos pelo Rio Amstel ou pelo Rio Reno. Não colocamos isso mais em barcos. Por quê? Porque temos sempre uma perna rodoviária.

Em 2007, liderei uma comissão de empresários e do Governo até Amsterdã e Roterdã, Holanda, para estudar o modelo deles. Trouxemos a autoridade portuária, a Amport, de Amsterdã, para fazer um estudo junto conosco para tentar competir, para tentar fazer com que nós tivéssemos um transporte hidroviário entre Porto Alegre e Rio Grande e não conseguimos chegar naquilo que o empresário quer: preço.

O preço que nós conseguimos sempre era batido pelo caminhão. Bater em velocidade é normal, porque o caminhão anda a 80km/h se não passar do seu limite de velocidade e o barco não chega a essa velocidade. Mas tentávamos ter preço. Conseguimos a carga, conseguimos o barco, conseguimos a janela, conseguimos o porto de Porto Alegre, e onde nós perdemos? No preço. E onde perdemos no preço? Perdemos nas exigências que tem o transporte hidroviário. Cada barco tem que ter uma licença da Anvisa quando parte e quando chega. Tem que ter a Anvisa lá. O caminhão não tem. O caminhão pode largar a sua sujeira ao longo da rodovia. O barco precisa da Anvisa.

O diesel, como ela falou, mais caro do que o transporte de longo curso, mas principalmente o que matava o transporte hidroviário é que tínhamos que ter uma perninha de 40 ou 50 quilômetros para trazer a carga da indústria para o porto. O que a Europa faz? A Europa coloca as indústrias na beira dos rios navegáveis e sai direto das indústrias para dentro das chapas. E dali para o porto e do porto para o mundo. Nós temos que inverter essa lógica.

Problemas ambientais. Há muita discussão com o setor ambiental para usar áreas próximas aos rios com indústrias. Talvez até pelo nosso modelo de mais rodovias não usamos a beira dos rios. Então, temos que fazer com que os Municípios e os Estados incentivem a instalação de distritos industriais ou indústrias na beira dos rios navegáveis.

O restante o Dr. Pedro Brito falou com muito mais condições do que eu. Falou exatamente sobre a questão de que temos ainda a baixa eficiência na gestão da companhia Docas na relação capital/trabalho, a nova Lei dos Portos, que trouxe um retrocesso, trouxe o órgão para situações que não havia antes e isso foi um retrocesso. Temos que cuidar disso, por quê? Porque vai criar uma competição muito forte para aqueles terminais privativos dentro do porto organizado e para aqueles terminais privados fora do porto organizado. E os terminais privados que foram feitos fora vão terminar pela CLT, e aqueles terminais privativos que vão ser dentro do porto vão ter que usar o órgão. Isso vai trazer diferenças muito grandes.

E como a economista Priscila falou, o preço da mão-de-obra é um preço importante nesse assunto e o porto que está fora disso não terá essa dificuldade.

Sempre lembrando a todos que nós vivemos num mundo globalizado. Não adianta criar barreiras e benefícios aqui se os outros países do mundo não os têm. Vamos acabar criando ineficiências dentro do Brasil. E ineficiências geram falta de competitividade em nossos produtos. E falta de competitividade gera menor produção. E menor produção gera menos emprego. E menos emprego gera mais pobreza. Então, temos que ser eficientes em toda a cadeia.

Isso é um problema dessa nova Lei dos Portos e, infelizmente, foi um ponto negativo dela. Mas em geral, como eu disse, ela foi extremamente boa.

Mas temos alguns pontos aqui. Temos 29 propostas dentro do Congresso Nacional que estão dispondo sobre legislação portuária e que são extremamente perigosas. Muitas delas trazem grande retrocesso se forem aprovadas no Congresso.

Outro problema muito sério que estamos tendo é uma cobrança que o setor todo considera absolutamente ilegal da Secretaria de Patrimônio da União, da SPU, do espelho da água do porto. É um verdadeiro absurdo o que está sendo cobrado pela SPU em cima dos portos. Isso é uma coisa que tem que ser vista pelo Congresso com rapidez, porque é um verdadeiro absurdo o que está sendo feito. Até hoje não temos a solução para isso.

A precariedade dos acessos terrestres. O Dr. Pedro Brito falou com total segurança sobre a questão do Porto de Santos, mas podemos reproduzir isso em menor escala para o Porto de Rio Grande, haja vista... Vou dar um exemplo no caso do Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Pelotas. Rio Grande não tem uma estrada duplicada, o acesso é complicado, no Porto de Paranaguá todo mundo vê as filas e filas que se formam; no Porto de Imbituba, em todos eles, enfim, é um problema sério que se tem e isso deve ser melhorado. Estão sendo feitos investimentos nisso, mas ainda tem muita coisa a ser feita Modernizou muito. Temos agora que vencer a questão da burocracia, gestão, baixa eficiência.

Um dos pontos negativos da lei, que alguns dizem, foi a centralização no Governo Federal. Num primeiro aspecto, pode ser negativo, mas nós temos que levar em conta que as Companhias Docas e os portos administrados pelos Estados estavam com muito baixa eficiência. Talvez, num primeiro momento, foi bom ter trazido para o Governo Federal. O Governo Federal normalmente delega isso com novas regras, com novos contratos de gestão, para que se torne mais eficiente.

Então, negativo, inicialmente. Houve muita grita em relação a isso. Nós achamos que de repente foi bom. Confiamos muito no trabalho da Antaq e da SEP, mas achamos que depois vai ter que se descentralizar de novo com novas exigências, com novos contratos de gestão.

O que nós queremos? Queremos que navios de porte possam atracar no Brasil e que sejam os terminais de uso público e privado, desde que com preços competitivos. Precisamos – e precisamos muito – disso.

Muito obrigado. Eu acho que consegui cumprir o tempo, graças aos dois palestrantes anteriores, que falaram boa parte do que eu ia falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Lins Portella Nunes, Diretor-Presidente da Construtora Sultepa, representando aqui a área específica da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Passo a palavra ao Dr. Silvio dos Santos, do Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans) da Universidade Federal de Santa Catarina.

O SR. SILVIO DOS SANTOS – Bom dia! A Universidade Federal de Santa Catarina agradece à Comissão de Infraestrutura, ao Senador Fernando Collor, por poder participar deste evento importante, em que se está discutindo o futuro do transporte no Brasil, principalmente dos portos.

O Laboratório de Transportes e Logística é vinculado ao Departamento de Engenharia Civil da universidade e foi criado em 1998. Fizemos um primeiro trabalho para a Petrobras, estudando o sistema de dutos. Eles precisavam de um modelo que melhorasse o gerenciamento. Ele nos procurou, e nós começamos, então, a desenvolver um conhecimento específico na área de modelos e planejamento de transportes.

Em 2003, firmamos um convênio com a ANTT. Até hoje mantemos esse contrato de apoio para o planejamento da ANTT. Em 2010, com a Antaq e a SEP, na administração do Ministro Pedro Brito, fomos, então, contratados, através de um convênio, para realizar o Plano Nacional de Logística Portuária. Isso foi importante para nós. E, na elaboração, então, desse plano de trabalho, nós procuramos nos adequar tecnicamente, com toda a estrutura que pudesse responder a essa nova demanda. Fizemos um contrato com o porto de Roterdã. Então, todo o plano teve o aval do porto de Roterdã, que, como foi mostrado, é um dos principais portos do mundo.

Como resultado disso, temos trabalhado em sintonia com os outros ministérios. Temos convênio também com o Ministério dos Transportes; como falei, com a Antaq, com o DNIT, e temos cruzado informações

para ter um planejamento mais próximo possível da realidade. Então, vamos supor, todas as deficiências que vocês já viram – e são muitas –, nós procuramos detectar nos modelos, no planejamento e conversar com os outros órgãos que não estariam vinculados a determinado convênio.

Vou focar principalmente na parte de acesso terrestre, porque um dos grandes problemas dos portos brasileiros é o acesso terrestre.

Então, portos, ferrovia, navegação interior, em 2030. Então, no nosso plano, foi feita uma projeção para 2030, para ver como o Brasil vai estar em 2030. Ele foi baseado basicamente no PNLP, que foi terminado em 2012. Então, foi realizado em 2010, 2011 e 2012. Quando ele ficou pronto, ele serviu como base para a nova Lei dos Portos, a nº 12.815, de 2013, em que algumas propostas e sugestões feitas no PNLP foram ou colocadas diretamente na nova lei, ou serviram para os debates. Então, foi uma participação importante.

Como já foi dito aqui, o nosso problema portuário está sério. O caminhão não tem mais condições de levar nossa carga. O comércio exterior cresceu muito e nossos portos não acompanharam. Então, a gente vem acompanhando aí que, nos últimos anos, está tudo trancado.

A rodovia não tem condições por diversos aspectos; e uma coisa que também ressalto é que os nossos portos estão em áreas urbanas no litoral, em áreas de turismo. Então, quando a gente pega os meses de janeiro e fevereiro, com a alta do fluxo turístico e urbano, vemos que, realmente, não há condições. Em São Paulo, Santos; no Paraná, em Paranaguá; ou mesmo no Rio de Janeiro. Então, esse quadro é notório. Mesmo em Paranaguá, onde a safra se escoa um pouco mais tarde, ali também se vê que o problema de acesso é muito complicado.

Vou falar rapidamente – e o pessoal que me antecedeu já mostrou –, mas o Brasil tem caído nos índices de competitividade em todos os fóruns e organizações que estudam o assunto. Então, de 1997 para 2013, nós caímos, no índice de competitividade do Fórum Mundial realizado na Suíça, de 34º para o 51º lugar. Também outros fóruns mostram que a nossa situação não é boa, como já foi mostrado anteriormente. E a nossa matriz de transporte, também como foi mostrado, é distorcida. Em um país continental como o Brasil e os anteriores aí, nós temos somente 24%, em 2007, de transporte ferroviário; um rodoviário forte; e o hidroviário com 14%. Realmente, com essa estrutura, com essa matriz, o transporte final sai caro.

O PNLT (Plano Nacional de Logística de Transporte), elaborado pelo Ministério dos Transportes em 2007, tem uma meta de mudar essa matriz de transporte, de 58% rodovia, 25% ferrovia e 13% aquaviário. Ele pretende equilibrar isso aqui para 33% rodovia, 32% ferroviário e 29% aquaviário. Então, dentro dessa diretriz, que é uma diretriz de planejamento da Nação, procuramos adequar o nosso Plano Nacional de Logística Portuária.

Então, vamos mostrar aqui um número mais recente, onde se vê que alguma coisa já começou a melhorar. A ferrovia está subindo para a faixa de 30%. Então, nós saímos de pouco mais de 20% e estamos chegando a 30%, que já é algum resultado, não ótimo, mas que mostra que a ferrovia começa a ter pequenas melhoras. Nós temos tido alguns trechos da Norte-Sul, da Ferronorte e também da Vale, com a duplicação da Carajás, e a otimização da Vitória-Minas, que nós temos procurado melhorar um pouco.

Agora vamos ver um pouco como é que ocorre a nossa navegação, o tipo de navegação.

A navegação de longo curso responde por 74%; a de cabotagem por 22%; a navegação interior por apenas 3%, infelizmente. A gente vai ver, depois, que o nosso volume de carga está longe do Amazonas, e, fora o Amazonas, nós só temos navegação interior em São Paulo, que também não chega no porto, parando a 250, 300km, no Rio Tietê. E ele tem que passar ou para o caminhão, ou para a ferrovia para poder chegar ao Porto de Santos. E, no Rio Grande do Sul, como o Portela referiu, há a navegação fluvial, que, devido àqueles vários aspectos, como ponta rodoviária e falta de levar a indústria para o rio... O franceses mesmo dizem: *Il fault se mouilier!* Ou seja: é necessário se molhar. A indústria tem que estar à margem do rio para utilizar o transporte por navegação interior, porque, se ela estiver longe, a ponta rodoviária mata a navegação fluvial.

Então, esse volume é bem baixo.

E eu vou focar basicamente aqui, agora, na parte de acessos.

As nossas cargas são basicamente granéis – sólidos e líquidos –, ou seja, o Brasil exporta muito grão e muito minério de ferro. Então, praticamente 61% das cargas que passam pelos portos são de granéis sólidos. Os granéis líquidos movimentaram, pela Petrobras basicamente, petróleo e derivados. A carga solta é pequena: 5%; e o contêiner, 10%. A carga solta é aquela que não vai ainda no contêiner ou que não pode, ou é melhor não ir no contêiner – basicamente bobinas de papel ou veículos, que vão fora de contêineres. Ou seja: o nosso grande desafio é como resolver o problema da nossa carga solta e dos contêineres.

Com relação aos modos de transporte – e aqui não falo em matriz, mas em modos de transporte no acesso aos portos –, a ferrovia responde por 47%; a

navegação interior por 3%; dutos, 24%; rodovia, 26%. Esses são números um pouco distorcidos, pois o minério de ferro que é transportado para os portos distorce essa matriz de transporte.

Nós fizemos uma previsão: os 903,8 milhões de toneladas, em 2030, passarão para 2,266 bilhões de toneladas, ou seja, será multiplicado por praticamente duas vezes e meia. Então, se os problemas hoje são sérios, em 2030, daqui a 16 anos, basicamente, ele vai ficar muito mais complicado.

E, dentro desse nosso planejamento, nós fizemos um beneficiamento para privilegiar as rodovias e as ferrovias. Ali o valor parece baixo, mas se a gente comparar com o que foi investido antes em hidrovias, a gente vai ver que é um valor razoável. E a gente prevê, então, como investimentos até 2030, algo em torno de R$120 bilhões. Esses números aí alimentaram o PAC. Então, foi passado para a SEP; da SEP para a Casa Civil e Ministério dos Transportes. Então, foi todo ele cruzado para justificar esse investimento. Como ele transcendia a SEP... A SEP planejar ferrovia é um negócio um pouco complicado, mas a primeira coisa que a Kotug Rotterdam disse foi: "vocês têm que estudar o acesso ao porto não a 20 ou 30km, mas a 1.000km, no caso do Brasil".

Então, a gente propunha, no nosso modelo, praticamente construir 12 mil quilômetros de ferrovias, 30 terminais intermodais e a recuperação de 2.750km de linhas existentes . E por que os terminais? Porque a carga depende de terminais adequados para poder passar de um modo para o outro. A ferrovia tem que ter feixes e linhas para fazer o transbordo. Você tem que ter equipamentos; você tem que ter toda uma estrutura portuária e rodoviária. Então, a gente previu esse valor, totalizando R$72 bilhões em 16 anos.

Para as rodovias, não é porque nós não estejamos resolvendo o problema, mas é que também não pode ser abandonada toda a parte de alimentação dos terminais de portos; ela tem que trabalhar. Então, propôs-se a duplicação de 4,5 mil quilômetros, a pavimentação de mais 20 mil quilômetros de rodovias que hoje são de terra, de chão, e a melhoria das rodovias existentes, totalizando R$3,8 bilhões.

E, para as hidrovias, vamos investir em cabotagem, construção de eclusas, dragagem e derrocagem, sinalização e também terminais intermodais, a fim de podermos também tirar a carga da hidrovia e colocá-la numa condição de chegar aos portos, aqueles portos que não têm acesso hidroviário.

Então, mostrando agora a conclusão de toda essa malha, nós propusemos na época, depois passado para o PNLT basicamente. A gente está criando, então, com a Norte-Sul uma espinha dorsal. Há um projeto já levando-a até Vila do Conde e vai até o Rio Grande. Então, é uma ferrovia que seria a espinha dorsal do transporte ferroviário do Brasil. E ela vai estar conectada às principais ferrovias. Aqui está Carajás; aqui a gente tem a Transnordestina. Então, eu estaria aqui no Porto de Vila do Conde e Porto de Itaqui. A Transnordestina, de Suape e Pecém. A gente também propôs uma ligação até a Norte-Sul, senão se perde toda a flexibilidade do sistema ferroviário. Então, propusemos uma conexão até a Norte-Sul. A Fiol, de Ilhéus, o projeto já chega à Norte-Sul; a Fico também segue a Norte-Sul. A continuação da Ferronorte foi inaugurada no mês passado até Rondonópolis, Cuiabá, chegando até Porto Velho. É um porto fluvial, mas é importante que tenha toda essa conexão ferroviária.

Não estava previsto aqui quando nós simulamos, mas estamos estudando agora para a ANTT a Cuiabá-Santarém. E todo esse sistema aqui estaria conectado às hidrovias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO DOS SANTOS – Todo ponto que eu passo numa hidrovia, eu tenho uma conexão. Inclusive, aqui na São Francisco a gente levaria um pequeno ramal até a Transnordestina.

Aqui no Sul, a Ferrovia Ferroeste, do Paraná chegando até o Mato Grosso; a Ferrovia de Integração de Santa Catarina. Portanto, essa é uma maneira de ter todo esse sistema integrado. Vocês podem ver que todo porto importante com relação à exportação estaria atendido por um eixo ferroviário. Por quê? Porque para Santos não adianta eu fazer mais rodovias. Ela tem que descer pela ferrovia. A ALL está sendo duplicada até Campinas. Então, deve haver nos próximos anos um alívio. E para a MRS, que é a cremalheirra, está sendo colocado um sistema novo de tração na Serra.

Paranaguá atingiu a capacidade: 17 a 20 milhões de toneladas; então, você não tem mais condição de levar por ferrovia. Então, Paranaguá tem que ter um acesso ferroviário novo.

Aqui Vila do Conde teria também esse acesso ferroviário. Itaqui praticamente já está integrado. A Transnordestina teria Pecém e Suape; Ilhéus também estaria aqui integrada; aqui a Vale, a MRS, no Rio de Janeiro, e Vitória que também já atendem o minério de ferro. A gente levaria, então, até o Rio Grande, que tem carência de um acesso ferroviário. Para atender a área de produção aqui eu sou obrigado a ir até o meio do Estado para voltar.

Então, com esse conjunto de medidas a a gente simulou que teria um ganho no custo Brasil muito elevado. O País voltaria a ser competitivo.

Completando, para simular isso a gente tem um modelo desenvolvido pela Universidade, um *soft* livre,

como se fosse um Word, um Excel, em que a gente simula as cargas, todas as posições das cargas, dos portos, das vias, em que a gente pode trabalhar em várias escalas, um detalhe ou trabalhar de um modo geral. O nosso estudo usou todos os dados da Secex. Foram mais de dois milhões de informações de todo o comércio exterior brasileiro, alocado Município a Município. Ou seja, nós trabalhamos com dados reais. Esses dados foram projetados para 2030, em vários cenários, procurando acompanhar toda a economia mundial. Vamos supor, com uma eventual nova crise de petróleo, o crescimento do Brasil mudando de fornecedor de matérias-primas para ser um País industrializado. Nós fizemos várias simulações. Então, são esses números que estão norteando todos esses novos projetos da SEP para que se possa ter uma política mais adequada no setor de transportes.

Basicamente seria isso.

Agradeço a atenção de todos, deixarei o meu e-mail para qualquer informação adicional. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Grato ao Dr. Silvio dos Santos, do Laboratório de Transportes e Logística (Lab Trans), da Universidade Federal de Santa Catarina.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Ministro José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor; nossos expositores. Queria saudá-los na pessoa do nosso Diretor Pedro Brito, que é o do nosso Estado do Ceará e eu o conheço há bastante tempo, da nossa vida de bancário, inicialmente ele no BNB e eu no Banco do Brasil. Em seguida, V. Sª assumiu a direção do Banco do Estado do Ceará, trabalhamos ali um bom tempo juntos, é evidente que eu no Sindicato dos Bancários.

E queria começar registrando, Sr. Presidente, a importância dessas audiências públicas, porque nos permitem refletir sobre a realidade brasileira e os passos que estão sendo tomados para superar os vários gargalos e impasses que nós temos. Eu lembro muito bem de que nos dois últimos anos, nas audiências públicas que nós fazíamos aqui no Congresso Nacional, no Senado Federal, sobre portos, o grande debate era o marco regulatório.

O governo federal, as entidades, a sociedade civil, a academia resolveram enfrentar esse problema. Aprovamos a Lei 12.815 com muito trabalho. Evidente que uma parte empresarial pretendia ficar com os gargalos de antes porque era uma forma que eles tinham de lucrar mais num país que precisava crescer cada vez mais. Felizmente, derrotamos este setor empresarial, aprovamos a Lei dos Portos. Todos nós aqui acompanhamos, o nosso ex-ministro Pedro Brito esteve algumas vezes conosco nesse debate aqui no Senado. Além de um conjunto de outros setores da sociedade civil tendo clareza de que era preciso mudar a mentalidade de setor empresarial brasileiro para essa nova realidade.

Tivemos aqui outro debate muito forte na questão aeroportuária, na parte aérea. Este País saiu de 20 milhões de usuários para 100 milhões, agora em 2013, e a tendência é chegarmos a algo em torno de 200 milhões em 2030, no planejamento da malha área e, a partir dali conseguirmos quebrar também uma série de barreiras. Cinco aeroportos. Já implantamos em três deles o novo modal de gestão, os dois outros começam agora. E o papel do Estado nacional é se dedicar aos aeroportos regionais para evitar esse absurdo. Para você ir ao Acre estando em Fortaleza, tem que vir a Brasília e depois ao Acre. Ou seja, você voa três vezes mais do que a distância se você tivesse voo direto naquela região. Isso vale para Manaus, onde felizmente já temos um voo da madrugada. Mas tem uma série de outros itens.

Tivemos o cuidado também, Sr. Presidente, de enfrentar o novo marco regulatório do setor energético para reduzir os custos da energia no Brasil. Nós temos uma série de geradores de energia já maturados no sentido dos custos, já apagamos mais de uma vez e continuávamos remunerando aquele setor de energia como se ele fosse uma fabricação de uma nova geradora de energia, como acontece nas regiões Norte, onde nós estamos fazendo. Muito difícil também, um embate duro aqui no Congresso Nacional para quebrar a logística e a forma de alguns aplicadores, que não têm nenhuma preocupação com o crescimento econômico, mas simplesmente com o lucro no menor tempo e na maior quantidade possível.

Tivemos outro embate grande – isso tudo nos últimos dois anos – sobre o Código Florestal. O Brasil é o segundo maior produtor de grãos no Planeta e quer chegar em 2030 sendo o primeiro produtor de grãos do Planeta com a melhor produtividade e o melhor marco regulatório. Eu estou colocando essas coisas porque tem alguns setores da sociedade brasileira que me parece que preferem olhar para o retrato de ontem do que para o esforço que toda sociedade está fazendo hoje para superar esses gargalos e transformar não apenas um País que é a sétima potência econômica do Planeta, mas também conquistar qualidade de vida melhor com melhor distribuição de renda, e com isso tendo o melhor desenvolvimento.

Eu acompanho de perto o setor da micro e da pequena empresa, lembro muito bem como era, aqui, nos anos 70, até 2005/2006. Saímos de 1,337 milhão de micro e pequenas empresas no Brasil e estamos

hoje com 8,5 milhões de micro e pequenas empresas formais.

Saímos de um País que tínhamos 35% da nossa população desempregada para algo em torno de 6%, em um curto espaço de tempo, tendo clareza de um País que tinha impedimento de fazer investimento, por conta do Fundo Monetário Internacional. A nossa ida ao Fundo nos impedia. Só de 2005 para cá que quebramos aquelas barreiras e passamos a ter um novo planejamento. É por isso que, de 1978 a 2005, o Brasil investiu pouco, porque tudo que ele produzia era para pagar dívida interna e externa.

Nós falamos muito da nossa carga tributária, é verdade. Mas é preciso voltar a 1998, em que a carga tributária era de 28,5% do Produto Interno Bruto e a nossa dívida pública interna era de 29% do Produto Interno Bruto. Essa dívida interna, em 2003, foi para 59% – estou falando da líquida – do Produto Interno Bruto e a carga tributária foi para 34,5% por conta desse crescimento da dívida pública brasileira. De lá para cá, essa dívida pública tem diminuído significativamente e a carga tributária, no que diz respeito aos Municípios e ao Governo Federal, de alguma forma nós temos enfrentado e tem diminuído. Só neste 2013, estamos reduzindo em R$72 bilhões a carga tributária do Governo Federal.

Temos um problema gravíssimo, que é o ICMS. E é isso que impacta boa parte dos custos que nós temos hoje. No setor de energia, por exemplo, o ICMS está na casa de 35% no País sobre o setor da geração de energia no seu consumo. Se você vai para o setor de petróleo, de combustíveis, é na casa de 33%, 34% o ICMS. Nós fizemos, outro dia, um grande debate sobre os custos das passagens aéreas e um dos motivos gravíssimos é o impacto do ICMS neste setor.

Aqui, a Drª Priscila faz referência, também, aos custos do combustível. Quando você abre esses custos o ICMS é outro instrumento altíssimo. E o que fazer? Nós temos uma máquina estadual com muitos problemas, não conseguimos avançar nesse setor. No caso do Rio Grande do Sul, nós estamos lá com uma máquina estadual basicamente parando, independentemente de que é Governo, e temos uma série de outras dívidas que foram construídas de 1998 para cá, a título de incentivo fiscal e uma série de outros fatores. Então, é dentro dessa realidade que temos clareza de que precisa ter muita coragem política para enfrentar, superar os problemas, para que o Brasil possa ser esse novo País.

Por isso, quero parabenizar todos, em especial o Dr. Silvio, pelos estudos que têm sido feitos, que têm contribuído. E, na nossa leitura, esse é um dos papéis da academia: ajudar o Brasil a construir saídas e sensibilizar as nossas entidades de classe a nos ajudarem também. Fazer a crítica é importante, mas apresentar, também, alternativas, porque nós construímos um forte mercado nacional e esperávamos que a indústria de transformação fosse capaz de abastecer esse mercado nacional.

Em 2012, nós importamos US$95 bilhões de produtos acabados para abastecer o consumo brasileiro. Neste 2013, nós deveremos importar entre US$102 a US$105 bilhões em produtos acabados para abastecer o mercado nacional. E esse espaço era exatamente o espaço da indústria de transformação, que é evidente que tem os gargalos, mas tem, antes de tudo, um mercado nacional e ele está sendo abastecido por produtos vindos de outros países.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero parabenizá-lo pelo ciclo de audiências que V. Exª tem feito nesta Comissão, porque nos permitem refletir e ter forças políticas para enfrentar aqueles grupos que, eventualmente, não querem que o Brasil dê os passos necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradeço a S. Exª o Senador Ministro José Pimentel pela sua intervenção bastante oportuna, como sempre, e passo a palavra a S. Exª o Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, Srs. convidados que participam desta audiência.

Realmente é preocupante a situação em que vivemos, e têm sido muito boas as palestras que o senhor tem proporcionado a esta Comissão, trazendo aqui especialistas de todos os cantos, porque dão uma visão geral daquilo que nós temos e do que somos, muito embora nos deixem avexados com relação àquilo que queremos ser. É complicado e é preocupante. Dá uma sensação de impotência, dá a sensação de que em nossa geração pouco poderá acontecer, porque estamos completamente precisando de tudo para as coisas fluírem com naturalidade.

E somos ufanistas, gostamos de achar que está tudo bem, mas na verdade tudo está estancado, porque nada flui para nada. Se nós pensamos em fazer alguma coisa neste País... Nenhum governo consegue inaugurar uma obra que planejou, que começou ou em que pensou, porque tudo é o tempo com a burocracia que nós temos, com a falta de projeto, com a falta de inteligência, com a falta de logística; não dá para fazer. Se pensam em fazer uma rodovia... O Sarney começou a Norte-Sul. Já foram cinco governos depois de Sarney e não conseguem, porque na verdade a burocracia atrapalha mesmo. Ali nós vemos o absurdo de tantas medidas que têm de se tomar para aprovar

um projeto. E depois desse projeto, ele é apenas um pré-projeto, e daí vai, vai e vai para chegar ao último...

Ela falou dois anos e meio, eu acho que é pouco. Quando eu estive no DNIT ajudando, prestando um serviço de assessor parlamentar lá, eu consegui ver que é impossível as coisas caminharem. Quando está para sair, aí vem um índio, aí vem IPAAM e vem não sei o que, e as coisas não caminham. É uma pena, porque no Brasil, um potencial tão grande como este, um País tão grande como este, tão bonito como este, nós ficamos enrolados em processo burocrático, e as coisas... Cada dia mais se acha um inteligente para colocar mais um atrapalho à frente, para que ele pense que está coibindo as coisas erradas que acontecem no País. É muito ruim isso.

Então nós vimos agora a Copa. Tudo feito assim às carreiras, de uma forma errônea, sem projeto, sem nada, de repente faz um túnel e não faz escoamento da água, vem chuva, enche tudo, fica ali aquele negócio todo. E está acontecendo no Brasil todo. É uma pena que isso aconteça.

Hoje nós estamos falando aqui da parte logística do País. Um País tão grande como este. De repente eu vi um mapa bonito aqui do Prof. Silvio, e realmente a saída tem que ser por ali, duas grandes vias de comunicação norte-sul, e depois as transversais, o que seria o ideal, o Brasil ideal. E não seria tão difícil, porque o dinheiro não é tanto assim. Há dinheiro para tanta coisa menos importante, não é? E para organizar a logística do País, nós não estamos tendo. Em quinze anos que planejamos a 2030, quer dizer, praticamente aquele dinheiro não existe. Para um País como o nosso...

Mas para isso na verdade as coisas não acontecem, porque vão se perdendo pelo caminho. Acho que todos esses meios aí, nós temos a rodovia, a ferrovia, a hidrovia, aerovias, tudo depende de portos e aeroportos. Se quiser exportar para a balança de pagamentos engordar um pouquinho, precisa levar tudo lá, e é onde menos se está pensando em investir. É uma brincadeira pensar que um navio fica trinta dias num porto esperando para descarregar ou para carregar. Quer dizer, isso é uma loucura, é um negócio que não dá para imaginar. Num lugar mais ou menos sério, não dá para imaginar que isso possa acontecer.

Portanto, Sr. Presidente, eu vejo com muita tristeza que se nós não demovermos aqui essa parte burocrática do País, é impossível. Nós estamos lá com a estrada em Mato Grosso, a BR-163, que sai de Rondonópolis, para duplicar de Rondonópolis a Mutum. Olha, isso já vem de alguns governos e não consegue ultrapassar, não passa da Serra de São Vicente, que é um pedaço de 90km. Começou ali perto de Mutum, cinquenta e poucos quilômetros, já acabou e parou. Não vai, não adianta. Centenas de máquinas paradas à beira da pista, e as coisas não caminham. E a produção no nortão lá, transbordando, crescendo, plantando milho, nós temos milho lá perdendo no tempo, e talvez a maior produção de milho do Centro-Oeste foi em Mato Grosso, este ano. E a gente não tem onde colocar, não tem armazém, não tem onde tirar também. A estrada esburacando, a chuva chegando, e a gente louco ali, e as fazendas produzindo, e todo mundo com tecnologia e tal, e as coisas não acontecem. E cada vez mais...

É incrível! Olha, não dá, eu fico desesperado, porque na verdade a gente está vendo as coisas, e tudo com pressa, e a gente não pode fazer nada. Se aqui não fizermos uma reforma na base do Estado, Sr. Presidente, não vai acontecer nada, vai continuar do mesmo jeito. Onde já se viu, negociar uma estrada que tem mais de 100 anos trafegando e precisa tirar uma licença de meio ambiente, porque vai ter impacto ambiental? Isso é uma loucura, isso é uma irresponsabilidade total. Quer dizer, é o Estado contra o próprio Estado. Eu nomeio um agente, pago pelos cofres públicos, para atrapalhar o Estado de desenvolver, fazer estrada, fazer ferrovia, esse negócio todo.

Eu anuncio uma grande hidroelétrica, mas não faço, para usar isso aí depois como transporte, como tráfego hidroviário.

É brincadeira! Você faz as comportas, não pode abrir, quer dizer, você tranca ali, fecha e não faz mais nada naquele rio. Você vai à China, em qualquer filete de água eles colocam ali os barquinhos, e tal, e vai, e transportam as suas mercadorias produzidas.

Então, ou nós mudamos os nossos conceitos, mudamos o nosso pensar em termos de Brasil, ou não vai acontecer. Vão ter sempre palestras lindas como essa aqui, pessoas inteligentes falando, mas as coisas não acontecem.

Aí, eu fico desesperado. Eu tenho 64 anos de idade, tenho trinta e poucos anos de vida pública, mas, quando eu vejo assim, parece que a gente está patinando no mesmo lugar já há alguns anos e as coisas não acontecem.

Tenho dó e pena das futuras gerações, dos meus filhos e netos, porque eles não vão ter o Brasil que precisam ter, e o Brasil não vai atingir a sua posição que precisava, porque nós estamos atrapalhando.

Sr. Presidente, é lastimável a gente ver isso. Ali na Comissão de Educação, de que eu faço parte, e tenho que ir lá votar agora, eu vejo a mesma coisa. Educação é prioridade para todo mundo em época de campanha, mas, quando chega para fazer a coisa de verdade, não é prioridade para ninguém.

Isso é decepcionante, mas é o Brasil que temos e somos representantes do povo que aí está, e um

atrapalha o outro, e as coisas ficam, e nós estamos jogando dinheiro fora, de um País que já tem tão pouco.

Era o que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Osvaldo Sobrinho, pela sua intervenção, e eu gostaria, apenas, antes de passar a palavra a S. Exª o Senador Sérgio Souza, de fazer um breve comentário.

Eu entendo, por ter sido já Presidente desta Comissão num período coincidente com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento pelo Governo Lula, que esta foi uma das melhores iniciativas que nós já vimos em termos de o Estado comentar o desenvolvimento e o crescimento e partir na frente com isso, chamar a iniciativa privada para uma maior participação nesse conjunto de investimentos que estão sendo feitos desde esse lançamento do PAC, isso desde a época do Dr. Getúlio, com a participação do Estado tão presente no PAC, quando ele foi lançado. A grande realidade é que nenhum de nós estava preparado para ver este novo momento sendo criado para o Brasil.

Então, em função disso, não havia projetos suficientes, não havia mão de obra qualificada suficiente, não havia, ainda, o despertar da consciência de alguns empresários para um novo papel para o qual eles estavam sendo chamados e isso tudo atravancou um pouco, para não dizer, em alguns setores, bastante, o andamento dessas obras.

É preciso que nós pensemos, portanto, na situação em que nasceu, no momento em que nasceu o PAC. Em nenhum instante, quando falam, "não, as obras do PAC não estão avançando, não estão sendo realizadas a contento", a bem da verdade, em nenhum momento – em nenhum momento –, faltou um centavo para que fosse dada continuidade às obras. Em nenhum instante. O que está havendo... E esse é um ponto que o Senador, S. Exª o Senador Osvaldo Sobrinho, tanto como S. Exª o Senador Ministro José Pimentel sempre colocam aqui, com muita clareza, e que hoje foi posto, também, pelos nossos palestrantes: são os entraves burocráticos que estão aí implantados, há anos, há décadas – há décadas, há décadas –, e que precisam ser modificados.

Somando-se a isso, há, hoje, uma verdadeira concorrência entre os órgãos fiscalizadores do Estado para saber qual deles paralisa mais obras, multa mais, impede que essas obras prossigam, porque eles conseguem vender aquilo que é uma mentira – como digo –, porque é uma meia verdade. E toda meia verdade é uma grande mentira para a mídia: a de que estão fazendo uma ação em benefício da comunidade brasileira, da sociedade brasileira, do consumidor brasileiro, de que estão fazendo economia de recursos do Tesouro Nacional. Isso é uma mentira na maior parte das vezes, porque o custo da paralisação de uma obra é maior. Ela sai, ao final, por um preço muito maior, do que se a deixassem continuar.

E aquele fiscal não paga nada se, depois, adiante, for verificado que o motivo que assinalou como aquele que originou a paralisação da obra não é procedente. Então, é acrescido a essas obras um custo muito maior do que, como disse, se a deixassem continuar e se esses problemas fossem sendo discutidos paralelamente.

Todos nós somos favoráveis à fiscalização. Alguns querem distorcer a nossa apreciação a respeito disso. Onde há recurso público tem de haver fiscalização. Agora, o que, definitivamente, não pode continuar acontecendo neste País é essa concorrência predatória do Tesouro Nacional e dos interesses da população brasileira, que é os órgãos fiscalizadores concorrerem entre si, para saber quem mais multou, quem mais paralisou obras. para aparecer na mídia, dizendo "Houve uma economia de tantos milhões de reais". Meia verdade. Meia verdade.

E cada um dos Srs. Senadores, cada um daqueles que estão nos ouvindo e que estejam afeitos a esse tipo de matéria, a esse tipo de assunto, sabe, muitas vezes, de uma obra paralisada como essa. Cada um pode citar um exemplo. Há obra que ficou paralisada durante dois anos, e depois foi visto que o motivo pelo qual ela havia sido paralisada não subsistiu numa análise mais acurada, e o custo dela – vamos supor, em números redondos –, que seria de 100 unidades monetárias, passou para 200 unidades monetárias, com prejuízo para a população brasileira.

De modo que esse é um ponto, realmente, com que devemos nos preocupar, como também é a questão da burocracia. Aqui foi visto que 44 documentos são exigidos para a navegação de cabotagem, assim como para a navegação de longo curso. Essa é uma coisa que absolutamente precisa mudar, é um *nonsense* absoluto, como também é a questão de se conseguir o financiamento da Marinha Mercante. Há uma corrida de obstáculos cada vez maiores, para se poder alcançar esse tipo de financiamento.

Há a questão das rodovias, quando se fala "Ah, não, as rodovias estão agora superlotadas" Mas isso acontece devido ao que falei no início, ou seja, o Brasil não estava preparado, de um lado, para receber tantos investimentos induzidos pelo Estado e, por outro lado, não estava também preparado para o crescimento que o Estado teve.

Quer dizer, nesses últimos dez anos, 40 milhões de pessoas ingressaram no mercado de consumo. Isso significa que tiveram acesso, pela primeira vez na vida,

a um eletrodoméstico e até mesmo a um carro. Melhoraram seu padrão de vida, saíram da pobreza absoluta e ingressaram no mercado de consumo.

Quando vemos nossos aeroportos, o mesmo acontece. Vemos concorrência entre as companhias aéreas pelo afluxo de novos passageiros, de novos clientes que nasceram dessa explosão do mercado interno. Eles viram que era mais rentável utilizar o avião do que, às vezes, o próprio transporte rodoviário. Em função disso, os nossos aeroportos superlotaram.

A nossa produção agrícola também foi estupenda. O Senador Osvaldo Sobrinho, representante do Centro-Oeste brasileiro nesta Comissão, sabe mais do que ninguém a pujança do seu Mato Grosso, o que aumentou a produção agrícola! Aumentou de forma exponencial!

Também não estávamos preparados para isso. Então, vamos dizer o quê? Que era melhor que a nossa produção agrícola não tivesse subido tanto; que era melhor que 40 milhões de pessoas não tivessem ingressado nesse mercado de consumo; que seria melhor que não tivéssemos tido um crescimento grande nesses últimos anos como tivemos? Enfim, era melhor que o PAC não tivesse existido?

Não! Nós tivemos realmente de fazer isso e estamos correndo atrás para reparar. Para reparar, não. Para fazer com que a nossa infraestrutura acompanhe esse nosso crescimento. Agora, é algo muito difícil. Que há razões de sobra para que as críticas sejam feitas em relação a nossa infraestrutura, sem dúvida, há porque a crítica é de cada um de nós, que se sente de alguma forma incomodado com o trânsito, com a mobilidade urbana, com a questão dos nossos aeroportos, com a questão das nossas rodovias, com a questão dos nossos portos, que não têm capacidade de escoar a nossa produção; com as nossas rodovias que não têm capacidade de atender à demanda dos nossos caminhões que transportam os nossos grãos e assim por diante.

Mas é necessário também que reconheçamos que ainda bem que estamos tendo esses problemas, porque são problemas próprios do crescimento. São problemas próprios de um país que cresceu e que ainda continua se esforçando para manter o seu crescimento. E aí estão os investimentos feitos no PAC, como foi dito aqui.

O patamar de investimentos em infraestrutura mudou e mudou bastante para cima. Estamos tentando agilizar o máximo possível, de acordo com o momento em que vivemos. Passamos, como todos sabem, uma crise séria mundial, mas estamos agora tentando sensibilizar o investidor privado para que ele participe desse processo.

É verdade que existem desconfianças dos investidores, de alguns investidores em relação a algumas áreas. É verdade, porque todo investidor vê a questão do risco que está correndo em primeiro lugar, e alguns veem um risco maior do que outros em determinadas áreas. Então, vimos que, na licitação de rodovias, em relação à BR-262 não apareceu nenhum licitante, mas em relação à BR-163 já houve um ágio estupendo.

Enfim, então tudo isso depende muito do humor dessa coisa intangível chamada mercado. Mas estamos avançando. Estão aí os leilões na área de óleo e gás. Agora, até o dia 27 de dezembro deste ano, teremos uma série de licitações. Hoje mesmo, está acontecendo – agora, começando às 10h – licitações de três BRs importantíssimas, inclusive uma no próprio Mato Grosso do Sul, se não me engano – a de Mato Grosso foi anterior. Enfim, temos também a questão do porto de Santos que está sendo realizado. Tenta-se de todas as maneiras fazer algo, e este é o tema de nossas audiências públicas: desatar o nó, os gargalos que existem hoje na nossa infraestrutura.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de ter um minuto apenas para completar.

Para tudo isso acontecer, é preciso determinação e vontade política. Para isso, é preciso arriscar. Só houve dois Presidentes no Brasil que arriscaram e tiveram coragem e peito para fazer: Juscelino Kubitschek, quando peitou mudar a Capital para cá e abrir Belém-Brasília, interiorizando o País; e V. Exª, que também modernizou o Brasil no seu governo; teve peito e pagou com a sua vida pública, praticamente quase toda ela.

Agora, tem que ter coragem, senão não acontece. Com medida de implantar "bolsinha" aqui, "bolsinha" ali, "bolsinha" lá, não se vai chegar a lugar nenhum. Com todo respeito, eu sou da base governista, mas as coisas não vão acontecer assim. Ou se tem coragem política para tomar posição, ou as coisas não vou acontecer. O resto é tudo paliativo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Osvaldo Sobrinho pela menção que fez à minha passagem pela Presidência.

Com muita satisfação, passo a palavra a S. Exª o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, eu tive que me ausentar rapidamente para relatar um projeto

na CAS, mas esse é um tema de que eu gosto muito. Tenho procurado, aqui nesta Comissão, participar das audiências públicas.

No plenário, ontem, fiz um pronunciamento sobre rodovias e concessões – uma comparação dos pedágios, das concessões da década de 90 com a atual, mostrando que, em alguns Estados brasileiros, não cabe mais pedágio.

Como é o caso do Paraná, que tem 27 praças de pedágio, que são uma média R$10,00 por praça – isso para automóvel ou eixo de caminhão –, numa distância média de 50 a 60km. Fazendo comparação com essa 163 de Mato Grosso, que, para 100km, R$2,64 e que deve ser duplicada. No meu Estado não há previsão de duplicação, lamentando. Isso tudo é indutor de aumento de custo Brasil.

E esta Comissão tem um papel preponderante. Além de ser a Comissão de Infraestrutura, busca trazer para cá os debates, porque também temos a prerrogativa de fiscalizar. É prerrogativa própria da Instituição, do Poder Legislativo, a fiscalização. E você faz fiscalização de várias formas. Uma delas é colocarmos à mesa audiências públicas, como essas que são promovidas semanalmente aqui nesse ciclo de debates, para destravar o Brasil, para ouvirmos os lados – o lado do setor produtivo, o lado do Governo, as opiniões de entidades como a CNT, que estão, no dia a dia, vivenciando isso.

Eu tenho, como meta de mandato, desde que cheguei ao Senado há quase três anos, buscar reduzir o custo Brasil. O Brasil é um País ainda muito caro. Nós sabemos dos problemas do Brasil, mas precisamos entender as causas desses problemas. E precisamos tratar as causas para resolver os problemas.

No Brasil, por décadas, não se investiu em infraestrutura. Quando tivemos os últimos leilões de terminais portuários, Dr. Pedro Brito? Eu sou do Paraná, temos lá o Porto de Paranaguá que, em dez anos, licitou um único terminal. Quantos berços foram construídos? O sistema que estava posto não funcionava. E, para mudar aquilo que se está acostumado a vivenciar, dá trabalho. Há forças contrárias. Por exemplo, quanto é o salário de um prático? Vamos ficar só nessa pergunta; eu não vou responder, porque cada porto tem uma resposta. Eu não sei se isso é algo normal ao redor desses portos todos do mundo. Quanto custa o embarque de um contêiner? Agora, o problema é público somente? O problema é também de uma burocracia excessiva? A burocracia leva a uma série de consequências, não é? Como, por exemplo, à corrupção. Quanto mais difícil é, mais pessoas vendendo facilidade aparecem. Não é assim que funciona? E não é só no Brasil, não; é no mundo todo.

Então, eu gostaria de deixar aqui a minha opinião: percebo que o Brasil tem se esforçado muito. Sei que o Brasil é um País sem planejamento, que sempre está correndo atrás do prejuízo, já que não temos os projetos necessários. Por isso, criamos aqui um instrumento – e o Congresso Nacional foi o grande responsável por isso – que é o Regime Diferenciado de Contratações. Esse regime permite que vá se executando o projeto de uma ferrovia ou de uma rodovia enquanto se faz a rodovia, porque nós sabemos que...

Por exemplo, lá nós temos uma ferrovia, que é o corredor ferroviário do Paraná, que sai do Mato Grosso do Sul, lá de Maracaju, virá por Guaíra, vai passar Cascavel, vai até ao Porto de Paranaguá, que vai passar pela Serra do Mar. Sabemos que a maior faixa de conservação de Mata Atlântica de Serra do Mar é no Paraná, que tem reservas indígenas, que tem parques estaduais, federais, que tem toda uma questão ambiental. Agora, define-se um traçado, faz-se o EVTEA – estamos até trabalhando para que a Universidade Federal do Paraná seja parceira nisso, e provavelmente o Instituto Ambiental do Paraná é que vai licenciar –, faz-se a licitação e contrata-se aquele que vai construir. E o projeto vai ser executado de acordo com o cronograma das obras, porque um projeto dessa magnitude leva uma década para se fazer, ou Cinco anos. Quantos anos são necessários para dizer o quanto é a remoção de terras, perfurar montanhas, fazer obras de artes de passagens, viadutos e assim por diante? Quantos parafusos, o peso... Há detalhes técnicos onde os engenheiros vão colocar... E demora anos fazer isso. Agora, enquanto se vai fazendo o projeto, fazemos a rodovia, a ferrovia. Por quê? Porque nós não temos um banco de projetos. Não temos isso. E, se não temos, o Brasil não pode esperar construir-se um banco de projetos para, depois, começar as obras. O Brasil está em um ritmo de crescimento, como colocado aqui por S. Exª, o Presidente Collor, que é natural do crescimento social e econômico deste País. Nós, que éramos importadores de alimentos, há 3, 4 décadas, hoje somos o segundo maior produtor mundial, e seremos o primeiro. E nós temos que mandar isso para algum lugar.

Eu não admito: em um país como o Brasil, que é importador de fertilizantes, um navio fica 90 dias atracado na baía de Paranaguá, por onde entram pelo menos 60% do fertilizante consumido neste País, ao custo médio de US$30 mil, US$40 mil a diária sobre a estadia, US$3 milhões; ele desce, descarrega – a indústria ainda está ali, a indústria dos fertilizantes, que faz as misturas ali, o granulado –; ele sai de caminhão, que vai lá para o Estado do Mato Grosso, do Senador Osvaldo, do Senador Blair, do Senador Pedro Taques,

milhares de quilômetros em rodovias ineficientes. Eu, como muitos dos senhores e daqueles que nos estão assistindo, já tive a oportunidade de passar pela Europa, pelos países norte-americanos. Nós não vemos caminhão de carga lá nas rodovias, não! Os caminhões que vemos nas rodovias são caminhões-baús, transportando produto final, acabado, que vai para as prateleiras, direto para o consumidor. Não existe isso!

Estamos atrasados? Concordo, estamos atrasados. Mas temos de reconhecer que estamos fazendo alguma coisa. No Brasil, está-se investindo. Quem passa pelos aeroportos do Brasil vê o que está acontecendo; quem anda o interior deste País vê o que está acontecendo do ponto de vista de rodovias. No Paraná, por exemplo, o Governo Federal está investindo R$3,5 bilhões em rodovias, e não haverá uma única praça de pedágio, porque não cabe mais pedágio. Não cabe! Porque se engessa mais o Estado. As empresas não querem instalar-se mais no interior do meu Estado por conta do custo do pedágio. Eles fazem a conta, colocam na planilha. Disse aqui a Priscila muito bem: nenhum empresário vai investir de forma a que não tenha segurança para o investimento, e ele vai medir onde vai colocar o seu empreendimento. E, se queremos descentralizar, levar o desenvolvimento para o interior deste País, desse Estado, precisamos de infraestrutura e logística.

Duas colocações bem rápidas, Sr. Presidente, para terminar.

O Ricardo colocou que o Brasil é um país que, no *ranking* mundial, comparado aos BRICS, está em último lugar sempre. Eu só queria saber como são feitos esses comparativos: se pelo tamanho do País, se *per capita,* se pela quantidade de quilômetros de ferrovias, de rodovias... Como é esse *ranking*?

E a Priscila falou bastante da falta de planejamento, da falta de projetos; que há urgência, há burocracia. Eu gostaria de perguntar a você, Priscila, como era ontem. Se evoluímos em relação ao ontem ou se ainda estamos deixando a desejar em relação ao ontem. Ontem, quando não tínhamos nenhum plano, no sentido de dar... Acho que o Brasil não tinha dinheiro para investir. Na década de 90, quando foram implantados esses modelos de concessões, o Governo Federal não tinha dinheiro para investir. O Brasil era um país dependente do FMI; o Brasil era ainda um país relativamente pobre. Hoje não! Hoje somos um País rico. O Brasil está num tal porte que ele se dá o direito de promover desonerações que vão chegar próximas a R$100 bilhões. Isso é importante. Qual foi o último imposto colocado neste País nos últimos dez, doze, quinze anos? Não há. Muito pelo contrário: saiu CPMF, nós criamos um sistema diferenciado para as micro e pequenas empresas, as desonerações. E há outras demandas da sociedade, como saúde, educação. O povo sempre vai querer o Estado totalitário: que a União, o Poder Público dê tudo e vai querer pagar cada vez menos impostos. Agora, temos que promover o equilíbrio e só vamos conquistar o equilíbrio quando agregarmos valor ao nosso produto interno bruto, ao nosso produto, com a redução do custo da sua produção, do seu escoamento, aí sim, vai ficar mais dinheiro, vamos gerar mais impostos, vamos desenvolver ainda mais.

Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito bom dia, muito obrigado a S. Exª, Senador Sérgio Souza. Passo a palavra à Drª Priscila Santiago, economista da Confederação Nacional de Transportes.

O SR. PRISCILA SANTIAGO – Senador, concordo que está realmente melhor do que antes, o problema é que, em economia, tomamos um cuidado...

(Soa a campainha.)

O SR. PRISCILA SANTIAGO – ...não olhar, não comparar o meu futuro com o meu passado, porque toda vez que fazemos isso, acabamos saindo de uma base não desejável. Comparo o que tenho hoje com aquilo que preciso ter para uma condição melhor.

De fato, temos muito mais investimentos do que tínhamos em 2002 – muito, mas muito mais mesmo –, em termos nominais, temos quase três vezes mais; é muita coisa, sabemos disso. O que está acontecendo? Concordo, antigamente tínhamos dinheiro. Na década de 80, nada. O problema é que, hoje, temos dinheiro e, independentemente do privado, mas, no público, hoje, temos dinheiro. O que está acontecendo é uma falta de não sei se capacidade ou alguma coisa na gestão desse recurso. Por exemplo, dos R$19 bilhões que temos autorizados para esse ano, até agora cumprimos R$8 bilhões. Não estou dizendo que não existem esforços. Acreditamos e concordamos em que há esforços, existem algumas amarras burocráticas que estão sendo destravadas, mas, ainda assim, existe muito a fazer, porque realmente não vou olhar, desculpe, para o passado, não quero aquilo mais para mim, quero melhorar.

Concordo em que não estávamos preparados, mas, quando agora formos pensar em infraestrutura, quando formos pensar em logística, não vou pensar daqui a cinco anos, porque, daqui a cinco anos, a minha produção de tudo estará muito maior e, se eu fizer um planejamento de infraestrutura, em que a maturação é muito longa, quando ficar pronto já não vale mais. Então é isso, não é uma questão “não concordo que melhorou”. Concordo! Melhorou e muito, mas posso fazer mais.

Historicamente, nos últimos anos, não temos investido da União 50% do que temos. Não estamos pedindo, reparem – a CNT não pede – exatamente que se aumente o volume disponível no setor de transporte pela União. Pedimos: executem! Isso é o que pedimos muito: executem. Se há R$19 bilhões, por que vou aplicar R$9 bilhões? É essa a questão. E esses R$19 bilhões são necessários. Por isso que falei que acho complicado aplicar R$50 bilhões em dois anos. Não sei realmente se temos capacidade – nós, País – para fazer tudo e nosso setor de transporte para absorver tanto.

Agora, a participação da iniciativa privada é outra coisa que defendemos muito, já há alguns anos. Estou na casa há dois anos e pouco só e, desde então, viemos trabalhando muito com isso. A participação da iniciativa privada não é uma panacéia, mas é fundamental para destravar o sistema. Por quê? Ganhamos *expertise*, agilidade e, para a CNT, o que é mais bonito disso é que, quando deixo a iniciativa privada fazer aquilo que é atrativo para ela em termos de gestão de faturamento, o meu orçamento fica com uma pressão muito menor e vou poder investir onde preciso, que tem importância de interligação, uma importância social muito maior do que às vezes uma econômica. Preciso de uma ligação entre cidades, entre Estados pouco desenvolvidos ou que dependem muito de passar pelo centro.

Como eu faço isso? Desafogando o Estado.

Nós temos problemas. Por exemplo, não gosto de pagar um pedágio caro, mas fizemos uma pesquisa esses dias que está para sair, em que o transportador prefere pagar o pedágio a rodar numa rodovia esburacada. Por quê? Dependendo da qualidade da rodovia, o custo operacional dobra. Rodovias muito ruins, como temos no Pará – e eu sou do Pará – dobram o meu custo. Para que eu quero isso? Eu pago pedágio. Eu quero eficiência e eu quero fazer ponta com o rodoviário, eu não quero fazer norte e sul com o rodoviário.

Então é isso. Melhorou, mas tem muita estrada pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Drª Priscila Santiago.

Agora, passo a palavra ao Dr. Ricardo Lins Portella Nunes, Diretor Presidente da Construtora Sultepa e representando aqui também do núcleo da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. RICARDO LINS PORTELLA NUNES – Senador, respondendo a sua pergunta, isso é um *ranking* feito pelo Fórum Econômico Mundial, que, basicamente, mede a qualidade da infraestrutura.

Quais são os parâmetros eu não sei, mas é qualidade e não extensão.

Já que me foi dada a oportunidade de falar, eu gostaria de sempre colocar algumas coisas que para nós é muito importante.

Não existe almoço grátis.Friedman dizia: "*there's no free lunch*".

Alguém paga esse almoço.

Alguém paga esse almoço, no caso da infraestrutura, pode ser o usuário com o seu bolso esquerdo ou o contribuinte com o seu bolso direito.

O que é o mais certo? O que é o mais correto? Acho que são os dois, dependendo da situação.

Não podemos nunca abrir mão das concessões, em que há sustentabilidade da rodovia por parte da concessão como não podemos abrir mão de um investimento público total. No meio do caminho ficam as PPPs, Parcerias Público Privada. Aliás, o Governo Lula inovou muito nessa legislação. É uma legislação extremamente moderna, que é a da PPP. Então, nós temos de ter as três.

Eu gostaria de estar no seu Estado, o Paraná.

O Rio Grande do Sul, por exemplo, só comparativamente, tem 11 mil km de estradas pavimentadas, enquanto o Paraná está com 22 mil km. O Rio Grande do Sul tem 400 km de estrada duplicada, enquanto o Paraná está com mil km. E nós temos mais ou menos a mesma população e mais ou menos o mesmo PIB. Veja o atraso do Estado do Rio Grande do Sul. Eu gostaria de estar no seu Estado, no Paraná, mesmo com as estradas com pedágio.

Existe um estudo feito pela Lab Trans, que é o Laboratório de Transportes da UFSC, que mostra que as rodovias, nas condições que estavam antes das concessões, eram muito mais caras do que depois das concessões.

Agora, a senhora tem de lembrar sempre o seguinte: o que aconteceu com as concessões da década de 90? Os juros no Brasil eram extremamente alto, o BNDES não analisava concessões com taxa interna de retorno menores de 23% – o BNDES, que era um banco estatal que financiava isso. Hoje se analisa com 8%, 9% ou 7%. Mudou o Brasil e mudaram as taxas de juros internacionais.

As agências estão aí para fazer o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Elas existem para isso. Os contratos de concessão são contratos de 25 anos, de 30 anos, são longos e permitem isso.

Agora, não podemos abrir mão do investimento privado e da gestão privada. O que a engenharia nacional, em termos rodoviários, cresceu em termos de qualidade e de inovação com as concessões, foi um passo enorme.

Mais há outro aspecto extremamente importante, que a Drª Priscilla colocou: por que não se gasta? Onde

é que estamos esbarrando? Nos órgãos de controle. Por quê? Por que os órgãos de controle, quando entram, não entram só contra as empresas – as empresas não têm mais segurança –; entram, e isso é muito grave, no CPF dos ordenadores de despesas.

Então, um ordenador de despesa, um funcionário público honesto, correto – a grande totalidade é correta e honesta – que ganha lá os seus R$15 mil, vem o TCU e aplica uma multa de R$10 mil para ele ou aplica uma multa de R$ 200 mil, que quebra o cara. O cara morre. Se fosse uma multa de R$5 mil, seria só de R$5 mil. Agora, para o cara que é honesto, uma multa de R$5 mil é 1/3 do salário dele bruto; do líquido, é metade.

Então, isso tem de ser mudado e passa por essa Casa a mudança. O Congresso Nacional tem de proteger o funcionário público que age corretamente. Vai errar? É óbvio que vai errar.

Se o Papa Francisco disse que o Papa peca, todos nós pecamos.

Errar todo mundo erra.

Agora, o que não pode é penalizar a pessoa física se ele não cometeu dolo. Ele errou, mas não cometeu dolo.

Aí, estão entrando nas pessoas físicas com multas, e os caras ficam sem coragem de assinar. Nada se assina, nada anda. É por isso que tranca, Drª Priscila. Ninguém assina. A dificuldade de se fazer aprovar um projeto definitivo no DNIT é um inferno. Por quê? Depois o TCU entra e cobra o cara porque houve uma alteração no prazo definitivo, lembrando sempre que o projeto perfeito, para quem é engenheiro é o *as built*, é como ficou pronto depois, porque, antes, é na escala um para dois mil. Vai ter diferença sempre do que foi projetado e do que foi executado. Aí, cobram do coitado do engenheiro do DNIT, que ganha R$12 mil, que é fiscalizado por um cara que ganha R$25 mil. Está errado isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Ricardo Lins Portella Nunes.

E passo agora a palavra, pois me pediu, à Drª Priscila Santiago, para complementar uma pergunta feita por S. Exª o Senador Sérgio Souza.

Em seguida, passo a palavra ao Dr. Sílvio dos Santos para suas considerações finais.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Drª Priscila, por gentileza, antes de a senhora iniciar a sua fala, eu gostaria de, pela ordem, passar a palavra a S. Exª o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores, cheguei um pouco atrasado. Só queria aqui fazer um apelo, um pedido. Sei que V. Exª tem sido um dos presidentes mais diligentes, mais atuantes, vai ficar na história da presidência desta Comissão, sem dúvida nenhuma, em defesa, principalmente, da melhoria da infraestrutura do nosso País. Já são 10h21. Já começou a CCJ. Eu estou chamando os Senadores do PMDB para a sabatina dos três diretores, um da Aneel e dois da Anatel. Então, eu gostaria que pudéssemos entrar logo na sabatina, porque sei que os Senadores não vão poder ficar. O Sérgio já está querendo sair. Eu vou ter que segurá-lo aqui.

Obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente.

Muito obrigado a S. Exª o Senador Valdir Raupp.

Por gentileza, a Drª Priscila Santiago.

A SRª PRISCILLA SANTIAGO – A pergunta do Fórum Econômico Mundial é a seguinte para exportadores e importadores: Nesses pontos de infraestrutura, nesses pilares que eles chamam de infraestrutura, dê uma nota de zero a dez, sendo que dez é muito ruim no seu país, e zero é muito bom. Qual o gargalo disso? O quanto isso impacta na sua atividade? No Brasil, isso é feito pela Fundação Dom Cabral. E é isso, então. Cada um que participa no seu país, importador ou exportador, dá nota, monta o *ranking* e daí compara.

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRª PRISCILLA SANTIAGO – Aí o Brasil vai lá pro final.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado à Drª Priscila.

E, agora, para as considerações finais, passo a palavra, como já anunciado, ao Dr. Sílvio dos Santos, do Laboratório de Transporte de Logísticas, LabTrans, da Universidade Federal de Santa Catarina.

O SR. SÍLVIO DOS SANTOS – Seria só uma complementação. Falou-se muito dos 44 documentos necessários para se fazer uma importação e exportação como cabotagem. A SEP, junto com a Universidade, está elaborando um plano, que é Porto sem Papel. Então, já há dois anos estão estudando. Esse Porto sem Papel vai simplificar todo esse procedimento. E vai deixar de existir o papel. Ele vai ser liberado eletronicamente. Então, ele está no meio do processo.

E também outro projeto é a Cadeia Logística Inteligente.

(Soa a campainha.)

O SR. SÍLVIO DOS SANTOS – Apesar de a gente pensar em mudar o caminhão, a gente tem que mudar o fluxo do caminhão. Aquela chegada aleatória de todos

no porto vai ser controlada também eletronicamente. Então, seria a Cadeia Logística Inteligente. Estão sendo criadas retroáreas, e o caminhão vai, através de mensagem eletrônica, *chips* e detectores de presença, ele só vai sair do ponto em que está estacionado para ir para o porto quando a sua documentação e a sua carga forem embarcadas. Então, vai ser um fluxo controlado. Esperamos que, com esse projeto, diminua a fila de caminhão no porto. Seria só essa complementação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado. Agradeço ao Dr. Sílvio dos Santos, do Laboratório de Transportes e Logística, LabTrans, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para suas considerações finais, o Sr. Ministro Pedro Brito, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Antaq, para suas considerações finais.

O SR. PEDRO BRITO – Muito obrigado, Presidente Fernando Collor.

Eu queria falar sobre dois pontos. Em primeiro lugar, eu queria pedir permissão à Drª Priscila e ao Dr. Ricardo Portella para comentar um ponto que ambos analisaram quando mostraram os maiores portos do mundo e disseram que Santos está em 42º lugar, o que é verdadeiro. Atribuíram isso ao nosso atraso, o que não é verdade. Você pode naturalmente comparar o Porto de Santos com o Porto de Roterdã, que é o 12º do mundo, como o Porto de Xangai, que é o maior do mundo, como o Porto de Cingapura, que é o 2º do mundo, mas não fazendo essa comparação do volume de movimentação. Você pode comparar em termos de custos operacionais, pode comparar em termos de tempo de liberação de mercadorias, pode comparar em termos de eficiência, em termos de burocracia; e nós perdemos em todos esses itens, a bem da verdade.

No entanto, o volume, como aqui foi citado, é uma questão de escala. A lógica do comércio internacional leste-oeste, que pega Estados Unidos, Ásia e Europa, domina o grande volume de cargas do mundo. Então, é natural que, nessa lógica, estejam os maiores portos do mundo, e eles estão. Os 30 maiores portos do mundo estão exatamente nessa lógica do comércio leste-oeste.

No comércio norte-sul, onde está o Brasil, o volume ...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Veja que estatística é uma desgraça, não é?

O SR. PEDRO BRITO – É.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Você pode demonizar um ...

O SR. PEDRO BRITO – Exatamente. É por isso que a gente precisa ter cuidado.

O volume é muito pequeno quando comparado com os demais portos do mundo. E mais ainda, quando você pega, por exemplo, Cingapura, que é uma ilha, 40 km de comprimento por 22 de largura, e é o segundo maior porto do mundo, é porque Cingapura não trabalha para Cingapura. Cingapura trabalha para todo o sudeste asiático. E mais ainda é um rabo, e 80% da sua movimentação é movimentação de transbordo, diferentemente do Porto de Santos, em que toda a sua movimentação é uma movimentação da economia brasileira. Nós não fazemos transbordo no Porto de Santos.

Então, essa comparação ... E eu estou colocando isso, Presidente, só para ficar claro na nossa análise. Não podemos cometer essa injustiça com o nosso sistema portuário, comparando-o de forma inadequada com outros portos, somente pelo caso do tamanho.

O Porto de Roterdã, que foi muito aqui citado, não é o porto da Holanda. É o porto do norte da Europa inteira. Então, é uma questão de escala econômica.

Para finalizar, Presidente, eu queria dizer que todos nós – e esse é um pensamento generalizado – precisamos melhorar a nossa eficiência logística, e isso está muito claro e ficou claro na palestra de todos aqui hoje. E isso a gente consegue com competição entre portos e dentro dos portos; consegue com tecnologia, com *know-how* e consegue com investimentos, investimentos que precisam, de fato, serem acelerados.

Tudo isso é para que, na minha opinião, possamos vencer alguns desafios que são críticos na logística. O primeiro, faço questão de realçar, são os acessos aos portos. Nós não teremos portos eficientes sem acessos terrestres, principalmente ferroviários adequados, inclusive investindo mais nas hidrovias. O Porto de Santos é um caso típico de falta de aproveitamento total do potencial hidroviário que está em torno do Porto de Santos.

A integração intermodal é outra questão crítica para a nossa eficiência logística. Não privilegiamos a integração de todos os modais. Temos na Alemanha o Porto de Duisburg, que é um porto fluvial, o maior porto fluvial do mundo e, sozinho, é maior do que Santos. Um porto fluvial, no interior da Alemanha, é maior do que Santos. E uma das características desse porto é exatamente privilegiar a integração intermodal. Toda carga que lá chega tem sempre à sua disposição ou o trem ou a hidrovia para fazer a movimentação das mercadorias.

Outro ponto de desafio é a redução da burocracia, que é infernal no nosso País. Nós levamos no Brasil em média 5,7 dias para liberar mercadorias nos portos, enquanto na Europa, em média, é 1 dia, na Ásia 1,5 dia. E não dá para ser um país competitivo gastando

uma semana para liberar mercadorias, em média, quando os portos mais avançados gastam apenas um dia.

E finalmente, que é crítico para tudo isso, é a questão da gestão. Eu disse aqui no início que, embora todos os portos do mundo sejam públicos, à exceção da Inglaterra, todos eles têm uma gestão profissional de primeira qualidade, que nós precisamos implantar definitivamente no Brasil.

Muito obrigado pela oportunidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Ministro Pedro Brito pelas suas considerações finais.

Gostaria de, mais uma vez, comunicar a todos os integrantes, Srªs e Srs. Senadores desta Comissão, que estaremos já, a partir do início do ano que vem, em 2014, iniciando o Fórum Brasileiro de Infraestrutura ao Desenvolvimento Nacional ao Desenvolvimento Nacional.

Esse fórum, realizado uma vez por ano, pretende, coletando todas as informações obtidas nas audiências públicas aqui realizadas, fazer suas vinculações, suas comparações para retirarmos daí as necessidades de cada setor em relação ao financiamento de que necessitam para avançar com os projetos de suas respectivas áreas. Ou seja, que estruturas terão que ser construídas capazes de trazer o financiamento ao desenvolvimento dessas áreas, dentre outros aspectos a serem analisados.

Apenas para se comparar, no ciclo de audiências que realizamos na Comissão de Serviço de Infraestrutura em 2009 e 2010, o principal gargalo, o principal nó para o desenvolvimento da nossa infraestrutura foi o da falta de qualificação de mão de obra. Naquela época, foi essa tônica de todos os palestrantes que por aqui passaram. Precisamos, para ter uma infraestrutura em condições de se desenvolver, ter melhor qualificação na nossa mão de obra.

Hoje, 2013-2014, já estamos vendo outros gargalos. Tenho ouvido muito pouco, nas audiências públicas aqui realizadas, falar desse quesito mão de obra qualificada. Não quero dizer que – vou afirmar taxativamente – esse problema tenha sido já solucionado ou superado. Acho que ainda existem algumas áreas que necessitam de melhor qualificação da mão de obra. Mas já não é o mais importante, já não é o principal gargalo.

Então, em função disso, a sugestão era que realizássemos – realizaremos a partir de março do ano que vem – esse Fórum Brasileiro de Infraestrutura ao Desenvolvimento Nacional. Conto, desde já, com a participação de todos os integrantes desta Comissão. Adianto também o convite para os palestrantes do dia de hoje para que estejam presentes nesse Fórum, que terá a duração de dois dias. Oportunamente, V. Sªs receberão os convites para adequarem a agenda de todos os nossos palestrantes à conveniência da agenda dos senhores.

Por fim, gostaria de agradecer, antes de encerrarmos esta reunião, a presença de todos os nossos palestrantes, de todos aqueles que nos deram o prazer de sua presença. Agradeço aos nossos palestrantes Ministro Pedro Brito, ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Drª Priscila Santiago, Economista da Confederação Nacional dos Transportes (CNT); Dr. Ricardo Lins Portella Nunes, Diretor-Presidente da Construtora Sutelpa e da Fiergs, representante Fiergs; e o Dr. Sílvio dos Santos do Laboratório de Transporte e Logística – Lab Trans, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada imediatamente após o encerramento desta, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)

ATA DA 65ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 64ª REUNIÃO, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Wilder Morais, Alfredo Nascimento, Humberto Costa, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Ruben Figueiró e Osvaldo Sobrinho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. Tem início a apreciação da Pauta. **Item 1 – MENSAGEM Nº 91, de 2013,** de autoria da Presidenta da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor REIVE BARROS DOS SANTOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia*

Elétrica – ANEEL" Relatoria: Senador **Humberto Costa**. O Presidente submete ao Plenário e é aprovada a abertura do processo de votação. Faz uso da palavra o Senador **Ivo Cassol**. O Senhor **Reive Barros dos Santos** faz sua exposição. Fazem uso da palavra a os Senadores **Ivo Cassol, Lobão Filho** e **Humberto Costa**. Atuam como escrutinadores os Senadores **Flexa Ribeiro** e **Ivo Cassol**. É encerrado o processo de votação. Aprovado o indicado com 16 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Faz uso da palavra o Senador **Lobão Filho** para solicitar a urgência da matéria. Aprovada a urgência. Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e dezenove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Há número regimental. Declaro aberta a 65ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Pauta deliberativa.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 91, de 2013
- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor REIVE BARROS DOS SANTOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
Reunião destinada à sabatina do indicado. Em 20/11/2013 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 1, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI).

Convido para que tome assento à Mesa o Sr. Reive de Barros dos Santos, indicado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Informo que o tempo destinado à exposição será de 20 minutos ao indicado para a Agência Nacional de Energia Elétrica, Dr. Reive Barros dos Santos.

Tem V. Sª a palavra.

O SR. REIVE BARROS DOS SANTOS – Bom dia a todos. Meus cumprimentos ao Exmº Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Fernando Collor; meus cumprimentos aos Senadores membros da Comissão de Infraestrutura presentes aqui a esta reunião, Senadores Sérgio Petecão, José Pimentel, Osvaldo Sobrinho, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Alfredo Nascimento, Valdir Raupp, Senadora Lúcia Vânia e Senador Inácio Arruda.

Meus cumprimentos, também, aos diretores da Aneel aqui presentes: Romeu Donizete, Edvaldo Santana, André Pepitone e José Geraldo. Minhas senhoras e meus senhores, Presidente, eu gostaria de fazer uma abordagem colocando três pontos que consideramos fundamentais. Primeiro, dar uma visão da nossa trajetória profissional. Em seguida, uma breve visão da agência reguladora e, finalmente, os desafios que o setor de infraestrutura terá nos próximos dez anos.

Nós começamos a nossa vida profissional na Companhia Hidroelétrica de São Francisco, em 1975, como engenheiro de manutenção. Naquela oportunidade, tivemos condições de conhecer as necessidades e a realidade de manutenção de transmissão nas tensões de 230kV e 500kV. Isso foi fundamental, porque o passo seguinte foi gerenciar a área de projeto de linha de transmissão.

É muito importante o fato de que, ao fazer o projeto, tínhamos conhecimento das necessidades de manutenção. Isso, de certa forma, agregou um valor importante a essa atividade.

Em seguida assumimos a gerência do Departamento de Transmissão, compreendendo projetos de linhas de transmissão, projetos de subestações nas tensões de 230 e 500kV, e depois assumimos a Superintendência de Projetos de Transmissão. Ampliou-se o leque de atividades, porque gerenciávamos projetos de subestações e também a atividade de construção.

Em 1999, fomos convidados para assumir a Diretoria de Gestão de Sistemas Elétricos na Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). Ficamos na Celpe durante quatro anos, e, nessa oportunidade, cuidamos da área de planejamento, cuidamos da área de operação de sistemas de distribuição de 69kV. Depois, ao sair da Celpe, fomos convidados pelo Presidente José Antônio Muniz Lopes...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Vou pedir licença ao Dr. Reive Barros dos Santos. Desculpe-me interrompê-lo, porque eu gostaria de fazer uma consulta as Srªs

e Srs. Senadores acerca da possibilidade de darmos início ao processo de votação do relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Tem o nosso apoio, Sr. Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Nós já conhecemos o currículo do Reive e...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – S. Exª o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – ... como temos compromisso fora, o próprio Senador Raupp já mencionou, abrindo a votação, quem pode acompanhar acompanha até o final, e, ao mesmo tempo, vamos votando para termos mais sabatinados depois, se o senhor permitir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente. Então coloco para deliberação do Plenário, se podemos dar como iniciado o processo de votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado.

As Srªs e os Srs. Senadores que quiserem votar já podem vir à mesa pegar a cédula de votação.

Com as minhas reiteradas desculpas pela interrupção, novamente passo a palavra ao Dr. Reive Barros dos Santos, indicado para a Agência Nacional de Energia Elétrica.

O SR. REIVE BARROS DOS SANTOS – O.k.. Então, além das atividades profissionais, também tivemos a oportunidade de militar na área acadêmica. Somos professor da Universidade de Pernambuco, na Escola de Engenharia, desde 1977, nas disciplinas de transmissão e distribuição de energia elétrica. Assumimos a chefia do departamento e a coordenação de pós-graduação.

Temos mestrado em engenharia de produção, com a linha de pesquisa de gestão de empreendimentos de transmissão. Isso foi fundamental para que pudéssemos utilizar esses conhecimentos na nossa atividade profissional.

Fomos convidados pelo Presidente José Antônio Muniz Lopes, da Eletrobrás, para conceber e implantar um Centro de Excelência de Energia no Acre. Esse centro tem como objetivo desenvolver pesquisas na área de geração, transmissão e gestão ambiental no Acre. Tem uma concepção importante, porque permite a participação da Eletrobrás, permite a participação da Universidade Federal do Acre e também da iniciativa privada. Esse centro objetiva criar nova perspectiva de pesquisa na Região Norte.

Para que as senhoras e os senhores tenham uma ideia, no Brasil 60% das pesquisas são desenvolvidas na Região Sudeste, 4% são desenvolvidas na Região Norte. Uma forma que o Presidente José Antônio percebeu, de quebrar esse paradigma, era que pudéssemos criar uma infraestrutura. Essa infraestrutura está sendo desenvolvida. Nós somos atualmente Presidente do Centro de Excelência do Acre.

Com isso eu gostaria de dar a nossa visão sobre a Agência, a Aneel. A Aneel, eu reputo como sendo uma agência reguladora de excelente nível. Eu diria que a Aneel faz parte da história do setor elétrico brasileiro. O setor elétrico brasileiro é um setor que tem uma tradição de planejamento. Ouvi alguma coisa hoje aqui nesta sessão, sobre planejamento. O setor elétrico planeja com visão de trinta, com uma visão de vinte, com uma visão de dez anos, quer dizer, isso é uma tradição desde a década de 1970. A Aneel com certeza absorveu todos esses profissionais, e eu diria que o trabalho desenvolvido por essa agência é um trabalho de altíssimo nível. As respostas que a Aneel tem dado aos desafios são respostas importantes, e não poderia ser diferente.

Se nós olharmos os recursos humanos hoje da agência, mais de 50% têm nível superior, 20% têm mestrado e doutorado, ou seja, existe uma excelência de atividades e de recursos humanos nessa Agência.

Eu chamaria a atenção para o fato de que Aneel foi instituída em 26 de dezembro de 1996, pela Lei nº 9.427. É uma autarquia sob regime especial, com personalidade jurídica de direito público e autonomia patrimonial, administrativa e financeira, vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Aí, se faz muita discussão em relação à independência ou à autonomia.

A lei está muito clara, a lei define que se trata de uma agência com autonomia. Consequentemente, deve ser exercida na sua plenitude, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de acordo com as políticas e diretrizes do Governo Federal.

Então, é importante que tenhamos em mente qual é o papel da agência e, na nossa avaliação, esse papel vem se desenvolvendo a contento, apesar da quantidade de agentes envolvidos em todo esse processo.

A Aneel tem como missão proporcionar as condições favoráveis para o seu mercado de energia elétrica, para que se desenvolva com equilíbrio entre os agentes em benefício da sociedade. Aí, está o grande desafio da Agência. Quer dizer, é preciso identificar os interesses legítimos de cada desses agentes, o agente investidor, o agente consumidor, a sociedade e o próprio Governo, e, a partir daí, tomar as medidas adequadas para que todo esse processo seja imple-

mentado e, consequentemente, atenda às expectativas e às necessidades de todos esses agentes.

Ela é conduzida por uma Diretoria colegiada, composta de um diretor-geral, quatro diretores, e os trabalhos são organizados em 25 unidades organizacionais. Eu diria que, também, especificamente para mim, passa a ser um grande desafio, porque, em toda a nossa vida profissional, estávamos acostumados a uma linha tradicional clássica na relação de chefia-subordinado, numa relação onde cada diretoria tem uma área específica e é responsável pelo resultado daquela área específica.

Nós nos deparamos, agora, com um modelo organizacional diferente de agência reguladora, em que todo o processo se inicia nas áreas específicas, e a decisão é colegiada. Enquanto as áreas específicas olham as questões técnicas, na diretoria colegiada, analisam-se não só as questões técnicas, mas as questões estratégicas. Então, isso, para mim, vai ser um aprendizado muito grande, quer dizer, passa a ser um modelo importante, em que sintonia, tanto quanto possível, em nível de direção, para que possamos chegar ao melhor termo nas decisões da Agência.

O processo decisório da Aneel obedece aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, ampla publicidade e economia processual. Quer dizer, é importantíssima a forma como a Aneel decide. Todos os processos são submetidos à audiência pública, ou seja, a sociedade, os agentes podem se pronunciar. Ao encerrar a fase de audiência pública, ainda assim, as reuniões da diretoria da Aneel são reuniões públicas. Quer dizer, todo o processo de transparência que pode existir numa organização encontramos nessa Agência.

Portanto, eu diria que é muito importante que possamos contribuir com esse processo, já encontrando uma estrutura muito bem definida.

Tenho, de certa forma, uma admiração muito grande, depois da implantação do novo modelo, pelas organizações que advieram desse novo modelo. Primeiro, eu citaria a EPE, a Empresa de Pesquisa Energética, que conseguiu dar resposta suficiente ao planejamento elétrico-energético do País. Eu citaria, também, o Operador Nacional de Sistema, que tem dado uma contribuição importante. E, finalmente, eu citaria a própria Agência Reguladora, que vem cumprindo, na nossa avaliação, adequadamente o seu papel.

Por fim, Presidente, eu colocaria, na nossa avaliação, os grandes desafios que deveremos ter nos próximos dez anos, quando pensamos na expansão do setor elétrico brasileiro.

Primeiro, o Brasil precisa, nesses próximos dez anos, segundo o Plano Decenal Horizonte 2022, elaborado pela EPE, ampliar a oferta em energia do sistema interligado nacional em 53%. Isso equivale a 64 mil megawatts. Deveremos ter, a partir de 2022, 183 mil megawatts. Só para dar uma ideia do que isso representa, a Chesf, que atende à Região Nordeste, tem seis mil megawatts firmes, e estamos falando em implantar 6,4 mil megawatts por ano.

Então, trata-se de um grande desafio. Desse total de 183 mil megawatts, 85% são renováveis, e 15% são não renováveis.

Aí gostaria também de chamar a atenção para o grande avanço que o País teve nesses últimos seis anos, que foi a introdução da matriz energética da fonte eólica. Eu ousaria dizer que o Brasil hoje tem uma política de geração de energia eólica.

Tive oportunidade, quando coordenava o MBA de comercialização de energia, de organizar seminários, e, naquela oportunidade, observavam-se os investidores de eólica querendo fazer todo o investimento e participar do esforço de construir a oferta de energia no País, e havia dificuldades tributárias, logísticas. Havia dificuldades até de assegurar uma oferta anual. Isso foi resolvido no nível de Ministério. Isso foi resolvido através desta Casa, com legislação específica, e hoje estamos vendo os sucessos que são os leilões promovidos pela Agência na energia eólica.

Não tenho dúvida nenhuma de que o passo seguinte será, nos próximos anos, termos todo o investimento que foi feito, do ponto de vista regulatório, do ponto de vista de planejamento, em energia eólica também na energia solar. Então, o Brasil, nessa perspectiva, passaria a manter uma matriz energética de fonte renovável na faixa de 85%.

Quanto a esse esforço não só na geração, mas também na transmissão, nos próximos dez anos, devemos ampliar a rede básica em 50%. Isso equivale a 51.578 quilômetros, que vão fazer um total, em 2022, de 155.136 quilômetros.

Nós, na audiência anterior, pudemos ver todo esse esforço que está sendo feito aqui pelo Presidente Fernando Collor de criar um ambiente de discussão, e notadamente o que se vê são as dificuldades do ponto de vista de infraestrutura. E elas são muito parecidas com toda a infraestrutura.

Nós verificamos a questão da burocracia, a questão do licenciamento. Então, esse esforço que deverá ser feito é um esforço com a participação de todos. E essas questões que estão sendo colocadas são importantes, para que possamos refletir e, a partir daí, tomar as decisões adequadas, para assegurar que essa expansão será feita no tempo necessário.

Para dar uma ideia do que representa isso em termos de recursos, deveremos ter um investimento, nos próximos dez anos, de R$122 bilhões na geração.

Nós deveremos ter um investimento de R$60 bilhões na transmissão, compreendendo-se linhas e subestações – isso, estou falando, só na rede básica. Isso dá um total de R$188 bilhões.

Esse investimento – o modelo hoje permite – deverá ser compartilhado entre o Governo e a iniciativa privada. E aí eu gostaria de chamar a atenção – isto, inclusive, foi colocado na audiência hoje, pela manhã – para o fato de que nesse aspecto a Aneel tem um papel fundamental. Por quê? No momento em que se procura atrair a iniciativa privada – já verificamos aqui, anteriormente –, essa só entra onde existe um ambiente regulatório com estabilidade, segurança e credibilidade.

Na minha avaliação, a Aneel está devidamente preparada, porque é uma Agência que tem credibilidade, que tem tomado todas as medidas no sentido de estabelecer um marco regulatório estável, de tal sorte que, nesse esforço da expansão do setor elétrico brasileiro, a iniciativa privada poderá encontrar uma agência que realmente tenha as condições necessárias para assegurar essa participação.

A todos, Sr. Presidente, pela atenção, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Reive Barros dos Santos, pela sua apresentação.

Vamos iniciar as perguntas.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Ivo Cassol.

V. Exª tem a palavra.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e Senhores Senadores, nosso sabatinado é Reive Barros dos Santos, em quem, neste momento, estamos votando para conduzir ao cargo de Diretor Nacional de Energia Elétrica.

A nossa maior alegria, Sr. Presidente, é nos depararmos com um currículo de experiência, de uma experiência que vem lá de baixo, quando começou como técnico, experiência desde linha de transmissão, geração e comercialização.

De que precisamos? Com essa experiência toda, somar junto com os demais diretores, Dr. Romeu, Dr. André, Dr. Jurhosa, que se encontra presente. Ao mesmo tempo, a Aneel tem até hoje, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, feito um trabalho extraordinário. Mas temos de dizer para nós mesmos que temos muito mais a fazer pela frente. Há muito ainda para regulamentar, fiscalizar e facilitar essa demanda que o Brasil tem pela frente.

Hoje, vivemos um momento crucial, em que temos no Centro-Oeste lugares onde os reservatórios estão com níveis baixos. Adotamos uma política em nível nacional de construção e liberação de usinas hidroelétricas sem reservatório.

Infelizmente, estamos dançando a dança de, digamos, nossos concorrentes em nível mundial, que não querem que o Brasil seja competitivo. E ao mesmo tempo estamos deixando sem pulmão as nossas usinas, correndo um grande risco de termos problemas, não constantes, mas problemas dentro da variação das chuvas. Não é o caso do Norte, não é o caso do Sul, onde tem chovido. Mas os reservatórios do Centro-Oeste e de vários locais por aí, infelizmente, estão em uma situação crítica.

Ao mesmo tempo, encontramos pela frente inúmeros projetos de pequenos empreendimentos que, por mais que a Aneel tenha se preparado para liberar, tem encontrado dificuldade sobre os grandes empreendimentos. E o Brasil precisa de, no mínimo, algo no nível de duas usinas do Madeira que estão sendo construídas por ano. Precisamos de energia.

Ou atendemos a essa demanda ou vamos colocar todo esse custo de energia na nossa matéria prima, no nosso produto para o consumidor.

Aí nos deparamos, como debatíamos há pouco na audiência dos portos, com as dificuldades de logística que temos. E temos potencial hídrico, de energia limpa, ainda no Brasil, que é possível ser aproveitado, Sr. Presidente.

E aí a vinda do Reive como diretor da Aneel vem facilitar e dinamizar ainda mais essa atividade tão importante para o Brasil.

Eu sempre digo o seguinte: muitos ambientalistas costumam reclamar quando se constrói uma usina e costumam fazer campanhas para não viabilizá-las. Mas perguntem para eles se eles deixam de tomar uma cervejinha gelada; perguntem para eles se deixam de ligar a TV para assistirem o time preferido jogar; perguntem se eles dormem à noite sem ar-condicionado. Eles já estão acostumados ao conforto e não abrem mão.

Portanto, para nós, seres humanos, em primeiro lutar vem a água, depois o alimento e, em terceiro lugar, vem acompanhando é a mordomia o conforto que a energia traz. Não é só a geração de emprego e renda, mas o conforto residencial que há, em todos os sentidos.

Portanto, Sr. Reive, desejo sucesso nessa nova empreitada. O senhor já tem em sua caminhada, experiência. Eu sei que ainda tem muita coisa para aprender pela frente, porque humildade o senhor tem para isso. Uma coisa o senhor tem: coragem e determinação para botar a máquina para andar – especialmente, com os diretores que já foram sabatinados aqui, já foram aprovados por nós aqui –, para dinamizar e, ao mesmo tempo, oportunizar novos empreendimentos,

simplificando muitas atividades sem a burocracia que, infelizmente, emperra o sistema hoje o Brasil.

Nós temos muitas situações em que Governo com Governo não se entendem. E eu entendo – porque eu fui Governador – que o Governo de Estado e o Governo Federal, suas instituições, seus órgãos têm que se entender, têm que falar a mesma linguagem, porque tudo aquilo que fazem é de interesse nacional, é de interesse da Nação.

Então, uma meia dúzia não pode puxar para frente, e uma meia dúzia puxar para trás. Nós precisamos dar continuidade a esse trabalho mesmo contra vontade de alguns. E, se esses alguns são contra empreendimentos hidráulicos, energia limpa, é porque, infelizmente, eles estão ganhando de algum lugar para atrapalhar o Brasil, para não sermos um dos maiores países produtivos em termos de preço e de logística. Então, nós precisamos aprimorar mais ainda.

Portanto, no que depender desta Casa, para os projetos de inovação, de melhoria, que vocês trarão para nós – os diretores que estão aqui, tanto o Dr. Romeu, como o Dr. Jurhosa, como também o André, que estão aqui juntos –, para os projetos que vocês tiverem nas mãos, que forem de interesse nacional e sobre os quais nós, aqui nesta Casa, tivermos que nos debruçar para melhorar o sistema, contem com nós.

Não basta só nós cobrarmos de vocês. Mas vocês também precisam passar para nós em que nós podemos ajudar a melhorar mais ainda. Peguemos o que já passou como modelo e vamos trabalhar para melhorar e fazer o melhor pela frente.

Então, sucesso. Seja bem-vindo. O que depender de nós, com certeza, nós vamos estar engajados com o mesmo objetivo e o mesmo propósito. Um feliz Natal, um feliz ano-novo e sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Ivo Cassol.

Eu passo agora a fazer as perguntas que nos chegam ao Dr. Reive Barros dos Santos.

Dr. Reive, "quais os limites para o estabelecimento das competências da Aneel no setor elétrico e como evitar a sobreposição de atribuição com outros órgãos ou entidades?"

A segunda: "quais os principais fatores que contribuem para que o sistema elétrico brasileiro não inspire, hoje, grande confiança por parte da população?" Quais são esses fatores? E qual a maneira que teríamos de resolvê-los?

"Quais as medidas regulatórias que deveriam ser adotadas para melhorar a qualidade e a quantidade de oferta de energia elétrica no Brasil?"

Tem V. Sª a palavra.

O SR. REIVE BARROS DOS SANTOS – Primeiro, com relação à sobreposição de atividades, é fundamental que, entre todas as áreas envolvidas ou os órgãos envolvidos, nós possamos fazer uma ampla discussão para identificar essas atividades e, consequentemente, tomarmos as decisões para evitar essas sobreposições.

É muito comum – eu acho que é muito natural –, principalmente no setor em que nós tínhamos vários agentes, como nós tínhamos várias entidades, como nós tínhamos várias organizações, espaços serem ocupados e, consequentemente, trabalhos sendo repetitivos. Então, é importante que isso seja identificado, essas atividades sejam identificadas, e, uma vez identificadas, nós possamos verificar a quem cabe essa atribuição. Se houver necessidade legal, que seja colocado um arcabouço legal para que isso possa, realmente, ser melhor definido. Mas eu não tenho dúvida nenhuma de que, no momento em que essas entidades passam a discutir, passam a identificar, consequentemente há espaço para que possamos otimizar o processo que existe hoje.

Com relação aos fatores de índice de desligamentos... Eu não sei se a palavra foi desligamento, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Não. Os principais fatores que contribuem para que o sistema elétrico brasileiro não tenha uma confiança como deveria ter por parte da população. Por que isso acontece? Sem dúvida, em função de alguns acidentes que ocorreram nos últimos anos; se foram detectadas essas causas; e qual a maneira que teríamos de resolvê-las para que o setor elétrico recuperasse a credibilidade que merece ter por parte do consumidor brasileiro.

O SR. REIVE BARROS DOS SANTOS – Vou dividir o setor elétrico brasileiro em dois grandes blocos.

No que diz respeito à geração e à transmissão de energia, temos um sistema, eu diria, exclusivo no mundo, porque trabalhamos com um sistema de grandes extensões. Então, o Brasil é pioneiro do ponto de vista de operar grandes sistemas.

Do ponto de vista do planejamento, não tenho dúvida de que ele tem sido feito de forma adequada. Temos tido ocorrências recentemente, então, é preciso fazer uma avaliação concreta dessas ocorrências. Em algumas delas, percebemos falhas humanas, percebemos falhas do ponto de vista de manutenção, e aí cabe à Agência um papel importantíssimo, que seria o da fiscalização, e uma fiscalização preventiva. Hoje, estamos, de certa forma, correndo atrás do prejuízo, porque, toda vez em que há uma ocorrência, há toda uma discussão acerca dessa ocorrência, mas não

estamos, em nossa avaliação, fazendo uma auditoria prévia nos processos dessas empresas para que possamos, de certa forma, minimizar.

Quando analisamos a questão da distribuição... Essa questão da distribuição, de certa forma, afeta mais o consumidor, quer dizer, o consumidor percebe mais quando há ocorrência, e é muito comum, em algumas distribuidoras, um índice elevado de desligamento. Daí, percebe-se que o sistema, o investimento que está sendo feito no sistema é insuficiente para minimizar essas ocorrências.

No Brasil, principalmente nas cidades de interior e em algumas capitais, ainda utilizamos um sistema de distribuição desatualizado. É como se estivéssemos utilizando sistemas de distribuição que foram utilizados na área rural americana, quer dizer, são sistemas aéreos, e o sistema aéreo traz, de certa forma, certa fragilidade: fragilidade do ponto de vista de ventos, fragilidade do ponto de vista de vandalismo, fragilidade do ponto de vista de aproximação de árvores. Então, tudo isso são elementos que levam a aumentar o número de ocorrências. Nós precisamos rediscutir com essas distribuidoras qual seria a melhor forma de fazer com que o seu sistema pudesse ser mais seguro.

Eu faria uma síntese de tudo isso. Existe uma avaliação, do ponto de vista dos grandes sistemas... E os grandes sistemas, realmente, têm um risco muito maior, até porque a saída de uma linha de 500kW tem uma repercussão em uma região, e a saída de uma linha de 13,8 tem uma repercussão muito localizada. Então, é importante... E, aí, a Agência tem um papel fundamental, que é intensificar, na nossa avaliação, a questão, digamos assim, da fiscalização, para que, ao melhorar essa fiscalização, possamos minimizar isso aí.

Mas eu colocaria uma preocupação baseada nessa pergunta. No momento em que estamos ampliando a competição dos projetos de transmissão, dos projetos de geração, a nossa preocupação é que essa competição venha, de certa forma, com o objetivo de se tornar mais competitiva, a fazer sistemas menos confiáveis, quer dizer, fazer menos investimentos em sistema. Por isso, é importantíssimo estabelecer requisitos mínimos de projetos, requisitos mínimos de confiabilidade, para que, mesmo ganhando com determinado empreendimento, que esse empreendimento esteja dentro de requisitos mínimos para evitar problemas de ocorrências futuras.

Com relação à oferta de energia, quantidade e qualidade. Com relação à quantidade, tivemos um trabalho muito importante feito pela EPE, em que ela faz estudos de mercado. Esse estudo de mercado sinaliza, com um horizonte de 10 anos, quais as necessidades, o que o País precisa, do ponto de vista de energia, e isso está associado ao crescimento do PIB. No setor elétrico, temos uma elasticidade da ordem de 1% a 2%, quer dizer, se o PIB cresce a 5%, precisamos de ter uma oferta na faixa de 7%. Consequentemente, do ponto de vista de planejamento, não tenho dúvida nenhuma de que a situação estaria relativamente equacionada.

Agora, quando partimos para a execução, estamos vendo todos esses problemas que o Brasil passa hoje de infraestrutura, porque, quando se define que um determinado empreendimento, seja de geração, seja de transmissão, precisa entrar em operação num determinado horizonte e os prazos que estão sendo colocados são apertadíssimos, por trás disso aí, estão todas as dificuldades que já vivenciamos aqui: questão ambiental, questão de órgãos reguladores, então observa-se que, quando se fala em infraestrutura, não só elétrica, ela permeia toda a infraestrutura do País como um todo, ou seja, é preciso melhorar todo esse procedimento em função do diagnóstico que tivemos a oportunidade de ver hoje pela manhã.

Agora, do ponto de vista de qualidade, diria que o planejamento é feito adequadamente para qualidade e para confiabilidade e, quando os projetos estão sendo implantados, precisa evidentemente atender a esses requisitos. Na hora em que temos um determinado empreendimento que precisa entrar num determinado horizonte e, consequentemente, há um atraso na entrada em operação, esse atraso terá reflexo não só no atendimento à carga, mas também na qualidade e na confiabilidade.

Diferentemente do que foi colocado aqui nos outros setores, eu diria que, do ponto de vista de planejamento, o setor elétrico tem um planejamento adequado; em nível de projetos, há projetos adequado; o setor elétrico tem uma cultura de planejamento – isso não é de agora, desde a década de 70 que nós que militamos no setor elétrico sabemos, quer dizer, temos tradição disso aí –, o fato novo é a questão dos controles que foram criados recentemente.

Recordo-me que, quando era superintendente de projeto de transmissão, de certa forma, brincava com meus colegas superintendentes de geração, porque, na questão ambiental, ele tinha uma série de dificuldades. Porque, realmente, numa usina, tem-se que desalojar a população, tem que se fazer inundações etc.; nas linhas de transmissão, eu não tinha problema, para mim era muito tranquilo, mas, depois que escasseou de certa forma a geração, parece que todo aquele exército que cuidava da geração passou para a transmissão e hoje a dificuldade é muito grande. Quer dizer, para os colegas de transmissão, passou a ter uma área indígena, passou a ter uma questão arqueológica, quer dizer, a

dificuldade é muito grande. Hoje você passa muito mais tempo para fazer licenciamento, para executar, do que se fazia na época que eu projetava isso aí.

Isso é um fato novo que, certamente, se um determinado empreendimento não entra em operação no prazo que foi previsto em nível de planejamento, não tenha dúvida de que isso trará uma consequência; se um determinado sistema de transmissão, se uma determinada usina não entra – e estava previsto para entrar em operação – para atender uma determinada carga, consequentemente teremos problema. Teremos problema de confiabilidade, teremos problema de atendimento à carga, de restrição de carga.

Então, nessas questões, acho que o senhor está de parabéns, porque são questões que são discutidas aqui; acho que o diagnóstico já existe, do ponto de vista dos problemas que a infraestrutura no País tem. Cabe, agora, uma discussão mais estratégica no sentido de criar um arcabouço legal que possa adotar as instituições – e, no caso específico da Aneel, ela cumpre rigorosamente, por meio das suas resoluções o que for estabelecido na legislação –, para que possamos, evidentemente, melhorar as condições de atendimento no nosso caso específico no setor eletroenergético do País.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Reive.

Pela ordem, S. Exª, o Senador Edson Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sem prejuízo de eventuais indagações e sem querer interromper o Dr. Reive, já que todos os presentes já votaram e, pelo que entendi, já houve o quórum mínimo, indagaria a V. Exª se não seria interessante, para darmos continuidade, celeridade, já iniciarmos o processo de apuração?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Seria possível, Senador Edson Lobão Filho, caso não tivesse chegado aqui, para nossa satisfação, o Senador Humberto Costa, que foi o Relator da indicação e que pediu para ser inscrito como Senador, fazer alguma consideração ou pergunta ao indicado, Dr. Reive.

Com palavra S. Exª Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu serei muito breve.

Apenas quero aqui dar meu testemunho da importância dessa indicação que estamos fazendo para a Aneel. O Prof. Reive reúne todas as condições para desempenhar com competência, com denodo, com responsabilidade essa função. Tive oportunidade de ser o Relator dessa matéria e fiquei muito bem impressionado não apenas pelo seu currículo, mas também pela sua experiência profissional e também por todas as informações que tive oportunidade de colher no Estado de Pernambuco. Nós temos esta coisa em comum, de sermos pernambucanos.

Então, eu só queria fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Humberto Costa.

Antes de declararmos encerrado o processo de votação, eu gostaria de registrar a presença, em nosso plenário, das seguintes autoridades: Dr. Fernando Cesar Mesquita, Vice-Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional e ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado da República; Dr. Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Dr. André Pepitone da Nóbrega; Dr. José Jurhosa Junior e Dr. Edvaldo Alves de Santana, Diretores da Aneel, além de superintendentes, assessores e servidores da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Declaro encerrado o processo de votação e convido S. Exªs os Srs. Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol para atuarem como escrutinadores. *(Pausa.)*

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Resultado: 16 votos favoráveis à indicação do Dr. Reive Barros dos Santos para a Agência Nacional de Energia Elétrica. Votação unânime.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, gostaria de pedir urgência no envio da matéria para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A solicitação de urgência, feita por S. Exª Senador Lobão Filho, será acatada .

Peço à Secretaria desta Comissão que tome as providências devidas para a matéria seguir ao Plenário em regime de urgência.

Aprovada, portanto, a indicação do Sr. Reive Barros dos Santos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Gostaria de agradecer a presença do Sr. Reive dos Santos, desejando-lhe uma profícua e exitosa missão.

Antes de encerrarmos, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada imediatamente, após esta, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.)

ATA DA 66ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE DEZEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 65ª REUNIÃO, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e vinte minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Lobão Filho, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Wilder Morais, Alfredo Nascimento, Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Ruben Figueiró** e **Osvaldo Sobrinho**. Registra presença como não-membro o Senhor Senador **Randolfe Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 63ª, 64ª e 65ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. Após a leitura dos comunicados da presidência, tem início a apreciação da Pauta. **Item 1 – MENSAGEM Nº 99, de 2013,** de autoria da Presidenta da República, que "s*ubmete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor JOÃO BATISTA DE REZENDE para ser reconduzido ao cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL*" Relatoria: Senador **Vital do Rego**. **Item 2 – MENSAGEM Nº 100, de 2013,** de autoria da Presidenta da República, que "s*ubmete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor IGOR VILAS BOAS DE FREITAS para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL na vaga da Senhora Emilia Maria Silva Ribeiro*" Relatoria: Senador **Flexa Ribeiro**. O Senador **Lobão Filho** solicita abertura do processo de votação. O Presidente submete ao Plenário e é aprovada a abertura do processo de votação. Os Senhores João Batista de Rezende e Igor Vilas Boas de Freitas fazem suas exposições. Fazem uso da palavra os Senadores **Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Sérgio Souza, Randolfe Rodrigues** e **Walter Pinheiro**. Encerrado o processo de votação, atua como escrutinador o Senador **Walter Pinheiro**. Aprovados os indicados dos itens 1 e 2, com 19 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Resultado: Itens 1 e 2 com sabatinas realizadas e indicações aprovadas. **Item 3 – REQUERIMENTO DA CI Nº 57, de 2013**, de autoria da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, que diz *"requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, sendo convidado o Ministro das Cidades, Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, para apresentação dos projetos de infraestrutura urbana desenvolvidos pelo referido Ministério referentes às obras para a realização da Copa do Mundo de 2014".* Resultado: aprovado. Faz uso da palavra o Senador **Walter Pinheiro**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 66ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 63ª, 64ª e 65ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Pauta desta reunião.

ITEM Nº 1
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 99, DE 2013
- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Sr. JOÃO BATISTA DE REZENDE para ser reconduzido ao cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- No dia 27 de novembro de 2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, desta Comissão.

ITEM Nº 2
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 100, DE 2013
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor IGOR VILAS BOAS DE FREITAS para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) na vaga da Senhora Emilia Maria Silva Ribeiro.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

- No dia 27 de novembro de 2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão.

Convido para que tomem assento à mesa os Srs. João Batista de Rezende e Igor Vilas Boas de Freitas, indicados ao cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra ao Dr. João Batista de Rezende, indicado para a recondução ao cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), informo aos senhores indicados que a duração de suas exposições será de 20 minutos.

Passo a palavra ao Sr. João Batista de Rezende.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Bom dia a todos...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Sr. Presidente, antes da exposição, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA) – Já conheço o Dr. João Batista há muitos anos e o Dr. Igor... Seria possível iniciarmos já o processo de votação enquanto decorre a exposição dos convidados?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Coloco para a deliberação do Plenário a sugestão feita por S. Exª o Senador Edison Lobão Filho de declarar aberto o processo de votação.

As Srªs e os Srs. Senadores...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Concordamos. Não há nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – ... que aprovam a sugestão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro aberto o processo de votação para as Mensangens nº 99 e 100 – para as duas, o que V. Exª solicitou –, de 2013.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que as cédulas para a votação encontram-se à mesa. As Srªs e os Srs. Senadores que desejarem votar podem comparecer à mesa para pegar a cédula.

Com a palavra, o Sr. João Batista de Rezende.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Primeiramente, bom dia a todos. Bom dia aos representantes da Comissão, ao Presidente Collor.

Eu gostaria de agradecer também a relatoria do Senador Vital do Rêgo, que foi o Relator da minha indicação no Senado e dizer que é com satisfação que eu volto à Comissão de Infraestrutura. A primeira sabatina do meu mandato anterior também foi feita aqui também sob a Presidência do Presidente Collor, em 2009. Então, eu me sinto duplamente feliz com isso, porque posso, neste momento, fazer uma prestação de contas e apontar os principais desafios que eu vejo na Agência Nacional de Telecomunicações.

Iniciando, vou falar um pouco da prestação de contas no mandato da gestão, também de algumas medidas que nós tomamos, nesse período, pela qualidade e pelo usuário; da questão da modernização da fiscalização da Anatel, que são os gastos referentes ao grupo da Copa; dos investimentos que a Agência vem fazendo para melhorar e modernizar a sua fiscalização e falar um pouco dos desafios e tarefas que nós vamos enfrentar no futuro.

Em termos de prestação de contas, é muito importante dizer também que eu pessoalmente acho fundamental uma proposta que está sendo discutida no Senado de que os dirigentes de Agência venham prestar contas pelo menos uma vez por ano, obrigatoriamente. Eu acho que este é um projeto importante. Eu, particularmente, sou totalmente favorável a esta proposta de que a Agência se faça presente pelo menos obrigatoriamente uma vez por ano, para prestar contas ao Parlamento das suas atividades. Evidentemente que isso não retira nenhuma possibilidade de

virem outras vezes também, assim que as comissões acharem necessário.

Mas, só para colocar a participação da Anatel em termos de Congresso Nacional, em 2012, a Agência esteve representada nove vezes no Senado Federal e nove vezes na Câmara dos Deputados. Quer dizer, a Agência se fez presente em vários debates em várias comissões. Em 2013, já houve um aumento. Nós estivemos 24 vezes; sendo 8 vezes no Senado Federal e 16 vezes na Câmara Federal, debatendo pontos importantes como: destaque para licitação da 4ª geração, a questão da faixa dos 700MHz, a qualidade dos serviços, a questão da espionagem americana, a discussão do PL das antenas, o marco civil da internet, Programa Nacional de Banda Larga, desligamento da TV analógica. Ou seja, a Anatel sempre esteve presente, prestando contas, trazendo informações ao Parlamento, no sentido de subsidiar Senadores e Deputados na condução dos temas referentes ao mercado de telecomunicações. Então, ao dizer isso, estou colocando sempre a Anatel à disposição do Parlamento, no sentido de contribuir e trazer debates que tenham interesse mo mercado de telecomunicações.

Em relação à prestação de contas em relação ao mandato, eu, quando fui Relator, no período de 2009/2011, relatei cerca de 2.366 processos. Já como Presidente, o Presidente não relata matérias e até por isso nós estamos neste debate da reposição de dois conselheiros na Agência – indicação minha e do Igor – para fazer parte deste Colegiado. São cinco membros hoje que compõem o Conselho Nacional da Agências de Telecomunicações.

Nós iniciamos medidas de pró-transparência das decisões da Agência, também dando maior agilidade nas decisões: todas as decisões do Conselho hoje são transmitidas ao vivo; nós temos dado publicidade a todos os votos e decisões da Agência, buscando sempre maior transparência nos debates que são realizados dentro da Agência.

Todos os regulamentos são aprovados através de consultas públicas, que são realizadas com participação da sociedade. Em 2012, nós realizamos 55 consultas públicas com 4.136 contribuições. Em 2013, foram 40 consultas públicas com mais 4.085 contribuições. Quero dizer que estamos notando, desde o início do meu mandato, esse aumento na transparência, principalmente divulgando dados, resultados, e chamando a sociedade para debater através de consultas públicas.

Fizemos também, nesse período, nos últimos dois anos, uma reestruturação da Agência. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) tinha a mesma estrutura desde a sua fundação. Em 1999, o serviço de telefone fixo era basicamente o principal produto. E, nessa reestruturação que nós fizemos na Agência, buscou-se trabalhar com a convergência tecnológica, principalmente sabendo que, hoje, o grande carro-chefe de qualquer economia desenvolvida é a internet, é a banda larga. Então, a Anatel buscou, nessa reestruturação, dar mais agilidade às decisões e reestruturar a Agência no sentido de buscar melhores condições de trabalho no processo decisório da empresa através de uma reestruturação que busca modernizar as relações dentro da Agência, dando mais agilidade às decisões.

No ano de 2013, nós abrimos quatro mil processos administrativos contra as empresas e encerramos treze mil, ou seja, nós estamos com um passivo de processos que tentamos agilizar com o cumprimento das decisões da Agência com bastante transparência e com bastante agilidade.

Em 2011, fizemos, em conjunto com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), a contratação do modelo de custo, que deverá se encerrar já neste ano, em 2013, o que dará mais segurança para a Anatel trabalhar na fixação de preços e tarifas com dados mais precisos em relação às tarifas que são cobradas no mercado de telefonia hoje. Então, esse projeto foi importante para a Agência, um projeto feito junto com a União Internacional de Telecomunicações. Nós estamos desenvolvendo todas as ferramentas no sentido de haver decisões mais aprimoradas em relação à fixação de preços e tarifas. Estamos trabalhando com a fixação de preços e tarifas através desse modelo de custo, cujas regras gerais vamos aprovar ainda em 2013.

Em relação a medidas de qualidade e ao usuário, nós tomamos algumas decisões que eu considero importantíssimas no mercado. O mercado, hoje, o setor de telecom representa próximo de 6% a 7% do PIB (Produto Interno Bruto). Toda a indústria fatura, hoje, R$110 bilhões, R$120 bilhões, com investimentos da ordem de R$25 bilhões. É um setor importante, um setor dinâmico, um setor que tem um avanço tecnológico muito grande, mas é evidente que nós temos que cuidar da relação que esse setor mantém com o usuário. Então, nós tomamos algumas medidas.

Uma delas foi um plano de ação para a revitalização dos telefones públicos. Temos ainda uma preocupação muito grande com a utilização da telefonia pública, porque, em muitas regiões, principalmente as regiões mais afastadas, a telefonia pública, o telefone público ainda é uma peça importante, um produto, um serviço importante para o usuário, embora o seu uso tenha sofrido – e nós temos dados disso – uma queda contínua até pela popularização do celular. Quer dizer, o celular vem se popularizando muito rapidamente. Então, nós fizemos um plano de ação que visava a re-

vitalizar os telefones públicos, e esse processo ainda está em andamento.

Um segundo processo foi o plano de redução dos indicadores de interrupção da telefonia fixa. Nós trabalhamos também no Brasil inteiro chamando as concessionárias e mostrando a importância de nós fazermos uma redução da interrupção da telefonia fixa. Também trabalhamos com um plano de ação para a melhoria dos serviços prestados pela telefonia móvel. Nós estamos no meio daquela cautelar que foi dada em junho do ano passado, em 2012. Estamos acompanhando os investimentos e estamos divulgando, inclusive, o *ranking*, cidade por cidade, independente do tamanho, das empresas que estão atuando nos Municípios com o serviço da telefonia móvel.

O serviço de telefonia móvel alcançou 260 milhões de *chips* vendidos, mas precisamos buscar sempre a melhoria da qualidade. Acho que a qualidade, hoje, é um reclame da população. O serviço de telefonia móvel virou um produto de utilidade pública importante, pois o usuário precisa muito do serviço móvel. Hoje, o serviço móvel é uma aspiração de todo usuário, a utilização do serviço de telefonia móvel.

Nós iniciamos, também, uma medição da qualidade da banda larga fixa e móvel. Estamos trabalhando e, até o final do ano, todos os Estados terão essa medição. Também há outra questão importante. Nessa medição, tanto a qualidade da banda larga fixa quanto da móvel devem atingir sempre os indicadores. E, principalmente, os planos de venda devem ser muito claros em relação ao usuário, principalmente com relação à necessidade de ser transparente na relação com o usuário, informando qual é a velocidade que ele está contratando, qual é a velocidade que vai ser utilizada. Ou seja, é a questão da qualidade na relação das empresas com o usuário. Então, nós estamos fazendo isso, divulgando mensalmente esses dados, no sentido de subsidiar também o usuário para que ele possa acompanhar as empresas do setor e saber como estão oferecendo esse serviço, tanto da banda larga fixa quanto da móvel.

Também votamos, recentemente, a criação obrigatória nas empresas de um setor de conselho de usuários para todo o serviço de telecomunicações. O conselho de usuários nasceu, inicialmente, só para a telefonia fixa. Hoje nós estamos exigindo, então, que o conselho de usuários também exista para a tevê por assinatura, para a banda larga, para a internet e também para o serviço móvel pessoal. Que as empresas constituam esse conselho de usuários para acompanhar as principais queixas e reclamações dos usuários.

Fizemos, também, um trabalho de redução das tarifas de interconexão – inclusive, hoje saiu um ato publicando a redução do valor da tarifa, que chegou a ser de R$0,48. Essa é uma questão importantíssima porque as ligações ente os telefones fixos e os celulares acabam sendo desestimuladas pelo preço da interconexão. Sempre digo isso também em relação às tarifas entre celulares de empresas diferentes. Então, isso acaba forçando a criação de clubes e a utilização da mesma rede, o que, muitas vezes, as sobrecarrega. É evidente que as ligações entre a rede, inter-rede, e dentro da mesma rede têm de ser diferenciadas porque existe uma condição maior, mas não pode ser tão diferente. Hoje, não há competitividade ou atratividade para uma pessoa ligar de um telefone fixo para um telefone móvel ou de operadoras diferentes. Isso é muito desestimulado em relação às ligações dentro da própria rede.

Então, nós estamos buscando essa redução. Em 2015, essa tarifa será de R$0,17, mas a partir daí nós vamos trabalhar já dentro do modelo de custos em que vamos buscar tarifas com padrões internacionais mais razoáveis em relação às que são cobradas hoje. Nós não fizemos essa redução repentina, até porque isso poderia prejudicar os investimentos dos serviços da telefonia móvel, mas nós fizemos uma redução gradual e acreditamos que essa redução gradual propiciará às empresas se ajustarem, até porque nós estamos falando aqui de voz. O que vai sustentar o serviço daqui a dois, três anos com certeza é a transmissão de dados. Então, é importantíssimo que a gente busque maior competitividade entre as empresas.

Nós acreditamos que temos quatro operadoras de serviço móvel. A competição na telefonia móvel brasileira é uma competição, talvez, até mais adequada do que a existente em outros países, em que há duas empresas ou, no máximo, três empresas. A Anatel trabalha sempre com esta perspectiva de quatro empresas no setor de telefonia móvel, que permite uma possibilidade maior de competição.

Nós, no processo de reestruturação, criamos uma superintendência de relações com os consumidores, que não existia. Essa superintendência é muito importante, porque ela cuida do *call center* da Agência, que recebe hoje perto de 28 mil reclamações por dia. É um custo próximo de R$24 milhões/ano, sendo que, dessas 28 mil ligações, próximo de 16 mil ligações são reclamações de serviço, e as outras 12 mil ou 13 mil são pedidos de informação para a Anatel, são pedidos de esclarecimento de contrato de fidelidade, de outras questões de prestação de serviço da própria Agência. Esse *call center* é uma ferramenta importantíssima para nós, porque dá exatamente a dimensão de quais são as principais reclamações que os usuários têm feito em relação a isso. Dentro dessa criação da superinten-

dência de relações com consumidores, está nascendo o regulamento de atendimento e cobrança, que unifica todas as regras para todos os serviços e a relação das empresas com seus usuários.

Então, nós estamos buscando isso. Inclusive, vi hoje que o Senado também está discutindo um aperfeiçoamento no Código do Consumidor, uma melhoria, uma modernização do Código do Consumidor. Eu acho que é um momento importante. Eu sempre coloco que o mercado sadio de telecomunicações é aquele mercado que tem uma excelente relação com seus consumidores, porque na verdade são os consumidores que acabam sustentando os investimentos, a receita das empresas. Eu acho que é muito importante que nós tenhamos essa relação de empresas com seus usuários. Então, a criação da superintendência de relações com os consumidores visa, evidentemente, a buscar sempre essa sintonia fina na relação com os usuários, que a Anatel coloca sempre como prioridade.

Outro projeto que nós consideramos importante foi uma parceria entre a Senacon, do Ministério da Justiça, e a Anatel, para troca de informações, ou seja, para a Anatel troca informações com a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, para nós trabalharmos conjuntamente. Nisso vai entrar o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e os demais órgãos que tratam desse volume de reclamações, que também é um problema hoje para o Judiciário – para as pequenas causas e também para o Judiciário em geral. Então, nós estamos trabalhando no sentido de aperfeiçoar esse debate, principalmente de buscar maior intercâmbio, maior relação e maiores informações na atuação pró-usuário.

Em relação à competição e avanços tecnológicos, nós fizemos um leilão, em 2012, da quarta geração, do 4G. Foram arrecadados R$2,9 milhões. Também estamos em uma fase final de leilão de posição satelital. Vai ser um novo edital com quatro direitos de exploração, que envolve, inclusive, pela primeira vez, a banda Ka, em que é possível a exploração de banda larga via satélite. Não tínhamos tecnologia para a banda larga via satélite...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Posso falar mais uns minutinhos, Presidente? (*Pausa.*)

Então, nós estamos fazendo esse leilão da nova posição satelital, que vai incorporar a banda Ka, com a qual é possível a exploração de banda larga, que é fundamental para as regiões mais distantes, onde não há a possibilidade de chegar fibra e, às vezes, é difícil chegar até antenas; nós vamos chegar com esse processo. Ainda, evidentemente, o preço está um pouco acima para o consumidor. Um mega, por exemplo, está saindo por R$2 mil, sendo que, na região urbana, você consegue um mega por R$300,00 ou até por menos, por R$60,00, R$70,00. Mas eu acredito que, com esse leilão, nós vamos ter um barateamento grande dos preços em relação à exploração satelital, ou seja, aonde chegar a banda larga via satélite.

Temos aprovado um plano geral e foi aprovado também o Plano Geral de Metas de Competição. Nós temos hoje um sistema de negociação de oferta por atacado, entre demandantes e demandados, que é um sistema *on-line*. Temos 132 empresas cadastradas nesse sistema online, 40 mil torres, circuitos, ou seja, hoje o custo de negociação para o pequeno provedor, para o pequeno empresário que queira comprar sistemas das grandes empresas que são ofertantes de redes no mercado vai cair muito, porque você não tem um custo de negociação, principalmente de viagens. Ele pode fazer isso via sistema *on-line*.

Esse foi um dos produtos mais importantes do Plano Geral de Metas de Competição. Nós criamos um sistema em que quem tem infraestrutura e quem é demandante de infraestrutura pode comprar *links*, torres. Nós tivemos já vários pedidos e vários contratos assinados por meio desse sistema. É um sistema que agiliza e diminui muitos os conflitos dentro da Anatel, principalmente conflitos entre pequenos provedores, entre pequenas empresas e até entre as grandes empresas. Quer dizer, às vezes, a empresa tem uma infraestrutura numa região e a outra empresa tem outra. Muitas vezes, isso gera um custo negocial muito grande, principalmente de processos que circulam dentro da Anatel, de reclamação administrativa de uma empresa contra a outra. Esse sistema vai agilizar, de forma muito rápida, as negociações entre os grupos econômicos, principalmente nas questões que demandam infraestrutura para os serviços de telecomunicações.

Outra questão que eu considero importantíssima – e nós aprovamos numa resolução conjunta – a Aneel e da Anatel prevêem o disciplinamento da utilização dos postes das concessionárias de energia elétrica, que é outro problema muito sério no Brasil hoje, problema, inclusive, de paisagismo urbano, problema de não identificação das redes, de quem é aquela rede, quem é o responsável por aquela rede. E nós demos um prazo.

Nós temos, no Brasil, hoje 15 milhões de postes, para se ter uma ideia, e 90% dos postes são das empresas concessionárias de energia elétrica. Muitas vezes, essa infraestrutura é utilizada para dificultar a entrada de novos pretendentes no mercado, porque o poste está totalmente desorganizado, ninguém sabe, às vezes tem até fibra apagada, que não está sendo utilizada, mas que não sai de lá. Então, há uma série de

regras para desocupação do poste e, principalmente, criação da possibilidade de entrar novas pessoas, desculpa, novos investimentos no setor, utilizando a rede. Está em consulta pública, está em fase final já. Nós estamos agora na fase de votação final dessa resolução, que é importante, porque, em muitos Municípios, já vem crescendo essa discussão de como melhorar a utilização dos postes, porque, evidentemente, seria ideal que nós tivéssemos no Brasil inteiro a infraestrutura que há em Brasília, em que tudo é enterrado. Mas imagina você pegar São Paulo e enterrar toda aquela infraestrutura. É muito caro e não conseguiria fazer. Então, nós teríamos que evidentemente disciplinar.

Também tivemos uma redução de valor da licença para pequenos provedores. Hoje são 4.172 provedores que prestam serviços de internet. Nós baixamos de R$9 mil para R$400,00 o preço da licença, no sentido de ampliar a possibilidade de mais provedores, haver mais competição no mercado, haver mais participação, mais setores explorando o serviço.

Fizemos uma licença única para prestação de serviços de banda larga, telefonia fixa e TV por assinatura por R$9 mil, que é uma forma também de prestigiar aqueles que querem fazer telefonia fixa, internet e TV por assinatura no mesmo valor de R$9 mil. Nós fizemos uma redução drástica desses valores. Seriam R$27 mil se fossem as três. Então, nós estamos buscando aumentar também a competição e a entrada de novos competidores no mercado.

Rapidamente, então, em modernização da fiscalização e informática, nós contratamos R$104 milhões, de execução do Grupo G Copa. Não vou falar de todos os projetos, mas todos são projetos para que a Anatel atenda antes os problemas de rede, os problemas de serviços de congestionamento. Então, nós estamos com quase 70% de execução do G Copa, de contratos do G Copa. Em 2014 haverá mais uma parte, em termos de execução de projeto, cerca de 40%. Então, nós estamos modernizando a fiscalização com vários equipamentos de sistema, desde os de sistema de monitoramento de satélite até de avaliação de cobertura de qualidade do serviço móvel, inclusive espectro e outras questões mais importantes que fazem parte, na verdade, dos investimentos da Agência para os grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Em relação aos desafios futuros, rapidamente, nós temos de continuar cobrando as melhorias na qualidade de serviços oferecidos pelas prestadoras, temos de ter novas estações para novas frequências de implemento de banda larga móvel. Nós temos um grande desafio que é o de levar telefonia móvel para a zona rural, cobertura em distritos e também em estradas federais. Nós acreditamos que 700 MHz darão conta de parte desse desafio. Vamos continuar acompanhando a cobertura por 4G nos próximos anos, continuaremos fortalecendo o usuário na relação de consumo com as empresas. Temos de, evidentemente, garantir uma infraestrutura adequada de telecomunicações para os grandes eventos no Brasil.

Outro desafio, que é importantíssimo, é a revisão quinquenal dos contratos de concessão que serão feitos em 2016 e 2020, e os contratos terminam em 2025. Vale lembrar que esse contrato de concessão de telefonia fixa... A telefonia fixa hoje é o único sistema em regime público, os demais não estão em regime público. Então, essa revisão quinquenal vai começar agora com consultas públicas e consultas à sociedade. Será a antepenúltima porque haverá mais uma em 2020 e, depois, o fim do contrato de concessão.

Acho que é isso em termos de desafio futuro. Eu fico à disposição dos Senadores para as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. João Batista de Rezende, indicado para membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

Passo a palavra ao indicado: Sr. Igor Vilas Boas de Freitas, também indicado para membro do Conselho Diretor da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), para sua exposição.

O SR. IGOR VILAS BOAS DE FREITAS – Obrigado, Presidente Collor. Para mim, é uma honra.

Telecomunicações têm sido minha vida profissional integralmente há 20 anos, porque é apaixonante. Formei-me em engenharia e já entrei nesse setor logo antes de um momento de intensa renovação. Acompanhei e tive a oportunidade e satisfação de acompanhar toda essa evolução, desde a época de nosso Sistema Telebras até agora em que as transformações, a estrutura, as demandas mudaram enormemente, parte pelo impulso tecnológico, que nesse setor é constante. A cada mês, a cada semana, às vezes, temos uma novidade, uma nova tecnologia. Hoje se fala em rastreamento, hoje se fala em banda larga de satélite. Parece velho, mas não é... A gente atingir as fronteiras dos Estados do Norte onde mal se consegue chegar facilmente por meio de transporte. É possível aprimorar, a tecnologia tem feito isso ao longo do tempo. Acho que o Brasil, em termo de aporte tecnológico, nesse setor, não deve nada a ninguém. A gente seguiu nosso caminho. O setor de telecomunicações vem com o acompanhamento do Congresso nessa estrutura de regulação e também vem acompanhando essas mudanças ao longo de mais de 15 anos de reestruturação do setor com muita competência.

Quem é especialista e está imerso nesse mundo, seja trabalhando em uma empresa, prestadora de serviço, seja aqui pelo setor público, com a perspectiva de ter de que dosar e escolher a forma de intervir, tentando orientar e incentivar investimentos, usos e disseminação de tecnologias de acordo com as demandas, forma uma linha de pensamento e tem uma maneira de analisar as coisas que às vezes é surpreendida por quem olha de fora. Acho que um dos grandes desafios do setor de telecomunicações da Anatel, em particular – e isto é motivo de discussão permanente – é olhar o que realmente o usuário tem pedido, olhar as demandas.

Eu aprendi muito discutindo. Tive oportunidade de trabalhar com vários Senadores e Senadoras no tempo que estou aqui na Consultoria. Já são quase dez anos, embora tenha ficado cedido por um tempo, mas estou há tempo suficiente para ter percebido que a perspectiva de quem está fora do setor, de quem ouve o usuário e quer discutir alguns paradigmas que quem está aqui deste lado não percebe é tão importante ou mais do que ficar seguindo aquela mesma cartilha de sempre.

Para mim, é uma enorme satisfação, uma honra ter sido indicado para ocupar um cargo tão importante, uma função tão importante para o desenvolvimento do País, embora a infraestrutura, esse ciclo de debate que a Comissão de Infraestrutura desenvolveu, mostrou novamente os diversos problemas que o setor de infraestrutura no Brasil tem que superar. Embora as telecomunicações estejam relativamente bem posicionadas, porque têm recebido investimentos de maneira mais sistemática, mais frequente, em volume às vezes maior do que outros setores, nós precisamos entender que não só a capacidade, o alcance das redes é o desafio básico de infraestrutura, aquela infraestrutura ali ainda tem muita água para rolar embaixo da ponte, mas sobretudo que vai além de infraestrutura.

Quando a gente entra no campo da internet, percebe que é o mundo em que qualquer atividade que a gente faça durante o dia, qualquer coisa que a gente pense em fazer, a gente recorre e precisa ter o acesso na hora, na mão, com qualidade, com resposta, com preço razoável. Aí a coisa às vezes não acontece, a demanda vem e quem está ali imerso, com esse nível de tecnicidade...

O Dr. João pôde expor aí, há pouco, a parte das questões que são postas à Agência, como resolver o Plano Geral de Metas de Competição, o Regulamento de Interferência Prejudicial, para viabilizar uma transferência de faixa que é importante para dois setores, vamos discutir. Enfim, há questões técnicas – qual é o nível de incentivo fiscal que precisa ser concedido e qual é o impacto disso no investimento em rede. Mas a gente fica imerso nessas questões técnicas e deixa de perceber a riqueza e o real problema.

Nós estamos aqui, a estrutura de regulação e as empresas existem. As empresas, obviamente, têm as suas perspectivas, têm os seus objetivos legítimos e socialmente relevantes. Mas, na nossa perspectiva, principalmente, no setor público, é de dar resposta ao usuário. Então, a Anatel precisa, seja na forma de conselho de usuários, seja por meio do seu *call center*, quer dizer, essa reestruturação que a Agência passou recentemente precisa se preocupar fundamentalmente em dar a resposta para o usuário. Ele precisa, e é para isso que o Estado aporta recursos, milhões de reais por ano na estrutura. É por isso que nós estamos ali todo dia nos debruçando sobre essas questões técnicas.

A gente não pode perder de vista que o fundamental é olhar para frente, perceber que o Brasil é um país ainda com diferenças enormes territoriais, geográficas, sociais. A nossa distribuição de renda, embora tenha evoluído e melhorado muito ao longo do tempo, exige soluções sempre criativas. A família média brasileira tem dificuldade, sim, de dispor da quantia necessária para consumir os serviços de telecomunicações, que são cada vez mais essenciais. E as questões técnicas, às vezes, nos fazem perder.

Então, eu gostaria de ressaltar, dentro da minha experiência, considerando a indicação do meu nome para ocupar cargo tão importante, destacar aqui e agradecer a colaboração dos meus colegas da Consultoria Legislativa, principalmente pelo debate que tenho sempre a oportunidade de travar com a assessoria e diretamente com as Srªs e com os Srs. Senadores. Isso, realmente, foi engrandecedor. Às vezes, nós recebemos os técnicos da Agência, do Ministério, questionando: "Será que essa alteração legislativa é realmente necessária? Será que essa discussão não deveria ficar exclusivamente sediada na agência reguladora?" A minha resposta tem sido: a gente tem aqui uma perspectiva mais ampla, menos, às vezes, viciada pelas questões técnicas, que são necessárias, que são relevantes e que precisam ser ponderadas adequadamente por quem está ali próximo do consumidor e conhece as realidades, as várias realidades, que o Brasil tem.

O setor de telecomunicações é realmente um setor de infraestrutura e é intensivo em capital. Nós temos, ainda, bilhões de reais para investir para garantir que a banda larga chegue. A banda larga é, nesse cenário de convergência tecnológica, a solução realmente para tudo.

O desafio da Agência é lidar com a internet, é lidar, a partir dessa realidade de convergência, com

esse mundo da internet. Como incentivar, como viabilizar investimentos privados em um setor que tem, na inovação, não só o seu progresso, mas o risco da canibalização de serviços antigos o tempo inteiro? Então, acho que o desafio principal da Anatel será, nós próximos anos, saber lidar, saber se posicionar na discussão, na evolução, dos serviços de internet que são demandados pelo usuário. A competência legal da Anatel não está estritamente ligada à questão da Internet. A Agência tem sua missão legal centrada ou essencialmente relacionada à infraestrutura e aos serviços de telecomunicações *stricto sensu*. Mas a Agência vai precisar, com essa nova reestruturação, com os novos enfoques nesse tópico, saber se posicionar e contribuir para a discussão. Esse esforço o Governo tem feito, inclusive no plano internacional, para que a internet seja realmente uma realidade para a população e que seja um ambiente saudável e rico para todos.

Sobre as questões técnicas o Dr. João Rezende expôs bem o que foi e o que será, nos próximos anos, debatido. Coloco-me à disposição para responder ou aprofundar qualquer aspecto técnico que seja do interesse.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradeço ao Dr. Igor Vilas Boas de Freitas, indicado para membro Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Passo a palavra ao Senador Vital do Rêgo, como primeiro inscrito. Em seguida, a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro e à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, posso tentar expressar, neste momento, ao País, a alegria de estar aqui. Estou me ausentando da Presidência da Comissão de Justiça para participar desta reunião que eu considero fundamental para o destino do setor de telecom no País, quando temos a oportunidade de sabatinar os futuros integrantes do Conselho da Anatel na recondução da sua Presidência e na possibilidade de ter mais um membro para completar a sua diretoria.

Tive a honra – e inicio agradecendo a confiança de V. Exª pela confiança que em mim depositou ao assim me distinguir – de ser o Relator da indicação do Dr. João Batista de Rezende. A expressão do seu currículo – com a sua formação da área econômica e toda a sua pós-graduação nessa área e, agora, uma especialização na área de telecomunicações – faz com que tenhamos, desse paranaense de fortes ligações com Londrina, a certeza de que a sua renovação é a tranquilidade, a tranquilidade de que a Anatel continuará investindo, fiscalizando, regulando, aprimorando os seus serviços que, em absoluto, não estão no plano ideal, dentro de um sistema em que todos os dias nós descobrimos o novo, a inovação com tecnologia.

Mas quando permaneci aqui para ouvir a exposição do Dr. João Batista, eu me senti extremamente tranquilo com os votos que o Senado haverá de oferecer-lhe para a sua recondução, a partir do nosso relatório, pela carga – e eu pedi, inclusive, para ficar com ela – de serviços e o avanço desses serviços ao longo desses últimos anos, especialmente nos últimos dois anos. Os números falam muito melhor do que a expressão verbal.

A presença da Anatel no Congresso Nacional ... E V. Exª, como a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Flexa Ribeiro, tem se especializado nos trabalhos desta Comissão de Infraestrutura, tem convocado sempre a Anatel para explicações, para debates. Isso porque efetivamente a presença dessa Agência ... Seguramente, nenhuma outra Agência tem vindo mais a este Congresso do que a Anatel. E eu participo de 10 das 12 Comissões Permanentes da Casa e conheço absolutamente todo o tamanho da interlocução das Agências.

Sem dúvida nenhuma também – eu anotei aqui – as 28 mil ligações por dia que o *call center* recebe expressam que o serviço de telecom não está bom e precisa claramente ser aperfeiçoado. E nós precisamos ter a tranquilidade de ter um diretor, um presidente que conheça profunda e visceralmente as entranhas desse sistema, o que não é fácil, pois possui um alto aperfeiçoamento tecnológico, tem efetivamente que dar respostas e que, de acordo com a compreensão do Dr. Igor, tem que dar respostas ao usuário. O patrão da Anatel é o povo brasileiro, é o usuário brasileiro. E esta é a máxima: regular essas empresas. E graças a Deus, o nosso mercado é tão rico – e V. Sª sabe disso muito melhor do que eu –, nosso mercado interno é tão rico que faz com que tenhamos pelo menos quatro grandes empresas competindo e outras dezenas de empresas satélites, de menor porte.

Eu me sinto tranquilamente, Sr. Presidente, em pedir aos meus pares, hoje e amanhã, ou quando V. Exª acertar com o Presidente da Casa, em plenário, a recondução do Dr. João Batista. Ele já demonstrou claramente, pela sua prestação de contas e pelos serviços e avanços que a Anatel tem demonstrado ao Brasil, que nós estamos no caminho certo. Efetivamente que esta sabatina, Dr. João Batista, seja mais um aditivo, mais um remédio de estímulo ao seu trabalho futuro, porque tenho a convicção de que os desafios são enormes para se implantar do Amapá ao Rio Grande do Sul, da Paraíba ao Acre, um sistema de telecomunicações que dê ao brasileiro tranquilidade. Isso porque nós, que estamos aqui no Distrito Federal, temos os nossos problemas com o sistema. Imagine um morador

de Cajazeiras, na Paraíba, ou de Cruzeiro do Sul, no Acre, ou um morador de Brasileia, lá no Acre. Então, nós temos que dar a esse cidadão de terras longínquas o mesmo direito que nós temos, que o paulistano tem ou que o carioca tem. E isso não cabe às empresas; cabe à Anatel a exigência dessa execução.

Eu queria também falar da honrosa satisfação que tenho de votar em Igor. Sou fanático pela Consultoria da Casa, Sr. Presidente. Sou um estudioso, sou um neófito nesta Casa. Não teria o desempenho que tenho – graças a Deus e aos paraibanos – se não fosse a Consultoria da Casa. É um órgão de excelência, Sr. Presidente. Nós somos muito felizes, como Parlamentares, porque temos o trabalho de uma Consultoria íntegra, imparcial, republicana e que nos dá a retaguarda das nossas ideias. Nós somos a expressão do povo. V. Exª vem de Alagoas, toda semana, ouvindo as queixas dos seus conterrâneos; e eu ouço a dos meus paraibanos. E as verbalizamos apenas em uma solicitação: "Eu quero isso. Minha ideia quero professar em um projeto de lei, em uma propositura legislativa." E esses consultores conseguem nos dar, com técnica legislativa, essa voz, esse pensamento da sociedade.

Por isso, quando o Presidente da Casa, atendendo à maioria dos nossos Senadores, consultados previamente, demonstrou o interesse de indicar, para nos representar, o Dr. Igor fiquei muito feliz. Já recebi de Igor extraordinários serviços nessa área de telecomunicações. Ele já me socorreu diversas vezes com explicações, com proposituras, com trabalhos legislativos da mais alta qualidade. Tenho certeza de que essa voz do Senado, essa voz que representa a Federação brasileira, essa voz que representa cada um de nós, falando pelo usuário, teremos muito clara no exercício de sua diretoria. Confio muito na participação de Igor, porque representa, efetivamente, o pensamento que ele ouviu, viu e com que trabalhou durante 10 anos na Consultoria Legislativa.

Quero fazer uma pergunta a ambos. Tenho um projeto de lei, que está tramitando na Casa, que trata de ajustamento de conduta. Acho até que um dos colaboradores desse projeto foi Igor.

A Anatel deverá apreciar, nos próximos dias, regulamento que disciplinará os termos de ajustamento de conduta, com base nos quais as empresas de telecomunicações poderão trocar as multas decorrentes do descumprimento de obrigações por acordos celebrados com a agência. Mediante esses acordos, as operadoras se comprometerão a realizar investimentos em projetos especiais ou compensar diretamente o consumidor por falhas por elas praticadas em montantes calculados a partir do valor da multa originária. É importante notar, sobre a questão, que apresentei nesta Casa o Projeto de Lei nº 141, de 2013, iniciativa que impede que o instrumento seja celebrado quando a infração for grave, punível com suspensão temporária ou caducidade, quando a empresa tiver agido de má-fé e se a prestadora decidir apelar às instâncias recursais da agência ou se a prestadora for reincidente na mesma infração ou no descumprimento de outro TAC. A regra geral é o TAC, e as exceções são essas que coloquei. De acordo com a proposta de regulamentação em discussão pela Anatel, as empresas poderão pleitear a celebração dos TACs em qualquer infração praticada, mesmo nas que impilam perda de outorga.

Haverá um montante máximo desse valor da multa que poderá ser substituído pelos novos compromissos celebrados pelo TACs? É a pergunta que faço ao Dr. João, se já há estudos com relação ao valor máximo. Como se dará a apuração do efetivo cumprimento dos compromissos assumidos no TAC? Em caso de descumprimento, quais são as sanções impostas às empresas? A multa original será reconsiderada e agravada? São essas perguntas ao Sr. João Rezende, que falará se há estudos na Anatel sobre esse trabalho, motivador de um projeto de lei de nossa autoria. Ao Dr. Igor quero perguntar o que pensa sobre essa idéia.

Uma segunda questão, Sr. Presidente, já para terminar, pedindo vênia a V. Exª. Também apresentei – e sou apaixonado por essa área também – o projeto da Lei Geral das Antenas. É um projeto de que V. Exª foi um dos artífices na tramitação nesta Casa. Em três meses, preparando-nos para a Copa, o Senado aprovou a Lei Geral das Antenas, um marco regulatório que prevê o compartilhamento desses serviços. Lamentavelmente, Sr. Presidente, eu quero tornar público este desgosto, lamentavelmente, há um ano, exatamente um ano, o projeto está na Câmara dos Deputados sem nenhuma definição. Nós estamos à beira de um evento global, como é a Copa do Mundo, os investimentos estão aqui, em banda larga e tal, e esse projeto, esse marco regulatório, de uma vez por todas, definiria, no âmbito federal, com repercussões estaduais e municipais, aquilo que é hoje uma verdadeira panaceia de leis municipais e estaduais, Sr. Presidente, mais de 240 leis conflitantes sobre a instalação dessas antenas em territórios municipais.

Por isso eu queria também fazer esse questionamento a respeito do que nós podemos fazer, em termos de apelo à Câmara, e o que os senhores pensam sobre a Lei Geral de Antenas.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Vital do Rêgo.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, nossos sabatinados: Dr. João Batista de Rezende e Dr. Igor Villas Boas de Freitas, acho que poucas vezes as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores vão exercer o direito de voto com tanta tranquilidade, face aos currículos aqui apresentados pelos dois indicados.

O Dr. João Rezende, que está sendo indicado para recondução ao Conselho da Anatel e que presidiu a companhia, nos mostrou, por tudo o que expôs, o que fez ao longo do seu primeiro mandato à frente da Anatel. Então, é um técnico de reconhecido valor, de competência comprovada, que, como bem disse o Senador Vital do Rêgo, nos dá a tranquilidade de exercermos o voto pela recondução do Dr. João Batista de Rezende sem nenhuma dificuldade.

Acho que a Presidenta Dilma acertou ao fazer as duas indicações, tanto de recondução do Dr. João Batista de Rezende quanto a indicação do Dr. Igor Villas Boas de Freitas, que, como foi dito aqui, é da Consultoria do Senado há dez anos.

Eu particularmente tive a honra de ser indicado por V. Exª, Presidente Collor, para ser o Relator da indicação do Dr. Igor ao Conselho Diretor da Anatel. Tive a honra de presidir a CCT,Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, e tive no Dr. Igor e no Dr. Marcos, ambos Consultores, apoio na condução da CCT. Sei, pelo currículo dele, que já foi aqui colocado à disposição dos Srs. Senadores, da competência e do preparo que o Igor tem para exercer a função de Conselheiro da Anatel.

Não tenho dúvida de que eles serão aprovados, tenho quase certeza, pela unanimidade dos votos dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, para indicação tanto na Comissão quanto no plenário do Senado Federal.

Eu farei uma pergunta, mas acho que as exposições, por si sós, já falaram do preparo dos dois indicados. Eu tenho um projeto de lei que foi feito com o auxílio da Consultoria Legislativa do Senado Federal, é o Projeto de Lei 53, de 2010, que trata de uma questão da maior importância. Eu faço o questionamento ao Dr. João Batista e ao Dr. Igor sobre a reversibilidade dos bens das prestadoras de serviço na renovação da concessão em 2025.

Esso é uma questão que, inclusive, está retendo investimentos que são importantes de serem feitos, principalmente setor de telecomunicações, que é um setor que avança a cada dia. Ele avança a cada dia, e é preciso ter investimentos maciços e permanentes.

Sabendo que a Anatel já iniciou os debates sobre a penúltima revisão quinquenal dos contratos de concessão das prestadoras de serviços de telefones fixos, que expiram em 2025, um dos pontos mais relevantes dessa discussão está relacionado aos chamados bens reversíveis, aqueles que, imprescindíveis para a prestação dos serviços, deverão ser retomados Pela União ao término do contrato. Para tanto, o Governo precisará pagar para as empresas o investimento realizado nesses bens que ainda não tiver sido amortizado.

Sobre o tema, tive oportunidade de apresentar nesta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2010, que, entre outras disposições, busca substituir o instituto da reversibilidade de bens pelo princípio constitucional da função social da propriedade, de forma a garantir, ao mesmo tempo, a continuidade dos serviços prestados em regime público e proporcionar maior estabilidade jurídica para as empresas no investimento e modernização da infraestrutura e em sua utilização para prestação de outros serviços.

Nesse contexto, como os senhores avaliam o atual controle feito pela Anatel sobre os bens reversíveis das concessionárias da telefonia fixa? Quais seriam, na sua avaliação, as melhores alternativas da Anatel para equacionar, já na revisão dos contratos de concessão, a questão da reversibilidade de bens do serviço prestado em regime público? Os senhores entendem que a solução para a questão depende de alteração legislativa como a proposta por mim apresentada no PLS nº 53, de 2010?

Esses são os questionamentos com relação à reversibilidade.

O outro questionamento que eu gostaria de fazer aos indicados refere-se à qualidade dos serviços prestados ao usuário brasileiro. O número de ligações ao *call center* da Anatel, de 28 mil por dia, já demonstra a angústia do usuário sobre a qualidade desse serviço. Nós mesmos passamos por isso quando queremos fazer uma ligação e não conseguimos porque a rede está congestionada, quando você quer fazer uma ligação e ouve que o telefone não existe mesmo sabendo que o telefone existe na outra ponta, e a mensagem é de que o telefone não está ativado.

Essas questões, talvez pela sobrecarga do sistema... O Brasil é hoje um dos países de ponta no mundo, no sentido de ter número de aparelhos. São mais de 200 milhões de aparelhos celulares, 260 milhões de *chips* vendidos o Brasil. Quer dizer, é mais de um por habitante, se todos os brasileiros tivessem um celular. Então, há um congestionamento da rede, e acho que as empresas não estavam preparadas para essa demanda ocasionada. Portanto, pergunto: como a Anatel está agindo no sentido de dar ao usuário não só a qualidade, mas a tarifa, que é outra questão.

A telefonia já foi considerada, no Brasil, pela OIT, uma das mais caras do mundo. E sempre se joga sobre a tributação. Mas, quando se retiram os tributos da tarifa, mesmo assim ela continua com valores exponenciais em relação ao restante dos países. Eu gostaria de fazer esse questionamento.

Por último, é algo que diz respeito diretamente à honra que tenho de representar o Estado do Pará, da Amazônia brasileira. Na Amazônia, a internet é algo que ainda está por chegar, principalmente nas áreas mais longínquas. Lá, não se fala em metro de distância e, sim, em milhares de quilômetros de distância.

Temos a informação da internet via satélite para que pudéssemos atender de forma correta a todos os brasileiros; não só os de primeira categoria, que estão no Sul e Sudeste, mas também aos brasileiros de segunda ou terceira categoria, que estão nas regiões menos desenvolvidas, como é o caso do Centro-Oeste, do Nordeste e da Amazônia brasileira.

Eram essas as questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra a S. Exª Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, senhores indicados, Dr. João Batista, Dr. Igor, tenho certeza de que, pelo currículo, pela trajetória profissional de ambos, os senhores estão aptos a assumir tão importante posição.

Quero dizer, Dr. João Batista, da alegria de ver, no seu trabalho exposto, uma preocupação muito grande com o usuário. Isso nos dá a tranquilidade de pensar que há, realmente, consciência do órgão de fiscalização da importância de avançar na melhoria desses serviços.

Acho que o senhor colocou no plano de ações para melhorar os serviços itens importantes: a preocupação em avançar na competição, na tecnologia; a preocupação com a modernização e fiscalização, outro item extremamente importante e que nos dá tranquilidade de saber que essa fiscalização está sendo efetivamente executada.

Da mesma forma, Dr. Igor, o senhor colocou os futuros desafios. É muito importante percebermos que a agência tem um planejamento sólido, um planejamento baseado exatamente naquilo que o usuário demanda e que esse usuário tem voz dentro da agência. Isso nos dá tranquilidade.

Tenho certeza de que a experiência do Dr. João Batista, a vitalidade, o dinamismo e a juventude do Igor haverão de colaborar muito para que essa agência tenha efetivamente seu papel reconhecido pela sociedade brasileira.

É preciso que saibamos que essa é realmente uma área que expandiu muito, mas que tem um grande desafio pela frente. Gostei muito quando o Dr. Igor se referiu à preocupação com a expansão e melhoria da internet. Tudo isso nos coloca em posição de privilégio em relação a outros países.

Portanto, os meus cumprimentos e a certeza de que terão o meu voto, voto que vem com a consciência, pelo que vi aqui, de que estaremos indicando pessoas do mais alto gabarito e competência técnica para assumir tão importante posto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senadora Lúcia Vânia.

Pela ordem, S. Exª o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Sr. Presidente, esta Comissão tem sido palco de grandes debates. O Dr. João Batista de Rezende já esteve aqui em audiência pública temática, discutindo os avanços e os gargalos da infraestrutura, da telefonia, da difusão de dados, da internet, da telefonia móvel, das dificuldades e dos desafios. S. Sª nunca se furtou a qualquer questionamento deste Senado ou da sociedade.

Sabemos que a telefonia móvel vive um momento de grande expansão e que o usuário tem a sensação de que o serviço não tem a qualidade de que precisa, que merece, não tem velocidade no que diz respeito à transmissão de dados, na conversa, na voz; realmente há algumas dificuldades.

Sabemos que o Governo brasileiro é um governo sem medo, que a Anatel está buscando e enfrentando esses desafios dentro da contratação de novos satélites, dentro da implementação da telefonia rural neste País. Olhem o tamanho deste País! Está aqui atrás, Dr. João Batista, o mapa do Brasil. É um país continental, Dr. Igor. E sabemos dos desafios que temos, sabemos as dificuldades que enfrenta o povo do Norte em ter acesso a uma telefonia de qualidade e sabemos o quanto custa isso. Se colocarmos isso no *per capita,* uma coisa é São Paulo, é o Sul, o Centro-Oeste, é o Sudeste; a outra é o Norte, o interior do Nordeste. É, realmente, diferente.

Mas eu sou conterrâneo do Dr. João Batista de Rezende, que é lá do Paraná, da minha região, do Vale do Ivaí, de Cambira, nossa querida cidade, próxima a Jandaia, Apucarana. S. Sª teve uma carreira excepcional no Estado do Paraná, inclusive na Sercomtel, uma empresa pública que também tem capital privado, de Londrina, que trouxe inovações no âmbito da telefonia móvel. Quando foi implementada, no início dos anos 90, a Sercomtel não fugiu, e, na sequência, o Dr. João Batista de Rezende teve a oportunidade de presidi-la

durante alguns anos. E aqui, hoje, temos também representantes da companhia, que estão aqui no plenário acompanhando essa sabatina.

Dr. Igor Villas Boas, o Senador Vital do Rêgo falou por todos nós. Se não fosse a Consultoria do Senado, nós não conseguiríamos dar a resposta de que a sociedade brasileira precisa do ponto de vista de estruturação legislativa e de qualidade técnica de que precisam os projetos que saem do Congresso Nacional. Nós sabemos que, para se chegar, através do concurso público, a Consultor Legislativo deste Poder, desta Casa, é uma longa carreira, que demanda anos de aprofundados estudos. V Sª, já há dez anos, como aqui referenciado pelo Senador Flexa Ribeiro, ocupa cargo nesta Casa na Consultoria, e agora está à disposição do Poder Executivo para exercer papel fundamental nesse grande desafio que passamos neste momento no Brasil, que é a difusão da telefonia móvel, da transmissão de dados e de busca de soluções que venham a baratear o custo para o cidadão brasileiro. Essa sempre é uma meta a ser perseguida. Lógico que sabemos que tudo isso envolve tecnologia, inovação, e a Anatel tem feito sua parte. Parabéns!

Quero dizer, Sr. Presidente Fernando Collor, que o voto de autoridades ainda é secreto. Não era assim que previa meu relatório da PEC, que já se tornou a Emenda nº 76, mas se fosse aberto, não teria nenhum problema de votar no Dr. Igor e no Dr. João Batista para reconduzi-los a importantes cargos na Anatel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Sérgio Souza.

Antes de passar a palavra a S. Exª o Senador Walter Pinheiro, eu gostaria apenas de dar uma explicação a todos os presentes. Quando estamos sabatinando, não é permitido, pelo Regimento, o acesso de qualquer pessoa aos que estão sendo sabatinados. Então, eu pediria vênia e solicito àqueles que estão continuamente vindo à mesa que não o façam porque isso não é permitido.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Walter Pinheiro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – ... e em seguida a S. Exª o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Agradeço, Sr. Presidente.

Era exatamente para isto: não sou membro da Comissão, mas tenho algumas perguntas para os sabatinados, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – V. Exª poderá fazê-las.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Agradeço a V. Exª, Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu já havia comunicado a V. Exª o motivo da minha ausência. Fui a Salvador ontem, ainda para uma última homenagem ao nosso companheiro Marcelo Déda, que faleceu na segunda-feira. O corpo foi levado ao crematório de Salvador ontem, nós fomos lá, e a solenidade terminou somente à noite. Não consegui embarcar no voo das 4h57, que, aliás, é o voo que pego permanentemente para vir para cá às terças-feiras. Só consegui sair no voo das 9h, portanto, chegando aqui quase meio-dia, porque, com o horário de verão, ficamos com uma hora a menos em Salvador. Portanto, de lá para cá perdemos uma hora, ficamos com uma hora a mais aqui, na realidade. Então, não pude participar nem da audiência pública hoje de manhã sobre portos, que era importantíssima, nem tive oportunidade de ouvir as ponderações e respostas e mesmo a apresentação por parte dos dois indicados para a Anatel.

Mas fiz questão, Sr. Presidente, de vir correndo para participar, e até fiz uma brincadeira com o pessoal. Eles disseram: "Pode votar." Eu disse: "Não, deixem-me falar, porque pode ser que no meio da minha fala eu tenha alguma dúvida e, de repente, não queira mais nem votar." Mas é só uma brincadeira.

Na realidade, acho que temos diante de nós... Mesmo não conseguindo, Presidente Collor, a abertura do voto para as autoridades, que eu acho que é um prejuízo, porque temos a oportunidade nesse processo de verdadeiramente nos posicionarmos diante das autoridades que estão sendo escolhidas por nós, particularmente para as agências.

Talvez o Dr. Rezende, mais do que nosso Consultor Igor Villas Boas, saiba exatamente como tem sido nossa caminhada ao longo dos anos. Eu acompanhei, inclusive, o nascedouro da Anatel. Não participei das primeiras sabatinas, porque eu era Deputado; portanto não tive essa oportunidade, mas fiz questão de vir acompanhar aqui, na época, a sabatina do primeiro Presidente da Anatel, que foi o Renato Guerreiro, assim como os outros membros, entre eles até um dos conselheiros que reporto como uma das figuras com uma bagagem expressiva. Todos eles, naquela primeira composição, tinham uma experiência muito grande, vinham do setor, mas eu, particularmente, depois tive, eu diria, um momento mais de trabalho em conjunto

com o Conselheiro Leite, que também era do setor e que, além de ser homem das Forças Armadas, foi nossa representação na UIT. Então, acho que essa é outra virtude da agência. A gente tem conseguido, ao longo do tempo, Presidente Collor, colocar na Agência de Telecomunicações figuras que têm, eu diria, o conhecimento da área e a possibilidade de atuar para que a agência cumpra verdadeiramente seu papel.

Então, acho que, nesse caso específico agora, o Presidente João Rezende tem uma tarefa redobrada, até porque, nesse primeiro quadrante da sua vida, teve oportunidade de chegar e comandar a agência; portanto, tem uma responsabilidade maior nesse seu retorno, que é um retorno, inclusive, para consagrar alguns dos pontos que nós encontramos como problemáticos nessa relação com o setor de telecomunicações. Um deles é essa questão dos serviços, a qualidade dos serviços. A agência colocou a mão nisso para tentar, inclusive, estabelecer metas de qualidade, que acho que é uma questão fundamental para cumprir seu papel, para se antecipar a essa questão.

O aspecto da cobertura foi outro debate fundamental que a gente estabeleceu ao longo desses anos. Mesmo com o advento da banda larga, a gente ainda tem muitas fragilidades, inclusive na oferta de banda larga.

Há também o debate que aconteceria, não vai mais ocorrer, na Câmara dos Deputados, sobre a questão do marco civil. A informação que tenho é de que ficou para o ano, o que é um prejuízo enorme nesse momento. Isso está exatamente no ponto central dessa questão. Havia até uma proposta, meu caro João Rezende, de transferir para que a Anatel fizesse uma espécie de regulamentação do que tivesse saído ali de proposta, o que sairia do marco civil da internet. Portanto, esse é um ponto crucial, a questão envolvendo esse novo caminhar da gente nessa área, a definição da faixa de 700, a possibilidade de ampliar a cobertura. Não é por menos que, aqui, particularmente os Parlamentares do Norte do País têm mais reclamado em relação a essa atuação da agência, exatamente por conta das fragilidades que o serviço de telecomunicações tem demonstrado, principalmente na banda norte do País. Portanto, com todo o esforço que se fez, não há um comprometimento por parte das operadoras no sentido dessa oferta do serviço.

Outra questão fundamental, e aí acho que é uma decisão importante, é que a Anatel terá que ter um papel daqui para frente na relação internacional. Tivemos esse embate quanto à questão da espionagem e este ano conseguimos ter uma participação melhor nas relações internacionais, e acho que é fundamental. A Anatel tem quadros preparados para isso, e aí envolve todo o aspecto, não só a questão da espionagem, o *roaming* internacional, a própria questão que diz respeito à padronização de frequências, para tentarmos entrar ao mesmo tempo.

Acho, e quero falar muito diretamente, meu caro Flexa, para a situação, acho que a chegada de Igor na Agência não só é um aspecto da contribuição do Senado, mas acho que a escolha tem muito a ver, também, com a possibilidade de a gente associar a esse novo momento que nós vamos viver em 2015. Obrigatoriamente, nós vamos ter que fazer reformulação, principalmente na legislação e na caminhada desse setor.

Então, portanto, é fundamental que a gente associe esse conhecimento do setor com a possibilidade de a gente mexer em regras claras.

Então, o que eu espero dos dois sabatinados aqui é exatamente essa postura – até vou dizer, de forma muito enfática, o que tenho dito, aqui, a todo sabatinado. Nas sabatinas, os sabatinados vêm com a faca nos dentes e chegam aqui e até prometem o céu aos Senadores. Depois de eleitos – é por isso que tenho feito uma crítica muito grande –, os sabatinados meio que, com mandatos na mão, já, não... Aliás, os ex-sabatinados, com mandatos na mão, terminam tendo uma postura de distanciamento daquilo, inclusive, com que se comprometeram no processo de sabatina.

Então, essa tem sido uma crítica que eu tenho feito, veementemente, meu caro Vital. Por isso, até, apresentei uma PEC para que os sabatinados possam voltar a esta Casa, para serem avaliados, para a gente ir avaliando o desempenho disso.

Eu tenho uma expectativa muito grande para esse próximo período nessa recomposição. Tive a coragem, publicamente, de assumir por que eu avaliava que para pessoas indicadas para a Agência, meu caro Vital, não fosse adotado um processo de relação política. Nada contra as pessoas que saem dessa relação, mas que tivessem um mínimo de capacidade, formação e conhecimento do setor para ocupar essa tarefa. Principalmente, que esses indicados tenham condições, depois, inclusive, de seu mandato, de não serem – durante e depois – capturados pelas empresas cujas agências têm a tarefa de fiscalizar, porque é uma – vou usar uma expressão aqui – desgraça, nesse negócio das agências, a possibilidade de captura do setor em relação a determinados quadros, até pela própria questão da lógica de atuação. Eu acho que a quarentena, por si só, não resolve isso.

Então, uma coisa, meu caro João, que me deixa tranquilo, é exatamente essa capacidade de atuar com firmeza, mantendo o distanciamento que é o regulamentar em relação ao Governo, mas se balizando no que são as políticas e mantendo, permanentemente,

a sua postura em relação ao setor em que atua, a postura de firmeza. Não estou falando, aqui, de perseguição ou coisa do gênero, mas de atuação, inclusive para garantir que essa competitividade exista. Para nós, é salutar uma postura firme da Agência, para fomentar a competitividade, porque é nela que a gente pode escudar, é nela que a gente pode pendurar essa questão dos serviços.

Portanto, o que nos daria tranquilidade seria exatamente a gente ter, nesse setor, um número cada vez mais expressivo de *players*, o que, aliás, é uma característica difícil. Esse é um setor que tende a, cada vez mais, ser mais próximo de monopólio do que qualquer outra coisa.

Portanto, nesse processo, e principalmente nessa chamada interação do setor de telecomunicações com radiodifusão e a questão da TI, que é um elemento extremamente explosivo no País, do ponto de vista das suas oportunidades, do ponto de vista de negócios, a agência tem que ter um papel muito firme para esse próximo período.

Eu tenho muita expectativa de que os dois possam preencher, para esse próximo período, essas nossas angústias, ou superá-las, melhor dizendo, com respostas concretas.

Tenho, talvez, uma relação de conhecimento maior com o João de Rezende. Do Igor, tive oportunidade, aqui, em conjunto com diversos Parlamentares do PMDB, não de ser o padrinho – até porque não tenho nenhum tipo de relação política, a não ser a relação de trabalho, porque conheci Igor até mais aqui, na Consultoria, do que em qualquer outro lugar –, mas uma das coisas que eu achei muito importantes, quando essa indicação recaiu sobre uma banda da política, foi exatamente a postura desses ao dizerem que gostariam de dialogar conosco, para que a gente pudesse encontrar um nome que preenchesse muito mais as exigências para um cargo da agência do que, efetivamente, a vinculação com esse ou aquele Parlamentar, esse ou aquele partido.

Portanto, acho que este é um momento, inclusive, em que a gente inaugura de forma diferente a indicação para preenchimento de cargos de agência.

Eu até fiz questão de publicizar isso, meu caro Vital, para que a gente deixasse claro. Eu me lembro que, quando provocado pelo Presidente Renan por essa questão, eu disse a ele: "Na minha cabeça, eu colocaria um consultor da Câmara ou do Senado na Agência." Essa foi a primeira...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Eu quero dizer que o senhor me consultou sobre o consultor.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Exatamente. Aí, essa coisa... Inclusive, cheguei a dizer isso ao próprio Senador Vital e ao próprio Senador Renan.

Obviamente, pelo fato, até, de conhecer há muito tempo os consultores da Câmara, que trabalhavam conosco na Comissão de Ciência e Tecnologia, cheguei a dizer que, obviamente, gostaria de tê-los numa representação dessas. Eu até brinquei com um deles e disse: "Eu quero ver, agora, vocês irem para a agência e botarem, lá, nas regras, aquilo que vocês terminam impulsionando, aqui, para que a gente aperte o povo da agência."

A mesma coisa eu transfiro para o Igor, aqui, agora.

Chegou a oportunidade, Igor, de você exercer, na agência, aquilo que, de forma até brilhante, você, ao longo do tempo, fez no Senado, na medida em que ia consubstanciado, com os Senadores, argumentos e elementos para que a gente pudesse atuar na defesa dos interesses do cidadão, dos serviços e, principalmente, do povo brasileiro.

Então, portanto, minha expectativa é essa. Eu acho que a gente vai ter, aí, para a agência, primeiro, o cumprimento de uma coisa importante, que é completar o seu quadro, João, para que aquela agência possa funcionar.

Os outros três Conselheiros que estão lá são conselheiros, também, que já acumularam o suficiente. Um deles, inclusive, eu tive oportunidade de conhecer bem antes, portanto, desde o Sistema Telebrás. Então, acho que é fundamental que a gente complete a agência com esses quadros e a gente possa ter a oportunidade, um dia, de voltar a fazer essa sabatina, aqui, para dizer que a gente não se arrependeu de reconduzir você, João de Rezende.

Daqui para lá, eu espero ver se a gente arranca os cabelos da lateral da sua cabeça, ver se a gente bota as coisas para andar, num momento em que eu creio que vai ser extremamente difícil, mas são tarefas que estão apontadas, na minha opinião, em condições de os dois assumirem essas tarefas.

Nada é impossível, principalmente para o que vocês acumularam na vida de vocês, tanto dentro da Agência, quanto aqui no Senado.

Era isso, Sr. Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

Antes de passar a palavra ao Dr. João Batista de Rezende e ao Dr. Villas Boas de Freitas, para as respostas, eu gostaria de registrar, aqui, a presença, em nosso plenário, do Dr. Fernando César Mesquita,

Vice-Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional e ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado da República.

Seja sempre muito bem-vindo aqui, Dr. Fernando César Mesquita.

Com a palavra, para oferecer respostas às perguntas formuladas, o Dr. João Batista de Rezende.

Desculpe-me, Dr. João Batista.

Desculpe-me, Senador Randolfe. Por favor.

Antes, portanto, de passar a palavra para as respostas dos indicados, com as minhas escusas, mais uma vez, S. Exª o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Em absoluto, Presidente. Fique à vontade, mesmo porque, Presidente, agradeço sua condescendência. Não sou membro desta Comissão de Infraestrutura e venho a esta Comissão, mesmo não sendo membro desta Comissão, pela importância que tem o tema.

Como é da Constituição da República, dentre as atribuições privativas do Senado da República, sabatinar os membros das agências reguladoras... Inclusive, Presidente, acho que isso distingue, no nosso bicameralismo, a nossa Casa revisora. O Senado Federal, como Casa revisora, está enfeixado de poderes, e o conjunto de constitucionalistas define o nosso Senado como uma Casa que tem utilidade no nosso bicameralismo pelos poderes que o nosso constituinte de 1988 nos entregou. Dentre eles, esse poder previsto no art. 52 da Constituição de arguir, sabatinar, dentre outras autoridades, os dirigentes das agências reguladoras.

Então, por isso, mesmo não sendo membro desta Comissão, Sr. Presidente, e agradecendo a condescendência de V. Exª, venho aqui trazer algumas questões, em especial ao Dr. João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, que postula a recondução ao cargo, particularmente por ser Parlamentar da Região Amazônica. E nos incomoda muito a questão da telecomunicação da Região Amazônica.

Aliás, várias questões nos incomodam. O Dr. João Batista de Rezende sabe disso, já estive com ele para reclamar de várias questões que nos incomodam em relação à matéria das telecomunicações. A ausência de democratização nessa matéria, o monopólio que é exercido, os privilégios que existem nessa questão são um desses temas.

Mas eu vou me ater ao questionamento, Sr. Presidente, e vou procurar ser breve, às questões que mais afligem a minha região, que acho que é o mais pertinente. Não votando aqui na Comissão de Infraestrutura, exercerei esse meu direito mais tarde no plenário.

Embora o voto seja secreto e embora essa matéria não tenha sido derrubada, não com o nosso voto, Sr. Presidente – tenho a honra de dizer que V. Exª esteve conosco na defesa da posição para que o voto fosse aberto aqui no Congresso em todas as circunstâncias, inclusive nesta –, mas revelarei meu voto.

Espero que, com os questionamentos que eu aqui faça, e, se for satisfatório, não usarei nenhum direito de réplica, que o Regimento permite, mas eu quero, com os questionamentos que aqui faça, e se forem satisfatórias as respostas, exprimir lá no plenário, onde exercerei o direito de voto – não posso aqui na Comissão –, qual vai ser o meu voto lá, se for satisfatória a resposta ou se não me entender convencido.

V. Exª, Dr. João Batista, disse aqui, no começo – eu não estava no começo da exposição de V. Exª, mas fui informado pela consultoria que V. Exª já aqui externou –, que, convidado ao Congresso Nacional, já esteve aqui precisamente 28 vezes, 20 na Câmara e oito no Senado. Acho que foi esse o número.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Eu apresentei relatório do número de vezes em que a Anatel esteve presente no Congresso e no Senado. Eu não disse eu pessoalmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Claro. Mas, então, a Anatel esteve presente 28 vezes, 20 na Câmara e oito no Senado.

Eu pergunto – e, óbvio, fica para a resposta de V. Exª, e não precisa responder agora porque tenho outras perguntas a fazer – e gostaria de saber em especial no Senado, que é a Casa de controle da função de V. Exª, o Senado em especial, que me parece que o convidou oito vezes. Quantas vezes V. Exª, pessoalmente, como Diretor-Presidente, esteve presente, em especial no Senado, porque é o Senado que argui V. Exª, é o Senado que questiona, que sabatina V. Exª. Eu gostaria de saber de V. Exª pessoalmente, como Presidente, que é o agente político, é quem fala pela Anatel, das vezes em que foi convidado pelo Senado, quantas vezes esteve presente?

A pergunta que segue, Dr. João Batista, é que, na página eletrônica da Anatel, há um texto que diz o seguinte:

A Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, pela Presidenta da República, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A lei institui como princípio fundamental que o acesso à informação pública é a regra...

Essa lei, eu destaco, é uma conquista importante da nossa democracia, e o sigilo somente a exceção.

Para garantir o exercício pleno do direito de acesso previsto na Constituição Federal, a lei define os mecanismos, prazos e procedimentos para a entrega das

informações solicitadas à Administração Pública pelos cidadãos. Além disso, a lei determina que os órgãos e entidades públicas deverão divulgar um rol mínimo de informações proativamente por meio da internet.

Com base no disposto nesse texto legal, que é a Lei de Acesso à Informação, Dr. João Batista, eu pergunto ao senhor: por que os Estados da Região Norte, da Região Amazônica mantêm os piores índices de satisfação no atendimento de um serviço tão importante como é a telefonia celular?

Eu vou mais adiante. É a Amazônia quem mais padece, mas nós estamos aqui em Brasília, e acho que posso perguntar até mesmo aqui: quem já não padeceu de apagão total nos seus aparelhos de telefonia celular? Quem não padeceu que atire a primeira pedra. E nós estamos em Brasília, Capital da República, local que vai ser uma das sedes da Copa do Mundo no ano que vem! Posso estender para outros locais essa pergunta, mas eu me reporto à Amazônia, onde o caos é total.

A segunda pergunta: em sua mensagem, no prólogo do balanço da Anatel de 2012, V. Sª disse que ocorriam as licitações que permitiriam a ampliação da infraestrutura de telecomunicações, a adoção de medidas para a melhoria da qualidade dos serviços para o usuário e o estímulo para a redução de preços e de tarifas. Nesse sentido, fazendo esse preâmbulo, eu lhe afirmo que nenhuma dessas medidas foram aplicadas nos Estados da Amazônia, nos Estados da Região Norte, que, economicamente, obviamente, são menos atrativos por serem os mais pobres Estados da nossa Federação. Eu vivencio, juntamente com quase 15 milhões de usuários da telefonia celular lá, a piora dos serviços de telefonia. Eu pergunto ao senhor e peço a V. Sª que dialogue com a população dos Estados da Região Norte sobre os planos que tem a Anatel para a efetiva melhoria desses serviços na Região Amazônica e quais as propostas efetivas que o senhor pretende apresentar, caso reconduzido, para pressionar as empresas, que me parecem têm se valido do filé *mignon*, que é o restante do País, e não tem feito os investimentos necessários no tempo necessário, em especial na Região Amazônica.

A outra pergunta é a seguinte: em vários Estados da Região Norte, já foram realizadas audiências públicas, e, em todas as Assembleias Legislativas da Região Norte, com exceção de dois Estados, foram instaladas Comissões Parlamentares de Inquérito, nas quais inúmeras propostas foram apresentadas e aprovadas para a melhoria da situação da telefonia e demais serviços vinculados. É de conhecimento público que a telefonia do Brasil é um dos serviços mais caros do mundo, e nós sabemos também que, com a privatização da telefonia, o sentido da criação de uma agência reguladora foi cumprir o papel do Estado de defender os interesses da sociedade e não permitir isto: que os serviços de telefonia em nosso País fossem um dos mais caros do mundo.

A universalização dos serviços de telefonia fixa, parece-me, não se concretizou, e essa foi uma das promessas das empresas quando abocanharam esse rico filão em nosso País.

Algo que era muito comum nos anos 90, os famosos orelhões sumiram do País. Não temos visto mais orelhões nas grandes e pequenas cidades. Argumenta-se que se universalizou o celular, mas, por outro lado, pouco temos ouvido falar da universalização da telefonia fixa. Eu pergunto, então, a V. Exª: com esse quadro da telefonia, com esse cenário da telefonia em nosso País, por quanto tempo ainda vamos conviver? E quando teremos a real redução das tarifas de telefonia em nosso País?

Parece-me que, pela compreensão que eu tenho e pelas inúmeras reclamações nos PROCONs existentes em todo o País, eu poderia trazer para V. Sª reclamações existentes nos 27 PROCONs das 27 unidades federadas do Brasil sobre a telefonia, reclamações de todo tipo. A realidade: eu não preciso ir aos PROCONs; basta sair à rua para saber que a realidade concreta e material da telefonia no País, basta perguntar para qualquer um aqui, a realidade material e concreta da telefonia, como as pessoas sentem, é caótica. Então, eu pergunto a V. Sª quais as medidas de pressão às empresas.

A TIM tem um serviço fantástico na Europa, na sua matriz na Itália, e oferece serviços caóticos aqui para nós. Nós, ao atravessarmos... Nem estou falando da Amazônia. Eu estava atravessando agora o Eixo Monumental para cá e, em frente à Catedral de Brasília, no Eixo Monumental, o telefone, de uma hora para outra, ficou fora do ar. Estou falando de uma realidade concreta. Qualquer um que está me ouvindo aqui, que está me vendo e até a sua secretária na Anatel há de confirmar o que estou falando.

Eu pergunto quais as medidas para essa realidade material, concreta, do dia a dia, ser mudada. E quais as medidas concretas a serem tomadas para pressionar o mercado, porque me parece que há uma pressão do mercado sobre o Estado, e não do Estado, e não da agência reguladora sobre o mercado. Parece-me que a ordem deveria ser inversa: nós, o Estado, a agência reguladora defensora da sociedade deveria pressionar o mercado, e não o inverso, não o mercado a nós.

Vou ficar por aqui, só falando de telefonia, para não adentrar em questões que já falei para V. Sª pessoalmente sobre outros aspectos que reclamam acerca

de concessões e que V. Sª, quero reconhecer aqui... Levei, junto com o Senador Capiberibe, questões sobre a utilização de rádios comunitárias, inclusive no meu Estado, por políticos, indevidamente, crime inominável. Eu participei do movimento de rádio comunitária nos anos 90 e sei a que se destinava a criação de rádios comunitárias. Era a democratização das comunicações. E é, Presidente Collor, um crime abominável, nos anos do século XXI, nós vermos as rádios comunitárias serem apossadas como instrumento político para benefícios políticos. E aqui quero reconhecer isto que fez V. Sª: V. Sª procedeu à investigação, chegou a uma conclusão e encaminhou essa investigação para nós. E eu sei que não cabe à Anatel proceder à devida responsabilização criminal. Cabe ao Ministério das Comunicações. E espero que o Ministério das Comunicações assim proceda.

Gostaria de obter, em relação à telefonia, essas respostas de V. Sª.

Obrigado pela condescendência, inclusive em relação ao tempo, Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Randolfe Rodrigues.

Gostaria apenas de deixar uma lembrança de que todo e qualquer Senador da República tem voz em qualquer uma das Comissões temáticas desta Casa. O único óbice é àquele que não é membro de uma Comissão; ele não tem direito a voto. Mas a voz sempre terá, qualquer Senador desta Casa, em qualquer Comissão temática do Senado.

Agradecendo mais uma vez a S. Exª o Senador Randolfe Rodrigues, passo agora a palavra ao Dr. João Batista de Rezende, indicado para membro Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Bom, eu tenho várias questões que foram levantadas pelos Senadores. Vou começar pela discussão do TAC, citado pelo Senador Vital do Rêgo. Quero dizer a ele que, na verdade, o processo de votação do TAC está em andamento dentro da agência, e, como o meu mandato se encerrou no dia 4 de novembro, ou seja, eu estou desempregado, Presidente, eu acompanhei o TAC até a primeira versão, então, eu não saberia responder qual é a versão final que vai ser votada pelo Conselho esta semana ou na outra. Não tenho como dizer.

Mas a ideia de a Anatel ter um instrumento como o Termo de Ajustamento de Conduta segue o que o Ministério Público estadual tem, o que o Ministério Público Federal faz, o Cade. As outras agências também têm esse instrumento.

A Anatel colocou em consulta pública esse Termo de Ajustamento de Conduta. A ideia, de fato, é trocar as multas por investimentos. Há uma série de critérios.

Todos nós sabemos que o TAC, após sua feitura e assinatura, vira um título extrajudicial. Caso a empresa não o cumpra, automaticamente gera uma execução. E o Termo de Ajustamento de Conduta não é unilateral. Vai depender, evidentemente, dos interesses das empresas e da própria Anatel aceitar ou não esses Termos de Ajustamento de Conduta.

Aos termos finais do TAC eu não tenho hoje acesso, nem tenho conhecimento de como está sendo discutido dentro da agência. A primeira versão já foi a consulta pública e agora, a versão final. No conselho da Anatel, atualmente, os conselheiros que estão lá é que estão discutindo a redação final dos termos. E nós podemos, inclusive, depois, se o Senador Vital do Rêgo quiser, encaminhar uma cópia dessa decisão para o Senador, até para que ele possa utilizar na discussão do PL que ele está fazendo sobre os Termos de Ajustamento de Conduta. Acho que essa é a questão mais importante.

Em relação aos bens reversíveis, o que está sendo citado pelo Senador Flexa, nós achamos também, Senador, que cabe uma discussão, porque o assunto é muito importante. Quando foi feito o processo de privatização do sistema de telefonia, o BNDES vendeu o controle acionário, ele não vendeu bens. Depois, uma legislação posterior estabeleceu que a Anatel criaria essa lista de bens reversíveis para que, quando o Estado retomasse o serviço, em 2025, ele nominasse aqueles bens. Acho inclusive que a lei foi sábia porque não disse que bens eram. A lei disse que o Estado vai nomear aqueles bens que são importantes para a continuidade do serviço e evidentemente vai fazer a amortização dos investimentos feitos pelas concessionárias. Eu acredito, Senador Flexa, que não será possível nós fazermos isso no âmbito da Anatel. Eu acho que é preciso uma legislação do Senado, da Câmara, redefinindo, na minha visão, a questão da Lei Geral de Telecomunicações em relação aos termos da reversibilidade. Acho que cabe ao Parlamento ajudar a Anatel a discutir uma saída para esse debate.

Evidentemente, a Anatel, já prevendo isso, no ano passado, publicou a lista de bens reversíveis. Tem mais de 300 mil páginas essa lista. E essa lista hoje está disponível. Se qualquer cidadão quiser ver se aquele terreno, aquele imóvel faz parte do rol dos bens reversíveis, está lá. Isso está publicado no *site* da agência. Nós publicamos, então, a lista que nós entendemos que hoje é fundamental para a continuidade do serviço na rediscussão do contrato de concessão em 2025. Então, a Anatel já deu transparência a essa lista, mas

evidentemente a lei diz que, em 2025 – aliás, começa em 2023 –, o Estado vai fazer uma avaliação daqueles bens que são importantíssimos para a continuidade do serviço de telefonia fixa e aí, sim, indenizar as empresas, com a amortização do investimento realizado. Mas eu acho, e o senhor perguntou diretamente, que é preciso, de fato, uma definição legislativa para dar mais suporte a uma decisão desse porte, o que, na verdade, significaria rediscutir o modelo de concessão. Eu acho que seria importante que o Senado e a Câmara pudessem trabalhar junto com o Governo, junto com a própria Anatel na definição de como ficará o regime da concessão da telefonia fixa até 2025.

Do PL das antenas, assunto que foi colocado também pelo Senador Vital do Rêgo, nós participamos. Ajudamos na construção disso. Nós achamos importante. Há uma restrição muito grande nos Municípios para a instalação de antenas. Outro dia uma empresa me confessou que havia 400 pedidos de antena parados na prefeitura. A prefeitura não autorizava a liberação dessas antenas. E nós sabemos que a qualidade da telefonia móvel depende fundamentalmente dos *sites* instalados e do número de investimento feito. Pós-cautelar, nós tivemos um aumento próximo de 500 antenas por dia, de julho para cá, investimento que as empresas fizeram para aumentar essa infraestrutura.

Não sei se respondi à questão do Senador Flexa.

A outra questão básica é que, ano passado, no Senado Federal, das oito vezes em que fui convidado, estive presente em quatro oportunidades. Quer dizer, evidentemente, às vezes, não dá para conciliar as agendas, mas eu sempre estou à disposição do Senado, sempre tenho vindo à Comissão de Ciência e Tecnologia, à Comissão de Infraestrutura. Estou à disposição. Respondendo à pergunta do Senador Randolfe: das oito vezes, estive em quatro oportunidades aqui no Senado.

A questão básica – e concordo plenamente com o Senador Randolfe – é que, de fato, nós temos uma deficiência na Região Amazônica. Acho que é um problema que não só se vincula à questão da deficiência econômica da região, mas principalmente às dificuldades de infraestrutura. A Telebras tem feito um esforço danado com a Eletronorte para traçar uma fibra ótica de longa distância, aumentar os investimentos na Região Norte. É importante dizer que, pela licitação – e o senhor citou o relatório –, começam agora investimentos nas localidades das zonas rurais com telefone fixo e mais internet de 1 mega; começam já em julho de 2014, em um terço dos Municípios na área rural terá de começar a instalação. É obrigação das empresas que ganharam o 2,5 na quarta geração instalar também telefonia na zona rural. Toda a Região Norte será atendida no leilão. A Claro ganhou aquela região, que atenderá à Bahia e a toda Região Norte no atendimento rural.

Nós estamos também pensando no 700MHz. É importante dizer que, embora a telefonia fixa ainda tenha deficiências, ela está muito mais universalizada hoje. Em 33 mil localidades há telefone fixo; em toda localidade acima de 300 habitantes é obrigatório haver telefone fixo, e nós multamos as empresas que não o entreguem. Se houver alguma região com mais de 300 habitantes sem oferta individual de telefone fixo, a Anatel obriga que as empresas façam esses investimentos. Agora, para os distritos não há ainda previsão de telefonia móvel. O que vamos tentar fazer agora com os 700MHz é levar também para as estradas federais e distritos a telefonia móvel. No leilão do 450 ficou definido que a zona rural terá telefone fixo mais internet de 1 mega para atender às regiões.

Eu fiz uma apresentação, Senador, quando senhor não estava, em que mostrei que estamos licitando, já em processo final, quatro posições satelitais, sendo que uma delas, a Banda KA, vai ser utilizada para banda larga, porque em muitas regiões da Região Amazônica é muito mais fácil e muito mais econômico levar através de satélite. Então, estamos trabalhando nessa licitação, que já está pronta. Vai para o conselho e já entram em licitação essas quatro posições satelitais. E com 700MHz acreditamos que vamos poder levar telefonia também para os distritos. É evidente que, neste primeiro momento, se faz um corte, porque os 700MHz vão ter um valor; nós temos de indenizar a migração da TV digital, os canais de 52 a 69 vão ter de retirar a radiodifusão de lá. Nós não sabemos ainda o volume de recursos que vamos ter para fazer o investimento nas localidades. A ideia inicial é que todos os distritos acima de 2 mil habitantes possam também ter telefonia móvel, para parear com o serviço fixo, que existe em muito mais localidades que o serviço móvel.

É importante dizer que a Anatel sempre faz leilões do filé com osso. Aliás, estive nos Estados Unidos, e essa expressão lá ninguém entende, porque vende-se o espectro e não há nenhum tipo de cobrança de cobertura. A Anatel faz diferente: com 2,5, vendemos 4G nas grandes cidades, mas obrigamos as empresas a levarem telefonia para a zona rural.

Em relação, por exemplo... A Anatel esteve e eu também estive pessoalmente em Manaus, na Assembleia Legislativa do Estado, e cabe dizer uma coisa, Senador: na realidade, se o senhor pegar o ICMS do Amazonas, por exemplo, é de 32% sobre a conta telefônica, o que dá 50% na conta final de telefone celular. Há um problema que não cabe à Anatel discutir e que cabe, inclusive, ao Senado Federal discutir: a reforma

tributária, porque o ICMS sobre a telefonia hoje... Inclusive, se colocar 32% sobre 100 dá 68; e, com 32% sobre 68, chega-se a quase 50% de carga tributária sobre a telefonia.

E hoje nós vamos divulgar um ato baixando as tarifas de interconexão. Nós vamos baixar de R$0,48 até R$0,15 em 2015, para fortalecer a qualidade nas ligações fixo-móvel e entre celulares. Estamos trabalhando firmemente nisso.

Em relação aos orelhões, temos ainda 1 milhão de orelhões funcionando no Brasil. A maioria dos orelhões, infelizmente, é deficitária, mas há muitas regiões que precisam dos orelhões. Nós fizemos um plano ano passado de revitalização dos orelhões, obrigando as empresas a disponibilizar o serviço. Acho que os orelhões são importantes, mas é evidente que, nos centros de cidades como Brasília, São Paulo e Rio, os orelhões são pouco usados.

Estamos pensando, inclusive, em zerar tarifas de interconexão para ligar para o móvel do orelhão, porque ele não é utilizado, porque, se ligar para um telefone móvel de um orelhão, o crédito acaba rápido. Então, estamos fazendo todo esse processo na revisão dos contratos de concessão, inclusive na admissão das áreas locais. Hoje, nós temos no Brasil 4.200 áreas locais para o serviço de telefone fixo, o que não se justifica mais pela qualidade e pela tecnologia. É possível, isso foi criado no processo de licitação, fazermos uma revisão das áreas locais.

Eu acho que, no geral, é isso. Fico à disposição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Dr. João Batista, a preocupação do Senador Randolfe é a nossa também com relação à nossa região.

Nós já estivemos em reunião na Anatel, na tentativa de levar a telefonia móvel a mais de 40 distritos no Estado do Pará. Está em andamento, mas o valor ainda é muito elevado para que o Governo possa assumir essa responsabilidade.

Mas o sistema de quarta geração, cuja vencedora para a Região Norte foi a Claro, não vai resolver a questão da telefonia rural móvel, porque ela só abrange 30km do distrito, e, Presidente Collor, 30 km na Amazônia é um passo. Quer dizer, a dificuldade vai continuar.

Então, acredito que outro sistema deve ser resolvido, talvez o do satélite ou outro espectro, para que a gente possa atender realmente, com telefonia móvel, à Amazônia como um todo, já que o 4G, lamentavelmente, não vai atender à maioria das populações distantes da Região Amazônica.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Senador, eu acho que chega a 80% de cobertura. Evidentemente, há uma franja de 20% para a qual vamos ter de criar outras soluções.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Randolfe Rodrigues.

Sr. Presidente, na verdade, permanecem os mesmos questionamentos, em especial em relação à Amazônia.

Eu queria só insistir em uma preocupação, Dr. João Batista. O senhor falou na expansão em relação ao Amazonas e aqui se trata da Amazônia oriental. Eu pergunto a V. Exª em relação à Amazônia ocidental: quais os investimentos em que se está pensando, notadamente em relação à região dos Estados do Pará e do Amapá, à região do Marajó? Quais os investimentos que estão sendo pensados em especial no meu Estado, em que a situação da telefonia é de calamidade. Não existe... A propaganda que se faz de 3G é uma propaganda enganosa, porque não existe 3G nenhum, é quase analógico. O funcionamento é insuficiente.

Em audiência havida aqui no Senado, as empresas argumentaram que a solução definitiva só ocorrerá com a vinculação, a ligação através dos cabos de fibras óticas, o que se concretizará com as obras do linhão de Tucuruí e as obras por parte da Guiana Francesa.

Concretamente – porque as informações que V. Sª nos traz, na verdade, são de período anterior –, qual prazo dado para a efetivação dessa realidade? Qual é o prazo de mudança dessa realidade? O que as empresas informam, concretamente, sobre esse investimento? A TIM, por exemplo, nos trouxe os investimentos que eles estão fazendo em relação ao linhão de Tucuruí, da obra que vem de Manaus até o Estado do Amapá. Só que, concretamente, os prazos, sequencialmente, têm sido descumpridos.

Existe um ultimato previsto, concreto, por parte da Anatel a essas empresas para que esses investimentos se concretizem? É a pergunta que faço a V. Sª.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Senador, nos temos, no leilão do 2,5, que foi feito o 4G e mais o 450MHz, que é para levar telefonia para a zona rural, que acho é o maior gargalo, nós temos hoje 1.500 Municípios que não têm o 3G, que vai chegar em 2017. Então, as dificuldades, que eu coloquei anteriormente é que para todas as empresas que não cumprirem aquele cronograma, ou seja, um terço em julho de 2014 e completar todo o investimento até 2015, a Anatel tem um instrumento no edital, que é a execução das garantias que são depositadas. Então, nós estamos acom-

panhando a execução desses investimentos. E vamos também acompanhar tanto os investimentos na zona rural como a cobertura do 4G nas grandes cidades. Então, estamos trabalhando. Caso as empresas não cumpram isso, nós estamos executamos as garantias.

Não sei se é essa a questão que V. Exª está levantando. Nós temos um calendário – inclusive, depois, poderemos encaminhá-lo ao seu gabinete – do investimento do 450, que é no interior da Região Norte do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu indago às S. Exªs os Senadores Flexa Ribeiro e Randolfe Rodrigues se estão satisfeitos com as respostas oferecidas? *(Pausa.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Satisfeito não, Presidente, mas contemplado; não estenderei mais a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exªs.

Passo, agora, a palavra ao Dr. Igor Villas Boas de Freitas, indicado para membro diretor da Anatel.

O SR. IGOR VILLAS BOAS DE FREITAS – Vou, então, comentar as perguntas formuladas e dirigidas também a mim, feitas pelo Senador Vital.

Em relação à Lei das Antenas, o Senado trabalhou no assunto e procurou encaminhar uma proposição que fosse um compromisso entre a garantia de constitucionalidade, ou seja, não interferência de entidades federais nas competências estaduais e, principalmente, municipais, no que tange à organização de seus territórios, é uma disposição constante no art. 30 da Constituição.

Existe um limite muito difícil de ser definido entre a organização dos serviços e ocupação de solo e uso, definição de estética, localização das antenas entre órgãos federais, como a Anatel e o Município, mas acho que foi um avanço o projeto encaminhado pelo Senado à Câmara. Até onde nós temos notícia, por acompanharmos a discussão desse projeto na Câmara, as alterações são pequenas; não são expressivas. Obviamente, o debate, lá, aprimorou; procuraram se debruçar sobre as questões jurídicas e técnicas para que houvesse uma medida legal que realmente ajudasse, auxiliasse na discussão que as empresas têm que ter, têm que manter com os Municípios principalmente, na organização da sua infraestrutura, mas eu acho que, ao retornar ao Senado, vai ser possível apreciar, em tempo curto, essas alterações. Novamente, não parecem ter sido expressivas. E colocar o instrumento em vigor para que gere o efeito esperado pela população, pelas empresas e faça avançar a infraestrutura de torres principalmente, como a demanda tem requerido.

Em relação ao TAC, o Termo de Ajustamento de Conduta já é competência o uso pela Anatel e outras autarquias, já está previsto na legislação. A meu ver, o TAC é uma boa resposta para os problemas do usuário. Olhando a questão de incentivo para que a empresa resolva o problema reportado, partir para um processo de negociação e a consecução de um título extrajudicial, direcionado para a solução do problema, com prazo determinado, com valores determinados, me parece bem mais adequado do que a sanção, por meio de multa, daquela conduta considerada irregular, porque, mesmo que a multa seja paga, Presidente Collor, a conduta pode se perpetuar de forma irregular. Quer dizer, o pagamento da multa, que já é algo complicado, por que há uma discussão administrativa judicial e se retira das empresas o poder de investir, de transformar aquele valor pago em multas em investimento concreto em rede, além desse problema, o enfoque está errado. O enfoque não é o do usuário. A multa é uma sanção à empresa. O que interessa, tanto para o órgão regulador tanto para a empresa, é prestar o serviço para o usuário; é resolver o problema que está posto. Então, acho que o encaminhamento do TAC é bastante adequado.

O projeto apresentado pelo Senador Vital, eu acho que discute apropriadamente. A Anatel deve, em tempo, considerar essas questões. Os critérios que estão sendo colocados para utilização do TAC, substituição de parte das sanções no âmbito dos processos de apurações de descumprimento de obrigações por TAC, precisam os critérios serem discutidos. Eu acho que o projeto enriquece a discussão que vem sendo colocada à Anatel.

Preocupa-me, no uso do TAC, e eu tive a oportunidade de comentar rapidamente essa questão na última audiência pública, é que a legislação prevê a existência de dois regimes jurídicos: o regime público e o regime privado. As empresas, para os grandes serviços, tirando a telefonia fixa, operam, exclusivamente, em regime privado. E as questões postas pelo Senador Randolfe, as questões postas pelo Senador Flexa de preocupação ao atendimento às regiões, todas elas são negociadas, hoje, de maneira distinta da forma como foram realizadas as obrigações de universalização relacionadas à telefonia fixa. Normalmente, elas estão associadas a um leilão de radiofrequência, ou à revisão de um contrato, ou um processo de fusão e aquisição em que alguns ajustes precisam ser feitos não só em benefício da concorrência, mas em resposta aos ganhos de escalas e de escopo que aquela fusão gera.

Enfim, o setor como um todo, é assim que eu descrevo para o meu entendimento, e para tentar descrever didaticamente, ele tem sido gerido, às vezes,

por janelas de oportunidades. O TAC não deveria ser visto, a meu ver, como mais uma janela de oportunidade. Isso é um risco tanto para a Anatel quanto para as empresas. Porque a não execução adequada dos TACs, se esse instrumento for utilizado de maneira excessiva ou em situações não adequadas, vai se transformar em um problema lá na frente, novamente, tanto para a Anatel quanto para as empresas.

Então, se eu tiver a oportunidade de me debruçar ainda sobre esse assunto na Anatel, essas seriam as minhas primeiras considerações.

Acredito que o TAC tem que ser usado, sim, ele é um beneficio para o usuário, ele enfoca o problema do usuário, ele resolve o problema do usuário de maneira mais rápida, mas ele não pode ser transformado, em médio prazo, na nova janela de oportunidade de gestão de troca de obrigações, de organização, para esses compromissos que vão ser estabelecidos. Ele pode, sim, ser usado eventualmente para isso, mas ele precisa ser utilizado com inteligência para não desvirtuar a sua finalidade precípua.

Com relação às colocações do Senador Flexa, iniciando pela qualidade dos serviços prestados, como eu coloquei brevemente na apresentação inicial, eu acho que esse é um dos desafios principais da Agência. A Agência precisa, sim, em diálogo com as empresas, no processo de regulamentação, na forma de organizar o seu *call center*, a sua ouvidoria, estar, cada vez mais, apta a responder, não só prontamente à ligação do usuário, mas resolver o problema. Quer dizer: a qualidade percebida pelo usuário, a qualidade real medida.

Esse projeto, que nasceu com a revisão dos regulamentos de qualidade da banda larga fixa e móvel, é de suma importância. A definição de indicadores é a maneira mais adequada de fazer isso. Não dá para a avaliação de qualidade dos serviços de telecomunicações ser totalmente subjetiva. Eu vou ter uma opinião; o Senador Flexa terá outra opinião, certamente, sobre os serviços prestados aqui no Distrito Federal ou na sua região. E isso vale para todos. É preciso que haja uma medição concreta, com procedimentos estatísticos que garantam que aquela medida representa a realidade do local, da prestadora e do serviço que está sendo avaliado.

Desde quando esse processo estava sendo construído na Anatel – e eu estive pessoalmente na Agência para dar uma contribuição aos técnicos responsáveis por esse processo –, ele tem dificuldades em recolher as informações dos usuários, porque ele partiu de uma seleção espontânea, ou seja, os usuários que têm interesse em ter o seu serviço medido se inscrevem no programa, recebem o equipamento de medição e aquilo ali é executado. Há considerações metodológicas sobre a precisão dos resultados disso, que podem ser aprimorados – não vamos entrar nesse detalhe –, mas a acho que a Anatel está fazendo um bom trabalho, principalmente porque calcado em indicadores objetivos.

Os primeiros relatórios têm saído agora, Há flutuações esperadas na qualidade entre as regiões do Brasil. Primeiramente, saíram os relatórios relativos às Regiões Sudeste e Sul, que mostram indicadores de qualidade melhores do que os apontados mais recentemente nos relatórios referentes às Regiões Norte e Nordeste. Isso é uma constatação; não é à toa que está sendo colocado reiteradamente. O que precisamos garantir é que, além de medir, possamos analisar de que maneira cada indicador pode ser aprimorado; e, aos poucos, comunicar isso adequadamente para a imprensa, para a sociedade em geral, para o Congresso, ou seja, se aquele conjunto de indicadores está, de fato, refletindo o conjunto das percepções que precisa ser avaliado por parte do usuário. E, ainda: dar ciência do progresso, dar ciência de como é que aqueles números vêm evoluindo ao longo do tempo a partir das medidas que a Anatel vem tomando. Então, a qualidade é, sem dúvida, uma maneira objetiva de tentar dialogar com a sociedade – Anatel e sociedade – na busca da melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Com relação aos bens reversíveis, eu também compartilho da opinião do Dr. João Rezende em relação à necessidade de intervenção legislativa, não por questão de legalidade estrita. Eu acho que, como parte contratante nos contratos de concessão, a Anatel tem a competência jurídica para fazer a adequação dos contratos no que tange a bens reversíveis. É porque a Lei Geral de Telecomunicações não obriga a existência – isto é, se o contrato prevê – e previu uma metodologia de gestão na forma patrimonial desses bens. E a Anatel, depois de um esforço hercúleo, conseguiu soltar uma relação. Todavia, a convergência tecnológica, a realidade desse setor torna o uso desse instrumento... Reversibilidade não é só uma questão patrimonial; ela é, sobretudo, uma forma de garantir a continuidade, ao fim dos contratos, de serviços considerados essenciais. A própria Lei Geral estabelece isso.

Eu acredito que a reversibilidade, nesse caso, vai garantir o oposto. Eu não consigo enxergar uma infraestrutura em que o mesmo elemento de rede, seja ele um cabo numa rede de distribuição, de transporte, ou um roteador, ou uma central telefônica, guardadas as devidas proporções, nesse processo de convergência em que tudo passa a ser... Quando começou, eram redes separadas; hoje, é praticamente tudo a mesma rede, a começar do núcleo das redes até a ponta. Em 2025, essa sobreposição será maior ainda. Eu não

consigo ver como o Estado, a Anatel em particular, gerenciará, à luz da legislação vigente, esse final do contrato de concessão usando esse instrumento de continuidade. Ele, ao meu ver, será motivo mais de dificuldade à continuidade por disputas judiciais que vão ser estabelecidas em relação a valor a ser pago, quem deve o que a quem, quem tem, numa transição, se por acaso a titular da concessão não continuar o processo por alguma razão, que equipamentos, que ativos desses ele tem direito a continuar, porque relacionados a outros serviços que não em regime público e quais o novo responsável por conduzir aquele contrato vai ter direito de se apossar.

Então, acho que, hoje, a reversibilidade em telecomunicações, diferente do que pode ser aplicado no transporte rodoviário ou na geração de energia, está inadequada. E há outros instrumentos previstos na Constituição, por exemplo, como referenciado por V. Exª no PLS nº 53, de 2010, a função social da propriedade, se bem regulamentada para o caso específico do serviço de telecomunicações, das redes de telecomunicações, pode ser muito bem uma solução para garantir a continuidade sem as disputas jurídicas.

Há questões a serem resolvidas em que a Anatel, se houver a devida legitimação pelo Congresso da substituição desse instrumento de reversibilidade por outro que assegure a continuidade, pode entrar e regulamentar as questões pecuniárias e tecnológicas envolvidas e facilitar um processo de transição que vai acontecer em 2025. Parece distante, mas já estamos na penúltima revisão quinquenal.

Se isso não for referendado agora, teremos que discutir numa situação muito mais conflituosa e muito mais de perda para todas as partes, principalmente para a sociedade, para o consumidor.

Eram essas as considerações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Indago a V. Exªs os Srs. Senadores se estão satisfeitos com as respostas oferecidas pelo Dr. Igor.

Dou por encerrada, portanto, a sabatina, agradecendo as respostas dadas pelos sabatinados e declaro também encerradas as votações.

Convido S. Exª o Senador Walter Pinheiro para ser o escrutinador deste pleito.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Houve unanimidade.

Portanto, 19 Srªs e Srs. Senadores votaram e foram 19 votos favoráveis às indicações do Sr. João Batista de Rezende, para recondução como membro diretor da Anatel. Também foi aprovado o nome do Dr. Igor Villas Boas e Freitas, conduzido para membro diretor da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Em regime de urgência para tramitar pelo plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Por solicitações de S. Exªs os Senadores Flexa Ribeiro e Vital do Rêgo, será solicitada urgência e encaminhado imediatamente o pedido de urgência à Mesa Diretora dos trabalhos desta Casa.

Gostaria de cumprimentar os dois indicados: o Dr. João Batista de Rezende, pela sua recondução, e o Dr. Igor Villas Boas, que agora posso dizer, ratificando as palavras que aqui foram ditas a respeito da excelência dos trabalhos da Consultoria Legislativa de que nós Senadores dispomos nesta Casa do Senado Federal, parabéns a toda Consultoria do Senado por essa indicação do Dr. Igor. Acho que todos as Srªs Consultoras e os Srs. Consultores se sentem homenageados também com a votação recebida pelo Dr. Igor e pela sua condução a membro integrante da Diretoria da Anatel.

Aprovada, portanto, a indicação, como já disse, do Dr. João Batista de Rezende e do Dr. Igor Villas Boas de Freitas, de acordo com as Mensagens nºs 99 e 100, do Senado Federal deste ano de 2013.

Continuamos em reunião. Há um requerimento a ser lido .

Srs. Senadores, solicito que permaneçam no recinto por mais alguns minutos.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2013

Requeiro, nos termos, do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, sendo convidado o Ministro das Cidades, Sr. Aguinaldo Veloso Borges Ribeiro, para apresentação dos projetos de infraestrutura urbana desenvolvidos pelo referido Ministério, referentes ás obras para realização da Copa do Mundo de 2014.

Autoria: Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano (Cispid).

Observação: o requerimento foi lido 64ª reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e aprovado na reunião do dia 5 de novembro de 2013, da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 57, de 2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de autoria da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano desta Comissão.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, antes de V. Exª encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Um pedido de urgência para que essa matéria da sabatina chegue ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Já foi solicitada, Sr. Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Já foi solicitada?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – O Senador Flexa Ribeiro, o Senador... Mas agora também com a solicitação de V. Exª...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Minha indagação até era por conta do fato de, na realidade, a Comissão estar fazendo a audiência, a sua reunião ordinária agora, que antes era audiência de sabatina e esse pedido pode ser feito na própria sabatina mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pode ser feito na própria sabatina, não há nenhuma dificuldade.

Obrigado a V. Exª.

Antes de encerramos, portanto, a presente reunião, agradeço a presença às Srªs e aos Srs. Senadores e convoco nossa próxima reunião a ser realizada no dia 9 de dezembro, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade à agenda 2013/2014, "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País". A audiência terá como tema o painel Transposição do Rio São Francisco: desafios e conquistas. E contará com os seguintes convidados: o Sr. Prefeito de Aracaju, capital de Sergipe, Dr. João Alves Filho; Dr. José Galízia Tundisi, do Instituto Internacional de Ecologia; e Dr. Robson Afonso Botelho, da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Departamento de Projetos Estratégicos do Ministério da Integração Nacional.

Assim sendo dito, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 45 minutos.)

ATA DA 67ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2013, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezoito horas e dez minutos do dia nove de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **José Pimentel**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presente o Senhor Senador **Inácio Arruda.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e justifica a ausência do Senhor Senador **Fernando Collor**. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2013 – CI**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 27 de fevereiro de 2013, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca de propostas setoriais para a infraestrutura, especialmente no que tange à modernização e expansão dos serviços, ao aumento da competitividade, à avaliação da capacidade de crescimento da economia e do bem-estar da população, e ao investimento e gestão como chaves para desatar o nó logístico do país*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Francisco Xavier Mill**, Analista de Infraestrutura do Departamento de Projetos Estratégicos da Secretaria de Infraestrutura Hídrica da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional; e o Senhor **José Galizia Tundisi**, Presidente do Instituto Internacional de Ecologia de São Carlos. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **José Pimentel,** Presidente em exercício da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Declaro aberta a 67ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços e Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicado da Presidência.

Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, gostaria de informar que a população poderá participar de nosso debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar, gratuitamente, para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviar sua contribuição pela internet no endereço www.senado.leg.br/alosenado ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter@alosenado. Portanto, qualquer cidadão ouvinte ou telespectador pode, desde já, enviar sua pergunta ou seu comentário aos nossos convidados.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema Transposição do Rio São Francisco ou interligação de bacias: desafios e conquistas. 5º Painel do Ciclo sobre a Água, parte integrante da Agenda 2013/214 – Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas que já se encontram aqui na Mesa: o Sr. José Galizia Tundisi, Presidente do Instituto Internacional de Ecologia de São Carlos; e o Sr. Francisco Xavier Mill, Analista de Infraestrutura do Departamento de Projetos Estratégicos da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional.

O Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, pede desculpas aos nossos expositores em face da sua viagem com a Presidenta Dilma para acompanhar os funerais do ex-Presidente Nelson Mandela, juntamente com todos os ex-Presidentes, Presidente José Sarney, o ex-Presidente Fernando Henrique e o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Todos eles se deslocaram nesta segunda-feira para a África do Sul, para participarem dos funerais. Por isso é que estou aqui presidindo estes trabalhos, como sempre acontece às segundas-feiras com a Presidência do Presidente Fernando Collor, Presidente desta Comissão. Tenham os senhores nossas melhores boas-vindas e nossos cumprimentos!

Pela ordem, nós podemos começar com o Sr. José... Vamos começar pelo Ministério de Integração Nacional, com o Sr. Francisco Xavier Mill e, depois, passamos para o senhor. Normalmente, concedemos 25 minutos, mas, se for necessário um pouco mais, não se preocupem que a Mesa será bastante tolerante com esta matéria, particularmente com o seu conteúdo, no momento em que nós estamos vivenciando a maior seca dos últimos 50 anos na Região Nordeste – exceto em uma cidade da Bahia em que, de sábado para domingo, houve uma forte chuva, invertendo as questões da nossa seca para inundações.

Portanto, pelo prazo regimental, o Sr. José Galizia...; perdão, o Sr. Francisco Xavier primeiro, pelo tempo regimental.

O SR. FRANCISCO XAVIER MILL – Boa noite a todos!

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite feito ao Ministério da Integração Nacional para esta audiência pública, não justificando, mas comunicando ao Presidente desta Comissão, Senador José Pimentel, a impossibilidade de nosso Diretor, Dr. Robson Botelho, estar presente em Brasília nesta data, ele está em Pernambuco.

Julgo que mais importante do que apresentar dados técnicos que já são públicos e, com freqüência, levados até esta Casa, é dizer da importância que vemos quanto ao projeto de integração do São Francisco para aquela região do Nordeste Setentrional. Podemos, com certeza, afirmar que muitos brasileiros, até comigo mesmo isso aconteceu, conheciam talvez a parte mais bela do Nordeste. Não conhecíamos, há três anos e meio, quando começamos no Ministério da Integração Nacional nossa atuação profissional, vimos que só conhecíamos do Nordeste a parte bela, a parte boa, e não conhecíamos as dificuldades pelas quais aquele sertão nordestino passa.

E ali se apresentam publicamente, acho que quase toda semana, até nos órgãos de comunicação, dificuldades em que vivem aquela população no sertão nordestino. Aí, sim, vemos a importância de um projeto como este de transposição de parte das águas do São Francisco para aquela região. Conhecemos muito do projeto – daqui a pouco, vamos fazer algumas apresentações de eslaides.

Conhecemos muito desse projeto – aquela parte visível, que são os dois grandes eixos, o eixo norte e o eixo leste, que distribuirão água para o interior do Nordeste Setentrional –, mas, talvez, conheçam pouco, e o público certamente não conhece, os benefícios que essa transposição, cujas obras estão em operação, trarão para aquela população e para aquela região. Não se trata, simplesmente, de abastecer algumas cidades, algumas vilas, alguns vilarejos, mas, principalmente, dar irrigação para agroindústria local. Não se conhece, com certeza – nós técnicos que operamos naquele projeto conhecemos –, o que são os canais, o que são as barragens, para que elas servem.

Mas a maioria da população não conhece a distribuição, a perenização dos córregos e dos rios que se farão distribuindo benefícios de dois eixos principais. A abrangência do projeto na perenização não é orçada, não é demonstrada, não é visível à população. Isso é importante e demonstraremos aqui, para que

se tenha exato conhecimento de que esse projeto é, sim, redentor ao Nordeste Setentrional.

Em algumas palavras, já sabíamos que a população beneficiada será em torno de 12 milhões, 390 Municípios, são dois eixos principais, alguns eixos secundários, mas a abrangência desse projeto é invisível. Ele só é visível, quando se projetam naqueles córregos, naqueles rios que serão perenizados e que abastecerão aquelas populações. Então, a importância de um projeto de transposição é que levará parte da água do São Francisco para barragens que têm utilidade na distribuição de água para a agroindústria.

Podemos, hoje, até com satisfação, informar a esta Comissão, neste momento, especialmente ao Senador que hoje preside esta reunião, que todos os antigos lotes, que parte deles permanece, parte deles foi conjugada em trechos, em retas – todos eles estão contratados e em atividade operacional no campo. Dos dois eixos principais, o norte e o leste, todas as obras estão em operação nesta data. Tivemos alguns problemas, que foram superados, e essa posição, ou seja, todos os contratos assinados em operação é o que hoje é mais importante para esse projeto.

Vou mostrar alguns dados que pudemos compilar para esta apresentação. O Brasil, o Nordeste Setentrional está destacado ali, Ceará – Estado do Senador que preside esta reunião, não é isso, Senador? –, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Esse é o Nordeste Setentrional, os dois eixos principais a que me referi, o eixo leste, mais ao sul, e o eixo norte são os dois eixos principais desse projeto.

Na fase inicial, eu disse que todos os antigos lotes ou o que foi hoje distribuído como meta estão destacados em verde. Podemos ver que temos a leste o ramal do Agreste, a oeste Entremontes, ao norte Apodi. Esses dois eixos principais abastecerão eixos secundários e, ainda, muitos outros que não estão ainda em ponto de licitação.

Estamos, hoje, internamente em processo para licitação do ramal de Entremontes, que vai para oeste de Pernambuco; o ramal do Agreste, que vai para leste de Pernambuco; e Apodi, que vai para Rio Grande do Norte e Ceará, mais ao norte. Essa é uma visão geral, porque se fala que as águas chegarão a Fortaleza. Realmente, as águas chegarão, por exemplo, a Fortaleza, chegarão a todo o Agreste e ao litoral pernambucano, porque os ramais principais vão, sim, perenizar outros canais naturais, perenizar rios e córregos dessa região, para abastecimento e para projetos de agroindústria nessa região do Nordeste Setentrional.

Sabemos que a carência de água é visível, é centenária, não há expectativa científica de que isso melhoraria. A transposição de parte dessas águas, do excedente, vamos falar do excedente dessas águas do São Francisco, de Sobradinho, é que vai ser feita, a transposição dessas águas para esses dois eixos principais.

Aqui, a demonstração dos açudes existentes, porque, nas épocas em que há uma sobra de água bastante representativa em Sobradinho, poderá ser os dois eixos operados com plena capacidade. A previsão de capacidade do eixo leste é de 28 metros cúbicos por segundo – é a capacidade máxima de operação –, e a do eixo norte é de 99, próximo a 100 metros cúbicos por segundo. É um volume de água bastante significativo.

Os dados hoje do projeto, em termos de custos, o orçamento hoje para essa primeira etapa é de aproximadamente R$8,2 bilhões, que estão distribuídos nas atividades de supervisão e gerenciamento, obras civis, o mais significativo, os maiores custos, a parte eletromecânica, a composição de componentes eletromecânicos é representativa. Bombeamos, no eixo norte, um desnível total em torno de 180 metros e, no eixo leste, 300 metros.

Há também as ações que dizem respeito ao meio ambiente. É importante frisar que a proteção da biota do Rio São Francisco tem previsão nas duas tomadas de água – a proteção da biota local cientificamente projetada para tanto, todas as duas serão instaladas nas tomadas de água do canal de Itaparica, no eixo leste, e do Rio São Francisco no eixo norte.

As atividades de projeto. Esta é a distribuição percentual dos custos desse projeto, que totalizam R$8,2 bilhões aos preços hoje orçados.

Como disse inicialmente, esse projeto era dividido em 14 lotes. Alguns dos lotes, por razões de ordem técnica e operacional, não foram adiante, foram contratados e os contratos foram concluídos parcialmente ou rescindidos. Foram feitos agrupamentos, transformando em três metas úteis no eixo leste e três metas úteis no eixo norte.

Falamos de metas úteis, porque elas têm um significado de utilização – por exemplo, fazer 100km ou levar água para um determinado reservatório e dele haja uma derivação que vai abastecer um projeto de agroindústria; por exemplo, a represa de Muquém leva para a barragem de Joá. Próximo do Joá, há projetos agropecuários de grande monta que serão beneficiados por essa água, que será levada até Joá. Por isso, uma meta útil.

Igualmente, mais ao norte, na barragem de Copoti, que vai abastecer Poço da Cruz, aquela região de Ibimirim. Então, as metas foram traçadas, foram agrupadas como metas úteis pelo Ministério. Em uma divisão entre os dois eixos, praticamente estão meio a

meio, eixo norte 48%, um pouquinho mais o eixo leste, 54% – ou seja, do que avançamos no projeto como um todo, temos um avanço físico medido por critérios técnicos no eixo leste, 54%, e no eixo norte, 48%: isso poderíamos dizer que é exatamente o que foi feito até a presente data nos dois eixos, em termos percentuais.

Quando agrupamos por meta, cada uma das metas, vemos que, por exemplo, no eixo leste, a meta 1L, 86%, porque é uma meta de avanço físico pequeno, ela sai da embocadura, nós vamos ver depois o eslaide, e tem somente 16km, vai fazer a tomada de água na barragem de Itaparica, fazer a elevação na estação de bombeamento um do eixo leste e levar a água até a primeira barragem, que é a barragem de Areias. Então, os percentuais executados não traduzem exatamente algum complemento, alguma meta física. Mas a meta física, que é a primeira meta que provavelmente será cumprida até julho de 2014, é fazer o bombeamento como uma operação piloto para esse projeto e abastecer a barragem, o reservatório de Areias.

Quanto ao acompanhamento de mão de obra, sabemos que um dos principais fatores por que essas obras contiveram uma baixa na sua produção levou a um desemprego muito grande naquela região, que é carente de emprego, estamos voltando hoje na faixa de quase 8 mil pessoas empregadas e em operação dentro do projeto.

O lago de Itaparica, início das obras do eixo leste, essa obra estava a cargo de Exército Brasileiro – foi feita uma ensecadeira dentro da barragem, para a tomada de água, que vai levar à primeira estação elevatória que está a em torno de 5km barragem de Itaparica adentro. Esse avanço dentro do lago de Itaparica é necessário para regularização do nível do canal em relação ao reservatório – trabalhamos com o reservatório cheio, na quota máxima, mas também temos reservatório, como na época atual, em quota mínima; por isso a importância de se avançar dentro da barragem de Itaparica.

Quem ainda não conhece o projeto, nesses 5km que vão do canal de Itaparica até a primeira estação de bombeamento, essa é uma situação atual em que as obras da primeira elevatória estão sendo feitas, o canal de aproximação só falta próximo da barragem a proteção da biota local, e todo esse canal de aproximação é revestido com um enrocamento – é uma obra belíssima! Para se ter ideia, a água não aparece em uma foto desta, é uma referência, a água acumulada embaixo, a água de percolação natural não aparece embaixo, nem aparece em cima, no topo. E há um caminhão ali que dá uma referência do que são os taludes em um canal de aproximação – a obra realmente é belíssima!

Aqui é uma vista da primeira estação elevatória. Esta foto não é recente, se não me engano é de setembro, já há ali os equipamentos que estão montando. Esta é a primeira estação elevatória e é, ao fundo, o canal de aproximação todo revestido com enrocamento – há os operários trabalhando exatamente nesse enrocamento, com proteção em tela. Essa obra, neste canal de aproximação, estava à época sendo feita pelo Exército Brasileiro.

Uma vista panorâmica desta estação elevatória, ainda sem o início da montagem. A água chega pelo canal, as aberturas, ali embaixo, onde a água adentra aquela câmara de sucção, as bombas são posicionadas naquele nível em que estão os patamares e bombeadas por dutos forçados, em torno de 50 a 55m de altura, a primeira estação elevatória.

Aí os equipamentos de ponte rolante sendo montados na EBV 1, que é do eixo leste. Como eu disse, a primeira meta útil é a barragem de Areias. Então, vemos o canal aproximando aqui, e a barragem de Areias ainda não tem água. A água chegará por esse canal, e essa grande área é área duma barragem denominada Areias, é um reservatório de Areias.

No eixo Norte, também um canal de aproximação, um pouco diferenciado do eixo leste, porque quanto ao material houve uma dificuldade maior, porque era o material de terceira categoria, mas, da mesma forma, o canal protegido por enrocamento – é uma belíssima obra!

Essa é a primeira estação de bombeamento do eixo norte, chamada EBI 1 – está em fase bastante avançada, essa é uma foto um pouco mais recente, a anterior mostrava uma parte inicial, esta é uma parte mais recente, já demonstrando ali a tubulação, os condutos forçados, que são bombeados de baixo para cima nessa primeira estação de bombeamento. Lembramos que esse bombeamento, na sua capacidade máxima, como já foi dito, será de 99 metros cúbicos por segundo – é um volume de água bastante representativo.

Os canais são revestidos todos eles em manta e concreto, por razões de manutenção, são revestidos em manta e concreto, e o concreto somente para proteger essa manta que impermeabiliza o canal. Esse concreto não tem uma função impermeabilizante, somente a de proteger os taludes dos canais. Também, da mesma forma, aqui temos os operários trabalhando nesse revestimento – é um serviço interessantíssimo, não existe uma tecnologia muito grande, para se fazer isso, mas é um trabalho que tem de ser feito; é um trabalho bastante cuidadoso e que, da mesma, depois de o canal pronto, fica uma obra belíssima.

Aqui, os operários trabalhando. Eles trabalham com roletes para deixar o mais liso possível esse concreto.

Em destaque ali, o canal serpenteado os níveis. Na verdade, para quem não conhece um canal, podemos dizer que é uma rodovia que não sobe nem desce. Temos ali, por exemplo, o eixo leste e o eixo norte – são 256km em que temos somente três estações elevatórias no eixo leste. Então, percorrem-se 220km ou 250km, sempre em algum desnível, um desvio de 1 para 10 mil – então, o desvio é de 1m para 10mil metros. É como se fosse uma rodovia que tem de ir serpenteando sempre em nível.

A transposição de alguns pontos em que os aterros ficariam muito grandes, são feitos por aquedutos em concreto armado, são concretados no local, são moldados *in loco*. Temos também túneis, porque há inviabilidade em alguns pontos de se fazer um deslocamento em nível. Nesse caso, para fazer uma transposição de uma serra, e esse túnel, se não me engano é o Cuncas, que tem algo em torno de 15km – então, dá para sentir a dificuldade, a grandiosidade que é uma obra como essa: um túnel para adução de água de 15km.

Uma vista geral de um canal executado – como disse anteriormente, é uma obra belíssima e que frutificará naquele Nordeste. Temos ainda, dentro dos condicionantes ambientais, o alojamento de famílias em vilas produtivas. Essas famílias recebem as casas e uma área útil para sua própria subsistência.

(*Soa a campainha*.)

O SR. FRANCISCO XAVIER MILL – Essa é a Vila Produtiva Rural Junco. Um detalhe da casa da vila produtiva, e essas vilas foram especialmente projetadas nos entornos de alguns assentamentos, para servir á população que eventualmente tenha de ser deslocada pela necessidade de execução das obras. Eu gostaria de manifestar, ainda, se o tempo me permite, Senador, que, como disse inicialmente, é preciso reconhecer a utilidade para aquela região nordestina das obras que estão sendo executadas. Em algumas épocas anteriores a essa fase, muito se questionou a execução dessas obras – creio que tudo aquilo que foi questionado foi transposto.

E é importante que se diga que, em relação ao Rio São Francisco, sabemos o próprio manancial tem problemas, mas os problemas a serem mitigados estão fora dessa região, na verdade, da transposição. Os problemas do rio estão nas nascentes, nas cabeceiras em Minas Gerais, aqui no Planalto Central e, também, lógico, no leito dele, lá já dentro do Nordeste. Mas é importante frisar que somente uma parte muito pequena do Rio São Francisco é que é transposta para perenizar rios, barragens, reservatórios daquela região.

A capacidade que o rio tem de fornecer água é muito grande. A barragem de Sobradinho ou a sobra de Xingó, a referência é o que é descarregado em Sobradinho ou o mínimo de Xingó, que é a última barragem do Rio São Francisco. Então, jamais faltará água no leito do rio, mas certamente o excedente perenizará alguns rios daquela região e abastecerá reservatórios que são importantes para aquela população. Aquela população precisa dessas obras, todos os condicionantes que foram colocados inicialmente foram ou estão sendo cumpridos, ou serão cumpridos pelo Ministério que gestor dessas obras, o Ministério da Integração Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu é que agradeço a exposição de V. Exª. Eu queria registrar, Sr. Francisco Xavier Mill, que a grande vantagem da interligação das águas do São Francisco para o Nordeste Setentrional é o aproveitamento da água que nós já temos em nossas barragens. Como nós não temos segurança hídrica nem a certeza de chuvas em todos os anos, somos obrigados a fazer uma reserva técnica do que hoje armazenas, em torno de 20%. É evidente que, em uma seca longa como essa, essa reserva técnica deixa de existir, mas normalmente nós montamos um gerenciamento de nossas águas, no caso do Estado do Ceará, onde temos um sistema de comitês de bacias bastante adiantados, não por inovação, mas por necessidade, nós somos obrigados a estruturar esse sistema de gestão das águas por meio dos comitês de bacias e assegurarmos esse compromisso de mantermos em torno de 20% dos nossos reservatórios no mínimo.

Temos também o problema da evaporação. Como nossas barragens têm grande espelho d'água, por conta da tecnologia que tínhamos nos anos 40, 50 e 60, a nossa engenharia assim trabalhava, e, quanto maior o espelho d'água, mais evapora. E nós perdemos em média 35% de nossas águas, por conta do espelho de água evaporando – nossas barragens não têm grandes porões, são mais espelhos d'água.

E temos também um desperdício por infiltração em média de 5%. Portanto, de cada 100 litros de água que nós captamos no inverno, quanto há, 60% não utilizamos. Se temos a segurança hídrica de que, no ano em que não há inverno, como acontece agora, com a maior seca dos últimos 50 anos, nós podemos utilizar mais essa água e com isso ter menos evaporação, ter menos salinização e menos desperdício pelo sistema de infiltração ou por alguns outros danos que terminam acontecendo em nossas grandes barragens. Por isso, o nosso inverno, no caso concreto do Estado do Ceará, dos sertões da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de

Pernambuco, vai de março a maio – esse é o período do nosso inverno.

Enquanto em outras regiões do Nordeste, particularmente, na região que chamamos Canavieira, parte da Bahia e de Minas Gerais, o inverno, como V. Sª sabe, vai de junho a setembro, e outros de novembro a fevereiro. Portanto, nós temos, na verdade, três grandes fases de chuva em torno do Rio São Francisco. O que nós podemos trabalhar é que, quando houver o inverno no Nordeste Setentrional, em que vivem em torno de 12 milhões de pessoas, a nossa necessidade de água é menor. Mas, quando há uma seca como esta, a necessidade de água é o carro-pipa – terminamos ainda, em pleno século XXI, tendo de utilizar o velho carro-pipa, e todos nós sabemos os males que isso causa.

Portanto, a grande vantagem para nós da região do Nordeste Setentrional é ter a água é verdade, mas muito mais é a segurança hídrica para que possamos construir esta sinergia. É por isso que, desde o século XIX, 1847, quando foi feito o primeiro projeto de interligação de bacias, de lá para cá, já tivemos quatro grandes secas, com essa agora de 2012/2013. Parece que não vamos esperar pela próxima, agora não vamos resolver totalmente, mas vamos dar uma segurança hídrica muito maior.

Ao lado disso, no caso concreto do Estado do Ceará, nós temos a região metropolitana de Fortaleza, onde vivem 3,2 milhões de pessoas. Nós só não estamos dessalinizando a água do mar ou levando água de navio, como foi projeto para 92 e 93, por conta do Canal da Integração e da construção da Barragem do Castanhão. Mas essa Barragem do Castanhão, que recebe boa parte das águas do São Francisco, pelo que está projetado, aguentaria mais um ano – ou seja, o ano de 2014, se porventura não chover.

A partir daí, entra no mesmo colapso que nós tivemos numa seca menor em 92 e 93, quando tivemos de fazer às pressas o canal do trabalhador. Uma experiência que realizamos por necessidade, a tecnologia que utilizamos é uma tecnologia que não se adaptou a nossa realidade, e é por isso que, no canal do trabalhador, as mantas estão fechando, por conta do calor que temos que é diferente do que acontece em Israel, de onde veio essa tecnologia, como V. Sª sabe.

E essa nova tecnologia que está sendo utilizada no canal leste, no canal norte e em seus ramais, é perfeita para o nosso meio, porque nele não há esse perigo da dilatação da manta, com esses problemas que conhecemos. E esse sistema já foi testado na Região Nordeste, com o Canal da Integração, que tem a fase primeira – e já fizemos até a fase 4, estamos na última fase, que é a 5, chegando ao Pecém –, vai chegar a 200km, 210km de extensão. Estamos, hoje, com aproximadamente 155km, 160km já entregues e é, por isso, que o abastecimento da região metropolitana de Fortaleza está funcionando.

Quero registrar também que o convênio – que foi feito pelo Governo do Estado do Ceará com o Ministério da Integração, no chamado Cinturão das Águas, que é o ramal que sai da segunda barragem, no canal norte, à altura da cidade de Jati – tem 155km e vai abastecer a segunda maior região metropolitana do Ceará, que é o Cariri, onde temos em torno de 870 mil habitantes. Temos outras fases: a fase 2, que vai sair do ponto onde fica no Cariri até Tauá, que é a região dos Inhamuns, a região mais seca entre o Ceará e o Piauí. Ali, vamos perenizar três rios temporários – o Jaguaribe, o mais conhecido, o Banabuiú, e o Poti. Eles descerão por gravidade e, na etapa 3, vamos pegar na altura de Crateús e levar até o rio que abastece Sobral, na região norte do Estado, o Rio Acaraú.

Nessa etapa, precisaremos fazer algumas obras de engenharia muito importantes, porque contornam a grande serra de Ibiapaba – vocês não têm obrigação de conhecer, somos nós que temos a obrigação de conviver com aquilo ali. Depois, dele desce por gravidade no Rio Acaraú, mais ou menos, 200km. Aí, teremos outro canal, saindo do Acaraú, unificando com o canal que saiu do Castanhão, na região do Porto de Pecém, onde há o nosso grande polo industrial, que está sendo construído – portanto, é uma obra muito importante para a nossa realidade.

É evidente que isso tudo depende dos dois canais: do canal leste e do canal norte. Acredito que agora, depois que superamos as questões das novas licitações das empresas que desistiram, isso que V. Sª mostra nos permitirá ter um pouco mais de ânimo, para que possamos efetivamente, com as bençãos do Padre Cícero, na metade de junho, no canal leste, estará sendo entregue aquele trecho e, no canal norte, chegando a Jati, onde teremos outra grande barragem, V. Sª mostrava que já há uma boa parte já construída.

Portanto, quero registrar que essa audiência pública discute tudo o que representam esses canais – uma segurança para as 12 milhões de pessoas que hoje vivem em um processo muito inseguro, parte desta população, inclusive, abastecida pelo velho carro-pipa – e permite que essa população possa pensar no dia de amanhã, em ter outra qualidade de vida.

Concedo a palavra ao Sr. José Galizia Tundisi, para que possa fazer a sua exposição.

O SR. JOSÉ GALIZIA TUNDISI – Muito obrigado, Sr. Presidente desta audiência pública, Senador José Pimentel. Quero saudar o Engenheiro José Francisco Xavier Mill não só pela presença, mas pela apresen-

tação. E queria, mais uma vez, destacar que é uma honra participar de uma audiência pública nesta Casa de tantas tradições e de tanta importância para o País, passada, presente e futura.

Eu fiz uma exposição em que resolvi retomar também alguns aspectos da questão da seca no Nordeste e apresentar, de um modo geral, alguns problemas referentes à seca e, depois, apresentar trabalhos que foram realizados por meio de contratos com o Ministério da Integração Nacional pelo meu instituto, mostrando a evolução do processo dos reservatórios até 2025, mas eu queria, antes de mais nada, destacar a importância dessa obra para o Nordeste. Essa não é simplesmente uma obra de transposição ou de integração de bacias, é uma obra de desenvolvimento regional, centrada em água, que tem uma importância fundamental no Nordeste. E, como já foi aqui referido, deverá assegurar segurança hídrica para 12 milhões de pessoas.

Hoje, no mundo todo, discute-se a segurança hídrica, vulnerabilidade das populações e segurança hídrica. Eu queria destacar que segurança hídrica envolve dois aspectos fundamentais: o aspecto da quantidade de água, mas também, Senador e Dr. Francisco, a questão da qualidade, outro aspecto que devemos considerar na transposição como um possível futuro problema, mas também buscando soluções para esse problema.

Então, vamos ao próximo, por favor. (*Pausa.*)

Aqui, temos uma visão do São Francisco... Temos aqui um mapa da Embrapa, mostrando as ocorrências de secas, da desertificação e das secas no Nordeste: muito grave, grave e moderada. Esses eslaides que vou mostrar são bem conhecidos, mas, dentro de todo esse contexto, pareceu-me interessante apresentar esse *background,* essa história que é muito conhecida, mas que vale a pena retomar para esta discussão.

Aqui, as vazões específicas médias das diferentes bacias hidrográficas do Nordeste e as áreas afetadas pela desertificação nos diferentes Estados e, naturalmente, com uma área total de 1.217.395 quilômetros quadrados, de área total, moderada, 393 quilômetros quadrados; grave, 81 mil; e muito grave, quase 100 quilômetros quadrados.

Vamos ver os indicadores potenciais de quantidade por ano por habitante. No leste da Paraíba, temos 1.030 metros cúbicos por habitante por ano; no leste potiguar, 997 metros cúbicos por habitante por ano; Fortaleza, 846 metros cúbicos por habitante por ano; leste de Pernambuco 819 metros cúbicos por habitante por ano.

O parâmetro da ONU considerando-se água mínima para o bem estar humano é de...

(*Falha na gravação.*)

O SR. JOSÉ GALIZIA TUNDISI – ... metros cúbicos por habitante por ano e, em Israel, o padrão de disponibilidade hídrica é de 370 metros cúbicos por habitante por ano, mas com padrão de produtividade agrícola maior que a do Nordeste devido a eficiência no uso e na gestão.

Muitas opções foram utilizadas para obtenção e para reserva de água no Nordeste – cisternas, poços, barragens subterrâneas, pequenos açudes.

Aqui, um açude muito conhecido: o Açude do Cedro, no Ceará.

Aqui, a construção de barragens subterrâneas – todas essas construções foram importantes em determinadas épocas, são importantes, mas, evidentemente, elas não asseguram a perenidade. Há presença de cisternas de placa e sistema de coleta de água no telhado também.

E, aqui, agora, o projeto de transposição. Já vimos os mapas apresentados.

Aqui o sistema adutor do eixo leste e o eixo norte do Rio São Francisco, o mapa do Ministério da Integração Nacional. Nós temos, como já foi visto, um conjunto de reservatórios já existentes, que receberão água do Rio São Francisco e um conjunto de reservatórios que estão sendo e serão construídos. À época em que eu trabalhei no projeto, havia 18 reservatórios construídos; agora, deve haver um número maior de pequenas barragens já construídas, mas o total de barragens existentes e a construir é de 48 em todo o projeto.

Aqui, também, as adutoras construídas em funcionamento e as adutoras planejadas e em construção à época em que foi feito também esse trabalho. De modo que o conjunto todo, evidentemente, mostra uma tremenda irradiação da água do Rio São Francisco para os eixos norte e leste, com reflexos importantes no suprimento de água para a população, na perenização e na economia regional, que é o ponto fundamental, além de ser um ponto importantíssimo do ponto de vista da saúde da população. Na época, o estimado era R$3 bilhões – nós vimos o avanço e a atualização do custo deste projeto atualmente, e a rede de adutora só no Estado do Rio Grande do Norte que mostra, então, essa distribuição nesses Estados.

As bacias hidrográficas beneficiadas já foram mostradas, mas vamos repetir: a Bacia do Rio Jaguaribe no Ceará; a Bacia do Rio Piranhas-Açu na Paraíba e no Rio Grande do Norte; a Bacia do Rio Apodi no Rio Grande do Norte; a Bacia do Rio Paraíba no Paraíba; e as Sub-bacias dos Rios Moxotó, Terra Nova e Brígida em Pernambuco na Bacia do Rio São Francisco.

A operação, como já foi explicado, é contínua, com a vazão de 26,4 metros cúbicos por segundo,

que se destinará ao consumo humano e animal, e será distribuída entre os açudes e os Estados proporcionalmente à demanda. E uma operação intermitente, com vazão máxima ocorrendo em cerca de 30% do tempo no montante de 28 metros cúbicos por segundo no eixo leste e 99 metros cúbicos por segundo no eixo norte. E eu queria, aqui, dirimir uma dúvida: isso é pouca água para o Rio São Francisco – o São Francisco tem uma vazão de 500 metros cúbicos por segundo, e o máximo de água que será, então...

Aqueles críticos que se preocupam com a quantidade de água do São Francisco não precisam se preocupar, porque, do ponto de vista de quantidade, essa água que está sendo destinada à transposição é muito pouca – 26,4 metros cúbicos por segundo, é menos – e muito menos –, é 5% do volume de água transportado pelo Rio São Francisco. Então, do ponto de vista de quantidade de água transportada, não há nenhuma preocupação maior.

Isso aí já foi também mostrado, as principais características já foram postas. Atendida a população a 390 Municípios do Agreste e do Sertão, nos quatro Estados do Nordeste Setentrional, um total de 48 reservatórios, 26,4 metros cúbicos por segundo, é 1,4% da vazão garantida pela Barragem de Sobradinho, que é 1,85 metros cúbicos por segundo.

Quais são as vantagens da transposição? Acho que é um ponto importante para que se possa ampliar essa discussão. Primeiro: perenidade no abastecimento público; distribuição de água para os pequenos e médios Municípios; estímulo e desenvolvimento da irrigação; ampliação das potencialidades econômicas da Região. O Nordeste tem uma radiação solar de cerca de dez a doze horas por dia. O fator limitante no Nordeste é água – se houver água, a produção agrícola pode ser ampliada consideravelmente, porque o fator limitante é água.

Portanto, com a radiação solar que existe no Nordeste e a água – eu visitei essa área do São Francisco, eu trabalhei na barragem de Itaparica, quando estava em construção, e, quando há irrigação na área do São Francisco, pode-se ver o enorme potencial que tem a Região e, naturalmente, a recuperação econômica e social do Semiárido. Água é fator de desenvolvimento, é fator de desenvolvimento econômico, fator de desenvolvimento social e fator de qualidade de vida.

Outro aspecto que é bastante importante para a transposição é uma substituição tecnologicamente viável das fontes tradicionais de abastecimento, todas as tentativas que foram feitas não foram capazes de solucionar definitivamente o problema: ou as barragens, ou os pequenos reservatórios e açudes, ou as cisternas não tiveram condições de solucionar o problema. A transposição vai dar perenidade e vai ser uma solução tecnologicamente viável para repor as fontes tradicionais de abastecimento.

Para que nós tivéssemos segurança na qualidade da água dos reservatórios e para que pudéssemos dar condições para propostas de estudos futuros e de desenvolvimento futuro do projeto, o Ministério da Integração Nacional nos pediu para que fizéssemos uma modelagem matemática dos 48 reservatórios – dos 18 existentes e dos 30 reservatórios ainda a construir. E nós trabalhamos com as cargas difusas, ou seja, as cargas que vêm da bacia e que estão difusas na bacia, e com as cargas pontuais. Eu não vou-me aprofundar muito nesse trabalho, mas eu quero mostrar alguns dados que me parecem importantes, e temos as cargas pontuais que são aqueles despejos diretos de contaminantes ou poluentes e que são representados, em muitos casos, por esgoto sem tratamento.

Para que nós pudéssemos trabalhar nesses sistemas, nós fizemos um prognóstico da qualidade da água, levando em consideração a vazão, o tempo de retenção de cada reservatório, as fontes de poluição pontuais e não pontuais e os processos biogeoquímicos relacionados principalmente ao fósforo e ao nitrogênio nos açudes do sistema hidráulico do projeto na situação atual. Com base nos modelos utilizados e nos cenários desenvolvidos por meio dos dados de cargas pontuais e não pontuais, preparou-se uma série de recomendações para a futura gestão otimizada do sistema. Modelos matemáticos no gerenciamento da qualidade de água são realizados com os seguintes objetivos: primeiro, estimar os focos de poluição existentes nas bacias hidrográficas por meio de modelos com cálculos simples; preliminarmente à construção do reservatório, estimar o balanço dos principais componentes existentes nos rios que fluem para o reservatório e as vazões liberadas pelo mesmo; para facilitar a análise e fundamentar a escolha final das diversas alternativas é que fizemos a modelagem; e para prever as condições de qualidade da água futuras do reservatório e as consequências das diferentes opções de gerenciamento.

Então, eu queria afirmar aqui, bem claramente, que o problema do São Francisco não é a quantidade de água, é o gerenciamento da qualidade de água dos futuros reservatórios – é a gestão futura. E esse modelo vai mostrar quais são as consequências de uma gestão eficiente ou uma gestão ineficiente. Nos reservatórios existentes também, os modelos fornecem estimativas que permitem a tomada de decisões sobre diferentes opções de gerenciamento em um horizonte de longo prazo e para apoiar decisões de gerenciamento a curto prazo que estão relacionadas à qualidade da água.

Além disso, é necessário outro aspecto que é importante: a falta de dados mesmo nos reservatórios existentes. Umas séries temporais, por exemplo, que são importantes para a modelagem, não são muito comuns nesses reservatórios do Nordeste, de modo que foi preciso garimpar dados de várias organizações. O DNOCS tem uma série de dados importantes, várias universidades têm uma série de dados importantes, mas o banco de dados de informações existentes sobre a qualidade de água é fundamental. E também, evidentemente, nos reservatórios existentes, nós termos que prever situações no que se refere à qualidade da água, quando as condições das bacias hidrográficas forem alteradas por atividades antrópicas.

Como eu acentuei em outra palestra na audiência passada, o problema não é o reservatório ou o canal, é a bacia hidrográfica – é daí que vêm as cargas difusas ou as cargas pontuais. E essa bacia é que tem que ser considerada. Por exemplo, é extremamente importante o que se faz hoje no Estado do Ceará do ponto de vista de gestão por bacias, porque a gestão por bacias pode controlar qualidade e quantidade de água, fazendo as outorgas e dimensionando a demanda e a relação demanda/disponibilidade em quantidade e qualidade.

Aqui, os reservatórios do eixo leste – em amarelo, os reservatórios existentes e, em branco, os reservatórios a construir. Até o momento, eu não sei se já existe outro conjunto de reservatórios já construídos, provavelmente sim, mas nós conseguimos dados dos reservatórios existentes e fizemos a projeção para os reservatórios a construir. E, aqui, os reservatórios do eixo... Eu quero voltar... Os reservatórios do eixo leste, terminando no reservatório Boqueirão, na Paraíba, e os reservatórios do Eixo Norte.

Fizemos trabalho de campo nos reservatórios existentes para poder coletar mais informações e fazer o trabalho de modelagem. Eu vou passar rapidamente, porque é uma parte técnica, mas eu preciso mostrar alguns aspectos.

Vejam, por exemplo, o reservatório de Moxotó com vazão mínima, vazão média e vazão máxima. E vejam, por exemplo, a evolução da concentração do fósforo e do índice de estado trófico que, em função do fósforo, é medido no reservatório entre 2005 até 2025.

Então, no caso, por exemplo, deste reservatório com o tratamento de esgoto, verifica-se uma queda acentuada na concentração de fósforo e no índice do estado trófico – com tratamento imediato.

Fizemos, também, com tratamento gradual e fizemos sem tratamento. Então, vejam como a curva se acentua até 2025 se não houver tratamento de esgoto neste reservatório.

Então, com qualquer vazão – vazão mínima ou vazão média ou vazão máxima –, com qualquer um deles, se não houver tratamento de esgoto... Se houver tratamento gradual, vejam que a curva é muito mais suave. Se não houver tratamento de esgoto, no sistema realmente vai aumentar a concentração de fósforo. Se houver tratamento de esgoto, vejam que ocorre uma diminuição considerável dessa concentração de fósforo, e assim por diante.

Para todos os reservatórios em que foram feitas as simulações, verifica-se exatamente que, a partir do tratamento de esgotos, há uma queda acentuada na concentração de fósforo.

E o que significa isso? Significa um custo menor do tratamento de água quando ela é fornecida para os diferentes Municípios. Quanto maior a concentração de fósforo nos reservatórios de abastecimento, maior é o custo do tratamento de água, porque é preciso usar um conjunto muito maior de produtos químicos para que a água fique em condições de ser utilizada, para que a água seja potável.

Há outro problema que nesses reservatórios pode se transformar em algo perigoso – e já aconteceu no Rio São Francisco, exatamente no reservatório de Itaparica, quando da fase de enchimento –, que é a proliferação de algas tóxicas.

No caso do São Francisco, houve mortes, porque as pessoas se abasteciam do Rio São Francisco, começaram a se abastecer do reservatório de Itaparica, e as cianofíceas, algas verdes e azuis que cresceram no reservatório de Itaparica, eram tóxicas e mataram gente. Mataram muitas pessoas. Isso não é muito relatado até hoje. Mas é um potencial perigo que pode ser evitado no caso de todos esses reservatórios.

Vou passar rapidamente, mas vejam que a figura se repete.

O cenário, em 2025, mostra, para os reservatórios existentes, que a maioria deles se encontra no estado ou eutrófico ou hipereutrófico, que já significa uma contaminação, um excesso de fósforo e nitrogênio – para todos os reservatórios existentes, onde foi feito o trabalho e se identificaram altas concentrações de fósforo.

Se houvesse a transposição, outro problema ocorreria. Com a transposição, em 2005 – havendo a transposição –, veja que o índice cai. Por quê? Porque a água do Rio São Francisco dilui a água desses reservatórios. E, aí, o índice e a concentração caem.

Agora, vejam o impacto com transposição e com tratamento de esgoto, Senador: muda completamente o sistema. Então essa é a chave para o problema do São Francisco.

Depois, outra simulação: com a transposição, ou seja, diluindo, com o tratamento de esgoto, há aí um incremento: o crescimento da população. No cenário, em 2025, há também uma diminuição considerável no índice de estado trófico.

Quando a água é levada como fator de desenvolvimento, há uma evidente concentração de populações. Essas populações vão para os reservatórios para procurar mais trabalho, melhor qualidade de vida, onde existe água. E, naturalmente, havendo um aumento da população, o aumento de vilas e de cidades, haverá, naturalmente, um aumento de esgotos, e o seu tratamento, portanto, nessa fase também é fundamental.

Essa é uma imagem de satélite do reservatório de Atalho, onde trabalhei, porque era um dos reservatórios de passagem. E aqui alguns dados que mostram que alguns desses reservatórios têm muito pouco oxigênio no fundo. A matéria orgânica fica na superfície. Como há uma intensa radiação solar, crescem essas algas tóxicas, e esse é um dos fatores que podem ocasionar, então, esses florescimentos de algas tóxicas nesses reservatórios.

Evidentemente, há algumas incertezas com esses modelos, mas a eutrofização de águas interiores e de águas costeiras é, atualmente, um problema mundial. Há certas flutuações naturais que são frequentes, mas esse processo tende a se agravar e ocorrer, de uma forma generalizada, em todo o Planeta. E é por isso que há uma preocupação com a qualidade da água e com essa eutrofização.

Quais são as perspectivas? Primeiro, evidentemente, o rio São Francisco depende muito das veredas, e as veredas são o sistema que recarrega a água do rio São Francisco. E elas têm sido, naturalmente, deplecionadas dessa vegetação. É preciso proteger essas áreas de veredas para poder recarregar o rio São Francisco com as águas que penetram, subterrâneas, nessas veredas.

Problemas e desafios: primeiro, a qualidade das águas do rio São Francisco. É fundamental que, acompanhando o processo da transposição, ocorra também... Já existem muitas iniciativas, mas é preciso uma mobilização global para melhorar a qualidade das águas do rio São Francisco. Então, mais uma vez, o problema não é quantidade; é qualidade. Na medida em que a água do São Francisco for se deteriorando, se não houver um processo de recuperação do rio São Francisco, também vai haver uma deterioração da qualidade da água dos reservatórios para onde está ocorrendo a transposição. Nós vimos, então, que há uma sinergia: a água do São Francisco já entra com excesso de fósforo; se não houver uma gestão local, de cada reservatório, de cada bacia, adequada, isso vai agravar a situação.

Temos também de considerar a qualidade das águas dos reservatórios da transposição; o controle das fontes de poluição e a contaminação; e, naturalmente, temos de considerar os programas de gestão integrada dos recursos hídricos. Sei que a transposição do São Francisco não está sendo só construção de canal e construção dos reservatórios. Há uma preocupação com esse processo. Mas é importante chamar a atenção, aqui nesta discussão, para o fato de que é fundamental o plano de gestão integrada dos recursos hídricos de todo o conjunto da transposição.

Além disso: um programa de gestão integrada de cada reservatório; é fundamental um projeto de monitoramento da quantidade e qualidade de água integrados em todo o conjunto de reservatórios; naturalmente, o controle da outorga, que é importante; e melhorar as tecnologias na irrigação, para maior eficiência do uso da água na irrigação.

Devemos ampliar os planos estratégicos de abastecimento público e irrigação e projetos de desenvolvimento econômico e social centrados na oferta de água, que é o que está sendo feito com as vilas que estão sendo implantadas no sistema e que têm um papel fundamental no desenvolvimento da região.

Agora, outro problema que deve ser considerado: a capacitação de gestores, técnicos, gerentes de meio ambiente e agentes de saúde pública. O projeto tem de ser gerido por um exército de gestores capacitados. Isso é fundamental. Na minha opinião, esse é um dos nós do desenvolvimento do projeto e é o que pode levar a um grande desastre se não houver esse tipo de abordagem no São Francisco.

E um vasto plano de monitoramento da qualidade da água e da quantidade de água.

Isso aqui acho que já passou.

Conclusões: como conclusão, é fundamental perseguir e procurar futuros estudos; reduzir a carga pontual; controlar a região litoral e das margens dos reservatórios, que, muitas vezes, são deplecionadas de vegetação; é fundamental manter uma área de proteção nos reservatórios, mesmo naqueles que são existentes; é necessária uma vigilância sanitária, e o controle de doenças de veiculação hídrica é fundamental também; controle do crescimento de plantas aquáticas; é fundamental um processo de educação sanitária da população; a capacitação de gestores e técnicos; e também, nesses dois reservatórios, que são importantes como passagem, cuidar da qualidade de água desses reservatórios e dos reservatórios receptores, que são o Castanhão, o Boqueirão e o Armando Cruz, no Rio Grande do Norte.

Eu gostaria de mostrar este eslaide aqui para terminar.

Imaginem um lugar... Este eslaide me foi dado pelo Prof. Benedito Braga, que hoje é presidente do Conselho Mundial da Água, foi um dos diretores da Agência Nacional de Águas e é muito amigo nosso, colega de trabalho.

Imaginem um lugar onde 94% dos proprietários de terras e arrendatários não têm eletricidade; 34% dos proprietários de terras e 41% dos arrendatários não têm banheiros; 65% dos proprietários e 78% dos arrendatários caminham, no mínimo, 300 metros para obter água; menos de 50% dos proprietários de terras e 25% dos arrendatários leem jornais; 60% da energia utilizada era proveniente de animais – cavalos e mulas –, e só 6%, de eletricidade; mais de 90% das pessoas da região não tinham luz; mais de 90% das casas não tinham refrigeração; a maior parte da população sobrevive em agricultura de subsistência, no nível mínimo; enchentes afetam solos, casas e cidades; 30% dos habitantes tinham malária. Isso não é a África, não é a América Latina ou o sudeste da Ásia; é o Vale do Tennessee, em 1935.

Então, fica aqui a lição: o projeto do Nordeste, de transposição do rio São Francisco, é fundamental para a região. Ele tem um papel para o desenvolvimento regional de altíssima importância estratégica para o País. Se for bem gerido e tiver um plano de gestão, ele pode se transformar em um enorme motor de desenvolvimento da região; agora, se não tiver um plano de gestão de forma adequada, ele pode se transformar também em um enorme desastre. Então, qual é a solução? Capacitação. Capacitação de gerentes, capacitação de técnicos, gestão, gestão e gestão. Esse é o ponto que eu gostaria de salientar nesta discussão, Sr. Presidente.

Mais uma vez, agradeço muito a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu que agradeço a exposição de V. Sª.

Quero registrar que nós tínhamos uma incompreensão, entre os Estados doadores da água do São Francisco e os Estados receptores, no que diz respeito à gestão. Então, esse tema da gestão não tenha dúvida de que está sendo discutido, está sendo debatido, mas o desenho da gestão não está totalmente completo.

Já tivemos uma audiência, em uma sessão anterior, em que o nosso Ministro da Integração Nacional nos registrava que o desenho da gestão passa pela Codevasf, entre as águas dos Estados doadores e as águas dos Estados receptores. E esse desenho está sendo feito para que traga uma segurança, uma tranquilidade entre os dois blocos, dos Estados doadores e dos Estados receptores, e também para discutir o custo dessa água *versus* o que custariam, a água sendo dessalinizada, outras fontes. E todas elas demonstram que o menos caro, para todo o Vale do São Francisco, é exatamente a gestão praticada pela nossa Codevasf.

Está sendo feito, ao mesmo tempo, o Canal do Sertão, em Alagoas, que está em uma fase muito adiantada. Como só beneficia o Estado, o desenho de gestão deverá ser diferente entre os Estados do Nordeste setentrional e os Estados doadores. E há também uma série de canais, no Estado da Bahia, como forma de atender aquelas comunidades, que também sofrem tanto quanto o Nordeste setentrional.

Portanto, esse conjunto de medidas exige de nós mais estudo, mais capacitação e mais gestão.

Pergunto aos nossos expositores o que nós já temos de acúmulo sobre isso para que possamos abrir esse debate na próxima fase. Ao mesmo tempo em que os canais estão avançando, nós precisamos ter uma clareza maior desse órgão gestor, das suas funções, das suas obrigações, da participação de cada Estado, da necessidade dos Estados doadores, porque serão cotas diferenciadas, e, acima de tudo, em que o Congresso Nacional poderia ajudar nessa capacitação, nessa formação.

Está presente também o nosso Senador Inácio Arruda, que é do nosso Estado, o Ceará, e é um profundo debatedor desse tema e conhecedor dessa discussão.

Portanto, vou passar para o Inácio e, depois, devolverei a palavra aos nossos expositores.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Primeiro, quero cumprimentar os nossos expositores e o nosso Presidente dos trabalhos.

A nossa Comissão de Infraestrutura tem feito um esforço muito grande para ouvir a sociedade, nos mais diferentes setores, em áreas difíceis da logística brasileira, da infraestrutura brasileira. E a questão da água, para nós, então, é tudo; é vida, total, para tudo.

Nessa região, especialmente, do Nordeste setentrional, vemos que, quando se fala em estiagem, principalmente no Sul, no Sudeste e até no Norte, estamos falando às vezes de três meses de estiagem. Do Centro-Oeste, ninguém nem ouve falar direito de estiagem no Centro-Oeste. São períodos, comparativamente com o que acontece na nossa região, muito curtos e sem uma sequência anual praticamente. Temos, às vezes, episódios de 2 anos, em uma estiagem grande, às vezes até 3 anos, com secas muito prolongadas, que causam um desequilíbrio econômico gigantesco.

Antigamente, deslocavam-se os animais e os homens, simultaneamente, para poder sobreviver. Isso deu aos cearenses e aos nordestinos dessa região –

que não são apenas cearenses; incluem-se pernambucanos, paraibanos, potiguares, uma parte do Piauí, uma parte do alto Sertão baiano – um êxodo sem tamanho, que permitiu também ampliar o povoamento do Brasil. Você chega a Pacaraima, em Roraima, na fronteira com a Venezuela, e 90% da população ou é de cearenses ou de filhos de cearenses, netos de cearenses. Até em Santa Helena, na Venezuela, boa parte dos que ali vivem são também cearenses, brasileiros cearenses.

Se descermos no debate sobre a questão ambiental na Amazônia, um pesquisador disse que subiu o Amazonas, até a fronteira, depois desceu de lá para cá, e aí perguntaram para ele: e o que o senhor viu? Ele disse: cearenses, de um lado e de outro. E é verdade. Isso se deu com o Norte, porque o primeiro socorro nosso era ir para onde havia água, e depois se deu com o processo de industrialização do Sudeste, que apareceu como um grande milagre.

E, agora, eu vinha viajando com um cearense, que veio do meu lado, conversando, um sobralense, e ele disse: eu vim em 1958, com o pai, com os irmãos, e depois nós trouxemos mais de 150 pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à família para Brasília, onde havia emprego, havia renda etc.

Hoje, ao se permitir que essa população se mantenha na nossa região, que ela crie condições para poder desenvolver uma economia, não em uma escala gigantesca, como há no Sudeste ou como há nas capitais, normalmente, mas uma economia que permita à população ficar ali, não há dúvida de que ela se mantém naquela região. Está ali, segurando a sua economia, os seus animais, pequenos animais, para poder garantir o desenvolvimento do seu Estado e prover a sua família do sustento. Então, acho que a batalha grande que nós travamos em relação à questão do São Francisco foi esta: como dar essa garantia à população.

E digamos que vencemos essa primeira etapa. Estamos na obra, que está se desenvolvendo já em uma velocidade razoável. E tivemos a oportunidade de estar presentes várias vezes no canteiro de obras, no leito das obras, mostrando não só o esforço da engenharia, a nossa capacidade, a nossa inteligência, mas o surgimento, praticamente, de um curso de formação superior, que tinha pouquíssimos profissionais no Brasil, que é o curso de Arqueologia. Montamos uma equipe de profissionais de Arqueologia, praticamente, digamos assim, fascinados pelo que estava acontecendo, porque a obra de engenharia estava permitindo descobrir sítios de 30, 40, até de 50 mil anos, mostrando a existência do homem naquelas regiões, já há muitos e muitos anos; coisas mais novas, dos tempos da colonização; as tribos e os deslocamentos de tribos naquelas regiões do nosso País. Isso tudo está sendo feito graças a essa obra extraordinária.

Depois, há o trabalho de recuperação e de produção para poder fazer todo o processo de reflorestamento da área com plantas nativas. Hoje, está sendo montado ali um banco de germoplasma extraordinário, sem precedentes na Região Nordeste brasileira, de plantas nativas. Os animais! Estamos catalogando animais que, mesmo o sertanejo rodando para tudo quanto é lado naquela região, ainda não tinha catalogado. Eles estão sendo catalogados um a um.

Então, são coisas que vão acontecendo ao longo da obra, que vão mostrando que ela tem um valor muito além da construção civil e muito além do transporte de água.

Outro fato extraordinário nessa obra é a desapropriação da área ali inteira para assentamentos e construção de vilas rurais para produção em pequena escala, com controle do uso da água adequado, sem agrotóxico. Então, haverá, nas duas margens do canal, produção orgânica, Senador Pimentel, de um lado e de outro praticamente. Então, acho que esse tipo de...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Inácio, é bom registrar que, ainda nos anos de 2004 e 2005, quando o nosso ex-Vice-Presidente José Alencar assumiu essa coordenação, para dar segurança aos Estados doadores e aos Estados receptores, uma das questões que ele recomendou foi a desapropriação de 2,5km de raio, exatamente para permitir essas agrovilas, esses assentamentos. E o Ministério da Integração Nacional já começou a demonstrar as primeiras construções com essa finalidade.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – São feitos da obra, que surgiram do debate aberto com a sociedade, e isso deu, está dando e tenho certeza de que dará um resultado muito positivo.

Essa questão da água é muito importante. E que tecnologias vamos utilizar? Tecnologias sociais e de produção científica que permitam um uso adequado da água, que permitam reutilizar a água, porque é uma riqueza muito grande, e não se pode desperdiçar nada praticamente. Então, como ter o aproveitamento máximo dessa água, no controle da gestão; essa água, você pode dizer que o preço é baixo se examinar a repercussão social, mas, do ponto de vista nominal, poderemos dizer que ela tem um custo que precisa ser bancado, e esse custo exige de nós um controle muito grande para usar muito bem esse recurso dentro daquela relação de critérios que você estabeleceu: primeiro, o abastecimento humano, garantia de abastecimento

da população, sedentação animal e os demais usos na sequência – indústria, agricultura, irrigação, etc.

Mas tudo isso dá para fazer. Sobrevoei, Pimentel, recentemente, numa viagem que fomos em discussão do Cinturão das Águas, que já é uma derivação do canal do São Francisco, dentro do Ceará, fizemos um sobrevoo de Jati até Barbalha, em cima do Cinturão das Águas, da parte que já está em obras. É impressionante você ver que as pessoas com poços e, às vezes, até cacimbas, numa estiagem de dois anos e meio, produzindo banana, goiaba, em extensões razoáveis, mostrando o potencial, a riqueza. Há pedaços de solos naquela região, e nas nossas regiões nos vários Estados do Nordeste, que são maravilhosos. Então, você tem que otimizar o seu aproveitamento. Essa é a minha grande preocupação.

Lutamos aqui, discutimos se é Codevasf, se é DNOCS, para onde vai – por razões óbvias sempre defendi que fosse o DNOCS o gestor, a grande escola, a mais antiga escola hidráulica do Brasil, uma verdadeira universidade de formação de quadros nessa área –, mas esse é um problema de Governo, o Governo que tem que ir examinando melhor onde vai colocar a gestão. Acho que aqui está um desafio, grande desafio, é uma obra grande, de grande porte que tem que ser muito bem gerida para responder ao desafio logístico desse recurso. Aqui está o nosso nó.

Defendi que levássemos essa obra para ser coordenada pelo DNOCS, dando ao DNOCS inclusive outra dimensão. A Codevasf tem o seu papel já muito importante, já tem muitas tarefas, digamos assim; daqui a pouco, se realizarmos mais três ou quatro obras hídricas de porte no Estado do Ceará, não temos mais o que fazer do ponto de vista de acumular água no nosso Estado, só se resolvermos – estou pensando nos espigões que fizemos no mar – como vamos transformar os espigões, colocar em cima deles membranas capazes de pegar o vapor d'água e transformar em água novamente, que a água vai evaporando, então você pode puxar aquela água porque existe experiência no mundo inteiro.

Mas, do ponto de vista de armazenagem nas nossas bacias, praticamente vamos esgotando essa capacidade. Se esgotamos essa capacidade, o órgão nacional e os órgãos locais, do ponto de vista de armazenagem, cumpriram a sua missão, responderam a sua missão. Qual então a sua nova tarefa? É gerir bem esses recursos. Acho que o DNOCS teria tranquilamente capacidade de fazer isso.

Para os nossos convidados, talvez tenhamos que, na minha opinião, tratar desse problema. Como é que vamos conduzir, de forma profissional, decente e humana – porque é para atender às pessoas, principalmente –, essa riqueza extraordinária, que estamos tirando do São Francisco, como disse o Lula, essa cuia d'água, jogando aqui, para poder dar esse suporte de que você não precisa mais sair da nossa região – primeiro, porque faltou alimento, porque o Brasil produz tanto alimento que podemos exportar para essa região; segundo, não precisa sair porque vai faltar água. Não há água para você beber. Se terá água para beber boa, tratada, bem cuidada. Acho que os senhores estão aí com essa responsabilidade – nossa também, porque às vezes você precisa modificar a legislação, mas, sobretudo, dos profissionais, das pessoas que cuidam diariamente desse tema, tanto do lado do Governo como do lado da sociedade, porque a sociedade precisa fazer isso. O Lula era muito interessante, e a própria Dilma também tem levantado muito isso, que governo tem que ser assim mesmo: se você não pressiona, se você não tem uma massa social capaz de pressioná-lo, ele termina ficando ali parado, esperando o dia em que o movimento acorde para poder se movimentar. Então, acho que o gesto da sociedade em reivindicar, cobrar, propor melhorias, quem está na área, é que sabe, conhece melhor aquela região. Então, é chamar essa comunidade. Acho que esse é um exercício muito bom para nós. Mas o principal, na minha opinião, é como garantir uma gestão de grande qualidade para essa obra extraordinária que estamos fazendo e que vai atingir grande parte do Nordeste Setentrional e vai abastecer capitais, grandes conglomerados humanos, que, se não fosse essa obra, não se tinha perspectivas de buscar água para poder dar garantia de que essa população possa sobreviver com esse recurso.

Seria sobre essas questões que eu gostaria de dar uma opinião a respeito. Um tema tão importante, tão caro para nós no Nordeste brasileiro – no Ceará, nem pensar –, como um todo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Devolvo a palavra ao Sr. José Galizia para fazer as suas complementações.

O SR. JOSÉ GALIZIA TUNDISI – Bom dia. Queria cumprimentar o Senador Inácio Arruda.

Tenho trabalhado no Brasil todo – e também no exterior – em muitos projetos, Senador, voltados para a água, e uma grande preocupação, quando o senhor falava do projeto da transposição, lembrei-me da minha experiência no Tajiquistão e no Uzbequistão. Fui para lá com um grupo da Unesco para analisar o projeto que causou o desastre no Mar de Aral; um mar interior, perdeu cerca de 40 mil km^2 em 30 anos – um fenômeno extraordinário –, porque houve um grande projeto, um megaprojeto de irrigação nesses dois países, nessas duas ex-repúblicas soviéticas, Tajiquistão

e Uzbequistão, para produzir algodão e melões e, na verdade, secou o Mar de Aral.

Então, a grande preocupação, Senador, é o que ocorre depois do projeto. Transpor a água do São Francisco é fundamental – já disse aqui na minha exposição –, o senhor disse muito bem todos os problemas. O fator limitando o Nordeste é água. Radiação solar tem de dez a doze horas por dia, há energia suficiente para produzir o que precisar, mas precisa de água; o fator limitante é a água.

Levando água para o Nordeste, teremos um aumento fenomenal da produção agrícola e, portanto, concordo plenamente com tudo o que senhor disse, as populações se fixarão, terão uma renda melhor, melhor qualidade de vida e mais saúde, porque a solução inicial de pequenas barragens ou cisternas e etc., é uma solução paliativa e, ao mesmo tempo, há o problema de qualidade da saúde, pela qualidade da água.

Temos analisado, por exemplo, a qualidade da água dos carros-pipa que estão levando água nessa seca. É péssima! Tenho dados. E a água da cisterna é péssima também, degrada; então, há esse problema, que pode ser sanado com uma perenização e um controle de qualidade.

Agora, o ponto fundamental é a gestão. Em primeiro lugar, sem dúvida nenhuma, é preciso pensar no órgão gestor. Concordo plenamente que o DNOCS está mais do que capacitado para fazer essa gestão. Absolutamente nada contra a Codevasf, de forma alguma, mas o DNOCS tem o equipamento intelectual para fazer essa gestão.

Por outro lado, essa gestão deve considerar o principal problema, que é a capacitação. Temos um problema no País, Senador – eu disse aqui na outra audiência, há 15 dias, que o Presidente, o Senador Fernando Collor, me perguntou qual é o problema. Nós temos projetos muito bem feitos, e conceitualmente muito bem feitos, temos recursos, o nosso problema é execução, Senador; há um gargalo na execução.

E por que há um gargalo na execução? Porque, muitas vezes, se o executor não está preparado para entender o conceito geral e tem uma visão estratégica que não lhe foi passada, ou ele faz mal à execução ou não faz a execução – e o projeto não funciona. Então, esse é nosso problema: para funcionar, é preciso capacitar; capacitar técnicos, não é só doutor e mestre, não. Estamos produzindo, hoje, 13 mil mestres e doutores por ano. Não é só doutor e mestre. Há técnico. E é ele que vai fazer a medida da hidrometria; é o técnico que vai passar de casa em casa, ensinando às famílias educação sanitária. É esse nível de que precisamos, é o técnico que vai medir qualidade de água, então teria que ser um exército. Acabei de dizer, na minha exposição, que essa gestão precisaria ser focada num enorme grupo de técnicos competentes, treinados no campo da região. Isso abre uma enorme possibilidade de novos empregos, novo tipo de trabalho.

Temos as faculdades de tecnologia, que podem ter cursos de grande importância para a região, de modo que esse é o ponto fundamental. Então, há dois: primeiro, é quem fará a gestão de todo o projeto. Por que o Vale do Tennessee, que mostrei aqui, teve um sucesso grande? Porque criou-se o Tennessee Valley Autorithy, que fez a gestão dos sete reservatórios e de toda a região. Então, precisa ser um órgão gestor que vá fazer essa gestão com planejamento estratégico; e, em segundo lugar, um conjunto de programas de capacitação em todo o Nordeste, que pegue toda essa capacidade, toda essa água, todos os reservatórios, é preciso ter um plano de monitoramento de qualidade de água, que é grande preocupação, Senador. E isso é uma preocupação com o Brasil, é o impacto do projeto sobre o projeto. Estamos lidando com esse problema em São Paulo.

O Estado de São Paulo, hoje, tem cerca de 50 reservatórios que movimentaram e impulsionaram a economia do Estado para hidroeletricidade. O que aconteceu com esses reservatórios? Estão todos contaminados, poluídos. E qual é o problema principal, inclusive social? Grande parte da população do Estado de São Paulo, principalmente aquelas populações que se localizam mais no interior do Estado ou mais para o oeste do Estado, usa esses reservatórios para recreação, mas não são poucas pessoas. São Paulo tem a população da Argentina. Então, temos uma massa de população que usa reservatórios com água contaminada, no interior do Estado. Então, o senhor veja, é impacto do projeto sobre o projeto.

O principal problema é um órgão gestor com eficiência, de alto nível, e um conjunto de programas de capacitação que vai, claro, técnicos, que passam todo o trabalho de campo, inclusive, treinados em cursos técnicos no campo da região. O Nordeste tem enormes competências, o Estado do Ceará foi um dos primeiros Estados que capacitou bacias hidrográficas para fazer a gestão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Os comitês de bacias.

O SR. JOSÉ GALIZIA TUNDISI – Cumprimento o Estado do Ceará pela ousadia e pelo projeto que foi feito de comitês de bacias, que se deve muito aos nossos colegas do setor de recursos hídricos e outros colegas do Ceará.

Então, Senador, essa preocupação tem de existir e deve existir. Acho que essa Casa tem um papel fundamental nesse processo. Primeiro, nessa questão da

definição da gestão de alto nível e, depois, no estímulo à formação de recursos humanos qualificados que vão fazer todo o processo, a cadeia de transmissão da gestão. O problema é esse! E há um problema do Brasil: a cadeia de transmissão, às vezes, não funciona. O senhor tem ótimos especialistas, planejadores; há projeto, há recursos, estamos gastando quase R$9 bilhões num projeto desse. Há projeto, há dinheiro. Qual é o problema? Execução. Está fazendo a obra, vai fazer a obra. E o futuro?

Fiz as projeções até 2025 do que pode acontecer com a qualidade da água. Então, um alerta: pode ser a redenção do Nordeste – e evidentemente será, sem dúvida nenhuma –, mas, se não houver um projeto adequado de gestão, pode ser um grande desastre e temos que evitar isso a todo custo, porque estamos lidando com pessoas, com 12 milhões de pessoas e com uma região de extrema importância estratégica para o País.

Isso é que eu gostaria de deixar claro aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Quero registrar que o Brasil está instalando 500 institutos federais de educação tecnológica nas mais variadas cidades do Nordeste do Brasil, de maneira que toda cidade acima de 50 mil habitantes, até 2017, terá o Instituto Federal de Educação.

Já inauguramos 280, estão funcionando; estamos construindo 220. O nosso Estado do Ceará tinha, em 2003, cinco institutos federais, as antigas escolas técnicas, onde o Inácio foi aluno e que acompanhamos de perto. Estamos hoje com 23, estamos construindo mais oito nesse momento. Portanto, essas preocupações que V. Sª, Sr. José Galizia, aqui levanta e que o Inácio também trouxe para o debate, poderíamos, em seguida, convidar aqueles que estão operacionalizando os institutos federais de educação para que possam desenvolver, dentro da sua grade curricular, um grupo de técnicos voltados para isso.

Eles têm ali, na área de ciências exatas, já um conjunto de formação de mão de obra, e nós poderíamos, com eles, Inácio, discutir também a incorporação, evidentemente com a participação do nosso Ministério da Integração Nacional.

Concedo a palavra ao Sr. Francisco Xavier Mill, para que possa também fazer as suas complementações.

O SR. FRANCISCO XAVIER MILL – Senador Arruda, tanto quanto o Presidente desta Comissão, Senador Pimentel, vemos que os senhores estão perfeitamente sintonizados com as necessidades não só daquela região, mas também num projeto que é piloto e estratégico para o País e não somente para o Nordeste Setentrional.

Assim que concluí minha fala, o Senador José Pimentel, com muita propriedade, reforçou o que eu tinha dito anteriormente sobre o que é oculto, no bom sentido, desse projeto de transposição de águas. Digo oculto no bom sentido, porque o que se conhece e o que é visível nesse projeto normalmente são as grandes obras, são as obras que são grandiosas, que são belas – tivemos oportunidade de demonstrar aqui –, mas aquilo que é oculto, que é a perenização daqueles rios, dos açudes, da dessalinização daqueles barreiros que, na verdade, hoje, se transformaram, nesses dois anos e meio de seca, nos açudes que são importantes para aquela região.

Vi também, com bastante propriedade, na fala de todos, a preocupação com a gestão. Certamente, o Ministério da Integração Nacional tomará a decisão que melhor se adequar à gestão daquelas obras, da gestão das águas, assim que o projeto estiver concluído. Não tenha dúvida de que o Ministério não falhará nessa missão.

Principalmente, eu gostaria de ressaltar – e hoje nas obras já é visível – a presença de um número maciço de todas as áreas da engenharia, que são funcionários técnicos do Governo, são os analistas, especialistas de infraestrutura. Os técnicos estão em campo. Certamente, alguns deles serão provavelmente utilizados nessa gestão, depois que o projeto estiver pronto, de tal forma que o benefício social seja maximizado naquilo que foi pretendido.

Não tem sentido colocar em dúvida, hoje, que estaríamos resolvendo um problema e poderíamos estar criando outro se não tivermos uma gestão competente daquilo que foi projetado e que está sendo construído.

O benefício social que esse projeto de transposição de parte das águas do São Francisco levará ao Nordeste setentrional como um todo, até às populações das capitais, não poderá falhar. Nisso a responsabilidade de um Ministério como o nosso é enorme. E caminha-se exatamente para uma solução que indica que não falhará.

Eu tive oportunidade de, na apresentação, falar que a primeira meta que foi distribuída nesse novo projeto, no eixo leste, é uma meta muito pequena em termos de extensão, de apenas 16km. Mas é uma meta que, para o projeto como um todo, reveste-se de grande importância.

Primeiro, porque teremos a captação no lago de Itaparica, um canal de aproximação com todos os problemas que puderem advir de uma situação como essa. Cinco quilômetros após, temos uma estação de bombeamento, com adução da água passando por um aqueduto, usando 16km de canal e chegando ao primeiro reservatório de Areias, ou seja, um pequeno

trecho de canal da transposição em que todas as etapas estão representadas: a captação, o bombeamento, o caminhamento dessas águas pelo canal, uma barragem e a tomada da água que deriva desse reservatório. Ou seja, ali estará representado o conjunto de todas as operações de um projeto desse tipo.

Certamente, como foi bem lembrado, os institutos federais têm uma importância fundamental. O apagão de mão de obra técnica no País é verdadeiro. Acho que em todas as áreas hoje nós vemos isso. No transporte terrestre, na aviação, e também...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nos estaleiros, nós estamos deixando de fabricar mais navios porque não temos mão de obra.

O SR. FRANCISCO XAVIER MILL – Não temos mão de obra.

E eu vejo a posição do atual Governo de criar as antigas escolas técnicas, hoje institutos federais, em cidades, criar um parâmetro, ou seja, em cidades acima de 50 mil, de 100 mil habitantes, eu não guardei exatamente qual o número, mas teremos institutos, já vi isso em diversos pontos, em diversas cidades do Brasil.

Da mesma forma, gostaria até de lembrar que o próprio Senai, o Sistema S como um todo, mas especialmente nesse caso, eu imagino, o Senai tem também uma função fundamental na qualificação da mão de obra que operará, no futuro, esse sistema.

A gestão de um projeto desses não pode falhar. Se, eventualmente, alguma falha houve nos prazos iniciais, nas dificuldades técnicas enfrentadas não só pelos técnicos que projetaram mas também pelas empresas que começaram as obras, certamente, depois que estiver pronto, não pode ocorrer uma falha na gestão. E, certamente, o Ministério da Integração Nacional dará a melhor solução.

Eu não teria, hoje, convicção de qual a posição que o Ministério adotará com relação a essa gestão, mas tenho certeza de que o Ministério da Integração Nacional não falhará nessa missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Antes de encerrar a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial dos nossos convidados, o Sr. José Galizia e o Sr. Francisco Mill.

Por fim, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 11 de dezembro, quarta-feira, às 7 horas e 30 minutos, neste plenário, com pauta deliberativa e audiência pública, que irá debater e apresentar o projeto Centro-Oeste Competitivo, atendendo ao Requerimento nº 54, de 2013, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e demais Senadores da Bancada do Centro-Oeste, e contará com os seguintes convidados: Sr. Renato Casali Pavan, Diretor Presidente da Macrologística, Sr. Olivier Girard, Diretor Técnico da Macrologística.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 18 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 2 minutos.)

ATA DA 68ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 07 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e seis minutos do dia onze de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Sérgio Petecão**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Blairo Maggi, Alfredo Nascimento, José Pimentel, Pedro Taques, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Ruben Figueiró** e **Osvaldo Sobrinho.** Registram presença como não-membros os Senhores Senadores **Cyro Miranda** e **Cristovam Buarque.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência e os requerimentos do Senador **Fernando Collor** e do Senador **Francisco Dornelles**. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 54, de 2013 – CI**, de autoria da Senadora **Lúcia Vânia e outros**, que, "*requer, nos termos do inciso II do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado um representante da Confederação Nacional da Indústria, para uma apresentação sobre o Projeto Centro-Oeste Competitivo*". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Renato Casali Pavan**, Diretor Presidente da Macrologística; o Senhor **Olivier Girard**, Sócio-Diretor da Macrologística; o Senhor **Silval Cunha Barbosa**, Governador do Estado de Mato Grosso; e o Senhor **Pedro Alves de Oliveira**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás - FIEG . Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Blairo Maggi, Pedro Taques, Valdir Raupp** e **Lúcia Vânia.** Às nove horas e cinquenta e dois minutos, o Presidente passa a presidência a Senhora Senadora **Lúcia Vânia**. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Waldemir Moka, Pedro Taques, Ruben Figueiró, Cristovam Buar-**

que e **Ciro Miranda.** A Presidente convida a compor a Mesa o Senhor **Danilo de Freitas**, Secretário de Estado da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Goiás – Seinfra. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Osvaldo Sobrinho, Sérgio Sousa, Inácio Arruda, Delcídio do Amaral e Cristovam Buarque.** Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e treze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Sérgio Petecão,** Vice-Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão.Bloco Maioria/PSD - AC) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 68ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Vamos fazer a leitura dos requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 58 DE 2013 – CI

Requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, combinados com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização do FÓRUM BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL, com o objetivo de agregar os estudos já realizados por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura e mobilizá-los para sua inserção nas agendas das políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento, bem como de criar novo espaço de mobilização, periódica, das principais competências sobre o assunto e reforçar o suporte de qualificação ao planejamento das ações governamentais.
Autoria: Senador Fernando Collor

Em discussão o requerimento que acaba de ser lido. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. e Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 59 DE 2013 – CI

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Romeu Donizete Rufino, para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa, a fim de informar os motivos da retirada da Usina de Itaocara I do Leilão de Energia 10/2013 (A-5). A mencionada retirada criou grande frustração para o Estado do Rio de Janeiro, visto a importância que a referida Usina tem para o Estado.
Autoria*:* Senador Francisco Dornelles

Em discussão o requerimento que acaba de ser lido. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa*.)

Aprovado.

Carta nº 984, de 2013, da CNI para S. Exª Senadora Lúcia Vânia.

Assunto: convite para audiência pública, referente ao Ofício nº 264, de 2013:

Exma Srª Senadora,

Agradeço a V. Exª o convite par audiência pública que será realizada em 11 de dezembro, às 8h, na Comissão de Infraestrutura para expor e debater o projeto Centro-Oeste Competitivo. Entretanto, em razão de compromissos agendados, não poderei comparecer.

Por essa razão, solicitei ao Sr. Paulo Afonso Ferreira, 1º Diretor-Secretário da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para representar esta entidade.

Informo ainda que o acompanharão os Srs. Renato Pavan e Olivier Girardi, respectivamente Diretor-Presidente e Diretor-Técnico de Macrologística, empresa que desenvolveu o projeto contratado por esta Confederação.

Atenciosamente,

Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI.

Passo à leitura de alguns comunicados que se encontram sobre a mesa.

Aviso do TCU:

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1539-SESES-TCU, de autoria do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 016.438/2013-2, que trata de Relatório de Auditoria Operacional, que teve por objetivo verificar o controle exercido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) sobre o cálculo, o pagamento e a distribuição de participações governamentais devidas pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no Brasil, avaliando aspectos operacionais e relativos à transparência das ações de fiscalização promovidas pela agência reguladora. Acompanham o acórdão cópias do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Na forma do Ato nº3-CI, de 2012, o Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e,

caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópias destes documentos encontram-se à disposição das Senhoras e Senhores Senadores na Secretaria da Comissão.

6º Ciclo de Audiências: Relato 5º Painel

Em continuidade ao ciclo de audiências públicas denominado "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País", esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na segunda-feira, dia 9 de dezembro, o 5º painel sobre o tema "Água: Gerenciamento e Utilização", com a participação do Sr. Francisco Xavier Mill, Analista de Infraestrutura do Departamento de Projetos Estratégicos da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, e do Professor José Galizia Tundisi, Presidente do Instituto Internacional de Ecologia de São Carlos.

Segundo o Sr. Francisco Xavier, apenas os chamados Eixo Norte e Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco são do conhecimento das pessoas, enquanto permanece desconhecida a importância dos eixos associados, através dos quais a água chegará a diversos rios e açudes – entre os já existentes e aqueles por construir –, garantindo a segurança hídrica para 12 milhões de habitantes da região a ser beneficiada pelo projeto.

Informou o palestrante que ao Eixo Norte (com extensão de 260 km) estão associados o Ramal do Entremontes (com 103 km); o Cinturão das Águas (com 160 km); o Ramal do Salgado (com 37 km) e o Ramal do Apodi (com 113 km), enquanto que ao Eixo Leste associam-se o Ramal do Agreste (com 71 km) e a Vertente Litorânea (com 112 km). Cada um destes ramais alimenta reservatórios que servem conjuntos de adutoras locais, chegando aos Municípios e dando capilaridade ao sistema.

Na avaliação de Francisco Xavier, com a perenização dos rios e a regularização dos açudes e represas, o projeto representa verdadeira redenção para o Nordeste setentrional, não só garantindo água para o consumo humano, como também gerando empregos e trazendo imensos benefícios para o desenvolvimento da lavoura e da agroindústria na região.

Informou o representante do Ministério da Integração que o Eixo Leste tem capacidade de transportar até 28 metros cúbicos de água por segundo e o Eixo Norte até 99 metros cúbicos por segundo, totalizando uma transferência máxima de 127 metros cúbicos por segundo, uma quantidade pequena de água em relação à vazão do São Francisco, no seu entender. Para ele, é preciso reconhecer a utilidade do Projeto para a região e entender que os problemas do Rio São Francisco estão localizados fora dela.

O especialista admitiu a ocorrência de alguns problemas na execução do projeto, mas informou que os eixos foram reorganizados, divididos em três metas úteis cada um e que, atualmente, todos os lotes estão contratados e em execução. Além disso, à medida que cada meta for atingida, o trecho já poderá ser utilizado, beneficiando de imediato a população da área. Mais de 50% da obra já foi executada, com destaque para a Meta 1 do Eixo Leste, com quase 90% das obras concluídas, segundo informou.

Em sua opinião, trata-se de uma obra fantástica, composta de canais, estações de bombeamento, reservatórios, aquedutos, túneis e associada a vilas rurais produtivas, de suma importância para o Nordeste e para o Brasil.

Por sua vez, o Professor Tundisi observou que o Projeto de Integração do Rio São Francisco não é simplesmente uma obra de integração hídrica, mas também de integração e desenvolvimento regional. Na sua avaliação, açudes, barragens e cisternas são importantes, mas não garantem a perenização do fornecimento de água em quantidade e qualidade capazes de oferecer a segurança hídrica que o Projeto proporcionará a 12 milhões de pessoas.

Segundo o palestrante, a água a ser transferida – destinada ao consumo humano e animal e distribuída proporcionalmente à demanda entre os açudes e os Estados – será da ordem de 26,4 metros cúbicos por segundo em operação contínua, com vazão máxima de 127 metros cúbicos por segundo em operação intermitente, estimada para ocorrer em cerca de 30% do tempo, o que não afetará a vazão do Rio.

Com um total de 48 reservatórios integrados ao sistema, a transposição proporcionará perenidade do abastecimento público; distribuição de água para pequenos e médios Municípios; estímulo e desenvolvimento da irrigação; ampliação das potencialidades econômicas da região e recuperação econômica e social do Semiárido, afirmou o Prof. Tundisi. Com 10 a 12 horas de insolação diária, há energia disponível de sobra, mas a água é condicionante para o desenvolvimento do Nordeste, considerou ele.

O problema, segundo asseverou o palestrante, é o gerenciamento da qualidade da água dos reservatórios. Para tanto, são necessários programas de gestão integrada dos recursos hídricos com o controle da qualidade das águas do Rio São Francisco, o que depende de suas veredas, do controle da qualidade das águas dos reservatórios e do controle das fontes de poluição e contaminação.

A população, segundo explicou o Prof. Tundisi, tende a instalar-se próximo aos reservatórios, e o tratamento de esgotos é fator fundamental para conter

os percentuais de fósforo e os índices de eutrofização das águas. Ele alertou para o perigo de proliferação de algas tóxicas, capazes de causar óbitos, conforme já ocorreu em Itaparica.

O projeto de Integração do Rio São Francisco, na medida em que prevê em seus programas ambientais ações favoráveis à conservação da qualidade da água e limita seu uso a montante dos reservatórios receptores, impactará positivamente a região do ponto de vista da qualidade de água, afirmou o palestrante.

Concluindo, o Prof. Tundisi ressaltou a importância de um minucioso plano de monitoramento da qualidade e da quantidade de água dos reservatórios, e listou algumas medidas necessárias para o êxito do projeto: recuperação e revitalização do Rio São Francisco; capacitação de Gestores (técnicos, gerentes de meio ambiente, agentes de saúde pública); controle da região litoral e das margens dos reservatórios; redução da carga pontual de poluentes; vigilância sanitária e controle de doenças de veiculação hídrica; controle de macrófitas aquáticas e educação sanitária da população.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública de hoje, gostaria de informar aos nossos ouvintes, que a população poderá participar do nosso debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados.

Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado – 0800 612211 ou enviar a sua contribuição pela internet: www.senado.leg.br/alosenado. Ou ainda nos perfis do Alô Senado, Facebook ou pelo Twitter @AloSenado.

Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador, pode desde já enviar a sua pergunta ou seu comentário aos nossos ilustres convidados.

A nossa reunião destina-se à realização de audiência pública, que irá debater e apresentar o Projeto Centro-Oeste Competitivo, atendendo o Requerimento nº 54/2013, de autoria da nobre Senadora Lúcia Vânia, que, inclusive, encontra-se presente aqui nesta Comissão, e dos Senadores de Bancada do Centro-Oeste, os Senadores Blairo Maggi, que também se encontra aqui, Cristovam Buarque, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Gim Argello, Osvaldo Sobrinho, Pedro Taques, que também aqui já está presente, Rodrigo Rollemberg, Ruben Figueiró, Waldemir Moka, que também já se encontra presente, e o nobre Senador Wilder Morais.

Para apresentar o projeto foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas, aos quais já convido para tomarem assento à mesa: Diretor-Presidente da Macrologística, Renato Casali Pavan; e Olivier Girard, Sócio-Diretor da Macrologística.

Informo aos nossos ilustres convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de 15 minutos, com a tolerância que os senhores acharem necessária.

(*Intervenções fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Aqui, há um tempo, mas, segundo o nosso ilustre Senador Blairo Maggi, a tolerância é de mais uma hora. E mais uma hora fica por conta do Senador Pedro Taques.

Após a exposição, concederemos a palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores para os esclarecimentos que acharem necessários. (*Pausa*.)

Temos a honra, nesta Comissão, de ter o Governador do Estado de Mato Grosso, Silval Barbosa.

Gostaria de convidá-lo para nos dar o prazer de fazer parte da nossa Mesa também. (*Pausa*.)

Também registro, convidando-o para fazer parte da nossa Mesa, a presença o Sr. Pedro Alves de Oliveira, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, representando o Sr. Robson Braga, Presidente da Confederação Nacional. *(Pausa.)*

Vamos passar a palavra ao Sr. Renato Casali e, em seguida, ao Sr. Olivier Girard.

Por favor, Dr. Renato.

O SR. RENATO CASALI PAVAN – Bom dia a todos.

Senador Petecão, Governador Silval, Pedro, da Federação de Goiás; Srs. Senadores, Senador Blairo Maggi, Senador Pedro Taques, quero dizer, em primeiro lugar, que é uma grande satisfação estarmos aqui para apresentar esse projeto do Centro-Oeste Competitivo.

Agora, só para poder entender sua origem, esse projeto remonta a 2006, quando, pela primeira vez, as Federações das Indústrias da Amazônia Legal perceberam que não havia nenhum plano nacional de planejamento estratégico e da infraestrutura de transporte. E havia a necessidade de se diminuir custo, porque logística é custo. Se não diminuir custo, não resolve o problema.

Então, todas as nove Federações da Ação Pró-Amazônia, mais a CNI, resolveram fazer o planejamento estratégico para o transporte de cargas, para subsidiar o Governo, fazer uma parceria entre a iniciativa privada e o Governo, para que as obras prioritárias viessem em primeiro lugar, trazendo essa diminuição de custo.

Como já havíamos feito um projeto anterior com a coordenação do Dr. Eliezer Batista, que foi a integração física e econômica de Goiás, Minas e Espírito Santo, com um resultado muito bom, pois todas as obras saíram rapidamente, então, o Dr. Eliezer nos ajudou muito neste primeiro projeto, para fazer o Norte Competitivo. Foram selecionados os principais eixos, mostrando a importância das rodovias sobre as

ferrovias, da ferrovia sobre a rodovia, a diminuição da matriz de transporte. E chegamos a um resultado excelente: que, com R$14 bilhões, há uma economia de R$4 bilhões por ano, que ficam na região para poder melhorar a questão para poder melhorar a questão de tecnologia e melhorar o IDH.

Esse projeto foi apresentado na CNI, com a casa cheia, com todo o Governo Federal presente, e foi entregue, então, para que o Governo Federal estudasse a possibilidade de transformar esse projeto em política pública. E tivemos oportunidade de fazer várias reuniões também aqui no Senado, com a presença dos Senadores.

Aí, o sucesso foi tão grande que, em seguida, veio Santa Catarina, vieram as Federações do Sul, e nos contrataram para fazer o Sul Competitivo. Posteriormente, fizemos o Nordeste Competitivo. Hoje, vocês vão ver o Centro-Oeste Competitivo, e vamos mostrar a contribuição que esses projetos – da CNI, das federações das indústrias – podem trazer ao País no curto prazo.

E qual a diferença, vamos dizer, deste projeto em relação aos outros? Primeiro, os projetos que existem aí são pedaços – pedaços de rodovia, pedaços de ferrovia, um pedaço de porto –, quando, na realidade, precisamos ter uma visão sistêmica do processo, da origem até o destino final do produto; e não no porto do Brasil, mas no porto lá fora. Os nossos clientes são os chineses, são os europeus, a costa leste americana. Então, o que nós fizemos foi identificar esses eixos de integração que passavam a integrar também os Estados, com essa visão de porta a porta.

E essa questão da integração também é importante porque há produtos fabricados em Belém, que vêm para São Paulo e, depois, voltam para Manaus. Quem está em Manaus ou em Belém, para chegar a Tocantins, tem de ir a Brasília. Então, na realidade, o que se busca também é uma integração.

E uma coisa muito importante é que esses eixos de transporte são os mais competitivos. Foi feita uma análise competitiva de todos esses eixos, mostrando aqueles que são mais competitivos. Quando se tem isso, começa-se a atrair investimento. Quer dizer, a luta de todos os Estados, de todo o trabalho é atrair investimento. Agora, não adianta você atrair investimentos se tiver só transporte. É preciso ter energia, telecomunicação e, também, capital humano. Isso é algo que a gente já está desenvolvendo, e o Estado da Paraíba foi o primeiro com essa visão global.

Fiz essa introdução, mas queria dizer também que, no passado, chegamos a uma direção muito próxima dessa, quando o Dr. Eliezer foi Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, e o Presidente Collor era então o Presidente do Brasil. Chegamos a desenvolver um processo parecido e chegamos a conversar com todos os Estados. O Senador Blairo Maggi acompanhou muito bem essa fase, e o que estamos fazendo é exatamente reviver tudo isso e poder entregar para o Brasil uma contribuição da Confederação Nacional das Indústrias, das federações das indústrias e também da agricultura; o Centro-Oeste Competitivo teve uma participação da CNA, da Senadora Kátia Abreu.

Então, eu diria que este momento é muito importante, quando vamos trazer para os Srs. Senadores o projeto e pedir, evidentemente, todo apoio para que possamos tirá-lo do papel e transformá-lo em realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD - AC) – Já passamos a palavra ao Sr. Olivier Gerard, Sócio-Diretor da Macrologística.

O SR. OLIVIER GERARD – Bom dia a todos. Bom dia, Senadores. Bom dia, Governador Silval Barbosa.

É um prazer estar aqui para apresentar um sumário do projeto Centro-Oeste Competitivo. É um projeto que demorou um ano para ser realizado, gerou um relatório de mais de duas mil páginas, que hoje em dia está na mão do Governo Federal e dos governos estaduais e, claro, do Senado, para que sejam viabilizadas as melhores alternativas em termos de priorização de projetos logísticos e que extraiam a maior competitividade para toda a região.

O principal objetivo do projeto Centro-Oeste Competitivo era fazer o planejamento estratégico da infraestrutura de transporte e logística de cargas para os três Estados, mais o Distrito Federal, na Região Centro-Oeste. Aqui, é muito importante frisar que estamos falando apenas de logística de cargas. Não avaliamos a parte logística de passageiros nesse projeto.

E havia alguns alvos bem específicos. O primeiro era integrar física e economicamente os Estados e as regiões com o restante do Brasil e com os outros países sul-americanos. Então, há ainda uma falta muito grande de integração física e, automaticamente, integração econômica entre os próprios Estados da região.

Hoje em dia, quando estamos ali, por exemplo, na região de Lucas do Rio Verde e precisamos chegar a Goiás, muitas vezes, temos de fazer quase um u: passar por Cuiabá, lá em baixo, para voltar e subir. Não há uma integração física eficiente ali, por exemplo, no nordeste de Mato Grosso, com Goiás. Então, havia necessidade de maior integração física; e, se não há integração física, acaba não havendo uma integração econômica eficiente.

O segundo ponto, e talvez mais importante, é que o objetivo maior aqui era fazer com que os sistemas logísticos da Região Centro-Oeste se tornassem mais

competitivos. E como mais competitivos? Através da redução do custo logístico de transportes. Então, o foco sempre foi ver de uma forma sistêmica como reduzir os custos logísticos de transportes para trazer uma mercadoria A, B ou C – ou seja, de grãos, de minério ou de produto industrializado – até o seu destino final, fosse ele aqui no Brasil ou no exterior.

O terceiro ponto, algo que o meu sócio, Renato Pavan, já mencionou, é que esse conceito se encaixa em algo muito maior; ou seja, estamos aqui falando dos eixos integrados de transportes, mas os eixos integrados de transporte são, na realidade, um pilar de algo muito maior, que é o conceito de eixo integrado de desenvolvimento.

Quando vamos instalar uma indústria em determinada localidade, há sempre a necessidade de se perguntar se há a infraestrutura necessária para aquela localidade, e essa infraestrutura normalmente é composta por quatro pilares essenciais: transporte, energia, telecomunicações e informática e capacitação de mão de obra. Se a gente não tiver qualquer um desses quatro pilares importantes, não vamos conseguir instalar a indústria em determinado local. Se não houver energia, se não houver capacitação de mão de obra para fazer funcionar uma fábrica, não se vai conseguir instalar essa fábrica nesse local. Se não conseguir instalar essa fábrica nesse Município, não se vai trazer desenvolvimento para esse Município.

Então, é sempre um conceito maior, o conceito de eixo integrado de desenvolvimento, com o qual a Macrologística já está trabalhando em alguns Estados. Por exemplo, já começamos na Paraíba; estamos em discussões com o Pará, com o Maranhão, para fazer com que isso seja viabilizado em outros Estados também – algo muito maior também do que somente transportes.

Por fim, esse projeto foi liderado pela iniciativa privada. Começou com a iniciativa privada dizendo quais são realmente suas necessidades, mas, desde o princípio, trabalhou a quatro mãos com o setor público, seja ele estadual ou federal. Então, na realidade, é um setor conjunto do setor privado e do setor público.

Bom, o projeto, como mencionei, teve duas fases, ao longo de um ano de estudos. Numa primeira fase, foi feito um grande diagnóstico da situação logística na Região Centro-Oeste; e uma segunda fase, mais propositiva, indicando e priorizando os projetos logísticos fundamentais para a região.

Ao longo do projeto, foram feitas mais de 150 entrevistas pessoais, incluindo associações produtivas de diversos tipos – sindicatos, federações de indústria, de agricultura e assim por diante; empresas de tamanhos distintos, desde grandes empresas, como a LL, a Maggi, Cargill, Caramuru, Coca-Cola, até empresas menores, mais locais, para podermos ter uma noção clara de quais eram as reais necessidades enfrentadas por essas empresas no seu dia a dia. Por fim, autarquias, agências reguladoras, autarquias federais, ministérios, secretarias estaduais. Interessante também é que fomos conversar com os ministérios e autarquias nos seis países de interesse para o Centro-Oeste, que são Paraguai, Argentina, Bolívia, Peru, Uruguai e Chile. Então, fomos conversar e entender como era a possibilidade de se utilizar a infraestrutura desses países para movimentar cargas da Região Centro-Oeste, e vice-versa.

Bom, na primeira fase, o que foi feito? Como eu falei, na primeira fase, foi feito um grande diagnóstico. Então, nós primeiro mapeamos todos os portos e terminais da Região Centro-Oeste. É claro que porto não existe na Região Centro-Oeste, mas havia, sim, o interesse de olharmos quais eram os terminais hidroviários e quais eram os portos marítimos de maior relevância para a Região Centro-Oeste.

Então, como vocês podem perceber nesse eslaide, praticamente quase 45 milhões de toneladas que foram movimentadas por portos referentes a cargas da Região Centro-Oeste, em 2011 – estamos falando de 70% quase –, foram movimentados só por dois portos: Santos e Paranaguá. Se a gente acrescentar Vitória, nós temos quase três quartos de toda a movimentação da Região Centro-Oeste. Então, isso cria um problema muito sério, porque cria uma falta de alternativas logísticas para escoamento da produção do Centro-Oeste.

Para cada um desses portos e terminais privativos nós fizemos o mapeamento de como estava a situação desse porto: qual o tamanho do terminal, qual o tamanho do berço, se tem profundidade, qual é o calado, se tem ou não terminais de carga, qual a capacidade de modificação desses terminais de cargas. Fizemos também o levantamento do histórico de movimentação de cargas em cada um desses portos e terminais hidroviários e também que tipo de carga, tanto de embarque quanto de desembarque.

Fizemos um levantamento parecido para os principais aeroportos da Região Centro-Oeste: que tipo de carga é movimentada lá, quais são as companhias aéreas que movimentam carga ali, se existe ou não um terminal de cargas e qual é a sua capacidade de armazenamento. Fizemos também o levantamento do histórico de movimentação de cargas em cada um desses aeroportos e quais eram os fluxos de rota de carga existentes em cada um desses aeroportos principais.

Da mesma forma, fizemos o levantamento da capacidade de armazenagem de graneis agrícolas,

líquidos, minerais e até de carga geral existente por Município em cada um desses quatro Estados.

Se olhamos a parte dos terminais, também olhamos os modais. Então, avaliamos os principais modais existentes. Primeiro, as rodovias: qual é a condição de uso dessas rodovias trecho a trecho? Que tipo de carga é movimentada nessas rodovias? Como estão nossas ferrovias? Quais são as nossas principais ferrovias? Qual é a velocidade média existente, por exemplo aqui na ALL Malha Oeste, em que estamos falando de 14km/h? Então, nós avaliamos também quais são as principais cargas que são movimentadas, quais os terminais aonde elas chegam e assim por diante.

Fizemos também o mapeamento dos principais rios com potencial de navegabilidade da Região Centro-Oeste, avaliando quais são as barragens em que não existem eclusas, por exemplo. Qual é o calado existente? Existe potencial de navegabilidade em nossos rios ou não?

Por fim, olhamos também as principais dutovias da Região, de forma a fazer um grande diagnóstico da situação atual da oferta de infraestrutura e transporte existente na Região Centro-Oeste.

Se olhamos oferta, precisávamos olhar também a demanda. E a primeira coisa que nós fizemos na demanda foi mapear qual era a balança comercial da Região Centro-Oeste para ver as principais cadeias produtivas que utilizam essa oferta de infraestrutura de transporte.

Então, a gente pode perceber, aqui ao lado esquerdo do mapa – esta aqui é a balança comercial da Região Centro-Oeste em 2011 - que basicamente estamos falando de oito cadeias produtivas que representam 91% de tudo o que exportado ou importado pela Região Centro-Oeste. É claro que soja é a nossa principal cadeia produtiva, mas nós temos outras, como petróleo e derivados, isso na importação.

Quando olhamos a parte de movimentação e valor, verificamos que mais cinco cadeias que não tinham sido selecionadas aqui também eram importantes: de veículos e autopeças, de bovinos, avicultura, algodão e cobre. Com isto, basicamente com essas 13 cadeias, nós estamos representando mais de 95% de tudo o que é produzido, exportado ou importado na Região Centro-Oeste.

Bom, mas aqui eu falei de balança comercial. Precisávamos olhar quais são os principais produtos produzidos na Região Centro-Oeste, mas que não obrigatoriamente fazem parte da balança comercial. Então, foi o que nós fizemos. Olhamos primeiro a produção agropecuária para ver se a gente já tinha selecionado todas as cadeias realmente relevantes quando a gente analisa a produção agropecuária. De fato, essas cinco cadeias que já tinham sido selecionadas pela balança comercial representam 95% da produção agropecuária.

Quando olhamos a produção extrativista, percebemos que tínhamos esquecido um elemento importante, que é o calcário. O calcário não é exportado e importado, mas ele tem uma grande relevância em termos produtivos na Região Centro-Oeste. Então, chegamos a nossa 14ª cadeia produtiva selecionada.

Por fim, olhando a produção industrial, percebemos que também a cadeia de bebidas não havia sido selecionada.

Com isso, selecionamos 15 cadeias produtivas. São essas 15 cadeias que aparecem aqui do lado direito desse mapa, que são a cadeia de adubo e fertilizantes, algodão, avicultura, bebidas, bovinos, calcário, cana de açúcar, cobre, ferro e aço, madeira, milho, petróleo e derivados, químicos industriais, soja e veículos e autopeças. Ao todo, essas 15 cadeias produtivas representam 52 produtos diferentes. Por exemplo, quando falamos da cadeia do calcário, não é só o calcário. Nós temos o calcário bruto, claro, mas temos o calcário agrícola, nós temos a cal, nós temos o cimento, cada um com uma logística diferente, cada um com uma matriz, origem e destino distintas. E precisavam ser estudados detalhadamente cada um desses 52 produtos.

E o que foi feito para cada um desses 52 produtos? Primeiro, mapeamos qual era a produção atual por Município de cada um. Então, vamos pegar aqui como exemplo para vocês a soja em grãos, que é o principal produto exportador da região, mas analisamos cada um dos 52 produtos: onde está, qual o Município produtor, qual o volume dessa produção, onde está situado no mapa.

Em seguida, olhamos qual era a representativa da Região Centro-Oeste para cada um desses 52 produtos nas exportações e na balança comercial. Então, observamos, por exemplo, com relação à soja em grãos, que a Região Centro-Oeste representa 40% das exportações brasileiras, que saem sobretudo, como já tínhamos mencionado, por Santos e Paranaguá. Olhamos também para onde é enviada essa soja em grãos. A soja da Região Centro-Oeste, por exemplo, vai sobretudo para a Ásia, para a China, para o Japão, 77%. Isso é diferente de outras regiões. Quando a gente analisa a soja, por exemplo, da Região Sul, ela vai sobretudo para a Europa, ela não vai para a Ásia. Então, isso é muito importante para a gente saber, para a gente ter uma noção muito clara da matriz, origem e destino até o seu destino final, até Xangai, nesse caso.

Avaliamos também qual era a movimentação de carga interna aqui. Então, quando falamos de soja em grãos, normalmente ela vai ser esmagada. Assim, ma-

peamos onde estavam as principais esmagadoras do Brasil e qual era o fluxo interno dessa soja em grãos dentro do Brasil, para onde ela é mandada, e projetamos isso para 2020, para 2030 para saber exatamente como essa produção vai crescer. Isso – de novo – foi feito para os 52 produtos.

Uma vez que nós fizemos isso, conseguimos também mapear a projeção, fizemos a projeção das exportações e o consumo interno: qual vai ser a diferença entre elas, o que vai crescer mais e o que vai crescer menos. Tendo feito isso, conseguimos mapear a matriz, origem e destino de cada um desses 52 produtos para cada um das mesorregiões existentes na Região Centro-Oeste.

Por exemplo, quando pegamos a soja em grãos do sul goiano, soubemos que 6% de toda a soja produzida na mesorregião do sul goiano vão para Anápolis, para as esmagadoras de Anápolis; 6% vão para Xangai, pegando rodovia até Araguari, depois ferrovia e saindo por Vitória; 5% vão para Xangai por Santos, utilizando a Hidrovia do Tietê e assim por diante.

Agora, no sul goiano não tem só soja em grãos. Nós temos soja em grãos, nós temos açúcar, nós temos álcool, nós temos carne. Quando a gente consolida isso – se vocês perceberam, no item anterior eu estava falando em quase seis milhões de toneladas de soja em grãos –, quando nós pegamos a carga consolidada da região sul goiana, estamos falando aqui de quase 83 milhões de toneladas produzidas na região do sul goiano, 78% das quais são de consumo local. Então, é a soja que é esmagada ali, é a cana de açúcar que vira açúcar, é o gado que vira carne bovina e assim por diante. Assim, pudemos mapear, então, que mais de 3% vão para Goiânia, rodoviário, 2% para São Paulo e assim por diante. Isso foi feito para cada um das mesorregiões e gerou mais de 14 mil linhas de fluxos de matriz, origem e destino, 14 mil linhas de produtos com a origem, destino e qual o caminho que ela faz para chegar até o destino final.

Mapeamos também não somente os fluxos de produção, ou seja, de exportação, de escoamento, mas também o de abastecimento e de consumo da região, ou seja, produtos que são produzidos fora da Região Centro-Oeste, mas consumidos na Região Centro-Oeste e os fluxos de passagem. Existem mais de 13 milhões de toneladas de carga que não são produzidas nem consumidas na Região Centro-Oeste, mas utilizam a infraestrutura da Região Centro-Oeste. Então, vai desde a carga de carne de Rondônia, que vai para São Paulo, cruzando o Mato Grosso, como também a carga da Zona Franca de Manaus, que vai por Manaus-Belém-Brasília e desce em direção a São Paulo. Futuramente, com a BR-163, provavelmente vai descer por Itaituba e passar por Cuiabá em direção a São Paulo.

Bom, mapeamos a oferta e mapeamos a demanda. Quando jogamos a oferta sobre a demanda, nós conseguimos obter o quê? Os gargalos logísticos existentes na Região Centro-Oeste de uma forma qualitativa e, o mais interessante, de uma forma quantitativa. Aqui eu vou mostrar dados de 2011 e nessas corzinhas para vocês verem os gargalos.

Então, já há alguns gargalos, por exemplo, em Lucas do Rio Verde-Posto Gil, da BR-163, em já estamos utilizamos mais de 200% da capacidade. Utilização de mais de 200% da capacidade reflete em quê? Reflete em diminuição da velocidade dos caminhões e em aumento do custo de frete, porque você começa a gastar mais em combustível, em pneus, em manutenção, com os próprios motoristas, que fazem menos rotações com o caminhão e assim por diante.

Isso em 2011, já era preocupante, mas mais preocupante é quando a gente analisa 2020, quando a gente percebe que praticamente tudo fica roxo, quase tudo vira gargalo crítico, quase todos os itens. É claro que começamos com os da ALL Malha Oeste, porque existe uma grande carga de minério de ferro em Corumbá que hoje em dia não está sendo explorada por falta de infraestrutura logística. Então existe um potencial altíssimo aqui de movimentação. Mas nós olhamos outros. Por exemplo, em Lucas do Rio Verde-Posto Gil, se nada for feito, nós vamos estar com quase 500% de gargalo, ou seja, de uso acima da capacidade. Então, era necessário se fazer alguma coisa.

Quando se analisam os portos também, aqui, na primeira linha, é a capacidade atual, de 2011, e, na segunda, a utilização atual em 2011, já se vê que existem alguns gargalos nos principais portos, observa-se que, em 2020, todos vão ficar roxos, ou seja, tanto Vitória, Paranaguá, São Francisco do Sul, Itacoatiara, Santarém, todos eles vão ter problema se nada for feito em termos de aumento de capacidade de movimentação.

Essa foi a primeira fase, que foi um grande diagnóstico da oferta e da demanda, bem como dos gargalos existentes. Mas quais seriam as soluções? A primeira coisa que fizemos foi olhar se podíamos pensar na infraestrutura dos famosos corredores bioceânicos e sair com carga de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul pelos portos do Chile. Isso já tinha sido estudado no Projeto Norte Competitivo, também foi estudado no Projeto Sul Competitivo; nas duas ocasiões não se demonstrou viabilidade, mas de repente precisaríamos olhar se para o Centro-Oeste faria sentido. Então fomos lá conversar.

A primeira coisa que mapeamos foi o tamanho da produção agrícola extrativista, mineral e industrial

existente em cada um desses países para ver o que eles já utilizam de infraestrutura. Avaliamos também qual era a condição da infraestrutura de transporte existente e o que eles estavam fazendo para melhorar essa infraestrutura em cada um desses seis países. Em particular, olhamos com muito carinho os portos existentes. Será que eles tinham infraestrutura, projetos para movimentar a carga ou não? Bom, uma vez feito isso, o que nós fizemos? Mapeamos 73 eixos integrados de transporte.

E aqui eu gostaria de abrir um parêntesis para separar o que é considerado um corredor, o que popularmente se chama de corredor, e o que nós chamamos aqui de eixos integrados de transporte. Quando falamos, por exemplo, em corredor ferroviário, corredor da ALL Malha Norte, por exemplo, normalmente só estamos falando do que precisa ser feito na ferrovia. Quando falamos no eixo integrado rodoferroviário da BR-163 e da ALL Malha Norte via Rondonópolis e Santos, nós estamos falando no conceito de multimodalidade. Então, estamos olhando não somente o que precisa ser feito na ferrovia, mas também o que precisa ser feito nas rodovias que dão acesso a essa ferrovia, o que precisa ser feito no terminal de transbordo, o que precisa ser feito na ferrovia e, o mais importante, o que precisa ser feito no porto.

Infelizmente, nós temos aqui uma dualidade no Brasil que separa o conceito de planejamento estratégico terrestre do planejamento aquaviário, ou seja, nós temos, no Ministério dos Transportes, a Secretaria de Portos, nós temos a Antaq e nós temos a ANTT, mas não há um planejamento sistêmico que envolva os dois assuntos. Não adianta você resolver todos os problemas rodoviários ou ferroviários se você não resolver os do porto. E não adianta resolver os do porto se você não resolver o problema de acesso a esse porto. Portanto, é preciso olhar de uma forma sistêmica, olhando tudo ao mesmo tempo.

Então, para cada um, nós mapeamos 73 eixos de integração de interesse da Região Centro-Oeste e 18 eram melhorias em eixos atuais. Então, esse, por exemplo, é um eixo atual; é o famoso ALL Malha Norte, que hoje em dia movimenta boa parte da produção do Mato Grosso em direção a Santos.

Mas olhamos também 42 novos potenciais eixos, ou eixos que não existem. Por exemplo, você fazer uma ferrovia Maracaju/Dourados/Guaíra, por dentro do Paraná, saindo por Paranaguá. Esse é um eixo novo. Precisamos estudar se vale a pena ou não vale a pena. E olhamos também 12 eixos internacionais, como, por exemplo, fazer um eixo rodohidroviário do Paraná ao Paraguai, com as eclusas em Itaipu. Ou seja, existiria essa possibilidade? Seria válido fazermos uma movimentação de carga totalmente hidroviária, saindo aqui por Rosário, por Nova Palmira?

Então, ao todo estudamos 73 eixos. Para cada um desses eixos nós mapeamos todos os projetos logísticos necessários para aquele eixo se tornar competitivo, que é o que aparece do lado direito aqui desse mapa. Para cada um desses projetos logísticos que foram citados aqui, nós fizemos uma fichinha como essa indicando onde estava a localização, quem era o responsável por essa obra, o valor do investimento, se já tinha uma fonte de financiamento ou não, qual era o modelo de financiamento existente, como estava em termos de estudo de viabilidade, de EIA/Rima, de projeto básico; se já tinha edital e para quando estava previsto o início e o fim.

Olhem que interessante: nós separamos também o *status* em quatro categorias. O projeto poderia estar em andamento, ou seja, uma obra que já está funcionando e nós precisamos terminar. O projeto poderia estar projetado. O que é projetado? Já temos projeto básico, já EIA/Rima, já temos tudo, só falta lançar o edital e começar a obra. O projeto poderia estar planejado, faz parte de um plano de governo, mas até agora estão faltando elementos, pois não tem EIA/Rima, não tem projeto básico, não tem nada. E por fim, o que seriam projetos idealizados, ideias que surgiram nos fóruns de discussão.

Quando somamos todos os projetos nos interessamos muito pelo que era o investimento residual, que basicamente é o que falta fazer para terminar a obra. No caso de obras em andamento, a gente separou aquilo que já tinha sido gasto e decidimos olhar somente daqui para frente: precisamos investir no quê? Qual a melhor alternativa? E conseguimos mapear. Por exemplo, aqui na Ferronorte, fazer a ligação de Cuiabá até Santarém vai custar R$11 bilhões.

Ao todo, nós mapeamos 308 projetos pertinentes ao longo do Brasil. Como vocês podem ver aqui, todos os projetos em azul são projetos hidroviários; em cinza, projetos rodoviários; em preto, ferroviários; em rosa, aeroportuários; em amarelo, dutoviários; e em verde, projetos portuários. São 308 projetos espalhados pelo Brasil de interesse da Região Centro-Oeste, sendo que 271 são para eixos nacionais e 37 projetos para eixos internacionais. Então, vocês podem ver que nós estudamos saídas bioceânicas de diversos tipos.

Se fôssemos fazer todos os projetos, seriam necessários R$159 bilhões...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Olivier?

O SR. OLIVIER GIRARD – Claro!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Por favor.

O SR. OLIVIER GIRARD – Sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, permite-me? É sobre as saídas bioceânicas que foram feitas. Você vai fazer um comentário depois, em separado, sobre elas?

O SR. OLIVIER GIRARD – Sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Para a gente entender se tem possibilidade de sair ou não?

O SR. OLIVIER GIRARD – Sim. Nós vamos falar nisso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – O.k. Obrigado.

O SR. OLIVIER GIRARD – Então, R$159 bilhões seriam necessários para se fazerem os 308 projetos, dos quais praticamente R$148 bilhões seriam de responsabilidade do Brasil. É claro que nós não temos nem o volume de investimentos necessários nem a mão de obra necessária para fazer tantos projetos ao mesmo tempo. Lembrando que estamos olhando o horizonte de 2020 e 2030. Precisamos começar já essas obras. Então, seria necessária uma priorização.

Mas como fazer uma priorização? A primeira coisa que fizemos foi mapear os custos logísticos. Então, por exemplo, se temos aqui uma carga de granel sólido agrícola do centro-sul mato-grossense, o que fazemos? Utilizando as rotas atuais de exportação, qual o menor custo logístico para movimentar? Então fizemos a rota para Xangai, mapeamos todas as rotas atuais existentes e olhamos aqui que a mais barata era pegar ALL Malha Norte para Xangai, que custaria R$236 por tonelada.

Aí pensamos o seguinte: se criássemos novas rotas? Se inventássemos novas rotas e tentássemos ver qual seria o custo logístico por essas novas rotas? E começamos a criar alternativas: saindo por cima, por baixo, pelo bioceânico e assim por diante. Para essa região aqui, onde Cuiabá é o baricentro, qual seria o menor custo?

Para cada um deles nós mapeamos trecho a trecho. Então, vai custar quanto o modal rodoviário? Quanto o transbordo? Quanto a perna hidroviária? Quanto o porto? E assim por diante. E quanto o frete marítimo até o destino final?

Olhem só que interessante. Por exemplo, mapeamos, por exemplo, no caso de granel sólido agrícola do centro-sul mato-grossense; hoje o mais barato aqui é pela ALL, por R$236 por tonelada. Agora, se nós fizéssemos a ferroviária direto, ou seja, se a ferrovia chegasse até Cuiabá, custaria R$182; teria uma redução de 23% no custo logístico de transportes só pelo fato de chegar com a ferrovia até Cuiabá. E olhem que interessante, também respondendo um pouquinho ao Senador Maggi: se for feito um rodoviário via Arica vai para R$355, é 50% mais caro.

Em geral, o que percebemos, analisando todos os corredores logísticos ... Nós estamos falando aqui da solução do granel sólido agrícola para o centro-sul mato-grossense; essa não é a solução para o norte mato-grossense nem muito menos para o sul goiano ou para o centro-sul do Mato Grosso do Sul. Não é a mesma solução. E o que percebemos, respondendo ao Senador, é que normalmente os corredores bioceânicos chegavam a ser no mínimo 30% a 40% mais caros do que as alternativas logísticas dentro do Brasil. Então, isso acabava inviabilizando muito essas possibilidades para cargas do Centro-Oeste. Estou me referindo sempre às cargas do Centro-Oeste.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Permite-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD - AC) – Claro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – É só um dado importante aqui. E a questão geopolítica da região da Bolívia? Isso foi levado em conta?

O SR. OLIVIER GIRARD – Isso também é levado em consideração, ou seja, além disso, estrategicamente nós estaríamos dependentes de outros países para movimentar nossa carga, que às vezes podem bloquear o acesso aos portos. E às vezes não tem nem porto, como é o caso da Bolívia; mas de repente bloquear o acesso aos portos do Chile, por exemplo, para movimentação de cargas.

O Peru também foi estudado tanto aqui no Centro-Oeste competitivo quanto no Norte competitivo. Para cargas do Acre – isso é do Norte competitivo – e de Rondônia, a saída pelo Peru é realmente interessante. Para cargas do Mato Grosso já não vale mais a pena, porque existe uma movimentação muito grande a ser feita, rodoviária, até você chegar aos portos do Peru.

Isso não é desse projeto, é do Projeto Norte Competitivo, mas já tinha sido estudado isso com detalhe.

Senador?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Os senhores estudaram o trecho da ferrovia Vilhena/Porto Velho? Há viabilidade? Por que a Valec está nesse momento executando projeto e estudos?

O SR. OLIVIER GIRARD – Sim. Nós estudamos isso. É um dos eixos. Para algumas regiões do Mato Grosso pode ser interessante sim fazer esse vínculo ferroviário, mas se vocês me permitirem, aqui na frente vamos avançar e mostrar quais são realmente os eixos prioritários em termos de investimento.

Bom, agora, como eu estava mencionando, fazer a ferrovia chegar até Cuiabá é uma solução para uma

mesorregião, mas não é a solução para todas as outras mesorregiões. Não é uma solução, por exemplo, para mesorregiões de Goiás ou do Mato Grosso do Sul.

Seria necessário fazer uma avaliação para cada tipo de carga, qual era, mas de uma forma sistêmica global. Então, o que nós fizemos? Um grande modelo otimizador no qual lançamos todas as 14 mil linhas de fluxo; lançamos todos os 52 produtos, todas as alternativas logísticas possíveis, os 73 eixos e tudo o mais. E a primeira pergunta que nós fizemos foi a seguinte: levando em consideração tudo que foi movimentado pelos eixos atuais, qual foi o custo logístico de transporte? R$31,6 bilhões. Então, tudo o que foi movimentado no ano de 2011 custou R$31,6 bilhões para ser movimentado até o seu destino final. Isso representa quase 9% do PIB da Região Centro-Oeste.

Vocês estão de acordo comigo que, se nós estamos falando de R$31,6 bilhões para movimentar tudo o que foi produzido na Região Centro-Oeste no ano de 2011, se vamos investir num novo eixo, fazer um investimento num novo eixo ou na melhoria de um eixo já existente, isso só faz sentido se conseguirmos reduzir esse custo? Por que, se a gente não conseguir reduzir esse custo logístico de transportes estaremos investindo por motivos sociais, não por motivos econômicos.

Então, o que fizemos? Justamente fizemos essa pergunta. Pegamos 73 eixos e fizemos a pergunta seguinte. Olhem, tendo em vista os volumes de 2011 e o custo-base de 31,6%, qual seria a economia anual potencial, em termos de redução de custos logísticos de transportes, se a gente fizesse os investimentos necessários no eixo? E olhem que interessante: a Hidrovia Arinos/Juruena/Tapajós, passando ali por Vila do Conde, tem um potencial de economizar – já hoje – R$1,8 bilhão ao ano, em termos de redução de custos logísticos. É 1,8 bilhão ao ano! Agora, é claro que isso aqui foi em 2011. Se há outras aqui? Nós temos aqui a Ferronorte, com quase um bi. Nós temos a BR-242 e a Hidrovia do Tocantins, com R$640 milhões. Isso é 2011, isso é passado. E o futuro, como é?

Para 2020, a primeira coisa que salta aos olhos é o custo base, que vai passar de R$31,6 bilhões para R$60,9 bilhões. E tem dois lados da moeda: o lado positivo e o lado negativo. O lado positivo é que isso quer dizer que nós estamos crescendo, a produção da região está crescendo. Então, vamos ter mais custo porque o volume é maior a ser movimentado. Mas o lado negativo é que, na realidade, como não teremos as alternativas de logística, vamos crescer a produção, mas também vamos crescer o frete, os custos, porque começaremos a movimentar cargas por rodovias que não têm a capacidade de movimentação de cargas. Então, o custo de frete vai aumentar, ficar mais complicado, mais caro. Esse é o lado negativo desse aumento de custo aqui.

Agora, olhem que interessante, observando os volumes de 2020, temos as economias potenciais, como a Juruena/Tapajós, R$3,4 bilhões ao ano. Juruena/Tapajós é uma hidrovia que poderia puxar carga e chegar praticamente a 200 quilômetros de Sorriso. A partir de 200 quilômetros de Sorriso se conseguiria puxar carga por hidrovia até Vila do Conde e de lá ir embora para o restante do mundo.

Aqui vocês veem a maior parte...

A FICO Norte-Sul, Uruaçu/Vila do Conde, tem um potencial de economia de R$2 bilhões ao ano.

Bom, é claro que muitas dessas economias se sobrepõem. Se é feita uma, acaba não tendo a mesma economia do outro lado. Então, seria preciso olhar de uma forma consolidada.

A primeira coisa que olhamos era a seguinte: tudo bem, temos uma economia muito grande, mas e o investimento para ser feito? Se o investimento for muito alto, não vale a pena. Então, cruzamos o investimento residual, que faltava fazer, com a economia anual. E aqui nós conseguimos ter o retorno sobre o investimento e o prazo para *payback.* E vejam que interessante, para a Hidrovia do Paraguai, através de Santo Antônio das Lendas, tem-se um investimento de um bilhão e também uma economia anual de um bilhão, ou seja, praticamente em um ano se paga esse investimento a ser feito na Hidrovia do Paraguai. A BR-163 – via Miritituba e Santarém – se paga em menos de dois anos. A Juruena/Tapajós também, em dois anos. Então, nós temos uma série de projetos logísticos, de eixos integrados de transportes fundamentais para a Região Centro-Oeste.

Mas desse lado aqui nós só estamos olhando o lado privado. E o setor público? Está interessado no quê? Nos impactos socioambientais existentes. Então, o que foi feito? Para cada um dos 308 projetos dentro dos 73 eixos integrados de transporte nós mapeamos o grau de impacto socioambiental positivo existente. Para cada projeto foi pensado: esse projeto logístico que será feito traz benefício social? Traz desenvolvimento regional? Traz um efeito positivo no meio ambiente? Gera empregos? Gera tributos?

Então, nós fizemos isso – como eu falei – para cada um dos 308 projetos dentro dos 73 eixos e conseguimos chegar a uma nota de impacto socioambiental para cada um dos eixos, o que nos permitiu chegar, talvez, ao eslaide mais importante dessa apresentação, que é uma matriz de priorização de investimentos, onde na vertical nós temos o retorno sobre investimento, ou seja, atratividade para o setor privado.

Quanto mais para cima, mais atrativo é em termos de redução de custos logísticos de transportes e de competitividade para o setor. Quanto mais para a direita, maior o impacto socioambiental positivo. Então, quanto mais para a direita, mais interessante para o setor público.

Agora, vocês percebem que aqui estão os 73 eixos. Cada um desses 73 eixos nomeados estão aqui e muitos deles são alternativas um do outro. Então, por exemplo, nós temos aqui Juruena via Santarém ou Juruena via Vila do Conde; nós temos BR-163 via Miritituba e Santarém ou BR-163 via Miritituba e Vila do Conde, ou BR-163 via Miritituba e Santana. Ainda ficava um pouco confuso. Então, resolvemos dar uma limpada naqueles eixos que eram alternativas só selecionando o melhor em cada caso. E olhamos Estado por Estado.

Primeiro, vamos começar com Mato Grosso. Quando a gente dá uma limpada nisso, o que percebemos? Que existem seis eixos fundamentais para o Mato Grosso: a Hidrovia do Paraguai via Santo Antônio das Lendas; a BR-163 via Miritituba e Vila do Conde; a Hidrovia Juruena/Tapajós; a Hidrovia do Madeira; a Ferronorte via Santos, ou seja, através de Lucas do Rio Verde, Cuiabá até Santos, que seria a continuação da ALL Malha Norte, e a BR-242, mais a Norte-Sul e Vila do Conde. Esses seis eixos são fundamentais para o Estado de Mato Grosso.

Olhando Goiás e Distrito Federal, além dos eixos já apresentados, nós tínhamos mais dois interesses muito importantes. Primeiro, a Norte-Sul em direção Sul, Norte-Sul em direção a Estrela d'Oeste e de lá conseguir chegar até Santos, você fazer a Ferrovia Norte-Sul para baixo; e o segundo eixo é a Ferrovia Norte-Sul em direção à Vila do Conde, ou seja, fazendo o trecho Açailândia-Barcarena e indo para a Vila do Conde.

Olhando por fim Mato Grosso do Sul, além da Hidrovia do Paraguai, de Santo Antônio das Lendas, que está aqui em cima, ainda tínhamos a ALL Malha Oeste via Santos e a Ferroeste Maracaju Paranaguá. Ao todo estamos falando de dez eixos integrados e transportes prioritários para a região Centro-Oeste. Desses dez eixos, quatro eixos já são existentes, que é a BR-364 mais a Hidrovia do Madeira; a Ferronorte você chegando – na realidade é existente até Rondonópolis, mas você estendendo até Lucas do Rio Verde –; a ALL Malha Oeste Corumbá-Santos e a Hidrovia do Paraguai, você estendendo até Santo Antônio das Lendas. Seis seriam os novos eixos: a Hidrovia Juruena-Tapajós, que, diga-se de passagem, já saiu como prioritária também no Projeto Norte Competitivo; a BR-163, que também já saiu como prioritária no Norte Competitivo; a BR-242 mais Ferrovia Norte-Sul Lucas do Rio Verde-Alvorada-Vila do Conde; a Ferrovia Norte-Sul via Vila do Conde, isso seria o trecho só a partir de Goiás, a Norte-Sul para Estrela d'Oeste e Santos e a Ferrovia Maracaju-Guaíra-Paranaguá.

Se todos esse seixos forem feitos, nós temos uma economia anual potencial de R$7,2 bilhões em redução de custo logístico. Isso faz uma economia de quase 12% nos custos logísticos de transportes.

Agora, olhem o mais interessante. Primeiro, os dez eixos cruzam praticamente todas as grandes mesorregiões da Região Centro-Oeste e são compostos de 106 projetos distintos espalhados por todo o Brasil, que são esses apresentados aqui. O mais interessante, em vez de R$159 bilhões, nós estamos falando de R$36,4 bilhões e o prazo para *payback* de cinco anos. Ou seja, a gente investe R$36,4 bilhões em melhoria de infraestrutura de transportes e o retorno disso em economia se gera em cinco anos. Isso é inédito no mundo, não se consegue um retorno tão rápido.

Como está a situação desses 106 projetos? Primeiro, uma coisa que nos preocupa é que praticamente 70% desse investimento ainda está na fase dos planos. Ou seja, não temos nem projeto básico desses projetos todos.

Outra coisa que nos preocupa é que quase 1/3 desses projetos ainda não tenham origem definida. Qual vai ser a origem dos fundos? Mas vejam que interessante, só para fazer uma sumarização. Nós tínhamos 308 projetos e agora estamos priorizando 106 projetos. E olhem que interessante, investindo só 23% do total a gente já consegue obter 65% das economias potenciais. Então, isso é priorização de projetos. Esses 106 projetos são realmente, de fato, os projetos prioritários para a Região Centro-Oeste. O ideal seria fazer os 308, mas não temos nem dinheiro, nem tempo, nem recursos físicos, pessoas para fazer isso. Então, vamos focar nos principais.

Por fim, eu queria detalhar também que existem três eixos importantes: o eixo ferroviário da Ferronorte até Santarém, da Fico e da Hidrovia Tocantins, que, hoje em dia, com as cargas que estão sendo projetadas para 2020, talvez ainda não façam sentido, mas são projetos fundamentais por serem estruturantes. Então, são projetos que criarão a demanda e a carga. Estamos falando de novo da Ferronorte até Santarém, da Fico e da Hidrovia do Tocantins. Esses projetos são mais 17 projetos com investimento de 17,8 bilhões, nos quais se precisa pensar agora, desde já, porque cada um desses projetos de logística... Aqueles 106 projetos que mencionei já estão atrasados, isso era para ficar pronto em 2020. Nós estamos em 2013 e, muito provavelmente, a maior parte desses projetos não vai ficar

pronta em 2020. Então, precisamos correr. Esses já são pensando para 2025, 2030, precisamos começar já.

Uma coisa interessante, nós fizemos – como meu sócio Renato Pavan mencionou – fizemos o Projeto Sul Competitivo e o entregamos há mais ou menos um ano. Nós fizemos uma atualização de como haviam avançado esses projetos. No Sul Competitivo foram 51 projetos considerados como prioritários. Um ano e meio depois, apenas dois desses 51 projetos tinham sido finalizados e apenas 10 dos 51 projetos tinham sido começados. Então, nós estamos muito atrasados e continuamos atrasados. É necessário haver um foco muito grande para que esses projetos saiam do papel e se tornem realizados.

É isso que nós tínhamos para apresentar e ficamos abertos para perguntas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD - AC) – Gostaria de registrar aqui presente na nossa Comissão a Senadora Lúcia Vânia, e agradecer-lhe porque é signatária do requerimento. Agradeço ao Senador Blairo Maggi, ao Senador Waldemir Moka, ao Senador Pedro Taques, ao Senador Sérgio Souza, ao Senador Ruben Figueiró, ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Cristovam Buarque.

Pela ordem, iremos passar a palavra à signatária do requerimento, a nobre Senadora Lúcia Vânia. Está escrito aqui pela nossa assessoria que a inscrição é pela ordem de chegada. O Senador Blairo Maggi e depois o Senador Waldemir Moka.

Antes de passar a palavra à Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria de passar a palavra ao nosso ilustre Governador, que nos dá o prazer de fazer parte desta Mesa, para que ele possa trazer as suas considerações.

O SR. AGNELO QUEIROZ – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Senador Sérgio Petecão; cumprimentar o Diretor-Presidente da Macrologística, Pavan, e o Sócio-Diretor da Macrologística, Olivier. Também quero cumprimentar o Sr. Pedro Alves, que é o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, ora representando o Presidente da CNI.

Senadora Lúcia Vânia, parabéns pela iniciativa desta audiência pública. Cumprimento os Senadores de Mato Grosso, Blairo Maggi e Pedro Taques; e os demais Senadores: Senador Waldemir Moka, Senador Sérgio, Senador Valdir Raupp, Senador Ruben Figueiró e Senador Cristovam Buarque.

Para mim como Governador do Centro-Oeste, primeiro quero parabenizar as federações, que investiram saindo do Poder Público e acreditando na logística do Brasil, acreditando que com essa contribuição podem ganhar tempo, fazendo esses estudos.

A Macrologística é uma empresa conceituada no mercado e tem há muitos anos se aprofundado nessa discussão da logística. Já participei de vários seminários com a Macrologística, em debates de audiências públicas, e, aqui, Srs. Senadores, nós estamos enxergando a solução para os problemas sérios de logística do nosso País.

Eu vi inúmeros dados de 2011, Olivier, e esse Centro-Oeste, principalmente o Estado de Mato Grosso, em que nos aprofundamos mais, tem o poder de surpreender os grandes estudiosos como os da Macrologística. Em 2011, nós produzimos em torno de 26 milhões de toneladas de grãos. Em 2013, nós fechamos com 46 milhões de toneladas de grãos. Então, isso supera qualquer expectativa. Não acontece em lugar algum do mundo o que ocorreu no Centro-Oeste, em especial, no Mato-Grosso: algodão, 50% da produção nacional; a maior produção de carne; uma produção interessante de etanol, biodiesel, açúcar, suínos; e, no processo de integração, já bem avançada também é a produção de frangos.

Mas nós nos deparamos com o fato de que temos muito a contribuir ainda com a economia, com outra cadeia tão importante quanto a do agronegócio que é a dos minérios. Hoje, temos um potencial muito grande, pesquisado, com jazidas identificadas de ferro, zinco, manganês, cobre, fosfato, mas não temos condições de explorá-las porque hoje o nosso transporte, no Mato-Grosso – tenho falado – é um trem de pneu. Já temos, não exagerando, um apagão no transporte. E a solução nossa para amenizar é a logística da armazenagem, aproveitando esse grande programa que a Presidente lançou, de 25 bilhões. E nós estamos fazendo a nossa parte, para agilizar, para sair da burocracia, dispensando até licença ambiental para a construção de armazéns.

Agora nós nos deparamos, para ser bem sucinto, com um grande estudo, talvez em uma sala seleta de pensadores – Senadores que têm esse papel fundamental de contribuir para que esses estudos se consolidem – que pensam em o que fazer, Senador Petecão, diante de tanta burocracia que temos no País. O senhor estabeleceu metas aqui na apresentação dos eslaides, mas para nós, que estamos executando na ponta os projetos de infraestrutura ou qualquer projeto neste País, aquilo com que mais nos deparamos hoje de problema é a burocracia. Os agentes financiadores hoje estão mais rigorosos do que todos os órgãos de controle a que estamos sujeitos.

Então, acredito que temos como superar e avançar, tirar o Brasil do 6º lugar da economia mundial e trazê-lo a um patamar com mais destaque, primeiro, se tivermos a coragem de fazer os enfrentamentos – e

tenho certeza de que o Congresso tem – para superar os gargalos da burocracia.

Hoje, essa questão ambiental... Ninguém está falando aqui para desrespeitar a questão ambiental, mas é entender o Brasil como a Macrologística está fazendo. Nós não podemos ficar sujeitos... Muitas vezes, para construir uma estrada ou pavimentar uma estrada existente há mais de 20, 30, 40 anos, quando se vai pavimentar essa estrada o problema ambiental impede. Então, isso é um problema sério.

Quando vejo aqui que a solução apontada pela Macrologística também são – e são – as hidrovias, fico pensando: em todos esses estudos, vamos passar por várias reservas indígenas e parques; como superar isso? As ferrovias hoje... Na maioria dos estudos com que nos deparamos ali, olhando este Centro-Oeste, esta riqueza, este canto rico do Brasil, tem as reservas. Como superar isso? Não posso fazer qualquer infraestrutura aqui se tenho uma área de amortecimento de 40km e quero ampliá-la para 50.

Se superarmos isso, Srs. Senadores, temos como tirar os entraves da legislação e deixar a iniciativa privada construir.

O que nós mais precisamos mostrar aos investidores do Brasil e do mundo que olham o Brasil como alvo, mesmo não tendo sido destaque nos últimos tempos, é a segurança jurídica, uma legislação que dê clareza, que simplifique o sistema. Não estou falando em fazer agressão ambiental, nada. Se nós quisermos construir um Brasil, um Centro-Oeste que realmente venha a contribuir com o superávit da balança comercial, devemos fazer como Mato Grosso, que, dos 19 bilhões do decantado crescimento do Brasil, contribuiu com mais de 13 bilhões. E nós temos um potencial muito grande para fazer muito mais. O Centro-Oeste tem um potencial muito grande para fazer muito mais.

Agora, não superamos a vontade dos investidores em razão dos atuais entraves que existem na nossa burocracia, na forma de executar. Nós temos que criar possibilidades, como as federações criaram, de investir e fazer estudos. Nós temos que criar possibilidades para que a iniciativa privada entre e olhe todas essas possibilidades com muito apetite, porque há interessados no País e fora do País em fazer isso.

Eu cito o exemplo de uma ferrovia que é uma das mais importantes para o Centro-Oeste, a Fico. Ela já nasce saturada pelo seu projeto, cortando de Uruaçu até Porto Velho. Essa ferrovia já nasce saturada. Só para tirar do papel, nós estamos aí há quanto? Eu vi aqui o ex-Presidente do DNIT, que vem discutindo isso há quase sete ou oito anos. E, agora, já mudaram a data para haver uma concessão em que há muitos interessados. Nós não conseguimos. Essa ferrovia, quando nascer, já vai nascer saturada, se nós não pensarmos em ampliar a Ferronorte até Lucas ou a ferrovia até Santarém. O Porto de Itaqui, em São Luís, no Maranhão, já nasceu com sobrecarga. As cargas de Mato Grosso já viabilizam a Norte-Sul hoje.

Então, é isto que nós temos que entender: aproveitar a riqueza de um estudo patrocinado pelas federações. E o Congresso Nacional, que tem esse papel de dar a ressonância, precisa simplificar o sistema de investimentos. Quem sabe, sei lá, uma hora, colocar um traçado e chamar os investidores. Quem tiver interesse que faça e dê a concessão de um modelo muito simplificado. Enquanto nós ficarmos...

Se seguirmos à risca do jeito que está hoje, nós corremos o risco de haver, de fato, em 2020, um verdadeiro apagão na logística ou, se não houver apagão, de ficarmos limitados pelas possibilidades que temos hoje de escoamento da nossa produção.

No mais, agradeço a participação. Sinto-me honrado, Senadora Lúcia Vânia, por estar representando aqui – acredito – os governadores do Centro-Oeste.

Agradeço a todos e parabenizo os Senadores, em especial os dois de Mato Grosso que se fazem presente: Pedro Taques e Blairo Maggi.

Aproveitem bem, explorem bem o Senador Blairo Maggi. Além de Senador e de conhecer bem este Brasil, ele é um dos maiores produtores do mundo e conhece muito bem e sente na pele o que é a logística no País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD - AC) – Muito bem.

Vamos passar a palavra ao Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Sr. Pedro Alves de Oliveira, aqui representando o Sr. Robson Braga, da CNI.

O SR. PEDRO ALVES DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas.

Trago aqui os cumprimentos do nosso Presidente Robson, que está, neste momento, promovendo o ENAI (Encontro Nacional da indústria). E deveremos ter a participação também, inclusive, da Presidenta Dilma.

Registro para este Congresso, para este Senado, para esta Comissão que a CNI não se preocupa, única e exclusivamente, com o desenvolvimento da indústria no País. Ela se preocupa com o desenvolvimento econômico do Brasil como um todo, mas, principalmente, com o desenvolvimento social.

Peço licença para saudar apenas o Senador Sérgio Petecão –, agradeço o convite de estar aqui; a nossa Senadora Lúcia Vânia – obrigado pelo convite, Senadora –; e Cyro Miranda, em nome dos quais saúdo todos os presentes aqui.

Registro o meu respeito, a minha admiração e o reconhecimento da importância do Senado Federal para este nosso País.

Eu quero colocar para vocês, com relação ao Centro-Oeste, que esta Região não é, em hipótese nenhuma, problema para o País. O Centro-Oeste tem se mostrado solução para o País. E vou contar um exemplo claro: há poucos anos, questão de mais ou menos oito anos, nós conseguimos pagar a dívida externa brasileira. Levantando de onde saíram esses recursos, onde foram gerados os superávits das nossas balanças comerciais, vocês vão constatar que o Centro-Oeste deu a sua grande contribuição para o aumento dessas exportações e do superávit nessa balança comercial, de modo que, por aí, já se tira a avaliação do que representa o Centro-Oeste.

Nós queremos colocar que o setor organizado, as nossas instituições, federações e confederações têm o propósito de dar a sua contribuição para o País como um todo. A contratação desse projeto da Macrologística é um exemplo claro de que nós estamos querendo dar a nossa contribuição, inclusive para os poderes públicos.

A gestão pública no Brasil precisa melhorar muito e precisa ter um planejamento. Esse projeto da Macrologística faz um planejamento do norte que nós temos de seguir para viabilizar essa logística que, a princípio, parece que é só do Centro-Oeste, mas não é não, porque a Ferrovia Norte-Sul pega de Itaqui, pega de Barcarena e vai ao Porto de Rio Grande e ao Mato Grosso do Sul. É uma ferrovia que já devia ter sido instalada, neste País, há muitos anos.

Nós temos esse gargalo que é o problema do escoamento da produção do Centro-Oeste. Todos assistiram, neste ano, pela televisão, ao que aconteceu nos portos de Paranaguá e Santos, com as carretas enfileiradas nas rodovias, com os navios ancorados à beira dos portos e com a dificuldade do escoamento dessa produção.

Aquilo ali gerou um cancelamento, por parte da China, de dois milhões de toneladas de importação de soja e, de imediato, impactou um prejuízo de quase R$20,00 por saca para os exportadores, mas o prejuízo não foi para os produtores, não, o prejuízo foi para o Brasil, porque quando você prejudica um setor produtivo, você prejudica o Brasil.

Nós queremos colocar que por esse setor produtivo, com essas exportações, o dinheiro vem e irriga a economia como um todo, movimentando toda a economia. Aí você começa a gerar emprego, você começa a gerar benefício social. Então, precisamos, sim, efetivamente, de uma atenção especial com o nosso Centro-Oeste.

Eu tenho visitado alguns países. Estive na China e há questão de 45 dias, eu estive na Coreia e no Japão. Quando você chega à China e vai falar do Brasil, a primeira coisa de que querem saber é da soja e, em seguida, do nosso ferro. Eles querem a nossa matéria-prima para poder industrializar. A soja é para poder criar ração, para produção de alimentos e para alimentos de um modo geral. O nosso ferro é para industrializar e depois vender para nós muito mais caro, devido ao processo de industrialização.

Observamos que o mundo inteiro está focado no Brasil. A China sabe que depende muito do nosso Centro-Oeste. Se a lei permitisse, eles comprariam esse Centro-Oeste todinho aqui e iria tudo para a propriedade chinesa. Então, nós temos que reconhecer o valor do nosso Centro-Oeste e ter uma atenção especial com isso.

Nesse projeto, é preciso que todos nós nos unamos num esforço comum de viabilizar essas atividades. Lógico que não vamos fazer isso tudo de uma vez, mas como a Macrologística expôs, nós temos projetos prioritários por meio dos quais, com menos recursos, nós já podemos dar uma solução em 64% desse problema. Essa é uma ação que precisa ser feita por todos nós.

Na minha ida à Coreia e ao Japão, aonde nós fomos em busca de atração de investimentos lá para Goiás, para Goiânia, estivemos com grandes empresários. Inclusive, uma das reuniões que eu achei muito interessante foi feita na Embaixada do Brasil lá na Coreia, com os grandes empresários. Lá há uma instituição que significa nossa confederação aqui do Brasil. E os empresários, então – a gente argumentou, convidamos –, colocaram os pontos de gargalo. Falaram assim: “Vocês lá no Centro-Oeste têm um problema de logística, de escoamento”. É um problema sério.

Outro problema, Governador, sobre o qual eles foram taxativos: o Brasil tem um problema seriíssimo da questão ambiental, que está realmente criando dificuldades para o setor produtivo brasileiro. Está com um viés apenas na preservação. Não viabiliza. Não se enxerga que o processo de desenvolvimento econômico traz o benefício social. Obviamente, os brasileiros e o setor organizado da economia, todo ele, já têm a consciência da preservação ambiental. Nós temos essa consciência. Mas não podemos deixar que essas questões ambientais prejudiquem o crescimento deste País, o nosso desenvolvimento, tão necessário para que saiamos do sexto lugar da economia mundial e ultrapassemos tudo isso.

O Brasil é o melhor País do mundo. Vocês podem fazer todas as avaliações do nosso potencial natural, da nossa natureza. Não há um país no mundo igual ao Brasil. Primeiro, somos um País da dimensão de

um continente. Segundo, todas as terras nossas são agricultáveis. Obviamente, temos que preservar a Amazônia. E o Nordeste? O Nordeste é agricultável. Leva-se a água do São Francisco para lá e vamos ver se é ou não. O nosso clima é um clima temperado de ponta a ponta, é um clima que favorece. O Centro-Oeste está aí produzindo duas, duas safras e meia por ano, graças ao nosso clima. O Brasil é o País que tem as maiores bacias hídricas do mundo. Então, nós temos um potencial muito grande para ser explorado. É preciso que as autoridades constituídas – e o Senado tem uma importância muito grande no contexto dessa discussão – comecem a pensar e passem a priorizar também – eu gostaria de dizer isso para o Senado – o setor produtivo, aqueles que trabalham e produzem.

Na Alemanha, nos Estados Unidos, o empresário, de modo geral, seja da indústria, do comércio ou da atividade rural, é tido como uma personalidade do país. O empresário é aquele que gera os bens necessários ao consumo humano, gera o emprego, com isso ele gera o benefício social, gera as riquezas para o país, para a exportação, para a geração de divisas para o país. No Brasil, nós ainda temos uma visão distorcida do empresário. É preciso que isso se modifique e que parta de todos nós o reconhecimento de que o Brasil é um País que precisa priorizar o trabalho, a produção.

Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui e acredito que nós poderemos, sim, caminhar juntos em prol de viabilizar essa questão logística do Brasil, este País com a dimensão continental que nós temos. Precisamos muito dessa prioridade logística para o bem do Brasil e de todos os brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD - AC) – Agradecemos a participação do Sr. Pedro Alves de Oliveira.

Vamos passar a palavra aos Senadores. Antes, queria citar a presença do Senador Cyro Miranda e também do Senador Ivo Cassol. Antes de passar a palavra à Senadora Lúcia Vânia, gostaria de registrar aqui a presença de algumas autoridades que nos dão a honra de participar desta audiência. Temos aqui o Sr. Hermano Carvalho, que é Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, representando o Governador Agnelo Queiroz. Temos aqui também o Sr. Fábio Freitas, Coordenador Geral de Rodovias e Ferrovias da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento, representando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Temos aqui também o Sr. Walneon Antonio de Oliveira, representando a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Temos também aqui a presença do Sr. Alan Gonçalves Barbosa, Prefeito de Alto Paraíso de Goiás. E temos também aqui o Sr. Edvaldo Caixeta, representando o Prefeito de Cristalina, Goiás.

Universidades. Temos aqui o Sr. Ivan Marques de Toledo Camargo, Reitor da Universidade de Brasília; temos também aqui o Professor Mauro Caetano, Vice-Diretor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás; e o Professor Joaquim Aragão, do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília.

Temos também aqui o Sr. José Ramos Torres de Melo Filho, Vice-Presidente Diretor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da qual o Sr. Olivier já fazia um destaque, que é um grande parceiro da Macrologística nesse projeto que foi citado. E também o Sr. Jaime Verruck, Diretor-Corporativo da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul.

Temos também o Sr. Vladson Bahia Menezes, Gerente Executivo de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria; o Sr. Pedro Ferreira Arantes, da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás; o Sr. Gustavo Lima Barreto, Diretor Financeiro da Associação Comercial do Distrito Federal Jovem; e o Sr. Caio Benjamin Dias Filho, Administrador de Empresas da Consultoria Millenium. E também temos a honra de receber aqui o Dr. Pagot, que era nosso diretor do DNIT.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, que é signatária do requerimento. Em seguida, o Senador Blairo Maggi.

Por favor, Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sr. Presidente. Sr. Governador do Mato Grosso, Dr. Silval, que nos honra com sua presença, representando aqui todos os governadores da Região Centro-Oeste. Sr. Renato Pavan, os nossos cumprimentos. Olivier Girad, nossos cumprimentos e parabéns pelo trabalho. Dr. Pedro Alves, representando aqui a CNI.

Eu não vou fazer a minha intervenção ainda, porque vou passar a palavra para o Senador Blairo Maggi. Mas enquanto ele não vem, queria fazer algumas observações. Em primeiro lugar, da nossa satisfação, da satisfação de todos os Senadores da Região Centro-Oeste em receber um trabalho dessa envergadura. Sem dúvida nenhuma, é um norte muito importante para que a gente possa trabalhar e priorizar os projetos.

Como foi dito aqui, a gente tem muitas dificuldades em trabalhar projetos que são de interesse da região, uma vez que não temos um organismo de planejamento.

Posteriormente, gostaria de falar principalmente da importância desse projeto, Governador, para a Região Centro-Oeste, especialmente para a Sudeco.

Nós recriamos... O Governo recriou a Sudeco e ela hoje tem um papel importante. Esse papel de ser um fórum de debate da Região Centro-Oeste e principalmente para ter um plano de desenvolvimento integrado da nossa região. Esse projeto vem ao encontro disso.

Portanto, eu gostaria de falar a respeito desse assunto um pouco mais tarde, mas passo a palavra ao Senador Blairo Maggi, que é, sem dúvida nenhuma, um Senador de expressão da Região Centro-Oeste e também um grande empresário, que poderá falar em nome de muitos que estão aqui. Poderá ser essa voz. E, posteriormente, se o Sr. Presidente assim o permitir, alguns representantes dessas entidades expressariam a sua apreciação desse projeto.

Portanto, passo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD - AC) – Fique à vontade, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente.

Cumprimento o nosso Governador do Estado do Mato Grosso, Silval Barbosa. Seja muito bem-vindo. E também o Dr. Renato Pavan, que já fez o seu pronunciamento; o Olivier e também o Dr. Pedro Alves de Oliveira, Presidente da Federação das Indústrias de Goiás. E também o nosso Presidente, Sérgio Petecão.

Senadora Lúcia Vânia, primeiro quero cumprimentá-la pela iniciativa de trazer esse tema e essa apresentação à nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Quem acompanha os trabalhos do Senado, principalmente nas manhãs de quarta-feira, quando o Presidente Collor está presente – e ele está presente na maioria das vezes, em 99% das vezes ele é quem preside –, às 7h30 ele olha para o relógio, aperta a campainha e começa. Estejam presentes os convidados ou não, os Senadores ou não, ele começa a reunião dele. E de certa forma já fiz escola, porque começo às 8h30 a minha reunião da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle. E também às 8h30 em ponto, estejam presentes os colegas ou não, temos que começar.

Sempre aqueles que acompanham a TV Senado pelas manhãs, quando estão sendo transmitidas essas reuniões, e também as das outras Comissões, sabem que nesses fóruns a gente procura desenvolver a legislação, às vezes acelerando para que seja aprovada e muitas vezes trabalhando para que não seja aprovada. Talvez a nossa função aqui nas Comissões seja mais para não aprovar do que para aprovar, porque tem muita coisa que só vem complicar cada vez mais. É aquilo que o Governador chamou de confusão da guerra do papel.

Enfim, há o grande grau de dificuldade que a gente tem para desenvolver obras neste País. Não só hoje as obras públicas são complicadas de serem levadas adiante, mas também a iniciativa privada tem sofrido muito, muito, muito com a atuação de Governo, de órgãos de controle de Governo, porque no País se resolveu normatizar tudo. Absolutamente tudo tem algum dedo do Governo nos negócios.

Aquilo que não está escrito que deveria ser liberado porque não tem nada que o proíbe, não pode fazer porque não está escrito dizendo que pode. Então, nós realmente vivemos num momento muito complicado, muito complicado na questão de obras. E só tem uma solução. Aliás, duas. Uma que o Governador Silval sugeriu, que é fazer um rearranjo, uma mudança na legislação que aí está, e a outra é termos planejamento efetivo das coisas.

Eu discutia com o Senador Pedro Taques, aqui, em *petit comité,* enquanto os senhores falavam, e eu dava a ele um exemplo bem típico do que é ter planejamento, ter as coisas conforme a legislação determina e ter as coisas meio arranjando no meio do caminho.

Eu tenho um exemplo que aconteceu em Mato Grosso, bem claro, Senadora Lúcia Vânia do ex-prefeito de Água Boa, Maurício Tonhá. Quando ainda eu era Governador e ele era Prefeito, decidimos fazer um aeroporto regional na cidade dele e ele adquiriu, desapropriou um aeroporto privado que havia e o Estado colocou recursos lá para fazer a adequação da pista, fazer o balizamento. Enfim, refazer e fazer aquilo que precisava ser feito.

Três anos depois, terminei o meu Governo, o Silval assumiu, disputou a eleição, ganhou a eleição, está quase terminando o mandato. Agora, neste ano, conseguimos a licença na Anac para que ele pudesse operar voos visuais noturnos. E não foi por falta de boa vontade do pessoal da Anac. Sempre atendendo bem, mas é o papel. Vai, falta isso, é aquela burocracia, falta aquilo. Enfim, foram mais de três anos de confusão de vai papel e volta papel e a tal da pista não saiu.

Por outro lado, em Cuiabá, o Eraí, que é meu primo e produtor de soja também, resolveu fazer um aeroporto próximo à cidade para operação dele e também para vender serviços para terceiros no futuro. Ele começou a pista dele, mas planejou. Encomendou todos os serviços, seguiu todas as regras. Em menos de 30 dias depois de pronta, ele conseguiu a licença na ANAC para operar voos visual noturno.

Então isso mostra, Senador Pedro, claramente, que a fala do Governador Silval Barbosa tem toda a razão, mas só vamos fazer mudanças se mudar a legislação e facilitar muito ou nos prepararmos. E aí entra,

então, a discussão que foi feita hoje na apresentação desse trabalho.

O Senador Moka, que aqui estava, disse que já conhecia o trabalho. Eu não tinha conhecimento desse trabalho, não o tinha visto ainda. Digo aos senhores que fiquei bem impressionado com o trabalho. Conheço outros trabalhos nessa região do Centro-Oeste, até porque é onde eu atuo também e de onde conheço quase todos os caminhos, conheço quase todas as alternativas.

Há alternativas cujo trabalho depois eu vou olhar com mais calma, mas não vi, por exemplo – talvez esteja no Norte competitivo –, alternativas como da Hidrovia do Tocantins ao Pedral do Lourenço. Se sair do Pedral do Lourenço, quarenta quilômetros vai custar tantos bilhões, etc e tal; por Marabá vai sair pela eclusa que foi feita.

A outra alternativa que o Governador Silval tem trabalhado junto com os chineses é uma ferrovia que sai de Lucas do Rio Verde. Em vez de sair para o Sul, ela sai para o Norte, vai para Santarém, vai para Murititubа.

Então, tem outros projetos que estão aí colocados que poderiam até talvez mudar a própria prioridade. Quando você juntar o Centro-Oeste competitivo com o Norte competitivo, para o Mato Grosso do Sul e o Goiás tem que olhar também o Sul competitivo, porque eles têm interfaces. Às vezes há alternativas. E onde é o ponto neutro? É melhor sair para o Norte ou melhor sair para o Sul? Vai ter esses pontos. E qualquer projeto que você faça muito pouco vai mudar a realidade daquela comunidade, daquela região, porque ele é um ponto cego, um ponto neutro nesse processo. Mas, enfim, as alternativas estão aí colocadas e nós devemos persegui-las.

Com a Senadora Lúcia eu brinco bastante dizendo que ela é a mãe do Centro-Oeste, porque aqui ela fica sempre nos empurrando: "Ó a Bancada do Centro-Oeste, a turma do Centro-Oeste!"; e ela tem trabalho muito essa questão.

Essa questão do Centro-Oeste culminou com a questão da SUDECO, a sua recriação, a constituição de um fundo, a regulamentação desse fundo. E nós já pensamos – nós Senadores e algumas vezes com Deputados discutimos, fizemos algumas reuniões – como nós vamos utilizar os recursos da SUDECO? Do Fundo do Centro-Oeste? Porque esse fundo que foi constituído, pelo menos na nossa cabeça e na discussão inicial deveria servir exatamente para criar um ambiente de negócios, um ambiente de logística que fosse interessante para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, que também está aqui encravado dentro do Centro-Oeste.

Então, o trabalho que vocês apresentaram hoje tem muito a ver com isso de como podemos priorizar os poucos recursos que temos na SUDECO para que eles possam se multiplicar e criar essas alternativas. E obviamente nós temos muitas alternativas entre Goiás e o Estado de Mato Grosso, entre Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Temos projetos comuns que podemos realizar e no momento em que fizermos isso, temos certeza de que todos estarão ganhando.

Mas estamos falando... Eu vi a relação das estradas que já estão ocupadas, nós estamos em 2013, indo para 2014. Vocês têm os números de 2011, se não me engano. Eles são muito piores hoje, não é? São muito piores! As rodovias lá no Estado de Mato Grosso, de Cuiabá a Rondonópolis... Tem que ter muita coragem para entrar naquela rodovia.

Como disse o Governador Silval Barbosa, nós temos um trem entre as duas cidades, um trem de caminhões; é um atrás do outro. Quando não tem nenhum acidente, são quatro ou cinco horas para você fazer a viagem, mas quando tem acidente – e quase todo dia tem – às vezes são seis, sete horas na fila para poder andar. Muitas vezes, muitas vezes a rodovia para; simplesmente parou. Você pensa que tem acidente. E aí aos pouquinhos começa a andar, vai e quando chega lá na frente vê que não há nada. Parou porque parou, porque não há mais fluxo. Então, isso tudo é custo. A velocidade dentro dos limites que um caminhão, um veículo pode transitar tem um custo. Se começar a diminuir essa velocidade, vai dobrando o custo dele e cada vez mais caros ficam os fretes.

Aí há um dado interessante. Na semana passada eu ouvi uma palestra do André Pessoa, que me chamou muito a atenção e me deixou bastante preocupado por causa da repetição – ouviu, Pedro? – do que aconteceu no ano passado na questão dos portos. Nós teremos este ano em torno de oito milhões de toneladas de grãos a mais para sair do Centro-Oeste; e uma parte, uma pequena parte sai do Sul trinta dias antes do que foi no ano passado. Tudo que houve no ano passado mais oito milhões de toneladas, que foi a antecipação de plantio, a antecipação de colheita.

Eu estava falando com o Governador Silval. No dia 20 de dezembro,na fazenda, lá em Sapezal, começa a colheita de soja. Quer dizer, nem terminou de puxar uma safra, a outra já está começando. Então, a confusão que nós vimos no ano passado vai ser pior. Ela vai ser pior dentro da normalidade, se nada acontecer, se nem um fusível estourar. Se, mais uma vez, alguma barreira na Serra do Mar levar uma parte dos trilhos da ALL e ficar quinze, vinte dias parado, pode contar, Senador Pedro Taques, que novamente os prejuízos serão incalculáveis nas filas de navios, na falta

de mercadoria, no Porto de Santos e haverá aceleramento de caminhões tentando fazer essa substituição.

Então, nós passamos do limite, não temos nenhuma chance de ter qualquer erro, quer seja humano, quer seja acidente, como aconteceu há poucos dias na linha que liga a ALL a... se não me engano em Ribeirão Preto ou em Rio Preto aconteceu isso. Enfim, se qualquer coisa sair do normal por natureza ou por erro humano, os custos serão muito elevados.

Infelizmente não é nem um custo que fica com alguém dentro do País. Os *demourges* que nós pagamos aos navios são de bilhões de reais por ano. É um dinheiro queimado, jogado fora, que não serve para ninguém, absolutamente para ninguém. E a gente está vendo isso ano após ano se repetir. E vai acontecer de novo. Não sei em que tamanho, em que quantidade, mas vai acontecer de novo.

Bem, o Governo tem tomado providências. Os movimentos que a Presidente Dilma tem feito... Sempre que falo sobre esse assunto defendo a Presidente. Quem trabalha na agricultura – a vida é assim – sabe que ninguém colhe nada se não plantar. Tem de preparar, tem de plantar, tem de cuidar para depois colher. O que está sendo feito agora nas concessões das rodovias e nas concessões das ferrovias não vamos colher amanhã, por mais que tenhamos vontade, por mais que desejemos. Não é um processo simples. Quanto às decisões tomadas há dois, três anos que estão sendo concretizadas hoje, só serão colhidas, só seremos beneficiados por elas daqui a quatro, cinco, talvez dez anos.

Como vamos continuar crescendo com essas safras no Centro-Oeste? E por onde vão sair? Paliativos nós temos. Por exemplo, a saída da BR-163 para Miritituba, depois para Santana, que deve sair a partir de maio, junho, quando as estradas começarem a dar condições, porque nós ainda não conseguimos concluir o asfaltamento total dessa rodovia; mas quatro, cinco milhões de toneladas de grãos devem sair para o Norte, desafogando um pouco os portos do Sul.

Então, a nossa situação é bem delicada e requer atenção por parte do Governo, atenção por parte dos produtores, das empresas, mas a solução não é simples. São bilhões de reais, são projetos que não existem, são financiamentos que ainda não existem e são, principalmente, definições de projetos que vamos executar. Eu vi que vocês enxugaram, enxugaram, vieram para doze, treze projetos macros de quase uma centena de projetos. Mas doze, treze projetos ainda são muitos. E sempre que nós temos várias alternativas, a própria sociedade, os próprios setores produtivos brigam entre eles pelos seus interesses próprios – comerciais, locais, políticos –, e puxam para um lado, puxam para outro, e a decisão fica difícil de ser tomada.

Então, aí entra o Governo, que fala assim: Olhei o mapa inteiro, esse aqui é o mais econômico, tem o melhor retorno, e nós vamos seguir primeiramente por esse. Depois, vamos fazer o segundo, vamos fazer o terceiro.

Então, aqui também, para não ir muito, muito distante, porque poderíamos falar o dia inteiro sobre os problemas disso, e a grande maioria conhece os problemas, nós precisamos sim focalizar algumas coisas. E me parece que o intuito da Senadora Lúcia Vânia – que eu já disse aqui que é a mãe do Centro-Oeste – é saber como a gente busca esse trabalho que foi feito pela Macrologística e o encaixa dentro dos recursos que a SUDECO tem, para que também a gente não pegue esse dinheiro, como já fizemos este ano, não é Senadora? E emprestamos um pouco para o FCO, porque nós não tínhamos projeto.

Saiu tão em cima da hora que nós não temos nenhum projeto efetivo para beneficiar Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, para que as bancadas, ou a bancada de Senadores e Deputados possa dizer: O.k., nós politicamente estamos de acordo com esse projeto, põe-se o dinheiro nesse projeto. Nós não tínhamos e nós não temos. Então, nós precisamos eleger um ou dois projetos que sejam de interesse coletivo dos três Estados do Centro-Oeste, e, no ano que vem, usar esses recursos da SUDECO para começar a fazer os projetos, e não termos que emprestar novamente para outro fundo, tão importante quanto, que é o FCO, mas esses recursos não são para financiamento do setor produtivo, são para financiamento de infraestrutura para o setor produtivo.

Então, eu quero cumprimentar, mais uma vez, a Senadora Lúcia Vânia e também o Renato e você, Olivier, pelo trabalho, e eu vou me debruçar, vou conhecer e vou fazer algumas sugestões depois, como disse, e ver se na interface entre o que vocês fizeram para o Norte e para o Sul, estão contemplados alguns outros projetos que eu acho que são importantes e talvez até de menor custo, de maior velocidade para realizar, para que a gente possa ir minimizando ano após ano.

Mas aqueles que a nós assistem e que têm interesse nesse segmento, os empresários que estão aqui, o Governo que está aqui, nós todos devemos ter na consciência uma coisa clara, mais uma vez: não se colhe sem plantar, não se planta sem planejar e não se colhe sem cuidar. Quer dizer, então, o trabalho é longo pela frente. Vocês estão trazendo as alternativas, e compete agora ao Governo, a nós aqui do Congresso e também aos setores produtivos irmos atrás de cada um desses.

E, mais uma vez, a gente dizer: não é fácil vencer a guerra do papel que o Brasil tem. Algumas coisas estão sendo feitas, como, por exemplo, a questão do próprio RDC tem facilitado bastante. Infelizmente, há uma visão errada das coisas, muitas vezes, distorcidas, e a sensação que fica para a sociedade é de que tudo que se faz na política, tudo que se faz em obras acaba gerando corrupção, acaba gerando confusão, quando é levada a notícia e da forma como é levada a notícia.

Por exemplo, quando uma construtora é contratada para fazer uma estrada, as pessoas simples... e eu também imaginava que era assim: ora, se contratou por R$1 milhão o quilômetro, você faz a estrada, está pronta a estrada, você recebe o dinheiro, ou vai recebendo e está tudo certo. Não, não é assim que funciona. Você ganha a estrada para fazer a R$1 milhão o quilômetro, aí depois vem o TCU e vai fiscalizar onde estava a cascalheira, onde estava o cimento, onde está o piche, onde está a pedra. Se alguma coisa, se uma cascalheira dessa estiver 10km mais perto daquilo que foi previsto pelo Governo, ele diz que isso é superfaturamento. Aí vem a imprensa e divulga como superfaturamento. A sociedade entende como corrupção. Depois vem o Judiciário, vêm todas as confusões, o Ministério Público aqui, fazendo o papel dele, não encontra nada, porque não é superfaturamento. O que acontece? Fica a sensação de que há a impunidade. Portanto, tem-se a sensação de que há corrupção e a sensação de que nada se resolve.

Então, essas coisas, o RDC, que foi aprovado aqui no Congresso, pelo qual boa parte das obras da Copa do Mundo foi feita, são levadas para outros tipos de obras no País e estão resolvendo um grande problema, porque agora é pacote cheio. Agora, sim, pegou por R$1 milhão o quilômetro, está aqui, você entrega a carta de fiança, a caução que se tem de dar ao Governo. Se você não entregou a rodovia nas condições contratadas, será penalizado de outra forma.

De certa forma, estamos também evoluindo e aqui no Senado está havendo uma nova reformulação da Lei nº 8.666, sob a relatoria da Senadora Kátia Abreu, para trazer mais ou menos esse processo e a gente facilitar um pouco as obras públicas.

Senadora, parabéns pelo trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Agradeço ao Senador Blairo Maggi e passo a palavra, pela ordem de chegada, ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, peço desculpas, pois tive que abrir a reunião da Comissão de Assuntos Sociais, mas fizemos um acordo de suspendê-la para que pudéssemos estar aqui, sem prejuízo, porque esta é uma audiência pública, do ponto de vista da nossa Região Centro-Oeste, sem dúvida, que tem uma importância muito grande.

Eu tive o prazer de ouvir o Presidente Pavan; depois, o Olivier Girard e o nosso Governador do Mato Grosso, Silval, e também parte da fala do representante da CNI, nosso chefe lá em Goiás, Senadora Lúcia Vânia, que é o Pedro Alves de Oliveira.

Quero dizer que tenho comigo, Senadores Pedro Taques, Ruben Figueiró, Cristovam e Cyro Miranda, que nós, da Região Centro-Oeste, temos uma coisa em comum. De todas as bancadas regionais, a do Centro-Oeste é de longe, Senadora Lúcia Vânia, V. Exª que tem uma importância fundamental... Eu digo que ela é a nossa chefe, dá carta e joga de mão, Pedro Taques. É a pessoa que, na verdade, coordena, há muito tempo faz isso; é responsável por um projeto que criou esse Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, e agora nós recebemos um reforço muito grande, que é esse extraordinário homem público goiano, Cyro Miranda, um empresário com uma visão muito grande.

De forma que eu, Pedro Taques e o Senador Blairo Maggi – o Senador Figueiró não, porque é muito mais experiente do que nós – estamos aqui em primeiro mandato, mas vou insistir numa coisa. Se a Região Centro-Oeste, politicamente, com a força de três Senadores... São 12 Senadores e nós já tivemos oportunidade de ir ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, quando conseguimos liberar os recursos do FCO na área empresarial, meu caro Pedro Alves de Oliveira. E eu tenho certeza de que isso fez a diferença lá em Goiás, como fez em Mato Grosso do Sul.

Muito bem. Depois que vi a apresentação lá na CNI, já vi essa apresentação lá em Campo Grande, com a presença dos principais empresários. E aqui quero elogiar o trabalho do nosso Presidente da Federação das Indústrias, Sérgio Longen, que é também uma liderança muito forte, aqui representado pelo Dr. Jaime. Mas ficou evidente e eu disse lá, Senadora Lúcia Vânia, que, graças a sua iniciativa, traríamos para uma audiência pública aqui na Infraestrutura, onde iríamos abordar e tornar esse documento público, do ponto de vista de que esta Comissão de Infraestrutura é exatamente o local mais adequado para tratarmos dessa discussão.

O que foi que nós vimos aqui? Vimos uma apresentação; a Senadora Lúcia Vânia teve o cuidado de chamar representante do Ministério do Planejamento, porque isso é planejamento, isso é uma preocupação.

Nós, depois dessa apresentação a que eu espero que os técnicos do Ministério do Planejamento tenham assistido, queremos agora, como passo seguinte, uma audiência com a Ministra Miriam Belchior

para que possamos levar essa contribuição do setor privado, em especial das federações das indústrias...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Exatamente. Também a Senadora Kátia Abreu. A CNA participou disso. E participou em função de que a matriz de produção do Centro-Oeste passa, necessariamente, por essa parte nossa de uma agricultura muito forte, sobretudo quando nós vimos aqui números que o Governador trouxe sobre o potencial de Mato Grosso.

Eu brinco com o Blairo Maggi que o Mato Grosso é um sucurizão, porque ele vai engolindo tudo, não sobra nada para os outros Estados. É claro que falo isso com enorme alegria, porque eu percebo que ele é, na verdade, a motriz, a locomotiva mesmo, forte, com uma agricultura muito forte.

Mas nós estamos no caminho certo. Eu falei para o Ministro Guido Mantega prestar atenção, pois o PIB do Centro-Oeste cresce acima do PIB nacional. Então, é claro que o investimento no Centro-Oeste é aquele investimento que, colocando, vai dar retorno. Nós vimos que, em cinco anos, esses retornos são praticamente garantidos.

Do que nós estamos falando? Nós estamos falando do plano de um governo nos próximos quatro anos. Então, independentemente das nossas convicções partidárias e até ideológicas, qualquer candidato a Presidente da República tem de ter consciência de que esses investimentos são necessários, são importantes, principalmente quando nós vemos que, se nada for feito, em 2020 nós vamos estar com todo o escoamento das nossas produções completamente esgotado. É disto que nós estamos falando.

Eu não quero entrar no debate de item por item. É claro que aqui, para citar o meu querido Mato Grosso do Sul, nós, há muito tempo – há muito tempo! –, discutimos essa ferrovia que liga a nossa querida Maracaju até Cascavel, Porto de Paranaguá ou passando por grande Dourados, o cone sul que é nossa região mais produtiva.

Nós estamos falando de investimento de R$3 bilhões. Agora, aqui, nesta Comissão – eu votei contra, não foi com o meu voto –, nós aprovamos aquela história do trem-bala, que, até hoje, não saiu do papel, de R$50 bilhões ou R$60 bilhões, quando Mato Grosso do Sul precisava de investimento de R$3 bilhões para fazer escoamento de toda uma região.

Na hora em que sentarmos com o Ministério do Planejamento, que tem um corpo técnico também altamente qualificado, esse debate vai ficar mais interessante. É claro que o Ministério do Planejamento, certamente, também terá o contraditório do que foi colocado aqui. Eu não tenho a menor dúvida disso. Isso é uma visão. Agora, certamente, o Ministério do Planejamento poderá contribuir. De qualquer forma, Lúcia Vânia, nessa discussão e nesse debate no Ministério do Planejamento, com a presença da SUDECO, que é a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, e dos técnicos do Planejamento, mas, principalmente, para encerrar, com a força política do conjunto de 12 Senadores e Senadoras, nós podemos criar exatamente um compromisso de que esses investimentos são necessários. Eu diria até que eles são fundamentais para o Centro-Oeste, mas é claro que, neste momento, o Centro-Oeste representa a região que mais se desenvolve no interior deste País, quiçá no País como um todo.

É simples assim a minha posição. Eu tenho certeza de que o Silval, o Governador André Puccinelli, o Governador Marconi Perillo e o Governador Agnelo, daqui, do Distrito Federal, também não terão dificuldade em nos acompanhar nessa audiência, porque nós os convidaremos. Eu estou falando nós, porque isso foi discutido entre todos nós aqui, ou seja, faríamos audiência pública, e o passo seguinte seria apresentarmos isso ao Ministério do Planejamento como uma contribuição das Federações, mas também como uma contribuição política dos Senadores que representam esta região que, no meu juízo, na minha avaliação, é a região hoje capaz de dar uma resposta do ponto de vista do desenvolvimento. É só criarem as condições de infraestrutura, e nós vamos ver que o Centro-Oeste vai dar um salto no desenvolvimento muito grande, e esse salto no desenvolvimento representa geração de emprego, geração de renda e todas as condições para desenvolver este País, em especial a nossa querida Região Centro-Oeste.

Eu encerro dizendo que todos os Estados são importantes, mas é claro que o Mato Grosso do Sul está à frente desses quatro Estados. (*Risos.)*

Muito obrigado, Senadores. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Agora, vamos ouvir o Mato Grosso.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Senadora Lúcia Vânia, que é a mãe do Centro-Oeste; senhores que compõem a mesa, sejam bem-vindos ao Senado; quero cumprimentar do Governador Silval Barbosa.

Senadores, ontem nós estávamos em um jantar com vários Senadores, e, às 22h, a Senadora Lúcia Vânia falou assim: “Pedro, vai dormir, porque amanhã tem audiência cedo.” Aí eu falei: “Não, vou ficar mais um pouco”; e, às 22h30min, ela falou: “Não, pode ir embora dormir, porque amanhã você tem de estar

às 8h da manhã". Realmente, ela é a mãe do Centro-Oeste. Quero cumprimentá-la por isso e dizer que eu fui embora às 23h30min e cheguei aqui às 8h08min, obedecendo à V. Exª.

Quero discordar do Senador Moka – nós sempre temos aqui o Senador Moka, de Bela Vista. Penso que tenha nascido do lado de cá e não em "Biela Vista", do lado de lá; mas do lado de cá. O Senador Moka é um grande lutador também por este tema.

Muito bem. Eu gosto muito de projetos estratégicos, de planejamento, e tenho estudado bastante isso. Eu tenho estudado isso há bastante tempo, e o Pavan sabe disso, porque, no Brasil, infelizmente, nós temos o viso de fazer tudo "a zoio", como se diz em Mato Grosso, Senador Moka; "a zoio". Faz um equipamento aqui, faz uma obra ali, sem o que o Sr. Olivier Girard disse sobre sinergismo, ligação, liame; e, para usar uma palavra mais modernosa, sem um *link* entre esses equipamentos, e, entre esses modais de transporte, todos sabemos, além do sinergismo, devem competir entre eles.

Muito bem. Falando de Mato Grosso, nós sabemos da importância da Hidrovia Paraguai–Paraná, antigamente, a partir do Porto de Morrinhos. Já tivemos a oportunidade de participar de um debate, há dez anos, sobre isso, mediado pelo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, o Rubens Barbosa.

Discutimos Porto de Morrinhos, sem levar em conta o que existe mais abaixo, em Corumbá; sem levar em conta a foz do Rio Apa; sem levar em conta o que existe em Nova Palmira. Discutimos a Hidrovia Tapajós, lá em cima, em Juruena, Teles Pires-Tapajós; sem levar em conta Jacareacanga; sem levar em conta Munduruku, no Pará.

Discutimos a ligação de Porto Estrela a Cáceres, sem levar em conta a ligação da BR até o Porto hoje de Santo Antonio das Lendas; discutimos Santo Antonio das Lendas, sem levar em conta Acorizal, não a cidade de Acorizal, mas a Morraria de Acorizal, na divisa de Mato Grosso com Mato Grosso do Sul.

Isso é falta de projeto estratégico de País; é falta de lermos um pouco Eliezer Batista, que projeta o País para 20 anos.

Eu sempre cito isto, Governador Silval Barbosa, neste tema. Em uma oportunidade, eu fui à Espanha, onde andei quatro mil quilômetros de carro. Eles estavam comemorando, naquele instante, um projeto estratégico que fizerem há 20 anos, Moka. Nenhum espanhol ficaria a mais de 10km de uma autoestrada ou a 20km de uma ferrovia, alguma coisa assim. Eles estavam comemorando.

No Brasil, se faz "a zoio".

Eu já conhecia esse projeto, sobre o qual participei ao lado de outros Senadores da CNI, e estudei este projeto. Tenho estudado a esse respeito.

Primeiro ponto: a participação da iniciativa privada. O Brasil, o Estado brasileiro, o Estado nacional... O Estado regional, por mais que o Governador Silval Barbosa – e eu quero reconhecer isso – tenha trabalhado, e muito, nesse tema, não vai conseguir fazer. A iniciativa privada deve participar de estudos como esses.

O segundo ponto, que é de suma importância: estabelecer para 2020. Em 2020, em 2022, Mato Grosso terá quatro milhões de habitantes. Nós produziremos quanto? Por que nós não ligamos para oeste (a ligação para o oeste). Há 40 milhões de almas, ali, no oeste. Quanto tempo demora para chegar à China por aí? Mas, se não se chegar à China, os 40 milhões são um mercado consumidor muito grande – Mato Grosso terá quatro milhões de habitantes.

Nós temos de levar em conta a questão geopolítica. No início do primeiro governo Maggi foi feito um estradeiro por aí... Foi até adiado em razão das questões políticas. Isso tudo é prejuízo. Nós temos de nos recordar, Governador Silval Barbosa, que, no segundo governo Dante de Oliveira, Mato Grosso produzia 3% do algodão nacional; hoje, produz 53% do algodão nacional. Isso foi um projeto de Estado. Esse estudo revela isso.

Agora, existem amarras jurídicas. Essas amarras jurídicas e legais podem ser resolvidas por meio de um projeto estratégico que já supere isso. O Governador, hoje Senador Maggi, fez referência à questão do Aeroporto de Água Boa e do aeroporto do empresário e produtor Eraí Maggi, porque já se sabia das amarras legais, procurando-se resolvê-las antes. Mas, infelizmente, o Estado brasileiro não faz isso. Ele não faz isso... Aí, nós temos as dificuldades no meio do caminho e jogamos, muitas vezes, a responsabilidade em cima do Ministério Público, em cima do Tribunal de Contas, que estão cumprindo o que determina a lei, o que determina a Constituição da República. Eu tenho consciência de que muitos marcos regulatórios precisam ser criados, para que nós tenhamos o que se denomina de segurança jurídica: tranquilidade para que os investimentos possam ser realizados, conhecendo-se as regras do jogo antes do seu início. Eu tenho ciência disso. Nós podemos resolver uma parte com os marcos regulatórios que se fazem necessários. Agora, nós precisamos, sim, de projetos. E de tirar projetos do papel.

Eu, já caminhando para o encerramento de minha fala, digo que o Sr. Olivier fez referência aqui à logística, não só de transporte, mas também à questão da produção. Energia – Mato Grosso tem uma das energias mais caras do Brasil –, telecomunicação e o apagão

da mão de obra. O senhor fez referência no estudo – eu li isso – acerca do apagão da mão de obra.

A soja, em três meses e meio, está pronta para ser colhida. Não é isso, Senador Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Pode ser...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Pode ser.

O gado bovino, em Mato Grosso, com 27 milhões de cabeças... Sacrificaram 500 mil matrizes nos últimos anos. O gado bovino, em três anos e pouco, já está pronto para o abate.

Mas, gente, quanto tempo se demora para preparar para essa outra fase, Governador Silval Barbosa? Nós demoramos dez anos para preparar. A questão do apagão da mão de obra, com que temos de nos preocupar.

Encerro dizendo que, aqui no Senado, os três Senadores por Mato Grosso – quero lembrar o Senador Jayme, substituído pelo Senador Osvaldo Sobrinho –, nós debatemos isso e estamos irmanados com outros Senadores do Centro-Oeste nesse tema, mas com projetos, com estudos da qualidade destes aqui apresentados, porque, depois de a porta arrombada, não adianta colocar tranca.

Quero cumprimentar o Pavan e o senhor por estes estudos. Eu já me debrucei sobre eles e fiquei encantado. Estava discutindo com o Senador Maggi e dizia que: "Se nós tivéssemos um estudo como esse na área de educação, saúde, segurança, projetar um país...". O Senador Maggi dizia que, em Mato Grosso, existe esse estudo, o Mato Grosso+20.

Um país se faz não de afogadilho; um país se faz com projetos estratégicos, e tem-se esse exemplo aqui. Parabéns!

Eu me coloco aqui, no pouco conhecimento que tenho sobre o tema, como uma pessoa que pode contribuir com esse projeto estratégico do País. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Agradeço, Senador Pedro Taques.

(*Intervenção fora do microfone.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Eu vi; pelo raciocínio está bom. (*Risos.*)

Passo a palavra ao Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Prezada Senadora Lúcia Vânia. V. Exª, com sua simpatia, dá as ordens a todos nós. Foi com muito prazer que eu subscrevi o seu requerimento, para que nós tivéssemos a oportunidade de hoje debater um dos mais importantes problemas que preocupam o nosso País, não somente o Centro-Oeste. Mas não se faz, absolutamente, um programa de governo sem lembrar-se da nossa história.

Eu me permito, rapidamente, dizer a V. Exªs que presidem essa Mesa, a meus caros companheiros Senadores e às demais personalidades presentes que eu tenho a honra de ter sido o autor da emenda que incluiu o Centro-Oeste no fundo especial, quando Constituinte na Assembleia Nacional Constituinte, de 1987/1988, e que contou com a valiosa contribuição e trabalho parlamentar da Senadora Lúcia Vânia. Disso decorreu a criação do FCO. Isso eu falo com muito orgulho. Foi uma contribuição cujos resultados hoje estou vendo para o nosso País.

Sobre a exposição do Sr. Olivier Girard, que falava sobre aproveitamento das hidrovias, quero dizer aos senhores e a V. Exªs, Srs. Senadores, que eu participei de um episódio muito importante. Em 1982; como Parlamentar, eu participei de uma delegação de Senadores e Deputados em visita à União Soviética.

Naquela ocasião, eu lembrei às autoridades soviéticas que nós tínhamos vários gargalos na logística do nosso País para o nosso desenvolvimento. Uma delas era a questão do aproveitamento do Rio Paraguai. Três anos se passaram, mais ou menos, já no governo do Presidente José Sarney, e veio a minha procura o adido comercial da embaixada soviética dizendo que aquela sugestão que eu fizera na reunião, no Kremlin, tinha sido aceita pelo governo soviético; que eles estavam dispostos a fazer um projeto no sentido de recuperação do Rio Paraguai, desde Cáceres até Nova Palmira, no Uruguai; que tinham feito alguns estudos estratégicos a respeito do assunto e que tinham condições de aplicar imediatamente cerca de US$150 milhões para os estudos evidentemente preliminares do projeto.

Isso foi confirmado pelo Embaixador da União Soviética à ocasião, e eu levei a proposta ao Presidente da República José Sarney. Ele, imediatamente, encarregou o Ministro Rubens Ricupero, que V. Exªs conhecem perfeitamente. Meses depois, recebi a resposta porque deveria fazer um contato com o governo do Paraguai, da Argentina e do Uruguai.

A resposta primeira foi decisiva, do governo paraguaio; na época, Presidente Alfredo Stroessner. A resposta foi a seguinte: "O projeto é muito bom, mas nós não fazemos negócio com comunistas". Isso paralisou o nosso projeto. Estou citando esses dois fatos, que, para mim, constituem história, para dizer como é difícil a realização ou a implantação de projetos neste País. Ora é a burocracia do meio ambiente, ora é a burocracia administrativa, ora é a inoperância dos gestores públicos; tudo isso cria problemas muito sérios.

E é por esta razão que eu agora rejuvenesço as minhas esperanças, ao ouvir as explanações feitas pelos eminentes dirigentes da Macrológica e do Sr. Governador de Mato Grosso.

Eu tenho esperanças sinceras de que será possível, através dessa iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, e com o apoio de todos os Senadores do Centro-Oeste – porque somos 12, conforme afirmou o Senador Pedro Taques –, reviver esse potencial imenso que nós temos para permitir ao Brasil, como se tem permitido hoje, a sua recuperação econômica e, em razão disso, a sua projeção social e política também.

Mas eu gostaria apenas, para concluir, diante da magnífica exposição feita por V. Sªs, de lembrar duas coisas que, me parece, precisam ser analisadas. Nós temos três corredores hoje possíveis de exportação, alguns já em caminho – três na área de rodovia e um na área de hidrovia.

A hidrovia é aquela que eu já disse aos senhores, rapidamente, relativamente ao reaproveitamento da navegabilidade do Rio Paraguai. Ouvindo aqui o Dr. Olivier Girard, ele disse quais são os caminhos mais próximos para a conquista definitiva do comércio do Oriente. Eu acho que essas duas vias são as mais curtas. Uma através da hidrovia, pelo Rio Paraguai até o Mar del Plata, e daí rumo ao Oriente. E V. Sª, se não me falha a memória, em todas as projeções que fez, demonstrou que a hidrovia é o meio mais barato que se tem para transporte logístico de cargas.

E a outra é a questão das rodovias. Nós temos três vias. Uma é através do Acre, que vai ao Peru. Esta já está inclusive em processo final de implantação. Parece que existe apenas um trecho no Peru para ser concretizado ou pavimentado. Outra é através do meu Estado de Mato Grosso do Sul, de Corumbá, demandando ao Porto de Arica, no Chile. Esta via me parece que, pelas observações que um grupo de empresários brasileiros, sul-mato-grossenses, fez recentemente, não é conveniente. Há vários impedimentos aí, inclusive de ordem ideológica.

E outra que está sendo analisada agora, cuja viabilidade haverá de ser analisada pela Comissão de Infraestrutura no início do próximo ano, para sugerir ao Governo, é aquela que parte de Porto Murtinho, a cidade da família do eminente Senador Waldemir Moka. Ele não é só de Bela Vista, mas de Bela Vista e Porto Murtinho. É uma simbiose entre as duas, Porto Murtinho e Bela Vista.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Isso se chama pegar o sujeito na virada.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Então, de Porto Murtinho, adentrando a República do Paraguai, no lugar hoje onde existe uma nova explosão, que pouca gente conhece, fruto do espírito empreendedor de europeus, que é Filadélfia, no meio do Chaco boliviano, e daí demandando a Arica, no Chile, passando pelo território da Argentina.

Também, se nós analisarmos esses três corredores que citei – aliás, esqueci-me de citar o que vai de Cáceres a São Miguel, que tem os mesmos prejuízos daquele de Corumbá, Santa Cruz...

Então, eu gostaria que esse trecho bioceânico que sai do Porto Santos, vai a Porto Murtinho e, daí, ao Porto de Arica, lá no Chile, deveria ser também analisado pela firma de V. Sª, a Macrológica, porque eu acho que ela é um importante guia de aproximação entre o Brasil e os países asiáticos.

No mais, Srª Presidente, eu desejo, ao final, cumprimentá-la novamente pela iniciativa que teve, dando-nos a oportunidade de conhecer um projeto tão interessante como este que a Macrológica nos apresenta.

Da minha parte, meus cumprimentos aos senhores debatedores, meu respeito ao Sr. Governador de Mato Grosso, à nossa terra, porque, quando há discussão aqui entre o Senador Pedro Taques e o Senador Moka, cada um querendo tirar um quinhão para seu Estado, eu quero dizer que sou filho de Mato Grosso uno. O que vem de Mato Grosso, o que oferece Mato Grosso do Sul é tudo mato-grossense. *(Palmas.)*

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, V. Exª me permite?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Pois não, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Nós colocamos o Senador Figueiró na parede nesses dias: ele é aposentado lá pelo Mato Grosso, e, caso não nos defenda, nós vamos cortar a aposentadoria dele. *(Risos.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Agradeço ao Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Eu só quero dizer que, se eu tenho uma modesta contribuição de Mato Grosso, é porque a ele prestei serviço. E como! (*Risos.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – O Senador Figueiró foi líder do Governo Garcia Neto, ainda antes da divisão do Estado de Mato Grosso. Ele é muito bem quisto por todos os Senadores pelo Mato Grosso.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Pelo Governo Fragelli.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – O Governo Fragelli ainda, não é?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Isso foi antes de nossa libertação. *(Risos.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco Apoio Governo/PDT - MT) – Mas o senhor pode ficar tranquilo: se Mato

Grosso do Sul tem Bonito, Mato Grosso tem Nobres, que é muito mais que bonito; é lindo! *(Risos.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Eu não posso deixar de dizer que Goiás também tem... Mas, de qualquer forma... Então, vejamos como é difícil reunir esse povo.

Mas eu quero registrar aqui a presença do Sr. Danilo de Freitas, representando o Governador de Goiás, Marconi Perillo; Marcos Mucci, representando a Secretaria de Obras, como Diretor de Obras e Transporte do Estado de Goiás. Agradeço-lhes e sejam bem-vindos. Atrasaram-se porque houve um problema no voo que vinha para cá.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Srª Presidenta, depois da homenagem feita pelo Senador Moka a Manoel de Barros, comparando Mato Grosso a uma sucuri, eu quero continuar a homenagem dizendo que o Distrito Federal é uma criancinha descuidada na beira do rio.(*Risos.)* Mesmo assim, quero retomar o assunto de que estamos discutindo.

Ontem, esteve aqui o Presidente do Banco Central. Eu lhe perguntei se ele não pensava que tudo o que se faz de política econômica no Brasil, nos últimos anos, tem sido voltado para o imediato – curto prazo, conjuntural. Eu creio que a área de economia, incluindo-se aí, lamentavelmente, o Banco Central, como parte do Ministério... Acho que isso é um equívoco total. Banco Central cuida de moeda; não cuida de políticas do dia a dia. Toda área econômica sofre de uma visão de resolver o problema imediato sem uma linha de longo prazo. É culpa nossa, brasileira. Nós somos um povo de mentalidade imediatista. Cada um de nós prefere o consumo à poupança, prefere o imediato ao longo prazo. Mas o Governo está exagerando! O Governo exagera por falta de uma estratégia, a meu ver, de longo prazo, que olhe como a gente quer que seja o retrato do Brasil daqui a 40 anos, daqui a 50 anos, como Juscelino se propôs, embora, também, querendo correr mais depressa do que era possível,o que gerou diversos problemas que nós temos até hoje.

O Ministro – ele é Ministro – Presidente do Banco Central, respondeu que isso não seria assim, porque, por exemplo, as privatizações têm papel estruturante. Terá, sim, se for feita em uma visão estruturante. E a sensação que a gente tem é de que as privatizações estão sendo feitas para resolver problemas imediatos: do aeroporto, por causa da Copa; de um ou outro porto por causa do engarrafamento terrível que se tem vivendo, e não por uma visão de Brasil, Governador, a longo prazo.

Ele citou o Bolsa Família como uma questão estruturante. Eu tenho autoridade para falar nisso porque foi aqui que começou o Bolsa Escola. Sem a educação, o Bolsa Família é programa conjuntural, circunstancial para acabar necessidades imediatas do povo – e, felizmente, ele existe –, mas não é um programa estruturante.

Ele falou do PAC. O PAC poderia ter sido um programa estruturante neste País. Mas a sensação que eu tenho é de que terminou sem ser esse projeto estruturante, por muitos erros de planejamentos, que todos falam hoje em dia, e também porque foi buscando pequenos pedaços e não uma linha geral de para onde levar o Brasil.

Trago essa minha preocupação de sermos um país sem visão de longo prazo, sem uma estratégia de longo prazo, mas não é preciso se pensar em 100 anos, como a China. Pensemos em 30, 40 anos, que é o mínimo que a gente pode pensar, que é um pedacinho de uma geração.

Mas, dito isso, quero fazer uma pergunta ao Sr. Olivier. Eu fiquei muito contente com a sua apresentação, mostrando como há alternativas e como elas não custariam caro. Eu acho que a minha pergunta exigiria que o senhor se sentasse à frente de um computador para fazer algumas simulações. Mas tente imaginar, para nós, se, em vez de termos gasto esse dinheiro com a Copa do Mundo, tivéssemos investido na melhoria da logística, especificamente na do Centro-Oeste. Suponhamos que o Brasil se concentrasse na Região Centro-Oeste. Qual seria o retorno, do ponto de vista de redução de custos na economia brasileira?

Não sei se o senhor tem condições de responder com detalhes ou não. Mas fica aqui a minha pergunta.

E aí mostra o imediato, um deslumbramento durante três semanas, e o longo prazo, a solução de problemas de logística que nós enfrentamos.

Essa é a pergunta que eu faço ao Sr. Olivier, mas outras pessoas,se quiserem, podem também respondê-la, sanando essa minha curiosidade. Eu sei que aqui não é o lugar de curiosidade, nem é o lugar de leite derramado, mas eu me sinto no direito de ter essa curiosidade, que pode servir como lição para o futuro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Agradeço ao Senador Cristovam.

Ao final, passarei a palavra ao Sr. Olivier para que ele possa responder as indagações feitas pelo Senador Cristovam.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda. Em seguida, falarão os Senadores Osvaldo, Sérgio e Inácio Arruda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

É bom falar no fim, porque a grande parte já foi abordada. Primeiro, quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia, orgulho de todos os goianos. É um orgulho para nós tê-la no Senado, não apenas hoje, mas há muito tempo. Quem nos dera se, na década de 60 – infelizmente ela não era nascida –, nós tivéssemos uma Senadora com essa visão. Eu tenho certeza – como disse o Presidente da Federação das Indústrias de Goiás, Pedro Alves, um guerreiro nessa área, preocupado diuturnamente com a posição do Centro-Oeste – de que nós teríamos, certamente, uma visão diferente deste Brasil de hoje. Se, na década de 60, fosse visto o Centro-Oeste como hoje o é, o celeiro do Brasil, nós teríamos outra realidade. Sem sombra de dúvida.

Cumprimento o Governador Silval. Tive a oportunidade de conhecê-lo no casamento da filha do Senador Jayme há dois anos, e também os representantes da Macrológica.

Quero dizer aos meus pares que fico muito feliz de termos uma Bancada muito unida, em que pese um não conhecer a realidade do outro. Eu sinto que os Senadores pelo Mato Grosso há pelo menos dez anos não vão a Goiás. Da maneira como falaram dos seus Estados, eles não conhecem Goiás e sua produtividade. O Blairo tinha, sim, por obrigação nos defender, porque ele está também no nosso Estado.

Com certeza, Goiás pode não ser o maior Estado do Centro-Oeste, mas ocupa 49% da região. E, no passado, já representou muito mais do que hoje representa, por falta dessa logística.

Lembro-me de que até a década de 80 não se produziam grãos em Mato Grosso praticamente;s só se produzia soja e milho no Sul do País. Lembrava aqui o Senador Moka que foi o Paulinelli quem começou esse processo de olhar para o Centro-Oeste.

Conversando com o Senador Blairo, imaginávamos como o custo seria reduzido em cerca de um terço se nós tivéssemos a linha férrea funcionando. Vejam: um terço. Então, observem como o custo de produção nosso é caro. Nós temos de vencer a burocracia, nós temos de vencer a ideologia e, por último, como disse o Senador Pedro Taques, o planejamento "a zoio", que é sinônimo de improvisação, precisa acabar. Eu só consigo trabalhar, como empresário, com a visão que tenho, em cima de planejamento. Não se podem fazer coisas de improviso. Não se pode fazer um projeto que não tenha começo, meio e fim. Não se pode fazer um projeto que não tenha um alcance de longevidade.

Então, somos aqui capitaneados sempre pela nossa mestra, como eu a chamo lá no nosso Estado, na política, que tem esse olhar para a área produtiva, porque quando ela pensa na Sudeco, em FCO, ela está pensando no meio produtivo e no resultado que isso vai gerar. Nós não vamos conseguir fazer com que o País avance no ritmo que precisamos se não dermos a devida atenção ao celeiro do Brasil, que é o Centro-Oeste.

No mais, apenas agradecer a essa Bancada que, com essa divergência de quantitativo, é muito unida.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Essa disputa. *(Risos.)*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Mais uma vez, agradeço à Senadora Lúcia Vânia a oportunidade de estarmos sempre juntos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Agradeço ao Senador Cyro.

Passo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Srª Presidente,...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Só um instante, Senador. Convido o Dr. Danilo de Freitas para compor a Mesa, representando, aqui o Governador de Goiás, Marconi Perillo.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, eu só tenho uma reclamação a fazer, logo de início, antes de começar, destinada a V. Exª: ligar às 4h da manhã para vir para a reunião; ninguém aguenta um negócio deste! Às 8h é um bom horário; ontem tivemos festa... Então, é complicado. Mas está perdoada por hoje. (*Risos.)*

Quero parabenizar V. Exª pelo carinho demonstrado durante toda esta semana, ou melhor, há mais de 15 dias; enfim, todos os dias falando conosco a respeito desta reunião. Caso não comparecesse alguém aqui, evidentemente que problemas nós teríamos. Parabéns pelo carinho, pelo seu olhar para o Centro-Oeste, um olhar diferenciado, um olhar de quem realmente gosta, conhece e sabe que as medidas têm que ser tomadas. E, se não for com esse impacto político, as coisas não acontecem.

Quero parabenizar o Governador Silval Barbosa, Governador do meu Estado. Eu não sei como V. Exª aguenta tanta pressão, como a que tem sofrido nos últimos tempos, a exemplo das obras da Copa, que transformaram Cuiabá. Hoje, nós temos uma cidade completamente... Nem nós conhecemos a nossa cidade, porque é coisa demais que se está fazendo; já são mais de 60 intervenções na cidade. Todos os dias questões com o meio ambiente, não sei o que mais e tal... Eu só vejo o Silval na imprensa e sem muita solução, não é Governador?

Então, parabenizo V. Exª pelo seu trabalho, pela sua luta, que é a luta de todos nós, mas que, na verdade, caiu, nessa quadra, sobre os seus ombros, sob

a sua responsabilidade. E V. Exª está dando conta dela. Já estou vendo saírem os tapumes, as obras já começam a aparecer. A imprensa já começa a fazer alguns elogios que há três, quatro meses não fazia. As coisas estão começando a acontecer, porque também a sociedade civil se reuniu, as instituições organizados ficaram a seu lado, a Maçonaria ficou a seu lado. Então, todas essas pessoas entenderam que, na verdade, não adiantava o nervoso, pois assim não se resolveria o problema. E V. Exª aguentou firme e está nos dando o retorno na hora certa. Por isso, quero agradecer-lhe como filho de Mato Grosso. Aliás, eu sou dos dois Mato Grosso, assim como o Ruben Figueiró. Ele é de Cuiabá, e eu sou lá de Fátima do Sul, Mato Grosso do Sul. Então, eu vim para cá, para cuidar daqui, e ele ficou lá para cuidar de lá para cá, não é, Ruben? Então, nós dois somos de Mato Grosso e tentamos fazer o possível para que esse desenvolvimento chegue aos dois lugares e que possamos, verdadeiramente, contribuir, porque é o nosso Centro-Oeste.

Agora, todo mundo falou aqui, e eu jamais conseguiria falar a metade do que se falou aqui com relação às necessidades, às estratégias que têm de ser feitas para o Centro-Oeste. Mas, se não combatermos um problema, não vamos resolver nada do que foi falado aqui. Tudo que foi falado aqui, Sr. Governador, é, na verdade, de extrema necessidade e importância. Todos sabem que ainda faltam estradas, que as ferrovias não chegaram, que as hidrovias são mal utilizadas, mas, se não resolvermos o problema da burocracia, da "burrocracia" – não é burocracia, mas "burrocracia" – do Estado, nós não vamos quebrar esses gargalos.

É impossível trabalhar neste País. Num país em que o Presidente do Ibama manda mais do que o Presidente da República é difícil. Um parecer do Ibama é, talvez, mais importante do que a Constituição Federal. É complicado! Então, não tem jeito. Quer dizer, é o Estado contra o próprio Estado. O Governo falou em fazer uma estrada que vai passar... A nossa BR que passa em São Félix do Araguaia está funcionando lá há mais de 80 anos, desde o tempo de Juscelino Kubitschek, e, de repente, não pode ser asfaltada, porque o meio ambiente não deixa passar em reserva indígena e esse negócio todo. Então, é complicado.

Aqui, na Constituinte, nós trabalhamos e lutamos – o Senador Ruben Figueiró estava aqui – para fazer a reforma do Estado e esse negócio todo. Tudo caminhou, menos a reforma do Estado. O Estado ficou mais engessado, mais burocratizado, e é difícil você quebrar esses negócios. E aí as coisas não caminham.

Então, ou nós vamos enfrentar aqui dentro e tentar fazer uma Constituinte exclusiva para a reforma do Estado, o núcleo do Estado, e arrebentar um pouco dessas normas que aqui estão, ou nós não vamos caminhar. Nenhum governo deste País consegue inaugurar uma obra que ele concebeu, que ele pensou, que ele imaginou. Não consegue. É outro, depois, que vai inaugurar.

Então, o principal problema que eu vejo no Brasil é o da burocracia, que causa corrupção, que causa demora nas obras, que causa o encarecimento das obras, que estrangula o desenvolvimento. Tudo o que nós queremos fica, às vezes, na portaria de um órgão de terceiro ou quarto escalão. É complicado. Se nós não quebrarmos isso, Senadora, não vamos caminhar muito.

Planejamento? Nós sabemos que temos de fazer antes. Quem não sabe disso? Começar uma obra toda planejada é muito mais importante. Mas as coisas não caminham.

Dinheiro? Não falta dinheiro. Se o Governo não tem, a iniciativa privada tem, as multinacionais têm, outros governos têm e querem investir aqui, porque o Brasil é um paraíso. Querem investir aqui, porque o Brasil é um paraíso, que produz tudo, e tem, inclusive, terra, sol, solo... Mas, lastimavelmente, esse dinheiro ninguém pode aplicar, porque ninguém tem segurança jurídica para fazer aplicação disso. O cidadão pode trazer, internar o dinheiro aqui, mas fazer como, se o projeto está nas mãos do burocrata e as coisas não caminham?

Então, isso é muito complicado. Agora, além de tudo isso, Senadora, temos que ter vontade política, determinação política. O Centro-Oeste precisa mobilizar-se monoliticamente como faz aqui e colocar suas vontades, porque o Brasil, quando falou em produzir, em exportar, em melhorar, chamou Mato Grosso, chamou o Centro-Oeste. Não quero ser exclusivista aqui. Chamou o Centro-Oeste. E nós respondemos. Da porteira para dentro, estamos fazendo tudo o que é possível. Eu, que sou pequenininho, desse tamanho, do tamanho de uma mosquinha, consigo fazer quase três safras na minha fazenda. É a soja, o milho e o gado, através desse compromisso da agricultura junto com a pecuária. A melhor coisa que se inventou nos últimos anos, principalmente para Mato Grosso, foi essa complementação. Mas, da porteira para fora, a gente não consegue fazer mais nada.

Na BR-163, que sai de Rondonópolis, principalmente, até Sinop, é impossível você trafegar hoje. É impossível. Eu passo por ali a cada 15 ou 20 dias e, a cada 50 ou 60km, há um acidente fatal. Nesta semana mesmo, sete pessoas de uma família, uma família toda, num carro, tiveram suas vidas ceifadas. Todos tiveram suas vidas ceifadas, literalmente, numa estrada entre Jangada e Cuiabá. Esgarçou a nossa logística toda. E há mais de oito ou dez anos, desde o governo

Fernando Henrique Cardoso, fala-se na duplicação da rodovia de Rondonópolis até Mutum. Está lá um pedacinho, na Serra da Caixa Furada, e o resto parado, com máquinas paradas. As coisas não vão. É um negócio complicado.

Ou nós tomamos uma decisão política, que tem de partir do Congresso Nacional, do Senado da República, da Câmara dos Deputados, ou as coisas não acontecem de verdade.

Quando eu vinha para cá, depois de passar no ministério, eu estava ouvindo o Senador...

Será que tem alguma coisa a ver?

Eu estava ouvindo o Governador Silval falar sobre segurança jurídica. Ninguém investe, ninguém vem sem segurança jurídica, e todo o nosso processo, toda a nossa burocracia é para tirar a segurança jurídica. Isso complica muito, mas eu tenho certeza de que nós poderemos melhorar e mudar. E o Congresso tem que fazer; ou seja, o Estado tem que se reformar por dentro. Se não, ele é contra ele mesmo, ele atrapalha ele mesmo, ele vai-se enrolando... Ele tem tantas pernas que se vai enrolando e não deixa as coisas caminharem.

Existe vontade política aqui, mas será que tem gente que está se incomodando com isso por aí? Será que não tem gente que está vivendo dessa burocracia? Há pessoas que ficam o dia todo pensando em como atrapalhar, não em como ajudar, através de normas que nós fizemos aqui. Ninguém fez normas por aí; nós as fizemos, é o Congresso Nacional que as faz.

Então, eu acredito que a nossa vontade é grande, que todos os Estados do Centro-Oeste querem fazer o melhor. Nós estamos com a elite da produção do Brasil, sabemos produzir, temos condições de fazê-lo. A região oferece tudo, mas nós estamos engessados, amarrados. Quando quer fazer, bota a mão, já puxa a outra e tal e não vai para frente.

Mas eu tenho certeza de que, com a vontade da senhora, com essa determinação que tem, vai alavancar todos nós para continuarmos a pensar que a gente pode melhorar e que nós temos condições de fazê-lo.

Parabenizo todos e quero crer que terei vida ainda para ver essas coisas se desenrolarem e a gente poder sorrir juntos.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Osvaldo e passo a palavra ao Senador Sérgio Souza, que é do Paraná, mas que nos honra aqui com sua presença, com sua experiência. É um Parlamentar aplicado e que tem um vasto conhecimento nessa área de infraestrutura.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Para mim, é um privilégio estar aqui nesta reunião de hoje.

Ouvi atentamente a exposição de praticamente todos. Apenas não ouvi toda a fala do Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, porque fui relatar uns projetos na CAS. Mas voltei assim que terminou porque gosto muito de tratar deste tema.

Estou com muita inveja de vocês do Centro-Oeste, de verdade, principalmente pela união de vocês, Senadores e Senadoras do Centro-Oeste, que trabalham por essa região. É difícil ver isso aqui. Invejo também a união do Nordeste, aqui na pessoa do Senador Inácio Arruda, que sabe o quanto o Nordeste, assim como o Norte; o Sul, de forma muito tímida... O Centro-Oeste está passando por um momento ímpar, buscando seu desenvolvimento e fazendo algo que devemos, sim, invejar, mas uma inveja rosa, colorida, não uma inveja maldosa.

O que vocês estão apresentando aqui, Olivier, é um planejamento, um projeto, algo que demonstra onde estou, para onde quero ir e que, para poder chegar lá, eu preciso ter essa infraestrutura. Qual é a opção mais inteligente, mais barata, a opção que vai dar o resultado que nós esperamos?

Estive, recentemente, com o Governador Silval Barbosa, com o Senador Blairo Maggi e outros Senadores de Mato Grosso, todos lá, e com alguns outros Senadores, como Valdir Raupp, fazendo visitas às obras da Copa. Pude então, perceber que Cuiabá, das capitais ou das cidades-sede da Copa, é a única que está fazendo tudo o que foi planejado inicialmente. Todas as outras já abandonaram alguma coisa pela metade, muitas vão ficar ainda para muito longe. Mas isso mostra esse empreendedorismo todo do Centro-Oeste.

Eu digo que o Paraná, o Sul exporta talentos, muitos talentos, como o Senador Blairo Maggi. E são esses os desbravadores. São os corajosos que vão desbravar novas regiões. Nós temos, no nosso *animus*, na nossa formação, essa coisa de buscar os desafios. Aqueles que vieram da Europa para colonizar o Brasil foram, na sua grande maioria, para o Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e, depois, colonizaram o Paraná. O Paraná é um Estado de passagem daqueles que desceram de São Paulo, de Minas e um pouco do Nordeste, sendo que a grande parte é de paulistas e mineiros, e daqueles que subiram do Sul, em especial os catarinenses, de onde vem a minha família, e os gaúchos, que foram mais para a região oeste e sudeste, e dali não pararam. Foram para o Mato Grosso do Sul, para o Mato Grosso, para Goiás. Agora já estão no Maranhão, no Piauí, no Tocantins, na Bahia,

no norte da Bahia. E, atrás disso tudo, precisamos da infraestrutura e da logística.

Mas eu quero dizer que acredito muito neste meu País, muito mesmo, a ponto de recentemente subir à tribuna do Senado para fazer um pronunciamento olhando o lado positivo. Nós estamos acostumados a abrir o jornal, a ligar a televisão, e as notícias todas puxam o Brasil para baixo, como se o Brasil fosse a pior nação do Planeta, como se nós vivêssemos o pior momento econômico. Isso não é bom. Nós estamos dando combustível para aqueles que estão lá fora, que competem diretamente conosco – os norte-americanos, os europeus, os asiáticos –, para que eles fomentem que o Brasil não é um bom local para se investir, que no Brasil não há uma segurança adequada para se investir. Então, vamos investir em outras regiões do Planeta. E aí não teremos os capitais necessários para promover esse dinamismo todo de que precisamos na infraestrutura.

O custo Brasil tem num dos seus componentes os modais. A *Veja* trouxe neste ano, em abril, por ali, um estudo demonstrando o quanto o Brasil – e eu comecei a lembrar isso quando ouvia o Olivier colocar as suas explanações – perdeu, só em 2011, no escoamento da safra e no déficit de armazenagem – R$180 bilhões, em comparação à mesma distância, na Argentina e nos Estados Unidos! Eu vi ali os bilhões de reais que foram mostrados nesse planejamento e que vamos economizar. Isso quer dizer o seguinte: que vai ficar mais dinheiro para os brasileiros, vai gerar mais emprego, mais renda, mais desenvolvimento. Nós vamos ter condições de agregar valor a este País, porque uma tonelada de soja, em qualquer porto no mundo, tem o preço médio de US$440. Agora, o nosso custo interno é muito caro.

Naquele almoço lá em Cuiabá, Governador Silval, o Senador Blairo contava sobre a nova fronteira agropecuária do Mato Grosso, lá na região do Araguaia, e falava sobre os preços da terra de dez anos, de cinco anos atrás e o atual. E eu falei: "Nossa! Mas tudo isso?" Ele me disse assim: "Você sabe qual é a diferença do preço da terra do Paraná e da terra do Mato Grosso? É o custo do transporte". Você coloca quanto custa para se produzir e vender e aí você imagina, porque a terra de lá e a terra daqui produzem a mesma coisa. Isso não faz diferença. É lógico que as terras do Paraná são um pouco mais férteis, precisam de um pouco menos de fertilizantes, mas é preciso colocar isso na ponta o lápis. E o custo do transporte é o que impacta. E é fato isso. Quanto vale uma saca de milho em Mato Grosso hoje? Quanto ela vale lá em Ponta Grossa ou lá em Cascavel? É de R$10,00 a diferença. É o frete ou é a dificuldade da produção, da proteína animal no oeste e noroeste catarinense? É o custo do milho.

Então, repito, fico aqui com muita inveja do Centro-Oeste que está pensando, planejando o desenvolvimento dessa região. E faço até um mea-culpa. Nós, do Sul, somos muito egoístas. Os políticos do Sul são cada um para si. E quando se fala em Sul e Sudeste não é diferente. No Sudeste até há um pouco mais de egoísmo do que no Sul. Temos, sim, que reconhecer a notoriedade dos políticos de vários mandatos e a importância econômica desses Estados. Mas, se nós não pensarmos conjuntamente, vamos ficar para trás. Nós não temos uma superintendência de desenvolvimento regional. Temos um banco lá, um banco de desenvolvimento regional. Mas uma superintendência nós não temos. Nós não temos um planejamento de um fundo de desenvolvimento regional. Por quê? Porque há uma análise momentânea de que o Sul não precisa mais. Precisa, sim. Ele precisa evoluir.

Está certo, o Paraná é um dos Estados que mais tem rodovias e ferrovias, na maior parte estaduais, inclusive precárias, mas é o Estado que tem mais pedágio no Brasil. Os pedágios mais caros do mundo estão no Paraná, o que deixa mais cara a produção, inclusive, do Mato Grosso. O adubo, o fertilizante que vai para o Centro-Oeste, 60% dele entram pelo Porto de Paranaguá, que é o porto que mais importa fertilizante, e vai para o Centro-Oeste, mas não vai de ferrovia, vai de caminhão. Então, ouvi isso e eu teria anotado aqui uma série de comentários.

Eu queria, só para finalizar, dizer que acredito muito nesse meu País, muito mesmo: na produtividade que estamos aumentando – aquilo que o Senador Osvaldo Sobrinho falou aqui, que ele transformou a propriedade dele em três safras anuais; é o que faz hoje o Centro-Oeste. É lógico que, se não tivermos uma infraestrutura para valer o custo, o preço do nosso milho, será uma única safra, não serão duas. Há o algodão ali, em que dá para competir; dá para fazer duas também, mas podemos buscar uma sustentabilidade deste País com responsabilidade, sim, ambiental. Temos quase 64% de cobertura vegetal nativa e estamos promovendo um amplo reflorestamento neste País, em recomposição de APPs, principalmente. Temos uma responsabilidade de produzir alimentos para o mundo. O mundo vai consumir 50% mais alimentos nos próximos 30 anos. Essa é a expectativa. Com o aumento demográfico da população, serão 2 bilhões de seres humanos a mais sobre o Planeta até 2050 – essa é a estimativa da ONU. Com a inclusão social, estes vão consumir mais energia e alimentos também, e aí vem também o social.

Esse tripé – econômico, social e ambiental – é um papel que o Brasil tem feito bem, mas, realmente, carece de infraestrutura, e carece porque não há planejamento. Isso é o que falta ao Governo Federal. A iniciativa privada está fazendo a sua parte. Então, espero eu que o Governo Federal tome isso não só como uma ideia, mas tome isso como um documento, uma base de que, se não fizer as coisas de forma planejada neste País, quem paga é o povo brasileiro, e paga caro.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Concedo a palavra ao Senador Inácio, último orador inscrito.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, convidados, Governador, primeiro, quero cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia pela iniciativa de trazer um debate sobre um planejamento estratégico de uma região excepcional do Brasil.

Eu queria fazer algumas lembranças sobre esse episódio do Centro-Oeste. A primeira é sobre um homem que, se vivo estivesse, no dia 15 de junho passado teria completado 250 anos de existência. Segundo Matusalém, é possível chegar a essa idade. O futuro da produção de proteína o dirá. Trata-se de José Bonifácio de Andrada e Silva. Não só ele elaborou o texto para a Assembleia Constituinte da época e, antes, para a Assembleia do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, que tratava da questão ambiental, da proteção das florestas, da questão das tribos nativas, da abolição da escravidão e de onde deveria ficar a capital do Brasil; segundo ele, deveria ser aqui, onde nós estamos, em Brasília.

Na sequência, talvez pudéssemos destacar algumas outras figuras: Rondon; um movimento fantástico que buscava trabalhar para depor a República Velha, que foi a Coluna Prestes, que saiu do Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e adentrou o Centro-Oeste. Depois de cercados pelo Rondon, escaparam pela Bolívia, numa fuga espetacular, até hoje examinada pelos quartéis do mundo inteiro.

Na sequência, uma figura como a de Juscelino Kubitschek, talvez o passo mais destacado nessa ousadia de desbravar o Brasil, contra tudo e contra todos, contra os mais poderosos do Brasil, que tinham controle dos meios de comunicação de massa da época – rádio, televisão e jornais. Por sinal, ainda são os mesmos; não mudaram nesse período, porque o tempo é muito curto e pequeno – e sequer mudou de mão. Esses fizeram campanha gigantesca contra a vinda da capital do Brasil para Brasília. Foi um desmonte da figura do Juscelino na época, mas bravamente digamos que Juscelino segurou a peteca e construiu a cidade de Brasília para ser a capital do Brasil.

Esse passo para, digamos assim, Osvaldo... É bom falar com o Osvaldo, porque sua mãe é de Jati, lá no Ceará, facilitando as coisas quando nos envolvemos com o debate do Centro-Oeste.

Então, eu acho que esse foi o passo mais ousado, permitindo que nós tocássemos o solo efetivamente dessa região, que já tinha alguns rebanhos por aqui; já havia os Estados. Mas nós não tínhamos essa ousadia de dizer: "Não, aqui nós temos capacidade de produzir numa escala grande, uma escala que ajude o Brasil, que ajude o mundo". Daí é que se traz... A Embrapa vem para cá, a pesquisa vem para cá, a ciência entra nessa região. Acho que isso permitiu dar um salto gigantesco.

E, para mostrar o que significa esse desbravamento mais ousado do Centro-Oeste brasileiro, criam-se situações justamente novas no Brasil e desconhecidas ainda dos chamados grandes centros, que não conhecem, não puseram o pé no lugar. Falam, às vezes, do 78º andar de um prédio na Avenida Paulista ou em Nova Iorque, sobre o Centro-Oeste e sobre a questão da produção agrícola do Centro-Oeste, sem nunca terem posto o pé naquele lugar. Então, não conhecem nada, não sabem de nada, mas estão fazendo enciclopédias sobre o assunto.

Eu queria destacar mais um episódio, para mostrar o papel e o significado. E, se os setores organizados dessa região – Governo, lideranças de trabalhadores, lideranças empresariais, ambientalistas, pesquisadores, universidades – dão esse salto adiante, porque, depois de matarem a Sudene e a Sudam, ela terminou sendo ressuscitada – ainda está no processo de ressuscitação, digamos assim, surge a Sudeco.

Então, é um espaço que você pode planejar. Não é que vai haver unidade absoluta, porque é evidente que há os interesses de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, da capital. Quer dizer, todos esses espaços têm seus interesses. Cada um tem uma questão mais importante, mais significativa, e cada região, dentro desses Estados gigantescos, também tem seus interesses. Então, há movimentos de idas e vindas grandes. Mas, se há um espaço de planejamento, um setor onde você pode discutir, para o qual você pode chamar os governadores, sentar à mesa, examinar a questão da logística e da infraestrutura, o papel e a importância do Centro-Oeste na ligação com a América do Sul, para fortalecer esse mecanismo de proteção da região inteira, de o Brasil chegar ao Pacífico, de os que estão no Pacífico chegarem ao Atlântico, este movimento aqui passa pelo Centro-Oeste; passa pelo celeiro de produção, um dos celeiros de produção mais

importantes do mundo. Então, eu acho que nós temos essas vantagens que o planejamento vai – digamos assim – amplificar intensamente.

E há um detalhe que não consideramos de somenos importância. Meu caro Blairo Maggi, o Ceará e a Paraíba, juntos, já foram os maiores produtores de algodão do Brasil. Só há uma razão para explicar por que, no Estado do Ceará, nós tivemos unidades fabris, têxteis desde o século XIX. É porque ali havia uma produção, e ela era a maior produção. Mas nós enfrentamos períodos longos de estiagem. Depois, terminou a 1ª Guerra, terminou a 2ª, e essas estiagens passaram a castigar muito a nossa região.

Rachel de Queiroz escrever *O Quinze*. Se estivesse viva, iria escrever *O Doze*. Íamos ter a seca em *O Quinze* e a seca em *O Doze,* que foi muito maior. Na seca de *O Quinze,* não tinha o Centro-Oeste; não existia essa parte do Brasil com a pujança que tem hoje. Essa pujança ofereceu para o Nordeste o que faltou na seca de *O Quinze*. Então, foi o Centro-Oeste que abasteceu o Ceará e o Nordeste inteiro com milho, com feijão, com produtos agrícolas, com carne, com proteína. Tudo isso nós recebemos do Centro-Oeste. Então, você vê o papel destacadíssimo que você tem hoje nessa região.

E há apenas um fenômeno que, se eu pudesse, evitaria: parte das indústrias da nossa região que trabalham com esses insumos fundamentais (como o algodão, o beneficiamento de milho, de grãos), que nós tínhamos no Nordeste, estão migrando, evidentemente, para o Centro-Oeste, transformando aquela região não apenas num parque de produção agropecuária, mas numa área industrial em perspectiva.

Então, vejo o Centro-Oeste como muito importante para o nosso Brasil, muito importante para a minha região, o Nordeste. Espero que boa parte dessa carga vocês mandem para lá, para ser transportada para o mundo pelos portos do Ceará, de Pernambuco. Isso já é feito pelo Maranhão, mas que a gente possa espalhá-la pelo Nordeste. Até Aratu, na Bahia, pode receber cargas e deverá receber cargas dessa região.

Então, vejam que o planejamento destacado pode nos oferecer essa oportunidade de que a pujança do Centro-Oeste também se transforme naquilo que foi dito aqui pelos senhores, na pujança do nosso País. Isso é o mais importante: permitirmos que o nosso País avance a passos mais largos. É claro que existem muitas debilidades, muitas.

Em 2006, quando o Governador Cid Gomes foi eleito, foi pedido pelo Governo central, no caso o Presidente Lula, que mandasse um projeto importante para o Estado, o que estivesse pronto; o projeto que estivesse pronto. O Governador virou–se para um lado e para o outro: não tinha projeto algum pronto, porque nem se faziam projetos no País. Não havia projeto para nada. Sabem quem deu um projeto a ele? O movimento popular, que ofereceu um projeto de macrodrenagem da região metropolitana. É um dos maiores que está sendo feito no Brasil. Não existia projeto de nada. Isso era feito a unha por cada um. Era um fazendo lá em Mato Grosso, o outro fazendo em Mato Grosso do Sul, o outro fazendo em Goiás, alguém tentando lá no Nordeste. Todos brigando ali na unha, sozinhos, porque não havia um planejamento global para o nosso País. Não temos ainda, porque não é possível termos ainda. Nós apenas retomamos essa idéia de que, planejando... Se, sem planejamento, isso dá certo, imaginem se a gente planejar.

Então, esse é o movimento que nós estamos vivendo. Vocês vão oferecer essa oportunidade, mas não para o Centro-Oeste, nem pensem nisso. É que essa atividade organizada e planejada para o Centro-Oeste ajuda o País inteiro. Quando pensarem em Centro-Oeste, imaginem que vocês estão tratando do Ceará, da terra da mãe do Osvaldo, aqui, lá em Jati, no sul do Ceará.

Obrigado, Srª Presidente.

Parabéns! *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Obrigada, Senador Inácio, por sua presença e, principalmente, por seu depoimento.

Passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral. Posteriormente, Senador Cristovam, vou passar a palavra ao Sr. Olivier para responder a V. Exª.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Sr. Governador Silval Barbosa, do nosso querido Mato Grosso; Dr. Renato Pavan, Diretor-Presidente da Macrologística, Olivier Girard. Estou tendo muita aula com o Olivier nas últimas semanas. E também com Danilo de Freitas, Secretário de Infraestrutura do Estado de Goiás.

Quero cumprimentar, especialmente, a querida Senadora Lúcia Vânia pelo trabalho que tem feito pela Região Centro-Oeste – não só pelo Estado de Goiás, mas pela Região Centro-Oeste.

Recebi aqui esse material que V. Exª distribuiu. Não posso deixar de destacar, primeiro, a Lei Complementar nº 129, que institui a Sudeco. Sei que foi uma grande batalha de V. Exª, junto com a Bancada do Centro-Oeste, mas V. Exª teve um destaque absolutamente especial. Depois, destaco o Decreto nº 8.067, que aprova o regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, também uma conquista importantíssima para nós, alavancadora de investimentos importantes.

E não podia deixar também aqui de registrar a Resolução 4.171, de 20 de dezembro, que cria as diretrizes com critérios, condições e prazos para financiamentos, principalmente de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Eu estava conversando com o Senador Blairo Maggi que, na última reunião que tivemos no Ministério da Fazenda, disseram que iriam deslocar recursos do FDCO para atender às nossas carências do FCO, o que espero que tenha ocorrido. Não ouvi muitas informações a respeito disso, mas espero que aquela reunião capitaneada por V. Exª já tenha surtido os efeitos por todos nós do Centro-Oeste esperados.

Não pude estar presente aqui, porque, hoje, estamos votando a renegociação da dívida dos Estados, o que está muito aquém do que, pelo menos, imaginávamos fazer. Mato Grosso é diferente, porque Mato Grosso já negociou a sua dívida, ou, pelo menos, parte, com... Que banco foi, Blairo?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Com o Bank of America.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com o Bank of America, com o BofA. Tive oportunidade, inclusive, Governador Sinval, V. Exª comandou essas negociações, de aprovar isso na Comissão de Assuntos Econômicos, quando era Presidente. E, hoje, acabamos de aprovar, dentro do acordo que foi feito, a mudança de indexador da dívida. Isso ajuda muitos Estados, pode ajudar várias Capitais brasileiras, mas não resolve. Para o Mato Grosso do Sul, por exemplo, o impacto dessa proposta é muito pequeno. Acho que tínhamos que ter um...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É o mesmo projeto que veio da Câmara ou teve emenda?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É basicamente o mesmo projeto que veio da Câmara. E a ideia era avançar mais até discutindo e debatendo os percentuais de receita que os Estados são obrigados a recolher, talvez estabelecendo um teto menor e deixando a diferença para se investir em infraestrutura e, com isso, descentralizando os investimentos, desconcentrando os investimentos na mão única e exclusivamente de Brasília, do Governo Federal.

Seriam vários os projetos que seriam aprovados em comum acordo entre os Governos estaduais e federais. Infelizmente, isso não aconteceu, portanto, aprovamos o possível, para que o Plenário analise esse assunto em fevereiro do ano que vem.

Por isso, não acompanhei tudo aqui, mas tive a oportunidade de, na Confederação Nacional das Indústrias, junto com o Jaime Verruck, que representa a Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul, e com o Sérgio Longen, que é o Presidente... Hoje, coincidentemente, está havendo uma reunião da CNI também, tratando de questões relativas ao setor industrial. Então, estamos divididos hoje, por isso, não estamos presentes lá, mas acompanho atentamente a exposição muito competente do Olivier Girard. Depois, tivemos a oportunidade também de fazer um evento específico em Mato Grosso do Sul, na Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul e também o Centro-Oeste Competitivo, que foi apresentado pelo Olivier de uma maneira mais ampla aqui. Levamos o satélite para o Estado do Mato Grosso do Sul.

Eu queria fazer exatamente essas considerações, que, de certa maneira, fiz nessa reunião da Federação das Indústrias. Primeiro, quero dizer que o maior desafio do Brasil é a logística, continua sendo. Acho que tivemos alguns avanços, mas estamos muito aquém daquilo de que o Brasil precisa.

Olhando este trabalho aqui, percebe-se, nitidamente, a sobrecarga, nos próximos anos, de vários modais de transporte, o que, portanto, criará praticamente um apagão logístico se nada for feito. O Governo está se esforçando, está tentando viabilizar esse projeto dos leilões de rodovias, de aeroportos, espero que também de ferrovias, em que há alguns problemas que o Governo está tentando equacionar, principalmente no que se refere à Valec, às garantias da Valec no processo, porque esse modelo de ferrovia é muito parecido com o do setor elétrico, mas, evidentemente, tem de ter um aval consistente do outro lado, senão nada funciona. É o que a gente chama no setor elétrico de PPA. Aqui, na verdade, é a garantia do transporte de um nível preestabelecido de cargas. Mas, a realidade é que esse assunto continua em pauta e vai continuar em pauta durante muito tempo.

Quero saudar também a iniciativa da CNI, especialmente da Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul, na pessoa do Sérgio Longe, e só fazer uma abordagem muito rápida sobre o Mato Grosso do Sul. O estudo que o Olivier fez, aliás, que o Renato Pavan fez, como Diretor Presidente da Macrologística, o estudo que eles apresentaram mostra os pontos críticos, os gargalos da logística no Mato Grosso do Sul, mas aponta para dois temas que me são extremamente importantes. O primeiro é a questão da ferrovia. A gente vê o leilão da 267 e outras ferrovias sendo instaladas. Nós temos uma ferrovia pronta, que cruza o Mato Grosso do Sul, na mão da ALL. Aliás, diga-se de passagem, os serviços da ALL são alguns dos piores serviços prestados pelas empresas ferroviárias no Brasil. Esse trecho de Corumbá a Bauru é uma coisa lamentável, principalmente de Corumbá a Campo Grande, até para me castigar mais, porque sou

dessa região do Pantanal, dessa região de Corumbá. Talvez, minha querida Senadora Lúcia Vânia, seja um dos piores exemplos de privatização do Brasil, se não for o pior. É um arrendamento e está tudo sucateado, eles acabaram com tudo. Esse trecho de Campo Grande a Ponta Porã... Tem uma música da Beth Carvalho que diz assim: "Se o Brás é tesoureiro, a gente acerta no final". O Brás acertou no final. Eles canibalizaram Campo Grande a Ponta Porã, não tem mais nada, tudo foi embora, sumiu tudo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Senador Delcídio, só um instante para que eu me despeça do Governador, que tem de sair, tem uma audiência na Casa Civil.

Governador, eu gostaria muito que V. Exª capitaneasse, junto aos Governadores de Goiás, de Mato Grosso do Sul, de Brasília, um movimento no sentido de fazer com que a Sudeco se torne esse fórum de debate, para que a gente continue levando esse projeto, estabelecendo um cronograma de ação em comum acordo com os Senadores e Deputados Federais.

Eu quero dizer que temos Senadores da mais alta qualidade, como o Senador Delcídio, que tem uma experiência enorme em infraestrutura, o Senador Blairo, que é um empresário, está com a mão na massa, o Senador Osvaldo, que tem muita experiência. Todos os Senadores do Centro-Oeste podem colaborar muito para esse fortalecimento da região. Eu quero dizer a V. Exª que essa força do Centro-Oeste precisa se tornar cada vez mais evidente nesta região, aqui em Brasília, para que o Poder Público entenda que esta região precisa de um tratamento diferenciado, porque ela apresenta resultados.

Muito obrigada pela sua presença e um bom dia.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força. PTB - MT) – Srª Presidente, uma questão de ordem. Antes que o Governador se despeça, quero dizer que não sou do Partido do Governador Sinval, fomos adversários, mas ele tem o meu respeito, pois está fazendo um grande trabalho pelo Mato Grosso, está sendo um Governador exemplar. Nós sentimos muito orgulho do senhor pela sua luta, pela forma como está conduzindo as coisas, pela forma como está aguentando a parada, com pressão e tudo o mais. Tem sido um grande companheiro de Mato Grosso. Eu o parabenizo e estou muito feliz por estar aqui falando isso para o Senhor. Não tenho problema nenhum com as minhas bases porque estou falando a verdade.

O SR. SILVAL BARBOSA – Obrigado, Senador Osvaldo.

Desculpe-me Senador Delcídio.

Senadora Lúcia Vânia, infelizmente, vou ter que me ausentar porque estou com audiência agora na Casa Civil, mas a senhora tem aqui o meu compromisso de que vou estar me reunindo com os demais colegas Governadores, está aqui o representante do Governador Marconi, estaremos intensificando este debate para buscar saber de que forma o Poder Público pode entrar com mais força neste planejamento, tirando desse planejamento algumas obras em que possam ser feitos investimentos de projetos a curto prazo. Então a senhora tem aqui, os Senadores... Nós temos mais é que pedir aos Senadores que nos ajudem a fazer essa estruturação.

Esta reunião foi fundamental. A cada reunião de que a gente participa, reuniões como esta, é um aprendizado maior. A gente vê o comprometimento das pessoas, principalmente da nossa Bancada do Centro-Oeste.

Obrigado pelos elogios, Senador Osvaldo. Conte sempre com a gente. Obrigado e desculpe-me a minha ausência.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Obrigada Governador.

Retorno a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Voltando, Srª Presidente, às minhas considerações, ressalto que essa ferrovia é uma ferrovia que já está lá. Portanto, facilita muito mais os licenciamentos ou obras de revitalização.

Nas contas que o Olivier Girard fez, se fosse feita essa revitalização em função das cargas a serem transportadas... O *pay back* dessa ferrovia é baixíssimo, aliás, é altamente atrativo. E, lamentavelmente, nada acontece.

Nós estamos entrando com uma ação popular para cassar a concessão da ALL, além de pedir os ressarcimentos. Por quê? Como se trata de arrendamento, a União tem que ser ressarcida daquilo que foi sucateado: trilhos, dormentes, maquinário, locomotivas, enfim, tudo aquilo que fez parte daquele processo de arrendamento.

Um trem que começa desarrumado termina desarrumado. Isso começou com um grupo chamado Noel Group. Esse grupo faliu. Depois botaram nas mãos, essa ferrovia, de fundos de pensão, sem nenhum operador ferroviário. Deu no que deu. Aí entrou a ALL. Eu não sei se teve algum intermediário, Olivier, dentro desse... Mas depois veio a ALL.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) –Não, não, é a ALL mesmo. A ALL comprou a Brasil Ferrovias que era dos fundos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) –Exatamente. Era o nome que eu

queria... Evidentemente, a ALL está de olho no filé *mignon*, que é a bitola larga lá de Mato Grosso, que passa, tangencia Mato Grosso do Sul e vai embora. Esse é o filé *mignon*. E esqueceram o resto.

Eu acho que nós precisamos fazer um esforço muito grande, e nós vamos fazer, no sentido de revitalizar essa ferrovia, porque ela viabiliza transporte de minério, especialmente em função das minas de Corumbá.

Minha querida Senadora Lúcia Vânia, hoje – eu vou falar desse outro modal –, a Vale está limitada no escoamento da sua produção pelos modais disponíveis em Corumbá. E muita gente transporta minério de ferro em caminhão. É uma beleza. Isso é uma jabuticaba brasileira; ou seja, é um absurdo.

Portanto, eu não podia deixar de destacar – num estudo mais detalhado por Estado a gente pode visualizar bem isso; eu não acompanhei a exposição, mas deve ter sido uma exposição macro –, eu não podia deixar de bater de novo nisso aí, porque virou um mantra na minha vida. Eu repito isso em todos os lugares a que eu vou. Tem gente que sabe até de cor o meu discurso, mas eu repito sempre. Eu repito esse mantra.

Então essa questão ferroviária é importante, não só das que o Governo planeja, mas a revitalização daquilo que já existe, que é muito mais fácil de ser implementado. É bitolamento? É. Mas há alternativas de reforçar, limitar, por exemplo, a 60km/h o transporte da composição; existem formas. Sem falar no *appeal* turístico, porque essa ferrovia, nesse trecho entre Miranda e Corumbá, cruza o Pantanal. É uma das coisas mais lindas do mundo para se apreciar a fauna e a flora do nosso Estado, que compartilha o Pantanal com o nosso Mato Grosso, nossos irmãos mato-grossenses. Então, eu queria fazer esse registro.

E o outro que tem um *payback* altamente atrativo é a Hidrovia do Paraguai. Só que a Hidrovia do Paraguai opera hoje intermitentemente, porque, em determinados períodos do ano, o Rio Paraguai tem dificuldade, em função do assoreamento, de transportar essas cargas. E como existe quase também um dogma de não se liberar licenciamentos para se fazer a dragagem do Paraguai, nós perdemos um modal extraordinário inclusive de integração com o Paraguai, com a Argentina e com o Oceano Atlântico.

Na minha cidade, Corumbá, a agência do Banco do Brasil é de número 14, Senadora Lúcia Vânia. V. Exª sabe por quê? Porque os navios todos vinham de fora, entravam por ali e chegavam a Corumbá, que era um grande entreposto comercial de toda a Região Centro-Oeste.

Então, nós estamos perdendo mais essa oportunidade. Dentro do estudo que o Olivier apresentou, no ranqueamento todo entre rodovias, ferrovias, hidrovias, para Mato Grosso do Sul, é o melhor *payback* do conjunto todo, não é? De todo o Centro-Oeste? É de todo o Centro-Oeste. É pior ainda.

De todo o Centro-Oeste, os *paybacks* melhores são da ferrovia sucateada da ALL, que vai de Corumbá até Bauru, e a Hidrovia do Rio Paraguai, que, além disso, tem o *appeal* da integração sul-americana.

E, evidentemente, Olivier, eu vou trabalhar forte nessas propostas todas, em 2014. Até porque o estudo que foi feito pela Macrologística é extremamente lúcido e vai servir como um grande instrumento para todos nós, não só para Mato Grosso do Sul, mas para todos os Estados do Centro-Oeste. Talvez essa fora a razão principal, a competência do trabalho, que levou a Senadora Lúcia Vânia a fazer esta audiência pública.

Eu queria falar mais uma coisa só, já que nós falamos de integração, da saída para o Pacífico. Mato Grosso do Sul é um Estado que não pode olhar única e exclusivamente para a Federação brasileira, tem que olhar para os países vizinhos, para o Paraguai, para a Bolívia, o acesso ao Chile, aos portos do Chile e todos esses modais.

O próprio Olivier fez uma abordagem mais curta sobre essas questões, mas temos que nos voltar para o Pacífico, encurtar distâncias. Hoje, a saída via Paraguai já tem alternativas em que a gente passa por uma depressão dos Andes e chega ao Chile. A Bolívia também já está se preparando para isso. Então, nós temos que olhar para os dois lados, porque nós temos que ter competitividade, essa palavra mágica, bonita, que todo mundo usa. Mas, lamentavelmente, acontece muito pouco daquilo que todos nós sonhamos e esperamos.

Então, eu queria fazer este registro. Nós temos Estados com bons produtores, Estados voltados para o agronegócio, que tem ajudado muito o Brasil a crescer. A produção de alimentos é absolutamente essencial para a cidadania. Mas estamos sendo prejudicados na logística e na infraestrutura, e não podemos perder mais essa parada.

Para encerrar, e agora de vez, Senadora Lúcia Vânia, o Brasil precisa ter engenheiros. O Brasil precisa ser um país de engenheiros, porque os engenheiros é que realizam.

Hoje, os órgãos de controle é que prevalecem em qualquer investimento no Brasil. Hoje, tem CGU, TCU, Ministério Público, o que a gente puder imaginar de controle o Brasil tem. E hoje os grandes protagonistas no Brasil são os controladores, e não aqueles que fazem. Isso tem trazido prejuízos que a gente não consegue mensurar para o nosso País e para as fu-

turas gerações, além de uma judicialização excessiva de tudo que é feito no Brasil.

Eu não estou aqui fazendo um libelo contra os órgãos controladores, eles têm seu papel, contra a Justiça; muito pelo contrário. O Brasil tem que transmitir segurança jurídica, o Brasil tem que ter uma Justiça forte, uma Justiça independente, mas os órgãos controladores hoje são os grandes atores, são os atores principais. Na verdade, eles são fundamentais no processo, mas o importante é que a gente implemente esses projetos que são essenciais para o Brasil.

Portanto, eu espero que, nos próximos anos, nós tenhamos mais engenharia e controle também, mas dentro das condições normais de temperatura e pressão. Quem resolve logística é engenheiro, não é outro tipo de profissional, e eu espero que o Brasil, como os países que cresceram no mundo ultimamente, seja uma pátria de engenheiros, com todo o respeito que eu tenho às demais profissões, que são fundamentais, mas chegou a hora da engenharia nacional, e ela vai mostrar a que veio, principalmente, nesse desafio logístico que foi muito bem apresentado aqui pela Macrologística.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – O Delcídio e os demais Senadores que aqui estiveram já têm conhecimento dessa luta nossa, que é no sentido de fortalecer a Sudeco, não permitir que a Sudeco seja um organismo, como foi no passado, apenas para pulverizar recursos. E acho que, agora, nós temos um grande instrumento na mão, que é um planejamento.

A espinha dorsal da Sudeco é o Plano de Desenvolvimento Regional. Nós o estamos recebendo de forma inesperada até. Portanto, a Sudeco poderá ter um papel muito grande, poderá ser o fórum para que a gente possa debater e priorizar esses projetos.

Quero informar, também, aos senhores empresários e àqueles que nos acompanham e nos veem pela televisão que, este ano, a Bancada de Senadores do Centro-Oeste fez com que o FCO, que é o único instrumento que nós temos de desenvolvimento, de financiamento a juro subsidiado, que era de R$5 bilhões e alguma coisa para o Centro-Oeste, nós conseguimos elevar, com o nosso trabalho conjunto de 13 Senadores, de R$5 bilhões para R$8 bilhões.

Como isso aconteceu? Primeiro, R$1,5 bilhão veio para o setor rural da caderneta de poupança, um trabalho que todos nós fizemos no Banco do Brasil, e R$1,4 bilhão do FDCO, que foi transportado para o FCO, o que não é o desejável, porque poucos empresários sabem que nós temos na Sudeco, hoje, o Fundo de Desenvolvimento Regional, que é voltado para financiamento de infraestrutura. Como nós não tínhamos nenhum projeto apresentado no FDCO, que tinha no seu orçamento R$1,4 bilhão, nós estivemos, todos os três Senadores, com o Ministro da Fazenda e solicitamos, como nós estamos já no final do ano, não havia mais tempo para apresentar projeto, que esse dinheiro fosse colocado no FDCO, aliás, no FCO empresarial. Então, nós ficamos com R$1,5 bilhão para o setor rural e R$1,4 bilhão a mais para o FCO empresarial. Com isso, nós salvamos R$1,4 bilhão, ampliamos os recursos no empresarial, que já estavam esgotados, principalmente em Mato Grosso do Sul e em Goiás, e ampliamos o setor rural na ordem de R$1,5 bilhão.

Agora, eu fico preocupada porque poucos empresários conhecem o FDCO. Ele foi pouco divulgado. Os juros são atrativos, mas poucos sabem que podem dispor disso. Agora, o nosso desejo era fortalecer o FDCO cada vez mais, mostrando a nossa necessidade de infraestrutura. No entanto, por falta de projeto do ano passado, este ano, no Orçamento, já perdemos R$400 milhões. Ele veio com R$1,1 bilhão. Nós vamos ainda trabalhar o Orçamento para ver se, pelo menos, o Relator acrescenta alguma coisa, o que acho difícil, porque também esses fundos foram centralizados no Ministério da Fazenda, que é outra coisa que temos que discutir aqui entre nós, porque essa centralização não é desejável para a nossa região.

No mais, eu quero agradecer a todos os Senadores a generosidade dos elogios, mas, na verdade, eu só posso dizer que o que nós conquistamos até hoje se deve à expertise de cada um que está aqui no Senado. Nós temos o Senador Delcídio, que é um *expert* – todos sabem –, foi ministro e, se Deus quiser, poderá ser governador do Mato Grosso do Sul, junto com meu Partido, o PSDB. O Senador Delcídio tem sido o meu professor. Eu fui Presidente da Comissão de Infraestrutura. Nós fizemos aqui um grande debate sobre o setor elétrico, capitaneado por ele. Nessa área de infraestrutura, ele, realmente, tem uma expertise que nos ajuda muito, além de um amplo relacionamento na área econômica do Governo. Isso é um grande lance que temos que aproveitar, porque a Região Centro-Oeste ainda não faz parte da agenda do setor econômico deste País. Nós temos que forçar isso. E o Senador Delcídio é um grande instrumento. O Senador Blairo, da mesma forma, é um empresário que tem muita experiência; o Senador Osvaldo; o Senador Cyro Miranda, empresário; o Senador Cristovam Buarque, que tem visão e é um economista. Enfim, todos os Senadores da Região Centro-Oeste estão aptos a fazer um trabalho diferenciado no Senado da República e estão fazendo. Acho que somos a única Bancada que está procurando, cada vez mais, se unir

e nos aproveitamos bastante desse projeto, levando para os nossos Estados e, agora, trazendo para o Senado da República.

Queremos promover um grande encontro com todas essas forças políticas para fazermos uma reflexão a respeito do instrumento que temos na mão hoje, que é a Sudeco. Nós temos que mostrar que esse organismo de desenvolvimento regional não vai repetir aquilo que se fez no passado. Esse, sim, será o grande fórum de debate de integração da nossa Região.

Eu agradeço a todos e passo a palavra, em primeiro lugar, para o Dr. Danilo, que representa aqui o Governador Marconi Perillo, que não pôde se pronunciar durante o evento por motivos técnicos para chegar aqui.

O SR. DANILO DE FREITAS – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Lúcia Vânia, Presidente em exercício da Comissão; Sr. Olivier Girard e Sr. Renato Casali Pavan, da Macrologística; Senadores Delcídio Amaral e outros que estiveram aqui presentes, em nome dos quais cumprimento todos os presentes aqui.

Em nome do Governador Marconi Perillo, eu e o Dr. Marcos Musse estamos incumbidos de representar aqui o Estado de Goiás. Por motivos que a Senadora mencionou anteriormente, nosso voo foi cancelado e tivemos que dar um jeitinho para chegar a Brasília ainda a tempo de participar desta importante reunião.

O trabalho da Senadora Lúcia Vânia e de todos os que compõem esta Comissão é ímpar no desenvolvimento do Centro-Oeste, no desenvolvimento da infraestrutura dos Estados que compõem o Centro-Oeste e é sabido de todos, conhecido de todos. A Senadora Lúcia Vânia tem um trabalho árduo na criação da Sudeco, no fortalecimento da Sudeco, como ela tem reiteradas vezes mencionado aqui, em público e também na Comissão de Infraestrutura.

Nós, no Estado de Goiás, e o Governador tem esse foco em mente, temos a necessidade e a expectativa de que o fortalecimento da infraestrutura alcance o Centro-Oeste. Importantes obras que estão paradas há mais de 20 anos, como a Norte-Sul, como a Ferrovia de Integração Centro-Oeste, são obras cuja entrega é necessária para fomentar o crescimento sustentável dos governos e dos Estados que compõem a Região Centro-Oeste.

Esses investimentos são ainda mais importantes quando vemos... E o Governador Marconi Perillo, juntamente com o Governador Silval e outros governadores, tem trabalhado incansavelmente para que sejam realmente realizadas essas obras de infraestrutura. Nós, no Estado de Goiás, estamos fazendo isso com obras rodoviárias. Inclusive, hoje o Governador não pôde vir porque está neste momento recebendo o Ministro das Cidades numa apresentação de obras de saneamento que estão sendo feitas em todo o Estado de Goiás, investimentos de mais de R$3,5 bilhões na área de saneamento.

Mas, como eu ia dizendo, essa infraestrutura é importante porque nós estamos passando por um momento em que os governos que não são integrantes, por exemplo, da Região Sudeste, estão sendo ameaçados com o fim dos incentivos fiscais. Então, os Estados que compõem o Centro-Oeste só continuarão a crescer – especialmente Goiás, que está crescendo acima da média nacional – se tiverem uma logística e um investimento em infraestrutura condizente com esse crescimento econômico.

Daí porque nós precisamos sim, Senadora e Senadores aqui presentes, de juntar forças. É importante, por isso, a menção que a senhora fez aos Estados que compõem o Centro-Oeste, ao Governador Silval, ao Governador André, ao Governador Marconi Perillo, ao Governador do Distrito Federal também. Que os governos possam interagir para que se possa cobrar da União os investimentos prometidos na área de infraestrutura. Só com isso nós teremos crescimento.

Daí porque quando participamos... Eu até sinto que não perdi muito porque já ouvi o Olivier numa apresentação que fez na CNI. Eu perguntei ainda agora para ele se era a mesma apresentação e ele respondeu que sim, mas com um pouco mais de detalhes. Assim, eu tenho a louvar aqui a iniciativa da Comissão de estar apresentando, através da Macrologística, através do Olivier, através do Pavan, esse cenário de diagnóstico que nós temos hoje na infraestrutura e o que podemos crescer e podemos realizar nessa área.

Portanto, agradeço aqui, em nome do Governador, pelo convite e pela participação nesta sessão de hoje.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Agradeço ao Dr. Danilo e peço-lhe que transmita os nossos cumprimentos ao Governador Marconi Perillo.

Passo a palavra ao Dr. Renato Pavan para que ele possa fazer suas considerações finais.

O SR. RENATO CASALI PAVAN – Bem, eu acho que uma reunião como esta realmente tem poucas possibilidades de ser feita no nível em que o foi, principalmente com a liderança da Senadora Lúcia Vânia, que realmente trabalha pelo Centro-Oeste tendo-o como uma causa bastante importante.

Eu só queria dizer o seguinte. Qual é a posição da Macrologística quanto aos projetos que nós fizemos não só no Centro-Oeste, mas no Norte, no Sul e no Nordeste? Transformar esse projeto em política pública. E qual é a estratégia que estava sendo adotada? O Senador sabe que, em 1995, foram constituídas as agências e, criminosamente, foi encerrado o Geipot,

que era o Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, que fazia os planejamentos estratégicos do governo.

De lá para cá é um caos, quer dizer, não sobrou para ninguém. Na própria estrutura organizacional do Ministério dos Transportes e das agências o que está acontecendo? O Ministério dos Transportes perdeu a capacidade de planejamento e todos passaram a fazer planejamento. Quer dizer, a Antac faz planejamento, inclusive o irmão do nosso amigo, Dr. Cássio, é o responsável por essa parte. A ANTT faz planejamento. E o Governo? Então, ficou essa lacuna.

A gente tem conversado. Os projetos todos realizados pela Macrologística contaram com as informações e a participação de todos os Estados, da secretaria de infraestrutura do Estado. Não foi um projeto com índices do IBGE, aliás, pelo contrário, havia distorções entre o IBGE, entre o Imea, o Ministério da Agricultura. Tivemos que fazer reunião para poder acertar essas condições.

E a grande esperança que a gente tinha em transformar em política pública era com a criação da MPL – e o Bernardo Figueiredo conhece logística bastante bem. E qual a estratégica? Quais são todos os projetos que existem no Brasil de logística? São 4.850 projetos. O Bernardo trouxe todos eles, contratou a McKinsey, que já enxugou esses 4.850 para 1.250, e todos os nossos lá, por enquanto, estão valendo.

Agora, muda: o Bernardo sai e entra o Paulo Sérgio, que também é competente, conhece o Ministério. Acho que existe um caminho que é exatamente o caminho da não contestação, ou seja, nós escolhemos esse porque ele apresentou todos os requisitos necessários para poder atender aquilo que o Brasil está precisando.

Outra coisa importante é que isso tudo não adianta nada se não houver a união política, a decisão política.

Quero parabenizar também os Senadores pela posição de cada um que, independente de partido político, independente de Estado, todos estão defendendo o mesmo projeto.

Nós ficamos à disposição. A gente sabe que isso tem que passar por uma série de discussões e o que queremos é exatamente não deixar nenhum ponto de dúvida, responder a todas as questões. Inclusive, se tiver que mudar, vou usar a opinião do meu guru, que é o Dr. José Batista. Se tiver um negócio melhor, eu jogo o meu fora e pego o melhor. É isto que nós estamos querendo: tornar o projeto cada vez melhor.

Agradeço aqui a atenção. Ficamos à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Agradeço o Dr. Renato e passo a palavra ao Dr. Olivier Girard.

O SR. OLIVIER GIRARD – Primeiro gostaria de agradecer a oportunidade de ter de novo apresentado o Projeto Centro-Oeste Competitivo aqui, quer dizer, não especificamente aqui no Senado, mas de novo apresentado o projeto para os Senadores como foi feito na CNI.

Antes de mais nada, quero responder a dúvida do Senador Cristovam Buarque referente ao que ele falava: quanto haveria de redução em termos de custos se a gente realizasse esses projetos. O que eu mencionei é que, na realidade, nós conseguimos ter uma economia de R$7 bilhões, mais de R$7 bilhões ao ano. Se esses projetos fossem realizados, daria uma redução de 12% nos custos logísticos e o mais importante é que esse dinheiro fica na mão do produtor, fica na mão das regiões, fica aqui no Brasil. Isso é o mais importante de tudo. Além da economia que estamos fazendo, de R$7 bilhões, que volta em termos de novos investimentos na região, torna tudo isso muito mais competitivo e muito mais desenvolvido.

Gostaria também de lembrar o que o meu sócio Renato já mencionou, ou seja, já realizamos esse mesmo projeto no Norte, o projeto Norte Competitivo. O projeto também foi feito no Sul, o projeto Sul Competitivo. Foi feito no Nordeste, projeto Nordeste Competitivo. E agora estamos fazendo o Centro-Oeste Competitivo. Ou seja, já temos em quatro Regiões.

Convidamos os Senadores – sei que a grande maioria é da Região Centro-Oeste, mas vi aqui o Senador Sérgio Souza, do Paraná – para conhecer os outros trabalhos que foram feitos nas outras regiões, porque são de suma importância e, muitas vezes, convergentes. Por exemplo, mencionamos a ferrovia Maracaju-Dourados-Paranaguá, também um dos eixos prioritários da Região Sul, da mesma forma como a hidrovia do Tocantins, aqui mencionada como uma estrutura para a Região Norte, que também é um eixo prioritário, e a mesma coisa com a hidrovia Juruena-Tapajós. A hidrovia do Paraguai já apareceu como prioritária para o Norte, e ela é prioritária também para a Região Centro-Oeste. Então, existe uma convergência muito grande.

Devemos iniciar o da última Região, que é a Região Sudeste, fazer o Sudeste Competitivo. Todo mundo fala: "Mas ali já existe toda a logística necessária, não é preciso fazer isso tudo". Precisa sim, porque grande parte da nossa produção, do Centro-Oeste, passa pelo Sudeste. Então precisamos saber quais são as necessidades do Sudeste para encaminharmos tudo isso junto.

Por fim, gostaria de alertar a todos que estamos muito próximos de 2020. Quando começamos esses projetos, o projeto mais competitivo, olhávamos 2020

lá longe, porque isso foi feito em 2009, 2010. Falava-se: "Temos dez anos!" E pouco mudou. Fizemos uma avaliação recentemente do Sul Competitivo, que foi entregue há um ano, um ano e meio, para ver o quanto havia evoluído. E mencionei aqui o pouco que tinha sido mudado em um ano e meio, ou seja, de 51 projetos prioritários, apenas dois tinham sido finalizados e só dez tinham sido iniciados. E de um dos projetos prioritários para a Região Sul, que é a ferrovia Norte-Sul, que cruza a Região Sul, ainda nem foi feito estudo muito menos projeto básico, esse projeto que é fundamental.

Então, precisamos, sim, nos mexer. É fundamental esta reunião agrupando todos os Senadores, mostrando que a bancada está forte, firme, atuante. Juntando-se o poder de fogo do Senado com a vontade de fazer do Executivo, tanto federal quanto estadual, não tem como não acontecer.

Precisamos tirar as barreiras. Mencionaram muito aqui barreiras, barreiras ambientais, de que se fala muito. Temos, e é uma opinião pessoal a que vou expressar, uma legislação de meio ambiente de primeiro mundo, acho que melhor do que a de muitos países. Inclusive, meu concunhado é americano. Fui a uma fazenda dele em Iowa, que ele tinha recentemente comprado. Ele tinha umas árvores quase centenárias. Eu falei: vocês vão manter essas árvores? "Não, vou cortar tudo". Como assim, vai cortar tudo? A área de meio ambiente não vai dizer nada? "Não, está dentro da minha propriedade privada, eu vou cortar". Então, protegemos isso, temos um grau de inteligência ambiental, se podemos dizer, de primeiríssimo mundo. O nosso problema é que a nossa logística está parada no tempo, é de terceiro mundo. Então, essa logística, essa infraestrutura de terceiro mundo está tendo que caminhar a duras penas com uma legislação ambiental de primeiríssimo mundo. Precisamos ter um pouquinho de convívio entre ambas para permitir que essa logística recupere o tempo perdido frente a essa legislação ambiental, que consigamos recuperar isso.

Por fim, em minha última palavra, gostaria de convidar a todos – convidar o Senador Delcídio do Amaral, futuro governador do Mato Grosso do Sul, se tudo der certo – para conhecer um pouquinho do que nós macrologistas estamos trabalhando em alguns outros Estados, e o primeiro é a Paraíba. Estamos fazendo um planejamento estratégico de desenvolvimento para a Paraíba, que envolve não só a logística, que é muito importante, não só a macrologística regional e a micrologística do Estado, mas também a parte energética, o planejamento estratégico de energia, de geração de energia, planejamento estratégico de telecomunicações e informática, o plano de desenvolvimento industrial, o que dá para verticalizar e trazer de novas indústrias para o Estado e, por fim, como foi mencionado muito propriamente aqui, o plano estratégico de capacitação de mão de obra, o que é preciso ser feito no Estado para ampliar as faculdades, o Sistema S, para que se tenha capacitação certa, que nos vai atender não agora, mas nos próximos cinco, dez, vinte anos.

É um convite que faço para todos os Estados que entendam e conheçam mais o que está sendo feito na Paraíba, que é um precursor. Temos que entender a intenção de replicar isso em outros Estados.

Muito obrigado pelo convite, Presidente.

A SRª PRESIDENTE(Lúcia Vânia. Bloco/Minoria. PSDB/GO) – Eu que agradeço.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE(Lúcia Vânia. Bloco/Minoria. PSDB/GO) – Pois não.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Peço a palavra apenas para fazer um registro.

Primeiro quero mais uma vez destacar que acho que o Olivier agrega outras informações que, para nós, do Mato Grosso do Sul, são extremamente relevantes e toca em um ponto muito importante: a qualificação de mão-de-obra.

Senadora Lúcia Vânia, a Petrobras é a minha praia. É uma empresa, uma companhia em que me orgulha ter trabalhado. Eu estive na fábrica de fertilizantes da Petrobras, andando no meio da turma. E havia muita gente de fora. São fundamentais, são muito bem-vindos, porque Mato Grosso do Sul precisa dessas pessoas. Mas nós precisamos preparar o nosso Estado para qualificar a nossa mão-de-obra e fazer com que essa mão-de-obra venha a ser aplicada nesses projetos de investimento que se avizinham para o Estado.

Olivier conhece bem o meu Estado e o Renato também. Então, é importante essa amplitude dos estudos, e eu não tenho dúvida disso. Quero até depois, em uma primeira oportunidade, conversar um pouco sobre isso, porque é fundamental até para nortear o nosso mandato e os trabalhos que desenvolvemos aqui no Senado.

Coincidência ou não, minha querida Senadora Lúcia Vânia – eu recebi um recado aqui de gente que está acompanhando pelo UHF esta audiência pública –, hoje, no Plenário Ulisses Guimarães, estão comemorando os 80 anos do Sistema Confea/Crea. Então, como diz a Rede Globo, "tudo a ver". Eu falei aqui dos engenheiros e quero aproveitar – eu não estou presente lá, mas esse tema é fundamental – para registrar os 80 anos do Sistema Confea/Crea e dizer que quero

cumprimentá-los pelo trabalho exemplar, republicano, digno e compromissado com o futuro do nosso País que o Sistema Confea/Crea tem realizado no Brasil.

No mais, quero agradecer mais uma vez a oportunidade desse diálogo e dessa troca de experiência ampla que a Macrologística tem.

A SRª PRESIDENTE(Lúcia Vânia. Bloco/Minoria. PSDB/GO) – Em nome da Comissão de Infraestrutura, nós estendemos esses cumprimentos também ao Sistema Confea/Crea.

Quero, para encerrar, cumprimentar o Senador Waldemir Moka, que é do Mato Grosso do Sul e me ajudou a organizar esta Comissão na parte operacional. Ao Senador Waldemir Moka, companheiro, o meu muito obrigada.

Quero cumprimentar o Senador Ruben Figueiró, a quem não me referi quando saudei todos os Senadores. Quero dizer da importância da presença de S. Exª, sempre aplicado, ao nosso lado, transmitindo a sua experiência para o nosso trabalho.

Por fim, o senhor obteve a resposta e eu vou pedir novamente, Senador Cristovam, ao Olivier que possa transmitir novamente a resposta a V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Antes de sair ele me passou, cochichando, mas eu gostaria que ele repetisse para o público.

O SR. OLIVIER GERARD – Como eu mencionei há pouco, as economias, só na Região Centro-Oeste, são de mais de R$7 bilhões ao ano em termos de redução de custo logístico. E essa economia toda ficaria na região e poderia desenvolvê-la. Ou seja, é um dinheiro que vai ficar na mão do produtor, na mão do operador logístico da região e isso vai permitir que tenhamos mais investimento aqui. E há uma redução de 12% nos custos logísticos previstos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ou seja, em quantos anos se recuperaria o capital gasto?

O SR. OLIVIER GERARD – No caso específico do Centro-Oeste, em cinco anos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas aí estão sendo contados os gastos com a Copa de todo Brasil?

O SR. OLIVIER GERARD – Não...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Só local?

O SR. OLIVIER GERARD – Não. Eu estou falando em cinco anos para recuperar os investimentos não da Copa, mas os investimentos em infraestrutura logística aqui. Ou seja, os R$36,4 bilhões de que nós estamos falando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas a pergunta foi: se pegássemos o dinheiro gasto com a Copa...

O SR. OLIVIER GERARD – Bom, eu não sei o valor gasto com a Copa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Por isso que eu falei que a minha pergunta talvez não pudesse ser respondida sem estar na frente de um computador para fazer simulações. Mas, supondo que se gastou só em estádio uns R$15 bilhões, R$10 bilhões, já daria para fazer um bom trabalho. E, se considerarmos a totalidade de gastos, inclusive de infraestrutura urbana – o que obviamente deixa resultado, mas fica localizado, não dá o retorno econômico –, eu creio que a gente poderia resolver uma porção de problemas logísticos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Obrigada, Senador Cristovam; obrigada, Senador Delcídio; obrigada, Senador Osvaldo Sobrinho.

Quero agradecer a Silval Barbosa, Governador do Mato Grosso; Hermano Carvalho, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal; Danilo de Freitas, a quem já me referi; Fábio de Freitas, Coordenador de Transporte da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Walneon Antônio de Oliveira, Representante da Antaq; José Marcos de Freitas Mussi, Diretor de Obras Rodoviárias do Estado de Goiás; Alan Gonçalves Barbosa, Prefeito de Alto Paraíso; Miguel Vaz, Prefeito em exercício de Lucas do Rio Verde; Argentina Martins, Vice-Prefeita de Formosa; Edivaldo Caixeta, representante do Prefeito de Cristalina; Ivan Marques de Toledo Camargo, Reitor da Universidade de Brasília; Prof. Mauro Caetano, Vice-Diretor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás; Prof. Joaquim Aragão, do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília; Pedro Alves de Oliveira, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, representando Robson Braga, Presidente da CNI; José Ramos Torres de Melo Filho, Vice-Presidente Diretor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Jaime Verruck, Diretor-Coorporativo da Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul; Vladson Bahia Menezes, Gerente-Executivo de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional da Indústria; Pedro Ferreira Arantes, Federação da Agricultura do Estado de Goiás; Gustavo Lima Barreto, Diretor Financeiro da Associação Comercial do Distrito Federal Jovem; Caio Benjamin Dias Filho, Administrador da Empresa de Consultoria Milênio.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a todos os presentes, especialmente os expositores, cumprimentando-os e dizendo da nossa alegria de vê-los pensar o Brasil do futuro e nos subsidiar com valioso instrumento de trabalho.

A todos os senhores, o meu muito obrigada. (*Palmas.*)

(Iniciada às 8 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

ATA DA 69ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 68ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às doze horas e quatorze minutos do dia onze de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência da Senhora Senadora **Lúcia Vânia,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, Alfredo Nascimento, José Pimentel, Pedro Taques, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Ruben Figueiró** e **Osvaldo Sobrinho**, além do Senador **Cyro Miranda**, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 66ª, 67ª e 68ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2013**, de autoria do Senador **Alfredo Nascimento**, que "*altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para acrescentar como diretriz de política tarifária do serviço de transporte público coletivo a concessão de desconto para pagamento realizado por meio eletrônico*". Relatoria: Senador **Acir Gurgacz**. Resultado: retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. Item 2 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 58, de 2013**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que "*requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, combinados com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização do Fórum Brasileiro de Infraestrutura ao Desenvolvimento Nacional, com o objetivo de agregar os estudos já realizados por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura e mobilizá-los para sua inserção nas agendas das políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento, bem como de criar novo espaço de mobilização, periódica, das principais competências sobre o assunto e reforçar o suporte de qualificação ao planejamento das ações governamentais*". Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e dezessete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente em exercício.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Minoria/PSDB - GO) – Declaro aberta a 69ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 66ª, 67ª e 68ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 179, de 2013
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para acrescentar como diretriz de política tarifária do serviço de transporte público coletivo a concessão de desconto para pagamento realizado por meio eletrônico.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observação: por solicitação do Relator, Senador Acir Gurgacz, a matéria fica retirada de pauta para ajustes em seu relatório.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 58, de 2013

Requer, nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, combinados com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização do FÓRUM BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL, com o objetivo de agregar os estudos já realizados por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura e mobilizá-los para sua inserção nas agendas das políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento, bem

como de criar novo espaço de mobilização, periódica, das principais competências sobre o assunto e reforçar o suporte de qualificação ao planejamento das ações governamentais.
Autoria: Senador Fernando Collor
Observação: o requerimento foi lido na 68ª Reunião.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores, convoco a nossa próxima reunião a ser realizada no dia 18 de dezembro, quarta-feira, às 7h30, neste plenário, com pauta deliberativa e audiência pública, tendo como convidado o Exmo Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, Ministro de Estado das Cidades, que, atendendo ao Requerimento nº 57, de 2013, da Comissão de Infraestrutura, de autoria da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, discorrerá sobre projetos de infraestrutura urbana desenvolvidos por aquele Ministério referente às obras para a Copa do Mundo de 2014.

Não havendo nada mais a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras e a todos os nossos assistentes.

(Iniciada às 12 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.)

ATA DA 70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas do dia dezessete de dezembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi, Alfredo Nascimento, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Francisco Dornelles** e **Ruben Figueiró**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e propõe a dispensa de leitura e aprovação das atas da 69ª reunião da Comissão, da 3ª reunião da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca e da 1ª reunião da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados da Presidência da Comissão. É retirado de pauta, a pedido do autor, Senador **Francisco Dornelles,** o Item 4 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 59, de 2013**, que "*requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, Romeu Donizete Rufino, para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa, a fim de informar os motivos da retirada da Usina de Itaocara I do Leilão de Energia 10/2013 (A-5)*". Tem início a apreciação dos demais itens da pauta. Item 1 – **Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2013**, de autoria do Deputado **Ivan Valente**, que "*altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo*". Relatoria: Senador **Inácio Arruda**. Lido o relatório, os Senadores **Acir Gurgacz** e **Walter Pinheiro** solicitam vista. Resultado: concedida vista coletiva da matéria. Item 2 – **Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2013**, de autoria do Senador **Wilder Morais**, que "*dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos*". Relatoria: Senador **Inácio Arruda**. Resultado: aprovado, com a Emenda nº 01-CI. Item 3 – **Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2011**, de autoria do Senador **Acir Gurgacz**, que "*cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências*". Relatoria: Senador **Wellington Dias**. Relatoria *ad hoc*: Senador **Walter Pinheiro**. Fazem uso da palavra os Senadores **Inácio Arruda** e **Acir Gurgacz**. Resultado: aprovado, com a Emenda nº 01-CI (Substitutiva). O Presidente submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e vinte e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Declaro aberta a 70ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 69ª Reunião da Comissão, da 3ª Reunião da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca (Ciposeca) e da 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento urbano (Cispid).

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Leitura de documentos

Justiça manda parar Belo Monte

A 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região decidiu, no fim da noite de ontem, dia 16, pela paralisação da usina hidrelétrica de Belo Monte. Os desembargadores entenderam que o consórcio Norte Engenharia, responsável pelo projeto bilionário do Rio Xingu, no Pará, comete uma série de atropelos ambientais. A empresa pode recorrer, mas a suspensão entra em vigor de imediato.

A sentença estipulou multa diária de R$500 mil em caso de descumprimento da decisão. E ainda impede repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao principal projeto energético do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

Em um voto que demorou mais de três horas para ser lido, o Relator Souza Prudente [excessivamente prudente] fez duras críticas ao consórcio [aspas]: "Eles querem tempo [isso é literal] para concluir a obra faraônica [adjetivo dado pelo próprio Dr. Souza Prudente] e depois dizerem: 'Venham demolir'. É um propósito evidente." [fecha aspas]

O desembargador pediu, ainda, que a empresa prove o cumprimento das 40 condicionantes ambientais que levaram à emissão da licença de instalação. "Não basta dizer que cumpre, tem que provar. Estão tratando (as condicionantes) com total descaso, empurrando para frente para ganhar tempo", disse. [E conclui:] "Não sou contra obra. É meu dever fazer valer as leis ambientais".

Imaginemos se ele fosse contra a obra.

Essa é a 23ª paralisação sofrida pela usina de Belo Monte, uma obra de extraordinária importância para o desenvolvimento do nosso País.

Comunicados.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) convida a Comissão de Serviços de Infraestrutura para a cerimônia de posse do Sr. Igor Vilas Boas de Freitas como membro do Conselho Diretor da Agência.

O Sr. Igor Vilas Boas de Freitas foi indicado ao cargo de membro do Conselho Diretor da Anatel pela Presidenta da República, por meio da Mensagem nº 100, de 2013. A indicação foi aprovada por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal, no dia 4 de dezembro de 2013.

A cerimônia será realizada no dia 17 de dezembro de 2013, hoje, portanto, às 14h30, na sede da Anatel, em Brasília.

O Dr. Igor Vilas Boas é integrante do grupo de consultores legislativos do Senado Federal, que, como sempre, cada um dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras testemunha, constitui um grupo de extrema importância para o trabalho desenvolvido por cada um de nós, graças à eficiência dos consultores legislativo do Senado, competência e qualificação.

Segundo comunicado.

6º Ciclo de Audiências: Relato 4º Painel

Em continuidade ao ciclo de audiências públicas denominado "Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país", esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na quarta-feira, dia 4 de dezembro, o 4º painel do tema "Água: Gerenciamento e Utilização", com a participação do Sr. Pedro Brito, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, do Sr Ricardo Lins Portella Nunes, Coordenador do Conselho de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, da Srª Priscila Santiago, Economista da Confederação Nacional do Transporte, e do Professor Sílvio dos Santos, Engenheiro do Laboratório de Transportes e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Em 1993, afirmou o Sr Pedro Brito, com a criação da Lei nº 8.630, que abriu os portos à iniciativa privada, houve a maior e mais importante mudança no sistema portuário brasileiro. Hoje, como no mundo inteiro, todos os portos brasileiros, inclusive públicos, são operados pela iniciativa privada.

O novo marco regulatório trouxe alterações importantes, permitindo que, além dos portos públicos com operação privada, passássemos a ter também a operação livre de portos privados fora das áreas dos portos organizados, explicou ele.

Segundo o palestrante, um dos principais gargalos da logística portuária brasileira é o acesso aos portos. Em Santos, disse ele, o maior porto da América latina, responsável por cerca de 30% da movimentação de todo o comércio internacional brasileiro, onde é preciso vencer a serra até chegar a São Paulo, o modal rodoviário responde por cerca de 80% do transporte. Precisamos, com rapidez, substituir parte dessa movi-

mentação pelas ferrovias e pelas hidrovias, pois todos os portos brasileiros sofrem hoje com essa questão dos acessos terrestres.

Eu peço à Secretaria desta Comissão que dê como lido o relato integral desta audiência pública sobre os portos.

Segundo comunicado – trata da audiência pública sobre o Projeto Centro-Oeste Competitivo.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou, na quarta-feira, dia 11 de dezembro, audiência pública destinada à apresentação do Projeto Centro-Oeste Competitivo, atendendo a requerimento de S. Exª, a Senadora Lúcia Vânia. Participaram da reunião o Exmº Sr. Governador de Mato Grosso, Dr. Silval Barbosa; o Secretário de Estado da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Goiás, Sr. Danilo de Freitas; o Presidente da Federação das indústrias do Estado de Goiás, Sr. Pedro Alves de Oliveira; o Diretor-Presidente da Macrologística, Sr. Renato Pavan; e o Sócio-Diretor da Macrologística, Sr. Olivier Girard.

O Projeto Centro-Oeste Competitivo foi encomendado à Empresa de Consultoria Macrologística pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e pela Confederação Nacional da Indústria. O objetivo é apontar saídas para evitar o apagão logístico na região, cuja produção cresce mais que a média nacional e enfrenta gargalos de infraestrutura que comprometem o seu escoamento e corroem a rentabilidade presumida.

O estudo em questão elaborou um planejamento estratégico da infraestrutura de transporte e logística de cargas na região Centro-Oeste, incluindo os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, de forma a atingir os seguintes alvos estratégicos: integrar fisicamente e economicamente os Estados envolvidos no estudo e as demais regiões do Brasil e países sul-americanos; identificar e selecionar os sistemas de logística de menor custo voltados para o mercado interno e externo formados pela infraestrutura de transporte de cargas da região abrangida pelo estudo e torná-los, assim, mais competitivos; proporcionar a transformação dos sistemas de logística em eixos integrados de desenvolvimento à medida que forem complementados com investimentos em energia, telecomunicação e capital humano, de modo a atrair as atividades econômicas, gerar emprego e renda e fomentar a inserção da região na economia mundial; por fim, liderar o processo de reconstrução e melhoria da infraestrutura brasileira com a participação da iniciativa privada.

Da mesma forma, peço à Secretaria desta Comissão que dê como lido o relatório integral relativo a essa audiência pública em que se tratou do Projeto Centro-Oeste Competitivo.

Quarto comunicado. Panorama Econômico Internacional - resultado da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Bali, na Indonésia.

A reunião ministerial de Bali realizou-se no período de 3 a 7 de dezembro – demorou um dia além do que estava inicialmente previsto – e seu principal resultado teve importante caráter simbólico, no sentido de que a Organização Mundial do Comércio sobrevive como foro de negociações comerciais.

Embora se temesse fracasso completo, o que deixaria a OMC como mero tribunal de controvérsias comerciais, chegou-se a consenso sobre um acordo de facilitação de comércio. Trata-se de entendimento em torno de medidas de caráter alfandegário, que visam tanto à diminuição da burocracia aduaneira, quanto à harmonização das legislações nesse âmbito. Outro objetivo é a melhoria das condições físicas e operacionais das alfândegas. Espera-se que a União Europeia, o Banco Mundial e a OCDE, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico, contribuam para que os países mais pobres possam treinar funcionários e construir instalações adequadas.

Esse acordo deverá ainda ser ratificado por dois terços dos 159 países membros da OMC. Em muitos países, o instrumento será submetido a demorados trâmites legislativos. Ademais, resta ainda o detalhamento dos itens previstos, o que faz com que a implementação das medidas alfandegárias deva ser lenta. Assim, as providências acordadas em Bali devem tardar aproximadamente dez anos para funcionarem em termos de agilização global de importações e exportações.

Na reunião ministerial na Indonésia, adotou-se uma estratégia minimalista, de se colocar na mesa de negociações apenas os temas que encontrariam menor resistência. Além da facilitação comercial, abordou-se a segurança alimentar e o problema das cotas de exportação de países menos desenvolvidos. No entanto, nesses dois aspectos, as negociações foram inconclusivas. Na questão da formação de estoques subsidiados, adiou-se uma decisão definitiva, e na administração de cotas de exportação houve algum progresso na flexibilização. Porém, a grande questão dos subsídios à exportação de produtos agrícolas foi objeto somente de uma declaração de vontade política. É uma manifestação de vontade, não obrigatória e sem prazo de cumprimento. De toda forma, há de ressaltar a eficiente atuação e coordenação do Diretor-Geral da OMC, o Embaixador brasileiro Roberto Azevedo, não só pelo resultado que foi possível alcançar pelo consenso, mas também pela estratégia de, neste primeiro momento, priorizar o resgate da imagem e da importância da própria Organização.

A participação do Ministro Luiz Alberto Figueiredo, das Relações Exteriores, reforçou, e muito, a posição brasileira.

Embora tenha evitado que a OMC caísse na irrelevância a que estava ameaçada pelo fracasso da Rodada Doha, lançada em 2001, a organização deverá enfrentar uma agenda difícil daqui para frente, mesmo porque suas decisões devem ser consensuais, entre os 159 países que a compõem. O Brasil ganhará com a melhoria alfandegária e com a flexibilizaçao de cotas, mas a questão dos subsídios agrícolas dos países ricos e de suas barreiras, tarifárias ou não-tarifárias, permanece em suspenso.

Paralelamente, a margem de manobra continua a diminuir para o nosso País, na medida em que acordos comerciais como o dos Estados Unidos com a União Europeia e a Trans-Pacific Partnership, dos Estados Unidos com as economias do Pacific Rim, vão tomando forma. Junto com o dinamismo chinês, essas negociações estão ocupando os espaços comerciais globais.

Portanto, o Brasil não deve confiar apenas em soluções sobre as quais não tem controle, como é o caso da Rodada Doha, que se arrasta desde 2001./ Deve adotar a alternativa de, face à lentidão das soluções no âmbito da OMC, caminhar para negociações comerciais individuais ou com blocos e, ao mesmo tempo, aumentar sua competitividade por meio da implantação de uma infraestrutura moderna e eficiente.

Quinto comunicado, notícias e panorama da infraestrutura na palavra de especialistas.

Um total de seis empresas e grupos devem disputar o leilão do trecho da BR-163 em Mato Grosso do Sul. O leilão terá início daqui a pouco, às 10 horas, na sede da Bovespa, em São Paulo. Esse trecho será o quarto a ser concedido pelo Governo à iniciativa privada dentro do Programa de Investimentos em Logística, o PIL.

Vencerá o leilão do trecho da BR-163 o grupo que propuser o menor valor de pedágio a ser cobrado dos motoristas. Esse valor tem de ficar abaixo do teto fixado pelo Governo para a tarifa, que é de R$ 9,27 para cada 100 km . O concessionário ficará responsável pelo administração de um trecho de 847,2 km de rodovia, onde deverão ser feitas obras de duplicação, recuperação, manutenção e implantação de melhorias. Estão previstas nove praças de pedágio no segmento, que começa na divisa com o Estado de Mato Grosso e termina na divisa com o Paraná, atravessando vinte municípios em Mato Grosso do Sul.

No último dia 4, o Governo comemorou a realização de mais um leilão. Dessa feita para a concessão das BR 060, 153 e 262, no Distrito Federal, em Goiás e em Minas Gerais. A Presidente Dilma Rousseff classificou o resultado como um sucesso e disse que a inovação e a infraestrutura estão sintonizadas e celebrou o deságio de 52% durante a cerimônia de entrega da 16ª edição do Prêmio Finep de Inovação, no Palácio do Planalto, ocorrida no mesmo dia. A *Triunfo Participações e Investimentos* arrematou o lote de trechos dessas BRs com uma proposta de pedágio de R$ 2,851 para 100 km rodados.

Eu pediria que ficasse alguém aqui no apoio, por favor, e que mandasse fechar aquela porta do final.

Esse foi o terceiro leilão de trecho rodoviário realizado pelo Governo este ano, dentro do Plano de Investimento em Logística. O trecho de 1.176 km, que será transferido à iniciativa privada, liga Brasília à cidade de Betim, em Minas Gerais. O percurso passa por quarenta e sete cidades no Distrito Federal, em Goiás e em Minas Gerais.

A rodada de concessões de rodovias este ano encerra-se no dia 27 deste mês, com o leilão para a concessão da BR 040, entre Brasília e Juiz de Fora, em Minas Gerais. Trata-se de trecho de 940 km, com tarifa teto do pedágio, definida pelo Governo em R$ 8,29 para cada 100 km. A rodovia deverá ser concedida dentro do Programa de Investimento em Logística, PIL, do Governo Federal, que já licitou a BR 050, entre Goiás e Minas Gerais, em setembro, e concedeu o trecho da BR 163, em Mato Grosso.

Lançado em agosto do ano passado para eliminar gargalos de infraestrutura no país, o PIL prevê a concessão de nove trechos rodoviários, num total de 7.500 km. Mas, segundo a Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, há uma grande probabilidade de o Governo desistir de conceder a iniciativa privada três dos quatro lotes restantes incluídos no Programa. São eles a BR 262, entre o Espírito Santo e Minas Gerais, a BR 101, na Bahia, e a BR 116, em Minas Gerais. Segundo a Ministra, se essa for a decisão tomada, a duplicação desses trechos será feita como obra pública, por meio de sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento ou via Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

O objetivo do Governo é conseguir tarifas baixas de pedágio para evitar o aumento do custo de transporte de mercadorias por essas rodovias e, assim, melhorar e baratear o escoamento de cargas no País.

Em setembro, o Governo chegou a oferecer o trecho da BR-262 entre o Espírito Santo e Minas Gerais, no mesmo leilão em que foi disputada a BR-050, entre Goiás e Minas Gerais, mas não houve interessados na primeira das rodovias em disputa.

O revés com a BR-262 levou o Governo a mudar todo o cronograma de leilões do programa. O Ministro dos Transportes, César Borges, anunciou que seria

dada prioridade, entre os 8 trechos restantes, àqueles considerados mais atrativos pelo mercado.

A ausência de proposta para a BR-262 e, agora, a possibilidade de retirada de três trechos do plano de concessão, ocorrem depois de o Governo ceder a diversos pedidos do setor empresarial para garantir o sucesso dos leilões: o valor-teto para os pedágios de todas as rodovias foi elevado, o prazo das concessões subiu de 25 para 30 anos e o prazo para financiamento, de 20 para 25 anos. Além disso, a chamada Taxa Interna de Retorno (TIR) dos investidores aumentou de 5,5% para 7,2%.

Confirmando-se a retirada dos três trechos do PIL, disse a Ministra Gleisi Hoffmann que o Governo faria em 2014 apenas mais um leilão de rodovia federal dentro dessa primeira fase do plano: o da BR-153, entre Goiás e Tocantins. Mesmo assim, o trecho a ser concedido deverá ter 624 quilômetros, 190 a menos que o previsto originalmente.

No início, seriam concedidos 814 quilômetros, envolvendo a BR-153 e a TO-080, entre Anápolis (Goiás) e Palmas (no Tocantins). Após estudos, o Governo deve decidir agora por transferir à iniciativa privada apenas o trecho da BR-153 entre Anápolis e Aliança do Tocantins. A duplicação dos outros 190 quilômetros, até Palmas, segundo a Ministra Gleisi Hoffmann, também deve ser concluída como obra pública ou PPP (Parceria Público-Privada).

Entre as concessões, no entanto, o Governo quer dar prioridade para o leilão das ferrovias. O primeiro trecho a ser concedido, segundo o Ministro dos Transportes, César Borges, será o de Lucas do Rio Verde a Campinorte.

Porém, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu não antecipar a liberação dos estudos de viabilidade econômica e financeira das concessões de dois trechos de ferrovias – entre Açailândia, no Maranhão, e Barcarena, no Pará, e entre Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, e Campinorte, em Goiás.

Outra decisão tomada na última terça-feira, dia 10, pelo Tribunal de Contas da União, impediu o Governo de leiloar ainda este ano o arrendamento dos principais terminais em portos públicos dentro das novas regras fixadas pela Lei de Portos, sancionada neste ano pela Presidenta Dilma Rousseff. É um Tribunal de Contas, para aferir contas não para ver e analisar projetos.

Ao analisar os estudos apresentados pelo Governo para o leilão de 29 terminais em portos de Santos e do Pará, o tribunal – Tribunal de Contas da União, esse grande parceiro da Nação brasileira – decidiu condicionar a publicação dos editais à adoção de 19 "medidas saneadoras" desses estudos.

Quanto à última licitação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), realizada no dia 28 de novembro, na qual foram disputados 240 blocos de exploração terrestre de gás natural, apesar de só 30% dos blocos terem sido arrematados, a ANP considerou o leilão um sucesso. A diretora-geral da entidade, Magda Chambriard, considerou o resultado "muito superior ao de diversas rodadas já feitas", e minimizou o fato de mais da metade dos blocos ter ficado com a Petrobras, lembrando que a estatal também foi protagonista nos 12 leilões já realizados pela agência.

Ao mesmo tempo, a participação de companhias elétricas nessa 12ª Rodada de Licitações da ANP confirmou o interesse das empresas do setor pelo gás natural, como insumo para geração termelétrica. Essa participação, considerada uma novidade, foi saudada pela diretora-geral da ANP, e o Governo reiterou que incentiva o uso do gás natural para geração de energia termelétrica.

Segundo o Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, "todos os blocos licitados são próximos a grandes pontos de energia elétrica". Na sua avaliação, "a decisão de se fazer este leilão voltado para o gás deve-se ao papel que esse energético vem apresentando no mundo".

A esse respeito, o geólogo e consultor da ZAG Consultoria em Exploração, Pedro Victor Zalán, defendeu, em artigo recente, que "o gás é, indubitavelmente, o combustível do futuro próximo, e a energia solar o de um futuro mais distante". Para ele, por mais que almejemos energias limpas e renováveis, como a hidrelétrica e a eólica, estas estarão sempre sujeitas a variações climáticas e sazonais imprevisíveis, típicas da natureza, assim como a biomassa.

Ressalta o especialista que o gás natural é muito mais abundante que o óleo, muito menos poluente que o carvão, não é radioativo e, uma vez descoberto, sua disponibilidade só depende de tecnologia e não está sujeita aos humores do clima. Além de fonte de energia – recorda o geólogo – o gás é matéria-prima fundamental para a indústria química.

Ele sugere que o Estado faça um planejamento específico para a exploração, produção, distribuição e aproveitamento de gás natural, caso contrário, o País ficará vulnerável do ponto de vista energético, atrasado tecnologicamente, dependente de importações de vizinhos problemáticos ou do caríssimo gás natural liquefeito (GNL).

Interessante notar que os blocos vendidos no leilão da Agência Nacional do Petróleo foram aqueles com perspectiva de exploração de gás natural convencional. Áreas com mais probabilidade de exploração de gás não convencional, como o de folhelho – que exige

a perfuração de poços com fratura da rocha – não tiveram saída. Estimam os especialistas que o custo desse tipo de exploração no Brasil é muito alto, e que não há regulamentação ambiental a respeito nos Estados.

No início do Governo Obama – portanto, há seis anos – os Estados Unidos importavam 20 milhões de barris de óleo por dia. Hoje, eles estão importando apenas 4 milhões de barris por dia, diminuíram em 16 milhões de barris a importação, isso graças à exploração que eles lá estão fazendo do gás do folhelho. Realmente, há essa questão das fraturas das rochas, que podem ocasionar alguns abalos sísmicos, além da questão da poluição ambiental, que pode ser bem dimensionada para que seja encontrada uma solução para que não haja tanto impacto no meio ambiente. Mas o fato é que é uma alternativa que deve ser considerada por todos.

A propósito, para a comunidade científica o Brasil não possui estudos geológicos suficientes que permitam a exploração segura de gás não convencional – como é o caso. Parecer técnico elaborado por entidades do Governo Federal ligadas ao meio ambiente sugere uma discussão mais ampla antes de o País explorar essa alternativa energética, o que parece bastante razoável.

O parecer, elaborado pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção, formado por membros do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente e do ICMBio, foi entregue à ANP, e alerta quanto à ausência de estudos ambientais preliminares e mesmo de conhecimento de importantes características geológicas para as áreas ofertadas.

No documento, os técnicos afirmam que a geologia de diversas bacias ainda é pouco conhecida mesmo para a exploração de gás convencional, não havendo segurança em relação ao isolamento ou à conectividade de importantes camadas sedimentares. Por sua vez, a exploração do gás não convencional utiliza a técnica do fraturamento hidráulico, com explosões de rochas e uso de muita água.

Essa atividade – banida em vários países europeus e mesmo em áreas de países produtores, como especificamente nos Estados Unidos, no Estado de Nova York, e em Quebec, no Canadá – é alvo de preocupação no que diz respeito à contaminação de aquíferos e potencial indutor de movimentos sísmicos.

O relatório do Grupo de Trabalho Interinstitucional conclui pela necessidade de uma discussão clara e abrangente por parte dos diversos segmentos da sociedade com relação a essa tecnologia.

Passo a ler o sexto e último comunicado, que trata do relato das atividades da Comissão no ano de 2013.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura realiza hoje sua última reunião do ano de 2013. Ao concluir os trabalhos desta Sessão Legislativa, eu gostaria de trazer ao conhecimento de S. Exªs as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores integrantes deste Colegiado um resumo das atividades desenvolvidas ao longo do ano.

Ao todo, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizaram-se 77 reuniões, contando com a de hoje, sendo 64 extraordinárias, seis conjuntas e sete reuniões de subcomissões. Desse total, 46 reuniões foram dedicadas a audiências públicas, sendo 32 dentro da agenda 2013/2014, referente ao ciclo de debates intitulado “Investimento e gestão: desatando o nó logístico do País”.

Das audiências públicas realizadas em 2013, participaram 110 palestrantes, sendo 86 dos ciclos de debates, entre autoridades e especialistas dos diversos segmentos da infraestrutura.

Entre as autoridades convidadas pela Comissão, estiveram presentes S. Exªs os Ministros de Estado Sr. Guido Mantega, da Fazenda; Sr. Edison Lobão, das Minas e Energia; Sr. Paulo Bernardo, das Comunicações; Sr. César Borges, dos Transportes; Srª Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; Sr. Francisco Teixeira, da Integração Nacional; e Sr. Wellington Moreira Franco, da Secretaria de Aviação Civil.

Também estiveram presentes o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES; a Srª Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras; o Sr. Luís Inácio Adams, Advogado-Geral da União; o Sr. Silval Barbosa, Governador do Estado de Mato Grosso, além do Diretor-Geral do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, General Jorge Fraxe, e dos Diretores Presidentes das seguintes agências reguladoras: Anac – Agência Nacional de Aviação Civil, Sr. Marcelo Guaranys; ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Srª Magda Chambriard; Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações, Sr. João Batista de Rezende; ANA – Agência Nacional de Águas, Sr. Vicente Andreu Grillo; e Antaq – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Sr. Pedro Brito.

A agenda de debates da Comissão de Serviços de Infraestrutura, cujas 32 audiências realizaram-se preferencialmente nas segundas-feiras, às 18h, foi dividida em seis grandes ciclos temáticos, e esses ciclos foram divididos em painéis específicos, nos quais foram abordados os principais problemas e soluções dos seguintes macrossetores: energia, transporte, mineração, aviação, comunicações e água.

As demais 14 audiências públicas, realizadas fora dos ciclos de debates da agenda 2013/2014, foram produto de requerimento dos integrantes da Comissão. Nesses encontros, foram debatidos os seguintes temas: problemas estruturais nas rodovias sob a res-

ponsabilidade do DNIT; Parcerias Público-Privadas e perspectivas de oportunidades nos projetos de infraestrutura; política de investimento, de desenvolvimento e de fomento do BNDES e modelos, instrumentos e fontes de financiamento para a infraestrutura; política de desinvestimentos da Petrobras; atuação do Ibama em obras de infraestrutura; situação dos servidores do DNIT; opção pela construção de usinas hidrelétricas a fio d'água; impacto de longo prazo da qualidade universalizada de educação na economia, na infraestrutura e no bem-estar social; primeira rodada de leilões do pré-sal sob o regime de partilha; avanços do novo marco regulatório do pré-sal; problemas e soluções dos diversos modais de transportes no Brasil; processos de contratação e concessão de obras rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias; proposta de suspensão por 30 anos da construção de novas usinas termonucleares no Brasil; e, por fim, a apresentação do Projeto Centro-Oeste Competitivo.

Uma inovação implantada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura foi a participação direta de ouvintes, de telespectadores e de internautas nas audiências públicas e sabatinas realizadas ao longo de 2013. Por meio do Alô Senado e das redes Twitter e Facebook, demos oportunidade a toda a sociedade de envio de comentários e perguntas aos palestrantes, autoridades e sabatinados. Trata-se, sem dúvida, de um novo instrumento de democracia direta e ao vivo, em que a Comissão de Serviços de Infraestrutura foi precursora, no âmbito do Congresso Nacional, com o registro de uma excelente repercussão e participação dos cidadãos de todas as regiões do Brasil.

Quanto às reuniões deliberativas, foram apreciadas 94 proposições, sendo 12 projetos de lei do Senado, 4 projetos de lei da Câmara, 6 mensagens de indicação de autoridades, com as respectivas sabatinas, 1 relatório final de subcomissão, 1 projeto de lei em turno suplementar, 54 requerimentos, 15 emendas orçamentárias da Comissão e 2 atos da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Das 6 sabatinas realizadas, 2 foram dedicadas à indicação de diretores da Agência Nacional do Petróleo, 2 para a Agência Nacional de Energia Elétrica e 2 para a Agência Nacional de Telecomunicações. Das 7 reuniões das subcomissões, 3 foram da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, presidida por S. Exª o Senador Flexa Ribeiro e relatada por S. Exªs os Senadores Vicentinho e Vital do Rêgo, tendo sido seu relatório final aprovado no dia 9 de abril de 2013. Três reuniões da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca (Ciposeca), criada este ano sob a Presidência de S. Exª o Senador Ministro José Pimentel, e uma reunião da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, cujos trabalhos foram retomados também este ano, sob a Presidência de S. Exª o Senador Inácio Arruda.

Outra importante atividade desenvolvida pela Comissão foi o acompanhamento sistemático do andamento das obras do setor de transportes por meio de relatório atualizado semanalmente pelo DNIT e sempre distribuído para conhecimento e análise dos integrantes da Comissão nas reuniões de quartas-feiras às 7h30 da manhã. Em virtude desse acompanhamento das obras de transportes, sobretudo das rodovias federais, a Comissão realizou também uma diligência no Estado de Rondônia, com a presença dos respectivos Senadores, para verificação *in loco* do andamento das obras.

Além disso, a Comissão de Serviços de Infraestrutura promoveu, juntamente com a Secretaria de Comunicação do Senado Federal, o lançamento da revista *Em discussão!*, com o tema "mobilidade urbana".

Realizou-se também a posição do retrato de S. Exª a Senadora Lúcia Vânia, ex-Presidenta desta Comissão, na galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Por fim, em todas as reuniões da Comissão, durante o período de leitura de expedientes e comunicados, esta Presidência trouxe ao conhecimento dos participantes, ouvintes e telespectadores o relato completo das 46 audiências públicas realizadas, assim como cerca de 150 comunicados específicos sobre o panorama da economia internacional, o panorama da infraestrutura, na palavra de especialistas, além de artigos jornalísticos e notícias relacionadas à infraestrutura nacional, com especial enfoque para realização e resultados dos leilões de concessões de rodovias, portos e aeroportos.

Observo que todo esse material de relatos e comunicados será objeto de publicações específicas no ano que vem, que servirá para distribuição aos Parlamentares do Congresso Nacional, órgãos, autoridades públicas e demais interessados nos temas, bem como se integrará ao acervo histórico e bibliográfico da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Creio, com isso, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura cumpriu rigorosamente toda a sua programação prevista para esta sessão legislativa, que se encerra, bem como a extensa pauta ordinária de matérias e assuntos a ela submetidos. Para tanto, foi imprescindível a colaboração de S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores, de integrantes desta Comissão e de seu Vice-Presidente, S. Exª o Senador Sérgio Petecão, aos quais agradeço pela efetiva participação em nossos trabalhos.

Agradeço também, em nome de seu Secretário, o Sr. Álvaro Araujo Souza, aos servidores da Comissão. E em nome do Chefe de Gabinete, Sr. Joberto Mattos de Sant'Anna, aos servidores de meu gabinete parlamentar.

Especial agradecimento faço, ainda, à Consultoria Legislativa e à Consultoria de Orçamento do Senado Federal, pela presteza dos serviços e pela excelência profissional de seus quadros. Assim como a todos os servidores e colaboradores que trabalham no Sistema de Comunicação do Senado Federal, ou seja, a TV Senado e a Rádio Senado, o Jornal, a Agência e o Alô Senado e o Setor de Taquigrafia.

Tenho certeza que, para o próximo ano, poderei mais uma vez contar com o apoio de todos, de modo que tenhamos o mesmo êxito alcançado em 2013, sobretudo porque promoveremos, a partir de março, como já anunciado aqui, o Fórum Brasileiro de Infraestrutura ao Desenvolvimento Nacional, idealizado a partir dos círculos de audiências públicas realizados por esta Comissão e cujo objetivo é o de agregar os estudos já feitos e mobilizá-los para a sua inserção nas agendas das políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento, bem como criar um novo espaço de mobilização periódica das principais competências sobre o tema, e ainda reforçar o suporte de qualificação ao planejamento das ações governamentais. Para tanto, tenho a certeza de poder contar com a colaboração de todos.

Mais uma vez, muito obrigado.

Iniciando a pauta do dia de hoje, item 1, caráter não terminativo.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Ministro Francisco Dornelles. Siga a ordem, quer dizer.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco Maioria/PP - RJ) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª pelo trabalho, pela maneira como conduziu a Comissão de Infraestrutura, de forma objetiva, brilhante, atingindo todas as metas que se esperava de um Presidente da Comissão de Infraestrutura. Isso não é surpresa, porque todas as comissões que V. Exª preside são presididas sempre com grande competência. Quero ressaltar os meus cumprimentos pela maneira como conduziu os trabalhos da Comissão.

Em segundo lugar, eu havia apresentado um requerimento convocando para comparecer a esta Comissão o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Dr. Romeu Rufino, para que explicasse a retirada da Usina de Itaocara do leilão de energia que ocorreu em 2013. Essa retirada criou uma grande repercussão negativa no Estado do Rio, pois a usina é da maior importância para a região. Entretanto, o Presidente já mostrou que não se trata de uma retirada, houve só um adiamento. De modo que apresentou os esclarecimentos, e eu queria pedir a V. Exª, caso V. Exª concorde, em retirar esse meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Perfeitamente, Senador Ministro Francisco Dornelles. Inicialmente, meus agradecimentos pelas sempre reiteradas e generosas palavras de V. Exª em relação aos trabalhos realizados pela Presidência desta Comissão. Nada disso seria possível sem a participação efetiva dos integrantes deste Colegiado, e muito especialmente de V. Exª, que sempre tem colaborado de forma muito presente, sempre que chamado e convidado, com muita eficiência, rapidez e competência que lhe são características, tem apresentado excelentes trabalhos, sobretudo na questão relacionada às emendas ao nosso Orçamento e também nas questões relacionadas ao setor energético e ao setor que faz da nossa infraestrutura este êmulo para o nosso desenvolvimento. De modo que muito obrigado a V. Exª, Senador Ministro Francisco Dornelles, pela sua participação nesta Comissão de Infraestrutura. Sua presença aqui é indispensável ao sucesso dos nossos trabalhos.

Em relação à sua solicitação, faz parte da pauta do dia de hoje, como item 4, o Requerimento nº 58, de 2013, de autoria de S. Exª o Senador Ministro Francisco Dornelles, que trata do convite ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sr. Romeu Donizete Rufino, para vir à nossa Comissão. A seu pedido, fica retirado de pauta. Muito obrigado a V. Exª, mais uma vez.

Item 1, caráter não terminativo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 50, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.

Autoria: Ivan Valente

Relatoria: Inácio Arruda

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Inácio Arruda para proferir o seu relatório.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro quero registrar o apreço de toda a Comissão pelo trabalho que V. Exª vem desenvolvendo, entre eles, o debate sobre as questões dos gargalos da infraestrutura brasileira, com reuniões de debate sobre temas específicos, com a participação de setores amplos da sociedade brasileira.

Aqui estiveram intelectuais, acadêmicos, gente diretamente ligadas ao setor no serviço público e no setor privado. Acho que não houve nenhum setor da atividade econômica e da relação com problemas sociais que essa infraestrutura causa que não tenha vindo aqui, não tenha discutido, não tenha debatido e dado opiniões, muitas vezes controversas entre eles, mas que vão demonstrando o apoio de todos à busca a que V. Exª se propôs, que é de encontrar soluções para essas questões, de proposições que ajudem o nosso País.

O caráter das reuniões patrocinadas por V. Exª foi republicano – nós podemos usar essa expressão que virou moda; a República é mais do que centenária e já era para ser usada desde esse tempo. Mas, muitas vezes, se convidam só aqueles de que a gente gosta, e V. Exª não se apegou a isso. Não, todos tiveram direito a dar suas opiniões, sendo favoráveis às suas ideias ou não. Acho que isso foi muito positivo para a Comissão.

V. Exª vai entregar um trabalho extraordinário. Acho que tudo isso tem que ser transformado em material palpável, tanto eletronicamente como, se possível, em papel reciclável, para a gente ajudar na questão ambiental do nosso País – V. Exª também é um patrocinador desse tema no Congresso Nacional e no governo, quando ali esteve.

Então, eu quis fazer esse registro pelo trabalho, o zelo com que V. Exª cuidou da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, que é uma das mais significativas, das mais importantes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – E vem à análise nossa, aqui na Comissão, projeto de lei de autoria do Deputado Ivan Valente, que é um cuidadoso Deputado de São Paulo e busca responder uma questão muito simples.

O que quer o Deputado Ivan Valente?

Ele quer que a discussão e o debate do conteúdo que garante o ajuste das tarifas de transporte público sejam publicizados. E veja a questão capciosa da política e do texto legal.

Quando se produziu a Lei da Mobilidade – que foi uma conquista – eu lembro que eu era Deputado; aliás, eu, Pinheiro e companhia éramos Deputados quando se discutiu o tema da mobilidade, que, infelizmente, só chegou ao Senado quando nós também já éramos Senadores. Mas o fato é que a capciosidade diz que a publicidade, que é uma conquista legal e constitucional, no caso da mobilidade urbana e no caso de ajuste de tarifa, se dariam quando se tivesse que fazer ajustes extras, numa situação, digamos, em que o preço do combustível aumente tão exageradamente que seja preciso fazer um reajuste extra. Ou em que o salário aumente tão gravemente que seja preciso fazer um ajuste extra. Mas, nos ajustes ordinários anuais, é preciso ou não se acudir desse preceito legal? Ora, é claro que sim!

Então, o Deputado Ivan Valente busca fazer essa pequena correção, que tem grande impacto. Por quê? Porque todos estão obrigados, todos os Prefeitos e todos os Governadores, a dar publicidade ampla ao conteúdo de como se encontrou aquele valor para a tarifa.

Eu digo que isso é muito importante porque tive a oportunidade de participar, como representante da Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza, do Conselho Municipal de Transportes Urbanos. E era um debate muito intenso, para que a gente pudesse exigir dos técnicos a explicação adequada para garantir que a tarifa fosse aquele valor, respondendo a vários itens que compõem o preço final da tarifa de transporte público.

Então, a questão do Deputado Ivan Valente é muito simples: o que ele quer é mais publicidade, mais conhecimento público – e esse é um tema recorrente, está na Casa, está sendo debatido – sobre o preço da tarifa, sobre como se encontrou aquele valor.

Então, o Deputado Ivan Valente deseja que demos publicidade ampla, aberta, que é algo que todos nós desejamos.

Portanto, o meu voto é pela aprovação do projeto do Deputado Ivan Valente, um projeto simples, mas de grande alcance social.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Em discussão o relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Para discutir, S. Exª o Sr. Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Inicialmente, Sr. Presidente, quero também cumprimentar V. Exª pelo grande trabalho, excelente trabalho feito à frente desta Comissão. V. Exª deu novo ritmo à Comissão de Infraestrutura, possibilitou-nos, por exemplo, o início da obra da BR-364 e o acompanhamento daquela obra tão importante para todos nós. Se não fosse a atuação de V. Exª nesta Comissão,

com certeza, estaria ainda sendo discutido o início ou não daquela obra.

Então, V. Exª mostra, mais uma vez, a sua capacidade de gestão. É isso que acontece na Comissão de Infraestrutura.

Muito obrigado pela atenção que sempre nos deu também com relação aos nossos pleitos aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com relação a este projeto, Sr. Presidente, entendo também que é da maior importância para a população ter acesso aos custos da tarifa urbana e saber como é feita a conta para se chegar a esse número. Mas eu gostaria de pedir vista para que eu possa me aprofundar e ver se eu posso colaborar também um pouco mais, no sentido de darmos realmente uma transparência total à população com relação às tarifas do transporte coletivo urbano do Brasil.

Nesse sentido, peço vista para que eu possa analisar o projeto com mais profundidade e ver se tenho condições de colaborar para, se possível, melhorarmos ainda mais essa transparência com relação à tarifa do transporte coletivo urbano brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito bem. Fica concedida vista coletiva, por solicitação de S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

Pela ordem, S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, a tática de pedir vista coletiva, de qualquer maneira, é uma tática que nos remete agora só para o ano novo, até porque esta deve ser...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – A última...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... a última deste ano.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Já peço aos prefeitos que deixem os ajustes de tarifa para depois da aprovação deste projeto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, antes de tocar nesse assunto da tarifa, quero dizer da nossa satisfação pelo funcionamento da Comissão neste ano de 2013, sem nenhum julgamento dos anos anteriores. Geralmente, quando a gente faz análise, balanço, ou até quando a gente faz o fechamento de qualquer atividade nossa, é natural que comparemos com períodos anteriores. Mas eu queria fazer diferente: eu queria chamar a atenção para uma coisa muito interessante, que é a comparação deste ano com este ano.

Nós vivenciamos um ano muito complicado do ponto de vista até do funcionamento do plenário. O ano passado foi um ano muito carregado, Senador Inácio e Senador Acir. Nós votamos mais de duas dezenas de medidas provisórias, o que, de certa forma, esvazia o trabalho das comissões, levando-se em consideração que as medidas provisórias que nós votamos foram medidas provisórias de caráter incisivo nessa questão da infraestrutura. Portanto, com todo o respeito a quem editou a medida provisória, a nossa Presidenta, mas as medidas provisórias bateram de frente com a possibilidade de a gente inclusive exaurir, debater, auscultar, olhar um pouco mais criteriosamente cada mudança. E não é qualquer medida provisória; é a Medida Provisória dos Portos. Aqui, nós tivemos medidas provisórias que, caíram, que sequer foram apreciadas. Nós tivemos medidas provisórias desonerando setores de produção, mas também tivemos medidas provisórias tratando de desonerações, Presidente Collor, que tinham relação direta com todo esse gargalo de que V. Exª falou muito bem ao abrir este debate, na expectativa de destravar a economia e, ao mesmo tempo, romper esse cerco que, na realidade, imposto anos e anos a fio, nos permitiu experimentar, eu diria, até de forma negativa diversos problemas.

Então, mesmo diante de toda essa coisa, na realidade, meu caro Presidente Collor, a comissão da medida provisória é uma comissão que, na prática, não funciona, porque ela se reúne para instalar, nomear o Relator e, depois, para ler o relatório final. Digo isto, com todo respeito, porque eu participei de quase todas as comissões de medida provisória, numa tarefa destacada pelo Senador Pimentel, meu Líder no Congresso. Eu e ele éramos membros de quase todas as comissões de medidas provisórias. Tinha dia que era uma gincana. Assinava uma e corria para assinar mais dez. Passava em uma para, depois, tentar passar em dez. Isso não funciona, não tem eficácia.

Então, o conteúdo do que nós votamos pode ter sido extremamente positivo, mas faltou a parte interessante, como V. Exª fez aqui, da ausculta e até do questionamento, da possibilidade de a gente, inclusive, emparedar em determinados momentos, de a gente cobrar, porque, na minha opinião, parlamentar de base de governo não é parlamentar para ficar dizendo “sim, senhor”. Nós temos o compromisso da defesa dos projetos do Governo, mas nós temos um compromisso maior. Para que o nosso governo funcione e funcione bem, temos de defender, Inácio, e defender corretamente todos os pontos.

Então, talvez esse tenha sido um dos grandes prejuízos do ano de 2013. E nós votamos coisas impor-

tantíssimas. Mas agora nós estamos com um problema na questão dos portos. Aí o TCU vai lá e...

Sabe o que é isso, Presidente Collor? Faltou exatamente a ausculta, faltou afinar as coisas aqui, faltou a gente inclusive botar aqui na mesa, neste debate, "vamos lá, vamos abrir, vamos reformular, vamos reestruturar o setor de portos". Mas vamos tomar outras medidas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Ferrovias também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ferrovia, as concessões...

Aqui mesmo, Senador Collor, nós discutimos a questão das concessões. Aqui, o Ministro César Borges, depois de uma longa jornada... Nós até tivemos embates e mais embates com o ex-Presidente Bernardo Figueiredo, hoje dirigente da ANTT, nas concessões. O próprio Ministro veio aqui e abriu um processo contra uma concessão na Bahia.

Então, eu estou chamando a atenção para isso para dizer que o trabalho de V. Exª em 2013 foi excepcional por isto, porque chamou a atenção para essas questões, pautou o tema. Muita gente até, em determinado momento, falou que o Senador Collor foi muito duro com esse ou com aquele. Não, o problema... Às vezes as pessoas confundem algo que é dito de forma firme com grosseria. Nós não cometemos nenhuma grosseria com ninguém. Agora, nós tivemos, aqui – quero salientar isto de forma muito enfática –, da parte de V. Exª, uma conduta de firmeza. V. Exª é membro da base do Governo, Presidente de uma Comissão, mas trouxe para cá os debates e os dirigentes de órgãos tiveram que responder. Então, não foi só brincadeira de vir aqui e entregar um cronograma de coisas para fazer e depois dizer "eu estive lá, falei para um bando de gente lá e tal e, depois, os caras não estão nem aí..." Portanto, V. Exª deu sentido ao que nós aqui chamamos de audiência pública, porque às vezes a gente fica aqui nas audiências públicas e tal e todo mundo fala, é bonito... Nas audiências públicas eu nunca vi coisa mais bonita. Parece que os caras estão na odisseia no espaço. Aí, depois, para realizar isso, 2001 já passou.

Então, esse foi um processo interessante. V. Exª resgatou o papel da Comissão, para fazer o seguinte: "vamos trazer para cá e discutir, mas, depois, eu quero acompanhar, quero o relatório de volta". Esse é o sentido da Comissão, ou seja, é em uma comissão como esta aqui, diferentemente do plenário, onde nós somos 81... Senado Collor, ainda que um se inscreva etc., não tem como os 81 usarem a palavra em um debate como este. E, quando a matéria chega para finalizarmos a deliberação no plenário, é assim: quando alguém está discutindo, ninguém está ouvindo; depois, na hora do encaminhamento, é aquela coisa rapidinha "em discussão, em votação, se todos estão de acordo, aprovado". Pronto! Aqui, não; eu tenho condições de fazer isso, ou seja, de pedir vistas, de fazer o debate amiúde, de ir a detalhes, de fazer a emendas. Enfim, é aqui que o trabalho do parlamentar se apresenta.

Eu fui Deputado, Senador Collor, por quatro Legislaturas e fiz isso no meus quatro mandatos. E, lá, é pior ainda: são 513! Ali, é aquela selva de 513... Quer dizer, o lugar para se fazer a disputa dos nossos projetos é nas Comissões. E cobrei a vida inteira o funcionamento das Comissões. E, lá, na Câmara. as Comissões só funcionam um dia por semana na prática, a quarta-feira; e cada Deputado tem que escolher uma comissão para ser titular.

Então, a comissão é um colegiado menor; é onde eu posso descer a detalhes nos temas. E acho que V. Exª fez isso, neste ano, aqui na Comissão, com todas as dificuldades: a dificuldade desse rito, a dificuldade da multiplicação de comissões nesta Casa. Aliás, essa é outra coisa sobre a qual temos de dialogar, cada vez mais, com o Presidente Renan. Acho que S. Exª tem entendido, mais ou menos, esse caminho. Acho que, se a gente se concentrasse em torno dessas comissões, talvez onze comissões, por aí, poderíamos tocar. Ás vezes, com as subcomissões, quando se cria uma aqui, outra lá... E ainda se cria comissão especial, cria-se isso e aquilo. Assim, a gente vai fazendo um monte de coisas e não consegue ter foco. Eu não conheço ninguém que atire em mais de um alvo. Não conheço! Com 300 prioridades, se o ano tem 365 dias, a gente não consegue encaixar.

Meu pai, Senador Collor, que era um sujeito que não tinha essas formações todas e, depois, virou ferroviário, chegava para a gente todos os dias para dar um sermão quando a gente não fazia as coisas, dizendo: "Não me enrole! O dia não voa! Você passa o dia inteiro, ora vai jogar bola, ora vai fazer não sei o que, vai para aqui, vai para ali, ou seja, enche o seu dia com um bocado de coisas e o que era prioritário para você colocou para depois. Então, você chega para mim e diz: 'Meu pai, o dia voou!' O dia não voa nada! Você é que colocou mais coisas do que podia fazer e não fez o que deveria priorizar".

Então, esse é o sentido. O meu velho pai falava de planejamento na linguagem de um velho roceiro, tentando dar, como se diz lá na Bahia, um cascudo na gente ou dar um sermão e me botar nos eixos. De vez em quando, ele pegava lá um cinturão velho e descia a lenha... (*Risos.*)

Mas, como eu sou o caçula, eu me agarrava nas minhas irmãs. Como são cinco irmãs, eu dizia: "Cerca

aqui que o velho quer me pegar". Assim, eu conseguia me livrar. E tinha ainda a minha mãe, a quem eu recorria como caçula – já viu, não é? Eu agarrava logo na barra das saias da minha mãe. Mas é uma grande lição. O meu pai me ensinou, naquele período ali, como era possível planejar as coisas. Tenha foco!

Ainda outra coisa que ele me dizia, Senador Collor, que era interessante: "Se você todo dia ler uma folha" – e ele não dizia uma lauda –, "no final do mês você leu trinta; no final do ano você leu 365. Se você deixar para ler no final do ano, você não vai ler nunca mais. Você não vai ler 365 folhas!" É isso! A gente vai deixando, deixando, deixando e não faz.

Então, quero dizer a V. Exª que foi importante, porque V. Exª pautou dessa maneira: uma folha toda quarta-feira aqui, um tema, com consequência, com leitura de ponta, com início e fim, com resultados adiante, com cobrança. A gente conseguiu, ainda que com dificuldades, ter grandes avanços. Eu ouvi, agora há pouco, o Senador Acir Gurgacz agradecer pelo encaminhamento de coisas pelas quais ele já deveria estar brigando há quinhentos anos-luz. Então, acho que é importante a gente lembrar isso, e a gente não faz isso sem condução, Presidente Collor, não adianta! Então, acho que é importante isso e acho que a Comissão dá esse passo significativo e essa esperança.

Sei que o ano de 2014 vai ser um ano recheado de problema. Todo mundo está disputando eleição, quem não está na disputa por reeleição poderá estar disputando outro cargo, mas isso não impede de a gente, inclusive, ir mediando as coisas, ir tentando aproveitar o ano, que vai ser um ano de Copa e um ano de eleição. Acho que, se a gente mantiver esse ritmo e essa forma de atuar que V. Exª estabeleceu aqui, vai conseguir tocar uma pauta.

E é nessa expectativa, meu caro Inácio, que a transparência da tarifa se encaixa no ano de 2014. É importante que a gente, inclusive... Até porque foi um ano em que nós discutimos muito sobre transporte a partir da necessidade de rearranjo das tarifas, da qualidade do transporte público e até da modelagem do negócio de transporte no Brasil.

Portanto, eu quero parabenizar V. Exª e dizer que foi um ano muito proveitoso. E foi extremamente prazerosa para todos nós aqui não só a convivência como também o resultado do trabalho que foi impresso por todos nós, mas que teve em V. Exª, eu diria, a condição maior de tocá-lo ao acordar cedo, ao estar aqui 7h30, desafiando essa questão do horário, e principalmente fazendo a proeza de listar os temas e tentar estabelecer um nível de encaminhamento para os assuntos que são extremamente importantes para um País que precisa dar respostas na ponta.

Quando a gente fala muito em infraestrutura termina falando de... E tudo isso acontece na ponta. É preciso reestruturar o porto para resolver o problema da produção inclusive do grão lá no campo, senão esse grão fica armazenado em caminhões, senão esse grão fica parado na retroárea, senão o resultado desse grão não chega à mesa de ninguém.

Portanto, V. Exª está de parabéns.

Espero que a gente continue contribuindo com essas transformações profundas que nós precisamos promover em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro. Eu é que devo agradecer a V. Exª também por todo o aconselhamento que me tem dado ao longo deste ano. Inclusive, antes mesmo de assumir a Presidência da Comissão de Infraestrutura, ouvi de V. Exª várias sugestões, vários encaminhamentos que eu prontamente atendi. E verifiquei o acerto das sugestões que V. Exª havia feito, pelo acolhimento delas e pela consequência que, depois, nós verificamos no nosso trabalho, no nosso dia a dia. Muito obrigado, portanto, a V. Exª, não somente por isso, mas também pela participação efetiva que vem tendo nos nossos trabalhos e muito especialmente nas nossas audiências públicas.

Fica portanto, concedida vista coletiva do Item 1 da nossa pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2013.

Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 191, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos bem como sobre a utilização de telhados ambientalmente corretos.

Autoria: Wilder Morais

Relatoria: Inácio Arruda

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Inácio Arruda para proferir seu relatório.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Wilder Morais apresenta proposição muito

singela em termos jurisdicionais, digamos assim, mas também com grande impacto ambiental.

O que ele quer? Ele quer que a União, ao construir um prédio público... Imaginem que toda essa parte de jardinagem do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto ou mesmo do Alvorada, grande parte dessas edificações usa água potável para, digamos, aguar os seus jardins, mas é possível usar água não potável. Águas das chuvas podem ser acumuladas e utilizadas, fazendo economia para o Erário.

Já houve posição semelhante apresentada pelo Senador Crivella, que recebeu também aprovação e está circulando pela Câmara dos Deputados. Essa proposta é mais abrangente, porque ela atinge outras edificações como as da iniciativa privada e casas construídas nos programas do próprio Governo. Todas são muito positivas. E o Senador Wilder busca ampliar isso. Ora, se há uma lei que diz que é possível ser feito isso para o setor privado, como o setor público não prevê nas suas construções o aproveitamento de água não potável, diminuindo custos do gerenciamento desse importante serviço para o Poder Público?

Assim, a proposição do Senador Wilder Morais recebe a nossa aprovação, com uma emenda que busca, em nossa opinião, adequá-la do ponto de vista da constitucionalidade, considerando ainda que a matéria será examinada em caráter terminativo, como V. Exª anunciou, na Comissão de Meio Ambiente, que é a responsável principal pelo mérito.

Então, a nossa posição é pela aprovação da matéria, com a emenda que apresentamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Em discussão o relatório apresentado por S. Exª Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, com a emenda apresentada por S. Exª Senador Relator Inácio Arruda.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 252, de 2011
- Não terminativo -

Cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis - PROMICRO, e dá outras providências.

Autoria: Acir Gurgacz
Relatoria: Wellington Dias
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e, em decisão terminativa, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Concedo a palavra a S. Exª Senador Wellington Dias para proferir seu relatório. (*Pausa.*)

Não estando S. Exª presente, designo como Relator *ad hoc* S. Exª Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis – PROMICRO e dá outras providências.

O nobre Senador Wellington Dias, teve oportunidade de analisar a matéria, meu caro Presidente, e apresentou um conjunto de sugestões, que foram transformadas em emendas. Portanto, compreendendo principalmente a natureza da boa contribuição para essa questão do etanol no que diz respeito, principalmente, ao efeito que isso tem na nossa economia, tanto no aspecto da definição química dessa mistura no biocombustível quanto na questão dessa amplitude não só em relação ao que engloba o biodiesel e o etanol, mas também outras substâncias estabelecidas no Regulamento da Agência Nacional do Petróleo.

Nessa análise, o nobre Relator Wellington Dias apresenta um substitutivo, identificando a necessidade de se alterar parte expressiva da abordagem normativa do PLS ora em questão com a criação, substituindo pela criação de um programa de instituição de política nacional, capaz de nortear ações e programas governamentais que tratam da produção de biocombustíveis por meio de microusinas.

Então, esse foi o escopo da mudança produzida pelo Senador Wellington Dias. Portanto, compreende e absorve a natureza da sugestão do Senador Acir Gurgacz. E eu diria até, com todo o respeito ao autor, que o Relator teve a possibilidade de ir um pouco mais além, não só abrigando e abraçando a sugestão, mas estabelecendo exatamente uma linha de programa.

Em face disso, o Relator votou pela aprovação da matéria, apresentando aqui um substitutivo e introduzindo exatamente essas mudanças. Ou seja, para os efeitos da lei, o que deve ser adotado, nas matérias, para consagração desse programa; o estabelecimento dos objetivos; as diretrizes do programa e os instrumentos.

Portanto, de forma, eu diria, muito bem elaborada, o Relator aproveitou muito bem a ideia do Senador Acir

Gurgacz e trabalhou essa questão no que diz respeito à utilização desse programa. E, claro, no caso, o que é uma das questões importantes aqui no projeto de lei, para adquirir o biocombustível das microusinas, as cooperativas e associações de produtores rurais devem possuir ponto de abastecimento autorizado pela ANP. Então, dá uma amplitude a esse programa, da ideia brilhante do Senador Acir Gurgacz. Aqui estamos assistindo à transformação numa boa matéria, constituindo um programa para identificar, para dialogar, para absorver com a microatividade, a microusina, numa das áreas extremamente sensíveis do País hoje.

Portanto, somos pela aprovação da matéria, conforme o brilhante relatório apresentado pelo Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Walter Pinheiro, Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Vou colocar em discussão o relatório.

Para discutir, S. Exª o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, como V. Exª pode perceber, essa matéria trata de combustíveis. Combustíveis, normalmente, mexem com preços. Preços estão ligados à questão das tarifas, e tarifas, inclusive, de transporte público.

Mas eu não vou pedir vista, porque V. Exª lembra – ali, antes da Lúcia Vânia, há uma foto de V. Exª – que instituiu uma comissão temporária para tratarmos exatamente dessa questão dos biocombustíveis no Brasil. E, daquela Comissão, que tive a honra de ser indicado por V. Exª para presidir, tiramos uma proposição que já tramita – já passou aqui pelo Senado e está na Câmara dos Deputados –, tratando desses aspectos da produção, inclusive das pequenas... O nosso grande problema foi resolver esse problema da pequena produção, do uso dessa pequena produção. Por quê? Porque a sua comercialização não pode ou não poderia sair da área de atuação dessa pequena destilaria. Se ela sai, ela passaria a estar sujeita – e já está – aos rigores da legislação imposta e ao controle da Agência Nacional de Petróleo, Gás, Biocombustíveis e Energias Renováveis – o nome é comprido –, o que praticamente limitaria a capacidade de comercialização dessas pequenas destilarias.

E o Senador Acir Gurgacz vem exatamente buscar corrigir esse aspecto, de encontrar os meios que garantam a esse pequeno produtor que ele pode produzir e comercializar ali, desde que seja estritamente ligado à associação e à cooperativa, especialmente às cooperativas locais.

Então, ela tem um âmbito de circulação limitado, de espaço limitado, porque, se ela ganha o mundo, ela se sujeita a uma rigorosa legislação que inviabiliza o negócio.

Então, acho que o Senador Acir e o nosso Relator, Senador Walter Pinheiro, Relator indicado por V. Exª, buscam encontrar a maneira mais adequada de permitir que esses pequenos negócios no Brasil, que têm grande importância, que têm grande impacto, que geram empregos, que geram renda, que distribuem, possam comercializar esse importante produto, que é uma energia mais limpa possível.

Quero cumprimentar o Relator e também o autor, dizendo que, embora o tema seja bastante polêmico, não vou pedir vista, esperando que não haja nenhum impacto no preço das tarifas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado, S. Exª o Senador Inácio Arruda.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Para discutir, concedo a palavra ao autor do Projeto de Lei do Senado nº 252, Senador Acir Gurgacz.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Impacto negativo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A intenção nossa ao apresentar esse projeto, Sr. Presidente, foi fazer com que os pequenos produtores, que hoje não têm condições de comercializar por conta de não terem volume – a comercialização não consegue ser feita para a Petrobras –, possam comercializar para as associações e cooperativas. Ou seja: eles vão produzir o seu biocombustível e vão utilizá-lo nos seus próprios tratores, caminhões, que fazem a produção e a comercialização, dando, dessa forma, possibilidade da produção. Sem a comercialização de pequeno porte, não haverá condições de produção através das microdestilarias ou dos microprodutores de biocombustível, de biodiesel, do álcool através da cana-de-açúcar. Então, é uma maneira que encontramos para fazer com que o pequeno produtor possa produzir e comercializar. Se ele não tiver como comercializar, não no varejo para qualquer pessoa – seria impossível o controle –, mas uma comercialização através de associações e cooperativas, com certeza, a própria cooperativa de que esse produtor faz parte é que vai comprar e comercializar. É claro que isso se dará sempre sob os olhos da ANP, que sempre tem prezado pela qualidade do produto.

Entendo que esse projeto vem atender os pequenos produtores rurais brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado, S. Exª o Senador Acir Gurgacz, autor do Projeto de Lei do Senado nº 252.

Encerrada a discussão, coloco em votação o relatório apresentado por S. Exª o Senador Walter Pinheiro, Relator *ad hoc* da matéria, com substitutivo oferecido.

Em votação.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório do Projeto de Lei do Senado nº 252, com o substitutivo oferecido pelo Relator *ad hoc,* Senador Walter Pinheiro.

Item 4 da pauta. Trata-se do Requerimento nº 59, de 2013, desta Comissão de Infraestrutura.

Como disse no início desta reunião de hoje, por solicitação do autor, Senador Francisco Dornelles, fica retirado de pauta esse requerimento.

(É o seguinte o requerimento retirado de pauta:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 59, de 2013

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, Romeu Donizete Rufino, para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa, a fim de informar os motivos da retirada da Usina de Itaocara I do Leilão de Energia 10/2013 (A-5).

Autoria: Francisco Dornelles

Observações:

1. Lido em 11/12/2013.I)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Antes de encerrarmos a nossa reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Por fim, agradecendo a presença das Srªs e Srs. Senadores, informo que a Comissão de Serviços de Infraestrutura retomará seus trabalhos após o recesso parlamentar, na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Desejando a todos boas festas e um feliz 2014, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO, CRIADA POR MEIO DO RQI Nº 32, DE 2007, QUE, "REQUER, NOS TERMOS DO ARTIGO 37 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A CRIAÇÃO DE UMA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A EXAMINAR E DEBATER OS TEMAS RELACIONADOS À INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2013, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dezenove minutos do dia cinco de novembro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sob a Presidência do Senhor Senador **Valdir Raupp**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano. Presentes os Senhores Senadores **Inácio Arruda, Walter Pinheiro, Cícero Lucena, Lídice da Mata** e **Vanessa Grazziotin**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente encaminha a deliberação da pauta, destinada à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. O Presidente comunica que o Senador **Inácio Arruda** e o Senador **Clésio Andrade** foram indicados para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Presidente consulta os Senadores sobre a possibilidade de realizar a eleição por aclamação, pois há apenas uma chapa registrada. É aberta a votação para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão por aclamação. O Presidente comunica que ficam eleitos os Senadores **Inácio Arruda** e **Clésio Andrade** para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente. O Senhor Presidente, transfere a direção dos trabalhos ao Presidente eleito, Senador **Inácio Arruda**, que faz uso da palavra. **Item Extrapauta – REQUERIMENTO DA CISPID Nº 01, de 2013**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para apresentação do Projeto de infraestrutura urbana - Maranguapinho, da Capital Fortaleza e das obras de infraestrutura urbana e mobilidade na Cidade de Curitiba, sendo convidados, respectivamente, o Secretário das Cidades do Estado do Ceará, Carlos Ferrentini e o Prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, juntamente com o Secretário Municipal*

Extraordinário da Copa do Mundo, Reginaldo Luiz dos Santos Cordeiro". Resultado: aprovado. **Item Extrapauta – REQUERIMENTO DA CISPID Nº 02, de 2013**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para conhecimento e debate do estudo "Efeitos Econômicos das Regras Tributárias no Setor de Bicicletas", a ser apresentado pela Aliança Bike – Associação Brasileira do Setor de Bicicletas (entidade representativa da cadeia produtiva e de fornecimento de bicicletas e seus componentes".* Resultado: aprovado. **Item Extrapauta – REQUERIMENTO DA CISPID Nº 03, de 2013**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, sendo convidado o Ministro das Cidades, Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, para apresentação dos projetos de infraestrutura urbana desenvolvidos pelo referido Ministério referentes às obras para a realização da Copa do Mundo de 2014".* Resultado: aprovado. **Item Extrapauta – REQUERIMENTO DA CISPID Nº 04, de 2013**, de autoria do Senador **Inácio Arruda**, que diz: *"requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para apresentação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) e do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de São Luís/MA – PMISB, sendo convidados, respectivamente, um representante do Governo do Estado do Amazonas e um representante da Prefeitura Municipal de São Luís".* Resultado: aprovado. **Item Extrapauta – REQUERIMENTO DA CISPID Nº 05, de 2013**, de autoria do Senador **Valdir Raupp**, que diz: *"requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome abaixo relacionado entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 01, de 2013 – CI/ CISPID: Sra. Iacira Terezinha Rodrigues Azamor".* Resultado: aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Valdir Raupp** e **Vanessa Grazziotin.** Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e onze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Valdir Raupp,** Presidente em Exercício da Subcomissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão. Foi registrada até o momento a seguinte chapa: para Presidente, Senador Inácio Arruda; para Vice-Presidente, Senador Clésio Andrade.

Como há apenas uma chapa registrada, consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre a possibilidade de fazermos a eleição por aclamação, adotando procedimento utilizado por diversas comissões permanentes neste ano.

Em votação.

Quem estiver favorável permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado por aclamação.

Convido o Senador Inácio Arruda, eleito Presidente desta Subcomissão, para ocupar seu lugar à mesa e, em seguida, fazer uso da palavra.

Registramos a presença, nesta reunião, do Secretário Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos, Sr. Leodegar Tiscoski, do meu querido Estado natal, Santa Catarina, cidade de Sombrio, onde já morei.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Na minha infância, já morei no Município de Sombrio e hoje já relatei na Comissão de Ciência e Tecnologia uma rádio do Município de Araranguá, uma rádio FM comunitária, na cidade de Araranguá, que é a cidade onde meu pai tinha conta bancária, cidade polo daquela região, na época. Hoje todas as cidades são importantes, Sombrio, Praia Grande...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Presidente, embora não sendo tema central da nossa comissão, eu já atropelo a palavra de V. Exª para informar que, embora não seja, mas é, porque é o tema das comunicações e das relações das comunicações com País inteiro, nesta semana, eu soube que vai ser feito um decreto que vai permitir a transição das rádios AM para FM. Isso tem muita importância, especialmente nas capitais e regiões metropolitanas onde hoje as rádios AM foram praticamente abandonadas. A melhor maneira que foi encontrada pelo Ministério de se resolver esse problema foi a migração. Acho muito justo, e essa matéria praticamente vai estar nas mãos de V. Exª, em breve, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Esse é um projeto, Presidente da Subcomissão, Senador Inácio Arruda, muito esperado, já há muito tempo, pelas rádios AM, para que sejam digitalizadas, praticamente transformadas em FM, mas

a cadeira de V. Exª é esta aqui. Eu peço que V. Exª assuma a cadeira de Presidente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Mas aqui não tem isso não. O senhor sabe que, na questão urbana, não tem esse problema.

Mas, Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e cumprimentar também o nosso Secretário, Leodegar, Secretário de Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, quero agradecer sua presença e também quero registrar aqui conosco o José Roberto Bassul, Consultor da nossa Casa, que foi uma das principais pessoas do Senado da República – e podemos dizer do Congresso Nacional, porque atuamos nas duas Casas nesta matéria – na elaboração, antes da discussão sobre a questão da política urbana na Constituição e depois na regulamentação da Constituição com a criação, a elaboração, a aprovação e depois a transformação disso em lei, que é o Estatuto da Cidade, uma lei muito importante, que nós evidentemente temos que tratar.

Quero cumprimentá-los e dizer que a nossa Subcomissão, uma exigência do nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Collor, instrua todos os colegas, pois tínhamos que instalar esta Comissão, que era uma questão de grande responsabilidade. As cidades, nos últimos movimentos no nosso País, transformaram-se em protagonistas da luta política também e social. Então, era preciso responder no Congresso Nacional. A Câmara tem uma comissão temática que trata exclusivamente da questão urbana; o Senado não tem uma comissão exclusiva, mas tem uma Subcomissão. Então, o Presidente Collor considerou que era fundamental que nós pudéssemos instalar esta Subcomissão com a responsabilidade de discutir as questões urbanas do Brasil.

Não são problemas pequenos. Se examinarmos o que instalou as grandes mobilizações de junho, começou com o problema da mobilidade urbana, do transporte público no nosso País, que evidentemente é um tema central hoje no planejamento das cidades.

Nós podemos tratar ou discutir também uma questão chave hoje: as grandes cidades, as metrópoles, as capitais do nosso País têm em torno de si, praticamente, uma outra grande capital, que é a sua região metropolitana.

Então, imaginem, São Paulo tem quase uma outra São Paulo no seu entorno; se você pensar Salvador, a mesma coisa; Rio de Janeiro, nem pensar; Fortaleza tem 2,5 milhões de habitantes, cidade onde eu nasci, e tem, no seu entorno, mais 1,5 milhão de habitantes. Isso significa metade da população do Estado do Ceará praticamente. Mesmos as regiões mais distribuídas, como é o caso de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, se você olhar o entorno dessas capitais, têm uma população também gigantesca e, às vezes, já maior na região metropolitana do que na própria capital e com problemas que exigem uma presença muito forte do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

Criou-se, inclusive, na cidade de Natal, um parlamento metropolitano, que juntou os parlamentos municipais em um organismo para discutir demandas comuns.

Então, o aeroporto de Natal é em Parnamirim e o próximo aeroporto de Natal é em São Gonçalo, duas cidades da região metropolitana. Então, como viabilizar essa movimentação se não tivermos um trabalho conjugado?

O sistema de distribuição de água, a rede de água, normalmente começa na região metropolitana e vai para a capital. Então, nós precisamos discutir esses temas todos, viabilizar rede de esgoto, destino final de resíduos sólidos – é um problema mais do que comum nas regiões metropolitanas, e grave problema das cidades brasileiras.

Por tudo isso que o Presidente Collor considerou que nós não poderíamos deixar de discutir esses temas e de instalar a nossa Comissão, e mais porque não só é importante ter a Comissão, mas as cidades que vão realizar a Copa do Mundo têm um vasto programa de mobilidade, de infraestrutura que tem de ser discutido. Digamos que estamos interligados. É um problema de planejamento urbano que impacta o esporte, que impacta intensamente a economia dessas cidades.

Se estivermos melhor planejados, melhor organizados, nós vamos ter retornos econômicos e diminuição das desigualdades muito maior do que o que nós já temos na atualidade.

Portanto, meu caro Presidente Raupp, quero agradecer essa indicação e aprovação dos colegas, dos nossos pares, dizer que para nós é muito importante – eu que já tive uma passagem na discussão desses temas na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, agora tenho oportunidade de dirigir esta Subcomissão no Senado Federal. Espero contribuir e ajudar a nossa Comissão de Infraestrutura e ajudar o nosso País. Acho que daqui a gente pode tirar muita coisa boa, não revisando o Estatuto da Cidade ou criando um novo Estatuto das Cidades, mas atualização esse grande instrumento de políticas públicas urbanas do nosso País, ancorado na Constituição. E posso dizer: a Constituição recepcionou – ela que completa agora 25 anos –, pela primeira vez, a questão urbana, fruto de grandes lutas do povo brasileiro; foi o povo em movimento que transformou aquilo que era vontade popular em texto constitucional, e nós tivemos a obrigação de

regulamentar no Congresso Nacional e dar resposta ao que está posto na Constituição.

Portanto, a nossa responsabilidade só aumenta com as atribuições que nos dá aqui o Presidente Fernando Collor, que preside a Comissão de Infraestrutura, e os nossos colegas, ao indicar o meu nome e também do nosso colega Clésio Andrade. Considero muito importante a presença do Senador Clésio Andrade na Vice-Presidência, comigo, porque ele tem uma relação direta com um setor muito impactante nas regiões urbanas, que é o transporte de passageiros rodoviários e também o transporte de cargas, porque, imaginem, essas cargas rodam dentro dessas nossas cidades por aí afora, como é que vamos tratar esse tema que também é crucial no nosso País?

Então, eu gostaria de agradecer e pedir à nossa Secretaria, se já tivermos alguns requerimentos, para propormos a sua aprovação.

Nós vamos convidar, para uma primeira iniciativa, meu caro Senador Raupp, meu caro Léo, nós vamos convidar... Existe um grande projeto sendo executado no Brasil, que é um projeto de infraestrutura urbana e é o maior projeto de macrodrenagem em região metropolitana do País. Esse projeto está sendo executado, foi fruto de quase um levante popular na cidade de Fortaleza, depois se transformou em algo da região metropolitana e hoje está sendo executado pelo Estado, mas é um projeto do Plano de Aceleração do Crescimento, que foi recepcionado pelo Presidente Lula, que é o projeto de infraestrutura urbana do Rio Maranguapinho e do Rio Cocó, na cidade de Fortaleza. Então, é muito importante.

E outro projeto é o da infraestrutura urbana e mobilidade da cidade de Curitiba. Eles estão fazendo toda uma revisão daquilo que eles consideraram que tinha sido revolucionário lá atrás, há um bom tempo, porque era uma das cidades que tem, talvez, o plano diretor mais antigo do Brasil, um dos mais antigos em termos de planejamento, e execução daquele plano diretor. Para nós, é muito importante que eles possam expor na nossa Subcomissão para mostrar a relevância do planejamento e o impacto positivo que tem para uma cidade você realizar esse planejamento.

Então, nós estamos convidando esses representantes do Estado do Ceará e também do Estado do Paraná, da cidade de Curitiba; se possível, vamos ver se a gente consegue trazer o Prefeito Gustavo Fruet. que tem uma vantagem porque conhece da militância política, o antes, o durante e o agora, e já planeja o depois. É muito importante aqui a sua presença. E também o Sr. Reginaldo Luiz dos Santos Cordeiro, que é o Secretário que está tratando da Copa do Mundo.

É esse requerimento que gostaríamos de propor e também chamar para debater conosco – temos aqui uma aliança com o setor da mobilidade que inclui o pessoal das bicicletas – ,Srªs e Srs. Senadores, para uma audiência pública: conhecimento de debate do estudo e efeito econômico das regras tributárias no setor de produção de bicicletas no Brasil. Sei que é uma área industrial, produção de bicicletas, e, dessas áreas de produção industrial, foi a única ligada à mobilidade que não teve direito às famosas isenções e reduções tributárias, estranhamente, porque você teve para automóveis, teve para ônibus, teve para moto, só ficou de fora a bicicleta.

Portanto, é um debate que precisamos ter aqui, porque está ligado à questão da mobilidade e, brevemente, nós queremos aprovar aqui também um requerimento para convidar o Ministro Aguinaldo Ribeiro, O Ministro das Cidades, porque ele é a peça mais importante no Governo quanto às cidades, para que ele possa falar para o Senado Federal, através da Subcomissão do Desenvolvimento Urbano, quais são as ideias que ele irá levar à Conferência das Cidades, que vai se realizar agora, nos dias 22, 23 e 24 de novembro, aqui em Brasília.

Eu tive oportunidade de participar de etapas locais, na cidade de Fortaleza e em outras cidades do Estado do Ceará, e vamos ter agora a Conferência Nacional. Então, quero também já propor, meu caro Secretário e meu caro Senador Raupp, que a gente aprove aqui a indicação de convite para o Ministro das Cidades, para que a gente possa fazer um bom debate sobre o que ele está levando, quais são as grandes iniciativas que vão sair da Conferência das Cidades, porque, para nós, é muito importante essa Conferência que será realizada nos dias 22, 23 e 24 de novembro do ano de 2013.

Eram essas questões que eu gostaria aqui de colocar e pedir aprovação dos senhores.

Em discussão os requerimentos. *(Pausa.)*

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu quero também – já pedi à minha Secretária da assessoria parlamentar, Drª Karina, que faça um requerimento para eu assinar – pedir uma audiência pública, talvez pudesse até colocar nessa mesma audiência pública sobre o saneamento de Porto Velho, Rondônia, uma obra iniciada há uns quatro anos, depois teve uma paralisação, teve o contrato cancelado a pedido do TCU – Tribunal de Contas da União e estão refazendo o projeto, só que já faz mais de três anos e o projeto não está pronto.

Então, é algo complicado, são quase R$700 milhões da maior obra. Essa é uma das maiores obras

também do PAC, que foi uma espécie de uma compensação sobre a construção das usinas do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, e até hoje essa obra não teve início. Quer dizer, teve um início desastrado, foram executadas apenas 14 milhões de obras, de 700 milhões, e hoje ela está paralisada, estão tentando licitar – não sei se o Leodegar teria alguma informação para passar já neste momento.

O SR. LEODEGAR TISCOSKI – O projeto está em evolução, mas vai levar ainda um bom tempo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – É um negócio inexplicável. Está se demorando praticamente três anos para refazer um projeto que já estava praticamente pronto, porque já tinha sido até licitado no governo anterior.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Claro.

Então, já vamos agregar a solicitação do Senador Raupp. E eu tenho conhecimento, porque nós andamos por aí então estamos sabendo, de que há dois grandes projetos também que estão sendo executados, um na cidade de Manaus, que é uma recuperação daqueles igarapés que estavam ocupados, com a população morando naquelas palafitas, dentro daquela região alagada – houve um projeto, Raupp, de recuperação e o resultado é muito interessante, acho que é bom a gente convidá-los –, e também um projeto muito grande está sendo executado, ou deveria estar sendo executado, na cidade de São Luís. Houve muitos problemas na execução, mas talvez seja interessante colocarmos o que está dando certo, que está tendo grande impacto positivo – este de Manaus está tendo um grande impacto positivo e este de Fortaleza também. Acho que é bom trazermos essas duas experiências positivas de execução de obra, que dá um retorno extraordinário para a população e para a cidade. E aquelas que, por conta das dificuldades, dos entraves muitas vezes, não conseguiram andar, o resultado ainda não foi tão positivo. Então, eu proponho que a gente também inclua São Luís e Porto Velho, para a gente ver os dois lados da história, os dois lados da moeda.

Creio que talvez seja positivo que a gente possa fazer esse primeiro debate, essa primeira discussão incluindo essas quatro cidades importantes do Brasil e mais Curitiba, porque, em Curitiba, já tendo um plano que foi considerado muito bom, é a ideia de você ter a capacidade de melhorar mais esse plano. Isso é muito importante para nós, para vermos como vamos fazer nas próximas décadas nas nossas cidades, como vamos pensar as nossas cidades, tratando população, governo, parlamento e, sobretudo, como garantir esses investimentos para poderem resultar em algo positivo.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Senador que queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Pergunto se o Léo quer nos dirigir algumas palavras?

Por favor, Léo, você tem muita experiência, principalmente em usar o microfone, pois atuamos juntos na Câmara Federal durante muitos anos.

Dou a palavra ao Leodegar.

O SR. LEODEGAR TISCOSKI – Saúdo o Presidente Inácio Arruda, da Subcomissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, o Senador Valdir Raupp, nosso conterrâneo de Santa Catarina, e a todos presentes.

Rapidamente, o Ministro Aguinaldo Ribeiro pediu-me que o representasse neste momento e já se colocou à disposição para todo apoio à Comissão nas ações relativas ao Ministério das Cidades, que são muito amplas.

Com essa seleção agora de saneamento e pavimentação, recursos selecionados só no Ministério das Cidades passam de R$340 bilhões, em habitação, em saneamento, envolvendo água, esgoto, macrodrenagem, áreas de risco, de encostas, mobilidade. Então, há um volume muito grande de recursos disponibilizados e alguns dos entraves que, tradicionalmente, têm retardado as obras – o Senador Raupp lembrou aqui o caso de Porto Velho, que está desde 2007, foram 9 milhões destinados para a elaboração do projeto e, só na área de projeto, é a terceira empresa que está executando, com muitas idas e vindas, e as obras também com pequeno percentual executado, mas demonstra claramente que, dentre os entraves nas nossas obras do PAC no Brasil, começa pelo projeto, licença ambiental e titularidade da área. São três gargalos que normalmente têm retardado as obras do PAC que são muitas nas diversas áreas, mas, no Ministério das Cidades, esse é o maior problema.

Então, colocamo-nos à disposição e, na área da Secretaria de Acessibilidade e Programas Urbanos, também estou à disposição. A nossa Secretaria, praticamente, é uma Secretaria transversal a todas as ações do Ministério das Cidades e falar em planejamento urbano realmente é um dos grandes entraves das nossas dificuldades, as mazelas das cidades. Nós estamos falando já em revitalização de centro de cidade, não só centro histórico, mas revitalizar os centros das cidades, mas o planejamento no Brasil ainda é um pouco deficiente, precisando realmente rever principalmente a questão do anel em torno dos grandes centros, como falou o Presidente, Senador Inácio Arruda. As regiões metropolitanas precisam ser encaradas com um outro olhar, e está iniciando, inclusive Deputado Zezéu Ri-

beiro é o Relator na Câmara de um projeto antigo, do Deputado Feldman, de quase 10 anos, e vai retomar discussão do Estatuto da Metrópole, que é um tema importantíssimo e que vem complementar aquilo que o senhor já conhece muito bem, que é o Estatuto da Cidade, que é mais um detalhamento focando principalmente a metrópole e como vamos tratar a região metropolitana no todo quando se trata das ações que abrangem toda a região.

Obrigado pelo convite e estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Nós que agradecemos, Léo. Quero dizer que a Comissão de Infraestrutura já tem uma relação muito boa com o Ministério das Cidades por meio da Presidência e dos trabalhos que são desenvolvidos na Comissão, e que esta Subcomissão vai, no cearancês, vai aperrear bastante o Ministério das Cidades, nós vamos ter que trocar muitas ideias, muitas informações, para que a gente possa produzir na nossa Subcomissão um projeto, quem sabe, de modificação legislativa capaz de atender às necessidades hoje do Ministério das Cidades para poder garantir que os seus projetos tenham mais velocidade e sejam mais adequados ao nosso País.

Eu considero esse movimento das cidades brasileiras, talvez, um dos movimentos capazes de ajudar o Brasil a acelerar o seu crescimento no ritmo que a necessidade exige.

Eu quero registrar também aqui a presença do Nazareno, nosso colega de batalhas, dizer que estamos instalando aqui uma Subcomissão, Nazareno, de Desenvolvimento Urbano. Há pouco, estivemos no Congresso da Associação Nacional de Transportes Públicos e o convidamos porque sabemos da sua relação intensa com essas questões, com o movimento não só de garantia de transporte de qualidade, mas, sobretudo, ajudar o movimento social, que é a grande contribuição que a gente tem dado, para que ele possa interagir com o que está acontecendo no Brasil.

Às vezes você tem essa situação que estamos vivendo em Porto Velho; nós temos os recursos, mas não conseguimos fazer uma obra tão impactante, tão importante para a cidade.

Em outros lugares, onde você se organiza mais, você planeja mais e cobra mais, então os recursos se transformam em algo extraordinário, que é você ter um projeto de êxito, de sucesso que recupera parte significativa de uma cidade, que é o que está acontecendo em Fortaleza e, pelo que pude ver também em parte só da cidade, é o que está acontecendo em Manaus, com um projeto do Ministério das Cidades junto com o governo do Estado de Manaus.

Acho que é uma coisa também muito positiva, e nós temos que ver todos esses lados.

Assim, gostaríamos de convidá-los para estarem também presentes de forma mais permanente na nossa Subcomissão e estamos inteiramente às ordens do Ministério para que possamos interagir ao máximo e vamos convidá-los muito para que estejam aqui conosco, participando dessas atividades.

Nazareno, gostaria de fazer uso da palavra? Porque aqui nós estamos instalando a Comissão e aqui é uma Comissão aberta.

Sei que você veio correndo, mas ainda tem bastante fôlego.

O SR. NAZARENO TORRES DE MORAES – Não, a dificuldade foi entrar aqui, porque há uma manifestação aqui na entrada e a Polícia fechou todas as entradas. Então, eu fiz o meu primeiro exercício do dia, rodando este Senado todo; fomos entrar pela porta principal, não deixaram entrar também. Foi uma luta. Pode ser que o esvaziamento daqui seja porque há mais pessoas que não estão conseguindo chegar à Subcomissão.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao convite, o Senador é um velho militante da questão de mobilidade urbana, que é mais o meu tema, e nós estamos vivendo, neste momento, um momento, do meu ponto de vista, promissor na área de mobilidade, porque nós temos a Lei nº 12.587, que é a Lei da Mobilidade Urbana, e agora o Conselho das Cidades elaborou uma proposta para o pacto nacional da mobilidade urbana. Como resultado da pressão das manifestações, a Presidente criou um conselho que foi assumido pelo Comitê de Mobilidade do Conselho das Cidades, e esse Comitê elaborou 170 propostas, das quais a gente simplificou numa resolução, que ainda está no jurídico, mas foi aprovada pelo Pleno do Conselho, onde apresentamos propostas tanto para o barateamento das tarifas como da utilização de 50 bi que a Presidente falou, como também toda uma outra questão que o Senador e esta Comissão vai validar, que é uma crise profunda que temos de gestão nos Municípios que não têm equipe, não tem estrutura; e nós estamos vivendo uma contradição fantástica: lutamos anos e anos para ter recursos para a área de mobilidade.

Nós temos disponibilizados já 97 bilhões e mais 50 prometidos pela Presidente, só para área de mobilidade urbana, dos quais dos 97 – e olha que já foi lançado o PAC da Copa em 2010 – foram gastos, segundo informação do pessoal do Ministério, não chegou a 8 bi.

Então, nós estamos com uma contradição gigantesca, temos recursos e as prefeituras sem condições de planejar, projetar, implantar e muito menos

gerir esse sistema de transportes mais sofisticados, que darão uma diferença para a mobilidade no Brasil muito grande.

Nós estamos, neste momento, buscando convencer o Governo de uma coisa muito simples, para que dê toda essa massa, porque o Governo até resolver esse problema, quer dizer, gastar muito recurso para assessorar e capacitar os Municípios – e você deve saber em todos os lugares, mesmo lá em Fortaleza, as dificuldades que estão havendo nos Municípios para dar conta desses recursos que já foram disponibilizados para eles.

Então, primeiro, desses recursos, realmente separar uma mudança da estrutura do próprio Ministério do Governo Federal para que ele se volte e também convencimento dos governos dos Estados para participar para esse processo, e uma outra que nós estamos estranhando, que é: São Paulo saiu à frente com uma medida que a gente já defende há mais de 15, 20 anos, que é prioridade tirar o ônibus do congestionamento, uma coisa simples. É pintar uma faixa no chão, colocar o controle para não ter invasão de carro – São Paulo está dando esse exemplo. Para vocês terem uma ideia, até agora, até 2011, nós tínhamos 410 quilômetros de vias prioritárias de transporte público.

Isso significa 0.60% do sistema viário do País, mais precisamente 0.60% do sistema onde circula ônibus e 0.12% do sistema viário. Quer dizer, o que estamos propondo é pular desses 400, que já agora agregou a mais 200 em São Paulo, são 600, e a gente chegar até as eleições, em curto espaço, a 4 mil quilômetros no Brasil. Para isso, a gente precisa de um aporte do Governo, um incentivo em cima das prefeituras para terem condições de fazer isso, e nós estimamos que esse valor de investimento, se muito, vai chegar em 4 bi, mas acho que chega em 2 – já vai ser uma revolução, e a gente não consegue.

Terminando, Senador, dois outros pontos que são estruturais para a mobilidade. Em primeiro lugar, na lei, é a utilização do sistema viário para as bicicletas e para as calçadas – e a nossas calçadas vocês devem conhecer. A gente não precisava nem fazer discurso, basta mostrar a fotografia, é uma vergonha. E as prefeituras não tratam nem aquelas que têm grande demanda de pedestres, aliás eles nem sabem onde circula pedestre. É uma cultura fora. As bicicletas estão ganhando, pouco a pouco, espaço pelos movimentos sociais de ciclistas. Então, nós estamos achando que outro recurso que a gente poderia já fazer com rápida implantação é um programa para as calçadas e um programa específico para as ciclovias. O que a gente está achando é o seguinte: está na mão do Governo, já que sabe da dificuldade dos Municípios de responderem, dar uma resposta imediata.

Portanto, a gente queria o apoio dos Senadores para convencer o Governo, porque eles gostam é de grandes obras, pois aí vem as empreiteiras, vem todo mundo junto, que é um grupo político que a gente sabe que tem uma força muito grande perante o Estado brasileiro, mas nós estamos precisando fazer coisas simples e que podem revolucionar as nossas cidades. Isso, lógico, não vai ser simples, vocês sabem muito bem das dificuldades que existirão com os comerciantes, com um monte de setores econômicos que são contra a prioridade do ônibus na via.

Então, é isso. Nós estamos batalhando hoje, o MDT está fazendo dez anos, nós estamos lançando amanhã, na Confederação Nacional dos Transportes, um programa de qualificação do sistema convencional junto com a associação de empresários de ônibus. O que é? Esse valor que falei para vocês significa colocar abrigo nas cidades todas, começar a discutir, mas há um ônibus Padron, não sei se você lembra da época dos ônibus Padron, para gente ter um ônibus de qualidade, piso rebaixado para acessibilidade e ainda GPS.

É tudo coisa simples e que a gente pode revolucionar em pouco tempo. O que a gente vai fazer amanhã é lançar isso, e o MDT – Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte, que eu coordeno, nós estamos fazendo dez anos de lutas e agregamos, desde o movimento popular até o setor empresarial, passando por trabalhadores, entidades, sindicatos e tudo mais – vai pegar esses dez anos e ver se conseguimos enxergar os próximos dez.

Nós estamos esperançosos, o que estamos precisando é desse convencimento. Temos de cuidar do dia a dia – isso está na mão dos prefeitos, está na mão do Governo Federal e está na mão dos governadores, e não é nenhuma obra melogâmica ou qualquer coisa dessa.

Então, eu gostaria de agradecer a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Agradeço, Nazareno.

O SR. NAZARENO TORRES DE MORAES – Eu estou muito envolvido com esse tema, por isso que vai muita emoção também. Eu acredito muito nisso. Você sabe que estou há 40 anos nesta briga e eu queria saudar a Subcomissão e dizer que estamos juntos nesta briga, moro aqui em Brasília, qualquer coisa você pode contar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Nazareno já está convocado de forma permanente para participar das atividades da nossa Comissão, e a única gravidade é que sem remuneração.

Mas, Bassul, muito importante a sua manifestação porque esta já é a nossa primeira audiência pública, você está convidado a usar da palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO BASSUL – Estou aqui, em primeiro lugar, por um dever funcional, sou Consultor Legislativo da Casa, mas, ao lado do dever funcional, tem a história de militância em relação ao tema, de preocupação e de expectativa de cidadão.

A gente que acompanhou o esforço que foi para incluir no Ordenamento Jurídico Nacional a questão urbana fica feliz de ver, pelo menos, que hoje a gente já tem uma história a ser repensada, a ser reconstruída, enfim uma história feita com conquistas ou não, com esbarrões, mas a gente já tem sobre o que se debruçar para acelerar e aprimorar caminhos que vêm sendo bem trilhados e para rever outros que se mostraram insuficientes e inadequados.

Eu fico feliz ao ver esta Subcomissão renascer com esta proposta de trazer à pauta essas questões que vêm se tornando cada vez mais urgentes na agenda política nacional.

Lembrei-me aqui, enquanto o Nazareno falava, de uma frase que ouvi do Jaime Lerner e que me marcou bastante em relação à questão da mobilidade – talvez alguns já tenham ouvido esta frase, mas eu a repito aqui –; o Lerner dizia que tem certeza de que o automóvel será o cigarro do futuro, algo a ser banido, escanteado e colocado no seu devido lugar. Quer dizer, haverá fumódromos para que os automóveis circulem nas cidades, porque eles hoje vêm cobrando um preço muito alto nos nossos assentamentos humanos, que são as cidades.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Verdade.

Então, eu queria agradecer e dizer que aprovamos aqui um requerimento para convidar o nosso Ministro Aguinaldo Ribeiro, para que ele possa comparecer à nossa Comissão; eu tenho convicção de, como disse o José Roberto Bassul, que ele tem um dever de ofício, mas ele tem sobretudo a militância e uma história grande aqui entre nós, assim como o Nazareno e muitos outros militantes do movimento social, gente que tem ajudado o Brasil. Sem eles, talvez, não tivéssemos o capítulo de política urbana na Constituição e sem eles, talvez, nós não tivéssemos o Estatuto da Cidade, nem sequer Lei de Resíduos Sólidos, de Mobilidade, etc, que são temas impactantes das cidades brasileiras.

Tramita aqui no Senado uma PEC chamada PEC dos Pedestres, como direito. O pedestre tem que ser o mais respeitado entre todos e depois os veículos que não precisam de nenhum tipo de arranjo especial que não sejam boas pernas que possam pedalar e ajudar a conduzi-los, porque é um direito você garantir que as bicicletas possam ter um espaço na vida urbana e acho que a humanidade deve esperar ansiosa para que a frase do Jaime Lerner se transforme em realidade, porque hoje o impacto é muito grande.

Vocês vejam que, nesse debate em São Paulo, Léo, sobre a questão da mobilidade urbana e das faixas exclusivas para ônibus, está tendo uma grita muito grande, porque, ao você tirar uma faixa exclusivamente para o ônibus, aquela faixa que era ocupada por todos e ficava aquele tumulto generalizado, ao você fazer isso nas vias que são bastante adensadas, cria-se uma gritaria gigantesca de quem usa o automóvel, e o pessoal do automóvel... O que acontece no Brasil, na América do Sul e no mundo inteiro? É que as pessoas têm direito. Isso acontecia com todo mundo, todo mundo queria fumar um cigarro. Diziam: “Esse negócio deve ser bom, porque todo mundo está com um na boca. Então, vamos fumar um cigarrinho”. Fumava um cigarrinho e ficava viciado numa desgraça terrível. Mas todo mundo tem o direito. Então se preciso ter um carro, quero comprar um carro, é um *status*, então esse direito está garantido, mas o problema é depois que você tem um carro e você fica com ele parado naquele engarrafamento.

Então, você dialogar com essa comunidade, mostrar que essa faixa exclusiva vai dar um retorno exclusivo em perspectiva, é muito importante, e a nossa responsabilidade.

Eu lembro que fizemos uma vez, isso aconteceu em vários Municípios, de capitais principalmente, o programa de modernização, de fato, da frota de transporte público dos ônibus. O ônibus tem de ter qualidade, tem de ter acessibilidade e casa com as calçadas, porque o que acontece com as calçadas? Como o ônibus não se movimentava para receber o idoso, então ele não tinha essa movimentação hidráulica, que permitia ele descer, pega o idoso, depois sobe para a posição de movimentação do carro, o que aconteceu no Brasil? Subimos nas calçadas para ficar da altura do ônibus. Aí a gente subia na calçada e o idoso não conseguia subir na calçada. Então, nós estamos vivendo o drama do Brasil.

Hoje, como você tem o carro, pode se movimentar para receber as pessoas idosas e as pessoas com deficiência, então o carro pôde se adequar, a tecnologia permite isso hoje, com muito mais rapidez, nós temos que transformar absolutamente as nossas calçadas no Brasil, quer dizer, as calçadas têm que ser baixas para que as pessoas possam acessá-las – isso é no Brasil todo.

E outra, é o Poder Público assumir as calçadas como coisa pública, porque, via de regra no Brasil, as calçadas são privadas, e você tem verdadeiras ram-

pas de automóveis para entrar nas propriedades, nas suas casas, que, às vezes, partem da via; de dentro da calha de rolamento de carros parte uma calçada que vai até dentro da casa do cidadão, e ele faz aquela rampa e não olha se tem vizinho, se tem nada, "aqui é minha rampa", ou, às vezes, faz um acesso subindo com escadas, no meio da calçada. Mas por que ele faz isso? Porque o Poder Público está fora, está ausente completamente, quer dizer, ele teve que se virar, e ele se virou da melhor forma que ele podia para poder responder àquela necessidade sua individualmente, ele não se importou com o seu vizinho, porque está ausente o Poder Público.

Portanto, são coisas, de fato, às vezes, muito simples que nós podemos ter como iniciativa para garantir uma cidade não só mais saudável, mais adequada, mas que, sendo assim, ela vai dar muito mais retorno positivo do ponto vista econômico, social e político para sua população.

É isso que nós desejamos. Vamos fazer aqui, espero, um bom trabalho. Para isso, o Presidente da Comissão colocou a Comissão inteira à nossa disposição, disse que não vai faltar meios para que a gente possa executar o nosso trabalho, porque o que ele deseja é que a gente tenha êxito na nossa responsabilidade de tratar dessas questões das cidades brasileiras.

Então, quero agradecer a todos e, antes de encerrar, conceder a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, que vem de uma maratona nas nossas comissões, porque aqui é assim quase todos os dias.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – E a Casa está bem animada hoje, com a presença de quilombolas e de indígenas, Sr. Presidente. A Comissão de Direitos Humanos está muito movimentada

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – E também a de Educação já tem uma boa manifestação na sala vizinha.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Presidente, apenas para fazer aqui um breve registro, cumprimentá-lo por estar assumindo esta importante Subcomissão, que, aliás, já deveria ter sido formada há algum tempo e que trata do desenvolvimento urbano. Este ano nós teremos a Conferência das Cidades, acho que agora no mês de novembro, Tiscoski, que é quem eu cumprimento, que está aqui representando o Ministério das Cidades. Tive a alegria de ter sido Deputada Federal com esse grande brasileiro catarinense, que agora contribui e muito no Ministério das Cidades com todas as cidades brasileiras.

Senador Inácio Arruda, eu quero dizer somente que esta Subcomissão não poderia estar em melhores mãos. V. Exª que, como Deputado, foi Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e foi quem organizou a primeira Conferência Nacional das Cidades. Então, a partir dessa primeira Conferência Nacional das Cidades é que temos hoje – não sei nem que número é essa Conferência. Qual é a Conferência? É a quinta Conferência das Cidades – essas conferências, graças ao empenho, à dedicação, ao seu trabalho à frente da Comissão de Desenvolvimento Urbano na Câmara dos Deputados. Não tenho dúvida nenhuma de que o trabalho desta Subcomissão e do que aqui ela aprovar será grande orientador não só na formulação, mas principalmente na aplicação da política pública para um melhor ordenamento das cidades brasileiras, visando sempre a qualidade de vida das pessoas.

Então, parabéns, Senador Inácio Arruda, por essa Subcomissão tão importante. O ideal é que tivéssemos uma comissão só para tratar disso, não havendo, creio que a Subcomissão poderá, sem dúvida nenhuma, desempenhar um belíssimo trabalho.

Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Eu que agradeço a ilustrada participação da Senadora Vanessa Grazziotin. E podemos dizer que a Vanessa, eu e muitos outros que estão aqui no Congresso Nacional começamos como vereadores nas nossas capitais, então os problemas urbanos sempre estiveram muito presentes na nossa militância política, na nossa ação parlamentar e, portanto, é um tema com que a gente tem lidado muito especialmente.

Acho que temos essa responsabilidade aqui no Congresso Nacional.

Para ver esse papel do Poder Legislativo, a nossa responsabilidade e como nós podemos trabalhar para contribuir com o movimento social, a primeira Conferência de mais largo alcance que nós realizamos sobre a questão das cidades realizamos numa Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara Federal. Na verdade, nós podemos dizer que aquela foi a conferência zero, já que agora existe a parte zero das questões, a conferência zero foi aquela que deu partida e que levou também à criação do Ministério das Cidades e o Ministério das Cidades a realizar as conferências.

Acho que isso é um resultado muito positivo e que teve muito impacto naquela época em que surge o Conselho das Cidades.

Então, são instrumentos poderosos que nós temos hoje, e esses instrumentos temos que utilizar muito, porque, senão utilizarmos, ao invés de nós nos adiantarmos nos planejamento e na ausculta da sociedade, nós vamos sempre ser atropelados pela sociedade de forma, às vezes, até equivocada na sua mobilização

e na sua manifestação, mas com base real concreta, porque os problemas são reais, eles existem. Por isso que a gente precisa estar muito atento e o Parlamento pode jogar um grande papel.

Quero registrar também, porque é muito importante para nós, a presença de João Teodoro da Silva, do Conselho Federal de Corretores de Imóveis.

Esta é uma questão fundamental, a questão imobiliária do nosso País, tem muito impacto nas cidades e no planejamento das cidades sobretudo. São setores com os quais devemos estar dialogando para que a gente possa fazer um bom trabalho em nossa Comissão.

Assim, quero agradecer a presença de todos, vamos estabelecer um planejamento para ver se conseguimos realizar uma reunião semanal, se possível, senão faremos de 15 em 15 dias, mas de forma bem organizada, pegando temas importantes para a cidade e examinarmos a nossa legislação – nós temos a nossa Constituição, temos a legislação do Estatuto da Cidade, nós temos Lei de Resíduos Sólidos, temos legislação para mobilidade urbana, nós temos mobilização em relação ao saneamento, temos a legislação que está sendo discutida na Câmara Federal. Conversei com o nosso colega Zezéu Ribeiro, também ex-Vereador de Salvador, e nós vamos fazer um trabalho em conjunto, porque é muito importante que possamos dar a nossa contribuição para o País, para que ele possa avançar mais.

Nós temos que sair dessa situação onde nós temos recursos e nos atrapalhamos em usá-los, que é algo absolutamente incompreensível. Se você explica isso lá fora ou tenta explicar, as pessoas ficam sem conseguir compreender como é que nós chegamos a essa situação. Nós aprovamos uma proposta agora na LDO para permitir que a LDO e o Orçamento possam responder a isso, que é o problema dos projetos, porque os Municípios realmente têm grandes dificuldades. E é do Governo Federal que nós vamos ter que partir, garantindo meios para que os Municípios possam planejar efetivamente, fazer os planos, porque o plano é mais amplo, fazer o projeto, em seguida executar e – nos disse aqui o Nazareno – depois gerir. Então, vejam as etapas que nós temos que seguir, e acho que na parte do planejamento e na parte de fazer os projetos, poucas cidades, no caso do meu Estado, o Ceará, até agora, só o Estado tem conseguido fazer do planejamento a transformação em projetos. Nem mesmo a capital tem conseguido até agora. Espero que consiga fazer o seu planejamento e, em seguida, transformar isso em projeto, porque você tem que contratar, tem um custo se fazer um bom projeto, e muitas vezes o projeto é feito e tem questionamentos legais, o Tribunal de Contas questiona, Ministério Público questiona, você tem que realizar alterações substantivas naquele projeto, então volta e é novo custo que se adiciona.

Hoje, praticamente, para se fazer uma obra que é importante, você tem, na área da mobilidade, que chamar o Ministério Público, porque tem repercussões em outras áreas. Então, mesmo no traçado urbano simples, você chama o Ministério Público para poder tratar daquela questão.

Então, não quero mais tratar de um tema específico, porque nós temos na questão das cidades muitos temas bons a serem tratados, muitos temas.

Acho que vamos fazer um grande trabalho na nossa Comissão.

Encerro a nossa reunião de instalação, primeira audiência pública com ampla participação, e também convido todos para que a gente possa se reunir, de preferência, uma vez por semana, porque tem muita coisa a ser feita, mas não devemos nos preocupar com a quantidade de coisa. Acho que nós temos é que colocar toda a nossa energia à disposição desse empreendimento grandioso do nosso País, que é melhorar a vida do povo, e o povo está morando nas cidades.

Então, por isso a nossa responsabilidade é muito maior.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião. *(Palmas.)*

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA, CRIADA POR MEIO DO RQI Nº 20, DE 2013, QUE, "NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUER A EXTINÇÃO, EM VIRTUDE DA CONCLUSÃO DE SEUS TRABALHOS, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, CRIADA NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA PELO REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011 – CI E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA, COMPOSTA DE CINCO MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, NO PLENÁRIO Nº13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dois de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sob a

Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca. Presentes os Senhores Senadores **José Pimentel, Flexa Ribeiro** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente encaminha a deliberação da pauta, destinada à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. O Presidente comunica que o Senador **José Pimentel** e o Senador **Eduardo Amorim** foram indicados para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Presidente consulta os Senadores sobre a possibilidade de realizar a eleição por aclamação, pois há apenas uma chapa registrada. É aberta a votação para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão por aclamação. O Presidente comunica que ficam eleitos os Senadores **José Pimentel** e **Eduardo Amorim** para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente. O Senhor Presidente, transfere a direção dos trabalhos ao Presidente eleito, Senador **José Pimentel**, que faz uso da palavra. O Presidente eleito propõe que as reuniões da Subcomissão sejam realizadas às quintas-feiras à nove horas e trinta minutos. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e trinta e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão de Serviços de Infraestutura.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1º Reunião da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca (CIPOSECA) da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião, como já anunciado, tem por finalidade a instalação dos trabalhos da Subcomissão e a eleição do Presidente da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, S. Exª o Senador Ministro José Pimentel.

Como há apenas uma chapa registrada, consulto as Srªs e aos Srs. Senadores sobre a possibilidade de fazermos a eleição por aclamação, adotando procedimento utilizado por diversas comissões permanentes neste ano. (*Pausa*.)

Não havendo objeção, declaro aberto o processo de votação, que será feito por aclamação, conforme aqui já aprovado. (*Pausa*.)

Convido, encerrada a votação, por aclamação, de S. Exª o Senador Ministro José Pimentel para Presidente da CIPOSECA, o Sr. Presidente eleito, Senador Ministro José Pimentel, para tomar assento à mesa e usar da palavra, assumindo a Presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O senhor fica aqui com a gente.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Fico aqui, mas V. Exª preside.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Devolvida a Presidência, transmito a palavra a S. Exª o Senador Ministro José Pimentel, eleito Presidente da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente desta Comissão, Fernando Collor, quero começar registrando que o comunicado da Presidência, feito por V. Exª hoje pela manhã, já nos traz uma série de indicadores e de pontos que esta Subcomissão deverá acompanhar, desde as questões de convivência com a seca, o endividamento agrícola e rural naquele setor.

Houve, com a Medida Provisória nº 618, uma série de avanços, mas ainda faltam a sua regulamentação e uma série de medidas para que aquelas decisões do Congresso Nacional entrem em vigor. Nós sempre aprendemos, Presidente, que entre a aprovação de uma legislação e a sua materialidade, há uma distância muito grande. Portanto, esta Comissão precisa acompanhar de perto também a implantação e a implementação das medidas tomadas pelo Congresso Nacional em relação a essa matéria.

V. Exª chama atenção para o fato de que esperávamos, no ano de 2013, um inverno razoável, mas lamentavelmente estamos chegando ao ciclo do inverno na nossa região. No Nordeste setentrional o nosso vai de março a junho; na sua região, em Alagoas, Sergipe e parte da Bahia, vai de julho, agosto até outubro. E o inverno está fraquíssimo. Portanto, essa situação exige de nós uma atenção toda especial.

Ao lado disso, nosso Presidente Fernando Collor, há também um conjunto de obras de infraestrutura que deixa muito a desejar. Há lentidão, obras não concluídas, outras subutilizadas. Um exemplo concreto são os perímetros irrigados, tanto do DNOCS como da Codevasp, que têm uma baixa produtividade e precisam de uma série de investimentos na sua infraestrutura para que eles possam ser produtivos.

Lembro muito bem que, na área do DNOCS, há mais de 300 mil hectares de terra desapropriados, canais feitos e, hoje, subutilizados. Ali, poderíamos

ter uma ação dirigida para recuperação desses perímetros irrigados e devolver a sua produtividade, até porque toda a parte de desapropriação e da infraestrutura já foi feita.

Temos outra questão gravíssima, que é o custo da energia para os perímetros irrigados. Há um conjunto de adutoras, de canais sendo feitos.

Lembro-me muito bem de que, em direção a Alagoas e a Sergipe, está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – O Canal do Sertão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O chamado Canal do Sertão. Ali, há um conjunto de itens, de obras complementares de que se necessita; há a interligação das águas do São Francisco, um investimento fantástico. V. Exª, quando foi Presidente da República abordou esse tema, era de difícil solução em face de os Estados doadores e os Estados receptores terem diferenças. Nessa parte, foi superado, mas a parte de obras não está ainda no ritmo em que o Brasil e aquela região necessitam.

Portanto, esta Comissão, Sr. Presidente, a partir do comunicado de V. Exª na parte primeira desta reunião e desse conjunto de outras ações, tem um papel fundamental. Por isso, vou precisar dos nossos pares e, em especial, do apoio de V. Exª.

Eu proporia, Sr. Presidente, se V. Exª concordar, que pudéssemos também eleger como Vice-Presidente da Comissão o Senador Eduardo Amorim, que tem tido presença muito forte nesses eventos e atividades; é do Sergipe, ali ao seu lado. Acho que, se V. Exª concordar, poderíamos elegê-lo como Vice-Presidente, para trabalhar conosco, em face do seu envolvimento, do seu compromisso e de ser do Estado de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Perfeitamente, Sr. Presidente, Senador Ministro José Pimentel. A indicação da vice-presidência cabe a S. Exª o Presidente da Comissão, e o nome de S. Exª o Senador Eduardo Amorim para compor a vice-presidência e colaborar com V. Exª nesse trabalho – todos nós estaremos engajados para o êxito e o sucesso desses trabalhos – é muito bem-recebido por toda esta Comissão.

Então, fica indicado e sancionado, por assim dizer.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos elegê-lo também por aclamação.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Então, vamos fazer uma eleição, como pede V. Exª, por aclamação, ficando eleito Vice-Presidente da Comissão CIPOSECA S. Exª o Sr. Senador Eduardo Amorim, do PSC, de Sergipe.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, eu proporia também que a Subcomissão tivesse suas reuniões regulares às quintas-feiras pela manhã, porque teríamos, durante toda a quarta-feira, a reunião ordinária, na Comissão de Infraestrutura e, a partir daí, teríamos uma série de ações integradas, e faríamos as reuniões às quintas-feiras pela manhã, se V. Exª também concordar.

Eu acho que poderia ser às 9h30min, pois 7h15min, para nós, é muito cedo. (*Risos.*) Prefiro às 9h30min.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Então, muito bem, Sr. Senador Ministro José Pimentel, as reuniões da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca (CIPOSECA), ficarão marcadas para as quintas-feiras, às 9h30min. Esse comunicado será feito a todos os Senadores integrantes desta Comissão que se interessarem em participar dos nossos trabalhos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Por último, Sr. Presidente, na primeira reunião da Subcomissão após a sua instalação, que é hoje, nós indicaríamos o relator, porque aqui há a possibilidade de um Senador ir para o Ministério da Integração – pelo menos, há tratativas sobre isso – e eu queria também conversar com V. Exª sobre a relatoria. Na primeira reunião, nós comunicaríamos quem será o relator e, ao mesmo tempo, transferiríamos, para que ele pudesse apresentar o plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Perfeitamente, Sr. Presidente, Senador Ministro José Pimentel. O relator, então, será escolhido na próxima reunião, que, entendi, V. Exª já marcou para a próxima quinta-feira às 9h30min.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Em vez de fazermos amanhã, faríamos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – Não, a próxima quinta-feira, desculpe-me, sem ser amanhã, a outra.

Quando falei a próxima, foi pensando na outra semana.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu faço isso, Sr. Presidente, pelo seguinte: está havendo uma série de acomodações político-partidárias e, quinta, sexta e sábado serão dias de muitas emoções a partir do Ceará. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB - AL) – É verdade, Sr. Senador Ministro José Pimentel.

Portanto, agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, cumprimentamos S. Exª o Senador Ministro José Pimentel pela presidência dessa importantíssima Subcomissão, que pretende não correr atrás dos problemas causados pela ausência de chuvas na nossa região, mas que se propõe a fazer uma preparação, uma

maneira de estabelecer ações preventivas para que os efeitos da estiagem não se façam sentir de forma tão dramática. Tem V. Exª essa grande responsabilidade, e nós que somos da região, nordestinos, temos certeza de que, sob sua batuta, essa Subcomissão permanente irá apresentar resultados extremamente positivos para toda aquela nossa sofrida região.

Antes de encerrarmos a presente reunião, gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores presentes e demais convidados para a audiência pública que terminou há pouco, com a presença de S. Exª o Sr. Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Cumprimentos a V. Exª, Senador Ministro José Pimentel. Êxito no seu trabalho.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 37 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA, CRIADA POR MEIO DO RQI Nº 20, DE 2013, QUE, "NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUER A EXTINÇÃO, EM VIRTUDE DA CONCLUSÃO DE SEUS TRABALHOS, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, CRIADA NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA PELO REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011 – CI E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA, COMPOSTA DE CINCO MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia dez de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sob a Presidência do Senhor Senador **José Pimentel**, reúne-se a Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Amorim** e **Osvaldo Sobrinho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 1ª reunião, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: **Requerimento nº 01, de 2013 – CIPOSECA**, de autoria do Senador **José Pimentel** que, "*nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Subcomissão, ciclos de Audiências Públicas dentro de uma agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com autoridades da Administração Pública e renomados especialistas. Os debates serão em torno de depoimentos, análises e informações relevantes acerca do impacto da severa seca que assola o Nordeste desde 2012, e de propostas para a promoção do desenvolvimento regional que objetivem a atenuação da vulnerabilidade das atividades socioeconômicas frente à variabilidade do clima e à escassez crônica de água*". Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Osvaldo Sobrinho** e **Eduardo Amorim**. Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e trinta e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **José Pimentel,** Presidente da Subcomissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca (Ciposeca), da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu quero registrar aqui a presença do nosso Senador Osvaldo, do Mato Grosso, que completou a chapa com Jayme Campos, um grande parceiro nosso que acompanha de perto as questões regionais, seja do Centro-Oeste, do Norte ou do Nordeste, por conta dos fundos constitucionais que nós temos em comum.

Sobre o fundo de desenvolvimento da nossa infraestrutura: para a Região Centro-Oeste, ele só foi aprovado neste 2013, aliás, ainda em 2012 – refiro-me à sua criação –, mas o aporte maior de recursos somente aconteceu em 2013, enquanto nas regiões Norte e Nordeste isso já acontecia um pouco antes – houve a substituição dos antigos Finam e Finor, do chamado art. 5º daquele processo, que foi transformado num montante de recursos de investimento anual. Como nós não tínhamos a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a região não foi beneficiada naquela época com esses recursos. Só agora, em 2012 e 2013, esses recursos foram aportados. Portanto, Osvaldo, vamos ter um longo trabalho aqui nesta Comissão.

Como Presidente da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca (Ciposeca),

nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizados, por esta Subcomissão, ciclos de audiências públicas dentro de uma agenda específica de debates, ao longo do biênio 2013/2014, com autoridades da Administração Pública e renomados especialistas.

Os debates serão em torno de depoimentos, análises e informações relevantes acerca do impacto da severa seca que assola o Nordeste desde 2012, sem esquecer de que a seca está se transformando numa questão quase nacional.

Nós temos tido falta de chuvas na Região Sul, particularmente no Rio Grande do Sul, temos visto isso acontecer também na Região Norte, por conta de ciclos de chuvas diferenciados, e esse processo levou o Governo Federal a propor a transformação do Departamento Nacional de Obras contra a Seca, que era um órgão regional, num órgão nacional, para que possa ter uma visão mais integrada dessas crises climáticas. Levando em conta também que o excesso de chuva e as geadas terminam diminuindo a produtividade nas outras regiões do Brasil. A intenção do Governo Federal, ao transformar o DENOCS num departamento de convivência de climáticas do Brasil, tem exatamente este objetivo: consolidar, pesquisar e produzir políticas públicas para essa realidade.

Nosso Senador Osvaldo.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Senador José Pimentel, primeiro quero cumprimentá-lo pela direção firme que V. Exª sempre teve frente a esta Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca. Na verdade, esta Subcomissão foi uma das boas medidas que tomou o Congresso Nacional, principalmente o Senado da República, em decorrência de sua preocupação com o Brasil, mais especificamente com período da seca.

Em Mato Grosso esse problema era praticamente visto somente como uma questão do Nordeste, no seu árido e semiárido, mas hoje já é também uma preocupação de Mato Grosso e do Centro Oeste.

Mato Grosso hoje é um canteiro de produção, é um jardim em todo o Estado, mas, na verdade, até pouco tempo nada produzia, ou somente praticava a pecuária intensiva. No entanto, hoje vemos que Mato Grosso é um dos carros-chefes da produção nacional, não só no que diz respeito à soja, que é a sua principal produção, mas também relativamente ao milho, ao arroz, ao milheto e em tudo aquilo que se propõe.

O meu Estado de Mato Grosso hoje já pratica, tendo em vista a tecnologia que nos foi dada pela Embrapa, duas safras com grande produtividade. A safra da soja e a safrinha do milho. Outros proprietários já fazem a terceira safra. O que seria a terceira safra? Seria o período de seca, que pega de maio até meados ou final de outubro, é nesse período que grande parte dos produtores, ou seja, uma boa parte dos produtores, já está fazendo a irrigação para que possa aproveitar.

Hoje nós estamos praticamente com 80% da ocupação dos nossos solos em fases produtivas e, agora, com a safra do feijão, que é um grande recurso, principalmente para matar a fome dos brasileiros e ajudar a servir o Nordeste de uma forma geral, onde se coloca o nosso feijão.

Portanto, essas medidas sendo tomadas e recursos que devem ser alocados para esse tipo de atividade, principalmente para a irrigação, são bem-vindas para o Mato Grosso, para o meu Estado.

Eu que sou um homem que venho também da iniciativa privada, hoje sou pecuarista e também produtor rural, sinto que com esses aportes nós teremos condições de viabilizar a nossa propriedade e, consequentemente, dar um retorno para o Brasil.

Portanto, estamos preocupados e ao mesmo tempo felizes, porque sabemos que podemos ter esse amparo do Governo, através dos órgãos financiadores. Assim, começaremos um novo tipo de safra, de investimento, que é nesse período de seis meses seca. Período bem definido. Nós temos seis meses de chuva e seis meses de seca. Nessa seca, algumas vezes, passamos apuros.

Mas com a tecnologia que está chegando, alta tecnologia, tecnologia que foi criada para o Cerrado, principalmente hoje com a estação que nós temos, com o escritório que nós temos da Embrapa na cidade de Sinop, Mato Grosso, onde tenho as minhas propriedades, estamos muito felizes porque podemos sentir que esses técnicos que chegaram vieram para entender, para compreender, para estudar e para ensinar o agricultor e o pecuarista que ali estão.

Nesta Subcomissão, tenho certeza, muitas coisas virão de bom para a nossa região e para o Brasil como um todo. Se o Brasil produz, todos ficam bem, porque mata a fome do mundo. A nossa vocação é esta, a vocação do Centro-Oeste brasileiro, do Brasil como um todo, é tentar amenizar o problema que avassala o mundo. Milhões de pessoas passando fome e miséria e nós aqui com seis meses de sol e seis meses de chuva, que, evidentemente, dá para ocupar, durante os 12 meses, todas as nossas atividades. Basta ter tecnologia para acumular comida e água para os animais ou para a plantação que se fizer.

Portanto, parabenizo V. Exª pela direção firme desta Subcomissão no sentido de que todos nós, brasileiros de um modo geral, possamos ser beneficiados.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu que agradeço, Senador Osvaldo Sobrinho.

Quero registrar de que está em tramitação no Senado Federal, com urgência constitucional, um projeto de lei que cria uma empresa pública para coordenar todos os processos dos técnicos – técnicos agrícolas, técnicos pecuários – e que reestrutura a antiga Emater, cujo papel fundamental de organizar todo um quadro de profissionais no setor de apoio a agricultura brasileira, a agropecuária nós conhecíamos. Em seguida, nós ficamos apenas com a Embrapa, que prestou e que presta um grande papel. Se nós analisarmos, Senador Osvaldo Sobrinho, essa produtividade que o Brasil tem tido nos vários setores, da soja, do milho, do feijão, da cana e de tantos outros produtos – na nossa região, o caju e uma série de fruticulturas que ali nós desenvolvemos –, nós temos a Embrapa como principal instrumento de pesquisa e desenvolvimento.

Agora, estamos organizando esse conjunto de técnicos para trabalhar diretamente com o pequeno proprietário, com o médio proprietário e com o grande proprietário, para que, em 2030, nos próximos 16 ou 17 anos, o Brasil possa ser o maior produtor de grãos do mundo, com a melhor preservação ambiental. Todos estão empenhados nessa política e, ao mesmo tempo, na recuperação do nosso solo.

Por isso, com relação a essa empresa que a Presidenta Dilma encaminhou ao Congresso Nacional, depois de um longo debate com os vários setores da agricultura familiar, do agronegócio, da média e da grande propriedade, na safra 2013/2014, um dos pedidos de todas as entidades é para que ela tenha uma estrutura nacional. Esse projeto já chegou ao Senado Federal, e nós esperamos, Senador, que nos próximos 30, 40 dias, possamos aprová-lo. Ele cria essa instituição de âmbito nacional com suas particularidades.

No Semiárido, o tipo de solo cristalino que nós temos é aquele com menos chuvas, mas com uma produtividade razoável dos perímetros irrigados; aliás, uma produtividade acima da média das outras Regiões brasileiras.

Nós sabemos o que representa a agricultura, o agronegócio para a Região Sudeste, o que representam os Cerrados da Bahia, do Piauí e do Maranhão, que também são beneficiados pela tecnologia desenvolvida no Mato Grosso, em Goiás, no Mato Grosso do Sul, nessas regiões dos Cerrados, como nós chamamos. Também conhecemos o peso da agricultura familiar nas Regiões Sul e Sudeste, que é decisiva. E, na Região Norte, a convivência com a realidade ali é um pouco diferenciada.

E nós também assistimos, nesse período, a uma série de políticas regionais. Nós queremos, nesta Subcomissão, ter um olhar voltado principalmente para o Nordeste, mas sem se esquecer de dialogar com as cinco Regiões do Brasil. E este País, que tem a possibilidade de ter quatro safras agrícolas por ano, precisa compreender melhor essa realidade. Com isso, diminui-se o uso intensivo da tecnologia, porque você circula essas máquinas, esses equipamentos para cada Região de acordo com a sua realidade, e, ao mesmo tempo, os recursos que se investe na agricultura, no agronegócio e na agropecuária passam a circular com mais rapidez e, assim, é possível reduzir o custo desse dinheiro.

Na nossa região, no Semiárido nordestino, na Região Setentrional do Nordeste, onde vivem 12 milhões de pessoas, o nosso inverno é nos meses de março, abril, maio, e a colheita acontece em junho. Na outra parte do Nordeste, o inverno é em junho, julho, agosto, e a colheita é em setembro. Na sua região, a chamada safrinha é exatamente nesse período. Depois, vem o grande plantio, a grande colheita. Portanto, se nós soubermos articular bem essas realidades, o mesmo recurso que é aplicado no plantio e no custeio na Região do Semiárido nordestino pode, logo em seguida, ser deslocado para outras regiões brasileiras. Com isso, haverá uma circulação maior dos recursos e, ao mesmo tempo, a redução da taxa de juros.

Evidente que dialogar com banqueiro não é fácil. Mas é nosso papel, aqui no Congresso Nacional e o papel de V. Exª, como conhecedor da matéria, nos ajudar na construção desse desenho. Diferentemente das outras regiões do mundo, onde você tem um período muito frio e nesse período não se consegue plantar nada – basicamente entre outubro de um ano até abril do ano seguinte –, nós, nesse período temos, na verdade, duas safras. E essa realidade nós precisamos trabalhar mais.

Pois não, nobre Senador.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Senador, na verdade, é uma experiência espetacular. E eu quero, primeiramente, parabenizá-lo por essa organização novamente dos técnicos, que já prestaram um grande serviço a este País.

O Brasil investiu em técnicos de nível médio realmente para atender a essa demanda. Lembro-me bem do tempo das EMATERs, quando nós tínhamos técnicos extensivistas trabalhando e olhando para o pequeno, o microprodutor rural. Grandes evoluções nós tivemos na agricultura naquela época. Esse setor depois transformou-se em Emater e agora em outra organização cujo nome não me lembro bem. Mas tem que voltar para...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – As estaduais eram EMATERs – Emater do Ceará, Emater do Mato Grosso, lá na sua Região.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Exatamente. E, voltando a isso, eu tenho certeza de que será um benefício muito grande. Até porque esses técnicos estão sendo muito mal utilizados hoje. Eles estão trabalhando em atividade meio, quando deveriam estar na atividade fim. E, logicamente, com isso, o pequeno agricultor e os assentamentos estão perecendo por falta de novas tecnologias, por falta de técnicos que orientem essa população que lá está. Acredito que vai ser de grande valia essa organização novamente, para que possam atender *in loco* esse pequeno agricultor.

Eu estou também, nessa mesma linha, sendo Relator de um projeto do Senador Collor, que é sobre a organização desses técnicos de nível médio. Antes eles eram inscritos nos CREAs. Antes, não, eles são inscritos nos CREAs ainda, só que eles têm direito, segundo consta e tive oportunidade de ler, a votar, mas não têm direito de ser votados, eles podem pagar as contribuições, mas não têm direito de tomar decisão nenhuma nesse organismo que, na verdade, regulamenta sua profissão.

O Senador Collor, a bom momento, está trazendo o projeto de lei para esta Casa, do qual eu sou Relator, onde tenta reorganizar esse setor e dar estabilidade profissional a todos os que lá estão. Está na fase ainda de estudo, nós estamos já elaborando o parecer para essa matéria, e tenho certeza de que muito haverá de ajudar esse técnico de nível médio para o desenvolvimento do Brasil.

Mas eu queria entrar mais nessa parte que V. Exª colocou aí, trazendo um relato de regiões do País, do Brasil, e do exterior. Na verdade, aqui se podem ocupar os doze meses do ano, e algumas partes do mundo só utilizam quatro, cinco meses, porque o mau tempo, a geada, o frio e a neve não deixam que trabalhem.

Se se vai à Europa, de um modo geral, praticamente o gado que lá tem é estabulado. E a comida tem que deixar guardada dentro de galpões. Portanto, já se vê, de cara, que não se pode ter grande quantidade, há que aprimorar a qualidade. Uma vaca que aqui dá 10, 15 litros de leite, lá tem que dar 40, 50, senão eles não sobrevivem. E eles conseguem até exportar o que produzem nessas condições adversas.

Nós aqui, com doze meses em que podemos produzir, podemos plantar, podemos manusear a terra, não temos essa produtividade toda. Então é sinal de que estamos ainda com uma folga muito grande, bem elástica, para juntar mais tecnologia e oportunizar mais os nossos recursos e, consequentemente, utilizar melhor nossos equipamentos, que não são baratos, são muito caros.

Evidentemente, já começam esses equipamentos de primeira geração, de primeira linha, de alta tecnologia, a adentrar nossa agricultura, nossa pecuária. Com isso, é necessário esse técnico de que V. Exª fala, porque uma máquina dessas não se pode entregar na mão de uma pessoa sem preparo nenhum. Então, é necessário ter, no mínimo, o curso médio, e que tenha noção de computadores, desse negócio todo, de máquinas de alta geração, a fim de que se possa realmente implementar a produção no meio rural.

Mato Grosso, hoje, por exemplo, vive esse momento. Terras em que nós produzíamos 30, 40 sacas de soja, hoje estão partindo para 70 sacas de soja, com um adendo ainda, que depois vem a safrinha do milho em que se colhe mais ou menos, em média, 120 sacas por hectare. E depois se pode colocar a pecuária também no que sobra, nessa resteva, e consequentemente produzir mais uma safra de gado, de carne, transformar esses produtos em carne.

Nós estamos já nessa intercomplementariedade, que é a junção da agricultura com a pecuária, que foi a melhor coisa que aconteceu na agricultura, no meio rural, nos últimos quinze anos. Esse consórcio agricultura-pecuária tem dado um grande resultado. Terras que nós tínhamos, já há mais de trinta anos, derrubado, terra que está sendo trabalhada com pecuária extensiva, nós colocávamos menos de meia cabeça por hectare. Hoje nós temos, e eu tenho experiência na minha própria propriedade, seis, sete cabeças por hectare. O que dá mais ou menos 5 UA por hectare, que é alta produtividade, que é um espetáculo para o Brasil e para exportarmos carne de boa qualidade. Antes se abatia o boi com 50 meses, hoje se abate com 24 a 27 meses. E a tendência é diminuir mais esse prazo, dar duas rotatividades, enquanto se dava uma no passado.

Então eu acredito que o produtor brasileiro tem vontade de trabalhar, tem criatividade, sabe o que deve fazer. Às vezes o que falta são políticas que possam ajudá-lo. Da porteira para dentro, como falam nossos técnicos, nós estamos muito bem. Da porteira para fora, nós não estamos sabendo fazer as coisas, porque não depende de nós, depende dos técnicos, dos burocratas de ar condicionado, que às vezes não entendem a nossa realidade e exageram na preocupação de fazer melhor, mas às vezes atrapalham também o que temos que fazer.

Portanto, muita coisa tem que se fazer nessa área, e V. Exª é do ramo, conhece, sabe, mas eu acredito que tem que se ter bom senso, tem que se ter vontade de

fazer, determinação para fazer e alocar recursos para tal. O resto nós temos tudo: gente que sabe trabalhar, gente que é investidora, gente que sabe juntar todas essas intempéries com essas vantagens, e, consequentemente, com isso, hoje, esse meio terciário, que é a agricultura e a pecuária, já dá uma grande parcela na balança de pagamentos do Brasil.

Antigamente, quase nada significava. Hoje nós estamos superando praticamente a indústria, o que nos dá uma grande felicidade. O que nós temos que fazer agora é aproveitar essa boa vontade que há, essa experiência que há, essa tecnologia já que está embarcada para começarmos a transformar nossa matéria-prima no nosso agronegócio para industrializar, para aproveitar a mão de obra. Vender soja *in natura* para os Estados Unidos e para a Rússia, mandar para lá carne *in natura*, logicamente...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não agrega valor.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Isso não agrega valor, e, com isso, nós vamos ofertar serviço lá fora, quando poderíamos fazê-lo aqui.

Portanto, é necessário que a indústria vá para o campo também, para aproveitar a alta produtividade nossa. Com a nossa industrialização, consequentemente, vamos gerar mais emprego e muito mais renda para o brasileiro.

Sou um entusiasta dessa área. Sou educador por profissão, sou professor há mais de 30 anos, mas estou vibrando! Ao longo dos meus 64 anos de idade, estou feliz porque estou podendo contribuir com meu Brasil em outra atividade, num período em que já não me adapto muito bem a esta atividade pública, a este negócio todo. Nessa fase de transição, sair da política para a fase de empresário já me dá uma felicidade, uma alegria muito grande.

Portanto, esta manhã de hoje, para mim, está sendo muito oportuna, principalmente para estudar e conversar com V. Exª, que tem essa experiência espetacular, sobre esses novos projetos, sobre essa justificação, sobre a justificativa do que se está fazendo no Nordeste e do que se faz no Centro-Oeste, com essa troca de experiências, e sobre aquilo que se pretende para um futuro bem próximo. Tenho a certeza de que isso não tem como dar errado. Só temos de somar isso ao que já temos.

Portanto, é muito bom ouvir isso e saber que novos dias, novos momentos virão, que novos ventos sopram positivamente para a agricultura e para a pecuária brasileira.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nobre Senador, a intenção nossa nesta Subcomissão é levantar as políticas nacionais com um olhar regional, focando o Nordeste. Quer ver um exemplo? Se nós pegarmos a política de custeio da safra 2013-2014, veremos que seu lançamento foi feito entre maio e junho deste ano com um olhar regional, com uma política agrícola de custeio para o Semiárido.

Portanto, um dos nossos objetivos no curso destes trabalhos é o de fazer uma avaliação dessa política nacional de investimentos na agricultura, na agropecuária e no agronegócio com um olhar regional, com essas diferenciações, e, ao mesmo tempo, o de identificar o que precisa ser fortalecido, para que, na safra 2014-2015, possamos superar.

Nós tínhamos, nosso Senador, um grave problema no armazenamento. O sistema da antiga Cibrazem, depois Conab, foi bastante fragilizado. E nós terminamos de aprovar, na Medida Provisória nº 619, toda uma política voltada para o setor de armazenamento. Nós sabemos que, em algumas regiões, o processo será mais rápido, com a participação muito forte da iniciativa privada, e que, em outras regiões, será preciso uma presença maior do Estado nacional, dos governos estaduais e dos governos municipais, para que possa haver um sistema de silagem e de armazenamento no Brasil, para diminuir o desperdício e para, ao mesmo tempo, existir uma política de segurança alimentar nacional.

Nesse processo, com o que nós aprovamos na Medida Provisória nº 619, que já foi aprovada no Senado Federal na terça-feira da semana passada e que foi à sanção presidencial, nós precisamos também ter um olhar para esse sistema como forma de integração nacional.

Se vamos para a logística, nós sabemos que um país que se propõe a chegar ao patamar do que o Brasil está fazendo precisa muito do modal ferroviário. Temos algumas experiências já em desenvolvimento. No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), há o compromisso de construir dez mil quilômetros de ferrovia, mas sabemos que o setor público não tem recursos suficientes para fazer isso. Vamos precisar muito da iniciativa privada, do marco regulatório, das entidades que atuam nesse setor. O que precisa ser modificado para dar celeridade a esse processo e, ao mesmo tempo, dar competitividade para integrar os vários setores da nossa economia?

Portanto, esses são temas em que a Comissão de Infraestrutura (CI) trabalha com sua visão nacional. E nosso papel na Subcomissão é o de ter um olhar regional. É evidente que há diferenças de acordo com as distâncias, com a lucratividade, com a produtividade, com o custo...

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não, Senador.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Desculpe-me por incomodá-lo. V. Exª estava com um raciocínio tão bom! Mas, na verdade, é isso mesmo que nós pensamos lá em Mato Grosso e no Centro-Oeste como um todo, que estamos no setor.

Quando tivermos a oportunidade de fazer essa terceira safra sobre a qual estamos falando, ou quarta safra, e tivermos oportunidade e tecnologia para fazer silagem, fazer fenagem e utilizar bem a resteva sem empobrecer o solo, nós estaremos numa nova fase, num novo momento da atividade econômica do meio rural. As nossas terras são férteis, e as do Nordeste são mais férteis ainda que as nossas do Centro-Oeste. As nossas são bem mais pobres. O que falta para os senhores é o que nós temos em abundância, que é água. Na hora em que nós fizermos o encontro disso que temos com o que falta e acharmos solução para isso, nós seremos o armazém do mundo, e isso vai nos dar tranquilidade. Agora, é necessário que entre nesse setor que V. Exª está falando. É difícil produzir tão bem como nós produzimos se não temos rodovias, ferrovias e se estamos longe de tudo.

Hoje, quem consegue ter lucro em Mato Grosso teria lucro em qualquer parte do mundo. Se ele for para o deserto Saara e plantar, terá lucro, porque, na verdade, temos condições as mais adversas do Brasil. Estamos longe de tudo: estamos longe dos centros consumidores; estamos longe de quem produz insumo para fertilizantes, principalmente para serem utilizados na agricultura; estamos longe de quem come o produto que nós produzimos.

Então, na verdade, o que temos feito é muito bem a lição de casa. Essa é a verdade. Nós estamos a 2.300 quilômetros do Porto de Paranaguá, quase a mesma coisa do Porto de Santos. Nós estamos longe do Rio Amazonas, que é a BR-163. Praticamente há mais de 30 anos que se fala em asfaltar, e estamos ali ainda engatinhando e praticamente não conseguimos sair do lugar.

Na hora em que tivermos interligação com o Amazonas para sair pelo Atlântico, já lá por cima, na foz do Amazonas, com o nosso produto para ir para a Europa ou voltando para o Oceano Pacífico, não haverá quem vai competir com a gente. O que nos falta hoje é uma Ferrovia Norte-Sul que atravesse o Centro-Oeste brasileiro com rodovias transversais que possam escoar o que nós produzimos, e aí nós estaremos em condições boas. A ferrovia que nos atende hoje, que chega até Rondonópolis, na verdade tem um papel importantíssimo. Agora foi inaugurado o ramal que sai de Alto Taquari a Rondonópolis. Mas o nosso sonho é que essa rodovia chegue até a cidade de Sinop, mais 700 quilômetros ao norte. Quando chegar lá, nós teremos, evidentemente, condições de competição com qualquer parte do mundo que produzir e com alta lucratividade. Não haverá Estados Unidos, não haverá ninguém que produzirá igual a gente. Agora, precisamos de logística. Está nos faltando logística. É utilizar bem o nosso espaço, com rodovias e ferrovias que possam nos atender, e saber utilizar também o nosso potencial hídrico. Nós temos aí rios caudalosos importantes e que podem ser um grande meio de escoamento.

Eu estive na China, há pouco tempo, e eles utilizam qualquer riacho ou rio. Eles conseguem mexer com aquilo lá e fazer com que sejam navegáveis para transportar suas economias por ali, a custo mais difícil. Nós temos aqui tantos rios, na Bacia Amazônica principalmente, e praticamente poucos deles são utilizados. Na hora em que soubermos utilizar esses recursos naturais – não se gasta nada; é de baixo custo e de baixo impacto do meio ambiente –, aí, sim, acredito que – não sei se será na minha geração – nós vamos, sim, ultrapassar o Rubicão.

Portanto, Excelência, é ora de começar a estudar o Brasil, de começar a tirar as desigualdades que nós temos neste País; umas regiões recebendo tudo, e outras regiões não recebendo nada praticamente. E tudo nas costas do empresário e da população que lá está, pobre, às vezes faminta, morrendo de fome em cima da riqueza.

Portanto, são necessárias políticas regionais que atendam à vocação das regiões, no sentido da sua produção, e que deem suporte tecnológico e financeiro para que se possa trabalhar. Financiamento desse processo, porque o Brasil ganha, mas quem vai para lá investir também tem que ganhar. O capital não vai para onde não há remuneração para ele. Portanto, é necessário que isso aconteça, mas, nessa linha de pensamento, tenho certeza absoluta de que nós vamos chegar aonde pretendemos, e o Brasil ficará muito bem colocado na constelação de países do mundo.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srs. Senadores, portanto, para ordenar todo esse trabalho, nós estamos trazendo um requerimento, que esperamos seja aprovado, que tem esse objetivo.

Portanto, como Presidente da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca (Ciposeca), nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizados, por esta Subcomissão, ciclos de audiências públicas dentro de uma agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014,

com autoridades da Administração Pública e renomados especialistas.

Os debates serão em torno de depoimentos, análises e informações relevantes acerca do impacto da severa seca que assola o Nordeste desde 2012 e de propostas para a promoção do desenvolvimento regional que objetivem a atenuação da vulnerabilidade das atividades socioeconômicas frente à variabilidade do clima e à escassez crônica de água.

Isso que V. Exª aqui registrava. No Nordeste nós temos solo, sol e gente. Nosso problema é a insegurança hídrica. Mas é bom registrar que nós também temos um subaproveitamento das águas que ali existem. Numa parcela do nosso Nordeste, nós temos o Maranhão, que faz parte da Planície Amazônica e tem muita água. Temos uma parte do Piauí...

Nosso Vice-Presidente Eduardo Amorim, sente-se aqui conosco. Estamos aqui, com o nosso Senador Osvaldo, dialogando sobre o requerimento que vai ordenar os nossos trabalhos.

Portanto, no Nordeste Setentrional, existe um conjunto de barragens, que envolve o Ceará, a Paraíba, o Rio Grande do Norte, Pernambuco, parte de Sergipe – pouca, é verdade, comparando com as nossas –, Alagoas – também pouca – e Bahia – um número razoável –, e há uma sinergia com essas águas, com os comitês de bacias, para o seu melhor aproveitamento. Terminamos de superar o impasse que havia entre os Estados doadores da bacia do São Francisco e os Estados receptores, dentro de uma política em que nos Estados doadores (Sergipe, Alagoas, Bahia e Minas Gerais) havia água, mas as pessoas não tinham acesso à água. A adutora que está sendo feita diminui um pouco o sofrimento, particularmente de Alagoas, mas não alcança Sergipe. E nós precisamos ter esse olhar.

Em nossa região, o inverno ocorre entre março e junho, quando não há chuvas, como aconteceu em 2011, 2012 e agora, em 2013, e nós precisamos de água. Mas a regra geral é que nós temos o inverno e o nosso sistema de barramento é suficiente, Amorim, para garantir as nossas necessidades. A interligação tem como objetivo, nesse período difícil, superar. Mas temos que ter um olhar todo diferenciado para que as comunidades ribeirinhas, como chamamos, ali do São Francisco e dos Estados doadores também tenham água. Essa é uma preocupação, e a Comissão precisa se debruçar sobre essas questões.

Esse requerimento tem esse objetivo. Nós já havíamos lido para ganhar tempo, Amorim. Portanto, eu pediria...

Concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, Senador Osvaldo, todos que aqui estão, é de extrema felicidade a ideia de se criar esta Subcomissão, porque passamos por uma das piores secas, com certeza, das últimas décadas. A seca no Nordeste é um problema secular. Até a coroa do imperador já foi prometida para que se diminuísse essa questão da seca, mas, por incrível que pareça, a seca conseguiu atravessar os anos, os séculos, e ainda não conseguimos resolvê-la.

O sonho de água para todos, assim como o sonho de energia para todos... E vemos isso quase como uma realidade em meu Estado. Praticamente quase todos os lares, todas as casas, independentemente de em que região estejam, se na zona rural ou na zona urbana, têm energia hoje. Sem energia se vive, mas sem água não se vive. Então, temos que lutar por esse sonho de levar água. E no meu caso, Sergipe, o menor Estado da Federação, nós temos bacias hidrográficas importantes que estão estampadas até na nossa bandeira. As estrelas que estão ali são as nossas fozes, as nossas bacias hidrográficas. Mas, por incrível que pareça, nós ainda padecemos e sofremos com essa questão da seca.

Em Sergipe, eu diria, que bastava o Governo Federal colocar à frente o Canal de Xingó, que chegou até a Bahia – como o senhor disse, no Ceará, já há uma estratégia muito forte –, e bastava interligar aos sistemas. Mas em Sergipe a gente não tem sistema nenhum ainda. E o nosso nordestino é um sofrer mesmo, padece mesmo quando vem a seca – já passou uma e agora já está muito próximo de vir outra. Então, a solução, com certeza, seria o Canal de Xingó.

Fiquei triste quando a Codevasf fez a opção de dividir o Canal de Xingó em duas etapas. A gente sabe que, neste País, já é difícil de as coisas andarem e, quando se divide, aí é que não anda mesmo. Como a Reforma Eleitoral, que nós dividimos aqui numa comissão do Senado e em outra da Câmara. A do Senado andou, mas a da Câmara não andou e não saiu reforma nenhuma. E não correspondemos com isso ao povo, que tanto quer e tanto precisa – nós brasileiros – dessa Reforma Eleitoral. Então, lá também está acontecendo isso.

O Canal de Xingó vai chegar até a Bahia, vai sair da Bahia, terminar um pouco depois da Bahia, em território sergipano, em Canindé, que é uma cidade, graças a Deus, que tem *royalties*, fruto da hidrelétrica. Mas, ao lugar mais pobre, que é Poço Redondo, com um dos piores IDH do Brasil, praticamente não vai chegar; não vai chegar a Porto da Folha, região extremamente pobre, pobre, pobre mesmo. Então, esta Subcomissão

tem uma importância enorme de poder ajudar a materializar essa esperança de água para todos.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Claro.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Na verdade, analisando essas três experiências que aqui estão sendo colocadas, nós percebemos que o Brasil é o país das controvérsias mesmo e do contraditório. Nós fomos capazes de construir Itaipu, que é uma das maiores obras do mundo, há três ou quatro décadas passadas, e não somos capazes de distribuir água no Nordeste. É um negócio que não dá para entender.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Não dá para entender.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – D. Pedro I ou II já tinha um projeto...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – D. Pedro II.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – D. Pedro II tinha um projeto de canalizar parte do Rio Amazonas para descer para o Nordeste, naquela grande seca que houve naquele período. E até hoje essa obra... Transposição do São Francisco não é coisa de hoje; é coisa de muitos anos. Eu falo isso porque sou de Pernambuco, a minha família é de Pernambuco, minha mãe é do Ceará, e a gente veio de lá corrido mesmo pela seca. No entanto, a gente sente que são obras factíveis, e não são de tão alto custo assim. Mas não há vontade política, não há determinação política, não há prioridade para isso. Outras coisas foram prioridade; isso não é prioridade. Então, há alguns gargalos, e a gente não entende por que até hoje não se tomou providência, com todo o peso político que tem e com condições para tal. Deixam jogar água do São Francisco no oceano, que depois não se recupera...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sergipe...

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – ...em vez de se fazer irrigação ou juntar essa água, armazenar essa água para o nosso período de sofrimento. Então, são algumas coisas que precisam ser estudadas, mas com seriedade, com responsabilidade, como se faz aqui.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – A sua fala é muito pertinente, muito feliz. Que bom que esta Subcomissão vai poder contribuir com isso!

Sergipe, como é que justifica um Estado pequeno como o nosso, que poderia ser exemplo em todas as áreas, desde o cuidado com o lixo... Uma cidade não dista da outra, em nosso Estado, Pimentel, mais do que 25km. Vinte e cinco quilômetros! A média é de 22km, 23km, entre uma cidade e outra, e a gente ainda sofre com isso. E o rio deságua ali.

Mas, de forma muito perversa, existe um contraste muito grande. As regiões mais pobres do nosso Estado são as do Sertão e a do Baixo São Francisco, da foz. São as regiões mais pobres, mais desesperançadas, mais desesperadoras, mais angustiantes do nosso Estado, onde há as nossas maiores riquezas naturais, onde estão depositadas as maiores riquezas naturais do nosso Sergipe. Mas, nessas regiões, não há uma universidade, uma escola técnica, e não há esperança nenhuma para os nossos jovens e nossos adolescentes, embora as águas tenham sido represadas para gerar energia não só para os sergipanos, não só para os nordestinos, mas para os brasileiros de modo geral, porque o sistema está todo interligado, ainda bem, mas essas regiões não têm... A Univasf (Universidade Federal do Vale do São Francisco) está em São Raimundo Nonato, que não é banhado pela Baía do São Francisco. Mas a gente ainda não tem, em nenhum canto do baixo São Francisco, a Univasf. Agora, depois de tanta luta – com toda a justiça ao nosso colega Senador Walter Pinheiro, da Bahia –, ela está indo para Paulo Afonso, pelo empenho dele, pela dedicação dele, que se soma – e peço sua ajuda, Pimentel – para levar a Univasf para o baixo São Francisco, lá para a região de Sergipe e de Alagoas também.

Não queremos a Univasf só para a gente não, porque ela surgiu em 2002 com essa esperança. E a gente sabe que, aonde vai a universidade, vai o conhecimento, chega a tecnologia e se agrega valor àquilo que a gente recebe de graça da natureza. E a água vai todos os dias para o alto mar e lá é descarregada, enquanto não chega para toda a população.

Então, Pimentel, parabéns pela...

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Excelência...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Pois não.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Pelo que V. Exª colocou aí, é onde se pode dizer que o provérbio está correto: “Ninguém é tão pobre que não possa dar, nem tão rico que não possa receber.”

O Nordeste, com toda a sua pobreza, dá ao Brasil a energia necessária para o Brasil crescer. E o Brasil já industrial e desenvolvido não dá ao Nordeste o que ele precisa para sobreviver.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – É verdade!

E vou mais além: de onde vem o fertilizante para plantar no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, para plantar no Tocantins, para plantar em todos os cantos? Sabe de onde vem? Do Nordeste! Boa parte do potássio vem exclusivamente de Sergipe. Vem de Sergipe! E há minas, e, mesmo assim, a gente ainda é potássio dependente, porque ainda importamos potássio de outros países; nós só produzimos 10% do que necessitamos; importamos 90%, e temos reservas. Temos reservas, reparem só.

Eu fiz duas graduações, Medicina e Direito; se eu fosse fazer outra, seria Geologia, porque é admirável, para quem acredita em Deus – e eu acredito, não sei se os senhores acreditam –, como Ele foi e é generoso conosco. Com certeza, colocou-nos sobre o melhor solo do Planeta! Não há canto do Planeta mais rico em petróleo, em gás, em urânio, em calcário, em fosfato, em tudo. Sabe por quê? Porque nós não estamos, como estão os japoneses, os coreanos, sobre o encontro das placas, mas, sim, sobre as placas. Quando se tem a estabilidade das placas, permite-se o acúmulo, permite-se a riqueza, porque há o equilíbrio da estabilidade geológica. Isso acontece com a gente mesmo! Chegamos, na escala da evolução, a ser talvez, com certeza, o principal animal, porque a natureza nos deu e Deus nos deu esse equilíbrio fisiológico de PH, de acidez, para que tivéssemos um organismo dessa maneira e chegássemos aonde chegamos.

Agora, é preciso realmente tornar isso prioridade. E a política é esse instrumento. A política é esse instrumento, e é a nossa obrigação, como Parlamentares, realmente fazer isso ser prioritário, porque jeito tem! Como está lá no texto bíblico, "faça por onde que eu o ajudarei". Faça por onde, rapaz! Faça por onde! E aí se pergunta: "Mas, Deus, o Senhor já fez a sua parte?" Claro que já fez! O maior de todos os canais Ele já fez, que é o Rio São Francisco, atravessando diversos Estados e desaguando ali. "Agora, faça os canalículos. Só são uns canaliculozinhos, rapaz! Faça os canalículos!" E nem isso a gente fez. Isso mostra a omissão, a perversidade que atravessa séculos e séculos. E o pecado é maior quando temos consciência de tudo isso.

Nós temos consciência de que as águas estão sendo jogadas, estão, todos os dias, desembocando no mar, e a gente com essa perversidade, convivendo ainda com essa perversidade, quando a gente vê, no mundo asiático, países que não têm a riqueza natural hídrica que nós temos produzirem os melhores vinhos, produzirem as melhores frutas e produzirem os melhores alimentos.

Quando visitei a Antártida, conversei com os cientistas, e eles me diziam: "Oitenta por cento da água potável está aqui, no continente antártico". E eu perguntei: "Sobre a forma de gelo?" "Sim, e tem que permanecer assim. E tem que permanecer assim, porque aqui é o ar-condicionado, aqui é o refrigerador do Planeta". "E o resto, os 20%?" "Desses 20%, 8% estão em território brasileiro".

E aí a gente vai descobrindo os aquíferos; 8% da água potável está em continente, em território brasileiro. Oito por cento e a gente ainda convive com a seca? Aquelas histórias de Graciliano, José Lins do Rego, descrevendo a seca, e Euclides da Cunha. Oito por cento! E 12% para o resto do mundo? É, 12% para o resto do mundo. É, 12% para o resto do mundo e 8% no território brasileiro, mostrando que este País realmente tem condições de se tornar o maior produtor de alimentos do Planeta. A gente poderá alimentar a fome de muitos irmãos mundo afora, desde que isso seja prioridade, porque temos luz para a fotossíntese, temos água para isso, temos fertilizante para isso e temos gente trabalhadora para isso. O que é preciso é que os governantes, os detentores do poder, tornem isso prioridade, entendam que é preciso agregar valor, é preciso levar oportunidade. Não resolver isso é perverso, é muito perverso. É ser conivente com muita perversidade, porque tínhamos condições, com certeza, de sermos a maior economia mundial, uma das maiores do mundo, se assim quiséssemos, se não fôssemos tão egoístas e tão individualistas ao determinar essa prioridade.

Este País tem jeito! Agora, com certeza, o jeito passa pelas nossas escolhas, passa pelas nossas atitudes, porque recebemos todos os dias dois grandes presentes: primeiro, o milagre da vida, e, com a vida, a disposição para trabalhar e para produzir, e, segundo, como vivemos em um país livre, a liberdade. Como disse o poeta inglês que produziu o poema Invictus, Ernest Henley, no final do século XIX, poema que Nelson Mandela cantou e repetiu, você é senhor do seu destino. É verdade! Somos senhores do nosso destino porque escolhemos o que queremos, escolhemos as nossas opções e as nossas preferências. Quem poderia impor – quem é cristão sabe – não impõe, dá a liberdade para escolher, seja para o bem ou para o mal. Infelizmente, não temos escolhido, ao longo dos séculos e décadas, a resolução da questão do Nordeste.

O Nordeste é viável, sim! Não queremos que o Nordeste seja independente. Queremos continuar a Nação, a Nação brasileira. Agora, que se dê oportunidade, porque o Canal de Xingó não chegar onde deveria chegar, e R$3 bilhões poderiam resolver tudo isso, eu diria que isso realmente não é prioridade, é querer que se tenha ambulância no Município, é querer que realmente os carros-pipa continuem. Será que não é

mais barato fazer os canais do que manter os carros-pipa, manter esse flagelo todo?

Por isso, acho, Pimentel, que, sob sua Presidência, esta Subcomissão pode ser uma luz para esse clamor, como a gente está vendo agora na questão da saúde. A população está clamando. O povo está dizendo. O Governo está nessa questão realmente de trazer mais profissionais, está chamando todos para reflexão de que é preciso mais investimentos, é preciso mais comprometimento por parte dos profissionais, dos médicos, de todos que atuam, enfim, buscando um consenso para uma saúde melhor. Tomara que a gente tenha também um consenso para resolver essa questão da seca! Não dá mais para aguentar e para ver que essa é uma coisa irresolvível. Não! É resolvível, sim. Basta querer!

Quero contar aqui, Pimentel, com a sua ajuda para que Sergipe possa resolver o que seria, com certeza, o maior investimento no meu Estado: o Canal de Xingó. Que ele não fique só em um pedacinho, que ele chegue aonde tem que chegar. Em Sergipe, ele desaguava no Rio Sergipe, revitalizando até o Rio Sergipe. Ele é diferente de todos os canais porque não tem bombeamento. Ele vai por gravidade. É só fazer os canais e não precisa nem bombear. O bombeamento é dado por Deus, é divino, é natural.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, encerro a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Quero registrar que, na próxima reunião, queremos trazer para subsidiar esse debate toda uma consolidação das negociações das dívidas da Região Nordeste. Evidentemente, nesse período, já teremos a sanção da Medida Provisória 618, que incorporou grande parte das nossas preocupações – nem todas! –, incorporou grande parte...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE.) – Nem todas. Ajudou muito o Ceará, mas esqueceu um pouco de Sergipe, de Alagoas, da Bahia. Esqueceu mesmo. A gente sabe que esqueceu. A gente luta para que na 623 possa se incorporar...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E vamos também destacar o que falta ser feito exatamente para que possamos continuar as negociações, a fim de resolver esse grave problema do endividamento e, ao mesmo tempo, permitir que, na safra agrícola que teremos agora em 2014, com as bênçãos de Deus, nossos produtores rurais estejam todos eles adimplentes.

Portanto, nós queremos fazer a próxima reunião daqui a 15 dias. Nessa reunião, vamos também discutir quem virá nos ajudar nessa reflexão. Esse requerimento...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone.*) – Das dívidas?

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não, não, mais sobre o aspecto do planejamento. Das dívidas, a ideia é trazer um documento consolidado para que nós possamos, a partir daí, abrir o debate de acompanhamento nas negociações junto ao sistema financeiro, em especial ao BNB, e, ao mesmo tempo, levantar o que é pendente para, a partir daí, vir o Ministério da Fazenda, o Ministério da Integração Nacional, ou seja, o segmento que precisarmos abordar.

O nosso compromisso é que, na reunião que faremos a 15 dias, a nossa assessoria prepare esse relatório que irá subsidiar o nosso debate.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Podíamos chamar a Codevasf. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Claro! A Codevasf, o DNOCS, esse conjunto de entidades.

Portanto, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores.

Daqui a 15 dias, nós estaremos reunidos para discutir a negociação das dívidas.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA, CRIADA POR MEIO DO RQI Nº 20, DE 2013, QUE, "NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUER A EXTINÇÃO, EM VIRTUDE DA CONCLUSÃO DE SEUS TRABALHOS, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, CRIADA NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA PELO REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011 – CI E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA, COMPOSTA DE CINCO MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO

DE SUPLENTES", DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2013, QUINTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sob a Presidência do Senhor Senador **José Pimentel**, reúne-se a Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca. Presentes os Senhores Senadores **Cícero Lucena** e **Osvaldo Sobrinho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 2ª reunião, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação Reunião de trabalho em que foi debatida a Nota Informativa nº 3.392, de 2013. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Osvaldo Sobrinho** e **Cícero Lucena**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e vinte e nove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **José Pimentel,** Presidente da Subcomissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca (Ciposeca), da 3ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião tem como objetivo discutir as várias legislações que foram elaboradas, as várias medidas formais e legais tomadas para facilitar e diminuir os efeitos das dívidas agrícolas dos produtores rurais, sejam eles pequenos, médios e grandes, da Região Nordeste.

Para subsidiar o acompanhamento por parte de cada Senador da República, principalmente da Região Nordeste, nós elaboramos, com o apoio da assessoria técnica do Senado Federal, a Nota Informativa nº 3.392, de 2013, que estamos endereçando nominalmente a todos os membros desta Comissão e também aos Senadores da Região Nordeste, sem prejuízo de que os 81 Senadores e os 594 Congressistas tenham acesso às informações, que vamos deixar à disposição.

A Nota Informativa nº 3.392, de 2013, diz o seguinte:

Relatório sobre as recentes medidas legislativas de renegociação de dívidas de produtores rurais do Nordeste.

Nos últimos anos, foram aprovadas diversas leis que buscaram aliviar a situação econômica e financeira dos produtores rurais, sobretudo os situados no Nordeste e no Semiárido. A seguir, são apresentadas essas leis e uma breve explicação sobre os benefícios proporcionados por cada uma dessas medidas legislativas.

A Lei nº 11.322, de 2006, resultante da conversão da Medida Provisória nº 285, de 2006, com alterações posteriores, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) [hoje, a Adene já foi transformada em Sudene, mas, na época, ainda era Adene.].

Foi autorizada a repactuação de dívidas de operações originárias de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Adene, contratadas por agricultores familiares, por mini, pequenos e médios produtores rurais, por suas cooperativas ou associações, até o ano de 2001, de valor original contratado até R$35 mil, nos termos do art. 2º daquela Medida Provisória, posteriormente transformada em lei.

A mesma autorização foi concedida para dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ou do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou do FNE combinado com outras fontes ou de outras fontes cujas operações tenham sido contratadas perante os bancos oficiais federais, de valor original contratado até R$100 mil.

Também foi autorizada a repactuação dos débitos de agricultores familiares, de mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais, de suas cooperativas ou associações, relativos a operações originárias de crédito rural alongadas na forma da Lei nº 9.138, de 1995, e da Resolução nº 2.238, de 1996, do Conselho Monetário Nacional, e na renegociação, na forma da Lei nº 10.437, de 2002, relativos a empreendimentos localizados na área de atuação da Adene, de valor original contratado até R$100 mil.

Essa lei também trata de repactuação, alongamento e individualização de operações de crédito rural do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Há ainda, entre outras medidas, aditamento de Cédulas de Produto Rural (CPR), realizadas entre 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A Lei nº 11.775, de 2008, resultante da conversão da Medida Provisória nº 432, também de 2008, entre outras medidas, concede estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário oriundas das Leis nºs 11.322, [...] de 2006; 8.171, [...] de 1991; 11.524, [...] de 2007; 10.186, [...] de 2001; 7.827, [...] de 1989; 10.177, [...] de 2001; 11.718, [...] de 2008; 8.424, [...] de 1992; 10.420, [...] de 2002; do Decreto–Lei nº 79, [...] de 1996; e da Lei 10.978, [...] de 2004.

Para a liquidação de operações em que os valores financiados foram aplicados em atividades desenvolvidas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), exceto em Municípios localizados em área de Cerrado, definidos pelos Ministros de Estado da Integração Nacional, da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o desconto percentual previsto no Anexo I da Lei é acrescido em 10%.

Aplicam-se às operações de crédito fundiário contratadas até [...] 2004 ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, 40% de bônus de adimplência sobre o valor das parcelas pagas até a data do vencimento, a partir [...] de 2008, limitado a R$1.000,00 (mil reais), para Municípios do Semiárido nordestino e da área de abrangência da Sudene, e 30% aos demais Municípios da Região Nordeste.

A Lei nº 11.775, de 2008, altera ainda a Lei nº 10.420, [...] de 2002 (resultante da Conversão da MPV nº 11, de 2001), que criou o Fundo Garantia-Safra, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e instituiu o Benefício Garantia-Safra, com o objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Sudene.

A Lei do Fundo Garantia-Safra foi ainda mais recentemente alterada pela Lei nº 12.766, [...] de 2012 , para incluir agricultores familiares de outros Municípios situados fora da área da Sudene; e pela Lei nº 12.844, [...] de 2013 (que será comentada mais adiante), para pagar adicional ao Benefício Garantia-Safra, no valor de até R$560,00 por família, aos agricultores familiares que aderiram ao Fundo Garantia-Safra e tiveram perda de safra em razão de estiagem.

A Lei nº 12.249, [...] de 2010 (resultante da Conversão da MPV nº 472, de 2009) altera diversas leis. Destaque-se alterações promovidas na Lei nº 11.977, [...] de 2009 (resultante da Conversão da Medida Provisória nº 459, de 2009), que entre outras medidas criou o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. Outra disposição importante é a do art. 69, em que são remitidas as dívidas decorrentes de operações de crédito rural renegociadas nas condições da já citada Lei nº 11.322, de 2006, cujos saldos devedores (de operações com recursos do FNE, outras fontes com o FNE ou do Pronaf) na data de publicação desta Lei, atualizados pelos encargos financeiros contratuais aplicáveis para a situação de normalidade, excluídos os bônus, sejam de até R$10.000,00.

Senador, estou lendo o texto daquela correspondência que encaminhei a V. Exª logo na parte primeira. Já estamos na página 4.

O art. 70 autoriza a concessão de rebates entre 45% e 65% para liquidação, até 30 de novembro de 2011, das operações de crédito rural que tenham sido renegociadas nas condições da Lei nº 11.322, de 2006, em substituição a todos os bônus de adimplência e de liquidação previstos nessa Lei. E o art. 71 remite as dívidas referentes às operações de crédito rural do Grupo 'B' do Pronaf contratadas até [...] 2004 com recursos do Orçamento Geral da União ou do FNE, FNO e FCO, efetuadas com risco da União ou dos respectivos Fundos, cujo valor contratado por mutuário tenha sido de até R$1.000,00. Para dívidas das operações de crédito rural do Grupo 'B' do Pronaf contratadas entre [...] janeiro de 2005 e [...] dezembro de 2006, com recursos do Orçamento Geral da União ou dos [Fundos] *FNE, FNO e FCO efetuadas com risco da União ou dos respectivos Fundos, cujo valor contratado por mutuário tenha sido de até R$ 1.500,00, é concedido o rebate de 60% sobre o saldo devedor atualizado, excluídos os bônus, para a liquidação, até [...] 2011.*

O art. 74 altera a Lei nº 9.126, [...] de 1995 para determinar que os bancos administradores aplicarão 10% dos recursos do FNE, FNO e FCO para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar nº 93, [...] de 1998.

A Lei nº 12.409, [...] de 2011 (resultante da conversão da MPV nº 513, de 2010, e alterada pela Lei nº 12.597, de 2012), entre outras disposições, autoriza a União a conceder subvenção econômica ao BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento contratadas até [...] 2012 destinadas a capital de giro e investimento de sociedades empresariais, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas caracterizadas como pro-

dutores rurais, localizados em Municípios atingidos por desastres naturais que tiverem a situação de emergência ou o estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal, nos termos da Lei nº 12.340, [...] de 2010 .

A Lei nº 12.716, [...] de 2012 (resultante da conversão da MPV nº 565, de 2012), alterou diversas leis. Entre elas está a Lei nº 10.177, [...] de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos do FNE, FNO e FCO, para autorizar o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos desses Fundos, destinadas a atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal.

No art. 8º autoriza ainda a concessão de rebates entre 50 % e 85 % para liquidação, até [...] dezembro de 2014, das operações de crédito rural de valor originalmente contratado até R$100.000,00, referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, com recursos de fontes públicas, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene, contratadas até [...] dezembro de 2006.

A Lei nº 12.844, [...] de 2013 (resultante da conversão da MPV nº 610, de 2013), amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012; amplia o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, [...] de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012. Autoriza a Conab a doar milho aos governos estaduais, no ano de 2013, quando destinados à venda a pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos, localizados em Municípios da área de atuação da Sudene em situação de emergência ou em estado de calamidade pública.

Autoriza a concessão de rebates de 50% a 85% para liquidação, até [...] dezembro de 2014, das operações de crédito rural de valor originalmente contratado até R$100.000,00, referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, com recursos de fontes públicas, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene, contratadas até [...] dezembro de 2006. E autoriza o Poder Executivo a instituir linha de crédito rural com recursos do FNE e do FNO para liquidação, até [...] dezembro de 2014, de operações de crédito rural de custeio e de investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE, do FNO ou das instituições financeiras oficiais federais, independentemente da fonte de recursos, contratadas até [...] dezembro de 2006, no valor original de até R$200.000,00, que estiverem em situação de inadimplência em [...] junho de 2012.

No art. 10 a Lei nº 12.844, de 2013, autoriza ainda a renegociação das operações de crédito rural que estavam inadimplentes em dezembro de 2011, contratadas a partir de 2007, nas condições estabelecidas por resolução do Conselho Monetário Nacional, que está autorizado a definir normas complementares para a operacionalização do disposto nos arts. 1º a 10 da Lei.

A Lei nº 12.865, [...] de 2013 (resultante da conversão da MPV nº 615, de 2013), em seu art. 1º autoriza a União a conceder subvenção extraordinária aos produtores fornecedores independentes de cana-de-açúcar afetados por condições climáticas adversas referente à safra 2011/2012 na Região Nordeste. E o art. 2º autoriza a União a conceder subvenção econômica às unidades industriais produtoras de etanol combustível que desenvolvam suas atividades na área referida no caput do art. 1º, referente à produção da safra 2011/2012.

A Lei nº 12.872, de 24 de [...] de 2013 (oriunda da MPV nº 618, de 2013), entre outras medidas, altera as condições para os rebates de que trata o art. 8º da Lei nº 12.844, de 2013, já mencionada anteriormente. Acrescenta ainda os artigos 8°-A, 8º-B, 8º-C e 8º-D, que tratam de medidas adicionais de estímulo à liquidação ou à renegociação de dívidas de operações de crédito para financiamento de empreendimentos em Municípios situados na área de abrangência da Sudene, onde tenha havido decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, e suspende até 31/12/2014 execuções fiscais e prazos processuais, prazos de prescrição das dívidas.

A Lei também inclui o art. 9º-A para admitir inclusão de linha de crédito estabelecida pelo art. 9º, de operações de crédito em situação de adimplência em 30 de junho de 2012 (na Lei nº 12.844/2013 só as operações em situação de inadimplência são beneficiadas).

A Lei nº 12.873, [...] de 2013 (oriunda da MPV nº 619, de 2013), entre outras medidas, autoriza a Conab a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, instituído pela Lei nº 12.462, [...] de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural. A Conab, por conveniência administrativa, poderá contratar instituição financeira pública federal, dispensada a licitação, para atuar nas ações previstas na Lei.

As medidas consignadas na Lei nº 12.873 são fundamentais para mitigar problemas futuros decorrentes de desabastecimento de grãos, sobretudo milho destinado à alimentação animal, verificados em 2013 na Região Nordeste, que contribuíram para a morte de 4 milhões de cabeças de gado.

Por fim, apresentamos no anexo desta Nota Informativa quadro elaborado pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), que sintetiza as medidas de liquidação e rebate ou renegociação de dívidas rurais, adotadas pelo Governo para minimizar o impacto da seca na região de atuação da Sudene.

Nas ações de liquidação com rebate, consideradas as medidas adotadas na Lei nº 12.716, de 2010, e na Lei nº 12.844, de 2013 (com as alterações da Lei nº 12.872, de 2013), os valores envolvidos devem somar R$4,5 bilhões, beneficiando 436,5 mil operações de crédito. Nas ações de renegociação a Lei nº 12.716, de 2010, envolve R$9,9 bilhões, enquanto a Lei nº 12.844, de 2013, incide sobre R$1,3 bilhão, totalizando R$11,2 bilhões, beneficiando 806,6 mil operações de crédito conforme dados da SPE [do Ministério da Fazenda].

Sendo o que temos a apresentar, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

[...] outubro de 2013.

Marcus Peixoto

Consultor Legislativo [que elaborou a nota técnica].

Portanto, nobres Senadores, a intenção da Subcomissão, com este relatório, é fazer um resumo das várias legislações já aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pela Presidência da República – parte delas recebeu veto, parte não – e, ao mesmo tempo, permitir que possamos identificar as lacunas existentes a fim de produzir legislação que efetivamente atenda a todas as demandas desses produtores rurais, sejam mini, pequenos, médios ou grandes, da nossa Região Nordeste.

Com a palavra o nobre Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Presidente, primeiro, quero registrar a minha satisfação por participar desta Subcomissão, presidida por V. Exª, com o objetivo de quebrarmos o paradigma de que sempre precisamos de política de combate à seca.

Manelito Vilar já dizia, lá na Paraíba, que enquanto o homem estiver pensando em combater a seca, nunca vai encontrar resultado. Temos que adotar, sim, medidas e soluções de convivência com a seca. É isso que todos nós devemos buscar. E não faço referência, por uma questão de justiça e de responsabilidade, ao governante atual. É algo que, ao longo dos anos, precisa ser feito, medidas precisam ser adotadas para que isso efetivamente ocorra. E, principalmente, quem está no governo tem que ter a responsabilidade, o compromisso e a visão de que tudo pode ser aperfeiçoado, tudo pode ser melhorado. Muitas vezes, a opinião técnica, por mais competente e por mais bem intencionado que seja o técnico, talvez não seja suficiente para encontrar a melhor alternativa. Por isso, todos aqueles que têm formação democrática defendem de forma muito clara a participação, o debate, a discussão e a valorização da independência entre os Poderes. A importância do Congresso não é apenas balançar a cabeça para projetos eminentemente técnicos ou decisões políticas e técnicas. Esta Casa é para debater aquilo que é de interesse comum à Nação e à sociedade. As ruas estão dizendo isso. As ruas clamam por isso. E esta Casa tem o papel não de trabalhar contra essas cobranças.

Sr. Presidente, faço essas pequenas colocações, mas me permita, já que, coincidentemente, o relatório que V. Exª aqui apresenta, relatando todas as medidas adotadas e, obviamente, dentro de um conceito deste Governo, Governo que o senhor representa, como Líder da sua Bancada, por demais compreensível... Obviamente que medidas anteriores também foram adotadas; por exemplo, não vi aqui nenhuma referência a quem criou o seguro Safra, que foi exatamente na administração anterior passada, e outros projetos, mas não cabe essa discussão aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nobre Senador, com toda a atenção, a intenção nossa aqui não foi atribuir autoria.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Não, eu fiz a ressalva.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – A intenção foi registrar as leis existentes. E a lei que criou o seguro Safra...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – As recentes.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não. Trago lá de 1995 para cá. Aliás, todas aquelas que tratam dessas negociações.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Então, nesse quadro do...

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É porque foi na parte primeira...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Mas, nesse quadro, o nobre consultor esqueceu, possivelmente, de calcular quanto tem custado ao longo desses anos o seguro Safra.

Presidente, eu tive a honra de ser escolhido para relatar a Medida Provisória 623. Ela foi fruto do veto que ocorreu à Medida Provisória 610 e sua conversão, medida essa que o senhor cita como algumas ações que foram incorporadas às legislações para fazer o atendimento a isso. Mas a essência foi vetada. Por conta disso, e possivelmente por ação, por cobrança, por negociação com as Lideranças da Base do Governo, o Governo resolveu emitir uma nova medida provisó-

ria específica para tratar deste assunto, que foi a 623, de que tive a honra de ser escolhido como o Relator.

Cabe, a bem da verdade, que seja compreendido que seria nessa medida provisória que deveria ser tratado todo e qualquer assunto em relação à negociação das dívidas dos pequenos e médios agricultores do Nordeste.

Estranhamente, para quem não conhece o funcionamento desta Casa nem a relação com o Poder Executivo, foram colocados muitos itens e parte dos objetivos da Medida Provisória 623 na Medida Provisória 618, que tinha como objetivo tratar dos problemas da Valec, embora tenha tratado de varejo, tenha tratado de empréstimo ao BNDES, à Caixa Econômica Federal. Enfim, os chamados contrabandos ou jabutis, batizados pela imprensa do Brasil em relação às medidas provisórias que eram editadas, o que começamos a corrigir – por uma questão de justiça, devo dizer isso. Demos um passo para correção disso quando não deveríamos mais aceitar esse tipo de procedimento. Obviamente, isso ocorreu com a concordância do Governo, senão não teria ocorrido – por uma questão de justiça, eu também registro isso.

Mas, como eu disse, estranhamente, isso foi incorporado às pressas, de forma corrida, e foi aprovado na 618, com o compromisso do Governo de que não os vetaria. E cumpriu.

Agora, Presidente – desculpe-me misturar a condição de Presidente desta Comissão com a de Líder do Governo –, eu gostaria de fazer um registro, embora já esteja registrado na Comissão Mista da Medida Provisória 623, de que eu tive o cuidado, ao apresentar o relatório antecipado – o relatório antecipado em termos de prazo, da Medida Provisória 623 –, eu tive a preocupação de colocar todos os itens que eram inerentes à questão da negociação, inclusive, alguns que foram aprovados na 618. E o fiz com a cautela, com a responsabilidade de cumprir o meu dever e o meu papel. Eu não vou dizer nada diferente porque V. Exª foi quem disse, quando da leitura do meu relatório, que eu tinha tido esse cuidado. E V. Exª pedia, então, o adiamento daquela reunião para aguardássemos a Presidente sancionar aquela Medida Provisória 618 para, aí então, nós ampliarmos os nossos debates e excluirmos da 623 o que foi atendido na 618 e, obviamente, que eventualmente não tivesse uma nova demanda de modificação, porque esta Casa é para isso.

Hoje existem leis em vigor. Já existe alguém defendendo que a 623 não é necessária porque já há lei tratando disso. Se fosse assim, talvez esta Casa não tivesse sentido. Bastava a gente conviver com as leis da República, da criação da República. Não precisava haver nem a atualização, nem a criatividade do debate, da discussão, para que se aproximasse das realidades, como é assim que se faz.

Pois bem, pedido o adiamento, concedido o adiamento.

A razão do meu relatório, Presidente, foi fruto de demandas. Se existem algumas diferenças com o que foi aprovado em relação a isso na 618, foi fruto de demandas e em virtude do nosso dever, da nossa obrigação, diante de audiências públicas nesta Casa, de audiências públicas nos Estados, a exemplo do Estado de V. Exª, o Ceará, na Paraíba, de ouvir o pequeno agricultor, de ver a lágrima nos olhos de quem está perdendo a sua terra, que tomou R$22 mil emprestados, pagou durante dez anos, está há cinco anos sem pagar, e a dívida dele está R$235 mil! E, se for a leilão, ele me disse que a terra não vale R$40 mil, porque são 50 hectares no Cariri da Paraíba.

Então, o meu relatório tem como base isto, das pessoas que acreditaram num projeto do Banco do Nordeste chamado Prodesa, técnicos de nível médio que pegaram dinheiro emprestado, estimulados pelo Banco do Nordeste, para comprar propriedades, para fazer investimentos, e, a partir daí, ele ainda daria assistência técnica a dez outros produtores, financiados pelo Banco do Nordeste, numa linha... "Ah, vamos criar caprinos aqui, vamos criar bovinos ali, vamos testar esta tecnologia ali", conforme diziam os técnicos do Banco do Nordeste que era a melhor alternativa para aquela região, para aquela zona, uma de um jeito, outra de outro. Essas pessoas estavam fora... Toda essa legislação, essas pessoas estavam fora dela.

Só para lembrar a V. Exª: o técnico de nível médio agrícola que ia comprar sua propriedade não pode ter outro emprego. Chegaram a mim cartas mostrando que houve entre eles casos em que a mulher pediu demissão do emprego que tinha na capital para ir morar no interior; que houve prejuízo para os filhos, que foram para o interior e perderam inclusive qualidade nos estudos, na educação, e todos nós sabemos que isso é verdade.

O meu relatório teve como base isso.

Esse caso dos R$22 mil que estou contando a V. Exª, Presidente, é que esse cidadão hoje perdeu a terra; na terra ele não produz mais. Ele trabalha ganhando um salário mínimo, e o pavor dele é que ele foi ao banco, e o banco simplesmente não mostrou a dívida dele, o extrato da dívida dele. Só fez mandar ele anotar o valor, e disse que, sobre esse valor, ainda existia um custo adicional, de mais 10% a 12%, referente aos custos advocatícios, e que, se fosse a leilão, se não apurasse o valor da dívida, ele iria continuar devendo.

O senhor é do Nordeste, o senhor conhece essa realidade! O senhor sabe que, para um homem hones-

to, trabalhador do Nordeste, só em ser chamado pelo banco para ser cobrado é uma desmoralização para ele, porque lá ainda há gente digna, há gente honesta, trabalhadora, com raízes; gente que precisa apenas que se olhe para seu potencial.

A minha relatoria não atende como estão essas leis atendendo, que somam os empréstimos.

Eu vi: sabe como foi esse empréstimo de R$22 mil, Presidente? Num ano, ele pegou R$12 mil para comprar quatro vacas; no outro ano, ele precisou tomar R$10 mil para comprar ração, porque a seca dizimou todo o seu pasto, e ele iria ver aquele empréstimo de R$12 mil se perder com a morte dessas vacas. Então, na minha proposta, em vez de ele se enquadrar... É tão pouco, mas é realista. É pouco para esse Governo que só fala em bilhões, mas é muito para quem tem isso como meio de vida.

A minha proposta, diferente dessa, será a seguinte: o empréstimo de R$12 mil vai se enquadrar no limite de R$15 mil; o empréstimo de R$10 mil vai se enquadrar no limite de R$15 mil; eles não serão somados para passarem para o limite de até R$35 mil.

Isso é tão pouco, Presidente!

Na nossa relatoria, quando a gente diz que os custos dos advogados têm que ser pagos por quem contratou, sabe qual foi a razão disso, Presidente? Isso foi porque eu vi um agricultor dizer que perdeu a ação porque não teve condição de contratar um advogado. Ele não teve dinheiro para pagar... Senão, ele teria pagado. Mas ele não teve e nem teve acesso à advocacia gratuita. Aí, quando chega a hora de renegociar, ele tem que pagar as custas dos advogados contratados pelo Banco do Nordeste. Esta é a razão do meu relatório.

Eu estou citando aqui alguns casos que eu ouvi na rua. Então, não venham me dizer que essa medida provisória não precisa ser votada porque já existe lei, argumento de alguns que estão defendendo que isso não seja votado. É muita submissão. É uma conta muito alta, que quem deve pagar é quem está querendo defender isso, não o pequeno agricultor do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, do Maranhão, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, do Vale do Jequitinhonha. Não! Não são eles que têm que pagar essa conta. É tanto que, de tantas medidas de que se fala aqui, essa, até agora, atingiu, na sua plenitude, R$1 bilhão, e nós estamos tirando do próprio recurso que é da região, que é o Fundo Constitucional. Nós estamos só redirecionando o recurso que já é de lá. Nós não estamos agredindo o Brasil, nós não estamos tirando dinheiro de canto nenhum para atender a quem precisa tanto no Nordeste.

No nosso relatório, Presidente, tem a seguinte condição: você toma um empréstimo agrícola e, quando faz a projeção da receita, dependendo, você pode mudar de faixa, porque o micro é considerado até tal volume de receita, o médio já é mais... O tratamento do médio, como é aqui – é tanto que a gente escalona os valores e, consequentemente, os rebates –, é diferente. Tem um item do meu relatório que diz que, se o resultado previsto no projeto quando você contratou o projeto com o Banco do Nordeste não ocorreu, você será enquadrado na sua condição original, e não segundo uma falsa expectativa que, na realidade, não se concretizou. É isso que está no meu relatório. É dizer que... O senhor conhece isso muito bem, pois o seu Ceará tem cerca de 20 Municípios que têm a mesma característica climática, a mesma condição social de IDH, os mesmos sofrimentos, mas que não estão nessa Medida Provisória porque não estão incluídos no Semiárido, como na minha Paraíba, como em Alagoas, que vem demanda para que isso seja incluído.

O que é que custa um governo incluir um Município se ele é do Semiárido ou não? Nós, que conhecemos a realidade... Uma vez, com todo respeito, porque existem centenas de milhares de burocratas sensíveis em Brasília, até porque são originários de várias partes do Brasil, mas uma vez um diplomata me disse que a maior preocupação dele é que, muitas vezes, em Brasília, havia burocratas tomando decisão longe das vítimas.

Pois bem, Presidente. Eu acho que o relatório que V. Exª apresenta aqui... Quero parabenizá-lo pelo histórico. Mas eu queria pedir que a Bancada do Nordeste aja com a demanda, com a necessidade, sem politicagem, sem cor partidária, que a cor seja a do couro cru, do sofrimento, da pele rachada pelo sol, da secura na garganta e na alma, da falta do atendimento. O que é que tem a gente ajudar um pouco mais esses agricultores do Nordeste? Não vai quebrar nada! Não vai judiar com ninguém! Pelo contrário, vai dar esperança a quem já não a tem.

Por isso, Presidente, quero renovar minha satisfação, porque isso aqui é uma etapa desta Comissão. Eu espero que nós possamos discutir, porque temos muito mais problemas, e o senhor é conhecedor disso, para que a gente possa discutir e dar a nossa contribuição, procurar trazer a experiência vivida com a alma e com o coração, para que esta Casa cumpra seu papel. E peço, não solicito, mas peço à Bancada do Nordeste, que muitas vezes chega à nossa região dizendo que a defende, que agora, de uma forma verdadeira, dê um pouquinho mais do que o que já está aprovado.

Presidente Dilma, isso não vai nem reeleger a senhora, nem deixar de elegê-la. Esse valor não vai

fazer falta aos cofres da Nação, mas vai demonstrar que a senhora prefere ter um pequeno agricultor tirando o sustento da sua família de sua propriedade do que tomar-lhe a propriedade e dar a ele um cartão do Bolsa Família. Prove isso, Presidente Dilma, e vamos discutir a medida provisória. Que seja discutida de forma aberta; porém, abortar a medida provisória é algo nunca visto antes nesta Casa nem neste País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nobre Senador Cícero Lucena, eu quero registrar que os Consultores desta Casa não discriminam nenhum governo; eles registram os fatos. E a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que é resultante da Medida Provisória nº 11, de 2001, criou o Fundo Garantia-Safra, como está na página 3. Portanto...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Agradeço, mas eu quero dizer também a V. Exª que eu não afirmei que os Consultores discriminem nenhum governo, mas que eles fazem o que a gente orienta a fazer e o fazem conforme o nosso pedido.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois é do caráter deste Senador da República não omitir fatos. Podemos ter divergências na política...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Quanto a isso, Presidente, eu quero só lembrar que eu disse que os valores do seguro Safra não estão computados na tabela. A minha referência é essa.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É porque o objetivo da tabela do Ministério, que, inclusive, atribuímos a autoria, foi trazer a renegociação das dívidas. Pelo menos era este o objetivo do Ministério da Fazenda quando encaminhou a este humilde Senador da República esse... Não pedi um levantamento...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – E este também humilde Senador da República, paraibano, caboclinho do sertão, Sr. Presidente, faço a distinção clara: o relatório é da Assessoria do Senado, mas o quadro é do Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Claro, como fiz questão de registrar, até para que não houvesse dúvida sobre isso

Eu queria também informar que agora, no mês de novembro, nós teremos duas audiências públicas conjuntas entre a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Subcomissão: a primeira com a Direção da Agência Nacional de Águas (ANA) e a segunda com o Ministro da Integração Nacional. O objetivo dessas duas audiências é, além de discutir a questão de recursos hídricos no Brasil, também debater as várias políticas para a Região Nordeste e para o Brasil.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Parabéns, Sr. Presidente.

Eu gostaria, só para o senhor ver a necessidade dessa audiência com a ANA, principalmente – e obviamente também daquela que contará com a presença do Ministro da Integração –, mas é que, na Paraíba, segundo o último relatório – e o Ceará deve estar nesse nível –, existem 20 açudes, que abastecem algumas cidades, com menos de 5% do seu volume de água. E ainda: existem mais 25 com menos de 20% de sua capacidade e, consequentemente, como se sabe, com uma água que já não serve ao consumo humano. Então, com certeza, a presença da agência aqui será importante não só para trazer o relatório, como para discutir quais são as ações futuras.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos e das Srªs e dos Srs. Senadores.

Quero registrar, Senador Cícero, que já estamos sendo convidados, V. Exª e eu, para irmos aqui para a CCJ. E não tenho dúvidas de que estaremos lá. *(Risos.)*

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRINTA E OUTUBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e nove minutos do dia trinta de outubro do ano de dois mil e treze, na sala de Reuniões número 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, Ana Amélia, Ruben Figueiró, Walter Pinheiro e Rodrigo Rollemberg. Deixam de comparecer os Senadores: João Durval, Lídice da Mata, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro e João Ribeiro. Justifica a ausência a Senadora Lídice da Mata. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que conforme a Pauta previamente distribuída, a Reunião destina-se a deliberação de proposições. **ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

E TURISMO Nº 32, de 2013, que "Requer nos termos do art. 90, inciso II e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, conforme dispõe o art. 104-A, inciso III, do RISF, programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional, para discutir a gestão do Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão, em razão do longo período de estiagem ter comprometido o abastecimento de água perante o Município de Campina Grande – PB, com a presença dos seguintes convidados: I) Presidente e/ou Diretoria da ANA – Agência Nacional de Águas; II) Representante da Prefeitura de Campina Grande, III) Representante da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, iv) Representante da AESA – Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba, V) Representante do Ministério Público Estadual da Paraíba, VI) Representante da UFPB - Universidade Federal da Paraíba, VII) Representante do Governo do Estado da Paraíba, VIII) Representante da Curadoria do Meio Ambiente de Campina Grande, IX) Representante da FIEP - Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, e, X) Representante da Associação Comercial da Paraíba – ASCOMPB". **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Não Apreciado. **ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 40, de 2013,** que "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para debater um novo modelo de gestão para a Embratur, na perspectiva de e levar o nível da promoção turística do Brasil por meio da participação ativa da iniciativa privada, com os seguintes convidados: 1) Flávio Dino, Presidente da Embratur; 2) Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas e Ex-Presidente da Embratur; 3) Jeanine Pires, Ex-Presidente da Embratur; 4) Márcio Santiago de Oliveira, Vice-Presidnte Jurídico da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux; 5) Antonio Pedro Figueira de Mello, Secretário Municipal de Turismo da Cidade do Rio de Janeiro. **Autoria**: Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** Não Apreciado**. ITEM 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 41, de 2013** Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 40, de 2013 – CDR, a inclusão do seguinte nome para participar da audiência pública que debaterá um novo modelo de gestão para a Embratur, na perspectiva de elevar o nível da promoção turística do Brasil por meio da participação ativa da iniciativa privada. - Senhor Roberto Rotter, Presidente do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil – FOHB". **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** Não Apreciado**. ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 42, de 2013,** "Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 15/2013 – CDR, para a realização de uma Audiência Pública, com a finalidade de debater soluções tecnológicas adequadas para reestruturação produtiva no semiárido brasileiro, visando melhoria da convivência da região com os períodos de estiagem prolongada, bem como de pós-seca, a inclusão do seguinte convidado: Sr. Luiz Gonzaga Paes Landim – Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** Não apreciado**. ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118 de 2009 (Não Terminativo)**, *Altera a alínea "b", do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral. Autoria: Senador Kátia Abreu.* **Relatoria**: Senador Lídice da Mata. **Relatório**: pela prejudicialidade da matéria. **Resultado: Adiado. ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526 de 2009 (Não Terminativo)**, *Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte. Autoria: Jorge Viana e outros* **Relatoria**: Senador Inácio Arruda. **Relatório**: pela prejudicialidade da matéria. **Resultado**: Adiada. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 657 de 2011 (Não Terminativo)**, *Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que "dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências", para dispor sobre veículos utilizados no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros sob regime de fretamento ou com fins turísticos. Autoria: Lídice da Mata.* **Relatoria**: Senador Vital do Rêgo. **Relatório**: **Resultado**: Adiada. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286 de 2010 (Terminativo)**, "Flexibiliza limites de ruído para cidades litorâneas de vocação turísticas. **Relatoria**: Senador Raimundo Colombo. **Relatório**: pela rejeição da matéria. **Resultado**: Adiada. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, de 2011 (Terminativo)**, que "Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das

dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE". **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo aprovado na CRA. **Resultado: Adiada.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às nove horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Souza. Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no Diário do Senado, juntamente com as notas taquigráficas.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a reunião de hoje foi estabelecida ou convocada para a realização de uma audiência pública com a finalidade de debater um novo modelo de gestão para a Embratur, na perspectiva de elevar o nível da promoção turística do Brasil, por meio da participação ativa da iniciativa privada.

Foram convidados para esta audiência pública o Dr. Flávio Dino, Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur); o Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear); a Srª Jeanine Pires, ex-Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur); o Sr. Márcio Santiago de Oliveira, Vice-Presidente Jurídico da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux; o Sr. Antonio Pedro Figueira de Mello, Secretário Municipal de Turismo da cidade do Rio de Janeiro; o Sr. Roberto Rotter, Presidente do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil. Ocorre que, devido à impossibilidade de comparecimento de alguns convidados, inclusive por problemas de saúde de familiares, entendemos que teríamos grande prejuízo para o bom debate do tema, razão pela qual, em caráter urgente, recuperamos a pauta da reunião cancelada da semana passada, para efetivamente darmos qualidade à reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Espero que possamos contar com o apoio deste colegiado, em face da decisão desta Presidência.

Esta Comissão realizou no dia 18 de setembro de 2013, no Senado Federal, audiência pública para instruir o PLS nº 43, de 2013, que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para limitar a multa no caso de resilição ou alteração no contrato de hospedagem, tendo como um dos convidados o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que não se fez presente. A Senadora Ana Amélia, autora do projeto em fase de instrução, e a Senadora Lídice da Mata, Relatora, solicitaram à Secretaria de Apoio da Comissão que o Instituto fosse oficiado, externando o ocorrido na audiência pública. O Idec nos mandou uma correspondência, que faço questão de ler:

Ofício PRES/CDR

Exmo Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, ao cumprimentá-lo, vimos à sua presença para esclarecer inicialmente que o Idec é uma associação civil sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública federal, legalmente constituída em 1987, cuja missão é promover a educação, a conscientização, a defesa dos direitos do consumidor e a ética das relações de consumo, com total independência política e econômica. Atua na defesa dos direitos do consumidor, elaborando pesquisas, ajuizando ações judiciais para a defesa do interesse coletivo e participando da regulação, por meio de contribuições em consultas e audiências públicas. Publica mensalmente a Revista do Idec, matém um portal.

Nesta oportunidade, reportamos aos trechos das notas taquigráficas da audiência pública para instruir o PL nº 43, de 2013, que altera a Lei nº 11.771, encaminhadas ao Idec pela Secretaria da CDR, pelo Ofício nº 217, de 2013. Nessas notas, há o registro da ausência do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) na respectiva sessão, havendo menção de que tal ausência se traduzisse numa atitude desrespeitosa aos consumidores, como uma forma de menosprezo ao Senado Federal.

Gostaríamos de salientar que o Idec, sendo uma organização independente de empresas e governos é mantida por seus associados, pessoas físicas, e, infelizmente, não dispõe de recursos financeiros para acompanhar todas as questões que envolvem os consumidores em todo o território nacional, tampouco estar presente aos inúmeros eventos relacionados a essa matéria.

Não obstante, além de ter sido enviada justificativa pela impossibilidade da presença na citada audiência, por escrito, a Presidente do Conselho Diretor do Idec, Marilena Lazzarini, preocupada com a matéria

em questão, ligou pessoalmente para justificar a ausência à Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Nesse sentido, contamos com a compreensão dos Congressistas ao considerar que a nossa ausência está longe de representar uma desconsideração aos consumidores ou menosprezo a esta Casa.

Agradecendo antecipadamente, solicitamos ainda a colaboração de V. Exª para que este comunicado também seja lido e registrado taquigraficamente em uma próxima sessão desta Comissão e que conste dos autos do processo em questão.

Atenciosamente,

Carlota Aquino Salgueiro de Souza

Coordenadora Executiva interina

Resumo da visita técnica às obras da Copa do Mundo Fifa 2014, em Curitiba, Paraná, 14 de outubro de 2013. Na visita técnica na cidade de Curitiba, realizada no dia 14 de outubro de 2013, foram vistoriados a Arena da Baixada e o Aeroporto Internacional Afonso Pena. A comitiva desta Comissão e da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados foi acompanhada na visita à Arena da Baixada pelo Secretário de Estado da Copa Mário Celso Cunha.

A previsão de inauguração do estádio é 26 de março de 2014, aniversário de 90 anos do Clube Atlético Paranaense. Custará a obra R$235 milhões, já contados os juros da dívida em títulos de potencial construtivo do Governo do Estado do Paraná. Pode-se observar que as obras de estrutura estão avançadas e, segundo a direção do Clube Atlético Paranaense, executor da obra, cerca de 70% estão concluídos.

As estruturas metálicas da cobertura estão em montagem – houve uma explicação detalhada do projeto e do financiamento. A comitiva almoçou no Palácio Iguaçu, com o Governador Beto Richa e deputados estaduais, numa visita às obras de mobilidade urbana. Visitaram também as obras do Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais, que estão seguindo conforme o cronograma apresentado pela Infraero – várias das obras para o atendimento da Copa do Mundo já foram concluídas e as demais devem ser concluídas, segundo os técnicos da Infraero presentes, até o início do ano que vem.

Resumo da participação desta Comissão na reunião da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia na Câmara dos Deputados, em 16 de outubro de 2013.

No dia 16 do mês corrente, participamos – em parceria com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra) da Câmara dos Deputados e com a Presidência do Deputado Jerônimo Goergen – do simpósio sobre desenvolvimento regional, com a presença de autoridades e especialistas sobre o tema proposto. Na programação, palestras e mesas de trabalho sobre a política nacional de desenvolvimento regional e os desafios do enfrentamento às desigualdades econômicas.

Em nome dos membros desta Comissão, fiz um pronunciamento parabenizando, felicitando, o evento pela contribuição que dará, sem dúvida alguma, ao desenvolvimento regional.

A comitiva desta Comissão e da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados esteve em Natal, Rio Grande do Norte, para visita técnica às obras da Copa do Mundo, nos dias 24 e 25 de outubro de 2013. Fomos recebidos pela Governadora Rosalba Ciarlini e membros do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. E, nesta visita, estivemos no Aeroporto Internacional Governador Aluízio Alves, em São Gonçalo do Amarante, e também na Arena das Dunas – a primeira visita ocorreu no dia 24 e a segunda no dia 25 de outubro.

Segundo os técnicos do Consórcio Inframérica, que ganhou a concessão de execução de operação, o aeroporto encontra-se com 65% das obras gerais concluídas, que incluem desde a construção de terminal de passageiros à pista, torre e outras obras. A informação foi também confirmada pelo Governo estadual, que garantiu que o primeiro pouso ocorrerá em abril do próximo ano e que se encontrará em plena operação a partir de maio. Vale ressaltar que o Portal de Transparência da Copa de 2014 da Controladoria-Geral da União aponta como um prazo de inauguração junho de 2014, com investimentos totais de quase R$558 milhões.

Mais preocupantes são os acessos ao novo aeroporto: o eixo norte, com cerca de 37km, orçado em R$60 milhões, encontra-se realizando obras de nivelamento e terraplanagem; e o eixo sul, com 23km, ainda sem obras, é orçado em R$15milhões. O Governo estadual garantiu a inauguração dos eixos, respectivamente, em 30 de março e 30 maio de 2014.

Apesar de não termos visitado obras de mobilidade urbana, vimos que um dos grandes problemas de Natal é o trânsito dentro da região metropolitana. Esse problema será resolvido, segundo palestra feita pelo Secretário e também pela Governadora, com a implantação do sistema do VLT, com a previsão de conclusão em abril do próximo ano e orçado em R$154 milhões.

A realização das obras da Copa do Mundo, no Estado do Rio Grande do Norte, é, sem dúvida alguma, uma grande oportunidade para a realização de grandes obras de infraestrutura, o surgimento de novas rodovias, estradas, VLT, investimentos que somam quase R$5bilhões. É, sem dúvida alguma, um ganho

importante para o Rio Grande do Norte a execução de obras tão importantes, que viabilizarão, sem dúvida alguma, o incremento do turismo naquele Estado, o surgimento de milhares de empregos e a realização de obras fundamentais de mobilidade urbana, para a melhoria das condições de vida da população, do tráfego, que lá é intenso, e que vai melhorar para o povo do Rio Grande do Norte – a situação hoje reinante é difícil, mas, no futuro, haverá um ganho importante com a realização desses investimentos.

A visita à Arena das Dunas mostrou que o estádio está conforme o cronograma. A Arena das Dunas fica no centro geográfico da cidade de Natal e a sua inauguração está prevista para dezembro deste ano. A Arena está sendo feita através de uma parceria público-privada e deverá ter custo final de R$417 milhões, com 32 mil assentos fixos e 10 mil provisórios para a Copa do Mundo – no entorno da Arena das Dunas, surgem empreendimentos hoteleiros, assim como novas avenidas, que estão sendo construídas ou reformadas para a melhoria do trânsito e do acesso à Arena durante os jogos da Copa do Mundo.

Resumo da participação no II Seminário de Desenvolvimento Turístico no Nordeste, em 25 de outubro de 2013.

Esta Comissão também se fez presente, juntamente com a Comissão de Desporto da Câmara dos Deputados, no II Seminário de Desenvolvimento Turístico do Nordeste, que foi realizado no dia 25 de outubro, na cidade de Natal. O evento, conduzido por Enrico Fermi, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira, reuniu várias autoridades e entidades do turismo. Na ocasião, a Governadora Rosalba Ciarlini concedeu o Título de Cidadã Norte-Rio-Grandense à nossa companheira, membro desta Comissão, Senadora Lídice da Mata. Esta Comissão, assim como a da Câmara dos Deputados, fez-se presente, e realizamos pronunciamentos, evidenciando a importância do evento.

Como não há nada mais a tratar nesta reunião, está encerrada, e será convocada outra para a próxima semana.

(Iniciada às 9 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 26 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SEIS DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e treze minutos do dia seis de novembro do ano de dois mil e treze, na sala de Reuniões número 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, Lídice da Mata, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Ivo Cassol e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os Senadores: João Durval, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e João Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que conforme a Pauta previamente distribuída, a Reunião destina-se a deliberação de proposições. **ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 32, de 2013.** "Requer nos termos do art. 90, inciso II e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, conforme dispõe o art. 104-A, inciso III, do RISF, programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional, para discutir a gestão do Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão, em razão do longo período de estiagem ter comprometido o abastecimento de água perante o Município de Campina Grande – PB, com a presença dos seguintes convidados: I) Presidente e/ou Diretoria da ANA – Agência Nacional de Águas; II) Representante da Prefeitura de Campina Grande, III) Representante da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, iv) Representante da AESA – Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba, V) Representante do Ministério Público Estadual da Paraíba, VI) Representante da UFPB - Universidade Federal da Paraíba, VII) Representante do Governo do Estado da Paraíba, VIII) Representante da Curadoria do Meio Ambiente de Campina Grande, IX) Representante da FIEP - Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, e, X) Representante da Associação Comercial da Paraíba – ASCOMPB". **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 40, de 2013.** "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para debater um novo modelo de gestão para a Embratur, na perspectiva de e levar o nível da promoção turística do Brasil por meio da participação ativa da iniciativa privada, com os seguintes convidados: 1) Flávio Dino, Presidente da Embratur; 2) Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas

Aéreas e Ex-Presidente da Embratur; 3) Jeanine Pires, Ex-Presidente da Embratur; 4) Márcio Santiago de Oliveira, Vice-Presidente Jurídico da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux; 5) Antonio Pedro Figueira de Mello, Secretário Municipal de Turismo da Cidade do Rio de Janeiro." **Autoria**: Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 41, de 2013.** "Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 40, de 2013 – CDR, a inclusão do seguinte nome para participar da audiência pública que debaterá um novo modelo de gestão para a Embratur, na perspectiva de elevar o nível da promoção turística do Brasil por meio da participação ativa da iniciativa privada. Senhor Roberto Rotter, Presidente do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil - FOHB." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 42, de 2013.** "Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 15/2013–CDR, para a realização de uma Audiência Pública, com a finalidade de debater 'soluções tecnológicas adequadas para reestruturação produtiva no semiárido brasileiro, visando melhoria da convivência da região com os períodos de estiagem prolongada, bem como de pós-seca', a inclusão do seguinte convidado: Sr. Luiz Gonzaga Paes Landim – Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118 de 2009 (Não Terminativo).** "*Altera a alínea "b", do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral".* **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria**: Senadora Lídice da Mata. **Relatório**: pela prejudicialidade da matéria. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526 de 2011 (Não Terminativo). "***Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte."* **Autoria:** Senador Jorge Viana e outros. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório**: Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado**: Adiado. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 657 de 2011, (Não Terminativo). "***Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que "dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências", para dispor sobre veículos utilizados no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros sob regime de fretamento ou com fins turísticos."* **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria: "Ad Hoc"** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286 de 2010 (Terminativo)**, Flexibiliza limites de ruído para cidades litorâneas de vocação turísticas. **Autoria:** Raimundo Colombo. **Relatoria**: Senador Wellington Dias. **Relatório**: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, de 2011 (Terminativo),** Que "Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE". **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 01-CRA (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às dez horas e quatorze minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa Carvalho**,** Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28º Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federa*l, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Enquanto aguardamos a presença dos Srs. Senadores para a aprovação de matérias constantes da pauta, farei um registro sobre a situação dos Municípios brasileiros. Afinal de contas, o desenvolvimento municipal está diretamente correlacionado com o desenvolvimento regional. O desenvolvimento regional

depende, sem dúvida alguma, da força, da pujança e da gestão administrativa dos Municípios, que estão vivendo um momento muito difícil.

Na semana passada, tive a oportunidade de me pronunciar, na tribuna do plenário, sobre a situação em que se encontram os Municípios brasileiros. Ninguém desconhece, tanto nesta Casa como em todo o Brasil, que os Municípios vivem uma situação vexatória do ponto de vista financeiro. É uma situação que causa reflexos diretamente na capacidade de melhoria da prestação dos serviços públicos municipais (saúde, educação, transporte, coleta de lixo, abastecimento de água, asfaltamento das ruas etc.), tema esse que se revelou como uma das principais demandas e preocupações do povo brasileiro, como vimos nas mobilizações de rua de junho passado.

A crise a que me refiro abarca todos os gestores municipais, tanto que tem levado à intensa mobilização as entidades ligadas aos Municípios. No Estado de Sergipe, na última semana, as entidades municipalistas realizaram uma mobilização na Assembleia Legislativa, em Aracaju, que se transformou também num verdadeiro seminário de debate dos interesses municipais. Essa mobilização ficou conhecida como "Sergipe unido contra a crise nos Municípios".

Quero fazer menção, aqui, à Associação dos Municípios da Região Centro Sul de Sergipe (Amurces), da Associação dos Municípios da Barra do Cotinguiba e Vale do Japaratuba, como também da Federação dos Municípios do Estado de Sergipe, contando com o apoio da Confederação Nacional dos Municípios, na realização desse movimento.

De fato, os Municípios brasileiros, depois da criação do Fundo de Participação, que ocorreu em 1967, talvez não tenham passado por uma situação tão difícil, caótica como aquela esta que estão passando atualmente. E têm razão os Municípios sergipanos, que se juntam aos Municípios brasileiros no combate a essa crise, no encontro de uma solução consentânea com os interesses do povo brasileiro.

Tratar mal o Município significa penalizar a população, significa colocar os serviços essenciais básicos em segundo plano, como saúde, educação, infraestrutura. Portanto, é louvável que os Municípios brasileiros liderem esse debate, promovam a discussão pública sobre os problemas e ajudem a encontrar soluções maias adequadas.

Quero, mais uma vez, como já tive ocasião de manifestar em mensagens aos Municípios sergipanos, dar meu apoio, prestar a minha, evidenciar a importância dessa luta, registrar a nossa preocupação de que uma solução tem de ser encontrada o mais rápido possível, para resolver, de uma vez por todas, esse fenômeno que é a quebradeira geral dos Municípios do Brasil.

Para eles, são dadas responsabilidades, são entregues deveres e despesas, sem a devida contrapartida da União, que detém a maior fatia do bolo tributário, a maior participação na receita arrecadada no País.

O Município, apesar de ser o principal executor das políticas públicas no âmbito da Federação, é o que recebe a menor quantidade de recursos. Cerca de 60% dos tributos ficam com a União, 25% ficam com os Estados e apenas 15% com os Municípios.

É evidente que, no âmbito da Federação, União, Estados e Municípios devem trabalhar conjuntamente para construir o país e solucionar os problemas da população. Todavia, na prática, essa norma não é respeitada. Como é possível falar em cooperação?

Toda vez que se implementa uma política pública sob a liderança da União, ou cria-se um programa pelo Governo Federal, essa política e esse programa são divulgados, colocados para o conhecimento da opinião pública e da sociedade, mas a responsabilidade última pela condução, sua implementação lá na ponta, quando a Administração Pública se relaciona diretamente com a população, essa tarefa fica a cargo, praticamente, única e exclusivamente, dos Municípios brasileiros.

É dessa forma que se criam postos de saúde, creches e os mais variados programas que têm a maior repercussão no Brasil, para os quais o Município terá que encontrar recursos para colocar em funcionamento e mantê-los ao longo do tempo.

Vejam o que acontece na saúde, que já mencionei perante esta Comissão, mas volto a dizer: no Programa Saúde da Família, um Município gasta em torno de R$34 mil. Desse total, recebe um pouco mais de R$10 mil, segundo a Confederação Nacional dos Municípios. Ou seja, sobra para os cofres municipais arcar com R$23 mil, em média, por equipe do Programa Saúde da Família.

Atualmente, os Municípios brasileiros já assumem a maior parcela de financiamento do SUS. A União, que, em 1980, respondia por 75% dos gastos com saúde, hoje responde por menos de 40%. Enquanto destina aproximadamente 7% de suas receitas à saúde, os Municípios destinam 22%, em média. Vale lembrar que a lei exige 15%. Ainda que seja um percentual mínimo, a realidade mostra que há uma grande desproporção nesses gastos.

Ora, os Municípios, que já têm suas finanças depauperadas e exauridas com a folha de pagamento, têm a responsabilidade com a saúde básica da população, com serviços de saneamento, de transporte e obras públicas, devem encontrar dinheiro para colabo-

rar com a União para o desenvolvimento de programas de desenvolvimento social do Brasil.

Se não fosse a ajuda dos Senadores, dos Deputados Federais e dos próprios governos estaduais, os Municípios não poderiam realizar nem 30% daquilo que pregaram seus prefeitos durante as campanhas eleitorais.

Quero registrar, mais uma vez, que considero, hoje, que ser prefeito é, antes de tudo, uma atitude de doação completa aos seus munícipes. Digo doação completa porque dificilmente o prefeito consegue produzir os efeitos que a sociedade espera dessa responsabilidade. Mas ser prefeito é também um ato de coragem, porque um administrador municipal, além de enfrentar a falta de recursos, tem a fiscalização intensa – e às vezes abusiva – de órgãos colegiados de controle, como o Ministério Público, a Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas, a Câmara de Vereadores, e da própria imprensa, como não poderia deixar de ser.

Evidentemente que a fiscalização é importante. Mais que isso, ela é um sinal de amadurecimento da democracia. A imprensa, seja a imprensa escrita, a televisão, o rádio e seus programas matinais exigem dos prefeitos o cumprimento das promessas, das plataformas pregadas durante a campanha. As mobilizações de rua estão aí para exigir melhor qualidade dos serviços públicos. No entanto, diante desse quadro de crise dos Municípios que estamos vivenciando no Brasil, o Prefeito acaba se tornando uma figura impopular em seu próprio Município, muitas vezes apesar da sua boa vontade e do empenho que possa ter para resolver os problemas.

O que os prefeitos municipais estão querendo, afinal?

Primeiro, querem dar cumprimento ao dever cívico de bem administrar seus Municípios. Mas, com essa situação reinante, os prefeitos não estão dando conta de suas responsabilidades. Muitos assumiram a prefeitura pela primeira vez e estão constatando pessoalmente o que não pensavam, ou seja, a caótica situação financeira. Muitos estão se arrependendo de ter entrado na vida pública porque sua figura de homem político de bom conceito, que era apregoada na campanha eleitoral, na realidade, em razão dessa conjuntura desfavorável, está se tornando uma figura antipática, menosprezada, rejeitada e antipatizada pela população.

Não é isso que nós queremos para os Municípios brasileiros. Queremos que alguém seja eleito, leve para a prefeitura seu programa de governo e possa realizá-lo, como está realizando a Presidenta Dilma com muita eficiência, diga-se de passagem, como realizou o Presidente Lula, como realizou Fernando Henrique Cardoso, como realizei como governador, como estão realizando governadores, Marcelo Déda, Jackson Barreto, Prefeito João Alves, na cidade de Aracaju, como está realizando a administração de diversos Estados da Federação brasileira, como Pernambuco, Espírito Santo, Amapá, Paraíba, Piauí, administrados por este Brasil afora. A atividade política é atividade digna de respeito, e todos aqueles que militam na vida pública, defendendo o municipalismo como base fundamental da nossa Nação, merecem nosso respeito.

Município fraco transforma o Brasil num país fraco. Há mais de 5.500 Municípios em nosso País. Manter o Município frágil significa fragilizar a sociedade brasileira.

Tramita no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, a PEC nº 39, que altera a redação do art. 159 da Constituição Federal de 1988, aumentando em 2% o repasse para o Fundo de Participação dos Municípios. Acho que essa proposta está em sintonia com a realidade municipal do Brasil. Vale lembrar que a proposta vem para, de alguma forma, compensar as perdas que os Municípios tiveram e ainda têm com as desonerações de impostos concedidas pela União, que impactam diretamente no Fundo de Participação. Desde o ano de 2009, as perdas dos Municípios chegam a R$42,6 bilhões, segundo a Confederação Nacional dos Municípios. Portanto, um aumento no percentual do Fundo de Participação dos Municípios vai ajudar a enfrentar o problema, sem dúvida alguma.

Eu gostaria de registrar, em relação a essa proposta, que, se aprovada pela Câmara dos Deputados, nós devemos apresentar uma emenda, aqui no Senado, fazendo a exigência de que esse acréscimo de recursos para os cofres municipais seja direcionado a investimentos na melhoria de serviços públicos municipais, ou seja, que não possam ser gastos pelo Prefeito para aumentar sua folha de pagamentos, não possam os prefeitos criar mais cargos em Comissão, abarrotando, portanto, as despesas municipais com cargos desnecessários; que não possam inchar a administração pública com funcionários.

Aliás, quando o Fundo de Participação foi criado, havia uma obrigatoriedade de que os Municípios brasileiros empregassem pelo menos 50% desses recursos em despesas de capital. Depois, com o Ato Institucional nº 5, o então Presidente Costa e Silva cortou pela metade o Fundo de Participação dos Estados e Municípios e tirou essa exigência de que 50% daqueles recursos fossem destinados a despesas de capital. Então, com esse “liberou geral” e o aumento vegetativo do Fundo de Participação, as prefeituras municipais, muitas delas, encheram suas folhas com funcionários e, também, aumentaram, por conta do

que eu já falei, as suas despesas de custeio, porque a responsabilidade de muitos programas ficou por conta dos Municípios.

Quero, portanto, que seja exigida uma contrapartida. Se a Nação concede aos Municípios o aumento do Fundo de Participação, tem o direito de exigir uma contrapartida, que é a melhoria da prestação do serviço público à comunidade. E é isso que a sociedade quer dos prefeitos municipais.

Há outros temas que estão tramitando no Congresso e que não vale a pena aqui citar. Entretanto, acho que o mais importante é este acréscimo de 2% segundo proposta que tramita na Câmara dos Deputados.

Ontem, o Senado Federal, conforme vimos, Senador Rodrigo Rollemberg, já aprovou, no primeiro turno, naturalmente ressalvados os destaques, o orçamento impositivo das emendas individuais, fazendo constar do texto que 15% das receitas líquidas da União deverão ser utilizados em benefício da saúde. Então, essa proposta que foi introduzida pelo Relator, Senador Eduardo Braga, veio, sem dúvida alguma, fortalecer o apoio àquela que veio da Câmara dos Deputados, porque somente as emendas individuais não seriam bastante para convencer os Senadores. No entanto, também é digno de nota que, pelo menos, 50% das emendas individuais deverão ser utilizadas na saúde. Somando-se a isso os 25% daquilo que provém do fundo do pré-sal, futuramente, o setor saúde estará abastecido de muitos recursos para a realização dos mais variados serviços nos Municípios brasileiros.

Portanto, Srs. Senadores, enquanto os senhores chegavam, eu estava alinhavando, analisando a situação dos Municípios porque achamos que a situação complexa, do ponto de vista financeiro, vivenciada pelos Municípios repercute no desenvolvimento regional, e nos fazemos parte de uma comissão que trata do combate à desigualdade e da melhoria das condições de vida da população em todas as regiões do nosso País.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à deliberação de proposições.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 32, de 2013
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, conforme dispõe o art. 104-A, inciso III, do RISF, "programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional", para discutir a gestão do Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão, em razão do longo período de estiagem ter comprometido o abastecimento de água perante o Município de Campina Grande – PB, com a presença dos seguintes convidados: i) Presidente e/ou Diretoria da ANA – Agência Nacional de Águas; ii) Representante da Prefeitura de Campina Grande, iii) Representante da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, iv) Representante da AESA – Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba, v) Representante do Ministério Público Estadual da Paraíba, vi) Representante da UFPB - Universidade Federal da Paraíba, vii) Representante do Governo do Estado da Paraíba, viii) Representante da Curadoria do Meio Ambiente de Campina Grande, ix) Representante da FIEP - Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, e, x) Representante da Associação Comercial da Paraíba – ASCOMPB.

Autoria: Cícero Lucena

Em virtude de o autor não estar presente, o Senador Cícero Lucena, adio sua votação para a próxima reunião.

O item 2 é um requerimento de nossa autoria.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 40, de 2013
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para debater um novo modelo de gestão para a Embratur, na perspectiva de elevar o nível da promoção turística do Brasil por meio da participação ativa da iniciativa privada, com os seguintes convidados: 1) Flávio Dino, Presidente da Embratur; 2) Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas e Ex-Presidente da Embratur; 3) Jeanine Pires, Ex-Presidente da Embratur; 4) Márcio Santiago de Oliveira, Vice-Presidente Jurídico da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux; 5) Antonio Pedro Figueira de Mello, Secretário Municipal de Turismo da Cidade do Rio de Janeiro.

Autoria: Antonio Carlos Valadares

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 41, de 2013
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 40, de 2013 – CDR, a inclusão do seguinte nome para participar da audiência pública que debaterá um novo modelo de gestão para a Embratur, na perspectiva de elevar o nível da promoção turística do Brasil por meio da participação ativa da iniciativa privada. - Senhor Roberto Rotter, Presidente do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil - FOHB.

Autoria: Antonio Carlos Valadares

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Outro requerimento, também de realização de audiência pública.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 42, de 2013
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 15/2013 – CDR, para a realização de uma Audiência Pública, com a finalidade de debater "soluções tecnológicas adequadas para reestruturação produtiva no semiárido brasileiro, visando a melhoria da convivência da região com os períodos de estiagem prolongada, bem como de pós-seca", a inclusão do seguinte convidado: Sr. Luiz Gonzaga Paes Landim – Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Autoria: Antonio Carlos Valadares

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aproveito este ensejo para manifestar também, em nome desta Comissão, a nossa solidariedade ao povo de Aracaju, que foi sacudido por uma enxurrada que invadiu todos os bairros, prejudicando centenas e centenas de pessoas, produzindo prejuízos incomensuráveis a residentes nos apartamentos cujas águas invadiram suas garagens, lá na orla de Aracaju, na Avenida Beira Mar. Bairros como Santos Dumont, Castelo Branco e tantos outros sofreram prejuízos incomensuráveis. As águas também provocaram grandes perdas.

Minha solidariedade também ao Governador de Sergipe, Jackson Barreto, e ao Prefeito João Alves Filho, que decretou estado de emergência na capital do nosso Estado.

Esta audiência a que me referi, com o Superintendente da Sudene, está marcada para a próxima quarta-feira.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 2009
- Não terminativo -

Altera a alínea "b", do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral.

Autoria: Kátia Abreu

Relatoria: Lídice da Mata

Relatório: Pela prejudicialidade da Matéria

Observações:

- A Matéria ainda irá à CI.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para fazer a leitura do seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Sr. Presidente, de iniciativa da Senadora Kátia Abreu, o projeto sob exame pretende alterar a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências, conhecida como Lei dos Portos, para explicitar que as instalações portuárias de uso privativo misto podem destinar-se, independente do percentual de ambas as cargas, à movimentação de carga própria e de terceiros.

Sustenta a proposição o argumento de que as dificuldades do Poder Público para investir em infraestrutura de transportes impõem "barreiras ao agronegócio e à interiorização do desenvolvimento". Segundo a autora do projeto, a qualificação dos portos e a ampliação da oferta e da confiabilidade das ferrovias, assim como a melhoria da conservação das rodovias, são conquistas que demonstram o êxito da política de concessões à iniciativa privada.

Passo, portanto, Sr. Presidente, diretamente à análise, porque esse projeto já está há algum tempo

aqui e é de conhecimento de todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre os aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.

A despeito de reconhecermos a importância e o pioneirismo da iniciativa, cumpre notar que a proposição opera no sentido proposto pela Medida Provisória nº 595, de 7 de dezembro de 2012, recentemente convertida na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, que "dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis n]s 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências".

O PLS nº 118, de 2009, destina-se a alterar o art. 4º da Lei nº 8.630, de 1993, integralmente revogada pela Lei nº 12.815, de 2013. Nos termos da norma então vigente, a exploração de instalação portuária de uso privativo somente poderia ocorrer de forma exclusiva, "para movimentação de carga própria", ou mista, "para movimentação de carga própria e de terceiros". A seu turno, o Decreto nº 6.620, de 29 de outubro de 2008, que regulamentava a matéria e foi também revogado, definia carga própria como "aquela pertencente ao autorizado, a sua controladora ou a sua controlada, que justifique por si só, técnica e economicamente, a implantação e a operação da instalação portuária". Da articulação entre os comandos da antiga Lei dos Portos e de sua regulamentação decorria a conclusão de que a instalação de terminais privativos destinava-se precipuamente à movimentação de carga própria, admitindo-se, apenas adicionalmente, a movimentação de cargas de terceiros de molde a permitir o eventual aproveitamento econômico da capacidade ociosa desses terminais.

Tais restrições desestimulavam o investimento privado em instalações portuárias, razão pela qual o projeto em pauta, como forma de contornar a mencionada barreira normativa, estabelece que a instalação portuária de uso privativo misto pode destinar-se à movimentação de "carga própria e de terceiros, independentemente do percentual de ambas as cargas".

Embora devamos consignar os merecidos elogios à autora, queremos destacar que, no que toca mais diretamente à alteração pretendida pelo PLS nº 118, de 2009, o art. 8º da nova Lei dos Portos passou a estabelecer que as instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado compreendem as seguintes modalidades: (i) terminal de uso privado; (ii) estação de transbordo de carga; (iii) instalação portuária pública de pequeno porte; e (iv) instalação portuária de turismo, não havendo mais qualquer menção à obrigação de movimentação de cargas próprias.

Portanto, Sr. Presidente, ante o exposto, opinamos pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 118, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Lido o relatório da Senadora Lídice da Mata, coloco-o em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discuti-lo, passemos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer da Senadora Lídice da Mata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, pela prejudicialidade da matéria.

No próximo item, temos como Relator o Senador Vital do Rêgo. Tendo em vista que ele não pôde comparecer, designo Relator *ad hoc* o Senador Benedito de Lira.

Peço a V. Exª que faça a leitura do relatório. Agradeço.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 657, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, tem como objetivo acrescentar o §7º ao art. 26 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, de forma a estipular que o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros sob regime de fretamento ou com fins turísticos seja realizado por veículos com capacidade mínima para oito passageiros sentados.

Cabe a esta Comissão a análise do mérito do Projeto de Lei do Senado nº 657, de 2011, no que concerne ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional e sobre o turismo. Considerações sobre os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria serão feitas na Comissão de Infraestrutura, que decidirá em caráter terminativo.

De fato, tal limitação representa um obstáculo ao oferecimento por parte dos prestadores desse serviço de alternativas de meios de transporte, baseadas no fretamento de vans ou micro-ônibus, veículos mais adequados à demanda de grupos pequenos de turistas. Não havendo essa alternativa, tais grupos de turistas são obrigados a se deslocar em veículos superdimensionados, caros e sem o adequado conforto e flexibilidade. Além disso, como a autora do projeto chama a atenção, "essa escolha resulta em serviços

ineficientes do ponto de vista energético e do uso do espaço viário, contribuindo para maior congestionamento, desperdício de combustível e poluição ambiental".

A flexibilização da norma vigente permitirá às empresas de viagens oferecerem alternativas de transportes mais adequadas ao perfil de grupos pequenos de turistas. Por sua vez, usuários, tais como idosos, grupos familiares ou de pessoas ligadas a interesses peculiares comuns, poderão melhor organizar suas viagens, com maior conforto, flexibilidade e menores custos. Essa medida estimulará o turismo e o desenvolvimento dos principais destinos turísticos brasileiros, com aumento do emprego e da renda no setor.

Dessa forma, cremos que a mudança proposta é pertinente e oportuna, principalmente no momento em que o Brasil está se organizando para receber grandes eventos turísticos, como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, quando haverá uma grande movimentação de turistas nacionais e estrangeiros no País.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 657, de 2011.

É o parecer do Senador Vital do Rêgo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Para discutir, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Sr. Presidente, esse projeto, na verdade, é de grande interesse para o turismo nacional. Ele tem o apoio do Ministério do Turismo, que participou de intenso debate a respeito desse assunto, e há algum tempo é reivindicado pelo *trade* turístico brasileiro. Ele beneficia, por exemplo, diretamente uma cidade como Brasília que, para pequenos grupos de turistas chegarem até o vizinho mais próximo, o Estado de Goiás, ou uma cidade muito próxima, que não se localiza no Distrito Federal, são obrigados a alugar um ônibus e não um micro-ônibus ou uma van que pode levar 10 turistas em deslocamento.

Nós temos, além de Brasília, muitas outras situações em que uma equipe de turistas possa se deslocar em uma área menor. Não estamos falando de viagens de longos cursos, viagens de 10 horas, mas sim de viagens de pequenas distâncias, viagens de 250km a 300km de distância claramente possíveis de serem feitas em outro tipo de transporte, mas que seja caracterizado claramente como transporte de turismo e autorizado pelo Ministério do Turismo a funcionar dessa maneira.

Por isso, eu solicito o apoio de todas as Srªs e os Srs. Senadores, porque sei que uma cidade, por exemplo, como Aracaju, de pequena distância até Salvador pode também se beneficiar com esse tipo de legislação. Cidades próximas como João Pessoa e Recife também podem se beneficiar desse tipo de movimentação, além de cidades que, estando nas fronteiras dos Estados, podem permitir esse tipo de deslocamento beneficiando, portanto, o transporte turístico nacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Continua em discussão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Rodrigo Rollemberg, Líder do PSB.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado.

Eu quero cumprimentar a autora desta matéria, assim como o Relator e o Relator *ad hoc*, porque esse é um exemplo de como uma ideia simples pode trazer um enorme benefício.

Realmente, a legislação brasileira hoje a definir que o transporte turístico tem que ser feito necessariamente por ônibus desconsidera algumas peculiaridades que a Senadora Lídice da Mata procura corrigir com o seu projeto. Ela cita o bom exemplo de Brasília.

O Distrito Federal é a porta de entrada de muitos turistas brasileiros e turistas estrangeiros que, cada vez mais, querem conhecer as belezas do Cerrado. Nós temos aqui próximo, por exemplo, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, próximo a Alto Paraíso, cidade que é visitada por turistas de todo o mundo; pessoas de todo o mundo vêm para cá. Nós temos cidades como Pirenópolis, como a Cidade de Goiás, berço de uma das maiores poetisas brasileira, Cora Coralina. Enfim, nós temos diversas atrações turísticas e, muitas vezes, esses grupos de ecoturismo são pequenos e que, portanto, um transporte de oito lugares é suficiente para que esses grupos possam visitar essas cidades e, com isso, gerar renda, empregos, além de conhecer o Brasil, promover o Brasil, divulgar o Brasil através de sua imensa diversidade cultural e natural.

Portanto, cumprimento a Senadora Lídice da Mata pelo projeto e manifesto nossa posição favorável com muito entusiasmo pela ideia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Quero enaltecer à iniciativa da Senadora Lídice da Mata. Sem dúvida alguma, um projeto meritório que

vem dar uma contribuição enorme ao desenvolvimento turístico nacional, tendo em vista que a Senadora Lídice da Mata exerceu, com muita competência, o cargo de prefeita de uma das cidades mais importantes do Brasil, a primeira capital do Brasil, Salvador, e, lá, deu uma importância muito grande ao setor turístico. Aqui no Senado Federal, ela vem desenvolvendo esse trabalho na direção do fortalecimento do turismo nacional.

Portanto, conta com o nosso beneplácito a iniciativa da Senadora Lídice da Mata.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

A matéria será encaminhada à Comissão de Infraestrutura para as providências cabíveis.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 657, de 2011
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que "dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências", para dispor sobre veículos utilizados no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros sob regime de fretamento ou com fins turísticos.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação

Relatoria: Senador Vital do Rêgo (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Benedito de Lira.)

Passemos aos itens terminativos.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 286, de 2010
- Terminativo -

Flexibiliza limites de ruído para cidades litorâneas de vocação turística.

Autoria: Raimundo Colombo [atual Governador do Estado de Santa Catarina]

Relatoria: Wellington Dias

Relatório: Pela rejeição da matéria.

Observações:

- Em 19/06/2013, a matéria foi rejeitada na CAS.

O Relator, Senador Wellington Dias, é ex-governador do Estado do Piauí e grande candidato. Sem dúvida alguma, poderá voltar a dirigir aquele Estado porque competência não lhe falta, assim como inteligência e idealismo também.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Eu peço a V. Exª que faça a leitura enquanto aguardamos mais Senadores para que possamos compor o quórum necessário à votação da matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente, meus colegas, companheiros Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2010, do Senador Raimundo Colombo, tem por objetivo permitir, aos Municípios litorâneos com expressiva atividade turística, o estabelecimento de áreas de vocação recreacional, em que os limites máximos de ruído fixados por norma nacional poderiam ser excedidos em até 15 decibéis (dB), conforme determina seu art. 1º.

O projeto sob análise pretende permitir que o limite de exposição sonora ambiental em áreas residenciais com vocação recreacional possa ser elevado de 65dB para 80dB, no período diurno, e de 55dB para 70dB, no período noturno. Tais valores ultrapassam em muito os limites recomendados pela Organização Mundial de Saúde como aceitáveis para que se possa ter um sono de qualidade, aproximando-se dos níveis capazes de produzir lesão crônica no aparelho auditivo.

Para o Ministério do Turismo, considerando que a finalidade do presente projeto de lei é a flexibilização dos limites de ruídos para as cidades litorâneas de vocação turística, verifica-se que a análise de tal matéria foge da esfera de sua competência, uma vez que a previsão quanto aos limites de ruído deve ser regulamentada pelos Municípios por meio de código de postura, os quais devem respeitar padrões, critérios e diretrizes estabelecidos pelos órgãos técnicos como, por exemplo, a ABNT e o Conama.

A referida matéria já foi objeto de apreciação pela Comissão de Assuntos Sociais, na qual foi rejeitada. O Relator da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo mantém o relatório, pois se concluiu que a aprovação do PLS 286, de 2010, em que pesem eventuais benefícios que possam trazer à atividade turística no País, será prejudicial à saúde dos habitantes das áreas a serem atingidas pela inovação legislativa.

Diante do exposto, sugere-se à Comissão o voto pela rejeição do projeto.

Sr. Presidente, apenas para colocar que às vezes a gente esquece: o grande ganho que se espera na atividade turística, de lazer, enfim, é para a comunidade. Em primeiro, o conceito moderno é sempre voltado à comunidade. Tanto que hoje qual é o desafio do Brasil? O turista vem para visitar uma praia, para visitar algum monumento, alguma área cultural, alguma atividade existente, mas o turista vem também para ver a população feliz, com qualidade de vida enfim. Esse é o ponto principal.

Hoje, há uma descentralização para os Municípios. Vou citar exemplos aqui. Existem atividades como o carnaval. Muitas vezes, a própria cidade se pactua para que ali, em determinada área da cidade, em tais e tais dias possa ter som, trio elétrico, bandas, enfim. Mas ali é uma pactuação local. Mas eu acho que a gente fazer isso de forma generalizada, para o País inteiro, não é moderno, não é adequado, não é, conceitualmente, aprovado do ponto de vista humano.

Por essa razão, faço um apelo, com todo o carinho... Sei que o atual Governador Raimundo Colombo, um Senador atuante aqui, fez isso pensando, certamente, em alguma situação particular de Santa Catarina, que, com certeza, ocorre em outros lugares. Mas eu creio que a estrutura legal que nós temos hoje, dando aos Municípios essa competência, deve ser preservada.

Por isso, mantenho o voto pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª, Senador Wellington Dias.

Está franqueada a palavra a qualquer Senador que queira se manifestar antes do encerramento desta reunião.

Senador Walter Pinheiro, quero dizer a V. Exª, que é um lutador pelo desenvolvimento regional, que eu iniciei esta reunião, enquanto aguardava a presença dos Srs. Senadores, falando da situação vexatória por que passam os Municípios brasileiros.

O nosso desenvolvimento regional está diretamente correlacionado com a situação dos Municípios. Na medida em que os Municípios desenvolverem programas de obras de infraestrutura, nós estaremos, sem dúvida alguma, numa situação de combate à desigualdade regional em nosso País.

Com a palavra, então, V. Exª, que, tenho certeza, é um municipalista dos melhores do Estado da Bahia, Estado que também tem uma grande Senadora, a Senadora Lídice da Mata, que trabalha na mesma direção.

Com a palavra V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Depois da companheira Lídice, eu posso até me escalar para ser um... *(Falha na gravação.)* Está bloqueado o som.

Sr. Presidente, eu acho que é importante até trilhar esse caminho que V. Exª levantou, porque a gente fala muito aqui – estou vindo da Comissão de Infraestrutura –, em desenvolver, em empreender, em resolver os problemas de infraestrutura, de gargalo. A gente trata isso tudo como se essas coisas se processassem só na União e nos Estados. Eu não quero chamar isso de piada, mas é uma brincadeira, porque não tem como. Eu não vou resolver o problema do desenvolvimento regional entendendo inclusive a proeza e a necessidade de olhar para todos os Municípios, com uma política de desconcentração de investimento, com uma política de desconcentração inclusive de aplicação dos recursos para a infraestrutura. Senão, a gente fica com aquele velho ditado, que todos nós conhecemos lá no Nordeste, de que o rio só corre para o mar. Aí, de vez em quando, o sujeito vai lá e faz uma barragem para gerar energia. Você não guarda energia, você guarda água.

Então, como é que a gente pode fazer este debate que nós aprofundamos aqui e que, lamentavelmente, foi enterrado, sobre a questão do novo Pacto Federativo? Pacto federativo não dá para dizer que é uma estrutura que nós vamos pensar aqui de cima para baixo, que a União é que faz. "Ah, o Governo Federal não tem interesse em fazer." E nós vamos continuar com... Vou falar da nossa Tríplice Fronteira: São Francisco do Canindé, Piranhas de um lado e Paulo Afonso de outro, e nós vamos travando ali a batalha das Piranhas com São Francisco e Paulo Afonso também tentando pegar um pedaço, a disputa pelos *royalties* da energia...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB – SE. *Fora do microfone.*) – Canindé de São Francisco.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Canindé de São Francisco. É por isso que eu botei o São Francisco na frente, porque o que determina ali, no Canindé, a economia, é o Velho Chico.

Então, esse debate...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Quem leva tudo é Alagoas.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pronto. É isso aí.

Ainda pega Piranhas de Alagoas, dá uma passada em Delmiro e entrega tudo lá em Paulo Afonso.

Então, na realidade, Senador Benedito de Lira...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Senador Walter, Alagoas fica só olhando.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É; a disputa ali.

Então, na realidade, quando a gente fala nisso... Por exemplo, o debate sobre a questão da infraestrutura para o desenvolvimento daquela região, Senador Benedito, que tenho feito com V. Exª e com o Senador

Valadares, no sentido de fazer chegar a Universidade do Vale do São Francisco ali. Esse foi o debate que nós travamos para criar a primeira universidade brasileira que tivesse a capacidade de se instalar em mais de um Estado. Conseguimos fazer isso no Piauí, na Bahia e em Pernambuco. Chegou a hora de colocar isso ali, em Sergipe e em Alagoas, como um marco de desenvolvimento para aquela região.

Por exemplo, a questão que eu, a Senadora Lídice da Mata e o Senador João Durval empreendemos recentemente: o aeroporto de Paulo Afonso para aviação regional. Nós, agora, inclusive, estamos levando uma das companhias para fazer voos comerciais naquela região. Ainda, a chegada da Faculdade de Medicina ali, naquela região.

Então, por que a gente não pode agregar em cada polo desses, entendendo a sua vocação, a chegada de polos industriais? O processamento, inclusive, para uma infraestrutura de escoamento da produção. A nossa 235 ali, meu caro Senador Valadares, para resolver um problema da Bahia, Senadora Lídice, ao mesmo tempo, também ajustando a passagem em Itabaiana, que é o nosso corredor de produção.

Então, nós precisamos resolver essas coisas, e não se faz isso apenas a partir de Brasília.

E morreu o debate sobre a questão do Pacto Federativo porque todo mundo ficou olhando o plano de benefícios. Vou dar um exemplo bem claro aqui sobre essa questão, envolvendo Sergipe – e falo isso até com detalhes porque me envolvi assim de forma integral nesse tema. Como é que o nosso querido Sergipe vai entrar nessa disputa da chamada "guerra fiscal"? Com que armas lutará Sergipe?

Sergipe, por exemplo, atraiu uma fábrica de chuveiros elétricos. O povo de Sergipe toma banho quente todo dia, Senador? Não estou dizendo que é por falta de opção, não, mas o calor é de 30ºC à sombra. Como é que o cara vai tomar banho quente? Então, a atração de Sergipe, do ponto de vista correto de levar uma fábrica para lá, é gerar emprego, é tentar potencializar; porém, o mercado consumidor desse produto está, efetivamente, fora de Sergipe.

Assim, se não há uma política integrada de desenvolvimento regional para incentivar a instalação dessa unidade, a fábrica de chuveiros, que agora não precisa contratar nenhum navio, nenhuma carreta para levar toda a sua linha de montagem ou a sua linha de *design*, ela simplesmente se desloca para o Sul do País, principalmente, e diz: "Tchau, Sergipe!".

Então, a política de desenvolvimento regional tem de encontrar isso, para você, inclusive, colocar carga, dizendo "olha, é aqui que vai ter o investimento!" Assim, aproveitar as potencialidades do setor de petróleo e petroquímica da nossa região, Senador Valadares, e estimular...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O potássio! Uma grande riqueza do Estado de Sergipe, que vai ser industrializado. Já há, inclusive, uma fábrica de aproveitamento industrial.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Nós temos que fazer isso e caminhar para a biotecnologia e para os fármacos, para nós desenvolvermos aquilo e gerar riqueza, resolvendo os problemas. Quem é que vai topar chegar ali, na nossa fronteira, entre Paripiranga e Tobias, ali, numa região em que nós produzimos muito milho e muito feijão? Ali, naquela região, é só isso. Nós só vamos chegar com crédito agrícola para resolver o problema da seca.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sergipe, hoje, é um dos maiores produtores do Nordeste.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Simão Dias, que V. Exª citou.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sim; Simão Dias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Fronteira com a Bahia. É o maior produtor de milho de Sergipe.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sim; é o maior produtor de milho.

Aí, quando a gente vai para a produção de milho, a gente encontra um absurdo, Senador Valadares: Bahia e Sergipe importam frango, quando a gente poderia ter a produção, inclusive, de frango. O alimento do frango... E não é aquela história de quem chegou primeiro, se o ovo ou a galinha; é o milho! Sem milho não tem como você produzir isso; e, no entanto, embora nós produzamos milho ali, somos os maiores importadores de frango. Sabe de onde a gente importa frango, Senador Valadares? Daqui de Brasília! Frango para matar a fome lá dos sergipanos e dos baianos, quando a gente poderia potencializar essa atividade econômica, aproveitando exatamente o milho que está ali naquela região.

Então, são essas ligas, meu caro Senador Rollemberg, que faltam. Falta exatamente esse nível de planejamento, porque todo mundo trata a coisa só assim: "Ah, a União..." Ninguém mora na União, Senador Valadares! Ninguém mora no Estado! O cabra mora lá no sertão velho, brabo. É lá; é lá que o sujeito pisa o pé. Então, se você continuar fazendo os investimentos só na região metropolitana de Aracaju, na região

metropolitana de Maceió, na região metropolitana de Salvador, nós continuamos com nossos Estados e Municípios sofrendo em cada região. Aí Aracaju vira meca, porque o cara tem que sair de lá para buscar serviço em Aracaju... É faculdade, é hospital, é emprego... E a gente socializa a miséria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – E quando se fala em reforma tributária, para beneficiar os entes federados, a discussão se resume à participação da União e dos Estados, e os Municípios sempre são deixados de lado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – São entes federados também. A Constituição Federal de 1988 contemplou os Municípios como entes federados, ou seja, no mesmo nível da União e dos Estados. Mas eles são relegados a segundo plano.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Quando se faz a isenção do IPI, aí o cara diz "ah, mas o Município vai ganhar!" Quantas concessionárias de carro há ali em Simão Dias? Quantas?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Nenhuma.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Tudo em Aracaju. "Mas faturou! O Estado faturou!" Simão Dias, coitado, ficou lá e não viu nem navio, porque não chega lá.

Então, eu acho que nesse debate é importante a gente encaixar isso. Não dá para ficar fazendo só essa discussão da migalha. Toda vez dizer "vamos lá, porque vai sair um dinheirinho aqui..." Um bolsa isso, um bolsa aquilo. É importante o Bolsa Família, é importante o Bolsa Estiagem...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL. *Fora do microfone*.) – ... nobre Senador. O Governo está distribuindo aí milhares de máquinas, tratores, caminhões, etc. Vai chegar a um ponto em que o Município não tem dinheiro para pagar o óleo diesel, porque muitos e muitos Municípios do meu Estado, por exemplo, este mês ficaram com o cofre raspado. Não chegou um centavo lá. O Governo dá com uma mão e tira com a outra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Por isso, Senador Bené, que a gente tem que brigar aqui para, inclusive, implantar a infraestrutura nesses lugares. Nossa universidade no Vale do São Francisco.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Quero comunicar a V. Exª – faça no seu gabinete, porque eu fiz no meu agora – que pedi uma audiência ao Ministro da Educação, urgentemente. Eu, V. Exª e representantes de Sergipe.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Vamos lá. É isso, Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE. *Fora do microfone*.) – ... com a presença do Senador Vital do Rêgo, vamos aproveitar o quórum e fazer uma votação somente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Antes que ele fuja.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Duas votações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Agora chegou o grande.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Vamos aproveitar a presença do nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, porque daqui a pouco vai começar a CCJ.

Passemos, então, à votação do primeiro item, nominal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Está com uma pinta danada de Ministro, viu, Valadares? Está com uma pinta de Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O Nordeste precisa de Vital do Rêgo no Ministério. O Nordeste e o Brasil. *(Pausa.)*

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 286, terminativo, que flexibiliza limites de ruído para cidades litorâneas de vocação turística.

O relatório já foi lido pelo Senador Wellington e é pela rejeição.

O quórum é qualificado.

Senador Wellington Dias, como vota V. Exª?

Relator, voto conhecido.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quem vota "não", vota com o Relator.

Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM - SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Com o Relator.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente, só para explicar...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Com o Relator.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só para não ter dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu acompanho o nobre Relator, até porque ele é meu Líder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Então, aprovado o parecer do Senador Wellington Dias.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 622, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.

Autoria: Lídice da Mata

Relatoria: Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos do substitutivo aprovado na CRA.

Observações:

- Em 16/05/2013, a matéria foi aprovada na CRA.

- Em 21/08/2013, lido o relatório, ficam a discussão e votação adiadas por falta de quórum.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto, passemos à votação nominal.

Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Como vota a Senadora Lídice da Mata? Voto conhecido.

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Voto pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Voto conhecido, Relator.

Senadora Maria do Carmo/

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM - SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Ruben Figueiró?

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Walter Pinheiro? *(Pausa.)*

Com o Relator.

Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Também com o Relator.

Aprovado o projeto da Senadora Lídice da Mata, nos termos do Substitutivo.

No item 1...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Pois não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – É um requerimento que eu gostaria que V. Exª incluísse, de autoria dos três Senadores da bancada da Paraíba...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Já foi lido o requerimento.

Passemos, então, à votação do requerimento lido anteriormente, no item 1, para discussão de um tema regional, que diz respeito a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento

regional e discutir a gestão do Açude Epitácio Pessoa, na Paraíba, mais conhecido como Boqueirão.E

Em votação o requerimento, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Vital do Rêgo.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, marcaremos posteriormente a data da audiência pública.

Antes de encerrar a presente reunião, convoco outra para a próxima semana.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezoito minutos do dia vinte de novembro do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões número 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Rodrigo Rollemberg, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores: Lídice da Mata, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Oswaldo Sobrinho e João Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 15/2013-CDR, aditado pelo Requerimento nº 42/2013-CDR, de autoria dos Senadores Lídice da Mata e Antonio Carlos Valadares respectivamente, para a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater soluções tecnológicas adequadas para a reestruturação produtiva do semiárido brasileiro, visando a melhoria da convivência da região com os períodos de estiagem prolongadas, bem como de pós-seca. A Audiência Pública é realizada com a presença do Senhor José Nilton Moreira – Chefe Adjunto de Transparência de Tecnologia da Embrapa Semiárido, em substituição ao convidado Natoniel Franklin de Melo - Diretor Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO; Senhor Ignácio Hernán Salcedo - Diretor do Instituto Nacional de Semiárido – INSA; Senhor Elmo Vaz Bastos de Matos - Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF; Senhora Raquel Pontes - Assessora da Área de Planejamento e Gestão do DNOCS, em substituição do Senhor Emerson Fernandes Daniel Júnior – Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra às Secas – DNOCS e o Senhor Luís Gonzaga Paes Landim - Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Após as exposições dos convidados, usam da palavra os Senadores: Lídice da Mata, Inácio Arruda e Armando Monteiro. **EXTRAPAUTA: ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 43, de 2013**, que: "Requeremos, nos termos regimentais, a realização de **audiência pública,** no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para **debater o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB),** seus efeitos na área tombada e no seu entorno. A título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: – **Jurema Machado**, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); –**Geraldo Magela**, Secretário da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano –SEDHAB- DF*;* – **Maria Elda Fernandes Melo,** Promotora de Justiça da 3ª Promotoria de Justiça da Ordem Urbanística (Prourb) do Ministério Público do Distrito Federal; – **Benny Schvarsberg,** professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAUNB); – **Maria Elisa Costa**, arquiteta da Casa de Lúcio Costa e ex-presidente do IPHAN; – **Vera Ramos,** arquiteta e urbanista, Diretora de Patrimônio Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do DF (IHG-DF); –**Paulo Henrique Paranhos de Paula e Silva,** Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)". **Autoria**: Senador Rodrigo Rollemberg e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 44, de 2013**, que: "Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**,** *para tratar sobre* os impactos da mineração com a exibição do documentário "Enquanto o Trem Não Vem", produzido coletivamente pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios atingidos pela Mineração, Mídia Ninja, Movimentos Sociais e colabo-

radores, com direção cinematográfica de Rafael Vilela e Kátia Visentainer. Sugiro que sejam convidados os seguintes palestrantes: 1. Carlos Bitencourt – pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. (21) 8139-6960. 2. Maria Lúcia Zanon – liderança do Movimento dos Atingidos pela Mineração – MAM. 3. Alexandre Conceição – Dirigente Nacional do MST. (61) 8139-6960. 4. Rafael Vilela e/ou Kátia Vizentainer – Diretores do documentário. (21) 96578-7070". **Autoria:** Senador João Capiberibe. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 45, de 2013**, de 2013, que: **"**Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento n° 32, referente a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para **discutir a gestão do Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão**, a inclusão dos nomes dos seguintes convidados: Prefeito do Município de Boqueirão do Estado da Paraíba: João Paulo II; Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba: Francisco de Assis Quintans. Professor da UFCG - Universidade Federal de Campina Grande: Janiro Costa Rêgo; Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais da Paraíba, FACEPB: Alexandre Moura; Promotora do Consumidor do Ministério Público da Paraíba: Dra Adriana Amorim de Lacerda; - Diretor de Expansão e Operação e Manutenção da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CAGEPA: Dr. José Mota Victor". **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado**: Aprovado. **ITÉM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 46, de 2013**, que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização, por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, no *"Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte - Inclusão Social e Promoção do Brasil no Exterior"*, a realizar-se na cidade de Aracaju/SE, no dia **13 de dezembro de 2013**, onde se terá o apoio e participação do governo do Estado de Sergipe. Requeiro, ainda, que o evento seja assessorado por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo que auxiliará na organização e assessoramento". **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 47, de 2013**, que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Diligência desta Comissão, na sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – para debater sobre o fortalecimento do Órgão". **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze e quarenta horas e um minuto, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(*Texto com revisão*.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Há número regimental.

Declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 28ª Reunião da Comissão.

Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Aproveito esse ensejo, enquanto aguardamos a presença de alguns dos nossos convidados e também a presença da Senadora Lídice da Mata, que é uma das autoras desse requerimento desta audiência pública, para fazer uma homenagem aos 104 anos do DNOCS, instituição que muito contribuiu e ainda contribui, para tornar menos penosa para os nordestinos a seca.

O Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) completou, no dia 21 de outubro, 104 anos de atividades no Semiárido nordestino, sempre buscando a melhor adequação dos nordestinos às intempéries provocadas pelas estiagens.

Criado em 1909, sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), passou em 1945, no governo de Getúlio Vargas, a essa denominação atual.

Sua área de atuação hoje abrange todos os Estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais, podendo ser ampliada a outros Estados, como consta do projeto de reestruturação do órgão em tramitação no Ministério do Planejamento.

O DNOCS foi o primeiro órgão federal a estudar a problemática do Semiárido, marcando nesse período de 104 anos a presença em todo o solo nordestino. Seu conjunto de obras envolve a construção de rodovias, ferrovias, campos de pouso, aeroportos, portos, implantação de redes de energia elétrica, ações de abastecimento, açudagem, irrigação, piscicultura, implantação de adutoras, entre outros.

Nos dias atuais, suas ações compreendem a captação, desenvolvimento, gerenciamento de recursos hídricos, conforme o que estabelece a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, através da construção de barragens, perfuração, instalação de postos, implantação de projetos de irrigação, centro de pesquisa, estações de piscicultura, sistema de abastecimento de água e outras ações pontuais.

A história do DNOCS, em Sergipe, por exemplo, Estado que represento nesta Casa, se confunde com a criação e a implantação de projetos de infraestrutura hídrica e rodoviária dos principais Municípios do Estado. Tudo teve início com a instalação na unidade do órgão em Sergipe, no ano de 1913, pois antes a nossa jurisdição pertencia ao Estado da Bahia. Assim teve como marco inicial a construção da primeira barragem sergipana na localidade de Taboca, no Município de Simão Dias, por coincidência Município onde nasci e do qual fui prefeito. Durante todo esse tempo, o DNOCS implantou os sistemas de abastecimento de água das principais cidades do Estado, como Itabaiana, Simão Dias, Lagarto, Dias Barreto. Construiu estradas e rodovias, como a BR-235, que liga Aracaju ao agreste sergipano, chegando ao Estado da Bahia.

Além disso, o DNOCS realizou também a construção de 11 barragens no interior sergipano, para armazenar água, objetivando amenizar os efeitos das secas na região.

Não podemos deixar de destacar a grande atuação do DNOCS como órgão executor do grande projeto sertanejo durante o período da seca que assolou o sertão nordestino no final dos anos 70 início dos anos 80. Na ocasião, foi instalado seu núcleo operacional na cidade de Nossa Senhora da Glória, quando foram elaborados e aprovados mais de 900 projetos, recolocando nosso Estado em primeiro lugar no Nordeste em elaboração de projetos nas áreas de construção de águas, aguadas, cisternas, silos e plantação de forrageiras, currais, bem como aquisição de ovinos e bovinos.

Nos anos 90, o Departamento de Obras Contra as Secas priorizou suas ações na perfuração de poços artesianos, dessalinizadores nas regiões do agreste, perfuração cerca de quatro mil poços, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento da agricultura familiar e do cultivo hortigranjeiro da região do agreste.

Atualmente, a coordenadoria estadual no meu Estado tem centrado suas ações na produção de alevinos, através da sua estação de piscicultura, localizada na cidade de Graccho Cardoso e que são distribuídos em todo o Estado.

Hoje, devido ao problema das secas que ocorreram até meados deste ano e que ainda existe em alguns Estados, o DNOCS vem realizando convênios de repasse de verbas federais para prefeituras municipais, com vista ao abastecimento simplificado, à construção de poços tubulares, barragens subterrâneas, enfim, recursos do Governo Federal para amenizar o sofrimento do sertanejo.

Por outro lado, o DNOCS vem passando por algumas dificuldades. Por ser um órgão centenário, precisa ser reestruturado e revitalizado, para fazer frente às mudanças que a modernidade exige, pois conta com poucos funcionários para atender à demanda do sertanejo.

Os servidores na carreira do órgão foram admitidos há quase 30 anos. Daí a necessidade urgente da realização desta reestruturação do DNOCS, com plano de carreira e também com a realização de concursos para admissão de novos servidores. O fortalecimento dessa instituição, sem dúvida alguma, irá dar um contributo indispensável ao plano governamental de melhorar a vida do sertanejo.

Aliás, quero fazer um parêntese. A mesma coisa não aconteceu em relação à Codevasf, que tem crescido, tem avançado enormemente e há um reconhecimento generalizado nos Municípios, nos Estados onde a Codevasf atua de que ela tem trazido benefícios inestimáveis na área de recursos hídricos, de esgotamento sanitário, de saneamento básico, de construção de canais, de revitalização dos perímetros irrigados, de construção de adutoras. Enfim, a Codevasf vem exercendo um papel preponderante no desenvolvimento do Nordeste e também no combate às desigualdades sociais.

Posso assinalar que a Codevasf, por exemplo, no nosso Estado, no Estado de Sergipe, neste momento, está com a responsabilidade de executar o maior projeto de infraestrutura já realizado no Estado de Sergipe, que é o Projeto Xingó, que corresponde a um canal de mais de 300 quilômetros de extensão, cuja primeira etapa já está sendo objeto de estudos. É um canal que se estende de Paulo Afonso e de Santa Brígida, no Estado da Bahia, penetrando no Estado de Sergipe. A primeira etapa é de 130 quilômetros. Esse projeto vai fornecer água para a população e para a dessedentação animal e, sem dúvida alguma, vai fortalecer o sistema de irrigação do nosso Estado de Sergipe. Essa obra será construída, e mais de 40 mil pessoas serão empregadas.

Além disso, a Codevasf está ajudando muito os ribeirinhos do Baixo São Francisco, com a reconstrução de canais. Há mais de 40 anos, essa área se ressente do apoio e da assistência da Codevasf, mas, agora, na administração de Elmo Vaz, com o apoio, naturalmente, do Ministério da Integração, a assistência a essa região tem sido reconhecida por todos os ribeirinhos. Canais

estão sendo reconstruídos, como eu falei. Bombas estão sendo compradas e instaladas para o sistema de irrigação. Além disso, há a pavimentação dos perímetros irrigados, visando a dar apoio ao transporte do arroz, ou seja, há o fortalecimento da rizicultura sergipana.

Por isso, no momento em que estou homenageando o DNOCS, presto também as minhas homenagens à Codevasf brasileira, especialmente à Codevasf do meu Estado, Sergipe, cuja coordenação é do Dr. Paulo Viana, engenheiro agrônomo.

Assim, diante da situação crítica do DNOCS, solicitamos o empenho e o apoio de todos os Parlamentares, não só dos sergipanos, não só dos nordestinos, mas dos Parlamentares de todo o Brasil, no intuito de intervir junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para agilizar a aprovação de sua reestruturação, por ser uma medida de inteira justiça e de boa política social.

Vamos convidar os primeiros debatedores, que já se encontram presentes na Casa, para iniciarmos nossos trabalhos relativos a esta audiência.

Tenho o prazer de convidar o Dr. José Nilton Moreira, Chefe-Adjunto de Transferência de Tecnologia da Embrapa, representando Natoniel Franklin de Melo, Chefe-Geral da Embrapa Semiárido. Seja bem-vindo.

Convido o Dr. Ignacio Hernán Salcedo, Diretor do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), e o Dr. Luiz Gonzaga Paes Landim, Superintendente da Sudene.

Quero dizer, Dr. Luiz Gonzaga Paes Landim, que V. Exª foi um dos inspiradores desta reunião de hoje.

Estamos aguardando o Dr. Elmo Vaz Bastos de Matos, que é Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que vem realizando um grande trabalho à frente dessa instituição. Daqui a pouco, S. Exª estará presente aqui, para participar deste debate.

Iniciando este debate, convidamos o Dr. Elmo para participar da nossa mesa.

Prazer em vê-lo, querido amigo. Já recebeu aqui as devidas homenagens, antes da sua chegada.

O SR. ELMO VAZ BASTOS DE MATOS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O requerimento requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com a finalidade de debater soluções tecnológicas adequadas para a reestruturação produtiva do Semiárido brasileiro, visando à melhoria da convivência da região com os períodos de estiagem prolongada, bem como de pós-seca, com a presença dos seguintes convidados: o Chefe-Geral da Embrapa Semiárido, Sr. Natoniel Franklin de Melo; o Diretor do Instituto Nacional do Semiárido, Sr. Ignácio Hernán Salcedo; o Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Sr. Elmo Vaz Bastos de Matos; e o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), Emerson Fernandes Daniel Junior.

Falei aqui sobre o Superintendente da Sudene?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Já está falado: Luiz Gonzaga Paes Landim, a quem homenageio também por esse grande engajamento na luta em favor do desenvolvimento do Nordeste, pelo trabalho que V. Exª está fazendo lá em Recife com repercussão em todo o Nordeste do Brasil.

Concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. José Nilton Moreira, para fazer a sua explanação.

O SR. JOSÉ NILTON MOREIRA) – Bom dia...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NILTON MOREIRA) –... que preside esta reunião.

Quero agradecer em nome da Embrapa e da Embrapa Semiárido o convite para estar aqui.

Peço desculpa em nome do Dr. Natoniel, que, infelizmente, não pôde estar presente. Esta reunião estava marcada para a semana passada e foi transferida. Infelizmente, ele já tinha outro compromisso.

Vamos tentar falar um pouco de Embrapa, nesses 12 ou 15 minutos, um pouco como compreendemos o Semiárido e algumas alternativas que a minha unidade, Embrapa Semiárido, tem desenvolvido ao longo desses últimos anos.

Eu mesmo passo.

Nós fazemos parte do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA). A Embrapa sede fica aqui, em Brasília, mas temos 47 unidades espalhadas pelo Brasil. Alguns centros nacionais de temas básicos: Embrapa Solos; Embrapa Agroenergia; alguns centros de produtos; Centros Ecorregionais, como é o caso da minha unidade; Unidades de Serviço; Organizações Estaduais de Pesquisa, que nos auxiliam. Temos ainda três laboratórios internacionais, que ficam na América do Norte, na Europa e na Coreia do Sul, e mais seis escritórios que estão localizados principalmente na África – Gana, Moçambique, Mali, Senegal –, na Venezuela e no Panamá.

Na Região Nordeste, temos oito unidades da Embrapa, começando pela Embrapa Cocais, que é a mais recente e fica no Maranhão; Embrapa Meio-Norte, em Teresina; duas Embrapas no Ceará: Caprinos e Ovinos, em Sobral, e Embrapa Agroindústria Tropical, em Fortaleza; Embrapa Algodão, em Campina Grande; Embrapa Semiárido, em Petrolina, onde nós

trabalhamos; Embrapa Tabuleiros Costeiros, no Estado do Senador; e a Embrapa Mandioca e Fruticultura, que fica na Bahia.

Nós somos apoiados ainda por cinco unidades estaduais de pesquisa: a Emparn, no Rio Grande do Norte; a Emepa, na Paraíba; o IPA, em Pernambuco; a Emdagro, em Sergipe; e a EBDA, na Bahia.

Na sede da Embrapa, em Petrolina, nós trabalhamos com três núcleos temáticos: um de recursos naturais, em que se estuda um pouco que recursos existem nesse nosso Semiárido.

A agricultura irrigada tem influência muito grande no eixo Petrolina-Juazeiro. Hoje, somos um grande produtor e exportador de frutas. E teve influência inclusive para que a Embrapa de Petrolina se tornasse um centro de irrigação.

Temos ainda um núcleo que trabalha com a agropecuária dependente de chuva. As experiências de que vamos falar estão mais relacionadas a esse núcleo de trabalho.

Como entendemos o Semiárido brasileiro. Ele está em oito Estados do Nordeste e no norte de Minas. Abrange 1.183 Municípios, em uma área de aproximadamente 1 milhão de quilômetros quadrados. Corresponde a 70% da área do Nordeste e a 13% da área do Brasil, onde vivem 26 milhões de pessoas. Normalmente, a região é caracterizada pela água, que faz a grande diferença.

Essa é uma foto tirada da mesma localidade, no período chuvoso, que, na maioria do Semiárido, corresponde a quatro meses, e no período seco, nos outros oito meses, em que desenvolver a agricultura e criar animais faz bastante diferença se estamos em uma época ou na outra.

Outra forma de visualizar isso são os dias com chuva. Esse é um mapa do Nordeste. Se observarmos aqui, o sul da Bahia, temos praticamente zero dias sem chuva; aqui, no Raso da Catarina ou na região de Cabaceiras, na Paraíba, temos cerca de 330 dias por ano sem chuva. Então, com suas variações.

Muitas vezes, as pessoas veem o Nordeste como uma coisa única. Há alguns anos, foi feito o zoneamento agroecológico do Nordeste, com a identificação de 172 zonas agroecológicas dentro do Nordeste. Dessas, em torno de 100 no Semiárido. Então, é uma colcha de retalhos, não se pode ver o Nordeste como uma coisa única ou como Zona da Mata, Agreste e Sertão. Na verdade, há grandes variações, e isso precisa ser entendido.

Esse é um mapa mostrando a rede hidrográfica do Brasil. Na região do Semiárido nordestino, praticamente não aparece área em azul. Além do São Francisco, há poucos pontos perenes de água. Entretanto, se colocarmos nesse mapa os poços artesianos e as cisternas que foram construídas, veremos que muito já foi feito e que é necessário, talvez, um melhor uso desses poços artesianos e cisternas.

Dizem que o Nordeste é seco, mas, na verdade, é mais um problema de distribuição de chuva do que de quantidade. Não estamos falando da seca dos últimos dois anos, mas, de maneira geral, chove entre 500mm e 800mm em grande parte do Semiárido, e muito dessa água é perdida. Nos últimos anos, a Embrapa tem trabalhado no sentido de aproveitar a água da chuva desses quatro meses do ano, do período chuvoso.

Aqui, algumas das tecnologias trabalhadas pela Embrapa e por outras instituições, já relativamente difundidas. Cito quatro delas. A primeira é o que chamamos de captação *in situ*, ou seja, segurar a água no lugar em que cai. A ideia é fazer um esforço para que o escorrimento não ocorra e, com o trabalho de solo, deixar a água armazenada e aproveitá-la nas plantas. A barragem subterrânea é outra forma de barrar a água e guardá-la no solo para ser utilizada pelas plantas no período seco do ano. Com o barreiro de irrigação de salvação, a ideia é, durante aquelas chuvas mais torrenciais de final de ano, guardar água e plantar ao lado desse barreiro, na parte a jusante. Havendo necessidade, essa água é utilizada para salvar as culturas. Por fim, a cisterna rural. Acredito que todos os senhores têm acompanhado os programas PUMC (Programa Um Milhão de Cisternas) e P1+2 (Uma Terra e Duas Águas), em que se tem construído, nos últimos anos, um grande número de cisternas. Seria uma forma de minimizar os problemas.

Aqui mais uma demonstração da área do Barreiro, da captação *in situ* e da barragem subterrânea.

Também a cisterna rural. A gente tem visto hoje uma grande quantidade de cisternas sendo entregue, seja através da construção pela Codevasf, mas também pela Asa. E tem-se trabalhado, primeiro, com cisternas de 16 mil litros, para consumo da família, mas também se tem trabalhado com cisternas de 52 mil litros para se ter um pouco de produção.

Isso aí é um exemplo de uma pequena horta que se poderia ter ou de um pequeno pomar a partir de uma cisterna que acumularia essa quantidade de água durante o ano.

Outra tecnologia desenvolvida pela unidade que se tornou política pública é a questão do Programa Água Doce. A gente falou que existem muitos poços no Nordeste, mas a grande maioria desses poços tem água pesada, água salgada. E utiliza-se uma máquina, o dessalinizador. O ideal seria que, ao passar nessa máquina, saísse de um lado a água doce e do outro, o sal. Só que isso não ocorre. De um lado sai água doce

e do outro sai uma água com um teor bem mais alto de sal. Esse rejeito pode ser aproveitado, e se tem trabalhado nisso através da criação de tilápias e o plantio de uma planta bastante tolerante a sal chamada erva-sal ou *atriplex*, que pode ser utilizada para alimentação de caprinos e ovinos. Até o final do Governo da Presidente Dilma, está previsto fazer pelo menos mil sistemas desses espalhados pelos Estados nordestinos.

Essa seria uma saída para aquelas localidades mais distantes onde só haveria como alternativa um poço tubular com água pesada. A ideia seria aproveitar água para consumo humano, mas não jogar esse rejeito, ter uma forma de utilização desse rejeito para não poluir o meio ambiente.

Esse é mais um detalhe do sistema de criação de peixe e do plantio da *atriplex*.

A gente falou de água, mas um outro segmento bastante importante para a gente considerar no Semiárido é a criação de animais. A gente sabe que, com agricultura, nos anos mais secos, se tem uma perda muito maior do que com a criação de animais. Todos nós sabemos que a Bahia, o Nordeste é um grande criador de caprinos, também de ovinos e um pouco de bovinos, principalmente para produção de leite. Eu não sei se os senhores têm conhecimento, mas as bacias leiteiras no Nordeste estão concentradas no Semiárido, apesar de parecer um contrassenso.

Outra preocupação que se tem é com a quantidade de forragem. Esse é um trabalho feito em Petrolina, em que se media a quantidade de forragem que as famílias tinham armazenada. De uma maneira geral, a gente tem um grande problema, que é o fato de os agricultores, os criadores terem sempre muito mais animais do que quantidade de alimentos para utilizarem. Então, isso foi um trabalho que a gente fez em Petrolina, mas que serve muito para o grosso do Nordeste. De uma maneira geral, há um déficit de alimentos para os animais, então, recorre-se a compras, o que costuma custar caro.

Esse é um sistema trabalhado na unidade chamado sistema CBL – o C vem de Caatinga; o B de capim bucha, que é uma espécie exótica; e o L de uma leguminosa. A ideia é, durante aqueles quatro meses em que temos chuva, de os animais poderem ser criados na Caatinga, no período mais seco, utilizando o bucha e, no período ainda mais crítico, utilizando uma leguminosa para suplementar. Esse é um trabalho que já vem sendo feito há uma boa quantidade de anos e que tem resultados bem interessantes.

A utilização de forrageiras nativas: de uma maneira geral, o Nordeste e o Semiárido são pobres em gramíneas que podem ser utilizadas pelos animais. Então, grande parte dos capins nossos são trazidos de fora, mas há algumas plantas, que é o caso da maniçoba ou mandioca braba, como é chamada na Bahia, que são plantas que têm uma qualidade que pode ser mais bem explorada para alimentação animal.

Isso aí é a maniçoba sendo levada para fazer uma silagem. Temos as cactáceas; esse é um trabalho do mandacaru sem espinho que tem sido desenvolvido na unidade. Outro exemplo é uma postumeira, que é uma planta que se encontra muito na Bahia, uma planta nativa, muito palatável, de qualidade muito boa para alimentação animal.

Esse é outro exemplo, é um mamãozinho de veado, que é uma planta, uma batata que pode chegar a 300kg, é nativa e pode ser utilizada para socorrer os animais no período mais crítico.

Mas também temos trabalhado com algumas plantas exóticas.

Essa é uma melancia que tem sido estudada, chamada melancia-de-cavalo ou melancia-forrageira. Isso não foi arrumado para tirar foto, elas podem ficar no campo e elas podem ficar até um ano depois de maduras. Não quer dizer que todas elas fiquem, mas podem ser armazenadas no campo, utilizadas para alimentação animal.

Temos o guandu. A Embrapa tem hoje uma coleção de guandu que veio da Índia, e alguns materiais têm sido trabalhados para alimentação humana e também para alimentação animal.

Uma coisa que não é muito comum para a gente nordestina é guardar os alimentos para a seca. Então, essa é uma coisa que tem que ser incentivada todo o tempo. A conservação da forragem na forma de silagem ou na forma de feno.

Algumas alternativas, em termo de fruticultura de sequeiro: – temos essa planta, que imagino que todos os senhores conheçam, o umbu. É uma planta que, no mundo, só existe no Nordeste. Essa é uma bandejinha com onze umbus, que deu um quilo. Os umbus em média pesam 25g, mas a gente tem materiais que chegam a até 100g. E há hoje comunidades na região de Uauá, na Bahia, que têm trabalhado muito com o aproveitamento dessa cultura.

Outra experiência que tem sido desenvolvida:– se vocês observarem a diferença nessa foto, o umbu tem umas batatas, o que faz com que ele guarde alimento e água e seja capaz de produzir mesmo sem chuva. E há outras plantas parentes, que não têm essas batatas. Então, daqui para baixo é umbu, e daqui para cima é outra coisa que, se você fizer enxertia, você consegue fazê-la produzir no período seco. Então isso aqui é a seriguela, que vocês, imagino, conhecem, e daqui para baixo é umbu. Você faz a enxertia da se-

riguela em cima do umbu, e mesmo nessa condição ela consegue produzir.

Há outras espécies que estão sendo trabalhadas, espécies de fruteiras. Isso é o maracujá-do-mato. Há algumas regiões em que ele está sendo bastante utilizado para fazer suco, geleia,...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ NILTON MOREIRA – ... ele tem um gosto... Estou concluindo.

Isso tem sido aproveitado em várias regiões do Nordeste, para se fazer sucos, geleias.

Tem-se trabalhado com alguns recursos genéticos. O melhoramento do feijão-de-corda, que é muito consumido em grande parte do Nordeste. Esse é o primeiro feijão-de-corda preto, é o "tapaihum", vem do preto da língua pataxó.

Temos trabalhado com algumas experiências em projetos de desenvolvimento. Esse aqui é um projeto lá para o território do sisal, na Bahia, mas também trabalhos com a Chesf, no entorno do Lago de Sobradinho. Hoje há um envolvimento grande com o Plano Brasil Sem Miséria. Catorze territórios no Nordeste iniciaram esse grande programa, e a Embrapa tem se envolvido.

Fazemos a cada dois anos uma grande feira. A deste ano foi feita de 29 de outubro a 1º de novembro, onde a gente reúne produtores, produtores familiares, e mostra um pouco das experiências que a Embrapa e instituições parceiras têm feito, que podem ajudar essas pessoas a conviverem com essa região.

Essa era a ideia, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Esse foi o José Nilton, com *(Fora do microfone.)*

a sua contribuição.

E agora passo a palavra ao Dr. Ignácio Hernán Salcedo, representando o Instituto Nacional do Semiárido.

O SR. IGNÁCIO HERNÁN SALCEDO – Muito obrigado. Bom dia. Cumprimento o Senador Antonio Carlos Valadares e também cumprimento os colegas e companheiros da Mesa. E agradeço o convite da Senadora Da Mata para participar desta reunião.

Realmente é um instituto relativamente novo, tem só nove anos, ainda está em fase de construção. Então é uma oportunidade interessante para apresentar o trabalho que está sendo realizado pelo INS.

Essa é uma unidade de pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, e a missão basicamente é viabilizar soluções interinstitucionais. Em outras palavras, dentro da missão é muito importante a parte de articulação, haja vista que é um instituto relativamente pequeno. Então o plano diretor da unidade está baseado na estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação, traçada pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Os recursos humanos, como falei, são muito limitados. Só há quatro pesquisadores, cinco tecnologistas e cinco técnicos, e mais a atividade meio, totalizando 27 funcionários, para atender a uma área e às demandas de uma área de quase 1 milhão de quilômetros quadrados.

A visão da delimitação dessa área dá a ideia de um Semiárido homogêneo, mas como falou já o Dr. Moreira, é uma área com uma grande diversidade ambiental. Este é um mapa de tipos de solo no Semiárido. Então, você vê que são manchas que, quando combinadas com as condições e relevo em cada local, chegam a definir 172 unidades geoambientais. Então, de fato, poderíamos dizer que temos 172 semiáridos, e precisamos encontrar soluções de desenvolvimento sustentável para cada uma delas.

Esta é a vegetação do Semiárido. A parte marrom é a área que já tem sido desmatada, da Caatinga original, e a parte verde já é uma Caatinga em diversos estados de degradação. É muito difícil encontrar uma área de Caatinga que já não tenha sido desmatada pelo menos uma vez. Então, são distintos estágios sucessionais, e na maioria dos casos, estágio arbustivo.

As áreas de atuação do Insa são as listadas aí. São seis áreas. Devido às restrições de tempo, estaremos nos restringindo às duas primeiras: a parte de recursos hídricos e os sistemas de produção. Na área de recursos hídricos, estamos focalizando duas linhas. O Projeto Águas é um projeto que visa a lidar diretamente com as comunidades. Estamos trabalhando com um assentamento que fica próximo do Insa, para providenciar água de beber e para uso doméstico, e água tratada do sistema de esgoto para produção de madeira e produção de forragens.

Esta é uma área que, como vêem, está sem nenhuma vegetação. São quatro agrovilas com 110 habitantes. É um assentamento do Incra denominado Vitória, e fica a 20km do Insa. Então, estamos realizando um trabalho junto da comunidade, já há oito meses, para implementar o sistema de abastecimento a partir da colheita de água de chuva. Então, eles já tinham uma cisterna e dois reservatórios elevados e estava tudo praticamente abandonado. Então, a partir desta área, que era um galpão, está se fazendo uma área agora de captação de água, um calçadão. A água vai ser dirigida para esta cisterna. O Incra vai providenciar uma bomba para colocar água nessas duas caixas d'água. Tudo isso está sendo feito pela comunidade. Há todo um trabalho, inclusive com uma socióloga, para que a comunidade se empodere, se organize, e a partir disso, então, se possam estabelecer, posteriormente, outras ações.

Outro tema, além da captação da água de chuva, é o reuso de águas residuárias. Segundo um colega pesquisador do Insa, o Semiárido tem 1.135 rios perenes, um em cada Município. Essa água residuária que é jogada fora diariamente. Então, se houvesse saneamento básico, poderia também haver fornecimento de água e nutrientes para a produção vegetal. Começamos dando o exemplo: fizemos uma estrutura aqui para tratar o esgoto do próprio Insa, da própria instituição. E, a partir dessa produção de água, estamos irrigando oitocentas mudas de cinco espécies arbóreas da Caatinga: ipê, aroeira, freijó, catingueira e baraúna. Vejam que o solo é muito pedregoso. São solos muito pobres, muito degradados.

E também estamos produzindo palma forrageira, com uma irrigação de 1,5 a 3 litros por semana. Vejam que é água por gotejamento, que denominamos de subirrigação. Mas essas plantas, tanto as plantas arbóreas, essas espécies arbóreas, como a palma estão respondendo muito bem; a sabiá intercalada com a palma está respondendo muito bem, e o crescimento é acentuado.

Está-se realizando um estudo prospectivo do potencial de reuso de água no Semiárido, que dará origem a três publicações. A primeira já está praticamente pronta. E, nesse sentido, eu queria salientar os seguintes dados: a disponibilidade de água atual para consumo, para esgoto, em metros cúbicos por hora, para cada um dos Estados. Então, isso dá praticamente 60 mil metros cúbicos por hora de água disponível para os diferentes Municípios. Essa quantidade com um índice de perda na distribuição de 45%. Em outras palavras, poderia ser bem maior.

Se admitirmos um coeficiente de retorno de 80%, então 80% dessa quantidade consumida transforma-se em água residuária ou em esgoto. Com essa quantidade de água e um uso específico de 1,6 litros por dia por metro linear de sulco dariam para irrigar 70 mil hectares. Estamos falando de três perímetros Nilo Coelho, como o de Petrolina. E isso uniformemente distribuído pelos Municípios do Sertão.

O interessante desse enfoque é o seguinte: a água do esgoto vem carregada com nutrientes, o que é fundamental para os solos empobrecidos do Sertão. A concentração é de 40 miligramas de nitrogênio, 11 de fósforo e 25 de potássio. Então, estamos falando de um aporte diário, em toneladas, de quase 45 toneladas de nitrogênio que se jogam fora diariamente, 12 toneladas por dia de fósforo, e 28 toneladas por dia de potássio. Se colocarmos valores nisso, então o preço do nitrogênio, na tonelada, hoje, é R$2,8 mil, a granel; R$10 mil a tonelada de fósforo; e R$1,77 mil a tonelada de potássio. Multiplicando o valor da tonelada pela quantidade de toneladas por dia, dá para ver que há uma excelente oportunidade de negócios.

Esse é um exemplo de uma cidade em Israel; e, vizinho à cidade, o sistema de tratamento de água e todos os campos que estão sendo irrigados com essa água.

O segundo tema que eu queria tratar é sistemas de produção. Estamos em diálogo contínuo com a articulação no Semiárido...

(Soa a campainha.)

O SR. IGNÁCIO HERNÁN SALCEDO – ... e com o movimento de pequenos agricultores, além do Incra, para tentar trabalhar diretamente com os produtores, com os campesinos.

Então, este seria um sistema básico: o solo sendo suporte para a produção vegetal, para a produção animal; comida para a família; e um excedente que pode ir para o mercado.

A necessidade, as possibilidades de melhora nesse sistema envolvem: a criação de estoques; reduzir as perdas de recursos; aumentar a eficiência no uso dos recursos existentes; e aumentar o valor agregado da produção.

Sobre criar estoques, o colega da Embrapa já falou. São as estruturas de captação de água. Temos avançado muito nesse sentido com cisternas calçadão, cisternas de placa e outros tipos de sistemas de acumulação de água, barragens subterrâneas.

Criar estoques também na estrutura de armazenamento de forragem.

É necessário assegurar ou dar segurança alimentar para os animais, durante o período em que há chuvas, e criar estoques.

Aumentar o valor agregado através de ações de agroindústria.

E o Insa está envolvido também com várias universidades da região na bioprospecção de moléculas com atividades farmacêuticas e com atividades também na área de cosméticos.

Aumentar a eficiência de recursos: trata-se, então, de organizar, através do diálogo com os produtores rurais, sistemas agroecológicos. Nesse caso, está se indicando uma associação entre árvores, cultivos, roçados e produção animal, o que denominamos sistema agrosilvopastoril. E criam-se diversos módulos dentro da propriedade rural, que aumentam a capacidade de se atravessar períodos de seca, por parte dos produtores rurais.

Há um caso em Barra de São Miguel, em um assentamento, de um produtor rural chamado Antônio Lopes, em que justamente se aumentou a eficiência no uso dos recursos. Há a casa dele, há uma área para a criação extensiva de caprinos, há controle de ero-

são, aqui se capta água; aqui se faz uma união entre palma e vegetação de Caatinga; aqui há outro tipo de consórcio. Enfim, ele subdivide a sua propriedade de 50 hectares em pequenas áreas que têm propostas diferentes de uso do solo.

Reduzir as perdas dos recursos: nunca é demais falar disso, prevenir a erosão. Eu diria que o maior castigo da região, muito além da seca, é essa degradação dos solos, porque a seca passa, mas o solo degradado permanece. Esse é um recurso, uma forma de plantio de palma mais adensado, nas encostas, para que se capte o solo que está sendo levado pela enxurrada. Nesse caso, a retenção do solo é de 100 toneladas por hectare/ano.

Finalmente, para encerrar, queria mostrar um perfil de solo. Cada milímetro desse solo demora entre 8 e 30 anos para se formar. Em outras palavras, um metro de solo demora 30 mil anos para ser formado. E nesse caso seria entre 8 mil e 30 mil anos.

Então, quando os agricultores dizem que as pedras estão crescendo – essa é a maneira de eles falarem – é porque todo esse solo está sendo perdido, ano após ano, após ano. Então, começa a aparecer essa parte cristalina, do cristalino. Então, uma vez que esse solo está perdido, deveremos esperar outros oito mil anos para que ele seja formado novamente.

Então, a filosofia de trabalho do Insa, devido às nossas limitações de pessoal, está em conseguir um efeito multiplicador com as comunidades rurais, com as comunidades de produtores. Há muito saber empírico nessas comunidades, como esse Antônio Lopes que mostrei antes. Ninguém falou para ele o que tinha que fazer. Essa foi uma decisão pessoal. É o que nós chamamos de ASA (articulação no Semiárido brasileiro) e também denominamos de agricultores experimentadores. Então, estamos acompanhando 90 deles, distribuídos em toda a região...

(Soa a campainha.)

O SR. IGNÁCIO HERNÁN SALCEDO – ... e fazendo uma troca de experiências entre ciência, tecnologia e saber empírico. E acreditamos que esse é um caminho multiplicador que terá efeitos duradouros, à medida que eles se apoderarem dos conhecimentos da ciência e da tecnologia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço ao Dr. Ignácio.

Em seguida, nós vamos ouvir a palavra do Dr. Luiz Gonzaga Paes Landim, que é Superintendente da Sudene.

O SR. LUIZ GONZAGA PAES LANDIM – Meu ilustre Senador Valadares, é um prazer, eu me sinto honrado pelo convite da Comissão; meu caro Élcio, Dr. Ignácio Hernán Salcedo, minha companheira do DNOCS, minhas senhoras e meus senhores, o tempo é curto. Eu havia preparado umas planilhas. De qualquer modo, eu as salvei no computador e estão à disposição dos senhores.

Bem, meus senhores, nós levamos 450 anos para entender que a seca não é apenas um fenômeno climático, de ordem natural, mas é um problema de ordem econômica e social. Foi preciso que surgisse Celso Furtado, nos anos 1960, para dizer esse óbvio, ululante, na expressão de Nelson Rodrigues.

Ontem como hoje, o problema do Semiárido é o problema da agricultura de subsistência, que é o elo mais fraco da cadeia produtiva regional. Este é que o grande problema do Semiárido: fortalecer esse elo produtivo, selecionando áreas dinâmicas e, enfim, com base no que se falou sobre zoneamento agroecológico e zoneamento econômico, incentivar realmente aquelas culturas viáveis e que agridam menos o meio ambiente, os solos e a demanda por água, solo, etc.

Mas falar em agricultura de subsistência diante do problema da ciência e tecnologia é uma coisa assim... Há muito tempo, os cerrados eram um imenso desconhecido. No entanto, graças às pesquisas da Embrapa, à ciência e à tecnologia aplicada, os cerrados foram transformados no que são hoje, em áreas dinâmicas, em vastas regiões do Nordeste, do sul do Piauí, do Maranhão e do DNOCS.

Portanto, esse problema de baixa produtividade hoje é um conceito um tanto quanto superado, porque há soluções técnicas disponíveis para vencer tal realidade. É uma questão de querer. Há o exemplo de Israel, cuja área seca equivale a mais da metade de Sergipe; há o exemplo da Califórnia, dos desertos da Califórnia. Eu vi plantações em pleno deserto de Dubai, do Kuwait, perto de Doha, no Catar. Então, é um problema de decisão política, e não se faz desenvolvimento regional sem dinheiro. Essa é a realidade nua e crua.

O Semiárido é a região brasileira mais diagnosticada do mundo, talvez. A biblioteca da Sudene é o maior repositório.

Ilustre Senador Armando Monteiro, de Pernambuco, é uma honra tê-lo aqui na plateia.

É uma das maiores bibliotecas do mundo, que nós estamos em processo de digitalização para colocar à disposição do Brasil e do mundo, da comunidade acadêmica dos pesquisadores. O DNOCS, que está aqui do meu lado, também dispõe de um grande acervo. E, apesar disso tudo, nós estamos na mesmice, quando as soluções já foram apontadas há muito tempo. Essa é a dura realidade, que não adianta esconder. Diagnósticos, estudos, pesquisas, nós temos

à vontade. Caminhos apontados, nós temos. Falta a vontade de percorrê-los.

As pressões demográficas sobre água e solo fizeram com que a seca passasse a ser um problema não só de ordem econômica e social, mas também ambiental. Esse é que o grande problema do desenvolvimento sustentável: essas pressões demográficas. E, diante disso, o que resta para o Nordeste e para o Semiárido? Resta bem claro que o caminho do desenvolvimento do Nordeste é a indústria de transformação como motor da economia, ao lado do agronegócio nas áreas dinâmicas, da mineração e do turismo. Essa é a visão da Sudene. A seca é um problema estrutural, não é conjuntural. É conjuntural quando deixa de chover um ou dois meses na Amazônia, ou às vezes no Rio Grande do Sul, mas isso não afeta estruturalmente a economia, afeta conjunturalmente. É um fenômeno passageiro. Na realidade, a seca do Nordeste tem que ser tratada não como uma coisa estranha e superveniente. Ela integra a própria história da Região e seu processo de devastamento e ocupação econômica.

Diante disso, a solução do problema da seca, na visão da Sudene, passa pela lógica do desenvolvimento do Nordeste como um todo. Essa é a história. O Insa tem bons estudos, o CPATSA, a Embrapa. Está tudo aí.

Ilustre Senador e querido conterrâneo Wellington Dias, é um prazer tê-lo na nossa plateia.

O Nordeste, como eu disse, é uma Região superdiagnosticada. O número de programas e projetos... Se eu fosse elencá-los aqui, dava uma lista de Schindler. O Projeto Padre Cícero, o Projeto Sertanejo, o Projeto Conviver, Projeto Nordeste, PCPR, PAP. Imensa. Você elencaria vinte, trinta, quarenta grandes projetos. E, na autorizada palavra de Otomar de Carvalho, no Nordeste, mesmo as chamadas ações permanentes são transitórias. E seu caráter vacilante, determinado por questões conjunturais, aproxima-as das ações emergenciais. Essa é que é a história. São transitórias porque nunca se realizaram por inteiro, de acordo com seus objetivos e metas e, frequentemente, redirecionadas não para o aperfeiçoamento, mas, na maioria das vezes, para atender a meros caprichos políticos.

A maior participação da sociedade, no entanto, está a indicar que o conflito entre o permanente e o emergencial no Nordeste pode chegar ao fim. Essa é a esperança da Sudene.

Infelizmente, apesar de a seca não ser estranha ou, muito menos, superveniente ao Nordeste, nós não temos até hoje um programa de combate à seca definido, em caráter proativo, em caráter permanente, como decorrência de um planejamento. As ações são reativas e não proativas. O calor da hora é que determina o surgimento de instrumentos. Os instrumentos são inspirados no calor da hora ou, às vezes, o brasileiro gosta de improvisar.

O grande improviso, por exemplo, foi o Bolsa Estiagem, uma criação do calor da hora que, felizmente, deu certo, mas, já que a seca é inerente à realidade nordestina, temos que pensar em uma política permanente, proativa, planejada e pensada.

E, depois, ouvi que o nobre Senador falou da reestruturação do DNOCS. Ótimo. Isso é importante. A Câmara fez um trabalho – eu tenho a publicação – acerca disso, mas uma visão muito esquemática, unidirecionada, porque não podemos começar a construir a casa pelos braços ou pelas dependências. Temos que pensar na estrutura. Então, é preciso reestruturar e revitalizar todos os órgãos relacionados, direto ou indiretamente, com a problemática do desenvolvimento regional e da seca.

É importante revitalizar o DNOCS? É importante. Mas e a Sudene, o órgão que tem por função pensar o Nordeste, tem por obrigação reinserir a economia do Nordeste no mercado nacional e na economia mundial? O pensamento é o general; a ação é o soldado. E, no entanto, a Câmara propõe revitalizar só o DNOCS.

O DNOCS é um órgão de execução do planejamento. A Sudene é para pensar o planejamento do Nordeste, ter a visão macro. O Banco do Nordeste é o braço financeiro da política do desenvolvimento, assim como a Codevasf é também um braço operacional. Então, não existe corpo sem cabeça. E torno a repetir esta famosa frase de Leonardo da Vinci: O pensamento é que é o general; a ação é o soldado. Porque a cada pensamento precede um sonho, já dizia São João Evangelista. O sonho é que se materializa em pensamento. O pensamento é que vai para a concretude da ação.

Bem, além dessa questão aqui, precisamos também revitalizar os mecanismos de financiamento do desenvolvimento. Nós estamos destinando não sei quantos bilhões, 20 bilhões, para a Amazônia, para a Zona Franca de Manaus. O Amazonas tem dois milhões de habitantes – não sei. O Nordeste tem 54 milhões, e nós recebemos uma dotação do FNE de R$2 bilhões para atender 54 milhões de habitantes. Onde está a lógica disso? Todos nós temos direito ao desenvolvimento.

O problema do Nordeste é diferente de qualquer outra região não desenvolvida do País, porque as regiões como o Norte, o centro-norte e o Centro-Oeste não desenvolveram ainda porque não foram ainda ocupadas economicamente. O Nordeste foi ocupado num processo errôneo de avançamento da colonização e já atingiu o ponto máximo de ocupação econômica pelos modelos convencionais. Então, é a grande diferença.

O que precisa, por exemplo, para o Centro-Oeste e o Norte, por exemplo, é logística e não política de desenvolvimento. Lá o setor privado está fazendo tudo. O Governo tem que dar apenas a logística para o escoamento da produção. É diferente da problemática do Nordeste, que já foi economicamente ocupado.

Bem, então, a Sudene entende que a tecnologia é fundamental para o desenvolvimento. Nós estamos com um programa de desenvolvimento tecnológico para o Nordeste voltado só para o Semiárido. Tenho 30 milhões em caixa, que não posso aplicar porque não há o limite, e mais 46 milhões, em que o Ministério do Planejamento meteu a mão no ano passado. Eu tenho 76 milhões para a pesquisa em ciência e tecnologia e não posso aplicar porque não dão o limite, porque cão que tem dois donos, como se diz no Nordeste, morre de fome. A Sudene é vinculada ao Ministério da Integração e é, tecnicamente, integrada ao Ministério do Planejamento. É o cachorro de dois donos, que vai morrer de fome. Essa é a história. É um faz de conta, meus senhores. Esse é um grande faz de conta, que eu comuniquei às Lideranças do Partido, do PT na Câmara, do PMDB, comuniquei ao Ministro e às Lideranças responsáveis. Essa é a grande realidade.

Então, eu proponho inclusive a aprovação da PEC do Semiárido, de um Deputado da Bahia, transformando-a em ferramenta de apoio a uma política permanente de convivência com a seca, sendo que dois terços desses recursos vão para o Semiárido. A PEC está na Câmara dos Deputados. Está lá. A PEC do Semiárido, criando um fundo para o Semiárido.

Transformem essa PEC, esse mecanismo em um instrumento, na ferramenta de apoio a uma política nacional permanente de combate à seca. É essa a sugestão que a Sudene traz. E o apelo à ciência e à tecnologia, como melhor atalho no rumo ao progresso, à tecnologia como forma de queimar etapas no processo histórico de desenvolvimento. Essa é a grande verdade. O pleno conhecimento e aplicação da ciência e da tecnologia são peças fundamentais na estratégia para vencer os desafios da seca. A tecnologia aplicada à gestão dos recursos hídricos, as novas tecnologias de irrigação e de reuso da água, a biotecnologia aplicada aos fatores produtivos do Semiárido, explorar o grande potencial de biodiversidade do bioma Caatinga...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ GONZAGA PAES LANDIM – Eu estava com uma viagem programada à Universidade de Berkeley, para fazer um convênio e colocar a Universidade de Berkeley para pesquisar esse Semiárido. Eu acreditava que a partir daí nós teríamos um grande salto.

Aqui eu trago justamente os programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e competitividade para o Nordeste. Apoiar programas de pesquisa na área de biotecnologia aplicada à indústria, à agropecuária, aos recursos naturais e à saúde do Semiárido. Um custo de R$20 milhões em quatro anos, três anos. Parceria: Universidade Federal Rural de Pernambuco, que é a líder; Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Paraíba; e com associação de todas as outras universidades, a Universidade Federal do Piauí, a Universidade Federal de Alagoas e a Fundação Roberto Marinho.Estágio atual: assinatura de termo de cooperação técnica.

E aqui estão os programas. Vou ver se cito pelo menos os programas. Avanço da biotecnologia aplicada à região Semiárida; melhoria da fruticultura irrigada; avanço do conhecimento de energias de fonte solar e de biomassa; melhoria da agricultura familiar e do pequeno produtor agropecuário; desenvolvimento e inovação tecnológica em fármacos e medicamentos obtidos diretamente das espécies vegetais terrestres e marinhas do Nordeste brasileiro; e desenvolvimento e aplicação de novas metodologias de combate ao analfabetismo.

Ou seja, estamos com uma espécie de telecurso para o produtor rural do Semiárido, aquele cidadão de pé rachado que, em vez de só produzir 20 sacos de farinha, podia produzir 50. Esse é o curso. Está montado. Estou dependendo de dinheiro. O convênio está celebrado com a Fundação Roberto Marinho, com a participação da Embrapa. Eu tenho outros convênios celebrados com a Embrapa, de produção de trigo irrigado no cerrado piauiense e baiano. Há uma perspectiva de produzirmos de sete a nove toneladas de trigo por hectare, quando a média nacional é de duas toneladas, e o maior produtor é o Paraná, com quatro toneladas. Essa pesquisa é fundamental para nós provocarmos uma nova revolução agrícola no Cerrado. No entanto, está emperrada por falta de recursos. Está tudo aprovado, bonitinho, o destaque assinado, tem o dinheiro em caixa, R$70 milhões, e fica por isso mesmo.

A Sudene tem em carteira mais de R$22 bilhões de projetos, projetos firmes. Nós temos em caixa R$900 milhões. A sociedade entendeu a nova função da Sudene. A Sudene não quer viver de passado. A Sudene já cumpriu os seus desafios de ontem, e tem que cumprir agora novos desafios. A Sudene tem que encontrar meios práticos para objetivos concretos. Essa é a grande necessidade da Sudene. Mas é preciso que haja uma decisão política de revitalizar e de fortalecer a Sudene, sem o que nós vamos cair na mesmice de o Nordeste crescer, crescer, crescer, mas se nós compararmos a participação do Nordeste no PIB brasileiro, esses 13%... Há 50 anos que o Nordeste participa com 13% do PIB nacional. Se o Nordeste efetivamente tem

avanços, o Nordeste está dentro de uma armadilha, porque nunca passamos de 13% do PIB.

Enquanto isso, está se criando um grande polo petroquímico, metal metalúrgico e automotivo, no Centro-Sul do País, que é o que realmente alavanca a tecnologia e a economia e ainda tem uma atuação no espectro econômico do País como um todo. Essa é uma ameaça visível de recrudescimento das disparidades regionais. Este é o grande desafio. Ou se torna efetivo, ou se internalizam de fato os conceitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, iniciada no governo Lula e retomada ainda no Governo Dilma... mas infelizmente esse discurso da PNDR não foi internalizado por vários segmentos políticos, intelectuais e dos formadores de opinião; continua apenas um belo discurso. Mas é necessário que haja uma internalização efetiva da PNDR.

E já que o art. 165, §7º, da Constituição Federal é letra morta, já que não se regionaliza o orçamento – está em uma disposição expressa que independe de regulamentação da Constituição de 88 – urge então que se regionalizem os grandes programas nacionais. Vamos regionalizar o PAC, vamos regionalizar o Programa Nacional de Logística, o Programa Nacional de Ciência e Tecnologia, enfim os grandes programas, ou seja, 30% no Nordeste, em função da sua população. Seria a solução! Já que não se aplica a Constituição Federal, art. 165, §7º, que determina a regionalização do orçamento, já que é letra morta – apesar de ter sido recebida com aplauso naquele tempo – seria a solução. Naquele tempo, a Bancada do Nordeste concedeu em aumentar mais dois Deputados para São Paulo e para mais não sei onde, para poder negociar a aprovação dessa emenda...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ GONZAGA PAES LANDIM – ...e, no entanto, ela se tornou letra morta.

Meus senhores, deixo aqui à disposição o que apresentamos. Ha o detalhamento dos subprogramas, na esperança de que, nesta Casa dos Estados, com a presença do ilustre Senador Valadares, esses guerreiro Senador de Sergipe; do nosso Armando Monteiro, esse homem que é do Nordeste, mas tem uma visão dos problemas nacionais; e do meu querido Senador Wellington Dias, o homem que veio lá do Sertão e hoje ocupa uma posição de projeção no Piauí e no cenário político nacional, haja, de qualquer forma, mobilidade no Nordeste e no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Meu amigo Superintendente Luiz Gonzaga Paes Landim, obrigado pela sua participação nesta reunião.

Temos certeza absoluta de que Sudene tem um papel a exercer na nossa Região Nordeste. O seu histórico, a sua experiência e a sua vivência com os problemas regionais caracterizam, sem dúvida alguma, as funções relevantes dessa instituição, que é respeitada em todo o Brasil – a Sudene –, cuja reestruturação é necessária, tanto quanto a do DNOCS, e essa reestruturação passa, acima de tudo, pela vontade política dos dirigentes nacionais.

Quero dizer que os grandes órgãos que são irmãos estão somados com os interesses da nossa Região. Todos conhecem: o DNOCS, a Sudene, o Banco do Nordeste e a Codevasf. São instituições cujos dirigentes estão voltados para os interesses maiores da nossa região.

Por sinal, aproveito a oportunidade para passar a palavra agora ao meu grande amigo Dr. Elmo Vaz Bastos de Matos, baiano de nascimento, grande técnico, que vem dando um banho de administração, fazendo uma verdadeira revolução na Codevasf e no Governo da Presidenta Dilma, empreendendo ações que vêm ajudando e muito os Estados banhados pelo Rio São Francisco, pelo Rio Parnaíba. E agora temos um projeto – é do conhecimento do Dr. Elmo – assinado por mim e pela Senadora Lídice da Mata incluindo o Vaza-Barris.

A Câmara Federal já recebeu esse projeto, que já foi aprovado pelo Senado Federal, incluindo o Vaza-Barris na área de atuação da Codevasf. Nove Municípios da Bahia serão beneficiados com essa propositura, bem como 14 Municípios do Estado de Sergipe.

Tenho a certeza absoluta de que o Dr. Elmo Vaz Bastos de Matos está torcendo para que esse projeto tenha seguimento na Câmara dos Deputados. Ele já foi aprovado lá pela comissão especial encarregada de sua tramitação.

Portanto, com a palavra, o Dr. Elmo Vaz Bastos de Matos, Presidente Nacional da Codevasf.

O SR. ELMO VAZ BASTOS DE MATOS – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Senador Antonio Carlos Valadares e minha conterrânea, Senadora Lídice da Mata.

Quero agradecer o convite.

Cumprimento a Senadora Maria do Carmo, o Senador Armando Monteiro e o Senador Wellington, que é do Piauí.

Vou tentar falar de forma muito objetiva. Muito embora o objetivo maior desta audiência seja apresentar o que a gente faz, acho que minha contribuição fica mais por conta de alguns comentários que vou ousar fazer aqui.

Depois das falas dos companheiros Nilton, da Embrapa; Ignácio, do Insa; e Paes Landim, da Sudene,

fica muito difícil um engenheiro cartesiano, tecnocrata, dar qualquer contribuição no que se refere à inovação e a políticas públicas.

O objetivo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Elmo...

O SR. ELMO VAZ BASTOS DE MATOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Desculpe-me a interrupção.

Quando falei dos grandes troncos e das grandes bases de apoio ao desenvolvimento do Nordeste, nós não nos poderíamos esquecer da Embrapa, que tem um trabalho de grande preponderância quanto à melhoria da qualidade dos produtos, para que eles possam concorrer nos mercados nacional e internacional. Prova disso é que Sergipe, hoje, é um dos grandes produtores de milho e deve isso ao trabalho desenvolvido pela Embrapa, assim também ao trabalho feito diariamente pelo Instituto Nacional do Semiárido, empreendendo estudos científicos, visando à melhoria da qualidade de vida da nossa região, ao lado da Codevasf, do Banco do Nordeste, da Sudene e do DNOCS. Eu me refiro a essas instituições por dever de justiça.

Agradeço ao Dr. Elmo.

O SR. ELMO VAZ BASTOS DE MATOS – O.k.!

Eu tenho dito que, na minha opinião, nosso maior inimigo não é a seca, mas, sim, a burocracia neste País. De que adianta ficarmos sonhando, na discussão que, por exemplo, estamos travando em Pernambuco, se o canal do Sertão pernambucano que sai da Bahia vai de ser 139 mil hectares ou de 45 mil hectares? De que adianta a gente ficar discutindo se o canal do eixo oeste do Piauí vai ter 450 quilômetros, 200 quilômetros ou 300 quilômetros?

Há projetos como o do Baixio de Irecê, na Bahia, que começou a ser pensado há 65 anos, que foi projetado há 34 anos, cuja construção foi iniciada há 15 anos, mas não há ainda um hectare de irrigação. Podemos aqui citar vários projetos que começaram há quatro, cinco governos, mas que não conseguimos tirar do papel.

De que adianta a gente ver órgãos tão importantes como o Ibama, a ANA e os órgãos de controle nos cobrarem quilos e metros de relatórios, para a gente implantar um simples sistema de esgotamento sanitário, quando, na verdade, o órgão deveria exigir que aquela água fosse obrigatoriamente reutilizada?

Esse seria o nosso papel, na minha opinião, do ponto de vista prático. A gente precisa realmente executar as ações de forma prática, efetiva, trazendo benefícios para o meio ambiente, para a sociedade, agregando valor e renda, e não a gente ficando cada vez mais atolados de relatórios, de demandas, que, na nossa opinião, às vezes são até infundadas, quando as exigências de cunho prático, objetivo, na verdade, sequer são exigidas. E, quando a gente pensa em colocar em prática, a gente esbarra em mil e uma dificuldades.

Então, do ponto de vista do tema, soluções tecnológicas adequadas para a reestruturação produtiva do Semiárido brasileiro, visando à melhoria do convívio da região com períodos de estiagem, eu sairia daqui satisfeito com a colocação feita aqui pelo amigo do Insa, de que, se a gente pelo menos conseguisse que todos os projetos feitos neste País previssem, obrigatoriamente, o reuso, no Semiárido, do esgotamento sanitário para a produção de alimento animal, porque eu acho que isso é simples de se fazer, muito simples, e que está ao nosso alcance, mas nenhum órgão ambiental, nenhum órgão de controle exige isso. Não é obrigatório. Se não é obrigatório, a gente não faz. E, se a gente quiser fazer, a gente vai esbarrar na burocracia, na dificuldade.

Eu trago esta reflexão para iniciar minha fala, dizendo isto, que, na verdade, nosso maior inimigo não é a estiagem, Senador, mas a burocracia. A gente precisa muito da ajuda desta Casa, dos senhores, para que a gente possa realmente, cada vez mais, vencer as dificuldades que a burocracia nos impõe para, efetivamente, implantar as políticas públicas.

A Codevasf, na verdade, é uma mera executora, como bem colocou aqui meu amigo Paes Landim, das políticas públicas do Ministério da Integração, assim como o DNOCS. Nós somos uma empresa vinculada ao Ministério, e nossa obrigação é executar as políticas que nos são repassadas e de que somos incumbidos de fazer. Dessa forma, com o passar dos anos, a Codevasf foi, na minha opinião, até se descaracterizando um pouco, porque ela foi criada, ainda como Superintendência do Vale do São Francisco, como Suvale, há 65 anos, com a missão de desenvolver o Vale do São Francisco. Mais tarde, ela se expande para o Parnaíba e, depois, em 2010, para o Vale do Mearim e do Itapecuru, no Maranhão. Faço votos para que, daqui a alguns dias, Senador, a gente possa atuar também no Vasa Barris e – por que não dizer? – no Semiárido.

Então, é preciso acabar com essa discussão, na minha opinião, vazia, que não agrega, de que a Codevasf não pode expandir-se porque vai concorrer com o DNOCS, porque vai concorrer com a Sudene. Não existe essa possibilidade. Cada um tem seu papel definido, claro, cada órgão tem sua vocação. A Sudene, como bem colocou aqui o Paes Landim, é uma entidade que planeja, que pensa soluções, que pensa o desenvolvimento, e nós somos executores das políticas

de desenvolvimento. Portanto, eu acho que a Codevasf deveria, sim, expandir-se para o Semiárido, para o Nordeste, retirando daí, evidentemente, as regiões metropolitanas, sem retirar a nossa Teresina, que já está dentro... Evidentemente, não se deve retirar quem já está dentro, mas incluir, e não precisaria incluir o litoral e as regiões metropolitanas, que têm outro papel, têm outra lógica.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Permita-me aqui só dizer que Teresina também reivindica ir ali para a região de São João do Piauí. V. Sª, por razões de agenda, não pôde estar com a gente lá no Festival da Uva, que houve há pouco tempo, em São João do Piauí, terra do ex-Deputado Paes Landim, agora Superintendente da Sudene, onde há um importante projeto da Codevasf. Quero só dizer que há um posicionamento da Bancada federal no sentido de que se possa estabelecer realmente no Semiárido, e o local apresentado é exatamente a região de São Raimundo Nonato e São João do Piauí, pelo importante projeto de trabalho vinculado à missão da Codevasf naquela região.

O SR. ELMO VAZ BASTOS DE MATOS – Portanto, Senador, agradecendo a intervenção, quero dizer que bastaria que se organizassem os papéis. O DNOCS tem uma *expertise*, uma vocação toda voltada para a piscicultura, para a gestão dos açudes, dos reservatórios, para a construção de grandes barragens; a Codevasf tem a sua vocação voltada mais para a irrigação, para as questões dos apoios aos arranjos produtivos, e basta que se organize.

Portanto, não há conflito, não há problema de conflito de interesses, até porque todos nós estamos a serviço da sociedade, do Nordeste e do Semiárido.

Assim, na minha opinião, não faltam recursos para a gente vencer as dificuldades. Não faltam recursos financeiros, nem materiais. Não falta tecnologia, a Embrapa está aí dando *show*, demonstrando todas as possibilidades de inovação e exportando esse conhecimento para o mundo. A Sudene, com a capacidade, como bem colocou aqui Landim, de repensar e pensar o desenvolvimento. O que nos falta, na verdade, na minha opinião, é um novo pensar; é a nova forma de fazer.

Portanto, essa reflexão é uma reflexão que cabe a todos: à sociedade organizada, ao Governo, ao setor privado e a todos nós.

A Codevasf tem um papel muito importante, principalmente na irrigação. Entretanto, a própria lei de irrigação que foi aprovada e sancionada em janeiro, na minha opinião, já carece de uma revisão, porque a agricultura familiar continua, na minha opinião, e isso é pacífico de entendimento, sendo alijada desse processo da irrigação.

O processo de irrigação da forma que está pensado não tem como ficar de pé do ponto de vista de você ter agricultura familiar inserida nesse processo. Não é fácil. Se irrigar um hectare, hoje, de banana, que é uma das culturas mais baratas para se irrigar, custa R$20 mil. Então, como um agricultor familiar vai poder irrigar cinco hectares de banana que custam R$100 mil? Como ele vai poder ter acesso ao crédito para conseguir esse recurso para implantar cinco hectares de irrigação?

Então, a gente não pode ficar com essa utopia de achar que a agricultura irrigada pode, de alguma forma, da forma que está pensada, facilitar o acesso à agricultura familiar. Não é fácil – não é fácil –, e a gente precisa encarar isso e, de alguma forma, repensar esse modelo.

Então, eu vou, rapidamente, aqui passar o que a Codevasf vem fazendo e acredito que o papel desta audiência não seria mostrar o que a gente está fazendo, mas propor novas alternativas.

Assim, elas ficam mais por conta dos meus comentários nesse sentido.

Então, vou passar aqui, rapidamente.

Nós atuamos em nove Estados e no Distrito Federal. Muita gente estranha, mas tem um pedacinho do Distrito Federal que está na Bacia do São Francisco, assim como um pedaço de Goiás; estamos organizados em superintendências regionais e atuamos em, praticamente, hoje, cerca de 900 Municípios, do Norte de Minas até o Maranhão.

Como eu falei, nós temos oito superintendências: uma é em Minas Gerais, em Montes Claros; duas na Bahia, uma que fica em Juazeiro, e outra, em Bom Jesus da Lapa; uma superintendência que fica em Pernambuco, lá em Petrolina; uma em Sergipe, que fica na capital, Aracaju; uma em Penedo, em Alagoas; e a outra que eu falei, na Bahia; e a mais nova superintendência – ali está ainda desatualizado, porque o Maranhão já pertence à 8ª Superintendência, que não está constando nessa apresentação, falha da estagiária que me ajudou; e temos a Superintendência do Piauí, por conta do Parnaíba, que atende um pedaço lá do Ceará, com cerca de 26 Municípios.

Então, esta é nossa área de atuação, é a nossa estrutura organizacional, e isso tem nos facilitado e nos facilita agir. E que a gente tenha facilidade de executar as políticas, porque nós estamos enraizados em todos os Estados em que atuamos através das superintendências, que são órgãos que têm representação, que, de alguma forma, executam todos os processos que se fazem aqui na sede em Brasília. Além das superintendências, temos escritórios de apoio em alguns territórios dos Estados em que atuamos.

Bom, então, as nossas principais atividades elas se resumem à agricultura irrigada, que é a origem da história da Codevasf. Depois, com o advento da transposição, da transferência de águas de bacias, sobretudo do São Francisco, o projeto de revitalização de bacias hidrográficas vem com muita força para a Codevasf, e nós passamos a implantar um programa robusto do Governo Federal, de ajudar os Municípios a sanear, com sistemas de esgotamento sanitários, com sistemas de resíduos sólidos e controle à erosão. Para os arranjos produtivos locais, que eu mencionei, temos apoio de diversas naturezas; por exemplo, as cadeias da apicultura, da ovinocaprinocultura. Principalmente, temos uma inserção muito forte no Piauí e em Alagoas, com mel, com a apicultura. A Casa Apis é um trabalho exemplar para o Brasil e para a América Latina.

Apoiamos diversos outros arranjos da piscicultura, e isso tem sido bastante significativo, do ponto de vista de apoio e de geração de emprego e renda.

Apoiamos o desenvolvimento regional como um todo, e aquicultura é um dos melhores trabalhos, do ponto de vista ambiental, que a Codevasf executa. Nós temos sete centros de aquicultura, onde já fazemos um trabalho de repovoamento das espécies nativas do São Francisco, com reprodução em cativeiro e alevinagem, com a produção de cerca de 20 milhões de alevinos por ano, que é muito pouco em relação ao que o DNOCS faz.

Temos um trabalho social de qualificação profissional, que é o Projeto Amanhã, de qualificação e capacitação dos jovens do Semiárido.

E as ações de infraestrutura hídrica, que são as obras de adutoras, de abastecimento de água, barragens e canais.

Aqui é o tema da nossa audiência.

Bom, eu trouxe alguns dados para fazer uma reflexão rápida com os senhores. Nós atuamos em duas frentes: as ações emergenciais e as ações estruturantes.

As ações emergenciais que a gente considera são sistemas simplificados de abastecimento de água; são as cisternas. Nós já vamos instalando cerca de 72 mil cisternas, e vamos chegar, até 2014, juntamente com outras entidades como ASA, Fundação Banco do Brasil, DNOCS... – só a Codevasf, 200 mil cisternas de consumo, capacidade 16 mil litros, que são abastecidas ou por água de chuva ou através de carro-pipa. São soluções adotadas porque não há alternativa, por conta do acesso e por serem comunidades difusas. Ações emergenciais do ponto de vista da inclusão produtiva, de socorro ao rebanho, à recomposição de rebanhos, em parcerias inclusive com a Embrapa, no Reniva e no Repalma.

Quanto aos projetos estruturantes, temos algumas ações de infraestrutura hídrica, como projetos de canais que vão levar água para múltiplos usos: Canal do Sertão baiano, que é o eixo sul; Canal do Eixo Oeste, no Piauí, que nós estamos licitando; Canal do Xingó, em Sergipe, que vai levar água para todo o Sertão sergipano – e o Senador bem conhece e tem apoiado essa iniciativa; Canal do Sertão alagoano, que, apesar de ser construído pelo ministério, tem a gestão pela Codevasf. E há diversas outras ações de infraestrutura hídrica, que vão dar segurança hídrica por muitos e muitos anos.

Há, igualmente, os projetos de irrigação, que são o carro-chefe de *expertise* da Codevasf. A Codevasf tem hoje cerca de 140 mil hectares de irrigação nas áreas de atuação, e o Brasil e o mundo conhecem a transformação que se deu ali em Petrolina, em Juazeiro, por conta da irrigação; no norte de Minas, com o projeto do Jaíba. Em implantação, há projetos importantes no Piauí, em Alagoas, na Bahia, e, com o objetivo da Presidenta Dilma Rousseff com o Mais Irrigação, a gente pretende dobrar essa área irrigada nos próximos cinco anos.

Aqui, para uma reflexão um pouco mais detalhada, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, o nosso objetivo, juntamente com outro do Governo Federal, é a gente possibilitar: acesso à água e a inclusão produtiva; fortalecimento da agricultura familiar – isso a gente tem feito através dos arranjos produtivos; do ponto de vista do caráter mais metodológico, a implantação do Programa Água para Todos, como um elemento de empoderamento social, porque, na verdade, essa discussão de que a cisterna da Codevasf, por exemplo, não tem a participação social não é verdade. As cisternas são implantadas com a participação de comitê gestor municipal, sociedade civil organizada, de forma que a gente vem discutindo com a sociedade a aplicação dessas tecnologias, apesar de não ter o caráter de participação na construção direta, mas tem da indicação e da participação do ponto de vista de escolha das localidades e comunidades a serem beneficiadas.

Aqui, em números gerais, as ações nossas do ponto de vista de recursos financeiros.

Com a aplicação de recursos para a revitalização de bacias, nós temos, dentro do PAC, cerca de R$2,24 bilhões; dentro do Mais Irrigação, R$1,4 bilhões; Água para Todos, R$630 milhões, prevenção, PAC Infraestrutura. Com o BNDES, um convênio para construção de barragens subterrâneas, que foram mostradas pelo colega do Insa e apoio aos arranjos produtivos locais.

O nosso orçamento, dentro do PAC, beira em torno de R$4 bilhões a R$5 bilhões, a ser aplicado até o ano de 2014.

Já falei um pouquinho da agricultura irrigada. São 34 perímetros públicos de irrigação.

Aqui eu já falei, a questão do apoio à fruticultura. Os recursos aqui.

Bom, eu acho que o objetivo da audiência não seria mostrar o que a Codevasf faz, mas trazer um pouco a reflexão de que a Codevasf, na minha opinião, pode e poderia fazer muito mais. Quando se fala em reestruturação, o DNOCS e a Funasa gritam, mas eu quero dizer, Landim, que a Codevasf, também, para fazer frente aos desafios que tem, a exemplo do que ocorrerá com a transposição do São Francisco, com o Pisf, da qual nós seremos o operador federal, vamos precisar fazer uma reestruturação, sim.

Eu chego a dizer, de forma até exagerada, que o pré-sal está para a Petrobras, do ponto de vista de gestão de desafio, assim como a operação da transposição está para a Codevasf. De forma que, para fazermos frente a esse grande desafio, que é a operação da transposição, nós vamos precisar de uma reestrutura, vamos precisar repensar a Codevesf – já estamos fazendo isso –, sem contar com a nossa expansão para outras bacias, a exemplo do que eu falei aqui, do Vaza Barris, Jequitinhonha, em Minas Gerais, Paraguaçu, na Bahia, de forma que todos nós, com certeza, precisaremos ser reestruturados.

O pessoal da área de tecnologia, de administração, tem dito – e eu acho que é uma coisa muito bem colocada – que o redesenho de uma estrutura organizacional tem de ser feito a lápis, porque, de vez em quando, a gente precisa apagar e refazer novamente. De forma que, a cada vez que a gente recebe uma nova missão, uma nova incumbência, é natural que a gente precise, realmente, reestruturar-se. De forma que eu conto com o apoio dos senhores nesta nova empreitada, que é a gente assumir a operação do Pisf, que vai atender aos Estados...

(Soa a campainha.)

O SR. ELMO VAZ BASTOS DE MATOS – ... de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, sem contar com os outros desafios que tem a gestão dos canais que vamos construir, a exemplo do que eu falei, do Canal do Eixo Oeste no Piauí, Eixo Sul, na Bahia, que são obras, realmente, estruturantes e que vão trazer desenvolvimento regional de forma definitiva. e que possamos, realmente, vislumbrar um novo futuro a partir desses canais de transposição.

Evidentemente, tudo isso tem de ser feito com muita responsabilidade, com muita parcimônia, porque o nosso São Francisco tem de ser, realmente, muito bem cuidado e muito bem gerido do ponto de vista da sua capacidade hídrica. De forma que não devemos, também, achar que podemos abrir mão de dar água para quem sede, dar o alimento para quem tem fome e preservar o São Francisco para os próximos 200 anos. A gente tem que ter a capacidade, Senadora, de fazer essa conciliação entre atender matar a sede e dar o alimento a quem precisa e, ao mesmo tempo, preservar para as gerações futuras.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Muito obrigada, meu querido amigo, conterrâneo Elmo Vaz.

Quero passar a palavra à Srª Raquel Pontes, Assessora da Área de Planejamento e Gestão, que está representando o Sr. Emerson Fernandes Daniel, Diretor do Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS).

A SRª RAQUEL PONTES – Bom dias a todos !

Gostaria de parabenizar a Senadora Lídice da Mata pela iniciativa de trazer para nós novamente essas discussões, que parece que não frutificam, mas, sim, acontece muita coisa a partir desses encontros. Isso porque se pensa que, por sermos órgãos públicos, nos encontramos todos os dias. Mas é impressionante como as informações que são dadas aqui para nós também são novidade.

Acho que o grande problema dessa situação toda é a desarticulação institucional. Esse é um ponto que precisa ser organizado e sobre o qual, desde o ano passado, o Ministério da Integração vem-se debruçando. O Ministério da Integração Nacional chamou todos nós e fez uma pergunta que nos parecia que estavam brincando: existe uma política nacional de convivência com a seca? Existe um órgão gestor ou uma estrutura de governo onde ela funcione como uma política de Estado, como existe hoje a de recursos hídricos, que nós conhecemos, como existe a da saúde? Quer dizer, isso para nós é uma surpresa, porque nós vivemos discutindo isso há mais de 100 anos. Então, a sensação que nós temos é de que todos nós fazemos algo para melhorar a região. No entanto, nós não nos encontramos e nem sabemos quem nos coordena.

Então, eu acho que como conversa inicial é até é bom que a gente ... A pessoa que fala por fim já ouviu o que os outros falaram. Eu acho que a gente deve iniciar essa discussão a partir daí.

A questão tecnológica, os braços científicos, os braços da pesquisa do Brasil naquela região têm muita informação a dar. No entanto, as políticas públicas são setorizadas. Um grande exemplo disso hoje é que, se a gente perguntar ao Governo quanto custou essa seca dos três anos, eu acho que ninguém sabe responder isso. Ninguém sabe dizer quanto custa uma seca para o Semiárido e para o Brasil, porque esse é um problema brasileiro. Não é um problema regional só.

Essa é uma definição de 1913. Nós estamos falando da mesma coisa, tanto que "sêca" está com circunflexo. Arrojado Lisboa foi nosso primeiro diretor nacional, diretor-geral, e ele trazia o pensamento de que a seca é um fenômeno muito vasto, de natureza tanto física, como econômica e social. O problema das secas é, portanto, um problema múltiplo. Uma satisfação que a gente tem é que o Governo tem trabalhado a questão, sim, como um problema múltiplo.

Todo mundo conhece o DNOCS; aliás, todo mundo falou do DNOCS um pouco aqui. Então, eu penso que o DNOCS, que já fez 104 anos, é uma instituição que tinha como foco a questão da integração nacional e não só a questão da acumulação de água ou o viés da açudagem ou da irrigação, a questão tecnológica. Mas a visão de quem criou o DNOCS tinha um objetivo, que era a integração nacional. Por quê? Porque, no início da República, a Região Nordeste era um lugar de grandes revoltas, de grandes revoluções. Quem se lembrar do livro de História do ensino primário vai-se lembrar de um conjunto de revoltas relativas a esse início de República. Não era um lugar pacificado. Então, a integração nacional era necessária: abrir vias, criar províncias, abrir estradas, dar condições de água. Claro que, a partir das grandes secas, elas passaram a fazer parte da nossa história como sendo uma ação de governo mais efetiva naqueles momentos, naqueles período onde a seca acontecia mais fortemente. Mas nós não temos só seca. Nós temos eventos críticos e também temos enchentes, grandes enchentes.

Segmentos de atuação. O DNOCS hoje trabalha com construção e operação de obras de infraestrutura hídrica; é um grande construtor de obras de engenharia do PAC na área de infraestrutura hídrica, implantação e operação de projetos de irrigação pública, aquicultura; e colabora também na realização de estudos de avaliação de oferta permanente da questão da oferta hídrica.

Todos nós aqui falamos que parece que o Semiárido é rural, que o Semiárido não é urbano. Então, nós precisamos lembrar que a grande questão dessa nossa região é que nós temos grandes centros urbanos, que são demandantes de água e que não devolvem nenhum serviço para o meio rural. Ou seja, há um desequilíbrio entre quem entrega e quem recebe algo dentro dessa região. O litoral dessa região é uma área altamente habitada em que não se ouve falar em seca. Por quê? Porque os grandes açudes construídos nesse período dos 100 anos conseguiram dar segurança hídrica às grandes regiões metropolitanas da Região Nordeste.

Foi falada, com todos nós aqui, a questão da tramitação do projeto de reestruturação. O Ministério da Integração, por conta de pressões relacionadas às mudanças climáticas, vem levando em consideração que o Brasil inteiro tem problemas sazonais de seca, não somente a Região Nordeste.

Essa questão foi uma bomba propulsora para que o Ministério pudesse pensar que ele podia atender, sim, ao Rio Grande do Sul, às questões relacionadas a Santa Catarina, a algumas questões localizadas, até, na Região Norte. Então, essa é uma busca de um novo caminho para atender ao Brasil e não só à Região do Semiárido.

O Semiárido brasileiro ocupa 86% da Região Nordeste e a porção norte de Minas Gerais. Ele é composto de pequenos e médios centros urbanos; é essa a área que a gente costuma chamar de Sertão. Tem uma população de 30 milhões de habitantes. Costuma-se dizer que é um dos semiáridos mais povoados do mundo. Quem já teve a oportunidade de visitar semiáridos ou áridos no mundo viu que a ocupação é muito escassa. A gente sente logo a ausência de uma população nesse miolo mais árido de todo o mundo.

Em 2003 e 2005, o Ministério da Integração definiu os Município que compõem o Semiárido brasileiro. No ano de 2014, no próximo ano, o Ministério irá reavaliar esses critérios. Eu acho que esse é um ponto importante a ser discutido aqui também, porque vários Município são de borda, uma expressão geográfica, e porque outros Município foram criados e desmembrados. Então, há um problema de Municípios vizinhos que não são contemplados com a relação da delimitação do Semiárido, que contempla também questões como os fundos constitucionais, áreas do Banco do Nordeste, áreas da Sudene.

Eu quis resumir um pouco a questão do nosso histórico. Nós temos um problema de criação extensiva de bovinos, que era o que limitava o trabalho da Colônia e do Império, com produtos de baixo valor agregado.

O enfoque econômico dado ao problema pelo GTDN, Sudene, da década de 50.

Na década de 60, houve um esforço de cessão dessa tecnologia da agricultura irrigada na Região Nordeste.

Da década de 60 a 2000, a gente considera um período de construção de grandes infraestruturas de reservação hídrica. Deixamos de fazer açudes de médio porte. A engenharia conseguiu avançar bastante para se construírem barragens grandes, barragens de terra, grandes barragens em concreto compactado a rolo. A ciência trouxe isso e deu condições de se implantarem essas infraestruturas. Nesse período também estão contemplados os inícios dos projetos do São Francisco, dos estudos dos projetos.

Em 2003, os programas sociais foram implantados fortemente no Brasil – o Seguro Safra, agora o Bolsa Estiagem –, o que atenuou o problema no cam-

po. Então, a gente não vê mais problemas como êxodo rural, questões de mobilidade de população a partir do fenômeno das secas. E ações estruturantes que visam trazer segurança hídrica para a região. O ano de 2003 foi um marco do governo Lula, que trouxe para nós a certeza de que o Projeto São Francisco seria construído. Então, essa visão de trazer segurança hídrica a partir de uma fonte perene, isso foi uma visão muito forte e nova que norteou essa década. E a questão da escala maior para ações como perfurações poços, armazenamento de águas de chuva são tecnologias que eram aplicadas em pequena escala, e, em grande escala hoje, ela pode fazer a diferença. Ela é a mesma tecnologia, mas modificou a escala de aplicação.

Penso que, na área do DNOCS principalmente, eu levo em consideração a tilapicultura, o aporte de proteína animal oriunda do cultivo nos açudes públicos. Hoje, é uma forte cadeia produtiva de economia para a região. A tilapicultura tem um atrativo internacional. Só para exemplificar, nessa semana, a Venezuela se comunicou com o DNOCS para que ele organizasse a aquisição de 300 toneladas de tilápia para consumo. Não há, com todos os aquicultores, essa produção liberada para exportação, porque a produção toda está comprometida.

(*Soa a campainha.*)

A SRª RAQUEL PONTES – A fruticultura irrigada, com a operação dos perímetros públicos; há a cultura do caju, para a qual é muito importante que se chame a atenção. Para o Nordeste, a imagem de um cajueiro ou de um fruto do caju era uma imagem que se passava da região; hoje, é preciso que se incentive muito essa questão, porque os cajueiros... O quilo da castanha do caju custa R$30,00 no mercado. Quer dizer, que ela tem um grande poder de produção e renda de pessoas. E funciona no Nordeste quase como escambo: juntam-se as castanhas do chão, e essas castanhas são trocadas por mercadorias nas bodegas. Há um grande potencial no cultivo e na organização dessa cadeia produtiva do caju.

Chama a atenção também nessa seca que, nos projetos de irrigação do DNOCS, grandes áreas foram plantadas com capim, com sorgo. Deram alimento para o gado. Eu vejo isso como uma coisa muito importante, porque a gente discute sempre a fruticultura irrigada ou os projetos públicos de irrigação como sendo áreas de exportação, exportando água. Então, acredito que eles podem, sim, ter um grande potencial principalmente no período de seca, no momento onde a gente possa alterar a pauta de produção, onde a gente diga o que nós queremos e o que nós estamos precisando que seja plantado. Nós tivemos de importar milho de vários Estados, tivemos problemas logísticos seriíssimo, e a questão da área irrigada pode, sim, ser substituída por produtos que estão faltando no mercado, inclusive para o alimento do animal.

Continuando a questão das potencialidades. Quanto aos investimentos em reuso de água para fins agrícolas, a tecnologia precisa avançar não só na área de pesquisa; nós precisamos começar a trabalhar o reuso de água para fins agrícolas. A dessanilização de águas do mar é feita pelo mundo inteiro; o centro médio da Espanha trabalha a questão de dessalinização muito fortemente, utilização pelas comunidades litorâneas, onde possa substituir essa água, a pressão da água doce. As energias renováveis – eólica, solar, usina de ondas –, todas elas precisam ser utilizadas mais fortemente na região. Hoje, nós estamos aplicando de maneira piloto em poços, em sistemas simplificados; onde a energia não chegou ainda, nós estamos utilizando algum tipo de energia alternativa. Aproveitamento de água de chuva em centros urbanos. É preciso que a gente discuta que esse demandante forte do centro urbano precisa contribuir com o uso racional, precisa saber que alguém precisa dessa água.

A questão da incerteza, o dilema dos eventos críticos: sistema de alerta precoce. É preciso que se discuta que a informação hoje dada pelo sistema de meteorologia não é informação com que um agricultor possa tomar decisão. Então, é preciso que nós tenhamos, sim, uma estruturação muito forte da questão do avanço tecnológico do nível de previsão climática no Brasil. Fortalecimento institucional dos órgãos de pesquisa. Aí estão os exemplos de alguns, mas sabemos que é preciso isso com recurso, com dinheiro.

É hora de discutir a questão da gestão da seca, uma política nacional de convivência com a seca. Está na hora. Nós não podemos planejar na seca; devíamos ter planejado enquanto estava chovendo. Agora, deveríamos agir. Então, nós estamos com o ciclo ao contrário. Essa ação reativa precisa mudar.

A responsabilidade do Ministério da Integração. A lei que criou o Ministério da Integração tem como competência legal as ações de combate à seca. Ponto. Só isso. Não diz mais o que fazer, não detalha nada. É uma dificuldade, o Ministério da Integração tem consciência disso, e tem formado pensamento crítico.

Eles estão discutindo, desde a semana passada, a questão de uma conferência nacional de convivência com o Semiárido, para que se possa sim, a partir das diretrizes da PNDR, tratar a questão da seca como política de Estado.

Uma grande contribuição precisa ser dita: que também o MCT/ CGEE tem organizado o pensamento crítico com relação à problemática, e tem guardado informações históricas sobre a seca.

(Soa a campainha.)

O SR. RAQUEL PONTES – Bem, vou concluir.

Isso aqui é o Ministério da Integração, que hoje trabalha a irrigação, o Água para Todos, o projeto do São Francisco, essas obras estruturantes do PAC.

A Defesa Civil entende que a questão da Defesa Civil tem a ver com desastres naturais; não considera a seca desastre natural. Então, isso é uma coisa de DNA.

Uma fala do Senador Inácio Arruda. Eu vou mostrar para vocês uma revista comemorativa do DNOCS, a revista *Conviver*, onde há esse texto em que ele explica exatamente essa questão tecnológica. Eu acho interessante que isso seja incorporado à discussão da audiência.

E vou mostrar a vocês um livro amarelinho, que se chama *Plano de Desenvolvimento Hidroagrícola do Nordeste*, 1969-1973. Confirma só o que o Dr. Paes Landim está dizendo. Estudo tem muito, as bibliotecas estão cheias, e é preciso que se abra e se traga à realidade e se atualizem essas questões.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado, Drª Raquel Pontes. Agradeço a sua contribuição.

Antes de iniciarmos os nossos debates, aqui se encontram ainda dois Senadores, a Senadora Lídice da Mata, que é autora do requerimento, e o ex-presidente da CNI e Senador por Pernambuco, Armando Monteiro, que também é membro desta Comissão e um dos mais atuantes Parlamentares do seu Estado.

Eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Exª, Senador Armando. Se deseja fazer algum pronunciamento antes da autora do requerimento, que, naturalmente, vai deter-se com mais profundidade... E V. Exª tem outras comissões. (*Pausa.*)

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade que me proporciona, e a minha primeira palavra tem de ser de congratulações à autora do requerimento que resultou nessa iniciativa, que me parece muito oportuna, para que possamos discutir as questões que afetam o Semiárido nordestino, especialmente depois desse quadro de severos efeitos de um processo de estiagem mais recente.

Mas eu gostaria – não pude assistir a todas as discussões – de me fixar um pouco nas considerações que foram feitas aqui pelo Superintendente da Sudene, Dr. Luiz Gonzaga Paes Landim, para dizer que a sua manifestação, que traduz um justo inconformismo com esse quadro de certa indefinição de uma política nacional de desenvolvimento regional. Creio que temos, hoje, meu caro Presidente, ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, claramente, um processo que nos obriga a repensar um pouco a política de desenvolvimento regional.

Estas instituições cumpriram um papel extraordinário ao longo do tempo – o DNOCS, a Sudene, a Codevasf mais recentemente –, mas me parece que o próprio processo de recriação da Sudene se deu de forma a não considerar, por exemplo, uma visão que não pudesse sobrepor a questão instrumental – porque, de resto, essas instituições são instrumentos – a uma questão conceitual que, a meu ver, deve preceder a discussão dessa questão da política de desenvolvimento regional.

Temos de levar em conta que a Sudene foi criada em uma época em que tínhamos um quadro diferente no mundo. O Brasil era, à época, uma economia até certo ponto autárquica, que se descolava em grande medida de um processo de integração à economia internacional. De modo que, com as mudanças que ocorreram no mundo, estamos obrigados a repensar esses modelos, e, aí, os instrumentos têm de ser concebidos exatamente a partir de uma definição de qual é o conceito da nova política.

Então, embora reconhecendo que a recriação da Sudene teve uma carga simbólica e importante por tudo que ela representou ao longo do tempo, o que percebemos hoje – essas disfunções, essa desarticulação – se dá porque não temos hoje claramente uma política nacional de desenvolvimento regional. Isso nos obriga a repensar uma série de questões. Por exemplo, veja a questão da infraestrutura – e não falo apenas da infraestrutura hídrica, que é mais própria à discussão que hoje aqui se trava. Meu caro Senador Antonio Carlos Valadares, como imaginar que o Nordeste possa estar preparado para esse processo de desenvolvimento nos próximos anos se não tivermos a condição de financiar, de forma efetiva, a expansão de nossa infraestrutura, sem a qual não poderemos, evidentemente, ter um modelo competitivo que possa garantir sustentabilidade a uma série de atividades na região?

Veja o que acontece, por exemplo, com a questão do setor ferroviário no Nordeste; quer dizer, temos praticamente a inexistência de uma malha, de uma rede que possa significar a existência de um modal mais econômico, que é crucial para garantir a competitividade regional. De outro lado, constatamos que o Estado brasileiro vem perdendo pouco a pouco a capacidade de investimento; que o setor público já não lidera efetivamente os investimentos nessa área, até porque ele tem pouca capacidade fiscal hoje. E, nessa transição, o Nordeste sofre muito, porque os nossos projetos, na

área de infraestrutura, não são muito atrativos para o setor privado.

Portanto, essa é uma área em que temos de conceber um novo padrão, um novo modelo de financiamento. Por exemplo, o próprio instrumento das PPPs, que é tão decantado, tão falado e que não deslanchou em grande medida. Será que não teríamos que ter, para o Nordeste especialmente, um modelo diferenciado que pudesse garantir, por exemplo, rentabilizar esses projetos para fazê-los tão atrativos quanto os projetos que se localizam em outras regiões do País que são mais dinâmicas, que têm, evidentemente, maior densidade econômica?

Creio que, hoje, o nosso grande desafio – e não quero me estender – é poder repensar as bases de uma nova política nacional de desenvolvimento regional. Qual é o papel dos incentivos empresariais? O que significa infraestrutura, externalidades? O que significa o investimento em capital humano, a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico? Então, eu creio que esse seja o grande desafio.

Embora reconhecendo o grande esforço que esses instrumentos e esses órgãos promovem, o que me parece é que eles hoje perdem um pouco essa capacidade, vamos dizer, de produzir, com as suas ações, mudanças mais efetivas, porque não há uma articulação mais nítida e uma coordenação na utilização desses instrumentos, tendo em conta a necessidade de repensar a própria política nacional de desenvolvimento regional.

Então, eu queria deixar aqui essa palavra, que, ao mesmo tempo, não traduz uma posição de ceticismo e muito menos de pessimismo e que, em última instância, reconhece que esta Comissão do Senado Federal tem um papel muito importante a cumprir, que é nos ajudar a reconceituar a nova política nacional de desenvolvimento regional, sem o que nós vamos evidentemente ficar nos debatendo em meio a disfunções e a uma perigosa desarticulação, que poderá, em última instância, desprestigiar a ação desses instrumentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço ao Senador Armando Monteiro.

Agora, eu passo a palavra à Senadora Lídice da Mata, ex-Prefeita de Salvador, do PSB baiano, que teve a iniciativa de apresentar esse requerimento, que, de logo, contou com o apoio desta Presidência e dos Senadores que compõem esta Comissão.

Sendo ela da Bahia, naturalmente, sente-se muito orgulhosa de pertencer a um Estado por onde passa o Rio São Francisco, o Rio da Unidade Nacional, que atravessa todo o Estado da Bahia, de ponta a ponta. Suas usinas hidrelétricas estão contribuindo para o desenvolvimento do nosso Nordeste. Os projetos de irrigação que ali estão sendo desenvolvidos, com o apoio da Codevasf, e também as obras que são realizadas pelo DNOCS demonstram que o Estado da Bahia está sendo bem administrado pelo Governador Jaques Wagner e conta com o apoio, sem dúvida alguma, dos seus Senadores. E um deles, que trabalha diuturnamente pelo Estado da Bahia, pensando no melhor para seu povo, é a Senadora Lídice da Mata, pela qual eu tenho uma grande admiração, uma grande amizade e, acima de tudo, o maior respeito, porque é uma Senadora que cumpre religiosamente com o seu dever.

O Senador Armando Monteiro demonstrou um conhecimento pormenorizado da situação do desenvolvimento regional e, efetivamente, tem razão sobre o planejamento que deve ser feito pelo Governo Federal a respeito da nossa região. Mas o Plano de Desenvolvimento Regional iniciado pelo Ministro Fernando Bezerra e que está sendo administrado pelo seu sucessor, com a participação dos seus órgãos, haverá de dar essa conceituação ao desenvolvimento regional, porque o desenvolvimento regional pressupõe um desenvolvimento integrado. Não há um Brasil do Nordeste, não há um Brasil do Norte, nem do Centro-Oeste, nem do Sudeste, nem do leste. Há um Brasil único, onde todos devem trabalhar em harmonia para um desenvolvimento integrado. Tem razão V. Exª, e quero crer que, dentro em pouco, estaremos votando, aqui no Congresso Nacional, o Plano de Desenvolvimento Regional que foi proposto pelo ex-Ministro Fernando Bezerra, com o apoio total da Codevasf e de todos os seus órgãos institucionais.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lídice da Mata, do PSB da Bahia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Muito obrigada pelos generosos elogios com que V. Exª me brindou no anúncio da minha fala, meu caro Presidente, o que, certamente, é fruto da nossa amizade e da sua grande generosidade, conhecida neste Senado Federal e por todo o Estado de Sergipe.

A nossa ideia, Senador Armando, quando propusemos, tanto eu quanto o Senador Antonio Carlos Valadares, esta audiência pública foi fruto, exatamente, do nosso desejo de querermos pensar para frente.

Todos nós que fazemos parte desta Comissão – e mesmo os que não fazem parte dela; somos Senadores nordestinos –, bem como esses senhores e essa senhora que compõem a Mesa, vivemos a agonia, nesses últimos dois anos, de mais uma seca com alta capacidade de fazer estragos, considerada a pior seca dos últimos – e, aí, começa o debate – 40 anos

ou dos últimos 50 ou 60 anos. Contudo, o que importa é que foi uma grande e devastadora seca.

E, quando estávamos aqui, em muitos momentos, saíram desta Comissão e do Plenário desta Casa, desses corredores, enfim, propostas para o Governo Federal de atendimento emergencial. Foram discutidas ações de renegociação das dívidas dos produtores rurais; foi discutida uma ação emergencial para que nós abastecêssemos os pastos do Nordeste brasileiro, tanto de bois como de cabras, em face da crise do milho, isto é, do desabastecimento do milho. Foram discutidas medidas emergenciais de abastecimento de água, como a abertura de mais cisternas, etc. Então, foram discutidas ações voltadas para o atendimento emergencial da população que vive no território do Semiárido naquele momento, como carros-pipas; todas ações indispensáveis ao atendimento dessa população. Podemos falar, ainda, do Plano Safra do Semiárido, do Bolsa Família, do Bolsa Estiagem, enfim, todas medidas indispensáveis, volto a dizer, algumas aprimoradas, embora antigas, como o carro-pipa, que faz parte do meu imaginário de infância, como faz parte da paisagem do Nordeste, tanto quanto o mandacaru, tanto quanto o vaqueiro. O carro-pipa já é parte do patrimônio, digamos assim, imaterial do Nordeste brasileiro. Isso pode até ser necessário a vida inteira! Mas nós tivemos rapidez para dar soluções emergenciais, soluções antigas, conhecidas desde que eu me entendo por gente, como outros aqui, e soluções novas, criadas ou aprimoradas, como é o caso do Bolsa Estiagem, do Plano Safra para o Semiárido. São todos projetos de um prazo maior, de médio prazo e com...

E eis que chega aqui o nosso querido Inácio Arruda, um estudioso dessa matéria, autor inclusive citado no nosso debate. Rapidamente, o Senador foi ao exterior e aqui voltou.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Eu estava em Quito.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Todas essas providências fazem parte do cotidiano da vida do nordestino, dos técnicos que atuam nessa área e de nós, políticos.

O que me angustia é que a gente discuta isso só quando vem a seca e que a gente se conforme com essa situação. Por quê? O Nordeste dos anos 60... A nossa debatedora Raquel colocou ali o histórico do Nordeste de forma criteriosa. O Nordeste de Canudos, o Nordeste das revoltas populares, marcado profundamente pela Guerra de Canudos, gerou uma série de medidas que, até hoje, estão mantidas. O Nordeste dos anos 60 gerou outra série de medidas e de organizações. E vejam bem que essas medidas são inspiradas no pensamento de Celso Furtado, de Rômulo Almeida e de muitos outros. Mas esses dois pensadores que citei são os principais baluartes. Rômulo está fazendo 100 anos. Este é o centenário de Rômulo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Ignácio Rangel, no próximo ano, também faria 100 anos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Pronto! Ignácio Rangel!

Esse pensamento, Senador Inácio, é centenário e surgiu no período da história política do Brasil de concentração de esforço para formar o pilar da Nação brasileira sustentada nos desafios dos anos 60, pensando a economia do Nordeste e tentando responder a isso.

Agora, diz-se da convivência com a seca; na época passada, falava-se contra a seca. O pobre do DNOCS é acusado até hoje por causa do "C" na sigla. Dizem: "Ah, o DNOCS é tão antigo, tão superado, que ainda é o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas." Essa é uma bobagem! É só tirar a palavra "contra" e colocar a palavra "convivência". Nem é preciso tirar a letra "C".

Naquele tempo, quando acabaram a Sudene e a Sudam, o discurso da elite política brasileira era real, pois houve denúncias de corrupção nesses órgãos, o que virou um escândalo nacional, tão pequeno diante de muitos outros escândalos que já acometeram a saúde política brasileira. Mas isso foi o suficiente para se decretar o fim dessas instituições e para se considerar que essas instituições serviam aos interesses menores da elite econômica do Nordeste, elite esta que, como se dizia, vivia sustentada pelos incentivos fiscais e pela generosidade do Sul e do Sudeste e que não trabalhava. Esta é a montagem de uma visão sobre o Nordeste: a elite não trabalhava e vivia dos incentivos fiscais, e, por isso tudo, era preciso acabar com a política de incentivos fiscais para o Nordeste, o que só alimentava e retroalimentava a preguiça nordestina.

Em última análise, era e é essa a imagem do Nordeste criada pelo centro-sul do País, pelo Brasil produtivo, pelo Brasil industrial. O Nordeste era considerado agropastoril, e se pensava que ele vivia de sua malemolência. Dizia-se que a indústria açucareira vivia desses incentivos.

Bom, o Nordeste nem tem direito a ter elite econômica, porque até a elite econômica do Nordeste tem de ser detonada com essas características. O Nordeste tem de ter outra fisionomia. E os nordestinos correram para o Sul e para o Sudeste, principalmente, banidos pela seca, para construir o desenvolvimento do País industrial com seus braços, com sua força de trabalho.

O Nordeste de hoje, que nós queremos debater, portanto, não é o Nordeste de antes. É o Nordeste que precisa de uma inserção na economia global, como

destacou aqui o Senador Armando. E já foi também identificado aqui que ele tem uma necessidade especial, por ser uma região de uso econômico antigo, de tecnologia nova, permanente, para que a região tenha a capacidade de aumentar sua produtividade. A ocupação já existe. Nós precisamos repensar essa ocupação, reorganizar e ter mais produtividade; e produtividade inserida no contexto global da Nação, até porque a Nação já tem uma visão antecipada do Nordeste, que lhe permite desenvolver-se, deixando para trás o resto do Nordeste.

O Nordeste litorâneo tem também condições de se desenvolver, a despeito de a grande maioria dos seus habitantes, de todos os Estados nordestinos, não estar nas grandes capitais nordestinas, que também se transformaram em grandes capitais. Salvador é a terceira maior capital em habitantes do País. Fortaleza é também uma grande metrópole, a região metropolitana de Pernambuco é um estouro habitacional, de número de habitantes. Enfim, o litoral nordestino concentra esses problemas urbanos, e o povo do Sertão e do Semiárido nordestino enfrenta essa dificuldade de se reprogramar para existir.

O que fica tão claro para todo mundo é o desprezo que o Nordeste viveu durante tanto tempo, porque não é possível explicar essa situação sem compreender que houve um desprezo profundo pela economia do Nordeste, que é marcada pela discriminação, sim. Uma visão de integração moderna hoje é a integração do Brasil, sem dúvida alguma. Nós temos seca no Brasil inteiro, mas nenhuma região do Brasil é tão atingida, de forma tão permanente e com uma extensão tão grande do território, quanto a Região Nordeste.

Todas as exposições feitas aqui me mostram um Nordeste ideal: a Embrapa produzindo, pesquisando; o desafio da Codevasf, crescendo cada vez mais, colocando-se com grandes obras de infraestrutura; a Sudene reconstruída; o nosso instituto nacional também produzindo enormemente, mas, apesar disso tudo, continuamos como dantes no quartel de Abrantes.

O Açude de Cocorobó, que foi construído para responder à Guerra de Canudos, à revolta dos flagelados, tem 245 milhões de metros cúbicos de água, que se perdem. Permanentemente se perdem, sem capacidade de, a 50km – ou menos que isso –, abastecer as populações circunvizinhas. O Açude de Cocorobó perde sua capacidade diariamente pela evaporação de suas águas e mantém um sistema de irrigação pelo método da inundação.

Então, nós não precisamos, na minha cabeça, apenas de novas tecnologias modernas. Nós precisamos readequar o sistema. As tecnologias não podem ser vistas para novos projetos. A minha sensação é a de que, cada ano, nós criamos um novo projeto. Cada empresa, cada instituição cria um novo projeto, um projeto baseado numa nova tecnologia. E tudo que foi feito para trás fica para trás, perdendo-se dinheiro público, perdendo-se o esforço de sobrevivência dessa população.

Na terra do Elmo, Irecê, no Baixio de Irecê, o Mirorós, secou. Então, ao discutir a seca, nós tivemos que optar se manteríamos a irrigação ou não. Optamos por interrompê-la nos perímetros irrigados a fim de garantir água para a população, para o consumo humano.

Então, apesar de toda tecnologia, o que sinto é que nós trabalhamos com sistemas que são enclaves. Cada projeto se especializa em um local e existe um pequeno mundo desejado que atinge pouco a economia e a garantia da subsistência da população.

Portanto, está claro, pela fala de todos, pela fala do Senador Armando, que, além de ser indispensável uma política nacional de integração regional, é indispensável uma política nacional de convivência com a seca no Brasil, destacadamente no Semiárido brasileiro. E essa política precisa ser sistêmica. Não dá para continuar com o modelo gerencial de estruturas autárquicas do século passado, de metade do século passado, pensado por homens geniais e que atendiam à necessidade daquele negócio.

Para mim, é uma ilusão o DNOCS estar aqui, meu caro Senador cearense. Hoje, o DNOCS vive um processo de absoluto desuso e sucateamento. A maioria de seus funcionários está no tempo de se aposentar. E os debates em outros Estados do Nordeste não são muito preocupantes, porque existe, de um lado, a Codevasf. E se a Codevasf é destinada ao atendimento de bacias, por mais que cresça, ela não vai alcançar toda a área de Semiárido. Já estamos propondo o aumento de ação da Codevasf, na Bahia e em outros Estados, para, pelo menos mais duas Bacias: a do Vaza-Barris, que atende mais Sergipe do que a Bahia, mas atende uma região da Bahia muito necessitada; e a do Paraguaçu, que é responsável por 40% do abastecimento do Estado da Bahia. E mesmo que agigantemos a Codevasf, ainda assim, não há instrumentos para fazê-la chegar a todos os lugares.

E fica o DNOCS como se fosse um problema do Ceará. Afinal de contas, a sede do DNOCS é no Ceará, todo mundo acha que é um problema cearense, e nós não rediscutimos as funções. É mais fácil chegar à conclusão: “Vamos acabar com o DNOCS!”. Porque já existe, na verdade, pela definição das atribuições, uma sobreposição entre DNOCS e a Codevasf.

Então, o que eu quero dizer é que são sempre adotadas as soluções mais fáceis e mais rápidas, não as mais pensadas, mais pesquisadas.

A Sudene foi criada pela pressão política do Nordeste, da sua recuperação, mas não foi criada com um modelo que responda ao Nordeste de hoje. Não há qualquer possibilidade. Como já foi dito aqui, até numa expressão popular bem pedagógica, é um cachorro de dois donos, que fica parado porque não sabe a quem atender. Sem estrutura, sem força política para exercer o papel de planejadora real, de elaboradora da política nacional de convivência com o Semiárido, que está sendo produzida uma parte na Codevasf, outra parte na Embrapa, outra parte... É uma partilha de pensamentos, e não conseguimos criar um sistema de atuação.

Aliás, nesses setores pouco se falam. Pouco se falam. Quando nós vamos para a estrutura desses segmentos dentro dos Estados, aí a confusão fica maior. Eu tiro até pelas emendas. Há uma emenda minha que, há três meses, estou tentando identificar se é o DNOCS que está impedindo, se é a CAR, da Bahia, que está dificultando, se é o Governo que não liberou o recurso – já está liberado, já há dois meses que o recurso está na conta –, mas não se consegue identificar simplesmente. A CAR diz que é o DNOCS, e o DNOCS diz que é a CAR. E assim vai-se passando o tempo e o dinheiro não chega aonde as pessoas precisam dele.

Então, a minha ideia, Presidente – V. Exª que é um Senador experiente, um homem do Nordeste –, é que nós pudéssemos realmente, a Bancada nordestina, que pressionou muito pelas medidas provisórias que atenderam emergencialmente essa agonia da seca, nós pudéssemos insistir na colocação, na manutenção desses dois grandes projetos.

Nós tivemos uma conferência no ano passado, uma conferência nacional de política de integração regional. Saíram algumas ideias de lá. E acho que algumas delas precisavam ser compatibilizadas com o que existe hoje. Como é que a gente pode, com menos recursos, manter as estruturas, dar sentido a elas, dar nova organização a elas em vez de começar a proposta: "Liquida órgão tal e cria órgão x"? Aí se levam não sei quantos anos gastando dinheiro na liquidação dos órgãos, que é a tradição da Administração Pública brasileira.

E pensar claramente: se se recriou a Sudene, vamos redefini-la. Não vamos ficar com esse negócio de voltar para trás. Aí acaba a Sudene novamente porque a Sudene... Vamos dar um novo papel à Sudene, vamos dar uma nova concepção à Sudene e vamos enfrentar claramente essa questão nordestina.

Eu insisto: dizer que não existe uma questão nordestina não me convence. Nós continuamos sendo a Região de maior pobreza deste País. E, se quisermos sair dessa circunstância, não vamos nos conformar com o que temos até então.

Foi dito aqui que não temos mais as revoltas sociais. Em algum sentido, isso é muito bom porque a população não morre mais como morria antes; em outro sentido, talvez não seja tão bom, porque eram as revoltas que impulsionavam, pelo menos, pela necessidade de se defender o Estado brasileiro, a tomar medidas. Então, nós todos afirmamos que não há o que dizer dessa seca; não houve saques, invasão de armazéns da Conab, não houve nada disso. Mas houve muita, muita dificuldade, houve uma regressão profunda da economia nordestina no Semiárido. Cadê esses números? Quanto é que nos custa a seca, Senador Armando Monteiro? V. Exª que é um representante dessa área econômica: quanto custa a seca do Nordeste brasileiro? Quanto custa as medidas emergenciais da seca? Isso precisa estar consubstanciado para que o Brasil e o Nordeste discutam dessa forma. E quanto nos custa superar isso de outra maneira, tratar isso de outra maneira? Nós não temos políticas massivas para o Nordeste. Nós temos políticas de enclaves experimentais.

Eu posso pegar, por exemplo, umbu em um Uauá, que é um sucesso; a Associação dos Produtores de Umbu é um sucesso. Mas isso não existe como uma economia massiva para uma região mais extensa do Nordeste brasileiro. Nós temos, volto a dizer, esses enclaves.

Então, nós precisamos até analisar os enclaves, ver as suas capacidades e tomar medidas para ver quais são as políticas que podem ser transformadas em políticas mais globais, num nível de industrialização possível, num nível de investimento tecnológico possível, para que a gente possa realmente responder de outra maneira que não seja a maneira da dor de barriga. E, com a certeza de que dor de barriga dá sempre, até a nossa morte, então a gente já deixa o remedinho em casa guardado, porque não precisa nem comprar outro.

Esse é o nosso desafio, o desafio novo de entender que nós continuamos nordestinos, que nós precisamos de uma elite econômica nordestina que pense, que proponha; que nós temos direito de ter uma elite econômica. E o Sudeste nem esse direito nos dá, já nos coloca no preconceito do que é essa elite nordestina. O Nordeste é sempre visto no período eleitoral como atrasado, como posição de atraso do Nordeste. A posição do pensamento não está no Nordeste, enquanto o Nordeste deu tão grandes pensadores ao Brasil.

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Não existiria Petrobras sem o pensamen-

to de Rômulo Almeida e todos que com ele fizeram aquela assessoria econômica, aquele embate político.

Então, quero terminar só agradecendo e elogiando todos que estiveram aqui, sei que são funcionários públicos e pensadores dessa grandeza, desse desafio, que é o Nordeste brasileiro. Mas quero reafirmar que nós temos hoje um movimento de pensadores do Nordeste, que têm corrido o Nordeste inteiro, planejadores nordestinos, que poderiam estar na Sudene, articulados com a Sudene, pensando na Sudene. A Sudene podia ser esse grande centro de pensamento, porque, no Brasil, também há outro preconceito: o preconceito com o pensar. Todo mundo diz que é preciso agir; é como se agir fosse dissociado do pensar. É profundamente diferente da cultura oriental, que estoura no mundo hoje como referência de economia: o Japão, a China, que têm pensamento, que se dedicam ao pensar, à educação.

O processo educacional no Nordeste é um desafio central, para nós, não há como resolver a economia nordestina sem o pensamento absolutamente inovador em termos de educação, no Nordeste brasileiro. Não temos como resolver isso. Não há como ter mão de obra capaz dos desafios que precisamos sem investir profundamente nisso. E falo porque a Bahia levou 60 anos tento uma única universidade federal – 60 anos. Agora tem cinco, mas todas em implantação.

Nós ainda continuamos lá atrás nas bolsas que são dadas aos cientistas brasileiros. Então, nós precisamos, sim, de políticas.

Nós estamos falando – sei que o Senador Armando tem um pensamento diferente do meu – em acabar com incentivo fiscal para o Nordeste, em acabar com a guerra fiscal. Concordo com tudo isso, desde que nós tenhamos uma política permanente compensatória em relação a esses Estados nordestinos, porque não adianta querer igualar situações que não são iguais, potencialidades que não iguais, que têm diferenciações, sim, tanto históricas quanto culturais, quanto possibilidades econômicas de realizar no tempo necessário.

Era isso que eu gostaria de falar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB - PE) – Quero esclarecer um ponto. Primeiro, dizer que a nossa Senadora Lídice nos brindou aqui com uma exposição, de uma maneira geral, muito própria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Que complementou, sem dúvida alguma, o que disse V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB - PE) – Eu não diria que complementou porque seria pretensão. A minha intervenção foi, eu diria, muito despretensiosa no sentido de poder esgotar um tema que é tão complexo. Mas eu queria só esclarecer à nobre Senadora Lídice que um ponto no qual, a meu ver, reside grande parte dessa perplexidade no Nordeste, pelo que nós vivemos hoje, é um quadro de perplexidade.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – É verdade.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB - PE) – O mundo mudou, o quadro internacional mudou, as referências mudaram, e nós estamos querendo pensar o Nordeste da mesma forma que pensávamos há 40 anos, há 50 anos.

Por outro lado, não me parece próprio, Senador, imaginar algo que corresponda a uma conspiração do País contra o Nordeste. Eu acho que o processo do Nordeste é muito mais um processo de automobilização e de compreensão de suas próprias elites, sejam elas econômicas, sejam políticas, sejam sociais, do nosso papel e da luta que nós temos que travar para reconceituar essa política.

Nesse sentido, queria lhe dizer que um dos subprodutos mais perversos dessa chamada guerra fiscal que se instalou no Brasil com renúncia fiscal dos Estados – permita-me V. Exª: eu sempre haverei de defender incentivos fiscais para o Nordeste –, mas aqueles incentivos que justificaram o início do processo de industrialização do Nordeste, que correspondiam a renúncias fiscais da União e a instrumentos de política industrial que foram decisivos para que se criasse uma base industrial no Nordeste. Agora, essa guerra fratricida, com ICMS, com que, ao final, o modelo se esgota, obviamente, é a essa que sou contra. E eu queria dizer a V. Exª...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Eu também sou contra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB - PE) – Essa tem um subproduto perverso, permita-me: é que aquele grau de coesão política que existia no passado, quando nosso fórum comum era a Sudene, quando, juntos, nós discutíamos as políticas federais para o Nordeste, e quando fazíamos da Sudene, à época, um parlamento regional, em que a grande base de convergência política se estabelecia, hoje, minha querida Senadora, isso tudo acabou, e nós assistimos a uma imensa fragmentação política.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Sim.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB - PE) – Não existe mais uma entidade política chamada Nordeste. O que existe é uma disputa que se dá entre os Estados da Região, de maneira a disputarem, a qualquer preço, os projetos, sem uma visão do que seria a infraestrutura regional, a maneira mais racional e mais própria de dotar a Região de

infraestrutura. Cada Estado quer fazer um porto, cada Estado quer fazer um megaprojeto, e não há nenhum sentido espacial de articulação, de integração, de melhor aproveitamento dos recursos.

Então, o que me parece que é um dado perverso dessa guerra é exatamente porque, embora tenha havido todo aquele grau de coesão, toda aquela identidade que nós construíamos para fazer um discurso convergente com os interesses da Região, o que nós assistimos ultimamente é a uma fragmentação absoluta. Isso nos conduz a uma situação muito ruim.

Era só esse esclarecimento que eu queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Presidente, só para esclarecer...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Art. 14, para nossa Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – É o art. 14, já que ele também utilizou o art. 14.

Quando eu me referi ao Senador Armando, é porque nós temos tido uma discussão lá atrás, sobre essa questão de ICMS.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É noutra Comissão, mas esta está envolvida.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Eu concordo integralmente com o pensamento do Senador Armando, só que a mim ainda me falta certa confiança de que isso que nós desejamos seja assegurado pelo fundo que se propõe constituir, sem que tenhamos isso claramente assegurado. Mas eu concordo integralmente com esse pensamento do Senador, e até estamos mais calmos porque, como provavelmente teremos eleição no próximo ano, quem sabe sejamos pré-candidatos, e aí vamos ter um pensamento comum em dois Estados muito importantes do nosso País.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – No caso de V. Exªs, são pré-candidatos, com certeza.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Inácio Arruda, V. Exª deseja falar?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, desejo, embora eu tenha sido...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Antes de passarmos às explicações dos nossos debatedores, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Primeiro nossas escusas, porque estávamos simultaneamente na CDR, na Infraestrutura, onde estava o Ministro da Integração Nacional, e, próxima ao aeroporto, estava reunida a Bancada do Ceará, discutindo também os recursos destinados ao Estado. Como Senador do Ceará, meu caro Senador Antonio Carlos Valadares, eu sou obrigado a estar também nessa reunião com a nossa Bancada de Deputados Federais, porque já estamos discutindo o orçamento do próximo ano. Mas eu não poderia deixar de passar aqui, na nossa Comissão, porque o assunto é de muito interesse de todos nós e, especialmente, do Nordeste.

Nós temos de liquidar de vez com a ideia de que o problema do Nordeste é um problema só dos nordestinos, de que não é um problema do Brasil.

Chico Buarque, sabiamente, respondeu ao nosso grande poeta nordestino Ivanildo Vila Nova com uma música chamada Paratodos. O termo “Paratodos” foi usado porque ele tem raízes pernambucanas. O pai era paulista; o tataravô, baiano. Ele foi mexendo, e, daí a pouco, ele tinha ligação com o Rio Grande do Sul e, quem sabe, com o Acre e também com o Pará. Quer dizer, há o Brasil, que é o central.

Na semana passada, no dia 15 de novembro, comemoramos a Proclamação da República. É bom a gente ter a ideia de que somos uma República federativa, com os Estados. Tem grande força o Poder central, por razões também históricas.

Nós nos desenvolvemos sobejamente, num espaço de tempo, em algumas regiões, primeiro no Nordeste. Um desenvolvimento alentado começou no Nordeste. O Nordeste supriu, durante algum tempo, secularmente, o Brasil. Depois, inverteu-se essa situação. O Sudeste passou a ser o centro do desenvolvimento econômico no Brasil; é onde há o maior mercado, é onde há as maiores unidades industriais de produção. Isso exigiu a criação de um organismo federal capaz de articular o conjunto das ações no Nordeste, e este não é o DNOCS, que não é um órgão do Nordeste. O DNOCS é uma instituição nacional, é o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. A seca não se dá só no Nordeste, não! Sempre houve seca no Brasil, no território inteiro. Há seca no Rio Grande do Sul, há seca no Norte, há seca em todo lugar no Brasil. Agora, não há período de estiagem tão largo em outras regiões como há no Nordeste. Essa é a diferença. E esse ciclo é permanente, é um ciclo que não vai acabar facilmente.

A esposa de Hélio Beltrão, que foi Ministro da Desburocratização – acho que o nome dela é Ângela Beltrão; ela é uma pesquisadora –, já nos disse, em

audiência, que a Linha do Equador já foi um polo da Terra, que há pesquisas científicas demonstrando isso, mas que se levam milhões de anos para haver alterações desse porte no Planeta.

Então, digamos que o nosso ciclo é esse e que, daqui a milhões de anos, nós vamos conviver com a seca e com secas prolongadas.

Isso exigiu que o Governo central respondesse com a criação da Sudene. Já existia o DNOCS. Já havia a IFOCS e, depois, o DNOCS. Criou-se a Sudene depois de um diálogo entre Juscelino e Celso Furtado. Celso Furtado considerou que, depois que falasse com o Presidente, ele seria preso, tantos eram os desaforos que ele ia dizer para o Presidente da República. Ele disse que olhou para o Presidente, que mirou os olhos de Juscelino e que começou a desatar desaforos por 40 minutos. Ele disse que nem enxergava Juscelino direito, porque ele estava, digamos, alterado. Mas, quando ele terminou de falar, Juscelino virou-se para o ajudante de ordens e disse: "Quem é esse?" Ele pensou: "Pronto, estou preso." E Juscelino disse: "Quem é esse que vocês não trouxeram aqui antes para conversar comigo, para tratar da questão do Nordeste com a abrangência que ele a tratou, com que ele dela cuidou?" Exatamente aí nasceu a Sudene.

E, no governo seguinte ao de Juscelino, o Presidente foi até ele. Ele pediu demissão do cargo, evidentemente, ao novo Presidente. Ele não tinha relação nenhuma com o Presidente, não o havia apoiado, não tinha com ele relação política nenhuma. O Presidente mandou chamá-lo. Ele tinha saído de férias e havia dito para os seus auxiliares que, quando o Presidente fosse tratar da Sudene, dissesse que havia muitos técnicos lá e que ele escolhesse um daqueles técnicos. Ou não, sei lá, qualquer um. Que ele, evidentemente, não participou daquele projeto eleitoral e não havia por que ser indicado. Mas o Jânio mandou chamá-lo assim que ele voltou de férias. Esperou um mês. O Presidente tomou posse e esperou um mês, até que Celso Furtado voltasse das férias. Celso Furtado voltou das férias, O Presidente mandou chamá-lo e disse a ele: "Você é o Superintendente da Sudene". "Sou, Presidente, mas eu não participei"! "Você é o Superintendente". Ele disse: "Vem cá, e no governo de Juscelino, como é que Juscelino lhe tratava? Você participava das reuniões"? "Ele sempre me convidava para tratar dos assuntos do Nordeste". "E na reunião dos Ministros?" "Eu não participava, porque não sou ministro, sou superintendente..." "Agora você participa."

Então, a Sudene estava na mesa, estava na reunião com os Ministros para tratar dos assuntos de interesse do Nordeste, obviamente. Quer dizer, uma parte gigantesca do território nacional, se é da política que vamos tratar para o seu desenvolvimento, tinha que estar na mesa.

Então, digamos que este organismo, Sudene, é o órgão central do debate sobre o Nordeste. E todas as outras – DNOCS, Codevasf, Chesf, universidade, etc. – estão subordinadas à ação dessa instituição. Ou deveriam estar subordinadas à ação dessa instituição. Mas, quando se vai discutir o Nordeste hoje, praticamente a Sudene fica fora e, quando se vai discutir seca, o DNOCS fica fora. A reunião da Sudene, no Ceará, que discutiu exatamente no pico da seca, na hora mais dura da seca, o DNOCS não foi nem chamado à mesa. Ficou fora da reunião. Havia organismo até internacional, mas não estava presente o DNOCS.

É um abuso esse tipo de leitura. É equivocada. São instrumentos distintos, que têm funções distintas. O DNOCS tem suas responsabilidades, a Codevasf tem as suas. São tarefas e responsabilidades distintas. Não há por que arguir a sobreposição, que normalmente vejo sendo discutida dentro do Governo. Acho que é um equívoco. Nós temos é que fazer com que esses organismos sejam revigorados e cumpram o seu papel um, de natureza nacional, que é o caso do DNOCS. Não importa onde é a sede, porque se não vou reivindicar que o BNDES vá para o Ceará. Muita gente não vai querer, achando que o BNDES tem que ficar no Rio de Janeiro mesmo, que tem que ir para Copacabana, tem que ir para a Baía de Guanabara, etc. e tal. Então, é melhor ir para lá. E a Petrobras, porque não há petróleo só no Rio de Janeiro. Há petróleo no Ceará, há no Rio Grande do Norte, há em Sergipe, há na Bahia, há em Manaus. Em todo lugar há petróleo no Brasil.

Então, acho que nós temos que ter essa visão mais larga em relação à questão do desenvolvimento do Nordeste, à questão dos programas de incentivos para a Região Nordeste.

Existe uma discordância. O Senador Armando Monteiro não pode arguir ao art. 14 porque ele está ausente, mas temos uma discordância sobre essa ideia de guerra fiscal. Isso é um carimbo! Quem colocou o debate de guerra fiscal foi a mídia central de São Paulo. Foi ela que colocou. A mesma que ficou contra a Norte-Sul, a mesma que ficou contra a Transnordestina, a mesma que ficou contra a transposição de águas. Qual é o problema? Não pode haver infraestrutura? Quando nós dizemos:"Vamos acabar com a guerra fiscal e investir em infraestrutura", quando se imagina na infraestrutura, sempre vem bordão de toda natureza, carimbo de toda natureza. "É guerra fiscal, vai servir para a corrupção, vai servir par isso, vai servir para aquilo!" Isso não é debate, gente! Pelo amor de Deus!

Então, Sr. Presidente, considero que o centro do nosso debate, na nossa Comissão, em relação

ao Nordeste é o revigoramento da Sudene. Por quê? Quando se criou a Sudene... Estou falando porque isso está na trilogia da autobiografia do Celso Furtado; quem tiver oportunidade, trata-se de um material de altíssima qualidade. Não é biografia autorizada. É dele mesmo. É autobiografia. É um material fantástico para compreender o que aconteceu.

O que aconteceu é que vários governadores do Nordeste ficaram contra o surgimento da Sudene. Por quê? Porque consideravam que estavam sendo diminuídos no seu poder. Por que o governador da Bahia vai se submeter ao superintendente da Sudene? Ou o do Ceará? Ou o do Piauí? Ou o de Pernambuco, Maranhão, Sergipe, Alagoas? Por que vão se submeter a uma diretriz que parte da Sudene? Foi esta a dificuldade quando da criação da Sudene: ter um órgão capaz de elaborar uma política mais ampla para uma Região inteira e decidir que indústrias nós temos que deslocar do País para a região, de ser capaz de dizer: "Não, para o Nordeste não vai só sapato e confecção. Eu vou colocar a nanotecnologia toda no Nordeste!". É uma decisão política. É como na questão dos juros, é uma decisão política. Não tem negócio de técnica; é, sobretudo, decisão política. Se vamos continuar aumentando sobejamente os juros para beneficiar os rentistas ou se vamos usar esse dinheiro para desenvolver tecnologia na região do Semiárido nordestino, dando outro suporte àquela região.

Então, aquela questão lá no início da Sudene permanece. Hoje, quem olha para a Sudene, diz: "Mas com a Sudene... Ora, eu sou governador, falo com a Presidente todos os dias. Para que vou falar com o superintendente da Sudene?". Entendeu? Aqui está o problema. Cada um considera que resolve o seu problema.

Em relação à irrigação ou à infraestrutura hídrica da região, também vão dizer: "Não, esse negócio de Codevasf e DNOCS pode até dispensar, porque os governos dos Estados podem fazer isso, não precisam mais dessas instituições". Entendeu?

Sr. Presidente, talvez devêssemos nos debruçar sobre esse problema do fortalecimento da Sudene. Entendo que se nós conseguirmos fortalecer muito a Sudene, dando a ela um outro peso, o de natureza política, não técnica... A técnica vai ser desenvolvida quando se decidir politicamente que essa é uma instituição que vai discutir o Nordeste. Aí está resolvido o problema da técnica. Contrataremos os melhores técnicos, estaremos ligados às melhores universidades, traremos a experiência de outras nações do mundo para a Sudene, que vai se espraiar pelo Nordeste inteiro e até pelo Brasil.

Mas esse é o problema da política, que nós temos que examinar, com o nosso Governo, com a nossa Presidente, dialogar com a nossa Presidente sobre essa questão, para compreender, pois precisamos da compreensão política do mandatário maior da Nação. No caso, mandatária.

Juscelino resolveu criar a Sudene depois dos desaforos do Celso Furtado, que não devia nada a Juscelino. Nada. Não precisava de nada do Juscelino para viver. É muito bom quando não precisamos do mandatário para nada, porque dizemos o que precisa ser dito. Quando estamos pendurados no diabo de alguma coisa em que precisamos do mandatário, é uma desgraça, porque não falamos o que é preciso falar, não dizemos o que é preciso dizer adequadamente, educadamente, é evidente, mas que precisa ser dito.

Sr. Presidente, esta Comissão de Desenvolvimento Regional deveria talvez fazer uma discussão posterior com a Sudene, na Sudene. Claro que podemos fazer também em outros institutos regionais. Existe a questão do Norte do País, com importância talvez igual ou até maior, pelas necessidades ambientais da região, de proteção,...

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) –... que é uma exigência. Mas eu sugeriria uma reunião nossa, na Sudene, a fim de dar esse caráter político de apoio àquela que considero a maior instituição da nossa Região. E de onde as outras estão, digamos, coligadas. Nós somos instrumentos – Codevasf, universidades, DNOCS – dessa política.

Então, essa é a minha sugestão para que não fiquemos guerreando se vai ter DNOCS, se vai ter Codevasf, se estarão ou não sobrepostos. Essa discussão é ótima para não fazermos nada, para deixarmos tudo como está.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sem maiores delongas, concedo a palavra ao Presidente da Codevasf, Dr. Elmo Vaz Bastos de Matos, para as suas considerações.

O SR. ELMO VAZ BASTOS DE MATOS – Obrigado, Senador.

De forma muito rápida e objetiva, em razão do adiantado da hora, ouvi com bastante atenção as falas da Senadora Lídice e dos Senadores Armando e Inácio Arruda. É evidente que não estamos aqui para fazer qualquer tipo de réplica ou tréplica porque esta é uma discussão realmente calorosa. Eu comungo da opinião do Senador de que deve haver realmente um órgão possa centralizar as ações no que diz respeito ao desenvolvimento e, principalmente, com relação à questão da convivência com a seca.

A Senadora Lídice da Mata dizia ali muito bem, e eu, apenas na condição de dirigente de um órgão que executa as políticas públicas, me lembro de uma frase que minha avó já dizia – eu era menino –, que "não se conserta telhado na chuva". Então, o que a gente espera e é o nosso desejo como cidadão é que esta Comissão possa contribuir com a formação – evidentemente, esse não é um processo muito simples; é muito complexo – de uma política que possa evitar que a gente continue a consertar telhado na chuva. É lamentável para nós que dirigimos órgãos, instituições públicas, ficar a cada ano correndo atrás do prejuízo, tentando consertar o telhado exatamente na chuva. Ou seja, é tentar resolver a seca na seca.

De forma que esta Comissão pode e deve, na minha opinião, formular políticas, fazer sugestões, encaminhamentos para que a gente possa se fortalecer nesse sentido.

E eu concordo com o Senador, eu acho que não há concorrência de objetivos, cada um tem o seu papel. A Codevasf tem o seu papel; o DNOCS tem o seu papel; a Sudene tem o seu papel como entidade de planejamento.

Para terminar, eu queria fazer só uma provocação ao Senador Arruda. Eu acho que essa discussão, na verdade, tem que nascer, na minha opinião, dentro do Ministério da Integração. Ou seja, se o Ministério da Integração, que é quem coordena e comanda todas essas entidades, inclusive a Sudene, não entrar nesse debate de forma decisiva, eu acho que a tentativa se torna inócua. Portanto, eu acho que tem que iniciar o debate dentro do próprio Ministério da Integração.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É que eu já estou querendo colocar a Sudene na mesa de Ministério. *(Risos.)*

O SR. ELMO VAZ BASTOS DE MATOS – Pronto. E eu faço votos de que a Sudene realmente ganhe esse papel e essa importância que Celso Furtado, quando a criou, imaginou para ela. Eu acho que falta – concordo com o senhor – esse ente, falta esse lugar e essa instituição de coordenação das políticas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço ao Dr. Elmo.

Com a palavra, José Nilton Moreira, representando aqui a Embrapa.

O SR. JOSÉ NILTON MOREIRA – A gente se sente bastante satisfeito com o debate. Queria colocar apenas duas coisas.

Em algum momento, se fala de criação, de sobreposição, de sombreamento entre instituições. Nós que somos de uma empresa que gera conhecimento, há muito tempo estamos órfãos de um órgão, que se chamava Embrater, que foi fechada. E está sendo criada, neste momento no Brasil, uma nova agência, a Anater. E a gente imagina que ela poderá dar uma contribuição muito grande, sem precisar se sobrepor a ninguém. Mas a gente que é da geração do conhecimento precisa muito desse braço. E esse braço está sendo criado. E vai ser interessante uma discussão sobre o papel dela e a contribuição que possa vir a dar.

Outra coisa que está sempre sendo colocada e que eu acho que esta Comissão pode levar mais à frente é a história da política de convivência com o Semiárido. A todo momento a gente está falando em não mexer no telhado, mas vamos pensar coisas mais a longo prazo, coisas com que a gente poderia contribuir, e eu acho que a política de convivência com o Semiárido está sempre colocada. E eu acho que é o momento oportuno para a gente fazê-la, de fato, vir acontecer.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Em seguida, Ignácio Hernán Salcedo, representando aqui o Instituto Nacional do Semiárido.

O SR. IGNÁCIO HERNÁN SALCEDO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ouvi com muita atenção e aprendi muito com o posicionamento de S. Exªs. Foi muito interessante. E queria dizer que, como um instituto gerador de conhecimento, como um instituto de pesquisa, estaremos dispostos a contribuir com qualquer órgão que venha a ser criado para planejamento, enfim, qualquer contribuição que possa ser oferecida pelo instituto, estaremos à disposição.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – E não há sobreposição com a Embrapa Semiárido?

O SR. IGNÁCIO HERNÁN SALCEDO – De forma alguma. Temos uma excelente cooperação e aprendemos muito com ela.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – A próxima oradora é a Raquel Pontes, representando o DNOCS.

Dr. Landim, os últimos serão os primeiros. V. Sª falará daqui a pouco.

A SRª RAQUEL PONTES – É bem ligeirinho.

A Senadora citou alguns problemas que realmente existem. É um problema sério a questão existente dentro do DNOCS, de que há recurso para construção de obras, mas não há recurso para manutenção das obras.

Há uma Lei de Segurança de Barragens de que a gente está devedor. Há um passivo muito grande com

relação a isso. E, como eu chamei a atenção no início da minha fala, nós temos um problema que é a questão da seca e da enchente. Então, a questão do evento crítico enchente pode vir no próximo ano, e nós temos infraestruturas que não têm a manutenção necessária. Eu acredito que, no patrimônio do DNOCS, há cerca de 330 barragens, vamos nos preocupar com uma centena delas, de médio e grande porte, no entanto, isso caracteriza o DNOCS como o maior empreendedor de barragens do Brasil. Então, essa situação é muito grave: não há recurso para isso.

Concordo, quando a gente discutiu com questões de sombreamento. Essa é uma situação política, não é muito técnica. A codevasf e o DNOCS, eles, como futuros operadores do Sistema São Francisco, que já está acertado politicamente, vão ter que conviver muito com o DNOCS, porque são mais de 20 barragens de grande porte que vão sofrer dessa questão manutenção. O sistema é deficitário, quer dizer que ele vai ficar chorando por dinheiro para consertar as barragens, e a gente sem dinheiro para mandar para ele. São situações de lençol curto, que a gente chama: o dinheiro é curto e não dá para todo mundo.

Eu acredito que basta imaginar a importância de uma instituição como o DNOCS, se a gente tira os grandes reservatórios, que é onde está a água no Nordeste, e deixa aquela população lá. Não existe vida sem aquele conjunto de infraestrutura construída.

E chamando a atenção de que uma grande política pública no Nordeste, centenária e que traz lição para a gente de boa prática é a questão da açudagem pública. Então, são coisas que precisam ser levadas em consideração.

O Governo brasileiro fracionou demais as instituições. Ele não enxerga o regional, e várias instituições fazem a mesma coisa: Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Pesca, isso tudo é agricultura. Quer dizer, são coisas que são situações políticas, não são situações que um técnico possa resolver.

Acredito que a gente, com boa vontade, consegue juntar esse conjunto de instituições para torná-las atuais a fim de exercerem realmente seus papeis sem a necessidade de preocupação com sombreamento. Não é uma empresa; nós estamos falando de uma instituição para a sociedade.

Acredito que é isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Finalmente, Dr. Luiz Gonzaga Paes Landim, Superintendente da Sudene.

O SR. LUIZ GONZAGA PAES LANDIM – Meus senhores, depois do que foi dito aqui pelos conferencistas e pelos ilustres Senadores, eu saio daqui mais fortalecido, mais otimista e renovando a crença nas instituições.

Gostaria aqui, começando pelo que disse aqui o ilustre Senador Arruda, que é reconfortante ele dizer que é preciso conferir novo peso político à Sudene. O fato é que, com a extinção da Sudene, os governos que se seguiram usaram muito bem aquele brocardo latino "dividir para vencer". Passava a mão na cabeça de um governador, na cabeça de outro, porque era muito mais fácil enfrentar um governador do que enfrentar os nove governadores. O maquiavelismo pelo avesso.

Segundo é que essa guerra fiscal, Senador, foi uma decorrência natural da extinção da Sudene, quer dizer, uma das graves consequências foi justamente que, com a extinção da Sudene, teve início a guerra fiscal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – E, na minha opinião, enquanto não for resolvido esse problema, não tem que se falar em guerra fiscal. Isso é tolice, que é o problema que a Lídice colocou: vamos igualar todo mundo no Brasil, num País continental, com tantas diferenças? É um absurdo!

O SR. LUIZ GONZAGA PAES LANDIM – Diante do que disse também V. Exª e, se não me engano, o Senador Armando Monteiro, a primeira peça do dominó político é a seguinte: nós precisamos definir, com urgência, um novo Pacto Federativo. Se não houver a discussão de um novo Pacto Federativo, nós jamais conseguiremos colocar ou recolocar a questão regional no pódio dos grandes problemas. Jamais a política de desenvolvimento regional será uma política de Estado se nós não discutirmos e rediscutirmos um novo Pacto Federativo.

Depois, tentando responder um pouco à Senadora Lídice da Mata, o que realmente houve com relação à Sudene foi uma verdadeira montagem a soldo dos interesses consolidados do centro-sul do País, que querem nos ver como reserva de mercado. Dos 2.500 processos do Finor, Senadora, só 40 estão em diligência, e com diligências não insanáveis, ou seja, de todos os processos de financiamento da Sudene, durante o funcionamento daquele mecanismo inteligente que foi o Finor, aliás, o Finor é o único capaz realmente de reverter a situação do Nordeste, porque a Sudene foi criada em 1959/60, e, de lá para cá, apesar do crescimento do Nordeste, da modernização da nossa economia e da melhoria da qualidade de vida, nós não passamos dos cabalísticos 13,5% do PIB nacional! E, se mantivermos esse ritmo de crescimento, um pouco acima da média nacional, serão necessários 80 a 90 anos para atingirmos 75% da renda média do País, o que é um absurdo!

Em qualquer País da Europa, a maior distância entre a região mais desenvolvida e a menos desenvolvida é de 25%! Nós temos regiões no Nordeste com um quarto da renda *per capita* nacional! Isso é colonialismo interno explícito!

Então, realmente houve uma montagem...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE. *Fora do microfone*.) – Como se diz, não me venham falar de guerra fiscal.

O SR. LUIZ GONZAGA PAES LANDIM – Guerra fiscal.

Houve uma montagem na época de extinção da Sudene, porque é aquela velha história: em vez de tirar o carrapato da vaca, mata-se a vaca. É uma solução mais fácil.

A rede de proteção social é importante, nessa hora crucial principalmente para o Nordeste! Mas ela nos dá uma ideia de uma coisa que, sob um aspecto, doura a pílula.

Dia 6 de setembro, eu passei por uma pequena cidade, não me lembro do nome, perto de Abreu e Lima, em Pernambuco, perto de Suape – fui visitar a região industrial de Suape –, e vi umas criancinhas subnutridas marchando, treinando para o Sete de Setembro. Eu me lembrei de que aquela subnutrição, aquele raquitismo é filho do subdesenvolvimento, da discriminação centenária em relação ao Nordeste. E era com aqueles brasileiros que estavam se preparando para desfilar no Sete de Setembro que nós queríamos defender o País? Foi a imagem que me veio. Infelizmente, estava sem telefone, não tinha uma máquina fotográfica. Eu queria fotografar esse quadro, porque a política de desenvolvimento regional continua sendo vista de maneira preconceituosa em vários segmentos políticos, sociais e intelectuais do País!

É preciso ter coragem, principalmente por parte dos nordestinos, para se ver o problema dos nordestinos! É preciso um chamamento à nordestinidade! É preciso que nós entendamos que hoje, mais do que nunca, Celso Furtado nos convoca para a grande luta! E, sem essa grande luta, realmente, Senador, não há como a Sudene voltar, como eu disse aqui.

O pensamento é criar o general, a ação é o soldado. A ação é do DNOCS, é da Codevasf, é da Embrapa! Se nós não tivermos um general, o general é quem faz o soldado.

Por isso, Senador, eu saio daqui gratificado em ouvir as palavras de V. Exª, no sentido de fazer uma reunião desta Comissão na Sudene, como forma de manifestar o apoio político desta Comissão e do Senado Federal à necessária e inevitável revitalização da Sudene!

A Sudene foi recriada num fórceps político. Se nós quisermos a revitalização da Sudene, basta derrubarmos os vetos que foram apostos à Lei Complementar nº 125, pela qual a Sudene voltaria a ter assento à mesa ministerial, à mesa presidencial. Mas a Sudene hoje – não sei se o senhor ouviu quando eu disse – está como um cão que tem donos e não tem nenhum dono, porque está vinculada ao Ministério da Integração, que muitas vezes confunde vinculação com subordinação com relação ao DNOCS, com relação à Sudam e à Sudeco, e integra também o sistema de planejamento do Ministério do Planejamento.

Então, Cachorro que tem dois donos morre no abandono. Essa é a situação do ponto de vista didático e pedagógico da Sudene.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

Muito obrigado, em especial, pelas palavras do Senador Inácio Arruda. Com elas saio daqui um pouco revitalizado e esperançoso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Antes de encerrar esta reunião, eu gostaria de, em primeiro lugar, assinalar que o Dr. Paes Landim está absolutamente correto ao registrar que a extinção da Sudene foi um grande erro cometido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, mas que a sua recriação ainda não expressa a verdadeira finalidade para a qual a Sudene deve direcionar as suas ações.

A Sudene, ao lado dos demais órgãos que compõem a estrutura de apoio ao desenvolvimento do Nordeste, deve ser fortalecida, porque o fortalecimento de uma instituição, por exemplo, como a Codevasf, que agora tem recursos para a realização dos seus trabalhos, foi importante e está sento importante para o Nordeste: são obras de irrigação. Basta dizer que só um canal no Estado de Sergipe que está sendo iniciado com a contratação do projeto executivo – já há discussão com o segmento do meio ambiente –, só isso vai custar aos cofres públicos mais de R$6 bilhões. Uma obra jamais vista num Estado pequeno como Sergipe, obra de infraestrutura hídrica.

Então, fortalecer a Codevasf é bom para o Nordeste. Em vez de extinguir os órgãos existentes, que ganharam experiência quase secular, como o DNOCS... Por que extinguir o DNOCS como fizeram com a Sudene? Vamos fortalecer, reestruturar o DNOCS, dar condição financeira e orçamentária para que o DNOCS tenha autonomia e possa realizar um grande trabalho, assim como está realizando na Codevasf. A mesma coisa a Sudene.

Então, quando se fala que por “economia”... Economia de palito, porque quando...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Nos juros não estamos economizando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Exatamente, na realidade não estamos. Porque, se continuarmos com essa situação do DNOCS, de enfraquecimento, de fragilidade com servidores antigos, com mais de 30 anos de serviço, sem fazer novos concursos públicos para preenchimento das vagas, é porque estão querendo destruir o DNOCS, deixar morrer à míngua, para que o tempo se encarregue, para que a opinião pública comece a dizer, para que a própria mídia do Sudeste comece a pregar a extinção do DNOCS por absoluta falta de finalidade.

Vamos fortalecer todas essas instituições: Banco do Nordeste, Sudene, Codevasf, Insa, a Embrapa...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE. *Fora do microfone*.) – Vamos defender a criação da Anater...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – A Embrapa está ensinando no Estado de Sergipe, até com emendas individuais que tenho apresentado, está ensinando a plantar maçã, caqui e pera no Semiárido de Sergipe.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Levei há um ano e meio um caju da Embrapa desenvolvido – segundo os técnicos da Embrapa no Ceará – para o deserto, se não chover de jeito nenhum ainda vai botar caju. Eu o levei para o Sertão do Canindé, que é uma das regiões mais secas do Estado do Ceará. Plantamos lá quatro pés de cajueiro. Agora já deu a primeira flora que tivemos que podar para que o cajueiro não fosse danificado, porque o cajueiro é anão, precoce. A primeira carga, se não tiramos... Talvez até a segunda carga teremos que tirar também para que não quebre o cajueiro e o mate. Mas está lá, desenvolvido pela Embrapa, o caju do deserto já está florando, mostrando a capacidade de produção de tecnologia para o Semiárido e a necessidade de ter a extensão rural para se ligar com a Embrapa, para espalhar a tecnologia desenvolvida por todo o interior do Ceará, que é isso que V. Exª está dizendo aqui. Nós vamos comer maçã de Sergipe, trazida aqui pelo Senador Valadares, daqui a poucos dias, quem sabe, para a alegria nossa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Do Semiárido.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Então, ao finalizar, quero agradecer penhoradamente a presença...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Presidente, pela ordem.

Embora não seja uma reunião deliberativa nossa, eu gostaria de propor uma reunião nossa na sede da Sudene, e vamos convidar todos os Senadores, aqueles nordestinos que estão na nossa Comissão e os que não estão. Há muitos nordestinos que, pelas atribuições do Senado, não estão atuando na nossa Comissão.

Vamos convidar os Srs. Senadores dos nove Estados para que a gente possa fazer uma boa reunião, se tiver a acolhida de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Inácio Arruda, vamos formalizar esse requerimento e, na próxima reunião, já fica acertado entre nós que vamos à Sudene fazer uma visita a Paes Landim, e demonstrar ao Nordeste e ao Brasil que essa instituição, que fez tanto bem ao nosso País, tem que ser fortalecida. Porque assim fazendo, estamos engrandecendo a nossa Região e reconhecendo o valor tecnológico e científico que representou a Sudene ao longo do seu verdadeiro e real funcionamento.

Agradecendo ao Dr. José Nilton Moreira, que aqui compareceu representando a Embrapa Semiárido; ao Dr. Ignácio Hernán Salcedo, como Diretor do Instituto Nacional do Semiárido (Insa); ao Dr. Elmo Vaz Paes de Matos, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); à Drª Raquel Pontes, representando o DNOCS, e finalmente Luiz Gonzaga Paes Landim, que aqui compareceu como Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Antes de encerrar, eu ainda tenho requerimentos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Sr. Presidente, é para isto: lembrá-lo dos requerimentos que temos. Peço desculpas porque tive que me afastar rapidamente a pedido do Presidente da Casa, porque compus uma delegação que visitou o Senado Federal da República Tcheca. Em função do meu nome, Lídice, fui convidada pela embaixada e agora nós acabamos de receber o Presidente do Senado da República Tcheca, com uma comitiva de Senadores e mais um embaixador daquele país. Eu tinha a obrigação, por convocação do Presidente da Casa, de estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado.

Presidente Elmo, eu quero, mais uma vez, realçar o trabalho que a Codevasf está fazendo para a construção do grande Projeto do Canal de Xingó. Na última semana, o superintendente regional de Sergipe realizou uma grande audiência pública, de que V. Sª tem conhecimento, para discussão do Projeto do Canal de Xingó, no âmbito do meio ambiente, das repercussões, dos efeitos no meio ambiente.

O Projeto foi bem recebido, foi aplaudido. Eu não estava presente, mas o Dr. Paulo Viana me falou que lá comparecerem mais de 400 pessoas entre entidades ligadas ao campo, pequenos produtores, cientistas, enfim, pessoas ligadas ao desenvolvimento do Vale do São Francisco, que ficaram impressionados com o canal que ali será construído, beneficiando dois Estados, o Estado da Bahia e o Estado de Sergipe.

Faço aqui um pequeno intervalo para que os nossos convidados possam se retirar da nossa Comissão e, em seguida, eu farei a leitura do requerimento e aprová-lo.

(Suspensa às 12 horas e 35 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 37 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Está reaberta a reunião.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Senador Valadares, eu gostaria de fazer um registro para dizer que acompanhou, além da nossa transmissão por televisão, esteve aqui presente em nosso debate o Sr. Luiz Silva de Barros, Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural da cidade de Curaçá, importante cidade da Bahia, próximo do São Francisco, perto de Juazeiro. É uma cidade produtora, uma cidade importante, é a cidade da arara azul também.

Então, eu quero agradecer a participação aqui desse companheiro que prestigiou a nossa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senadora Lídice da Mata, vamos ao Requerimento nº 1.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 43, de 2013

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para debater o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), seus efeitos na área tombada e no seu entorno. A título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: – Jurema Machado, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Geraldo Magela, Secretário da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (SEDHAB-DF); Maria Elda Fernandes Melo, Promotora de Justiça da 3ª Promotoria de Justiça da Ordem Urbanística (Prourb) do Ministério Público do Distrito Federal; Benny Schvarsberg, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAUNB);– Maria Elisa Costa, arquiteta da Casa de Lúcio Costa e ex-presidente do IPHAN; Vera Ramos, arquiteta e urbanista, Diretora de Patrimônio Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do DF (IHG-DF); Paulo Henrique Paranhos de Paula e Silva, Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil(IAB).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros

Observações: O s*ubscreve a Senadora Lídice da Mata e o Senador Antônio Carlos Valadares.*

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 44.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 44, de 2013

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para tratar sobre os impactos da mineração com a exibição do documentário "Enquanto o Trem Não Vem", produzido coletivamente pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios atingidos pela Mineração, Mídia Ninja, Movimentos Sociais e colaboradores, com direção cinematográfica de Rafael Vilela e Kátia Visentainer. Sugiro que sejam convidados os seguintes palestrantes: Carlos Bitencourt, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Maria Lúcia Zanon, liderança do Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM); Alexandre Conceição, Dirigente Nacional do MST; Rafael Vilela e/ou Kátia Vizentainer, Diretores do documentário.

Autoria: Senador João Capiberibe

Vou ler os demais requerimentos e, em seguida, os colocarei em votação.

Requerimento nº 45.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 45, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento n° 32, referente a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para discutir a gestão do Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão, a inclusão dos nomes dos seguintes convidados: Prefeito do Município de Boqueirão do Estado da Paraíba: João Paulo II; Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba: Francisco de Assis Quintans; Professor da UFCG - Universidade Federal de Campina Grande: Janiro Costa Rêgo; Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais da Paraíba, FACEPB: Alexandre Moura; Promotora do Consumidor do Ministério Público da Paraíba: Drª Adriana Amorim de Lacerda; Diretor de Expansão e Operação e Manutenção da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba - CAGEPA: Dr. José Mota Victor.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Esse requerimento já não foi votado? *(Pausa.)* Ele foi refeito. O.k.

Requerimento nº 46.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 46, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização, por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, no "Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte - Inclusão Social e Promoção do Brasil no Exterior", a realizar-se na cidade de Aracaju/SE, no dia 13 de dezembro de 2013, onde se terá o apoio e participação do Governo do Estado de Sergipe. Requeiro, ainda, que o evento seja assessorado por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo que auxiliará na organização e assessoramento.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Os Senadores e Senadoras que aprovam os Requerimentos nºs 44, 45 e 46 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, tem o meu voto todos os requerimentos. E gostaria de já ler aqui, eu o formalizei rapidamente, o requerimento acerca da visita à Sudene.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – A visita à Sudene?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito bem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Requeremos, nos termos regimentais, realização de audiência pública na sede da Sudene para debater o fortalecimento da instituição, de minha autoria.

Peço a V. Exª a sua imediata votação e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Requerimento nº 47.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 47, de 2013

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Diligência desta Comissão, na sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para debater sobre o fortalecimento do órgão.

Autoria: Senador Inácio Arruda.

Observações: O s*ubscreve o Senador Antonio Carlos Valadares.*

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Está encerrada a reunião.

Até a próxima quarta-feira.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, suspensa às 12 horas e 35 minutos, reaberta às 12 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de novembro do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões número 07 da Ala Senador Alexandre

Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Oswaldo Sobrinho, João Capiberibe, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Walter Pinheiro, Ivo Cassol e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Benedito de Lira, Armando Monteiro e João Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se a discussão e votação das Emendas da CDR ao **Projeto de Lei Orçamentária para 2014 – PLOA 2014** (PL nº 09, de 2013-CN), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO. Em seguida o Presidente concede a palavra à Coordenadora das Emendas, Senadora Lídice da Mata, para proferir o seu parecer sobre as emendas e as suas considerações. A Relatora explana que foram apresentadas 66 (sessenta e seis) Emendas ao PL nº 09/2013-CN, de autoria dos Senhores Senadores Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, João Capiberibe, Lídice Da Mata, Lúcia Vânia, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Ruben Figueiró e Wilder Morais. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ruben Figueiró. Submetidas a votação, a Comissão aprova **4** (quatro) **Emendas de Apropriação de Despesa**, distribuídas conforme segue**: Emenda nº 1 – UO 53101 "Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água" do Ministério da Integração Nacional, Localidade Nacional-NA, no valor de 300.000.000,00; Emenda nº 2 – UO 54101 "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística" do Ministério do Turismo, Localização Nacional-NA, no valor de R$ R$ 550.000.000,00; Emenda nº 3 – UO 56101 "Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano" do Ministério das Cidades, Localidade Nacional-NA, no valor de R$ 1.250.000.000,00; e Emenda nº 4 – UO 54101 "Participação da União na Implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR", do Ministério do Turismo, Localidade Nacional-NA, no valor de R$ 160.000.000,00.** Em seguida, a Presidência comunica que nos termos dos artigos. 43 e 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da ata e a submete a aprovação. **A ata é aprovada**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*, juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 9, de 2013-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.

A Comissão recebeu 66 emendas e foi designada coordenadora das emendas a nossa Senadora do PSB, Lídice da Mata.

Logo em seguida, atendendo ao requerimento dos Senadores Cícero Lucena e Cássio Cunha Lima, realizaremos uma audiência pública relacionada com o Estado da Paraíba, para discussão da gestão do Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão, em razão de o longo período de estiagem ter comprometido o abastecimento de água perante o Município de Campina Grande, grande cidade da Paraíba, onde eu tive a alegria e o prazer de fazer um curso de Professor de Física, durante um longo tempo. Tenho grandes recordações dessa cidade e também do seu São João, um forró dos mais famosos do Nordeste do Brasil, ao lado do de Aracaju e de Caruaru, em Pernambuco.

Concedo a palavra, então, à nossa Relatora, a Senadora Lídice da Mata, para ler o seu parecer sobre as 66 emendas apresentadas, emendas de comissão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encontram-se sob análise deste Plenário 66 propostas de emendas, todas de apropriação à despesa, apre-

sentadas pelos Senadores Antonio Carlos Valadares, Senador Inácio Arruda, Senador João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Ruben Figueiró, Wilder Morais e pelas Senadoras Senadora Ana Amélia, Lídice da Mata e Lúcia Vânia.

Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservado à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Dessa forma, devem ser feitas escolhas, para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação do Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, da Comissão de Orçamento. Assim como o parecer preliminar subsidiariamente à Resolução nº 1, o parecer preliminar traça regras procedimentares para confecção, apresentação e admissibilidade de emendas.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria.

O primeiro fundamento foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos.

O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a região ou a localidade específica.

Voto.

Podemos afirmar que todas as emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalho desta Comissão ao longo do ano.

Na impossibilidade, no entanto, de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade, a exemplo a questão de acessibilidade e aquelas para as quais convergiam o interesse comum de diversos Parlamentares, quais sejam oferta de água, infraestrutura turística e transporte público.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo delibere pela apresentação de quatro emendas de apropriação ao Projeto de Lei nº 9, de 2013 – CN, destinado às seguintes ações e unidades orçamentárias:

1 – implantação de infraestrutura hídrica para oferta de água do Ministério da Integração Nacional no valor de R$300 milhões. Essa emenda contemplou cinco Srs. Senadores, foi a emenda que recebeu maior indicação, que são Wilder Morais, Lídice da Mata, Lúcia Vânia, Inácio Arruda e João Capiberibe;

2 - apoio a projeto de infraestrutura turística do Ministério do Turismo no valor de R$550 milhões. Essa emenda teve o apoio também de cinco Srs. Senadores: Antonio Carlos Valadares, Ruben Figueiró, Romero Jucá, Inácio Arruda e Rodrigo Rollemberg.

Portanto, volto a dizer, buscamos identificar aquelas emendas que tinham o maior número de apoios de Senadores para poder atender à expectativa maior da Comissão. E essas duas emendas atenderam a esse critério e foram as mais...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Senadora...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente. Penso que, nessa área, eu tinha apresentado uma emenda também na área do Programa Nacional de Turismo e não foi referida, porque está dentro do escopo que foi determinado, que é Ministério do Turismo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Mas há duas. V. Exª apresentou uma emenda que se relaciona ao Prodetur, que eu também apresentei.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É, por isso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Mas só temos quatro emendas. Então, fiz a seguinte rede de relações: primeiro, o número de Senadores que haviam indicado. Essas duas primeiras emendas foram as que mais receberam apoio dos Srs. Senadores. Cada uma delas teve o apoio de cinco Senadores. Depois, como temos quatro, escolhi uma de cada Ministério: uma do Ministério do Turismo, uma do Ministério da Integração, outra do Ministério das Cidades e, no fim, uma para desempatar, que foi escolhido o Ministério das Cidades.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – O.k. Obrigada.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Mas V. Exª foi contemplada na terceira emenda, que é apoio a sistemas de transporte público coletivo urbano do Ministério das Cidades. Essa foi também uma emenda que recebeu o apoiamento de quatro Srs. Senadores: Ana Amélia, Lúcia Vânia, Lídice da Mata e Wilder Morais.

Obviamente, esse foi um tema nacional, que esteve na agenda nacional, e também em diversas comissões da Casa se tratou da questão do transporte coletivo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Mobilidade urbana.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – As manifestações de rua. Portanto, considero que essa é uma emenda indispensável para que pudéssemos aprovar. Então, como não temos muito espaço, tentamos contemplar dessa forma.

Ontem eu estava reunida com o Presidente tentado resolver essa questão, e recebi um apelo da Bancada do Centro-Oeste, no sentido de que pudéssemos recompor o valor do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. No entanto, do ponto de vista técnico, ela não atende a dois condicionantes. Um condicionante que é a questão de garantir o caráter nacional, ela tem um caráter estritamente regional, e a outra porque, pela análise da consultoria, com as mudanças que existiram agora na centralização de todos os fundos numa única unidade orçamentária que não está no Ministério da Integração Nacional, mas está afeito ao Ministério da Fazenda, não seria uma atribuição da nossa Comissão poder votar nesta Comissão. O que poderia levar a que ela caísse no Comitê de Admissibilidade.

Então, estou constrangida, porque gostaria de atender à Bancada do Centro-Oeste, mas, ao mesmo tempo, por toda análise da consultoria e debate que tivemos, inclusive envolvendo o Presidente que eu tentei responsabilizar comigo, ficamos impedidos de aceitar essa emenda.

Por isso é que eu a rejeitei, mas quero deixar isso consignado aqui, porque é a rejeição de uma emenda importante e que eu gostaria de poder atender à Bancada do Centro-Oeste, que reúne 12 Senadores nesta Casa, e ontem recebi a solicitação de pelo menos três deles.

Por último, Senadora, nós contemplaremos a solicitação de V. Exª. Como cabe mais uma, vamos contemplar mais uma no Ministério do Turismo, justamente a do Prodetur, que recebeu quatro apoiamentos, portanto, a segunda mais apoiada, que é justamente a Emenda nº 14-TG, da participação da União na implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo, Prodetur Nacional, que teve o apoiamento de Wilder Morais, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Certo? Nós aprovaremos duas do Ministério do Turismo, uma do Ministério da Integração Regional e uma do Ministério das Cidades com essas condicionantes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Além de contemplar a Senadora Ana Amélia, nós...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Contempla V. Exª também na intenção, porque V. Exª sempre defendeu o Prodetur.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Mas está contemplando Lúcia Vânia, de qualquer forma.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Sim. A Senadora Lúcia Vânia foi contemplada em duas emendas, nesta e em três... Se não me engano, ela está nas três.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – São três a um. Parabéns, Senadora Lúcia. Foi bem contemplada.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Terminou?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Terminei. Esse é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Lido o parecer, submeto-o à discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Presidente, eu queria só cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, primeiro pelos esclarecimentos que ela deu. Fico contemplada de fato pelo esclarecimento. Entendo a dificuldade enorme que tem a Relatora. Sou Relatora da Comissão de Assuntos Sociais e estou indo para a Comissão, que também é tão demandada quanto esta. Todos os temas são relevantes e penso que a distribuição feita nas emendas apresentadas pelos Senadores que integram a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo foram adequadas às necessidades nacionais. Nesse enfoque maior dado à mobilidade urbana, penso que neste momento – até considerando que vamos ter no ano que vem uma Copa do Mundo, que vai impor uma nova visão e um novo cenário para a mobilidade urbana – foi adequada a distribuição que V. Exª fez.

Eu queria cumprimentá-la pelo esforço e pelo trabalho, assim como a Consultoria Legislativa do Senado pelo apoiamento na elaboração desse voto e dessa Lei Orçamentária para 2014.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Esperamos, pela objetividade desse relatório, que no próximo ano o Poder Executivo possa realizar todas essas necessidades que são imperiosas, inclusive sobre o que disse a Senadora Ana Amélia ao se referir à Copa do Mundo, um grande evento de caráter internacional. O Brasil deve estar preparado para a realização desse grande acontecimento de caráter mundial, que é a Copa do Mundo. Para isso, projetos de mobilidade urbana não faltam.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Eu quero, como o Senador Capiberibe chegou há pouco, esclarecer para ele também que ele

teve uma emenda aprovada, que foi a emenda referente também... Aliás, duas emendas de V. Exª também foram aprovadas. Depois, V. Exª vai receber o relatório.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Esta Presidência também quer agradecer a V. Exª, porque nós apresentamos apenas duas emendas, e elas foram contempladas.

Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Srª Relatora, Srªs e Srs. Senadores, talvez seja eu o único representante neste momento aqui do Centro-Oeste. Essa emenda, Senadora Lídice da Mata, nos foi proposta ontem à tarde, mediante uma comunicação do Ministério do Desenvolvimento Nacional, através do Superintendente da Sudeco, porque no Orçamento vigente, infelizmente, foi retirada uma parcela expressiva de recursos para o FCO e para o FDCO. E entendeu-se que, como medida de emergência, nós poderíamos submeter à consideração desta Comissão essa proposta, que teve a iniciativa da Senadora Lúcia Vânia.

Pelas explicações que acaba de nos dar a eminente Senadora Lídice da Mata, eu confesso aos senhores que, para nós, é uma decepção, porque nós precisamos desse recurso para promover o nosso desenvolvimento que, hoje, representa um significado muito importante para o PIB nacional, mas compreendo perfeitamente as razões de ordem técnica levantadas pela Senadora Lídice da Mata.

E reconheço, também – e creio que o faço em nome de todos os subscritores da emenda –, que a Senadora fez o possível para ver se encontrava um caminho regimental para nos atender. Fica, portanto, aqui, Senadora Lídice da Mata, o nosso reconhecimento pela intenção de V. Exª em procurar nos atender.

Sei perfeitamente que é uma missão muito difícil para V. Exª atender a todos nós, mas só pela justificativa e a maneira até carinhosa com que a senhora se referiu à nossa proposta, eu quero dizer que nós nos encontramos perfeitamente compreensivos à decisão de V. Exª e sabemos perfeitamente que essa proposta poderá, amanhã, merecer a consideração da própria Comissão que vai analisar o Orçamento nacional.

Muito obrigado a V. Exª. Tenha o nosso reconhecimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Senador Ruben Figueiró, eu fiquei preocupada e discuti isso com a Consultoria. A informação que tenho é que, na verdade, houve um cochilo geral nosso, desde o ano passado, quando houve uma unificação de todos os Fundos – o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, do Centro-Oeste – que, no Orçamento, eles estão agora sistematizados numa só área que se chama Operações Oficiais de Crédito. O código de órgão é 74.000. E esse código de órgão não foi, no relatório preliminar do Orçamento, indicado para nenhuma área de atividade, para nenhuma ação. Ele está solto no ar.

E, segundo entendimento da Consultoria, ele ficaria mais próximo da Comissão de Assuntos Econômicos do que da Comissão de Desenvolvimento Regional em função dessa característica que ele observa. Mas eu penso que, talvez, nós pudéssemos resolver isso com todas as Bancadas do Centro-Oeste, oferecendo essa emenda como emenda de bancada, para que a gente pudesse, em algum momento do relatório final do Orçamento, incorporá-la. Porque aí, tendo uma emenda, nós vamos estabelecer um debate com o Relator-Geral, com muito mais força, que vem de bancadas oferecendo...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Se não der certo essa tentativa, ainda no próximo ano, para garantir definitivamente a resolução dessa questão, colocar na LDO.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Na LDO. Certo. Mas aí viria no próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – No próximo ano.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – E nós votamos a LDO tão tarde este ano... Se nós tivéssemos percebido antes, nós e o Ministério, poderíamos ter feito essa correção a tempo.

Eu estava explicando, Senadora Lúcia Vânia, que, apesar de termos admitido, com a concordância do Presidente, que V. Exª trocasse uma emenda por outra para que nós pudéssemos analisá-la, nós estamos nos esbarrando em dois condicionantes técnicos que nos impedem a aceitação. O primeiro é que é explícito o condicionante técnico de que esta Comissão tem que aprovar emendas que tenham caráter nacional e não regional. Isso já esbarra, portanto, nessa condicionante. Segundo, é que os Fundos, agora, estão concentrados num órgão, digamos assim, do Orçamento, denominado Operações Oficiais de Crédito. Todos os Fundos, não mais como antes, em que nós fazíamos uma emenda para um Fundo desse e era como se nós fizéssemos uma emenda para a Codevasf, para o DNOCS; seria um órgão do Ministério da Integração Nacional. Não é mais assim, do ponto de vista orçamentário. Ela tem que ir para esta Operação 74.000, chamada de Operações Oficiais de Crédito, que não estaria diretamente relacionada com a nossa Comissão, transformando isso num outro obstáculo técnico para que a emenda fosse acolhida no Comitê de Admissibilidade.

Portanto, nós teríamos duas alternativas: uma, correr para a CAE, que, se ainda não tiver... Já foi ontem, não haveria mais jeito. Mas poderia, em outra consulta que fizemos com a Consultoria, cada Bancada do Centro-oeste apresentar essa emenda na sua reunião de bancada e aprová-la, para que nós possamos fazer uma pressão sobre o Relator-Geral do Orçamento para que, havendo a emenda, ele possa admiti-la, levando em conta que existem bancadas que estão colocando essa emenda como importante. E aí se dá uma solução técnica lá.

Agora, é indispensável que a emenda seja apresentada pelo menos por uma bancada. Porque, senão, o Relator-Geral não terá de onde tirar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

Parabéns pela elegância.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a V. Exª pela aquiescência de trocar essa emenda, e de cumprimentar a Relatora. Entendo perfeitamente as limitações que ela dispõe para atender a emenda. Nós vamos acatar a sugestão de V. Exª e fazer essa emenda como emenda de bancada.

Eu quero inclusive agradecer pelo fato de V. Exª nos informar em relação à questão dos Fundos. Eu não estava ciente, imaginava que os Fundos ainda estivessem na Integração Nacional. Uma vez que esteja centralizado no Ministério do Planejamento, nós temos que tomar conhecimento e discutir essa questão na Comissão...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – É Planejamento, não é? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO) – Sim, nós vamos buscar isso e inclusive tomar conhecimento de como estão estruturados esses Fundos, o que para nós é uma novidade. Mas, de qualquer forma, quero aqui em meu nome, em nome da Bancada do Centro-Oeste, fazer coro aos agradecimentos a V. Exª, à boa vontade de V. Exª e do Presidente no sentido de atender à Região Centro-Oeste.

Muito obrigada.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Obrigada.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a nossa Relatora, Senadora Lídice da Mata, por haver incluído nossas emendas. Fico muito satisfeito, feliz.

Também queria agradecer ao Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, pela aprovação do Requerimento nº 44, de 2013. Muitíssimo obrigado pelo apoio dado ao requerimento.

Eu queria solicitar, se fosse possível, pois esse requerimento promove uma audiência pública para ouvirmos sobre os impactos da mineração, que me parecem fundamentais para nós. Inclusive há previsão para quarta-feira, 4 de dezembro. Então, eu gostaria de reforçar essa data, para que pudéssemos ouvir as pessoas e assistir a esse documentário, que é importantíssimo, contundente. Eu o assisti e fiquei impressionado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador, V. Exª será atendido.

Senador, eu gostaria que nos ajudasse, entrando em contato com os convidados, a fim de que eles compareçam no dia aprazado, 4 de dezembro. Nós vamos marcar, a partir de hoje, a reunião para esta data...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Com certeza. Não só isso, mas também vamos fazer uma boa movimentação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) –..., atendendo ao requerimento de V. Exª, que tem toda procedência e conta com o nosso integral apoio, porque todas as proposições apresentadas por V. Exª têm um sentido, têm um objetivo. Daí por que receber o apoio de todos os membros desta Comissão.

Em votação o parecer da Senadora Lídice da Mata sobre as emendas apresentadas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Senadora, eu sei que V. Exª tem uma agenda muito cheia, inclusive, uma entrevista lá no Estado da Bahia, de uma rádio que quer saber tudo sobre a vida passada, presente e futura de V. Exª. V. Exª está liberada.

Obrigado, Senadora.

Nós temos que aprovar a ata desta reunião que aprovou as emendas.

Nos termos do art. 87, combinado com os arts. 43 e 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 48 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE NOVEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, APÓS A TRIGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e treze, na sala de Reuniões número 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Osvaldo Sobrinho, João Capiberibe, Zeze Perrella, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Cícero Lucena, Lúcia Vânia e do senador não membro Cássio Cunha Lima. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e João Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 32 e 45 de 2013-CDR, ambos de autoria do Senador Cícero Lucena, subscritos por Vital do Rêgo e Cássio Cunha Lima, para discutir a gestão do Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão, em razão do longo período de estiagem ter comprometido o abastecimento de água perante o Município de Campina Grande – PB. A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes expositores: Sr. Assis Quintans, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa da Paraíba - PB; Sr. Tovar Correia Lima, Chefe de Gabinete da Prefeitura de Campina Grande - PB (representante de Romero Rodrigues) Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; Sra. Adriana Amorim de Lacerda, Promotora de Justiça do Ministério Público da Paraíba; Sr. Janiro Costa Rêgo, Professor da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Sr João Vicente Machado Sobrinho, Diretor-Presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA. Assume a Presidência, às dez horas e quarenta e sete minutos, o Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Cícero Lucena, Vital do Rêgo e Cássio Cunha Lima. **EXTRA-PAUTA: ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 48 de 2013**, apresentado oralmente e posteriormente formalizado junto com a Secretaria, que requer, nos termos do artigo nº 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada diligências junto à Agência Nacional das Águas, ao Ministério da Integração Nacional e ao Governador da Paraíba, para tratar de assuntos referentes à situação dos açudes da Região Nordeste, em especial do Estado da Paraíba. Essas diligências têm o intuito de cobrar programas, projetos, investimentos e incentivos na gestão dos açudes da região, em especial ao do Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão, em razão do longo período de estiagem, o qual comprometeu o abastecimento de água perante o Município de Campina Grande e sua perspectiva de colapso, em futuro próximo, caso não haja uma ação efetiva. **Autoria**: Senadores Cícero Lucena, Vital do Rêgo e Inácio Arruda; subscreve o Senador Cássio Cunha Lima. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião às doze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passamos, portanto, à audiência pública, que está sendo promovida graças aos Requerimentos nºs

32 e 45, respectivamente dos Senadores Cícero Lucena, Cássio Cunha Lima e Vital do Rêgo, que são da Paraíba, para tratarmos da questão da gestão do Açude Epitácio Pessoa.

Já declarei encerrada a reunião anterior. Agora, vamos dar início justamente à audiência pública da 31ª Reunião Extraordinária.

Passo à lista dos convidados: Dr. Tovar Correia Lima, representando aqui o nosso Prefeito de Campina Grande Romero Rodrigues; Francisco de **Assis Quintans,** Deputado Estadual da Assembleia Legislativa da Paraíba.

Para compor a Mesa: Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB); · **Vicente Andreu Guillo,** Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA); · **João Vicente Machado Sobrinho,** Diretor-Presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa); **Francisco de Assis Benevides Gadelha,** Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiep).

Sejam bem-vindos!

As cadeiras já foram devidamente colocadas? Há vagas para todo mundo se sentar à Mesa? Pergunto à assessoria. *(Pausa.)*

O Sr. Janiro Costa Rego, Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), também é um dos convidados. Uma cadeira aqui para o novo convidado. *(Pausa.)*

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará o seguinte procedimento: cada convidado terá 15 minutos – 10 minutos iniciais com a tolerância de cinco – para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação.

A Assessoria está me informando que, como o número de convidados é grande, nós faremos esta audiência pública em duas fases. A primeira fase é esta, já composta. Para a segunda, nós chamaremos os demais convidados para participarem do debate.

Como há muitos convidados, seria melhor fazermos como eu disse: 10 minutos com tolerância de cinco minutos.

Os Senadores que fizerem a interpelação terão direito a três minutos, sendo o mesmo tempo assegurado aos palestrantes para responder.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Pois não, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Eu gostaria de pedir compreensão a V. Exª, e de forma muito especial a todos os convidados, porque, às quartas-feiras, como bem sabe, nós temos uma superposição de agendas inevitáveis na Casa. E, neste exato momento, no plenário da Câmara dos Deputados, está ocorrendo uma solenidade na qual os Constituintes estão sendo homenageados. Como eu fui um deles, vou pedir compreensão para me ausentar por alguns instantes, mas retorno...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Enquanto eles estiverem falando V. Exª volta.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Eu já participei de debates, na Paraíba, sobre o tema, sobretudo na coordenação do trabalho muito dedicado e diligente do Deputado Assis Quintans, em nome da Assembleia Legislativa. A Federação das Indústrias tem sido uma voz ativa, por intermédio de seu Presidente, Buega Gadelha, a preocupação constante da Prefeitura de Campina Grande, aqui representada pelo Secretário e Vereador Tovar Correia Lima, e naturalmente a preocupação que existe também por parte da Cagepa – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba –, por parte da Agência Nacional de Águas.

Antes da minha ausência momentânea – e retorno tão logo eu possa me desincumbir da outra atividade –, lembro que o problema do abastecimento da Paraíba não está apenas circunscrito ao Boqueirão. Estamos aqui debatendo, é claro, a situação grave do Açude de Boqueirão, mas não podemos nos esquecer de outro boqueirão, que é Engenheiro Ávidos, que abastece a cidade de Cajazeiras, além da própria situação do Açude Coremas. Todos eles são mananciais federais e que, portanto, dependem da gestão da Agência Nacional de Águas.

O Prof. Janiro Rêgo, com certeza, em sua exposição, haverá de trazer, com absoluta transparência, a gravidade da situação, sobretudo, no Epitácio Pessoa, onde a vazão regularizada do Açude não permite a retirada que vem sendo feita somente com a outorga d'água, pelos dados que o Prof. Janiro levantou, para a própria Cagepa. Então, apenas a outorga concedida à Cagepa já supera a vazão regularizada do Epitácio Pessoa. E aí não estamos contabilizando a irrigação, que é feita sem nenhum controle e também as perdas pela insolação e pela evaporação, que acontecem naturalmente.

Então, a situação é grave.

Estamos pedindo, estamos clamando, estamos exigindo até – desculpe a expressão mais forte, Dr. Vicente – providências urgentes, porque a esta altura, nós estamos nas mãos de Deus. Não nos resta outra alternativa, pelo estágio em que chegamos, a não ser rezar, e rezar com fervor e com muita fé para que chova no período de inverno da nossa região.

Não ocorrendo a recarga dos Açudes, Epitácio Pessoa com destaque, e Engenheiro Ávidos, da mesmo forma, nós teremos uma situação de calamidade, porque estamos falando de uma população de praticamente um milhão de pessoas. Só Campina Grande já tem uma população de 400 mil. Mas Boqueirão não abastece apenas Campina; abastece outras cidades.

E a grande solução estruturante, que seria a transposição São Francisco, lamentavelmente, com obras mais do que atrasadas. O Deputado Quintans conversava comigo – ele que acompanha de perto todas essas questões – e me informava que, nesses últimos 12 meses, a obra da transposição do São Francisco evoluiu apenas 1%; 1%, de setembro de 2012 a setembro de 2013, foi a evolução da execução das obras do São Francisco.

Portanto, não podemos contar, no ano que vem, com a transposição. Não há como a obra ficar concluída a tempo. Resta-nos tomar providências que estão por demais atrasadas e rezar, rezar com muita fé, para que chova e os açudes sejam recarregados.

Então, enquanto as exposições são feitas – e eu as conheço já, fruto de outros encontros –, peço, máxima vênia, compreensão, para que eu possa me ausentar e retorno, logo em seguida, Sr. Presidente, para dar sequência a esta importante audiência pública, ao tempo em que agradeço a V. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares, conterrâneo, irmão nosso do Nordeste, pela presença que se soma agora à do Senador cearense Inácio Arruda e que será completada, tenho certeza, com a chegada, em breve, do Senador Cícero Lucena e também do Senador Vital do Rêgo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª e esperamos, ansiosamente, o seu retorno.

Eu passarei, em primeiro lugar, a palavra a um Parlamentar que é muito envolvido nessa questão do Açude Boqueirão. S. Exª atua nesta região e tem muito a dizer. Refiro-me ao Deputado Estadual Assis Quintans do Estado da Paraíba.

Qual é o Partido de V. Exª?

O SR. FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS – É o Democratas. Nunca mudei de Partido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Do DEM. Nunca mudou de partido.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Intervenção fora do microfone.)* – O Democratas é que mudou de nome.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O Senador está dizendo que o Democratas mudou de nome. Mas V. Exª permaneceu fiel aos princípios do Partido.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS – – Faço um agradecimento pelo convite honroso aos integrantes da Assembleia Legislativa, a Casa do povo da Paraíba. E aqui, meu querido Buegas, também estou representando, por delegação, o Alexandre Moura, que justificou, por escrito, a ausência dele, hoje, a esta audiência pública meritória.

Permita-me, Sr. Presidente desta Comissão, eu não quero entrar muito em detalhes, porque durante as exposições sobre a Aesa – Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba – e a ANA, o Prof. Janiro, o Ministério Público, que são nossos parceiros, irão entrar em detalhes. Mas eu só desejo fazer um histórico das razões que induziram a Assembleia e os parceiros a promover uma sessão especial, a exemplo da Fiep, o Francisco Gadelha, onde nos absorveu no dia 22 de março, Dia Mundial da Água, para nós discutirmos os problemas inerentes ao suprimento hídrico de uma população em torno de 1 milhão, não em Campina Grande, mas são os Municípios em torno de Campina Grande, e uma população flutuante.

Assim, os motivos que nos induziram e nos motivaram a promover essa reunião, os nossos parceiros, no dia 22 de março – repito –, Dia Mundial da Água, em Campina Grande, é com relação a três motivos.

Primeiro, o clima. O Senador Inácio Arruda não tem poder de fazer chover na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, uma região degradada, cujas precipitações médias históricas são em torno de 500mm. E de uma irregularidade brutal, expressiva.

O outro item é que o avanço que eu tenho acompanhado, Senador Antonio Carlos Valadares, desde 1992, ao lado do Marcondes Gadelha, que é um grande baluarte, e outros parceiros, a transposição. Nós, em março, fizemos uma comissão suprapartidária com a sociedade civil, visitamos todas as obras, quer seja do eixo leste, quer seja do eixo norte. Encontramos obras paralisadas, abandonadas, outras em passo de tartaruga, outras sem licitação e outras sem projeto executivo.

Foi criada uma comissão de fiscalização aqui no Senado, que eu parabenizo, cujo Presidente é o Senador Vital do Rêgo, e nós avançamos. Ninguém vai dizer que nós não avançamos. Hoje há projetos executivos de todas as obras, hoje há licitação de todas as obras. Mas em compensação, o avanço de setembro de 2012 a 2013 foi em torno de 1%. Fico muito tristonho em trazer essa informação para o Senado da República. Assim, nós não poderemos fazer planejamento de atender o clamor da população, 1 milhão de pessoas, em torno de Campina Grande.

O outro item, Sr. Presidente, se nós verificarmos historicamente o que caracteriza esse território da Bacia Hidrográfica do Epitácio Pessoa, é o problema da gestão. É a única coisa que nos resta. É uma gestão hídrica inadequada, insuficiente, talvez inexistente das águas da Bacia Hidrográfica do Epitácio Pessoa.

Tudo isso, todos esses itens, nos motivaram a fazer esta sessão especial. Quero dizer que depois dessa sessão especial as coisas avançaram. Por exemplo, no dia 8 de maio, eu tive o prazer de tomar conhecimento de que o Presidente da ANA esteve na Paraíba. Meus parabéns! Fiz um registro histórico na casa de Epitácio Pessoa. Em junho, uma equipe integrada com essa adotou algumas ações inerentes ao DNOCS, e também o Ministério Público, que eu não posso deixar de evidenciar, também adotou algumas ações.

Mas a minha preocupação não é essa, porque a preocupação é que esse monitoramento, Prof. Janiro, essa gestão tem que ser de inverno, a seca, porque, caso contrário, nós vamos sempre estar com essa repetição. Nós temos o ciclo seco, e nós presenciamos isso, esses três episódios de racionamento, da humilhação por que Campina Grande passou – o Buegas poderá evidenciar isso e testemunhar –, entre 1998 e 2013. Foi o maior constrangimento para Campina Grande e a sua área polarizada, onde nós tivemos não só problema de suprimento humano, mas tivemos diminuição dos investimentos na nossa cidade.

Tudo isso, Sr. Presidente, é porque as vazões captadas sempre ocorrem ciclicamente. A vazão captada é superior à vazão regularizada, quer dizer, onde nós temos a oferta garantida; nós temos uma oferta garantida aqui, tecnicamente, mas nós captamos aproximadamente duas vezes, foi o que aconteceu no dia 22 de março, que isso é fácil de mostrar aqui na discussão.

Irrigações às margens do Epitácio Pessoa. Irrigando um pé de coentro como se fosse um pé de eucalipto. Quer dizer, fazendo irrigações, não se concebe fazer irrigação no Semiárido, na área seca, fazendo irrigação por sulco, mas, graças a Deus, que ocorreram avanços da ANA, do DNOCS, da AESA, e o Ministério Público para disciplinar essa ganância da irrigação de uma maneira irracional e irresponsável porque a prioridade do Açude Epitácio Pessoa é para o suprimento humano e animal.

Além disso, Sr. Presidente, tem fotografias feitas pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado, para depois não dizerem que Quintans chegou exagerando, no Senado, mostrando embalagens de fertilizantes, mostrando embalagens de agrotóxico dentro da água. Um uso desordenado, nunca visto na irrigação implantada às margens do Açude Epitácio Pessoa.

Abertura de comporta – pasmem! –, abertura de comporta, não tem o menor sentido, quer seja no Açude Epitácio Pessoa, quer seja no Açude Rabo do Pavão, que está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, para fazer carnaval, depois o sistema da Adutora do Congo poderá sofrer um racionamento por falta da gestão dos recursos hídricos, porque na medida em que o Açude vai secando vem os produtores irrigantes, capitalistas, pensando só no lucro, fazem irrigação na bacia hidráulica, adotando um sistema irresponsável, irrigação por sulco, e danificando a bacia hidráulica com fertilizante e agrotóxico.

Assim, são essas coisas que motivaram todos nós parceiros para alertar as autoridades.

E quero repetir, Sr. Presidente, que não poderemos ter uma preocupação só nesse período crítico, nós tínhamos de ter uma preocupação perene, quer seja em época de inverno, quer seja em época de seca.

Mas tenho que fazer um registro, aqui, antes de finalizar: é que a nossa bacia hidráulica do Epitácio Pessoa, Senador Inácio Arruda, está saturada, não tem mais onde construir açude. E ainda hoje, Janiro, autorizam a construção de açude numa bacia saturada – vou terminar Sr. Presidente –, autoriza a construção de açude em uma bacia que está extremamente saturada.

Nós temos, sei que irão evidenciar aqui, eu acompanhei esse trabalho, tenho acompanhado, a parceria feita entre o Ministério, a Aesa, que tem feito um esforço fantástico, e a Cagepa no sentido de diminuir o desperdício. Mas, no dia 22, o nosso desperdício oficial do sistema era de 49%, oportunidade em que tínhamos 90 litros/s de desperdício de água da ETA – Extração de Tratamento de Água.

E temos que evidenciar, temos de fazer um apelo aqui – e eu como agente público, e como moro lá, e sou extremamente grato a essa região – para termos uma fiscalização perene no potencial hídrico, o pouco que nós temos no Epitácio Pessoa.

E fica aqui, Sr. Presidente, uma sugestão de uma pessoa humilde, mas que tem um compromisso com Campina Grande, porque devo tudo a Campina Grande, porque sei a minha origem e sei o que alcancei na minha vida, agradeço a Campina Grande. Então, fica uma sugestão, Sr. Presidente, da ANA: delegue poderes, delegue poderes à Aesa. Dê condições à Aesa para fazer um monitoramento rigoroso da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, para nós não passarmos a humilhação que passamos entre 1998 e 2003.

Ficam aqui os meus agradecimentos, e peço até desculpas a V. Exª, Senador Antonio Carlos Valadares, porque este é o meu jeito de externar os meus sentimentos do coração.

Fiquem com Deus!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O que nasce do coração gera emoção e apoio. É o que estamos aqui sentindo nesta hora. Conte com a nossa solidariedade e, consequentemente, com o nosso entusiasmo na sua luta em favor de Campina Grande e dos interesses da Paraíba, Deputado Assis Quintans.

Concedo a palavra ao Vereador Tovar Correia Lima, que também é Chefe de Gabinete do Prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues.

O partido do Romero qual é?

O SR. TOVAR CORREIA LIMA – O Prefeito Romero é do PSDB. Eu também sou do PSDB. Sou Vereador licenciado e estou como...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Pela primeira vez Vereador?

O SR. TOVAR CORREIA LIMA – Não; estou na terceira campanha já.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito bem. Parabéns! Tão jovem e com uma carreira tão brilhante.

Com a palavra V. Exª.

O SR. TOVAR CORREIA LIMA – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares; amigos e companheiros que estão aqui na Mesa; Quintans, que fala emocionado; Ministério Público; Presidente da ANA, Vicente; Francisco de Assis... Desculpe – Buega Gadelha, que está aqui do meu lado; enfim, não se assustem com as palavras e a forma de Quintans proceder, subir à tribuna ou sentar em uma mesa dessas e falar dessa forma. Quintans é de uma das áreas – se eu estiver errado, pode corrigir-me; V. Exª tem mais conhecimento e experiência do que eu – uma das áreas mais secas do Brasil, com um dos menores índices pluviométricos do Brasil. Por isso, ele sofre desde muito novo com isso. Então, enfim, ele externa dessa mesma forma. Janiro acaba de se sentar à Mesa e tem, com muita propriedade, estudos. Enfim, nas palavras de Janiro, vamos conhecer um pouco mais do que acontece, Senador, nessa área.

Aqui, temos um Senador do Ceará, Senador também nordestino – fica próximo – e que, inclusive, estudou em Campina Grande – eu estava ali, no começo da reunião –, estudou Física em Campina Grande, mas não chegou a ter esse problema, como temos hoje. Campina, hoje, tem quatrocentos e poucos mil habitantes, então, o problema foi crescendo em relação à seca.

Tivemos uma seca, acredito que a maior, há 10 anos, não é Janiro – está mais ou menos nessa área –, e Campina teve um racionamento. Quintans falou a esse respeito agora há pouco. E nós não queremos mais sofrer com isso. O que não queremos também é precisar ficar de joelhos, todos os anos, rezando para que a chuva chegue.

Para que isso não aconteça, tivemos, há cerca de 2 meses, uma reunião no Ministério Público – eu estava representando o Prefeito, e Janiro estava presente também –, em que discutimos essa questão, sobre o que vamos fazer. Se não apelar pela chuva, que não depende do homem, o que precisamos fazer? A conclusão chega a ser fácil e clara, como Quintans falou, que é a gestão da água, seja nos termos educacionais da população, seja na gestão efetiva do Estado, em termos de fechar comportas, etc., etc. E estamos aqui hoje, neste plenário, nesta reunião, para discutir, Quintans, Buega, essa questão da água em Campina, não só no nosso Município, como nos Municípios circunvizinhos, que também são abastecidos pelo Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão).

Avançamos. Também acredito que avançamos já em relação à água, à seca, ao Açude Boqueirão. Agora, precisamos ainda de ações mais efetivas, tanto por parte do Poder Público, seja das prefeituras envolvidas, como a Prefeitura da própria cidade de Boqueirão, onde fica o açude, ou seja, até mesmo, naquela sugestão que tínhamos, do Ministério Público, que tem feito isso, tem feito esse trabalho e, para isso nós estamos aqui hoje.

Eu, como representante do Prefeito Romero Rodrigues, e talvez pudesse dizer que somos o principal cliente do Açude Boqueirão, porque Campina, com quatrocentos e poucos mil habitantes, é o Município que mais bebe daquele água, que mais bebe daquele manancial. Não só Campina Grande, repetindo, como outros Municípios que bebem daquela água, mas como principal cliente não poderíamos deixar de vir para essa discussão. O Prefeito esteve aqui em Brasília ontem, tinha um compromisso inadiável hoje em Campina Grande e aí me ligaram: "Tovar, venha a Brasília, porque vou precisar ir a Campina Grande e não podemos perder essa discussão, não podemos perder esse fio da meada, até porque a importância da água para o nosso Município é vital, indiscutível". Portanto, estamos aqui hoje para participar, para conversar, para entender, para dar nossa contribuição em relação a nosso Município – Campina Grande –, que está lá tão perto de Boqueirão.

Então, Sr. Presidente, acho que minhas palavras seriam rápidas dessa forma mesmo, mas de uma forma participativa nessa discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço ao nosso Vereador Tovar Correia Lima, Chefe de Gabinete do

Prefeito de Campina Grande Romero Rodrigues, pela contribuição.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Vicente Andreu Guillo, que é Diretor-Presidente da Agência Nacional das Águas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, quero agradecer o convite, a oportunidade de estar aqui presente; cumprimentar também o Senador Inácio Arruda, um militante do tema da água – temos uma relação muito próxima com o seu mandato –, e também com o Senador Cássio Cunha Lima, que precisou se ausentar, mas que vai retornar. E mencionar aqui o nosso entendimento de que essa audiência é extremamente importante, necessária, e pode produzir efeitos inclusive para o próximo período.

Trouxe uma apresentação, que até não é muito usual, e vou fazê-la. Mas, antes de entrar nessa apresentação, penso que algumas considerações iniciais são relevantes.

A primeira delas, e evidente que estamos focando numa região importante do Nordeste brasileiro, é mencionar que estamos, infelizmente, atravessando um evento extremo de níveis não constatados com grande frequência. Essa seca é estimada entre 30 e 50 anos como a pior seca que Semiárido brasileiro vem atravessando. Testemunho que o próprio Governador da Bahia menciona que, nos pluviômetros existentes naquele Estado, é o pior registro em 100 anos de precipitação. Então, estamos atravessando no Semiárido, sem dúvida nenhuma, uma situação extremamente grave e que tem reflexo sobre todo o seu território de mais de um milhão de quilômetros quadrados.

A segunda questão que eu gostaria de mencionar – e que, em certa medida, é reflexo de parte do problema que vivemos – é que, muito embora tenha havido, de 1950 até 1970, um grande estímulo à construção de reservatórios no Brasil, essa política deixou de existir. E o Brasil, hoje, tem um nível de reservação de água muito pequeno, que só não é mais dramático em função da existência das grandes hidrelétricas brasileiras, que apresentam, de uma maneira geral, um resultado médio razoável para o Brasil. Porém, se retirarmos desse escopo os reservatórios, a água armazenada para a geração de energia elétrica, o Brasil tem, de uma maneira geral, uma grande fragilidade em termos de reservação hídrica – evidentemente que, com cuidado, nas áreas que têm ainda condições de se fazer isso – eu não conheço a bacia que o Deputado Quintans mencionou nem o fato de ela estar esgotada, saturada, como disse o senhor –, mas eu queria aqui fazer o registro de que nós temos nos esforçado, inclusive para que o Brasil retome uma política consistente de construção de reservatórios neste País para usos múltiplos, priorizando todos os outros: o uso para a agricultura, o uso para o abastecimento, e energia elétrica onde for possível, inclusive para navegação, ou seja, nós estamos defendendo a retomada de uma política de construção de grandes reservatórios neste País.

Não é à toa que os Estados que apresentam um menor índice de reservação são aqueles que estão mais frágeis diante da situação que está se apresentando. Então, o Estado do Ceará, que tem uma política contínua ao longo de 20 anos, vem apresentando problemas. Não fosse essa política, talvez o Ceará fosse o Estado que mais dificuldades teria para superar esse processo, mas é o Estado que, mesmo com uma grande quantidade de Municípios em estado de emergência, decretado em quase todos, e em função das políticas adotadas ao longo, pelo menos, dos últimos 20 anos, mais condições tem de fazer frente a esse processo de seca.

O Estado da Paraíba, que tem grandes reservatórios, mas em uma quantidade que consideramos pequena ainda para atender adequadamente às demandas do Estado, vem atravessando essa situação; o Estado de Pernambuco tem problemas graves; e a Bahia, em função do seu território, é um Estado que também tem um índice de reservação de água extremamente baixo. A Bahia, por contar com rios perenes no Semiárido – é um dos Estados do Semiárido em que ainda há rios perenes –, optou, ao longo dos anos, por fazer captação em superfície, o que também está se mostrando ser, nesses eventos críticos, uma política de alto risco.

Então, eu quero fazer essa menção, porque não será possível dotar o Semiárido e todo o território nacional de condições mais seguras para o enfrentamento desses eventos críticos, se não houver a retomada de construção de reservatórios neste País.

Há a necessidade, inclusive, de se construírem esses reservatórios em outras regiões do território brasileiro, como Sul e Sudeste, onde os efeitos são de inundação e os reservatórios, as barragens, poderiam cumprir – e cumprem – o papel de reduzir os impactos das inundações provocadas nessa região.

Eu penso que as duas questões iniciais – primeiro, a gravidade que estamos atravessando; e, segundo, a fragilidade que nós temos em termos de reservação no Semiárido brasileiro – vão propiciar que possamos contextualizar, com mais contorno, a situação vivida pelo Estado da Paraíba e, particularmente, pela região de Campina Grande.

Eu gostaria de mencionar também que todas essas questões que eu levantei, reforçam, cada vez mais, em que pese a nossa insatisfação, a insatisfa-

ção geral em relação ao ritmo das obras da transposição do São Francisco, a importância estratégica hoje – diferentemente do momento em que esse projeto foi lançado e até pela resistência de alguma parcela da sociedade brasileira em relação a essa obra – da construção desses conjuntos de canais, seja o canal Eixo Leste, seja o Eixo Norte. Inclusive já se cogitam alternativas também de construção para atendimento de outras regiões do Semiárido, de outras derivações do São Francisco,

Obviamente, do ponto de vista da disponibilidade hídrica – é claro que cada projeto desses merece um grande estudo do ponto de vista hídrico, ambiental, social e até cultural –, nós gostaríamos aqui de mencionar, a princípio, que essas obras, do nosso ponto de vista, precisam ser executadas sem provocar impacto significativo sobre o Rio São Francisco, para que essas águas possam dar segurança hídrica a importantes regiões brasileiras.

Então, o chamado Eixo Sul do São Francisco, que poderia atender ao Estado da Bahia, está sendo cogitado. O Eixo Oeste, que poderia atender também a uma região importante no Piauí, também está sendo cogitado, e são obras que, do nosso ponto de vista, são bastante factíveis e, talvez, cuja realização será necessária em um curto espaço de tempo.

Com relação à questão da Paraíba, queria mencionar que nós temos acompanhado – aceito humildemente as críticas apresentadas de que isso tenha acontecido em um período mais recente e, se o tempo me permitir, gostaria até de apresentar propostas em relação a essa questão – com muita frequência as questões relativas aos problemas enfrentados pelo Estado da Paraíba em uma estreita relação com o Governador do Estado, com a Aesa, empresa de saneamento, inclusive com os prefeitos e o poder local; com os Deputados e com os Senadores oriundos desse Estado, temos tido uma relação muito estreita no sentido de buscar minimizar os impactos, seja em Boqueirão, seja em Coremas/ Mãe D´Água, dois outros importantes reservatórios, seja em Engenheiro Ávidos, seja em São Gonçalo...

(*Soa a campainha*.)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – É uma pena –... seja também agora como está sendo feito na região Oeste...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – V. Exª ainda pode usar mais cinco minutos, cinco minutos e 51.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – ...do Estado, no Condado e em Santa Inês. Então, temos feito um acompanhamento muito próximo dessa situação.

Em função dos cinco minutos, vou passar rapidamente pela apresentação, colocando os elementos centrais e apresentando algumas questões que mostram que, mesmo com toda essa gravidade, a situação nos permitiria conviver com os usos hoje, nas quantidades estipuladas, por mais dois anos. Então, estamos com dois anos de período de seca e, como vou mostrar na transparência – mas o tempo é curto –, nós teríamos condições de atravessar, caso a seca persista e não haja nenhum período satisfatório de chuvas, mais dois invernos, ainda mantendo os abastecimentos hoje existentes no Boqueirão.

Vamos lá, rapidamente.

Aqui é o monitoramento da situação dos reservatórios brasileiros no Semiárido. Vou passar rapidamente. De uma maneira geral, os reservatórios do Semiárido brasileiro têm um volume acumulado de 35,10%, e essa situação, no Estado da Paraíba, é mais grave do que essa. Isso aqui é um conjunto médio.

O Estado da Paraíba tem uma reservação em torno de 30% do seu volume; quer dizer, a água hoje existente é de cerca de 30% do seu volume, e, se nós retirarmos desses 30% o reservatório de Boqueirão, que está próximo de 40% e tem um grande volume, a média da Paraíba baixaria drasticamente. Então, o Boqueirão, pela sua condição atual e pelo seu volume, contribui positivamente na média do Estado da Paraíba fazendo com que a média seja um pouco maior.

Aqui é uma visão geral do Boqueirão e a situação aqui que o reservatório hoje apresenta. Em outubro, ele tinha um volume de 164 milhões. Isso aqui depende sempre de atualização mensal, mas, em 25 de novembro, temos uma cooperação estreita com a Aesa, e estamos com um volume de 39,7% da sua capacidade.

Aqui, há um conjunto de informações a respeito do Boqueirão que vou passar rapidamente,porque outros com certeza o farão, que trata das outorgas que forma emitidas no açude. São duas outorgas, uma de 71 litros para abastecimento público na adutora do Cariri e, outra, de 1.230 litros, que é a outorga de Campina Grande e outros Municípios.

Houve um pedido de um sistema adutor complementar, de 50 litros por segundo, mas ele ainda não está concluído. Então, em termos de abastecimento público, nós temos cerca de 1.300 metros cúbicos retirados para abastecimento público.

Aqui, há um conjunto de informações que passam por esse histórico que o Deputado Quintans, muito rapidamente, mencionou, de uma série de ações articuladas envolvendo uma série de atores: a ANA, o DNOCS, a Aesa, a Cagepa, o Ministério Público e os usuários da sociedade civil.

Basicamente, esse conjunto de ações buscava, em primeiro lugar, determinar novamente a quantidade em que pudéssemos ter segurança em relação ao volume existente nesse reservatório. Então, a ANA procedeu a uma batimetria nesse reservatório e os nossos dados... Essa batimetria foi recém concluída, e todos tiveram acesso a essas informações. Nós estamos trabalhando com os dados realmente existentes, pois às vezes havia a preocupação de que trabalhássemos com um valor e que o volume de água existente no reservatório fosse distinto. Então, isso foi feito.

E a segunda questão importante, a partir desse conjunto de reuniões, foi uma aliança que, no nosso ponto de vista, tem sido muito importante, inclusive para manutenção das condições no reservatório, com os irrigantes naquela região. A maioria dos irrigantes o são sem outorga; esse processo foi sendo construído ao longo de anos, sem nenhum tipo de fiscalização por parte do Poder Público, e esse é o segundo problema a ser levantado.

Então, aqui mencionando que temos 1.301 litros por segundo concedidos, mas hoje estão sendo retirados 1.600 litros. Há um excedente de outorga de 300 litros por segundo, mas que está sendo trabalhado junto à Cagepa e à Aesa, no sentido de reduzir e adequar essa água que é retirada para consumo humano para o valor efetivamente outorgado.

(Soa a campainha.)

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – O tempo encerrou, mas só queria mencionar aqui, se o senhor me permite, Sr. Presidente. Vou passar muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Claro.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Esses aqui são os dados da batimetria, mas penso que esta é a informação principal em relação a esse reservatório; depois, se o tempo permitir, vou retornar com informações que considero importantes.

Estamos fazendo acompanhamento do deplecionamento do reservatório. As nossas ações têm sido no sentido de buscar prolongar a vida útil desses reservatórios e, ao mesmo tempo, reduzir os riscos, mas garantir os usos para os reservatórios. Do contrário, teríamos uma política que é, para máxima segurança, não retirar água nenhuma do reservatório, e o reservatório assim mesmo secaria por efeitos naturais daquela região, onde a evapotranspiração é maior do que a precipitação.

O que podemos acompanhar aí nesses gráficos, que fomos simulando, é que as medidas que vão sendo adotadas – é um pena que o gráfico detalhado não esteja aqui presente – nessa região já começam a apontar no sentido de que a projeção da vida útil desse reservatório passe a ser maior em função dessa aliança, seja com abastecimento público, seja com os usos ali existentes, prolongando a vida do reservatório.

Então, temos aqui duas marcas críticas: uma é o sinal de alerta, que é volume de cem milhões de metros cúbicos, o que seria ainda um volume importante. Ele estaria, sim, chegando aqui por volta de julho de 2014, mantidas essas condições, sendo que é possível que, com esse deslocamento, essa data até se prolongue; e o segundo, que é o volume morto. Tecnicamente chama-se volume morto, mas ainda há uma condição de captação de água; nós estaríamos falando aqui em 50 milhões de metros cúbicos no volume morto do reservatório, e a projeção é de que, mantidas essas condições, o volume morto só seria atingido em maio de 2015.

Encerro dizendo que é uma situação extremamente grave, não resta dúvida. É extremamente importante a mobilização da sociedade e de todos os seus usuários, mas há, em torno desse reservatório, uma situação de acompanhamento muito próximo e, do nosso ponto de vista, as medidas que estão sendo adotadas, seja em termos de abastecimento público, seja nessa aliança com os produtores rurais naquela região... E quero aqui registrar que a grande maioria deles são pequenos produtores com abaixo de um hectare de área irrigada naquela região, e uma série de condicionantes foram acordadas, vêm sendo cumpridas e inclusive estão possibilitando que o reservatório tenha um comportamento muito mais favorável. Do nosso ponto de vista, é importante manter, seja para segurança econômica, mas também para a própria segurança do reservatório, porque é impossível pensar uma política que prescinda de uma aliança com os produtores rurais, de tal maneira que eles possam perceber que também estão sendo olhados pelo Poder Público. Que eles façam a sua parte – e estão fazendo a sua parte –, de tal maneira que essas regras possam ser cumpridas.

Encerro, dizendo que, com eles inclusive, essas regras estão sendo cumpridas rigorosamente. Nós estimávamos em 200 litros por segundo a sua retirada, e isso já foi reduzido para 103 litros por segundo – a retirada dos irrigantes. E há um acordo com eles de que, ao chegar o próximo período de inverno, se as chuvas não forem favoráveis, a partir do mês de fevereiro de 2014, que suspendamos aí, sim, totalmente a irrigação daquela região.

Agradeço. Peço desculpas por ter ultrapassado um pouco o tempo, mas, pelo volume de informações, eu penso que foi necessário. Depois, no debate, se necessário, retomaremos com informações adicionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Eu agradeço ao nobre Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. Vicente Andreu Guillo, por sua participação.

Agora, eu concedo a palavra à próxima oradora, Drª Adriana Amorim de Lacerda, Procuradora de Justiça do Ministério Público da Paraíba.

A SRª ADRIANA AMORIM DE LACERDA – Bom dia a todos.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer o convite do Senado, através da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e parabenizar os Senadores que propuseram essa audiência pública, em especial o Presidente e o Senador Cícero Lucena, da Paraíba. Aproveito para saudar todos da Mesa, os demais presentes e demais Senadores.

Parabenizo pela importância do debate desse tema, que é relevante para nossa região, para a nossa população da Paraíba, em especial da região polarizada por Campina Grande. Esse é um debate premente e necessário, que envolve realmente todos os setores da sociedade.

Pelo Ministério Público, podemos dizer que a nossa posição atual é de muita preocupação e expectativa diante dessa crise iminente e das graves consequências de desabastecimento de água para cerca de 27 Municípios e comunidades e, em especial, Campina Grande, em virtude de sua população e porque também, por ser a segunda cidade do Estado, ela é centro de saúde, de serviços públicos, de hospitais. Especialmente da saúde nós falamos aqui, porque, de fato, Campina Grande é referência na média e alta complexidade para mais da metade dos Municípios da Paraíba. E também citamos, é claro, a parte industrial, comercial, residencial e educacional, até porque o Presidente desta Comissão também estudou lá em Campina Grande. Então, para se saber a importância dessa região.

Por isso, o Ministério Público entendeu esse assunto como prioritário e também diante de todas as informações que os próprios órgãos gestores da água enviam com relação aos volumes do manancial Epitácio Pessoa, conhecido como Boqueirão. Então, esses são os dados que nós colhemos quase diariamente do *site* da Aesa. E, ontem, antes de vir para cá, nós fizemos o levantamento. De fato, conforme os números que o Presidente da Agência Nacional de Águas também nos expôs, um percentual de 39,62% – esses eram os dados de ontem do Açude Epitácio Pessoa. Então, são esses dados e esse declínio do volume do Açude Boqueirão que nos trazem essa preocupação que não é de hoje. É uma preocupação que sempre está presente no nordestino, no paraibano, no campinense, no caririzeiro, Deputado Assis Quintans.

Então, ainda em 1998, quando foi instaurado um inquérito civil público com base nessas informações e foi proposta uma ação civil pública pelo Ministério Público estadual, o Açude Boqueirão também passou por uma gestão, inclusive, judicial, em que houve determinação liminar para o uso racional daquelas águas. E, através de uma comissão permanente instituída pelo Ministério Público, com estudiosos da política de recursos hídricos, é feito o acompanhamento dessa gestão. O que, infelizmente, constatamos é que, a par da escassez das chuvas, também existiu uma ausência de gestão, principalmente quando há períodos de fartura de água. Esta aqui é nossa preocupação: que, em virtude dessa oscilação climática, em Campina Grande, em Boqueirão, na nossa região, é que essa gestão tem de ser precisa e absolutamente feita, de forma uniforme e total, não apenas em época de escassez.

Então, é essa a preocupação do Ministério Público, e, juntamente com essa comissão permanente, em cuja composição temos a honra de ter contar com o Professor Janiro, temos feito esses estudos e é de se ver, também, que houve avanços. Houve avanços, porque todos os setores da população, todos os setores da sociedade paraibana estão preocupados com a questão. Temos apoio e, também, uma preocupação do Poder Legislativo local, na Câmara Municipal de Vereadores, da Assembleia Legislativa que fez aquele evento, com o congraçamento de vários órgãos – discutiu o tema e colocou para a população que ela tem de saber os riscos que estamos correndo com esse colapso; e aqui, também, do Senado Federal, através dos nossos Senadores.

Então, é uma preocupação constante do Poder Executivo também, da Prefeitura Municipal de Campina Grande, de Boqueirão.

Então, há todos esse elementos e todas essas preocupações que o Ministério Público reuniu. Nós estamos, bimestralmente, acompanhando isso, com a Agência Nacional de Águas, que nos encaminha os seus técnicos, fazendo essa relação e a exposição das medidas que estão sendo efetivamente tomadas e que devem ser fortalecidas para garantir a segurança hídrica da população.

Então, ao lado dessa insegurança hídrica, do posicionamento climático, temos, também, a questão de perdas da nossa companhia de abastecimento de água, com relação a vazamentos na cidade, e, aqui, nós falamos sob a ótica do consumidor, o consumidor dessa região, que precisa ter e tem o direito de ter esse serviço público essencial de abastecimento de água.

Então, firmamos, inclusive, neste novo inquérito civil público, um termo de ajustamento de conduta com a Cagepa, a fim de que esta companhia, também, tendo em vista todos esses setores, todas essas preocupações, faça a sua parte também, verificando a questão das perdas, que são inconcebíveis diante da situação em que nos encontramos.

Então, o que preciso fazer?

Então, o Ministério Público está fazendo a sua parte, e isso tem que ser constante. Essa preocupação nossa é constante.

Estamos acompanhando, estamos adotando as medidas administrativas e extrajudiciais e, também, as judiciais que forem necessárias, mas, aqui, confiamos, efetivamente, nessa preocupação e nos esforços que estão sendo feitos, sim, mas que precisam ser constantes.

A sentença prolatada anteriormente numa ação civil pública fala muito da gestão e, como o Deputado Quintans fala, ela tem de ser de inverno a verão, ela tem que ser constante. Há sempre o objetivo de se fazer a gestão e, também, de fiscalizar no local e fazendo-se, também, se necessário, uma força-tarefa com os demais órgãos, a Agência local, o DNOCS, a própria companhia de abastecimento de água.

Então, o que é preciso fazer? Estamos fazendo essa questão. É preciso haver o cumprimento, efetivamente, dessa decisão judicial, que fala sobre a questão da abertura das comportas; sobre a questão da irrigação, quando houver esse perigo iminente de desabastecimento geral, e precisa, também, que toda a comunidade, toda a população, ciente desse perigo, se arme e faça a sua parte, também, com relação ao uso racional da água.

Então, aqui, ratificamos a nossa preocupação. Temos, também, de registrar os avanços com relação a esse diálogo profícuo que tem sido realizado com as instituições, debatendo o problema de forma clara e transparente, porque o fato é que a água é vida, e nossa preocupação está relacionada com vidas. Não é isso?

Por isso, todo esse apreço, toda essa nossa vontade, baseada nas normas, na lei e na Constituição, de que a população, o consumidor final, tenha acesso a esse bem precioso.

Então, é essa nossa preocupação e a nossa participação aqui nesta audiência, também, já nos dispondo a eventuais debates e perguntas que possam ser relacionadas ao tema.

Então, muito obrigada pelo espaço, Sr. Presidente.

Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço à Drª Adriana Amorim de Lacerda pelas informações e pelo apoio trazidos a esta Comissão.

Já está presente aqui o nosso Senador Cícero Lucena, que estava viajando e se esforçou ao máximo para comparecer a esta audiência pública, que, aliás, foi motivada por um requerimento de S. Exª e também do Senador Cássio Cunha Lima, que foi obrigado a ausentar-se momentaneamente em virtude de uma homenagem que a Câmara dos Deputados está concedendo, neste momento, a todos os Constituintes de 88, mas ele retornará logo em seguida.

Pediria, caso seja possível, ao nobre Senador Inácio Arruda, que é Vice-Presidente desta Comissão, que assuma a presidência, enquanto eu irei exercer outra atividade em outra comissão.

Eu agradeceria que V. Exª presidisse, uma vez que é um dos homens públicos deste Senado que mais se interessam, ao lado do nosso Senador Cícero Lucena, pelos problemas da nossa região, notadamente os relacionados com as secas.

Para nós, é uma honra que V. Exª presida esta reunião.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – (*Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço sua compreensão, pedindo desculpas a todos os convidados, mas, caso seja possível, retornarei logo em seguida.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Vamos dar sequência à nossa audiência pública, cujo tema é exatamente a questão hídrica no Estado da Paraíba, requerimento dos Senadores Cícero Lucena e Cássio Cunha Lima, apoiados por toda a Comissão. E vamos conceder a palavra ao nosso convidado, Professor Janiro Costa Rêgo, pelo prazo regimental.

O SR. JANIRO COSTA RÊGO – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Arruda, bom dia aos demais Senadores e aos senhores e senhoras aqui presentes. Sou professor da Universidade Federal de Campina Grande, envolvido com o problema, tanto pelo lado científico, bem como por ser cidadão daquela cidade.

Nosso trabalho enfoca – vocês vão notar – a questão da gestão dos recursos hídricos, porque estamos conscientes de que a gestão realmente é a solução do problema hidríco não só do Nordeste e Campina Grande, mas do problema da questão hídrica mundial. Temos de controlar agora toda gota de água que for usada neste Planeta.

Fiz questão de mostrar a Paraíba com a divisão das bacias hidrográficas, mostrando a bacia hidrográfica do Rio Paraíba, onde está o Açude Boqueirão, uma

bacia completamente contida no Estado da Paraíba. Também estou enfatizando essa questão de bacias pelo espírito da Lei nº 9.433, de que a gestão deve ser feita por bacia hidrográfica.

Aqui está, então, a bacia hidrográfica da Paraíba em destaque, com o Açude Boqueirão aqui, que tem duas grandes demandas: o abastecimento de 18 sedes municipais e oito distritos, através da companhia de águas e a irrigação praticada às margens do reservatório, sob orientação do DNOCS.

Gostaria de começar lembrando aquilo que chamamos de A crise de 1988/2003. O Açude Boqueirão foi construído em 1956 e passou até 1958 sem apresentar sinais de colapso ou de risco de desabastecimento.

Porém, na década de 90, que foi um período de baixa pluviosidade, a última vez que o açude extravasou foi em 89. Ele passou a década de 90 toda sem extravasar; e, em 1998, começou uma diminuição acelerada do volume armazenado, e houve ameaça de colapso no fornecimento.

De repente, depois de 40 anos, disseram que o Açude Boqueirão ia secar. E, aí, houve consequências desastrosas para a população, para o usuário. A principal delas, eu diria, foi para o abastecimento urbano dessa população de mais de meio milhão de habitantes, aproximando-se até de um, levando em consideração a população flutuante. Foram os três episódios de racionamento que houve em Campina Grande, o que estigmatizou a cidade – uma cidade com a pujança de que a Drª Adriana agora há pouco falou –, pois ficou marcada por esse episódio de racionamento, como uma cidade onde falta água. Foi necessário, por três vezes, entre 1998 e 2001, fazer-se racionamento na cidade de Campina Grande.

E, na irrigação nas margens do açude, foi preciso uma ação judicial para ela poder ser suspensa. Na época, o DNOCS apresentou reação a parar com a irrigação. Isso aconteceu, inclusive, depois do racionamento público do abastecimento urbano. Então, essa foi a grande crise de 1998 e 2003.

A causa fundamental desta crise.

Eu falei do período seco, do período chuvoso, da década seca de 90, de pouca pluviosidade, mas foram feitos estudos, inclusive, científicos e relatórios, nessa época. E a causa fundamental para esta crise, na verdade, não foi a seca, mas, sim, a gestão inadequada e insuficiente – ou mesmo inexistente – das águas do reservatório.

Não se geria a água de Boqueirão. Isso não havia. É verdade que, em 1998, a Lei das Águas estava na infância ainda. Não se falava muito em gestão. Havia a questão da abundância. Mas foi exatamente a falta de gestão que causou esta crise.

Bom, o retorno ao ciclo chuvoso.

Temos aí um gráfico da evolução do volume, nos últimos dez anos. Em 2003, como eu falei, retorna um período de alta pluviosidade na região, e o açude rapidamente atinge, no ano de 2004, o seu nível de extravasamento e passa a extravasar, todos os anos, à exceção de 2007 e 2010, mas retomando com toda a sua capacidade. Eu diria que isso foi devido a um ciclo de ano chuvoso que veio.

De repente, em 2012, estabelece-se o primeiro ano de seca. E aí os níveis do reservatório, vocês veem, estão decaindo assustadoramente. E aí vem a chamada crise atual. A crise ameaça repetir-se agora, em 2012, e a causa fundamental – fomos investigar – era novamente a gestão. Novamente, quando se retornou desse período de abundância de água, nenhuma medida de gestão, nenhum acompanhamento, praticamente ou efetivamente, foi feito durante esse período.

Eu teria de falar um pouco sobre a gestão, para explicar por que nós dizemos que é a falta de gestão que provocou essa situação.

A gestão, de forma simples, é simplesmente uma compatibilização entre oferta e demanda do recurso.

No caso dos recursos hídricos, a Lei nº 9.433, a famosa Lei das Águas, promulgada aqui por este Congresso Nacional, em 1997, foi exaustivamente estudada e debatida pela comunidade científica. É uma lei considerada sábia, avançada mundialmente, para o conceito atual de gestão de recursos hídricos.

Esta lei institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e determina, entre outras coisas – vou falar só um pouco em torno da gestão –, entre outras providências, como deve ser feita essa gestão e quem é o responsável por esta gestão.

Então, como deve ser feita esta gestão?

Há a Lei das Águas, naturalmente de forma mais detalhada. E eu gostaria de destacar dois fundamentos dessa dessa lei em relação à gestão, para comprovar a nossa tese de que a gestão é o principal, e que a ausência de gestão é a causa da crise. Nos seus fundamentos, a lei diz que, na situação de escassez, o uso prioritário é para o consumo humano e animal.

Outra coisa importantíssima é a bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gestão. A gestão de recursos hídricos hoje, por lei federal, tem de ser feita por bacia hidrográfica.

Quem faz essa gestão? A lei também tem um espírito de que a gestão tem de ser descentralizada e participativa. Ela explica detalhadamente essa descentralização e participação – não nos cabe aqui detalhar. Mas eu chamava atenção para o Comitê da Bacia Hidrográfica. O Comitê da Bacia Hidrográfica é

um órgão importante da gestão descentralizada e participativa e tem, entre outras atribuições, a de aprovar e acompanhar os planos de recursos hídricos, que são um dos instrumentos mais importantes para a gestão.

Outro ponto de quem faz a gestão é que a lei prevê um órgão gestor, que é federal ou estadual. Esse órgão tem de fazer cadastro de usuários, entre outras coisas, e exercer, praticar um dos instrumentos mais importantes dessa lei, que é a outorga de direito de uso da água e a fiscalização desse uso da água, que deve ser feita por esse órgão gestor.

Mas a lei tem um pequeno problema que eu gostaria de levantar, sobre a gestão e a dominialidade. Quando as bacias hidrográficas são interestaduais, ou seja, uma bacia hidrográfica abrange dois Estados, ou mais ainda, internacional, e também em reservatórios de água cujo domínio é da União, o gestor é federal, e na situação brasileira atual é a Agência Nacional de Águas (ANA), criada em 2000.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Vá adiante.

O SR. JANIRO COSTA RÊGO – Desculpe.

As bacias hidrográficas, sendo totalmente estaduais, são geridas pelo Estado. O órgão gestor da Paraíba, aqui representado, é a Agência Nacional de Águas.

Mas voltemos à função de um açude na bacia, sobre a gestão do açude. O açude tem como função, na bacia – na bacia, porque a gestão é da bacia, e não somente do açude –, garantir uma oferta permanente de água, para atender à demanda, naturalmente. A essa oferta nós chamamos disponibilidade, vazão regularizada, oferta garantida. Cada açude tem um limite, tem uma oferta garantida, tem uma vazão regularizada. Se for utilizada mais do que aquela, ele vai falhar. Então, se essa garantia é de 100%, esse açude não falhará. Em todo e qualquer tempo, mesmo nas secas, se seu uso for limitado à sua oferta garantida, ele não vai falhar. Ele não vai falhar, mesmo na seca.

Então, voltando para o Boqueirão, depois dessa passagem rápida sobre o conceito da gestão do ponto de vista da Lei nº 9.433, eu perguntaria: qual a oferta de água garantida pelo Açude Epitácio Pessoa, o Boqueirão?

Para fazer a gestão do açude, a primeira coisa que a gente tem de saber é qual é a vazão garantida: quanto ele garante; quanto é que se pode tirar todo o tempo, de seca e de inverno, sem que ele venha a falhar, mesmo nos eventos climáticos mais graves. Esse é o conceito de vazão garantida, científico e comprovado. Em outras palavras: quanto o Boqueirão garante? Quanto o Boqueirão disponibiliza? Isso leva ao limite máximo da outorga.

Naturalmente, a outorga tem de chegar, no máximo, a isso. A outorga poderá ser até menor, por segurança, mas não se pode outorgar mais do que o reservatório garante, sob pena de vê-lo falhar, naturalmente. Então, qual é a disponibilidade, a garantia de Boqueirão? Pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos, que é o plano oficial feito em 2004 e publicado em 2006, Boqueirão tem capacidade de ofertar, com 100% de garantia, 1,23m³/s.

Existem outras avaliações. Essas avaliações não são muito fáceis de se fazer, porque requerem dados hidrológicos, fluviométricos, que também são pouco disponíveis. Existe outra estimativa, de 1,3m³/s, dada na época da questão judicial, e uma estimativa mais recente, feita pela ANA, mais conservadora, de 1,85m³/s.

Então, uma dessas três, nessa faixa, pelo menos, é o que se tem de oferta de Boqueirão. Agora, quanto vem sendo retirado para atender? Agora, eu tenho de saber quanto está sendo retirado pela Cagepa, principalmente para abastecimento humano, e pelos agricultores, para irrigação em torno do açude. A verdade é que não se sabe, com precisão, quanto está sendo retirado, porque elas não eram medidas.Daí, falar-se em falta de gestão.

(Soa a campainha.)

O SR. JANIRO COSTA RÊGO – Não se media...

Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – V. Sª pode continuar.

O SR. JANIRO COSTA RÊGO – Obrigado.

Não se mediam as retiradas da Cagepa o tempo todo e tampouco a dos agricultores da irrigação em torno do açude, que sequer outorga tem ainda.

Então, fizemos um balanço hídrico, de outubro de 2011 a setembro de 2012. Em setembro de 2011, o açude estava cheio. Então, eu não vou detalhar essa tabela, mas chamo a atenção para esta coluna aqui. Esta coluna mostra a demanda do abastecimento e da irrigação. Os senhores estão lembrados que eu mostrei a oferta de 1,23m³/s a 1,8m³. Então, nesta coluna, somado, a partir de outubro, pode-se notar que, somente nos meses de outubro e novembro, ela ficou abaixo do valor estimado pela ANA, mas acima do valor de 1,3m³/s, estimado pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos. No restante, podem ver que chegou a uma média anual de 2,31m³/s. Então, se o açude garante 1,85 m³/s, e estavam sendo retirados 2,31 m³/s, o açude vai falhar. Não há gestão. O mínimo de gestão que se pode fazer é isto: você tirar mais.

Chama a atenção uma coisa que caracteriza essa ausência de gestão completa, que se estava repetindo agora em 2012. Lamento mostrar isso, mas é o mês de março de 2012, em que a retirada subiu para 3,54 m³/s.

Por que aconteceu isso? O DNOCS, que é quem administra o açude, toma conta do bem material do açude – eu não sei, baseado em que fundamento, em que critério –, abriu as comportas das descargas de fundo que perenizavam o Rio Paraíba, que estavam fechadas desde a crise de 2008. Abriu por 50 dias, de meados de fevereiro a meados de abril. Estão aí as retiradas ultrapassando quase três vezes naquele mês. Ausência completa; não havia controle, não se sabe por que abriu e depois fechou. Isso no ano de seca de 2012. Eu suponho que, porque no mês de abril houve um período chuvoso, achou-se, então, que ia ser de novo. Não sei. Não sei. Não vou fazer cogitação sobre isso.

Então, eu quero mostrar apenas a falta de gestão.

De outubro de 2012 a outubro de 2013, continuam também sempre aqui retiradas maiores, maiores, maiores.

Como já foram historiados aqui pelo Deputado Quintans os eventos de março, em maio chega a ANA. Como bem reconheceu o Dr. Vicente Andreu, demorou um pouco, mas chegou. Chegou a ANA em maio. Então, começou a haver, realmente, os acordos com a irrigação, e a demanda de irrigação passou, então, a diminuir realmente. Estamos aí. Eram 130 litros por segundo, 110 no último mês de setembro. Isso levou, naturalmente, ainda a valores que estão abaixo da vazão de regularização da ANA, mas acima da vazão de regularização do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Mas, para nossa surpresa, no recente mês de outubro, voltou a crescer a demanda para irrigação. Subiu novamente para 0,54, o que mostra que o acordo foi feito, foi cumprido até agora, mas não sei o que pode estar acontecendo, se é preciso uma fiscalização maior. Mas os números mostram uma subida de novo na irrigação em outubro de 2013. E, naturalmente, sobe a demanda total para 2, acima da vazão de regularização da ANA.

Então, isso é apenas para ilustrar uma pequena imagem do açude, onde se pratica a irrigação, nas margens da bacia. Aqui parece um campo. Essa imagem foi do dia 1º deste mês. Aqui, me parece um campo preparado para ser irrigado. Talvez faltasse... No acordo feito com a ANA, não devem começar novas culturas, mas me parece uma coisa como essa. Não sei. Caberia fiscalização. Estou alertando. O nosso alerta é esse.

Então, esse quadro resumo mostra, entre outras coisas, que a vazão de retirada, em média, 2,19 m³/s, está maior do que a vazão outorgada... O Dr. Vicente Andreu mostrou rapidamente que a vazão outorgada pela ANA é de 1,301 m³/s. Então, está sendo retirado mais do que a outorgada. As outorgas são dadas somente à Cagepa; os irrigantes não têm outorga alguma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JANIRO COSTA RÊGO – A média é de 0,69 nos últimos tempos. A vazão outorgada está maior do que a irrigada e está maior do que a garantida, o que mostra a ausência de vazão.

Teria mais alguma coisa para mostrar em cinco minutos, talvez.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – A vazão do tempo está aumentada (*Risos.*), mas o senhor pode concluir, por favor.

O SR. JANIRO COSTA RÊGO – Bom, eu estava mostrando... Esta é uma simulação que fizemos, prevendo que uma mesma sequência de estiagem se repetisse. Agora, pegamos a época de chuva, e a pluviosidade pode repetir-se.

Aqui, eu pedi emprestado o último boletim da ANA, lá no encontro de Campina Grande. Esta foi mostrada aqui pelo Dr. Andreu. O volume morto seria atingido em fevereiro de 2015, e o volume de alerta em julho de 2014. Volume morto significa catástrofe, caos – as águas não passam pelas tubulações. Dever-se-ia fazer novo sistema de tomada e, possivelmente, do ponto de vista qualitativo, elas estariam degeneradas. Então, isso não é horizonte de se ver; ou seja, horizonte morto. O horizonte mais lógico de se gerir é o horizonte de alerta, de julho de 2014, o que significa dizer que Campina Grande e demais regiões entrarão em racionamento nesse período.

Esse volume de alerta de 100hm³ é, na verdade, o mesmo volume do racionamento de 1998. Campina Grande entrou em racionamento em 1998 com 100 milhões de metros cúbicos. Então, atingiríamos isso agora em julho de 2014, por causa do retardo dessas medidas.

Há o problema da qualidade da água quanto à irrigação, cujo fertilizante pode comprometer a água, o que é um problema gravíssimo. Eu reitero, inclusive, que o órgão gestor tem de levar em consideração essa questão da qualidade agora. Aproveito também uma imagem, fornecida pelo Boletim da ANA, mostrando, em vermelho, essas áreas irrigadas dentro da bacia hidráulica, o que significa que fertilizantes e agrotóxicos vão para dentro dos açudes, o que é problema dos mais graves.

Enfim, pergunto sobre o órgão gestor responsável. Nós temos aqui duas coisas: a bacia hidrográfica mostrada no início é totalmente estadual; o Açude Boqueirão é federal. Então, há o problema de que as águas de Boqueirão são geridas, na verdade, por órgão gestor federal, enquanto toda a bacia hidrográfica é gerida por órgão gestor estadual, o que leva à complicações na gestão.

Ao final, faço uma reflexão e, naturalmente, eu queria a retomada dessa gestão, desse controle de

fiscalização. É importante a regularização de outorgas, a questão dos impasses que há aqui com relação à redução das perdas no sistema de abastecimento e a atualização dos planos de recursos hídricos – fiz questão –, porque o plano é um instrumento geral e tem de ser feito para toda a bacia. O envolvimento e atuação do Comitê da Bacia que não está envolvido na questão de Boqueirão, e a transferência e delegação da ANA para Aesa, da condição de órgão gestor de açude. O açude, em nosso entendimento, deveria ser gerido também pelo Estado, porque está dentro de uma bacia estadual, e deve ser feita a gestão no contexto estadual. Essa gestão, sem dúvida, tem de ser efetiva e permanente para poder ser integrada, segura e sustentável na bacia hidrográfica, incluindo-se o açude.

Desculpem-me pelo alongamento e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Esta audiência pública é exclusivamente para tratarmos dessa questão. Embora esteja faltando água e sobrando verbo, é preciso, de qualquer sorte, manter um equilíbrio com o tempo, para que os demais Senadores possam participar das demais audiências, como as que estamos tendo agora na Comissão de Educação, além da reunião da Comissão de Constituição e Justiça, simultaneamente com esta, e que, talvez, seja uma das comissões em que temos a obrigação de presença quase intransferível. Por isso, o nosso Presidente teve de ausentar-se.

E, para que eu pudesse ficar aqui, acompanhando o Senador Cícero Lucena, entreguei o projeto que eu ia relatar para que ele fosse o relator *ad hoc*. Eu pedi que ele fosse o relator *ad hoc* – o relatório já está pronto –, para que a gente pudesse manter esta audiência pública, que considero muito importante e em que se mostra a dificuldade de os nossos órgãos regionais funcionarem adequadamente. Isso vai ser motivo também de debate na nossa Comissão em outra audiência fora do Senado Federal, que nós vamos realizar, Senador Cícero Lucena, na sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que é um dos órgãos que foi retomado, mas que está absolutamente sem condições de responder às suas responsabilidades.

Então, temos de tomar em nossas mãos também a solução dessas questões, assim como os colegas Senadores da Paraíba trouxeram a questão da Paraíba para um debate nacional. É um problema da Paraíba, mas é um problema também do nosso País.

Concedo a palavra, para que a use dentro do tempo regimental, ao Diretor-Presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba, Sr. João Vicente Machado Sobrinho.

O SR. JOÃO VICENTE MACHADO SOBRINHO – Bom dia a todos!

Quero saudar o Senador Cícero Lucena, da Bancada do nosso Estado no Senado, e o Senador Inácio Arruda, nordestino como nós e também passível dos problemas climáticos dos quais a Paraíba padece.

Eu trouxe aqui uma apresentação. Quando a gente fala por último, é bom, porque todo mundo já disse tudo. Não é isso, Quintans? Acho que falta muito pouco a ser dito.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS BENEVIDES GADELHA – Eu ainda estou aqui!

O SR. JOÃO VICENTE MACHADO SOBRINHO – Ah, aqui está o Buega Gadelha, que tem muito a dizer a respeito da peripécia de Marcondes Gadelha.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – É de outra área.

O SR. JOÃO VICENTE MACHADO SOBRINHO – É de outra área.

Eu queria dizer a vocês que a crise, quando se apresenta, tem o condão de unir as instâncias.

O fenômeno da seca não é novidade. Caracterizar a seca nordestina como novidade – e não é novidade! – seria como se eu caracterizasse como problema as calotas polares, o gelo. A seca no Nordeste é uma constante. Como na natureza há um volume de água permanente, é preciso que, cada vez mais, nós nos tornemos mais vigilantes quanto ao uso da água em períodos de seca e, principalmente, no inverno. Quando os reservatórios estão cheios, é preciso ter parcimônia na soltura, na liberação da água, para que possamos equalizar e racionalizar o seu uso.

O foco é o Açude Epitácio Pessoa. Eu diria aos senhores que os grandes mananciais do Estado são, pela ordem: Coremas/Mãe d'Água; Boqueirão de Piranhas, que é o Engenheiro Ávidos, cuja represa banha a terra do Senador Cícero Lucena; e Boqueirão de Cabaceiras, que é o nosso foco. Dos quatro, o que está com um valor acumulado mais alto é Boqueirão de Cabaceiras, que está em melhor situação. O manancial de Engenheiro Ávidos está com 13% da sua capacidade e é o manancial que supre a cidade de Cajazeiras e que supriria indiretamente a cidade de Sousa.

Então, há essa preocupação. No mês de maio, o Dr. Vicente foi à Paraíba. A ANA tem sido constantemente presente no nosso Estado e tem sido uma parceira, sem o concurso da qual não teríamos exercido em plenitude a gestão dos recursos hídricos que temos não somente na bacia de Epitácio Pessoa, mas, principalmente, na bacia de Coremas. Piancó-Coremas-Açu é uma bacia interestadual que é compartilhada com o Rio Grande do Norte.

Então, quero deixar bem claro que a Aesa tem sido uma parceira magnífica. Agora, às vezes, a gente se ressente do aspecto que o Janiro levantou. Mas não me preocupo com o lugar onde estão localizadas no organograma determinadas coisas. Podem estar até na assessoria jurídica, contanto que funcionem. Se estiver no setor médico, no setor de vacina, que ele funcione!

Funcionar é o que a gente precisa que aconteça.

Vejam bem, nós temos capacidade de acumulação total no Estado da Paraíba de 3,942 bilhões de metros cúbicos. O volume atual total do Estado é 1,202 bilhão, ou seja, 30,5% da capacidade de acumulação. Senador Cícero, se disso aí a gente retirar o litoral, que tem uma reserva mais generosa, porque seus mananciais praticamente sangraram, isso se reduziria ainda mais a níveis muito mais preocupantes.

Nós temos um reservatório sangrando ainda; temos 65 reservatórios com capacidade armazenada superior a 20% do volume total, e 29 reservatórios em observação, menos do que 20% do seu volume, como é o caso de Engenheiro Ávidos, e 28 reservatórios em situação crítica, que não permite mais suprimento, não permite mais retirada.

Aí está a situação das bacias. Vejam que, quando a gente se dirige ao oriente do Estado, nós temos uma acumulação, um volume acumulado bem mais generoso; temos bacias, como a bacia do Seridó, que fica nesta área aqui, que está praticamente exaurida. Quer dizer, isso tem custado um trabalho extenso na gestão desses recursos hídricos, que nós temos de saldo.

Estas são as bacias hídricas do Estado e a disponibilidade hídrica do Açude Epitácio Pessoa. A capacidade inicial da barragem era de 575 milhões. A capacidade de acumulação real, depois da batimetria feita, era de 411 milhões. Vejam o que o assoreamento fez ao longo do tempo! E uma vazão regularizável, Prof. Janiro, segundo a ANA, de 1,85m³/s.

V. Exª elenca a questão do Plano Estadual de Recursos Hídricos, e eu queria lhe dar uma notícia: nós estamos com o plano de Estado, com o termo de referência pronto, já captando recursos para a execução do Plano Estadual de Recursos Hídricos e depois do Plano de Bacia, Dr. Janiro. O volume atual são 163 milhões.

Veja, no dia em que eu estava lá na Fiep, Buega Gadelha, ele foi provocado pelos presentes, no bom sentido, para promover uma batimetria da barragem. E ele acedeu. Autorizou, e a batimetria foi feita em conjunto conosco, com a Aesa e com o DNOCS, e a gente chega à conclusão de que a batimetria de 2004, Janiro, era real, porque os pontos quase coincidem totalmente. Pelo contrário, ali, na ponta, em cima, houve um pequeno saldo positivo – bem aqui –, que seria um pouco maior do que o registro acumulado atual.

Esse aí é o período em que a barragem acumula e no período de depleção máxima. Nós tivemos aqui o ano 2000, quando chegamos a 60, 70 milhões de metros cúbicos, e tivemos todos esses anos com a barragem vertendo; sangrando, como diz o nordestino. Para o povo que está presente e que não conhece a terminologia, o nordestino dá tanto valor à água que, no Sudeste, chama-se “transbordando”; lá, no Nordeste, diz-se que está “sangrando”, está perdendo sangue.

Então, essa é a situação da barragem.

Eu conversava com o Janiro no início: às vezes, a natureza é muito caprichosa com a hidráulica. Eu tinha um professor, Quintans, na Fundação Oswaldo Cruz, que dizia: “A hidráulica não existe. O que existe é a natureza. A hidráulica é uma forma de a gente se aproximar dela”.

Naquela última reunião, a gente discutia e dizia: para que Boqueirão receba qualquer contribuição de água, é preciso que todos os açudes sangrem. Em outubro, choveu na bacia. Não sangrou nenhum açude, e Boqueirão recebeu 5 milhões de metros cúbicos. Quer dizer, são fenômenos naturais que vão nos ensinando a lidar melhor com ela.

Essa aí o Dr. Vicente já mostrou para vocês. Esta é a perda diária que a gente teria: média móvel de 14 dias. Essa aí é a curva de depleção, que ele já mostrou. Tabelas também.

Esta aqui é uma simulação. Se nós fizermos o abastecimento humano com 1,5m³/s, mais 0,36m³ de irrigação, essa curva nos permitiria ir até aqui: o ano de 2015. Se o uso for feito dessa forma, nesta curva daqui, nós iríamos para menos. E, se fosse dessa forma, nós a esgotaríamos em fevereiro de 2015.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Desculpe interromper, mas, interrompendo, como se diz,...

JOÃO VICENTE MACHADO SOBRINHO – Pois não, Senador.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Nessas contas, nesse gráfico...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – V. Exª pode interromper.

O SR. JOÃO VICENTE MACHADO SOBRINHO – Pois não, Senador. O senhor interrompa na hora que julgar conveniente.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Qualquer coisa, eu passo a presidência dos trabalhos para a companhia de águas.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado, Presidente.

É que, nessa curva, nesse mapa que o senhor fez aí, eu só vi consumo humano e irrigação. Não foi levada em conta a questão da evaporação.

O SR. JOÃO VICENTE MACHADO SOBRINHO – Sim, foi levada em conta, Senador.. Foi levada em conta. A evaporação é inexorável, é uma hidra contra a qual não podemos prescindir de lutar.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Nesses termos, a hidráulica é a natureza.

O SR. JOÃO VICENTE MACHADO SOBRINHO – Bom, aí vem... Houve, agora, em São Luís do Maranhão, e vai haver, nos dias 17, 18 e 19, em Campina Grande, uma reunião dos climatologistas de toda a Região Nordeste. Existem sinais de que poderemos ter uma estação chuvosa. Esse foi o relatório de São Luís do Maranhão, que diz que a probabilidade de...

Meteorologista nunca dá resposta fechada, é como economista: "Pode ser que chova; pode chover, pode não chover e pode ser que chova". Então, existe a probabilidade de 40% de chuva dentro da média e de 35% de chuva abaixo da média.

Eu me voltaria para o mapa que está na parede, por trás da mesa, para explicar um pouco daquilo que tentei apreender dos meteorologistas...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Segundo os meteorologistas, não falta água, não é?

O SR. JOÃO VICENTE MACHADO SOBRINHO – Eu não sou meteorologista, mas, por exemplo, a questão do Pacífico, que é determinante para a chuva do Nordeste, está estabilizada. Pacífico equatorial, que fica aqui. Mas não é suficiente para a determinação do período chuvoso. Porque se volta para a questão do Atlântico, o que o Manoelito chama de "gangorra térmica", e os meteorologistas chamam de fenômeno bipolar.

O que é o fenômeno bipolar? É preciso que o sul do Atlântico, entre o Equador e o Trópico de Capricórnio, esteja aquecido; é preciso que, acima do Equador, até o Trópico de Câncer, esteja esfriado. Abaixo do Equador está aquecido – a chuva de outubro que caiu por lá não foi à toa; acima do Equador estava um pouco quente. Começou a resfriar a partir de outubro. Estabeleceu-se o dipolo, que permite o que eles chamam de "convergências intertropicais". Temos o Trópico de Câncer e o de Capricórnio, e, no momento em que há uma evaporação no lado sul do Atlântico, a tendência é ocupar o espaço que vem da frente, que vem do norte. Forma-se a chamada "convergência intertropical", que é o que confere qualidade às estações chuvosas do Nordeste. Em termos de quantidade, nós poderemos estar acima da média quando isso acontecer.

Eu espero que aconteça, torço para que aconteça, digo e reafirmo o que disse lá em Campina Grande, ao celebrarmos um pacto: chova ou não chova, nós vamos continuar. Se chover, nós vamos continuar com essas reuniões periódicas, permanentemente, com a frequência de dois, três meses, analisando o que se está fazendo, verificando como se está gerindo, para que a população possa acompanhar e nós possamos informar, a fim de que ela nos ajude na racionalidade do uso da água.

A Cagepa tem tomado medidas, sim, para reduzir o seu consumo. Eu gostaria de explicar que a Cagepa tem uma outorga de 1,3m^3/s e está retirando 1,5m^3. Mas por quê? Porque foi obrigada a adotar, pela rede de distribuição de Campina Grande, Lagoa Seca, Alagoa Nova, Floriano, Matinhas, São Sebastião de Lagoa de Roça. Foram incorporadas à rede de distribuição de Campina Grande, porque o reservatório lá do Brejo havia sido exaurido. Foi essa a razão.

A Adutora do Cariri, que tinha uma outorga de 100 e está consumindo 170, nas primeiras reuniões, eu conversava com o companheiro Rodrigo lá da ANA, que dizia: "Mas nós temos..." E eu digo: "Não faça, pelo amor de Deus. Essa adutora supre a área pior do Cariri, que vai em direção a Curimataú. Se a gente retirar qualquer coisa daí, é para colocá-los todos no caminhão-pipa. É tirar de um local para colocar em outro."

Então, eu vou tomar emprestado, se Quintans me permitir, uma assertiva que ele me disse. A gente caminhando na praia nesta semana, ele me disse: "João, há três possibilidades: primeiro, chuva, que não depende nem de mim, nem de você, nem de Dr. Vicente, nem do Presidente Inácio Arruda, nem de Buega; a integração do São Francisco, está em andamento, as obras estão em andamento; como ele disse, a licitação foi feita, mas a obra não depende de nós; o que depende de nós é gestão, e essa gestão nós estamos procurando fazer, estamos procurando fazer com efetividade. A ANA está praticamente morando na Paraíba. Os técnicos da ANA estão praticamente morando em Boqueirão e em Curema. Quer dizer, estão praticamente conosco nessa luta. E essa é uma luta pesada porque tem conflitos sérios. Há conflitos sérios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO VICENTE MACHADO SOBRINHO – Só um instante. Tivemos de eliminar a irrigação pesada, a grande irrigação da Bacia do Boqueirão e ficaram os irrigantes pequenos, até cinco hectares – até. Isso não significa que ele tem uma gleba de cinco e vá plantar cinco. Se ele tem uma gleba de cinco e está utilizando um hectare, ele vai continuar usando um hectare.

Então, é essa a gestão que a gente quer continuar fazendo, é esse concurso que a gente precisa da academia, na pessoa do Prof. Janiro, com quem às vezes temos divergência de forma, mas nunca temos divergência de conteúdo. Nós sempre temos divergência de forma, de como fazer as coisas, mas de conteúdo nós não temos. Uma parceria com o Ministério Público, na pessoa da Drª Adriana, que já pegou esse legado do pai dela – na crise de 2009, foi o pai dela, que era promotor, quem comandou o processo na época, para conseguir que Campina Grande tivesse água. E com a parceria inestimável e indispensável da Agência Nacional de Saneamento. Eu quero enaltecer e, mais uma vez, dizer isto: a ANA tem sido presente com intensidade em todos os mananciais que a gente tem tido a parceria de gerir.

Eu quero agradecer a oportunidade a todos vocês e pedir desculpas pelo desarrumado de minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Olhe...

O SR. FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS *(Fora do microfone.)* – Permita-me só...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – V. Exª foi citado, mas só vai responder depois da apresentação do nosso camarada Gadelha.

Francisco de Assis também é meu xará, porque eu sou Inácio Francisco de Assis.

V. Exª está inscrito antes do Senador Lucena. Não há dúvida.

Para o caso do Ceará, Vicente, haverá uma reunião no Sertão central. Entre outras coisas, dos mestres da chuva, nós também estamos convocando as tanajuras, para dar uma examinada se a chuva vai cair direitinho ou não.

O SR. JOÃO VICENTE MACHADO SOBRINHO – São dois aspectos, se o senhor me permite. Eu sou cearense de Lavras da Mangabeira, emprestado à Paraíba a fundo perdido. Já estou morando há mais de 40 anos na Paraíba. Estou emprestado a fundo perdido. Mas eu conheço a região.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Está pertinho da solução.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Há cearense em todo canto, está espalhado.

O SR. JOÃO VICENTE MACHADO SOBRINHO – Havia até na Lua, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Foi o primeiro a chegar. *(Risos.)*

Francisco Gadelha.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS BENEVIDES GADELHA – Como é Francisco de Assis, é um santo e deixou eu falar agora.

Muito obrigado pelo convite...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Pelo que eu percebi, o senhor tem paciência de santo.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS BENEVIDES GADELHA – Tenho. Sou Francisco de Assis também e tenho muita paciência aqui, mas eu tenho pressa. Eu tenho pressa com relação à solução dos problemas.

Quando se chega a uma certa idade, a gente quer que as coisas aconteçam rapidamente, quer pela experiência, quer pela necessidade temporal que se tem de ver aquilo acontecer.

E a gente sabe que o Brasil é pródigo em publicações científicas, ocupando o 11º lugar no mundo, mas é muito pobre em registro de patentes, ocupando a 123ª posição em todo o mundo. Quer dizer, a gente é de muita conversa e de pouca ação.

Então, na Paraíba, nós temos realmente quatro bacias que alimentam os quatro polos. Nós temos a Bacia Gramame/Mamuaba, que alimenta o polo do litoral. É como se a Paraíba fosse um retângulo. Observando, se nós estivéssemos aqui no leste e, lá na frente, fosse o oeste.

Essa Gramame-Mambuaba não oferece problemas porque, no litoral da Paraíba, chove próximo de 2 mil milímetros, muito mais do que no Rio de Janeiro, e pouca gente sabe disso. Então, a 120km, temos a cidade de Campina Grande, não há rios na serra, mas se alimenta exatamente da Bacia do Boqueirão, que ocupa mais de 22% do nosso território. A Bacia do Boqueirão tem 12.500km^2, e o açude mesmo, 2.600 hectares.

Logo no meio da Paraíba, onde fica o terceiro polo, que é a cidade de Patos, é alimentado pelo Açude de Capoeiras, e também que foi agora realimentado pelo Açude Coremas/Mãe d´Água, que é o maior deles, tem 1,35 bilhão. Boqueirão foi construído com 515 milhões de m^3, mas hoje, com o assoreamento, só tem 411 milhões. E, lá no fim da Paraíba, a gente tem o Engenheiro Avidos. É Avidos mesmo. Segundo pesquisa do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, a pronúncia não é como em "ávidos". É Engenheiro Avidos mesmo. Engenheiro Avidos e São Gonçalo abastecem Sousa e Cajazeiras, que é o outro polo do Estado.

Pois bem, em todos esses reservatórios, nós só não teríamos déficit hídrico em Coremas/Mãe d´Água, mas cedemos toda a água para o Rio Grande do Norte. Então, é a roda grande entrando na roda pequena, porque o Açude de Coremas tem 1,350 bilhões, mas o de Parma do Ribeiro, do Rio Grande do Norte,

tem 4 bilhões de m^3, e a cidade do Natal não precisa de reservatório, porque ela se alimenta da água que penetra nas próprias dunas, e Mossoró tem um abastecimento de água do subsolo e tem a Barragem de Oiticica. Então, o Rio Grande do Norte e o Ceará estão mais ou menos bem resolvidos, porque o Ceará tem o Castanhão, tem Orós, tem Banabuiú, tem Pentecoste, tem Gavião. Então, toda essa região está devidamente abastecida.

Pernambuco também é banhado pelo São Francisco.

Assim, a Paraíba é o Estado mais pobre em recursos hídricos do País, e, sem a transposição, ele não tem futuro. A Paraíba não tem futuro sem a transposição, e, graças ao Senador Cícero Lucena e ao Dr. Fernando Catão, nós ganhamos esse braço leste para alimentar a cidade de Campina Grande e o litoral futuramente, que também vai necessitar.

Então, o que é que acontece? No tocante a Engenheiro Avidos, Senador Cícero, Senador Vital, vejam uma coisa: ontem eu assisti a uma palestra do Ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, e ele mostrou que, em recursos hídricos, em infraestrutura, nós só utilizamos 33% do recurso empenhado. Então, nós somos incompetentes da gestão geral. E as coisas só acontecem... Há o dinheiro, mas não sabemos usar. Somos incapazes de usar. O único que ultrapassou 50% foram as Forças Armadas, por absoluta capacidade de pressionar.

Então, nós vamos também ter que pressionar para termos a água do São Francisco.

Essa gestão momentânea, pontual... Tomara, Vital, que você assuma o Ministério para a gente ter essa água logo, rapidinho. Isso deve acontecer porque o Presidente Lula queria botar água no Rio Paraíba em dezembro de 2010. Não sei por que não terminou e não botou água. E agora está aí esse tempão todinho, e só evoluiu 1%, como disse o Francisco de Assis Quintans. Nós temos é que fazer essa pressão para que venha a água do São Francisco.

Minas Gerais abastece todo o Sudeste e é também quem tem que abastecer o Nordeste. Eu tinha um professor na Escola de Engenharia de Recife, Arnaldo Barbalho, que chegou a ser Ministro de Minas e Energia, e ele dizia uma coisa tragicômica – risível, mas trágica, verdadeira: "Para a gente ter energia no Brasil, é necessário que morram seis mineiros afogados". Ele dizia essa história tragicômica, mas que era um apelo a que as águas acontecessem em Minas Gerais para que a gente tivesse tanto energia no Sudeste, como energia no Nordeste. Sem ela, nós não teríamos essa energia. É a grande caixa d´água do Brasil.

O São Francisco recebe 76% das suas águas de Minas Gerais e tem que abastecer o nosso Açude do Boqueirão. Temos que fazer pressão, temos que sair desta assembleia tão diminuta com a ideia de que a gente deve pressionar para que saiam as águas do São Francisco. Por quê? Até o próximo inverno acontece. Eles estão prometendo terminar o São Francisco em 2015. Por que não termina o braço leste em 2014? Tem que terminar esse braço leste em 2014. Essa é a solução.

Em 1992, eu me deitei na estrada com os irrigantes, e fechamos a BR-230 por 8 horas. Em 1994, Itamar Franco fez a licitação do São Francisco e depois foi a derrocada, foi prorrogada. Em 1998, fiz o movimento dos 50 mil pelas águas, na época do racionamento de Campina Grande. Tem que haver ação. E aí começou a transposição. E vários gritos de águas foram ensaiados em várias grandes cidades do Nordeste. Então, sem a pressão, não vamos resolver. Não é com a gestão. A gestão será um momento, será um pequeno momento, mas nós temos capacidade de fazer com que as águas do São Francisco entrem antes da próxima seca, porque ainda temos água para um ano. Esse é o espaço temporal para resolvermos esse problema sob pressão. Nós temos que fazer pressão para que isso aconteça, porque a gestão, como eu disse, vai ser somente neste momentozinho aqui e não será a solução.

Como a transposição é uma grande sanfona, mais importante do que a água é a certeza da água, é a gente ter a certeza de que pode usar a água do Coremas, de que pode usar a água do aspersor Boqueirão, como queiram chamar, pode usar a água de Engenheiro Avidos.

Sr. Presidente, a lembrança mais remota que eu tenho de Engenheiro Avidos é de quando eu tinha dois anos de idade. Hoje, tenho 68 anos. Isso foi há 67 anos. O que aconteceu? Nós fugimos da cidade de Sousa porque Engenheiro Avidos ia arrombar, porque ela tem uma fissura na barragem. Então, como ela é uma barragem vertedoura, que sangra por cima, além da pressão da água, ainda tinha o vácuo do outro lado que podia arrombar. Pois eles fizeram outro sangradouro e não consertaram a fissura de Engenheiro Avidos, que tem a capacidade de armazenar 270 milhões de metros cúbicos e só armazena 150 milhões de metros cúbicos. Quer dizer, 66 anos depois eles não fizeram o conserto. O Governo tem essa incapacidade de botar o dinheiro na ponta. Ele tem o dinheiro aqui, mas é incapaz de colocar o dinheiro na ponta. Esse é o grande problema do Brasil que estamos vivenciando.

Dessa forma, eu queria sugerir aqui aos nossos Senadores, queria sugerir à Procuradora, Drª Adriana Amorim, e a todos esses que fazem a universidade que

comecemos a fazer um grande movimento dentro da universidade. Eu vou começar a fazer dentro da indústria, como fiz da outra vez, nas igrejas, levando o bispo, levando todos os padres, levando todos os pastores evangélicos, para fazermos essa grande mobilização, porque, sem ela, a gente vai ficar sempre nessa conversa de deficiência de gestão, que vai acontecer agora sob toda pressão, inclusive policial. Vai ser policial arrancando bomba, tudo vai acontecer. Mas o problema volta novamente se não dermos a solução definitiva, que está bem mais próxima do que qualquer outra, que é a transposição de águas do São Francisco.

Então, eu queria aproveitar esta oportunidade para deixar esta sugestão como um ponto focal, como o objetivo principal para uma solução definitiva desse problema, porque, aí sim, a Paraíba, que é o Estado mais pobre em recursos hídricos, o Estado mais pobre em agricultura do País, vai ser um dos mais beneficiados pelo sistema de caixas d'água que tem espalhado em todo o território. Ele pode ser um Estado totalmente verde. Então, aí é verde que te quero verde. Temos que fazer a transposição de água do São Francisco.

Muito obrigado e estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Bom, sendo o Gadelha Francisco, Quintans também é Francisco, o Inácio também é Francisco, o rio é o Chico e o Papa é Francisco. Sendo assim, não é possível que, ávidos, não façamos Avidos sangrar novamente. Está certo?

Então, a nossa Comissão vai cumprindo aqui o seu papel de responder a uma questão que, aparentemente, é da Paraíba, mas que os paraibanos, de forma ávida, por Ávidos, colocaram como uma questão nacional. Então, penso que, desse ponto de vista, já cumprimos um grande e relevante papel.

Também aproveito a oportunidade para, imediatamente, prestar contas de uma missão dada pelo Presidente da Comissão, que foi até a Sudene, para que, na primeira quinzena de fevereiro, possamos realizar um seminário, um simpósio, uma audiência pública ou uma reunião – o nome não tem grande importância –, para encontrarmos os órgãos de desenvolvimento regional na sede da Sudene, para que possamos trabalhar no seu revigoramento, a fim de que eles cumpram sua responsabilidade, nascida das mãos de Celso Furtado, a qual está depreciada na atual altura do desenvolvimento do nosso País. O Nordeste precisa responder a isso.

Essa, portanto, será uma questão de todos nós nordestinos, para nos reunirmos ali, na sede da Sudene, onde fomos muito bem recebidos pelo Superintende atual e por toda a sua equipe. Reunimos ali, na Sudene, os órgãos regionais, o DNOCS, a Codevasf, o Banco do Nordeste, integrados com a Sudene, para examinarmos de forma mais adequada essa questão das bacias hidrográficas.

Estamos lutando. Eu, com o Senador Cícero Lucena e com o Senador Vital do Rêgo, há poucos meses, examinei as obras do São Francisco. Fomos de Mauriti a São José de Piranhas, para examinar a velocidade da obra. Depois, fomos a Salgueiro. Visitamos a Paraíba, o Ceará, Pernambuco. Todos estamos na tentativa de acelerar o máximo aquele empreendimento, para que possamos ter essa garantia hídrica, que é a grande vontade, o desejo de todos nós, para que não possamos sofrer como temos sofrido.

Nós chegamos a uma situação de quase colapso na cidade de Fortaleza. Há uma década, desesperados, tivemos de correr para fazer o canal do Açude Castanhão em Fortaleza, numa velocidade inédita, para socorrer a cidade de Fortaleza. Teríamos entrado em colapso, se não fosse aquela barragem de seis bilhões de metros cúbicos. Eu lembro, Senador Vital, que eu era membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente e que essa barragem foi construída por um voto. A decisão se deu por 21 votos a 20 para se construir a barragem na cota máxima. E foi exatamente o fato de ela ter sido construída na cota máxima que permitiu a construção de um canal que chegasse à cidade de Fortaleza.

Então, veja que lutamos intensamente. Os ambientalistas, com suas razões e com suas opiniões, e o Ministério Público, também com sua razão e com sua opinião, travaram uma batalha enorme para impedir que a obra fosse construída. Depois que ela foi feita, todos nós a examinamos. E, depois que ela deu solução ao problema de Fortaleza, passamos a compreender melhor a importância e o papel que ela tinha naquela cota. Quando você olha debaixo da barragem, você diz: "Puxa vida, é uma coisa imensa que está sendo construída aqui! Isso vai causar também um dano ambiental." E é verdade: causa um dano ambiental. Inclusive, parte das terras ocupadas pela barragem é a melhor terra em termo de produção naquela região do Estado do Ceará, mas está coberta hoje pelas águas. Mas se mostrou que isso era uma necessidade absoluta, para se garantir o abastecimento humano na cidade de Fortaleza e na região metropolitana de Fortaleza.

Por isso, vejo esta audiência pública, esta iniciativa dos Senadores paraibanos como justa e correta, para lutar para se dar a garantia hídrica para o seu Estado.

Não sei se V. Exªs vão permitir, mas, como houve uma provocação e como se trata de Francisco de Assis, eu concederei a palavra por um minuto para o Francisco de Assis, antes de V. Exª.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Haja Chico, não é?

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Chico está em maioria absoluta aqui, no auditório.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS – Sr. Presidente, só tenho a agradecer esse gesto...

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Chico Quintans, o senhor dispõe de um minuto.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS – ...de elegância.

Quero informar que nós sofremos muito na Paraíba, baseados nessas informações que João Vicente evidenciou. Ele disse que as informações tinham 25% de probabilidade, acima da média histórica, e 75% da...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO DE ASSIS QUINTANS – Não. Espera aí. Eu sou gabiru de imprensa. O Juarez Amaral já ligou para mim, Arimatea já ligou para mim hoje, dizendo: "Você está em Brasília. Estão me dizendo que vai ser 75% de possibilidade de ser aberta a média histórica e o problema de Epitácio Pessoa". Assim são essas informações, que a população, a imprensa sacode para criar dificuldade.

Mas, Dr. Vicente, quero informar a V. Sª que Quintans quer deixar bem claro: não é contra irrigação. Tenho apoio à irrigação. Agora, que seja irrigação racional. No Semiárido, onde somos extremamente deficitários, tem que se pensar no máximo em irrigação por microaspersão, gotejamento em microaspersão.

Outro assunto que preciso finalizar: o senhor me anima! Informa que só estamos utilizando 103 litros por segundo para irrigação. Achei ótimo! Porque a gente resolve o problema da lavagem dos filtros, e fica mais ou menos uma coisa próxima. Mas Janiro já vem com outra informação. Assim, a fiscalização é fundamental.

Agora, vamos fazer justiça aqui e dizer que a Cagepa apresentou um plano de desperdício de água, e vamos fazer uma avaliação no dia 20 de dezembro. Esse é um gesto. Esse é um avanço que nós temos que mostrar.

Agora, Dr. Vicente, a ideia embrionária de toda esta discussão foi da Assembleia Legislativa e dos parceiros. E os senhores, que fazem apresentação da ANA, nunca colocam a Assembleia. Eu queria fazer um pedido a V. Sª para colocar o nomezinho humilde da Assembleia Legislativa da Paraíba, que representa o povo humilde da Paraíba.

Muito obrigado, Senador Inácio.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Não precisa nem Vicente colocar mais! V. Exª já colocou. Já está no ar, ao vivo, para todo o Brasil.

Cícero, vamos permitir ao nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Não só pela idade, mas o Presidente está tendo o gesto de sair da Comissão com matérias tão importantes e pediu para falar. Concordo plenamente com a situação.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Então, o nosso jovem Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Isso que V. Exª quis dizer!

Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Garantido pela prerrogativa da idade, esses privilégios de quem é mais velho, meu querido irmão Cícero Lucena, faz com que a generosidade da alteração de inscrições possa prevalecer.

Inicialmente, quero lhe agradecer, Senador Inácio Arruda, pela Presidência dos trabalhos.

Esta é uma reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional que trata de um dos Estados, talvez, na questão dos recursos hídricos, mais carentes de todo o espectro de atuação desta Comissão. E V. Exª é do Ceará, irmão nosso, solidário às nossas angústias, parceiro das nossas esperanças, signatário de todos os nossos desejos. V. Exª vem presidir esta reunião eminentemente paraibana, convocada pelos Senadores da Paraíba.

Aqui está ao meu lado o primeiro signatário, Senador Cícero Lucena, com a presença do poder político da Paraíba, na pessoa desse extraordinário homem público, meu querido e fraterno amigo, colega Deputado Estadual Francisco de Assis Quintans, e tantas autoridades, como a Prefeitura de Campina Grande, a Universidade Estadual, a ESA, a ANA, a Promotoria, o Ministério Público, e este timoneiro das grandes causas da Paraíba, que é Buega Gadelha, a quem saúdo em nome de todos por ser o nosso Presidente da Federação das Indústrias, cuja casa recebe e é espelho das manifestações mais nobres do povo da Paraíba, situada no nosso Município de Campina Grande. Ela é capital desse trabalho desenvolvimentista do Estado.

Campina Grande sempre foi celeiro dessas grandes lutas e vive numa expectativa amarga. Que não se reeditem os idos de 98, 99, em que vivíamos sob intenso racionamento hídrico. Nós estamos em uma área que V. Exª conhece muito bem, uma área inclusive que Governo Federal, ainda no governo Lula, inclusive considerou prioritária para a pesquisa e extensão do Semiárido, onde se situa o nosso Instituto Nacional do Semiárido, exatamente porque em Campina reside

a coleta de dados mais importante sobre o processo de desertificação da Região Nordeste, do Semiárido nordestino, da área setentrional. Em Campina reside a área em que vivenciamos o choque recursos hídricos *versus* aglomerado urbano. Há quase um milhão de paraibanos nas circunvizinhanças de Campina, que tem 400 mil habitantes. É uma área de geografia multifatorial em termos de cidade, existem 60 Municípios no entorno do que chamamos de Compartimento da Borborema. Então, Campina merece, de todos nós, um olhar especial, porque é porta de entrada de todo o árido sertão paraibano.

Hoje, estamos tratando das reservas do Açude Epitácio Pessoa. O Vicente tem estado comigo permanentemente. Eu tenho questionado a ANA, que tem sido uma parceira nessas nossas preocupações e angústias e tem apresentado respostas sobre o monitoramento, sobre a batimetria. Não sei se já foi falado aqui que já foi autorizada a batimetria do nosso Epitácio Pessoa, por conta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já foi feita. Autorizada e feita. Eu estava esperando inclusive os resultados. Na última conversa com o Vicente, ele me informou que apresentaria rapidamente os resultados, para saber o que realmente temos de recursos, depois de todo um processo de sedimentação e assoreamento.

Ouvi, ainda, um restinho da fala de Buega. Ele, assim como nós da Bancada da Paraíba – eu, o Senador Cássio e o Senador Cícero – e todos nós, cearenses, norte-rio-grandenses, pernambucanos e paraibanos, esperamos que a transposição do São Francisco seja a obra matriz do alívio das nossas maiores temeridades, das nossa maiores angústias. É uma obra que vem se arrastando, uma obra que foi concebida...

V. Exª faz parte de uma comissão que tenho a honra de presidir e que conta com a participação do Senador Cícero e do Senador Cássio. É inclusive uma comissão idealizada pela Bancada da Paraíba, uma comissão de acompanhamento e fiscalização das Obras do São Francisco. Já fizemos três visitas, tanto ao Eixo Norte como ao Eixo Leste da obra; o Ministro Fernando Bezerra esteve aqui falando sobre a obra; realizamos audiências públicas, inclusive, a última, na cidade de Monteiro, provocada novamente por esse timoneiro extraordinário, Assis Quintans; e estamos na expectativa de que a obra, com gestão, tenha passado da fase das dificuldades maiores.

Essa obra todos nós conhecemos. Por sermos Senadores que fiscalizamos a obra, temos certeza de que o trabalho desenvolvido, com a concepção muito improvisada de um projeto básico e uma formatação cheia de dificuldades para o momento que o País vivia, criou uma inflexão muito grande. E agora, depois da remontagem, com a ajuda do Tribunal de Contas da União, esperamos que deslanche, de uma vez por todas. Principalmente o último trecho, que é o trecho leste, a Meta 3L, que é a meta que define o reinício das obras, a partir da cidade de Monteiro.

Eu vejo que o São Francisco vai ser a redenção para todos nós, mas cada Estado tem a obrigação de desenvolver as obras complementares. Precisamos estar, paralelamente, envolvidos com elas. E proponho, Senador Cícero, já que V. Exª levanta essa questão permanentemente, que, com o meu apoio e com o apoio do Senador Cássio, esta Comissão promova outra reunião aqui para saber que obrigações o Estado tem e que vem cumprindo no setor de obras complementares. Toda a Bacia do São Francisco precisa de obras complementares. À primeira vista, numa visão mais superficial, as coisas não têm caminhado com a celeridade necessária.

O Buega faz um apelo, um apelo muito justo: por que não anteciparmos a entrega dos cem quilômetros – V. Exª sabe que são cem quilômetros comprometidos pelo Governo Federal; agora, são cem no eixo leste e cem no eixo norte – para o final de 2014? Por que a gente não avança? E aí a nossa preocupação ao avançar: será que essas obras estão prontas para receber as águas do Chico? Será que não apenas a bacia do Paraíba, não apenas a bacia do Piranhas, mas todas as cidades circunvizinhas estão prontas com relação aos seus abastecimentos e esgotamentos sanitários?

Há uma série de questões. E acho que esta é uma reunião embrionária feita por uma Bancada unida – unida – e aguerrida, em defesa dos interesses da Paraíba, em defesa do Estado de que nós somos representantes, mas, acima de tudo, na solidariedade.

Há milhares e milhares de paraibanos que estão olhando para o horizonte e vendo nas obras hídricas a diferença entre viver e morrer. Essas obras hídricas são a diferença entre viver e morrer.

Agradeço a presença dos senhores.

Senador Cássio.

Tenho reiterado que nós três falamos a mesma língua, sentimo-nos igualmente representados em qualquer parte e, nesse setor, na prerrogativa do interesse e na defesa do Estado, somos inflexíveis. Esta Bancada é inflexível, tem uma linguagem só, uma defesa única, voltada efetivamente para reivindicar a quem quer que seja os nossos direitos.

Eu devo voltar ao comando da Comissão de Constituição e Justiça, mas repito que estou extremamente bem representado na pessoa do Senador Cícero e, agora, na pessoa do Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Não há dúvida.

Aqui temos as Bancadas unidas da Paraíba e do Ceará. *(Risos.)*

Depois da fala poética do Senador Vital do Rêgo, devemos pensar na sua proposta de que façamos uma próxima reunião, Senador Cícero Lucena e Senador Cássio, para examinar o que vamos trabalhar em termos de complementariedade entre obrigações do Governo Federal, digamos assim, e obrigações do Estado. Acho que isso tem sentido – passo, imediatamente, a palavra a V. Exª – porque uma audiência pública tem esse papel, tem essa importância.

Eu tenho a opinião de que nossa principal responsabilidade, como nordestinos – e, no caso aqui, é uma causa paraibana –, é fazer uma pressão justa, correta e necessária ao Governo Federal, para dar velocidade aos seus empreendimentos na região, inclusive aos órgãos de responsabilidade, como é o caso da Agência Nacional de Águas, que está absolutamente inteirada do tema. Então, eu acho que temos que depois, ao afunilar, ver o que concluímos para tocarmos o nosso objetivo, aproveitando a oportunidade que o Ministro da Integração Nacional também é Francisco. Então, vamos aproveitar a presença dos Franciscos.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Presidente, vou iniciar e vou pedir a compreensão de V. Exª para que eu possa falar um pouco mais do que o tempo normal, até porque eu não sou afeito a falar muito, mas este caso requer um pouco mais de reflexão em função desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – O Senador Cícero Lucena fala muitas vezes, mas um pouco de cada vez.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Então, Presidente, as minhas palavras são de agradecimento a esta Comissão, na pessoa do Presidente Valadares, bem como na pessoa de V. Exª, por estar nos dando a oportunidade de presidir e, com a sensibilidade que tem, conduzir exatamente desta forma bastante aberta, sem limitação de tempo, para que a gente possa exaurir ao máximo as necessidade e esta discussão.

Agradeço também a presença de todos aqui, que já fizeram as suas exposições, e, em particular, à Bancada da Paraíba. Estamos unidos, tanto eu como o Senador Cássio e o Senador Vital, cumprindo o nosso dever, com a nossa obrigação, obviamente carregados com a nossa convivência com um drama tão sério e tão grave no nosso Estado.

E também agradecer à Assembleia Legislativa, antes de ser cobrado, na pessoa do Deputado Quintans, pelo belo trabalho, pela provocação desse tema, pela discussão desse tema que é tão importante, entre outros – justiça se faça – que a Assembleia tem conduzido na Paraíba e até trazendo em âmbito nacional.

Mas, Presidente, eu poderia contar várias histórias para justificar esta audiência e aqui relatadas por alguns. Eu gostaria de dizer que o objetivo desta audiência foi basicamente chamar a atenção para algo que hoje é grave, gravidade essa que vem se arrastando ao longo do tempo, e nós não estamos vendo ações concretas para fazer o enfrentamento da situação.

Aqui foram relatados, e não adianta eu repetir aqui, os termos históricos pelo Prof. Janiro, pelo Dr. João, pelo próprio Deputado Quintans, por Buega, por Tovar, pelo Presidente da ANA, pela Drª Adriana, enfim, por todos. Mas eu gostaria de dizer que esse fato vem se repetindo.

Para o senhor ter ideia, foi citado o Açude Engenheiro Avidos. Eu sou de São José de Piranhas. Eu não era nascido quando esse açude cobriu a antiga cidade de São José de Piranhas. A cidade teve que sair, foi instalada numa fazenda chamada Jatobá – e ainda hoje chamo a minha terra de minha querida Jatobá, porque eu nasci como Jatobá –, foi mudado o nome para São José de Piranhas, e aquela que foi coberta ficou batizada como Piranhas Velha. Hoje, se quiser, dá quase que voltar para a cidade, porque a situação do açude, como foi dito aqui pelo Dr. João, é de cerca de 13% a 14%. E vejam que é o açude que abastece Cajazeiras e outros Municípios, e dá suporte para São Gonçalo para abastecer Várzea e a cidade de Sousa. Esse açude tem inclusive problema em sua parede, em que precisam ser feitos consertos. Quando o baiano Geddel Vieira era Ministro, o Secretário Executivo esteve comigo lá, já dizendo que estava desenvolvendo um projeto para recuperar o açude, e, mais uma vez, o dinheiro não chegou na ponta, a licitação não foi feita, e nada ainda foi realizado em termos de Boqueirão – lá também é chamado de Boqueirão.

Então, Presidente, eu quero dizer que o interesse dessa audiência foi chamar a atenção para a gravidade do problema dos recursos hídricos no Nordeste, primeiramente pela falta de gerenciamento, ou, onde há gerenciamento, se está sendo bem feito ou se não está sendo bem feito; chamar a atenção para a questão educacional: é preciso começar a despertar a população – e aí não é de inverno a verão, mas a vida toda – para o consumo correto desse precioso líquido, conforme aqui foi dito e foi colocado, e nós sabemos o quanto ele é precioso; chamar a atenção para a cobrança da eficiência das empresas de saneamento básico, porque a Cagepa, segundo últimas informações, tem um índice de desperdício em torno de 42%

a 46% da água tratável, e isso é inadmissível! Não estou querendo colocar a culpa nessa Administração: estou colocando a culpa na cultura que nós temos em relação a esse produto tão precioso.

Então, nós temos que ter essa preocupação, como aqui já foi colocado – e vou já entrar na transposição das águas.

O que está sendo feito paralelamente para receber a água do Rio São Francisco? Projetos, discussões, conversas, mas, na prática, o que é que está sendo realizado?

Quais são as etapas? Tudo na vida tem que ter planejamento, tem que ter meta, tem que ter etapas a serem vencidas, a serem atingidas, e, efetivamente, posso dizer que, conhecendo o que conheço sobre a transposição, até porque Deus me deu a oportunidade de, em determinado instante, ser Ministro dessa Pasta, exatamente, como o Buega registrou, ao lado de Fernando Catão, e nós pudemos colocar para a Paraíba o Eixo Leste, que antes não existia na transposição do Rio São Francisco. Ele não existia e hoje é o eixo mais importante para a Paraíba. O Boqueirão está aqui para comprovar. Em fevereiro, a Presidente Dilma esteve na Paraíba para dar a ordem de serviço da adutora de Araçagi, que vai abastecer 16 cidades no brejo paraibano. Há pouco tempo, quem diria isto? Eu, que sou sertanejo, poderia dizer que o brejo iria precisar beber água do Rio São Francisco? Jamais imaginaríamos isto. Mas essa é uma realidade.

Então, nós temos que correr atrás da transposição. O Senador Cássio, por estar presente à sessão da Câmara em homenagem aos Constituintes, não ouvir, por exemplo, ser dito pelo Prof. Janiro e pelo João que nós estamos entrando no limite de risco em Boqueirão em 2014 e do total desabastecimento em 2015, se não houver reversão de muita chuva ou da transposição. Então, isso é calamidade pública.

O Governo e todos nós, agentes, temos que assumir essa gravidade e partir para enfrentar isso. Não adianta dizer que o Governo está fazendo, fazer propaganda da transposição, Buega, porque, em junho, eu, o Senador Cássio, o Senador Vital e dois Ministros deste Governo fomos a Monteiro para dar uma ordem de serviço em Monteiro do trecho porque...

Só um pequeno detalhe: sabe qual é a obra da transposição na Paraíba? Nenhuma. Entra no leito do rio. Ela precisa chegar ao leito do rio na Paraíba porque o resto a natureza leva. Mas, para chegar lá, foi dada uma ordem de serviço em junho. Vai completar seis meses, e não tem uma picareta, uma ferramenta fincada na cidade de Monteiro porque disseram, naquela oportunidade, que a obra ia começar de Monteiro para lá.

Seis meses depois estamos falando dessa ordem de serviço na cidade de Monteiro a que nós nos fizemos presentes. Então, isso demonstra a gravidade que nós temos que adotar. Vamos discutir gerenciamento? Vamos, mas não só para Boqueirão, porque temos que criar a cultura do gerenciamento dos recursos hídricos. Na Paraíba chove mais do que no Rio de Janeiro, mas lá atrás, na década de 20 e de 30, foi feita transposição para abastecer a cidade do Rio de Janeiro. Só porque era a Cidade Maravilhosa? E as cidades sofridas da Paraíba não têm direito de ter uma ação concreta disso? Dizem que há dinheiro. Então, falta gerenciamento ou falta sensibilidade política para priorizar a transposição das águas do Rio São Francisco?

Eu fico imaginando: se não existisse o Boqueirão, não iria existir essa alça leste, porque esse governo atual não teria coragem de executar uma obra como o Boqueirão para ser um pulmão, ser uma caixa d'água, ser um reservatório, para fazer a garantia hídrica naquela região da Paraíba. Essa é a verdade que nós temos que encarar.

Então, nós temos, todos, que nos mobilizar para isso, porque Campina Grande é a maior cidade do interior do Nordeste. Se você for comparar... Não fica com ciúme, não, porque você já está olhando para mim e pensando nas suas do Ceará, mas, sem dúvida nenhuma, é onde está um dos povos mais criativos, mais trabalhadores deste País. Tem universidades, tem empresas, tem criatividade, tem cultura... Campina Grande nos enche de orgulho. Se não agirmos de forma concreta, sem discurso, com ação, nós estaremos tolhendo o crescimento e o desenvolvimento daquela cidade. Nós não podemos e não temos o direito de compactuar com isso. Nós temos que gritar, reagir e cobrar. E está fácil. É a transposição para termos a garantia hídrica disso.

Então, é importante que tenhamos essa consciência, porque não adianta dizemos que há uma previsão... O Dr. João disse, com muita propriedade, que essas pessoas que estudam o clima são como os economistas, pois sempre dizem: "há a possibilidade", "não aconteceu o que estava previsto", "houve uma avaliação errada"... Mas dizer que há 25% de chance de ter chuva acima da média, uma média que já não é suficiente... E 40% é a possibilidade da média, que já não é suficiente; e 35% é a possibilidade de menores índices de chuva.

Temos que trabalhar com o agravamento da situação; não vamos alimentar isso, porque, senão, há o processo de acomodação com uma possibilidade que tomara Deus exista; contudo, há uma grande probabilidade – e me permitam falar como os economistas e os estudiosos do clima – de não acontecer.

Então, nós temos de ter essa consciência. Eu acho que a grande mobilização que nós termos de fazer é a da gestão, com a preocupação que foi mostrada nos gráficos de Boqueirão, uma vez que estamos no limite crítico...

Minha gente, 2014! De junho a julho de 2014 foi o prazo que decorreu da ordem de serviço dada em Monteiro, sendo que, até agora, não se iniciaram as obras. Vejam a escassez de tempo que nós temos para isso e o reflexo que isso terá no Estado. Nós estamos falando de vidas humanas! E não vou nem falar que é tão importante quanto o risco para o desenvolvimento, como o Buega colocou, do Polo de Campina Grande, mas é de vidas humanas pelo risco de desabastecimento d'água.

Então, nós temos que agir! Esta Comissão tem o dever e a obrigação de separar as coisas: primeiro, vamos criar uma forma, não sei se aqui ou aonde, de a gente bater na tecla da necessidade do gerenciamento hídrico em todas as bacias, em todos os reservatórios. Vamos discutir, com educação, cada vez mais, a consciência sobre o uso da água, Vamos discutir, porque a situação é gravíssima.

O relatório da ANA, se você fizer a leitura, especialmente na parte da Bacia do Taperoá, você verá que o açude de Esteio está com 8,6%; o de Gurjão está a zero; o de Juazeirinho, Mucutu, está a zero. E estou falando de uma única bacia. O de Livramento está com 23%, mas o de Olivedos está com 7%; o de Serra Branca está com 11%; o de Serra Branca II está zerado. Se você for para Soledade, verá que está com 17%. Se for para São José dos Cordeiros, verá que está com 0,7%, ou seja, menos de 1%. Se você for para Taperoá, verá que está com 5,5% – na terra de Manelito Vilar. Se você for para o Seridó, verá que Picuí tem dois açudes: um, Caraibeiras, está a zero; o outro, o de Várzea Grande – onde nós tivemos a honra de fazer o poeta Ronaldo Cunha Lima governador e eu vice, para depois sucedê-lo – está com 29%. Porém, o de Santa Luzia está a zero; o de Seridó está a zero; o de São José de Sabugi está a zero; o de Salomé está com 0,2%; o de Várzea está a zero. Ou seja: é essa a situação da Paraíba, que eu posso citar região por região. Essa é a realidade. O Sr. João mostrou que, tirando o litoral – vejam bem, o litoral! –, que tinha uma média de 90%, hoje, a média da região é 30,05% nos reservatórios da Paraíba. E boa parte deles será resolvida, será solucionada pela transposição das águas do Rio São Francisco.

Então, isso mostra, de forma clara, a nossa urgência em trabalharmos nisso. Repito: separar educação, eficiência da Cagepa para não haver desperdício d'água, educação para o consumidor não desperdiçar água, bem como ter o monitoramento, o gerenciamento e as ações complementares para esperarmos a transposição das águas do Rio São Francisco, na urgência não de campanha, mas na urgência da sobrevivência do povo paraibano.

Eu, Presidente, gostaria de lhe dizer, justificando o meu atraso, visto que, por problemas familiares, eu não pude vir ontem, só podendo vir hoje pela manhã – e o voo atrasou um pouco –, que deu para eu participar de uma forma bastante interessante, esperando que daqui a gente tire os desdobramentos, inclusive uma visita imediata, e saiamos com um grito pela urgência da transposição do Rio São Francisco como um todo, mas, em particular, do Eixo Leste, porque Boqueirão está aqui a gritar por socorro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Nós é que agradecemos a V. Exª.

De imediato, a única preocupação que tenho é que a nossa audiência pública produza o efeito que queremos, o de ser um instrumento de pressão a serviço da população de Campina Grande, da população da Paraíba porque são varias as regiões que precisam desse suporte.

Eu concedo a palavra ao nosso companheiro Cássio Cunha Lima, que acaba de receber a sua homenagem na Câmara dos Deputados, muito justa. Acho que ele e o Edmilson Valentin eram os dois jovens representantes da juventude naquela Constituinte de 1986, e assumiu em 1987.

Então, meus cumprimentos, meus parabéns pela homenagem. E V.Exª tem a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Muito obrigado, Presidente, Senador Inácio Arruda, e Senador Cícero – o Senador Vital teve que cumprir suas atribuições como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

No início da sessão, eu aqui estive, todos estavam presentes. Apresentei as minhas escusas pela ausência. Lamentavelmente, o padrão do Brasil é o atraso, e atrasou bastante. O Senador Marcondes Gadelha estava lá presente, também recebendo sua homenagem como Constituinte. E, como eu tinha já, em outras oportunidades, escutado, sobretudo, a exposição do Prof. Janiro, a preocupação constante do Deputado Quintans, eu me senti à vontade para lá permanecer, chegando agora, no instante já derradeiro desta audiência pública, que é fruto do trabalho coeso e unido que estamos fazendo em defesa da Paraíba.

Não há distância partidária e política que separe a minha atuação da do Senador Vital do Rêgo, da do Senador Cícero. Com o Cícero, menos ainda porque

somos correligionários. E ainda mais com a adesão sempre – e não é brincadeira, falo em tom sério – de Inácio, que tem sido uma voz sempre muito preocupada com o Semiárido, com o Nordeste e solidário às questões paraibanas.

Eu não vou me repetir em relação àquilo que todos nós já conhecemos. Apenas vou fazer um comentário em torno de algo que Cícero destacou no que diz respeito à preocupação com o atraso na execução das obras da transposição, o que ensejou, inclusive, um projeto de lei de minha autoria que está tramitando no Senado, sob a relatoria do Senador Aloysio Nunes, que veda, que proíbe a licitação de projetos acima de R$100 milhões com projeto básico.

Eu acredito que não há como você imaginar que uma obra de uma transposição de uma bacia de um rio possa ser licitada com um projeto básico.

A primeira grande razão para esse imenso atraso foi o fato de o Governo ter feito a licitação com o projeto básico. Faz a licitação e, quando vai a campo, não bate nada com nada, e não tem como bater, a não ser que os projetistas sejam verdadeiros adivinhos no que diz respeito à sondagem de solo, a todas as questões técnicas que ensejam uma obra dessa envergadura.

Nós precisamos incorporar o componente do planejamento de forma definitiva na gestão pública brasileira. É a ausência do planejamento que nos induz a um conjunto de erros que levam a desperdícios de recursos públicos, à perda de tempo e a descumprimento de cronograma.

Países mais desenvolvidos, países civilizados demoram muito mais tempo nas pranchetas do que propriamente no campo executando as obras.

Então, é a reversão dessa cultura de termos mais tempo de prancheta e menos tempo de campo na execução das obras que precisa ser incorporada no Brasil. Mas o fato é que estamos diante de uma situação de calamidade, de emergência.

Recordo-me do último racionamento vivido em Campina Grande. Chegamos a fazer estudos sobre possibilidade de transporte de água para a cidade através da linha férrea. Chegamos a fazer cálculos do quanto a calha da estrada da BR-230 poderia suportar o vaivém de caminhões-pipa.

Não podemos de forma alguma descartar a possibilidade – dirijo-me muito especialmente ao Dr. Vicente, que tem, como Diretor-Presidente da ANA, a atribuição constitucional da gestão do açude – de uma cidade de 400 mil habitantes, em uma população circunvizinha que ultrapassa ou beira a casa de um milhão de pessoas, ser abastecida. Um milhão de pessoas serão abastecidas como? Mesmo que tenhamos a possibilidade de trazer água de João Pessoa ou de cidades mais próximas, a calha da rodovia não comportará o volume de caminhões que devem transitar.

O que se vê é um pouco isto: o Governo Federal, lamentavelmente, arrima-se apenas na propaganda ("em nenhuma seca houve flagelo", "nunca antes na história do Brasil", "é a maior obra hídrica da história do Nordeste"). Enfim, isso não resolve o problema que está na iminência de ocorrer.

O Dr. Vicente sabe. Já estive na ANA em duas oportunidades. Encontrei nele, sempre – e quero aqui registrar – solicitude, atenção, mas é preciso, Dr. Vicente, que isso avance na direção de medidas concretas, de um plano de contingência que envolva o Governo do Estado, que envolva as prefeituras das cidades, a própria Cagepa.

Temos de trabalhar com um horizonte que está muito próximo e que, insisto, não pode ser descartado. A pergunta básica é essa: e se não chover? O que é que ANA – Agência Nacional de Águas, que é a gestora do açude Epitácio Pessoa irá fazer? É essa a resposta que estamos procurando e que não estamos encontrando. Repito e reitero o respeito que tenho por V. Sª e pela Agência, mas é preciso uma apresentação, com os demais atores envolvidos, de um plano de contingência. Simplesmente, achar que trancar as torneiras e deixar uma cidade do porte do Campina Grande desabastecida vai resolver o problema é condenar a cidade no seu processo, já sempre sacrificado, de desenvolvimento.

Nós precisamos de mais, nós precisamos de uma resposta urgente, cônscios que estamos de que a transposição não chegará a tempo. Não há mais força humana capaz de fazer com que, em fevereiro ou março, caso não chova, nós tenhamos as águas do São Francisco chegando em Boqueirão, como no projeto idealizado com a participação – e merece sempre o registro – do Senado Cícero, à época Ministro da Integração, e depois do atual Conselheiro Fernando Catão, enfim, de todo esse trabalho que foi desenvolvido para que chegássemos até aqui.

Para concluir, Presidente Inácio Arruda, acho que o que pode ser, de mais objetivo, decidido nesta audiência pública é que, sob o comando da ANA, que tem, repito, insisto e reitero, a gestão do Açude, a gestão da bacia hidrográfica do Açude Epitácio Pessoa e de outros açudes federais, sejam apresentados planos de contingência, para que estejamos preparados para o pior. Se não chover o que faremos? Não podemos deixar chegar janeiro, não podemos deixar chegar o colapso completo, para depois do colapso estabelecido decidirmos o que será feito.

Acredito que o grande proveito, além, claro, dos esclarecimentos, das apresentações consubstanciadas

no aspecto técnico que ouvi do Professor Janiro – ele dever ter repetido aqui toda a preocupação que tem – é sabermos que precisamos olhar para esse futuro breve que se avizinha para termos uma posição que possa trazer um mínimo de tranquilidade às populações que, aflitas, olham para os céus rogando a Deus para que as chuvas caiam.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Srs. Senadores, nossos convidados, quero falar a título de sugestão para o encaminhamento da nossa reunião, porque a audiência pública tem esse objetivo, seguramente.

Minha proposição, Senador Cícero Lucena – e acolho o requerimento de V. Exª e do Senador Cássio nesse sentido – , é que façamos, como resultado desta reunião, uma reunião na sede da Agência Nacional de Águas com a presença do Vicente, se ele puder, que é o responsável pelo Estado. e da Prefeitura de Campina Grande, do nosso Vereador, jovem Vereador, que também poderá tratar dessa questão; da Assembleia Legislativa, evidentemente, que não poderá deixar de estar inserida nesse ato. É verdade, porque há um hábito do Executivo de – como muitos já foram do Executivo aqui e esse hábito é generalizado – normalmente, na hora de dar o crédito para o Legislativo, é muito difícil.

Então, V. Exª já registrou o seu crédito e o crédito da Assembleia. Façamos uma reunião na Agência com o Governo da Paraíba, o que é muito importante, uma ação conjunta. Não é possível fazermos um planejamento sem o Governo da Paraíba.

Então, como proposta de encaminhamento, devemos garantir essa reunião, uma reunião da Paraíba, mas, quando estiver acertado o dia e a hora, Senador Cícero, Senador Cássio, me convidem porque eu quero ir. Temos uma boa fronteira com a Paraíba, e é bom sempre que as nossas causas estejam bem ligadas uma à outra. Basta dizer que estivemos, eu e Cícero, dentro do canal de Mauriti-Piranhas, canal que, na prática, é uma ligação do Ceará com a Paraíba através da interligação das bacias do São Francisco com os rios da nossa Região, do túnel. Deixo isso para encaminhamento para que não fiquemos no "terminou, fez a audiência pública, fizemos os nossos pronunciamentos e ponto."

Não, nós vamos dar uma sequência. A sequência que considero mais significativa é com a Agência Nacional de Águas e, paralelamente, com o Ministro da Integração Nacional, que tem dois sentidos. O primeiro é a questão de examinar uma obra a que foi dada a ordem de serviço há seis meses e que não pode estar parada. Tem de ser dada uma explicação. Acho que devemos ir ao Ministro da Integração com dois objetivos: examinar essa questão da interligação da bacia e também das obras complementares, umas que são de responsabilidade do Estado e outras que são de responsabilidade do Governo Federal.

Nós temos de colocar no pacote, sentarmos com o Ministro e examinarmos o que podemos trabalhar, porque há uma emergência e, além da emergência, há o preparo ainda mais adequado que devemos realizar em relação a dar garantia hídrica para o conjunto da população da Paraíba.

Senador Cícero Lucena. Em seguida, Gadelha.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

Concordo com V. Exª no encaminhamento, mas eu queria fazer dois pequenos adendos. O primeiro seria no sentido de que essa audiência na ANA já fosse um desdobramento da proposta do Senador Cássio no sentido de ela dizer o que efetivamente estaria pensando em caso de emergência, do não cumprimento da perspectiva de uma chuva média, não é de boa chuva. Aquela proposta, pelo que entendi do que o professor Janiro disse, é se for uma chuva média, porque, se for abaixo da média, esse prazo será menor ainda. Então, deveríamos na nossa reunião na ANA com o Governo do Estado, discutir pelo menos o esboço inicial da proposta que o Senador Cássio fez.

O segundo ponto seria, também como encaminhamento para esta Comissão. fazermos um requerimento. E aí faríamos um requerimento – estou concordando – aqui de forma verbal e depois faríamos escrito, para a devida aprovação, conforme V. Exª propôs. Terceiro, na Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Obras do São Francisco, essa proposta de a gente ir ao Ministério e, nesta Comissão, discutirmos com o Ministro da Integração.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Francisco de Assis Benevides Gadelha.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS BENEVIDES GADELHA – Eu só queria acrescentar que, nesta Comissão, fosse chamado o relator, no TCU, da transposição, que é o Ministro Raimundo Carreiro, para ele acompanhar, porque o TCU agora criou várias secretarias operacionais e vai participar na gestão mesmo. Então, isso seria alguma coisa a mais na forte pressão que devemos exercer sobre o Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Se houver concordância do conjunto... Pode sim, é claro. Mais um minuto para o Vicente Andreu Guillo. Você acha que comandar a ANA é fácil?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Vai ser um prazer recebê-los. Penso que é um momento que vai ser histórico para a Agência receber esta Comissão

e até interagir mais fortemente com esta Comissão a partir das demandas reais que a sociedade apresenta através dos Senadores, com a nossa capacidade técnica também existente.

Eu queria fazer uma menção. Essas projeções de deplecionamento consideram reposição zero de água. Elas não consideram nenhuma reposição em função das chuvas. Então, se as chuvas vierem, ela deslocará para outro patamar a sequência do deplecionamento. Assim, se houver alguma chuva, aquilo se altera um pouco para cima e depois isso faz uma nova projeção.

Agora, seguindo a orientação inclusive do Senador – eu queria agradecer as palavras e também reiterar o nosso profundo respeito, a maneira respeitosa e até positiva com que o senhor nos coloca desafios –, eu vejo que nós temos que trabalhar com o pior dos cenários. Nós não podemos apresentar para a população cenários que digam: olha, a chuva virá; virá na média; ou virá acima da média. Nós estamos trabalhando permanentemente com o pior cenário possível.

Inclusive, de 2011 para 2012, como vocês veem o gráfico que foi aqui apresentado, praticamente não há reposição. Então, nós trabalhamos com este cenário. Eu só queria fazer esta justificativa. Se as chuvas vierem, ela desloca um pouco. Mas a nossa obrigação é trabalhar com o pior cenário possível.

Eu queria fazer um pequeno comentário sobre a delegação AESA, que aqui também foi bastante ressaltada. Quero dizer que a política nossa é de não ter ANAs nos Estados. Quem são os órgãos gestores dos Estados são os órgãos gestores estaduais. Não há política de descentralização da ANA. Portanto, nós trabalhamos no sentido do fortalecimento dos órgãos gestores. Temos até programas específicos em relação a essa direção.

Temos uma resolução que estabelece as condições mínimas para que essa delegação possa ser feita no total ou em parte para os Estados. Só para citar, o Estado do Ceará tem delegação plena da Agência Nacional de Águas em relação às águas federais. E a AESA tem se capacitado significativamente para receber essa delegação. Mas nós temos insistido – e aqui queria colocar também esta demanda – junto ao Governador para que o concurso público da AESA seja efetivamente concretizado, de tal forma que a equipe técnica permita essa delegação. Então, não há uma contraposição do nosso desejo, nenhuma restrição; ao contrário, faz parte da política nacional de águas.

Com relação ao cronograma que o senhor também apresentou, sem dúvida nenhuma, é impossível qualquer estratégia de abastecimento de cidades deste porte, ou até menor, na faixa de 100 mil habitantes, através de formas alternativas, como caminhão-pipa, ou qualquer coisa. Então, se essa solução tiver que ser cogitada, é porque realmente a solução é dramática.

Nós estabelecemos um cronograma que prevê o comportamento do açude independentemente das chuvas, e esse comportamento está se verificando favorável, está melhorando o desempenho do açude. E estabelecemos algumas linhas, que nós vamos apresentar de maneira completa. A partir do atingimento de cada uma dessas linhas dessa situação de alerta, medidas complementares terão que ser adotadas.

Lembrando sempre que trabalhamos ali uma natureza, do ponto de vista hídrico, desfavorável. Se os senhores observarem a retirada de água, seja para abastecimento humano, seja para pequena irrigação ainda lá existente, ela concorre em desigualdade com a própria evaporação do açude. Então, ali, nós também temos uma situação muito desfavorável em relação à transpiração. Mas temos um plano em que, dependendo do nível em que o açude se encontre, há medidas complementares de restrição.

Por último, quero colocar que a Agência Nacional de Águas acredita que essa obra de transposição não só é importante como ela tem que chegar no menor tempo possível, inclusive para impedir, caso a natureza não nos apresente chuva, qualquer situação mais drástica em relação ao Estado. A Agência Nacional de Águas, também, no âmbito das suas competências, deseja que essa obra chegue o mais rapidamente possível.

Já visitei a obra algumas vezes para ver os seus estágios.

Concordo aqui também em que os Estados devem m fazer as suas obras complementares rapidamente.

Existem pendências a serem executadas no âmbito dos Estados, mas a transposição do São Francisco é, sem dúvida nenhuma, a grande obra que pode oferecer segurança hídrica para o Semiárido brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Antes de encerrar a presente audiência pública, coloco em discussão e em votação requerimento oral, nos termos verbais apresentados aqui pelos Senadores Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Vital do Rego. Subscrevo logo abaixo dos três para que possamos fazer as gestões aqui anunciadas junto à Agência Nacional de Águas, Ministério da Integração e Governo do Estado da Paraíba.

Em discussão.(*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. e Srªs Senadoras que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

O requerimento está aprovado por unanimidade.

Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Presidente, só para fazer uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Se for para encaminhar o requerimento.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Já está vencido.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – V. Exª já aprovou da forma eficiente de sempre.

Apenas para pedir aos expositores que fizeram suas exposições na forma digital, que as disponibilizem a esta Comissão, para que os Senadores tenham acesso a ela também na forma digital.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Não tendo os mesmos recursos da NSA, requeiro a V. Sªs que, por favor, disponibilizem o material.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Já? Estamos mais rápido do que o pessoal de lá.

Queria agradecer à Drª Adriana pela excelente exposição; nosso representante máximo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, meu xará, Francisco de Assis Quintans; nosso João Vicente Machado Sobrinho; Janiro Costa Rego, pela brilhante exposição, que também trouxe o material, que já está disponível; Tovar Correia Lima, jovem vereador e dirigindo o gabinete de Campina Grande, uma coisa que não é fácil, é uma tarefa das grandes. Meu xará, também, Francisco de Assis Gadelha, nosso amigo; e Vicente Andreu Guillo, que está na condição de dirigente máximo da Agência Nacional de Águas.

Agradeço aos nossos colegas Senadores, que atuaram aqui no debate, na discussão deste importante tema, que é um tema do Brasil: garantir água para o nosso povo, seja onde for. É nossa obrigação e nosso dever.

Encerro a audiência pública que considerei bastante exitosa.

Os Senadores da Paraíba queiram, por favor, se apresentar aqui, para uma foto oficial.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada ás 12 horas e 38 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATRO DE DEZEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia quatro de dezembro do ano de dois mil e treze, na sala de Reuniões número 7 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, Benedito de Lira, Ruben Figueiró, Osvaldo Sobrinho, João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, Ivo Cassol e Cícero Lucena. Deixam de comparecer os Senadores: João Durval, Lídice da Mata, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro e João Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta, previamente distribuída, a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 44 de 2013-CDR, de autoria do Senador João Capiberibe, para a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para tratar sobre os impactos da mineração com a exibição do documentário "Enquanto o Trem Não Passa", produzido coletivamente pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios atingidos pela Mineração, Mídia Ninja, Movimentos Sociais e colaboradores, com direção cinematográfica de Rafael Vilela e Kátia Visentainer. A Audiência Pública é realizada com a presença dos seguintes convidados: Sr. Carlos Bitencourt - Pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE; Sr. Rafael Vilela – Produtor do Documentário "Enquanto o Trem não Passa"; Sra. Kátia Vizentainer – Produtora do Documentário "Enquanto o Trem não Passa"; Sr. Adair Almeida – Coordenador do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Atingidos pela Mineração; e Sr. Etevaldo da Cruz Arantes – Coordenador do Movimento dos Trabalhadores da Mineração (MAM). **EXTRAPAUTA: ITEM 1 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 49, de 2013**, que "Em aditamento ao Requerimento nº 43/2013, de minha autoria, em que solicito a realização de Audiência Pública, para *"Debater o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), seus efeitos em áreas tombadas e no seu entorno."* requeiro seja convidado para participar dos debates o arquiteto Thiago Teixeira de Andrade. **Autoria**: Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 50, de 2013-CDR**, que "requer nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 43/2013-CDR, de minha autoria, e que solicita a realização de Audiência Pública para debater 'o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), seus efeitos na área tombada e no seu entorno', a inclusão do Sr.

João Gilberto de Carvalho Accioly, Vice-Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – SINDUSCON-DF, para compor a mesa de expositores". **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO nº 51/2013-CDR**, que "nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o aditamento do Requerimento número 44 de 2013, aprovado por esse colegiado da CDR para realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**,** para tratar sobre os impactos da mineração com a exibição do documentário "Enquanto o Trem Não Passa", produzido coletivamente pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Atingidos pela Mineração, Mídia Ninja, Movimentos Sociais e colaboradores, com direção cinematográfica de Rafael Vilela e Kátia Visentainer. Solicitamos que sejam acrescentados os seguintes palestrantes para o debate da Audiência Pública: 1. Adair Almeida – Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Atingidos pela Mineração. 2. Etevaldo da Cruz Arantes – Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM)". **Autoria:** Senador João Capiberibe. **Resultado**: Aprovado. Às dez horas e quarenta e dois minutos, o Senador Antonio Carlos Valadares passa a Presidência ao Senador João Capiberibe, para dar continuidade aos trabalhos que se encerra às onze horas e cinquenta e nove minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Amanhã, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realizará sua 33ª Reunião Extraordinária, em que debaterá, em audiência pública, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB).

Há sobre a mesa os seguintes requerimentos, que passo a ler:

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 49, de 2013

Em aditamento ao Requerimento nº 43/2013, de minha autoria, em que solicito a realização de audiência pública para Debater o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), seus efeitos em áreas tombadas e no seu entorno. Requeiro seja convidado para participar dos debates o arquiteto Thiago Teixeira de Andrade.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 50, de 2013

Requeiro nos termos regimentais, em adição ao Requerimento no 43/2013-CDR, de minha autoria e que solicitou a realização de audiência pública para debater o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), seus efeitos na área tombada e no seu entorno, a inclusão de novo convidado, Sr. João Gilberto de Carvalho Accioly, Vice-Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – SINDUSCON-DF, para compor a mesa de expositores.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 51, de 2013

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o aditamento do Requerimento número 44 de 2013, aprovado por esse colegiado da CDR para realização de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para tratar sobre os impactos da mineração com a exibição do documentário Enquanto o Trem Não Passa, produzido coletivamente pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Atingidos pela Mineração, Mídia Ninja, Movimentos Sociais e colaboradores, com direção cinematográfica de Rafael Vilela e Kátia Vizentainer.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Solicita S. Exª que também sejam convidados Adair Almeida, Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Atingidos pela Mineração, e Etevaldo da Cruz Arantes, do Movimento dos Atingidos pela Mineração.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão dos Requerimentos de inversão de pauta, que receberão os nºs 49, 50 e 51.

Em votação os Requerimentos nºs 49, 50 e 51.

As Srªs e os Srs. Senadores que com eles concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 42, aditado pelo Requerimento nº 51, ambos de autoria do Senador João Capiberibe, para tratar sobre os impactos da mineração, com a exibição do documentário Enquanto o Trem Não Passa.

Resumo da visita técnica às obras da Copa do Mundo FIFA 2014, em Porto Alegre, em 11 de novembro de 2013.

Na visita técnica na cidade de Porto Alegre, realizada no dia 11 de novembro de 2013, foi vistoriado apenas o Aeroporto Internacional de Salgado Filho, em virtude das fortes chuvas naquela capital.

Sobre a Arena Beira-Rio, uma explanação detalhada foi feita para a comitiva na Secretaria dos Esportes e de Lazer do Estado do Rio Grande do Sul. Dela participaram os coordenadores de dois comitês gestores da Copa naquele Estado, Ricardo Nunes e Eliana Cunha, assim como a gerente de Tecnologia do Sport do Club Internacional, Carla Faustini Ritter.

Naquele estádio, que custará R$330 milhões, a obra encontra-se em estágio de implantação das estruturas metálicas das 65 folhas de cobertura, e deve ser concluída em dezembro deste ano, conforme cronograma.

No entanto, a inauguração ocorrerá nos dias 5 e 6 de abril de 2014, nas comemorações de aniversário do clube, com *show e* jogo entre Internacional e o Peñarol do Uruguai.

Fomos informados que todas as obras de mobilidade urbana sob a responsabilidade do Município foram retiradas do PAC Copa.

Quando pronta, o consórcio Arena Beira-Rio administrará o estádio por 20 anos. Caberá ao Internacional à gestão do estádio e à Andrade Gutierrez a exploração comercial de áreas definidas como os *skyboxes*, camarotes no nível mais alto do estádio.

Visitou-se também as obras do aeroporto internacional de salvador, que estão seguindo conforme o cronograma apresentado pela Infraero. Para a copa 2014, o estádio terá capacidade de atender 15,3 milhões de passageiros por ano, quase o dobro do movimento de 2012, que foi de 8,2 milhões de passageiros.

Visita técnica às obras da Copa do Mundo FIFA 2014 em São Paulo, em 25 de novembro de 2013.

Na visita técnica, na cidade de São Paulo, realizada no dia 25 de novembro de 2013, foram vistoriados: Arena Corinthians e o Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Antes da visita às obras da Arena Corinthians, representantes do Governo de São Paulo fizeram apresentações sobre obras viárias do entorno do estádio.

O empreendimento foi divido em três fases: Fase 1 – Obras do Complexo Viário Polo Itaquera: com sete trechos em pouco mais de 70%, deve ter todas as obras concluídas em 25 de abril de 2014; Fase 2 – Implantação das alças de ligação entre a Av. José Pinheiro Borges (Nova Radial) e Av. Jacu Pêssego: hoje com 26% das obras dos oito trechos concluídas, deve concluir-se em 15 de junho de 2014; Fase 3 – Implantação de travessia de pedestres, interligando Rua Boipeva com as imediações do Conjunto Anchieta (COHAB): iniciada em setembro deste ano, deverá estar concluída em abril de 2014.

As obras da Arena Corinthians deveriam ser concluídas em 31 de dezembro de 2014, mas sua inauguração deve ocorrer apenas em março ou abril de 2014, devido ao acidente ocorrido dois dias após a visita da comitiva. O estádio sediará seis partidas da Copa do Mundo FIFA 2014 e tem custo previsto de R$820 milhões, sendo R$400 milhões de recursos próprios do Corinthians e R$420 milhões de financiamento do BNDES, contratado pelo clube.

Visitou-se também as obras do Aeroporto Internacional de Guarulhos, que estão seguindo conforme o cronograma apresentado pela concessionária Aeroporto de Guarulhos Participações S/A. O valor total do empreendimento até 2014 é de R$1,9 bilhões. As obras de construção do Terminal de Passageiros 3 estão conforme cronograma e serão concluídas em maio de 2014. Para se ter uma ideia a área deste novo terminal com 192 mil metros quadrados é maior do que a soma dos atuais Terminais 1 e 2.

Resumo da reunião com o Trade Turístico em São Paulo-SP, em 25 de novembro de 2013.

Esta Comissão, juntamente com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, reuniu-se com lideranças de diversos órgãos do *trade* turístico no São Paulo Convention & Visitors Bureau.

Na reunião, foram apresentadas cinco propostas que compõem a agenda empresarial do setor, quais sejam: estímulo à ampliação da malha aérea nacional; participação da iniciativa privada na promoção

doméstica e internacional do turismo brasileiro; facilitação do visto para turistas estrangeiros; alteração da legislação trabalhista para a contratação do trabalho de curta duração e isonomia da desoneração da folha de pagamento para o setor turístico.

Antes de convidarmos os diversos participantes desta audiência pública, gostaria de fazer uma homenagem ao Governador Marcelo Déda, do Estado de Sergipe, que faleceu na última segunda-feira, e que deixou o Estado de Sergipe, o Nordeste e o Brasil enlutado.

O Governador Marcelo Déda era um político com P maiúsculo, exercia a sua atividade pública com devotamento, honestidade e ética e, acima de tudo, compromisso permanente com o povo de Sergipe.

Exerceu vários mandatos eletivos: Deputado Federal, Deputado Estadual, Governador por duas vezes e Prefeito por duas vezes da capital sergipana. Durante toda essa brilhante carreira pública, construtiva, produtiva, jamais alguém apontou um ato por ele praticado que fosse lesivo aos interesses do nosso Estado.

Por isso, por essas qualidades de um verdadeiro visionário, um homem ético e decente, é que o Estado de Sergipe, nesta última terça-feira, se mobilizou espontaneamente para prestar uma homenagem àquele homem público que se tornou líder não apenas pelas obras que realizou, mas pela sua oratória extraordinária, um dos maiores oradores que o nosso Brasil já produziu.

Marcelo Déda deixou cinco filhos e esposa, uma verdadeira guerreira, Eliane, que, ao se despedir no Palácio Olimpo Campos, que, hoje, é museu edificado pelo próprio Governador, proferiu um discurso para a multidão ali presente, demonstrando as suas qualidades inigualáveis de companheira, de amiga e, acima de tudo, de uma brasileira que tem um compromisso inadiável com o Brasil e com Sergipe.

Hoje à tarde eu farei discurso e apresentarei um requerimento de condolências à Família e ao povo de Sergipe pelo desaparecimento do meu amigo e companheiro de muitas lutas. Desde os idos de 1992, lutamos por um Sergipe melhor, por um Brasil melhor. E, aos 53 anos de idade, em plena efervescência de sua carreira política, quando poderia chegar aos mais altos postos desta Nação, ele desaparece, deixando um legado de seriedade, de trabalho e de honradez.

As minhas homenagens, portanto, ao nosso querido Governador Marcelo Déda, que desaparece de nosso meio tão precocemente, e à sua família, por intermédio de sua dileta esposa Eliane Aquino.

Convido para participarem da Mesa o Sr. Carlos Bittencourt, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase); o Sr. Rafael Vilela, produtor do documentário Enquanto o Trem Não Passa; a Srª Kátia Vizentainer, produtora do documentário Enquanto o Trem Não Passa; o Sr. Adair Almeida, Coordenador do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Atingidos pela Mineração, e o Sr. Etevaldo da Cruz Arantes, Coordenador do Movimento dos Trabalhadores da Mineração (MTM).

Inicialmente, eu concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador Capiberibe, para as suas considerações iniciais.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, senhoras e senhores convidados, o Brasil, desde a sua origem, passou por várias fases de pilhagens de seus recursos, principalmente de seus recursos minerais, o que continua até hoje.

E não consta na agenda da sociedade brasileira uma discussão sistemática em relação à essa riqueza do subsolo. Como está escondido, é algo tratado entre poucos.

Daí a importância de promovermos um amplo debate, principalmente oportunizando aqueles que são atingidos diretamente pela exploração minerária, que é o caso do meu Estado. Meu Estado é uma província mineral e que tem toda uma história de retirada de riquezas sem contrapartida na distribuição dessa riqueza para as comunidades locais.

Portanto, eu gostaria, ao iniciar esta audiência, de ouvir e assistir esse documentário – devemos começar por ele –, pois a que vai nos ajudar muitíssimo a mostrar uma realidade que poucos conhecem. Depois da apresentação do documentário, eu gostaria, então, de usar a palavra para aprofundar um pouco mais a minha análise, para, após a minha fala, oportunizaríamos a fala aos nossos convidados para que se manifestassem.

Sr. Presidente, eu também gostaria de me juntar a V. Exª nessa manifestação de solidariedade à família enlutada e ao povo de Sergipe pelo passamento do Governador Marcelo Déda.

Segunda-feira, em Plenário, tive a oportunidade de fazer um registro a esse respeito. Por meio de contatos e através de V. Exª, eu pude conhecer o Governador Marcelo Déda e também a sua trajetória política, a sua brilhante trajetória política. Também tive oportunidade de ouvi-lo, e, realmente, V. Exª tem inteira razão, era um homem inspirado, principalmente em função dos seus compromissos profundos e verdadeiros com o povo de Sergipe. Portanto, segunda-feira, realmente, ao amanhecer, aquela notícia me deixou muito triste.

Apesar de eu viver em uma região muito distante de Sergipe, quero dizer que a imagem que eu tinha e que continuo tendo do Governador Marcelo Déda e do militante Marcelo Déda é muito forte e muito posi-

tiva, é essa imagem que V. Exª acabou de transmitir a todos aqui.

Portanto, nossa solidariedade pelo passamento do Governador Marcelo Déda, ao povo de Sergipe, à sua esposa e a todos os seus parentes e amigos que sofrem nesse momento pela ausência dele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito obrigado, Senador João Capiberibe.

Agora, vamos dar início à exibição do documentário.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu queria parabenizar o autor do documentário. Realmente, ele nos dá uma imagem que, aliás, eu a conheço profundamente. Desde criança frequento áreas de mineração no meu Estado. A realidade é cruel. Há uma profunda assimetria entre riqueza e pobreza neste País. Quanto mais se explora, se retira riqueza, maior é a pobreza que fica nessas comunidades.

Eu queria declarar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, após a exibição desse emocionante documentário, a que tive a honra de assistir antes, acompanhados por alguns amigos e companheiros de luta, hoje aqui presentes nesta Comissão, eu gostaria de introduzir algumas questões preliminares em relação ao mérito desta audiência pública para tratar da mineração, assunto pouquíssimo debate nesta Casa.

Ao olharmos a história da humanidade e ao analisarmos o mapa da América, vemos que não existia essa divisão geográfica da América e África. Não existia essa divisão há 500 anos, que passou a existir em função da cobiça e em função da busca de riqueza pelos colonizadores e pelos invasores europeus que atravessaram o Atlântico em busca de riqueza.

No começo, no caso do Brasil, era o Pau-Brasil, mas, na América espanhola, a exploração mineral começa desde o início do século XVI e se prolonga até os dias de hoje.

Os invasores espanhóis, assim como os invasores portugueses, promoveram um genocídio, um etnocídio sem precedentes na história da humanidade, na América, no que nós conhecemos hoje como América, tanto a América do Norte, onde estão o Canadá e os Estados Unidos, como na América do Sul.

As civilizações Inca, Asteca foram varridas da face da Terra. No Brasil, civilizações como os guaranis tiveram uma enorme dispersão, e hoje, Sr. Presidente, causa surpresa encontrar comunidades de fala tupi-guarani no coração da Floresta Amazônica, sabendo que eles habitavam a costa brasileira – indo desde as missões até o Rio Grande do Norte – e que tiveram que recuar em busca de sobrevivência.

Portanto, essa busca pela riqueza não produziu um país desenvolvido. A gente observa que o Brasil é um dos maiores exportadores de minério do Planeta, como foi colocado no documentário, no entanto, no Índice de Desenvolvimento Humano, nós estamos lá atrás. E as regiões que mais produzem minérios terminam sendo as regiões mais pobres do nosso País. É o caso de regiões em Minas Gerais e no Pará, em que a riqueza convive com a miséria, com a violência, com o desrespeito aos direitos humanos, com desrespeito às leis ambientais.

Nós queremos mostrar, aqui nesta audiência pública, os sete pontos essenciais levantados pelo Comitê em Defesa dos Territórios Atingidos pela Mineração, que, absolutamente, não foram atendidos no texto do relatório em discussão no Congresso Nacional, que está sendo discutido nesta quarta-feira aqui no Congresso Nacional. O novo relatório, segundo o próprio Comitê da sociedade, conseguiu a proeza de transformar o texto, que já era muito ruim, em um texto pior ainda. Um projeto que desagrada profundamente e principalmente as pessoas que serão atingidas diretamente pela exploração mineral. Claro que não vai atingir aqui o Congresso Nacional, porque nós estamos tão distantes dessa realidade que é muito difícil mexer com a sensibilidade daqueles que decidem por falta justamente de um conhecimento maior da realidade.

Apesar do esforço realizado pelo Comitê em Defesa dos Territórios Atingidos pela Mineração para apresentação de emendas parlamentares ao projeto, que pudessem acrescentar salvaguardas socioambientais ao texto, o relatório final do projeto não contemplou as preocupações apresentadas pela sociedade civil.

Essa via democrática de bom diálogo tentada pela sociedade não resultou nada de concreto, oriundo das negociações entre bancadas de parlamentares e corporações mineradoras.

São muitos problemas no novo Código de Mineração. O primeiro grande problema se refere ao regime de exploração dos recursos minerais. O novo relatório do Código Mineral não quebra por completo o velho regime de concessões para minerações, em que o critério de prioridade do pedido de lavra e a anterioridade de pesquisa mineral eterniza um critério arcaico, ou seja, nunca vai mudar.

É o caso do meu Estado, Sr. Presidente. Lá existem milhares de autorizações de lavra. Todos as pediram com muita antecedência e conseguiram. Então, como vamos mudar, se isso vai continuar no Código de Mineração? Não haverá mudança possível.

E quem são os donos? Se fizermos uma pesquisa para saber quem são os detentores das permissões de lavra no Amapá, veremos que são poucos. São poucos os detentores dessas permissões – e, no Brasil, como um todo. São aqueles que têm uma grande concentração de poder econômico.

Por outro lado, o novo regime de exploração proposto não avança para um perfeito regime de partilha, com concorrência pública, em que sejam estabelecidos percentuais de contribuição dessa riqueza para as áreas sociais, como foi feito com o pré-sal, que votamos aqui, nesta Casa.

No caso do petróleo, nós conseguimos estabelecer regras mais claras e uma distribuição mais justa do resultado dessa riqueza. No entanto, no atual Código que está sendo discutido, isso está longe. Mas acho que, aqui, no Senado, vamos dar uma grande contribuição, para mudar essa realidade.

Adianto aqui, diante dos movimentos sociais, que vou apresentar uma emenda, caso o projeto chegue ao Senado, para garantir a destinação mínima de 50% da receita obtida pelo Estado brasileiro, oriunda do regime de exploração regulada pelo novo Código de Mineração, distribuída para as áreas de educação, saúde e reforma agrária, que nunca fizemos. Este é um País tão conservador, tão atrasado, que, entre todos na América Latina, é o único que resiste à reforma agrária. E hoje há um completo isolamento no campo. O agronegócio, com suas grandes fazendas, esvaziou o campo brasileiro. Anda-se por horas, e não se encontra uma única pessoa. Cercas e mais cercas. Então, há realmente, um deserto no campo brasileiro, dominado pelos grandes latifúndios, que atendem a esta demanda por matéria-prima. Continuamos exatamente como éramos há 300 anos: exportadores de natureza.

Nós, infelizmente, continuamos exportando o minério, que sai em forma de matéria-prima integral; a soja, em forma de grão. Nós agregamos solo e exportamos os grãos, para que esses grãos sejam transformados em produtos finais em vários países. Não que eu seja contra o agronegócio; o que me desagrada é saber que o Brasil continua sendo um exportador de matéria-prima sem valor agregado, deixando desempregados aqui e exportando esses empregos para outros países.

É claro que todo país se protege. Na hora em que exportamos grãos de soja, os países não nos cobram um centavo de imposto, mas, se temos de exportar óleo de soja, o imposto vai para 100%, 120%. Aí é muito complicado. A mesma coisa, o aço brasileiro. Não temos como exportar o aço, porque os países se protegem. O Brasil é que tem essa abertura fantástica para a produção e continua produzindo matéria-prima.

Outro grande problema preocupante no novo Código diz respeito à financeirização dos recursos minerais brasileiros. O novo texto cria a possibilidade de onerar penhores dos títulos obtidos a partir da simples obtenção de licença para estudo relativo à mineração.

Uma mera estimativa, baseada em simples estudo, e não em aferição de receita, pode permitir que esses títulos obtenham créditos públicos e sejam negociados, inclusive, na Bolsa de Valores.

E aqui vou relatar um fato, Sr. Presidente, senhores convidados. Há bem pouco tempo, houve uma operação da Polícia Federal conhecida como Toque de Midas. Essa operação da Polícia Federal investigava exatamente as pesquisas minerais feitas no meu Estado, a licença de lavra e também o resultado dessas pesquisas. E eles estavam muito próximos de chegar a uma conclusão em que essas pesquisas teriam sido emprenhadas. Se o simples fato do resultado de uma pesquisa poder ser colocado na bolsa, nós tivemos um escândalo que ainda está por ser revelado, que é o caso da venda de uma mineradora no Estado pelo empresário Eike Batista no valor de R$6 bilhões, há poucos anos, o que o alavancou e o transformou em um dos homens mais ricos do mundo. De repente, hoje, acompanhamos a situação em que ele está. Como é que pode, de repente, sair do céu ou do paraíso para mergulhar nas profundas do inferno, como é o caso desse empresário? Há alguma coisa errada com a mineração no nosso País. Há alguma coisa errada que nós precisamos, sim, identificar e não podemos continuar produzindo leis que facilitem esse tipo de negociata. O caso da operação Toque de Midas terminou levando para a cadeia o segundo homem da Polícia Federal. Eu lembro isso, porque, na época, causou surpresa como o segundo homem da Polícia Federal estava envolvido. E, talvez, se a investigação tivesse chegado a bom termo, o próprio Sr. Eike Batista teria sido preso naquela operação, mas houve vazamento, e as informações terminaram abortando a operação.

Uma questão, para mim, fica clara: essas licenças de lavras e essas pesquisas minerais emprenhadas terminaram gerando uma oferta enorme nas bolsas de valores. E, mais tarde, se descobriu que não existiam pesquisas, que eram falsas. Porém, ainda estamos esperando para ver o resultado disso. A minha expectativa é a de que ainda tenhamos a possibilidade de ver o resultado dessa investigação na Polícia Federal, principalmente agora em que aconteceu não só com o

minério de ferro no Amapá, mas também com o petróleo. Havia previsão de que se chegasse a um volume x e, na verdade, nem de longe se chegou a esse volume de produção esperado.

Em resumo, de acordo com o novo texto que vai chegar, sim, aqui, ao Senado, uma mera autorização para realizar esses estudos já permite se colocar na bolsa e captar recursos. Isso é um absurdo.

Na contramão dessa barbárie pós-moderna da globalização, o mundo, particularmente o Brasil, vive o nascimento de uma nova etapa de mobilizações do povo e despertar de consciência, que eu acho ser o fator importante da sociedade moderna da comunicação rápida, ágil e mobilizadora através das redes sociais, que nos permitem uma informação mais horizontal e que permitem também colocar o ponto de vista daqueles que são diretamente atingidos por essa barbárie moderna ou pós-moderna, que é esse desenvolvimentismo sem considerar as necessidades humanas, só apenas a reprodução do capital.

Quanto ao nosso passado sombrio, que já relatei, apesar de fazer bastante parte do presente, nós queremos dobrar essa página definitiva, nós queremos uma legislação que contemple a todos. É claro que nós não vamos impedir a atividade econômica, mas o que é inaceitável é que, em nome da atividade econômica, em nome do desenvolvimento, desrespeitem-se direitos legítimos dessas comunidades, principalmente as comunidades originárias que já passaram por todo esse processo e que continuam hoje ainda submetidas à mais brutal das explorações.

Eu queria agradecer a todos aqueles que atenderam ao nosso convite. Vocês, com certeza, vão falar bem melhor das condições que a mineração impõe-lhes, porque estão diretamente envolvidos.

Eu tenho uma satisfação grande de receber o Carlos Bittencourt, que é pesquisador do Ibase, por uma razão: o Ibase foi fundado por Betinho. Betinho é um dos fundadores do Ibase; ele e o Carlos Afonso. Depois que eles voltaram do exílio, Betinho e Carlos Afonso criaram o Ibase, no Rio – e implantaram a primeira internet no País –, que desenvolve um trabalho fantástico, é claro, com um lado da sociedade civil, o lado daqueles não têm voz.

Portanto, eu agradeço a todos vocês por participarem. Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, o Senador Antonio Carlos Valadares, um dos mais brilhantes Parlamentares desta Casa, um homem absolutamente comprometido, e, sobretudo, solidário junto àqueles que mais precisam, do lado mais vulnerável da sociedade.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador João Capiberibe, agradeço a V. Exª as palavras iniciais, as suas apreciações, que, sem dúvida alguma, calaram bem fundo entre os convidados. Elas demonstram que V. Exª é conhecedor profundo dessa questão da mineração.

O Brasil, um País continental, ainda inexplorado em muitas áreas, principalmente na Região Norte, onde V. Exª pratica um grande trabalho de preservação do meio ambiente, com transparência na gestão administrativa e com a preocupação, revelada ao longo do seu mandato, com os recursos minerais, que são imensos por este Brasil afora e que são explorados de forma aleatória, sem assegurar, seja para os trabalhadores, seja para o nosso Brasil, um futuro grandioso de aproveitamento racional dos nossos recursos minerais.

O que aconteceu em Minas e o que aconteceu no Pará demonstra, de forma clara e insofismável, que a mineração precisa de um marco regulatório que proteja as nossas riquezas; e esse marco regulatório infelizmente ainda não surgiu para interpretar os sentimentos da realidade brasileira.

O nosso Brasil, que é visto lá fora como um País imenso, com as nossas florestas sendo derrubadas – e agora houve um certo estancamento, graças ao trabalho efetivado pelos ambientalistas –, não pode servir de pasto para os abutres que querem, a todo custo, engolir as nossas riquezas, sem uma contrapartida devida, sem a proteção dos trabalhadores, sem um vislumbre para o futuro do nosso País de que as nossas riquezas possam dar às futuras gerações a garantia de que possam sobreviver com mais educação, mais saúde, mais infraestrutura e se construa um País com maior bem-estar e felicidade para o seu povo.

Os recursos existem: os recursos humanos, os recursos minerais. Aí está o pré-sal, como a garantida de que, através de sua exploração, vamos ter uma educação de qualidade; vamos ter uma saúde melhor para a população. Assim também é com todos os demais recursos que o Brasil tem em grande quantidade e que até agora não foram devidamente explorados de forma racional e consentânea com os legítimos interesses da nossa Nação.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exª e aos convidados dois minutos para ir à Comissão de Direitos Humanos. Em seguida, retorno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – E V. Exª, quando voltar, vai presidir esta reunião, porque vou à Comissão de Justiça tentar fazer a leitura do meu relatório sobre a lei antidrogas, que é uma mudança substancial para dar maior assistência aos usuários de drogas e realizar o combate tenaz aos traficantes de drogas.

Eu concederia, primeiro, a palavra à Srª Kátia Vizentainer. É essa a pronúncia?

A SRª KÁTIA VIZENTAINER – Está correta.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Pronúncia correta. Obrigado.

A SRª KÁTIA VIZENTAINER – Obrigada ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – A Srª Kátia é produtora do documentário Enquanto o Trem Não Passa.

Com a palavra, V. Sª, por dez minutos, com a tolerância de mais cinco.

A SRª KÁTIA VIZENTAINER – Bom dia a todos.

É um momento bem especial para a gente poder apresentar esse documentário no Senado, com a presença de toda a equipe que trabalhou nessa produção coletiva.

A gente vem passando, neste ano todo, por um momento de divulgação – está dando para ouvir bem? –, um momento de encontro entre o comitê e a Mídia Ninja na divulgação e expansão do que acontecia na mineração. Esse documentário surge muito do desejo de mostrar para o Brasil todo o que acontecia em áreas onde existe a mineração, situação a que a maior parte das pessoas fora dessas regiões não tinha acesso. A gente decidiu fazer esse documentário por conta disso.

Ao longo deste ano, a gente foi fazendo várias coisas ligadas à mineração e concluiu com esse documentário.

Hoje, é um dia particularmente bem feliz para a gente. A gente vem brigando desde junho com relação ao novo texto e ficou sabendo, um pouco antes de começar esta audiência, que o novo Código não vai ser votado mais neste ano. Então, a gente vai ter mais um prazo de discussão com a sociedade de, pelo menos, dois meses. O Governo entendeu que não havia condições de se votar um código que deixa todas as populações de fora e que trata do negócio mineral só como lucro, como *commodities*, como balança comercial.

Bom, na verdade, a minha fala é bem rápida. A gente, na verdade, teve a experiência de fazer esse filme com o objetivo de mostrar o que acontece na mineração e, principalmente, o que acontece com os atingidos pela mineração, porque, se a gente olhar o novo Código, fala-se muito numa porção de coisa, mas não se fala em atingido, não se fala em direito socioambiental – fala-se muito pouco.

Hoje, ocorreu uma vitória para o Comitê, do qual sou integrante, porque a gente vai ter mais tempo para discutir com a sociedade.

Então, agradeço ao Senador Capiberibe que apresentou o nosso requerimento. Agradeço também ao Senador Capiberibe pela oportunidade de trazer essa discussão para o Senado, sabendo que a gente tem um prazo maior para que a sociedade se conscientize cada vez mais da importância que a mineração tem no Brasil como fonte de lucro, exportação, dinheiro, tudo isso. Mas a gente tem, sim, que criar um novo formato para que os direitos socioambientais e os direitos das comunidades também sejam preservados.

Então, hoje é um dia legal para a gente, no sentido dessa pequena vitória de ter um prazo maior. É isso.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito obrigado, Kátia, pela contribuição que está dando a esse debate.

Passo a palavra, em seguida, ao Rafael Vilela, que também é produtor do documentário Enquanto o Trem não Passa.

O SR. RAFAEL VILELA – Bom dia para todo mundo.

Estou bem contemplado com as falas aqui do Capiberibe e da Kátia. Eu acho que este espaço é de prioridade dos atingidos. Acho que vai ser bem legal ouvi-los, assim como as histórias que eles estão vivendo no campo. Este foi o objetivo do documentário: mostrar um pouco a realidade local de quem está vivendo a mineração na beira da estrada, ali na cerca. Acho que essas pessoas têm que ser as mais ouvidas aqui hoje.

Acho que esse filme vem, desde o começo, como uma ferramenta. Ele não se propõe a ser... Muito menos que um produto, o documentário é muito mais um instrumento para que os movimentos, tanto os movimentos socioambientais quanto... Enfim, com todo tipo de incidência que possa ter, que esse documentário possa ser usado de forma livre pelas pessoas e pelos movimentos para pautar essa temática.

Eu acho que é importante ressaltar a origem dessa construção social que resultou nesse documentário, que é um processo relativamente novo, que é essa união entre movimentos da terra com esses movimentos mais conectados às redes. Estou falando especificamente do midiativismo como uma lógica de produção e uma lógica de distribuição e de conscientização em relação a questões do Brasil profundo e que hoje é uma força, um novo ator, também, político nos debates nacionais; essa capacidade de a gente gerar novos conteúdos e dialogar com a população de uma maneira muito mais direta em relação a essas causas.

Para encerrar, bem rápido, eu gostaria de convidar a todos os presentes, os Senadores especialmente, para a audiência pública que temos hoje do Mídia Ninja e do Fora do Eixo, às 14 horas e 30 minutos, na Comissão dos Direitos Humanos, na Comissão de Cultura, Educação e Esporte. Hoje, a gente vai discutir, entre

outros temas, a ascensão dessas novas plataformas de midiativismo e dos movimentos em rede, com é o caso do Fora do Eixo, do Mídia Ninja e de vários outros que estão surgindo.

Então, eu queria passar a palavra para o Carlos e para os demais.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado, Rafael. Parabéns a V. Sª e à Kátia por esse documentário, que retrata, sem dúvida alguma, com as letras da realidade, as imagens da realidade, a mineração brasileira.

Em seguida, quero conceder a palavra ao Sr. Carlos Bittencourt, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

O SR. CARLOS BITTENCOURT – Bom dia a todos.

Também agradeço a realização da audiência aos Senadores João Capiberibe, Antonio Carlos. Vou tentar, na verdade, nos 10 minutos, apresentar um pouco do quadro geral do processo da expansão da mineração no Brasil e, também, das consequências que isso tem, porque mineração não é só um negócio; ela implica muitos impactos sobre as comunidades, sobre a natureza, e um pouco do quadro de como está o debate do Código da Mineração na Câmara, e, em seguida, quando ele vier para o Senado.

Então, na última década, a produção mineral no Brasil cresceu 550%. Isso aparece no documentário, e a participação da indústria extrativa mineral no PIB cresceu 156% entre 2001 e 2011. Isso, na verdade, começa a representar o quê? Uma queda da participação da indústria de transformação no PIB do Brasil e um crescimento da indústria mineral, que a gente chama de reprimarização da economia. Tenho que me adaptar aqui.

Como se pode ver, isso não é só um crescimento do valor, porque o preço dos minérios subiu, mas também subiu a extração dos minérios em si. Então, se você olhar entre 2002 e 2011, esses minérios citados ali – e há muitos outros –, vários cresceram acima de 100%, como a bauxita, que cresceu 140% a extração mineral entre 2002 e 2011, mas alguns mais de 500%, como o cobre, 597% a extração; zinco, 647%, mesmo o ferro, que é o principal em volume, já estamos chegando à casa de 500; meio bilhão de toneladas extraídas, cresceu 87,80% nesse período. Então, não é só um crescimento do negócio que ampliou por causa da subida do preço, mas também um crescimento da extração em si.

Como não se trata... Aí os planos de expansão. O Governo brasileiro, em 2010, lançou o Plano Nacional de Mineração 2030, onde prevê cenário da expansão mineral no Brasil. Aí você pode ver que a expansão, que já é grande nesse período, vai ser ainda maior até 2030. Então, o ferro passando de um bilhão de toneladas. Isso também aparece no documentário. Quer dizer, a expansão pode se triplicar, quadruplicar a extração mineral. Mas o minério não é qualquer coisa. Isso que precisa ser esclarecido. Às vezes, a gente está aqui no Senado, debatendo isso em Casas com ar condicionado, tranquilos, longe, mas temos de lembrar que o minério é um recurso finito e não renovável.

Cada vez que se duplica extração de um recurso finito e não renovável, divide-se pela metade o tempo de duração da sua vida útil. Cada vez que você triplica, você divide pela terça parte; cada vez que você quadruplica, você divide pela sua quarta parte. Então, é isso que está em jogo, na verdade. Cada vez que o Brasil vai avançando no processo de duplicação, triplicação, quadriplicação da extração mineral, você está, na verdade, reduzindo pela quarta parte, pela terça ou pela metade, o tempo de vida das jazidas de minerais. Isso mostra, na verdade, que não há estratégia pública nenhuma de extração desses minérios. Simplesmente os preços sobem, as empresas têm mais lucros, então se extrai mais, sem qualquer planejamento estratégico sobre o que deve ficar nos territórios e o que não deve. É isso que a gente está vendo nesse processo, agora.

Aí você vê o crescimento da extração, e aqui já dá para ver bem claramente o efeito disso na economia nacional. Em 1964 você tinha quase 90%, 85% de exportação de produtos básicos e menos de 10% de exportação de manufaturados, o "X" ali significa que o Brasil conseguiu se industrializar e passar a produzir mais produtos manufaturados. Então, a exportação de básicos vai caindo, vai caindo, vai caindo, vai caindo e chega à casa de 25%, mais ou menos, na década de 90. E a exportação de manufaturados vai subindo, vai subindo, vai subindo e chega a ultrapassar os 60% da pauta exportadora brasileira na década de 90 também.

Esse processo de reprimarização econômica, de pautar a exploração mineral como centro da estratégia de desenvolvimento nacional, e também a exportação de soja, eucalipto, todos esses produtos que são *commodities* primárias e são exportados *in natura*, já faz com que haja outro "X" ali nos anos 2000. Ou seja, os bens primários básicos voltam a ultrapassar, percentualmente, na pauta exportadora brasileira, os bens manufaturados. Isso mostra bem claramente o efeito sobre a economia nacional do que o Senador Capiberibe estava falando: uma reprimarização econômica, um País cada vez mais pautado em um modelo primário exportador. Tira minério lá em Conceição do Mato Dentro, lá em Catas Altas, lá em Grão Mogol, põe um minerioduto ou uma ferrovia, leva para um porto e

isso é jogado para fora a um preço que se diz que é alto, mas vamos combinar: hoje, o preço do ferro, por exemplo, está em torno de US$150 a tonelada. Uma tonelada de ferro custa US$150. Quanto custa um celular desses que vocês têm em mãos? Um celular que não tem sequer meio quilo custa às vezes R$500,00 R$600,00. Então, na verdade, é uma lógica completamente perversa para a economia nacional.

Aqui são os efeitos no PIB. Você vai ver que a indústria de transformação, que é a indústria que agrega valor às coisas, cai de 17 para 14,6, e a indústria extrativa mineral sobe de 1,6 para 4,1.

Só que a mineração – isso está cada vez ficando mais claro – não se trata de uma fábrica de bombons, de você estar produzindo algo que agrega valor e não tem impacto na vida das pessoas. A mineração destrói, mata, mutila, atinge os territórios, consome água e muita energia. A mineração, na verdade, não é só aquele negócio como se fosse uma coisa em separado, pura. Não. Ela tem muitas interfaces completamente danosas ao meio ambiente e às comunidades.

Por exemplo, um dado sobre a mineração de bauxita lá em Barcarena, pela Albras. Só a produção de 432 mil toneladas de alumínio representa o consumo de 1,5% do consumo de eletricidade do Brasil inteiro, com 200 milhões de habitantes. Só a produção de bauxita! Isso significa que o mito de que o Brasil precisa construir Belo Monte, de que o Brasil precisa construir mais hidrelétricas para o povo brasileiro, é apenas um mito, porque, na verdade, quem está demandando essa expansão energética brasileira não são as pessoas e seus eletrodomésticos, porque a participação das pessoas na demanda energética nacional se mantém mais ou menos a mesma, abaixo de 10%, há bastante tempo. Inclusive, no plano de expansão até 2030 do próprio Governo, continua se mantendo abaixo de 10%. O que vem crescendo, na verdade, são esses setores.

Também a indústria de pelotização, mineração, ferro gusa, aço, cerâmica e não ferrosos, que seria o setor mineral, na demanda energética brasileira consumiu 38,635 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, que é uma maneira de você comparar em um referencial equivalente o consumo de energia. Então, esse montante foi superior ao consumo de todas as residências do País. Ou seja, só a indústria de mineração consumiu 38 milhões. Se você juntar todas as residências, elas consumiram 23,7 milhões. Então, isso significa que a mineração é muito mais consumidora de energia do que as famílias brasileiras. Só a mineração foi responsável por 15,2% da demanda energética nacional, e 43,4% do setor industrial. Apenas a Vale consumiu 2,27% de todo o consumo final energético do País. Então, a primeira coisa é essa: a mineração consome muita energia. Não se trata de um negócio qualquer.

Outra coisa: consome muita água. A mineração consumiu mais de 520 bilhões de litros de água em 2012. Esse é um dado significativo.

Ali a mineração já passa a indústria no número de outorgas de águas. E nem todos os usos de água feitos pela mineração são outorgados, porque, muitas vezes, eles captam água, drenam água e não falam para ninguém. Então, na verdade, isso vai mostrando também que em regiões Semiáridas, como é o caso da região do Adair aqui, estão construindo minerodutos, estão construindo minas que captam grandes quantidades de água, e isso vem, na verdade, concorrendo com o uso de água humana para essas populações.

Então, na verdade, no mineroduto, que é a maneira mais barata hoje de você transportar minério, ocorre o seguinte: você cria um duto – aparece ali no documentário também –, cria uma polpa que é feita de 70% de minério e de 30% de água. Dá para calcular. Se você transportar 30 milhões de toneladas de ferro, 30% disso vai ser água. Então, você vai tirar dos rios lá da região do Adair, para...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS BITTENCOURT – E isso não é um exemplo qualquer, não. Isso é real, não é, Adair? Estão sendo construídos, lá na região, minerodutos. Você impulsiona a água daquela região para outra região, transformando aquela região ainda em mais árida.

Então, aqui está o volume total de emissão de efluentes líquidos gerados pela Vale, por exemplo, em 2010, 2011 e 2012, dito pela própria empresa. Esses não são dados que eu produzi, não. Isso aí está no relatório de sustentabilidade da empresa. Então, ela produziu mais de 93,9 milhões de metros cúbicos de efluentes líquidos, sendo que 17% deles foram jogados nos oceanos, 76% em rios, reservatórios e barragens, e 7% em lagoas e pântanos. Efluentes são aquelas coisas que se usam e depois se jogam fora, com contaminantes e tudo mais. Então, na verdade, a própria Vale, no seu relatório de sustentabilidade, assume que está jogando efluentes nos rios, mares, lagos e pântanos do Brasil.

Essa aqui é uma lista breve dos impactos que a mineração gera: contaminação de rios, contaminação de solo, rompimento de barragem, contaminação radioativa, devastação de florestas, remoção de comunidades, destruição de patrimônio espeleológico, poluição sonora e um monte de outros.

Acidentes de trabalho. A mineração é quem mais mata, mutila e enlouquece os trabalhadores no Brasil. Aqui você tem dados importantes. Só perde para a indústria de celulose, por exemplo. Você vê, como

no petróleo, no gás, na extração de minério de ferro, o número de acidentes em mil trabalhadores é gigantesco e esse número vem crescendo com a expansão mineral no Brasil também.

Então, passando rapidamente... Entendi que essa campainha foi para eu começar a concluir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O senhor ainda tem 4 minutos e 22 segundos.

O SR. CARLOS BITTENCOURT – O Código de Mineração foi proposto pelo Governo em regime de urgência. Essa foi uma das primeiras lutas que significaria que, em 45 dias, teria que ser debatido pela Câmara e, em 45 dias, pelo Senado. Uma das primeiras lutas do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, uma luta vitoriosa, foi para derrubar esse regime de urgência. Conseguimos e agora estamos conseguindo mais tempo para fazer esse debate.

A proposta do Governo era ruim, porque era limitada no aspecto de controle público e estratégico sobre a atividade mineral e, pior, porque havia um silêncio absoluto sobre as questões socioambientais, sobre as comunidades impactadas, sobre o consumo de água. Calava absolutamente. Parecia que a mineração, de fato, era uma fábrica de bombons, sem impactos associados a ela.

Agora, o Relator, Sr. Leonardo Quintão, do PMDB de Minas Gerais, que apresentou o relatório sobre a proposta, conseguiu piorá-la. Ele conseguiu piorar muito a proposta, porque, nos aspectos que a proposta tinha de bom, que era um pouco mais de controle público sobre a atividade mineral, o Deputado fez o favor para a sociedade brasileira de retirar esse controle público sobre a atividade mineral. Então, no regime de autorização e prioridade, hoje, qualquer pessoa, inclusive uma pessoa física, que chega primeiro e requer uma área para exploração mineral, para pesquisar e depois lavrar, tem o direito, se cumprir determinados procedimentos burocráticos, de lavrar e pesquisar aquela área.

A proposta do Governo colocava um processo de licitação para as empresas concorrerem em licitação para o processo de lavra e pesquisa das instâncias minerais. Isso, é óbvio, impõe mais controle público. Isso, no relatório apresentado pelo Deputado, saiu. O regime atual permanece.

Além disso, a questão da financeirização, que o Senador Capiberibe estava falando aqui, é evidente. Os títulos minerários vão poder ser onerados em penhora – isso não havia – e também transformados em ativos financeiros para serem negociados em bolsas de valores. Isso significa simplesmente a "eikização", como estava falando o Senador Capiberibe, do setor mineral brasileiro. Isso significa, justamente: eu suponho que há 50 milhões de toneladas de ferro, eu vendo esse título supondo isso, consigo um financiamento para abrir aquela mina. Depois, eu descubro que aquela mina tem 5 milhões toneladas de ferro, por exemplo, que não vale a pena explorar, como é o caso do Poço de Tubarão, do Eike Batista. Primeiro, ele disse que tinha 50 milhões de barris, depois eram 30, depois eram 15 e 15 não valia a pena explorar. E aí os impactos já estão feitos, os empréstimos públicos já estão feitos, a grana já está rolando e o minério não vai sair dali. Então, esse aspecto da financeirização é absolutamente dramático e pode iniciar um processo de abertura de minas que não se fecham, de falências em processo de exploração e completo vira costas para os impactos que vão sendo criados nas comunidades e ao meio ambiente.

O terceiro aspecto está no art. 109, que diz que para você agora demarcar uma unidade de conservação ambiental – terras indígenas, quilombos –, qualquer interferência à atividade mineradora será necessária a anuência prévia da Agência Nacional de Mineração. Isso, na verdade, é absolutamente inconstitucional, pois são instâncias que não se rebatem. O que a Agência Nacional de Mineração tem que dizer sobre terras indígenas? O que a Agência Nacional de Mineração tem que dizer sobre demarcação de quilombos ou unidade de conservação?

Então, nós do Comitê Nacional em Defesa do Território frente à Mineração estamos dizendo um rotundo, um forte "não" ao relatório do Deputado Leonardo Quintão, que, como diz também o documentário, foi um dos que mais receberam dinheiro das mineradoras e apresentou um relatório claramente negociado apenas com as mineradoras. O próprio Governo, que apresentou um projeto ruim, está contra o projeto do Relator Leonardo Quintão, e, por isso, também esse relatório está sendo adiado para ser votado no ano que vem.

Então, essa proposta não nos representa. Essa proposta não nos reconhece – e acho que isso é uma coisa importante – em nossos direitos: o direito do Adair, o direito do Etevaldo, o direito de vários companheiros e companheiras nossos que estão lá no território sofrendo com a falta d'água, com a poluição de nossas fontes d'água, como está ali José Pepino, valoroso companheiro lá de Minas Gerais.

Então, a gente está aqui para, na verdade, abrir esse debate no Senado.

Quero agradecer, novamente, pois acho que é muito importante esta Casa se posicionar e começar esse debate e se informar do que está acontecendo na Câmara, porque esse projeto virá para cá no ano que vem, e a gente vai ter que seguir esse debate. Então, agradecer essa oportunidade de fazê-lo e passar

a palavra para quem, de fato, está sofrendo isso lá na ponta, onde ninguém vê, onde ninguém debate, onde a coisa se mantém, de fato, no subsolo, escondida. Parece que, se há uma vitória do nosso Comitê, de nossa luta, do contato que a gente teve com o pessoal do Ninja na construção desse documentário, é tirar esse debate do subsolo, trazer esse debate para a sociedade, fazer esse debate e enfrentar e denunciar aqueles que, desde o século XVII, como dizia o Senador Capiberibe, exploram nossas riquezas naturais e as vendem a preço de banana, literalmente, impondo, na verdade, sofrimentos gigantescos a quem convive diretamente com a mineração.

É isso. Quero agradecer mais uma vez.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Agradeço ao Sr. Carlos Bittencourt. Também peço desculpas pela correria, porque, para ser Senador, além dos votos da comunidade, é preciso ter um bom preparo físico, como foi possível perceber a correria, não é? Somos 81 e temos que cobrir todas as Comissões. As Comissões acontecem no mesmo horário. Infelizmente, ainda não conseguimos organizar de forma melhor para poder ter participação efetiva e permanente na Comissão. Enfim, diferentemente da Câmara, que são 513, aqui são 81, divididos em dezenas de Comissões, o que faz essa dificuldade.

Enfim, dando sequência à audiência pública, vamos ouvir Adair Almeida, Coordenador do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Atingidos pela Mineração.

Vamos ouvir a voz de quem vive diretamente o problema.

O SR. ADAIR ALMEIDA – Bom dia a todos! Eu queria cumprimentar o Senador João Capiberibe e os demais aqui presentes, também os atingidos e as atingidas de todo o País pela mineração. Represento aqui não só os atingidos pela mineração, mas também represento aqui os atingidos por barragens de todo o Brasil, o povo brasileiro que sofre a violenta agressividade do setor capitalista no mundo ganancioso.

Nós, atingidos, sofremos o mais duro castigo pela ganância de poucas pessoas no Brasil e no mundo.

No Brasil, infelizmente, as autoridades brasileiras, os Deputados, a maioria é financiada pelos capitalistas, pelas empresas internacionais, pelas multinacionais, e, infelizmente, o financiamento da campanha de alguns tem sido muito gordo.

A gente vê o quanto a mineração é má, é satânica, é demoníaca. Ela paga muito bem a campanha de um Deputado e não tem coragem de indenizar uma família de camponeses de onde ela vai tirar a maior riqueza, não tem coragem de indenizar essa família, de dar para ela dignidade, de respeitar os valores culturais, os valores ancestrais daquelas famílias, o modo de vida. Não respeita a produção ali gerada durante gerações e gerações, não agrega valor ao produto extraído dali, para que gere emprego para o povo brasileiro das cidades, do campo, porque o minério é levado cru, sem benefício nenhum.

Fala-se muito em minério de ferro, porque se está vendendo muito minério de ferro, mas não se fala dos agregados, das coisas que vão junto com o minério, que passam despercebidas pela balança comercial, que passam despercebidas pela fiscalização. Além disso, mutilam vidas, expulsam famílias, levam a violência, levam a droga, levam a morte para as comunidades.

Eu falo direto, como atingido, porque eu sou atingido, sou do Município de Grão Mogol, no norte de Minas Gerais, uma pequena cidade histórica. A sua fundação foi através da extração do diamante. Temos, lá, uma bela igreja para ser visitada por vocês, construída pelo nosso povo, que foi escravo, trabalhou para o Barão de Grão Mogol, Guálter Martins, durante muito tempo, explorando diamantes em Grão Mogol.

Nosso povo foi massacrado, pisado, muito tempo, lá no norte de Minas, porque o Estado de Minas Gerais diz que as terras, lá, são terras devolutas e que o nosso povo não tem direito a terra.

Então, eu sou geraizeiro, sou descendente de indígenas e, também, de africanos. Eu tenho direito, pela OIT, pela Lei 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, e esse direito nunca foi respeitado pelo Governo brasileiro e nem pelo Governador do Estado de Minas de Gerais.

Na década de 70, nossas terras foram roubadas, saqueadas pelas empresas de reflorestamento, inclusive uma subsidiária da Vale do Rio Doce, uma tal de Florestas Rio Doce S/A. Roubaram nossas terras, mais de 700 mil hectares de terras, e plantaram eucalipto. É a maior floresta plantada de eucalipto da América Latina, ocupando quase todo o território do meu Município com o plantio de eucalipto.

Os políticos da época se associaram a essas empresas e fizeram do nosso povo escravo, mataram o nosso gado, envenenaram a nossa água. Perdi, primeiro, o meu pai, em 1993, acometido de câncer; perdi, também, a minha mãe, em 2010, por câncer provocado pelo agrotóxico da monocultura de eucalipto, porque eles jogavam, sem dó, veneno na terra para matar os cupins e, agora, por último, estavam pulverizando um veneno, para matar um piolho nos eucaliptos que trouxeram da Austrália.

Então, trouxeram a praga, trouxeram o veneno, morte para a minha família, para o povo geraizeiro.

Tudo isso aprovado pelos políticos que dominavam esta Casa e outros das Assembleias Legislativas de Minas Gerais e das prefeituras regionais. Então, esses políticos massacraram o nosso povo. São prefeitos que, em troca de pequenos benefícios, vendem a alma do povo.

Então, lá na minha região, como se não bastasse a agressão pela monocultura do eucalipto, Senador João Capiberibe, nós agora somos ameaçados pela Votorantim, que criou lá uma outra empresa de nome Sul Americana de Metais, a SAM, e também a Mineradora Minas Bahia, que foi levada lá pelo falido Eike Batista, que negociou uma enorme jazida lá na minha região chamada megamina do Projeto Jiboia. Essas empresas desse tal senhor chegaram lá na minha região violando os direitos humanos, o direito à informação. Mandou um testa de ferro na frente comprar umas terras a preço muito abaixo de mercado. As denúncias a respeito estão escritas aqui nesta cartilha, que eu passo para a Presidência e ao Senador, não a Cratera da Mineração que foi construída pela Pastoral da Terra, pela CNBB, que nos apoia na nossa luta. Então, lá foi comprado a R$80 e a R$130 o hectare de terra, terra que é o puro minério de ferro. Além de ter os direitos humanos violados pela empresa de eucalipto, eles são prejudicados agora pela especulação imobiliária. Isso resultou em denúncias.

Eu também era uma pessoa do ramo de mineração. Trabalhei muito tirando quartzo para a siderúrgica de Várzea da Palma e Pirapora. Quebrei muita pedra com marreta e já sofri muito com isso, tentando ganhar dinheiro. Mas quem ganha mesmo são as grandes empresas. Sofrendo assim aprendi muita coisa.

Trabalhei muito na roça e sei o sofrimento do homem do campo. Meu pai nos ensinou a trabalhar desde cedo. Morava ali nos Gerais, na beira da BR-251, que hoje é o povoado de Vale das Cancelas. Nós nascemos ali sofrendo todo tipo de ameaça. Mas, graças a Deus, suportamos isso. Infelizmente, o meu pai e a minha mãe não resistiram muito tempo. Mas eu e meus oito irmãos – nós somos nove – sofremos ameaças diariamente, porque reivindicamos a herança do nosso pai. Hoje a Florestas Rio Doce passou essas terras para o ex-Governador de Minas Gerais, o Newton Cardoso. Tivemos várias audiências públicas na Assembleia Legislativa, a pedido do companheiro Rogério Correia, um Deputado que tem representado bem a sociedade civil organizada lá no norte de Minas, lá em Minas Gerais, e também o Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

Então, eu vi que a gente foi vendida várias vezes. O Newton Cardoso se apropriou das nossas terras, fez uma enorme grilagem de terras, com documentos esquentados em cartórios, e violando os direitos do povo geraizeiro. Essas terras foram arrendadas pelo Estado de Minas, na década de 1970, para algumas empresas, por 25 anos. Vencido o prazo, elas não devolveram as terras; negociaram-nas, como sempre fazem, e negociam a vida do povo brasileiro. O povo sofre de toda maneira. Falaram assim para mim lá na minha região: "Mas o Newton não roubou, quem roubou foi a Vale." Mas ele foi Governador do Estado de Minas Gerais, Senador, Deputado e sabe muito bem do que se trata em relação às terras. É conivente, sim, com a grilagem de terra.

Eu não tenho medo de dizer isso porque, para esse povo, eu já sou morto. Eles não respeitaram a minha família, não respeitaram as nossas vidas. Então, tenho o direito de reivindicar o meu direito.

Eu quero dizer a todos vocês que há seis ou sete anos a empresa Sul Americana está atuando na pesquisa na nossa região, na região do Lamarão, que fica próxima ao Vale das Cancelas. O projeto dela chama-se Projeto Vale do Rio Pardo. Essa empresa, com esse projeto, tem chegado lá violando o direito à informação, invadindo terras, derrubando pequizeiro, árvore nobre do cerrado, porque, para um geraizeiro, um prato de pequi cozido vale mais do que uma medida de outro. O geraizeiro vive e cultiva as plantas do cerrado. Ele tem um modo diferente de viver. Ele cria o gado nas soltas.

Aquela chapada em que estão plantados eucaliptos era de uso coletivo do povo geraizeiro, e nunca foi reconhecido esse território porque nós sempre ficamos à mercê das autoridades incompetentes do Estado de Minas Gerais que não defendem o seu povo. Então, nós sofremos muito com isso.

As políticas públicas não chegam lá. Por isso eles falam: "O Vale do Jequitinhonha é um lugar de miséria, é um lugar de pobreza." E é mentira. É um lugar de riqueza. É um lugar que gerou riqueza para funcionar o polo industrial de Minas Gerais. É lugar de riqueza que vai movimentar as economias mundiais, as maiores economias, como a da China, porque o minério de ferro de que a Sul Americana está fazendo pesquisa e está agora requerendo licenciamento ambiental já foi vendido antes mesmo de consultar, conforme está aqui nesta denúncia, que eu quero entregar ao Senador. Também quero que fique protocolada aqui, em duas vias – uma devolve para mim.

Eu queria ressaltar que, além das pesquisas que essa Sul Americana tem feito, ela, em 2010, vendeu essa jazida para uma empresa chinesa. Antes de passar por consulta, de ser debatido com a sociedade, já a tinha vendido. E já chegou lá com a licença, com a

outorga da água expedida pela Agência Nacional, a ANA, para poder tirar a água da Barragem de Irapé.

Eu não sei para que foi construída a barragem, a hidrelétrica de Irapé, porque lá não foi construído um projeto socioeconômico para beneficiar aquelas famílias atingidas pela barragem de Irapé; não foi construído um plano de desenvolvimento social para aquela região. O povo está lá morando no Alegre, ameaçado por uma empresa que é apoiada também pelo Deputado Federal Bernardo Santana, a tal de Rima, que derruba cercas do povo geraizeiro, viola os direitos do povo e ninguém faz nada. Tem apoio aqui dentro do Congresso. E nós estamos sofrendo grandemente com essas ameaças que ocorrem diariamente pelas empresas de reflorestamento e também da mineração.

Eu, tendo uma cantina, fornecia comida para as empresas mineradoras, para a Sul Americana de Metais e suas contratadas, como Geosol, UTC Geo, essas empresas. Eu fornecia alimentação e, ao longo do tempo, pegando amizade com o gerente, com as pessoas, fui ouvindo eles. E fui percebendo que o meu povo ia ser expulso das terras sem direito a nada, porque uns não tinham título, e os títulos daqueles que os tinham foram expedidos pelo Manuel Costa, ex-Diretor do Iter, de Minas Gerais, que foi preso na Operação Grilo por favorecer as mineradoras lá no Alto Rio Pardo. Ele foi exonerado.

Os títulos no local da mina da SAM foram expedidos para uma família onde mais se fez perfuração dentro de uma propriedade: a propriedade foi perfurada por 39 furos de sondagem e onde eles têm maior interesse. Os títulos de terra expedidos pelo Iter diz que, havendo reserva mineral na propriedade deste título, o dono não terá participação nos resultados da lavra, mas, sim, o Estado de Minas. E nem será indenizado em nenhuma outra forma sobre esse título.

Nós denunciamos isso e pedimos a anulação desses títulos porque isso é a maior violação dos direitos humanos. As famílias do Lamarão e as famílias do Vale das Cancelas são famílias tradicionais geraizeiros, que existem até a sexta geração. Andando essa semana com um rapaz da Unimontes, antropólogo, ele constatou que a família de Dona Adelina chega a sexta geração.

Então, não pode dar um título dessa natureza para uma família tradicional que vivi ali muitos e muitos anos, como se fosse um posseiro sem terra que chegou há poucos dias e que este também precisa ser respeitado nesse Código de Mineração, porque há luta sangrenta pela terra, como o pessoal lá de Felisburgo, em que morreram cinco companheiros que lutaram pelo direito à terra. Depois que conquistaram esta terra, por causa do interesse da mineração, eles têm sido expulsos desta terra. Isso não pode e nós não aceitamos isso. Isso é uma covardia muito grande com o nosso povo.

É angustiante a gente ver os Senadores, os Deputados, com exceção de alguns, porque há homens bons aqui nesta Casa, que têm amor ao próximo... Isso a gente quase não se vê fala em dinheiro, em riqueza, em fortuna, como é o caso do Relator do código, que teve o seu financiamento gordo de campanha e fez esse relatório, o texto dele baseado nos interesses econômicos das mineradoras, sem dar valor à dignidade, à vida humana; não pensou no próximo, não pensou em ninguém, porque o próximo dele é só as mineradoras, não somos nós que sofremos. Às vezes, muitos deles até votaram nele por não conhecerem quem ele era, mas, agora, iremos divulgar e falar quem é, porque aquele se tornou inimigo do nosso povo, do povo atingido.

Nós, atingidos por barragem, fizemos uma luta muito grande. Esperávamos, como foi promessa da Presidente Dilma, através do seu representante, o Ministro Gilberto e também do Ministro... Eu me esqueço do nome do homem, mas ele é Procurador-Geral da Presidência da República, prometeu assinar o PNAB. O Plano Nacional dos Atingidos por Barragem. A Presidente Dilma prometeu isso e não cumpriu. E agora querem aprovar um Código de Mineração que viola ainda mais o direito do povo, sem ter um plano de indenização para os atingidos?

A mineração deveria ter esse plano. Primeiro deposita o dinheiro, os valores para a comunidade atingida pelo projeto ser indenizada, porque isso rende muito dinheiro para os cofres, tanto do Governo quanto das mineradoras. Mas não se faz, a vida tem pouca importância para esse povo. A vida da minha família e de outras tantas tem pouca importância para o cidadão que está no seu iate, que está no seu apartamento, nas suas mansões, nas suas grandes fazendas, até longe do setor da mineração, porque ele não fica lá recebendo poeira na cara.

Então, esse povo está sofrendo como o povo de Catas Altas, como o pessoal de Conceição do Mato Dentro, que vem sofrendo. Nós...

Eu parei de fornecer comida para as mineradoras e fui lutar pelo direito do meu povo. Eu vi o quanto que são covardes as autoridades brasileiras. O massacre que ia acontecer com o nosso povo através da ganância de uma empresa que é do tal Antônio Ermírio de Moraes, que é gente rica, milionária e não tem necessidade disso, que chegou dizendo, está escrito nessa denúncia, que o nosso minério é de baixo teor lá e por isso, para favorecer a extração, tem que usar mais água. Vai usar oitenta milhões de litros de água, de metros cúbicos de água, para lavar e para o mine-

roduto, numa região semiárida onde as comunidades estão sendo atendidas por caminhões-pipa, e de vez em quando é que chegam os caminhões lá, porque os caminhões não estão atendendo o povo na região.

E acontece que milhares de pessoas da região de salinas, são mais de 140 Municípios que estão ameaçados pela desertificação. E isso quem comprova é o próprio Governo. Foi o Instituto de Meio Ambiente que fez essas pesquisas dizendo que 142 Municípios estão ameaçados de desertificação se nada for feito, se não for feita a recuperação. E permitir a extração de minério de ferro e de ouro, como está acontecendo em Riacho dos Machados, em que uma empresa canadense... Olhe para vocês terem uma ideia, uma empresa canadense colocando em risco milhares de pessoas na região de Janaúba, Porteirinha, Riacho dos Machados, para tirar um ouro. E o valor que se paga de *royalties* do ouro não significa nada diante do estrago da contaminação dos lençóis freáticos numa região em que não existe mais rios, onde já secaram os rios. Isso é um crime grave contra a sociedade brasileira. Nem todos aguentam isso. Quem aguenta isso é quem está recebendo dinheiro da mineração, quem fica longe dela. Mas para quem mora perto é um tormento, tanto as pessoas que são atingidas pelo empreendimento no local da mina quanto na logística. Onde se mora as pessoas que passam um trem barulhando com esse ronco o dia inteiro na cabeça da pessoa, mutilando vidas, separando famílias? Isso é muito grave.

Não podemos aceitar que esse código dessa natureza. Que tenha um fundamento. Hoje o Brasil está avançado, o mundo está avançado, a tecnologia mudou, o povo cresceu, aumentou a quantidade de brasileiros, somos mais de 200 milhões de habitantes, precisamos ter uma política, um código. A primeira lei, o primeiro código durou mais de 40 anos, foi construído na ditadura militar. Precisa de um profundo estudo, Senador, nesse código. Ele tem que agregar os valores das comunidades tradicionais, os valores culturais, os valores de toda a sociedade de modo geral.

Se as riquezas minerais são um bem da União, um bem estratégico da Nação, não podem ser exportado sem valor agregado, sem gerar emprego aqui, sem industrializar aqui. É que nós somos burros? Não. Somos inteligentes. Estamos gostando do que estão fazendo, dando oportunidade para os jovens, para os estudantes estudarem até fora do País agora.

A Presidente Dilma merece ser parabenizada por isso, por ter dado oportunidade. Avançou muito a educação no Brasil, mas ainda falta muito, precisa respeitar os professores. Lá em Minas Gerais está uma negação a violação dos direitos dos professores. Professor não tem valor neste País. Então, desestimula o profissional a estudar. É preciso valorizar os professores, os educadores neste Brasil. É preciso valorizar o agricultor familiar.

Lá na região de Grão Mogol, no norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, no Vale do Rio Pardo, queremos propor para o Governo outro modelo de desenvolvimento. E não é só lá, mas em todo o Semiárido brasileiro. A mineração deveria ser impedida em todo o Semiárido brasileiro, principalmente a que utiliza grande quantidade de água como a exploração de minério de ferro e de ouro e outros que utilizam muita água. Lugar que não tem água... É uma grande violação de direitos humanos deixar uma comunidade sem água para favorecer uma atividade econômica que gera dinheiro para poucas pessoas.

Então, o caso do mineroduto... Não pode e não deve nunca permitir que se instale mineroduto em qualquer região do País, levando água doce que, em muitos lugares, faz falta. E o litro de água vale mais do que uma tonelada de petróleo. No norte de Minas, um litro de água vale mais. E a Copasa também está sendo privatizada e vamos pagar muito mais caro pela água. Uma tal de Copanor, que o governo de Minas criou está uma negação. Há pouco fizemos um abaixo-assinado lá junto com a comunidade, tivemos a honra da assinatura do Deputado Padre João.

(*Soa a campainha*.)

O SR. ADAIR PEREIRA DE ALMEIDA – Sofremos muito com a qualidade da água, e estão querendo cobrar por um serviço que não presta à sociedade. Então, a CFEM não significa nada.

Eu queria que o Presidente me desse mais dois minutos para concluir.

A condição do saneamento básico no Brasil não é mantida. Em Minas Gerais, pegaram R$49 milhões que iriam para combater os impactos da mineração na região atingida e foram desviados. Isso foi denunciado na Assembleia Legislativa para a empresa que administra o Mineirão, o Minas Arena.

Que dia que o nosso povo vai receber alguma coisa em troca dos impactos desses grandes empreendimentos? Jamais. Os impostos arrecadados na região de Grão Mogol pela barragem pela usina hidrelétrica não chegam às comunidades atingidas por ela. Então, isso é um absurdo!

Fizemos uma denúncia e entregamos à Secretaria-Geral da República e pedimos aqui... Foi feita uma manifestação no dia 11 de setembro, em comemoração ao Dia Nacional do Cerrado. O Cerrado brasileiro ocupa oito Estados da Federação e é um dos biomas mais ricos e está sendo destruído pelo agronegócio e pela mineração. Então, vou entregar aqui também esse documento com as reivindicações do povo geraizeiro

ao Senador Capiberibe, à Presidência desta Comissão, para que analise e nos dê resposta concreta.

Quero encerrar aqui a minha fala e muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Muito obrigado ao Sr. Adair Almeida, que nos apresentou aqui uma gama de informações de quem vive muito próximo à situação de injustiça e dos abusos cometidos pela mineradora.

Para dar encaminhamento, quero pedir à Secretaria da Comissão que prepare um documento ao Ibama com a manifestação dos atingidos. Pediria que assinassem para que o Presidente da Comissão possa encaminhar o posicionamento dessas pessoas que estão sendo diretamente atingidas pela atividade mineradora.

Também aqui nós vamos pedir à Secretaria da Mesa, em relação ao Movimento para que seja encaminhado o posicionamento dele às autoridades competentes.

Eu queria também informar que, neste momento, está havendo uma grande concentração de representantes e de lideranças indígenas, são cerca de 1.700, em frente ao Palácio do Planalto e ao Ministério da Justiça, contrária à portaria do Governo que dilui a competência da Funai relativa aos processos de demarcação de terra indígena. Ela dilui essa competência, transferindo para pelo menos mais 5 ministérios, o que vai certamente diminuir a velocidade, que já é lenta. O processo de demarcação, homologação e ocupação das terras indígenas pelos indígenas é um processo que, muitas vezes, se eterniza e que, em vários casos, essas comunidades não vêem os seus direitos respeitados.

Quando transita, normalmente, no momento de recuperar – não é sequer ocupar –, no momento de reocupar as terras que foram perdidas nas mãos de grileiros, nas mãos do Estado, porque o Estado brasileiro é um dos maiores promotores da invasão de áreas originárias das populações indígenas, os ocupantes dessas áreas entram na Justiça e, aí, o processo se eterniza. Agora, o Governo Federal toma essa atitude no sentido de realmente criar mais obstáculo no processo de demarcação de áreas indígenas.

Infelizmente, os direitos indígenas, previstos na Constituição de 1988, avançam de forma muito lenta, causando situações de injustiça, como é o caso dos guarani-caiovás, no Mato Grosso do Sul. Alguns vivem em situação, que eu testemunhei e visitei, muito semelhante a um campo de concentração, sem a possibilidade de exercer a vida com dignidade e liberdade.

Enfim, essas situações fazem com o Brasil, que poderia ser um País inscrito dentro da modernidade que se espera na democracia, continue um País onde se convive com brutais injustiças e ainda com muita violência praticada contra comunidades indígenas. Não só contra comunidades indígenas, mas também com outros segmentos mais vulneráveis da nossa sociedade.

Dando sequência à audiência pública, concedo a palavra ao Sr. Etevaldo da Cruz Arantes, Coordenador do Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração, o MTM.

O SR. ETEVALDO DA CRUZ ARANTES – Senhores e Senhoras, bom dia.

Senador Antonio Carlos Valadares, parabéns pela condução. Quero, mesmo estando ausente, parabenizar o Senador Capiberibe por ter feito esse requerimento.

Quero também me solidarizar junto com o Senador aqui presente, pela morte do Senador Marcelo Déda. Sempre que se perde alguém, é uma situação muito preocupante.

Mas, senhores, principalmente quero parabenizar o comitê pelas conquistas desse novo marco regulatório, que acabou sendo adiado mais uma vez. Teremos a oportunidade de tentar melhorá-lo nesse tempo que ainda no resta.

À Ninja, parabéns pelo filme. Eu que convivo em meio a toda essa situação aqui apresentada, às misérias dos corredores da mineração, me emocionei ao ver esse filme. Então parabéns por vocês terem conseguido emocionar a comunidade. *(Palmas.)*

E quando a gente trata de mineração, Senador, nós estamos falando de algo vital para vida. A água é um bem mineral, o mais precioso deles e que a gente a compra mais cara hoje em alguns lugares, mais cara do que a própria gasolina. Você chega a pagar R$2,00 por 390ml de água em alguns lugares do País, o que é um absurdo, lembrando que nós temos os maiores mananciais e os maiores aquíferos do Planeta. Muito preocupante.

É preocupante quando a gente sabe e percebe que existe um Código de Mineração de 1987, ruim, e que o Ministério de Minas e Energia agora conseguiu criar outro pior, e houve um substitutivo pior ainda. Isso preocupa a gente demais, principalmente porque foi um código discutido simplesmente com os empresários. A sociedade não teve a oportunidade de participar desse debate. Nós tivemos...

Vou me apresentar. Sou o Etevaldo da Cruz Arantes, sou coordenador do Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração e também faço parte, sou membro do Movimento dos Atingidos pela Mineração. E moro em Serra Pelada. Então quem mora em Serra Pelada está acostumado a ver as misérias bem de perto. Por isso disse que foi tão forte o filme, que acabei me emocionando ao ver as imagens aqui que assisti

ao vivo. E sou vítima dessa brutalidade da Polícia Militar do Estado do Pará. Então é muito preocupante toda essa situação.

Então a gente começa a pensar e olhar: por que onde a grande mineradora está, onde se adquirem grandes riquezas, se concentram as maiores pobrezas do País?

Aqui eu quero parabenizar também o companheiro Nenzão, o Adair, por ter sido tão claro e tão capaz de expressar a necessidade e as agonias do seu povo na região dos geraizeiros. Parabéns, Nenzão, por ter conseguido convencer. E eu percebi que as pessoas sentiram e vivenciaram a dor daquele povo ali.

Mas senhores, é algo que nos deixa muito preocupado ver que o Brasil é o segundo maior exportador de minérios do mundo e que a gente ainda está procedendo como uma colônia europeia. No passado os europeus vieram para aqui explorar e trouxeram os escravos para poder produzir as riquezas de que eles necessitavam. Hoje esses escravos e trabalhadores se multiplicaram, e somos nós esse povo. Hoje eles não têm mais os capitães do mato, mas os comandantes da polícia, nas regiões onde atuam, eles são muito ferozes para cumprir as ações das grandes mineradoras. E os maus políticos, aqueles que recebem e trabalham para as mineradoras, funcionam simplesmente como capatazes da fome de riqueza dos europeus.

E quando a gente convocava algum debate nas regiões sul e sudeste do Pará, por que a Vale não aparecia nas audiências públicas? Por que as grandes mineradoras não aparecem? Simplesmente, senhores, porque elas já estão contempladas com os Deputados que lá estão. Eles as representam, porque eles fizeram e defendem um Código de Mineração que só beneficia as grandes empresas e principalmente as empresas multinacionais.

E, quando a gente percebe que em cada tonelada de ouro... Esta é uma das nossas preocupações: não há nesse novo código uma preocupação para saber quais os minérios agregados na hematita que estamos exportando. Alguém já parou para pensar que junto com aquela hematita está indo ouro, está indo cobre, está indo paládio, está indo prata e platina, e que às vezes só três, quatro gramas desse minério pagam a tonelada de ferro que está indo embora?

Então há uma preocupação muito grande das comunidades quando a gente percebe que quem coordena esse marco regulatório, que quem relata isso nada mais é do que alguém que presta serviço para a Vale do Rio Doce e que está a serviço dela, haja vista que é o patrocinador principal da sua campanha.

Esta semana, eu ouvi um secretário de Estado dizer que não é lucrativo industrializar ou verticalizar o minério aqui no Brasil e realmente ele tem razão. É mais fácil pela Lei Kandir você exportar do que industrializar. É mais fácil exportar o emprego brasileiro, exportar as condições de renda deste País, levando todo o minério de forma bruta e de forma inconsequente. Ele é levado para esses territórios da Europa e da Ásia.

Preocupa-nos muito quando a gente está de posse disso, quando a gente está lá na base vendo os nossos irmãos passando fome, passando necessidade, enquanto as grandes mineradoras cada vez aumentam mais os seus lucros. Nós temos lá quase 900 quilômetros de estrada de ferro, que, saindo de Serra dos Carajás até o Porto de Itaqui, passa por um corredor de pobreza, onde as pessoas estão cada vez mais pobres, estão morrendo contaminadas, porque, ao passar esses trens, ao passar esses minerodutos em quaisquer das regiões, eles largam o óxido de ferro, eles largam óxido de cobre, e isso tudo é prejudicial para as comunidades, para o meio ambiente. E percebam que a água é mais cara que o minério de ferro. Se um litro de água é mais caro do que um quilo de minério, porque, então, a gente vai gastar tanta água para produzir esse minério?

Aí, esse código também, senhores, não percebe a diferença e o "estupro" das comunidades locais, onde essas mineradoras operam, porque ali aonde chegam as mineradoras acaba-se a cultura das pessoas que ali estão, acabam-se os laços de amizades daquelas pessoas que está ali há décadas, há séculos. E parece que as nossas autoridades estão muito mais preocupadas com a renda do superávit da balança comercial do que propriamente com a vida e com o bem-estar dessas comunidades.

É preocupante quando nós vemos aqui o minério... O desenvolvimento de qualquer país do mundo depende do minério, mas esse minério, esse desenvolvimento não pode estar acima do bem-estar e da vida de qualquer povo, de qualquer região do País ou do mundo.

Enquanto todos os países criam as defesas para poder proteger os seus cidadãos, a gente vê aqui o Brasil, através da Lei Kandir, entregando tudo o que é nosso sem o menor escrúpulo e sem que a gente perceba que as autoridades brasileiras estão preocupadas com isso. A maior preocupação nossa é a despreocupação do Estado brasileiro, Senador, em relação a todas as angústias dos povos onde essa exploração mineral é feita. E aí cada dia mais, em nome da mineração, degradam as sociedades e as comunidades.

O senhor acaba de nos informar que os índios estão ali reclamando porque estão tirando o direito deles, da moradia, da existência deles, onde seus ancestrais nasceram e criaram, simplesmente para

beneficiar uma ou outra mineradora. Nesse caso, a vida para o nosso povo, para os nossos políticos, não tem a menor importância, não tem o menor valor. E se avaliarmos a necessidade...

E aí a gente pergunta: nós estamos no corredor da Estrada de Ferro Carajás e a gente percebe que, lá na Serra do Carajás, até um tempo desse, existia o Projeto Bahia, que explorava ouro; aí o ouro do Bahia virou o cobre do Projeto Alemão, pois a mina se transformou em mina de cobre. Mas, independentemente disso ou daquilo, os agregados desse minério antes tinham 70% de ouro, hoje têm 70% de cobre, 60% de cobre, e o restante é ouro, ouro que vale como cobre. Ninguém fiscaliza. Ninguém sabe quantas toneladas de ferro. Aqui nós temos uma estimativa de quantas toneladas e ferro saem, quantos milhões de toneladas, mas essas são informações dadas pela Vale do Rio Doce. Se procurarmos, não existe uma balança do Estado ou do Governo Federal para poder ter certeza da quantidade de ferro que sai, da quantidade de minérios que saem, e não existe um único laboratório para poder qualificar e determinar quais os agregados existentes nessa hematita, qual o valor que está indo de graça para outros países através dos minerais agregados à hematita, através dos minerais agregados ao manganês.

Ora, depois de 500 anos, continuamos sendo simplesmente mão de obra barata, para entregar matéria-prima para os europeus. E muito mais preocupante que isso é perceber que ninguém faz nada, é perceber que se está criando um novo Código de Mineração que é dez vezes pior do que este e que beneficia simplesmente os grandes.

Além de participar desses movimentos, eu também sou Delegado Nacional de Cooperativismo e sou o Diretor Regional do Cooperativismo no sul e no sudeste do Pará.

Nós tivemos três seminários, em 2004, em 2005 e em 2006, no Ministério de Minas e Energia.

(Soa a campainha.)

O SR. ETEVALDO DA CRUZ ARANTES – E tivemos um seminário internacional de pequenos mineradores. Nenhuma dessas entidades foi convidada a participar desse debate.

Então, a chegada do Ministro Edison Lobão ao Ministério de Minas e Energia prejudicou sobremaneira as comunidades do Maranhão, do sul do Pará e do País inteiro no que diz respeito à participação dos pequenos mineradores na evolução do País, na construção de um País melhor e mais justo para as pessoas que convivem neste País e que dependem deste País.

É impressionante! Percebemos algo interessante. Fala-se em DNPM. Para nós, sabe como isso se chama lá, Senador? Para nós, esse é o "departamento nacional de produção de miséria", porque onde eles dão a concessão para que as mineradoras explorem cresce a miséria dos povos: a prostituição infantil, o tráfico, a venda e o consumo de drogas, que aumenta sobremaneira. E não há políticas voltadas para nada disso, para combater ou para diminuir isso. Ao contrário, as polícias e parte dos Deputados e dos Senadores – aqui, temos de ressaltar que existem os bons em todos os meios – parecem simplesmente estar a serviço dessas grandes empresas, em detrimento da necessidade do povo.

Não é justo que... A gente fala assim: "O Eike Batista quebrou". Mas como o Eike Batista enricou? Eliezer Batista foi o grande nome da Vale do Rio Doce durante décadas e também o controlador da CPRM. Ah, é lógico que o filho dele ficou sabendo onde havia as melhores jazidas! É óbvio que, através dessas informações, ele conseguiu requerer, com habilidade e com rapidez, algumas áreas, para que ele se transformasse no oitavo homem mais rico do mundo. Tudo isso foi obtido através de informações privilegiadas. Assim, eles têm conseguido isso.

Enquanto isso, uma cooperativa de garimpeiro ou de pequeno minerador passa de dez a quinze anos esperando a autorização de uma lavra de garimpo ou de qualquer mineração. Enquanto isso, uma empresa comum chega lá e, em dois ou três anos, já está funcionando, já está operando. Sem a menor sombra de dúvida – lá não temos dúvidas quanto a isso –, alguns dos "departamentos nacionais de produção de miséria" não passam de cartéis, de balcões de negócio, para que as empresas que pagam melhor ou que beneficiam mais a eles obtenham, com rapidez, suas licenças ambientais, seus requerimentos. Enfim, para essas empresas, as licenças de operação saem o mais rápido possível.

Expresso nossa preocupação. Se vocês observarem Serra Pelada, verão a agonia, pois aquela foi simplesmente a última ação da Polícia contra os trabalhadores daquele lugar. No dia 18 de agosto do ano passado, a situação ficou pior ainda, com muito mais tiros, com muito mais bombas, e acabaram prendendo nove trabalhadores de Serra Pelada. Inclusive, nosso advogado passou 58 dias na cadeia. Quando chegam a prender o advogado dos trabalhadores, imaginem a forma com que os trabalhadores são tratados!

Então, essa é uma preocupação. Este é um País em que o dinheiro está acima do bem-estar do povo, está acima do bem-estar social e da dignidade humana. O que nós queremos é que tenhamos tempo e que contemos com a interferência dos nobres Senadores para que esse novo Código de Mineração seja mais

sociável, seja melhor ou menos ruim do que aquilo que está exposto, pois, do contrário, senhores, teremos de mobilizar este País.

Cada um dos senhores que está longe das áreas onde se produz e se explora o bem mineral não deve esquecer que aqui, neste prédio onde estamos, nas casas onde vocês moram, tudo é e depende do bem mineral, cada tijolo, cada telha, cada pedra que está ali é um bem mineral. Se a sociedade brasileira não se atentar para o fato de que temos que participar deste Código de Mineração, de que temos que forçar os políticos a criarem algo melhor, não será ruim para as pessoas que estão nos corredores de miséria, onde a exploração é feita; será ruim para todo o País. Cada dia custará mais caro o celular que vocês usam, a casa que vocês moram, a água que vocês bebem.

Percebo toda essa movimentação social que houve nesses últimos dias no País, nos últimos meses, mas ninguém questionou a mineração. Parece que não dependem dela. Parece que não bebem, que não dormem, que não andam de carro. E a ferramenta utilizada, que foi a internet, para que ela produza, para que ela chegue – cabo de ótica chega a qualquer lugar –, depende e passa pela mineração.

Então, se o povo brasileiro não se atentar para os mínimos detalhes da mineração, para os mínimos detalhes daquilo que ele está fazendo, cada dia será mais caro e mais difícil sobreviver.

Lembro aos senhores que a roupa que estão vestindo, os sapatos que estão calçando, tudo isso passa por um processo de mineração. O papel, o algodão, o alimento que vocês comem depende da mineração para fazer a correção do solo e produzir melhor. Inclusive, os agrotóxicos que os matam e que nos enchem de câncer também são produtos adquiridos através da mineração, são combinações químicas de bens minerais. Ao mesmo tempo em que os alimentam, também os condenam à morte através dos agrotóxicos ingeridos por meio da alimentação.

Então, a questão mineral não é única e exclusiva das comunidades afetadas, dos trabalhadores sem terra, dos geraizeiros, dos indígenas ou dos quilombolas. A mineração tem que ser uma preocupação total do povo brasileiro. Cada um dos senhores que não se incomoda ou que nunca parou para pensar, eu gostaria que, ao nos ouvir aqui, ao ouvir esse depoimento tão forte e tão transparente do companheiro Nenzão, quando chegar em casa, por favor, reflita, porque a mineração os está afetando diretamente.

Nós ainda temos uma coisa interessante aqui: as grandes empresas mineradoras consomem a maior quantidade da energia produzida no País e paga só 30% do valor que cada um dos senhores paga. Então, além de consumirem mais e de desgastarem mais, pagam menos da metade daquilo que a gente paga.

Portanto, este é um País que trabalha para o seu povo ou para o enriquecimento de poucos?

Alguns informes pouco se veem, porque notícia de desastre e das consequências passa todos os dias na televisão, mas a necessidade do povo ou os avisos de importância para o povo só saem se for matéria paga, e a sociedade, os movimentos sociais não têm condições de pagar matéria. Por isso a sociedade é tão desinformada das necessidades e das angústias pelas quais este País passa, porque cada brasileiro que está sofrendo e passando por essas angústias é um pedaço do Brasil que se está dilapidando, que se está arruinando.

Então, senhores, nós precisamos que esse código respeite os proprietários.

Nós temos, em Serra Pelada, Senador, além da truculência da polícia, nós temos lá a invasão da empresa canadense que tomou todos os terrenos. Os terrenos que ela queria, dos quais ela precisava, ela tomou na marra, com escolta armada e com a polícia. Ela tem uma escolta armada, um sistema paramilitar que age juntamente com a polícia em busca de todos os desejos das empresas e do que elas precisam.

Então, essa é uma preocupação muito grande, no sentido de que aquelas comunidades, além de terem seus bens, sua saúde e seu bem-estar totalmente diluídos, também perdem suas moradias. Lá, em Serra Pelada, passaram o trator por cima de cinco casas e acabaram com cinco famílias. Inclusive, houve o caso de uma viúva que tinha duas filhas, e as duas filhas, por não terem onde morar, acabaram caindo no mundo da prostituição; hoje, essa senhora mora de favor nas casas dos outros. E os outros quatro, que são homens, ainda conseguem sobreviver morando de casa em casa, de um lado para outro. Essa é a preocupação de todo mundo. A casa em que eu moro está sob ameaça de ser derrubada a qualquer momento também, pela necessidade de a empresa tirar do centro as pessoas que ela acha que estão incomodando.

Há também uma senhora de 73 anos. E observem que com 73 anos a pessoa não é mais criança. Essa senhora já foi presa por três vezes por resistir e não querer sair do local em que mora. A polícia vai lá, pega, prende e espanca. A polícia prendeu e espancou essa senhora; já a espancou por três vezes. Sem contar várias outras pessoas, vários outros idosos que, ao longo da presença da empresa canadense, tem conseguido prender, bater e torturar. Tortura mesmo. Até uma recém-parturiente eles levaram. Ela foi presa às 8 horas da manhã, e às 7 horas da noite foi preciso levar a criança com oito dias de nascida para ser ama-

mentada na delegacia. Então, percebam a injustiça e a falta de respeito com que são tratadas as pessoas onde há interesse mineral, principalmente por empresas estrangeiras.

Hoje, temos uma dificuldade muito grande. A mídia mostra todos os benefícios que a mineração produz na balança comercial, mas em nenhum momento ela vai, como fez a Mídia Ninja, *in locu*, para ver o estado de miséria dessas comunidades.

Eu quero parabenizar o Senador Capiberibe por nos ter concedido esta oportunidade, por meio desta audiência pública, de externar a nossa indignação a todo o País e a maneira como as mineradoras agem em todos os recantos do Brasil.

Preocupa-nos também a situação das cidades onde está sendo feita a exploração. Não falo só de Serra Pelada, mas de Paraopeba, Canaã e Curionópolis, que sofrem com o crescimento demográfico, e não há condição nenhuma de os prefeitos acompanharem o crescimento. Três vezes por semana, centenas e centenas de pessoas vêm do Nordeste em busca de emprego nessas cidades. E, ao chegarem lá e não encontrarem emprego, acabam caindo na marginalidade e na miséria, que não é exclusividade daquela região, mas de todas as regiões.

O Senador Capiberibe citou a região dele, no Amapá, em que Serra do Navio se transformou simplesmente em um buraco para fazer turismo. É interessante o turismo, mas que não seja o turismo proporcionado pela miséria, em que os turistas visitam para ver a miséria de um povo. O pior turismo que pode existir em qualquer lugar é o turismo voltado para a miséria. Nós gostaríamos que visitassem nossas terras pelas belas cachoeiras, pelas belas matas, pelas belas formações que existem em nossas montanhas, mas não que visitassem a Região Norte do País para ver as misérias e as falcatruas cometidas.

Pedimos encarecidamente, Senador: quando isto aqui chegar, para o bem deste País, que sejam criados laboratórios próximos das cidades onde existe exploração mineral a fim de examinar a qualidade do minério extraído e a qualidade dos seus agregados. Porque se vendermos ouro a preço de ferro, este País será cada vez mais um país de exploração e de miséria. Que não permitamos mais isso.

Em relação à transformação do DNPM em agência nacional, vão mudar só o nome. O "departamento de miséria" vai continuar, porque as pessoas que vão para essa agência são as mesmas que estão no DNPM. Vai mudar o nome,...

(Soa a campainha.)

O SR. ETEVALDO DA CRUZ ARANTES – ... e nome não significa nada. A nomenclatura é só uma definição. A transformação do DNPM em agência nacional não vai mudar nada.

Senador, aqui queremos deixar a nossa indignação com tudo aquilo que tem acontecido com os povos onde há exploração de minérios e também a nossa indignação com os políticos que, a serviço das empresas mineradoras, têm feito esse marco regulatório em nome do Governo, e juntamente com o Governo, que vem prejudicando sobremaneira a sociedade brasileira, tanto no momento quanto no futuro, porque, como todos aqui anteciparam, a mineração é um bem findável; não há como plantarmos um pezinho de hematita, e, daí a um pouco, ele sair produzindo ferro. Então, essa é uma preocupação geral.

Quero parabenizar todos os que estão aqui presentes, porque estão, de certa maneira, interessados e preocupados com a questão mineral neste País.

E quero demonstrar, de todo o coração, a nossa indignação com os capatazes europeus que se fardam de políticos para ajudarem a roubar a nossa riqueza.

Muito obrigado aos senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Muito obrigado, Etevaldo da Cruz Arantes, por suas informações e também por sua manifestação clara e contundente de indignação em relação às condições em que vivem as comunidades atingidas, próximas a qualquer tipo de exploração mineral.

É verdade que o País precisa evoluir muito. Precisa melhorar. E é verdade que também a representação política precisa sofrer mudanças significativas. É importante que a população, que os eleitores tenham uma preocupação de se informar cada vez que tenham que escolher seus representantes. E a política é o instrumento da organização do poder. O poder é organizado pela escolha do cidadão. Os que estão aqui, no Senado e na Câmara, estão aqui porque foram escolhidos para representar a sociedade. E há um desequilíbrio na representação, e isso é notório. O desequilíbrio é enorme.

No balanço feito aqui, tanto na Câmara quanto no Senado, o setor empresarial tem uma representação infinitamente maior do que a dos trabalhadores. A representação dos trabalhadores é mínima. E aqueles que representam interesses coletivos também. Então, os mandatos são desenvolvidos e estão a serviço daqueles que financiaram as campanhas. Isso é muito grave. E a gente não consegue fazer uma reforma política para impedir que isso continue acontecendo, até porque os que se elegeram nesse sistema dificilmente têm a intenção de mudá-lo.

Então, estamos diante de um impasse: a democracia fez muito bem ao Brasil – isso é inegável, es-

tamos infinitamente melhor do que estávamos há 30 anos; mas ela estabeleceu limites que precisam ser ultrapassados. A democracia não pode ter um teto. Então, esse teto eu acho que nós já atingimos, e nós precisamos avançar com a democracia. E, para avançar, nós precisamos de uma representação que tenha compromissos com a vida das pessoas, e não apenas com a reprodução do capital, mas que tenham compromisso claro com uma qualidade de vida adequada para todos os brasileiros e brasileiras.

Enfim, antes de concluir esta audiência pública, queria submeter à apreciação os encaminhamentos dados aqui, para que se encaminhem os dois documentos às autoridades do Poder Executivo, ao Ibama, à Casa Civil, ao Ministério do Meio Ambiente, comunicando a posição que nos foi manifestada nos dois documentos, para o que o Governo tome conhecimento das preocupações aqui manifestadas, e os pedidos assinados pelo Movimento dos Geraizeiros. Há algumas coisas aqui que, talvez, sejam objeto de pedido de informação mais à frente, em algumas comissões. É importante que o governo tome conhecimento do posicionamento das organizações, dos atingidos, seja por barragem, seja por implantação de exploração mineral.

Por último, encaminho esta proposta, de comunicar ao Poder Executivo, e peço a anuência dos Srs. Senadores.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

E também encerro convidando a todos para manifestarem solidariedade às comunidades indígenas que, neste momento, estão aqui na Esplanada dos Ministérios discordando e, com inteira razão, dessa possível portaria que está sendo elaborada pela Advocacia-Geral da União e que protela... Na verdade, o objetivo da portaria é, em vez de resolver, protelar o processo de demarcação, homologação de terras indígenas. E o Governo já poderia ter resolvido várias situações. Fui governador do meu Estado, e, no meu período de oito anos, todas – todas– as terras indígenas foram demarcadas e homologadas. E não apenas isso: foram elaboradas políticas públicas para atender a essas comunidades.

O Brasil não pode continuar elaborando políticas apenas para as elites, como faz na área da mineração, em que ouve apenas as empresas mineradoras.

E, no nosso Estado, no Amapá, há bem pouco tempo, tivemos um desastre que ceifou a vida de seis pessoas, um desastre anunciado. O mesmo porto que embarcava um milhão de toneladas de minérios por ano passou a embarcar 4,5 milhões de toneladas. Era evidente que havia uma pressão exagerada, assim como também ocorre na estrada de ferro que transportava um milhão de toneladas e, hoje, transporta 4,5 milhões e nas mesmas condições. Evidente que há uma pressão exagerada na utilização dessa infraestrutura, sem quaisquer investimentos novos.

Enfim, o País não fiscaliza; o Estado brasileiro está ausente nessas áreas de exploração mineral. Se está ausente dos grandes centros... Imagine quando a gente ouve falar das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) no Rio de Janeiro. Pacificadora de quê?

Realmente, é uma coisa absurda. Vê-se que o Estado brasileiro foi feito por poucos. É bom que se saiba e que a gente tenha a memória histórica de como se organizou o Estado republicano no século XX, porque, muitas vezes, nos perdemos nas nossas análises, mas o Estado republicano foi organizado por pouquíssimos brasileiros.

A Constituição de 1891, a primeira Constituição republicana, decretou a perda dos direitos políticos de 97% dos brasileiros. Na hora em que proibiu o voto ao analfabeto, 97% da população brasileira no final do século XIX eram analfabetos. Portanto, apenas 3% votavam e elegiam as autoridades, ao longo de praticamente o século XX. Só a partir de 1932, as mulheres passaram a votar – prestem atenção. Em 1932, as mulheres. E, em 1985, os analfabetos recuperaram o direito ao voto.

Portanto, foi um Estado organizado por pouquíssimas pessoas, que organizaram para si o Estado brasileiro.

Todas as vezes em que houve pressão democrática legítima, tivemos retrocessos, como foi o caso da ditadura civil/militar de 1964. A sociedade vinha pressionando, depois da 2ª Guerra Mundial houve uma ampliação dos espaços democráticos, e tudo isso culminou com o golpe militar em nosso País, que foi um enorme retrocesso ao nosso País. Foram fechadas as instituições democráticas, como o Congresso Nacional, que, por mais que nós critiquemos, ainda não inventaram nada melhor para substituir; nada, absolutamente nada que possa ser melhor, com todos os defeitos que nós temos aqui no Congresso, capaz de dar uma resposta mais contundente, mais rápida à sociedade brasileira.

Eu queria, enfim, agradecer ao Mídia Ninja, que deu essa enorme contribuição, com as informações aqui trazidas, e não só isso, mas com as informações que presta à sociedade brasileira; e aos autores, diretores e roteiristas do documentário que nos foi apresentado; bem como a todos os palestrantes e participantes desta audiência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CINCO DE DEZEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia cinco de dezembro do ano de dois mil e treze, na sala de Reuniões número 13 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência Eventual do Senador Rodrigo Rollemberg, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Antonio Carlos Valadares, Ruben Figueiró e Osvaldo Sobrinho. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, João Ribeiro. Estiveram presentes também os parlamentares não membros Senador Cristovam Buarque e a Deputada Distrital Liliane Roriz. É declarada aberta a Reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se a realização de Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 43 de 2013-CDR,** aditado pelos **Requerimentos nº 49 de 2013-CDR e nº 50 de 2013-CDR**, todos de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com finalidade de debater o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), seus efeitos em áreas tombadas e no seu entorno. Com a presença dos seguintes convidados: Sra. Jurema Machado, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Sra. Maria Elda Fernandes Melo, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça da Ordem Urbanística do MPDF - PROURB; Sr. Benny Schvarsberg, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - FAUnB; Sra. Vera Ramos, Diretora de Patrimônio Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do DF - IHGDF; Sr. Paulo Henrique Paranhos de Paula e Silva, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento do Distrito Federal - IABDF; Sr. Thiago Teixeira de Andrade, Arquiteto; Sr. João Gilberto de Carvalho Accioly, Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Distrito Federal - SINDUSCON-DF; Sr. Rômulo Andrade, Subsecretario da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano - SEDHAB-DF, representante de Geraldo Magela, Secretário da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano – SEDHAB/DF. Fizeram uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública, em atendimento a Requerimento nº 43/2013, aditado pelos Requerimentos nºs 49/2013, 50/2013, todos de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e Cristovam Buarque, para debater o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Temos oito convidados e, como a Mesa é pequena, vou anunciá-los e convidar os quatro primeiros para a Mesa. Depois, desfazemos a Mesa e convidamos os outros quatro, para que possamos ficar de forma mais confortável. Consulto – não estou vendo se o Deputado Geraldo Magela chegou – se há algum representante da Secretaria de Habitação.

Quero convidar o Dr. Rômulo Andrade, Subsecretário de Planejamento da Secretaria de Habitação, representando o Secretário Geraldo Magela; a Drª Jurema Machado, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN; a arquiteta e urbanista, Drª Vera Ramos, Diretora de Patrimônio Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do DF; o Sr. Paulo Henrique Paranhos de Paulo e Silva, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Ainda convido para sentar aqui na primeira fila, que também são nossos convidados, que muito nos honram com suas presenças, a Drª Maria Elda Fernandes Melo, Promotora de Justiça da 3ª Promotoria de Justiça da Ordem Urbanística, Prourb, do Ministério Público do Distrito Federal;

o Sr. Benny Schvarsberg, Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – obrigado, Benny, pela presença –; o Sr. Thiago Teixeira de Andrade, arquiteto, representando aqui o movimento Urbanistas por Brasília. E consulto se está aqui o Sr. João Gilberto de Carvalho Accioly, Vice-Presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil do Distrito Federal, Sinduscon – muito obrigado pela presença!

Registro e agradeço a presença do Senador Osvaldo Sobrinho.

Em primeiro lugar, quero agradecer a presença de todos os nossos convidados, agradecer a todos os que nos honram com as suas presenças e registrar que hoje faz um ano da morte do nosso grande arquiteto, querido arquiteto, saudoso arquiteto, Oscar Niemeyer. Quando marcamos a data desta audiência pública, nem nos demos conta de que hoje era a data que se registrava o falecimento de Oscar Niemeyer. Oscar Niemeyer foi um grande mestre da arquitetura mundial, que nos honra bastante, e é importante que possamos aqui fazer esse debate, inspirados em sua obra e seu legado.

Registro também que vou começar esta reunião dizendo que, ao longo desses debates, encontramos uma participação de Lúcio Costa, aqui no Senado, em 1974, em um seminário. Recolhemos parte do áudio da sua participação e foi com muita emoção que encontramos esse material; um material que continua atualizado, e, portanto, homenageando a memória de Lúcio Costa e pedindo licença a todos vocês, gostaria de iniciar esta reunião, pedindo para que fosse colocado o áudio de oito minutos de um programa da Rádio Senado para que pudéssemos ouvir algumas preocupações do mestre Lúcio Costa, preocupações que ainda nos parecem bastante atuais. Portanto, peço ao pessoal do som para colocar o áudio.

(*Procede-se à apresentação de áudio.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Minha gente, mais um vez, agradecendo a presença de todos, eu quero dizer da importância deste debate, de trazer este debate para o Senado Federal. Afinal de contas, nós estamos tratando do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, que é a Capital de todos os brasileiros, e, além de ser a Capital de todos os brasileiros, é tombada nacionalmente e internacionalmente pela Unesco. Portanto, nada mais justificável que o Senado brasileiro se preocupe em discutir a preservação de Brasília. Nós sentimos a necessidade de fazer este debate.

Houve uma grande polêmica em relação ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – e esta é a minha posição, que registro inicialmente, ou seja, que não me parece um plano com características de preservação e mais um plano com propostas de adensamento, que vão ter profundas consequências na própria concepção urbanística de Brasília e nas quatro escalas, nas escalas que compõem o tombamento de Brasília: a escala bucólica, residencial, monumental e gregária. Por isso, entendi que este debate deveria ser feito com profundidade, com tranquilidade, com seriedade, com muita lealdade no âmbito do Senado Federal. Portanto, agradeço a todas as instituições que atenderam ao nosso convite, e vamos iniciar o debate ouvindo o representante da Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, Sedhab, Sr. Rômulo Andrade.

Quero aqui registrar e já tinha dito que na abertura desta reunião que a proposição desta reunião foi de minha iniciativa e do Senador Cristovam Buarque – desculpe-me, Cristovam, não o tinha visto aí –, e é com muita alegria que registro aqui a presença do Senador Cristovam Buarque que, como eu, também já tinha se posicionado mais de uma vez, em plenário, demostrando a sua grave preocupação com essa proposta de Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Passo a palavra ao Sr. Rômulo Andrade.

O SR. RÔMULO ANDRADE – Bom dia a todos!

Gostaria de agradecer, em nome do Secretário, ao Senador Rodrigo Rollemberg, ao Senador Cristovam Buarque, ao Senador Osvaldo Sobrinho, por mais esta oportunidade de a gente estar tendo a satisfação de estar conversando sobre o Plano de Preservação. Antes de mais nada, eu queria colocar uma apresentação só para me guiar. Talvez eu nem a use, mas se houver necessidade...

Aproveitando a oportunidade, não há como negar que o tema é polêmico: o Plano de Preservação. Tudo aquilo que envolve na verdade o processo de desenvolvimento da parte mais central da cidade é alvo – e a gente fica bastante satisfeito – de preocupação de pessoas, instituições e da sociedade em geral. E aí a gente sabe que o tema é polêmico, porque Brasília nasce realmente de uma polêmica. Ela é polêmica desde o seu nascedouro, desde a sua proposição inicial.

Ela é polêmica no seu concurso, ela é polêmica no seu desenvolvimento. E é polêmico sempre a gente estar tratando de uma cidade que de certa forma, principalmente para alguns grupos, é tida com tanto carinho, com tanta dedicação e tanto amor. Falo isso por conta de ser arquiteto e urbanista formado na Universidade de Brasília. À época – tenho essa satisfação – o Senador era Reitor, e isso traz uma série de preocupações.

É claro que, quando a gente fala em desenvolvimento de uma área tombada, a gente está falando das

coisas mais complexas de lidar. E eu falo isso com a tranquilidade de quem é funcionário e servidor há 17 anos no Distrito Federal e sabe das complexidades de a gente trabalhar um tema ao mesmo tempo tão sensível e pululante socialmente, e a necessidade de o planejador e daquele que está gestando a cidade, que é o gestor da cidade, estarem sempre se preocupando em tentar de alguma forma, de todas as formas possíveis, direcionar mais adequadamente possível o desenvolvimento e o crescimento econômico, social e cultural desta cidade.

Estou me prolongando um pouco, mas gostaria de expor algumas considerações iniciais. O Governo do Distrito Federal entendendo das questões polêmicas já anunciou há um tempo que os temas mais preocupantes para a sociedade, principalmente aqueles que a mídia tomou para debater, tendo em vista essas preocupações e tendo em vista que são temas que demandam um debate maior, tomou a decisão de retirar de dentro do Plano de Preservação alguns temas que se tornaram o debate social dos últimos meses.

E que queria falar sobre esses temas inicialmente porque acho que isso leva à plateia alguns sentimentos que o Governo está tentando mitigar. E depois quero comentar alguns sentimentos nossos. Quero comentar um sentimento técnico de alguns processos que acho importante.

Eu gostaria de agradece o Senado porque acho esse tema não se esgota com o Plano de Preservação. Ele tem que ser sempre tocado no dia a dia da cidade, porque a gente sabe das pressões normais que um gestor e um processo de cidade têm. E o cuidado que todos devem ter é sempre muito importante.

Dentre as polêmicas do Plano, vou citar um que nos provocou, nós da Secretaria, uma série de indagações, tentando entender qual o objetivo oriundo dessa decisão, que era a implantação de lotes ao longo do Eixo Monumental, no canteiro central do Eixo Monumental, a partir do Memorial JK até a Rainha da Paz.

Efetivamente já existe um lote lá, e que poucos sabem disso. É um lote registrado, que é para arquivo público, mas é um lote institucional.

E a tendência naquele momento, que havíamos avaliado, era a possibilidade de criação de mais um lote com a ideia de criação de um lote institucional, principalmente voltado às ações de museologia.

Quando se coloca lá aquela questão específica das atividades comerciais, a gente entende que eram atividades complementares. Ou seja, vou dar um exemplo aqui – eu posso me estender um pouco tecnicamente? O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Pode, só pedindo para ser objetivo porque temos outros convidados, mas fique à vontade.

O SR. RÔMULO ANDRADE – Por isso estou pedindo esta autorização.

Isto é para entender como a gente está pensando: dentro dessa lógica, para fazer um licenciamento às vezes dentro de uma área museológica, eu tenho que prever na sua constituição inicial do lote as atividades comerciais que lá devem ocorrer.

Então, isso provocou realmente uma série de polêmicas, e estamos retirando tanto esse ponto como diversos outros em que vimos que a polêmica era maior do que havíamos imaginado, como as concessões específicas e todas essas temáticas aderentes.

Vou falar muito rapidamente do Plano de Preservação, até porque acho que o mais rico é o debate do que a explanação, se o Senador me permite e a audiência também.

Pode passar para frente, por favor. (*Pausa.*)

Isto aqui é uma apresentação extensa, não vou demandá-los.

Como qualquer área tombada, existe a necessidade de um perímetro de preservação. Esse perímetro de preservação é coincidente com o que a gente chama da Bacia do Lago Paranoá. Isso não é coincidência normal, na verdade é um elemento específico que vem sendo consolidado ao longo das décadas, até mesmo porque sempre se observou que este perímetro tem uma influência direta em algumas das ações principalmente ambientais das áreas centrais, porque eles acabam influenciando na questão do Lago Paranoá, entre outras questões.

Este entorno de preservação vem exatamente para auxiliar nos processos de planejamento dessas áreas aderentes e que se circunscrevem à área tombada do Distrito Federal. Dividida nessas áreas de entorno, cada uma delas com uma característica muito específica – a gente pode verificar a questão do parque, entre outras. A gente tem aqui a Estrutural, o Torto, Lago Norte, Itaquari, Lago Sul, Park Way, e a aqui a região após Park Way, que é a Cabeça de Veado.

Estas são outras questões: Catetinho, Riacho Fundo II, Riacho Fundo I.

E a nossa grande mancha de ocupação, que, ao longo das últimas décadas, boa parte dela é uma ocupação irregular do solo, conformando um grande aglomerado que está em processo de regularização e de reorganização do processo.

Esta é a nossa proposta de ampliação inclusive do perímetro tombado. Nós estamos aqui colocando como uma das áreas importantes do processo de preservação do patrimônio, essa é uma inovação dentro do que a gente tinha nos decretos anteriores ao tom-

bamento, que é a inclusão do que a gente chama da lâmina do lago, que traz uma série de restrições e uma série de qualidades para o processo. Isso a gente considera um ganho.

No decorrer dos debates, principalmente com o IPHAN, verificamos que a melhor forma de a gente reorganizar o Plano de Preservação era começar a pensá-lo através da tradição normalmente utilizada para a leitura do Plano. Eu queria até comentar que este mapa está em processo de discussão e readequação com o IPHAN, a gente tem tido algumas conversas exatamente para fazer algumas adequações nele, tentando chegar a uma maior compatibilidade possível entre as necessidades.

De forma geral, essa é a primeira leitura que se faz do Plano, que são as quatro escalas, dentre elas a residencial, como foi bem exposto no áudio anterior do Prof. Lúcio, em que a escala residencial é uma escala extremamente importante no processo, considerando que são escalas residenciais advindas de um processo tanto de ocupação anterior como o de Brasília Revisitada; e a escala gregária e monumental.

Só que, desse processo, há uma qualificação diferenciada para cada uma dessas inserções, exatamente porque algumas são originais ao padrão da proposta do concurso de Brasília e outras surgiram no decorrer dos primeiros anos de constituição da cidade e vieram agregar informações e espaço à cidade para resolver alguns problemas.

E aí eu cito aqui a questão das 600, das 900, das 700, que é um surgimento não previsto originalmente, e essas outras inserções. Então, cada uma delas tem uma qualidade de preservação distinta dentro do Plano, sendo que as quadras que sempre têm uma cor mais forte têm uma qualidade, uma característica de preservação maior. Então, de acordo com o seu fato histórico, ela cria um processo distinto.

Isso para uma questão de reorganização, tendo em vista que a cidade tem um padrão de setorização muito forte, acentuado, nós dividimos todo o processo de preservação e de uso – eu queria chamar a atenção que é uma qualidade e uma característica muito distintas do Plano de Preservação de Brasília porque a Lei Orgânica do Distrito Federal estabeleceu que este instrumento tivesse que agregar mais dois outros grandes cumprimentos legais de desenvolvimento urbano, que é, efetivamente, a previsão de locais onde devem haver projetos especiais e exatamente a questão do uso e ocupação do solo. Isso traz a ele um peso e uma característica muito distinta. E para nós, no dia a dia, uma coisa muito importante é tentar agregar essas três informações.

Por isso que o Plano também carrega isso em si, porque na visão e na leitura da gestão do dia a dia se, numa mesma legislação, não carregarmos tudo poderemos ter uns conflitos à frente. Foi a forma com que, ao longo dos anos de debate, chegamos à conclusão.

Essa aqui é a forma de classificação, só para entendermos previamente. Temos aqui toda descrição. Estava conversando com a minha colega que veio, em outro momento, aqui, à Câmara, e ela falou que já apresentou isso. Só estou chamando a atenção novamente.

As áreas de preservação são divididas no que chamamos de unidade de preservação. Cada uma delas carrega em si toda a normatização do uso e ocupação do solo, carrega os critérios também de preservação presentes dentro daquela área e carrega outros elementos que achávamos importantes estarem já presentes neste documento, que têm a ver, inclusive, com critérios de outras legislações, como de posturas, de propostas de recuperação dos espaços públicos, indicação de projetos de qualificação desses espaços e outras questões específicas.

Esta é a tabela. Só estou demonstrando como ela é grande e complexa, tendo em vista a quantidade de normatização que tivemos que fazer. E aí sempre reafirmo que é um dos grandes ganhos para a gestão administrativa das cidades no dia a dia, dos licenciamentos. Esse é um trabalho hercúleo.

Aqui está como é que ficou formado. Para cada uma dessas áreas de preservação, temos as unidades de preservação, onde cada unidade de preservação carrega, em si, não só a característica geral da área de preservação, mas os critérios específicos, porque cada uma delas é conformada com o que chamamos de autorizações específicas. Aqui, por exemplo, na altura do espaço municipal, que seria o Palácio do Buriti, o Tribunal de Contas etc. há uma unidade específica, ao longo do Eixo Monumental, naquele trecho que vai do Setor de Diversões e divulgações aqui até lá em cima, pegando o Centro Ulysses Guimarães e as outras áreas de preservação, que aí fazemos sempre essas qualificações. Essa é a forma como está sendo organizado o Plano.

Aqui é para, mais ou menos, entendermos o plano. Vou à frente. Isto aqui era aquela área que eu estava comentando, da polêmica da área. Na verdade, tínhamos muito como interesse nisso. E, no decorrer dos processos de debate das audiências públicas, surgiu uma proposta vinda, inclusive, de um arquiteto e do Ibram nacional, que é o Instituto Brasileiro de Museus, de criar um espaço museológico dentro do Eixo Monumental. E havíamos pensado que esse melhor espaço poderia ocorrer por aqui, fazendo uma integração entre esses setores. Essa era a ideia original, mas, como eu

disse, é um tema que estamos descartando do Plano de Preservação.

Só quis deixar mais ou menos claro, porque esse é um dos temas que era polêmico, tendo outros como a 901 também, que é um tema que sei que debateremos aqui.

Ficarei à disposição mais para tentar conversar e deixar todos falando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RÔMULO ANDRADE – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Agradeço ao Rômulo Andrade.

Vamos ouvir agora a Presidente do IPHAN, Drª Jurema Machado.

A SRª JUREMA MACHADO – Bom dia a todos.

Muito obrigada, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Cristovam Buarque, pela proposição desta audiência pública. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Só registrar aqui a presença do Julio Cesar Peres, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil.

Obrigado pela presença, Julio.

A SRª JUREMA MACHADO – Então, Srs. Parlamentares, meus colegas de Mesa, GDF, IAB, Vera Ramos pelo Instituto, para nós, de fato é uma oportunidade importante. Esse debate já vem acontecendo em vários fóruns. O IPHAN tem participado ativamente desse tema desde o início da proposta de elaboração do PPCUB, que data de 2009.

Vou pedir licença para fazer uma leitura rápida de um texto que organizamos. Fica mais fácil e objetivo organizar as ideias, até porque o tempo é curto e acho que dessa forma as questões que serão colocadas estarão de forma muito objetiva. Eu gostaria que o debate se pautasse, se possível, com a objetividade do que está colocado aqui.

Começo por uma situação histórica, uma pequena retrospectiva. Não sei se os senhores sabem, ou parte dos senhores sabem, ocorre que sou arquiteta e por 12 anos trabalhei na representação da Unesco, no Brasil, aqui no escritório em Brasília. Por essa razão, acompanho o debate desde então, inclusive as missões anteriores da Unesco e todo o debate sobre a cidade.

Começo, então, por 2001, quando veio a Brasília uma missão de monitoramento da Unesco, formada por Herman van Hoof, especialista da própria Unesco, e Alfredo Conti, arquiteto indicado pelo Icomos. A Unesco havia recebido, à época, denúncias de graves danos ao patrimônio da cidade e o ambiente era de tensão entre o IPHAN e o Governo do Distrito Federal.

Ao final de uma intensa agenda de trabalho, o representante da Unesco no Brasil, à época, o Dr. Jorge Werthein - o Senador Cristovam convivia muito com a Unesco nessa época e, certamente, acompanhou parte desse debate - perguntou ao Herman van Hoof o que ele, em síntese, apontaria como sendo o grande problema da cidade. O Herman – eu estava presente nesse momento na sala da representação da Unesco – respondeu e depois registrou, claramente, isso em seu relatório de que se tratava da indefinição de competências, da desordem administrativa e de todos os aspectos relacionados à gestão.

Mas, concretamente, ele nos chamou à janela, pediu ao Jorge Werthein que apontasse algum edifício ali na quadra: "Então, aponte qualquer edifício". E o Jorge falou: "Qual?" "Não, aponte qualquer um". Aí o Jorge apontou o prédio do Ministério da Fazenda, que tem uns *breezes* vermelhos ali. Ele falou: "Olha, tome qualquer um prédio como exemplo, se você perguntar ao IPHAN, ao GDF, quem definiu parâmetros de altura, de ocupação, quem aprovou esse prédio, por que o uso? Ninguém vai saber responder".

Claro que aquilo era uma metáfora, que ele usou a partir de qualquer prédio. Mas foi a forma que ele, com uma semana de trabalho, compreendeu a situação aqui no DF, no que se refere à preservação de Brasília.

A esse ponto central, o tema da gestão, nas recomendações da Unesco, pouco importância se deu. Parece não ter ficado claro que problemas clássicos, como os puxadinhos, hotéis da orla, sétimo pavimento, quaisquer uns que são bastante visíveis e identificáveis, esses não são mais do que mera consequência desse aspecto central apontado pelo Herman.

Passaram-se 10 anos, ao longo dos quais a Unesco seguiu pacientemente, pedindo ao Governo brasileiro relatórios anuais que demonstrassem os progressos havidos. A Unesco recebeu, e eu sou testemunha disso, respostas conflitantes, evasivas que, muitas vezes, só deixavam patente a descoordenação e o aprofundamento do problema.

Eu recebia telefonemas dos meus colegas da Unesco em Paris, perguntando o que era aquilo. Eles haviam recebido dois relatórios, um português e um em inglês. Um desdizia o outro. Mas, na verdade, o problema não era desdizer. Para o interlocutor da Unesco não se conseguia identificar nada, o que estava acontecendo, não se conseguia apurar nada a partir daquilo.

E aí cabe uma explicação, não sei se é perceptível a todos. A relação da Unesco se dá com o Governo brasileiro. O ente, através do qual a Unesco se relaciona com o Governo brasileiro, é o Itamaraty. E não há como considerar, no caso de Brasília, que o ente para responder as questões relacionadas à Unesco, o Go-

verno brasileiro, não esteja representado pelo IPHAN e pelo GDF; uma vez que aqui tanto o tombamento quanto a inscrição na lista da Unesco têm o foco no plano urbanístico. E não há como excluir o ente local, o ente responsável pela gestão urbanística da cidade desse debate.

Por essa razão – inclusive eu sei que causou certa espécie nas redes sociais –, enquanto for da minha responsabilidade, não sairá do IPHAN nenhum documento dirigido à Unesco, tratando da questão da conservação do sítio, que não seja encaminhado pelos dois entes. Esse documento não precisa tecer loas, simpatias, delicadezas entre gente. Ele tem que ser objetivo e dizer: a situação é essa. E os dois entes são responsáveis. Eles podem apontar contradições, discordâncias, mas o documento, para o nosso interlocutor externo, que seja uma representação do País, tem de ser um documento único.

Eu sei o que os meus colegas passaram ao receber aquele conjunto descoordenado de informações. Claramente, não é preciso haver coerência, é preciso haver lealdade, transparência nas informações. Elas podem apontar conflitos, mas têm de estar apresentadas simultaneamente.

Retomo o processo histórico dessa relação com a Unesco. No início de 2012, veio outra missão, agora conduzida por dois arquitetos, Calvo e Sambricio. E a situação não era diferente. Dessa vez, o GDF apontou, já naquele momento, o Plano de Preservação do Centro Urbano, PPCUB, em elaboração, como possível resposta. O IPHAN, à época, não tinha muito entusiasmo por essa proposta, embora a acompanhasse, e apresentou a Portaria nº 68, relativa ao Entorno. E os movimentos preservacionistas disseram que nenhuma norma era necessária, que bastaria a de nº 314, porque ela já respondia por tudo.

O relatório da missão é um pouco repetitivo em relação ao anterior, avança muito pouco, porque, na verdade, infelizmente, a realidade não tinha feito outra coisa senão confirmar os mesmos problemas de 2001.

Há longo tempo – eu queria que vocês atentassem para a sinceridade deste meu depoimento –, o IPHAN experimenta uma situação de quase imobilidade em frente da dimensão dos problemas de Brasília quanto ao seu emaranhado normativo. Diferentemente do que comumente se imagina, o problema não se resume à falta de profissionais. Eles faltam, sim, e é importante que tenhamos todo o apoio no sentido de aumentar os nossos quadros, mas o problema não se resume a isso e diz respeito, sobretudo, à falta de um aparato de normas que seja suficientemente claro e abrangente, para minimizar incertezas, desacertos e a insegurança jurídica.

Eu queria dizer que é fácil, que é muito fácil para quem não tem a tarefa cotidiana de responder por problemas muito concretos, todos eles com sérias consequências legais para o tomador de decisão, dizer que todas as respostas são encontráveis nos textos que têm imenso valor cultural e referencial, mas que, na sua maioria, não são de natureza jurídica ou não são detalhados o suficiente para responder pela extensão e pela complexidade que os mais de 50 anos imprimiram à cidade. Quem afirma que bastam os documentos legais que fundamentaram a inscrição de Brasília na lista de patrimônio mundial, certamente, ignora o arsenal de normas de diferentes formatos e graus de detalhamento produzido ao longo dos anos que se seguiram à construção da cidade e ao seu tombamento.

Vários especialistas aqui presentes, muitos arquitetos, conhecem perfeitamente esse conjunto de normas e ajudaram, em vários momentos das suas trajetórias profissionais, inclusive, a produzi-las. Quase sempre essas normas foram necessárias em frente das especificidades da cidade e da não explicitação nesses macroinstrumentos jurídicos de detalhes necessários à aprovação de um projeto, por exemplo. Algumas são adequadas; outras, não. Com algumas concordamos, mas com outras não. O fato é que elas existem.

Resumidamente, isto é o que existe desde a criação da cidade: quatro Códigos de Obras e Edificações, um de 1960, um de 1967, um de 1989 e um de 1998; resoluções do Conselho de Administração da Novacap; decisões do CAU, Conselho que existiu entre 1970 e 1980, e do Cauma, que existiu nos anos de 1990; as atuais Normas de Gabarito de Brasília, NGB; a Planilha de Parâmetros Urbanísticos; GNGC; NRA. Nem consigo dominar essas siglas. Além dessas, há as leis distritais, que consolidaram algumas dessas normas e que criaram outras. Tudo isso junto, afora as leis, soma algo em torno de 800 pequenas normas. A difícil tipologia é algo inadministrável, e poucos técnicos a dominam.

Como isso teria acontecido? Quando do tombamento federal, o IPHAN contava, de um lado, com o paralelismo entre o Decreto nº 10.829, de 1987, e a sua Portaria nº 314. A Portaria, inteligentemente, espelha o Decreto, para deixar patente, naquele momento, o alinhamento entre os dois entes. Como, desde o início, identificou-se a necessidade dessas normativas, criaram-se os Conselhos mencionados, esses instrumentos de atualização que mencionei, dos quais, após o tombamento, passa a participar, ainda que não regularmente, o IPHAN. Isso permitiu ao IPHAN, naqueles anos iniciais, delegar a aprovação rotineira de projetos ao GDF e atuar apenas em excepcionalidades.

Não sei se os senhores sabem, mas não é raro o IPHAN se defrontar com fatos consumados, com projetos executados, e, quando procura intervir, constata que esses projetos haviam sido aprovados com base na norma distrital vigente ou na interpretação dela, porque também isso acontece.

Aos poucos, esses Conselhos que mencionei, CAU, Cauma etc., transformaram-se. A entrada do Legislativo distrital, após a Constituição de 1988, principalmente, introduziu novas complexidades, e o IPHAN, por uma série de razões, afastou-se da produção dessas normas.

Se, no início dos anos 90, foi possível se ater apenas aos casos excepcionais, hoje, nós, do IPHAN, não sabemos mais onde está a fronteira do excepcional. É excepcional para quem? E aí eu posso citar casos concretos. Não me vou estender aqui, porque não vai haver tempo. O fato é o seguinte: se o IPHAN sair hoje às ruas com um exército de fiscais, ele, perfeitamente, vai embargar obras, e os embargados lhe dirão que obedeceram a uma norma distrital vigente. O IPHAN vai ter de reconhecer que, de fato, houve isso. E algumas são muito antigas. Há fatos concretos. Se vocês tiverem curiosidade, eu os relato.

Quando o GDF, em meados de 2012, retomou – já havia iniciado em 2009 – mais efetivamente a elaboração do PPCUB, nós vimos no IPHAN a possibilidade de abandonar a retórica e de tentar interferir efetivamente no conteúdo da norma que seria levada à Câmara Distrital.

Vou descrever concretamente o que chamo de "abandonar a retórica e tentar interferir na produção da norma" especialmente para quem diz que o IPHAN se omitiu nesse processo. O IPHAN trabalhou muitíssimo, não se omitiu em coisa alguma! Nós destacamos profissionais dos nossos quadros, que são valiosíssimos, porque são poucos. Nós destacamos os melhores profissionais para trabalhar nisso e contratamos outros consultores com especialização nos temas da cidade. Buscamos o apoio permanente e cotidiano da Assessoria Legislativa e de assessorias da Câmara Distrital que têm grande *expertise* nesse emaranhado de normas produzido ao longo dos anos. E insistimos em interferir no conteúdo, a ponto de praticamente desenhar um substitutivo. Posso afirmar que esse mergulho na Brasília real representou para o IPHAN uma tomada de consciência em frente da realidade normativa que lhe veio escapando pelos dedos ao longo de anos. E também fizemos uma reflexão sobre o âmbito específico da atuação que nos cabe.

Ao ver as reações de desconfiança diante de qualquer tentativa de alteração legal, motivadas ou não – não estou entrando nesse mérito, mas há desconfiança, e digo que é a alteração de algo muito ruim, porque é um pouco ilusório dizer do que vige hoje, a Portaria e o Decreto, que, na verdade, vigem com um monte de penduricalhos –, ao ver essas reações, certamente, o mais cômodo para o IPHAN teria sido continuar na posição de vítima indefesa e se esconder atrás de um discurso genérico e retórico, cuja consequência vem sendo esta que estamos enfrentando hoje: passar uma caravana de transformações indesejáveis.

Eu digo isso com muita clareza e com muita sinceridade. Eu queria que vocês atentassem para isso, porque, na verdade, estou denunciando, constatando e confirmando aqui uma fragilidade da instituição, especialmente motivada não pela falta de pessoal, mas pela falta de uma organização desse aparato normativo.

Seria, então, fácil continuar na retórica e deixar as coisas passarem. Eu penso, no entanto, que quem não atua plenamente tem a mesma responsabilidade de quem atua. Isso preocupa muitíssimo. E me agradaria muito, nesse período em que estou no IPHAN, ver o IPHAN de novo nas ruas, aprovando projetos, fiscalizando, embargando obras, mas respaldado por um conjunto coeso e claro de definições.

Eu reitero: os princípios da Portaria nº 314 são e continuarão sendo a nossa principal referência, mas, na Portaria, não estão todas as respostas, todos os detalhes de que precisamos para atuar no cotidiano. Haver uma norma distrital – foi isso que o PPCUB sinalizou – que consolide as regras de uso, de ocupação e de parcelamento do solo na área tombada representa, do lado do DF, colocar as cartas na mesa.

Um urbanista, não sei se cientista social, chamado Carlos Nelson, durante muito tempo, foi uma espécie de guru de todo mundo que trabalhou no urbanismo nos anos 80 e no início dos anos 90, tem um livro interessante publicado, chamado *A Cidade como um Jogo de Cartas*. Na verdade, nós estamos aqui com vários atores, como a sociedade civil do Distrito Federal e o órgão federal. As cartas têm de estar colocadas na mesa, a exemplo do jogo de cartas que Carlos Nelson mencionava. Nós gostaríamos que as cartas do Distrito Federal estivessem sobre a mesa da forma mais clara possível.

Se a norma distrital for aderente aos valores do tombamento – e temos trabalhado para ela ser o mais aderente possível –, nós, o IPHAN, poderemos voltar para onde houver o alinhamento claro de reservar ao GDF a rotina de projetos e de fiscalização para atuarmos com foco e efetividade naquilo em que houver alguma disparidade. Tudo isso, então, tem que ser regido por uma regra de convivência, que é o futuro desejado não apenas para Brasília, mas para todos os sítios urbanos tombados no Brasil, onde se clama

por conciliar gestão do patrimônio e disposições urbanísticas. Saibam que esse é um problema, em Brasília em maior escala, por causa da dimensão, mas é um problema comum a todos os sítios urbanos brasileiros.

Então, para finalizar, vou falar do PPCUB propriamente dito. Objetivamente, o IPHAN opinou sobre metodologia e forma do texto legal que o GDF veio produzindo e teve parte das suas observações acatadas. A principal incorporação das sugestões do IPHAN ao GDF se deu nas seções iniciais do texto que trata de conceitos. Vários especialistas entendem que, quanto à forma, clareza e técnica legislativa, o texto poderia ser melhorado. O IPHAN concorda com isso e teria ainda algumas contribuições... Enfim, o IPHAN concorda, sim, que há possibilidade de aprimoramento da forma do texto legal, da técnica do texto, da clareza etc. – o Rômulo mesmo mencionou aqui alguns problemas. Nós, então, concordamos que ainda há espaço para melhorias, estamos dispostos a apresentar essas melhorias em que momento for, mas trata-se, insisto, de técnica jurídica e de competências distintas do IPHAN e do GDF, quer dizer, nós temos um limite. O GDF poderá ou não acatar essas melhorias que são formais.

No mérito – é o que interessa –, as questões mais relevantes colocadas pelo IPHAN foram aceitas, embora não tenhamos ainda recebido a versão final do texto. A última reunião entre IPHAN e GDF no sentido de aproximar as propostas se deu – esqueci-me de anotar aqui – no mesmo dia em que o Senador esteve no IPHAN com um grupo de pessoas. Nós nos reunimos pela manhã e, à tarde, com o GDF. Nesse dia, o IPHAN apresentou os seus principais problemas, inclusive utilizando o mapa produzido pela Vera Ramos, que era uma referência, ao Secretário Geraldo Magela e sua equipe. Ele anotou as propostas. Naquele momento, ele não foi conclusivo, mostrou disposição de acatar as propostas. No dia seguinte, soubemos, pela mídia, que as alterações que propusemos haviam sido aceitas, o Rômulo mencionou algumas aqui. No entanto, o IPHAN não viu a forma final do texto, se é que já foi produzida uma nova forma de texto. Então, no mérito, acreditamos que nivelamos, aproximamos a maior parte das questões nessa última reunião, embora não conheçamos o texto definitivo.

Quanto à previsão de instrumento de gestão, isso é vital para o IPHAN, é vital aos olhos da Unesco. O GDF se adiantou e sugeriu algumas coisas. O IPHAN ficou com o dever de casa de consolidar uma proposta. Posteriormente, nós avançamos nisso internamente. Temos uma coisa mais desenhada com relação à gestão, mas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JUREMA MACHADO – Desculpe, Senador, estou concluindo, mas não voltamos a conversar. Desde essa última reunião, vou recordar o dia aqui, semana passada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JUREMA MACHADO – Dezenove de novembro, é isso? Então, desde o dia 19 de novembro – a última reunião que tivemos –, fizemos o nosso dever de casa no que diz respeito à proposta de gestão, mas não tivemos oportunidade de outra discussão com o GDF.

Então, agora, finalmente concluindo, o conjunto produzido até agora e o conjunto produzido e a produzir indica que não estamos longe de uma solução que possa representar um território definido e um marco para uma atuação mais precisa e qualificada na gestão do sítio. No entanto, ninguém se iluda: qualquer que seja o texto final haverá quem critique a posição do IPHAN ou de ambos. Por exemplo: os mais ortodoxos criticarão a admissibilidade da regularização de puxadinhos ou potenciais concorrentes vão reclamar da possibilidade de crescimento de hotéis, que tem fundamento na 314, por exemplo.

O debate político que está colocado traz variáveis de toda natureza. Quando o Senador menciona que o plano de preservação é mais um plano de adensamento e outros danos, eu tenho insistido muito com a equipe do IPHAN para que me aponte os problemas concretamente onde eles estão. Eu vi nos documentos que o IAB produziu, nas reuniões que temos tido com a sociedade civil, que dificilmente as pessoas colocam o dedo no lugar. Eu não sei se o problema é a existência de um plano de preservação, coisa com que nós do IPHAN não discordamos, ou seja, que o nível distrital, que o Governo do Distrito Federal possa propor um plano, não sei se, então, se essa discordância é estrutural, diz respeito à própria existência, ou se ela é uma discordância de mérito em pontos específicos. São esses pontos específicos que o Senador menciona e que a gente vê citados, de uma forma genérica, pelas críticas que circulam e que eu afirmo que aproximamos a maior parte deles, não temos texto final, mas eu não consigo identificar onde exatamente – embora eu exija permanentemente da equipe do IPHAN que me aponte – estão os principais problemas. Eu queria pedir aqui que me apontem os principais problemas, quer dizer, certamente este não é o ambiente para isso, então, não vamos conseguir chegar ao detalhe. Mas a disposição do IPHAN, nesse sentido, é total de ouvir – o texto é complexo, eventualmente alguma coisa nos escapou –, para podermos chegar objetivamente aonde chegamos.

Em suma, o que vocês podem perceber é que nós, IPHAN, necessitamos que as cartas da legislação

distrital estejam colocadas sobre a mesa. Essa experiência nos deixa algumas certezas. Independentemente do destino que o GDF der para o seu PPCUB, o que a sociedade quiser, ou o Governo, ou o Legislativo, nós temos sempre a certeza de que, neste momento, com o aprofundamento que obtivemos, é preciso detalhar a nossa Portaria 314, mantê-la como eixo estruturante, mas buscar cada dubiedade, em cada imprecisão ou em cada lacuna, em razão de fatos posteriores que existam no texto, e ter, sim, um instrumento efetivo para trabalhar. Vocês não imaginam a falta que isso nos faz.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Obrigada, Drª Jurema, pela contribuição que traz a este debate.

Vamos agora ouvir a Drª Vera Ramos, arquiteta e urbanista, Diretora de Patrimônio Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do GDF.

A SRª VERA RAMOS – Bom dia a todos. Bom dia, Senador e demais Parlamentares, demais autoridades. Bom dia aos membros da Mesa.

Ouvi atentamente a fala do Rômulo e da Drª Jurema e, ouvindo-os, reforço mais ainda o meu entendimento de que chegou o momento: não dá mais para protelar, temos de encarar de frente essa questão da gestão, a questão das normas. Isso tem que ser encarado. Acompanho, como muitas pessoas sabem, esse PPCUB desde o início da licitação, em 2007. Fiz uma análise detalhada e vou apresentar rapidamente aqui as principais alterações que eu detectei, até contribuindo com aquilo que a Jurema acabou de colocar, de se apontarem os principais problemas. Isso aí faz parte de uma espécie de dossiê que eu já divulguei pelo Instituto Histórico e Geográfico.

Quero dizer que, a partir dessa análise que fiz, fiquei bastante preocupada – e estou bastante preocupada – com o conteúdo do PPCUB e também com a forma de organização das planilhas principalmente a do Anexo VIII. Isso tem que ser mais bem esclarecido, na minha opinião. Muita coisa tem que ser revisada. Depois eu vou apresentar rapidamente o mapa que foi produzido à medida que eu ia analisando. Ele apresenta as principais alterações, não todas naturalmente. Nem eu, com a experiência de muitos anos, conseguiria identificar todas; por isso é que o texto tem que ser mais claro, tem que ter aquelas informações sobre a norma vigente, o que está proposto. Até hoje isso nunca foi mostrado à sociedade. Eu acho um absurdo estar em vias de aprovação sem que as pessoas saibam, todos nós saibamos, todas as alterações propostas pelo PPCUB.

Então, vou começar apontando aqui o mapa. Este mapa mostra as principais alterações, que seriam, em amarelo, a possibilidade de criação de lotes em área pública e, em laranja, através da subdivisão dos lotes existentes. Como já foi dito aqui, o GDF se comprometeu a retirar alguns pontos, e vou demonstrar aqui, através dos outros eslaides, que, mesmo com a retirada desses, permanece uma grande maioria de questões que precisam ser esclarecidas ou suprimidas. Por quê? Porque se precisa de esclarecimentos.

Então, aqui, rapidamente, Orla do Lago. E há também, vocês podem ver aqui, contornos das áreas que demonstram alterações de uso, aumento de potencial construtivo...

Aqui, nas Asas Norte e Sul, em vermelho; Sudoeste, Cruzeiro Velho, Cruzeiro Novo. Seriam as áreas de equipamentos públicos passíveis de concessão de uso para a iniciativa privada. Não ficaram muito claras para mim as declarações do *site* da Sedhab e da imprensa, que falam que, apenas das entrequadras, os lotes não seriam mais repassados à iniciativa privada. Então, eu também pergunto se dentro das superquadras no Sudoeste e no Cruzeiro Novo e Cruzeiro Velho. Essa informação nós não temos.

Aqui, da Orla do Lago, lotes de clubes, que seriam transformados, poderiam ter uso de hotel. Agora uma das mudanças propostas pelo GDF, e quero dizer que ainda não foram efetivamente encaminhadas essas emendas. Consultei o *site* da Câmara Legislativa até ontem. Na verdade, aqui foram mostrados oito, mas são dez, que têm o texto, e aí me parece que passariam a ser um só. Pergunto: por que um só? Qual a justificativa para ser esse lote aqui, se não me engano, o Caça e Pesca? Não sei, não há esclarecimentos técnicos sobre isso.

Então, tudo que se está vendo, o setor de grandes áreas envolve também alteração de uso e nós vamos ver mais detalhadamente mais para frente.

O que quero dizer é que isso tudo aqui significa que quase 70% dos setores – e contando Candangolândia, Cruzeiro, que são outras regiões administrativas, e Sudoeste, que compõem a área tombada – sofreram algum tipo de intervenção. Então, a impressão que me deu ao analisar é que estava sendo feita uma revisão geral do plano urbanístico e não uma atualização de normas, adequações necessárias em alguns setores. A impressão que ficou foi esta, de que isso aqui não é um plano de preservação: seria um plano de revisão e um plano de desenvolvimento urbano.

Os maiores problemas que aponto são: não apresenta memória técnica e também uma tabela comparativa para informar o que vai ser alterado; não apresenta um glossário. Por exemplo, a LUOS, que está em tramitação junto com o PPCUB e que não tive oportunidade de analisar, assim como as demais

legislações do GDF, que apresentam conceituação, glossário etc., o PPCUB não. Pelo contrário, apresenta inúmeras expressões subjetivas, que já listei em outros documentos. Não estabelece grau diferenciado de proteção. Por quê? O que se chama de área de preservação, unidade de preservação, não corresponde a áreas com preservação mais rigorosas ou não, porque vemos uma quantidade enorme de alterações em todos os setores; não se disponibilizou uma minuta da tabela de classificação de atividades. Então, ao se lerem as planilhas, elas remetem a códigos, porque dão uso geral, e citam um código. Não há uma tabela para saber quais as outras atividades que são permitidas para os lotes. Por quê? Porque essa tabela, segundo o PPCUB, será aprovada por decreto posteriormente. Mas a minuta dela tinha de acompanhar, para nós sabermos. Existe uma minuta no *site* da Sedhab de 2012, sobre a qual perguntei na Sedhab, e me disseram que realmente ela está desatualizada, porque eu não encontrava códigos lá.

Então, não propõe estruturas de gestão central para o conjunto urbanístico de Brasília, como recomendado pela Unesco também. Não cria mecanismos para corrigir desvirtuamento e solucionar efetivamente questões como condomínios residenciais na Orla do Lago, acesso público, Lei dos Puxadinhos – a lei é de 2009 e vem sendo sucessivamente prorrogada –, o tombamento da Unidade de Vizinhança, que é a única completa, é um tombamento desde 2009; o próprio PPCUB diz que vai ser regulamentado depois. Então, posterga situações urgentes, não encara de frente, mas promove adensamentos em quase toda a área tombada, como eu disse.

Quero dizer que esses são todos os setores onde é permitido criação de lotes em áreas públicas, a serem criados por futuros projetos de urbanismo. No PPCUB, são estabelecidas as áreas mínimas e máximas dos futuros lotes, mas não sabemos quantos lotes serão. Era o caso do Eixo Monumental Este, que agora teve proposta de ser alterado para um lote.

Então, isso aqui que está em vermelho representa a proposta de retirada. Vocês veem que continuam ainda 17 setores. O PPCUB também cria novos lotes em área pública, mas já com as áreas definidas, que são a 901. A proposta seria, como a gente vai ver adiante, de rever a questão do uso, mas a área está criada. No setor Sudoeste, a Quadra 500 foi retirada, está *sub judice* também. Na W3 Norte e W3 Sul também foram criados: nove lotes na Sul e quatro lotes na Norte – tudo em atuais espaços públicas. No Setor Terminal Norte, SAF Norte, etc., são áreas institucionais criadas.

Outros novos lotes por desmembramento ou remembramento dos lotes existentes, também dadas as superfícies máximas e mínimas desses lotes. Vocês podem ver aqui: Praça Municipal, Setor de Grandes Áreas. São, no total, 35 áreas, incluindo Cruzeiro Velho, Cruzeiro Novo e Candangolândia. Então, todos esses setores – setor de clubes. Não ficou claro para mim a questão do setor de clubes. Inicialmente, eu havia entendido que o setor de clubes não teria mais subdivididos os lotes, mas, no *site* da SEDHAB, isso não está escrito; está escrito apenas a questão do uso para hoteis, que não seriam todos aqueles lotes de clube. Então, vocês podem ver que todos esses setores teriam possibilidade de seus lotes serem subdivididos.

Outra coisa é que permite manifestação de todos os tipos na Esplanada dos Ministérios, tipo cívicos, políticos, esportivo, cultural e religioso, com estruturas provisórias em alguns trechos que são definidos, mas é uma redação muito confusa, com muitas excepcionalidades, o que me leva a crer que a situação atual não vai ser muito mudada. Precisa de uma redação clara, de uma revisão e precisa-se excluir, por exemplo, uso esportivo. Não tem cabimento nenhum, no meu entendimento, estar no Eixo Monumental; religioso também não precisa estar, apenas em algumas datas, se for o caso. Então, precisa de uma coisa muito clara. Existem algumas datas definidas, quatro datas para eventos que poderiam acontecer: aniversário de Brasília e algumas datas que o PPCUB fixa, mas, de qualquer forma, também posterga a definição do prazo, do tamanho das estruturas. E, no final diz que não podem impedir a visibilidade do conjunto monumental. É uma contradição dentro da própria legislação, que precisa ser definida melhor e corrigida.

Há trechos, como nas planilhas, que alteram a vocação cívica e política original do Eixo Monumental, tanto leste como oeste, dizendo que eles têm função de parque público ou parque urbano. Isso confunde qualquer pessoa que vá analisar um projeto, qualquer pessoa que vá propor um projeto e está totalmente contrário, na minha opinião, à preservação do espaço simbólico que eles representam.

Permite aumento de taxa de ocupação também, com novas edificações para o lote do Touring Club, que também é um outra coisa que acho que precisa ser esclarecida. Permite atividade de *apart-hotel* em todos os lotes do Setor Hoteleiro Norte e Sul. *Apart-hotel* é permitido apenas em três áreas especiais. Na medida em que é permitido para todos, corre-se o risco – se a legislação não for muito clara e a fiscalização também – de serem transformados em apartamentos, como estamos vendo a orla do Lago, em que os hotéis estão virando condomínios residenciais.

Então, em todos os lotes do Setor Hoteleiro, pode haver *apart-hotel*, mas desde que haja regras muitos

claras para evitar que virem apartamento e, depois, continuemos sem os leitos de hotel para a Copa do Mundo.

Ressalte-se também a questão dos hotéis que querem aumentar o gabarito. Realmente, entendo que, pela legislação de proteção, eles poderiam aumentar esse gabarito, porque a área central é a área em que se permite mais altura mesmo, a escala gregária. Porém, ressalto que ainda existem mais de dez lotes no Setor Hoteleiro Norte e Sul vazios. Por que não se aplicar um IPTU progressivo ou outros instrumentos de política urbana para fazer isso efetivamente acontecer?

Permite a revisão da destinação dos lotes das entrequadras, das unidades de vizinhança. Isso foi mantido. E apenas a exploração privada, mediante concessão de uso foi retirada. Sobre a exploração privada de equipamentos públicos das escolas classe e jardins de infâncias no interior das superquadras não foi informado se será também retirado. E eu ainda coloquei aqui em vermelho porque fiquei na dúvida, já que está falando das entrequadras da Asa Norte e da Asa Sul. Então, essas informações precisam também ser esclarecidas.

Permite a exploração dos equipamentos, como eu disse, nas superquadras e entrequadras do Sudoeste, ou seja, estabelecimentos como escola, jardim de infância, creche, biblioteca; a exploração privada também mediante concessão de uso no Cruzeiro Velho, Cruzeiro Novo, em diversas quadras que estão listadas nas planilhas.

Volto a dizer que o Governo do Distrito Federal não pode abrir mão do seu dever constitucional de oferecer educação pública de qualidade. Essa é uma reivindicação de toda a sociedade, inclusive que esteve nas ruas agora, neste ano.

Permite a concessão de uso também para áreas públicas no Comércio Local Norte, ou seja, os futuros puxadinhos da Asa Norte. O Comércio Local Norte tem uma tipologia muito maior do que da Asa Sul. Isso tem que ser revisto. Penso que seria um outro instrumento para permitir alguma ocupação.

Permite o aumento de taxas dos Setores Hospitalares Norte e Sul, taxas de construção, algumas para regularizar edificações existentes, mas um aumento bastante significativo, de 100% para 250%, em setores que já são bastante tumultuados, como todos nós sabemos. Nos setores de grandes áreas norte e sul amplia os usos.

Quero deixar bem claro que essa setorização, das quais todas as pessoas falam, setorização excessiva, acentuada, isso não foi previsto no plano original. O plano original previu o uso predominante, que dava nome ao setor, mas nunca era uso exclusivo. No Brasília Revisitada, Lúcio Costa volta a insistir nisso. Com exceção das áreas residenciais, da Esplanada, do Eixo Monumental, os demais usos devem existir, misturados. Não insistir nisso, mas o pessoal só lembra do Brasília Revisitada para falar do Noroeste e do Sudoeste. Esquecem das outras recomendações daquele documento.

Eu vou passar bem rápido.

Setor de Clubes.

Como eu já falei aqui, há vários outros projetos também previstos para as áreas públicas da borda do lago, projetos futuros, para a concessão de uso dessa áreas. Um termo que me chamou bastante a atenção foi o “entretenimento”. Esta atividade entretenimento não está em nenhuma planilha, em nenhuma classificação de atividade, e, quando se vai ver, entretenimento é bastante abrangente. Isso seria em área pública, entre o lote do clube e o espelho d’água.

Além disso, aquela subdivisão dos lotes, aumento de potencial construtivo e de atividade, como falei dos hotéis.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VERA RAMOS – Permite também a questão do coeficiente máximo e básico, que acho que tem que ser considerado, Odir, Onalt, aquelas outorgas onerosas. Estabelece as áreas de entorno – algumas destas estão contrariando o disposto na portaria, mas me parece que a Portaria nº 68 também está sendo revista.

Eu quero dizer que também entendo que a Portaria nº 314 deve ser detalhada, sim, para evitar dúvida. Nunca me posicionei contrariamente. A questão da taxa de permeabilidade.

Vou citar as perguntas sem respostas para mim: por que não foi até hoje apresentada uma tabela comparativa, informando os parâmetros urbanísticos em vigor e as propostas de alteração? Qual a fundamentação técnica e de preservação para o adensamento proposto, que aumentará a atual concentração de empregos e de serviços na área tombada e agravará os problemas e as pressões existentes? Há pareceres técnicos da Novacap, CEB, Caesb, Detran, entre outros, comprovando a viabilidade de atendimento a futuras demandas de trânsito, drenagem pluvial, fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário? Há estudos técnicos, avaliando os impactos causados pelo adensamento, especialmente quanto à redução das áreas verdes, impermeabilização do solo na cidade parque? Há estudos técnicos avaliando os impactos decorrentes das alterações de uso e de ocupação do solo em geral, propostas pela lei, na preservação das características fundamentais do conjunto urbanístico de Brasília? Há estudos técnicos com avaliação específica sobre os impactos causados

pela utilização de coeficiente de aproveitamentos máximos e de outorgas onerosas de alteração de uso de potencial construtivo, como já falei?

Esses estudos, eu os desconheço. Gostaria que fossem esclarecidos e apresentados à sociedade, até para respaldar tudo o que está aí.

Eu me lembro agora do vídeo do Dr. Lúcio Costa, dizendo que ideias improvisadas podem causar desvirtuamento.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VERA RAMOS – E eu identifico muitas delas no PPCUB.

Finalmente, a conclusão a que posso chegar é que contém um erro de premissa. É um plano de desenvolvimento urbano, e não de preservação. Não prioriza o interesse coletivo. Propõe alterações em geral em cerca de 70% dos setores da área tombada. Apresenta texto confuso, expressões imprecisas, incoerências, impropriedades e lacunas.

As planilhas têm um excesso de informações desnecessárias, dificultam o entendimento, a aplicação e a fiscalização das regras estabelecidas.

Eu concordo plenamente que essa parafernália de normas existentes hoje tem que ser encarada de frente, mas infelizmente, da forma como estão organizadas as planilhas principalmente, onde estão essas normas, ela vai dificultar tremendamente – eu digo isso por experiência própria – a aplicação disso pelas administrações regionais, a fiscalização e o entendimento da pessoa que quiser construir.

Elas mesmas se contradizem. Dentro da planilha, a parte inicial diz uma coisa, depois vem outra... Há contradição entre a planilha e o texto da lei.

Cerca de 50% dos 247 artigos do projeto de lei precisam ser revisados ou suprimidos. Todas as 72 planilhas precisariam ser revisadas na minha opinião.

Por tudo isso, eu entendo que é imprescindível a paralisação da tramitação do PPCub na Câmara Legislativa, devolução ao GDF e formação de uma comissão para a sua revisão, nos termos do Item 36 das recomendações da Missão Unesco de 2012.

Muito obrigada. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Drª Vera Ramos.

Quero registrar a presença da Deputada Distrital Liliane Roriz, do Toninho do PSOL, da Beta e da Cláudia, representando a Rede, do Marcão, Presidente do PSB do Distrito Federal.

Vamos ouvir agora Paulo Henrique Paranhos, Presidente do IAB.

O SR. PAULO HENRIQUE PARANHOS DE PAULA E SILVA – Bom dia a todos. É com grande prazer que o Instituto de Arquitetos participa desta audiência.

Bom dia, Senador Rodrigo Rollemberg.

O Instituto vê com muito bons olhos o empenho dos Srs. Senadores Rodrigo Rollemberg e Cristovam Buarque na luta por uma cidade melhor.

Quero também ressaltar o trabalho da colega Vera Ramos, que junto conosco tem trazido muito esclarecimento, de forma apropriada, precisa, direta. Sem esses documentos, certamente o diálogo não avançaria.

Quero cumprimentar o colega e amigo Rômulo e a colega Rejane, que também está presente, que são servidores do nosso Governo e que em muitos momentos têm ajudado também na conquista de uma cidade melhor.

Quero cumprimentar a colega Drª Jurema, Presidente do IPHAN.

Posso dizer que de certa forma estou muito à vontade, porque estou cumprimentando parceiros, amigos, sem nenhuma demagogia, sem nenhuma hipocrisia, pessoas que estão interessadas numa Brasília melhor.

Em alguns momentos a tentação é grande no sentido de polarizarmos as discussões, o debate, porque, evidentemente, graças ao bom Deus, nós, como arquitetos e urbanistas, somos apaixonados por aquilo que fazemos, por aquilo que pensamos. E acho que isso, muitas vezes, contribui para um país melhor e nos dá coragem para agir em alguns momentos como estudantes. Com aquele ímpeto, aquele ânimo, fazemos uma grande roda e abraçamos uma árvore, na 901 Norte, duvidando da possibilidade de uma vitória na luta contra a especulação imobiliária ostensiva. Muitas vezes isso nos faz acompanhar o Movimento dos Urbanistas por Brasília num abraço à Igrejinha, mostrando à cidade que temos, sim, pessoas preocupadas, engajadas, liderando movimentos para preservar e honrar uma cidade criada pelo Dr. Lúcio, pelo Oscar, por Juscelino Kubitschek, enfim.

O depoimento do Dr. Lúcio mais uma vez a mim, confesso, me cria certa inveja, aquela inveja positiva.

Nos poucos momentos em que eu pude estar com ele, passeando pela Praça dos Três Poderes – e não só as palavras, mas os gestos de sabedoria, uma vida que sempre testemunhou a sabedoria, a prudência, muita cautela. Quem me dera eu pudesse falar com a convicção e a firmeza e, em alguns momentos, ser firme como nesse depoimento ele o foi, quando ele diz: “Não se trata de reformular coisa nenhuma”.

Nós temos, no instituto, demonstrado isso já há alguns anos, de uma forma mais veemente – estou me referindo ainda a este Governo, a este momento de gestão, quando entregamos ao Governador Agnelo,

no único momento em que ele nos recebeu antes de tomar posse, um documento em que esclarecíamos, de forma clara e objetiva, as nossas propostas e a nossa maneira de pensar a cidade.

Nosso entusiasmo era pertinente, porque aquele documento tinha coerência às suas propostas de governo. Alguns colegas participaram dessas propostas de governo. Nada mais natural do que estarmos entusiasmados com a possibilidade de um novo caminho, de uma cidade planejada, de uma cidade articulada, enfim, de um governo diferente de outros momentos que tanto trazem memórias que não gostaríamos de ter.

Lamentavelmente, hoje o entusiasmo não é o mesmo, porque, como eu já disse, em nenhum momento nós tivemos uma segunda oportunidade do diálogo. Diferentemente dos governos anteriores, de todos os governos anteriores, o instituto não conhece a sala do atual governador, e isso nos causa não só decepção, estranheza, mas também questionamentos de quais são, de fato, os caminhos adotados.

Para nós do instituto, relembro aqui a frase de um Senador, que dizia: "Quando recebemos alguns elogios, temos que nos preocupar, porque isso pode ser sério e comprometedor". Eu diria que, em determinados momentos, o IAB não participar de determinados debates, para nós é um grande orgulho, é um grande prazer não participarmos; em outros momentos, como o que aconteceu com os Deputados da Câmara Distrital, na própria sede do instituto, em que todos os movimentos da sociedade civil puderam se manifestar de forma clara, objetiva – o Senador Rodrigo estava presente, vários dos Deputados, Deputada Eliana também estava presente –, nós pudemos fazer um diálogo claro, preciso e demonstrar, mais uma vez, que nós não estamos numa luta eminentemente político-partidária, mas, sim, preocupados com a cidade, como o instituto já vem demonstrando há 90 anos. Portanto, querer colocar questões como xiismo, de engessamento da cidade ou coisa dessa natureza, talvez para uma plateia menos avisada, pode até funcionar, mas, para todas as pessoas que estão nessa Mesa e nesta Casa, o Senado Federal, eu acredito que nós não vamos nem tratar desses assuntos, porque estamos num outro patamar de conversa e queremos insistir e continuar tratando essa questão como ela merece nesse fórum e nesses fóruns de sinceridade, de espírito de verdade, de transparência.

Agradou-me muito quando a Presidente Jurema pediu que acreditássemos na sinceridade dela. E eu diria, Jurema, que, da minha parte, você não precisa insistir nesse pedido, porque eu tenho dito que, com todos os nossos erros – e acho muito interessante, sou partidário talvez por ter influências dos jesuítas na minha formação –, colocar determinadas verdades jamais vai ser fraqueza. Líderes como Gandhi e muitos outros falavam desse jeito, quer dizer, não precisavam usar paletó e gravata e não tinham medo de mostrar as suas fraquezas. Acho que esse é o caminho sim de nós mostrarmos determinadas questões, e entender isso como uma fraqueza é não estar entendendo um processo de um sistema bruto, que toma conta da gestão e da política desta cidade há algum tempo, da lama que nós insistimos em dizer que estamos.

Da outra vez em que nós estivemos na Câmara Federal e hoje no Senado, nós apelamos aos Srs. Deputados, aos Srs. Senadores que contribuam, porque é sim o papel dessas nossas lideranças, que têm a caneta na mão. Nós os elegemos para tanto e cobramos, reivindicamos e pedimos esse apoio, de uma forma cordial, de uma forma construtiva, no sentido de nos tirar dessa lama que nós vivemos hoje em Brasília. (*Palmas.*) Eu vejo, com muita tristeza, vários colegas nesta sala que, em alguns momentos, começam a bater cabeças, porque não sabem mais o que fazer, não sabem mais como apelar, não sabem mais como fazer para serem ouvidos, porque na verdade nós estamos batendo cabeças; porque os que de fato estão deteriorando, acabando, desarticulando os nossos movimentos, muitos deles não estão nesta sala e nunca estarão.

Eles estão nos corredores escuros dos encontros escusos, onde a política se mistura com o poder econômico, para pagar grandes advogados e criar problemas que nós evidentemente não participamos e não sei se um dia participaremos. Eu falei, antes da reunião, para o Senador Rodrigo Rollemberg, que ouço com muita atenção as palavras deles, porque não consigo pensar em determinadas dimensões articulistas do mundo político medíocre. E não estou aqui generalizando, mas estou me referindo a determinadas figuras que já ocuparam esta Casa, que já ocuparam a Câmara e que às vezes ocupam para as suas grandes negociatas, fazendo disto aqui um balcão do *lobby*, um balcão de empreendimentos escusos.

Nós sabemos que a especulação imobiliária é forte e desumana. Eu conversava ainda hoje com o colega e amigo do Sinduscon. Quero saudar aqui a presença do amigo Júlio Peres, Presidente do Sinduscon; saudar a presença do Toninho, do PSOL; saudar a presença da Rejane; da Eliete, grande batalhadora, grande parceira; saudar a presença da Romina, do Urbanistas por Brasília; do Soneca; do nosso Senador, no Instituto o tratamos como Senador, o José Roberto Bassul; saudar a presença do Andrei. Enfim, me perdoe se eu não citei alguns nomes, mas eu fiz questão de citar nomes de pessoas que eu acredito que têm

que estar na mesa, que têm que participar conosco e continuar participando, e que, se em algum momento, o Instituto não os convida ou não os encontra, é por que faltam os braços, e não o entendimento de que a sociedade civil, com certeza, tem que enfrentar esses problemas, talvez como a Presidente Jurema colocou, de frente.

É sim, Presidente, um problema sério de política e de gestão que, há muitos anos, vem sendo desarticulado. Há poucos dias, num debate com o Deputado Geraldo Magela, como eu sempre tenho dito, acho o Deputado um articulista, acho ele um político hábil, e quero insistir em dizer que não nos interessa, desde que assumimos o Instituto, citar nomes, focar em pessoas, personificar, porque isso interessa ao capital que fica especulando e destruindo esta cidade. Colocaram alguns bodes expiatórios para eles ficarem escondidos nas reuniões noturnas, e nós evidentemente não temos acesso a eles. Esses são os que nos interessam, mas nos interessam, sim, aqueles que evidentemente ocupam determinados cargos para facilitar esse trabalho escuso a que estou me referindo.

No sentido do Deputado, o debate que eu tinha naquele momento, eu enfatizava que de verdade, de verdade, quem me dera a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação fosse a Secretaria em que nós deveríamos focar o embate – quem me dera! Desde o início do Governo, nós fomos claros e continuamos insistindo: hoje quem projeta a cidade de uma forma atabalhoada é o Metrô, é a Novacap, é a Sedhab, é uma série de agências do Governo a serviço de um projeto maior que cada vez mais nos assusta em cada reunião que temos.

O projeto de ocupação das bordas do Aeroporto de Brasília, o projeto de ocupação da área oeste, a nova cidade que está no site da Sedhab, elogiada por empresários, é uma evidência de que a terceira metrópole do Brasil merece, Senador, uma atenção do Governo local, Distrital, Federal, e, por que não, da Presidência da República. Eu tenho dito que nós aqui recebemos, acolhemos o Governo Federal e, lamentavelmente, o Governo Federal, através até dos seus órgãos, tem contribuído muito pouco. Há poucos dias, tive notícia de que estava sendo cedida ao Exército e à Marinha uma área em volta do Palácio do Jaburu e quem estava fazendo essa cessão era o Governo Federal.

Se nós não tivermos forças e alguém para nos defender diante de uma Terracap que vem fazendo um trabalho agressivo de concentração de poder e evidente – eu acho que nesta sala não há alguém que não tenha conhecimento disso – nós jamais vamos confrontar aqueles que realmente merecem ser confrontados. Enquanto nós tivermos os órgãos do Governo sendo completamente aparelhados por esses senhores nós, da sociedade civil, vamos ficar brigando entre nós.

Portanto a palavra do Instituto seja talvez muito simples: precisamos, de forma urgente, tirar esse bode do meio da sala. O PPCub está cumprindo uma função lamentável, que é a de ocupar todas as nossas inteligências, os nossos braços, que são precários, porque lamentavelmente o capital não está a nosso favor. Estamos aqui numa contribuição espontânea de cidadãos brasileiros. Isso está tomando, sim, a nossa atenção, enquanto a Luos e outros projetos que deveriam estar aguardando a conclusão do PPCUB estão avançando de uma forma também bastante esdrúxula e no mínimo questionável.

Então eu queria insistir, Sr. Senador, Srª Deputada, que nós estamos criando um movimento, a sociedade civil está criando e propondo, e acredito que seremos bem recebidos... Já que o Governo não cria, nós estamos criando um grupo de trabalho junto com o IPHAN e toda a sociedade civil no sentido de continuarmos nessa caminhada, mas agora de uma forma mais elaborada. Nesse sentido, Presidente Jurema, eu quero crer que seja do interesse e intuito do IPHAN termos um grupo de trabalho organizado, constante, que possa fazer reuniões, que possa contar com os Srs. Senadores que querem de fato o bem desta cidade, para que, independente desses interesses ou de qualquer governo que venha, propormos sempre e darmos o testemunho de uma gestão da sociedade que pensa nisso efetivamente como uma política de Estado e não uma política de governo ou eleitoreira de interesses imediatos.

Queremos insistir que se o Governo não faz, se o Governo não atende àquilo que a Unesco sugeriu e propôs de forma veemente nós vamos continuar fazendo o nosso trabalho. E queremos contar, de forma decisiva, como eu já disse, com o espaço e com a participação do IPHAN nesse trabalho, para que não precisemos mais tomar conhecimento das dificuldades, etc. através de meio da imprensa, mas que possamos fazer um diálogo bastante concreto, transparente e direto.

Insisto, por último, em dizer que o Instituto está, de uma forma bastante séria, preocupado, porque antes aquilo que estava na surdina, que circulava nos corredores de forma escusa, hoje passa a fazer parte do debate e do discurso do Governo. Estou me referindo a uma cidade de 900 mil habitantes, planejada de uma forma risível, eu diria assim do discurso de que agora estamos planejando a cidade, sendo que estamos aqui falando que essa participação não acontece, não tem acontecido e que para planejar não é assim que se faz.

Não me ative única e exclusivamente ao plano de preservação, porque entendemos que desde o seu

início, desde a contratação, a rescisão com aquela empresa e uma série de outros encaminhamentos, a nossa leitura foi de que tanto o IPHAN quanto o Instituto IAB e muitos outros da sociedade civil não tinham motivo suficiente para desconfiar, para não acreditar e para ficar, de certa forma, numa posição refratária, porque não entendemos que esse é um diálogo claro, honesto, evidente.

Portanto nós aguardamos e imaginamos que não se mudem alguns itens do projeto, mas que se mude, sim, a postura, e que a gente possa, com a ajuda dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados, ter de fato um debate sincero, honesto, para que se possa construir uma Brasília melhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Paulo Henrique, presidente do IAB.

Quero pedir desculpas por não ter registrado antes a presença aqui entre nós do José Leme Galvão, nosso Soneca, que é o superintendente do IPHAN-DF; da Eliete Barros, do Conselho Comunitário da Asa Sul; do Coronel Dalton, vice-presidente do Conselho de Preservação do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; do Roberto Castelo, acadêmico do Instituto Histórico e Geográfico, e de cada uma e de cada um de vocês presentes.

Vamos ouvir agora o Sr. João Gilberto de Carvalho Accioly, que é vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal.

O SR. JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY – Bom dia a todos.

Eu queria cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg e agradecer esta oportunidade, cumprimentar toda a Mesa, na pessoa do Senador, as demais autoridades, as senhoras e os senhores.

Vamos tentar aqui fazer algumas colocações em nome do setor da construção civil e, com isso, desmistificar um pouco algumas ideias que vêm sendo colocadas até na mídia de que o PPCUB vem sendo trabalhado e vem buscando atender interesses específicos do setor. Isso não é verdade.

Nós iniciamos o processo de análise e de estudo do setor, no início do ano passado, quando foi disponibilizada a primeira minuta – se não me engano, em fevereiro do ano passado. Foi aberta nesse momento a possibilidade de uma leitura, análise e contribuições, proposições e contribuições do texto preliminar.

Anterior a isso, existiu todo um trabalho, desenvolvido há anos, de diagnóstico, contratação de empresas para levantamento de informações, para formar realmente, até se conduzir à formação desse texto apresentado naquele momento.

Então, nós nos debruçamos sobre a proposta apresentada e, no prazo que nos foi concedido para entender, para analisar, para estudar, e nós tentamos fazer, dentro de todas as limitações que a gente tem, como o IPHAN colocou as limitações dele, a própria SEDHAB, a Drª Vera, o Paulo Henrique. É um trabalho voluntário, é um trabalho de doação realmente, de buscar entender e fazer contribuições.

Naquele momento, nós identificamos uma série de pontos, de questões, identificamos, analisamos, estudamos e apresentamos uma carta – tenho uma cópia dela aqui –, que foi oficializada no dia 30 de março de 2012. Ela foi apresentada como contribuições do setor para o PPCUB; levantava uma série de pontos, de questões, desde questões mais simples, como redação e incoerências de texto, até questões bem mais complexas, como foram bem colocadas aqui pela Drª Vera.

Nós identificamos uma série de pontos, que foram levantados aqui pela Drª Vera, e apontamos essas questões. Foi aberto um diálogo bastante interessante e proativo com a equipe do governo no sentido de analisar essas contribuições e, mais uma vez, existia um prazo extremamente reduzido, porque o Executivo tinha o compromisso de encaminhar esse projeto de lei para o Legislativo. O tempo de debate e discussão aberto naquele momento era bastante restrito, limitado. Esse foi um ponto até questionado também na época, dada a complexidade da lei, da importância e da relevância desse que a gente entende ser o principal marco regulatório para orientar a população e o Poder Público nas diretrizes de uso e ocupação do solo. E principalmente na questão mais relevante e importante, a questão do tombamento.

Eu não vou conseguir colocar o nosso pensamento de forma mais clara e objetiva do que a Drª Jurema colocou. Faço minhas as palavras da Drª Jurema – 100% delas. A leitura que a gente fez, todo o estudo, toda a análise que a gente fez vai 100% ao encontro do que a Drª Jurema colocou. Apesar das deficiências e dos pontos de uma série de contribuições que eu acredito que o texto ainda merece, ainda cabe, nós entendemos, como a Drª Vera e o Paulo também colocaram, a atual situação em que nos encontramos é uma situação extremamente confusa, nebulosa, de difícil entendimento e interpretação. Nós, do setor, vivemos, hoje, um momento de extrema insegurança jurídica. Nós não sabemos... As cartas não estão na mesa. Nós não sabemos as regras do jogo. E isso precisa ser muito bem colocado.

E é exatamente este o nosso pleito: precisamos de segurança jurídica, de clarear cada vez mais.

Entendemos que o PPCUB já traz um avanço significativo comparado com a legislação que existe

hoje. Mas, com certeza, ainda cabem muitas contribuições nele. Pontos como os que Drª Vera colocou: estudos técnicos, levantamentos técnicos e estatísticos, consultas técnicas a órgãos como Caesb. Nós sempre colocamos essas questões na mesa para dar base. Identificação de números – isso é fundamental para dar a base e a sustentabilidade a uma proposta e um plano como este.

Nós também sentimos muito a ausência dessas informações para realmente justificar proposições. Numa análise bastante simplória e bem resumida, nós entendemos em relação a dois pontos, uso e ocupação: na questão do uso, o PPCUB traz um avanço bastante interessante e muito positivo como está agora. Entendemos que ainda não é o ideal, está longe do ideal, mas ele já traz uma contribuição muito grande, principalmente se comparado com a atual legislação.

A Drª Jurema não teve a oportunidade de exemplificar. Como eu acho que não vou repetir o que ela falou, eu vou talvez dar alguns exemplos aqui e fugir um pouco daquela história do *pet shop* que o pessoal coloca sempre. Vou dar um exemplo mais prático e um dos exemplos. As quadras 500 da W3 Sul. Hoje, das atividades de comércio que lá se encontram, eu acredito que mais de 50% estão em situação irregular. O uso previsto hoje na situação é de comércio atacadista bastante restrito a alguns poucos uso de prestação de serviço e alguma possibilidade de uso residencial. Não é possível nenhum uso institucional nas quadras 500.

Então, na hora em que a gente começa a pensar, o uso institucional envolve institucional financeira, por exemplo. Os bancos que estão lá não estão em uma situação 100% regular. Todas as escolas e cursinhos que estão instalados, hoje, ao longo da W3 – estou pegando um único exemplo... Se for a fundo, teoricamente nem o Teatro Galpãozinho, que é de uso institucional, cultura, não está previsto onde ele está.

Então, é uma situação de irregularidade que existe lá que estou trazendo como exemplo, mas é uma situação comum em quase toda a área tombada do Plano. E isso precisa ser revisto.

É muito interessante a participação do Ministério Público aqui, porque ele já vem com uma atuação de muito tempo, cobrando do Governo uma revisão nessas leis, uma situação de regularização, de regularidade para todas essas atividades. E essa situação de alvarás precários de funcionamento, alvarás que não resolvem, o Ministério Público vem combatendo há muito tempo, o GDF tenta achar essas soluções paliativas que não resolvem a vida de ninguém. Se você não tem o alvará de funcionamento, você não existe, é uma pessoa jurídica que não existe, que não pode ter um CNPJ. Isso traz uma série de problemas para as atividades de uma maneira geral.

Na questão dos usos, a gente entende que houve um avanço, sim. Acredito que, em algumas propostas, existia um critério e um cuidado de compatibilização desses usos; apesar da flexibilização e da extensão dos usos, existia um cuidado, mas a ausência dos estudos técnicos para embasar a possibilidade de novos adensamentos e novas demandas por infraestrutura urbana. Isso nos preocupa, e a gente sempre questionou isso. Onde é que estão esses estudos? É possível essa extensão? É possível essa alteração de uso? O que isso vai impactar naquela região, naquele local? Vai haver via suficiente? Vai gerar uma nova demanda por tráfego, por água, por energia? A CEB hoje está passando por uma série de problemas, a Caesb, o abastecimento de água. Então, todos esses estudos são fundamentais para a gente entender basicamente...

Aí a gente vai longe, a gente quer entender de onde a gente veio, onde a gente está e aonde a gente quer chegar. E isso são números, são pesquisas, são dados, simulações que vão clarear e vão dar um pouco mais de segurança, sustentabilidade e um mínimo de garantia de sucesso e prosperidade, para a preservação do patrimônio e para o desenvolvimento e crescimento da cidade.

Na questão dos gabaritos, a análise, de forma bastante simplificada, nós entendemos que o PPCUB busca clarear essas PURs, NGBs, todo esse emaranhado de legislação que a gente tem hoje, de uma forma mais objetiva, mais clara. E a gente, na leitura que nós fizemos, a gente conseguiu identificar, pelo menos nos setores em que a gente se aprofundou um pouco mais, que cerca de 70 a 80% desses gabaritos não estão sendo alterados, eles estão sendo todos preservados da forma como existe hoje, só dando uma forma mais clara. Ainda não é clara o suficiente, como a Drª Vera vem colocando, acho que ainda dá para clarear isso muito mais.

Quanto mais clareza, quanto mais informação objetiva a gente tiver, mais segurança a gente vai ter para trabalhar, mais segurança a cidade vai ter, a população vai ter, e menos risco a gente vai ter para os oportunistas e para os jogadores que estão participando desse jogo que não gostam de jogar da forma correta, da forma leal. Nós estamos buscando clareza justamente para eliminar esse tipo de jogador. A gente precisa todo mundo sentar e tornar cada vez mais claro o entendimento desse conjunto de normativas, para que ele crie essa segurança jurídica que a gente almeja tanto.

Eu acho que as contribuições que nós já apresentamos – ainda temos uma série de outras contri-

buições –, nós fizemos estudos muito técnicos sobre questões de gabarito, dificuldades, situações de realidades, de tecnologia nova, da engenharia ou mesmo da arquitetura, oportunidade que a gente já colocou como contribuição, continua colocando, e nós entendemos realmente que a extensão desse debate, a gente promover um tempo maior para a gente aprofundar um pouco mais, debater um pouco mais, estudar um pouco mais a lei, é importante, nós defendemos essa idéia, só que a gente gostaria muito de tentar estabelecer para essas pessoas...

Só para dar uma ideia, essa contribuição que a gente mandou em março do ano passado foi antes da visita da Unesco. E uma das principais solicitações que nós fizemos foi o que a Drª Vera colocou aqui agora, que a Drª Jurema colocou, antes até de a Unesco colocar: a criação de um grupo, de um fórum qualificado para aprofundar mais, para discutir mais em cima dessa lei, com representantes da sociedade, mas um fórum qualificado, para a gente discutir um pouco mais. Isso a gente entendeu como quando a visita da Unesco veio e fez isso como uma das suas principais recomendações, a gente achou excelente, é exatamente isso o que a gente quer também, aprofundar um pouco mais, discutir num fórum mais qualificado.

As audiências, o formato, uma pequena crítica ao formato que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY – ... o Governo fez das audiências públicas é que nelas realmente existia uma discussão extremamente grande – e tomava conta das audiências públicas – entre moradores de 700 e donos de pensão, que tomava conta daquelas audiências, e a gente não chegava a lugar nenhum, não aprofundava em tema nenhum, e aquilo não evoluía.

O setor não solicitou, não participou de nenhuma dessas solicitações para transformar áreas públicas em áreas privadas com algum interesse específico. Não existe nenhuma documentação, nenhuma solicitação nossa nesse sentido nas questões das entrequadras, dentro delas ou fora, dentro das quadras ou fora. Nós nunca solicitamos ou pleiteamos nada disso.

A questão da 901, nós sempre fomos favoráveis a que a 901 Norte tivesse uma situação similar a qualquer outra 900, a previsão de uma ocupação. Ela é um vazio urbano e deve ser ocupada, mas de forma coerente. Além de vários assuntos polêmicos que nós colocamos e que vimos colocando insistentemente.

Gostaríamos apenas de ressaltar os seguintes pontos: ampliar mais a discussão, aprofundar um pouco mais o debate, mas estabelecer um *timing*, um limite de tempo para que essa lei seja realmente promulgada. Por mais que ela seja ineficiente, por mais que ela não esteja boa ainda, por mais que consigamos melhorar, ela nunca vai alcançar a perfeição.

Entendemos que por mais que esse passo que está sendo dado, da forma como ele está, seja pequeno, como a Drª Vera vem colocando, poderia ser muito maior, mas já é um pequeno passo para podermos andar para frente. Eu acho que precisamos aprofundar, melhorar, mas precisamos realmente da revisão dessa lei. A situação como está hoje é muito ruim para todo mundo, para nós e para toda a sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado João Gilberto de Carvalho Accioly.

Registro a presença do Senador Antonio Carlos Valadares, que é o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Quero dizer que momento em que S. Exª desejar assumir a Presidência...

Quero registrar também a presença entre nós da Srª Flávia Ribeiro da Luz, da Associação Park Way Residencial. Agradeço pela presença.

Agradecendo a contribuição do Sinduscom, vamos ouvir agora...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quero dizer que esta Comissão está bem presidida. Não só ela está bem presidida como enfeitada com a presença de pessoas tão ilustres compondo a Mesa.

Eu gostaria de dizer o seguinte: essa audiência pública foi organizada, foi solicitada, planejada pelo Senador Rodrigo Rollemberg, uma pessoa não só identificada com os problemas de Brasília, do seu entorno e das suas cidades satélites, mas identificada também com o Nordeste. Filho de sergipano, sergipano da gema. Eu costumo dizer que Sergipe tem quatro Senadores: o quarto é o Senador Rodrigo Rollemberg. Então, Sergipe é um Estado feliz, privilegiado, porque não só tem 4 Senadores, como tem a competência, o brilho e a eficiência do nosso Líder do Partido Senador Rodrigo Rollembeg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Valadares pelas palavras carinhosas. Registro também que a iniciativa é conjunta minha e do Senador Cristovam Buarque.

Vamos ouvir agora o Sr. Benny Schvasberg, Professor da Faculdade Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e, em seguida, a Drª Maria Elda Fernandes Melo.

O SR. BENNY SCHVARSBERG – Bom dia, já quase boa tarde.

Cumprimento e agradeço ao Senador Rodrigo Rollemberg e ao Senador Cristovam Buarque pelo honroso convite que me fizeram. Cumprimento todos os meus ilustres colegas e amigos que estão na Mesa, em nome deles, e os Parlamentares aqui presentes, amigos, amigas e colegas aqui presentes.

Quero tentar contribuir por meio desse debate com 7 pontos, Senador.

Começo com o primeiro ponto, relembrando a fala, aliás, uma brilhante recomposição de áudio feita. Parabenizo muito essa recomposição, por eu pessoalmente só conhecia o evento feito em 1974, o seminário feito aqui. Não sei se nesse ambiente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Aquele depoimento do Lúcio Costa é do Seminário de 1974.

O SR. BENNY SCHVARSBERG – Inclusive o nosso colega Professor Coutinho, lá da Universidade, comentou conosco nesta semana sobre esse depoimento muito emocionante. Nós tivemos recentemente, inclusive a convite do IEB, no Seminário Quitandinha Mais 50, alusivo ao Seminário de 1963, promovido pelo IEB no Quitandinha e que foi um seminário histórico do ponto de vista da construção de uma nova política urbana e habitacional no Brasil, em uma perspectiva de reforma urbana, dentro do contexto em que se trabalhava na época.

E, retomando, então, a fala aqui do Prof. Lúcio, eu quero começar com o que ele escreveu no estudo "Brasília Revisitada 85/87". Ele dizia duas coisas que são sempre interessantes quando eles começam esse debate. Ele dizia o seguinte: "Vendo Brasília, hoje, o que surpreende, mais que as alterações, é a semelhança entre o que existe e a concepção original." Ele falava na concomitância de duas contingências críticas que Brasília vivia há 25 de sua criação. E ele dizia o seguinte: "Reside a peculiaridade desse momento crucial no fato que, de um lado, como crescer assegurando a permanência do testemunho original, e, do outro lado, como preservar, sem cortar o impulso vital de uma cidade tão jovem?"

O que demonstra a força desse impulso vital e a força desse testemunho original, eu diria, é a força do partido, não o partido político, mas o partido urbanístico que, realmente, tem uma expressividade ímpar.

Eu penso que a originalidade do tombamento de Brasília, que teve uma contribuição muito grande na concepção da forma do modelo de tombamento do arquiteto Italo Campofiorito, com quem eu tive a honra de trabalhar quando me formei, a ideia e a originalidade de um tombamento por escalas me parece absolutamente inovador também, inclusive em termos mundiais, ou seja, um tombamento que, ao contrário do que muitos dizem, ele não engessa a cidade porque ele admite alterações, sobretudo alterações a que estamos assistindo já na cidade, algumas de gosto muito duvidoso.

Quem é que não passeia ali pela Asa Sul e não olha blocos residenciais sendo reformados – segundo os meus alunos da UnB, eles ganham um "brega chique" – com gosto duvidoso, com modismos os mais diversos? No entanto, é admissível. Inclusive, é admissível a derrubada de um bloco ou de uma edificação inteira e a sua substituição, desde que respeitados a volumetria e os parâmetros urbanísticos definidos originalmente. Portanto, sem comprometer a nossa cultura urbanística, e é uma concepção de preservação urbanística absolutamente distinta da ideia de terra arrasada, da ideia de que nós precisamos destruir a cidade e construir uma cidade nova, permanentemente.

O terceiro ponto que eu queria citar, entrando um pouco mais no nosso debate, é o que a imprensa vem divulgado. Eu tenho acompanhado isso, porque sou representante da UnB e dos segmentos acadêmicos no Conselho de Planejamento Territorial Urbano da cidade. A imprensa tem chamado alguns arquitetos urbanistas de xiitas. O próprio Secretário de Desenvolvimento Urbano fez esse comentário infeliz, do meu ponto de vista, na imprensa se referindo não só a entidades, mas também a alguns profissionais, por um espírito crítico nesse debate.

Eu diria que o sentimento de pertencimento à cidade, o sentimento de defesa da cidade, não só pelos chamados arquitetos urbanistas xiitas – e talvez "chaatos" também, não é? – vem também, e não só dos moradores brasilienses conservadores, pioneiros ou não, mas eu penso que pelo conjunto da população.

Brasília é hoje, diferentemente de décadas atrás – e eu moro aqui há 25 anos –, já é composta de uma maioria de brasilienses natos. Os últimos dados do Censo do IBGE indicam que a população nascida em Brasília, curiosamente, já supera a população migrante da cidade. E uma população que gosta da cidade. As pesquisas que a universidade tem produzido têm mostrado isso.

Então, diferentemente das décadas de 70, 80, por exemplo, em que levas de novos servidores do Governo Federal vinham para a cidade e se mudavam quando terminava o Governo, já querem permanecer na cidade. Inclusive, fazem até concurso para permanecer

na cidade. Os aposentados da cidade que tradicionalmente voltavam para Copacabana, no Rio de Janeiro, e deixavam seus imóveis funcionais para filhos, netos, já querem permanecer nesta cidade. Então, penso que, mesmo consolidada, mais consolidada – e este é o retrato que eu quero comentar e não só o filme –, ainda assim, nós vivemos numa cidade inacabada, do ponto de vista de seu projeto original, inacabada. Há inúmeras, ainda, quadras inteiras, como a 207 Norte, vazias, de propriedade da UnB, universidade a que tenho orgulho de pertencer, mas inúmeras projeções, inúmeras áreas ainda da cidade inacabadas.

Para dar um exemplo muito claro, muito rico, dado aqui pela Vera, só de hotéis, temos mais de 10 lotes vazios de hotéis, disponíveis, nos Setores Hoteleiros Sul e Norte. Ou seja, é uma cidade inacabada, com uma quantidade ainda razoavelmente expressiva de áreas e lotes vazios, mas a lógica da acumulação capitalista, a lógica do desenvolvimento urbano nos nossos moldes é uma lógica da cidade como mercadoria, a lógica em que, necessariamente, novas frentes imobiliárias precisam ser produzidas.

Então, nós tivemos aqui o Sudoeste, produto do Brasília Revisitada; estamos tendo o Noroeste. É incrível e é impressionante o fato de que sequer 50% do Noroeste estejam consolidados e já tenha sido aprovada a expansão do Noroeste, o Noroeste II. Isso é impressionante. Tive a felicidade de fazer esse debate no Conplan – acho que o Rômulo é testemunha – e fui um dos que votaram contra a aprovação do Noroeste II, que me parece, ainda, uma excrescência urbanística ter sido aprovado, assim como disse o meu amigo Paulo Henrique, a cidade cujo debate está sendo veiculado em torno da DF-140.

E, mais do que isso, temos a contratação de uma empresa de Cingapura. Vejam os senhores, não estou falando novidade nenhuma aqui, não é? Uma empresa de Cingapura para planejar a cidade pelos próximos 30 a 50 anos, dentro desse conceito de cidade mercadoria, de cidade negócio.

Eu penso que, dentro desse contexto que tentei traçar aqui, a crise que vivemos no debate do PPCUB reside no hibridismo e na ambiguidade de ser ou pretender ser ao mesmo tempo um plano de preservação e ser ou pretender ser ao mesmo tempo um plano de desenvolvimento urbano. Essa ambiguidade de origem, esse vício de origem, de nascença, na elaboração e concepção desse plano, penso que compromete em grande medida, como a Vera mostrou, e o fato de que não são só meia dúzia ou sete ou doze itens ou artigos que mereçam ser debatidos e problematizados.

Nos últimos levantamentos que tenho acompanhado, feitos pela Vera e pela colega Thiago de Andrade, cerca de 120 ou 130 artigos devem ser problematizados. Ou seja, mais de 50% do escopo de 247 artigos e 72 planilhas devem ser problematizados.

Eu quero lembrar aqui que cidades históricas do Brasil, cidades mineiras como Ouro Preto, Mariana, Sabará e tantas outras, têm seus planos diretores municipais, como preconiza o Estatuto das Cidades, a Lei Federal nº 10.257, e têm também planos de preservação. Inclusive, eu me lembro, Jurema, de o IPHAN, tempos atrás, ter construído metodologias, conteúdos específicos para apoiar a elaboração, inclusive o próprio IPHAN, apoiando a elaboração de planos de preservação. E há a convivência inclusive de planos diretores principais, que tenham o conteúdo, o aspecto de desenvolvimento urbano fortemente destacado, convivendo com planos de preservação de forma, eu diria até, razoavelmente complementar. E existem inúmeros casos no Brasil e no mundo que atestam a possibilidade e, mais do que isso, a necessidade da convivência de planos de desenvolvimento urbano com planos de preservação urbanística, arquitetônica, patrimonial, ambiental etc.

No entanto, essa ambiguidade, no nosso caso do PPCUB, se manifesta num conjunto de normativas urbanísticas que admitem e estimulam desafetação, desmembramento, remembramento, loteamento, aumento e mudanças não só de uso, o que tem a ver com destinação, mas de ocupação, o que tem a ver com formas de ocupação, parâmetros urbanísticos, potenciais construtivos. E vide, no caso das mudanças de potencial construtivo, o falacioso artigo que ainda resiste, e eu quero destacar isso, sobre a 901 Norte.

Infelizmente, ainda resiste no PPCUB um artigo que, de forma, do meu ponto de vista, falaciosa, admite a mudança de parâmetros urbanísticos, aliás, admite a proposição de novos parâmetros urbanísticos, desconhecendo o parecer do IPHAN, que é claro e taxativo quando diz que os parâmetros para a 901 Norte são aqueles definidos na NZD 01, de 1986. Ou seja, os mesmos parâmetros definidos na NZD 01, de 1986, são reproduzidos no parecer do IPHAN, e eles não são incorporados no artigo do PPCUB que é alusivo à 901 Norte.

Bom, eu quero comentar aqui rapidamente alguns aspectos da andança do PPCUB nesses últimos anos.

O PPCUB não nasce da Lei Orgânica do Distrito Federal – o PDOT nasce. Planos diretores locais nascem da Lei Orgânica do Distrito Federal. O PPCUB nasce de PDOT. A origem da nascença, da obrigatoriedade ou do estímulo à construção desse instrumento nasce ali. E nós acompanhamos.

Em 2007, o Governo do Distrito Federal fez uma licitação pública. Venceu uma empresa de consulto-

ria – não me recordo aqui do nome agora – do Rio Grande do Sul, coordenada por uma amiga nossa, reconhecidamente uma das maiores conhecedoras e estudiosas de Brasília e do seu patrimônio histórico, que é a arquiteta Briane Bicca.

Esse debate avançou na construção do PPCUB ao longo de 2007 até 2009, eu recordo. Algumas audiências públicas foram feitas. Eu, inclusive, tive a honra de ser convidado pela equipe que estava elaborando, tanto do GDF, quanto dessa consultoria, para várias seminários para discutir o conteúdo, a concepção técnica da elaboração do PPCUB.

Estranhamente, foi feito um destrato com essa empresa, que vinha desenvolvendo estudos – do meu ponto de vista, por mais que eu, inclusive, tivesse discordâncias – bastante consistentes tecnicamente, muito bem elaborados, gostemos ou não, mas com consistência, com profundidade técnica. E foi feito um estranho destrato, que, do meu ponto de vista, até hoje não foi devidamente justificado. Parece que havia divergências entre as proposições técnicas da equipe e os entendimentos da condução política do processo pelo GDF.

Chegamos ao ponto em que, em 2012, foi apresentado ao debate, no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, o processo, com um voto favorável à aprovação do PPCUB, voto este proferido naquela ocasião pelo Diretor Técnico da Terracap, que não está mais hoje na Terracap. Segundo me consta, parece-me que dirige uma das grandes empresas imobiliárias daqui, do Distrito Federal.

Esse voto do relator designado pelo Secretário Magela para o PPCUB foi debatido, foi bastante questionado, inclusive com vários dos pontos aqui apresentados pela Vera. Todos esses pontos – não vou dizer a totalidade, mas boa parte deles – foram levantados na ocasião. E na ocasião eu, como representante da UnB e dos segmentos acadêmicos, e o meu colega Paranhos, representando o IAB, e mais alguns representantes de entidades técnicas e acadêmicas votamos, em 2012, contra a aprovação do PPCUB e apresentamos voto em separado e por escrito. Eu posso, inclusive, disponibilizar ao Senado esses votos em separado e por escrito, em que nós manifestamos as razões pelas quais nós entendíamos, e continuamos entendendo, que não era possível aprovar naqueles termos aquele plano.

Aquele plano, daquele modo e com aquele escopo, foi encaminhado à Câmara Legislativa. Houve algumas mudanças. Posteriormente, ele foi retirado da Câmara Legislativa pelo Governo do Distrito Federal. E eis que, em aproximadamente agosto de 2013, nós, conselheiros do Conplan, fomos surpreendidos porque fomos convocados para uma reunião do Conplan com uma pauta. No entanto, dois dias antes, a pauta daquela reunião foi modificada sem o prazo hábil – por decreto se definem os procedimentos do Conplan –, a pauta foi modificada e foi inserida nela a discussão do projeto do PPCUB.

Naquele momento, nós encaminhamos uma proposta de encaminhamento em que havia quatro pontos básicos.

Primeiro ponto. Nós deveríamos atender as recomendações da missão da Unesco, que, em um dos dispositivos aqui expostos pela Vera, definia claramente a necessidade de uma comissão ou comitê interinstitucional para avaliar, aprofundar, sistematizar a construção, em bases sólidas, duradouras e consistentes do PPCUB.

Segundo ponto. Como havia alterações, e não eram só alterações de forma, mas também de conteúdo, nova audiência pública se fazia necessária.

Terceiro procedimento. Uma nova submissão à aprovação pelo Conplan.

Quarto e último procedimento. Encaminhamento à Câmara Legislativa.

Essa proposta de encaminhamento foi apresentada ao Plenário e foi derrotada no Plenário por uma proposta que encaminhava, pela aprovação do PPCUB, à Câmara Legislativa.

O que aconteceu nessa votação? É importante tornar isso público, embora já seja do conhecimento público, porque as atas do Conplan são públicas.

O que aconteceu? Tivemos uma votação em que o PPCUB foi aprovado com o voto contrário das entidades que representam os segmentos técnicos e acadêmicos. Então, pela segunda vez, o PPCUB foi aprovado no Conplan, contrariamente aos votos das entidades representativas dos segmentos técnicos e acadêmicos. Quero deixar isso aqui muito claro para esta audiência.

Enfim, feito esse esclarecimento, eu queria concluir, Senador, ressaltando, finalmente, a necessidade que nós temos, e que me parece indiscutível, de atualizar o regramento, a normativa urbanística; tentar vencer esse emaranhado que o nosso amigo Aldo Paviani chama muito bem de cipoal de normativa e regramento urbanístico da cidade.

Nós entendemos que a Portaria nº 314, com todos os problemas, limitações e insuficiências que tinha, e continua tendo, ainda tem vigência. Evidentemente, merece ser detalhada – e há acordo, parece-me, com a colega Jurema, nesse aspecto. Penso que a necessidade de uma nova institucionalidade, de um novo modelo de gestão do tombamento e da política de preservação, é um elemento crucial na construção dessa atualização desse regramento. Penso que haja

necessidade de nós entendermos ainda a importância dos papéis distintos que tem o Governo local e o Governo Federal, porque Brasília é a Capital dos brasilienses, mas não só dos brasilienses, é a Capital dos brasileiros e é Patrimônio da Humanidade.

Então, essa tripla condição de Brasília nos exige, fundamentalmente, construir um instrumento que seja duradouro, sólido, consistente, comprometido com a preservação da cidade. Por isso, penso – só para concluir – que é absolutamente atual ainda a recomendação de uma comissão interinstitucional que dê andamento, aprofunde, sistematize esse trabalho.

Quero dizer o seguinte: se essa recomendação da missão da Unesco tivesse sido implementada há dois anos, eu penso que hoje nós já teríamos um PPCUB aprovado nesta nossa cidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Benny, pela colaboração.

Convido para fazer uso da palavra a Srª Maria Elda Fernandes Melo, Promotora de Justiça da 3ª Promotoria de Justiça da Ordem Urbanística (Prourb) do Ministério Público do Distrito Federal.

Em seguida, vamos ouvir o Thiago, nosso último convidado, para ouvir então os Senadores.

A SRª MARIA ELDA FERNANDES MELO – Bom dia a todos; bom dia, Senador, queria cumprimentar todos os presentes.

Inicialmente, queria fazer uma pequena explicação sobre o que é o Ministério Público, a instituição, e a função da Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística.

Hoje, no Ministério Público do Distrito Federal, nós temos seis promotorias, cada uma responsável por algumas regiões administrativas, e eu, juntamente com a minha colega Drª Lívia, somos as responsáveis atualmente pelo acompanhamento da tramitação do PPCUB.

A nossa atuação – é importante que a gente esclareça também – é eminentemente quanto à tramitação e à regularidade da tramitação do PPCUB. Em nenhum momento, o Ministério Público considerou ou analisou o mérito. Essa análise de mérito do PPCUB só é feita posteriormente, depois de uma eventual transformação em lei.

Então, neste momento, as ações que nós ajuizamos até agora têm unicamente o objetivo de garantir a legalidade, garantir a publicidade dos atos, garantir a lisura das audiências públicas. Portanto, é nesse sentido que vou promover aqui a explicação das ações hoje que já foram ajuizadas.

Hoje nós temos duas ações relativamente ao PPCUB, mas eu considero interessante, em razão do que já foi dito aqui, explicar que, em 2012, nós também ajuizamos – inclusive eu. A cópia está aqui – uma ação junto à Justiça Federal, buscando também a suspensão da tramitação do projeto que foi apresentado em 2012. E um dos motivos foi também a ausência do IPHA. No segundo caso, o Ministério Público na época – a ação não é minha, é de uma outra colega – entendeu que houve uma supressão de informações, uma supressão de documentos da empresa que foi contratada para efetuar o diagnóstico – aquela empresa do Rio Grande do Sul, que já foi citada aqui – que não foi adotado na integralidade pela Sedhab. A Sedhab retirou alguns desses documentos, excluiu alguns desses documentos, e não submeteu à apreciação da população em audiência pública.

Essa circunstância, digamos, essa seleção de documentos, foi questionada pelo Ministério Público e acabou que o projeto, por outras razões também, foi retirado de tramitação.

Especificamente quanto ao projeto deste ano, nós também entendemos que há necessidade da avaliação do IPHAN. Inclusive consta, em ata, na decisão do Conplan, uma manifestação expressa do Secretário, dizendo que tinha esperado a manifestação do IPHAN, mas que o IPHAN estava trabalhando numas avaliações de portarias e que, como não teria havido aquela manifestação, então ele submetia à aprovação do PPCUB naquela oportunidade, durante uma sessão do Conplan. Esse é um motivo que fundamenta a nossa ação ajuizada na Justiça Federal.

O outro motivo dessa ação, cuja cópia inclusive está aqui – é a ação que eu cuido diretamente –, foi o fato de o projeto PPCUB ter sido aprovado no Conplan durante um período em que o Conplan não poderia estar funcionando.

Para que eu possa explicar um pouco sobre essa circunstância, eu vou discorrer um pouco sobre o que é o Conplan e como ele funciona para que os senhores possam entender o que levou à suspensão da atividade do Conplan.

O Conplan é o órgão responsável por deliberar sobre questões de planejamento urbano aqui, em Brasília. Ele é um conselho paritário, e, dentro da sua estrutura, da sua regulamentação, havia previsão de representantes do Governo e conselheiros representantes da sociedade civil. O Ministério Público descobriu que esses conselheiros da sociedade civil eram indicados diretamente pelo governador. O governador indicava: "Vai ser tal e tal pessoa". Em razão disso, nós ingressamos com uma ação questionando, porque, obviamente, uma pessoa indicada pelo Governo não é um representante da sociedade no estrito sentido da lei.

Nós ajuizamos a ação, conseguimos uma liminar, e foi determinado que o governador se abstivesse de continuar indicando esses integrantes dos conselheiros do Conplan representantes da sociedade civil, mas, mesmo assim, com essa abstenção, com essa obrigação do governador de não continuar indicando, o Conplan continuou funcionando. Ele continuou funcionando até que, por fim, restassem somente três conselheiros da sociedade civil.

Por que o Conplan continuou funcionando? – eu acho importante dizer que não foi nenhuma ilegalidade do governo a continuação das atividades. Por quê? Porque o regimento interno do Conplan permite as ações deliberativas com decisões de maioria simples. Em rigor, está amparado legalmente o funcionamento do Conplan, mas, pelos princípios que hoje norteiam toda a tutela do meio ambiente, toda a tutela da ordem urbanística, mesmo a questão da democracia participativa, nós entendemos, o Ministério Público entende que seria inconcebível essa atuação do Conplan sem a participação dos conselheiros da sociedade.

Então, nessa mesma ação, nós pedimos uma tutela, formulamos um pedido para que as atividades do Conplan fossem suspensas, até que ele fosse regularizado. O juiz acatou nosso pedido, e nós demonstramos inclusive que, durante esse período em que não havia representantes da sociedade civil, o Conplan deliberou, aprovou projetos importantíssimos para Brasília, para o planejamento urbano, inclusive dessa nova cidade satélite, essa nova região administrativa, que está sendo muito discutida, que tem a perspectiva de abrigar um milhão de pessoas. Então, nós levamos esse conhecimento ao magistrado, das ações que estavam sendo discutidas no Conplan sem a presença de representantes da sociedade civil, e o magistrado achou por bem suspender as atividades do Conplan, e, mais do que isso, o juiz entendeu que essa decisão deveria retroagir à data da liminar da decisão que determinou ao governador que não nomeasse mais representantes.

Em razão disso, todas aquelas deliberações, aquelas aprovações, em princípio, perderam a validade. E o PPCUB foi aprovado durante esse período. A decisão do juiz, se não me engano, é do dia 28 de agosto, com data retroativa a dezembro de 2012, e o PPCUB foi aprovado no dia 27, se não me engano, um dia antes da decisão do magistrado.

Bem, diante desse panorama – a ausência da aprovação do IPHAN, e a aprovação do PPCUB pelo Conplan durante um período em que ele não poderia funcionar –, nós ingressamos com essa ação, ela está tramitando na Justiça Federal, e ainda não houve um posicionamento. Muito embora nós tenhamos postulado por uma antecipação de tutela, por uma concessão de liminar, a ação ainda não foi apreciada pelo juiz federal.

Qual é a situação do Conplan? Qual é a situação hoje da ação pela qual eu sou responsável? Inclusive o processo está na minha mesa, o juiz despachou para que o Ministério Público apresentasse suas alegações finais. Mas justamente porque o juiz vai decidir depois da alegação final do Ministério Público, depois da alegação final do Distrito Federal, ele vai decidir pela manutenção ou não da decisão que determinou o efeito retroativo da decisão que suspendeu as atividades do Conplan.

Em princípio, mantendo-se essa decisão, o PPCUB não poderia sequer ter sido enviado à Câmara Legislativa. Inclusive, na nossa ação da Justiça Federal, o pedido é expresso: que a mensagem do governador que encaminhou o projeto PPCUB seja anulada, porque, em princípio, ele não poderia sequer ter sido aprovado.

Abstraindo as questões de mérito quanto a questões urbanísticas, de parâmetros de uso, o Ministério Público entende que a tramitação do PPCUB está viciada. Da forma como ele foi decidido pelo Conplan e mesmo enviado à Câmara Legislativa, nós entendemos que ele não tem como prosperar. Mas a decisão não é nossa, a decisão é do magistrado, é ele que tomará todas essas providências.

Nós temos uma preocupação muito grande, Senador – e aqui eu vou até me permitir...

(...) questionando, porque, obviamente, uma pessoa indicada pelo governo não é um representante da sociedade no estrito sentido da lei.

Nós ajuizamos a ação, conseguimos uma liminar, e foi determinado que o governador se abstivesse de continuar indicando esses integrantes dos conselheiros do Conplan representantes da sociedade civil, mas, mesmo assim, com essa abstenção, com essa obrigação do governador de não continuar indicando, o Conplan continuou funcionando. Ele continuou funcionando até que, por fim, restassem somente três conselheiros da sociedade civil.

Por que o Conplan continuou funcionando? – eu acho importante dizer que não foi nenhuma ilegalidade do governo a continuação das atividades. Por quê? Porque o regimento interno do Conplan permite as ações deliberativas com decisões de maioria simples. Em rigor, está amparado legalmente o funcionamento do Conplan, mas, pelos princípios que hoje norteiam toda a tutela do meio ambiente, toda a tutela da ordem urbanística, mesmo a questão da democracia participativa, nós entendemos, o Ministério Público entende que seria inconcebível essa atuação do Conplan sem a participação dos conselheiros da sociedade.

Então, nessa mesma ação, nós pedimos uma tutela, formulamos um pedido para que as atividades do Conplan fossem suspensas, até que ele fosse regularizado. O juiz acatou nosso pedido, e nós demonstramos inclusive que, durante esse período em que não havia representantes da sociedade civil, o Conplan deliberou, aprovou projetos importantíssimos para Brasília, para o planejamento urbano, inclusive dessa nova cidade satélite, essa nova região administrativa, que está sendo muito discutida, que tem a perspectiva de abrigar um milhão de pessoas. Então, nós levamos esse conhecimento ao magistrado, das ações que estavam sendo discutidas no Conplan sem a presença de representantes da sociedade civil, e o magistrado achou por bem suspender as atividades do Conplan, e, mais do que isso, o juiz entendeu que essa decisão deveria retroagir à data da liminar da decisão que determinou ao governador que não nomeasse mais representantes.

Em razão disso, todas aquelas deliberações, aquelas aprovações, em princípio, perderam a validade. E o PPCUB foi aprovado durante esse período. A decisão do juiz, se não me engano, é do dia 28 de agosto, com data retroativa a dezembro de 2012, e o PPCUB foi aprovado no dia 27, se não me engano, um dia antes da decisão do magistrado.

Bem, diante desse panorama – a ausência da aprovação do IPHAN, e a aprovação do PPCUB pelo Conplan durante um período em que ele não poderia funcionar –, nós ingressamos com essa ação, ela está tramitando na Justiça Federal, e ainda não houve um posicionamento. Muito embora nós tenhamos postulado por uma antecipação de tutela, por uma concessão de liminar, a ação ainda não foi apreciada pelo juiz federal.

Qual é a situação do Conplan? Qual é a situação hoje da ação pela qual eu sou responsável? Inclusive o processo está na minha mesa, o juiz despachou para que o Ministério Público apresentasse suas alegações finais. Mas justamente porque o juiz vai decidir depois da alegação final do Ministério Público, depois da alegação final do Distrito Federal, ele vai decidir pela manutenção ou não da decisão que determinou o efeito retroativo da decisão que suspendeu as atividades do Conplan.

Em princípio, mantendo-se essa decisão, o PPCUB não poderia sequer ter sido enviado à Câmara Legislativa. Inclusive, na nossa ação da Justiça Federal, o pedido é expresso: que a mensagem do governador que encaminhou o projeto PPCUB seja anulada, porque, em princípio, ele não poderia sequer ter sido aprovado.

Abstraindo as questões de mérito quanto a questões urbanísticas, de parâmetros de uso, o Ministério Público entende que a tramitação do PPCUB está viciada. Da forma como ele foi decidido pelo Conplan e mesmo enviado à Câmara Legislativa, nós entendemos que ele não tem como prosperar. Mas a decisão não é nossa, a decisão é do magistrado, é ele que tomará todas essas providências.

Nós temos uma preocupação muito grande, Senador. Aqui eu vou até me permitir fazer um comentário – não como Ministério Público, mas como cidadã – em razão das questões que foram apreciadas no Conplan, que vão gerar alterações tanto na área tombada como em todo o Distrito Federal, e em razão até da Luos (Lei de Uso e Ocupação do Solo), que também está em tramitação na Câmara Legislativa.

O Ministério Público – eu, especificamente, pois é responsabilidade da minha Promotoria – está acompanhando a Luos. Eu vejo com bastante preocupação esse adensamento, esse crescimento. Inclusive também já foi citada aqui a necessidade de um estudo sobre a atual capacidade de suporte de infraestrutura da cidade. Todos nós vivemos aqui, eu não preciso discorrer muito para sabermos da situação do trânsito, da drenagem pluvial, dos apagões, etc. Eu não sei se todos aqui têm conhecimento de que a Caesb já está realizando audiências públicas para discutir o consumo humano da água do Lago Paranoá.

Considero extremamente oportuno, Senador, a Comissão de Desenvolvimento Regional promover esta discussão e, mais do que isso, trazer à sociedade essa necessidade, como disse o representante do IAB, esse empoderamento da sociedade. O Ministério Público, muito embora tenha à sua disposição a legislação, a ação civil pública e a antecipação de tutela, mas a população vai muito além dos poderes que tem o Ministério Público. Por mais forte que seja a instituição e por mais dispositivos de que disponha, eu percebo que esse poder emana da sociedade.

Quanto ao mérito, quanto às discussões, esse tema eu acho que cabe à sociedade. No momento oportuno é que haverá a manifestação do Ministério Público, já em sede, sobre controle de legalidade, controle de constitucionalidade. Mas, dentro do princípio da prevenção, da antecipação, de se discutir qual é o verdadeiro conteúdo, qual é o verdadeiro alcance, os reflexos do PPCUB e também da Luos, eu acho que este é o momento mais oportuno e mais apropriado, que é justamente trazido pela sociedade, pelos entes diretamente envolvidos.

Eu considero que o PPCUB, seja no aspecto da tramitação, seja no aspecto de mérito, tem uma questão de fundo que é muito mais grave, que é o crescimento que promove, o adensamento, a falta de estudo quanto à infraestrutura, à readequação da infraestrutura. O Ministério Público e a Promotoria promovem ações,

buscando políticas públicas e atitudes práticas do Governo, com relação, por exemplo, à drenagem pluvial da Asa Norte, pois todas as vezes em que chove, há alagamentos nas tesourinhas. E ações buscando a readequação da rede de infraestrutura de drenagem pluvial em Taguatinga e Ceilândia, onde, recentemente, ocorreu um caso trágico, uma criança faleceu justamente em razão dessa deficiência. Os instrumentos são postos, mas, infelizmente, nós do Ministério Público – e aqui deixo até um pedido de ajuda – lutamos, mas sentimos que os resultados são muito difíceis de aparecer. Eu entendo que, por mais que nós ajuizemos ações e busquemos, a solução talvez não venha de uma ação...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ELDA FERNANDES MELO – ... legal e ministerial. Eu acredito que a solução vem é desta Casa, da participação e do empoderamento da sociedade.

Eu deixo aqui a minha preocupação, pessoal e da instituição, quanto aos rumos que estão sendo delineados para Brasília. Brasília é uma cidade muito nova, com pouco mais de 50 anos. Eu não quero ser alarmista, mas entendo que estamos na iminência de um colapso. Se continuar com essa urbanização, eu não posso dizer desenfreada, mas com a pretensão, pelo menos, desse adensamento, eu tenho bastante preocupação com o que nós podemos viver num futuro bem próximo.

Quanto ao PPCUB, em síntese, eu diria que, no nosso entendimento, a tramitação está viciada, está comprometida. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF. *Fazendo soar a campainha*.) – Muito obrigado, Drª Maria Elda, Promotora de Justiça da 3ª Promotoria de Justiça da Ordem Urbanística pelos seus esclarecimentos.

Vamos ouvir o último convidado, Thiago Teixeira de Andrade. Depois, estão escritos eu e o Senador Cristovam.

Thiago.

O SR. THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE – Bom dia. Gostaria, primeiro, de cumprimentar os Senadores Rodrigo e Cristovam e agradecer pelo convite e cumprimentar todos os colegas e entidades aqui presentes.

Ressalto, neste momento, que eu, quando cheguei aqui, de manhã, não tinha noção de que seria um momento da mais alta relevância e, eu diria, um marco histórico na discussão sobre a cidade e, principalmente, nessa questão sobre o PPCUB. Pela primeira vez, todos os entes mais altamente envolvidos e com mais alto grau de participação e conflito estão sentados e se ouvindo mutuamente e não mais dois a dois ou três a três, todos eles expondo e tirando as névoas que pairam sobre o PPCUB.

Eu acho que este momento é realmente histórico, ressaltando, principalmente, a franqueza e a disposição da Presidente do IPHAN, Jurema Machado, que, juntamente com a Vera, fez um bom diálogo acerca das limitações institucionais do IPHAN, assinalando, ao mesmo tempo, como esses pontos perniciosos que restam no PPCUB e que estão na origem da sua concepção, em termos metodológicos, em termos de redação, em termos conceituais, eles afetam, principalmente, a preservação. Eles dão, na verdade, grandes cartas brancas para o Executivo ocupar o solo da maneira que lhe convier, por meio de decretos, por meio de ações bem pontuais, o que não caberia para um plano de preservação de um bem tombado em nível nacional e inscrito no Patrimônio Mundial.

Quanto a essa questão das cartas em branco, a gente sabe que a Lei Orgânica do Distrito Federal determina que várias questões sejam feitas por decreto. Ela tem uma questão formal, mas a ausência de parâmetros em um plano de preservação é que nos leva a crer que esse é mais um vício metodológico e mais uma possibilidade e um oportunismo para que essa questão aflore, anos depois, sem maiores conhecimentos da população, mesmo que ela esteja organizada.

Eu acho que não estaríamos aqui se não houvesse dois pecados originais, que acho que hoje estão bastante claros, para mim, como arquiteto urbanista, que pratica a profissão e aprova projetos nas RAs e se preocupa com a cidade, e também como membro do IAB.

Primeiro de tudo, a gente não estaria aqui se não houvesse um estudo de planejamento independente e com permanência, com longo prazo. Nenhum planejamento urbano – e isso já está bastante claro, já há algumas décadas, no mundo inteiro – pode ficar à mercê do tempo eleitoral.

A Sedhab é um órgão que vem sendo constantemente aviltada, desaparelhada e perdendo força política e de ação e de atuação. A Agefis, como agência de fiscalização, tem também enormes problemas. A gente deve lutar – e o IAB já propugna por isso há muito tempo – por um estudo de planejamento centralizado, com participação dos entes federais que resolvam esse problema da gestão, como a recomendação da Unesco aponta e como a fala da Jurema muito bem pronunciou, que a gente constitua uma nova, digamos, tecnologia de gestão de uma cidade que tem todos esses contornos de cidade tombada, sítio histórico e cidade em pleno desenvolvimento e crescimento, a terceira metrópole nacional do País, com maior fluxo migratório do Censo de 2000, ratificado pelo Censo

de 2010, que apontou o Centro-Oeste e Brasília como polo, como grande atrativo do movimento migratório nacional, tirando o foco de Rio e São Paulo.

Essa questão, que avilta a Sedhab e os órgãos de planejamento urbano do Distrito Federal, não é nova. Ela decorre, principalmente, de uma necessidade fiscal e de arrecadação do Governo do Distrito Federal, que não fecha suas contas, e já há alguns anos delegou à Terracap a função do desenvolvimento urbano e de planejamento, baseado na venda de terrenos nus, em função de complementar seu orçamento.

Isso ficou patente e evidente com a Copa do Mundo. A 901 é mera decorrência disso. A avaliação de 2007/2008 era de que a 901, sozinha, valeria R$800 milhões e o custo da Copa, estimado em R$1,2 bilhão, ou seja, três quartos do orçamento da Copa, estaria pago por uma gleba de terra no centro da cidade.

Então, esse é o pecado original, digamos assim, uma Terracap que, na verdade, desagrada inclusive ao setor imobiliário tradicional da construção civil.

Constantemente, vemos nos jornais e nas manifestações da Ademi e do Sinduscon a Terracap também como vilã. E ela hoje parece só agradar a governadoria e a Casa Civil. A Casa Civil também vem constantemente aviltando a Sedhab na sua capacidade de dar a última palavra em termos de ocupação do solo e planejamento urbano. Tomou para si uma série de atribuições que sempre foram, historicamente, ligadas ao órgão de planejamento e vem inclusive, agora, revisando o Código de Obras por decreto, coisa que ora atende a necessidade, ora atende a problemas com os que não concordamos.

Eu queria ressaltar que o PPCUB ainda tem falhas conceituais e metodológicas. A falha metodológica mais grave foi exposta, na verdade, pela aceitação da proposição do IPHAN, num documento enviado à Câmara Legislativa em agosto. Por quê? Porque mudou-se completamente o entendimento de território baseado nas escalas urbanísticas propostas pela legislação de tombamento proposta por Ítalo Campofiorito e Lúcio Costa, ao longo dos anos 60 até os anos 80. Ela altera, então, a leitura do território, uma setorização, e não altera suas planilhas, que é onde, de fato, reside um instrumento de fiscalização e gestão do solo, em que a administração regional teria capacidade de aplicar e aprovar um projeto baseado nelas.

Além disso, o que já vem sendo falado há pelo menos mais de dois anos, a ausência de uma tabela comparativa impossibilita, inclusive, como a demanda da Presidente Jurema, apontar com precisão onde estão os itens mais perniciosos, e grandes transformações urbanas que são necessárias inclusive do ponto de vista da preservação, porque existe toda uma teoria de preservação baseada na verdade e na questão do uso, da revitalização e da permanência da população no local do bem tombado. Como, por exemplo, as operações urbanas consorciadas previstas para o Setor de Garagens Oficiais e os próprios Setores da Orla, que acreditamos que, sim, são necessários, mas, em se tratando de um plano de preservação, com parâmetros já muito claros estabelecidos, embora os parâmetros sejam gerais, baseados no controle da volumetria, no controle paisagístico, ratificando e reforçando a ideia de cidade parque.

Alguns dos entendimentos conceituais que podem parecer, e me parece, que ganharam um contorno de cumprimento formal das exigências do IPHAN, a questão da releitura e da ressignificação das escalas no projeto de lei de 2012, que foi revisto agora em 2013, não são um mero verniz teórico e conceitual. Eles têm implicações muito graves na possibilidade de transformação do território, afetando a preservação.

Por exemplo, as escalas urbanísticas conforme preconizadas pelo documento do IPHAN enviado à Câmara Legislativa são únicas, espacializadas e com definições bastante claras e precisas. Claro que as escalas urbanísticas não se referem exatamente a uma setorização e a um uso e ocupação do solo. Elas são parâmetros gerais, são parâmetros de leitura do território, que depois ensejariam as áreas de preservação e logo mais os parâmetros das planilhas.

A Sedhab usa um conceito que sabemos de onde advém. Vem inclusive de documentos elaborados ao longo dos anos 80 e 90, alguns até de autoria da Maria Elisa Costa. Inserção de uma escala em outra. Isso pode parecer uma possibilidade razoável de leitura. Sabemos que as escalas não são exatamente uma questão de setorização, mas de desenvolvimento, de uma percepção de leitura em que está envolvida a velocidade do carro, o pedestre e um arranjo formal entre as partes, caracterizadas basicamente como dois eixos, o Eixo Rodoviário e residencial e o Eixo Monumental. Mas existe, por exemplo, um agravo, que considero uma excrescência, na escala bucólica. Inserções do tipo gregária, como o Setor de Múltiplas Atividades Sul. O que isso vem dizer? Com a carência de parâmetros que estabeleçam essas ocupações, a escala bucólica pode ser razoavelmente entendida como uma área de adensamento dentro da escala bucólica.

Por que quero ilustrar isso dizendo que não é mero verniz teórico conceitual? A 901 originalmente foi proposta como área para hotéis e de alto adensamento porque o entendimento da Sedhab naquele momento, tecnicamente baseado na 314, era de que aquela área seria gregária. Logo, baseado na Portaria nº 314 e na lei distrital de tombamento, ela poderia ter

até 65m, gabarito diversificado e uso também, como, por exemplo, hoteleiro. O IPHAN ratificou sua posição de que aquilo não era escala gregária, de que aquilo era escala residencial e de que aquilo deveria seguir os parâmetros. Então, essa confusão de espacialização da escala e de entendimento de uma escala na outra gera graves problemas para o futuro e graves problemas de gestão do solo e de fiscalização.

Quanto ao próprio entendimento da escala bucólica, ela é a escala que, no meu entendimento particular, é a mais mal definida nas legislações de tombamento hoje vigentes. Elas estão ainda no PPCUB igualadas e identificadas com a ideia de áreas livres, tanto não edificantes quanto áreas públicas, ou seja, existiria uma inserção da escala bucólica na escala monumental do Eixo Monumental, que é o que talvez decorra do que a Vera Ramos tenha colocado sobre o uso de parque urbano. Então, não é cada faixa pintada de verde, cada recuo do lote de salvaguarda das águas pluviais, etc., que constituem a escala bucólica. A escala bucólica precisa ser bastante bem conceituada para que a percepção do território seja garantida, assim como a percepção do horizonte, que é uma das coisas que o brasiliense mais preza. Ao mesmo tempo em que está intrinsecamente ligada ao desenho urbano do Lúcio Costa vencedor do concurso, ela é a escala que mais garantiria aquela percepção unívoca e íntegra do plano urbanístico de Lúcio Costa. Ao mesmo tempo, a Sedhab nesse texto coloca claramente que a escala bucólica está concentrada na orla do Lago Paranoá e despreza o envoltório oeste. Esse desprezo do envoltório oeste tem também graves contornos como uma outra impossibilidade legal, no nosso entendimento, que é o PPCUB, que tem uma jurisdição bastante definida, versar e escrever projetos para a área de entorno que são de atribuição da Luos. Aquela gleba, que agora foi retirada, atrás da Rodoferroviária, do pátio ferroviário, que era destinado a um novo centro urbano e até regional, advém também dessa incapacidade de leitura do território como aquela área de descompressão e garantidora do horizonte.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE – Para concluir, eu acho que o grande problema do PPCUB ainda é estrutural, conceitual e metodológico.

Nós fizemos um documento que protocolaremos, no mais tardar até sexta-feira, em todos os gabinetes dos Deputados da Câmara Legislativa, aqui, nesta Casa, também na SEDHAB e na governadoria. É um documento em que constam 108 itens, não são 108 artigos. Em número de artigos, isso dá provavelmente em torno de 130 artigos. São 108 itens que correspondem a mais de 50% do PPCUB, em que nós entendemos e vimos problemas graves, conceituais, com os quais queremos bater de frente com eles.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado ao Dr. Thiago Teixeira por sua contribuição a este debate.

Antes de conceder a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg e ao Senador Cristovam Buarque, Senadores de Brasília, Senadores exemplares, autores do requerimento, eu gostaria de enaltecer a iniciativa pela realização deste debate, que considero construtivo, positivo e muito necessário. Há preocupações que justificam esta reunião no intuito de preservar, o máximo possível, Brasília, que é Patrimônio Cultural da Humanidade. É um assunto que tem de ser discutido com a sociedade, não só com o Poder Legislativo, que, naturalmente, representa a sociedade, mas com a sociedade civil organizada, que não pode deixar de ser ouvida, de ser consultada, de participar, em todos os seus pormenores, dos debates que se travam em torno desse assunto.

E quero dizer ao Senador Rodrigo Rollemberg e ao Senador Cristovam Buarque que esta reunião simboliza a preocupação da sociedade civil organizada. Aqui não estão apenas representantes do Governo do Distrito Federal e da Câmara Distrital, mas representantes dos mais diversos segmentos interessados na discussão do tema. Aqui na Mesa, por exemplo: Vera Ramos, arquiteta e urbanista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; o Dr. Rômulo Andrade – ele está dizendo que é sub, que é um pouquinho menor, mas é grande pela sabedoria e pelo conhecimento que tem dos problemas atinentes a essa questão –, representando aqui o Secretário de Planejamento Urbano da Secretaria de Estado da Habitação, o Dr. Magela, que foi Deputado Federal; a Drª Jurema Machado, Presidente do IPHAN; a Drª Maria Elda Fernandes, Promotora de Justiça; o Dr. Paulo Henrique Paranhos de Paula e Silva, Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil; o Dr. João Gilberto de Carvalho, Vice-Presidente do Sinduscon, que são as empresas construtoras que trabalham em Brasília, no Distrito Federal; o Dr. Thiago Teixeira, que acabou de falar; e o Dr. Benny Schvarsberg – é melhor dizer Dr. Benny Rollemberg –, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

A representação estudantil também está aqui presente, pessoas que estudam Arquitetura e que participam ativamente da discussão sobre as mudanças que podem ocorrer na nossa Brasília, Capital de todos nós e que queremos bem.

Eu cheguei em Brasília em 1995, moro aqui há 18 anos, como Senador da República. Esta é a minha

segunda residência, depois de Aracaju. Eu adoro Brasília. É uma pena que não possa ficar aqui nos fins de semana. Raramente fico, em razão dos meus afazeres em Aracaju. Mas, sempre que posso, eu fico para admirar esta querida cidade que tanto amamos pela sua beleza, pelo seu acolhimento, por tudo que oferece aos seus moradores e visitantes. Brasília é acolhedora. Brasília é representatividade do nosso País. Aqui se encontram não apenas os autóctones, aqueles que nasceram aqui mesmo, originários de Brasília, mas pessoas de todas as regiões, de todos os Estados, desde o Nordeste, que ajudou tanto a construir esta cidade, do Norte, do Sul, do Leste e do Oeste. Brasília é uma cidade cosmopolita, que atende a todos com carinho, apreço e respeito. Por isso estou presidindo a reunião neste momento, para enaltecer a nossa cidade, que cresce, sem dúvida alguma, a olhos vistos, pela sua beleza arquitetônica, admirada pelo mundo inteiro e pelos que diariamente usufruem da sua hospitalidade e beleza.

Portanto, Senador Rodrigo Rollemberg, eu quero conceder a palavra, em primeiro lugar, a V. Exª, que é o primeiro signatário desse requerimento, e parabenizá-lo por essa iniciativa louvável para levar ao conhecimento, através da Rádio Senado e também da TV Senado, os debates que aqui foram feitos e que, certamente, irão repercutir no âmbito do Governo do Distrito Federal, no âmbito da Câmara Distrital e também no meio da sociedade de Brasília e do Brasil.

Para bulir em Brasília é preciso muita discussão. Parabéns.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Quero cumprimentar V. Exª, cumprimentar todos os convidados, todos que nos honram com as suas presenças hoje aqui. V. Exª, de forma muito singela, reflete um pouco o sentimento de muitos que foram acolhidos por Brasília e que percebem nessa cidade uma cidade singular, uma cidade acolhedora, uma cidade generosa e uma cidade que representa uma grande realização do ponto de vista histórico e cultural. Não é por outro motivo que, ainda tão jovem, aos 27 anos, foi reconhecida pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade.

E nós, hoje, estamos aqui. Eu dizia na abertura desta reunião que, coincidentemente, hoje está fazendo um ano da morte de Oscar Niemeyer, que homenageamos e por quem abrimos esta reunião, Senador Cristovam. Depois vou enviar para o seu gabinete, Senador Valadares, e para todos aqueles que tiverem interesse, a gravação de uma fala de Lúcio Costa, feita no Senado Federal, em 1974.

Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar todos que atenderam aos convites, a todas as instituições que atenderam ao nosso convite e que nos honram com suas presenças trazendo uma contribuição muito valiosa para esse debate.

Quero lamentar a ausência do Secretário Geraldo Magela, com todo o respeito ao Rômulo que representa muito bem, do ponto de vista técnico, a Secretaria, mas entendo que esse é um tema tão importante, que era muito importante a presença do Secretário Magela ou do Vice, para sabermos o que os órgãos legítimos desta cidade, o IPHAN, o IAB, a UnB, o Ministério Público, o Sinduscon, oficialmente, pensam, do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília.

Quero, em primeiro lugar, ressaltar que nós devemos todos nos unir, neste momento, para fortalecer o IPHAN. Como foi dito pela Drª Jurema, nesse momento presidindo o IPHAN. O IPHAN é uma instituição fundamental para o Brasil e para o Distrito Federal, e nós temos que ter consciência disso como teve, lá trás, Rodrigo de Melo Franco e outros grandes visionários, porque é uma instituição da maior importância para a preservação da cultura e da história do País e do Distrito Federal.

Eu quero começar dizendo que me impressiona esse PPCUB e, me desculpem a franqueza, é por isso que gostaria de usar de toda essa minha franqueza falando diretamente para o Secretário de Habitação, Geraldo Magela: o PPCUB me impressiona pela fragilidade. Se eu pudesse usar uma palavra para resumir esse que seria um Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília seria a fragilidade. E vou citar algumas questões que são as questões mais relevantes – não sei se as mais importantes –, mas as que mais saltam aos olhos quando se lê o PPCUB.

Fiquei impressionado, já no primeiro momento, quando fui apresentado ao PPCUB.

Lúcio Costa disse, ali na fala inicial que nós ouvimos que uma das maiores agressões que se pode fazer a Brasília é cornubar o conjunto urbanístico tombado e emendar com as diversas cidades. E a primeira coisa que me assustou quando olhei no mapa foi a criação de uma cidade, uma cidade exatamente contínua ao Plano Piloto, no setor complementar militar, no setor complementar ferroviário. Uma cidade com prédios de 27 metros de altura.

E eu fiquei pensando como é que o Governo tem a coragem de propor algo assim sem ter uma discussão profunda com a sociedade, porque eu, que sou Senador da República, não tinha conhecimento disso até esse momento, e vim a ter conhecimento quando

se abriu o mapa do PPCUB e uma cidade contínua ao Plano Piloto.

Pois a possibilidade de privatização total dos espaços públicos, dos equipamentos públicos, de escolas classe, de clubes de unidade de vizinhança, de todos os equipamentos públicos, mostrando uma visão, na minha opinião, tão limitada do que é uma cidade, uma cidade tão nova que deve ser pensada para 50, 100 anos, é como se fosse assim: "Não, está desocupada. Nós precisamos ocupar este espaço", sem ter uma dimensão do que significam esses espaços do ponto de vista da perspectiva de futuro da cidade e da perspectiva, também, de mais adensamento imediato nas atividades do Plano Piloto.

O que eles estão propondo insistentemente para a 901 Norte torna-se uma gravidade maior em função dos rumores que correm na cidade, e correm em todos os ambientes – e aqui todos sabem qual seria a destinação, para quem seria destinada a 901 Norte –, e que o governo insiste, insiste, insiste em querer mudar a sua destinação. A transformação de dez clubes em hotéis, enfim, só para citar alguns exemplos.

Aí há uma mobilização da sociedade civil; aqui no Senado eu o Senador Cristovam fomos veementes na denúncia desse PPCUB, aí o governador se reúne dois dias depois com os deputados distritais presidentes das comissões e diz: "Não, Brasília é uma cidade tombada e aqui tudo tem que ser feito com cuidado, portanto, nós vamos tirar esses pontos do PPCUB." Será que o governador só soube que Brasília é uma cidade tombada naquele dia? Porque isso para mim é uma demonstração tão grande da fragilidade que ninguém nem contestou – não, nós estamos intransigentes –; não, vamos retirar isso. E o resto? Se a fragilidade é tamanha em relação a esses pontos, e as instituições que estão aqui, e todas querem apenas o bem da cidade, e o Sinduscon está dizendo aqui que ofereceu uma série de sugestões e que entende também que deve haver mais debate sobre este Plano, e a UnB, o IAB e todos os que estudaram, e o Instituto Histórico e Geográfico diz que mais da metade dos artigos do PPCUB precisam ser revistos, precisam ser debatidos ou precisam ser modificados; e que a totalidade dos anexos precisa ser revista, minha gente, eu fico impressionado porque o governo anunciou que ia retirar; não retirou formalmente ainda, o projeto ainda está na Câmara Legislativa, e me parece que não é uma questão de pedir para ser emendado; é uma questão que precisa ser revista na sua totalidade.

Porque nós estamos falando, promotora – e eu entrei em algumas questões de mérito –, mas a senhora colocou algumas questões de processo. O Benny aqui, que é um representante da Universidade de Brasília, do setor acadêmico no Conplan, Conselho de Planejamento, diz: olha, é convocada uma reunião do Conplan para uma determinada pauta, um tema dessa importância, pois certamente não há tema mais importante do que esse para o Conplan avaliar, em função das características – não que a Luos não seja tão importante, então, ou sobre alguns aspectos, até mais importantes do que o PPCUB –, mas porque o PPCUB envolve a questão distrital, a questão federal e até a questão internacional. Mas aí, dois dias antes, muda-se a pauta de um tema desse.

Bom, em seguida nós temos a contestação já decidida pela Justiça de que o Conplan, naquele momento em que aprovou, estava com as suas ações suspensas em função da forma de nomeação dos indicados da sociedade civil. E, claramente, pelo depoimento de todos os que estão aqui, está sendo desrespeitada a Recomendação nº 36 da Unesco, da sua visita técnica ao Brasil, que eu vou ler aqui para ficar nos anais desta Comissão.

Principais recomendações finais; nº 36: cancelar o processo de aprovação atual do PPCUB, processo anterior, estabelecer um processo formal de consulta, através de uma comissão constituída pelo GDF/IPHAN, possibilitando a participação ativa por parte da Universidade de Brasília, da associação dos arquitetos de Brasília e organizações pertencentes à comunidade. Os resultados serão submetidos ao Comitê do Patrimônio Mundial para avaliação. Ora, aqui a UnB está dizendo que não foi ouvida, o IAB está dizendo que não foi ouvido, várias entidades e instituições da cidade estão dizendo que não estão sendo ouvidas de forma ativa, que não têm participação ativa. Então, o que justifica, o que legitima, nesse sentido, esse PPCUB?

Quero pedir licença para ler um trecho de uma nota do IPHAN – e eu repito que há a necessidade de fortalecermos o IPHAN como instituição –, mas a nota de esclarecimento do IPHAN, de 22 de novembro, acho que foi no dia ou logo em seguida à nossa visita ao IPHAN, diz, textualmente: "Assim sendo, cabe ao GDF elaborar a proposta do PPCUB e enviá-la ao Legislativo, independentemente da concordância do IPHAN."

Ainda assim, o instituto encaminhou várias sugestões quanto à forma e à organização do texto, bem como ao conteúdo das normas no âmbito da desejável cooperação entre as esferas governamentais.

Olha, eu sinto muito, mas esse não é o entendimento dado pela Lei Orgânica do Distrito Federal, que determina que o IPHAN aprove. Antes de o PPCUB ir para a Câmara Legislativa, o IPHAN, como instituição, tem de, formalmente, Drª Jurema, e me desculpe, esse é o meu entendimento, vou ler a Lei Orgânica, o IPHAN tem de ter a responsabilidade de dizer: eu concordo

com esse PPCUB, e tem de concordar na totalidade, porque o tombamento de Brasília não é um tombamento distrital apenas, é um tombamento federal. Então, o Governo Federal não pode fugir à sua responsabilidade total. Está aqui: quando o legislador fez a Lei Orgânica, ele optou, para condicionar, para vincular o tombamento, a uma questão federal.

Está aqui:

Art. 3º – São objetivos prioritários do Distrito Federal:

.....

XI – zelar pelo conjunto urbanístico de Brasília, tombado sob a inscrição nº 532 do Livro de Tombo Histórico, respeitadas as definições e critérios constantes do Decreto nº 10.829, de 2 de outubro de 1987, Decreto de Tombamento, e da Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992, do então Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN].

Ou seja, a Lei Orgânica do Distrito Federal, pela vontade dos legisladores, resolveu submeter qualquer modificação no conjunto urbanístico de Brasília ao IPHAN. Então, na minha leitura, Promotora, e peço atenção para isso, para mim é absolutamente claro, cristalino, que o IPHAN não tem de dar sugestão ao PPCUB, o IPHAN tem de dizer, na sua totalidade, se concorda ou não, porque a Lei Orgânica dá esses poderes ao IPHAN, e se o IPHAN não usar os seus poderes estará abrindo mão de um poder que lhe foi concedido pela Lei Orgânica do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Nós temos, ainda, outros artigos, como o art. 243, que diz que essa lei resguarda Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade nos termos dos critérios vigentes quando do tombamento do seu conjunto urbanístico, conforme definição da Unesco, em 1987. Ora, quem é que tem condições, qual é a instituição que tem condições de dizer que o PPCUB está de acordo com todas as normas de tombamento? Não existe outra, é o IPHAN. E, se o IPHAN está sem condições de fazê-lo por falta de apoio político, administrativo, enfim, cabe a nós, que temos uma responsabilidade grande como Senadores do Distrito Federal e do Brasil, dotar o IPHAN dessas condições no Plano Nacional e no Plano do Distrito Federal, mas nós não podemos abrir mão disso.

Então, quero dizer que tenho entrado nessa discussão com muita paixão, porque sou apaixonado por Brasília, não nego isso, quem me conhece sabe disso, mas, com muita serenidade. E podem ter certeza absoluta, só com o desejo de contribuir.

Agora, sinceramente, eu não vejo outra alternativa para esse PPCUB do que ser retirado e fazer uma coisa com quem tem... Bota todo mundo na mesa, vamos fazer uma coisa que seja efetivamente: "Ah, precisa atualizar a Portaria nº 314, tem que detalhá-la". Vamos detalhar, mas vamos detalhar dentro de uma perspectiva, minha gente, da preservação do conjunto urbanístico, porque, olha, eu peguei este dado hoje com a Codeplan. Hoje, este dado é de hoje. No Distrito Federal nós temos 1 milhão, 490 mil empregos; 1 milhão e 260 para residentes no DF e 230 mil para ocupados que não residem no DF. No Plano Piloto, na Região Administrativa nº 1, nós temos que 48% dos empregos do Distrito Federal estão concentrados no Plano Piloto.

Será que cabe adensamento? Mais adensamento no Plano Piloto, onde nós estamos vendo os fluxos diários, com problemas graves de mobilidade urbana? Hoje uma cidade foi sitiada, as pessoas fecharam a cidade e impediram ônibus de sair e de entrar na cidade de Braslândia hoje.

Então, não tem sentido. Qualquer movimento no sentido de adensamento urbano do Distrito Federal, do Plano Piloto é equivocado, do ponto de vista estratégico. E o que este PPCUB diz é que, na hora em que você transforma clube em hotel não é adensamento? É claro que é adensamento. Na hora em que propõe que vários lotes possam ser desmembrados e criado um número maior de lotes não é adensamento? É claro que é um adensamento.

Se se permite, se se quer fazer a privatização dos espaços de escola, de equipamentos públicos do plano piloto, é claro que isso é adensamento. Isso vai provocar um adensamento e que vai deteriorar, de forma bastante significativa, talvez trágica, a qualidade de vida do Distrito Federal.

Lúcio Costa disse uma coisa interessante, ele disse que quando estavam fazendo a Praça dos Três Poderes se cometeu um equívoco, que a ideia original dele, romântica, ele usa essa expressão, era deixar o cerrado ali na Praça dos Três Poderes e, quando se viu, as máquinas tinham derrubado o cerrado. E ele diz que, depois que o cerrado é retirado dificilmente ele se recupera. Eu faço essa comparação com Brasília.

Brasília, se for destruída, ela jamais se recuperará. Então nós temos aqui o dever de proteger Brasília. E aí eu quero colocar uma outra preocupação, apenas iniciar uma outra preocupação, que eu acho que também é uma preocupação que eu quero expressar ao IPHAN no sentido de que o IPHAN também se pronuncie sobre ela oficialmente, que é a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal. (*Palmas.*)

E por que o IPHAN tem que se pronunciar?

Porque nós sabemos que várias das intervenções, em determinadas áreas do Distrito Federal, têm

impacto no conjunto urbanístico tombado. E elas vão acontecer também no conjunto urbanístico tombado. Portanto, é fundamental que o IPHAN também se pronuncie sobre elas. E nós temos, repito, a obrigação de dar todas as condições que o IPHAN necessitar para cumprir a sua missão histórica, que é uma missão primordial e da maior importância.

Portanto eu quero, Rômulo, que você – e eu gostaria de fazer esse apelo diretamente ao Secretário Magela –, mas quero que você leve ele ao Governador. Esse PPCUB tem que ser retirado, e todo mundo que está aqui, acho que ninguém tem dúvida disso, todos que estão aqui querem contribuir com a cidade e têm muito a contribuir com a cidade no sentido de fazer um plano efetivamente de preservação do conjunto urbanístico.

Em relação à Luos, todos aqui sabem que a cidade tem que fazer diversas adaptações, a cidade tem que pensar a forma de expansão urbana, isso é absolutamente normal e positivo numa cidade viva. Mas isso também não pode ser feito dessa forma.

Se essa Luos for aprovada até o dia 15 de dezembro, até o recesso, isso vai ser a maior agressão ao Distrito Federal. Sabe por quê? Porque a população do DF não sabe o que é a Luos, não sabe! Vão aprovar uma legislação sem que 99%, talvez os Deputados Distritais na sua maioria não saibam o que é a Luos e possam até estar influenciados por um interesse localizado aqui ou ali, mas tal o grau de complexidade da Luos. E eu aqui quero registrar: a responsabilidade também do IPHAN de emitir um parecer sobre a Luos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Muito bem. Senador Rodrigo Rollemberg não é à toa que V. Exª foi eleito Senador de Brasília. Conhecedor profundo desta cidade que V. Exª tanto ama, que demonstra nas suas palavras o seu cuidado para que Brasília não seja desvirtuada, cidade para a qual criada pelos nossos antepassados, do século passado, é verdade, mas em um tempo não muito longínquo, sob a coordenação política, idealista e corajosa daquele Presidente que será sempre eterno para os brasileiros, Juscelino Kubitscheck.

O próximo orador é outro grande Senador de Brasília, Governador emérito desta Cidade, que a tratou com tanto carinho quando se revelou um dos maiores gestores do Brasil. E como Senador da República é orgulho de todos nós.

Com a palavra o Professor, ex-Governador e Senador de Brasília, Cristovam Buarque, Senador de todos os brasileiros também, porque V. Exª nos honra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Senador.

Eu agradeço e quero dizer que tratei com carinho e com rigor quando foi preciso.

Uma coisa que eu estranho é que, na verdade, deveriam ser as mesmas forças do Governo hoje que foram do tempo em que eu fui Governador, apesar da composição para direita que foi preciso ser feita. E nós usamos tanta força para tentar e fracassarmos, tentar impedir a conurbação que se faz com a cidade estrutural. Foi preciso usar tanta força, ter um custo de político tão alto para tentar dizer que, entre o Plano Piloto e Taguatinga, a gente teria uma área livre no máximo com um setor industrial, que não compromete da mesma maneira se tomarmos os cuidados ecológicos. Urbanisticamente não ocupa, não adensa porque é uma população momentânea durante o dia.

E de repente a sensação que eu tenho é de que Brasília está à venda. Essa é a sensação que a gente tem com o PPCUB. Estamos vendendo! E estamos vendendo e sacrificando tudo que for preciso desde que entre mais dinheiro no caixa do Governo. E o pior é que sem sabermos direito para onde vai esse dinheiro, ou, às vezes, sabendo para onde vai esse dinheiro, que não é de acordo com os interesses maiores da cidade, sobretudo a longo prazo. Basta ver o que está acontecendo com a Terracap para sabermos o que está acontecendo.

Nós estamos aqui para tentarmos impedir que Brasília seja vendida. Que Brasília não esteja à venda.

O discurso do Senador Rodrigo, para mim, eu poderia assinar embaixo e dizer: não tenho mais nada que falar. Mas eu tenho três perguntas concernentes ao Rômulo.

Primeira. Qual a justificativa do GDF para aprovar o Projeto de Lei, o PPCUB, de maneira tão apressada? Qual é a lógica? O que está em causa? É salvar vidas? É colocar crianças na escola? O que está por traz de fazer com que os técnicos do IAB, que apontaram a necessidade de revisão ou suspensão de mais de 200 artigos do PPCUB, não estejam sendo ouvidos. Os técnicos do IAB.

A segunda pergunta é que recentemente o GDF, eu falo o Secretário Magela e o Governador Agnelo, anunciaram a retirada de quatro pontos polêmicos do texto do PPCUB. Eu gostaria de saber de que forma isso está sendo realizado. Está sendo realizado por emenda supressiva ou o texto foi enviado novamente à Secretaria para mudanças antes de reenviar à Câmara Legislativa?

E finalmente gostaria de fazer uma pergunta a Drª Jurema: qual é a posição do IPHAN quanto às alterações propostas pela sociedade civil organizada e apresentada pela Drª Vera Ramos, representando o

IAB? Qual é a posição do IPHAN em relação ao que o IAB vem propondo?

Essas são as três perguntas, porque o discurso que eu gostaria de fazer aqui o Senador Rodrigo Rollemberg fez com tudo o que eu gostaria de dizer, de uma maneira muito mais enfática e certamente até mais apaixonada do que eu teria feito. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra a Presidente do IPHAN, Drª Jurema Machado.

A SRª JUREMA MACHADO – Perdão, há duas questões dirigidas ao GDF. Não sei se a ordem, do ponto de vista didático, seria essa.

Eu queria um esclarecimento.

Há outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Nós queríamos ouvi-la.

A SRª JUREMA MACHADO – Pois não.

Há outra questão do Senador Rodrigo Rollemberg. Eu gostaria de saber se, do ponto de vista da regra do funcionamento da Mesa, eu comento essas...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Tudo.

A SRª JUREMA MACHADO – Ótimo.

Bom, Senador, então para eu não perder a ordem, vou chegar aos pontos da Vera, inclusive lhe agradeço porque acho que, exatamente, eles nos ajudam a esclarecer uma série de coisas.

Antes de qualquer coisa, eu queria louvar a qualidade do debate e das contribuições que estamos tendo aqui e que nem sempre tivemos nos debates anteriores, com um grau de precisão, que é o que vimos pedindo durante todo esse tempo.

O maior ganho para o IPHAN nesse momento de discussão é o reconhecimento de vários atores aqui, ou seja, de todos os debatedores da necessidade da existência do instrumento. Isso não era pacífico. Acabo de constatar isso aqui.

O Thiago fez uma afirmação, de que eu não tinha conhecimento, mas que é interessantíssima, de que uma pirotecnia em relação à interpretação da 314 fundamentava a existência da 901. Não estou dizendo que isso não pudesse ser derrubado no primeiro debate, mas o grau de liberdade, vamos dizer, de licença poética, que se pode ter em relação aos instrumentos vigentes permite esse tipo de coisas.

Então, isso para mim é um enorme ganho e demonstra que o IPHAN estava exatamente no caminho correto ao tentar, primeiro, interferir na norma local – aí vou comentar o que o Senador disse – e atualizar a 314. Não adianta querer reger essa cidade, do ponto de vista da preservação, com os instrumentos que temos.

Vou passar à resposta do Senador Cristovam com relação à posição da Vera Ramos.

Bom, a questão de pressa e pressão política. Não é o caso do IPHAN. Nós temos convicção de que queremos urgentemente um instrumento. Nós queremos meios para trabalhar com precisão, com rigor, não fazer de cada análise e aprovação de projeto uma sessão nem, por vezes, evocando o que Lúcio Costa teria dito em determinado momento, que quem pensava assim, que a NGB tal diz assado etc. Nós temos uma situação e aí, Senador, é um exemplo – posso me estender aqui no tempo – concreto. Recentemente, a Superintendência do IPHAN fez um embargo de um prédio que estava sendo construído na Asa Sul e que ressaltava muito em relação ao contexto ta quadra, porque ele era maior, e visivelmente aqueles projetos...

Os projetos das projeções nas superquadras, quando obedecem à regra conhecida, eles não passam regularmente, anteriormente pelo IPHAN – essa é a praxe, que não acho adequada, não acho desejável, mas é o que tem acontecido – e passa quando há essas excepcionalidades, essas dúvidas, etc. Esse projeto não passou. Ele saltava aos olhos. Ele era visto da minha janela, quando a gente verificava a dimensão do edifício.

A Superintendência fez um embargo e constatou que esse prédio obedecia às regras do Código de Obras, numa legislação específica vigente a partir de 1998, quando ele permitiu maior largura do edifício, maior altura, porque, pelo fato de não limitar o pé-direito, mas apenas o número de pavimentos. Como o prédio era na Asa Sul, num contexto de um conjunto de prédios mais antigos, ele saltou aos olhos porque ele obedecia a uma normativa posterior. Comparativamente com os demais, ele era maior, claro. Quando o proprietário do edifício disse: "Bom, mas há vinte anos se constrói assim" – de 1998 para cá são quase vinte anos – "e toda a Asa Norte está construída assim". Então, esse tipo de situação, que eu digo que hoje o IPHAN está amarrado, do ponto de vista da fiscalização, ele precisa retornar.

Por quê? A 314, em algum momento, tem um artigo que incorpora essas NGB (Normas de Edificação, Uso e Gabarito), que não se chamavam NGB à época. Mas ela incorpora, admite as pequenas normativas que vinham sendo feitas. Então, a própria 314 carrega consigo – o Thiago me corrige, ele sabe disso melhor que eu – um monte de penduricalhos, porque ela diz que aceita aquilo que estava vigendo antes. Então, nós temos uma parafernália.

Não sei se o senhor teve oportunidade de ouvir a minha exposição, depois posso lhe dar alguma coisa por escrito, que é nesse sentido. Quer dizer, nós temos hoje, desesperadamente, a necessidade de ter uma regra clara para o Distrito Federal que conjugue com a nossa normativa. Então, não é pressão política, não. É convicção, mesmo, viu, Senador. O senhor pode ter certeza disso. Aliás, o embate nosso com o GDF é permanente, independente de qual coloração política tiver o governo local. E por questões outras, não especificamente essas aqui, muito problemáticas para nós.

Então, voltando à pergunta do Senador, comentários da Vera. No início da minha exposição, eu falei concordando com ela e com o que diz o Thiago, que inclusive foi nosso consultor nessa análise da proposta do GDF. Com relação à forma de textos e tabelas, a questão metodológica, a Vera aponta mais o dedo na questão de forma do texto e tabelas, o Thiago fala da questão metodológica.

O IPHAN sempre chamou atenção para a questão metodológica há muito tempo. Quando cheguei, eu já encontrei essa crítica e pedi especialmente ao Andrei, que é o diretor da área: Precisamos mais do que isso, porque, na questão metodológica, se a gente fizer uma crítica genérica, o GDF não saberá transformar essa crítica genérica em algo concreto, artigo por artigo. Então, queremos a avaliação bem mais precisa, bem mais exata do que isso. Então, forma de texto, questão metodológica e tabelas, a equipe nossa do IPHAN se ressente disso também, e também fez essas críticas ao GDF.

A questão de temas não definidos, essas tais questões que foram retiradas. Foi anunciado pela imprensa e depois o texto substitutivo disso não foi apresentado. Eu mencionei isso também na minha fala – queremos ver o texto, não conhecemos o texto.

A questão da gestão. São os temas que a Vera comentou. Eu afirmei, também, no meu texto, que existia uma pré-proposta, vamos dizer assim, no documento elaborado, porque nos tinha sido pedido para afinar, refinar, complementar essa proposta. Fizemos isso, mas não tivemos oportunidade de voltar ao GDF, porque essa discussão não houve, foi dez dias atrás, mais ou menos, e não houve nenhuma reunião posterior àquela do dia em que o Senador Rollemberg esteve conosco.

Com relação à questão mais, vamos dizer, de mérito mesmo, a criação de lotes, há uma série de criações de lotes apontadas pela Vera. Nesses casos, eu pedi encarecidamente à nossa equipe que apontasse a criação de lotes desnecessários, ou desmembramentos para módulos de dimensões de lotes que são inadequadas. Eu pedi encarecidamente à equipe nossa do IPHAN, com seus consultores, que apontasse os problemas relativos à criação de lotes. Eu tenho uma lista disso. Infelizmente, eu não a trouxe.

Muitos deles são... Por exemplo, há criação de lotes no Setor de Embaixadas para embaixadas. O Setor de Embaixadas é semivazio, quer dizer, tem grandes áreas vazias, e várias embaixadas estão no Lago Sul. Há uma série de criações de lotes com destinações específicas para questões de serviços de Caesb, CEB, coisas parecidas.

Quando a Vera menciona isso, provavelmente se deve – e aí ela tem razão, e coincide com a crítica do IPHAN – a alguma imprecisão de tabelas e textos que possa sugerir lotes em lugar onde não deveria haver lote. Mas eu pedi para avaliar pontualmente que lotes eram esses. Então, eu considero que não é relevante, para nós, ouvir como um alerta, mas não é correta uma mancha de que exista criação de lotes de forma generalizada em toda aquela extensão do mapa.

Com relação à flexibilização de uso, também, no final da minha fala, eu disse que, qualquer que seja a proposta final, haverá debate, porque não haverá unanimidade. Flexibilização de uso – o IPHAN é favorável à presença maior de uso residencial em quaisquer áreas. A própria Vera menciona isso, que o Lúcio Costa nunca foi ortodoxo com relação a usos estritos e exclusivos nos diversos setores. E a flexibilização de uso para a introdução do uso residencial – especialmente para a introdução do uso residencial, no meu entendimento – é desejável para a cidade; enfim, no entendimento do IPHAN.

Brasília passa hoje por um excesso de atividade econômica *versus* perda de população ou crescimento desproporcional de moradias na sua área central, ou seja, no seu centro histórico. Isso é uma doença da cidade, de todas as cidades brasileiras que perdem população residente na sua área central, *vis a vis* o excesso de atividade econômica.

Então, uso residencial, para nós, é desejável em qualquer lugar que ele possa estar. Não entendo que isso contradiga, vamos dizer, princípios gerais...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Mesmo na Orla do Lago é essa a visão do IPHAN?

A SRª JUREMA MACHADO – Não. Quem está perguntando?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Eu.

A SRª JUREMA MACHADO – Perdão, Senador. Não. A questão da Orla do Lago não é uso residencial. O uso residencial na Orla do Lago é indesejável, uma vez que ele implica, vamos dizer, o fechamento, a limitação do acesso à água.

Então, das propostas que o IPHAN fez para a retirada do GDF, naquilo que estava aprovado no Projeto Orla como hotel, o IPHAN aprovou o Projeto Orla em um determinado momento, há muito tempo atrás e eu não sei exatamente a data. O IPHAN estava concordando, vamos dizer, em manter essa aprovação para o Projeto Orla tal como ele era, porque o Projeto Orla tinha um equilíbrio entre vazios e cheios, etc., de jeito que – inclusive, com relação à implantação dos edifícios – o acesso à água estava garantido.

É indesejável o uso residencial na Orla, não pelo uso residencial, porque ele é benéfico em qualquer lugar. Ande no centro do Rio de Janeiro à noite; ande naquele Setor Hoteleiro Sul, em qualquer momento fora do horário de expediente: é ver o quão é indesejável as áreas de uso exclusivo. Na Orla do Lago é exceção. E há esse segundo impacto, que é o impacto da privatização ou da restrição ao acesso.

Com relação às questões de adensamento, há algumas proposições que o GDF faz e das quais o IPHAN não discorda, que implicam acréscimos de altura, às vezes de um pavimento ou de dois metros ou coisa que não chega a um pavimento.

Eu não me lembro exatamente – eu passei essa lista e, se for possível, pela regra do debate, o Andrei e o Galvão complementam –, mas era Setor Gráfico, se não me engano, onde havia essa tolerância de dois metros a mais de altura de edifício que pode implicar um pavimento a mais. Era o Setor Gráfico e as próprias 900, que hoje têm edifícios de cinco pavimentos. O edifício onde está instalado o IPHAN tem cinco pavimentos, nas 900. Se você compará-lo com a norma vigente, ele tem um pavimento a mais. Por que isso acontece? Eu não sei dizer. Não sei se alguém aprova, porque tem um entendimento ou se existe alguma regrinha que diz que pode ou se nós estávamos simplesmente acatando uma NGB vigente.

Então, vamos dizer, para ser mais sintética, em relação às proposições da Vera, eu acho que é parte delas. Eu acho que existem três categorias ali: com parte delas, o IPHAN concorda com as alterações; com parte delas, pode ter havido uma incompreensão do texto, em razão daquele vício primeiro, que é um texto impreciso; e com parte delas...

Eu acho que é isto: ou há uma não compreensão do texto ou com parte o IPHAN concorda. E eventualmente podemos ter, em razão dessa complexidade entre tabelas e textos, comido alguma mosca; não termos compreendido totalmente.

É extremamente valioso para nós – para o IPHAN e acredito que para o GDF – escrutinar aquele ponto a ponto, usar aquele roteiro. E é disso que precisamos; mais do que de discurso, é disto que precisamos: de pessoas apontando as coisas textualmente.

Eu repito: o grande mérito deste debate, para mim, é poder colocar contribuições na mesa. E a primeira delas é a de princípio, que é a necessidade da norma.

Com relação à questão que o Senador coloca de a Lei Orgânica do DF prever que o IPHAN tem de aprovar os instrumentos existentes, nós tínhamos conhecimento da Lei Orgânica, de um artigo que fala que são objetivos do GDF zelar pelo conjunto urbanístico de Brasília, respeitadas as definições da lei distrital tal – a dez mil e tal –, de 1987, e da Portaria 314 do IPHAN.

A Portaria 314 do IPHAN é uma decorrência direta do processo de tombamento. Ela é um detalhamento do processo de tombamento de Brasília, inclusive muito melhor do que a grande maioria dos processos de tombamento que não chegam a esse nível. Agora, isso não impede que nós possamos fazer complementações, etc., ou seja, quando ele se refere à Portaria 314, que, do ponto de vista legal, é um instrumento, vamos dizer, inferior – essa portaria é um instrumento administrativo interno do IPHAN –, se houver uma 314 com uma complementação de detalhamento, ele está remetido a ela.

Agora, do ponto de vista de que nós temos que autorizar, como o senhor disse, citando um dos artigos da Lei Orgânica, os projetos de lei que o GDF fizer, de fato, o Legislativo Distrital está abrindo mão dessa prerrogativa que genericamente seria dele comparativamente a toda a legislação brasileira, o que não implica, necessariamente, criar uma obrigação para o IPHAN. Eu acho que essa é uma discussão jurídica formal que não me sinto totalmente confortável para fazer.

O que eu entendo é o seguinte: se é essa a diretriz... Eu estava me atendo à questão do primeiro artigo: é objetivo zelar pelos valores do conjunto urbanístico de Brasília; respeitadas as definições da Portaria 314 do IPHAN. Eu acredito que nós temos que caminhar para que o GDF obedeça a esse preceito. Agora, no sentido de que o IPHAN tem que aprovar o conjunto das alterações, o que nós vínhamos fazendo até agora em um ambiente de rejeição e de crítica era trabalhar para que o instrumento fosse aquele que nós queremos, que o IPHAN deseja, que o IPHAN pretende que seja. Se escaparem...

Há aí uma complexidade. Confesso a minha absoluta perplexidade com relação a isso – a Procuradora está aqui do lado e pode ajudar nesse sentido –, porque, em sendo assim, por que uma lei como o PPCUB passaria por uma votação no Legislativo Distrital? Então, fica meio invalidado. Quer dizer, é a mesma coisa de não existir, porque o IPHAN deveria ter feito um projeto de lei e submetido à Câmara Distrital.

É complexo isso daí. Eu realmente não... É como se nós tivéssemos que fazer no gabinete o projeto de lei e entregá-lo ao Legislativo para votar. É meio confuso isso. Sinceramente, não...

E só mais um aspecto, Senador, sobre isso. Existem pontos no PPCUB que são de atribuição local, independentemente de portaria do IPHAN ou qualquer outra coisa.

Em aspectos relacionados ao uso do solo, em aspectos relacionados à questão da propriedade da terra, não nos cabe dizer se é possível ou não vender isso ou aquilo. Então, pode haver nesse instrumento distrital temas que não são da competência do IPHAN.

Agora, se o projeto fosse esse, o mais adequado seria pedir ao IPHAN que produzisse alguma coisa e nos entregasse. Isso não passaria nem por votação. Realmente há uma certa complexidade nisso aí.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Eu quero, Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Pois não.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – ... agradecendo à Drª Jurema, esclarecer o seguinte: não estou dizendo que não cabe a responsabilidade ao GDF de apresentar uma proposta de PPCUB nem à Câmara Legislativa de aprovar essa proposta. Mas, entre a apresentação pelo GDF e a aprovação pela Câmara Legislativa, pelo que reza a Lei Orgânica do Distrito Federal, necessariamente o IPHAN tem que se pronunciar, porque, caso se submeta qualquer alteração ao decreto de tombamento e à Portaria 314, só há uma instituição capaz de dizer se aquele projeto está de acordo com a Portaria 314. Essa instituição é o IPHAN. Isso não impede também o IPHAN de dar contribuições pontuais, mas também não tira a responsabilidade do IPHAN de analisar o projeto como um todo e dizer: “Eu concordo” ou “Eu não concordo.” E, se o GDF insistir em enviar para a Câmara, sem a concordância do IPHAN, isso obrigará necessariamente o IPHAN e dará elementos ao Ministério Público para ajuizar uma ação contra o GDF porque ele estará desrespeitando a Lei Orgânica do Distrito Federal. Então, é muito claro para mim qual a responsabilidade de cada ente. Cabe ao GDF, sim, formular, mas cabe ao IPHAN dizer “estou de acordo”, porque respeita o decreto de tombamento e respeita a Portaria nº 314.

A SRª JUREMA MACHADO – Senador, o que eu queria dizer é exatamente isso que vínhamos tentando fazer. O IPHAN apresentou à Câmara Legislativa do Distrito Federal um documento, já faz dois meses, com todos os artigos criticados, um a um, e com uma proposta ao lado. É uma tabela muito objetiva como a proposta ao lado de como entendemos que deveria ser. Ao fazer esse encaminhamento, naquele momento, tínhamos pouca interlocução com o GDF, encaminhamos diretamente para os Parlamentares, para os Deputados Distritais esses documentos com todos os pontos. Esse documento não corresponde exatamente à crítica que seria feita hoje, porque, desde então, alguma alteração foi feita, e mencionamos, ao final do nosso encaminhamento, que estávamos trabalhando na atualização e complementação da 314 para termos um instrumento que, na verdade, funcionou como um recado de que se não tivéssemos um instrumento compatível no nível local, teríamos um outros e estava gerado um conflito que é o que acontece frequentemente hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Passemos, então, a palavra à Drª Vera Ramos e, em seguida, ao Dr. Rômulo Andrade.

Gostaríamos que fizéssemos uma síntese nas respostas, uma vez que já estamos bem adiantados na hora. Que as respostas sejam sintéticas.

A SRª VERA RAMOS – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Era só isso. Realmente, eu fiquei toda esta manhã indo de uma comissão para outra e tenho muito interesse nas perguntas que eu fiz, mas eu tenho outro compromisso agora e, às 2, tenho que estar ali na sessão para conseguir falar. Então estou preocupado.

A SRª VERA RAMOS – Eu vou esclarecer em um minuto.

O trabalho que eu fiz, essa análise, para quem não estava presente, foi feita de forma muito detalhada há um ano. Essa análise foi encaminhada ao IPHAN apontando esses pontos há um ano, encaminhado com um anexo de um ofício do IPHAN à Câmara Legislativa, o Governo do Distrito Federal, etc., e este ano eu tenho produzido vários documentos e tenho entregado, também, a todos os órgãos, aos Parlamentares, com essas informações que eu trago.

No momento em que eu quero esclarecer para a Drª Jurema o seguinte, a questão das manchas representadas no mapa retratam exatamente o que está escrito na lei. O Rômulo já me disse em outra audiência pública, com relação ao setor de embaixadas, nós pretendíamos criar alguns lotes. Isso tinha que ficar especificado na lei, se são três lotes, se são quatro, se são dez.

O que está escrito na lei é permissão de novos parcelamentos em 18 setores, como eu mostrei ali

em área pública. Não especifica se um, dois ou três. Por isso que a mancha foi colocada, até no sentido de alertar porque até então, o GDF nunca tinha produzido mapa para mostrar para a sociedade isso que eu mostrei no mapa que elaborei.

As áreas institucionais que a Drª Jurema citou, eu mostrei também aqui, são cerca de oito, que estão especificadas no PPCUB; o restante, os outros 35 setores, incluindo Cruzeiro e Candangolândia, cujo desmembramento é permitido, também não está dizendo que poderá ser desmembrado esse ou aquele lote. Está-se falando do setor como um todo. Então essa é uma grande falha da lei. Se a intenção do legislador não foi essa, que seja expressa na lei.

Esse mapa foi feito para, exatamente, mostrar o que a lei está propondo. Se não é isso, ela tem que ser corrigida. Como esses pontos em que foi proposto a retirada – e várias pessoas já citaram aqui e eu me esqueci de mencionar na minha fala –, o tal do setor novo, núcleo urbano, atrás da rodoferroviária, encostando na Estrutural e no Parque Nacional, foi uma promessa de retirada, também, do Governo. Depois, o Rômulo vai explicar como está andando isso.

O que eu quero dizer é que não basta tirar do PPCUB. Ela está no art. 2º e no art. 19 da Luos. Então, se ela for tirada do PPCUB, tem que ser retirada da Luos também porque a permissão do novo núcleo urbano continua.

Basicamente eu quero dizer que aquelas intervenções do PPCUB mostram que só não estão manchados ali naquele mapa o cemitério, a UnB, o Parque da Cidade, ou seja, essas grandes áreas que não estão com manchas, porque na lei está escrito isso, nas tabelas, aliás. A lei dá a brecha para a tabela definir os desmembramentos. E a tabela então coloca generalizado: parcelamento no setor tal, novos parcelamentos permitidos. Então, esse é um grande erro que tem que ser corrigido, se a intenção não foi essa.

Era isso o que eu queria esclarecer.

O SR. RÔMULO ANDRADE – Boa tarde. Cabe a mim muito esclarecimento aqui. Então, vou começar por um que eu acho que é o mais importante.

A gente vem conversando sobre isto. O fato mais importante dentro do plano de preservação é o sistema de gestão desse processo, porque o que ocasionou muitos dos grandes debates, dos grandes problemas urbanos que nós temos hoje, no Distrito Federal, principalmente na área tombada, é uma gestão complexa que se dá tanto no nível local, quanto no nível federal.

A própria Jurema contou um exemplo típico de um edifício que foi aprovado de um jeito, e, teoricamente, o IPHAN se surpreendeu ao saber que ele pode ser aprovado daquele jeito tendo em vista as normas locais.

Esse fator talvez – aí respondendo ao Senador Cristovam Buarque – seja um dos maiores motivos de parte da nossa pressa. Essa necessidade de você criar um instrumento melhor de gestão e um instrumento melhor que trate do uso e da ocupação do solo dentro da área tombada é necessária.

Vou dar exemplos aqui para mostrar que a gente está tentando – e é a busca de todo o processo – fazer essa associação. Por exemplo, a gente sabe que hoje há uma dificuldade imensa, por exemplo, de se fazer licenciamento, por incrível que pareça, de banco no Setor Comercial Sul. É impensável você pensar um setor comercial sem banco. O que é que acontece? Lá os bancos e as grandes instituições financeiras acontecem com alvará precário, só para ter uma ideia da concepção em que a gente está amarrado e a necessidade que nós temos – aí, por conta disso, a parte da pressa, que é uma pressa de gestão, administrativa – de levar a uma regularização de uma série de coisas que há nesta cidade.

A gente está falando de dezenas de milhares de situações tanto de uso comercial, quanto institucional, e aí vai à frente. Então, a pressa é uma pressa administrativa. E não só isso. A gente tem uma previsão legal do prazo para fazer a execução do PPCUB. A gente estabeleceu, dentro do processo, quando aprovamos o PDOT, prazos específicos para a gente terminar a lei. Então, a gente está espremido também porque nós estabelecemos legalmente prazos a serem cumpridos. Nós também temos administrativamente, em termos de responsabilidade fiscal, uma série de cumprimentos de nós estamos correndo atrás.

Então, estou falando aqui como gestor administrativo de parte do processo, a maior pressa, a maior necessidade que eu tenho é que hoje, para eu trabalhar com os meus poucos técnicos, por exemplo, que tenho na Diretoria de Preservação, não consigo dar conta da quantidade de coisas que eu tenho que fazer para justificar algumas ações do Governo e, às vezes, até da iniciativa privada, que são pertinentes. São legítimas as preocupações, outras não, tanto é que há pareceres contrários, efetivamente mais pareceres contrários do que pareceres positivos. Mas é uma necessidade de eu, no ambiente de planejamento, sair dessa esfera complexa, que é, simplesmente, eu estar tentando de alguma forma gerir uma situação entre a regularização e a sensatez do planejamento.

A pressa tem esse sentido maior e um compromisso feito porque o Senador, ao ler aqui o parecer da recomendação, ele estava lendo o parecer da recomendação dos consultores. O parecer aprovado em São Petersburgo, final, exige que demos ações efetivas ao Plano de Preservação. O Governo brasileiro se res-

ponsabilizou em fechar esse plano de preservação ou os andamentos dele até fevereiro deste ano de 2014. É um dos motivos pelos quais também temos – vamos dizer assim – vários outros compromissos que motivam que nós, por um motivo administrativo e governamental, coloquemos o PPCUB com essa pressa. Obviamente, sabemos que um tema como esse é extremamente polêmico, e não o superamos, por mais debate que tenhamos feito e mais respostas que tenhamos feito através de documentos etc. Não superamos todas as perguntas, mesmo porque – é o que eu sempre costumo dizer, embora as pessoas falem que não – até dentro do âmbito da preservação eu estou fazendo mediação de conflitos. Eu tenho uma quantidade bastante considerável de interesses e conflitos, onde eu estou mediando até no próprio processo do Plano de Preservação, o que nos motiva a perceber que temos que ter essa cautela.

É óbvio que em momentos específicos... temos falado isso nos últimos meses, e temos tido a oportunidade de debater. Antes de debater, inclusive, com o IPHAN, debatemos com a Câmara Legislativa sobre a proposta que o IPHAN encaminhou à Câmara Legislativa. A partir daquilo, conseguimos evoluir em um novo formato. Foi o formato que, enfim, acabou indo ao Conplan e acabou indo à Câmara Legislativa, mas sabemos que ainda há uma série de coisas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RÔMULO ANDRADE – ... a serem ajustadas e encaminhadas, tanto é que as conversas com o IPHAN têm ocorrido nos últimos dois meses com bastante frequência. Fizemos uma rodada de quase seis reuniões, se eu não me engano, tentando chegar exatamente a esses ajustes, a essas pertinências, entre o que nós imaginamos e o que o IPHAN imagina como pertinente. Então, temos tentado, estamos buscando. A Secretaria tem buscado fazer essa compatibilização o mais próximo possível, chegando aos pontos de máximo consenso. É como diz a própria Jurema: existem situações a que o conflito é inerente, porque aí estamos trabalhando em uma esfera que – sempre costumamos falar – é da questão administrativa de alguns pontos. O decorrer dos anos nos ensinou alguns tipos de procedimentos e de atos, que são o que acabamos carregando para dentro do plano de preservação. Então, essa é uma coisa que eu acho importante estar bem claro.

E eu queria falar um pouco dessa questão do adensamento, porque eu acho importantíssimo entender alguns fatores. Eu sou adepto...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Eu só vou pedir para você ser objetivo, porque eu estou com uma dificuldade de tempo.

O SR. RÔMULO ANDRADE – Desculpe. Está bem. Eu vou falar porque o adensamento foi uma coisa muito bem citada aqui, e eu queria não perder a oportunidade de falar.

Como bem falado pela Jurema, hoje nós enfrentamos uma coisa que é absolutamente igual a várias cidades brasileiras: estamos perdendo população nas áreas centrais. A responsabilidade do Poder Público e a responsabilidade de um planejador é verificar, se isso está acontecendo, quais são os nossos atos para não deixar essa infraestrutura colocada... Vamos ser francos: a infraestrutura colocada em Brasília é bancada por todo o País. Foi assim que Brasília foi feita. Ela não pode deixar de ser bem utilizada. Então, temos perdido população e, por conta disso, temos, sim, pensado em locais específicos onde estamos estabelecendo a possibilidade de uso misto, sim. Ao longo das quadras 900, pensamos sim em uso misto, exatamente para trazer para dentro da cidade uma coisa para a qual ela já havia sido planejada.

Veja bem: quando estou falando isso, estou fazendo uma compensação. Eu tinha perdido população, e estou conseguindo, estou buscando garantir volta de um tipo de população, inclusive de renda menor, porque sabemos que esses apartamentos são de características muito distintas, e trazer para dentro do Plano Piloto aquilo com o que mais nos preocupamos, que é trazer população para dentro dele de forma controlada, mesmo porque, trazendo mais população aqui, de forma ordenada e controlada, você diminui a questão do tráfico de veículos, que é um dos grandes problemas que estamos começando a enfrentar. Então, a preocupação e a pertinência da proposta têm a ver com isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RÔMULO ANDRADE – Outra coisa muito importante – eu já tinha conversado isso com a Vera – é que há, sim, situações específicas onde estamos prevendo o parcelamento. Vou dar o exemplo aqui das quadras 600 e 900, onde há uma necessidade premente – já demonstrada tanto pela Caesb quanto pela CEB – de ampliação de alguns dos seus lotes, exatamente para criar um sistema de subestação e de energia melhor. Então, assim as preocupações são essas.

Eu concordo que temos que melhorar bastante esse texto para que ele não provoque as polêmicas que provoca, porque, realmente, temos nos deparado... Também quando voltamos a ler um texto, é normal de quem é o autor de um texto, depois de algumas críticas, olhar para ele com outros olhos e com outro carinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Muito obrigado, Rômulo.

Passo, para suas considerações finais, à Drª Maria Elda.

A SRª MARIA ELDA FERNANDES MELO – Eu gostaria de fazer um comentário sobre a possibilidade de intervenção, a necessidade de intervenção do IPHAN no processo de contribuição ao estudo do PPCUB. O Ministério Público entende que é necessário, que há exigência legal. Inclusive, nas duas ações que nós ajuizamos, um dos fundamentos era justamente a ausência de manifestação e anuência do IPHAN.

Como o Senador falou, nós entendemos que um ator, o Governo, não exclui a ação do IPHAN. São autores trabalhando ao mesmo tempo, cada um dentro da sua esfera de atribuição. Então, nesse particular, é esse o posicionamento do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB - DF) – Gente, muito obrigado.

Eu sei que muita gente veio nos prestigiar hoje e gostaria de fazer perguntas. Também gostaríamos de ouvir, mas, em função do adiantado da hora...

Esse assunto não se esgota. Nós esperamos continuar e esperamos que tenhamos contribuído para aproximar todas as instituições aqui, o Governo do Distrito Federal, o IAB, UnB, IPHAN, para que, efetivamente, nós possamos trabalhar conjuntamente para fazer um plano que seja, de fato, de preservação do conjunto urbanístico de Brasília.

Bom, então, essas eram as observações que eu queria fazer, agradecendo ao Benny, ao Thiago, ao João Gilberto, ao Paulo Henrique, à Maria Elda, à Jurema, ao Rômulo e à Vera Ramos, pelo excelente debate que tivemos hoje aqui no Senado Federal.

Tenho convicção de que nós estamos dando uma contribuição importante para a nossa cidade. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 18 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM ONZE DE DEZEMBRO DE 2013, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia onze de dezembro do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões número 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Inácio Arruda, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Osvaldo Sobrinho, João Capiberibe, Ivo Cassol, Lúcia Vânia e Mozarildo Cavalcanti. Justificou ausência o Senador Antonio Carlos Valadares. Deixam de comparecer os Senadores: Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e João Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas da 32ª e 33ª Reunião que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que conforme Pauta previamente distribuída a presente Reunião destina-se a deliberação de proposições. Passa-se a discussão do **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 622, de 2011 (Terminativo). Ementa do Projeto:** que **"**Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE". **Autoria do Projeto:** Senadora Lídice da Mata. **Relatoria do Projeto**: Senador Benedito de Lira. **Resultado:** O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Às nove horas e cinquenta e seis minutos o Presidente passa a Presidência ao Senador Ruben Figueiró, em seguida o Presidente passa a palavra ao Senador Inácio Arruda para que faça a leitura do I**TEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 526, de 2011 (Não Terminativo),** que "Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte". **Autoria:** Senador Jorge Viana e outros. **Relatoria**: Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Pela prejudicialidade da Matéria. **Resultado:** Aprovado o Relatório pela prejudicialidade da Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Inácio Arruda,** Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número legal, vamos abrir os trabalhos da nossa reunião, com a ausência do nosso Presidente, Antonio

Carlos Valadares, que cumpre missão na Organização das Nações Unidas em nome do Senado brasileiro, em importante reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O nosso Presidente me solicitou que nós pudéssemos manter o calendário de atividades da Comissão, fazendo-a funcionar adequadamente neste período, digamos assim, já quase final das atividades do Senado Federal, pois, na próxima semana, o Congresso Nacional deverá estar às voltas com a peça mais importante da República, que é o Orçamento Geral da União, que deverá ser votado na Comissão Mista de Planos e Orçamentos e, em seguida, no Plenário do Congresso Nacional. É a expectativa de todos: que possa acontecer, finalmente, a votação para não alcançarmos o ano de 2014 sem orçamento.

Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciarmos a nossa Ordem do Dia, quero fazer uma menção especial à solenidade de ontem na África do Sul, uma solenidade emocionante, muito bonita, com representação de todos os países do mundo, através de seus chefes de estado, chefes de governo ou representações diplomáticas naquele país.

Mandela foi homenageado pela sua trajetória de homem de luta, um revolucionário, capaz de compreender a situação do mundo no período em que ele ganhou, finalmente, a liberdade, depois de 27 anos de cadeia, por ter sido acusado de tentar derrubar o governo.

Mandela pertenceu ao Partido Comunista da África do Sul, que organizou o CNA, o Congresso Nacional Africano, que é o partido que funciona na África do Sul, como a Frente Ampla funciona no Uruguai. É um guarda-chuva com vários partidos que participam do CNA. E é o CNA que disputa as eleições com maior envergadura no período atual da década de 90 e da primeira década do século XXI, com grande êxito eleitoral, a despeito das disputas enormes que existem na África do Sul e, sobretudo, o legado das desigualdades gigantescas que o CNA herdou para poder melhorar a vida do povo em relação a essas condições. Então, muita desigualdade e a obrigação do CNA de melhorar a vida do povo sul-africano.

Vale destacar dois aspectos importantíssimos – para o nosso País, inclusive, meu caro Figueiró –: primeiro, Mandela promoveu grandes eventos esportivos, não só no esporte tradicional do seu país, que levou a África do Sul a prêmios nacionais e internacionais, e que rendeu uma das peças cinematográficas mais bonitas do ponto de vista plástico e de conteúdo, que foi o filme Invictus, que fez muita gente chorar no mundo inteiro pela delicadeza e, sobretudo, pela firmeza com que Mandela defendeu a posição de que os brancos deveriam jogar com os negros, e os negros com os brancos, mostrando que nós somos uma unidade. Não há brancos melhores do que negros, nem negros melhores do que brancos, nem amarelos melhores do que brancos e negros. Mandela teve essa sensibilidade, essa capacidade.

E segundo, ele atraiu para o seu país uma das maiores competições esportivas do mundo, que é a Copa do Mundo de Futebol, construindo estádios, melhorando a infraestrutura da África do Sul, o que levou o país a atrair um número maior de turistas e tornar-se um dos membros do BRICS, que são os cinco países emergentes com maior destaque no mundo atual, a despeito das imensas desigualdades que se mantêm na África do Sul, assim como se mantêm no Brasil, na China, na Índia e mesmo na Rússia. São países que se desenvolvem, que ganham uma velocidade muito grande, mas que, ao mesmo tempo, ainda têm muita desigualdade.

Um dos aspectos que eu considero e acho pertinente com a nossa Comissão é que esses países têm buscado esforços para não apenas unir seu povo, mas diminuir as desigualdades, do povo, e também das regiões. Está ligado ao nosso tema regional.

E do turismo, porque, ao enxergar que podem promover a sua nação, eles também melhoram a qualidade de vida, porque atraem serviços e uma indústria que gera emprego, renda e distribui riqueza. Então, acho que tem uma liga conosco, por isso também a nossa homenagem a esse homem do mundo, que ofereceu a sua vida em nome da liberdade e a conquistou em vida para seu povo. Isso é muito importante e muito significativo.

Srªs. e Srs. Senadores, temos as atas das reuniões anteriores para serem examinadas por nós.

Em votação as Atas da 32ª e 33ª Reuniões.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Serão publicadas no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal e a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados convidam a participar do Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte, Inclusão Social e Promoção do Brasil no Exterior, que acontecerá no dia 13 de dezembro, esta sexta-feira, das 9 horas às 13 horas, no Hotel Mercure Aracaju Del Mar, em atendimento ao RDR nº 46, de 2013, na cidade de Aracaju, Sergipe.

Já convido o Senador Figueiró para fazer parte da delegação da nossa Comissão, porque nem o Presidente nem o Vice-Presidente poderão comparecer.

Nós estamos na busca de que possamos fazer uma comissão capaz de nos representar porque considero muito importante.

Já reafirmamos seguidas vezes, aqui nesta Comissão, que estamos preparando um seminário, uma atividade desta Comissão juntamente com a Sudene lá em Recife, na primeira quinzena de fevereiro. É muito importante, será um momento talvez de ressurgimento – não sei se podemos chamar assim –, porque ela ressurgiu, apenas não ganhou a musculatura e as condições de cumprir o seu papel adequadamente no projeto de desenvolvimento da nossa Região Nordeste, a Sudene.

Em seguida, faremos com as outras estruturas organizadas que já existem, como o caso da Sudam. No caso da Sudeco, que é nova, nasceu agora, ainda estamos praticamente no berço. Mas essas outras duas estruturas são antigas, elas morreram, ressuscitaram e precisam ganhar musculatura nessa sua ressuscitação.

Então, nós vamos fazer uma atividade conjunta da Sudene, juntamente com a nossa Comissão, que tem a responsabilidade de buscar saber quais as razões que levaram a Sudene a, mesmo tendo retornado a sua vida, não ter conseguido, até o momento, cumprir um papel que todos nós esperamos de uma estrutura criada pelo nosso gigantesco Celso Furtado.

Vamos ao item 1:

ITEM 1
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 622, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para modificar os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria: Senador Benedito de Lira

Não foram oferecidas emendas ao Projeto. Portanto, não é necessária a votação nominal da matéria.

Coloco em votação o Projeto, já votado nominalmente na reunião anterior. Não houve nenhuma alteração, nem foi sugerida nenhuma votação e creio pode ser submetido à votação sem que convoquemos nossos colegas na Comissão de Infraestrutura, na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Direitos Humanos, que estão reunidas neste momento.

Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A Comissão adota em definitivo o presente Substitutivo, na forma do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Do próximo item eu sou o Relator e, portanto, vou pedir ao nosso colega Figueiró que assuma os trabalhos da Presidência para que eu possa oferecer o parecer ao PLS nº 526, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Item 2:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526, de 2011
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da Região Norte.
Autoria: Senador Jorge Viana e outros
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela prejudicialidade da matéria

Tem a palavra o Senador Inácio Arruda, para, como Relator, proceder à leitura do seu parecer.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente, o tema desta matéria, evidentemente muito significativa, de autoria do nosso colega Jorge Viana e outros Senadores, foi debatido intensamente na nossa Comissão. Trata-se da criação das Zonas de Processamento de Exportação, nominando um conjunto de cidades que poderiam receber essas estruturas que permitissem que nós exportássemos com mais facilidade, com um sistema tributário que permitisse exportações de qualidade e de quantidade e que ajudasse as nossas regiões, principalmente o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. São regiões que têm demandado a instituição de Zonas de Processamento de Exportação.

Nós discutimos e aprovamos aqui um projeto com esse mesmo teor que foi quase que trabalhado a quatro mãos. E entre essas mãos vigorosas e, ao mesmo tempo, muito sensíveis, estavam as mãos da Senadora Lídice da Mata, que é uma das que mais têm lidado com esse tema. E as outras são as mãos do Senador Jorge Viana, que tratou de lapidar o projeto, que foi aprovado no Senado Federal, bem discutido, bem debatido e, em seguida, foi remetido à Câmara Federal onde está tramitando e onde espero seja rápida a sua tramitação.

Portanto, reconhecendo todo o mérito, porque não há por que não reconhecer dessa matéria, discutida, trabalhada, bem estruturada, apresentada aqui pelo nosso colega Jorge Viana, nós oferecemos, depois de analisar as proposições que estavam em tramitação no Senado, um parecer – que tem a concordância do Senador Jorge Viana, da Senadora Lídice da Mata e demais Senadores que se ativeram, tiveram cuidado e atenção com esse tema; envolveu quase toda a Região Norte, parte significativa dos Senadores do Centro-Oeste; do Nordeste, quase todos os Estados estiveram envolvidos nesse debate... E nós aprimoramos aquele projeto e ele foi aprovado aqui.

A nossa posição, reconhecendo todo esse esforço extraordinário, que quero registrar, do Senador Jorge Viana em lidar com essa matéria, sabendo da importância desse tema para as Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste e para as regiões fronteiriças do nosso País com a América do Sul.

Então, quero registrar esse trabalho destacado do Senador Jorge Viana; porém, o nosso parecer, em face da aprovação do projeto que nós discutimos intensamente aqui e praticamente um acordo entre todos nós, e que já está aprovado pelo Senado Federal, o nosso parecer e a nossa recomendação é por uma declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 526, de 2011, de autoria do Senador Jorge Viana e outros Senadores.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela prejudicialidade da matéria de autoria do eminente Senador Inácio Arruda.

As Srªs e Srs. Senadores que votam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Aprovado o parecer pela prejudicialidade da matéria, ela será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos para as providências cabíveis.

Devolvo a Presidência ao ilustre Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Eu solicito a V. Exª que tão bem dirigida como esta a nossa reunião, que V. Exª possa concluir os trabalhos no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco Minoria/PSDB - MS) – Aceito com muito prazer e muita honra a sugestão de V. Exª.

Eu gostaria apenas, para concluir esta reunião, de manifestar a minha solidariedade às palavras de V. Exª com relação à memória de Nelson Mandela.

Eu destaco, na personalidade de Nelson Mandela, três importantes e significativos aspectos: o amor dele pela liberdade; a dedicação dele pela igualdade; e o seu extremo desvelo pela educação, porque ele sempre dizia que a educação é a arma para a liberdade e para a igualdade. São fatos extremamente importantes da sua vida, que, não há dúvida, a história haverá de rememorar pelos séculos e séculos.

Eu me associo às palavras de V. Exª e também desejo registrar aqui a minha admiração, o meu profundo respeito a essa personalidade tão importante da história do nosso mundo.

Com essas palavras, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 18 DE OUTUBRO DE 2013.

Às quatorze horas e onze minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **EDUARDO SUPLICY, SÉRGIO SOUZA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, BENEDITO DE LIRA, RUBEN FIGUEIRÓ, OSVALDO SOBRINHO e MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Clésio Andrade, Ivo Cassol, Kátia Abreu, Waldemir Moka, Cyro Miranda e Gim. O Senador Antonio Russo se encontra de licença, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nº 1/2013, 832/2013 e 1.210/2013, aprovados em 30.01.2013, 16.07.2103 e 15.10.2013, respectivamente. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nºs 41, 44 e 47, de 2013, de autoria do Senador Acir Gurgacz, aprovados em 26.09.2013, 17.10.2013 e 18.10.2013, respectivamente, para discutir a situação dos povos

indígenas Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso, e avaliar a implantação de projetos direcionados àquelas comunidades, especialmente os projetos destinados a proporcionar alternativas econômicas e sociais, com a presença dos seguintes convidados: Srª **Carolina Comandulli** - Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional do Índio – **FUNAI** (representante de: Srª Maria Augusta Boulitreau Assirati); Sr. **Gilberto Carvalho** - Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República; Sr. **Reginaldo Pereira da Trindade** - Procurador do Ministério Público Federal de Rondônia - **MPF/RO**; Sr. **Marcelo Cinta Larga** - Representante dos Cinta Larga de Rondônia - **CINTA LARGA**; Sr. **Paulo Ribeiro de Santana** - Ouvidor do Departamento Nacional de Produção Mineral – **DNPM** (representante de: Sr. Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa); Sr. **Paulo Roberto Cinta Larga** - Representante dos Cinta Larga de Mato Grosso; Sr. **Bruno de Lima e Silva** - Coordenador Regional Substituto da Fundação Nacional do Índio – **FUNAI**; Sr. **Guilherme Rocha Göpfert** – Procurador da República em Vilhena – Rondônia. Antes de iniciar a Audiência Pública, a Presidência informa que há sobre a mesa requerimento de autoria do Senador Acir Gurgacz, para deliberação da Comissão: **EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 47, de 2013 - Não Terminativo – Assunto:** Em aditamento ao Requerimento(RRA) n" 41/2013 e ao Requerimento(RRA) n° 44/2013, aprovados em 26/09 e 17/10/2013, respectivamente, requeiro que sejam convidados o Sr. Marcelo Cinta Larga - Representante dos Cinta Larga de Rondônia - **CINTA LARGA**; Sr. Leandro Daiello Coimbra - Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal - **DPF** e o Sr. Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa - Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - **DNPM**, para participar da audiência pública que discutirá a situação dos povos indígenas Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso, e avaliar a implantação de projetos direcionados àquelas comunidades, especialmente os projetos destinados a proporcionar alternativas econômicas e sociais. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, dá início à Audiência Pública com a exibição do vídeo produzido em Espigão d'Oeste - Rondônia, na aldeia dos cinta-largas. Após o vídeo, passa a palavra aos senhores expositores. O Senhor Senador Acir Gurgacz e o Senhor Deputado Carlos Magno (PP/RO) fazem uso da palavra para tecer comentário sobre os assuntos abordados. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, faz a leitura de alguns *e-mails*, encaminhados à Comissão, de telespectadores, que assistem à audiência pública transmitida pela TV Senado: Francisca Necy Muniz dos Santos, da cidade de Nova Iguaçu - Rio de Janeiro; Carlos Borromeu Fernandes Pereira, de Marabá - Pará; Luíza Helena Costa Archanjo, de Porto Velho - Rondônia; Jorge Ilton Rocha, de São Luís - Maranhão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Vice-Presidente da CRA no Exercício da Presidência.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento aos Requerimentos nºs 41 e 44, de 2013, de minha autoria, com o objetivo de discutir a situação dos povos indígenas cintas-largas de Rondônia e Mato Grosso, bem como avaliar a implantação de projetos direcionados àquelas comunidades, especialmente os projetos destinados a proporcionar alternativas econômicas e sociais, com a presença dos seguintes convidados: Exmo Sr. Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; Carolina Comandulli, Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional do Índio; Bruno de Lima e Silva, Coordenador Regional Substituto da Fundação Nacional do Índio; Paulo Roberto Cinta-Larga, representante dos cintas-largas de Mato Grosso; Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador do Ministério Público Federal de Rondônia; Dr. Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Há, sobre a mesa, requerimento:

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 47, DE 2013
- Não Terminativo -

Em aditamento ao Requerimento (RRA) nº 41/2013 e ao Requerimento (RRA) n° 44/2013, aprovados em 26/09 e 17/10/2013, respecti-

vamente, requeiro que sejam convidados o Sr. Marcelo Cinta Larga - Representante dos Cinta Larga de Rondônia – CINTA LARGA; Sr. Leandro Daiello Coimbra – Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal – DPF e o Sr. Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa – Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, para participar da audiência pública que discutirá a situação dos povos indígenas Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso, e avaliar a implantação de projetos direcionados àquelas comunidades, especialmente os projetos destinados a proporcionar alternativas econômicas e sociais.
Autoria: Senador Acir Gurgacz

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como nós temos pouco tempo, Sr. Ministro, vou fazer as minhas colocações mais tarde e passo a palavra ao Dr. Reginaldo... Nós temos um vídeo? Dá para passar o vídeo agora? (*Pausa.*) Então, vamos ver o vídeo que foi feito lá em Espigão d'Oeste, na aldeia dos cintas-largas.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Assistimos, então, um pouco da história dos cintas-largas.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Reginaldo Pereira da Trindade, Procurador da República no Estado de Rondônia.

O SR. REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE – Boa tarde a todos!

Boa tarde, Senador Acir Gurgacz!

Boa tarde, Ministro Gilberto Carvalho!

Agradeço imensamente a boa vontade, a generosidade do Senador Acir Gurgacz em propor esta audiência pública, em propiciar esta reunião, este evento tão importante para discutirmos um tema que está tão esquecido pelo Estado brasileiro.

Agradeço imensamente de coração a boa vontade do Ministro de largar a sua agenda apertadíssima e estar aqui conosco para saber o drama desses índios.

Agradeço o meu colega, Dr. Guilherme Gopfert, que está conosco nessa luta, é jovem, é entusiasmado. A gente precisa de pessoas assim.

Agradeço a assessoria do Senador, que me deu todo o apoio necessário para a realização deste evento.

Agradeço também a presença da representante da Funai. Enfim, agradeço a presença de todos.

Eu farei uma breve exposição. Vou procurar ser o mais conciso possível, até porque o mais importante realmente é que a gente discuta e pense possíveis estratégias para pelo menos amenizar a situação desses índios.

Quem são os índios cintas-largas? O povo cinta-larga é composto de cerca de 2 mil índios, habitantes de quatro terras indígenas, que totalizam mais de 2,7 milhões de hectares, terras que estão presentes tanto no Estado de Rondônia quanto no Estado de Mato Grosso.

Há uma breve história, da qual vou até poupá-los, porque, de certa forma, já se referiu bem a ela no vídeo a que acabamos de assistir. Eu só gostaria de mencionar, a título de registro, que, há 100 anos, houve uma importantíssima expedição lá nas terras indígenas do povo cinta-larga, composta pelo Marechal Rondon e pelo então ex-presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt. E é dessa expedição que surgiram muitos nomes lá da terra indígena que estão presentes até hoje, inclusive e principalmente o nome Terra Indígena Roosevelt, o Garimpo Roosevelt, é justamente em homenagem ao então ex-presidente dos Estados Unidos.

Depois do Massacre do Paralelo Onze, na década de 60, nós tivemos o início da exploração de diamantes, por volta de 1999/2000, e, em 2004, nós tivemos o incidente mais lamentável, que foi a morte dos 29 garimpeiros nas terras em decorrência desse conflito interétnico.

Quais são os problemas do povo cinta-larga? Eu costumo dizer que o povo cinta-larga sofre com todos os problemas, senão todos, mas a imensa maioria dos povos indígenas do País sofre com um *plus*, com um agravante. Quais são esses problemas? Falta alimentação, falta moradia, falta estrada, falta saúde, falta educação, falta dignidade, sobra preconceito etc., etc., etc.

Além de todos esses problemas, comuns à imensa maioria dos povos indígenas do Brasil, o povo cinta-larga sofre com um problema adicional, e esse problema é justamente a maldita exploração de recursos naturais das terras deles, com destaque para a exploração de diamantes. Esse é um problema gravíssimo que já provocou mais de uma centena de mortes e tem potencial para levar o povo inteiro à extinção. Então, esse é um problema muito grave.

E todos esses problemas são absolutamente atuais. Então, não pensem, quem quer que seja, que pelo fato de, felizmente, nos últimos anos, nós não termos mais grandes mortes ou várias mortes lá na região, o problema desapareceu. Muito pelo contrário, Ministro, o problema persiste, e persiste porque aquele mesmo contexto que ocorreu, em 2004, ainda persiste até hoje.

Nós temos ainda diamantes nas terras do povo cinta-larga; nós temos ainda um povo indígena passando toda sorte de privações; nós temos ainda milhares, muitas pessoas interessadas em lucrar às custas da desgraça desses índios; e nós temos ainda um Governo omisso, um Governo que não tem feito a sua parte para tirar os índios dessa situação.

Então, esse quadro é absolutamente atual, é absolutamente contemporâneo. E há um agravante ainda nesse quadro: atualmente, a questão cinta-larga está invisível. Não se ouve mais falar do povo cinta-larga, como se o problema tivesse sido solucionado naturalmente. Não foi de forma alguma!

Esse garimpo precisa ser paralisado. Então, nós colocamos um dilema. Como paralisar o garimpo diante da atuação do Governo Federal? Se o Governo Federal não fizer a parte dele, não se desincumbir com o mínimo de responsabilidade, com o mínimo de seriedade, com o mínimo de interesse, não conseguiremos paralisar esse garimpo de forma alguma, a menos que alguém queira sustentar que o Exército vai descer na terra indígena e vai paralisar esse garimpo na marra, à custa de uma provável guerra contra os índios. Como ninguém em sua sã consciência vai sustentar isso atualmente, o Governo vai ter de fazer a parte dele.

Nós temos aí alguns números, só para ilustrar rapidamente.

Desde 2004, nós atuamos maciçamente na defesa do povo indígena. Então, nós pedimos dez recomendações, fizemos mais de cem reuniões e propusemos nove ações civis públicas. Então, há vários outros números, o que totaliza 2.466 atuações.

Se os senhores me perguntarem o que nós verdadeiramente conseguimos nesses nove anos de atuação, eu vou dizer solenemente: muito pouco, quase nada. Nós não conseguimos nada, Ministro, porque falta justamente a espinha dorsal, a questão mais importante, o requisito *sine qua non* de virada dessa história triste, que é a vontade política do Governo em resolver ou pelo menos amenizar os problemas desses índios.

Então, na raiz de todos os problemas do povo cinta-larga, está, por assim dizer, essa atuação que nós chamamos de "atuação pouco virtuosa do Governo Federal".

E eu trouxe alguns exemplos, Ministro, para tentar ilustrar isso. Não teria a mínima condição de discorrer sobre todas as agruras, sobre todos os exemplos, sobre todos os relatos, sobre todas as evidências que nós temos a respeito dessa situação, mas eu trago alguns números, eu trago alguns exemplos para ilustrar. No volume que foi distribuído, está toda a nossa atuação. Nós temos relatórios, cartas, discursos, relatos, ações judiciais, recomendações, tudo isso ilustrando o que eu estou a dizer.

Então, o primeiro caso que trago à consideração é a política absolutamente opressora do Governo Federal. E ela é opressora porque milhões de reais estão sendo gastos em repressão, e muito pouco ou quase nada tem sido gasto em proteção.

Nós fizemos um levantamento, de 2007 até 2009, mais ou menos, e detectamos que, de média, o Governo Federal, o Ministério da Justiça gastava – ou deveria gastar – algo em torno de R$7 milhões, por ano, com repressão, na tentativa de reprimir, de coibir o garimpo nas terras indígenas do povo cinta-larga. E ele gastava menos de 10% desse valor, menos de R$700 mil com atividades protetivas. Destes R$700 mil, pouco ou quase nada era gasto efetivamente com os índios, porque a imensa maioria desse valor era gasto com diária de servidor da Funai etc., etc., etc.

E essa política é absolutamente opressora, primeiro, porque o trabalho da Polícia Federal – e lamentamos aqui não ter a presença nem do Ministro da Justiça, muito menos do Diretor da Polícia Federal, porque eles é que merecem ouvir isso – é extremamente criticável na região. Embora esse grupo tenha sido constituído por uma ordem direta do então Presidente Lula, e a missão dele é coibir a exploração de diamantes nas terras do povo cinta-larga, esse grupo, que é capitaneado pela Polícia Federal, simplesmente não consegue isso. E não consegue porque a vertente opressora está sozinha; ela precisa, ao nosso entender, ser aliada à vertente protetiva. A esse propósito, nós expedimos uma recomendação, em 2009, ao próprio Ministro da Justiça. A assessoria técnica dele disse da legitimidade e até da justiça daquela nossa ponderação. A recomendação dizia basicamente que se deveria gastar, ao menos, o mesmo tanto que se gasta em repressão com a proteção.

Essa não é uma equação muito certa de se fazer. O que eu tenho certeza absoluta é de que não dá para gastar R$7 milhões em repressão e R$700 mil ou menos do que isso em proteção. Não tem condição, até porque essa política do Governo... Porque o trabalho da Polícia Federal funciona basicamente assim: eles montaram barreiras, ao longo dos 2,7 milhões de hectares, cinco barreiras, Ministro. Veja se há condição de cinco barreiras conterem um perímetro de 2,7 milhões de hectares. E basicamente esse trabalho é para incomodar os índios. É porque o índio é que tem de entrar, sair e passar por todas essas barreiras. O crime organizado não usa essas barreiras. Então, essa política está oprimindo, está constrangendo os índios, que, durante muito tempo, reclamavam da atuação da Polícia nessas barreiras.

Há outra questão ainda em relação a essa política opressora, que é o repasse de recursos à Força-Tarefa Roosevelt. Com a morte dos garimpeiros, em abril de 2004, foi constituída, em setembro desse mesmo ano, pelo Presidente Lula – e vários ministros subscreveram essa ordem direta do Presidente –, a Força-Tarefa Roosevelt, que seria aquele grupo destinado a coibir, a impedir a exploração de minérios nas terras do povo cinta-larga. Acontece que esses recursos sequer eram repassados regularmente para a todo-poderosa Força-Tarefa Roosevelt. Isso nos levou a ingressar com uma Ação Civil Pública. Nós conseguimos uma ordem judicial. A Justiça determinou que a União cumprisse uma ordem do Presidente da República, e, mesmo assim, o dinheiro não tem sido repassado regularmente.

Outro exemplo que nós temos dessa atuação pouco virtuosa do Governo Federal é a desassistência judiciária. Os índios estão completamente abandonados, em termos de assistência judiciária. Eu poderia aqui dar muitos exemplos, Ministro, a respeito disso. Vou dar apenas dois. Uma das principais lideranças do povo cinta-larga, o Nacoça Pio Cinta Larga, ficou preso, em 2007, por cerca de dois meses, por um crime que ninguém fica preso no País: posse de alguns cartuchos de espingarda de caça.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE – Nós já começamos, Marcelo, até para aproveitar a presença do Ministro.

Então, o Nacoça Pio Cinta Larga ficou preso, em 2007, por cerca de dois meses, por posse de cartucho de espingarda de caça. O mais dramático nesta história é que não tinha um Procurador Federal da Funai lá para fazer o pedido. Então, esse pedido teve de ser feito pelo Ministério Público Federal. E depois que nós conseguimos a ordem de soltura do Nacoça Pio Cinta Larga, ele ainda ficou cerca de 15 ou 20 dias preso, já com um ordem judicial para soltura. Não só não tinha um Procurador Federal, como não tinha um servidor da Funai com um mínimo de diligência para recolher o valor da fiança e ir lá soltar o pobre do Nacoça Pio Cinta Larga.

Outro exemplo: recentemente, nós tivemos um júri em Ji-Paraná, o primeiro que foi feito lá, em Ji-Paraná; um júri federal. Dois brancos e um índio cinta-larga são acusados da tentativa de morte de um advogado de Cacoal. Todos ficaram presos provisoriamente. Acontece que os brancos ficaram presos um ano e meio e o índio cinta-larga ficou preso provisoriamente quase cinco anos, Ministro. Resultado do julgamento: os dois brancos foram condenados; o índio foi inocentado.

E aqui, senhores, não pensem que nós estamos levantando firula, quizila ou trabalho ruim desse ou daquele advogado, desse ou daquele Defensor Público Federal, desse ou daquele Procurador Federal. O fato é que essa assistência judiciária do povo cinta-larga está completamente equivocada. Não existe sequer Procurador Federal da Funai em Cacoal; e, se existe, ele fica ali um ou dois meses até conseguir a remoção para o Nordeste, para o Sudeste ou para o Sul do País. Então, esses índios estão completamente abandonados à própria sorte.

Eu trouxe aqui mais um exemplo dessa atuação complicada do Governo Federal, que é a política mineral desfavorável. E aqui eu não vou nem entrar na questão da mineração em terra indígena, dessas discussões, embora sejam de interesse capital e crucial do povo cinta-larga. Como é uma questão que perpassa a questão cinta-larga, eu não vou abordar. Eu vou abordar dois pontos específicos da questão cinta-larga. Primeiro, os requerimentos de mineração.

O DNPM, Senador, tinha uma postura de – Boa tarde, Deputado; muito obrigado por ter vindo –, quando recebia um requerimento de mineração em terra indígena do povo cinta-larga, em vez de ele indeferir, seja porque não houve ainda regulamentação, seja principalmente porque a atribuição não é dele, é do Congresso Nacional autorizar ou não a mineração em terra indígena, o DNPM simplesmente sobrestava esses requerimentos.

Acontece que, ao sobrestar, cada requerimento desse continuava lá nos sistemas e nos registros do DNPM. E o que acontecia? As mineradoras, as multinacionais, o crime organizado já estava explorando isso, especulando em cima dessa posição dúbia do DNPM. As multinacionais, as canadenses já estavam divulgando em seu *site*, para o mundo inteiro: "Olha, eu já tenho x por cento da terra indígena cinta-larga; esse filé aqui já é meu."

Para vocês terem uma ideia, mais de 90% do território cinta-larga já estava loteado. Nós ingressamos com uma ação judicial contra o DNPM e conseguimos na Justiça o cancelamento desses requerimentos de mineração. E a questão ainda está tramitando em recursos do DNPM.

Outra questão importante também, envolvendo a questão da mineração, é a reversão dos diamantes apreendidos em prol dos índios. Nesse conflito, desde 1999/2000, muitos diamantes foram apreendidos nos mais variados inquéritos, nas mais variadas operações que foram feitas. E esses diamantes estão aí: ora com a Polícia Federal, ora com o DNPM, ora já leiloados e vendidos. Enfim, essa é uma riqueza que bem pode-

ria voltar para a comunidade cinta-larga para tentar, de alguma forma, amenizar a situação desses índios.

Nós temos várias ações judiciais nesse sentido, mas nós havemos de nos sentar com o DNPM para discutir essa questão. Esse é um recurso que não vai fazer nem cócegas no Orçamento da União e que pode ajudar bastante esses índios.

Em matéria de atuação pouco virtuosa do Governo Federal, nós não poderíamos jamais deixar de falar da atuação da Funai. A Funai jamais tratou a questão cinta-larga com a primazia, com preferência, com a precedência que ela merece. Para a Funai, ou pelo menos para a ex-diretoria da Funai, que é com quem tivemos mais contato – inclusive, eu gostaria de deixar bem claro para a Drª Carolina que o nosso discurso é muito vigoroso, é muito duro, mas ainda é um discurso para construir. Nós entendemos a importância da Funai. A Funai precisa ser valorizada; a Funai tem que ter condições para bem desempenhar a sua sublime missão. E nós somos parceiros, apesar do discurso vigoroso. E não tem como ser diferente, porque, do contrário, não conseguimos ecoar os clamores desses índios. E as objeções, as críticas que eu farei são todas direcionadas à ex-diretoria da Funai, capitaneadas pelo Sr. Márcio Meira. Inclusive, nós chegamos até a processá-lo recentemente por improbidade administrativa.

Então, assim, a Funai jamais tratou a questão cinta-larga com a prioridade, com a preferência que ela merece. E eu não digo isso, gente, porque eu sou insensível às centenas de povos indígenas do País, não. De forma alguma. Acontece que não dá para resolver o problema de todo mundo. Tem que haver preferência, tem que haver estratégia de planejamento. Esse é um problema de dimensão internacional. O que vai acontecer se houver um novo embate e, em vez de 29 garimpeiros, morrerem 29 índios? E esse é um povo à beira da extinção. Além disso, que órgão público, no País, Senador, almeja resolver todos os problemas que estão à mesa? Que todos os problemas dos povos indígenas sejam resolvidos, mas que eles sejam resolvidos de acordo com uma ordem de preferência, de prioridade, de acordo com os mais variados critérios.

Então, nós sempre sustentamos que a questão cinta-larga, por sua dimensão, pelo seu drama, pelo seu relevo, pela sua potencialidade letal e lesiva, mereceria, como merece, uma primazia, uma preferência. E nós sempre tivemos dificuldade para emplacar esse discurso na gestão do Sr. Márcio Meira. Para eles, era sempre mais um problema a abarrotar a mesa de trabalho.

Outro problema: ausência de planejamento e estratégias adequadas.

É impressionante – ou era – a falta de planejamento, a falta de método. Impressionante. Chegava a um extremo de decidirmos em reuniões locais, lá em Cacoal, lá em Rondônia, e, imediatamente, quando chegávamos para conversar com o presidente da Funai, o presidente da Funai desautorizar prontamente o que a coordenação, a unidade local da Funai havia decidido, Ministro. Era algo impressionante.

Outro tema que eu imagino ainda aflige, com certeza, a Funai: a carência de recursos de toda ordem. Falta tudo na Funai: falta gente, falta recurso, falta carro, falta tudo, absolutamente tudo. Dinheiro não é tudo, mas sem dinheiro não fazemos nada, sem dinheiro não fazemos sequer reunião. Esses índios só vieram aqui graças – nós tivemos que mover montanha para esses índios estarem aqui – ao Bruno, ao Aluisio Azanha, ao Antônio da Funai, graças a kanindé, que é uma ONG que nos ajuda, graças à Alda Uchôa, da Sesai. Então, foi uma mobilização grande para trazer meia dúzia de índios para Brasília para um evento dessa magnitude. Então, sem dinheiro não vamos chegar a lugar nenhum.

Por fim, a desastrosa atuação da ex-diretoria. É triste dizer isso, mas temos que dizer: é desastrosa, para não dizer, Ministro, criminosa atuação da ex-diretoria da Funai, capitaneada pelo Sr. Márcio Meira. Gravíssima atuação. Darei só dois exemplos dessa desastrosa atuação: primeiro, a recusa sistemática em dialogar com o Ministério Público Federal e com as comunidades indígenas. O ex-presidente Márcio Meira e a sua diretoria simplesmente não queriam sentar-se à mesma mesa para discutir com dois parceiros: o Ministério Público Federal e as comunidades indígenas. Não queriam. Não respondiam aos nossos ofícios – requisitava, assinava prazos. Eu tenho mais de 20 ofícios não respondidos pelo Sr. Márcio Meira.

Outro ponto até muito mais grave: a própria Funai, na ex-diretoria, capitaneada pelo Sr. Márcio Meira, tratou os índios cintas-largas com preconceito. A própria mãe Funai tratou os índios com preconceito. Vou dar um exemplo apenas: numa tarde, por volta de 2008, o então coordenador do GT, que era o Grupo Tarefa, grupo da Funai que deveria ser o gerente desse processo de mudança, essa pessoa, que era um advogado da mais absoluta confiança do Presidente Márcio Meira, nomeado diretamente pelo Presidente da Funai, dirigiu-se aos índios da seguinte forma: “Olha, diga para esse índio barrigudo aí que ele é um criminoso, um bandido, porque eu sou advogado e conheço cara de bandido”. Ele disse mais: “Eu sou advogado, então, os índios têm que aprender comigo e não eu aprender qualquer coisa com esses índios”. Veja: uma pessoa, um advogado, nomeado para conduzir a política de proteção ao povo cinta-larga, nomeado diretamente,

Ministro, pelo então Presidente Márcio Meira. Então, por conta dessa ímproba atuação da ex-diretoria da Funai, não nos restou outra a não ser ingressar com uma Ação de Improbidade Administrativa. Essa ação está no volume que foi distribuído a vocês, não está no material impresso, mas está aí numa mídia na última página desse encarte, desse dossiê. Podem olhar aí: ação contra o ex-presidente da Funai. Leiam essa ação e vejam a que ponto chegamos, a que ponto chegou a atuação da ex-diretoria da Funai.

Pois bem, diante de um problema dessa envergadura e o Ministério Público Federal reconhecendo, até com certa humildade, toda a sua limitação para tentar amenizar a situação desses índios, a partir de abril deste ano, constituímos uma parceria com a sociedade denominada Grupo Clamor – Clamor significa Cinta-Larga, Amigos em Movimento pelo Resgate –, sem falar que há a virtude de associar à sigla "CL"– cinta-larga – à palavra amor.

Essa é uma parceria entre o MPF e a sociedade, e estamos atrás de instituições fortes e republicanas, como o Senado Federal, para nos ajudar nesse esforço. O objetivo central desse esforço é alertar o Governo Federal para a gravidade, atualidade e urgência da questão cinta-larga. O objetivo central é esse. Temos já várias pessoas atuando conosco. Só em Rondônia temos mais de 30 pessoas inscritas, são professores, estudantes, representantes de ONGs, representantes do Poder Público, pessoas de bem que querem ajudar o povo cinta-larga.

Temos nos reunido regularmente, e foi justamente no bojo da atuação do Grupo Clamor que fizemos aquela reunião lá no Estado com o Governador, com V. Exª e aí V. Exª teve essa brilhante ideia mesmo para nos trazer aqui nesta audiência pública.

Estou finalizando. Este é o último eslaide.

Desafios e perspectivas. Esse garimpo precisa ser paralisado de alguma forma e a questão cinta-larga precisa sair da invisibilidade. A questão cinta-larga precisa sair dessa indiferença.

Temos o dilema repressão e prevenção. Enquanto o governo do Brasil estiver investindo ou tentando investir apenas em repressão, deixando a prevenção de fora, não vai ter condições de tirar esses índios dessa situação. Costumo dizer que precisa ser constituído um verdadeiro plano de vida para o povo cinta-larga, com ações de curto, médio e longo prazo. Esse plano precisa ser ambicioso. Ações pontuais não vão tirar esses índios da situação em que eles estão. Ações pontuais a Funai tem feito, ações pontuais o Governo tem feito.

Na raiz de tudo, temos a atitude do Governo Federal: a omissão, o descaso, a indiferença, tudo pode e com certeza vai conduzir à extinção do povo cinta-larga. Extinção essa que se não for física ao menos tradicional, cultural, dos valores mesmo desses povos indígenas.

Basicamente era isso que eu tinha para dizer para todos vocês.

Pediria mais dois minutos da atenção do Ministro, porque trouxe um texto escrito, de uma folha apenas, que eu gostaria de ler e trouxe até algumas cópias para distribuir, só uma folha apenas, que mais ou menos condensa essa minha apresentação.

Senhoras e senhores, há nove anos 29 pessoas morreram num conflito interétnico na reserva Roosevelt do povo cinta-larga.

Há 50 anos, 3.500 índios da mesma comunidade, foram dizimados no mundialmente conhecido Massacre do Paralelo Onze, que contribuiu para o fim do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado por ninguém menos do que o Marechal Rondon.

Não bastassem as mortes, aspecto mais visível e chocante de uma longa história de violência e indignidade, os índios cintas-largas ainda passam por toda sorte de privações.

O garimpo de diamantes, explorado há quase 15 anos em suas terras tem posto a prova tudo que a Constituição e as leis do Brasil asseguram às populações indígenas.

Terra rica, povo pobre, eis o paradoxo cinta-larga.

Na raiz de tanta miséria e desolação a desastrosa política do Governo do Brasil, que teima não enxergar dimensão, urgência e gravidade do drama cinta-larga.

A opressora política governamental, que consome milhões de reais em repressão e quase nada em proteção, a ineficiente atuação da Funai, que jamais teve pessoal e recursos para desempenhar sua sublime missão, a assistência judiciária ofertada em nível tão elementar, isso quando ofertada, são apenas algumas das mazelas.

A questão cinta-larga é tão grave hoje quanto era em abril de 2004, quando 29 vidas se perderam.

O mesmo contexto explosivo perdura: existência dos diamantes, povo indígena agonizando por falta de tudo, omissão selvagem do Governo Federal, preenchida por imensa quantidade de pessoas interessadas em lucrar às custas da desgraça indígena.

Para piorar o quadro, atualmente a tristeza cinta-larga está invisível aos olhos do Brasil. O Governo se faz surdo aos clamores.

O povo cinta-larga não existe, resiste. É triste dizer, mas é preciso dizê-lo sem rodeios, Ministro – eu rogo que V. Exª leve esse clamor cinta-larga a todas as autoridades do Governo –: se o Governo do Brasil não tomar vergonha na cara – e é disso mesmo que estamos falando –, vergonha na cara, não tardará e o

barril de pólvora do Garimpo do Roosevelt explodirá de novo e muitos morrerão.

Quantas pessoas índias ou não terão que tombar, então, para o Brasil reconhecer a gravidade e a dimensão da questão cinta-larga e mover suas ações à altura? Sem falar, Sr. Ministro, que não se oprime um povo só com guerra e matança. No fundo, a pior opressão é aquela exercida pelo veneno da indiferença, até porque escondida em números, documentos e estatísticas.

Para tentar vencer tamanho mal, o Ministério Público Federal construiu uma parceria com a sociedade, chamada Grupo Clamor (Cinta Larga, Amigos em Movimento pelo Resgate). O objetivo central é fazer o Brasil acordar desse sono tão perturbador, que perdura desde sempre e que pode conduzir à extinção do grupo indígena.

Os tempos põem à prova as almas dos homens. Nessa hora mais escura, apelamos à humanidade de todos que possam ouvir nossas súplicas. Toda pessoa de bem que queira, de coração e com devoção, somar, quiçá multiplicar esforços, será muito bem-vinda. Precisaremos urgentemente render mais que podemos.

O Brasil está a dever muito ou tudo a esses índios. Essa dívida quase impagável, de certo modo, atinge a todos nós: todos somos devedores solidários nesse contexto de indignidade e sofrimento.

As poucas portas que ainda nos restam se fecham cada vez mais, Senador. Não temos mais a quem buscar socorro.

É imperioso que essa audiência pública, realizada na mais alta Casa do Parlamento brasileiro, sirva de divisor de águas cintas-largas. Será um caminho bastante sinuoso, como são todos os que devem ser percorridos para levar dignidade a quem mais precisa neste País.

E, se daqui a 10, 50 ou 500 anos os índios ainda experimentarem os mesmos sofrimentos, que ninguém duvide de que não foi por falta de empenho e dedicação da nossa parte.

Com honestidade de princípios e propósitos e a consciência tranquila como única recompensa, ousemos, Senador, tentar mudar essa história triste.

Sonhamos alto, trabalhamos firme, não desistamos jamais!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Procurador, Dr. Reginaldo Pereira, pelas suas colocações.

Agradeço imensamente a presença do nosso Ministro Gilberto Carvalho, presença que demonstra exatamente a preocupação que o Governo da nossa Presidenta Dilma tem com todos os índios brasileiros, em especial com os índios cintas-largas. Então, a sua presença aqui, Ministro, demonstra exatamente isso. Esse é o nosso sentimento em relação à ação do Governo e à sua gentil estada nesta Comissão na tarde de hoje para ouvirmos as reivindicações, as ponderações e as colocações que serão feitas por todos, a exemplo do que acaba de fazer o Procurador Reginaldo.

Passo a palavra ao nosso Ministro Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Meus caros amigos, caras amigas, ao cumprimentar particularmente os representantes do povo cinta-larga, quero agradecer muito ao meu querido Senador Acir por essa iniciativa de convocar essa audiência pública.

Quero cumprimentar também o nosso Dr. Reginaldo, além da liderança cinta-larga à Mesa e também à Drª Carolina, que aqui representa a Funai; o Bruno, nosso Coordenador Regional da Funai.

Quero me desculpar com vocês porque quando o Senador me ligou, eu já estava com uma agenda muito pesada. Essa foi uma semana muito dura aqui em Brasília, porque o que não falta neste País são problemas, dificuldades, e nesse momento estamos num atendimento grande a toda a questão dos sem terra.

Mas fiz questão de vir aqui, em atenção, Senador, à sua iniciativa, exatamente naquilo que o senhor disse, pois, de fato, para o Governo brasileiro, a questão indígena é muito importante. É uma questão que está a exigir efetivamente uma solução definitiva. Para mim, a resolução da causa indígena é uma questão civilizatória. O Brasil não pode continuar convivendo com uma parcela importante do seu povo estando fragilizada, vivendo situações como as que vimos no vídeo aqui trazido pelo nosso Procurador, a quem quero cumprimentar pelo empenho nessa causa. Acho que é muito importante que homens públicos levem a sério uma questão como essa.

A Drª Carolina vai, em seguida, expor aquilo que a Funai está dizendo. Eu não tenho, sinceramente, um conhecimento mais aprofundado da questão. Levo, com muito carinho, suas palavras para dar conhecimento à Presidenta Dilma, ao Ministro da Justiça e a todas as autoridades ligadas a essa questão. Mas quero lhe dizer que o esforço que temos feito nessa questão indígena tem passado por um grande empenho, por uma grande dedicação frente uma causa que foi sendo acumulada ao longo dos séculos, que você não resolve, infelizmente, no tempo que você gostaria de resolver.

Vendo esse vídeo, não há como não sentir vergonha, não há como não pedir desculpas formalmente e como não sentir vergonha de uma pretensa civilização branca que tenta se impor a outra massacrando-a. Ao invés de aproveitar a imensa riqueza deste Brasil – te-

mos povos, temos raças, temos etnias diferenciadas –, a tentativa é de acabar, de exterminar uma etnia. Isso é um crime contra a humanidade, é um crime imperdoável, do qual nós, que somos, de alguma forma, representantes dessa raça e dos povos que aqui vieram e passaram a dominar o País, nós somos responsáveis e temos que dar uma resposta. Então, cala no coração profundamente essa questão.

Quero me permitir, Dr. Reginaldo, separar apenas a adjetivação que o senhor faz. Atribuo isso ao calor da sua luta. Em relação a algumas palavras que o senhor usa, em termos de atuação opressora e tal, eu tenho uma discordância, porque é, imagino, pelo seu envolvimento emocional, porque posso lhe assegurar que neste Governo não há nenhuma vontade opressora. Pelo contrário. O senhor sabe muito bem que nós conseguimos, ao longo desses anos, incluir mais de 40 milhões de brasileiros que estavam absolutamente excluídos. Temos feito um trabalho muito importante na questão indígena, temos mantido um diálogo permanente com a questão indígena. Infelizmente, a "escolha de Sofia" que o senhor propõe nós não podemos aceitar, não podemos priorizar apenas um povo, porque, se olharmos a situação dos guaranis-kaiowás, no Mato Grosso do Sul, ela é pior ainda, infelizmente. Digo isso com vergonha, porque é um reconhecimento dos problemas que temos, é pior ainda do que a situação do povo cinta-larga. A mesma coisa posso dizer da situação dos terenas, que foram mortos agora, há pouco tempo.

Infelizmente, a questão indígena é vasta, é importante, e temos que enfrentá-la, sim, na sua totalidade. Vamos fazê-lo, estamos buscando fazê-lo. Estamos tentando resolver uma questão doloridíssima no Mato Grosso do Sul. Qual é o problema do Mato Grosso do Sul? É que áreas indígenas foram entregues não apenas a grandes latifundiários, mas também a pequenos produtores rurais, que vieram trazidos do Rio Grande do Sul, tiveram sua terra titulada, e, depois de 40, 50 anos naquela região, descobrem que aquela área é indígena. Não podemos deixar de dar aos guaranis a terra; temos que dar a terra aos guaranis, mas, ao mesmo tempo, temos que tirar aqueles agricultores dali, que tiveram, insisto, seus títulos reconhecidos e colocá-los em outra área. Todo esse processo é extremamente doloroso. A mesma coisa no Rio Grande do Sul, a mesma coisa em Santa Catarina, a mesma coisa no Paraná.

A rigor, as grandes terras indígenas, que deviam ser demarcadas no Brasil nas áreas com menos presença do homem branco, já foram demarcadas, na sua grande maioria. Resta agora aquilo que é mais difícil: essas áreas onde o conflito se dá não só contra o grande fazendeiro, mas se dá contra o pequeno produtor, que, muitas vezes, foi iludido pelo Estado brasileiro e não tem culpa nenhuma.

Então, tudo isso, insisto com o senhor, tem consumido de nossa parte uma dedicação muito grande, uma negociação, uma busca da solução. Nós sabemos dos problemas da saúde indígena, nós sabemos dos problemas... Isso me agrada muito, Dr. Reginaldo e Senador, essa proposta de uma mesa que pense o futuro. A última frase da sua apresentação é o que mais me interessa: é como permitir que o povo cinta larga, daqui para frente, desenvolva sua vida com dignidade, sem a dependência, sem a presença do maldito garimpo ilegal nas suas terras. Isso é, de fato, a tarefa que mais levo daqui, levando em conta, de fato, um passado de muitos erros nossos, mas levando a decisão de que nós vamos ter que trabalhar fortemente nessa condição.

Vou levar ao Ministro da Justiça, vou levar à Presidenta Dilma essa questão e vou levar – aqui estão a Drª Carolina e o Bruno, ambos da Funai – também à Funai essa questão do desenvolvimento de um plano sustentável de apoio para esse povo. Já existem iniciativas que a Carolina vai mostrar aqui, mas nós temos que dinamizar muito as iniciativas, para que esse povo tenha de fato a sua cultura preservada, o seu trabalho e acima de tudo a sua vida e dignidade.

Portanto, Senador, mais uma vez, eu o agradeço muito e o cumprimento. O senhor faz jus à sua história ao tomar essa iniciativa, ao aceitar criar esse espaço de discussão.

Deixo aos companheiros cintas-largas o meu compromisso pessoal e do nosso Governo em tratarmos com atenção e a intensidade que merece essa causa, porque o que está em jogo é a vida da nossa gente.

Era isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Exmº Ministro Gilberto Carvalho pelas suas colocações e pela sua presença aqui conosco. Transmita à Presidenta Dilma os nossos agradecimentos pelo trabalho que o Governo faz na tentativa de resgatar essa dívida que todos nós temos com os povos indígenas. É uma dívida que todos nós a herdamos, e ela faz parte da vida do povo brasileiro.

Passo a palavra à Drª Carolina Comandulli para fazer as suas colocações.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Eu só queria salientar que ficará aqui o Dr. Tiago, que é antropólogo, e faz da minha equipe na Secretaria-Geral. Ele continua aqui na reunião como presença da nossa Secretaria.

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Boa tarde a todos e a todas!

Em nome da Funai, também gostaria de agradecer o convite. Infelizmente não pude assistir ao vídeo, mas, após as falas, eu já adianto que nós temos também muita esperança nos resultados desta audiência, tendo em vista que nós queremos também, a partir daqui, construir ações cada vez mais articuladas, cada vez mais consistentes para atender às demandas do povo cinta-larga.

Farei uma breve apresentação das ações da Funai junto ao povo cinta-larga, mas, antes de eu iniciar especificamente as ações da Funai junto ao povo cinta-larga, eu gostaria – pode passar o próximo eslaide – de fazer uma breve contextualização da situação atual da Funai, da atuação da política indigenista.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Drª Carolina, permita-me interrompê-la por um minutinho? *(Pausa.)*

Gostaria de convidar o Deputado Carlos Magno para fazer parte da Mesa.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Senador, obrigado pela deferência, mas eu estou bem aqui. Depois eu quero fazer algumas minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida, sem dúvida. Agradeço a sua presença conosco.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Obrigado pela preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Obrigado, Drª Carolina.

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Eu gostaria de falar um pouco do contexto atual da Funai, resultado de uma reestruturação que vem ocorrendo desde 2009.

Como todos sabem, em 1988, houve uma mudança de paradigma da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas. O art. 231 da Constituição Federal traz esse marco relativo à mudança da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas.

Antes desse período, a missão do órgão indigenista oficial era de assistência e tutela aos povos indígenas, que eram considerados relativamente incapazes, pois eles não podiam responder por si. E, ao mesmo tempo, a atuação do órgão indigenista oficial era prestar assistência aos indígenas de forma paternalista, como se tivéssemos que protegê-los, mas de forma a impor e colocar os nossos valores acima dos deles, uma vez que eles não tinham voz. Isso aconteceu em 1988. Desde então, o órgão indigenista oficial, a Funai, vem se adequando a essa nova realidade: pensar uma nova política indigenista.

Em 2009, finalmente, com a reestruturação da Funai, há uma adequação da missão institucional do órgão indigenista do Estado brasileiro. Se antes a atuação da Funai era voltada à tutela e ao assistencialismo, hoje a atuação da Funai é voltada à promoção e à proteção dos direitos dos povos indígenas.

Outra mudança crucial refere-se ao papel da Funai como órgão articulador e responsável pela coordenação da política indigenista brasileira. Por que dou ênfase a isso? Porque, por muito tempo, muitas décadas mesmo, o órgão indigenista oficial brasileiro, a Funai, executava todas as ações que ocorriam em terras indígenas. Ela era responsável pela saúde, ela era responsável pela educação, ela exercia o poder de polícia dentro das terras indígenas, e assim por diante. Mas, ao longo da década de 90, essa estrutura foi-se alterando e, na atualidade, muitas ações da Funai são articuladas e sensibilizadas juntamente com outros órgãos e com a sociedade quanto à necessidade de se defenderem os povos indígenas, de se fazerem respeitar os direitos dos povos indígenas, que são povos que hoje têm a sua diversidade cultural reconhecida pelo Estado brasileiro, mas que até pouquíssimo tempo atrás isso não acontecia. Hoje, o objetivo do Estado brasileiro é integrá-los.

Quando a gente fala hoje em termos políticas diferenciadas que visem à sustentabilidade do povo cinta-larga, a gente está olhando para novos pressupostos da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas. Eu acho que é muito importante deixar isso claro. Hoje nós olhamos para a promoção da autonomia dos povos indígenas e para a sustentabilidade de suas terras.

Essa é uma mudança que, evidentemente, é de responsabilidade de todos, e não se efetua rapidamente a partir de uma relação estrutural que foi construída dentro do Estado brasileiro. Então, nesse sentido, no que diz respeito especificamente à reestruturação, antes, porém, ainda voltando à questão da sustentabilidade, eu acho que é importante ressaltar que também o órgão indigenista oficial brasileiro por muito tempo promoveu atividades não sustentáveis no interior de terras indígenas de forma lícita, inclusive para gerar renda para o órgão, como é o caso do arrendamento das terras indígenas, quando havia serrarias instaladas dentro de terras indígenas; hoje a gente tem esse olhar da sustentabilidade, essa mudança nas estruturas do Estado brasileiro.

Quero enfatizar isso e me reportar à reestruturação da Funai. Para terem uma ideia da dimensão dessa mudança, que é a atualização da missão institucional, em 2009, o que chamamos hoje de Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável da Funai, antes era Diretoria de Assistência. Então, havia uma atuação assistencialista e paternalista em relação aos povos

indígenas. A partir de 2009, então, temos uma diretoria que visa à promoção do desenvolvimento sustentável. No caso da antiga Diretoria de Assuntos Fundiários, hoje ela se chama Diretoria de Proteção Territorial.

É interessante colocar isso também para o Procurador Reginaldo, que pode se perguntar onde estão as ações de proteção. Por muito tempo, houve muita repressão e pouca proteção. E hoje nós estamos trabalhando na geração de ações e diretrizes que visem à proteção de forma mais ampliada desses territórios, incluindo o engajamento ativo dos povos indígenas nessas ações.

Outra estrutura importante da reestruturação da Funai são os comitês regionais, que ainda estão sendo instalados, mas que são instâncias participativas paritárias junto aos povos indígenas, para planejamento, além das coordenações técnicas locais, que são as nossas unidades mais próximas às terras indígenas.

Quais são os desafios que a Funai enfrenta hoje em termos da sua reestruturação? São vários. Eu citarei apenas quatro, para dar destaque aqui e compartilhar com todos. Um deles é o entendimento por parte da sociedade sobre a nova missão institucional da Funai.

Como eu disse antes, por muito tempo a instituição indigenista era responsável pela totalidade de ações e respondia em nome dos indígenas. Então, até hoje, tudo o que acontece relacionado à questão indígena a Funai é acionada, seja saúde, seja educação. Querem que a Funai, muitas vezes, ainda responda pelos povos indígenas, mas ela já não tem mais esse o papel. Há a participação efetiva dos demais entes Federados e de outros órgãos da própria Administração Pública Federal na a execução da política indianista.

Então, a Funai não é mais o órgão primordial na execução da política indigenista. Nesse sentido, na execução em campo federal, digamos, existem vários ministérios que também têm recursos para serem aplicados na questão indígena, como – cito alguns exemplos – o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Temos feito parceria com esses Ministérios, pois são órgãos que têm orçamentos voltados para os povos indígenas. Enfim, a gente pode, inclusive, a partir desse diálogo, pensar em uma articulação mais fortalecida. Mas não apenas a União, como também os Estados e Municípios são também responsáveis em relação à questão indígena. Então, também esse é um marco que diferencia nossa atuação de pouco tempo atrás quando as coisas eram diferentes.

Enfim, outro desafio é a estruturação das nossas coordenações regionais e coordenações técnicas locais da Funai. Então, só para registrar, no caso dos cintas-largas, com a reestruturação da Funai, em 2009, nós temos duas coordenações regionais que atendem ao povo cinta-larga: a Coordenação Regional de Juína e a Coordenação Regional de Cacoal. Sabemos que ainda são estrutura que ainda devem ser fortalecidas, as nossas coordenações regionais, sobretudo, as nossas coordenações técnicas locais, que são unidades que devem estar mais próximas das terras indígenas.

Também temos que capacitar os nossos servidores. O Procurador Reginaldo, fez menção a um discurso de um servidor que se sobrepôs ao indígena, enfim, que foi desrespeitoso, discriminatório. De fato, nós temos uma cultura neste País que, por conta dessa relação, que antes nos colocava como civilizados e era abertamente discriminatória em relação aos povos indígenas, hoje, nós ainda temos muitos resquícios disso. Como eu digo, é uma mudança de tamanha magnitude que não se opera automaticamente na prática. E, nesse sentido, nós precisamos, sim, poder capacitar nossos servidores, mas não apenas os nossos servidores, como também os de outros órgãos do Estado para que todos nós nos atualizemos à luz dessa nova política, pautada pelos novos princípios colocados para a nova política indigenista.

Bom, aqui eu vou repetir um pouquinho algumas questões, mas eu fiz uma pequena contextualização para também inserir a perspectiva da Funai, no que diz respeito às ações da Funai junto ao povo cinta-larga até chegar à atualidade.

O contato do povo cinta-larga deu-se no século XX. E a região tradicionalmente ocupada pelo povo cinta-larga tem sido, desde então, alvo de muitas intervenções, tendo em vista tanto a expansão nacional quanto aos interesses nos recursos naturais existentes dentro das terras indígenas cinta-larga, especialmente madeira, minério – isso, sobretudo, a partir da década de 40, do século passado.

A Funai possui ação de combate aos ilícitos naquela região, desde a década de 70. Em 1980, foram instalados oito postos da Funai na região tradicionalmente ocupada pelo povo cinta-larga e, nesse período, se iniciou o trabalho de demarcação das terras indígenas cinta-larga, juntamente com ações de fiscalização.

Mesmo já tendo sido dito, eu vou repetir, há quatro terras indígenas cintas-largas situadas nos Estados de Mato Grosso e de Rondônia, que foram demarcadas na década de 90. Essas terras indígenas, demarcadas na década de 90, são o resultado do trabalho que se iniciou na década de 80, são as terras indígenas do Parque do Aripuanã, Roosevelt e Serra Morena, compondo cerca de 2,7 milhões de hectares, aproximadamente 30 aldeias.

A exploração de diamantes tem início no final do século XX, e incide nas terras indígenas do Par-

que do Aripuanã e Roosevelt. Desde o início da exploração de diamantes, diversas foram as iniciativas e operações para o fechamento do garimpo, com várias configurações.

Bom, então, nesse sentido não dá para a gente colocar exatamente que houve uma omissão da parte do Governo Federal, porque nós temos inúmeros relatos das iniciativas e das operações que foram realizadas para se buscar o fechamento do garimpo, então, a gente tem inúmeros exemplos de envolvimentos de vários órgãos, não só federais como estaduais também, posso citar aqui evidentemente a Polícia Federal o Ibama, o DNPM, a Funai e isso se deu em diversas configurações. Enfim, o garimpo fechou e foi reaberto inúmeras vezes. Por vezes, tínhamos operações mais articuladas, por vezes inclusive a Funai, juntamente com o guerreiro cinta-larga, fechou o garimpo. A exemplo disso, nós temos no ano de 2013 inclusive. Enfim, foram diversas as configurações entre a abertura e o fechamento do garimpo, além do fato de que, em alguns momentos, os próprios órgãos entrarem em conflito entre si, os órgãos de Estado, tanto que, por vezes, houve rompimento de diálogo com o povo cinta-larga nesse contexto de tencionamento, gerado em função do Garimpo Laje.

Em 2002 foi criado, também em resposta a essa situação, o plano emergencial para proteção das terras e apoio socioeconômico aos índios cintas-largas. Esse plano foi resultado de um plano conjunto da Funai, do Ibama, da Procuradoria da República e da Secretaria de Direitos Humanos. Como resultado desse plano, a Funai constituiu um grupo-tarefa, composto por cinco servidores que, juntamente com outros órgãos de Estado, realizou levantamento dos danos causados pelo garimpo.

Então, vou citar várias iniciativas, mas essa foi uma das primeiras iniciativas que já estava buscando um olhar para o apoio socioeconômico. No entanto, nós sabemos que essas iniciativas não foram exitosas e efetivas à época. Porque a ênfase, por muito tempo, foi na atividade de combate aos ilícitos e não tanto nas ações de desenvolvimento sustentável na área.

Em 2003, como resultado de uma CPI, diversas pessoas foram presas em função do garimpo, entre elas servidoras públicas e indígenas.

Em 2004, há o massacre dos 29 garimpeiros e o Governo Federal cria, então, um grupo operacional para fazer cessar a atividade garimpeira em terra indígena. O que dá início à operação Roosevelt, sob a coordenação do Departamento Nacional de Polícia Federal.

Então, já é um outro grupo que é criado, também uma outra tentativa em resposta à situação do garimpo.

Tendo em vista as constantes retomadas da atividade garimpeira, mesmo com a atuação do grupo operacional, a Funai promoveu um diagnóstico participativo para identificar alternativas à atividade por meio de plano de salvaguardas para um povo cinta-larga.

E, em 2010, a Funai constroi junto aos indígenas cinta-larga, o Projeto Laje, visando ao atendimento das demandas dos indígenas para a desativação do garimpo.

O Projeto Laje, criado em 2010, tinha, em sua concepção, a composição de ações voltadas a atividades sustentáveis, porque evidentemente se o garimpo gera renda, e nós sabemos que ele gera renda, mas gera renda só para alguns, é necessário que haja alternativas. Então, o Projeto Laje não olhava só para o aspecto da proteção territorial, mas, sim, para um conjunto de atividades sustentáveis para que o povo cinta-larga se engajasse e, enfim, assim, cessasse a atividade do garimpo.

Nesse contexto, um dos exemplos é a constituição de grupo de vigilantes indígenas do território em apoio às atividades de monitoramento territorial. São grupos de guerreiros indígenas que recebem auxílio financeiro para fazerem o monitoramento das terras indígenas. Essa atividade ela é rotativa, ou seja, vários indígenas, de várias aldeias são beneficiados com essa atividade, isso desde 2010. Mas, sempre que a atividade do garimpo fora retomada cessava o pagamento desse auxílio aos vigilantes indígenas.

Aqui temos um quadro de gastos com ações de monitoramento territorial pela Funai, de 2008 a 2013, e é um gráfico que reflete, por um lado, o gasto geral da Funai. Nós temos um orçamento bastante tímido para ações de monitoramento territorial e reflete, nesse quadro, a parte em azul é a porcentagem do orçamento anual da Funai, para ações de monitoramento territorial, que foi dispendido com o monitoramento das terras indígenas cinta larga.

Em média, a Funai tem dispendido de 2008 a 2013 R$600 mil por ano e considerando que nós temos cerca de 700 terras indígenas no País para fazermos o monitoramento e demais ações. É bastante considerável o gasto que tem sido feito, levando em conta, claro, a capacidade e o orçamento de que a Funai dispõe.

Isso é no campo do monitoramento territorial da proteção territorial. Então, aqui, eu gostaria, já para ir finalizando, de falar um pouco sobre as ações de promoção ao desenvolvimento sustentável que vêm sendo desenvolvidas. E, nessa perspectiva que eu coloquei para os senhores no início, da mudança, enfim, da perspectiva da política indigenista e da reestruturação da Funai, nós temos aqui um reflexo disso, que é a meta do nosso Plano Plurianual de 2012 a 2015, que

visa à estruturação de oito arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando ao estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda.

Então, só para fazer um parêntese nesse processo de reestruturação, finalmente, no ano passado, na Funai foi criada uma coordenação específica que trata da geração de renda para povos indígenas. Esse foi um debate que por muito tempo não foi feito, até por conta da visão tutelar anterior e protecionista e que precisa ser enfrentada.

Bom, quais são as alternativas econômicas sustentáveis possíveis para serem realizadas junto aos povos indígenas, conforme as demandas deles, que eles possam realizar essas atividades de forma autônoma, conforme seus anseios, mas que o Estado possa estar apoiando essas atividades de forma sustentável, visando à proteção territorial das terras indígenas?

Então, um exemplo do fortalecimento desses arranjos produtivos é a cadeia de valor da castanha, e uma das ações piloto que temos é justamente nessa região, que é o aprimoramento da cadeia de valor da castanha da Amazônia no corredor tupi mondé e tupi cauariva, que envolve, entre outras etnias, a etnia cinta larga. E a Funai, também, em novembro/dezembro de 2013, dando seguimento a esse trabalho, que é incipiente ainda, é fruto do PPA 2012 e está colado a essa coordenação de geração de renda. Ela realizará uma rodada de articulação de parcerias locais, percorrendo ambos os corredores.

Aqui nós gostaríamos de dar um destaque para a Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer (Copavan), de Juruena, à qual são filiadas várias etnias, e, a partir dali, então, fazendo a venda da castanha.

Aqui já trazendo um pouco mais para números, as ações de etnodesenvolvimento, apoiadas pela Funai, de 2010 a 2012. Ali, nas terras indígenas cinta larga, são alguns exemplos, de 2010 a 2012, tanto incentivo aos cultivos, contratação de máquinas, aquisição de ferramentas, aquisição de equipamentos agrícolas para coleta da castanha, uma série delas estão voltadas justamente a essas cadeias de valor. O projeto Chicaba, que é um projeto que apoia iniciativas das mulheres cinta larga. Orçamento para produção de alimentos, apoio à cadeia produtiva da castanha da Amazônia e incentivo ao cultivo e apoio à coleta de castanha da Amazônia. Ou seja, de 2010 a 2012, um orçamento mais ou menos na faixa de R$840 mil.

E aqui as nossas ações de etnodesenvolvimento previstas para 2013, entre elas, já avançando nesse trabalho com a castanha, a implantação dos galpões de armazenamento e de mesas de secagem; o recurso já está descentralizado para a nossa regional, que vai executar até o final do ano. Enfim, incentivo à agricultura tradicional cinta larga, apoio ao cultivo de roça, apoio à cadeia produtiva da castanha e do látex, criação de animais, rodada de articulação de parcerias locais da cadeia de valor da castanha. Isso no caso de ações que a Funai está apoiando, cerca de 240 mil este ano. E também, no que diz respeito a parcerias, acho que aqui neste fórum é importante a gente ressaltar a relevância das parcerias para agregar. Como coloquei, o Orçamento da Funai é um orçamento pequeno e, ao mesmo tempo, enfim, com o fato de a gente poder ter as parcerias federais, mas também parcerias de cooperação internacional, e aqui também o apoio do BNDES é muito valoroso, inclusive emendas parlamentares. Acho que a gente pode unir esforços para poder avançar no desenvolvimento de um plano de vida cinta larga das ações para o povo cinta larga.

Finalizando, então, só pincelar algumas outras ações no campo social e de fortalecimento comunitário que a Funai tem apoiado. Desde 2011, a Funai apoia o projeto de educação para a sustentabilidade dos povos indígenas suruí e cinta larga, saquirabiara, apurinã e aicanãs, que contempla desenvolvimento de ações educativas que favorecem o enfrentamento e a superação de problemas decorrentes do envolvimento das comunidades com práticas nocivas ao meio ambiente, além do uso de álcool e outras drogas.

Bom, o objetivo ainda dessa iniciativa é complementar e orientar a formação de professores indígenas para atuarem como pesquisadores e multiplicadores de práticas sustentáveis, compreendendo a prática educativa relacionada a atividades e projetos de cunho comunitário.

Uma outra ação também que a gente realizou no passado; a gente apoiou, na verdade, uma ação cívico-social em parceria com a Secretaria Especial de Saúde Indígena, com enfoque no atendimento de saúde. Para este ano, nós já estamos planejando um novo apoio numa outra ação cívico-social na região, que inclusive estará voltada para acesso a benefícios, documentação, e também desde 2011 a regional da Funai tem buscado fazer articulações com a Senar para capacitação de indígenas ali na região.

Colocando aqui e olhando para o futuro, porque acho que o nosso enfoque aqui é a gente poder olhar para o futuro e ver como de forma integrada a gente pode avançar. Temos algumas sugestões, que a gente coloca para todos aqui. Uma delas é prosseguir na elaboração participativa e execução de projetos de etnodesenvolvimento embasados nos princípios de sustentabilidade, apoiando as atividades extrativas e as lavouras, assim como fortalecendo os projetos que envolvem as mulheres cinta larga; organizar as ofici-

nas de análise da cadeia de valor e da estratégia de melhoria para a castanha da Amazônia, incluindo as quatro terras indígenas cinta larga; mobilizar parceiros e intensificar os intercâmbios entre as etnias envolvidas na cadeia de valor da castanha; ampliar o acesso a políticas de compras públicas para o programa de aquisição de alimentos e a política nacional de alimentação escolar, em parceria com os governos estaduais e prefeituras, e fortalecimento das atividades junto ao BNDES e o Petrobras Ambiental.

Nesse sentido, o PAA já está... Algumas comunidades já vendem seus produtos ao PAA, mas acho que é uma ação a ser fortalecida, em parceria com Estados, Municípios e Ministérios.

Dar continuidade ao processo de planejamento da gestão ambiental e territorial das terras indígenas cinta larga em Rondônia e Mato Grosso, e, evidentemente, o fortalecimento da Funai sede e da coordenação regional por meio de concurso público, aprovação de plano de carreira e maior dotação orçamentária. Isso é fundamental para a gente poder ter fôlego, e também construção de emendas parlamentares para apoiar as ações voltadas ao povo cinta larga.

Bom, gente, eu teria mais a falar, mas sei que já me estendi, mas quero só reforçar nossa disposição e também a nossa preocupação, evidentemente, com o povo cinta larga, como temos preocupação com todos os povos do Brasil, mas também reforçando e colocando a situação estrutural em que a Funai se encontra. Às vezes, a gente não consegue ter pernas para estar em todos os lugares ao mesmo tempo e nós temos muitas prioridades neste País no que diz respeito à questão indígena, e colocar a abertura da Funai para nós construirmos, enfim, um novo capítulo – vamos colocar assim – nessa história.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Drª Carolina, pelas suas colocações.

Nós, então, entendemos que, junto com a Funai, nós teremos apoio dos demais Ministérios para atuarem nas aldeias indígenas, Drª Carolina, MDA, Agricultura, da Pesca, dos Transportes, aquilo que, dependendo da ação, vai direto com o Ministério afim e já estão tendo orçamento específico para atuar nas questões indígenas. É mais ou menos essa...?

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Vou dar um exemplo concreto: a atuação que estamos tendo no Rio Grande do Sul, que é no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Há uma ação da Funai junto com o MDA e o MDS, em que este entra com recurso de fomento, atividades produtivas via cartão do Bolsa Família, e o MDA entra com apoio à assistência técnica, um recurso para assistência técnica diferenciada dentro das terras indígenas.

Enfim, a Funai acompanha todo o processo, já que é articuladora da política indigenista. A gente acompanha, ajuda a construir no âmbito regional e ajuda a fazer as capacitações.

Foi lançado esse edital. A Emater do Rio Grande do Sul venceu. E nós estamos contribuindo com o processo de capacitação. E agora cerca de 1.500 famílias indígenas no Rio Grande do Sul serão beneficiadas por esse pacote, serão desenvolvidos projetos específicos para esses núcleos familiares pela Emater do Rio Grande do Sul, com enfoque diferenciado e com o acompanhamento da Funai.

Então, esse é um exemplo de articulação.

A gente costuma acompanhar sempre, estar junto, dando o reforço das nossas unidades regionais e, muitas vezes, a contrapartida dos projetos. Mas a gente tem buscado compor junto a outros órgãos iniciativas de apoio aos povos e às terras indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Drª Carolina.

Nós estamos debatendo, discutindo agora no Senado a criação da Anater (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Este processo está conosco? A relatoria está conosco.

Anote para verificar se temos, dentro da Anater, a previsão de um departamento ligado ao índio. Se não tiver, teremos que criar dentro da Anater um departamento que venha dar assistência técnica ao índio, sem termos que repensar lá na frente. Vamos fazer isso agora na criação da Anater.

Anote para que eu não me esqueça.

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Somente um esclarecimento, Senador. A discussão da terra indígena já ocorre no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E a Funai tem participado dessas discussões também.

Então, a gente tem buscado sensibilizar, nesse campo, sobre a diferenciação das políticas de assistência técnica rural aos povos indígenas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Passo a palavra ao Deputado Carlos Magno.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Só para adiantar sobre essa questão da Anater. Vou pedir ao Relator que não altere a matéria, porque vamos entrar no ano político. E o sonho do extensionista é realmente ter uma agência que concentre todas as atividades de assistência técnica e extensão rural neste País e o Governo possa investir mais recursos.

Então, ela abrange todos os níveis de produção e está contemplada. Inclusive há uma emenda do Senador Pedro Simon que está colocando os Municípios como interessados no Conselho de Administração. Houve um convencimento da CNM, do seu Presidente, Paulo Ziulkoski, para desistir e não criar um empecilho com relação a essa questão da assistência técnica.

Primeiro, gostaria de parabenizar o Presidente, Senador Acir Gurgacz, que é do nosso Estado de Rondônia, o qual represento também, ele representando os Senadores e eu os Deputados Federais. Temos a presença do Procurador-Geral da República, Dr. Reginaldo, que é um incansável defensor desse povo cinta-larga, que pegou isso como exemplo para mostrar para o País todo.

Tomara que tenhamos uma Funai nova, sem o cinismo do ex-Presidente, viu, Dr. Reginaldo? Ele fazia isso não era só com procurador, não, porque, nesta Casa, diversas vezes foi aprovado requerimento, tanto no Senado quanto na Câmara, pedindo a presença dele, e ele só vinha cumprindo, a partir do momento em que se convocava o Ministro da Justiça. Ele nunca esteve presente. E o seu cinismo era tão grande! Ele tinha um olhar tão distante como as suas ações à frente desses povos indígenas.

E eu gostaria de dizer aqui, Carolina, que em 2014 e 2015 não adianta discutir as ações da Funai se esta realmente não assumir o seu papel. Não adianta a Funai esvaziada virar uma demarcadora de terras indígenas. E é isso que está acontecendo. Isso não pode ser debitado.

Eu às vezes pago pela minha... sou da base do Governo, voto pela minha consciência, mas tem coisas que não aceito. Está aqui o representante do Ministro Gilberto Carvalho. Se ele estivesse aqui eu diria que o débito não é do povo brasileiro, o débito é da soma dos erros dos governos e do Governo atual, que está deixando no abandono os cinta-larga e os povos deste País, tirando-os de seu *habitat* natural, querendo, com laudos antropológicos muitas vezes fraudulentos, mudá-los de região. E eles estão retornando às suas origens, como nós temos os povos amandaua, de Mirante da Serra.

Essa capacidade de termos sentado à mesa... Que bom se a reciclagem os funcionários da Funai fosse conhecer a vida desses povos indígenas; sair de seus gabinetes e ir lá conhecer, como nós vamos. O Senador vai às aldeias, o procurador também, para conhecer a realidade desses povos que querem integrar esse mundo diferente, querem cursar o 3º grau, querem produzir.

Eles não querem – como ninguém quer – esse benefício do Bolsa Família. Isso é humilhante para esses povos. Será que o problema dos povos indígenas é terra? Ou área antropizada?

Eu vi, no Rio Grande do Sul, índios embaixo da lona esperando a desocupação de uma área de mais de cem anos, documentada, onde não há um árvore sequer. Para quê? Para arrendar terra? E você vê os povos cinta-larga com área antropizada que não podem trabalhar porque não têm condições. É uma loucura para colocar uma emenda para esses povos poderem trabalhar.

Você vai às comunidades indígenas e eles, na produção de farinha, que é elementar na nossa região, Procurador Reginaldo, não têm segurança alimentar, mas têm qualidade na sua produção! Até os equipamentos são todos de madeira construídos pelos povos indígenas. Querem colocar uma emenda para construir uma fábrica de farinha? é uma loucura!

A produção de peixes que eles têm... O atravessador toma o dinheiro do índio com a maior facilidade, porque ele não tem direito de comercializar o produto direto com o consumidor. Ninguém dá uma nota fiscal para os índios, ninguém dá um reconhecimento do SIE, do SIM ou do SIF, porque a intervenção do branco junto aos povos indígenas, a Funai e o Governo veem isso como uma interferência direta.

Há o roubo de madeira dentro das áreas indígenas. Roubam entre eles, nos latifúndios, e não vão roubar nos povos indígenas? Por que o índio não tem direito de fazer o seu plano de manejo acompanhado pela Funai? A renovação da floresta. A árvore madura precisa sair da mata para que dê condições de reforma da mata, porque a mata madura não produz o carbono necessário. Por que eles não têm o direito de vender e a Funai acompanhar essa questão da comercialização do crédito de carbono?

Agora o Governo pega uma floresta nacional e a licita para madeireiros que têm a sua atividade, porque há madeireiros responsáveis. Tem o madeireiro, tem o cerrador de pau; é preciso saber a diferença. Existem órgãos para fiscalizar isso aí. Por que ele dá a floresta nacional para ser renovada, para explorar o plano de manejo, e não dá para os pobres indígenas? Essa questão do diamante que está aqui, gente! Isso nunca parou de ser explorado lá. Pode formar grupo, pode formar barreira. Isso aqui, o procurador tem sido um denunciante constante dessa prática, do ilícito cometido. Mas por quem? Pelo homem branco. Está certo. Mas esse povo não está ausente das decisões deste País, não. Este povo tem a oportunidade de vir a este Congresso Nacional e representar seu povo, sua classe, por que não tem?

Agora, por que a Funai não volta e restabelece a sua condição?

Eu estou aqui. Olha, eu vou dar informações aqui para vocês e vocês vão ouvir. Vocês estão falando aqui em outros ministérios para dar assistência à saúde, para dar assistência à educação. É esse que é o problema. Pega o dinheiro e põe no caixa. Inventa tanto caminho que, quando chega ao índio, chega a miséria de R$40 mil para um povo indígena de uma comunidade, de uma aldeia fazer benefícios na sua comunidade. Isso é... Quem coloca um recurso desse são pessoas que não conhecem a realidade dos povos indígenas.

Está aqui Dourados, Mato Grosso do Sul, que foi dito aqui pelo Ministro. Nós temos lá, Senador Acir, procurador e Funai, que talvez não tenham conhecimento. Em Dourados – em Dourados! –, onde está acontecendo um confronto! Porque o que está acontecendo? Quando diz aqui o Ministro Gilberto Carvalho que os povos estão se enfrentando porque não respeitam suas tradições, não é isso. É o papel da Funai que virou um órgão demarcador de terra, que não é... A dívida do índio com relação à terra e as políticas públicas do Governo está escrita na Constituição, é só ler e obedecer.

Onde o índio passou, há 200 anos lá, que quem tem documento, desde que seja um laudo antropológico que tenha veracidade, que tenha assinatura do Governo do Estado, do Município... Porque vocês querem a participação dos Municípios e dos Governos dos Estados, mas, em qualquer reunião que faz, a Funai nunca está presente. Dá vergonha, gente, as estruturas da Funai! Pelo menos no nosso Estado de Rondônia. Vai em Porto Velho, vai no riozinho lá, as estruturas que são destinadas às pessoas que estão trabalhando, os técnicos, os administrativos! Senador Acir, tem tempo de cair em cima dos funcionários!

Não há renovação, não há concurso, não há reciclagem, não há ânimo, não há orçamento. Sabe por quê? O orçamento está aqui; se não está lá para contratar equipes, grupos de demarcação de terras para elaborar laudos, muitas vezes não reais... Entendeu?

Eu vou dizer alguns números, onde está tendo recurso aqui – por isso que não está indo para a Funai. Tem lá, em Dourados, uma missão evangélica Caiuá – é isso? –, Roney Márcio Pessoa, de 2010, tem um convênio de 2009, para a área de saúde, está aqui, Ministério da Saúde: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, quatorze, quinze, dezesseis, dezessete, dezoito, dezenove, vinte, vinte e três, vinte e quatro convênios. Sabe para quê, Senador? Vinte e quatro convênios de 2011 – tem um aqui só, de 2009 –, não tem nenhum convênio abaixo de R$15 milhões relacionado aqui. Um total de R$744 milhões, para uma entidade apenas, para apoiar a execução de ações complementares de ações da saúde aos povos indígenas, incluindo ações de fortalecimento do controle social na saúde indígena, apoio ao processo de educação permanente para trabalhadores de saúde indígena, bem como outras ações. É tudo isso aqui. É quase um bilhão de reais.

Sabe quanto tem pago? Seiscentos e vinte e quatro milhões de reais. Aqui está o dinheiro que falta para eles...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É dinheiro da União, Deputado?

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Aqui é tudo do Ministério da Saúde. Isso aqui é só do Ministério da Saúde. É o que a Drª Carolina colocou aqui: os outros Ministérios, eles têm o papel de fazer as políticas públicas do Governo junto aos povos indígenas.

Aí você vai em São Paulo, Florianópolis, tem mais um monte aqui, da Rubens Belfort, da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, tudo na saúde indígena. Tem mais aqui 393, vai dar em quase R$300 milhões, lá para São Paulo. Para Florianópolis, também da saúde indígena, está lá, mais R$51 milhões.

Isso aqui é só para fazer saúde. E de educação? E de social? Entendeu? É isso. É por isso que a Funai está da maneira que está.

Infelizmente, Senador, quando o procurador vem pedir socorro – olha, eu faço parte da discussão lá na Câmara Federal sobre a questão indígena –, quando surgiu o primeiro requerimento na Comissão de Agricultura, eu disse: vamos sentar e buscar um acordo para não virar o Código Florestal que foi no passado, as questões ideológicas sobrepondo as questões técnicas. E está no que está. É pior ainda do que está acontecendo. Eu não vou dizer aqui. Eu sou contra a implantação da 215. Eu sou da Frente Parlamentar da Agropecuária. Eu sou um pequeno produtor, o senhor sabe disso. Eu estou lá para defender o pequeno produtor, da agricultura familiar. Lá não tem, não. O que eu tenho contra esse povo aqui? O que a Frente Parlamentar tem contra esses povos?

O débito deles, a dívida deles está aqui somada, o total, na Constituição. Vamos buscar isso aqui. Vamos respeitar a Constituição e buscar isso aqui.

Eu acho que o foro ideal não é estar, na 215, discutindo questão indígena, direitos do... Ninguém está discutindo aqui os direitos dos indígenas, querendo diminuir os direitos dos povos indígenas. Nós queremos somar e levar uma solução para isso.

Então, é o seguinte: eu continuo dizendo que não adianta querer transferir essa dívida, que não é dos povos, não; é dos governos. Ela vem acumulada, a culpa não é só deste Governo. Mas, com ideologia, do jeito que está se discutindo esse assunto, nós não vamos conhecer a realidade dos povos indígenas deste

Brasil. Talvez vocês conheçam no âmbito de gabinete e visitando algumas aldeias. Mas a maioria que tem o papel de decidir, talvez não tenha essa decisão das políticas que têm que ser criadas para o futuro melhor para esses povos.

Dr. Reginaldo, está de parabéns. Eu acho que Rondônia, nós somos lá... Eu não entendo aquilo, e aí eu gostaria, Drª Carolina, de me explicar. Está aqui. Tem tanto coordenador local, regional; o índio de Porto Velho está ligado ao coordenador de Ji-Paraná; o índio de Cacoal está ligado a um coordenador lá de Mato Grosso. É tão distante o poder decisório da dificuldade dos povos que você acaba não encontrando ninguém. Quantas reuniões indígenas que nós fomos lá, e não tinha uma pessoa da Funai. Por quê? Eu lembro, o Dr. Sérgio não deixava ir. Por mais boa vontade que o técnico tivesse... É Sérgio o nome dele? Ele era de um cinismo tão grande que eu não fiz nem questão de...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Márcio Vieira.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Eu não fiz nem questão de identificar o nome dele. Só nas reuniões que eu trato desse assunto. Então, doutora, quando o Senador traz uma audiência pública, o esforço que fizeram para trazer seis índios, entendeu? A Funai trouxe tantos aqui a pouco tempo atrás, por que não contribuiu para trazer esse povo que vem mostrar as suas dificuldades? Alguém trouxe, porque ninguém coloca dois mil índios, mil índios, igual invadiram o Congresso Nacional por seus direitos, puseram aqui em Brasília. Trouxeram seis índios aqui com uma dificuldade para dizer as dificuldades que eles vivem lá. Entendeu? Então, nós estamos somados a isso. Estamos somados a isso. O Procurador é testemunha disso. Todas as vezes que somos convocados, se não podemos ir, mandamos um representante para conhecer o problema. Nós estamos dentro das aldeias também conhecendo os problemas. Entendeu?

Aqui tem, na Comissão, essa questão mineral. O Deputado Padre Ton presidiu uma comissão aqui. Viajou a alguns países do mundo, inclusive da América do Sul, que já está bem à frente do Brasil com relação a essa questão mineral dentro das áreas indígenas. Eu não sei a conclusão, ainda não soltaram o parecer final da conclusão do trabalho deles, o relatório final, mas serve de alguma experiência. As experiências estão dando certo lá fora. Eu espero que nós possamos ter uma atenção especial.

Estão aqui os cintas-largas, representando todos os povos indígenas, quase um milhão de índios neste País, que têm seus direitos. Novamente eu digo: está anotado, debitado e somado pela Constituição Brasileira.

Então, essa era a minha participação. E me desculpem um pouco o desabafo, porque quando se fala em um assunto tão... Fala como desabafo. É dessa maneira que eu me manifesto, não tem como. Gostaria que esse recurso aqui tivesse um atalho para chegar à condição de melhorar a vida desse povo. Não fosse dessa maneira, para chegar a beneficiar, porque, pelo dinheiro que tem aqui, viu, Dr. Reginaldo?, pelo dinheiro que os Municípios têm, que os Estados têm para a saúde, os índios eram para estar bem tratados se esse dinheiro chegasse lá nos povos indígenas para atender a necessidade dos povos indígenas, pelo número e volume de recursos que é liberado pelos outros ministérios, que a Funai infelizmente entende ser a saída. Vai continuar sendo ela a marcadora de terra, a determinar as políticas públicas para o índio, mas outros vão executar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado pela sua contribuição, Deputado Carlos Magno, Deputado Federal de Rondônia, aqui representando os demais Deputados Federais do nosso Estado, a Deputada Marinha Raupp, Deputado Ton, Deputado Nilton Capixaba, Deputado Marcos Rogério, Deputado Amir Lando, Deputado Moreira Mendes. Eu acho que citei todos. E eu aqui representando os Senadores Ivo Narciso e Valdir Raupp. Todos representados por nós, da Bancada de Rondônia.

A intenção nossa, com esta audiência pública, Dr. Reginaldo, senhoras e senhores, é trazer o problema para nós aqui no Senado, para o Congresso Nacional, para que a gente possa dar a nossa parcela de contribuição. Os problemas que existem nas aldeias indígenas nós sabemos em parte, porque acompanhamos, visitamos as aldeias, convivemos com os índios. Mas queríamos trazê-los aqui para que o Brasil inteiro pudesse ouvi-los e saber o que se passa nas aldeias indígenas de Rondônia.

Entendo, Drª Carolina, que a questão de nós viabilizarmos o extrativismo é importante para a sobrevivência dos indígenas, embora, Dr. Reginaldo e Deputado Carlos Magno, dependa de nós hoje a regulamentação para a exploração das riquezas das terras indígenas. Está aqui no Congresso. Nós estamos debatendo esse assunto. Faz parte da agenda do Senado e também da agenda da Câmara dos Deputados.

Fica difícil as pessoas entenderem que nós vamos sobreviver da castanha, embora estejamos sobre uma riqueza enorme, no caso dos cintas-largas, a maior jazida de diamantes do mundo, que não pode ser explorada. Nós vamos ter que viver do benefício da castanha se conseguirmos industrializá-la? É uma coi-

sa que, no meu entendimento, Dr. Reginaldo... Depois eu gostaria de ouvir qual a sua opinião com relação a essa regulamentação para que os índios possam explorar as suas riquezas, tanto a questão das árvores, das florestas em pé, que precisam ser substituídas, têm que ser remanejadas, quanto à questão mineral. Nós temos muitos minérios nas reservas indígenas que poderiam, com toda a certeza, dar uma vida muito confortável a todos os índios brasileiros. Agora, não podemos explorar e vamos culpar a quem neste momento? Eu entendo que ao Congresso Nacional, que não delibera sobre essa questão.

Eu, particularmente, quero e trabalho para que haja agilidade com relação a isso, que se autorize essa exploração, dentro de critérios muito bem amarrados, muito bem concatenados, no sentido de que o índio seja o único beneficiário dessa exploração. Nós temos que ter esta garantia de que somente o índio vai ser beneficiado dessa riqueza que é do índio, não é, Marcelo? É uma riqueza que está lá na terra. Então, estamos trabalhando nesse sentido, para que possamos regulamentar e fazer com que os índios possam não apenas viver do extrativismo, mas possam também fazer as suas derrubadas, fazer a aragem de sua terra e também explorar as riquezas minerais que existem nas terras indígenas.

Passo a palavra, agora, ao Marcelo. Pode ser, Marcelo? Vamos ouvir o Marcelo Cinta Larga. Muito obrigado pela sua presença aqui conosco, Marcelo.

O SR. MARCELO CINTA-LARGA – (*Saudação em língua indígena.*)

Em primeiro lugar, gostaria de saudar todas as autoridades aqui presentes. Gostaria de dizer que estamos nesta Casa porque acreditamos que aqui estão as autoridades competentes, depois de Deus, que resolvem aqui na terra, que decidem. Por isso que nós estamos aqui, eu acredito, pela segunda vez, neste lugar, pedindo para que as autoridades ouçam a situação que nós enfrentamos desde o contato. Gostaria de dizer também que a gente não sofreu só no contato, mas que aumentou ainda mais o preconceito que a gente recebe de alguns da sociedade não indígena por existir garimpo de diamante em nosso território.

Por isso que nós estamos, aqui, dizendo que não queremos ser melhores do que todo mundo, mas que o Governo Federal nos dê assistência.

Hoje, nós somos massacrados. O massacre, eu acredito, que mudou. No passado, com o Massacre do Paralelo 11, fomos massacrados através de tiro e veneno; hoje, só mudaram de arma. A arma que a sociedade usa hoje para massacrar, extinguir o meu povo, hoje, é o preconceito – algumas mídias de vez em quando nos atropelam – e também alguns recursos que foram liberados através do Governo Federal, como o recurso da repressão, que faz com que hoje grande parte dos índios seja processada. Essa é uma grande preocupação que temos.

Dentro da saúde, a gente ainda sofre muito. Cada ano, nós perdemos nossas lideranças, nossos filhos, nossas comunidades. Mês passado, nós perdemos duas lideranças. Nós estamos em tratamento nos hospitais. Por que a gente continua morrendo? Porque quem está dentro do hospital não morre, é tratado, é curado. Alguma coisa de errado está acontecendo com o povo cinta-larga. Está morrendo.

Nós também queremos educação; queremos que o Governo Federal nos dê assistência na parte da educação; queremos também uma capacitação diversa, para que nós possamos desenvolver um bom trabalho dentro do nosso território.

Muitas pessoas criticam os indígenas dizendo que sempre andam errado. Por isso, nós queremos capacitação urgente para que nós possamos entender e nos capacitar para desenvolver um bom trabalho dentro do nosso território; capacitação diversa.

Nós também gostaríamos de uma assistência na parte agrícola, porque a gente também ouve dizer – não só em relação aos cinta-larga mas também a todos os índios brasileiros – que o índio é preguiçoso. Nada disso!

É uma pena que o nosso machadinho ficou detido na entrada. Eu ia mostrar o machado com que nossos antepassados, nossos pais trabalhavam. Hoje, nós precisamos, nós queremos condições para trabalhar. Nenhum ser humano, mesmo que seja branco, consegue trabalhar sem condições. O antepassado do homem branco trabalhava com machado; hoje, não trabalha mais. Trabalhava com motosserra; não trabalha mais. Hoje, quer máquina para poder desenvolver trabalho, produzir. Nós também podemos produzir para abastecer o mercado, mas nós não recebemos isso.

A maior parte da Funai fala que dá assistência ao índio porque dá assistência a dois, três; facão, machado. Se a Funai não tem essas condições, que o Governo dê condições suficientes para a Funai dar assistência ao índio.

Uma coisa que eu queria também dizer em relação ao que foi dito pela Carolina é que nós não podemos dizer que aquilo que foi demonstrado foi feito para todos os cinta-larga. Todo mundo sabe que o território indígena é dividido entre Rondônia e Mato Grosso, e, como acabou de falar Paulo Roberto, lá na região dele realmente teve investimento, e no nosso local, não. Onde tem essa questão do garimpo, na maioria das vezes a gente é esquecido, porque aquele pessoal de Rondônia não precisa. Por isso que quero dizer isso.

Não vamos atender uma parte e dizer que os 100% foram atendidos pela assistência.

Isso que eu gostaria de dizer para as autoridades presentes e também para as autoridades que estão nos ouvindo: nós não queremos o mundo para nós, mas nós queremos apenas o nosso direito; nós queremos que o Governo dê uma assistência. Que não tenham preconceito contra o povo cinta-larga de que o cinta-larga não precisa de projeto e de assistência porque existe um garimpo na terra dele.

Gostaria de também falar um pouco sobre – e não foi uma pergunta diretamente para nós cinta-larga – uma pergunta que o Senador Acir fez em relação à questão da mineração.

Em relação à mineração, nós, cinta-larga, particularmente, somos contra a porcentagem que o Governo oferece: 2%. Nós poderíamos ser a favor da legalização, mas, mesmo depois de legalizado, nós ainda temos medo. O povo indígena brasileiro, com certeza, tem medo. Por quê? Quem vai garantir que nós vamos ter a cultura assegurada?

Então, por isso, eu gostaria de dizer que nós somos contra a legalização em terra indígena por essa questão dos 2%, porque todo mundo sabe que nós não tivemos culpa de chegar aqui primeiro. Nós não queremos ser melhores. Deus sabe disso. Então, eu acredito que nós não queremos 100%, mas que seja um percentual razoável, que seja pelo direito, porque todo mundo sabe que nós somos nativos daqui.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Marcelo Cinta Larga, pelas suas colocações.

Eu quero só comunicar que, lá em Ji-Paraná, nós temos um grupo de pessoas, dos gaviões e dos araras, que estão nos acompanhando pela televisão, assim como em Pimenta Bueno, em Caicó, também deve haver outros cinta-larga que estão nos acompanhando pela TV Senado.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Que vivem no mesmo abandono, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Claro! E que têm o mesmo problema que os índios cinta-larga.

E completo dizendo que nós estamos aqui debatendo com os cinta-larga, mas representando todos os índios do Brasil, em especial os índios do nosso Estado de Rondônia.

Então, fica aqui o meu abraço aos gaviões, ao araras e às demais tribos indígenas de Rondônia que estão nos acompanhando pela TV Senado.

Passo a palavra, agora, ao Paulo Roberto, que também é um cinta-larga, mas do Estado do Mato Grosso, não é isso Paulo?

Seria bom trocar por causa do microfone, Marcelo.

Muito obrigado.

O Marcelo está aí?

Só para substituir o nome na frente ali, Marcelo, por gentileza. Obrigado.

Paulo Roberto com a palavra.

O SR. PAULO ROBERTO CINTA-LARGA – Boa tarde a todos aqui presentes. Queria só compor alguma coisa que o Marcelo não pautou. A nossa região em Mato Grosso é Juína. Juína, em Mato Grosso. E a região de Aripuanã, em Mato Grosso também.

Quero falar sobre a situação que a nossa comunidade daquela região passa: muita dificuldade. Como a nossa região é amazônica, hoje a nossa comunidade naquela região está passando muita dificuldade. O trabalho que o Governo Federal vem fazendo não é suficiente para atender nossas necessidades.

Então, os trabalhos que foram feitos quando iniciou a questão do garimpo e da madeira... Através disso só o Governo fez um trabalho para o nosso povo que não foi também da vontade da comunidade, mas foi por ter a dificuldade da madeira e do garimpo. Temos relatado isso, o Dr. Reginaldo, o Ministério Público de Rondônia, vem desde lá em defesa da nossa comunidade brigando para que o nosso direito seja reconhecido.

Então, quero expor aqui as dificuldades pelas quais passamos nas nossas terras. A nossa terra é composta de 2,7 milhões de hectares, uma terra muito grande e muito rica em diversidade e riqueza. Mesmo assim, passamos as dificuldades que temos lá, dificuldades que só nós sabemos, porque, na maioria das vezes, a mídia fala que os cinta-larga são ricos. Mas, na realidade, somos ricos em saúde, em terra. Quanto à riqueza, à tecnologia que existe hoje nós estamos muito frágeis. O Governo e a sociedade criam a tecnologia e enquanto isso somos fracos.

Quero propor ao Governo Federal falar que precisamos de uma economia básica, pelo menos para podermos sobreviver na nossa região. A questão de castanha, de látex, da região de Mato Grosso, hoje mexemos com isso. Mas temos muita dificuldade com isso. A questão da legalização daquilo, da legalização da castanha, do látex, que é seringa, temos essa dificuldade, não temos acesso ao mercado, não temos esse acesso para podermos sobreviver de economia na nossa comunidade. Pelo menos isso, a legalização de castanha, de seringa, se tivesse hoje para nós, poderíamos viver de maneira digna e não só da assistência do Governo Federal, que não é suficiente, como a realidade de que o Deputado Federal falou.

Aquilo é verdade mesmo que está acontecendo em nossas reservas. Ele citou ali que, muitas vezes, a Funai, o Governo Federal, impede de fazermos alguma coisa dentro na nossa reserva. Pelo menos deveriam legalizar, de forma legal, para fazermos a coisa certa e não fazer da forma como está acontecendo hoje, porque desde 2004, 2003, está acontecendo a exploração de minério ilegal dentro da reserva. Antes disso, em 1990 e1993, há ilegalidade da madeira e pelo menos faz quase 30 anos a questão da madeira.

Então, se a sociedade e o Governo Federal pensassem em fazer de uma forma legal um plano de manejo dentro da reserva indígena, hoje não estaria acontecendo o que está acontecendo lá. A reserva está cada vez menor, a floresta está acabando. Enquanto o Governo Federal segura essa legislação hoje que não permite explorarmos de forma legal, a floresta está acabando e vai acabar. As riquezas que poderiam ser aproveitadas vão acabar e já estão acabando. Tem riqueza... tanto quanto o minério, tem uma riqueza que é a diversidade de coisas que existe lá e tudo isso está acabando. O madeireiro vai lá, corta uma madeira, corta várias coisas e a mata está acabando.

Então, quero relatar que o Legislativo brasileiro tem que ver isso para os povos indígenas. Não somos só nós que queremos isso, mas tem algumas partes das comunidades que querem isso para todas as comunidades indígenas do Brasil.

Então, é isso que quero falar da preocupação que temos na região. Tentamos fazer as coisas de uma forma legal, mas impedem, não tem uma liberação legal para podermos viver de uma economia básica dentro da nossa reserva. As ações que o Governo cede para as comunidades indígenas não são suficientes para podermos sobreviver na nossa reserva.

Então, é isso que quero dizer. No ano passado, trouxemos para Funai uma carta da comunidade indígena cinta-larga, da região de Mato Grosso; uma carta da comunidade pedindo a legalização do plano de manejo florestal dentro da terra indígena. Então, entregamos para a Funai, na coordenação do CGGAM, para discutir.

Então, discutimos sobre isso e eles alegaram que não tinham a possibilidade de fazer isso. Então, hoje tem alguns procuradores da Funai que estão acompanhando isso e que já encaminharam isso para Funai de Brasília. E na hora os técnicos vão fazer a consulta de onde parou este processo. Então, queremos um apoio dos órgãos presentes para podermos rever isso, tanto na questão mineral, da floresta, como das outras atividades de castanha, de seringa, para que possam ser legalizados para nossa comunidade, porque hoje, em todas as comunidades onde a gente vive, a gente já tem uma organização: as associações.

Hoje a gente está criando as cooperativas também, para que a gente possa tentar. Mas tudo isso, a Funai local, as pessoas que trabalham com a gente estão tentando ajudar, mas é difícil só a gente, sem apoio de outros órgãos, tanto faz do Município ou do Estado Federal. A gente não consegue fazer isso. Todo mundo sabe que há uma discriminação muito grande com a questão indígena no Brasil. Então, por esse motivo, a gente tenta fazer com que aconteça, mas é muito complicado fazer isso sozinho. Por isso, a gente pede apoio das instituições e do Governo mesmo, para que possam ajudar a gente nessa parte.

A minha colocação é só isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Paulo Roberto, pelas suas colocações.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Senador, só para me localizar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não, Deputado.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Paulo Roberto, dos cinta-larga, você está naquela região ali do Rio Branco, no Mato Grosso, seguindo Ji-Paraná? A aldeia de vocês está localizada ali?

O SR. PAULO ROBERTO CINTA-LARGA – É Juína, né?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É Juína e Aripuanã. Está do outro lado. A área é muito grande, são 2,7 milhões de hectares. É do outro lado.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Estive numa aldeia lá e não dei conta de chegar, porque meus tempos de Incra ficaram bem atrás. De primeiro, eu andava bem na mata, a idade chegou e perdi o sentido de andar na mata, não tive o acesso. Eu queria só me localizar com relação a isso e fazer uma pergunta, Senador: o senhor lembra de uma aeronave que ficou diversos meses ali, no aeroporto de Ji-Paraná, um avião que ficava parado ali muitos meses, saía, voltava? Um dia, conversando com...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Aquele de que tiravam fotografia?

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – É. Aí eu me dirijo à Funai. O que essas organizações não governamentais de âmbito internacional têm de interesse nos povos indígenas, nessas terras? É realmente conhecer como vivem esses povos, ou é conhecer as riquezas naturais para interesses internacionais? Nós estamos muito abertos a isso, estamos numa região de fronteira, e vivemos no dia a dia a questão da segurança nacional. Nosso Procurador, vivemos aberta-

mente à disposição de qualquer intrusão, de qualquer interesse dentro daquela região amazônica. A gente fica, às vezes, preocupado.

Às vezes, um brasileiro tem dificuldade, um Parlamentar, um cidadão tem dificuldade de acessar, um biólogo, tudo, e esse pessoal transita com tanta facilidade dentro dessas áreas indígenas. Eu gostaria de saber também que interesses são esses.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Está certo. Antes de ouvirmos a Funai, passo a palavra ao Dr. Paulo Ribeiro de Santana, do DNPM.

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Boa tarde a todos. Senador Acir, o DNPM parabeniza V. Exª pela iniciativa de trazer ao debate questão tão importante como a questão dos cinta-larga.

O Dr. Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa não pôde estar aqui e pediu-me que comparecesse para representá-lo.

O Congresso Nacional, como o senhor sabe, deve ao povo brasileiro a questão da regulamentação das terras indígenas, da mineração em terras indígenas. Essa é uma questão que está há 25 anos sem regulamentação, desde que a Constituição foi promulgada.

Há um projeto de lei que tramitou aqui, em 1995 e 1996, foi para a Câmara em 1996 e até hoje continua tramitando na Câmara dos Deputados. Foi constituída uma comissão especial, como o Deputado Carlos Magno falou. Essa comissão especial já foi desfeita, foi refeita outra comissão especial, e o projeto continua empacado na Câmara dos Deputados. Seria interessante para o Brasil, para os povos indígenas, principalmente para os povos indígenas, que se regulamentasse essa questão.

Eu gostaria de fazer duas ressalvas à palavra do Procurador Reginaldo quando ele fala que o DNPM tem posição dúbia com respeito aos requerimentos de pesquisa.

Procurador, não é uma questão dúbia. O DNPM tem a responsabilidade de registrar, em seus bancos de dados, todos os requerimentos que foram feitos antes da promulgação da Constituição ou pós-Constituição. Não sabemos como a lei vai se comportar com relação a isso, então temos que ter em nossos bancos de dados os registros de todos os requerimentos que foram protocolados no DNPM.

Essa é a fundamentação da existência daqueles requerimentos de que V. Sª falou no nosso banco de dados. Nós não temos só dos cinta-largas; nós temos de todas as 700 terras indígenas existentes no Brasil. Nós temos mais de cinco mil requerimentos sobrestados em nossos bancos de dados. Essa é a fundamentação da existência desses requerimentos lá. Não significa que eles vão sair para a empresa X ou Y. Vai depender da legislação que este Congresso colocar em vigor.

Esse é um registro. Portanto não é uma posição dúbia do DNPM. É uma posição de responsabilidade com a gestão dos bens minerais do Brasil, órgão gestor que nós somos.

Outra questão que eu queria frisar diz respeito aos bens minerais apreendidos.

Pela legislação que criou o DNPM, que instituiu o DNPM como autarquia, em 1994, todos os bens minerais apreendidos no território nacional são receitas do DNPM. Então, não podemos ser lenientes. Onde existir um bem mineral apreendido vamos lá e pegamos, porque é nossa receita. Se não fizermos isso, não cumpriremos a nossa responsabilidade.

Nós temos apreensão de esmeraldas, de blocos de granito com 30 toneladas, de diamantes com dois, três quilates, porque isso faz parte da receita do DNPM, instituída por lei votada neste Congresso Nacional.

São essas as considerações que eu gostaria de fazer, ressaltando a...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E qual é o destino dessas apreensões?

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Leilão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Leilão?

O SR. PAULO RIBEIRO DE SANTANA – Leilão público, transformado em receita para o DNPM.

Nesse momento, estamos preparando alguns leilões para lançar. Normalmente esses leilões, principalmente de gemas, como é o caso de diamantes e de esmeraldas, são feitos pela Caixa Econômica Federal com quem temos um contrato.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado ao Dr. Paulo.

DNPM quer dizer Departamento Nacional de Produção Mineral.

Como estamos ao vivo, algumas pessoas podem não conhecer o DNPM. Então é Departamento Nacional de Produção Mineral.

Antes de passar a palavra novamente à Carolina, eu pergunto o seguinte: existe uma regulamentação pela qual o índio possa comercializar o extrativismo, possa fazer plano de manejo? Qual é a posição da Funai com relação a isso? Qual é a legislação e a opinião da Funai?

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Como eu havia colocado anteriormente, realmente, nessa nova perspectiva – inclusive mencionei a Coordenação de Geração de Renda – mesmo para a extração sustentável de alguns recursos do interior das terras indí-

genas, há necessidade de regulamentação. Inclusive criar marcas indígenas, criar marcas coletivas, tudo isso são questões contemporâneas com que a gente vem trabalhando.

É importante ressaltar que as terras indígenas são áreas protegidas. São áreas da União, no entanto o usufruto exclusivo é dos indígenas. E, por serem áreas protegidas, toda e qualquer normativa para usufruto dos recursos naturais para fins de comercialização...

Como é de usufruto exclusivo, os indígenas podem utilizar para sua subsistência os recursos no interior das terras indígenas. Agora, na perspectiva da comercialização, estamos numa outra etapa. Na etapa que está vinculada a essa questão da autonomia dos povos indígenas e do desenvolvimento sustentável, o beneficiamento, a comercialização de uma série de produtos, ainda que extraídos de forma sustentável, precisa seguir normativas, algumas das quais inclusive ainda estão sendo trabalhadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Plano de manejo, por exemplo, é possível?

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Plano de manejo, neste momento, ainda não é possível, mas é uma das questões com que temos trabalhado – não o plano de manejo empresarial, mas o plano de manejo comunitário. É uma das questões também a serem trabalhadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E como o senhor ouviu o Paulo Roberto, se não regularizarmos e deixarmos que os índios explorem essas riquezas e renovem as suas florestas, elas vão acabar, porque não se consegue proteger, por meio de fiscais, toda a reserva. As pessoas estão entrando na floresta, derrubando e comercializando essa madeira, enquanto os índios não podem fazer nada.

É só para termos esse parâmetro. Entendo que temos que achar uma solução para isso, fazer com que os índios possam comercializar um produto que está na sua terra, às vezes até colocando uma serraria dentro da aldeia, de propriedade dos índios. Por que não?

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Na verdade, inúmeros são os desafios que olham para possíveis usos de recursos naturais no interior das terras indígenas de forma sustentável. Essa é uma questão relativa a vários produtos e subprodutos, e é necessário um esforço que não é só da Funai, porque envolve Ibama e outros órgãos que precisam ser consultados.

No entanto, também tenho uma preocupação no dia de hoje, considerando o objeto desta audiência, que é pensar alternativas econômicas, Eu me preocupo hoje mais porque podemos levantar inúmeras questões polêmicas em relação a vários temas que foram mencionados aqui, mas é importante que possamos pensar, dadas as condições e a legislação que deve ser respeitada por todos nós, o que hoje, aqui presentes, podemos fazer pelo povo cinta-larga. Inclusive estivemos reunidos com os cintas-largas antes da audiência, quando eles colocaram que já têm uma série de propostas de desenvolvimento sustentável em suas terras, propostas que carecem de apoio. Então, também tentamos trazer isso para o espírito desta audiência.

Além de levantar as questões que podem trazer alternativas no médio e no longo prazo, é importante sair daqui pensando que podemos, todos nós, contribuir com as propostas que o povo cinta-larga já tem desenhadas.

Nesse sentido, antes que eu me delongue e faça outros comentários, seria importante ouvir a palavra do Bruno, que é o nosso servidor da Coordenação Regional de Cacoal. Ele é um servidor que faz parte do grupo de servidores que foram admitidos na Funai, no ano de 2010. Fazia 25 anos que a Funai não tinha concurso, e no ano de 2010 houve o ingresso de cerca de 400 novos servidores. A grande maioria desses novos servidores "vive" dentro das aldeias, entre aspas, mas estão constantemente dentro das aldeias, assim como as pessoas que trabalham nas nossas coordenações regionais. O Bruno é um exemplo disso. Então, seria interessante que ele colocasse um pouco da sua experiência com a terra indígena, enfim, da própria relação com da Funai com os cintas-largas localmente.

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO**)** – Senador, antes de o Bruno falar, eu só gostaria de falar o seguinte: estão debitando muito para o Congresso, para a Câmara Federal. A verdade é a seguinte: essa discussão já tivemos na CNBB, conversando sobre essa questão indígena. Na semana passada ou retrasada, tivemos uma reunião com o Presidente da Câmara, com representantes de todos os partidos, inclusive do Partido dos Trabalhadores, com o Procurador-Geral da República, esse novo Procurador, com a Drª Déborah, que é *expert* na questão indígena, com o Ministro da Justiça, o Presidente da Câmara e alguns Parlamentares. Por exemplo, é tanta, tanta...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas está avançando na negociação? Podemos votar?

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO**)** – Não está avançando, porque é o seguinte: chegou à discussão ideológica: "ah, eu não vou participar lá estão defendendo o latifúndio, lá querem tomar a terra do índio, lá não querem dar a terra para o índio." Inclusive virou uma história de terra, terra, terra... E o índio continua morrendo em suas dificuldades nas aldeias. Essa dis-

cussão está aqui. Sobre a questão mineral, faço um pergunta, porque o governo, quando quer, é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Bastava uma medida provisória.

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO**)** – O governo tem vontade que essa exploração mineral aconteça dentro das terras indígenas. Tem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO**)** – Tudo bem então. Então, o governo tem? Então, se tiver, em 48 horas, resolve. Infelizmente, essa relação promiscua que há – desculpe o termo – entre o Congresso, quem é que legisla, e o Executivo, é dessa forma. Há uma tal de emenda que acaba com nós todos aqui dentro, já devia ter acabado aqui dentro.

Faço uma pergunta aqui. Vão eles conseguir um talão de nota de produtor para comercializar o seu produto. Pergunte a eles a burocracia que eles vão ter que enfrentar para conseguir esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas tem que ter o apoio da Funai, eles têm que participar, eles têm que estar junto com eles.

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO**)** – Mas se não houver essa discussão todinha, viu Senador, se a Funai não vier desarmada, se a frente parlamentar, que seja o Congresso Nacional – essa coisa está mais na mídia do que aqui dentro deste Congresso brasileiro – não discutir... Tem tanta gente querendo resolver esse problema. O Governo tem que vir para soltarmos uma proposta porque a questão da regulamentação da exploração dos recursos naturais, a destinação do que foi apreendido...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – isso é regulamentação nossa aqui, temos que fazer, e já foi votado no Senado. O Senado aprovou essa lei, Deputado.

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO**)** – É, mas temos que fazer, temos que trazer qual a discussão mais...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Agora a Câmara precisa votar. Tem que votar,

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO**)** – E a Câmara funciona sob o vapor do Governo, do Executivo. Infelizmente, tenho que dizer isso aqui, essa que é a verdade. Então, lá e aqui, o Congresso Nacional como um todo...

Precisamos levar isso, um debate dentro das questões técnicas.

Procurei uma diretoria agora para colocar as emendas. Fui bem recebido. Há uma boa vontade com relação a isso, de facilitar a relação de colocarmos recursos dentro das comunidades indígenas para desenvolver a sua sobrevivência.

Senador deixe-me contar só uma história.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Nós estamos com o nosso tempo, eu preciso ouvir o Bruno...

O SR. CARLOS MAGNO (PP – RO**)** – Mas vou só contar aqui para o senhor. Para se ter o perfil da reforma agrária, você tem que ser analfabeto e pobre, você não pode ser inteligente e crescer. Por quê? Porque você não pode ser professor dentro de comunidade, você não pode estudar, virar professor, porque, senão, perde o perfil da reforma agrária.

Eu tenho um documento que Incra mandou para esse cidadão proprietário dizendo que ele não podia ser mais proprietário, que tinha que devolver a terra. Ele sabe disso. Porque isso ainda é dos tempos do Estatuto da Terra, e o povo indígena está sofrendo essas consequências.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputado.

Então vamos ouvir o Bruno.

Enquanto o Bruno troca de lugar, vamos ouvir o Dr. Guilherme Rocha, que é Procurador da República em Vilhena.

Muito obrigado, pela sua presença aqui conosco, Dr. Guilherme.

O SR. GUILHERME ROCHA GÖPFERT – Sou que agradeço Excelência. Agradeço a presença de todos e a oportunidade. Cumprimento a todos que estão nos assistindo e gostaria somente de pontuar aqui uma questão que surge: as terras indígenas, se observamos que hoje todos temos acesso à ferramenta GoogleEarth, coincidentemente as únicas áreas hoje preservadas de florestas no Estado de Rondônia ou quase as únicas áreas são ainda as terras indígenas.

Isso não é por acaso. Então, sabemos que a forma com que o povo indígena se relaciona com a natureza, a forma deles propicia mesmo essa conservação. É claro que deve, sim, haver uma atualização, uma contextualização, uma legislação com relação a isso, mas só queria manifestar a minha preocupação. Se me permite, vou ler o §1º do art. 231 da Constituição:

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

O que eu quero dizer com isso? Que, ao vislumbrar práticas de atividades econômicas pelos indígenas, se deve sempre contar com apoio da Funai, que exerce

um trabalho importantíssimo nesse ponto, e deve haver, de acordo com a Convenção 69 da OIT, consentimento esclarecido dos impactos. Em outras palavras e sendo bem claro: se, por exemplo, arrendando-se terras como já aconteceu em algumas outras regiões do país, fazendo-se cortes rasos de terras com criação de gado, enfim, até que ponto isso vai contribuir para a reprodução cultural desses índios? Até que ponto a comunidade vai ganhar com isso?

Então, faço um apelo aqui em nome da preservação do meio ambiente. Atuando no Estado de Rondônia, que é infelizmente um dos Estados que mais desmatou a Floresta Amazônica nesses últimos anos – agora já está grande parte já desmatada –: que a gente possa e que a população brasileira possa nos apoiar no sentido de preservarmos a Floresta Amazônica, que é um patrimônio da humanidade. É claro que a gente não tem nada contra, e só a favor, as atividades agropecuárias, as atividades de agricultura, mas que sejam feitas de forma sustentável.

Não é possível que, em pleno Século XXI, continuemos com cortes rasos, que continuemos fazendo da natureza o que está se fazendo hoje em Rondônia. Então segue esse meu apelo.

Parabenizo todas as propostas que estão sendo feitas aqui, neste momento que é muito importante, mas que tenhamos olhos atentos e possamos garantir esse meio ambiente para as gerações futuras.

O que estamos fazendo aqui hoje, não só pela preservação da cultura dos próprios indígenas, mas para a preservação do meio ambiente, vai ficar para a história da humanidade. Temos a responsabilidade enorme de ser um país que tem a maior Floresta Amazônica do mundo e temos comunidades que têm – quem conhece, como eu já tive oportunidade de visitar uma aldeia indígena, sabe – culturas lindas, culturas sutis, algo totalmente diferente de uma realidade que a gente está acostumado a viver.

Então, que a gente possa ter a inteligência, nas nossas leis, de saber ter desenvolvimento econômico, preservando esse bem tão precioso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Nó temos um Código Florestal, e, dentro desse Código Florestal, está bem claro o que se pode e o que não se pode fazer nas nossas terras brasileiras e nas nossas terras em Rondônia. Nós temos que cuidar do meio ambiente, mas não nos esquecermos de produzir. Precisamos de produção, de produzir alimentos, e há uma legislação clara com relação a isso, inclusive com plano de manejo. Ele é autorizado. Não é um desmatamento a bel-prazer, mas um plano de manejo sustentável é importante inclusive para manter a floresta. As árvores maduras têm que ser cortadas e vão ser substituídas pelas árvores novas, que vão produzir mais oxigênio para o planeta.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Claro, por favor.

O SR. GUILHERME ROCHA GÖPFERT – Só com relação à questão de planos com manejo: atuamos nessas áreas de crimes ambientais diuturnamente. Isso não é novidade. E há uma grande dificuldade na lei. Realmente quem observa a lei vê que está muito bem estruturada, mas a fiscalização, se considerarmos o número de fiscais, por exemplo, da Sedam, veremos que é muito reduzido pela extensão de Rondônia, pouquíssima fiscalização. Não é à toa que temos inúmeras condenações por fraudes e planos de manejo, por extração ilegal em terras indígenas, todas elas esquentadas com notas que, a princípio, sairiam do plano de manejo. Há também condenações transitadas em julgado, ou seja, não estou falando aqui levianamente.

Então, a gente pede o apoio não só da legislação – como muito bem V. Exª mencionou, já temos uma legislação – mas também que o Poder Executivo fiscalize o cumprimento dessa legislação. Senão, teremos no papel uma legislação linda, que permite realmente esse desenvolvimento econômico, mas, na prática, um desmatamento a céu aberto e corte raso que não respeita a fiscalização, e não há fiscalização.

Então, que possamos implementar também com o Poder Executivo.

Seria essa isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Agradeço o Dr. Guilherme pelas suas colocações. Vamos ouvir, então, o Bruno de Lima e Silva. Já faço uma pergunta para o Bruno e também para a Carolina depois.

Nós já tivemos vários debates acerca desse tema, o Dr. Reginaldo já promoveu várias reuniões e também elaborou vários documentos com relação a sugestões de como podemos fazer com que os índios cintas-largas e também os índios gaviões, araras, suruís, zorós, enfim, todos os índios possam ter uma vida melhor.

Qual é a posição da Funai com relação a essas sugestões e a esses documentos? Esse documento, em especial, já foi destinado à Funai, a Funai já teve acesso, já deve ter lido e feito reuniões a respeito dessas sugestões que o Dr. Reginaldo, juntamente com os demais, propôs para as questões indígenas em Rondônia.

O SR. BRUNO DE LIMA E SILVA – Boa tarde, meu nome é Bruno, sou Coordenador Regional substituto da Coordenação Regional de Cacoal, em Rondônia, e, antes de responder algumas indagações, quero

parabenizar a iniciativa do Senador Acir Gurgacz e do Dr. Reginaldo Trindade desta audiência pública, que surgiu através da criação do Grupo Clamor. Acho que vim trazer aqui um pouco da perspectiva do que está acontecendo na ponta, do calor, regionalizado, e nunca se vence uma guerra lutando sozinho. A Funai não é Funai Cacoal ou Funai Sede; a Funai é uma só e com certeza as ações que a gente consegue implementar dentro das aldeias é com essa articulação com a nossa sede, obviamente.

Nós temos a dificuldade, que foi citada aqui, em todos os níveis, de estrutura, de pessoal, de orçamento, mas, mesmo assim, existe, sim, a Funai, apesar da falta de recursos humanos, da necessidade de abrir novas vagas para os concursos, até porque a gente está à beira de um colapso; estão começando as aposentadorias e, daqui a dois anos, se não houver um inchaço, se não colocarem mais pessoas dentro da instituição, realmente a gente vai ficar sem condições de trabalho. Mas, mesmo assim, eu gostaria de dizer que existem, sim – o Deputado estava falando do concurso de 2010, do pessoal que deveria conhecer as aldeias – pessoas, recursos humanos que estão lá, que estão na batalha, que estão no dia a dia, realizando reuniões cotidianas nas aldeias, com temas polêmicos.

Nós temos aqui exemplos, que estamos ouvindo, o Renildo e o Bernardo, que também são da Funai, do concurso de 2010, e trabalharam também na ponta - o Renildo, junto com os cintas-largas, em Cacoal. Somos pessoas que estamos buscando soluções para a nossa política indigenista, com sangue na veia para que a gente consiga melhor condição para as comunidades indígenas, melhor condição para a Funai.

E, para isso, vou ratificar as palavras colocadas pela Diretora e pelos indígenas sobre a necessidade de parcerias. Não podemos fazer sempre frente, um embate Funai contra alguém. Temos realmente que buscar soluções no diálogo, que é este espaço aberto aqui. A Funai tem que ocupar esses espaços, e a gente está buscando diálogo no sentido de atender e melhorar as condições das comunidades indígenas.

Estamos lá na ponta, vivendo o dia a dia, e sabemos dessas dificuldades. Não nos furtamos a conversar com os indígenas, de nos atualizarmos sobre a política indigenista nacional, sobre o que está acontecendo. E a gente conseguiu hoje ter um diálogo aberto com essas comunidades, com transparência em nossas ações, trazendo o indígena também para o debate. E aí quero dizer que o Dr. Reginaldo é prova disto, ou seja, de que a gente tem estado presente em todas; quando não podemos, justificamos, mas, desde que começou esse diálogo e essa aproximação com o Ministério Público, temos estado presentes nessas audiências do Grupo Clamor. Inclusive sou membro de uma das comissões, a Comissão de Emergência, por estar ligado à ponta. Então, temos feito um esforço.

Quero reforçar que os indígenas que aqui estão vieram pela Funai, com recursos da Funai: passagens aéreas e auxílio financeiro. Apenas dois indígenas, o Marcelo e o Júnior vieram com passagens de uma ONG, a Kanindé, mas o auxílio financeiro também fio pago pela Funai. Houve, portanto, esforço, houve uma preocupação muito grande da Funai em trazer os indígenas e de fazer-se representar também aqui nesta audiência pública.

Inclusive, após esta audiência pública, já temos uma reunião marcada com a Presidência da Funai, justamente com essa preocupação, porque não é todo dia que o povo cinta-larga pode estar presente – são mais de 2 mil quilômetros – para discutir essa problemática da comunidade.

Houve esse esforço, apesar do contingenciamento que está nos assolando. Estamos numa situação em que não temos diárias e passagem aérea; e, mesmo assim, com esforço das diretorias e da presidência, consideramos importante e conseguimos. Buscamos vários parceiros também. Foi muito em cima da hora, não conseguimos trazer mais indígenas. Tentamos algumas soluções, vir de ônibus, mas a comitiva não teria como chegar a tempo hábil. Três indígenas que viriam também não conseguiram embarcar, uma das lideranças mais fortes do povo cinta-larga, que é o João Bravo. Foi ma pena, mas é isso.

Estamos convivendo lá na ponta da linha todo dia, encarando com transparência, discutindo, ouvindo a comunidade, não tomando decisões unilateralmente de empurrar goela abaixo dos indígenas as coisas da Funai. A gente tem, sim, trazido os indígenas para o debate, e, na medida do possível, estaremos apoiando essas audiências, reforçando a presença dos indígenas e da Funai para que possamos ter esse espaço de debate e esse diálogo.

Acho que é isso.

Para falar de sustentabilidade agora, sobre a pergunta do Senador.

Temos lá na regional, na divisão do bolo, para sustentabilidade, para projetos de etnodesenvolvimento, R$280 mil para a regional de Cacoal, para 60 aldeias, para o ano. Realmente não conseguimos emplacar projetos que vão substituir o diamante e a madeira. Mesmo assim, temos feito esforços, a sede tem conseguido algumas respostas às necessidades da regional para conseguirmos emplacar os projetos. Mas, de toda forma, eles ainda são ínfimos. Deveria haver um fortalecimento da instituição Funai como um todo e um fortalecimento dessas parcerias, porque, com vonta-

de política, a gente faz as coisas. Só que não poderia ser vontade política, a gente tem que pensar em todos os níveis. Como a Carolina falou, a diretora, vontade política hoje para a gente conseguir fazer encaminhamentos de como buscar essas parcerias de recursos e de realmente nos envolvermos no o dia a dia, com a vida da comunidade lá na ponta, que é o meu caso.

Então, vou dar um exemplo do que aconteceu na última audiência pública. A gente sabe das dificuldades da Funai, mas eu falei que temos algumas soluções de recursos, uma delas é o tal do ICMS Ecológico, a que todos os Municípios com terras indígenas fazem jus, que é um recurso bom. A Funai tem buscado parceria em alguns Municípios, tem conseguido êxito em alguns; em outros, não. Mas, apesar de não ser vinculante o retorno desse recurso para as comunidades indígenas, já que a gente pensa em parceria, soubemos até buscar essas alternativas, de que parte do ICMS Ecológico fosse revertida para quem realmente está ali dentro da reserva, cuidando da reserva.

A minha fala é mais nesse sentido mesmo, sou guerreiro de ponta.

A Funai era dividida em 36 coordenações regionais. Lá, em Rondônia, tem a coordenação de Cacoal, que estou representando, tem a coordenação regional de Ji-Paraná. Na questão dos cintas-largas, há no Mato Grosso a coordenação regional de Juina, cujo coordenador não pôde vir

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Em Rondônia, temos duas?

O SR. BRUNO DE LIMA E SILVA – Temos duas coordenações regionais.

E, dentro das coordenações regionais, existem as coordenações técnicas locais, que são as que ainda estão em fase de implementação, nessa estruturação, mas são as que estariam mais presentes no dia a dia da aldeia, mais próximas da realidade. Mas a gente ainda está carecendo de implementação de uma estruturação maior nesse nível.

Então, a Funai tem 36 regionais e, lá em Rondônia, nós temos duas: Ji-Paraná e Cacoal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Bruno.

Drª Carolina, gostaria de fazer algumas colocações?

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Só uma rápida complementação.

Em resposta ao Deputado Carlos Magno, de modo que a gente não trate de outras coisas aqui, mas a Funai realmente está aberta ao diálogo.

Gostaria de me colocar à disposição para tirarmos dúvidas, detalhar sobre a estrutura atual da Funai, sobre a questão das ONGs, que é uma pauta bastante complexa. Não é assim: qual é o interesse das ONGs? Na verdade, existem muitos cenários e muitas situações.

Então, deixo a Funai à disposição para o diálogo.

E, finalmente, gostaria de reforçar esse apelo para que a gente consiga pensar ações articuladas, desde já, que vão ao encontro de propostas que já estão colocadas pelos cintas-largas, que já foram apresentadas pelo MPF, que já foram sistematizadas em diversos grupos. Como podemos avançar nesse sentido e enfatizar no que diz respeito à regulamentação de atividades sustentáveis dentro das terras indígenas? Realmente temos que ter muito cuidado, muita responsabilidade, considerando o caráter de áreas protegidas das terras indígenas e que os povos indígenas sempre devem ser ouvidos nesses processos.

Nós aqui estamos tratando do povo cinta-larga, mas qualquer regulamentação vai afetar e vai se aplicar a outros povos indígenas no País. E nós temos mais de trezentos povos e mais de setecentas terras indígenas. Então, é importante ouvir as diferentes perspectivas e ouvir os anseios dos próprios povos indígenas, que, muitas vezes, estão pautados numa lógica bastante diferente da nossa, com valores bastante diferentes, com outros planos de vida, outros projetos de futuro.

Então, era isso que gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Drª Carolina, pelas suas colocações.

Dr. Reginaldo, senhoras e senhores, entendo que essas reuniões são muito importantes, essas audiências públicas têm uma importância grande, mas entendo que temos que ter um encaminhamento no final. Não podemos ficar aqui conversando, dando as nossas opiniões e não darmos um passo a frente.

Estivemos em Porto Velho que resultou nesta audiência pública. Tivemos a satisfação de ter em nosso meio o Ministro Gilberto Carvalho, que tem um amplo conhecimento das aldeias indígenas brasileiras, dando a sua contribuição e que pôde ouvir e ver, através do filme, a realidade da aldeia Cinta Larga, que não é diferente dos gaviões, dos ararás que estão nos assistindo em Ji-Paraná.

Concluindo, aqui vamos fazer uma carta, encaminhando sugestões ao Ministério da Justiça e também à Secretaria-Geral da Presidência da República. Vou elaborar um documento, que vamos votar aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, dando sugestões. E vamos extrair desse documento a nossa carta que vou colocar em apreciação.Vou pedir também para o Senador Raupp, o Senador Ivo para que subscrevam conosco, que já antecipadamente se colocaram à disposição para nos apoiar.

Então, gostaria de ouvir do Dr. Reginaldo se tem alguma sugestão específica para que possamos colocar nessa carta, que chegará ao Ministro da Justiça e, por consequência, à Funai, à Polícia Federal e também à Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE – Temos mesmo que ter encaminhamentos concretos, porque esses índios não aguentam mais reuniões, estão criando verdadeiro pavor, porque se discute, discute e não se avança em nada.

Eu acredito que uma das nossas grandes dificuldades é a invisibilidade da questão cinta-larga. Eles estão invisíveis porque não conseguimos acessar o Governo Federal. Apesar do nosso discurso vigoroso, a nossa pretensão ainda é de nos aproximar. Nós não queremos guerrear com o Governo Federal, queremos nos aproximar dele.

Então, se V. Exª puder, deixe claro nessa carta que o Ministério Público Federal é parceiro, que queremos discutir todas essas questões com o Governo. E, além dessa carta, se o Senado Federal puder nos ajudar a abrir as portas do Governo, essa audiência pública já terá contribuído de forma inestimável para a problemática cinta-larga, porque não será aqui, em uma única tarde, que vamos discutir tantas e tão diversas questões indígenas, envolvendo saúde, educação, mineração, meio ambiente, a questão da Funai, a questão da Polícia Federal. Então, não tem a mínima condição discutirmos esse assunto com profundidade.

Enxergo essa audiência pública como um marco divisor entre agora e a forma como o Governo vinha atuando até então, com indiferença e nos fechando as portas. Se, a partir de agora, essas portas começarem a ser abertas para termos ocasião de discutir no Ministério da Justiça, no Ministério do Meio Ambiente, no DNPM, na Secretaria de Direitos Humanos, enfim, em todas as pastas e agências do Governo, consideramos já que a audiência pública foi absolutamente exitosa.

Se V. Exª me permitir, gostaria de manifestar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O que nós vamos fazer é um documento, através da nossa assessoria técnica, que se chama Documento de Indicação de Providência. É a forma regimental e é assim que se chama.

Nós vamos apresentar na próxima reunião e vamos votar na Comissão para que chegue às mãos da Presidenta Dilma, por intermédio do nosso Ministro Gilberto Carvalho.

Dia 24, próxima quinta-feira, o Ministro da Justiça estará aqui na nossa Comissão para debater a questão das terras indígenas, os conflitos agrários que estamos tendo no Brasil. Esse tema será debatido. Não vamos misturar as coisas, porque é um tema muito mais abrangente, muito pior do que este que estamos debatendo hoje.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Senador só para fazer uma observação acerca dessa carta. Estão discutindo o marco regulatório, que eu chamo da mineração, porque nunca vi tanto mineiro. Entrei lá representando Rondônia. E aí me perguntaram a minha origem. E eu fui obrigado a dizer que sou mineiro também. Então, é o marco regulatório que se está discutindo, e a questão indígena está fora.

E é um projeto do Governo Federal que veio para a Câmara. Foi criada uma comissão, que deveria aproveitado a oportunidade... Olha lá, já está balançando a cabeça que não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – ...há uma ligação superior a essa. A questão é essa. Tem que se mudar a Constituição para se autorizar. Tem que mudar a Constituição, Deputado, e V. Exª sabe muito bem disso, para autorizar a exploração das terras indígenas.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Quando o Governo quer, muda-se rápido. O marco regulatório vai demorar muito ainda.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem.

Dr. Reginaldo com a palavra.

O SR. REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE – Gostaria de agradecer mais uma vez imensamente a diligência, a boa vontade do Senador Acir Gurgacz, que fez a proposição e conseguiu emplacar essa audiência pública aqui no Senado. Isso foi muito importante.

Nós ficamos aí, nós estamos esperando há dois ou três anos, tentando emplacar uma audiência publica aqui no Senado, para começar a romper esse problema da invisibilidade do povo cinta-larga.

Então, agradecemos imensamente a V. Exª.

Nós pinçamos aqui algumas coisas, vou ser bem breve mesmo, em relação à questão da Funai, Drª Carolina.

Nós concordamos, sim, em que muitas coisas que elencamos estão muito acima da governança e até da responsabilidade da Funai. Mas enxergamos a Funai como gerente de um processo de mudança. É a Funai que tem que colocar as questões indígenas debaixo do braço e sair de porta em porta, de pasta em pasta, de agência em agência do Governo, para resolver as questões indígenas ou amenizar as questões indígenas. E, para isso, a Funai tem que ter condições, tem que ter pessoal, tem que ter recurso. Não dá para fingir que está fazendo uma política correta, uma política indigenista correta no País. Tem que ter condições realmente de trabalho na Funai.

Insisto em dizer: é a Funai que tem que gerenciar esse processo de mudança e, para isso, ela precisa de condições. E eu gostaria que levasse, por favor, essa mensagem à Presidente da Funai: não somos inimigos. O Ministério Público Federal não é inimigo, ele é parceiro. Nós consideramos que estamos jogando no mesmo time: nós, a Funai e as comunidades indígenas. Então, todos nós buscamos o mesmo objeto. O nosso interesse não é contrapor. O nosso interesse é convergente.

Então, apesar do vigor e da paixão do nosso discurso, temos muito interesse em nos aproximar da Funai e de, realmente, construir uma nova história para esses índios.

A questão da viagem, de fato, é bom que se deixe claro que boa parte dos índios, quase todos os índios que estão aqui vieram mesmo com recursos da Funai. Mas a senhora sabe, o Bruno sabe, o Aloísio sabe as montanhas que tiveram que ser movidas para trazer esses índios para cá. Então, não dá para a gente ficar dependendo do talento e de sacrifício pessoal. As coisas precisam caminhar mais naturalmente. Portanto, não dá para depender, em cada evento que fizermos, do Bruno se matar e ligar para Deus e o mundo, ficar trabalhando até altas horas para conseguir isso. As coisas têm que acontecer mais naturalmente. E as coisas não acontecem mais naturalmente por causa da falta de condição. Compartilhamos desse sofrimento da Funai, nós sabemos disso. E nós estamos para ajudar, para ajudar nesse esforço.

A questão da política opressora – e, infelizmente, o Ministro não pôde ficar – foi o que realmente causou espécie ao Ministro. Essa política opressora a que me refiro, gente, está aí na recomendação direta que foi remetida ao Ministro da Justiça, a partir da página 56 do material que foi passado para vocês.

Ela é opressora, e nós assim a consideramos. Por quê? Porque ela é uma política – estou me referindo àquele gasto de R$7 milhões por ano, mais ou menos, com atividades repressoras e bem menos de 10% disso com atividades protetivas. Então, há essa disparidade extrema.

Primeiro, ela não coíbe a exploração de diamantes. O garimpo funciona continua funcionando. Portanto, o papel desse grupo que é capitaneado pela Polícia Federal já não está sendo cumprido. E além de ele não estar se desincumbindo bem dessa missão, o que eles mais conseguem, Drª Carolina, é constranger os índios. Porque qual é o grande papel dessa Operação Roosevelt, da Força Tarefa Roosevelt? São as barreiras. E as barreiras constrangem quem? Os índios, que têm que entrar e sair diariamente das terras deles. É como se nós, para entrarmos e sairmos de nossas casas, tivéssemos que passar por uma revista ou nos submetermos a uma abordagem. É claro que essa situação amenizou muito. Antes, essa questão era terrível. Essa questão das barreiras amenizou muito ultimamente, mas isso é fato. E a polícia Federal precisa ir muito além disso, precisa ir muito além de constranger índios e pequenos garimpeiros. Ela tem que mirar no crime organizado, tem que mirar em ações de inteligência, para prender quem está patrocinando esse garimpo.

Acera da preferência, defendo que tem que haver, sim, uma prioridade da questão cinta-larga, Mas eu não defendo isso, senhores. Em momento algum, eu disse que a questão cinta-larga deve ser a única a ser tratada pela Funai. Temos 300 povos. Eu tenho certeza de que está correta a Funai em tentar ajudar todos os povos indígenas do País. Agora, só não dá para fazer isso tudo ao mesmo tempo, da mesma forma. Quem consegue? O Senado consegue atender todos os problemas ao mesmo tempo? Nós temos que ter prioridades. Nós temos que ter estratégias. Mas essas questões todas estamos dispostos a discutir, a dialogar e a pensar em estratégias para amenizar o drama desses índios.

A questão mineral: o Senador havia me questionado se eu era a favor ou contra. É um erro no País achar que uma lei vai resolver o problema não apenas dos índios, mas de quem quer que seja. Não resolve, às vezes, até piora.

No caso da regulamentação da terra indígena, além das objeções que o Marcelo Cinta Larga colocou, eu tenho uma que me parece crucial, e muito crucial mesmo, Deputado Carlos Magno, Senador, e conto com V. Exªs para fazerem o que puderem para contornar essa situação: é a audiência dos povos indígenas, que até agora não é determinante. Se os índios não quiserem mineração nas terras deles, esse veto, essa recusa dos povos indígenas pode ser contornada pelo Congresso Nacional, e isso me parece uma aberração, e isso me parece assim uma violência enorme contra os povos indígenas.

Existem muitos povos indígenas no País que não vão querer a mineração em terra indígena. E, mesmo assim, pelo projeto, pelo texto que está sendo encaminhado, essa recusa dos índios não vai ser determinante para arquivar o processo, e isso vai ser uma violência imensa, e isso vai gerar muitas guerras, muita violência no País, e mais opressão nos já sofridos povos indígenas.

O Sr. Paulo Ribeiro levantou duas questões, e eu vou me permitir tecer brevíssimos comentários.

Em primeiro lugar, a questão dos requerimentos. Olha, com todas as vênias possíveis, com o devido

respeito à sua posição, o fato é que mineração em terra indígena não está regulamentada ainda. Ponto.

Segundo ponto, quando e se for regulamentada, quem vai decidir sobre isso é o Congresso Nacional. Então, essa posição do DNPM, quando falo que é dúbia, refiro-me ao fato de que nem é de deferir nem de indeferir; é sobrestar. A partir do momento que ele mantém esse registro lá, esse registro, por si só, está gerando especulação e vai, com certeza, gerar pressão sobre o Congresso Nacional, principalmente sobre os povos indígenas. Não tenho qualquer dúvida a respeito disso. E sem falar que a ação que propusemos – a ação está aí a partir da página 98 –, contra o DNPM, já ganhamos em primeiro e em segundo grau.

E, a respeito dessa especulação, tenho, no inquérito policial, um delegado da Polícia Federal que a Vaaldiam Resources, que é uma canadense, uma mineradora canadense, em matéria publicitária publicada em seu *site* na internet, afirma ter adquirido aproximadamente 176 mil hectares de áreas de prospecção adjacentes à Reserva Indígena Roosevelt, no Estado de Rondônia, onde, no Rio Lage, foi estimada a produção de aproximadamente 100 mil quilates de diamantes por mês, com valor de cerca de US$20 milhões.

Está entendendo? Então, a Vaaldiam está fazendo isso por quê? Se o DNPM tivesse indeferido e dito: "Olha, a mineração não está regulamentada, e quem decide isso é o Congresso Nacional e ponto final"... A Vaaldiam, nessa época em que foi proposta essa ação, já estava especulando em cima...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE – Mas mesmo assim, mesmo assim, senhor, eles estão especulando. Isso, com certeza, vai gerar pressão sobre o Congresso Nacional e sobre os povos indígenas. Até porque a mineração em terra indígena – e isso felizmente é um ponto excepcional – vai depender de licitação, vai depender de laudo antropológico, ela vai depender de oitiva dos povos indígenas, etc. etc. Então, esses registros no DNPM só vão servir de pressão, especulação e *lobby* sobre o Congresso Nacional e sobre os povos indígenas. Essa é a minha opinião, com o devido respeito a sua, e é a opinião inclusive que tem prevalecido no Judiciário até agora. Essa ação felizmente nós conseguimos reverter.

A questão das riquezas, o senhor falou que existe uma lei; nós não desconhecemos nem podemos desconhecer essa lei. Acontece que essa lei não pode se sobrepor à Constituição Federal. Há um artigo na Constituição Federal que fala, sim, que as riquezas do subsolo são da União. Mas esse artigo que o Dr. Guilherme mencionou, da proteção, o que é terra tradicionalmente ocupada pelos índios, "destina sua posse permanente cabendo-lhes o usufruto inclusive das riquezas do solo"... Ah, desculpe, estou lendo errado. "São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar" etc. etc. etc. Sem falar que, logo abaixo, há um artigo que trata justamente da mineração, que diz que, quando essa mineração for regulamentada, aos índios caberá parte dessa riqueza, parte do que for apurado. Então, assim, me parece, com o devido respeito da sua posição, que até hoje não foi regulamentada por conta do Congresso Nacional. Quer dizer, os índios, quando for regulamentada, eles terão direito. Só que o Congresso Nacional há mais de 20 anos não regulamenta a matéria. Então, eles não podem ser prejudicados em função disso. Portanto, nós defendemos que, pelo menos, eles tenham direito a uma parte dessa riqueza. Inclusive estamos até iniciando as tratativas para tentar um diálogo com o DNPM nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Que, aliás, já foi votado aqui no Senado, Dr. Reginaldo, e está na Câmara para apreciação e votação. Mas, no Senado, já foi votado.

O SR. REGINALDO PEREIRA DA TRINDADE – Está certo. Então, agradeço mais uma vez o Senador Acir Gurgacz, a Funai, por ter movido montanhas para trazer os índios cintas-largas, o pessoal da imprensa, o Dr. Guilherme Göpfert, o pessoal do DNPM, enfim, todos que tiveram qualquer participação direta ou indireta neste evento. Nós o consideramos realmente um divisor de águas, Senador, pois, a partir de agora, o povo cinta-larga conseguiu ser ouvido pelo Governo. Então, agradecemos imensamente a presença do Ministro Gilberto Carvalho. O assessor, por favor, leve isto: o mais sincero agradecimento a ele por ter nos ouvido pacientemente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Reginaldo.

Nós temos alguns *e-mails* que recebemos e, ao final, vou fazer a leitura de, pelo menos, alguns deles. São vários, mas temos aqui alguns.

Quem manda é a Francisca Necy Muniz dos Santos, da cidade de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Ela comenta que assiste à audiência pública transmitida pela TV Senado, com a participação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que debate a situação dos povos indígenas cintas-largas. Segundo ela, é necessária uma fiscalização por parte da Presidenta da República nas ações da presidenta da Funai e também das ONGs evangélicas que estão recebendo

verbas do Governo Federal para cuidarem dos índios, mas não estão utilizando o valor para a finalidade ao qual foi destinado. Essa é a opinião da Francisca. Muito obrigado, Francisca, pelo seu *e-mail*.

Também o Carlos Borromeu Fernandes Pereira, de Marabá, do Pará. Ele afirma estar acompanhando o debate sobre os povos indígenas e, como funcionário da Funai, informa que esta não trabalha com a saúde e a educação, pois é responsabilidade dos Municípios e Estados. Afirma também que não trabalha nas aldeias, mas nos gabinetes. Não elabora projetos para que os índios se tornem autossustentáveis e não aceita parceria. Comenta que quando esta elabora um projeto, por exemplo, de solicitação de sementes, esse é encaminhado para Brasília e, quando chega, já é época de colheita. Diante disso, sugere que a Funai seja extinta e que seja criada uma secretaria indígena federal, estadual e municipal para que as verbas cheguem até as aldeias, pois, segundo ele, somente os índios, pelo menos no Estado do Pará, que têm convênios com a Vale têm acesso ao dinheiro, uma vez que os demais vivem em extrema miséria. Essa é a opinião do Carlos, de Marabá, do Pará.

A Luíza Helena Costa Archanjo, de Porto Velho, pergunta quais os projetos de geração de renda que estão sendo executados no momento pela Funai na aldeia Roosevelt, localizada na terra indígena cinta-larga. Se ela acompanhou – e como acompanhou – já deve ter tido a sua resposta atendida.

O Jorge Ilton Rocha, de São Luís do Maranhão, afirma que está assistindo ao debate sobre a situação dos povos indígenas na Comissão da CRA e comenta que as comunidades indígenas estão precisando de mais políticas públicas e, diante disso, a Funai não está fazendo nada.

Olha, vou ler só quatro dos milhares que temos aqui, Carolina, só para você ter uma noção da imagem que a Funai tem perante a população, não da totalidade, evidentemente, mas da imagem que se tem hoje da Funai.

Enfim, eram essas as colocações que tínhamos. Quero, mais uma vez dizer ao meu amigo Reginaldo, ao meu amigo Marcelo, ao Paulo Roberto, a todos das aldeias cintas-largas e das demais aldeias do nosso Estado de Rondônia que têm o nosso apoio. Nós fazemos parte do grupo Clamor. Vamos estar aqui sempre à disposição para ouvir e fazer os encaminhamentos necessários para melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas. Eu, particularmente, acompanho a vida dos índios desde quando fui prefeito municipal de Ji-Paraná, em 2001, tive o prazer de ter uma convivência muito estreita com os índios araras, cintas-largas no sentido de podermos melhorar a qualidade de vida dessa população que precisa de uma atenção especial e um atendimento especial dos governos, sejam eles estaduais, municipais, federais, legislativo, executivo ou judiciário.

Agradeço também a presença do Deputado Carlos Magno, que muito nos honra com sua presença e contribuiu muito para o debate. Agradeço a Drª Carolina, o Bruno, o Dr. Tiago...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Marcelo, é um prazer. Vamos ouvir o Marcelo, que quer se despedir.

O SR. MARCELO CINTA LARGA – Primeiramente, gostaria de agradecer as pessoas de bem que estão nos apoiando tanto aqui quanto fora e assistindo a essa divulgação da nossa situação. Que Deus abençoe a família de cada um. Apesar de nós sermos pessoas que falam uma língua diferente, acredito que nós somos todos filhos de Deus, por isso, que Deus esteja com todas as pessoas que estão apoiando esta causa. Também não quero jamais que Deus deixe de lado aqueles que não a apoiam, pois somos todos seres humanos. Ao mesmo tempo, gostaria de passar uma mensagem aos parentes indígenas que estão nos assistindo. Obrigado pela força, principalmente à aldeia Roosevelt, Capitão Cardoso, à aldeia de João Bravo, que, com certeza, um dia, com o apoio de Deus a gente vai conseguir avançar a nossa luta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado ao Marcelo.

O Paulo Roberto gostaria de mandar uma mensagem?

Por favor!

O SR. PAULO ROBERTO CINTA LARGA – Eu só queria agradecer a presença de todos os que estão aqui presentes: à Mesa, ao Dr. Reginaldo, a todos vocês que estão aqui. Agradecer essa divulgação à Funai, para ver essa situação que nós passamos na base lá.

Então, agradeço a todos, às comunidades lá de Mato Grosso, Aripuanã também.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Paulo Roberto.

Agradeço também ao Paulo Ribeiro de Santana, do DNPM; ao Dr. Guilherme Rocha, que é Procurador da República de Vilhena.

Muito obrigado pelas suas presenças.

Ao Ivan, nosso colega aqui que está representando o Senador Raupp, à Deputada Marinha, que me pediu para fazer o registro. Está registrado.

Muito obrigado pelas presenças.

Ao Deputado Carlos Magno, mais uma vez, muito obrigado pela sua presença junto conosco.

Pois não, por favor.

O SR. CARLOS MAGNO (PP - RO) – Eu só gostaria de dizer que, pelo que V. Exª leu dos *e-mails*, e estão aqui os povos indígenas, esse sentimento também é dos povos indígenas. Porque, historicamente, para você ter um órgão criado para defender, para fazer as políticas públicas dos povos indígenas, é preciso que a Funai seja mantida, mas com outra visão, com a visão de somar.

Eu tenho certeza de que o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, está à disposição. Nós sentimos falta de vocês nas discussões. Esse entendimento também eu acho que é importante, porque o próprio sentimento do Ministério Público é o dos nossos Parlamentares também para discutir essa questão, da minera..., enfim, da questão dos povos indígenas. Que nós possamos ser parceiros nisso aí e fazermos a nossa parte como representantes do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputado Carlos Magno.

Agradeço também ao nosso Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira, que deu total apoio para que esta audiência pública fosse realizada na tarde de hoje.

Reafirmo mais uma vez o nosso compromisso com os povos indígenas, principalmente...

Drª Carolina, por favor, com a palavra.

Não dá só para ouvir e não falar.

A SRª CAROLINA COMANDULLI – Eu gostaria também de falar.

Mas também já aproveitando para encerrar, dizer ao Procurador Reginaldo que eu vou levar o recado à nossa Presidência e reforçar aqui para a Funai que o Ministério Público Federal é um parceiro. Nós vemos assim e trabalhamos muito proximamente. Em diversas regiões do País há um Ministério Público Federal.

Afirmar também, um pouco em resposta às perguntas que foram feitas, que a Funai, como qualquer outro órgão público, tem as suas contas fiscalizadas, enfim, ela também passa pelos mesmos portais de transparência que os demais órgãos. E apenas uma informação a título de conhecimento, só esclarecendo uma das manifestações que foi lida: o Carlos Barromeu não é servidor da Funai; é ex-servidor da Funai.

E também falar sobre a complexidade. O tempo inteiro, nós colocamos aqui tanto os avanços quanto os desafios que a Funai enfrenta. Então, existem áreas em que a Funai mais ou menos presente, neste momento. E, nesse sentido, eu acho que é importante que consigamos ter uma visão um pouco mais ampliada a respeito disso.

E, respondendo ao Deputado Carlos Magno, no meu entendimento, hoje a Funai já está trabalhando com outra visão e está aberta ao diálogo, aberta às parcerias. Eu gostaria de reafirmar isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Drª Carolina, por mais uma vez, então, reafirmar o nosso compromisso com os nossos índios.

Agradeço também à Secretaria de Pesquisas de Opinião (Sepop), aqui do Senado Federal; à TV Senado; e à Rádio Senado.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos pela presença conosco nesta tarde.

(Iniciada às 14 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 30 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 24 DE OUTUBRO DE 2013.

Às sete horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e treze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, RUBEN FIGUEIRÓ, OSVALDO SOBRINHO, RODRIGO ROLLEMBERG, WALTER PINHEIRO, JOÃO ALBERTO SOUZA, FLEXA RIBEIRO, CÍCERO LUCENA, MOZARILDO CAVALCANTI e BLAIRO MAGGI.** Deixam de comparecer, os Senadores Zeze Perrella, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Cyro Miranda e Gim. O Senador Antonio Russo se encontra de licença, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nº 1/2013, 832/2013 e 1.210/2013, aprovados em 30.01.2013, 16.07.2103 e 15.10.2013, respectivamente. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de iniciar a Pauta de deliberação, o Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, informa que a presente reunião fora anteriormente agendada para tratar sobre as demarcações de

reservas indígenas em audiência pública nesta Comissão, mas a não confirmação da presença do Senhor Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, fez com que a pauta desta reunião fosse alterada. O Senhor Presidente indaga os Senhores Senadores sobre as medidas que a Comissão poderia adotar para que a audiência pública fosse realizada e os Senadores Waldemir Moka, Ana Amélia, Ruben Figueiró e Sérgio Souza usam da palavra para apresentar as considerações sobre o assunto. Após as manifestações dos Senadores, o Senhor Presidente dá início à Pauta de deliberação: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 - Terminativo – Ementa:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria**: Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT(Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. **Observações: 1)** Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. **2)** A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). **3)** Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **4)** Matéria em fase de votação. **5)** O Projeto constou também da Pauta da 23ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 19/09/2013. **6)** Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2011 - Não Terminativo – Ementa:** Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário. **Autoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatoria**: Senador Casildo Maldaner (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 148, de 2011, com duas Emendas que apresenta. **Observações: 1)** A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, tendo sido aprovado Parecer favorável. **2)** A Matéria será apreciada posteriormente pela CMA, em decisão terminativa. Anunciada a matéria, o Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, designa o Senador Sérgio Souza Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Casildo Maldaner. Após a leitura do relatório efetuada pelo Senador Sérgio Souza e a discussão da matéria, sem que houvesse oradores inscritos para discutir, a Comissão aprova o relatório do Senador Sérgio Souza. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Sérgio Souza, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 148, de 2011, com as Emendas nº 1-CRA e 2-CRA. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 592, de 2011 - CONSOLIDAÇÃO - Não Terminativo – Ementa:** Consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal. **Autoria:** Senador Antonio Russo. **Relatoria**: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Ruben Figueiró**. Relatório:** Pela apresentação das correções à redação final do PLS nº 592, de 2011-Consolidação, em atendimento ao Of. SF nº 977/2013 do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros. **Observações:** 1- Em 29/03/2012, a Comissão aprova o Parecer nº 347, de 2012-CRA, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CRA, relator Senador Rodrigo Rollemberg. 2- Em 18/04/2013, o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, encaminha à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Ofício SF/977/2013 (acompanhado de versão preliminar da redação final da matéria e de quadro-resumo contendo observações referentes a dispositivos do texto do projeto), para manifestação deste Colegiado, quanto a inconsistências encontradas no texto da matéria. 3- A matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria Geral da Mesa. Anunciada a matéria, o Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, designa o Senador Ruben Figueiró Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. Após a leitura do relatório efetuada pelo Senador Ruben Figueiró, colocada em discussão a matéria, a Senadora Ana Amélia solicita vista ao processo do PLS nº 592, de 2011, e o Senador Waldemir Moka faz uso da palavra para considerações sobre o projeto. **Resultado:** Concedida a vista coletiva à Senadora Ana Amélia e aos Senadores Waldemir Moka e Sérgio Souza, de acordo com o art. 132, §1 e §4, do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 48, de 2013. Assunto:** Requer nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 42, de 2013-CRA, de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013, a inclusão do seguinte convidado: Ricardo de Sá Acatauassú Xavier - Diretor Presidente da Seguradora Líder - DPVAT. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, os Senadores Sérgio Souza, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ana Amélia

e Ruben Figueiró fazem uso da palavra para considerações sobre a matéria. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **EXTRAPAUTA: ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 49, de 2013. Assunto:** Requer, nos termos do art. 90, inciso III, combinado com o art. 93, inciso II, e o art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, para participar de Audiência Pública para debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira. Em concordância com os requerimentos anteriores, segue a lista dos demais convidados a participar do debate: Sra. Maria Augusta Boulitreau Assirati - Presidente da Fundação Nacional do Índio – **FUNAI**; Sr. Rodinei Escobar Xavier Candeia - Procurador do Estado do Rio Grande do Sul - PG/RS; Sr. Francisco José de Albuquerque Maia Costa - Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul – **ACRISSUL**; Sr. Eduardo Correa Riedel - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul- **FAMASUL**; Sr. Álvaro Arthur Lopes de Almeida - Presidente da Federação de da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas – **FAEAL**. **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. A Senadora Ana Amélia sugere a inclusão do Sr. Luis Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União, como convidado para a audiência pública. No encaminhamento, os Senadores Sérgio Souza, Waldemir Moka e Ruben Figueiró fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que o Requerimento foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado, com adendo da Senadora Ana Amélia, no sentido de que seja convidado o Advogado-Geral da União, Sr. Luis Inácio Lucena Adams. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 50, de 2013. Assunto:** Nos termos regimentais, requer a realização, no âmbito desta Comissão, de audiência pública destinada a discutir a política para recuperação da lavoura do café, face às geadas ocorridas na região Sul do país, que dizimaram cafezais no Paraná e outros estados produtores, para tanto sugiro o convite às seguintes autoridades: 1 – Exmo. Sr. Deputado Silas Brasileiro - Presidente do Conselho Nacional do Café. 2 – Ilmo. Sr. Janio Zeferino da Silva - Diretor do Departamento do Café da Secretária de Produção e Agroenergia do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - **MAPA**. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias postas na mesa.

É do conhecimento da Comissão que hoje nós faríamos a audiência pública já requerida desde maio próximo passado, por requerimento aprovado de autoria de diversos Senadores, inclusive S. Exª o Senador Waldemir Moka, do Estado de Mato Grosso do Sul.

Essa audiência trataria da demarcação de terras indígenas, considerando que há conflitos em praticamente todo o Norte do Brasil. Inclusive no meu Estado de Alagoas, numa cidade com nome de Palmeiras dos Índios estão localizadas duas aldeias indígenas, onde há um conflito terrível. Atualmente, Senador, em determinado momento, os índios invadiram a sede da prefeitura, fizeram o Prefeito refém. Há uma reivindicação e a Funai estimula esse tipo de procedimento, pelo menos no que está acontecendo em Alagoas, para que as terras indígenas lá sejam redemarcadas, logicamente, utilizando toda a área urbana. Quer dizer, é uma coisa, até certo ponto, inacreditável. Uma cidade construída há mais de 50 anos, uma cidade pujante na região do baixo sertão de Alagoas, e infelizmente estamos convivendo com esse tipo de ação – invasão, conflitos. Já houve interveniência de determinado segmento da sociedade alagoana para tentar pacificar e apaziguar os ânimos, pensando evitar um conflito mais agressivo, ou agressivo, melhor dizendo.

Convidado o Ministro da Justiça, para participar dessa audiência, juntamente com o Presidente do Incra e outras autoridades diretamente interessadas, infelizmente, o Ministro, pela terceira vez, comunica à Comissão que não tinha agenda para comparecer,

apesar do tempo que esta Comissão aprovou o requerimento de convite.

Isso, realmente, cria um certo desconforto para a Comissão, considerando que temos tentado fazer de tudo dentro dos preceitos previstos no Regimento da Casa e naquilo que estabelece a Constituição.

A Comissão opta, normalmente, pelo convite, porque os membros da Comissão preferem que nós façamos convite em vez de convocação, mas o que deveria ser regular seria a convocação, considerando que isso não é nenhuma ofensa às autoridades, que podem ser convidadas ou convocadas para participarem de encontros e tratar de assuntos mais relevantes de interesse do País. E este é por demais relevante, até porque nós estamos tentando com isso evitar conflitos que possam descarrilar para uma guerra entre índios e posseiros e proprietários de terras das regiões mais afetadas.

Gostaria de deixar a critério da Comissão, considerando que nós já propusemos em três oportunidades a presença de S. Exª o Ministro da Justiça, Cardozo, mas, infelizmente, somente agora, cerca de 24 horas para realização da audiência pública... Considerando, inclusive, que pessoas de outros Estados, como o Rio Grande do Sul, atendendo ao aditamento do requerimento proposto pela Senadora Ana Amélia, já estavam viajando para Brasília; outras pessoas representantes de determinadas agremiações do meu Estado de Alagoas também já se deslocaram para Brasília, provavelmente de outros Estados como Mato Grosso, isso não fica bem.

Então, eu estou trazendo esse problema à Comissão para que a gente possa fazer uma análise detalhada e ver que caminho tomar. Segundo informações da Comissão de Agricultura, o Ministro remarcou para o dia 31. Eu não sei se isso ocorrerá, pois ele já desmarcou três vezes.

Gostaria de ouvir a opinião dos Exmªs Srs. Senadores com relação a esta situação: se a gente mantém essa data remarcada ou se adotamos uma outra providência, conforme o que estabelece o Regimento e a Constituição do nosso País.

Concedo a palavra ao eminente Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu acredito que o Ministro José Eduardo Cardozo, que foi nosso colega na Câmara dos Deputados – ele é Deputado Federal... pela terceira vez seguida desmarcar... a primeira indagação que eu faria: quando marca um dia, esse dia é marcado combinado – claro – com a assessoria dele. Ele é que disse que viria, por exemplo, hoje, dia 24. Foi a assessoria que marcou. Ele que informa à Comissão o dia, porque é um convite.

E pela terceira vez, ele desmarca. Ele marcou o dia e, como disse V. Exª, nós somos surpreendidos no Mato Grosso do Sul... Aliás o Presidente da Federação da Agricultura, Eduardo Riedel, se encontra em Brasília, ele veio ontem para acompanhar o debate aqui.

E por sugestão feita pelo Senador Figueiró, ele e o Chico Maia, que é o Presidente da Acrissul, fariam parte hoje desse debate. Por quê? Porque Mato Grosso do Sul... eu tenho aqui um depoimento de produtores, Senadora Ana Amélia, e é inacreditável o que está acontecendo com os produtores que têm as suas terras invadidas. É uma coisa desumana, humilhante. Se desarticula a produção. Há um produtor aqui que está fora, foi retirado da propriedade e está devendo conta de energia para Enersul. E a Enersul não consegue cortar a energia porque, na hora que ele saiu, claro, pediu para cortar a energia, porque os índios não deixam a empresa estatal fazer o corte.

Presidente, em relação à parte de gado, o Ricardo Bacha, que é um produtor rural, um homem equilibrado, um cara tranquilo – convivi com o Ricardo Bacha e sei da sua índole, do seu espírito democrático –, ele faz um relato de várias questões que me parecem.. E o que nós temos hoje? E o que o Governo sempre dizia? Que ele esperava o julgamento da decisão do Supremo sobre os embargos declaratórios da Raposa Serra do Sol. E ontem foi julgado. E por 7 a 2, os Ministros confirmaram todas as decisões da Raposa Serra do Sol. A única questão que não é vinculante. Mas o fato de não ser vinculante não significa que o Governo não possa adotar decisão do Supremo como uma decisão de Governo.

Aliás eu espero, sinceramente, que o Governo adote. Na verdade agora não se trata de produtores e da bancada ruralista, é uma decisão da mais alta Corte do País. E qual foi a decisão no caso da Raposa Serra do Sol? A decisão marco temporal. Em outubro de 1988, lá em Roraima, não tinha produtor rural; tinha os índios. Então, como não tinha produtor, e sim os índios, a terra era dos índios. Os produtores saíram de lá. Então, o inverso também é verdadeiro. Em 1988, onde não existia índio e sim produtor rural a terra era dos produtores rurais, até porque a Constituição diz “em terra que tradicionalmente habitam”, e não habitavam. Então, essa, para mim, sempre foi a grande decisão.

Agora, reconhecendo-se que os índios sofrem uma injustiça, que falta terra, aí, Sr. Presidente, é outra discussão. Insisto e sempre insisti: se é preciso fazer isso, então, o Governo coloque dinheiro no Orçamento da União – essa conta é da sociedade como um todo, e não de alguns produtores rurais – e aí faça a desa-

propriação. Hoje querem aumentar a demarcação, mas não, Sr. Presidente, do jeito que está acontecendo.

Então, na minha opinião, vamos ouvir os outros, eu acho que o Ministro José Eduardo Cardozo, com todo o respeito que tenho por ele, em função de três negativas, deveria ser convocado por esta Comissão. Até porque, Sr. Presidente, por força da convocação, talvez a gente possa ajudá-lo, porque aí ele vai dizer para os outros compromissos: "Lamentavelmente, eu não posso, porque fui convocado pela Comissão de Agricultura e aí, por força de lei, eu devo comparecer." Até porque, Sr. Presidente, se nós aqui, na Comissão de Agricultura, não nos fizermos respeitar, aí realmente ficará muito complicado. Portanto, a minha opinião é que, em função de três datas marcadas pela sua assessoria e sua Excelência não comparece, ou ele adia... Na verdade, ele pelo menos tomou o cuidado de avisar; 24 horas antes, é verdade, mas avisou a Comissão. Então, eu acho que esta Comissão deveria convocá-lo para que ele aqui estivesse.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Mas me parece que, na hipótese de a Comissão fazer a opção de convocação, não há nenhum constrangimento e tampouco nenhum confronto com o Ministro. Até porque a Constituição diz que as autoridades poderão ser convocadas pelos poderes, pelas comissões técnicas para apresentar ou para defender algum outro interesse. A nossa Constituição não estabelece convite. Essa é uma opção que as comissões técnicas normalmente proporcionam àqueles que estão sendo convidados a participar de audiência pública para prestar informações que a sociedade e o Congresso Nacional precisam tomar conhecimento.

Concedo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia para as suas manifestações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Essa matéria é da maior relevância, até porque hoje seria o dia realmente ideal para a presença do Ministro José Eduardo Cardozo, em vista da decisão do Supremo com o voto do Ministro Barroso a respeito do estabelecimento de súmula vinculante à demarcação da Raposa Serra do Sol lá em Roraima. O Senador Waldemir Moka foi muito claro, esclarecendo que aquilo aconteceu... A Constituição fala em antes de 88 e depois de 88, ou seja, a questão da temporalidade em relação às demarcações. Como não houve, digamos, uma manifestação desejada pelas partes em relação ao Supremo, o Executivo está, digamos, agora com a faca e o queijo na mão para tomar a decisão. O Advogado-Geral da União já falou de manter a portaria relacionada a essa questão relativa às demarcações.

Quanto ao Ministro José Eduardo Cardozo, o Ministro é uma pessoa que foi Deputado Federal, aliás, um atuante Deputado Federal, um Ministro de uma pasta das mais relevantes, que é o Ministério da Justiça, tem uma interlocução, eu diria, respeitosa com a Casa e, lamentavelmente, mesmo que todos os outros ministros tenham vindo não só a esta Comissão... O Ministro da Agricultura esteve aqui, o Ministro Pepe Vargas esteve aqui sempre que foi convidado. A Ministra Gleisi Hoffmann ontem esteve na Comissão de Infraestrutura, o Ministro Guido Mantega hoje estará aqui, a partir das 10h, para falar das questões econômicas, enfim, todo dia tem ministro aqui. O Ministro Chefe do Banco Central, o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e tantos outros.

Nós tivemos com o Ministro Eduardo Cardozo o mesmo problema na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, quando eu havia feito uma solicitação pela presença do Ministro para falar da Biblioteca Nacional, que havia sofrido, por conta de uma enchente que ocorreu no Rio de Janeiro, perdas de volumes históricos da maior relevância e que queríamos saber quais eram as condições, vez que a Biblioteca Nacional é subordinada ao Ministério da Justiça. Foi feito o primeiro convite, o segundo convite, o terceiro convite e, por conta do não atendimento, decidimos fazer a convocação. Fazemos convite às vezes até por pedido do Governo, em vez de fazermos convocação, fazemos convite. Não há nenhum problema. Fazemos de forma respeitosa. Então, não tivemos alternativa a não ser fazer a convocação e o Ministro compareceu. No fim, o Ministro foi mais festejado do que outra coisa.

Então, é surpreendente que em um tema dessa natureza e desse interesse nacional... Como disse o Senador Moka, no Rio Grande do Sul, Senador Benedito de Lira, nosso Presidente, todas as áreas que envolvem essas questões relativas à demarcação de terras são pequenas propriedades rurais. Isso acontece não só no Rio Grande do Sul, mas em Santa Catarina. Aí a situação é mais delicada ainda, porque estão gerações naquela região. Foi o caso da reserva de Mato Preto, lá em Getúlio Vargas, onde o Município perdeu 16% da sua área em função das demarcações. As análises antropológicas, as análises históricas e todas as análises feitas lá comprovam que ali não havia reservas indígenas. Há inclusive um cemitério no meio da reserva, que é de imigrantes europeus. Aquele cemitério ficou no centro da reserva. Um dos convidados era o Dr. Rodney Candeias, que fez o mais profundo estudo antropológico, contando com o apoio dos acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e de especialistas para mostrar o equívoco naquele processo.

São essas coisas que temos que discutir. Nós não somos aqui absolutamente contrários. Defendemos o direito constitucional da demarcação onde for corre-

to, onde for adequado, onde a lei determinar, onde for realmente comprovado que ali era terra indígena, mas não da forma como hoje vem sendo feita a demarcação, criando um conflito desnecessário, criando uma tensão absolutamente grave para a tranquilidade de quem trabalha, seja para os índios, seja para os pequenos agricultores.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Agradeço a manifestação de V. Exª e concedo a palavra ao Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Senadora Ana Amélia, Senador Waldemir Moka, as manifestações feitas aqui pelos ilustres Senadores e Senadoras que me antecederam correspondem exatamente ao meu pensamento.

Quero acrescentar apenas a V. Exª que eu considero uma desconsideração do Ministro a atitude que ele tomou, agora, de forma reiterada. Estou ciente e consciente de que essa é a terceira vez que ele se recusa a comparecer por convite de V. Exª e, quero acrescentar, meu também. Isso demonstra, sem dúvida nenhuma, um gesto inesperado de S. Exª pela conduta que bem afirmou a Senadora Ana Amélia de que é uma pessoa cortês, solícita, com uma passagem dignificante na Câmara dos Deputados. Mas, com relação a nós aqui, ele foge à responsabilidade. Ele tem reiteradamente dito que essa questão indígena não pode ser levada com a barriga. Mas, infelizmente, é o que ele tem feito. As decisões do Governo dependem exclusivamente de uma manifestação final dele e que ele não deu até o presente momento.

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal, ontem, em relação à Raposa Serra do Sol, sem dúvida alguma, dá uma diretriz ao Governo. E eu ouvi ontem, pela televisão, que o Sr. Adams disse que vai tomar aquela orientação do Tribunal como orientação para revigoramento do decreto lei que o próprio Governo lançou tempos atrás e suspendeu a sua aplicação até a manifestação do Supremo. Portanto, agora é a oportunidade mais do que justa para que o Sr. Ministro aqui compareça. Se ele não veio com o gentil convite que fizemos, agora, sem dúvida, acompanhando inclusive o ponto de vista de V. Exª, ele deve ser convocado por esta Comissão.

Eu, inclusive, Sr. Presidente, apenas corroborando com a manifestação antecipada de V. Exª, ia apresentar um requerimento... Eu repito, Sr. Presidente: eu ia apresentar um requerimento justamente nesse sentido, acrescentando que a convocação do Ministro seria extensiva a um convite àquelas autoridades que já deveriam ter sido convidadas. Então, eu não sei, pergunto a V. Exª se seria o momento de eu juntar esse requerimento às palavras de V. Exª para ser apreciado pelo Plenário?

No mais, Sr. Presidente, eu acompanho a manifestação de V. Exª, da Senadora Ana Amélia e do Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Apenas para fazer uma pequena observação ao Senador Rubens Figueiró, como sugestão, Senador – V. Exª sabe do meu respeito.

Acho que nesse momento nós deveríamos proceder à convocação do Ministro e, depois, numa conversa entre nós, decidiríamos as pessoas que viriam.

O que estou sugerindo aqui? A Senadora Ana Amélia fez um aditamento e traria alguém do Rio Grande do Sul. Mato Grosso do Sul tem dois expositores. Mas, nesse momento, nós não faríamos com os expositores junto, faríamos a convocação do Ministro e, num segundo momento, acordaríamos entre nós quais seriam as outras pessoas que viriam. Por exemplo, a Funai, que é... *(Falha na gravação.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas é apenas uma sugestão.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, eu não tenho dúvidas em aceitar a sugestão do eminente Senador Waldemir Moka, mas quero dizer aqui que as pessoas que arrolei são justamente aquelas que correspondem ao convite anterior, ou seja, a Srª Maria Augusta Boulitreau Assirati, Presidente da Fundação Nacional do Índio; o Sr. Rodnei Escobar Xavier Candeia, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, por sugestão e indicação da eminente Senadora Ana Amélia; o Sr. Francisco José de Albuquerque Maia Costa, Presidente da Acrissul, lá do meu Estado; o Sr. Eduardo Correa Riedel, Presidente da Federação da Agricultura; e, finalmente, o Sr. Alvaro Arthur Lopes de Almeida, pessoa indicada por V. Exª.

Eu não tenho dúvida em acompanhar o pensamento do Senador Moka, mas quero adiantar que a sugestão nesse requerimento é também para o convite a essas personalidades.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu estava tentando dizer, Sr. Presidente, que nós precisamos convocar o Ministro. As outras pessoas nós não vamos convocar, vamos apenas convidá-las a comparecer. Isso é o que eu estou tentando evitar, porque nós não podemos convocar essas outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Até porque essas pessoas, nobre

Senador Moka e Senador Figueiró, que estão elencadas aqui no requerimento de V. Exª já estão também nos requerimentos anteriores. Consequentemente, acho que o raciocínio do Senador Moka, com a anuência de V. Exª, lógico, se prende exclusivamente à convocação do Sr. Ministro, porque as demais pessoas já estão implicitamente... Poderão participar porque já foram convidadas. Está certo?

O Senador Sérgio se dispõe a...

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Meu caro Senador Benedito de Lira, Senadora Ana Amélia, Senador Waldemir Moka, Senador Ruben Figueiró, realmente é uma pena a não vinda do Ministro à audiência. Logo após a decisão de ontem do Supremo, que ainda não tive tempo de estudar profundamente para ver se melhorou ou piorou, mas as informações são de que se mantêm os termos do que foi decidido no Acórdão da Raposa Serra do Sol, há um impasse muito grande hoje, principalmente em Mato Grosso do Sul e no Paraná, mas não é diferente em outros Estados brasileiros, inclusive no Estado de V. Exª, Sr. Presidente, como já tomamos conhecimento, no que diz respeito à ocupação de terras de produtores rurais e ao engessamento da produção, atingindo diretamente a vida econômica dessas famílias.

Nós temos duas regiões no Paraná, a região de Guaíra e a região de Marechal Cândido Rondon, que têm sofrido muito com as ameaças e com a migração de milhares de índios. A cidade de Guaíra tinha cerca de uma centena de índios e chegou, recentemente, a uma população indígena de, aproximadamente, três mil índios, que estão migrando de outras regiões, especialmente do Paraguai.

Por isso, a importância daquele requerimento de V. Exª para que a Embrapa encaminhe a esta Comissão as cartas topográficas, as fotos de satélite, para nós identificarmos aqui, nesta Comissão, que é a comissão temática, o que de fato era terra de índio na década de 80, especificamente em 1988, porque essa decisão de ontem do Supremo, vinculante ou não, nos dá uma direção, e a direção é de que, em 1988, a Constituição, promulgada em outubro, disse que aquilo que era ocupado por índio naquele momento da promulgação teria que ser demarcado em cinco anos. Se não foi demarcado, a culpa não é do índio também, não; a culpa é do Estado brasileiro, que não cumpriu com as suas obrigações constitucionais.

Mas precisamos saber o que estava, de fato, ocupado por índios e essa decisão de ontem do Supremo Tribunal Federal é muito importante e a presença do Ministro Cardozo aqui nesta Comissão é imprescindível para colocar as posições do Governo Federal e esclarecer, clarear, como diz o Senador Waldemir Moka, o que era, inclusive, o objeto dos embargos, porque os embargos se prestam a isso, a aclarar termos do acórdão que estavam obscuros, e nada melhor que a presença do Ministro Eduardo Cardozo para nos dar a interpretação dessa decisão de ontem do Supremo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu tenho ouvido, nessa matéria, mais manifestações do Advogado-Geral da União, Ministro Adams. Ontem mesmo ele reafirmou, a partir da decisão do Supremo a respeito dessa matéria, que talvez fosse o caso de termos também aqui o Ministro Adams para tratar desse assunto, porque ele tem, digamos, a responsabilidade jurídica do encaminhamento dessa questão. É ele o instrumento, a autoridade máxima na relação com o Supremo Tribunal Federal.

Então, penso que podemos imaginar – não sei se os colegas Senadores entendem dessa forma –, poderemos também fazer um convite. Nesse caso, eu sugiro um convite ao Ministro Adams para tratar do assunto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu só quero fazer uma retificação. Em relação ao requerimento do Senador Ruben Figueiró, eu tinha uma preocupação. No requerimento, a sua assessoria tomou o cuidado... A convocação – eles deixam isto muito claro – é apenas do Ministro. No resto do requerimento, eles dizem que as outras pessoas seriam convidadas.

De forma, então, Marcelo, que aí não vai ficar nenhuma dúvida nesse requerimento. Nós estamos convocando, regimentalmente, o Ministro e as demais pessoas seriam apenas e tão somente convidadas. Essa era uma preocupação que eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Antes de dar início à discussão do requerimento e à aprovação da convocação do Ministro.

Acho a sugestão da Senadora Ana Amélia procedente. Parece-me que é importante também a presença do Advogado-Geral da União.

Foi encaminhado para nós, no dia 21 próximo passado, de ordem do Sr. Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo:

Confirmo sua presença na audiência pública nesta quinta-feira, 24, às 9h, para debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como possíveis impactos sobre a agricultura brasileira.

Além do Ministro, também está confirmada a Srª Maria Augusta Boulitreau, Presidente da Fundação Nacional do Índio.

Infelizmente não foi possível.

Encontra-se, sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Senador Figueiró, que muda o sistema de convite para convocação de S. Exª o Sr. Ministro José Eduardo Cardozo para participar da audiência pública para debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira.

Há também um adendo da Senadora Ana Amélia convidando o Advogado-Geral da União.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 49, de 2013

Requer, nos termos do art. 90, inciso III, combinado com o art. 93, inciso II, e o art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, para participar de Audiência Pública para debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira. Em concordância com os requerimentos anteriores, segue a lista dos demais convidados a participar do debate: Sra. Maria Augusta Boulitreau Assirati - Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Sr. Rodinei Escobar Xavier Candeia - Procurador do Estado do Rio Grande do Sul - PG/RS; Sr. Francisco José de Albuquerque Maia Costa - Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul – ACRISSUL; Sr. Eduardo Correa Riedel - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul- FAMASUL; Sr. Álvaro Arthur Lopes de Almeida - Presidente da Federação de da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas – FAEAL.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

O eminente Senador Figueiró já apresentou a sua justificativa.

Em discussão o requerimento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quanto ao requerimento, acho que há autoridades o suficiente para fazermos uma boa audiência pública.

A sugestão do Senador Waldemir Moka é a convocação do Ministro e a sugestão da Senadora Ana Amélia, com que concordo também, é o convite ao Ministro Adams.

Nós poderíamos fazer uma audiência pública só com os dois Ministros – o Ministro Adams e o Ministro da Justiça. E outra audiência pública com essas autoridades, até mesmo para podermos explorar os dois Ministros de forma mais completa e termos o tempo necessário para o debate. E nós sabemos que audiências como essas podem durar um bom tempo e a quantidade de expositores, convidados, pode talvez minimizar a oportunidade de sabatinarmos aqui e questionarmos os Ministros.

Eu sugiro dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – E a presença da Presidente da Funai? Seria junto com os dois Ministros ou isoladamente?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Separadamente. Um só para os Ministros.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, eu havia dito que tenho certeza de que depois, convocando o Ministro, entre nós aqui, haveríamos de chegar a um consenso.

Usando uma palavra de advogados, que às vezes o Senador Sérgio Souza, *data maxima venia*, acho que nós tínhamos que estabelecer um contraditório. Eu lhe explico o porquê, Sérgio.

Há necessidade do Presidente da Federação porque, lá no Mato Grosso do Sul, está em curso uma negociação que se arrasta há muito tempo. Depois eu vou passar um relato dos produtores rurais que têm as suas propriedades invadidas. O que está acontecendo é uma impunidade total. Por isso que, na hora do debate, é importante que a gente ouça pessoas que estão vivendo o drama da invasão.

E, ao contrário do que se imagina, isso ajuda inclusive. Acho que ali, especialmente no Buriti, a negociação avançou. Eu posso estar enganado, mas a solução ali é só adquirindo aquelas áreas, porque virou um conflito tão grande e há risco. Por isso estou sugerindo.

Acho que V. Exª tem razão quando diz que o debate entre os dois Ministros é o costume. Agora, com a presença de pessoas, V. Exª sugeriu a de Alagoas, a Senadora Ana Amélia alguém que conhece como foram feitos os processos lá, até para se contrapor a essa questão da demarcação.

Essas contraditas são importantes, até para a Comissão fazer juízo de conteúdo, de decisões. O debate é assim mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Mas eu acho que realmente há fundamento, têm razão em seus argumentos V. Exªs.

O que poderíamos fazer? Como após a convocação, o Ministro tem 30 dias para comparecer, nós poderíamos fazer o seguinte – é apenas uma sugestão em direção à sugestão de V. Exªs: convidaríamos as demais pessoas para o próximo dia 31 e aguardaríamos, com o resultado do que fosse debatido, a presença dos dois Ministros.

É uma ideia, uma sugestão também que a Mesa faz aos Senadores, mas depois conversaremos sobre isso.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com adendo da Senadora Ana Amélia.

Gostaria de fazer uma comunicação recebida...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, o requerimento que acabamos de votar é convocação do Ministro José Eduardo Cardozo. Tão somente do Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Exclusivamente a convocação do Ministro José Eduardo Cardozo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim, aí a sugestão da Ana Amélia...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – E o adendo da Senadora Ana Amélia é o convite ao Advogado-Geral da União.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – O que estou entendendo aqui é que nós primeiro ouviremos por convocação o Sr. Ministro da Justiça e depois é que faríamos o convite a essas outras personalidades?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Não. A sugestão era a seguinte: convidá-los primeiro...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Antecipadamente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Antecipadamente, e, quando o Ministro estivesse aqui, já teríamos um resumo do que eles apresentaram. Mas isso ficou para que pudéssemos definir administrativamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu ainda acho...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – As datas do convite...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Não, a data do convite, lógico, e a data para tratarmos desse assunto com as demais autoridades, que não são os dois Ministros.

Foi isso que pude entender.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas, regimentalmente, na convocação, nós temos que estabelecer uma data ou...? Aí é uma consulta. Ao aprovarmos a convocação, a data, o dia, nós estabelecemos ou o Ministro tem ainda a prerrogativa de dizer? A Comissão, ao convocá-lo, estabelece...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – com a convocação consumada, ele terá 30 dias para comparecer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Está bom. Aí, Sr. Presidente, numa conversa entre nós, nós vamos... Porque acho que a necessidade primeira é do Ministro, para ele clarear o que o Governo, após a decisão do Supremo, pretende fazer. Eu acho que isso é o fundamental. E as pessoas que convidaríamos seriam para estabelecer o contraditório dessa decisão que o Governo pretende tomar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Senador Moka, V. Exª me concede um aparte?

Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, esta semana o assunto vai se focar em torno da decisão do Supremo. Acho que, se conseguíssemos trazer o Ministro aqui na próxima semana, seria um tempo razoável, inclusive para conhecer os termos da decisão e estaríamos no auge da discussão desse tema. Acho que o momento é extremamente oportuno. Daqui a 30 dias... Nós poderemos sugerir a data ao Ministro, a assessoria da Comissão pode ligar para o Ministro ou um de nós, Senadores, e ver a possibilidade de ele estar aqui na próxima semana, mesmo sabendo que ele tem a prerrogativa de marcar nos próximos 30 dias. Agora, não pode é marcar também fora do horário da Comissão.

Então, terá quatro opções, quatro semanas para optar e nós poderíamos sugerir a próxima semana, já que o assunto é de tamanha urgência.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Vamos fazer a leitura de um dispositivo regimental para que V. Exªs fiquem mais a par do que está acontecendo.

Sempre que o Ministro de Estado...

> *Art. 398. Quando houver comparecimento de Ministro de Estado perante o Senado, adotar-se-ão as seguintes normas:*

I – nos casos do inciso I do art. 397, a Presidência oficiará ao Ministro de Estado, dando-lhe conhecimento da convocação e da lista das informações desejadas,

a fim de que declare quando comparecerá ao Senado, no prazo que lhe estipular, não superior a trinta dias."

Dando seguimento a nossa reunião, item 2:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 148, de 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.
Autoria: Senador Cyro Miranda
Relatoria: Senador Casildo Maldaner (Substituído por Ad Hoc)
Relatoria Ad Hoc: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 148, de 2011, com duas Emendas que apresenta.
Observações: 1 – A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, tendo sido aprovado Parecer favorável;
2 – A Matéria será apreciada posteriormente pela CMA, em decisão terminativa.

Com a palavra S. Exª a Senador Sérgio Souza, que designo Relator *ad hoc*.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, vem a exame, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 148, de 2011.

O PLS em foco, da autoria do Senador Cyro Miranda, propõe a alteração da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para melhor disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário, nos termos do art. 1º, que modifica o art. 33 da referida Lei.

A proposta estabelece que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de medicamentos de uso humano ou veterinário devem assegurar a implementação e a operacionalização do sistema de logística reversa para o descarte dos remanescentes desses produtos, que ficam sujeitos à devolução pelos consumidores aos comerciantes ou distribuidores.

O PLS nº 148, de 2011, tramitou em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007 (que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nos 169, de 2008, e 494, de 2009) por versarem sobre matérias correlatas.

Entretanto, por força da aprovação do Requerimento nº 502, de 2012, da lavra do autor do Projeto, a matéria voltou a ter tramitação autônoma, sendo redistribuída para as Comissões de Assuntos Sociais (CAS); de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa.

Na Comissão de Assuntos Sociais, a matéria obteve parecer favorável, seguindo o voto contido no relatório do Senador Paulo Paim.

Observamos, por oportuno, que não foram apresentadas emendas à Proposição.

Passamos, então, à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, os temas trazidos a exame pela proposta fazem parte do conjunto de tópicos sobre os quais cabe manifestação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em cuja competência se insere a apreciação das matérias quanto à comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

Inicialmente, ressaltamos que o PLS nº 148, de 2011, não demanda qualquer reparo em sua redação, por estar amparada na boa técnica legislativa de que trata a Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Quanto ao mérito da proposição, é suficiente considerarmos que a maioria das pessoas, atualmente, descarta os resíduos de medicamentos juntamente com o lixo doméstico, ou na pia, ou no vaso sanitário, conforme pesquisa recente, com potencial prejuízo ao meio ambiente e à saúde pública. O problema se reproduz no meio rural, onde se desenvolvem atividades pecuárias, com descarte de medicamentos veterinários e suas embalagens no meio ambiente com prejuízo potencial à segurança sanitária das criações.

Entendemos que a proposição se mostra oportuna e apresenta a destacada importância de se constituir normatização eficaz para mitigar a ocorrência de casos de contaminação de solos e mananciais por resíduos de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário descartados.

Acreditamos que um maior controle do descarte dos aludidos produtos alcançará, indubitavelmente, o objetivo de manter em níveis aceitáveis os riscos que podem representar à saúde da população, das criações e ao meio ambiente, que empresta seus indispensáveis recursos para as atividades agropecuárias, com destaque para a produção sustentável de alimentos saudáveis.

Não podemos nos esquecer, também, dos impactos positivos sobre a geração de oportunidades de trabalho e sobre a distribuição de renda advindos da implantação da logística reversa no tratamento dos resíduos.

De fato, a Lei nº 12.305, de 2010, objeto de alteração do PLS nº 148, de 2011, tem escopo amplo e sua complexidade se estende ao número de entes envolvidos e à diversidade de produtos que alcança.

Com efeito, Sr. Presidente, é perceptível a necessidade de um sistema especializado na logística reversa de medicamentos de uso humano e veterinário, nos moldes das experiências de Portugal e Espanha, em cujos modelos se contemplam: a) o recolhimento de medicamentos trazidos pelos consumidores às farmácias e distribuidores; e b) o custeio da indústria farmacêutica ao descarte dos medicamentos recolhidos.

O mérito da proposição do Senado reside, justamente, em explicitar a necessidade de tratamento adequado ao descarte de medicamentos pela população, prescrevendo o instituto da logística reversa como estrutura de sustentabilidade, tal como a solução adotada nos modelos português e espanhol.

A iniciativa do PLS supre adequadamente a lacuna normativa existente em relação ao descarte de medicamentos pela população e pelos pecuaristas. Ocorre que a legislação existente é omissa, quer na Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, quer na Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), do Ministério do Meio Ambiente, que dispõe sobre o tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.

Com a alteração proposta na legislação, a logística reversa para medicamentos se consolida como norma jurídica que abre largas perspectivas para o surgimento de soluções criativas, envolvendo o surgimento de empresas especializadas em logística reversa de medicamentos.

Assim, a proposição em exame, que vê na adoção da logística reversa uma solução para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário, conta com nosso irrestrito apoio.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011.

Voto exarado pelo Senador Casildo Maldaner. E esta é a leitura do voto do Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em discussão o relatório apresentado por S. Exª o Senador Sérgio Souza. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos ao item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 592, de 2011 - Consolidação
- Não Terminativo -

Consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal.
Autoria: Senador Antonio Russo
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Ruben Figueiró
Relatório: Pela apresentação das correções à redação final do PLS nº 592, de 2011- Consolidação, em atendimento ao Of. SF nº 977/2013 do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros.

A matéria foi recebida inicialmente na CRA em 21/09/2011.

Não foram oferecidas sugestões no prazo regimental perante esta Comissão.

Em reunião realizada em 29 de março de 2012, foi aprovado o parecer que teve como relator o Senador Rodrigo Rollemberg, que concluiu pela aprovação da matéria com as Emendas 1 e 2.

A matéria foi apreciada pelo Plenário do Senado Federal em 5 de junho de 2012, e foi encaminhada à Comissão Diretora para redação final.

Em 18 de junho de 2013 foi recebido Ofício do Senado Federal nº 977, de 2013, do Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, encaminhando versão preliminar da redação final da matéria e quadro-resumo, contendo observações referentes à dispositivo do texto do Projeto, para manifestação deste Colegiado quanto às inconsistências encontradas no texto da matéria.

Com o palavra o Senador Ruben Figueiró, para a leitura do parecer do Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, ao substituir neste instante o Senador Rodrigo Rollemberg, que relatou o Projeto e também o eminente Senador Antonio Russo, ao qual, me permita V. Exª prestar as minhas homenagens.

Estou nesta Casa por substituição legal ao Senador Antonio Russo, que já está em franca recuperação de sua saúde, eu pessoalmente almejo que ele volte a esta Casa para prestar a colaboração que prestou significativamente na questão da agropecuária e legislação que a disciplina.

Eu quero aqui destacar, Sr. Presidente, de início, uma expressão do Senador Russo – até como uma homenagem a ele –, quando da apresentação deste Projeto.

Diz ele: "Tenho trabalhado incansavelmente pelo agronegócio brasileiro por toda a minha vida, especialmente no setor pecuário. Ao assumir a cadeira do Senado Federal o meu desejo de contribuir com esse importante setor da economia brasileira que desbrava novas fronteiras agrícolas e que gera emprego e renda para o povo brasileiro só aumentou. Uma das ideias que se destacam nesse contexto seria propor medida para tentar organizar a legislação sanitária federal no Brasil, já que a matéria envolve um grande número de espécies, decretos, decretos-leis, leis, bem como um longo período de tempo. Há normas editadas desde a década de 30."

Eu entendo que essa manifestação do Senador Antonio Russo reforça a opinião que todos nós temos de que ele dedicou toda a sua vida a essa área e de que tem profundo conhecimento para oferecer normas que disciplinem e melhorem as condições da legislação sanitária vegetal e animal no nosso País.

Voltando-me ao relatório do eminente Senador Rodrigo Rollemberg, eu desejo destacar alguns dados, porque o parecer dele é extremamente longo, seu eu for lê-lo integralmente, nós vamos levar aqui pelo menos duas horas.

Eu vou procurar ser sucinto, destacando apenas alguns detalhes do relatório que vem ao exame desta Comissão para tratar justamente do assunto, a legislação sanitária, vegetal e animal.

Ele relata aqui que são diferentes normas, mais de 11 dispositivos, aliás, 13 dispositivos que o Projeto de Lei destaca e emitindo sobre eles as modificações que o autor entende justas.

Foi distribuída à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, não recebeu sugestões e a proposição foi encaminhada ao plenário, onde também não recebeu emendas. Foi aprovada, tendo sido submetida a redação da Comissão Diretora desta Casa, a qual, depois de análise, fez algumas observações, voltando o assunto aqui para esta Comissão.

Da análise do projeto, ele afirma que há várias observações a ser feitas com relação à adaptação das sugestões às normas que podem ser aplicadas à espécie.

São várias. Por exemplo, a urgência da atualização da legislação sanitária vegetal e animal. Atualmente, são inúmeros os portos pelos quais podem ser exportados ou importados animais ou produtos de origem animal. Por outro lado, não faz sentido que a necropsia de animais sacrificados seja requerida ao secretário da Secretaria de Defesa Agropecuária, que deve ocupar-se de outras obrigações. Portanto, o art. 167 deve ser alterado para que a necropsia possa ser requerida ao chefe do Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal, existente nas Superintendências de Agricultura e Pecuária.

Outra crítica refere-se ao art. 170 (art. 25 do Decreto nº 24.548, de 1934 – vejam V. Exªs), que determina que as despesas com a necropsia de animais sacrificados serão pagas em estampilhas federais – veja, Srª Senadora Ana Amélia, isso é do tempo do onça! –, de acordo com taxas que forem criadas pelo Ministério da Agricultura.

Mais lá na frente, após longa e proficiente análise, o eminente Senador Rollemberg faz ainda outra observação, que vem da Comissão Diretora e refere-se à não inclusão no art. 285 do PLS de dois incisos, que remetem a alíneas apenas parcialmente vetadas no art. 2º da Lei nº 6.198, de 1974, e que tratam dos locais de inspeção e fiscalização de produtos destinados à alimentação animal. Assim, devem ser incluídos no art. 285 mencionado os dois incisos referentes às duas alíneas, renumerando-se os demais.

Mais à frente, no lúcido parecer, há também um destaque da evidente necessidade de atualização da legislação de defesa agropecuária. Os infratores dos dispositivos do Decreto-Lei nº 467 – vejam V. Exªs –, de 1969, não poderão ser mais multados, pois a lei vincula tais multas ao salário mínimo, o que é inconstitucional.

Lá mais na frente já a sugestão da Comissão Diretora, em referência ao art. 323 do PLS, indaga se foi regulamentada a Lei nº 12.097, de 24 de novembro de 2009, que dispõe sobre o conceito e a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos.

Em seguida, a própria Comissão questiona ainda se foram implantados os controles (documentos fiscais de movimentação e comercialização de animais e produtos de origem animal) referentes à implementação da rastreabilidade, conforme previsto no parágrafo único do art. 323 (art. 3º da Lei).

E aí segue, Sr. Presidente, com conclusão do voto do eminente Relator, Senador Rollemberg.

Ante o exposto, encaminhamos à Comissão Diretora o PLS nº 592, de 2011 – Consolidação, com sugestão de inclusão das seguintes correções.

Sr. Presidente, as sugestões são 40. Indago a V. Exª se devo ler todas elas...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – V. Exª utilize sua capacidade de síntese. Acho que já é do conhecimento.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, as sugestões feitas pelo Relator, tive oportunidade de lê-las panoramicamente, evidentemente, me dão a convicção de que as sugestões do Sr. Relator, Senador Rollemberg, ajustam e aperfeiçoam o projeto.

Nesse sentido, eu ratifico o voto do eminente Senador Relator para solicitar a esta Comissão que o aprove na íntegra, como diz o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em discussão o parecer do Senador Rodrigo Rollemberg, apresentado pelo eminente Senador Figueiró.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, primeiro eu queria cumprimentar o Senador Ruben Figueiró, porque ele fez uma leitura dinâmica e muito objetiva. E cumprimentar o Autor, o Senador Antonio Russo, porque a gente pode medir a relevância e a complexidade desse projeto pelo número de páginas que tem: 23 páginas. Só pelo tamanho do texto, pode-se avaliar a relevância do conteúdo. É matéria complexa, mas foi muito bem pensada e elaborada pelo Senador Antonio Russo, a quem nós todos desejamos que esteja bem e se recupere bem.

No entanto, e, apesar do trabalho feito pelo Senador Rodrigo Rollemberg, que é o Relator original, o Senador Figueiró foi o Relator *ad hoc* designado pelo Presidente Benedito de Lira, eu recebi uma solicitação dos principais protagonistas no processo, que são os fiscais federais agropecuários. E eu penso que há razão, sim, para que a gente possa, acordadamente, sem deixar de discutir a matéria, como outros Senadores querem fazer, eu recomendaria, se for o entendimento, um pedido de vista, porque não custa, já que é um projeto tão relevante, que a gente faça um aperfeiçoamento no texto para que não haja nenhuma dúvida a respeito disso.

A Casa tem uma boa consultoria técnica; os próprios fiscais agropecuários federais, uma categoria com a qual, eu penso, nós temos que nos preocupar bastante. A defesa sanitária agropecuária é um setor que está sendo descuidado pelo Poder Executivo em matéria de orçamento, em matéria de renovação dos seus quadros. Os fiscais estão se aposentado e não está havendo concurso há 15, 20 anos, e isso é muito sério para um País que é protagonista na exportação de produtos de origem vegetal e animal.

Vejam só o caso da soja, do complexo soja; a pecuária, a exportação de carnes, frango, suínos, bovinos, e todos os outros produtos: etanol, café, açúcar, suco de laranja, tabaco, todos eles dependem de uma qualificada fiscalização de defesa agropecuária. E, no entanto, está sendo fragilizada a fiscalização e a defesa agropecuária em nosso País por conta da falta de se definirem prioridades para esse setor.

Então, eu gostaria de solicitar um pedido de vista ao relatório tão bem apresentado pelo Senador Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – O pedido de vista é regimental, está concedida a vista.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, eu me lembro de quando o Senador Antonio Russo apresentou o projeto de lei. Na verdade, aqui neste projeto de lei, consolida-se a legislação sanitária vegetal e animal federal. Porque a legislação é esparsa e a nossa assessoria técnica aqui do Senado foi quem trabalhou neste projeto. É um trabalho de fôlego. A contribuição que o Antonio Russo, ao apresentar este projeto, traz é muito importante, porque só de haver em uma única lei todas elas consolidadas facilita muito.

Certamente, com esse pedido de vista da Senadora Ana Amélia, ouvindo os fiscais que têm intimidade com essa legislação, eu tenho certeza de que pode ser que sejam feitas uma ou outra observação, e é importante que se faça, mas só o fato de esses fiscais terem uma legislação consolidada e atualizada, eu posso até estar enganado, mas eles haverão de ficar satisfeitos com um trabalho que, na minha opinião, representa um trabalho e um esforço muito grande do Senador Antonio Russo, a quem eu aproveito aqui para cumprimentar mais uma vez por este trabalho.

Aliás, o Antonio Russo tem dois projetos; um é este aqui e um outro que também tenta evitar que recursos para essa área possam ser contingenciados, o que anualmente se faz.

Então, eu concordo com o pedido de vista, mas aproveito para cumprimentar o trabalho e o esforço do Senador Antonio Russo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Concedida vista ao item 1.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Proponho vista coletiva, porque será apenas um na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Perfeito.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vista coletiva, então.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Item 4:

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2013

Requer nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 42, de 2013-CRA, de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013, a inclusão do seguinte convidado: Ricardo de Sá Acatauas-

sú Xavier - Diretor Presidente da Seguradora Líder – DPVAT.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, caros colegas Senadores, eu pedi a relatoria de um projeto de autoria do Deputado Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul, que está proibindo a iniciativa do Contran (Conselho Nacional de Trânsito) e do Detran no sentido do emplacamento de máquinas e implementos agrícolas.

A sua reação é igual à minha e é a mesma do Senador Moka e, imagino, do Senador Sérgio Souza e do Senador Ruben Figueiró.

Como se não bastassem as barreiras que tem o agricultor em relação aos custos hoje de logística, deficiente e cara, há todos os problemas de ordem tributária, há toda a burocracia que envolve a tomada de um crédito de custeio ou o investimento. Em qualquer situação, ele sempre tem que pagar um preço muito caro comparativamente aos iguais produtores na Argentina, no Uruguai e no Chile, que são os mais próximos. Nem falo sobre a Europa, porque lá eles recebem até um pagamento mensal sem trabalhar, que é um subsídio para que não saiam da sua propriedade.

Agora, o Governo, o Contran decide determinar, por portaria, que máquinas e implementos agrícolas devem ser emplacados. Ora, veja só, emplacar custa caro e fazer uma vistoria nos respectivos DETRANs envolve tempo e burocracia. Se considerarmos que, na realidade do campo, uma máquina raramente sai da propriedade a não ser para ir a uma propriedade próxima, ela não representa hoje uma ameaça. Do ponto de vista do número de acidentes que acontecem no trânsito brasileiro, a máquina não está envolvida.

Esse é o meu raciocínio, que é correto.

Então, pedi a relatoria para discutir e quis trazer para cá o debate.

Eu conversei com o Presidente do DPVAT a respeito dessa matéria, e ele trouxe um argumento, com o qual eu queria dizer que fiquei surpresa. Nós ficamos olhando apenas o viés do agricultor, mas o que acontece quando roubam a máquina? Essa máquina precisa de um seguro, mas o agricultor só vai conseguir fazer o seguro, só vai fazer o seguro no banco se houver a identificação da máquina. Do contrário como ele vai confirmar à seguradora que a máquina foi roubada ou destruída por um incêndio ou por uma avaria qualquer ou por um acidente?

Então, esse fato me chamou a atenção. Talvez estivéssemos caminhando no sentido de proteger o produtor, mas abrindo uma brecha para os prejuízos, porque ele não terá a segurança para requerer a indenização daquele bem que perdeu, especialmente, eu diria, em valores maiores. Não me refiro ao pequeno trator, àquele bem cujo valor seja...

Por isso, resolvi trazer o Presidente do DPVAT, que trata do seguro obrigatório, para nos dar também uma visão sobre aquilo que vamos decidir. Não devemos pensar que estamos indo no caminho certo, mas, de algum modo, prejudicando o agricultor. Este é o motivo pelo qual eu quis trazer o Presidente do DPVAT: para discutir e examinar esse assunto, caro Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Até que tem procedência, por exemplo, essa informação que fora dada pelo DPVAT.

Agora, nós precisamos ver o quanto isso vai onerar o produtor; qual será o custo da identificação dessa máquina. Isso poderá ser feito perfeitamente; é normal. Porém, acrescer a tudo isso... Imagine quanto é que se vai cobrar para fazer o emplacamento de um trator, de uma máquina dessa qualquer. Para o sujeito emplacar uma bicicleta ou uma moto fica acima de mil reais. Então, é exatamente isso.

A proposta de V. Exª é pertinente, mas também discordo totalmente. Se há seguro das máquinas, tudo bem. Agora, a identificação com custos elevados, a gente precisa ver como é que essas coisas podem acontecer.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Moka. Depois, o Senador Sérgio Souza.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Tenho uma pergunta. Hoje, tenho certeza de que essas máquinas são seguradas. As máquinas são seguradas, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Porque não fariam um contrato de financiamento de aquisição da máquina se não houvesse essa garantia.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas é importante. De qualquer forma, a presença dele vai...Exatamente.

Mas eu, particularmente, continuo com a mesma posição. Quero ver como é que o pequeno produtor lá de Bela Vista vai emplacar essa máquina, um pequeno trator. Para mim não faz o menor sentido, salvo melhor juízo, mas acho que a Senadora faz bem em trazer, aqui, a pessoa que hoje alega esse tipo de possível prejuízo que o produtor poderá ter.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, esse é um tema que nós temos debatido há bastante tempo aqui no Senado Federal. Inclusive, há uma movimentação de produtores rurais que vejo por onde passo no interior do meu Estado do Paraná. Eles vêm se manifestar. Acho que há um projeto de emplacamento. Acho que é uma resolução do Contran...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É uma resolução do Contran.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Que está tratando desse assunto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente, para responder ao Senador Sérgio Souza.

Essa resolução já deveria ter entrado em vigor. As máquinas já deveriam estar sendo emplacadas, mas há uma mobilização de produtores do seu Estado, de Mato Grosso do Sul, e do meu Estado especialmente, da agricultura familiar, da Fetag...

A Bancada do Rio Grande do Sul, o Senador Simon, o Senador Paim, discutimos essa questão junto ao Ministério das Cidades porque o Contran está subordinado ao Ministério das Cidades. Nós discutimos e o Ministro Aguinaldo Ribeiro, que é Deputado Federal, entendeu. Então, foi prorrogada até dezembro a não aplicação da resolução do Contran. Mas, em 2014, ela vai entrar em vigor. Então, a gente quer exatamente...O projeto do Deputado Alceu Moreira acaba com a exigência do emplacamento para máquinas e implementos agrícolas.

Então, é para essa questão, agora, que nós temos de dar força de lei, se for o caso. Por isso, a audiência pública que eu solicitei. Porque os três Ministérios envolvidos já se manifestaram contrários ao projeto. Por isso, quero fazer uma audiência para ouvir todas as partes.

Segundo, a minha suspeita, Senador Sérgio Souza, é a pior de todas, é a de que o Governo quer fazer caixa à custa da agricultura. A estimativa que eu ouvi é a de que seriam arrecadados, nesse emplacamento, R$6 bilhões. Por isso que queria discutir amplamente. Quero dizer que os produtores lá do Paraná também estão mobilizados contrariamente.

Dou apenas esses esclarecimentos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Com relação ao caixa, acho que ficaria até para os governos estaduais. Se for órgão de trânsito...

Mas vejo, Senador Moka, também com bastante preocupação. Lógico, com relação ao financiamento, não ao emplacamento... Mas com relação a possíveis furtos de maquinários em propriedades rurais. Quando há financiamento, realmente, Senador Rubem Figueiró, há uma exigência contratual de seguro. Isso está previsto, inclusive, nas cláusulas do contrato.

Logo após isso não tem...E o produtor nem sempre faz seguro, a maioria não faz seguro logo após. Então, está sujeito e é comum, especialmente em Estados fronteiriços com alguns países... Hoje de manhã vi aqui no noticiário nacional que, na Bolívia, algumas centenas de carros estão à disposição de brasileiros, carros que foram furtados, roubados, no Brasil, há anos. Estão lá à disposição para serem retirados, em dois meses. Às vezes, o custo do transporte é mais caro do que o carro. Então, isso é muito comum.

Agora, emplacamento entendo que não é necessário. Talvez, um DUT, um Documento Único de Transferência, que você faz uma única vez e vai até transferir para o próximo.

Este documento, inclusive... Eu tenho um projeto de lei tramitando aqui no Senado, colocando, sugerindo isso como lei. Um documento de transferência, um documento de propriedade... Porque hoje o que nós temos é simplesmente uma nota fiscal, e, às vezes, um maquinário de uma década, duas décadas, que tem valor agregado, já não se tem nem mais, nem se sabe qual foi a primeira origem dessa maquinário, desse equipamento.

Senadora Ana Amélia, eu gostaria de sugerir aqui, além do DPVAT, colocar alguém do setor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Já estão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Já estão?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Deve ser apenas uma...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Ah, perfeito! Perfeito. Então, está bom.

Era essa a colocação. Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Só queria informar que está convocada a representante da Contag; e a CNA e acho que até Ministérios também estão envolvidos no requerimento original.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Eu gostaria de ler, para que V. Exªs possam tomar conhecimento, a lista de convidados do requerimento originário:

– Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag);

– Sr. Márcio Lopes, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);

– representante da Confederação Nacional da Agricultura;

– representante do Ministério da Justiça;

– representante do Ministério das Cidades;

– representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;

– Deputado Federal Alceu Moreira, autor do projeto;

– Elisângela dos Santos Araújo, coordenadora geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultora Familiar (Fetraf);

– Sr. Ricardo Xavier, da DPVAT.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, após ouvir os eminentes Senadores Ana Amélia, Moka e Sérgio Souza, lembrei-me de um fato histórico. Certa vez, o então Presidente Eurico Gaspar Dutra recebeu um grupo de burocratas em seu gabinete e fez uma afirmação que consta, inclusive, dos anais da nossa história: "Não se governa o Brasil das janelas envidraçadas da Esplanada do Castelo".

Essa afirmação diz respeito justamente a essa dúvida que se levantou agora através dessa Resolução do Contran.

Eu quero dizer a V. Exªs, como já afirmou aqui o Senador Moka, que, no meu Estado, é absolutamente impossível atender aos termos da lei. Eu quero lembrar um fato apenas: levando-se em conta um fazendeiro do Pantanal, como é que ele vai deslocar anualmente uma máquina que trabalha na sua propriedade para Corumbá ou para Campo Grande, para fazer a vistoria? E quanto custa, se ficar na fazenda, uma vistoria para que seja feito o exame da máquina, para aferir a utilidade ou não dela?

Ademais, Sr. Presidente, toda vez que se adquire uma máquina, é expedida uma nota fiscal. Na fatura, consta qual é o tipo de máquina, quais são as classificações dela, que é um documento hábil para que a pessoa amanhã, no caso de um roubo, um descaminho ou crimes desse tipo, possa comprovar a sua origem e também, se for o caso, se tiver havido financiamento, ter um ressarcimento disso. Além disso, as máquinas mais sofisticadas, ao serem financiadas, têm obrigatoriamente que se submeter à condição do seguro.

Nessas condições, Sr. Presidente, eu acho extremamente oportuna a sugestão da eminente Senadora Ana Amélia, para que nós ouçamos o senhor representante do DPVAT, para que ele dê as explicações necessárias sobre as dúvidas que nós temos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Apenas para um esclarecimento, Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É que a Resolução do Contran, sobre o emplacamento, foi suspensa até dezembro de 2014. Então, é um tempo que nós temos, de agora até lá, para corrigir ou aprovar o projeto do Deputado Alceu Moreira, que trata de evitar ou impedir o emplacamento. Já está aqui na Comissão. Já pedi, e já houve a manifestação contrária de três Ministérios – contrária ao projeto. Por isso é que pedi a audiência pública, que é para instruir e trazer todo o esclarecimento em relação a essa matéria, cujos argumentos apresentados pelos Senadores Sérgio Souza, Waldemir Moka e Ruben Figueiró foram todos pertinentes ao meu pensamento também. Eu só gostaria de ter o representante do DPVAT, que é para dar um olhar sobre isso, a fim de que a gente possa entender, para que a gente não cometa uma imperfeição na apreciação da lei por falta de ter dado espaço a entender todo o quadro em relação a isso.

Temos que cuidar sempre da proteção ao agricultor, especialmente ao pequeno e médio agricultor que têm tantas dificuldades em nosso País hoje.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, no relatório do Senador Casildo Maldaner quanto ao item 2, que constava do avulso, não constavam as emendas. A assessoria da Comissão me alerta da necessidade de nós também fazermos os relatórios das emendas, e me traz aqui o processado.

Eu peço a V. Exª para lermos, rapidamente, as emendas sugeridas pelo Senador Casildo Maldaner ao PLS 148, de 2011, Emenda da CRA.

Dá-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011 a seguinte redação:

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar a logística reversa de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário e de produtos impróprios ao uso e consumo.

A Emenda nº 2:

Inclua-se ao Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011, o seguinte art. 2º, renumerando-se o art. 2º para art.3º:

Art. 2º O §5º do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

§5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidas ou devolvidos

na forma dos §§3º e 4º e dos produtos impróprios ao uso de consumo que se enquadrem nas situações previstas no §6º, art. 18, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Eram as anotações necessárias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, recebi do meu Estado um resumo do que...

(Intervenção fora do microfone.)

Ah, desculpe. Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) –... está fazendo uma verificação do parecer e eu coloco em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, em votação com a retificação do parecer do Senador Sérgio Souza.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu achei mais oportuno deixar para ler na verdade um testemunho do que está acontecendo nas propriedades invadidas do Mato Grosso do Sul na presença do Sr. Ministro e da Presidente da Funai. Eu acho que é mais oportuno que eu o faça, até para mostrar a gravidade do quadro, a tensão que se estabeleceu lá e isso tem, realmente, me preocupado muito, mas não adianta a gente falar de preocupação. Eu fico sempre me colocando no lugar desses produtores.

Eu estava lendo aqui, existe gente que perdeu uma propriedade que era exatamente o que dava sustento à sua família. Quer dizer, isso não é brincadeira. Prorroga-se, prorroga-se, reunião, reunião e reunião, e não se resolve o problema dos produtores rurais. Porque uma coisa são aquelas pessoas que estão esperando uma decisão, mas outra coisa muito diferente são pessoas que há 50, 60, 80 anos tinham uma propriedade, ela foi invadida e eles estão hoje fora da propriedade, pagando conta da luz sem poder pedir para desligar; e nós não temos solução para o impasse. É um negócio que ninguém consegue entender.

Então, eu, apenas dando uma satisfação, acho mais oportuno, na presença do Sr. Ministro da Justiça, que agora virá, querendo ou não – constitucionalmente, ele terá que vir a esta Comissão –, e, quem sabe, na presença da Presidente da Funai ou mesmo do Advogado-Geral da União, porque é um absurdo o que acontece hoje no Mato Grosso do Sul.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Sérgio Sousa, pela ordem.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, eu estou encaminhando à Presidência um requerimento para nós tratarmos do café, principalmente, devido às fortes geadas no Sul do País neste ano. E consulto V. Exª se é possível nós colocarmos extrapauta para votar. Eu faria a explanação e uma leitura rápida.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – V. Exª pode apresentar o requerimento verbal e depois formaliza para que fique nos arquivos da Comissão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Perfeito.

Nos termos do Regimento, eu requeiro a realização, no âmbito desta Comissão, de uma audiência pública destinada a discutir a política nacional do café. Em especial, Sr. Presidente, a forma para nós recuperarmos os cafezais do Brasil, em especial da Região Sul.

É sabido por todos, em especial pelos membros desta Comissão, que as geadas, inclusive neves, que ocorreram no Estado do Paraná, no Estado de Santa Catarina, no Estado do Rio Grande do Sul, mas em especial no Estado do Paraná, que tem uma ampla lavoura de café, dizimaram todos os cafezais, ou praticamente todos os cafezais do Paraná.

É comum nós vermos, em regiões onde havia café, lavouras de café todas no chão, arrancadas, empilhadas. E, provavelmente, não haverá o replantio. E, se houver, precisamos de incentivos. E o Ministério da Agricultura está tratando desse assunto. No entanto, não sei se há tempo hábil para que nós possamos recuperar os cafezais do Paraná e de outras regiões.

Nesses termos, Sr. Presidente, eu requeiro que sejam convidadas as seguintes autoridades para essa audiência pública: o Deputado Silas Brasileiro, Presidente do Conselho Nacional do Café; e o Ilmo Sr. Janio Zeferino da Silva, Diretor do Departamento do Café da Secretária de Produção e Agroenergia do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

São os termos do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em votação o requerimento verbal de S. Exª o Senador Sérgio Souza.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 50, de 2013

Nos termos regimentais, requer a realização, no âmbito desta Comissão, de audiência pública destinada a discutir a política para recuperação da lavoura do café, face às geadas ocorridas na região Sul do país, que dizimaram

cafezais no Paraná e outros estados produtores, para tanto sugiro o convite às seguintes autoridades: 1 - Exmo Sr. Deputado Silas Brasileiro - Presidente do Conselho Nacional do Café. 2 – Ilmo Sr. Janio Zeferino da Silva -Diretor do Departamento do Café da Secretária de Produção e Agroenergia do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Autoria: Senador Sérgio Souza

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 1 da pauta, considerando que é matéria terminativa e não havendo quórum para deliberar, eu retiro da pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

Autoria: Senadora Ana Rita

Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc***:** Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT(Substitutivo), com a Subemenda que apresenta.)

Combinei com os Srs. Senadores que a audiência pública para tratar do assunto de emplacamento das máquinas agrícolas está prevista para o dia 7 de novembro nesta Comissão, no seu horário regimental.

Não havendo mais nada a tratar, esgotada a Ordem do Dia, eu encerro a presente reunião.

(Iniciada às 7 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 21 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE OUTUBRO DE 2013.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e treze, no Plenário 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, SÉRGIO SOUZA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, GIM, RODRIGO ROLLEMBERG, FLEXA RIBEIRO e BLAIRO MAGGI.** Deixam de comparecer, os Senadores Zeze Perrella, Clésio Andrade, Sérgio Petecão, Benedito de Lira e Kátia Abreu. Deixa de comparecer por motivo justificado, o Senador Osvaldo Sobrinho. O Senador Antonio Russo se encontra de licença, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nº 1/2013, 832/2013 e 1.210/2013, aprovados em 30.01.2013, 16.07.2103 e 15.10.2013, respectivamente. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Às quatorze horas e trinta e oito minutos, o Senador Acir Gurgacz passa a presidência da Reunião para o Senador Waldemir Moka, para que possa relatar o PLC nº 81, de 2013 (art. 89, § 1º, do RISF). Inicia-se a Pauta de deliberação: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, de 2013 - Não Terminativo - Ementa:** Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do PLC nº 81, de 2013, e pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria do Senador Pedro Simon, apresentada perante a CCJ. **Observações: 1)** No prazo regimental, foi apresentada perante a CCJ a Emenda nº 1, de autoria do Senador Pedro Simon. **2)** A presente matéria tramita com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, do Regimento Interno do Senado Federal. **3)** A matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria Geral da Mesa. Após a leitura do relatório efetuada pelo Senador Acir Gurgacz e a discussão da matéria, com o uso da palavra pelo Senador Waldemir Moka, a Comissão aprova o relatório do Senador Acir Gurgacz. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2013, e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Pedro Simon. A Matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Vice- Presidente da CRA, no Exercício da Presidência.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Convido o Senador Moka para presidir a nossa audiência, porque sou Relator e peço a V. Exª que nos auxilie.

Requeiro a dispensa de leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matéria.

Passo a presidência ao Senador Moka, para que possamos prosseguir.

Obrigado pela sua presença e sempre atenção a esta Comissão, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Assumindo a presidência, passo ao Item 1 da pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 81, de 2013
- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 81, de 2013, e pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria do Senador Pedro Simon, apresentada perante a CCJ

Observações:

1- No prazo regimental, foi apresentada perante a CCJ a Emenda nº 1, de autoria do Senador Pedro Simon.

2 - A presente matéria tramita em regime de urgência, com prazo determinado de 45 dias, nos termos do art. 64, §1º, da CF, combinado com o art. 375, do RISF.

3 - A matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Moka, que preside esta reunião.

O PLC nº 81, de 2013, é constituído de 22 artigos. O art. 1º autoriza o Poder Executivo federal a instituir Serviço Social Autônomo, denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública (§1º). A finalidade da Anater será a de "promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural, especialmente as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e de desenvolvimento sustentável no meio rural."

A Anater terá como competências promover, coordenar e implantar programas de assistência técnica e extensão rural (ATER) voltados para agricultores familiares, prioritariamente, e médios produtores rurais, em articulação com órgãos públicos e entidades privadas, governos estaduais e consórcios municipais, monitorando e avaliando o resultado das ações. Para cumprir estes objetivos, a Anater deverá credenciar, acreditar e contratar entidades públicas e privadas prestadoras de serviços de Ater; promover a integração entre o sistema de pesquisa agropecuária e o sistema de assistência técnica e extensão rural; apoiar a utilização de tecnologias sociais e o conhecimento tradicional dos produtores rurais; e promover a qualificação de profissionais de Ater.

O Parágrafo único do art. 2º estatui que a contratação dos serviços de Ater para o público previsto no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, observará o disposto nos arts. 3º e 4º da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

A Anater terá três órgãos de direção (art. 3º). A Diretoria Executiva será composta pelo presidente e 3 diretores executivos, nomeados pelo Presidente da República, com mandato de quatro anos (art. 8º) e remunerados em valores compatíveis com o mercado (art. 15).

O Conselho de Administração será integrado pelos Presidentes da Anater e da Embrapa, e representantes titulares e suplentes: 4 do Poder Executivo federal, 1 de governos estaduais, 1 da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), 1 da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), 1 da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e 1 da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com mandatos de dois anos (art. 5º). Ao Conselho de Administração caberá a aprovação do estatuto da Anater (art. 20).

E o Conselho Fiscal será composto por representantes, titulares e suplentes, sendo 2 do Poder Executivo federal e 1 da sociedade civil, escolhidos conforme regulamento, com mandato de 2 anos (art. 6º).

A Anater será assessorada por um Conselho Assessor Nacional, composto por representantes da Agência, dos Poderes Executivos federal, estadual e municipal, de universidades e centros federais de ensino agropecuário, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), de entidades de classe e das categorias sociais do meio rural, de organizações econômicas da agricultura familiar, de representação sindical dos trabalhadores na pesquisa agropecuária e na extensão rural, entre outras, conforme disposto em regulamento (art. 4º).

As competências dos conselhos (art. 9º) e a destituição de seus membros (art. 7º) serão tratadas em regulamento.

O Poder Executivo federal definirá os termos do contrato de gestão a ser firmado com a Anater (art. 12), o qual definirá os objetivos, prazos e responsabilidades para execução das ações, e os critérios para avaliação da aplicação dos recursos a serem repassados. O Poder Executivo federal também aprovará o orçamento-programa da Anater (art. 10) e apreciará o relatório do contrato de gestão, sobre ele emitindo parecer (§1º). O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) poderá apresentar sugestões para a elaboração do contrato de gestão (§2º).

Na elaboração do contrato de gestão deverão ser observados os princípios constitucionais, sendo admitida a autonomia para a contratação de pessoal efetivo sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) através de seleção pública, e definidos limites e critérios de sua remuneração (art. 13). Poderão ser celebrados pela Anater contratos, convênios ou outros instrumentos congêneres, com pessoas físicas ou jurídicas (art. 14).

O art. 11 estabelece como obrigações da Anater a apresentação de relatório circunstanciado sobre a execução do contrato de gestão; e remessa ao Tribunal de Contas da União (TCU) das contas da gestão anual aprovadas pelo Conselho de Administração, para sua fiscalização (art. 16).

A Anater divulgará na Internet dados atualizados sobre a execução física e financeira dos seus contratos e convênios (art. 17).

O art. 18 relaciona diferentes fontes de receitas da Anater, entre elas, dotações orçamentárias e a venda de tecnologias, produtos e serviços.

O regulamento para o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços ou execução de projetos de Ater, e o regulamento de licitações e contratos, convênios e instrumentos congêneres relativos a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, será publicado pela Anater no Diário Oficial da União (art. 19).

Em caso de extinção, o patrimônio da Anater e os legados, doações e heranças que lhe forem destinados, serão imediatamente transferidos à União (art. 21).

Na Exposição de Motivos EMI nº 00010-A/2013 MDA/MAPA/MP que acompanhou o PL o Governo argumenta que:

A instituição de uma agência nacional para integrar a Ater e a pesquisa, aumentar o número de agricultores que acessam tecnologias, credenciar, creditar entidades que executarão o serviço e formar técnicos para que as tecnologias existentes cheguem ao campo, vai permitir o aumento da produtividade e renda do conjunto dos agricultores.

Da análise.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), art. 104-B, inciso XIX, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e (CRA) opinar sobre extensão rural.

Indo para o final, Sr. Presidente, entendo que não há necessidade de ler toda a análise:

Quanto à emenda oferecida pelo Senador Pedro Simon, para incluir um representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM) entre os membros do Conselho de Administração da Anater, consideramos que a composição desse Conselho proposta no PLC nº 81, de 2013, já é bastante representativa dos principais setores envolvidos com a prestação de serviços de Ater.

O voto Sr. Presidente.

Considerando o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2013, e pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria do Senador Pedro Simon, apresentada perante a CCJ.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Eu queria apenas fazer um comentário, Senador Acir Gurgacz: eu me lembro que nós já tivemos, no passado, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, que se chamava Embrater – as pessoas se confundiam com Embratel. Essa empresa foi extinta e nós ficamos muito tempo sem extensão rural. E não tem nada mais importante, para a agricultura e, sobretudo, para os pequenos agricultores, do que você dar exatamente a extensão rural.

A Embrapa é uma empresa que gera pesquisa, gera conhecimento, mas hoje esse conhecimento tem dificuldade de chegar até a ponta do sistema, que é exatamente o produtor. Essa Anater vai suprir exatamente essa deficiência. É uma agência que está sendo criada, e tenho certeza que dará uma grande contribuição.

É apenas uma observação, porque acho que a extensão rural faz a diferença para a agricultura – não

para o grande produtor, porque esse tem técnicos, contrata agrônomos, veterinários, enfim, mas, sobretudo, para a agricultura familiar, o pequeno agricultor, que terá essa assistência técnica de qualidade.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

O projeto não é terminativo aqui nesta Comissão, e agradeço o relatório de V. Exª.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto, ele segue sua tramitação.

Posso encerrar? *(Pausa.)*

É uma reunião convocada, até porque ela tem o prazo realmente de 45, que é amanhã.

Então, nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar esta reunião extraordinária.

Está encerrada.

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 50 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 31 DE OUTUBRO DE 2013.

Às sete horas e quarenta e seis minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, RUBEN FIGUEIRÓ, OSVALDO SOBRINHO, FLEXA RIBEIRO, BLAIRO MAGGI e WELLINGTON DIAS.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zezé Perrella, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Cyro Miranda e Gim. O Senador Antonio Russo se encontra de licença, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nº 1/2013, 832/2013 e 1.210/2013, aprovados em 30.01.2013, 16.07.2103 e 15.10.2013, respectivamente. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 6, de 2013, de autoria do Senador Benedito de Lira e outros Senadores, ao Requerimento nº 40, de 2013, de autoria do Senador Ruben Figueiró, ao Requerimento nº 43, de 2013, de autoria do Senador Benedito de Lira, e ao Requerimento nº 49, de 2013, de autoria do Senador Ruben Figueiró, aprovados em 07.03.2013, 12.09.2013, 10.10.2013, e 24.10.2013, respectivamente, com a finalidade de debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Rodinei Escobar Xavier Candeia -** Procurador do Estado do Rio Grande do Sul - **PG/RS**; **Sr. Jonatan Pereira Barbosa -** Diretor Vice-Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul – **ACRISSUL** (representante de: Sr. Francisco José de Albuquerque Maia Costa); **Sr. Gustavo Passarelli -** Advogado da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – **FAMASUL** (representante de: Sr. Eduardo Correa Riedel); **Sr. Ricardo Bezerra Vitório -** Assessor Jurídico do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas – **FAEAL** (representante de: Sr. Álvaro Arthur Lopes de Almeida) **Sr. James Ribeiro -** Prefeito do Município de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas - **PMPI-AL**; **Sr. José Maria Melo da Costa -** Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas – **FAEAL**. Antes de iniciar a Audiência Pública, o Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, a Senhora Senadora Ana Amélia, os Senhores Senadores Ruben Figueiró, Waldemir Moka e o Senhor Deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) apresentam suas considerações acerca do tema da presente audiência pública. O Senhor Presidente dá início à audiência pública, passando a palavra aos senhores expositores. No decorrer das exposições, o Senador Acir Gurgacz comunica o recebimento do ofício da Senhora Maria Augusta Boulitreau Assirati, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, justificando sua ausência e se dispondo a comparecer em nova audiência para tratar do tema. Após as exposições dos senhores convidados, os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Ruben Figueiró, Waldemir Moka e Delcídio do Amaral fazem uso da palavra para tecer comentário sobre os assuntos abordados. **2ª PARTE: EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 51, de 2013 – ASSUNTO:** Requer, nos termos do Artigo 90, Capítulo XIII do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no dia 25 de novembro de 2013, com a finalidade de verificar as atuais condições da BR-319, acompanhar a execução dos serviços de licenciamento ambiental e de recuperação da rodovia no trecho do "MEIÃO" entre Porto Velho e Manaus, bem como as possibilidades de transporte de produtos agropecuários, de Rondônia para o mercado consumidor de Manaus,

com a presença das seguintes entidades: Governo do Estado do Amazonas; **MT** - Ministério dos Transportes; Governo do Estado de Rondônia; Comando Militar da Amazônia - Exército Brasileiro; **DNIT** - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; **IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; **IPAAM** - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas; **TELEBRAS** - Telecomunicações Brasileiras S.A.; **FECOMERCIO-RO** - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia; **FECOMERCIO-AM** - Federação de Comércio do Amazonas; **OCB** - Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Rondônia; **FIERO** - Federação das Indústrias do Estado de Rondônia; **FETAGRO** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia; **FAPERON** - Federação de Agricultura e Pecuária de Rondônia; **FACER** - Federação das Associações Comerciais de Rondônia; **SIMPI-RO** - Sindicato da Micro e Pequena Indústria de Rondônia. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Vice-Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a audiência pública com a finalidade de debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira, em cumprimento ao Requerimento nº 6, de 2013, de autoria dos Senadores Benedito de Lira e outros Srs. Senadores, ao Requerimento nº 40, de 2013, do Senador Ruben Figueiró, e ao Requerimento nº 43, de 2013, de autoria do Senador Benedito de Lira, com a presença dos seguintes convidados – que aguardamos, na medida em que forem chegando, pediremos que se assentem à mesa –: Drª Maria Augusta Boulitreau Assirati, Presidente da Fundação Nacional do Índio, (Funai); Dr. Rodinei Escobar Xavier Candeia, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. Jonatan Pereira Barbosa, Diretor Vice-Presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul (Acrissul); Dr. Gustavo Passarelli, Advogado da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul); Dr. Ricardo Bezerra Vitório, assessor jurídico do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas; Dr. Marcos Guerra Costa, Procurador do Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Antes de iniciarmos o nosso debate, há um requerimento sobre a Mesa, que passo a ler:

EXTRAPAUTA
ITEM
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 51, de 2013

Requer, nos termos do Artigo 90, Capítulo XIII do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no dia 25 de novembro de 2013, com a finalidade de verificar as atuais condições da BR-319, acompanhar a execução dos serviços de licenciamento ambiental e de recuperação da rodovia no trecho do "MEIÃO" entre Porto Velho e Manaus, bem como as possibilidades de transporte de produtos agropecuários, de Rondônia para o mercado consumidor de Manaus, com a presença das seguintes entidades: Governo do Estado do Amazonas; MT - Ministério dos Transportes; Governo do Estado de Rondônia; Comando Militar da Amazônia - Exército Brasileiro; DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas; TELEBRAS - Telecomunicações Brasileiras S.A.; FECOMERCIO-RO - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia; FECOMERCIO-AM - Federação de Comércio do Amazonas; OCB - Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Rondônia; FIERO - Federação das Indústrias do Estado de Rondônia; FETAGRO - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia; FAPERON - Federação de Agricultura e Pecuária de Rondônia; FACER - Federação das Associações Comerciais de Rondônia; SIMPI-RO - Sindicato da Micro e Pequena Indústria de Rondônia.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente desta sessão, Acir Gurgacz, vamos debater um tema extremamente relevante. Vários Estados estão convivendo com essa situação de instabilidade e preocupação. Especialmente no meu Estado, a questão se refere aos pequenos agricultores. Há algumas demarcações já feitas, como é o caso de Mato Preto, em Getúlio Vargas, em que houve um impacto grande sobre a demarcação do próprio território do Município. Penso que a repercussão social disso, por apanhar exatamente aqueles pequenos agricultores que estão, por gerações e gerações, naquelas regiões, tem um componente muito preocupante em todos os aspectos.

O Governo aguardava uma manifestação do Supremo Tribunal Federal a respeito da demarcação Raposa Serra do Sol, e agora a questão é: ficam os critérios anteriores àquela definição, àquela manifestação da Suprema Corte? O Ministro Luís Inácio Adams, da Advocacia-Geral da União, tem manifestado como o Governo procederá daqui para diante. Então, a matéria, realmente, precisa ser tocada para evitar um conflito de proporções incontroláveis.

Penso que é resguardado, e é a nossa posição aqui, o direito dos indígenas às demarcações, mas desde que respeitada a lei e as questões antropológicas. Não se pode inventar, não se pode imaginar uma determinada área que seja ou não seja, ela tem que estar confirmadamente comprovada. A unilateralidade nas demarcações também preocupa, não há uma participação dos outros órgãos.

Mas eu queria apenas fazer esse preâmbulo para registrar e agradecer a presença do Dr. Rodinei Candeia, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, que trabalhou muito, é um especialista, sabe como foi. Tivemos várias audiências com o Ministro José Eduardo Cardozo, que deverá vir aqui também para falar sobre esse tema. Então, ele vai expor bem, digamos, a natureza e a forma, porque ele é um advogado que defende o Estado nas questões relacionadas às demarcações, acho que tem uma visão muito... Considerei o trabalho dele exemplar do ponto de vista de um servidor público.

Só lamento não poder ficar até o final da audiência, porque tenho um encontro de prefeitos no Rio Grande do Sul – e amanhã o Governo Federal também estará lá –, mas queria também registrar a iniciativa da Prefeitura e dos produtores rurais de São Gabriel do Oeste, do Mato Grosso do Sul, onde nossos colegas do Estado – estão aqui os nossos queridos Ruben Figueiró, Waldemir Moka e Delcídio Amaral –, junto com Deputados Federais, Estaduais e Vereadores também do Município, assim como o seu Prefeito, nos receberam com muita fidalguia. A Cooperativa Aurora foi a grande patrocinadora, e podemos atestar a excelência da qualidade dos leitões que levou para lá, porque os degustamos, não é, Senador Acir Gurgacz? Deve ser o carinho com que são tratados lá pelos criadores do Mato Grosso do Sul.

Então, quero registrar o agradecimento e cumprimentar a forma de divulgar a carne suína e a qualidade desse produto, que é exportado para vários países. Devemos continuar investindo muito em sanidade animal, porque, se não fizermos esse dever de casa, corremos o risco, daqui a pouco, de mais um embargo aqui ou ali e acabarmos pagando um preço muito mais caro.

Era esse o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos à Senadora Ana Amélia. Também faço o registro da bela organização que vimos ontem, feita através dos Parlamentares do Mato Grosso do Sul, juntamente com a Prefeitura de São Gabriel do Oeste. A cidade está em pleno crescimento e desenvolvimento, isso através da agricultura, que é a base da economia daquele Município e, agora, com a industrialização da produção de suínos. Foi-nos mostrada, ontem, realmente, que a qualidade da produção é de boa para excelente.

Então, meus cumprimentos a todos os Parlamentares, ao Prefeito Municipal, aos Vereadores presentes e também a toda a equipe técnica que participou daquele evento, divulgando o produto de São Gabriel do Oeste, do Mato Grosso do Sul e do Brasil também.

Temos orgulho de possuir essa qualidade de produção pecuária, suína e agrícola, que é o carro-chefe da economia brasileira.

Então, quando há encontro dessa natureza, é importante para todos nós.

Com a palavra, o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, não imaginam, V. Exª, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, a alegria com que os recebemos ontem, para celebrar um acontecimento muito importante, que foi a Festa do Leitão no Rolete.

Fiquei sinceramente impressionado com o número dos Srs. Senadores e Deputados de outros Estados que lá compareceram, prestigiando esse grande acontecimento, promovido principalmente pela Prefeitura de São Gabriel do Oeste.

Nós, em Mato Grosso do Sul, temos ligações profundas com o Sul do Brasil. Costuma-se até dizer que nós não somos sul-mato-grossenses, mas somos

"matuchos", tal é o entrosamento entre sul-mato-grossenses e gaúchos.

Quando se diz gaúcho, em Mato Grosso do Sul, diz-se paranaense, catarinense e, evidentemente, o gaúcho. Essa identificação nos possibilitou, inclusive, ter alguns costumes do Sul. Um deles é a questão do rolete. Disputa-se, hoje, que é o Paraná de V. Exª – parece-me que é da região de Toledo –, que teve a primazia de lançar o churrasco do rolete, mas, hoje, nós advogamos a primazia de ter divulgado pelo Brasil inteiro.

Pelo menos foi essa a manifestação do Senador Moka, que foi o grande incentivador dessa festa. V. Exªs que lá estiveram concordaram. Para nós, essa união, essa confraternização entre todos nós, Senadores e autoridades daqui de Brasília, foi um acontecimento que muito nos sensibilizou.

Espero que, no curso dos tempos, essa festa se reproduza tantas vezes quanto possível. E aí, quem sabe, com o patrocínio dos paranaenses, dos catarinenses e dos gaúchos.

Folgo muito, mais uma vez, em dizer que nos sentimos muito honrados com a presença dos Srs. Senadores, que degustaram muito bem – inclusive, sou testemunha e presenciei a maneira com que V. Exª degustou tudo – e chegaram hoje com uma fisionomia tão agradável, tão simpática. Isso é um bom sinal.

Enfim, Sr. Presidente, quero apenas agradecer a presença de V. Exª e as palavras proferidas pela Senadora Ana Amélia, lembrando aquele grande acontecimento, que, para nós, muito nos sensibilizou.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Queria fazer um registro e agradecer a presença do Deputado Luis Carlos Heinze, um dos líderes da Frente Parlamentar em Defesa da Agropecuária na Câmara Federal do meu Estado e do meu Partido, que se tem dedicado muito a essa questão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Nossos agradecimentos ao Deputado Heinze, sempre presente conosco, que nos ajuda muito nos trabalhos, pela sua experiência e pelo seu conhecimento da agricultura brasileira.

Sua presença, para nós, é sempre muito importante, V. Exª será sempre bem-vindo, Deputado Heinze.

Faço um registro, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, sobre a aprovação nesta semana, Srªs e Srs. Senadores, da Agência Nacional de Assistência Técnica (Anater). Tive o prazer e a honra de ser o Relator desta matéria aqui na Comissão de Agricultura.

Aprovamos, com a presença dos demais Senadores, uma matéria importantíssima. Nós precisávamos e já cobrávamos aqui, por várias audiências públicas e reuniões nesta Comissão, uma ação efetiva do Governo Federal, com relação à assistência técnica aos nossos agricultores, principalmente ao pequeno e ao médio agricultor, que precisa da ação do Governo com relação à assistência técnica.

Então, nós aprovamos aqui, nesta semana, a Anater e, ontem, vimos um pedido de vista, na Comissão de Constituição e Justiça. O Senador Pedro Taques, na reunião, à noite, me disse que tinha uma dúvida. Naquela mesma reunião, tiramos essa dúvida que o Senador Pedro Taques tinha, de modo que ele me disse que, hoje mesmo, vai devolver o projeto já para que a CCJ possa votar na primeira pauta da próxima semana e para que possamos colocar em pauta no plenário. Precisamos votar no plenário.

Assim, então, combinamos com o Senador Pedro Taques, que pediu vista, e com os demais membros da CCJ e o seu Presidente, para que possamos, enfim, colocar em votação no plenário essa matéria, que é da maior importância para a agricultura brasileira, principalmente a nossa, dos nossos Estados, Senador Ruben Figueiró. Rondônia é agricultura familiar, e nós precisamos dessa assistência técnica.

Então, entendo que a agência vem em um bom momento e vai fazer a diferença aos agricultores brasileiros.

Com relação a esta audiência, nós todos estávamos com uma expectativa muito grande e positiva com relação à mesma, porque temos vários conflitos no que diz respeito a terras dos nossos agricultores e a terras indígenas.

Só para pontuar, e já foi dito várias vezes: ninguém aqui tem alguma coisa contra as questões indígenas. Muito pelo contrário, nós temos um débito com os índios brasileiros, e esse débito é com relação à melhoria de qualidade de vida dos nossos índios. Precisamos trabalhar para fazer com que os índios possam ter uma vida melhor, mas não é ampliando as terras em cima dos produtores agrícolas que vamos atingir esse objetivo.

Precisamos da presença da Funai, com a assistência aos índios de toda ordem. Portanto, é na questão de saúde, de educação, de reorganização da vida dessas pessoas que nós vamos fazer com que a vida dos nossos índios venham a melhorar e possamos resgatar essa dívida com os índios. Se formos levar a cabo o histórico das terras indígenas e voltarmos a 1500, todas as terras brasileiras são indígenas. Não há o que se discutir.

Deputado Heinze, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, demais membros da Mesa, representantes de Alagoas, do Município de Palmeira dos Índios, que estão vivendo esse drama, juntamente com o pessoal da Acrissul, Dr. Jonatan Barbosa, aqui representando a Acrissul, e Dr. Gustavo, representante da Famasul, que tem trabalhado já esse tema, eu queria cumprimentar, inicialmente, Sr. Presidente, a Famasul e a Acrissul pelo trabalho que eles vêm fazendo. Eles nos têm ajudado muito. Temos a CNA, que trabalha; nós, na Frente Parlamentar, temos feito o nosso trabalho também, mas particularmente a Famasul e a Acrissul têm um grande trabalho, inclusive com a participação do ex-Ministro Rezek. Dr. Gustavo tem-se empenhado muito. Acho que outros advogados também; não sei se mais alguém lá em Mato Grosso do Sul, mas principalmente o Dr. Gustavo, juntamente com o nosso ex-Ministro Francisco Rezek.

Uma das questões que eu gostaria de deixar, Sr. Presidente, agora, é com relação a esse julgamento. Esperava até que o Ministro da Justiça estivesse aqui, porque já era para ter estado em outra ocasião, mas protelou a sua vinda, em função de um julgamento. O julgamento saiu. Nós temos um fato novo hoje. Estamo-nos empenhando em cima dessa linha. Inclusive, o Dr. Rodinei já está a caminho; já liguei para e ele está a caminho. Ele está trancado no trânsito, mas está chegando a convite da nossa Senadora Ana Amélia.

A posição específica sobre o julgamento, Dr. Gustavo, Raposa Serra do Sol, manteve as 19 condicionantes. Essa é a interpretação do Dr. Bezerra também, que é consultor jurídico do Sindicato dos Produtores, lá de Palmeira dos Índios. O que estamos trabalhando neste momento, junto ao Ministro Adams, é a reedição da Portaria nº 303.

O julgamento foi específico para a Raposa Serra do Sol, mas, agora, acho que a portaria abrange o Brasil, os casos basicamente de ampliação. Acho que, aí, neste caso, seria importante ter a interpretação e a discussão entre os dois advogados e também o próprio Dr. Rodinei, que é Procurador e domina esse assunto.

Então, isso, para nós, seria importante, tanto para o Senado quanto para a própria Frente Popular Parlamentar de Agricultura, quanto ao rumo que vamos tomar. Para nós, isso é importante. Vejo que conseguiríamos eliminar uma série de problemas nos processos que existem hoje com a publicação, a reedição, dessa Portaria nº 303, nos casos de ampliação.

Estamos cobrando uma segunda questão... E seria importante, Senador Acir Gurgacz, juntarmos forças da Comissão de Agricultura do Senado, da Comissão de Agricultura da Câmara – já passo falar em nome do Presidente de lá, o Giacobo, que está parceiro nesta questão – e da Frente Parlamentar, para cobrarmos a urgência da reedição desta portaria, porque ela já passaria a vigorar.

Certamente, cessaria, Dr. Gustavo, muitos processos que existem, não sei quantos, no Brasil. Há quase 500, hoje. Só no nosso Estado, há 30.

O segundo ponto que estamos cobrando é a edição de uma nova portaria, de um novo marco: como vai funcionar a Funai, o Ministério da Justiça e a participação dos novos ministérios nesse novo rito que eles querem.

Desde que convocamos a Ministra Gleisi, em abril, ela prometeu a participação da Embrapa, do Ministério da Agricultura, do MDA e também do Ministério das Cidades. Então, teríamos um novo rito no processo demarcatório. E, nessa situação, como também ficariam os processos existentes hoje no Brasil, porque nós estamos denunciando publicamente que, basicamente do Presidente Lula para cá, a partir de 2003, é quase um arranjo entre a Funai, parte da Igreja, através do Conselho Indigenista Missionário, o Ministério Público Federal, o setor do Ministério Público Federal, especificamente uma câmara lá, que se tem dedicado em todos os Estados a pressionar essa ação, e ONGs de antropólogos e outras ONGs. Então, isso foi um arranjo. De lá para cá, os processos se proliferaram.

Inclusive, Dr. Jonatan, acho que recentemente vocês tiveram invasões no Mato Grosso do Sul, em função de que eles estão sentindo que perdem terreno, e nós temos que avançar no processo pela legalidade, não é contra os índios, Senador Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, sem dúvida.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – É em favor da legalidade desse processo, que é um abuso hoje no Brasil.

Então, o primeiro ponto é a Portaria nº 303, Dr. Gustavo, nessa linha que estamos trabalhando, e o segundo ponto é a edição dessa nova portaria, porque, aí, só com essas duas portarias, acho que se elimina mais da metade dos processos que estão vigendo hoje no Brasil. Eles teriam de ser feitos diferentemente.

O terceiro ponto, de cuja análise de V. Exª, Dr. Gustavo, eu gostaria também, é a questão do projeto. Nós temos, lá na Câmara, o 227, de autoria do saudoso Homero Pereira, está sendo relatado pelo Deputado Moreira Mendes, e aqui, no Senado, o Senador Romero Jucá tem a regulamentação do art. 231.

Parece-me que os dois foram considerados inconstitucionais na matéria que passei ao senhor, Dr. Gustavo. Então, seria importante a sua apreciação e a do próprio Ministro Rezek sobre esse caso, que nos

serviria de subsídio para o projeto da regulamentação do art. 231.

Esses três pontos que estamos focando, agora, em nome da Frente, só para passar e posicioná-los, também o Dr. Ricardo, com quem estamos conversando hoje pela primeira vez, mostrando que temos essa linha para que possamos trabalhar, pressionando isso, e para conseguirmos votar este projeto ou no Senado, ou na Câmara, que é a regulamentação do art. 231.

Parece que vocês têm mais celeridade, mas nós estamos trabalhando esse assunto sobre esses termos. É mais ou menos essa abrangência que temos sobre a situação e vamos trabalhar com esse foco.

Essa é a situação, então, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Deputado Luis Carlos Heinze, pela suas colocações. A exemplo disso, temos uma de várias questões judiciais no Estado de Rondônia, com relação às glebas 37, 38 e 39 do assentamento Dirigido Burareiro, e à área do setor de Nova Floresta, onde vários produtores do passado obtiveram as suas terras, a posse e o documento expedido pelo Incra, com título emitido pelo Incra e entregue aos produtores, que estão lá há mais de 30 anos.

Nós estamos falando de um Estado jovem ainda, que tem pouco mais de 30 anos, e a Funai resolveu ampliar a área indígena, que fica próxima, e entrou com uma ação na justiça contra o Incra, pedindo a cassação ou a anulação dos títulos de agricultores que estão lá há mais de 30 anos, morando, vivendo, cultivando.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Seria a ampliação, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É a ampliação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Gostei do parecer do Dr. Gustavo, porque acho que, no caso da Portaria nº 303, ela já veda a ampliação. Esses processos praticamente já seriam nulos. Agora dependeria. Já há portaria de demarcação, ou já tem decreto de expropriação? Não tem?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Olha, não saberia dizer exatamente se tem decreto, mas a Funai ampliou a área indígena e entrou com uma ação contra o Incra para anular os títulos entregues aos agricultores.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Essa ampliação, de que data é? É recente? Três, quatro, cinco, seis anos?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É recente. Depois da Raposa Serra do Sol.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – Na interpretação, Dr. Gustavo, que nós temos, nossos advogados da Frente já se têm manifestado – da CNA e da Frente –, seria importante que V. Exª contatasse também com o Ministro Rezek. V. Exª já disse que tem o parecer dele. Essa é uma questão que temos de bater em cima, porque, dessa forma, Senador Acir Gurgacz, é o que estou dizendo: a Portaria nº 303, com a sua reedição – por isso a sua importância –, nós já suspenderíamos inúmeros processos no Brasil, talvez até no Mato Grosso do Sul. Não sei do caso de Palmeira dos Índios. É ampliação lá?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS) – O.k. Acredito que essa ampliação já seria alcançada pela Portaria nº 303.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Depois, vamos debater esse tema. O que nós queremos é o reconhecimento da posse dos agricultores.

Volto a colocar: ninguém aqui é contra os índios. Muito pelo contrário, temos que resgatar uma dívida que temos com os índios brasileiros, mas de uma forma coerente, que não venha a atrapalhar a vida dos agricultores. Vamos fazer com que a Funai cumpra a sua função de dar toda a assistência ao índio na sua terra, promovendo e produzindo uma vida melhor para os índios que precisam da atuação do Governo. Não é ampliando as áreas que nós vamos resolver essa questão, deixando os índios lá sem nenhuma condição de melhorar de vida porque têm mais terra. Não é esse o ponto. O ponto é dar mais qualidade e assistência técnica, para que eles possam produzir também.

Há as questões minerais. Parece coincidência, mas as maiores riquezas do Brasil sempre estão nas reservas indígenas. Pelo menos é o que acontece no meu Estado, Rondônia: a maior riqueza, a maior reserva de diamantes do mundo está lá na reserva Roosevelt, com os índios cinta-larga, que também não podem extrair o seu minério. Eles passam necessidades morando em cima da maior jazida de diamantes do mundo, sem poder extraí-los. É claro que aventureiros malandros entram na mata e acabam fazendo garimpo ilegal. A falta de regulamentação causa ilegalidade. Não é este o momento, mas tudo isso envolve a questão da melhoria da qualidade de vida dos nossos índios.

Senador Ruben Figueiró com a palavra.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Estamos ainda nos prolegômenos...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Exatamente.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Noto que o Procurador, o Dr. Rodinei Candeia, ainda não chegou, mas o que me estranha, Sr. Presidente, é a ausência aqui da Srª Presidente da Funai. Pelo que percebo...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu entendo que, como nós havíamos marcado inicialmente às 8h30min, nós deveremos esperar que neste horário ela esteja aqui. Como ela marcou presença, confirmou a vinda, eu tenho a expectativa de que ela não iria marcar, confirmar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Anteriormente, marcarmos às 8h30min e, depois, antecipamos. De repente a antecipação pode causar algum transtorno. (*Pausa.*)

Ninguém vem? Da Funai não vem ninguém?

Vamos ter de votar, então, a...

Eu já peço, não para hoje, mas para a semana que vem – vou colocar em votação – a convocação. Vamos convocar, porque nós convidamos, e eu recebi a informação da garantia da presença. Já que convidando a gente não pode conversar e indo lá muito menos, não somos muito bem recebidos, vamos ter de votar uma convocação.

Já faço o requerimento para semana que vem e peço a subscrição dos demais Senadores para que assim o façamos, porque não podemos deixar de receber a devida atenção, quando tentamos ser simpáticos na condução dos nossos trabalhos, tanto do Congresso quanto do Executivo. Entendo que há limite para a troca de gentilezas. Precisamos avançar.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, eu cumprimento V. Exª pela manifestação que fez.

Eu considero essa segunda ausência da Srª Presidente da Funai como um gesto descortês e até de desrespeito. Gostaria que isso constasse na nossa ata. Que nós possamos tomar regimentalmente as providências necessárias para que ela compareça aqui, não debaixo de vara, evidentemente, mas que ela nos respeite e venha aqui fazer as explanações que todos nós queremos ouvir da Srª Presidente da Funai.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Luis Carlos Heinze, que tenho agora a satisfação de conhecer pessoalmente. Respeito muito profundamente a sua atuação parlamentar em favor do campo. V. Exª fez uma explanação sucinta a respeito das atividades da Frente e, inclusive, apresentou alguns detalhes que eu sinceramente desconhecia.

Eu quero apenas lembrar que, logo após a sessão do Supremo Tribunal Federal que analisou a questão de Roraima, eu ouvi pela televisão uma declaração enfática do Ministro Adams, dizendo que agora ele tinha as diretrizes para reeditar a Portaria nº 303. Já era tempo, inclusive, para ele tê-lo feito, mas, pelas explicações de V. Exª, nos próximos dias, essa reedição será feita. Isso, sinceramente, vai nos dar o norte para definirmos como serão as demarcações daqui para frente.

Quero apenas, neste breve registro, cumprimentá-lo pelas declarações de V. Exª, na confiança que todos nós temos na ação da Frente Parlamentar Ruralista em favor da paz nos campos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Na semana retrasada, fizemos aqui uma audiência pública para debater a questão dos índios cinta-larga e recebemos várias colocações da população brasileira, Deputado, e várias delas pediram o fim da Funai. A Funai não faz o seu dever de casa, não atende os índios, não faz o que tem de ser feito e ainda causa um transtorno enorme na agricultura brasileira. E, quando nós convidamos, acertamos e recebemos o o.k de que a Presidente da Funai estaria aqui, ela simplesmente não vem e não manda um representante nem um comunicado. Realmente é um desrespeito.

Pedi que a assessoria siga o Regimento e veja se podemos votar hoje essa convocação dela, do Ministro, seja de quem for. O que nós não podemos é ser desrespeitados da maneira como estamos sendo. Entendo que não é o caminho para que a gente possa achar uma solução para os problemas de conflitos. Esse não é o caminho. Não é o caminho dos descumprimentos dos acordos e da não presença em um debate que é da maior importância para todos. Não apenas para os agricultores, indigenistas, índios ou Congressistas, mas para o Brasil. É esse o debate que fazemos aqui.

Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu quero concordar com V. Exª, mas, regimentalmente, Presidente, salvo melhor juízo, o Congresso não pode convidar o Presidente da Funai aqui. E nós já convocamos o Ministro, a quem a Funai se reporta.

Na verdade, na vinda do Ministro aqui, acho que vamos obter do Ministro o compromisso de... Eu quero crer, Sr. Presidente, que a Presidente da Funai é diretamente subordinada ao Ministro da Justiça, que, pela terceira vez, desmarcou. Então, Sr. Presidente, não estou querendo... Mas o grande responsável por isso é o Ministro da Justiça, que, aliás – vamos ouvir os representantes do Mato Grosso do Sul –, foi ao

Mato Grosso do Sul e, usando uma expressão de lá, rasgou um baixeiro, dizendo que iriam fazer alguma coisa e não aconteceu nada. Quer dizer, é essa falta de compromisso, de credibilidade que deixa lá na ponta esta tensão: os índios achando que, finalmente, vai ser demarcado, que vão desapropriar, que vão comprar terras, que vão indenizar os produtores, e os produtores com as suas propriedades invadidas, na expectativa de que isso irá acontecer. Não foi um, mas dois Ministro da Justiça e o Gilberto Carvalho, da Casa Civil. Os dois, Sr. Presidente, foram lá e garantiram ao Estado que essa solução, no máximo, viria em agosto ou setembro, uma coisa assim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Em 45 dias.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E nós estamos agora chegando no mês de novembro. Por isso, pedi, junto com o Senador Figueiró, a convocação do Ministro, porque ele tem de dar essas explicações. E isso tem de ficar claro, principalmente depois da decisão do Supremo em relação à Raposa Serra do Sol. Então, é isso que nós queremos.

Acho que hoje vamos aproveitar os expositores, que vão colocar, naturalmente, as questões de cada um dos Estados, e vamos ter, inclusive, os argumentos necessários para, quando da vinda de S. Exª o Ministro da Justiça aqui, venha também a Presidente da Funai. A minha sugestão é que V. Exª entre em contato com o Ministro e sugira que, quando da vinda dele, da convocação dele, que nós podemos votar, venha também a Presidente da Funai.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – V. Exª tem toda razão. Nós não podemos convocar diretamente a Presidenta da Funai; nós temos de convocar o Ministro. Já foi feita não sei se uma convocação ou convite, mas está marcada para o dia 14/11 a presença do nosso Ministro na nossa Comissão. Vamos estender – e peço que façamos a comunicação – para que venha junto a Presidente da Funai, para que possamos debater esse assunto.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não, Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sugiro convocação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Nós não podemos convocar.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Convocação dos dois, porque a Funai tem certa autonomia também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O Regimento diz que não podemos convocar a Funai. Nós já convocamos o Ministro e vamos pedir que ele traga a Presidente da Funai.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Isso é regimental?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Regimentalmente é esse o procedimento.

Temos outros procedimentos. Por exemplo, fazer coro com o que a população brasileira está pedindo: a extinção da Funai. Nós podemos fazer coro a essas pessoas, porque causa um transtorno enorme para a população brasileira e, quando a chega a hora de debater e discutir, simplesmente não aparece e desconsidera o Congresso Nacional. Isso é um desrespeito da mais alta relevância.

Realmente é um problema que nós temos no Brasil, e isso reflete no campo. A falta de atuação da Funai em momentos importantes como este se reflete nos conflitos do campo. É isso que estamos vendo acontecer no Brasil. O Estado do Mato Grosso é o Estado que, no momento, tem o maior problema com relação aos conflitos nas áreas indígenas e dos nossos agricultores brasileiros.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Agradeço a presença do Sr. Francisco José de Albuquerque Maia Costa, Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul. Está presente o Sr. Jonatan Pereira Barbosa, Vice-Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul, que o está representando; Dr. Gustavo Passarelli, Advogado da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul; Dr. Ricardo Bezerra Vitório, assessor jurídico do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira do Índios; e Dr. Marcos Guerra Costa, Procurador do Município de Palmeira dos Índios.

Pergunto se alguém gostaria de iniciar. Alguém tem preferência? (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Dr. Gustavo, que tem 15 minutos para fazer as suas colocações. Se precisar de mais tempo, a Mesa concederá.

Muito obrigado por sua presença.

O SR. GUSTAVO PASSARELLI – Muito bom dia, Senador Acir Gurgacz.

Eu gostaria de cumprimentar V. Exª e todos os membros da Mesa. Senador Moka, Senador Ruben Figueiró, bom dia.

Primeiramente eu gostaria de justificar a ausência do Presidente da Famasul, Eduardo Riedel. Ele não pôde vir, tendo em vista que hoje se encontra em assembleia geral na Federação. Por esse motivo ele não pôde se fazer presente aqui.

Antes mesmo de fazer alguns comentários sobre o julgamento da Raposa Serra do Sol e de aspectos mais específicos da Portaria nº 303, eu gostaria de fazer um alerta e um apelo, na verdade, com relação à situação do Mato Grosso do Sul, que, nesses últimos dias, tem se tornado praticamente insustentável, com risco de conflito iminente. A situação é de gravidade extrema.

E digo isso porque estamos vindo de um final de semana bastante tenso – bastante tenso! – em que houve várias invasões. E não foram invasões de grandes propriedades e de latifúndios, como se gosta de mencionar, mas de pequenas propriedades. Houve um caso emblemático em Japorã, onde uma senhora de 70 anos de idade, cujo marido falecera há pouco tempo, foi expulsa de sua casa. Ali ela pretendia ficar numa área pequena de 60ha, numa área pequena, praticamente de agricultura familiar.

Essa situação tem causado muita preocupação no Mato Grosso do Sul, porque, quando se analisa a questão do ponto de vista exclusivamente jurídico, independentemente dos interesses que venham a ser prestigiados ou não, que venham a sair vencedores na discussão judicial, talvez esse seja o momento em que a questão jurídica tenha se delineado da maneira mais objetiva possível, considerando o passado que nós tínhamos nas discussões sobre as questões indígenas. O julgamento Raposa Serra do Sol trouxe um norte, trouxe uma diretriz importante, mas o fato é que a situação que se vê no Mato Grosso do Sul hoje, Senador, é de que nós temos decisões judiciais ou não sendo respeitadas ou não sendo cumpridas, temos áreas que são declaradas como não indígenas, ou seja, onde não se reconheceu a imemorial ocupação, e a comunidade indígena desrespeita as decisões judiciais a ponto de, em Buriti – Senador Ruben e Senador Moka vão lembrar bem –, na Reserva Buriti, em Sidrolândia, um indígena rasgar um mandado judicial em frente às câmeras de televisão, dizendo que não respeita as decisões do Judiciário.

Então, nós estamos em uma situação que, na minha avaliação... E ontem, até em conversa com o Eduardo sobre esse assunto, nós discutíamos e eu fiquei de trazer essa mensagem aqui, aos senhores, de que a preocupação, na verdade, hoje, suplanta o campo da discussão jurídica, porque tudo aquilo que é resolvido no campo jurídico está sendo desrespeitado de uma maneira acintosa, sem que o Estado brasileiro tome uma providência. A situação é gravíssima porque, na verdade, ela traz um vilipêndio ao direito de propriedade, muitas vezes já reconhecido pelo Poder Judiciário em várias instâncias, e o Estado brasileiro, mesmo tomando conhecimento dessas atitudes, nada faz. Então, o risco de conflito é iminente.

Como V. Exª colocou no início de sua manifestação, é óbvio que a sociedade brasileira tem uma dívida com a comunidade indígena. Na verdade, a sociedade do mundo inteiro, porque em todos os países pelo mundo, o histórico de violência às comunidades indígenas é obviamente notório, mas acredito que também temos que tomar cuidado, Senador, para que esse pensamento não nos faça criar uma dívida com outro segmento, que são os produtores rurais. Porque, na verdade, em virtude desse discurso, dessa dívida que precisa ser paga com relação à comunidade indígena, está-se a sacrificar uma parcela única da sociedade, que são os produtores rurais, o que não se afigura, no nosso modo de entender, correto ou justo.

Então, eu queria, aqui no início dessa minha manifestação, só deixar o registro da preocupação que hoje existe no Mato Grosso do Sul, com relação a essas reiteradas invasões, essas reiteradas desobediências a ordens judiciais de reintegração de posse, que têm tornado o clima realmente insustentável e, eu diria, um clima de conflito iminente. Como o Senador Moka muito bem colocou, a atitude que foi adotada pelo Executivo, por parte do Ministro da Justiça e do Ministro Gilberto Carvalho, ao ter ido ao Mato Grosso do Sul e sinalizado com a perspectiva de uma solução rápida para algo em relação a que alguns – e eu me incluo entre esses – éramos um pouco céticos, sabíamos que a solução não era tão simples e tão rápida como se previa, na verdade acabou piorando o clima, porque cria-se uma expectativa de solução e, quando essa solução não vem, o resultado se mostra como agora: as comunidades indígenas passam a invadir essas áreas, os produtores rurais ficam dependendo de decisões judiciais. Está-se numa situação insustentável em que a Polícia Federal, na verdade, tem que escoltar o produtor rural para entrar na sua propriedade a fim de tirar o seu gado para que os invasores lá permaneçam.

E há um aspecto interessante que acho muito importante, que deve ser colocado, sobre a ótica da Funai, para que possamos ter uma discussão efetivamente profissional a respeito do assunto, para que compreendamos os argumentos, conheçamos os argumentos da parte contrária. Sob a ótica da Funai ou, na verdade, da comunidade indígena, dos indígenas, isso não seria uma invasão, seria uma retomada porque aquelas áreas sempre seriam deles. Então, eles não estariam a invadir algo que sempre foi deles. Só que, ainda que esse pensamento possa ser válido sob a ótica indigenista e devamos respeitar esse pensamento, nós todos somos brasileiros e devemos nos colocar em obediência à lei. Se há uma legislação posta, se

há decisões judiciais proferidas, todos, índios e não índios, devem respeitar essa legislação.

Esses argumentos, na verdade, em nosso entendimento, não podem ser válidos, não podem ser aceitos num Estado democrático de direito. A preocupação, realmente, é muito grande.

Muito bem. Com relação ao caso Raposa Serra do Sol, o Deputado Heinze aqui o mencionou em sua manifestação e solicitou que nos manifestássemos rapidamente a respeito. Eu acredito que, quanto ao julgamento em si dos embargos de declaração, agora na semana retrasada, não houve muita surpresa porque, na verdade, o que se fez foi manter aquilo que havia se decidido no primeiro julgamento. Havia uma dúvida com relação à manutenção das condicionantes na ementa do acórdão, ou seja, no dispositivo, naquela parte que transita em julgado e que, consequentemente, passa a obrigar, e isso foi mantido pelo Supremo, só com dois votos discordantes, do Ministro Joaquim Barbosa e do Ministro Marco Aurélio. Todos os outros Ministros que votaram o fizeram pela manutenção dessas condicionantes.

Com relação aos efeitos do julgamento Raposa Serra do Sol, também não houve surpresa, no meu entendimento, até porque a própria CNA já havia feito uma provocação de que se criasse uma súmula vinculante. Nós fizemos esse trabalho logo que se julgou o caso Raposa Serra do Sol, lá atrás ainda, e o caso foi distribuído, se não me engano, ao Ministro Lewandowski, na época, que negou o pedido de súmula vinculante porque não estavam presentes os requisitos processuais específicos e regimentais para que se tornasse uma súmula vinculante. Entretanto, o Ministro Barroso, no seu voto, foi expresso, na minha opinião, muito claro no sentido de dizer que, muito embora as condicionantes se aplicassem exclusivamente ao caso Raposa Serra do Sol, elas serviriam de importante diretriz para os demais julgamentos pelo País. Não podemos nos esquecer que vários Ministros – inclusive o próprio Ministro Gilmar Mendes se manifestou nesse sentido no julgamento –, à época do primeiro julgamento, ressaltaram a importância do caso Raposa Serra do Sol, dizendo que, muito embora não se produzisse um efeito vinculante, era um caso fruto de um profundo estudo da questão indígena e que, certamente, deveria nortear os trabalhos do Judiciário pelo País.

Devemos ainda lembrar que o próprio atual Ministro Toffoli, no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, no primeiro julgamento, era o Advogado-Geral da União, e, nas discussões sobre a inclusão ou não das condicionantes, quando se discutiu no plenário do Supremo, há uma transcrição do próprio Ministro Toffoli, representando a Advocacia-Geral da União, dizendo da importância de que aquelas condicionantes efetivamente fossem incluídas no julgamento. Ou seja, era até um posicionamento da AGU, lá atrás, de que essas condicionantes realmente fizessem parte, porque era necessário criar algum tipo de objetividade para que não ocorresse o que V. Exª mencionou, porque, se nós retroagíssemos a 1500, obviamente, todas as terras seriam indígenas, e nós precisamos ter um mínimo de objetividade nesses julgamentos.

De maneira que o Supremo tem dado vários sinais de que o caso Raposa Serra do Sol será paradigmático para outras soluções. Existe um exemplo típico, que é o julgamento da Medida Cautelar 14473, cujo relator foi o Ministro Marco Aurélio – que até, na verdade, adotou uma posição um pouco conflitante com esse último julgamento –, em que ele expressamente diz, ao conferir uma liminar para impedir uma ampliação de reserva indígena num Município da Amazônia, que o Supremo, ao decidir o caso Raposa Serra do Sol, se aprofundou e não julgou aquele caso para que os demais órgãos do Judiciário simplesmente analisassem se eles quereriam ou não cumprir aquela decisão, que aquela decisão realmente produziria efeitos, embora não vinculantes, mas produziria efeitos para os demais casos do Brasil.

Então, muito embora não tenha havido nenhum efeito vinculante ou declarado repercussão geral sobre esse caso, nossa avaliação, nossa interpretação com relação ao julgamento é realmente de muita importância e de trazer a objetividade ou o mínimo de objetividade que se possa esperar para os casos de demarcação de terras indígenas, notadamente por um aspecto que, na verdade, é uma realidade no Brasil: quando se fala em demarcação de terras indígenas, o que se busca é de que maneira a Funai vai constatar que essas terras são indígenas. Quais são os estudos, como isso é feito? Ou seja, são feitos estudos históricos, são feitos estudos de campo para encontrar vestígios, mas nós sabemos: nos Estados do Sul, nos Estados do Brasil, de modo geral, onde hoje se discute esse conflito, os vestígios de ocupação física são raríssimos porque, na verdade, essas comunidades já não estão nesses locais há muitas décadas e, em muitos casos, há mais de um século. Portanto, a ocupação física é praticamente inviável de ser caracterizada em um processo administrativo, de modo que o relato dos índios, os dados históricos é que acabam sendo levados em conta quando um antropólogo vai fazer um laudo para declarar uma terra indígena ou não. E, obviamente, a antropologia não é uma ciência exata. Consequentemente, é dotada de uma carga de subjetividade que prejudica, muitas vezes, a própria defesa do produtor rural no momento da impugnação

do laudo, de modo que o caso Raposa Serra do Sol nos dá pelo menos um horizonte menos nebuloso com relação a esse assunto.

Por fim, quero falar rapidamente a respeito da Portaria 303, a que o Deputado Heinze havia feito uma menção. Nós entendemos que o momento é de absoluta possibilidade da publicação da Portaria 303. Não há agora justificativa alguma para que a portaria não seja publicada, até mesmo porque a justificativa utilizada pela Advocacia-Geral da União para suspender os efeitos da 303 era o julgamento final do caso Raposa Serra do Sol, justamente porque havia uma possibilidade de alteração do julgamento Raposa Serra do Sol. Então, se ela foi editada considerando aquele cenário inicial em que as 19 condicionantes existiam e faziam parte do dispositivo, foi suspensa porque havia um julgamento pendente que poderia trazer uma modificação, esse julgamento é realizado e não traz modificação, aquela justificativa para suspensão deixou de existir e, no meu modo de entender, é urgente, urgentíssima a publicação dessa Portaria 303 porque ela vincula, obviamente, todos os órgãos da Administração Federal pelo País inteiro, e é claro que esses casos imediatos de ampliação de reserva indígena, por exemplo, já devem ser imediatamente suspensos.

Mas, novamente, Senador, e agora realmente para encerrar minha manifestação, eu gostaria de fazer um apelo, porque, na nossa avaliação, não adianta termos a publicação da Portaria 303 sem que haja um respeito por parte das comunidades indígenas e da Funai com relação a essa portaria. De nada adianta termos uma Portaria 303...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO PASSARELLI – ... dizendo que não é possível ampliar reservas indígenas, que não é possível praticar determinados atos e as invasões continuarem a ocorrer. Então, na verdade, nós temos esse problema realmente muito grave.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Gustavo Passarelli.

Passo a palavra agora ao Dr. Jonatan Pereira Barbosa, Diretor Vice-Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul, agradecendo pela presença, mais uma vez.

O SR. JONATAN PEREIRA BARBOSA – É uma satisfação enorme do nosso Estado e da nossa entidade, Exmo Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz. Também quero cumprimentar nossos queridos Senadores de Mato Grosso do Sul, Waldemir Moka e Ruben Figueiró e ainda os demais integrantes desta Mesa, que espero possa colher frutos produtivos, como é a produção do Brasil.

Devido ao tempo que tenho, não vou discorrer sobre a questão jurídica, o que muito bem fez nosso amigo Gustavo, representante da Famasul. Vou entrar, se me permitem, na questão preocupante dos fatos.

Presidente, Srs. Senadores, a questão no Estado de Mato Grosso do Sul é agonizante. Somamos até hoje 75 invasões com emprego de violência. A Polícia Federal está desmoralizada. Se ela leva o mandado de reintegração de posse para que seja cumprido, a liderança indígena responde e rasga, "não respeitamos a sua lei". E nada depois disso acontece. O que, por desdobramento, segue é que os invasores queimam as casas dos produtores com todos os pertences dentro, prendem o gado. E aí faço uma ressalva, Dr. Gustavo: eles não liberam o gado, estão abatendo, vendendo, saqueando, queimando máquinas agrícolas, implementos, galpões, armazéns, e os produtores não têm direito sequer de tratar dos pequenos animais, não podem voltar. E fazem isso com o emprego de violência, com o uso de armas, não só armas artesanais e nem só armas brancas, mas armas de fogo. E a Polícia Federal sabe disso.

Lá, na comunidade Buriti, entre Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, nós, da Acrissul, logo após a invasão, quando visitamos a região, encontramos vários cachimbos de *crack* no chão e um livro de cor negra, com anotações de tática de guerrilha e a escala: "fulano de tal – uma espingarda 44; beltrano – uma pistola." E aí, seguiam-se os nomes todos: um revólver 38, uma carabina 36. Entregamos tudo à Policia Federal, mas até hoje não temos resposta. Ninguém fala disso na mídia.

Só para que possam entender, não existe da nossa parte nenhum radicalismo. Queremos a paz no campo. Um dia fui Parlamentar e até tive a honra de presidir a Constituinte do meu Estado. Quando Parlamentar, convivi muito com as aldeias. Tenho noção para informar que hoje, dentro das comunidades indígenas, as facções criminosas estão levando armas e drogas. Existem infiltrações. No Mato Grosso do Sul, a questão indígena está residida na fronteira do Estado, porque começa em Porto Murtinho, Corumbá, e vai até Mundo Novo e Amambai.

Quero informar, com muita preocupação, Presidente, que não temos mais como segurar a honra de um produtor violentado. Temos feito de tudo, orientados pela liderança dos nossos Senadores, da nossa Bancada Federal, do Governador, de todas as forças políticas do Estado no sentido de que suportem para que haja entendimento. Infelizmente, da parte do Governo Federal há um profundo descaso, como se vê

aqui hoje, porque a Funai, mais uma vez, não comparece. O Ministro esteve em junho, quando estava para acontecer uma convulsão e prometeu – estávamos lá, o Senador Figueiró lembra – que, no máximo em 45 dias, estaria tudo resolvido.

E nada disso, até agora, aconteceu. Não responde, não dá qualquer atenção. E quero informar que o tempo limite que a Farmasul e a Acrissul, com os produtores rurais invadidos, violentados, conseguiram para aguardar é 30 de novembro. Se até o dia 30 de novembro nada for feito para dar segurança e paz àquela localidade, haverá um derramamento de sangue.

Estou relatando aqui matéria de fato. Não vou falar de matéria de Direito, porque, embora eu seja advogado também, o Dr. Gustavo muito bem falou. O Deputado Heinze, preocupadamente, fez sua explanação. Isso tudo é fato, mas o fato maior é o que poderá acontecer no País.

Índio hoje tem TV LED. Ele assiste ao quebra-quebra nas cidades. Ele viu o pessoal tentando invadir o Congresso. Ele vê, todas as noites, o que falam que ele pode fazer também. Então, a violência está nas manifestações, que são legítimas, mas, ao final, acontece tanta vergonha para o País, quebra-quebra e tudo o mais.

Está aqui o Senador Moka, que, um dia, foi Deputado Estadual como eu. Nós lutamos, Senador, contra a ditadura – V. Exª lembra disso –; lutamos pelas Diretas, lutamos pelo restabelecimento de toda democracia no Brasil, mas digo hoje, aos meus 67 anos, que não foi para essa que lutei, essa que aí está. Digo aqui dentro do Senado: estou envergonhado do meu Brasil. Eu que fui preso 16 vezes, tido como subversivo porque tive meu idealismo. Lembro-me, com emoção, do que era o Brasil. Infelizmente – eu não queria que fosse assim – naquele tempo não tinha nenhuma invasão indígena. Nenhuma até porque a questão do índio, Sr. Presidente, não é a terra, mas, sim, o que está na terra: minerais, biodiversidade.

O capital estrangeiro está mandando no Brasil e está usando a mídia para disfarçar em cima do coitado do índio. Dou um exemplo: a etnia kadiwéu, Presidente, tem no Mato Grosso do Sul, mais de 340 mil hectares. Trezentos e quarenta mil hectares! É um tremendo latifúndio. Presidente, nem ocupam. Nem ocupam; arrendam – porque é na fronteira – para pecuaristas do Paraguai e da Bolívia. E a Polícia Federal sabe disso, o Ministério da Justiça sabe disso. E querem mais terras. Ainda agora, neste ano, praticaram três invasões em Corumbá, Senador Moka, dizendo que a terra é pouca. Sabe quanto totaliza a comunidade kadiwéu? Não chega a 2 mil pessoas, que moram mais em Corumbá, em Ladário, no entorno e até, alguns, em Porto Murtinho. Então, será que é terra? Índio tem muita terra lá. E aqueles que dizem que têm pouco não plantam um pé de abóbora. Nada acontece.

Então, o que quero aqui externar, nesse restante de quatro minutos que tenho, é um clamor ao Senado Federal, que existe para dar um equilíbrio de justiça ao País: socorram, em nome da verdade, como medida de inteira justiça, repito, a situação no Mato Grosso do Sul. Há produtores que me confidenciam que podem perder tudo que têm, até a vida, mas não vão entregar a sua terra.

Olhem bem, eu não posso falar mais, porque já me complicaria. É muito fácil o crime de pistolagem do Paraguai para o Brasil. E, se for haver um conflito armado, vai acontecer, infelizmente, o que aconteceu no mundo, aliás, o que fizeram nos Estados Unidos, na América, em geral, na Europa: eles vêm aqui defender os nossos índios, e lá eles mataram todos. É ou não é verdade? Lá eles exterminaram todas as tribos, e aqui o produtor rural é que tem que pagar a conta. Só o produtor rural.

Então, sinceramente, levei-me à emoção porque tenho acompanhado nosso Presidente Chico Maia, que não pôde estar presente hoje aqui. No entanto, compartilhamos a Acrissul democraticamente. Espero providências.

Na semana passada, em uma sessão da Assembleia, foi debatida a ausência do Ministro da Justiça aqui. Houve Deputado esclarecido, da base do Governo, que o chamou de picareta. Não fui eu. Vejam a que ponto se chegou. Disseram que ele está mais preocupado com a eleição para Governador de São Paulo do que com o Ministério da Justiça. Então, a situação está muito crítica, há muito desgaste.

Quero cumprimentar, neste encerramento do tempo que tenho, os Senadores Ruben Figueiró e Waldemir Moka, que foram, e sempre são, atuantes. São nossos representantes, que motivaram a consciência e a sensibilidade de V. Exªs para que houvesse esta audiência pública.

Tenho um minuto. Encerro, agradecendo e me colocando à disposição para responder perguntas. O que eu queria era expressar uma preocupação real: está para acontecer uma tragédia no Mato Grosso do Sul. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Jonatan Pereira Barbosa. O senhor pode ter certeza de que esta Casa está à disposição de qualquer segmento para o cumprimento da Constituição brasileira. Nós, aqui, somos parceiros de qualquer segmento que tenha que exigir o cumprimento da lei e, através dela, levar a ordem a todo o nosso País.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Ricardo Bezerra Vitório, assessor jurídico do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios. Muito obrigado pela sua presença mais uma vez.

O SR. RICARDO BEZERRA VITÓRIO – Muito bom dia a todos. Muito obrigado, Presidente.

Quero saudar a todos na pessoa do Presidente Acir Gurgacz. Comunico que o Prefeito da minha cidade e um Deputado Estadual da minha cidade encontram-se aqui, neste plenário. É o Prefeito James Ribeiro e o Deputado Estadual Edval Gaia. Estou aqui como assessor jurídico do Sindicato Rural de Palmeira dos Índios.

Palmeira dos Índios é um nome que compromete a cidade, porque Palmeira não é dos índios, é de todos, Senadores e Deputados. A cidade de Palmeira tem uma história bonita, de brancos, de pretos e de índios, que chegaram bem depois dos brancos. Foram trazidos para Palmeira dos Índios por um frei, que fundou uma capela, em 1700, e, a partir daí, trouxeram os índios de Pesqueira, em Pernambuco, e esses índios passaram a fazer parte da comunidade de Palmeira dos Índios, como é chamada hoje.

Então, Presidente, temos três representantes no Senado, que estão imbuídos do compromisso de defender nossa cidade – não contra os índios, até porque vivemos em paz com eles.

Depois da explanação do colega e do depoimento apaixonado do Presidente, vou-me ater não ao efeito jurídico dos problemas nossos lá em Palmeira, mas rapidamente quero falar, Presidente, do que está acontecendo em Palmeira para que os senhores tenham uma ideia. Quando ouvimos falar em Mato Grosso, em 300 mil hectares, 200 mil hectares, em latifúndio, Palmeira é exatamente o contrário. A Funai está ampliando a área lá. Temos oito aldeias fracionadas no Município, e essas oito aldeias, que têm mais ou menos 1.200 a 1.300 hectares de terra, querem ampliar a área e chegar a 7 mil.

Nos trabalhos que a Funai fez nos últimos 10, 12, 15 anos, já se demarcou uma área de 36 mil hectares. Depois, em outro estudo antropológico, ficou em 16; depois, foi para 13, foi para 26 e, agora, chegou em 7. Para os senhores terem uma ideia do equilíbrio da Funai em demarcar a área indígena em nossa cidade. É uma coisa assim totalmente sem parâmetro algum.

Uma das demarcações envolvia todo o Município de Palmeira. Hoje, a área é de 7.073 hectares, e, nessa área, são 463 proprietários; não são posseiros. Há propriedades com 100, 150 anos, escrituras centenárias, do século XVII, escrituras do tempo do Império. Até porque era uma sesmaria, e, quando os índios foram para lá, foi uma doação de meia légua, que corresponde a três quilômetros, ao redor de uma capela doada ao Frei Domingos, de São José, para que criasse aquela capela. Aquela capela era na Serra da Palmeira, depois Vila de Palmeira, depois, Palmeira, onde havia os índios, e aí a cidade absorveu o nome dos índios.

E, dessas 463 propriedades, Presidente, somente sete têm mais de 100 hectares; nove têm entre 50 e 100 hectares; 33 propriedades têm entre 20 e 50 hectares; 39 propriedades têm entre 10 e 20 hectares; 226 propriedades têm entre um e dez hectares. E abaixo de um hectare, há 149 propriedades.

Há proprietário com uma casa e o quintal, e vai perder; há proprietários que vivem há 50, 60, 100 anos: vem do avô, do bisavô, ele formou a família, cultivou, produz e não recebe nem benefício do Governo Federal. Ele se sustenta e vende a produção de banana, de batata, de ovos, de galinha, na feira livre em Palmeira, às quartas-feiras e aos sábados – são duas feiras livres.

Então, é em relação a essas pessoas que vai haver a desintrusão lá. Vão ser expropriados pela Funai. É uma coisa, assim, Senadores que nos deixa muito tristes.

Eu sou um pequeno produtor rural, tenho uma área afetada. A minha área dá 19 hectares de terra – dentro da cidade, com água, luz, calçamento.

Então, os senhores vejam que são quase 380 propriedades abaixo de dez hectares. São minifúndios produtivos. As pessoas vivem produzindo, Srs. Senadores, e gerando renda. Não são latifundiários; são quase 380 propriedades com menos de dez hectares. Então, isso é tudo para a gente. É a área mais produtiva da cidade.

O ex-Senador e ex-Governador Divaldo Suruagy dizia que Alagoas era o filé do Nordeste. Essa área que os índios... que a Funai... Os índios, não; os índios não querem. Os nossos índios são agentes administrativos, trabalham na prefeitura – o prefeito está aqui –, trabalham em farmácias, supermercados, são mototaxistas, são taxistas, são professores. Os índios vivem dentro da comunidade trabalhando como nós. Tem índio loiro, tem índio dos olhos azuis, tem índio do cabelo pixaim. A Funai deu muita carteirinha de índio em Palmeira, distribuiu a gosto, e é uma população de 1200 a 1300 índios, numa cidade que tem quase 80 mil pessoas. Essa é a situação.

Estão aqui o Prefeito de Palmeira e o Deputado Estadual de Palmeira dos Índios, filhos de Palmeira, nascidos e criados, e vivemos muito bem com os índios lá. Os índios são comerciantes, taxistas, mototaxistas. Não há índio vivendo em aldeia. Moram na cidade, são funcionários públicos do Estado e do Município. E há pessoas que têm a propriedade há 100 anos, pedaços de terra, 1.000 a 1.500 metros quadrados de terra, com

um pequeno sítio, um pomar, e onde criam galinha, plantam bananas, feijão, batata, inhame e vivem disso, vendendo na feira de Palmeira, nos sábados e nas quartas-feiras. São essas pessoas que vão perder as terras, porque a Funai está fazendo essa... justiça, não é? Porque o Ministério Público diz que está defendendo os direitos das minorias. Essas pessoas são minorias. Mas essencialmente minoria. E o Ministério Público lá, na cidade de Arapiraca, na 8ª Vara, é um carrasco. Como o senhor disse, doutor, o Ministério Público joga pesado, mas muito pesado. Ameaça.

Há uma propriedade de uma viúva, D. Inês, que tem cinco a seis filhos. O marido faleceu, tem o processo de inventário, e eles têm um interdito proibitório dado pela Justiça Federal. Os índios invadiram. Eles entraram com pedido de reintegração de posse, foi ao tribunal em Recife, o tribunal manteve o interdito, e os índios não obedeceram. É assim. É assim que eles se comportam, e a propriedade está invadida. Lá, no pé da Serra do Muro, em Palmeira. Talvez seja a maior propriedade, com 130 a 140 hectares de terra. Está invadida, Senadores. A Justiça Federal tinha o interdito proibitório há mais de 15 anos, quando se falava em ameaça de invasão. Eles invadiram com interdito proibitório, a proprietária e viúva requereu a reintegração de posse, a juíza da 1ª Vara concedeu. Eles não saíram. Foi ao tribunal, que manteve a reintegração de posse, e eles não saíram.

É assim que se está trabalhando lá, mas nós vivemos em paz com os índios. Lá, há três meses, foram julgados e condenados índios, mas índios que mataram índios. Com brancos não têm problema. Não existe conflito de índio com branco, nem de branco com índio, até porque não existe índio na nossa cidade. Existe caboclo, mestiço, existem índios loiros como o senhor, Senador, de olhos verdes, e existe índio do cabelo ruim, pixaim, preto. A Funai distribuiu muita carteira aos índios lá em Palmeira.

Enfim, há aqui um trabalho feito pelo Senador Fernando Collor, tratando do problema de Palmeira, O Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, tem sido um árduo defensor, amigo do prefeito, amigo do Deputado Edval Gaia, nosso amigo, e que tem trabalhado junto ao Ministro da Justiça, mas parece que o Ministro da Justiça faz ouvidos moucos, infelizmente. O Senador Benedito de Lira também tem sido um lutador para ajudar no problema de Palmeira. Se Palmeira perder essa área, ela sofre praticamente um colapso, e essas pessoas vão ter um problema muito sério: para onde vão essas pessoas com 70, 80 anos, com a desapropriação que a Funai vai fazer?

Fui superintendente do Incra durante seis anos em Alagoas, desapropriei muitas áreas, e conheço. E os juízes em Alagoas, ultimamente, têm dado uma decisão... Há uma de 15 dias atrás, do juiz da 8ª Vara Federal de Alagoas, dizendo que essas pessoas têm de ir para a reforma agrária, e que a reforma agrária tem de absorver essas pessoas que a Funai vai tirar das suas terras.

Olha, fui superintendente durante seis ou sete anos em Alagoas, de 1995 a 2000, e estou dizendo aqui aos senhores, Senadores, que não existe uma só família que foi penalizada pela Funai que esteja participando de assentamento de reforma agrária em Alagoas. Não conheço. Estou dizendo porque fui superintendente e assentei quase 10 mil famílias em Alagoas, e o juiz dá uma decisão que essas famílias têm que ser assentadas pelo programa de reforma agrária do Governo Federal. Isso é uma piada. É o que nós estamos vivendo, Senadores, Srs. Deputados, Sr. Presidente.

Eu não quero me alongar. O Prefeito de Palmeira, o nosso Prefeito James Ribeiro está aqui, é possível que queira também usar da palavra, não sei se o senhor vai permitir. O Deputado Estadual Edval Gaia está aqui. O José Maria é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira. Quero ler aqui, rapidamente... Nós fizemos o movimento “Palmeira de Todos”, porque Palmeira não é dos índios, é de todos. Nesse movimento, todos os órgãos representativos de Palmeira dos Índios assinaram: a Associação Comercial de Palmeira dos Índios; a Associação dos Motoristas Autônomos; a Câmara de Dirigentes Lojistas; a Diocese de Palmeira – a Diocese está ao lado da comunidade, nós sabemos que lá há uma atuação muito forte do Cimi –; a Federação das Associações Comunitárias; as lojas maçônicas; a Ordem dos Advogados do Brasil; a Primeira Igreja Batista; o Rotary Club; o Sindilojas; o Sindicato dos Empregados do Comércio; o Sindicato dos Produtores Rurais; o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais; o Sindicato dos Trabalhadores da Educação; o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; Câmara dos Vereadores e Prefeitura. Então, toda a sociedade está engajada na luta para defender a cidade de Palmeira. Não contra os índios, Senadores, mas em favor da cidade, até porque os índios em Palmeira não querem terra: das oito aldeias, seis se manifestam, assim, tacitamente, peremptoriamente, contra a liberação de terra, porque eles já têm terra de sobra. O que eles querem é que a Funai dê apoio, porque, na verdade, a Funai não dá apoio nenhum, muito pelo contrário. A Funai, às vezes, fomenta as invasões, é o que ela faz. Mas, apoiar os índios, não apoia.

Era isso o que eu tinha a dizer, em nome do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios

e também como advogado-procurador do Instituto de Terras de Alagoas, que represento aqui.

Muito obrigado às senhoras e aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Há um entendimento de que o próximo representante de Palmeira dos Índios vai ceder o tempo dele ao Prefeito de Palmeira dos Índios, James Ribeiro, porque ele acha que a fala é mais objetiva. Só que eu gostaria de passar a palavra ao Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, e, na sequência, na hora em que os Senadores também vão arguir, o Prefeito... Até porque V. Exª vai ter também um raio-X de corpo inteiro de todos os problemas, não só de Palmeira dos Índios, mas também de Mato Grosso do Sul.

Agora o próximo expositor, o Procurador do Rio Grande do Sul.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado.

Primeiro, quero cumprimentar todos os expositores. Eu vim acompanhando pelo rádio também, as nossas Comissões têm essa vantagem, é rádio e TV. Quer dizer, então, vocês não estão falando só para essa plateia, estão falando para o Brasil inteiro. Isso é muito bom porque vai levando a mensagem, o contraditório, que é importante e que às vezes não tem voz, principalmente pela grande mídia nacional.

Mas eu queria, Presidente, só anunciar e dar as boas-vindas ao Deputado Zeca Viana, Deputado Estadual de Mato Grosso, que é Presidente da Frente Parlamentar de Agricultura e tem feito um trabalho bastante grande nessa área também, na questão indígena do Estado de Mato Grosso. Nós já passamos por várias fases que vêm acontecendo, principalmente no Sul do Brasil, hoje em Mato Grosso do Sul, coisas com as quais já sofremos muito, com esse tipo de atitude por parte da Funai.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Quero agradecer a presença do Deputado Estadual Zeca Viana, que, aliás, também nos prestigiou ontem na festa do Mato Grosso do Sul.

Com a palavra o Dr. Rodinei Candeia, Procurador do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA – Sr. Senador Waldemir Moka, Srs. Senadores, senhores da Mesa, que me acompanham, primeiramente, eu queria agradecer o convite para vir até esta Casa. É com muita honra que venho representar a advocacia pública, na compreensão de que a Advocacia Pública do Estado do Rio Grande do Sul, assim como a Advocacia Pública em geral, tem um papel institucional fundamental nessas questões de controle da legalidade.

Os senhores vão me perdoar um pouco, eu sou um homem muito prático. Então, a gente trabalha com muito processo, não se tem muito tempo, e essas questões todas, por incrível que pareça, para mim, são de uma simplicidade acaciana e poderiam estar muito bem resolvidas, já, houvesse a boa vontade do Governo Federal, da Funai, porque vários órgãos e várias instituições têm.

Do que nós notamos a respeito das questões indígenas, nós vemos, hoje, várias distorções.

Nós temos, lá no Rio Grande do Sul, casos, assim, que se tornaram quase cômicos, de uma demarcação que foi motivada após um ritual com chá do Santo Daime. Nós temos outras, lá, em que a própria Funai reconhece que não havia ocupação indígena, mas que, em tese, eles teriam sido expulsos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Desculpe-me, mas como é que é? Foi feita uma demarcação com um ritual?

O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA – É. Na pesquisa que fiz a respeito, para enfrentar as afirmações do laudo antropológico, eu descobri a tese de doutorado da antropóloga e ela acaba confessando que a escolha da demarcação se deu após um ritual do Santo Daime, com pessoas que ela levou para ensinar a tribo a usar o chá de Santo Daime, porque lá...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Tomou um chazinho, dormiu e disse que teve uma visão, não é?

O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA – Isso. Exatamente. Isso...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Aí, no outro dia, acordou, foi lá e demarcou uma área. Eu ouvi essa história.

O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA – Esse ridículo mostra a que ponto chega a distorção da interpretação das normas que incidem sobre isso.

Há outros casos, lá em Sananduva, em outros lugares também. Eu vejo, no Mato Grosso do Sul, também.

O próprio parecer que houve, do Conselho Nacional de Justiça, é totalmente equivocado, distorcido.

Então, eu vou tentar demonstrar para os senhores como isso, realmente, está sendo impactado.

O que se nota, também, é que há uma gama de interesses motivando as demarcações dos mais amplos, de criar áreas de propriedade comum, de cunho ideológico de extrema esquerda, de interesse em reservas minerais e de áreas de agronegócio, de extrema direita,

aos interesses mais mesquinhos, como os nossos, lá, de simplesmente criar áreas para arrendamento, ou, lá em Roraima, de criar áreas para exploração de diamantes, ou, no Mato Grosso, sabe-se lá por que, se é para arrendar, se é para tráfico, enfim, há interesses de todas as formas sendo abarcados nesse grande guarda-chuva que é o da demarcação.

Bem, lá no Rio Grande do Sul, nós fizemos a demarcação entre 1911 e 1918.

Havia um governo de cunho positivista que queria proteger os indígenas sob a bandeira do humanismo, então, foram feitas essas demarcações antes de o Brasil fazê-las. Então, de 1911 a 1918, foram demarcadas aquelas 11 reservas.

Havia, no Estado do Rio Grande do Sul, porque lá é frio e também não é tão comum, assim, muita população, 2,8 mil indígenas naquela época, e aquelas são as reservas.

Hoje, esses pontinhos brancos e vermelhos, ali, são as áreas que se estão pretendendo demarcar. Tem 95 áreas pretendendo-se serem demarcadas – de 11, foram transformadas em 95. Hoje, são 110 mil hectares e têm mais 150 mil hectares pretendendo demarcação.

Rapidamente, sob o aspecto jurídico – imagino que, talvez, o Dr. Gustavo já tenha falado –, a guerra jurídica que existe é a seguinte: há uma tese de que o direito indígena seria anterior e sobreposto ao direito brasileiro e, na verdade, antes da Coroa portuguesa não existia direito nenhum.

Então, o que tem é o seguinte: com a conquista portuguesa, se estabeleceu o direito português. Pelo direito português, a terra era da Coroa portuguesa.

Com a Lei nº 6.001, de 1850, essas terras que tinham sido dadas aos particulares e não foram usadas foram devolvidas, são as chamadas terras devolutas, e essa Lei prevê o seguinte: que, dentre as terras devolutas, ou seja, de propriedade da Coroa portuguesa, ou no caso, já, do Império, deveriam ser mantidas as reservas indígenas, na posse dos indígenas, a terra que eles ocupavam.

Em 1891, com a Constituição republicana, essa competência passa para os Estados, por isso que o Estado do Rio Grande do Sul demarcou as áreas.

Com a passagem, lá no Rio Grande do Sul, em 28, da competência para gerir as reservas indígenas, para o Serviço de Proteção aos Índios, aquele trabalho benfeito que tinha sido executado no início do século foi todo, de certa forma, estragado e começou assim a serem reduzidas as reservas, exploradas, colonizadas. Nas décadas de 40 e 50, isso foi realmente bastante avançado. Muitas reservas foram extintas.

Uma CPI da Assembleia Legislativa – aí o papel importante do legislador – emitiu uma resolução de que essas áreas reservadas deveriam ser devolvidas aos indígenas. E o Estado do Rio Grande do Sul incorporou isso na Constituição de 1989 e devolveu aos indígenas essas áreas. Quer dizer, essas áreas, que o Estado resolveu e demarcou, não têm nada a ver com o art. 231 da Constituição de 1988. Na Constituição nós temos o seguinte: as áreas indígenas são terras da União. Isso é um traço muito importante.

E o art. 231 reconhece, dentre as terras da União, as reservas indígenas que estão ocupadas. Esse ponto, de estarem ocupadas em 1988, é absolutamente claro. Não há dúvida nenhuma, aliás, não há dúvida a quem tiver o mínimo de honestidade intelectual, não há dúvida nenhuma sobre esses aspectos.

A área possível de ser demarcada administrativamente é aquela que seja propriedade da União, a União é dona da área. Quem é dono da sua terra pode ir lá traçar um risco e mudar um quarto, fazer uma mangueira, fazer o que quiser dentro da sua área. Assim, a União pode, dentro da sua área, ir lá, administrativamente, e fazer um traço e dizer: "Isso aqui é uma reserva indígena."

Esse artigo não autoriza a que a União venha e faça uma demarcação numa área privada. Não há norma no Direito brasileiro que permita um ato administrativo desconstituindo propriedade privada. E esse "forçação" de interpretação é que tem dado azo a todas essas distorções absurdas que estão sendo narradas aqui.

Por que isso? Porque a Funai, para fazer as demarcações, tem usado o Decreto nº 1.775, de 1996, que, basicamente, regulamenta essa demarcação administrativa. Só que decretos, Srs. Senadores – os senhores sabem muito bem –, não regulamentam a Constituição. Haveria uma inconstitucionalidade formal. O que regulamenta a Constituição é lei. E o Decreto nº 1.775, de 1996, regulamenta o Estatuto do Índio, que é a Lei nº 6.001, de 1973. E como o Estatuto do Índio trata as áreas indígenas? Ele as separa em quatro tipos. As áreas ocupadas; ele separa em áreas reservadas; ele separa em território federal indígena e também nas áreas de domínio indígena. As áreas ocupadas são aquelas que os indígenas habitam. Portanto, é de posse, manutenção. Todas as normas sobre reservas indígenas vêm dizendo isso ao longo do tempo: que os índios devem ser mantidos onde ocupam, onde habitam.

As áreas ocupadas são aquelas de que trata o art. 231, e que trata, por via de consequência, o Decreto nº 1.775, de 1996. Áreas da União ocupadas por indígenas podem ser demarcadas administrativamente.

O.k. E as comunidades indígenas que não têm áreas demarcadas e que precisam de outras áreas, como a União faz? É simples. Tem o segundo tipo, que

se chamam áreas reservadas, como o Parque do Xingu. O Parque do Xingu não é uma área tradicional, é um parque comprado, demarcado. Como é que se faz então área reservada? Na forma do Direito Comum. Vai lá, compra, desapropria, permuta, faz qualquer ato. Só que para fazer isso, precisa algumas coisas. Primeiro precisa pagar o preço justo e antecipado; segundo ponto, esse ato administrativo precisa atender os preceitos constitucionais dos atos administrativos e os princípios que os inspiram, ou seja, tem que ser razoável, tem que ser legal, tem que ser proporcional.

Nós temos, lá no Rio Grande do Sul na área em que eu atuo, uma comunidade indígena com 35 indígenas. A Funai demarcou 4.230 hectares. Não é razoável. Tal como Palmeira dos Índios que é uma região onde as propriedades têm 10, 15, 5 hectares, todas pequenas propriedades. E a antropóloga decide que tem que marcar 4.230 hectares para os indígenas caçarem antas e criarem onças, em uma região extremamente populosa, onde esses animais estão extintos há mais de 100 anos. Essas coisas, então, é que permitem... Por quê? Porque de uma aplicação legal para uma finalidade lá em cima é aplicada para outra que não é isso.

O Conselho Nacional de Justiça – eu li o parecer a respeito do Mato Grosso do Sul – disse, então, que, lá no Mato Grosso do Sul, deveriam ser indenizadas as áreas porque os produtores compraram de boa-fé. Mentira! Isso está equivocado. Começou torto com uma demarcação, na forma do Decreto nº 1.775. Têm que ser extintos esses processos. Começou torto. Não é o modelo. Isso impacta na questão dos motivos determinantes do ato administrativo. O que motivou o ato administrativo foi a demarcação tradicional. Não há ocupação tradicional, não há demarcação; acaba. Aí, quer constituir outras áreas? Constitui-se na forma do Direito: compra-se; constrói-se uma solução de gestão negociada, consensual com a comunidade. Tenho certeza – conheço o pessoal da área da agricultura – de que ajudariam a encontrar uma solução para as comunidades indígenas que precisam. Então, há meios jurídicos já disponíveis para se fazer isso.

E mais: o Judiciário, no geral, nos julgamentos mais elaborados e mais recentes, tem dito isto com todas as letras: a ocupação tradicional é aquela ao tempo da Constituição de 1988. Ponto! E mais: se a Funai esbulhou a propriedade privada, se a Funai ajudou a invadir, a União passa a ter obrigação de indenizar por desapropriação indireta.

O caso Raposa Serra do Sol, os senhores sabem, fez uma série de definições, dentre elas, essa do marco temporal, da ocupação de acordo com a finalidade, e as 19 condicionantes. Destas 19 condicionantes, a 17 é uma das mais importantes, no momento, para as questões de demarcação, porque impede a ampliação. Agora, no julgamento dos embargos declaratórios, foi dito que ele não tem poder vinculante. O.k. Isso já sabíamos; não era uma ação de repercussão geral. Agora, um processo dessa profundidade e com essa análise é, evidentemente, um balizador. Então, têm que ser respeitadas essas condicionantes.

Mais recentemente há esse julgamento do Recurso Extraordinário nº 629.993 que, para mim, é muito emblemático, porque a Relatora é a Ministra Rosa Weber, em que eu esperava que poderia até adotar a Resolução OIT nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, e dizer que os indígenas têm direitos preexistentes à Constituição, enfim, que têm autodefinição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA –... autodeterminação, que teriam todos esses direitos. Pois bem. A Ministra Rosa Weber, em um excelente julgado, reiterou com todas as letras: o marco temporal é a Constituição de 1988, e o art. 231 não se aplica à posse memorial, àquela que está na memória da comunidade e não é um fato. A posse não contemporânea à Constituição não é abrangida pelo art. 231. Se a União quiser destinar outras áreas, que a compre, tal como a legislação já prevê; e que o esbulho gera o dever de indenização.

Srs. Senadores, eu, para encerrar esta exposição, só quero dizer o seguinte: a solução jurídica está posta; basta que o Governo reconheça que está equivocado; que o Ministério Público Federal pare de insistir em uma tese desonesta intelectualmente, e que se busquem soluções efetivas, consensuais, de construção.

Nós estamos trabalhando hoje – e os senhores têm um momento crítico da vida brasileira – é com valores republicanos. Estamos trabalhando com repartição de Poderes, com princípios da legalidade, com direitos constitucionais que estão sendo violados, porque, por mais antipática que possa parecer a uma série de pessoas que defendem o contrário, o direito de propriedade é, sim, um direito estruturante da sociedade brasileira, porque ele é uma vitória de direitos humanos contra o absolutismo.

Portanto, os senhores têm um dever e uma obrigação muito maiores do que discutir se há demarcação ou não. O que temos é que retomar a ordem do Brasil na questão das demarcações, proteger os valores republicanos e fazer com que a lei sirva para todos os brasileiros, independentemente de classe e de etnia.

Muito obrigado, desculpe-me pelo tempo que tomei dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Rodinei Candeia pelas suas colocações.

Acabo de receber aqui um ofício que não iria ler, mas vou ler até para fazer o contraditório, endereçado a S. Exª, Senador Benedito de Lira, Presidente desta Comissão.

Exmo Senador, em atenção ao Ofício nº 263/2013 da CRA, em que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, atendendo aos Requerimentos RRA nº 6/2013 e 40/2013, convida a Presidência da Fundação Nacional do Índio, para participar de audiência pública com a finalidade de discutir a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira, temos a informar que, em razão da exiguidade do tempo entre o convite e a data de realização da audiência e a existência de compromissos anteriores inadiáveis, não houve tempo hábil para viabilizarmos a participação da Funai.

Entretanto, considerando a relevância da discussão proposta pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, colocamo-nos à disposição para, em havendo um novo agendamento, participar de audiência pública para discutir o tema acima referido.

Na certeza de contar com vossa compreensão, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Maria Augusta Boulitreau Assirati.

Não ia ler, porque isso chegou depois de fazermos os comentários com relação à Funai. Mas resolvi ler para dizer que o convite para a Srª Maria Augusta Boulitreau, Presidente da Funai, para participar da audiência pública diz o seguinte:

Srª Presidente, tendo em vista a aprovação do Requerimento RRA nº 6/2013, em 7/3/2013, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Ruben Figueiró, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Luiz Henrique, Clésio Andrade, Jayme Campos e Ana Amélia, convido V. Sª para participar da audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a se realizar no dia 3 de outubro corrente, quinta-feira, 8 horas e 30 minutos, no Senado Federal, com a finalidade de debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira.

Atenciosamente,

Senador Benedito de Lira – que é Presidente desta Comissão.

Dia 11 de setembro foi feito esse convite e temos aqui uma resposta – isso também foi enviado ao Ministro – que diz o seguinte:

De ordem do Sr. Ministro de Estado da Justiça José Eduardo Cardozo, confirmo sua presença na audiência pública, nesta quinta-feira – que já mudou a data, 24 –, às 9 horas, para debater a demarcação das reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira. Além do Ministro, também está confirmada a Srª Maria Augusta Boulitreau Assirati, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Só para os senhores entenderam como funcionam as coisas e a preocupação da Funai com esta Comissão, com os nossos trabalhos.

Agradeço a presença aqui do Prefeito James Ribeiro, do Município de Palmeira dos Índios, ao qual passo a palavra neste momento.

Muito obrigado pela presença, Prefeito.

O SR. JAMES RIBEIRO – Quero cumprimentar a todos, em nome do Senador Acir Gurgacz, Presidente em exercício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Srs. Senadores; Deputado Edval Gaia; Advogado José Maria Melo da Costa Presidente do Sindicato; Dr. Ricardo Vitório; Deputados, ouvindo, Presidente, a leitura do ofício da Funai, a gente já chega sabendo o desdém, o descaso com que a Funai e o Governo tratam esse caso.

Como Prefeito da cidade de Palmeira dos Índios, a terceira maior cidade do Estado de Alagoas, com 73 mil habitantes, cidade que foi governada por Graciliano Ramos, a gente se coloca hoje em uma situação difícil, porque a gente não tem mais a quem apelar.

A gente vislumbra uma luta inglória, porque o Governo trata a situação com descaso, o Ministério Público Federal, como bem falou o Procurador Rodinei Candeia, usa de desonestidade intelectual sobre o caso, e Palmeira dos Índios está à beira de um colapso, porque a cidade tem uma minirreforma agrária. Temos mais de 400 proprietários de minifúndios. Então, agora, vamos passar a ter um problema que não tínhamos na cidade: os sem-terras.

Nós não vamos ter mais a produção que tínhamos na área de fruticultura porque essa região que a Funai demarcou a seu bel-prazer é a maior região produtora de frutas do Município. Inclusive nessa região que está demarcada há um paradoxo, ou seja, existe uma obra do PAC em que já foram investidos mais R$60 milhões para a agricultura familiar, mas simplesmente agora a Funai demarca. Então, além dos sem-terra em Palmeira dos Índios, o Governo Federal está jogando fora, rasgando mais de R$60 milhões que foram destinados para a construção da barragem, para irrigação dessas terras.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Desculpe-me, Prefeito, dá para repetir? É uma obra do PAC?

O SR. JAMES RIBEIRO – Dentro da área demarcada temos uma barragem, uma represa do PAC, que foi a primeira obra do PAC no Brasil, R$60 milhões gastos só na barragem, e agora, simplesmente a área está demarcada. Então, já inviabilizou o projeto, o dinheiro já foi... O critério para demarcação é que a gente não entende!

Então, o Município não tem mais para quem apelar. A gente já recorreu ao Ministro, a gente já participou de audiência pública na Câmara dos Deputados, agora, é a segunda audiência, e o que a gente vê é o descaso do Governo Federal, a falta de comprometimento e o barril de pólvora que se está formando em torno disso. Porque como o Dr. Ricardo Vitório disse aqui em seu pronunciamento, não existe conflito na cidade de Palmeira dos Índios, não existe nenhuma propriedade dessas que estão demarcadas nessa área que esteja sendo ocupada por indígenas. Uma propriedade sequer. Todas elas estão com os produtores, com os proprietários, não há invasão de terra em Palmeira dos Índios. Não há provocação dos índios para adquirir essa terra e apenas essa situação está sendo fomentada pelo Ministério Público Federal e pela Funai.

Hoje, o pequeno produtor, o microprodutor, aquele que tem dois, três hectares de terra, que tem 10 hectares de terra, que sobrevive daquele pequeno terreno, ele não tem poupança. A poupança desse pequeno produtor é a sua propriedade. É naquela propriedade que ele tira o seu sustento, é aquela pequena propriedade que ele pretende um dia deixar de herança para os seus filhos, para que eles possam sucedê-lo no cultivo de suas plantações. Então, esse é o único bem dessas pessoas.

Portanto, eu, como Prefeito – e deve ter aqui muitos Parlamentares que já foram prefeitos de cidades do interior e sabem que é muito difícil governar uma cidade do interior, porque as pessoas têm acesso ao prefeito, as pessoas têm o número do telefone do prefeito, elas amanhecem na porta da casa do prefeito para contar as suas dores, os seus medos, então, o prefeito é até um pouco assistente social nas cidades pequenas –, ouço essas pessoas todos os dias em minha residência, preocupadas, amedrontadas... Há caso em Palmeira dos Índios de invasão em que índio amarrou a esposa de um morador em uma árvore, ela estava grávida, perdeu a criança, mas nem preso ele foi. Então, as autoridades do Município de Palmeira dos Índios vivem sobressaltadas, porque eles se vestem do manto da impunidade, com apoio do Ministério Público, com apoio da Polícia Federal, e a gente não tem mais a quem recorrer, Sr. Presidente.

Então, a gente faz um apelo para que o Governo Federal olhe para essa situação e não deixe que aconteça uma tragédia maior, porque a gente vive lá dentro e está vendo a iminência de um conflito armado, porque, como aqui disse o Sr. Jonathan, não só em Mato Grosso, Sr. Jonathan, mas como em Palmeira dos Índios, muitos proprietários só vão sair de suas propriedades, de suas casas, mortos.

Vai haver derramamento de sangue na cidade de Palmeira dos Índios se acontecer esta demarcação injusta e tão maligna para a população da nossa cidade.

Então, essas eram as minhas palavras de apelo para que esta Casa se junte à Câmara dos Deputados e pressione o Governo Federal, para que se faça justiça e para que ele cumpra as determinações do marco zero da Constituição.

Então, esse é o nosso apelo, porque não temos mais a quem recorrer, a gente não tem mais voz. Recorremos também à imprensa para que volte os olhos pra lá, porque a comunidade indígena usa muito o discurso de que é minoria, mas sabemos que o pequeno proprietário, o assalariado que vive da agricultura familiar este também é minoria.

Então, esse é o nosso apelo aos Srs. Senadores, aos Srs. Deputados para que esses debates se ampliem – é uma pena o descaso da Funai em não vir até aqui – e que não deixe mortes acontecerem, que o Governo comece a olhar com responsabilidade para esse caso, porque ele preocupa não só Palmeira dos Índios, mas preocupa o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado Prefeito James, do Município de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas pela sua presença e pelas suas colocações.

Dando sequência, pela ordem de chegada, como de costume, eu passo a palavra ao Senador Ruben Figueiró, se assim o desejar, para fazer o seu comentário sobre as explanações dos seus convidados.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores debatedores, após ouvirmos os depoimentos, eu confesso a V. Exªs que estou muito mais estarrecido do que estava ontem ou do que estava esta manhã antes de chegar aqui.

Onde está a Constituição?

Onde estão as leis?

Onde está o respeito ao direito adquirido de propriedade?

Os depoimentos aqui feitos são candentes. Expressam uma realidade jurídica e uma realidade do dia a dia que se passa nos campos do nosso País.

Não é possível tolerar essa situação. Nós, aqui no Senado da República, temos nos manifestado constantemente, todos nós que aqui estamos e os outros Senadores que não puderam estar presentes neste momento.

Sr. Prefeito, o clamor que V. Exª levanta, como o dos demais, tem repercussão ampla no Senado da República. O que não tem, o que não chega infelizmente é nossa voz junto aos órgãos do Poder Executivo.

A demonstração mais evidente dessa situação é a ausência aqui, primeiro, do Sr. Ministro da Justiça, que virá aqui para atender a um princípio inalienável da Constituição; ele terá de vir sob pena de responsabilidade. A Srª Presidente da Funai terá de fazê-lo também. Eu até dizia ao Senador Moka que talvez fosse conveniente que ela aqui viesse antes da audiência do Sr. Ministro, porque existem questões específicas que precisam ser definidas por ela.

Eu recebi aqui algumas indagações de proprietários rurais do meu Estado, como a da produtora rural Srª Mônica Silva, cuja propriedade foi recentemente invadida – Fazenda Esperança – e que, nas suas indagações, demonstra claramente o facciosismo de funcionários da Funai, querendo torcer, ou já torcendo, a realidade existente.

Eu não gostaria de me alongar nesta minha explosão neste instante, até porque a manifestação de todos os senhores depoentes é realmente um grito de revolta que nós brasileiros temos com relação a essa questão de demarcação de terras indígenas.

Como disse o Sr. Procurador Rodinei Candeia, que me impressionou profundamente com os argumentos jurídicos que apresentou, não existe questão de demarcação; o que existe é o cumprimento do que foi estabelecido na lei. Demarcar o quê? Demarcar o que já está deferido?

Eu quero dizer a V. Sªs que no decorrer dos depoimentos, eu me lembrei de que lá no meu Estado, no nosso Estado, Senador Moka, Dr. Gustavo, Dr. Jonathan, Senador Delcídio do Amaral, lá no nosso Estado, a tensão que mais conflito traz é realmente a da Reserva Buriti. Um detalhe apenas: essas terras foram adquiridas da Província de Mato Grosso em 1847, requeridas pelo Sr. Evaristo de Brito, que, depois, passaram para os sucessores dele, principalmente para o Sr. Porfírio de Brito. Isto em 1847. Agora querem reivindicá-la. Nunca houve a presença efetiva de índio lá. O que ocorreu foi que, em 1928, o então Presidente do Serviço de Proteção aos Índios, Marechal Rondon, que criou isso ao redor de 1909, 1910, essa autarquia, ele resolveu localizar numa determinada área de 2 mil hectares, para que lá fossem estabelecidos, fixados um grupo de índios Terena. Isso fez com consentimento, inclusive, dos herdeiros de Evaristo e de Porfírio de Brito. Houve um consenso. Agora a crise se instalou, conforme manifestação que nós ouvimos aqui do Dr. Jonathan e do Dr. Gustavo Passarelli.

Por que isso aconteceu? Aconteceu porque a Funai não está representando efetivamente o seu dever institucional. Hoje ela não trata do índio, absolutamente não trata do índio. Ela utiliza-se para interesses outros, que V. Sªs esclareceram muito bem, para que o índio se volte contra o seu irmão branco.

Eu não vou me alongar, Sr. Presidente, mas eu quero dizer a V. Exª, aos meus ilustres pares, aos que me ouvem aqui é que há a necessidade imperiosa de que o Congresso Nacional, através sobretudo do Senado, tome ações mais enérgicas, para que o Governo Federal, inclusive quando vier aqui o Ministro da Justiça, e, repito: gostaria de que antes dele, e através dele, fosse convocada a Presidente da Funai para esclarecer determinados detalhes que nos fortalecerão, amanhã, para discutir com o Ministro da Justiça. A ação tem que ser imediata, senhores. Não podemos esperar o dia 30 de novembro não. Não sei qual é a data que os nossos irmãos de Palmeira dos Índios estabeleceram para manifestar a sua repulsa, a sua revolta, para chegar a um quadro, que ninguém deseja, de derramamento de sangue. Mas não cumprido o compromisso que o Governo Federal tem de restabelecer a ordem, os princípios básicos da Constituição lá no nosso Mato Grosso do Sul, poderá haver, poderá haver um fato que será trágico para toda a Nação brasileira.

Sr. Presidente, eu me considero extremamente traumatizado com o que eu ouvi aqui e certo de que esta Comissão vai fazer instâncias para que o clamor dos depoentes seja ouvido e respeitado pelas autoridades do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

É meu dever colocar nesta reunião que em todas as discussões, os debates que nós tivemos na Comissão de Agricultura nos últimos anos, V. Exªs, Senadores e Senadoras, que fazem parte desta Comissão, em nenhuma vez, em nenhuma vez nós deixamos de ser atendidos pelo Governo que aí está. Em todos os momentos, independentemente do tamanho problema que havia, todas as vezes, as pessoas que foram convidadas a participarem estiveram aqui. Todas às vezes! É a primeira vez que nós temos a recusa de um órgão do Governo Federal em participar de um debate da maior importância.

Eu entendo que a Funai assumiu a sua responsabilidade pelos conflitos que estão havendo, que poderão haver, num futuro próximo, no campo, no Brasil. O

fato da não presença da Funai aqui hoje, ela assume a responsabilidade de que se algo acontecer é dela, Funai, a responsabilidade por não vir debater um tema que é da sua responsabilidade. Mas temos que dividir, separar, não é uma questão de Governo, porque o Governo sempre se colocou, em todas às vezes, à disposição e esteve aqui presente. Parece que a Funai não faz parte deste Governo.

É meu dever fazer essa colocação, Senador Moka, porque, nestes três anos em que nós estamos aqui debatendo, hoje, como Vice-Presidente desta Comissão e, interinamente, como Presidente desta Comissão, nunca nós fomos tão desrespeitados, nunca deixou alguém de vir participar de um convite feito por esta Comissão, exatamente pela imparcialidade com que conduzimos os trabalhos nesta Comissão, cumprindo sempre o Regimento, a Constituição e tudo mais.

Fica aqui aberta à nossa Comissão para, caso a Presidenta da Funai quiser participar de uma audiência, abriremos espaço, a qualquer dia, a qualquer hora, sem nenhum problema. Ela pode nos avisar com duas horas de antecedência, e nós nos reuniremos para debater o assunto. O senhor pode deixar isso registrado. Está ainda de pé o convite.

Nós estamos aqui trabalhando de segunda-feira à sexta-feira. Não vou dizer de terça-feira à quinta-feira, porque esta Comissão trabalha de terça-feira à sexta-feira e está sempre à disposição para debater esses assuntos de interesse do Brasil.

Pois não, Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – À guisa da declaração de V. Exª neste instante, temos um ofício que a Presidente da Funai, prevenida por alguém, mandou-nos depois do início desta reunião. Ela se ofereceu para estar aqui.

Se ela ofereceu, se está à disposição, é só a Presidência convocá-la.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Obrigado, Senador Figueiró.

Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, eu discuto há tanto tempo essa questão da demarcação indígena, que, sinceramente, eu acho que... V. Exª disse o Governo. É verdade, de alguma forma, temos sido ouvidos, mas decisão não há, Presidente.

O que mais me preocupa... Aí ouvi aqui, por parte do Dr. Rodinei, a expressão "desonestidade intelectual do Ministério Público Federal". Mas, na verdade, o Ministério Público Federal, pelo menos no meu Estado, tem essa questão, Dr. Rodinei, como líquida e certa.

Essa questão... É engraçado, porque ouvi hoje, pela primeira vez... Depois quero até ouvir o Dr. Gustavo Passarelli, porque nós chegamos, em Mato Grosso do Sul, a colocar na Assembleia Legislativa, com a presença da Presidente da Funai... Por isso, Senador Ruben Figueiró, com todo o respeito, ela não tem autonomia ou não quer ter. A verdade é que ela não... Ela participou de uma reunião em que ficou definido, inclusive com todas as etnias, que se buscaria, sim, Dr. Rodinei, em cima daquilo que V. Sª disse em relação à aquisição de boa-fé.

O que nós chamamos em Mato Grosso do Sul? O que aconteceu lá? Os produtores lá têm título; têm a posse. São pessoas que estão lá há 100 anos ou mais. Eu levei para o atual Governador do Estado de V. Sª, então Ministro da Justiça, Tarso Genro, uma propriedade, em Miranda, cuja demarcação entre a propriedade e as aldeias lindeiras tinha sido feita pelo então engenheiro Cândido Rondon. Ele demarcou as aldeias, e para o que não foi demarcado, ou seja, para as outras propriedades, foram feitos títulos. Essa é a maior prova de que não há essa questão.

E Buriti não é diferente disso. Eles, com essa questão memorial, demarcaram 3 mil hectares. Agora, depois de tanto tempo, há outra tese: não eram só 3 mil, eram muito mais. E essas demarcações não param: ampliam-se, ampliam-se. É o que agora, nessa decisão do Supremo sobre a Raposa Serra do Sol... E V. Sª lembrou a Condicionante nº 17, que, pelo menos no caso ali, não poderia ampliar a demarcação. Eu também concordo. Não é vinculante, mas uma decisão desse porte tem que servir como embasamento para o Governo.

E aí Presidente, para não ser... Porque a gente acaba repetindo os mesmos argumentos. Eu até trouxe aqui Jonathan, um depoimento. Mas em função do seu depoimento, eu conversei com o pessoal lá. Pessoal é um absurdo o que acontece no Mato Grosso do Sul. A fazenda está invadida, os índios não deixam desligar a energia e a conta vem para o produtor que está fora. Dá para imaginar uma situação desta? É isso que está acontecendo. O gado é abatido. É verdade, está aqui no depoimento. E isso fica como se não tivesse lei. "Não, estão acima de tudo!"

Por isso que a presença de S. Exª o Ministro da Justiça, ele vai ter que dizer, o Governo tem que dizer Presidente Acir Gurgacz, porque qual que era a tese? Foi feito a normatização da 303, e aí foi sobrestada porque o Supremo poderia ter uma decisão diferente. Então, vamos suspender. Na verdade, não é bem isso, foi a pressão de organismos internacionais – e isso tem mesmo –, é um pessoal extremamente articulado, os interesses são outros, é sempre restringindo a produção do País, é sempre no sentido de criar dificuldades para os nossos meios de produção, porque

nós estamos cada vez mais assumindo os mercados exteriores, os nossos produtos tem mais qualidade e preço competitivo, então tem que dificultar a nossa produção. Essa é uma tese que existe. E aí ficam esses mecanismos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas isso não é tese. Esse é o fato.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim. Mas eu estou dizendo por que essas coisas Presidente... Então, agora eu quero ver o Governo chegar e dizer: "Bom, com base na decisão do Supremo, com base nas 19 condicionantes, o Governo Federal vai adotar..." Porque essa não é mais uma decisão nem do Executivo, é uma decisão do Poder Judiciário. Em cima disso, não há mais que se falar nisso. E aí a tese do Dr. Rodinei? Ora, se o Governo quer realmente fazer uma reparação, entender e, eu sou um daqueles, eu sempre disse em Mato Grosso do Sul, há uma dívida? Há uma dívida com os povos indígenas, com a população indígena. Eu sempre reconheci isso. Mas essa dívida não pode ser debitada nas costas de um único segmento, que é o produtor rural. E no caso de Palmeira dos Índios contra uma população inteira, me parece, porque vai acabar prejudicando toda uma população.

Então, o Governo decide: o Governo vai adotar isso. Essa decisão do Supremo é decisão de Governo. E a partir dessa decisão, se formos ampliar ou não, é exatamente desapropriando, pagando – não o valor de benfeitoria – o valor da terra nua das propriedades, daqueles que quiserem, evidentemente, fazer esse tipo de acordo. Porque a tese, que ficou clara... Por que os produtores de arroz saíram lá da Raposa Serra do Sol? Porque em 1988, quando da promulgação da Constituição, lá não tinha produtor, lá tinha índio. Então, o marco temporal lá diz o seguinte: "Não, em 1988 os índios estavam lá, e não tinha produtor". Então, os produtores tiveram que sair de lá. Ora, se valeu para os produtores lá em Roraima, por que não pode valer o contrário? Ora, em 1988, lá em Buriti e nas outras propriedades, não tinha índio. Quem lá estava? Os produtores rurais. Por que o inverso também não é verdadeiro?

Então isso é que eu acho. A nossa Comissão tem que ouvir o Ministro. E aí, evidentemente, se formos ouvir a Presidente da Funai, aí eu tenho certeza de que o quer o Senador Figueiró ouvir, essas questões mais do ponto de vista de invasão: quem vai pagar isso? Como é que fica isso? Como é que nós vamos trabalhar essas questões administrativas? Mas é preciso, primeiro o Governo tomar uma posição pós-decisão do Supremo em relação à Raposa Serra do Sol.

É isso aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Para tornarmos o nosso debate mais dinâmico, concedo a palavra ao Prefeito James. É muito rápido, Senador Delcídio, é só uma colocação que ele gostaria de fazer em função da que o Senador Moka fez. Não mais do que um minuto.

O SR. JAMES RIBEIRO – Eu só queria ponderar, Senador Moka, a forma cruel com que o Governo Federal está fazendo a demarcação lá em Palmeira dos Índios e no Brasil, ampliando a demarcação. Se 90% das áreas demarcadas são de minifúndios e o Governo quer pagar na demarcação apenas as benfeitorias, Senador, o pequeno produtor que tem cinco hectares de terra não tem benfeitoria na sua terra, porque é um homem pobre. Ele tem a sua casa, a cerca e a sua plantação. Ou seja, além do trauma, do drama de tirá-lo de onde ele ganha seu sustento, ele vai sair de lá com quase nada para se sustentar. Além de ele virar um sem-terra, ele vai receber muito pouco por aquele pequeno pedaço de terra. Aí, o problema social que vai acontecer na nossa cidade, no País afora.

Era só essa ponderação que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Prefeito James.

Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral. Agradecemos por sempre estar presente nesta Comissão, Senador.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Meu caro Presidente Acir Gurgacz, quero cumprimentar nossos conterrâneos, o Gustavo e o Jonathan. É uma honra muito grande receber aqui no Senado pessoas ilustres, que têm uma bonita história não só no Estado, mas também com de trabalho, ajudando nosso País. Rodinei, Procurador do Rio Grande do Sul, Estado que tem muitos representantes lá no Mato Grosso do Sul. Lá convivemos com muitos gaúchos que nos ajudam no dia a dia do nosso Estado, no desenvolvimento do nosso Estado. Cumprimento o Prefeito James Ribeiro, segundo o Presidente Acir Gurgacz, James Ribeiro, e o Dr. Ricardo Bezerra Vitório, Assessor Jurídico do Sindicato dos Produtores.

Eu acompanhei de longe pelo rádio e parte pela televisão esta Comissão que começa bem na hora da leitiação, como a gente chama lá no nosso Pantanal, lá em Mato Grosso do Sul.

Vou ser bastante econômico aqui nas minhas palavras, porque nós Senadores do Mato Grosso do Sul estamos cansados quando tratamos desse assunto. Primeiro, porque, como disse o Senador Moka, é uma repetição sistemática, permanente, os mesmos argumentos. Nelson Rodrigues dizia que o negócio mais complicado do mundo é explicar o óbvio. Realmente,

explicar o óbvio é muito difícil, principalmente no que se refere à demarcação de terras indígenas. Aqui já foram elencados não só nas narrativas dos convidados, mas também na palavra dos Senadores as nossas dificuldades. Confundem Mato Grosso do Sul com a Amazônia. Nós temos áreas tituladas, áreas em que produtores rurais trabalharam e criaram suas famílias, são várias gerações que passaram por muitas dessas unidades. Todos nós também sabemos que Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do Brasil, e as nossas etnias indígenas estão absolutamente associadas à construção da nossa história. Nós tivemos etnias – os Guaicurus – que lutaram na Guerra do Paraguai ao lado do Exército Brasileiro; nós tivemos, como o Senador Figueiró disse aqui, o Marechal Rondon, um marechal, um militar, mais um positivista, um verdadeiro exemplo. O Senador Moka, aqui, lembrou as próprias demarcações que ele executou lá na região de Miranda, lá perto da minha Corumbá.

Então, desses argumentos já estamos cansados. Muitos Estados já buscaram soluções. O próprio Presidente Lula resolveu uma questão parecida no Estado do Tocantins. O Estado do Rio Grande do Sul criou um fundo para tratar desses assuntos. Em Mato Grosso do Sul, a Assembleia Legislativa também o fez. Há muito tempo nós discutimos internamente na Bancada, e isso foi objeto de vários discursos nossos da Bancada de Senadores no Senado Federal, dizendo que a solução está posta. Se forem terras tituladas, sem ferir o art. 231, precisa indenizar a terra. Não vale só o art. 231 que trata de benfeitoria, tem que indenizar a terra nua. Isso é fato. Não adianta discutirmos isso. É uma coisa já absolutamente cristalizada. E, lamentavelmente, nada caminha, nada caminha!

Há mais ou menos três meses, eu fui com o Senador Moka, nós acompanhamos o Ministro Gilberto Carvalho e o Ministro Adams, para se promover um acordo, o Senador Figueiró também estava presente, que se iniciaria lá na Fazenda Buriti, foco de uma invasão inclusive dramática, que levou à morte uma liderança indígena.

As coisas se encaminharam; deram um prazo de 45 dias para se fazer uma proposta, a avaliação da área, a aquisição da terra. Depois disso, meu caro Senador Figueiró, nós entramos num processo kafkiano. Até as próprias lideranças políticas de Mato Grosso do Sul disseram ao Governo Federal que existem áreas que foram tomadas do crime organizado que poderiam ser colocadas como uma forma de se negociar e de se equacionar essas questões. O Governo Federal acreditava que o nosso Governo tinha terras e que poderia disponibilizá-las e, com isso, era meramente um repasse do Governo Federal para o Governo Estadual, e o Governo Estadual pagaria por essas áreas. Mas nós não as temos.

Discutimos a questão dos TDAs e, aparentemente, nós entramos num imbróglio jurídico de que não conseguimos sair.

Quero aqui registrar a ausência da Presidente Maria Augusta, a Presidente da Funai. Conversei com a assessoria da Funai aqui presente, e ela, muito possivelmente, faz uma sugestão ao Presidente da Comissão para que no dia 7 ela venha à Comissão falar sobre essas questões levantadas aqui, que não passam só por Mato Grosso do Sul, que passam por Mato Grosso, por outros Estados, como Alagoas. Mas o problema não é a Maria Augusta. O nosso Ministro da Justiça não assume o papel que o Ministério da Justiça precisaria assumir. O Ministro da Justiça continua tratando esse assunto como um assunto secundário. Talvez, porque Brasília não conhece o Brasil profundo, o Brasil onde vivemos, o Brasil das fronteiras, o Brasil onde nascem muitos movimentos que hoje afligem toda a Nação e a sociedade brasileira, o Centro-Oeste que produz, o Centro-Oeste que compensa com a sua competência, com o seu trabalho o crescimento do Brasil em função dos números do agronegócio, e o Centro-Oeste que tem etnias importantes, cuja história se mistura com a história do nosso País, eles desconhecem isso.

Lamentavelmente, Brasília, como diz o Milton Nascimento, vive de costas para o Brasil. O Milton Nascimento, quando fez a música, ele falava do litoral. Mas Brasília só olha São Paulo, Rio de Janeiro, os temas são esses.

E as dificuldades que nós estamos enfrentando lá no Mato Grosso do Sul, lá na Região Centro-Oeste? Não dá mais. Aqui, todos nós tínhamos credibilidade para negociar com as etnias indígenas e com os produtores rurais. Nós perdemos e estamos perdendo a pouca credibilidade que tínhamos. E os senhores sabem por quê? Por causa da frustração das promessas que nunca efetivamente foram cumpridas.

Agora, a última informação que tive do Ministro é de que esse julgamento do STF seria um divisor de águas para essa questão indígena, em função – outros que me antecederam falaram – de Raposa Serra do Sol. Eu estive em Raposa Serra do Sol antes da demarcação contínua da área de Raposa Serra do Sol, andando em toda a região norte de Roraima. E todos nós acompanhamos o julgamento do STF, se não me engano, terça-feira passada. Esse era o óbice que o Ministro José Eduardo Cardozo sempre dizia a mim que aguardava – essa decisão do STF – para que nós encontrássemos uma saída. Eu espero, Sr. Presidente, que nós encontremos essa saída.

Agora, eu, que sou uma pessoa que sempre atua de maneira otimista, procurando resolver as questões e os problemas, estou extremamente cético. Eu estou começando a achar que o Governo quer ver mais vítimas para começar a agir. Eu alertei, seguidas vezes, vários Ministros do Governo, inclusive tive a oportunidade de conversar com a própria Presidenta Dilma sobre a gravidade desse assunto, mas aparentemente as coisas não caminham. Não caminham, e, pelo que eu tenho conversado com lideranças, com produtores, também tenho conversado com lideranças indígenas, há um prazo já estabelecido para que essas soluções saiam do papel e da conversa. Se não me engano, será no dia 30 de novembro. Hoje, nós estamos no dia 31 de outubro. Portanto, nós temos 30 dias. Agora, Sr. Presidente, honestamente, isso já cansou todos nós. Nós não vemos nenhuma ação efetiva. Nós entramos num processo jurídico kafkiano e que não vai nos levar a solução nenhuma. E eu sei o resultado disso. Nós, que somos sul-mato-grossenses, sabemos o que acontece. E ninguém merece – nem as etnias, nem os produtores, nem a população do nosso Estado, que hoje, como foi dito aqui, vive um processo de insegurança jurídica absoluta. Tem gente que fez contratos com empresas multinacionais, por exemplo, para fornecer cana, e as empresas multinacionais estão voltando atrás, alegando que, como o Ministério Público os alertou que essa área poderia ser uma área de tradicionalidade indígena, as empresas não pagam. Os bancos estão recebendo ofícios do Ministério Público para não financiar produtores.

Onde nós vamos parar com isso? As etnias indígenas e os produtores querem paz, nós queremos paz, para continuar trabalhando pelo nosso Estado, para criar nossos filhos e nossas filhas, para ajudar o Brasil e para construir o futuro que todos nós merecemos.

Portanto, é lamentável continuarmos rodando em círculos, sem decisão nenhuma, quando as soluções estão postas.

E ninguém suporta mais discutir esse assunto!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral.

Ouvindo os nossos convidados e os nossos Senadores sobre o tema, eu entendo, Senador Moka, que nós temos que fazer encaminhamentos, porque a governança do País é do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Nós não podemos ouvir isso tudo e ficar sem tomar uma posição e uma providência. Nós estamos ouvindo que está próximo um derramamento de sangue no Mato Grosso do Sul.

Portanto, sugiro que nós marquemos uma reunião interna na terça-feira, e que, até terça-feira, os nossos consultores do Senado possam nos dar sugestões sobre o que fazer para darmos a nossa contribuição, e não apenas, Senador Delcídio, ouvirmos e falarmos. Porque nós estamos sabendo que vai acontecer um problema e temos de tomar uma providência. Já que o Executivo não faz, já que o Ministro da área não faz, a Presidente da Funai não nos atende, temos de ter algum encaminhamento.

Então, sugiro que a gente marque uma reunião na terça-feira, interna, entre nós, Senadores, e peço para que a Consultoria elabore, daqui até terça-feira, alguma medida para que a gente possa seguir dentro do Regimento Interno, através da nossa Constituição brasileira, de que forma nós, do Congresso Nacional, podemos atuar para evitar que um mal maior possa acontecer no campo.

É uma obrigação nossa, pois ouvimos os representantes, que estamos à beira de acontecer um mal maior.

Portanto, sugiro isso como encaminhamento.

Os Senadores que concordarem – já os agradeço – permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Na terça-feira, às 14h30min, nós nos reuniremos em algum gabinete, vamos nos manter contato, Senador Delcídio, para que possamos avançar e não deixar isso apenas em uma audiência pública que não teve encaminhamento.

Agradeço a presença dos nobres Senadores, dos nossos convidados, que muito honraram com suas presenças e trouxeram o fato que acontece, como disse Delcídio do Amaral, fora de Brasília, lá no campo, lá na vida de cada um e de todos nós.

Estiveram presentes o Dr. Rodinei Escobar Xavier Candeia, Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. Muito obrigado, Dr. Rodinei; Dr. Jonathan Pereira Barbosa, Diretor Vice-Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul; Dr. Gustavo Passarelli, Advogado da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul; Dr. Ricardo Bezerra Vitório, Assessor Jurídico do Sindicato dos Produtores Rurais do Município de Palmeira dos Índios; Dr. Marcos Guerra Costa, Procurador do Município de Palmeira dos Índios, e o Prefeito James Ribeiro, de Palmeira dos Índios, que muito nos honrou com sua presença.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 7 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE NOVEMBRO DE 2013.

Às sete horas e cinquenta minutos do dia sete de novembro de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, RUBEN FIGUEIRÓ, WALTER PINHEIRO, ANTONIO CARLOS VALADARES, FLEXA RIBEIRO, CÍCERO LUCENA, BLAIRO MAGGI, WELLINGTON DIAS e ANA RITA.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Osvaldo Sobrinho e Gim. Justifica a ausência o Senador Delcídio do Amaral, em razão de sua participação no Ciclo de Debates sobre o Programa do Sistema de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON, a ser realizado nos municípios de Ponta Porá e Campo Grande/MS nos dias 7 e 8 de novembro de 2013, conforme Requerimento (RQS) nº 1.296/2013, aprovado em 06.11.2013. O Senador Antonio Russo se encontra de licença, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos (RQS) nº 1/2013, 832/2013 e 1.210/2013, aprovados em 30.01.2013, 16.07.2103 e 15.10.2013, respectivamente. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 42, de 2013, e ao Requerimento (RRA) nº 48, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, aprovados em 03.10.2013 e 24.10.2013, respectivamente, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara n° 57, de 2013, que altera a Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Paulo César Dias do Nascimento Júnior** - Coordenador do Ramo Agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras – **OCB** (representante de: Sr. Márcio Lopes de Freitas); Deputado **Alceu Moreira** (PMDB/RS) - autor do PLC nº 57/2013 (PL nº 3312/2012 na Câmara dos Deputados); Sr. **Leonardo Machado** - Assessor da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas - **CNA/CNCFO**; Sr. **Milton Walter Frantz** - Coordenador-Geral de Infra-Estrutura de Trânsito - **CGIT/DENATRAN**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecer comentário sobre os assuntos abordados, os Senhores Senadores Ana Amélia, Waldemir Moka, Blairo Maggi, Sérgio Souza e Ruben Figueiró. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, procede à leitura de Requerimentos de Informações sugeridos pelo Senador Waldemir Moka incluídos como **EXTRA-PAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 52, de 2013. ASSUNTO:** Requer nos termos do disposto no artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Excelentíssima Senhora Gleisi Helena Hoffmann, com o objetivo de conhecer o histórico da ocupação territorial nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, solicita a disponibilização do resultado da análise de ocupação territorial e uso das terras rurais feita pela Embrapa, nas regiões de discussão pela demarcação de Terras Indígenas, que foi realizado utilizando técnicas de interpretação de imagens de satélites anteriores ao ano de 1988, cartografia digital e demais informações. **Autoria:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (PERMANENTE). **Resultado:** Aprovado. O Requerimento de Informação será encaminhado à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 53, de 2013. ASSUNTO:** Requer nos termos do disposto no artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado aos Ministros da Justiça, Excelentíssimo Senhor Luiz Eduardo Cardozo, informações esclarecedoras sobre relação de processos administrativos da FUNAI, que objetivam a revisão de limites e/ou ampliação de terras indígenas já demarcadas. **Autoria:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (PERMANENTE). **Resultado:** Aprovado. O Requerimento de Informação será encaminhado à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 42, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013 (PL nº 3.312, de 2012, na Câmara dos Deputados), de autoria do Deputado Alceu Moreira, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro para desobrigar as máquinas agrícolas do registro de licenciamento anual.

Foram convidados para participar desta audiência as seguintes pessoas: Sr. Antônio Rovaris, Secretário do Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag); Sr. Paulo César Dias do Nascimento Júnior, coordenador do ramo agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras; Sr. Leonardo Machado, assessor da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas; Sr. Jizreel Lemos da Silva, da Polícia Rodoviária Federal, representante do Ministério da Justiça; Sr. Milton Walter Frantz, Coordenador-Geral de Infraestrutura de Trânsito (Denatran), representante do Ministério das Cidades; Deputado Federal Alceu Moreira, autor do PL nº 57, de 2013, e Sr. Marcos Rochinski, Coordenador-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

Gostaria de dar algumas informações para que a gente possa ter economia de tempo, considerando que, logo mais, às 10h, temos outra audiência pública com a Presidente da Funai para darmos continuidade às audiências que têm sido realizadas por esta Comissão para tratarmos do assunto que hoje chama a atenção não só de produtores, mas da população brasileira como um todo, que é a demarcação das terras indígenas. E, no próximo dia 14, estaremos recebendo, para concluir essa etapa de audiências públicas, S. Exª o Ministro da Justiça.

Para que a gente possa realmente dar oportunidade para o debate, gostaríamos de comunicar aos convidados que os senhores terão de cinco a sete minutos para fazer a apresentação, dentro de um processo de absoluta capacidade de síntese, porque, realmente, o assunto é relevante, importante para que esta Comissão possa tomar uma decisão no que diz respeito a essa matéria que toca diretamente àqueles que trabalham no campo, que produzem, que têm seus equipamentos para trabalhar.

Comunico à Comissão que recebemos um ofício do Poder Legislativo da Câmara de Vereadores de São Sepé, no Rio Grande do Sul:

Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo, venho, através do presente, encaminhar cópia da Moção Legislativa nº 22, de 2013, aprovada por unanimidade desta Casa, bem como solicito que a mesma seja distribuída aos Srs. e Srªs Senadores.

Vereador Marco Aurélio Cunha Santos

Presidente

Sr. Presidente, os Vereadores que abaixo subscrevem solicitam que, após tramitação regimental, seja encaminhada ao Senado Federal a seguinte moção:

"Apoio à aprovação urgente do Projeto de Lei nº 3.312, de 2012, de autoria do Deputado Alceu Moreira, PMDB, que isenta máquinas agrícolas do registro de licenciamento anual, alterando a Lei 9.513, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro."

O requerimento é assinado por todos os vereadores daquela Casa Legislativa.

Prestadas essas informações, concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Benedito de Lira; caro Senador Moka, especial atenção ao autor deste projeto, que altera a lei instituindo o Código de Trânsito para desobrigar as máquinas agrícolas do registro de licenciamento anual, Deputado Alceu Moreira, do PMDB do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Eu queria, em nome dele, agradecer a presença de todos que comparecem a esta audiência pública, que é objetiva. Como Relatora desta matéria aqui na CRA, recebi alguns questionamentos contrários de três ministérios. E essa audiência pública é para reafirmar a relevância do tema que estamos tratando, porque penso que não podemos balizar o comportamento de dois centros urbanos grandes, dois Estados, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, com o que acontece no interior do Mato Grosso do Sul, do Senador Moka, ou do Mato Grosso, dos Senadores Pedro Taques, Blairo Maggi, Osvaldo Sobrinho, e assim sucessivamente.

Então, a realidade do interior, das zonas rurais de produção é uma realidade completamente diferente da zona urbana. Só isso justificaria a preocupação do autor, não fossem ainda as questões relacionadas ao custo que isso vai representar para o agricultor, já pressionado por logística deficiente, carga tributária elevada, endividamento e uma série de outros problemas que afetam pesadamente a agricultura hoje, com custo de energia mais alto, a questão das demarcações de áreas indígenas, a questão da insegurança no campo, o roubo nas propriedades rurais e outras questões relevantes e preocupantes. É um elenco de problemas agravados. Isso certamente vai onerar o agricultor.

Então, queria agradecer de antemão todos os que vieram aqui, da Fetag, Contag, CNA, o representante do Denatran, da Polícia Rodoviária Federal, que

espero que compareça, a Fetraf, que certamente virá, pois confirmou a presença. Agradeço a todos.

E quero dizer ao Presidente que – como temos essa audiência, ele reafirmou, com a Presidente da Funai, hoje é um dia de outras comissões – agradeço a brevidade, porque o ponto é central: a exigência do emplacamento de máquinas agrícolas e como resolver e desatar esse nó.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Após as primeiras considerações da Senadora Ana Amélia, autora do requerimento, concedo a palavra, para iniciar as suas manifestações, como autor do projeto, a S. Exª o Deputado Federal Alceu Moreira.

V. Exª tem a palavra.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB - RS) – Bom dia a todos. Gostaria de saudar o Senador Benedito de Lira, Presidente desta Comissão, e os Senadores Ana Amélia e Waldemir Moka, mas especificamente a Senadora Ana Amélia, que relata este projeto de nossa autoria e que dá causa à audiência pública, que, espero, seja esclarecedora e resolutiva no dia de hoje. Também quero saudar os demais participantes convidados.

Queria começar, meu ilustre Senador Presidente, falando de um choque que os nossos tempos presenciam, que é ter um Congresso urbano, um Governo urbano, um Judiciário urbano para um País rural. Aqui, produzir alimentos se transformou em vitimar pessoas com achaques, verdadeiros achaques da pior espécie.

Um dia chega na Comissão de Agricultura que não pode mais se colocar defensivos agrícolas, apelidados de agrotóxicos para chamá-los de venenos, por avião. Certamente, vamos ter que ter de novo um pulverizador costal para aplicar pulverização em milhares de hectares de soja no Brasil. No outro dia chega alguém dizendo que nós temos que ter agora sacos de 30 quilos, porque de 50 é muito pesado para levantar. Daqui a uns dias, meu ilustre Senador, vamos ter litros de 700ml, vamos ter alguma coisa dessa natureza aqui. Todo dia é uma coisa.

Quem faz? Normalmente alguém que certamente não faz por má-fé, mas já na quarta ou quinta geração morando em um apartamento no centro de qualquer grande cidade, sem nenhum contato com a realidade deste País, assaca-se no direito burocrático de fazer normas.

No caso do emplacamento, se não fosse possível, no Código de Trânsito, fazer exceção a ninguém, não se teria feito exceção às máquinas bélicas. Elas também transitam nas rodovias. Ou não? Quantas vezes encontramos as máquinas bélicas nas rodovias andando para baixo e para cima? Elas são excetuadas no Código de Trânsito. Mas nas notas técnicas dizem que algumas cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, têm, então vamos legislar pela exceção e vamos criminalizar a regra. No meu Estado, um carroção a esta hora da manhã, muito antes, seis horas ainda, a cooperativa ou armazém já abriu e o trator já encostou para pegar o adubo, a semente para fazer a semeadura na lavoura. A porta da frente da cooperativa está de frente para a rua central da cidade, mas a cidade e a cooperativa só existem pela agricultura e pelo trator que vai lá buscar a semente.

Uma colheitadeira que custa R$500, R$600, R$700 mil é capaz de em toda a sua vida útil não trabalhar 0,01 da sua função numa rodovia pública. Mas por essa lei, por essa norma, a 281 do Contran, se ela tiver que passar de uma porteira da propriedade para outra e andar em via pública, ela tem que ter vistoria e emplacamento. Sabe o que significa isto? Fazer o comparativo de uma colheitadeira como se fosse um carro de passeio. O cidadão pegou uma colheitadeira para visitar a namorada no sábado à tarde. Andou pelas ruas do centro visitando a namorada numa colheitadeira de arroz ou de soja. Esse é o comparativo. É algo completamente absurdo.

Se alguém me dissesse o seguinte: não é possível que os veículos que transitam em via pública não tenham as sinalizações necessárias para se fazer a segurança do trânsito, nós aceitaríamos imediatamente. O que é preciso de equipamento para colocar no trator e numa colheitadeira que sinalize com segurança a sua possibilidade de andar eventualmente numa via pública? Nós aceitaríamos. Agora, colocá-lo na mesma condição de outros veículos apenas porque ele é veículo de propulsão motora e, portanto, segue as mesmas regras de acordo com a potência da máquina, potência motora, ele tem que ter uma categoria. Quem sabe vão exigir carteira D para o cidadão que dirige a colheitadeira, pelo tamanho da máquina.

Pessoal, com todo o respeito que possam me merecer os órgãos técnicos – e me merecem –, é a mesma coisa que enfiar a mão no bolso do produtor para lhe tomar o que ele não tem para dar. Nós, da porteira para dentro, nunca botamos preço nem no que plantamos, nem no que colhemos, nem no que compramos. Somos os únicos cidadãos brasileiros que não põem preço. Na maioria das vezes, aos urbanos, que adoram fazer portaria e normas, o coitado do colono vai ao banco – não é, Moka? –, tira um financiamento para tratar um trator. O gerente do banco me diz: “Traga a nota.” E ele leva a nota. E aí o banco paga a indústria do trator. Ele faz mesura com o chapéu, agradece o dinheiro do banco, promete um porco gordo no final do ano. A empresa vendeu a máquina pelo topo

do preço. O banco pagou a indústria e o produtor é o interveniente necessário, quase um insuficiente mental, que, por não ter condição e autoridade suficiente, não pôde ter o dinheiro depositado na sua conta para comprar a máquina que ele queria, onde ele quisesse, pelo preço que ele desejasse. O repasse foi feito direto, porque esse deficiente pode comprar alguns caramelos ou então comprar algumas bobagens com o dinheiro pego para comprar o trator. Gozado é que, na hora de pagar, ele é absolutamente suficiente mental. Aí ele tem que pagar cada prestação certinho. Isso não tenha dúvida. Aí ele é uma pessoa decente.

Então, essa desconsideração profunda com quem produz alimento no Brasil, essa discriminação estabelecida nesse projeto de lei merece de nós o nosso repúdio. Nós não aceitamos, em hipótese nenhuma, emplacamento e vistoria de máquina agrícola. Nós queremos a excetuação. Nós queremos que esse fato seja tratado com discrição com relação aos outros veículos. Não podemos aceitar. Nós somos diferentes e, como tal, queremos ser tratados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Cumprimento o Deputado pela sua explanação.

Dando sequência, concedo a palavra ao Sr. Paulo César Dias do Nascimento, coordenador do ramo agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras.

Com a palavra V. Sª.

O SR. PAULO CÉSAR DIAS DO NASCIMENTO JÚNIOR – Prezados Senadores, prezados membros da Mesa, agradecemos a oportunidade do convite porque também achamos que esse é um tema extremamente relevante e necessita de inúmeros acertos. Somos extremamente partidários das palavras do nobre Deputado Alceu Moreira. Preparamos uma apresentação até para que nós pudéssemos esclarecer as motivações que levaram a esse projeto.

A origem desse projeto é concebido segundo o Código Brasileiro de Trânsito, que, no seu art. 96, define a classificação de veículos. Então, se tem, no primeiro momento, veículos de tração. Subdivide-se alguns veículos de tração e aí teríamos o automotor, bélico e assim por diante. No segundo momento, divide-se quanto à espécie. É a segunda lâmina. (*Pausa.*)

A gente está com algum problema técnico.

A origem de toda essa contextualização está vinculada à Lei nº 9.503, de 1997. Ela define os veículos quanto à tração automotora e quanto à espécie de tração. E quando ela define essa situação, em tração, nós temos caminhão trator, trator de rodas, trator de esteiras e trator misto, ou seja, pela natureza da lei, o trator é um veículo automotor de tração.

É interessante nós definirmos o seguinte: trator, segundo o Anexo 1, é veículo automotor construído para realizar trabalho agrícola de construção ou pavimentação e tracionar outros veículos e equipamentos. O objeto, a finalidade da construção do trator é automaticamente vinculada ao trabalho agrícola que ele realiza. Não existe nenhum outro tipo de condicionante vinculado à questão de passeio, vinculado à questão de passageiro, carga. Ele é essencialmente um veículo automotor de tração, construído para realizar trabalho agrícola e assim por diante.

Pode passar.

O objeto da discussão está vinculado ao PLC do nobre Deputado Alceu Moreira. O que ele traz? Ele traz, na verdade, um dispositivo para desobrigar as máquinas agrícolas de registro e licenciamento ambiental. Por quê? A Lei 9.503 já trazia isso na sua concepção, só que não existia, naquele momento, um dispositivo que criasse critérios ou regramentos específicos, procedimentos para que a lei fosse operacionalizada. Mas já existia essa situação na lei, ou seja, está definido, no Capítulo IX, Dos Veículos, na Seção III, art. 115, que o veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo Contran.

Para os aparelhos automotores destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza, ao executar trabalhos agrícolas de construção, pavimentação, desde que lhes seja facultado transitar nas vias, então, existe sempre a figura, pelo Contran, da questão facultativa, ou seja, da concessão.

E aí é aquilo que o nobre Deputado Alceu Moreira falava, quer dizer, no próprio dispositivo da Lei 9.503, você tem um §5º que restringe, na verdade, a lei para o veículo bélico, e o nobre Deputado vem inserir justamente não só a excepcionalidade para veículo bélico, mas também para os automotores destinados a executar trabalhos agrícolas, em função de quê? Em função de seu objeto e finalidade logicamente.

Pode passar.

A questão do Renavam e do licenciamento também já existia na lei, na concepção da lei, no art. 120 e no art. 130. No Renavam, registro de veículo, todo veículo automotor elétrico articulado, reboque, semirreboque deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito. Portanto, como eles definiram trator como veículo automotor, ele está vinculado à questão de registro de veículos, ele está vinculado à questão do licenciamento do Capítulo XII. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque e semirreboque, para transitar na via, deverá ser licenciado – no primeiro

momento registrado, no segundo, licenciado – pelo órgão executivo.

O dispositivo do PLC 57 vem neutralizar a aplicabilidade da lei para os veículos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas, de forma que... E por que isso não funciona hoje? Porque não existia um dispositivo, um regramento ou uma resolução que estabelecesse os critérios para isso. Isso já estava vinculado na lei, só que não existia. E essa resolução foi concebida, a de nº 429, de 2013, e foi alterada pela Resolução 434. O que ela diz? Ela estabelece critério para registro de tratores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria de qualquer natureza ou executar trabalhos agrícolas de construção, pavimentação ou guindastes no sistema de registro nacional de veículos automotores. E aí define a data de início dessa situação.

Logicamente – e está mais embaixo aqui –, com a exigência de registro, automaticamente, abrem-se precedentes para o Certificado de Registro de Veículo – aquilo que conhecemos como CRV. Abre-se o precedente para o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo, emplacamento, seguro DPVAT, que é o seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

Isso implica necessariamente em custos, e altos custos, até porque vamos colocar depois que a questão do IPVA está vinculada a uma alíquota sobre o valor inicial do trator, e este valor extrapola, e muito, o de qualquer veículo automotor para passageiro.

Então, em audiência, no dia 29 de maio de 2013, segundo o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), eles disseram que as resoluções não criam obrigatoriedade de registro e de licenciamento do trator – não criam, eles falaram – ou qualquer máquina agrícola ou de construção, mas existe uma vírgula aí: "quando não transitar em via pública".

Mas vejam bem: o produtor rural não tem culpa de, num determinado momento, o asfalto passar bem na sua fazenda, dividindo, na verdade, as áreas da sua fazenda.

Eu tenho uma área, em Goiás, cujo asfalto, a GO-174, passou no meio da fazenda. Ou seja, o produtor que tiver o seu trator e não colocá-lo em via de trânsito, em via pública, não será impactado, mas o produtor que tiver o seu trator e tiver que se locomover para o outro lado da via, vai ser impactado, gerando necessariamente dois pesos e duas medidas.

Às vezes, o pequeno produtor, o médio produtor, ele pega o implemento na outra fazenda. Ele não tem todo o leque de implementos para trabalhar com a produção agrícola. Então, ele tem de pegar, na verdade, o subsolador do vizinho. Agora, ele não pode trazer esse subsolador, essa grade, esse arado, na carroça. Não comporta. Ele não pode ter um custo, na verdade, de frete para alugar um caminhão, a fim de buscar, no seu vizinho, um arado, uma grade. O vizinho, às vezes, está a 2km, 3km, mas necessariamente as sedes têm de passar ali por 500, 1km, 1,5km, pela rodovia.

Então, esse é o ponto que gostaríamos de detalhar para os senhores aqui. Quer dizer, eles falam que não existe qualquer tipo de restrição. O trator não vai ter obrigatoriedade de registro ou de licenciamento, vírgula, quando não transitar em via pública. Sai, assim, totalmente do objeto de análise. E é isso que nós queremos, de toda forma, arrumar.

Como considerações finais, até pelos sete minutos, o conceito de trator define o objeto e sua finalidade. A máquina agrícola é construída para realizar trabalho agrícola. Até coloco, na segunda linha, uma questão interessante: é comum no painel de trator a inexistência do odômetro. Não temos odômetro em trator.

Nós não vinculamos, na verdade, olhando para o painel, o quilômetro rodado. Nós temos horímetro. É hora trabalhada. Se é hora trabalhada, é hora trabalhada, na verdade, com a finalidade de quê? Trabalho agrícola. Então, ele vai fazer o seu serviço de pulverização, de gradagem, de aração, e aquilo que o Deputado falou muito bem: 0,00 alguma coisa da vida útil desse trator que, em regra, dependendo da atividade e da diversificação de atividade produtiva que o produtor tem, ele vai trabalhar de 1.000 a 1.500, 2.000 horas por ano, só que, destas, ele vai ter rodado, na verdade, ínfimas horas. Ou seja, a participação disso em termos da hora útil do trator será muito pequena.

Os custos para registro e licenciamento de janeiro a setembro deste ano, 63,92 mil unidades foram vendidas, 51 mil tratores. Então, abre-se um precedente para que se possa despertar o leão que está adormecido, ou seja, ele vai ver um potencial de receita muito grande. Multiplica 51 mil, de janeiro a setembro, pelo valor de 5% de um trator que custa 60, 70, 80... Dependendo, na verdade, da potência do trator, ele vai custar 150, 200, 300 mil reais. Imagine, na verdade, o custo, o ônus disso aí.

Então, máquinas agrícolas transitam em vias públicas, em vias, para execução de tarefas em outras propriedades. O pequeno produtor vai sentir muito; o médio produtor vai sentir muito; e o grande produtor, porque ele não tem uma frota só de um trator, mas de inúmeros tratores. O peso no final, na conta do produtor, vai ser relativamente alto.

A partir do custo do Renavam, haverá possibilidade de outros custos. Então, ele vai ter que emplacar; condicionada à questão estadual, haverá a cobrança do IPVA de 1% a 5% do valor do veículo; transferência. Como é que ele vai fazer a transferência? Ele vai

ter que ir lá recolher para transferir o seu trator. Ele vai ter que ir lá. Quem vai lá? O produtor vai levar o trator lá no DETRAN? Como é que vai ser feita a vistoria, a inspeção veicular? Como é que vai se trabalhar nesse sentido?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO CÉSAR DIAS DO NASCIMENTO JÚNIOR – É. Então, é algo relativamente complexo. Nós, o sistema OCB partilha totalmente as considerações de V. Exª, e achamos que é muito improcedente e injusta a definição dessa sinalização. Ou seja, você pegar um trator com essa situação e colocar no mesmo leque de um veículo é uma coisa que não se sustenta.

Como conclusão, pedimos a suspensão das resoluções, até porque, agora, elas definem os procedimentos. Isso, a partir de agora, pode ser, de fato, fiscalizado, enquanto da tramitação do PLC de 2013, de autoria do Deputado Alceu Moreira.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito bem, Dr. Paulo César.

Dando sequência, concedo a palavra ao Sr. Antônio Rovaris, Secretário do Meio Ambiente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura. (*Pausa.*)

Sr. Leonardo Machado, assessor da Comissão Nacional dos Cereais, Fibras e Oleaginosas (CNA/CNCFCO).

O SR. LEONARDO MACHADO – Nobre Senador, agradeço mais uma vez o convite para participar desta audiência pública. Novamente, estamos presentes e estaremos sempre que for necessário.

Primeiramente, de antemão, gostaria de dizer que a CNA compartilha da mesma opinião da OCB e do nobre Deputado, em relação à não necessidade de uma legislação como essa, que vai trazer muito mais prejuízos do que benefícios ao produtor rural, conforme pretendo mostrar aqui.

Trouxe uma apresentação, que está sendo colocada. Após a manifestação do Paulo, da OCB, vou andar um pouco mais rápido na questão que trata de legislação.

Como ele colocou bem, a proposta do projeto de lei obriga os tratores a serem identificados externamente por placa, emplacamento, ao registro e a serem licenciados anualmente pelos órgãos de trânsito dos Estados. A motivação vem de algumas resoluções do Contran, tanto essa nova, de 2012, como já havia uma tentativa de 2008, que foi suspensa por uma deliberação em 2010.

Então, o que percebemos? Em todos os anos, o órgão que tenta regulamentar trânsito tem buscado essa necessidade de emplacar tratores. A motivação da necessidade disso, não conseguimos entender, mas ele tem buscado isso insistentemente.

Como já foi colocado pelo Paulo, o trator é um veículo destinado à movimentação de carros para realizar trabalho agrícola – e ele colocou muito bem isso –, enfatizando o objetivo do trator de se trabalhar no labor agrícola, certo? E é facultado a algumas máquinas agrícolas o trânsito em vias públicas, porém essa não é a sua finalidade, e grande parte das máquinas permanece na propriedade rural, conforme colocado. Existem algumas movimentações sim, mas o objetivo final, a finalidade dele não é o trânsito em vias públicas.

Então, vou passar um pouco essa legislação, devido à apresentação do Paulo e vou ater-me ao que ele colocou bem. Fizemos uma simulação dos custos para o produtor que poderiam atrasar essa resolução colocada pelo órgão de trânsito.

Juntando por baixo como seria o custo – DPVAT, primeiro emplacamento, a guia, o lacre, o despachante, o valor da placa –, seria um valor em torno de R$360,00 a R$520,00 por máquina agrícola. As concessionárias, com certeza, iriam prestar esse serviço e cobrar um valor de 30% a mais, como é praxe hoje no mercado. Isso daria de R$500,00 a R$1.000,00 por máquina agrícola.

Isso abre um precedente em relação ao IPVA. Se fizermos uma simulação de uma máquina agrícola em torno de R$80 mil seriam R$2,4 mil anualmente que se estariam batendo ao produtor rural.

Se pensarmos que, de janeiro a outubro, de acordo com os dados apresentados, foram vendidos mais de 51 mil tratores, o custo total para o setor produtivo rural seria de R$27 milhões. Ou seja, estariam R$27 milhões saindo do setor rural para o Governo, sem a mínima necessidade, como foi bem colocado pelo nosso Deputado, como pelo Paulo da OCB.

A conclusão a que podemos chegar, para podermos ganhar tempo e partirmos logo para discussões, é que somos favoráveis à aprovação do PL. A medida é justa, uma vez que o processo de emplacamento e registro é um gasto desnecessário ao setor. Tomando aqui as palavras do Deputado, as máquinas livres têm na sua função a utilização no labor do campo, e o tráfego de vias públicas é um caso esporádico, no estrito trajeto necessário para deslocamento de uma propriedade a outra.

Então, parabenizo, mais uma vez, o projeto, como já o fiz na Câmara. Acreditamos ser um projeto de suma importância, que põe um ponto final em todos os anos em que o Contran coloca necessidade de emplacamento, cujo motivo não entendemos.

É justamente isso que tenho para colocar, para ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado ao Dr. Leonardo.

Dando sequência, concedo a palavra ao Sr. Jizreel Lemos da Silva, da Polícia Rodoviária Federal. (*Pausa.*) Também não chegou.

Concedo a palavra ao Sr. Milton Walter Frantz, Coordenador-Geral da Infraestrutura de Trânsito (Denatran), representante do Ministério das Cidades.

V. Sª tem a palavra.

O SR. MILTON WALTER FRANTZ – Bom dia a todos!

Quero, em saudando o Senador Benedito de Lira, saudar os demais Senadores, o Deputado e demais presentes nesta audiência pública. Quero agradecer ao convite e pedir, se pudesse, ajeitar um pouco a apresentação, porque ela está deslocada.

A pedido do Presidente da Comissão, vou adiantar bastante, porque a minha apresentação foi montada numa formatação, mas muita coisa aqui já foi colocada. Então, vou abreviá-la bastante, e vamos diretamente ao ponto.

Pode deixar no primeiro eslaide.

Como já foi apresentado, sou coordenador da área de infraestrutura. A nossa função é exatamente de homologação de veículos. A nossa coordenação cuida de veículos, e a gente tem acompanhado essa problemática das máquinas agrícolas já há algum tempo. Então, a minha função hoje aqui é mais pontuar a questão da resolução e os objetivos, tal como foi aqui colocado.

Rapidamente vou passar a estrutura do Sistema Nacional de Trânsito. É óbvio que tudo emana da lei, razão pela qual a proposta aqui hoje é alteração na lei, o que, por consequência, vai alterar toda a estrutura.

Aqui, temos um organograma do Denatran. A nossa coordenação está do lado de fora. Um pouco da nossa frota atual de veículos, em julho, para conhecimento, beira os 80 milhões de veículos. Temos dados de acidentalidade, de vítimas fatais, o resultado das nossas campanhas, a função da nossa coordenação. Em seguida, entraremos diretamente na Resolução nº 429, objeto desta audiência pública.

Como já foi dito aqui e já bem explicado pelo Paulo César, que me antecedeu, essa resolução regulamenta o §4º do art. 115 do Código. Havia uma lacuna no Código que dizia que as máquinas às quais é facultado transitar em via pública teriam que ser objeto de registro. E não havia nenhuma legislação que regulamentasse esse artigo. Então, a Resolução nº 429 veio suceder, como bem foi dito aqui, a Resolução nº 281 para regulamentar isso. Então, o objetivo dessa resolução é regulamentar um artigo da lei. Lembro que ela veio suceder a Resolução nº 281, suspensa pelo Contran. E aí é que está a grande diferença dessa nova norma: ela traz o caráter facultativo, o que também já foi citado aqui.

Deixo bem claro que a grande diferença entre a Resolução nº 281 e a Resolução nº 429 é o fato de que uma era mandatória e a outra é facultativa. Claro, conforme diz a lei, quem transitar em via pública tem a obrigação, mas quem não transitar não tem não tem a obrigação. Essa resolução altera essa lacuna. É uma questão de lei, então essa resolução regulamentou a lei, certo?

Então, vamos lá.

A Resolução nº 429, como está redigida, tem o foco nas máquinas novas. Quem registra as máquinas é o fabricante. Então, essa resolução criou a possibilidade de registrar essas máquinas no sistema Renavam e, posteriormente, o licenciamento. Até o momento dessa resolução, o nosso sistema Renavam era montado da seguinte forma: registro e licenciamento eram juntos. Esse foi o primeiro momento em que se separaram o registro da máquina, do veículo, do seu licenciamento para que pudéssemos ter uma máquina registrada no sistema sem estar licenciada. Por que isso? Porque isso cria a condição de eu ter a rastreabilidade das máquinas, já que uma das demandas que existiam era decorrente de que as máquinas agrícolas, em função do seguro, não tinham rastreabilidade. Esta era uma necessidade: rastreabilidade.

Então, estou pontuando isso porque nos foi perguntado quais são os objetivos, o que se quis com essa normatização. Nesse sentido, então, se abriu essa questão do registro e licenciamento, permitindo que a máquina possa ser registrada e não ser licenciada. Significa que uma máquina que não vai andar em via pública pode ter o registro, se assim o proprietário quiser. Então, não é mandatório, óbvio. Já foi dito aqui: se circular em via pública, é questão de lei.

A resolução apresenta os veículos aos quais é facultado transitar em via pública. Então, pede alguns itens de segurança mínimos, fala de algumas dimensões. Traz alguns itens obrigatórios, que já existiam anteriormente, itens básicos de circulação. Aqui eu chamo a atenção porque ali fala, no item 14, em velocímetro, porque nessa resolução também estão incluídos os tratores sobre rodas, que são os guindastes, as máquinas rodoviárias que transitam em via pública. Então, velocímetros apenas para as máquinas que tenham condições de desenvolver velocidade acima de 60km/h. O.k?

Aqui o último eslaide.

Temos a nota do Conselho Nacional de Trânsito sobre a resolução, falando exatamente da questão de não se criar obrigatoriedade.

De nossa parte, a gente procurou ser bem sucinto. Nós estamos abertos a responder perguntas também nessa linha do por quê. E também deixar claro que o Contran – aqui a gente não está representando o Contran; a gente está representando o Denatran, órgão que executa o que é emanado do Contran – regulamenta aquilo que emana da lei, que é objeto desta audiência pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito bem.

Encerrada a apresentação do nosso convidado, eu vou fazer uma leitura aqui de expediente encaminhado a esta Comissão pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo.

Dentre outras referências que faz à Senadora Ana Amélia por ser Relatora do projeto, o Departamento Jurídico dessa entidade emitiu parecer concordando plenamente com o parecer da Senadora Ana Amélia pela improcedência do projeto. Manifesta-se contrária às determinações do Contran e reforça a necessidade de buscar alternativa no Congresso Nacional para diminuir os procedimentos burocráticos que recaem permanentemente sobre o produtor rural, com o fim único de não mais onerá-lo, deixando claro que se opõe veementemente inclusive a eventuais futuras cobranças relativas à taxa de IPVA e licenciamento, que não podem jamais prosperar.

Manifestamos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013, na forma apresentada, em concordância com a justificativa constante do parecer da Relatora Ana Amélia, pela não concordância com a possível incidência de IPVA sobre máquinas agrícolas de uso exclusivamente para produção rural.

Atenciosamente,

Fábio de Sales Meirelles

Presidente.

Está inscrita para formulação de comentários e perguntas aos apresentadores a Senadora Ana Amélia, a quem concedo a palavra como primeira inscrita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

Regimentalmente tenho a preferência por haver sido a requerente também da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Sem dúvida nenhuma!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Mas V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Mesmo que não estivesse inscrita, teria a palavra como autora, porque tem preferência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É verdade. Eu lhe agradeço muito a gentileza, Presidente Benedito de Lira.

Dr. Milton Walter Frantz, eu indago a V. Sª para saber se o Denatran e o Contran têm o percentual de acidentes envolvendo máquinas agrícolas.

O Contran tem o levantamento do custo de arrecadação ou do volume da arrecadação que isso provocaria? Como essa arrecadação seria distribuída? A parte, no Leão, no caso a prima rica, a União, e para os Estados, porque os DETRANs pertencem aos Estados. Esse dinheiro iria para os cofres estaduais, municipais ou o da União? E qual o montante dessa arrecadação, considerando que o Denatran e o Contran têm um número já aí de 51 mil veículos vendidos no ano passado, segundo dados da Anfavea, e quanto isso, pelas características e natureza do veículo, poderia representar? Isso para termos uma ideia dos objetivos reais dessa iniciativa.

O SR. MILTON WALTER FRANTZ – Senadora, efetivamente, a dados concretos sobre a acidentalidade especificamente com máquinas agrícolas nós não temos acesso. Os dados com que o Denatran trabalha sempre são os dos SUS até o momento.

Quanto à arrecadação, como é um projeto facultativo, o Contran, quando elabora as normas, especificamente, não entra nessa questão de arrecadação e, nesse caso, mais ainda, em função da...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Desoneração daqueles que só usam para a área rural.

O SR. MILTON WALTER FRANTZ – Não, não. Nós não temos esses dados. Efetivamente, a resposta bem concreta é que nós não temos esses dados, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu que falei sobre essa questão dos acidentes, que poderia haver, e exatamente não há, porque é uma atividade em que as pessoas que operam, em geral, têm boa habilitação. Então, eu queria fazer exatamente para ver... Porque se fosse um índice alto de acidentes, poderia até, de alguma forma, haver justificativa. Mas não há.

Queria saber do autor, Deputado Alceu Moreira, quais são as informações que V. Exª tem a respeito da causa e origem por que essa resolução foi feita, independente de estar escrito no Código Nacional de Trânsito. Qual é o motivo disso? É o motivo arrecadatório? Qual é a razão fundamental dessa iniciativa das autoridades vinculadas?

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB - RS) – Olha, Senadora, o Dr. Milton, de certa forma, já deixou claro isso. Ele pega o texto da lei e vê um vazio na regulamentação e regulamenta, estabelecendo que todo veículo de propulsão motora que andar em via pública

está sujeito à lei. Bom, o caso é que, se não houvesse nenhuma exceção, ou seja, zero exceção, ainda assim, o veículo agrícola teria de ser excepcionalizado. Mas não. Há o veículo bélico, e esse sim, quase sempre encontramos em fileiras nas rodovias. Então, há uma excetuação no processo. Há um tipo de máquina que não precisa ter. E se o veículo bélico pode andar sem isso, porque a máquina agrícola tem que ter emplacamento?

Então, não tenha dúvida, a proposta do executor burocrático do Denatran foi cumprir uma determinação. E ele certamente não é responsável por isso. Alguém o mandou fazer. Agora, quem mandou é certamente alguém que tem sede arrecadatória e que trabalha com a visão do produtor rural como se ele fosse um bandido que usa terra. Esse camarada tem que pagar tudo o que pode. Tudo o que puder tirar, tem que tirar dele, tem que meter a mão no bolso dele de qualquer maneira. Essa sede desesperada de achar que o cidadão que planta e que colhe é alguém que vive usurpando uma riqueza geral é um conceito que não compreendemos. Olhando as máquinas vendidas no ano passado, aqueles números que estão ali, só por isso, dá para notar quanto isso vai dar em arrecadação.

Agora, diria o seguinte: para quem está na nossa função de produtor rural, onde se bota esse custo? Como se coloca esse custo? Quer dizer, o cidadão que tem um conjunto de máquinas para a sua fazenda onde colocará esse custo? Como ele colocará isso no preço da soja, do milho, do porco, do leite? Como ele colocará isso? Não há como fazer. Não há jeito de se fazer.

Então, eu quero dizer que essa norma não tem nenhuma preocupação com a segurança do trânsito. Nós temos, do Rio Grande do Sul, algumas informações com relação ao nosso DETRAN. Os danos causados, os acidentes causados por máquinas agrícolas no trânsito do Rio Grande do Sul, em virtude da pequena quantidade de máquinas frente ao volume de veículos transitando nas vias públicas e pela incidência, chegam a um total menor do que 0,04. Nós estamos falando de algo que é menos do que 0,5% de incidência. Então, se pega menos de 0,5% de incidência para cobrar um valor...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Meio seria 0,5%.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB - RS) – Seria 0,5%. É um horror. É ínfimo, é quase nada. Ele desaparece no dado gráfico, ele desaparece completamente. Então, cá para nós, a incidência da cobrança frente ao risco é um achaque.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Presidente, ao Paulo César Dias. Como fui Relatora, tive que me aprofundar um pouco mais no projeto do Deputado Alceu Moreira. Eu o apoio integralmente, tanto que pedi a relatoria ao Presidente, e renovo o agradecimento ao Senador Benedito por ter me concedido esse trabalho. Exatamente agora estou enfrentando essas resistências por parte dos ministérios. A argumentação do DPVAT é a seguinte: como estamos em um País com um grau elevado de insegurança, uma máquina é roubada, e uma máquina de alto valor precisa ter um seguro. Alguns me disseram que ela já sai do banco segurada. Aqui há um especialista, confirmando isso. Então, ela já sai segurada do banco exatamente por isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone.*) – Já sai segurada!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Aqui está um especialista.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone.*) – É exigência do banco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Então, ela já sai segurada do banco exatamente por isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É. E a rastreabilidade...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Desculpe, mas sai do banco segurada não é porque precisa do seguro, já que máquinas são muito pouco roubadas, mas é o banco que exige para ganhar um pouco mais de dinheiro em cima do agricultor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Olhem aí, já tem outro lado.

Então, uma delas foi exatamente essa questão do seguro, da recuperação da máquina. O Senador Blairo, que conhece bem a matéria, já deu, mais ou menos, uma explicação. Quer dizer, é um ônus adicional, porque ali, nos dados que o senhor apresentou, aparece: "se for feito por um despachante ou pelo próprio banco, vai estar embutida a quantia de R$500,00 a R$1.000,00 de custo." Não se de foi a CNA ou foi a OCB que apresentou.

Então, eu queria ver se esse argumento se fundamenta nisso, ou seja, no fato de ser uma segurança maior para o agricultor, dentro dessa lógica da argumentação.

O SR. PAULO CÉSAR DIAS DO NASCIMENTO JÚNIOR – Senadora, de fato, acredito que você tem, por exemplo, no novo dispositivo da Resolução nº 429, um número de identificação do produto, chamado PIN. Ele está lá, vinculado ao art. 5º. E há, no §1º, além da gravação especificada no *caput* acima, "os veículos referidos nesta resolução devem ser identificados por gravação em etiqueta ou plaqueta destrutível no caso

de tentativa de sua remoção, pelo menos, nos seguintes pontos [...]".

Então, acredito que exista uma forma mais simplificada de se determinar uma rastreabilidade desde que formule um sistema, mas não com penalidades tão vinculadas ao produtor. Teríamos estratégias de vincular a máquina. Perfeitamente, a máquina deve sair com essa especificação, esse registro, você teria como definir uma estratégia, mas que não custasse tanto para o produtor.

A questão vinculada ao Renavam e a essa situação é fato, mas a incidência de custos é mais fato ainda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – A pergunta é para o Paulo e para o Leonardo. O Deputado Alceu Moreira, que é o autor, falou muito claramente que normalmente, quando se reajusta um produto, quando se aumenta o preço de um produto, não é a indústria que vai bancar. Ela repassa. E repassa para a ponta mais fraca desse elo, que é o consumidor. No caso específico da produção agrícola, seja de soja, de milho, feijão, arroz, enfim, ele não tem... Porque ele entrega a produção dele para a cooperativa ou para uma cerealista ou ainda para o importador, para uma *trading.* Então, esse custo é bancado exclusivamente pelo produtor. Não tem repasse. E, pelo contrário, o custo todo que vai ser onerado é repartido com instituição financeira ou com toda a máquina de arrecadação, porque terá que pagar DPVAT, os DETRANs, enfim, repartir essas receitas. Como funcionará nesse aspecto?

O SR. LEONARDO MACHADO – É uma questão que nos preocupa também, a questão operacional de todo o sistema. Como é que vai ser feito? Será que o produtor vai ter que sair da propriedade, ir até o DETRAN do seu Município para emplacar, lacrar, registrar, sair com o documento, pagar, levar para fazer vistoria e, quando vender, fazer a transferência e nova vistoria? Então, é uma questão operacional bastante complicada que vai ficar por conta do produtor. Os números que eu coloquei em relação ao custo que o produtor vai ter com isso se referem ao custo mínimo. Eu coloquei uma máquina de R$80 mil, que é um trator básico. Então, imaginemos quando forem tratores de R$200 mil, R$300 mil, quanto vai custar isso tudo? De acordo com os cálculos, vai sair do setor produtivo rural, onde mais tecnologia poderia ser investida na produção, e para o órgão arrecadatório em torno de R$25 milhões, R$27 milhões. Custo que o produtor vai ter que pagar, que a gente não vê como uma questão necessária.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Então, esse é o total estimado que vai sair do bolso do agricultor? Vinte e seis milhões. Reduz a renda dele.

O SR. LEONARDO MACHADO – Isto, R$26 milhões. Reduz a renda dele.

O SR. PAULO CÉSAR DIAS DO NASCIMENTO JÚNIOR – Na teoria de custo é aquilo que nós chamamos de desembolso efetivo, aquele que exige o gasto imediato. Então, é como...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Não dá nem para pagar prestação isso.

O SR. PAULO CÉSAR DIAS DO NASCIMENTO JÚNIOR – Depende. A questão, por exemplo, do IPVA, se for regulamentado e tal, tem como parcelar isso aí, mas o valor você tem que pagar na integralidade. Quer dizer, você não teria opção. Então, é um custo de desembolso imediato, é uma penalidade para o produtor, sem dúvida nenhuma.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Presidente. Obrigada, expositores. Eu fiquei satisfeita com as respostas recebidas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – É uma pena! Sabe-se trabalhar neste País na agricultura, lógico, nesse setor. Daqui a uns dias, vamos passar por essas estradas e naqueles postos da Polícia Rodoviária Federal, onde a gente vê frequentemente depósito de carros e motos, amanhã vamos ver depósito de tratores e máquinas agrícolas presas por que não têm emplacamento. É lamentável a gente assistir a isso.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente; Dr. Paulo César Dias, que representa a nossa OCB, muito técnico, parabéns pela objetividade; Dr. Leonardo Machado, da mesma forma; Dr. Milton Walter Frantz – tinha que sobrar para alguém, não é? –; eu fico feliz quando vejo o Deputado Alceu Moreira fazer a defesa do projeto dele por dois motivos.

Primeiro, quando vejo o Alceu Moreira – e o pessoal me acha duro aqui –, eu fico muito bonzinho perto dele. Eu viro quase que um *gentleman*, um cavalheiro. Mas, Sr. Presidente, é o que o Deputado falou. Quero saber quem foi o artista que inventou essa moda. Isso é o que eu quero saber, porque isso é uma coisa de maluco. Se pararmos para analisar, o sujeito que criou isso deve ter falado assim: "Não, mas aqui tem um nicho, aqui tem uma coisa para a gente arrecadar, para arrecadar dinheiro." Não há outra motivação. A gente analisa por tudo que é aspecto. Em qualquer ângulo que se olha, se vê que não há outro objetivo que não esse. Até eu e o Senador Blairo, que é agricultor familiar lá no Mato Grosso, tem um tratorzinho na propriedade, já disse que a questão do seguro é de outra forma. Quer dizer, o seguro que poderia realmente... "Não, há uma preocupação com essas máquinas, sobretudo essas máquinas de alta tecnologia, com o valor delas." Não é isso também. Então, não há outra explicação a não ser esta saga arrecadatória.

Para mim, para não ser, sabe... Objetivamente, Senadora Ana Amélia, coloque o relatório, vamos votar isso e vamos discutir isso no plenário. A sociedade tem que ficar sabendo disso. E lá, no plenário, vamos dizer os motivos. Está aqui: uma audiência pública, não vem, não tem como, não há consistência nisso. É absolutamente inconsistente. O que nós temos que fazer é acabar com isso e dizer que isso não tem nenhuma finalidade que não seja de arrecadação. Não vejo nenhuma outra finalidade. Para ser bem objetivo, não tenho pergunta e acho que, objetivamente, eu estou muito esclarecido para votar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Senador Moka.

Dando sequência, com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sr. Presidente e senhores expositores.

Sr. Presidente, primeiro, peço desculpas por haver chegado um pouco atrasado e não poder ouvir as colocações de cada um dos participantes porque eu estava ali na minha Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Eu gostaria de interromper V. Exª para dizer o seguinte: Comissão de Agricultura, quem trabalha e produz na agricultura tem de que acordar cedo: tirador de leite. E V. Exª foi talhado durante toda a sua vida neste mister. Por isso, eu recebo...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu não vou aceitar o puxão de orelha porque eu estava na Comissão de Meio Ambiente resolvendo os problemas. Já abri a Comissão e já a fechei e estou aqui. Mas o recebo como um incentivo.

Nesta Comissão, Deputado Alceu, temos aqui os que chamamos de "tiradores de leite", ou seja, àqueles que chegam cedo. Mas têm alguns aqui no Senado, como a Senadora Ana Amélia, o Senador Sérgio e eu, que vamos buscar a vaca no campo de manhã. Levantamos mais cedo ainda: temos que ir ao campo buscar a vaca.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB - RS) – E outros que só chegam para tomar o leite quente.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – E reclamam ainda; e reclamam ainda do leite.

Presidente, fazendo essas considerações, mesmo eu não tendo ouvido, eu queria dizer que eu conheço essa tentativa – e vou ser bem claro aqui, seguindo o que o Senador Moka colocou – de extorsão do produtor brasileiro. Não tem outra palavra.

Essa questão do emplacamento, registro, ou registro, e depois vem o emplacamento, e depois vem seguro, e depois vem um montão de coisas como vem em cima dos automóveis hoje – dos automóveis, dos caminhões e de tudo o mais

Eu já fui Governador de Estado e sei para onde vão esses recursos. O cidadão paga o IPVA, paga um monte de coisa para o DETRAN e acha que esse dinheiro vai para arrumar as estradas, acha que esse dinheiro vai para consertar as ruas, acha que esse dinheiro vai para melhorar a sinalização, não vai nada! Esse dinheiro vai para a máquina pública. Ele é consumido no meio de tantas outras coisas para o custeio da máquina pública. E quanto mais dinheiro se colocar, mais dinheiro há necessidade de se colocar. É um saco sem fundo. Não vai ter fundo nunca essa negócio. Um dia, a vaca não vai aguentar o carrapato e vai morrer a vaca e vai morrer o carrapato junto. Aí quem sabe a gente começa a reconstruir as coisas novamente.

Então, essa questão da Resolução nº 429, para mim, é o que foi dito aqui pelos colegas, é uma forma de querer arrecadar recursos da agricultura.

As pessoas olham o agricultor como uma fonte de arrecadação. Não podem ver um agricultor ter sucesso, não podem ver um agricultor ganhar dinheiro, não podem ver o agricultor aumentar a sua produção, que logo querem tomar uma parte disso. Mas nos anos ruins da agricultura, nós não achamos apoio em lugar nenhum, e milhares e milhares de produtores saem da atividade, vendem suas propriedades, grandes ou pequenas, indistintamente, e vão para outra profissão, porque não conseguem respaldo para tocar o dia a dia dessa questão.

Quanto ao seguro – eu já aqui me intrometi no que a Senadora Ana Amélia estava dizendo –, não há necessidade. Nós temos seguro das máquinas porque somos obrigados a fazer o seguro. Uma colheitadeira, um trator, um implemento dentro de uma fazenda, quando muito, o acidente que acontece com ele é uma encostada um no outro, de lataria, coisinha de R$200,00 a R$500,00 para arrumar, se quiser arrumar, senão nem precisa; deixa aquele negócio lá, não vai ter problema nenhum, porque ele não anda na cidade. Noventa por cento ou 95% das propriedades não fazem movimentação de máquinas de um lugar para outro. Elas são estanques dentro das propriedades. Quando o fazem, o fazem porque tem uma propriedade no ponto A e outra no ponto B. E se for uma rodovia de alto movimento, os agricultores sequer usam essa rodovia, porque sabem o perigo que há, porque as máquinas são grandes e lentas, portanto, elas circulam por vias alternativas. E quando não têm, constroem para andar. É assim que funciona o negócio. Então, quem pensou nessa resolução não sabe como funciona o campo, não sabe como funciona a agricultura, não sabe, acho, a função de uma máquina agrícola.

Então, meu total repúdio a essa situação. Não só repudio como fiz uma ação, Senadora Ana Amélia. Há um decreto legislativo rodando aqui na CCJ – vamos até, semana que vem, pedir ao Senador Vital, Presidente, para trazê-lo para apreciação –, para proibir, para cancelar essa resolução, porque não é possível esse tipo de situação em nosso País.

Portanto, Presidente, quero deixar aqui claro a minha posição contrária. E não é contrária porque sou afetado financeiramente. Sou contrário por princípio. Não é preciso isso. Não existe. Não sei onde foram tirar essa questão de fazer emplacamento ou registro.

Outra coisa: as máquinas que saem, hoje e sempre, gravadas, que saem com penhora mercantil, que saem com reserva de domínio têm o número de motor, o número do chassis, o número da roda, o número do pneu, o número do radiador. Se quiser, o fabricante esparrama essa máquina no mundo inteiro. Desmonta, esparrama e monta tudo de novo, porque ele tem desde o rolamento, o retentor, tudo, tudo, tudo. Ele tem o DNA dessas máquinas guardado nos seus computadores. Então, não sei que dificuldade há para identificar uma máquina dessa.

Se alguém, se algum produtor não paga sua conta, não pagou seu financiamento, se por acaso "deu nó", como a gente fala, vendeu essa máquina para um terceiro, se sabe onde está a máquina, se descobre onde está a máquina.

Então, não é o registro no DETRAN, não é mais uma burocracia que vai fazer esse negócio mudar de jeito. Como eu disse: roubo de máquina... estou em Mato Grosso, quase divisa, lá em cima, com a Bolívia, e é raro ouvir falar que houve roubo de uma máquina. Há, mas é raro. As máquinas são grandes, não têm velocidade. Quando há roubo é porque pegam um caminhão com uma dessas plataformas de transporte, colocam a máquina em cima e vão embora. Mas é muito difícil acontecer isso.

Então, Sr. Presidente, vamos trabalhar, sim, para derrubar essa resolução porque o produtor brasileiro não merece, não merece o descaso com que quem fez essa resolução tratou o agricultor brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza, que está inscrito. Logo em seguida, com a palavra, o Senador Figueiró.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, Paulo César, Leonardo Machado, Milton Walter Frantz e nosso amigo, meu colega de Partido, Alceu Moreira, companheiro de frente parlamentar, onde sempre estamos, eu menos, agora, Alceu, bem menos do que no ano passado, porque, nos dias da nossa reunião, do almoço da frente parlamentar, o horário é o mesmo da Comissão de Assuntos Econômicos, começa às 10 horas, mas avança até 13 horas, 14 horas. Acabo não podendo ir na maioria das vezes.

Esse tema, a gente tem debatido já há bastante tempo. O Senador Blairo Maggi conhece alguns projetos, inclusive nesse sentido.

Concordo com o Senador Moka, o absurdo que é emplacar uma máquina agrícola. Não tenho nenhuma dúvida com relação a isso.

Concordo também quando dizem do absurdo – a Senadora Ana Amélia colocou isso – de se obrigar o produtor a fazer um seguro. É lógico que é uma exigência do banco e a Susep ou o órgão responsável por isso diz que é naqueles termos, que deve haver. Se você quer financiar, o.k., pode financiar, mas vai ter que ter seguro, porque alguém tem que pagar se roubarem a máquina, como é no financiamento, por exemplo, da casa própria. Todos os financiamentos têm seguros de bens, porque, na falta do titular, quem vai pagar, ou na falta do bem e assim por diante?

Há uma preocupação – eu gostaria de fazer uma pergunta aos nossos expositores – não com o emplacamento. Só falta daqui a uns dias vir IPVA.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – É, aí é um...

Mas vamos pensar o seguinte: o maquinário, o automotor, vamos pegar o trator, a colheitadeira, o trator de esteira, a retroescavadeira, esses equipamentos motores, e não, eu sei o valor também de uma plantadeira de plantio direto, às vezes, é mais caro do que o de um trator.

Disseram assim: "Vamos ver aqueles que têm motor". Qual é o documento de transferência desse equipamento? Que documento de transferência temos? A nota fiscal. Está bom. É isso. Se você é do Rio Grande do sul, do Paraná, do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, lá no Sul, é muito comum haver tratores da década de 60, de 70, de 80 que o cidadão não sabe mais de quem foi, de onde veio, para aonde vai. O que há, no trânsito ali do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, de tratores em cima de caminhão, tratores antigos, que têm valores agregados! Que sejam lá seus R$30 mil, R$40 mil, R$20 mil, R$15 mil. Para o produtor rural, para o pequeno produtor rural, aquilo é um bem de que cuida de um jeito especial. Ele cuida mais do que da mulher dele, tem um carinho todo especial. (*Risos.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Sérgio, é que mulher sabe se cuidar, e trator não sabe.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Isso! Essa nossa turma é boa.

Vejam só, não é comum vermos roubos nas propriedades. O bandido vai lá, coloca a arma na cabeça do produtor rural, prende a família inteira, rouba seus equipamentos, leva embora, diz para ficarem lá, sem se mexer, duas, três, cinco horas, tempo necessário para se locomover. E se esse caminhão passar lá, em determinado lugar, em um posto policial, vão parar e ele vai dizer: "Comprei não sei onde, estou levando", e mostra qualquer documentinho, um recibo qualquer, e quem vai saber a origem disso? Então, vejam esse ponto.

O que estou querendo dizer? Poderíamos ter um DUT, um documento de transferência que contivesse o chassi do trator, um documento expedido por um órgão. Você concede uma vez, uma única vez, quando compra o trator. É uma sugestão. Quero debater, quero entender isso. E, no dia em que você vender, só quando vender esse equipamento é que vai fazer uma transferência, somente nesse momento. Se ficar 20 anos, ficariam 20 anos. Não estou falando de licenciamento, não estou falando de seguro; estou falando de um documento.

Quanto custa hoje o documento de um veículo, vamos imaginar, não de um fusca, porque hoje o fusca custa caro, mas de um Uno, um "uninho" 85. Quanto ele vale? Vale R$2 mil, R$3 mil, R$5 mil, se estiver rodando ainda, um Uno de vinte e poucos anos. E documento ele tem. Ou uma motinha dessas antigas, que o cara compra lá por R$700,00, também tem o documento. E o cara que tem uma motinho dessas é um cara pobre. Mas tem que ter o documento, tem que ter, porque, se for vender, tem que transferir.

Isso não daria uma proteção ao cidadão, à família do agricultor? Porque o ladrão vai saber que, se roubar, ao parar num posto da Polícia Rodoviária, vai ter que apresentar o documento da máquina ou, de repente, o documento de transferência da máquina. Então, essa é uma pergunta e um debate necessário.

O Moka não acredita, mas meu pai é agricultor familiar, Sr. Jorge, lá no Arapuã, tem 72 anos de idade, quebrou a clavícula esses dias porque caiu do cavalo. Um mês depois, minha irmã ligou desesperada, dizendo que ele estava laçando boi de novo. Estava laçando. É desse jeito, ele é da roça. Meu pai é uma figura! E, por vezes, ele diz: "Vou vender o meu trator, a minha máquina..."

O SR. ALCEU MOREIRA – Senador, só para ajudar, há um projeto na Câmara exigindo que o cavaleiro use capacete. Está lá na Câmara.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Colete... Vai ter que usar.

O SR. ALCEU MOREIRA – Certamente vai ter que usar. O risco é igual ao da moto. Se ele cair, se machuca. Então, lá no rio Grande do Sul, vamos ter um E.T. laçando. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Então, nesse sentido, eu gostaria de deixar essa pergunta a respeito do documento de transferência.

Vou um pouco além. Temos, para todos os veículos automotores de trânsito, a figura do seguro obrigatório. O que o seguro obrigatório cobre? Ele cobre o acidente, vamos dizer, as lesões corporais, inclusive paga, indeniza. Mas não sei quanto é isso, se paga por ano.

Também quero deixar uma pergunta com relação a isso. Nós estamos tomando aqui uma decisão sobre como encaminhar um projeto como esse para que o cidadão entenda que aqui nós conseguimos transferir a nossa autoridade de legislador para uma lei que realmente regule o convívio em sociedade, que seja boa para a sociedade. Para apimentarmos um pouco o debate, gostaria de ouvi-lo falar destes dois temas: documento de transferência e seguro obrigatório.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB - RS) – Olha, a mim custa muito fazer qualquer tipo de consideração quando um setor que avançou enormemente em inovação, tecnologia e pesquisa, quando alguém que saiu de trás de uma porteira, com dificuldade de expressão, em 20 anos, conquistou grau de excelência no domínio do manejo do solo, no controle de ervas, no controle de praga, de armazenamento, de qualificação, uma pessoa que se qualificou para ser altamente competitivo, de repente, vê, na sua porteira, um dia um vigarista querendo demarcar a terra dele com um laudo antropológico fraudulento que não serve para enrolar um pão d´água velho aquela porcaria daquele laudo antropológico, e os vigaristas estão com a figura na porteira do Estado ladrão. Nós que criamos, no Brasil, o Estado ladrão. Claro, constitui-se advogado, pago a peso de ouro para se defender do Estado ladrão, que está tentando tomar a terra dele na porteira. Está acontecendo agora. Vamos começar a debater isso depois das 10h aqui.

Bom, se nós colocarmos isto, o DUT, para começar, a única coisa com que o ladrão não tem nenhuma relação é com a legitimidade documental. Quando ele quer roubar, ele quer roubar pelo valor de transformar isso em dinheiro. Então, é o seguinte, para nós termos um DUT nesse processo, nós colocaríamos mais uma

burocracia. Diria o seguinte: hoje, a nota de transferência é a nota de produtor. Ele vende o trator, pronto, é um bem dele. Vende sem problema nenhum. Se o Denatran pudesse trabalhar com isso, com apenas um documento, teria que sair da fábrica já com isso. Não vejo grandes problemas nisso. Eu só acho difícil porque estamos transformando as nossas propriedades em verdadeiros cartórios. Agora, eu vou ter que ver os meus produtores todos do Rio Grande do Sul, do Brasil inteiro, com a caderneta na mão, fazendo a classificação das espécies nativas que eles têm na propriedade. Eles vão ter que fazer o CAR, não é? Vão ter que fazer tudo isso, anotar um por um. Vai virar um cartório essa encrenca. Vamos botar mais um elemento no processo?

Eu queria saber o seguinte: a relação custo-benefício ajuda em quê? Para que serve? Se ajuda, ótimo. Podemos aprofundar o debate. Não creio que ajude, mas eu gostaria de ouvir a questão técnica.

O SR. MILTON WALTER FRANTZ – Respondendo diretamente ao questionamento, o sistema como está montado hoje, a resolução, permite exatamente isto: só o CRV, o registro. Só o certificado de registro. O licenciamento, aí é que está, é questão de lei. Alterada a lei para que não seja necessário o emplacamento da máquina para a circulação, eu posso permanecer com parte desse processo, que é só a parte desse registro. Hoje a legislação já separou registro, quer dizer, a emissão do CRV, que é apenas o registro da máquina, e o CRLV, que é o licenciamento, hoje já é assim.

Eu gostaria só de citar, na minha apresentação, eu acabei não citando, gostaria de usar a oportunidade, o seguinte: dado esse debate que se levantou após a publicação, foi publicada em julho deste ano a suspensão dessa resolução para as máquinas agrícolas, transferindo – exatamente para abrir o debate – o prazo para o final de 2014, exatamente para que se consiga debater o assunto. É só o que eu gostaria de falar.

Quanto à questão de seguro, Senador, a gente teria que... Eu acho que foi convidada a Seguradora Líder para participar aqui, mas infelizmente eu não tenho informação sobre a questão do seguro.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Não, mas eu não falo em seguro. Falo de seguro obrigatório. A Seguradora Líder é particular, é privada.

O SR. MILTON WALTER FRANTZ – Sim. Ela é operadora do DPVAT.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – É.

O SR. PAULO CÉSAR DIAS DO NASCIMENTO JÚNIOR – Só uma contextualização. Na verdade, para máquinas que não são facultadas, de fato, já está expressa a questão do CRV. As não facultadas são aquelas que têm dimensões maiores e não trafegam, não conseguem e não podem trafegar. Em especial, para os tratores, que são facultados, existe essa permissão, você tem, necessariamente o CRV, e vai ter que fazer o licenciamento. É isso que está definido, na verdade, na Resolução nº 429. Então, necessariamente, quando transitar em via pública, não vai ter que ter apenas o CRV; vai ter que ter o CRV e o Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo. De forma que eu acho que se nós andarmos novamente por essa situação, nós vamos abrir um precedente para o DETRAN, para que isso fique automático de forma a onerar o produtor.

Eu acho que, como o Dr. Blairo disse muito bem, hoje a máquina já sai de fábrica com toda a codificação expressa no motor, no chassi, e poder-se-ia definir um registro nesse sentido. Mas abrindo precedente para o DUT, para CRV e para o CRLV, na verdade, nós vamos incorrer no mesmo erro, em minha opinião, de ter que, no final de tudo, a legislação estadual imprimir isso como IPVA e assim por diante, e você ter que pagar uma série de custos que hoje nós não temos que pagar.

O SR. LEONARDO MACHADO – Quero concordar novamente com o Paulo. Eu acho que o precedente é o maior perigo.

A gente tem que lembrar que essa é a segunda vez que uma resolução de emplacamento é publicada pelo Contran. Em 2008, houve essa mesma situação. Então, a gente vê que tem se buscado cada vez mais abrir o precedente para arrecadação, para essa questão do emplacamento, licenciamento e registro.

Sobre o seguro obrigatório, eu acredito que o intuito do seguro obrigatório é acidente de trânsito. Apesar de não estar escrito na lei, acho que o intuito do DPVAT é o acidente de trânsito. E como a máquina agrícola, a finalidade dela é o trabalho na propriedade rural, não vejo a necessidade de que haja DPVAT para a máquina agrícola.

O SR. PAULO CÉSAR DIAS DO NASCIMENTO JÚNIOR – Exatamente. Até porque quando existe no campo acidente com a máquina, você tem um acidente de trabalho. Existe uma legislação trabalhista vinculada a esses rigores. Você não precisa, na verdade, migrar uma legislação de trânsito para incorporar isso aí e servir como pretexto ou origem dos problemas para vincular o seguro DPVAT, em minha opinião.

O SR. MILTON WALTER FRANTZ – Só para complementar também, sobre a questão do DPVAT, tentando contribuir com o debate, o DPVAT é para acidentes pessoais de terceiros que possam ocorrer em função de algum acidente em que o veículo automotor se envolve. O.k? Queria apenas pontuar isso.

Gostaria de pontuar mais uma situação: essa resolução engloba as máquinas rodoviárias: as re-

troescavadeiras, as pás carregadeiras, os tratores de uso em obras. Então, eu chamo a atenção para isto: eu preciso de um tratamento independente. O foco aqui é a discussão de máquinas agrícolas, mas essa resolução também trata das outras máquinas, as máquinas rodoviárias. Então, que os encaminhamentos dados tenham em pauta e em atenção também uma gama de máquinas que fazem parte de vários programas de prefeituras, porque hoje as prefeituras precisam resolver o problema da sua retroescavadeira, do seu trator que faz a poda e que dá apoio ao serviço da prefeitura. E a prefeitura precisa do licenciamento e do registro dessas máquinas.

Então, que se tenha esse cuidado no tratamento dessa resolução, que trata desse universo todo – e, nesta audiência pública, estamos tratando especificamente de máquinas agrícolas. Quando vejo manifestações no sentido de revogar a resolução pura e simplesmente, eu fico preocupado em relação a esse outro setor.

Então, que se busque um encaminhamento específico para o projeto que é objeto desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Eu acho o seguinte, Paulo, a decisão haverá de ser tomada exatamente porque o Denatran incluiu numa resolução única tudo. Não fez a separação do que é máquina agrícola e o que é máquina de construção civil, rodoviária. Por isso é que o Denatran terá que analisar a questão novamente caso isso venha a ser revogado pelos Plenários do Senado Federal e da Câmara.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, o meu Projeto de Decreto Legislativo é para derrubar tudo. Eu não posso concordar com que máquinas que constroem rodovias, tratores, patrolas, pás carregadeiras, e mesmo o trator que faça a poda de árvores nas cidades precisem de emplacamento, de registro.

Ora, gente, vão-me desculpar, mas este nosso País perdeu a guerra para o papel faz muito tempo! Os nossos burocratas daqui de Brasília, que parecem que não têm nada para fazer o dia inteiro, ficam pensando em como complicar um pouquinho mais a vida do brasileiro. O que falta? Onde falta um negocinho aqui para a gente complicar a vida da Senadora Ana Amélia? Todo mundo fica pensando em como fazer isso.

Isso aqui é um descabimento. Você não pode... Quer dizer que um tratorzinho com uma carretinha, que anda a 5km por hora na rua de uma cidade, seja grande, seja pequena, tem que ter emplacamento, tem que ter licença para andar na cidade? É do Poder Público...

Gente, eu, sinceramente... Eu não vou embora para o Paraguai porque lá é um pouquinho pior que aqui. Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Senador Blairo, V. Exª tem razão. Até porque esta audiência seria o momento oportuno para que o Denatran pudesse mostrar aqui o volume de acidentes causados por máquinas agrícolas no País. Não tem. O DPVAT é exatamente o seguro de acidente para terceiros. Falar de veículos automotores, caminhões, carros de passeio, moto, etc., tudo bem. Agora, trator, máquina agrícola, minha gente, por favor!

Com a palavra o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, senhores convidados, Sr. Deputado Alceu Moreira, Srªs e Srs. Senadores desta Comissão, o barco já estava navegando quando eu cheguei aqui. E V. Exª vai me perguntar qual é a razão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Muito obrigado.

Eu não tenho nada mais a aduzir ao que disseram os nossos prezados colegas Senadoras e Senadores, mas queria lembrar uma coisa. O Presidente Eurico Gaspar Dutra, ao iniciar o seu governo, no início da década de 50, certa vez, declarou: “Não se governa o Brasil das janelas envidraçadas da esplanada do castelo”. Eu me permito repetir agora: não se governa um país moderno como o nosso do pátio da Esplanada dos Ministérios.

O que nós estamos vendo, com todo respeito ao representante do Denatran, é que apenas os técnicos querem decidir as coisas do País. Eles não produzem, mas recebem o fruto da produção, o que nós produzimos, o que nós damos no campo para as cidades.

Esse projeto vem restabelecer a realidade, assegurar a nós, produtores rurais, a todos aqueles que amanham as nossas terras, um direito que é líquido e que foi conquistado pelo nosso trabalho. Não é justo que agora queiram oprimir, burocraticamente, mais uma vez, o nosso produtor. Não é possível mais.

O Senador Blairo Maggi, que é a imagem do grande produtor rural deste País, no bom sentido, já falou de todo o nosso desespero e a nossa revolta. Não é possível mais permitirmos que os homens da cidade, dos palácios do Ministério do Governo Federal queiram decidir sobre uma realidade do campo que não pode ser mudada.

Portanto, minha manifestação, Sr. Presidente, é de revolta quanto ao que estão querendo fazer.

E quero dizer ao Sr. Milton, com o respeito que, naturalmente, sua pessoa merece, que esse maquinário que se usa, as pás carregadeiras, as motoniveladoras têm que ter o mesmo tratamento que tem o trator que fica na fazenda, porque o destino maior dele é o campo. Essas máquinas basicamente não foram feitas para ficar tão somente na cidade, mas, sobretudo, nos campos.

Então, Sr. Presidente, associando-me à revolta dos meus companheiros desta Comissão e associando-me ao projeto do Deputado, que desejo até que seja Senador no futuro, Alceu Moreira, que tomemos uma providência imediata. Desde já, apoiemos o projeto de decreto legislativo do Senador Blairo Maggi, para pôr fim a essa situação que abala tanto os homens do campo.

Era isso ,Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Encerrada a apresentação dos nossos convidados, bem como o debate proposto pelos Srs. Senadores, há um requerimento sobre a mesa.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, há um requerimento ao Presidente... V. Exª quer ler o requerimento primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Leio o requerimento aqui apresentado pelo Senador Waldemir Moka e outros Senadores, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 52, de 2013

Requeiro nos termos do disposto no artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Excelentíssima Senhora Gleisi Helena Hoffmann, com o objetivo de conhecer o histórico da ocupação territorial nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, solicito a disponibilização do resultado da análise de ocupação territorial e uso das terras rurais feita pela Embrapa, nas regiões de discussão pela demarcação de Terras Indígenas, que foi realizado utilizando técnicas de interpretação de imagens de satélites anteriores ao ano de 1988, cartografia digital e demais informações.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (PERMANENTE)

Assinam o Senador Waldemir Moka e demais Senadores, Figueiró, Maggi, Ana Amélia, Sérgio Souza.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, rapidamente. A Embrapa fez todo um estudo visando exatamente a essa questão temporal. Quer dizer, em 1988, a Embrapa tem como recuar no tempo e demonstrar a ocupação dessas terras, fez esse estudo, está pronto e o que estamos pedindo é que seja disponibilizado para esta Comissão. Precisamos saber exatamente isso. É muito simples. Acho que o Presidente da Embrapa já encaminhou e, se não encaminhou, eu mesmo fiz um pedido específico do Mato Grosso do Sul, muito antes disso, porque eu tinha exatamente essa questão. Com a decisão do Supremo, que ratificou as questões da decisão da Raposa Serra do Sol, ali há um marco temporal. Então, para mim está muito simples: em 1988, tinha produtor? Não há que se falar mais em demarcação. Acho que essa questão é simples desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Feitas as considerações, submeto o requerimento à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Eu queria comunicar também ao Plenário que, no dia 16 de outubro próximo passado, foi encaminhado por esta Comissão um requerimento à S. Exª a Ministra Gleisi Hoffmann tratando especificamente do mesmo assunto.

O requerimento vai ser encaminhado à S. Exª a Ministra da Casa Civil.

Ainda de autoria do Senador Waldemir Moka:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 53, de 2013

Requeiro nos termos do disposto no artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado aos Ministros da Justiça, Excelentíssimo Senhor Luiz Eduardo Cardozo, informações esclarecedoras sobre relação de processos administrativos da FUNAI, que objetivam a revisão de limites e/ou ampliação de terras indígenas já demarcadas.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (PERMANENTE)

Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É com o mesmo objetivo, Sr. Presidente, porque há em curso uma série de pedidos de demarcação e, a meu juízo, essas demarcações que estão ocorrendo hoje, depois dessa decisão, são todas, do ponto de vista jurídico, questionáveis.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Resta-nos, a esta hora, agradecer ao Sr. Leonardo Machado, ao Sr. Paulo César, ao Deputado Alceu Moreira e ao Sr. Milton Walter pela presença e, ao mesmo tempo, pelas excelentes exposições e esclarecedoras informações que trouxeram para os Senadores que compõem a Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Ao mesmo tempo, comunico aos Srs. Senadores que, às 10 horas, estaremos recebendo a Presidenta da Funai para darmos continuidade ao que começamos na semana próxima passada, que é exatamente o assunto: demarcação de terras indígenas.

Aguardamos a presença de S. Exª, o Ministro, prevista para o dia 14 próximo.

Agradeço a presença de todos e dou por encerrada esta reunião.

(Iniciada às 7 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 31 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE NOVEMBRO DE 2013.

Às dez horas e quinze minutos do dia sete de novembro de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, WALTER PINHEIRO, ANTONIO CARLOS VALADARES, FLEXA RIBEIRO, CÍCERO LUCENA, BLAIRO MAGGI, WELLINGTON DIAS e ANA RITA.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Osvaldo Sobrinho e Gim. Justifica a ausência o Senador Delcídio do Amaral, em razão de sua participação no Ciclo de Debates sobre o Programa do Sistema de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON, a ser realizado nos municípios de Ponta Porá e Campo Grande/MS nos dias 7 e 8 de novembro de 2013, conforme Requerimento (RQS) nº 1.296/2013, aprovado em 06.11.2013. O Senador Antonio Russo se encontra de licença, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos (RQS) nº 1/2013, 832/2013 e 1.210/2013, aprovados em 30.01.2013, 16.07.2103 e 15.10.2013, respectivamente. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 6, de 2013, de autoria do Senador Benedito de Lira e outros senadores, aprovado em 07.03.2013, com a finalidade de debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira, com a presença da **Srª. Maria Augusta Boulitreau Assirati** - Presidente da Fundação Nacional do Índio - **FUNAI**. Após a exposição da Senhora convidada, fazem uso da palavra para tecer comentário sobre os assuntos abordados, os Senhores Senadores Blairo Maggi, Ruben Figueiró, Waldemir Moka e o Senhor Deputado Alceu Moreira (PMDB/RS). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata é dada como aprovada.

A presente audiência pública tem a finalidade de debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira, em cumprimento ao Requerimento nº 6, de 2013, de autoria do Senador Benedito de Lira e de outros Senadores, com a presença da Srª Maria Augusta Boulitreau Assirati, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Tenho o prazer de convidar a Srª Presidente da Funai para tomar assento à mesa.

Srªs e Srs. Senadores, conforme calendário previamente estabelecido e requerimento aprovado por esta Comissão, temos o prazer de receber a Presidente da Fundação Nacional do Índio, para que possamos ouvir suas manifestações, ao tempo em que encerraremos esse debate que diz respeito à demarcação de terras indígenas.

O Ministro já confirmou sua presença aqui, exatamente às 8h30 do próximo dia 14.

É de fundamental importância a presença de S. Exªs os Srs. Senadores.

Eu gostaria só de chamar a atenção para o fato de que o dia 14 é véspera de feriado. Mas temos esse compromisso. Essa foi exatamente a data marcada por S. Exª o Sr. Ministro. Nós já o aguardamos há algum tempo, considerando que, em diversas outras oportunidades, por dificuldade de agenda, S. Exª não pôde comparecer a esta Comissão.

Terei muito prazer de conceder a palavra à Srª Presidente da Funai.

Eu gostaria de saber se algum Senador gostaria de fazer qualquer tipo de manifestação antes que a Srª Presidente possa se manifestar e fazer sua apresentação. (*Pausa.*)

Tenho muito prazer de conceder a palavra à Srª Maria Augusta Assirati, Presidente da Funai, para darmos início à nossa audiência pública.

Com a palavra, a senhora, por favor.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Muito obrigada, Senador.

Bom dia a todos e a todas as presentes!

Inicio pedindo desculpas por não ter podido estar aqui na semana passada, atendendo ao convite que recebi. De fato, eu estava com uma agenda, com alguns compromissos que não tínhamos como remanejar.

Mas quero dizer que é um prazer aceitar esse convite que foi feito, porque ele significa também a oportunidade de podermos falar um pouco do nosso trabalho, de podermos compartilhar um pouco o que fazemos, de aclararmos algumas dúvidas que, frequentemente, se colocam em relação ao tema de demarcação de terras indígenas e de respondermos a todas as perguntas que eventualmente forem feitas aqui, neste plenário.

Eu queria começar falando um pouco dos dados demográficos relativos à população indígena. Eu posso disponibilizá-los eventualmente se alguém tiver o interesse de manter aqui esses dados da Funai. E posso passar outros dados que eventualmente os senhores e as senhoras tenham interesse em ter.

Hoje, no Brasil, pelo Censo de 2010, pelo último Censo que levantou a população indígena de maneira mais criteriosa, com alguma metodologia, para além dos dados que a Funai já tinha... O IBGE fez esse trabalho em 2010. E, coincidentemente e estranhamente, foi a primeira vez que o Censo contou com um levantamento preciso da população indígena, a partir, evidentemente, do critério da autodeclaração, e consolidou esses dados.

Hoje, há cerca de 800 mil indígenas vivendo no País. Há mais de 300 etnias diferentes no País. Ou seja, o País conta uma sociodiversidade no campo indígena muito grande. Mais de 200 línguas foram comprovadas e estão registradas, catalogadas no Brasil. São diferentes línguas indígenas.

A Funai já identificou 82 referências de índios isolados. Dessas 82 referências, 32 grupos foram confirmados. Hoje, o Brasil é o país com maior número de indígenas isolados identificados. A nossa política de proteção aos índios isolados é referência, sobretudo nas Américas, na América do Sul. Nós, frequentemente, somos procurados por outros países, para compartilhar nossas experiências em relação à política de proteção de índios isolados que o Brasil adota.

A Funai foi precedida pelo órgão chamado Serviço de Proteção aos Índios (SPI), um órgão criado em 1910, que foi sucedido pela criação, em 1967, da Funai. Esse órgão tinha um caráter bastante diferente daquele que hoje tem a Funai. Trabalhava numa perspectiva de integrar o indígena à sociedade brasileira. Portanto, era uma perspectiva integracionista. A política do SPI e da Funai, no início de seu funcionamento, além de bastante assistencialista, tendia a assimilar a cultura do indígena à cultura dominante, não indígena, e a integrar o indígena a essa sociedade.

Então, figurava, naquela época, até o início da Funai, esse paradigma. A Funai funcionou bastante tempo, a partir da sua criação, também com esse paradigma, com base numa relação tutelar, assistencialista e paternalista. A Funai intervinha, de modo significativo e negativo, na cultura indígena e praticava ações assistencialistas e de assimilação das sociedades indígenas. Portanto, criou uma submissão e uma dependência do indígena a essa sociedade dominante.

A Funai, desde que foi criada, funcionou por bastante tempo assim, até que houvesse um novo paradigma para a política indigenista no Brasil, que vem apenas com a Constituição Federal de 1988. A Constituição altera o paradigma da política indigenista no Brasil e traz algumas coisas muito importantes. Traz, evidentemente, a diretriz e a garantia para o direito territorial, assegurando que as terras tradicionalmente ocupadas seriam de usufruto exclusivo das populações indígenas que ali estivessem, mas traz também uma garantia de expressão livre da cultura do indígena, das tradições, da prática de suas tradições, de suas crenças, de suas religiões.

A Constituição extingue a figura da tutela, o que é um marco importante também. Muita gente ainda acha que a Funai é responsável pelos atos dos indígenas. Isso foi extinto a partir da Constituição de 1988. Então, a Funai não fala pelos índios. Os índios têm autonomia,

têm capacidade de autodeterminação. Isso passou a ser explícito a partir da Constituição de 1988. Todas as normas infraconstitucionais que diziam que Funai era responsável pela representação do indígena e que o indígena era incapaz do ponto de vista da prática dos seus atos civis não foram recepcionadas ou foram revogadas expressamente.

Então, o marco da nova política se dá em 1988 e traz muito fortemente também esse aspecto da proteção territorial. Para a reprodução física e cultural dos indígenas, era preciso assegurar-lhes as terras que eles tradicionalmente ocupavam naquela época e ocupam hoje.

No processo de demarcação de terras, há um conjunto de normas que constituem a base legal para que esse processo se dê. A primeira delas, evidentemente, é o art. 231 da Constituição Federal. Sobretudo os arts. 231 e 232 são os que tratam mais diretamente dos direitos dos indígenas, e o 231 é o que trata da questão da proteção territorial, dos direitos territoriais dos povos indígenas.

Temos a Lei nº 6.001, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. Trata-se de uma legislação antiga, ainda de 1973. Grande parte dos seus dispositivos não foi recepcionada, a partir da Constituição de 1988, mas tem ainda alguns dispositivos vigentes.

Hoje, o nosso decreto vigente, que dispõe sobre o procedimento de demarcação, é o Decreto nº 1.775. Ele é de 1996.

O Decreto nº 5.051 internalizou a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ele dispõe sobre diversos direitos dos povos indígenas. Essa convenção foi internalizada no nosso ordenamento jurídico por esse decreto.

A Portaria nº 14, do Ministério da Justiça, define uma série de regras para o cumprimento do Decreto nº 1.775, e a Portaria nº 2.498, de 2011, que é também uma portaria do Ministério da Justiça, trata da forma de participação, regulamenta a forma de participação dos entes federados no processo administrativo de identificação e delimitação de terras indígenas no Brasil.

Bom, quais são as etapas? Como esse processo se dá?

Existe o primeiro passo: a Funai cria um grupo de trabalho, que é multidisciplinar. Não é um grupo apenas de antropólogos. Essa é uma dúvida que frequentemente surge. É um grupo formado por profissionais da área antropológica, mas também ambiental, histórica, fundiária, enfim, diversos profissionais compõem esse grupo. O objetivo desse grupo é avaliar se é possível identificar aquela área como sendo uma área de uso tradicional, de uma comunidade indígena, e, sendo possível, fazer, promover e apresentar uma proposta de delimitação para aquela área, para aquela terra indígena.

Em seguida, vêm as contestações das partes que eventualmente se sintam prejudicadas por algum tipo de ação que conste da identificação de delimitação. A identificação de delimitação tem um relatório publicado. Essas contestações são feitas, são analisadas pela Funai e pela AGU, por meio de nossa Procuradoria, e o processo segue, então, para o Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça faz a análise de todo o processo, inclusive das contestações, e pode adotar três medidas. Três possibilidades cabem como atribuições do Ministro da Justiça: ou ele acata o procedimento e emite uma portaria declarando a área como terra indígena; ou ele não acata e devolve o procedimento para a Funai, dizendo que não há elementos suficientes para que haja declaração da terra indígena; ou ele solicita que a Funai cumpra algumas diligências para esclarecer elementos constantes do processo. Bom, após essa etapa, sendo declarada a área como terra indígena, o processo segue para homologação, o que se dá por meio de um decreto presidencial. Entre um período e outro, tem-se a demarcação física da área, após a declaração, e depois se registra essa área em cartório de registro de imóveis e na Secretaria do Patrimônio da União.

Bem, como estamos em termos de situação? Qual é o quadro das terras indígenas que estão regularizadas, que existem hoje no Brasil nesse período, neste mês em que estamos?

Esse é o quadro atual e geral. Nós temos 108 terras indígenas em estudo no Brasil, hoje, divididas quantitativamente nas cinco regiões. Temos, hoje, 37 terras delimitadas pela Funai, 66 terras declaradas pelo Ministro da Justiça, 15 terras homologadas pelo Presidente ou Presidenta da República. Portanto, 419 áreas regularizadas. Recapitulando o procedimento, nós consideramos uma área regularizada sempre que ela tenha chegado à última etapa, que é a etapa de registro no cartório e na SPU. Então, regularizadas, hoje, nós temos 419 terras indígenas no Brasil. No total, são 537, quer dizer, somando-se as terras que estão em todas essas etapas – portanto, nem todas regularizadas – mais as 108 áreas que estão em estudo, que não consideramos terras indígenas, porque, como não houve ainda identificação, não é possível saber se essas áreas são ou não são terras indígenas ainda.

Bom, aí está o quadro regional. Aí estão os dados por etapa, em estudo, delimitados, declarados. Cada uma das etapas é um gráfico, e as barrinhas coloridas são as regiões do Brasil.

Com esse gráfico, eu gostaria de mostrar para os senhores que a maior parte das áreas, sejam re-

gularizadas ou não, concentra-se na Amazônia Legal – são as barrinhas azuis mais escuras. Temos uma diferença muito grande entre terras indígenas localizadas na Amazônia Legal, se compararmos com as demais regiões do País.

Bem, então, são 419 terras indígenas no País. Isso dá, em área, um total de cerca de 105 milhões de hectares e equivale a aproximadamente 12% do Território nacional. Esse número também sempre nos é bastante perguntado. Fala-se em 13%, mas, fazendo-se os cálculos, nós temos um número aproximado a 12%. Desses 12%, ou seja, do total das áreas indígenas, 8% dessas áreas regularizadas não estão ainda, Senador, em posse dos indígenas. Ou seja, são áreas que, no papel, estão regularizadas, mas ainda contam com algum tipo de ocupação. Não estão em posse plena dos indígenas. E, dessas 419, ou seja, desse percentual de 12%, 98,75% estão concentradas na Amazônia Legal. Grande parte das terras indígenas regularizadas no País, como já foi mostrado em outro gráfico, está situada na Amazônia Legal, e é um percentual bastante alto. Quase 100%, ou seja, 98,75%.

Por que também se começou pela Amazônia Legal, e o que isso, hoje, nos traz também de benefício?

As terras indígenas têm um grande papel, um papel fundamental na proteção ambiental, sobretudo na região da Amazônia Legal. Esses dados são do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. É um plano coordenado pela Casa Civil da Presidência da República (PPCDAm), alimentado com dados de diversos órgãos, mas, sobretudo, com os do Ministério do Meio Ambiente.

Se vocês repararem ali, o primeiro quadrinho traz uma média de desmatamento da Amazônia Legal no período compreendido entre 2008 e 2012. As terras indígenas, somadas, tiveram um percentual de desmatamento de 288 quilômetros quadrados, repito: somadas todas elas. Ou seja, desmataram menos do que a unidade de conservação. Houve um desmatamento menor do que as unidades de conservação federal e as unidades de conservação estadual.

O interessante é que essa informação se complementa com o gráfico de baixo – as terras indígenas são as da linha azul. Ela traz uma regularidade na redução do seu desmatamento. Então, desde 2008 a 2012, as terras indígenas seguem decrescendo seu percentual de desmatamento. Isso significa que existe uma relação direta também no ato de assegurar a posse das terras indígenas aos indígenas, na verdade, uma relação direta entre assegurar essa posse plena aos indígenas e a redução do desmatamento, além, evidentemente, do fato de que a regularização das terras indígenas contribui também para o ordenamento fundiário, então, isso ajuda também em que haja uma redução da prática de ilícitos, sobretudo no que diz respeito à extração ilegal de madeira.

Eu fiz esse gráfico grande – na verdade, são os mesmos números – só para mostrar para os senhores que essas barras roxinhas aí são as taxas de desmatamento de 2008 até 2012. Ou seja, o Governo Federal vem fazendo um esforço muito grande e desenvolvendo diversas ações voltadas ao enfrentamento do desmatamento na região da Amazônia Legal. Isso tem dado um resultado; percebemos quando olhamos para esse gráfico. E, se olharmos a quantidade geral de desmatamento, a gente vai perceber que as unidades de conservação e terras indígenas têm um percentual muito pequeno de desmatamento em relação à área total desmatada, que são aquelas coloridinhas ali, em cima das barras roxas.

Então, as terras indígenas são um elemento importante nessa prestação de serviços ambientais; elas comprovadamente apresentam as menores taxas de desmatamento, se, inclusive, comparadas a outras unidades de conservação. Existe uma redução linear de desmatamento nas terras indígenas, se pegarmos essa série desde 2008 até 2012. Então, há uma efetividade da política de proteção territorial da Funai também.

Essa política de proteção territorial é feita em estreita parceria com os próprios indígenas, que têm que ser também os atores protagonistas dessa vigilância de suas terras, impedindo a prática de ilícitos nessas áreas, mas, evidentemente, não é possível que os indígenas façam isso sozinhos, eles precisam do apoio do Estado brasileiro. A Funai é um órgão que consegue dar um aporte relativo em relação a esse tema, mas precisa de outras parcerias. A Funai sozinha não consegue fazer fiscalização, por exemplo, dessas áreas, porque não temos o nosso poder de polícia regulamentado. Ou seja, se qualquer agente da Funai encontra um madeireiro ou um garimpeiro dentro de uma terra indígena, explorando indevidamente recursos naturais – o que é vedado, inclusive, pela Constituição –, esse agente público, esse servidor não tem poder para pedir que esse madeireiro se retire da área, para apreender o material que foi extraído indevidamente da terra indígena. Ou seja, a Funai precisa ainda do apoio de outros órgãos públicos, sobretudo das forças policiais, para poder promover essa fiscalização dentro das áreas regularizadas.

Concluímos, com isso, que essa posse plena dos indígenas às suas terras contribui para o controle climático global. E vem sendo um esforço também do mundo inteiro promover esse equilíbrio, tão voltado aos seus objetivos para a promoção de um ambiente ecologicamente equilibrado para a população brasilei-

ra – na verdade, para o mundo, porque hoje a Amazônia é um ativo mundial da sociobiodiversidade –, garantindo aí essa proteção ambiental e de recursos da sociobiodiversidade.

As demais regiões do País. Falamos muito da Amazônia, mas a gente tem também as outras regiões do País, em que há muitos indígenas. Acho importante também lembrar que o nosso processo de colonização se inicia nas regiões litorâneas, então, evidentemente, a gente teve uma perda muito significativa de populações indígenas desde o processo de colonização nessas áreas, que vem do litoral sul e sudeste, até o nordeste, para o centro do País e, sobretudo, para a região Amazônica, por isso a diferença também de populações indígenas nessas regiões. Mas 1,25% da superfície das terras indígenas regularizadas hoje no País estão situadas no Sul, no Sudeste, no Centro-Oeste, no Nordeste do País, já que, conforme eu tinha dito lá atrás para os senhores, 98,75% estão situadas na Amazônia Legal. Esse 1,25% representa 1,3 milhão hectares.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem.

Quero apenas saber onde Mato Grosso entra aqui: Centro-Oeste ou Amazônia Legal?

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Amazônia Legal. Desculpe-me. Estamos colocando... Mas vamos tratar um pouquinho do Mato Grosso. Temos um gráfico...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sim, mas nessa estatística?

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Amazônia Legal. Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas vocês somam também no Centro-Oeste. Eu acho que aí tem que ser excludente; não é, Presidente? Se o Mato Grosso é contado na Amazônia Legal, ele não pode ser contado na Região Centro-Oeste.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – É, a gente... Olha só, se vocês quiserem, a gente...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Há uma parte do Mato Grosso que é Amazônia Legal...

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Isso. A gente pode voltar para o gráfico dos Estados, se os senhores quiserem. Posso terminar a apresentação e retornamos?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Só para tirar a dúvida, porque – viu, Senador Moka? – o Mato Grosso tem o bioma amazônico, mas a Amazônia Legal é em todo o Estado. Então, o sul do Estado, ali na divisa com o Mato Grosso do Sul, já é Amazônia Legal.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Do paralelo 18...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, é na fronteira. Não há mais paralelo; é na fronteira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim, Senador. Eu posso estar enganado. É que... Ela vai voltar. Ela está contando duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Quando ela terminar a exposição, ela fará uma retrospectiva com relação ao Mato Grosso.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Obrigada, Senador.

Vamos em frente. Está acabando já.

Nessas áreas, vivem 554 mil indígenas, segundo o censo do IBGE. Aqui temos uma APA. As áreas amarelinhas são as terras indígenas regularizadas. Então, só para os senhores terem ideia disso, ela está bastante concentrada na região da Amazônia Legal, incluindo o Estado do Mato Grosso – destaque-se que Mato Grosso é o Estado que tem uma das maiores diversidades étnicas no que diz respeito à questão indígena, muitas etnias diferentes. Então, esse mapa aqui é para terem uma ideia visual de como se dá a distribuição das terras indígenas no País.

Bem, aqui vemos os Estados no gráfico comparativo das terras indígenas nas unidades da Federação. A barra azulzinha é a superfície do Estado em hectares e a barra vermelha é a superfície das terras indígenas em hectares em cada Estado. O Mato Grosso – vejam, está ali no finalzinho, é o segundo Estado da direita para a esquerda – tem um número muito grande de terras indígenas, comparativamente a outros Estados. A barra vermelha não chega a 20 milhões na escala. E os Estados onde mais temos áreas indígenas regularizadas hoje são o Amazonas e o Pará, que são as duas barrinhas aqui, a terceira e a quarta da esquerda para a direita.

Nós destacamos aqui três Estados, pela nossa avaliação, onde a presença de terras indígenas tem sido mais pautada aqui na Casa – evidentemente, estamos à disposição para oferecer qualquer outro tipo de informação, caso seja preciso –: Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Alagoas.

Mato Grosso do Sul: temos aí um percentual de 1,64% do Estado em área representando as terras indígenas regularizadas. Ou seja, do percentual total da área do Estado, apenas 1,64% está regularizado como terra indígena...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas, Presidente, aí também tem que constar o que se pretende. Isso mostra o que está regularizado. O que está em processo de demarcação não está aí.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Pois não, Senador. A gente pode conversar sobre isso depois, se eu puder terminar a apresentação, finalizar.

Densidade demográfica: a gente tem hoje 149,26 habitantes indígenas por quilômetro quadrado, ou seja, vivendo nesse 1,64% do território. E, comparativamente, a densidade demográfica geral é 21 vezes maior, porque a gente tem 6,86 habitantes por quilômetro quadrado no restante do território do País. Ou seja, a densidade demográfica nas áreas indígenas é 21 vezes maior do que a densidade demográfica geral do Estado.

Esse número considero bastante significativo porque retrata e ilustra bastante a situação dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul, sobretudo os da etnia guarani-kaiowá, que é a segunda maior etnia indígena no Brasil e que vive em situação de absoluto confinamento. Por isso a situação de conflito é tão grande e tende a se agravar sempre mais se a gente não conseguir efetivamente ter uma política territorial que garanta uma sobrevida, uma capacidade de reprodução física e cultural adequada desse povo.

No Estado de Alagoas, 0,13% do Estado representa os territórios indígenas já regularizados; densidade demográfica, 617,78 indígenas por quilômetro quadrado; população geral, 112. Isso dá uma média de cinco vezes maios do que a população em geral.

Rio Grande do Sul: 0,23% apenas são terras regularizadas no Estado; densidade demográfica dos indígenas, 53,41, e da população em geral, 37,96. Essa diferença não é tão expressiva.

Trouxe uma foto para ilustrar para vocês. Vemos esse potinho de mel que é produzido pelos indígenas do Parque do Xingu, um mel que atravessa o País, é vendido em várias redes importantes de supermercado, inclusive Pão de Açúcar; é um mel que entrou numa cadeia de produção satisfatória e que tem circulado muito e sido procurado no Brasil inteiro, mas é produzido ainda em pequena escala, em formato ainda bastante tradicional. Ali embaixo vê-se a produção do mel, os grafismos do Xingu e as cestarias.

Se o senhor quiser, Senador, posso deixar algumas informações sobre as demais políticas, porque a Funai não trabalha só demarcação de terras indígenas nem proteção territorial. Nós temos diversas outras ações na área de promoção do desenvolvimento sustentável; temos uma diretoria, a Diretoria de Promoção, que trabalha o monitoramento e acompanhamento da educação e saúde indígena.

Eu queria destacar, de forma bastante significativa, uma confusão que muitas pessoas fazem. A Funai hoje não é mais responsável – aliás, desde a década de 90 – pela execução direta das ações de educação e saúde indígenas. A nossa atribuição é monitorar e acompanhar essas políticas e evidentemente ajudar a construir as diretrizes para que essas políticas sejam feitas. Mas somos responsáveis por todo o processo de seguridade social voltado para os indígenas. Então, documentação básica, assistência e previdência, infraestrutura – temos avançado bastante em programas também em cooperação com outros órgãos que desenvolvem programas nessa área de infraestrura –, habitação, fornecimento de energia, sobretudo a partir de fontes alternativas para as aldeias que não querem contar com redes de energia elétrica em suas áreas, proteção e segurança pública dentro das áreas indígenas, em tudo isso temos também crescido.

Tínhamos uma coordenação geral de monitoramento territorial, Senador, que, só para o senhor ter uma ideia, por volta de 2004, tinha dois servidores para promover a fiscalização e vigilância de todas as terras indígenas no Brasil inteiro. Isso não era possível. Então, estamos fortalecendo isso, hoje é uma coordenação que funciona bem.

Parcerias com as forças policiais. Fechamos um acordo de cooperação com a Polícia Federal, para ações conjuntas com o Estado de Mato Grosso, a fim de promover o policiamento comunitário em áreas regularizadas. Estamos tentando avançar nessas parcerias.

Somos responsáveis pela gestão ambiental e pelo etnodesenvolvimento dos povos indígenas do Brasil. Tivemos, no ano passado, aprovada pela Presidenta Dilma a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, que dá as diretrizes de como tem que ser feita essa gestão dentro das áreas regularizadas e institui a possibilidade de se montar planos de gestão para essas terras indígenas, planos de gestão que já temos desenvolvido há algum tempo – a Funai, em parceria com os outros órgãos –, inserindo os indígenas em diversas cadeias de atividades produtivas a partir de ações de etnodesenvolvimento. Destaquei aí a nossa parceria com a Embrapa para realização de uma feira anual de sementes tradicionais. Então, essa é a parceria que a gente vem buscando, porque, infelizmente, hoje, no Brasil, ainda as pessoas relacionam exclusivamente a política indigenista à atribuição da Funai.

A Funai é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, é a coordenadora da política indigenista no Brasil, mas não desenvolve tudo sozinha; os indígenas são cidadãos e cidadãs que precisam também da atenção do serviço público prestado por diversos outros órgãos, sejam eles federais, estaduais ou municipais, e cabe a nós, da Funai, promover essa articulação com esses demais órgãos e contar com esse apoio e com essa parceria que são ideais para que a gente pos-

sa promover uma política efetiva de desenvolvimento sustentável para os povos indígenas, respeitando sua autonomia, sua diversidade étnica e sua opção por afirmar sua cultura, por afirmar suas tradições, por afirmar suas crenças e viver e reproduzir-se cultural e fisicamente do modo que melhor lhes aprouver.

Era isso que eu gostaria de trazer.

Estou aberta a esclarecer as dúvidas.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado à Srª Maria Augusta pela explanação apresentada.

Começamos o debate com os Srs. Senadores. Estão inscritos aqui, pela ordem, Ana Amélia, Blairo Maggi, Ruben Figueiró e Waldemir Moka.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, Benedito de Lira, cumprimento a Drª Maria Augusta Assirati, Presidente da Fundação Nacional do Índio. Seja bem-vinda à nossa Comissão!

Eu, obviamente, como os demais que estão aqui, acompanhei a sua explanação. Na verdade, o nosso pleito, do Senador Moka e dos demais que estão aqui na Comissão, o que gostaríamos de ter ouvido de V. Sª é sobre as demarcações que estão sendo pleiteadas, que vêm pela frente nos locais onde efetivamente estão acontecendo os conflitos. Na sua apresentação não veio nada disso. Esperamos que, talvez, nas respostas, a gente possa aqui ter a sua fala sobre esse assunto.

Sei, os gráficos ali mostraram, que nós temos a maioria das áreas demarcadas na Região Amazônica. Foi mais fácil fazer essa demarcação ali porque não tem população; então, é fácil você demarcar do tamanho que quiser. Com algumas encrencas aqui e outras ali, e acabam fazendo.

Mas, quando você começa a descer para o sul de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e outros locais em que entrou na moda agora a demarcação de reservas indígenas, isso traz preocupações em todos os setores. Espero, depois, poder ouvir de V. Sª essas considerações.

Tenho uma pergunta ou várias para fazer.

Demonstrou-se claramente que se quer marcar reservas indígenas maiores porque a população de índios está vivendo apertada num território. Como isso será definido no futuro, uma vez que as populações indígenas crescem? Quando se coloca mais saúde, mais educação lá dentro da reserva, se dá mais apoio aos indígenas, obviamente a população cresce. Estou vendo isso no Estado de Mato Grosso. Então, aí vai a primeira pergunta: como será isso daqui a 20 anos, quando todas as populações indígenas crescerem no País? Aparentemente, as terras que eles habitam hoje não serão suficientes para a continuidade do modo como eles viveram até hoje e como a Funai pretende que eles vivam. Quer dizer, vamos ter uma guerra declarada no futuro? Mais aumento de reservas indígenas, demarcação de novas áreas indígenas nos Estados e no Território brasileiro? Essa é primeira pergunta que eu tenho para V. Sª.

A segunda é com respeito às obras de infraestrutura que nós devemos fazer no País. Há poucos dias, lá no Supremo, houve um julgamento lá da Raposa Serra do Sol e foi dito novamente pelos Ministros que os índios devem permitir, que não deve ser proibida a passagem das obras de infraestrutura no País. Mas a gente sabe que não é assim. Eu vivo no Estado de Mato Grosso e sei das dificuldades que nós temos para passar uma estrada próximo de uma reserva – não falo nem dentro, próximo. A Funai – não sei onde está escrito isso, mas os antropólogos e todos aqueles que vivem cuidando disso dizem o mesmo – disse que nós precisamos respeitar 40 quilômetros de uma reserva indígena para passar algum tipo de infraestrutura ou licenciamento pela intervenção no meio ambiente dessas questões. Aí especificamente a pergunta é: na descida, na ferrovia de Santos – de Campinas para Santos–, foi feito um contrato de duplicação dessa ferrovia. Quando foi feito o contrato com duas empresas privadas, ficou determinado que se faria a duplicação. Entre a negociação e efetivamente o começo das obras, demarcaram-se mais áreas indígenas na região. Quer dizer, hoje nós temos um bom trecho, 60% da ferrovia duplicada entre Campinas e Santos, mas não se consegue concluir a obra porque há aldeias indígenas e o processo não anda. Então eu gostaria de perguntar a V. Sª se tem conhecimento disso e qual é a saída que nós teremos, já que os índios não podem proibir, os índios tem que permitir e a Funai tem que criar as condições para que possamos passar e não deixar que essa ferrovia tão importante para o escoamento da produção brasileira esteja do jeito que está, porque isso tem consequências muito sérias. Se por trem não der, tem que vir de caminhão e são caras as mercadorias, as nossas rodovias estão todas abarrotadas. Enfim, as consequências são muito grandes nessa questão.

Outra coisa doutora, a senhora explicou ali a metodologia. Criam-se as comissões, com antropólogos e coisa parecida. Mas a grande reclamação dos Municípios, inclusive do Estado, quando eu fui Governador não era diferente, era assim, é que se começa uma demarcação de reserva indígena, não se fala com ninguém, não se avisa ao Estado, não se avisa o Município, os laudos antropológicos são questionados na

Justiça e a gente nunca consegue ter qualquer tipo de sucesso nessas contradições que estão aí colocadas.

Basicamente são essas as questões mais importantes que eu gostaria de trazer.

E queria falar da insatisfação que se tem com a forma como a Funai trabalha junto aos produtores, junto aos Estado e aos Municípios, que é muito grande. Falta diálogo, falta convencimento, é feita uma coisa de cima para baixo, tudo goela abaixo, não há discussão, não há respeito por aqueles que vivem ali há centenas de anos, como os produtores rurais, donos de propriedades pequenas, familiares, que simplesmente são arrancados dali, e a Funai fala assim – quando eu falo FUNAI digo alguém que fala pela Funai -: "Isso aqui é um problema de reforma agrária, vocês têm que procurar o MDA e se colocar por lá". Não penso que seja assim essa situação.

Voltando um pouquinho também a essa questão da interferência da Funai nos licenciamentos das obras públicas, a Amazônia Legal tem um tratamento diferente. Se não me engano, lá são 40 quilômetros em que não pode passar nada perto ou, se passar, tem que haver um tratamento diferente. Já no Sul, é outra a situação, eu acho que a zona de amortecimento é menor. Eu gostaria que se V. Sª pudesse explicar um pouquinho isso.

E a última pergunta, eu estava até esquecendo, é a seguinte: há denúncias, principalmente no Paraná e no Rio Grande do Sul, de que estão sendo importados índios da Bolívia e do Paraguai, principalmente os guaranis.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) (*Fora do microfone*.) ... e em Mato Grosso do Sul também, e índios da Colômbia.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Índios da Colômbia.

Quer dizer, há essa denúncia, e eu gostaria de saber qual a providência, o que a Funai está fazendo sobre esse assunto, que me parece um assunto bastante grave, porque, se já temos que dar conta e cuidar dos nossos índios, não vamos importar índios para aumentar essa pressão. Parece-me que permitir isso é uma questão de querer um conflito no futuro, e eu acho que conflito não é bom para ninguém. Devemos discutir as coisas e resolver da melhor maneira possível.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Deputado Alceu, Srª Maria Augusta Boulitreau Assirati, quando V. Sª esteve em Campo Grande, no final do mês de junho, eu tive a oportunidade de cumprimentá-la, dizer que a senhora na Presidência da Funai, para mim, representava o início de um diálogo frutífero, coisa que nunca tinha havido anteriormente, e V. Sª me assegurou que, realmente, haveria esse diálogo. Eu espero que isso, sinceramente, ocorra, a partir desta audiência. Essa é a minha sincera expectativa.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que a Funai é, dentro das instituições governamentais, uma sucessora do serviço de proteção aos índios, como V. Sª, Srª Presidente Maria Augusta, revelou, desde 1910. Ela foi criada, portanto, na República Velha, pelo extraordinário sertanista de origem indígena, por parte de pai e de mãe, oriundo da região de Campo Formoso, Município, hoje, Barão de Melgaço, do Estado de Mato Grosso, tão bem aqui representado pelo Senador Blairo Maggi, Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon. Ele dez com que o governo estendesse a mão ao aborígene filho da terra e àqueles que adentraram o nosso imenso e bravio interior em busca de uma maneira de vida condigna. Graças a Rondon, estabeleceu-se uma convivência pacífica entre índios e não índios, nada obstante algumas rusgas, naturais de um início de convivência durante mais de um século.

Com estas rápidas pinceladas, Srª Presidente, eu quero dizer que, infelizmente, não é o que está acontecendo hoje, e o ambiente conflituoso existente se deve muito à Funai. Ouvimos, agora, a senhora, cujo tom de palavras sinceramente não tem aquela dose de conforto, mas uma surdez de ouvir e uma omissão de responder. Por essa razão, desejo formular-lhe, com todo respeito a V. Sª, alguns questionamentos, inclusive oriundos da sua explanação.

É o seguinte, Srª Presidente: qual é a orientação do Ministério da Justiça para a sua atuação em relação aos recentíssimos conflitos não só em meu Estado, Mato Grosso do Sul, mas Mato Grosso, Alagoas, Rio Grande do Sul, Paraná, onde há populações indígenas?

Outra pergunta: V. Sª abordou o assunto polêmico da demarcação e o fez, me perdoe a expressão, de uma forma muito superficial. Gostaria de saber, para que fique bem claro, quantos processos com pareceres antropológicos já definidos estão no nosso Estado, do Senador Moka e meu, ou seja, Mato Grosso do Sul? Quais são os processos que se encontram em fase inicial em Mato Grosso do Sul? Terceiro, como são disciplinadas as dotações orçamentárias alocadas à Funai: para custeio da máquina, pessoal e infraestrutura básica – tenho notícia de que falta até gasolina para garantir a atuação dos profissionais da Funai; para investimento; para atendimento à saúde do indígena – e V. Sª fez uma declaração de que há uma atuação efetiva nesse setor; para educação fundamental e para

o ensino superior – temos provas em Mato Grosso do Sul de que há um descaso total nesse setor.

Para oferecer condições condignas àqueles que desejam adentrar cursos técnicos e mesmo superiores, devo dizer a V. Sª que lá existe alguma coisa nesse sentido, mas feito pelo Sistema S e sobretudo pela Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul e pela Federação das Indústrias. Se existe, é graças a eles. Já são milhares de indígenas atendidos nesse setor. V. Sª sabe disso.

Há uma estreita relação entre a Funai e entidades conhecidas como ONGs, umas com características marcadas por doutrinas religiosas. V. Sª poderia nominá-las? Qual é a razão para haver influência de partidos políticos nas três inspetorias da Funai localizadas em Mato Grosso do Sul, inclusive em postos de direção? V. Sª tem conhecimento disso? Quero acrescentar que tanto eu quanto o Senador Moka já recebemos manifestações de repúdio à influência política nessas glebas que lá estão. Inclusive, eu captei essa pergunta de lideranças indígenas.

Há aqui uma pergunta de um cidadão produtor rural dos mais ofendidos por recentes decisões indígenas, inclusive protegidas pela Funai. Trata-se do Sr. Ricardo Bacha, que é o proprietário da fazenda hoje dominada pelos indígenas e denominada Buriti. A pergunta dele:

A Srª Presidente da Funai tem consciência de que 30 de novembro, ou seja, daqui a pouco mais de 20 dias, é o prazo final concedido pelos produtores rurais para que o acordo [firmado lá na célebre reunião de junho, em que V. Sª, repito, esteve presente] seja respeitado pelas partes? E que, a partir daí, os conflitos fatalmente voltarão a ocorrer?"

Eu repito: não cumprido o acordo a partir dessa data, fatalmente, ocorrerão conflagrações lá, e algumas – não desejo, sinceramente – poderão resultar em derramamento de sangue.

Permita-me, Sr. Presidente, pois há aqui outra pergunta que eu não posso deixar de relatar aqui, uma vez que vem de uma senhora que foi proprietária rural também e que recebeu, recentemente, na sua propriedade, a invasão, tendo sido agredida pelas indígenas. É a Srª Mônica da Silva, que, inclusive, o Senador Moka conhece. Pergunta essa sofrida senhora à Srª Presidente:

Tem consciência da ligação entre ONGs e indigenistas, a CTI, a ISA e a Funai? Sabe que o antropólogo da CTI responsável pelos laudos antropológicos Taunay-Ipegue, Miranda e Sidrolândia, Sr. Gilberto Azanha, é pai de Aluísio Azanha, atual Diretor de Assuntos Fundiários da Funai, o qual, por sua vez, já foi membro da ONG CTI? O que a senhora acha do fato de a administradora regional anterior da Funai, Srª Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão, ter sido presidente da ONG CTI e do fato de que o responsável pela Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação da Funai, Sr. Paulo José Brando Santilli , faça parte do conselho consultivo da ONG CTI? Além disso, ele também tem ligações familiares com a ONG ISA, do irmão do Sr. Márcio Santilli? A senhora tem informações de que alguns dos índios envolvidos em invasões são funcionários da Funai e da Funasa? O que a senhora diz a respeito disso tudo?

Srª Presidente da Funai, transmiti nesse instante não só o meu clamor pessoal, mas o clamor do produtor rural sofrido do meu Estado. Se o Governo Federal, através da Funai e do Ministério da Justiça, continuar omisso nas decisões no sentido do restabelecimento do art. 231 da Constituição Federal, lamento dizer a senhora que teremos situações extremamente difíceis e que o Governo brasileiro não vai responder somente a nós, brasileiros, mas à comunidade internacional. E a responsabilidade será integralmente do Governo Federal, através da Funai e do Ministério da Justiça.

Eu, sinceramente, espero que V. Sª leve ao Sr. Ministro da Justiça, que tem feito ouvido mouco às nossas reclamações, inclusive para comparecer aqui, atendendo uma manifestação de respeito a esta Casa. Espero que, no dia 14, com as informações de V. Sª, ele possa estar munido de declarações realmente efetivas, que solucionem esta questão tão grave que é a questão indígena.

O índio, nós devemos respeitá-lo. E o respeitamos durante muitos e muitos anos. Só agora, com a omissão, repito, da Funai e do Ministério da Justiça, estamos aqui nessa situação de desespero, até de desencanto, nas ações do Governo Federal.

Sr. Presidente, tenho outras indagações, mas vou me reservar para fazê-las após as manifestações dos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Vamos lá. Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Drª Maria Augusta Assirati. Nós já tivemos, Sr. Presidente, oportunidade de estarmos juntos com a Presidente da Funai numa reunião na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul. Inclusive, uma reunião que considero memorável, porque estavam representações das principais etnias que, de alguma forma, têm relação com essa questão desse conflito no Mato Grosso do Sul.

Eu quero ser muito objetivo, Sr. Presidente. A Presidente, quando fez a sua exposição, colocou as zonas já homologadas. Quer dizer, essas áreas são pacíficas. Elas estão tranquilas. Isso é o que já está

homologado. O problema está nas áreas em que a Funai propôs uma nova demarcação e que são objetos, algumas delas, de invasões.

No Mato Grosso do Sul, existem 79 propriedades invadidas. E essas invasões criam uma tensão.

No caso de Sidrolândia, especificamente, as terras estão lá. Os produtores saíram já das terras, até porque houve uma mediação da Força Nacional. O Ministro da Justiça esteve lá; a própria Presidente esteve lá. E, lá, há um compromisso já tirado de que essas terras seriam, desde que comprovada a titularidade e todas essas questões, indenizadas pelo valor da terra nua e das benfeitorias.

Sobre isso começou uma discussão, e ficou uma discussão que caiu no vazio, porque, inicialmente, partiu-se de um modelo em que o Estado poderia ter terras para serem adquiridas pela União. E essa negociação entre o Governo Federal e o Governo do Mato Grosso do Sul ia possibilitar um recurso com que seria feita indenização dos produtores.

O que me preocupa é perceber nitidamente que essa omissão, essa demora vai levar, fatalmente... E é claro, porque a população indígena tem uma expectativa dessas terras. E, conforme foi colocado aqui, eu sou um dos que sempre disseram que é preciso fazer a justiça com a população indígena. Tem que ampliar algumas áreas. Mas, Sr. Presidente, ampliar áreas já demarcadas considero um grande problema hoje do Governo Federal.

Ele tem receio de pagar as novas demarcações e, então, vai ter que indenizar todas aquelas outras terras que foram novamente demarcadas, porque esses laudos, lamentavelmente, todas as vezes que contestados na Justiça, na maioria das vezes, acabam sendo derrubados juridicamente. Assim, fica a população indígena com um problema, e o produtor rural também. E o Governo Federal não pode se omitir disso.

O que leva a essa tensão é a omissão. Eu digo que, neste momento, a população indígena é vítima, e o produtor rural é vítima também de uma omissão do Governo Federal. Eu nunca achei, nunca entendi que não temos que resolver o problema da população indígena. Agora o que não é justo é você, ao fazer justiça para a população indígena, criar injustiça com aqueles que estão, às vezes, há cem anos lá.

E não vou entrar nesta discussão, pois o Supremo dela vai tratar e vai ter certamente que tomar uma decisão, e a decisão da Justiça tem que ser respeitada.

O que temos hoje, no Mato Grosso do Sul, são produtores rurais que deixaram as suas propriedades e estão esperando qual será a solução para o problema. E, então, esses produtores não têm a solução, a população indígena percebe que, se ela não criar uma situação de fato, não invadir, o Governo também não resolverá. De alguma forma, o Governo estimula essas invasões, porque se chegou à conclusão de que o Governo só se move na iminência de um conflito ou de uma alguma coisa que possa criar esse tipo de tensão.

Eu tenho o maior respeito pela figura da Presidente, como dos funcionários e servidores da Funai. Acho que não é essa a questão. Temos é que resolver o problema e temos que encontrar a solução. Eu não sou produtor rural e, portanto, consigo enxergar o problema da população indígena e do produtor também. Sr. Presidente, é claro que o produtor rural tem isenção. Eu conheço isso. Se o produtor rural puder contribuir para essa solução, ele vai fazê-lo.

Os produtores rurais são homens que, no Mato Grosso do Sul, ao longo de centenas de anos, sempre conviveram pacificamente com a população indígena. Existem propriedades demarcadas que são lindeiras, que fazem limite com a aldeia, sempre viveram pacificamente. O Governo Federal tem que injetar dinheiro no orçamento, ampliar onde houver necessidade, desapropriar, desde que o produtor queira, porque senão...

Nós não estamos falando de terra indígena. Nós vamos chegar a essa conclusão. Mas, acerca deste problema, eu queria aproveitar a presença da Presidente para pedir, em nome dos produtores rurais: é urgente, Presidente, uma definição de como o Ministro da Justiça, o Governo Federal vai resolver essa questão da indenização da desapropriação e o pagamento do valor das benfeitorias e da terra nua, porque, assim, você vai praticar justiça com a população e também com os produtores rurais. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Como inscrito, concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB - RS) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, Srs. Senadores, D. Maria Augusta, Presidente da Funai, eu queria começar fazendo uma argumentação que comentei há pouco com o Senador Moka, que é a seguinte: como se constitui, como começa uma demarcação de terra? Por um laudo antropológico imemorial. O que é isso? Em memória oral. Alguém conta uma história que pode ser verdade ou não. A história pode ser espontânea ou encomendada. A partir da história contada, busca-se um antropólogo. Qual é o papel do antropólogo? É buscar sítios arqueológicos, fazer a documentação fundamentada, trabalhar com raciocínio teórico sobre o processo, fazer legitimação, prova física, prova documental e prova memorial. Isso seria o papel do processo se fosse legítimo. Mas, se o antropólogo for encomendado para validar a história contada, aí, ele vai fazer a validação. Ele vai dizer o que fica fora e o que

fica dentro. Ele é que vai estabelecer isso. Estranho. Quando se faz um laudo imemorial nesse processo...

E é por isto, Senador Blairo, que a outra parte não é chamada, porque, se fosse dado a conhecer a pessoa afetada, ou o Município afetado, ou o Estado afetado com a demarcação, ele, imediatamente, ia buscar a contraprova.

Observem que, neste processo, vício de origem está na unilateralidade: construir um processo, um laudo que vai se constituir, no futuro, num documento superior à escritura pública e ao registro pelo grau de anterioridade. Por que isso? Porque, se o laudo é verdadeiro, a escritura pública e o registro não valem, porque, quando o Estado outorgou esses documentos, não conhecia o proprietário anterior. Se ele fosse verdadeiro. Mas, se o laudo for fraudulento, nada disso tem valor.

Então, quando se começa a discutir pagamento da terra, desintrusão, valida-se o laudo antropológico, que em grande monta é fraudulento, é uma encomenda. Não passa de um papelucho fruto de uma vigarice absolutamente orquestrada.

No caso do Rio Grande do Sul – e eu quero voltar com clareza –, eu fui Secretário de Habitação, Senador. Peguei uma população indígena em que 61 índios, por cada mil nascidos vivos, até um ano de idade morriam. Fizemos um projeto de inclusão indígena: serrar poste de madeira para poder fazer, com os índios, a casa de moradia que não tinham – uma casa do jeito que eles queriam; botar médico de família no meio deles; trabalhar escola, quadra de esporte, a estrada para escoar a produção; fazer um trabalho de inclusão social; cuidar dos índios com respeito a eles.

O índio nunca desejou o isolamento das matas. Ele nunca desejou volume de terras. Ele quer ter dignidade, mas ele também tem evolução sociológica. Ele tem contato com os brancos. Ele também quer universidade, um telefone celular.

A única coisa que aqueles da Raposa Serra do Sol não queriam era ficar no lixão, buscando comida para comer. Isso eles não queriam. Nunca pediram isso.

Logo, meus ilustres Senadores, o contrato social estabelecido, essa fórmula feita para demarcar terras é um equívoco, porque ela, na verdade, é um desenho de natureza ideológica. Há um fundamento ao final.

Lembrem que todas as terras indígenas e quilombolas acabam de uso comum, e o proprietário é a União. Ao final e ao cabo, 25% do Território nacional vão ficar de propriedade da União, para fazer a utilização ao modelo de poder que estiver instalado nesse momento com a terra de propriedade. Terra não é do índio. A terra é da União. A dos quilombolas também não é dos negros. É da União. Todas de uso comum.

O que eu queria discutir é que, antes de nós discutirmos as consequências do processo, nós queremos discutir o laudo antropológico. Se o laudo for válido, legítimo, um documento sério, a demarcação tem que prosseguir. Mas, se o laudo não for um documento legítimo, não posso discutir consequências.

Ali, embaixo do Ministério da Justiça, aqui, agora, há um grupo de pequenos produtores do Rio Grande do Sul, de muitas localidades. Aqueles três laudos antropológicos que estão lá, com muita generosidade, não servem para enrolar um pedaço de pão velho. É um papelucho sem valor. Aquele laudo antropológico é de uma cantilena contada. Há laudo que foi feito a partir de uma história que o mesmo índio conta: eles brigam na tribo, se separam e vão para outras tribos. Vão para outros lugares na beira da estrada.

E sabe o que significa isto? Pegar um cidadão com 84 anos, com mal de Parkinson, tetravô, e ver alguém na sua propriedade lhe chamando de intruso, porque essa é a palavra que usam para desintrusão.

Aliás, um Deputado que é do Maranhão – agora me entregaram aqui – está perguntando o seguinte: "Como é que se faz a desintrusão das terras indígenas de Guarajá? Para aonde vão essas pessoas? Onde vão colocar essas pessoas? Lembrem, a palavra é milimetrada, foi buscada no dicionário de propósito: desintrusão. Significa que aqueles italianos que estão lá no Rio Grande do Sul, que compraram aquelas terras com o suor do seu rosto, pedaço de quadro de sesmaria, que estão lá há quase 200 anos, criaram famílias, construíram igreja, construíram a escola, construíram tudo lá, agora são chamados de intrusos. Na sua porteira há uma figura desenhada: a figura do Estado ladrão.

Durante todo esse processo patrocinado pela Funai, o Estado está presente e pagando com o nosso recurso todo este processo, desde a cantilena da história contada; o laudo antropológico fraudulento construído. A Funai se constitui na única instituição brasileira que tem os três mandamentos: ela é, ao mesmo tempo, representação dos índios; ela é a instituição pública que faz o processo administrativo de demarcação e é quem julga o recurso administrativo quando o cidadão contesta o laudo antropológico. Ela está nas três pessoas e é a única que pode fazer. Isso é absolutamente inconstitucional; frontalmente inconstitucional; um verdadeiro esbulho, não se podia permitir uma coisa dessas.

Então, ilustre Senador, quero lhe dizer com toda a franqueza: este contrato social não serve. Os índios merecem todo o respeito, aliás, onde há justiça – veio lá de Mato Grosso do Sul esta frase –, há terra para todos; não há duvida de que há terra para todos. Ago-

ra, um laudo antropológico substituir uma escritura pública e um registro...

Pegar um cidadão com 84 anos, e olhar para a escola que os bisavós construíram, e a igreja, e considerar o pedaço de terra como se fosse apenas um pedaço de pano, não! Ali está a vida dele, ali está a história que ele construiu. A cada rastro dos seus passos há um pedaço da sua vida construída. Ele não pode ver a igreja pela última vez indo embora, e ver um trator passando em cima porque alguns índios ficaram na beirada da sua propriedade.

O Estado brasileiro não se pode dar ao luxo desse crime vergonhoso e hediondo da extinção da propriedade. Nem na Inquisição houve a figura da propriedade extinta. O direito à propriedade é uma cláusula pétrea; temos direito a ela. Não podemos colocar isso em jogo. Se há grileiro, se alguém tomou terra de índio, tirem na Justiça. Se querem a terra para dar para a população indígena que merece a terra, para se fazer justiça social, então que se compre e se pague a terra para colocá-los. Agora, entrar com a mão grande, com arma de grosso calibre, com a Força Nacional na porteira de um homem de mão calejada que nunca viu a polícia na propriedade chamando-lhe de intruso, como se ele fosse um criminoso, cá para nós, esse não é o País que lutamos tanto para desenhar.

Que tenhamos grande paixão e respeito pelos nossos irmãos índios, que a justiça social seja feita, mas que este Parlamento possa exigir do Governo que tenha uma proposta de contrato social que lhe faça justiça aos índios e aos negros sem que, para isso, tenha que cometer um crime a mão armada contra pessoas inocentes deste País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra a nossa Presidente Maria Augusta para responder às indagações que lhe foram formuladas.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Vamos lá, Senador, não sei se consegui anotar todas as questões, mas, se deixar passar alguma coisa, os senhores me advirtam.

Número de áreas: trabalhamos muito ali as áreas regularizadas, já consolidadas. Os senhores tinham o interesse de saber o número de áreas que ainda estão por ser estudadas ou que passam por alguma etapa da regularização fundiária. Então, voltei a esse quadro para vermos de maneira mais geral, não particularizada por Estado, mas por menos por região. Assim, vemos o seguinte: existem 108 áreas hoje em estudo. Não se sabe ainda se são terras indígenas ou não, evidentemente. Vamos pegar ali a Região Centro-Oeste. Na Região Centro-Oeste são 12. Aqui, temos 12 áreas em estudo para portaria, ares já delimitadas. Para a portaria declaratória, seriam dez áreas na Região Centro-Oeste. Declaradas para seguir para homologação, 17 na Região Centro-Oeste. Homologadas ainda sem registro: cinco áreas. Essas informações não estão particularizadas por Estado.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Srª Presidente, por gentileza. V. Sª está falando na Região Centro-Oeste. A nossa solicitação foi especificamente com relação a Mato Grosso do Sul.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Se eu puder concluir a frase... Eu não trouxe essa informação particularizada por Estado, mas queria deixá-los à vontade para que, se quiserem solicitar essa informação, poderíamos passá-las, particularizadas, as informações a respeito do Mato Grosso do Sul. Não há problema nenhum, eu terei prazer em passar as informações, mas, infelizmente, peço desculpas, eu não as trouxe Estado por Estado e não vou me lembrar de cabeça, mas esse quadro coloca...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Esperamos que V. Sª nos encaminhe para a Comissão.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Pois não. Eu não me recordo agora de ter recebido um requerimento específico a respeito disso, mas podemos resolver isso de forma tranquila, porque isso é uma informação pública, inclusive.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – É a pergunta que fizemos agora a V. Sª.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Pois não, Senador. Só que eu não trouxe as informações particularizadas e não vou me lembrar de cabeça agora.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Aguardaremos que a senhora nos responda, o mais rápido possível.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Pois não, Senador. Pode ficar tranqüilo, vamos encaminhar essa informação.

O Senador Blairo coloca a questão do crescimento da população indígena em relação às áreas regularizadas. Acho que essa pergunta é bastante importante por uma série de elementos que constam do processo de identificação e delimitação das terras indígenas. A proposta de delimitação já leva em conta a expectativa de crescimento demográfico daquela população; hoje, após 1988, quando os processos passaram a ser feitos dessa forma.

Então, quando se regulariza uma terra indígena, se identifica, se delimita, se declara, ela já é uma área que tem de ser suficiente para comportar e contemplar o crescimento daquele povo, daquela comunidade in-

dígena para a qual se está fazendo a demarcação de terra. O que acontece, Senador, e acho que nesse sentido é que é importante a sua pergunta, é que tivemos muitas áreas que foram demarcadas como reservas indígenas antes de 1988, quando a Constituição não trazia ainda esse marco da proteção territorial para a pauta dos direitos indígenas. Então, demarcavam-se áreas extremamente incompatíveis com a possibilidade de reprodução, sobretudo física, desses indígenas. Muitas áreas foram feitas dessa forma no Sul e Centro-Sul do País, reservas indígenas criadas.

Ou seja, como o Estado brasileiro tinha uma política de integrar o indígena na sociedade dominante, de permitir que ele fosse assimilado pela cultura dominante, o que se fazia? Demarcavam-se pequenas reservas, imaginando o seguinte: vamos separar esses indígenas nessa reserva por um período de tempo, mas, num breve espaço de tempo, eles estarão plenamente integrados à cultura dominante, à sociedade dominante, e não haverá mais necessidade de se garantir uma área para a reprodução física e cultural em função da identidade étnica desse povo. Ocorre que muitas populações indígenas cresceram, continuaram expressando as suas manifestações culturais, continuaram reproduzindo-se culturalmente, e foi necessário, pós-988, reconhecer que aquelas áreas não eram suficientes para a reprodução física e cultural dos indígenas.

Isso aconteceu muito no Mato Grosso do Sul e, sobretudo, em áreas do Rio Grande do Sul. Mas só se fala em revisão de limites de "reservas indígenas", uma expressão que tem uma diferença conceitual em relação à expressão "terras indígenas", que são as áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas segundo o conceito que a Constituição Federal de 1988 traz. As reservas são as áreas que não necessariamente são de ocupação tradicional, são áreas compradas para abrigar um conjunto de indígenas. Então, fala-se muitas vezes em revisão de processos de reservas indígenas, que foram constituídas nesse conceito pré-1988, mas, hoje em dia, todas as áreas que são regularizadas têm de levar em consideração essa expectativa de crescimento, porque não há, como muito se coloca, a possibilidade de se ficar revendo e ampliando áreas que já foram estudadas e trabalhadas. Isso causaria evidentemente uma insegurança jurídica que não seria benéfica para nenhum dos segmentos da população brasileira.

Em relação a obras de infraestrutura, o senhor colocou, Senador, a questão da margem, enfim, da zona de amortecimento, que por muitos é chamada assim, embora a legislação não traga essa expressão.

Bom, vamos começar do começo. Existe uma portaria interministerial, editada pelo Ministro da Justiça e pela Ministra do Meio Ambiente, uma portaria do Ministério da Justiça e Ministério do Meio Ambiente, que regulamenta a participação de órgãos intervenientes no processo de licenciamento ambiental de obras, de infraestrutura, ações de infraestrutura.

A Funai é regulamentada por essa portaria, bem como outros órgãos intervenientes, como Iphan e Fundação Palmares. Essa portaria é que estabelece essas margens de distância, ou seja, se eu tiver um empreendimento, há "x" quilômetros de distância de uma terra indígena, no caso da Funai, ou de um sítio arqueológico, no caso do Iphan, ou de uma área de remanescente quilombo, no caso da Palmares, esses órgãos têm que intervir e intervirão nos termos dessa Portaria nº 419. Está certo?

Então, temos obrigação regulamentar de agir – aliás, regulamentada por norma legal – de agir nesses casos. A portaria estabelece os perímetros. Eles realmente são diferentes se tratarmos Amazônia Legal e outras regiões do País, as distâncias são diversas. Evidentemente, busca-se uma atuação maior dos órgãos protetivos em áreas da Amazônia Legal em relação a outras áreas do Sul, Centro-Sul do País e variam também de acordo com o tipo de empreendimento.

Não existe nenhuma vedação legal para se trabalhar empreendimentos de infraestrutura em terras indígenas. E existem muitos empreendimentos que passam dentro de terras indígenas, muitos passaram, inclusive antes dessa legislação ambiental que hoje é vigente, ou seja, o processo de licenciamento ambiental hoje é regido por uma legislação que não existia antes, então evidentemente essa permissão era muito maior, porque você, para impactar a vida de um conjunto de pessoas com uma estrada passando na frente de suas casas, precisa ter algum tipo de regra para se permitir que isso não seja incompatível com o modo de vida das pessoas, sejam elas indígenas ou não. É por isso que se faz o processo de licenciamento, mas a Constituição regula isso, a Constituição, embora exija e demande uma legislação complementar para dizer que tipo de mitigação do usufruto exclusivo das terras indígenas possa ocorrer, ela diz que o usufruto dos recursos naturais dentro das terras indígenas é exclusivo dos índios e que precisa haver uma legislação complementar para regulamentar isso.

Hoje trabalhamos com a legislação de licenciamento que existe. Não só a Portaria nº 419, mas a Resolução nº 237 do Conama traz diversas disposições para a atuação nos casos de unidades de conservação, terras indígenas que serão impactadas por empreendimentos de infraestrutura. A Funai tem que emitir o seu parecer, mas não é o órgão licenciador. Quem licencia empreendimentos de infraestrutura, por

parte do Governo Federal, é o Ibama, pertencente ao MMA, e ele pede a nossa manifestação nos termos do que regula esta portaria.

Então, a nossa atuação é orientada por uma legislação, e, de fato, a Funai não tem nem atribuição e muito menos intenção de trazer qualquer dificuldade para a implantação de um empreendimento de infraestrutura que possa beneficiar diversos segmentos da população brasileira. Porém, agimos conforme nos determina a legislação vigente, que solicita manifestação para que o licenciamento possa acontecer e, evidentemente, que essa manifestação leve em conta o nosso ponto de vista, ou seja, o ponto de vista de atuação do órgão, que é garantir que os impactos que sejam apresentados pelo empreendimento de infraestrutura tenham um grau de mitigação possível ou possam ser objeto de controle ambiental, conforme a legislação exige.

Bom, o Senador Blairo traz também questão interessante, que é a questão do procedimento porque o processo de demarcação de terras indígenas, muitas vezes, começa sem que ninguém fique sabendo, sem que ninguém esteja sabendo. Como é que começa efetivamente? A primeira publicação que se dá ao processo de identificação e delimitação de terras indígenas, no Brasil, é a publicação da instituição de um grupo de trabalho. Então, publica-se no *Diário Oficial* a instituição desse grupo, o conjunto de pessoas que integra esse grupo. Fica dito ali, naquela portaria de criação e constituição do GT, quem são as pessoas e para qual área elas serão destinadas a realizar o trabalho.

Hoje, com a portaria nova do Ministério da Justiça, que define a participação dos entes federados no processo, estamos buscando qualificar essa interlocução com os Estados e Municípios que participam de certa forma do processo de delimitação e antecipação. Como? Temos nos antecipado e já feito essa comunicação por ofício. Mas não é, de fato, exigido que oficiemos no primeiro momento porque existe a publicação no *Diário Oficial*.

Acho que isso pode ser melhorado. Acho que essa interlocução pode ser trabalhada, pode ser discutida. Não existe nenhuma exigência legal para que se informe aos entes federados ou às pessoas que estão dentro de uma área que será estudada, justamente porque não se sabe se, depois de muitos anos de estudo, de publicação de relatório, essa área vai ser efetivamente considerada apta para uma identificação ou delimitação ou não se ela contém os elementos de ocupação tradicional e, portanto, não se sabe se vai virar um relatório circunstanciado ou não. Muito provavelmente por isso a legislação não exigiu essa comunicação de pronto, mas temos buscado fazer essa comunicação, a despeito da legislação não exigir, e temos publicamos isso em *Diário Oficial da União*.

Bom, a questão dos indígenas no Paraná, o fato de que muitos índios têm sido importados e tudo o mais. Eu até, enfim, essa argumentação já ouvimos em outras situações, inclusive dizem que a Funai é que vai buscar os indígenas, que vai buscar e os trazem para cá.

Bom, isso naturalmente não existe, não é, Senador?

O que acontece é que temos um conjunto de populações que sempre ocupou, tradicionalmente e ao longo da história do processo de desenvolvimento do nosso País, toda aquela região, independentemente de se ter uma fronteira que divida um país do outro, como acontece com os ianomâmis em Roraima, na fronteira que temos ali e como acontece com diversas outras populações indígenas que se situam em situação de fronteira e que transitam, uma vez que desconhecem as fronteiras geográficas com que trabalhamos para organizar as nossas sociedades em campos nacionais.

Então, assim, evidentemente não existe isso. Temos um material histórico sobre a ocupação desses indígenas nesse território, Senador Blairo. Se o senhor quiser e tiver interesse em ter acesso a esse material. Podemos passar a V. Exª o material histórico bastante interessante que fala da ocupação dos indígenas naquela região, de como é que eles tiveram que se reorganizar com a expansão das fronteiras produtivas ali, naquela região: ficaram confinados, voltaram para as áreas do Paraguai e depois voltaram para reocupar o seu território, mas, quando chegaram lá, encontraram uma situação completamente diferente.

Nós temos materiais sobre isso, se o senhor tiver interesse, posso tomar a liberdade de enviar-lhe por ofício porque acho que é importante o conhecimento dessa situação.

Bem, o Senador Figueiró pergunta qual é a orientação do MJ – começa perguntando isso – sobre as questões que estão colocadas no âmbito da política indigenista.

Acho que há, de fato, uma importância grande na vinda do Ministro aqui, porque muito mais do que eu, ele pode, evidentemente, responder pela orientação do Ministério da Justiça em relação a tudo isso.

Nós trabalhamos e, evidentemente, todos nós nos cercarmos dos cuidados necessários para que conflitos eventuais que estejam colocados e tenham acontecido que não se aprofundem. O próprio Ministro tem colocado isso muito na fala dele, ou seja, que mediar conflitos é necessário, ter diálogo é necessário, que levaria ao limite as situações de conversa e de diálogo para que os conflitos fossem sanados e pudéssemos

garantir, efetivamente, o direito de todos os segmentos que estão inseridos nesse contexto de conflito. Isso é o que ele tem colocado em todas as reuniões e atividades públicas das quais tem participado.

De nossa parte, da Funai, o que temos tido como diretriz para atuar, primeiramente, é o conjunto de normas legais que regem a matéria. Então, temos a Constituição Federal, que tem de ser cumprida, temos um conjunto de normas, de leis que regem o procedimento de demarcação. Nós seguimos à risca esses procedimentos. Evidentemente, com nossas ações, que seguem um conjunto de normas legais, a gente busca proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil, porque é essa a nossa missão institucional, mas, evidentemente, a Funai não pode trabalhar de maneira isolada. A gente, ao caminhar para frente, na promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas, temos também de ter a capacidade de olhar para o lado e compreender os contextos em que estamos inseridos – contextos sociais, contextos políticos, contextos econômicos – e evidentemente, como foi colocado aqui, quando se faz uma demarcação, se chega a promover qualquer tipo de ação que se diz que pequenos agricultores são problemas da reforma agrária, são problemas do Incra, que a gente não leva isso em consideração.

Bem, eu posso responder pelo período em que estou na Funai e pelo período em que no Ministério da Justiça trabalhei voltada para a defesa também dos direitos dos povos indígenas, porque trabalhava numa assessoria que fazia a relação direta com a Funai e trabalhava toda a pauta indígena. Eu desconheço essa incapacidade da Funai, na atualidade, de operar enxergando o contexto macro em que está inserida. Acho que vem sendo uma diretriz do Governo Federal buscar garantir os direitos territoriais indígenas a partir da articulação e integração entre diversos órgãos que têm de estar nesse processo para que as coisas se deem de forma adequada. Acho que não é, de fato, ideal a gente conseguir garantir um direito de um segmento populacional em detrimento de direitos ou interesses de outros, aliás, de direitos de outros segmentos populacionais, como é o direito do pequeno agricultor, que é o público da reforma agrária e que também tem uma política específica que garante o seu acesso à terra para produção da agricultura familiar, para produção, inclusive, do alimento que todos nós consumimos porque sabemos que cerca de 70% dos alimentos que consumimos são produzidos pela agricultura familiar, e isso é fundamental para o País.

Temos trabalhado muito em conjunto com o Incra. Acho que essa articulação com o Incra vem se consolidando de forma muito positiva. A gente, ao longo de diversas etapas do processo, senta, faz reuniões, troca documentos, um órgão se assegura da capacidade de ação do outro para efetivar um processo muitas vezes de desintrusão, como foi colocado aqui, já com a garantia de possibilidade de assentamento do público da reforma agrária, que é um público que é importante também para o País.

Enfim, ninguém desmerece a importância da produção da agricultura familiar no Brasil. Portanto, a Funai vem procurando trabalhar com essa preocupação e, sobretudo, com essa articulação, integração prévia com o Incra, para que não tenhamos nenhum segmento populacional prejudicado no momento em que a gente vai garantir o direito dos indígenas à sua terra de ocupação tradicional.

A alocação de recursos – o Senador Figueiró coloca aqui de maneira bastante importante também: de fato, Senador, a Funai faz muita coisa com pouco orçamento, com pouco recurso e, sobretudo, com poucos servidores. Nós temos um quadro de servidores que é ainda muito reduzido frente ao desafio que temos, como o senhor colocou, de desenvolver diversas políticas públicas em áreas já regularizadas. Então, trabalhar no monitoramento, na articulação de ações de educação, de saúde exige pessoas que possam estar lá, que possam ir para a área, que possam ter um veículo para se deslocar, que esse veículo possa ser o tempo inteiro, enfim, mantido, por meio de manutenção regular, preventiva, corretiva, quando for necessário, que haja combustível para que esses deslocamentos possam acontecer, muitas vezes, para regiões remotas, de difícil logística. Muitas vezes, ficamos desprovidos de uma série desses recursos materiais para fazer o nosso trabalho, mas, a despeito disso, consegue-se dar um jeito, tira de uma regional, e vai, e pega um servidor que, muitas vezes, está numa outra missão, vai ficar, já aproveita, vai para outra terra indígena, e faz, porque sabemos que, se a Funai não chega, ninguém chega.

Mesmo na educação e na saúde, cuja execução não já não é, desde a década de 90, de atribuição da Funai, precisamos estar juntos, porque pode existir uma unidade, por exemplo, de ensino fundamental dentro de uma aldeia ou uma unidade de atendimento de atenção básica dentro de uma aldeia, mas, muitas vezes, o próprio Sistema Único de Saúde ou a própria rede de ensino mandam um professor para lá, Senador, ou o profissional de saúde e esquecem que o profissional está lá. Às vezes, o profissional precisa de um equipamento, ele precisa de auxílio de outro colega, de outro profissional para prestar o atendimento ao indígena, e, às vezes, quem fica sabendo disso e leva ao conhecimento das redes é a Funai, porque a Funai tem uma presença mais intensa dentro das aldeias e é

ela que acaba sendo responsável por essa articulação com os outros órgãos que são responsáveis, no caso da educação e da saúde.

Mas eu acho que precisamos rever, de fato, essa questão do orçamento. Eu acho que, se a Funai fosse objeto de um investimento maior orçamentário, poderíamos fazer um trabalho de gestão territorial muito mais rápido, muito mais célere. Poderíamos montar muito mais equipes para fazer o trabalho de conservação ou de recuperação ambiental, de atividades produtivas, que é uma área em que a Funai atua muito junto aos indígenas e antes atuava numa perspectiva única, quase que exclusivamente assistencialista. Hoje não é mais assim. Hoje a atuação da Funai requer uma qualificação, requer um conhecimento das cadeias produtivas, das cadeias de valor em que os indígenas podem se inserir. Requer um conhecimento, uma qualificação dos técnicos em relação a técnicas de manejo para capacitar os indígenas, técnicas de manejo agroflorestal, enfim, de extração, com conservação ambiental. A gente vem se capacitando nesse trabalho para que possamos capacitar os indígenas e conferir-lhes autonomia plena, para que, cada vez menos, eles precisem depender de nós ou de outros órgãos do Estado brasileiro. Então, de fato, Senador, ainda precisamos avançar na avaliação da alocação de recursos, para que a Fundação Nacional do Índio possa ter um trabalho de excelência.

Bem, foi colocada aqui a relação com ONGs. Quero deixar claro que essa não é uma orientação atual da Fundação, do órgão indigenista. Estamos, sim, abertos a trabalhar em parceria com qualquer tipo de organização, desde que o trabalho seja voltado para o desenvolvimento de uma atividade que esteja alinhada com a diretriz do órgão e que vá prestar um serviço que eventualmente é prestado por nós e que, enfim, esteja dentro do nosso conjunto de atribuições na relação do Estado brasileiro com o indígena.

Não somos o único órgão público na estrutura do Estado brasileiro, do governo federal, que trabalha em parcerias com entidades não governamentais. Isso é muito comum. Mas a nossa orientação hoje não é para que essas entidades trabalhem exercendo atividades de interesse delas, mas, sim, de interesse do Estado brasileiro, do governo federal, e dentro de um conjunto de diretrizes e orientações da Fundação para o trabalho que é realizado ali.

O Senador Moka – é uma pena ele não estar – fez umas considerações que eu achei bastante interessantes. Ele fala bastante da questão do procedimento, dos processos de identificação e delimitação, de demarcação de terra indígena, e traz a reflexão relativa à indenização de terra nua. Muita gente fala em indenização de terra nua ou de títulos que foram expedidos...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – E as benfeitorias?

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Hoje nós já pagamos as benfeitorias, Senador, mas o que temos percebido é que isso tem sido insuficiente para deixar de gerar conflito em regiões mais antropisadas. Então, por exemplo, no Estado do Senador Moka, as indenizações... Lá há grandes fazendas, então, o pagamento que o Estado faz pelas benfeitorias praticamente é irrisório para que o produtor não se sinta insatisfeito com os prejuízos, digamos, ou com os danos...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Permita-me interrompê-la. É apenas para esclarecer o ponto de vista do Senador Moka.

É o seguinte. Numa das reuniões que tivemos com a Srª Chefe da Casa Civil, a Senadora Gleisi Hoffmann, ela nos assegurou que, se fossem feitas as desapropriações de terras legitimamente configuradas para os indígenas, o governo pagaria não só as benfeitorias, mas também o valor da terra nua.

Essa foi uma declaração... Inclusive, quero dizer à senhora que ela disse isso representando o pensamento da Senhora Presidente da República. É isto que nos desejamos saber: se, além das benfeitorias, seria pago o valor da terra nua.

A SRª MARIA AUGUSTA BOULITREAU ASSIRATI – Senador, infelizmente, não sou eu quem decide isso dentro do Governo Federal. Além disso, eu não estava presente nessa reunião. Então, infelizmente, não ouvi a Ministra Gleisi Hoffmann colocando esse posicionamento. Portanto, não posso me manifestar em relação a isso. Todavia, posso me manifestar em relação ao que a Funai pensa sobre isso.

A Funai acha que pensar uma alternativa de compensação financeira para se fazer a demarcação das terras indígenas hoje no Brasil, uma regulamentação desse tema que possa ser efetiva na garantia da gestão dos danos que se dão ali para quem sofre a perda da propriedade, embora a Constituição assegure que nenhum título é válido se nós estivermos tratando de terra indígena... Nós somos favoráveis a essa discussão, nós queremos refletir, nós temos proposta, inclusive, em relação a isso.

Existe um projeto que eu até trouxe aqui para mencionar para vocês e relembrar... Infelizmente o Senador Delcídio não está aqui hoje, mas ele tem um projeto de lei nesse sentido que tem muitos elementos positivos em nosso entender. Então, nós estamos dispostos – somos favoráveis a isso – a fazer essa discussão. Inclusive, numa nota técnica, já nos manifestamos para o próprio Ministro da Justiça. Nós nos posicionamos em relação à regulamentação do §6º

do art. 231, do que é que ele trata, como é que nós entendemos que a discussão dessa regulamentação do § 6º tem que se dar. Não somos contrários a isso.

Temos posição em relação a isso. E, nessa nota, a gente apresenta, inclusive, essa possibilidade de discussão de uma compensação financeira, que é necessária. É irrazoável hoje garantir os direitos dos indígenas como a gente quer, garantir, inclusive, o direito territorial, as suas terras de ocupação tradicional, mas, nesse grau profundo de capitalismo, a gente pagar, único e exclusivamente, o valor das benfeitorias para casos, por exemplo, no Mato Grosso do Sul ou no Rio Grande do Sul, onde as pessoas têm títulos, os quais foram expedidos indevidamente, os quais, se a gente considerar, pura e simplesmente, o que está colocado na Constituição, são nulos. Esses títulos não valem, mas a gente tem que lidar com a realidade da impossibilidade de levar a cabo a demarcação das terras indígenas sem fazer essa discussão, sem ter uma compensação financeira, minimamente, para essas pessoas que têm um título na mão. Então, a Funai não é contrária a essa discussão. Temos posição em relação a isso. Já manifestamos, inclusive, essa posição ao Ministério da Justiça.

A última pergunta... Em relação à questão do procedimento, nós não somos contrários também a qualquer pensamento ou reflexão ou busca de qualificação do procedimento de demarcação desde que isso dê conforto, segurança e maior transparência aos atos que a Funai elabora e executa, desde que isso, primeiro, não tenha qualquer contradição em relação ao Decreto nº 1.775, porque o próprio Ministro já afirmou, muitas vezes, publicamente, que esse decreto não será alterado, e desde que isso não sirva para interferir ou impedir a demarcação das terras indígenas, que não seja para criar qualquer tipo de impedimento, constrangimento, retardamento ao nosso dever institucional, que é demarcar as terras indígenas e garantir o direito dos povos indígenas no Brasil, inclusive o territorial, como vem esculpido na Constituição Federal e no ordenamento jurídico, que é o nosso dever precípuo.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Eu agradeço a presença da nossa Presidenta do Funai.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, antes de V. Exª concluir, eu gostaria de um minuto apenas.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Pois não, Senador.

Com a palavra, o Senador.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Drª Maria Augusta, os esclarecimentos que V. Sª fez agora são suficientes para que nós, sinceramente, mantenhamos o nosso ponto de vista. A senhora falou, com muita franqueza, com relação às atribuições que lhe cabem nos termos da lei.

O tempo não permitiu que V. Sª respondesse muitas das perguntas que fizemos, com a clareza que desejamos. Eu me permito aqui deixar, nas suas mãos, as indagações que fiz, na expectativa sincera de que V. Sª as analisará e me responderá em tempo hábil.

Eu quero também dizer a V. Sª que os Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka tiveram que se retirar para atender outros compromissos emergentes que há nesta Casa. A senhora receba, por meu intermédio, o respeito e as homenagens deles pela exposição da senhora.

E reitero a minha confiança de que V. Sª – também reiterando a posição que me manifestou lá na reunião de Campo Grande – seja, realmente, a nossa interlocutora para que o Ministério da Justiça respeite os direitos não só dos índios, como é dever, mas também respeite o inalienável direito do produtor rural, do homem do campo, pelas razões históricas que ele merece da Nação brasileira.

Muito obrigado. Meus cumprimentos a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Eu queria, para encerrar, agradecer sua presença. V. Sª trouxe um elenco de contribuições extraordinárias para esta Comissão. Continue o trabalho que vocês desenvolvem, representando a Funai, porque, na verdade, o que desejamos aqui, na Comissão, é um processo pacífico entre aqueles que produzem e os povos indígenas.

Eu queria, inclusive, agradecer aqui a presença dos indígenas, que são muito bem-vindos a esta comissão.

Na oportunidade, com o Ministro presente a esta comissão, haveremos de esclarecer definitivamente algumas das informações que, na verdade, a senhora não tem competência para fazer. É o caso do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente, que tratam dos assuntos mais pertinentes ao que diz respeito aos indígenas que, na verdade, merecem o respeito, a atenção e o carinho de todos nós, brasileiros, com especialidade, porque, eles, na verdade, foram as primeiras pessoas a habitarem este torrão, antes mesmo de Cabral chegar por aqui e dizer: “Descobri o Brasil.”

Então, eu queria agradecer a Senhora e cumprimentá-la. Leve um abraço da Comissão, dos Srs. Senadores. E, pela manifestação última do Eminente Senador Figueiró, a senhora fique tranquila de que a Comissão está satisfeita com a sua apresentação.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 6 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2013.

Às oito horas e sete minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e treze, no Plenário 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, WALDEMIR MOKA, RUBEN FIGUEIRÓ, GIM, ANTONIO CARLOS VALADARES, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, CÍCERO LUCENA e BLAIRO MAGGI**. Deixam de comparecer, os Senadores Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Kátia Abreu e Cyro Miranda. Justifica a ausência o Senador Osvaldo Sobrinho, em razão de missão política de interesse parlamentar, com participação em reuniões político-partidárias no estado de Mato Grosso no dia 14 de novembro de 2013. O Senador Antonio Russo se encontra de licença, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nº 1/2013, 832/2013 e 1.210/2013, aprovados em 30.01.2013, 16.07.2103 e 15.10.2013, respectivamente. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Antes de iniciar a Pauta de deliberação, o Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, comunica o recebimento do Ofício nº 219, de 2013, subscrito pelo Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o qual encaminha resposta ao Ofício nº 248, de 2013, desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, dirigida à Srª Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, em que este Colegiado solicita cópia do acervo de imagem de satélite mantido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, bem como informações referentes às imagens que contribuam para o real conhecimento da ocupação territorial dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Paraná, do ano de 1988. O Senhor Presidente dá inicio à Pauta de deliberação: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 679, de 2011 - Terminativo – Ementa:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria**: Senador Ivo Cassol (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT(Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. **Observações: 1)** Não foram oferecidas Emendas no prazo regimental perante a CMA. **2)** A Matéria foi apreciada pelas Comissões: a) de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). b) de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, com Parecer favorável na forma da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo). **3)** Na 22ª Reunião da CRA realizada em 12/09/2013, colocada em discussão, após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão. **4)** Matéria em fase de votação. **5)** O Projeto constou também da Pauta da 23ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 19/09/2013. **6)** Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 592, de 2011-Consolidação** - **Não Terminativo – Ementa:** Consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal. **Autoria:** Senador Antonio Russo. **Relatoria**: Senador Rodrigo Rollemberg (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Ruben Figueiró. **Relatório:** Pela apresentação das correções à redação final do PLS nº 592, de 2011-Consolidação, em atendimento ao Of. SF nº 977/2013 do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros. **Observações: 1)** Em 29/03/2012, a Comissão aprova o Parecer nº 347, de 2012-CRA, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CRA, relator Senador Rodrigo Rollemberg. **2)** Em 18/04/2013, o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, encaminha à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Ofício SF/977/2013 (acompanhado de versão preliminar da redação final da matéria e de quadro-resumo contendo observações referentes a dispositivos do texto do projeto), para manifestação deste Colegiado, quanto a inconsistências encontradas no texto da matéria. **3)** Em 24 de outubro corrente, foi lido o Relatório pelo Senador Ruben Figueiró, Relator "Ad Hoc", e concedida vista coletiva, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º - RISF. **4)** A matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria Geral da Mesa. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3: AVISO Nº 82, de 2012 - Não Terminativo – Ementa:** Encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo n° TC 009.242/2011- 2, pelo Plenário da Corte do Tribunal de Contas da União na Sessão Extraordinária de 8/11/2012, com o objetivo de analisar a estrutura operacional e os mecanismos voltados aos financiamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, antigo Fundo de Terras e

da Reforma Agrária (Banco da Terra), com ênfase no sistema de controle e prevenção de irregularidades. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pelo conhecimento, encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens 9.1.1 a 9.2.3 contidas no Acórdão nº 3033/2012 TCU – Plenário, e, pelo posterior arquivamento. Anunciada a matéria, o Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, designa o Senador Waldemir Moka Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Eduardo Suplicy. Após a leitura do relatório efetuada pelo Senador Waldemir Moka e a discussão da matéria, sem que houvesse oradores inscritos para discutir, a Presidência encerra a discussão e adia a votação do AVS nº 82/2012 para a próxima reunião deliberativa. **Resultado:** Lido o Relatório pelo Senador Waldemir Moka, Relator "Ad Hoc". Encerrada a discussão. Matéria em fase de votação. **ITEM 4: AVISO Nº 44, de 2013 - Não Terminativo – Ementa:** Encaminha cópia do Acórdão nº 1.891, de 2013 - TCU, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria operacional em que se aprecia pedido de reexame interposto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário contra o Acórdão 3.033/2012 - TCU, que veiculou determinação ao órgão recorrente para a regularização dos débitos vencidos há mais de 360 dias decorrentes de financiamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, com recursos do Fundo de Terras e Reforma Agrária - FTRA (TC 009.242/2011-2). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pelo conhecimento do documento e, não havendo outras providências a adotar, pelo encaminhamento do processado ao Arquivo, com a devida comunicação à Mesa, nos termos do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal. Após a leitura do relatório pelo Senador Sérgio Souza e a discussão da matéria, sem que houvesse oradores inscritos para discutir, a Presidência encerra a discussão e adia a votação do AVS nº 44/2013 para a próxima reunião deliberativa. **Resultado:** Lido o Relatório pelo Senador Sérgio Souza. Encerrada a discussão. Matéria em fase de votação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, comunico à Comissão o recebimento do Ofício nº 219, de 2013, subscrito pelo Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o qual encaminha resposta ao Ofício nº 248, de 2013, desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, dirigida à Srª Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, em que este Colegiado solicita cópia do acervo de imagem de satélite mantido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, bem como informações referentes às imagens que contribuam para o real conhecimento da ocupação territorial dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Paraná, do ano de 1988.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Na pauta consta como item 4 o Aviso nº 44, de 2013, de que sou Relator. Pergunto a V. Exª se podemos inverter a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Se houver a anuência do Plenário. *(Pausa.)*

Está feita a antecipação da pauta e V. Exª tem a palavra para a leitura do seu parecer.

ITEM 4
AVISO Nº 44, de 2013
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 1.891, de 2013 - TCU, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria operacional em que se aprecia pedido de reexame interposto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário contra o Acórdão 3.033/2012 - TCU, que veiculou determinação ao órgão recorrente para a regularização dos débitos vencidos há mais de 360 dias decorrentes de financiamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, com recursos do Fundo de Terras e Reforma Agrária - FTRA (TC 009.242/2011-2).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Sérgio Souza.

V. Exª tem a palavra para a leitura do relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – A V. Exª, Sr. Presidente, ao caro colega Senador Waldemir Moka e a todos aqueles que nos ouvem pela Rádio Senado ou nos assistem pela TV Senado, um bom dia. Hoje é quinta-feira, um dia véspera de feriado mas pós-quarta-feira, um dia de muito trabalho. Ontem não saímos do Senado antes das 22 horas. Eu, na verdade, saí depois das 23 horas. Conseguimos a aprovação, em primeiro turno, da PEC que acaba com o voto secreto no âmbito do Parlamento brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, vamos ao item 4, Aviso nº 44, de 2013. Submete-se a esta Comissão o Aviso nº 44, de 2013, do Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminha ao seu Presidente, Exmo Sr. Benedito de Lira, cópia do Acórdão nº 1.891, de 2013, do Plenário do TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam. Refere-se o aviso à auditoria operacional em que se aprecia pedido de reexame interposto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) contra o subitem 9.1.9.2 do Acórdão nº 3.033/2012, que veiculou determinação ao órgão recorrente para a regularização dos débitos vencidos há mais de 360 dias, decorrentes de financiamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), com recursos do Fundo de Terras e Reforma Agrária (Banco da Terra).

Trata-se, originalmente, de auditoria operacional com o objetivo de analisar a estrutura operacional e os mecanismos voltados ao Financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), antigo Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra), com ênfase no sistema de controle e prevenção de irregularidades, por força do Acórdão nº 942/2007-TCU - Plenário. Em conclusão, o Acórdão nº 3.033/2012 exarou diversas determinações ao MDA, o qual apresentou ao Tribunal pedido de reexame referente ao que estabelece que aquele Ministério:

9.1.9. exija dos agentes financeiros do PNCF

.....

9.1.9.2. A efetiva baixa de suas carteiras de cobrança, com as providências para a inscrição na dívida ativa da União dos débitos vencidos há mais de 360 dias, bem como a antecipação das dívidas dos contratos que se encontrem nessa condição;

Conforme a instrução conclusiva lavrada no âmbito da Secretaria de Recursos do TCU, constante no relatório que acompanha o aviso, a motivação da determinação do subitem 9.1.9.2 foi assim descrita no voto do Ministro- Relator:

[...] revelou-se grave inadequação na gestão financeira dos recursos do Programa, pois, embora conste da legislação vigente e dos contratos firmados entre a União, por meio do MDA, e os agentes financeiros do PNCF, a cobrança extrajudicial das dívidas vencidas não vem sendo devidamente efetivada, assim como a baixa das dívidas vencidas e não pagas há mais de 360 dias, além do que as dívidas não estão sendo encaminhadas para inscrição na dívida ativa da União.

O relator destacou ainda que tais ocorrências prejudicam o desempenho do PNCF pela falta de retroalimentação do programa em consequência das dívidas não pagas, além da constatação da geração de despesas indevidas com a remuneração paga a maior aos bancos, em razão de os valores das dívidas vencidas há mais de 360 dias estarem ainda compondo a base de cálculo da referida remuneração dos agentes financeiros.

Em seu pedido de reexame, o MDA argumentou que os mutuários têm o direito de renegociar as dívidas, conforme o art. 1º, I, da Resolução nº 4.029, de 2011, do Conselho Monetário Nacional (CMN) (alterado pela Resolução CMN nº 4.140, de 2012), combinado com o art. 19, III, da Norma de Execução nº 1 de 2011, da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), do MDA. De acordo com esses normativos, os mutuários não podem ser considerados inadimplentes até o término do prazo estabelecido na citada Resolução, ou seja, se até 28 de março de 2013 se manifestassem interessados na renegociação de suas dívidas, formalizando tal processo até 28 de junho de 2013. Dessa forma, o recorrente alega que a determinação do TCU obrigando a cobrança imediata das dívidas fere os direitos adquiridos dos mutuários.

O Acórdão nº 1.891/2013-TCU-Plenário, nos autos do processo TC 009.242/2011-2, em Sessão Ordinária de 24/7/2013, deu provimento integral, no mérito, ao pedido de reexame, e determinou a reforma do subitem 9.1.9.2 do Acórdão nº 3.033/2012-TCU-Plenário.

Passamos, então, à rápida análise, Sr. Presidente.

A Constituição Federal prevê, no inciso IV do art. 71, caber ao Tribunal de Contas da União realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Segundo o inciso VI do mesmo artigo, incumbe também ao TCU fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.

Adiantando a análise, Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União, por fim, em nova redação aprovada no Plenário daquele Tribunal, no Acórdão nº 1.891, de 2013-TCU, consoante o voto do Ministro relator, foi a seguinte:

9.1.9.2. nos casos de insucesso das medidas previstas na Resolução-CMN 4.178, de 7/1/2013, e demais normas aplicáveis à espécie, para renegociação das dívidas oriundas de financiamentos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, procedam à efetiva baixa de suas carteiras de cobrança dos contratos inadimplentes, nos termos do art. 19 da Norma de Execução 1 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de 29/6/2011, com as providências para a inscrição na dívida ativa da União dos débitos vencidos há mais de 360 dias, bem como a antecipação das dívidas dos contratos que se encontrem nessa condição.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, propomos que esta Comissão tome conhecimento do documento e, não havendo outras providências a adotar, votamos pelo encaminhamento do processado ao Arquivo, com a devida comunicação à Mesa, nos termos do art. 143 do Regimento Interno do Senado Federal.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e suspendo a votação porque não temos quórum para deliberar.

ITEM 3
AVISO Nº 82, de 2012
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão preferido nos autos do processo n° TC 009.242/2011-2, com o objetivo de analisar a estrutura operacional e os mecanismos voltados aos financiamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário, antigo Fundo de Terras e da reforma agrária, com ênfase no sistema de controle e prevenção de irregularidades.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Não estando presente o Relator, Senador Eduardo Suplicy, designo, como Relator a*d hoc,* para proferir a leitura do relatório, o Senador Waldemir Moka.

Com a palavra, S. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, passo a ler o relatório lavrado pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Em exame, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Aviso nº 82, de 2012, que trata do Processo n° 009.242/2011-2 e do Acórdão nº 3033 proferido pelo Plenário da Corte do Tribunal de Contas da União (TCU) na Sessão Extraordinária de 8 de novembro de 2012.

O Processo em questão foi autuado por solicitação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados. A solicitação postulou que o TCU examinasse os atos praticados pelo então Conselho Curador do Programa Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) no período entre 2000 a 2002, ante o recebimento pela CAPADR de denúncias sobre possíveis irregularidades na gestão do referido fundo imputadas àquele Conselho. O objetivo do processo de auditoria foi a análise da estrutura operacional e dos mecanismos voltados aos financiamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que deu continuidade ao antigo Banco da Terra, com ênfase no sistema de controle e prevenção de irregularidades.

O Tribunal conheceu da solicitação e, por meio do Acórdão nº 145, de 2005, TCU-Plenário, determinou que fosse realizada fiscalização junto à Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Banco do Nordeste, visando analisar a estrutura operacional e os mecanismos de financiamento do programa.

O levantamento de auditoria no Fundo de Terras e da Reforma Agrária foi concluído em junho de 2006 com proposta no sentido de que fosse autorizada uma auditoria operacional no mencionado programa. A auditoria operacional foi realizada pela 8ª Secex, no período de 8 de agosto a 23 de setembro de 2012, por força do Acórdão nº 942, de 2007, TCU-Plenário.

Sr. Presidente, passo a ler agora a análise de todo o procedimento feito.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, art. 104-B, inciso XIV, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre ações de reforma agrária.

Quanto ao processo em questão, destacamos que o crédito fundiário visa ampliar a redistribuição de terras, consolidar regimes de propriedade e seu uso em bases familiares, com vistas a sua justa distribuição. Foi inicialmente implementado com o projeto Cédula da Terra, em 1996, em cinco Estados eleitos por sua elevada concentração de pobreza: Pernambuco, Ceará, Maranhão, Bahia e Minas Gerais.

Por meio da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, foi instituído o Programa Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra, criado como fundo especial de natureza contábil e com o objetivo de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, para servir como instrumento complementar ao Programa Nacional de Reforma Agrária, um conjunto de políticas públicas concebidas

para beneficiar famílias rurais de todo o País com o objetivo de facilitar o acesso à terra. A lei citada foi à época regulamentada pelo Decreto nº 3.475, de 19 de maio de 2000, que criou o Conselho Curador do Banco da Terra, como órgão gestor do programa.

Na versão atual do crédito fundiário, o PNCF é o conjunto de ações que visa ao financiamento do acesso à terra e investimentos básicos e produtivos que permitam estruturar os imóveis (não desapropriáveis, inferiores a 15 módulos) adquiridos com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

O Decreto nº 4.892, de 2003, revogou o Decreto nº 3.475, de 2000, e extinguiu o Conselho Curador do Banco da Terra, cujas responsabilidades foram em parte assumidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), de que trata o Decreto nº 4.854, de 2003.

Em 2003, a gestão do Fundo de Terras passou então a ser feita pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), enquanto as atribuições da reformulação de política de reordenamento do desenvolvimento rural foram absorvidas pelo Condraf.

A gestão do PNFC, assim como a execução de seus projetos e ações, conta com a participação, dentre outros, dos seguintes atores: SRA/MDA; BNDES; Condraf; Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS); Unidades Técnicas Estaduais (UTEs); e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). São também parceiros as prefeituras, os sindicatos de trabalhadores rurais, as associações e os consórcios de Municípios.

De 2004 a maio de 2011, foram efetuadas 36.682 operações, envolvendo um total de 83.096 beneficiários e uma área total adquirida de 139.334 hectares. O total de valores acumulados dos contratos foi de R$2,1 bilhões, em valores originais.

O PNCF é avaliado por um único indicador: Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária, que é a relação percentual entre o número de famílias atendidas no ano com crédito fundiário e o número de famílias cadastradas e famílias acampadas identificadas em 2003. Segundo o PNRA, naquele ano, de 1,011 milhão de famílias, 171 mil estavam acampadas e 840 mil cadastradas.

Conforme a auditoria, as metas físicas têm atingido baixos percentuais diante do planejado. Analisando-se as duas principais ações do PNCF, a ação nº 0061 – Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos e a nº 1.545 – Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários – CPR, observou-se uma baixa execução física em relação ao previsto nos anos de 2009 e 2010.

No ano de 2009, foi previsto o atendimento de 20.000 famílias na ação nº 0061. Todavia, o número de famílias atendidas foi de 5.872, ou seja, 29% do previsto. Para a ação nº 1545, previu-se o atendimento de 9.645 famílias, com um total de 1.122 efetivamente atendidas, totalizando apenas 12% do previsto.

Em 2010, foi previsto o atendimento de 11.000 famílias na ação nº 0061. Todavia, o número de famílias atendidas foi de 5.548, ou seja, 50% do previsto. Para a ação nº 1.545, previu-se o atendimento de 8.000 famílias com um total de 2.169 atendidas, totalizando 27% do previsto.

O relatório de auditoria apontou ainda, entre outros achados, a predominância dos gastos nas Regiões Sul e Nordeste, com 75% das despesas.

Existe, portanto, uma concentração geográfica de execução do PNCF nos Estados do RS e PI, o que gera distorções como, por exemplo, o baixo número de contratos em Alagoas, Estado de maior número de famílias com renda de até um salário mínimo.

De 2007 a 2010, observou-se, nas ações de maior materialidade do PNCF, as de nºs 0061 e 1545, que houve uma baixa execução do orçamento em relação ao previsto, em razão do crescimento do preço de terras no Brasil.

A Resolução CNM nº 3.869, de 17 de junho de 2010, estabeleceu novas condições de financiamentos para os beneficiários do PNCF, ampliando os valores de financiamento por famílias em 100%, de R$40 mil para R$80 mil. Mas, mesmo assim, o índice de execução orçamentária em 2011 ficou em pouco mais de 29%, bem abaixo do previsto inicialmente.

O PNFC, segundo o relatório de auditoria, representa uma inovação à tradicional forma de conduzir a reforma agrária, haja vista que, em tese, é um programa descentralizado, no qual há o incentivo à participação direta dos beneficiários, das associações rurais, dos sindicatos, dos movimentos sociais e dos agentes financeiros, envolvendo, ainda, os governos estaduais e municipais.

No entanto, foram identificadas algumas fragilidades no funcionamento do programa, o que pode colocar em risco os seus resultados. Os pontos que apresentaram falhas foram:

1. a aceitação das informações de caráter apenas declaratório, sem a devida constatação de veracidade; a ausência de divulgação adequada e efetiva do programa; a seleção de propriedades sem a participação efetiva dos beneficiários; e a demora na análise das propostas nas Unidades Técnicas Estaduais – UT;

2. inadequações nas propostas de financiamento e falhas na elaboração dos projetos, ocasionando atrasos e problemas técnicos na construção das casas, na

execução dos projetos, na implantação dos sistemas de irrigação e de abastecimento de água, bem como na implantação das culturas e da pecuária nos assentamentos; e baixa qualificação dos técnicos agrícolas e ao acompanhamento técnico inconstante;

3. grave inadequação na gestão financeira dos recursos do programa, pois, embora conste da legislação vigente e dos contratos firmados entre a União, por meio do MDA, e os agentes financeiros do PNCF, a cobrança extrajudicial das dívidas vencidas não vem sendo devidamente efetivada, assim como a baixa das dívidas vencidas e não pagas há mais de 360 dias, além do que, as dívidas não estão sendo encaminhadas para a inscrição na dívida ativa da União, resultando na falta de retroalimentação do programa com os valores que deveriam ser recebidos; geração de despesas indevidas com a remuneração paga a maior aos bancos, com prejuízo ao programa, em razão de os valores das dívidas vencidas há mais de 360 dias estarem ainda compondo a base de cálculo da referida remuneração dos agentes financeiros; e

4. os beneficiários desconhecem os canais pertinentes para a formulação de denúncias de irregularidades, isso em razão da deficiência de divulgação por parte dos gestores do programa, bem assim que o MDA não apresenta as conclusões das ações de controle para o saneamento das irregularidades denunciadas.

Quanto à denúncia de irregularidades nos atos do Conselho Curador do PNCF, conforme informação veiculada no *Jornal da Câmara*, edição de 27/9/2012, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle – PFC nº 1/2003, que, com o auxílio do TCU, analisou os atos do Conselho Curador do Banco da Terra, uma vez que, considerando-se o entendimento do Tribunal, não havia evidências de irregularidade no período de 2000 a 2002, sendo que tampouco fora encontrada conexão entre a alocação de recursos do Banco da Terra e as irregularidades citadas na PFC nº 1/2003.

Não obstante, como resultado da análise do voto do Ministro André Luís de Carvalho, relator no Processo, os Ministros do TCU acordaram um conjunto de 22 determinações, entre as quais citamos:

- a comprovação da efetiva cobrança extrajudicial das dívidas vencidas;

- baixa de suas carteiras de cobrança, com as providências para a inscrição na dívida ativa da União dos débitos vencidos há mais de 360 dias;

- encaminhamento dos processos administrativos de inscrição na dívida ativa da União à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

- recuperação dos projetos que se encontrem inviabilizados;

- disponibilização no *site* da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), durante toda a vigência dos contratos de Ater, das informações sobre a estrutura, capacidade técnica, número de entidades e de técnicos destinados ao atendimento dos projetos do PNFC, por Estado e Município, e quantidade de famílias atendidas;

- promoção da efetiva articulação do PNCF com demais políticas públicas;

- instituição de programa de capacitação para os servidores das Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário acerca dos normativos e da operacionalização do PNCF.

Foram feitas também diversas recomendações ao MDA, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Secretaria da Receita Federal e Ministério do Trabalho e Emprego. Por fim determinaram o arquivamento do processo, sem prejuízo do monitoramento das determinações constantes do acórdão.

É o relatório.

Voto.

Considerando o exposto, votamos para que esta Comissão:

a) tome conhecimento do feito;

b) encaminhe requerimento de informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens 9.1.1 a 9.1.23 e recomendações dos itens 9.2.1 a 9.2.3 contidas no Acórdão nº 3033/2012 TCU - Plenário; e

c) remeta o processado ao Arquivo.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que essa realmente foi uma auditoria extensa, percebeu-se aqui uma série de irregularidades e o Plenário do Tribunal de Contas da União fez uma série de recomendações; pediu o arquivamento, mas determinou uma série de recomendações.

Finalizando o voto do Senador Eduardo Suplicy, ele pede que façamos um encaminhamento do ofício pedindo informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para ver se eles estão monitorando essas determinações.

Eu acho que esse ofício, é importante que esta Comissão faça. Certamente a secretaria já tomou as devidas providências.

É um relatório extenso, o que demonstra que há, sem dúvida nenhuma, uma série de inadequações nesses programas. Enfim, eu veria isso com preocupação, e acho que esta Comissão deveria fazer esse monitoramento.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – A Presidência agradece a V. Exª a

leitura do relatório e adotará as providências recomendas inclusive pelas suas manifestações.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Suspendo a votação por não haver quórum para deliberar.

Os itens 1 e 2 da pauta, que são terminativos, também ficam adiados para outra reunião.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 679, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senador Ivo Cassol.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 592, de 2011
- Não terminativo -

Consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal.
Autoria: Senador Antonio Russo
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.)

Como eu dizia no início, na abertura dos nossos trabalhos, nós havíamos recebido um ofício do Presidente da Embrapa:

Em atenção ao Ofício nº 248/2013-CRA, dirigido à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, por meio do qual é solicitada cópia de acervo de imagens de satélites mantido pela Embrapa, informamos que esta empresa não mantém acervo de imagens do espaço territorial integral dos Estados brasileiros, conforme requerido por esta Comissão. Análises de ocupação e uso de terra, realizadas regularmente pela Embrapa, exigem processamento das imagens espectrais e orbitais de satélites (que são arquivos de alta resolução, porém, em um formato digital codificado) e sua transformação em imagens visíveis e utilizáveis para diferentes fins. Tais processamentos e transformações são feitos pontualmente, levando em conta análises específicas em períodos de interesse e locais definidos no espaço geográfico.

Em 1988, o único sistema operacional gerador de imagens de satélite era o LandSat V TM, cujo acervo no Brasil é mantido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Cada imagem ou cena desse satélite abrange um palalelogramo de 185km por 185 km, equivalente a uma área aproximada de 34.225km². A resolução espacial das imagens é de 30 metros. Apenas detalhes da ordem de 1.000m² são visualizáveis com a tecnologia dos anos 1980, contra 0,5 m² nos dias atuais.

Assim, a Embrapa não mantém acervo de cobertura integral do Território com essa tecnologia nem processa tais imagens para grandes extensões territoriais. Para cobrir o Estado do Rio Grande do Sul, seriam necessárias 22 imagens/cenas LandSat, totalizando uma área imaginada padrão de 752.950 km² [...]; para Santa Catarina, 10 imagens/cenas LandSat, totalizando 342.250km² [...]; para o Paraná, 15 imagens/cenas [...], totalizando 513.375km² [...]; para o Mato Grosso do Sul, 26 imagens/cenas [...], totalizando 889.850km² [...]. Descontadas as sobreposições, para recobrir a superfície dos quatro Estados (933.920km²), seriam necessárias 60 imagens LandSat, abrangendo uma área imageada total de 2.053.500km² [...]. Portanto, imagens históricas são produzidas apenas para análises de pontos mais limitados do Território e para fins específicos, a partir do acervo disponível no INPE.

Reafirmamos que a Embrapa está sempre pronta a colaborar com a Comissão de Infraestrutura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal e a orientá-la da melhor maneira possível em qualquer assunto técnico ou científico de interesse da agricultura brasileira.

Então, com o requerimento aprovado na semana passada, a coisa fica muito mais prática. Já recomendei à secretaria da Comissão para cobrar da Ministra Gleisi, para ver se, no próximo dia 21, com a presença do Ministro nesta Comissão, já estaremos com esses dados disponíveis. Então, vamos fazer o acompanhamento, Srs. Senadores, porque é de fundamental importância para dar maiores subsídios aos Srs. Senadores no momento em que o Ministro estiver nesta Comissão.

Então, concedo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O requerimento que nós aprovamos na reunião anterior é bem específico, exatamente no que diz respeito ao que nós pretendemos quanto a detalhes, sobretudo dessas regiões. A assessoria parlamentar da Embrapa nos dá a informação de que o requerimento da reunião anterior é mais específico, e certamente a Embrapa terá condições de fazer um trabalho mais específico para o interesse desta Comissão.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Pois é, complementando o que V. Exª acaba de argumentar, realmente tivemos ontem uma conversa com a assessoria parlamentar da Embrapa, que nos citou exatamente esses detalhes: que o requerimento da reunião anterior tem detalhes e aten-

de exatamente o que a Comissão está desejando para discutir esse problema da divisão das terras indígenas.

Então, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, agradeço ao Senador Waldemir Moka pela leitura de meu parecer sobre o acórdão proferido nos autos do Tribunal de Contas, relativamente a procedimentos havidos em programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Tive a oportunidade de ouvir no rádio, no caminho para cá, o Senador Waldemir Moka. Tenho um compromisso das 7h30 às 8h20 às quintas-feiras, e V. Exª coloca a nossa Comissão aqui para ser a mais matutina de todas, às 7h30...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Um homem que faz a agricultura, nobre Senador Suplicy, acorda cedo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu sei, começa às 5h, mas quero agradecer as ponderações do Senador Waldemir Moka, que, inclusive, concordou com o procedimento que aqui sugeri, de ser encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário um requerimento para que as informações e cuidados preventivos com respeito aos procedimentos sejam tomados conforme as recomendações do Tribunal de Contas.

Então, agradeço a leitura feita pelo Senador Waldemir Moka. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Quero comunicar aos Srs. Senadores que serão tomadas as providências para que as orientações do Tribunal de Contas da União possam acontecer.

Encerrada a Ordem do Dia e não tendo mais assunto na pauta, encerro a presente reunião e faço uma recomendação aos senhores membros da Comissão de Agricultura para a próxima audiência pública, que deverá ser realizada no próximo dia 21, no horário regimental, com a presença de S. Exª o Sr. Ministro da Justiça para tratar do assunto da divisão das terras indígenas bem como do Ministro Chefe da AGU, que também estará presente a essa audiência pública.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Permita-me perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – ... qual é o horário regimental.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Às 7h45.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Sete e quarenta e cinco.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Sete e quarenta e cinco, um horário para quem...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Para agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Para quem pratica atividade agrícola já é tarde porque o homem que vive da terra acorda cedo.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Rubem Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – É possível antecipar para 6h45? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Não havendo mais assunto a tratar, encerro a presente reunião e convoco outra para dia 21, quinta-feira, no horário regimental, para audiência pública com o Ministro da Justiça.

(Iniciada às 8 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 48 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2013.

Às sete horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, CLÉSIO ANDRADE, ANA AMÉLIA, KÁTIA ABREU, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, ANTONIO CARLOS VALADARES, WALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, CÍCERO LUCENA, MOZARILDO CAVALCANTI, WELLINGTON DIAS e JOSÉ PIMENTEL.** Deixam de comparecer os Senhores Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão e Gim. Justifica a ausência o Senador Osvaldo Sobrinho, para tratar de interesse particular fora do país no período de 20 a 25 de novembro de 2013. O Senador Antonio Russo se encontra de licença, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nº 1/2013, 832/2013 e 1.210/2013, aprovados em 30.01.2013, 16.07.2103 e 15.10.2013, respectivamente. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dis-

pensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à seguinte Pauta: **1ª PARTE: ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2013 - Não Terminativo – Ementa:** Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual. **Autoria:** Deputado Alceu Moreira. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLC nº 57, de 2013. **Observações: 1)** Não foram oferecidas emendas perante a CRA no prazo regimental. **2)** Em 07.11.2013, foi realizada Audiência Pública para instrução do Projeto, em cumprimento aos Requerimentos nº 42 e 48, de 2013-CRA. **3)** Em 19/11/2013, a Senadora Ana Amélia apresenta relatório reformulado. **4)** A matéria será apreciada pela CCJ em decisão terminativa. Após a leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia e a discussão da matéria, usam da palavra para tecerem comentário sobre o Projeto, os Senadores Waldemir Moka, Ruben Figueiró e Benedito de Lira. Colocado em votação, o Relatório é aprovado. **Resultado:** Aprovado o Relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir o Parecer da CRA, favorável ao PLC nº 57, de 2013. A matéria será encaminhada à CCJ em decisão terminativa. **2ª PARTE: Audiência Pública**, em cumprimento ao Requerimento nº 6, de 2013, de autoria do Senador Benedito de Lira e outros Senadores, aprovado em 07.03.2013, e Requerimento nº 49, de 2013, de autoria do Senador Ruben Figueiró, aprovado em 24.10.2013, com a finalidade de debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira, com a presença das seguintes autoridades: Sr. José Eduardo Cardozo - Ministro de Estado da Justiça – MJ; Sr. Luís Inácio Lucena Adams - Advogado-Geral da União – AGU. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecer comentário sobre os assuntos abordados, as Senhoras Senadoras Ana Amélia e Kátia Abreu e os Senhores Senadores Ruben Figueiró, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Delcídio do Amaral e Mozarildo Cavalcanti, além do Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, Senhor André Puccinelli. Os Senadores Wellington Dias, Eduardo Suplicy e José Pimentel informam sobre o estado de saúde do Deputado José Genoino, que cumpre sentença judicial. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Declaro aberta 35ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, comunico à Comissão recebimento de Ofício nº 07, de 2013, subscrito pelo Sr. Almir Montecelli, Presidente do 8º Fórum Nacional do Trigo, que passo a ler:

Sr. Presidente, a Fundação Meridionale a Embrapa Trigo, em parceria com o Iapar, Embrapa Soja, E Produtos e Mercado, e com o apoio da Sociedade Rural do Paraná e da Ocepar, realizaram, de 27 a 30 de agosto, no Parque de Exposições Governador Ney Braga, em Londrina-PR, o VIII Fórum Nacional do Trigo e a 7ª Reunião da Comissão Brasileira de Pesquisa de Trigo e Triticale (RCBPTT).

Estes importantes eventos, promovidos anualmente pela Embrapa Trigo, tiveram como intuito promover o crescimento e o desenvolvimento dos sistemas de produção de trigo e triticale no Brasil.

Cumprimento a todos que aqui se encontram.

Comunico ao Plenário que esta reunião está dividida em duas partes. A primeira parte destina-se à apreciação da matéria; posteriormente, na segunda parte, à audiência pública, com a presença do Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, e do Sr. Luís Adams, Advogado-Geral da União, com o objetivo de discutir e analisar demarcação de terras indígenas.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 57, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desobrigar as máquinas agrícolas do registro e licenciamento anual.

Autoria: Alceu Moreira.

Relatoria: Ana Amélia.

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 57, de 2013.

Observações:

1) Não foram oferecidas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2) Em 07.11.2013, foi realizada Audiência Pública para instrução do Projeto, em cumprimento aos Requerimentos nº 42 e 48, de 2013-CRA.
3) Em 19/11/2013, a Senadora Ana Amélia apresenta relatório reformulado.
4) A matéria será apreciada pela CCJ em decisão terminativa.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia, Relatora da matéria, para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente Benedito de Lira, Senador Ruben Figueiró, caros produtores rurais que vieram assistir e acompanhar a audiência de hoje, depois desta parte administrativa e deliberativa, teremos uma reunião extremamente importante, diria até inadiável, dada as circunstâncias de conflito que estamos vivendo no campo, que, claro, não abalam apenas o Estado do Mato Grosso do Sul, mas também o meu Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, em alguma medida, o Paraná, enfim, o território brasileiro todo contaminado por essa questão não solucionada adequadamente ainda pelo Poder Público.

Queria chamar a atenção para esta matéria de que sou Relatora, porque a audiência pública, que V. Exª acolheu requerimento de minha autoria para debater, mostrou claramente que, aprovada ou mantida a resolução das autoridades de trânsito brasileiras, a penalização sobre a produção rural seria muito elevada.

Estimativas, considerando o número de máquinas, tratores e colheitadeiras, mostram que haveria uma arrecadação estimada em R$27 bilhões, ou seja, dinheiro que seria tirado dos próprios produtores rurais.

V. Exª, Senador Benedito de Lira, quando vende leite, lá em Alagoas, não determina o preço. É o comprador quem diz quanto vai pagar. Ao contrário de quem fabrica um automóvel ou uma geladeira, porque é o fabricante quem diz quanto o consumidor vai pagar por esse bem.

Então, a posição do produtor rural é toda ela de fragilidade. Não define preço; ele também é vítima do custo alto dos insumos e vítima de uma logística deficiente em nosso País, que cada custa mais caro. Tem uma carga tributária elevada e ainda tem de conviver com essa situação de absoluta insegurança jurídica em matéria de disputas, como estamos vendo em muitos Estados.

Vou direto à análise do projeto, Senador, porque já temos quórum para deliberar. Não é matéria terminativa. Ela ainda vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Com respeito ao mérito, o Projeto de Lei reveste-se de grande importância para a agricultura nacional. Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), de setembro de 2012 a agosto de 2013 foram vendidas 82 mil unidades de máquinas agrícolas e automotrizes. Nos 12 meses anteriores foram vendidas 65,9 mil unidades, o que indicou um crescimento de 24,3 % no setor.

Em 7 de novembro de 2013, a CRA realizou audiência pública, por requerimento de minha autoria, com a finalidade de instruir o PLS ora em análise. Participaram, como convidados, dessa audiência, o Deputado, autor da matéria, Alceu Moreira, do PMDB do meu Estado, o Rio Grande do Sul; Paulo César Dias do Nascimento, Coordenador do ramo agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Antonio Alvarez, Secretário do Meio Ambiente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, e o Sr. Milton Walter Frantz, Coordenador Geral da Infraestrutura de Trânsito (Denatran) e representante do Ministério das Cidades.

Conforme esclareceram os palestrantes, havia uma lacuna no Código de Trânsito Brasileiro (Cap. IX, Dos Veículos, Seção III), mais precisamente no art. 115, disciplina:

O veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo CONTRAN.

Mas não havia nenhuma norma que regulamentasse essa disposição. A Resolução nº 281, de 2008, do Contran, foi sucedida, então pela Resolução nº 429, de 2013, para regulamentar o § 4º do art. 115 do Código. A grande diferença entre a Resolução nº 281 e a Resolução nº 429 é o fato de que a primeira era mandatória e a outra é facultativa, quanto ao registro das máquinas.

Exemplificou-se o caso de uma colheitadeira, que custe até R$700 mil, e é capaz de, em toda a sua vida útil, não transitar 0,01% da sua operação numa rodovia pública e, no entanto, pela norma em vigor, deveria ser licenciada.

Até a edição da Resolução nº 429, de 2013, o registro e licenciamento eram realizados juntos. A Resolução criou a possibilidade de registrar as máquinas no sistema Renavan e, posteriormente, a realização do licenciamento, o que permitiu ter uma máquina registrada no sistema sem estar licenciada.

Atualmente quem registra as máquinas é o fabricante, ação relevante no sentido de garantir a rastreabilidade das máquinas agrícolas, cumprindo a exigência normalmente apresentada pelas seguradoras e até pelos agentes financeiros.

Entretanto, a Resolução nº 429, de 2013, dispõe no art. 10 que ao veículo referido nesta Resolução, facultado a transitar em via pública, e portador do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV),

é obrigatório o uso de placa traseira de identificação lacrada ao veículo, juntamente com a tarjeta, em local de visualização integral.

Então, a partir do custo do Renavam, haverá outros custos. O produtor terá de emplacar, pagar IPVA a 5% do valor do inicial do trator, que extrapola, em muito, o de qualquer veículo automotor para passageiro, que está entupindo as nossas estradas. E o produtor terá ainda custos para fazer a transferência do seu trator, ir ao órgão vistoriador, o Detran, para até fazer inspeção veicular. Isso implica necessariamente altos custos para o produtor e, claro, com essa burocracia, perda de tempo, além de ser caro.

Se fizermos uma simulação de uma máquina agrícola em torno de R$80 mil, 3% de IPVA seriam R$2.400,00 anualmente que se estariam sobrecarregando os custos do produtor rural. Se pensarmos que, de janeiro a outubro, de acordo com os dados apresentados na audiência pública, foram vendidos mais de 51 mil tratores, o custo total para o setor produtivo rural seria de R$27 milhões, ou seja, dinheiro tirado do bolso do produtor rural, que já está sofrendo com tudo a que me referi anteriormente.

Portanto, a dispensa expressa de registro e licenciamento de máquinas agrícolas e veículos automotores destinados a executar trabalhos agrícolas, proposta no PLC nº 57, de 2013, representará uma redução de custos e de procedimentos burocráticos que trará significativa contribuição para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro, merecendo todo o nosso apoio.

Além disso, vale salientar, Sr. Presidente, que basta fazermos uma análise sobre o número de acidentes de trânsito ocorridos no Brasil e verificarmos quantas máquinas agrícolas estão envolvidas nesses acidentes. Não há registro disso. Em compensação são os automóveis, as motos, os ônibus e outros veículos que transitam pelas nossas cidades os responsáveis, aí sim, pela mortandade no trânsito.

Então, não é máquina agrícola, que fica praticamente circunscrita a uma operação da fazenda, ou seja, no máximo, atravessar uma estrada vicinal, para ir de uma propriedade para outra, ou prestar serviço de um lado para outro.

Assim, não há justificação razoável para criar essa burocracia, que é onerosa.

Portanto, e pelos motivos que já expus, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2013, na forma apresentada.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente. Espero a acolhida dos demais Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia, os Srs. Senadores Moka e Figueiró, e aqueles produtores que aqui se encontram para este encontro da Comissão de Agricultura do Senado Federal, a fim de tratarmos de um assunto da maior importância, causando preocupações constantes ao Senado Federal, particularmente a esta Comissão.

Antes de iniciar o processo de discussão, queria cumprimentar aqui o conterrâneo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) –... o Francisco Maia.

Queria que V. Exªs me permitissem cumprimentá-lo, porque tenho o privilégio de ele ser lá da minha terra. Ele foi lá para trabalhar as terras do Mato Grosso.

Agora, Maia, queria lhe dizer, amigo, que se eu soubesse que era o senhor que estava dando o lance, lá em Curvelo, para arrematar uma vaca guzerá, confesso que teria retirado os lances para que você pudesse ficar com aquele animal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – *(Risos.)*Por sinal, uma bela vaca, viu? Queria cumprimentá-lo e dizer que você é bem-vindo

Queria cumprimentá-lo e dizer que é bem-vindo a esta Comissão.

Dando sequência, está em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, na reunião de quinta-feira próxima passada, tivemos a oportunidade de fazer uma audiência pública, inclusive com a presença do autor do projeto, o Deputado Federal, do Rio Grande do Sul, Alceu Moreira, conterrâneo da Senadora Ana Amélia. Ele foi muito duro e inciso mesmo. Aliás, até brinquei com o Deputado Alceu Moreira, dizendo que eu ficava feliz quando ele vinha para cá, porque as pessoas me achavam duro. Agora, perto dele, eu viro um cavalheiro.

Mas qual é a indignação do Deputado Alceu? É exatamente isto: não se consegue explicar, Senadora Ana Amélia, meu amigo Figueiró, nenhum outro motivo que não seja o de arrecadação de recurso. Não há qualquer outro motivo.

Fiquei até... O representante aqui do Denatran... A dificuldade que tem. Não há um argumento que justifique isso.

Portanto, para não encompridar mais essa conversa, porque é o tipo de coisa que não se justifica. Imagine a dificuldade – não estou falando nem do médio, nem do grande produtor – de fazer inspeção veicular. Como é que vai ser isso? E essas máquinas vão deslocar-se lá para o centro da cidade? Como é que, na prática, vai dar-se isso? Quer dizer, quem

coloca essas coisas não tem o menor conhecimento, a menor visão, não sabe o que é o trabalho duro do campo. É por isso que esse pessoal fica inventando moda. No Mato Grosso do Sul a gente diz que isso é invenção de moda. E é mesmo. Mas com um objetivo muito claro: única e exclusivamente visar à arrecadação. Arrecadação essa que retira recurso do produtor, que já tem uma deficiência muito grande nessa sua questão de renda.

Então, voto com a Relatora, Sr. Presidente, parabenizando o Deputado Alceu Moreira pela autoria do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Senadora Ana Amélia, Senador Waldemir Moka, senhores ruralistas presentes, na reunião a que se referiu o Senador Moka, também tive a oportunidade de manifestar apoio irrestrito à proposta do nobre Deputado Federal Alceu Moreira. As razões que me levaram, naquela oportunidade, a apoiar o projeto são as mesmas que me fazem falar neste momento.

Sou integralmente favorável ao parecer da eminente Senadora Ana Amélia pela procedência dos argumentos. Entendo, finalmente, que a aprovação deste projeto será para ressaltar a posição do produtor rural, que não pode resistir mais a esses atos burocráticos do Governo, no sentido de penalizá-lo com mais uma taxação.

Com essa pequena manifestação de minha parte, Sr. Presidente, meu voto é integralmente favorável ao parecer da eminente Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Gostaria de fazer aqui apenas algumas observações.

O Senador Moka levanta a preliminar, por exemplo, das dificuldades – admitamos que isso possa ser efetivado – do deslocamento, como bem disse V. Exª, da máquina para fazer a vistoria, por exemplo, tendo em vista a distância da propriedade para os centros onde estão localizados os DETRANs. Então, isso não tem outro objetivo senão, realmente, a fome de arrecadar. Quem não vive no campo, quem não sabe o que é atividade agrícola e pecuária imagina que ficar aqui, dentro de quatro paredes, com ar-condicionado, água potável é a mesma coisa que estar lá, na base, no campo, mas há as dificuldades que se apresentam para aqueles que produzem.

Eu tenho dito em muitas oportunidades, com constrangimento até, que a agricultura brasileira – eu não falo na agricultura de mercado, que também tem as suas implicações e as suas dificuldades –, que a grande maioria dos produtores do Brasil faz praticamente agricultura familiar. Refiro-me ao pequeno e o médio produtor que enfrentam todo tipo de dificuldades decorrentes da sua atividade. É aquilo que bem disse a Senadora Ana Amélia: o mercado é quem dita o preço. Se há uma boa produção, há um decréscimo de preço e, se não há uma boa produção, o agricultor não sobrevive. Por quê? Porque – e temos tratado, conversado, cobrado – existem as dívidas dos pequenos agricultores, especialmente as dívidas dos pequenos agricultores que residem no Semiárido. Ainda mais com a seca que aconteceu naquela região e não se limitou apenas ao Semiárido e, sim, a todas as regiões. Então, eu não vejo o pequeno agricultor nem o médio agricultor esbanjando dinheiro, porque, muitas vezes, o que ele produz não é suficiente nem para ele pagar os compromissos bancários.

Aí, há de se perguntar: por que o pequeno agricultor não paga? É por que ele não gosta de pagar? Não! Há muita gente que toma dinheiro emprestado e não gosta de pagar, os grandes, especialmente, as grandes empresas, para essas tem crédito; mas para os pequenos, o crédito é muito pequeno e, se ele não produziu, se ele não teve safra, ele não pode pagar. E nós temos trabalhado aqui, com frequência, para anistiar determinados débitos daqueles que, na verdade, perderam tudo. Mas, infelizmente, a área econômica do Governo tem dito sempre, com frequência, que não pode fazê-lo.

É um crime, por exemplo, dispensar ou anistiar débitos daqueles que perderam tudo. Inclusive bicicletas e motos têm sido penhoradas para garantir os débitos bancários. Ultimamente a Presidente Dilma, a bem da verdade, enviou uma medida provisória para o Congresso Nacional, suspendendo a execução das dívidas até dezembro de 2014.

E aparece, para aumentar exatamente as dificuldades daqueles que produzem, essa resolução do Contran, que estabelece normas para o emplacamento de máquinas agrícolas. Ainda bem que nós estamos, agora pela manhã, discutindo essa matéria e que iremos aprovar, não tenho dúvida. Esperamos apenas que, após a consumação do seu processo legislativo, a Presidenta Dilma tenha a sensibilidade para não vetá-lo. Porque confesso aos senhores e a quem está nos assistindo que será qualquer coisa inimaginável se, amanhã, tiver que fazer o emplacamento de um arado, de um trator ou até de uma carroça, daquelas em que se transportam o próprio produto do seu trabalho internamente. Mas, depois, tem o seguro, o DPVAT, que, pelo que as normas estabelecem, é para proteger acidentes de terceiros.

Eu não sei exatamente onde poderemos chegar.

Aproveitando esta oportunidade, além desta matéria que deveremos colocar em votação logo mais, vamos tratar hoje de um assunto também da maior importância, que tem trazido preocupação considerável para diversos Estados brasileiros.

Nós não somos, e nenhum brasileiro cogita ser, contra terras indígenas, muito pelo contrário. Gostaríamos que os índios do nosso País pudessem gozar de privilégios, até porque eles foram os primitivos; antes mesmo de ser descoberto este torrão, eles já existiam aqui. Agora, uma coisa é você tratar o índio com dignidade, outra coisa é você fechar os olhos para motivar conflitos, para motivar desencontros, para motivar a ira e o ódio entre o índio, proprietário das suas terras, e aqueles que, ao longo da sua vida e até herdando de seus antepassados, têm uma gleba de terra, dali tiram seu sustento e da sua família. De um momento para outro, eles se veem na iminência de ter um desencontro, um conflito, hipótese que eles nunca imaginavam. E a Comissão tem se preocupado com isso, com especialidade pelos reclamos que têm trazido os Senadores dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e de outras regiões do País. Eu tenho preocupação, por exemplo, com meu Estado, que não tem o volume de índios que possuem os Estados citados, Senador Moka, mas, recentemente, tivemos problemas sérios em Alagoas, mais precisamente no Município de Palmeira dos Índios. Ali, a Funai estabeleceu a regra de que a cidade de Palmeira dos Índios é terra indígena. Já ocorreram alguns conflitos, inclusive com invasões nos prédios públicos da Prefeitura, tornando o Prefeito refém.

Enfim, sobre esse tipo de procedimento é que espero que o Ministro, com sua presença, hoje, aqui na Comissão, possa trazer informações capazes de minimizar essa tensão e encontrar os caminhos, lógico, para a convivência pacífica no campo. Não queremos um campo agitado, não é do nosso desejo. Este País, a exemplo de outros, é feliz porque é um país pacífico, onde as pessoas lutam para sobreviver, mas não usam dos meios extremos para se beneficiar, haja vista sua história, em que não temos tido determinados conflitos que temos observado, assistido e lido que se propagam no mundo, em determinados lugares onde, se as pessoas não estiverem trocando tiros, não estão bem. Aqui, graças a Deus, a gente troca cumprimentos. Mas é preciso que haja ações por parte do Governo para pacificar esses conflitos.

Cito como exemplo o Senador Moka. Eu, ao chegar a esta Casa – fomos colegas na Câmara –, imaginava que o Moka fosse um grande latifundiário, pela defesa intransigente que ele sempre fez ao homem do campo. Depois, então, tive informações e procurei informações a respeito, e o Moka era um médico; era um médico, não: é um médico. Eu digo: "Esse cidadão deve ter ganhado muito dinheiro na Medicina e deve ter comprado alguma banda do Mato Grosso". Por quê? Porque terras, algum tempo atrás, nessas regiões, por exemplo, eram baratas. Você comprava um alqueirão e recebia dois de presente.

Há certo tempo, Chico, eu me desloquei daqui e fui a Tocantins. Eu gosto da terra; eu nasci, na verdade, pisando num pedaço de terra – não meu, mas dos meus avós, dos meus pais. E aquilo me deu gosto, e fui até aquela região, como acabei de dizer, Moka, para tentar ver uma propriedade. Um amigo me informava que tinha uma propriedade que estava sendo objeto de tratativa com o Banco do Brasil, mas quando procurei saber era uma propriedade realmente bonita, grande, mas as condições pecuniárias não me permitiram.

Então, recolhi-me e fiquei observando V. Exª nos debates da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Eu queria, aqui, cumprimentar o povo do Mato Grosso do Sul pela representação que tem no Senado Federal hoje e teve na Câmara. Foi, assim, uma surpresa agradabilíssima, quando recebemos aqui também outro companheiro, que é o Figueiró. Eu não o conhecia. Não foi da minha época, quando foi Constituinte e andou pela Câmara dos Deputados. E a maior e mais agradável surpresa é desta jovem senhora: a Senadora Ana Amélia, que dignifica não só a mulher brasileira, mas, particularmente, a mulher do Rio Grande do Sul. É uma intransigente defensora dos interesses do campo.

Esta Comissão tem, em todos os momentos, se desincumbido da sua missão. Aqui, tratamos os assuntos mais sérios do País e, em se tratando dos assuntos mais sérios do País, é porque aqui também há representantes que, na verdade, conhecem, têm gosto, fazem as coisas com prazer; não as fazem absolutamente motivados por outra ação senão a de servir e ver as pessoas produzindo e fazendo bem a este País.

A agricultura e a pecuária brasileiras representam, esses dois segmentos produtivos do País, sem dúvida alguma, aquilo que, na verdade, move a máquina de desenvolvimento nacional. Eu não sei o que seria de nós se não houvesse o setor agropecuário, que, em última análise, é quem está pagando a conta. Quando a gente vê, no final de cada trimestre, por exemplo, o fechamento da balança comercial do País, outros segmentos produtivos não têm tido maiores reflexos; não têm aparecido aos olhos, mas busca-se na agricultura e na pecuária, no agronegócio nacional, o resultado positivo da balança comercial.

Em determinado momento, Moka, tenho dito e já estive conversando por diversas vezes, em diversas oportunidades, não só eu como nós, em audiências públicas que pedimos aos ministros, especialmente ao Ministro da Agricultura, que, a meu ver, o Ministério da Agricultura deveria ser o Ministério com o maior volume de recursos do Orçamento da União, para que pudesse fazer um investimento considerável no setor. Infelizmente, não é por aí. É um Ministério que tem milhões de dificuldades para tocar o seu mister.

Então, eu queria aproveitar este ensejo para comunicar a todos a presença do Ministro Eduardo Cardozo nesta audiência pública, acompanhado do Ministro Adams para – espero – que encontremos uma solução, nobre Senadora, no sentido de pacificar o campo, dar tranquilidade àqueles que estão produzindo e que produzem nos Estados onde há essa tensão. E, ao mesmo tempo, que os nossos indígenas possam, na verdade, conviver pacificamente, porque também esse é o desejo de todos eles, não tenho a menor dúvida disso. Não há interesse nem de uma parte, nem de outra. O que é preciso é intervenção do Governo para estabelecer as regras de procedimento de comportamento no campo.

Esta audiência já vem sendo desejada há muito tempo. Mas agora, depois de acertada as agendas, quer a da Comissão, quer a do Ministério da Justiça, hoje ela realizar-se-á nesta manhã.

Eu gostaria de saber se os nossos convidados já se encontram na Casa para que a gente possa realmente dar continuidade ao nosso trabalho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Vamos votar.

Feitas essas considerações e encerrada a discussão, coloco em votação o projeto que fora há pouco relatado pela Senadora Ana Amélia.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, a matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para decisão terminativa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Moka, pela ordem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, só quero registrar a presença do Deputado Federal do nosso Estado, Akira Otsubo, grande representante do Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – É bom termos V. Exª aqui nesta Comissão, participando desta audiência pública em que vamos tratar de assunto da maior relevância para o País e particularmente para os Estados onde nós temos tido esses desencontros entre as pessoas que vivem no campo.

Eu gostaria, antes de iniciarmos nossa audiência pública, Senador Moka, de dizer que hoje também está se deslocando para Rondônia, se a memória não me falha, um grupo de Senadores, acompanhado do Senador Acir Gurgacz, para fazer uma verificação *in loco* de um problema que também é muito sério naquela região, porque ainda temos problemas no que diz respeito à logística não só lá na sua região, que é uma grande produtora de grãos, e faz uma agricultura em alta escala, mas os Estados do Norte, especialmente, são carentes das condições e é lamentável a gente, a essa altura do tempo, Senador Figueiró, produzir em escalas comerciais e, em determinado momento, vender a sua safra ainda sem colher propriamente dito, porque você olha para os lados e não sabe onde colocar, como armazenar. Com isso, você perde valores, porque vende a safra antes da hora. Então, para lá se deslocaram alguns companheiros.

A rodovia que liga Porto Velho a Manaus tem sido muito reclamada aqui pelos Senadores daquela região. Hoje, está se deslocando uma comitiva de Senadores e de pessoas ligadas ao DNIT para fazer a verificação *in loco* e esclarecer por que aquela rodovia não anda. Não anda. E é o que tem acontecido em diversos outros Estados da Federação.

Mas, recentemente, no último Plano Safra, publicado pelo Governo, alguns recursos ou valores foram colocados à disposição do Ministério da Agricultura e até da iniciativa privada para a construção de armazéns, para equipamentos, a fim de que possamos, com isso, a longo prazo, logicamente – isso não se faz do dia para a noite – ou a médio e longo prazo, melhor dizendo, armazenar a nossa produção.

Andando por aí afora, verificamos muito, no campo, como se fossem depósitos, mas os grãos estão dispostos no próprio campo, cobertos por uma lona branca, e aquilo ali realmente não inspira absolutamente nenhum cuidado. Os prejuízos estão beirando a casa daquele que produz.

Por isso, eu gostaria de pedir informações à Senadora Ana Amélia no sentido de saber se ela gostaria de fazer alguma outra consideração.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria apenas agradecer aos colegas Senadores pela acolhida desse projeto que foi aprovado, pela relevância que tem ao não penalizar mais ainda, como

já é penalizado, o agricultor brasileiro, que vive um momento de absoluta insegurança jurídica não somente em relação às demarcações, mas também em outros processos que dizem respeito à produção agropecuária. Além do mais, há dificuldades com a logística deficiente, que retiram a competitividade.

O agricultor brasileiro é altamente produtivo, mas perde competitividade quando é comparado, por exemplo, com o produtor argentino, uruguaio ou o paraguaio, que está na fronteira com Mato Grosso do Sul, já que estamos falando tanto no Estado do Senador Moka e do Senador Figueiró. Cito-os para dar como referência a situação dos agricultores.

Um dado comparativo que já debatemos nesta Comissão é a situação de absoluta disparidade em relação aos custos menores que há na Argentina, no Uruguai e no Paraguai para a produção. Isso explica, em grande medida, o sucesso do Paraguai, que é hoje, um dos grandes produtores de soja da América Latina.

Penso, então, que temos é que, quando podemos, como é o caso desse projeto do Deputado Alceu Moreira, elogiar essa iniciativa. Já havíamos trabalhado nisso, Senador Benedito de Lira, juntamente com esta Comissão e as entidades que nos demandaram – faço referência à Fetag (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul), liderada pelo Elton Weber – quando veio a resolução. Conseguimos uma prorrogação para dezembro de 2014. Só que é apenas uma prorrogação. Se a lei não existir até lá, a resolução vai entrar em vigor e vai exigir que uma enorme máquina colheitadeira saia da propriedade rural para ir até a sede do Detran para fazer uma vistoria. Quer dizer, é disso que o Senador Moka falou, ou seja, sobre a aplicabilidade da lei. A lei boa é aquela lei que tem a racionalidade. Essa parece carecer de racionalidade e, além do mais, de penalizar o agricultor.

Então, eu queria agradecer a V. Exª por tê-la incluído na pauta e aos demais Senadores que a apoiaram. E cumprimento, de modo especial, o autor, Deputado Alceu Moreira, do PMDB do meu Estado.

Agora, a CCJ está com o poder na mão de, em caráter terminativo, definir sobre essa matéria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar o tempo em que aguardamos a chegada aqui dos Ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e também do da Advocacia-Geral da União, o Luís Adams, para, particularmente, cumprimentar todos aqui presentes – lideranças, presidentes de sindicatos rurais – em nome do Presidente do Sindicato Rural de Campo Grande, Ruy Fachini, também aqui presente, que representa a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul; cumprimentar o Francisco Maia, o nosso Chico Maia, que é Presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), entidade essa talvez a mais antiga representação de produtores rurais, sobretudo, pecuaristas. A Acrissul, embora tenha sede em Campo Grande, precedeu essas federações todas.

Queria registrar o enorme interesse que tem a vinda do Ministro. Embora o que nos motivou, nós de Mato Grosso do Sul – eu já disse isso aqui –, a mim, o Senador Figueiró e outros colegas a pedirmos essa audiência é exatamente o clima de tensão que se criou lá em Mato Grosso do Sul.

Acabo de tomar conhecimento de um pedido de providências, um relato, que certamente será entregue ao Ministro, em que mostra, ao fazer declarações, coisas muito graves que estão acontecendo lá, como furtos, e que as autoridades precisam... Quando isso acontece em uma propriedade rural é muito difícil para o homem do campo, para aquele que está lá, às vezes, há 100 anos! Há propriedades que já estão na terceira ou na quarta geração, e essas propriedades estão sendo invadidas. Este termo "ocupação" eu o rejeito – V. Exª sabe disso – porque se ocupa aquilo que não tem dono, que está abandonado. Quando se adentra uma propriedade que está lá produzindo, isso não tem outro nome, Sr. Presidente, é invasão! É o que está acontecendo no nosso Estado de Mato Grosso do Sul.

Então, são essas questões que nos motivam. É claro que vamos ter que tratar disso com a maior serenidade. Sou um daqueles, Sr. Presidente – e os produtores sabem disso –, que nunca estimularam qualquer tipo de enfrentamento. Ao contrário. Mas as coisas estão de tal modo que não há como o produtor rural aceitar isso passivamente. E nós estamos na iminência de um enfrentamento mais sério. E é isso que nos angustia.

Por isso, houve essa motivação para essa audiência pública.

Então, cumprimento – não vou citar nomes para não cometer nenhuma impropriedade – em nome do Francisco Maia e do Ruy Fachini cumprimento todas as lideranças presentes de sindicatos rurais e produtores rurais, inclusive alguns com propriedades invadidas, que estão passando por uma quadra da vida muito angustiante, porque tiveram que sair da sua propriedade. Há um compromisso de que essas propriedades seriam reintegradas ou uma solução que pudesse fazer uma compensação, mas, lamentavelmente, até agora isso não aconteceu.

Então, Sr. Presidente, até para ganhar tempo e esclarecer a quem está nos vendo e ouvindo qual a motivação desta audiência pública hoje aqui na Comissão do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Agradeço, mais uma vez, a intervenção do Senador Waldemir Moka.

O Sr. Ministro já está se aproximando, já está chegando.

Indago se nós vamos estabelecer um tempo ou o Ministro fica à vontade? *(Pausa.)* Senador Moka, estabeleceremos um tempo ou deixaremos o Ministro ficar mais à vontade, porque ele deverá fazer uma exposição muito farta?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – São dois expositores, não é, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Dois expositores.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu acho que essa questão do tempo, nesse momento... Embora seja bom sempre limitar. Eu, se estivesse aí, daria 20 minutos para cada expositor. Acho que seriam suficientes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Os demais Senadores concordam com essa sugestão do Senador Moka? Vinte a trinta minutos, já que temos apenas dois expositores?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu tenho a impressão, Presidente, que a proposta do Senador Moka é absolutamente adequada, primeiro, porque é a regra geral das audiências públicas. Segundo, porque, com esse tempo, permite mais questionamentos por parte dos Srs. Parlamentares aos dois convidados: o Ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça, e o Ministro Luís Inácio Lucena Adams, aliás, eu sou autora do requerimento para S. Exª estivesse aqui, porque ele tem dado mais atenção a isso na condição de autoridade responsável pelas questões jurídicas que estão pendentes em nosso País.

Então, penso que a sugestão é adequada em função de permitir mais esse debate com os expositores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Já se encontrando em nosso ambiente S. Exª o Sr. Ministro José Eduardo Cardozo, eu o convido para ocupar o seu lugar à Mesa. (*Pausa*.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, também pela ordem, quero registrar a presença do Deputado Federal Reinaldo Azambuja, do Mato Grosso do Sul, nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Cumprimento o Deputado. Seja bem-vindo a esta audiência pública.

Srs. Senadores, inicialmente gostaria de cumprimentar o Ministro José Eduardo Cardozo e dizer a ele da nossa satisfação em recebê-lo nesta Comissão para tratar de um assunto da maior relevância para o País e particularmente para a Pasta que é devida a S. Exª.

Na segunda parte da nossa reunião, trataremos da audiência pública com a finalidade de debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira, em cumprimento ao Requerimento nº 6, de 2013, e ao Requerimento nº 49, também de 2013.

Já contando com a presença do Sr. Ministro José Eduardo Cardozo, agora convido o Ministro Luís Inácio Lucena Adams, da Advocacia-Geral da União para também compor a Mesa.

Srs. Ministros, inicialmente – previamente pactuando aqui –, vamos conceder a palavra a V. Exªs por um prazo de 30 minutos para cada um, para que V. Exªs possam fazer suas exposições. Caso haja necessidade, o tempo poderá ser prorrogado por mais alguns minutos.

Tem a palavra o Ministro José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, querido amigo e companheiro de equipe governamental, Ministro Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams.

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estar com os senhores e com as senhoras aqui nesta Casa, porque, para mim, sempre foi um profundo prazer estar, agora como Ministro, antes como Deputado que já fui, para, particularmente, debater um tema que tem me ocupado o maior tempo ultimamente em minha agenda, que é a questão da demarcação das terras indígenas.

Eu pedirei desculpas aos senhores por estar absolutamente afônico. Então, se a minha voz desaparecer ao longo da exposição, não se trata de nenhum tipo de obstrução ao prosseguimento normal dos trabalhos. Portanto, peço desculpas se eventualmente... *(Pausa.)*

Procurarei expor todas as questões que estão postas em torno desse relevante problema.

Eu diria a V. Exªs que a questão da demarcação das terras indígenas é um dos graves problemas sociais que temos hoje no Brasil. Isso é indiscutível. E que, muitas vezes, leva o Governo a ser criticado tanto por lideranças dos povos indígenas como por lideranças de produtores, ambos envolvidos em um litígio que, muitas vezes, tem, no seu complexo situacional, interesses legítimos dos dois lados.

E por que digo isso?

A Constituição Federal foi expressa quando determinou à União o dever de proceder à demarcação

de terras indígenas. E disse que terras indígenas são aquelas tradicionalmente ocupadas por esses povos.

Fica evidente que, portanto, essa atividade demarcatória, como se costuma dizer no mundo do Direito, qualifica o exercício de um poder chamado "vinculado". Ou seja, um poder que o Executivo tem que fazer que, antes de ser poder, é dever. Dever de demarcar, independentemente de análise de conveniência, de oportunidade, mas um dever de constatar o que é terra indígena e fazê-la. Em outras palavras: não há, na Constituição, outorga de margem de liberdade de ação para o Poder Executivo. Ele tem o dever de demarcar a partir daquilo que, tecnicamente, é definido como terra indígena.

Desde 1988, embora a Constituição preveja que as demarcações deveriam terminar em cinco anos, muitas terras foram demarcadas. E, segundo se estima, do total de terras que ainda faltariam ser demarcadas, restam 3%. É o que se diz, embora eu não possa ter segurança absoluta em relação a esse número, por uma série de razões que depois podemos explicitar. Mas, aquilo que vem sendo demarcado ao longo do tempo seguiu uma lógica que, para quem hoje governa, para quem hoje está no Parlamento, é perversa. Porque as demarcações seguiram e fluíram com mais tranquilidade, com mais rapidez, se é que se pode dizer assim, em relação às terras que tinham menos conflito. O que tinha menos conflito já foi demarcado. E aquilo que, obviamente, tem conflitos potenciais ou explicitados é que hoje está em processo de demarcação. E por que isso aconteceu? Por uma série de fatores. Um deles, que eu não posso deixar de observar, reside no fato de que quando eu tenho uma situação de conflito posto, naturalmente um processo de demarcação nas suas diferentes etapas é levado ao Poder Judiciário. E nós conhecemos as características do sistema de prestação jurisdicional do Estado brasileiro: ele é lento. Ações demoram, por vezes, 10, 11, 12 anos ou mais para serem decididas. Ações que, por vezes, paralisam os processos de demarcação, ou ações que, por vezes, determinam ao Executivo que procedam à demarcação. E eu não tenho uma solução final do desfecho. E, em muitos casos, o próprio Executivo, mesmo tendo uma convicção do que deva fazer, ele não tem o que fazer por força da judicialização.

Há ações que demoram décadas. Dou-lhes um exemplo: uma ação que a Funai promovia contra o governo do Estado da Bahia relativamente a áreas no sul daquele Estado, particularmente atinentes à etnia dos pataxó hã-hã-hães demorou, se não me falha a memória, 70 anos para ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal. E, aí, veio a ser julgada agora com ganho de causa para a afirmação de que a terra era indígena, com a anulação de todos os títulos que haviam sido dados pelo Estado da Bahia àqueles proprietários há muitos anos. Ou seja, 70 anos se passaram de demanda judicial. E essa, lamentavelmente, é uma situação que se verifica em muitas das judicializações que dizem respeito à demarcação de terras indígenas.

Diante dessa demora da solução judicional, o Executivo, muitas vezes, está atado, independentemente de quaisquer convicções que possa ter, para o deslinde da situação. Muitas vezes, situações são provocadas e não se têm, até por força dessas características, condições de equacioná-las unilateralmente como governante.

Dou-lhes um exemplo de um caso que ficou bastante conhecido. É o caso da fazenda Buriti, em Mato Grosso do Sul, onde ocorreu o falecimento de um indígena após enfrentamento entre Polícia Federal e esse indígena. O que aconteceu naquele caso? Havia um estudo da Funai e uma portaria de muitos anos atrás do Ministério da Justiça que declarava aquela terra como indígena. A questão foi judicializada. E após um conjunto de situações procedimentais no Judiciário, o Tribunal Regional Federal competente julgou nula a portaria do Ministro da Justiça, portanto, desconsiderando a terra como indígena. Como essa situação já vinha de anos e os índios já se consideravam proprietários da área, diante da decisão do Tribunal Regional Federal – claro, a Funai recorreu porque discordava da decisão, assim como também recorreu o próprio Ministério Público Federal, se não me falha a memória –, os índios, então, acreditando-se injustiçados, fizeram aquilo que denominam de retomada da área: entraram na Fazenda Buriti. O proprietário, como os recursos não têm efeito suspensivo, pediu uma reintegração de posse na Justiça, que teve que ser executada pela Polícia Federal. Quando a Polícia Federal foi executá-la, os índios reagiram, houve situações, que ainda estão em apuração em inquérito policial, de violência e acabou morrendo um índio.

Essas situações se colocam e se repetem em todo o Brasil. Por exemplo, no Estado do Rio Grande do Sul, Estado da ilustre Senadora Ana Amélia, temos, hoje, várias situações de conflito indígena. Uma delas diz respeito à área de Mato Preto, em que há uma forte tensão. Havia uma impugnação sendo apreciada pelo Ministério da Justiça, pela Advocacia-Geral da União, lotada no Ministério da Justiça, em relação a eventuais vícios do procedimento que haviam sido alegados por produtores. Mas uma ação proposta pelo Ministério Público ordenou ao juiz que determinasse ao Ministério da Justiça que imediatamente baixasse a portaria de demarcação. Então, diante da determinação judicial, o Ministério da Justiça baixou a portaria de Mato Preto,

o que levou a uma insurgência dos produtores, lá, em relação àquele ato oriundo de uma decisão judicial. Ou seja, nós temos uma situação bastante delicada.

Quero lhes dizer que a situação é aguda e complexa em alguns Estados. Os Estados em que, me parece, existe uma agudeza de situação são Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, onde há um claro conflito entre o processo de demarcação de terras indígenas e pequenos agricultores, inclusive agricultores familiares. Há também no Mato Grosso do Sul, há também em Mato Grosso e há também na Bahia.

Diante desse quadro que se agrava, algumas das situações que, inclusive, como digo, o Governo não tem como resolver unilateralmente, o Governo tem seguido algumas linhas que, eu sei, muitas vezes acabam não sendo captadas pelas pessoas envolvidas no litígio e muitos acreditam que outros caminhos poderiam ser seguidos. A grande questão é que quaisquer caminhos que sejam seguidos podem implicar aprofundamento de conflitos. E a postura que o Governo vem seguindo é evitar ao máximo o conflito. Então, essa é a premissa de que nós partimos.

Tenho dito reiteradamente em reuniões com produtores e em reuniões com lideranças indígenas que a nossa postura é cumprir o que a Constituição diz, buscar ao máximo respeitar os direitos daquelas pessoas que legitimamente os têm em relação à área que será demarcada, mas fazer isso buscando ao máximo o entendimento, a mediação do conflito. Não nos parecem saudáveis posturas que queiram atribuir vitória a um lado ou a outro, sem a busca total da mediação do conflito. E não é fácil. Talvez para o Ministro da Justiça fosse mais fácil dizer: "Ponha a polícia para executar uma ordem judicial", seja para tirar os produtores, seja para tirar os índios. Talvez fosse mais cômodo. Mas eu garanto aos senhores que, na medida em que existem interesses legítimos envolvidos, é preferível que cheguemos ao limite para buscarmos a mediação do que tentarmos efetivamente a afirmação de um lado sobre o outro, independentemente das nossas convicções pessoais.

Essa premissa tem orientado bastante a nossa ação. E o que vem sendo feito? Em primeiro lugar, nós temos a clareza de que é necessário aperfeiçoar o processo de demarcação de terras indígenas. E aperfeiçoá-lo por quê? Muitas vezes tenho recebido queixas de que o processo de demarcação não é transparente, tenho recebido queixas de que o processo de demarcação é parcial, e afirma-se que ele parcial porque – entre aspas – o "órgão julgador" é a Funai, que seria um órgão identificado com a causa indígena e, portanto, dotado de parcialidade para emitir um juízo que exigiria imparcialidade estrutural para ser emitido; afirma-se que, muitas vezes, o direito de defesa foi violado; afirma-se que muitas vezes os laudos antropológicos são inconsistentes; e se afirma também que não há fácil acesso às informações no processo de demarcação.

Governador, minha saudação.

Diante dessas colocações, independentemente de qualquer afirmação geral, porque acho que os processos têm de ser analisados caso a caso – poderá haver processos que apresentem vícios e poderá haver processos que apresentem vícios; por isso vamos ter de olhar caso a caso –, pareceu a mim e ao Governo correto que nós aperfeiçoássemos o processo de demarcação, seja para permitir à Funai que ela realmente seja o órgão que defende o índio e não tenha o ônus de ser julgador definitivo de tudo, dando protagonismo à Funai, mas criando-se uma situação estrutural que permita que ela tenha o seu papel de defesa do índio, sem a confusão com o papel de julgador, seja para garantia de maior transparência, que, a meu ver, irá, no futuro, eliminar muitos dos litígios judiciais que arrastam esses processos por muito tempo.

Como fazer isso? Há um decreto que disciplina a demarcação de terras indígenas. Pareceu-nos que a melhor forma de lidar com essa questão não seria necessariamente mudar o decreto, feito, à época, sob a inspiração do então Ministro da Justiça Nelson Jobim, mas que regulamentássemos melhor esse decreto, através de uma portaria do Ministério da Justiça. Estamos há um bom tempo pensando nessa portaria. Já debatemos muito com o Advogado-Geral da União, com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, com a própria Funai e com outros órgãos governamentais, e posso dizer que, depois de um longo cozimento desta portaria, no dia de ontem, eu e a Ministra Gleisi Hoffmann tivemos a oportunidade de concluir o trabalho dessa portaria.

A nossa ideia, antes, porém, de que eu possa assiná-la, é ouvir se existem sugestões ou críticas a ela previamente. Eu enviarei uma minuta dessa portaria a lideranças dos produtores e a lideranças dos indígenas, para que eu possa ouvi-las previamente e verificar se existem pontos que podem auxiliar. Portanto, a partir da semana que vem, os senhores terão acesso não à portaria, mas à minuta de portaria, para que possam opinar, para que possam sugerir, para que possam efetivamente tecer considerações que nos permitam refletir. Não quero dizer com isso que nós mudaremos ou que deixaremos de mudar opinião em relação ao texto da portaria; o que quero dizer é que é necessário ouvir para aperfeiçoar, se necessário for.

O faz essa portaria? Em linhas gerais, essa portaria cria a possibilidade de que o Ministro da Justiça

tenha condições de atuar como, de certa forma, um mediador e um julgador do processo de demarcação. Hoje, o Ministro da Justiça tem como braço técnico a Funai e, quando recebe o processo de demarcação, ele não tem condições técnicas de aprofundar a investigação em relação às demarcações. Então, o que estamos fazendo? O Ministro da Justiça terá uma estrutura que permitirá a ele, em qualquer fase do processo e até mesmo instado pela Funai, fazer a mediação do conflito antes mesmo do relatório inicial ser baixado pela Funai, como também permitirá a ele um reexame técnico, pela sua própria estrutura, das contestações das impugnações que são apresentadas, coisa que hoje não é feita.

Ou seja, é uma portaria que vai trazer para o processo informações de outros órgãos, isto é, vários órgãos darão subsídios às informações que são levantadas pelo grupo que comanda os estudos da demarcação. Portanto, é uma portaria que dá mais transparência, que dá mais subsídios de instrução e garante uma dimensão de imparcialidade estrutural no processo decisório das demarcações. Essa portaria será encaminhada para os senhores e para as lideranças dos povos indígenas a partir de segunda-feira como minuta, para que possamos refletir sobre ela e receber contribuições. Essa é a primeira medida.

Nós temos clareza, porém, de que essa portaria vai ser firmada e, seguindo a regra geral da lei de introdução ao Código Civil, ela tem efeito imediato, pegando os processos em curso, na fase em que se encontram. Claro? Mas temos situações passadas, que também precisam ser equacionadas. Para isso, o Governo tem tomado outra iniciativa, que agora se complementa. Diante da situação ocorrida na Fazenda Buriti... E aqui está o Governador Puccinelli, de Mato Grosso do Sul, a quem saúdo. O Governador Puccinelli informou ao Governo Federal uma situação explosiva que se verificava logo após a questão da Fazenda Buriti ter ensejado aquele lamentável episódio. Portanto, ali havia uma situação de iminente enfrentamento entre lideranças indígenas e produtores, situação que persiste até hoje, para deixar bem claro.

Imediatamente, a única alternativa que nós tivemos foi sentar numa mesa de diálogo. E, aliás, aprendi a chamar esse processo não de mesa de negociação, mas de mesa de diálogo, porque constantemente a expressão "mesa de negociação" me afastava interlocutores, que diziam "direitos não se negociam". Então, eu preferi e prefiro utilizar mesa de diálogo, para apenas precisar que não é uma forma de retirada de direitos, mas é uma forma de verificar como eles podem ser implementados sem conflito. Essas mesas de diálogo envolvem o governo do Estado, o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, da Funai, do Incra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e outros órgãos que sejam necessários, como, por exemplo, o próprio Ministério do Planejamento, através da SPU. Envolve, como eu disse, o governo do Estado, através dos órgãos que são necessários, o Ministério Público Federal, o Conselho Nacional de Justiça, lideranças dos produtores e liderança dos índios.

A questão era: como resolver esse problema? Nós percebemos que a única forma é discutir caso a caso, porque as características são diferentes, e começamos a discutir a Fazenda Buriti. Ali, tínhamos uma decisão judicial que dizia que a terra não era indígena, mas os recursos interpostos demorariam, tanto pelo Ministério Público como pela Funai, de dois a três anos para serem resolvidos. Parte da Fazenda Buriti está ocupada ou retomada, como queiram, pelos indígenas. Os proprietários querem a saída deles; eles dizem que só saem entregando a própria vida.

Bem, iniciamos uma discussão, e uma luz no fim do túnel surgiu, que era o seguinte: ali naquela terra – estou apenas exemplificando como funcionam as mesas de negociação, porque isso vai se repetir, está-se repetindo em vários Estados –, os proprietários têm títulos que foram dados, nem pelo Estado do Mato Grosso do Sul, mas pelo Estado de Mato Grosso, antes da criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Pela Constituição, se a terra for reconhecida como indígena, esses títulos são nulos e não podem ser indenizados.

O que poderiam os proprietários alegar? E seria uma discussão jurídica imensa. Como receberam títulos do Estado, se a terra fosse indígena, eles poderiam pleitear uma indenização do Estado, como hoje fazem produtores do sul da Bahia, que pedem uma indenização, e uma ação dessas demoraria décadas. Por outro lado, mantida a posição dos recursos, de que a terra não é indígena, teria de haver a retirada dos indígenas da área, o que obviamente poderia implicar conflitos, como aconteceu na reintegração de posse determinada.

Então, o que nós fizemos?

Houve um encaminhamento de que, talvez, o correto fosse pagar uma indenização. O Governo do Estado do Mato Grosso do Sul diz: "Eu não tenho recursos para fazer isso", e é legítimo que não tenha. O Governo Federal diz: "Sim, podemos pensar em passar os recursos, mas a que título? Se a terra é da União, não posso pagar por ela juridicamente".

Então, o que se pensou, num primeiro momento?

O Governo Federal poderia adquirir terras do Governo do Mato Grosso do Sul para fazer assentamentos de reforma agrária. Isso permitiria que nós pagássemos com títulos da dívida agrária as terras, os títulos da dívida agrária hoje têm fácil conversibilidade

no mercado, o governador do Mato Grosso do Sul poderia pegar esses títulos e, num acordo judicial, com a concordância do Ministério Público e do juiz, fazer o pagamento das respectivas indenizações.

Essa proposta na mesa de negociações foi aceita à unanimidade por todos. Por quê? Porque lá, a maior parte dos proprietários da Fazenda Buriti querem receber indenização e sair da terra. Então, o que fizemos? Iniciamos dois campos. De um lado, verificando que terras nós poderíamos adquirir do Estado de Mato Grosso do Sul nessas condições. E, de outro lado, verificando como juridicamente poderíamos viabilizar isso.

O Ministro Adams e eu estivemos inclusive dialogando com o relator do processo. Há um entendimento – o próprio Ministério Público aceita esse acordo, o juiz aceita esse acordo –, mas esbarramos num problema: não conseguimos encontrar áreas do Mato Grosso do Sul aptas a serem adquiridas dentro desse procedimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Nós temos esse problema. Então, diante desse quadro e diante da situação de outros Estados... Iniciamos esse diálogo no Estado da Bahia, no Estado do Rio Grande do Sul e devemos iniciar na semana que vem – comentei – com o Governador Colombo. Ontem, acertei uma data para irmos até Santa Catarina. Eu iria na sexta-feira, combinamos agora uma outra data, mas faremos essa mesa de diálogo nos mesmos termos. Ou seja, essa solução da Buriti contempla a Buriti pelas suas características, mas pode ensejar um paradigma para outros Estados, particularmente o Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul é um Estado, cuja Constituição Estadual tem a criação de um fundo para a indenização de proprietários que estão em terras indígenas. A legislação do Estado do Rio Grande do Sul prevê isso. Então, também estamos estudando áreas do Estado do Rio Grande do Sul indicadas pelo Governo, para que possamos adquiri-las para fazer o reassentamento e buscar, com base nisso, pagar indenização, seja para os proprietários, seja para criar reservas indígenas que permitirão alocar índios sem retirar colonos. É isso o que estamos estudando efetivamente no Rio Grande do Sul.

Mas, diante da dificuldade do Estado de Mato Grosso do Sul, isso nos levou a dialogar, no Governo Federal, dizendo o seguinte: "Bem, se não temos terras para comprar, temos de encontrar saídas".

E a Presidenta Dilma Rousseff, na semana passada, nos autorizou a dialogar com o Ministério do Planejamento a criação de um programa de mediação de conflitos de terras indígenas com aporte de recursos orçamentários para isso. Ou seja, com verba orçamentária do Governo Federal, o que não temos hoje, criaremos uma rubrica com verbas para fazer essa mediação. Em que termos? A partir do que essas mesas de diálogo detectarem e a partir do que efetivamente cada caso indicar. Por exemplo, se a mediação indicar que o melhor caminho é uma indenização para os proprietários, nós poderemos, desde que exista concordância com o Ministério Público, desde que exista concordância com o juiz e as lideranças dos dois lados, ensejar uma forma de o Estado receber os recursos para poder pagar a indenização. Ou, então, em outros casos, poderemos usar esses recursos para aquisição de terras, e aí fazermos reservas indígenas.

No próprio Estado de Santa Catarina, ontem o Governador Colombo me informava que existe a possibilidade de um acordo para a criação de uma reserva indígena para acomodar, nem que seja provisoriamente, lideranças que estão ocupando uma terra que está em discussão.

Ora, a nossa ideia, portanto, é utilizar esses recursos orçamentários para isso. Os senhores me perguntarão de quanto são esses recursos, quais os valores, eu direi que estamos discutindo com o Planejamento agora. Tenho certeza de que teremos dificuldades em obter verbas expressivas em um primeiro momento, mas tenho certeza também de que poderemos fazer pactuações que permitam mostrar a proprietários e índios que vamos encontrar um equacionamento com essas verbas que estão postas. Ou seja: que a questão será resolvida no limite da mediação. É evidente que se a mediação não for possível, não há outra saída a não ser a de que a Justiça decida. E aí não tem jeito, vou ter que cumprir ordem judicial para resolver o problema, claro, mas a ideia é mostrar que isso é possível.

Temos dificuldades? Temos. Dou um exemplo: sei que no Estado de Mato Grosso do Sul – o Governador me registrava – os produtores estavam muito irritados, dizendo que havia uma enrolação por parte do Governo. Qual é o problema? Para que eu possa fazer uma negociação, tenho que avaliar a fazenda. Para avaliar a Fazenda Buriti, o prazo foi de 90 dias. Isso me foi pedido pelos órgãos de avaliação. É o que pediram. Não tem jeito, porque tem que fazer o levantamento fundiário, tem que se tomar um monte de iniciativas. Então, me pediram 90 dias, tem que se entrar na terra e fazer. Mas dois proprietários se recusaram a deixar que a terra fosse avaliada. Aí não tenho saída. Claro. Não posso deixar entrar. E a alternativa – e essa é a razão pela qual eu teria, ao meio-dia, uma reunião com meu querido Governador Puccinelli – será deixar os dois de lado, na briga judicial, e fazermos um acordo com os outros. Agora, para isso, precisamos ter a concordância do Ministério Público, precisamos

ter a concordância de todos. Vejam os senhores: aquilo que pode parecer, entre aspas, uma "enrolação" se prende a um conjunto de dificuldades pela diversidade dos atores envolvidos. Tenho que ter a concordância do Ministério Público, tenho que ter a concordância do juiz, tenho que ter a concordância do proprietário e tenho que ter a concordância do índio; tenho que ter a concordância do Governo federal e tenho que ter a concordância do governo estadual.

Se eu não conseguir fazer isso, o que vai acontecer? Fica na Justiça. E ficar na Justiça é o pior dos mundos não porque a decisão será injusta, mas por causa do tempo. O conflito se potencializa, as terras se desvalorizam, os índios se exacerbam. Os índios acham que já são proprietários da terra, o proprietário também acha que é proprietário. E, quanto mais tempo passa, é pior.

Portanto, o esforço que temos feito, Senador Moka, é exatamente nesta linha: buscar conciliar ao máximo. Não tenho outra alternativa que não envolva a força. Não tenho outra. E acho que a força é o pior dos mundos nesse caso, porque tenho um conflito social em que há interesses legítimos dos dois lados. Pode haver interesse ilegítimo de um lado ou de outro? Pode. Aí, temos que detectar e separar o joio do trigo.

Por exemplo: temos denúncias de que existem áreas, especialmente no sul do País, que estão sendo arrendadas dos índios por grandes proprietários com a apropriação desse arrendamento por parte de alguns líderes indígenas. A Polícia Federal está investigando seriamente isso. E quem estiver envolvido vai responder na forma da lei. A Polícia Federal está investigando com seriedade esse tipo de situação.

Se há proprietários que estão arrendando terras de índios, e isso é ilegal, vão responder os envolvidos. E se houver funcionários envolvidos, eles responderão também. Ou seja: essa é a postura que estamos adotando.

De outro lado, pode haver interesses de madeireiros ilegais. Existe, existe. E aí a Polícia Federal esta agindo para prender madeireiros, para prender pessoas que degradam o meio ambiente, pessoas que, muitas vezes, tentam aliciar indígenas para atingir finalidades ilícitas. E vamos agir com vigor.

O que é ilícito será apurado e punido. Agora, o que é interesse legítimo, posto em situação de conflito, em que pessoas tenham a legítima expectativa de viver na terra onde viveram, e têm títulos para isso, onde há indígenas que têm legítimo interesse, já que, pela Constituição, lhes foi outorgado que a terra seja demarcada, vamos buscar, no limite das possibilidades, conciliar.

Normalmente, na conciliação, é o conciliador que sofre mais porque passa a ser malvisto pelas duas partes, que querem seus direitos satisfeitos imediatamente. O Ministério da Justiça está disposto a correr esse risco. Tem corrido e tem sofrido, porque tenho sido acusado por índios de não cumprir a Constituição e tenho sido acusado pelos proprietários de não cumprir a lei. Portanto, a minha opção é: ou cruzo os braços e deixo á força resolver o problema, ou busco a conciliação como premissa, como ponto intermediário e como ponto final na nossa intervenção. E é o que eu tenho procurado, Senador e Presidente Benedito de Lira, exatamente a busca da mediação, no limite das minhas possibilidades.

Em síntese: o que eu tenho a informar a V. Exªs, primeiro, na próxima semana, em nível de portaria, porque fechei ontem com a Ministra Gleisi Hoffmann, será na forma de minuta submetida ao crivo e à análise dos senhores, tanto de Parlamentares, como de lideranças do setor produtivo, como lideranças indígenas. Minha ideia é que, feita as consultas, em curto espaço de tempo essa portaria seja baixada. Com acordo ou sem acordo, eu tenho que tomar uma posição sobre isso. Apenas quero ouvir para verificar se têm situações em que eu posso melhorar.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Concluo já Presidente.

Segundo, as mesas de diálogos estão sendo feitas nos Estados.

Em Mato Grosso do Sul, a minha ideia é buscar hoje mesmo uma alternativa com o Governador Puccinelli para que nós possamos, talvez na semana que vem o mais tardar, iniciar a negociação da terra para a aquisição da Fazenda Buriti. Claro? Mas a Fazenda Buriti, em si, não resolve Mato Grosso do Sul. Resolvido esse problema, nós temos outras questões, especialmente na região de Dourados, que temos que sentar e analisar como é que vamos resolver na mesa de diálogo o problema.

No Rio Grande do Sul, estive esta semana em Erechim, conversando com lideranças – perdão – em Erechim não, em Passo Fundo conversando com lideranças indígenas e estive em Porto Alegre, eu não cheguei a ir à área, porque a própria Polícia Federal disse que a nossa ida poderia acirrar um conflito entre as partes. Então, eu preferi dividir as reuniões, fazendo uma em Passo Fundo, na sede da unidade, e, em Porto Alegre, na própria Polícia Federal com produtores. Dialogamos, marcamos procedimentos para início dessa mesa de diálogos, e eu pretendo voltar ao Rio Grande do Sul para ter ainda, antes dessa mesa de diálogo, uma conversa com o Ministério Público. Lá,

eu tenho conversado com o Dr. Rodrigo Janot sobre essa questão. Quero conversar também com os procuradores da República locais, porque é necessário que o Ministério Público seja partícipe desse processo de diálogo.

Eu próprio tomei uma iniciativa, que até gerou essa confusão, porque na área de Sananduva o juiz determinou força policial para fazer a demarcação física. E os proprietários disseram que se isso fosse feito correria sangue. As informações que eu tinha eram corretas. Eu liguei para o juiz pedi, em ofício de próprio punho, endossado pela Funai, que se desse tempo para essa mesa de diálogo. S. Exª o juiz de Erechim concordou com isso e nos deu um prazo para fazermos essa mesa de diálogo. Então, isso provocou uma reação dos indígenas, acusando o Ministro da Justiça de não querer fazer a demarcação. Eu fui e me reuni com os indígenas e disse que a minha postura é pelo diálogo no limite das possibilidades. E aí marcamos essa situação. Então, eu quero ir também. Como o Ministério Público foi contra a suspensão dos trabalhos, legitimamente no exercício da sua competência, me responsabilizando inclusive por situações que poderiam ocorrer se a demarcação não fosse feita, eu quero dialogar com procuradores da República e tentar mostrar, pelo menos a minha opinião, se certa ou errada, que a tentativa de mediação é a melhor forma de resolver esses impasses.

Tenho previsto Santa Catarina, tanto que conversei ontem com o Governador Colombo para iniciar essa mesa.

Na Bahia, tive eu, com o Governador Jaques Wagner, quase 12 horas de reuniões. Uma com o Ministério Público Federal; uma com lideranças indígenas; outra com lideranças dos produtores. Lá são três áreas que têm uma situação de conflito. E nós decidimos fazer uma mesa de diálogo discutindo área por área, para verificar se nós temos alternativas, seja do ponto de vista da análise da consistência dos laudos, seja do ponto de vista das indenizações a proprietários, em síntese, vamos fazer uma mesa de diálogo para que possamos resolver esse problema.

Presidente, desculpe-me por haver ultrapassado o horário, mas é a informação inicial que passo sem prejuízo de todas as perguntas, claro, que posso responder a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Ministro Eduardo Cardozo, pela sua exposição.

Dando continuidade, concedo a palavra ao Ministro Luís Inácio Lucena Adams, que terá o mesmo prazo estabelecido para fazer as suas considerações.

Com a palavra V. Exª.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Sr. Presidente Benedito de Lira, agradeço o convite desta Casa.

Meu colega de Governo, Ministro Cardozo, temos trabalhado com muito envolvimento com este tema, que acho que é um dos temas centrais hoje, considerando exatamente aquilo que o Ministro falou.

Houve um processo de demarcação de áreas em espaços, digamos, vazios do Brasil, o que facilitou esse processo de demarcação, mas o fato é que esse processo de demarcação evolui hoje para áreas ocupadas, densamente ocupadas, e isso tem gerado uma série de perplexidades, dificuldades e desafios.

Eu diria – e não vou repetir o que disse o Ministro, até para permitir que haja mais tempo para os questionamentos – que o Governo Federal tem exercido um grande esforço de conciliação e de diálogo nesse processo. É um trabalho difícil porque é um trabalho num ambiente em que os humores e, digamos assim, as vontades são extremados; é um espaço em que o diálogo é difícil. Ambos os lados se veem detentores de direitos inalienáveis e, muitas vezes, centenários. E esse processo, pela irredutibilidade das partes, muitas vezes tem gerado verdadeiros impasses, os quais o Governo tem procurado desenvolver.

Agora, eu queria somente destacar que acho que esse processo e a dificuldade desse diálogo se devem também em parte a um certo grau de ausência normativa. O processo de demarcação, hoje, se baseia em um estudo antropológico feito por um grupo de técnicos, e, como disse e reafirmo, o processo de demarcação é um processo estritamente vinculado. A decisão é tomada no âmbito da Administração Pública. E nesse sentido não faria nenhum sentido a PEC nº 215, que o transferiria para o Congresso, porque o processo continuaria vinculado. Quer dizer, o mandado de segurança, em vez de ser proposto contra a Presidência da República, passaria a ser proposto contra a Mesa da Casa; isso não mudaria em nada a realidade do modelo de demarcação que nós temos.

Então, por ser um processo de modelo vinculado, em todas as etapas subsequentes ao laudo antropológico apenas se analisam a adequada procedimentalização e aplicação técnica dos sistemas antropológicos que levaram àquela conclusão, seja na validação feita pela Funai, seja na decisão tomada pelo Ministério da Justiça, que homologa e que aprova aquele estudo, seja pelo ato da Presidência da República que faz a demarcação ou que decreta a demarcação da área.

Nesse sentido, criamos grande dificuldade, porque, na medida em que o estudo é realizado, se inicia, de fato, certa exacerbação de ânimos. Como bem disse o Ministro, as comunidades se veem, a partir do estudo em si, independente dos aproves subsequentes,

no direito da área e começam a tratar a área com um processo de reocupação ou retomada de algo que lhe foi estritamente espoliado. Isso faz com que o processo seja altamente complexo e altamente explosivo já no início. Nesse sentido, o esforço de iniciar um processo de compreensão a partir do início do próprio estudo, seja com a participação dos entes da Federação e de todos os interessados no processo em estudo – essa é uma obrigatoriedade que já está presente na decisão do Supremo, no caso Raposa –, seja no processo de mediação é altamente importante e significativo.

Agora, chamo atenção que, mesmo dentro desse processo de demarcação, a própria Constituição Federal vem a criar uma capacidade de exercício discricionário do Estado nesse processo de demarcação, exatamente para enfrentar essas dificuldades. Essa discricionariedade é decorrente da existência de uma lei complementar que hoje não existe e isso limita a atuação da administração, mas que identificaria essa lei complementar aos interesses relevantes da União, que justificariam a validação de títulos em áreas demarcadas. Ou seja, é possível, num processo de regulamentação, introduzir um reconhecimento a partir de lei complementar identificando situações.

E aqui nós estamos falando de interesses da União, não de bens da União, ou seja, aquelas situações que a União considera de interesse relevante – e aqui eu falo União como Estado, como um todo, a partir da lei complementar que assim define –, seja por razões de segurança, seja por razões de soberania, seja por razões de redução de conflitos, seja por razão de antiguidade, os critérios que permitiriam à União reconhecer a validade daqueles títulos, para indenizá-los ou para preservá-los. Então, essa ausência normativa, de fato, é um elemento que retira hoje um espaço de discricionariedade possível no processo.

Eu acredito que o Supremo Tribunal Federal, nas condicionantes do Raposa Serra do Sol, procurou avançar um pouco nesta linha de tentar suprir isso. Entretanto, das 19 condicionantes que o Supremo adota, apenas duas se referem à demarcação, que são exatamente as condicionantes 18 e 19. As demais condicionantes se referem à gestão de área indígena, à possibilidade de ingresso das Forças Armadas, à possibilidade de ingresso da polícia, sobre quem gere a área quando é área ambiental junto, se é ICMBio, se é Funai, e assim por diante.

Uma trata da participação de entes no processo, a necessidade de participação deles no processo de demarcação; e a outra que trata exatamente da limitação da ampliação do processo de comunidades. E aqui considerando, inclusive, o adendo que o Ministro Barroso faz no embargo de declaração como uma possibilidade de ampliação mediante indenização, mediante desapropriação por interesse público e não meramente uma demarcação com indenização exclusiva da benfeitoria existente na área.

Essa condicionante corresponde, hoje, a uma jurisprudência do Supremo. Apenas é importante reconhecer que o que ele expressa nos embargos de declaração geram um grau de fragilidade na sua extensão global em relação a todos os processos, porque expressamente declarou a não vinculação obrigatória àquela jurisprudência. Ele é um precedente, porém não é vinculante.

Não poderia ser diferente, porque ele não estava numa situação de ação de controle concentrado ou de repercussão geral, que justificariam o efeito vinculante, ou que geraria o vinculante. Mas o fato é que essa declaração, da forma como foi tomada, fragiliza a sua própria extensão. Todavia, é uma jurisprudência que existe. Recentemente, o Ministro Fux, num processo de demarcação, adota esse precedente para suspender uma demarcação já reconhecida, uma reserva Kayabi, se não me engano no Mato Grosso.

Isso vai ser um processo de afirmação do Judiciário, de confirmação do Judiciário progressivo. Agora, o ponto central que me parece é que mesmo essas condicionantes não têm o alcance que está previsto no §6º do art. 231 da Constituição, que é identificar aquelas situações, aqueles fatos, aquelas posses, aquelas ocupações em que está presente o interesse relevante da União. E isso pode ser dito na forma de lei complementar, deve ser dito na forma de lei complementar. A partir disso, teremos um marco normativo que permita ao Estado exercer algum nível de autoridade discricionária vinculada, vamos dizer assim, que possa, de fato, nessa discricionariedade, ou preservar o título, se aquilo for mais adequado àquela situação, mediante um meio de compensação, seja indenizar esse título, gerando oportunidade de compensação adequada ao proprietário da área.

O caso de Mato Grosso do Sul, da ocupação... Mato Grosso do Sul. Perdão, Governador, é que são Estados tão irmãos que, às vezes, a gente confunde, são irmãos gêmeos.

Mas o fato é que o Estado de Mato Grosso do Sul é um caso que poderia, por exemplo, ser titulado pelo Estado, assim como o caso da Bahia, ser reconhecido como uma hipótese de indenização plena, por exemplo, o que facilitaria o processo de indenização e não precisaria, digamos assim, desses mecanismos que nós somos obrigados hoje a adotar, de comprar para o Estado e indenizar, na forma do art. 37, § 6º, em que a União é obrigada a indenizar por erro ou dolo objetivo aquele que é prejudicado. Então, nesse caso, não

precisaria dessa sistemática de repassar recurso ao Estado para que o Estado indenize, e assim por diante. A própria União vai lá e indeniza diretamente, sem nenhum mecanismo mais complexo ou difícil.

Eu acho que, hoje, esse processo, de fato, carece de uma normatização que permita ao Estado exercer essa autoridade no processo de demarcação. A ausência dessa normativa gera uma, digamos assim, limitação à atuação estatal, que faz com que nós tenhamos de fazer um grande exercício de conciliação.

E aqui eu devo reconhecer o esforço pessoal do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que tem trabalhado para conciliar, realizando reuniões, reuniões e reuniões, que são necessárias porque nós sabemos que todo processo de conciliação, particularmente nessa realidade tão conflitiva e tão acirrada, é um processo muito complexo e difícil. Até porque muitos autores, muitas partes nesse processo não querem conciliar, só querem seu direito, seja para permanecer na terra, seja para ocupar a terra.

Esse processo tem requerido um esforço muito grande, substancial, significativo de tempo e dedicação do Governo Federal e, particularmente, do Ministério da Justiça, como já foi dito aqui. Agora, me parece que um processo de normatização permitiria, objetivamente, a afirmação de uma autoridade efetiva nesse processo. Sem esse processo, nós continuaremos, de fato, a enfrentar e a conviver com os conflitos, que não consideram sequer as referências que iniciam o processo de demarcação.

Nós temos dificuldade não só na demarcação em si, mas também na própria abertura do processo de demarcação, que situações levam à abertura desse processo de demarcação, como se compõem esses processos e como é que eles se desenvolvem, e de que forma nós podemos, de fato, exercer algum juízo interno ao processo para efeito de manter ou excluir áreas. Enquanto tivermos um processo em que ela se torna declaratória, sem nenhuma possibilidade de discricionariedade vinculada – eu não falo aqui em arbitrariedade, falo em discricionariedade vinculada, baseado numa lei –, que se continua submetido apenas a um juízo que, em última análise, é dado pelo antropólogo que inicia o processo e que faz o laudo.

Dito isso, eu agradeço de novo a oportunidade que me é dada a retomar esse assunto. Acho que podemos agora ouvir as perguntas, que são importantes para esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado ao Ministro Adams, Advogado-Geral da União, pela sua exposição.

Agora, vamos abrir o diálogo, o debate com S. Exªs os Srs. Senadores. Mas, antes, eu gostaria de cumprimentar o Governador André Puccinelli. Seja bem-vindo a esta Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Ana Amélia. Logo após, darei a palavra ao Senador Figueiró, que está inscrito para formular as perguntas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Agradeço a V. Exª, Presidente. E cumprimentar o Ministro José Eduardo Cardozo e o Ministro Luís Inácio Lucena Adams pela clareza com que mostraram, mas também as dificuldades que todos entendemos nessa área. Não é fácil, talvez esse seja o tema mais complexo em que há enfrentamento entre a área política, o Congresso Nacional, o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Poder Executivo, e mais ainda as partes que mais sofrem esse processo, os produtores rurais – a maioria é de pequenos agricultores – e os indígenas.

Sr. Presidente, na Casa as sessões se superpõem em temas relevantes. Sou autora de um requerimento na Comissão de Assuntos Sociais para uma audiência pública sobre os fundos de pensão, na qual era minha intenção defender o interesse dos trabalhadores. Combinei com o Senador Moka, que preside a Comissão de Assuntos Sociais e que está envolvido nesse tema de hoje e quero agradecer também ao Senador Ruben Figueiró, pela gentileza de me conceder preferência para falar. Farei apenas uma pergunta para cada uma das autoridades presentes. Gostaria de ter a resposta para poder me retirar para presidir a audiência e o Senador Moka aqui continuar. Queria saudar o Governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, também os demais Deputados.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Está muito longe o Rio Grande do Norte, Sr. Governador. Mas, veja só, é uma forma de aliviarmos a tensão, Governador, pelo menos isso. Sua reação é natural. Todos baixamos um pouco a tensão que estamos vivendo e enfrentando. Mato Grosso do Sul, onde há muito gaúcho. Mais gaúchos, tanto quanto nos dois, "matuchos", exatamente, Senador Ruben Figueiró.

Agradeço ao Senador Figueiró, ao Senador Waldemir Moka e às demais autoridades.

Ministro, eu fico um pouco alentada com as iniciativas tomadas por V. Exª, principalmente a solicitação ao juiz de Erechim para efeito suspensivo, porque isso poderia gerar... Aquela área é de alta tensão, Sananduva especialmente. Mato Preto é um caso que está se arrastando e, como disse V. Exª, há um século estão lá pequenos agricultores. Alguns Municípios foram criados em torno da mobilidade dessas pessoas que

foram lá para trabalhar. Há documentação histórica, antropológica, tudo confirmado por especialistas. O problema é exatamente isto: quando todos têm razão, é uma situação muito complicada. Então, nós queremos a pacificação dessa disputa.

O senhor fala em indenizações, Ministro, mas como é possível indenizar uma história de várias gerações? Não é apenas a indenização da terra em que se pode olhar e saber quanto custa isso, quanto custa aquilo, uma casa construída ali, um curral construído aqui e os animais ali presentes. Municípios, como eu disse, foram criados nesses locais a partir do trabalho desses produtores, desses agricultores. Isso vai além de uma indenização. Famílias de produtores desbravaram essas terras com histórias de mais de um século, como é o caso da região norte do Estado, incluindo a região de Sananduva, de Mato Preto e outras áreas.

Na terra se quantificam os valores, mas não a história – essa não há dinheiro que pague. Por isso, há dificuldade de fazer essa definição.

Na palavra do Sidimar Luiz Lavandoski, líder da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf-Sul), que participou da reunião com o senhor lá na Polícia Federal, em Porto Alegre, pelo menos ficaram com a esperança de ver concretizado o que foi proposto. Pelo menos a demarcação na suspensão já dá um pequeno alívio para eles. Mas a situação é muito tensa em Sananduva.

Ministro Luís Inácio Lucena Adams, sua presença aqui foi requerida por mim, porque V. Exª está envolvido do ponto de vista jurídico, assim como o Ministro da Justiça tem também os aspectos políticos envolvidos nisso. Pelo que disse o Ministro da Justiça, há um problema nisso também, que é entendimentos das diversas instâncias de competências e autoridades: Ministério Público, Poder Judiciário e Poder Executivo e, em alguma medida, importante também o Congresso Nacional.

Em que isso atrapalha ou complica mais a solução dos conflitos?

Uma outra questão: V. Exª diz que existe ausência normativa; eu queria saber do senhor o que faz a Portaria 303, de 2012, da AGU, que foi reeditada após definição pelo Supremo da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Como essa portaria está? O que ela vale hoje? Qual vai ser a base de atuação da AGU em relação a essa Portaria 303?

São as minhas questões.

Obrigada.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Primeiramente, saúdo a querida amiga, Senadora Ana Amélia, com quem temos dialogado muito sobre essas questões do Rio Grande do Sul envolvendo demarcação de terras indígenas.

Realmente, no Rio Grande do Sul, as áreas mais tensas são exatamente essas: Sananduva, Passo Grande da Forquilha e Mato Preto. As situações são um pouco diferentes, mas ambas tensas.

No caso de Sananduva, eu pedi ao juiz que nós parássemos. Qual é a situação de Sananduva? Há uma portaria já de três ou quatro anos do Ministério da Justiça e existe a demarcação física de levantamento fundiário para poder, segundo a lei, pagar indenizações aos pequenos agricultores. O juiz determinou força policial para que se entrasse na área. Aí, houve a reação. Recebi um informe de inteligência policial que confirma o que V. Exª diz, que a situação poderia degenerar para um confronto. Conversei com o juiz e houve a decisão – embora o Ministério Público fosse contrário a que se paralisasse –, o juiz optou por suspender esse processo. Estive lá e pretendo até retratar ao juiz o que lá ocorreu. Ali temos uma situação que precisamos esclarecer. As lideranças dos produtores, a Fetraf-Sul, que estava majoritariamente na reunião em que lá estive, diz que os produtores não querem sair, as lideranças indígenas dizem que alguns produtores querem sair. Pedi que o Presidente do Incra e um membro da minha assessoria fossem até a área, inclusive, para fazer uma análise da situação: se é possível um acordo parcial com saída de alguns, se não é. Boa parte dos produtores não quer sair, dizendo que tem uma relação histórica com a terra – como diz a senhora – e os indígenas dizem: "Aqui morreu meu avô. Há o cemitério indígena aqui e também não quero sair."

Então, é uma situação delicada, mas pretendo, a partir desse novo programa de verbas, discutir indenização com alguns, ou compra de terra. Temos que encontrar uma saída. Pretendo ir ao limite da minha possibilidade, mesmo podendo ser acusado de inação, como já o fui, no caso pelas lideranças dos povos indígenas, dizendo que eu estava paralisando tudo. Eu prefiro ir ao limite da minha possibilidade para buscar um entendimento e um acordo, Senadora Ana Amélia.

Mato Preto tem uma outra situação. Ali foi uma portaria baixada por ordem judicial. Há uma série de impugnações relativamente ao laudo e eu tenho dialogado muito com o Ministério Público, por quê? Vamos imaginar que o Ministério da Justiça diga que o laudo é correto e o Ministério Público ache que não é. Vamos imaginar o inverso, que o Ministério da Justiça diga que o laudo está incorreto e o Ministério diga: "Vocês estão prevaricando, vocês estão querendo paralisar um processo por razões políticas", ou pelo que quer que seja. Eu preciso fazer uma relação com o Ministério Público que me permita que, se o laudo tiver vícios,

que se devolva o laudo, mas que o Ministério Público tenha concordância. Se não tiver vícios, que juntos reafirmemos isso.

Conversei muito com o Procurador-Geral da República, Dr. Janot; conversei muito com a Procuradora, Drª Deborah Duprat, que também está debruçada sobre o caso. Minha ideia era me reunir também com o Procurador da República de Erechim que atua nesse caso, para que nós possamos chegar a um consenso. Porque, ali em Mato Preto, há quem acuse o laudo todo de vício, há quem diga que há uma área, sim, que seria tradicionalmente indígena, mas que seria menor do que a delimitada. Por exemplo, vamos imaginar que seja menor a área delimitada, que o Ministério Público concorde com uma avaliação. Nós temos que refazer o estudo. Se não houver a concordância, o laudo está certo, temos que explicar aos impugnantes: "Olha, este vício não ocorreu, este outro vício não ocorreu." Ou seja, temos que ter uma postura em conjunto.

Acho muito ruim que o Ministério da Justiça tomasse uma postura unilateral e o Ministério Público discordasse na Justiça, entrando com uma ação, porque aí nunca mais vai se resolver. O Ministério da Justiça vem e diz: "Olha, o laudo tem vício, está anulado"; e o Ministério Público entra com uma ação para restaurar o laudo. Nunca mais se vai sair desse imbróglio e as pessoas sofrendo na região.

Então, é um pouco essa a ideia. Não é simples, Senadora, falo a V. Exª que não é simples. Quanto mais atores envolvidos num processo de mediação, cada cabeça é uma sentença, e a dificuldade de se buscar a conciliação é muito grande.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Ministro Adams.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Senadora, primeiramente quero só registrar que, como gaúcho, muito me honra o seu mandato e tenho grande admiração por V. Exª.

Em relação aos dois pontos, acho, Senadora, que esse é um processo extremamente conflitivo. As partes, inclusive os agentes públicos – Funai, Ministério Público –, todos os atores em algum sentido acabam participando desse processo e, mais do que isso, agindo muitas vezes como partes desse processo.

Acho que, do ponto de vista desses atores, nós chegamos a uma situação em que o abismo que se criou em muitos desses diálogos é dificultado exatamente pelo envolvimento – eu diria até hoje histórico, são 25 anos de Constituição – que esses atores tiveram em se envolver nesse processo.

Em que pese isso, tenho visto uma compreensão maior desses atores à realidade estabelecida, em favor do diálogo. Tem sido claro cada vez mais para todos os que estão envolvidos diretamente que, como diz o Ministro Cardozo, apenas uma solução de força de cada lado não é factível.

Eu também tenho visto nesse processo as partes em si tomarem a si esse uso da força, que para mim é algo preocupante. Seja da parte dos índios, com ocupações, invasões – lá no Rio Grande do Sul, atiraram flechas contra o Piratini, o que achei um absurdo –, seja também da parte de fazendeiros, pequenos, grandes, médios, não importa. Por isso, quando eu falo que afirmar a autoridade de Estado, seja na conciliação, seja na afirmação de autoridade, é uma forma também de impedir essa prática.

Acredito que o Supremo dê um bom sinal na Raposa. Mas gerou, de fato, uma complexidade que nós vamos ter que examinar na implementação dessa portaria. Eu, imediatamente, durante o julgamento, entendi – e entendo – que ele confirmou as condicionantes, mas ele expressamente não quis dar ou não estabeleceu a sua extensão plena. Algumas falas de alguns Ministros me deixaram um pouco preocupado do tipo: "Não, essa é uma jurisprudência importante, mas ela pode mudar." Então, criou-se uma certa insegurança, mais do que segurança. Isso é algo que vai ser analisado com a publicação do acórdão.

Eu publiquei uma nota inclusive dizendo isso. A portaria tem uma vigência que se inicia com a publicação do acórdão. Agora, com a publicação do acórdão, eu vou examinar se, de fato, há as condições, e ela vai ter como ajustar, porque alguns itens foram adotados, foram alterados pelo próprio Tribunal, houve uma procedência parcial nos embargos; então, isso vai ser examinado nesse momento.

Devo ter uma avaliação ainda para efeito de implementação efetiva da portaria. Isso vai ser objeto de estudo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Senador Figueiró, eu gostaria de perguntar a V. Exª, considerando que a Senadora Kátia Abreu me disse que tem que se deslocar, porque está com problema de doença na família e terá que correr para São Paulo, se V. Exª permitiria que ela pudesse falar antes de V. Exª.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, da mesma forma que cedi a oportunidade à Senadora Ana Amélia, com muito respeito e admiração, cedo também à Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Eu tinha certeza do gesto grandioso de V. Exª.

Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Muito obrigada, Senador. Muito obrigada, Presidente.

Sr. Ministro José Eduardo Cardozo, Ministro Adams, na verdade eu tenho apenas duas questões aqui a debater.

Com relação às condicionantes – 19 condicionantes –, apesar de não ser advogada, infelizmente não sou advogada, mas temos os nossos consultores e grandes advogados no País que nos assessoram, me parece muito claro que as 19 condicionantes não são novidades neste País. As 19 condicionantes estão escritas na Constituição Federal. O Supremo Tribunal Federal fez apenas um favor e reescreveu 19 pontos da Constituição como se nós, brasileiros, alunos fôssemos, especialmente o Congresso e o Governo Federal. As 19 condicionantes seriam dispensáveis, porque já estão na Constituição uma por uma, e poderíamos citar artigo por artigo, inciso por inciso.

Então, me desculpem, tentar confundir-nos com que "parece que o Supremo não disse que é obrigatório". Não, gente! Aí nós não vamos ter segurança jurídica nunca.

Quando há muita gente, como disse o Ministro, muitos conflitos e muitas pessoas, exatamente por isso existe o Poder Público. É para isso que existe a União, não é para causar confusão, é para trazer decisão. E decisão tem que ser embasada na lei, mesmo que os corações doam. Ou, então, mudem a lei para o coração parar de doer.

Agora, do jeito que está a lei, ela tem que ser cumprida ou vamos mudar o formato democrático deste País. Não existe Estado de direito, como declarou lá o novo Ministro da Argentina. É um bom exemplo talvez para o Brasil. Ele disse que detesta a palavra segurança jurídica, o novo Ministério da Fazenda da Argentina. É para aí que nós vamos? Raiva da segurança jurídica? Do Estado de direito?

Então, existe uma Constituição que para muita coisa ela é cobrada. A Constituição fala da questão trabalhista; a Constituição fala do direito dos índios; a Constituição fala dos negros, dos quilombolas. A Constituição não fala dos outros brasileiros, não? Fala, sim. Fala, sim, Sr. Ministro. Essas 19 condicionantes não deixam dúvida. Tanto que o Ministro Fux, na sua última decisão, de poucos dias atrás, já julgou baseado nas 19 condicionantes.

Ou o Estado tem palavra, ou nós estamos perdidos. Porque foi publicada uma resolução pela AGU, recuaram da resolução, com um argumento – para não chamar de desculpa – em cima dos embargos infringentes, que não eram suspensivos. Não havia nenhum problema em continuar com aquela resolução, mas nós aceitamos, entalados, aquela desculpa de que precisavam julgar os embargos de declaração.

Na hora em que recuaram com aquela resolução, uma resolução para recuar essa disse, com todas as letras: "Após o julgamento e a publicação dos embargos de Raposa Serra do Sol, vale de novo a 303." Quer dizer que não é isso que vai acontecer, Moka, eu não estou entendendo? Quer dizer que, então, o que a AGU fez não é aquilo mais, Ministro Adams? A 303 agora será mais uma vez reformulada? Por conta de quem? Em favor de quem? Em nome de que Constituição? E de que lei, por favor?

Não quero saber de conflitos, não quero saber de direitos individuais, de setores individuais. Porque direitos individuais todos nós temos. Pessoas de todas as cores, fazendeiro grande, fazendeiro pequeno, fazendeiro micro, todos têm tanto direito individual quanto o índio e o negro.

Eu gostaria de saber claramente, paro bem aqui: a Resolução 303, eu não entendi, ela vai ser modificada?

Eu gostaria dessa resposta primeiro.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Ela tem que ser ajustada sim, porque houve alterações feitas pelo Ministro Relator Barroso na resolução. Ele admitiu algumas alterações, e isso tem que se ajustar na resolução.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Por exemplo.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Por exemplo: a questão da demarcação de áreas; ampliação de áreas quanto à possibilidade de ampliação. A resolução não admitia essa ampliação, e ele admite a ampliação com alguma...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Ampliação?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Ele admite. Ele admitiu na declaração. Eu acompanhei o julgamento.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Ele permite a ampliação de terra indígena?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – O que eu disse, Senadora, é que entendo que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Ele admite a ampliação com indenização, com desapropriação de interesse público.

Isso ele fala na decisão, na fala dele. Eu não vi o acórdão para ver se isso foi explicitado ou não. Então, isso teria que ser ajustado.

Agora, o que é importante é o seguinte: eu entendo que o Supremo, sim, adotou essas diretrizes. Eu citei essa decisão do Ministro Fux quando fiz minha fala, eu citei esse precedente. Agora, vários Ministros,

como o Ministro Teori, o próprio Ministro Barroso, os Ministros que tiveram a fala admitiram também que aquele precedente, por ser apenas um precedente e não uma decisão definitiva, até poderia ser objeto de alteração em outras condições. Isso gerou uma certa instabilidade no processo de decisão que nós temos que tomar, porque a razão de ser da portaria é dar segurança jurídica à nossa atuação. E eu acho que ela cria limites.

Das 19 condicionantes – e a senhora tem razão em um aspecto, quer dizer, em vários aspectos, mas nesse em particular –, a condicionante procura explicitar o que o Supremo entende como possível de se aplicar a partir do Texto Constitucional. Então, de fato, ele faz uma interpretação do Texto Constitucional.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Claro.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Então, por exemplo, a questão do ICMBio, quem é que administra a área indígena sobreposta à área ambiental? É uma condicionante. Como se faz a exploração estratégica? O índio pode ou não fazer exploração econômica da área? Todos esses elementos são interpretações geradas pelo próprio Supremo.

Então, entre as n interpretações possíveis, ele indicou essa interpretação, mas ele indicou apenas como precedente jurisprudencial. Então, o que nós precisamos é suprir essa insegurança. O estudo é para isto, para suprir essa insegurança jurídica e para avaliar de fato a sua implementação. Eu estou convencido – e eu disse isso na minha fala – da necessidade de haver regramento nesse processo. Nós hoje temos carência de regramento. Hoje, nós não temos parâmetros de atuação que vão desde a abertura do processo de demarcação até o final da sua conclusão, e isso gera um processo que, em última análise, dá toda a decisão...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – O senhor está dizendo, Sr. Ministro, que as 19 condicionantes, então, não estão valendo? Elas foram retiradas da decisão?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Não, não foram retiradas.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Porque, se elas continuaram lá, se os Ministros continuaram com as 19 condicionantes, eu não compreendo por que elas não possam valer.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Só uma observação. Primeiro, quero saudar a nobre Senadora Kátia Abreu e tentar reforçar a fala do Ministro Adams. Só para que a coisa fique clara.

De fato, no caso da Raposa Serra do Sol, os embargos de declaração não suspendem a eficácia da decisão – é fato –, mas a oposição de embargos de declaração também não leva ao trânsito em julgado. E, como o embargo de declaração é um recurso que se opõe para aclarar contradições e obscuridades, inclusive alguns das próprias condicionantes, me pareceu correta a decisão da Advocacia-Geral da União de aguardar o aclaramento a ser feito pelo Supremo Tribunal Federal, para que pudesse, então, avaliar a aplicação da portaria.

A própria questão indígena – é claro que todos nós temos as nossas posições a respeito, V. Exª tem a sua, eu tenho a minha, todos têm – é altamente polêmica, a ponto de vários Ministros do Supremo Tribunal Federal dizerem que queriam esperar o julgamento dos embargos de declaração da Raposa, para dar andamento a outras ações que estavam no Supremo, porque ninguém tinha certeza exatamente daquilo que viria.

Ou seja, a leitura da Constituição não é tão unívoca assim, como pode parecer quando nós fazemos a leitura e temos as nossas convicções. Há diferentes interpretações de uma série de questões. E é por isso que as demandas se colocam no Judiciário e há até julgados desencontrados. Posso lhe apontar vários, com decisões num sentido, decisões no outro.

A decisão da Raposa Serra do Sol – tem razão o Ministro Adams – é paradigmática. Porém, no julgamento – e aí tem razão também o Ministro Adams, permita-me cumprimentá-lo –, quando se disse que isso tem caráter de norma ou não, o próprio Relator, Ministro Luís Roberto Barroso disse “não”. Ele pode ter a dimensão de um precedente, mas tem que ser avaliado caso a caso nos julgamentos futuros. Ele não disse que valeriam as 19 como norma.

E isso exigirá da Advocacia-Geral da União e todos os órgãos jurídicos que obviamente a ela estão subordinados uma apreciação disso, para que nós não tenhamos o prolongamento de discussões em relação à interpretação daquilo que já foi interpretado. Há que se ter cautela nessas questões. Portanto, a Advocacia-Geral da União toma uma postura que me parece correta, isenta, quando diz que vai estudar isso, para verificar aquilo que tem que ser ajustado caso a caso, aquilo que tem caráter que evidentemente pode ser visto como um precedente judicial genérico, indicador de soluções futuras que efetivamente sejam reproduzidas.

Então, com a devida vênia, quero cumprimentar o Ministro Adams, e dizer a V. Exª que não há, da nossa parte, Senadora, não existe a intenção de favorecermos A, B, C ou D. O papel do Governo é cumprir a Constituição, da forma com que o Supremo a interpreta e dentro das condições estabelecidas pelo próprio Supremo Tribunal Federal.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Então, só reforçando, o objetivo dessa portaria é dar segurança

jurídica. É isso que nós queremos com esse processo de demarcação.

Eu entendo, pessoalmente, que as condicionantes possuem um valor jurídico. E eles devem ser referenciados na jurisprudência dos tribunais. Agora, essa referência foi deixada em aberto ao Supremo, inclusive para o futuro, inclusive pelo próprio Supremo Tribunal Federal, para ele mesmo, o que é um complicador no processo. Pessoalmente, eu entendo da necessidade de buscar na Corte constitucional e na jurisprudência a reafirmação dessa orientação, a manutenção dessas orientações, inclusive aprofundando, como eu já disse aqui, porque a mesma condicionante, as mesmas condicionantes são insuficientes para as situações dadas.

Por exemplo, o Supremo declarou em alguns precedentes o marco jurídico da demarcação, mas ele não fixou isso definitivamente. Isto não está incorporado às condicionantes – se o marco jurídico é 1988, como eu acho que é. Isso não está expresso na condicionante, ou na formalidade da decisão. Então, isso tem que ser buscado também, e deve ser afirmado qual é o marco jurídico, porque muitas das situações que nós temos aqui podem até ter sido, no passado, área indígena, mas, em ocupações centenárias, ou mais, não é possível se admitir uma imemorialidade de ocupação para criar situações em que pessoas ocupam há cem ou duzentos anos uma área e têm que sair dessa área. Então, isso é necessário afirmar também na jurisprudência do Supremo.

Então, essa realidade...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Com licença, Ministro, eu não compreendi. O senhor está dizendo que o marco temporal de 5 de outubro de 1988 não está claro na Constituição?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Ele não está dito, quando o art. 231 não usa o marco temporal. Ele fala ocupação tradicional.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Ministro, a data da Constituição é uma só. Não tem outra data dela. A data de promulgação da Constituição é 5 de outubro de 1988, e o art. 231 é claríssimo. Ele usa o verbo no presente. Se for no presente, é óbvio que é na data da promulgação da lei. Que interpretação é essa?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Senadora, eu não estou dando interpretação. Eu estou dizendo que essa interpretação que não demarca, não fixa data, já existiu na jurisprudência. Então, o que nós temos que lidar é construir que isso seja... Eu lhe digo o seguinte, Senadora: nós podemos querer produzir essa interpretação e essa interpretação não ser a mais adequada. O que eu estou procurando esclarecer é que, do ponto de vista do regramento, carecem normativos que têm que ser adotados. Eu entendo ainda necessária, por exemplo, a lei complementar que trata do §6º do art. 231, que até hoje não foi adotada, não foi implementada. E essa regra seria objetivamente vinculante, clara e precisa, para dizer em quais situações há interesse e quais situações são passíveis de demarcação, ou não passíveis de demarcação, ou passíveis de indenização. Nós não temos essa regra.

Então, atribuir isso ao exercício de interpretação, procurar suprir isso por um exercício de interpretação é que me parece equivocado. O Supremo dá algumas linhas nas condicionantes, mas infelizmente me pareceu – e eu tenho que ver o acórdão após publicado – que ele fragiliza a adoção disso, porque o Supremo movimenta-se, em várias declarações de vários Ministros do Supremo, ora afirmando a condicionante, ora afirmando que as condicionantes se aplicam a esse caso, mas podem até ser revistas no futuro. Então, isso cria uma certa insegurança que precisa ser suprida. Eu acho que...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB - TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar, por favor, e dar oportunidade aos colegas. Eu discordo radicalmente disso, e tenho certeza que o Ministro Adams também discorda. Quando ele fez aquela resolução, ele sabia o que estava fazendo, ele sabia que estava certo; por isso fez a resolução. Ele é experiente e é um grande advogado. Ele recuou daquela resolução por pressão política do Sr. Eduardo Cardozo, do Gilberto Carvalho. Porque todos nós no Brasil sabemos, Srs. Ministros, que Raposa Serra do Sol foi um grande acordo com Jobim, que demarcaria aquela imensa área, que se transformou numa grande favela nacional, mas que o Supremo não abriria mão das 19 condicionantes para as próximas áreas. O Brasil inteiro sabe disso.

Agora, o voto final não foi sequer alterado, ele não foi minimamente alterado. As 19 condicionantes estão todas no mesmo lugar.

Então, eu quero dizer aqui aos senhores, não só como Senadora, mas como Presidente da CNA: se vocês querem proteger um grupo de brasileiros, vocês podem fazer, mas os outros, a maioria dos outros brasileiros, não ficarão desprotegidos. Se vocês estão sofrendo pressão para estar acontecendo este discurso aqui hoje, nós também sabemos fazer pressão, com muito mais força e muito maior. E não estou ameaçando, não, Sr. Ministro. Nós estamos é segurando esse povo na base, porque, se não fôssemos nós, Senadores, a grande maioria aqui já estaria toda em sua porta, pois estão todos prontos para virem. Não é com arco e flecha, não. Nem com corpo pintado, não. Virão com suas máquinas e com a sua força de trabalho; não sairão daqui enquanto esse problema não

for resolvido. Porque produtor rural, Sr. Ministro, tem ajudado muito este País e ele não vai se pintar com cara de palhaço para o senhor nem para ninguém.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

Vocês estão agindo com irresponsabilidade! Vocês vão assumir as responsabilidades das mortes que vierem do campo, principalmente o senhor, Sr. Eduardo Cardozo omisso!

(Soa a campainha.)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco Maioria/PMDB – TO. *Fora do microfone*.) – O senhor não tem propriedade rural, não é. Podia ter.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Permite-me, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Ministro José Eduardo Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Eu não posso cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, que é quem, apesar da forma talvez um pouco áspera com que se dirige a mim, eu não posso sempre deixar de cumprimentá-la pelo apego, pela garra com que defende as suas causas.

Então, mesmo na ausência dela, não podendo responder em sua presença, não posso deixar de admirar as pessoas que, de forma aguerrida, às vezes até com uma certa aspereza que exorbita a boa relação, defendem as suas causas. Portanto, meus cumprimentos à Senadora Kátia Abreu. E dizer que...

Senador Moka, só para concluir, por gentileza...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu acho que isso é absolutamente dispensável, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Permita-me, como fui citado, Senador Moka, eu...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aí vou me sentir no direito de fazer a contradita.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Mas V. Exª pode fazer a contradita, não vejo problema nisso.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Vamos, vamos...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Mas me permita, por gentileza, responder, eu fui citado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O senhor não foi citado, foi apenas um argumento.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Não? Eu acho que fui citado.

Seja como for, Senador Moka...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Mas, Senador Moka...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Neste momento, V. Exª não pode cercear a palavra do Ministro. Depois, então, V. Exª e os outros Senadores poderão dar continuidade...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – O que eu quero dizer é que, quando, Senador Moka, aquilo que eu dizia há pouco, se tenta a conciliação e a mediação, sempre haverá...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Sempre haverá acusação de omissão. Os dois lados querem. Hoje temos a situação de sermos acusados pelas lideranças indígenas de, por exemplo, ter paralisado a demarcação lá de Sananduva. O outro lado me acusa de ser omisso porque não tiro os indígenas de áreas ou porque não revogo decretos baixados anteriormente a minha presença ou na minha presença. É da vida, e a pessoa que está em um cargo público tem que saber encarar as críticas, respondê-las com o devido cuidado e mostrar que, efetivamente, a nossa premissa é conciliação e mediação, sem armas, sem flechas, mas buscando chegar a um entendimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, tem que dizer isso lá no Mato Grosso do Sul, onde os produtores estão fora de suas propriedades e foram retirados de lá, e não foi dessa forma que V. Exª está dizendo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Nós temos dito, Senador Moka, várias vezes já estive lá, e tenho procurado dizer que a conciliação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra...

Dando agora continuidade, quero fazer uma observação. Vamos ouvir três Senadores e os Ministros responderão automaticamente às indagações que forem feitas, para a gente ganhar tempo.

Com a palavra, o Senador Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; Srs. Senadores Moka, Delcídio, Mozarildo; também as minhas homenagens às eminentes Senadoras Ana Amélia e Kátia Abreu, que me antecederam; Sr. Governador André Puccinelli; Srs. Presidentes da Apisul e da Famasul, em nome dos quais saúdo todos os produtores rurais do meu Estado, do Estado de Rondônia e do Rio Grande do Sul; Sr. Dr. Wantuir Jacini, que é Secretário de Segurança Pública do meu Estado, aqui presente; Sr. Deputado Reinaldo Azambuja, também produtor rural, e grande produtor rural; Sr. Deputado Estadual Carlos Marun, da Assembleia Legislativa do meu Estado.

Eu gostaria, Sr. Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, antes de ler a minha manifestação a V. Exª – preferi escrever para não pecar na omissão de

algumas declarações que gostaria de fazer –, de dizer a V. Exª que, quando discorreu seu pronunciamento sobre a gleba Buriti, V. Exª disse que essa área foi concedida pelo Estado de Mato Grosso. Quero dizer a V. Exª que ela foi concedida pela província de Mato Grosso, portanto com decisão da Coroa Brasileira, em 1847, ao Sr. Elpídio de Brito. A gleba chamava-se Canastrão. Posteriormente, ficou com um dos seus sucessores, o Sr. Porfírio de Brito. Portanto, há muito mais que um século.

Em 1927, essas terras não tinham absolutamente a presença de indígenas. Em 1927, o Serviço de Proteção ao Índio, à época dirigido pelo saudoso Marechal Rondon, em acerto com a família Porfírio de Brito, conseguiu uma área de 2 mil hectares, para fixar os índios terenas, que foram hostilizados em razão da Guerra do Paraguai, porque não participaram dela. E para harmonizar, para confraternizar as etnias existentes, Rondon resolveu adquirir essas terras. São 2 mil hectares, hoje chamada de Aldeia Buriti.

Estou fazendo esses esclarecimentos a V. Exª para dizer das origens dessa terra, autenticamente de proprietários rurais.

Mas, Srs. Ministros, há muitos meses, estamos alertando as autoridades federais a respeito do acirramento dos conflitos entre índios e não índios em meu Estado de Mato Grosso do Sul. Mas o Governo parece que tem feito ouvidos moucos. Mesmo com a morte de um índio, com o crescimento das invasões por indígenas, o completo desrespeito às decisões judiciais e as ameaças de reação dos dois lados, com provável derramamento de sangue – V. Exªs têm, creio, consciência disso...

V. Exª mesmo, Sr. Ministro José Eduardo Cardozo, após inúmeras desconsiderações a esta Comissão, permita-me dizer, ao Senado e ao Congresso brasileiro, nos forçou a convocá-lo. Se não fosse por isso, talvez não tivéssemos a honra da sua importante presença na data de hoje – e também V. Exª, a convite, Sr. Luís Inácio Lucena Adams, no Senado, Advogado-Geral da União.

Entendo que sua postura é o reflexo do quão prioritário ou não prioritário é o assunto em sua agenda atribulada. Ainda no primeiro semestre, tivemos três reuniões com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Srª Gleisi Hoffmann. V. Exª há de se lembrar disso. E o Ministro Luís Adams creio que se lembra também. E, em uma delas, a presença do Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto Carvalho, e das Ministras do Planejamento, Srª Miriam Belchior, e do Meio Ambiente, Srª Izabella Teixeira.

Ouvimos, na ocasião, a Ministra Gleisi afirmar que estava representando a própria Presidente Dilma Rousseff. Ela nos assegurou que o Governo Federal iria tomar os procedimentos necessários na hipótese de desapropriação e indenizar de maneira justa os proprietários, ou seja, pagando pelas benfeitorias e também pela terra nua.

No dia 20 de junho, em reunião realizada em Campo Grande, o Ministro Gilberto Carvalho assegurou que dali a 45 dias, em 5 de agosto, portanto, o Governo daria uma solução, uma solução, digo, definitiva.

De lá para cá já se passaram cinco meses, e nada. Durante esse período, os produtores, muito embora com suas terras invadidas, mantiveram respeito ao combinado. Infelizmente esse não foi o procedimento de certo setores da comunidade indígena. Desculpas protelatórias eram apresentadas para dizer que – entre aspas – "não se ia empurrar a questão com a barriga", dada a gravidade da situação – portanto, reconhecida por V. Exª –, até porque "empurrar com a barriga" – entre aspas– não seria mais possível.

Se antes a desculpa era aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre os embargos à decisão relativa à reserva Raposa Serra do Sol, hoje o Executivo Federal já não pode mais usá-la.

O Advogado-Geral da União, Sr. Luís Adams, aqui presente, para a honra nossa, manifestou em entrevistas, inclusive para a TV, que a decisão do Supremo Tribunal Federal serviu como diretriz para o Governo. Isso significa o restabelecimento da Portaria nº 303, da AGU?

Pois bem, o tempo está passando. Estamos a exatos nove dias do prazo final concedido pelos produtores sul-mato-grossenses para a reação.

No dia 7 de dezembro, será realizado em Campo Grande o primeiro leilão para arrecadar fundos e garantir a defesa dos produtores rurais. Bovinos, grãos, máquinas e equipamentos serão vendidos para gerar recursos para que o produtor possa se defender – sublinho, Sr. Ministro – das invasões.

Essa decisão é a prova cabal de que essas pessoas estão completamente desacreditadas do Estado.

E falo do papel que deve ser desempenhado pelo Estado. Não de governos ou partidos A, B ou C; falo do Estado democrático de direito e do desrespeito à nossa Constituição, que proclama o direito de propriedade privada.

Os índios, por seu lado, mandam avisar que não negociarão mais com ninguém e preveem uma tragédia anunciada em Mato Grosso do Sul.

Dias atrás, Sr. Ministro, o ex-Presidente Lula foi ao meu Estado, ao nosso Estado, e percebeu que não estávamos exagerando e chegou à conclusão óbvia de que a questão já era para ter sido resolvida há muito tempo.

O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva foi embora do Estado prometendo apoio. Comprometeu-se a se empenhar junto à Presidente Dilma Rousseff, que, segundo ele, terá que tomar para si a responsabilidade de solução dos conflitos indígenas em Mato Grosso do Sul. E acrescentou – aspas: "Assumir ela própria o comando dessas articulações". Chegou também o ex-Presidente a outra conclusão óbvia: a saída para os conflitos deve ser tomada ainda em tempos de paz, porque na hora que começar a guerra, vai ser muito mais difícil, muito mais caro e muito mais complicado".

Portanto, Srs. Ministros, aqui seguem as minhas perguntas além daquela sobre a Portaria nº 303:

– O Governo vai resolver a questão ou vai continuar empurrando com a barriga, contrariando a expressão própria de S. Exª o Sr. Ministro José Eduardo Cardozo?

– Como vai resolver? Vai apoiar a reintegração de posse nas áreas invadidas custe o que custar? Vai realizar a desapropriação das áreas invadidas com preço justo, pagando pelas benfeitorias e pela terra nua, uma vez que estamos falando de produtores que têm a titulação da terra, alguns por mais de um século, como me referi de início, ou vai adquiri-las a preço justo?

– Quando vai colocar um ponto final na questão? Imediatamente, utilizando, em cooperação com o Governo do Estado – e está aqui presente, para honra nossa, o eminente Governador André Puccinelli – os recursos disponíveis de fundo próprio adicionados àquele no valor total de R$50 milhões consignados no atual orçamento da República por diligência dos eminentes Senadores Delcídio do Amaral e Waldemir Moka, ou vai tentar ainda negociar outro prazo, como está nos parecendo a todos aqui presentes, para a decepção de indígenas e de não indígenas, sobretudo dos produtores rurais?

Agora, especificamente ao Sr. Ministro José Eduardo Cardozo.

– Sabe V. Exª que há fortes indícios de que há ações de treinamento de indígenas para praticar as chamadas guerras e guerrilhas?

Vou repetir: sabe V. Exª que há fortes indícios de que há ações de treinamento de indígenas para exercer as chamadas guerras e guerrilhas?

Talvez a Polícia Federal ou os órgãos de informação não tenham transmitido isso a V. Exª, mas há indícios veementes disso.

São essas, Sr. Presidente, as indagações que eu faço em respeito aos produtores rurais do meu Estado, com quem me solidarizo pela luta e pela tolerância que têm tido até agora em relação às promessas que o Governo Federal tem feito para solucionar através do diálogo, como diz V. Exª, mas que agora, no nosso modo de ver, só tem sido feito de um lado, é um monólogo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; Ministro Luís Adams; Ministro José Eduardo Cardozo; além de todas as pessoas já citadas pelo Senador Rubens Figueiró, eu quero citar aqui a presença dos presidentes de sindicatos rurais do Mato Grosso do Sul. Eu havia anotado todos os sindicatos aqui presentes, Sr. Presidente, mas eu gostaria de nominá-los: Laguna Carapã; Sindicato Rural de Carapó; de Maracaju; de Sidrolândia; de Campo Grande; de Iguatemi; de Dois Irmãos do Buriti; de Antônio João; de Caracol; de Amambaí; de Tacuru; e de Eldorado. De Brasilândia, tem até aqui um documento. Por isso é ruim citar, porque sempre fica faltando um ou outro. Isso é para dizer apenas...

Sr. Presidente, eu vou fazer um esforço enorme, porque a minha indignação é muito grande. Sr. Presidente, não é possível isso. Não é possível! Olhe que eu sou um homem conciliador e V. Exªs aqui sabem disso, mas, Sr. Presidente, é muita coisa. Nós estamos no Mato Grosso do Sul... e a indignação da Senadora Kátia Abreu eu compreendo, porque, como Presidente da CNA, ela recebe todos os dias essa pressão do campo. Todos os dias, Srs. Ministros.

Aqui está o Sr. Ricardo Bacha. É um homem tranqüilo. Eu convivi com o Ricardo por muito tempo. É um homem que lutou pela democracia deste País, um militante. E Ricardo Bacha está fora da sua propriedade. É uma situação, Ministro, em que o produtor saiu da fazenda e continua pagando a taxa de energia. E, pasmem os senhores, ele já pediu para desligar a energia, mas as autoridades não conseguem entrar na propriedade.

Nós estamos falando, Sr. Presidente, de terras que têm documento. Nós estamos falando de homens e de mulheres que, muitas vezes... Aqui, está o Piozinho, filho do Sr. Pio. O Sr. Pio tem mais de 90 anos! É um homem que tem mais de 90 anos e que já tinha a sua propriedade.

Mas onde vamos parar com isso? Onde vamos parar com isso?

Eu tive a oportunidade de ir, com 12 Senadores, falar com o Ministro Luís Adams. Ele tinha, Ministro da Justiça, acabado de exarar a Portaria nº 303 e disse: "Eu a estou enviando ao Ministro. Se o Ministro entender, isto vai valer como decisão de governo".

Sr. Presidente, este é meu primeiro argumento: o que nós precisamos é de decisão de governo. Isso tem de valer no Território Nacional. Agora, não é possível que, nesta audiência pública, eu tenha de ouvir

novamente que essa Portaria nº 303 nunca deixou de existir, ela está sobrestada. Esse foi o termo que o Ministro usou. Sou um humilde médico e professor, não tenho esse conhecimento e esse alcance jurídico, mas esse foi o termo que o Ministro Adams usou. Há declaração do Ministro.

Ministro, o senhor fez uma declaração. Está aqui a decisão, dizendo que, mesmo com essa decisão que não tinha sido vinculante – V. Exª entendia que não era vinculante, porque não teve abrangência nacional –, essa era uma jurisprudência e que esperaria a publicação do acórdão para que a Portaria voltasse a ter efeitos legais. E, agora, nós estamos ouvindo que ela é passível de modificações.

Sr. Presidente, esses homens e essas mulheres... Aqui, está uma presidente de um sindicato rural, que é uma valorosa companheira lá de Tacuru. São homens e mulheres que têm, como presidentes, essa condição de liderar, Ministro.

Ministros, os senhores não sabem a pressão que eu, Moka, sofro como homem que milita e que briga, para segurar isso no Mato Grosso do Sul! Estamos vendo um enfrentamento.

Quando vou à tribuna... Fui Deputado com V. Exª e tenho o maior respeito por V. Exª. Somos amigos, podemos dizer. Agora, eu vou lá e, quando digo que estamos na iminência do enfrentamento, eu sei que V. Exª tem um monte de outros assuntos para tratar – eu imagino. Mas, por favor, essa decisão no Mato Grosso do Sul está a um milímetro de provocar um enfrentamento. É visível esse enfrentamento.

E aí como é que vamos dizer aos produtores que vão fazer... Aí o pessoal já diz: "Os produtores rurais querem fazer milícia". Isso nada tem a ver com milícia, Sr. Presidente! O que os produtores querem é um mínimo de segurança, até porque, neste momento, o Estado não lhes está dando segurança! Sr. Presidente, são 80 propriedades invadidas no Mato Grosso do Sul! Nós estamos falando de 80 propriedades! Como é que nós vamos ficar?

E aí, Ministro, a rubrica existe. No ano passado, com o apoio da Comissão de Constituição e Justiça, eu consegui aprovar uma emenda para colocar especificamente na rubrica da Funai recurso para exatamente fazer essa indenização. Eu sempre defendi isso.

Há uma injustiça com a população indígena? Há. Eu sou um que pensa assim. Há gente que pensa diferentemente de mim. Há uma grande injustiça com os povos indígenas. Tudo bem, nós entendemos isso. Essa injustiça foi praticada pela sociedade como um todo, pelo Estado brasileiro. Então, para corrigir essa injustiça, vão se ampliar as demarcações, porque uma das decisões, uma das condicionantes é a de que a aldeia demarcada não pode ser novamente demarcada, a menos que seja através de desapropriação, e com indenização. E é isso que precisa acontecer.

É isso que precisa acontecer. Só há um jeito de fazer isto: colocar dinheiro no orçamento, como eu fiz. Está lá. Era muito pouco, eram R$30 milhões, mas a rubrica está lá. A janela está lá. O Executivo, o Governo brasileiro pode aportar recursos na hora que quiser. Mato Grosso do Sul tem um fundo. Pode-se transferir para esse fundo, e o Governador adquirir ou indenizar.

O que não podemos mais deixar acontecer é os índios, estimulados, não entrarem. Funai, Cimi, cada um tem a sua responsabilidade, mas há um estímulo. Os índios não se mobilizam sozinhos. Então, quando há estímulo, ou da Funai ou do Cimi, para mobilização dos índios, está tudo certo. Quando os produtores vão se organizar para um leilão, porque isso envolve despesa, porque tem que haver uma guarda, porque tem que haver segurança nas propriedades, aí isso é milícia. E as despesas com advogados? Quem é que vai pagar as despesas com advogados? São ações e mais ações. No Mato Grosso do Sul, as terras com alto valor, em função desse imbróglio, perdem valor, cai o preço, não há comercialização. É um prejuízo enorme!

Mas quero agora, finalmente, ater-me a essa questão: Ministro Luís Adams, por favor, nós precisamos resolver. O Ministério Público Federal, o Governo, essa é uma decisão que tem que haver. O que vai valer? Agora já se está começando a colocar em dúvida se o marco temporal tem validade. Ora, qual foi a decisão da Raposa Serra do Sol? Em 1988, lá na Raposa Serra do Sol, não havia produtor. Havia índio. E aí o que se fez? Bom, se, em 1988, havia índio, os produtores teriam que sair, porque os índios estavam lá, em 1988. Está bem. Agora, lá no Mato Grosso do Sul, em 1988, não havia índio. Havia produtor. Isso não vale mais para lá. O contrário não é verdadeiro.

O homem simples, o cidadão não consegue entender. E no momento em que quiserem adentrar sua propriedade, ele vai reagir. Ele só não reagiu porque nós estamos pedindo paciência, dizendo que o Ministério da Justiça está trabalhando e que nós vamos encontrar uma solução. E a solução, Senador Benedito de Lira, é uma só: veja a peça orçamentária, a lei orçamentária. Eu não olhei, Deputado Reinaldo Azambuja. Eu não tenho conhecimento.

Se o Governo quer resolver, na lei orçamentária, tem que vir o recurso para a Funai fazer a desapropriação, indenizar o valor da benfeitoria e o valor da terra nua, porque aí está se corrigindo a injustiça. Vai-se ampliar a terra dos índios, mas não estamos cometendo uma outra injustiça.

O produtor rural é apenas um segmento da sociedade. Ele não pode pagar, sozinho, essa conta. Isso é profundamente injusto. É muito injusto isso! É contra isso, Ministro, que eu falo aqui. Não tenho outra forma de mostrar a minha indignação.

Podem ter certeza que, se pudéssemos abrir a fala para as pessoas que estão aqui, para essa comitiva que está aqui, os senhores iam ouvir. O pessoal quer que a gente entre em discussão. Por exemplo, vejam aqui: conflito indígena em Brasilândia. Há um laudo absolutamente descaracterizado. Está aqui. Há um documento com pedido de providências. E são laudos com depoimento, com toda a segurança, que vou passar as suas mãos, Ministro, para que pelo menos os produtores rurais que aqui estão tenham o conforto de saber que o Moka pediu ao Ministro José Eduardo Cardozo e ao Ministro Adams que dessem uma resposta a essa situação. Juridicamente, pelo menos no meu limitado conhecer jurídico, aqui há uma denúncia de que as máquinas foram roubadas da propriedade.

E o pior, estimulados por agentes públicos que não quero citar, até para não estimular ainda mais. Eu sou um daqueles que não querem estimular esse enfrentamento. Eu não quero fazer isso. Mas não tenham dúvidas os senhores: se houver o enfrentamento, o Senador Moka vai estar lá, junto com os produtores rurais. Não tenham dúvida disso. Não tenham dúvida disso! Só que não é esse o caminho, meus amigos. Não é esse o caminho. Nós temos que procurar resolver isso da forma mais equilibrada, pela Justiça. Mas os senhores têm que nos ajudar.

O Presidente Lula, Ministro José Eduardo Cardozo, esteve no Mato Grosso do Sul – o Senador Figueiró já citou – e disse que a Presidente Dilma tem que avocar para ela essa responsabilidade. E eu penso que sim. Avocar significa chamar o Ministro José Eduardo Cardozo, chamar o Ministro Adams e a Ministra-Chefe da Casa Civil e vamos resolver esse problema. Vamos dirimir esse conflito. E estou convicto de que a forma de dirimi-lo é com dinheiro no orçamento. O orçamento está sendo discutido. Vamos colocar recursos suficientes.

Ministro, uma sugestão: no ano que vem, vamos resolver Mato Grosso do Sul e outro Estado; no outro ano, mais um; no outro ano, mais um. Seis anos seguidos. Porque, no momento em que as pessoas que estão no conflito perceberem que está havendo uma solução de indenização, a situação no campo vai se acalmar. Seis, sete anos. Mas tem que resolver Mato Grosso do Sul e tem que dizer: "Não há mais que se falar em demarcação de terras indígenas no Mato Grosso do Sul. O que havia para ser demarcado foi, e foi indenizado. Vamos para outro Estado". Do contrário, daqui a 10 anos, 15 anos, veremos novamente a mesma ladainha: "Ah, mas o tamanho da aldeia era maior, não era só isso".

Este é o caminho: dinheiro no orçamento, escolhendo Estado por Estado. Resolveu Mato Grosso do Sul, vamos para Mato Grosso, vamos para o Paraná, vamos para o Rio Grande, vamos para Santa Catarina, vamos para a Bahia. A ordem os senhores resolverão, em função do conflito e da gravidade de cada um. Aqui, eu sou parceiro para resolver esse tipo de enfrentamento. Eu tive o apoio, para aprovar a minha emenda de R$30 milhões para a Funai, do Senador Eduardo Suplicy. Todos nós conhecemos a posição ideológica e o pensamento do Senador Eduardo Suplicy, mas ele achou importante colocar o recurso.

Todos! O Senador Pedro Taques. O que precisamos fazer agora é resolver, porque as pessoas que estão aqui precisam dessa decisão.

Para terminar, a questão da demarcação. Ministro Luís Adams e Ministro Cardozo, tem que haver o marco temporal, a decisão tem que ser tomada. Em 1988 havia produtor? Porque, se não houver um marco temporal, nós vamos retroceder a 1500. Não vai acabar. Essa indecisão é porque não existe um marco temporal. Tem que haver um marco temporal, tem que haver recurso no orçamento, e vamos resolver, por favor, essa questão.

Peço desculpas se, de alguma forma, fui indelicado, pois não é a forma como costumo agir. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Senador Moka.

Concedo a palavra, como...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Abre mão?

Então, com muita alegria, eu concedo a palavra ao eminente Senador Delcídio do Amaral.

Assim que o Senador formular seus questionamentos, os Ministros responderão.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Presidente, Senador Benedito de Lira; o Ministro Luís Adams, um dos ministros mais lúcidos do Governo da Presidenta Dilma, competente, homem de bem, digno; e o Ministro José Eduardo Cardozo, grande companheiro, Ministro da Justiça, homem também honrado e que, sempre com sua atuação republicana, ajuda o nosso País e o Governo da Presidenta Dilma.

Sr. Presidente, eu quero registrar que fico muito feliz em ver, ao lado da Bancada Federal, do Governador do Estado, dos representantes aqui presentes: da Acrissul, Chico Maia; Eduardo Riedel, da Famasul; do nosso Prefeito de Iguatemi, José Roberto; produtores

e produtoras rurais. Fico muito feliz de ver o Senador Mozarildo Cavalcanti aqui participando deste evento. O Senador Mozarildo Cavalcanti é uma pessoa que trata deste assunto há muitos anos, aqui no Congresso Nacional, especialmente no Senado Federal. E eu tive a oportunidade de, em 2003, ou 2004, se não me engano, junto com o Senador Mozarildo, fazer parte de uma subcomissão temporária de questões indígenas – uma subcomissão, inclusive, que andou pelo Brasil inteiro – e, portanto, nós podemos falar aqui com absoluta autoridade e legitimidade. Nós andamos o Brasil inteiro e estudamos caso a caso os problemas que cada unidade da Federação brasileira enfrentou, tem enfrentado ou continua enfrentando ao longo desses anos todos. Foi um trabalho dificílimo!

Andamos por todas as regiões do País e estivemos em Mato Grosso do Sul, lá no cone sul. Lembro-me bem de quando o Senador Jefferson Péres, Senador do Amazonas, também nos acompanhou, como outros Senadores também.

Essa é uma história longa. O Senador Mozarildo e eu – se V. Exª me permite, eu gostaria de me incluir nisto – já ouvimos aqui as ideias mais legítimas e as mais estapafúrdias e nós sabemos as dificuldades que enfrentamos ao longo dos últimos anos, especialmente, meu caro Senador Mozarildo, no sentido de aprovar matérias que, sem dúvida nenhuma, poderiam resolver e poderiam se antecipar a esses problemas que estamos enfrentando.

Eu ouço, junto com o Senador Mozarildo e outros aqui também, alguns comentários, alguns discursos, muitos deles inflamados – e também com razão, em função de tudo que está acontecendo –, mas esse lero-lero, essa ladainha já deu para a bola.

Estava falando aqui com o nosso querido Chico Maia que, nas próximas reuniões de que eu participar para discutir demarcação, vou trazer um gravador. Em vez de eu falar, vou simplesmente ligar o botão *play*, porque é uma mera repetição de todos os outros encontros que nós aqui tivemos. E falo isso não é de agora, não. Eu falo isso desde 2003 ou 2004, quando nós criamos aqui uma subcomissão para discutir questões indígenas. Portanto, eu falo com absoluta tranquilidade, porque milito nisso há muitos anos – há muitos anos! – e conheço relativamente bem todos os meandros desse grande debate nacional.

Por isso, eu queria fazer aqui um registro. Há mais ou menos três meses, se não estou enganado, se a memória não me leva ao erro, nós estivemos em Campo Grande. E me lembro bem de que embarcamos aqui em Brasília, com o Ministro Adams, com o Ministro José Eduardo Cardozo e com o Ministro Gilberto Carvalho. Naquele dia, nós nos encontramos com produtores rurais, lideranças indígenas, com o Governador do Estado e lideranças políticas. É importante aqui lembrar que foi feito e assinado um acordo de que, em 45 dias, nós teríamos o encaminhamento da solução, que começaria lá pela Fazenda Buriti e, depois, haveria sequência dentro de um cronograma preestabelecido.

Eu acredito que os que me antecederam aqui já devem ter relatado a questão da avaliação das áreas, a questão da aquisição de terras, a questão dos TDAs, o repasse dos TDAs para o Governo do Estado. Esses itens são como se a gente lesse jornal velho. É sempre a mesma história. Aí vem plataforma de diálogo, plataforma de negociação, vários eufemismos, figuras de linguagem para a gente continuar, como nós dizemos lá na nossa terra, “rodeando o toco”.

Não resolvemos nada. É cada hora um problema, cada hora... Aliás, preocupa-me muito, no Brasil que todos nós sonhamos e no Mato Grosso do Sul também, a judicialização de tudo o que acontece no Brasil. O Brasil virou um país judicializado. É judicializado na demarcação de terras indígenas, é judicializado na infraestrutura, é judicializado na política, é judicializado em tudo!

Eu não conheço nenhum exemplo de país que cresceu onde a judicialização pautou as suas atitudes.

Não estou querendo defender aqui, Sr. Presidente, nenhum tipo de ilegalidade, nem tomar decisões que batam de frente com a legislação e com a Constituição brasileira. Mas está demais!

Então, nós estamos agora discutindo a eternidade da maçã. São óbices de todos os lados possíveis e imagináveis. E nós não resolvemos. E temos uma situação em Mato Grosso do Sul, com todo o respeito... Eu ouvi aqui falar do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, mas o Estado que está com a situação mais grave, Presidente, é Mato Grosso do Sul! O restante, perto do que está acontecendo em nosso Estado, é cócega. O problema maior do Brasil hoje é Mato Grosso do Sul.

E eu quero registrar aqui um fato que me parece uma antítese dessa judicialização: o nosso Estado não tem mais, ou não desperta mais nenhum tipo de segurança jurídica. Vejam o contraponto e o paroxismo que nós estamos vivendo: tudo judicializado e, ao mesmo tempo, a insegurança jurídica impera. Ninguém investe, produtor rural não consegue financiamento, porque os bancos não viabilizam os recursos de que ele precisa! Para produzir, não é para fazer qualquer outra coisa diferente.

Gente que financiou, que comprou, de uma hora para outra, quem compra sua produção diz que não pode também fazer essa aquisição, em função desses

enfrentamentos por conta de demarcação de terras indígenas.

Onde é que nós vamos parar, num momento em que o agronegócio cumpre um papel absolutamente fundamental para o futuro do Brasil?! Aliás, diga-se de passagem, o agronegócio é quem consegue garantir esse crescimento pífio que nós temos presenciado no Brasil, ao longo de cada levantamento trimestral, do ponto de vista econômico.

Onde é que nós vamos parar com tudo isso?

Portanto, meu caro Presidente, Senador Benedito de Lira, eu quero aqui manifestar a importância dessa iniciativa para que, mais uma vez, repetidamente, os mesmos conceitos venham aqui serem ouvidos, inclusive repetidos por cada um de nós.

Nós estamos cansados! Esse processo já está se esgotando. Ele chegou a tal ponto que, na semana passada, nós pedimos para que o Presidente Lula interferisse nessa questão, porque ele conhece a realidade do Mato Grosso do Sul. Ele sabe muito bem os problemas. Ele conhece região por região, até porque andou pelo nosso Estado inteiro. E ele teve uma reunião com o Chico Maia, Presidente da Acrissul, que, com justa razão, mostrou a sua indignação por essas indefinições, volto a repetir, graves. E não adianta misturar Mato Grosso do Sul com outros Estados. O nosso Estado é o pior deles, com risco de vida, com risco econômico e com a probabilidade de nós simplesmente desconstruirmos um Estado que cresceu e se desenvolveu a duras penas, com o trabalho dos nossos homens, respeitando nossas etnias, as minorias e, principalmente, o nosso País.

Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, essa conversa com o Presidente Lula levou o Presidente... Depois de uma conversa duríssima com nosso Chico Maia, o Presidente Lula esteve com a Presidenta Dilma na quarta-feira passada, num almoço. Tão logo terminou a reunião, ele me avisou que tinha falado sobre esse assunto, como ele se comprometeu, na conversa que teve com o Chico Maia e com o Ricardo Bacha, lá em Campo Grande. Logo em seguida, recebi uma ligação da Presidenta Dilma no sentido de nós conversarmos, até para que ela tivesse todos os argumentos para que, efetivamente, nós discutíssemos a situação de Mato Grosso do Sul. Essa audiência ficou para esta semana e eu permaneço aguardando a convocação da nossa Presidenta. Mas foi fruto do trabalho do Presidente Lula, que foi a Mato Grosso do Sul e ouviu duras críticas do nosso querido Chico Maia.

E hoje nós já soubemos – é fato conhecido e foi relatado aqui – de uma portaria que seria editada e que daria mais autonomia ao Ministério da Justiça, que teria uma equipe específica... Eu já conheço razoavelmente essa novela das idas e vindas da famosa Portaria nº 303, que eu acompanhei muito de perto, com o Ministro Adams. Aguardava-se a edição de uma nova portaria em função dos recursos que entraram, fruto do julgamento de Raposa Serra do Sol. Foi exatamente o que foi dito aqui. Mas eu acho que, além disso, há outras propostas do tipo trazer as demarcações para o Senado Federal, para o Congresso Nacional... Há sugestões em todos os níveis possíveis. Como disse o Ministro Adams, a regulamentação do art. 231... Inclusive, ontem eu estive falando disso com o Prefeito José Roberto. Aqui, todos nós sabemos que não adianta tapar o sol com a peneira. Todo mundo aqui sabe quanto tempo isso leva.

Aliás, eu estava conversando com o Governador André: a nossa pauta econômica desapareceu ao longo desta semana e eu não sei quais as consequências para os Estados brasileiros, especialmente para Mato Grosso do Sul. Portanto, nós estamos naquela de que está tudo fatorizado, para não dizer que está tudo dominado. Nada mais acontece. A minha expectativa com relação ao Congresso Nacional é zero. Até o final deste ano, que eu não sei nem se aprovamos o Orçamento, e, no ano que vem, nem pensar.

A questão que está sendo posta aqui é objetiva, definitiva. Nós temos que cumprir o acordo. Nós não fizemos um acordo? Fizemos um acordo. Não foi um acordo lavrado lá com lideranças políticas, com os produtores, com as lideranças indígenas? Nós temos que cumprir o acordo. O acordo saiu de 45 dias, esticou, deu problema, TDA, o Governo do Estado tinha terra, não tinha terra... Pois nós estamos entrando num processo kafkiano. A gente não consegue sair mais dele. E quero ser muito sincero aqui: nós estamos reunidos aqui e ninguém aqui, nenhuma liderança política tem mais qualquer autoridade para defender nada e nem para assumir qualquer compromisso, porque ninguém acredita mais na gente. Ninguém! Portanto, nós estamos entrando numa situação de absoluto caos, porque o poder moderador desapareceu. E, lamentavelmente, meu caro Ministro José Eduardo Cardozo, meu caro Ministro Luís Adams, quem nos desautorizou e quem nos tirou essa legitimidade foi o Governo Federal. Foi o Governo Federal.

Ninguém acredita mais – produtor ou índio; ninguém aceita mais! Eu estive, agora, no Cone Sul, em uma reunião com o Zé Roberto. Ninguém acredita mais na gente! Lá, na reunião de Japorã, de Iguatemi e de Eldorado, ninguém acredita mais na gente. Então, é cumprir o acordo! E qual é o acordo? Era comprar Buriti. Se há gente que não quer que entre, que se tire de lá; mas que resolva aquilo que é possível resolver. Já passou do tempo isso!

Mato Grosso do Sul se se preparou, inclusive, criando até um fundo na Assembleia Legislativa. Esse fundo, apresentado pelo Deputado Tetila, foi sancionado pelo Governador André. Nós criamos todas as condições, fruto, inclusive, da Comissão comandada pelo Senador Mozarildo. As propostas estão escritas há mais de 10 anos, e nós estamos aqui na eternidade da maçã!

Eu não posso deixar de destacar, Sr. Presidente, que Mato Grosso do Sul é terra titulada; não é terra devoluta. A Amazônia tem muita terra devoluta, mas Mato Grosso do Sul é terra titulada. Portanto, merece um tratamento diferenciado. Não adianta mais ficar rodeando; nós precisamos definir. Nós vamos ter, agora, uma reunião com o Ministro José Eduardo Cardozo, ao meio dia, se não me engano. Nós temos que decidir a indenização da Buriti. E ainda: nós temos que estabelecer o cronograma, como foi discutido anteriormente, e contemplar isso no Orçamento. Este ano tem dinheiro! Foi colocado no Orçamento, pela Bancada, para começar o pagamento das indenizações. No ano que vem, a rubrica está aí. Como disse o Senador Moka, a janela está aí. Portanto, não dá mais para nós ficarmos discutindo coisas que foram objeto de consenso e, agora, nós entrarmos num processo em que ninguém vai nem para frente, nem para trás. Nós precisamos dessa definição, dessa decisão, porque não dá mais para sobreviver dessa maneira: o Estado vivendo, dia e noite, com a espada de Dâmocles sobre a cabeça e com uma porção de interrogações que vão inviabilizar o nosso Estado.

E quero aqui deixar claro também: se acordo tem que ser cumprido, invasão não pode acontecer! Se acordo tem que prevalecer – e acordo é feito para ser cumprido –, não pode haver invasão. E a pré-condição de se tomarem todas as medidas é que as invasões cessem e que se volte ao *status quo ante*, à situação normal em que nós efetivamente convivemos quando fizemos aquele acordo.

Portanto, meu caro Presidente, Senador Benedito de Lira, não tem mais muita conversa, discurso, projeto e não sei mais o quê! Nós não temos tempo para isso, porque o barco vai para o fundo mais cedo do que muitas pessoas aqui imaginam. Na verdade, os maiores prejudicados com isso são os produtores e as etnias indígenas; depois, o Estado e a Federação brasileira. Portanto, é hora de cumprir o acordo! É hora de termos agilidade! É hora de buscarmos uma solução, neste País de juristas! Buscar uma solução para que nós saiamos desse impasse, estabeleçamos o cronograma e aprovemos o orçamento. O restante é conversa fiada; é discurso que não vai nos levar a nada, vai tomar cada vez mais tempo e vai inviabilizar Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Senador Delcídio do Amaral.

Para encerrar a participação dos Senadores, concedo a palavra ao Senador Mozarildo, que é o último inscrito. Em seguida, os Ministros responderão às indagações; depois, logo a seguir, eu concederei a palavra ao Governador do Estado do Mato Grosso do Sul.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB - RR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, Sr. Ministro Advogado-Geral da União, eu, casualmente, sou o último a falar, mas poderia até ser o primeiro, porque a confusão começou na Raposa Serra do Sol, como foi citado aqui várias vezes. Eu não conheço índio por ouvir dizer ou por fotografia ou das manifestações aqui. Eu conheço índio como médico, trabalhando nas aldeias indígenas, seja levado pela Diocese de Roraima, da Igreja Católica, seja levado pelo Governo do Estado e do Município.

Então, eu passei 15 anos no meu Estado. Nasci em Roraima, portanto, conheço o problema desde jovem. O que acontece é que a maioria dos índios em Roraima, com exceção, evidentemente, dos ianomâmis... Aliás, ianomâmi é uma etnia? Não. São várias as etnias que rotularam de ianomâmi.

Então, na verdade, eu vi sucessivas demarcações e, o que é mais terrível, após a promulgação da Constituição, que deu cinco anos à União para demarcar as terras indígenas. Não conheço nenhuma emenda constitucional que tenha revogado isso, mas, no meu Estado, primeiro foi a reserva ianomâmi.

O Presidente Sarney demarcou, como chamam, em ilhas. Só que não havia, ao lado das áreas demarcadas, nenhuma propriedade; só florestas nacionais que não poderiam, portanto, ser tocadas. Em seguida, o próprio Governo Federal veio, desmarcou aquela demarcação que tinha sido feita e demarcou de forma contínua. E terminaram atingindo pecuaristas que estavam na borda da reserva. Aí fizeram a reserva São Marcos, que atingiu a sede do Município de Pacaraima. Há uma pressão terrível dos órgãos públicos brasileiros para que a sede do Município, que fica na fronteira com a Venezuela, seja transferida para outro local.

Acho que Roraima foi o bode expiatório até porque tem menos população e não interessa eleitoralmente para o Governo Federal, tanto que o Presidente Lula nunca foi a Roraima nas campanhas e lá perdeu nas duas vezes em que foi candidato. O mesmo ocorreu

com a Presidente Dilma, que perdeu lá a eleição, pegando a herança do Presidente Lula.

O Presidente Lula agora foi a Mato Grosso e deu recomendações interessantes, passando a responsabilidade para a Presidente Dilma. Quando ele era Presidente, essa Comissão temporária de que o Senador Delcídio foi Relator, foi criada, por inspiração do Presidente Lula. Ele disse para nós textualmente: "Eu quero um documento oficial para enfrentar as ONGs que estão pressionando. Aonde eu chego há a cobrança acerca de Raposa Serra do Sol". É interessante. Chega à ONU, chega não sei aonde... Resultado, fizemos duas Comissões, Ministro: uma na Câmara dos Deputados, cujo Relator, à época, era Lindbergh Farias, do PT; e Delcídio do Amaral foi Relator aqui no Senado, do PT.

Então, foi tudo combinado para nós fazermos um documento sério, jurídico e, inclusive, ouvirmos todas as etnias indígenas da Raposa Serra do Sol. Aliás, não deveria ser chamada de Raposa Serra do sol. Aí estão invertendo a localidade, porque, na verdade, Serra do Sol fica ao norte da fronteira com a Venezuela e Raposa fica ao sul, praticamente na fronteira com a Guiana. Eram duas reservas já demarcadas, separadas por 150 quilômetros em linha reta uma da outra.

O que fizeram? Começaram a deslocar famílias de índios de uma reserva para daí a dois quilômetros, outra para mais dois quilômetros e alegaram que existiam índios tradicionalmente ali.Inclusive, nessa região, os índios foram para lá quando, antes de 1934, era Amazonas e Roraima, essas terras foram tituladas.

Aliás, 1934 foi quando começou a existir o marco indígena neste País. Nós fizemos, inclusive, essa ressalva de que aqueles que tivessem títulos anteriores a 1934 seriam mantidos. Aí fizeram uma outra coisa terrível: passaram a dizer que apenas sete arrozeiros respondiam por 25% do PIB do Estado, mas 400 famílias estavam lá na quarta geração. Como estão essas famílias hoje? Passando fome em Boa Vista, porque a indenização é imoral.

Admira-me muito que o Presidente Lula, naquela época, tenha mandado fazer isso. Depois que apresentamos o relatório tanto da Câmara quanto do Senado, ele simplesmente desprezou, porque foi ao enterro do Papa e lá foi pressionado pelas ONGs. Chegando aqui, demarcou daquela forma.

Ministro, quero elogiá-lo pela postura que está tendo, porque os Ministros da Justiça anteriores, todos eles não tiveram essa postura. Nós realmente procuramos e até pelo fato...

Veja bem, eu sou de Roraima; o Senador Delcídio, do Mato Grosso do Sul; o Senador Jefferson Péres, do Amazonas; e o Senador Augusto Botelho, do PT. Participamos dessa Comissão. E não tivemos preocupação ideológica, partidária, nem nada. Queríamos fazer justiça tanto para os índios quanto para os não índios. O pior é que grande parte desses não índios, na verdade, são mestiços, são filhos de índios ou netos de índios. Então, Raposa Serra do Sol foi uma injustiça terrível, com os índios e com os não índios!

Hoje, a maioria desses índios da Raposa Serra do Sol está na periferia da capital. Na periferia da capital Boa Vista!

E os que estão lá – acho que o senhor já viu reportagem sobre isso – estão passando necessidade, porque a política da Funai é o seguinte: demarca e abandona os índios. Não há nenhum tipo de política depois da demarcação.

Lá, aliás, os índios chamam a Funai de Funerária Nacional do Índio, porque, realmente, depois de demarcar, deixa ao deus dará. Se o Estado ou o Município não atender, ninguém atende. Mande agora uma equipe sua ver a situação da Raposa Serra do Sol!

No fundo no fundo, o que eu quero dizer é que nós já sofremos as consequências e daí que saíram as 19 condicionantes do Supremo e, como disse a Senadora Kátia Abreu, na verdade, eram até desnecessárias. Se foi por isso a Constituição, eram até desnecessária. Mas o Supremo deixou bem claro qual era o entendimento naquela época. E a votação foi unânime. Então, não vejo por que nós ficarmos aqui ainda protelando, protelando, como disse o Senador Delcídio. Nem adianta mais fazer esse discurso. Mas é aquela história: desistir, jamais!

Meu Estado já pagou o preço: mais de 50% da área do meu Estado são reserva indígena; e quase 60%, somando as reservas ecológica estão incapazes de serem aproveitadas, nem pelos índios, nem pelos não índios.

Então, queria aqui dizer que não sei se já há outra ameaça no meu Estado, mas as que havia pelo menos já foram demarcadas de maneira absurda, até à revelia dos índios. Formam ONGs indígenas, manipuladas por ONG internacionais... Eu fui Presidente da CPI das ONGs e nós constatamos isso. Então, no fundo, no fundo, nós precisamos, dentro desse espírito que V. Exª está colocando, buscar realmente tratar os brasileiros igualmente. Um dia desses eu vi nas redes sociais uma página Nação Mestiça, do Amazonas, e é interessante ler as opiniões de muitos mestiços. Lá estão dizendo que aqui no Brasil o difícil é ser heterossexual e não ser índio e não ser negro, porque o heterossexual que não tiver essas duas condições não tem nenhum tipo de política de apoio. Então, parece que vai ser uma espécie em extinção.

Vou mandar a V. Exª...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB - RR) – Também me incluo.

Eu já entreguei um resumo da proposta, porque eu acho que o grande remédio para isso aqui – e o Senador Delcídio tem razão em dizer que já não espera mais nada – é que apresentamos uma Proposta de Emenda à Constituição antes da demarcação da Raposa Serra do Sol, em 1999. Justamente para colocar um basta nessa questão. E o que aconteceu com essa PEC? Houve movimentos contra a PEC e resumo: a PEC, de 1999, Senador Benedito, até hoje não foi votada. Está aqui! E o que essa PEC propõe? Uma coisa simples. De onde são tiradas as terras indígenas? Dos Estados, não é isso? Nós não representamos os Estados? Então, se o Governador não é ouvido, se a Assembleia Legislativa não é ouvida, se os índios não são ouvidos, quem deveria ser ouvido? Pelo menos os representantes dos Estados. E espero que, dentro desse novo espírito do Presidente Lula, que agora cobra uma solução – e também ouvi aqui com muita clareza do Ministro Eduardo e do Ministro Adams –, possamos fazer uma coisa mais democrática.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Ministro, como o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul deseja fazer uma manifestação, nós concederíamos a palavra ao Governador e, após, como não haverá mais outros inscritos, V. Exª....

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

É só para ressaltar a presença aqui do ilustre Deputado Fábio Trad, do meu Estado, que está nos prestigiando também.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – É um prazer tê-lo aqui na Comissão.

Governador, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Com o nosso bom dia endereçado a todos, queremos cumprimentar o Senador Benedito de Lira, pela condução dos trabalhos; os dois Ministro: Luís Inácio Lucena Adams, da Advocacia-Geral da União; e o Ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça.

Cumprimento os Senadores e as Senadores que estão e que aqui estiveram na defesa da solução desses conflitos entre brasileiros. E dizer da delegação do nosso Estado, representada pelos três Senadores; por Deputados Federais que se fazem presentes; pelo nosso Secretário de Justiça e Segurança Pública, Dr. Jacini; nosso Procurador-Geral adjunto, da Procuradoria-Geral do Estado, Dr. Barcellos; e de um sem número de proprietários rurais dos diversos Municípios já elencados e nominados pelo Senador Moka; além das entidades que se farão presentes, com o eu lhe pedi na nossa audiência pós 12 horas – Acrissul, Francisco Maia; Famasul, Eduardo Riedel; em nome dos proprietários rurais, Ricardo Bacha, da Fazenda Buriti, onde as terras não são terras indígena, os 15.200ha; Prefeito José Roberto Arcoverde, de Iguatemi, representando os prefeitos do cone sul; o advogado Cícero.

Ministros, me permitam filosofar um pouquinho. Quando eu tinha 25 anos, adentrei em Mato Grosso – aquela época ainda era uno; para os que têm conhecimento da geografia hoje, somos Mato Grosso do Sul desde 1977 no papel e instalados em 1979 – e, para tornar-me conhecido, eu trabalhei dois anos para missão indígena Kaiowá, de Dourados, tratando da tuberculose dos índios Guaranis-Kaiowás. Temos nove etnias, pouco mais de 30 família: Ofaiés Xavantes; os Cadwells, em torno de 3 mil pessoas que detêm, hoje, 378.000ha de terra e estão na miséria – então não é só terra que resolve o problema do índio –; os Terenas; e os Guaranis-Kaiowás, que são a Nação, como assim denominam os povos indígenas, em número maior.

Nós tínhamos 53 antigos conflitos. Aí, num acordo espúrio, que eu digo e assino embaixo, como pessoa física, um Procurador da República federal, conluiado com a Funai, faz um TAC (Termo de Acordo) para que mais 39 novas aldeias indígenas fossem demarcadas em 26 Municípios do cone sul do nosso Estado.

Mas como se faz isso? Até criancinha que vai nascer sabe do que o Procurador Charles fez na década de início deste milênio. Mato Grosso do Sul tem 35 milhões de hectares, sendo 10 milhões de Pantanal, sobram 25 milhões; tem 6 milhões de terras produtivas e o resto é terra de baixa qualidade. E, graças a Deus, a braquiária, depois de descoberta pela nossa Embrapa, e o eucalipto salvaram a possibilidade da empresa denominada Mato Grosso do Sul sobreviver. O Estado, hoje, como foi bem dito, infelizmente, não detém terras suas para propiciar e nós nos pusemos à disposição de imediato, caso tivéssemos, para que fosse feito aquele acordo de troca de terras em TDAs... Quer dizer, seria o Estado de Mato Grosso do Sul que, na realidade, pagaria.

Então, se assim fosse e eu quisesse politicar, eu tivesse terras, as leiloaria e teria dinheiro e indenizaria o indígena ou o produtor, dando terras indígenas.

Não tenho terras, não tenho recursos e, como foi dito aqui pelos Senadores, o Estado de Mato Grosso do Sul, se fosse empresa, estaria na condição do Eike Batista. Por quê? É o último nas transferências voluntárias da União, sobrevive às suas próprias custas pela eficiência do atual Governo na arrecadação. E sobrevive às custas do trabalho desses todos que

estão aqui, na produção agrícola, principalmente – agricultura e pecuária.

Tendo esses 53 novos conflitos, que não foram dirimidos ao longo de décadas, onde está a Fazenda Cachoeirinha, da regulamentação que o oficial de Exército Rondon fez em 1905, foi lá oficialmente em nome da União e demarcou Cachoeirinha. Então, não haveria que ter questionamentos a mais para quererem os antropólogos de outros países virem querer ditar regras aqui no nosso Brasil.

Eu era Deputado Estadual quando vi um questionamento na Funai e havia um antropólogo francês Moreau, que impediu que o campo dos índios fossem arrendados aos produtores rurais. Hoje, ele é arrendatário! O próprio antropólogo francês, que veio ditar ordens ao nosso Brasil, através da Funai, que não seria para mim Funerária Nacional do Índio; se eu fosse Presidente da República, extinguiria a Funai pela sua incompetência e pela sua improbidade. Até laudos antropológicos falsos nós temos como provas para constar.

Reconheço a boa vontade do atual Governo. E queremos solucionar o caso. Como cirurgião de trauma, eu não posso domar muito tempo porque, senão, ou opero um morto ou intervenho cedo de mais e mato o paciente.

Eu quero que me permitam mostrar por que a imprensa tem tido uma ótica unilateral; que me permitam mostrar dois minutos de um vídeo naquele telão e peço a todas as pessoas que estão aqui, principalmente a imprensa, que prestem atenção ao vídeo.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. ANDRÉ PUCCINELLI – Os cortes de facão no couro cabeludo do proprietário de míseros 30ha depois de uma vida inteira de policial aposentado.

Pode parar. É o suficiente para que nós nos impactemos.

Três policiais meus – eu digo "meus" pelo sentimento possessivo – foram chacinados pelos índios! Não há justiça para eles? E há para os brasileiros brancos?! Eu escutei do Dr. Elito que tem que haver brasileiros e não brasileiros índios e brasileiros brancos! Tem que haver brasileiros!

Eu renunciei à cidadania italiana, não como o Pizzolato fez, que se acostou, bandido que é, lá na cidadania italiana; eu só tenho cidadania brasileira; renunciei à cidadania italiana. Mas não posso, como Governador, coadunar-me com infringência da lei.

Rasgaram um despacho do juiz federal de reintegração de posse. Dia 20/11, reintegração de posse não é feita. Então, não está sendo aplicada a lei. Lá no Estado de Mato Grosso do Sul, quem trata dos indígenas é o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, para em a Funerária Nacional do Índios até arroz e feijão carunchados deu. Somos nós do Governo do Estado que, com recursos nosso, pagamos 15 mil cestas indígenas a cada 45 dias, de 27kg – eram 22kg no governo anterior –; dou vale-universidade indígena a todos que concluem o 2º ano e querem ser advogados, arquitetos, engenheiros, professores, agrimensores têm, por parte do Governo do Estado, com recursos seus. Então, está na hora de decidir. Está na hora de não pecar por operar o paciente morto.

A solução é simples: governar é elencar prioridades. E essa é uma prioridade. É o terceiro.

Quantos índios foram mortos? Naquele conflito do índio ainda está-se esperando o laudo da Polícia Federal. Um perito nosso, lá, do Estado, disse: "O furinho é pequeno, parece ser de 22". Não tem cientificismo nessa afirmação. Foi fazer o laudo e até hoje o laudo não veio. Ele não foi morto pela Polícia Federal muito menos pela minha Polícia, que teve que dar respaldo, a pedido da Polícia Federal, para estarmos lá. E se não fossem os Policias Militares do Estado de Mato Grosso do Sul seriam os Policiais Federais chacinados, porque 2 mil índios brotaram do chão. E com táticas de guerrilhas, como a imprensa está dizendo.

Buriti está invadida. A Família Bacha adentrou lá antes de 1928. A Aldeia foi criada um ano depois. A última decisão, porque embargos de embargos, de embargos, de embargos, de embargos, só tem uma única decisão última, na última instância, na terceira esfera judicial, para ser dirimida, dizendo que é terra de brasileiro não índio. Como é que ele vai ganhar o pão? Ele não é "fazendeiro", como deturpam a palavra; ele é produtor rural de pequena propriedade. Está pagando energia elétrica.

Ali, ao lado, invadiram outras propriedades – hoje temos 80 propriedades. E o índio, depois do desacostamento da Portaria nº 303 cresceu. Os produtores não estão se armando para milícia. Estão se armando. Eu vou contar mais um episódio para depois entrar na solução. A solução é simples, caso queiram solucionar – eu a acho simples. Invadem uma fazenda acostada à aldeia Córrego do Meio em Sidrolândia. Uma velhinha de 82 anos e os seus filhos são tomados reféns nesta fazenda. Impedem que a MS, que é uma rodovia estadual, uma rodovia de produção, pudessem passar. Os produtores me reclamam. Depois de relutar, porque eu, costumeiramente, não sou de relutar, tomo decisão, mas depois e de relutar, ter uma noite no meio e pensar, determinei que o Cigcoe (Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais) fosse para lá para desobstruir a estrada. Desobstruída a estrada, queriam matar os proprietários. O Cigcoe entrou na propriedade, os índios correram e perderam uma série de pertences roubados, alguns

roubados e outros deles próprios, dentre eles um livro. Nesse livro historiava desde um ano e meio antes o recolhimento de armas. Tem nomes lá. Tem vereador índio, tem cacique índio, estão nominados. O que fez o Secretário de Justiça e Segurança Pública? Fez a perícia no livro, foi ao cartório, idêntico ao original, e o entregou à Polícia Federal o livro. Não foi isso, Dr. Jacine? Está entregue lá.

Onde é que está a Justiça para o brasileiro não índio? A lei é uma só. Ou seremos brasileiros não índio e índio ou essa segmentação e essa discricionaridade vai nos levar a abdicarmos da nossa soberania, do nosso nacionalismo. Não podemos aceitar ONGs nem Cimi (Conselho Indigenista Missionário) incitando. Aqui não ouvi ninguém falar de Cimi. Eu sou católico. E este Cimi é um braço fascista da Igreja Católica que incita, lá no meu Estado, invasões. E temos 80.

Eu acho que estaria contra a lei se fossem formadas milícias. Mas não são milícias, é para poder ter advogado para acostar os recursos que depois o índio vai e rasga a decisão judicial de reintegração de posse. É para poder ter defesa privada regularizada perante a Polícia Federal, como determina a lei, que pode ser permitida, para não serem chacinados. Três policiais meus foram chacinados, como esse daí, por índios! Sabe como é que esse vídeo chegou às nossas mãos? O índio que filmou foi vender o vídeo. Se isso não choca aos senhores, a mim me chocou.

E qual é a solução? Temos que elencar prioridades.

O Senador Delcídio disse que o Estado do Mato Grosso do Sul é realmente o mais conflituoso entre todos os Estados. E vai ter chacina. Vão morrer brasileiros não índios e vão morrer brasileiros índios se não tomarmos posições.

O Estado de Mato Grosso do Sul, caso tivesse terras, estava à disposição, eu pus. A SPU (Secretaria do Patrimônio da União) fez uma burrada ao dizer que havia mais de 40 mil hectares que, se vendidos fossem... Quando eles foram aclarar os documentos – o SPU é órgão do Governo Federal –: "Nós não temos essa área aqui. Nós não temos área, não temos dinheiro, não temos nada". A solução é do Governo Federal, porque foi ele que errou ao titular as terras de Mato Grosso, quando ainda era uno, e reconvalidá-las através do Instituto de Terras do Mato Grosso do Sul chamado Terrasul. Então, os proprietários tiveram que reacostar e redocumentar na faixa de fronteira de 150 quilômetros.

Não há resolução de 53 antigos conflitos e querem, na área de latossolo roxo, na área produtiva, nos 5 a 6 milhões de hectares onde nós temos produção, já nos tiraram 1,4 milhão inicialmente, depois recuaram para 600 mil hectares, justamente para dar... E quem conhece a cultura indígena dos guaranis-caiuás sabe que são índios errantes, nômades, não se fixavam à terra.

E mais: a Funai está reconhecendo índios do Paraguai, que andavam no Chaco, como brasileiros nas fronteiras do nosso Estado. Nós mal damos conta de darmos arroz e feijão para os nossos brasileiros sul-mato-grossenses, vamos importar índio que diz assim: "*Yo soy brasileno*"!? Chega de hipocrisia!

O Governo do Estado está à disposição. Agradeço ao Ministro José Eduardo Cardozo, ao Ministro Adams. Ao meio-dia estaremos, com a comitiva que nós dissemos, para solucionar. A solução é simples: podem comprar terra. "Ah, mas tem o problema..." Não tem problema. Se o médico, à revelia do que o Juramento de Asclépio lhe disse que fizesse, não operar, ele seria inculpado por omissão ou por assassinato. Está nesse pé. Tem que parar – desculpem-me a chula expressão – de "frescurite" e resolver o problema, porque não aguentamos mais!

Eu tenho perdido inúmeras empresas que, pela insegurança jurídica, não querem mais ir ao Estado. Não só na região do Cone Sul. Não resolvidos 53 conflitos, ainda querem me dar 39 novas aldeias indígenas em 26 Municípios. Perguntem para os prefeitos – o representante dos prefeitos está aqui – o que vai acontecer? Chacina. Guerra civil entre irmãos brasileiros não índios e índios. De quem vai ser a culpa? De todos nós: dos políticos, do Governo Federal, do Governo Estadual, menos dos produtores.

Por último, lá nessa área aonde querem demarcar 39 novas aldeias – não se sabe onde quereriam demarcá-las – tem 8 mil agricultores familiares. Algumas dessas aldeias vão se localizar aonde eles estão. Então, vão tirar o indígena para tirar o agricultor familiar e vão levar o agricultor familiar de três, quatro, cinco, sete hectares para onde? É burrice demais!

Então, vamos nos unir, vamos nos desvestir de vaidades e vamos resolver o problema.

Eu vim hoje aqui para, acompanhado pelos três Senadores – e me desculpe a Bancada Federal, porque eu não os convidei, porque alguns Deputados Federais não estão aqui, teriam que estar todos –, para que está comitiva que eu elenquei, Ministro, resolva. Dá para resolver. Elenca-se prioridades. Prioridade é não matar mais brasileiro lá. Não matar mais brasileiro lá é, primeiro: resolver os conflitos existentes; segundo: respeitar a lei. Chega de invasão! Eu vou começar a dar o direito de se defender com armas como provavelmente os produtores rurais terão na defesa da sua propriedade rural, como diz a Constituição.

Vai acontecer isso, Ministros. Eu venho alertando há cinco anos que vai acontecer isso. Márcio Meira

foi um mentiroso, quando presidiu a Funai. Foi lá, fez um acordo, levamos cinco horas. Ele, acompanhado do Alexandre Padilha, atual Ministro da Saúde, juntamente com um advogado cujo nome eu não me lembro, acostou os quatro tópicos que foram aceitos pelos produtores rurais, pela Casa Civil e pelo Márcio Meira.

Sabe o que ele disse depois que saiu de lá? Que aquilo não valia porque foi coagido a fazê-lo, porque senão lhe tiravam a pele. Se tirassem a pele de todos os mentirosos do Brasil, a dele seria a primeira a ser retirada pela mentira, porque nós lhanamente gastamos cinco horas para fazer um acordo, em que ele, Alexandre Padilha e mais um advogado da Casa Civil à época fizeram. Não honram. A Funai não honra compromissos, fala e faz chicanas por trás.

Tenho que fazer uma ressalva: essa última menina que está lá, pelo menos tem dado satisfação ao Estado quando adentra o Estado, depois de estar dentro do Estado, o que Governador não aceita; Governador quer ser comunicado antes. Enquanto eu for Governador, lá tem o respeito à autoridade. E eu, em nome dos produtores rurais e dos sul-mato-grossenses, quero ser respeitado.

Agradeço ao Ministro, e vamos resolver hoje, Ministro. Temos solução. É pôr grana, parar a invasão, e, quando o índio não cumprir a lei, ele é brasileiro também; quando o branco não cumprir a lei, ele é brasileiro também. E façamos com que a lei valha, e que nós possamos dizer: "Nós somos um País soberano." Não são Jeans Morons da vida que vêm ditar regras no nosso País. Vamos ser brasileiros, sejamos poloneses, alemães, italianos, todos. Aqui, somos brasileiros. Vamos ditar as nossas regras. Vamos conduzir o nosso País e o nosso Estado.

E lá no Estado de Mato Grosso do Sul – como dizem alguns quando me veem exasperado – tem um Governador que faz valer a lei; e vai, a partir de agora, fazer valer a *dura lex*, porque eu não vou ter mais nenhum policial meu chacinado como foi.

Encerro as minhas palavras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Ministro, para as respostas às indagações.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Quero, inicialmente, saudar S. Exªs o Senador Figueiró, o Senador Moka, o Senador Delcídio do Amaral, o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Governador Puccinelli, que me antecederam.

As falas têm interligações. Então, eu não vou separar em tópicos. Quero falar sobre elas no global. Antes, preliminarmente, quero dizer que o filme que nos mostrou o Governador Puccinelli nos impacta, como todos os filmes que têm chegado de violências que acontecem na questão indígena. Ora nós temos situações tristes, como essa que nos mostrou o Governador Puccinelli, ora nós temos situações também de indígenas mortos.

É exatamente esse tipo de coisa que nós queremos evitar. Esta é a premissa que tem orientado a nossa ação: a busca da mediação, porque qualquer outra situação que não seja a mediação, que seja uma medida de força, até mesmo no cumprimento de ordens judiciais, gera situações que nós não podemos muitas vezes evitar que aconteçam, morrendo pessoas, ou sendo brutalmente atingidas. Então, é isso que nós queremos evitar, exatamente isso.

Inicio tendo uma pequena, mas fraterna, discordância do meu querido amigo, Senador Delcídio do Amaral, companheiro de partido e são-paulino, o que nos une na nossa amizade há tantos anos. Mas até mesmo os grandes amigos e tricolores, às vezes, divergem – pequenas divergências, mas às vezes elas existem.

E onde está a minha divergência, Senador Delcídio? Está no seguinte: eu não posso dizer que as reuniões que temos feito não tenham levado a uma evolução, inclusive a de hoje. Eu, hoje, afirmei aqui, Senador Delcídio, algo que o senhor não me viu afirmar antes, que é exatamente o atendimento da reivindicação do Senador Moka.

O Governo irá utilizar verbas orçamentárias para pagar indenizações. O senhor nunca me ouviu falar isso. Portanto, eu não posso dizer que o Governo tenha se omitido, eu não posso dizer que o Governo tenha deslegitimado ações de agentes políticos, que respeitamos, e que não tem proposto. O que nós fizemos?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Uma vez que eu fui citado, só gostaria de dizer a V. Exª que nós da Bancada, o Senador Moka, questões orçamentárias nós resolvemos no ano passado, tanto é que há uma rubrica no Orçamento que já fala de verba orçamentária. Portanto, essa notícia não tem nenhuma novidade.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Perdão. Para mim, tem. Eu não tinha nenhuma decisão governamental para criar um programa com verbas orçamentárias, para que fizéssemos desapropriações para a aquisição de terras para a realização de parques e reservas indígenas ou para indenizações.

Qual a solução que nós aventamos na mesa no Mato Grosso do Sul? Não era a verba orçamentária; era pagar com TDAs. Então, essa é a diferença. E por que nós fizemos isso? Porque não tinha liberação orçamentária para isso, e nem tinha solução jurídica para isso.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas tinha no Orçamento. Viu, Ministro?

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Mas ter no Orçamento...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Uma rubrica específica para atender isso, iniciativa do Senador Moka na CCJ.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Permita-me, Senador, só para concluir o raciocínio. Ter no Orçamento não significa poder gastar, e V. Exª sabe disso. Poder gastar financeiramente não significa poder fazê-lo juridicamente. Essa é a questão. Eu posso colocar a rubrica que eu quiser no Orçamento, se eu não tiver a liberação, não sai o dinheiro. Eu posso ter a rubrica que eu quiser no Orçamento, mas se eu não tiver o dinheiro para pagar e a condição jurídica de efetivar, nada acontece.

E hoje eu estou afirmando diferente, Senador Delcídio. Há uma profunda diferença. É o atendimento do que o Senador Moka disse. E quero fazer exatamente para Buriti. Por quê? Porque – também quero aí dialogar com o Senador Figueiró – o prazo original de 45 dias, obviamente, não era para resolver faticamente o problema. Era para encaminhar uma proposta. Se o senhor me permitir, o que nós fizemos naqueles 45 dias, Senador? Senão eu não concluo antes do senhor.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Eu estava lá e ouvi. E eu não tenho ouvidos moucos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Não. Na verdade...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Eu ouvi do Secretário Gilberto Carvalho, categoricamente, e há pessoas aqui...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Se houve uma imprecisão...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Eu quero dizer a V. Exª que foi uma afirmação peremptória dele: em 45 dias surgiria uma solução.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Em 45 dias. O que significa isso? É evidente que se pagar uma indenização, fazer uma avaliação de uma fazenda, iniciar uma negociação em 45 dias é impossível. O que se queria dizer é que vamos encontrar uma saída, e nós, nesses 45 dias, consultamos todos os órgãos do Governo.

Por quê? O Governado Puccinelli sabe que eu costumo ser muito franco nas coisas que falo e, às vezes, elas me trazem dano. Mas para nós, do Ministério da Justiça, é fundamental que a questão Buriti dê certo. O Puccinelli já me ouviu falar isso. Sabe por quê, Senador Moka? Porque ela é simbólica e ela mostra para o Brasil que o diálogo é a melhor forma de resolver, porque ela mostra para o Brasil que é exatamente credenciando interlocutores numa mesa que nós poderemos sair disso sem as cenas lamentáveis que o Governador Puccinelli nos mostrou.

Então, eu preciso que Buriti dê certo. Por isso, nós o fizemos. Quais foram as frentes que nós fizemos no Governo. A primeira questão que nós tínhamos: eu precisava avaliar Buriti. Eu não posso iniciar uma negociação e pagar indenização sem saber o valor que eu posso pagar. Eu não posso pagar mais, nem seria justo que eu pagasse menos, numa indenização. E mais: quem vai pagar é o Governador Puccinelli, dentro da lógica inicial que nós estabelecemos.

Como é que nós íamos fazer isso? Até para emitir os TDAs, eu preciso avaliar. Então, nós pedimos aos órgãos técnicos do Governo que fizessem a avaliação. O que nos disseram, Senador Delcídio? "Nós precisamos de 90 dias para avaliar a Fazenda Buriti." Se me perguntarem se isso é muito ou pouco, eu não sou técnico avaliador e não sei lhe dizer. Mas precisava levantar escritura, precisava levantar e fazer uma série de medições. É o que me disseram. E é como o Incra e os órgãos fazem a avaliação, e assim começou a ser feito. Esses 90 dias vencem agora em novembro. É claro, desde o momento em que isso foi deliberado.

Paralelamente a isso, nós começamos a viabilizar a proposta A. Qual era a proposta A? A proposta A era fazer um entendimento para que nós adquiríssemos as terras do Mato Grosso do Sul e pudéssemos pagar em TDA. De fato, a SPU nos passou a informação de que haveria terras. O Senador é testemunha. Aí, nós começamos a levantar essas terras. Elas não se confirmaram.

Aí, surgiu uma outra hipótese – o Senador sabe disso – que era a hipótese de uma antiga área da Rede Ferroviária Federal S.A., que nós poderíamos, através de uma situação jurídica, resgatar essa terra, pagando uma indenização a Mato Grosso do Sul, e aí viabilizar. Demonstrou-se também que essa saída não dava. Isso faz mais ou menos 15 dias.

E aí, diante do exaurimento dessas alternativas, nós levamos o problema ao Governo, na linha de que, talvez, Rio Grande do Sul se resolva pela questão dos TDAs. Por quê? O Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, nos passou nove áreas para estudarmos. Nós estamos fazendo a mesma coisa que fizemos com o Governo do Mato Grosso do Sul. Mas está claro que nem tudo pode ser viabilizado dessa forma.

Então, nós discutimos um programa que vamos formatar e colocar verba no Orçamento, Moka, mas não verba no Orçamento no sentido formal da expres-

são, mas no sentido real e substantivo, dizendo "Olha, vamos utilizar tanto de recursos, para que, em 2014, 2015, 2016, 2017, possamos equacionar os problemas, dentro de uma lógica prioritária em que nós vamos estar dialogando com os interlocutores para ver qual é".

E a primeira é a Fazenda Buriti. Por quê? Porque se a Fazenda Buriti não der certo – e pode não dar, pode ser que os proprietários não aceitem as nossas propostas, e é legítimo que isso ocorra –, eu passo a ter as minhas mesas de diálogo desacreditadas no Brasil. Eu vou ter que encontrar outra alternativa e mostrar que dá certo, mas eu quero a Buriti. É claro.

Então, por que, hoje, eu marquei essa reunião com o Governador Puccinelli e com os representantes que aqui estão? Para dizer, primeiro, que nós estamos descartando a hipótese de pagar em TDA. Não dá. Não estamos conseguindo saída. Alternativa dois: nós temos um problema, porque dois proprietários da Fazenda Buriti parece que não querem vendê-la. E não permitiram sequer que fizéssemos a avaliação. Foi uma das razões da demora.

Diante disso, eu tenho um problema. Qual era a nossa ideia original? Pegar tudo o que está sendo discutido judicialmente, Senador Moka, e fazer um acordo sobre tudo. O Ministério Público concordou, o Ministro Adams esteve com o Presidente do TRF – eu ia junto, e não pude ir no dia –, o Desembargador Federal Newton de Lucca. E há um sinal positivo para o acordo. É claro. Os próprios advogados já estão estudando a melhor forma, e eu tenho conversado com o Governador Puccinelli sobre isso.

Agora, surgiu esse fato novo. Falaram três, mas são dois, não são? São dois proprietários que não querem fazer o acordo. Então, nós temos que caminhar agora na linha, talvez, de fazer um acordo parcial, deixar o resto em litígio. Aí, nós temos que ver como nós vamos sair dessa. E, para isso, nós precisamos chamar também as lideranças indígenas para tentar fazer essa mudança. Foi por isso que eu marquei a reunião hoje.

Porém, há uma decisão política. O Governo está disposto a repassar recursos para o Estado do Mato Grosso do Sul para que viabilize a situação das terras Buriti. E mais: está disposto a repassar recursos para que isso ocorra também em outras terras, seja indenizando proprietários, seja fazendo a aquisição para reservas indígenas, como é a equação que – o Governador Colombo me informou ontem – está sendo encontrada em Santa Catarina.

Então, essa informação, portanto, é nova. Os senhores nunca me ouviram dizer isso. Mas fui, sim, Senador Moka, procurado pelo Presidente Lula, que ficou sensibilizado, Senadores, com a situação do Mato Grosso do Sul. E, naquele momento, eu disse ao Presidente Lula que nós acabávamos de fechar isso e que nós utilizaríamos essa saída como uma alternativa para tentar equacionar o impasse. Não saberia dizer quanto dinheiro eu tenho para fazer isso ainda, mas eu sei que há uma disposição política de fazê-lo, séria, determinada, do Governo Federal.

Portanto, Senador Moka, a reivindicação de V. Exª é o caminho que nós vamos seguir agora. Eu sei, Senador, eu entendo – o senhor não sabe como eu entendo – a aflição dos Parlamentares que mexem com essa questão – sua, da Senadora Kátia Abreu, do Senador Delcídio do Amaral, Mozarildo, todos. Às vezes, eu tenho sentido na pele essa exasperação, e compreendo perfeitamente, porque eu também tenho as pressões diárias dos dois lados.

Eu sei como um Parlamentar sofre quando tem que dar respostas para a sua Base. E, quando a resposta não sai, ele é cobrado como se fosse culpado. Eu fui Deputado durante oito anos, eu sei como funciona isso, por isso que eu entendo. Entendo, respeito e procuro ser solidário, porque eu também sofro. Eu estou sendo acusado de omissão pelos dois lados. Eu preciso encontrar a saída, e a saída que efetivamente eu tenho é tentar chegar a esse acordo.

Vai me perguntar o senhor, Senador Moka: será possível? Eu vou tentar, no limite das minhas possibilidades, porque eu não quero mais derramamentos de sangue, eu não quero mais filmes como esse que o Governador exibiu aqui, seja com índios sendo filmados mortos, seja com produtores sendo filmados mortos. Esse é o meu papel como Ministro da Justiça, e vou procurar, no limite das minhas possibilidades, mesmo correndo o risco de ser acusado de ser parcial pelos dois lados, ser omisso pelos dois lados, eu vou correr no limite da minha possibilidade, para que eu consiga tentar fazer essas mesas de diálogo.

Observação importante, Senador Moka: o senhor me apresentou aqui um papel de denúncias de servidores. Garanto-lhe que serão apuradas. Muitas vezes, eu tenho recebido denúncias de servidores, e alguém fala: "Mas e aquilo? E aquilo? E aquilo?" Há apurações que têm que ser feitas dentro do sigilo que as leis processuais penais exigem. E eu não posso, obviamente, instar a Polícia Federal a revelar de público situações que estão sendo investigadas, até porque quem revela investigação de público comete um erro crasso em investigações.

Mas lhe garanto que há várias investigações em curso sobre irregularidades nessa questão, de todos os lados. Há investigações sobre mortes; há investigações sobre violências; há investigações sobre arrendamentos indevidos de terras; há investigações de abuso por parte de servidores; há investigações em relação

a madeireiros que obviamente buscam aliciar lideranças indígenas para tirar proveito da terra que não lhes pertence. Há investigação sobre tudo. E eu lhe garanto que essas denúncias também serão investigadas, tenha certeza, Senador. É um compromisso, é o meu dever, eu tenho que cumprir absolutamente esse dever.

Finalmente, eu quero, Senador Figueiró, lhe dizer que em nenhum momento foi minha intenção, e nem será nunca, porque fui Congressista por oito anos, desconsiderar o Congresso Nacional. Eu tenho vindo muitas vezes ao Senado Federal, e muitas vezes à Câmara. Só da questão indígena, na Câmara dos Deputados, eu já fui quatro vezes à Comissão de Agricultura.

Aqui, nós tivemos uma situação episódica, meramente episódica. Nos dias marcados, surgiram situações, e eu comuniquei previamente à Comissão da minha dificuldade. Se não me falha a memória, não sei se foi nesta Comissão em que coincidiu a data em que eu tinha que ir aos Estados Unidos me encontrar com o Vice-Presidente Joe Biden. E eu não sabia, porque foi marcada pelo Vice-Presidente Joe Biden a reunião do grupo político brasileiro com a Casa Branca, para tratar da questão da espionagem norte-americana. Eu soube 48 horas antes que eu teria que ir aos Estados Unidos. Então, eu tive que desmarcar situações, e nem pude atender aos compromissos do período.

Isso aconteceu uma ou duas vezes nesta Comissão, mas sempre nós informamos a Comissão da dificuldade. Venho a hora que for. Não é convocação; é convite. É dever de um Ministro estar no Congresso Nacional prestando informações, informações que podem agradar ou desagradar, mas é meu dever. Portanto, Senador, pode ter absoluta certeza da minha presença. Eu acho que é a quinta vez que eu venho ao Senado como Ministro. Na Câmara, eu acho que foram sete vezes. Pode ter certeza de que não há premissa de desconsideração, ao contrário.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Ministro.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Pois não.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Com licença, Sr. Presidente. A presença de V. Exª aqui neste momento resgata qualquer dúvida que exista sobre isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Eu agradeço, Senador.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Mas eu gostaria que o senhor respondesse também uma pergunta que lhe fiz: se o senhor vai apoiar a reintegração de posse das áreas invadidas, para trazer tranquilidade para os produtores rurais, porque até agora, sinceramente, não se vê nenhuma ação do Governo Federal nesse sentido. Gostaria que V. Exª fizesse uma declaração peremptória para trazer tranquilidade àqueles que tiveram suas terras invadidas e que têm decisão judicial em seu favor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Veja, é aquilo que eu vou dizer ao senhor, Senador. A lei tem que ser respeitada, e será. Eu preciso, todavia, para efetivar isso, buscar a mediação ao limite, como fiz. Permita-me dar o exemplo não do Mato Grosso do Sul, mas do Rio Grande do Sul. Quando o juiz determinou que a ocupação da área fosse feita pela polícia para garantir a demarcação, eu pedi para o juiz: "Deixe-me tentar evitar que aconteça uma chacina."

Às vezes, em certas situações, eu preciso tentar fazer a mediação, Senador, pelo seguinte: nós temos visto em Mato Grosso do Sul que se faz a reintegração, passam três, quatro, cinco dias, volta a ocupação; passam três, quatro, cinco dias, volta a ocupação. Essa é uma situação permanente. Eu preciso tentar resolver isso.

Então, eu acho que essa mesa de diálogo vai nos permitir fazer isso. Houve um compromisso na mesa de diálogo que foi desrespeitado pontualmente, em alguns casos – eu sei disso –, e não se faria nada até o equacionamento. Sei de novas ocupações que ocorreram. Os caciques que estavam na mesa foram conversar com outros caciques que saíram. Outros não saíram. Nós temos tentado fazer isso ao máximo.

Mas pode ter certeza, Senador, de que a lei vale para todos. O que eu preciso é tentar conciliar as situações, mediá-las, para que eu possa cumpri-las sem sangue, sem mortes, sem violência. É só isso que eu lhe peço. E mais: eu tenho no Senador Moka, no senhor, na Senadora Kátia Abreu, muito embora, muitas vezes, tenha sido muito áspera comigo... Mas eu entendo e respeito. Eu sei o que vocês passam, e vocês nos têm ajudado muito.

O que o Senador Moka disse aqui, o que ele segura para tentar o diálogo é a pura verdade, e eu atesto isso. E as pessoas que têm dialogado no Estado de Mato Grosso do Sul com o Senador Moka podem ter certeza de que ele é um abnegado defensor da causa, mas é uma pessoa ponderada, que busca o diálogo, que busca o equacionamento, como também é a Senadora Kátia Abreu. O que ela disse é verdade, não na parte em que ela disse que eu sou omisso, porque eu discordo; tenho trabalhado demais nessa questão. Mas o que ela disse era verdade, que ela está segurando para a gente, e ela segura mesmo, ela nos ajuda. O Congresso Nacional tem que servir como um grande amortecedor de tensões na busca da conciliação. E tem sido assim, Senador.

Então, eu só posso, independentemente de qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu agradeço, Ministro, mas eu quero dividir isso com o Senador Delcídio e o Senador Figueiró, porque nós estamos juntos nisso.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – O Senador Delcídio também. O Senador Delcídio, são-paulino que é, não só me procura constantemente para chorarmos as agruras do nosso time como hoje, depois da derrota de ontem, mas como também a semana passada, por telefone, várias vezes ele fala: está ficando ruim Mato Grosso, está difícil. E ele nos procura sempre.

Os Senadores de Mato Grosso do Sul, todos têm sido muito dedicados nessa questão de dialogar. Nós estamos juntos nisso. É claro que há diferenças de pensamento, é claro que há um Senador que pensa de uma forma, que há um Senador que pensa de outra forma, mas a tentativa de solucionar pacificamente eu vejo na fala do Senador Delcídio, eu vejo na fala do Senador Mozarildo, vejo na fala do Senador Moka. É esse o espírito que nós queremos. E mais: quando sentirem que há erros, e tenho feito isso, vem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Senador, é que eu estava me dirigindo ao senhor. V. Exª, não preciso nem me referir a isso, porque tem notavelmente nos ajudado muito. E o Governador Puccinelli também.

Quer dizer, quantas vezes, Puccinelli, nós nos encontramos e nos falamos, para tentar resolver esse problema? A ponto de, embora se possam ter aqui, ali divergências, eu hoje me considerar um amigo do Governador Puccinelli. Eu não o conhecia antes de ser Ministro, e passamos a ser amigos. Ou seja, o importante é que evitemos o derramamento de sangue, e acho que hoje estamos dando um grande passo para isso, quando nós temos a alternativa de utilizar verbas orçamentárias para atender exatamente ao que o Senador Moka, ao que o Senador disse agora há pouco, ao que o Senador Mozarildo disse, Figueiró disse, o Senador Delcídio do Amaral também disse.

Então, quero lhes dizer: acho que com as dificuldades de um processo em que há vários atores envolvidos, em que há tensões profundas envolvidas, em que há a iminência de violência, nós temos avançado, e espero, sinceramente, continuar tendo o apoio competente dos Srs. Senadores na busca dessa saída pacífica para o problema.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Eu queria, Ministro, solicitar de V. Exª um pouco mais de paciência, porque, em função da agenda que sobrecarrega a atividade de cada um dos Srs. Senadores...

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Em minha próxima reunião, estão todos aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) –Encontram-se aqui inscritos para também se manifestar a respeito – o Senador Eduardo Suplicy esteve aqui e teve que sair para uma outra missão – o Senador Wellington Dias e o Senador Pimentel.

Eu concedo a palavra...

O Ministro Adams, por conta de outro compromisso, está me comunicando aqui que deverá se ausentar da audiência por ter outra agenda. E não haverá nenhuma dificuldade, Ministro, para que o senhor possa se ausentar.

Eu gostaria que V. Exª pudesse...

Deseja fazer alguma manifestação?

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Só rapidamente, Presidente, para não deixar em aberto, eu acredito que o que foi dito aqui já basicamente procura atender às perguntas. Eu só queria reafirmar a seguinte convicção que eu tenho do que é necessário cada vez mais, inclusive para viabilizar os processos de negociação e afirmar as bases de legalidade em que essas realidades estão sendo resolvidas.

De fato, eu acho e entendo importantes as condicionantes, assim como eu acho importante também aquela regulamentação referida na lei complementar. E da minha parte tenho essa convicção. Eu, no presente Governo, tentarei levar esse tema a se estabilizar do ponto de vista jurídico. É com esse foco que eu estou preocupado.

Então, a gente tem trabalhado dentro do Governo nesse sentido, como o Ministro Cardozo já se referiu. Mas é um esforço importante que deve ser feito. E eu acredito que nisso nós temos de avançar e deveremos avançar sim, com todos os cuidados e cautelas no sentido de implementar uma solução jurídica que, de fato, produza estabilidade. Mas acho importante afirmar e reafirmar essa necessidade e é uma convicção que eu tenho pessoalmente como necessária, particularmente nesse caso.

De resto, agradeço o convite e a atenção dos senhores. Peço escusas, porque eu vou declinar. É que hoje é meu aniversário de casamento, então eu tenho um compromisso com a minha esposa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Parabéns, Adams. (*Palmas.*)

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Então, eu peço desculpas, senhores, eu não posso...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Ministro Luís Adams, cumprimento pelo seu aniversário de casamento.

O SR. LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS – Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Mas quem sabe posso ouvir um brevíssimo relato do nosso líder sobre o que ocorreu na nossa visita agora a José Genoino, José Dirceu e Delúbio Soares.

Eu peço até que o Senador Wellington fale primeiro, mas é importante a informação que ele dará inclusive a V. Exª, como Advogado-Geral. Espero que a sua esposa compreenda. Será muito breve.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Serei bem breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) –

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Primeiro, para dizer da importância dessa audiência, aliás, muito esperada aqui pela Comissão. Acho que pelo que eu já captei... Estive aqui no começo, tive que sair para essa agenda com a Bancada. Queria saudar aqui os produtores, meu querido Senador Puccinelli... Já estou colocando para Senador o Governador Puccinelli, por quem tenho todo o apreço e carinho; enfim, todos os presentes.

Mas é bem rápido, Sr. Presidente. Primeiro, falo da importância desse trabalho, inclusive me coloco à disposição para ajudar nesse trabalho. Acho que há hoje um arcabouço legal importante e eu acho que tenho o diálogo e posso, inclusive, ajudar nessa direção pela relação que tenho com as comunidades indígenas, enfim, que também precisam desse processo participar, como vem sendo feito.

Queria, Ministro, aqui, dizer da visita que fizemos.

Primeiro, parabenizar por uma posição de V. Exª recentemente. E aqui, aos presentes, como Líder do Partido dos Trabalhadores, nós reconhecemos que há uma pena a cumprir, em parte já julgada, para que não cabe mais recurso pelo STF, em relação a várias pessoas, incluindo três militantes do nosso Partido, dois ex-Presidentes, um tesoureiro, enfim, com quem convivemos aqui como Parlamentar, como Ministro.

Enfim, o que nós estamos... Isso eu não poderia deixar de trazer, é uma situação... Para os demais Senadores de Partido, independentemente da posição que cada um tenha na política, enfim, ou em relação a esse assunto. É grave a situação do José Genoino. É grave. Mas não é pouco grave. Já há três laudos feitos, um pelo Dr. Jatene, um pelo Dr. Kalil e um pela junta que foi recomendada pelo Judiciário. Todos afirmam que... Nós estamos dizendo... Eu sou leigo, não sou médico, mas não precisa ser médico para ver o risco de vida que José Genoino corre na situação em que ele está. Repito aqui.

Aliás, o sistema tem se esforçado para dar o tratamento adequado. Quero, inclusive, dizer que todos eles refletem que, desde o momento em que se apresentaram na Polícia Federal até o momento na Papuda aqui, tiveram tratamento, na visão deles, na forma da Constituição e na forma da lei. Não podemos afirmar a mesma coisa em relação ao cumprimento da sentença. Primeiro, uma prisão fechada, sem chegar um mandado, Ministro, sem chegar um mandado de prisão. O mandado de prisão veio chegar quatro horas depois, quatro horas depois, está certo? Quatro horas depois. Olha o que eu estou dizendo. A pena é para ser cumprida num sistema semiaberto, foi colocado num sistema de segurança máxima, de forma espetacular; a imprensa sabia mais do que o sistema. Mais do que isso: é dado o direito, como manda a lei, do cumprimento no domicílio. Não foi obedecido. E dado o direito no cumprimento, que a lei já estabelece, para casos graves de saúde como esse.

Então, eu quero aqui, Sr. Ministro, dizer ao Advogado-Geral da União que faremos a nossa parte aqui pelo Congresso Nacional, mas eu acho que, até para que a gente evite situação pior, está certo, é preciso que todos tenhamos a firmeza de que o Supremo agilize o julgamento do pedido que tem, para que o devido tratamento que está sendo recomendado seja dado; que ele possa cumprir com a sua pena, mas na forma adequada – falando do José Genoino –, na forma de evitar que ele tenha... Nesse caso, pode ter uma pena de morte, e a pena não é essa, a pena é de menos de oito anos de reclusão, num crime tipificado, que permite responder, já de pronto, no semiaberto, mas de uma situação grave, como comprovada por laudos médicos, a gente precisa cuidar.

Eu acho que aqui estamos na defesa como instituição da democracia, da Constituição, da Lei. É só isso que a gente quer.

Estão lá sendo tratados como os demais, estão sendo tratados da forma como manda a lei, não estamos pedindo uma vírgula a mais do que manda a lei, mas também não podemos ver desrespeitada a lei, principalmente o primeiro artigo da Constituição, que trata da dignidade humana. Nós estamos falando da dignidade humana, da vida humana.

Desculpe-me, Sr. Presidente, eu sei que o tema aqui era outro, mas eu não poderia deixar de, na presença do Ministro da Justiça e do Advogado-Geral da União, tratar sobre esse relato aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Passo a palavra ao Senador José Pimentel.

Alias, perdão, Eduardo Suplicy.

V. Exª vai falar?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, nosso Advogado-Geral da União, nosso Governador de Mato Grosso do Sul, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Deputados, eu quero começar registrando a importância dessa audiência pública para enfrentar um tema difícil, mas para o qual precisamos construir saídas que interessem tanto aos povos indígenas como também aos proprietários, aos produtores rurais daquele Estado, daquela região.

E é nesse sentido que o nosso Presidente, Benedito de Lira, tem trabalhado nesta Comissão e nas outras Comissões. E é também o debate no Senado Federal. E não é diferente a discussão que se dá hoje nesta audiência pública. Por isso, eu sou um daqueles que acredita que, no diálogo, no entendimento, nós vamos construir, no processo democrático de direito, uma saída para este problema, que já se arrasta há um certo tempo, já perdemos vidas, temos reclamações dos dois lados, e o papel do Congresso Nacional, dos nossos Senadores e Senadoras, dos nossos Deputados e Deputadas, junto com o Poder Executivo, é criar o ambiente para que possamos ter uma saída que interessa à economia de Mato Grosso do Sul e que respeite os interesses das partes envolvidas.

Por isso, Sr. Ministro, o que nós pudermos faremos, aqui no Congresso Nacional para ajudar na construção desse entendimento, que passa por indenizações – não podemos esquecer disso – e, passando por indenizações, é preciso alterar o Orçamento Geral da União, para que isso esteja ali contemplado.

Nós temos as emendas de Comissão, que são emendas de âmbito nacional, para atender demandas de interesse nacional, e nós poderíamos aqui, com o Senador Moka, com o Senador Ruben e com nosso Senador Delcídio, juntamente, ou nesta Comissão ou na Comissão de Agricultura, trabalhar para que possamos ter uma janela no orçamento da União de 2014, a partir de emendas de Comissão, com este olhar, e eu me coloco à disposição, como Líder do Governo no Congresso Nacional, e um daqueles que é responsável na condução e na coordenação da elaboração do Orçamento da União, colaborar e contribuir com este tema, porque eu acho que, desta forma, concretamente, a gente pode ter uma ajuda significativa para esse tema que requer um olhar diferenciado.

Por isso, nosso Presidente, Benedito de Lira, coloco-me à disposição de V. Exª para ajudar nessas tratativas.

Queria também, Sr. Presidente, registrar que a nossa Bancada de Senadores e Senadoras tomamos uma decisão de hoje visitar os nossos três presos do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, e deixamos o Delcídio do Amaral aqui acompanhando para ajudar nesse debate e, consequentemente, a nossa Bancada estar presente. Por isso, não tiramos o Delcídio aqui da audiência pública, de propósito; para que pudesse mostrar a posição do Partido dos Trabalhadores sobre esse debate.

E ali, Sr. Presidente, todos nós sabemos que há uma sentença judicial, parte transitada em julgada, parte não, e decisão judicial não se discute, recorre-se ou se cumpre. Nós estamos fazendo as duas coisas: estamos cumprindo a decisão judicial e estamos recorrendo naquilo que a legislação brasileira permite. Mas temos uma clareza também de que o cumprimento da sentença é nos exatos termos da sentença prolatada, e o que chama a atenção nesse processo é um conjunto de medidas tomadas pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal que extrapolam o que a sentença determina.

A primeira decisão foi tomada próxima ao feriado, numa sexta-feira, justamente para dificultar toda e qualquer medida. V. Exª, que é advogado, eu também sou, conhecemos muito bem esses procedimentos. Segundo: a notícia primeiro chega à imprensa e, só quatro horas depois, chega à Polícia Federal. Nossos dois réus, nossos dois presos, no Estado de São Paulo, deslocaram-se para a dependência da Polícia Federal em São Paulo, e o delegado não queria recebê-los, porque não havia qualquer comunicado sobre a decisão de prisão, e, mesmo assim, eles disseram: "ficam aqui na minha sala", e, quatro horas depois, é que chega o comunicado, por sistema eletrônico, que é correto. Hoje, as intimações podem ser feitas por sistema eletrônico, mas somente quatro horas depois, e, antes disso, alguns meios de comunicação já davam ampla divulgação, e há informação de que havia um meio de comunicação que havia sido comunicado para chegar antes para ver não só a prisão, mas as algemas e talvez deslocar dentro do próprio veículo, num processo totalmente arbitrário. É bom registrar que a Polícia Federal, em momento algum, concordou com isso.

O deslocamento para Brasília. Aqui chegando, não havia qualquer comunicado de onde eles deveriam ficar. O dirigente do Sistema Presidiário de Brasília se negou a receber, aí a Polícia Federal teve o cuidado de levar para um local de segurança máxima, que era o único espaço que ela tinha onde poderia acolher totalmente, sem qualquer carta de sentença, sem qualquer orientação e sem comunicar ao juiz da execução penal.

E essas questões se agravam com a situação risco de morte que corre o nosso Deputado Federal, o nosso ex-dirigente José Genoino. Quem atesta isso são tanto os médicos que acompanharam todo o seu

tratamento, todo o seu processo até a sua licença, e também as juntas solicitadas pelo sistema judicial, para se fazer.

Portanto, nosso Ministro, eu sei que a diligência com que V. Exª trata das coisas públicas, com que V. Exª trata os cidadãos brasileiros. Nós não queremos nenhum tratamento diferenciado nem privilegiado, nada disso, nós queremos que a legislação, as normas legais que se aplicam aos outros, sejam aplicadas aos presos do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Senador Benedito de Lira, prezado Ministro José Eduardo Cardozo, Governador Puccinelli, quero, em primeiro lugar, dizer que considerei as suas... Eu pude assistir aos primeiros 20 minutos da sua exposição e percebi do seu esforço, para, ao mesmo tempo, cumprindo a Constituição, a legislação, buscar o melhor entendimento e evitar quaisquer situações de violência, como ressaltou, inúmeras vezes, na sua exposição. E o cumprimento por esse esforço.

Com respeito àquilo que os Senadores Wellington Dias e José Pimentel expressaram, eu quero ressaltar, quem sabe, Ministro José Eduardo Cardozo, possa V. Exª colaborar no diálogo com o próprio Presidente Joaquim Barbosa no sentido de que, tendo em conta o que lhe foi relatado sobre a situação dos detentos, a Constituição, os direitos legais deles, o direito à plena defesa sejam efetivamente cumpridos.

Como está na lei que quando uma pessoa como José Genoíno está com sua saúde precária – o que tivemos a oportunidade de constatar –, e o próprio laudo, determinado pelo Presidente Joaquim Barbosa, assim constatou e considerou grave a situação de saúde dele, então a decisão deve ser tomada o quanto antes, para que ele possa estar em seu domicílio. Segundo, para que José Dirceu e Delúbio Soares possam efetivamente estar naquilo que define a legislação, ou seja, o semiaberto, com a possibilidade de eles, portanto, estarem trabalhando e, eventualmente, até estudarem, o que, inclusive, significará a diminuição da pena.

Muito obrigado. Obrigado também pela atenção à solicitação que fiz pessoalmente a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Gostaria de agradecer aos Senadores que propuseram esta audiência pública; agradecer ao Ministro Eduardo Cardozo pela exposição feita e pelas manifestações posteriores dos Srs. Senadores. Parece-me que encontramos um caminho por onde haveremos de trilhar, para que a gente possa evitar exatamente aquilo que tem sido a preocupação constante desta Casa e, particularmente, dos Senadores que representam o Estado do Mato Grosso do Sul – e a Bancada Federal como um todo.

Queria agradecer a presença e as manifestações do Sr. Governador Puccinelli e da alegria, sinceramente, Ministro, de termos concluído esta audiência pública. E entre tantas audiências públicas realizadas nesta Casa, parece-me que esta é a que mais efeito positivo trará. Logo mais haverá reunião do Governador com a Bancada e os representantes dos produtores do Mato Grosso com o Ministro, dando sequência a este encontro. Por isso, estou muito feliz e o agradeço, Ministro. Muito obrigado a V. Exª pela presença. Ao tempo em que cumprimento o Secretário de Segurança do Estado, os Srs. Deputados Federais, os representantes das entidades que cuidam dos trabalhadores da produção agrícola do País, ao tempo em que continuaremos, Ministro, no diálogo, para que a gente possa encontrar a paz no campo deste País. Muito obrigado. (*Palmas*.)

(Iniciada às 7 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2013.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e treze, no Plenário 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **EDUARDO SUPLICY, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, OSVALDO SOBRINHO, ALOYSIO NUNES FERREIRA, FLEXA RIBEIRO, MOZARILDO CAVALCANTI e WELLINGTON DIAS.** Deixam de comparecer, os Senadores Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Cyro Miranda e Gim. O Senador Antonio Russo se encontra de licença, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos nº 1/2013, 832/2013 e 1.210/2013, aprovados em 30.01.2013, 16.07.2103 e 15.10.2013, respectivamente. O Senhor Presidente da Comissão, Senador **BENEDITO DE LIRA**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas de Apropriação e Remanejamento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA ao **PROJETO DE LEI Nº 9, DE 2013-CN** – que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014 (**Mensagem nº 74/2013-CN - nº 358/2013, na**

origem). O Senhor Relator, Senador Waldemir Moka, profere a leitura do relatório que, colocado em discussão e votação, é aprovado. São as seguintes emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA: Emendas de Apropriação de Despesa: **Emenda nº 1 - CRA:** UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ação: 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário; Valor: R$ 300.000.000,00; **Emenda nº 2-CRA:** UO: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Ação: 20Y6 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária; Valor: R$ 250.000.000,00; **Emenda nº 3-CRA:** UO: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ação: 210X – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - Pavimentação, Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais; Valor: R$ 600.000.000,00; **Emenda nº 4-CRA:** UO: 58101- Ministério da Pesca e Aqüicultura; Ação: 20Y1 - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola; Valor: R$ 350.000.000,00. Emenda de Remanejamento de Despesa: **Emenda nº 5-CRA:** UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ação: 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário - Apoio a realização de Eventos Agropecuários; Valor: R$ 50.000.000,00. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura da Ata da presente reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião, Srªs e Srs. Senadores, destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 09, de 2013, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014 – Lei Orçamentária Anual 2014, Mensagem nº 74, de 2013, e nº 358, de 2013, na origem.

Esclareço à Comissão que foram apresentadas 66 emendas à LOA, conforme os quadros que se encontram sobre as bancadas.

Designado Relator o eminente Senador Waldemir Moka, que concedo a palavra para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, inicialmente, quero agradecer a V. Exª a designação de ser o Relator das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014 (PLOA – 2014).

Vou ser bem objetivo na leitura do relatório, que pedi para ser distribuído.

Com amparo nas disposições constitucionais, tramita no Congresso Nacional, sob o nº 09, de 2013, do Congresso Nacional, o Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício financeiro de 2014, que se encontra na fase de emendas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Conforme a Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, a Comissão de Agricultura pode apresentar até 08 emendas à despesa, sendo 04 de apropriação e 04 de remanejamento, não havendo limite para a apresentação de emendas ao texto.

No prazo fixado neste Colegiado, foram apresentadas 66 propostas de emenda: 63, de apropriação; e 03, de remanejamento (Emendas nºs 20, 55 e 66).

Análise das Propostas

No anexo a este parecer, constam as propostas apresentadas pelos nobres Pares, especificando autoria, unidade orçamentária e beneficiária, ação objeto da proposta e valor pretendido.

Orientaram-nos, neste parecer, as normas regimentais, sob a apresentação de emendas pelas Comissões Permanentes, especialmente a Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, e o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emenda (CAE), da Comissão Mista de Orçamento.

As sugestões são inegavelmente de interesse nacional e estão na área de competência regimental da CRA, da nossa Comissão. A limitação numérica, imposta pela Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, contudo, nos força a acomodar as propostas em apenas quatro.

Então, das 63 emendas de apropriação, o Relator tem de acomodar isso em apenas quatro emendas – quatro emendas de apropriação desta Comissão e uma emenda de remanejamento, tendo em vista que as Emendas nºs 20, 55 e 66 são de igual teor.

Critérios para Composição das Emendas

Aí vou fazer uma pausa, para ler depois.

Na verdade, o critério adotado é o seguinte: peguei os Ministérios ligados a esta Comissão – Agricultura,

Desenvolvimento Agrário e Pesca. Achei que cada um destes Ministérios precisava ter, pelo menos, uma emenda desta Comissão. Uma vez que não houvesse emendas, não teriam em outro lugar.

Considerei a Embrapa uma entidade à parte, pela sua importância e por tudo que ela representa especialmente à agricultura e à pecuária deste País.

De forma que, nas quatro emendas de apropriação, uma é destinada à agricultura; outra, à pesca; outra, ao desenvolvimento agrário e uma, especialmente à nossa Embrapa. Acabamos repetindo o Ministério da Agricultura, uma vez que a Embrapa tem essa vinculação.

Não fiz nenhuma consulta quanto a isso, mas penso que, se o fizesse, a Embrapa teria unanimidade nesta Comissão.

Então, eis os critérios para a composição das emendas da nossa Comissão: para as quatro emendas de apropriação, trouxe um critério de emenda para o Ministério da Agricultura; uma emenda para a Embrapa; uma, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário; e uma, para o Ministério da Pesca e da Aquicultura, escolhendo sempre a ação para a qual foram apresentados os módulos de proposta.

O que fiz para também ter um critério justo? Selecionei as emendas que tinham a mesma destinação ou, pelo menos, destinações muito parecidas e as aglutinei. As quatro emendas que acabamos por selecionar foram aquelas que apareceram mais vezes com o mesmo teor. Não sei se estou sendo claro quanto a isso.

Então, esse foi o critério, que já adotei em várias oportunidades, quando tive essa honra de ser relator.

Voto

Como decorrência, votamos pela apresentação das emendas de apropriação, do tipo “acréscimo”, conforme demonstrado a seguir:

A Emenda 1, aglutinando na proposta 50, do Senador Cyro Miranda; na ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário, no Ministério da Agricultura, no valor de R$ 300.000.000, as propostas 15, do Senador Sérgio Souza; 20, 21,22, 23 e 27, do Senador Acir Gurgacz; 38, do Senador Romero Jucá; 55 e 58, do Senador Waldemir Moka; e 2 e 3, do Senador Valdir Raupp.

Quer dizer, pego sempre uma emenda e aglutino aquelas que têm o mesmo teor.

A Emenda 2, aglutinando nas propostas 8 e 44, da Senadora Ana Amélia e do Senador Ruben Figueiró, que são praticamente emendas idênticas. Então, nós consideramos as duas emendas como as emendas-chefe para a proposta da Embrapa. São, respectivamente, na ação 20Y6 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária, no valor de R$ 250.000.000, as propostas 17, da Senadora Ângela Portela; 26, do Senador Acir Gurgacz; 37, do Senador Romero Jucá; 41, do Senador Rodrigo Rollemberg; 46, do Senador Osvaldo Sobrinho; 51, do Senador Cyro Miranda; 53, do Senador Waldemir Moka; e 4, do Senador Valdir Raupp.

A Emenda 3, aglutinando na proposta 32, do Senador Acir Gurgacz, na ação 210X - Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, no valor de R$ 600.000.000, as propostas 9, do Senador Delcídio Amaral; 40, do Senador Romero Jucá; 48, do Senador Cyro Miranda; 60, do Senador Waldemir Moka; e 28, do Senador Acir Gurgacz.

A Emenda 4, aglutinando na proposta 63, do Senador Waldemir Moka, na ação 20Yl - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola, no valor de R$ 350.000.000, as propostas 19, do Senador Acir Gurgacz; e 5, do Senador Valdir Raupp.

Votamos ainda pela apresentação da Emenda 5, de remanejamento de despesa, aglutinando na proposta 66, do Senador Benedito de Lira, na ação 20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário, no valor de R$ 50.000.000, as propostas 20, do Senador Acir Gurgacz; e 55, do Senador Waldemir Moka.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da ata desta Reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO juntamente com as emendas aprovadas.

Propomos, também, que a Secretaria da Comissão seja incumbida de proceder às adequações legais e regimentais que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 2013.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em discussão o relatório do Senador Waldemir Moka.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Benedito de Lira, caro Colega Senador Ruben Figueiró, especialíssimo Senador Relator Waldemir Moka, queria cumprimentá-lo.

Nós tivemos hoje o difícil exercício – eu também, na condição de Relatora – de acomodar tantas emendas, o que revela a produtividade e o empenho das Senadoras e dos Senadores com as demandas regionais na área da produção agropecuária e também na questão de defesa sanitária, vegetal e animal.

Então, queria cumprimentar o Senador Moka, porque conseguiu juntar as emendas afins e, aí, facilitar o trabalho de acolhimento do maior número delas em capítulos coincidentes.

Queria cumprimentá-lo e desejar que o maior volume possível dos recursos destinados neste nosso Orçamento entre em execução ou sejam empenhados,

porque fazemos um esforço danado, mas nem sempre o que aqui decidimos chega ao lugar de destino.

Parabéns ao Relator desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srª Senadora Ana Amélia, estou satisfeito, porque o meu objetivo maior seria premiar a Embrapa. Entendo que esta é o órgão mais importante desta Nação. Se eu pudesse optar entre a Presidência da República e a Embrapa, eu optaria por esta última.

Estou satisfeito. Creio também que estão satisfeitos a Senadora Ana Amélia – até pelo sorriso dela; ela concordou –, a Senadora Angela Portela, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Romero Jucá, o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Osvaldo Sobrinho, o Senador Cyro Miranda, evidentemente, outro patrono da causa Embrapa, o Senador Waldemir Moka e o Senador Valdir Raupp.

Em nome deles, saúdo o nosso Senador Relator Waldemir Moka, pela sensibilidade que teve em acolher a nossa emenda. Quero cumprimentar o nosso querido Presidente e futuro Governador Benedito de Lira *(Risos.)* pela acuidade que teve. Tenho olho clínico. São sessenta e poucos anos de vida pública. Isso me deu condições de enxergar que, também, V. Exª será, no futuro, Governador de Mato Grosso do Sul. É só uma questão de tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB - MS) – Também será, se pretender, como não tenho a menor dúvida que, à minha direita, está a futura Governadora do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, com os meus votos de cumprimentos a V. Exªs pelo relatório e a certeza do meu vaticínio para as próximas eleições.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – O resumo disso, Sr. Presidente, é que a Embrapa é unanimidade para o bem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em relação à profecia, segundo uma filósofa do Mato Grosso do Sul, conhecida como Dona Ramona, que "anjos digam: amém."

Dona Ramona é a senhora minha mãe, uma grande profetiza. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Antes da votação, gostaria de cumprimentar o Senador Waldemir Moka, pela sua capacidade de síntese, e os Senadores que se propuseram a apresentar uma sequência de emendas, para que possamos realmente proporcionar uma oportunidade ao setor agropecuário brasileiro pelo volume de recursos no Orçamento da União para 2014.

A Senadora Ana Amélia chamou muito bem a atenção: esta Comissão deverá empenhar-se, no sentido de que esta proposta não fique apenas pajeando umas quatro folhas de papel que haverão de compor o Orçamento Geral da União.

Teremos que fazer uma ação mais coercitiva, no sentido de que o Ministério da Agricultura, do Entorno da Pesca, do Desenvolvimento Agrário e, com especialidade, a Embrapa, possam ser privilegiados com os recursos nas dotações orçamentárias, para desenvolver uma ação efetiva no setor primário no agronegócio nacional.

Se assim não fosse, não teríamos exatamente o desejo de fazer com que esse setor pudesse desenvolver-se cada vez mais. Além do mais, há a responsabilidade que este setor tem para a tranquilidade, o bem-estar e o superávit da balança comercial em nosso País.

Por isso, queria cumprimentá-los pelas emendas apresentadas e, particularmente, o Senador Moka, pelo relatório extraordinário que fez, com o apoio dos demais Senadores desta Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Antes de V. Exª encerrar, quero, de uma forma muito especial, reconhecer publicamente a competência da Consultoria do Senado Federal e, hoje, agradecer ao nosso Consultor Lacerda, que fez o relatório, com essa competência e eficiência. Por trás desse relatório, sempre há pessoas com muita eficiência e um conhecimento muito bom.

Então, Sr. Lacerda, em seu nome, gostaria de cumprimentar todos os consultores, mas, de forma especial, quero cumprimentá-lo e agradecer ao senhor pela participação. Quero agradecer também à minha fiel companheira e escudeira, aqui, a Érica. Já disse que a mãe dela a esqueceu molhada e ela deu uma enferrujadinha, mas é a coisa mais linda que temos no Gabinete.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da presente reunião e a coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 51 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

Às oito horas do dia vinte e oito de novembro de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, OSVALDO SOBRINHO, ANTONIO CARLOS VALADARES, FLEXA RIBEIRO E MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Kátia Abreu, Waldemir Moka e Gim. O Senador Antonio Russo se encontra de licença, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos (RQS) nº 1/2013, 832/2013 e 1.210/2013, aprovados em 30.01.2013, 16.07.2103 e 15.10.2013, respectivamente. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 46, de 2013, de autoria do Senador Benedito de Lira e outros senadores, aprovado em 17.10.2013, com a finalidade de analisar e discutir as tarifas de energia utilizadas para os perímetros de irrigação localizadas no Baixo São Francisco (Itiúba e Boacica, Estado de Alagoas), bem como nos perímetros localizados no Estado do Rio Grande do Sul, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Henrique Osório Dornelles - Presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul – FEDERARROZ; Sr. Marco Olivio Morato de Oliveira - Engenheiro Agrônomo da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (representante de: Sr. Jânio Stefanello). Antes de iniciar a Audiência Pública, o Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, informa que o Presidente da Chesf deixa de comparecer à audiência pública e procede à leitura da justificativa da ausência do Senhor Marcos Aurélio Madureira da Silva, Diretor Presidente da Chesf, encaminhada à Comissão. O Senhor Presidente dá início à Audiência Pública passando a palavra aos senhores expositores e após a exposição dos Senhores convidados, a Senadora Ana Amélia faz uso da palavra para tecer comentário sobre os assuntos abordados. A Comissão aprecia o seguinte requerimento incluído como **EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 54, de 2013. ASSUNTO:** Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no dia 06/12/2013, às 14 horas, com a finalidade de apresentar os resultados da Diligência realizada no trecho do MEIÃO da BR 319 que liga Porto Velho - Manaus, mostrando as condições da rodovia e o atual desenvolvimento dos trabalhos para o licenciamento ambiental, visando à manutenção da rodovia e futura reconstrução dos 405 quilômetros do trecho do MEIÃO da BR 319, única via terrestre de transporte de produtos agrícolas de Rondônia e os demais estados da federação para o Amazonas e Roraima, com a presença dos seguintes convidados: Ministério do Meio Ambiente; IBAMA; DNIT; IPAAM – Amazonas; ICMBIO; SESCOOP – RO; SESCOOP - AM e Roraima. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz e Senador Benedito de Lira. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia e o Senador Acir Gurgacz fazem uso da palavra para considerações sobre a matéria. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento a requerimento de autoria dos Senadores Benedito de Lira e Ana Amélia, com a finalidade de analisar e discutir as tarifas de energia utilizadas para os perímetros de irrigação localizados no Baixo São Francisco, Estado de Alagoas, bem como nos perímetros localizados no Estado do Rio Grande do Sul, com a presença dos convidados Henrique Osório Dornelles, Presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul,

e do Sr. Marco Olívio Morato de Oliveira, analista da Organização das Cooperativas Brasileiras, representando a Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura.

E também era para estar presente o Presidente da Chesf, Sr. Marcos Aurélio Madureira da Silva. Infelizmente, ele deixa de comparecer e comunica a sua ausência, considerando que, "no entendimento do Presidente, a Chesf nada tem a ver com tarifas para perímetros de irrigação".

Nós não o convidamos para torná-lo responsável pelo estabelecimento das tarifas, mas sim por ter sido a empresa, no momento em que faz as barragens das hidrelétricas, a causar dano ambiental, mas, principalmente, considerando que a região teve um processo de declínio da produção com exatamente as ações praticadas pela Chesf.

É muito prático, muito bom, muito simples, Senadora, eu ser causador de um dano e, depois, eu me omitir da responsabilidade de discutir para encontrar um caminho.

O que diz o Presidente da Chesf, encaminhando um expediente à Comissão:

Cumprimentando-o cordialmente, vimos agradecer o convite para participar de audiência pública versando sobre a questão tarifária do fornecimento de energia elétrica para perímetros irrigados, que se realizará no dia 28/11.

Observamos, contudo, que esta empresa, como produtora e transmissora de grandes blocos de energia elétrica, não tem entre seus encargos o fornecimento de energia a consumidores finais dessa classe de consumo, assim como não participa do processo de determinação das tarifas, cuja regulação é feita pela Aneel, mediante regras insculpidas na sua Resolução Normativa nº 414, cuja última edição foi publicada no Diário Oficial do dia 15/09/2010.

Assim, comunicamos que a Chesf não se fará representar na referida audiência, em razão do tema proposto para ser debatido não dizer respeito ao papel social da empresa como concessionária desse serviço público.

Marcos Aurélio Madureira da Silva, Diretor Presidente.

Na verdade, nós não convidamos o Presidente da Chesf para aqui discutir tarifa, mas, sim, discutir os estragos provocados pelas inundações que ocorreram... Não foram inundações, corrijo. No momento em que fizeram as barragens para construção de hidrelétricas, logicamente a região do Baixo São Francisco, que tinha como parâmetro uma grande produção de arroz, ficou privada, porque a água que inundava as várzeas logicamente foi bloqueada pela empresa, pela obra da hidrelétrica.

Consequentemente, a água, para chegar aos perímetros de irrigação, só vem através de bombeamento, e isso gera uma despesa enorme de energia. Consequentemente, a região ficou privada de continuar produzindo, considerando que naquela região não há grandes produtores ou empresas que produzem arroz, mas, sim, pequenos agricultores, que, consequentemente, em decorrência das dificuldades, têm encerrado as suas atividades devido ao preço alto da tarifa de energia elétrica.

Então, o Presidente da Chesf foi convidado exatamente porque ele é presidente da empresa que é geradora de energia para aquela região.

E, lógico, aqui, nós discutiríamos com o Presidente, ou com a Chesf, melhor dizendo, os caminhos para que nós pudéssemos encontrar uma solução para minimizar as dificuldades daqueles que são produtores de arroz naquela região.

Infelizmente, ele não pôde comparecer, ou não compareceu porque a empresa não tem nenhuma motivação social para tal, e isso me é muito estranho, porque toda e qualquer empresa estatal deste País tem que ter responsabilidade social.

Se o objetivo único e exclusivo da Chesf é produzir energia, gerar energia, logicamente, na minha opinião, o principal de tudo não é simplesmente a energia, mas é a pessoa humana, é a sobrevivência da pessoa, da família, do povo.

Por essas razões, recebo a comunicação do Presidente da Chesf e, após o encerramento desta reunião, encaminharemos um expediente à Aneel para que possamos rediscutir esse assunto administrativamente e, logicamente, com isso, vamos responder a S. Sª o Sr. Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Sr. Marcos Aurélio Madureira da Silva.

Há um outro convidado, o Sr. Gerson Carrion de Oliveira. Informamos que o Sr. Gerson Carrion de Oliveira não poderá participar da audiência pública no dia 28, conforme convite encaminhado através do ofício, em virtude de viagem ao exterior no mesmo período.

Mas já se encontram presentes...

Gostaria de saber se a Senadora Ana Amélia... V. Exª tem a palavra para suas considerações iniciais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, telespectadores que acompanham esta audiência pública e a reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de fato, a preocupação tanto de V. Exª quanto minha, como proponentes desta audiência, foi tão somente avaliar as condições e também um projeto de lei que tramita

na Câmara para estender aos feriados e também aos sábados e domingos o benefício da redução tarifária de energia elétrica, considerando que na área rural, especialmente os produtores de laticínios, não têm feriado, nem sábado, nem domingo. Precisam trabalhar todos os dias e o dia todo.

E, no caso do Rio Grande do Sul, a produção de arroz, na época de safra, não tem dia feriado. A safra tem que ser plantada, porque se passar a hora, a safra é comprometida.

A energia é um dos insumos importantes usados especialmente na agricultura irrigada, como é o caso da lavoura de arroz, no Rio Grande do Sul, e, portanto, o tema nos interessava quando V. Exª propôs. Agora, é claro que o Presidente da Chesf, ao argumentar que a tarifa não é definida pela companhia, mas, como parte envolvida no processo, eu penso que, como protagonistas desse setor, geradoras e distribuidoras, poderiam participar comentando o que isso significará para o setor, porque essa é uma moeda de duas faces. Há o lado do agricultor e há um outro lado que tem que ser considerado, o econômico, das empresas produtoras desse insumo chamado energia elétrica.

Então, da mesma forma, no caso da nossa estatal lá do Rio Grande do Sul, CEEE, cujo presidente justificou a ausência por estar no exterior. Mas, como diz aquele velho ditado, por falta de um soldado não se perde a guerra, assim, poderia haver um substituto, uma pessoa que o representasse para falar do assunto.

Entendo também que – e aí concordo plenamente com V. Exª – deveremos convidar a Aneel para, com ela, discutir, porque ela é a agência reguladora responsável pela fixação das tarifas de energia. E eu, em particular, tenho um interesse porque, neste caso, ela desemboca na questão da produção de energia de cooperativas de eletrificação rural. Mas esse é, digamos, um outro braço da matéria, já que aqui nós estamos falando de custo de tarifa para o agricultor, ou para o produtor de leite, ou para uma agroindústria especialmente na área rural. Interessa-nos avaliar as condições de essa medida aumentar o preço e isso representar também um custo adicional ao preço final dos produtos que são gerados no campo brasileiro.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado à Senadora Ana Amélia.

Antes de nós iniciarmos a nossa audiência pública, porque já se encontram presentes os nossos dois convidados, há um requerimento sobre a mesa de autoria do Sr. Senador Acir Gurgacz.

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 54, de 2013

Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no dia 06/12/2013, às 14 horas, com a finalidade de apresentar os resultados da Diligência realizada no trecho do MEIÃO da BR 319 que liga Porto Velho - Manaus, mostrando as condições da rodovia e o atual desenvolvimento dos trabalhos para o licenciamento ambiental, visando à manutenção da rodovia e futura reconstrução dos 405 quilômetros do trecho do MEIÃO da BR 319, única via terrestre de transporte de produtos agrícolas de Rondônia e os demais Estados da Federação para o Amazonas e Roraima, com a presença dos seguintes convidados: Ministério do Meio Ambiente; IBAMA, DNIT; IPAAM Amazonas; ICMBio; SESCOOP – RO; SESCOOP - AM e Roraima.

Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros

O Senador Acir Gurgacz pediu para que eu subscrevesse esse requerimento e eu terei muito prazer de fazê-lo.

Quero comunicar à Casa que há um problema muito sério naquela região que diz respeito a essa BR-319, que é exatamente a única via de ligação entre o Estado. Consequentemente, o Senador Acir Gurgacz se deslocou esta semana que nós estamos terminando àquela região a fim de diligenciar. Eu tenho informações, inclusive, de que ele passou quatro noites dormindo nas matas daquela região por conta da dificuldade até de retorno para a cidade mais próxima. Então, é da maior importância esse requerimento e, consequentemente, o Senador com todos aqueles que participaram desta caravana de turismo naquela região da Amazônia Legal, prestar as informações à Casa para que a gente possa adotar as providências e reivindicar do Governo as providências necessárias para o reinício das obras daquela rodovia da maior importância para a região, particularmente para Rondônia.

Fazendo essas considerações iniciais, concedo a palavra ao eminente Senador Acir Gurgacz para que ele possa defender com mais veemência o requerimento que o mesmo apresenta à Mesa da Comissão.

Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Bom dia, Presidente Benedito de Lira; saudações à Senadora Ana Amélia. De fato, foi uma diligência muito importante, Senador Presidente Be-

nedito. Quando saímos de Porto Velho, no domingo, pousamos em Humaitá, andamos o dia inteiro para chegar a Castanho, dormimos em Castanho, chegamos a Manaus no meio da manhã, deu para perceber que a estrada não está difícil de recuperar, até porque está dando passagem, Senadora Ana Amélia, não está interrompida, não há nenhuma árvore na estrada, está toda aberta a estrada, sem nenhum problema. Ou seja, não vai acontecer nenhum impacto ambiental na reabertura da BR-319, uma BR que interliga todos os Estados da Federação.

Hoje, os únicos Estados que não estão interligados com os demais Estados da Federação são exatamente o Amazonas e Roraima. Estão ligados à Venezuela, à Guiana Inglesa, à Guiana Francesa, mas não estão ligados aos outros Estados brasileiros. Nós, em Rondônia, não podemos levar a nossa produção. Não a produção de grãos, Senadora Ana Amélia, a grande produção de grãos, porque essa sempre vai ser transportada pela hidrovia. O transporte hidroviário sempre vai ser mais barato do que o transporte por caminhões, mas os produtos de hortifrutigranjeiros, o nosso pescado, os produtos derivados da produção leiteira, podem ser levados pela estrada. Os caminhões pequenos, os chamados caminhões-toco, de 10 toneladas, são apropriados para transitar nessa estrada; além das pessoas que não têm condições de pagar a passagem aérea ou mesmo a passagem de barco, que leva uns cinco dias de viagem, de Porto Velho a Manaus, com mais despesas de refeições e tudo o mais, o que encarece a viagem para quem quer sair de Porto Velho e ir para Manaus e vice-versa. Então, a estrada é de fundamental importância.

Eu quero fazer uma apresentação, Sr. Presidente, do que nós vimos com imagens. A Rede Amazônica de Televisão nos acompanhou, assim como a Amazon Sat. Eles produzirão um vídeo sobre toda a viagem e tudo o que aconteceu, sobre o que vimos. Eu gostaria de apresentar aos nossos colegas, a V. Exª, ao nosso Presidente também, o trabalho que foi feito, a importância de o DNIT ter a autorização para reabertura da estrada, uma estrada que está fechada pelas péssimas condições, mas a estrada está dando passagem normalmente. Claro que com uma dificuldade muito grande, levando três dias e duas noites para chegar de Porto Velho a Manaus. Mas, com uma pequena manutenção, com certeza, qualquer cidadão pode sair de manhã de Porto Velho e anoitecer em Manaus.

Nós queremos que, no ano que vem, a população de Rondônia possa assistir aos jogos da Copa do Mundo, em Manaus, pela estrada, através da BR 319. Então, agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Qual é a distância entre Porto Velho e Manaus?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – São 877km, uma distância considerável. Mas, quando se fala em Amazônia, é uma distância pequena, não é uma distância muito grande, a ligação de três Estados: Rondônia, Amazonas e Roraima.

Então, é uma ligação relativamente pequena, mas da maior importância para integração dos povos amazônidas.

Então, agradeço a V. Exª por ter colocado o nosso requerimento extrapauta. De fato, chegamos em Brasília ontem à noite, e vamos, daqui até a semana que vem, produzir esse documento para apresentar a V. Exª, aos nossos demais colegas e também para que o Brasil conheça, através da TV Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pela ordem, Presidente, eu queria ...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria cumprimentar a iniciativa do Senador Acir Gurgacz, porque, na verdade, eu penso que o DNIT, o próprio Tribunal de Contas da União, que fiscaliza a execução de obras ou planos ou projetos na ausência dos órgãos responsáveis por esse trabalho, a iniciativa do Senador é muito bem vinda e oportuna. Teremos a ocasião de verificar, quando estiver pronto esse vídeo, as imagens do que não é uma realidade exclusiva da região Amazônica ou de Rondônia na sua dificuldade de acesso a outras regiões, para escoamento da sua produção.

Eu tenho certeza de que ela poderá inspirar também outras iniciativas semelhantes em outros pontos do nosso País e aí a própria comunidade pode, digamos, verificar e avaliar melhor como nós estamos dando as costas para áreas fundamentais. Falamos aqui muito na logística, fala no preço da logística deficiente, o problema grave não é só a logística, mas é não ter a logística, não ter estrada. Então, como ficam aquelas pessoas no caso de Rondônia? Como estava relatando o Senador Acir Gurgacz dessa viagem em que ele mesmo viveu uma experiência dramática, não é difícil, não há um problema ambiental de uma estrada que já foi construída. Então, ali já há o leito da estrada pron-

to, é só dar condições de uma interligação, que terá chances econômicas de integração de um território importante daquela área, para não ser tomada por estrangeiros ou outros interessados, Senador.

Queria cumprimentá-lo pela iniciativa e dizer que acho oportuno que inclusive a Comissão veja essa realidade que o Senador foi buscar como investigador para fiscalizar uma obra que mereceria ter a atenção de todo o Parlamento, especialmente do Poder Executivo.

Parabéns e obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Só para complementar, Senadora Ana Amélia e Presidente Benedito, as duas pontas, ou seja, de Manaus até Igapó-açu, que são 250km aproximadamente, a estrada já foi reconstruída e está em perfeitas condições; de Porto Velho a Humaitá, que são duzentos e poucos quilômetros, também; ou seja, só faltam 400km, que se chama Meião, exatamente o meio, onde há a reserva, que está totalmente intacta. No meu entendimento, a reabertura da estrada vai fazer com que o Estado esteja presente na floresta, esteja presente na reserva, que hoje não tem como fiscalizar. Se porventura estiver existindo algum crime ambiental, ninguém vai ficar sabendo a não ser por satélite, se alguém estiver cuidando do lugar; mas lá, Presidente, não há nenhuma fiscalização, não tem como chegar. Com a estrada aberta, a fiscalização vai poder atuar.

Temos a Polícia Rodoviária Federal, o Exército Brasileiro, o Ibama, os fiscais dos órgãos ambientais, tanto de Rondônia, quanto do Amazonas, que hoje não têm acesso. A partir do momento em que a estrada estiver liberada essas pessoas vão ter acesso, ou seja, o Estado vai estar presente; e tanto a população do Amazonas quanto de Rondônia quer preservar a reserva, porque reserva o nome já diz, não vou nem explicar... Já debatemos tanto esses assuntos aqui que é desnecessário. Então, a abertura da estrada é bom para todos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Feitas as informações prestadas pelo Senador Acir Gurgacz, quero cumprimentar o Prefeito Edivaldo Holanda Júnior, Prefeito de São Luís, do Maranhão. Seja bem-vindo a esta Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – E eu saúdo também o nosso Deputado Weverton Rocha, do Maranhão também, que numa reunião da Comissão de Assuntos Econômicos teve uma brilhante participação sobre a questão das tarifas aéreas. Ele está propondo aqui uma CPMI para tratar desse assunto.

Então, saudando a presença do senhor aqui, dizemos que estamos também nessa luta aí, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Sejam bem-vindos.

Então, iniciando agora a nossa atividade principal, eu tenho a alegria e o prazer de convidar para tomar assento à Mesa o Sr. Henrique Osório Dornelles, Presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul, e o Sr. Marco Olívio Morato de Oliveira, analista da Organização das Cooperativas Brasileiras, representando a Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura (INFRACOOP).

Gostaria de comunicar aos nossos convidados que nós teremos inicialmente suas apresentações, que deverão ter um tempo de aproximadamente 20 minutos e, em seguida, nós abriremos o debate para as Srªs e os Srs. Senadores.

Inicialmente, vou conceder a palavra ao Sr. Henrique Osório Dornelles, Presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. HENRIQUE OSÓRIO DORNELLES – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente Benedito. Bom dia aos demais presentes, em especial à minha Senadora Ana Amélia, sempre muito conhecedora dos desafios da agricultura brasileira, não só gaúcha. Trata com bastante relevância e a devida importância esses aspectos.

A minha apresentação traz aqui aspectos que transcendem somente às tarifas, porque são as particularidades do atual sistema de fornecimento de energia brasileiro, o qual eu considero bastante adequado, bastante inteligente, foi criado, houve um marco regulatório lá no ano de 2000, em que reparte a todos os consumidores os avanços, os investimentos na forma de tarifa.

E aí que eu vejo o maior desafio para a classe rural ou zona rural, na qual nós temos extensas redes de energia elétrica, tanto de transmissão como de distribuição, e demais equipamentos para manter a qualidade dessas energias, e poucos usuários. E aí, vejam os senhores que esses poucos usuários ou esse critério, muitas vezes, pesam na atitude da Aneel em determinar o investimento ou não, porque todo o resto da sociedade vai pagar por ele e poucos terão o benefício.

Entretanto, eu vejo que a classe rural produz alimentos e, fatalmente, o custo disso está embutido. Acredito eu também, tentando manter uma coerência de cidadão brasileiro e consumidor também, que a sociedade deveria participar, sim, porque isso se reverte

também nos preços – vamos falar de arroz, do qual eu sou conhecedor – da alimentação básica do brasileiro.

Desde o ano de 2000, houve duas mudanças, houver duas resoluções, a 456, que foi originada a partir do marco regulatório, e a 414, de 2010, que hoje está vigente.

E eu gostaria de colocar alguns aspectos que acabaram onerando o produtor a partir da Resolução nº 414. Sr. Presidente, eu sempre digo que o maior problema da distribuição da energia elétrica é a falta dela.

Mas nós temos enfrentado alguns problemas e isso tem onerado demasiadamente a produção irrigada do País – estou falando de Brasil –, porque nós trabalhamos com a natureza, nós trabalhamos com o meio ambiente e, assim, estamos expostos a todas as intempéries, às particularidades disso.

Houve algumas mudanças, na verdade, são três artigos que estão impactando com multas além da tarifa, multas de demanda de energia consumida e da ultrapassagem ou demandas complementares que venham a ser cobradas dos consumidores, como já diz o nome, de forma complementar e também alguns prazos extremamente longos a que as concessionárias têm direito e que acabam tirando uma resposta dos consumidores mais eficientes em função justamente o prazo, pois, passados um ou dois anos do ocorrido, fica muito difícil dos consumidores recorrerem.

Sempre existiu com uma tolerância de 10% para o consumidor ultrapassar aquela demanda. Por exemplo, o consumidor irrigante contratava 100kW de demanda e poderia ultrapassar até 110kW sem pagar a multa. Ele paga pelos 110kW, mas não paga a multa. Essa tolerância caiu para 5% e não só a classe orizícola, mas também a produção de sequeiro, ou seja, milho, soja, também acredita ser extremamente apertada essa tolerância, justamente porque nós trabalhamos com aspectos que fogem totalmente do controle dos produtores, como o regime de vazão dos rios ou mesmo das barragens.

Quando há uma oscilação, as nossas estações de bombeamento acabam sendo mais exigidas e consomem mais energia e a gente acaba extrapolando esse 5%. Isso acaba como custo da produção primária.

A demanda complementar: houve uma mudança nas regras de apuração dessa demanda complementar. Isso é quando um consumidor contrata, por exemplo, 100kW e ele usa somente 50kW. Como as concessionárias já compraram a energia, elas, teoricamente, ficam com os prejuízos dessa compra e a não utilização pelo consumidor. O que acredito que seja um aspecto extremamente coerente e não gostaria de transferir para os demais consumidores uma responsabilidade que é do consumidor ou que é minha. Entretanto, a mudança desse critério tem prejudicado bastante, mais uma vez, o setor produtivo, uma vez que ele, mesmo tendo bastante ajustados os seus contratos de uma forma racional, acaba incorrendo em um prejuízo bastante grande ou, pelo menos, que não tinha, por conta da mudança desse critério, em cujo detalhamento não vou para não me estender muito.

Esse aqui é um exemplo desse produtor que tem esse regime de consumo. Na primeira linha é o que ele vem consumindo, em torno de 90kW por mês e acaba pagando em torno de 81kW de cobrança de demanda complementar na atual legislação. Antigamente, ele tinha que pagar somente 16kW, ou seja, é uma mudança bastante importante e que a gente tem tentado argumentar com a Aneel, mas pouco tem adiantado.

Esse também é referente ao prazo de envio de cobranças de recuperação de consumo. Os senhores já devem ter ouvido falar das tempestades que aconteceram, especialmente no Rio Grande do Sul, principalmente no ano passado – e, neste ano, já começaram a ocorrer novamente –, quando houve propriedades que ficaram quase 30 dias sem energia elétrica.

Eu entendo que a prioridade é a população urbana. Mas não entendemos porque, muitas vezes, a gente precisa, além de pagar todos os danos que fatalmente ocorrem pelos 30 dias sem energia elétrica, pagar ainda uma multa, ser penalizado por isso.

Eu gostaria de mostrar algumas particularidades. Mais uma vez, eu sou Presidente da Federarroz, mas fui designado pelo Presidente Sperotto para assumir o Conselho de Consumidores da AES Sul, que é uma das concessionárias que atendem ao Rio Grande do Sul.

Essas são algumas particularidades de como estão a nossa rede de energia no Rio Grande do Sul. Aí vocês podem ter noção de qual é o desafio do Brasil. E eu tenho certeza que isso não acontece somente no Rio Grande do Sul.

Essas são instalações extremamente antigas que, certamente, foram feitas por produtores rurais e até hoje estão de pé. Desencadeia em queimas de equipamentos, equipamentos extremamente caros e muitas vezes são investimentos feitos pelos produtores rurais visando à eficiência do consumo de energia. E muitas vezes esses equipamentos são avariados de forma permanente, que é o caso do que ocorreu aí, ou possuem a sua eficiência comprometida em função da qualidade de energia elétrica que está sendo transmitida na zona rural.

E eu digo o seguinte, senhores: se isso acontece no Rio Grande do Sul, imaginem o que acontece no Brasil! Em plena crise alimentar, nós somos obrigados muitas vezes a colocar fora alimento em função de problemas de qualidade e falta de energia.

O meio ambiente sofre também e, em dias em que somos extremamente questionados pela utilização mesmo que racional de químicos, muitas vezes, a gente é obrigado a colocar mais uma carga no meio ambiente de agroquímicos por conta de falhas no fornecimento de energia elétrica.

Desde 2005, eu venho tratando desse assunto, tanto na esfera estadual quanto federal; houve, sim, vários avanços e nós sejamos talvez a única entidade mais capacitada para fazer isso e, mais uma vez, eu imagino tamanho desafio que haja no resto do Brasil.

Estivemos no Ministério Público Federal fazendo uma denúncia tanto em relação à Aneel, pois há uma resolução em que ela não paga nem os danos comprovadamente decorrentes de falhas de fornecimento de energia elétrica, nem de uma concessionária que não estava cumprindo com o seu plano de investimento.

Mais uma vez a evolução realmente andou, mas o que eu vejo hoje é que, devido à falta de fiscalização, as concessionárias interpretam as resoluções conforme a sua conveniência e também as descumprem sem qualquer ônus. Está faltando fiscalização.

Isso foi uma ação inteligente e paliativa que eu trouxe, porque acho que o Brasil depende dela nas demais regiões. Nós temos lá um período em que todos os irrigantes desligam os seus equipamentos por conta daquele horário de ponta, aquele horário onde há uma maior demanda de energia do consumidor urbano. E nós estávamos incorrendo, e várias regiões incorrem, neste erro de todos terem o mesmo horário. E nós conseguimos com a concessionária e com a Aneel administrar esse horário na medida em que nós pudéssemos equalizar e provocar a menor distorção nas linhas, ou seja, nós, produtores rurais, estamos buscando a solução dos problemas, mas precisamos avançar principalmente na esfera legal.

Para os senhores terem uma ideia de quanto tempo gasta um carro, ou uma camionete ou mesmo um caminhão, com poste de luz para atender à área urbana, eles precisam percorrer 70km, muitas vezes por vias de acesso bastante comprometidas. E, obviamente, sempre – nós temos essa consciência – a prioridade é urbana. Nós precisamos avaliar toda essa carga de multas que estão em cima do consumidor rural decorrentes não só do ambiente, mas também da forte legislação.

O resultado da revisão tarifária... Não tenho a menor dúvida de que nós temos uma Aneel essencialmente urbana em um país com grande extensão territorial e reconhecido pela sua eficiência e avanço na agricultura. Sobre isso, Senadora, acho que nós precisamos, no mínimo, refletir.

As qualidades de serviço... Não se fazem mais apurações de qualidade de serviço na área rural e não sei por quê. Em 2006, 80% dos piores números eram rurais. Em 2009, subiu para 85%, sendo 77% os mesmos, ou seja, as falhas se repetem a cada ano que passa; e os novos, 90% dos novos, das novas localidades cuja qualidade foi aferida, são rurais. Está aí a comprovação de que o rural não está sendo tratado pelo menos da forma como deveria ser.

Nós estamos com péssima qualidade de energia elétrica. Não estou falando da falta dela.

Aqui é um exemplo. Ali marcava 493. Fui eu mesmo que tirei essa medida, apesar das unhas sujas. Essa medida devia estar em torno de 380, para vocês verem quanto os nossos equipamentos estão sendo levados ao extremo.

Isso aí são algumas comprovações de que a própria concessionária foi lá e verificou que estava com problema. Aí a gente incorre nos mesmos problemas dos dias de hoje.

Isso aqui é a demonstração de um custo em que o produtor está incorrendo: Faturamento de Energia Reativa. Foi uma multa que o consumidor levou. Vocês podem verificar que a multa, lá em cima, foi de R$3.149,00. Foi maior, inclusive, do que o consumo de energia que ele teve naquele mês, que foi de R$2.122,00.

Nós estamos sendo duramente penalizados, Sr. Senador Benedito. Essa é uma prova de que nós ficamos 30 dias sem qualquer energia e ainda recebemos uma multa.

Aqui alguns encaminhamentos que nós fizemos. No caso, foi à AES Sul, mas tenho certeza de que, nas outras regiões, acontece o mesmo. Nós estamos pedindo maior nível de investimento, sistemática de trabalho, um c*all center* com espírito rural, porque, muitas vezes, o gaúcho lá da fronteira do Uruguai é obrigado a falar com o *call center* de Santa Catarina. O senhor pode imaginar se, com toda a diferença de dialeto dessas duas regiões, eles conseguem se entender.

A Resolução 414 precisa de uma avaliação com aspecto rural. As multas de faturamento de energia reativa estão nos onerando e por conta da péssima qualidade da energia que nós estamos recebendo.

Ressarcimento dos equipamentos, compensação dos horários de ponta quando nos falta energia, enfim.

Senhores, peço desculpas porque acho que passei um pouquinho do tempo, mas eu gostaria de colocar somente mais um aspecto, que é a iminência da perda do horário reservado, que é um desconto concedido aos consumidores que utilizam a energia num determinado período, que é aquele período de menor utilização e que, para a classe rural, chega a 80%, dependendo do Estado – lá no caso do Rio Grande do

Sul é 70% –, e nós estamos na iminência de perdê-la em função de alguns cortes que existiram.

Eu acho que nós precisamos refletir sobre esse aspecto também, Srª Senadora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, senhor Henrique Osório.

Dando continuidade, eu concedo a palavra ao Marco Olívio Morato de Oliveira, pelo mesmo período.

O SR. MARCO OLÍVIO MORATO DE OLIVEIRA – Senador, obrigado pelo convite. Eu vim falar aqui no Senado sobre uma coisa tão importante como é a energia elétrica. Agradeço também à Senadora Ana Amélia, uma parceira e tanto da nossa luta com a Aneel.

Está aí o nosso diferencial: o diferencial das cooperativas é a qualidade da energia, é o pronto atendimento ao consumidor final, ele está perto, ele está próximo. E fico feliz. Eu estava um pouco angustiado, porque o tratamento da Aneel é essencialmente urbano. Realmente eles não olham o lado rural, ou seja, os custos operacionais das cooperativas são muito maiores em função das características de onde elas atuam.

O cooperativismo de infraestrutura vem sofrendo muito com o atual ambiente regulatório, o entendimento da regulação por parte da Aneel e também do Ministério, que lançou um decreto em janeiro que limita o desconto das cooperativas autorizadas a 30%, sendo que os seus custos operacionais extrapolam isso. E quem é penalizado é o consumidor final, é o cooperado, que está na ponta. Essas buscas, esses mecanismos que o Sr. Henrique falou como o mecanismo de tentar manter a demanda contratada não se aplicam ao ambiente rural, por isso ele encarece... O conceito da Aneel: eu faço uma demanda contratada, para que todos os elos da cadeia de fornecimento de suplemento de energia elétrica tenham garantida a taxa de investimento, que aquele instrumento, aquele mecanismo, todas as minha instalações sejam suficientes.

Mas isso não se aplica para o meio rural. Por quê? Porque a gente não sabe se vai chover ou não. Então, é muito comum a gente ultrapassar a demanda contratada; quer dizer, o nosso consumo, em algumas épocas, vai ser muito maior e, em algumas vezes, ele vai ser muito menor. Ou seja, quando a gente faz um mecanismo baseado somente na demanda contratada, a gente penaliza novamente o produtor rural, o cooperado e as cooperativas.

Esse contexto todo me estranhou, porque as cooperativas são cobradas, e muito, em dois instrumentos que se chamam DEC e FEC, que são Duração Equivalente da Interrupção por Unidade Consumidora e a Frequência Equivalente da Interrupção por Unidade Consumidora. Eu creio que, para as cooperativas, as multas que são impostas pela Aneel são de tamanha monta em relação ao seu mercado e em relação ao seu consumo que as cooperativas sempre buscam os melhores indicadores para essas interrupções, ou seja, a qualidade de energia que as cooperativas levam na ponta é bem melhor que o das concessionárias. E isso é comprovado. Os indicadores de DEC e FEC das cooperativas de eletrificação rural são melhores que os indicadores das concessionárias.

Muitas vezes, as multas impostas pela Aneel nas concessionárias não são suficientes para que eles façam investimento de reforço de rede, de atendimento ao consumidor final; por isso, mais uma vez, a essencialidade é a importância das cooperativas, que estão correndo o risco de sumir, porque o atual ambiente regulado, para os senhores terem uma ideia, eu tenho na apresentação, eu vou quebrar um pouco a apresentação, em decorrência do que aconteceu, do que foi comentado, só dar um contexto da OCB.

Do ramo de infraestrutura na OCB, somos hoje 127 cooperativas de infraestrutura, sendo 66 de distribuição de energia elétrica; temos aproximadamente 900 mil associados, cooperados. Essa distribuição se concentra mais no Sul do País, onde há 15 cooperativas permissionárias no Rio Grande do Sul; em Santa Catarina, 22; em São Paulo, 16. São os principais. Nesse contexto, há as cooperativas de distribuição divididas entre permissionárias e autorizadas.

A OCB é órgão de representação. A ela está vinculada a INFRACOOP e à INFRACOOP estão vinculadas seis federações: Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Aí está o diferencial das cooperativas: em épocas de baixo investimento, de baixo retorno do setor elétrico brasileiro, as cooperativas ampliaram seu número de cooperados, ou seja, elas buscam atender aos cooperados, atender ao público consumidor. Notem a evolução dos números de cooperados em relação aos novos atendimentos das concessionárias.

Este foi o decreto de que eu falei, que limita a 30% o desconto das cooperativas autorizadas. E, hoje, nós trabalhamos com custo operacional baixo e não temos condição de trabalhar com esse desconto, ou seja, as cooperativas estão fadadas a perder a qualidade de energia, porque elas não vão conseguir, com esse desconto na compra da tarifa... Esse desconto é na compra da tarifa que ela vai distribuir para os cooperados, ou seja, há todo o processo de transmissão e de tratamento dessa energia para que ela chegue ao cooperado com qualidade.

É engraçado, porque os problemas apresentados pelo Sr. Henrique são os problemas da cooperativa também, porque a concessionária é supridora da cooperativa. Muitas vezes, levamos multa em função da concessionária. As cooperativas levam multa em função das concessionárias.

Ratificando também a essencialidade da Aneel no entendimento somente urbano do setor elétrico, a atual metodologia de revisão imposta às cooperativas obriga as cooperativas a terem desconto no seu custo operacional de cerca de até 80%, ou seja, 28 das nossas cooperativas teriam de reduzir seus custos operacionais acima de 30%. Agora, pergunto aos senhores: que empresa sobreviveria com um corte, de uma hora para outra, nos seus custos operacionais de 30%?

Essa metodologia é para todas as cooperativas, ou seja, as cooperativas que estão como autorizadas ou em processo de enquadramento também sofrem o efeito dessa metodologia. Numa simulação da OCB em parceria com a INFRACOOP, nós chegamos à conclusão de que, de 14 cooperativas que estão em processo de enquadramento, 66% delas não conseguiriam a permissão em função da metodologia.

Um exemplo do custo operacional. Tem de haver, no setor elétrico, uma infraestrutura e uma equipe mínima para garantir a qualidade no atendimento do cooperado. Hoje, numa simulação que fizemos, esse custo mínimo para trabalhar no setor elétrico é de R$1,5 milhão/ano, e a Aneel, através da sua metodologia, reconhece somente R$800 mil. Isso é um *gap*, é quase a metade. Como é que nós, nesse contexto das cooperativas, vamos conseguir manter o nosso serviço ou a qualidade do nosso serviço para os consumidores finais, para os nossos cooperados?

Entendam que as cooperativas não atendem somente aos cooperados. Existe um dispositivo que permite que elas atendam também aos consumidores que não são cooperados; e não só em ambiente rural, em distritos. Ao público nosso, a cooperativa levou a energia, a energia levou ao desenvolvimento e o desenvolvimento levou à urbanização de alguns pequenos centros.

Como eu disse antes sobre o decreto, com o impacto para as cooperativas autorizadas, essa é uma tabela que mostra o impacto no custo operacional, descrevendo de 31% até 87%, na Eletrorural, lá do Rio Grande do Sul.

Aqui também são detalhamentos do impacto. Esse é o custo mínimo de uma cooperativa, enquanto a Aneel reconhece, em alguns casos, neste contexto, somente a metade.

Aqui a mesma coisa.

Essa é a metodologia. Essa revisão da tarifa foi aplicada a partir deste ano, em decorrência da necessidade de as cooperativas obterem o desconto promovido pela – eu não me lembro da lei – Medida Provisória nº 579, do ano passado, que fez a desoneração do setor da energia elétrica brasileira.

Então, as cooperativas tiveram de correr. Mesmo com essa metodologia, é prejudicial a elas. Mas tiveram de correr nesse processo para obter esses descontos. E no fim passa-se de um custo de transporte de energia de um mês para o outro: de R$143 mil para R$994 mil. Isso, no nosso *case* da Ceral – DIS, que é uma cooperativa de distribuição de Arapoti, Paraná.

Aqui são os investimentos feitos. Mesmo com esse ambiente tão inóspito para as cooperativas, as cooperativas estão fazendo investimentos. Por quê? Porque elas têm o consumidor final; tem o Sr. Henrique lá: “Olha, eu sou cooperado e vou à assembléia e quero que a minha cooperativa invista no setor elétrica, que faça reforço de rede”; mesmo tendo, em média, cinco consumidores por quilômetro de rede, enquanto as concessionárias são 26 consumidores por quilômetro de rede.

Esse é um detalhamento das cooperativas no Estado do Rio Grande do Sul, do atendimento.

Senhores, eu gostaria de terminar por aqui, ressaltando a importância da qualidade da energia no consumidor final, ressaltando também que, em muitos casos – aliás, na maioria dos casos – não se tem a possibilidade de prever esse consumo.

No caso da irrigação, é isso mesmo, há a irrigação total; quando realmente não há água, como é o caso dos Estados do Nordeste, onde a irrigação é essencial, porque sem a irrigação permanente não há produção. Há casos do Rio Grande do Sul e os demais Estados, onde, se não chove, eu preciso irrigar para produzir.

E nesse contexto, se acontece isso, o consumidor final é penalizado, porque o mecanismo encontrado pela agência reguladora... O ambiente regulado hoje para esse consumo sazonal não atende à necessidade brasileira de energia elétrica.

Eu gostaria também de comentar um pouco a sugestão do Senador Benedito, para que, no caso da Chesf, seja convidada também a Agência Nacional de Águas. Por quê? Pela Lei nº 9.433, a água é de domínio público, ou seja, quando se fazem as barragens, isso é outorgado, e seria necessário, na hora de ratear essa outorga, de fazer a outorga, determinar os volumes de outorga, mesmo sendo para barramentos, determinar o múltiplo uso das águas.

Muitas vezes, quem fez a barragem pode ter culpa? Com certeza. Mas e quem fez e validou o estudo técnico para toda essa distribuição de água, ou seja,

o que pode ser outorgado, o que pode ser reservado ou não?

Há mais algum apontamento?

Antes desse decreto de janeiro agora, que impacta nas autorizadas, o custo da energia, o custo do ambiente rural, o custo do desconto dos irrigantes – desconto dado aos irrigantes – era rateado entre os consumidores daquela concessionária supridora, ou seja, o ambiente urbano subsidiava esse desconto para as cooperativas, para os irrigantes, para os produtores rurais. A partir desse decreto – esse foi um bom mecanismo –, todo esse desconto dado a essas categorias tem que vir da Conta de Desenvolvimento Energético. Mas criou-se um problema, porque tudo foi para a Conta de Desenvolvimento Energético, ou seja, não há dinheiro para tudo isso. E quem é penalizado? O consumidor final: tanto as cooperativas, como os seus cooperados, os irrigantes, os produtores rurais.

Estamos passando, mais uma vez... As cooperativas não receberam o repasse desses recursos da CDE no mês de outubro e, pelo jeito, não receberam o de novembro até então.

Era isso que eu tinha a contribuir. Era isso que eu tinha para mostrar para os senhores.

Fico à disposição para responder a quaisquer perguntas que forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Inicialmente, nós agradecemos as manifestações do Henrique e do Marco, que esclareceram exatamente as dificuldades enfrentadas pelos que praticam a agricultura de pequena monta.

Eu gostaria de saber da Senadora se ela se disporia a fazer qualquer tipo de indagação aos nossos convidados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu queria, primeiro, Presidente, agradecer-lhe por ter agendado a audiência e queria agradecer a forma didática como tanto o Henrique Dornelles quanto o Marco Olívio de Oliveira expuseram o tema.

Da exposição, ficamos, é claro, com algumas convicções, algumas certezas do que temos que fazer.

Primeiro, são necessárias mudanças no marco regulatório de um sistema que é extremamente estratégico e, eu diria até, de segurança nacional. Quando se fala em segurança nacional, imaginamos defesa, Forças Armadas, mas isso é segurança nacional. Produção de alimentos é segurança nacional.

É preciso mostrar a fragilidade em que se encontram os produtores rurais brasileiros, que dependem da irrigação, como é o caso da lavoura de arroz irrigado – o Rio Grande do Sul é o maior produtor brasileiro de arroz irrigado do País. De outro lado, estão os agentes que operam a área de infraestrutura, como é o caso das cooperativas de eletrificação rural. Nos dois casos, tratam-se de maneira igual situações completamente diferentes. É diferente o consumidor urbano do consumidor rural, como é diferente a cooperativa de eletrificação rural de uma empresa privada de geração de energia, geração e distribuição. Começa por aí, na origem – parece-me –, parte dos problemas.

Eu queria, por curiosidade, Henrique, porque aqui nós somos generalistas... Embora tenhamos um olhar para o setor produtivo rural, para o sistema cooperativista, nós temos que transitar em várias áreas, desde guerra cibernética às questões das doenças, ou câncer, e evidentemente à questão da produção. Então, muitas terminologias que foram mostradas aqui... Por exemplo, multa FER. Eu queria saber o que é a multa FER. Qual é a justificativa – porque não existe – de aplicar uma multa, como foi mostrado aqui no seu quadro, superior ao valor do consumo gasto naquele mês de energia para irrigação?

Então, essa é a pergunta que lhe faço. Ao mesmo tempo, eu lhe pergunto: qual é a iniciativa legislativa que poderemos adotar, no âmbito da Comissão ou individual – eu acho que a Comissão tem uma força maior porque é coletiva –, para que se consiga minimamente dar um tratamento diferenciado a esse consumidor que demanda energia? Porque esse agricultor já é penalizado. Por quê? Porque há uma imposição ambiental e, agora, o Rio Grande do Sul, em algumas áreas, pode ter limitação de produção. A Grande Porto Alegre, ali nas áreas próximas à região metropolitana, também já está porque falta água no período de seca, então, a culpa é do arrozeiro que está ali próximo. Como vencer isso e de que forma o Parlamento pode contribuir?

E no caso das cooperativas de eletrificação, nós já tivemos umas demandas na Aneel. Eu estive presente, com o Ministro, inclusive, de Minas e Energia, para mostrar exatamente que havia um entendimento de dilatação de prazos para aplicação das novas regras para o sistema. Porque foi aplicada, como disse V. Exª, a mesma regra, sem considerar, como o próprio Henrique reconheceu, que estender uma rede numa zona de baixo consumo tem um retorno é pequeno. E numa economia de mercado, é esta a questão: o retorno é pequeno. Então, como você vai tratar esse sistema? E as cooperativas realmente fizeram, e o nível de satisfação do cliente, que na verdade é cliente e, ao mesmo tempo, associado – ele é dono também –, é muito alto em relação à prestação do serviço. Então, o índice de queda na energia é menor. O índice de problemas na rede é menor. É claro que talvez por causa da dimensão e da fiscalização mais cuidadosa, que é feita pelo sistema cooperativista de infraestrutura.

E aí eu queria cumprimentar também porque vejo, no mapa, que o nosso Rio Grande do Sul, caro Henrique, é, digamos, o líder vanguardista nisso. É em todo o sistema de produção de cooperativa. Toda a produção agrícola praticamente está lá no sistema cooperativado, seja na área de grãos, seja na área da produção de proteínas de origem animal.

Então, eu queria ver também, nesse processo, se a Aneel teve alguma mudança de aceitar pelo menos alongar o prazo para aplicar as exigências porque o imobilizado feito pelas cooperativas de eletrificação foi grande. Não se pode, de uma hora para outra, querer alterar, já que os custos são acima do que você recebe pelos serviços prestados.

Então, são essas as questões, meu caro Presidente, aos dois expositores.

O SR. HENRIQUE OSÓRIO DORNELLES – Srª Senadora, eu até a cumprimento pela pergunta acerca da FER, porque realmente ela é um detalhe muito importante.

A FER é Faturamento de Energia Reativa. Vou tentar explicar-lhe de forma bastante didática.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – É complicado; energia reativa para mim é falar grego.

O SR. HENRIQUE OSÓRIO DORNELLES – É. A energia reativa, como já diz o nome, seria um nível de qualidade de um equipamento. Por exemplo, se eu tenho um motor de fabricação duvidosa, ou mesmo antigo, ele tem um maior índice, ou uma maior energia reativa. E ele vai provocar um distúrbio na rede pública maior do que um motor de comprovada eficiência, ou um moderno. O que a Aneel quer com isso? Ela quer me forçar a ter responsabilidade com isso, e isso é justificável. Entretanto, Srª Senadora, devido aos distúrbios da rede provenientes da péssima qualidade de fornecimento, que interferem nos equipamentos, a gente acaba...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Pagando o pato pela ineficiência.

O SR. HENRIQUE OSÓRIO DORNELLES – ... pagando o pato pela ineficiência, por dois motivos. Eu, particularmente, em uma safra, queimei três motores de 150cv, motores que custam a bagatela de R$15 mil. Obviamente, eu mandei reformar uma vez. Na segunda vez em que eu mando reformar esse motor, ele já tem a sua eficiência extremamente comprometida. Mas eu vou pagar R$15 mil, já que a concessionária é amparada pela Aneel para não me ressarcir. Esse é um ponto.

O segundo ponto, Srª Senadora, eu realmente não me sinto capaz de lhe responder como o Senado poderia interferir de forma mais incisiva...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Proativa.

O SR. HENRIQUE OSÓRIO DORNELLES –... proativa, nessa questão, visto que a Aneel tem uma certa independência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Ou reativa.

O SR. HENRIQUE OSÓRIO DORNELLES – É. *(Risos.)*

Então, eu acredito que nós poderíamos interferir onde? O Luz para Todos, que foi algo em que houve uma composição, uma engenharia dos números para que avançássemos com a energia elétrica no meio rural, foi algo importante. Eu acho que nós poderíamos ter isso para reforçar as redes existentes, e talvez avançarmos aí para a agricultura irrigada.

E eu não falo só no Rio Grande do Sul, Srª Senadora. O Rio Grande do Sul tem uma capilaridade muito importante. Talvez seja o Estado que tenha a maior. Imagine o que acontece no meio do Mato Grosso. Eu vim a convite do Deputado Luís Carlos e há uma preocupação já da Presidente Dilma para desenvolver um programa de avanço na agricultura irrigada, porque a gente está chegando quase no teto, e a gente vai precisar da agricultura irrigada para avançarmos ainda mais em produtividade.

Não sei se respondi.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Esse dado é importante, o Governo ter essa preocupação. E vamos, então, trabalhar, Presidente Benedito de Lira, para nesse Programa Luz para Todos buscarmos exatamente os avanços necessários para uma cobertura maior. A nossa fronteira agrícola pode ser ampliada muito na mesma área, oferecendo-se essas condições de infraestrutura. Então, não é preciso derrubar mais árvores para produzir mais arroz, mais milho, mais soja ou mais trigo. Basta botar a energia e melhorar a infraestrutura. O agricultor faz o resto. A parte que está na mão dele ele sabe fazer.

Eu quero agradecer a V. Exª pela contribuição e pela explicação dessa multa relacionada a isso. Já nos deixou com essa missão. Eu penso, Presidente, que estamos dispostos; V. Exª tem a liderança disso para conversar com o Ministério de Minas e Energia. O Ministro, nosso colega, Senador Edison Lobão, é muito sensível a isso. E esse é um programa que eu diria que é a menina dos olhos da Presidente Dilma Rousseff. Poderíamos ter um grande ganho aí em matéria não só de economicidade, mas de aumentar a competitividade. Somos muito produtivos, mas não somos competitivos.

Então, nesse aspecto, acho que é relevante a sugestão dada. Às vezes, não é preciso uma lei nova, mas que iniciativas de programas já existentes, canali-

zados, ampliados, melhorados, aperfeiçoados, tenham mais eficácia do que uma nova lei.

Então, agradeço. Agradeço ao Presidente também, esperando uma resposta do Marco Olivio.

O SR. MARCO OLÍVIO MORATO DE OLIVEIRA – Senadora, obrigado.

Tenho uma informação de que o Governo do Rio Grande do Sul está estudando um programa em que há investimentos de R$220 milhões para reforço de rede. Isso vai ser como se fosse um Energia para Todos. Eu não lembro o nome do programa que está em estudo e implantação. Seriam 10% desses recursos do consumidor, 30% seriam financiados às concessionárias e cooperativas e 60% seriam recursos do ICMS. Não sei como está esse programa, em que estágio de elaboração está esse programa, mas existe essa preocupação. Se olharmos os últimos três anos, houve quebra de safra no Rio Grande do Sul por falta de água, de irrigação.

Quanto ao nosso relacionamento com a Aneel, ele evoluiu. Ela está mais sensível. Em um evento feito lá em Porto Alegre, na semana passada, o Diretor-Geral da Aneel reconheceu que a metodologia tem deficiências e se mostrou favorável...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Receptivo.

O SR. MARCO OLIVIO MORATO DE OLIVEIRA –... receptivo a identificar, mudar e estudar alguns pontos.

Outro fato benéfico da Aneel foi a suspensão dos efeitos desse decreto de que eu falei, do limite de 30% de desconto às cooperativas, numa ideia da transição. Ou seja, aquela transição que solicitamos ao Ministério nós conseguimos na Aneel, mas mesmo assim precisamos criar mecanismos para rever esse decreto, porque é um decreto, está lá.

Então, o nosso relacionamento com a Aneel é bem técnico e vem evoluindo, não na velocidade em que gostaríamos, mas sentimos uma abertura, uma sensibilidade de algumas superintendências e até do Diretor-Geral em relação à realidade das cooperativas, à realidade do campo brasileiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Boa notícia, pelo menos uma frestinha de luz para resolver a demanda.

Agradeço, estamos aqui e continuamos à disposição do sistema cooperativista, especialmente o de infraestrutura, já que as nossas carências nessa área são muito grandes.

Eu queria cumprimentar também o Jânio Stefanello, que é o nosso Presidente da INFRACOOP e que tem feito um trabalho, uma liderança, conhece profundamente o setor.

Quanto à Aneel, eu tenho aqui e nós no Senado fizemos, eu fui até relatora na Comissão de Assuntos Econômicos, para mostrar o funcionamento das agências reguladoras. As agências que foram criadas para fazer a interface entre o poder concedente e o usuário ou o consumidor... não é em todos os casos que as coisas funcionam adequadamente. Aqui chegou a se propor uma CPI no caso da área aérea, cuja agência reguladora é a Anac.

Num debate que fizemos com o Ministro José Jorge, do Tribunal de Contas da União – ele veio dar uma explicação sobre o funcionamento das agências, ele fez uma auditoria –, apenas duas, na visão do Tribunal de Contas, tem um funcionamento comparado a padrões internacionais de entidades semelhantes, como agência reguladora: a Aneel e a Anatel. Talvez pelo tempo maior de existência e pelo tipo de operação. Mas tenho que dar um testemunho de que, em relação às duas agências, sempre o atendimento, pelo menos em relação às demandas que temos com as agências, tem sido claro. Evidentemente que não num ritmo tão rápido quanto se desejaria, mas, pelo menos, o atendimento às demandas é sempre atencioso e respeitoso. Isso já é um ganho, porque aqui nós temos Ministros que não atendem sequer à telefonema de Senador ou Deputado. Mas há outros, como a Aneel e a Anatel, que são extremamente eficientes.

Ontem, estivemos com a Ministra Gleisi Hoffmann, o Senador Paulo Paim, o Deputado Marco Maia e o Deputado Renato Molling, tratando de uma situação emergencial, porque 750 mil pares de calçados produzidos no Rio Grande do Sul estão na fronteira para entrar na Argentina há três meses. Então, a moda desse calçado feminino, masculino e infantil também é perecível quanto um alimento. Já está chegando a nova estação, a nova linha de calçados para a estação de outono/inverno, e ele está com a de primavera/verão empacada na fronteira. Então, é uma questão emergencial.

A Ministra atendeu à audiência pedida pelo Senador Paulo Paim na mesma hora. Essa eficiência é uma coisa desejável, porque isso muda também a própria percepção nossa perante o Executivo e da própria sociedade perante o Executivo.

Então, agradeço muito ao Presidente, Senador Benedito de Lira, por ter agendado esta audiência pública. Quero agradecer muito ao Henrique Dornelles, Presidente da Federarroz, e ao Marco Olívio Oliveira, da OCB, porque nós estamos aqui para trabalhar e ajudar o setor no que for possível.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Só nos resta agradecer a presença

do Marco Olívio e do Henrique Osório pelas informações que trouxeram, para que a gente possa, através dos dados que os senhores deixaram conosco, fazer gestões junto à Aneel e outros órgãos do Ministério de Minas e Energia, para que a gente possa encontrar os caminhos realmente para minimizar essas dificuldades.

Ao tempo em que agradeço a Senadora Ana Amélia pela contribuição inestimável que tem dado a esta Comissão em todos os momentos.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 21 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE DEZEMBRO DE 2013.

Às sete horas e cinquenta e quatro minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, EDUARDO SUPLICY, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, WALDEMIR MOKA, RUBEN FIGUEIRÓ, OSVALDO SOBRINHO, GIM, ANTONIO CARLOS VALADARES, ROMERO JUCÁ, FLEXA RIBEIRO E MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, Sérgio Petecão, Kátia Abreu e Cyro Miranda. O Senador Antonio Russo se encontra de licença, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos (RQS) nº 1/2013, 832/2013 e 1.210/2013, aprovados em 30.01.2013, 16.07.2103 e 15.10.2013, respectivamente. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, comunica o recebimento da minuta da Portaria do Ministério da Justiça que estabelece instruções para a execução do procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas de que trata o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Comunica ainda que o Ministério da Justiça aguarda sugestões, das Senhoras e Senhores Senadores membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, à mencionada Portaria, conforme ajustado com o Senhor Ministro de estado da Justiça, José Eduardo Cardozo, na 35ª Reunião Extraordinária desta Comissão realizada em 21 de novembro de 2013. Antes de iniciar a Audiência Pública, a Presidência informa que há sobre a mesa requerimento de autoria dos Senadores Sérgio Souza e Acir Gurgacz, para deliberação da Comissão: **2ª PARTE: EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 55, de 2013** - **ASSUNTO:** Em aditamento ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 50, de 2013, requeiro seja convidado o Senhor **FRANCISCO CARLOS SIMIONI**, Diretor da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, para participar, como debatedor, da audiência pública destinada a discutir a política para recuperação da lavoura do café, face às geadas ocorridas na região Sul do país, que dizimaram cafezais no Paraná e outros estados produtores. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. No encaminhamento, o Senador Sérgio Souza usa da palavra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 56, de 2013 - ASSUNTO:** Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 54, de 2013- CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, aprovado em 28 de novembro do corrente ano, seja realizada audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de apresentar os resultados da Diligência realizada no trecho do MEIÃO da BR 319 que liga Porto Velho - Manaus, mostrando as condições da rodovia e o atual desenvolvimento dos trabalhos para o licenciamento ambiental, visando à manutenção da rodovia e futura reconstrução dos 405 quilômetros do trecho do MEIÃO da BR 319, única via terrestre de transporte de produtos agrícolas de Rondônia e os demais estados da federação para o Amazonas e Roraima, com a presença dos seguintes convidados: Ministério do Meio Ambiente; Ibama; DNIT; Ipaam -Amazonas; ICMBIO; SESCOOP - RO; SESCOOP – AM e Roraima. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, o Senador Acir Gurgacz usa da palavra. **Resultado:** Aprovado. A comissão aprova o requerimento do Senador Sérgio Souza para deliberação, como itens extrapauta, dos PLS nº 219, de 2010, e PLS nº 374, de 2011. **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2010 - Não Terminativo – EMENTA:** Dispõe sobre a Política Nacional para os Biocombustíveis. **Autoria:** Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 219, de 2010, com o acolhimento das Emendas nº 1 e 2, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul; da Emenda nº 3, da Senadora Kátia Abreu; e da Emenda nº 4, do Senador Valdir Raupp, na forma da Emenda (substitutiva) que apresenta. Após a leitura do relatório pelo Senador Sérgio Souza, os

Senadores Acir Gurgacz e Sérgio Souza fazem uso da palavra para discutir. **Resultado:** Após a leitura do Relatório pelo Senador Sérgio Souza, a presidência concede vista coletiva, nos termos do art.132, §§ 1º e 4º, do RISF. **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, de 2011 - Não Terminativo -** Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, as obrigações dos responsáveis por locais e recintos alfandegados, a autorização para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira, alterando as Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.019, de 30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e os Decretos-Leis nos 37, de 18 de novembro de 1966, 1.455, de 7 de abril de 1976, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revoga dispositivos do Decreto-Lei no 2.472, de 1º de setembro de 1988, e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 374, de 2011, na forma da Emenda (substitutiva) que apresenta. Após a leitura do relatório pelo Senador Sérgio Souza, os Senadores Waldemir Moka e Acir Gurgacz fazem uso da palavra para discutir. **Resultado:** Após a leitura do Relatório pelo Senador Sérgio Souza, a presidência concede vista coletiva, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º, do RISF. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, dá início à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 50, de 2013, e ao Requerimento (RRA) nº 55, de 2013, de autoria do Senador Sérgio Souza, aprovados em 24.10.2013 e 05.12.2013, respectivamente, com a finalidade de discutir a política para recuperação da lavoura do café, face às geadas ocorridas na região Sul do país, que dizimaram cafezais no Paraná e outros estados produtores, com a presença dos seguintes convidados: Deputado **Silas Brasileiro** - Presidente Executivo do Conselho Nacional do Café – **CNC**; Sr. **Janio Zeferino da Silva** - Diretor do Departamento do Café da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - **SPAE/MAPA**; Sr. **Francisco Carlos Simioni** - Diretor do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecer comentário sobre os assuntos abordados, os Senhores Senadores Sérgio Souza, Waldemir Moka, Eduardo Suplicy, Ana Amélia e Benedito de Lira. A Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal acolhe a solicitação do Senador Sérgio Souza de encaminhamento das sugestões apresentadas pelos senhores expositores, para que sejam minimizados os prejuízos provocados na cadeia produtiva do café, ao Senhor Ministro de estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Antônio Andrade, e ao Senhor Ministro de estado da Fazenda – MF, Guido Mantega. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, dou por aberta a 38ª Reunião de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da sessão anterior. (*Pausa*.)

Com a anuência do Plenário, dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, dou como aprovada.

Antes de iniciarmos nosso trabalho, comunico à Comissão o recebimento de Portaria do Ministério da Justiça que estabelece instruções para a execução dos procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas de que trata o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Conforme acertado com o Ministro de Estado Justiça, José Eduardo Cardozo, aquele Ministério aguarda sugestões das Srªs e dos Srs. Senadores membros desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre a referida Portaria.

Sobre a mesa há requerimento de autoria do Senador Sérgio Souza, que faz um adendo a esta audiência pública:

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 55, de 2013

Em aditamento ao Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 50, de 2013, requeiro seja convidado o Senhor FRANCISCO CARLOS SIMIONI, Diretor da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, para participar, como debatedor, da audiência pública destinada a discutir a política para recuperação da lavoura do café, face às geadas ocorridas na região Sul do país, que

dizimaram cafezais no Paraná e outros estados produtores.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Requerimento de autoria de S. Exª o Sr. Senador Acir Gurgacz:

EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 56, de 2013

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 54, de 2013- CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, aprovado em 28 de novembro do corrente ano, seja realizada audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de apresentar os resultados da Diligência realizada no trecho do MEIÃO da BR 319 que liga Porto Velho - Manaus, mostrando as condições da rodovia e o atual desenvolvimento dos trabalhos para o licenciamento ambiental, visando à manutenção da rodovia e futura reconstrução dos 405 quilômetros do trecho do MEIÃO da BR 319, única via terrestre de transporte de produtos agrícolas de Rondônia e os demais estados da federação para o Amazonas e Roraima, com a presença dos seguintes convidados: Ministério do Meio Ambiente; Ibama; DNIT; Ipaam – Amazonas; ICMBIO; SESCOOP – RO; SESCOOP – AM e Roraima.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Com a palavra, S. Exª o Senador Acir, para defender o seu requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Bom dia, Sr. Presidente.

Antes de entrar no assunto, quero, mais uma vez, agradecer a V. Exª pelo apoio a essa ação que tivemos, a essa diligência que tivemos lá na BR-319. Não fosse o apoio de V. Exª, como Presidente desta Comissão como Presidente desta Comissão, nós não teríamos chegado até lá; não teríamos feito essa diligência que, para nós, é da maior importância.

E faremos amanhã, Presidente, um resumo e também uma prestação de contas do que fizemos, do que vimos e de quais serão os encaminhamentos a partir desta diligência. Por isso convidamos, e já estão confirmados, o Gal. Fraxe, do DNIT; o Sr. Volney Zanardi Jr., do Ibama; o Sr. Antônio Ademir Stroski, do Ipaam e também o Sr. Roberto Ricardo Vizentin, do ICMBio. São as pessoas com as quais vamos debater, trocar ideias e fazer os encaminhamentos necessários para que, a partir de amanhã, possamos tomar uma decisão sobre o que fazer com relação à BR-319. Nós teremos todos os atores aqui envolvidos: ICMBio, Ibama, DNIT e a população que precisa dessa BR da maior importância. Esse é esse o encaminhamento.

A audiência de hoje, Sr. Presidente, na nossa Comissão de Agricultura, destina-se a discutir a política para a recuperação da lavoura do café em face das geadas ocorridas na Região Sul do País, que dizimaram cafezais das Regiões Sul e Sudeste. Além das geadas que prejudicaram a safra do ano que vem e, em muitos casos, destruíram lavouras de diversos produtores rurais, a produção crescente de café nos últimos anos em todo o mundo, além de limitar a capacidade de exportação do Brasil, fez com que o preço do café caísse 35% nos últimos 12 meses. A saca de 60kg do café arábica está sendo vendida a R$235,00 e a saca do café robusta ou conilon, que é o nosso produzido em Rondônia, está sendo vendida a R$165,00 esta semana em Cacoal. É o menor preço dos últimos cinco anos, Sr. Presidente.

Esse cenário motivou cooperativas e produtores do Brasil a propor ao Governo Federal a implementação do Programa de Equalização de Preços, o Pepro, leilão público que tem como referência o preço mínimo fixado em R$360,00 a saca; compra de insumos e equipamentos com base na saca do café; a prorrogação das dívidas; a construção de armazéns, entre outras medidas importantes para os produtores de café. No caso do preço de venda do produto, a estocagem do café para aguardar a reação do mercado é a opção que muitos agricultores estão adotando, mas, em Rondônia, a capacidade de armazenagem é baixa, e os produtores são praticamente obrigados a vender o café mesmo na baixa; não há como fazer essa estocagem.

Os produtores de café do nosso Estado de Rondônia, em sua maioria da agricultura familiar, que nos últimos dois anos receberam estímulos e incentivos do Governo e das agências de pesquisa e de fomento, como a Embrapa e a Emater, inclusive com a certificação de uma variedade genuinamente rondoniense, o BRS Ouro Preto, estão apreensivos com relação à queda do preço dos produtos. Este ano a produção de café em Rondônia aumentou 7% em relação ao ano passado, chegando a R$1,3 milhão de sacas de 60kg, o que colocou o Estado de Rondônia em segundo lugar em nível nacional na produção do café conilon, atrás apenas do Estado do Espírito Santo. São 22 mil produtores rurais cultivando 108 mil hectares de café do tipo conilon, com o recolhimento de R$30 milhões de ICMS e a geração de emprego e renda aqui no Estado.

Em Rondônia, diferentemente de outros Estados, estamos atravessando um momento positivo em relação ao aumento da produção e da produtividade, e o nosso medo é de que essa queda no preço do café no cenário nacional e internacional acabe prejudicando a retomada e a modernização das lavouras de café em Rondônia, que já chegou a produzir dois milhões de saca/ano.

Portanto, atendendo ao apelo dos produtores de Rondônia e dos produtores brasileiros, e ao requerimento do Senador Sérgio Souza, estamos reunidos aqui na Comissão para debater a crise do setor tanto na questão das lavouras atingidas pelas geadas quanto na questão do preço do produto; tirarmos as propostas e empenharmos o nosso apoio para que o Governo Federal dê o apoio necessário para que o setor atravesse esse período turbulento sem grandes perdas, mantendo a capacidade produtiva e de competição no mercado internacional.

Para nós, em Rondônia, Senador Sérgio Souza, e também para o Paraná, a cultura do café é muito importante para os nossos agricultores, e esperamos dar um apoio a eles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em votação.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza para encaminhar a votação.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, sabemos que o café passa por dois momentos muito difíceis. No Sul do País, especialmente no Estado do Paraná, houve intempéries climáticas, e a geada assolou os cafezais, tanto que em algumas regiões do Paraná nevou este ano, coisa que não acontecia há quase quarenta anos. Desde a maior geada, que é a geada preta, de 1975, não fazia tanto frio no Paraná e as geadas não dizimavam tantas lavouras. Não foi tanto quanto em 1975, mas acreditamos que perto de 90% dos cafezais do Paraná foram dizimados pelas geadas deste ano, e isso traz uma preocupação muito grande da nossa parte, que representamos aquele Estado.

O outro ponto é, de fato, a necessidade de discutirmos uma política mais séria, uma política que garanta preços, que garanta mercado, porque hoje vivemos em uma instabilidade. Então, parabenizo o Senador Acir pelas suas colocações até porque somos Estados irmãos, já que muitos paranaenses, descendentes ou ascendentes de paranaenses, ajudaram a colonizar aquele Estado e a cultivar café. Inclusive parentes meus, tios, irmãos dos meus pais foram cultivar café em Rondônia, na cidade de Rolim de Moura, em Alta Floresta, em Santa Luzia – hoje, é uma região um pouco diversificada, mas foi praticamente o café que levou a colonização para aquela região.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Aprovado.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, aqui se encontra uma solicitação do eminente Senador Sérgio Souza para que seja incluído como item extrapauta o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2010, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que dispõe sobre a política nacional para biocombustível.

Eu submeto à apreciação do Plenário a solicitação de inclusão extrapauta.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Aprovado.

EXTRAPAUTA
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 219, de 2010
- Não Terminativo -

Dispõe sobre a Política Nacional para os Biocombustíveis.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: *Pela aprovação do PLS nº 219, de 2010, com o acolhimento das Emendas nº 1 e 2, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul; da Emenda nº 3, da Senadora Kátia Abreu; e da Emenda nº 4, do Senador Valdir Raupp, na forma da Emenda (substitutiva) que apresenta.*

Concedo a palavra ao eminente Senador Sérgio Souza para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é um projeto dos mais importantes que tenho o privilégio de relatar aqui no Senado Federal. É um projeto que já tramita há pelo menos três anos, um pouco mais de três anos, e nasceu após a formação de uma Comissão Especial para elaborar uma política para os biocombustíveis. O relatório é um tanto extenso, e apresento ao final um Substitutivo. Então, peço a V. Exª a liberdade de ler parte do relatório e parte do voto, deixando a parte da análise, porque os Srs Senadores e as Srªs. Senadoras depois terão toda a condição de ver os detalhes com o avulso que será distribuído.

Vem a exame desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a CRA, o Projeto de Lei do Senado nº 219, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a CI, que dispõe sobre a política nacional de biocombustíveis. O projeto é composto de quatro capítulos, com 22 artigos. O Capítulo I trata da política nacional dos biocombustíveis e está dividido em duas seções. A primeira estabelece os princípios e objetivos da política nacional para os biocombustíveis, ao passo que a segunda cria o Conselho Interministerial de Biocombustíveis e determina as suas competências.

O Capítulo II, "Infraestrutura de Transporte Dutoviário de Biocombustíveis", propõe diretrizes para autorização, manutenção, exploração e operação de dutos de biocombustíveis.

O Capítulo III, "Do Abastecimento dos Biocombustíveis", estabelece, entre outros ditames, a obrigatoriedade de abastecimento de etanol combustível e de biodiesel em todas as localidades do País.

Por fim, o Capítulo IV, "Disposições Finais", propõe uma série de medidas complementares para regular a nova política para os biocombustíveis, com destaque para garantia de que as alíquotas da Cide-Combustíveis – por mais que elas hoje não incidam, mas continuam existindo – incidam de maneira a promover a competitividade dos biocombustíveis frente aos combustíveis de origem fóssil e para o uso, de fato, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) com fins do cumprimento da seletividade pela essencialidade.

A cláusula de vigência estabelece que a futura lei entrará em vigor no dia de sua publicação.

O PLS nº 219, de 2010, foi distribuído à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça desta Casa.

Por força da aprovação do Requerimento nº 1.213, de 2011, de minha autoria, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto encontra-se em exame nesta Comissão.

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul acatou o relatório do nobre Deputado Roberto Freire pela aprovação do projeto com duas emendas. Inclusive, tivemos o Senador Inácio Arruda como Presidente dessa Comissão.

Na CRA, esta Comissão, foi apresentada a Emenda nº 3, da Senadora Kátia Abreu, para incluir entre os objetivos da Política Nacional para os Biocombustíveis o incentivo ao etanol celulósico, e a Emenda nº 4, do Senador Valdir Raupp, para facultar às distribuidoras de combustíveis a comercialização de diesel com acréscimo de até 50% do percentual mínimo de biodiesel na mistura.

Sr. Presidente, aqui nós temos a análise, que está em algumas páginas onde nós detalhamos a importância deste projeto, inclusive as emendas propostas pela Senadora Kátia Abreu e pelo Sr. Senador Valdir Raupp.

O voto é pela aprovação do PLS nº 219, de 2010, pelo acatamento das duas emendas, a nº 1 e a nº 2, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul; da Emenda nº 3-CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu; e nº 4, também desta Comissão, de autoria do Senador Valdir Raupp, na forma do substitutivo que se encontra em anexo.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Quero apenas cumprimentar o Senador Sérgio Souza pelo brilhante relatório e dizer da importância dessa matéria para reorganizar a produção e a distribuição de biocombustível em nosso País. É uma matéria relevante, importante, muito bem relatada e que merecia realmente estar aqui extrapauta para que os projetos importantes não fiquem aí parados pelas gavetas.

Senador Sérgio Souza, V. Exª sempre tem trazido, o mais rápido possível, para apreciação e votação todas as matérias. E uma matéria como essa realmente precisa caminhar. Nós precisamos fazer com que as coisas aconteçam no Senado, principalmente na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Meus cumprimentos, Senador Sérgio Souza.

Obrigado, Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, esse é um dos projetos mais importantes que nós temos para o combustível renovável. Inclusive, S. Exª o Senador Benedito de Lira foi o autor de uma audiência pública que promovemos aqui nesta Comissão no ano passado, quando V. Exª, Senador Acir, presidia esta Comissão.

Foram duas as audiências públicas: uma com o pessoal do etanol e a outra com o pessoal do biodiesel, dos biocombustíveis, e pudemos amplamente debater, ouvindo, inclusive, o Governo. E, nesses últimos meses, venho conversando com o Governo, que inclusive vem se comprometendo a colocar uma política de maior difusão do biocombustível, principalmente o biodiesel. Agora, inclusive neste ano, há um compromisso do Governo de lançar um programa, um aumento da mistura do biodiesel, mas entendemos que não podemos esperar pela eternidade a posição do Governo. Sabemos que o Governo avançou muito do ponto de vista do etanol, mas precisávamos avançar

em alguns pontos, ou seja, dar um marco regulatório para os biocombustíveis.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Continua em discussão.

Eu concedo a vista coletiva, e deverá ser pautado para a próxima reunião, para deliberação desta comissão.

Dando sequência, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a presente reunião destina-se à audiência pública...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Há também, sobre a mesa, o Projeto de Lei do Senado 374, que é de autoria da Senadora Ana Amélia. Da mesma forma como procedemos no item anterior, eu pudesse fazer a leitura e darmos vista coletiva, para que os Senadores tomem conhecimento e possam votar na próxima semana, colocar em pauta.

Eu consulto V. Exª, ouvido o Plenário, se poderíamos fazer um relatório rápido e sucinto e darmos vista coletiva para análise definitiva na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Submeto o requerimento do Senador Sérgio Souza à apreciação do Plenário.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

EXTRAPAUTA
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 374, de 2011
- Não terminativo -

Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, as obrigações dos responsáveis por locais e recintos alfandegados, a autorização para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira, alterando as Leis nos 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.019, de 30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e os Decretos-Leis nos 37, de 18 de novembro de 1966, 1.455, de 7 de abril de 1976, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revoga dispositivos do Decreto-Lei no 2.472, de 1º de setembro de 1988, e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 374, de 2011, na forma da Emenda (substitutiva) que apresenta.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, por designação de V. Exª, foi distribuído a mim, para relatar, o Projeto de Lei 374, de 2011, de autoria da nobre Senadora Ana Amélia, ementado em epígrafe.

O projeto compõe-se de trinta e sete artigos, que dispõem sobre basicamente sete matérias, a saber (eu também, da mesma forma, só vou fazer a análise, e partiremos direto ao voto, porque a matéria é bastante complexa, e o relatório é extensivo): a) altera o regime jurídico de exploração dos recintos aduaneiros de zona secundária (portos secos), denominando-os "Centro Logístico e Industrial Aduaneiro (CLIA)", os quais passam a depender de autorização, e não mais de concessão/permissão mediante licitação, o que está previsto nos arts. 6º a 12, 16 a 18, 35 e 37, inciso II neste último); b) complementa a exigência de requisitos técnicos e operacionais para o alfandegamento de recintos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação (art. 2º);

c) estabelece as obrigações, define a garantia prestada pela pessoa jurídica responsável por locais e recintos alfandegados e fixa sanções (art. 3º a 5º, 15 e 19);

d) relativamente às fronteiras terrestres:

1. permite a realização do despacho aduaneiro em recinto de fiscalização aduaneira em local interior, distante de ponto de fronteira alfandegado (arts. 29 e 30);

2. define parâmetros e valores máximos para os preços cobrados pela pessoa jurídica arrendatária de imóveis pertencentes à União que preste, em situação monopolista, serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias e serviços conexos (art. 13);

3. estabelece as hipóteses em que a própria Secretaria da Receita Federal do Brasil poderá prestar serviços de movimentação de mercadorias e serviços conexos (art. 14);

e) fornece arcabouço legal para a realização de despacho aduaneiro de exportação em recinto não alfandegado (art. 20);

f) autoriza a Secretaria da Receita Federal do Brasil e outros órgãos públicos federais a dispor sobre o comércio de subsistência em localidades fronteiriças onde não existam unidades aduaneiras (art. 21);

g) promove várias alterações na legislação aduaneira (arts. 22 a 34), entre elas:

1. dispensa de tradução para o português de documentos expressos nos idiomas de trabalho do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Organização Mundial do Comércio (OMC) (art. 22);

2. devolução de mercadorias ao exterior por terem sua importação vedada por normas ambientais, sanitárias, de segurança ou de saúde pública (art. 23);

3. desembaraço, como bagagem desacompanhada, de bens havidos por legado ou herança de sucessão no exterior (art. 25);

4. alteração das regras de ressarcimento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) (art. 28, na parte que altera o art. 22 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976).

O PLS nº 374, de 2011, foi distribuído às seguintes Comissões: de Serviços de Infraestrutura (CI); de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ); e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

Na Comissão de Serviços de Infraestrutura foram apresentadas duas emendas, uma modificativa e a outra supressiva, ambas de autoria do Senador Gim. Elas alteram a redação de vários dispositivos e suprimem o parágrafo único do art. 15 e o art. 35 do PLS nº 374, de 2011, com o propósito de adequá-lo às normas constitucionais e ao sistema vigentes, sobretudo no que tange à caracterização da atividade de portos secos (CLIAs) como serviço público, submetidos a prévio procedimento licitatório.

Na reunião da CI realizada em 29 de agosto de 2012, foi aprovado relatório do Senador Ricardo Ferraço, que passou a constituir parecer da Comissão, no sentido de aprovação do PLS nº 374, de 2011, com o acatamento das duas emendas, na forma de emenda substitutiva. Esse substitutivo afasta a principal inovação do PLS – a introdução de regime jurídico da autorização para a exploração de portos secos – e aperfeiçoa o modelo de concessão/permissão mediante licitação.

Em 4 de abril de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MPV) nº 612, de mesma data, que instituía o regime de licença na exploração dos portos secos, pondo fim ao regime de serviço público para o desempenho dessa atividade. A MPV não foi apreciada no prazo constitucional, havendo, por isso, perdido a eficácia à zero hora de 2 de agosto de 2013, nos termos do art. 62, §3º, da Carta Magna.

E aqui, Sr. Presidente, nós buscamos recompor o texto que foi apreciado na Medida Provisória, buscando dar uma solução para esse imbróglio que são os portos secos, que pouco são explorados, expandidos no Brasil por falta de uma legislação que possa resolver o problema e não complicá-lo.

Então, o voto, Sr. Presidente, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2011, de autoria da eminente Senadora Ana Amélia, na forma do substitutivo que apresento.

É o voto e o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Em discussão o parecer.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu acho que o Senador Sérgio Souza tem razão. É um projeto complexo, daí o meu pedido de vista. Foi utilizada uma denominação: Clia e, até onde eu sei, essa denominação ainda não existe, porque a medida provisória que a criaria não foi aprovada. Então, eu acho que realmente é um projeto que nós temos que avaliar bem e, por isso, o meu pedido de vista. Peço à assessoria, e eu, pessoalmente, gostaria muito de analisá-lo, até porque é um tema muito importante, principalmente para Estados que têm fronteira, como é o caso do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso do Sul e de outros aqui do País.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Continua em discussão.

Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, concordo com o Senador Moka. Entendo que nós precisamos debater mais este assunto e também peço vista, para que seja concedida vista coletiva, a fim de debatermos melhor este assunto e a nossa assessoria também discutir. Nas próximas semanas, nós poderemos trazer para o debate e poderemos aprovar ou não esta matéria.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – O pedido de vista é regimental e eu concedo vista coletiva.

Vamos entrar agora no objetivo da nossa audiência pública.

A presente reunião destina-se a audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 50, de 2013, de autoria do Senador Sérgio Souza, aprovado em 24/10/2013, com a finalidade de analisar e discutir a política para recuperação da lavoura do café, tendo em vista as fortes geadas ocorridas na Região Sul do País, que dizimaram cafezais no Paraná e em outros Estados produtores, com a presença dos seguintes convidados: Deputado Silas Brasileiro, presidente do Conselho Nacional do Café...

Eu queria cumprimentar o meu colega e dizer que nós sentimos saudades da sua presença, porquanto V.

Exª foi um grande companheiro quando nós militávamos na Câmara dos Deputados. É uma alegria revê-lo.

Voltando aos convidados: Sr. Janio Zeferino da Silva, diretor do Departamento do Café da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e Sr. Francisco Carlos Simioni, diretor do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

Convido o Deputado Silas, o Sr. Janio e o Sr. Francisco Carlos para ocuparem seus lugares à Mesa. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza, autor do requerimento, para justificar a convocação desta reunião de audiência pública.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Acho que a crise vivida na cafeicultura nacional já se justifica por si só e aqui também pelas referências feitas no início desta reunião pelo Senador Acir Gurgacz. Na sequência, pudemos expressar a nossa preocupação com a crise na cafeicultura, que não é mais a principal atividade agrícola do meu Estado, o Estado do Paraná, mas é sim ainda uma importante atividade agrícola na geração de emprego e renda e na agricultura familiar, em especial.

Face à dizimação dos cafezais do Paraná, conversamos já com o Ministro Antônio Andrade por duas vezes e com pessoas do Ministério dizendo que precisamos implementar uma política para recuperação dos cafezais, porque o café não é como uma lavoura branca, uma lavoura que você planta e, em poucos meses, quatro, cinco ou seis meses ao máximo – às vezes, algumas lavouras de algodão chegam a isso –, colhe. O café você precisa de dois ou três anos de cultivo para começar a colher, ou seja, o retorno para o proprietário é de médio e longo prazo, e ainda existem as intempéries climáticas, que podem frustrar safras a qualquer momento. Dependemos muito do clima para o café.

Sr. Presidente, agradeço a todos os meus colegas, ao Senador Moka, ao Senador Ruben Figueiró, ao Senador Acir Gurgacz, agradeço a V. Exª por ter aprovado e por fazer esta reunião ainda esse ano. Sabemos que temos na pauta desta Comissão vários pedidos já aprovados de audiências públicas, mas V. Exª entendeu que a crise vivida pelo café pedia uma audiência pública de certa forma urgente e atendeu o nosso apelo, o apelo dos cafeicultores do Paraná e do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Gostaria de comunicar aos Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estabelecemos um tempo de 15 minutos para cada um dos nossos convidados para fazer as exposições e, depois, abriremos o debate aos Srs. Senadores.

Iniciando a nossa audiência pública, terei o prazer de conceder a palavra ao Deputado Silas Brasileiro, Presidente Executivo do Conselho Nacional do Café, para fazer a sua exposição. Com a palavra S. Exª.

O SR. SILAS BRASILEIRO (PMDB - MG) – Cumprimento o nosso Presidente, Senador Benedito de Lira. TIvemos a satisfação enorme de trabalhar com ele quando estávamos na Câmara dos Deputados. Foi realmente um momento grandioso. Sem dúvida, sua promoção para o Senado foi uma justiça, porque foi sempre um batalhador defendendo nossos produtores do Nordeste.

Queríamos cumprimentar o nosso amigo, Senador Sérgio Souza, autor do requerimento. É uma alegria estar aqui. Também o Senador Acir, Senador Moka, que inclusive tive o privilégio – ele, como Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, e eu, Vice-Presidente – de aprender muito com ele, aliás, tenho aprendido muito nesse dia a dia que tenho vivido aqui no Parlamento; e a cada um dos nossos convidados.

Queria convidar o Dr. Janio, do nosso DCAF, o Dr. Simioni, que veio do Paraná, e dizer que vamos fazer uma breve apresentação sobre o Estado do Paraná dentro de um quadro que nos foi apresentado principalmente pelo Dr. Ágide Meneguette. Depois, faremos alguns comentários adicionais. *(Pausa.)*

Como disse o Senador Sérgio Souza, já tivemos no Paraná um momento áureo. Em 1975, 41% da área em produção de café no Brasil era do Paraná, 921 mil hectares de café. Hoje, infelizmente, todos poderão verificar, contamos com 65 mil hectares. Isso representa 3% da nossa área de café. Foi caindo ao longo do tempo por diversas razões, não só pela condição climática, que afetou sobremaneira, mas também pela oportunidade de outras culturas, principalmente grãos, que, em sendo terras férteis, têm uma condição extraordinária de produção, soja, milho, trigo. Consequentemente, inclusive por seus ciclos de preços altos e baixos, foi sendo desestimulado o plantio do café. Em 2012, foram produzidas 1,58 milhão de sacas de café; em 2013, 1,640 milhão, o que representou 4% da produção nacional. Temos informação de que, em 2012, foram 16.873 hectares e, em 2013, 16.670 hectares.

Na verdade, não há um crescimento. Não há ainda um levantamento final das perdas em 2014.

É bom destacar, Senador Sérgio, que as informações são muito contraditórias. Alguns líderes nos informam que, para produzir café no Paraná, há um prejuízo de R$150,00 por saca. Ágide Meneguette informa que o prejuízo está em torno de R$100,00 a R$120,00 por saca de café produzido. Sem dúvida alguma, isso também é mais uma razão de desestímulo.

Vejam bem, o custo de produção do café, no Paraná – esse é um dado oficial do Deral, e é bom ter um representante aqui porque foi um dado que pegamos lá –, está, com o cultivo tradicional, em torno de R$500,00 para a produção e para a comercialização em torno de R$270,00. Essa seria a média no cultivo tradicional. No adensado, é importante destacar que o custo é muito menor. São normalmente conduzidas essas lavouras por agricultores familiares. São pequenos agricultores que conduzem essas lavouras. Mesmo assim, o custo é R$385,00, R$386,00, R$382,00, em torno de R$380,00 e a comercialização estava, em agosto, R$261,00. Hoje, inclusive, o preço está inferior. Então, sabemos que também é uma lavoura totalmente deficitária.

A formação de lavoura é um dado importante. Veio um pedido inclusive para o Ministério de R$ 8 mil para formação de lavouras novas ou recuperação de lavouras, R$ 8 mil por hectare. Vejam bem que foi um pedido que não tem nenhuma fundamentação técnica, porque, se usarmos o espaçamento tradicional, que é o 4 por 1, vamos ter, com preparo de solo, R$5.245,00 de custo ou, sem o preparo do solo, R$4.770,00. Temos um gráfico à frente para demonstrar isso. Se mudar o espaçamento para 3,80 por 70, que é o que se usa em Rondônia, em Minas Gerais, na Bahia – é o tradicional e o mais rentável, porque aproveita melhor a terra –, teremos o custo de formação em R$5.886,00, com preparo do solo, ou R$5.411,00. Se pegarmos o último, que é o adensado, 10 mil plantas por hectare, temos uma formação que é o dobro do custo da tradicional e com uma desvantagem: no segundo ano, temos que arrancar uma planta e uma rua, porque senão não produz mais. As plantas adensam e não têm mais condição de produzir porque falta fotossíntese. Não há penetração de sol e, consequentemente, não há como produzir onde as plantas se encontram. É uma avaliação que a gente tem que fazer: é vantajoso ou não ter uma lavoura por dois anos e promover o arranquio de metade dela voltando para o tradicional, que é o 4 por 1.

No caso do esqueletamento, e naturalmente muitas lavouras serão esqueletadas, fizemos um levantamento, é quase o custo de uma lavoura nova. Esse levantamento é feito pelo Educampo/Sebrae. Chegamos a R$3.575,00 para fazer o esqueletamento e conduzir a lavoura no seu primeiro ano. Naturalmente, ela vai produzir no segundo ano, porque, no primeiro ano do esqueletamento, não vai produzir absolutamente nada.

A cafeicultura enfrenta, então, uma crise internacional de preços baixos derivada do excesso de produção. Isso é o que estamos constatando. Inclusive, no Brasil, nunca tivemos esse ciclo de produção no mesmo nível, no mesmo patamar. Tivemos safras altas e safras baixas. Então, a safra alta contribuía, sem dúvida alguma, para que o preço viesse a ficar mais baixo, mas na safra baixa se o preço subia, havia uma compensação. Agora, estamos vivendo em função de tratos culturais e em função das pesquisas que temos feito. Então, estamos vivendo um ciclo somente de produção alta. Em 2012, produzimos 50 milhões; em 2013 produzimos 48 milhões e, em 2014, vamos produzir 48, 50 milhões novamente.

Aquele equilíbrio que se fazia em função de alta e baixa produtividade desapareceu no Brasil porque a pesquisa realmente evoluiu muito. Estamos desenvolvendo outras políticas e não mais aquela contando com o tempo de produção alta ou produção baixa. Mas o que nos preocupa é o quadro de baixo.

Veja bem, o Vietnã esta produzindo uma média de 39 sacas por hectare. O Vietnã não tem nenhuma legislação social, trabalham crianças de sete anos, de dez anos, trabalham senhoras, não há nenhum registro, não há nenhuma garantia e não há respeito ao meio ambiente, poluem tudo. Então, é um concorrente muito forte que temos porque, no Brasil, a sustentabilidade é a maior do mundo, é um princípio que é respeitado. Nós temos sustentabilidade ambiental e a social que é muito rigorosa no Brasil, e a social traz um custo muito elevado na produção de café no Brasil porque a fiscalização do Ministério é muito forte, a exigência é demasiada.

Temos que pensar em mudar essa legislação, mas é muito difícil realmente alterar a legislação social. No entanto, as exigências são enormes. Eu até vou contar um caso particular muito rapidamente:

Nós, há dois anos, tínhamos, Presidente Benedito de Lira, uma cantina na fazenda onde alimentávamos cerca de 600 pessoas com um custo muito elevado, tudo azulejado. Tínhamos dois grupos de trabalho: um, com uniforme branco, servia as refeições, trabalhava na cozinha e, o outro, com uniforme verde, fazia o trabalho de limpeza.

Um belo dia, num sábado – estou na fazenda todos os sábados – me chega lá a fiscalização do Ministério do Trabalho. Eu os recebi, fizeram a refeição conosco, almoçaram, ficaram felizes, visitaram tudo,

gostaram da refeição. Na hora de sair, agradeceram, e uma fiscal que estava junto disse: "Eu queria falar com a nutricionista". "Como nutricionista? São três meses do ano fornecendo essa alimentação com que vocês acabaram de se alimentar agora, e viram a qualidade".

Aplicaram-me uma multa. Recorri, perdi e tive que pagar a multa. Fechei a cantina. Então, é boia-fria? Leva, então, a sua marmita e se alimenta da forma que o Governo efetivamente quer. Quer dizer, são absurdos, são excessos que são praticados e não há quem nos ouça. Esse é que é o problema.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILAS BRASILEIRO (PMDB - MG) – Ainda bem, ainda bem. Então, imagino a preocupação, mas aí vêm esses concorrentes.

Eu não me preocupo com o Vietnã estar crescendo, vai crescer mais, não me preocupo com Honduras, mas me preocupo com o Peru, porque a Colômbia está descendo para o Peru e, consequentemente, ocupando as áreas férteis do Peru, e isso vai aumentar a sua produção de café. A Índia está em ascensão; a Etiópia, sem dúvida nenhuma, é outra ameaça grande que temos hoje; a Colômbia, com 11, deve passar para seus 13. Uganda também não é preocupação, mas a Indonésia é motivo de muita preocupação. A produção dela é muito baixa, qualquer estalo que der, se o Governo der um suporte, por menor que seja, eles vão dar um salto na sua produtividade e, consequentemente, será uma ameaça muito grande para o Brasil.

Políticas de incentivo ao aumento da oferta de café devem ser analisadas sob a ótica da rentabilidade local da cafeicultura, frente às características climáticas, produtivas, de oferta dos insumos e dos fatores de produção.

Na concessão do crédito para recuperação de lavouras cafeeiras, os custos reais de implantação devem servir de base para definição do montante de recursos públicos a serem liberados. Dependendo da conjuntura de mercado e, visando a garantir renda e qualidade de vida do produtor rural, as alternativas para diversificação devem ser avaliadas. É isso que o conselho tem pregado: buscarmos diversificar ao invés de concentrar na produção de café, aumentar a nossa produção e, consequentemente, ter, realmente, o preço, cada vez mais, aviltado.

Nós fizemos as planilhas que, logicamente, poderão ser distribuídas.

Esse é um plantio tradicional de 4 por 1. São as operações que nós realizamos. Nesse, chega a este montante de R$2.230. De outro lado, os insumos que nós gastamos para formação da lavoura. Então, o total orçado é de R$5.245.

Nós temos o 3,80 por 0,70, da mesma forma: operação R$2.430, insumos R$3.456, R$5.886.

Aí vem o 4 por 0,5, com cinco mil plantas: a operação R$2.455, insumos R$4.206, R$6.600.

E o 2 por 0,5, que é o superadensamento, em que a operação para o plantio fica em R$3.880, os insumos, R$8.071, com o total orçado de R$11.951.

O CNC tem defendido, Srs. Senadores, exatamente que não devemos aumentar a área de produção. Quanto àquelas áreas que têm risco, no caso do Paraná, com intempéries que, a cada dia, estamos sentindo que estão acontecendo mais, propomos, inclusive através de recursos do próprio Funcafé, alternativas para outras culturas, porque aí garante renda para o produtor.

O Governo tem dado uma atenção. Nós não podemos dizer que o Governo, Presidente, tem descuidado. Houve, agora, recentemente, uma correção do preço mínimo de 262 para 307. Ela foi, sem dúvida, substantiva, embora a Conab tenha apurado que o custo de produção de café seja 347 e não 307. Houve agora uma renegociação de dívidas, que, realmente, veio num bom momento, em que nós estamos renegociando custeio, estocagem e também investimento. Isso está injetando na produção do café cerca de 4,5 bilhões, o que representa em torno de 70% a 75% do endividamento da cafeicultura. Então, veio num bom momento. É um capital de giro que nós estamos tendo que vai vir, sem dúvida, num momento extraordinário, dando mais cinco anos de prazo para o produtor continuar a sua atividade.

Porém, muito embora seja autorizativo o recurso obrigatório do banco, o banco não quer fazer, porque para ele não é um bom negócio. E o Governo não pode determinar que ele faça, porque o recurso é do banco. Ele manda no recurso dele no Funcafé, mas do banco, não. E o recurso obrigatório é muito maior que o recurso próprio do Funcafé. Então, nós estamos vivendo esta dificuldade: se, por um lado, há uma resolução que determina que se faça a renegociação e que o produtor continue a ter acesso a recursos novos para manter a sua atividade e, inclusive, para saldar o compromisso assumido, por outro lado, os bancos não querem fazê-lo. Isso traz uma dificuldade muito grande, inclusive, para operações que estão enquadradas dentro da resolução, o banco fala: "não, não está enquadrada, isso não vai ser contemplado, de forma nenhuma" – no caso, a CPR. Vemos muita dificuldade, muita resistência. Por quê? Porque, hoje, é ruim investir no café, pois o café está deficitário. Se temos um custo médio de Brasil em torno de R$360 para produzir e temos uma venda média em torno de R$260, quem é que quer investir num produtor que não tem renda

para, amanhã, saldar o seu compromisso? Essa é a grande dificuldade.

Nós não somos absolutamente contrários à pretensão do Paraná, mas nós estamos justificando que, economicamente, não é um bom negócio. Economicamente, deveríamos partir para culturas alternativas, sim, inclusive com recursos do Funcafé, inclusive, quem sabe, aplicando um desconto na dívida que seja proporcional àquilo que o cidadão tomou.

Temos de achar uma fórmula que pudesse, realmente, manter o cidadão na sua área rural, porque, senão, o inchaço da cidade também é muito grande. Há 270 mil produtores de café no Brasil. O café é muito mais importante na área social que na área econômica. Temos de lembrar muito isso. Mas plantar mais café ou recuperar lavouras de café, realmente, não é o melhor indicativo hoje no conceito do Conselho Nacional do Café.

Nós agradecemos. Estamos à disposição, naturalmente, para as perguntas posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Deputado Silas Brasileiro, pela sua exposição.

Eu concedo a palavra ao Dr. Janio Zeferino da Silva, Diretor do Departamento de Café da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura.

Com a palavra.

O SR. JANIO ZEFERINO DA SILVA – Bom dia, Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão; Senador Sérgio Souza, do Paraná, Waldemir Moka, Senador Acir.

Sinto-me honrado com esse convite de ter aqui, na presença, o Senador do meu Estado natal – sou paranaense –. Morei em Rondônia, lá em Jaru, uma época muito boa da minha vida; e também lá em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

A posição do Departamento do Café na questão do Paraná baseou-se em alguns estudos que nos foram apresentados e em visita que realizamos, em 2 de setembro, a Faep, juntamente com a Comissão da Federação dos Produtores, Federação dos Trabalhadores Rurais, com a Ocepar, com a Secretaria do Estado da Agricultura e lideranças da Câmara Setorial do Café do Paraná. Na ocasião, nos foram apresentados dados relativos à situação da lavoura paranaense. São 82 mil hectares, dos quais, provavelmente, neste ano, em função dos acontecimentos da geada de julho, serão erradicados cerca de 16 mil hectares e terão cerca de 64 mil hectares a serem recuperados, dos quais cerca de 90% são de produtores familiares que são atendidos pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário com recursos do Pronaf.

Tivemos uma discussão bastante longa, em que foi apresentado um orçamento que foi estimado em até R$8 mil por hectare para diversas etapas de recuperação. Algumas lavouras – como o Deputado Silas, Presidente do CNC, apresentou – com esqueletamento, outras com recepa e algumas outras lavouras deverão ser erradicadas e replantadas.

A proposta do Deral e de toda a comissão da cafeicultura paranaense, que recebemos no encaminhamento feito pela Secretaria do Estado da Agricultura, um encaminhamento formal e com o apoio de todas as entidades já mencionadas, indicava algumas medidas: uma delas era a aquisição de café pelo preço mínimo, Proagro por dois anos e a recuperação com esse orçamento estimado em R$8 mil.

Ele é relativamente alto quando se fala em esqueletamento; quando se fala em lavouras adensadas, ele fica abaixo, é verdade; mas, como se trata de uma operação de crédito que vai passar por um projeto técnico, elaborado por um técnico credenciado das instituições financeiras, tanto com recursos do Pronaf quanto, eventualmente, com recursos do Funcafé, haverá, caso a caso, o enquadramento dessa proposta de recuperação, e aí se estabelecerá um orçamento em que – concordamos com o orçamento apresentado pelo CNC – haverá algumas situações com valores de R$4 mil, R$5 mil, dependendo do estágio da lavoura, da situação de cada propriedade e que serão levantados.

Lá no Departamento do Café, encaminhamos para o Ministro Antônio Andrade uma proposta de encaminhamento para o Ministério da Fazenda, de que utilizássemos recursos do Funcafé e um valor de R$80 milhões para recuperação de café do Paraná.

Sabemos que esses recursos são mais que suficientes. Na verdade, existe até uma sobra, mas, como pretendemos utilizar todo o recurso do Funcafé, dentro da estratégia de que os valores alocados pela lei orçamentária devem ser utilizados, a alocação em uma linha de maior prazo nos permite ações para o futuro e outras situações extemporâneas, como estamos tendo agora, de granizo em vários locais, Por exemplo, ontem no Rio Grande do Sul, houve muito granizo e, provavelmente, essas questões de granizo devem chegar até São Paulo e Minas Gerais, podendo também atingir algumas lavouras de café. Elas já estarão contempladas, dentro desse volume de recursos, em sua recuperação. Não estamos prevendo desastres nem querendo que aconteçam, mas é função de Governo agir proativamente.

A ação de governo reativa é sempre é dificultada, porque se vai tratar de um problema quando ele já aconteceu, e aí as soluções tardam. O nosso propósito, com essa linha que já existe no Funcafé, que é a

recuperação de lavouras atingidas por fenômenos climáticos, te termos alguma margem orçamentária para, eventualmente, numa situação que ninguém deseja, se algo acontecer, estejamos já devidamente preparados.

As ações que tomamos lá no Departamento têm esse final, foi amparada por um estudo feito por técnicos credenciados do Estado. Ficou claro para nós que esse valor, para algumas situações, era mais elevado, mas, como estamos trabalhando com a situação de projeto técnico, levantamento econômico e viabilidade, entendemos que poderá ser atingido.

Com relação à viabilidade da cafeicultura paranaense, nesse momento, realmente ela não é mais viável, como também vivemos esse problema de inviabilidade econômica momentânea em Minas Gerais, em Rondônia, em São Paulo e em todos os Estados que produzem café.

Do mesmo modo, como já vivemos ciclos de muita alta, é um pensamento que é compartilhado pelo Ministério da Agricultura e pelo Conselho Nacional do Café, de que o preço equilibrado é a melhor das situações para toda a cadeia, porque toda vez que há um pico, tanto de baixa quanto de alta, a cadeia é prejudicada, então existe crise, existe dificuldade, e trabalhamos para que haja um equilíbrio.

Uma das questões que colocamos sempre no Ministério da Agricultura é o que decorre da não recuperação ainda de mercados importantes, como Estados Unidos, Europa e Japão. Eles tinham o costume, por uma questão de segurança alimentar, vinculada às questões de fundo – muito maior de que os países que passaram por graves crises de alimentação em épocas passadas –, de manter estoques elevados de produção na sua própria região, dentro da Europa, dos Estados Unidos e do Japão. Como disse, isso acontecia porque existia a questão da segurança alimentar. E o café, apesar de não ser uma comida, ser uma bebida, está muito arraigado nos hábitos, e eles são grandes consumidores.

Com a crise, a partir de 2008, as condições econômicos foram apertando cada vez mais,e essa manutenção de estoques nas fontes de consumo foram reduzindo paulatinamente, até chegar um momento, como hoje, que se tem um navio desembarcando o estoque, um navio no mar e um navio carregando, quando, naturalmente, em épocas passadas, se tinham sete, oito, nove meses de estoque na Europa, nos Estados Unidos ou então no Japão.

Uma das causas da queda dos preços é a transferência para os países produtores de carregamento de estoques. Então, os estoques vão ficando aqui, na mão do produtor, que tem que vender. E, como o consumidor sabe que compra na hora em que quer, não há necessidade de se trabalhar um preço, se pensar num preço. Além disso, como o Deputado bem mostrou, com a eficiência da agropecuária nacional em gerar, cada vez mais, tecnologia, produção, volume, resolvemos um problema grave no café de tempos passados que é a bianualidade, com uma safra muito grande e outra pequena.

Hoje, com irrigação, com tratos culturais, com novas variedades, conseguimos quase que equilibrar as safras brasileiras. Isso também causa um movimento de oferta abundante de café. Da mesma forma, a relação consumo/produção é extremamente equilibrada. Vamos produzir, no próximo ano, safra de 146 milhões de sacas, um consumo de 142. Quer dizer, então não há excesso de produção. Esse fato já é patente, porém temos 130 mil contratos em aberto na Bolsa de Nova York, que dá três vezes, mais ou menos, a produção mundial de sacas, quando se transforma contrato em saca. E esse movimento exclusivamente financeiro é que faz com que o preço seja pautado pela Bolsa de Nova York como no caso do conilon, pautado pela Bolsa de Londres. Essa é uma das causas, das razões também, do preço estar relativamente baixo.

A nossa política também é buscar sempre eficácia, eficiência. Estamos trabalhando para que em 2014 lancemos um grande plano que estamos chamando de Plano de Reconversão da Atividade, que, na intenção do Departamento do Café, será reaplicado em outras atividades para que, quando houver uma crise, haja uma porta de saída com dignidade. Então, estamos trabalhando um programa para recuperar cerca de um milhão de hectares de café em montanha, onde a situação ainda é pior do que a situação do Paraná.

A gente mantém a produção de café. Nós não estamos trabalhando para reduzir produção de café. Não estamos trabalhando para tirar as pessoas do campo. Estamos trabalhando para criar uma nova alternativa de renda na atividade rural, que é onde o emprego é mais barato e produz o maior resultado para o País como um todo, com alimentação de baixo custo, atendimento das demandas sociais, renda para as pessoas para que, dessa maneira, a gente possa contribuir para que o Brasil continue se desenvolvendo.

O Departamento tem essa posição. Com relação à demanda específica do Paraná, trabalhamos com esse viés dentro do projeto que nos foi apresentado pela Secretaria, amparado por todas as entidades representativas.

Sabemos que esse valor é um valor de referência, que será devidamente aprovado quando houver o atendimento de uma demanda, ciente também de que em algumas regiões do Paraná a cafeicultura já se tor-

nou inviável por muitos aspectos – estão direcionando para outras lavouras.

É importante dizer que, dos cafeicultores paranaenses, 90% são pequenos produtores que têm lavoura de até dois hectares, que são importantes para a manutenção familiar, para a atenção, para ocupação do tempo das famílias. E é com essas pessoas que estamos preocupados, tanto que já negociamos com o Ministério de Desenvolvimento Agrário o lançamento de um programa semelhante, a ser feito com recursos do Pronaf, para que, dessa maneira, possamos atender à cafeicultura paranaense.

Neste momento, também quero trazer uma palavra do nosso Ministro Antônio Andrade a toda a Comissão, de que a agricultura brasileira vem contribuindo para o desenvolvimento do nosso País, produzindo superávits comerciais, gerando emprego, gerando renda. Nós temos lá no Ministério toda a atenção a qualquer demanda desta Comissão e do Senado Federal e estamos sempre à disposição para o que for preciso.

Agradeço em nome dele a oportunidade de estar aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Muito obrigado, Dr. Janio Zeferino.

Concedo a palavra, dando sequência, ao Francisco Carlos Simioni, da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná.

O SR. FRANCISCO CARLOS SIMIONI – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira; bom dia aos meus companheiros de Mesa, Janio, Deputado Silas; Srs. Deputados e Senadores aqui presentes, já nominados; senhoras e senhores.

Nós viemos com a preocupação da questão da cafeicultura do Estado do Paraná, já apresentada ao Ministério da Agricultura, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. Já foi relatada aqui a situação pelo companheiro Janio, pelo Presidente do Conselho Nacional do Café, Deputado Silas. Mas é de fundamental importância ressaltar algumas questões.

A produção de café no Paraná está numa situação decrescente, é verdade. Não numa uma conjuntura estadual ou nacional, numa conjuntura de oferta e demanda no mundo, que está ali retratada e que afeta o café brasileiro como um todo.

Dentro do Estado do Paraná, a cafeicultura tem um caráter e um apelo social muito forte, porque não é mais a principal cultura do norte pioneiro do Estado. Ele é um processo de diversificação dentro da pequena propriedade.

Houve já vários planos de securitização, de renegociação de dívidas em que as dívidas do café estão embutidas dentro desses planos e vêm fazendo com que a incapacidade de pagamento desses pequenos e médios produtores vá se exaurindo ao longo do tempo. Então, o que é que a gente tem feito e tem mostrado às autoridades estaduais, federais e buscado apoio?

É importante neste momento manter pelo menos os 65 mil, os 80 mil hectares de café que existem no Estado dentro de um processo social. O que é que nós vamos fazer? Vamos transformar essas 12 mil, 15 mil famílias que hoje plantam café de produtores rurais para proprietários rurais? Então, essa é uma indagação.

Algumas medidas foram implantadas, recentemente, pelo Conselho do Café e adotadas através de resolução do Banco Central. Contudo, são incipientes, porque os agentes financeiros não estão dispostos a aplicar recursos em café. Então, do que se precisa hoje? Precisa-se que se injete dinheiro para a aquisição de café, a AGF, tanto para o pequeno produtor, quanto para o médio produtor.

Foram colocados R$20 milhões para aquisição de café, no Brasil, através de aquisição direta do Governo Federal, sendo R$4,7 milhões no Paraná. Isso dá 19 sacas por produtor. É totalmente incipiente. Não vai resolver e não vai inserir novamente esse pequeno produtor ou o médio produtor no sistema financeiro bancário, para ele recorrer a crédito de investimento, a crédito de custeio, colocando-o dentro do amparo do crédito rural e da proteção que ele tem em Proagro, em seguro, etc., que dá condição para que essa propriedade se viabilize novamente. Hoje, muitos estão alijados do acesso ao crédito.

O outro ponto é o seguinte: temos hoje o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que garante atividade por um ano. Só que o café é uma cultura bianual. A geada que ocorreu em 24 e 25 de agosto deste ano, no Estado do Paraná, vai afetar a produção de 2014 e a produção de 2015. Portanto, há uma incoerência nesse processo. Qual? O Proagro avalia para o período de janeiro a dezembro de 2013, mas o prejuízo vai acontecer em 2014, porque, quando ocorreu a geada, a produção de 2013 já estava pronta, já estava sendo retirada do campo. Então, é preciso que esses normativos sejam alterados, é preciso que seja revista essa legislação do Proagro, que existe há mais de 30, 40 anos, para que não só possa viabilizar o Paraná, mas possa viabilizar o Proagro aos cafeicultores do Brasil.

Outro ponto que estamos tentando fazer dentro desse sistema de recuperação... E, logicamente, aqui há um plano de recuperação, um orçamento médio feito pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná, que é de R$8 mil, como o Dr. Janio já falou. Ele está dentro de um processo logicamente médio. Há algumas lavouras que vão exigir menos, R$5 mil, R$ 6 mil, o que também foi apresentado pelo Deputa-

do Silas, mas poderá chegar a R$ 8 mil. E nós temos uma condição favorável, não só de solo e de clima na região do norte do Estado para chegar facilmente até 30, 35 sacas por hectare, o que é altamente viável. E isso vai dar competitividade perante a produtividade média nacional e mundial.

Eu acho que o que já foi colocado aqui, tanto pelo Deputado Silas, como pelo Dr. Janio e mais agora as minhas colocações... Não quero me alongar para não ser repetitivo no que foi apresentado em termos da conjuntura da cafeicultura paranaense. Eu deixo aqui este apelo: é necessário que se coloquem, imediatamente, mais recursos para a AGF, não só para o pequeno produtor, via Ministério do Desenvolvimento Agrário, que já fez essa ação, mas ainda em volume pequeno de recurso, mas também para o médio produtor, o Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor), em pelo menos mais R$30 milhões, para que possa dar suporte e inserir novamente esses cafeicultores no sistema de crédito nacional.

Eu acho que é isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Encerrada a participação dos nossos convidados, eu concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero dizer que é importante ouvir o Conselho Nacional do Café, é importante ouvir o Ministério da Agricultura, a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, e dizer que o café não se funde tão somente com uma atividade econômica. O café é diferente.

Por mais que, no meu Estado, ele tenha chegado a 41% da área de produção agrícola, hoje há menos de 3% e será menos no ano que vem, porque eu ando o Paraná inteiro e o Simioni também faz isso, e o que nós estamos vendo de lavouras sendo arrancadas é incrível. Em algumas regiões, em todas elas... Na região de Apucarana, esses dias eu estive ali em Pirapó, inclusive uma associação de cafeicultores veio conversar comigo, dizendo que essa é a vida deles. Eles não sabem fazer outra coisa. Fazem isso há décadas, passando de geração em geração. Mantém-se família nos distritos, que moram ali naqueles centros urbanos e que laboram. Até na propriedade rural, há as parcerias agrícolas, os meeiros, com famílias, que, se você erradicar o café, colocar culturas como a da soja, você não precisa mais nada disso. Essas famílias todas vão ter que ir para outras regiões, para outros centros e não sabem, às vezes, fazer outras coisas. Não que não tenham a capacidade de aprender. É muito comum o êxodo rural no meu Estado, como em outros tantos Estados. Foi muito grande, principalmente na década de 70, na década de 80, nosso Estado passou de um Estado rural para um Estado urbano.

Hoje, o Paraná tem para mais de 90% da sua população urbanizada. Mas nós temos que pensar o café de forma diferente. Ele não é somente uma atividade econômica agrícola, como é, na maioria das vezes, a soja, a cana-de-açúcar, o trigo. O trigo também é um pouco diferente, não é? Por ser uma cultura de inverno, o Paraná sofre muito com isso, porque em algumas regiões você não tem a segunda safra do milho, como temos no Centro-Oeste e em outras regiões do Estado do Paraná.

Mas aqui também quero, Sr. Presidente, consignar que o Dr. Ágide de Meneghetti, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, enviou carta ao meu gabinete recentemente manifestando sua preocupação e colocou pontos aqui muito parecidos com esses colocados pelo Dr. Francisco Simioni, que é de fato criar uma linha de crédito especial, sugerindo recursos do Funcafé, outros, para a recuperação ou para a implementação de novas áreas de café, face às intempéries climáticas. Também sugeriu aqui a AGF, sugeriu também uma política de garantia de preços mínimos e sugeriu alteração nas normas do Proagro. Então, Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer aqui a presença do Deputado Silas Brasileiro, que é o Presidente executivo do Conselho Nacional do Café, que entende como ninguém as condições e a real atividade da cafeicultura nacional, não é só do ponto de vista econômico especialmente em Minas.

Agradeço ao Dr. Janio, que, atendendo ao nosso pedido, faz um brilhante trabalho lá no Ministério e, atendendo ao nosso pedido, veio aqui dispor do seu tempo para levar a informação ao povo brasileiro que gosta dessa cultura, da cultura do café. Agradeço ao Simioni, amigo pessoal, alguém que sempre está nas trincheiras da agricultura lá dentro da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, fazendo um trabalho exemplar. Obrigado a todos e um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Dr. Janio Zeferino da Silva, que é o diretor do Departamento de Café da Secretaria de Produção, Água e Energia, e o Dr. Francisco Carlos Simioni, que é o Secretário de Agricultura do Paraná.

De uma forma especial, já fazendo uma retificação, Sr. Presidente, digo que não é verdade que o Deputado Silas Brasileiro aprendeu alguma coisa comigo. Eu é que aprendi muito com esse extraordinário

companheiro, grande parlamentar, homem experiente, equilibrado, de bom senso, que é o Deputado Silas Brasileiro. E um homem servidor.

Eu me lembro, logo no início, de que estávamos começando uma produção no Vale do Ivinhema, no Estado do Mato Grosso Sul, e o Deputado Silas Brasileiro se dispôs, foi lá, em campo, fez uma palestra, mostrou para o pessoal a forma, as novas técnicas de como produzir. Quer dizer, uma pessoa como Silas se dispôs a ir ao interior do Mato Grosso do Sul para ajudar pequenos produtores que estavam começando naquela época o plantio do café. Então, lembro-me como se fosse hoje desse desprendimento e dessa disposição. Então, é um prazer muito grande, amigo, vê-lo aqui.

Eu penso, Sr. Presidente, e acho sempre que, nessas audiências públicas, devemos ter um encaminhamento. Embora no meu Estado de Mato Grosso do Sul, a nossa produção é muito pequena, eu gostaria de contribuir, porque esse é um cenário que me parece, nesse momento, angustiante. Talvez não seja só no Paraná, porque vi também uma movimentação muito grande dos produtores de café no Espírito Santo. Quer dizer, essa crise, é claro, é uma crise de produção, de tecnologia que está aumentando a produtividade.

Eu pude perceber ali que o Paraná diminuiu a área plantada e aumentou a produção. Quer dizer, estamos aumentando em produtividade. Eu me lembro de que, quando presidente da Comissão de Agricultura – já tem algum tempo isso, foi em 2003, 2004 – havia essa questão da dualidade. Um ano, havia essa safra cheia, e o outro ano, a safra pequena. Isso equilibrava o preço. Não há mais isso.

Aliado à questão de estoque de que falou o Dr. Janio Zeferino, ou seja, de que agora os grandes consumidores não querem mais fazer os grandes estoques, estamos com uma sobra. É evidente essa sobra. Há uma oferta muito grande, o preço deprime, e o custo de produção continua o mesmo ou então aumenta. Na maioria das vezes, aumenta, com preço que está caindo.

Como resolver o problema? Como disse o nosso Senador Sérgio Souza – e naquela época, 2003, já se dizia – o café deixou de ser uma questão econômica. Olha, o Brasil chegou a ter no café os orçamentos... O Ministro Paulinelli diz o seguinte: "Brasília foi construída em função do crédito de café. O Tesouro brasileiro tinha em estoque tantos milhões de saca de café." Isso era o nosso seguro. Como as coisas mudam, Silas. Pensar que este País já teve como lastro financeiro, quase que como moeda de trocam, o café, na época do Instituto Brasileiro do Café.

Hoje, estamos vivendo uma situação momentânea, disse bem, Janio, porque o café tem isso. Ele é sazonal. Daqui a pouco, o preço lá em cima, aí aumenta. Mas não pode ser assim. O bom é o preço – ele tem razão – equilibrado, que todo mundo pode produzir, cobrir o custo de produção, e ainda ter o lucro da renda do produtor. Esse é o cenário importante. Não temos. A emergência nesse momento é o recurso, Silas. E aí, eu quero me colocar à disposição. Onde nós vamos fazer uma agenda com a área econômica? Isso é área econômica de governo. Podemos falar com o Ministro de Agricultura ou com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, mas a definição disso, Sérgio, é a área econômica. Nós temos que pressionar. Tem que ter o recurso para atender, ainda que emergencialmente essa questão do café, injetar recurso para aquisição sobretudo dos pequenos agricultores para que eles possam pelo menos respirar nesse momento.

Eu me coloco à disposição, embora reconhecendo que é uma cultura cujo conhecimento é superficial, eu reconheço isso. Mas eu gostaria de contribuir num momento de crise, ajudando os produtores de café com o meu Estado, já que minha identificação é tão grande com o café que o meu nome é Moka. Então, Moka é um grão de café. É um café de alta qualidade, eu diria, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Bebível, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Grãozinho pequeno, mas de altíssima qualidade.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Nós engolimos esse Moka.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Presidente, Senador Benedito de Lira, quero cumprimentar o Deputado Silas Brasileiro, Presidente-Executivo do Conselho Nacional do Café; Sr. Janio Zeferino da Silva, do Ministério da Agricultura, e o Sr. Francisco Carlos Simioni, todos pela colaboração que aqui nos deram falando do nosso café.

Eu gostaria de lhes dizer que tenho a impressão de que todos nós Senadores aqui, para dar um exemplo como brasileiros, tomamos café bastante o dia inteiro. E o café, para nós, é como que um alimento essencial muito apreciado, gostoso e que nos faz bem, nos faz sentir bem.

A impressão que tenho é de que mais e mais pessoas no mundo tomam café, mesmo em países em que não se tomava tanto café, como na China ou no Japão, as notícias que se tem é de que também nesses países, com enorme população, na China e na Índia, mais e mais pessoas estão tomando café.

Nos países desenvolvidos, na Europa, os EUA, no Canadá, também o café é tomado bastante e também cada vez mais estabelecimentos, lanchonetes se especializam em café.

Eu tenho até uma pessoa da família, um primo meu, que tem o Suplicy Café, que hoje há diversos lugares do Brasil e de São Paulo, que está expandindo, Eles procuram inclusive se especializar em ter o café de melhor qualidade possível.

Então, do ponto de vista da economia do café, tenho a impressão de que a economia do café tem tudo para continuar se expandindo em que pese os problemas que sempre aconteceram na história do café, de geadas, como as referidas recentemente em agosto do ano passado.

Eu, desde criança, estou acostumado a ouvir falar, porque no Século XIX o meu avô, Luiz Suplicy, fundou o Escritório Suplicy, de corretagem café, em Santos, e meu pai em 1937, também, em São Paulo. O meu pai faleceu em 1977, aos 80 anos, mas eu sempre, desde criança e adolescente, ouvi falar dos problemas do café, já que muitos na minha família trabalhavam com a comercialização e a corretagem do café. Meus tios e avós produziram café.

Eu conto isso porque verifiquei que, segundo os dados pormenorizados que o Deputado Silas Brasileiro nos apresentou da evolução da área colhida no café, ela vem diminuindo ao longo do tempo. Quais seriam as diretrizes que poderiam ser tomadas diante de um...

Eu gostaria até de ouvir o Deputado Silas Brasileiro sobre se S. Exª tem também a perspectiva de que o café tem tudo para continuar indo bem em que pese todos esses ciclos de dificuldade, problemas climáticos. Pode haver esperança de o Brasil continuar a ser um dos principais produtores mundiais? Quais seriam os cuidados e diretrizes de política cafeeira que devem ser adotados pelo Governo brasileiro e por todos nós, inclusive no Congresso Nacional? Que medida podemos sugerir para melhorar as perspectivas para a produção café?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Antes de cumprimentar os Senadores Ana Amélia e Osvaldo, comunico à Senadora Ana Amélia que um projeto de V. Exª foi lido antes do início da audiência pública, com relatório do Senador Sérgio Souza. E, na próxima quinta-feira, estará na pauta para discussão e votação, considerando o pedido de vista coletiva.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente desta Comissão, Senador Benedito de Lira, caro Dr. Silas Brasileiro, Janio Zeferino da Silva e Francisco Carlos Simioni, como sou do Rio Grande do Sul e lá não se planta café, vim aqui para tomar o resultado e o fruto do trabalho dos senhores: tomar o café. O consumidor é a ponta final do trabalho que o cafeicultor brasileiro faz.

Eu estava vendo a relevância desse setor para a economia brasileira e para as questões sociais. Desde o dia 15 de novembro de 1889, no símbolo da República de um lado está o café e de outro está o tabaco, fumo, coincidentemente, um alimentício e outro discutido agora. Eu sou do Rio Grande do Sul, que produz muito tabaco e exporta 85%. Os dilemas que hoje os cafeicultores vivem são muito parecidos com os de outras áreas: oscilação de produção, mercado internacional, porque é uma *commodity*.

Eu queria aqui manifestar o apoio, como Senadora, às demandas do setor.

Tão importante quanto isso, Senador Benedito de Lira, eu queria agradecer ao Senador Sérgio Souza pela relatoria do meu projeto que trata de portos secos. Acho que a solicitação de vista coletiva desse projeto de grande relevância para a economia brasileira...

Estamos falando muito em logísticas das carências que temos, e o setor do café não foge a essa regra, então eu queria agradecer ao Senador Sérgio Souza, agradecer a V. Exª pelas informações e cumprimentar os expositores pelo que trouxeram aqui para enriquecer o conhecimento dos Parlamentares, porque nós aqui fazemos clínica geral, à exceção daqueles que são de regiões produtoras e têm *expertise*. O Suplicy tem um conhecimento, eu diria, histórico, sociológico, antropológico do setor. A cafeicultura está visceralmente na história brasileira e, evidentemente, até o roteiro de novelas mostrou muito a questão da presença do café na história da economia e na própria cultura do nosso País. O mundo hoje está substituindo o chá, no caso do oriente Médio, da Ásia – da China –, com a introdução do café. Isso para o Brasil é um grande mercado.

Então, eu queria cumprimentar todos e dizer que estou à disposição, também, da causa, mesmo que o Rio Grande do Sul não seja um produtor de café, mas é um industrializador do produto dos senhores, e com muita qualidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Não havendo mais expositores,...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, só para fazer um encaminha-

mento na mesma linha do Senador Moka. É evidente que aqui todos nós temos alguma preocupação e nos dirigimos ao Governo, clamando por uma solução. Eu gostaria de sugerir a V. Exª, Presidente desta Comissão de Agricultura, uma das mais importantes do Senado Federal, que nós fizéssemos, através dessa Presidência, um encaminhamento da sugestão aqui colocada pela Faep e também colocada pelo Dr. Simioni, desses quatro pontos, ao Ministro da Agricultura e também ao Ministro da Fazenda, como um documento desta Comissão, de soluções como essas que foram apontadas – lógico, mandando também as demais colocadas aqui.

Faço esse pedido a V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Tomaremos as providências necessárias para chegar a essas autoridades esses encaminhamentos.

Com a palavra Francisco Carlos Simioni.

O SR. FRANCISCO CARLOS SIMIONI – Nessa mesma linha do Senador Sérgio Souza, eu pediria licença para colocar á disposição da Mesa, da Presidência, o documento que foi elaborado em conjunto pela Federação da Agricultura do Paraná, Secretaria da Agricultura, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, que trata do Plano Emergencial de Revigoramento da Cafeicultura Paranaense.

Então, fica à disposição da Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Eu agradeço ao senhor.

Para as considerações finais, concedo a palavra ao ex-Deputado Silas Brasileiro.

O SR. SILAS BRASILEIRO – Muito obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Senador Suplicy, que acaba de chegar, a Senadora Ana Amélia e dizer, na verdade, que o café nos encanta exatamente pelo lado social, ou seja, a importância da geração de emprego e renda no País. É o maior gerador de emprego do nosso País de todas as culturas, são 8,4 milhões de empregos gerados por toda a cadeia café ainda hoje.

Esse levantamento foi confirmado pelo Presidente Lula. Quando nós, numa audiência, dissemos para ele o que representávamos, ele pediu que realmente fizéssemos uma confirmação. Por isso, nós estamos presentes no café com esse entusiasmo todo.

Na verdade, esses encaminhamentos foram feitos pela Faep, e nós temos aqui o último que, inclusive, foi assinado pelo Dr. Meneghetti e encaminhado ao Ministro Antônio Andrade. Há várias propostas, mas nós, que convivemos dentro do Governo – fomos, inclusive, secretário executivo do Ministério da Agricultura e secretário também de Agricultura do Estado de Minas Gerais – e vivemos o dia a dia da cafeicultura e suas dificuldades, podemos dizer que muita coisa aqui sabemos que vai ficar na retórica, porque é impossível termos dois preços de café de garantia ou três preços, já que o Paraná pede um preço, as montanhas pedem outro preço, o Cerrado pede outro preço. Então, é impossível o atendimento.

A redução de juros: hoje já temos juros de 5,5%, que é o aplicado para a cultura do café. Redução de juros para 2%: pagamos 4% de *spread* para o banco aplicar esse recurso, então estaríamos perdendo 2% cada vez que emprestássemos algum recurso para o produtor. Então, torna-se, realmente, impossível.

Mas há programas que podem efetivamente dar um alívio momentâneo, e, durante esse período de alívio, poderíamos trabalhar na legislação, alterando a legislação social, dando condição daquele trabalho temporário, que, sem dúvida alguma, penaliza tanto e onera em 63% a folha de pagamento do nosso apanhador de café, o homem que está lá no campo trabalhando no dia a dia. Então, seria muito importante isso aí.

Mas o que é emergencial? Dinheiro. Café precisa de dinheiro. Nós temos hoje um excedente de café. Em 2011, o estoque de passagem era calculado em 31 de março de cada ano. Nós tínhamos, então, estoque, no Brasil, de nove milhões de sacas de café. Em 2012, 31 de março, nós tínhamos oito milhões de sacas de café. Em 31 de março desse ano, de 2013, nós temos um estoque de treze milhões de sacas de café. Então, precisávamos era de recursos. Há um programa especial para isso, inclusive a Colômbia adota esse mesmo programa, que é o Pepro, é um Prêmio Equalizador Pago ao Produtor de Café. Isso aí daria um suporte extraordinário na manutenção de preços e, ao mesmo tempo, no escoamento.

O Brasil não pode mais voltar a ter 70 milhões de sacas de café em estoque. Não temos nem espaço para isso e não podemos servir de guarda-chuva para o mundo, perdendo o nosso mercado lá fora. Então, temos que vender o nosso café, temos que comercializar o nosso café. O Pepro seria, realmente, um valor pequeno para o Governo, um custo muito baixo, mas para o produtor seria substantivo. Nós temos proposto aí um Pepro em torno de R$50 por saco, como estímulo para efetivamente exportarmos. Nós temos o recurso no orçamento, o mais importante é isso, o recurso já está carimbado. Então, bastaria uma ação imediata, para que chegássemos realmente a aprovar essa proposta e consequentemente poderíamos escoar dez milhões de sacas de café.

Imagina só que maravilha: manteríamos nosso *market share* lá fora, estaríamos mantendo, então, o

mercado consumidor, estaríamos gratificando o produtor com esse recurso, que viria do Ministério. É uma verba que já existe, e daríamos um alento para a próxima safra.

Portanto, existem, assim, algumas ações imediatas. Nós sabemos que a Fazenda tem muita preocupação, Senador Sérgio, com relação a isso, mas não gera infração, porque não vai efetivamente subir o preço do café para o consumidor de forma nenhuma. É um recurso 2-OC, então é um recurso que é destinado exclusivamente para esse suporte. Então, seria a saída inteligente no momento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Uma solução.

O SR. SILAS BRASILEIRO – Uma solução. Eu acho que a preocupação nossa de expansão diária realmente é grande, porque estamos aplicando em pesquisa. O Ministério já aplicou em pesquisa, através da Embrapa, R$140 milhões. É muito dinheiro que estamos investindo na cafeicultura, variedades mais resistentes, mais produtivas

Isso nos tornará também mais competitivos no mercado. Então, temos de ter uma solução emergencial e um planejamento de médio e longo prazo. Emergencial seria exatamente a aplicação de um Pepro.

O Ministro Antônio Andrade é totalmente favorável, a sua equipe é totalmente favorável, há uma resistência na Fazenda. Então, precisaríamos... Como foi oferecido aqui um suporte pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, quem sabe poderíamos, juntamente, fazer um trabalho, não para convencer, mas para mostrar que é factível, que é bom para o País, que gera divisas, inclusive. Então, é fundamental, e nós não teríamos o problema de formar esse guarda-chuva que nos preocupa tanto, como aconteceu no passado.

Senador Suplicy, realmente, o Café Suplicy é extraordinário, é uma marca que respeitamos muito. E fazemos questão até de estar nas cafeterias onde há esse café.

É uma tradição. Essa tradição vem ao longo do descobrimento deste nosso País. Então, a contribuição do café foi fundamental para o nosso desenvolvimento, e acho que temos de manter, realmente, a atividade.

Acho que recuperar os 63 mil hectares de café do Paraná é importante, mas não devemos ter nenhuma expansão de área. Expansão de área seria, realmente, sem dúvida, impróprio neste momento; economicamente não traria nenhum resultado.

Essa é a nossa participação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Com a palavra, o Dr. Janio Zeferino para as suas considerações finais.

O SR. JANIO ZEFERINO DA SILVA – Aproveito o momento para cumprimentar a Senadora Ana Amélia. Trabalhei lá no Rio Grande do Sul, em Santa Maria da Boca do Monte, lá onde a gente... Bastante contato.

Senador Suplicy, é o seguinte: o Ministério da Agricultura apoia as ações. Gostaria de contar com o apoio desta Comissão, porque nós sabemos que a política de manutenção de estoques, que foi praticada pelo Brasil ao longo dos séculos, neste momento, no mundo atual, revela-se nociva, porque manter estoques... Hoje existe oferta de café no mundo. Nos anos 1950, nos anos 1940, quando o Brasil tinha 70% da produção mundial, segurar estoques forçava imediatamente reação do preço, mas hoje seguramos cinco milhões de sacas, o Vietnã vendeu, a Indonésia vendeu, a Colômbia vendeu, o mercado foi suprido, e nós ficamos com esse café aqui.

Então, a nossa proposta é a de que trabalhemos fortemente, para que haja apoio ao preço mínimo, a comercialização a preço mínimo, mas em ações que resultem em exportação de café e ocupação do *marché* brasileiro ao longo do tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Dr. Francisco Carlos.

O SR. FRANCISCO CARLOS SIMIONI – Eu só quero agradecer, cumprimentar a Deputada Ana Amélia, por seu apoio.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Eu tenho de estar em outra Comissão.

Meus cumprimentos.

O SR. FRANCISCO CARLOS SIMIONI – Obrigado. Obrigado, Senador.

Quero agradecer também o apoio do Senador Moka, do Senador Suplicy, enfim, o apoio do Senador Sérgio Souza, por também ter trazido esta reunião, dos companheiros Janio e Deputado Silas, do Sr. Presidente, Benedito, e dizer que temos de prestar a atenção na produção nacional, não só do café. Estamos importando neste ano quase oito milhões de toneladas de trigo. E, se não tomarmos cuidado, daqui a pouco, vamos importar café.

O Brasil não pode se pautar em produzir milho e soja e vender só esses dois grãos. Então, o café é uma *commodity* importantíssima. É de fundamental importância que se mantenha a produção, Deputado Silas, e mecanismos de pelo menos médio prazo de política agrícola, para que o agricultor possa se preparar e planejar a sua atividade dentro de um processo de diversificação seguro e permanente.

Se não houver isso, se não houver essa política de apoio, seja através do AGF, seja através do Pepro, como muito bem colocado também, e outros mecanismos de comercialização, o aperfeiçoamento do próprio Proagro e do sistema de Seguro Rural, que está aí posto no Brasil, não teremos condições de enfrentar o clima, que é uma situação incontrolável pelo homem, e o produtor vai, cada vez mais, sair da lavoura.

Então, volto a fazer aquele apelo: temos de ter atenção com o café, temos de transformar essa produção que existe hoje com viabilidade e qualidade; para isso, precisamos dos apoios que foram colocados aqui, nesta mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Maioria/PP - AL) – Eu gostaria de fazer pequenos comentários.

Conversava, aqui, agora, com o Deputado Silas Brasileiro, e me assusta, sabe, Sérgio. Eu disse a ele que a produção de café no Brasil, como disse a nobre Senadora Ana Amélia, é uma atividade agrícola secular. Pois bem, é a mesma coisa que está acontecendo com o setor sucroalcooleiro, que está num processo de declínio considerável.

E é preciso adotar providências, no sentido de que possamos reativar a atividade produtiva, a produção do café, o plantio do café. Há a questão dos recursos para que se possam equilibrar custos e venda. Não se pode produzir por um valor e vender abaixo do custo de produção. Dessa forma, não há quem sobreviva.

Pois bem, então eu dizia a ele... Dou como parâmetro o meu Estado, o Estado de Alagoas, cuja economia, há alguns anos, era baseada na produção de açúcar e álcool. Apesar da sua pequenez territorial, ele tinha o gigantismo de concorrer com São Paulo, por exemplo. Nós éramos o segundo maior produtor de açúcar e álcool do Brasil, o maior produtor de cana do Brasil, e essa atividade, como disse aqui o Deputado Silas, gera emprego no campo. No meu Estado, por exemplo, gera de 300 a mais de 300 mil empregos diretos.

Quer dizer, hoje as 43 usinas que havia em Alagoas em pleno funcionamento estão reduzidas a 18. E, infelizmente, não tem tido o Ministério da Agricultura – que não tem culpa... Mas o Governo, a área econômica do Governo, não tem aportado uma política agrícola para defender esses setores que produzem e que geram emprego.

Então, eu queria aproveitar para agradecer ao meu colega Silas Brasileiro – é uma alegria muito grande revê-lo –, ao Dr. Janio Zeferino e ao Dr. Francisco.

E, Sérgio, gostaria que V. Exª encaminhasse à Mesa aquelas recomendações que postulou, para que possamos, numa ação conjunta, fazer os encaminhamentos necessários.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada esta reunião. E os convoco para a próxima quinta-feira, dia 2.

Muito obrigado.

(Iniciada às 7 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 41 minutos.)

ATA DA 39ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2013.

Às treze horas e trinta e um minutos do dia seis de dezembro de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, Anexo II, Senado Federal, sob a Presidência, em exercício, do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO SUPLICY, RUBEN FIGUEIRÓ, GIM, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, CÍCERO LUCENA E MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Waldemir Moka, Cyro Miranda e Osvaldo Sobrinho. O Senador Antonio Russo se encontra de licença, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, conforme Requerimentos (RQS) nº 1/2013, 832/2013 e 1.210/2013, aprovados em 30.01.2013, 16.07.2103 e 15.10.2013, respectivamente. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, em exercício, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 54, de 2013, de autoria do Senador Acir Gurgacz e outros Senadores, aprovado em 28.11.2013, e do Requerimento (RRA) nº 56, de 2013, de autoria do Senador Acir Gurgacz, aprovado em 5.12.2013, com a finalidade de apresentar os resultados da Diligência realizada no trecho do MEIÃO da BR 319 que liga Porto Velho a Manaus, mostrando as condições da rodovia e o atual desenvolvimento dos trabalhos para o licenciamento ambiental, visando à manutenção da rodovia e futura reconstrução dos 405 quilômetros do trecho do MEIÃO da BR 319, única via terrestre de transporte de produtos agrícolas de Rondônia e os demais estados da federação para o Amazonas e Roraima, com a presença dos seguintes convidados: **General Jorge Ernesto Pinto Fraxe -** Diretor Geral do Departamento

Nacional de Infraestrutura de Transportes – **DNIT**; Sr. **Caio Pamplona -** Coordenador-Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – **ICMBio**; Srª. **Gisela Damm Forattini -** Diretora de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA**. Sr. **João Paulo Vieira de Oliveira -** Analista Ambiental do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – **IPAAM**; Sr. **Marcus Vinícius de Melo -** Coordenador de Transportes, Ferrovias e Rodovias do **IBAMA**. O Senhor Presidente dá início à Audiência Pública passando a palavra aos senhores expositores e após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecer comentário sobre os assuntos abordados, os Senhores Senadores Acir Gurgacz e Valdir Raupp. **Observações:** Durante a reunião foram exibidos vídeos produzidos como resultado da Diligência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, realizada em 25/11/2013, no trecho do MEIÃO da BR 319, que liga Porto Velho a Manaus, em cumprimento ao Requerimento (RRA) nº 51/2013, aprovado em 31/10/2013. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Vice-Presidente da CRA no Exercício da Presidência.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que com a anuência das Srªs e dos Srs. Senadores é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento aos Requerimentos nºs 54 e 56, de 2013, da CRA, de minha autoria, com a finalidade de apresentar os resultados da diligência realizada no trecho do meião da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, mostrando as condições da rodovia e o atual desenvolvimento dos trabalhos para o licenciamento ambiental, visando à manutenção da rodovia e futura restauração dos 405 quilômetros do trecho do meião da BR-319, única via terrestre de transporte de produtos agrícolas e de passageiros de Rondônia e os demais Estados da Federação para o Amazonas e Roraima.

Antes de nós iniciarmos os nossos trabalhos, eu peço às senhoras e aos senhores que façamos um minuto de silêncio em memória do nosso líder Nelson Mandela, para que possamos homenagear esse grande líder que foi Nelson Mandela, não somente para a África do Sul, mas para todo o País.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Caros amigos e amigas que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, realizamos nos dias 24 e 25 de novembro uma diligência desta Comissão para vistoriar a situação atual da BR-319. A situação das pessoas que vivem às margens da rodovia é de total isolamento, sejam as famílias e trabalhadores que moram no distrito de Realidade, cerca de 100 quilômetros acima de Humaitá, seja quem se arrisca a viver na região chamada meião, na rodovia, bem como o povo que vive no Igapó-Açu, a 300 quilômetros de Manaus. Todos reclamam da atual situação ou do estado da BR-319.

Pessoas como a D. Creuza de Assunção Correia, residente na travessia do Igapó-Açu, no Amazonas, lembra a época em que seu comércio tinha bastante movimento, quando a rodovia estava em boas condições, e ela faturava o suficiente para sustentar seus dez filhos. Ou então pessoas como o madeireiro Hunecke Zahn, que saiu de Rolim de Moura, em Rondônia, e que hoje tenta viver e trabalhar no Distrito de Realidade, cerca de 100 quilômetros de Humaitá. Ele afirmou para nós que a vida às margens da BR se resume a poder trabalhar e produzir durante apenas três meses do ano. Isso porque, durante os restantes dos meses, com as chuvas, a estrada fica intransitável e tudo o que se produz é perdido.

Eu lembro aqui o compromisso que a Presidenta Dilma assumiu com as populações do Amazonas e de Rondônia em 2010, de que construiria a rodovia BR-319. Ela afirmou que nós podemos dar exemplo para o mundo. E um dos exemplos está aqui: é a BR-319, que, nesse trecho central, será transformada numa verdadeira rodovia-parque.

A construção levará em consideração o meio ambiente, o desenvolvimento e o interesse dos mais de 20 mil brasileiros que moram na região, disse a Presidenta quando ainda era Ministra-Chefe da Casa Civil, na inauguração do trecho de 208 quilômetros da rodovia, entre Porto Velho e Humaitá. E, sem sombra de dúvidas, a BR-319 pode ser reconstruída aproveitando-se o leito da rodovia que ainda existe, acabando, assim, com o isolamento daquela população que vive às margens da rodovia, com a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas e fomentando as economias local e regional.

É possível fazer tudo isso com respeito ao meio ambiente. Existem exemplos internacionais e nacionais de respeito ao meio ambiente em rodovias, estradas, que foram construídas, adaptadas para que a fauna pudesse sobreviver com o mínimo de intervenção humana.

A chamada Rodovia Sobre o Mar, na Flórida, Estados Unidos, é um exemplo desse tipo de cuidado com o meio ambiente. É uma estrada de mais de 200 quilômetros de extensão construída sobre o antigo eixo de uma ferrovia, suspensa sobre colunas no mar, ligando um arquipélago de mais de cem ilhas. A estrada foi construída em 1912 e passou por reforma em 1980. Construída dessa forma, a estrada respeita dois refúgios de vida silvestre nacional, um santuário marinho nacional e um parque estadual que estão rodeados por um ambiente marinho, cheio de vida selvagem terrestre e marinha abundante.

Na Alemanha, existe outro grande exemplo de rodovias construídas para causar o mínimo impacto ambiental, que são as *autobahns*. Em diversos trechos das rodovias, há túneis para passagens de animais e muros de proteção para evitar a travessia desses animais. Essas medidas não só ajudam a preservar a fauna e a flora local como recuperam áreas que já estavam sofrendo com a presença humana. Isso porque, se por um lado evita a presença de animais nas rodovias; por outro, impedem a presença humana na floresta.

Hoje em dia, muitos animais se aproximam do muro das rodovias porque sabem que lá não há presença humana e eles se sentem seguros. Nas *autobhans* da Alemanha, há trechos onde construíram túneis para os carros só para proteger a natureza do barulho e dos faróis dos carros. Na *Autobhan* 017, entre as cidades de Dresden, na Alemanha, e Praga, capital da República Tcheca, por exemplo, foram construídos três desses túneis.

No Canadá, existem 41 pontes vivas instaladas em rodovias que atravessam florestas e reservas naturais. São passagens verdes que permitem que os animais circulem com segurança em seus *habitats*, além de cumprirem o fundamental papel de reduzir as emissões de carbono originadas dos automóveis, caminhões e dos centros urbanos de onde partem as estradas.

Essas pontes vivas também foram erguidas em outras partes do mundo, como nos Estados Unidos, na Austrália. Mas, infelizmente, ainda não existe esse tipo de construção no nosso território brasileiro. Aqui no Brasil, o projeto Corredor das Onças, realizado pelo ICMBio, em parceria com o Instituto de Economia da Universidade Federal de Campinas (Unicamp) representou este ano um esforço de conscientização ecológica nas rodovias do Estado de São Paulo, especialmente na região de Campinas.

Foi feita uma panfletagem com material educativo explicando os hábitos da onça parda, buscando reduzir o risco de atropelamento desses animais, mas poucas estruturas foram criadas para proteger a fauna.

Esse é um esforço muito importante, mas precisamos avançar muito para chegarmos ao patamar das rodovias ecológicas que existem em países desenvolvidos e tenho certeza de que a reconstrução da BR-319 é a oportunidade ideal para que possamos inovar no Brasil, com estruturas que garantam a sobrevivência e a qualidade de vida da fauna na Amazônia.

A transformação da BR 319 em uma rodovia-parque é uma alternativa que temos que discutir com o Ibama, com o DNIT e com os órgãos ambientais brasileiros. Sua adoção elevaria o custo de construção e manutenção da rodovia, mas, mesmo assim, compensaria o investimento diante dos benefícios para a população da Amazônia, para o turismo, para o comércio, para a indústria e para a agricultura, desde que fosse permitido o transporte de cargas em pequenos caminhões para os produtos hortifrutigranjeiros, para o pescado e derivados da produção de leite do Estado de Rondônia.

Após a realização da diligência, desenhamos dois cenários futuros para a BR 319, que são o que queremos discutir hoje, aqui, na audiência pública da Comissão de Agricultura do Senado.

O primeiro é a liberação do licenciamento ambiental para as obras de manutenção de todo o trecho intermediário da rodovia, que compreende os 405 quilômetros do chamado meião da rodovia, que está sendo realizado pelo órgão ambiental do Amazonas, o IPAAM, com a anuência do Ibama e do ICMBio.

Em julho deste ano, o IPAAM concedeu licença ambiental para a realização do serviço de manutenção em um trecho de 82 quilômetros, que começa no quilômetro 432, no Rio Tupunã, até o quilômetro 514, no Rio Igapuaçu, além de um trecho de 142 quilômetros da região do Igarapé Novo, no quilômetro 358, até o Igarapé Piquiá, no quilômetro 500.

Esses dois trechos estão em perfeitas condições. Não há problema de falta de trafegabilidade nesses dois trechos em que o DNIT está atuando, ou seja, para os 405 quilômetros no trecho intermediário, o IPAAM já liberou licença ambiental para a realização de manutenção na maior parte do trecho.

Há um pedaço de 80 quilômetros dentro de unidades de conservação do IPAAM para o qual o IPAAM aguarda a anuência do Ibama e do ICMBio, que devem se posicionar nos próximos 15 dias.

Nossa expectativa é de que, a partir da metade do ano que vem, todos os lotes para o serviço de manutenção estejam contratados e em execução, para que até o final de 2014 essa ligação entre Porto Velho e Manaus esteja concluída e integrada, no que diz respeito ao serviço de manutenção, que inclui: revestimento primário, recomposição de erosões, recuperação de pontes e substituição de bueiros e galerias.

O segundo cenário é a reconstrução da rodovia, que constitui um cenário diferente.

O seu licenciamento aguarda conclusão de estudo de impacto ambiental e o seu consequente relatório de impactos sobre o meio ambiente, o EIA/RIMA, que está sendo realizado pela empresa Engespro, já contratada pelo DNIT. No momento, as pendências técnicas para a continuidade dos trabalhos da elaboração do EIA/RIMA estão em aprovação pelo IPAAM e aprovação pelo Ibama do plano de trabalho e da metodologia para emissão de autorização de coleta, captura e transporte de animais silvestres.

Terceiro, a anuência do órgão gestor de unidades de conservação, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio, para estudo da fauna dessas unidades.

Tudo está sendo feito de acordo com a recomendação do Ibama, que precisa dar atenção a essas pendências. Para isso, realizaremos, nesta tarde, uma audiência pública para tratar desse assunto, bem como para apresentar um relatório da diligência que realizamos na BR 319, que faremos na forma de apresentação de dois vídeos: um produzido pela equipe da comunicação do gabinete, com o apoio da equipe técnica da Comissão de Agricultura, e outro produzido pela equipe do Amazon Sat, que integra a Rede Amazônica de Rádio e Televisão.

Aproveito, mais uma vez, para cumprimentar o Dr. Phelippe Daou, agradecer-lhe o apoio e parabenizá-lo pelo trabalho que começou, iniciando toda essa campanha para a manutenção da BR 319. Meus cumprimentos, mais uma vez, ao Dr. Phelippe Daou.

Eu convido, para compor a nossa Mesa, o General Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT); a Drª Gisela Damm Forattini, Diretora de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); o Dr. João Paulo Vieira de Oliveira, do IPAAM; e o Sr. Caio Pamplona, Coordenador do ICMBio.

Sejam todos bem-vindos. (*Pausa.*)

Muito obrigado, Sr. General, pela sua sempre presteza para com esta Comissão, com os assuntos de interesse dos brasileiros, e também aos demais convidados: Drª Gisela, Dr. João, Dr. Caio Pamplona.

Vamos iniciar, então, assistindo ao vídeo que foi feito pelo Amazon Sat. Agora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Esse é o vídeo da Comissão. Ao final, passaremos, então, o vídeo do Amazon Sat.

Pode rodar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado à equipe da nossa Comissão de Agricultura, que produziu esse vídeo e nos acompanhou nessa expedição.

Eu passo, inicialmente, a palavra à Drª Gisela Damm Forattini, que, daqui a alguns dias estará na ANA. Ela tem a indicação da Presidenta Dilma e eu tenho o prazer de ser o relator na Comissão de Meio Ambiente.

Agora, nós vamos ver, aqui, se seremos a favor da indicação ou não, dependendo do que ela falar para a gente sobre a 319. (*Risos*.)

Brincadeiras à parte, Drª Gisela, desculpe a brincadeira, mas, de fato, a imagem que a população ou parte da população brasileira tem – não vamos falar das obras como um todo, mas com relação à BR-319 – é de que órgãos ambientais não deixam a BR ser construída.

Muitas coisas são faladas: o cartel das balsas não deixa; e, aí, colocam as ONGs, atrapalham. Quer dizer, é uma confusão muito grande que se faz com relação a este tema e é claro que tem toda uma organização, nós sabemos disso, toda uma legislação que tem de ser seguida, mas nós, realmente, estamos precisando do apoio de todo o Governo para que haja a construção dessa estrada.

Eu tenho dito, algumas vezes, que parece que nós temos dois governos: um que quer construir e outro que não quer deixar construir, em termos de algumas obras brasileiras. Nós queremos ouvir o Ibama e não queremos que a população brasileira tenha essa imagem de que órgãos ambientais do Governo não querem o crescimento e o desenvolvimento do Brasil.

Por isso, a importância da sua presença conosco nessa tarde.

Muito obrigado, Drª Gisela.

A senhora tem a palavra pelo tempo que desejar.

A SRª GISELA DAMM FORATTINI – Bom, boa tarde a todos e a todas. Eu agradeço, enormemente, em nome do Ibama, inclusive, a oportunidade de estar aqui, e esse espaço que nos é concedido por esta Casa. Não nos furtamos à discussão, temos vindo sempre ao Senado, assim que convocados ou convidados. Nesse caso foi um convite, não é, Senador Acir?

Então, eu acho interessante essa possibilidade de falar um pouco, porque, há muito tempo, não muito tempo, há pouco tempo, na verdade, se dizia, na mídia, que a Régis Bittencourt não poderia ser duplicada porque o Ibama não deixava. As pessoas esquecem, ou não têm a informação, de que ações judiciais paralisaram esse licenciamento por dez anos por conta da D. Léa; a D. Léa que tinha uma fazenda no meio da Serra do Cafezal.

Marcus Vinicius, nosso Coordenador de Transportes, lembra-se bem. Ele, inclusive, sofreu ação judicial pessoal, o que é um absurdo, porque nós estamos aqui como técnicos, trabalhando. Mas, por conta de D. Léa, a Régis Bittencourt ficou dez anos por ser duplicada. Enfim, são contingências, mas isso talvez não chegue à grande população brasileira.

No caso, eu ouvi coisas aí nesse vídeo, muito bem feito, tais como o dano ambiental é zero. Eu acho que esse é um papel do Ibama definir qual é o dano ambiental. E ouvi, também, que o Estado precisa se fazer presente. Aí, eu concordo inteiramente. Num País continental como o nosso, onde precisamos de desenvolvimento.

Gostei muito da fala inicial do senhor, Senador. O senhor já disse tudo. O senhor disse do desenvolvimento com sustentabilidade, com as licenças ambientais sendo dadas plenamente. Nós temos, aqui, só para esclarecimento, uma equipe no Ibama, atualmente, de 453 analistas ambientais e, agora, chegando mais 60 analistas ambientais.

Então, eu coordeno uma equipe de mais de 500 analistas ambientais e 60% cento desse pessoal todo ou tem mestrado ou tem um doutorado, e nós temos uma equipe bastante capacitada na questão de transportes: ferrovias, rodovias, hidrovias inclusive.

Temos participado de todas as reuniões na Casa Civil. Temos dois normativos muito interessantes, duas Portarias Ministeriais, que saíram recentemente, interministeriais e ministerial, a nº 288 e a nº 289, para regularização quando de rodovias e para procedimentos internos do Ibama; e, também, uma Instrução Normativa de fauna bastante interessante, recente, que define a metodologia para essa questão de levantamento de fauna nessas rodovias e ferrovias. Empreendimentos lineares. Podemos, inclusive, agora, replicar essa instrução normativa às linhas de transmissão.

Mas o General Fraxe, aqui presente, do DNIT, talvez seja o nosso maior empreendedor, pois nós temos uma carteira aí de quase dois mil empreendimentos, 40% a 50% desses empreendimentos são da área de transportes.

Bom, focando exatamente na 319, eu trouxe uma apresentação muito sucinta, porque, se fôssemos, aqui, falar do passado, uma tarde não seria suficiente. Então, eu trouxe uma apresentação sucinta. Eu tenho uma agenda às três horas da tarde com a Ministra, uma reunião importante e de porte. O meu coordenador ficará aqui, representando o Ibama, mas eu faço questão de passar a apresentação aqui e discutir alguns pontos.

Vamos lá, então.

Bom, estamos falando, então, da 319. Nós temos, aí, o meião, que seria esse trecho em vermelho. Temos o segmento A do Km 0 ao 177, sem obras, até o momento. Esse segmento C, que temos, então, do 177 ao 250, tem autorização para obras via Termo de Ajustamento de Conduta, que foi assinado. Temos o meião sujeito à EIA/RIMA, que eu vou destacar mais na minha apresentação; e o segmento B, então, do Km 655,7 ao 877, 222 quilômetros, também com obras autorizadas via Termo de Ajustamento de Conduta. Então, temos, aí, essa rodovia ligando Manaus a Porto Velho.

Eu queria ressaltar, também, o seguinte, gente, no nosso trabalho no Ibama, nós recebemos empreendimentos isolados, certo? Então, assim, políticas públicas não vêm para o licenciamento ambiental e nem poderiam. Eu acho que tem empreendimentos, por exemplo, Belo Monte, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que, atualmente, vamos dizer que esteja nos trilhos, o nosso acompanhamento e tudo que vem sendo feito, mas Belo Monte exigiu do Estado uma presença numa área onde o Estado não se fazia presente.

Então, foram feitas aquelas ações antecipatórias, foi criada lá, na área de Altamira, a Casa de Governo, levando, realmente, a presença do Estado àquela área. Então, esse planejamento anterior a cada empreendimento, realmente, não está a cargo do Ibama. Isso são questões de políticas públicas que devem ser vistas quando se quer implantar um empreendimento desse porte, certo? Pelo menos é isso que a gente entende.

Bom, peculiaridades deste empreendimento. De acordo com o Termo de Referência de 2010, elaborado pela Funai, existem 13 terras indígenas afetadas pela BR-319. Eu acho que a Funai seria uma instituição importante de estar nesta mesa, porque da anuência da Funai depende, também, o licenciamento ambiental.

Nós temos, recentemente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas a BR não passa por nenhuma área...

A SRª GISELA DAMM FORATTINI – Sim, tem uma certa distância.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Tem uma distância.

A SRª GISELA DAMM FORATTINI – Exatamente. Tem a Portaria nº 419, de 2011, que diz, exatamente, quais são essas distâncias, mas essa Portaria tenta

organizar o trabalho dos órgãos envolvidos, quer dizer, essa anuência que tem que haver aos órgãos envolvidos, como Secretaria de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde, Funai, Fundação Palmares, IPAAM, para arqueologia e tal, então, essa portaria tenta organizar essa participação dos órgãos envolvidos, ouvidos no licenciamento ambiental.

Existem, também, quatro Unidades de Conservação federais afetadas pela BR-319. Quando eu digo afetadas ali, a gente tem que ver, exatamente, qual a distância. A 419 traz uma tabela. A Portaria nº 419 traz uma tabela... É porque é a Portaria 419 e a rodovia 319. Mas a Portaria nº 419 traz, exatamente, essas distâncias.

Bom, vamos em frente.

Senhores, o processo no Ibama. Esse empreendimento, já em 2007, foi objeto de duas Ações Civis Públicas que resultaram num Termo de Ajustamento de Conduta. É aí que eu digo, gente, às vezes, a morosidade imposta ao Ibama não é exatamente a morosidade da análise; é uma questão jurídica que nós temos que recepcionar no licenciamento.

Em junho de 2007, foi firmado um Termo de Ajustamento entre o Ibama e o DNIT definindo o licenciamento da rodovia e autorizando, já, as obras nos segmentos A, B e C. São aqueles externos.

Por que não no meio? Vocês estão vendo comigo, vocês viram uma estrada absolutamente degradada, mas vocês viram uma mata bastante fechada em volta, vocês estiveram lá.

Bom, eu vi trechos aqui, Senador, do filme que nos foi repassado aqui, agora. Tem realmente trechos de capoeira. Nós fizemos várias vistorias também. O Ibama também esteve presente e a gente vê a mata já tomando conta de alguns trechos.

Bom, em dezembro de 2008, foi feita uma segunda versão do EIA/RIMA, novamente devolvida ao DNIT pelo não atendimento do termo de referência.

O que acontece? Quando a gente recebe um estudo ambiental, a gente faz uma checagem junto com o Termo de Referência que a gente fez. Esse Termo de Referência, normalmente, é feito em conjunto com o empreendedor. Então, nós fizemos essa checagem e vimos, em 2008, que esse estudo ambiental não atendia ao Termo de Referência que foi elaborado.

Bom, passando.

Em janeiro de 2009, a reunião entre Dilic/Ibama, Secretaria Executiva do MMA e Ministério dos Transportes concordaram com os prazos de licenciamento e entrega do EIA revisado ao Ibama. Isso lá em 2009, em janeiro de 2009.

Em fevereiro foi, então, entregue uma terceira versão do EIA/RIMA, com condições para possibilitar aceitação por parte do Ibama, condições essas que estavam mais ou menos de acordo com o Termo de Referência.

Em março de 2009, foram disponibilizados Estudos Ambientais nos Municípios de órgãos participantes do licenciamento.

Vamos em frente.

O Parecer Técnico do Ibama. Eu só trouxe alguns pedacinhos, mesmo, do Parecer Técnico do Ibama realçando só meio físico, meio biótico e meio socioeconômico. No meio físico aquele EIA apresentado não apresentava dados de campo, por exemplo, solos e descrição de características geotécnicas, e a gente sabe do solo de lá; eu acho que vocês viram, *in loco*, as questões do solo. Então, no estudo ambiental isso tem que ser visto, tem que ser analisado e tem que ser trazido ao Ibama para análise. A nossa análise engloba a parte física, a parte biótica e a parte socioeconômica.

Do meio biótico, em relação à flora, dados incompletos e insuficientes, sem contemplar levantamentos em todas as fitofisionomias, com campanhas de curta duração. Dados incompletos e insuficientes, com erros de classificação e número de espécies reduzido quando comparados a outros trabalhos.

A situação no caso da flora, no meio biótico, era impeditiva para análise da viabilidade ambiental. Não poderíamos dar uma licença aí.

Passando para frente.

O meio biótico, em relação à fauna, deficiência da análise dos dados apresentados para quelônios, peixes e pequenos mamíferos. Para demais grupos de fauna, esse levantamento, essa análise não foi sequer realizada.

Aves, não foram apresentados dados sobre a amostragem em campo. Somente dados secundários tirados da literatura.

Mamíferos, o estudo atribuiu o baixo sucesso de captura à antropização da área e ao impacto causado pela construção da rodovia na década de 1970. Ou seja, não tínhamos muitos dados de mamíferos.

De novo, um diagnóstico falho e impeditivo para avaliação da viabilidade ambiental.

Passando.

Meio socioeconômico. Foram-nos apresentados, neste EIA, dados divergentes em relação a textos e mapas, faltando dados da área de influência indireta do empreendimento. E dados insuficientes da área de influência direta. Não foram levantadas comunidades tradicionais das unidades de conservação, enfim, e na área de influência indireta não houve levantamento, junto ao Incra e à Fundação Palmares, das comunidades quilombolas. Ou seja, em resumo, era um EIA bastante falho.

Bom, em 2009, logo após a análise do EIA, foram solicitadas novas complementações ao DNIT, entre as quais estavam previstas novas campanhas de campo para fauna e flora.

Eu queria fazer mais uma ressalva aqui, gente, sobre o que digo. Às vezes é imposto ao Ibama, muitas vezes, e aos órgãos estaduais ambientais, a demora nos projetos e tudo o mais porque várias complementações são solicitadas. Eu diria que bons projetos levam a um licenciamento ambiental rápido e consistente.

Eu queria dar um dado para vocês aqui: No Ibama, nesses últimos três anos e meio nós emitimos cerca de 2,6 mil licenças. Outro dia, o jornalista me perguntava: "Mas só isso, doutora?" Eu falei: "Só isso comparado a quê?" "Ah, a São Paulo". Eu falei: "Bom, eu não licencio posto de gasolina. A gente licencia Angra I, Angra II, Belo Monte e Transposição do São Francisco, enfim, obras de cunho regional, de importância nacional". Então, 2,6 mil licenças equivalem mais ou menos a 3,4 licenças por dia. Isso é muita coisa. É muita coisa!

Agora, um dado mais interessante para vocês: das 2,6 mil licenças, nós temos zero licenças suspensas judicialmente. Eu tenho muito orgulho de falar esse número, porque tentativas sempre, sempre vai haver. No caso Belo Monte foram 20 Ações Civis Públicas e nós vimos derrubando uma a uma. Por quê? Os Pareceres são consistentes. Então, bons projetos realmente nos permitem um licenciamento de qualidade.

Só, também, como exemplo. Recentemente, nós adiantamos uma linha de transmissão no Sul do País em oito meses e meio. Mas isso os senhores e senhoras não viram na mídia, porque isso não dá mídia, por conta de um projeto absolutamente redondo que nós recebemos. E temos recebido vários.

Assim como demos 2,6 mil licenças, indeferimos várias e devolvemos muitos estudos ambientais que não estavam adequados. Adequados para falar um adjetivo tranquilo, porque, outro dia, eu recebi o estudo ambiental de um porto no Brasil que citava toda a legislação portuguesa. Não que eu não goste de Portugal, mas nós estamos no Brasil. E por aí vai. São vários os exemplos de corta e cola em estudos ambientais que realmente nos deixam bastante envergonhados como brasileira que sou, enfim.

As reuniões... Não, voltando lá um pouquinho.

É que são muito poucos eslaides mesmo. Eu trouxe só um resumo de todas as discussões.

Vamos passando?

Aí. Não, mais.

As reuniões para elaboração do plano de fauna, que é um pré-requisito para a realização das campanhas de campo, somente foram retomadas em 2010. Então, desde 2009, quando a gente pediu novas complementações, nós só retomamos essas reuniões com o DNIT em 2010 e, depois, foram interrompidas pelo próprio DNIT sem que o plano houvesse sido aprovado. Então, não foi realizada nem apresentada, até esse momento, nenhuma complementação solicitada pelo Ibama. Em março de 2013, retomamos, então, essas reuniões para tratar dessas complementações necessárias.

Mais um e último.

Bom, o Termo de Referência para realização dos estudos ambientais está, absolutamente desatualizado – é de 2007 – e fora do prazo de validade, segundo a nossa Instrução Normativa nº 184, o que torna inválido aquele antigo Termo de Referência enviado em 2007.

Novo Termo de Referência foi elaborado para um novo estudo ambiental e enviado ao DNIT em junho de 2013. Então, na verdade, nós estamos falando de um Termo de Referência de junho de 2013.

Um estudo ambiental desse porte leva, aí, alguns meses – não é, General? – para ser elaborado. Então, em setembro de 2013, o DNIT protocolou estudo para aprovação do plano de fauna, essencial para a elaboração dos estudos de campo ainda em análise no Ibama.

Essa é a minha apresentação.

Eu só queria fazer mais uma ressalva, pelo que eu ouvi aqui sobre a questão da manutenção licenciada pelo Ibama. Se a rodovia está regularizada, já com uma LO, uma Licença de Operação do Ibama, essa manutenção já autorizada automaticamente. Mas a manutenção realmente é caracterizada como um impacto local.

Então, sem ser regularizada essa rodovia, realmente, como é o caso, o trabalho de licenciamento é feito pelo Estado, no caso, IPAAM,

Então, na verdade, era isso que eu tinha a apresentar.

(*Intervenção fora do microfone*.)

Não, não. Como ela não está regularizada, realmente, quem faz esse licenciamento da manutenção, por ser de impacto local é o IPAAM. Certo?

Agora, eu queria fazer só uma ressalva, que o Ibama não dá anuência ao IPAAM para fazer esse tipo de atividade, que seria a manutenção da estrada. É isso, só para esclarecer o que foi dito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, Drª Gisela. Muito obrigado pelas suas colocações.

O IPAAM tem algumas informações que enviou ao Ibama ou ao ICMBio?

O ICMBio, não é?

Então, não é o Ibama o problema.

Muito bem.

Eu agradeço, Drª Gisela, embora essa discussão a senhora coloque que começou em 2013... Mas uma das fases em 2013. Isso começou em 2003.

Quer dizer, vem se arrastando, não é? Como a senhora disse.

A SRª GISELA DAMM FORATTINI (*Fora do microfone.*) – As negociações foram reabertas em 2013.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Houve um período em que paralisou, ou as coisas não aconteceram, nos últimos dez anos, e, agora, retomou, então, com mais força para que a gente possa ter essa liberação. Ou seja, o Ibama está pronto para, como sempre, atender.

A SRª GISELA DAMM FORATTINI – O Ibama não tem, atualmente, um estudo ambiental. Nós não o recebemos ainda. O estudo ambiental nós não recebemos ainda, certo? Então, como eu disse, nós temos uma autorização solicitada lá para a fauna, está em análise, e nós aguardamos o estudo que está sendo elaborado pelo DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E a manutenção, nós dependemos do IPAAM?

A SRª GISELA DAMM FORATTINI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O IPAAM pode fazer essa autorização?

A SRª GISELA DAMM FORATTINI – O IPAAM com o ICMBio. Não tem anuência do Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem.

Agradeço as suas colocações, Drª Gisela, e convido o General Fraxe para fazer as suas colocações. Ou prefere fazê-las depois do representante do IPAAM, General Fraxe?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu acho que os órgãos ambientais falam primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pode ser.

Dr. João Paulo, do IPAAM, muito obrigado pela sua presença conosco. João Paulo esteve conosco na diligência e é do IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas).

Muito obrigado pela presença, Dr. João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO VIEIRA DE OLIVEIRA – O órgão estadual ambiental tem um papel apenas suplementar no licenciamento das atividades da BR. Ele, na verdade, licenciou os canteiros de obras da parte que estava já liberada pelo Ibama, a parte de material mineral – argila, seixo e areia –, e, recentemente, nós fomos demandados para a questão da manutenção. Aqueles trechos que já estavam liberados e não dependiam de EIA/RIMA o órgão ambiental teve a intervenção e analisou as condições de recuperação. Não nos cabe o trecho do meio, de 400km. Não somos nós que damos a licença ambiental. A licença ambiental nossa é só restrita à faixa de domínio da rodovia e às obras de recuperação que não é obra de asfaltamento definitivo ou da construção da plataforma definitiva da rodovia.

Também alguns trechos desse meião, como foi dito aqui pela Diretora do Ibama, são compostos de diversas unidades de conservação federais e estaduais. Em alguns trechos, nós vamos precisar dialogar com o ICMBio, particularmente no parna do Rio Jutaí, e com o órgão estadual de unidades de conservação, particularmente com a Resex (Reserva Extrativista) do Lago do Capanã Grande, uma unidade de conservação que margeia a rodovia, fica na área de influência da rodovia.

Há alguns trechos da rodovia que ficam dentro de unidades de conservação; portanto, o licenciamento vai ter que ser dessas atividades ou com a anuência ou com o licenciamento propriamente dito do órgão federal de unidade de conservação, que é o ICMBio, ou do órgão estadual de unidade de conservação, que é Ceuc (Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas).

Então, esse diálogo vai ter que haver entre os diversos órgãos para que em alguns trechos possa se proceder, inclusive, a questão da recuperação. É esse o posicionamento. Portanto, nós não somos órgão licenciador da rodovia; nós somos apenas o licenciamento complementar naquilo que o Ibama nos repassa ou nos atribui competência para tal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, João Paulo, mas da autorização para a manutenção quem está a cargo é o IPAAM, não é isso? Manutenção da estrada, manutenção ou do trecho do meião ou das pontas, não importa, da BR-319, dentro do Estado do Amazonas, exatamente o problema entre Humaitá e Igapuaçu.

O SR. JOÃO PAULO VIEIRA DE OLIVEIRA – Na verdade, em Humaitá você tem uma faixa de cento e poucos quilômetros em que não há ocorrência de unidade de conservação, mas, logo em seguida, você vai ter unidade de conservação até o 250, que é no Igapuaçu, aí nós vamos ter que ter diálogo tanto com o órgão federal, que é o ICMBio, como com o órgão estadual, que é o Centro Estadual de Unidade de Conservação do Amazonas, que é ligado à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas nós queremos saber se o IPAAM está próximo de chegar a essa autorização para a manutenção desse pedaço no meio, ou não?

O SR. JOÃO PAULO VIEIRA DE OLIVEIRA – Nós vamos ter que aumentar... É pretensão do presidente do órgão aumentar o diálogo com os órgãos que são responsáveis pelas unidades de conservação. Nós vamos depender ou da anuência deles ou, por outro lado, do próprio licenciamento feito por esses órgãos, no caso o ICMBio e o Ceuc.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É possível acontecer isso em 2013?

O SR. JOÃO PAULO VIEIRA DE OLIVEIRA – Não sei, ainda vamos ter que estudar junto a esses órgãos e começar o diálogo com eles.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem.

Dr. João Paulo, agradeço-o.

Passo a palavra, então, ao ICMBio, ao Caio Pamplona, é isso? Caio, muito obrigado pela presença.

O SR. CAIO PAMPLONA – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E está contigo essa questão do licenciamento para a manutenção. Nós temos vários momentos. O que nós estamos debatendo agora é manutenção, não é a reconstrução nem o reasfaltamento; a manutenção apenas naquele trecho que já existe há mais de 40 anos.

Obrigado pela presença.

O SR. CAIO PAMPLONA – Eu que agradeço.

Boa tarde para todos e todas. Em nome do Chico Mendes, Presidente Dr. Roberto Vicentinho, agradeço a oportunidade de estarmos aqui.

Eu conheço bastante a região, morei nove anos no Amazonas, tratei bastante do assunto da BR-319.

A gente tem dois processos diferentes: um processo que a Drª Gisela apresentou aqui, que é o de licenciamento daquela faixa conhecida como meião; e agora a gente está tratando aqui da manutenção.

É importante dizer que as unidades de conservação que existem no eixo, as criadas e as que já existiam, elas integram o projeto com a estrada, então não se deve imputar às unidades nenhum tipo de resistência à BR-319. No que se refere à manutenção, acredito que deva ter algum desentendimento de procedimento porque, como não existe EIA para a manutenção, a gente não tem que anuir. A Resolução Conama nº 428, de 2010, diz que o administrador tem que dar ciência para gente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Então, o IPAAM não precisa de autorização do ICMBio para a manutenção?

O SR. CAIO PAMPLONA – As anuências, as autorizações para o licenciamento...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Então, ficou mais fácil, IPAAM. Está mais fácil. Está autorizado, então. General, é só o IPAAM agora dar a autorização, você não precisa do ICMBio.

O SR. CAIO PAMPLONA – Porque as autorizações de que o ICMBio participa no licenciamento elas fazem parte de uma análise dos EIA/RIMAs. Como a manutenção não exige EIA/RIMA, o procedimento é outro e está previsto na Resolução Conama nº 428.

Com relação ao 61, a gente só pode se manifestar com a aprovação do EIA por parte do Ibama. Então, a gente está no mesmo compasso de espera que o Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas não para a manutenção, não é?

O SR. CAIO PAMPLONA – Não para a manutenção porque eu entendo que a manutenção é um procedimento que seria de autorização direta, não carece do EIA, que é o dispositivo que obriga a gente a participar e anuir ou não anuir, ou dar condicionantes e condicionar o processo de licenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Então, Caio, para a manutenção, o IPAAM pode, dentro das suas – não vou dizer limitações – prerrogativas internas, dentro da constituição estadual – vamos dizer assim –, dar ou não a autorização, independentemente do posicionamento do ICMBio.

O SR. CAIO PAMPLONA – Pelo o que eu entendo da Resolução Conama nº 428, que rege essas coisas – Marcus Vinicius pode me ajudar, se for possível –, dos empreendimentos que não precisam de Estudo de Impacto Ambiental só é dada ciência aos órgãos gestores de unidade de conservação, seja ao Ceuc, o Centro Estadual, seja ao ICMBio. Então, entendo que as atividades autorizadas judicialmente, de manutenção, enquadram-se nesse caso de prescindir de autorização expressa, formal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem.

Então, nós ficamos numa situação mais tranquila – não é, Marcus Vinicius? – porque realmente não é para a reconstrução, é para a manutenção apenas, manutenção daquilo que já existe, que já está consolidado, não é para fazer nenhum impacto. Então, se o senhor puder fazer alguma colocação para nós nesse sentido.

O SR. MARCUS VINICIUS DE MELO – Na verdade, existe uma diferença de entendimento do que seria a manutenção no trecho do meio da 419. Os órgãos ambientais entendem que ali não tem condições

de ser feita uma manutenção da forma como se faz corriqueiramente, como o DNIT faz corriqueiramente; então, ali seria uma reconstrução, por isso a exigência que ficou acordada lá atrás, em 2007, do Estudo de Impacto Ambiental. Para as pontas, para os trechos que já estavam pavimentados, em que já existia manutenção corriqueira na época, é mais simples e seria mais fácil; no trecho do meio é que seria mais complicado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – A situação do trecho do meio e das pontas era a mesma coisa.

O SR. MARCUS VINICIUS DE MELO – Exatamente. Em 2007, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É. Com a manutenção, ficou melhor, é claro. Em qualquer coisa que você dá manutenção, melhora. Se você der manutenção no meio, vai ficar igual às pontas, sem nenhum problema porque o asfalto existe, o traçado lá está, as pontas também estão lá. Então, será feita só a manutenção do trecho para que haja essa ligação entre os dois Estados.

O SR. MARCUS VINICIUS DE MELO – Isso aí, Senador. Eu realmente desconheço o tipo de serviço que vai ser realizado hoje lá, o que está previsto. O que o Ibama licencia é a reconstrução da rodovia. A reconstrução da rodovia exige o EIA/RIMA. Se há a condição de fazer manutenção do trecho do meio sem que tenha uma intervenção grande, que não se caracterize como reconstrução, aí independe realmente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O IPAAM sabe as suas limitações e sabe as suas responsabilidades.

O SR. MARCUS VINICIUS DE MELO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Então, esse é o tom da conversa, não é isso?

O SR. MARCUS VINICIUS DE MELO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – João Paulo, é isso mesmo? Fica mais fácil agora com essa posição do ICMBio?

O SR. JOÃO PAULO VIEIRA DE OLIVEIRA – Há um dos trechos que ficam dentro do Parna, pelo menos pelos pontos de geo que nós temos. Pela base de geoprocessamento que temos no órgão, há um trecho da estrada que fica dentro, não fica na área de amortecimento. Para isso é preciso um diálogo para a gente ver quais seriam os procedimentos, porque o material... mesmo que você tire da faixa de domínio da rodovia, tem trecho que vai ser difícil você conseguir material para a recuperação dentro da faixa de domínio. Por conta de quê? Porque você tem muitos trechos alagados, tem muitos trechos onde já foi retirado material para a construção preexistente. Então, teria de se buscar alternativas que ainda não estão equacionadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É para a manutenção, não é reconstrução.

O SR. JOÃO PAULO VIEIRA DE OLIVEIRA – Para a manutenção, mesmo para a manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Reconstrução é outro projeto.

O SR. JOÃO PAULO VIEIRA DE OLIVEIRA – Você vai fazer uma operação tapa-buraco, por exemplo, vai precisar material mineral para tal, de argila.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Tem que tirar de outro lugar.

O SR. JOÃO PAULO VIEIRA DE OLIVEIRA – Tem que tirar de algum lugar. Por exemplo, se está dentro de uma unidade de conservação e de um parque nacional, que é uma área de proteção integral, cria-se certo – vamos dizer assim – entendimento que a gente precisa ter com os órgãos que são gestores dessas unidades. É possível retirar bem mineral dentro do parque? Vai ser um diálogo que nós vamos precisar ter entre os órgãos ambientais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem.

Mas podemos avançar nessa questão, João Paulo, para ver se conseguimos essa liberação o mais breve possível?

O SR. JOÃO PAULO VIEIRA DE OLIVEIRA – É o que eu falei: precisamos dialogar mais para ver quais soluções mais rápidas poderiam ser equacionadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Temos algum encaminhamento a fazer com relação a isso?

O SR. JOÃO PAULO VIEIRA DE OLIVEIRA – O Presidente do órgão já está entrando em contado com a direção do ICMBio e dos Centro Estadual de Unidades de Conservação para estabelecer esse diálogo e ver quais as possibilidades e estudando caso a caso, inclusive com o próprio DNIT, nesses trechos que se encontram ou na área de amortecimento... Tenho aqui no processo uma área de amortecimento de um quilômetro, que é uma área muito próxima num trecho; às vezes, você não tem material de argila disponível em qualquer lugar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Tem que transportar de fora.

O SR. JOÃO PAULO VIEIRA DE OLIVEIRA – Para transportar, as condições da estrada não são as melhores, como nós podemos observar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas se vai fazendo a manutenção e vai levando, não é isso? Isso é básico, não há dificuldade.

O SR. JOÃO PAULO VIEIRA DE OLIVEIRA – Vamos ter que ver essas situações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas eu fiquei muito contente com a posição do ICMBio dizendo que, para a manutenção, eles não precisam dar opinião, apenas serem comunicados. Isso é uma grande vantagem. E o IPAAM, claro, tem as suas normas também, vai seguir as suas normas, é evidente, mas nos deixa bastante animado com relação a essa autorização que depende exclusivamente agora do IPAAM; não é mais o ICMBio e o Ibama muito menos, agora é IPAAM com o DNIT. O DNIT quer fazer a obra. Aliás, a obra está no PAC 1, e as coisas não avançaram.

Mas eu agradeço os demais e passo a palavra, então, ao General Fraxe, agradecendo, mais uma vez, a sua gentileza de vir aqui pessoalmente, não mandar representante, de vir exatamente porque os problemas maiores do DNIT o senhor quer tratar pessoalmente e debater porque tem conhecimento de causa de todos os problemas do DNIT, mas principalmente esse da 319, que é velha conhecida nossa.

Muito obrigado pela presença, General.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Senador Acir Gurgacz, nossos companheiros do Ibama, do ICMBio, do IPAAM, demais autoridades presentes, jornalistas, eu sou homem da Amazônia, sou roraimense, morei em Manaus, trabalhei na 174, conheço cada palmo daquele chão.

Durante 40 anos eu fui oficial do Exército e, desde 1977, eu trabalho em rodovia e o que hoje aqui presencio – eu quero fazer uma confissão de público: estou muito triste –, estou triste porque o Brasil involuiu, andou para trás, não foi nem para o lado, foi para trás. Sabe por quê, gente? Porque, em 1974, eu percorri Humaitá-Manaus, tudo asfaltado, um tapete, mas um tapete que o pneu do carro assobiava. Hoje, eu vejo esse filme passando, e nós discutindo aqui que falta um mundaréu de coisas para arrumar a estrada. Nós estamos andando para trás. Aí o PIB diminui, a riqueza do País diminui, porque a gente anda para trás, estamos andando para trás, Senador, nós estamos conseguindo involuir. Nós fizemos uma estrada bonita, desafiadora. “Ah! Mas estão tirando madeira.” Se estão tirando madeira é porque o Estado brasileiro é ausente; porque, se fosse assim, teria que secar os rios, porque o madeireiro leva a madeira pelo rio. Então, seca o rio, fecha estrada, fecha aeroporto, faz tudo isso, já que o problema é esse.

Então, este é aqui o desabafo de um brasileiro amazônida, que nasceu e se criou ali, naquela região, e que vê que o Brasil anda para trás. É uma tristeza isso.

Não estou aqui contestando nenhuma exigência dos órgãos ambientais porque cada um cumpre a sua destinação constitucional prevista em lei. Não é isso. Eu estou dizendo que nós regredimos, nós fomos para trás, nós involuímos. Nós tínhamos uma estrada, não a temos mais e não estamos conseguindo revê-la. Se nós tivéssemos cuidado dessa estrada, de 1974 para cá, nós não tínhamos esse problema porque nós não estávamos discutindo, como disse o meu parceiro Marcus Vinicius aqui, uma reconstrução de uma rodovia. Nós estávamos discutindo o quê? Uma manutenção de uma rodovia com licença operacional, seria uma coisa supersimples.

Os senhores têm ideia de quanto foi que o Governo brasileiro, por meio do DNIT, gastou para demarcar entre o Purus e o Madeira doze bilhões de hectares de unidade de conservação, dinheiro do povo brasileiro? Os senhores têm ideia quanto foi que nós gastamos, que foi exigência do ICMBio?Têm ideia de quanto se gastou ali? Uma operação inédita que nenhum país conseguiu fazer no planeta Terra: demarcar 12 bilhões de hectares, usando embarcação, helicóptero, o diabo que os carregue, com tropa de infantaria de selva porque empresa nenhuma faria aquilo, nenhuma empresa faria aquilo!

Tiveram que mobilizar o Exército para fazer isso, e nós continuamos na estaca zero, ainda estamos precisando dialogar mais, não é isso? Se não, não sai nada, não é? É impressionante. Meus senhores, eu estou pasmo pelo que estou vendo aqui. Eu já gastei R$70 milhões pelo DNIT, e sabem como a gente resolve todo esse problema para evitar que devastem a nossa rica floresta? Manda o Exército cuidar da 319 porque ela é um eixo único, não dá para sair por outro lugar com a madeira, só tem ela. Alguém aqui discorda? Só tem ela. Eu coloco uma guarda numa ponta e noutra, não sai um pé de pau, não sai um passarinho, um ofídio, um lagarto, uma tartaruga; não sai nada. Coloca o Exército ali para cuidar. Faz um termo de cooperação com o Exército e ele vai cuidar daquela rodovia com seus guerreiros de selva, indígenas, donos da casa, que conhecem a selva como ninguém. Acabou o problema. Faz uma estrada parque, policiada pelo Exército que está lá, o comando está na Amazônia, tem batalhão de infantaria de selva para tudo que é lado, adestra a tropa em operações para cuidar do seu patrimônio, porque é para isso que há Forças Armadas, já que a nossa doutrina é defensiva e não ofensiva. Nós não temos base no Pacífico. Não temos base em lugar nenhum. A Constituição diz que o Exército, as Forças

Armadas têm que cuidar da defesa do seu patrimônio. A floresta é um patrimônio! Qual é o problema? Coloca lá um batalhão de céu, que roda mês a mês para não se acostumar, para não ter o mesmo homem com as mesmas pessoas todo mês, o ano inteiro. Façamos isso, porque o problema todo é a ausência do Estado brasileiro.

O EIA bem feito, como o Ibama quer, porque exigir é um direito do Ibama, é pouco. Só o EIA é pouco. O problema é depois. É o uso da estrada indevidamente. Não adianta ter um EIA perfeito e não ter o controle do uso da região, o controle da ocupação da terra, o controle de que tipo de atividade vai ser exercido. Extrativista? Agronegócio? Que tipo de atividade vai ser exercido para dar sustentação àquele brasileiro da bicicleta, que saiu do Paraná, novinho, e está lá sem saber o que fazer, com o facão na mão? Esse é o problema. O problema está aí.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E o que precisa para se tomar essa medida, General?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu acho que, primeiro, tenho que fazer a minha parte. A D. Gisela disse muito bem, olha aqui: voltamos ao diálogo agora, em 2013. Eu acabo de receber lá do Amazonas, da coordenação das unidades estaduais de conservação... Quantos DVDs vieram, D. Aline?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Doze DVDs de estudo. Não são doze livros. Doze DVDs devem dar mais de 20 mil páginas, porque são DVDs.

Então, nós vamos debulhar, estudar isso, profundamente, no DNIT, ver o termo de referência novo que o Ibama nos apresentou para atender a legislação, para, como diz a D. Gisela, ninguém bater, depois, no Ibama ou no DNIT, que o estudo não está bem feito, que isso, que aquilo, quando, na verdade – eu repito –, o problema não é o estudo bem feito. É o uso correto da floresta e o uso correto da rodovia. É aí que mora o perigo. O estudo é para cumprir uma legislação, é uma questão formal, mas, ao longo do tempo, alguém tem que estar controlando a floresta ali para não sair contrabando de peixe de aquário, de tartaruguinha, de ofídios raros.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas isso sai mais fácil pelo rio e não pela estrada, não é, General?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Por qualquer lado. Se a estrada é um problema, coloca o Exército para cuidar dela. Se pode sair pelo rio, a Marinha lá cuida do rio.

Eu, por exemplo, agora, vou propor à Marinha – se ela aceitar, vai ser uma maravilha – que ela seja a gestora do Rio Madeira, da Hidrovia do Madeira: comprar draga, comprar equipamento, mobiliar mesmo a Marinha na Amazônia para ela ser a grande gestora do Rio Madeira.

Para os senhores terem ideia, sabem quem é o gestor do Mississippi-Missouri, nos Estados Unidos? O exército norte-americano, há mais de 100 anos. Sabiam disso? E lá não é ditadura. É democracia. Há mais de 100 anos, o gestor da Hidrovia do Mississippi é o exército norte-americano.

Então, eu estou propondo... Eu já conversei, vou, agora, detalhar mais esse assunto e vou ver se a Marinha aceita ser gestora da Hidrovia do Madeira para cuidar dela. Estou-lhe dando um exemplo.

Por que eu falo o Exército, a Marinha? Porque a Amazônia brasileira, na sua parte ocidental, ainda é uma região rarefeita de demografia, ainda é uma região onde predomina a floresta, os rios, a fauna. É isso. Não é uma região como o Sudeste, onde eu faço assim ó, e aparecem 300 empresas para fazer qualquer empreendimento. A Amazônia não é assim. Eu fui contratar uma dragagem no Madeira, e houve o maior problema. Não apareceu empresa. Então, ainda é uma região em que a própria atividade de engenharia, em muitas situações, tem que ser feita através do Estado brasileiro.

Então, o meu comentário é o seguinte, até para fechar a minha participação aqui, porque não sou do órgão ambiental e, por isso, não tenho autoridade para falar de normas ambientais nenhuma – eu sou um gestor público: espero que a D. Aline, com a sua equipe, que é a Coordenadora-Geral do Meio Ambiente, que aqui está sentada, consiga atender o termo de referência do meu parceiro do Ibama. Se nós atendermos, D. Aline, no EIA, acho que temos um passaporte para prosseguir dentro da legislação ambiental. Mas fica a sugestão: isso é pouco, o estudo ambiental, entendo que o Exército deve cuidar da rodovia e a Marinha, controlar as hidrovias, que é por onde podem sair as riquezas naturais. Só isso. Está resolvido. Aquele bioma naquela área é tão forte, mas tão forte que tem uma capacidade de regeneração sem igual – sem igual!

Um belo dia. Vou contar uma historinha rápida para ilustrar. Vamos viajar para São Gabriel da Cachoeira, fronteira com a Colômbia. Lá há uma rodovia – o ICMBio conhece muito bem – que fica dentro do Parque Nacional do Pico da Neblina. Por ser dentro do parque nacional, a legislação diz que não pode fazer nada na rodovia. Então, a rodovia está se acabando. E a floresta, com seu vigor, está fechando a rodovia. Então, a rodovia vai desaparecer. Ela vai ser engolida pela floresta novamente, que é o que o bioma faz quando tem força, quando tem vigor. Ele retoma o espaço que tiraram dele. Ele vai lá e toma de volta.

A mesma coisa é a 319. Você vê pelas fotografias que o que era uma estrada aberta é, hoje, um caminho bem apertadinho. A floresta está chegando e vai terminar fechando. Ela vai fechar. Então, fica aqui a minha crença de que o Ibama, o ICMBio e o IPAAM... Primeiro, eu acredito que todos nós queremos que a rodovia volte a funcionar. Não queremos que os brasileiros do Amazonas e de Roraima vivam isolados do Brasil por uma ligação permanente. Não queremos isso. Nenhum brasileiro quer isso, quer segregar o seu nacional. Acredito que todos nós queremos isso. Nós fazemos – não é, D. Aline? – nosso dever de casa, fazemos o nosso EIA bem feitinho e avançamos nisso aí.

E fica a sugestão para o Senador: convidar o Exército Brasileiro a participar dessa empreitada, até porque nós temos projetos dos chamados postos de fiscalização integrada tanto na rodovia como no Rio Purus. Os projetos já estão prontos. Eu só não contratei a obra porque estou esperando a licença. Então, vão ser colocados, ao longo da rodovia, postos de fiscalização integrada. Será um condomínio onde imagino que vá funcionar o Ibama, o ICMBio, talvez a Funai, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, alguma coisa assim. Só falta definir quem será o síndico desse condomínio, porque isso é um prédio grande, que vai ter que ter canal de satélite, de comunicação, fica no meio da floresta. Ninguém vai querer ficar isolado lá. Se der uma dor de barriga num cabra, ele vai morrer lá isolado. Então, tem que haver um canal de satélite, como a parabólica, e um síndico para administrar a limpeza desse posto, a água, as comunicações, a alimentação dos funcionários que estiverem ali.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – São seis postos terrestres e três fluviais. Exatamente. Foi até projeto desenvolvido com o próprio Exército.

Então, nós estamos, como diz o outro, no *grid* de largada. Por que a rodovia desapareceu naquele meião?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – General, sem querer cortar-lhe a palavra, se eu lhe contar – não podemos falar isso aqui – o que o Seu João nos contou com relação ao que aconteceu com a rodovia na época, em mil novecentos e antigamente, não dá para...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Colocaram máquina para destruir, para cortar pedaço dela.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não é possível que isso tenha acontecido. Não dá para acreditar em uma coisa dessa. Estouraram dinamite nos bueiros. De repente, é um folclore.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É. Eu não acredito nisso. O que eu diria é o seguinte...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – O que acontece? A rodovia foi feita no modelo de bota dentro, que é a pior coisa que você pode fazer para uma rodovia. É o chamado bota dentro. O que o cara fez? Ele foi cavando do lado e colocando para fazer um aterro, sem um controle de qualidade da capacidade de suporte daquela estrutura da rodovia e sem uma drenagem bem estudada. Qual é o problema da rodovia naquela região? Se ela não tiver drenagens profundas quando o lençol freático começa a subir na época das chuvas fortes, o que acontece com a água? Ela aflora na superfície da rodovia e a estoura todinha.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Vira uma gelatina embaixo.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Acaba com tudo, porque a água sobe, percola, vem subindo. E, quando faz isso, ela leva os finos, cria vazios e começa a buraqueira. Então, isso é uma rodovia cara. Para ser bem feita, ela é cara. Vão ter que ser usados drenos profundos, base com britas graduadas, vai ter que ter muita drenagem corrente de bueiro. Enfim é uma rodovia que não pode contrariar a vocação da região, que é muita água, com sol. Por isso, a floresta é viçosa, porque é muita água, muita chuva.

Onde está o bom segredo? É saber que tipo de mistura de material nós podemos usar para impactar o mínimo possível a floresta, para não ficar fazendo grandes escavações de jazidas da floresta para atender os aterros da rodovia. Esse é o grande segredo. É isso que temos que estudar. Inclusive, nós precisamos... Eu estou falando com um professor da UEA (Universidade do Estado do Amazonas). Por que a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e a UEA não dedicam, por exemplo, uma carteira só para estudos de material de construção adequado para aquela região? Para saber que tipo de mistura eu posso fazer ali para usar o mínimo possível de material fora de onde está, além da brita, dos seixos, essas coisas. É isso que estou tentando fazer também. Por quê? Porque fazer manutenção em estrada de terra é outra coisa que não é boa. Por quê? Porque todo ano eu tenho que buscar a famosa piçarra de novo. Aonde? Na floresta. Quer dizer, todo ano eu tenho que fazer escavações. Todo ano eu tenho que impactar o meio ambiente. Então, eu preciso fazer um serviço definitivo muito bem feito para que a manutenção seja a mínima necessária – mínima necessária. Toda rodovia que atravessa a floresta já deve ser feita e coberta por uma capa de asfalto muito bem feita, com uma drenagem muito bem feita, porque o que faz estrada durar é uma boa drenagem e uma boa capa em cima dela.

Para terminar, para iniciar os estudos da fauna do EIA, que o Ibama pediu, eu preciso da autorização de coleta. Está bem? Assim que o Ibama me der uma autorização de coleta de fauna, que já protocolamos no Ibama, nós vamos dar cabo a esse estudo. Sem essa autorização, eu estou de pé e mão atados. Estou dependendo do Ibama.

Então, fica aqui a minha fé e a minha esperança nos órgãos ambientais de que temos, sim, condições de fazer uma boa estrada. A viabilidade existe, porque essa estrada está lá desde 1974 e a floresta não foi dizimada ainda. Para plantar, não foi, porque o solo naquela área não presta para a agricultura, é ruim. Então, não adianta. Todo mundo já sabe disso. O problema é a extração vegetal da madeira de forma desordenada. Isso é o que temos que evitar.

Mas vou ser enfático aqui: o grande segredo é uma estrada parque policiada e guardada pelas Forças Armadas. Entrega para as Forças Armadas que não vai sair de lá nem bichinho, nem passarinho, nem peixinho e nem madeira. Não vai sair nada, nem flora nem fauna. Vai ficar lá. Essa é a grande questão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, General Fraxe, pelas suas colocações.

Eu quero insistir um pouquinho mais, General – o senhor me desculpe –, porque gostaria de dar uma resposta à população, que está com uma expectativa muito grande, com relação à manutenção para que possamos, no ano que vem, tornar essa estrada transitável – se não no ano inteiro, mas no verão. É claro que esperamos o IPAAM nos dar essa autorização, mas, por parte do DNIT... Eu vi as máquinas trabalhando tanto na ponta de cá quanto na ponta de lá. E o superintendente do DNIT da região disse que só aguardava a autorização do IPAAM para licitar a manutenção. É evidente que não queremos que essa manutenção aconteça todos os anos, mas, enquanto não há a restauração definitiva, que tenhamos essa manutenção. O senhor acha que é possível, no começo do ano que vem, no começo da seca, iniciarmos essa manutenção, General?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Em relação à manutenção, é o seguinte: eu já vou determinar que façam os pregões eletrônicos da manutenção de todo o trecho que precisa. Inclusive, estou concluindo um projeto de restauração daqueles primeiros 200 quilômetros que a última cheia cobriu. Ela cobriu a estrada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Passou por cima.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Passou por cima. Ficou um rio só.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Igapuaçu a Manaus.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É. Então, ali nós fizemos a licitação de um "Cremazinho" simples, e deu deserto. Ninguém quis ir. Por que ninguém quis ir? Porque não dava resultado. Tem que fazer restauração...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O Exército não tem equipamento para fazer isso?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não, não. Não tem não.

Então, nós temos que contratar uma restauração. O projeto está praticamente pronto. Eu vou licitar essa restauração. Uma coisa simples.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E o senhor também vai fazer de imediato o pregão da manutenção?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – E vou fazer o pregão da manutenção. Aí o que acontece? Eu só dou ordem de serviço quando o órgão ambiental diz assim: está aqui a licença; pode fazer a manutenção. Eu acho que manutenção não tem segredo. A questão maior é que vamos ter que apresentar ao Ibama o projeto de reconstrução do meião.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Claro.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Por que o projeto interessa ao Ibama? Porque ele vai querer saber da onde vai sair o material da reconstrução – o estudo dele é esse –, quais são as áreas fontes: área fonte de brita, de madeira, de material selecionado, cascalho e tudo. Ele vai analisar os impactos em função disso, onde vai ser agredido o bioma.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas nós sabemos que esse estudo vai demorar no mínimo um ano.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É coisa para um ano.

A manutenção pode ser já.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois é, com a manutenção, General... O senhor conhece muito bem a região, mais do que eu, inclusive; passou lá algumas vezes, e eu passei várias e várias vezes, muitas vezes de ônibus, de carro...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu vou simplificar, para lhe tirar a ansiedade e deixar o IPAAM, o Ibama e todo mundo tranquilo.

Uma manutenção daquele tipo de leito, que é de terra, eu não tenho de tirar material de lugar nenhum. Eu reciclo aquele material que está ali. Pronto. Acabou o impacto. Não há impacto. Eu me comprometo a

determinar uma manutenção para reciclar o material que está ali.

Pronto. Eu não vejo dificuldade nisso.

Estamos combinados assim?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É uma saída.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Então, estamos combinados. E vamos acompanhar essa liberação do pregão.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Eu vou citar no edital uma audiência pública, corrida, no dia 6 de dezembro, às 15 horas, aqui, onde o IPAAM disse que era um bom caminho, e o silêncio do Ibama e do Chico Mendes é o consentimento...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O ICMBio disse que não tem nada contra a manutenção e que não precisa se pronunciar.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Então, pronto.

E o compromisso é reciclar o material que está na pista. Isso significa que vai ficar um pouquinho mais caro? Vai. Mas, em compensação, não vou buscar o material dentro da floresta, não vou agredir o meio ambiente.

Então, vou citar isso no edital. Se o órgão de controle vier reclamar, vou mandá-lo pedir uma audiência com o Senador Acir Gurgacz. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Nós vamos fazer outra audiência pública para discutir o assunto. Não há problema.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Então, está combinado, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Está combinado.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Vai sair assim no edital, pode anotar aí, D. Aline... Mandar hoje mesmo um memorando ao Fábio, em Manaus, dizendo que inicie toda a parte de licitação de manutenção da rodovia na parte de terra, constando que deve ser reciclado o material de pista.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, General.

Entendo que dessa forma se achou uma solução e, por fim, o encaminhamento com relação à manutenção da BR-319.

Parabéns, General Fraxe, pelas suas colocações.

Obrigado pela sua ideia, pela sugestão. Entendo que dessa forma podemos realmente ter a manutenção dessa BR com a autorização do IPAAM, se assim necessário for.

Antes de prosseguirmos, vamos ouvir, então, vamos assistir a um vídeo feito pela equipe do Amazon Sat, na pessoa do Wellington Lopes, que aqui está presente.

Muito obrigado pela presença, Wellington Lopes.

Não aqui conosco, mas lá na BR-319, você que não conhecia a Amazônia, que trabalha na Amazon Sat, mas não conhecia a Amazônia e que hoje já pode dizer “Conheço a Amazônia e fui por estrada”.

Então, meus cumprimentos. Obrigado pela sua presença conosco.

Vamos ver, então, o vídeo feito pela Amazon Sat.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, mais uma vez, à Rede Amazônica de Televisão, ao Wellington e a toda a equipe, que prontamente nos cederam esse filme, para que pudéssemos mostrar a todo o Brasil o que vimos e como atravessamos essa BR-319.

Antes de encerrarmos, agradeço não só a presença aqui, mas também o apoio do Senador Valdir Raupp para essa diligência.

Por motivos de agenda anterior, em função de ser o Presidente do maior Partido do Brasil, numa agenda apertadíssima, S. Exª não teve a oportunidade de ir conosco, mas nos apoiou integralmente nessa diligência e também nos apoia com relação à reabertura da BR-319.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sr. General Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor-Geral do DNIT, demais convidados, já devidamente apresentados e nominados, minhas senhoras e meus senhores, queria parabenizá-lo, Senador Acir, pelo desprendimento, pela determinação de ter organizado, liderado essa verdadeira maratona, essa diligência.

Vi ali a dura realidade do povo. Que realidade dura, não é? Realmente, senti muita vontade de ir a essa expedição, mas havia reunião do Conselho Político, e, como Presidente Nacional do PMDB, não pude me ausentar daqui. Mas confesso que tive muita vontade e pude agora ver a série de reportagens da Rede Amazônica, da Amazon Sat, de toda a travessia da BR-319.

Realmente, os depoimentos foram muito, muito importantes, porque mostram a realidade e a necessidade, o anseio da população daquela região – não só da região ali atingida, mas também de Manaus, de Porto Velho, de todo o Brasil, como falou o General –Coronel, não é General. Coronel Azevedo. Foi um depoimento que ele deu até para as Forças Armadas, para o Exército Brasileiro, sobre a importância da ligação do Amazonas com os demais Estados do Brasil, sobretudo com o nosso Estado, o Estado de Rondônia.

Então, vejo que é uma necessidade, e as autoridades estão empenhadas, em que pese a demora, o dinheiro já gasto. Como falou o Ministro dos Transportes, César Borges, há 80 milhões já gastos nos projetos de licenciamento, e até agora não tivemos sucesso.

Mas acredito que a esperança é a última que morre. A fé remove montanhas e atravessa distâncias, vence distâncias, como essa entre Manaus e Porto Velho. Então, espero que as autoridades da área ambiental possam se sensibilizar e que seja criado todo tipo de proteção, como falou o Diretor-Geral.

Ninguém quer prejudicar os animais, a fauna, a flora, mas simplesmente fazer uma travessia de um Estado para outro, de uma parte do Brasil para outra parte do Brasil, que é a Região Amazônica.

E Manaus hoje é um grande centro industrial, onde há mais de 500 indústrias do Brasil e de várias partes do mundo, multinacionais. Não dá para ficar isolado naquela região. Não dá para ficar isolado.

Então, tem todo o meu empenho. Ao mesmo tempo em que o parabenizo pelo trabalho, pelo desprendimento, pelo dinamismo, também o parabenizo pela chegada de mais dois netos. Lindos! Já me mostraram ali a foto.

Foi hoje ou ontem?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Hoje.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Nasceram agora, há pouco. Os netos nascendo, e ele trabalhando aqui.

O Acir tem sido um grande Senador da República, defendendo os interesses do Estado de Rondônia e do Brasil.

Parabéns a V. Exª!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Raupp.

Peço a V. Exª que, na semana que vem, quando estiver em Porto Velho e em Ji-Paraná, com a Presidenta Dilma, nos represente. Eu infelizmente não vou poder estar nessa viagem tão importante da Presidenta Dilma a Porto Velho. Estive com ela ontem justificando a minha ausência, pois tenho uma audiência com o Papa Francisco exatamente no dia 11 de dezembro. Eu sairei logo mais e não estaremos lá em Porto Velho, mas tenho certeza que V. Exª, juntamente com o Senador Ivo Cassol e os demais Deputados Federais: Marcos Rogério, Deputada Marinha, Nilton Capixaba; o Governador Confúcio Moura e o Vice Ailton vão fazer uma bela recepção para a nossa Presidenta, pois ela realmente merece ser bem recebida em Rondônia por tantas obras, por tanto investimento que o Governo Federal faz no nosso Estado de Rondônia, seja na hidrovia do Madeira, nas nossas rodovias, o Minha Casa Minha Vida praticamente em todas as cidades do Estado de Rondônia, as usinas do Madeira, enfim, a 364.

E esteve lá comigo o General Fraxe fazendo uma fiscalização, e os rumos da restauração da BR-364 estão mudando graças ao empenho primeiro da licitação e também da bancada federal, que muito trabalhou para reunir recursos e deixá-los à disposição do DNIT a fim de fazer a obra. E agora, para mudar os rumos da obra que estava sendo mal feita, o general foi lá fiscalizar *in loco* para que aqueles serviços, Senador Raupp, não continuem. O general tomou todas as providências para que aquela... não vou falar palavrão, não podemos fazer isso, mas para que aquele serviço de má qualidade não tenha continuidade. Nós, da bancada, eu particularmente, não vamos deixar que isso aconteça.

Eu sei que isso não está acontecendo por parte do DNIT e, sim, através de uma empresa que não está à altura da necessidade das estradas brasileiras, principalmente da BR-364.

Ouço com prazer o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Se me permite, Presidente, também quero parabenizá-lo e agradecer ao General Fraxe pela garra e pela determinação tanto na execução das obras quanto na fiscalização. Ele já foi duas vezes lá: na largada dos serviços, praticamente no início das obras, e já foi agora, *in loco*, fiscalizar. Tem que fazer isso mesmo. Portanto o parabenizo e agradeço ao General Fraxe.

E queria pedir a V. Exª, Senador Acir Gurgacz, que quando estiver com o Papa peça para ele interceder pelo Brasil, orar pelo Brasil, pedir a benção de Deus. Afinal de contas, ele é argentino, mas Deus é brasileiro. Está tudo aqui na região.

E queria fazer uma pergunta ao General Fraxe: a ponte binacional. O Dr. Tarcísio esteve lá no dia da ordem de serviço da BR-425, de Guajará-Mirim a Porto Velho, e anunciou que possivelmente lançaria uma licitação ainda neste ano. A conclusão, não sei, mas pelo menos daria a largada, lançaria o edital de licitação da ponte binacional Brasil/Bolívia.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Está só dependendo... O projeto depende única e exclusivamente de um fechamento de orçamento de preços novos. Inclusive, a Ministra Miriam estava em despacho com a Senhora Presidenta para incluí-la no PAC, porque aquela ponte de Guajará tem que estar no PAC. É um empreendimento considerável em termos de recurso. Não dá para pensar num empreendimento daqueles fora do PAC.

Então, nós acreditamos que já, já estará entrando no PAC para que possamos largar a licitação, de

preferência até o final de dezembro até o início do mês que vem.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu estive pessoalmente com a Ministra Miriam e falei com ela que aquela ponte tinha sido um compromisso pessoal do Presidente Lula com o Presidente da Bolívia Evo Morales para pagar uma dívida histórica de 111 anos, porque o Tratado de Petróleo é de 1902. Estamos em 2013, então são 111 anos de dívida que o Brasil tem de dívida com a Bolívia com aquela ponte.

Assim, o Presidente Lula assumiu o compromisso, mandou fazer o projeto, não ficou pronto na sua gestão. A Dilma reassumiu o compromisso. Falou para mim, para o governador e para a bancada federal que iria cumprir esse compromisso do Presidente Lula. Portanto, está na hora.

Então, falei para a Ministra que estava na hora de colocar no PAC.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Exatamente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Coloque de um modo que possa demorar três, quatro anos, mas coloque um pouco neste ano, outro pouco no ano que vem. Temos três ou quatro anos...

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – É a ponte, os acessos e a construção de um sistema de aduana: Receita Federal, Polícia Federal, Anvisa. Está tudo no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Ontem, Senador Raupp, eu conversava com a Ministra Miriam, numa reunião dos relatores setoriais do orçamento, e fiz essa colocação também a fim de que pusesse essa obra no PAC, pois é uma obra importante. Não nessa reunião, mas numa reunião anterior, eu perguntei a ela se conhecia a alfândega de Guajará-Mirim, o porto de exportação de Guajará-Mirim.

Sem maldade, ela disse que não conhecia. Aí eu mostrei as fotos quando eu e V. Exª estivemos juntos lá, mostrei a fotografia de como é o Porto de Guajará-Mirim, General Fraxe. Não vou mostrar aqui porque já mostrei na tribuna do Senado, mas ela realmente ficou muito, muito chocada e muito preocupada, pois é um porto que exporta muito.

Nessa região da Bolívia moram mais ou menos 300 mil pessoas e não há produção agrícola, General. E Rondônia produz também para exportar e exportamos para essa região. Agora, as condições do porto... Aliás, não podemos falar muito senão...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Passam cargas até para o Chile, porque a Arica/Iquique está perto dali... Tem caminhões...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida. Se tivermos a ponte...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – ... Transportam até para o Chile. Da Bolívia e Chile.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – E o porto. Então, ela realmente ficou muito preocupada, porque a exportação é importante para o Brasil. Para Guajará-Mirim esse porto de exportação é de fundamental importância para o crescimento da economia. Realmente ela ficou bastante preocupada, já chamou a equipe e deu o comando para que pudesse resolver a questão do Porto de Guajará-Mirim.

E não podemos falar muito sobre isso porque as condições sanitárias impediriam a exportação. Então, é um problema... Se você fala demais, General, vamos prejudicar o pouco que está sendo feito. E se não falarmos, as coisas não acontecem. Então, ficamos no fio da navalha. Mas enfim, as coisas irão melhorar em Guajará-Mirim. Teremos a nossa ponte, a 425 está em manutenção, não a ritmo acelerado porque não é hora ainda, já que estamos na época da chuva, mas quando entrarmos na seca do ano que vem vamos ter pelo menos a expectativa de 429, o término daqueles pedacinhos de asfalto e as pontes, a 425 em pleno movimento, a 364 também, e agora, com essa sua sugestão, a manutenção da BR-319. Ou seja, Rondônia fica numa situação...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – E a ponte do Abunã. Já foi dada a ordem de serviço, General?

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não foi contratada ainda.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Na semana que vem é que deve fechar o contrato. Tem um prazo recursal para homologação. É lei e tem que cumprir cada um. Segunda-feira termina o prazo.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – A Presidente não pode dar a ordem de serviço lá em Rondônia? Ela vai estar lá pertinho nas usinas. Pertinho.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Possivelmente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Seria um gol de placa.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Se der tudo certo, quem sabe.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É mais uma agenda para a Presidenta.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Se não houver um recurso, você sabe...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Essa tem autorização do Ibama.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Não. Recurso...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Está tudo certo. Não dá para deixar de fazer um trocadilho, Marcos e Caio.

Essa autorização da captura dos animais é um problema. Se não tivermos essa autorização... Estou falando nós, mas quem precisa de autorização é o DNIT. Já estou aqui como diz... Mas se não houver autorização este ano, vamos perder um ano. É isso não é, Caio? Porque não vamos aproveitar a chuva deste ano para poder fazer a captura dos animais a fim de fazer o estudo. Então, peço aqui encarecidamente que haja uma atenção especial com relação a esse pedido, porque é uma autorização para ter condição de fazer os estudos. Se não autorizarmos os estudos nunca vamos vê-los sendo feitos. E só falta uma autorização para captura dos animais.

Então, peço aqui que tenha um empenho do ICMBio para conceder essa autorização. E na semana que vem vou entrar em contato com o IPAAM para ver como avançaram essas conversações nesta semana.

O SR. JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Já dei o processo construtivo da manutenção que não vai o mínimo, mínimo (?) de impacto. Então, vou reciclar o que existe.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Agradeço a presença de todos aqui nesta tarde.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 13 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 30 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2013

Às oito horas e vinte e sete minutos do dia quinze de outubro de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Anibal Diniz, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Benedito de Lira e Osvaldo Sobrinho. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique, José Agripino, Gim e Alfredo Nascimento. Comparece à reunião o Deputado Federal Eduardo Azeredo O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº. 11/2013-CCT,** de autoria dos Senhores Senadores João Capiberibe e Anibal Diniz, que requerem a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei do Senado n.º68, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que revoga o art. 5º da Lei n.º12.034 de 2009, relativo ao voto impresso conferido pelo eleitor a partir das eleições de 2014. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Amílcar Brunazzo Filho, Moderador do Fórum do Voto Seguro na Internet; Diego Aranha e Pedro de Rezende, Professores do Departamento da Computação da Universidade de Brasília – UnB. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra o Senhor Senador João Capiberibe e o Senhor Deputado Federal Eduardo Azeredo. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e um minuto, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de outubro de 2013.

Antes de iniciarmos os trabalhos da nossa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Dando início aos trabalhos desta audiência pública, a mesma é realizada em atenção ao Requerimento nº 11, de 2013, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Anibal Diniz, na qual debateremos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que revoga o art. 5º da Lei nº 12.034, de 2009, relativo ao voto impresso conferido pelo leitor a partir das eleições de 2014.

Temos a honra de convidar para composição da mesa: o Sr. Amilcar Brunazo Filho, moderador do Fórum do Voto Seguro na internet; o Sr. Pedro de Rezende, Professor de Matemática e Criptografia do Departamento de Ciências da Computação da Universidade de Brasília (UnB).

Informamos que foi convidado, também, o Sr. Giuseppe Janino, Secretário de Informática do Tribunal Superior Eleitoral, que declinou formalmente do convite.

Destacamos, oportunamente, que esta reunião contará com a utilização do serviço de interatividade do Senado Federal, que permite aos cidadãos encaminharem perguntas e comentários aos nossos convidados e, também, aos Srs. Senadores.

Além do envio de perguntas e comentários pelo Alô Senado, no telefone 0800-612211, qualquer cidadão pode acessar o portal e-Cidadania, pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania, onde também irá acompanhar a transmissão ao vivo desta nossa audiência.

As mensagens serão submetidas à triagem definida nos termos do uso do portal, não com base na qualidade dos comentários ou no mérito da pergunta, mas, sim, quanto ao cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do nosso debate.

Sobre esta audiência pública, destacamos a relevância da realização de um debate, no âmbito da CCT, sobre a adoção ou não do sistema do voto impresso como forma de comprovação e conferência pelo eleitor.

Num breve histórico e considerando que, anteriormente, havia votação por cédulas, houve a sua substituição pelo registro digital do voto, a conhecida urna eletrônica, a partir da Lei Federal nº 10.740, de 2003.

É sabido e indiscutível que os avanços com o voto digital foram enormes, pois, além da economia de recursos, deu-se ao processo eleitoral uma velocidade nunca antes experimentada, possibilitando, na maioria dos casos, que conheçamos o resultado das eleições até mesmo algumas horas após o encerramento.

Tornou-se, então, o processo eleitoral brasileiro vanguardista e reconhecido em todo o mundo como um dos mais modernos. Entretanto, a partir da edição da Lei Federal nº 12.034, de 2009, foi instituída a impressão do voto, sem prejuízo da coleta do registro digital pela urna eletrônica, valendo essa alteração já a partir das próximas eleições, em 2014.

Tal situação criou grande polêmica, pois, de um lado, os defensores da nova medida justificavam-se pela necessidade de conferir maior segurança e capacidade de aferição ao eleitor, o que daria uma maior proteção contra eventuais fraudes no processo eleitoral. Já aqueles que eram contrários argumentaram, em suma, que seria um retrocesso e um custo exorbitante a inclusão desse sistema, implicando nova alteração de todo o processo eleitoral. Na época, o coro contrário foi respaldado pelo posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral que reagiu e manifestou sua opinião divergente contra o que seria um retrocesso. Então, a Procuradoria Geral da República ingressou com ação direta de inconstitucionalidade, requerendo a anulação desse dispositivo, argumentando que haveria quebra do sigilo do voto, o que foi acolhido em caráter provisório pelo Supremo Tribunal Federal.

Nessa mesma linha de pensamento, o então Senador Eduardo Azeredo apresentou o PLS nº 68, de 2009, que, entre outras disposições, revoga o art. 5º daquela lei, suprimindo assim o processo de impressão do voto.

É importante esclarecermos, contudo, que qualquer alteração deliberada a partir desse projeto do Senador Eduardo Azeredo não valerá para as eleições de 2014, pois o princípio da anualidade exige que modificações no processo eleitoral sejam sancionadas em até um ano antes de cada eleição.

Mostra-se, assim, a complexidade e polêmica do assunto. Por isso valorizamos ainda mais a iniciativa do Senador João Capiberibe, atual Relator da matéria em nossa Comissão, já que os debates que teremos agora podem auxiliar este Plenário em suas deliberações futuras.

Esperamos, então, ter aqui os melhores esclarecimentos por especialista, independendo de posição.

Lamentamos, mais uma vez, a ausência do Tribunal Superior Eleitoral. Eles nos deram uma explicação, inclusive a Ministra Cármen Lúcia. Pelo fato de terem de, a qualquer momento, decidir a questão dentro do Tribunal, achavam que não ficaria bem emitir qualquer tipo de opinião, pois poderia parecer que já estavam fazendo juízo de valor antes. Então, como essa matéria pode ser discutida lá, preferiram não participar do debate.

Ditas essas breves palavras e esclarecimentos, dando continuidade aos nossos trabalhos, informo que cada um dos expositores terá o prazo individual de 15

minutos, sem prejuízo da necessidade de sua extensão. Ao final deste bloco, passaremos a palavra aos Senadores autores do requerimento e, em seguida, aos demais Senadores na ordem de inscrição. Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, apresentando comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Ouviremos, então, na abertura das exposições, o Sr. Amilcar Brunazo Filho, moderador do Fórum do Voto Seguro na internet. Com a palavra o Sr. Amilcar Brunazo Filho.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Pois não, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Queria apenas saudá-lo, cumprimentá-lo por esta audiência pública e também agradecer a presença dos convidados. Acaba de chegar o Dr. Diego Aranha, já está presente o Dr. Amilcar Brunazo, o Dr. Pedro de Rezende. Muitíssimo obrigado pela presença.

Essa história do voto impresso remonta ao ano de 2002. Eu não estava no Senado quando foi aprovada uma lei estabelecendo o voto impresso, revogada em 2003. Depois, agora, em 2009. Então, há uma história de contradições entre o Tribunal Superior Eleitoral e representantes da sociedade civil que defendem o comprovante físico do voto, não apenas o registro digital.

Como eleitor, todas as vezes que vou exercer o direito do voto, eu me encho de dúvidas na frente da urna eletrônica, porque eu tenho certeza do que digitei, mas não tenho certeza de para onde vai o resultado daquilo que eu fiz. Então, eu tenho essa curiosidade. Esta é a primeira oportunidade que tenho de participar de um debate sobre o tema. Seria muito importante que estivesse aqui um representante do TSE para esclarecer as razões que levaram o Tribunal Superior Eleitoral a essa posição tão intransigente em relação ao voto impresso.

Nós somos legisladores e para fazermos leis que, de fato, correspondam à expectativa do cidadão e, nesse caso, do eleitor é fundamental a informação. Então, vou acompanhar esse debate com muito interesse. Mesmo que não tenhamos a oportunidade de aproveitar o resultado dessa lei para 2014, é fundamental que os telespectadores, aqueles que estão assistindo a esta reunião, o eleitor que quer cada vez mais segurança de que sua decisão seja respeitada nos acompanhem aqui pela TV Senado ou pela Rádio Senado e também pelo Facebook, pelo Twitter de todos nós. O meu é @joaocapi. Qualquer pergunta pode mandar para cá que vamos encaminhá-las aos convidados para que esclareçam, da melhor forma possível, o que, de fato, está por trás desse conflito de opiniões entre o voto impresso ou o voto às cegas, aliás, o voto às cegas, que esse voto apenas digital, e o voto impresso, que permite, depois, em caso de dúvida, uma auditagem que possa esclarecer o que aconteceu nas urnas.

Era isso, Sr. Presidente.

Mais uma vez, agradeço aos senhores convidados, lamentando profundamente a ausência do TSE.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito bem, Senador Capiberibe!

Passamos a palavra ao Sr. Pedro Rezende, que solicitou que fosse o primeiro a fazer a explanação, Professor de Matemática e Criptologia do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília.

Com a palavra o Sr. Pedro de Rezende.

O SR. PEDRO ANTÔNIO DOURADO DE REZENDE – Bom dia, senhoras e senhores!

Agradeço ao Senador Capiberibe o convite para participar desta audiência, agradeço também ao Senador Zeze Perrella a oportunidade.

Pretendo fazer uma exposição teórica sobre a evolução da votação com o advento da informatização do processo eleitoral, do processo de votação especificamente, para, ao final, fazer uma crítica do projeto de lei em exame.

Pretendo seguir esse roteiro, que começa com uma história de como evoluiu o sistema de votação eletrônica no mundo.

É muito difundida a versão de que o Brasil é pioneiro na adoção do primeiro modelo de votação eletrônica chamado Direct Recording Eletronic, que não permite recontagem cuja verificabilidade depende inteiramente da integridade do *software* usado para coletar votos na máquina de votar e no sistema de totalização que soma os boletins de urnas eletrônicas.

O país pioneiro na adoção desse modelo primitivo de votação eletrônica foi a Holanda. Em seguida, adotada pelo Brasil em 1996, cuja lei eleitoral ainda exigiu o registro material do voto, razão pela qual em 1996 as urnas eletrônicas imprimiam o voto e o coletavam numa urna de lona para seguir a lei. Mas como havia a contagem eletrônica com a totalização rápida, não foi usado o registro material para conferir a contagem eletrônica. Aquilo funcionou como um teste. Em 1997, foi aprovada a lei que extingue o registro material do voto, a primeira lei eleitoral brasileira que trata da votação eletrônica. Mais adiante vamos ver um histórico de como evoluíram as leis de votação eletrônica.

O mundo não parou aí. Com esse experimento, ou com essa introdução pioneira do primeiro modelo de votação eletrônica, países onde a democracia foi

reinventada na era moderna, como França e Estados Unidos, logo perceberam que o modelo original, DRE, o primeiro que foi experimentado e que extinguiu o registro material do voto, tinha a conveniência ou a vantagem de extinguir as formas de fraudes conhecidas até então – eram fraudes de varejo e visíveis, porque manipulavam o registro material do voto ou as planilhas de soma dos votos impressos –, mas, por outro lado, ocultava as novas formas de fraudes que a manipulação via *software* permitia, essas mais insidiosas, porque, agora, possíveis por atacado e invisíveis.

E o que fica de lado quando se defende o modelo inicial, DRE, é fazer vista grossa à possibilidade da manipulação do resultado da votação através do *software*.

Então, os países que se preocuparam com isso – os Estados Unidos, por exemplo, em 2006 – aprovaram legislação que dava preferência pelo segundo modelo de votação, que surgiu a partir daí, o VVPT.

Por último, surgiu a terceira geração de modelos de votação, baseado num sistema de auditabilidade ponto a ponto, que permite o rastreamento do voto, sem quebrar o sigilo da identidade do eleitor que registrou o voto, de ponta a ponta, na cadeia de custódia do registro do voto.

Bem, sou responsável pela introdução dessa nomenclatura, que classifica os sistemas de votação baseada nos modelos de votação eletrônica que seus correspondentes dispositivos de coleta projetam: DRE, registro eletrônico puro; VVPT, é o que permite uma trilha de recontagem por registro individual, material, do voto; e E2E é End-to-End Auditable, auditabilidade ponto a ponto.

Por que essa classificação? Porque esses modelos de urna surgiram na literatura científica nessa ordem cronológica, para tentar resolver os problemas considerados mais graves da geração anterior, do modelo anterior. O DRE entrou para resolver os problemas da fraude no voto em papel, mas introduziu a possibilidade da fraude por atacado e invisível, por manipulação do *software*. O VVPT entrou para eliminar a vulnerabilidade do modelo DRE, que concentrava toda a verificabilidade da lisura do voto na integridade do *software*, o que, para aqueles que trabalham com segurança em informática, sabemos que é um processo altamente ineficiente tentar verificar a integridade de *software* num processo da dimensão da votação eletrônica no País. E temos experiência prática disso ao tentarmos auditar o *software* usado na votação eletrônica. Podemos testemunhar tecnicamente a total ineficácia do processo. Ele serve apenas para manipular o sentimento coletivo a respeito de como estão as coisas, qual o *status quo* do processo de votação; não serve a título de fiscalização, como regime eficaz.

Por isso o resto do mundo, a partir do meio da primeira década do século XXI, começou a introduzir os modelos VVPT. Mas o modelo VVPT – o TSE tem razão nisto – tem o problema de não conseguir distinguir, quando há discrepância entre a contagem eletrônica imediata e a contagem para verificação manual, onde estaria o problema, o erro ou a manipulação indevida, se na contagem eletrônica ou na contagem virtual. Então, o sistema VVPT favorece a sabotagem, porque quem sabe que vai perder a eleição pode agir da forma antiga, manipular registro material, para provocar uma discrepância na contagem e, assim, lançar a dúvida.

Qual seria a saída?

Vou tentar explicar como evoluíram, porque a terceira geração justamente busca resolver os problemas que o VVPT trouxe ao tentar resolver os problemas da primeira geração.

Aqui, temos um desenho da cadeia de custódia do voto. Isso eu tirei da literatura que o Dr. Amilcar Brunazo produz no Fórum do Voto Seguro. Eu acho muito interessante porque resume muito bem o processo de votação desde o cadastro eleitoral, que estamos vendo nessa ponta da cadeia de custódia do voto, onde o mesário verifica a identidade do eleitor para permitir que ele se dirija à urna e registre o voto.

O problema da urna DRE é que ela interrompe a cadeia de verificabilidade do registro do voto, da integridade do voto, no momento em que o voto está sendo coletado e somado dentro da urna, porque ninguém sabe como o voto está sendo somado dentro da urna. No final da eleição, ele produz um boletim de urna, uma planilha eletrônica com os totais por candidato, por cargo, em votação, mas sem que ninguém tenha – ninguém de fora, que não tenha conhecimento de como o *software* que está rodando ali está fazendo sua tarefa, se corretamente ou não – como saber se a soma está correta.

Então, saem os BUs, que são totalizados e somados numa outra planilha global para dar o resultado final da eleição. Esse processo ainda pode ser verificado se o registro material do BU, que é o Boletim de Urna impresso, puder ser conferido com o resultado total por amostragem, por exemplo.

Em 1997, foi aprovada uma lei que tirou do eleitor o direito de fiscalizar a contagem dentro da sua seção eleitoral em troca da possibilidade de ele poder auditar o *software*. O mundo logo percebeu que essa troca não era vantajosa. Enquanto isso, no Brasil, a gente mantinha o modelo DRE sob o argumento de que o que tínhamos era muito bom porque ninguém conseguia provar que havia fraude, mas, por outro lado, também ninguém consegue provar que o resultado está correto.

A segurança do processo eleitoral é baseada puramente na confiança na autoridade que executa o processo, ou já que a fiscalização permitida não tem nenhuma eficácia em termos de auditoria do processo de votação *per se*.

Já escrevi mais de 70 artigos, dei mais de 40 entrevistas, desde o centro acadêmico da faculdade da esquina até o *Los Angeles Times*, explicando o porquê dessa ineficácia. O mundo desistiu do modelo DRE já na primeira metade da década de 2000 devido a essa ineficácia intrínseca de se concentrar a verificabilidade do processo de votação na verificabilidade da integridade do *software*.

O que temos no Brasil é uma estratégia de promover a segurança do ponto de vista da percepção do usuário, do eleitor, de que temos um sistema seguro, já que ninguém consegue provar que tenha havido fraude em alguma eleição. Então esta é a maneira de manter o sistema de votação de primeira geração: manipulando a opinião pública sobre a condição de proteção que aquele sistema oferece. Enquanto isso, estão sendo cerceados os direitos de fiscalizar nas outras etapas do processo de custódia do voto.

Com a identificação biométrica, o eleitor perde a capacidade de verificar, ao contrário do que a propaganda afirma de que o eleitor que está votando é mesmo aquele em cujo nome a urna foi liberada já que a identificação biométrica, ao contrário do que faz parecer a propaganda oficial, não é um processo determinístico, é um processo probabilístico, portanto, propenso a erro de natureza intrínseca do mecanismo, que é verificação da identidade por aproximação de padrões.

Então, por exemplo, o fabricante do equipamento usado hoje na urna eletrônica que identifica a biometria das impressões digitais afirma que a identificação biométrica com o equipamento utilizado dá em torno de 1% de falso negativo, ou seja, o caso em que o eleitor está cadastrado, mas a sua identidade biométrica não é reconhecida. Como o direito de votar não deve depender da tecnologia e sim da democracia, tem de haver um mecanismo de contingência para permitir o eleitor votar nesses casos de falso negativo. Com seções eleitorais com 300 eleitores em média, dá em torno de 3%, segundo o fabricante, de eleitores que precisam ser liberados para votação através do sistema antigo de senha.

Então, a biometria não acrescenta nada na segurança da identificação do eleitor por causa da necessidade do mecanismo de contingência para liberar aqueles casos de falso negativo. E o eleitor que quer fiscalizar se está havendo fraude de cadastro, se algum eleitor está votando por outro, não tem como saber se uma alegação de falso negativo de quem bota o dedo lá mas não está cadastrado – ele diz que está mas não está – se o mesário estiver favorável à fraude, vai levar a palavra do pretenso eleitor ao pé da letra e libera a urna para votar com a senha, como era antigamente, antes da biometria.

Então, na primeira eleição em que foram divulgadas estatísticas do uso da biometria, em vez de 1% de falso negativo, houve 7% de uso da senha para liberar a votação – sete vezes acima do que foi previsto pelo vendedor da identificação biométrica.

Também com a negação dos juízes eleitorais em alguns casos e dos mesários em outros de fornecer boletim de urna impresso, os partidos estão sendo cerceados no direito de fiscalizar a totalização a partir de uma resolução do TSE de 2006 que restringe a impressão de votos aos primeiros que chegarem, um tal de comitê interpartidário. Isso, depois, foi corrigido, mas ainda existem iniciativas de tribunais regionais e de juízes eleitorais de zonas específicas que negam o direito de um partido que queira uma versão impressa do boletim de urna no momento em que encerra a votação receber isso do mesário assinado pelo mesário.

Então, os países que acham que essa não é uma situação adequada para democracia partiram para o sistema de segunda geração em que os problemas passam a ser aqueles que eu já citei. Há uma interrupção aqui na capacidade do eleitor. Essa linha de baixo aqui...

(*Soa a campainha*.)

O SR. PEDRO ANTÔNIO DOURADO DE REZENDE – Isso foi para mim?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PEDRO ANTÔNIO DOURADO DE REZENDE – Essa linha de baixo aqui é a linha da fiscalização. E a linha de cima é a custódia do voto, o.k?

No sistema de segunda geração, há uma interrupção aqui dentro da urna, porque o registro material do voto, que permite a recontagem nesse processo aqui, não há como a contagem manual do voto impresso indicar onde estaria a discrepância, se na votação eletrônica ou se na própria manipulação no registro do voto.

Com o sistema de terceira geração, os registros de voto, tanto o eletrônico, como o registro material, são entrelaçados para que, quando surja uma discrepância, o mecanismo aponte onde houve o desvio ou onde houve a manipulação indevida, se na contagem eletrônica ou na contagem manual.

Existem, que eu saiba, apenas dois sistemas de terceira geração em uso hoje. Um sistema altamente complexo que emprega várias camadas de criptografia usado nos Estados Unidos, produzido por um grupo de especialistas criptógrafos de primeira linha, que se

debruçaram sobre o problema, chamado Scantegrity e um modelo introduzido em 2006 pela primeira vez na Argentina, feito por um engenheiro que estudou uma publicação produzida pela Fundação Alberto Pasqualini, do PDT, a partir de um seminário organizado na Câmara.

Lá em 2002, colhemos todas as denúncias de suspeitas de fraude que havia no sistema de votação eletrônica. Esse engenheiro da Argentina passou três anos estudando essa publicação que não ganhou o papel, foi apenas para a internet, porque disseram ao Brizola, na época, que seria bom ele não publicar aquilo, porque o Partido dele poderia sofrer retaliação. E botamos na internet. Dez anos depois descobrimos que o engenheiro argentino estudou todas aquelas denúncias e procurou fazer um sistema de votação usando um *chip* de RFD embutido na cédula que recebe a impressão do voto – isso aqui. Se vocês olharem tem uma RFD dentro da cédula, que permite a contagem automática do voto eletrônico e o registro material na mesma cédula. Quem quiser dar uma olhada nisso aqui, depois faremos circular.

Então, esses são os sistemas de terceira geração.

Enquanto isso, a gente tem de entender o que está acontecendo na discussão no Brasil, porque 96% da população confiam no sistema de votação que temos, mas 15% não confiam nos políticos que esse sistema elege. Fica perdido aí um elo de ligação entre os dois números, que é o fato de que o sistema de votação que temos é regido por leis cujos políticos eleitos por esse sistema aprovam.

Então, a minha hipótese de como se dá esse discussão, sobre se evolui ou não o sistema de votação, se o que temos é adequado ou não, ele segue uma lógica de como o processo de modernização eleitoral se insere no processo político da democracia em questão. Eu vejo três caminhos para a informatização do voto: um, em que a tecnologia eleitoral é manipulada como fim em si mesmo; um, em que a tecnologia eleitoral é um meio para um fim – controlar o risco de fraude, por exemplo; e um, em que a tecnologia eleitoral se torna cavalo de batalha para disputa de espaço de poder entre os três braços ou os três poderes do regime republicano.

E acredito, pela discussão de como evoluíram as leis no Brasil, que pretendiam avançar o nosso sistema de votação para a segunda geração, mas não conseguimos chegar à terceira porque sequer conseguimos passar para a segunda as leis que são aprovadas para nos colocar como sistema de segunda geração são revogadas por uma legislação seguinte, e isso vem-se alternando desde 1965, a última com essa ação direta de inconstitucionalidade que o Senador Zeze Perrella leu aqui na introdução da nossa apresentação.

Então, esse é o histórico de como foram modificadas as leis do nosso processo eleitoral, para ficarmos voltando para um sistema de primeira geração.

Aqui, alguma literatura sobre o que eu afirmei a respeito da evolução do processo de votação em outros...

Como eu disse, a partir de 2005, já havia uma recomendação para se partir para os sistemas de segunda geração nos Estados Unidos.

E, na França, o outro berço da democracia, os Municípios têm o direito de escolher o regime de votação que vão adotar. E apenas 3% dos Municípios na França adotam votação eletrônica. Os outros 97% preferem usar registro material do voto apenas. Mesmo assim, ficamos sabendo o resultado da eleição presidencial da França no mesmo dia. Por quê? Porque, na França, a votação é voluntária – não é obrigatória, como no Brasil ; a apuração da seção eleitoral é feita na própria seção eleitoral; vai um boletim de urna eletrônico para apuração instantânea e vai um registro material do boletim de urna para lastrear a votação eletrônica e para, em caso de votação apertada, poder haver mecanismo de recontagem em nível de totalização. Com isso, eles conseguem fazer uma apuração tão rápida quanto a nossa, mas lá o eleitor é civilizado, está preocupado com o processo e quer fiscalizar a votação no local em que o voto é registrado, na seção eleitoral.

No Brasil, nós somos adestrados a entender processo de votação como *videogame*: quem manda é quem faz a máquina e quem faz as pesquisas. O eleitor é passivo, fica vendo as pesquisas na televisão, como se aquilo fosse uma corrida de Fórmula 1. A única ação a que ele tem direito é, no dia eleição, chegar até uma máquina, apertar um botão e voltar para a tela para ver o resultado aparecer na televisão. Ele não tem mais interesse em fiscalizar, até porque alguém botou na cabeça dele que não vale a pena, porque os políticos não merecem a confiança dele. Mas é a democracia que adoece dessa forma.

Bem, a propaganda vem desde 97. Começou comparando o computador com algo que torna o céu o próprio céu e não o inferno, e, agora, temos aquela foto ali da segurança por obscurantismo como parte de um vídeo de propaganda institucional de que o sistema – o mesmo modelo desde 97 – é o melhor que podemos ter.

Mas talvez isso não seja uma situação adequada. Por quê? Porque isso concentra muito o poder no operador eleitoral. Vivemos uma espécie de ressaca da República Velha. Lá, o processo de votação, o processo

eleitoral, era concentrado no poder de executá-lo, de regulá-lo, e de julgar o resultado no Poder Legislativo.

Com a Revolução de 30, houve um movimento pendular. Retirou-se todo esse poder do Legislativo e colocou-se no Judiciário. Mas isso continua sendo um problema, porque o Brasil é o único País do mundo, onde o órgão que julga o resultado do processo eleitoral é o mesmo que executa. Como alguém vai produzir prova contra si mesmo num processo de impugnação de votação? Como ele vai fornecer provas que ele detém para o autor da ação, para que ele possa enquadrá-lo num caso de inépcia ou de má-fé? Não vejo lógica nisso.

Então, o que nós temos? Notícias de que há violação da lei em vigor, que rege o cadastro eleitoral, começando a surgir finalmente no Estado de São Paulo – cadastro eleitoral sendo vendido. Mas essa notícia aqui é mais curiosa pelo seguinte: não estou falando do caso do Serasa, mas de outro, em que os dados vendidos, fornecidos pelo TSE, para o Sindicato das Funerárias, são os títulos de eleitor de gente que morreu. Essa troca de cadastro entre entidades que não são eleitorais com a Justiça Eleitoral está prevista na lei, mas apenas numa direção, porque o TSE pode usar de outras instituições.

Aqui é o contrário. Imaginamos que a funerária poderia estar fornecendo dados de quem morreu naquele ano, o Sindicato das Funerárias, para o TSE tirar do cadastro, mas a colaboração está em outro sentido. Por que alguém vai pagar R$27,00 para ter o número de eleitor de um defunto? Quem é candidato em eleição é capaz de juntar os dois pontos e entender para o que serve isso.

Então, por que a Justiça Eleitoral está violando a lei, dizendo que o cadastro eleitoral é de uso exclusivo? Ela está contando com o fato de este projeto de lei ser aprovado, regularizando assim essa situação. Mas essa situação interessa à sociedade brasileira, à democracia brasileira? Acredito que não, porque este não é o menor dos problemas: a venda de número de título de eleitor de defunto.

Aqui, está o aditivo de um contrato, um acordo de colaboração técnica entre o TSE e a Polícia Federal. Esta é encarregada de investigar casos de denúncia de fraude eleitoral. Ela vai ter boa vontade, se ela pode ter um cadastro de dados biométricos colhidos para controle de acessos ao sistema de votação, quando ela só tem o direito de coletar dados de investigados para fazer perícia forense?

O problema do uso da biometria é que ele tem duas utilidades totalmente distintas diante do ordenamento jurídico num Estado de direito. Uma é o uso para controle de acesso, como se tem atualmente no processo de votação brasileiro: a pessoa, primeiro, fornece os dados biométricos seus para se cadastrar e, logo em seguida, num momento conhecido do eleitor, ele apresenta, de novo, seus dados biométricos para serem identificados numa situação controlada, em que ele está ciente, concordando com a sua identificação.

No caso em que a biometria vinha sendo usada antes de a tecnologia favorecer o uso da biometria para o controle de acesso, que é o uso forense, o material é colhido – por exemplo, no registro civil – e, depois, na identificação, ele é colhido em situações fora de controle de quem vai colher e de quem vai ser identificado – por exemplo, impressão digital deixada numa porta no caso de um arrombamento.

Então, para uso forense, valem os direitos de defensa. Com esse compartilhamento de dados de controle de acesso para uso forense, é atropelado o princípio constitucional de que um acusado não pode ser obrigado a produzir prova contra si mesmo.

Então, este artigo aqui do *Wired* tem a crítica de uma colunista que explica: olha, esse negócio de compartilhamento de dados que o Governo colhe, por uma obrigação civil, para controlar acesso, por exemplo, à urna, com órgão do Estado encarregado de fazer investigação criminal, atropela o princípio constitucional da não autoincriminação. Mas isso está sendo feito hoje com esse contrato pela Justiça Eleitoral, ao arrepio da lei, que deveria regular o uso do cadastro eleitoral.

Por isso, sou contra o projeto de lei que está sendo examinado nesta Comissão, por conta dessas distorções que ela emprega e introduz no ordenamento, no equilíbrio, dos poderes republicanos. A tecnologia permite isso. Por isso, legislar sobre tecnologia é tão perigoso.

Então, líderes de dois Poderes da República – um do Judiciário, outro do Executivo – estão atropelando um direito que o Poder Legislativo constitucional deveria proteger no ordenamento jurídico. Como um todo, que está virando de ponta cabeça com essa concentração de poderes no processo eleitoral, como é que pode uma resolução de um órgão estatal atropelar uma lei ordinária aprovada nesta Casa pelo Legislativo e sancionada pelo Executivo, que diz que o uso do cadastro eleitoral deve ser de uso exclusivo da Justiça Eleitoral?

Então, estamos nessa situação. E o perigo vai além. Por quê? Porque o interesse nesses dados biométricos é maior por parceiros da Polícia Federal, que é controlada pelo Ministério da Justiça. Estamos diante de uma situação que ninguém mais pode esconder de que há um plano, um projeto, para instalação de um governo totalitário global a partir do controle de fato, através da tecnologia, de tudo que diz respeito à comunicação, meio de prova eletrônica para o Judiciário,

a partir do controle da tecnologia por uma potência hegemônica.

A matéria que diz que o FBI tem interesse em construir agressivamente uma base de dados global com dados biométricos está aí. Existe parceria da Polícia Federal com o FBI para compartilhamento de dados. Então, temos de examinar essa lei ora em discussão neste Plenário com muito cuidado, porque há muita coisa por baixo desse dispositivo que o projeto de lei contém, que dá autoridade ao TSE de decidir para quem ele entrega o cadastro de biometria.

O valor do cadastro biométrico do TSE, do ponto de vista estratégico e militar, é altíssimo. Por quê? Porque a votação, no Brasil, é obrigatória. Todo cidadão maior de 18 anos é obrigado a fornecer os dados biométricos. O cidadão não tem o direito de se recusar, sem afrontar a legislação, a entregar dados biométricos à Justiça Eleitoral se essa lei passar.

Há outro projeto de lei, que está correndo na Câmara dos Deputados, que vai chegar provavelmente a esta Comissão – já me disponho a discuti-lo –, que regulamenta o uso de biometria dentro do Governo brasileiro, onde não se distingue o uso de controle de acesso e forense, que deve ser trazido à tona numa legislação que procura regulamentar o uso da biometria, por essas questões que já levantei na minha apresentação.

Muito obrigado. Peço desculpas por ter estendido o meu tempo.

Aqui, apenas para completar, o abuso em relação à legislação não é só um compartilhamento de dados biométricos. Há aqui uma notícia do jornal de Goiânia desta semana de que funcionários da Justiça Eleitoral estão usando os poderes que eles têm de manipular esse cadastro para plantar provas falsas contra autoridades com quem eles tenham alguma desavença.

Não sei como isso vai ser investigado: se pela Polícia Federal, que está recebendo de graça um banco de dados biométricos de todo cidadão brasileiro, não vai ter muito estímulo para investigar quem está nessa parceria com eles. Existe, para mim, aí claramente um conflito de interesse nesse convênio, nesse contrato do TSE com a Polícia Federal.

O exemplo está aqui nesta notícia-crime do jornal *O Popular* desta semana.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito bem, professor.

Vamos ouvir, agora, então, o Sr. Amilcar Brunazo Filho, moderador do Fórum do Voto Secreto na internet.

Com a palavra o Sr. Amilcar.

O SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO – Bom dia, Senadores e Senadoras. Eu quero agradecer o convite, para a minha presença, neste debate sobre o Projeto de Lei nº 68, ao Senador João Capiberibe. Agradeço também ao Presidente Zeze Perrella por esta oportunidade de me manifestar mais uma vez a respeito desta questão do voto impresso ou do voto não impresso, e, agora, neste projeto de lei, com a introdução da biometria também no processo eleitoral.

Então, vou fazer uma análise estrutural do Projeto de Lei do Senado nº 68, para ver o que ele pretende fazer e o que ele está fazendo certo e o que ele está fazendo errado.

O Projeto de Lei nº 68, de 2010, basicamente, primeiro revoga o art. 5º e o art. 6º da Lei nº 12.034, de 2009. Nesta lei, os arts. 5º e 6º preveem o princípio da independência do software no processo eleitoral. O princípio da independência do software é aquele conceito que o professor tocou, no sentido de que migra uma urna eletrônica da primeira geração modelo da DRE para a segunda geração VVPAT. Ou seja, ele dá transparência para o eleitor poder conferir para quem foi gravado o seu voto e para o fiscal poder conferir a soma dos votos.

Então, o art. 5º da lei tem sido chamado Lei da Transparência Eleitoral, porque ele adota o princípio da independência do software. Ou seja, a máquina de votar tem de ter o seu resultado conferível, de uma maneira que não dependa de confiar no software. O princípio da independência do software formalmente significa o seguinte: se houver um erro não detectado no software do equipamento eleitoral, esse erro não pode provocar um erro no resultado, que não possa ser detectado. Então, deve existir uma maneira de conferir o registro e a apuração eletrônica dos votos que não dependa de confiar apenas no software. Esse é o princípio da independência do software, que foi adotado, então, pelo art. 5º. Ele também prevê a transparência do registro digital do voto.

Hoje, o eleitor brasileiro, quando vota na urna brasileira, ele vê o voto na tela, que ele seleciona; vê o voto, vê a foto do candidato e confirma. Depois que ele confirma, esse voto é gravado no registro digital do voto. Registro digital do voto é o conceito criado pela lei, que já foi citada aqui, de autoria do Senador Azeredo. A lei de 2003 foi que criou o registro digital do voto. Então, o voto é gravado nesse Registro Digital do Voto. É um arquivo dentro da urna; ficam gravados lá os votos, a coleção de votos.

Só que, na urna brasileira, o eleitor vê o voto na tela e confirma; depois que ele confirma, esse voto é gravado. O que foi gravado como sendo voto dele, do eleitor, o eleitor não pode ver; ele não pode conferir se foi gravado o voto dele. Essa é a falta de transparência do modelo atual, da urna eletrônica, do modelo

da DRE, que foi declarado inconstitucional na Alemanha; inconstitucional, porque não permite ao eleitor conferir o destino. É o eleitor comum. Veja, o Tribunal Constitucional Alemão declarou que urnas eletrônicas que não permitiam ao eleitor comum acompanhar o registro e a contagem do seu voto são inconstitucionais por não atenderem ao princípio da publicidade do processo eleitoral.

Então, a transparência do registro digital do voto, de maneira que o eleitor possa ver o registro do seu voto, se aquele mesmo é o seu voto, e o fiscal do candidato possa conferir se o resultado, o chamado boletim de urna, é a soma dos Registros Digitais do Voto, de fato. É isso que trazia o art. 5º da Lei nº 12.034. Isso tudo era conseguido através do voto impresso, conferível pelo eleitor e pela auditoria contábil automática do voto impresso.

Há uma coisa importante a falar. Muita gente entende errado quando se fala em voto impresso na urna eletrônica, pois pensa que é um comprovante do voto que o eleitor vai receber para levar para casa. Não, isso não é possível. Se o eleitor levar um comprovante, um recibo do voto para fora, ele passa a ser sujeito à coação. Quer dizer, alguém pode exigir que ele mostre esse voto para saber se votou em quem devia, não sei o que e volta-se a uma fraude muito antiga e conhecida, que é a coação de eleitores ou o voto de cabresto.

Então, o voto impresso não significa entregar o voto para o eleitor. A ideia, no caso do art. 5º da lei, prevê que o eleitor veja o voto impresso, confirme ou cancele, conforme esteja ele de acordo com o voto impresso, e depois que ele confirmou, o voto é cortado e guardado dentro de uma sacola. O eleitor nem pega o voto na mão para levar para fora.

Esse é o conceito de voto impresso. E, depois da eleição, há a auditoria contábil automática por estatística, em que 2% das urnas são selecionados para se fazer a recontagem do voto impresso e verificar se a soma do voto impresso é igual à soma do voto eletrônico. Essa, então, é uma auditoria estatística, para ver se o voto eletrônico somou corretamente aquilo que o eleitor viu no registro impresso do voto. Hoje, a urna registra o voto, dá o resultado, e a gente não sabe se aquele resultado é a soma do que o eleitor viu. A ideia do voto impresso serve para isto: para permitir que os partidos possam conferir depois se o resultado do boletim de urna é a soma dos votos.

O art. 5º também prevê a identificação biométrica do eleitor, mas com uma ressalva muito importante, a de que o equipamento de identificação esteja separado fisicamente do equipamento de votação. Então, você se identifica numa máquina biometricamente, põe o seu dedo ou a sua foto, seja lá o que for, e recebe um passe ou algo para ir à maquina de votar. A máquina de votar não pode ter conexão com a máquina de identificar, para que o *software* que tem algum erro, algum vício ou alguma fraude possa registrar os dois dados simultaneamente: o voto e o conteúdo, o autor do voto e o conteúdo do voto.

Então, o art. 5º previa a identificação biométrica, mas com esta ressalva: a de que o equipamento de votação tem de ser separado do equipamento de identificação, como é feito, por exemplo, na Venezuela. Na Venezuela, usa-se a identificação biométrica do eleitor. Mas o que faz o eleitor? Ele chega a uma seção onde estão as máquinas de identificação biométrica, ele se apresenta e mostra que ainda não votou. Eles verificam que o cara não votou em nenhum outro lugar e que é ali que ele vai votar e dão para ele um cartão. Ele vai até outra sala onde há uma máquina de votar, escolhe a máquina de votar, põe ali o cartão, para liberá-la, para registrar o voto. Então, a máquina em que ele vota é uma, e a máquina em que ele é identificado é outra. Isso não é o que ocorre no Brasil.

Outra coisa que o art. 6º prevê nessa lei é o voto em trânsito para presidente. O PLS nº 68 revoga o art. 5º e o art. 6º e modifica os arts. 59 e 66 da Lei nº 9.504, que, atualmente, está em vigor, criando algumas condições. Primeiro, cria algumas condições para a auditoria do *software*, mas estas são inócuas, no meu entender. Depois, eu me estendo um pouco mais para explicar por que são inócuas.

Hoje, o TSE, seis meses antes da eleição, tem de abrir as portas de uma sala para os partidos, o Ministério Público e a OAB poderem acompanhar o desenvolvimento do *software* que o TSE está desenvolvendo para as urnas eletrônicas. E, 20 dias antes da eleição, esse *software*, então, é preparado, é compilado, como a gente diz, para, depois, ser levado para as urnas eletrônicas. O que esse Projeto de Lei faz é modificar: o TSE, em vez de ter de desenvolver o *software* nesses seis meses, tem de apresentar o *software* pronto em março do ano eleitoral, mas só vai compilá-lo 20 dias antes da eleição. Isso significaria que os partidos teriam mais ou menos cinco meses e meio para estudar o *software*, para ver se ele está correto ou não.

O problema é que, pela nossa experiência – eu acompanho o desenvolvimento do *software* no TSE desde o ano 2000; em toda a eleição, estou lá acompanhando o desenvolvimento do *software* –, vemos que não é possível, na prática, os partidos fazerem essa análise do *software*, porque, se dá um erro no programa, eles vão modificá-lo. Vamos dizer que eles apresentam o programa em março. Pronto! A gente vai lá, olha e descobre um erro, ou eles descobrem um erro, porque eles estão testando. Eles vão modifi-

car o programa, eles não vão pôr o programa errado no dia da eleição. Então, esse negócio de dizer que o programa tem de estar pronto seis meses antes não quer dizer nada, pois, se houver erro, eles vão modificar o programa.

Já vi muitos casos... Tenho um documento aqui que posso apresentar no final da minha exposição. Em 2010, o TSE contratou um órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia para fazer um estudo sobre as urnas eletrônicas, e eles encontraram um monte de falhas de segurança e propuseram um monte de modificações no *software*. Então, no mês de agosto, nós solicitamos ao TSE as modificações que foram feitas no *software* em função das sugestões do órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia. A eleição ocorreu em outubro, a resposta não foi dada, não nos foram mostradas essas modificações. E, em novembro, depois de acabadas as eleições, o TSE respondeu. Tenho o ofício aqui para mostrar para os senhores. Eles disseram o seguinte: "As modificações que foram feitas são sigilosas. Vocês não têm direito a saber. É essa questão de segurança do sistema eleitoral."

Enfim, então, a Justiça Eleitoral diz que o *software* está aberto, mas modifica o *software* no dia da eleição. Isso já aconteceu em 2008, isso já aconteceu em 2002, quando nós descobrimos que o *software* que estava sendo compilado – ou seja, estava sendo preparada a versão final – 20 dias antes da eleição era diferente daquilo que estava nos computadores à disposição para nossa análise. Nós encontramos um erro, em 2008, um erro de programação que gerou uma dúvida. Nós os consultamos: mas escute, isso aqui não vai dar o problema? Eles vieram com a resposta para a gente: "Não, mas isso aí é só pra vocês olharem. O que está sendo compilado é outro *software*". Então, é a dificuldade de a gente, como fiscal de partido, acompanhar o desenvolvimento do *software*. É impossível. Mudar, falar que tem que estar pronto seis meses antes, não vai mudar nada, porque eles vão mudar no meio do caminho, e a gente vai ficar sem saber.

Essas modificações criadas pelo PLS nº 68 também voltam para o obscurantismo do Registro Digital do Voto. Ou seja, ele propõe que o eleitor vai ver o voto, vai conferir o voto eletrônico, na tela, vai confirmar, o voto vai ser gravado e o eleitor não pode conferir o que foi gravado. Ele volta a impor essa condição. Ele impõe também, no art. 9º... Eu o tenho aqui, eu posso até ler, se for o caso. O art. 66, §9º:

§9º Cada partido político deverá utilizar um percentual do Fundo Partidário para a auditoria e fiscalização de que trata o caput, especialmente do que trata o §2º, na forma e nos limites fixados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Isso aí são aqueles seis meses para a gente poder analisar o *software*. Ele está dizendo que os partidos têm que pagar, usar uma parte da verba do Fundo Partidário, para fazer a fiscalização do *software*. Isso é um processo caríssimo. O partido tem que contratar técnicos especializados em informática, deixá-los seis meses hospedados aqui em Brasília, acompanhando, estudando. Muitos *softwares*, são 17 milhões de linhas de código. Não é uma pessoa que sentadinha lá, uma semana, vai estudar isso aí. E o que acontece na prática é que nem os partidos políticos, nem o Ministério Público, nem a OAB, que têm direito a fazer essa fiscalização, fazem, porque o custo é alto. A OAB já desistiu. Em 2010 e 2012 ela não assinou o *software* porque concluiu que não dá para garantir que o *software* está livre de falhas, porque é muito caro tentar descobrir isso. Os Senadores aqui têm experiência própria, provavelmente sabem que os próprios partidos não fazem essa avaliação do *software*, não gastam dinheiro para ir lá verificar se o *software* está correto ou não.

Há algumas cláusulas que foram introduzidas nesse projeto de lei que eu acho muito perigosas. São aquelas cláusulas que entram de contrabando, que não têm nada a ver com o voto impresso, e às quais tem que ser dada atenção. Ela dá uma autorização para o TSE contratar terceiros para fazer melhorias no processo. Isso o TSE já faz normalmente. Como eu falei, ele contratou uma empresa do Ministério da Ciência e Tecnologia; ele contratou, recentemente, um professor da UnB, para tentar ajudar no problema daquele falso negativo, que está dando nas urnas eletrônicas. Enfim, ele já contrata. Já contratou a Unicamp em 2002. Ele contrata, normalmente, as entidades envolvidas com ciência e tecnologia, informática, para fazer e dar conselhos. Mas, por algum motivo, o Senador Azeredo – na época, era Senador – incluiu isso dando essa autorização para o TSE fazer essas contratações que o TSE já faz. Eu não sei por que precisa pôr nesse projeto de lei.

Quanto à identificação biométrica, o Prof. Pedro já falou. Esse projeto de lei dá autorização para o TSE usar a identificação biométrica do eleitor para que ele possa votar. O problema é que ele dá essa autorização para usar biometria, mas não impõe a condição que ele revogou lá em cima, que o equipamento de identificação tem que ser separado do equipamento de votação. Ele não impõe essa condição. Então, na verdade, ele está revogando essa cláusula que diz que se vota em um equipamento e se identifica em outro, para que não haja risco de um *software* identificar automaticamente o voto.

Ele dá ao TSE todo o poder total normativo sobre o uso da biometria. O TSE vai dizer o que usa, quan-

do usa, como compra, que tamanho de biometria, que formato, quando vai coletar os dados. Ele dá toda a condição normativa ao TSE, ou seja, entrega do Legislativo para o TSE a regulamentação do processo de uso da biometria, e inclusive dá ao TSE o poder de compartilhar esses dados. É gozado, porque ele diz – vou ver se eu acho aqui para ler – que o dado é para uso exclusivo do TSE, mas que o TSE pode compartilhar apenas os seguintes dados... E lista todos os dados que o TSE tem para compartilhar. Vou ver se eu acho aqui. (*Pausa.*)

Art. 4º Os dados constantes do cadastro eleitoral serão administrados e utilizados, com exclusividade, pela Justiça Eleitoral, incumbindo ao Tribunal Superior Eleitoral regulamentar as hipóteses e a forma de acesso a esses dados [ou seja, é de uso exclusivo, mas ele pode regulamentar esses dados.].

Parágrafo único. As hipóteses de acesso constantes no caput somente poderão ser relativas aos dados de nome, filiação, data de nascimento, sexo, dados biométricos, fotografia e número da inscrição eleitoral [ou seja, tudo o que o TSE colhe.].

Diz, então, que o TSE pode regulamentar a cessão desses direitos. Isso dá naquilo que aconteceu: o TSE forneceu os dados para o Serasa. Ele tem um contrato, um acordo, que não foi citado aqui, com a Caixa Econômica, em que esta forneceu equipamento para o TSE e este fornece cadastro biométrico para a Caixa. Agora, por que a Caixa quer o dado biométrico que o TSE colhe de todos os eleitores brasileiros? Imagine o interesse que tem para um banco – no caso, a Caixa é uma estatal – ter um cadastro com nome, filiação, data de nascimento, sexo, dados biométricos, fotografia e número de inscrição eleitoral de todos os eleitores! E O TSE tem esse acordo com a Caixa. Ele já forneceu os dados. Por quê? Por que ele está fazendo isso? Agora, este projeto de lei está autorizando o TSE a fazer isto: a coletar os dados biométricos, regulamentar o uso deles e distribuir para quem ele quiser.

O Prof. Pedro disse muito corretamente que dados biométricos têm duas finalidades. A primeira, para o controle de acesso. Nesse caso, é preciso apenas do que chamamos de impressão digital batida: você põe o dedo e colhe uma impressão da parte frontal do dedo. Na segunda etapa, o eleitor vai pôr o dedo e a máquina vai identificar que é o mesmo. Já para uso forense, é preciso a impressão corrida. O eleitor tem que pôr o dedo, para montar o cadastro, de lado, virando o dedo até o outro lado, porque, a Polícia, quando achar o fragmento de uma impressão digital numa arma, vai pegar aquele cantinho com aquele pedaço da impressão digital e vai tentar descobrir qual é a pessoa. É um uso completamente diferente para identificação de controle de acesso e para o uso forense.

Esse projeto não está fazendo nenhuma diferença: se está dando ao TSE o poder de coletar todos os dados de uso forense, ou seja, de ponta a ponta, e dados que o TSE não usa. Isso é muito importante.

O TSE colhe, hoje, a impressão digital dos dez dedos do eleitor, impressão corrida, ou seja, completa, de lado a lado, e usa na urna eletrônica quando o eleitor vai votar, Senador Zeze, somente os dados biométricos de dois dedos. Quando ele vai votar na urna com biometria, ele põe um dedo; se a máquina o identificar, ele é autorizado a votar; se, por um motivo, ela não identificar o eleitor, ele põe o outro dedo indicador; se identificar, ele vota; se não identificar, o mesário digita uma senha e o eleitor vota.

O TSE só usa a impressão digital de dois dedos, por que ele pega dos dez dedos? Porque ele captura a impressão das dez? Eu cadastrei recentemente no banco a minha impressão digital para poder usar na liberação do caixa eletrônica e eles capturaram a impressão de quatro dedos. Para identificação de controle de acesso não é necessário mais do que isso.

Agora, o TSE está capturando dados completos, fotografia de alta resolução. Você sabe que quem se cadastra por esse cadastro biométrico que o TSE está fazendo no Brasil inteiro, o eleitor se apresenta, eles batem uma foto de alta resolução, daquelas que o computador reconhece a presença na hora que a pessoa entra no aeroporto e já sabe que aquele é o fulano de tal. O TSE captura essa foto das pessoas e não usa. O TSE recadastra a pessoa, captura as impressões digitais e entrega o título de eleitor que não tem foto. O TSE, como vocês sabem, recentemente, a partir de 2010, passou a não aceitar o título de eleitor como documento de identidade na hora da votação. A pessoa é obrigada a levar a carteira de identidade ou outro documento que tenha foto. Ou seja, o TSE captura a foto de alta qualidade, de alta resolução, e entrega um documento que nem ele reconhece como válido, porque não tem a foto do eleitor gravada.

Então, por que ele está capturando esses dados? Está claro que esse acordo que o Prof. Pedro mostrou e que ele está cedendo esses dados para a Polícia Federal, que, por sua vez, cede para o FBI. O TSE está usando o poder dele de coagir o eleitor a ter de se cadastrar para poder votar, cumprir o direito de votar, e por acordo, acordo, acordo, vão parar no FBI esses dados. O TSE mesmo não usa esses dados. Então, estes arts. 4º e 5º dessa lei estão prevendo dar todo esse poder para o TSE de capturar o que quiser, fazer o que quiser com esses dados, dar para quem quiser.

Acho que isso aqui tem ser proibido. Devia haver uma lei ou um projeto de lei, nós até já apresentamos uma proposta de projeto de lei – sugiro que o Senador Capiberibe pense no assunto – para regulamentar essa questão de como se colhem dados biométricos e como se usam, quem tem direito a colher, quem tem direito a usar, quem tem direito a compartilhar. Bom, isso daí é basicamente o que faz o projeto de lei em questão.

Eu vou falar aqui de alguns argumentos que há no voto desse projeto de lei. Eles explicam algumas coisas, por que ele sugere isso ou aquilo.

Primeiro, algo que, talvez, não seja tão relevante nessa discussão aqui, mas que para mim é muito importante, porque acompanho esse processo desde 2000. A primeira Lei do Voto Impresso foi aprovada em 2002 e foi revogada em 2003, por um projeto do Senador Azeredo. Na época, o Senador Azeredo dizia que o projeto de lei era dele. Nesse projeto de lei agora que ele está apresentando para revogar a nova Lei do Voto Impresso de 2009 – está querendo regular novamente –, ele confessa que a Justiça Eleitoral houve por bem propor a revogação da Lei do Voto Impresso, contida na lei tal, de 2002. Ou seja, ele está confessando aqui que não era dele. A lei era do TSE. O TSE deu para ele o projeto de lei que ele apresentou e que revogou a Lei do Voto Impresso em 2003.

Naquela época, a lei que revogou o voto impresso, de 2003, foi feita de maneira tão atropelada, tão rápida. Eu e o Prof. Pedro Rezende estivemos aqui, procurando o Relator, que, na época, era o Senador Demóstenes Torres, na CCJ. Ele não aceitava que houvesse audiência pública e que apresentássemos sugestões. O negócio foi tão atropelado que a lei, ao final, quando o projeto de lei foi aprovado, ficou assim: o §7º do art. 59 e o art. 8º ficaram exatamente com a mesma redação. A redação do art. 8º da Lei nº 10.408, de 2002, já existia, a Lei do Voto Impresso. E a Lei nº 10.740, que revogou a Lei do Voto Impresso reescreveu o art. 8º no §7º. E, hoje, a nossa lei, que está valendo, que está em vigor, tem dois artigos com a mesma redação. O projeto de lei foi tão afobado que nem isso que tentamos alertar o Senador Demóstenes – olha, vocês estão fazendo uma lei que vai ter dois artigos iguais – pôde ser modificado. Ele falou: "Não. Recebemos do TSE a ordem de aprovar do jeito que está a lei."

Então, para mim isso é muito importante. Talvez não tenha muito a ver com a lei atual – vamos discutir a situação de hoje –, mas para mim foi importante porque, na época, nós batalhamos para tentar corrigir esse erro.

Bom, uma contradição que há nos argumentos apresentados aqui, na justificação do PLS nº 68. Ele revoga o voto impresso, adotando uma série de procedimentos destinados a permitir que os votos possam ser conferidos e auditados. Ora, ele está fazendo justamente o contrário disso.

O Registro Digital do Voto não dá, puro e simples, como é feito hoje, como essa lei tenta pôr, para ser conferido pelo eleitor. O eleitor vê na tela, grava e o eleitor não vê o que é gravado. Depois, ele é somado, e o fiscal não vê o que foi somado, se o resultado da soma é a soma dos votos que o eleitor viu. Ele, justamente, tira o poder de auditoria que a Lei do Voto Impresso, art. 5º, que está em vigor hoje, dá, através do voto impresso. Ou seja, o eleitor vê o registro do voto e, depois, o fiscal vai pegar os registros impressos e conferir para ver se a soma está correta.

Então, com o registro digital, que esse projeto de lei tenta fazer, como o eleitor vai saber se o Registro Digital do Voto dele tem o voto dele? Não há como. É o contrário do que está escrito na argumentação do projeto de lei. E como o fiscal poderá conferir se o Registro Digital do Voto que lhe é mostrado, no final do dia – se houver uma auditoria, você pode imprimir esse Registro Digital do Voto –, como o fiscal vai saber que aquele Registro Digital do Voto impresso é o voto que o eleitor viu no dia da votação? Não há como.

Por isso, na Alemanha, esse sistema que registra a digital do voto sem o voto impresso foi declarado inconstitucional por não atender o princípio da publicidade, ou seja, por não permitir ao eleitor saber como foi gravado o seu voto. Então, é uma contradição, porque ele usa um argumento aqui e está propondo exatamente o contrário.

Eu queria só trazer aqui um detalhe. Sempre quando se fala do voto impresso, se fala que o voto impresso vai permitir a identificação do voto, vai poder quebrar o princípio de inviolabilidade do voto. Fazem uma confusão. Inclusive, isso chegou a criar uma Adin, como foi citado pelo Senador Zeze Perrella, que foi acatada provisoriamente, não é? Está engavetada desde então, e suspendeu a vigência do art. 5º da Lei do Voto Impresso.

Quanto a essa confusão do voto impresso, que o voto impresso quebra o sigilo do voto, é o seguinte: o princípio da inviolabilidade do voto é absoluto. Significa o seguinte: ninguém, nem mesmo o juiz eleitoral, pode violar o sigilo do voto, ou seja, um juiz pode quebrar o sigilo telefônico, o sigilo bancário. No caso de ele achar que tem interesse, ele manda quebrar. O sigilo do voto, nem um juiz eleitoral ou um Ministro do Supremo pode mandar quebrar o sigilo do voto, seja lá por que condição for. Então, o princípio do sigilo do voto é absoluto, e o princípio da publicidade – aquele que a Corte constitucional alemã disse que precisava atender, a máquina eletrônica, que a máquina eletrô-

nica, lá, que foi usada não atendia ao princípio da publicidade – fala que o voto tem de ser aberto.

Parece que há um conflito nisso aí: como vai se atender ao princípio de abrir o voto e ao princípio de fechar o voto? Mas não tem conflito, não.

O que deve ser secreto é o autor do voto. A autoria do voto deve ser absolutamente secreta. De nenhuma maneira deve ser possível se identificar quem registrou aquele voto. Agora, o conteúdo do voto tem de ser absolutamente público. O eleitor tem direito a olhar se o voto que está registrado é o dele – isso dentro da seção eleitoral. Na seção eleitoral, o eleitor tem direito a saber se o registro do voto dele é o voto dele. Então, é público isso e, na hora da conferência, da auditoria, como já era no sistema manual, antigamente, o fiscal do partido tem direito de saber se a soma dos votos, se o resultado, o chamado boletim de urna, é a soma dos votos, de cada voto.

Então, o conteúdo do voto tem de ser absolutamente público, por isso tem de ser atendido o princípio da publicidade. O eleitor tem direito a ver o seu registro do voto na seção eleitoral e o fiscal tem direito a ver o registro do voto no momento da apuração ou da auditoria, tudo isso sem quebrar o sigilo do voto, que é saber quem é o autor de cada voto.

Isso tudo é perfeitamente possível. No resto do mundo, usam-se urnas eletrônicas de segunda e terceira geração que atendem a esses dois princípios: têm o voto impresso e não quebram o sigilo do voto.

O argumento de que o voto impresso quebra o sigilo do voto é absolutamente errado e tem contraprova material no mundo inteiro.

Esses são outros requisitos essenciais para o sistema eletrônico de votação.

Essa aqui é a norma norte-americana, isto aqui já é a versão de 2009. O Prof. Pedro citou que em 2006 começou a ter a regulamentação norte-americana sobre... Depois daqueles problemas que houve em 2000, na Flórida, os Estados Unidos já passaram pelas máquinas, evoluíram para máquinas DRE, em 2004, e, em 2006, eles passaram para as máquinas VVPAT, de segunda geração.

Hoje, a norma norte-americana impõe essas condições, quer dizer, para uma máquina poder ser usada nos Estados Unidos agora – não em 2000, mas agora – tem de atender a essas coisas. Ao menos dois registros dos votos devem ser produzidos e um deles deverá ser armazenado em meio que não possa ser modificado pelo sistema eletrônico de votação, ou seja, a máquina eletrônica de votação pode fazer o registro digital do voto, mas ela pode modificar esse registro que ela criou. Então, ela tem de registrar o voto no registro digital do voto, mas tem de criar, também, um registro do voto que ela mesma, máquina, não possa alterar depois que criou, por exemplo, o voto impresso, o voto gravado num CD-ROM que se gravou uma vez não pode regravar, enfim, de alguma forma, tem de ser gravado o voto que não possa ser modificado pelo próprio programa.

Antes de deixar o local de votação, o eleitor poderá conferir a equivalência entre os dois registros do voto. A máquina vai criar dois registros do voto e o eleitor vai poder ver se os dois têm o mesmo conteúdo.

Os processos de verificação do registro do voto devem ser independentes entre si e ao menos um deles deve ser conferível diretamente pelo eleitor, ou seja, a máquina vai criar dois registros, o eleitor vai poder conferir. Um deles pode ser a própria máquina que mostre, que fale: "Olha, o meu Registro Digital do Voto é este" e mostre na tela. Então, a máquina está mostrando para ele, ele não está vendo diretamente. O outro registro ele tem de ver diretamente: ou é impresso, é material, alguma coisa que ele veja sem precisar de uma máquina interferindo na leitura.

Por fim, deve haver correlação entre os registros do mesmo voto por meio de identificadores únicos, o que, aí, já dá na máquina de terceira geração, ou seja, os dois registros do voto têm de estar inter-relacionados, de maneira que, se houver uma falha, uma fraude no *software* ou no registro material do voto, a gente possa detectar onde ocorreu essa falha.

Essas são as condições impostas, já desde 2006, 2007, nos Estados Unidos – essa é a versão de 2009 –, e esse projeto de lei, o PLS 68, não atende nenhuma dessas quatro condições. Ele está revogando o art. 5º, que atende as três primeiras.

Bom, eu não vou, aqui, falar da primeira, segunda e terceira gerações – o professor já falou.

Esta aqui é a máquina de primeira geração brasileira; aqui, dois exemplos de máquinas de segunda geração: a de cima é a máquina mexicana. Vocês podem ver, lá em cima, ali...

(…) ali está o voto impresso. O eleitor votou nessa tela – não há teclado, ele vota na tela *touchscreen*. Completou o voto; o voto é impresso; o eleitor confirma; o voto corta e cai aqui. Isso aqui é uma urna comum. O voto cai e fica embaixo. A tela é um pouco fosca para, quando cair, ser embaralhado, e o eleitor não ver exatamente onde está o voto dele. Mas ele vê que o voto está lá. É a máquina usada no México.

A de baixo é a máquina usada na Venezuela. Está aqui o eleitor coletando seu voto impresso. Ele vota num teclado que fica ao lado; aparece na tela; ele confirma; ele imprime; ele pega esse voto impresso, vai até uma urna comum e coloca lá dentro.

O art. 5º da lei que está em vigor, que está suspensa pelo STF, não prevê essa situação. Prevê a situação de cima: que o eleitor não pega o voto na mão. Ele vê, confirma, e o voto cai na urna – ele não o pega na mão. Ou seja, o modelo similar ao modelo mexicano. É o que está previsto na lei que o Projeto de Lei nº 68 quer revogar.

Essa é a máquina de terceira geração, que o Prof. Pedro citou, usada na Argentina. Essa é a *Boleta de Voto Electrónico*. Como eu falei, há um *chip* dentro dela, que é um *chip* de radiofrequência, e há o voto impresso. O eleitor coloca uma cédula dessa virgem; ele imprime, grava, e o eleitor pode ir a qualquer máquina – que na seção eleitoral há várias. Ele vai lá e só de chegar com o voto perto de outra máquina, aparece na tela o que está impresso, e ele confere se o registro digital é igual ao registro impresso.

Eu acompanhei uma eleição na Argentina, no ano de 2011, com essa máquina. A apuração é feita pela contagem disso aqui, voto a voto, na frente dos fiscais. Ou seja, acaba a eleição, os mesários chamam os fiscais, pegam todos os votos, vão aproximando da máquina e vão fazendo a apuração. A contagem é feita na sessão eleitoral. A eleição acabou às 18h – a eleição lá acaba às 18h –, às 20h15, ou seja, 2 horas e 15 minutos depois, estava tudo colocado na internet, e encerrada a apuração. Ou seja, a apuração, voto a voto, na frente do fiscal, o fiscal vendo cada voto sendo contado. Todas as cidades grandes, 400 mil eleitores. Em 2 horas e 15 minutos, eles apresentaram o resultado. Ou seja, mais rápido que no Brasil e mais transparente que no Brasil.

Então, essa ideia de que o voto impresso vai resultar em aumento de custo absurdo, que vai atrasar a votação, que vai atrasar a apuração, é tudo conversa, porque, no resto do mundo, o voto impresso já vem sendo usado – na Argentina, no México, na Venezuela. O Peru está testando; a Bélgica já vai usar, ou usou em 2012; Estados Unidos usam o voto escaneado, não impresso, mas é equivalente em termos de segurança. E todos eles apresentam o resultado rapidamente. Não há nada dessa história de que vai demorar, de que vai atrasar, de que vai dar problema. Fazendo direito, faz direito, e funciona.

Bom, senhores, então era isso que eu tinha para apresentar. Agradeço a oportunidade.

Deixei alguns endereços aí. Quem sabe, talvez, quem esteja ouvindo esteja interessado na questão do voto eletrônico. Há *sites* na internet, no Facebook, há o relatório do Comitê Multidisciplinar Independente, que estudou a urna brasileira e a urna argentina, para quem quiser poder acompanhar e estudar. Já há bastante informação na internet sobre isso.

Agradeço, então, aos Senadores esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Sr. Amilcar.

Passamos, então, agora a palavra para o Prof. Diego Aranha. Com a palavra.

O SR. DIEGO ARANHA – Obrigado. Bom dia. É sempre um prazer poder colaborar com essas questões de votação eletrônica, então agradeço o convite.

Eu vou me restringir mais a questão do voto impresso, porque foi a questão em que eu me envolvi diretamente. Eu sou professor da UnB e, como primeira tarefa, como professor da UnB, eu participei dos testes públicos de segurança do *software* de votação em março do ano passado. Eu coordenei a equipe que venceu os testes.

Então, de início, eu devo descrever brevemente como os testes foram organizados. À medida que eu for descrevendo, eu vou atingir as conclusões ou os resultados, do ponto de vista de segurança, que nós obtivemos no final daquele evento.

Então, esses testes foram organizados, convocados via Chamada Pública do TSE. Nove equipes participaram – eu coordenei a equipe da UnB – num total de 27 pessoas. E esses testes foram divididos em duas fases, separadas por 12 dias. Cada fase tinha apenas três dias.

Na primeira fase, as equipes tinham a possibilidade de observar o código fonte do *software* de votação e solicitar esclarecimentos técnicos do pessoal do TSE. É claro que essas solicitações também eram protocoladas e o TSE se reservava o direito de não respondê-las.

Apenas no segundo dia dessa fase inicial de teste e de exame do código fonte a nossa equipe teve acesso ao *software* de votação, ao código fonte que é produzido pelos programadores do TSE para, de fato, executar as eleições.

Uma coisa importante que eu deveria ter falado aqui. A fase de exame começou com uma palestra de abertura em que todos os mecanismos de segurança foram descritos superficialmente. Então, foi descrito um mecanismo de segurança que, por exemplo, produz o RDV, Registro Digital do Voto, de formado embaralhado. Os votos são armazenados no RDV fora de ordem, para que não seja possível correlacionar a ordem em que a eleitor votou, a posição dele na fila de votação, com seu voto propriamente dito.

Então, quando tivemos o primeiro acesso, no segundo dia de exame do código fonte, achamos que esse poderia ser um ponto promissor para iniciar a análise. Fizemos uma primeira relação. A gente tinha

17 milhões de linhas de código para analisar, algo completamente infactível em apenas três dias.

Começamos buscando funções conhecidamente inseguras, ou construções conhecidamente inseguras, exatamente para embaralhar coisas, para trocar as coisas de ordem, calcular permutações, como a gente chama em computação. Aí, curiosamente, nós encontramos, já nos cinco primeiros minutos, uma construção conhecidamente insegura – é sabidamente insegura há 17 anos –, exatamente no arquivo que produziu o RDV. Ou seja, nós conjecturamos, levantamentos uma hipótese, naquele momento, de que o RDV não havia sido projetado, implementado, de maneira segura ou de maneira a proteger o sigilo do voto.

No final da primeira hora, nós nos certificamos de que nada interferia, de fato, nesse processo de embaralhamento dos votos. Portanto, adotamos essa como a nossa primeira possibilidade de avaliação de segurança na fase a seguir, que era a fase de testes propriamente dita e não mais a fase de exames.

Tivemos um total de cinco horas para analisar o código fonte. Então, nas quatro horas restantes nós buscamos outras possibilidades, outras vulnerabilidades no código fonte do *software* de votação para, talvez, interferir em outros mecanismos de segurança da eleição, como, por exemplo, na questão da integridade do voto e não apenas no sigilo.

Tivemos um total de cinco horas de análise do código fonte em que, na primeira hora, já tivemos uma hipótese muito forte de que o sigilo do voto não era devidamente protegido pelo *software* de votação em uso, oficial, nas urnas eletrônicas. O que nos foi dito, no início do evento, é que seria o *software* utilizado nas eleições de 2012, ano passado.

Bem, terminada essa fase de exame, após 12 dias de intervalo, começou a fase de testes propriamente dita. No final da fase de exames nós produzimos dois planos de teste, como o TSE chamou, que eram simplesmente descrições das metodologias que nós gostaríamos de colocar em prática na fase, de fato, de testes. Uma ligada ao sigilo do voto, utilizando essa vulnerabilidade até infantil que nós encontramos no embaralhamento dos votos e outra relacionada à integridade dos resultados.

No primeiro dia da fase de testes propriamente dita, nós colocamos o primeiro plano de testes que atacavam o sigilo do voto, que tentavam, de certa forma, recuperar os votos em ordem, para que, caso a ordem dos eleitores também fosse conhecida, também fosse possível correlacionar com exatidão que eleitor votou em que candidato. No primeiro dia, nós executamos uma prova de conceito. Elaboramos um certo protocolo com o TSE e conseguimos recuperar em ordem – em uma eleição simulada e a partir apenas de informação pública, de documentos públicos produzidos pela urna eletrônica que são disponibilizados aos partidos após o final da eleição –, conseguimos produzir, restaurar ou reverter o embaralhamento com eleições até 21 eleitores. Cada eleitor, nessas eleições simuladas dos testes, votava em dois candidatos, então tivemos até 42 votos em ordem.

No segundo dia, nos foi sugerido pelo TSE repetir a mesma metodologia com um volume realista de dados. Então, a gente passou o segundo dia inteiro basicamente executando o protocolo, a nossa metodologia, para uma eleição com 475 eleitores, num total de 950 votos. No final do segundo dia, após a verificação dos resultados de forma conjunta com o TSE, ficou claro que a gente conseguiu reverter a ordem de uma eleição com 950 votos, o que já chega a um volume realista. Esse número de 475 eleitores foi calculado pelo TSE aplicando a média de comparecimento das eleições de 2010 ao tamanho médio das seções eleitorais do País.

Bem, no terceiro dia nós redigimos um relatório descrevendo os resultados, em conjunto com o TSE, o relatório do evento. Assim, terminou o evento. Depois de algum tempo, houve a premiação simbólica e as repercussões.

Se ainda não ficou claro, é importante que os votos sejam armazenados fora de ordem. Porque se alguém, algum oficial de mesa, por exemplo, ou o fiscal de um partido malicioso, consegue monitorar a ordem em que os eleitores votam, ele é capaz de recuperar os votos em ordem após a eleição e, apenas examinando informação que não é privilegiada, informação pública, consegue correlacionar exatamente que eleitor votou em quem.

Outra vulnerabilidade advinda desse mesmo problema com o sigilo do voto é que um certo eleitor, ilustre ou não, que votou numa certa posição num certo instante de tempo, por exemplo, às 10h30, pelo registro cronológico dos eventos armazenados pela urna eletrônica, também é possível conhecer a posição dele na fila de votação. Ele é a posição 50, por exemplo. Então, se você consegue recuperar os votos em ordem, é possível recuperar um voto específico depositado na urna eletrônica às 10h30 da manhã, sem nenhuma ambigüidade, com exatidão. Nós recuperamos os 950 votos sem nenhum erro. Apesar de que, quando relatado na mídia, nossa abordagem tem sido apresentada como tentativa e erro. Nesse caso, houve uma tentativa e zero erro. De fato, não foi tentativa e erro.

O procedimento não tinha a nossa metodologia de ataque. A probabilidade de erro era absolutamente determinística, como dizemos, novamente, em computação, e exigia apenas o exame de documentos

públicos. Portanto, a fraude do sigilo do voto era não rastreável. Essa fraude obviamente permite o retorno, em uma versão digital, do que chamamos de "voto de cabresto" no Brasil, em que o candidato ou algum interessado em fraudar a eleição pressiona os eleitores para que eles votem em certa direção e depois consegue, a partir da recuperação dos votos em ordem, determinar se votaram como o esperado; se não, ele pode aplicar as punições que gostaria.

Bem, é claro que uma base de código desse tamanho, com a vulnerabilidade tão infantil, não teria apenas essa vulnerabilidade. Nas quatro horas restantes do exame do código fonte, nós encontramos outros problemas, muitos deles, o que é mais preocupante, de projeto, e não apenas de implementação. Vários mecanismos de segurança no *software* de votação foram projetados de maneira incorreta, ou por falta de treinamento, ou por falta de entendimento de como aquela primitiva segurança deve ser usada na prática, ou por falta de auditoria externa, ou por um processo de desenvolvimento que talvez não tenha, de fato, a segurança como primeiro objetivo, por uma série de razões.

Nós produzimos, depois do final do evento, quando a repercussão dos resultados começou, um relatório de 40 páginas, que está disponível na internet, e já vai ser publicado como capítulo de um livro acadêmico internacional, porque nossos resultados tiveram repercussão internacional. Fui convidado a ministrar palestras no exterior, e esse capítulo de livro foi convidado a ser publicado em um livro acadêmico. Mas, voltando, encontramos alguns erros de projeto fundamentais, exatamente na proteção da integridade dos resultados também.

Para citar alguns exemplos, todas as urnas eletrônicas do País, em torno de meio milhão de equipamentos em operação, compartilham a mesma chave de segurança. É a mesma coisa que meio milhão de pessoas no Brasil usarem a mesma fechadura na porta da casa. É absolutamente a mesma analogia. Se esse segredo, essa chave de segurança vaza uma única vez, é possível abrir o conteúdo desse meio milhão de portas, no caso, urnas eletrônicas, e as memórias de todos os equipamentos em operação.

Além disso, essa chave criptográfica, essa chave de segurança, é armazenada às claras nos cartões de memória, que o TSE chama de carões de carga. São aqueles que instalam *softwares* nas urnas eletrônicas. Ou seja, não só o vazamento dessa chave tem impacto absolutamente devastador, por permitir abrir os cartões de memória de todas as urnas em operação no País, como essa chave ainda é armazenada às claras no cartão de memória. Se você sabe o local e sabe, talvez, o início dessa chave criptográfica ou sabe onde procurar, você consegue recuperá-la, e, de fato, sistematicamente, consegue abrir os cartões de memória do País inteiro.

Por que isso é perigoso? Porque nesses cartões de memória, na partição protegida desses cartões de memória, ficam armazenados os *softwares* de votação. Se você é capaz de abrir o cartão de memória e ler o conteúdo completo dele, você consegue manipular o *software* de votação para que ele faça a contagem de maneira desonesta dos votos para os candidatos, por exemplo. E não só fazer a contagem desonesta. Também – por que não? – fazer a contagem desonesta e produzir um registro digital do voto que seja compatível com aquela contagem desonesta. De forma que qualquer recontagem ou possibilidade de recontagem posterior vá sempre refletir a fraude que foi inserida no *software* de votação.

Esses não são erros de projetos sofisticados do ponto de vista de que são incomuns ou talvez exijam conhecimento de especialistas para evitá-los, é o tipo de coisa que eu ensino na minha disciplina de graduação, inclusive o próprio ataque ao sigilo do voto que nós montamos nos testes. Eu coloco como bônus das minhas provas na graduação e 80% dos alunos acertam com absoluta exatidão.

Então, não foi necessário conhecimento especialista, nem para encontrar essas vulnerabilidades e erros de projetos, nem para de fato atacar o sigilo do voto durante os testes.

Não é uma especulação que o voto, o *software* de votação utilizado no Brasil é inseguro. Ele é demonstravelmente inseguro. Essa foi a nossa conclusão ao final do evento, ao final do nosso contato com o *software* de votação.

Vale salientar que nós tivemos contato de apenas cinco horas com 17 milhões de linhas de códigos. Então, tivemos apenas a chance de navegar por uma fração muito pequena, apesar de estratégica, do *software* de votação.

Simplesmente, com a própria premiação que o TSE nos forneceu pela participação, pela contribuição neste teste, o *software* de votação é demonstravelmente inseguro, experimentalmente inseguro.

Nós conseguimos exercitar uma metodologia de ataque durante os testes e tivemos uma série, uma outra metodologia de ataque com relação e direcionada à integridade dos resultados, que não pode ser mais exercitada por simples falta de tempo.

Curiosamente, após os testes, nós nos disponibilizamos ao TSE para, de fato, colocar aquelas ideias, aquele plano de testes relacionado à integridade dos resultados em prática, mas não houve nenhum tipo

de possibilidade de colocá-las. O que eu acho curioso, porque deveria ser de interesse do TSE entender exatamente que erros de projetos nós detectamos, nós encontramos, e se é de fato possível, como parece ser, executá-los inclusive na prática, não mais num ambiente simulado.

Então, dado que o *software* de votação é demonstravelmente inseguro ou contém erros de projetos e implementação detectados e verificados experimentalmente, a conclusão é simples: nós precisamos de um registro físico do voto, que não seja accessível pelo eleitor, como já descrito anteriormente, para permitir a verificação independente por parte do eleitor, fiscais de partido interessados de que as contagens, os resultados produzidos pela urna eletrônica, são de fato honestos.

Nós precisamos de um outro mecanismo redundante.

Essa é a prática em todo mundo. A Suprema Corte indiana decretou, por exemplo, depois de avaliar o mecanismo do voto impresso em caráter experimental, que nas eleições de 2014 todas as máquinas de votação devem ter o voto impresso. Essa foi uma decisão tomada na última semana e segue na direção de todos os equipamentos de votação eletrônica do mundo. Todos os equipamentos de votação eletrônica do mundo produzem mais de um registro do voto em mídias diferentes para permitir, exatamente, recontagem e verificação de resultados.

Não creio que seja admissível, ou não creio que as dificuldades práticas que são frequentemente citadas, sejam obstáculos apenas no Brasil. Elas não são obstáculos em outros lugares do mundo. Por que impressoras ou qualquer armazenamento, qualquer outro tipo de mídia, é problemático apenas no Brasil? Todos os países do mundo usam exatamente esse tipo de recurso.

É absolutamente consenso na academia de que – na academia internacional, inclusive, frequento eventos de votação eletrônica fora do Brasil – os países, os sistemas de votação, precisam de mais de um registro do voto para permitir exatamente essa verificação, independente de resultados. Isso é ponto absolutamente pacífico.

Outras conclusões que nós obtivemos, a partir dessa interação com o *software* de votação, é que há uma ênfase muito grande em ofuscação e não em segurança de fato. O TSE está muito preocupado em projetar mecanismos que sejam resistentes unicamente. Aqui não há informação detalhada do *software* de votação. O que nós chamamos de agente externo: pessoas que estão fora do TSE, não têm nenhuma informação e estão interessadas, de fato, em provocar algum tipo de fraude. Quando nós sabemos que é bem perigoso, especialmente num projeto desse tipo de mecanismo, o conhecimento privilegiado que agentes internos têm.

A área de segurança da computação diz exatamente que é importante projetar mecanismos de segurança que resistam até ao próprio projetista do mecanismo. Um dia, ele pode se tornar um agente malicioso, um rival daquele mecanismo. Não podemos confiar incondicionalmente nas pessoas.

No Brasil nós temos confiado incondicionalmente no TSE como uma autoridade executora das eleições e num *software* de votação demonstravelmente inseguro, experimentalmente inseguro, para executar as nossas eleições.

Então, acho que essa situação é insustentável e, de fato, nós precisamos retornar à implantação do voto impresso, seguindo a tendência mundial e seguindo também o que aponta como solução para esse tipo de problema a própria academia internacional.

Agradeço muito a atenção de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado Prof. Diego.

Registramos aqui a presença do Deputado Eduardo Azeredo, nosso conterrâneo, que só tem um defeito: é americano, mas perdoamos.

Vou registrar só um comentário do Eduardo Torrens Godinho: "O eleitor quer ver para quem foi o voto, em papel impresso. Esse papel será o voto. Os países que usam urna eletrônica imprimem o voto para que o eleitor saiba que o seu voto foi registrado corretamente e para auditoria independente do *software*. Isso qualquer fiscal faz." – segundo ele.

O Deputado Eduardo Azeredo pediu a palavra, Senador Capiberibe, se não houver objeção.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Sr. Presidente, na verdade gostaria de sugerir que concedesse a palavra ao Deputado Eduardo Azeredo para que pudéssemos ter o mínimo de contraditório nesse nosso debate, já que a ausência de um representante do TSE prejudicou muito esta audiência pública, o que é profundamente lamentável. Insisto em lamentar, porque, de fato, fomos prejudicados pela ausência de um representante do TSE.

O Deputado Eduardo Azeredo, que é o autor do Projeto de Lei, está aqui presente e para nós é importante ouvi-lo. Essa é a minha sugestão e, em seguida, farei algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Está bem, Senador. É importante a participação do Deputado e agradeço a presença, porque o contraditório é sempre importante. Estamos ouvindo praticamente um lado só, estamos ouvindo as pessoas que são contra o projeto, na verdade. Então,

é bom ouvir V. Exª, para que possamos estabelecer o contraditório.

Com a palavra o Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB - MG) – Senador Zeze Perrella, Senador Capiberibe, senhores expositores – Amilcar, Diego e Pedro Rezende –, quero primeiramente lamentar não ter o contraditório, porque, em uma audiência pública, é fundamental que tenhamos os dois lados.

A proposição desse projeto foi feita em 2010, exatamente depois que havíamos tido aprovação pelo Senado do fim do voto impresso, dentro da minirreforma eleitoral, que foi feita em 2009, e a Câmara só acatou alguns poucos pontos, o ponto da internet basicamente, que é o que liberou o uso da internet, eram quatro artigos. Os outros pontos todos a Câmara deixou de analisar, inclusive o fim do voto impresso, porque não deu tempo. A Câmara recebeu em 24 horas de prazo final, tanto que muitos desses pontos estão sendo reeditados agora nessa nova tentativa de minirreforma eleitoral.

Então, só para entender um pouco o contexto do momento que foi apresentado esse projeto de não exigir o voto impresso.

Por outro lado, é importante lembrarmos que a primeira urna eletrônica de porte, num país de porte, foi a nossa, no Brasil. Essa é uma iniciativa da tecnologia brasileira, os brasileiros têm muito orgulho da urna eletrônica. Até hoje, depois de implantado todo esse tempo, não há nenhum registro que eu diria sólido de manipulação dessa urna.

É evidente que nenhuma tecnologia é perfeita. A Presidenta Dilma, depois de 11 anos do Governo do PT, está propondo um *e-mail* mais seguro ao Serpro. Para minha surpresa, fui Presidente do Serpro e achei que o Serpro já tinha um *e-mail* mais seguro. Imaginava eu que os *e-mails* do governo já fossem mais seguros do que um simples *firewall*, tipo de segurança que existe para as pessoas comuns – digamos assim. O Governo, evidentemente, deveria ter.

Então, veja bem como a tecnologia é sujeita a mudança toda hora. A Presidenta da República, depois de 11 anos, em função de uma espionagem americana, que também não é novidade, já acontece há muito tempo, que não é só americana também, resolve determinar ao Serpro que tenha um *e-mail* mais seguro.

Então, segurança total, Senador Capiberibe, nunca vai existir. Agora, o fundamental é entender que em relação a nossa urna nunca houve um questionamento com densidade. O que existe de crítica é uma coisa que um diz, que outro diz, aquela coisa apenas verbal. Não há nenhuma prova efetiva.

A urna tem criptografia, tem todos os procedimentos necessários de segurança. O grande achado da urna é que ela é separada, cada urna envia de uma vez o resultado dela mesma. Para poder haver uma manipulação, teria que haver uma conjunção de fatores, teria que juntar várias urnas, teria que haver uma quebra do programa – o programa é o mesmo –, teria que fazer uma nova versão do programa para distribuir pelo Brasil afora.

Então, ela tem uma concepção muito interessante.

"Existem países que têm o voto impresso." Sim, certamente existem. Agora, o que é acontece é que não há dúvida de que o voto impresso é um complicador. Encarece? Não há dúvida que encarece a máquina. Os fabricantes de máquinas têm interesse, sim, que se haja o voto impresso, porque ficará mais caro. Não há dúvida de que o voto impresso tem mais chance de quebra da máquina do que o voto eletrônico. É questão de mecânica e de eletrônica. A mecânica tem mais chance de defeito do que a eletrônica. Não há dúvida de que a verificação manual é mais falha do que uma verificação feita pelo sistema eletrônico, em que há os votos colocados, os partidos têm acesso. Se não fazem o acesso, é outro problema, inclusive para o meu Partido, o PSDB. Se os partidos não verificam, é outra questão.

Agora, que eles têm o direito de verificar o programa, de analisar o programa, eles têm esse direito.

Então, considero que voltarmos com essa proposição que chegou a existir... Primeiro tivemos a implantação do voto digital. Depois, a Câmara aprovou o voto em papel. O Senado negou, rejeitou. A Câmara voltou com ele. O Supremo ou o Tribunal Superior Eleitoral, não sei exatamente qual dos dois, definiu que era inconstitucional inclusive, tanto é que não foi nunca utilizado o voto impresso. Ele nunca foi utilizado no Brasil dessa forma, como contraprova da votação eletrônica.

Considero que seja importante que possamos manter a confiança na tecnologia brasileira, que possamos aumentar os meios de fiscalização dos Partidos – eles podem verificar os programas – e que possamos estar sempre lembrando que a urna com o dispositivo de impressão seguramente será mais falha, mais cara, mais demorada e não garantirá a fidedignidade dos votos. Continuaremos tendo riscos humanos, que existem em qualquer tipo de procedimento eleitoral.

Mas eu, sinceramente, estou muito satisfeito com a nossa urna eletrônica. Acho que é uma tecnologia, um modelo fantástico que permite que, em poucas horas, tenhamos as urnas de distantes locais do Amazonas somadas às urnas de São Paulo, de Minas, de todos os lugares. O resultado dessa urna eletrônica é realmente um grande sucesso. Podemos dizer que são

tecnologicamente três grandes sucessos que o Brasil tem: imposto de renda eletrônico, urna eletrônica e a Embraer. Acho que são, do ponto de vista tecnológico, os três maiores exemplos que temos.

Então, darmos um passo atrás, não considero que seja adequado, daí o objetivo, portanto, de manter o sistema simples, mais barato e que funciona.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito bem, Deputado Eduardo Azeredo.

Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Sr. Presidente, acompanhei a explanação do Prof. Diego Aranha, que identificou uma vulnerabilidade que ele classificou de infantil. Fiquei mexendo com a minha experiência de eleitor, que não é tão longa, porque passamos muitos anos sem votar no Brasil, no período da ditadura. Sei que fui votar pela primeira vez já em 1982.

Em 1986, na eleição para Assembleia Constituinte, eu era fiscal de uma seção e, lá pelas tantas, eu identifiquei um voto corrente, que é aquele voto em que o eleitor não coloca a cédula na urna, ele leva a cédula com ele, mostra que votou, entrega a cédula para o outro e aí eles vão votando na mesma pessoa que comprou a consciência daquela pessoa.

E eu pedi a suspensão da apuração. Aí o juiz, mal-humorado, me chamou à parte. Era voto em papel, eram cédulas, e ele me chamou à parte e disse: "Olha, eu não pretendo ficar aqui até o final do ano. Se você impugnar esta urna, vai haver um processo, e vou ser obrigado... Eu já estou com as minhas malas prontas para ir embora. Depois, tem mais, olhe os votos da sua candidata [porque eu estava fiscalizando para o meu Partido], ela está ganhando a eleição".

Eu disse: sim, ela está ganhando a eleição, mas há uma fraude. Mesmo que a minha candidata esteja ganhando a eleição, nós estamos diante de uma fraude eleitoral.

Eu sei que o juiz se recusou a suspender e abrir processo. E, agora, o Prof. Diego nos assegurou que, no teste das urnas de 2012, foi detectada a possibilidade da identificação do voto do eleitor por meio da listagem, o que pode repetir exatamente o voto corrente. Quer dizer, é tão elementar a vulnerabilidade dessa urna eletrônica, que nós podemos voltar a uma fraude que acontecia com o voto impresso.

Então, eu fiquei realmente impressionado com o grau de vulnerabilidade demonstrada aqui pelos expositores. E eu acho, Deputado, que nós precisamos evoluir. A tecnologia se modifica a cada dia praticamente, numa evolução fantástica, e nós também temos que evoluir para render satisfação ao eleitor.

Eu não consigo entender por que eu não tenho direito como eleitor de ver o meu voto. Eu tenho direito de votar, mas eu não tenho direito de saber para onde foi esse voto; eu não tenho a menor segurança; pelo menos é o sentimento que eu tenho quando eu vou lá à urna eletrônica, que eu digito o número do meu candidato e depois dali eu já não sei mais o que acontece.

Portanto...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB - MG) – O eleitor tem que confirmar, aparece o voto dele, ele tem que confirmar. Ele está só confiando que esse voto vai para a mídia eletrônica. É só isso.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – É exatamente isso. Depois que eu confirmo, eu dependo do *software.* Todos aqui, Senador, o Prof. Pedro, o Prof. Amilcar Brunazo, o Prof. Diego, afirmaram que a segurança do voto depende do *software*. Ora, o *software* é feito por seres humanos e controlado por seres humanos. Por maior confiança que tenhamos, é preferível termos controle, possibilidade de auditar essas urnas. Depois, o custo de uma fraude é infinitamente maior do que qualquer gasto que se possa ter com a simples comprovação do voto. Não há custo que pague uma fraude eleitoral, porque quem frauda eleição é quem tem muito dinheiro para fazer isso. Então, se retira a possibilidade de uma representação mais ampla da sociedade brasileira.

Já é muito restrita. Quando analisamos a composição da Câmara e do Senado, a representação dos trabalhadores, de gente do povo, é minoritária nessas Casas. Se permitirmos que não avancemos... porque o que queremos é avançar com a política junto com a tecnologia.

Vejo com muita preocupação as nossas instituições. Por exemplo, o caso do título de eleitor. Confesso que, a cada eleição, nós tínhamos uma dúvida. Em alguns Municípios, o juiz determinava que tinha que levar a carteira de identidade com a fotografia. Em outro Município, não, bastava o título de eleitor. Os mesários, muitas das vezes, criavam problema com o eleitor, porque ele estava com o título.

Ou seja, depois de não sei quanto, quase um século – a Justiça eleitoral foi criada em 1932 e esse título de eleitor eu não tenho ideia de quando ele surgiu. Mas depois que me entendi com pessoa já fazem muitos anos que..

O SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO *(Fora do microfone.)* – O modelo atual é de 1986.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Não, o modelo atual. Mas antes havia um cartão grande de papel, eu me lembro que se carimbava.

De repente, o próprio TSE declara que não serve para nada. Então, mostra que a evolução do processo de votação no País é de uma lerdeza que faz com que o cidadão desconfie, porque é muito lento o processo de transformação.

Temos três modelos de urna eletrônica. Prefiro o que me dá mais segurança, que é aquele que permite ao eleitor enxergar em quem ele votou. Ele nem toca na cédula, até por que se tocar na cédula pode voltar o voto corrente. É cair direto na urna. Perfeito, porque eu vou lá, digito o número dos meus escolhidos, enxergo e ver registrado no papel. Vou confirmar, esse voto vai ficar ali e vai o registro eletrônico. Lá na frente, perfeitamente, o meu fiscal pode conferir as duas coisas.

Do jeito que é hoje, ninguém confere nada. Aliás, nem os Tribunais Eleitorais têm a menor paciência, porque é uma crença na urna eletrônica que não admitem nem a possibilidade de se pedir uma auditagem. Não se consegue auditar nenhuma eleição no Brasil, porque é inadmissível que se coloque em discussão. Ninguém está colocando em dúvida. O que queremos é aperfeiçoar o sistema. Do jeito que está, o sistema é vulnerável; e estão identificadas aqui as vulnerabilidades.

Tenho a impressão de que os professores que aqui nos informaram – vi pelos currículos que são engenheiros especialistas em segurança de informática: Dr. Amilcar Brunazo; Dr. Pedro de Rezende, Professor de Matemática e Criptografia do Departamento de Computação da UnB; e o Prof. Diego, do Departamento de Ciência da Computação da UnB. Concentram um conhecimento e chegam aqui... a não ser que estejam representando empresas queiram comercializar alguns desses novos produtos.

Esta é a primeira pergunta: os senhores têm vinculação com alguma empresa da área de informática, de computação? Os senhores trabalham para essas empresas? É uma questão que gostaria que me fosse respondida.

A questão da biometria também: qual o custo? Ninguém discutiu o custo da identificação biométrica e, muito menos, a eficiência. Estamos conhecendo aqui que ela não tem lá essa eficiência toda.

Então, é importante nós analisarmos, e essa identificação biométrica já deu origem a alguns problemas graves, como, por exemplo, o fornecimento de cadastro desses eleitores para terceiros, não é? Isso é de extrema gravidade. Por isso que as nossas instituições são colocadas sob suspeição. Quando uma instituição como o TSE abre o cadastro de eleitores para, como foi colocado aqui, um sindicato das funerárias, cadastro dos mortos, me deixa muito preocupado. Para o Serasa, que nós acompanhamos na mídia e que até agora não houve nenhum desmentido. Essas denúncias não foram desmentidas.

Portanto, nós temos que valorizar nossas instituições, criando essa possibilidade de acompanhamento, de fiscalização, de transparência, porque o Brasil tem dado saltos importantes no uso da informática para a promoção da transparência. E agora nós temos leis que nos permitem acessar todo tipo de informação. E temos leis que obrigam a exposição de gastos públicos. E o TSE precisa entender que essas vulnerabilidades aqui identificadas precisam ser consideradas e serem resolvidas.

Portanto, acho que a gente precisa conversar sobre o projeto que tramita aqui. Eu vou apresentar algumas emendas ao projeto, para que a gente possa, então, dar esse salto adiante, para a gente fazer esse avanço.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente, senhores expositores, que os senhores me respondessem essa pergunta, para, então, eu fazer mais uma pequena intervenção.

O SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO – Quanto a ter ligação com alguma empresa, o pessoal em geral diz que eu tento vender impressora, que eu seja representante de alguma empresa fabricante de impressoras.

Acho importante primeiro destacar o seguinte: a urna eletrônica já tem impressora. Todas as urnas têm. Mesmo que não use o voto impresso, elas têm impressora. Elas precisam imprimir boletim de urna, a zerésima, os outros documentos de auditoria. Então, não precisa comprar uma impressora nova. As urnas eletrônicas, como mostrei fotos da Argentina, da Venezuela, também usadas na Bélgica, do México, têm uma impressora só. Aquela que imprime o voto, do México, que eu mostro lá em cima, é uma impressora só, que imprime o BU, imprime tudo e mostra.

Então, não precisa comprar uma segunda impressora. Eu não estou representando fabricante nenhum, porque não precisa comprar impressora para fazer o voto impresso. Poderia talvez ser representante de fabricante de papel, não é? Papel vai gastar mais, disso não há dúvida. Não, eu não tenho ligação com empresa nenhuma.

Na verdade eu já estou aposentado faz mais de dez anos. Eu tinha uma empresa, quando comecei nessa discussão sobre urna eletrônica, nos anos de 1998, 2000, eu tinha uma empresa de segurança de dados, fazia sistemas de criptografia e segurança, criptografia em disco, tudo isso. Mas essa empresa já foi encerrada no começo dos anos 2000, 2002. Foi encerrada, e eu não tenho mais vinculação nenhuma, com empresa nenhuma, ligada nem a tecnologia da informação, nem a impressora, nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Com a palavra, o Prof. Diego Aranha.

O SR. DIEGO ARANHA – Bem, eu também não tenho nenhum tipo de vinculação, nem com empresas ou partidos. Eu sou professor da Universidade de Brasília. Recentemente fui aprovado em concurso na Unicamp, então vou me tornar professor da Unicamp no próximo ano, retornando à Universidade em que me formei. Eu tenho doutorado em criptografia pela Unicamp.

Então, imagino que estou em posição suficiente para dizer que, por mais que a urna tenha mecanismos criptográficos, dentre todos os que eu pude examinar, eu não encontrei um único mecanismo criptográfico que tenha sido projetado e implementado seguindo as boas práticas da literatura. Alguns com erros graves de projeto e implementação, conhecidos, no caso do sigilo do voto, há 17 anos.

Então, eu me considero na posição de fazer esse tipo de julgamento.

Voltando à questão de ter filiação ou relação com algum partido ou alguma empresa, é curioso porque, apesar de eu ser apartidário e ser apenas um professor concursado em universidade pública, eu não tenho a mínima possibilidade, também por falta de transparência no processo, de sequer verificar se as vulnerabilidades que eu apontei nos testes públicos de segurança foram corrigidas ou não, inclusive aquela ligada ao sigilo do voto, porque membros da Academia também não têm a possibilidade, a não ser que se filiem a partido ou se tornem partidários, de examinar como o *software* de votação tem sido construído e que mecanismos de segurança foram implementados e se eles, de fato, atingem seus objetivos ou não.

Voltando a outro comentário também, eu acho curioso supor que a urna eletrônica, o *software* de votação resista a um adversário de fraude, a um cenário de fraude eleitoral, que, muitas vezes, é muito bem financiado e muito poderoso, se ele não resistiu a apenas seis dias de um evento com um professor e com três funcionários da universidade que trabalham na área de segurança de rede, que foram apenas como curiosos, sem conhecimento prévio do sistema, avaliar a segurança deste. Então, como esperar que esse *software* resista a, de fato, um adversário muito poderoso e muito bem financiado, se ele não resistiu, em seis dias, a quatro entusiastas que participaram dos testes públicos de segurança do TSE?

Então, a falta de transparência, a falta de possibilidade de auditoria por acadêmicos ou por interessados que sejam independentes de partidos impregna e, inclusive, incentiva, na minha concepção, a algumas péssimas decisões de projeto que tenham sido tomadas, simplesmente porque não há nenhum tipo de auditoria externa qualificada que possa verificar que aquele *software* atende às boas práticas muito bem descritas na literatura.

Voltando, todas as vulnerabilidades que nós encontramos estão muito bem documentadas em documentos que passaram pelo processo de revisão por pares, que é o que a gente considera como processo científico ideal, e as nossas conclusões foram, de certa forma, confirmadas pelo processo de revisão por pares. São vulnerabilidades graves que nunca deveriam existir em *software* de votação, em *software* de infraestrutura crítica. Simplesmente elas não deveriam estar lá.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito bem, professor.

Com a palavra o Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB - MG) – Eu quero só complementar um pouco.

Primeiro, essa mensagem que foi mandada há nove horas, do Sr. Eduardo Torrens Godinho, pede para ter o voto impresso na mão, para ele colocar na urna. Aí, sim, é uma parafernália. Pode acontecer fraude, coronelismo, outra vez, por ter que mostrar o retrato, o povo de fora pode tirar retrato... Eu imagino, e gostaria de ouvi-los, que essa hipótese vocês dois, os dois expositores, sejam contrários. Imagino que sim. A hipótese única aqui abordada seria aquela de deixar cair. A tendência é que a que cai na urna automaticamente caia na sequência de votação. Concorda?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP. *Fora do microfone.*) – Não necessariamente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB - MG) – Não necessariamente. Então, vai ter que ter um ventilador para poder embaralhar ali dentro. O problema todo é esse. Ela vai cair na mesma sequência. Então, na hora de verificar, vai-se identificar o voto, o que é uma coisa mais grave ainda.

Agora, eu entendo, Senador Capiberibe. O Partido que começou com esse questionamento foi o PDT. Por quê? Lá em 1982, eu estava trabalhando na IBM ainda, eu era fiscal e me licenciei da IBM para ser fiscal do antigo MDB nas eleições de Minas, do Tancredo Neves. Na época, era duro realmente. A cópia do boletim que vinha, tiravam uma xerox do boletim e entregava-se para o SNI primeiro. Depois é que se entregava para os partidos. Nós éramos cinco partidos naquela época. É evidente que era um sistema extremamente frágil. Havia realmente um mapismo. Era normal ver o voto do candidato de cima ir para o candidato debaixo. A totalização era feita manualmente e depois era digitada só a totalização da urna. E isso foi continuando.

Houve situações em que havia todas as urnas da cidade com uma média de 10 votos em branco e uma determinada urna não tinha nenhum voto em branco, mostrando, que, evidentemente, foi aproveitado. Nós tivemos um caso, em Minas Gerais, em Ituiutaba, em que os votos em branco foram todos aproveitados para dois candidatos da cidade pelo pessoal que estava apurando – isso foi provado depois. Eles se convenceram de que era importante para a cidade. Então, todo voto em branco era dividido de maneira igualitária para um candidato e para outro, para ter dois Deputados.

Então, era inadmissível que continuasse esse processo antigo. Então, nós tivemos um grande avanço, sim. Eu queria insistir que existe certa paranoia nessa questão da urna eletrônica. Esses mesmos problemas que são apontados de criptografia existem no Imposto de Renda eletrônico que é feito por internet. O mesmo problema pode acontecer. Quer dizer, o que nós temos que fazer é evoluir, sim, mas evoluir na segurança, no tipo de criptografia.

Quando eu comecei a propor alterações no Código Penal na questão da tipificação dos crimes cibernéticos, eu fui criticado por alguns, tentaram ridicularizar. Depois, todos eles tiveram de rever as suas posições com os fatos. Quando eu dizia que tinha que guardar o IP, o registro do voto, diziam que isso era loucura, que era censura. Aí, o Governo mesmo propôs gravar. Só que, em vez de três anos, propôs gravar um ano, prorrogável por quanto tempo for necessário. Por quê? Porque reconheceu que é fundamental, para chegar ao autor de um delito, que se tenha o registro dessa ocorrência.

É bom haver a discussão, porque isso tudo vai evoluindo. As pessoas vão se convencendo. Essa questão toda da espionagem é mais um episódio que mostra a fragilidade brasileira em enfrentar essa situação. A culpa é dos Estados Unidos? É, porque é um país que extrapola sua espionagem. Mas a culpa é do Brasil também, que nunca soube se defender.

Então, nós não precisávamos ter essa paranoia com a urna eletrônica, quando o sistema de impressão seguramente trará outros inconvenientes. E eu reitero aqui que pode não ser o preço, mas o de falha técnica, o de demora de tempo, na hora de verificar ser muito mais vulnerável do que o anterior, quando se vai contar à mão.

Então, eu colocaria somente essa pergunta sobre se vocês atendem ou não? Se os expositores se concordam em que o papel possa chegar à mão do eleitor? Porque aí é difícil. Eu considero que teria que ser no mínimo automático.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Com a palavra o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Eu, inclusive, quando vi as duas urnas, uma em que o voto impresso cai direto e a outra em que se deposita, não há a menor dúvida. Eu acho que aqui não há a menor dúvida sobre as nossas escolhas.

Sem dúvida, o Brasil deu um salto em todas as direções. Houve uma enorme evolução. Mas, nessa questão da urna eletrônica, quanto à segurança, nós estamos patinando, porque a segurança que nós queremos é a garantia de que o eleitor veja em quem votou, porque, sem isso... A crença é uma prática comum, mas há crenças diversificadas. Então, acredita-se que essa urna eletrônica seja correta, mas é melhor ver: votei aqui, caiu aqui. E no final juntam-se as duas pontas e tem-se algo absolutamente seguro.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Não seria, Senador, muito mais para conferência? Porque quando se vai votar na urna eletrônica, está se vendo em quem está votando, a cara da pessoa aparece lá. Então, é uma questão de ver por ver.

Eu entendo que esse papel, esse comprovante serviria muito mais para se fazer depois uma checagem se o voto que está na urna eletrônica confere com aquele do papel. Em quantidade, pelo menos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Mais ou menos, Sr. Presidente. Sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Sim.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Porque aquela fotografia que aparece ali pode ser a minha, mas aquele voto que eu digitei pode não ir para mim, porque eu dependo do *software*, do programa. Eu posso digitar 40 e pode ir para o 15. Isso é possível, até porque...

O SR. EDUARDO AZEREDO (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Essa foi a fraude do Proconsult em 1982.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Não foi no voto.

O SR. EDUARDO AZEREDO (Bloco Minoria/PSDB - MG) – Mas para repetir isso, agora, tinha que ter a versão adulterada do *software* em todas as sessões, cada urna tem por volta de 300, 400 votos válidos, no máximo. Então, seria preciso o processo, a mesma versão do *software* adulterado teria que ser implantado no computador, com o conluio de quem está responsável por aquele processo. Quer dizer, o presidente da mesa, o secretário da mesa, teriam de estar de acordo com que uma pessoa estranha chegue

e troque o *software* que foi implantado pelo TSE. Ou, então, o TSE mesmo tem que implantar um adulterado, para fraude. Aí acho difícil acontecer isso.

Daí insisto na questão da paranoia.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Mas nós temos, Senador Eduardo Azeredo... Eu entendo assim: se nós já temos as máquinas, o custo só do papel eu não acho que seria...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – O custo... E depois o seguinte, o problema da tecnologia tampouco é tão grave, porque se pegarmos, por exemplo, essas máquinas de cartão de crédito, elas nunca quebram, senão o sujeito não recebe. Então, quase nunca quebram essas máquinas. Há a máquina do supermercado, que calcula tudo. Nós temos uma evolução fantástica! E vamos colocar essa evolução ao lado da segurança do eleitor.

V. Exª tem inteira razão, nós evoluímos, mas precisamos evoluir mais, precisamos garantir ao eleitor, garantir a todos aqueles... Tenho certeza de que, se os eleitores deste País ouvissem o que nós ouvimos aqui... porque são argumentos que não deixam dúvida. Esse argumento da identificação do voto não me parece absolutamente factível. E foi testado com 470 votos e eles acertaram todos. Então, se há uma vulnerabilidade elementar, infantil, o que mais deve haver nesse processo?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB - MG) – Então, eles podiam propor um sistema mais seguro de criptografia, pois são estudiosos da Academia. Eles podiam propor um outro sistema de criptografia que fosse mais seguro contra os *hackers*, os *crackers,* pois eles estão também a cada dia mudando. Existe certa complacência, há gente que acha bonito haver *hackers*. Então, é preciso haver uma atitude proativa. Por que os críticos não propõem soluções tecnológicas avançadas? Ninguém questiona o que está no *pen drive* que se pega com seu discurso; ninguém questiona se o seu discurso foi alterado; ninguém questiona se o que foi colocado na Justiça, que é a cópia do processo, que vem tudo num disquete; ninguém questiona isso. Volto a dizer, o imposto de renda não é questionado sobre esse aspecto, o aspecto da transmissão.

Então, o sistema eletrônico de votação é a base da democracia, a eleição. Sim! O que eu estou dizendo é que eu já acompanho a busca dessa coisa desde 1982. Então, é fundamental termos um processo respeitado, Senador. Agora, precisamos avançar. Quando digo avançar, falo em avançar eletronicamente. Está todo mundo avançando cada vez mais, há uma tal de computação em nuvem, mais não sei o quê. Então, vamos fazer o contrário? Vamos voltar ao processo mecânico? Não vejo sentido. O objetivo do projeto é manter a segurança necessária, mas sem esse risco que nós temos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Não seria o caso de adicionar mais segurança? E não tem nada mais seguro do que ver para crer.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB - MG) – Mas a gente vê. É como o Senador Perrella está dizendo...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Serve para auditagem, mas também serve para gerar confiança no cidadão na urna eletrônica, no procedimento.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB - MG) – Mas a população confia.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Eu confesso que tenho dificuldade em entender essa resistência a pingar um voto na urna de forma concreta. Eu acredito na informática. Tanto acredito na informática e na transparência que eu sou autor de um projeto de transparência, que obrigou os órgãos públicos a colocarem na internet, em tempo real, suas despesas e receitas. E é de 2004, nós estávamos juntos no Senado. O ano de 2004 pode ser considerado como o ano de nascimento desses processos todos. Hoje não, avançamos muito mais. Desde lá que a gente vem trabalhando o voto eletrônico, tentando dar um passo adiante, porque, na verdade, o passo da modernidade, da transparência, é, de fato, convenhamos, dar ao cidadão o direito de ele simplesmente comprovar em quem ele está votando.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Obrigado pelas exposições. Obrigado ao Deputado Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito obrigado, Senador.

Passo a palavra ao Sr. Amilcar Brunazo. O senhor poderia responder e ir para as considerações finais, por favor, professor.

O SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO – Eu vou responder primeiro a uma pergunta do Senador Zezé Perrella e, depois, respondo a do Eduardo, porque vou ter de me alongar um pouco mais na do Deputado Azeredo.

Ele me perguntou se não poderia haver fraude também na impressão do voto, ou seja, imprimir errado, ou imprimir certo, mas conta errado, enfim, pode, sim, Senador. O objetivo de pôr o voto impresso junto com o voto eletrônico é para que um possa auditar o outro. Se houver uma fraude no eletrônico o impresso detecta; se houver uma fraude no impresso, o eletrônico detecta.

Existem também mecanismos para dificultar a fraude no voto em papel, no voto impresso. Por exem-

plo, o uso da assinatura digital. É uma tecnologia que a gente recomenda, a assinatura digital da urna no voto impresso; ou seja, aquele voto impresso só poderia ter sido assinado por aquela urna. Se alguém usar outra urna, outro computador, para imprimir um voto, tal conteúdo, na hora em que se colocar no meio da sacola para confundir a auditoria, vai ser detectado que aquele voto não é daquela urna, porque a assinatura dele não é válida. A assinatura digital identifica a origem.

Enfim, dá para usar tecnologia para defender o voto impresso, e o voto impresso vai defender o voto eletrônico. Se houver uma fraude no eletrônico, o impresso revela, e vice-versa.

Quanto à diferença, Senador Zeze Perrella, entre ver o voto na tela eletrônico e ver o voto impresso, há uma diferença muito conceitual, que separa completamente um sistema do outro. O voto eletrônico se vê na tela, confirma e, depois, ele grava o registro digital do voto. O voto impresso imprime, ou seja, grava no papel, aí você confirma depois de impresso. A diferença é que, no voto impresso, você está confirmando o que você viu que foi registrado, enquanto o voto eletrônico você está confirmando antes de ser registrado. O que é registrado você não vê. Essa é a diferença.

Por isso, pede-se sempre o voto impresso, porque o voto impresso o eleitor vê; o registro digital do voto o eleitor não vê.

Gostaria de responder algumas questões ao Deputado Azeredo.

Vou tentar, aqui, convencê-lo – sei que já me ouviu em outras audiências – de que o voto impresso não é um retrocesso, como o senhor sempre diz.

Como foi apresentado pelo Prof. Pedro Rezende, as três gerações, as máquinas de votar, na primeira... Antes, existia o voto manual, que era só papel. Havia um monte de problemas, como o Senador descreve. Depois, veio o voto puramente eletrônico – são as máquinas de RE –, como é usado no Brasil. Depois, no resto do mundo, testaram-se as máquinas de RE; foram testadas na Holanda, e proibidas; foram testadas na Alemanha, e proibidas; foram testadas na Argentina, abandonadas; foram testadas no Paraguai, e abandonadas; foram testadas nos Estados Unidos, e criaram uma norma para excluí-las da norma técnica.

Enfim, a urna puramente eletrônica foi testada, e a tecnologia evoluiu no sentido de passar para o voto eletrônico mais o voto impresso. Então, o voto impresso vem agregar segurança ao voto eletrônico. Nesse sentido, ele é uma evolução; não uma involução.

Gostaria de dizer que o sistema de terceira geração, o primeiro que foi criado, citado aqui o Scantegrity, o sistema E2E, ou seja, de ponta a ponta, que permite auditoria total, foi proposto por um grupo de criptógrafos muito renomados. O principal nome da equipe, o mais conhecido, é o Ronald Rivest, que é o inventor do sistema de assinatura digital.

Eu trouxe aqui, pois já sabia que provavelmente surgiria essa questão. Esse aqui é o *token* que tenho no meu banco para me autenticar; para poder dizer na minha casa que sou eu quem estou fazendo a modificação no banco. Nesse *token,* está escrito RSA. O R significa Rivest. É o inventor da técnica de assinatura digital, utilizada no mundo inteiro e usada pelo TSE para dar garantia de integridade ao *software*.

O Rivest, em 2006, escreveu um artigo dizendo que a assinatura digital não serve para dar garantia de *software* de sistema eleitoral, e ele propôs o sistema E2E, o Sistema Scantegrity é proposta dele, em que o voto é materializado; usa-se um monte de criptografia, um sistema muito complexo de ser entendido, em que o voto é materializado. Ele diz que é necessário o voto materializado para garantir a integridade do *software* eleitoral; que, apenas com o *software* eleitoral, não se consegue garantir a integridade. Então, queria dizer que quem está propondo o sistema com o voto impresso são os mais avançados tecnólogos da informação. Estamos propondo soluções novas, Deputado.

Citamos aqui o caso do voto da Argentina, agora para...

Quanto à questão do voto na mão, é o seguinte. Realmente, a proposta que eu mostrei o sistema mexicano, em que o voto é visto, cai, e o eleitor não pega na mão é o que está proposto no art. 5º da Lei nº 12.534. Está previsto que o eleitor não pegue o voto na mão.

Mas o sistema argentino é diferente – e eu gostaria apenas de citá-lo como exemplo de como a tecnologia pode mudar conceitos. Então, eu sou favorável a que, no sistema brasileiro, se use o voto não na mão, que o voto seja depositado automaticamente. Sou favorável, sim. Mas gostaria de mostrar que o sistema argentino resolveu esse problema de uma maneira diferente. A cédula eleitoral que o eleitor recebe em branco não tem nada gravado, nem no *chip* que está aqui, nem está impresso. Ele põe na máquina e vota. Ao votar, é impresso e gravado em um *chip*. O registro digital do voto e o registro impresso do voto estão no mesmo documento. Esse daqui é entregue para o eleitor, não cai automaticamente na máquina. O eleitor pega na mão, pode ir a uma outra máquina, chegar perto e ver que o registro digital do voto é igual ao voto impresso. Ele pode conferir o conteúdo do registro digital do voto. Agora, o importante: se ele levar isso para fora, para mostrar em quem ele votou, o voto eletrônico que está aqui não será contado. Então, apesar de entregar o voto na mão do eleitor, se ele não puser na urna para ser contado no final do dia, o voto dele não

será contado. Então, se ele tentar vender seu voto, o voto não conta. Então, é uma outra solução. Não estou vendendo essa solução, só estou querendo mostrar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO – Teoricamente eles são instruídos a dobrar. Você vê que já está até dobrado aqui. Eles são instruídos a dobrar o voto antes de levar para o mesário, para que o mesário não possa ver.

Enfim, estou querendo mostrar que se pode pensar em outras soluções. O artigo 5º da lei que está sendo revogada pelo projeto de lei não impõe nenhuma solução específica. Ele não impõe... Por exemplo, ali diz que pode ser usada a biometria, mas a biometria não pode ser no mesmo equipamento de votação. Ele não impõe que não haja nada que controle a urna.

Há uma foto aqui, deixe-me mostrar. Está pequena, não vai dar para ver. É uma foto do modelo da urna na Venezuela, que tem um botãozinho aqui, pequenininho, que permite ao mesário liberar ou não a urna para registrar um voto só. Então, a lei não está impondo que a máquina fique sem controle, como foi argumentado na ADI nº 4543. Existem muitas soluções que podem ser feitas. Essa questão de ter uma segunda impressora, como o TSE pensa em fazer, a lei não impõe que haja uma segunda impressora; ela deu cinco anos de prazo para o TSE mudar o sistema, para que ele pusesse o sistema com uma impressora só. Não precisava comprar segunda impressora.

Por fim, eu gostaria de destacar que a fragilidade que a equipe do Prof. Diego detectou, só ela em si, que ele mostrou que podia ordenar os votos, já foi corrigida pelo TSE. Eles corrigiram, mudaram alguma coisa. O Diego não sabe exatamente o que foi feito, mas alguma coisa eles fizeram.

O importante que eu acho que revelou esse processo que o Diego participou é que, em 2000, a Unicamp recebeu o *software* do TSE para estudar e fazer sugestões. Em 2002, foi a Sociedade Brasileira de Computação que enviou um professor de Santa Catarina, um professor da Universidade Federal de Minas; e o COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mandou também professores para auditar os *softwares*. Fizeram os relatórios, são todos públicos. Em 2008, foi o Ministério da Ciência e Tecnologia que foi contratado pelo TSE para fazer uma avaliação, encontrou lá uma porção de falhas e sugeriu alterações.

Apesar de ter passado por todo esse escrutínio técnico, de toda a grande equipe de técnicos e tecnólogos – no caso do Ministério da Ciência e Tecnologia, foram 11 meses que eles ficaram examinando o *software* para produzir os relatórios –, apesar disso tudo e apesar de, também, como prevê a lei atual, criada pelo Deputado Eduardo Azeredo, que os partidos políticos, Ministério Público e OAB teriam direito a examinar o *software* das urnas, apesar de todo esse escrutínio, em cinco minutos ele encontrou uma falha que ninguém tinha descoberto. Como a gente vai saber que não há outras falhas?

Então, não adianta fazer escrutínio de *software*, escrutínio de *software*, escrutínio de *software*; analisar, analisar, analisar; porque pode haver uma falha que ninguém percebeu. A equipe dele achou em cinco minutos.

Isso são os problemas de se querer confiar a segurança do sistema exclusivamente ao *software*. A minha ideia, se eu conseguisse, Deputado Azeredo, seria convencê-lo de que o voto impresso não é uma involução, mas sim uma evolução. Por isso que há a segunda e terceira gerações de máquinas de votar com o voto materializado.

Existem alternativas além do voto impresso. Existe uma proposta naquela norma norte-americana que diz que o voto pode ser gravado em CD-ROM. O voto gravado em CD-ROM não pode ser alterado, depois de gravado uma vez. Então, o eleitor poderia verificar em uma outra máquina que o voto foi gravado correto. Só que esse, sim, ficaria bem mais caro. E por fim ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO – Ah, isso é fácil de resolver. É só fazer largo o suficiente que embaralha. Não é preciso pôr um ventilador lá dentro. Nisso aí não há problema. É só ter uma filinha para cair enfileirado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AMILCAR BRUNAZO FILHO – Não, é só fazer um pouquinho mais largo o negócio. Acho que isto não é problema, ou seja, cair empilhado.

Bom, eu queria agradecer, então, a oportunidade. O Senador Zezé Perrella pediu já para encerrar. Quero agradecer esta oportunidade. Espero que eu tenha contribuído e estou à disposição quando esta discussão quiser continuar.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito bem.

Passo a palavra, então, para o Prof. Diego Aranha, para as suas considerações finais.

O SR. DIEGO ARANHA – Obrigado.

Bem, eu gostaria de fazer algumas considerações. Primeiro, não há nada de paranoia aqui. O que o Senador Azeredo chamou de paranoia eu chamo de análise de segurança. A área de segurança computacional se dedica exatamente a isto: a modelar um atacante que tem interesse, algum incentivo econômico em corromper alguma propriedade de segurança. No caso das eleições, é óbvio, fraudar os resultados ou

o sigilo do voto. E o objetivo dessa área é encontrar mecanismos que equilibrem ou aumentem o custo do atacante o suficiente para esse custo se tornar inviável na prática, não importa quão bem financiado ele é.

Então, claramente, para o caso da eleição, os mecanismos de segurança precisam ser muito mais complexos do que para outros cenários, como, por exemplo, arquivos armazenados num disquete pessoal, ou até mesmo a transmissão de declarações de Imposto de Renda, que sofrem de um problema de falta de autenticação. Mas o incentivo para se fraudar a declaração de alguém de Imposto de Renda é incomparável ao incentivo econômico de se fraudar uma eleição inteira, em larga escala, via *software*.

Além disso, também é falacioso o argumento de que é preciso atacar várias urnas no País inteiro. Há vários pontos únicos, pontos centralizados onde um ataque tem escala absolutamente devastadora. Um exemplo, um programador malicioso dentro do TSE ou de uma das suas empresas subcontratadas. Se o TSE ou as auditorias anteriores não foram capazes de detectar as vulnerabilidades graves que nós encontramos em cinco horas de exame do código fonte, o que impede um programador mal-intencionado inserir intencionalmente uma vulnerabilidade que vai ser distribuída para todas as urnas, no País inteiro, e um mecanismo de assinatura digital, se atender as suas propriedades, vai garantir que ela de fato existe em todas as urnas.

Então, existe, primeiro, um ponto único aí centralizado para fraude em larga escala. E qualquer tentativa de recontagem, via RDV, qualquer exame do boletim de urna, qualquer tentativa posterior de auditoria vai simplesmente retornar ao resultado já fraudulento. Então, esse é um ponto único de falha.

Um outro ponto de falha que é um ponto de ataque e que é talvez não tão devastador, mas ainda assim muito importante, são esses cartões de memória cujo *software* de votação é armazenado numa partição protegida, cuja chave é compartilhada no País inteiro e armazenada às claras ... Eu tinha a analogia de se ter meio milhão de cadeados com a mesma chave e, no caso, armazenar as chaves às claras é análogo a esconder essa chave embaixo do tapete de casa. Se esse cartão interceptado e adulterado, o *software* de votação continua adulterado, com base apenas em informação contida no próprio cartão, tudo que você precisa é do próprio cartão para adulterá-lo, porque o mecanismo lá é de segurança de ofuscação, aquele cartão vai inseminar uma dezena de urnas também.

Então, interceptar alguns cartões tem um impacto, é amplificado esse tipo de ataque na simples cerimônia de carga, porque esse cartão instala várias urnas.

Então, há alguns pontos ai, tanto para agentes internos da equipe de desenvolvimento do TSE, que já demonstrou não ser capaz de detectar as próprias vulnerabilidades, creio eu acidentais e inseridas no código fonte, quanto à interceptação...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB - MG) - Só um momento.

O SR. DIEGO ARANHA – Claro!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB - MG) – O voto impresso não resolve isso. Isso aí continua a existir.

O SR. DIEGO ARANHA – Já vou chegar nesse ponto.

Eu não estou falando de totalização. Estou falando da inserção de uma vulnerabilidade...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB - MG) – Está-se falando da parte dos nós. O senhor está falando dos nós. Os nós têm que continuar existindo. O voto impresso só se refere à urna, aos 400 eleitores ali.

O SR. DIEGO ARANHA – Eu estou falando exatamente da urna.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB - MG) – Depois que ele foi somado, essa soma que vai para o concentrador, isso vai continuar existindo, mesmo com o voto impresso. Então, esse tipo de risco a que ele está-se referindo continuaria existindo com o voto impresso.

O SR. DIEGO ARANHA - Não é verdade. E eu já vou relatar como. Eu estou falando de fraude em *software*.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB - MG) – Eu não estou falando mentira aqui, não. Eu estou falando também com conhecimento de fraude. Desculpe-me. Eu estou dizendo, porque eu conheço bem. A minha preocupação é a mesma, é a segurança. Eu não estou fazendo nenhuma falácia aqui, não. O que eu estou dizendo são fatos reais, tanto é que não existe nenhum outro grande partido diferente, além do PDT, que pegue essa bandeira. Não existe na opinião pública uma sensibilidade com esse assunto. Então, não venha também querer desclassificar o que estou colocando, não, porque não estou falando falácia. Estou colocando com conhecimento de causa, que realmente esse processo é um processo seguro. E da maneira que está a proposta do voto impresso, ele pode melhorar um pedacinho ali, em urnas individuais.

Agora, para você fraudar uma eleição, como um todo, você tem que ter a cooptação de várias pessoas, dezenas de pessoas, centenas de pessoas, para poder inserir, instalar o *software* fraudado nas urnas.

O SR. DIEGO ARANHA – Voltando ao cenário que eu descrevi, ao cenário que estou descrevendo de ataque é adulterar o *software* de votação antes de ele ser instalado nas urnas. Desta forma, o boletim de urna

impresso, produzido por aquela urna, já vai conter o resultado fraudulento, somado de maneira desonesta.

Então, eu digo falacioso porque é este o termo que utilizamos na Academia quando um argumento simplesmente não procede do ponto de vista técnico. Eu estou fazendo novamente uma análise de segurança, e o argumento não procede do ponto de vista técnico.

Uma entidade...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – E eu disse paranoia porque é o termo também político... (*Risos*.)

O SR. DIEGO ARANHA – Mas não é o termo apurado do ponto de vista técnico.

De qualquer forma, uma entidade que sempre se manifesta a respeito e nunca é ouvida é a Academia. A Academia se posicionou – inclusive a Sociedade Brasileira de Computação – uma dezena de vezes em favor do voto impresso, exatamente porque o voto impresso tem a possibilidade de mitigar ou reduzir a possibilidade que um ataque desse, em larga escala, via *software,* por adulteração do *software*, antes de as eleições começarem, esse ataque se passar como indetectável no dia da eleição. Simplesmente porque a produção de outro registro vai permitir, no dia da eleição, que fique claro que a soma dos votos conferidos pelo eleitor não corresponde à soma feita pelo *software* manipulado.

Então, dessa forma, o custo de ataque aumenta substancialmente, porque exige que o atacante agora não só faça uma fraude em larga escala em *software*, como, aí sim, manipule os registros físicos espalhados País afora, depositados nas urnas convencionais, para que eles sejam compatíveis com os registros digitais produzidos pelo *software* adulterado.

Então, por isso, o voto impresso faz sentido do ponto de vista da segurança. Ele aumenta o custo do ataque e, talvez, na nossa leitura, ele aumenta o custo para ser razoável, considerando o atacante que a gente tem, o adversário que a gente tem, que é um fraudador eleitoral. Até historicamente ele tem uma série de recursos difíceis de bater.

Outra grande vantagem do voto impresso é que ele reduz a pressão sobre o desenvolvimento do *software*. A pressão não fica apenas no desenvolvimento do *software*, porque agora há um registro físico, que permite verificar se o *software* se comportou de maneira correta, o que é visível, não exige nenhum conhecimento de especialista para fazer esse tipo de verificação.

No nosso relatório, nós apontamos os problemas, as vulnerabilidades encontradas, os erros de projeto, e também oferecemos soluções tecnológicas. O problema é que todas elas são difíceis de implementar. Não são soluções simples assim.

O *software* de votação atual não é um *software* simples. Ele tem em torno de 17 milhões de linhas de código. Isso é muita coisa. Isso é absolutamente incomensurável. Então, torná-lo seguro... Só para dar um exemplo, uma equipe apontada pela Califórnia para analisar o *software* de votação nas máquinas de votar usadas nos Estados Unidos tinha um *software* 100 vezes menor, 60 dias para analisar, e a conclusão deles foi que não era possível tornar aquele *software* seguro suficiente para fazer eleições. Por mais que todos os nossos mecanismos tecnológicos sugeridos nesse relatório sejam implantados, a gente não vai ter garantia de que o *software* é seguro suficiente para executar eleições. Até porque esses mecanismos vão agregar mais complexidade. Quanto mais complexidade, mais difícil é a auditoria, mais difícil é de fato detectar vulnerabilidade, especialmente com um processo de desenvolvimento que já não atende, na nossa leitura, a requisitos mínimos de segurança e transparência, como é o que existe hoje.

Então, agradeço novamente a atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo. PDT - MG) – Eu agradeço a presença do Prof. Diego Aranha, do engenheiro Amilcar Brunazo Filho. Acho que foram muito importantes as explanações, porque o que nós ouvimos aqui vai nos dar realmente um maior embasamento até para entender melhor essa questão.

Eu só vou registrar aqui um *tweet* que se intitula "Leis para quem", que diz: "A urna eletrônica, como se apresenta, é um atentado à democracia e que deveria ser uma sequência natural da evolução desta urna."

Não havendo mais nada a tratar, agradeço aos nossos expositores.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 01 minuto.)

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2013.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia cinco de novembro de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Alfredo Nascimento, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino, Eduardo Amorim, Rodrigo Rollemberg, Lídice da Mata, Ivo Cassol e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ci-

ência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, João Capiberibe, Anibal Diniz, Lobão Filho, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro e Gim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Alfredo Nascimento, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 36, de 2013,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Marcos Montes, que "Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 626, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências." O relator designado é o Senador Ivo Cassol e o relatório é favorável ao Projeto e a Emenda de Plenário nº 1, na forma de Subemenda que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 141, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer condições e restrições à adoção de Termo de Ajustamento de Conduta como instrumento conciliatório nos casos de infração à legislação e às demais normas aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações". O relator designado é o Senador Lobão Filho e o relatório é favorável. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 250, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal." Em 01/10/2013, o relatório do Senador José Agripino foi lido em reunião extraordinária da Comissão pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Requerimento n.º 39, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que requer "Nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, incisos II, III e V, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de debater as consequências da destinação da faixa de 700 MHz, no Brasil, atualmente ocupada pela TV Aberta, para Serviços de Banda Larga Móvel-4G. Para tanto, solicito que sejam convidadas as autoridades e expoentes adiante nominados: a) Sr. PAULO BERNARDO SILVA, Ministro das Comunicações; b) Sr. JOÃO BATISTA DE REZENDE, Presidente do Conselho Diretor da Anatel; c) Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; d) Representante da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA; e) Representante da SET – Sociedade Brasileira de Engenharia de Televiso." O requerimento é aprovado. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 183, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES DA COMUNIDADE UNIÃO DO RIO PRETO DA EVA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Preto da Eva, Estado do Amazonas." O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa Relator "ad hoc" o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 194, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA MONTEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itarema, Estado do Ceará." O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 112, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE CRUZ MACHADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz Machado, Estado do Paraná." O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 135, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que

"Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CURIONÓPOLIS - ARCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curionópolis, Estado do Pará." O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 153, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO CRISTÃ EDUCATIVA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás." O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 139, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO DE SERTÃO SANTANA – ACORASERTÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertão Santana, Estado do Rio Grande do Sul." O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 160, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PRÓ-RÁDIO COMUNITÁRIA CIDADANIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul." O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 180, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte." O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 141, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SEABRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seabra, Estado da Bahia." A Relatora designada é a Senadora Lídice da Mata que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 568, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piripá, Estado da Bahia." O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 191, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ARARANGUÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina." O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 142, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COQUEIRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coqueiros do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O Relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 192, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MAMPITUBA a executar, pelo prazo de dez

anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mampituba, Estado do Rio Grande do Sul." O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 149, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA AMIGOS DE CÓRREGO DO OURO - ARACOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais." O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 154, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Gerais." O Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 156, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CAMPONESA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro das Missões, Estado do Rio Grande do Sul." Em 01/10/2013, o relatório da Senadora Angela Portela foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 171, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAMPINA DAS MISSÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul." Em 01/10/2013, o relatório do Senador Anibal Diniz foi lido em reunião extraordinária da Comissão, pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. Fica pendente a discussão e votação da matéria. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 133, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOMPROGRESSENSE DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Progresso, Estado do Rio Grande do Sul." Em 01/10/2013, o relatório do Senador Benedito de Lira foi lido em reunião extraordinária da Comissão, pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. Fica pendente a discussão e votação da matéria. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 108, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA VIAMONENSE DO BAIRRO COHAB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul." Em 01/10/2013, o relatório do Senador Eduardo Amorim foi lido em reunião extraordinária da Comissão, pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. Fica pendente a discussão e votação da matéria. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 118, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM ESPÍRITO SANTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo, Estado do Rio Grande do Norte." Em 01/10/2013, o relatório do Senador Flexa Ribeiro foi lido em reunião extraordinária da Comissão, pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. Fica pendente a discussão e votação da matéria. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 172, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARQUE RIO SÃO LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juquitiba, Estado de São Paulo." Em 01/10/2013, o relatório do Senador João Alberto Souza foi lido em reunião extraordinária da Comissão, pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. Fica pendente a discussão e votação da matéria. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 170, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANTA CRUZ AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte." Em 01/10/2013, o relatório do Senador José Agripino foi lido em reunião extraordinária da Comissão, pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. Fica pendente

a discussão e votação da matéria. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 127, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ACMMJ - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E MORADORAS DE JABORANDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaborandi, Estado da Bahia." Em 01/10/2013, o relatório da Senadora Lídice da Mata foi lido em reunião extraordinária da Comissão, pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. Fica pendente a discussão e votação da matéria. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 555, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA MONTE ALTERNATIVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanquinho, Estado da Bahia." Em 01/10/2013, o relatório do Senador Ricardo Ferraço foi lido em reunião extraordinária da Comissão, pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. Fica pendente a discussão e votação da matéria. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 138, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PROGRESSO DISTRITO DO BEZERRA - APDB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás." Em 01/10/2013, o relatório do Senador Rodrigo Rollemberg foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 131, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CANDIOTENSE DE INCENTIVO À ARTE E À CULTURA - ACIAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul." Em 01/10/2013, o relatório do Senador Sérgio Petecão foi lido em reunião extraordinária da Comissão, pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. Fica pendente a discussão e votação da matéria. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 137, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." Em 01/10/2013, o relatório do Senador Sérgio Souza foi lido em reunião extraordinária da Comissão, pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. Fica pendente a discussão e votação da matéria. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 125, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÕES DE SANTANA DO LIVRAMENTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul." Em 01/10/2013, o relatório do Senador Valdir Raupp foi lido em reunião extraordinária da Comissão, pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. Fica pendente a discussão e votação da matéria. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 195, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE NOVA MAMORÉ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Mamoré, Estado de Rondônia." Em 01/10/2013, o relatório do Senador Valdir Raupp foi lido em reunião extraordinária da Comissão, pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. Fica pendente a discussão e votação da matéria.. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 185, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV SANTA MARIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na Cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul." Em 01/10/2013, o relatório do Senador Walter Pinheiro foi lido em reunião extraordinária da Comissão. Fica pendente a discussão e votação da matéria. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 129, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEDRABONITENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Bonita, Estado de Minas Gerais." Em 01/10/2013, o relatório do Senador Zeze Perrella foi lido em reunião extraordinária da Comissão, pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. Fica pendente a discussão e votação da matéria. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 144, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMOR VERDADEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Divino, Estado de Minas Gerais." Em 01/10/2013, o relatório do Senador Zeze Perrella foi lido em reunião

extraordinária da Comissão, pelo relator ad hoc, Senador Walter Pinheiro. Fica pendente a discussão e votação da matéria. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e um minuto, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Alfredo Nascimento,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR - AM) – Bom dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de novembro de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

A Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná encaminhou ao Senado Federal e à CCT o Ofício 468, de 2013, com informações sobre a CPI da telefonia celular, realizada por aquela Casa parlamentar. O relatório final da CPI e outras informações estão disponíveis no *site* da Assembleia.

O Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações Paulo Bernardo encaminhou a esta Comissão convite para a cerimônia do Ato de Assinatura do Decreto de Adaptação das Rádios AM para FM.

O evento, que contará com a presença da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, acontecerá na próxima quinta-feira, 07 de novembro, a partir das 11 horas, no Palácio do Planalto.

Por fim, a CCT renova a comunicação do convite, pelo Serpro, às Senhoras e Senhores Senadores membros da CCT, para a visita institucional e café da manhã que será realizado na sede do órgão na próxima quarta-feira (amanhã), a partir das 08 horas e 30 minutos.

Na oportunidade haverá uma palestra sobre Segurança da Informação no Setor Público, o que se mostra bastante oportuno nesse momento em que se discute questões como privacidade e ingerência de Estados estrangeiros nas comunicações do nosso País.

ITEM Nº 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA
Nº 39, de 2013
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, incisos II, III e V, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de debater as consequências da destinação da faixa de 700 MHz, no Brasil, atualmente ocupada pela TV Aberta, para Serviços de Banda Larga Móvel-4G. Para tanto, solicito que sejam convidadas as autoridades e expoentes adiante nominados: a) Sr. PAULO BERNARDO SILVA, Ministro das Comunicações; b) Sr. JOÃO BATISTA DE REZENDE, Presidente do Conselho Diretor da Anatel; c) Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; d) Representante da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA; e) Representante da SET –Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra, o autor do requerimento. *(Pausa.)*

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº141, DE 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SEABRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seabra, Estado da Bahia.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, foi publicada hoje no *Diário Oficial* a indicação de um novo membro para integrar o Conselho da Anatel, que deve ainda ser submetida à apreciação do Senado.

Pelo que entendo, o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Anatel está vago. Sendo assim, sugiro a V. Exª, se os demais Senadores concordarem, que o interino venha em seu lugar ou que se designe alguém para falar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Tudo bem?

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB - BA) – Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo n° 141, de 2013 (n° 2.979, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Seabra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seabra, Estado da Bahia.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Portanto, Sr. Presidente, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, e é entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Voto, portanto, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS n° 141, de 2013, pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Seabra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seabra, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Era isso, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Considerado lido, passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que será Relator *ad hoc* dos itens 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, examinei os processados dos itens a que V. Exª se refere. Todos eles são projetos de decreto legislativo em que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara solicita autorização para que entidades da sociedade civil executem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária em vários Municípios do nosso País. Há também, entre eles, atos que renovam concessões outorgadas a emissoras e que outorgam novas autorizações.

Examinei cada um dos processados e não vi neles nenhum óbice seja de natureza técnica, seja de natureza legislativa, constitucional, formal. Os pareceres acostados aos autos indicam que essas entidades estão em condições de receber aquilo que pleiteiam.

Vou ler, então, diante disso, as ementas de cada um dos projetos de decreto legislativo com cujas relatorias V. Exª me honrou.

O item 6 aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade União do Rio Preto da Eva a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Preto da Eva no seu Estado, Estado do Amazonas.

O item 7 aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Monteiro de Comunicação Ltda. para

explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itarema, Estado do Ceará. O parecer do Senador Cícero Lucena é pela aprovação, assim como no item anterior, em que o relator é V. Exª, o parecer é favorável.

O item 8 aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Cruz Machado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz Machado, Estado do Paraná. O relator é o Senador Eduardo Amorim, que apresentou relatório pela aprovação.

O item 9 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2013, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e de Radiodifusão Comunitária de Curionópolis (ARCC) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curionópolis, Estado do Pará. O relator é o Senador Flexa Ribeiro, que apresentou relatório pela aprovação.

O item 10 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2013, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Cristão Educativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás. O relator é o Senador Gim Argello, que apresentou relatório pela aprovação.

O item 11 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2013, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e de Radiodifusão de Sertão Santana (Acorasertão) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertão Santana, Estado do Rio Grande do Sul. O relator é o Senador João Alberto Souza, que apresentou relatório pela aprovação.

O item 12 é o PLC Nº 160, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Pró-rádio Comunitária Cidadania FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul. O relator é o Senador João Capiberibe, que apresentou relatório igualmente pela aprovação.

Sr. Presidente, são esses os projetos de decreto legislativo dos quais eu sou, com muita honra, relator *ad hoc*. Ratifico os pareceres, os relatórios emitidos pelos relatores originários.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR - AM) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, que terá sob sua responsabilidade os itens 15 e 16, *ad hoc*, e o item 17, de sua autoria, o PDS nº 142, 2013.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Alfredo Nascimento, Srªs e Srs. Senadores, é com muita satisfação que relato *ad hoc* o relatório do Senador Ricardo Ferraço do Decreto Legislativo, PDS nº 568, de 2013, que opina pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piripá, no Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o voto, Sr. Presidente.

Da mesma forma, o relatório do Senador Sérgio Petecão, do Estado do Acre, sobre o PDS nº 191, de 2013, que opina favoravelmente ao ato que renova concessão outorgada à Rádio Araranguá Ltda. Para explorar serviços de radiodifusão sonora e onda média na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina, meu Estado natal, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Agora, o meu relatório ao PDS nº 142, de 2013, que aprova o ato de outorga de autorização à Associação Comunitária Coqueirense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coqueiros do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São os pareceres, Sr. Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR - AM) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, que será o relator *ad hoc* dos itens 18, 19 e 20.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, o PDS 192, de 2013; 149, de 2013; e 154, de 2013... Não sei, mas, se V. Exª permitir, já tenho aqui também os PDSs que eu relato: PDS 131, de 2013; 137, de 2013; 125, de 2013; 195, de 2013; 185, de 2013; 129, de 2013; e 144, de 2013, que são os itens 31 a 37. *(Pausa.)*

Isso. Portanto, já foram lidos.

Os itens 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 também já foram lidos.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR - AM) – Todos já foram lidos. São só os itens 18, 19 e 20.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O item 18 é o 192, de 2013; o item 19, o 149, de 2013; e o item 20, o 154, de 2013, que são relatados pelo Senador Vital do Rêgo e Zezé Perrella, respectivamente.

Nesses três PDSs, Sr. Presidente, não encontramos nenhum óbice. Todas as tratativas legais foram seguidas e a documentação enviada conforme legislação. Portanto, somos pela aprovação desses três itens, conforme inclusive relatado pelos nobres

Senadores já citados. Sou, então, pela aprovação dos itens 18, 19 e 20.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR - AM) – Senador Walter Pinheiro, por gentileza, o item 13, o PDS 180, de 2013, do Senador José Agripino é o que falta ser lido. Gostaria que V. Exª fosse o relator *ad hoc* desse item.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O mesmo caso, Sr. Presidente. É o PDS nº 180, de 2013, item 13, que foi relatado pelo Senador José Agripino. Da mesma forma, trata também de outorga de concessão para a Televisão Costa Branca Ltda., no Estado do Rio Grande do Norte. Não encontramos nenhum óbice. Todas as exigências legais foram cumpridas. Dessa forma, somos pela aprovação do item 13, PDS nº 180, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR - AM) – Obrigado, Senador.

Todos os itens lidos serão discutidos e votados na próxima reunião.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 1 minuto.)

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2013.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia seis de novembro de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Lobão Filho, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, José Agripino, Eduardo Amorim, Eduardo Lopes,Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Cícero Lucena, Antonio Carlos Rodrigues e Osvaldo Sobrinho, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, Gim e Alfredo Nascimento. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 141, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer condições e restrições à adoção de Termo de Ajustamento de Conduta como instrumento conciliatório nos casos de infração à legislação e às demais normas aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações". O relator designado é o Senador Lobão Filho que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 250, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Altera o art. 80 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer obrigações de universalização de serviços de telecomunicações específicas para localidades da Amazônia Legal." O relator designado é o Senador José Agripino que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 3: Projeto de Decreto Legislativo n.º 183, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES DA COMUNIDADE UNIÃO DO RIO PRETO DA EVA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Preto da Eva, Estado do Amazonas." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo n.º 194, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA MONTEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itarema, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada

a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 112, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE CRUZ MACHADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz Machado, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 135, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CURIONÓPOLIS - ARCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curionópolis, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 153, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO CRISTÃ EDUCATIVA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Gim que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 139, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO DE SERTÃO SANTANA – ACORASERTÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertão Santana, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador João Alberto Souza que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 160, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PRÓ-RÁDIO COMUNITÁRIA CIDADANIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador João Capiberibe que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Aloysio Nunes Ferreira e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 180, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador José Agripino que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 141, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SEABRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seabra, Estado da Bahia." A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nasci-

mento, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 568, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piripá, Estado da Bahia. O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Valdir Raupp e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 191, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ARARANGUÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina. O relator designado é o Senador Sérgio Petecão que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Valdir Raupp e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 142, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COQUEIRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coqueiros do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 192, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MAMPITUBA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mampituba, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Vital do Rêgo que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 149, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA AMIGOS DE CÓRREGO DO OURO - ARACOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 154, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório favorável. Em 05/11/2013, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 156, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CAMPONESA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro das Missões, Estado do Rio Grande do Sul." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do

relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 171, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAMPINA DAS MISSÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Anibal Diniz que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 133, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOMPROGRESSENSE DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Progresso, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Benedito de Lira que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 108, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA VIAMONENSE DO BAIRRO COHAB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 118, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM ESPÍRITO SANTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 172, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARQUE RIO SÃO LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juquitiba, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador João Alberto Souza que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 170, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANTA CRUZ AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador José Agripino que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 127, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ACMMJ - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E MORADORAS DE JABORANDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaborandi, Estado da Bahia." A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão apro-

va o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 555, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA MONTE ALTERNATIVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanquinho, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 138, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PROGRESSO DISTRITO DO BEZERRA - APDB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 131, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CANDIOTENSE DE INCENTIVO À ARTE E À CULTURA - ACIAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 137, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Souza que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 125, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÕES DE SANTANA DO LIVRAMENTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 195, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE NOVA MAMORÉ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Mamoré, Estado de Rondônia." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 185, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV SANTA MARIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na Cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 129, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência

e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEDRABONITENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Bonita, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 144, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMOR VERDADEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Divino, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório favorável. Em 01/10/2013, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Eduardo Lopes, Flexa Ribeiro e Valdir Raupp requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos e Projeto com o que todos concordam. **Item 35: Requerimento n.º 40, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Lopes, que "Em aditamento ao Requerimento RCT no 39/2013, aprovado em 5 de novembro, e nos termos regimentais, requeiro a inclusão de expositor para a Audiência Pública para debater as consequências da destinação da faixa de 700 MHz, no Brasil, atualmente ocupada pela TV Aberta, para serviços de banda larga móvel - 4G, com emissão de convite ao senhor ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE, Engenheiro de Comunicações da Associação Brasileira de Rádio e Televisão - ABRATEL." O requerimento é aprovado. **Item 36: Projeto de Lei do Senado n.º 626, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências." O relator designado é o Senador Ivo Cassol que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda de Plenário nº 1, na forma de Subemenda que apresenta. Após a leitura do relatório, é concedida Vista Coletiva, pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 37: Requerimento n.º 41, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Lobão Filho e Valdir Raupp, que "Em aditamento ao Requerimento RCT n.º 39/2013, aprovado em 05 de novembro e nos termos regimentais, requeiro a inclusão de expositor para a Audiência Pública para debater as consequências da alocação da banda de frequência em 700 Mhz, atualmente ocupada pela TV aberta, com emissão de convite ao senhor Antonio Santos Guerra, Comandante do Centro de Combate a guerra Eletrônico do Exército." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às quatorze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de novembro de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

O item 1, o Senador Lobão está a caminho.

O item 2 já foi lido. Vamos colocar todas as rádios em votação. Já foram lidas, não é?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Com a palavra, Senador.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Eu gostaria de, com a compreensão e a colaboração dos pares, colocar como extrapauta um requerimento, no qual peço a inclusão de um expositor em uma audiência pública que foi aprovada aqui no dia 5 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Em votação o Requerimento nº 40, do Senador Eduardo Lopes.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Só um minutinho, Senador Ivo Cassol.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento do Senador Eduardo Lopes, extrapauta.

Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Só a título de sugestão: como nós, Senadores, temos compromisso, e a maioria dos projetos já foram lidos, a sugestão que damos é que V. Exª abra a votação enquanto os outros Senadores chegam aqui, para concluirmos depois.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Já deu quórum.

Em votação o item 2, o PLS nº 250, de 2011. O projeto foi lido na reunião do dia 1º de outubro de 2013.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Osvaldo Sobrinho?

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Agora, os PDS, do item 3 ao 34.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Voto com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Osvaldo Sobrinho?

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – No item 2, o Senador Flexa Ribeiro é o autor; será considerado o seu voto como autor.

Estão aprovados, então, todos: o Item 2 e os Itens 3 ao 34.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 183, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES DA COMUNIDADE UNIÃO DO RIO PRETO DA EVA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Preto da Eva, Estado do Amazonas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento (Substituído por Ad Hoc)
Relatoria Ad H*oc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 194, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA MONTEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Itarema, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Cícero Lucena (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 112, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE CRUZ MACHADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz Machado, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Eduardo Amorim (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 135, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CURIONÓPOLIS - ARCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curionópolis, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 153, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO CRISTÃ EDUCATIVA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Gim (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 139, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E DE RADIODIFUSÃO DE SERTÃO SANTANA – ACORASERTÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertão Santana, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador João Alberto Souza (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 160, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PRÓ-RÁDIO COMUNITÁRIA CIDADANIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 180, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à TELEVISÃO COSTA BRANCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 141, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SEABRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seabra, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 568, de 2012
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piripá, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Valdir Raupp

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 191, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ARARANGUÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Valdir Raupp

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 142, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COQUEIRENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coqueiros do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Valdir Raupp

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 192, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MAMPITUBA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mampituba, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Vital do Rêgo (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 149, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA AMIGOS DE CÓRREGO DO OURO - ARACOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Zeze Perrella (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 154, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Zeze Perrella (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 156, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CAMPONESA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senadora Angela Portela

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 171, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAMPINA DAS MISSÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 133, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BOMPROGRESSENSE DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Progresso, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 108, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA VIAMONENSE DO BAIRRO COHAB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Eduardo Amorim (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 118, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM ESPÍRITO SANTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 172, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARQUE RIO SÃO LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juquitiba, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador João Alberto Souza (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 170, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANTA CRUZ AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 127, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ACMMJ - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E MORADORAS DE JABORANDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaborandi, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 555, de 2012
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA MONTE ALTERNATIVAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tanquinho, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 138, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO PROGRESSO DISTRITO DO BEZERRA - APDB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

ITEM 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 131, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CANDIOTENSE DE INCENTIVO À ARTE E À CULTURA - ACIAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 137, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à DIGITAL RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Sérgio Souza (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 125, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÕES DE SANTANA DO LIVRAMENTO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 195, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE NOVA MAMORÉ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Mamoré, Estado de Rondônia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela Aprovação
Relatoria: Senador Valdir Raupp (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 185, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV SANTA MARIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na Cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Walter Pinheiro

ITEM 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 129, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PEDRABONITENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Bonita, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Zeze Perrella (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro

ITEM 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 144, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMOR VERDADEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Divino, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Zeze Perrella (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, eu queria pedir a V. Exª, ouvido o Plenário, se nós poderíamos colocar extrapauta o Projeto nº 626, de minha autoria, que já estava na pauta e...

(*Intervenção fora do microfone.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Mas não podemos colocar extrapauta agora? Temos quórum para isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – O Relator é o Senador Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – É regimental? *(Pausa.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Esse projeto já foi aprovado, Senador Zeze Perrela, nas comissões; inclusive é terminativo na Comissão de Meio Ambiente; foi aprovado, foi a plenário; em plenário, o Senador Cristovam Buarque encaminhou uma emenda, e aí ele teve que ser passado novamente nas comissões, e começa por esta. Não é terminativo aqui.

Nós poderíamos fazer a leitura e a aprovação, para dar sequência a ele.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Olha, se não houver objeção de nenhum dos senhores, por mim...

Há objeção, Walter? (*Pausa.)*

Há objeção do Senador Walter Pinheiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Há objeção do Senador Walter?

Senador Walter Pinheiro, esse projeto – eu estava explicando, há pouco, para o Senador Zeze Perrela – já tramitou nas comissões e foi aprovado. É um projeto que autoriza a recuperação de áreas, plantio de espécies em áreas já antropizadas, degradadas. O projeto já tramitou, foi aprovado em várias comissões, terminativamente na Comissão de Meio Ambiente. Ele ia para a Câmara...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – O voto do Relator é favorável.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – ... e, lá no plenário, o Senador Cristovam Buarque apresentou uma emenda, dando uma data para definir – área antropizada até esta data – e, em função disso, está novamente tramitando nas comissões. Essa é a primeira delas. Ainda vale para mais duas, terminativamente na de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como não é terminativo, Senador Walter, eu não tenho objeção. Agora, se nenhum dos Senadores...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Eu não conheço o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – É tão complicado o quórum aqui. Por isso, eu não tenho objeção, como Presidente. Se nenhum dos senhores se opõe...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Esse projeto estava na pauta. Senador Walter, esse projeto estava na pauta nas três semanas anteriores. Não sei por que o tiraram da pauta de hoje.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Concedo a palavra ao Senador Osvaldo Sobrinho.

O SR. PRESIDENTE (Osvaldo Sobrinho. Bloco União e Força/PTB - MT) – Eu vejo da seguinte forma: se o projeto já recebeu parecer positivo desta Comissão e é de importância ao que o defensor da matéria o faz, não vejo por que não incluí-lo na pauta, pois é tão difícil reunir aqui todo mundo de uma vez só. O Senador merece nossa confiança; ele jamais traria alguma coisa aqui que fosse impeditivo para todos nós. Portanto, eu sou a favor que coloque em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – É o que estou dizendo. Nós estamos aqui com o autor do projeto e com a relatoria favorável. O projeto não é terminativo. É a minha opinião, óbvio.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não entendo bem, não tive oportunidade de estudar o projeto.

Como é que você tipifica área degradada? É área antropizada, já aberta, ou área degradada? Área degradada é uma coisa; área antropizada é outra.

E está surgindo agora também – eu queria aqui fazer uma consulta ao Senador Flexa Ribeiro, Senador Ivo Cassol – um produto, que é a batata, uma batata modificada pela Embrapa, que dá duas, três vezes mais produção de álcool do que a cana-de-açúcar e não tem restrição ambiental, até porque o subproduto da batata é muito maior, porque dá o farelo, dá a ração, dá uma série de subprodutos, mais do que a cana-de-açúcar, e não tem nenhum impedimento. Já perguntei ao Ministério do Meio Ambiente, e não há impedimento algum para se plantar a batata, e a mesma terra que dá a cana dá a batata.

Então, faço aqui esse questionamento, para a gente fazer um estudo. Por isso, eu acho que deveria haver um tempo maior para se fazer o estudo sobre esse projeto.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Sr. Presidente, pela ordem, só para concluir.

Na realidade, esse projeto do Senador Flexa Ribeiro vem só substituir área já degradada, desmatada, área que está em capim, e que pode também ser utilizada para o plantio de cana. Mas a sugestão do Senador Valdir Raupp, com a nova tecnologia de produção de batata, com o aumento de produção do álcool, do etanol, que seria produzido derivado da batata, é ótima.

Então, nós precisamos ter várias alternativas e deixar o livre comércio; que procurem aquilo que for mais favorável. Por exemplo, lá em Rondônia, em São Felipe, Santa Luzia, tem uma usina de álcool; quer dizer, ele precisa de mais área para poder atender a demanda que tem lá. Nós temos, em Cerejeiras, um projeto aprovado que também precisa ser utilizado.

Então, não é para desmatamentos novos – de maneira nenhuma! É para aproveitar em áreas já desmatadas, já derrubadas; que possa haver alternância naquilo que é de interesse daquela região. Só isso.

Há um outro projeto na divisa de Rondônia, lá na Ponta do Abunã também; há um grupo do Acre que está colocando lá, tem um projeto aprovado de uma usina de álcool, da época em que fui governador; e

mais a sugestão que vem agora da batata. Com certeza, isso vem beneficiar uma alternância, uma alternativa não só da soja, mas com a batata, com a cana, com tudo, na região.

Por isso, sou favorável, não tenho nada contra esse projeto.

E a sugestão do Senador Cristovam, com tempo, com prazo: acho que, quando você vai plantar, você tem uma propriedade, se você coloca capim, ou se você coloca mandioca, ou se você coloca arroz, ou você coloca soja, ou você coloca cana, isso não faz diferença. O que importa é que aquilo dá rentabilidade e resultado para o produtor.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu queria apenas dar uma sugestão: poderíamos ler o projeto e pedir vista coletiva, para que o Senador possa se inteirar melhor e votar na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Alguém quer manifestar-se?

Senador Flexa, sobre a sugestão do Senador Valdir Raupp.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Senador Zeze Perrela, é melhor do que nada. Eu gostaria que a gente pudesse andar com o projeto para outra comissão, pois, saindo daqui, ainda vai à CAE, à CDR, à CRA e, terminativamente, à Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vamos votar o projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Ainda vai a quatro comissões, fora a CAE.

Então, se a gente pudesse, Senador Raupp, a gente pode discutir o mérito...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vamos ler o projeto, então, e votamos na próxima reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Nós votamos! E a gente pode ter a discussão numa comissão à frente. Eu só quero que ande o projeto, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – O.k., se todos concordarem, então, incluímos na próxima reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Não, mas por que nós não o fazemos agora?

(Tumulto no recinto.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Não, eles estão propondo, Presidente, votar aqui, porque ainda vai ter de passar em outras comissões...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Em quatro comissões.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Votar agora?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sim, votaríamos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – O.k.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – O meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Se todos concordarem.

(*Intervenção fora do microfone.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Walter, nós temos quatro comissões após esta. Esse projeto já tramitou.

O que está acontecendo, Senador Perrella, é embargo de gaveta. Eu lamento isso, mas não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Votamos agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – O projeto não traz nada a mais do que permitir o plantio de cana em áreas já alteradas: onde tem capim, planta cana; aí é proibido, mas pode plantar soja, que não é proibido; pode plantar milho, não é proibido. Então, qual é a lógica disso?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Isso é coisa desses ambientalistas...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB – MA. *Fora do microfone.)* –...Paraíba, do Cícero Lucena para... *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Isso é coisa de ambientalista, que adora árvores, desde que não dê frutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – É isso. É isso. É isso.

Então, eu gostaria só que o projeto pudesse ser votado e fosse encaminhado para outra comissão. São mais quatro, para voltar ao estágio em que ele já esteve: aprovado.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Seguindo a ordem.... (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vamos, então, para o do Senador Lobão, que é o item 1, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, de 2013
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer condições e restrições à adoção de Termo de Ajustamento de Conduta como instrumento conciliatório nos casos de infração à legislação e às demais normas apli-

cáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Lobão Filho

Concedo a palavra ao Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sr. Presidente – boa tarde, nobres colegas Senadores –, o parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia sobre o Projeto de lei do Senado nº 141, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 9.472, para estabelecer condições e restrições à adoção de Termo de Ajustamento de Conduta – os famosos TACs – como instrumento conciliatório nos casos de infração à legislação e às demais normas aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações.

Relatório.

Submete-se à apreciação desta Comissão o projeto de lei do Senado do Senador Vital do Rêgo, que pretende alterar esta lei.

Com tal propósito, o PLS nº 141, de 2013, altera o art. 175 da LGT para contemplar a possibilidade de a prestadora comprometer-se, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a reparar uma irregularidade antes de ser sancionada pelo órgão regulador.

Análise.

Registre-se, preliminarmente, que a matéria inscreve-se no rol de competências da CCT.

O projeto parece dar um equilíbrio adequado e, sobretudo, legitimidade para que a agência reguladora, que já se manifestou favoravelmente em relação à utilização desse instrumento no lugar da simples sanção pecuniária, possa negociar com as prestadoras soluções efetivas e justas para os problemas detectados durante as fiscalizações.

Na consulta pública que conduziu sobre esse tema entre março e maio de 2013, a Anatel deixou de estabelecer alguns incentivos e restrições necessários para que o TAC seja tratado seriamente pelas empresas e percebido como uma boa solução pelos órgãos de defesa do consumidor.

Sua principal diferença em relação à minuta submetida à consulta pública refere-se à imposição de compromissos adicionais, a critério da Anatel, no contexto da negociação. Ora, se a agência entende que o TAC deve substituir o pagamento de multas, seria um desincentivo às prestadoras ter de arcar com investimentos adicionais àqueles necessários para resolver a irregularidade apontada.

Nesse sentido, o PLS nº 141, de 2013, propõe que as empresas sejam dispensadas desses compromissos adicionais quando se comprometerem, em curto prazo, a ajustar a conduta considerada irregular. A ideia é que elas tenham tempo para argumentar e se defender no processo administrativo instaurado para apurar a suposta irregularidade e, ao se convencerem da posição da agência, declarem formalmente, antes de proferida a decisão de primeira instância, o interesse pelo TAC. Nessas situações, compromissos adicionais seriam afastados da negociação.

Sr. Presidente, por fim, é preciso considerar os ganhos em legitimidade dessa abordagem se o Congresso Nacional vier a ratificá-la.

Portanto, ante o exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2013.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o relatório do Senador Lobão Filho.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Extrapauta.

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 626, de 2011

Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Ivo Cassol

Explicação: dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais, situados na Amazônia Legal, e estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico da região. Autoriza, no art. 2º, o plantio de cana-de-açúcar em áreas alteradas e nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais, situados na Amazônia Legal, observado o Código Florestal Brasileiro.

Prevê, no art. 3º, as diretrizes para a expansão sustentável dos mencionados biomas:

1º. proteção ao meio ambiente;

2º. a conservação da biodiversidade;

3º. a utilização racional dos recursos naturais;

4º. o uso da tecnologia apropriada para a produção em áreas alteradas e nos cerrados e campos gerais;

5º. o respeito à função social da propriedade;

6º. a promoção do desenvolvimento econômico e social da região;

8º. valorização do etanol como *commodity* energética;

9º. o respeito ao trabalhador;

10º. respeito à livre concorrência;

11º. o respeito à segurança alimentar e à nutrição adequada como direitos fundamentais do ser humano;

12º. a ocupação prioritária de áreas degradadas ou de pastagem;

Prevê, nos arts. 4º e 5º, os objetivos que pautam o plantio de cana-de-açúcar em áreas alteradas e nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais, situados na Amazônia Legal, e que, para o atendimento no disposto na lei, regulamento estabelecerá as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização da cana-de-açúcar, açúcar, etanol, demais biocombustíveis e outros produtos derivados da cana-de-açúcar nas mencionadas regiões.

Assunto: agricultura, pecuária e abastecimento econômico.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, o nosso Presidente já explanou amplamente a viabilidade e a necessidade do projeto. Ao mesmo tempo, o plantio da cana-de-açúcar foi restringido pelo Decreto nº 6.961, de 2009, resultando em prejuízo, pois a expansão do plantio de cana nas áreas desmatadas e de Campos e Cerrados da Amazônia é de importância estratégica para a Região Norte e para o Brasil tanto do ponto de vista econômico como socioambiental.

Sr. Presidente, este projeto do Senador Flexa Ribeiro... A cana-de-açúcar – e me desculpe a expressão quem fez o decreto, quem assinou o decreto, quem sugeriu esse decreto – tem a capacidade, no plantio, de deter raízes e de, ao mesmo tempo, evitar erosões. Portanto, vem facilitar as erosões que existem na Região Amazônica...

Essa oportunidade que nós abrimos nesta Casa é para poder alternar. Um exemplo disso: nós temos uma usina de etanol no Município de Santa Luzia, da nossa cidade de Rolim de Moura, próximo a São Felipe. Precisamos aumentar o plantio. Se é preciso aumentar o plantio da cana para atender à demanda, não se está derrubando, não se está desmatando, não se está fazendo nada a mais. Fica como oportunidade de negócio para o produtor rural aquilo que for mais viável.

Nós temos, no Município de Cerejeiras, um projeto pronto, aprovado, para poder também produzir álcool naquela região. E, ao mesmo tempo em que vem ao encontro das exigências do próprio Governo Federal, de ter um percentual de etanol dentro do petróleo, dentro do combustível, é importante a Região Amazônica produzir pelo menos essa matéria-prima, esse produto, para complementar a mistura que é concluída no petróleo.

Se você pegar o etanol para trazer aqui do Centro-Oeste, de São Paulo ou do Nordeste para levar para Rondônia seria, na verdade, desprezar e pagar um frete desnecessário, porque as nossas BRs atualmente estão com problemas em vários locais.

Portanto, eu sou favorável a esse projeto. Esse projeto tem o meu voto favorável, porque abre oportunidade de se alternar. Cada um alterna como quiser.

A sugestão do Senador Raupp é de uma nova tecnologia da Embrapa, que é a batata, para produzir mais etanol. Bom para nós termos outras oportunidades. E os nossos produtores não vão ficar só com o feijão e o arroz; podem aproveitar outras alternativas, conforme o que for mais viável e rentável para eles. Com isso, não vamos represar o desenvolvimento e o progresso da região.

"Mas e a cana-de-açúcar?". Sim, mas a cana-de-açúcar vai desmatar? Não. "Vai haver novas derrubadas?" Não. Vamos aproveitar o que já está feito pelo homem.

Então, meu voto é favorável. Deixo aqui registrado que este projeto é importante para o Brasil; não apenas para nós, da Região Norte.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Esse é um projeto polêmico, conflitante com o Código Florestal, que nós aprovamos há pouco tempo no Senado Federal e na Câmara, e eu gostaria de pedir vista dele para que possamos analisá-lo melhor.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – O Senador que pediu vista não participou da discussão anterior, do acordo que houve. Eu pediria que ele fosse informado sobre o acordo que houve. Pode ser que ele compreenda e deixe o processo seguir em frente.

Senador, se me permite, havia sido pedida vista, e o apelo do Senador Flexa é no sentido de que aqui o projeto não é terminativo. Ele ainda vai passar por quatro comissões para ser discutido. Consequentemente, nós teríamos uma melhor oportunidade de discuti-lo nas demais comissões.

Esse foi o acordo feito com os Senadores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – O Senador Anibal Diniz quer se manifestar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu mantenho o pedido de vista, porque o projeto inteiro só passa normalmente pela CAE.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria. PSDB – PB) – Coletiva, Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Não, não. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB - PA) – Senador Anibal, o projeto vai à CAE, à CDR, à CRA e à CMA terminativamente. Ele passa por quatro comissões antes de ir ao plenário.

Ele já esteve no plenário, foi aprovado em todas as comissões – eu expliquei... V. Exª não tinha chegado ainda. Eu dei as explicações. Ele tramitou em todas as comissões, foi aprovado terminativamente na Comissão de Meio Ambiente e foi a plenário.

No plenário, o Senador Cristovam Buarque fez uma emenda temporal, dizendo que seriam áreas degradadas somente até 2010, se não me engano. Em função disso, o projeto teve de tramitar de novo em todas essas comissões, uma a uma. Esta é a primeira.

Então, se V. Exª tem alguma dúvida a sanar em relação a isso, o projeto não tem nada a ver com o Código Florestal. O projeto não vai de encontro ao Código Florestal; o projeto vai de encontro a um decreto da Presidência da República que estabeleceu o zoneamento econômico e ecológico da cana-de-açúcar. E esse decreto deixou de fora a nossa Amazônia; nem estudou a Amazônia.

Então, nós queremos recolocar a Amazônia com a possibilidade de ter o plantio da cana-de-açúcar. V. Exª, como é da Amazônia, tem que ajudar a fazer o projeto tramitar.

Agora mesmo, o Senador Valdir Raupp disse que a Embrapa desenvolveu uma tecnologia para extrair etanol da batata. Batata pode ser plantada – não está proibido –, milho pode ser plantado, soja pode ser plantada; só não se pode plantar cana.

Então, gostaria de pedir a V. Exª, Senador Anibal, que deixe o projeto tramitar aqui e, na próxima comissão, que será a CAE, ou na CDR ou em qualquer uma das quatro próximas por onde o projeto irá tramitar, V. Exª poderá sanar as suas dúvidas sobre o projeto, que é bastante simples, inclusive.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, ainda que a gente retire o pedido de vista desta Comissão, o projeto continua polêmico, porque, quando falamos do plantio de cana-de-açúcar, estamos falando de grandes extensões territoriais que serão ocupadas. E, para se falar em plantio de cana-de-açúcar na Amazônia, nós temos que falar também de um zoneamento econômico, ecológico, que permita um estudo aprofundado sobre que áreas seriam apropriadas para determinado tipo de cultivo. Então, vamos precisar de um estudo muito aprofundado, de muito mais tempo.

Por isso, mantenho o pedido de vista.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Concedido o pedido de vista coletiva.

Requerimento do Senador Valdir Raupp, extrapauta.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 41, de 2013

Em aditamento ao Requerimento RCT n.º 39/2013, aprovado em 05 de novembro e nos termos regimentais, requeiro a inclusão de expositor para a Audiência Pública para debater as consequências da alocação da banda de frequência em 700 MHz, atualmente ocupada pela TV aberta, com emissão de convite ao senhor Antonio Santos Guerra, Comandante do Centro de Combate a guerra Eletrônico do Exército

Autoria: *Senador Valdir Raupp*

Está em votação o requerimento do Senador Valdir Raupp.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A gente está com muita dificuldade de quórum nas nossas reuniões de terça-feira. Como hoje houve um quórum interessante, pergunto aos Srs. Senadores sobre a conveniência de mantermos esse horário de quarta-feira para as nossas reuniões. Vocês acham que é interessante ou é complicado? Às 14h.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Podemos tentar. Se não der certo, a gente volta, não é? Nós não estamos presos a horário, não é, Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Qualquer coisa chama um Senador...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Chama o Mário Couto.

Então, fica assim: quarta-feira às 14h.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Pelo menos para mim, não é interessante, porque o dia que eu tenho para atender o Diretório Nacional do PMDB, as audiências e até mesmo as reuniões executivas é sempre às quartas-feiras. Ou terças ou quartas-feiras, das 14h até as 16h, até a Ordem do Dia do Senado.

Para mim, esse horário de 14h a 16h horas é...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Mas a Ordem do Dia é às 16h.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sim, mas esse horário de 14h a 16h é o que eu tenho para marcar reuniões da Executiva, para discutir as questões do Partido. Eu não estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Mude para terça, Senador Valdir Raupp, porque a sua presença é indispensável.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Vou fazer o mesmo esforço que tenho feito sempre.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Aqui nós vivemos de esforço, infelizmente, porque o tempo é tão complicado.

Então, não havendo mais o que tratar, está encerrada a reunião. Obrigado a todos pelo quórum.

(Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 47 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2013

Às oito horas e vinte e cinco minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lobão Filho, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Gim, Eduardo Amorim, Rodrigo Rollemberg, Lídice da Mata, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Osvaldo Sobrinho. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão e Alfredo Nascimento. Justifica a ausência o Senhor Senador João Capiberibe. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos **Requerimentos n.os 39, 40 e 41, de 2013-CCT**, de autoria dos Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Lopes, Walter Pinheiro, Valdir Raupp e Lobão Filho, que requerem, "Nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, III e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, incisos II, III e V, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de debater as consequências da destinação da faixa de 700 MHz, no Brasil, atualmente ocupada pela TV Aberta, para Serviços de Banda Larga Móvel-4G.". Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Excelentíssimos Senhores Jarbas José Valente, Presidente Substituto do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Antonino dos Santos Guerra, General de Divisão e Comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército Brasileiro – CCOMGEX; a Senhora Patrícia Ávila, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; e os Senhores Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Olímpio José Franco, Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão – SET; André Felipe Seixas Trindade, Engenheiro de Comunicações da Associação Brasileira de Rádio e Televisão – ABRATEL; e Fernando Ferreira, Representante da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA. Findas as apresentações pelos expositores, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usa da palavra o Senhor Senador Aloysio Nunes Ferreira. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e quatorze minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavre a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador** Lobão Filho, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária

da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de novembro de 2013.

Antes de iniciarmos os trabalhos da nossa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federa*l, juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados desta Presidência.

O Senador João Capiberibe, membro desta Comissão, comunica que estará ausente das atividades da CCT durante o período de 16 a 25 de novembro, em virtude de viagem em missão oficial, participando da conferência COP 19 em Varsóvia, Polônia.

Iniciando os trabalhos da nossa reunião, informamos que esta audiência pública é realizada em atendimento aos Requerimentos nºs 39, 40 e 41, todos de 2013, de autoria dos Exmºs Srs. Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Lopes, Walter Pinheiro, Lobão Filho e Valdir Raupp, aprovados por esta Comissão.

Destina-se a mesma a debater sobre as consequências da destinação da faixa de 700MHz no Brasil, atualmente ocupada pela TV aberta, para serviços de banda larga móvel 4G.

Para composição desta audiência pública, convidamos, de forma honrosa, o Exmº Sr. Jarbas Valente, Presidente Substituto do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Srª Patrícia Ávila, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; Sr. Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) ; Sr. André Felipe Seixas Trindade, Engenheiro de Comunicações da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel); Sr. Fernando Ferreira, representante da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), e o Exmº Sr. Antonino dos Santos Guerra, General de Divisão do Exército Brasileiro e Comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército.

Oportunamente, informamos que esta reunião contará com a utilização dos serviços de interatividade do Senado Federal, que permitem aos cidadãos encaminharem perguntas e comentários destinados aos nossos convidados, bem como a presença desta audiência pública na TV Senado para todo o Brasil.

Comunico ainda que o Sr. Olímpio José Franco, Presidente da SET, irá se atrasar por alguns momentos para chegar a esta audiência.

Qualquer cidadão pode acessar o portal e-Cidadania por meio do endereço www.senado.leg.br/ecidadania. Lá, é possível acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião, bem como, por meio do mural do cidadão, enviar seu comentário ou pergunta.

As perguntas também podem ser apresentadas pelo telefone do Alô Senado, 0800-612211.

Os comentários e perguntas sofrerão uma triagem, conforme definido nos termos do uso do portal, não com base na qualidade do comentário ou no mérito da pergunta, mas sim quanto ao cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do debate.

Cada Senador ou Senadora e o próprio cidadão poderão acessar os comentários e perguntas na página do portal e-Cidadania.

Torna-se ainda mais dinâmica a participação popular na atividade legislativa e no debate parlamentar, incentivando o engajamento dos cidadãos na formulação das políticas públicas do nosso País.

Feitas as apresentações e destaques, é importante ressaltarmos que o tema desta audiência pública já foi objeto de outro debate pela CCT no mês de julho passado. E esta nova rodada de discussões denota justamente a importância do tema e também, parece-nos, não ter sido esgotado o assunto.

A iniciativa do Senador Aloysio Nunes, aqui presente, é de grande valia, inclusive a partir do apoio de outros Senadores que solicitaram a inclusão de novos convidados, ampliando, assim, o espectro desta discussão.

Na oportunidade da audiência anterior, as partes puderam expor suas posições e dados e a destinação da faixa de 700MHz para telefonia móvel, que nos parecia já ser uma questão definida, foi confirmada pela Anatel com a publicação, no último dia 13, da Resolução nº 625, de 2013.

Temos como ponto central desta nova audiência pública exatamente o desdobramento dessa questão e as consequências para o serviço de radiodifusão e tevê aberta.

O leilão para a faixa de 700MHz está previsto para abril de 2014, e espera esta Comissão que até lá todos os pontos ainda em aberto sejam satisfatoriamente solucionados, de forma que possamos ampliar ainda mais a utilização da telefonia de quarta geração, já em uso hoje na faixa de 2,5GHz. Segundo as notícias veiculadas pela imprensa, os resultados da qualidade dos serviços de quarta geração nessa faixa ainda deixam a desejar, mas será oportuna a presença da Anatel para que também nos esclareça sobre os testes e verificações realizados.

Feita esta apresentação inicial, abriremos o bloco de exposição pelos convidados, cada um com o tempo inicial de 15 minutos, ao que pedimos especial atenção em virtude do grande número de convidados.

Antes disso, indago aos Senadores autores do requerimento, especialmente ao Senador Aloysio Nunes, se desejam se manifestar ou encaminhar alguma questão prévia à participação dos convidados.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, senhores convidados, bom dia!

Penso que a questão central e que é novidade em relação à audiência pública anterior é exatamente essa que o Senador Lobão Filho mencionou, a avaliação sobre o estado das artes do ocorrido depois da última audiência pública, especialmente o resultado dos testes, se há algum resultado, sobre a possibilidade ou não de interferência no serviço de radiodifusão como consequência da utilização dessa faixa pelo serviço de telefonia.

É exatamente isto: saber se esses testes, esses estudos indicam a necessidade de investimentos para evitar interferências e por conta de quem correrão esses investimentos, se isso influirá ou não no edital da licitação dessa faixa de 700MHz. Trata-se de atualização das informações que já foram prestadas a esta Comissão. É esse o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senador.

Dando prosseguimento, iniciaremos pelo General de Divisão, Dr. Antonino dos Santos Guerra, Comandante do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército Brasileiro.

Com a palavra, o digníssimo General Antonino.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA – Senhores, bom dia! Exmo Senador Lobão Filho, Exmo Senador Aloysio Nunes Ferreira, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes.

Farei um bom aproveitamento do meu tempo de 15 minutos, embora eu goste de falar muito mais do que isso.

Algumas considerações iniciais sobre o espectro como patrimônio da sociedade. Isso está bem traduzido pela maneira como a Anatel tem conduzido esse assunto e também pelo interesse até mesmo desta Casa. Então, é um assunto amplamente debatido e não definido a portas fechadas e imposto à sociedade. Vejo com muito bons olhos a maneira como tem sido feito.

Outra consideração é que os órgãos públicos, que também demandam necessidades nesta faixa, são mais lentos na produção de soluções alternativas, quando comparados a empresas privadas. Então, merecem atenção de forma particular para serem atendidos.

Se o setor público, com demandas menores que o privado, não for atendido, ele terá que suportar custos maiores para operar em outra faixa do espectro, caso não seja contemplado nessa faixa, hoje, de 700MHz. Então, seria muito mais oneroso para os órgãos públicos se adaptarem a outra faixa destinada para isso, o que vai ocorrer em algum instante.

A necessidade de operar 4G é urgente para o setor da segurança. A solicitação que eu traduzi em nome de vários órgãos, embora eu não fosse procurador de nenhum, era de 20MHz, 10 mais 10, para operar o sistema 4G. Nossa estimativa é de que, ainda que contemplados inicialmente com 10, em alguns anos nós estaremos congestionando a faixa destinada.

O modelo de operação que nós estamos propondo é incluir todos os serviços de defesa, segurança e fiscalização operando em regime de condomínio. Então, hoje, por exemplo, na faixa digital, na tecnologia digital, todos os órgãos públicos – Defesa, Polícia Militar, Receita – têm a sua solução, mas é uma parafernália de equipamentos que atrapalha até mesmo o espectro, que provoca até desperdício de dinheiro público, que não tem inteira operabilidade. Então, a proposta é que seja destinada uma faixa para todos esses serviços de Estado. E eu vou apresentar, depois, as vantagens que isso pode trazer para o Brasil.

A situação atual já está nesse caminho. Nessa resolução, foi destinada para a segurança pública, defesa nacional e infraestrutura. É de todo mundo e não é de ninguém, enquanto não se acertar agora. Eu achei ótimo. Então, ou se resolve essa questão reunindo os órgãos públicos e se cria a legislação adequada agora, para fazer o investimento, ou não se ocupa a faixa, diferentemente dos procedimentos antigos, em que os órgãos solicitavam diretamente à Anatel e recebiam sua faixa lá e iam ocupando. No final, todo mundo tem pouco espectro, mas, somando tudo, tem muito, em relação a outro modelo que pode ser viável.

Vamos falar um pouco da visão do Exército sobre a necessidade de disponibilizar a faixa.

Primeiro, o uso da faixa de 700MHz, que é um dividendo digital, propiciará maior cobertura, maior velocidade e melhor qualidade para acesso às aplicações de Internet, atingindo um mercado potencial de 100 milhões de usuários com acesso em alta velocidade.

Acessos móveis até 10Mbps. Surgirão novas oportunidades para diversos tipos de equipamentos, inclusive para o que nós temos interesse aqui, para segurança, que são os rádios.

A abertura da frequência de 700MHz para telefonia móvel pode gerar quase R$11 bilhões para o País, além de 4,3 milhões de empregos diretos e indiretos.

Há uma afirmação, que não é recente, do Sebastián Cabello, Diretor da GSMA para a América Latina. Ele diz que a faixa de 700MHz é fundamental para a universalização do acesso e resultará em ganhos expressivos para o País tanto no campo das

telecomunicações, já que sediará a Copa do Mundo daqui a três anos – isto foi dito há três anos; a Copa do Mundo será daqui a seis meses –, quanto no âmbito político: "O Brasil está ficando para trás, abdicando do direito de exercer um papel de liderança nesse setor na América Latina". Isto foi afirmado pelo Diretor do GSMA há algum tempo.

Ainda que o debate público seja necessário, é preciso avançar nesse assunto. Esse assunto precisa ter o encaminhamento e o País precisa avançar no uso dessa tecnologia.

Aqui é um exemplo de como as coisas vão. Em 2005, com o Papa, nós temos um aparelho digital. Agora, em 2013, essa é a imagem. Então, precisa de banda. Não tem como. Cada um, hoje, é um demandante de dados, de imagem. Isso faz poucos anos. Então, é preciso disponibilizar a faixa. Tem que discutir o assunto, sim, mas é preciso avançar. Então, se cada um quer tirar uma foto, quer gravar seu vídeo, quer transmitir, precisamos de banda para a comunicação de dados.

Faixa de 700MHz. Cada faixa do espectro tem suas peculiaridades. Frequências mais baixas, como na região dos 700MHz, conduzem a maior cobertura de rádio no terreno, com menos estações rádio base, dão menor penetração frente a obstáculos, como as paredes de uma casa. A faixa de 450MHz, que é uma possibilidade, também tem essas qualidades acrescidas, mas requer, também, pelas leis da física, antenas de maior dimensão, abrigando menor número de usuários.

Então, aqui é o modelo. Isso explica bem. Na faixa de 750MHz, para ter certo alcance, eu preciso de duas ERBs. Se eu jogo mais para cima, questão de física, já na faixa de 2.500MHz, 2.100MHz, eu passo a ter cinco vezes mais estações rádio base.

Outra questão, que pode ser vista de forma mais ampla, já são as opções pelo mundo afora nessa tecnologia: 700MHz e aí vai. Então, a opção pela faixa de 700MHz já está se consolidando no mundo inteiro. A própria Diretora de Universalização do Ministério das Comunicações cita, já faz tempo, três vetores que contribuem para o sucesso nas definições do espectro para o futuro. Primeiro, a normatização internacional. Isso é importante. Não seguir a maioria custa mais. Fazer opções exclusivas vai impor ao País, depois, também, um serviço, uma área industrial exclusiva, e ele vai pagar mais caro por isso. É importante que a gente tenha essa visão. A novidade vai sair caro se a gente tiver que operar outra faixa.

Para os órgãos de segurança, o rádio é um dos melhores equipamentos para quem trabalha na segurança do cidadão, seja ele militar, das Forças Armadas, bombeiro ou policial. Ele é fundamental para a operação, para o controle das suas operações. É o único meio de comunicação que permite a coordenação das ações dos diversos órgãos a serviço da sociedade, livre de interferência e disponível nas situações mais críticas.

É importante afirmar isso porque já houve o estudo da possibilidade de a gente operar junto com os órgãos civis. Isso é impossível. É preciso uma faixa exclusiva que esteja disponível quando necessário, nas horas críticas. Não pode concorrer com o serviço privado, nem afirmando a possibilidade de prioridade. Os órgãos de segurança pública são abusivos. Quem vai estabelecer o nível de prioridade? Em que momento nós vamos suprimir o cidadão usando a rede privada para deixar operar a rede pública? Então, é inadequado misturar as duas questões.

Vantagens da rede 4G para a segurança. Capacidade de transmissão de dados: vídeo, dados e voz em tempo real, mobilidade, acesso às informações necessárias no local e momento adequados, respostas mais rápidas, decisões mais seguras, mais informações à disposição do Centro de Comando e Controle, que controla as operações.

Outra questão: organizações criminosas mais sofisticadas e mais perigosas hoje. É o que nós estamos vendo no País. Uso de redes sociais para organização de ações criminosas, *hackers* acessando dados sensíveis do Governo. Então, a comunicação de dados passa a ser tão crítica quanto voz.

Por que uma rede privada? Nós temos aqui uma citação da Maratona de Boston. Quando nós tivemos aquele atentado, de imediato, a rede privada de comunicações foi desligada porque os dispositivos foram acionados através desse meio. Quer dizer, se eu colocar o serviço público no mesmo sistema, na hora crítica vai ficar todo mundo sem rede. Temos aqui até uma afirmação recente do Ministro das Comunicações, na Copa das Confederações, que é o congestionamento, às vezes, em eventos, da rede privada. Na hora em que mais se precisa, vai-se concorrer. O Ministro das Comunicações, aqui, em Brasília, teve dificuldade para usar seu próprio telefone, por causa do congestionamento quando do evento da Copa das Confederações.

Cidades mais seguras trazem prosperidade. Dados e vídeos são o futuro da comunicação crítica para a defesa, segurança pública e serviços de infraestrutura do Estado. São essenciais para a eficácia do sistema de segurança do cidadão. A nossa necessidade é a de criar cidades mais seguras. Pesquisas comprovam que a condenação chega a 90% quando eu tenho, em vídeo, o registro do delito. Eu condeno o réu com uma estatística muito maior. Então, o 4G vai permitir que as ações sejam gravadas e sirvam até de prova no futuro para essa condenação.

Cada real investido em segurança retorna cinco reais no desenvolvimento econômico do País. E olhem o reflexo nos crimes de homicídio: em médio prazo e longo prazo, a população de uma cidade diminui em 70 pessoas a cada homicídio cometido. Então, nós temos que investir em tecnologia para a área de segurança pública, defesa e órgãos de fiscalização; precisamos avançar rapidamente nessa questão.

Voltando aqui à ideia do modelo solicitado pelo Exército e proposto pela Anatel na resolução, vejam um exemplo: todos já ouviram falar nas operações Ágata. Há operações que nós fazemos com 42 agências do Estado já, entre Polícias, Receita, Anatel e por aí vai, nas áreas de fronteira. É uma confusão! Ninguém fala com ninguém. Não há interoperabilidade. Não há investimento adequado para que se faça a coordenação eficaz das operações. Dá resultado? Sim; mas é aquém do que poderia ser pela falta de interoperabilidade, por falta de investimentos em comunicações.

O Exército Brasileiro já tem os seus sistemas em alguns Estados – não amplamente no Estado, mas principalmente na capital. Tivemos, agora, a oportunidade, na Copa das Confederações, de apresentar um sistema muito além do Exército Brasileiro, um sistema do Estado, que serviu à Infraero, Anvisa, Anac, SAC, Vigiagro, Receita Federal; enfim, a vários órgãos, que já foram ali buscar esse apoio para operar naquele período, mesmo que não seja ainda um sistema padronizado.

Esse é o digital hoje. E o que se pretende no futuro é isto: sinergia. Uma palavra bonita, mas, para sair do dicionário e acontecer no Estado brasileiro, demanda muito esforço.

Eu digo que é a "lei de murici: cada um para si". O cidadão paga toda a conta, mas cada um quer receber a sua parcela do orçamento e fazer o seu "sisteminha". Não há uma lei, hoje, que nos obrigue a uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Sr. General...

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA – Só mais um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vou lhe conceder mais que um minuto, mas eu queria aproveitar este aviso para pedir a V. Sª um favor. Eu participei da outra audiência pública, anterior a esta, em que V. Sª declinou, de forma muito bem explicada, o porquê de o Exército estar nesta discussão, o porquê de o Exército ter um Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica e o porquê de nós termos hoje, aqui, um general de três estrelas no meio de uma discussão que, teoricamente, para a população, não tem sentido. Contudo, aproveitando que nós estamos ao vivo pela TV Senado, com a audiência extraordinária que a nossa TV tem – na outra audiência pública nós não estávamos –, seria importante que V. Sª expusesse a todos os brasileiros qual o papel do Exército nessa discussão.

Então, eu vou conceder mais cinco minutos a V. Sª para que faça a inclusão desse tema também na sua exposição de hoje, apesar de já haver sido parte da sua explanação na audiência pública anterior.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – É trocar em miúdos, para o cidadão que nos ouve, qual a vantagem disso para a segurança pública, ou seja, para além da questão do Exército, qual a importância desse tema para a segurança pública e a defesa do Estado brasileiro e dos cidadãos brasileiros em geral.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA – O modelo que está sendo proposto, que serve, então, uma faixa de frequência a todos os órgãos de segurança vai permitir redução dos custos na infraestrutura de instalação dos sistemas. Então, de acordo com o estudo que nós fizemos, se se adotasse uma determinada tecnologia em Brasília, teríamos oito estações repetidoras, que poderiam cobrir o DF. Como não há uma definição de modelo, de solução, ao término do investimento agora para a Copa, nós teremos umas sessenta. É isso: infraestrutura!

O cidadão pagou toda essa conta, mas cada um montou o seu sistema sobre o outro. Várias coberturas em faixas de frequência diferentes, mas na mesma área. Não há interoperabilidade e há um desperdício de recursos.

A redução de custos na implantação poderá propiciar mais amplitude da rede. Se for feito investimento coletivo, amplia-se a rede, atendendo outras regiões. Todo mundo investe na mesma área, na mais importante, e ficam os redutos mais afastados sem cobertura de ninguém.

Redução dos custos de operação, de capacitação, da logística de manutenção.

Interoperabilidade é muito importante para a hora em que for preciso operar no mesmo cenário, para poder um órgão falar com o outro. Hoje tem de estar presente, perto, para saber o que um órgão está fazendo ou outro, pois não há interoperabilidade entre o sistema.

Possibilidade de criar potencial de nacionalização da produção. Hoje o Brasil é um grande investidor na área de tecnologia, nós estamos comprando muito. Há uma demanda reprimida de mais de 1 milhão de rádios para atender todos os órgãos, mas essa é a felicidade de todas as empresas estrangeiras no mundo, porque nós trabalhamos divididos e cada uma delas vende um pouquinho. Nós não criamos o volume necessário para gerar emprego e renda com sustentabilidade.

Há país que, em 1980, criou seu órgão regulador para tecnologia digital. Já se passaram mais de 30 anos e ainda não temos o padrão. Então, cada um compra um modelo. Eu tenho tanta liberdade de ação – o que chega a ser um absurdo! – que, se eu decidir mudar o modelo amanhã, eu posso, assim como qualquer outro órgão. Então, há uma boa legislação no que diz respeito ao uso privado e nenhuma para o setor público. Não há uma legislação como a e-Ping para a área de TI muito bem consolidada. Há uma liberdade de ação que, de fato, traz prejuízos.

O modelo de distribuição da Anatel começa a forçar isso. Vão ter de surgir acordos, e nós vamos gerar emprego e renda. Nós temos volume para gerar isso aqui e produção nacional, se ocorrer essa convergência tecnológica, solução: empregos de alto nível, de engenharia, de implantação de sistema e outros até mesmo em nível de fábrica.

Possibilidade de conteúdo nacional: no digital, fica mais difícil, mas, agora que se abre a questão do 4G, se a gente entrar certo, ela vai durar 30 anos até que inventem algo novo. Nós vamos conseguir ter produção nacional, o que eu acho ser fundamental.

Padronização há várias. Talvez nós até possamos devolver, no futuro, frequências para a Anatel, o que é um patrimônio importante para permitir melhor aproveitamento, menor poluição visual.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA – É uma pena! Já vou encerrar.

Eu já fiz testes aqui em Brasília. Estou testando há dois anos, com a concessão da Anatel, com cobertura muito boa no 4G, as possibilidades, casos de uso. Estamos usando há mais de ano a tecnologia, e a Anatel tem acompanhado os testes e nos ajudado. Então, traz benefícios fundamentais para a segurança, para que tenha eficácia na nossa atividade de segurança, no trabalho junto com a Polícia em algumas ocasiões.

Aqui são os pontos onde instalamos em Brasília.

São vários os benefícios do 4G e do modelo que nós estamos propondo para a área econômica, política, para a sociedade e também para a segurança pública, para área militar.

Agradeço o convite.

Sou um general de 40 anos de serviço, não ganho muito bem, mas custo muito para a Nação. Esta é a motivação de estar presente e lutando por essa questão: não é só ter o recurso público para aparelhar o Exército, mas ter o modelo diferente, que gere, além da questão técnica propiciada às Forças, também emprego e renda, e reter capital no Brasil. Isso vai gerar, possivelmente, uma melhor pauta de exportações no futuro. Então, esta é a motivação da nossa presença: a luta, há mais de ano, para obter uma faixa de frequência.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, General Guerra.

Passamos agora a palavra, sem prejuízo das indagações dos Ex^{mo}s Senadores presentes, ao Sr. Presidente Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Sr. Jarbas Valente.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Obrigado, Senador Lobão filho.

Sr^{a}s e Srs. Senadores, bom dia. Cumprimento o Senador Aloysio Nunes Ferreira, cumprimento os componentes da Mesa: General Antonino, Secretária Patrícia, colega Antonik, Fernando Ferreira, Olímpio, André.

Senhoras e senhores, é um prazer estar aqui, mais uma vez, para debater um assunto de tamanha importância.

O título da apresentação, sugerido pela Comissão, é Faixa 700MHz – As Consequências de sua Destinação para o Serviço Móvel Pessoal.

Preparamos uma apresentação um tanto rápida, apenas conceitual, apenas para facilitar o debate.

O dividendo digital surgiu no âmbito da União Internacional de Telecomunicações por ocasião da discussão da possibilidade de, quando da digitalização da televisão em todo o mundo, sobrar partes das radiofrequências. Como organizar as sobras dessas radiofrequências de forma a que elas pudessem ser utilizadas da prestação de outros serviços? Como se vê na figura do lado esquerdo, ela ocupava a faixa praticamente toda e de uma forma não muito organizada. Quando se digitaliza, ela passa a concentrar, como vemos na figura do lado direito, uma atrás da outra. Assim, sobra, ao final, nos canais do 52 a 69, uma quantidade significativa de megahertz, na ordem de 110 megahertz que podem ser utilizados. E o mundo, então, harmonizou esse finalzinho de faixa para ser utilizado em todos os países, com a mesma tecnologia, nas mesmas condições, para que pudesse se massificar a infraestrutura do serviço de banda larga no mundo, tanto banda larga móvel quanto fixa, mais voltado para banda larga móvel.

Aí, teremos todos os impactos que isso trará do ponto de vista econômico, como foi colocado pelo General Antonino, do ponto de vista social, do ponto de vista da segurança, da educação, saúde. Propiciará cada vez maior possibilidade de haver mais banda larga à disposição da sociedade.

Nesse sentido, em 2012, fizemos essa resolução e ampliamos a utilização da TV digital nessa faixa, principalmente dos canais mais altos, dos canais de 52 a 69, principalmente dos canais de 61 a 69, que não

eram utilizados para TV. Assim, poderiam suportar a televisão digital nos canais *simulcast* para funcionar o analógico digital.

Aproveitando que isso iria mudar, solicitamos, à época, que a Anatel desenvolvesse um estudo técnico, o GT-700 – esse estudo está publicado – sobre a viabilidade de utilização, no Brasil, dessa tecnologia mundial nessa faixa bem como das condições que poderiam ser criadas para viabilizar o uso dessa tecnologia.

Com isso, sugerimos – e o Ministério das Comunicações adotou nessa portaria – uma política pública que estabelece as condições que a Anatel deveria seguir para regulamentar a utilização dessa faixa.

Então, primeiro, seria observar a necessidade de disponibilização de outra faixa de frequência adequada aos serviços de radiodifusão, e como harmonizar isso, ou seja, como replanejar. Para quê? Para que todas as televisões tenham condições de utilizar o espectro com segurança, sem interferência.

Segundo, garantir a proteção do serviço de radiodifusão, que é tão importante quanto os demais serviços que aqui estamos discutindo, mas, ao mesmo tempo, que pudesse atender aos objetivos do Plano Nacional de Banda Larga e ampliar o uso de tecnologia 4G na banda larga.

Terceiro, garantir a manutenção da cobertura atual dos serviços de televisão.

Quarto, harmonizar, de forma regional e internacional, de forma a adotar arranjo de frequências que favoreça a convivência do Brasil principalmente em regiões de fronteira, como bem colocou o General. Hoje, temos problemas, temos preocupações com os países vizinhos quando o adotam, porque o mundo definiu três ou quatro grandes modelos para se utilizar essa faixa.

O art 3º é muito importante. No caso, especificamente, se houver licitação, temos que aproveitar os recursos advindos dessas faixas. Todas as faixas são onerosas e geram receita significativa para o Estado.

Como transformar esse potencial de receita que vamos receber, que são os preços pagos pela radiofrequência, em contrapartida às obrigações que essas empresas teriam que ter?

Primeiro, aproveitando para promover a digitalização do serviço de radiodifusão. Hoje, há um prazo, que seria até julho de 2016 ou até 2018, para se ter toda a digitalização do sistema no Brasil todo.

Então, como antecipar, como facilitar para que isso possa ocorrer? Uma das alternativas no replanejamento é que parte desses recursos seja alocada na compra de *set top box* ou, quem sabe, aparelhos de televisão para as camadas da sociedade que não têm condições de comprar e demorariam a ter acesso a essa tecnologia digital. Aí, você facilitaria, então, a digitalização também por meio disso. É uma das formas. Nós estamos estudando, para ver se isso cabe dentro do preço que vai ser alocado ao serviço. Então, aí você teria o Brasil todo digitalizado e se poderia desligar o analógico, porque todo brasileiro teria a substituição do aparelho analógico pelo digital.

Acelerar a cobertura nas grandes regiões, zonas e periferias urbanas e as áreas remotas, como na área móvel de quarta geração. Depois, vamos mostrar um quadrinho de como isso seria possível.

Incentivar a ampliação da infraestrutura de transporte, a fim de levar a fibra para a maioria dos Municípios que hoje não têm fibra e precisam de fibra. Assim, é possível ter vazão nos Municípios em banda larga; do contrário, não há comunicação, principalmente nas regiões que mais precisam – Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Crescimento da demanda dos serviços de banda larga, como foi colocado aqui pelo General. Nós atendemos a isso na regulamentação. Que pudesse, então, de uma forma inteligente e sinérgica, a estrutura ser liderada por grupos para que se tenha um orçamento único da União que seja viável e que sejam compatibilizados os usos dessas tecnologias por todas as áreas de segurança do Brasil, principalmente as áreas que mais precisam. Fizemos isso na destinação para facilitar esse trabalho.

Fortalecimento da ordem do setor público por meio de aquisição e competência tecnológica. Já fizemos isso na última licitação de 4G. Nós obrigamos as empresas a investirem parte de todo seu investimento também na compra de equipamentos e tecnologias produzidas aqui no Brasil.

E preservação, lógico, da indústria nacional na compra disso também. Assim como fizemos com os 450MHz, faremos agora também com os 700MHz.

Bom, saiu a consulta pública. A forma foi colocar aqueles 45MHz de um lado e 45MHz de outro, dividindo em cinco blocos de cinco, e cada empresa poderia chegar a ter até 20MHz mais 20MHz.

A previsão do RAN *sharing*, mais uma vez, é o compartilhamento de uso da frequência, para facilitar e diminuir os custos e aumentar a competição e a cobertura.

A consulta recebeu algo da ordem de 530 contribuições de toda a sociedade, que foram agrupadas em 35 macrotemas. Discutimos isso e, nesse processo, fizemos todo o estudo de replanejamento dos canais. Esse estudo de replanejamento de canais é feito pela Anatel, por todos aqueles que representam a sociedade, que estão sentados à nossa frente, de todas as associações de radiodifusão, representados pelo seu grupo técnico, que é a SET. Depois que a Anatel faz

os estudos para cada um dos Estados, nós fazemos uma reunião presencial com todos os radiodifusores que detêm outorga de televisão, para ver como vai ser feito o replanejamento de canal que vai sair lá na faixa do 52 ao 69, em que faixa vai ser acomodado embaixo e em que condições terão de ser feitos. Depois de tudo discutido, volta para a Anatel, que coloca em consulta pública novamente, para debater, e depois a gente publica definitivamente o plano, para que possa ser utilizado e a faixa venha a ser liberada. Esse trabalho é harmonioso, com todos aqueles que representam o setor.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – Em que fase nós estamos?

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Nós estamos na fase final. Eu vou mostrar isso, Senador. Já estamos na fase de definição de números. Isso é importante para se saber inclusive que cidades vão precisar investir naquela digitalização, na compra do *set top box* para a população que mais precisa, para antecipar a digitalização.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – (*Ininteligível.)*

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – *Set top box* ou de um aparelho digital. *Set top box* é o conversor do analógico para o digital. Para quem não tem condições de comprar o aparelho digital, compraria e distribuiria para eles esse dispositivo ou, talvez, uma própria televisão. Ainda está sendo estudado pelo Governo qual seria a melhor forma.

O arranjo que foi adotado por nós tinha sido colocado em consulta pública. Esse arranjo nós chamamos APT, que tem a possibilidade de utilização dos 45MHz, ali, no meio – sobe de um lado e desce do outro. Tem dez no meio para aplicações futuras. E há as bandas de guarda para não interferir na radiodifusão. Em cima tem 3MHz e embaixo tem 5MHz. E cá no comecinho dos 5MHz, nós colocamos mais 5MHz, o que perfaz 10 MHz, que é o uso da área de segurança do Exército, que não tem utilização maciça. Então, ampliam-se inclusive condições de harmonização entre os serviços de radiodifusão e os serviços móveis que virão nessa faixa.

Aí está a distribuição. Nós vamos ter, então, o primeiro bloco de que eu falei, que é o 5MHz mais 5MHz, para os serviços da SLP; se eles quiserem usar também o SMP, SCM, STFC, fica a cargo de cada um deles, para utilização, mas vão usar, basicamente, a SLP, exclusiva, de uma forma harmoniosa, para que garanta então o uso para segurança na defesa nacional, numa infraestrutura única aqui em caráter primário.

Nós subdividimos, depois, do 2 ao 9, em blocos de cinco. Nós vamos ter, então, para licitar de fato, 40 mais 40. E nós limitamos – depois vou mostrar – a condição de uso disso e achamos que há pouco espectro para a quantidade de interessados na prestação desse serviço no Brasil. Então, deve haver uma disputa significativa por cada um desses blocos aí.

Nós mantivemos a destinação também em caráter primário para os serviços que hoje utilizam TV, RTV, RpTV e TVA/SeAC, até um dia em que a Anatel diga: "Conseguimos apagar o analógico e passamos a ter o digital". Então, nessa fase está apagado e de fato passa a ser em caráter primário.

O caráter primário para dar segurança. Ah, esse é caráter secundário! Então, deixa de ser caráter primário e você pode operar o serviço em caráter primário na faixa de 700MHz, que está logo embaixo.

Para isso, o processo dessa redistribuição e realocação dos canais está sendo muito importante – nós estamos na fase final – para verificar a utilização futura dele.

Outro ponto importante dessa resolução foi a garantia de não interferência – interferência é prejudicial – nos serviços atuais e a preservação de suas respectivas áreas de cobertura.

A Anatel poderá rever as condições de uso de radiofrequência na faixa, assegurar a implantação e a redistribuição de canais. A licitação da faixa somente ocorrerá uma vez concluída a definição das condições sobre a convivência entre diferentes sistemas e a redistribuição de canais, ou seja, depois que se fizer replanejamento e se garantir quais são os requisitos técnicos para a convivência e o contingenciamento de serviços de modo pessoal e dos outros serviços de telecomunicações com os serviços de radiodifusão.

Os adquirentes das radiofrequências são assunto de uma pergunta primeira que o Senador Aloysio fez. Está aí quem vai suportar, no item "d", todos os custos, eventualmente, se isso vier a ocorrer.

A resolução contém ainda as provisões a que a publicação no edital está vinculada, só depois que nós concluirmos junto com todos os radiodifusores o replanejamento. Isso é fundamental porque quem vai bancar todo custo desse replanejamento serão as empresas que ganharão essa licitação. Então, precisamos colocar no edital de licitação: qual empresa, de onde para onde, o valor disso, quanto custa e em quanto tempo tem que ser feito. E essa resolução só vai entrar em vigor depois, na data do aviso da publicação desse edital.

Os *Spectrum Caps* são a capacidade máxima que cada empresa pode comprar. Nós limitamos, na primeira rodada da licitação, 10 mais 10. Então, aqueles 40MHz

vão poder ter quatro operadoras só. Se elas quiserem se juntar, podem, para fazer uso do *Ran Sharing,* que é o compartilhamento do uso da radiofrequência. E pode ter cada uma seu 10 – 10 mais 10 –, mas pode juntar até 20 ou até mais, para prestar mais Megabits por segundo para o cidadão. Mas numa segunda rodada, se não houver interessado, poderemos ter uma única empresa com 20 mais 20. Nós achamos que isso não vai acontecer, vai ficar lá só com 10 mais 10.

Nós temos hoje no Brasil cinco grandes empresas que atuam nesse setor. Deverão vir empresas de fora mais empresas que atuam no serviço de banda larga fixa que tenham interesse. Então, vai ser bastante disputado esse edital.

No caso específico, é muito importante esse inciso III. Eu vou explicar por quê:

III - *no caso específico de municípios com população abaixo de determinado patamar, poderá ser estabelecido em edital um limite de autorização de subfaixas de radiofrequências, em uma mesma área de prestação de serviço, acima do previsto no inciso I.*

Isso quer dizer o seguinte: não podem pegar os Municípios menores do Brasil e deixar com uma única empresa. Ela vai poder ficar com 40 mais 40 e vai ter que liberar também para as outras que quiserem usar esses 40 mais 40. Para quê? Para poder levar para aquele pequeno Município velocidades de 25 Megabits por segundo, 50 Megabits por segundo, para se ter de fato banda larga no interior do Brasil. Ou seja, não só nos grandes centros, mas principalmente nos menores centros, que têm mais dificuldade de acesso à banda larga.

Com um grande resultado com banda larga você não leva só o acesso à internet, você leva o acesso também à televisão. Hoje, todo mundo assiste à televisão por meio da internet.

Outros aspectos do regulamento que são importantes é que uma mesma rede poderá ser utilizada por duas ou mais prestadoras – é o que eu falei sobre a questão do uso compartilhado. Também poderão ser autorizados sistemas TDD, naquela faixinha do meio, do dez para teste e depois – quem sabe no futuro? – para licitação. E o licenciamento de estações fica sujeito à comprovação de coordenação, que é fundamental, com os sistemas existentes operando em caráter primário. Então, haverá sempre ajuste antes da Anatel licenciar cada ERB, para saber se tem ou não algum tipo de interferência; se existe, que ela possa criar as condições de mitigação e convivência com os radiodifusores atuantes naquela área.

Outro aspecto do regulamento. A interessada no uso da subfaixa deverá prover todos os meios necessários para assegurar a proteção. A Anatel arbitrará quando não houver acordo no processo de coordenação, o que deve ser feito para não haver nenhuma interferência.

Os próximos passos aqui na discussão com o Senado serão quanto aos processos de testes que nós estamos fazendo. Nós vamos começar agora os testes, com a participação do Inatel, de Minas Gerais, universidade muito importante, conceituadíssima; da UnB, aqui de Brasília; do Mackenzie, que está vindo junto com a SET, dando suporte à SET (Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão), e que atua junto ao pessoal da Associação Brasileira de Radiodifusores; Sinditelebrasil, Oi, Huawei, CPqD, Instituto Avanzi, entre outros.

Os testes de laboratório ocorrerão lá em Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais, no Inatel, que é uma conceituada universidade, com muita *expertise* também em TV digital.

Os testes em campo ocorrerão em Pirenópolis – nós já aproveitamos para convidar esta Comissão, os Senadores para irem lá acompanhar os testes presenciais –, é aqui pertinho, vai haver uma estrutura muita boa. E esse aspecto lá é limpo, é mais fácil fazer todos os testes de campo. Já fizemos aqui com o apoio total do CCOMGEX, com o apoio total do General – depois vou mostrar rapidamente aí. Isso é fundamental para vermos como será a convivência e o contingenciamento.

Vamos fazer outro teste também lá em Sapucaí, aberto, exatamente com equipamentos e terminais já no arranjo APT, que iremos utilizar. Serão testados todos os tipos de técnicas de mitigação e de convivência.

Os relatórios dos testes já realizados pela Anatel, esses que nós fizemos também e todos os outros que já fizeram testes aí, no CPqT e no próprio Instituto Mackenzie, serviram de *input* para a gente determinar as formas de testes e qualificar os testes que nós vamos fazer tanto de campo como de laboratório. A ideia é que nós levemos isso também para a União Internacional de Telecomunicações e servirá de modelo para o mundo.

Então, nós fizemos o teste lá no CCOMGEX, com o General, nas condições normais de operação, tanto de rádio e televisão, no caso de telecomunicações, e não percebemos nenhum tipo de interferência, porque as condições são normais. Nós vamos ver que pode haver qualquer tipo de interferência no limiar, na borda, onde os sinais da televisão são mais fracos e são mais fortes no móvel, que são outros testes que nós vamos fazer. Então, são testes normais para mostrar que não haveria... A partir de 9 de dezembro, começamos em Pirenópolis e depois em Sapucaí, no ano que vem.

Esse teste de laboratório nós fizemos lá em Campinas. Também foi um teste importante para começar

a qualificar e quantificar os níveis das características técnicas de potência que os transmissores têm que ter para não haver nenhum tipo de interferência nem na televisão nem da televisão nos serviços móveis.

A previsão de início dos novos testes mais completos é fevereiro de 2014, em Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais.

Esta é uma parte importantíssima, acho que de interesse da Casa: a realocação dos canais. O primeiro trabalho que nós fizemos junto com todas as operadoras é que existem, no Brasil, Municípios com canal na faixa dos 700MHz. Esses nós temos que remanejar. São 605 canais. Os Municípios que serão fruto do remanejamento após *switch-off*, o que nós temos que aguardar, seriam 393, e depois mais 212.

Fazendo todas as análises, qual o reflexo que isso tem em termos de interferência? Nos tínhamos que aguardar o apagamento em 1.454 Municípios. Os trabalhos continuaram. Os resultados, hoje, já são melhores do que esse. Então, em vez de termos um total de desligamento de 724 Municípios, hoje nós já estamos com 570. Esse trabalho deve diminuir o número de Municípios, talvez fique em torno de 500. Terá reflexos em apenas mil Municípios. Então, Senador, por exemplo, todo o Estado de São Paulo vai ter que aguardar a digitalização. Vocês vão poder entrar com o 4G em São Paulo depois que desligarmos o analógico. São Paulo está dentro desses mil Municípios aí. Os 600 Municípios estão todos eles comprometidos.

Conclusão.

A coexistência harmoniosa entre o sistema de telecomunicação e radiodifusão é prioridade.

Os próximos estudos avaliarão situações reais para garantir o bom uso.

Os trabalhos já estão sendo feitos, tanto os de campo quanto os de laboratório. O Japão também está fazendo. Nós os apresentaremos depois na União Internacional de Telecomunicações.

Eu queria só que mostrasse a ampliação de cobertura da banda larga.

Como é que nós vamos viabilizar o edital do ponto de vista de modelo de negócio, como o Senador Aloysio perguntou no início da apresentação?

Hoje, o Brasil, Senador, tem 1.073 Municípios com mais de 30 mil habitantes, o que representa 76% da população, e já dispõe de rede de fibra óptica; todos eles têm fibra na porta do Município. Esses centros urbanos já têm rede de acesso fixo com maior velocidade, mas as periferias de redes de acesso fixas e móveis são de menor velocidade.

As redes de 4G que entraram em operação e vão entrar em operação até 2017, na faixa de 2,5GHz, atenderão num primeiro momento essa demanda. Mas como temos aqueles mil Municípios que só terão acesso à tecnologia depois do apagamento, vão ter que aguentar o apagamento. Então, nos principais centros do Brasil, não vamos ter o 4G nos 700MHz.

Como viabilizar um plano negócio já que se começa onde se tem mais renda para depois ir para área onde se tem menos renda? É a próxima lâmina que a gente vai mostrar.

Nessa próxima, vemos que o Brasil tem 4.492 Municípios com menos de 30 mil habitantes, 24% da população. Desses Municípios, temos 2.500 que não dispõem de fibras chegando ao Município. A oferta de rede de acesso nesses Municípios, a velocidade é muito pequena, de 1Mbps. Temos que levar 25Mbps, 30Mbps, 50Mbps.

Desses Municípios, 2.393 ainda não têm 3G, só vão ter em 2019. Então, vamos substituir isso pelo 4G. Vamos licitar uma empresa só. Vamos dividir o Brasil em quatro grandes blocos e uma delas será responsável por levar um quarto desses Municípios que estão aí com os 40Mbps. Com isso, ela vai chegar com velocidade de 25Mbps, o que torna viável do ponto de vista econômico para concorrer com as fixas e vai demorar muito para chegar a uma velocidade de 25Mbps ou de 50Mbps. Então, vai ficar muito tempo sozinha e vai ter condição de viabilizar isso, e, do ponto de vista de negócio, viabiliza a rede de telecomunicações.

Além disso, vamos complementar também. Esta foi uma pergunta que fez o Senador Raupp – ele não está aqui, é uma pena! – da última vez que estive aqui: como vamos levar para as áreas rurais, onde há uma demanda muito grande, a telefonia móvel? Vamos substituir como está ali. Hoje temos 29 milhões de brasileiros que estão na área rural. Com a licitação da faixa de 700MHz, vão poder melhorar o acesso da velocidade nesses locais. Portanto, é obrigação chegar lá com 450MHz. Vamos poder substituir utilizando os 700MHz, o que viabiliza completamente esse atendimento.

Você pode clicar lá na setinha de volta, por favor?

Dando sequência, a Anatel tem preocupação com a possibilidade de ocorrer ainda a adoção de canalização não harmoniosa nas fronteiras. É fundamental discutir com todos os países latino-americanos para que não haja interferência no nosso sistema e nem o nosso no deles, principalmente a deles no nosso sistema de radiodifusão.

O processo de regulamentação da faixa no Brasil representa um significativo avanço, alinhado com um processo internacional de modernização e de levar banda larga a todos os brasileiros, reduzindo os custos.

Essa nova destinação da faixa traz os benefícios que já foram aqui discutidos e muito bem apresentados

pelo General. Essa parte essencial da regulamentação é a proteção da garantia do serviço de radiodifusão, que é tão importante, pois o serviço é aberto, é livre, é gratuito, e temos que mantê-lo da forma como está e complementar a utilização desse serviço por meio do acesso à banda larga. Hoje toda a criançada e todos os jovens assistem à televisão, eu também não sou tão jovem, e assisto à televisão por meio da Internet.

Os novos entrantes arcarão com todos esses custos, Senador, essa pergunta foi feita, então, dimensionando para ver se isso cabe no bolso da nossa licitação.

Era isso.

Muito obrigado.

Desculpe, Lobão, por ter ultrapassado o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Valente.

Passamos, a seguir, à apresentação do Sr. Luis Roberto Antonik, representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), seu Diretor-Geral.

Com a palavra, o Sr. Antonik.

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador, pela oportunidade.

Gostaria de começar dizendo que essa é uma operação extremamente complexa do ponto de vista da engenharia. Realmente seria, usando um termo chulo, consertar a turbina do avião voando. E também é extremamente delicada do ponto de vista social, porque temos um Brasil inteiro, centenas de empresas, centenas de entidades que estão assistindo à televisão aberta e o País esperando pela destinação da faixa.

Então, nós da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão já absorvemos a ideia, concordamos que a faixa deve ser destinada. A discussão sobre a atribuição da faixa, isso é história, é passado, não se discute mais. Mas eu vou me atrever a mostrar aqui rapidamente, embora esta sala esteja repleta de especialistas, o que está acontecendo.

Hoje a radiodifusão ocupa uma extensa faixa de frequência. Ela é quebrada. São 67 canais, que estão divididos em: digitais, que são usados acima do 14, e analógico, que pega toda a faixa. Essa é uma faixa ocupada, essa faixa está em uso. Temos emissoras de televisão espalhadas por todos esses canais, e têm uma presença espetacular. Por exemplo, na Cidade de São Paulo, temos 21 sinais de TV aberta à disposição da população. Aqui, na Capital Federal, tínhamos 23 sinais à disposição da população. E estão espalhados dentro dessa faixa. Não é uma coisa simples, como falei. É muito complexo. Então, para alocar os canais, você tem que seguir determinados critérios.

O que fez o Governo? Destinou a faixa de 700MHz, que é aquela que está marcada lá em vermelhinho, para a banda larga móvel. E o que vai ficar com a radiodifusão? Vai ficar essa parte central, do 14 ao 51, porque a parte superior foi destinada à banda larga móvel e, quanto à parte debaixo, ainda a tecnologia não contém aplicações para a televisão digital. Então, vamos ficar com essa faixa central do 14 ao 51. De 67 canais que temos atualmente em uso, vamos ficar com 37. É por isso que estou insistindo que se trata de uma operação extremamente complexa do ponto de vista da engenharia.

Nós radiodifusores temos uma série de preocupações, como o Dr. Jarbas já mostrou aqui, que foram consideradas na resolução que destinou a faixa de frequência. Acreditamos que a Anatel e o Ministério das Comunicações tiveram uma grande preocupação na destinação. Mas nós radiodifusores temos como base estas quatro preocupações: em primeiro lugar, garantir a manutenção do serviço de TV aberta, que é um serviço livre, aberto, gratuito, ninguém paga nada para assistir televisão, cobrimos o Brasil inteiro, temos cerca de 11 mil estações retransmissoras espalhadas por todo o País.

E sempre se suscita a pergunta: cabemos todos nessa faixa que vai sobrar? A Anatel está fazendo esse trabalho, é um trabalho chinês, delicado, demorado, cidade por cidade. Por exemplo, já foi concluído, Senadora, estudo sobre São Paulo, analisando se, nos 37 canais de que dispomos, os 21 sinais de TV aberta de que dispomos na Cidade de São Paulo podem ser adequados. Então, isso é estudado, as emissoras participam, a Anatel participa, o Ministério das Comunicações, os engenheiros se reúnem e decidem.

Esta é a grande preocupação: manter aquele serviço que temos, hoje, em uso e oferecemos para a população.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Que é desigual no Brasil, num lugar, você tem...

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – Exatamente. Existem zonas extremamente complicadas, por exemplo, a região de Campinas, Sorocaba, dentro de São Paulo. É um jogo de xadrez. Se mexem em São Paulo, acabam afetando Sorocaba; se alteram Campinas, afetam São Paulo. Então, não se trata de nada fácil.

O segundo ponto é garantir a cobertura dos custos de readequação. Quando eu falo em readequação, é porque eu mostrava que a radiodifusão ocupa, hoje, essa extensa faixa. Então, imaginemos, por exemplo, que temos uma emissora de TV que está ocupando o canal 57 – percebam que o canal 57 está na parte superior ali – e será obrigada a passar para o 15. Al-

guém tem que cobrir o custo de mover essa emissora lá do 57 para o 15. Mas não se trata apenas disso, por quê? Para fazer essa readequação, imaginemos que tenho uma emissora que está no 17 hoje. Se ela está no 17, está no meio, nessa faixa azul. Se ela vai passar do 17 para o 37, faz parte do processo, faz parte dessa engenharia, alguém terá que cobrir o custo dessa mudança. Então, essa é uma preocupação bastante grande, e são muitas as emissoras e muitas as estações de retransmissão.

Como terceiro ponto, nós também temos que garantir o acesso da população aos serviços. O Brasil tem 60 milhões de domicílios, 97% dos quais têm televisão. Só um item aparece mais no domicílio brasileiro que o aparelho de televisão aberta: o fogão. A televisão cobre, então, 97% dos Municípios. A área econômica da Abert estima que existam, no Brasil, 110 milhões de receptores domésticos de televisão, dos quais apenas agora, no final de 2013, 30 milhões de aparelhos terão capacidade de recepção de televisão digital. Como a capacidade da indústria brasileira é de cerca de 15 milhões de aparelhos por ano, dá para fazer uma conta rápida e perceber que, se trocássemos esses aparelhos passivamente, apenas no final de 2018 teríamos todos esses aparelhos. Então, também aqui, mais uma necessidade para o governo, especialmente o Ministério das Comunicações, se preocupar: como garantir um projeto que faça com que as pessoas possam trocar esses aparelhos ou então, como disse o Dr. Jarbas aqui, adquirir esses conversores digitais? Ou seja: eu tenho um aparelho analógico, de tubo ainda, e eu vou instalar um aparelho que vai converter a imagem para o sinal digital. E há também o problema das antenas, porque as antenas que nós temos em casa estão situadas, a imensa maioria, nesses canais baixos, de 7 a 13, e essas antenas terão que ser trocadas, porque a recepção de 7 a 13 utiliza um modelo de antena e a de 14 a 51 utiliza outro modelo.

Então, vejam, só: estamos falando aqui do receptor doméstico, do conversor – o *set top box*, como disse o Dr. Jarbas – e das antenas.

Por último, a nossa maior preocupação é com a questão da interferência. Sobre a interferência, o que é muito importante é a questão do rearranjo, como o Dr. Jarbas acabou de mostrar. Por quê? Porque a faixa de telefonia vai ficar muito próxima do canal de televisão. Por exemplo, o canal 69 é da radiodifusão, e, por questão de interferência com o serviço de *trunking*, esse serviço prestado pela Nextel, a radiodifusão perdeu esse canal, visto que acabava havendo interferência. Nós estamos colados, muito próximos, e há interferência. Então, essa questão da interferência é bastante delicada.

A radiodifusão está no canal 51 e a banda larga móvel está no canal 52. As informações que nós temos dos outros países, como Japão, Inglaterra, Estados Unidos, dão conta de que esse é um problema bastante grave, difícil e caro de se resolver. Então, embora possamos constatar que todas as normas tratam da previsão de realização de testes e dos cuidados todos que teremos de ter com isso, é preciso que haja garantias de que a televisão aberta não sofra interferência da telefonia móvel, e, por outro lado também, o contrário também é verdadeiro, ou seja, que a televisão não interfira na telefonia móvel.

No Japão, por exemplo, há dois anos eles estão se dedicando a testes. Então, aqui, no Brasil, a gente não pode resolver isso em uma semana ou com alguma coisa que seja muito rápida. Por isso, confiamos muito nesse trabalho que a Anatel vai desenvolver para que nós, ao final, cheguemos a um modelo em que não haja interferência e que a população não venha a perder qualidade nesse serviço de televisão aberta.

Para finalizar a minha fala aqui, recuperando os minutos do Dr. Jarbas, eu queria reafirmar que é uma operação complicada do ponto de vista de engenharia, mas temos que considerar que se trata de uma operação muito complicada, muito delicada do ponto de vista social. Não podemos deixar o cidadão brasileiro sofrer nenhuma interferência. Hoje, temos cerca de 17 milhões de domicílios servidos por TV paga, ou seja, alguma coisa em torno de 30%. Os 70 milhões de brasileiros dos domicílios restantes têm apenas como meio de acesso à informação livre, aberta e gratuita a televisão aberta. Então, por essa razão, pela delicadeza da situação é que temos que ter todo esse cuidado com a questão dos testes. Estamos colocando todas as expectativas neles.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito obrigado, Dr. Antonik.

Passo agora a palavra ao Sr. Olímpio José Franco, Presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET).

Com a palavra, Dr. Olímpio.

O SR. OLÍMPIO JOSÉ FRANCO – Bom dia a todos os presentes.

A apresentação que farei não será muito diferente da última que fiz em outra Comissão há 15 dias. Vou falar um pouco daquilo que a SET faz, rapidamente, e depois vou falar dos testes e da canalização.

A SET tem alguns grupos de estudos, e vou me concentrar nos dois principais. Depois, vou falar um pouco dos testes e da canalização em que estamos trabalhando.

A SET é uma sociedade sem fins lucrativos, congrega a comunidade de técnicos, engenheiros, empresas e pessoal de universidades, estudando TVs, rádios, internet e novas mídias. É um ponto de encontro do nosso setor.

Esses são os grupos de testes atuais da SET. Vou me concentrar nos dois principais, que são o de interferências e o de canalização.

Esse grupo de estudos, inclusive, aquele a que o Jarbas se referiu, existe desde 1994, trabalhou no planejamento do canal de TV digital, antes de o padrão ser definido, sempre com ligação entre emissoras, consultores, Ministério das Comunicações e Anatel. Agora ele está muito envolvido nessa compactação, em função de a banda ter diminuído.

O ponto preocupante é o último item: não estamos com nenhuma previsão de como vai ser o futuro padrão de TV digital.

Da forma como está esse padrão atual, as emissoras vão morrer com ele, porque não há canalização prevista para um padrão mais avançado. E sabemos que tecnologia expira, mais dez anos, talvez. Então, essa é uma preocupação. E, como o LTE está requerendo banda, nós também precisamos de banda para dar um salto posterior. O que estamos discutindo aqui é a compactação e como vamos administrar essa transição.

A banda larga já usa todas estas bandas: 450MHz, 700MHz, vai usar agora 850MHz, 900MHz. Sobra para a TV um pedaço de VHF, que é o dos canais altos, do 7 ao 13, e do UHF, do 14 ao 51.

As interferências, então, se dão pelo fato de os televisores atuais estarem com a banda toda aberta. O fato de gerar uma ocupação nova na extremidade vai ser recebido pelos aparelhos e eles serão, se não houver medidas de mitigação, interferidos. Então, o que nós estamos fazendo é avaliar como são essas interferências: quais são os tipos de interferências e em que condições elas se dão. Para isso, a SET fez um convênio com a Universidade Mackenzie. Nós estamos trabalhando desde o final de abril. Há muita coisa já feita. São testes de laboratório, por enquanto. Nós estamos trabalhando em cima de uma metodologia científica, com seis televisores de marcas e gerações diferentes. Há um time da SET e mais os pesquisadores do Mackenzie fazendo isso. Então, há gente muito capacitada, muito envolvida nisso, que tem conhecimento do tema. O Mackenzie tem uma tradição nos testes de TV digital que foram feitos na transição do século, no ano 2000, cerca de 13, 14 anos atrás. Nós estamos na fase final dos relatórios. Então, nós devemos estar com esses relatórios concluídos até o início do próximo mês.

Essa questão de interferência é um fenômeno físico. Ela acontece. Se nada for feito para proteger, ela vai causar uma tela preta, ou aquele congelamento de uma imagem distorcida.

Nós estamos trabalhando com as referências que existem pelo mundo, que tenham profundidade: o relatório inglês da Ofcom e o caso do Japão, que é onde há bastantes informações, inclusive pelo fato da coincidência do arranjo de frequências que o Brasil adotou, que é similar, com pequenas diferenças de canais, e de termos o mesmo padrão de TV digital. Temos um relatório japonês muito detalhado, um resumo, mas ele é muito consistente, e também outros relatórios do Ministério das Comunicações de lá, da NTT DoCoMo e da KDDI.

O que nós estamos vendo aqui são as particularidades nossas, as diferenças que existem em relação ao que o Japão fez, mas na verdade não são tão diferentes. Os testes que o Japão fez tomaram dois anos. Terminaram há cerca de um ano. Envolveram toda a comunidade que tem a ver com televisão e telecom: fabricantes de equipamentos de consumo e de equipamentos profissionais, emissoras, operadoras de telecom, universidades e institutos de pesquisa. Isso gerou um relatório do Comitê Consultivo do MIC de 761 páginas, fora relatórios diversos, com mais cento e poucas páginas. Em resumo, tenho cerca de mil páginas de relatório que o Japão produziu. O resumo do relatório que foi para a UIT, como sugestão, tem 124 páginas.

No caso do padrão da solução japonesa, eles não fizeram leilão. Fizeram uma escolha de operadoras baseada nos melhores projetos, que protegessem os serviços de televisão e, ao mesmo tempo, tivessem boas coberturas. Então, eles usaram os valores que seriam gastos no leilão para a prestação de bons serviços. Lá, desde 2011, os televisores já têm o filtro a partir do canal 51 deles, que tem uma pequena diferença em relação ao nosso. Então, eles não estão gerando legado de televisores com banda aberta, mesmo não tendo transmissão ainda, porque a transmissão deles começa em 2015.

Aqui há um resuminho rápido do caso brasileiro, porque há uma diferença dos pacotes de *up* e *downlink*; no caso da banda de guarda deles, é de 8MHz; e a nossa prevista é de 5MHz. Eles também usam pouco menos para fazer *up* e *downlink*.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O que é uma banda de guarda?

O SR. OLÍMPIO JOSÉ FRANCO – É o espaçamento de proteção para que o serviço que está do lado não cause interferência no outro.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/ PMDB - MA) – Nas extremidades?

O SR. OLÍMPIO JOSÉ FRANCO – Isso. Nas pontas. Eu vou mostrar um diagrama rápido.

Isto aqui é o que o Japão fez. Eles, na verdade, colocaram aqui 8 MHz. Eles têm um serviço de informações de trânsito no meio, este ITS aqui. Esta é a banda do dispositivo portátil, seria o celular, e aqui a parte da estação base. Este é o que eles usaram. Lá há três operadoras: a KDDI, a NTT DoCoMo e E-acess.

No caso nosso, só estou mostrando a banda toda aberta, porque está normatizada e isso então vai encolher.

O que a Anatel está falando é isto aqui. Nós vamos ficar com isto: são 45MHz, agora, com esta inclusão dos serviços destinados à defesa, à segurança pública, que está no começo. Até pergunto, depois, por que no meio e não no começo.

Essa questão de diagnóstico, testes, resulta em: como isso será feito, como será a transição, quem vai assumir os custos disso, como a Anatel e o Ministério das Comunicações farão essa operação.

Os nossos testes. Até agora fizemos cerca de 3.200 medidas. Esse volume de medidas depende da complexidade, mas, por dia, são 50 a 80 testes. E os testes não são apenas com televisores, mas com *boosters*, que são os amplificadores e antenas ativas internas ou externas. E consideramos que ainda faltam medidas. Há alguns casos de exemplos que pretendemos fazer. Como eu disse, estamos há mais de seis meses trabalhando.

Aqui é uma vista rápida do laboratório do Mackenzie, com instrumentos de qualidade.

Isso é um resumo parcial do que está causando interferência, tipo de interferência pela frequência imagem, que é uma diferença considerando a frequência de IFI e de onde ela provêm: ou da estação base ou do terminal do usuário. Aqui, a interferência acontece do canal 47 ao 51 ou do 38 ao 45. Depois, na frequência adjacente, que seria do lado a lado, causada pelo terminal do usuário, que pode estar dentro de casa ou na rua, a interferência vai do canal 46 ao 51. No caso de saturação, que é pela proximidade da LTE de uma antena de recepção, destrói tudo, não deixa receber nenhum canal.

Aqui vou passar muito rápido. São os testes típicos que estão em andamento, as simulações de nível de interferência.

Isso aí são as imagens de testes. E aqui são os testes de medida canal por canal, não é um canal. Pega do canal 14 ao 51, todos os seis aparelhos mais todos os canais. Então, é muito trabalho, mas queríamos entender como essas interferências ocorrem. Há muito trabalho feito até agora. E esses mecanismos acontecem por vazamento de espúrias ou por comportamento instável do receptor perante o sinal pulsado e também pela proximidade, no caso da frequência imagem.

Isso aqui são mais exemplos do que está sendo feito, onde interferiu, o que aconteceu. Há muitos detalhes que depois poderão ser úteis para simulação.

Aí são os casos típicos na estação base em cima de um prédio com sistema coletivo ao lado ou em um prédio com uma estação base, residências, antena de TV lá em cima.

Estes são casos típicos não só de adjacentes, como de saturação.

Isso aqui está mostrando um exemplo mais claro. É o caso de um prédio com antenas de VHF e de UHF que estão em uso. Nesse caso, vemos como a direção das transmissões está acontecendo e o *downlink* ali, a parte da estação base entrando na antena. Isso é um típico caso de saturação pela proximidade.

Então, sabemos, até agora, que as interferências danosas ocorrem. Como podemos evitá-las? Quais são as medidas de mitigações? Como e quando? Garantias? Tudo depende, pelo que sabemos, do regulamento da Anatel, que, de alguma maneira, está prevendo essas condições.

Isso aqui são instalações típicas do caso de uma antena ligada a um televisor, no caso de um *booster* no meio do cabo e de uma antena coletiva que tem misturadores e um amplificador. Se tivermos que colocar filtros, terão que ser aqui, antes do *booster* ou antes desse amplificador.

Esse é um filtro de 30dBs que, no caso do Japão, está sendo usado para esses casos de proteção de interferências.

Esse é também um exemplo de um protótipo de um filtro máscara de 120dBs, no caso, para estação base da transmissão, para proteger, para que não gere espúrias vindas da estação base.

Como eu disse, estamos em uma fase final. Devemos entregar isso oficialmente ao Ministério das Comunicações e à Anatel. A SET provavelmente fará um seminário explicando esse trabalho, que depois será divulgado aqui e no exterior.

Estamos em conversa com a Anatel e nessa fase de testes nas cidades pequenas do que se está fazendo, procurando interagir e ajudar no que for possível. Logicamente, estamos preocupados com o curto tempo, porque não é tão simples assim. Como isso vai acontecer? Qual a confiabilidade que teremos com um teste tão rápido? Estamos preocupados com isso.

É necessário conhecer as medidas de mitigações.

As interferências se darão por imagens congeladas ou telas pretas.

Até 2018, haverá provavelmente um legado de 130 milhões de aparelhos sem filtros.

E as interferências se darão nas antenas coletivas e individuais (ativas com *boosters*) ou diretamente nos televisores. A maioria das recepções com antenas internas passivas serão interferidas. Antenas internas ativas terão que ser trocadas, porque monobloco não admite colocação de filtros. E a maioria dos dispositivos portáteis One Seg serão interferidos, dependendo da distância, e serão perdidos, porque não há como pôr filtro nessas coisas pequenas. É o caso dos celulares, GPSs, receptores de mão e também esses *dongles* USBs.

Então, a nossa preocupação, concluindo, é termos segurança no que será feito. Temos muita confiança no trabalho que o Mackenzie está fazendo e nos nossos consultores. Estamos estudando muito isso e devemos terminar esse relatório com as nossas visões e preocupações.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Olímpio José Franco.

A próxima apresentação será feita pelo Sr. André Felipe Seixas Trindade, Engenheiro de Comunicações da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel). Com a palavra, o Dr. André Felipe Seixas Trindade.

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE – Muito obrigado.

Sr. Senador Lobão Filho, Sr. Senador Aloysio Nunes, demais membros da Mesa, em nome da Abratel, primeiramente, agradeço a oportunidade – perdão, Senador Osvaldo! – de complementar um pouco mais a visão dos demais palestrantes. Vou buscar dar uma abordagem um pouco mais setorial. Algumas coisas o Conselheiro Jarbas já expôs de uma maneira brilhante, mas vou trazer uma análise do setor em relação aos últimos passos feitos pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Conversando sobre a audiência pública que o Conselheiro Jarbas citou anteriormente, concluí que ela teve uma participação bastante expressiva, mais de 500 participações de agentes públicos do setor de radiodifusão e do setor de telecomunicações. Se formos fazer uma análise, a maior participação setorialmente falando foi do radiodifusor, que estava preocupado principalmente com os seguintes itens: a largura de banda de guarda adequada entre os serviços de radiodifusão e de quarta geração, porque, na época, a consulta pública falava em 5 MHz e previa a possibilidade de colocarmos um outro serviço ainda não existente, mas com possibilidade de ser desenvolvido nessa banda de guarda, de modo que a banda de guarda, na prática, seria reduzida a zero.

A interferência também foi uma preocupação forte do radiodifusor e os custos de mitigação dessa interferência, além da indenização dos radiodifusores ocupantes dessa faixa, pois muitas redes já se encontram operando nessa faixa, inclusive instalando suas redes em sinal digital nessa faixa.

A interferência preocupa bastante o radiodifusor, mas nos sentimos muito confortáveis com o regulamento, com a Resolução da Anatel nº 625, publicada recentemente, dia 11 de novembro, que estabeleceu como condição para publicação do edital de licitação para radiofrequência de 698 a 806 MHz o regulamento de interferências prejudiciais após os testes realizados pela Anatel, visando a garantir o funcionamento dos diversos serviços de telecomunicações e de radiodifusão, contendo os procedimentos de mitigação necessários. Como interferência, estamos trazendo a preocupação do radiodifusor, mas temos que analisar também a possibilidade de que o LTE possa trazer interferência ao serviço imediatamente superior, que é, no caso, o *trunking* operado pela operadora Nextel.

Então, estamos, de certo modo, bastante seguros com esse regulamento, com a necessidade... A Anatel, felizmente, nos ouviu com relação à necessidade de testes, já que há poucas informações com relação ao sistema brasileiro de TV digital; as únicas informações que temos são as procedentes do Japão, de que acabou gastando mais de dois anos realizando testes e tem um custo de mitigação de interferência superior a US$3 bilhões.

A Anatel acabou escolhendo um arranjo APT, fez uma escolha bastante positiva, pois ela nos permite o uso mais eficiente do *Spectrum*, mas, mesmo assim, haverá interferência. Se tivesse escolhido outro arranjo, poderia ter tido uma interferência mais agressiva à televisão, mas o arranjo escolhido pela Anatel também permite uma possível interferência.

Preocupado com isso, a SET, como o Dr. Olímpio explicou de uma maneira bem completa, contratou a Mackenzie, e o SindiTelebrasil contratou o CPqD, para realizar estudos de convivência da televisão digital com a LTE. Estes estudos serão documentos de *input* para esses testes de uma forma que acabei esquecendo de citar, mas também uma outra organização chamada GSMA está realizando testes também. Então, todos esses estudos, tudo o que encontramos que precisa ser melhor analisado, melhor detalhado, felizmente será incluso nesse teste, de modo que possamos fazer uma abordagem mais complexa e completa.

Esses testes da Anatel estão sendo bastante esperados pelos radiodifusores brasileiros e pelas

administrações de outros países que adotaram o sistema brasileiro de televisão digital. Infelizmente, essas administrações não têm condições de realizar testes profundos como o Brasil, já que este possui um cenário bem mais complexo.

Tivemos uma conversa com várias administrações no período de 4 a 8 de novembro, durante reunião da Comissão Interamericana de Telecomunicações, e percebemos que as administrações estão bastante preocupadas com as possibilidades de interferência que podem ocorrer no sistema brasileiro de TV digital que elas escolheram como padrão de TV digital em seus países.

Existem, na realidade, dois cenários comprovados de interferência, que foram elucidados pela SET, e dois possíveis cenários que preocupam também a radiodifusão e o setor de telecomunicações. Um desses cenários seria a possibilidade de interferência do LTE na recepção da TV digital. Na recepção de TV digital inclui-se a televisão impulse, o *set top box*, que são dispositivos que poderiam ser agregados à televisão cumprindo o papel de receptor de TV digital, e os receptores de TV por assinatura também.

Muitas operadoras de TV por assinatura, hoje em dia, devido a limitações técnicas, não estão carregando sinal HD das emissoras em seus satélites ou em seus cabos. O que estão fazendo? Estão acoplando, juntamente com o seu receptor, uma antena que recebe o sinal aéreo da televisão aberta. Então, por mais que hoje em dia se fale que 19 milhões de pessoas estão recebendo sinal de TV por assinatura, esses 19 milhões também estão suscetíveis a sofrer interferência do LTE na recepção do sinal de TV digital. O LTE pode dar interferência tanto na recepção da TV, tanto dispositivo móvel, se a pessoa estiver comunicando perto, pode dar interferência na recepção da TV, na recepção da TV por assinatura ou no seu *set top box*, e também no – esqueci-me de falar – seu terminal móvel de recepção de TV por assinatura móvel.

E o problema da interferência na TV digital é que é totalmente destrutiva, pois você perde total sincronismo do áudio, sincronismo de voz, diferente da TV analógica, em que você ainda percebe o chiado, consegue ouvir um pouco, continuar ouvindo um pouco. Você percebe a qualidade com sombra. Na TV digital, infelizmente, ou você tem uma recepção completamente boa ou uma recepção ruim.

Outro cenário de interferência, mas desse cenário a gente não tem comprovação ainda, é uma possibilidade de interferência, é que a televisão digital cause interferência na recepção do sinal pelo transmissor do LTE. Em vez de o sinal do dispositivo móvel chegar, o LTE vai estar sendo ofuscado, o terminal móvel vai estar sendo ofuscado pelo sinal do transmissor de TV digital, ou seja, ele não consegue fazer a comunicação do usuário para o terminal de... do terminal móvel para a estação transmissora de LTE. Do mesmo modo que também pode ocorrer a interferência em que o terminal móvel não consiga receber as informações vindas da estação transmissora do LTE e seja interferido pela estação transmissora de TV digital.

Pensando nisso, os radiodifusores têm adotado, por precaução, não utilizar o canal 50 e 51, se eles estiverem operando uma potência muito elevada. A gente tem buscado colocar as potências mais elevadas nos canais mais baixos. Por isso que a realocação dos canais 52 ao 69 inclui a alteração nos canais que estiverem abaixo do 51, para agrupar esses canais em blocos, com potências semelhantes. Em muitos casos, nós estamos evitando literalmente utilizar o canal 51, visando a aumentar a largura da banda de guarda, e, como já falei, a interferência pode afetar também o terminal móvel *one seg*.

Com relação à mitigação, o art. 16 deixa bem claro que os custos decorrentes da redistribuição e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de rádio e de comunicação serão de responsabilidade do operador de LTE que adquirir a faixa. Os custos decorrentes de redistribuição... Algo preocupa muito o radiodifusor no momento. Por exemplo, eu compro um equipamento de um determinado fabricante. Meus técnicos estão aptos a operar equipamento de determinado fabricante, então a tendência é que essa emissora queira continuar com o seu fabricante obedecendo às mesmas características técnicas; ou então um equipamento de modo que a qualidade do sinal e a qualidade do equipamento, a vida útil do equipamento seja a mesma do fabricante anteriormente utilizado. Então, essa preocupação é constante. Se a gente for conversar tanto com empresas comerciais como com empresas públicas, essa é uma preocupação rotineira.

Com relação a medidas de mitigação, a gente vê que há necessidade de instalação de filtros na recepção do sinal de TV digital; preparo dos técnicos e antenistas para instalação desse filtro que será instalado nos televisores, nas recepções domésticas; filtros nos transmissores localizados nas estações transmissoras do LTE, para rejeitar o sinal proveniente do transmissor de TV; e revisão das normas técnicas atualmente em vigor, principalmente com relação ao receptor de TV, que atualmente opera o filtro até o canal 69. Nós teremos que revisar a norma, de modo que o filtro seja até o canal 51. E com relação a isso, nós temos um problema também devido ao *switch off* escalonado.

Nós teremos o desligamento da TV analógica, começando em 2015 e terminando em 2018. Então teremos a necessidade de que o mercado fabrique televisão com filtro até o canal 51 para as cidades que vão ter o apagão em 2015 e com filtro terminando no canal 69 para as cidades que vão ter o apagão somente em 2018 ou 2019. Por quê? Se uma pessoa adquirir uma televisão com filtro até o canal 51 e ainda estiver tendo canais analógicos e digitais na faixa do 52 ao 68, ela não vai conseguir mais ter acesso a esses canais. Isso significa que várias emissoras vão estar fora da recepção dessa pessoa – praticamente, todas as televisões públicas: EBC, TV Câmara, TV Senado, TV Justiça e as demais TVs legislativas. Essa situação prejudica muito, além das emissoras que já citei – as TVs públicas –, as emissoras comerciais de caráter educativo, como, por exemplo, a TV Canção Nova, que vem operando, praticamente, todos os seus retransmissores digitais no canal 59.

Sobre a preocupação do mesmo fabricante, já falei.

Em muitos casos também, a realocação do canal, saindo do canal 52, 57 para outra faixa, pode significar também mudança no sítio em que essa estação transmissora de TV digital está operando. Por quê? É necessário um agrupamento obedecendo a critérios de potência. Emissoras com potências próximas dentro de uma variação têm que estar operando em uma localidade próxima também, num raio de 2km. Por isso, dependendo, um canal que saia do canal 63 vai ter que alterar o seu local para outro local. E esse custo também deve estar previsto na indenização que os novos entrantes do serviço 4G deverão custear.

Com relação aos problemas de interferência, é necessário também que se ensine à população como ela vai identificar a interferência: se a interferência está sendo causada pelo LTE ou por uma instalação inadequada da sua antena UHF. Conscientizar a população dos seus direitos, porque, se ela está sofrendo interferência do LTE, quem tem que resolver o problema é a operadora. Ela não tem que tirar o seu dinheiro para resolver o problema de um serviço que será pago, porque até mesmo, se ela quiser utilizar o serviço, será pago. Ensinar à população como proceder para que o seu problema de interferência seja solucionado com maior brevidade, de modo que ela não tenha prejuízo de ficar muito tempo sem acesso à TV aberta, gratuita e livre. Possivelmente será necessária a criação de uma linha direta, um 0800, com a Anatel, de modo que preste toda a orientação necessária à população.

Sobre o regulamento de interferências a ser realizado, o Conselheiro Jarbas já citou algumas empresas. Atualmente, esse *pool* de empresas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE – ...que fazem parte desses testes – são cerca de 17 empresas, coordenadas pela Anatel – tem a responsabilidade de, a partir de dezembro, realizar os testes de campo, agora, em Pirenópolis. Não serão feitos testes em campo nem em laboratório em janeiro, porque a instituição, o Inatel, vai fazer um recesso acadêmico e também porque as redes das operadoras ficam congeladas no período de 15 de dezembro a 15 de janeiro. Então, não é possível colocar novos dispositivos nas redes das operadoras de telefonia. Vamos começar os testes, agora, em dezembro e voltamos em fevereiro, com os testes de campo e de laboratório na cidade de Santa Rita do Sapucaí, com a supervisão da Anatel, feitos nas dependências do Inatel.

Era só isso que eu gostaria de apresentar. Agradeço aos Senadores pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Dr. André Felipe Seixas, cronometrado em exatamente 15 minutos.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Fernando Ferreira, representante da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra).

Com a palavra, Dr. Fernando Ferreira.

O SR. FERNANDO FERREIRA – Obrigado, Senador Lobão Filho, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Osvaldo Sobrinho, demais membros da Mesa e demais companheiros com quem estamos tratando desse tema já há algum tempo.

Em primeiro lugar, eu sou engenheiro de eletrônico e de comunicações. Trabalho no ramo há 30 anos. Hoje, sou Diretor de Engenharia do Grupo Bandeirantes e também estou expondo aqui em nome da Abra (Associação Brasileira de Radiodifusores).

Achei bem objetivo quando o Senador Aloysio, ao abrir os debates e as exposições, mencionou o objetivo da destinação da faixa do 700MHz, as suas consequências, Senadora, com relação à interferência, com relação a pagamento para eliminar essas interferências.

Acho que já tivemos aqui uma exposição muito clara sobre como foi a forma que a Anatel apresentou pelo engenheiro Jarbas Valente, e também as apresentações do Antonik, do Olímpio e do André.

Vou apresentar rapidamente alguns pontos, talvez alguns repetitivos, tentando deixar mais claro, falando menos “engenheirês” e indo para o final, que acho que ali há um agregado relevante de mencionarmos.

Rapidamente, a Resolução da Anatel. A televisão aberta sai dessa banda de 56 canais para 38 canais, ou seja, há uma restrição importante. Da banda total, ela fica restrita a dois terços à televisão aberta. E, quando falamos de televisão aberta, entenda-se pela melhor

forma de entretenimento do povo brasileiro. Então, o Antonik também mencionou isso: livre, aberta, gratuita.

E para fazer o serviço de banda larga móvel, foram determinados, destinados108MHz. Imagino e acredito que tenham sido feitos estudos não só do número de operadores interessados pela banda larga, num cenário futuro do que isso pode ser prestado para a população brasileira.

Temos visto que o crescimento da telefonia celular parou. Chegou a um estágio tal no País e parou. E vemos também é que, quando aconteceu o crescimento, estamos falando no pré-pago, ou seja, limitado a uma taxa muito pequena. Com certeza, não serão esses os usuários desse serviço de banda larga móvel.

Essa resolução ainda aprovou o regulamento sobre as condições de uso dessa faixa que o Jarbas expôs aqui muito bem. Há uma restrição quando da publicação do edital de banda larga, que está condicionado a dois pontos: há o regulamento contra interferências prejudiciais – acho que será relevante sabermos e conhecê-lo, e ele está prometido evidentemente após as medidas e testes aqui expostos por todos os companheiros; e a conclusão do replanejamento de canais de radiodifusão. A Anatel está conduzindo isso muito bem, juntamente com o Ministério das Comunicações. Hoje, por exemplo, está sendo revisitado o plano do Rio Grande do Sul, na maioria do País já foi feito; esperamos que, nos próximos meses, tenhamos concluído esse replanejamento de canais. Como disse o Antonik aqui na sua exposição, tudo muito apertadinho, muito restrito para a radiodifusão, assumindo autointerferências inclusive, mas estamos levando e aceitando até agora o que nos foi colocado.

Eu destaquei um ponto aqui do regulamento dos 700 MHz, que foi exposto na semana passada. O art. 16 diz que "as adquirentes do uso de canais deverão arcar com os custos decorrentes dessa redistribuição e das soluções para os problemas de interferências prejudiciais que irão ocorrer". Fiquei preocupado quando o general mencionou aqui e a atribuição da banda que o Exército vai ficar nessa distribuição, como o Olímpio mencionou. Vai ficar grudado ao canal 51 e talvez, se tiver algum tipo de interferência daquilo que já vimos até agora, das medidas feitas pela Mackenzie, ali a probabilidade maior de ocorrer também passa por esse ponto, general.

Isso é um cronograma, rapidamente, o início dos testes que a SET – Sociedade de Engenharia de Televisão –, de que faço parte, também iniciou. Estão todos eles de acordo com os testes, todos eles de acordo com a OIT, e iniciaram, em abril desse ano, e a previsão do relatório e das conclusões será agora fim de novembro, início de dezembro, como o Olímpio mencionou.

Um dos maiores tipos de problema que a gente vê é relativo à saturação, à proximidade entre as antenas de recepção, principalmente as coletivas ou as individuais, como as antenas de banda larga, que, com certeza, apresentaram nos testes problemas de interferência. E também há a questão dos próprios celulares. Quando estiver afastado, muito distante do ponto de recepção da televisão, o próprio celular poderá causar interferência nas recepções externas ou nas recepções internas.

Aqui, o básico é a gente entender o diagnóstico dos testes, as soluções, os custos, como farão isso e qual será o tempo para a implantação disso. O Jarbas também já mencionou isso. O edital já está previsto, já há data prevista para ele ser lançado.

É importante que a gente conheça todo esse caminho e tudo isso que poderemos causar para a televisão aberta.

O Olímpio também mencionou que a gente está seguindo a Ofcom, que é um órgão da Inglaterra e também do Japão.

Peguei alguns pontos do Japão para mencionar. Quero lembrar que, no Japão, eles determinaram que os operadores de banda larga instalarão filtros nas residências. As operadoras instalarão isso, para eliminar o problema de interferência na casa do usuário. Todas as estações de banda larga também terão filtros profissionais, para, na saída, já ser atenuado qualquer tipo de interferência. Os televisores produzidos a partir de 2011 já vinham com filtros internos.

O Brasil não adotou nada disso ainda, ou seja, continuamos fabricando televisores com recepção até a faixa lá de cima. Com certeza, toda essa mitigação está prevista no documento da Anatel. Temos de ver qual será a prática, como isso vai ocorrer.

A operação deles também se dará somente a partir de 2015, e isso foi dito em 2011.

Esta é a primeira resposta, Senador Aloysio, com relação ao seu questionamento sobre as consequências de 700 MHz: eu diria que a televisão aberta não possui canais de frequência para a sua evolução. Quer dizer, ela ficou apertada, e novas tecnologias estão surgindo, como 4K, 8K e 3D. Todas elas estão iniciando hoje no mundo, e não temos previsão de canais para isso.

Alguém pode dizer: "O que é 4K?". Vou responder rapidamente: é o dobro de resolução do HD. Se hoje os senhores forem a algumas lojas, verão que já existem no Brasil televisores sendo vendidos para 4K, embora nenhuma emissora esteja produzindo 4K. É uma tecnologia nova, que está surgindo.

Na NHK, por exemplo, na Copa das Confederações, os jogos do Brasil foram captados em 8K, o que já é o dobro da resolução do 4K. Com certeza, tere-

mos demonstrações disso durante a Copa do Mundo. Vocês poderão ver o espetáculo que é isso!

A televisão, talvez, esteja limitada, como disse o Olímpio, a ficar na tecnologia que temos hoje, porque não temos banda para isso.

Então, esse é o primeiro ponto, Senador, quanto à consequência disso, quanto ao que a gente pode evoluir. Não estou dizendo com isso que não se precisa de banda para banda larga. Não é isso. Como mencionou o Olímpio, temos várias faixas de frequência. Acredito que a televisão aberta precisa ter canalização prevista para isso.

Ouço, toda hora, as pessoas falarem: "Vamos assistir via internet". Só vejo a internet trancar, não vejo essa facilidade. A gente sabe de vários Municípios que não têm banda larga de internet, porque não é negócio, porque não é economicamente viável tê-la naquela localidade.

E o que a televisão paga supre. O André mencionou aqui muito bem como os operadores de DTH recebem o sinal da televisão: eles recebem pelo ar o sinal que entregam para o usuário.

A meu ver, esse é um grande problema, porque não podemos deixar pela frente um legado limitado para a televisão aberta. Queremos mais banda, Senador! Todo mundo quer frequência. A banda larga precisa disso, e a televisão também precisa disso.

Uma das alternativas, como já comentei com o Dr. Jarbas Valente, é fazer com que a faixa dos canais 7 a 13 permaneça com a televisão aberta, é destiná-la para novas tecnologias. Ou se pode fazer isso com outra faixa adjacente a essa. Esse é um dos grandes *issues* desse item 700 megas.

Como solicitações, eu coloquei aqui dois pontos. Que fiquem definidos claramente como e quando serão sanadas as interferências causadas pela operação da banda larga na recepção dos canais de TV aberta. Tenho a tranquilidade e a certeza de que tanto o Ministério das Comunicações quanto a Anatel estão olhando com lupa como farão; e não farão a população brasileira ficar sem receber a televisão aberta, pela sua relevância e pela sua importância.

E que a Anatel e o Ministério também estudem atribuições de novas frequências para, no futuro, serem adotadas pela televisão aberta nessas novas tecnologias. Quer dizer, eu acho que nós temos o compromisso de respeitá-los na forma de maior entretenimento do povo brasileiro, que é ver televisão aberta.

Era isso.

Muito obrigado.

Acho que recuperei, Senador Lobão, o tempo dos demais.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Fernando Ferreira.

Finalmente, encerrando o bloco dos expositores, tenho a honra de passar a palavra a Srª Patrícia Ávila, Secretária de Serviços de Comunicação do Ministério das Comunicações.

Com a palavra a Drª Patrícia.

A SRª PATRÍCIA ÁVILA – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer à Comissão pelo convite de o Ministério estar aqui, em nome do Senador Lobão Filho.

Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes, Senador Osvaldo Sobrinho, demais pessoas da Mesa e demais presentes, fiquei por último e me sobrou muito pouco para falar. Então, vou propor a vocês destacar da apresentação o que é relevante, o que considero relevante, conversar algumas coisas com vocês e não entrar em muito detalhe sobre o que está escrito aí e que já foi dito pelas demais pessoas aqui presentes.

Esta é a estrutura da apresentação: primeiro, a parte de cobertura; depois, a parte de recepção; depois, a parte de comunicação.

Eu queria falar uma coisa que já foi dita, que é importante destacar: quando falamos de consequências da destinação da faixa para 4G, estamos falando de televisão e estamos falando de 4G. São duas decisões públicas importantes. Em determinado momento, elas têm uma interface, mas, ao mesmo tempo, elas também caminham, de certo modo, sozinhas.

Vou falar aqui sobre desligamento de TV analógica. Acho que a parte relativa à destinação da faixa para 4G, interferências, etc., já foi bem falado pelos demais.

Basicamente é isso.

Então, primeiro, o que eu queria falar de televisão é que televisão é um serviço que é oferecido, que cobre praticamente 100% da população e que ocupa um determinado espectro. Não importa o número de pessoas que tenha acesso a ela. Pode haver um milhão de pessoas assistindo a uma. É sempre o mesmo espectro ocupado. Acho que daí a importância do serviço – não sei se eu me fiz clara, Senador. Nós temos um serviço que, hoje, é oferecido gratuitamente, que ocupa uma faixa do espectro. Ela é fixa, e não importa se há uma ou muitas pessoas assistindo. A qualidade oferecida é a mesma.

Por que estou falando isso? Porque acho que a televisão é um serviço de suma importância.

Em 2011, quando chegamos ao Ministério, havia um projeto de desligamento da TV Digital, mas havia, digamos, morosidade em fazer isso acontecer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PATRÍCIA ÁVILA – Da TV. Vou falar de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Desligamento de TV? (*Fora do microfone*.)

A SRª PATRÍCIA ÁVILA – Analógica. É porque às vezes eu falo digital, mas é analógica.

Então, em 2011, havia um cenário de mais ou menos 250 empresas autorizadas a efetuar o serviço, a transmitir em sinal digital, e mais ou menos uns 80 projetos técnicos aprovados. O que fizemos de lá para cá? Subimos esse número de consignações para 4.000. São 4.000 hoje, de um total de mais ou menos 11.000 TVs e retransmissoras de TV,e já temos 1.000 projetos técnicos aprovados. Então, aceleramos, digamos assim, a implantação da TV Digital.

Por que isso é importante? Porque também editamos um ato, o Ministro publicou uma portaria que autoriza funcionar, pelas próprias características do plano de televisão, onde estão os canais geridos pela Anatel, se existe uma consignação, e hoje as características do canal já são fixas no plano, então, autoriza a funcionar em caráter provisório, desde que a entidade obtenha o uso de radiofrequência. Com isso, não existe mais a situação em que havia 11 mil estações e apenas 80 poderiam entrar em funcionamento. Hoje, já existem 4 mil estações que podem entrar em funcionamento, desde que recebam a consignação e a autorização do uso da radiofrequência.

E por que não um número maior que 4 mil? Porque, hoje, aguardamos – eu vou passar aqui a Portaria nº 14, de que o Jarbas já falou – esse trabalho, que é o trabalho do replanejamento de canais. Uma grande parte de canais é de retransmissoras que não são protegidas contra interferência e têm uma potência menor, que é o que chamamos de retransmissão secundária. Eu diria que mais ou menos uns 5 mil canais, dos 11 mil. Então, veja, o que podíamos fazer, ou seja, das estações que tinham par definido pela Anatel, já fizemos. Agora a Anatel está concluindo esse trabalho de replanejamento, e precisamos desse trabalho para dar seguimento e aceleração à implantação da TV digital, com o pareamento das retransmissoras secundárias.

Além disso, esse replanejamento de canais é importante porque nos dá a dimensão do que teremos de desligar e como. Então, eu vou ter, durante determinado período de tempo, o desligamento da TV, e preciso conhecer as metas de implantação da licitação – e aí, novamente, vem a interface – a fim de casar isso com os interesses da radiodifusão. Ou seja, eu quero oferecer o sinal digital para uma população cada vez maior porque as empresas já estão operando, e, ao mesmo tempo, eu preciso liberar a faixa para o 4G.

Sobre isso o Jarbas também já falou. Esta é uma pergunta que sempre fazem: "Sim, acabou o replanejamento, o que vai ser feito dos canais?". Por decreto, obrigamos o funcionamento simultâneo em analógico e digital. Este ano, editamos um decreto que permite, onde não há espaço para todo mundo funcionar simultaneamente, você digitalizar no mesmo canal, ou seja, funcionar em analógico e, no momento do desligamento, chavear automaticamente para digital. Isso porque há algumas regiões que têm um espectro mais congestionado, como Rio e São Paulo, e não caberia, teoricamente, dar um par para todo mundo. Então, fizemos essa alteração no decreto para viabilizar. Com isso, toda a região metropolitana de São Paulo está resolvida para o desligamento. Já existe um estudo pronto, a consulta pública está em andamento, a Anatel vai publicar o resultado, e garantimos uma premissa com que trabalhamos desde o início, ou seja, de que para todo canal outorgado vai haver a possibilidade de ele transmitir em digital.

E o que vamos fazer depois com esses canais que são analógicos? Podemos fazer várias coisas: podemos licitar, no caso de geradora de televisão e podemos fazer o processo seletivo simplificado, no caso de TV educativa e de retransmissão de televisão. Já estão protocolados no Ministério mais de cem pedidos de canal da cidadania e já estamos pedindo para a Anatel fazer a inclusão desses canais. E também fazemos consignação para as TVs públicas da União. Existem hoje, no Ministério, mais ou menos 700 pedidos – eu disse isso na audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara –, mas a maioria deles não tem o projeto técnico pronto ainda. Aguardamos esse recebimento para dar seguimento a isso.

Alteramos também o cronograma. Quando chegamos no Ministério, estava previsto, desde 2006, o desligamento, de uma vez só, em 2016. Ou seja, pegaríamos 11 mil TVs e RTVs para desligar em um dia só. Estudamos a experiência de outros países, estivemos no Japão e nos Estados Unidos, e chegamos à conclusão de que seria temeroso fazer dessa forma. Então, fizemos uma alteração no decreto em que a simultaneidade da programação, quando não for possível, digitaliza no mesmo canal. A transição passou a ser entre 2015 e 2018. Isso não significa que, em 1º de janeiro de 2015, a gente vá fazer o desligamento de alguma cidade; significa que esse é o período em que a gente vai escalonar um cronograma para poder apresentar. A data limite de outorga de TV analógica foi 31 de agosto, então, a gente não outorga mais TV. E a data de RTV, que a gente incluiu e está marcada aí em vermelho, a gente só vai dar RTV analógica até três anos antes da data do desligamento. Ou seja, a gente já está preparando para desligar e não vai dar mais retransmissão em analógico, assim que a gen-

te sair com o cronograma nas cidades que, três anos depois, terão desligados.

Então, a gente tem um cronograma voluntário, quem está operando hoje um canal analógico pode pedir alteração do seu canal para digital e não precisa mais transmitir simultaneamente. E vai haver uma fase obrigatória que é entre 2015 e 2018.

O que é relevante também falar sobre isso? A gente sabe que as emissoras têm na parte de cobertura um esforço muito pequeno no início para atingir um grande número de pessoas, mas, à medida que se vai concluindo a digitalização, precisa-se de mais transmissores para alcançar um número menor de pessoas e que conseguem uma veiculação de publicidade menor. Você não tem mais retorno publicitário. Então, a gente sabe que esse esforço é grande e, por isso, a gente resolveu escalonar também.

Os Estados Unidos, por exemplo, não desligaram todas as ações, ainda têm estações funcionando em analógico.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PATRÍCIA ÁVILA – Não, não. Não precisa. Muda a qualidade. Você possibilita a interatividade, mas, teoricamente, não precisa. A gente está fazendo, tem um escalonamento pronto, está aguardando replanejamento da Anatel para poder finalizar. Mas a gente tem o replanejamento pronto e a gente sabe que, em cidades pequenas, não há como pedir para as emissoras desligarem agora, porque você tem... Agora que eu digo é 1º de janeiro de 2015, porque você tem um custo alto para um retorno pequeno.

Isso daqui é o que a gente está levando em conta no cronograma de transição, são as obrigações da faixa de 700. A evolução da digitalização no País, tanto em termos de cobertura quanto de recepção, e o perfil da população. A gente olha o PIB *per capita*, olha o IDH, número de famílias no cadastro único, etc...

O Ministério tem a vontade de fazer um piloto. Eu gostaria de ressaltar que isso aqui tudo que está sendo colocado a gente discute com o Fórum Brasileiro de TV Digital – o Olímpio, que está aqui presente, o Fernando, a representante da Record aqui, representante da Globo e do SBT, representantes da indústria eletrônica. Então, tudo que a gente faz e discute é debatido previamente com eles.

A ideia é fazer um piloto, pela importância, para se ter uma medida do que vai acontecer nas demais cidades e a garantia do Ministério de que o sinal analógico só vai ser desligado quando for assegurada a toda a população a capacidade de recepção do canal digital.

Então, é isso que o Ministro defende e é isso que a gente está colocando no papel.

O Antonik já falou um pouco sobre isso, sobre a penetração da televisão no Brasil desde 2011. Todas as TVs fabricadas já têm o receptor digital. Em 2018, a gente vai ter a substituição de todos esses aparelhos e, para quem não tiver condições, ou seja, o que a gente considera famílias de baixa renda, a gente vai oferecer um subsídio.

Esse aí é o potencial de crescimento, principalmente com Copa e Olimpíadas. Isso aqui é hoje, o que a gente tem cobertura de TV digital.

Isso aqui é o que falta digitalizar – é só para mostrar para os senhores o ilustrativo. Essa parte vermelha aí eu diria que mais de 990% são retransmissores secundárias. É o que a gente aguarda o replanejamento dos canais. Esse aí foi um estudo feito para as capitais.

Estímulo à recepção – esse aqui eu já falei. Existe esse estímulo de Copa e Olimpíadas, e a indústria tem a capacidade de produzir mias de 10 milhões de televisores a cada seis meses. Então, a gente acha que a substituição dos equipamentos vai acontecer naturalmente, e onde isso não for acontecer naturalmente, a gente vai estimular.

A gente já tem uma parceria com o IBGE e Secom, o IBGE no PNAD e a Secom numa pesquisa que ela está fazendo para acompanhar a recepção digital, e o Ministério está contratando uma pesquisa para ter um acompanhamento da recepção mais efetivo.

Isto aqui são as modalidades que a gente pode fazer para famílias de baixa renda: dar crédito; dar um *set-top box* de baixo custo, com subsídio; distribuir um cupom ou distribuir o receptor. A gente sabe que, para quem tem TV de tubo, vai ter que ter um receptor.

A gente já tem hoje o programa Minha Casa Melhor oferecendo crédito subsidiado. Para televisor de 32 polegadas, pode haver parcelas de até R$25,00. Então, está mais acessível para a população de baixa renda.

O que a gente acha importante também é um plano de comunicação adequado, que contemple todos os *stakeholders*, ou seja, telespectador, radiodifusor, varejo, associações, sindicatos, indústria e a própria imprensa, a gente fazendo esse trabalho em parceria com o fórum.

Eu acho que é isso que eu tinha para falar.

Se fosse possível, Senador, eu queria mostrar um trabalho que está sendo feito no fórum de TV digital que permite acompanhar o desligamento na TV. Eu posso mostrar rapidamente, em dois minutinhos. Ele está neste *link*. Eu posso ir ali, mostrar o que a gente quer disponibilizar para a população. Aqui dá para se ver, em cada cidade, o que já foi desligado, o que não foi. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É possível.

A SRª PATRÍCIA ÁVILA – Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Comunicamos aos presentes que ainda estamos no ar, na TV Senado.

Enquanto a Drª Patrícia prepara esse sumário, eu gostaria...

Nós recebemos centenas de mensagens, de indagações dos ouvintes, pela internet e pela televisão, e a nossa Secretaria pinçou algumas perguntas e alguns comentários, que vou passar aos presentes, para que possam ser respondidos ao final da exposição da Drª Patrícia.

O ouvinte Cláudio da Cunha e Silva Filho, de Sobradinho (DF), pergunta ao General de Divisão do Exército brasileiro Antonino dos Santos Guerra: "Como o Exército brasileiro conseguiu se comunicar com os pelotões de fronteira sem dificuldade?" Pergunta ainda: "Como ficará essa comunicação com a banda larga de 700MHz?"

A ouvinte Maria de Fátima Anselmo Edelmann, de Atibaia (SP), parabeniza esta Comissão por sua atuação na audiência pública de terça-feira, no pedido de esclarecimento sobre o tema abordado no debate das consequências da destinação da faixa de 700MHz para 4G. Segundo ela, esses esclarecimentos são de grande valia aos telespectadores leigos.

Um comentário do Dr. José Eduardo Figueiredo Araújo, de Fortaleza (CE): "Enquanto as populações mais ricas do País contarão com a internet de altíssima velocidade, no Japão, a rede 4G oferece até 10 megabytes (MB) nas conexões móveis; na zona rural, o atendimento previsto com banda larga na faixa de frequência de 450MHz chega a ser praticamente a mesma velocidade que já foi estimada pelas operadoras junto ao Governo, no PNBL. A Anatel tornou obrigatório apenas um plano de serviço de dados que contempla as velocidades mínimas de *download* de 256kbps e de *upload* de 128kbps."

Finalmente, Guilherme Rodrigues envia pergunta pela internet: "A TV digital, além de não estar acessível a todos, representa grandes falhas na cobertura, mesmo em grandes centros; como a Anatel e demais responsáveis vão garantir um sinal mais forte da TV digital aberta a todos os Municípios e localidades?"

Essas são perguntas que, de forma amostral, foram pinçadas das centenas que foram enviadas.

Pergunto à Drª Patrícia se já está pronta para sua exposição.

A SRª PATRÍCIA ÁVILA (Fora do microfone.) – Não. Temos que instalar o navegador.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, eu inicio as perguntas e indagações, primeiro, fazendo um comentário sobre o que o Dr. Olímpio disse. E a minha pergunta vai ao Dr. Jarbas Valente.

O Dr. Olímpio afirmou que, no Japão, desde 2011, estão sendo instalados nas televisões filtros para um serviço que será iniciado apenas em 2015. Eu pergunto ao Dr. Valente: uma medida de planejamento antecipado como essa, para evitar interferências, não seria interessante que o Brasil já a tivesse adotado também, visto a experiência do Japão em adotar este princípio?

A segunda pergunta: o Exmo General Antonino Guerra deixou clara aqui a dúvida dele em relação à locação de uma faixa de frequência exclusiva para os meios de segurança institucionais brasileiros. Já na apresentação do Dr. Valente, ficou claro que, o bloco 1 – os blocos de frequência estão divididos em nove – já está previamente alocado exatamente para esses sistema de segurança nacional. E do bloco dois ao nove para a iniciativa privada. Isso não foi comunicado ainda ao Exército? Por que a dúvida do General Guerra?

Finalmente, eu perguntaria à Drª Patricia. Ela colocou um quadro na exposição dela que falava exatamente isto: o que será feito com as faixas de dois a quatorze, hoje utilizadas pelas TVs analógicas? Não poderíamos usar, como o Dr. Olímpio sugere, uma reserva de contingência para futuras inovações tecnológicas, para coisas que poderão aparecer no futuro decorrentes da modernidade desses sistemas todos? Por que alocar isso para TVs públicas e educativas? É a pergunta que eu faria para a Drª Patricia.

E finalmente, para encerrar, eu perguntaria ao General Guerra por que o Exército é responsável pela guerra tecnológica.

Essas são as perguntas.

Eu passaria agora a palavra ao Senador Aloysio Nunes para também fazer suas indagações que possam ser respondidas pelos expositores convidados.

Com a palavra, o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Senador Lobão, o senhor já se adiantou em muitas das perguntas que eu gostaria de fazer depois, aliás, dessa excelente audiência pública.

Todos os expositores aqui trouxeram, cada um deles, uma visão dessa questão sob um ângulo determinado, cujo conjunto contribuiu para esclarecer muito não apenas a mim, como também àqueles que estão nos assistindo.

Realmente, é uma questão muito desafiadora. Este tema serviria para um assunto de aula nossa em uma faculdade de Economia, por exemplo, para discutir a relação entre as relações jurídicas entre os produtores de conteúdo, as empresas de telecomunicação, dados públicos e a base tecnológica de toda essa atividade. Quer dizer, de que maneira o regra-

mento jurídico, a começar pela regra constitucional, chegando até a portarias e resoluções, interfere sobre o desenvolvimento das forças produtivas desse setor.

Isso me faz lembrar de uma audiência pública em que compareceu o Ministro Sérgio Motta, muitos anos atrás, quando discutíamos a reforma constitucional que permitiu a abertura, uma mudança do marco legal das telecomunicações no Brasil. Eu assisti à audiência pública e, por não ser alguém versado nesses temas, parecia-me que o Ministro Sérgio Motta estava delirando. Como se eu estivesse ali ouvindo a apresentação de um lunático ou de um extravagante, embora eu conhecesse Sérgio Motta há muitos anos, sabendo que ele era um homem extremamente bem preparado.

Estou vendo que as coisas aconteceram com tal rapidez e com tal abrangência que, naquela época, era muito difícil se perceber, se prefigurar o tema que nós estamos discutindo hoje.

As perguntas que eu tenho a fazer dizem respeito a uma preocupação sobre as medidas que vão ser tomadas para enfrentar os dois problemas que foram apontados por todos os expositores, que são a necessidade da acomodação da tevê aberta numa faixa menor, num espaço menor da frequência, os custos que decorrerem disso, além dos problemas técnicos envolvidos por essa necessidade de apertar o que hoje está acomodado num espectro maior. E também a mitigação das interferências prejudiciais. Isso envolve custos.

O nosso convidado Luis Roberto Antonik disse: "Alguém terá de pagar." Muito bem. O que nós sabemos é que o edital da licitação das faixas que serão disponibilizadas para as telecomunicações prevê que as empresas adquirentes haverão de arcar com esses custos. Mas pelas exposições que foram feitas aqui, percebo que ainda há muitas questões em aberto, muitas soluções alternativas possíveis que, talvez, não possam ser previstas no momento da licitação. Pergunto: o edital da licitação trará, no seu seio, a solução tecnológica adequada para um e outro problema ou isso ficará em aberto? Ficando em aberto, quem vai arcar com os custos que advirão do surgimento de problemas imprevistos, dos que não se pode prever agora?

A rigor poder-se-ia pensar que a Anatel vai receber os recursos correspondentes às outorgas e que poderia arcar com isso, mas é preciso uma solução legislativa para que isso ocorra. Hoje nós não temos uma previsão legislativa para, digamos assim, que esses recursos fiquem com a Anatel, para que a Anatel possa lançar mão deles para cobrir eventuais necessidades adicionais de financiamento. Isso pode virar...Tudo isso pode ir para o Tesouro e fazer superávit primário. Não sei a quantas anda o orçamento da Anatel. Enfim, é uma preocupação que tenho. Essa é a pergunta: quem vai arcar com os custos? Há custos que são previsíveis no momento da licitação; outros, pelo que entendi aqui das exposições, dificilmente poderão ser previstos agora. Não é? Então, essa é uma questão que gostaria de levantar.

O Senador Lobão já manifestou a sua preocupação em relação à necessidade de uma banda adicional para a evolução tecnológica da radiodifusão para padrões de maior resolução, de maior funcionalidade.

Falou-se muito sobre o Japão. Pergunto: o Japão fez essa reserva para prever a evolução tecnológica da radiodifusão? A pergunta, também, é relativa à reserva para a segurança do Estado e dos cidadãos, tema da exposição do General Antonino Guerra. Foi feita aqui uma pergunta sobre a conveniência de se colocar esse espaço no limite da banda, se isso não traria inconvenientes para a segurança da comunicação de dados, de vozes, para a segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – Antonino disse: " Por que não no meio?"

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – "Por que não no meio?" Exatamente.

O que mais? Acho que é isso. Acho que o senhor esgotou muitas das questões que eu queria formular.

E também há a pergunta daqueles que nos acompanham. Penso até que deveriam ter prioridade, porque estão aqui ligados conosco, nos acompanhando.

Mas quero agradecer muito a qualidade da exposição de todos vocês aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Eu passo a palavra, primeiramente, por ordem até de exposição, ao General Antonino Guerra.

Com a palavra, o General.

O SR. ANTONINO DOS SANTOS GUERRA – Muito obrigado. Primeiramente, respondendo a pergunta do ouvinte sobre a questão na fronteira, trabalhar em segurança do Estado brasileiro, segurança pública, é um ato de heroísmo já em função dos limitados orçamentos com que temos convivido. Na fronteira do País, onde temos inúmeras frações – só na Amazônia, 22 pelotões; para se chegar a alguns são sete dias usando o transporte fluvial –, a comunicação também é um desafio, não para essa questão atual. Temos lá comunicações em HF, algumas posições na banda X satelital e também, quando há recursos, são feitas locações de BGAN e outras coisas. Ter o provimento de comunicações não é a questão ideal, mas é a solução para aquela região. Essa questão de 700MHz não é exatamente para aquela região do País.

Bom, já a pergunta do Senador Lobão sobre a guerra tecnológica, que chamamos, no quartel, de guerra eletrônica, essa atividade existe na Marinha, na Aeronáutica, na Força Aérea, que é o trabalho no espectro eletromagnético, na identificação de transmissões e tudo. As Forças Armadas trabalham estritamente dentro da legalidade. Então, se capacitam pessoas e, quando é possível, há aquisição de equipamentos, porque essa é uma atividade também militar se ocorrer a questão de conflitos. Então, nós trabalhamos estritamente da forma legal, que é fazer a pesquisa de conteúdo. Já outros órgãos, quando demandados judicialmente, como a Polícia Federal, demandam também atuação na guerra eletrônica com a busca de informações. É essa a questão.

Sobre essa questão da atribuição da faixa de frequência no seu limite, está melhor que antes. De fato, antes, no começo, com apoio aqui do Senado, do Sr. Carlos, que trouxe o assunto para outros níveis... Estávamos até fora. A segurança do Estado, a polícia, a defesa estavam fora dessa faixa. Hoje, a resolução nos contempla, quase na beiradinha, quase caindo fora, com dez. Está melhor. Nós pedimos vinte. Só estamos fazendo nosso estudo lá porque, se for possível, vamos ao leilão. Não sei como vai ser pago: se precatório. Então, nós vamos ao leilão para pegar uma faixa maior para a segurança. Que haja consideração. A faixa é limitada. Há disputa. Estou aqui presente como um interessado e não como um órgão regulador. Para isso, existe a Anatel. É necessário reconhecer essa necessidade.

Há problema de interferências por causa do limite da faixa? É possível, mas também é uma questão a ser resolvida no escopo da discussão da faixa como um todo, porque não será o órgão de segurança pública que terá a capacidade financeira de atenuar o problema de interferência. Tem que ser analisada toda a faixa de frequência. E as empresas privadas que vierem a receber a outorga também têm que cuidar da questão do Estado envolvido. Não há outra solução.

Agora, nós também vemos a nossa atuação e ocupação de forma mais lenta que o ente privado e sob a orientação do Ministério das Comunicações e da Anatel. Não é porque vai ser atribuída a faixa e havendo recurso orçamentário que se vai sair instalando à revelia de orientação e trabalho junto com a Anatel. Nós estamos, desde o início, nessa questão, trabalhando aqui em Brasília, para que essa regulação, essa orientação da Anatel seja precisa e nós a executemos sem ser invasivos. As entidades públicas, para servirem ao cidadão, não podem servi-lo sendo invasivas. Então, vamos trabalhar com a Anatel, colocando o sistema na medida em que for possível. É assim que vemos.

Acho que respondi a todos assim. Não sei se faltou alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não.

Obrigado, General.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Jarbas Valente para proceder, também, à complementação das explicações.

Com a palavra o Dr. Jarbas.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Vou começar respondendo aos nossos telespectadores.

Há uma pergunta que achei muito interessante, de José Eduardo – se não me engano, é do Nordeste, de Fortaleza, Ceará –, sobre a questão da banda larga. As velocidades hoje são baixas nas coberturas rurais e nos pequenos centros do Brasil, nas pequenas cidades.

O que nós queremos fazer, André, aproveitando agora essa nova licitação dos 700MHz, é permitir que os 700MHz venham a substituir os 450MHz que você citou. Com isso, de imediato, ele já pode levar a velocidades de, no mínimo, 10 megabits por segundo. Então, aqueles que estão usando hoje 256 – que, em 2017, seriam 1 mega – já vão poder utilizar, no mínimo, 10 megabits por segundo. E a ideia é que não fique nos 10. Então, queremos trabalhar para os pequenos Municípios, os Municípios abaixo de 30 mil, com a possibilidade de terem uma única operadora, com a possibilidade de usar todos os espectros disponíveis, que seriam os 40 mais 40. Aí, sim, em vez de levar 10, vai levar 25 megabits por segundo e com condições comerciais bastante adequadas. Acho que, assim, respondo à sua pergunta.

Outra pergunta, de Guilherme Rodrigues, com relação às falhas hoje da TV digital aberta. Realmente, existem, são muitas. Eu mesmo tenho problema aqui. Moro no Sudoeste, um bairro importante aqui de Brasília, próximo às emissoras, e há alguns canais de televisão a que, às vezes, não consigo assistir. Isso depende muito da proposta, de como está sendo encaminhada a questão da cobertura da televisão. Então, depende de localização, de onde está o meu aparelho em casa, etc., e do trabalho que temos feito junto com todas as operadoras, no sentido de buscarmos um uso mais adequado do sistema de transmissão.

Então, o que temos feito com todas as operadoras de radiodifusão, no Brasil todo, principalmente de televisão, é buscar, nesses centros, onde há essa possibilidade de não haver uma recepção adequada, conseguir um lugar adequado, um lugar que seja mais alto, ou seja, em termos de cobertura, onde será instalada a torre, e que fiquem todas elas no mesmo ponto.

Por que essa pergunta dele é importante? E já aproveito para responder também parte da pergunta

do Senador Lobão Filho. Por exemplo, em Brasília, nós idealizamos um local, onde está aquela torre de TV aqui, e nós buscamos que todos os operadores estejam lá. Para quê? Para que não haja diferenciação na hora da propagação do sinal.

O Senador perguntou aqui: por que não começamos, então, a filtrar os canais superiores dos atuais receptores de televisão, que são acima do canal 52, que mantivemos? Porque, para a televisão, a própria televisão também interferirá e interfere na própria televisão. O que quer dizer isso? Alguém que use o canal 61 pode estar interferindo no canal 52, 53, que está ali adjacente ou não adjacente. O que fizemos foi o seguinte: vamos colocalizar todas as emissoras de televisão em um único ponto, para evitar que, quando da cobertura de cada sinal, cada usuário que assiste a um desses canais possa estar recebendo a sua potência adequada, e não haja interferência. Então, na própria televisão, já fizemos esse tipo de mitigação.

Talvez seja algum desses problemas que há, por exemplo, aqui em Brasília, em que muitas das empresas não estão colocalizadas. Há empresas que estão lá na torre de televisão, que fica no centro da cidade; outras têm torres em cima do edifício ali, por exemplo, do *shopping* no centro da cidade; outras estão em outras posições; e algumas estão aqui próximas da torre de televisão futura, onde serão todos eles agregados. Então, com isso, na hora da transmissão, muitos dos receptores têm interferência. A interferência é de uma televisão para a outra, na questão dos canais superiores que eles recebem, e, com isso, há dificuldade na recepção.

Então, esse é um trabalho que a Anatel tem feito junto a todas as operadoras, para que possamos ter todas elas em um mesmo ponto para que, hoje, na própria propagação da TV digital, uma não venha a interferir, prejudicar a situação da outra.

Da mesma forma, estamos fazendo para quando da convivência da mitigação entre a televisão e os canais que serão utilizados para serviços móveis ou outros nessa faixa adjacente. E não preferimos agora, Senador, colocar a obrigação de ter o filtro nos receptores de televisão. Primeiro, porque muitas operadoras ainda utilizam os canais analógicos, como a própria Câmara, que utiliza o canal 61 no Brasil todo e outras que usam o canal 62, 63 até o 68; e também porque, no caso do móvel, não haverá tanto esse problema, porque temos um processo de atenuação do sinal muito maior do que uma televisão exige para recepção dos próprios sinais de televisão, que é menos 20dbs. Nós usamos no móvel da ordem de menos 50dbs, é mais do que o dobro; então será muito difícil haver esse tipo de interferência.

Onde haverá interferência prejudicial – por isso, estamos fazendo os testes – será nas bordas de sinal, como já acontece hoje na própria televisão, na pergunta aqui do telespectador, em que não conseguimos colocalizar todas as televisões no mesmo ponto, parar evitar que a propagação, ao chegar, não pudesse, então, ter a saturação desses canais que estão sendo transmitidos – os canais mais altos saturam os canais mais baixos –, e ele não pode ver com qualidade. Por isso procuramos ter esse trabalho.

Isso será muito pouco, o que vai acontecer, e achamos que é viável, do ponto de vista técnico, lá na frente, termos as necessidades dos filtros para isso, e, quando houver um dos pontos que colocamos aqui no regulamento, vamos fazer – já respondendo a pergunta do Senador Aloysio Nunes – a coordenação, no processo de licenciamento de cada estação móvel. Então, cada vez que for instalar uma ERB, tem que haver uma licença da Anatel. Então, a Anatel, ao licenciar, fará esses testes para saber se há alguns dos tipos próximos ali que vão necessitar ter ou não um eventual filtro. Isso também aconteceu lá na Europa, principalmente na Inglaterra, o Ofcom disciplinou isso, e fez até uma estimativa de como seria necessário, quantos filtros desses seriam colocados. Estimaram um número muito superior do que depois ocorreu na prática, até porque isso não tem acontecido.

Da mesma forma, vamos a cada caso, antes de licenciar, fazer a coordenação. A coordenação é fundamental para que nós possamos testar em campo. Antes de a operadora entrar, nós testamos. Automaticamente chega ao *call center* da Anatel, como chega hoje, reclamação do ouvinte ou do usuário, dizendo: "Olha, estou com problema, entrou uma empresa aqui e está interferindo em algum tipo de comunicação". E a Anatel então poderá agir e obrigar que a empresa localize aquele ponto, que é fácil localizar, e haja a substituição e terá uma estimativa para esse número de necessidades eventuais de filtros no futuro.

Aproveitando isso, respondendo à pergunta que foi colocada – por que nós destinamos a primeira faixa do bloco à área de segurança, o 5MHz mais 5MHz? São 10MHz. Como disse bem o André na sua intervenção, estamos evitando – a Anatel – utilizar o canal 51 no Brasil todo. Por que isso? Porque queremos ampliar o máximo possível para ter uma proteção na banda de guarda. Hoje já temos 5MHz previstos na própria regulamentação. Além dos 5MHz, ao não utilizar fortemente o canal 51, estaria ali usando quase 6MHz, porque as potências serão menores naquele canal. E, ao colocarmos do lado um 5MHz mais 5MHz, estamos levando 5MHz mais 5MHz, porque o Exército e todas as forças de segurança do Brasil vão utilizar

pouquíssimas ERBs para cobrir na sua cobertura não é como é na prestação do serviço móvel que se vai ter milhões de usuários ou milhares de ERBs, serão muito menos ERBs. Então o Brasil em vez de ter hoje 70, 80 mil ERBs, o Exército conseguirá chegar talvez a 2, 3 mil ERBs, que cobre muito bem. Então, o processo de ele ter algum tipo de interferência no serviço de reclusão nós consideramos mínimo. Além disso, também, para cada uma delas que será ativada, teremos que licenciar antes, fazer a coordenação e identificar para o Exército se, por acaso, isso vier a ocorrer.

Com isso, ganhamos em termos de qualidade e de segurança, com um operador desse nível não vai usar o espectro da forma como as empresas móveis utilizariam se lá estivessem. Então, seria horrível colocá-la no meio e colocar uma móvel no início da faixa. Preferimos colocar uma que temos mais segurança na operação e aí dá mais segurança e se está aumentando a banda de guarda. Esse é um dos motivos que nos levaram a isso.

Respondendo, ainda, à pergunta do Senador Aloysio...

Respondi à sua pergunta, Senador Lobão, ficou satisfeito?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco Maioria/PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – Sim, satisfeito.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Bom, a outra pergunta do Senador Aloysio foi como, no edital de licitação, nós vamos ter condições de manter, na evolução tecnológica, eventuais acontecimentos que não estavam previstos? Então, se não estavam previstos, como é que, de uma forma, acontecem? Eu vou ter que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – É, como viabilizaríamos isso e depois de onde viriam esses recursos.

Do ponto de vista tecnológico, assim como aconteceu lá no exemplo que o senhor deu do saudoso Sérgio Motta, nós enviamos por esse caminho. Desde aquela época, em vez de cobrar do licitante apenas o dinheiro para vir para o recurso do Tesouro Nacional, nós criamos um negócio chamado contrapartidas e obrigações. Calculamos o volume, o tamanho do negócio, um valor presente líquido, como qualquer técnico, para dimensionar o valor daquilo que ele está disposto a pagar para ter aquela frequência e prestar o serviço à sociedade.

Então, vamos supor que, por exemplo, na última licitação do 3G, calculamos que o edital ficaria de retorno para o Tesouro da ordem de uns R$6 bilhões. Desses, nós tiramos dali, para não ficar com o Tesouro, da ordem de R$3 bilhões, como obrigações e contrapartidas, e deixamos apenas R$2 bilhões, na época, para ir para o Tesouro Nacional. Foi feita a licitação, eles pagaram mais do que deviam e acabou ficando em torno de R$9 bilhões. Então, o Tesouro ganhou mais, além dos R$2 bilhões, na ordem de R$4 bilhões, R$6 bilhões.

Da mesma forma, fizemos as licitações...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Então, o edital já prevê isso?

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Já prevê isso.

Na licitação, por exemplo, da Banda B, havia a obrigação de ir até todos os Municípios de 30 mil habitantes. Se não tivesse ido, teríamos arrecadado R$15 bilhões ou R$20 bilhões na época. Então, nós colocamos essas contrapartidas para que viabilizassem os recursos. Esses recursos não vêm do orçamento da Anatel, mas vêm do próprio dimensionamento do custo, que é oneroso, na radiofrequência, para que ela possa prestar o serviço. Então, é daí que nós tiramos todos os recursos.

Da mesma forma, fizemos agora para o 4G. Nesse último 4G que nós licitamos, da faixa de 2,5 giga, 450, as obrigações foram da ordem de quase R$9 bilhões. Na nossa previsão, o valor dessa outorga está em torno de R$10 bilhões. Então, deixamos para o Estado apenas R$1 bilhão. Eles entraram, pagaram um valor a mais, o Estado acabou recebendo R$3 bilhões a mais, e nós conseguimos colocar todas as obrigações na ordem de R$9 bilhões, na época, que era para levar a banda larga 3G próxima de todos os Municípios, até 2019, e a banda larga 4G, até 2017, e também atender as áreas rurais, utilizando a faixa de frequência 450 para banda larga não tão larga, como disse o nosso telespectador, mas que, no futuro, já sabendo do 700, pudéssemos elevar essa velocidade usando a faixa do 750 megahertz.

Então, essas obrigações estão previstas hoje na lei e nos regulamentos da Anatel. Também o Presidente Lula, na época, fez questão de colocar no Plano Nacional de Banda Larga, que é um decreto presidencial, deixando essa atribuição para que a Anatel pudesse fazer a cada licitação, tendo uma política pública, através da portaria do Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que nos deu essa orientação de como trocar essas obrigações pelo valor dessas frequências a serem licitadas. Então, existe a previsibilidade de que isso possa ser utilizado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Permita-me, por favor. Isso vale tanto para a mitigação das interferências indesejáveis quanto para os custos para acomodação da televisão...

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Isso, do replanejamento, sim. Vale tanto para o replanejamento aquelas que vão ser mudadas de posição, vão ser

instaladas; vale também para o futuro uso do *Set Top Box* – por isso, temos que dimensionar onde vamos precisar, para que isso seja digitalizado no tempo ou não –; e também vale para a coordenação, que é a mitigação e a convivência que as empresas têm que ter entre elas.

Isso tudo tem que estar espelhado no edital para que a empresa, quando entrar, saiba. "Olha, eu não vou pagar para o Governo um dinheiro físico, mas eu vou pagar indiretamente pelas obrigações e contrapartidas que o órgão regulador nos impuser."

Então, com isso, nós temos, inclusive, nas condições, se eventualmente algo que nós não previrmos na regulamentação que vai ser feita ocorrer, essa previsibilidade existe porque cada coordenação... Como eu disse, antes de cada uma a ser instalada, nós vamos, antes de licenciar, verificar o que pode ocorrer.

Acho que eu respondi a sua primeira pergunta.

A sua segunda pergunta eu achei muito interessante, acho que vale uma reflexão, uma mera opinião minha, não é a opinião do órgão regulador, porque não debatemos esse assunto ainda. O Fernando abordou a questão, *en passant*, a Patrícia também, e o senhor fez a pergunta com relação à evolução do padrão tecnológico da radiodifusão. Sempre está evoluindo. Antes era analógico e passou para digital e teve que fazer o *simulcast*, como o mundo todo fez, agora, com a evolução, pode ir para 4K, para 8K, para 12K, para 18K e, no futuro, para 200K, para haver cada vez mais qualidade para o usuário, e nós trabalhamos para isso.

O que fazer? O senhor perguntou: "O Japão fez essa reserva?". Até onde conheço, não. Mas é possível se fazer isso e se pensar nisso? Acho que sim. Acho que aí tem de haver uma política pública, para se saber isso.

Hoje, nós estamos mantendo a radiodifusão, o canal original ao qual ele presta o serviço e também o seu outro, para ele poder fazer o *simulcast*. O que se tem de discutir aqui é: o que fazer com o canal que não vai ser mais utilizado quando do apagamento? Esses canais ficarão à disposição? Quantos deles ficarão à disposição, para a evolução tecnológica futura? O Fernando sugeriu o uso da faixa que vai do canal 7 ao 14, por exemplo, e de outros também na faixa de UHF. Ou, em função da demanda, será outorgado? Ou será outorgado em função da competição? É preciso haver uma competição mais agressiva?

Acho que vale a pena pensar nisso e, talvez, deixar uma reserva para eventuais discussões e aplicações tecnológicas. Talvez, essa seja uma solução para se resolver essa questão.

Há espaço? Há. O mundo pensou nisso. Eu diria ao senhor que não chegou ao meu conhecimento, nos vários debates internacionais, essa posição, não. Mas acho que ela pode surgir no Brasil, até porque o Brasil é o maior usuário de televisão do mundo. Não há nenhum país no mundo em que a televisão seja tão massificada, seja tão utilizada como no Brasil. Talvez, aqui, possa surgir uma questão como essa.

Em outro ponto, o senhor perguntou da conveniência de se colocar o espaço limitado à banda, para a segurança ali. Ele não está limitado. Pelo contrário, ele dá mais segurança para a própria segurança e para nós também, num eventual afastamento dos usuários das empresas de radiodifusão daquelas de telecomunicações.

Acho que, com isso, respondi às perguntas de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Dr. Jarbas Valente, Presidente da Anatel, pelas explicações.

Agora, passo a palavra à Drª Patrícia Ávila, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

A SRª PATRÍCIA ÁVILA – Senador, acho que o Jarbas já respondeu bem à pergunta. Eu queria só complementar, dizendo que acho que é premeditado a gente falar em uso de uma faixa que ainda não foi desligada. Há uma expectativa até 2018, e a gente sabe que é um caminho longo, que ainda há muita coisa para se fazer. Então, acho importante a gente discutir isso, mas essa é uma discussão que tem um impacto mais de longo prazo.

Sobre os canais de 7 a 13... Primeiro, sobre os canais de 2 a 6, quero dizer que, em algumas cidades, os canais 5 e 6 já estão livres. O Ministério pretende usar isso para permitir a migração de AM para FM, que foi aquele outro decreto que nós publicamos recentemente. Não sei se o senhor se recorda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – No Dia do Radialista.

A SRª PATRÍCIA ÁVILA – Exatamente isso, no Dia do Radialista!

Em relação aos canais 7 a 13, há uma pergunta do Senador Edison Lobão Filho. Sempre perguntam assim: "Ah, mas vocês vão destinar os canais 7 a 13 para a radiodifusão pública?". A gente nunca afirmou nem escreveu isso, na verdade.

Se a gente olha o espectro hoje – tenho uma apresentação sobre TV pública –, quando a gente fala de TVs da União, a gente vê que são 60 canais mais 70, o que dá 130, o que, com mais 20, totaliza 150 canais. Então, há 150 canais da União mesmo, sendo que, desses 150 canais, entre os canais 2 e 51, há 66 canais, ou seja, praticamente a metade.

Então, não se pode dizer que a TV pública hoje, tanto a da União quanto as educativas, só ocupa a faixa de cima. Não é bem assim. As TVs da União, antes, eram consignadas em canais baixos e também ocupam os canais baixos, do canal 2 ao 6, do canal 7 ao 13 e do canal 14 ao 51. A destinação da faixa para a TV pública lá em cima foi feita depois, em 2010. Então, há um grande volume de consignações para baixo. Então, elas também ocupam hoje... Por exemplo, se se pegar o exemplo de São Paulo, o canal da TV Câmara não está entre o canal 61 e o 69, mas está no meio do espectro. Então, há essa ocupação.

O que existe de efetivo hoje é um estudo que o Ministério faz sobre a possibilidade de vir a utilizar essa faixa para a televisão. A gente sabe que, para o celular, isso não é possível, porque seria preciso uma antena muito grande para se fazer a transmissão por celular. Mas, se isso for alterado tecnicamente na televisão, para se pegar essa faixa também, no Sistema Brasileiro de Televisão Digital, isso é possível também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Drª Patrícia.

O Senador Aloysio Nunes está satisfeito?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu perguntaria ao Dr. Roberto Antonik, ao Dr. André Felipe, ao Dr. Olímpio e ao Dr. Fernando se gostariam de fazer uso da palavra, para encerrarmos esta audiência pública. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a palavra, de forma breve, o Dr. André Felipe.

O SR. ANDRÉ FELIPE SEIXAS TRINDADE – Muito obrigado, Sr. Senador.

Eu queria fazer um acréscimo com relação ao caso do Japão.

Infelizmente, a situação brasileira é muito *sui generis*. Nós temos mais de 500 geradoras e 10.000 retransmissoras. Então, o caso do Japão tem uma quantidade muito pequena de geradoras e retransmissoras. O espectro que eles têm daria para fazer um aumento? Teoricamente, sim, dependendo do que vier de revolução tecnológica. No nosso, na situação atual, daria para fazer uma evolução tecnológica aumentando mais espectro? Infelizmente, para os grandes centros urbanos, não. A maioria das cidades do Estado de São Paulo ocupou a faixa inteira, até o Canal 51. Foram poucas as localidades dos grandes centros urbanos em que houve alguma sobra. Então, isso inviabiliza bastante uma evolução tecnológica.

Com relação aos custos que o Sr. Senador também abordou, nas reuniões de interferência que temos tido com os demais participantes, demais radiodifusores e operadoras de telefonia, fornecidos os equipamentos, uma operadora nos disse que o custo estimado de um filtro para uma estação transmissora de LTE será de aproximadamente R$100 mil. Essa é uma expectativa de custo, desconsiderando que vai haver uma elevada produção, mas considerando que uma operadora, na Região Centro-Oeste, por exemplo – já trabalhei em operadora –, tem mais de mil estações, temos que considerar que os custos – e uma operadora no Brasil tem em média oito mil a dez mil estações –, multiplicando por 100 mil, nós temos que o custo de investimento de mitigação só na estação transmissora do LTE vai ser bastante elevado.

Apenas isso que eu gostaria de complementar, Sr. Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Dr. André.

Com a palavra agora o Dr. Fernando Ferreira.

O SR. FERNANDO FERREIRA – Obrigado, Senador.

Só para adicionar o seguinte: o Dr. Jarbas mencionou que não existe outro lugar no mundo. E ele mencionou muito bem. Ninguém vê televisão no mundo, principalmente como entretenimento, como no Brasil. E adicional a isso é que, se fôssemos apostar na televisão paga, temos visto que o crescimento da televisão paga está muito menor do que acontecia antes. Hoje não existe nem 50% da população brasileira com acesso à televisão paga. Também, parte da televisão paga usa de recurso recebendo do ar, dos canais do ar, para distribuir esse sinal.

Então, acho que a relevância da televisão aberta está muito presente, principalmente para entretenimento da maioria do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado.

Com a palavra o Dr. Valente.

O SR. JARBAS JOSÉ VALENTE – Só para dar uma informação, André: na realidade, jamais vai se chegar ao ponto de se ter que usar filtro para todas as ERBs do Brasil. Por isso que é contingenciamento e convivência. Talvez menos de 1% delas poderá ter algum problema. Essa botará um filtro, mas a grande maioria vai operar sem nenhum tipo de filtro, porque as empresas de televisão não vão interferir. Há o processo de convivência e há a sua potência natural. Estaria equidistante o suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado.

Esta Comissão de Ciência e Tecnologia agradece, de forma contundente, a presença de todos os convidados, das autoridades públicas aqui presentes, das autoridades representativas da iniciativa privada por este debate que tanto enriquece o setor e que pode propiciar, em reuniões como esta, soluções para problemas que poderão advir no futuro com a implantação desse novo serviço.

Agradeço a todos. Agradeço a presença dos assessores, dos jornalistas, dos nossos telespectadores e dos nossos internautas.

Agradecendo a todos, encerro esta audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2013.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Valdir Raupp, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, João Capiberibe, Anibal Diniz, Lobão Filho, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Gm, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Sérgio Souza e Osvaldo Sobrinho, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Zeze Perrella, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Valdir Raupp, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 626, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências." O relator designado é o Senador Ivo Cassol e o relatório é pela aprovação do Projeto e da Emenda de Plenário nº 1, na forma de Subemenda que apresenta. Em 06/11/2013, foi concedida Vista Coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Em 13/11/2013, foi recebido Voto em Separado, de autoria do Senador João Capiberibe, pela rejeição do Projeto e da Emenda de Plenário nº 1-2013. O Senador Walter Pinheiro requer a retirada de Pauta da matéria. Colocado em votação, a comissão aprova a retirada de pauta, nos termos do art. 279, III. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara n.º 28, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Vieira Reis, que "Declara os Centros de Inclusão Digital - CID (Lan Houses) como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 166, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima - NUCLEBRAS, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral e o relatório é pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 85, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Proíbe a cobrança de roaming nacional ou adicional por chamada, em localidades atendidas pelas mesmas redes das operadoras de telefonia móvel contratada." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa o Senador Sérgio Souza Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 186, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Altera a Lei no 8.977, de 6 de janeiro de 1995, para estabelecer a sanção aplicável ao ilícito penal consistente na interceptação ou recepção

não autorizada dos sinais de TV por assinatura." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o relatório é pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 6: Requerimento de Informação n.º 42, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Zeze Perrella e Walter Pinheiro, que "Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes às transferências de controle societário de que tratam os Ofícios "S" nos 8, 12 e 15 a 21, de 2012, e nos 39 a 45, de 2011: I. Data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido direta ou indiretamente; II. Data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que: a. recebeu a outorga do referido serviço de radiodifusão, no caso de transferência direta; ou que b. detém a outorga do referido serviço de radiodifusão, no caso de transferência indireta; III. Números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão; IV. Comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão." O Requerimento de Informação é aprovado. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 157, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA DALVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguapé, Estado de São Paulo." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informação dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (item 8). **Item 8: Requerimento de Informação n.º 38, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Angela Portela e Walter Pinheiro, que requerem "..., nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Mesa do Senado Federal encaminhe ao Ministro de Estado das Comunicações os seguintes questionamentos sobre o ato a que se refere a Portaria nº 993, de 23 de dezembro de 2008, que outorgou à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda. permissão para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguape, no estado de São Paulo: 1. O Ministério das Comunicações recebeu, investigou ou solicitou às autoridades policiais competentes que investigassem alguma denúncia de irregularidade envolvendo a Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda. ou quaisquer dos seus sócios até a presente data? 2. A Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva ou quaisquer de seus sócios foram contemplados com outras outorgas para explorar alguma modalidade do serviço de radiodifusão? 3. O Ministério das Comunicações detém alguma informação que desabone a qualificação técnica ou financeira da referida empresa para explorar os serviços que lhe foram outorgados? 4. Os serviços de radiodifusão outorgados à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva estão em operação? 5. A referida empresa já efetuou algum pagamento relacionado à permissão outorgada para explorar rádio FM na cidade de Iguape, em São Paulo?". O Requerimento de Informação é aprovado. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 188, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURA VIVA DO MUNICÍPIO DE JUTAÍ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jutaí, Estado do Amazonas." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 202, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SEARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seara, Estado de Santa Catarina." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 208, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio EDUCADORA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canoas,

Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 215, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO COMUNITÁRIA ATIVA ÚNICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulista, Estado da Paraíba." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 189, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE NOVA DE JAURU - ACOCINJA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jauru, Estado do Mato Grosso." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 178, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO DO PARÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonito, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 233, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA SÃO JORGE - ASJOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 184, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CULTURAL E ASSISTENCIAL DE PINHEIRO - FECAP para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador João Alberto Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 168, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MASTER RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 187, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão ao SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na Cidade de Macapá, Estado do Amapá." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.**Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 186, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV CABRÁLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Itabuna, Estado da Bahia." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 148, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE SALGADALIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto.

Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 201, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E AMBIENTAL DE HEITORAI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heitorai, Estado de Goiás." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 204, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ARROIO-GRANDENSE DE DIFUSÃO CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 210, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS COMERCIÁRIOS, COMERCIANTES E AGRO-INDUSTRIAIS DE CÉU AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Céu Azul, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Sérgio Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 218, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Sérgio Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Nesse momento, o Senador Valdir Raupp passa a presidência ao Presidente Eventual, Senador Sérgio Souza para relatar os itens 25 e 26. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 143, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE JERÔNIMO MONTEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jerônimo Monteiro, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 147, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA CIDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Valdir Raupp, Presidente Eventual da Comissão, reassume a Presidência. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 158, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VOLTA DA CAPELA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra Longa, Estado de Minas Gerais." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 159, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faria Lemos, Estado de Minas Gerais." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 161, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MARIMBA DE BETIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais." O Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa Relator "ad hoc" o Senador Walter Pinheiro,

que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Nesse momento, os Senhores Senadores Sérgio Souza e Aloysio Nunes Ferreira requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Projetos com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 317, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO INTERCONTINENTAL LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Sérgio Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Extrapauta, Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 319, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EXCELSIOR S.A. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Sérgio Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Extrapauta, Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 320, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GLOBO S/A para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Sérgio Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Extrapauta, Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 248, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TROPICAL COMUNICAÇÃO ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às quinze horas, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Valdir Raupp,** Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de novembro de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, eu requeiro a V. Exª, ouvido o Plenário, a inclusão de três PDLs (Projeto de Decreto Legislativo), o 319, o 320 e o 317, extrapauta, se possível, tendo em vista que estão prontos os relatórios e devidamente entregues à Mesa desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Temos aqui em mão dois dos requerimentos, Na hora em que chegar o terceiro, vamos colocar em votação.

Eu coloco em apreciação do Plenário. Não havendo discordância, incluiremos no começo da pauta. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – O Item 1 da pauta, de relatoria do Senador Ivo Cassol. Como o relator não está presente, vamos sobrestar até a chegada dele.

Da mesma forma, o Item 2.

O Senador Walter Pinheiro pede a retirada de pauta. Se todos concordarem... *(Pausa.)*

Aceita a retirada de pauta.

Da mesma forma, o Item 2, de relatoria do Senador Flexa Ribeiro, que não está presente. Vamos sobrestar até a chegada dele.

Item 3, de relatora do Senador Delcídio do Amaral, que também não se encontra...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Aqui estamos presentes o Senador Walter e eu. Eu ia dizer que nós poderíamos ir para a relatoria desses que estão presentes, enquanto...

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Senador.

Item 4, de relatoria do Senador Vital do Rêgo, que não está presente. Eu pergunto se o Senador Sérgio Souza poderia fazer o relatório *ad hoc.*

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Posso sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de relatoria do Senador Vital do Rêgo, da Comissão de Ciências, Teconologia, Comunicação e Informática.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 85, de 2013
- Não terminativo -

Proíbe a cobrança de roaming nacional ou adicional por chamada, em localidades atendidas pelas mesmas redes das operadoras de telefonia móvel contratada.

Autoria: Valdir Raupp

Relatoria: Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Sr. Presidente, passando à análise.

Tendo em vista o disposto no art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão avaliar o impacto do PLS nº 85, de 2013, na política nacional de comunicações, na qual se insere a LGT, que, por sua vez, define a estratégia de desenvolvimento da infraestrutura de telecomunicações no País.

A experiência de mais de quinze anos de aplicação da LGT tem demonstrado, inequivocamente, que alguns instrumentos regulatórios concebidos, em 1997, para incentivar os investimentos privados em prol dos objetivos de continuidade e de universalização de serviços considerados essenciais são inadequados.

É o caso, por exemplo, do instituto da reversibilidade de bens, que, embora se aplique satisfatoriamente às concessões de rodovias ou à geração de energia elétrica, mostrou-se inexequível quando aplicado em um contexto tecnologicamente dinâmico, como o das telecomunicações, no qual distintos regimes jurídicos de exploração dos serviços competem pelos mesmos bens. O Estado não precisa usar a reversibilidade como instrumento para assegurar a continuidade de serviços essenciais, pois há outros mecanismos jurídicos plenamente capazes de impedir, por exemplo, que uma prestadora decida unilateralmente desinstalar sua infraestrutura de rede e, assim, deixar descobertos milhões de usuários.

O projeto de autoria do eminente Senador Valdir Raupp traz ao debate legislativo outra questão costumeiramente analisada sob um paradigma equivocado: o da isonomia nas relações entre prestadoras de serviço. Segundo a perspectiva "ortodoxa" da teoria da regulação, o adicional de chamada precisaria ser cobrado independentemente de as prestadoras envolvidas na conexão serem do mesmo grupo econômico. Afinal, argumentam os defensores dessa corrente, é preciso que os critérios de cobrança dos serviços de interconexão sejam objetivos, preferencialmente associados aos custos de provê-los, e não subjetivos, no sentido de serem afetados pelo tipo de relação entre as partes contratantes.

Uma análise mais cuidadosa mostra que não há nada de errado com a teoria econômica, apenas com o paradigma de analisar a cobrança desse adicional sob a ótica da isonomia. O fato é que não há interconexão quando uma chamada cursa a rede pertencente a um único grupo econômico, mesmo que esse grupo ainda esteja formalmente dividido em distintas pessoas jurídicas e contabilidades. E, se não há interconexão, no sentido de que o tráfego gerado por uma prestadora não interfere de maneira relativamente imprevisível em outra, não se justifica economicamente a cobrança.

Se considerarmos ainda a escala em que o SMP é prestado, o equilíbrio estrutural do mercado e o fato de que as maiores prestadoras já possuem rede própria, concluiremos que a cobrança desse adicional é, na verdade, abusiva, merecendo ser extinta imediatamente.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2013. Voto subscrito pelo eminente Senador Vital do Rêgo, relatado *ad hoc* pelo Senador Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª pelo relatório *ad hoc* e os agradecimentos também ao Senador Vital do Rêgo pela feitura do relatório.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura em decisão terminativa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exª – é o Item 5, e não sei se o Senador Flexa vai querer voltar ao Item 2. Eu pediria a V. Exª, se o Senador Flexa assim aquiescer, que nós pudéssemos inverter a ordem e fazer a leitura dos Itens 7 até o 29, porque adiantaríamos a pauta nesses itens. E depois voltaríamos ao PLC 2, do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – O Item 5 vamos sobrestar também, porque o Relator, Senador Sérgio Petecão não se encontra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Pois não, pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu solicitaria a inclusão nesta pauta do Projeto de Lei nº 248, de 2013. O Senador Agripino havia sido designado relator. Ele, depois, não podendo relatar, pediu que eu o relatasse. Já apresentei o parecer e, como eu não costumo demorar muito com pareceres, se V. Exª puder colocar extrapauta, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Se todos concordarem com o pleito do Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – É negócio de radiodifusão, um PDS.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – O.k.

Aprovada a inclusão na pauta.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 42, de 2013
- Não terminativo -

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes às transferências de controle societário de que tratam os Ofícios "S" nos 8, 12 e 15 a 21, de 2012, e nos 39 a 45, de 2011:

I. Data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido direta ou indiretamente;

II. Data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que:

a. recebeu a outorga do referido serviço de radiodifusão, no caso de transferência direta; ou que

b. detém a outorga do referido serviço de radiodifusão, no caso de transferência indireta;

III. Números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

IV. Comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Autoria: Zeze Perrella e outros

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

Se V. Exª puder fazer a apresentação...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Dos PDSs? Sr. Presidente, vou-me permitir, se os nobres...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Podemos votar o requerimento?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

V. Exª tem a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu só queria ver se é possível fazermos um acerto com o Senador Flexa. Qual é, até confesso isso, a minha pressão em relação a isso? Gostaria que apreciássemos esses PDSs e o projeto apresentado pelo Senador Flexa e que pudéssemos entrar na pauta, na questão, inclusive, das emendas ao Orçamento da União, até porque eu estou tendo reunião da Comissão de Orçamento neste mesmo horário. Por isto o Senador Edson Lobão não está aqui: porque está presidindo a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Havendo a concordância de todos, a Presidência não tem nenhuma objeção a passarmos à apreciação das emendas de Comissão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Se o Flexa quiser...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Não é esse o requerimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Leia os PDSs todos, porque não há como fazer votação agora. Aí o pessoal corre atrás, a gente vê se chega quórum.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) –

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 157, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO ESTRELA DALVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguapé, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informação dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (Item 7)

O Item 8 é um requerimento que fala sobre o PDS 157.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 38, de 2013

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Mesa do Senado Federal encaminhe ao Ministro de Estado das Comunicações os seguintes questionamentos sobre o ato a que se refere à Portaria nº 993, de 23 de dezembro de 2008, que outorgou à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda. permissão para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguape, no estado de São Paulo: 1. O Ministério das Comunicações recebeu, investigou ou solicitou às autoridades policiais competentes que investigassem alguma denúncia de irregularidade envolvendo a Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva Ltda. ou quaisquer dos seus sócios até a presente data? 2. A Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva ou quaisquer de seus sócios foram contemplados com outras outorgas para explorar alguma modalidade do serviço de radiodifusão? 3. O Ministério das Comunicações detém alguma informação que desabone a qualificação técnica ou financeira da referida empresa para explorar os serviços que lhe foram outorgados? 4. Os serviços de radiodifusão outorgados à Empresa de Radiodifusão Estrela Dalva estão em operação? 5. A referida empresa já efetuou algum pagamento relacionado à permissão outorgada para explorar rádio FM na cidade de Iguape, em São Paulo?

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 188, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURA VIVA DO MUNICÍPIO DE JUTAÍ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jutaí, Estado do Amazonas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 202, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SEARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seara, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 208, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio EDUCADORA LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 215, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO COMUNITÁRIA ATIVA ÚNICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulista, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 189, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE NOVA DE JAURU - ACOCINJA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jauru, Estado do Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pela aprovação

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 178, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO DO PARÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonito, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 233, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA SÃO JORGE - ASJOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação

O Item 16 vai ser retirado de pauta a pedido do Relator.

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 168, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MASTER RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 187, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão ao SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na Cidade de Macapá, Estado do Amapá.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 186, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV CABRÁLIA LTDA. Para explorar

serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Itabuna, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela aprovação

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 148, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE SALGADALIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 201, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E AMBIENTAL DE HEITORAI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heitorai, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 204, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ARROIO-GRANDENSE DE DIFUSÃO CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 210, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS COMERCIÁRIOS, COMERCIANTES E AGRO-INDUSTRIAIS DE CÉU AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Céu Azul, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 218, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 143, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE JERÔNIMO MONTEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jerônimo Monteiro, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 147, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA CIDADE FM para executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 158, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VOLTA DA CAPELA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra Longa, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatório: Pela aprovação

Relatoria: Senador Zeze Perrella

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 159, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faria Lemos, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 161, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MARIMBA DE BETIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Eu pediria ao Senador Walter Pinheiro que fizesse o relatório dos Projetos de Lei do Senado cujos relatores não estejam presentes, e os demais serão relatados pelos que aqui se encontram.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, o PDS 188, de 2013, relatado pelo Senador Alfredo Nascimento, que, segundo ele, não há nenhum óbice. Portanto, pela aprovação da matéria.

PDS 202, de 2013, relatado pelo Senador Anibal Diniz, encontrando também todas as condições para aprovação da matéria.

Aprovado esse PDS.

PDS 208, de 2013, relatado pelo Senador Benedito de Lira, cumpre todos os dispositivos legais, opinou pela aprovação da matéria.

PDS 215, de 2013, relatado pelo Senador Cícero Lucena, também preenchendo todos os requisitos legais, opinou pela aprovação da matéria.

PDS 189, relatado pelo Senador Delcídio do Amaral, também opinou pela aprovação da matéria.

Portanto, esses itens foram pela aprovação.

Vou pular o Item 14, pois o Senador Flexa Ribeiro está aqui.

PDS 233, de 2013, relatado pelo Senador Gim, que, cumprindo todos os trâmites legais, opinou pela aprovação da matéria.

PDS 186, de 2013, relatado pelo Senador José Agripino, que também opinou pela aprovação da matéria.

PDS 148, de 2013, da Senadora Lídice da Mata, cumprindo todos os ditames legais, opinou pela aprovação da matéria.

PDS 201, de 2013, Senador Osvaldo Sobrinho, o Relator opinou pela aprovação da matéria.

PDS 204, de 2013, relatado pelo Senador Sérgio Petecão,que também, obedecendo todos os trâmites legais, opinou aprovação da matéria.

PDS 158, 159, 161, de 2013, foram relatados pelo Senador Zeze Perrella, segundo o seu Relator, todos os trâmites legais forma seguidos.

Pela aprovação dos três PDS relatados.

São esses os relatórios, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Pergunto a V. Exª se fez o relatório do PDS 157, da Senadora Angela Portela, Item 7.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O Item 7, a informação que tenho é que há um pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Item 8

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ah, o Item 7 pode ser relatado.

PDS 157, de 2013, relatado pela Senadora Angela Portela, que opinou pela aprovação da matéria, cumprindo todas as regras e os ditames legais.

Ela não pediu para aprovar, ela pediu para solicitar informações.

Então, Sr. Presidente, é outro caso.

Só o requerimento, não é o PDS.

Então, Sr. Presidente, a Senadora Angela Portela fez uma solicitação de ajuste para que fossem, cumprindo as regras, enviados documentos. S. Exª requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, do Regimento do Senado Federal, que a Mesa do Senado encaminhe ao Ministro de Estado das Comunicações os questionamentos aqui apresentados.

Portanto, essa matéria ficará pendente das respostas das informações solicitadas pela Relatora.

Então, o Item 7, primeiro, tem que cumprir... Porque esse foi o relatório apresentado pela Senadora Angela Portela. Portanto, que esse requerimento chegue ao Ministro e, consequentemente, uma vez enviados esses documentos e essas respostas, o PDS poderá ser reapreciado por esta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Em discussão o requerimento da Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

A discussão e a votação ficam para o final da leitura dos relatórios.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, para relatar o PDS nº 178.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, Senador Valdir Raupp, o Item 14 trata do PDS nº 178, de 2014, que aprova o ato que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonito, Estado do Pará.

O exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos contra os aspectos de constitucionalidade, juridicialidade e técnica legislação, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonito, Estado do Pará, conforme Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza, para relatar os Itens 23 e 24, PDS nº210 e nº 218.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, consulto se poderia relatar também os que forem deferidos como extrapauta, para ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, o Item 23 aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Comerciários, Comerciantes e Agro-Industriais de Céu Azul para executar serviço de radiodifusão. O parecer e o voto são pela aprovação.

O Item 24 aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Município de Cascavel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel. O relatório e o voto também são pela aprovação.

Os demais PDS incluídos extrapauta.

O PDS 317 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Intercontinental Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba. O voto é pela aprovação.

O PDS 319 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Excelsior S.A. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O PDS 320 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Globo S.A para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Todos os votos e pareceres são pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – V. Exª poderia fazer o relatório dos Itens 17 e 18, de relatoria do Senador João Capiberibe, que teve de se retirar?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, o PDS 168, de 2013, foi relatado pelo Senador João Capiberibe, que, como Relator, não encontrou nenhum óbice. Portanto, a matéria preenche todos os requisitos legais e constitucionais. Somos pela aprovação.

O PDS 187, de 2013, também foi relatado pelo Senador João Capiberibe. Pelo relato do Senador, essa matéria cumpre todos os dispositivos legais. Dessa forma somos pela aprovação desse ato.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª.

Eu convido o Senador Sérgio Souza para presidir, para que eu faça a leitura de dois relatórios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Concedo a palavra ao Senador Valdir

Raupp para proferir relatório e voto aos PDS nº 143 e 147, Itens 25 e 26.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Quanto ao Item 25, nosso voto é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Jerônimo Monteiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jerônimo Monteiro, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

No Item 26, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Cidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco Maioria/PMDB - PR) – Uma vez relatado, fica suspensa para o final a votação.

Devolvo a Presidência ao eminente Presidente, Senador Valdir Raupp.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª que eu possa relatar o Item 1.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Senador Ivo Cassol, antes da chegada de V. Exª foi pedida a retirada de pauta. Eu coloquei em Plenário e foi aprovada a retirada de pauta desse Item 1, porque não tinha chegado o Relator.

Foi pedida pelo Plenário a retirada de pauta e foi aprovada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Mas eu sou o autor do Item 1 e o Relator está presente. Eu peço a V. Exª que reveja, consulte o Plenário para retomar a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Bom, se todos concordam com a inclusão do Item 1 da pauta...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não tem concordância para inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu pergunto se alguém poderia subscrever o voto em separado do Senador João Alberto Capiberibe?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Voto em separado de qual? Desse item?

Bom, eu não concordo que a matéria seja reinserida, Sr. Presidente, na pauta. Então, não há concordância.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Mas Senador Walter Pinheiro, como o Relator e o autor estão no Plenário e estão pedindo... Não sei se vai ter quórum para votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – É não terminativo. O importante, Senador Walter Pinheiro, é que para retirar de pauta tem que ser uma solicitação do autor ou do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – A informação da Assessoria da Presidência é que qualquer Senador pode apresentar o requerimento, sendo aprovado pelo Plenário.

Eu pergunto se não poderíamos deixar para a outra reunião? E votarmos as emendas da Comissão?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Nós já estamos adiando há algum tempo para outra reunião...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Até porque o Relator do voto em separado também não está.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Mas, Senador Walter, este projeto está em pauta há várias semanas. Este projeto foi...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Aqui está dizendo que qualquer Senador pode pedir a retirada de pauta para ser votado em dia determinado, posteriormente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Este projeto já tramitou pela CCT, tramitou pela CAE, tramitou pela CDR, tramitou pela CMA, foi aprovado, foi a plenário onde foi apresentada uma emenda pelo Senador Cristovam Buarque e ele voltou a tramitar novamente, por causa da emenda, em todas as Comissões por que já tramitou.

A emenda do Senador Cristovam Buarque é apenas para colocar um marco temporal na definição das áreas alteradas. Essa é a emenda do Senador Cristovam Buarque. Então, a gente não consegue fazer com que o projeto ande, Senador Valdir Raupp. É um projeto importante para a nossa região, tem um voto em separado do Senador Capiberibe e eu não entendo por que ele é contra a utilização das áreas alteradas para o plantio de cana na nossa região. Mas quero pelo menos colocar em discussão o parecer do Relator e se for o caso do voto em separado, para que a gente faça o projeto andar. Não é possível que se permita que haja procrastinação de um projeto de tamanha importância para a nossa Região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Senador Flexa Ribeiro, com todo respeito, como houve o pedido e V. Exª, como autor, e o Relator não estavam presentes, e foi aprovada pelo Plenário a retirada de pauta, vamos inserir na próxima reunião, impreterivelmente, para ser votado.

Obrigado.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro para fazer o relatório das emendas de Comissão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Falta o projeto de Flexa, o Item 2.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Está encerrada a presente reunião e vou reabrir... Não, falta o Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 28, de 2011
- Não terminativo -

Declara os Centros de Inclusão Digital - CID (Lan Houses) como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências.
Autoria: Deputado Vieira Reis
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Tem V. Exª a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, Senador Valdir Raupp, V. Exª já deliberou sobre o Item 1, mas estou sendo informado de que foi solicitado o sobrestamento do projeto enquanto o Relator não estivesse.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Não. O Senador Walter Pinheiro fez o requerimento... O sobrestamento foi deste aqui, do Item 2. Foi sobrestado até a chegada de V. Exª. Quanto ao Item 1, foi feito o pedido de retirada e foi aprovado pelo Plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – O Item 2, Presidente, refere-se ao PLC nº 28, de 2011, de autoria do Deputado Vieira Reis, que estabelece critérios para a classificação das LAN Houses como Centros de Inclusão Digital (CID), entidades de prestação de serviços de multipropósitos aptas a gozar dos benefícios descritos no projeto.

O art. 3º define os critérios de enquadramento de uma LAN House. A empresa precisa investir em implementos técnicos que permitam:

I – Orientar e alertar menores de 18 anos com relação ao acesso a jogos eletrônicos não recomendados para a sua faixa etária, respeitando a classificação indicativa do Ministério da Justiça, em especial quanto a *sites* pornográficos e afins;

II – Garantir a inviolabilidade dos dados pessoais, bem como do conteúdo acessado, salvo ordem judicial;

III – Garantir acessibilidade a pessoas com deficiência;

IV – O registro do nome e do documento de identidade do usuário.

Em caso de não cumprimento de quaisquer dessas exigências, a empresa perderia automaticamente suas credenciais como Centros de Inclusão Digital.

Em contrapartida, a LAN House teria assegurada prioridade às linhas de financiamento especiais para aquisição de computadores.

O PLC recebeu parecer favorável da CCJ e da CAE, com uma emenda de redação.

Análise, Sr. Presidente.

Quando foi concebida, em 2004, a proposta do PLC visava a melhorar o ambiente e o serviço prestado pelas LAN Houses à população que ainda não dispunha de computador e acesso à internet em domicílio. Naquele momento, surgiam críticas e denúncias contra essas empresas que estariam transformando-se em locais de consumo de drogas e de acesso indevido a conteúdo pornográfico.

As LAN Houses tornaram-se muito frequentadas pelos internautas brasileiros: em 2005, 18% deles frequentavam esse tipo de estabelecimento; em 2007, 49%. As LAN Houses tornaram-se, nesse período, um fenômeno em todo o País, contribuindo para amenizar a acentuada exclusão digital.

Preocupante, contudo, era a falta de regulamentação e de fiscalização, pois o percentual de internautas com idade entre 10 e 15 anos que buscava esses centros havia crescido de 24% para 68% no período.

A partir de 2010, com a entrada em operação da tecnologia 3G, o percentual de internautas que tinham a LAN House como a principal forma de "navegar" começou a cair rapidamente. A oferta da tecnologia 4G e o aumento na cobertura das redes 3G devem acelerar esse processo de substituição das LAN Houses por acessos individuais.

É preciso, portanto, estimular o desenvolvimento de novos serviços por parte desse conjunto de empreendedores, para que não se percam os investimentos realizados e os empregos gerados. O acesso à internet por meio de centros públicos ainda terá importante papel a cumprir no interior do País nos próximos dez anos.

Essa é, a nosso ver, a nova perspectiva da proposta. Ao oferecer linhas de crédito especiais em troca do compromisso de se adequarem a exigências que traduzem um comportamento ético e profissional, o projeto dá a esses empreendedores a oportunidade de investir na modernização e na diversificação dos serviços prestados e, assim, perpetuar o atendimento à comunidade em que estão inseridos.

Caberá ao Poder Executivo regulamentar e fiscalizar a execução dessa política.

Voto, Sr. Presidente: ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2011.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Em discussão o relatório do Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Em votação.

Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo quórum... Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

Não havendo quórum para votação dos PDS...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Preciso ler, só ler o PDS que foi incluído extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Com a palavra, o Senador Aloysio, para ler o extrapauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Presidente, o PDS 248, de 2013, oriundo da Câmara dos Deputados, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Tropical Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Rio Grande do Norte.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra esses autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao se deferimento.

O nosso voto é nesse mesmo sentido, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Em discussão o relatório do Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

Em votação.

Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Todos os PDS vão ser votados na próxima reunião, porque não alcançamos quórum.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas.)

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2013.

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2014

Às quinze horas e dois minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e treze, na sala 7, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Anibal Diniz, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, João Capiberibe, Lobão Filho, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Gim, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Sérgio Souza, Cícero Lucena e Osvaldo Sobrinho, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os senhores Senadores Angela Portela, Zeze Perrella, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente Eventual informa que o objetivo da reunião é de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, referentes ao Projeto de Lei n.º 9, de 2013 – CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014". Neste momento o Senhor Presidente Eventual, passa a palavra ao Senador Walter Pinheiro, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 3 (três) emendas de apropriação de despesa ao Orçamento de 2014: **Emenda n.º 01** – Ação/Subtítulo 20US.0001 – "**Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores – Nacional"** – UO 24101 – do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no valor de R$ 100 milhões, com base nas propostas apresentadas pelos Senadores Lídice da Mata e Cristovam Buarque. **Emenda n.º 02 -** Ação/Subtítulo 20ZB.0001 – **"Apoio a Programas e Projetos de Inclusão Digital – Nacional"** – UO 41101 – do Ministério das Comunicações, no valor de R$ 200 milhões, com base na proposta apresentada pelo Senador Valdir Raupp. **Emenda n.º 03** – Ação/Subtítulo 151S.0001 – "**Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - Nacional"** – UO 52101 – do Ministério da Defesa, no valor de R$ 100 milhões, com base nas propostas apresentadas pelos Senadores Gim, Aloysio Nunes Ferreira, Valdir Raupp, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Zeze Perrella e Flexa Ribeiro. A seguir, a Comissão analisa e aprova 2 (duas) emendas de remanejamento de despesa ao Orçamento de 2014: **Emenda n.º 04** – Ação/Subtítulo: 00LV.0001 – **"Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C,T&I – Nacional"** – UO 24201 – do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no valor de R$

50 milhões, com base na proposta apresentada pelo Senador Rodrigo Rollemberg, e oferece como cancelamento dotação consignada à "212H.0001 – **Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais – Nacional"** – UO 24101 – do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Emenda n.º 05** – Ação/Subtítulo 2QB.0001 – **"Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – Nacional"** – UO 24101 – do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no valor de R$ 50 milhões, com base na proposta apresentada pela Senadora Lídice da Mata, e oferece como cancelamento dotação consignada à "212H.0001 – **Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais – Nacional"** – UO 24101 – do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Orçamento de 2014, o Senhor Presidente Eventual determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às quinze horas e dezenove minutos determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Anibal Diniz,** Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Srªs e Srs. Senadores presentes, havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 27 de novembro de 2013.

Item único.

Emendas ao PLOA/2014, conforme pauta previamente distribuída.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática apresentadas ao Projeto de Lei nº 09/2013-CN, PLOA, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.

A Comissão recebeu 32 emendas.

Foi designado relator das emendas o Senador Walter Pinheiro.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Walter Pinheiro, para fazer a leitura do seu parecer e as suas considerações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, cumprindo...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Senador Walter Pinheiro, peço desculpas.

Eu convidaria o Senador Anibal Diniz para presidir, já que não é matéria terminativa, não precisa de quórum, e eu tenho que presidir, agora, a reunião da Comissão Executiva do PMDB. Já está no horário.

Convido o Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – E reuniões executivas do PMDB, se V. Exª não estiver presente, não existem. Então...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não tem como nem começar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Walter Pinheiro tem a palavra para proceder à leitura do seu relatório. *(Pausa.)*

Senador Walter, enquanto V. Exª se encontra no relatório,...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Não estou perdido, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...eu queria informá-lo de que, hoje, tem uma disputa nacional da Copa do Brasil e a maioria dos brasileiros está torcendo pelo Flamengo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – E o Rio Branco? E o Rio Branco?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Minoria/PSDB - SP) – E eu estou torcendo pelo Acre, porque o goleiro do Atlético Paranaense é o Everton, um acriano que foi treinado na base do Rio Branco. Então, eu estou torcendo pelo Acre e espero que tenhamos um herói nacional, hoje, vencendo os rubro-negros no Maracanã.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Não querendo reabrir nenhuma ferida, eu gostaria que V. Exª me informasse sobre a situação do Rio Branco atual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A situação do Rio Branco é a seguinte: ele conseguiu ser lanterna da Série C de 2013. Foi rebaixado,...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Não está mais aqui quem perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ...mas isso é só momentaneamente. Ele volta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, eu prefiro ver se V. Exª me retorna a relatoria para esta disputa, aqui, que eu

acho que é mais salutar do que assistir ao Flamengo ou disputar a final de Copa do Brasil, entendeu? Isto aqui é mais importante. O Flamengo não tem tanta importância assim, não, ouviu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Corretamente. Tem a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, seu parecer sobre as propostas de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 9, de 2013, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014.

Sr. Presidente, o nosso relatório está de acordo com a Resolução nº 1, de 2006, e esta Comissão, portanto, com base nessa Resolução, pode apresentar três emendas de apropriação e três emendas de remanejamento ao Projeto de Lei Orçamentária de 2014.

Diversos Senadores e Senadoras apresentaram propostas e nós buscamos, Sr. Presidente, de uma forma conciliatória possível, estabelecer a distribuição desses recursos, entendendo que há limitação.

A primeira limitação é na quantidade de emendas, ou seja, nós só temos direito a três emendas ao Orçamento, então, eu busquei fazer, aqui, a compatibilização, Senador Flexa, para atender as três áreas: o Ministério das Comunicações, o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Defesa.

Então, portanto, nessa busca, nós optamos por, com a ajuda da nossa brilhante consultoria desta Casa, portanto... Eu sempre faço questão de ressaltar o trabalho, além de competente e consistente, principalmente diligente, da nossa consultoria, que é importante para que a gente possa encontrar, aqui, essas diversas junções e alternativas.

Nesse sentido, apresentamos as sugestões à Comissão, para as emendas de apropriação ao PLOA de 2014.

A primeira é uma ação com subtítulo que trata, exatamente, da questão do fomento à pesquisa voltada para a geração de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores. É uma emenda de caráter nacional, destinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Foram emendas apresentadas também, aqui, por diversos Senadores e Senadoras, e nós resolvemos fazer o aproveitamento dessas emendas.

A segunda é em apoio a programas e projetos de inclusão digital em nível nacional, portanto, buscando atender, também, à demanda no Ministério das Comunicações e tentando contribuir, Senador Aloysio, com uma modificação consubstancial de projetos de inovação nessa área, para que a gente tenha a oportunidade de estabelecer os programas muito mais voltadas às chamadas cidades digitais, e não ao aspecto, como se trabalhou muito no País, de inclusão através da construção de infocentros e telecentros que, na nossa opinião, são instrumentos importantes, mas continuou, Senador Aloysio, compreendendo que essa não é a política de atendimento.

A política de cidades digitais tem uma abrangência muito maior para serviços para o cidadão comum, portanto, cumpre um papel, eu diria, do ponto de vista até do estímulo ao desenvolvimento e, verdadeiramente, à inclusão dessas populações espalhadas em diversas cidades do País.

A terceira é a implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, mais voltada, inclusive, ao Ministério da Defesa, consequentemente, a uma das Forças, à nossa Aeronáutica. Essa foi, inclusive, uma iniciativa que recebeu apoio de diversos Srs. Parlamentares, talvez com o maior número de emendas apresentadas nesta Comissão.

Então, esses são os três eixos principais que nós adotamos para o relatório.

Portanto, não foram apresentadas pelo Srs. Parlamentares desta Comissão as propostas de emenda de remanejamento. No entanto, em razão do mérito das programações que foram indicadas como emendas para as chamadas emendas de apropriação, tomei a liberdade – e comunico isto aos Srs. Relatores – de buscar abrigar essas sugestões dos Senadores nas emendas de remanejamento, principalmente levando em consideração que as emendas que foram apresentadas são muito importantes para, eu diria, consubstanciar as emendas anteriores apresentadas neste relatório. Uma dessas emendas é a emenda para formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para a CT&I Nacional. Portanto, é uma emenda que todo ano destinamos para o CNPq. É fundamental que essa emenda seja também pensada.

Obviamente, na emenda de remanejamento, mexemos na própria estrutura orçamentária da área. Portanto, não é uma um acréscimo, não é uma emenda de apropriação.

E a segunda, Senador Aloysio, é uma emenda muito decorrente da discussão que tanto temos feito aqui nesta Casa e que, hoje de manhã, fizemos de novo na Comissão de Infraestrutura: a implantação de centro nacional de monitoramento de alerta a desastres naturais, que é algo importante para irmos consolidando a cultura de prevenção, de defesa civil e de cobertura no que diz respeito ao monitoramento das nossas ações no País. Portanto, busquei fazer o remanejamento dessas

duas emendas até para, volto a dizer, ter certa sintonia com as três emendas apresentadas.

Apresentamos emendas para as cidades digitais, emendas para o desenvolvimento na área de ciência e tecnologia, particularmente no campo na inovação, e emenda para as questões espaciais. É fundamental que tenhamos o monitoramento dessas ações e tenhamos também a formação de pessoal, a capacitação de pessoal para atuar nesse cenário novo com o processo de inovação que tanto pretendemos no País e pelo qual tanto clamamos.

Esse é o relatório, Srªs e Srs. Senadores, que apresentamos, para que seja submetido e levado até a nossa Comissão de Orçamento, para o nosso relator geral e, particularmente, o relator setorial, que, se não me falha a memória, é o Senador Wilder Morais, relator da educação, ciência e tecnologia.

Digo a Srªs e Srs. Senadores que tive a oportunidade de, acompanhando o relatório da receita, ser o autor de um destaque na Comissão de Orçamento para que pudéssemos devolver à área da educação, ciência e tecnologia alguns recursos, aliás, uma boa quantidade de recursos da área dos *royalties,* meu caro Senador Flexa Ribeiro, para que não tivéssemos prejuízos nessa área.

Essa á uma área pela qual tenho até, eu diria, um apego muito grande. Tem sido, do ponto de vista da minha atuação parlamentar, uma das prioridades. Eu não me lembro, em nenhum ano em que estive na Câmara dos Deputados, que eu não tenha feito, na Comissão de Orçamento, no período desse mesmo tipo de emenda pela Comissão de Ciência e Tecnologia, a luta para que pudéssemos alocar recursos para o CNPq. Isso, Senador Aloysio, vem desde o tempo do governo Fernando Henrique. Portanto, isso não é uma prerrogativa utilizada por mim a partir da gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Fui testemunha disso, até porque fui colega de V. Exª na Comissão de Ciência e Tecnologia, da Câmara.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso! Exatamente. Sempre tive a compreensão de que essa é uma das áreas mais importantes que temos no País. Tive com o Ministro Sardenberg e outros, particularmente com o Ministro Martus Tavares, Ministro do Planejamento, de quem fiquei muito amigo, até por conta dessa atuação, não obstante o fato de ser opositor do governo que ele representava, um diálogo muito bom.

Quero aqui inclusive dar meu testemunho, Senador Aloysio, da competência e principalmente da forma de tratar do Martus Tavares, um *gentleman*. Quero realçar isso. Não é à toa que, saindo do Ministério do Planejamento, pode contribuir até em agências de fomento internacionais. Portanto, um quadro dos mais qualificados, com quem tive oportunidade, ao longo da minha vida parlamentar, de aprender muito, até porque Martus Tavares tinha muito mais estrada principalmente na área do planejamento e do orçamento do que eu, que era, naquela época, um jovem recém-chegado à Câmara dos Deputados.

Assim, essa é uma área que me é muito cara, pelo qual tenho um apego muito grande. Faço essas emendas aqui na Comissão juntando as diversas ideias e as sugestões dos Senadores, mas faço com muita alegria, porque sei que não só o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério das Comunicações, o Ministério da Defesa, e é bom realçar aqui que as Forças – Marinha, Aeronáutica e Exército – têm contribuído de forma muito decisiva para o avanço científico-tecnológico no Brasil. Poucas pessoas conhecem o trabalho dessas áreas. Costumo dizer, e acho que o Senador Aloysio viu uma experiência recente, não pude estar aqui na audiência que tratou da frequência de 700 mHz, mas uma das coisas que eu falei com o Senador Aloysio e ele teve a oportunidade eu diria até de comprovar em um diálogo com um dos membros dessas Forças que serviu também à Anatel, o conselheiro Zeleide, esse segmento além de tudo, além da contribuição científico-tecnológica, as Forças no País contribuíram decisivamente com a formação e a apresentação de grandes quadros nessa área no Brasil. Grandes quadros! O Leite é uma figura da qual posso falar, até porque também fui seu companheiro de sistema Telebras e depois, enquanto Deputado, acompanhei aqui o seu desempenho, a sua tarefa na Anatel. Naquela época, foi o conselheiro com quem pude me aliar, ainda no governo Fernando Henrique, para discutirmos aqui a adoção do GSM no Brasil. Portanto, foi uma experiência sem igual.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Permite-me um aparte? V. Exª acaba de invocar a figura do conselheiro José Leite, que não por acaso é oriundo também de um dos grandes mananciais de formação de servidores públicos altamente capacitados, que são as Forças Armadas. Ele é oriundo da Marinha.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É o que estou dizendo, é um grande quadro, veio da Marinha. Aliás, o sistema Telebras tem muita gente da Marinha, do Exército. Leite inclusive foi da Embratel. Durante anos e anos, a Embratel foi um grande centro de formação de quadros preparadíssimos na estrutura nacional.

Portanto, esse é o relatório. Volto a frisar que, dentro do possível, busquei fazer as emendas aqui, Senador Flexa, alocando recursos dentro de uma realidade. Não adianta chegar aqui e colocar...Meu desejo era poder botar para essa área um bilhão, mas o relator-geral, por exemplo, não dispõe de mais do que dois bilhões para atender todas as emendas. Então. diante desse cenário que, às vezes, é de fantasia, prefiro o cenário da realidade, o cenário da possibilidade. E aqui assumo perante a Comissão, já que sou um dos responsáveis pelo Governo na Comissão do Orçamento, que vou batalhar tanto com o relator setorial quanto com o relator-geral, para que nossas emendas possam ser acatadas, acolhidas no relatório do Orçamento da União que deve ser preparado pelo Deputado Miguel, de Minas Gerais.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Em discussão o brilhante relatório do Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, colocamos em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O Regimento permite aprovação com louvor, com *lauder*? Se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nesse caso, com certeza.

Nos termos dos arts. 43, 44 e 45 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, combinado com a Resolução nº 3, de 2008, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Iniciada às 15 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 19 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2013.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia três de dezembro de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Sérgio Souza, Cícero Lucena, Antonio Carlos Rodrigues e Osvaldo Sobrinho, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Luiz Henrique, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, José Agripino, Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 626, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências." O relator designado é o Senador Ivo Cassol e o relatório é pela aprovação do Projeto e da Emenda de Plenário nº 1, na forma de Subemenda que apresenta. Em 06/11/2013, foi concedida Vista Coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Em 13/11/2013, foi recebido Voto em Separado, de autoria do Senador João Capiberibe, pela rejeição do Projeto e da Emenda de Plenário nº 1-2013. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto e a Emenda nº1-PLEN, na forma da subemenda CCT. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 166, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão

Nacional de Energia Nuclear - CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima - NUCLEBRAS, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Osvaldo Sobrinho Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 109, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que "Determina a disponibilidade de tablets para o uso individual dos estudantes das escolas públicas de educação básica, até 2023." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o relatório é pela aprovação do Projeto, com as Emendas que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 186, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Altera a Lei no 8.977, de 6 de janeiro de 1995, para estabelecer a sanção aplicável ao ilícito penal consistente na interceptação ou recepção não autorizada dos sinais de TV por assinatura." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o relatório é pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Ofício "S" n.º 46, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Comunica que a Portaria nº 177, de 4 de junho de 2003, que outorgava permissão à Rádio Amiga FM de Chapecó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, referendada pelo Decreto Legislativo nº 290, de 2009, foi anulada por meio da Portaria nº 903, de 6 de outubro de 2010, de conformidade com a Exposição de Motivos nº 833, de 9 de novembro de 2010, do Senhor Ministro de Estado das Comunicações." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o relatório é pela apresentação de requerimento de prévia audiência da CCJ antes da manifestação da CCT. Aprovado o Requerimento Extrapauta, Item 71. **Item 6: Ofício "S" n.º 47, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Submete à apreciação do ato constante da Portaria nº 424, de 11 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, o qual revoga a Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, que outorga permissão à Rádio Dunas FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que oferece relatório pela apresentação de requerimento de prévia audiência da CCJ antes da manifestação da CCT. Aprovado o Requerimento Extrapauta, Item 72. **Item 7: Ofício "S" n.º 18, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário nº 10, de 2013, da empresa jornalística GCN Publicações Ltda." O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o relatório é pelo conhecimento e arquivamento da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 197, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PINHEIRA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 205, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA REGIÃO QUILOMBOLA DE FORMIGUEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formigueiro, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 225, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO NOVA GERAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Feliz, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Luce-

na Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 211, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E DE DESENVOLVIMENTO DE IPAPORANGA - ABCD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipaporanga, Estado do Ceará." A relatora designada é a Senadora Angela Portela e o relatório é pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, é concedida Vista ao Senador Valdir Raupp, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 298, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE SANTA QUITÉRIA - FUNSANQ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Quitéria, Estado do Ceará." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 220, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV RECORD DE FRANCA S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade Franca, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Antonio Carlos Rodrigues que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 287, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE JEQUIÁ DA PRAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequiá da Praia, Estado de Alagoas." O relator designado é o Senador Benedito de Lira que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 240, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO DO BARRENTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 273, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TIGRE FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Oriente, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 145, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DOMINGOS MARTINS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 167, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DO BAIRRO COMANDANTE JOSÉ DIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caracol, Estado do Piauí." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 321, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e

Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Eduardo Lopes, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 182, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SBC - RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Bujaru, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 193, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ÁGUA LIMPA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Limpa, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 206, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL RUSCZAK para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 234, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DO JARDIM NOVO MUNDO e ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 184, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CULTURAL E ASSISTENCIAL DE PINHEIRO - FECAP para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador João Alberto Souza, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 207, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO JOSEFA MARIA NETA - ADCJMN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rafael Godeiro, Estado do Rio Grande do Norte." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 196, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE BANZAÊ/BAHIA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Banzaê, Estado da Bahia." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 216, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que out-

orga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO XAXINENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 223, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSORA VERDES CAMPOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ernestina, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 249, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA.-ME. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Clara d`Oeste, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Osvaldo Sobrinho que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 12, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 310, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPOÃ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 219, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE QUATRO BARRAS (ACIDQB) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quatro Barras, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Sérgio Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 221, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ESPORTIVA DE DOUTOR ULYSSES - PARANÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Ulysses, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Sérgio Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 190, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 162, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE BELO VALE – ADESC-BV para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Vale, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella,

designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 163, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DOS AMIGOS DE ITAMARANDIBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa o Senador Cícero Lucena Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 188, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURA VIVA DO MUNICÍPIO DE JUTAÍ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jutaí, Estado do Amazonas." O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 202, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SEARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seara, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Anibal Diniz que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 208, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio EDUCADORA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Benedito de Lira que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 215, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO COMUNITÁRIA ATIVA ÚNICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulista, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 189, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE NOVA DE JAURU - ACOCINJA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jauru, Estado do Mato Grosso." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 178, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO DO PARÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonito, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, co-

locado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 233, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA SÃO JORGE - ASJOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Gim que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 168, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MASTER RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador João Capiberibe que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 187, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão ao SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na Cidade de Macapá, Estado do Amapá." O relator designado é o Senador João Capiberibe que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 186, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV CABRÁLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Itabuna, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador José Agripino que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 148, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE SALGADALIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia." A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 201, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E AMBIENTAL DE HEITORAI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heitorai, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Osvaldo Sobrinho que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 204, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ARROIO-GRANDENSE DE DIFUSÃO CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo n.º 210, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão

de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS COMERCIÁRIOS, COMERCIANTES E AGRO-INDUSTRIAIS DE CÉU AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Céu Azul, Estado do Paraná O relator designado é o Senador Sérgio Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n.º 218, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Sérgio Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo n.º 317, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO INTERCONTINENTAL LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Sérgio Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo n.º 319, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EXCELSIOR S.A. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Sérgio Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo n.º 320, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GLOBO S/A para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Sérgio Souza que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo n.º 143, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE JERÔNIMO MONTEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jerônimo Monteiro, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo n.º 147, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA CIDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia." O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo n.º 158, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VOLTA DA CAPELA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra Longa, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Pres-

idente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo n.º 159, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faria Lemos, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo n.º 161, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MARIMBA DE BETIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório favorável. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro e, após a leitura do relatório, adia a discussão e votação da matéria. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo n.º 248, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TROPICAL COMUNICAÇÃO ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 27/11/2013, o Presidente Eventual da Comissão, Senador Valdir Raupp, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento, o Senhor Senador Flexa Ribeiro requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Projetos com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 61: Projeto de Decreto Legislativo n.º 235, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-CULTURA E COMUNICAÇÃO DE SÃO DOMINGOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo n.º 239, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO CONJUNTO PLANALTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capistrano, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo n.º 243, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à M. N. CARVALHO & CIA LTDA.-ME. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvaterra, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo n.º 261, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DO TAPAJÓS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aveiro, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo n.º 270, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MATO PERSO DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que ofe-

rece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo n.º 271, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ÁGUA VIVA - ARCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo n.º 296, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SOUZELENSE DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA (ASSOCOM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador José Porfírio, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 68: Projeto de Decreto Legislativo n.º 299, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MIRIENSE - ARCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 69: Projeto de Decreto Legislativo n.º 307, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VALE DO RIO PEIXE-BOI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peixe-Boi, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 70: Projeto de Decreto Legislativo n.º 312, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE PIRACICABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 71: Requerimento n.º 44, de 2103-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Requeremos, nos termos regimentais, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se pronuncie, em caráter instrucional, quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade da matéria constante do Ofício "S" nº 46, de 2011." O requerimento é aprovado. **Item 72: Requerimento n.º 43, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Valdir Raupp, que requerem "..., nos termos regimentais, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se pronuncie, em caráter instrucional, quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade da matéria constante do Ofício "S" nº 47, de 2011." O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de dezembro de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas. *(Pausa.)*

O Senador Capiberibe fez um voto em separado. Ele está no táxi vindo para cá.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Não chegou, dançou.

Na semana passada aconteceu a mesma coisa comigo. Como eu não estava aqui, retiraram de pauta. Então, a regra é para todos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vamos embora.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 626, de 2011
- Não terminativo -

Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

Autoria: Flexa Ribeiro

Relatoria: Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda de Plenário nº 1, na forma de Subemenda que apresenta

Observações:

1) A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. 2) A matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto. 3) A matéria já foi aprovada terminativamente pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. 4) Em 29/05/2013, foi interposto na prazo regimental o Recurso nº 8, de 2013, no sentido de submeter a matéria ao Plenário. 5) Em 07/06/2013, foi apresentada a Emenda de Plenário nº 1-PLEN. 6) Em 05/07/2013, são aprovados os Requerimentos nº 700 e 701, de 2013 de audiência da matéria pela CCT e CAE (Projeto e Emenda de Plenário). 7) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicas para exame do Projeto e Emenda de Plenário; seguindo posteriormente, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para exame da Emenda de Plenário. 8) Em 06/11/2013, foi concedida Vista Coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. 9) Em 13/11/2013, foi recebido Voto em Separado, de autoria do Senador João Capiberibe, pela rejeição do Projeto e da Emenda de Plenário nº 1-2013.

O relatório já foi lido pelo Senador Ivo Cassol na 40ª Reunião, realizada em 6 de novembro, ocasião em que foi concedido vista coletiva.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Relator se gostaria de usar da palavra.

Com a palavra o Relator, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, do Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

Portanto, Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, e aprovação da Emenda nº 1, de 2013, apresentada em Plenário, na forma da seguinte Subemenda:

SUBEMENDA Nº 1 – CCT (SUBSTITUTIVO)
(À Emenda nº 1, de 2013 - Plenário)

Altere-se o texto do item XII, do art. 3º, do PLS 626, de 2011, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º. .....
.....

XII - A ocupação prioritária de áreas degradadas ou de pastagem, desde que nessas condições já se encontravam na data de 31/01/10, obrigatoriamente declaradas pelo órgão ambiental estadual.

Portanto, com a aprovação do Projeto e da Emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, do Plenário, na forma da Subemenda CCT. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos ao item 2, de autoria do Senador Delcídio do Amaral.

Como Relator *ad hoc,* o Senador Osvaldo Sobrinho. V. Exª pode relatar para nós, Senador? *(Pausa.)*

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 166, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de

Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima - Nuclebras, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas.

Autoria: Vanessa Grazziotin

Relatoria: Delcídio do Amaral

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/11/2013.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001. Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima - Nuclebras, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas.

O Relator é o Senador Delcídio do Amaral,que deu ao relatório a seguinte redação.

É submetido ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. A iniciativa visa a tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas.

Para tanto, altera os incisos XIV, do art. 24, e XIX, do art. 27, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que tratam das atribuições da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), de forma a impor ao transportador de carga perigosa, entre outras obrigações relativas a padrões e normas técnicas, a utilização permanente de sistema de rastreamento por satélite.

Altera ainda o art. 2º da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, dispositivo que estabelece as competências da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), dando nova redação à alínea *b* do inciso IX, de modo a exigir o rastreamento por satélite no transporte de produtos radioativos.

Argumenta a autora da proposição que, não obstante a minudência e o zelo com que são elaboradas as normas administrativas expedidas pelas agências reguladoras, elas "não impõem, como deveriam, a obrigatoriedade de que os veículos utilizados no transporte de cargas dessa natureza disponham de sistema de rastreamento por satélite". Destaca que esse sistema permite a localização imediata de veículos com material de alta periculosidade, como o radioativo, o que contribui para evitar acidentes de grande monta.

A matéria foi distribuída às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

A matéria insere-se no rol de competências desta Comissão, nos termos do art. 104-C, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No que se refere ao mérito, consideramos a iniciativa oportuna e pertinente. De fato, ao impor a adoção de tecnologia já disponível, que permite a localização permanente de veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas, a lei proposta irá possibilitar aos órgãos encarregados da defesa civil condições para adotar as necessárias medidas preventivas. Dessa forma, serão reduzidos os riscos de acidentes, bem como os custos humanos, econômicos e ambientais deles decorrentes.

Importa notar, ademais, que a proposta não enseja elevação de despesas públicas. Por outro lado, o ônus adicional para as empresas transportadoras sujeita-se, de uma parte, ao princípio da "preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio",

dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, nos termos do art. 144 da Constituição Federal, e, de outra, ao preceito econômico de que os custos de prevenção tendem a ser inferiores àqueles que decorrem de acidentes ou desastres.

Voto.

Em razão do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2012.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o relatório do Senador Osvaldo Sobrinho.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Vamos aproveitar o quórum e vamos para as rádios.

Vamos ao item 8.

Do item 8 ao item 36.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para relatar o PDS nº 240 e o PDS nº 273, itens 15 e 16 da pauta.

Em seguida, o Senador Flexa Ribeiro, para relatar os itens 20 ao 22.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 240, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO DO BARRENTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 273, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TIGRE FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Oriente, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como o relatório foi distribuído anteriormente, o voto é pela aprovação dos dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Com a palavra o Senador Flexa, para relatar do item 20 ao 22.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 182, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SBC - RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Bujaru, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 193, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA ÁGUA LIMPA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Limpa, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 206, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL RUSCZAK para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Zeze Perrella, Srs. Senadores, item 20.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 182, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão à SBC - Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bujaru, Estado do Pará.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 182, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação.

O item 21 trata do Projeto de Decreto Legislativo n° 193, de 2013 (n° 877, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Água Limpa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Limpa, Estado de Goiás.

O parecer também é pela aprovação.

O item 22 trata do Projeto de Decreto Legislativo n° 206, de 2013,que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural Rusczak para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

Também o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

Esses são os projetos de minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Ainda tem o item 42, também, Senador Flexa.

Já foi lido?

Então, vamos ao item 13, do Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Eu me esqueci, Senador. Desculpe. A falha foi nossa, até porque 13 é Galo, Atlético. Então, o erro foi por causa disso.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR - SP) – Análise. O referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Constituição, e também não encontramos nenhum óbice quanto à juridicidade e técnica legislativa. Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 220, de 2013, opinamos pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vamos ao item 11, Senadora Angela Portela, para relatar o PDS nº211, de 2013.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 211, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL E DE DESENVOLVIMENTO DE IPAPORANGA - ABCD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipaporanga, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Angela Portela
Relatório: Pela aprovação

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Cultural e de Desenvolvimento de Ipaporanga – ABCD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipaporanga, Estado do Ceará.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, peço vista do item 11, para que seja apreciado em outra sessão.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vista concedida ao Senador Valdir Raupp.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Interrompo, então, a leitura do relatório já que o Senador pediu vista.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – O.k., Senadora.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu não fiz a leitura do relatório. Iria fazer agora.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – V. Exª quer dar como lido ou prefere completar?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Desculpe-me, Senadora, desculpe.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Considerado como lido.

Vamos para o item 14.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 267, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE JEQUIÁ DA PRAIA para executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Jequiá da Praia, Estado de Alagoas
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Foi submetido à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 287, de 2013 (n° 1.086, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Jequiá da Praia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequiá da Praia, Estado de Alagoas.

Nada tenho a opor quanto à constitucionalidade, Sr. Presidente.

Voto:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 287, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Jequiá da Praia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequiá da Praia, Estado de Alagoas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Benedito.

Vamos ao item 29.

ITEM 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 249, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à MORAES SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA.--ME. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Clara d`Oeste, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Osvaldo Sobrinho
Relatório: Pela aprovação

Senador Osvaldo Sobrinho, vamos interromper seu telefonema por alguns segundos.

Com a palavra, o Senador Osvaldo Sobrinho. é o PDS nº 249.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo a ler o Parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Decreto Legislativo nº 249, de 2013.

Foi submetido à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Decreto Legislativo nº 249, de 2013 (n° 981, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Moraes Serviços de Comunicação Ltda-ME. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Clara d'Oeste, Estado de São Paulo.

O voto, Sr. Presidente, depois de exaustivo relatório e análise, é o seguinte:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 249, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Moraes Serviços de Comunicação Ltda.-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Clara d'Oeste, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado, Senador Osvaldo.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza. São os PDS nº 219 e 221, itens 32 e 33.

ITEM 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 219, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE QUATRO BARRAS (ACIDQB) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quatro Barras, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação

ITEM 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 221, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ESPORTIVA DE DOUTOR ULYSSES - PA-

RANÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Ulysses, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Sr. Presidente, não seria o caso de colocar em votação?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Vamos votar todos juntos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é o Projeto de Decreto Legislativo n° 219, de 2013 (n° 664, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural da Integração e Desenvolvimento de Quatro Barras (ACIDQB) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Quatro Barras, Estado do Paraná.

O voto é pela aprovação do ato que outorga a autorização à referida rádio.

O item 33, em caráter terminativo, é Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Esportiva de Doutor Ulysses - Paraná para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Doutor Ulysses, Estado do Paraná.

O voto é pela aprovação do ato que outorga a autorização à referida rádio.

São os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Agora, vamos para os itens 8, 9,10,17,18,19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 35 e 36. Antes disso, Senador Cícero, temos o item 34 do Senador Valdir Raupp. Em seguida, V. Exª faria para nós os acima mencionados.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 197, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PINHEIRA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 205, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA REGIÃO QUILOMBOLA DE FORMIGUEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formigueiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 225, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO NOVA GERAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Feliz, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 298, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE SANTA QUITÉRIA - FUNSANQ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Quitéria, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 145, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DOMINGOS MARTINS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Ciro Nogueira
Relatório: Pela aprovação

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 167, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E MORADORES DO BAIRRO COMANDANTE JOSÉ DIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caracol, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Ciro Nogueira
Relatório: Pela aprovação

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 321, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Eduardo Lopes
Relatório: Pela aprovação

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 234, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DO JARDIM NOVO MUNDO e ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Gim
Relatório: Pela aprovação

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 184, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CULTURAL E ASSISTENCIAL DE PINHEIRO - FECAP para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: João Alberto Souza
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/11/2013.

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 196, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE BANZAÊ/BAHIA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Banzaê, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação

ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 216, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO XAXINENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Maria do Carmo Alves
Relatório: Pela aprovação

ITEM 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 223, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSORA VERDES CAMPOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ernestina, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Maria do Carmo Alves
Relatório: Pela aprovação

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 12 de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão.
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 310, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPOÃ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação

ITEM 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 162, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DE BELO VALE – ADESC-BV para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação

ITEM 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 163, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DOS AMIGOS DE ITAMARANDIBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação

ITEM 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 190, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

Em seguida, colocaremos tudo em votação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o parecer é pela aprovação do ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Obrigado Senador Valdir Raupp. Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Presidente, começo pelo item 8, PDS nª 197, de 2013, cujo relatório é de autoria do Senador Alfredo Nascimento.

Como foi distribuído anteriormente, o meu voto acompanha o relatório do Senador Alfredo nascimento pela aprovação.

Da mesma forma, os PDSs nº 205, 225, um no rio Grande do Sul e o outro em São Paulo, com relatório do Senador Alfredo Nascimento, que acompanhamos. Dessa forma, o voto é pela aprovação de ambos.

O item 12, PDS nº 298, e do Estado do Ceará, Senador Aníbal Diniz. Também acompanho o voto do Relator, Aníbal Diniz, pela aprovação.

Da mesma forma, os itens 17 e 18, PDS nº 145, de 2013, no Estado do Espírito Santo, e PDS nº 167, 2013, do Estado do Piauí, cujos relatórios são do Senador Ciro Nogueira, acompanho o voto pela aprovação na condição de Relator *ad hoc.*

O item 19 é o PDS nº 321, é do Rio de Janeiro, do Senador Eduardo Lopes, e também acompanho o

voto, já que todos esses relatórios a que fiz referência já foram devidamente distribuídos. O relatório é do Senador Eduardo Lopes, pela aprovação, e acompanho.

O item nº 23, PDS nº 234, de Goiás, tem o relatório do Senador Gim Argello, que incorporo também pela aprovação.

O item nº 24 é o PDS nº 184, de 2013, do Maranhão, Senador João Alberto Souza, cujo relatório incorporo e consequentemente acompanho o voto pela aprovação.

O item nº 26 é o PDS nº 196, de 2013, da Bahia, da Senadora Lídice da Mata, é também pela aprovação.

Os itens 27 e 28, PDS nº 216, do Estado de Santa Catarina, e PDS nº 223, do Rio Grande do Sul, da Senadora Maria do Carmo Alves. Pela aprovação. É também o meu voto na condição de Relator *ad hoc*.

Da mesma forma, o item nº 30, PDS nº 12, de 2013, Bahia, do Senador Ricardo Ferraço, pela aprovação do presente relatório.

O item 31, PDS 310, de Santa Catarina, do Senador Sérgio, pela aprovação.

Os itens 35 e 36, PDS 162 e o PDS 163, ambos de Minas Gerais, com relatoria do Presidente Zeze Perrella, meu voto acompanha o voto do Relator na condição de *ad hoc*.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB - RO) – Em discussão.

Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Presidente, queria pedir a V. Exª, ouvido o Plenário, pudéssemos incluir extrapautas os dez PDS: 307, 299, 296, 243, 261, 312, 270, 271, 239 e 235 – todos eles com pareceres favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Se todos concordarem com a inclusão extrapauta... *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 61
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 235, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-CULTURA E COMUNICAÇÃO DE SÃO DOMINGOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 62
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 239, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO CONJUNTO PLANALTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capistrano, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 63
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 243, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à M. N. CARVALHO & CIA LTDA.-ME. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvaterra, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 64
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 261, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DO TAPAJÓS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aveiro, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

ITEM 65
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 270, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MATO PERSO DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 66
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 271, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ÁGUA VIVA - ARCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 67
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 296, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SOUZELENSE DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA (ASSOCOM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador José Porfírio, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 68
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 299, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MIRIENSE - ARCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 69
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 307, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VALE DO RIO PEIXE-BOI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peixe-Boi, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 70
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 312, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EDUCADORA DE PIRACICABA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Sr. Presidente, os PDSs:

- 307, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vale do Rio do Peixe-Boi, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peixe-Boi, Estado do Pará;

– 299, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Miriense-Arcom para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé-Miri, Estado do Pará;

– 269, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Souzelense de Comunicação Comunitária (Assocom) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador José Porfírio, Estado do Pará;

– 243, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão à M. N. Carvalho & Cia Lida.-ME. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvaterra, Estado do Pará;

– 261, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária do Tapajós para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aveiro, Estado do Pará;

– 312, de 2013, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Educadora de Piracicaba Lida. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo;

– 270, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Mato Perso de Comunicação, para executar serviço de radiodifusão comuni-

tária na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul;

– 271, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Água Vica - ARCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;

– 239, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Conjunto Planalto, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capistrano, Estado do Ceará;

– 235, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Pró-Cultura e Comunicação de São Domingos, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Domingos, Estado de Santa Catarina;

Sr. Presidente, todos os dez Projetos de Decreto Legislativos aqui anunciados tiveram a sua documentação examinada e não evidenciou violação da legislação pertinente. E não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação de todos os Projetos de Decretos Legislativos aqui anunciados.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Então, vamos colocar em discussão os itens 8 a 60, e os 10 itens extrapauta do Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Voto com os Relatores e as Relatoras.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador João Capiberibe?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB - AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB - PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP - RO) – Voto com os Relatores, Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP - AL) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Com os Relatores e as Relatoras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Com os Relatores e Relatoras.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Antonio Carlos Rodrigues?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR - SP) – Com os Relatores e as Relatoras.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Como vota o Senador Osvaldo Sobrinho?

O SR. OSVALDO SOBRINHO (Bloco União e Força/PTB - MT) – Com todos aqueles que relataram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – As matérias dos itens 8 a 60 e os extrapautas estão todos aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados que não foram lidos anteriormente:

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 220, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV RECORD DE FRANCA S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade Franca, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues
Relatório: Pela aprovação

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 207, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO JOSEFA MARIA NETA - ADCJMN para executar serviço de radiodifusão comunitária

na cidade de Rafael Godeiro, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela aprovação

ITEM 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 188, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURA VIVA DO MUNICÍPIO DE JUTAÍ a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jutaí, Estado do Amazonas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatório: Pela aprovação
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 202, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SEARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seara, Estado de Santa Catarina.
Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 208, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio EDUCADORA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 215, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO COMUNITÁRIA ATIVA ÚNICA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulista, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cícero Lucena (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 41
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 189, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE NOVA DE JAURU - ACOCINJA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jauru, Estado do Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 178, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO DO PARÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bonito, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 43
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 233, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA SÃO JORGE - ASJOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 44
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 168, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MASTER RADIODIFUSÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 45
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 187, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão ao SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na Cidade de Macapá, Estado do Amapá.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 46
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 186, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV CABRÁLIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Itabuna, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 47
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 148, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE SALGADALIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 48
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 201, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E AMBIENTAL DE HEITORAI para executar

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heitorai, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 49
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 204, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ARROIO-GRANDENSE DE DIFUSÃO CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 50
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 210, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS COMERCIÁRIOS, COMERCIANTES E AGRO-INDUSTRIAIS DE CÉU AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Céu Azul, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 51
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 218, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 52
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 317, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO INTERCONTINENTAL LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 53
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 319, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EXCELSIOR S.A. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 54
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 320, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GLOBO S/A para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 55
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 143, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE JERÔNIMO MONTEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jerônimo Monteiro, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 56
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 147, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA CIDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 57
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 158, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO VOLTA DA CAPELA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra Longa, Estado de Minas Gerais.
Relatoria: Senador Zeze Perrella (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 58
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 159, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Faria Lemos, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Zeze Perrella (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 59
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 161, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA MARIMBA DE BETIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Zeze Perrella (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc***:** Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 60
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TROPICAL COMUNICAÇÃO ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 27/11/2013, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Passamos ao item 5.

ITEM 5
OFICIO "S" Nº 46, de 2011
- Não Terminativo -

Comunica que a Portaria nº 177, de 4 de junho de 2003, que outorgava permissão à Rádio Amiga FM de Chapecó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, referendada pelo Decreto Legislativo nº 290, de 2009, foi anulada por meio da Portaria nº 903, de 6 de outubro de 2010, de conformidade com a Exposição de Motivos nº 833, de 9 de novembro de 2010, do Sr. Ministro de Estado das Comunicações.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela apresentação de requerimento de prévia audiência da CCJ antes da manifestação da CCT.

Tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Nos termos do que determina o art. 65 da Constituição da República, encontra-se em sede de revisão pelo Senado Federal o Ofício "S" nº 46, de 2011 (TVR nº 2.961, de 2011, na Câmara dos Deputados), mediante o qual o Presidente da República comunica ao Congresso Nacional, nos termos da Mensagem nº 756, de 28 de dezembro de 2010, "que a Portaria nº 177, de 4 de junho de 2003, que outorgava permissão à Rádio Amiga FM de Chapecó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, referendada pelo Decreto Legislativo nº 290, de 2009, foi anulada por meio da Portaria nº 903, de 6 de outubro de 2010, de conformidade com a Exposição de Motivos nº 833, de 9 de novembro de 2010, do Sr. Ministro de Estado das Comunicações".

O referido comunicado se destina, indiretamente, a solicitar ao Congresso Nacional a revogação do Decreto Legislativo nº 290, de 12 de junho de 2009, que referendou a referida outorga, ato normativo de sua exclusiva competência constitucional.

Nos termos do art. 104-C, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) pronunciar-se sobre a matéria, a qual, por sua natureza, não comporta receber emendas.

Voto.

Assim, à luz do que instrui a presente matéria, não há como recusar ou confirmar os termos do Decreto Legislativo nº 290, de 2009, em face da reclamada irregularidade apontada por aquela autoridade, sem que seja ouvido o órgão técnico desta Casa investido na competência regimental de avaliar a existência de possível conflito da Portaria nº 903, de 2010, que confluiria para a revogação do Decreto Legislativo nº 290, de 2009, com o que disciplina o art. 223, § 4º, da Constituição da República.

Diante do exposto, o voto é – aparado pelo art. 133, inciso V, alíneas "b" e "d", do Regimento Interno – pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do requerimento a seguir, acerca da existência de possível conflito da Portaria nº 424, de 11 de maio de 2010, editada pelo Ministro das Comunicações, e da consequente viabilidade de revogação do Decreto Legislativo nº 290, de 2009, em face do que disciplina, principalmente, o art. 223, § 4º, da Constituição da República, a fim de que esta Comissão possa apresentar, em sequência, suas conclusões.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 44, de 2013

Requeremos, nos termos regimentais, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se pronuncie, em caráter instrucional, quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade da matéria constante do Ofício "S" nº 46, de 2011.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento à CCJ para o prosseguimento de sua tramitação.

Passamos para o item 6.

ITEM 6
OFICIO "S" Nº 47, de 2011
- Não Terminativo -

Submete à apreciação do ato constante da Portaria nº 424, de 11 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, o qual revoga a Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, que outorga permissão à Rádio Dunas FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatório: Pela apresentação de requerimento de prévia audiência da CCJ antes da manifestação da CCT.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Indico como Relator *ad hoc* o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em atendimento ao comando insculpido no art. 65 da Constituição da República, encontra-se em sede de revisão pelo Senado Federal o Ofício "S" nº 47, de 2011 (TVR nº 2.962, de 2011, na Câmara dos Deputados), fruto da Mensagem nº 791, de 31 de dezembro de 2010, mediante a qual a Presidente da República submete ao Congresso Nacional "o ato constante da Portaria nº 424, de 11 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, o qual revoga a Portaria nº 377, de 13 de julho de 2007, que outorga permissão à Rádio Dunas FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Voto.

Diante do exposto, o voto é – amparado pelo art. 133, inciso V, alíneas "b" e "d", do Regimento Interno, pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do requerimento a seguir, acerca da existência de possível conflito da Portaria nº 424, de 11 de maio de 2010, editada pelo Ministro das Comunicações, com o que disciplina o art. 223, § 4º, da Constituição da República, a fim de que esta Comissão possa apresentar, em sequência, suas conclusões.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 43, de 2013

Requeremos, nos termos regimentais, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se pronuncie, em caráter instrucional, quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade da matéria constante do Ofício "S" nº 47, de 2011.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT - MG) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprova permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Obrigado aos Srs. Senadores e Senadoras.

(Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 4 minutos.)

COMISSÃO SENADO DO FUTURO

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2013, ÀS 9 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e onze minutos do dia dezesseis de outubro do ano de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Luiz Henrique, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Ana Amélia, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Inácio Arruda e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Ricardo Ferraço, Humberto Costa, Cyro Miranda, Wilder Morais e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 3ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, esclarece que esta Reunião tem como objetivo a realização de audiência pública, com interatividade por meio do Portal e-Cidadania, para debater qual o pacto federativo para aumentar a eficiência da economia e reduzir as desigualdades regionais e sociais, em atendimento ao Requerimento da Comissão (RFF) nº 1 de 2013, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, tendo como expositores o Sr. Fernando Antonio Rezende Silva, Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - FGV; o Sr. Túlio Tavares Santos, Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina; e o Sr. João Paulo dos Reis Velloso, Superintendente Geral do Instituto Nacional de Altos Estudos - Inae. Após a exposição dos participantes, usam da palavra os Senadores Cristovam Buarque, Ana Amélia e Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Flávio Roberto de A. Heringer, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Luiz Henrique,** Presidente da Comissão Senado do Futuro.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Senado do Futuro. Esta Comissão foi constituída no sentido de prospectar os cenários do futuro no mundo e no Brasil; os cenários que possam possibilitar a elaboração de projetos de lei e a transformação desses projetos em diretrizes que garantam o desenvolvimento sustentável do nosso País, oferecendo, ao mesmo tempo, avanços nas áreas de fronteira do conhecimento e resultados de qualidade social e qualidade de vida para a nossa população.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião. O Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Destaco aos telespectadores da TV Senado que esta reunião contará com a utilização dos serviços de interatividade que permitem aos cidadãos encaminhar perguntas e comentários destinados aos nossos convidados, por intermédio desta Presidência. Aprovamos, recentemente, projeto de lei da autoria do hoje Governador Raimundo Colombo – ou melhor, projeto de resolução – que permite a integração e a interferência dos cidadãos em todas as fases do processo legislativo em trâmite nesta Casa. Dentro das diretrizes daquela resolução, qualquer cidadão pode acessar o Portal e-Cidadania, por meio do endereço www.senado.gov.br/ecidadania.

Naquele portal é possível acompanhar a transmissão, ao vivo, desta reunião, bem como, por meio do Mural do Cidadão, enviar comentários ou perguntas. Esses comentários e perguntas sofrerão uma triagem, conforme definido nos termos de uso do portal. Essa triagem não é feita com base na qualidade do comentário ou no mérito da pergunta, mas no cumprimento de regras de respeito e urbanidade, bem como de conexão com a finalidade do serviço oferecido.

Cada Senador ou Senadora, bem como a própria sociedade, pode ver os comentários e perguntas dessa mesma página do Portal e-Cidadania. É importante destacar que os cidadãos podem também apresentar suas perguntas por meio do telefone Alô Senado 0800 612211.

A pauta desta reunião prevê a realização de audiência pública com o objetivo de debater qual o pacto federativo para aumentar a eficiência da economia e reduzir as desigualdades regionais e sociais.

Vivemos num país continental de amplas e agudas diversidades. Um país de culturas, condições geográficas e etnias as mais diversas. No entanto, temos, por conta de uma tradição que vem desde os governos gerais, uma forte centralização das decisões, que poderiam ser locais ou regionais, nas mãos do poder central, que concentra cerca de dois terços do bolo tributário nacional, fruto da contribuição dos cidadãos a cada dia, a cada hora, a cada instante.

Não se trata aqui apenas de buscar debater um novo pacto federativo, um redesenho da distribuição dos tributos. Não se trata apenas de fazer uma nova arquitetura governamental do nosso País. Não se trata apenas de buscar saber como seria mais eficiente a gestão pública com autonomia maior dos Municípios e dos Estados, principalmente dos Municípios, onde todos vivemos e temos as nossas demandas da cidadania. Mas se trata de prospectar um novo modelo de descentralização que propicie a redução das distorções, das diferenças setoriais e regionais. Não apenas as diferenças de renda entre as pessoas, mas as diferenças do nível de dinamismo econômico, de dinamismo social e de dinamismo político, as diferenças de qualidade de vida e de ritmo de crescimento entre as diversas comunidades e os diversos Estados brasileiros. Então, esse é o foco.

Para debater esse foco, convido para integrarem a Mesa Diretora o Professor Fernando Antonio Rezende Silva, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas; o Ministro – nosso mestre – João Paulo dos Reis Velloso, Superintendente-Geral do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae); e o Dr. Túlio Tavares Santos, Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina e coordenador do programa de descentralização do Governo daquele Estado.

Os convidados já se encontram no plenário da Comissão. Peço a todos que tomem seus lugares à mesa.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno deste Senado, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por dez minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras. A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição.

Quero salientar que se encontra, em Brasília, chegando de viagem ao exterior, o ilustre Relator desta Comissão e propositor, junto comigo, da sua constituição, Senador Cristovam Buarque.

Vou conceder a palavra ao Professor Fernando Antonio Rezende Silva, da Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA – Obrigado. Queria cumprimentar aqui, na pessoa do Presidente desta Comissão, o Senador Luiz Henrique, todos os integrantes desta mesa, o público aqui pre-

sente e os que a nós assistem pela televisão e dizer que, para mim, é uma enorme satisfação vir aqui a este plenário debater este tema de grande interesse para o País.

Na minha perspectiva, essa discussão federativa, hoje, está pobre; está pobre porque ela tem se limitado a debater como vamos distribuir os recursos; se vai redistribuir o ICMS de um lado para o outro; se vai redistribuir o fundo de participação; se vai redistribuir o dinheiro dos *royalties*. Enfim, a questão se tem limitado a discutir a repartição do dinheiro entre os entes federados. Não estamos discutindo as responsabilidades, não estamos discutindo se existem condições em cada ente federado para exercer as suas responsabilidades, de modo amplo, com liberdade orçamentária, com poder legislativo, com capacidade de gestão. Essas questões não estão no debate.

Então, não estamos discutindo o futuro da Federação, nós estamos discutindo o passado da Federação, porque o passado da Federação foi isto: discutir como se redistribuem as receitas.

Eu tinha preparado aqui uma apresentação um pouco mais longa, mas em face da limitação de tempo, eu vou cortar bastante o que eu tinha...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Exª pode contar com a generosidade da mesa em relação ao tempo que lhe é disponível.

O SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA – Muito obrigado, Senador.

Eu tinha organizado esse debate em quatro grandes itens. O que aconteceu com a nossa Federação? Ela não sabe para onde vai, a Federação está numa encruzilhada, perde-se num conflito entre os Estados que não tem solução. E por quê? O que aconteceu com a nossa Federação? Ela acumulou enormes fragilidades e desequilíbrios: queda da participação dos Estados na repartição do chamado bolo fiscal, o que já foi mencionado aqui pelo eminente Senador; as enormes disparidades de capacidade de atendimento das demandas das suas populações.

O objeto desta discussão aqui é pacto federativo para garantir igualdade de oportunidades sociais.

Nós não temos, no Brasil, um princípio básico que é constitucional em outras federações, como na Alemanha, por exemplo, onde a federação deve assegurar, o Estado – letra maiúscula –, isonomia de oportunidade, de ascensão social a todos os cidadãos independentemente de onde ele nasceu e de onde ele vive. O cidadão brasileiro vai melhorar de vida, vai ter acesso à boa escola, vai ter acesso a serviço de saúde, vai ter serviços urbanos de qualidade se ele, por acaso, vive num Município e num Estado onde a capacidade de gestão dessas políticas é coerente com o tamanho das responsabilidades que eles exercem.

Os Estados federados perderam capacidade de influir na política nacional. Nós costumávamos falar no passado, na República dos Governadores. Um colega nosso chegou a publicar um texto, logo depois de 88, que falava nos barões da Federação. Isso desapareceu ao longo da história.

Os estudos da Ciência Política têm demonstrado que a pauta de votação do Congresso Nacional tem sido comandada pela agenda do Governo Federal e não pela agenda dos interesses federativos.

O ônus político é dos governadores, é dos prefeitos, que estão lá na ponta sendo pressionados pela população, mas a decisão, o poder de decisão sobre o que fazer, como fazer, de que maneira fazer não está descentralizado. Essa é uma questão essencial.

O cobertor encolheu, os números estão aí para quem tiver interesse em olhar.

A autonomia dos Estados não é só o problema de se ter mais recursos à sua disposição. Os Estados não têm autonomia para decidir sobre o seu orçamento. O orçamento é um instrumento por excelência da gestão pública, mas o orçamento está todo previamente determinado pela proliferação de normas federais que dizem onde o governo do Estado tem que gastar. Não é só dizer que tem que gastar 25% em educação e 13% em saúde, é no programa y, x e z. Não restou nem ao governador e nem ao político qualquer capacidade de decidir como vai usar o dinheiro em função das características sócio-econômicas da sua população. O Brasil é um país diverso, não obstante as regras serem cada vez mais uniformes, simétricas; e o nosso vício da simetria está causando muito problema.

Envolveu-se em conflitos. No passado, nós costumávamos discutir, Senador, se o Brasil precisava primeiro crescer para depois distribuir ou primeiro distribuir para depois crescer. Agora os Estados estão distribuindo para encolher. É uma nova tática que me parece suicida. Redistribui investimento, redistribui dinheiro e todos estão perdendo espaço no conjunto da nossa Federação, que não consegue encontrar o rumo para sair da encruzilhada.

Vou passar por essa tela, senão vamos ultrapassar em demasiado o tempo previsto.

Esse gráfico ilustra o que mencionei antes, a enorme disparidade na capacidade de atendimento das demandas da população que os Estados enfrentam. Isso é orçamento por habitante em vários Estados brasileiros. Acho que o gráfico explica por si mesmo, não vou entrar em detalhes porque não tenho tempo.

Nos Municípios é maior ainda. Se os senhores olharem aquele gráfico que é uma Curva de Lorenz

invertida, poderíamos fazer um Coeficiente de Gini ao contrário, você vai ver ali que apenas 2% da população, que está entre 98 e 100, vivem nos 10 Municípios com maior orçamento *per capita* e o oposto se verifica na parte inferior do gráfico. Se tiver tempo, ao longo dos debates, poderemos entrar em maiores detalhes.

Qual explicação para isso? Na literatura a gente distinguia duas coisas: descentralização e desconcentração. O que aconteceu no Brasil foi substituir a descentralização pela desconcentração. Você transfere dinheiro para ser aplicado, mas não transfere o poder de decidir sobre como esse dinheiro deve ser aplicado. Essa é uma questão essencial. A agenda federativa e a social entraram em profundo conflito por quê? Porque na medida em que as pressões sociais foram se manifestando no âmbito do Governo Federal, os recursos necessários para isso foi utilizar as contribuições sociais e isso encolheu a base dos fundos de participação, entre outras coisas. Não criamos um espaço institucional para negociar os conflitos federativos, como existe em outras federações do mundo.

Coloquei ali que sobreviveu o Confaz, porque de fato ele sobreviveu. Na Constituinte de 88 isso não foi discutido. Ele sobreviveu sem qualquer capacidade efetiva de negociar esses conflitos.

A questão das agendas está ali mostrada. Em 1960 – não estou vendo bem o ano – na década de 60, a arrecadação federal, cerca de 80%, 75% era Imposto de Renda e IPI, era a base do fundo. Agora ela – e era compartilhada – caiu para aquele nível de 50% – esqueci de colocar os meus óculos –; mas está aí o desenho na tela, caiu cerca da metade. O que nós temos como problema? 88.

Como em 1988 a questão federativa não foi discutida em profundidade e estava acompanhando tecnicamente a discussão na Constituinte, o que aconteceu? Havia duas pressões que corriam em Comissões paralelas – o Senador vai certamente lembrar disso muito melhor do que eu – a pressão da Federação por maior descentralização do poder tributário e aumento das transferências e a pressão dos movimentos sociais organizados, na Comissão de Assuntos Sociais, para garantir recursos próprios para seguridade social. Isso veio a criar as contribuições para seguridade social.

Nada contra o mérito, mas contra as consequências. À medida que se fez isso e que a agenda social do Governo Federal foi crescendo, foram crescendo juntas as contribuições sociais e, consequentemente, foi encolhendo a capacidade de financiamento dos Estados e dos Municípios; e isso amparou a expansão dos programas de transferência de renda, que trouxe, certamente, benefícios para a população. Mas criou-se uma situação que é, digamos, insustentável no futuro. Houve uma convergência social – se usarmos essa palavra no sentido de distribuição pessoal da renda – e houve uma interrupção na convergência regional.

Os estudos regionais mostram que a redução da disparidade entre as regiões brasileiras interrompeu a partir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA – Se me permitir mais cinco minutos...

A Federação também sofreu o impacto das enormes mudanças que aconteceram no mundo nos últimos 20 anos – a privatização no Brasil, as novas tecnologias que permitem transportar produtos a larga distância a custos competitivos –, tudo isso fez com que uma nova realidade se instalasse num contexto de regras que foram construídas há 20 anos. E isso está na raiz do conflito federativo que, hoje em dia, chamamos de guerra fiscal.

Quando falamos em guerra fiscal no exterior, as pessoas param, interrompem: "O quê? Guerra fiscal? Conhecemos competição fiscal, agora, guerra fiscal não conhecemos, não!". É uma coisa que só existe no Brasil e, como dizem os mineiros: se não é jabuticaba, então é algo que precisa ser devidamente explorado.

Assiste-se à erosão das finanças e estamos aí nos aproximando – para usar uma palavra própria do que se discute hoje nos Estados Unidos – não é de um abismo fiscal; estamos nos aproximando de um abismo federativo. Onde vamos mergulhar a gente ainda não sabe.

O que precisa ser feito? Venho trabalhando nisso há algum tempo. Precisamos consolidar um diagnóstico dos problemas federativos, sair desse debate miúdo, rasteiro, sem solução, que é um conflito em torno do ICMS, ou o conflito em torno da repartição dos *royalties.* Isso não vai nos levar a nenhum lugar sério.

Recuperar a importância da história. Estamos discutindo federalismo hoje e não discutimos as nossas origens do federalismo. Não vou ter tempo para discutir a história aqui, porque isso precisava ser uma longa exposição, mas ela se divide em três partes: uma, o Brasil alternou regimes democráticos e regimes autoritários, e tivemos autoritarismo com reformas sociais e descentralização fiscal, tivemos democracia com descentralização e conflitos regionais; e temos, agora – que é um caso inédito no Brasil, que é a primeira vez na história brasileira –, temos centralização com democracia. Esse para mim é um elemento novo, importantíssimo, para a gente pôr em debate.

Não vou explorar as lições da história, vou cair para o último ponto da minha exposição, a novidade: centralização com democracia, qual é o futuro do nosso federalismo.

Precisamos discutir princípios, estamos discutindo propostas há anos, e propostas discutidas sem que elas sejam baseadas e ancoradas em alguns princípios. Quais são os princípios fundamentais, entre outros? A coesão, a isonomia, a equiparação e a cooperação. E isso nos leva a discutir um novo modelo de federalismo fiscal. Não é só discutir separadamente o que vamos fazer com o ICMS, com o fundo de participação e coisas e tais.

Eu fui recuperar o que foi elaborado em 1963, que alguns acham que o modelo de 1965 foi originado pelo militares. Não foi não! Ele foi implantado pelos militares em 1965, mas o modelo foi concebido em 1963 por uma comissão de reforma do Ministério da Fazenda que se instalou na Fundação Getúlio Vargas e era composta de notáveis especialistas no tema federativo e tributário.

Então, qual a base dessa proposta? Recuperar a noção de um sistema tributário nacional. O País é um país só, não pode haver vários regimes tributários que brigam entre si, que não geram condições econômicas eficientes para o crescimento.

Reconstruir um sistema de transferências que garanta aquela isonomia de oportunidades. As bases tributárias são concentradas, é preciso que as transferências façam com que capacidade de atendimento seja compatível com o tamanho da demanda que cada ente federado exerce.

Aperfeiçoar o regime de garantias financeiras dos direitos sociais. Nosso problema é que nós congelamos tudo na Constituição. Há mais de 20 anos nós colocamos 25% em educação, 18% em saúde para os Municípios, 13% para os Estados. A população, em 20 anos, mudou no território nacional de uma maneira impressionante. O Brasil tem mais de um milhão de pessoas vivendo em cidades, desculpem-me, tem mais pessoas vivendo em cidades com mais de um milhão de habitantes do que toda a população rural. Então, há Municípios neste País que não têm mais crianças. Provavelmente lá no interior do Paraná, de Santa Catarina, deve haver isso. Não há mais criança, mas tem que colocar 25% em educação e 18% em saúde, quando, provavelmente, precisava colocar mais em saúde e não tanto em educação. Essas regras se consolidam e nós não conseguimos lidar com a necessidade de ter flexibilidade para se adaptar às circunstâncias.

Adotar uma nova política de desenvolvimento regional. Não é a política do passado, baseada só em benefício fiscal, é a política do futuro, baseada em tecnologia, em conhecimento, em inovação, em infraestrutura.

Termino com esse desenho que é um pouquinho complicado mas que seria a plataforma fiscal de uma proposta de reconstrução do federalismo brasileiro, que, a meu juízo, vai ao encontro do tema deste nosso debate aqui hoje, que é conciliar repartição das competências com os desequilíbrios federativos, com as disparidades regionais e com novas garantias dos direitos sociais, novas no sentido de elas serem aperfeiçoadas, não no sentido de elas serem substituídas.

Desculpem-me eu ter ultrapassado um pouco o tempo, Senador, mas fico à disposição aqui de todos que estão presentes e de todos que a nós assistem na televisão, para qualquer debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu agradeço a V. Exª. V. Exª terá, inclusive, condição de fazer novos comentários durante os debates que se seguirão.

Concedo a palavra ao Dr. Túlio Tavares Santos, Secretário Adjunto e coordenador do processo de descentralização do Estado de Santa Catarina.

O SR. TÚLIO TAVARES SANTOS – Eu queria cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Luiz Henrique, e agradecer-lhe pelo convite de estar aqui hoje; aos demais colegas de mesa; senhoras e senhores. E dizer que pacto federativo é um tema muito importante, principalmente pelo momento em que nós vivemos. O pacto federativo tem que estar na ordem do dia, principalmente do ano que vem, quando nós teremos eleições. Por isso o pacto federativo é importante.

Nesse sentido, Santa Catarina tem uma experiência muito interessante que nós queremos trazer aqui aos senhores, uma experiência prática que foi implementada a partir do ano de 2003, quando trouxe resultados fantásticos para o Estado, em termos de desenvolvimento social, econômico e assim por diante.

E é sobre essa experiência de Santa Catarina, liderada e conduzida pelo então Governador Luiz Henrique, que eu pretendo falar um pouco e da qual quero trazer alguns dados aos senhores.

O Estado de Santa Catarina é um Estado pequeno em relação aos outros Estados da Federação, apenas 1,13% do território, e ele é longitudinal, a capital, o poder está concentrado, ou estava concentrado na capital. Em 2002, 2003, qual foi o diagnóstico do então Governador Luiz Henrique? Ele dizia: o governo do Estado precisa de uma forte reestruturação. Nós temos tempos novos e um governo velho; nós temos tempos digitais, e um governo manual; centralizado e, por isso, ineficaz; centralizador e, por isso, personalista; distante e, por isso, ausente do conjunto das regiões mais afastadas. Então, esse foi o diagnóstico feito, e qual era o objetivo? Descentralização, descentralizar o governo, regionalizar o desenvolvimento e municipalizar as ações. E foi essa a diretriz de todo o programa

de modernização e implantação dessa nova sistemática lá em Santa Catarina. O Estado orientado para o cidadão e para resultados, descentralização da ação do setor público, mais serviços de melhor qualidade, transparência e controle social e criação de corresponsabilidades – Estado, Município e sociedade. Foi isso que fizemos e estamos fazendo lá em Santa Catarina.

Como disse o Prof. Fernando Rezende, com muita clareza, descentralização é diferente de desconcentração. Em Santa Catarina, foi feito descentralização, ou seja, está implícita a transferência de poder, a autonomia de gestão. Então, nós fizemos isso em Santa Catarina, através de três reformas administrativas, quando o então governador Luiz Henrique assumiu o governo, em janeiro de 2003, e mandou para a Assembleia Legislativa uma legislação em que criava as Secretarias de Desenvolvimento Regional e descentralizava a máquina pública em Santa Catarina.

Criamos 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, com autonomia, com orçamento próprio e, em cada Secretaria dessas, um Conselho de Desenvolvimento Regional.

O governador transferiu o poder de decisão não para as Secretarias, mas para o Conselho de Desenvolvimento Regional. Esse Conselho é que define a aplicação do recurso público, o que fazer, e, aí, exige uma mudança cultural, principalmente das lideranças políticas, principalmente de todas as pessoas que lidam com o setor público. Isso exige um pouco de tempo de maturação, de compreensão dessa ideia da descentralização.

Fizemos isso de uma forma muito simples, sem onerar o Estado: nós pegamos a estrutura que existia, enxugamos as estruturas que estavam concentradas na capital e, a custo zero, criamos 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, sem onerar o Estado de Santa Catarina. Definimos competências, o que faz a Secretaria Setorial, em Florianópolis, que é, basicamente, a definição da política pública, e a parte operacional, repassamos para as Secretarias Regionais, liberando as Secretarias Setoriais para estudar o seu setor, para estudar a avaliação, para estudar a melhoria do processo, e as Secretarias Regionais se preocupando com a parte operacional do orçamento, das ações.

Então, trago essa pirâmide.

Definimos, também, um plano com visão de longo prazo e tudo isso precisa de um planejamento mais intenso, um trabalho mais intenso da área de planejamento, para que você defina os objetivos de longo prazo, as políticas públicas definidas pelas Secretarias Setoriais e a parte operacional, o dia a dia, a resolução dos problemas nas Secretarias Regionais, em conjunto com os Conselhos de Desenvolvimento Regional, porque é ali que se dá a participação popular e a discussão das pessoas na formação da política pública.

Aqui, brevemente, as estruturas das Secretarias Regionais, uma estrutura muito enxuta, simplificada e, como eu disse, a custo zero para o Estado, porque essas estruturas foram criadas enxugando, eliminado as estruturas centralizadas no governo central, localizadas na capital. Espalhamos essas estruturas por toda Santa Catarina. Em cada região, cada uma das 36 regiões, um secretário de Estado e, abaixo dele, todas as gerências que já existiam presentes em todo o Estado.

Então, são estruturas, realmente, bastante enxutas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Peço licença a V. Exª.

Saúdo o relator da Comissão, Senador Cristovam Buarque, que está chegando diretamente do exterior para se integrar a esta audiência pública.

Convido S. Exª para tomar seu lugar à mesa.

O SR. TÚLIO TAVARES SANTOS – É um prazer tê-lo conosco, Senador Cristovam.

Eu falava sobre as estruturas de Santa Catarina e, como eu disse, a transferência de poder se deu não para essas Secretarias Regionais, mas, sim, para o Conselho de Desenvolvimento Regional. E quem participa desse Conselho, quem são as pessoas que participam, que têm esse poder de decisão, inclusive de em que investir o dinheiro público? Todos os prefeitos que fazem parte daquela região, independentemente de partido político... E, aí, muda uma lógica da política nacional, em que um partido político assume o poder e um outro é discriminado. E, nesse modelo, há transparência total desse processo e impede, inclusive, que haja discriminação político-partidária.

O colegiado é formado por todos os prefeitos. O Presidente da Câmara de Vereadores e dois representantes da sociedade civil de cada Município formam o colegiado ou o Conselho de Desenvolvimento Regional. E é esse conselho que avalia se concede o convênio ao Município ou não; se reforma a escola ou não; quais são as prioridades da região; onde aplicar o dinheiro público. Essa atribuição antes era concentrada, centralizada na pessoa do governador e ele passa a descentralizar essa função. Descentraliza o poder e passa esse poder de decisão para a sociedade, que, nessas reuniões que acontecem a cada 30 dias, pode participar abertamente e trazer as suas sugestões, as suas críticas, com o intuito de melhorar o serviço público.

E é isso que está acontecendo em Santa Catarina. Além do conselho, nós temos os comitês temáticos, em que as matérias técnicas são discutidas e trazem

um parecer técnico ao conselho das grandes decisões a serem tomadas no conselho.

Aqui eu trago uma fotografia de uma reunião dessas do Conselho de Desenvolvimento Regional da região de Joinville, onde os conselheiros estão debatendo temas de importância local e regional e decidindo onde investir o dinheiro público.

E aí nós vamos falar um pouco de resultados. Em 2010, depois de oito anos da implantação desse sistema descentralizado de governo, o Sinduscon – uma entidade da construção civil –, em Santa Catarina, fez uma pesquisa: 74% queriam a continuidade do processo de descentralização. A Universidade do Contestado, que tem um curso de mestrado na área de desenvolvimento regional, também fez um estudo apontando que o processo de descentralização multiplicou o ambiente de diálogo regional, a proximidade do governo com a própria população, uma identidade maior. Em geral, o chefe do Poder Executivo municipal sente-se mais bem atendido pelos secretários regionais, satisfação expressa dos atores municipais, sentindo-se mais bem atendidos, mais agilidade no atendimento das demandas. Essa também foi a conclusão de um estudo da Universidade.

E outros dados. O Senador e então Governador Luiz Henrique, quando assumiu, percebeu que um dos grandes males de Santa Catarina era a grande migração para o litoral, o esvaziamento do interior, das cidades pequenas para o litoral. E com essa descentralização, essa transferência de poder, os investimentos que foram feitos provocaram uma diminuição desse fluxo.

Aqui eu trago as secretarias regionais do litoral, onde havia um grande fluxo de 1991 a 2000. E houve uma diminuição, depois, na segunda década. E o que estava acontecendo nas regionais do interior. Por exemplo, São Lourenço do Oeste, na década de 90 a 2000, perdia 20% da população. De 2000 a 2010, já com a implantação do novo sistema, perdeu somente 0,9% da sua população.

E assim nós poderíamos analisar regional por regional. Houve uma diminuição desse fluxo migratório das pessoas. Em azul, são os Municípios que ganharam população e, em vermelho, os que perderam população.

Aqui, só para demonstrar os investimentos que foram feitos em uma década em cada secretaria regional e o investimento *per capita*. Coincidem aqui. Os dez maiores investimentos de Santa Catarina nas regiões foram exatamente onde diminuiu o fluxo migratório. Isso representa que o Estado precisa estar presente, não basta... O cidadão fica na sua região se tiver escola, universidade, hospital, serviços públicos de qualidade, investimento público. E isso foi feito com esse processo de descentralização em Santa Catarina.

A economia catarinense, nesse período, triplicou: PIB de 2002 era de R$55 bilhões; 2011 – vai divulgado agora pelo IBGE –, R$169 bilhões. A *per capita*, em 2002, era de R$9 mil e passou para R$26 mil. O IDH, com esse novo cálculo agora do PNUD, também deu um salto de 14% a mais.

E algumas obras realizadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TÚLIO TAVARES SANTOS – Se me permite, Presidente, já estou terminando. Algumas obras realizadas pelas secretarias regionais lá em Santa Catarina: um colégio, R$10 milhões, realizado pela estrutura descentralizada de governo; multiplicou a capacidade do Estado de realizar as licitações e as obras, e obras de qualidade. Normalmente, quem ganha essas licitações são empresas da própria região, gerando emprego, renda nas regiões. E em muitas delas, o próprio empreiteiro que ganhou a obra, o filho dele estuda naquela escola. Então, se ganha em qualidade, se ganha em agilidade e, por incrível que pareça, em preço também. Há uma economia média em torno de 15% nas obras e ganha-se na qualidade. Presídio em Rio do Sul, por exemplo, R$3 milhões, realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, ganhamos em agilidade. Fizemos, inclusive, presídios construídos de forma centralizada e descentralizada. A mesma planta. O presídio de forma descentralizada tem mais qualidade e mais rapidez e é normalmente mais barato.

Escolas também; escolas construídas pelas secretarias regionais. Acesso asfáltico também. Tudo conduzido com o olhar local, com a fiscalização local. Então, ganha-se agilidade.

A cada quatro anos, os governos são avaliados pelo povo, pelas eleições. E lá em Santa Catarina, pela primeira vez, reelegemos um governador, o Governador Luiz Henrique, depois de oito anos de descentralização. Elegeu o sucessor no primeiro turno, elegeu os três Senadores; das 16 vagas no Congresso Nacional, 10 foram eleitos por partidos que apoiam o governo; Das 40 vagas da Assembleia Legislativa, 26 foram também eleitas pela base do governo.

Isso prova que a população acreditou e avaliou como sucesso esse processo de descentralização, esse modelo de gestão pública implantado em Santa Catarina. E nós acreditamos que essa é a solução. Qualquer Estado do Brasil pode fazer isso, pode utilizar esse modelo. E acreditamos ainda que o Brasil precisa fazer isso, precisa descentralizar, porque o cidadão, como dizia o então Governador e hoje Senador Luiz Henrique, mora no Município, ele não mora

no Estado, ele não mora no País. E é lá que precisam estar os recursos, a competência para fazer as coisas, o poder de decisão. A decisão, sendo próxima, sendo local, certamente é mais acertada.

Então, é essa a experiência que a gente tem em Santa Catarina, coroada por muito sucesso. E esperamos que o Brasil comece também a descentralizar para que a gente possa fazer essas obras por todo nosso País.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Obrigado, Sr. Túlio Tavares Santos.

Concedo a palavra ao Prof. João Paulo dos Reis Velloso, Superintendente-Geral do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) e ex-Ministro do Planejamento do Brasil, quando deu grande contribuição a nossa Nação.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO – Presidente, Senador Luiz Henrique; colegas de mesa...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ministro, só queria salientar a presença de uma grande Senadora: Senadora Ana Amélia, que integra esta Comissão. E gostaria de salientar que, nesta mesma hora, temos reunião de várias Comissões; por isso, os outros três membros da Comissão não podem se fazer presentes aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria lhe agradecer a informação procedente. Às 8 horas da manhã eu estava no Ministério da Aeronáutica discutindo um gravíssimo problema, que é a deficiência orçamentária que temos para uma Força. E eu fiquei muito envergonhada como cidadã brasileira de ter ouvido do Comandante da Aeronáutica que o Brasil não tinha uma aeronave capaz de fazer a substituição da tropa brasileira que está no Haiti por incapacidade de equipamentos. Teve que ser contratado pelas Nações Unidas um avião da Etiópia para fazer esse trabalho. Eu acho que isso apenas dá a ideia, Prof. Fernando Rezende, meu caro Ministro Reis Velloso, caro Secretário Túlio, de como estamos tendo inversão de prioridades. O Brasil está em uma situação extremamente complicada. E defesa, hoje, não é mais a questão armamentista, da guerra ou do conflito, é a questão da ciência da tecnologia do acesso a um campo enorme que impacto sobre o desenvolvimento do País.

Cheguei aqui tarde, como bem explicou o Senador, porque, além desse café da manhã que começou às 8 horas – cheguei lá antes das 8h –, agora, estava na Comissão de Assuntos Sociais debatendo temas relacionados a fundos de pensão. O Ministro Reis Velloso, que é da área econômica conhece a questão das aplicações, bilhões de reais que são investidos como patrimônio dos trabalhadores. E tínhamos que discutir essa questão e eu saí antes de terminar a reunião para vir aqui porque o Senador Cristovam Buarque propôs a criação desse projeto ambicioso e nós temos que dar apoio a isso. O Brasil precisa melhorar, avançando, ouvindo as pessoas que sabem, sugestões muito boas. Eu só lamentei. Mas conheço um pouco o pensamento do Prof. Fernando Rezende. Acompanhei também o sucesso do Senador Luiz Henrique, que repercutiu politicamente para ele, ao usar um método de descentralização. Tenho certeza de que o brilho do nosso ex-Ministro Reis Velloso completará esse ciclo na manhã de hoje sobre o Senado do Futuro.

Queria agradecer o Senador Luiz Henrique, por ter dado a explicação aos nossos conferencistas, porque nós não temos a capacidade da ambivalência, da bilocação, de estar em dois lugares ao mesmo tempo.

Agradeço ao senhor e também aos expositores antecipadamente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Exª tem sido admirada pela capacidade de onipresença. (*Risos*.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com a palavra o Sr. Ministro Reis Velloso.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO – Muito obrigado.

Continuando. Senadora, Senador, bom dia aos presentes, principalmente às meninas.

Eu dividi em três partes a minha apresentação. Primeira, a necessidade de fortalecimento da Federação brasileira.

No livro que lançou recentemente sobre a proclamação da República, o historiador Laurentino Gomes fala em 25 anos da República democrática de direito, tendo em vista a Constituição de 1988. E ele pergunta: "Foi em 1988 a proclamação da República?"

Questões básicas a considerar na avaliação do quadro atual da Federação brasileira. A vulnerabilidade resultante do sistema tributária criado pelas Constituições de 1967 e emenda constitucional de 1969 e de 1988.

Até então havia os impostos únicos que financiava a infraestrutura e o Brasil tinha uma excelente infraestrutura de transportes, comunicações, portos e assim por diante. A Constituição de 1988 passou à competência dos Estados, através do ICMS, instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias, etc.

Então, com isso, foram extintos os impostos únicos. E a infraestrutura do Brasil é essa porcaria que a

gente vê aí. A única saída é mesmo agora a questão de concessões.

Ao lado disso, como não foi estabelecido uma alíquota uniforme, cada Estado passou a poder estabelecer a sua própria alíquota. As antigas bases dos impostos únicos passaram a representar cerca de 50% da arrecadação do ICMS, que é o maior imposto brasileiro. Então, há uma vulnerabilidade resultante da falta de um tributo específico da União para financiar a infraestrutura.

Como eu disse, há dependência de concessões. Mas para que as concessões funcionem é preciso que haja uma remuneração adequada. Senão o setor privado não vai executar coisa nenhuma.

Ainda vulnerabilidade resultante do enorme potencial de conflitos: a guerra fiscal, a guerra dos portos, todas as guerras possíveis. E a vulnerabilidade resultante da ausência definida de estratégias de desenvolvimento regional e a consequente precariedade do apoio ao Nordeste e à Amazônia.

É um caso especial, Nordeste e Amazônia. É um caso de pobreza, de falta de oportunidades. Nós temos que dar oportunidade ao Nordeste e à Amazônia, que foram esquecidos pelo Governo Federal. Vamos ver se agora nós conseguimos ter uma estratégia ou plano de desenvolvimento regional para essas duas regiões especificamente. Quem não sabe da pobreza do Nordeste? Quem não sabe da pobreza da Amazônia? O Brasil tem a maior floresta com biodiversidade do mundo. E serve para quê? Para nada. Consequência de tudo isso: enfraquecimento da Federação brasileira.

O caminho está aí: mudanças e reformas como processo. Critério básico para decisões. Não preciso dizer. É o interesse nacional. Imperiosa necessidade, a que já me referi, de estratégia de desenvolvimento do Nordeste e de estratégia de desenvolvimento da Amazônia, a base de oportunidades. Mas estratégias que aconteçam. Para isso é preciso haver controle e acompanhamento.

Parte dois, mudança do modelo de desenvolvimento para superar o drama brasileiro.

Vou passar rapidamente.

Nós temos grandes oportunidades econômicas e sociais, e não as aproveitamos.Provavelmente o Brasil é o País – vejam aqui o mapa mundi do National Geografic – que mais oportunidades econômicas e sociais tem, só que não aproveita. Isso é um drama.

Outra solicitação do Laurentino. Quando se proclamou a república isso era percebido. De um lado, havia um grande território repleto de riquezas e oportunidades e, de outro, todo tipo de problema. Já em 1889 se percebeu que o Brasil tinha grandes oportunidades, e não as aproveitava.

Nós temos oportunidades em tecnologias do futuro, setores intensivos em recursos naturais, indústrias criativas, que são indústrias culturais, e outras áreas, mas não temos sabido aproveitá-las.

Se nós usarmos os intangíveis da economia do conhecimento, o que não é nada complicado – quando falamos em economia do conhecimento, todo mundo, logo, acha que lá vem complicação, mas não é nada complicado –, tornar-se-á viável superar esse drama, aproveitando grandes oportunidades tanto econômicas como sociais.

Aí estão as tecnologias do futuro: universalização da inovação; transformação da biotecnologia, com base na biodiversidade, em uma das grandes tecnologias do século XXI – há uma biodiversidade enorme na Amazônia, no Nordeste e até mesmo na Caatinga e nos Cerrados, aqui, onde nós estamos –; transformação do Brasil em quarto centro global de Tecnologias de Informação e Comunicações (TICs); apoio à criação de novos parques tecnológicos; estratégia de desenvolvimento da eletrônica orgânica – vejam bem que o Brasil está sendo capaz de fazer isto –, inclusive para produzir o *chip* orgânico. Então, os celulares não vão ter mais os *chips* comuns, vão ter *chips* de matérias orgânicas.

Destaco os setores intensivos em recursos naturais. Nós temos de nos descolar desse pibinho que está por aí. Temos de usar o pré-sal para transformar a economia brasileira. Vamos ver se o Campo de Libra acontece. Temos de buscar novos avanços na melhoria de nossa matriz energética. É essencialmente prioridade a energia hidroelétrica e outras energias renováveis. O futuro é agora, com a Estratégia de Implantação do Carro Elétrico no Brasil. Temos de usar o Modelo Escandinavo para construir grandes complexos industriais em torno dos setores primários. Com isso, os setores primários desaparecem. Temos de buscar novas tecnologias de desenvolvimento de biocombustíveis.

Olhem a área do Teatro Mágico da Cultura, as indústrias criativas. Nós temos grande criatividade na cultura, nas artes, no *entertainment* e no turismo, mas quem trabalha nesse setor precisa de fortes estruturas empresariais. Nos Estados Unidos, há megaindústrias. E, aqui, no Brasil, são coisas pequeninas. É preciso também transformar o Delta do Parnaíba, que é o Delta das Américas, com 85 ilhas, a Ilha de Fernando de Noronha, a Ilha Grande (RJ) e outras coisas como essas em atrações turísticas internacionais.

No que diz respeito ao desenvolvimento social, é preciso um novo Sistema de Transportes Coletivos Metropolitanos, à base de trilhos. Ônibus não é transporte de massa, não é transporte coletivo em lugar nenhum; só no Brasil é que se inventou essa novidade. Em todos

os países desenvolvidos, os transportes coletivos são a base de trilho: metrô, trem de subúrbio, bonde moderno, que é o tal de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Temos de universalizar as Escolas do Futuro.

E, no Fórum Nacional, nós estamos criando uma nova era, para transformar as favelas em oportunidade para desenvolver o País, usando setores como artesanato, economia solidária, cultura e turismo e qualificando a mão de obra. Já temos até um Plano de Inclusão Econômica e Social das Favelas. Por isso, nós dizemos: favela também é oportunidade. Agora, estamos apresentando os projetos ao BNDES para serem financiados.

A arma secreta do Brasil tem de ser o espírito empresarial, transformando a pequena empresa em um dos pilares do desenvolvimento.

A oportunidade global diz respeito ao desenvolvimento ambiental, mas não é essa história de ficar controlando emissões, não! Nós temos de construir um PIB – Produto Interno Bruto – que já seja verde.

Se você entra hoje numa siderúrgica, é um horror. Já não falo nem no aproveitamento de carvão. Nós temos que fazer agricultura verde, indústria verde, serviços modernos verdes.

Caminho a percorrer.

Como exemplo de região pobre e que pode se tornar rica, vamos dar o Nordeste. É a visão estratégica dos seis Nordestes. Não é um Nordeste.

O Nordeste é uma economia grande, mas frágil. Existe a seca; a extensão do Semiárido; os Sertões, que não produzem; a debilidade da infraestrutura. Tudo isso fragiliza a economia do Nordeste. Então, vejamos os seis Nordestes, em uma palavra.

O Piauí é o Nordeste rico. Há um livro do Banco Mundial com este título: *Piauí, Nordeste rico.*

Na verdade, o Piauí não é nem Nordeste, porque, como existe o Vale do Parnaíba, que tem 1.480 quilômetros de extensão, não há Semiárido no Estado do Piauí. É uma região toda verde, desde a cabeceira do Rio Parnaíba até o delta, aquele Delta das Américas.

No eixo litorâneo, nós temos centros urbanos e polos turísticos. Temos o Nordeste da agricultura irrigada, o Submédio e o Médio São Francisco, o Nordeste dos Cerrados, que não são só baianos, como colocamos ali, mas o Piauí também tem Cerrados.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO – E o Maranhão. Mas aí já é lá para cima, por isso eu não citei.

O Nordeste dos Novos Agrestes, porque hoje já se começa a encontrar, através de aglomerados de pequenas empresas, Novos Agrestes. E o Nordeste do Novo Semiárido, se nós realmente conseguirmos levar água, por exemplo, do São Francisco para os rios do Nordeste que não são permanentes.

Como é que uma região pode viver com rios que não são permanentes? Porque o Parnaíba, eu já disse, não é Nordeste. Então, precisamos levar água do Parnaíba, do São Francisco, de onde for, para os rios não permanentes do Nordeste.

Principais ações estratégicas. É apenas para mencionar o fortalecimento da competitividade. A infraestrutura lá é uma porcaria maior do que a do resto do País.

Transição para a economia baseada no conhecimento. Olha aí.

A economia do conhecimento é uma coisa muito simples. Você leva o conhecimento, sob todas as formas, a todos os segmentos da economia. Por outro lado, você leva o conhecimento a todas as classes sociais, inclusive as da pobreza absoluta.

É isso. Como eu disse, não há nada de complicado. É assim que se faz desenvolvimento hoje: com economia do conhecimento.

Evolução...

Então veja aí. Transição para a economia baseada no conhecimento, através de investimento em capital humano, tecnologia e inovação, comunicações e informação.

Evolução para a dupla iniciação produtiva.

Ênfase no agronegócio, implantação de novos complexos industriais, portuários, serviços modernos e intensivos em conhecimento e turismo, lazer, modernização social, com ênfase em educação... Na verdade, é qualificação. Expansão do emprego e redução da pobreza e até a inclusão digital, mesmo para os pobres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao Ministro Reis Velloso e concedo a palavra aos Srs. e às Srªs Senadoras, começando pelo Relator desta Comissão, Relator e propositor, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, senhores palestrantes, permitam-me os outros, dar um tratamento muito especial ao nosso querido Ministro João Paulo dos Reis Velloso, pela história que tem, não só pelos anos de vida, mas pelas possibilidades...

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO – Ele está querendo dizer que eu sou muito velho.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não só pelos anos de vida.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu já disse aqui, Ministro, que eu, o Pedro Simon e o Eduardo Suplicy temos uma tese: velho é quem tem 30 anos mais que nós.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO – Pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pelo menos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas pela história de vida.

Eu quero dizer que essa ideia da comissão para pensar o futuro é uma inspiração do que faz o Senado chileno. Mas eles fazem de uma maneira diferente da que aqui estamos fazendo. Eles trazem personalidades do mundo inteiro, das ciências, sobretudo, para falarem sobre como veem o futuro na sua área. Aqui, graças, inclusive, à inspiração do Presidente Luiz Henrique, nós queremos – e eu participei disto – fazer um relatório que ponha o Brasil no futuro. Como é que a gente imagina o Brasil no futuro? E vamos fazer debates sobre diferentes temas. O próximo, por sugestão, também, do Senador Luiz Henrique, que sugeriu esse tema, será o ensino superior.

Eu vou ter que fazer um relatório para submeter aos demais Senadores, mas eu ainda fiquei com muitas dúvidas, porque eu vejo que nós trazemos as pessoas mas não conseguimos amarrar exatamente o que a gente quer, e a culpa por não fazer isso é nossa. Pois eu vou fazer as perguntas. Dá vontade de fazer uma a uma para forçar a responder as minhas provocações, mas aí demoraria demais. Nós estamos falando de futuro.

Então, minha primeira pergunta, Senadora Ana Amélia, com um pouco de provocação à senhora, é: qual é a foto que cada um de vocês tem de como será a Federação brasileira lá pelo ano 2050? Nós vamos ser uma federação de Estados ou nós vamos ser uma república unitária? É a primeira pergunta. Temos que começar sem preconceito de que tem que continuar como está, até porque, de vez em quando, cria-se um Estado a mais. Significa que não há uma amarra tão grande da visão dos Estados.

Segunda: o número de Estados e Municípios deve ser ampliado, reduzido ou congelado? O que é melhor para a Federação? E tentando dizer... Nossa ideia de abertura, Senador Luiz Henrique, qual o propósito da Federação brasileira? Eu quero defender que o propósito da Federação é fortalecer e enriquecer o conjunto da nação, eliminando suas desigualdades econômicas e sociais e mantendo o respeito às suas especificidades culturais. Ou seja, nós não queremos que seja tudo igual; nós queremos que haja diversidade, mas caminhando para o conjunto ser mais rico e forte – tem tudo a ver com o que a senhora disse há pouco de nós pedirmos emprestado um avião à Etiópia, o que mostra a nossa fraqueza –, agora, com menos desigualdade.

Então, primeiro, para isso, a gente deve manter o atual número de Estados e de Municípios, aumentar ou diminuir?

Terceira pergunta: as polícias deverão continuar estaduais ou devemos caminhar para ter uma Polícia Militar nacional? Como em tantos países, como, por exemplo, o Chile, em que não há polícias estaduais.

Que subdivisão poderá ser feita nos moldes da reforma de Santa Catarina para que a gestão do sistema federativo se faça de maneira mais eficiente?

Aqui, uma pergunta que talvez não consiga responder hoje. Mas se a gente pega o mapa do Brasil – que deveria estar aqui –, existe alguma maneira de a gente reorganizar gerencialmente isso, para fazer mais eficiente, que não seja exatamente por Estado e nem mesmo pelos limites regionais? Ou não existe? Eu creio que Santa Catarina merece que a gente estude o que foi feito lá para saber se a gente deve ou não deve fazer no Brasil.

O sistema educacional deverá continuar municipal ou estadual ou, para ser mais forte, para ser mais rica, para haver menos desigualdade social e econômica e respeitar as especificidades culturais, não deveria ser federal, um sistema único da educação de base?

Cinco: o que deve ser modificado, do ponto de vista da Federação, no SUS, para trazer o fortalecimento do conjunto da saúde dos brasileiros e a redução nas desigualdades?

Sexta e última: com essas mudanças no sistema tributário para fortalecer o espírito federativo – volto a dizer: espírito federativo dentro daquela ótica –, o conjunto do Brasil forte e rico, com o menor número possível de desigualdades na economia, na sociedade e nos serviços, e respeitando ao máximo a diversidades cultural.

Essas são as perguntas que eu gostaria de ver respondidas na hora de escrever o meu relatório, que vai contar bem com o que vocês aqui apresentaram. Mas a gente precisa – eu acho que é o espírito, não é, Senador? – ter um documento que aponte realmente o futuro, e com ousadia, para ouvir críticas depois, para ser debatido.

Então, essas seriam as sete perguntas que eu deixo para vocês. Não sei se vão responder uma a uma, Senador Luiz Henrique, se há tempo, se eu mando depois para cada um me responder escrito – também pode ser –, mas são as perguntas que eu gostaria de ver respondidas na hora de elaborar o meu relatório, que será muito preliminar porque é para ser debatido. De qualquer maneira, eu vou ter que escrever.

É isso, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque, Relator desta Comissão.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Presidente e prezados e respeitados expositores, que deram uma valiosa contribuição a este debate, estou lendo, ainda não concluí, ganhei de presente do Senador Francisco Dornelles, sobrinho-neto de ninguém mais ninguém menos que Getúlio Vargas, a brilhante biografia escrita por Lira Neto. Ele, em 1927, Deputado do Rio Grande do Sul, pelo PRR, discutia, já naquele momento, que o Estado do Rio Grande do Sul, meu Estado – sou Senadora do Rio Grande, pelo Partido Progressista –, era um Estado endividadíssimo. Em 1927. A situação federativa já era complicada àquela época.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Exatamente.

O espírito Farroupilha, o espírito daquela revolução implicava também na questão federativa. Era a gênese, talvez em outras palavras, com outra forma de dizer, mas era isso. Então, as coisas não mudaram. As lideranças que compõem e que levam um país à frente também não mudaram muito. É preciso romper esse ciclo.

O Ministro Reis Velloso falou do Nordeste. Eu acho que o Nordeste de hoje é bem diferente daquele Nordeste dos anos 60, em que se criaram vários programas de incentivos fiscais que iam do Sul para lá, e o Sul reclamava que o seu dinheiro ia para lá. Mas, quando se vai hoje ao Nordeste, a alguns centros de excelência, vai a Pernambuco ou vai à Bahia para ver o que foi feito em áreas como turismo, por exemplo, notam-se alguns empreendimentos extraordinários. Claro que, hoje, com a crise na Europa, há voos diretos de Portugal para Natal, para Recife, para Salvador, o que não havia antes; tinha-se que ir ao Rio, descer no Rio e ir para lá. Criou-se, digamos, um *cluster* de turismo ali na Região que é invejável. E tem que se fazer muito mais. A duplicação da BR-101 naquela área, em Alagoas, está empatado o prosseguimento da estrada por problemas outros. Nós mudamos.

E eu lembrei agora, a propósito do que estávamos expondo, Senador Cristovam, de um evento que houve na CNI em que estavam presentes o então Ministro Tarso Genro e o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Discutindo o quê? Reforma política e reforma tributária: as grandes reformas.

Lembro perfeitamente que à época o Ministro Tarso disse que a reforma política não saía por causa do Nordeste, e a reforma tributária não saía por causa de São Paulo. Então, essas contradições expressam o quê? É o *status quo* do nosso *establishment* intelectual e político para não romper esse ciclo; tem que se dar uma guinada, uma grande virada, senão, daqui a 10, 15, 20 anos, nós estaremos aqui, nesta mesma Comissão – "nós", seremos outras pessoas, os mais de 30 anos, mais velhos que nós, não é Senador Luiz Henrique? –, debatendo essas questões. Eu sempre fui uma pessoa otimista, mas acho que a gente tem que avançar em outra direção, romper essa barreira de uma cultura que está arraigada em nós e, cada vez que mexemos, nós temos uma dificuldade de conviver com a mudança.

O Ministro falou muito na questão da pequena empresa. Acho que, de fato – nós, o Senador Luiz Henrique e eu, somos do Sul –, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul foram abençoados por uma diversificação étnica muito relevante. Então, em relação ao espírito associativo, por que as cooperativas dão certo lá? Por que bombeiros voluntários dão certo lá? Porque há uma genética que favorece isso. São os italianos, são os alemães, são os poloneses, são os judeus que estão lá, todos que foram, e essas cidades se desenvolvem. Inclusive, no meu Estado, umas regiões muito mais que outras. Mas porque a origem daquela região tem essa influência étnica que faz a diferença. Vim de Ijuí, onde há etnias de todos os matizes, e há uma colmeia, como eles chamam, do trabalho.

Então, se nós não mudarmos essa coisa, se não houver um corte nesses procedimentos, nessa nossa atitude... "Não, não dá para mexer. Agora nós estamos preocupados com mais uma coisa: vamos ter eleição, então, não pode mexer em coisas que sejam complicadas."

Eu ontem eu fiquei pasmada Prof. Fernando: "Nisso aqui, o Governo não vai mexer porque tem efeito complicador na eleição." O que tem a ver eleição com o futuro do País? Nós estamos discutindo o Senado do futuro, Senador Cristovam! Então, nós não podemos comprometer, por um interesse eleitoral, o futuro do País. E é isso que está acontecendo.

Eu sou otimista. Tudo isso que foi dito aqui é verdade. Mas, no cerne de tudo isso, se não mudarmos a nossa compreensão, o nosso preconceito... O senhor falou muito bem, Parceria Público-Privada. Um país que não tem poupança precisa do capital privado nacional ou estrangeiro para conviver. Agora, precisa de regras para que não haja uma exploração do consumidor, do usuário brasileiro ou do Estado brasileiro por conta de uma lucratividade exacerbadora ou de uma economia selvagem. Não. Há regras. Temos Agências reguladoras. O Estado tem que estabelecer segurança jurídica para que haja interesse dessas parcerias. Caso contrário,

ninguém vem, e nós vamos continuar com estradas esburacadas matando gente e sem perspectiva.

Então, eu acho que é todo um processo. E hoje há um preconceito. Hoje o ambiente para o empreendedor é hostil, hostil em todos os aspectos. Porque, quando não há segurança jurídica, é um ambiente hostil para quem quer empreender.

Alguns Estados são exceções – Santa Catarina, Paraná – em relação a criar esse ambiente, porque os governadores têm relativa autonomia; não têm toda porque a autonomia é determinada pela poderosa prima rica da Federação chamada União. Os Estados são os primos remediados, e os Municípios – coitados! – são os primos pobres da Federação.

Mas eu queria agradecer muito aos senhores pelo que disseram. Queria apenas expressar essa modesta avaliação do sistema que nós estamos vivendo hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELOSO *(Fora do microfone.)* – Com licença?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pois não.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELOSO – Pelo que disse a Senadora, a mim me veio a ideia. Qual é o Estado – não digo no sentido de unidade da Federação – no mundo que é tão grande quanto o Estado brasileiro? Quarenta ministérios, pagos com o nosso dinheiro.

Todos aqui devem se lembrar de um livro do século XIX chamado *Leviatã*. Agora, faz uma semana, na Feira de Frankfurt, que homenageou o Brasil, o primeiro orador lembrou isto: o *Leviatã*, de Thomas Hobbes, ressuscitou no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com a palavra, o ilustre representante do Ceará, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Bom dia a todos.

Estou aqui com os textos nas mãos, Sr. Presidente. Tive oportunidade de ouvir apenas o nosso Ministro João Paulo dos Reis Veloso, e, a propósito do *Leviatã*, é muito importante, porque, só na Alemanha, provocaram-se duas guerras mundiais. Então, a expressão lá deve ter sido muito a propósito, e eles estão em amplo desenvolvimento, a Alemanha é um país muito forte na Europa atual.

Eu queria partir desta expressão: onde é que nós estamos dando certo? Quais são as razões, Túlio? Por que estamos dando certo? Por que Santa Catarina se desenvolveu? Por que o norte do Rio Grande se desenvolveu? É a temperatura? Será que é o problema do clima? Ou tem a ver com decisões políticas que foram adotadas e que temos de pensar nelas em perspectiva para adiante?

Por exemplo, qual é a estrutura fundiária de Santa Catarina, Senador Luiz Henrique?

O SR. TÚLIO TAVARES SANTOS *(Fora do microfone.)* – A maioria são pequenas propriedades

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sessenta e cinco por cento do território é constituído de propriedades rurais que têm apenas um módulo fiscal – aproximadamente 20 hectares.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – E funcionam?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Funcionam extraordinariamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Produzem?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Produzem, e organizadas em cooperativas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Então, possivelmente, deve ter havido uma decisão política lá atrás, que permitiu que isso acontecesse. Isso criou uma situação nova para aquela região, que inclui uma parte do Paraná, Santa Catarina e uma parte do Rio Grande. Isso lá atrás.

Outro aspecto muito forte do presente no Brasil, sobre o qual nós temos de matutar: o Bonifácio, o texto dele para a Assembleia Constituinte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve é um texto muito interessante. Ele propunha a abolição da escravatura, ele propunha a unidade com as tribos nativas e um vasto programa ambiental e educação. E não existia a moda da ecologia. Por exemplo, o Greenpeace não deixava de fazer manifestação no Golfo do México e fazia no Brasil. Então, o negócio virou meio que uma moda atual. Mas era um tema que já era abordado lá atrás pelo patriarca da Independência, e que, de toda maneira, nos legou esse território fantástico, extraordinário, com essa diversidade ambiental. Vejam a diversidade nossa; está aqui, no texto do Ministro, o potencial da biodiversidade Amazônica, da Caatinga e do Cerrado. Nós temos os Pampas. É coisa rica! São quatro ou cinco biomas fantásticos dentro de um território só.

Qual é a nossa responsabilidade hoje? Eu tenho uma opinião: primeiro manter a nossa unidade; criar condições para esse amplo desenvolvimento. Agora, como fazê-lo? Às vezes, sem uma forte unidade entre a elite econômica, que tem várias razões, vários laços, porque, no início, nós não podíamos nem ter indústria. Depois da Independência, nós não tínhamos o direito de ter indústria. Tínhamos que comprar tudo de fora.

Acordos financeiros nos bancavam, digamos assim; bancavam o Estado brasileiro. Juros exorbitantes eram praticados naquela época. Quer dizer, havia toda uma engrenagem gigantesca. Isso também não acabou. Ainda são instrumentos de controle da economia mundial que precisam de muita unidade política. Acho que esse é um problema central nosso, do nosso desenvolvimento. Forte unidade política, porque as nações que estão emergindo conseguiram bem ou mal essa unidade. Cada uma com seu modelo, com o seu tipo de Estado, mas estabeleceram uma unidade política.

Acho que é muito importante para nós enfrentarmos questões do dia a dia, que vão surgindo. Eu vejo esse problema da ecologia. Como nós defendemos um vasto programa de sustentabilidade ambiental sem ele ser o impeditivo para o desenvolvimento, para atender as pessoas, porque o desenvolvimento tem que ter esse objetivo. Nós temos milhões ainda para poder ascender ao mercado de alguns bens, aos quais não têm direito.

Estamos barrados! Uma obra como uma ferrovia, que tem que sair do Leste e chegar ao Oeste e se integrar com a região nossa, econômica, que é toda a América do Sul, é uma batalha. Uma batalha! O Bolívar teve agora que suspender uma via, feita com o Brasil, depois de uma guerra ecológica. Vejam o problema, o desafio nosso para poder manter o projeto de desenvolvimento. Eu vejo nesta linha: primeiro, nós temos condições excepcionais, mas as condições excepcionais não bastam. Agora mesmo nós temos um leilão de uma jazida de petróleo da qual se mudou o marco regulatório, para poder estabelecer a regra nova de exploração. Criou-se uma polêmica enorme em torno disso. Alguns defenderam – aqui entre nós, inclusive – que devemos não tirar esse petróleo. Deixar ele lá para sempre.

O SR. JOÃO PAULO DOS REIS VELOSO – Criou-se uma nova estatal.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Claro! E ainda nem foram nomeados os seus dirigentes.

Mas não é só isso. É o debate de natureza política em torno de se nós devemos ou não retirar esse petróleo. E depois o que fazer. Alguns acham que não, que deve deixar aí. Imaginem chegar ao xisto, que criou polêmica nos Estados Unidos, mas os americanos estão tirando. Teve a polêmica, a confusão, os europeus anunciaram que não mexeriam nisso. Eles saquearam o mundo inteiro, depois de saquear o mundo inteiro, eles têm muita coisa acumulada, têm muita gordura para queimar, digamos assim. Mas nós precisamos para o nosso desenvolvimento.

Então, a tarefa do Senador Cristovam é hercúlea, porque ele tem que nos oferecer um relatório com essa perspectiva de onde vamos mexer, é cheio de jararaca e cascavel para todo lado. Tem que ter muita habilidade política para oferecer, partindo do Parlamento Nacional, uma proposta em que a gente possa enfrentar grandes obstáculos e sair, lá na frente, vitoriosos. Essa é a nossa responsabilidade, ter essa visão unitária, porque são muito diferentes essas regiões nossas, com essas particularidades. Eu, como sou vizinho do Piauí, recebi o Crateús do Piauí, entreguei a Parnaíba, então, foi a primeira vez que eles, os piauienses nos enganaram. Dizem que os cearenses sempre queriam enganar os piauienses, mas não era verdade. Tanto não é verdade que o Piauí ficou a Parnaíba e nós ficamos com Crateús. E ali é Semiárido, aquela região dentro do Ceará é o Semiárido, que é muito difícil. Mas vejo com muita pertinência essa nossa responsabilidade, principalmente de V. Exª, de ter paciência e produzir algo ao governante que permita dizer: "olha, tem uma saída aqui, para que a gente possa oferecer ao Brasil". Eu vejo nesse sentido: é um bom desafio.

Mesmo com essas dificuldades que temos, da quantidade de órgãos públicos, etc. Não sei bem como isso acontece em outros países, porque eu ando pouco, mas o Senador Cristovam anda muito mais do que nós, já que ele é convidado sistematicamente – não vai para diletantismo, não, vai porque é convidado, porque as pessoas o reconhecem e o chamam para que ele possa participar de muitas atividades fora do Brasil. Mas, em alguns países, o que a gente vê através da literatura, principalmente na Europa, há uma multiplicidade muito grande no sentido da descentralização, para permitir que os serviços que queremos oferecer ao público cheguem. Então, a França, olho sempre como é a questão administrativa, assim como Portugal, Espanha também têm uma multiplicidade muito grande de unidades comparáveis às nossas, como conselhos locais, municipalidades. Então, isso é muito multiplicado, intensamente multiplicado, para o serviço poder chegar com mais facilidade.

Eu olho para o nosso território, o Estado do Amazonas, o tamanho do Estado de Amazonas. Jamais o Governo de Manaus vai atender a fronteira do Estado de Amazonas, não tem perigo de atender. O Pará, um Estado enorme, há regiões a que aquele Governo jamais irá, jamais. No meu Estado, que tem 184 Municípios, há Municípios enormes. O prefeito não vai àquele distrito nunca. Se ele não se emancipar, jamais haverá governo naquele local, jamais haverá serviço naquele local. A gente tem que examinar essa experiência para não ficar assustado com cinco mil e poucos Municípios, só que são cinco mil e poucos Municípios

nesse território ali, não é a França. A França tem cinco mil Municípios talvez e cabe – não sei se cabe, alguns aqui dizem – dentro do Estado de Minas Gerais, em termos de território. Então, a gente poder dar uma olhada nisso, para não ficar assustado com essa quantidade de Municípios ou mesmo de Estados. Eu acho que temos poucos Estados, comparativamente. Um Estado federado como o nosso, nesse território gigantesco, ainda é pequeno. O nosso problema é que a produção de riqueza também é pequena no Brasil. A gente se assusta em ter que dizer que vai ter mais uma estrutura administrativa, vai ter mais uma prefeitura, vai ter uma secretaria de educação, vai ter uma secretaria de saúde, vai ter uma câmara municipal, vai ter vereador, vai ter não sei o quê... O cara fica: "Vão comer o meu dinheiro todo aqui só nesse negócio". Então, temos esses desafios de, ao mesmo tempo de ter o projeto de ampliar o desenvolvimento, fazer crescimento para sair desse pibinho, que o Reis Veloso botou um parêntese no bichinho, é para ele não sair de dentro daquele parêntese ou para ele escapar daquele parêntese. E o problema dos serviços chegarem até o povo.

Cristovam, a tarefa é pesada, você se prepare!

Eu queria apenas fazer essas observações, pedindo escusas aos nossos colegas e convidados, porque aqui também se faz isso, ou seja, três comissões estão funcionando automaticamente. Uma é a Comissão de Justiça, que está tendo a sabatina; outra que eu mesmo propus que fosse convidada uma pessoa que está lá...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – E eu sou Relator da sabatinanda e não posso estar lá.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Mas toquemos os serviços, digamos assim.

E obrigado pela presença e as minhas escusas porque não pude ouvir o Fernando Resende, nosso convidado, e também o Túlio. Estou tendo a oportunidade de ler o material de vocês. É uma grande satisfação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço o Senador Inácio Arruda.

Há uma pergunta que eu gostaria que os sabatinandos anotassem, que vem de um internauta, o Rodrigo Veleda. Ele pergunta: No caso de uma reforma do pacto federativo, que competências exclusivas da União passariam a ser de competência exclusiva dos Estados?

Antes de passar a palavra aos ilustres convidados, eu gostaria apenas de dar alguns depoimentos. E pediria só um instante, Senador Inácio Arruda... (*Pausa.)* Então, eu deixo para depois.

Eu tenho, há muitos anos, desde que iniciei na vida pública, a visão clara de que a mais grave questão nacional é a diáspora nordestina. Ontem, conversando com o Prefeito de Joinville, ele me disse que fora à festa nordestina organizada pela Associação dos Moradores da Paraíba em Joinville. E disse-me que essa Associação cadastrou todos os paraibanos já residentes em Joinville e que são 12 mil cadastrados. Calcula-se que, hoje, já existam em Joinville cerca de 30 mil nordestinos. E não é uma migração antiga, vem dos últimos dez anos. E é migração, um êxodo amargo, porque essas pessoas saíram de suas cidades, a maioria do interior do Nordeste, e foram batendo cabeça, foram para o Rio de Janeiro, para São Paulo, vieram para o sudoeste do Paraná. E muitos estão na sua quarta migração.

O Ministro Reis Veloso toca num assunto que entendo ser principal na discussão, no desenho deste novo Brasil que nós queremos, sem as desigualdades regionais e setoriais que temos hoje.

A questão do Nordeste, a diáspora nordestina é a principal questão nacional a ser atacada na construção deste Brasil do futuro.

Mas queria fazer um adendo à observação do Senador Inácio Arruda com base na realidade do meu Estado. Embora ocupemos apenas 1% do território nacional, mais ou menos o tamanho de Portugal, um pouco menor que Cuba, nós temos 295 Municípios, nenhum Distrito que se emancipou foi para trás; todos foram para frente exatamente por isso, ou seja, porque o prefeito cuida da sede, mas não cuida do distrito distante. Então, na hora em que se dá autonomia àquele distrito, o peso do custo do salário do prefeito, de secretários e de vereadores é irrelevante pela alavancagem de crescimento e desenvolvimento que esse Município tem, pelo menos na nossa realidade. Talvez a Senadora Ana Amélia possa dar o seu depoimento em relação ao Rio Grande do Sul, já que somos... Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como dizia o Pablo Milanés: "*No es lo mismo pero es igual*", não é? E nós temos muita similitude em tudo.

O outro problema que eu queria destacar é que os nossos Estados, como disse o nosso ilustre Prof. da Fundação Getúlio Vargas, Dr. Fernando, os nossos Estados viraram satrapias. Eles têm a mesma autonomia que tinham as satrapias do Rei Dario I, na antiga Pérsia. E é preciso realmente restaurar a autonomia dos Estados para que eles possam fazer as políticas de desenvolvimento regional, dentro de uma política nacional de desenvolvimento regional que falta em nosso País.

A outra observação que eu queria fazer é relativamente ao embate recente que nós tivemos nesta

Casa. Eu fui honrado pelos meus colegas de ser Relator do novo Código Florestal nas Comissões de Justiça, de Ciência e Tecnologia e de Agricultura. E depois, quando a Presidente editou a medida provisória para corrigir o projeto que saiu da Câmara, eu tive a honra também de ser o Relator daquela medida provisória; portanto, do texto final que resultou naquele projeto. Qual era o debate? Qual era a discussão? O que é que emocionava as pessoas na sociedade brasileira e nesta Casa? Como conciliar o crescimento da produção com a preservação ambiental, na perspectiva de que se prevê que, em 2050, que é o marco que o Senador Cristovam colocou, nós teremos uma população mundial estimada em 9,3 bilhões? Com um detalhe: uma população mundial que vai estar localizada, 90% dela, nas cidades. E eu aproveito esse gancho para referir por que continua a diáspora nordestina? É que o desenvolvimento tem-se concentrado nas capitais nordestinas, que não oferecem emprego e condições de vida para quem vem do interior em busca de uma melhor perspectiva de vida. Daí a migração continuar e cada vez mais forte. Há o exemplo de Pomerode. Pomerode era, até cinco anos atrás, considerada a cidade mais alemã do Brasil, porque a população era toda de origem alemã. Hoje, só em Pomerode, estima-se que haja cinco mil nordestinos, vindo nos últimos cinco anos, em busca dos empregos que faltam lá no Nordeste.

Pois bem, então, nós vamos ter uma população predominantemente urbana, 90%, calcula-se, no mundo, o que representaria mais de 8 bilhões. Então, o que é preciso fazer? Como há um processo, que eu espero que continue, de transferência de renda, de melhoria das condições de vida das populações, mesmo na América Latina, mesmo na África e em regiões empobrecidas da Ásia, vai haver um aumento do consumo. Então, estima-se que a produção de alimentos deve, no mínimo, dobrar nos próximos 40 anos. E, dentro dessa perspectiva, o que é que se estabeleceu na discussão do Código Florestal? Vai precisar ampliar a área agrícola para que o Brasil continue a sua missão de alimentar o mundo. E, segundo, para dobrar a sua produção agrícola. E o que é que nós estamos verificando? Graças ao avanço da pesquisa científica e tecnológica conduzida pela Embrapa, pelas universidades, por escolas como a Luiz de Queiroz, por empresas estaduais de pesquisa agropecuária, a produtividade nos últimos 20 anos cresceu 220% e a área agrícola, 40%, sendo que esse período pega ainda uma fase em que nós ainda não tínhamos um monitoramento por satélite eficiente, como temos hoje, do território nacional, que permite controlar o desmatamento ilegal no interior da selva amazônica e também não tínhamos mecanismos – não tínhamos a cultura meio ambiental que nós temos hoje e também não tínhamos dispositivos permitindo a ampliação do desmatamento, como temos hoje; como temos hoje coibição do desmatamento. Ora, o que é que se desenhou nesse processo e que nós poderemos continuar aproveitando esse território ensolarado, como já avançamos de uma para duas safras, para avançar de uma para três safras, a aumentar a produtividade agrícola e reduzir a pressão sobre as florestas. Acho que a nova lei florestal permite essa conciliação. O Dr. Fernando Rezende falou que aquelas normas que foram editadas pelo Governo de 1964 e já eram anteriores e o Código Florestal de 1965 também; foi criada no governo anterior uma Comissão, o Ministro Reis Veloso sabe bem disso, que elaborou as diretrizes daquele Código Florestal. Então, eram essas as observações que eu quero fazer.

Passo a palavra ao Prof. Fernando Rezende.

O SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA – Obrigado, Sr. Senador. Bom, eu creio, sim, numa reflexão rápida, que a sequência das intervenções dos Senadores aqui presentes quase que oferece um roteiro para o trabalho do Senador Cristovam Buarque. Ele começou com perguntas bem específicas e as demais intervenções avançaram nas dificuldades para implementar algumas das mudanças que têm a ver com essas perguntas.

Eu vou tentar responder rapidamente, porque poderíamos falar aqui muito tempo, mas eu creio que o tempo da reunião não permite. Primeiro: retrato – 2050? Se não fizermos nada, o retrato está mais para o Estado unitário do que para uma Federação consolidada; um retrato em preto e branco, não um retrato colorido. Aí podíamos discutir longamente por que é que eu construo esse retrato, se tiver tempo, noutra oportunidade podemos fazê-lo.

Aumentamos ou congelamos o número de Estados e de Municípios? Acho que não há uma resposta direta e objetiva sem que se discutam as razões pelas quais se multiplicaram Estados e Municípios nos últimos anos. Se a razão for meramente financeira, acho que não é o motivo principal. Muitas criações de Municípios, por exemplo, no passado se deram por redistribuir recursos do Fundo de Participação e alguns por redistribuírem cota-parte do ICMS, o que gera, às vezes, dificuldades de articular as ações de políticas, principalmente as políticas urbanas num território que é administrado por diferentes jurisdições políticas.

Então, eu creio que esse tema deve ser parte da discussão das mudanças que precisam ser feitas para consolidar o regime federativo. Aí, sim, nós podemos discutir se é necessário ou não tratar da redivisão territorial.

Há um caso curioso no Brasil que eu percebi depois de ter visitado praticamente todas as federações mundiais num projeto com os canadenses, nos últimos dez anos. O Brasil é a única Federação que eu pude perceber que tem uma Polícia Militar Estadual, uma corporação militar. Isso realmente é um tema interessante. De novo isso, ao longo da história, sofreu variações em função do regime político. Quer dizer, o regime autoritário pôs as políticas militares sob o comando do Exército. E isso, de certa maneira, foi – digamos – atenuado nas transições. Este é um tema que, para mim, precisaria ser, sim, discutido. Se perguntassem a minha opinião sem ter estudado profundamente o assunto, eu acho que deveria haver algum nível de centralização e de coordenação dessas forças militares no território nacional.

O sistema nacional de educação é uma tese que eu sei que o senhor tem defendido há bastante tempo. A minha posição a esse respeito é a seguinte: eu acho que tem que haver normas nacionais e tem que haver possibilidade de Estados e Municípios atuarem em consonância com as normas federais. E isso nos leva à discussão do federalismo fiscal.

No contexto de hoje, em que há uma enorme desigualdade na distribuição de capacidades entre Estados e Municípios, obviamente, essa descentralização cria inúmeros problemas. Se nós avançarmos numa reforma do federalismo fiscal que viabilize a igualdade de capacidades que propicie a isonomia de oportunidades do cidadão ascender na escala social, independentemente de onde ele vive e de onde ele nasceu, nós poderemos conciliar as duas dimensões do problema – creio eu. Ou seja, normas nacionais que sejam implementadas em cooperação dos entes federados. O que se passa hoje é que não existe nenhum instrumento efetivo de incentivar a cooperação Municípios, Estados e Governo Federal nas políticas nacionais. Então, isso gera muito conflito, desperdício, ineficiência.

Na medida em que a gente avance na discussão de um novo modelo de federalismo em que o federalismo fiscal tem um papel decisivo, eu creio que a gente pode conciliar essas duas perspectivas de termos uma visão nacional do problema e capacidade de você poder de fato implementar essa política de modo cooperativo. Isso se aplica provavelmente tanto na educação quanto na saúde. Na saúde talvez com mais problemas ainda, dada a discussão para a qual os especialistas da saúde sempre chamaram a atenção: é preciso ter um mecanismo integrado que articule a assistência básica com a assistência de média complexidade, com a assistência de alta complexidade. E isso tem que estar dentro de um planejamento pelo menos regional, que envolva a atuação do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios, porque não ocorre hoje em dia, apesar da ideia do SUS... Eu me lembro da história de o pessoal da saúde ter essa preocupação de implantar um modelo que tivesse uma linha de coerência entre essas intervenções. Mas isso não ocorre. Por quê? Porque não há possibilidade de você articular a atuação dentro do território, em face da disparidade, dos conflitos – inclusive os políticos – e da não existência de instrumento de incentivar a cooperação. Não há possibilidade na Federação brasileira de dizer que o Governo Federal vai poder forçar a cooperação. Mas o Governo Federal tem enormes instrumentos para fazê-lo e não o faz. Se você criar a situação regras de transferência em que você transfere recursos dentro de um planejamento regional que articule as políticas urbanas, sociais, aí você tem condições de fazer. Isso acontece em outras federações. Não acontece na nossa porque nós não criamos uma estratégia para discutir esse programa. Acho que a palavra “estratégia” é uma palavra fundamental.

Mudanças tributárias, sim, mas não vamos a lugar nenhum se continuarmos nessa discussão de reformas fatiadas, o que é uma incoerência lógica. Se for reforma não pode ser fatiada. Reforma tem de ter uma visão de estratégia, tem de ter uma visão de para aonde se quer ir. Fazer pouco é muito diference de fazer aos poucos. Você pode fazer aos poucos desde que tenha uma direção.

Então, qual é o sentido da reforma tributária? É construir um sistema tributário nacional. O sistema tributário nacional tem de discutir princípios. Nós não discutimos mais nada. Faz-se uma proposta de emenda e o único instrumento que as pessoas utilizam para analisar se essa proposta é boa ou ruim é uma planilha Excel, que vai fazer as contas para ver quem ganha e quem perde. Consequentemente, não vamos para lugar nenhum, continuamos no mesmo ponto. Cada vez que você tenta mudar pontualmente você piora ainda mais o sistema. Então, precisamos voltar, como disse, aos debates de 63: qual é o sistema tributário nacional que o Brasil precisa pôr em pé para conciliar as demandas da economia com as exigências da Federação e com a necessidade de garantir essa isonomia social a todo cidadão.

Vou ficar por aqui nas suas sete perguntas. Se for o caso, a gente pode continuar conversando.

A Senadora Ana Amélia chama a atenção para um problema que se repete ao longo da História brasileira: os Estados endividados. Já estavam na década de 20. Não era só o Rio Grande do Sul, São Paulo. Grande parte tinha dívidas externas, com credores internacionais, Londres, principalmente, lá na época

do início da República. Ora, isso se repete ao longo da História. Toda vez que há uma crise de endividamento, o que acontece? Aumenta-se a centralização. Aconteceu uma renegociação da dívida na década de 80. E, pasmem: poderá acontecer de novo daqui a pouco tempo, porque o Governo Federal está incentivando os Estados a se endividarem. Os Estados e, inclusive, alguns Municípios.

Nós discutimos há pouco tempo, aqui na Comissão do Senado, ao discutir a questão federativa, como é que se ia rever os critérios de renegociação da dívida de meados dos anos 80. Agora, estamos embarcando em um novo ciclo de endividamento estimulado pelo Governo Federal com o dinheiro do BNDES, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do BID, do Banco Mundial e assim por diante.

Não me lembro dos números, mas os números já são motivos de preocupação. De novo, essa é mais uma evidência dos problemas que nós estamos criando por não discutirmos o futuro. O Brasil não discute nem o futuro nem o presente, o Brasil está amarrado ao passado. Então, essa é uma questão que, acho, gera... Como é que nós vamos responder ou criar condições para lidar com as perguntas que foram feitas pelo Senador Cristovam num contexto em que você não consegue nem discutir o problema seriamente. De certa maneira, a intervenção do Senador Inácio Arruda também vai na mesma direção.

O que explica que em alguns casos houve algum sucesso em matéria de desempenho, em algumas regiões, em alguns Estados e em outros não houve? A minha percepção é a de que há falta de estratégia. Em alguns casos, as lideranças, as lideranças políticas do momento, daquele momento específico, tinham percepção, tinham visão, sabiam o que queriam para aquela região e promoveram as iniciativas necessárias para isso. A outra – e acho que o Senador mencionou aqui com muita precisão – diz respeito às limitações de ordem política. Em alguns casos, também, há uma conjunção política favorável que faz com que as coisas aconteçam, em outras, não.

Nos últimos anos, o que temos visto no Brasil é que a conjuntura política do mundo atual praticamente inviabiliza que qualquer coisa aconteça. Não se consegue discutir. Aí se acrescenta a outra limitação para a qual o Presidente desta Comissão também chamou a atenção, que são as limitações de como lidar, de como conciliar o desenvolvimento com as limitações de natureza ambiental, que se manifestou com clareza nos debates do Código Florestal e se manifesta a cada instante em que você não consegue atravessar uma rodovia que ligue o Brasil-Bolívia. Isso já entra...

E, no Rio de Janeiro, tivemos um caso curioso da rodovia que ia conectar a região do polo petroquímico de Itaboraí com o Porto de Angra dos Reis. Só que essa rodovia passava no meio de uma região que tinha umas pererecas – não sei bem qual era. E a obra foi paralisada, porque tinha que se preservar o habitat das pererecas. Até que alguém teve a ideia de construir uma ponte para que pudessem passar por cima – a rodovia. E o projeto foi encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Uma obra minha rodoviária muito importante, ligando lá nos Aparados da Serra, Itaimbezinho, Santa Catarina ao Rio Grande do Sul, também foi paralisada por causa de uma perereca rara lá.

O SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA – Pois é. Então estamos aqui amarrados. E o que aparentemente é um *nonsense* nesta observação que o senhor falou. Quer dizer, estamos discutindo se vai ou não extrair o petróleo. Quer dizer, parece um total *nonsense* neste contexto mundial da demanda por segurança e por autonomia energética. O Brasil está sentado em cima de uma província petrolífera fantástica e não consegue explorar. Além de todas as dificuldades burocráticas que envolvem essa questão, a gente não consegue lidar com questões que, em outros países, são tratadas de maneira séria, mas não desta maneira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Permite-me, só um minuto.

É absurdo não usar o petróleo, dependendo do uso que a gente vai fazer dos recursos dele. Se for para gastar como a elite venezuelana gastou ao longo de 60 anos, como os países árabes gastam – embora eles sejam muito pequenos e possam se dar ao luxo –, tanto faz ficar lá, como não ficar. Talvez seja até mais justo não usar, porque, daqui a algumas gerações, alguns brasileiros mais sérios vão usar bem. Então, eu acho que é absurdo deixar o petróleo enterrado, mas é absurdo desperdiçá-lo – como pode acontecer no Brasil – como aconteceu com outros países.

O SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA – Claro. Mas podemos usar melhor a experiência dos países nórdicos. Podemos nos amparar na experiência da Noruega, por exemplo, que é uma experiência fantástica do ponto de vista de como administrar os recursos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – E nós estamos discutindo esse assunto, quando nós já decidimos, inclusive, usar o fundo social do pré-sal para a educação, que é um motivo bastante nobre.

O SR. FERNANDO ANTONIO REZENDE SILVA – É, enfim... Claro que tudo sempre fica condicionado a que você administre bem os recursos. E, para isso,

é que temos que discutir o futuro. Quer dizer, o futuro depende dessa riqueza ser bem explorada e que os recursos oriundos dessa riqueza sejam utilizados em boa causa – na causa do desenvolvimento econômico e social do País.

Para concluir, foi mencionado, de novo aqui pela Mesa, a questão do problema que ocorre no Brasil. E esse é um tema que está me preocupando demais na discussão do federalismo: o impacto do inédito processo de urbanização que aconteceu no Brasil nos últimos 40 anos, comparado com qualquer outro país do mundo, a velocidade dessa urbanização, como é que isso está repercutindo na discussão federativa? Nós não arranhamos esse discurso, esse debate ainda. Eu estou começando a me preocupar com isso, tentando estudar esse assunto, porque isso vai na linha da preocupação também com a diáspora nordestina.

O que acontece? A urbanização levou a pessoa para a cidade. Os políticos, obviamente, foram pressionados a atender às demandas de emprego, porque não há mais emprego na zona rural. Tem que haver emprego urbano. E emprego urbano onde? Isso motivou, inclusive, a expansão da dita guerra fiscal, da concessão de incentivos para gerar investimentos urbanos e empregos nessas cidades. E, em contrapartida e ao lado, gerou o quê? A concentração do desenvolvimento regional em alguns polos. Ao se olhar o mapa do Brasil, isso é muito claro. Há polos regionais no Ceará, em Pernambuco. E uma enorme disparidade intrarregional, que é outra questão que teria que ser objeto de uma discussão de política regional.

Consequentemente, isso cria um outro tipo de problema. Quer dizer, a população obviamente não fica parada, esperando que o emprego seja gerado. Procura migrações. E, de novo, isso gera outro tipo de conflito. Então, essa questão da relação entre urbanização e federalismo, eu acho que é um tema importante para eventuais discussões, também, nesta Comissão.

Por último, Federação só se sustenta se houver coesão ou unidade. Aliás, num dos seminários feitos na Índia, o lema da discussão era "Unidade na Diversidade", que é um lema apropriado para a discussão federativa. Unidade de propósitos e diversidade de situações.

E essa eu acho que é a grande questão que me preocupa hoje: a coesão federativa está sendo absolutamente... Eu não diria a ponto de ninguém mais ressuscitar demandas separatistas do ponto de vista do que ocorria no passado, mas a ponto de provocar um enorme afrouxamento dos laços econômicos entre as regiões brasileiras. E isso é um instrumento de erosão da coesão, não é? Eu ando estudando isso há pouco.

O comércio inter-regional brasileiro, que se fortaleceu durante as décadas da industrialização, está retrocedendo. Boa parte das indústrias que se instalam em outras regiões do País estão buscando comprar insumos e equipamentos fora do País. E isso significa que os laços econômicos, que são fundamentais para a coesão federativa, também vão se enfraquecendo. E isso obviamente repercute na política e cria, enfim, todo esse ambiente.

Bom, eu fico por aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao Prof. Fernando Rezende.

Passo a palavra ao Prof. Túlio.

O SR. TÚLIO TAVARES SANTOS – Com relação às questões levantadas, acho que esta Casa e esta Comissão terão muito debate ainda pela frente para se chegar a algumas conclusões com relação a temas bastante polêmicos.

Com relação ao que levanta o Senador Cristovam, um debate realmente muito interessante quanto à questão da Federação é que o que não se tem hoje é autonomia dos entes Federados. Municípios e Estados hoje não têm grande autonomia, apesar da quantidade de conselhos que existem hoje – praticamente todas as políticas públicas –, mas sem autonomia de gestão desses conselhos. Não se dá autonomia, e por isso as pessoas que participam, participam para cumprir uma norma de um ministério, de uma política pública. Então, falta essa autonomia.

E o princípio é: quanto mais próxima do cidadão a decisão e a autonomia, mais eficaz é o serviço público, mais eficaz é a política pública prestada ao cidadão. As decisões são mais acertadas, são mais econômicas, são mais rápidas. E esse foi o diferencial de Santa Catarina.

Quando falamos em divisão territorial, no Brasil nós temos aí as divisões dos Estados, e quando eu falo em política pública, cada ministério tem a sua divisão. E aí você vai para o MDS, há lá os territórios da cidadania, tem uma divisão, o Ministério da Integração tem outra divisão, e aí nós trabalhamos nesse contexto de várias divisões territoriais, cada ministério com as suas prioridades. E isso, quando chega à base, as pessoas não entendem esse processo. Chega aos Estados impostas, e aos Municípios a mesma coisa. E os Municípios, as pessoas que participam disso não têm autonomia para decidir, não têm autonomia para definir a política, o que fazer. E nós estamos falando do Brasil.

A nossa experiência em Santa Catarina, por exemplo, lá no oeste de Santa Catarina, onde a parte sul lá, Itapiranga, na divisa com o Rio Grande do Sul, tem o menor índice de analfabetismo. Já a menos de 100km,

ao norte do oeste de Santa Catarina, lá no Município de Dionísio Cerqueira, o maior índice de analfabetos.

Então, a política pública tem que ter esse olhar localizado, para que o Poder Público possa atuar de forma diferente, respeitando as questões locais, dando autonomia para as regiões decidirem o que mais intensamente vamos fazer aqui para resolver o problema e o que a região precisa realmente para preservar os seus valores locais, culturais e assim por diante.

Então é um debate realmente que precisa ser feito, e que na nossa experiência em Santa Catarina, sob a liderança do então Governador Luiz Henrique, nós tivemos muito sucesso nesse processo, ouvindo as pessoas, valorizando o investimento público. E mais: a participação da sociedade. No Município de Tijucas, o Senador Luiz Henrique conhece muito bem, estávamos num debate onde iríamos construir um anfiteatro numa escola pública, mas nós não tínhamos a fonte de financiamento para o projeto. Nesse debate, uma pessoa da sociedade civil levantou a mão, tinha um escritório de engenharia, e disse: "Eu vou doar o projeto". Hoje, está lá um anfiteatro com projeto doado por uma pessoa da sociedade, num debate aberto à sociedade. As pessoas passaram a cuidar daquilo, porque é uma coisa que foi decidida pelas pessoas, pela sociedade. Esse é o poder da descentralização, de multiplicação desse ambiente de decisão. As pessoas se sentem responsáveis por aquilo e, é claro, passam a participar da política pública, passam a valorizar esse trabalho e passam também a participar do próprio investimento, a ser parceiros da Administração Pública.

Com relação ao que disse a Senadora Ana Amélia, ela tem muita razão com relação à questão das mudanças culturais. Esse é um verdadeiro dilema na nossa experiência. Isso não se consegue com a publicação de uma lei. Na verdade, há uma cultura a ser mudada, a coragem da mudança.

O Senador Luiz Henrique teve a coragem de implementar essa mudança que, na cabeça dos políticos, dos prefeitos, inclusive correligionários do Governador, talvez ele não lembre, mas, quando tomou posse o Governador, o que fizeram os prefeitos? Disseram: "Agora, queremos uma audiência com o Governador". E aí o Senador, então, Governador, Luiz Henrique, disse: "Não, eu vou ser coerente com a minha proposta. Eu não vou atender os prefeitos. Quem vai atender os prefeitos são os Conselhos de Desenvolvimento Regional. É lá que vai haver o debate de onde investir o dinheiro público". No início, os companheiros não entenderam muito bem esse processo, mas ele teve a coragem de assumir essa mudança e, logo em seguida, os prefeitos começaram a entender esse processo, sendo partícipes do processo, decidindo, ajudando a decidir, e a caneta do Governador, o poder de decisão passou para o Conselho de Desenvolvimento. Eles se sentiram muito mais prestigiados do que numa audiência no poder central, onde o Governador é quem define, quem dá o convênio para esse ou aquele. Então, há um debate, mas você tem de transferir o poder para que as pessoas se sintam parte desse poder, que decidam o que é melhor para aquela comunidade. Então, quando discutimos pacto federativo, não é só a divisão dos recursos públicos e, sim, as competências e a participação do cidadão. Quanto mais próximo do cidadão, dos Municípios, de onde ele mora, mais efetiva é a política pública, mais acertada é a política pública, melhor é investido o dinheiro público. Temos uma série de exemplos desses em Santa Catarina.

O Rodrigo também faz um questionamento sobre as competências, sobre o que é da União, sobre o que passa para o Estado. Acho que tem de ter um debate muito mais profundo com relação à questão das competências. Não basta só passar para o Município uma competência ou para o Estado, você tem de discutir também a questão do recurso público, o que passar, o que é estratégico para ficar na União, o que passa para o Estado e para os Municípios. Como eu disse, o norte, a diretriz é quanto mais próximos do cidadão a decisão e o poder de decidir o que fazer com o recurso público, com a Administração Pública, melhor, mais acertada, mais barata é essa política pública para a efetivação do processo. Então, o Senador sempre dizia que não existe nenhum ente da Federação mais fiscalizado do que o prefeito neste País. Ele é fiscalizado por todos os órgãos de fiscalização e, nos últimos anos, o Brasil implementou muitos órgãos de fiscalização e esqueceu-se da execução, de quem executa. Tem muita gente para fiscalizar e pouca gente para executar. Essa é uma realidade que a gente tem de enfrentar também. Então, quando mais próximo do cidadão, melhor é a decisão. Por isso, os Municípios têm de estar nessa prioridade no pacto federativo, porque é lá que, efetivamente, mora o cidadão. Nesse questionamento do Rodrigo, acho que tem de haver um debate bastante profundo para que a gente possa decidir essa divisão de competências e de recursos entre Estados, União e Município.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço ao Prof. Túlio.

Eu tenho muito presente que, quanto menos obras e ações o Governo Federal executar, mais eficaz será a gestão pública e, quanto mais se concentrar as ações nos Municípios, dentro disso que o Prof. Túlio falou, mais rapidamente este País vai recuperar a sua dinâmica de crescimento.

Eu vou citar um exemplo do nosso Estado. Nós temos três rodovias federais que começam e terminam no território catarinense. Rodovia federal é aquela que ultrapassa, no mínimo, dois Estados. A BR-101, que vem do Norte ao Sul, é rodovia federal. Nós temos lá três rodovias que se iniciam e terminam no território de Santa Catarina. Pois bem. Uma delas foi iniciada no governo Juscelino Kubitschek e terminada no governo Lula. Foram 60 anos para fazer uma obra de 700km. Nós, delegando aos Municípios a execução dos acessos – hoje, Santa Catarina tem todos os acessos pavimentados e todas as propriedades rurais iluminadas –, fizemos, em oito anos, 600km de pavimentação. E o Governo Federal levou sessenta e tantos anos para fazer uma rodovia de 700km. Não funciona.

A BR-101 está aí para ser duplicada. Por quê? Porque o Governo Federal está longe de tudo. Se a obra vai ou não vai, o engenheiro recebe o salário todo mês. Agora, o prefeito, não. Se a obra não vai bem, ele está mal com seus vizinhos. O prefeito vive na cidade. Ele é interpelado na missa, no campo de futebol, na rua, aonde ele vai. Quer dizer, é uma lógica da eficiência.

E eu posso dizer que tenho a prova disso. Eu deleguei tudo o que pude aos Municípios. E os resultados foram fantásticos: multiplicidade – quer dizer, havia obra em todos os Municípios do Estado –, rapidez, economia. Antigamente, era o seguinte – vocês viram ali –: o governo ficava naquela ilha, a 800km do outro extremo. Pois bem. As obras eram todas contratadas na capital. Então, para fazer uma obra lá na fronteira com a Argentina, uma empresa do litoral já colocava na sua planilha 25% com despesas de instalação de canteiro de obras. Isso acabou, porque nós contratamos as obras lá no interior. Não havia empreiteiras no interior. Hoje, há grandes empreiteiras no interior, que cresceram com as obras contratadas naquela região. Então, é uma lógica clara a da descentralização. Além de maior transparência, além de maior economia, há uma coisa muito importante: que é um processo de inclusão política permanente. O cidadão brasileiro só é incluído no dia de eleição. No processo de descentralização, com reuniões mensais dos conselhos de desenvolvimento, que são muito divulgadas na rádio e na televisão local, que se realizam... O imperativo era elas se realizarem no maior local possível da cidade. O Túlio mostrou ali uma reunião do conselho regional, uma fotografia, mas aquela não é a base. A base é reunião na sede do CTG ou no clube local, com mil pessoas. Quer dizer, é um processo, é uma nova forma de ver a gestão. É substituída a decisão autoritária do governador pela decisão democrática e pluritária do conselho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu agradeço ao Prof. Túlio, ao nosso mestre Reis Veloso, ao Professor Rezende.

Agradeço também a presença e a participação dos Srs. Senadores. Não sei se querem ainda adicionar novos comentários.

Concedo a palavra ao Relator, Professor Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não para fazer comentário, porque estou satisfeito, mas, se for possível, para usar um pouquinho do tempo para discutir a próxima audiência sobre o ensino superior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Marcar uma data e...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – O nosso pensamento é fazê-la na quinta-feira da semana próxima, começando às 8h30min – se estiverem de acordo os senhores membros –, para discutirmos primeiro por que...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Que dia é da semana?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) –...o Brasil não tem nenhuma universidade incluída no *ranking* das 200 melhores universidades do mundo? Por que a universidade brasileira é isolada da comunidade universitária internacional?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Não é a resposta definitiva, não, mas, em 1977 fizemos um motor elétrico lá na Universidade Federal do Ceará. E não há nenhum motor elétrico em carro funcionando em nosso País de produção nacional. Mas foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Esta é uma das tragédias brasileiras: nós comemoramos muitas vezes as vitórias do Fittipaldi, do Senna, com motores estrangeiros. Eu gostaria que pudéssemos comemorar, daqui a alguns anos, a vitória do piloto Nakajima, pilotando um carro com motor Silva, produzido no Brasil, o que até hoje fomos incapazes de fazer.

Prof. Cristovam, a proposta seria, se for possível, dia 24.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – No dia 24?*(Pausa.)* Está bom para mim. Dia 24. Na próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Próxima quinta-feira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Peço a V. Exª que sugira o elenco dos sabatinados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu estava imaginando três perguntas, que poderiam ser subdivididas, mas bem genéricas. Uma é qual é o papel do sistema de ensino superior na economia, na estrutura social e na riqueza cultural nos meados do século XXI? Qual a importância, se não tem, se vai desaparecer. Segundo, para realizar esse papel, como deverá ser a estrutura desse sistema? Aí levando-se em conta todas as revoluções tecnológicas, o ensino a distância, e tudo. Terceiro o que fazer desde já para construir essa estrutura?

Faríamos a audiência em torno dessas três perguntas, com subdivisões. Distribuiríamos antes aos que virão aqui, e eles, obviamente, teriam a liberdade de falar qualquer outra coisa. Está bem assim?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu poderia sugerir o quarto?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Claro, quantos quiser.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Como fortalecer a descentralização através de universidades comunitárias e estaduais?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E eu colocaria a primeira que o senhor falou, há pouco: por que não temos nenhuma universidade entre as melhores do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Entre as melhores do mundo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Os Estados Unidos têm sete entre as dez, 14 entre as 20 melhores e 77 entre as 200 melhores. Quando houve a crise do *subprime*, nunca tive dúvida de que os Estados Unidos não deixariam de continuar com sua liderança mundial, exatamente por esse acervo de conhecimento que eles têm lá.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu lembro que aqui veio o Ministro da Defesa uma vez, para apresentar os pontos que o Brasil tem que devem ser defendidos a qualquer custo, ou seja, onde estão os pontos-chave. Não havia uma universidade. Eu garanto como Harvard deve estar nos pontos de defesa dos Estados Unidos em caso de qualquer ataque.

O meu medo apenas, Senador, é que, perguntando – vamos incluir sim –, mas que as pessoas comecem a falar só do presente. Por que não há nenhuma? E, se vier alguém do MEC, ele vai dizer: "O que está fazendo?" Porque em geral, quando vêm aqui, eles só ficam fazendo o que eles fazem. Então, precisamos pensar o que é preciso ser feito.

Mas colocamos estas cinco e outras subdivisões. Hoje à tarde, eu indicaria outros nomes para discutirmos juntos. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando a próxima reunião para a quinta-feira, dia 24 deste mês, às 8h30min, em sala a ser designada pela Secretaria desta Comissão.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 09 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2013, ÀS 14 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e quatroze minutos do dia dezenove de novembro do ano de dois mil e treze, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Luiz Henrique, Ana Amélia, Lídice da Mata, Cyro Miranda e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senadores Ricardo Ferraço, Humberto Costa, Walter Pinheiro, Wilder Morais e Blairo Maggi. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da ata da 4ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, submete à apreciação da Comissão o Requerimento nº 2 de 2013, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com objetivo de debater 'A participação popular e o futuro da democracia', com a presença do Sr. James L. Creighton, Presidente do Creighton & Creighton, Inc". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 2 de 2013-CSF. A Presidência esclarece que esta Reunião tem como objetivo a realização de audiência pública, com interatividade por meio do Portal e-Cidadania, para debater "A participação popular e o futuro da democracia", tendo como expositor o Sr. James L. Creighton, Presidente do Creighton & Creighton, Inc. Após a exposição do participante, o Presidente lê perguntas de cidadãos que se manifestaram por meio do Portal e-Cidadania. Antes de encerrar a reunião, a Presidência submete à apreciação da Comissão o Requerimento nº 3 de 2013, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição

Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com objetivo de debater 'O Brasil que queremos e o Ensino Superior: Desafios e Oportunidades', com a presença dos seguintes convidados: Sr. Ozires Silva, Reitor do Centro Universitário Monte Serrat - Unimonte; Sr. Vinícius Renê Lummertz Silva, Secretário da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo; Sr. Isaac Roitman, Professor Emérito da Universidade de Brasília - UnB; Sr. Aloísio Araújo, Professor da Escola de Pós-graduação em Economia da FGV e Professor do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada; e Sr. Marcos Formiga, Professor-pesquisador do Laboratório de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 3 de 2013-CSF. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Flávio Roberto de A. Heringer, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente Eventual da Comissão Senado do Futuro.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Há número regimental. Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão do Senado do Futuro.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 4ª Reunião.

Os senhores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Submeto à apreciação da Comissão o requerimento que dá origem a esta palestra, Surgiu, e não quisemos perder, a oportunidade de ter a presença do Sr. James Creighton. Como não queríamos perder a chance de ouvi-lo, decidimos deixar para votar o requerimento de seu convite já em sua presença.

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2013

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com objetivo de debater "A participação popular e o futuro da democracia", com a presença do Sr. James L. Creighton, Presidente do Creighton & Creighton, Inc.

Autor: Senador Cristovam Buarque

Os senhores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a convocação.

Eu quero, na hora de abrir, dizer que estamos tentando, através desta Comissão, com essas audiências, discutir o futuro. E talvez nada mais urgente de discutir quanto a ideia do futuro da democracia.

Eu vejo que o futuro da democracia exige duas preocupações: uma com os seus compromissos; outra, com os seus meios. Com seus compromissos porque o mundo ficou planetário, os problemas são de longa duração e a democracia é de curta duração e local. Nenhum eleitor vota pensando no mundo e nenhum eleitor vota pensando em 20 anos à frente. O eleitor pensa nos próximos anos, no máximo, e no local.

Há um quadro, no livro *The Limits to Growth*, que coloca na horizontal os espaços família, cidade, país, planeta, e, na vertical, o tempo: um ano, cinco anos, vinte anos e um século. Isso é divido em quadrados. No primeiro quadrado, um ano/família, todo mundo está preocupado; quando a gente amplia o espaço para a cidade, diminui o número de pessoas preocupadas; quando a gente coloca mundo, já não tem quase ninguém. Há gente para o próximo ano; quando colocamos a mesma família para daqui a cinco anos, já diminui o número de pessoas preocupadas; quando colocamos vinte anos, muito menos; e quando colocamos um século, ninguém está preocupado com a família daqui a um século, nem mesmo os grandes empresários, nem mesmo os reis.

Quando você põe aqui, no canto, o espaço e o tempo, o mundo daqui a cem anos, não tem ninguém, no máximo um filósofo ou outro, refletindo, mas não como eleitor, e, sim, como filósofo.

A democracia não capta isso. É difícil você votar eleitoralmente, fazer ou não fazer um projeto de grande represa levando em conta os impactos ecológicos, porque as pessoas querem a energia elétrica.

Então, esse é um ponto da democracia em que o futuro ou se ajusta ou vamos ter que inventar outra coisa que não será mais democracia, vai ser outro nome, pode ser até mais democrático, sobretudo porque quem não nasceu ainda não vota, e as decisões de hoje se refletem nas gerações futuras. Então, esse é o primeiro problema.

O outro é o fato de que a democracia se organizou para ouvir as pessoas que elegem representantes, desde a Grécia antiga, quando se reuniam na cidade. Mudou pouco de lá para cá; o máximo é uma urna eletrônica. Mas é o mesmo propósito: o eleitor escolhendo uma pessoa. Daqui para frente, isso vai mudar, porque, daqui para frente, cada pessoa já pode influir no próprio processo político sem precisar de intermediários. E, enquanto tivermos intermediários, como Senadores, Deputados, eles não podem mais ficar falando com o seu eleitor de quatro em quatro anos; eles terão de fi-

car *on-line* com os seus eleitores. Por quê? Porque o povo hoje vai para a rua sem precisar de lideranças, sem precisar de um jornal que o convoque, sem precisar da televisão; pela internet. Qualquer jovem hoje coloca 500 pessoas na rua. Basta estar com raiva de alguma coisa e ter uma boa lista de pessoas com as quais dialoga.

É por isso que aqui ninguém está entendendo as manifestações de rua que surgem a cada instante em um lugar, sem precisar de partido, de líder. Não há líder convocando! Há um bom livro chamado *Revolução sem Líderes*, que coloca esse problema.

Então, estamos, os políticos, duplamente perdidos: por um lado, porque os políticos representam o imediato, o nosso horizonte é a próxima eleição; mas as decisões que tomamos se refletem na próxima geração. Ficam perdidos. Todos sabem hoje que não tem futuro o transporte baseado no carro particular, mas o candidato a governador de São Paulo que for contra o automóvel perde a eleição, porque o que todos querem é ter um carro. O horizonte de ambições do eleitor é limitado ao seu tempo e a si próprio. Então, estamos vivendo um período de grande, profunda incerteza sobre os rumos da democracia.

Estive no seminário que o Senado chileno realizou sobre o futuro, e me coube falar sobre o futuro da democracia. Eu disse: imagino que, daqui a algumas décadas, não precisem mais de Congresso; as pessoas votarão diretamente em cada lei. Só que, ao votar em uma lei, você pensa em si, não pensa no conjunto, e pensa no imediato. Mas é possível haver um supercomputador que receba os votos de todos e de cada um, pensando no curto prazo, e processe isso, com algumas funções matemáticas que vejam os impactos da lei. Esse computador já poderia estar ligado ao *Diário Oficial*, e a lei já sairia pronta. Quem pode dizer que não será assim? O fato é que, como está, a democracia não está bem. A democracia pode ter um futuro, mas não tem presente. E os jovens nas ruas, em todas as partes do mundo, são prova disso.

Daí por que fiquei muito satisfeito quando me trouxeram a proposta de que o professor James Creighton podia estar conosco. Imediatamente abracei a ideia de trazê-lo aqui para que ele fale para nós, nem tanto pelo debate imediato, mas porque aquilo que teremos da sua fala, registrado tudo, poderemos transcrever, publicar e divulgar para ajudar na reflexão que precisamos continuar fazendo sobre o futuro, ou seja, para onde devemos levar a democracia.

Por isso, já passo a palavra, destacando que esta reunião contará com a autorização dos serviços de interatividade do Senado, que permitem aos cidadãos encaminharem perguntas e comentários destinados aos nossos convidados, por intermédio da Comissão, ou seja, já estamos no processo de interação. Qualquer cidadão pode acessar o Portal e-Cidadania, por meio do endereço www.senado.leg.br/ecidadania. É possível, através disso, acompanhar a transmissão ao vivo desta reunião, bem como, por meio do mural do cidadão, que lá está, enviar seus comentários ou perguntas. É importante também dizer que os cidadãos podem apresentar suas perguntas por meio do telefone, graças ao Programa Alô Senado, o 0800-612211.

Dando início ao debate sobre a participação popular e o futuro da democracia, passo a palavra ao Prof. James Creighton.

Ele me perguntava quanto tempo teria. Nós precisamos terminar às 16h, então, creio que temos tempo suficiente para fazer o bom debate.

Prof. Creighton.

O SR. JAMES L. CREIGHTON – (*Tradução simultânea por profissional habilitado*.) Bom dia!

Acho que já esgotei todo meu Português com esse bom-dia.

A necessidade de ser ouvido é uma necessidade que existe desde o início da infância e os psicólogos acreditam que, se essa necessidade não for atendida, isso pode gerar graves problemas psicológicos, porque as pessoas podem acabar achando que elas não são importantes, que elas não têm importância, e isso pode também gerar comportamentos problemáticos no futuro.

Isso vemos também em nível de sociedade, nas sociedades em que as pessoas são ignoradas, em que têm a sensação de que não são importantes, que elas não importam. Isso também pode gerar, no seio da sociedade, comportamentos desfuncionais.

E a necessidade de ser ouvido foi reconhecida já como um direito humano. Em 2012, por exemplo, foi criado do Dia dos Direitos Humanos, cujo tema era Minha Voz Conta. Além disso, também na Declaração do Rio, de 1992, esse princípio foi enaltecido, foi reconhecido. O princípio nº 10 dessa declaração indica que as questões ambientais são mais bem tratadas com a participação de todos os cidadãos envolvidos nela.

Existem muitas estratégias para ligar as pessoas aos tomadores de decisão, existem muitas formas de fazer isso.

Eu gosto da expressão participação pública, mas existem outras formas de falar: envolvimento público, a participação dos cidadãos, mas isso tudo diz respeito a essa aproximação dos cidadãos e dos tomadores de decisão com o objetivo de criar processos que permitam as pessoas influenciar as decisões que afetam a vida delas.

Todo esse processo de participação pública é muito complexo e repousa sobre três direitos humanos

fundamentais: 1) o direito de expressão, a liberdade de expressão; 2) a liberdade de associação, a liberdade de assembleia e também outro direito, outra liberdade a que, muitas vezes, nos referimos nos Estados Unidos que é: 3) a liberdade de reclamar, a liberdade de se queixar e de se manifestar.

Eu gostaria de contar algumas experiências que já tive em minha atuação profissional.

Tenho atuado nessa área de participação pública desde 1972 e minha atuação não é no âmbito legislativo, mas atuei muito junto a agências governamentais no tocante a decisões que atingem diretamente as pessoas, os cidadãos, por exemplo, na criação de represas, ou seja, na escolha do local para uma represa, o local onde vai passar uma linha de transmissão de energia, o local onde vai ser criada uma rodovia, uma estrada. Então, são todos esses tipos de decisão com que tenho lidado em minha atuação profissional.

Muitas vezes, os legisladores têm consciência dessa necessidade de ouvir o público, de estar atento ao público, mas, muitas vezes, não se questiona e não se diz como fazer isso. Sei que aqui, no Brasil, foi votada a legislação recentemente, na semana passada, em relação a isso, mas muitas vezes não se fala em como ouvir o público e, simplesmente, da importância de se ouvir.

A minha experiência, então, foi justamente para ajudar a criar essa dinâmica da participação pública porque, muitas vezes, o Congresso, o Parlamento cria uma lei. "Tu consultarás o público", mas sem definir as condições dessa consulta. Então, parte do meu trabalho foi justamente definir como criar, na prática, essa participação, definir o que é essa participação pública e como ela vai ser realizada efetivamente.

Inclusive, assim que eu comecei essa minha atuação na participação pública, com uma agência governamental, tinha sido aventada a necessidade de se fazer uma audiência pública e de fazer uma consulta ao público, mas a preocupação inicial era: "Como nós vamos organizar essa audiência pública? Quantos policiais nós vamos ter que convocar para evitar tumulto, para evitar manifestações?" Naquele momento, aquela era a preocupação na organização desse tipo de audiências públicas e nesse tipo de consultas e participação pública.

Naquela fase inicial, em que não se sabia muito bem o que esperar, eu estava um pouco acima daquele nível. Em inglês, diz-se que, "em terra de cegos, quem tem um olho é rei". Pois bem, eu estava nessa situação, ou seja, eu não sabia tanto a mais, mas sabia um pouco a mais nessas questões do que as pessoas das agências governamentais com quem eu estava lidando no momento.

E agora já se passaram mais de 40 anos e mais de 300 programas de participação pública desde que eu comecei.

Desde então, nós avançamos tanto nessa área que, hoje em dia, já existem pesquisas que demonstram o valor desses programas de participação pública, inclusive houve uma conclusão do Conselho de Pesquisa Nacional dos Estados Unidos em relação a isso. Essa conclusão do Conselho de Pesquisa Nacional foi justamente apontando que, quando bem feita, a participação pública melhora a qualidade e a legitimidade de uma decisão, além de contribuir para que todas as pessoas envolvidas se envolvam no processo dessas políticas públicas. Isso pode levar a melhores resultados em termos de qualidade ambiental e outros objetivos sociais. Também pode melhorar a confiança e a compreensão entre as parte envolvidas.

Eu vou pular alguns dos eslaides, pois há vários exemplos sobre o mesmo ponto, mas uma coisa que eu gostaria de ressaltar é que o Banco Mundial, que investe bilhões de dólares em projetos de desenvolvimento econômico, tem, nos últimos tempos, ressaltado muito essa importância da participação pública como um fator determinante para que as decisões tomadas sejam as mais eficazes possíveis.

Então, por exemplo, nesse eslaide, a participação pública foi apontada isoladamente como o fator mais importante para determinar a qualidade geral da implementação de uma decisão. Foi apontada também como fator importante que contribui para o maior acesso e controle sobre a água, sobre os recursos hídricos e resulta no fato de os membros da comunidade adquirirem novas habilidades organizacionais relacionadas aos recursos hídricos. Isso fortalece as organizações comunitárias, que também passarão a realizar outras atividades de desenvolvimento.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento também chegou a conclusões muito semelhantes, então acho que nem vale a pena detalhar todas as conclusões, porque são muito semelhantes.

Agora, eu gostaria de contar uma história, que também vale, de certa forma, como uma advertência. O meu filho tem uma empresa de construção, e um dos colegas dele vem de uma pequena cidadezinha do México. Ele convidou meu filho para ser o padrinho de casamento dele nessa cidadezinha no interior do México. Quando ele chegou a essa cidadezinha, notou que não via fios, linhas telefônicas e chegou à conclusão de que talvez não houvesse telefone naquela região. Descobriu, então, assim que chegou, que todo mundo naquela cidadezinha tinha telefone celular. Então, qual era a necessidade dessas linhas de transmissão de telefones? Um dos perigos, então, é alguém que está

chegando achar que, por exemplo, o que seria importante, o primeiro passo, a coisa mais importante seria criar essas linhas de transmissão de telefonia.

Então, a minha esperança é de que, à medida que desenvolverem essas práticas de participação pública, os países deem um salto avante, ou seja, que eles vençam essas etapas iniciais pelas quais nós já passamos, e que deem um passo avante, com inovações, com novas descobertas e com novas formas de trabalhar.

Fazendo essa advertência, eu gostaria de fazer algumas observações pessoais no tocante à participação pública. Em primeiro lugar, uma das coisas que eu aprendi nesse meu tempo na área de participação pública é que a maioria das decisões importantes, relevantes feitas pelas agências governamentais, na verdade, não são decisões técnicas, mas são escolhas relacionadas a valores, com base em informações técnicas.

Nas agências governamentais, ao trabalhar com engenheiros, com pessoas ligadas aos recursos hídricos, muitas vezes se pergunta por que o público precisa ser consultado nessas questões técnicas, mas, na verdade, a maioria das decisões não são unicamente técnicas, e, sim, baseadas em escolhas ligadas a valores.

E esses valores aos quais me refiro são valores, coisas que a sociedade considera importantes, boas. E muitas vezes não se trata da distinção entre algo bom e algo ruim, mas distinção entre duas coisas que são ambas boas. Mas é preciso definir o grau de prioridade, qual é mais importante para a sociedade naquele momento.

Um exemplo recente, que vemos nas páginas dos jornais, é algo sobre o qual poderíamos perguntar: qual valor é mais importante, privacidade ou segurança? Se deixarmos, por exemplo, as agências de inteligência trabalharem no vácuo, poderemos ser tentados a achar que a segurança tem total primazia em relação à privacidade. Então, esse seria um exemplo concreto que gostaria de dar.

Gostaria de fazer algumas observações pessoais sobre os valores. Quando há grandes diferenças de valores – citando, por exemplo, o caso americano, entre a NSA, que é uma das agências de inteligência dos Estados Unidos, e o público americano –, nos casos em que há essas grandes diferenças, a outra parte sempre vai parecer excessivamente emotiva, ligada às emoções ou até irracional. Ou seja, as duas partes não partilham as mesmas premissas.

Uma tendência natural das pessoas é se agruparem com pessoas semelhantes, com valores semelhantes, com ideias semelhantes. O que acaba acontecendo é que elas acabam não convivendo, não se associando com pessoas que têm ideias diametralmente opostas.

Quando se trata, então, de escolhas ligadas às políticas, também se fala de valores. Existe uma avaliação de valores entre uma política A, uma política B e uma política C. Existe toda uma avaliação desses valores, tratando-se de qual é mais importante, qual é menos importante, qual mais conta, qual menos conta. Então, sempre existe certa escala de valores.

No que tange a definir uma decisão técnica, exclusivamente técnica, não confiaria em um técnico para avaliar essa decisão técnica, a não ser que se trate de um único valor em questão. Então, se nós fôssemos consultar, por exemplo, um especialista técnico, apresentando três alternativas, poderíamos perguntar qual é a melhor alternativa para proteger os pássaros e os coelhos, algo bem específico.

Nesse caso em que um especialista técnico é consultado, ele estaria capacitado a dar um parecer técnico sobre um valor específico. Mas, à medida que levamos em conta todos os outros valores envolvidos quando são abordadas questões econômicas, questões sobre o impacto na moradia das pessoas, vários outros aspectos são levados em conta, vários outros valores são levados em conta. Na verdade, as respostas seriam diferentes. Nós não poderíamos confiar somente naquele único especialista técnico que estaria capacitado para tratar de um único valor. Na verdade, como há muitos valores envolvidos, existe uma série de outros juízos que precisam ser feitos, e várias outras questões precisam ser avaliadas, ou seja, não basta simplesmente uma questão técnica de um único especialista técnico.

No que tange às decisões em relação a políticas públicas, sempre precisa haver um equilíbrio entre dois valores ou mais. Há sempre benefícios e custos para diferentes segmentos do público. Na hora de tomar decisões, se tomamos uma decisão levando em conta certos aspectos e certos valores, por exemplo, os ambientalistas vão estar satisfeitos, mas as pessoas ligadas à área do desenvolvimento econômico talvez não. Então, é preciso criar um equilíbrio para tentar satisfazer e ver todos os aspectos positivos e negativos de todas as pessoas envolvidas.

No caso dessas decisões, elas vão ser sempre consideradas políticas, porque vão afetar pessoas diferentes de maneira diferente. Então, elas vão ser sempre vistas como decisões políticas por afetarem as pessoas de maneira diferente.

E os benefícios resultantes dessas decisões ligadas às políticas nem sempre estarão relacionados a questões econômicas, pois, muitas vezes, vão estar ligados a uma questão de visão de mundo. Todas

essas questões são ligadas aos custos e benefícios. Então, não são simplesmente questões econômicas, mas há várias outras questões envolvidas.

Como mencionei anteriormente, quando nós reunimos pessoas com muitas visões diferentes e muitos pontos de vista diferentes, sempre vai haver uma certa polarização. Então, um lado sempre vai parecer irracional e outro mais ligado às emoções e menos a questões mais práticas e concretas.

E uma consequência disso é que, muitas vezes, as agências governamentais tendem a se tornar homogêneas nos seus valores.

Afinal, em uma organização assim não é possível seguir avante. Não é possível crescer nessa organização se a pessoa aparentar ser irracional ou extremamente ligada a essas questões emocionais.

Portanto, no caso de uma pessoa que entra no Ministério ou em uma agência governamental e percebe que os valores da organização são muito diferentes dos seus valores pessoais, ou ela acaba sendo rejeitada pela instituição ou ela acaba saindo da instituição. Por quê? Porque os valores da instituição acabam primando. Portanto, as premissas e os valores da instituição, do que é considerado importante, as dimensões que vão ser consideradas importantes, os aspectos a serem considerados, enfim, são esses valores institucionais que acabam prevalecendo.

Vocês devem estar lembrados de terem estudado na escola ou na faculdade esse tipo de gráfico em que vemos no centro, cerca de 65%, a maior parte da opinião pública. Aplicando essa questão à participação pública, quando falamos em consenso social, vemos se existe, se a sociedade tem valores que são partilhados por boa parte da população. Existe, portanto, essa faixa de consenso. O limite, a faixa de conflito, de disputa acaba se tornando mais estreita.

Nesse tipo de condição, as pessoas vão acabar tendo a tendência de dizer: "Ah, deixa isso para ser tratado pelos especialistas." Mas o que tem acontecido muito nas sociedades que estão em constante transformação nos nossos dias é que essa curva que vimos anteriormente, que era uma curva mais simétrica, na verdade, agora é uma nova forma, que mais parece um sorvete que está derretendo ao sol.

O resultado é que não existe uma única posição que goze de maioria, do apoio da maioria das pessoas. Além de não haver essa posição única, existe toda essa pressão não só para que uma decisão seja tomada no momento, mas, também, para que uma série de decisões semelhantes sejam tomadas no futuro, para que, daqui a cinco, dez anos, esses valores e essas decisões acabem prevalecendo. Há não só essa pressão para que decisões agora, no momento, sejam implementadas, mas também que elas acabem gerando uma dinâmica que favoreça decisões semelhantes no futuro.

Isso cria, então, a necessidade de uma responsabilização questão por questão.

No âmbito das agências governamentais, o que acontecia antigamente é que havia o apoio de boa maioria e, hoje em dia, com essa nova situação, vemos um apoio bem mais restrito. Não existe o apoio da maioria, mas, na verdade, mais pessoas criticando do que apoiando. Então, essa é a nova dinâmica que temos observado. É um apoio mais restrito, não é mais um apoio majoritário, e mais críticas.

Isso acaba gerando alguns limites. A exigência de uma responsabilização questão por questão acaba forçando o sistema representativo. Isso gera problemas para a democracia, porque não é possível votar todos os dias para todas as questões como, por exemplo, a definição de onde vai ser construída uma estrada, reforma de aeroporto, ou uma providência em relação a recursos hídricos. Assim, gera-se uma situação em que se torna impossível lidar com isso. As agências não têm mais valores únicos, majoritários, o que acaba gerando problemas as tomadas de decisões.

A participação pública é justamente uma resposta adaptativa que é necessária para proporcionar essa responsabilização questão por questão, pois, inicialmente, não estava previsto algo dessa natureza pelo sistema democrático normal. Essa participação pública vem como um mecanismo informal e como uma resposta adaptativa para essa questão.

Existem muitas burocracias. Então, no quadro que foi mostrado ainda há pouco, estavam todas as agências governamentais dos Estados Unidos. Existe uma burocracia para cuidar dessas questões e todas elas tomam decisões que afetam a vida das pessoas. É impossível que o público participe de todas as questões e de todas essas decisões. Naquele diagrama, vemos todas essas agências. Acredito que, no Brasil, não é muito diferente, também existem muitas agências e muitas instituições envolvidas nesse processo de tomada de decisões que afetam as pessoas.

Nesse quadro, temos uma comparação da burocracia em diferentes países. Nós vemos a quantidade de dias necessários para um estrangeiro criar um negócio no país e os procedimentos necessários para criar um negócio. Nós vemos que no Brasil a situação é bem complicada, pois existe muita burocracia.

Falando dos benefícios da participação pública e do que gerou essa demanda pela participação pública, do ponto de vista de um executivo de uma dessas agências governamentais, o que eu gostaria de ressaltar é que essas agências não passaram a recorrer

da participação pública devido a princípios morais, mas, na verdade, elas foram praticamente obrigadas. Foi uma questão dolorosa para elas o fato de precisar recorrer à participação pública.

Na verdade, é porque houve casos de tanta polêmica na implementação das decisões importantes ou projetos que iniciaram e não iam avante que o fato de recorrer à participação pública foi uma necessidade.

Na verdade, esse é o interesse. O próprio interesse pessoal das agências, na verdade, não aconteceu por bondade ou por princípios morais, mas pior necessidade de recorrer à participação pública.

Já há provas, há evidências da importância da participação pública para melhorar a qualidade das decisões, porque, dessa forma, é possível prever as preocupações, as atitudes do público e é possível definir melhor os problemas. É possível também avaliar melhor as alternativas e compreender melhor porque as coisas são como são. Ou seja, na verdade, não se trata somente dos valores da instituição ou de um grupo de pessoas, mas se leva em consideração um espectro mais largo.

E uma coisa que já foi demonstrada é o fato de que envolver o público é algo que reduz os custos e os prazos. Isso parece até um pouco contraditório e estranho porque, levando-se em conta o tempo e os gastos que são necessários para essa consulta e essa participação pública, poderia parecer estranho. No entanto, o que se constatou é que quando o público é consultado, quando o público é envolvido, quando existe a participação pública, o público fica mais comprometido com a decisão, e isso facilita enormemente a própria implementação da decisão.

É mais fácil tomar uma decisão unilateral, é muito mais fácil e muito mais rápido, mas, nesse caso, a única pessoa que está emocionalmente comprometida com essa decisão é justamente a pessoa que tomou a decisão e somente ela.

No caso de uma decisão unilateral, é preciso despender um tempo enorme para convencer as pessoas a fazer algo que elas não querem fazer, convencê-las novamente da importância daquela decisão. Ou seja, gasta-se muito mais tempo com a implementação do que se houvesse inicialmente a participação de mais pessoas.

Coloquei, então, essas duas questões: aumento da facilidade da implementação das decisões quando há participação pública; e também, quanto aos programas, existe maior sustentabilidade dos programas implementados.

Já foi observado pelo Banco Mundial e pelo BID que isso acaba beneficiando os beneficiários das decisões, ou seja, não é simplesmente um investimento feito, com uma cerimônia da inauguração em que se corta o laço inaugural. Na verdade, no caso, quando existe uma participação pública, as decisões são mais facilmente implementadas e mais sustentáveis em longo prazo.

Essa questão envolve dinheiro também, envolve recursos, porque, se a decisão será sustentável e será implementada mais facilmente, na verdade, economicamente também é interessante, e isso é levado em conta nos investimentos do Banco Mundial, do Banco de Desenvolvimento. Essas são questões que acabam se refletindo economicamente.

Acreditamos que, se as pessoas conversarem entre si antes de tomarem posições muito antagônicas, muito polarizadas, isso vai evitar conflitos maiores futuramente.

É a mesma dinâmica também que vemos nos casais, entre marido e mulher. Muitas vezes, a mulher, por exemplo, fica frustrada com o marido porque ele não colocou a tampinha na pasta de dentes, por exemplo. E os problemas acabam se acumulando, de maneira que, depois, não é só uma questão da pasta de dentes, mas ela vai recriminar o marido por ser muito desorganizado. Acaba que a próxima crítica é: "você é uma pessoa que não leva em conta os meus sentimentos". Na verdade, "o problema não é só comigo; todos os nossos vizinhos já perceberam isso". Então, esse problema que começou com a pasta de dentes vai se acumulando, vai se acumulando, vai crescendo, e isso cria uma polarização tal que você acaba considerando a outra pessoa como seu pior inimigo.

Transpondo isso para o discurso público, se levarmos em conta aquela questão inicial, da tampinha da pasta de dentes, devemos procurar, tentar chegar a uma solução nesse nível, antes de chegarmos àquele nível final, de "você não se preocupa com os meus sentimentos" ou "você é o meu pior inimigo". Se chegarmos a esse nível de polarização final, então já é praticamente impossível chegar a uma decisão final. Então, é preciso tratar dos problemas na fase inicial de conflito ou de disputa.

Se tratarmos dessa questão logo no início, antes que exista uma total polarização, podemos resolvê-la e tratá-la antes que ela se torne um conflito de grandes proporções.

E outro aspecto positivo é que, se as pessoas participam do processo de tomada de decisões, elas sentem que há redução na percepção do risco. Ou seja, hoje em dia, quando se fala em tomada de decisões, existe muito essa percepção do risco seja na questão de centrais nucleares, na questão de resíduos nucleares, campos eletromagnéticos. Existe essa preocupação com os riscos, e, quando as pessoas estão envolvidas

no processo da tomada de decisões, elas sentem que estão contribuindo para a redução desses riscos.

Em relação a essa percepção do risco, observamos que, quando as pessoas têm uma escolha a fazer entre diferentes opções e decisões, a percepção do risco diminui. Por exemplo, quando eu estava trabalhando em uma agência governamental que tinha um projeto de um aterro sanitário, toda comunidade em volta daquele aterro sanitário a ser construído, toda comunidade se opôs e se manifestou contra. E o líder desse movimento de oposição a esse aterro sanitário sempre mencionava o risco à saúde e os perigos de vida perto daquele aterro sanitário. E, depois, fiquei sabendo que o líder daquele movimento fazia atividades esportivas nos fins de semana: escaladas. Foi o que eu fiquei sabendo sobre ele.

Tomamos conhecimento do fato de que o líder daquele movimento de oposição ao aterro sanitário fazia atividades esportivas bem perigosas, as escaladas, em que se pendurava com as unhas em rochas, o que é perigoso. Isso também é, de certa forma, uma atividade arriscada. Mas a diferença é que, naquele caso, aquele homem escolheu esse risco de atividade esportiva perigosa, ao passo que aquele aterro sanitário naquela comunidade seria um risco imposto externamente. Portanto, quando as pessoas participam, isso acaba contribuindo para o desenvolvimento da sociedade civil.

Vou falar agora do papel do administrador de uma agência. Quando falamos de participação pública, o papel desse administrador acaba mudando. O administrador dessa agência simplesmente não concebe e constrói o projeto sozinho; ele também é diretamente responsável por criar um processo que torne o mandato necessário para agir.

Antes de passarmos avante, eu gostaria de passar algumas definições importantes. Existem muitas definições diferentes. Eu gostaria de definir o que é participação e o que é público nesse nosso contexto.

Eu gostaria de abordar os quatro níveis de participação. O primeiro aspecto que eu gostaria de abordar é que o público precisa ser informado da decisão. A informação ao público é essencial, é um pré-requisito para as fases seguintes de participação. A informação é esse pré-requisito.

O segundo nível é ser ouvido. Ou seja, a agência precisa dar ao público a oportunidade de fazer comentários antes da tomada da decisão.

O terceiro nível é a questão da influência, ou seja, o fato de o público ter oportunidade de influenciar, de ter um impacto sobre as decisões que são tomadas em cada passo do processo decisório. Ou seja, existe todo um processo de negociação e não se chega necessariamente a um consenso em todas as questões, mas já existe um processo de negociação e o público pode ter certo impacto sobre as decisões.

O quarto nível da participação seria a fase em que todos precisam entrar num acordo, precisar concordar com o resultado da decisão.

Eu ajudei a criar uma instituição que se chama Associação Internacional de Participação Pública, em que inicialmente definimos esses diferentes aspectos da participação pública. Nós temos esses verbos chave: informar, consultar, envolver, colaborar e empoderar.

De acordo com nossa experiência, percebemos que acabamos nos movimentando nesses diferentes aspectos. Em todo esse espectro da participação pública, sempre acabamos passando de um aspecto para outro.

Na verdade, tudo isso depende da circunstância, da situação de cada decisão, de cada programa. No caso, por exemplo, em que uma agência está encarregada de implementar certa legislação aprovada, muitas vezes, trata-se de um programa difícil e impopular. Não seria realista, seria uma coisa artificial esperar que todo o público aceitasse entusiasticamente e colaborasse entusiasticamente. Nesses casos, especificamente, a discussão seria no tocante à implementação. Ou seja, já foi aprovada a legislação, já foi definida.

No caso, o que teria que ser discutido seria a implementação. Então, cada caso é um caso.

Existem várias razões pelas quais as agências simplesmente não delegam as decisões diretamente para o público. Uma das questões é que em cada grupo de pessoas existem diferentes opiniões, diferentes valores, diferentes necessidades. Existem expectativas concorrentes. A agência tem que lidar com isso, e não é possível chegar a um consenso absoluto com todos os grupos. Existem sempre expectativas concorrentes. Por isso, não é possível delegar. As agências não podem simplesmente delegar ao público todas as decisões.

Outra questão também por que as agências não podem simplesmente passar ao público todas as decisões é que mesmo o público em questão, o público que está envolvido, que está participando desse processo de discussão das decisões, na verdade, é uma pequena minoria. As pessoas que estão participando, que estão comparecendo às audiências, que estão participando dos debates são uma pequena minoria. São algumas centenas de pessoas, no máximo, algumas milhares de pessoas, quando na verdade as pessoas que vão ser afetadas pela decisão, muitas vezes, são milhões, são dezenas de milhões, centenas de milhões de pessoas que podem ser diretamente impactadas. É preciso ter também a humildade de perceber que mesmo essa participação pública é uma minoria, é um

pequeno público que está discutindo questões que vão afetar um público muito maior.

Outra questão é a da jurisdição, do mandato legal das agências. Por exemplo, uma agência que recebe a incumbência de reduzir o trânsito numa cidade, pode deparar-se com o público dizendo: "Bom, para reduzir o trânsito, outras questões devem ser levadas em conta – o planejamento urbano, a questão do transporte público". Então, há várias outras questões que, ao final, acabam fugindo da alçada daquela agência. Na verdade, a agência em questão está tratando do trânsito, da redução do trânsito urbano. Existem outros aspectos que fogem da alçada daquela agência.

Outra questão também são os orçamentos. Muitas vezes o público pede coisas que também fogem ao orçamento alocado para essas agências. Uma questão, por exemplo, nos Estados Unidos, é a questão das armas nucleares e dos respectivos resíduos. Essa foi uma questão que existiu certa vez, a dos resíduos nucleares ligados a armas nucleares, e surgiu pouco antes de eleições. Então, representantes das agências foram consultar em cada comunidade, negociar onde aqueles resíduos iam ser depositados. Houve toda uma negociação um pouco antes das eleições.

E, depois que foram feitos todos aqueles acordos com as diferentes comunidades, depois de toda negociação que feita, o custo ficou tão alto que, quando esse projeto chegou ao Congresso, o Congresso disse: "É impossível esse valor tão alto, isso foge totalmente ao orçamento previsto; então, esquece esse projeto. Isso é impraticável".

Então, uma das razões pelas quais todas as decisões não podem ser passadas diretamente para o público é essa questão dos orçamentos porque há sempre o risco de explodirem os orçamentos e também existe a questão da legislação ambiental e das regulamentações. Também são questões que impedem que todas as decisões sejam dadas diretamente ao público.

Na verdade, quando tratamos dessa participação pública, dos diferentes níveis de participação pública, precisamos decidir qual vai ser o nível de participação pública que vai ser oferecido ao público naquela questão especificamente, porque, se o nível de participação for muito baixo, nós corremos o risco de ter um público insatisfeito. Já, se a participação for muito grande, sempre vai ter alguém que vai se sentir traído, vai se sentir, que bom, que seus anseios não foram alcançados, não foram atingidos.

Definindo, a próxima questão que eu faria: quem é o público? Então, uma coisa que nós devemos lembrar é que existe o público total, mas as pessoas que estão efetivamente participando, que estão envolvidas, é uma porcentagem muito pequena, são as partes envolvidas numa determinada questão, é uma porcentagem ínfima do público total que vai ser atingido pelas decisões.

Assim que comecei, tinha a impressão de que todas as pessoas deveriam participar de todas as decisões, mas, com o tempo, percebi, inclusive pela reação que esboçavam que as pessoas, diziam, não diretamente, mas: "me deixem em paz, não me incomodem com isso, não quero participar."

Mas sempre havia uma ou duas decisões que acabavam interessando a diferentes pessoas. Portanto, o nível de participação acabava variando, dependendo da questão que estava sendo tratada.

Nós poderíamos perguntar quem seria uma parte interessada legítima nesse processo decisório. E, na verdade, acredito que são todas as pessoas que legitimamente têm interesses reais ligados àquela questão.

Essas partes interessadas poderiam acabar participando devido a questões econômicas, devido a uma série de questões, pelo fato de morarem perto de onde vai ser construída uma estrada, por exemplo. Existem vários fatores que podem levar alguém a se interessar por alguma decisão. E também, simplesmente, por uma questão de valores.

Assim que comecei a minha atuação profissional, eu estava envolvido em um projeto no Alasca. Que bom que as pessoas diretamente envolvidas e afetadas eram as pessoas que moravam ali na área, ou faziam passeios na área. Mas começamos a receber centenas de cartões postais e cartas de pessoas que moravam, por exemplo, em Manhattan, em Nova York, e que estavam opinando sobre aquele projeto lá no Alasca, a milhares de quilômetros de distância.

A razão pela qual aquelas pessoas de tão longe estavam se envolvendo nessa questão era simplesmente uma questão de valores. Elas não concordavam com a maneira como as coisas estavam sendo feitas, como estava sendo utilizada a Terra. Portanto, não era uma questão econômica ou uma questão de proximidade, mas simplesmente eram questões ligadas a valores, a coisas que elas acreditavam que não estavam sendo feitas da maneira correta.

Nesse caso da participação pública, uma preocupação é que os diferentes valores estejam representados, porque, se houver uma seleção muito restrita dos valores, mais cedo ou mais tarde eles vão acabar vindo à tona no processo de discussão ou de implementação.

Em qualquer decisão, podemos falar de órbitas, de envolvimento. Lá no centro, temos a decisão, os tomadores de decisão, efetivamente. E quanto mais perto vamos chegando a essas diferentes camadas desse círculo, temos mais influência naquela tomada de decisão. Além de ter mais influência, também é preciso investir mais tempo, mais energia e mais envolvimento.

A realidade é que é preciso usar diferentes técnicas para lidar com esses diferentes níveis de investimento, porque existem várias formas diferentes de investir, de participar, ou seja, algumas pessoas vão participar de manifestações, outras vão mandar cartas. Existem diferentes formas de participar, de se envolver, então existem também diferentes níveis e diferentes técnicas a ser utilizadas para lidar com isso.

Aqui há mais um gráfico para ilustrarmos um pouco e entender como se dá esse processo decisório, um processo de participação pública.

Isso diz respeito, por exemplo, a um caso concreto, que foi a instalação de linhas de transmissão numa determinada região. Inicialmente, foi enviado um anúncio para aquela comunidade mencionando o projeto que ia ser levado a cabo e convidando as pessoas para participar de uma visitação pública, uma *open house* em que haveria diferentes técnicos que poderiam ser consultados e poderiam dar maiores explicações sobre o projeto tecnicamente.

Depois houve outro anúncio convidando as pessoas para uma série de oficinas. Foi feito esse anúncio das oficinas, convidando as pessoas para as oficinas, ou seja, as pessoas iam reunir-se em pequenos grupos nessas oficinas e cada grupo ia receber uma tarefa. A tarefa de cada pequeno grupo seria avaliar as rotas alternativas para aquelas linhas de transmissão, quais seriam os impactos, quais seriam as oportunidades, quais seriam os possíveis problemas. Com isso, a companhia elétrica poderia ter um espectro de problemas, alternativas e possibilidades.

Em seguida, a companhia elétrica criou vários grupos consultivos com diferentes temas, representando diferentes bairros e regiões que, ao final, fariam recomendações levando em conta todas aquelas questões que tinham sido discutidas.

Mais uma vez foi feito um anúncio e um convite para as pessoas participarem de reuniões públicas em que aquelas recomendações dos grupos consultivos seriam apresentadas. As pessoas teriam oportunidade de fazer comentários e dar a sua opinião sobre aquelas recomendações dos grupos em relação às rotas das linhas de transmissão e às diferentes recomendações ligadas a elas.

A comunidade acabou aceitando aquelas recomendações que tinham saído dos grupos consultivos. Então a companhia elétrica acabou adotando aquelas decisões, e finalmente foi feito um novo anúncio, divulgando as decisões finais ligadas àquelas linhas de transmissão.

Esse foi um exemplo de pequena escala, mas, claro, que poderia dar exemplos de maior escala, bem maiores, ou até exemplos menores, de decisões menores, de menor impacto, mas foi apenas um exemplo dessa participação pública.

Acho que, então, agora, chegou o momento de responder as perguntas ou ouvir os seus comentários.

Vocês são o meu público e eu os convido à participação, vocês que são meu público. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Prof. Creighton, por sua inspiradora fala.

Tenho diversas perguntas aqui que chegaram pelos meios de comunicação. Não sei se alguém aqui vai querer fazer pergunta. Nós temos de terminar às 16h, porque começam as votações, inclusive a da adoção do voto secreto no Congresso. Mas eu vou ler as perguntas.

"Professor, querer ouvir e criar canais é um passo importante. Contudo, o Legislativo fala para todos os grupos. Então, como fazer com que as pessoas queiram falar e, quando elas fizerem isso, que nível de comprometimento o Poder Público pode ter com elas?"

Outra. Ana Lúcia Romero agora. A anterior foi de Airton Luciano.

"Com sua experiência, quais estratégias podem ser mais efetivas para despertar o interesse da sociedade em participar do processo legislativo? E qual é o papel da Internet nesse processo?"

Eu gostaria de pedir ao professor que comece por essa.

Outra pergunta.

"O professor não acha que os meios de participação popular já existem? Mas a concretização da vontade da sociedade pelo Poder Público é um problema. Nota-se que só as parcelas organizadas como os sindicatos têm voz."

Outra: "O modelo de administração japonês não é um meio de administração participativa."

Outra. Vou fazer mais uma e vou parar. "O Congresso norte-americano ouve a opinião pública?"

Na verdade, na minha experiência, trabalho mais nas agências que são mais do Executivo. Na verdade, o Poder Legislativo cria legislação, cria leis que depois o Poder Executivo vai executar, vai implementar. Então, minha área de atuação é mais na área do Executivo com essas agências. São milhares de questões abordadas, são milhares de questões discutidas anualmente. Então, seria impossível ter uma participação em todos esses níveis, em todas essas questões. Existe certa tensão, na verdade, muitas vezes, entre a participação pública e o Poder Legislativo. Na realidade, existe certa tensão entre o sistema representativo e a participação pública. Como eu disse no início da apresentação, a participação pública foi, de certa forma, uma resposta adaptativa para uma demanda que surgiu, porque, no

sistema democrático clássico, essa participação pública não estava tão prevista. Foi uma resposta adaptativa para fazer face a essa tensão que acabou surgindo entre o sistema representativo e a participação pública.

Se eu fosse legislador, veria vantagens na participação pública por uma questão de visibilidade das questões, porque poderiam ser debatidas alternativas e existiriam, certamente, muitas vantagens. Mas, se for considerado todo o tempo necessário para que se chegasse a uma decisão, muitas das questões já teriam perdido a oportunidade. Então, há essa questão também do tempo.

Nos Estados Unidos existe o fato de que as companhias elétricas, por exemplo, precisam entrar contato com uma comissão reguladora para receber autorização para implantar uma linha de transmissão. Muitas vezes, as companhias elétricas acabam trazendo decisões muito polêmicas para as comissões reguladoras. Se eu fosse parte dessa comissão reguladora. eu diria para essas companhias elétricas: "Vocês estão trazendo muita dor de cabeça para mim. O seu papel é, antes de entrar em contato com o público, já procurar algumas soluções e algumas sugestões para resolver essas questões difíceis." Eu diria para essas companhias elétricas: "Façam seu dever de casa no tocante à participação pública e depois nós voltamos a conversar."

Pelo menos mais uma das outras perguntas. Pelo menos mais uma.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu agradeço e pergunto se alguém tem uma pergunta, como ele se ofereceu. Precisamos terminar às 16h. *(Pausa.)*

Bem, não havendo perguntas, eu quero agradecer muito ao professor. Sua palestra será publicada por nós. Provavelmente, vamos continuar os debates.

Eu quero agradecer muito por, mais de uma vez, ter tido aqui a presença do Jales Josino da Rocha Filho, que é o nosso tradutor.

O SR. JAMES L. CREIGHTON (*Tradução simultânea por profissional habilitado*.) – Muito obrigado, foi muito bom estar com vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Finalmente, antes de encerrar a reunião, quero submeter à apreciação da Comissão – estou preenchendo uma ação burocrática que temos que fazer – um requerimento:

REQUERIMENTO Nº 03, DE 2013

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com objetivo de debater "O Brasil que queremos e o Ensino Superior:Desafios e Oportunidades", com a presença dos seguintes convidados: Sr. Ozires Silva, Reitor do Centro Universitário Monte Serrat - Unimonte; Sr. Vinícius Renê Lummertz Silva, Secretário da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo; Sr. Isaac Roitman, Professor Emérito da Universidade de Brasília - UnB; Sr. Aloísio Araújo, Professor da Escola de Pós-graduação em Economia da FGV e Professor do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada; e Sr. Marcos Formiga, Professor-pesquisador do Laboratório de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília.

Autor: Senador Cristovam Buarque

A proposta é de minha autoria.

Os que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Só tenho eu aqui. Está aprovado. *(Risos.)*

Eu quero dizer a todos que aqui estão que no requerimento não se coloca data, mas já está afixado que será no dia 28, às 18h.

Muito obrigado a todos que vieram, a todos que assistiram pela transmissão.

Está encerrada esta reunião, quase em ponto às 16h.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

(Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 55 minutos.)

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 1162 páginas

(OS: 10004/2014)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL